# Jornal Oficial AMM-MT

## Edição diária

Associação Mato-grossense dos Municípios

QUARTA-FEIRA

**11/11/2026**

Nº 5113



Edição oficial. Assinada digitalmente.

## ÍNDICE

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT ..... 6
Câmara Municipal de Cáceres ..... 6
Câmara Municipal de Campinápolis ..... 10
Câmara Municipal de Confresa ..... 10
Câmara Municipal de Cotriguaçu ..... 10
Câmara Municipal de Diamantino ..... 10
Câmara Municipal de Matupá ..... 11
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento ..... 11
Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo ..... 11
Câmara Municipal de Poconé ..... 13
Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte ..... 13
Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu ..... 13
Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger ..... 14
Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 15
Câmara Municipal de São Félix do Araguaia ..... 15
Câmara Municipal de São José do Xingu ..... 18
Câmara Municipal de Sapezal ..... 18
Câmara Municipal de Tabaporã ..... 19
Câmara Municipal de União do Sul ..... 19
Câmara Municipal de Várzea Grande ..... 19
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Médio Araguaia - CODEMA ..... 20
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP ..... 21
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA ..... 21
Consórcio Intermunicipal Portal da Amazônia ..... 23
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia ..... 28
Prefeitura Municipal de Água Boa ..... 31
Prefeitura Municipal de Alto Araguaia ..... 34
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista ..... 35
Prefeitura Municipal de Alto Garças ..... 74
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai ..... 99
Prefeitura Municipal de Alto Taquari ..... 202
Prefeitura Municipal de Apiacás ..... 202
Prefeitura Municipal de Araguainha ..... 213
Prefeitura Municipal de Araputanga ..... 214
Prefeitura Municipal de Arenápolis ..... 217
Prefeitura Municipal de Aripuanã ..... 264
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço ..... 272
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres ..... 274
Prefeitura Municipal de Barra do Garças ..... 275
Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Norte ..... 282
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia ..... 282
Prefeitura Municipal de Brasnorte ..... 283
Prefeitura Municipal de Cáceres ..... 296
Prefeitura Municipal de Campinápolis ..... 305
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis ..... 307
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio ..... 331
Prefeitura Municipal de Campo Verde ..... 333
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte ..... 345
Prefeitura Municipal de Canarana ..... 348
Prefeitura Municipal de Carlinda ..... 369
Prefeitura Municipal de Castanheira ..... 370
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães ..... 373
Prefeitura Municipal de Cláudia ..... 375
Prefeitura Municipal de Cocalinho ..... 419
Prefeitura Municipal de Colíder ..... 426
Prefeitura Municipal de Colniza ..... 430
Prefeitura Municipal de Comodoro ..... 580
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste ..... 580
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu ..... 605
Prefeitura Municipal de Denise ..... 619
Prefeitura Municipal de Diamantino ..... 620
Prefeitura Municipal de Dom Aquino ..... 624

Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste ..... 628
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte ..... 633
Prefeitura Municipal de General Carneiro ..... 634
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste ..... 649
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte ..... 652
Prefeitura Municipal de Guiratinga ..... 652
Prefeitura Municipal de Itanhangá ..... 653
Prefeitura Municipal de Itiquira ..... 672
Prefeitura Municipal de Jauru ..... 680
Prefeitura Municipal de Juara ..... 680
Prefeitura Municipal de Juína ..... 694
Prefeitura Municipal de Juruena ..... 696
Prefeitura Municipal de Juscimeira ..... 697
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste ..... 697
Prefeitura Municipal de Luciara ..... 698
Prefeitura Municipal de Marcelândia ..... 698
Prefeitura Municipal de Matupá ..... 699
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste ..... 699
Prefeitura Municipal de Nobres ..... 702
Prefeitura Municipal de Nortelândia ..... 703
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento ..... 704
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes ..... 710
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia ..... 730
Prefeitura Municipal de Nova Guarita ..... 730
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda ..... 731
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia ..... 737
Prefeitura Municipal de Nova Maringá ..... 739
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde ..... 741
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré ..... 1017
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia ..... 1049
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena ..... 1053
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã ..... 1055
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina ..... 1077
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte ..... 1091
Prefeitura Municipal de Novo Mundo ..... 1106
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio ..... 1145
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim ..... 1146
Prefeitura Municipal de Paranatinga ..... 1151
Prefeitura Municipal de Pedra Preta ..... 1155
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo ..... 1161
Prefeitura Municipal de Poconé ..... 1161
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia ..... 1164
Prefeitura Municipal de Ponte Branca ..... 1166
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte ..... 1171
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos ..... 1171
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião ..... 1173
Prefeitura Municipal de Porto Estrela ..... 1176
Prefeitura Municipal de Poxoréu ..... 1177
Prefeitura Municipal de Querência ..... 1211
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal ..... 1232
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira ..... 1232
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho ..... 1237
Prefeitura Municipal de Rondolândia ..... 1246
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste ..... 1247
Prefeitura Municipal de Salto do Céu ..... 1252
Prefeitura Municipal de Santa Carmem ..... 1253
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu ..... 1262
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato ..... 1263
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha ..... 1265
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste ..... 1266
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia ..... 1266
Prefeitura Municipal de São José do Povo ..... 1267
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro ..... 1268
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa ..... 1270

Prefeitura Municipal de Sapezal ..... 1271
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada ..... 1278
Prefeitura Municipal de Sorriso ..... 1279
Prefeitura Municipal de Tabaporã ..... 1282
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra ..... 1284
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte ..... 1332
Prefeitura Municipal de Tesouro ..... 1335
Prefeitura Municipal de Torixoréu ..... 1335
Prefeitura Municipal de União do Sul ..... 1338
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos ..... 1346
Prefeitura Municipal de Várzea Grande ..... 1347
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade ..... 1353
Prefeitura Municipal de Vila Rica ..... 1355

## APRESENTAÇÃO

### DIRETORIA DA AMM TRIÊNIO 2024/2026

**Presidente de Honra**: Juarez Alves da Costa

**Presidente:** Hemerson Lourenço Máximo - Colíder

**Primeiro Vice-Presidente:** José Guedes de Souza - Rondolândia

**Segundo Vice-Presidente:** Edu Laudi Pascoski - Itanhangá

**Terceiro Vice-Presidente**: Thiago Castellan Ribeiro - Santa Terezinha

**Secretário Geral**: Thiago Timo Oliveira - Torixoréu

**Tesoureira Geral:** Francieli Magalhães Vieira Pires - Santo Antônio Leverger

**Conselho Fiscal**:

**1**º Fernando de Oliveira Ribeiro - Carlinda
**2**º Fábio Marcos Pereira de Farias - Canarana
**3**º João Isaack Moreira - Tesouro

**Suplentes Fiscais**:

**1**º Egon Hoepers - Santa Rita do Trivelato
**2**º Irineu Marcos Parmeggiani – Campos de Júlio
**3**º Enilson de Araújo Rios - Araputanga

**Responsável pelo Jornal Oficial AMM**

Noides Cênio da Silva

(65) 99931 - 8446
(65) 2123 - 1200
(65) 99903 - 7934

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

## ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

### JORNAL OFICIAL
### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM - GESTÃO 2024-2026

EMENTA: Edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para apreciação e aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2027 e deliberação sobre demais matérias de interesse institucional.

O Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, Hemerson Lourenço Máximo, com fulcro nos artigos 9º e parágrafo único do art. 30 do Estatuto Social, convoca todos os membros associados, em gozo de sua regularidade perante esta instituição, para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 26 de novembro de 2026, em formato híbrido, com participação presencial no auditório da Associação Mato-Grossense dos Municípios, situado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3920, Cuiabá-MT, e participação virtual por meio do aplicativo ZOOM, cujo link será encaminhado pelos canais oficiais de comunicação desta entidade, em primeira convocação às 09h00min e, não havendo quórum, em segunda convocação às 10h00min, tendo como pauta:

1. Discussão e aprovação do orçamento para o exercício de 2027;
2. Outros assuntos.

A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença da maioria simples dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, uma hora depois.

Cuiabá-MT, 10 de novembro de 2026.

Hemerson Lourenço Máximo

Presidente da AMM

## CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

### CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
### PORTARIA Nº 291, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a exoneração do Senhor ODEMAR LUIZ SILVA DE ARRUDA e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 21, inciso II, alínea “b”, c/c artigo 24, inciso VII, alínea “h”, ambos do Regimento Interno;

**CONSIDERANDO** o que consta na Portaria nº 179, de 24 de junho de 2025, deste Poder Legislativo Municipal.

**Considerando** o que consta no Proc. Administrativo nº 025/2026, de 09 de novembro de 2026, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

**R E S O L V E**:

**Art. 1º EXONERAR, o** servidor **ODEMAR LUIZ SILVA DE ARRUDA,** a partir do dia 09 de novembro de 2026, do cargo **de Assessor Técnico Parlamentar da Câmara Municipal de Cáceres-MT**.

**Art. 2º** Proceda a Diretoria de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Cáceres/MT, os cálculos da rescisão de contrato do cargo comissionado exercido pelo servidor comissionado na forma da Lei.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições contrárias.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

**FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA**

*Presidente da Câmara Municipal de Cáceres*

### CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
### ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2026

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2026

Trata-se da Dispensa de Licitação nº 026/2026, Processo Licitatório nº 069/2026, Processo Administrativo de Contratação Direta nº 077/2026, referente à aquisição de 3 (três) switches gerenciáveis de rede, conforme especificações do Termo de Referência.

Considerando a instrução processual, os termos de justificativa, o Parecer Jurídico nº 293/2026, o Parecer de Conformidade nº 091/2026 e a documentação complementar juntada para atendimento das ressalvas, com fundamento nos arts. 72, inciso VIII, e 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento de contratação direta em favor da empresa abaixo identificada:

| CONTRATADA | ITEM / QUANTITATIVO | VALOR HOMOLOGADO |
|---|---|---|
| **AGIS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. CNPJ nº 68.993.641/0010-19** | **01 – Switch gerenciável de camada 3, modelo Ubiquiti USW-PRO-48-POE. Quantidade: 3 (três) unidades. Valor unitário: R$ 12.620,00.** | **R$ 37.860,00** |

Valor total adjudicado e homologado: R$ 37.860,00 (trinta e sete mil, oitocentos e sessenta reais).

Determino a formalização por nota de empenho em substituição ao instrumento contratual, nos termos do art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e a emissão da Ordem de Fornecimento, observados o Termo de Referência e os deveres de publicidade.

Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIO ANTÔNIO LARA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 292, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

Dispõe sobre a nomeação do Senhor LEONARDO PORTO PEREIRA e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, FLÁVIO NEGAÇÃO**, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 21, inciso II, alínea “b”, c/c artigo 24, inciso VII, alínea “h”, ambos do Regimento Interno.

**CONSIDERANDO** o que consta no Proc. Administrativo de Cargo Comissionado nº 012/2026, de 09 de novembro de 2026, via 1Doc, deste Poder Legislativo Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Nomear o Senhor **LEONARDO PORTO PEREIRA**, portador do RG/CPF sob nº 085.XXX.XXX-08, para o cargo de Assessor Técnico Parlamentar da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-003, a que alude o Anexo II da Lei Complementar nº 111, de 10 de fevereiro de 2017 e suas alterações, a partir de 10 de novembro de 2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

**FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA**

*Presidente da Câmara Municipal de Cáceres*

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 90, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

“Dispõe sobre a concessão da **COMENDA LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES GRAU BRONZE** ao ilustríssimo estudante ***JORGE CORREA HERMOSA***, discente da Escola Estadual Militar Tiradentes, e dá outras providências.”

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 2º, alínea "p", combinado com o artigo 1º, § 5º, inciso III, e artigo 2º, § 7º, inciso I, todos da Resolução nº 06, de 12 de agosto de 2019, com a redação conferida pela Resolução nº 09, de 08 de setembro de 2026), faz saber que aprovou e a **Mesa Diretora** promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica concedida a **COMENDA LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES - GRAU BRONZE** ao Ilustríssimo Estudante ***JORGE CORREA HERMOSA***, aluno da Escola Estadual Militar Tiradentes Professor Natalino Ferreira Mendes, em justo reconhecimento ao seu notório e exemplar mérito estudantil e científico, consagrado com o título de **Campeão Nacional na Jornada de Foguetes**, promovida pela Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) e Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG), no Estado do Rio de Janeiro.

*Parágrafo único.* A presente distinção reconhece a relevante contribuição do homenageado para a projeção educacional e científica de Cáceres no cenário nacional, dignificando a juventude e a escola pública da nossa urbe, fazendo jus à insígnia/medalha cunhada em bronze, ao respectivo diploma oficial e ao registro no Livro de Mérito da Câmara Municipal, nos termos do artigo 1º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 06/2019.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

**ISAÍAS BEZERRA**

Vice-Presidente

**ELIS ENFERMEIRA**

1ª Secretária

**CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA**

2º Secretário

**PACHECO CABELEIREIRO**

3º Secretário

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 91, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

“Dispõe sobre a concessão da **COMENDA LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES GRAU BRONZE** ao ilustríssimo estudante ***JOSÉ HENRIQUE DE PAULA CHIMELLO***, discente da Escola Estadual Militar Tiradentes, e dá outras providências.”

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 2º, alínea "p", combinado com o artigo 1º, § 5º, inciso III, e artigo 2º, § 7º, inciso I, todos da Resolução nº 06, de 12 de agosto de 2019, com a redação conferida pela Resolução nº 09, de 08 de setembro de 2026), faz saber que aprovou e a **Mesa Diretora** promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica concedida a **COMENDA LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES - GRAU BRONZE** ao Ilustríssimo Estudante ***JOSÉ HENRIQUE DE PAULA CHIMELLO***, aluno da Escola Estadual Militar Tiradentes Professor Natalino Ferreira Mendes, em justo reconhecimento ao seu notório e exemplar mérito estudantil e científico, consagrado com o título de **Campeão Nacional na Jornada de Foguetes**, promovida pela Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) e Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG), no Estado do Rio de Janeiro.

*Parágrafo único.* A presente distinção reconhece a relevante contribuição do homenageado para a projeção educacional e científica de Cáceres no cenário nacional, dignificando a juventude e a escola pública da nossa urbe, fazendo jus à insígnia/medalha cunhada em bronze, ao respectivo diploma oficial e ao registro no Livro de Mérito da Câmara Municipal, nos termos do artigo 1º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 06/2019.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

**ISAÍAS BEZERRA**

Vice-Presidente

**ELIS ENFERMEIRA**

1ª Secretária

**CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA**

2º Secretário

**PACHECO CABELEIREIRO**

3º Secretário

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

"Dispõe sobre a concessão da **COMENDA LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES GRAU BRONZE** à ilustríssima Professora **LUZIA PINTO DE ARAUJO**, docente da Escola Estadual Militar Tiradentes, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 2º, alínea "p", combinado com o artigo 1º, § 5º, inciso III, e artigo 2º, § 7º, inciso I, todos da Resolução nº 06, de 12 de agosto de 2019, com a redação conferida pela Resolução nº 09, de 08 de setembro de 2026), faz saber que aprovou e a **Mesa Diretora** promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica concedida a **COMENDA LUIZ DE ALBUQUERQUE DE MELO PEREIRA E CÁCERES - GRAU BRONZE** à ilustríssima Professora **LUZIA PINTO DE ARAUJO**, docente da Escola Estadual Militar Tiradentes Professor Natalino Ferreira Mendes, em justo reconhecimento ao seu notório e exemplar mérito estudantil e científico, consagrado com o título de **Campeão Nacional na Jornada de Foguetes**, promovida pela Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) e Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG), no Estado do Rio de Janeiro.

*Parágrafo único.* A presente distinção reconhece a relevante contribuição do homenageado para a projeção educacional e científica de Cáceres no cenário nacional, dignificando a juventude e a escola pública da nossa urbe, fazendo jus à insígnia/medalha cunhada em bronze, ao respectivo diploma oficial e ao registro no Livro de Mérito da Câmara Municipal, nos termos do artigo 1º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 06/2019.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

**ISAÍAS BEZERRA**

Vice-Presidente

**ELIS ENFERMEIRA**

1ª Secretária

**CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA**

2º Secretário

**PACHECO CABELEIREIRO**

3º Secretário

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

"Dispõe sobre a concessão de **Honra ao Mérito** à Senhora **Maria Juliana Senatore de Oliveira**, representante da **Família Senatore**, em reconhecimento ao legado histórico do desbravador **Antônio Senatore (*in memoriam*)**, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "b", da Resolução nº 06 de 12 de agosto de 2019, e o Art. 93 do Regimento Interno, faz saber que aprovou e a **Mesa Diretora** promulga o presente Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica concedida a **HONRA AO MÉRITO** à Senhora **MARIA JULIANA SENATORE DE OLIVEIRA**, na qualidade de representante da Família Senatore, em reconhecimento ao extraordinário legado deixado por seu pai, **Antônio Senatore (*in memoriam*)**, desbravador, empreendedor, homem público e pioneiro que contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento econômico, político, social e histórico do Município de Cáceres.

**Art. 2º** A honraria será entregue em Sessão Solene especialmente convocada para esse fim.

**Art. 3º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

**ISAÍAS BEZERRA**

Vice-Presidente

**ELIS ENFERMEIRA**

1ª Secretária

**CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA**

2º Secretário

**PACHECO CABELEIREIRO**

3º Secretário

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 94, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

"Dispõe sobre a concessão do **Título de Cidadã Cacerense** à Senhora **Josiane Simões dos Santos**, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cáceres, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "b", da Resolução nº 06 de 12 de agosto de 2019, e o Art. 93 do Regimento Interno, faz saber que aprovou e a **Mesa Diretora** promulga o presente Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica concedido o **Título de Cidadão Cacerense** a Senhora. **Josiane Simões dos Santos**, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cáceres

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

**ISAÍAS BEZERRA**

Vice-Presidente

**ELIS ENFERMEIRA**

1ª Secretária

**CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA**

2º Secretário

**PACHECO CABELEIREIRO**

3º Secretário

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

"Dispõe sobre a correção parcial do Decreto Legislativo nº 44/2026 que concede de **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao Ilustríssimo Senhor **MÁCIO MEDEIROS DA SILVA**, Investigador da Polícia Judiciaria Civil, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução nº 06 de 12 de agosto de 2019, e o Art. 93 do Regimento Interno, faz saber que aprovou e a **Mesa Diretora** promulga o presente Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica RETIFICAR no DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 15 DE OUTUBRO DE 2026, que "Dispõe sobre a concessão de **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao Ilustríssimo Senhor **MÁRCIO MEDEIROS DA SILVA**, Investigador da Polícia Judiciaria Civil, e dá outras providências", o seguinte erro material:

Onde se lê: **MÁRCIO MEDEIROS DA SILVA**

Leia-se: **MÁCIO MEDEIROS DA SILVA**

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

**ISAÍAS BEZERRA**

Vice-Presidente

**ELIS ENFERMEIRA**

1ª Secretária

**CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA**

2º Secretário

**PACHECO CABELEIREIRO**

3º Secretário

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 96, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

"Dispõe sobre a concessão do **Diploma de Honra ao Mérito** à Ilustríssima Senhora **ANDREZA FERREIRA DE PAULA**, em reconhecimento à sua relevante trajetória profissional na área da Psicologia, à dedicação à promoção da saúde mental, à atuação na saúde pública e no contexto institucional, bem como ao compromisso com o trabalho voluntário, as ações sociais e o bem-estar da população cacerense, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "b", da Resolução nº 06 de 12 de agosto de 2019, e o Art. 93 do Regimento Interno, faz saber que aprovou e a **Mesa Diretora** promulga o presente Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica concedido **Diploma de Honra ao Mérito** à Ilustríssima Senhora **ANDREZA FERREIRA DE PAULA**, em reconhecimento à sua relevante trajetória profissional na área da Psicologia, à dedicação à promoção da saúde mental, à atuação na saúde pública e no contexto institucional, bem como ao compromisso com o trabalho voluntário, as ações sociais e o bem-estar da população cacerense.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

**ISAÍAS BEZERRA**

Vice-Presidente

**ELIS ENFERMEIRA**

1ª Secretária

**CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA**

2º Secretário

**PACHECO CABELEIREIRO**

3º Secretário

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**
**DECRETO LEGISLATIVO Nº 97, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

"Dispõe sobre a concessão do **DIPLOMA DE CIDADÃ CACERENSE** à Ilustríssima **KAREN KARINE SILVA FERREIRA**, em reconhecimento à sua trajetória pessoal e profissional, aos relevantes serviços prestados nas áreas da Psicologia, saúde mental e assistência social, bem como à sua contribuição para o desenvolvimento social e o bem-estar da comunidade cacerense, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução nº 06 de 12 de agosto de 2019, e o Art. 93 do Regimento Interno, faz saber que aprovou e a **Mesa Diretora** promulga o presente Decreto Legislativo:

**Art. 1º** concedido **DIPLOMA DE CIDADÃ CACERENSE** à Ilustríssima **KAREN KARINE SILVA FERREIRA**, em reconhecimento à sua trajetória pessoal e profissional, aos relevantes serviços prestados nas áreas da Psicologia, saúde mental e assistência social, bem como à sua contribuição para o desenvolvimento social e o bem-estar da comunidade cacerense.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIO ANTONIO LARA SILVA**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

**ISAÍAS BEZERRA**

Vice-Presidente

**ELIS ENFERMEIRA**

1ª Secretária

**CÉZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA**

2º Secretário

**PACHECO CABELEIREIRO**

3º Secretário

## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO RATIFICADO

Tendo em vista que o **Processo Credenciamento 001/2026**, transcorreu em todas as suas fases, e que foram obedecidos os ditames da Legislação contidas na Lei Federal N.º 14.133 de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, decido pela **Homologação** da presente Licitação e a respectiva **Adjudicação** a favor da Empresa Credenciada:

Empresa credenciada:

**ITEM 9 - MARCENEIRO - SERVIÇOS TEMPORÁRIOS. TIPO: MARCENEIRO.**

| Nº | NOME DO CREDENCIADO | CNPJ |
|---|---|---|
| 02 | DIMOV MARCENARIA E FERRAGISTA LTDA | 26.354.768/0001-57 |

Campinápolis – MT, 10 de novembro de 2026.

## CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

### CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
### HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO O(a) Presidente, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve: HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos: Licitação Nr.: 00000057/2026 Modalidade Nr.: 00000028/2026 Classificação:: Inexigibilidade de Licitação Data da Adjudicação: 05/11/26 Data da Homologação: 05/11/26 Objeto da licitação: PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO DE 01 (UM) SERVIDOR NO CURSO ?WORKSHOP: REFORMA TRIBUTÁRIA E OS DESAFIOS PARA TRANSIÇÃO DAS NORMAS?, NOS DIAS 11 E 12 DE NOVEMBRO COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 12 (DOZE) HORAS, A SER REALIZADO NA CIDADE DE P "Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)" 81084 - BARROS E COVALO LTDA CNPJ: 25.449.425/0001-03 Codigo Nome Unidade de Fornecimento Marca Quantidade Vlr. Unitário Total 1870 SERVICO DE CAPACITACAO DE PESSOAL -WORKSHOP: REFORMA TRIBUTARIA E OS DESAFIOS PARA TRANSICAO DAS NORMAS. UNIDADE 1,0000 2.890,0000 2.890,00

Total Fornecedor: 2.890,0000 Total Geral: 2.890,0000 CONFRESA, Quinta-feira, 5 de Novembro de 2026 _____ ELTON MESSIAS DA SILVA PRESIDENTE

## CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

### CÂMARA MUNICIPAL
### DECRETO Nº 03/2026

Dispõe sobre a revisão e atualização monetária do valor do auxílio de assistência à saúde suplementar dos vereadores e servidores públicos da Câmara Municipal de Cotriguaçu-MT, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, no uso das atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o reajuste anual do auxílio de assistência à saúde suplementar, concedido aos vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º O valor do auxílio de assistência à saúde suplementar será atualizado monetariamente conforme a art. 4º da Lei Municipal nº 1.239/2023, mediante a aplicação do percentual de 3,70 % (três vírgula setenta por cento) referente 07/2023 a 06/2024, percentual de 4,94 % (quatro vírgula noventa e quatro por cento) referente 07/2024 a 06/2025, percentual de 4,10 % (quatro vírgula dez por cento) referente 07/2025 a 06/2026, correspondente ao acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes do reajuste de que trata este Decreto Legislativo retroagirão a 1º de novembro de 2026.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 10 de novembro de 2026.

**DENISE PAVAN BRAMBILA**

Presidente em exercício da Câmara Municipal de Cotriguaçu/MT

## CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

### CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
### AVISO DE CONTRAÇÃO DIRETA Nº 02/2026 - RETIFICAÇÃO

Aviso de Contração Direta nº 02/2026 |RETIFICAÇÃO| Nova Data da Sessão e Apresentação das Propostas

UASG: 928529 Câmara Municipal de Diamantino-MT

Processo nº: 612/2026

OBJETO:

PELA AQUISIÇÃO DE QUATRO APARELHOS DE AR CONDICIONADO, SENDO TRÊS DE 12.000BTUS E UM DE 48.000BTUS, VOLTAGEM 220V PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO.

Data de recebimento de propostas: **10/11/2026 até 16/11/2026 23:59** (horário de Brasília)

Prazo da Etapa de Lances: 06 horas

Data da Sessão: **17/11/2026**

Data de Início da Etapa de Lances: **17/11/2026 às 09h** (horário de Brasília)

Participação preferencial

Plataforma eletrônica: www.compras.gov.br

Critério de julgamento: Menor Preço global.

**Paulo Cezar da Cruz Fonseca**

**Pregoeiro**

## CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

**CÂMARA MUNICIPAL**
**ATO Nº 033/2026**

*"Dispõe sobre a nomeação dos membros que integrarão a Comissão de Inventário da Câmara Municipal de Matupá, em cumprimento à Resolução nº 017/2026, e dá outras providências."*

**A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ,** Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis (Resolução nº 03/2025), e

**CONSIDERANDO** as competências administrativas e diretivas outorgadas à Presidência desta Casa de Leis para organizar os trabalhos legislativos e administrativos, garantindo o regular cumprimento das normas internas;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução nº 017/2026, que determina a instauração de Comissão de Inventário no âmbito deste Poder Legislativo;

**CONSIDERANDO** a solicitação formalizada por meio da COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 005/2026/CG, datada de 10 de novembro de 2026, bem como a necessidade imprescindível de formalização das nomeações para que os trabalhos da referida Comissão tenham início dentro do prazo previsto;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Comissão de Inventário da Câmara Municipal de Matupá, em estrito atendimento ao disposto na Resolução nº 017/2026:

**I –** Fernanda Rodrigues de Souza;

**II –** Devanice Monteiro da Silva Cordova de Bitencourt;

**III –** Karina Ferreira Batista Felipe da Silva;

**IV –** Jozimeire Gomes Rocha Alcantara.

**Art. 2º.** Compete à Comissão ora nomeada o fiel e regular cumprimento das atribuições, prazos e atividades estabelecidas na Resolução nº 017/2026 e nas demais normas regimentais aplicáveis.

**Art. 3º.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**Plenário das Deliberações, Victor Fidelis Donini, aos 10 de novembro de 2026.**

**Andréia Ferdinando Varea**

**Presidente**

## CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

**CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT;** no uso de suas atribuições legais, e atendendo iniciativa das Vereadoras **Professora Maria Auxiliadora** e **Adriana Campos**, **CONVOCA** os Senhores Vereadores, Profissionais da Área da Saúde, Entidades Representativas e demais interessados para participarem da Audiência Pública, que será realizada no dia **12 de novembro de 2026 (quinta-feira) às 09:00 horas,** nas dependências da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

**TEMA:** Audiência Pública destinada à discussão da Política Pública Municipal de Atenção às Pessoas com Ostomia – Indicação nº 71/2026 e Requerimento nº 003/2026.

A audiência tem como finalidade promover o diálogo democrático e institucional entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo, os órgãos públicos, os profissionais da saúde, os representantes da sociedade civil e a população, visando discutir as necessidades e os desafios enfrentados pelas pessoas com ostomia no município.

O encontro buscará contribuir para a construção e o fortalecimento de políticas públicas que assegurem o atendimento humanizado, o acesso aos serviços de saúde, a disponibilização de equipamentos e insumos necessários, o acompanhamento multiprofissional e a garantia de direitos, promovendo dignidade, inclusão social e qualidade de vida.

**Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT**
**10 de novembro de 2026**

**EDMILSON BRANDÃO DA SILVA**

**Presidente da Câmara Municipal**

## CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

**PORTARIA Nº 86/2026**

**PORTARIA Nº 86/2026**

**Constitui a Comissão de Transmissão de Mandato da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, Vereador **THAWÊ RODRIGUES DORTA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2027/2028, realizada na 17ª Sessão Ordinária, de 29 de setembro de 2026, conforme a respectiva Ata;

**CONSIDERANDO** o Ato da Presidência nº 104/2026, que declarou eleita a Chapa nº 01/2026, tendo como Presidente eleito o Vereador **GLEISON NOLETO LOPES**;

**CONSIDERANDO** que a nova Mesa Diretora tomará posse em 1º de janeiro de 2027;

**CONSIDERANDO** a Resolução Normativa nº 19/2016–TP, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica constituída a Comissão de Transmissão de Mandato da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, destinada a coordenar os trabalhos de levantamento, organização, análise e transmissão das informações relativas à gestão legislativa.

**Art. 2º** A Comissão será composta pelos seguintes membros da atual gestão:

I – **ROBSON LUAN TELES TEIXEIRA**, ocupante do cargo de Controlador Interno, que exercerá a função de Presidente;

II – **UILIAM ALVES STOPA**, ocupante do cargo de Advogado da Câmara, membro;

III – **PEDRO ADRIANO KOTIKOSKI**, ocupante do cargo de Contador da Câmara, membro.

**Art. 3º** Integram também a Comissão, como representantes indicados pelo Presidente eleito para o biênio 2027/2028:

I – **FRANCISCO LEILIVANIO DA SILVA GONÇALVES**, ocupante do cargo de Coordenador Geral;

II – **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS ALVES GOMES**, ocupante do cargo de Assessor de Comunicação.

**Parágrafo único.** Os representantes mencionados neste artigo foram indicados pelo Presidente eleito, Vereador **GLEISON NOLETO LOPES**, nos termos da Resolução Normativa nº 19/2016–TP.

**Art. 4º** Compete à Comissão:

I – levantar e organizar a documentação administrativa, financeira, contábil, patrimonial e legislativa da Câmara;

II – elaborar relação dos contratos administrativos, licitações, dispensas, inexigibilidades, convênios e demais instrumentos vigentes;

III – levantar os saldos financeiros, restos a pagar, empenhos, obrigações e compromissos pendentes;

IV – organizar a relação dos servidores, cargos, funções, remunerações, férias e licenças;

V – verificar a situação dos bens móveis, imóveis e materiais em estoque;

VI – reunir as informações e os documentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

VII – analisar a situação orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Câmara;

VIII – elaborar relatório conclusivo sobre a situação da gestão que se encerra;

IX – encaminhar o relatório e a documentação aos atuais e futuros mandatários, observado o prazo regulamentar.

**Art. 5º** Todos os setores da Câmara Municipal deverão prestar à Comissão as informações e fornecer os documentos necessários ao cumprimento de suas atribuições.

**Art. 6º** Os documentos produzidos ou reunidos pela Comissão deverão ser formalizados, assinados e organizados de modo a permitir sua conferência pelos atuais e futuros mandatários.

**Art. 7º** A Comissão observará a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno, a Resolução Normativa nº 19/2016–TP e as demais normas aplicáveis.

**Art. 8º** A participação na Comissão constitui serviço público relevante e não ensejará o pagamento de remuneração adicional.

**Art. 9º** A Comissão deverá apresentar relatório conclusivo aos atuais e futuros mandatários até o quinto dia útil após a posse da nova Mesa Diretora.

**Art. 10.** Esta Portaria deverá ser publicada na imprensa oficial e no sítio eletrônico da Câmara Municipal.

**Art. 11.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, 09 de Novembro de 2026.

**THAWÊ RODRIGUES DORTA** Presidente da Câmara Municipal

---

## CONVOCAÇÃO N° 06/2026 PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Peixoto de Azevedo/MT, em 10 de novembro de 2026.

Excelentíssimos Senhores

Vereadores da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo -MT

### CONVOCAÇÃO N° 06/2026 PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**Senhores Vereadores,**

O Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições que a ele é conferida pela Lei Orgânica e Regimento Interno desta Casa de Leis, Art.25, II, “a” e “g” e Art.191 do Regimento Interno, **CONVOCA** Excelentíssimos Senhores Vereadores a participarem da Sessão Extraordinária a realizar-se-á **no dia 11 de novembro de 2026, às 17:00, horas**, no plenário de deliberações, com a seguinte pauta:

**Discussão e Votação do Projeto de Lei do Executivo Complementar n° 10/2026 Dispõe sobre a Reorganização do Lotaciograma da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências.**

**Discussão e Votação do Projeto de Lei do Executivo n° 20/2026 Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal celebrar acordos diretos com credores de precatórios, mediante deságio, e dá outras providências.**

**Discussão e Votação do Projeto de Lei do Executivo nº 34/2026 Autoriza percentual adicional de 15% para transposição, remanejamento e transferência de dotações orçamentárias no exercício de 2026, e dá outras providências**.

**Discussão e Votação do Projeto de Lei Complementar Legislativo nº 05/2026 Altera o inciso V do art. 103 da Lei Complementar nº 3, de 26 de agosto de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Peixoto de Azevedo/MT, para assegurar folga compensatória ao servidor público municipal que participar efetivamente de sessão do Tribunal do Júri, e dá outras providências.**

Considerando que a **Resolução N°06/2024** de 06 de agosto de 2024 estabeleceu os aplicativos de WhatsApp e E-mail como meios legais de comunicação das atividades da Câmara de Peixoto de Azevedo-MT, fica os nobres Vereadores devidamente **CONVOCADOS** para a respectiva Sessão Solene.

Sem mais para o momento, reitero votos de estimas e apreço.

**Thawê Rodrigues Dorta**

**Presidente da Câmara Municipal**

## CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

**CÂMARA MUNICIPAL**
**P O R T A R I A NO 039/2026.**

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder a **SUELI PEREIRA DOS SANTOS SILVA,** funcionária da Câmara Municipal de Poconé-MT., 20 (vinte) dias de férias regulamentares referentes ao período 2025/2026, a partir de 01 de dezembro de 2026, e conversão em espécie de 10 (dez) dias da referida férias em abono pecuniária.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE**

Câmara Municipal de Poconé/MT., 09 de novembro de 2026.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereadora Danielle de Assis Carvalho

1ª Secretária

## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

**AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL 13/2026**

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 18/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2026
A Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, em conformidade com art. 75, inciso II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais onze centavos), no caso de outros serviços e compras – da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do decreto 12.807/2025, torna público aos interessados que o legislativo municipal pretende realizar a contratação de empresa especializada para planejamento, organização, elaboração, impressão, aplicação e correção de provas objetivas, processamento dos resultados e apoio à homologação de Concurso Público destinado ao provimento de cargos efetivos vagos. Podendo eventuais interessados apresentar proposta de preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta publicação, onde será escolhido a proposta mais vantajosa.
Limite para apresentação da proposta de preços: 13/11/2026.
A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, sito a Avenida JK, 1047, Centro, no horário de 07h30min às 12h30min em dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@portoalegredonorte.mt.leg.br, até a data limite.
O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial da Câmara www.portoalegredonorte.mt.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos, ou através do e-mail: licitacao@portoalegredonorte.mt.leg.br. Outras informações poderão ser obtidas na sede do Pode Legislativo, sito a Avenida JK, 1040, Centro, no horário de 07h30min às 12h30min.
Porto Alegre do Norte/MT, 10 de novembro de 2026.

Deusimar dos Santos Ferreira
Presidente da Câmara Muncipal

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU**
**AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PR E 001/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2026**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT** torna público aos interessados a REPUBLICAÇÃO do Pregão Eletrônico SRP nº 001/2026, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição, fornecimento, instalação, configuração e comissionamento de 06 (seis) baterias de lítio ferro-fosfato (LFP) de 5 kWh cada, de baixa tensão, modelo de referência GoodWe LYNX (G3) LXU 5.0-30 ou similar ou de melhor qualidade, compatíveis com o inversor híbrido SAJ H2-10K-LS2 instalado na sede da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT.

A presente republicação decorre da identificação de **erro material no cadastramento do quantitativo do item na plataforma eletrônica LICITANET**, na qual foi registrada, equivocadamente, a quantidade de 01 (uma) unidade, quando o quantitativo correto é de 06 (seis) unidades, conforme já estabelecido no Edital e no Termo de Referência.

Em razão da inconsistência, o evento anteriormente cadastrado foi anulado na plataforma, sendo providenciado novo cadastramento do certame com a quantidade correta.

**Esclarece-se que o Edital e seus anexos permanecem inalterados**, uma vez que o quantitativo, as especificações técnicas e as demais condições da contratação já estavam corretamente estabelecidos nos documentos originais, não havendo alteração do objeto licitado.

A sessão pública será realizada por meio da plataforma eletrônica LICITANET (www.licitanet.com.br), conforme as seguintes informações:

· **Recebimento das propostas:** até 25/11/2026, às 09h00 (horário de Brasília).

· **Abertura das propostas:** 25/11/2026, às 09h00 (horário de

Brasília).

· **Início da sessão de disputa:** conforme configuração da plataforma LICITANET.

O edital permanece disponível na plataforma LICITANET, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e na sede da Câmara Municipal. Informações poderão ser obtidas pelo e-mail coordenacao@santacruzdoxingu.mt.leg.br.

Santa Cruz do Xingu/MT, 09 de Novembro de 2026.

**LUIS MARCELIO CARVALHO**

Pregoeiro

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

**PORTARIA Nº 011/2026**

**PORTARIA Nº 011/2026**

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger, Estado de Mato Grosso, **Vereador RAFAEL VICTOR PEDROSO DE LIMA,** usando de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

**Art. 1º:** Conceder Férias a Servidor **Sr. LEONARDO FLORENTINO SILVA SOUZA,** ocupando o cargo comissionado de Taquigrafo da Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger – MT, referente ao período aquisitivo 2024/2025, que serão gozadas a partir de 01 a 20 de outubro de 2026, com conversão em espécie 10 (dez) dias.

**Artigo 2º:** Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Santo Antonio de Leverger – MT, 01 de outubro de 2026.**

**Ver. RAFAEL VICTOR PEDROSO DE LIMA**

***Presidente Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger***

---

**PORTARIA Nº 010/2026**

**PORTARIA Nº 010/2026**

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger, Estado de Mato Grosso, **Vereador RAFAEL VICTOR PEDROSO DE LIMA,** usando de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

**Art. 1º:** Conceder Férias a Servidor **Sr. LUAN CATARINO BATISTA DA FONSECA,** ocupando o cargo comissionado de Assessor Especial da Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger – MT, referente ao período aquisitivo 2024/2025, que serão gozadas a partir de 01 a 20 de outubro de 2026, com conversão em espécie 10 (dez) dias.

**Artigo 2º:** Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Santo Antonio de Leverger – MT, 01 de outubro de 2026.**

**Ver. RAFAEL VICTOR PEDROSO DE LIMA**

***Presidente Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger***

---

**PORTARIA Nº 013/2026**

**PORTARIA Nº 013/2026**

***Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger/MT, e dá outras providências.***

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger, Estado de Mato Grosso, **Vereador *Rafael Victor Pedroso de Lima - PSB*,** usando de suas atribuições legais:

**CONSIDERANDO** a autonomia administrativa e organizacional do Poder Legislativo Municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a regularidade, a transparência, a publicidade, a impessoalidade e a segurança jurídica no procedimento de eleição da Mesa Diretora;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Orgânica do Município de Santo Antônio de Leverger/MT, especialmente nas disposições relativas à eleição da Mesa Diretora;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer procedimentos administrativos para organização, registro de candidaturas, realização da votação, apuração dos votos e formalização do resultado eleitoral, observadas as disposições do Regimento Interno;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Esta Portaria estabelece os procedimentos administrativos destinados à organização e à realização da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santo Antônio de Leverger/MT, observadas integralmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, do Regimento Interno e das demais normas aplicáveis.

**Art. 2º** A eleição da Mesa Diretora será realizada no dia 15 de dezembro de 2026, no horário padrão da sessão ordinária, qual seja, 19:00 horas.

**Art. 3º** O procedimento eleitoral será conduzido com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, igualdade de condições entre os candidatos e respeito à vontade soberana do Plenário, nos limites da legislação aplicável.

**Art. 4º** O registro das chapas concorrentes à Mesa Diretora será realizado perante a Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, até o dia 08 de dezembro de 2026, as 18:00 horas, impreterivelmente.

**Art. 5º.** A votação será realizada pelo sistema previsto no Regimento Interno, utilizando-se cédulas únicas de papel, datilografadas ou impressas, as quais serão recolhidas em uma urna pelo plenário por intermédio de servidor da casa expressamente designado.

**Art. 6º.** A votação far-se-á pela chamada em ordem alfabética dos nomes dos Vereadores, pelo Presidente em exercício, em conformidade com artigo anterior, o qual procederá a contagem dos votos e a proclamação dos eleitos.

**Art. 7º.** A eleição dos membros da Mesa far-se-á por maioria simples assegurando-se o direito de voto, inclusive aos candidatos a cargos na Mesa.

**Art. 8º.** Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, mediante aplicação da Lei Orgânica Municipal, do Regimento Interno e das demais normas pertinentes, vedada a inovação administrativa em matéria reservada à disciplina legislativa ou regimental.

**Art. 9º**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

**Santo Antonio de Leverger – MT, 06 de novembro de 2026.**

**Ver. RAFAEL VICTOR PEDROSO DE LIMA**

***Presidente Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger***

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

**PORTARIA Nº 040/2026.**

**DE: 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**"Dispõe sobre a concessão de férias ao Servidor JOSE CICERO VITOR DOS SANTOS, dá outras providências".**

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, **ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA**, no uso e gozo de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

**Art.1º -** Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **JOSE CICERO VITOR DOS SANTOS,** referente ao período aquisitivo de **14/01/2024 a 14/01/2025**, a serem usufruídas no período de **10/11/2026 a 10/12/2026**.

**Art. 2.º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal em 10 de novembro de 2026.

**ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA**

**Presidente da Câmara Municipal**

**Registre-se**

**Publique-se**

**Cumpre-se**

## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS**
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO EMERGENCIAL Nº 001/2026**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO EMERGENCIAL Nº 001/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT E A EMPRESA STAF SISTEMAS LTDA-EPP, PARA MANUTENÇÃO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COM FUNDAMENTO NO ART. 75, INCISO VIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Dr. José Fragelli, nº 772, Centro, São Félix do Araguaia/MT, inscrita no CNPJ sob nº 15.051.451/0001-25, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Cristiano dos Santos Milhomem, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa STAF SISTEMAS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.941.056/0001-90, estabelecida na Avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade, nº 1042, Bairro Centro, Nova Andradina/MS, neste ato representada por seu diretor, Sr. Rodrigo Teles de Souza, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo Emergencial, decorrente do Processo Administrativo nº 002/2026, mediante dispensa de licitação fundamentada no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições legais aplicáveis e as cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E DA CARACTERIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL**

1.1. O presente contrato é celebrado mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso VIII, e § 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos e evitar a interrupção dos sistemas informatizados indispensáveis ao funcionamento administrativo, contábil, financeiro, orçamentário e de transparência da Câmara Municipal.

1.2. A situação emergencial decorre do encerramento do contrato anteriormente vigente para prestação dos serviços de sistemas de gestão pública, firmado por 03 (três) meses, cuja descontinuidade, a partir de 03 de novembro de 2026, poderá comprometer a continuidade de atividades essenciais da Câmara Municipal, especialmente aquelas relacionadas à contabilidade, orçamento, tesouraria, compras e licitações, folha de pagamento, recursos humanos, e Social, patrimônio, frota, Portal da Transparência e atendimento às exigências do SIAFIC.

1.3. A presente contratação possui caráter excepcional, temporário e instrumental, destinando-se exclusivamente a assegurar a continuidade dos serviços públicos durante o período necessário à conclusão do procedimento licitatório destinado à contratação definitiva do objeto.

1.4. A presente contratação não constitui substituição ou dispensa da licitação destinada à contratação definitiva, devendo a Administração adotar, concomitantemente, todas as providências necessárias à conclusão do respectivo procedimento.

1.5. A contratação está limitada às parcelas estritamente necessárias ao atendimento da situação emergencial, observados os requisitos do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de tecnologia da informação correlatos envolvendo om licenciamento de uso de software, em ambiente web com armazenamento em nuvem, mantendo toda a estrutura de segurança de dados, conectividade e servidores necessários para o serviço, conforme condições adiante estabelecidas, incluindo: Fornecimento de licenças do software: Serviços de implantação realizadas remotamente (disponibilização de ferramentas, configuração, adaptação e parametrização); Treinamento realizado remotamente; Suporte Técnico durante a vigência do contrato; e Serviços de manutenção legal e corretiva dos softwares implantados.

2.2. Os serviços deverão ser prestados de forma a assegurar a continuidade dos sistemas atualmente utilizados pela Câmara Municipal, sem interrupção injustificada de funcionalidades essenciais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SISTEMAS E VALORES**

3.1. Integram o objeto os seguintes sistemas:

| Sistema | Acessos | Valor mensal |
|---|---|---|
| Contabilidade | Ilimitados | R$ 2.051,49 |
| Orçamento e Planejamento | Ilimitados | R$ 341,36 |
| Tesouraria | Ilimitados | R$ 274,83 |
| Compras e Licitação | Ilimitados | R$ 1.202,50 |
| Folha de Pagamento | Ilimitados | R$ 1.869,08 |
| Recursos Humanos | Ilimitados | R$ 418,03 |
| eSocial | Ilimitados | R$ 271,46 |
| Controle de Patrimônio | Ilimitados | R$ 238,36 |
| Controle de Frotas | Ilimitados | R$ 236,52 |
| Portal da Transparência | Ilimitados | R$ 847,50 |
| **TOTAL MENSAL** | | **R$ 7.571,13** |

3.2. A execução dos serviços de implantação e treinamento dependerá de efetiva necessidade, devendo sua realização ser atestada pelo fiscal do contrato.

3.3. Caso a Administração demonstre, tecnicamente, que determinada atividade de implantação ou treinamento não é necessária em razão da continuidade dos sistemas anteriormente utilizados, o respectivo serviço não será executado nem pago.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL**

4.1. O valor mensal dos serviços de licenciamento/locação dos sistemas é de R$ 7.571,13 (sete mil, quinhentos e setenta e um reais e treze centavos).

4.2. Considerando o período emergencial de 09 (nove) meses, o valor correspondente aos serviços mensais será de R$ 68.140,17 (sessenta e oito mi, cento e quarenta reais e dezessete centavos).

4.3. O pagamento ficará limitado aos serviços efetivamente prestados, recebidos e atestados pelo fiscal do contrato.

4.6. O valor global previsto nesta cláusula constitui limite máximo de despesa, não gerando direito à CONTRATADA ao recebimento de valores relativos a serviços não executados.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 001 – Câmara Municipal de São Félix do Araguaia

Projeto/Atividade: 2002 – Manutenção e Encargos c/ Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

6.1. O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, contados de 03 de novembro de 2026, limitada ao período estritamente necessário ao atendimento da situação emergencial.

6.2. A vigência observará, em qualquer hipótese, o limite máximo estabelecido pelo art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, contado da ocorrência da situação emergencial.

6.3. É vedada a prorrogação deste contrato com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

6.4. O contrato será extinto antecipadamente, independentemente de indenização por serviços não executados, quando ocorrer a formalização do contrato decorrente do procedimento licitatório destinado à contratação definitiva do objeto, permanecendo devidos apenas os valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados e regularmente atestados.

6.5. A extinção antecipada prevista no item anterior não prejudicará o pagamento das obrigações regularmente executadas até a data da efetiva extinção.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA OBRIGAÇÃO DE CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO DEFINITIVA**

7.1. A CONTRATANTE deverá adotar, paralelamente à presente contratação emergencial, as providências necessárias à realização e conclusão do procedimento licitatório destinado à contratação definitiva do objeto.

7.2. A CONTRATADA declara ciência de que a presente contratação possui caráter temporário e emergencial e não gera direito à continuidade da prestação após a conclusão do procedimento licitatório.

7.3. A celebração deste contrato não gera qualquer preferência ou direito de contratação da CONTRATADA no procedimento licitatório destinado à contratação definitiva.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos serão efetuados após a efetiva prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal regularmente emitida e após o atesto da execução pelo fiscal do contrato.

8.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da apresentação da nota fiscal válida, devidamente acompanhada da documentação exigida e após o regular processamento da despesa.

8.3. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para regularização, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento após a apresentação da documentação corrigida.

8.4. Não será efetuado pagamento por serviços não prestados, não recebidos ou não atestados pela fiscalização.

**CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato Administrativo Emergencial de contratação serviços de tecnologia da informação correlatos envolvendo om licenciamento de uso de software, em ambiente web com armazenamento em nuvem, mantendo toda a estrutura de segurança de dados, conectividade e servidores necessários para o serviço, conforme condições adiante estabelecidas, incluindo: Fornecimento de licenças do software: Serviços de implantação realizadas remotamente (disponibilização de ferramentas, configuração, adaptação e parametrização); Treinamento realizado remotamente; Suporte Técnico durante a vigência do contrato; e Serviços de manutenção legal e corretiva dos softwares implantados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia – MT, para dirimir questões decorrentes da execução deste contrato que não possam ser solucionadas administrativamente, observada a legislação aplicável.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

São Félix do Araguaia – MT, 29 de outubro de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT

Cristiano dos Santos Milhomem

Presidente da Câmara Municipal

CONTRATANTE STAF SISTEMAS LTDA-EPP

Rodrigo Teles de Souza

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome: CPF:

2. _____

Nome: CPF:

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - CONTROLADOR INTERNO JUCILIANO ROVANI BUDRYS**
**PORTARIA Nº 012/2026**

**Portaria nº 012/2026**

**São Félix do Araguaia – MT.**

**Em 26 de novembro de 2025.**

**Dispõe sobre a organização dos trabalhos legislativos, a utilização de recursos tecnológicos para participação dos vereadores nas sessões plenárias, a participação na sessão itinerante de Espigão do Leste e estabelece providências administrativas para a transição da Mesa Diretora.**

**O Presidente da Câmara Municipal de São Félix do Araguaia – MT,** em cumprimento a Lei Orgânica e ao Regimento Interno, e

**CONSIDERANDO** os princípios da eficiência, economicidade, publicidade, transparência e continuidade administrativa que orientam a Administração Pública;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a continuidade dos trabalhos legislativos e a participação efetiva dos vereadores nas deliberações da Câmara Municipal;

**CONSIDERANDO** a conveniência administrativa de organizar, com antecedência, os procedimentos necessários à transição da Mesa Diretora, permitindo o levantamento de informações administrativas, financeiras, patrimoniais e institucionais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de proporcionar aos membros do Poder Legislativo condições de participação na Sessão Plenárias, inclusive mediante utilização de recursos tecnológicos de comunicação audiovisual;

**CONSIDERANDO** a realização da Sessão Ordinária nº 1.305ª e da Sessão Itinerante no Distrito de Espigão do Leste;

**CONSIDERANDO** ainda os princípios da continuidade do serviço público, da segurança jurídica e da eficiência administrativa;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Estabelecer procedimentos administrativos e operacionais para organização e realização da Sessão Plenárias da Câmara Municipal, com utilização de recursos tecnológicos de comunicação audiovisual, observadas as disposições legais e suas alterações.

**Art. 2º** Fica autorizada a disponibilização, pela Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, de plataforma digital de videoconferência ou outro meio tecnológico que permita a comunicação simultânea de áudio e vídeo entre os vereadores e a Mesa Plenária.

**§ 1º** A plataforma deverá permitir a identificação dos participantes, a comunicação em tempo real, a manifestação oral e o acompanhamento integral dos trabalhos.

**§ 2º** A Secretaria Administrativa deverá disponibilizar previamente aos vereadores as instruções de acesso, os horários de conexão e os procedimentos técnicos necessários.

**§ 3º** A participação remota será registrada em relatório próprio, contendo a identificação do vereador, horário de ingresso e saída, eventuais interrupções e demais ocorrências técnicas.

**Art. 3º** Na Sessão Ordinária nº 1.305ª, os vereadores poderão utilizar os recursos tecnológicos disponibilizados pela Câmara para acompanhar os trabalhos, manifestar-se e participar dos debates, observadas as normas regimentais.

**Parágrafo único.** O reconhecimento da participação remota para fins de quórum, presença oficial e votação dependerá de fundamento normativo válido e específico, não sendo esta Portaria, isoladamente, suficiente para instituir tal modalidade de exercício do mandato.

**Art. 4º** Fica igualmente autorizada a disponibilização de acesso remoto aos vereadores durante a realização da Sessão Itinerante no Distrito de Espigão do Leste, mediante plataforma digital disponibilizada pela Câmara Municipal

.

**§ 1º** A participação deverá ocorrer de maneira simultânea à realização da Sessão presencial.

**§ 2º** Deverão ser asseguradas condições de comunicação audiovisual, publicidade e acompanhamento dos trabalhos.

**§ 3º** A Secretaria Administrativa deverá providenciar os equipamentos e o suporte técnico necessários à transmissão e à comunicação entre os participantes.

**§ 4º** A validade da presença e dos votos eventualmente manifestados a distância observará a legislação municipal e as normas regimentais aplicáveis.

**Art. 5º** A Secretaria Administrativa deverá manter registro audiovisual das sessões, quando tecnicamente possível, e providenciar sua conservação junto aos arquivos oficiais da Câmara Municipal.

**Art. 6º** Considerando a necessidade de assegurar uma transição administrativa organizada e eficiente entre as Mesas Diretoras, ficam determinadas as seguintes providências preparatórias:

I – Levantamento atualizado da situação financeira e orçamentária da Câmara;

II – Elaboração de inventário dos bens móveis, equipamentos e patrimônio institucional;

III – levantamento dos contratos administrativos vigentes e respectivos prazos de execução;

IV – Relação dos servidores efetivos, comissionados e contratados;

V – Identificação dos processos administrativos e judiciais em andamento;

VI – Organização dos documentos contábeis, financeiros, administrativos e legislativos;

VII – levantamento dos sistemas informatizados, acessos institucionais e obrigações pendentes.

**Parágrafo único.** As providências previstas neste artigo terão caráter preparatório, sem transferência antecipada das competências legais e regimentais da atual Mesa Diretora.

**Art. 7º** A Secretaria Administrativa e os setores competentes deverão adotar as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

**Art. 8º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Cristiano dos Santos Milhomem

Presidente 2025/2026

## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**
**AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO 006/2026**

**AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**PROCESSO 006/2026**

**Ata de Registro de Preços N°. 012/2024,** correspondente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024**, realizado pelo órgão, **Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e desenvolvimento do Estado de São Paulo – CINDESP.**

A Camara Municipal de São Jose do Xingu, Mato Grosso, por intermédio do Agente de Contratações, torna público o interesse em aderir à Adesão **Ata de Registro de Preços N°. 012/2024,** correspondente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024**, gerenciada pelo **Órgão Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo – CINDESP**, para "Aquisição de 248 (duzentas e quarenta e oito) poltronas", conforme especificações descritas no processo correspondente e condições registradas na ARP, no valor total de **R$ 342.240,00 (Trezentos e Quarenta e Dois Mil e Duzentos e Quarenta Reais)**

Fornecedor: **Quatro Passos Comércio de Móveis – LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 22.126.012/0001-08

São Jose do Xingu-MT 30 de outubro de 2026.

_____

**WANDERSON GOMES LEONEL**

Presidente da Câmara Municipal

**São José do Xingu -MT**

## CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 68 DE 29 DE OUTUBRO DE 2026.**

**“Dispõe sobre a concessão de férias ao servidor Robério Rebeca correspondente ao período aquisitivo 12/02/2025 a 11/02/2026.”**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais contidas no inciso III, art. 17 da Lei Orgânica do Município de Sapezal combinado com o disposto no inciso XIX, art. 30 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Considerando que o servidor Robério Rebeca requereu a concessão de 30 dias de férias, do período aquisitivo 2025/2026, vencidas em onze de fevereiro de 2026.

RESOLVE**:**

Art. 1º Conceder a segunda fração de férias ao Servidor Robério Rebeca**,** em exercício no cargo de “Diretor de Controle de Dados”, comissionado, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Sapezal, referente ao período aquisitivo de 2025/2026 pelo período de 10 dias, com início no dia 04 de novembro de 2026 e término no dia 13 de novembro 2026, sendo 10 dias em gozo a conversão de 1/3 em abono pecuniário. Devendo retornar ao trabalho em 14 de novembro de 2026.

Art. 2º **-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Registra-se,

Publique-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Sapezal, aos 29 dias do mês de outubro do ano de 2026.

ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA

Presidente-CMS

---

**PORTARIA LEGISLATIVA Nº69, DE 09 NOVEMBRO DE 2026.**

**"Dispõe sobre a concessão da segunda fração de férias a servidora Dione Loch correspondente ao período aquisitivo 09/01/2025 a 08/01/2026."**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais contidas no inciso III, art. 17 da Lei Orgânica do Município de Sapezal combinado com o disposto no inciso XIX, art. 30 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Considerando que a servidora Dione Loch requereu a concessão de 30 dias de férias, do período aquisitivo 2025/2026, vencidas em nove de janeiro de 2026.

RESOLVE**:**

Art. 1º Conceder a segunda fração de férias a Servidora Dione Loch**,** em exercício no cargo de "secretária geral", comissionada, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Sapezal, referente ao período aquisitivo de 2025/2026 pelo período de 10 dias, com início no dia 16 de novembro de 2026 e término no dia 25 de novembro 2026, sendo 10 dias em gozo. Devendo retornar ao trabalho em 26 de novembro de 2026.

Art. 2º **-** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Registra-se,

Publique-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Sapezal, aos 09 dias do mês de novembro do ano de 2026.

ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA

Presidente-CMS

## CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

**CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT**
**RESOLUÇÃO Nº 105/2026.**

**RESOLUÇÃO Nº 105/2026.**

SÚMULA:- Altera o parágrafo único do artigo nº 4 da Resolução nº 102/2026, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DO MATO GROSSO, por intermédio dos Excelentíssimos Senhores Vereadores infra-assinados, no uso legal de suas prerrogativas e atribuições, previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Tabaporã, da Lei Orgânica do Município e demais legislações aplicáveis e considerando a necessidade de majorar a quantidade de uniformes para a utilização dos seus servidores e Vereadores desta Casa.

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Altera o parágrafo único do artigo nº 4 da Resolução nº 102/2026, que passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único. A periodicidade de fornecimento será de 04 (quatro) peças a cada 12 (doze) meses, podendo haver reposição em caso de desgaste.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 09 de novembro de 2026.

Thanys Alessandro de Oliveira-PL

**PRESIDENTE DA CÂMARA**

## CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL**
**AVISO DE RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2026**

A CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitações, designado pela Portaria nº 07/2026 de 20 de janeiro de 2026, em cumprimento aos termos do art. 74, inciso III, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, visando a contratação de 03 (três) inscrições no curso presencial "1º Congresso de Licitação e Contratos Administrativos – Inovação, Controle e Segurança Jurídica, a realizar-se presencialmente em Cuiabá/MT, nos dias 17 e 18 de novembro de 2026, com carga horária divulgada de 20 horas, conforme previsto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e outras normativas aplicáveis, conforme especificações e características constantes deste Termo de Referência, torna público que houve interessados à INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2026, emitido em 10/11/2026, cuja recebimento de proposta/documentos de habilitação estava previsto para dia 10/11/2026, sendo a proposta mais vantajosa, a da empresa ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E CONCURSOS LTDA, Inscrita no CNPJ n. 00.839.039/0001-05, no valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul/MT, 10 de novembro de 2026.

JOSELI MARIA SCAPINI BULLA

Comissão Permanente de Licitações

Portaria nº 07/2026

## CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

**PORTARIA N.º 109/2026**

A **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,**

R E S O L V E:

**Art. 1º** Designar o servidor Amil Gomes de Siqueira para atuar na Secretaria Legislativa de Administração.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 23/10/2026.

Gabinete da Presidência, 05 de Novembro de 2026.

Ver. Wanderley Cerqueira

Presidente

Ver. Rosemary Souza Prado

1ª Secretária

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO MÉDIO ARAGUAIA - CODEMA

### EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL 'MÉDIO ARAGUAIA' – CODEMA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, TORNA PÚBLICA AS SEGUINTES LICENÇAS, RETROATIVAS A DATA DA SUA EMISSÃO

CANARANA-MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

| PROCESSO | Nº. LICENÇA | TIPO LICENÇA | RAZÃO SOCIAL | ATIVIDADE LICENCIADA | MUNICÍPIO |
|---|---|---|---|---|---|
| 2942.006.00086.000000005/2026 | 111/2026 | LP | BRAZIL TOWER CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A | CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES. | CANARANA - MT |
| 2942.006.00086.000000005/2026 | 114/2026 | LI | BRAZIL TOWER CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A | CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES. | CANARANA - MT |
| 2942.006.00040.000000006/2026 | 114/2026 | LP | BRAZIL TOWER CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A | CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES. | QUERÊNCIA - MT |
| 2942.006.00040.000000006/2026 | 117/2026 | LI | BRAZIL TOWER CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A | CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES. | QUERÊNCIA - MT |
| 2942.013.00098.000000006/2026 | 039/2026 | DECLARAÇÃO | PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA | CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES (COMERCIAS, SERVIÇOS E INSTITUCIONAIS) – INFERIOR À 1.000m². | ÁGUA BOA -MT |
| 2942.007.00087.000000004/2026 | 110/2026 | LP | E. S. RODRIGUES - PNEUS | REFORMA DE PNEUMÁTICOS USADOS | CANARANA-MT |
| 2942.007.00087.000000004/2026 | 114/2026 | LO | E. S. RODRIGUES - PNEUS | REFORMA DE PNEUMÁTICOS USADOS. | CANARANA-MT |
| 2942.007.00087.000000004/2026 | 113/2026 | LI | E. S. RODRIGUES - PNEUS | REFORMA DE PNEUMÁTICOS USADOS. | CANARANA-MT |
| 2942.006.00035.000000001/2026 | 108/2026 | LP | BRAZIL TOWER, CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A | CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES. | CAMPINÁPOLIS - MT |
| 2942.006.00035.000000001/2026 | 111/2026 | LI | BRAZIL TOWER, CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A | CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES. | CAMPINÁPOLIS - MT |
| 2942.008.00056.000000006/2023 | 109/2026 | LP | C.D. CARDOZO BOTURA - ME | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AERONAVES E OUTROS; REFORMA DE PNEUMÁTICOS USADOS; SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. | QUERÊNCIA-MT |
| 2942.008.00056.000000006/2023 | 112/2026 | LI | C.D. CARDOZO BOTURA - ME | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AERONAVES E OUTROS; REFORMA DE PNEUMÁTICOS USADOS; SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. | QUERÊNCIA-MT |
| 2942.008.00056.000000006/2023 | 113/2026 | LO | C.D. CARDOZO BOTURA - ME | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, AERONAVES E OUTROS; REFORMA DE PNEUMÁTICOS USADOS; SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. | QUERÊNCIA-MT |
| 2942.006.00040.000000004/2026 | 107/2026 | LP | BRAZIL TOWER, CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A | CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES. | QUERÊNCIA-MT |
| 2942.006.00040.000000004/2026 | 110/2026 | LI | BRAZIL TOWER, CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A | CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES. | QUERÊNCIA-MT |

**VILSON BIGUELINI**

**PRESIDENTE DO CODEMA**

**EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA**

EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL 'MÉDIO ARAGUAIA' – CODEMA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, TORNA PÚBLICA AS SEGUINTES LICENÇAS, RETROATIVAS A DATA DA SUA EMISSÃO

CANARANA-MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

| PROCESSO | Nº. LICENÇA | TIPO LICENÇA | RAZÃO SOCIAL | ATIVIDADE LICENCIADA | MUNICÍPIO |
|---|---|---|---|---|---|
| 2942.020.00161.000000003/2026 | 112/2026 | LO | AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA | ARMAZÉNS DE GRÃOS. | QUERÊNCIA - MT |
| 2942.008.00088.000000003/2026 | 111/2026 | LO | BOM FUTURO AGRÍCOLA LTDA – FAZ COCAL | CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES. | CANARANA-MT |

**VILSON BIGUELINI**

**PRESIDENTE DO CODEMA**

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 087/2026**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 087/2026**

**CONTRATANTE:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

**CONTRATADO**: SC COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATE-RIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES ASSISTENCIAIS DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – HRPA,** sob gestão do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP.

VIGÊNCIA**: 04/11/2026 a 04/11/2027**

VALOR**: R$ 55.999,50 (cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).**

**Órgão:** Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto

**Proj. Atividade:** Manutenção das Atividades do Hospital Regional Cofinanciamento

**Dotação:** 10.302.0003.20060

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00

**Cód. Reduzido:** 49

**Fonte de Recurso:** 16210000000

---

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2026**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2026**

**CONTRATANTE:** CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

**CONTRATADO**: CBA FARMA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMACÊUTICOS LTDA

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATE-RIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES ASSISTENCIAIS DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – HRPA,** sob gestão do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP.

VIGÊNCIA**: 04/11/2026 a 04/11/2027**

VALOR**: R$ 130.891,70 (cento e trinta mil, oitocentos e noventa e um reais e setenta centavos).**

**Órgão:** Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto

**Proj. Atividade:** Manutenção das Atividades do Hospital Regional Cofinanciamento

**Dotação:** 10.302.0003.20060

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00

**Cód. Reduzido:** 49

**Fonte de Recurso:** 16210000000

---

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2026**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2026**

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: EMGESA – EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMAÇÃO EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATE-RIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES ASSISTENCIAIS DO HOSPITAL REGIONAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – HRPA, sob gestão do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP.

VIGÊNCIA: 04/11/2026 a 04/11/2027

VALOR: R$ 27.587,24 (vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Órgão: Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto

Proj. Atividade: Manutenção das Atividades do Hospital Regional Cofinanciamento

Dotação: 10.302.0003.20060

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00

Cód. Reduzido: 49

Fonte de Recurso: 16210000000

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA - CISRGA

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO N°175/2026, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Ara-

guaia-CISGA, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

PROCESSO ADMINISTRATIVO COM VIGÊNCIA PARA O ANO 2026

CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

CONTRATO Nº 201/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: L. L. CIRURGIA PLASTICA LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO À REALIZAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO CISGA, INCLUINDO OS PROCEDIMENTOS VINCULADOS AO PROGRAMA FILA ZERO E DEMAIS PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE, COM APORTE FINANCEIRO COMPLEMENTAR DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS NOS ITENS EXPRESSAMENTE IDENTIFICADOS.

VALOR GLOBAL: R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

VIGÊNCIA: 09/11/2026 a 31/12/2026.

CREDENCIAMENTO Nº 002/2025

CONTRATO Nº 202/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: PAMELA CARDOSO DOS SANTOS SILVA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO GARÇAS ARAGUAIA – CISGA

VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (Tinta mil reais).

VIGÊNCIA: 09/11/2026 a 31/12/2026

CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

CONTRATO Nº 203/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: ANGIOMED OLIVEIRA LTDA

OBJETO: “CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E MEDICINA HIPERBÁRICA, PARA ATENDER A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO GARÇAS ARAGUAIA – CISGA”

VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

VIGÊNCIA: 09/11/2026 a 31/12/2026.

CONTRATO Nº 204/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: T. R. DOS S. CARNEIRO DE OLIVEIRA-ME.

OBJETO: “CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E MEDICINA HIPERBÁRICA, PARA ATENDER A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO GARÇAS ARAGUAIA – CISGA”

VALOR GLOBAL: R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

VIGÊNCIA: 09/11/2026 a 31/12/2026.

CONTRATO Nº 205/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: CLINICA MULTIMAGEM LTDA.

OBJETO: “CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E MEDICINA HIPERBÁRICA, PARA ATENDER A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO GARÇAS ARAGUAIA – CISGA”

VALOR GLOBAL: R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

VIGÊNCIA: 09/11/2026 a 31/12/2026.

CONTRATO Nº 206/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO:OFTALMOGARCAS- OFTAMOLOGIA CLINICA E CIRURGICA LTDA.

OBJETO: “CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E MEDICINA HIPERBÁRICA, PARA ATENDER A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO GARÇAS ARAGUAIA – CISGA”

VALOR GLOBAL: R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

VIGÊNCIA: 09/11/2026 a 31/12/2026.

CONTRATO Nº 207/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: CENTRAL LABORATÓRIOS DE ANALISES CLÍNICAS LTDA.

OBJETO: “CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E MEDICINA HIPERBÁRICA, PARA ATENDER A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO GARÇAS ARAGUAIA – CISGA”

VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

VIGÊNCIA: 09/11/2026 a 31/12/2026.

CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

CONTRATO Nº 208/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: MORATO MED

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO À REALIZAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO CISGA, INCLUINDO OS PROCEDIMENTOS VINCULADOS AO PROGRAMA FILA ZERO E DEMAIS PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE, COM APORTE FINANCEIRO COMPLEMENTAR DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS NOS ITENS EXPRESSAMENTE IDENTIFICADOS.

VALOR GLOBAL: R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

VIGÊNCIA: 09/11/2026 a 31/12/2026.

CONTRATO Nº 209/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISGA.

CONTRATADO: BIO IMAGEM DIAGNOSTICOS LTDA

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, VISANDO À REALIZAÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO CISGA, INCLUINDO OS PROCEDIMENTOS VINCULADOS AO PROGRAMA FILA ZERO E DEMAIS PROGRAMAS E AÇÕES DE SAÚDE, COM APORTE FINANCEIRO COMPLEMENTAR DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS NOS ITENS EXPRESSAMENTE IDENTIFICADOS.

VALOR GLOBAL: R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

VIGÊNCIA: 09/11/2026 a 31/12/2026.

Certifico que o ato discriminado no presente Edital se encontra à disposição no CISGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 10 de novembro de 2026.

**Virginia Patrícia S. R. de Oliveira**

**Secretário Executiva – CISGA**

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZÔNIA

### RETIFICAÇÃO: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026.

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre os procedimentos para recebimento, protocolo, tramitação, controle, arquivamento, guarda e gestão dos processos administrativos e documentos oficiais no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal executado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento sustentável Portal da Amazônia.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia - CIDESPA, associação pública de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 08.920.483/0001-54, com sede administrativa no Município de Colíder/MT, por intermédio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989; CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005; CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, que regulamenta o SUASA;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal 6.017/2007; CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017;

CONSIDERANDO o disposto no Protocolo de Intenções do dia 25 de Setembro de 2026 e na Resolução nº 006/2026, deste Consórcio, aprovada também pela Assembleia Geral realizada em 27 de Agosto de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar e padronizar os procedimentos administrativos relacionados à gestão documental do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), de modo a garantir a rastreabilidade, a transparência, a segurança e a conformidade com a legislação vigente no tratamento das informações e documentos de interesse do serviço, reconhecendo que a adequada gestão documental é fundamental para a eficiência e a eficácia das atividades de inspeção e fiscalização sanitária.

**ESTABELECE:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º -** Esta Instrução Normativa estabelece os procedimentos para

recebimento, protocolo, autuação, identificação, registro, digitalização, tramitação, controle, instrução, arquivamento, guarda, preservação e disponibilização dos processos administrativos e documentos oficiais relacionados às atividades do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, executado ou coordenado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia - CIDESPA, assegurando a padronização, a rastreabilidade, a integridade, a autenticidade, a segurança e a disponibilidade das informações e dos documentos produzidos ou recebidos no exercício das atividades administrativas e de inspeção sanitária.

**Art. 2º -** Esta Instrução Normativa aplica-se aos processos administrativos, documentos físicos e eletrônicos, requerimentos, comunicações, relatórios, pareceres, despachos, decisões, autos, termos, laudos, certificados, formulários e demais documentos relacionados às atividades do Serviço de Inspeção Municipal.

§ 1º As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se à Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal, aos servidores e colaboradores formalmente vinculados às atividades do SIM, aos municípios consorciados e às respectivas unidades administrativas responsáveis pelo recebimento e encaminhamento de documentos.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, aos estabelecimentos registrados, responsáveis legais, representantes, procuradores e demais inte-

ressados que apresentem documentos ou participem de processos administrativos perante o Serviço de Inspeção Municipal.

**CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 3º -** Para fins desta Instrução Normativa considera-se:

I – Processo administrativo: conjunto organizado de documentos e informações, físicos ou eletrônicos, reunidos para análise, instrução, decisão, acompanhamento ou fiscalização de matéria de competência do Serviço de Inspeção Municipal;

II – Documento oficial: registro produzido ou recebido no exercício das atividades do Serviço de Inspeção Municipal, independentemente do suporte ou formato;

III – Documento físico: documento produzido ou recebido originalmente em suporte material;

IV – Documento eletrônico: documento produzido, recebido, processado, armazenado ou tramitado em meio digital;

V – Protocolo: procedimento destinado ao recebimento, registro, identificação e controle da entrada e da saída de documentos;

VI – Livro de Protocolo: instrumento físico ou eletrônico destinado ao registro cronológico e sequencial dos documentos recebidos e encaminhados no âmbito do procedimento administrativo;

VII –Autuação: procedimento de formalização e abertura de processo administrativo, mediante identificação do interessado, objeto, documentação inicial e atribuição de número único;

VIII – Digitalização: processo de conversão de documento físico para formato digital, mediante reprodução integral e legível do conteúdo do documento original;

IX – Tramitação: movimentação formal de documentos ou processos administrativos entre unidades, setores, servidores ou responsáveis;

X – Unidade de recebimento: unidade administrativa responsável pelo recebimento, protocolo, registro e, quando aplicável, digitalização e encaminhamento de documentos destinados ao Serviço de Inspeção Municipal;

XI – Repositório eletrônico oficial: ambiente digital institucional utilizado para armazenamento, organização, recuperação e gestão dos documentos eletrônicos do Serviço de Inspeção Municipal;

XII – Arquivamento: procedimento destinado à guarda organizada dos processos e documentos após a conclusão da fase administrativa ou durante sua tramitação, conforme o caso;

XIII – Documento original: documento produzido ou recebido em seu suporte físico ou formato originário, cuja reprodução digital tenha sido realizada para fins de tramitação;

XIV – Interessado: pessoa física ou jurídica que figure como parte ou

possua interesse legítimo no processo administrativo;

XV – Guarda documental: conjunto de procedimentos destinados à conservação, proteção, localização e disponibilização dos documentos durante o respectivo prazo de guarda.

**CAPÍTULO III**

**DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DOCUMENTAL**

**Art. 4º -** A gestão dos processos administrativos e documentos oficiais observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, padronização, rastreabilidade, autenticidade, integridade, confiabilidade, transparência, segurança da informação, preservação documental, acessibilidade e responsabilização dos agentes envolvidos.

Parágrafo único. Os documentos e processos administrativos deverão permanecer íntegros, legíveis, acessíveis, identificáveis e disponíveis durante todo o período de tramitação e guarda, observadas as restrições legais de acesso e as medidas aplicáveis à proteção das informações.

**CAPÍTULO IV**

**DA ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**

**Art. 5º -** Todo processo administrativo deverá ser formalmente autuado, identificado e organizado de modo a permitir a adequada instrução, análise, decisão, tramitação, acompanhamento e posterior arquivamento, assegurando-se a rastreabilidade de todos os documentos e atos administrativos que o integrem.

§ 1º Cada processo administrativo deverá possuir numeração única e individualizada, de forma a permitir sua identificação e rastreabilidade, incluindo a identificação do município em que estiver localizado o estabelecimento objeto do processo.

§ 2º É vedada a abertura de processos paralelos com o mesmo objeto, salvo quando houver justificativa administrativa ou previsão em norma específica.

§ 3º Documentos posteriores relacionados ao mesmo objeto deverão ser juntados ao processo já existente, sempre que tecnicamente e administrativamente cabível.

**Art. 6º -** Os processos administrativos deverão conter:

I – Identificação do interessado;

II – Assunto;

III – Número do processo;

IV – Documentos apresentados;

V – Manifestações técnicas;

VI – Pareceres;

VII – Despachos;

VIII – Decisões administrativas;

IX – Registros de movimentação;

X – Documentos complementares eventualmente juntados durante sua instrução.

**CAPÍTULO V**

**DO RECEBIMENTO E PROTOCOLO**

**Art. 7º -** Os documentos destinados ao Serviço de Inspeção Municipal poderão ser recebidos diretamente pela Coordenação do SIM ou, quando estabelecido pelo Consórcio, pelas Secretarias Municipais de Agricultura ou unidades administrativas por elas designadas nos municípios consorciados.

§ 1º A Secretaria Municipal de Agricultura que realizar o recebimento atuará como unidade administrativa de apoio ao protocolo e encaminhamento documental, não implicando essa atividade transferência da competência administrativa, técnica ou fiscal do Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2º O documento recebido deverá ser protocolado na data de seu recebimento.

§ 3º O protocolo deverá permitir a identificação da data de recebimento, do interessado, do assunto, do processo, quando já existente, e do responsável pelo recebimento.

**Art. 8º -** Na ausência ou impossibilidade de utilização de sistema eletrônico de protocolo, o recebimento e o encaminhamento de documentos poderão ser registrados em Livro de Protocolo, mantido pela Secretaria Municipal de

Agricultura ou pela unidade administrativa formalmente designada pelo município.

§ 1º O Livro de Protocolo deverá possuir identificação do município, da unidade responsável, período de utilização e numeração sequencial das folhas.

§ 2º Os registros deverão ser realizados de forma cronológica, sequencial, legível e sem alterações que comprometam sua autenticidade ou rastreabilidade.

§ 3º O registro deverá conter, no mínimo:

I – Número sequencial do protocolo;

II – Número do processo, quando existente;

III – Data do recebimento;

IV – Identificação do interessado;

V – Descrição sucinta do documento ou assunto;

VI – Identificação do responsável pelo recebimento;

VII – Data do encaminhamento ao Consórcio;

VIII – Unidade ou setor de destino; e

IX – Observações, quando necessárias.

**CAPÍTULO VI**

**DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS**

**Art. 9º -** Os documentos físicos recebidos pelas Secretarias Municipais de Agricultura e destinados à tramitação perante o Serviço de Inspeção Municipal deverão ser digitalizados e encaminhados à Coordenação do SIM por meio do canal eletrônico institucional definido pelo Consórcio, num prazo máximo de 2 dias.

§ 1º A digitalização deverá abranger integralmente o documento e seus anexos, quando existentes, assegurando legibilidade, integridade e correspondência com o documento original.

§ 2º O arquivo digital deverá ser identificado de forma padronizada, permitindo sua vinculação ao respectivo processo administrativo.

§ 3º O encaminhamento deverá ser realizado de forma que permita comprovar a data do envio, a unidade de origem, o destinatário e o conteúdo

encaminhado.

§ 4º A Coordenação do SIM deverá conferir a documentação recebida e, estando regular, providenciar sua inclusão no respectivo processo administrativo.

§ 5º Quando a documentação estiver incompleta, ilegível ou apresentar qualquer inconsistência que prejudique sua utilização, poderá ser solicitada sua reapresentação ou complementação.

**Art. 10º -** A tramitação dos processos administrativos deverá ocorrer de forma cronológica, formal, documentada e rastreável, permitindo a identificação das unidades, setores ou agentes responsáveis por cada movimentação.

§ 1º Toda movimentação deverá ser registrada no processo ou instrumento oficial de controle adotado pelo Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2º O encaminhamento de processos ou documentos deverá identificar, sempre que aplicável, a origem, o destino, a data, o responsável e a finalidade da movimentação.

§ 3º É vedada a tramitação informal de documentos que devam integrar processos administrativos.

**Art. 11º -** Os documentos recebidos ou produzidos posteriormente à abertura do processo administrativo deverão ser devidamente identificados, protocolados e juntados ao respectivo processo, observada a ordem cronológica de sua inclusão.

Parágrafo único. A juntada deverá preservar a integridade e a identificação do documento, sendo vedada a retirada ou substituição de documentos sem o devido registro administrativo.

**CAPÍTULO VII**

**DA GESTÃO DOS DOCUMENTOS FÍSICOS E DIGITAIS**

Art. 12. Os documentos eletrônicos integrantes dos processos administrativos deverão ser armazenados em ambiente eletrônico institucional ou em sistema oficialmente adotado pelo Consórcio, observados mecanismos de segurança, controle de acesso, preservação, recuperação, disponibilidade e rastreabilidade.

Art. 13. Os documentos físicos originais recebidos pelas Secretarias Municipais de Agricultura, após sua protocolização, digitalização e encaminhamento à Coordenação do Serviço de Inspeção, permanecerão sob guarda da respectiva Secretaria, em arquivo físico organizado e identificado,

durante o prazo de guarda aplicável.

§ 1º A guarda do documento original pela Secretaria Municipal de Agricultura não substitui a responsabilidade da Coordenação do SIM pela gestão do documento digital integrante do processo administrativo.

§ 2º Os documentos físicos deverão permanecer disponíveis para conferência, auditoria, supervisão ou apresentação às autoridades competentes, quando formalmente solicitados.

§ 3º A Secretaria Municipal de Agricultura deverá assegurar condições adequadas de conservação, segurança, integridade e localização dos documentos sob sua guarda.

§ 4º Quando solicitado pela Coordenação do SIM ou autoridade competente, o documento original deverá ser disponibilizado ou encaminhado para conferência, observados os procedimentos administrativos aplicáveis.

**Art. 14º -** Os documentos físicos deverão permanecer organizados em arquivo institucional devidamente identificado, observando critérios que assegurem sua conservação, segurança e rápida localização.

**CAPÍTULO VIII**

**DA GUARDA E DO ARQUIVAMENTO**

**Art. 15º -** Concluída a instrução administrativa, o processo será encerrado e arquivado conforme sua classificação documental, permanecendo disponível para consultas, auditorias, supervisões e demais atividades de controle oficial.

Art. 16 º - Os documentos administrativos deverão permanecer preservados durante os prazos legais de guarda, observando a legislação arquivística aplicável e as normas internas do Consórcio.

**CAPÍTULO IX**

**DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES**

**Art. 17º -** Os processos administrativos permanecerão disponíveis para consulta pelos servidores oficialmente autorizados, pelas equipes de auditoria, pelos órgãos de controle e pelas autoridades competentes,

observado o disposto na legislação relativa à proteção de dados pessoais, ao sigilo administrativo e ao acesso à informação.

**CAPÍTULO X**

**DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 18º -** Compete à Coordenação do Serviço de Inspeção Municipal:

I – Coordenar e supervisionar a gestão dos processos administrativos;

II – Estabelecer os procedimentos de protocolo, tramitação, digitalização, arquivamento e guarda documental;

III – Receber e conferir os documentos encaminhados pelos municípios;

IV – Providenciar a autuação e inclusão dos documentos nos respectivos processos;

V – Manter os processos e documentos digitais sob sua responsabilidade devidamente organizados e disponíveis;

VI – Supervisionar o cumprimento dos procedimentos pelas unidades municipais;

VII – promover a padronização dos instrumentos de controle;

VIII – Realizar ou determinar as providências necessárias à correção de falhas documentais identificadas.

IV – Assegurar que o acesso, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais constantes dos processos administrativos observem as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), limitando-se o acesso às informações ao necessário para o exercício das atribuições institucionais e às hipóteses legalmente autorizadas.

**Art. 19º -** Compete às Secretarias Municipais de Agricultura, ou às unidades administrativas formalmente designadas pelos municípios consorciados:

I – Receber os documentos destinados ao Serviço de Inspeção Municipal, quando essa atribuição lhes for conferida;

II – Realizar o protocolo dos documentos recebidos;

III – Registrar os documentos no Livro de Protocolo ou sistema oficialmente adotado;

IV – Realizar a digitalização integral dos documentos físicos, quando aplicável;

V – Encaminhar tempestivamente os documentos digitalizados à

Coordenação do SIM;

VI – Manter sob sua guarda os documentos físicos originais recebidos e digitalizados;

VII – Assegurar a conservação, integridade, segurança e localização dos documentos sob sua responsabilidade;

VIII – Manter atualizado o controle dos documentos recebidos e encaminhados;

IX – Disponibilizar os documentos originais quando solicitados pela Coordenação do SIM ou pelas autoridades competentes;

X – Comunicar à Coordenação do SIM qualquer ocorrência que possa comprometer a integridade, disponibilidade ou rastreabilidade dos documentos.

**Art. 20º -** Compete aos estabelecimentos registrados apresentar documentos completos, atualizados e autênticos, bem como comunicar tempestivamente quaisquer alterações que possam repercutir na instrução ou atualização dos respectivos processos administrativos.

**CAPÍTULO XI**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 21º -** Os modelos de formulários, planilhas de controle e fluxogramas utilizados na execução desta Instrução Normativa constituirão anexos, podendo ser atualizados independentemente da alteração desta norma, desde que não impliquem modificação de suas disposições normativas.

**Art. 22º -** Os processos administrativos relativos ao registro de estabelecimentos, registro de produtos, fiscalização, supervisão, auditoria, programas oficiais, ações fiscais, análises laboratoriais, denúncias e demais atividades desenvolvidas pelo Serviço de Inspeção Municipal deverão observar as disposições desta Instrução Normativa quanto à autuação, organização, tramitação, controle, arquivamento e guarda documental, sem prejuízo das exigências previstas nas normas específicas aplicáveis a cada matéria.

**Art. 23º -** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Colíder -MT, 09 de Novembro de 2026.

**RODRIGO LUIZ BENASSI**

**Presidente CIDESPA Biênio 2025/2026**

**COORDENADOR SIM/CIDESPA-**

**MANUEL PEDRO FIGUEIRÓ D ORNELLAS**

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

### CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

### CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO

Convênio de Cooperação que celebram o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PORTAL DO ARAGUAIA/CIDESAPA, PREFEITURA DE BARRA DO GARÇAS,** na qualidade de interveniente e a **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO/AGIRF**, visando a gestão associada dos serviços públicos de recepção, triagem, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos e rejeitos, dos municípios consorciados, delegada à iniciativa privada.

**CONSIDERANDOS**

I – o interesse comum dos partícipes na prestação adequada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com vistas à proteção da saúde pública, à preservação do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento sustentável dos Municípios consorciados;

II – a competência constitucional dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e para suplementar a legislação federal e estadual no que couber, nos termos do art. 30, V, da Constituição Federal;

III – que o art. 241 da Constituição Federal e a Lei nº 11.107/2005 estabelecem a base jurídica da gestão associada por consórcios públicos, permitindo a união de esforços e recursos entre entes da Federação para a consecução de objetivos comuns;

IV – que a Lei nº 12.305/2010 e a Lei nº 11.445/2007, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.026/2020, tornaram obrigatória a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, incluindo o manejo de resíduos sólidos, nos termos do art. 8º-A da Lei nº 11.445/2007;

V – o art. 241 da Constituição Federal e a Lei nº 11.107/2005, que autorizam a celebração de convênios de cooperação entre entes federados e consórcios públicos para a gestão associada de serviços públicos;

VI – que o art. 29, I, da Lei nº 8.987/1995 atribui ao Poder Concedente a competência para regulamentar e fiscalizar o serviço concedido, bem como o cumprimento das normas aplicáveis ao contrato;

VII – que o art. 23 da Lei nº 11.445/2007 define as dimensões técnica, econômica e social da regulação dos serviços públicos de saneamento básico, abrangendo o controle e a fiscalização dos serviços, a prevenção de abusos econômicos e a fixação de padrões e indicadores de desempenho;

VIII – que o art. 25 do Estatuto do CIDESAPA atribui ao Município de Barra do Garças o exercício da competência regulatória dos serviços de saneamento básico, exercida ex officio pelo Prefeito Municipal em exercício;

IX – que a AGIRF foi criada pela Lei Municipal nº 410, de 18 de junho de 2025, com competência legal para exercer atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;

X – que a Deliberação da Assembleia Geral de Prefeitos do CIDESAPA e a Resolução nº 002/2026 autorizaram a celebração do presente instrumento, nos termos do Estatuto Social do Consórcio.

O **CIDESAPA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ARAGUAIA**, CNPJ nº 09.235.065/0001-90, com sede em Av. Bruno Pereira Valões, nº 61 A, Setor João Rocha, Pontal do Araguaia - MT, CEP 78.600-000, neste ato representado pelo presidente o Sr. FRANCISCO GONÇALVES NAVES, inscrito no CPF Nº 778.593.241-78, RG nº 815.381, SSP/MT, celebram o presente Termo, com fundamento no art. 241 da Constituição Federal, na Lei nº 11.107/2005 e no Decreto nº 6.017/2007, conforme sua pertinência, observadas a legislação municipal, o contrato de consórcio, as normas profissionais e as cláusulas, doravante denominado **CONVENENTE-DELEGANTE**, com a interveniência da **PREFEITURA**, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. **ADILSON GONÇALVES DE MACEDO**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT e a **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – AGIRF,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.836.166/0001-07, instituída pela Lei Municipal nº 410/2025, autarquia de regime especial, dotada de autonomia orçamentária, financeira, funcional e administrativa, com sede e foro na cidade de Barra do Garças/MT, e prazo de duração indeterminado, sediada na Rua Bororos nº 1150, centro, na cidade de Barra do Garças/MT, CEP 78.600-003, representada neste ato por seu Diretor Presidente **FERNANDO SALDANHA FARIAS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Bororos nº 32, centro, Barra do Garças – MT, titular da CI/RG 1471298-9 SSP/MT e CPF 703.707.371-72, doravante denominada **CONVENENTE-DELEGATÁRIA**, pautados na Deliberação da Assembleia Geral de Prefeitos do CIDESAPA, de 19 de agosto de 2026, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO**, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**DO OBJETIVO DO CONVÊNIO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA -** Constitui objeto do presente Convênio de Cooperação a **DELEGAÇÃO**, mediante gestão associada, de competências municipais de regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de resíduos sólidos dos municípios vinculados ao Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Portal do Araguaia **– CIDESAPA**, serviços estes que serão prestados pela concessionária a ser definida em processo licitatório na modalidade Concorrência, para a **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - AGIRF,** na forma da Lei Federal n. 11.445/2007, autorizado pelos artigos 24 e 25 da **RESOLUÇÃO 002/2026**, da Assembleia Geral do **CIDESAPA,** visando assegurar a prestação de serviço adequado, assim entendida, àqueles que satisfazem as condições de universalidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação e modicidade nas suas tarifas;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENENTES**

2.1. São obrigações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PÚBLICO INTERMUNICIPAL CIDESAPA NOS TERMOS DOS ARTIGOS 24 E 25 DO ESTATUTO e de seus MUNICÍPIOS CONSORCIADOS:

a) celebrar, informar aos respectivos Poderes Executivos e Legislativos Municipais e dar publicidade do presente convênio de delegação das competências de regulação e fiscalização, vinculado aos componentes de serviços de resíduos sólidos prestados mediante concessão plena ou administrativa;

b) fornecer a AGIRF todas as informações referentes aos serviços públicos municipais de resíduos sólidos;

c) colaborar com a AGIRF no acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas do Plano Municipal/Regional de Saneamento dos Municípios vinculados ao CISPAR em relação aos resíduos sólidos e dos Planos Municipais respectivos;

d) colaborar com a AGIRF no estabelecimento e revisão de normas regulamentares e metas previstas visando à eficiência na regulação, fiscalização e prestação dos serviços;

e) participar ativamente do Conselho de Regulação e Controle Social com vistas à participação social nas discussões de fiscalização e regulação dos serviços públicos de resíduos sólidos dos Municípios vinculados ao CIDESAPA.

f) incluir no contrato de concessão e exigir o cumprimento das seguintes obrigações do concessionário:

I- fornecer a AGIRF todas as informações referentes à prestação de serviços públicos de resíduos sólidos;

II- colaborar com a AGIRF no acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas do Plano Municipal/Regional de Saneamento dos Municípios vinculados ao CIDESAPA em relação aos resíduos sólidos e do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

III- colaborar com a AGIRF no estabelecimento e revisão de normas regulamentares e metas previstas visando à eficiência na regulação, fiscalização e prestação dos serviços;

IV- manter arquivos de todas as informações e documentos relativos às redes, instalações e equipamentos utilizados na prestação dos serviços;

V- participar do Conselho de Regulação e Controle Social com vistas à implementação da participação social nas discussões de fiscalização e regulação;

VI - pagar a taxa de regulação fixada no presente convênio cos os recursos da taxa de lixo repassada pelos municípios consorciados;

VII- fixar critérios, indicadores, fórmulas, padrões e parâmetros de qualidade dos serviços e de desempenho, zelando por sua observância e estimulando a constante melhoria da qualidade, produtividade e eficiência, bem como a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;

VIII-garantir a AGIRF o acesso aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros, mantidos o sigilo sobre as informações de caráter industrial e comercial, na forma da Lei;

IX- receber, apurar e encaminhar soluções relativas às reclamações dos usuários, que serão cientificados das X- proteger os interesses e direitos dos usuários, impedindo a discriminação entre eles, bem como coibir práticas abusivas que afetem os serviços regulados;

XI - encaminhar solicitação de reajuste e revisão das taxas, tarifas e outras formas de contraprestação dos serviços públicos de resíduos sólidos a AGIRF.

g) As PARTES acordam que as atividades inerentes à organização e gestão dos SERVIÇOS objeto deste CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO serão atribuídas ao CIDESAPA, com exclusividade. providências tomadas;

**2.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA AGIRF:**

a) realizar a gestão associada de serviços públicos, através do exercício das atividades de regulação e fiscalização de prestação dos serviços públicos de resíduos sólidos dos municípios vinculados ao CIDESAPA, com acompanhamento do prestador dos serviços;

b) verificar e acompanhar, por parte do prestador dos serviços, o regular cumprimento do Plano de Saneamento Básico dos Municípios vinculados ao CIDESAPA em relação aos resíduos sólidos;

c) fixar, reajustar e revisar valores das taxas, tarifas e outras formas de contraprestação dos serviços públicos de resíduos sólidos dos vinculados ao CIDESAPA, com a finalidade de assegurar tanto o equilíbrio econômico-financeiro da prestação desses serviços, bem como a modicidade das tarifas, mediante mecanismos que induzam a eficiência dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

d) homologar, regular e fiscalizar, inclusive as questões tarifárias vinculadas à prestação de serviços públicos de resíduos sólidos dos Municípios vinculados ao CIDESA;

e) editar regulamentos, abrangendo as normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, a que se refere o art. 23 da Lei Federal nº 11.445/2007;

f) exercer fiscalização e poder de polícia relativo aos serviços públicos mencionados, em especial a aplicação de penalidades por descumprimento de preceitos administrativos ou contratuais, bem como em casos de intervenção e retomada da operação dos serviços delegados, conforme condições previstas em leis e em documentos contratuais;

g) proceder à análise, fixação, revisão e reajuste dos valores de taxas, tarifas e outros preços públicos, bem como a elaboração de estudos e planilhas referentes aos custos dos serviços e sua recuperação;

h) receber, apurar e encaminhar, através de sua Ouvidoria, as reclamações dos usuários, que serão cientificados das providências tomadas;

i) criar e operar sistema de informações sobre a prestação de serviços públicos de resíduos sólidos na área da gestão associada, em articulação com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNISA);

j) comunicar aos órgãos competentes os fatos que possam configurar infração à ordem econômica, ao meio ambiente ou aos direitos do consumidor;

k) dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre os agentes setoriais, bem como entre estes e os usuários, com o apoio, quando for o caso, de peritos especificamente designados;

l) deliberar quanto à interpretação das leis, normas e contratos, bem como sobre os casos omissos;

m)definir a pauta das revisões tarifárias, assim como os procedimentos e prazos de revisões e reajustes, ouvidos o titular, os usuários e o prestador dos serviços;

n) divulgar anualmente relatório detalhado das atividades realizadas, indicando os objetivos e resultados alcançados;

2.3. São obrigações COMUNS a todos os signatários:

a) zelar pela boa qualidade da prestação de serviços públicos de resíduos sólidos e estimular o aumento da sua eficiência;

b) cumprir e fazer cumprir as disposições do presente convênio, referente à legislação e a regulamentação aplicáveis;

c) desenvolver ações que valorizem a economia de água, a fim de viabilizar políticas de preservação dos recursos hídricos, a minimização da produção de resíduos, a separação e reciclagem, visando a redução do impacto ao meio ambiente;

d) promover a articulação entre os convenentes e os órgãos reguladores de setores dotados de interface com o saneamento básico, especialmente os de recursos hídricos, proteção do meio ambiente, saúde pública e ordenamento urbano.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência do presente Convênio de Cooperação será indeterminado, a partir da sua assinatura e publicação do contrato de concessão dos serviços públicos de resíduos sólidos pelo CIDESAPA, data a partir da qual será devida a Taxa de Regulação e Fiscalização de que trata a Cláusula Quarta do presente convênio.

3.2. O início da vigência do presente Convênio de Cooperação poderá ser alterado, de acordo com os interesses das partes, para coincidir com o início da vigência do contrato de concessão.

3.3. Caso as partes manifestem expressamente a opção por suspensão das obrigações assumidas pelas partes, nos termos do item anterior, ficam suspensas as atividades de Regulação e Fiscalização e a respectiva cobrança durante o mesmo período.

3.4. O presente Convênio poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo ao Convênio de Cooperação.

**CLÁUSULA QUARTA - DA REGULAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**4.1.** A Agência de Regulação e Fiscalização – AGIRF atuará como Entidade Reguladora dos Serviços, exercendo a regulação e a fiscalização nas áreas econômica, contábil, financeira, jurídica, técnica, operacional e de atendimento, inclusive autorizando a revisão e o reajuste das tarifas, nos termos legais, contratuais e regulamentares, especialmente no que se refere:

a) Aos aspectos comercial, técnico-operacional, econômico-financeiro da prestação dos serviços;

b) À avaliação da eficiência e da eficácia dos serviços prestados;

c) À repressão de práticas abusivas que afetem os serviços regulados;

d) À comunicação com os órgãos competentes de fatos que possam configurar infração à ordem econômica ou que causem danos ao meio ambiente e à saúde pública;

e) À supervisão, avaliação e controle do cumprimento da legislação específica aplicável e das normas de regulação;

f) Ao acompanhamento do cumprimento das metas de expansão e de indicadores de evolução da qualidade dos serviços, observado o Plano Municipal de Saneamento Básico;

g) À edição de normas concernentes à regulação, nos termos da Lei;

**CLÁUSULA QUINTA - DAS TAXAS DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

5.1. Fica instituída a Taxa de Regulação e Fiscalização – TRF, devida mensalmente pelo CONCESSIONÁRIO à CONVENENTE-DELEGATÁRIA, calculada sobre a receita bruta mensal efetivamente faturada decorrente da tarifa de manejo de resíduos sólidos.

5.2. O valor da TRF corresponderá ao montante que resultar da aplicação, pela CONVENENTE-DELEGATÁRIA, de um dos seguintes critérios, conforme seu entendimento técnico e motivado: I – 4% (quatro por cento) sobre a receita bruta mensal faturada da tarifa de manejo de resíduos sólidos; ou II – 120 (cento e vinte) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso – UPF/MT, por mês.

5.3. A escolha do critério de cálculo compete à CONVENENTE-DELEGATÁRIA, que deverá formalizá-la em ato normativo próprio, devidamente motivado, considerando a natureza, a escala e a complexidade dos serviços a serem regulados e fiscalizados, bem como a necessidade de garantir a suficiência dos recursos para o custeio integral da atividade regulatória.

5.4. O recolhimento da TRF será feito até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do faturamento, mediante documento de arrecadação emitido pela CONVENENTE-DELEGATÁRIA, acompanhado da memória de cálculo correspondente ao critério adotado.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE SOCIAL E ACOMPANHAMENTO**

**6.1 -** Em atendimento ao disposto na Lei nº 11.445/07, que exige a designação do exercício do CONTROLE SOCIAL, o CIDESAPA e os municípios consorciados definirão em normativas específicas os mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informa-

ções, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos regulados.

**6.2 -** Ao Controle Social designado pelo CIDESAPA e municípios consorciados, será dado conhecimento deste Termo de Convênio, nos termos e condições especificados em lei.

**6.3 -** Ao Conselho Consultivo da AGIRF, será dado conhecimento deste Termo de Convênio, nos termos e condições especificados pela Lei Municipal nº 410/2025.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO**

7.1 - O Convênio de Cooperação será extinto nas seguintes hipóteses:

I - Unilateralmente, por meio de denúncia motivada, no caso de relevante interesse público, especialmente no caso de risco à continuidade da prestação dos serviços;

II - Mediante declaração de vontade, firmado em comum acordo entre o CIDESAPA e AGIRF – Agência DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, devendo ser mantido a continuidade dos serviços pelo prazo de 60 (sessenta) dias da assinatura do instrumento de rescisão amigável;

III – Com a finalização e/ou extinção da concessão, sem que haja prorrogação.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES**

**8.1 -** O presente instrumento poderá ser modificado a qualquer tempo, por meio de Termo Aditivo, com concordância dos partícipes.

**CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

**9.1 -** A publicação, por extrato, do presente Instrumento no Diário Oficial será providenciada pelo INTERVENIENTE e pelo CONVENENTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data da assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

**9.1 -** Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Barra do Garças/MT, para dirimir controvérsias oriundas do presente Instrumento.

E, por estarem de comum acordo, firmam o presente Convênio de Cooperação em 4 vias de igual teor e forma para um só efeito legal, em juízo e fora dele, na presença das testemunhas, que também subscrevem.

Barra do Garças-MT, 09 de setembro de 2026.

| |
|---|
| **CIDESAPA**<br>**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA**<br>**Francisco Gonçalves Naves**<br>**Presidente**<br>**MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS/ MT**<br>**Adilson Gonçalves de Macedo**<br>**Prefeito Municipal** |
| **FERNANDO SALDANHA FARIAS**<br>Diretor Presidente da AGIRF |
| **Testemunhas:**<br>1.<br>2. |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

**ADMINISTRAÇÃO**
**REGULAMENTO PARA O 6º CONCURSO DE DECORAÇÃO NATALINA “NATAL DE FÉ E MAGIA”**

A Comissão Organizadora do 6º Concurso de Decoração Natalina – Natal Fé e Magia, **constituída por representantes da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Finanças, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo, e da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer,** aprova o regulamento do Concurso nos seguintes termos:

**1. OBJETIVOS**

1.1. Despertar e fortalecer os valores imateriais que são a essência do Natal e que afloram na humanidade nesta época do ano, quais sejam: solidariedade, bondade, simplicidade, religiosidade.

1.2. Envolver a população em geral e o comércio em torno do evento.

1.3. Espalhar o clima natalino por toda a cidade, através de decoração nos portais, praças, ruas, portões, casas e comércios.

1.4. Despertar e valorizar os talentos artísticos da população local.

1.5. Proporcionar a aproximação entre a população local e os proprietários de comércios.

1.6. Seguir políticas públicas convergentes com o desenvolvimento turístico sustentável.

**2. DO CONCURSO**

2.1. Poderão participar do concurso os moradores de imóveis residenciais urbanos e estabelecimentos comerciais existentes no município de Água Boa.

2.2. A Pessoa Jurídica ou Física inscrita é também responsável pela segurança elétrica e estrutural dos ornamentos utilizados na decoração.

2.3. O tema da decoração deverá estar diretamente ligado ao Natal.

2.4. O material utilizado na decoração ficará a cargo de cada participante com inteira liberdade de escolha.

2.5. Os objetos utilizados nas decorações não poderão atrapalhar o livre trânsito nas calçadas ou locais públicos.

2.6. O participante poderá iniciar a decoração a qualquer tempo, mas deverá estar atento ao prazo de inscrição.

2.7. A decoração deverá ser instalada na parte externa do imóvel. Em se tratando de Imóvel Comercial será admitida também a decoração na vitrine.

**3. DAS INSCRIÇÕES**

3.1. As inscrições dos interessados nas categorias devem ser realizadas no período de 11 de novembro à 30 de novembro de 2026, na recepção da Prefeitura Municipal de Água Boa.

3.2. Na ficha de inscrição deverá (ão) constar o(s) nome(s) do(s) responsável (eis) pela decoração.

3.3. Cabe aos participantes tomar as providências necessárias para a inscrição no presente concurso dentro do prazo de inscrição, bem como providenciar todos os materiais necessários para a decoração.

3.4. No ato da inscrição o participante deverá apresentar cópia da Carteira de Identidade no caso de pessoa física ou cópia do CNPJ no caso de pessoa jurídica.

3.5. A inscrição neste concurso implica total e absoluta concordância com os termos/normas contidos neste Regulamento.

3.6. A Prefeitura Municipal e/ou Comissão Organizadora não se responsabiliza pelos gastos realizados, ficando a cargo de cada participante o custo dos materiais e montagem dele decorrentes.

3.7. Não poderão participar do concurso, membros da Comissão Organizadora e da Comissão Julgadora.

3.8. A inscrição será gratuita, sendo vedada a cobrança de valor a qualquer título que for.

3.9. O Prêmio não será transferido para outro imóvel que não seja o inscrito no concurso de decoração natalina.

**4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

4.1. Encerrado o prazo das inscrições, o estabelecimento comercial e/ou residência será visitado pela Comissão Julgadora.

4.2. Os critérios de avaliação a serem considerados são:

4.2.1. **Criatividade e beleza**, englobando: **a)** diversidade de materiais utilizados para a confecção do cenário; **b)** iluminação; e **c)** cuidado no acabamento e limpeza geral do espaço.

4.2.2. **Originalidade e inovação**, englobando: **a)** cenário; **b)** impacto visual; e **c)** harmonia de cores.

4.3. Os critérios de avaliação são divididos em duas categorias principais, com a seguinte pontuação máxima para cada quesito:

**4.3.1. Criatividade e Beleza (total de até 60 pontos):**

a) Diversidade de materiais utilizados para a confecção do cenário: até 20 (vinte) pontos.

b) Iluminação: até 20 (vinte) pontos.

c) Cuidado no acabamento e limpeza geral do espaço: até 20 (vinte) pontos.

**4.3.2. Originalidade e Inovação (total de até 40 pontos):**

a) Cenário: até 20 (vinte) pontos.

b) Impacto visual: até 10 (dez) pontos.

c) Harmonia de cores: até 10 (dez) pontos.

**4.4.** A pontuação máxima total será de 100 (cem) pontos por decoração.

**5. DA CONSTITUIÇÃO DO JÚRI**

5.1. O júri será composto por uma Comissão Julgadora, a ser designada por ato da Prefeita municipal, composta por três integrantes, sendo:

5.1.1. Um (1) representante da ACEAB; Um (1) representante da CDL e; Um (1) representante da sociedade civil;

**6. DA AVALIAÇÃO E DO JULGAMENTO**

6.1. Os membros da Comissão Julgadora selecionarão o melhor trabalho de cada categoria, de acordo com os requisitos mencionados no item 4, subitem 4.2 deste Regulamento.

6.2. Para efeito do julgamento da categoria Comércio será analisada a decoração interna (vitrine de loja e interior do estabelecimento) e externa (fachada geral do estabelecimento comercial).

6.3. Para efeito do julgamento da categoria Residência Urbana será analisada a decoração da casa, fachada e jardim externo.

6.4. Para o efeito Criatividade serão considerados os seguintes aspectos: capacidade de invenção e a utilização de materiais reciclados na composição da ornamentação, assim como a criatividade no aproveitamento dos materiais em torno do tema natalino.

6.5 Das decisões da Comissão Julgadora, não haverá recurso.

**7. DA PREMIAÇÃO**

7.1. Todas as categorias relacionadas no item 2, subitem 2.1, terão a seguinte premiação: os prêmios serão concedidos na forma de descontos sobre o tributos municipais IPTU, que estiver sujeito a empresa e o imóvel que vier a ser decorado. Os descontos serão concedidos sobre os tributos relativos ao exercício seguinte da realização do concurso.

**7.1.1. RESIDÊNCIAS URBANAS:**

1º lugar – desconto IPTU de 100% 2º lugar - desconto IPTU de 70%

3º lugar – desconto IPTU de 50%

**7.1.2. COMÉRCIO:**

1º lugar – desconto IPTU de 70% 2º lugar - desconto IPTU de 50% 3º lugar – desconto IPTU de 30%

**8. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO E DA ENTREGA DOS PRÊMIOS**

8.1. A divulgação do resultado será no dia de encerramento das atividades do *"Natal Fé e Magia".*

**9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. Em hipótese alguma serão recebidas inscrições após a data estipulada neste Regulamento.

9.2. A decoração deverá permanecer montada no mínimo até o dia do encerramento da promoção, ou seja, dia 06 de janeiro de 2027.

9.3. As decorações apresentadas em desacordo com o regulamento ou fora do prazo estabelecido serão desclassificadas.

9.4. Fica concedida pelo inscrito e responsável legal do imóvel, autorização para os organizadores deste concurso a usar em publicações imagens, nome e voz em qualquer tipo de mídia e peças promocionais para divulgação dos resultados do concurso, inclusive na internet, sem qualquer ônus ao promotor do concurso.

9.5. A Comissão Organizadora decidirá sobre os casos omissos neste regulamento, não cabendo recursos sobre suas decisões, a qualquer pretexto.

9.6. Mais informações poderão ser obtidas por meio do telefone: 3468-6403.

**6º EDIÇÃO DO CONCURSO DE DECORAÇÃO NATALINA**

**COMISSÃO DE JULGAMENTO – PONTUAÇÃO POR QUESITO**

N° Inscrição: Nome do Inscrito:

Residência ( ) Comércio ( )

**CRIATIVIDADE E BELEZA:**

| **QUESITOS AVALIADOS** | **VALOR** | **NOTA ATRIBUÍDA** |
|---|---|---|
| Materiais utilizados 20 pontos | | |
| Iluminação 20 pontos | | |
| Acabamento/limpeza do espaço | | |
| 20 pontos | | |
| Total **60 pontos** | | |

**ORIGINALIDADE E INOVAÇÃO:**

**QUESITOS AVALIADOS** **VALOR** **NOTA ATRIBUÍDA**

Cenário 20 pontos

Impacto visual 10 pontos

Harmonia de cores 10 pontos

Total **40 pontos**

**Resultado Final :** Assinatura Jurado: Data: / /

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

**6º CONCURSO DE DECORAÇÃO NATALINA "NATAL DE FÉ E MAGIA"**

| **IDENTIFICAÇÃO - PESSOA FÍSICA/JURÍDICA** | | |
|---|---|---|
| **NOME COMPLETO:** | | |
| **NOME DO COMÉRCIO:** | | |
| **TELEFONE:** | **E-mail:** | |
| **ENDEREÇO COMPLETO (Rua/Avenida/Número/Complemento):** | | |
| **CNPJ/CPF:** | **RG:** | **Órgão Expedidor:** |

( )Declaro que aceito os termos do Regulamento para o 5º Concurso de Decoração Natalina "Natal de Fé e Magia".

Assinatura /data:

Assinatura responsável pela inscrição:

Via Participante.

- - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - -

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

**6º CONCURSO DE DECORAÇÃO NATALINA "NATAL DE FÉ E MAGIA"**

| **IDENTIFICAÇÃO - PESSOA FÍSICA/JURÍDICA** | | |
|---|---|---|
| **NOME COMPLETO:** | | |
| **NOME DO COMÉRCIO:** | | |
| **TELEFONE:** | **E-mail:** | |
| **ENDEREÇO COMPLETO (Rua/Avenida/Número/Complemento):** | | |
| **CNPJ/CPF:** | **RG:** | **Órgão Expedidor:** |

( )Declaro que aceito os termos do Regulamento para o 5º Concurso de Decoração Natalina "Natal de Fé e Magia".

Assinatura/data:

Assinatura responsável pela inscrição:

Via Prefeitura.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

### AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO ARAGUAIA – MT.** Sagraram-se vencedoras do certame as seguintes empresas: **MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES** (94389400000184) no valor total de R$ 39.585,00 (trinta e nove mil e quinhentos e oitenta e cinco reais). **CK COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (32534969000139) no valor total de R$ 15.302,00 (quinze mil e trezentos e dois reais). **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** (54322844000188) no valor total de R$ 2.806,80 (dois mil e oitocentos e seis reais e oitenta centavos). **VERTICE MEDICAMENTOS LTDA** (60146737000149) no valor total de R$ 64.306,00 (sessenta e quatro mil e trezentos e seis reais). **VIGMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (63190163000102) no valor total de R$ 27.270,00 (vinte e sete mil e duzentos e setenta reais). **SANCOMAR COMERCIAL LTDA.** (03220288000106) no valor total de R$ 2.918.000,00 (dois milhões e novecentos e dezoito mil reais). **TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (35959514000153) no valor total de R$ 149.669,00 (cento e quarenta e nove mil e seiscentos e sessenta e nove reais). **RIFEV SOLUCOES INTEGRADAS LTDA** (12400900000105) no valor total de R$ 52.247,00 (cinquenta e dois mil e duzentos e quarenta e sete reais). **OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA** (05895525000156) no valor total de R$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais). **INOVACOES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA** (32138304000106) no valor total de R$ 56.481,50 (cinquenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos). **DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (19316524000114) no valor total de R$ 539,91 (quinhentos e trinta e nove reais e noventa e um centavos). **MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES** (21681325000157) no valor total de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais). **M MED COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME** (28387424000170) no valor total de R$ 37.965,00 (trinta e sete mil e novecentos e sessenta e cinco reais). **3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EPP** (29043834000166) no valor total de R$ 29.485,00 (vinte e nove mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais). **DOM BOSCO HOSPITALAR EIRE-**

**LI** (35020039000155) no valor total de R$ 58.505,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos e cinco reais). **PHOENIX DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E CORRELATOS LTDA** (45107793000180) no valor total de R$ 17.263,00 (dezessete mil e duzentos e sessenta e três reais). **EREMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (41340103000188) no valor total de R$ 8.000,00 (oito mil reais). **REALMED HOSPITALAR EIRELI** (04847959000118) no valor total de R$ 461.362,48 (quatrocentos e sessenta e um mil e trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos). **CBA FARMA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMCEUTICOS LTDA** (07944844000130) no valor total de R$ 17.837,20 (dezessete mil e oitocentos e trinta e sete reais e vinte centavos). **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI** (09315996000107) no valor total de R$ 11.470,00 (onze mil e quatrocentos e setenta reais). **SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS FILIAL SP** (09944371000368) no valor total de R$ 7.415,00 (sete mil e quatrocentos e quinze reais). **L.E COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA** (44134704000122) no valor total de R$ 439.675,00 (quatrocentos e trinta e nove mil e seiscentos e setenta e cinco reais). **MHL MEDICAL LTDA** (66392375000152) no valor total de R$ 188.291,78 (cento e oitenta e oito mil e duzentos e noventa e um reais e setenta e oito centavos). **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.** (67729178000491) no valor total de R$ 61.582,00 (sessenta e um mil e quinhentos e oitenta e dois reais). **FARMAUSA LIFE SCIENCE LTDA** (41913600000128) no valor total de R$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais). **LIFE MEDICAL LTDA** (61447600000197) no valor total de R$ 40.868,60 (quarenta mil e oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos). **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELE ME** (12313826000190) no valor total de R$ 803.624,26 (oitocentos e três mil e seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e seis centavos). **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA** (51740794000160) no valor total de R$ 6.483,30 (seis mil e quatrocentos e oitenta e três reais e trinta centavos). **MEDSHOP HOSPITALAR LTDA** (54541915000133) no valor total de R$ 11.283,66 (onze mil e duzentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos). **GOLDENPLUS COM DE MED E PROD HOSP LTDA** (17472278000164) no valor total de R$ 42.137,50 (quarenta e dois mil e cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos). **CALLMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA** (09135378000177) no valor total de R$ 23.933,10 (vinte e três mil e novecentos e trinta e três reais e dez centavos). **TELES SOLUÇOES EMPRESARIAIS LTDA** (48566347000122) no valor total de R$ 6.528,00 (seis mil e quinhentos e vinte e oito reais). **INOVAMED HOSPITALAR LTDA** (12889035000102) no valor total de R$ 72.419,00 (setenta e dois mil e quatrocentos e dezenove reais). **DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (02520829000140) no valor total de R$ 59.010,00 (cinquenta e nove mil e dez reais). **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (81706251000198) no valor total de R$ 154.426,40 (cento e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos). **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI** (12418191000195) no valor total de R$ 49.650,00 (quarenta e nove mil e seiscentos e cinquenta reais). **C.A. HOSPITALAR LTDA** (26457348000104) no valor total de R$ 73.573,20 (setenta e três mil e quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos). **PLAY PHARMA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (32321488000145) no valor total de R$ 115.485,90 (cento e quinze mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos). **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA** (25279552000101) no valor total de R$ 53.383,00 (cinquenta e três mil e trezentos e oitenta e três reais). **ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELLI** (27718661000103) no valor total de R$ 224.518,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos e dezoito reais). **ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALAR EIRELI** (02607956000181) no valor total de R$ 20.240,00 (vinte mil e duzentos e quarenta reais). **ASCLE BRASIL LTDA** (28911309000152) no valor total de R$ 8.559,00 (oito mil e quinhentos e cinquenta e nove reais). **JR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MED HOSPITALARES LTDA** (38182923000184) no valor total de R$ 6.287,50 (seis mil e duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). **NEXXA FARMACÊUTICA LTDA** (61812902000117) no valor total de R$ 7.000,00 (sete mil reais). **FENIX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (33398831000112) no valor total de R$ 39.635,00 (trinta e nove mil e seiscentos e trinta e cinco reais). **ALMEIDA FARMACEUTICA LTDA** (40455009000101) no valor total de R$ 6.710,40 (seis mil e setecentos e dez reais e quarenta centavos). **DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA** (76386283000113) no valor total de R$ 23.692,50 (vinte e três mil e seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos). **Itens desertos:** 132, 135, 136, 185, 196, 212, 343, 380, 396, 690, 708 e 719. **Itens fracassados:** 11, 45, 46, 92, 94, 114, 162, 167, 168, 193, 198, 199, 214, 254, 269, 271, 366, 367, 371, 379, 383, 385, 390, 430, 432, 453, 488, 518, 542, 546, 558, 575, 579, 585, 591, 605, 648, 649, 664, 665, 667, 669, 674, 680, 681, 689 e 696. ALTO ARAGUAIA - MT, 10 de novembro de 2026

**Leidiane Pereira Farias**

**Pregoeira**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 125/2000, DE 10 DE ABRIL DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 125/2000**

Alto Boa Vista, 10 de Abril de 2000.

**“CONTRATAR SERVIDORES POR TEMPO DETERMINADO”**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo contratar pessoal, em caráter excepcional nos termos do Art. 37º Inciso II da Constituição Federal e conforme Lei Estadual nº 5.984 de 19 de Dezembro de 1991.

Art. 2º - O regime para a contratação do capitulado no art. 1º será o Estatuário, por prazo determinado de 12 (doze) meses, com inicio em 01/01/2000 e término em 21/12/2000, até a realização de concurso público, com a respectiva legislação pertinente.

Art. 3º - Os benefícios previdenciários e de assistência médica dos contratados ficará a cargo do Instituto do Seguro Social – INSS.

Art. 4º - Os direitos e deveres dos contratados serão basilares da relação de trabalho, ficando os mesmos atinentes aos referidos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2000.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

_____

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 126/2000, DE 10 DE ABRIL DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 126/2000**

Alto Boa Vista, 10 de Abril de 2000.

**“DESPESAS COM O FUNDEF E SALÁRIO EDUCAÇÃO”**

Art. 1º - Fica criado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício financeiro do ano 2000, a previsão orçamentária para dar cobertura (ao programa do Salário Educação), digo, as despesas decorrentes com o FUNDEF, de acordo com a Lei nº 7.424/96.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a consignar no orçamento para o exercício financeiro do ano 2000, dotação orçamentária para dar cobertura ao programa do Salário Educação, conforme o disposto na Lei nº 7.043/98.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2000.

_____

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 045/2025, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA, E A EMPRESA OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

O Município de ALTO BOA VISTA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 37.465.143/0001-89 com sede administrativa a AV MOISÉS DORNELES MONTIEL – 975 – VILA REAL – CEP 78.655-000, ALTO BOA VISTA/MT, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. JOSÉ PEREIRA MARANHÃO**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº. 485.415.161-72, residente e domiciliado na cidade de ALTO BOA VISTA/MT, e, de outro lado, a empresa **OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° **48.368.182/0001-84**, estabelecida na rua peru n° 454, Bairro centro Cidade Ouro Verde do Oeste-PR, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr Joao Paulo Lenhardt, portador do RG n.º 84235636 SSP/PR, CPF n.º 066.158.319-88, tendo em vista o **Pregão Eletrônico nº. 011/2025**, **RESOLVEM celebrar o Primeiro Aditivo**, nos termos da Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06, Decreto Municipal n. 021/2025 e, subsidiariamente, podendo, de modo supletivo, na execução da contratação, serem aplicados os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, em especial, as Lei n. 8.078/90 e n. 13.655/18.

**1.1 DO OBJETO Cláusula primeira.**

1.2 **Aditivo a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Registro de Preços n. 045/2025,** por 12 (doze) meses.

**2.2 DA PRORROGAÇÃO Cláusula segunda**.

2.3. Fica prorrogada do dia 21 de setembro de 2026 a 20 setembro 2027 a vigência da Ata de Registro de Preços ora aditada. Parágrafo único.

2.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, conforme a cláusula segunda da Ata de Registro de Preço 045/2025, parágrafo 2.3.

**3.3 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO VALOR Cláusula terceira.**

3.1 O presente aditivo tem por objeto o valor sobre o Contrato original. Parágrafo único**.**

3.2 A presente alteração tem por finalidade exclusivamente recompor a equação econômico-financeira inicialmente estabelecida entre as partes, não constituindo reajuste periódico ou atualização monetária, mas revisão de preço para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, condicionada à comprovação dos fatos e dos custos que fundamentaram o pedido, conforme documentação constante do processo administrativo.

3.3 O presente reequilíbrio econômico-financeiro conforme a tabela IPCA de 2025 restringe-se exclusivamente aos preços unitários do Itens **7,13,69,79 e 98** permanecendo inalteradas as demais quantidades, especificações, obrigações, condições de fornecimento, prazos e demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento contratual original e seus respectivos aditivos, que permanecem plenamente vigentes e em conformidade com o pactuado.

| Item | Produto | Unidade | Marca | Qtd | Valor | VALOR ADITADO | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ACICLOVIR - CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG,FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO - BLISTER,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL | CP | PHARLAB | 10.000 | 0,21 | 0,22 | 2.200,00 |
| 7 | ACIDO FOLICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 0,2MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, VIA ORAL | FRASCO | NATUBRAS | 2.000 | 3,50 | 3,65 | 7.300,00 |
| 13 | ACIDO VALPROICO - CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML,FORMA FARMACEUTICA XAROPE,FORMA DE APRESENTACAO FRASCO 100 MILILITRO,VIA DE ADMINISTRAÇÃO ORAL | FRASCO | HIPOLABOR | 3.000 | 8,64 | 9,01 | 27.030,00 |
| 69 | ABT/METRONIDAZOL- METRONIDAZOL, CONCENTRAÇÃO [MG] 250, FORMA FARMACÊUTICA: COMPRIMIDO, BLISTER. | CP | PRATI | 10.000 | 0,21 | 0,22 | 2.200,00 |
| 79 | ATB/PENICILINAS- AMOXICILINA, CONCENTRAÇÃO [MG] 500, FORMA FARMACÊUTICA: CÁPSULA, BLISTER | CAPSULAS | UNICHEM | 30.000 | 0,25 | 0,26 | 7.800,00 |
| 98 | ATOMOXETINA, CLORIDRATO DE - CONCENTRACAO/DOSAGEM 10MG, FORMA DE APRESENTACAO EM CAPSULA-BLISTER, VIA ORAL- REMUME | CP | APSEN | 10.000 | 1,02 | 1,06 | 10.600,00 |

**4.4 DA FUNDAMENTAÇÃO Cláusula quarta**

4.1. Fica autorizada a adesão a esta ata de registro de preços Cláusula Nona, por órgãos ou entidades das Administrações Públicas Municipais, nos termos do §3º, do art. 86 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 021/2025.

**5.5 DA PUBLICAÇÃO Cláusula quinta.**

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista-MT, providenciará a publicação deste aditivo no Diário Oficial do Município cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número da Ata.

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 127/2000, DE 10 DE ABRIL DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 127/2000**

Alto Boa Vista, 10 de Abril de 2000.

**“FAZER DOAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA DO BARRACÃO DA EXTINTA CIBRAZEM”**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a doação da estrutura metálica de metade de um dos barracões da extinta Cibrazem para a Escola Estadual de 1º e 2º Graus João Rezende de Azevedo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

_____

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 128/2000, DE 12 DE JUNHO DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 128/2000**

Alto Boa Vista, 12 de Junho de 2000.

**“ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2001”**

Art. 1º - Em conformidade com o art. 165º, parágrafo 2º da Constituição Federal e art. 147º da Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2001.

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2001, abrangerá os Poderes Legislativos, Executivos, seus Órgãos, assim como a execução orçamentária obedecerá diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 3º - O projeto de Lei Orçamentária anual será elaborado em observância às diretrizes fixadas nesta Lei e às normas de financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 7º e 8 º do art. 165º da Constituição Federal da Lei nº 4320/64.

Parágrafo Único –

I – Orçamento Fiscal;

II – O Orçamento da Seguridade Social.

Art. 4º - A proposta orçamentária para 2001 conterá as metas e prioridades da administrações municipais, estabelecidas no Anexo I que integra esta Lei.

Art. 5º - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta Orçamentária para 2001, observando as determinações contidas nesta Lei, até o último dia útil do mês de abril de 2001.

§ 1º – A Secretaria de Finanças do Município ajustará quando necessário a proposta orçamentária da Câmara de Vereadores, tendo por base a participação percentual das despesas Legislativa na receita corrente municipal verificada no exercício anterior.

§ 2º – A participação percentual de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á ao montante da Receita prevista na forma do art. 6º, redundando no orçamento especifico da Câmara Municipal.

§ 3º – O repasse mensal do Legislativo, a que se refere o art. 168º da Constituição Federal, submeter-se-á ao principio da programação financeira de desembolso aludido nos art. 47º a 50º da Lei Federal nº 4.32/64.

Art. 6º - Os valores de receita e da despesa serão orçados com base na arrecadação de 2000, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária.

§ 1º - A Lei Orçamentária anual fixará os critérios de atualização das dotações a serem aplicada durante o exercício de 2001.

§ 2º - Os pedidos de créditos adicionais por excesso de arrecadação deverão ser instruídos por documentos produzidos pela contabilidade, que comprovem a ocorrência ou sua tendência no exercício.

§ 3º - Os créditos adicionais suplementares, por insuficiência de saldo de dotações e especial, por anulação será de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 7º - Deverá constar na proposta Orçamentária Anual, previsão orçamentária para das cobertura com as despesas decorrentes do FUNDEF de acordo com a Lei Federal nº 7.727/96.

Art. 8º - Deverá constar na Lei Orçamentária, dotações para dar cobertura ao programa do Salário Educação conforme disposto na Lei Federal nº 7.043/98.

Art. 9º - A proposta Orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos projetos, não podendo ser paralisadas sem autorização legislativa;

II - As despesas com o programa da dívida pública, salários e encargos sociais, terão prioridades sobre as ações de expansão dos serviços públicos;

III - A previsão para operações de créditos constará da proposta orçamentária desde que esteja vinculada a um programa especifico.

Art. 10º - As propostas para concessão de qualquer vantagem, ou aumento de remuneração ou para alterações de estrutura de carreira no corrente exercício deverão apresentar as justificativas e os critérios já utilizados, bem como comprovar a existência de recursos orçamentários suficientes para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 11º - As admissões de pessoal a qualquer título no exercício de 2001, ficam limitados às funções e cargos vagos.

Art. 12º - Excetuam-se dos limites do art. 11º desta Lei a criação de cargos e as admissões para atender às metas de expansão e melhoria de qualidade dos serviços públicos prioridade no anexo I.

Art. 13º - As despesas com pessoal ativo e inativo na administração direta e indireta não Poderão exceder o limite de 60% (sessenta por cento) das receitas correntes, conforme determina a Constituição Federal da República do Brasil.

Art. 14º - Deverão ser propostas à Câmara Municipal, no corrente exercício, projeto de Lei sobre alterações da legislação tributária, especialmente sobre instituição, aumento e redução de tributos, concessão de isenções, anistia e remissões de créditos Tributários, e outras matérias pertinentes, em função da política fiscal do município bem como da devida aplicação dos princípios constitucionais tributários.

Parágrafo Único – A concessão ou aplicação de isenções, anistia, remissões e benefícios de natureza tributária somente aprovada caso indique estimativas de renuncia da receita e respectivas despesas a serem anuladas.

Art. 15º - As propriedades estabelecidas no anexo I da presente Lei Poderão ser ajustados na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do projeto de Lei orçamentária anual.

Parágrafo Único – Os programas estabelecidos no anexo I terão prioridades sobre os ajustes verificados na Lei orçamentária.

Art. 16º - Poderão ser realizados outros programas não contemplados no anexo I, desde que sejam custeados com recursos de convênios com outras esferas de governo ou da iniciativa privada.

Art. 17º - No orçamento da seguridade Social as despesas serão desdobradas na forma do anexo II da Lei federal nº 4.320/64 que integra a Lei orçamentária anual.

Art. 18º - O Prefeito enviará até o dia 31/08/1999 projeto de Lei de orçamento anual à Câmara Municipal que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para a Sanção.

Art. 19º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

_____

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 129/2000, DE 12 DE JUNHO DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 129/2000**

Alto Boa Vista, 12 de Junho de 2000

**“REVOGA-SE A LEI Nº 110/99”**

Art. 1º - Fica revogada a Lei municipal nº 110/99 de 13 de Julho de 1999 por contrariar o Acordão de nº 1.044/99 de 25/05/99, do tribunal de contas do Estado de MT.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

_____

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 130/2000, DE 28 DE JUNHO DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 130/2000**

Alto Boa Vista, 28 de Junho de 2000.

**“TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS À CÂMARA MUNICIPAL”**

Art. 1º - As verbas orçamentárias referentes ao duodécimo, destinadas ao Poder Legislativo municipal, serão repassadas à Câmara Municipal automaticamente por ocasião dos repasses que o município recebe, ficando o Bando do Brasil S/A ao receber os respectivos valores, autorizado a depositar na conta corrente da Câmara Municipal ditos valores.

Parágrafo Único – Os valores referentes a arrecadação própria, referente aos tributos municipais arrecadados pelos Tesoureiro Municipal, serão repassados ao Poder Legislativo até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao da arrecadação.

Art. 2º - Para o cumprimento da presente Lei, fica o Secretário da Administração autorizado a informar ao Banco do Brasil S/A os valores a serem creditados à Câmara Municipal, antes de que sejam sacados quaisquer valores relativos as verbas recebidas pelo município, referente transferência de tributos, tomando-se por base a arrecadação do mês anterior.

§ 1º - A Tesouraria Municipal e o setor contábil procederão à escrituração dos repasses mediante a documentação expedida pelo Banco.

§ 2º - A possível diferença apurada nos valores repassados será compensada mês a mês.

Art. 3º - O Prefeito Municipal responderá por crime de responsabilidade, caso ocorra o descumprimento da presente Lei.

§ Único – O Secretário da Administração, que dolosamente informar ao Banco, valores incorretos dos repasses, será responsabilizado por crime contra a administração pública, na forma da Lei, cuja representação sra feita pelo Presidente da Câmara Municipal do Ministério Público.

Art. 4º - Nos casos do art. anterior, recebida a denúncia pelo Poder Judiciário, o denunciado será afastado do cargo que ocupa até o final julgamento.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 131/2000, DE 28 DE JUNHO DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 131/2000**

Alto Boa Vista, 28 de Junho de 2000.

**“MOVIMENTAR RECURSOS FINACEIROS EM CONTAS CORRENTES, JUNTO AO BANCO SICREDI”**

Art. 1º - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal autorizados a movimentar recursos financeiros oriundos de transferências e receitas próprias, em c/c junto ao Banco SICREDI, agência de Alto Boa Vista.

Art. 2º - A movimentação de que trata o art. 1º, obedecerá a legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 30 de maio de 2000.

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 132/2000, DE 01 DE SETEMBRO DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 132/2000**

Alto Boa Vista – MT, 01 de setembro de 2000

**“CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE”.**

Art. 1º - Fica criado no município de Alto Boa Vista, o Conselho Alimentação Escolar – CAE, órgão permanente e deliberativo, composto por representantes das administrações Municipal, dos professores, dos pais de alunos e outros segmentos da sociedade lo-

cal, conforme disposto na Medida Provisória nº 1.979-19 de 02/06/2000.

Art. 2º - Ao conselho de alimentação escolar – CAE, compete:

I – acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta PNAE;

II – zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas distribuição, observando sempre as boas praticas higiênicas e sanitárias;

III – receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas PNAE encaminhadas pelo município, na forma da medida provisória nº 1979-19 de 02/06/2000.

Art. 3º - O Conselho de Alimentação Escolar – CAE será constituído por sete membros e com a seguinte composição:

I – um representante do Poder Executivo, indicado pelo chefe deste Poder;

II – um representante do Poder Legislativo, indicado pela mesa diretora daquele Poder;

III – dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;

IV – dois representantes de pais de alunos, indicados pelos conselhos escolares, associação de pais e mestres ou entidades similares;

V – um representante de outro segmento da sociedade local;

§ 1º – cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria representada.

§ 2º – os membros e o presidente do CAE terão mandado de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 3º – o exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4º - Os órgãos e entidades Poderão, a qualquer tempo, propor, por intermédio do presidente a substituição dos seus respectivos representantes, desde que devidamente justificadas.

Art. 5º - será dispensado o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis intercaladas, no período de um ano.

Art. 6º - Os cargos de presidente, vice-presidente e secretário do CAE serão escolhidos por votação entre os conselheiros.

Art. 7º - O conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocados pelo presidente a requerimento da maioria de seus membros.

Art. 8º - As sessões plenárias do CAE, instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros e deliberará pela maioria dos votos dos presentes.

§ 1º – cada membro terá direito a um voto.

§ 2º – as decisões do CAE serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 9º - O CAE Poderá convidar entidades, autoridades e técnicos com conhecimento na área de alimentação para colaborarem em estudos instituídos no âmbito do CAE, sob coordenação de seus membros.

Art. 10º - A organização e funcionamento do CAE serão disciplinados em regimento interno, a ser aprovado pelos membros do conselho.

Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

_____

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL Nº 133/2000, DE 01 DE SETEMBRO DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 133/2000**

Alto Boa Vista, 01 de Setembro de 2000.

**“FIRMAR CONTRATO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDA JUNTO AO INSS”**

Art. 1º - Fica autorizado ao Município, firmar contrato de parcelamento de dívida junto ao INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º - A dívida de que diz respeito ao art. 1º, refere-se aos recolhimentos devidos à Previdência Social relativo a parte Empregado e Empregador não recolhidos, período de Fevereiro de 1998 à Dezembro de 1999.

Art. 3º - O parcelamento será efetuado em 240 (duzentos e quarenta mensais).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL Nº 134/2000, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 134/2000**

Alto Boa Vista, 07 de Novembro de 2000.

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO PARA 2001”**

Art. 1º - O orçamento do município de Alto Boa Vista para o exercício de 2001, estima a Receita e fixa Despesa em R$ 3.781.247,00 (três milhões, setecentos e oitenta e um mil e duzentos e quarenta e sete reais), discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

Art. 2º - A Receita será realizada mediantes a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

**1 – Executivo Municipal ..... R$ 3.781.247,00**

1 – Receitas Correntes ..... R$ 2.711.247,00

1.1 - Receita Tributária ..... R$ 226.500,00

1.2 – Receita Patrimonial ..... R$ 6.000,00

1.3 – Transferências Correntes ..... R$ 2.462.247,00

1.4 – Outras Receitas Correntes ..... R$

16.500,00

2 – Receitas De Capital ..... R$ 1.070.000,00

2.1 – Transferências De Capital ..... R$ 1.070.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros “Programa de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta lei.

**1 – Despesa Por Função De Governo ..... R$ 3.781.247,00**

1.1 – Legislativa ..... R$ 240.899,76

1.3 – Administração E Planejamento ..... R$ 470.800,00

1.4 – Agricultura ..... R$ 95.000,00

1.8 – Educação E Cultura ..... R$ 1.505.999,97

1.9 – Energia E Recursos Minerais ..... R$ 64.234,80

1.10 – Habitação E Urbanismo ..... R$ 703.000,00

1.13 – Saúde E Saneamento ..... R$ 320.500,00

1.15 – Assistência E Previdência ..... R$ 200.342,47

1.16 – Transporte ..... R$ 170.000,00

1.99 – Reserva De Contingência ..... R$ 10.470,00

**2 – Despesa Por Órgãos Do Governo E Da Administração ..... R$ 3.781.247,00**

2.1 – Câmara Municipal ..... R$ 240.899,76

2.1.1 – Câmara Municipal De Vereadores ..... R$ 240.899,76

2.2 – Gabinete Do Prefeito ..... R$ 197.500,00

2.2.1 – Gabinete Do Prefeito ..... R$ 155.000,00

2.2.2 – Junta De Serviço Militar ..... R$ 4.500,00

2.2.3 – Unidade Municipal De Cadastro ..... R$ 2.000,00

2.2.4 – Assessoria Jurídica ..... R$ 15.000,00

2.2.5 – Chefia De Gabinete ..... R$ 21.000,00

2.3 – Secretaria Geral ..... R$ 3.332.377,24

2.3.1 – Gabinete Secretário Geral ..... R$ 61.000,00

2.3.2 – Deptº Administrativo Finanças ..... R$ 306.642,47

2.3.3 – Deptº Agricultura, Pecuária E Meio Ambiente ..... R$ 155.000,00

2.3.4 – Deptº Educ. Cult. Desporto ..... R$ 1.122.999,97

2.3.4.1 – Fundo De Ensino Fund. Municipal – FUEFUM ..... R$ 347.000,00

2.3.4.2 – Fundo Munic. Salário Da Educação ..... R$ 40.000,00

2.3.5 – Deptº Obras Transp. Serv. Urbanos ..... R$ 897.234,80

2.3.6 – Fundo Munic. Saúde ..... R$ 305.500,00

2.3.7 – Deptº Promoção Social E Ação Comunitária ..... R$ 61.000,00

2.3.7.1 – Fundo Munic Assist. Social ..... R$ 29.000,00

2.3.7.2 – Fundo Municipal Do Idoso ..... R$ 7.000,00

2.9 – Reserva De Contingência ..... R$ 10.470,00

**3 – Despesa Por Categoria Econômica ..... R$ 3.781.247,00**

3.1 – Despesas Correntes ..... R$ 2.311.499,28

3.1.1 – Despesas De Custeio ..... R$ 1.755.500,00

3.1.2 – Transferências Correntes ..... R$ 555.999,28

3.2 – Despesas De Capital ..... R$ 1.459.277,72

3.2.1 – Investimentos ..... R$ 1.459.277,72

**4 – Despesa Por Programa De Trabalho Do Governo ..... R$ 3.781.247,00**

4.1 – Legislativo ..... R$ 240.899,76

4.7 – Administração ..... R$ 258.500,00

4.8 – Administração Financeira ..... R$ 212.300,00

4.14 – Produção Vegetal ..... R$ 45.000,00

4.15 – Produção Animal..... R$ 20.000,00

4.16 – Abastecimento ..... R$ 30.000,00

4.41 – Educ. Da Criança De 0 A 6 Anos ..... R$ 108.000,00

4.42 – Ensino Fundamental ..... R$ 880.529,97

4.44 – Ensino Superior ..... R$ 10.000,00

4.46 – Educ. Física E Desporto ..... R$ 155.000,00

4.47 – Assistência A Educandos ..... R$ 340.000,00

4.48 – Cultura ..... R$ 5.000,00

4.49 – Educação Especial ..... R$ 2.000,00

4.51 – Energia Elétrica ..... R$ .64.234,80

4.57 – Habitação ..... R$ 400.000,00

4.58 – Urbanismo ..... R$ 273.000,00

4.60 – Serviço De Utilidade Pública ..... R$ 25.000,00

4.75 – Saúde ..... R$ 300.500,00

4.76 – Saneamento ..... R$ 20.000,00

4.81 – Assistência ..... R$ 102.000,00

4.82 – Previdência ..... R$ 64.000,00

4.84 – Programa De Formação Do Patrimônio Do Servidor Público – PASEP ..... R$ 37.812,47

4.88 – Transporte Rodoviário ..... R$ 170.000,00

4.91 – Transporte Urbano ..... R$ 5.000,00

4.99 – Reserva De Contingência ..... R$ 10.470,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal na forma da lei autorizado a:

a) Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa, ns termos do art. 7º da lei 4.320/64, observado o disposto nos art. 42º e 43

º da Lei Federal nº 4.320/64, e de conformidade com os incisos V e VI do art. 167º da Constituição Federal.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2001, revogadas as disposições em contrário.

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 135/2000, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2000**

**LEI MUNICIPAL Nº 135/2000**

Alto Boa Vista, 07 de Novembro de 2000.

**“TRANSFORMAÇÃO DA ÁREA RURAL EM ÁREA URBANA, APROVA O LOTEAMENTO DO BAIRRO ‘VILA REAL’”**

Art. 1º - Fica transformada em área urbana o imóvel pertencente a Simão Sarkis Simão, com área de 16.34, 05 hectares, desmembrado da área, digo, de sua propriedade, conforme matricula nº 10.637, livro nº 02 do Cartório de 1º Ofício de São Félix do Araguaia – MT

Art. 2º - Fica aprovada na área referida no art. 1º da presente lei um loteamento urbano denominado ‘Vila Real’, conforme planta memorial descritiva em anexo.

Art. 3º - A incorporadora (proprietário), fica isento do pagamento do imposto predial e territorial urbano, sobre lotes não comercializados, pelo prazo de 06 (seis) anos, após a publicação da presente lei e ficará responsável pela comunicação ao Departamento de Arrecadação da Prefeitura Municipal, quando da venda dos mesmos.

Art. 4º - A instalação de rede elétrica será de responsabilidade do Município de Alto Boa Vista – MT, devendo ser levado a cabo nos próximos seis meses, após a aprovação desta lei.

Art. 5º - A incorporadora (proprietário), se compromete a transfe-

rir para o Município de Alto Boa Vista – MT, a totalidade das quadras 14 e 10 e os lotes 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, da quadra 08, tão logo o projeto do loteamento esteja aprovado no Cartório de Registro de Imóveis de São Félix do Araguaia – MT, para que seja utilizado para criação de áreas públicas dentro da forma prevista em lei.

Art. 6º - Por se tratar de área comercial e habitacional, o município de Alto Boa Vista – MT, fica obrigado a retirar no prazo máximo de seis meses o grupo gerador e instalações elétricas da Rede Cemat, que estão dentro da área.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

_____

**DEUSIMAR CARMO CANDIDO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 136/2001, DE 11 DE ABRIL DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 136/2001**

Alto Boa Vista, 11 de Abril de 2001.

**“CONTRATAR SERVIDORES POR TEMPO DETERMINADO”**

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal contratar pessoal, em caráter excepcional, nos termos do art. 37º § 2º da Constituição Federal e de conformidade com a Lei Estadual nº 5.984 de 19 de Dezembro de 1991.

Art. 2º - O regime para a contratação do capítulo no art. 1º será o Estatuário, por prazo determinado, com final em 31 de Dezembro de 2001, até a realização de concurso público para preenchimento das vagas, nos termos da legislação pertinente.

Art. 3º - Os benefícios previdenciários e de Assistência médica dos contratados ficarão a cargo do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, para o qual contribuirão obrigatoriamente.

Art. 4º - Os direitos e deveres dos contratados serão basilares da relação de trabalho, ficando os mesmos atinentes aos referidos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2001.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2025, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT E A EMPRESA 59.193.864 SERGIO APARECIDO GONÇALVES FILHO, PARA CONCESSÃO DE REEQUILÍBRI**

Pelo presente instrumento, O MUNICIPIO DE ALTO BOA VISTA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOSÉ PEREIRA MARANHÃO, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº. 485.415.161-72, residente e domiciliado na cidade de ALTO BOA VISTA/MT, e, de outro lado, a empresa 59.193.864 SERGIO APARECIDO GONÇALVES FILHO inscrita no CNPJ sob n° 59.193.864/0001-10,estabelecida na AV MOISES DORNELES MONTIEL – 1603 – SETOR BANDEIRANTES– ALTO BOA VISTA/MT – CEP 78.665 000,representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr SERGIO APARECIDO GONÇALVES FILHO, portador do RG/CPF n.º 038342691-07SESP/GO, tendo em vista o Pregão Eletrônico n. 002/2025, Resolvem celebrar o **Segundo Aditivo**, nos termos da Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06, Decreto Municipal n. 015/2025 e, subsidiariamente, podendo, de modo supletivo, na execução da contratação, serem aplicados os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, em especial, as Lei n. 8.078/90 e n. 13.655/18 e demais legislações complementares para a eventual aquisição do objeto a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1- Constitui objeto do presente aditivo a Prorrogação da Vigência da Ata de Registro de Preços n. 014/2025 por 12(doze) meses.

1.2- Período da Vigência Ata de Registro de Preço vai de 08 abril 2026 a 07 abril 2027.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

**1.1. - O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NOS TERMOS AUTORIZADA A ADESÃO A ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO §3º, DO ART.86. DA LEI 14.133/2021 E DECRETO MUNICIPAL Nº 015/2025.**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

2.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço mensal registrado para o item referente à locação de trator de esteira, constante da Ata de Registro de Preços nº 014/2025.

2.2. O reequilíbrio ora formalizado decorre da comprovação documental da elevação dos custos relacionados à execução do objeto, conforme documentação apresentada pela fornecedora e aprovada pela Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO NOVO PREÇO REGISTRADO**

3.1. Em decorrência do reequilíbrio econômico-financeiro de 25% (vinte e cinco por cento), o preço mensal do item passa a ser o seguinte:

| **Descrição** | **Valor** |
|---|---|
| Preço mensal anteriormente registrado | R$ 12.000,00 |
| Percentual de reequilíbrio concedido | 25% |
| Valor correspondente ao reequilíbrio | R$ 3.000,00 |
| **NOVO PREÇO MENSAL REGISTRADO** | **R$ 15.000,00** |

3.2. O novo preço mensal de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) substituirá o valor anteriormente registrado de R$ 12.000,00 (doze mil reais), observadas as condições e os quantitativos originalmente estabelecidos na Ata, sem acréscimo de quantidades em decorrência deste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA E DOS EFEITOS FINANCEIROS**

4.1. O presente Termo Aditivo produzirá efeitos a partir de 09 de novembro 2026, não sendo admitida a aplicação retroativa sem fundamento jurídico e autorização expressa no processo administrativo.

4.2. Permanecem observados o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 014/2025 e o respectivo termo de prorrogação já celebrado, não implicando este instrumento nova prorrogação de prazo.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO**

5.1. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 014/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

6.1. O Município providenciará a divulgação do presente instrumento na forma e nos prazos previstos na legislação aplicável, observadas as exigências de publicidade e transparência dos atos administrativos.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo Aditivo em vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2026, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA-MT E A EMPRESA ALAOR BASTOS CARDOSO.**

O Município de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Moises D. Montiel, n° 975, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.465.143/0001-89, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal o Sr. **JOSE PEREIRA MARANHÃO**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº. 2743559 emitida pela SSP-MT e do CPF nº. 485.413.161-72, residente e domiciliado na Rua Simão Sarkis Simão, n° 15, setor Bandeirantes, nesta cidade de Alto Boa Vista – MT, neste ato de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado o Sr. **ALAOR BASTOS CARDOSO,** brasileiro, casado, produtor rural, portador do RG nº 2457291 SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 280.517.421-68, residente na Chácara JP, Área Periurbana, assentamento Mãe Maria, CEP 78.665-000, município de Alto Boa Vista-MT, chamado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem celebrar o **Primeiro Aditivo** nos termos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 001/2026, Chamada Pública nº 001/2026**, Lei nº 14133/2021.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 – O presente Primeiro Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos originalmente previstos no Contrato nº 002/2026, decorrente do Processo Administrativo nº 001/2026 e da Chamada Pública nº 001/2026, mantendo-se os mesmos produtos, unidades de medida, preços unitários e condições de fornecimento estabelecidos no instrumento contratual original.

1.2 – O acréscimo quantitativo ora formalizado visa atender à continuidade e à manutenção das necessidades da Administração Pública, assegurando a regularidade do fornecimento dos gêneros alimentícios objeto da contratação. Os quantitativos aditados correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos originalmente contratados, conforme demonstrado na tabela abaixo, permanecendo inalterados os preços unitários pactuados.

1.3 – O acréscimo será aplicado exclusivamente aos quantitativos, não implicando alteração dos preços unitários ou das demais condições estabelecidas no contrato original.

| Produto/Marca | Und. | Qtd. Original | Qtd. Aditada (25%) | Qtd. Total | Periodicidade de Entrega | Preço Unitário (R$) | Valor Aditado (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ABÓBORA IN NATURA - DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COM POLPA COMPACTA E FIRME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. | KG | 40 | 5,00 | 45,00 | A COMBINAR | 5,76 | 28,80 |
| ALFACE CRESPA | KG | 50 | 12,50 | 62,50 | A COMBINAR | 38,14 | 476,75 |
| BANANA PRATA - DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COM POLPA COMPACTA E FIRME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. | KG | 180 | 45,00 | 225,00 | A COMBINAR | 10,08 | 453,60 |
| BANANA MAÇÃ - DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COM POLPA COMPACTA E FIRME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. | KG | 48 | 12,00 | 60,00 | A COMBINAR | 9,23 | 110,76 |
| COENTRO PORTUGUES | KG | 30 | 7,50 | 37,50 | A COMBINAR | 44,28 | 332,10 |
| CEBOLINHA VERDE | KG | 38 | 9,50 | 47,50 | A COMBINAR | 44,43 | 422,08 |
| SALSA | KG | 50 | 12,50 | 62,50 | A COMBINAR | 42,26 | 528,25 |
| MANDIOCA IN NATURA | KG | 60 | 15,00 | 75,00 | A COMBINAR | 8,33 | 124,95 |
| **VALOR TOTAL DO ACRÉSCIMO (25%)** | | | | | | | **R$ 2.477,30** |

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

2.1 – **Processo Administrativo Licitatório n.º. 001/2026**, **chamada publica n.º 001/2026**, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, lei 11.947/2009 e Resolução nº 06/2020 FNDE legal e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO ACRÉSCIMO**

3.1 – Em razão do acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento), o valor correspondente ao acréscimo contratual perfaz R$ 2.477,30, passando o valor global do contrato de R$ 10.024,33 para R$ 12.530,43, permanecendo inalterados os demais valores, cláusulas e condições do contrato original.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº14.133/2021 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 137/2001, DE 24 DE ABRIL DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 137/2001**

Alto Boa Vista, 24 de Abril de 2001.

**“CONCEDE BOLSAS DE ESTUDO AO ENSINO DE 3º GRAU”**

Art. 1º - A bolsa de estudo de que trata o artigo, será no valor mensal de um piso salarial do município de Alto Boa Vista, limitado no máximo a 05 (cinco) alunos por período.

Art. 2º - Uma comissão deverá ser formada para receber os requerimentos e selecionar os alunos para concessão das mesmas.

§ 1º - Os alunos deverão apresentar uma declaração da Universidade constando o período em que o aluno está matriculado.

§ 2º - A concessão deverá ser total ou parcial, conforme carência financeira do aluno.

Art. 3º - A Universidade deverá fornecer semestralmente a vida curricular do aluno mediante solicitação do mesmo.

Parágrafo Único – Caso o aluno não obtenha a freqüência e a média mínima exigida para a aprovação, perderá a presente bolsa.

Art. 4º - Fica ainda autorizado o Executivo a abrir crédito especial necessário para o cumprimento dessa Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 138/2001, DE 21 DE MAIO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 138/2001**

**Alto Boa Vista, 21 de Maio de 2001.**

**“INTEGRA O MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA”**

Art. 1º - Fica o município de Alto Boa Vista – MT, integrado ao Regime Previdenciário Social do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para o qual se obriga a efetuar os recolhimentos previdenciários de seus servidores.

Art. 2º - Em razão do disposto no art. 1º, fica extinto o Fundo de Previdência Municipal, criado pela Lei Municipal nº 16, de 30 de Julho de 1993.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Alto Boa Vista, 21 de maio de 2001.

**MARIO CEZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 139/2001, DE 21 DE MAIO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 139/2001**

Alto Boa Vista, 21 de Maio de 2001.

**“DÁ DENOMINAÇÃO À CRECHE MUNICIPAL”**

Art. 1º Fica a Creche Municipal localizada à Avenida Serra Nova, em Alto Boa Vista, denominada “Creche Municipal Arco-íris”.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 140/2001, DE 06 DE JUNHO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 140/2001**

Alto Boa Vista, 06 de Junho de 2001.

**“CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”**

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e de âmbito Municipal.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Definir prioridades da política de Assistência Social;

II - Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;

III - Aprovar a política Municipal de Assistência Social;

IV - Atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de Assistência Social;

V - Propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e Orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e aplicação de recursos;

VI - Acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e Orçamentárias do Fundo Municipal de Assistên-

cia Social e fiscalizar a movimentação e aplicação de recursos;

VII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os servos de Assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;

VIII - Aprovar critérios de qualidade para o funcionamento do serviço de Assistência Social pública e privada no âmbito Municipal;

IX - Aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestem serviços de Assistência Social no âmbito Municipal;

X - Apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

XI - Elaborar e aprovar o seu regime interno;

XII - Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social;

XIII - Convocar ordinariamente a cada dois anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XIV - Acompanhar e avaliar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e desempenho dos programas e Projetos aprovados;

XV - Aprovar critérios de concessão e valor de benefícios eventuais.

Art. 3º - O CMAS terá a seguinte composição:

I - Do Governo Municipal:

a) Representantes da Secretaria de Assistência Social;

b) Representantes da Secretaria de Educação;

c) Representantes da Secretaria de Saúde;

d) Representantes da Escola Estadual João Rezende de Azevedo;

e) Representantes da Escola Municipal Betel .

II – Dos Usuários:

a) Representantes do Conselho dos Direitos da Criança;

b) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

c) Representantes das Entidades Religiosas;

§ 1º - Cada titular terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2º - Somente será admitido a participação no CMAS de entidades em regular funcionamento.

§ 3º - A soma dos representantes de que trata o inciso I do presente artigo não será inferior à metade do total dos membros do CMAS.

§ 4º - O numero de membros não será excessivo para evitar a dispersão e problemas na operacionalização e funcionamento.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação da entidade correspondente.

Parágrafo Único – Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

Art. 5º - A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado;

II - Os conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em casos de faltas injustificadas a três reuniões consecutivas ou cinco reuniões intercaladas;

III - Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao prefeito;

IV - Cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V - As decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 6º - O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio, obedecendo as seguintes normas:

I - Plenário como órgão de deliberação máxima;

II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 7º - A Secretaria de Assistência Social prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorres à pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - Consideram-se colaboradores do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de Assistência Social, sem embaraço de sua condição de membro;

II - Poderão ser convidados pessoas e instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

Art. 9º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único – As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário, diretoria e comissões, serão objetos de ampla e sistemática divulgação.

Art. 10º - O CMAS elaborará seu regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

Art. 11º - A Secretaria Municipal de Promoção Social e Ações Comunitárias, a cuja competência estão afetam as atribuições e objeto da presente Lei, passa a chamar-se Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 12º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), para promover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º - Revoga-se a Lei Municipal nº069/96 de 11 de Abril de 1996, bem como outras disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL Nº 141/2001, DE 07 DE JUNHO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 141/2001**

Alto Boa Vista, 07 de Junho de 2001.

**“CRIA O DISTRITO DE NOVA SUIA”**

Art. 1º - Fica criado o Distrito de Nova Suiá (Posto da Mata), com sede do mesmo nome, localizado no entroncamento das Brs 158 e 242 (km 272 da Br 158 e km 144 a Br 242), no município de Alto Boa Vista.

Parágrafo Único – Fica compreendido que a região é formada em

conformidade com a estatística do IBGE, nos setores 16, 17 e 18 como sede.

Art. 2º - O Distrito ora criado, será instalado com a nomeação de seu subprefeito e a eleição do Conselho Distrital respectivamente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 142/2001, DE 21 DE JUNHO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 142/2001**

Alto Boa Vista, 21 de Junho de 2001.

**“AUTORIZA A LEILOAR VEÍCULO E TRATOR SUCATEADOS”**

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a Leiloar 01 (um) veiculo e 01 (um) trator sucateados, de sua propriedade, de acordo com as características abaixo:

- Ambulância, marca Fiat, tipo Fiorino IE 02 portas, cor branca, chassi 9BD – 146000R-8353402.

- Trator CBT 4x4, série 001174, motor MBOM 352-S, chassi 344919058-922897.

Art. 2º - O Leilão será realizado nos termos da Lei Federal nº 8666, atualizada pela Lei nº 883.

Art. 3º - Os recursos provenientes do Leilão destinar-se-ão à aquisição de outra ambulância.

Art. 4º - Para realização do referido Leilão, será constituída uma comissão nomeada através de decreto, para vistoria e avaliação dos bens.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 143/2001, DE 21 DE JUNHO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 143/2001**

Alto Boa Vista, 21 de Junho de 2001.

**“ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORCAMENTÁRIA ANUAL DE 2002”**

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 165º, parágrafo 2º da Constituição Federal, artigo 147º da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 101/2000, esta Lei fixa as diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2002.

Art. 2º - A elaboração da proposta Orçamentária para o exercício de 2002 abrangerá os poderes Legislativos, Executivos, seus órgãos, assim como a execução Orçamentária obedecerá diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborada em observância às diretrizes fixadas nesta Lei e às normas de financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 7º e 8º do art. 165º da Constituição Federal, Lei 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único – A Lei Orçamentária conterá:

I - O Orçamento Fiscal;

II - O Orçamento de Investimento;

III - O Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo Único – O orçamento Fiscal e o orçamento de investimentos de deverão estar compatibilizados com o plano Plurianual e terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos princípios de legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa.

Art. 5º - O Projeto de Lei deve primar pela responsabilidade na gestão fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, para a prevenção de riscos e a correção e desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - A Lei Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2002, deverá observar:

I - A responsabilidade na gestão fiscal;

II - As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município, bem como as suas alterações;

III - A organização e a estrutura dos orçamentos;

IV - A execução Orçamentária e o cumprimento das metas;

V - Instituição, a previsão e a efetivação da receita;

VI - A renúncia de receita;

VII - A geração de despesas;

VIII - As despesas obrigatórias de caráter continuado;

IX - As despesas com pessoal;

X - O controle da despesa total com pessoal;

XI - As despesas com a seguridade social;

XII - As transferências voluntárias;

XIII - A destinação dos recursos públicos ao setor privado;

XIV - A dívida e o endividamento;

XV - Os limites da divida pública;

XVI - A recondução da dívida ao limites;

XVII - As operações de crédito - contratação;

XVIII - As operações de crédito por antecipação de receita Orçamentária;

XIX - As operações com BACEN;

XX - As disponibilidades de caixa;

XXI - A preservação do patrimônio público;

XXII - A transparência na gestão fiscal;

XXIII - A escrituração das contas públicas;

XXIV - As metas e as prioridades da administração pública Municipal;

XXV - As disposições finais.

Art. 7º - Os valores de receita e da despesa serão orçados com base na arrecadação de 2001, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá sr elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a LDO e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 9º - A proposta orçamentária para 2002 conterá as metas e prioridades da administração Municipal, estabelecidas no anexo I, que integra esta Lei.

Art. 10º - O poder Legislativo encaminhará ao poder Executivo sua proposta Orçamentária para 2002, observando as determinações contidas nesta Lei, até o último dia útil do mês de Abril de 2001.

§ 1º - A Secretaria de Finanças do município ajustará quando necessário a proposta Orçamentária da Câmara de Vereadores, tendo por base a participação percentual da despesa legislativa na receita corrente Municipal verificada no exercício anterior.

§ 2º - A participação percentual de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á ao montante da receita prevista, na forma do art. 7º, redundando no orçamento especifico da Câmara Municipal.

§ 3º - O repasse mensal ao Legislativo a que se refere o art. 168º da Constituição Federa, submeter-se-á ao principio da programação financeira de desembolso aludido nos artigos 47º a 50º da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000.

§ 4º - O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 8% (oito por cento) relativo ao Somatório da Receita Tributária e das seguintes transferências, efetivamente realizado no exercício de 2001:

I - Do produto da arrecadação como ouro, quando definido em Lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

II - Do produto da arrecadação do Imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer titulo, pelo município, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e manterem;

III - Do produto da arrecadação do imposto da União sobre a Propriedade Rural relativo aos imóveis situados no município;

IV - Do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no município;

V - Do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ocorridas no município, observados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 158º da Constituição Federa/

VI - Do produto do Imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados rateados pelo FPM.

VII - Do produto da arrecadação do Imposto da União sobre exportação de produtos industrializados, observados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 158º da Constituição Federal.

Art. 11º - Os valores de receita e da despesa serão orçados com base na arrecadação de 2001, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária.

§ 1º - Os pedidos de créditos adicionais por excesso de arrecadação deverão ser instituídos por documentos produzidos pela contabilidade, que comprovem a ocorrência ou sua tendência no exercício.

§ 2º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, na forma da Lei.

§ 3º - Os créditos adicionais suplementares, por insuficiência de dotações, por anulação será de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 12º - Deverá constar na proposta Orçamentária Anual, previsão Orçamentária para dar cobertura com as despesas decorrentes do FUNDEF, de conformidade com a Lei Federal nº 7.727/96.

Art. 13º - Deverá constar na proposta Orçamentária, dotações para dar cobertura ao programa do Salário Educação, de conformidade com a Lei Federal nº 7.043/98.

Art. 14º - A proposta Orçamentária que o poder Executivo encaminhar ao poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes:

I - As obras em execução terão prioridade sobre novos Projetos, não podendo ser paralisadas;

II - A despesa com o programa da dívida pública, salários e encargos sociais, terão prioridades sobre as ações de expansão dos serviços públicos;

III - A previsão para operações de créditos constará da proposta Orçamentária desde que esteja vinculada a um programa especifico.

Art. 15º - As propostas para concessão de qualquer vantagem, ou aumento de remuneração ou para alterações de estrutura de carreira no corrente exercício deverão apresentar as justificativas e os critérios já utilizados, bem como comprovar a existência de recursos orçamentários suficientes para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 16º - As demissões de pessoal a qualquer título no exercício de 2002, ficam limitados às funções e cargos vagos.

Art. 17º - Executam-se dos limites do artigo 15º desta Lei a criação de cargos e as admissões para atender às metas de expansão e melhoria de qualidade dos serviços públicos, prioridade no anexo I.

Art. 18º - As despesas com pessoal ativo e inativo na administração direta e indireta não poderão exceder o limite de 60% (sessenta por cento) das receitas correntes.

Art. 19º - Na verificação do atendimento do limite de 60% (sessenta por cento) da receita corrente liquida com a despesa total com pessoal, não serão computadas as despesas:

I - De indenizações por demissão de servidores;

II - Relativas a incentivos à demissão de voluntários;

III - Derivados da convocação extraordinária da Câmara de Vereadores, pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou por requerimento da maioria dos vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante;

IV - Decorrentes de decisão judicial, desde que da competência de período anterior ao da apuração;

V - Com inativos, ainda que por intermédio de fundo especifico, custeadas por recursos provenientes:

a) Da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) Da compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social, para efeito de aposentadoria, tendo em vista a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana;

c)Das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade;

d) Do produto da alienação de bens, direitos e ativos;

e)Do seu superávit financeiro.

Art. 20º - A repartição do limite de 60% (sessenta por cento) da receita liquida com a despesa total com pessoal, não poderá ex-

ceder o percentual de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Art. 21º - Deverão sr propostos à Câmara Municipal, no corrente exercício, Projeto de Lei sobre alterações da Legislação Tributária, especialmente sobre instituição aumento e redução de tributos, concessão de isenções, anistia e remissões de créditos tributários e outras matérias pertinentes, em função da política fiscal do município, bem como da devida aplicação dos princípios constitucionais tributários.

Art. 22º - A concessão ou ampliação de incentivo de receita deverá:

I - Estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos 02 (dois) seguintes;

II - Atender a pelo menos uma das seguintes condições:

a) Demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual e de que não afetara as metas de resultados fiscais previstas no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) Estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos 02 (dois) seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente de

b.1 – elevação de alíquotas;

b.2 – ampliação da base de cálculo;

b.3 – criação de tributo.

Art. 23º - No orçamento da seguridade social as despesas serão desdobradas na forma do anexo II da Lei Federal nº 4.320/64 que integra a Lei Orçamentária Anual.

Art. 24º - A Lei Municipal poderá fixar limites inferiores Aquiles previstos na Lei de responsabilidade na gestão fiscal para as dívidas consolidadas e mobiliaria, operações de crédito e concessão de garantias.

Art. 25º - O município fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da federação se houver:

I - Autorização da Lei Orçamentária Anual;

II - Convenio, acordo, ajuste ou congênere;

III - Comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidos, bem como quanto à prestação de contas de recurso anteriormente dele recebido;

b) Não utilização em finalidade diversa da pactuada.

Art. 26º - O município fica autorizado a buscar, junto à União, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administrações tributarias, financeira, patrimonial e providenciaria com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 27º - O Poder Executivo enviará até o dia 31/08/2001 o Projeto de Lei de orçamento Anual à Câmara Municipal que o apreciará até o final da sessão legislativa devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 28

º - Não tendo sido a Lei Orçamentária Anual sancionada até o dia 31 de Dezembro de 2001, fica autorizada a execução da proposta Orçamentária, originariamente encaminhada à Câmara Municipal, sendo as dotações liberadas para movimentação na razão de 1/12 (um doze avos), para cada mês até a sanção do Projeto de Lei.

Art. 29º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado com a forma e o detalhamento descrito neta Lei, aplicando-se no que couber as demais disposições legais.

Art. 30º - O chefe do Executivo, através de decreto, baixará normas relativas:

a) Ao controle de custos dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

b) À avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

Art. 31º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BAROBZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

## SSP MT
## LEI MUNICIPAL Nº 144/2001, DE 03 DE JULHO DE 2001

**LEI MUNICIPAL Nº 144/2001**

Alto Boa Vista, 03 de Julho de 2001.

**“CONCESSAO DE USO DE IMOVEIS PARA INSTALACAO DE LATICINIO”**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em concessão, os imóveis relacionados abaixo, para instalação de um laticínio no município de Alto Boa Vista.

Relação de imóveis:

01 – barracão oficina, com aproximadamente 1.494,50 m², sob o nº 0137, da numeração do Incra;

02 – armazéns, em estrutura metálica, medindo 110 m² cada, sob os nº 0137 e 0139 da numeração do Incra;

01 – galpão secador, medindo 375 m², sob o nº 140, da numeração do Incra;

01 – casa de força em alvenaria, medindo 126 m², sob o nº 142, da numeração do Incra;

03 – casas residenciais, para moradia de funcionários, sob o nº 106,110 e 111 da numeração do Incra;

Art. 2º - Os imóveis de propriedade do Incra, objetos do contrato de Concessão Provisória de Uso de Bem Público, firmado entre esta Prefeitura Municipal e o Incra, estão localizados no PA MAE MARIA, neste município.

Art. 3º - A concessão dos imóveis será formalizada mediante contrato, após o processo de licitação, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e nas demais disposições legais pertinentes.

Art. 4º - A concessão terá duração enquanto for mantido o contrato entre a Prefeitura Municipal e o Incra.

Art. 5º - A Concessão de que trata esta Lei, sofrerá a fiscalização do poder concedente, representado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - O contrato de concessão deverá constar cláusulas essenciais, quanto:

I - Aos objetos, à área e o prazo de concessão;

II - Aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária;

III - À Forma de fiscalização das instalações dos equipamentos,

dos métodos e práticas de execução dos serviços;

IV - As penalidades contratuais e administrativas a que se sujeitam a concessionária e a sua forma de aplicação;

V - Aos casos de extinção da concessão;

VI - As condições para prorrogação do contrato;

VII - Ao foro e o modo amigável de solução das divergências contratuais.

Art. 7º - Sempre que o contrato não estiver sendo cumprido, o poder concedente poderá intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais e legais pertinentes.

Art. 8º - A empresa vencedora da licitação terá o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para se instalar, findo o qual, sem a devida instalação, o contrato será rescindido.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 145/2001, DE 07 DE AGOSTO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 145/2001**

Alto Boa Vista, 07 de Agosto de 2001.

**“PERMISSAO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE”**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a permissão de servido público de transporte de passageiros no âmbito do município de Alto Boa Vista, nos termos da Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995.

Art. 2º - A exploração do transporte de passageiros poderá ser permitida em caráter temporário, a título de experiência pelo prazo de 12 (doze) meses, a todos os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, do qual pretendem explorar.

Art. 3º - Os interessados deverão apresentar requerimento ao Prefeito Municipal contendo informação da empresa, se pessoa jurídica, do veiculo e itinerário que pretendem explorar.

Parágrafo Único – A tarifa a ser cobrada na exploração do transporte de passageiros será regulamentado por decreto do Poder Executivo, não podendo ultrapassar os valores praticados na região.

Art. 4º - No final do período de experiência o Executivo Municipal deverá enviar ao Legislativo Municipal novo Projeto de Lei, visando a concessão do transporte de passageiros no âmbito do município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL N. 146/2001, DE 07 DE AGOSTO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL N. 146/2001**

Alto Boa Vista –MT, aos 07 de Agosto de 2001.

**“PARTICIPAR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE”**

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a participação do município de Alto Boa Vista no Consórcio Intermunicipal de Saúde de São Félix do Araguaia, constituído por Municípios do Estado de Mato Grosso, para a consecução das seguintes finalidades:

I - Realizar ações conjuntas de promoção, prevenção de recuperação da saúde.

II - Planejar, executar, controlar programar medidas de saúde em consonância com as Diretrizes do Sistema Único de Saúde.

III - Integrar pessoa jurídica, se assim for decidido e convir ao bom desempenho do Consórcio.

Art. 2º.- O consórcio será constituído somente por municípios regularmente autorizados pelas respectivas Câmaras Municipais.

Art.3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no valor de 12.000.00 (doze mil reais). Para atender as despesas iniciais do Consórcio Intermunicipal de Saúde de São Félix do Araguaia.

Parágrafo único - Nos futuros orçamentos do município deverão ser consignadas dotações próprias para atender a mesma finalidade.

Art. 4º. – Fica o Executivo Municipal autorizado a destinar a importância de R$ 1.500.00 (um mil e quinhentos reais) mensalmente, de acordo com o consubstanciado pelo Colegiado de prefeitos envolvidos.

Parágrafo único - Os valores destinados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, serão repassados pelo município, automaticamente, com recursos transferidos da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde, até o 15º dia útil de cada mês.

Art. 5º. – O Executivo Municipal baixará Decreto normatizando o funcionamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde de São Félix do Araguaia, na esfera do município.

Art. 6º. – Fica declarado de utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde de São Félix do Araguaia.

Art.7º. – Esta Lei entra em vigor na data se sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 147/2001, DE 20 DE AGOSTO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 147/2001**

Alto Boa Vista, 20 de Agosto de 2001.

**“CONCESSAO DE USO DE IMOVEIS PARA INSTALACAO DE LEILAO”**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em concessão o imóvel relacionado abaixo, para instalação de um leilão de animais no município de Alto Boa Vista –MT:

01 – barracão do Clube Social

Art. 2º - O imóvel de propriedade do Incra, objetivo do contrato de concessão provisória de uso de bem público, firmado entre esta Prefeitura Municipal e o Incra está localizado no PA MAE MARIA, neste município.

Art. 3º – A concessão do imóvel será formalizada mediante contrato, após o Processo de Licitação, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições legais pertinentes.

Art. 4º – A concessão terá duração enquanto for mantido o contrato entre a Prefeitura Municipal e o Incra.

Art. 5º - A concessão de que trata esta Lei, sofrerá a fiscalização do poder concedente, representada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - O contrato de concessão deverá constar clausulas essenciais, quanto à :

I - O objeto, a área e o prazo de concessão;

II - Aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária;

III - Forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e prática de execução dos serviços;

IV - As penalidades contratuais e administrativas a que se sujeitam a concessionária e a sua forma de aplicação;

V - Aos casos de extinção da concessão;

VI - As condições para prorrogação do contrato;

VII - Ao foro e o modo amigável de solução das divergências contratuais e legais pertinentes.

Art. 7º - O prazo de concessão de que trata o artigo 6º, parágrafo 1º, não poderá exceder a 10 (dez) anos.

Art. 8º - Sempre que o contrato não estiver sendo cumprido, o poder concedente poderá intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais e legais pertinentes.

Art. 9º - A empresa vencedora da licitação terá prazo de 06 (seis) meses para se instalar, fim do qual, sem a devida instalação, o contrato será rescindido.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL Nº 148/2001, DE 23 DE AGOSTO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 148/2001**

Alto Boa Vista, 23 de Agosto de 2001.

**“INSTITUI O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MINIMA”**

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito deste município, o programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativos.

§ 1º - São beneficiárias do programa instituído por esta Lei as famílias com renda familiar per capitã ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento).

§ 2º - Para fins do parágrafo anterior, considera-se:

I - Família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços do parentesco, que forme um grupo domestico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;

II - Para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em numero de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da união;

III - Para determinação da renda familiar per capitã, à soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida pelo numero de seus membros.

§ 3º - O Poder Executivo poderá reajustar o limite de renda per capitã no parágrafo 1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.

Art. 2º - O programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar as das aulas.

§ 1º - O Poder Executivo definirá as ações especificas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para atingir os objetivos do programa.

§ 2º - A despesa decorrente do disposto no parágrafo anterior correrá à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua implementação.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa-escola”, instituído pelo Governo Federal.

§ 1º - Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir perante a união, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa.

§ 2º - Compete ao Departamento Municipal de Educação Cultura e Desporto desempenhar as funções de responsabilidade do município em decorrência da adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa-escola”.

Art. 4º - Fica instituído o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima com as seguintes competências:

I - Acompanhar e avaliar execução das ações definidas na forma do parágrafo 1º do art. 2º;

II - Acompanhar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo Municipal como beneficiários do programa;

III - Aprovar os relativos trimestrais de freqüência escolar das crianças beneficiarias;

IV - Estimular a participação comunitária no controle de execução do programa no âmbito municipal;

V - Desempenhar as funções reservadas no regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima – “Bolsa-escola”;

VI - Elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno;

VII - Exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

§ 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social, instituído pela Lei Municipal nº 140 de 06 de Junho de 2001, exercerá as competências referidas no caput, sem prejuízo das originais.

§ 2º - A participação no Conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada, ressalvo o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões.

§ 3º - É assegurado ao Conselho de que trata este artigo o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas competências.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL Nº 149/2001, DE 24 DE SETEMBRO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 149/2001**

Alto Boa Vista, 24 de Setembro de 2001.

**“ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotações orçamentárias no valor de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica anulada parcialmente a seguinte dotação:

13.11 – Deptº De Obras, Transp. Serv. Urbanos

13.11.10 – Habitação E Urbanismo

13.11.10.57 – Habitação

13.11.10.57.316 – Habitação E Urbanismo

13.11.10.57.316.3016 – Construção 200 Casas Populares

4.0.0.0 – Despesas De Capital

4.1.0.0 – Investimentos

4.1.1.0 – Obras E Instalações ..... R$ 280.000,00

Art. 3º - Ficam Suplementados As Seguintes Dotações Orçamentárias:

12.02 – Gabinete Do Prefeito

12.02.03.07.021.2002 – Manut. Enc. Com Gabinete

3.0.0.0 – Despesas Correntes

3.1.0.0 – Despesas De Custeio

3.1.3.2 – Outros Serv. E Encargos ..... R$ 20.000,00

13.10 – Deptº Educ. Cult. Desportos

13.10.08.41.190.2014 – Manut. Enc. Com Educ. Criança 0 A 6 Anos

3.0.0.0 – Despesas Correntes

3.1.0.0 – Despesas De Custeio

3.1.3.2 – Outros Serv. E Encargos ..... R$ 5.000,00

13.11 – Deptº De Obras Serv. Urbanos

13.11.10.58.823.2024 – Manut. Enc. C/ Deptº Urbanismo

3.0.0.0 – Despesas Correntes

3.1.0.0 – Despesas De Custeio

3.1.3.2 – Outros Serv. E Encargos ..... R$ 40.000,00

13.11.10.60.325.2025 – Manut. Enc. C/ Limpeza Pública

3.0.0.0 – Despesas Correntes

3.1.0.0 – Despesas De Custeio

3.1.3.2 – Outros Serv. E Encargos ..... R$ 10.000,00

13.12 – Fundo Municipal De Saúde

13.12.13.75.428.2029 – Manut. Ativ. Fundo De Saúde

3.0.0.0 – Despesas Correntes

3.1.0.0 – Despesas De Custeio

3.1.1.1 – Pessoal Civil ..... R$ 30.000,00

3.1.3.2 – Outros Serv. Encargos ..... R$ 50.000,00

13.13 – Deptº Prom Social Ação Comunitária

13.13.15.81.021.3033 – Ampliação Reforma Da Creche

4.0.0.0 – Despesas De Capital

4.1.0.0 – Investimentos

4.1.1.0 – Obras E Instalações ..... R$ 10.000,00

13.13.15.81.486.2031 – Manut. Enc. C/ Deptº Prom. Social

3.0.0.0 – Despesas Correntes

3.1.0.0 – Despesas De Custeio

3.1.2.0 – Material De Consumo ..... R$ 20.000,00

3.1.3.2 – Outros Serv. E Encargos ..... R$ 5.000,00

13.14 – Fundo Ensino Fund. Mun. – FUEFUM

13.14.08.42.188.2032 – Oper. E Manut. Do FUEFUM

3.0.0.0 – Despesas Correntes

3.1.0.0 – Despesas De Custeio

3.1.2.0 – Material De Consumo ..... R$ 30.000,00

3.1.3.2 – Outros Serv. E Encargos ..... R$ 50.000,00

3.2.5.3 – Salário Família ..... R$ 5.000,00

13.15 – Fundo Mun. Assit. Social

13.15.15.81.486.2024 – Manut. Enc. Fundo Assist. Social

3.0.0.0 – Despesas Correntes

3.1.0.0 – Despesas De Custeio

3.1.3.2 – Outros Serv. E Encargos ..... R$ 5.000,00

Total R$ 280.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**

**LICENÇA PRÉVIA (LP) E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)**

Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista

Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI)

10 de novembro de 2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA, inscrita no CNPJ 37.465.143/0001-89, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT) a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI), para atividade de Aplicação de Microrrevestimento Asfáltico em diversas vias na zona urbana do município de Alto Boa Vista – MT, no Bairro Centro, sendo as ruas e avenidas: Avenida Moises Dorneles Montiel, Avenida Arlinda Rezende, Avenida Sebastião Alves Elias, Avenida Bandeirantes, Rua Darci Souza Luz, Rua Severiano Luís das Neves e Rua Goiás.

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL Nº 150/2001, DE 24 DE SETEMBRO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 150/2001**

Alto Boa Vista, 24 de Setembro de 2001.

**“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA”**

**CONSTITUICAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA**

**CAPITULO I**

**DO CONSELHO MUNICIPAL E SUAS FINALIDADES**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Conselho Municipal de Cultura, órgãos normativos, consultivos e deliberativos vinculado ao Deptº Municipal de Educação e Cultura, como um mecanismo permanente de participação das entidades representativas no processo de planejamento e execução da Política Estadual de Cultura nos termos desta Lei, e do Decreto que a regulamenta.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Alto Boa Vista, terá por finalidade:

I - O aperfeiçoamento do planejamento setorial com participação da comunidade organizadora e dos produtores culturais, em um plenário tripartite integrado por conselheiros indicados e nomeado nos termos do regimento interno do Conselho e da legislação pertinente;

II - Promoção e democratização da ação pública de incentivo à preservação, produção e difusão de bens culturais do município e dos diferentes segmentos sócias que compõem a sua cultura, usos, costumes e folclore;

III - Integração regional da cultura municipal por meio do apoio às vocações artísticas e às manifestações locais, facilitando o acesso de toda a população aos produtos culturais incentivados;

IV - Promoção prioritária de projetos culturais propostos pelos estudantes e jovens que, alem da qualidade artística evidenciada, exaltarem valores e temas culturais associados ao ideal coletivo da comunidade municipal e do país, voltados para a sustentabilidade sócio-ambiental da humanidade, em suas sucessivas gerações;

V - Promoção, por meio da música, da poesia, da literatura, do teatro, do cinema e das artes em geral, a internalizacao dos valores que consagram a identidade e a evolução cultural do povo do município.

**CAPITULO II**

**DA COMPETENCIA**

Art. 3º - Para o cumprimento de suas finalidades, ao Conselho Municipal de Cultura, compete:

I - Estabelecer as políticas municipais de cultura, definindo-lhe às diretrizes, objetivando as estratégias e as metas que orientarão o processo de planejamento e gestão cultural;

II - Apreciar o plano plurianual de Ação do Setor e os instrumentos programativos e orçamentos anuais correspondentes;

III - Aprovar o Regimento do Conselho;

IV - Aprovar o manual de normas e Procedimentos do Programa Municipal de Incentivo à Cultura;

V - Promover a integração programática das agencias governamentais locais, principalmente daquelas relacionadas com o turismo, a Promoção Social, a Educação, desportos e lazer, visando à sua convergência para os objetivos comuns de desenvolvimento cultural do município.

VI - Articular-se com órgãos similares em outros municípios, buscando a integração de esforços e meios orientados para objetivos comuns;

VII - Articular-se com os órgãos estaduais, federais e internacionais de apoio à cultura, visando à complementação de esforços e apoio técnico e financeiro para viabilização do programa municipal de cultura;

VIII - Negociar com o Governo do Estado de MT, a celebração de acordos e mecanismo de seleção de projetos culturais a serem apoiados por programas governamentais de incentivo, visando à adoção de critérios de prioridade de atendimento segundo de interesse coletivo do município, atributo este a ser formalmente declarado pelo Conselho Municipal;

IX - Apreciar e votar o acatamento de pareceres técnicos emitidos sobre processos de encaminhamento de projetos culturais submetidas ao Conselho para fins de recebimento de incentivos do programa municipal de apoio à cultura.

X - Emitir pareceres técnico-culturais, inclusive sobre as implantações culturais de planos governamentais no âmbito do município;

XI - Exercer vigilância e controle social sobre as ações governamentais na área da cultura, registrando a eficiência gerencial do desempenho executivo e perscrutando a eficácia social de seus resultados.

**CAPITULO III**

**DA COMPOSICAO E DA ORGANIZACAO DO CONSELHO**

Art. 4º O plenário do Conselho Municipal de Cultura será composto por 9 (nove) membros titulares e igual numero de suplentes, de acordo com a estrutura representativa estabelecida na tabela a seguir:

I - Área governamental, a ser composta por representantes indicados pela Secretaria Municipal de Cultura e Prefeito Municipal;

II - Produtores Culturais – área a ser composta por representantes indicados pelo fórum municipal de produtores culturais;

III - Soc. Civil Organizada, integrada por representantes indicados pelo fórum municipal de cultura.

§ 1º - O fórum municipal de produtores culturais será formada por todos os artistas, produtores culturais e suas formas associativas, espontaneamente cadastradas junto ao sistema municipal de cultura.

§ 2º - O fórum municipal de cultura será integrado pelas diferentes formas associativas e representativas da sociedade civil local legalmente em funcionamento no município e que se cadastrem como agentes culturais junto ao sistema municipal de cultura.

§ 3º - Cada área representada indicará 3 (três) representantes titulares e igual numero de suplentes, os quais serão nomeados pelo Prefeito municipal e empossados pelo Presidente do Conselho, nos termos do Regimento Interno.

Art. 5º - A estrutura organizacional do Conselho compreenderá: Plenário, mesa diretora (presidência e vice-presidência) e comissões temáticas, conforme definida no seu Regimento Interno.

**CAPITULO IV**

**DOS CONSELHEIROS**

Art. 6º - A indicação dos Conselheiros representantes das áreas não-governamentais será votada no plenário do Fórum Municipal respectivo, para um mandato de dois anos, passível de uma reeleição.

§ 1º - Em havendo necessidade de substituição dos Conselheiros, a qualquer tempo e em função de justificativa acatada pelo Conselho, o Fórum correspondente poderá se reunir para eleger um ou mais substitutos os quais cumprirão o tempo restante do mandado do (a) conselheiro (a) substituído (a).

§ 2º - O Diretor do Deptº Municipal de Cultura será membro nato do Conselho.

§ 3º - Quando os fóruns não puderem ser reunir, por razoes de qualquer natureza, o Presidente do Conselho Municipal de Cultura submeterá ao Plenário do Conselho, nomes de produtores culturais e pessoas de reconhecida atuação cultural no município, para representarem os segmentos correspondentes nos termos desta lei e do Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 7º - Não haverá remuneração de qualquer espécie ao Conselho, pelo exercício do cargo, o qual será declarado de relevante função social.

Art. 8º - A presidência do Conselho Municipal de Cultura será exercida pelo Diretor do Deptº Municipal de Cultura, a quem caberá prover todos os meios materiais e serviços de apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho, nos termos de seu Regimento Interno.

Art. 9º – O Executivo Municipal providenciará, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data, o Decreto de regularização desta Lei e aprovação do Regimento Interno do Conselho.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 152/2001, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 152/2001**

Alto Boa Vista, 12 de Novembro de 2001.

**“DÁ DENOMINACAO ÀS VIAS PÚBLICAS DO SETOR VILA DO INCRA”**

Art. 1º - As vias públicas do Setor Vila do Incra, passam a ter denominação própria, conforma enumeração:

1 – Avenida Simão Sarkis, a via pública que fica paralela e a leste da Avenida Serra Nova;

2 – Avenida Roncador, a via pública que fica paralela e a leste da Avenida Simão Sarkis Simão;

3 – Avenida Buriti, a via pública que fica paralela e a leste da Avenida Roncador;

4 – Avenida Perimental, a via pública que fica paralela e a leste da Avenida Buriti;

5 – Rua Raimundo Aires Gomes, a via pública que fica perpendicular Avenida Serra Nova e a norte do Setor Vila do Incra;

6 – Rua da Agricultura, a via pública que fica paralela e ao sul da Rua Raimundo Aires Gomes;

7 – Avenida Bate-papo, a via pública que fica paralela e a sul da Rua da Agricultura;

8 – Rua da Independência, a via pública que fica paralela e ao sul da Avenida Bate-papo;

9 – Rua Balbino José da Costa, a via pública que fica paralela e ao sul da Rua Independência.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**GRUPO DE PREGÃO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 051/2026**

O **MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA**, Estado de Mato Grosso, com sede AV MOISÉS DORNELES MONTIEL – 975 – VILA REAL, na cidade de ALTO BOA VISTA-MT, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 37.465.143/0001-89, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, **JOSÉ PEREIRA MARANHÃO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2026, processo administrativo n.º 038/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 609/2023 e demais legislações aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS POR HORA COM OPERADOR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE ALTO BOA VISTA, ESTADO DE MATO GROSSO,** especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação n.º 001/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**EMPRESA**: GESSE VITOR LEITE DE BRITO

**CNPJ**: 28.540.624/0001-10

**ENDEREÇO**: AV BENEDITO SALOMÉ – 379 – JARDIM PINDORAMA I – QUADRA 4 LOTE 20 – RONDONÓPOLIS/MT – CEP 78.710-485.

**RESPONSÁVEL LEGAL**: GESSE VITOR LEITE DE BRITO

**RG/CPF**: 2632509-8 SEJSP/MT / 055.991.771-65

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | QTDE | UND | EMPRESA | CNPJ / CPF | MENOR | VALOR TO- |
|---|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | LANCE | TAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 10 M³ -188 KW | 3.600 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 325,00 | 1.170.000,00 |
| 2 | CAMINHAO PIPA 10.000L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000KG, CARGA UTIL MAXIMA 15.935 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTENCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE AGUA CHP DURNO AF 06/2014 | 1.200 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 364,00 | 436.800,00 |
| 3 | ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11.95/13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5/22,5T, LARGURA DE TRABALHO 2,15M CHP DIURNO AF_06/2014 | 600 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 420,00 | 252.000,00 |
| 4 | CARREGADEIRA DE PENEUS COM CAPACIDADE DE 3,40M² 195KW | 750 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 491,00 | 368.250,00 |
| 5 | MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125HP, PESO BRUTO 13032KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M-CHP DIURNO AF-06/2014 | 750 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 544,00 | 408.000,00 |
| 6 | TRATOR DE PENEUS COM POTENCIA DE 122CV, TRAÇAO 4X4, COM GRADE DE DISCOS ACOPLADA-CHP DIURNO AF-02/2017 | 300 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 272,00 | 81.600,00 |
| 7 | CAMINHAO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTENCIA 230CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METALICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO CHP DIURNO. AF-02/2017 | 180 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 479,00 | 86.220,00 |
| 8 | ESPARGIDOR DE ASFALTO PRESSURIZADO, TANQUE 6 M3 COM ISOLAÇAO TERMICA, AQUECIDO COM 2 MAÇARICOS, COM BARRA ESPARGIDORA 3,60 M, MONTADO SOBRE CAMINHAO TOCO, PBT 14.300KG, POTENCIA 185CV-CHP DIURNO. AF-05/2023 | 240 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 414,00 | 99.360,00 |
| 9 | EXTRUSORA PARA SARJETA DE CONCRETO 10,44KW | 180 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 47,50 | 8.550,00 |
| 10 | EXTRUSORA PARA MEIO FIO DE CONCRETO 10,44KW | 180 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 45,50 | 8.190,00 |
| 11 | ROLO COMPACTOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTENCIA 125HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,20/11,65 T, LARGURA DE TRABALHO 1,73 M- CHP DIURNO. AF -11/2016 | 180 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 346,00 | 62.280,00 |
| 12 | ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRAS COM CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 1,56M³-118KW | 300 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 603,40 | 181.020,00 |
| 13 | CAVALO MECANICO COM SEMIRREBOQUE TIPO PRANÇHA COM CAPACIDADE DE 30T-265KW | 90 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 453,00 | 40.770,00 |
| 14 | TRATOR DE PENEUS COM POTENCIA DE 122CV, TRAÇAO 4X4, COM VASSOURA MECANICA ACOPLADA- CHP DIURNO. AF-02/2017 | 180 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 251,50 | 45.270,00 |
| 15 | CAMINHAO BETONEIRA COM CAPACIDADE DE 8M³-188KW | 300 | HORA | GESSE VITOR LEITE DE BRITO | 28.540.624/0001-10 | 457,00 | 137.100,00 |

VALOR TOTAL R$ 3.385.410,00 (três milhões e trezentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e dez reais).

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

**3.1.** O órgão gerenciador será o Município de ALTO BOA VISTA-MT, por meio da Secretaria Municipal Finanças e Administração.

**3.1.1.** São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

**a)** Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos serviços/materiais/produtos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

**b)** Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

**c)** Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

**d)** Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

**e)** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

**f)** Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os serviços/materiais/produtos a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.

**g)** Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos serviços/materiais/produtos, através de Servidor designado para tal.

## 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**4.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**4.3**. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**4.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir o item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

**4.6.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**4.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**4.8.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

**4.9.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**5.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**5.4.1.** serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

**5.5.** O Cadastro de Reserva será composto pela ordem de classificação originária de lances, respeitando a preferência dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário e posterior para os licitantes que mantiverem suas propostas originárias.

**5.6.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**5.6.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

**5.6.2.** quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

**5.7.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PORTAL TRANSPARENCIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**5.8.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**5.8.1**. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**5.9.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**5.10.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de

contratação, e observado o disposto no item 5.6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.11.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**5.11.1.** convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**5.11.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**5.12.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição/contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

### 6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados, mediante procedimento administrativo fundamentado, nas hipóteses de redução dos preços de mercado, reajustamento, revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro ou alteração de tributos e encargos legais, observados a Lei nº 14.133/2021, o regulamento municipal aplicável e as condições deste instrumento.

**6.1.1.** A atualização dos preços não poderá modificar as características do objeto nem ser utilizada para corrigir erro de formação da proposta ou transferir à Administração riscos ordinários atribuídos ao fornecedor.

### 6.2. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

**6.2.1.** Os preços serão reajustáveis após o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contado da data-base do orçamento estimado, mediante aplicação do índice **INPC**, previsto no edital e neste instrumento.

**6.2.2.** O reajustamento destina-se à recomposição da variação ordinária dos custos e independe da demonstração de fato imprevisível ou extraordinário.

**6.2.3.** Nos reajustamentos subsequentes, o interregno mínimo de doze meses será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajustamento.

**6.2.4.** O cálculo observará a seguinte fórmula:

$$PR = P \times (I \div I_0)$$

Em que:

a) **PR:** preço reajustado;

b) **P:** preço a reajustar;

c) **I:** índice correspondente ao período de reajustamento;

d) $I_0$**:** índice correspondente à data-base do orçamento ou à data-base do último reajustamento, conforme o caso.

**6.2.5.** O fornecedor poderá requerer o reajustamento ao órgão gerenciador, apresentando a identificação dos itens, os preços vigentes e a memória de cálculo. A Administração verificará o atendimento à anualidade, a correção dos índices e os efeitos financeiros cabíveis.

**6.2.6.** Na hipótese de atraso na divulgação do índice, poderá ser utilizada provisoriamente a última variação conhecida, com posterior acerto quando divulgado o índice definitivo.

**6.2.7.** Caso o índice seja extinto ou se torne inaplicável, será adotado o substituto legalmente determinado ou, na ausência deste, outro índice tecnicamente adequado, mediante justificativa e formalização.

### 6.3. DA REVISÃO PARA RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**6.3.1.** Os preços poderão ser revistos, para mais ou para menos, em decorrência de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução nas condições originalmente pactuadas, respeitada a repartição objetiva de riscos, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

**6.3.2.** A revisão extraordinária não depende do transcurso de doze meses, mas exige demonstração do evento, de seu caráter extraordinário, do nexo causal e de sua repercussão efetiva sobre os custos e sobre a equação econômico-financeira original.

**6.3.3.** O pedido do fornecedor deverá ser formalizado e instruído, no mínimo, com:

a) identificação da ata, dos itens e dos quantitativos atingidos;

b) descrição do fato que fundamenta o pedido, com indicação da data de sua ocorrência;

c) documentos comprobatórios dos custos considerados na proposta e dos custos posteriores ao evento;

d) planilha comparativa e memória de cálculo que demonstrem o impacto efetivo sobre o preço de cada item;

e) indicação do preço pretendido e do período a que se refere;

f) informações sobre reajustes ou revisões anteriores que incidam sobre os mesmos componentes de custo.

**6.3.4.** A Administração poderá solicitar documentos complementares, realizar pesquisas de mercado e submeter o pedido à análise técnica, contábil e jurídica, conforme sua natureza e complexidade.

**6.3.5.** A simples elevação de preço de insumo, apresentação de nova tabela comercial ou comparação isolada entre notas fiscais não assegura o direito à revisão. Deverá ser demonstrado o impacto do evento sobre a composição do preço do item, consideradas as demais parcelas de custo e as condições efetivas de execução.

**6.3.6.** A revisão ficará limitada ao montante necessário ao restabelecimento da equação econômico-financeira original, vedada a ampliação injustificada da margem de remuneração ou a compensação de ineficiências do fornecedor.

**6.3.7.** A data dos efeitos financeiros será definida em decisão fundamentada, conforme a comprovação do evento, de sua repercussão e das obrigações efetivamente atingidas, sem retroatividade automática à assinatura da ata.

**6.4. DAS ALTERAÇÕES TRIBUTÁRIAS E DOS ENCARGOS LEGAIS**

**6.4.1.** A criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais posteriores à apresentação da proposta, poderá ensejar alteração dos preços, para mais ou para menos, desde que demonstrada sua efetiva repercussão sobre os custos do objeto.

**6.4.2.** O interessado deverá identificar a norma, sua vigência e o impacto financeiro por item, mediante memória de cálculo e documentos pertinentes.

**6.4.3.** Alterações decorrentes de opção ou mudança da situação tributária particular do fornecedor não gerarão recomposição automática, devendo ser examinadas conforme a legislação e a distribuição dos riscos da contratação.

**6.5. DA REDUÇÃO DOS PREÇOS DE MERCADO**

**6.5.1.** Quando o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar sua redução, com fundamento em pesquisa compatível com as características, os quantitativos e as condições de execução do objeto.

**6.5.2.** A negociação e seu resultado serão registrados nos autos.

**6.5.3.** Não havendo acordo, serão adotadas as providências previstas no regulamento municipal e nesta ata quanto à liberação do compromisso, à convocação dos fornecedores do cadastro de reserva ou ao cancelamento do registro, assegurados os direitos dos interessados.

**6.6. DA REPACTUAÇÃO**

**6.6.1.** A repactuação somente será admitida quando o objeto se caracterizar como serviço contínuo com dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra, mediante previsão no edital e demonstração analítica da variação dos custos, nos termos do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

**6.6.2.** Quando cabível, serão observadas a anualidade e as datas-base legalmente aplicáveis aos custos de mercado e aos custos de mão de obra vinculados a acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo.

**6.6.3.** A mera inclusão de operador ou motorista na locação de veículos, máquinas ou equipamentos não caracteriza, por si só, hipótese de repactuação. O enquadramento dependerá do modelo de execução e da composição dos custos definidos na fase preparatória.

**6.7. DO PROCESSAMENTO E DA FORMALIZAÇÃO**

**6.7.1.** A apresentação de pedido de reajustamento, revisão ou repactuação não autoriza a majoração unilateral dos preços, a suspensão da execução ou a recusa ao cumprimento das obrigações regularmente assumidas.

**6.7.2.** Eventual impossibilidade de execução deverá ser imediatamente comunicada e comprovada, para decisão da Administração sobre as medidas cabíveis.

**6.7.3.** A decisão indicará os fundamentos, os itens abrangidos, os preços resultantes, a memória de cálculo e a data dos efeitos financeiros, com formalização e publicidade na forma legal e regulamentar aplicável.

**6.7.4.** É vedada a duplicidade de recomposição sobre a mesma parcela de custo e o mesmo período, devendo ser considerados reajustes, revisões e repactuações anteriormente concedidos.

**6.7.5.** A alteração dos preços registrados será comunicada aos órgãos participantes e aos responsáveis pelas contratações decorrentes da ata.

**6.7.6.** A atualização da ata não modifica automaticamente os contratos ou instrumentos equivalentes já celebrados, cujos preços deverão ser examinados e formalizados em seus respectivos processos, observadas suas cláusulas e a legislação aplicável.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se inferior ou superior ao preço praticado no mercado deverá ser aplicado as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**8.2.1.** de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**8.2.2.** de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

**9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**9.1.4.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.;

**9.1.5.** Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, prejudique o cumprimento da ata;

**9.1.6.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.6.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**9.4.1.** Por razão de interesse público;

**9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

**10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**10.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

**10.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

**11.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

**11.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ALTO BOA VISTA-MT, 10 de Novembro de 2026.

| | |
|---|---|
| **MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA-MT**<br>CNPJ: 37.465.143/0001-89<br>ÓRGÃO GERENCIADOR<br>**JOSÉ PEREIRA MARANHÃO**<br>Prefeito Municipal | **GESSE VITOR LEITE DE BRITO**<br>**CNPJ**: 28.540.624/0001-10<br>FORNECEDOR REGISTRADO |

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL N.º153/2001, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL N.º153/2001**

**Alto Boa Vista – MT, aos 27 de novembro de 2001.**

**“PLANO PLURIANUAL - PPA PERÍODO DE 2002 A 2005”.**

Art. 1º - O Plano Plurianual do Município de Alto Boa Vista para o período de 2002 a 2005, constituído pelos anexos integrantes desta Lei, será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada ano e da Lei Orçamentária Anual.

Art. 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários, a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária, com a respectiva fonte de recursos.

Art. 3º - Os valores constantes dos quadros anexos serão atualizados por ocasião da elaboração dos Projetos de Lei Orçamentária, podendo o Executivo aumentar ou diminuir as metas físicas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício.

Art. 4º - O estabelecimento, de forma regionalizada, das diretrizes, dos objetivos e metas da Administração Pública Municipal, para as despesas de capital, para as outras despesas decorrentes das despesas de capital e para as despesas relativas aos programas de duração continuada, estão inseridas nos “PROGRAMAS”, nos “PROJETOS”, “ATIVIDADES”, e nas “OPERAÇÕES ESPECIAIS”, na forma dos anexos desta Lei.

Art. 5º - Integrarão a Lei do Plano Plurianual os seguintes demonstrativos:

I – Sumário geral da Receita e da Despesa por programa de governo;

II – Discriminação das metas por funções e programas de governo;

III – Demonstrativo da despesa por Programa e Projeto;

IV – Demonstrativo da despesa por Projeto/Atividade.

Art. 6º - As emendas ao Projeto desta Lei que tratem da ampliação das metas previstas, somente poderão ser aprovadas quando indicarem redução de outras metas com valor equivalente.

Art. 7º - As alterações desta Lei somente poderão ocorrer mediante Lei específica de iniciativa do Poder Executivo, desde que indique os recursos que as viabilizem.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL N.º 154/2001, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL N.º 154/2001**

Alto Boa Vista – MT, aos 11 de dezembro de 2001

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DE 2002”.**

Art. 1º - O Orçamento fiscal e da seguridade Social do Município de Alto Boa Vista, para o exercício financeiro de 2002, estima a receita e fixa a despesa em R$ 4.160.523,97 (quatro milhões, cento e sessenta mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

**1 – RECEITAS CORRENTES.....R$ 2.712.923,97**

1.1 – Receita Tributária.....R$ 169.468,92

1.2 – Receita Patrimonial.....R$ 208,00

1.3 – Receitas Correntes.....R$ 2.536.832,05

1.4 – Outras Receitas Correntes.....R$ 6.415,00

**2 – RECEITAS DE CAPITAL.....R$ 1.447.600,00**

2.1 – Transferências de Capital.....R$ 1.447.600,00

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros “Programa de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta Lei.

**1 – DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO.....R$ 4.160.523,97**

1.1 – Legislativa.....R$ 160.000,00

1.2 - Administração.....R$ 769.466,62

1.3 - Assistência Social.....R$ 74.871,60

1.4 - Previdência Social.....R$ 87.650,00

1.5 - Saúde..... R$ 617.712,24

1.6 - Educação.....R$ 762.470,39

1.7 - Cultura.....R$ 8.000,00

1.8 – Direito da Cidadania.....R$ 5.850,00

1.9 – Urbanismo.....R$ 492.949,25

1.10 – Habitação.....R$ 160.000,00

1.11 – Saneamento.....R$ 335.000,00

1.12 – Gestão Ambiental.....R$ 29.965,32

1.13 – Agricultura.....R$ 40.000,00

1.14 – Comercio e Serviços.....R$ 25.000,00

1.15 – Energia.....R$ 120.000,00

1.16 –Transporte.....R$ 320.601,84

1.17 – Desporto e Lazer.....R$ 92.373,20

1.18 – Encargos Especiais.....R$ 43.974,24

1.19 – Reserva de Contingência.....R$ 14.639,27

**2- DESPESA PÔR ÓRGÃOS DO GOV. E DA ADMINISTRAÇÃO.....R$ 4.160.523,97**

2.1- CÂMARA MUNICÍPAL DE ALTO BOA VISTA.....R$ 160.000,00

2.1.1-Câmara Municipal.....R$ 160.000,00

2.2- GABINETE DO PREFEITO.....R$ 268.700,00

2.2.1-Gabinete do Prefeito.....R$ 193.300,00

2.2.2- Junta de Serviço Militar.....R$ 7.000,00

2.2.3- Unidade Municipal de Cadastro.....R$ 6.000,00

2.2.4- Assessoria Jurídica.....R$ 12.400,00

2.2.5- Chefia de Gabinete.....R$ 50.000,00

**3 – SECRETARIA GERAL.....R$ 3.717.184,70**

3.3.1- Gabinete Secretário Geral.....R$ 30.000,00

3.3.2- Departamento de Administração e Finanças.....R$ 257.723,05

3.3.3- Departamento Agricultura Pecuária e Meio Ambiente.....R$ 98.165,32

3.3.4- Departamento de Educação Cultura e Desporto.....R$ 493.209,63

3.3.5- Departamento de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.....R$ 1.487.951,09

3.3.6- Fundo Municipal de Saúde.....R$ 617.712,24

3.3.7- Departamento de Promoção Social e Ação Comunitária.....R$ 337.500,29

3.3.8- Fundo Ensino Fundamental Municipal – Fuefum.....R$ 363.100,76

3.3.9- Fundo Municipal de Assistência Social.....R$ 16.812,32

3.3.10- Fundo Municipal Salário Educação.....R$ 4.160,00

3.3.11- Fundo Municipal do Idoso .....R$ 5.850,00

3.3.12- Fundo Municipal da Cultura.....R$ 5.000,00

**99 – RESERVA DE CONTINGENCIA.....R$ 14.639,27**

99.99 – Reserva de Contingência.....R$ 14.639,27

3- DESPESA PÔR CATEGORIA ECONÔNICA.....R$ 4.160.523,97

3.1- DESPESAS CORRENTES .....R$ 2.393.057,02

3.1.1- Pessoal e Encargos Sociais.....R$ 1.323.558,87

3.1.2- Outras Despesas Correntes.....R$ 1.069.498,15

3.2- DESPESAS DE CAPITAL .....R$ 1.752.827,67

3.2.1- Investimentos.....R$ 1.746.827,68

3.2.2 – Amortização da Dívida.....R$ 6.000,00

9.9- RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 14.639,27

99.99- Reserva de Contingência.....R$ 14.639,27

**4- DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO.....R$ 4.160.523,97**

4.0001 – Ação Legislativa.....R$ 140.000,00

4.0010 – Defesa da Ordem Jurídica.....R$ 12.400,00

4.0011 – Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.....R$ 25.000,00

4.0052 – Administração Geral.....R$ 1.438.971,99

4.0120 – Amparo Assistencial ao Idoso.....R$ 5.850,00

4.0121 – Atenção a Pessoa Portadora de Deficiência.....R$ 7.267,60

4.0122 – Amparo Assistencial a Criança e ao Adolescente.....R$ 69.604,00

4.0125 – Assistência a Comunidades.....R$ 60.000,00

4.0210 – Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar.....R$ 160.205,68

4.0251 – Alimentação Escolar.....R$ 28.562,74

4.0401 – Educação Infantil.....R$ 100.363,45

4.0403 – Ensino Fundamental.....R$ 536.522,00

4.0404 – Expansão da Oferta de Vagas no Ensino Fundamental.....R$ 72.131,20

4.0407 – Transporte Escolar para Ensino Fundamental.....R$ 64.160,00

4.0473 – Difusão Cultural.....R$ 8.000,00

4.0501 – Vias e Logradouros Urbanos.....R$ 246.550,44

4.0504 – Serviços de Limpeza Urbana.....R$ 30.000,00

4.0506 – Iluminação Pública.....R$ 130.000,00

4.0507 – Parques e Jardins.....R$ 5.000,00

4.0515 – Habitações Urbanas.....R$ 140.000,00

4.0611 – Saneamento Básico Urbano.....R$ 335.000,00

4.0621 – Conservação e Preservação de Recursos Hídricos.....R$ 29.965,32

4.0643 – Produção Agrícola.....R$ 20.000,00

4.0650 – Produção Pecuária.....R$ 25.000,00

4.0710 – Estradas Vicinais.....R$ 160.601,84

4.0721 – Desporto Comunitário.....R$ 45.000,00

4.0722 – Lazer.....R$ 42.373,20

4.1006 – Gestão da Política De Desp. E Lazer.....R$ 5.000,00

4.1201 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.....R$ 25.000,00

4.1304 – Serviço da Div. Interna Pactuada c/o Sist. Prev. Social.....R$ 6.000,00

4.1310 – Contribuição o/Prog. Form. Do Patr. Servidor-PASEP.....R$ 41.605,24

4.1313 – Contrib. P/ Instituto Prev. Social – INSS.....R$ 129.750,00

4.999 – Reserva de Contingência.....R$ 14.639,27

Art.4º- O orçamento de seguridade Social do município de Alto Boa Vista é de R$ 780.238,84 (setecentos e oitenta mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos), assim distribuidos por área:

- Assistência Social.....R$ 74.871,60

- Previdência Social.....R$ 87.650,00

- Saúde.....R$ 614.712,24

Art. 5.º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa, observado o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Federal n.º 4.320/64, e de conformidade com os incisos V e VI do artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2002, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL Nº 155/2001, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2001**

**LEI MUNICIPAL Nº 155/2001**

Alto Boa Vista, 10 de Dezembro de 2001.

**“CONCESSAO DE USO DE IMOVEIS PARA INSTALACAO DE UMA CERAMICA”**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em concessão o imóvel relacionado abaixo, para instalação de uma Cerâmica, para fabricação de tijolos e telhas, no município de Alto Boa Vista – MT:

01 – Casa de nº 107, localizada na sede;

01 – área de terras, medindo 200x 250 metros, localizada na área comunitária do PA MAE MARIA, com as seguintes divisas: frente com Escola e Hotel, medindo 200 metros, fundos com área comunitária, medindo 200 metros.

Art. 2º - O imóvel de propriedade do Incra objeto de contrato de concessão provisória de uso de bem público, firmado entre esta

Prefeitura Municipal e o Incra, está localizado no PA MAE MARIA, neste município.

Art. 3º - A concessão do Imóvel será formalizada mediante contrato, após o processo de licitação, com base na Lei Federal nº 8666/93 e demais disposições legais.

Art. 4º - A concessão terá duração enquanto for mantido o contrato entre a Prefeitura municipal e o Incra.

Art. 5º - A concessão de que trata esta Lei, sofrerá a fiscalização do poder concedente, representada pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - O contrato de concessão deverá constar cláusulas essenciais, quanto a:

I - O objeto, área e o prazo de concessão;

II - Aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária;

III - Forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução dos serviços;

IV - As penalidades contratuais e administrativas a que se sujeitam as concessionárias e a sua forma de aplicação;

V - Aos casos de extinção da concessão;

VI - As condições para prorrogação do contrato;

VII - Ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais e legais pertinentes.

Art. 7º - Sempre que o contrato não estiver sendo cumprido, a poder concedente poderá intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais e legais pertinentes.

Art. 8º - A empresa vencedora da licitação terá prazo de 06 (seis) meses para se instalar, findo qual, sem a devida instalação, o contrato será rescindido.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL N.º 156/2002, DE 05 DE ABRIL DE 2002**

**LEI MUNICIPAL N.º 156/2002**

Alto Boa Vista – MT, 05 de abril de 2002

**“PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS ATRAVÉS DE MOTO TAXI”.**

Art. 1º - Fica instituído neste Município o serviço público de transporte individual de passageiros a ser realizado por meio de MOTO TÁXI.

Art. 2º - O número de MOTO TÁXIS não ultrapassará a 8 (oito) unidades, cujos nomes dos interessados serão fornecidos pelo Sindicato da categoria.

Art. 3º - A exploração do serviço será feita por meio de iniciativa direta e pessoal do interessado, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, que deliberará sobre o pedido. Deferindo-o mandará expedir Alvará de Licença “anual” ou similar, após o recolhimento da taxa de R$ 40,00 (quarenta reais) ao erário municipal, através da Secretaria Municipal de Finanças, ficando estipulado por estimativa, o cálculo do ISSQN sobre o valor mínimo referente a 50 (cinqüenta) corridas tarifa mínima.

Parágrafo 1º - O requerimento será subscrito pelo proprietário da motocicleta, instruído com documento hábil pelo órgão competente e pelo título eleitoral do interessado, expedido nesta Comarca e quites com a Justiça Eleitoral.

Parágrafo 2º - A referida taxa será recolhida de 1º até 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 3º - Na hipótese do interessado apresentar seu requerimento após esta data, deferido o pedido, efetuará o recolhimento total da taxa, de 1º a 31 de dezembro de cada ano, contados da Ciência do deferimento, sob pena de arquivamento do pedido.

Parágrafo 4º - É defeso ao Poder Executivo o credenciamento de mais de 01 (um) MOTO TAXI para o mesmo interessado.

Art. 4º - Caberá à Secretaria Municipal de Finanças, todas as atividades normatizadoras, a arrecadação da taxa e a expedição do alvará de licença anual, ou os documentos similares, previstos no artigo 3º, e ainda nas normas fiscalizadoras do serviço de MOTO TAXI.

Art. 5º - O serviço de Moto Táxi será prestado somente com motocicletas de potência mínima de 100 (cem) cilindradas, novas ou semi novas, em bom estado de conservação, funcionamento e segurança e assim sucessivamente.

Parágrafo 1º - Os veículos serão submetidos à vistoria pela Prefeitura Municipal e pela 21ª CIRETRAN, no mínimo, semestralmente.

Parágrafo 2º - Deverá o veículo portar tarja de identificação lateral e transportar apenas 01 (um) passageiro por viagem.

Art. 6º - É vedada a instalação de Ponto de MOTO TAXI a menos de 80 (oitenta) metros de qualquer ponto de TAXI, convencional ou Ônibus coletivo urbano.

Art. 7º - É proibido o embarque de passageiros de MOTO TAXI nos pontos de TAXI convencional e nos pontos de Ônibus urbanos, sendo passível de cassação de Alvará de Licença anual de MOTO TAXI, nos casos em que se comprove essa prática.

Art. 8º - Qualquer ato de indisciplina, troca de ponto sem prévia anuência do Poder Executivo, molestação de transportes, incitação e perturbação da ordem pública, alteração das características das localizações do ponto, infrigência de dispositivos legais relacionados com MOTO TAXI, importarão na aplicação de penalidades legais e, conforme a gravidade da falta, poderá ensejar a cassação do alvará de Licença Anual.

Art. 9º - Atendido o interesse público, poderá o Prefeito Municipal, ouvida previamente a Secretaria Municipal de Finanças, ou órgão conveniado, ou ambos, aceitar sugestão para instalação de pontos por iniciativa do sindicato da categoria, sem que isto implique renúncia do direito de remover, fechar ou definir os pontos ou traga a obrigação de instalá-los onde sejam requeridos.

Art. 10 - Em qualquer circunstância fica reservado ao poder Executivo as prerrogativas de relocalizar, fechar ou alterar qualquer ponto de MOTO TAXI, em função de necessidade pública inadiável.

Art. 11 - É vedada a instalação de Pontos de MOTO TAXI na PRAÇA CARIRI, salvo concordância do Poder Executivo.

Art. 12 - É proibido o transporte de menores de 12 (doze) anos de idade sem prévia autorização dos pais ou responsáveis e o transporte de passageiros conduzindo mercadorias, volumes ou malas, capazes de colocar em risco a segurança do transporte.

Art. 13 - Além dos documentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, o motociclista deverá portar carteira de saúde devidamente atualizada, tabela de tarifa em vigor, aprovada pelo Poder Executivo, Alvará de Licença Anual em dia e jaqueta de identifica-

ção (colete), sob pena das sanções previstas no artigo 16 “caput” e suas alíneas.

Parágrafo Único – de 01 a 08, o motociclista será identificado com um único número na jaqueta (colete), proibida a repetição.

Art. 14 - O motociclista deverá:

a) dirigir o veículo de modo a proporcionar segurança, conforto e regularidade da viagem ao passageiro, vedado o excesso de velocidade;

b) tratar o passageiro com humanidade;

c) não recusar passageiro, exceto nos casos previstos em lei, e aos embriagados, bem como os portadores de doenças infecto-contagiosas ou em traje inadequado;

d) usar capacete e fazer com que o passageiro também use;

e) cobrar o preço fixado na tabela, assegurando-lhe o mínimo R$ 1,00 (um real), pela prestação do serviço no período das 06 às 24 horas e R$ 2,00 (dois reais), das 24 às 06 horas, vedado acordo de preço em viagem dentro do perímetro urbano, e o reajuste dos preços fixados em tabela só poderá ser feito em conjunto, sindicato e Secretaria Municipal de Finanças;

f) oferecer aos passageiros, capacetes em bom estado de conservação e higiene, com selo de qualidade expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO, aberto na frente ou opcional, segundo aceitação do usuário;

g) outras exigências que se fizerem necessárias para adequação do serviço.

Art. 15 - Ao MOTO TAXI credenciado em outro município, é vedado fazer ponto ou pegar passageiro em Alto Boa Vista – MT, sob pena de apreensão do veículo e aplicação das penalidades previstas em Lei.

Art. 16 - O serviço de fiscalização de trânsito dos MOTOS TAXIS é de competência da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, e Sindicato da Categoria, que no exercício de suas atividades poderão, conforme a gravidade do caso, aplicar as seguintes penalidades aos infratores:

a) advertência verbal ou escrita;

b) suspender condutores de veículo;

c) apreender veículos;

d) sugerir ao Prefeito Municipal a cassação do alvará de Licença anual e para o reincidente a cassação definitiva.

Art. 17 - Não paga a taxa de alvará de Licença anual, o Poder Executivo suspenderá os serviços prestados pelo inadimplente. Havendo desobediência, o veículo será apreendido e aplicadas as demais penalidades legais.

Parágrafo Único – É defeso ao motociclista prestar serviço de MOTO TAXI sem o competente Alvará de Licença Anual, sob pena de apreensão do veículo e aplicação de outras penalidades previstas em lei cominativas à infração.

Art. 18 - Os MOTO TAXI gozarão do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir desta lei em vigor, prevalecerá a regra do artigo 3º, parágrafo 2º.

Art. 19 - O serviço público ora instituído será regido por esta Lei, e pela Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 – “Código de Trânsito Brasileiro”.

Art. 20 - O poder executivo baixará decreto, fixando a quantidade de pontos de MOTO TAXI, os locais onde serão instalados e contendo normas regulamentadoras da presente lei em benefício do interesse público.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22 - Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Boa Vista – MT, 05 de abril de 2002.

**MARIO CEZAR BARBOZA**

**Prefeito Municipal**

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL N.º 157/2002, DE 22 DE ABRIL DE 2002**

**LEI MUNICIPAL N.º 157/2002**

Alto Boa Vista – MT, 22 de abril de 2002

**“REMUNERAÇÃO DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO, DE 2001 A 2004”.**

Art. 1º - Estabelece o subsídio mensal do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito, em parcela única, em conformidade com o Artigo 39, § 4º da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º - Fica estabelecido o subsídio mensal do Prefeito Municipal em R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º - Fica estabelecido ainda o subsídio para o Vice – Prefeito Municipal, em R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alto Boa Vista – MT, 05 de abril de 2002.

**MARIO CEZAR BARBOZA**

**Prefeito Municipal**

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL N. º 158/2002, DE 30 DE ABRIL DE 2002**

**LEI MUNICIPAL N. º 158/2002**

Alto Boa Vista – MT, 30 de abril de 2002

**“ALTERAÇÃO NO LOTACIONOGRAMA DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL”.**

Art. 1º - Fica alterado o lotacionograma do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista, constante do anexo I, parte integrante da Lei Municipal n.º 024, de 08/09/1993, o qual passará a fazer parte desta Lei.

Art. 2º - As vagas apontadas no anexo como necessárias, serão preenchidas através de concurso público.

Art. 3º - Os cargos não citados no anexo I, parte integrante desta lei, não sofreram alteração, com exceção aos cargos que dizem respeito a carreira dos profissionais do magistério, objetos de lei específica.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL N.º 159/2002, DE 20 DE MAIO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL N.º 159/2002**

Alto Boa Vista – MT, 20 de maio de 2002

**“REPASSE DO RECURSO AO CONSELHO DA COMUNIDADE”.**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar ao Conselho da Comunidade de São Félix do Araguaia, a importância de R$ 100,00 (cem reais), mensais.

Art. 2º - O recurso repassado, destina-se exclusivamente a manter o zelo e bem estar dos presidiários, mantidos no Presídio em São Félix do Araguaia.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL N.º 160/2002, DE 21 DE MAIO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL N.º 160/2002**

Alto Boa Vista – MT, 21 de maio de 2002

**"ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2003".**

Art. 1º - Em conformidade com o artigo 165, parágrafo 2º da Constituição Federal, artigo 147 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n.º 101/2000, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2003.

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2003 abrangerá os poderes Legislativo, Executivo, seus órgãos, assim como a execução orçamentária obedecerá diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária anual será elaborado em observância ás diretrizes fixadas nesta Lei e as normas de financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal, Lei 4.320/64 e Lei Complementar n.º 101/2000.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Lei Orçamentária conterá:

I – Orçamento Fiscal;

II – O Orçamento de Investimentos;

III – O Orçamento da Seguridade Social;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Orçamento fiscal e o orçamento de investimentos deverão estar compatibilizados com o Plano Plurianual e terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Art. 4º - O projeto de lei orçamentária deve obedecer aos princípios de Legalidade, Legitimidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, Economicidade e Probidade Administrativa.

Art. 5º - O projeto de Lei deve primar pela responsabilidade na gestão fiscal, atentando para a ação planejada e transparente para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - A Lei orçamentária anual, para o exercício financeiro de 2003, deverá observar:

I – a responsabilidade na gestão fiscal;

II – as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do município, bem como suas alterações;

III – a organização e a estrutura dos orçamentos;

IV – a execução orçamentária e o cumprimento das metas;

V – instituição, a previsão e a efetivação da receita;

VI – a renuncia de receita;

VII – a geração de despesas;

VIII – as despesas obrigatórias de caráter continuado;

IX – as despesas com pessoal;

X – o controle da despesa total com pessoal;

XI – as despesas com a seguridade social;

XII – as transferências voluntárias;

XIII – a destinação dos recursos públicos ao setor privado;

XIV – a dívida e o endividamento;

XV – os limites da dívida pública;

XVI – a recondução da dívida aos limites;

XVII – as operações de crédito – contratação;

XVIII – as operações de crédito – vedações;

XIX – as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária;

XX – as operações com o BACEN;

XXI – as disponibilidades de caixa;

XXII – a preservação do patrimônio público;

XXIII – a transparência na gestão fiscal;

XXIV – a escrituração das contas públicas;

XXV – as metas e as prioridades da administração pública municipal;

XXVI – as disposições finais.

Art. 7º - Os valores da receita e da despesa serão orçados com base na arrecadação de 2002, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária anual deverá ser elaborado de forma compatível com o PLANO PLURIANUAL, com a LDO e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 9º - A proposta orçamentária para 2003 conterá as metas e prioridades da administração municipal, estabelecidas no anexo único, que integra esta Lei.

Art. 10º - O Poder Legislativo encaminhará ao poder Executivo sua proposta orçamentária para 2003, observando as determinações contidas nesta Lei, até o ultimo dia útil do mês de abril de 2002.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – a secretaria de finanças do município ajustará quando necessário a proposta orçamentária da Câmara de Vereadores, tendo por base a participação percentual da despesa legislativa na receita corrente municipal, verificada no exercício anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO – a participação percentual de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á ao montante da receita prevista na forma do artigo 7º, redundando no orçamento específico da Câmara Municipal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – o repasse mensal ao legislativo, a que se refere o artigo 168 da Constituição Federal, submeter-se-á ao principio da programação financeira de desembolso aludido nos artigos 47 a 50 da Lei Federal n.º 4.320/64 e Lei Complementar n.º 101/2000.

PARÁGRAFO QUARTO – o total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 8% (oito por cento) relativo ao somatório da Receita Tributária e das seguintes transferências, efetivamente realizadas no exercício financeiro de

2002.

I – do produto da arrecadação com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

II – do produto da arrecadação do Imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo município, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

III – do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade Rural, relativo aos imóveis situados no município.

IV – do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no município;

V – do produto da arrecadação do imposto do estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ocorridas no município, observados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal.

VI – do produto do Imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados rateados pelo FPM.

VII – do produto da arrecadação do Imposto da União sobre exportação de produtos industrializados, observados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal.

Art. 11º - Os valores de receita e da despesa serão orçados com base na arrecadação de 2002, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária.

PARAGRAFO PRIMEIRO – os pedidos de créditos adicionais por excesso de arrecadação deverão ser instituídos por documentos produzidos pela contabilidade, que comprovem a ocorrência ou sua tendência no exercício.

PARÁGRAFO SEGUNDO – a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, na forma da Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO – os créditos adicionais suplementares, por insuficiência de dotações, por anulação será de acordo com a Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 12º - Deverá constar na proposta orçamentária anual, previsão orçamentária para dar cobertura com as despesas decorrentes do FUNDEF, de conformidade com a Lei Federal n.º 7.727/96.

Art. 13º - Deverá constar na proposta orçamentária, dotações para dar cobertura ao Programa do Salário Educação, de conformidade com a Lei Federal n.º 7.043/98.

Art. 14º - A proposta orçamentária que o poder executivo encaminhar ao poder legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I – as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos, não podendo ser paralisadas.

II – as despesas com o programa da dívida pública, salários e encargos sociais, terão prioridades sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

III – a previsão para operações de créditos constará da proposta orçamentária desde que esteja vinculada a um programa específico.

Art. 15º - As propostas para concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou para alterações de estrutura de carreira no corrente exercício deverão apresentar as justificativas e os critérios já utilizados, bem como comprovar a existência de recursos orçamentários suficientes para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 16º - As admissões de pessoal de qualquer título no exercício de 2003, ficam limitados às funções e cargos vagos.

Art. 17º - Excetuam-se dos limites do artigo 15º desta lei, a criação de cargos e as admissões para atender às metas de expansão e melhoria de qualidade dos serviços públicos, prioridade no anexo único.

Art. 18º - As despesas com pessoal ativo e inativo na administração direta e indireta não poderão exceder o limite de 60% (sessenta por cento) das receitas correntes.

Art. 19º - Na verificação do atendimento do limite de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida com a despesa total com pessoal, não serão computadas as despesas:

I – de indenização por demissão de servidores;

II – relativas a incentivos à demissão voluntária;

III – derivadas da convocação extraordinária da Câmara de Vereadores, pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou por requerimento da maioria dos vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante;

IV – decorrentes de decisão judicial, desde que da competência de período anterior ao da apuração;

V – com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeados por recursos provenientes:

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira entre os diversos regimes de previdência social, para efeito de aposentadoria, tendo em vista a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural urbana.

c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade;

d) do produto da alienação de bens, direitos e ativos;

e) do seu superávit financeiro;

Art. 20º - A repartição do limite de 60% (sessenta por cento) da receita líquida com a despesas total com pessoal, não poderá exceder o percentual de 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o executivo.

Art. 21º - Deverão ser propostos à Câmara Municipal no corrente exercício, projeto de Lei sobre instituição, aumento e redução de tributos, concessão de isenções, anistia e remissões de créditos tributários e outras matérias pertinentes, em função da política fiscal do município, bem como da devida aplicação dos princípios constitucionais tributários.

Art. 22º - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária que compreenda renuncia de receita deverá:

I – estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois (dois seguintes);

II – atender pelo menos uma das seguintes condições:

a) demonstração de que a renuncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária anual e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

b) estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos 02 (dois) seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de:

b.1 – elevação de alíquotas;

b.2 – ampliação da base de cálculo;

b.3 – criação de tributo;

Art. 23º - No orçamento da seguridade social as despesas serão desdobradas na forma do anexo II da Lei Federal n.º 4.320/64que integra a Lei Orçamentária Anual.

Art. 24º - A lei municipal poderá fixar limites inferiores aqueles previstos na lei de responsabilidade na gestão fiscal para as dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

Art. 25º - O município fica autorizado a contribuir para custeio de despesas de competência de outros entes da federação se houver:

I – autorização da Lei Orçamentária Anual;

II – convênio, acordo, ajuste ou congênere;

III – comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) não utilização em finalidade diversa da pactuada.

Art. 26º - O município fica autorizado a buscar, junto a União, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administrações tributárias, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 27º - O poder executivo enviará até o dia 31/08/2002, projeto de Lei de Orçamento Anual à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 28º - Não tendo sido a Lei Orçamentária Anual sancionada até o dia 31 de dezembro de 2002, fica autorizada a execução da proposta orçamentária, originariamente encaminhada à Câmara Municipal, sendo as dotações liberadas para movimentação na razão de 1/12 (um doze avos), para cada mês até a sanção do Projeto de Lei.

Art. 29º - O projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentada com a forma e o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se no que couber as demais disposições legais.

Art. 30º - O chefe do executivo, através de decreto baixará normas relativas:

a) ao controle de custos dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

b) à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

Art. 31º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**

**LEI MUNICIPAL N.º 161/2002, DE 10 DE OUTUBRO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL N.º 161/2002**

Alto Boa Vista – MT, 10 de outubro de 2002

**“ASSISTÊNCIA SOCIAL.”**

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro à implementação da área social voltados à população de baixa renda.

Art. 2º - O FMAS será administrado financeiramente e Administrativamente por Gestor nomeado por ato do Prefeito Municipal.

Art. 3º - O mandato de Gestor do fundo será de 03 (três) anos, permitida a recondução uma única vez.

Art. 4º - O FMAS é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminado de duração que funciona conforme estabelece esta Lei e o seu Regimento Interno obedecendo as seguintes normas.

Art. 5º - O FMAS terá a seguinte composição:

I – Plenário do CMAS, como órgão de deliberação máxima;

II – Secretaria Executiva com:

a) 01 (um) Gerente

b) 01 (um) Agente Administrativo

Art. 6º - Constituirão receitas do Fundo:

I – Recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – Doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferência de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

IV – Receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo realizadas na forma da lei;

V – As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias, oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o FMAS vier a receber por força de lei e de convênios no setor;

VI – Receitas provenientes da alienação de bens móveis e imóveis do município, no âmbito da assistência social;

VII – Doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – Outras receitas que vierem a ser instituídas.

§ 1º - A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da administração pública municipal da assistência social será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º - Quando não tiverem sido utilizados nas finalidades próprias, os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, de acordo com a posição das disponibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

Art. 7º - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão aplicados em:

I – Financiamento total ou parcial de programas e projetos de assistência social desenvolvidos pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgãos conveniados;

II – Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III – Aquisição de material permanente e de consumo e de insumos necessários ao desenvolvimento de programas;

IV – Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imó-

veis para prestação de serviços de assistência social;

V – Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI – Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

Art. 8º - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CNAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 9º - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 10º - O fundo de que trata a presente Lei terá vigência ilimitada.

Art. 11º - O Ministério Público zelará pelo cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 12º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 070, de 11/04/1996.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL N.º 162/2002, DE 10 DE OUTUBRO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL N.º 162/2002**

Alto Boa Vista – MT, 10 de outubro de 2002

**“UTILIZAÇÃO DE MEIO ELETRÔNICO PARA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA JUNTO AO BANCO DO BRASIL”.**

Art. 1º - Fica a Administração Pública Direta e Indireta de Alto Boa Vista, autorizada a utilizar-se de meio eletrônico para a movimentação financeira a seu cargo junto ao Banco do Brasil.

Art. 2º - A movimentação financeira, para os fins desta Lei, abrange todas as transações bancárias necessárias à realização da despesa e receita pública, inclusive transferências de recursos, transmissão e recepção de arquivos eletrônicos, via provedor disponibilizado por instituições bancárias oficiais e via Internet.

Art. 3º - As transações serão realizadas pelos agentes públicos responsáveis pela movimentação dos recursos públicos, de acordo com as respectivas competências e atribuições, por meio de senha eletrônica, aos quais compete preservar o respectivo sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO: a senha eletrônica equipara-se, para os efeitos desta lei, à assinatura de próprio punho do agente público.

Art. 4º - Deverão ser realizados contratos específicos com o Banco do Brasil, instituição bancária oficial detentora das contas,por meio das quais são movimentados os recursos públicos, regulando-se, de forma detalhada, a operacionalização do sistema eletrônico, inclusive os poderes inerentes a cada senha.

Art. 5º - As mensagens que trafegarem entre os sistemas eletrônicos dos bancos oficiais e da administração pública deverão ser criptografadas ou protegidas por outra forma que garanta a segurança dos dados.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CEZAR BARBOZA**

**Prefeito Municipal**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 163/2002, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL Nº 163/2002**

Alto Boa Vista – MT, 05 de novembro de 2002

**“PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO”.**

Art. 1º - Fica aprovado o PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, do município de Alto Ba Vista, na forma do anexo I, o qual passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º - O Plano Municipal de Educação ora aprovado é uma exigência da Lei Federal nº 10.172, de 09/01/2001, o qual integrará o Plano Estadual de Educação – PEE, que juntos formarão o Plano Nacional de Educação – PNE.

Art. 3º - O Plano Municipal de Educação ora aprovado, terá validade por 10 (dez) anos consecutivos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 164/2002, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL Nº 164/2002**

Alto Boa Vista, 02 de Dezembro de 2002.

**“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO”**

Art. 1º - O orçamento fiscal e da seguridade social do município de Alto Boa Vista, para o exercício financeiro de 2003, estima à receita e fixa a despesa em R$ 4.992.221,08 (quatro milhões, novecentos e noventa e dois, duzentos e vinte e um reais e oito centavos), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor, e das especificações constantes dos anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 – Receitas Correntes ..... R$ 3.378.357,08

1.1 – Receita Tributária ..... R$ 196.945,02

1.2 – Receita Patrimonial..... R$ 216,32

1.3 – Receita De Serviços ..... R$

8.500,00

1.4 – Receita Corrente..... R$ 3.165.295,20

1.5 Outras Receitas Correntes..... R$ 7.400,54

2 – Receitas De Capital ..... R$ 1.613.864,00

2.1 – Transferência De Capital ..... R$ 1.613.864,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros “Programa de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta Lei.

1 – Despesa Por Função De Governo ..... R$ 4.992.221,08

1.1 – Legislativa ..... R$ 159.500,00

1.2 – Administração ..... R$ 873.634,40

1.3 – Assistência Social ..... R$ 25.866,46

1.4 – Segurança Pública ..... R$ 30.000,00

1.5 – Previdência Social ..... R$ 113.300,00

1.6 – Saúde ..... R$ 663.749,62

1.7 – Educação..... R$ 841.437,11

1.8– Cultura ..... R$ 9.800,00

1.9–Direito Da Cidadania ..... R$ 6.084,00

1.10 – Urbanismo ..... R$ 1.164.317,55

1.11 – Habitação ..... R$ 293.704,00

1.12 – Gestão Ambiental ..... R$ 38.693,20

1.13 – Agricultura ..... R$ 48.000,00

1.14 – Comércio E Serviços ..... R$ 69.500,00

1.15 – Energia ..... R$ 25.000,00

1.16 – Comunicação ..... R$ 30.000,00

1.17 – Transporte ..... R$ 457.052,63

1.18 – Desporto E Lazer ..... R$ 40.500,00

1.19 – Encargos Especiais ..... R$ 86.145,97

1.20 – Reserva De Contingência ..... R$ 15.936,14

2 – Despesa Por Órgão Do Governo E Da Administração ..... R$ 4.992.221,08

2.1–Câmara Municipal De Alto Boa Vista ..... R$ 159.500,00

2.2.1 – Câmara Municipal ..... R$ 159.500,00

2.2 – Gabinete Do Prefeito .....R$ 297.700,00

2.2.1 – Gabinete Do Prefeito .....R$ 214.800,00

2.2.2.–Junta E Serviço Militar ..... R$ 7.700,00

2.2.3–Unidade Municipal De Cadastro ..... R$ 6.600,00

2.2.4 – Assessoria Jurídica ..... R$ 13.600,00

2.2.5 – Chefia De Gabinete ..... R$ 55.000,00

3 – Secretaria Geral ..... R$ 4.519.084,94

3.3.1 – Gabinete Secretário Geral ..... R$ 33.000,00

3.3.2 – Deptº De Administração De Finanças ..... R$ 399.022,64

3.3.3. – Deptº De Agric. Pec. Meio Ambiente ..... R$ 159.693,20

3.3.4 – Deptº Educação, Cultura E Desporto ..... R$ 529.612,32

3.3.5 – Dept] De Obras, Transporte, Serviços Urbanos .....R$ 2.083.874,18

3.3.6 – Fundo Municipal De Saúde ..... R$ 663.749,62

3.3.7 – Deptº De Promoção Social A. Com. ..... 226.921,95

3.3.8 – Fundo Ens. Fund. Munic. FUEFUM ..... R$ 377.624,79

3.3.9 – Fundo Munic. Assist. Social ..... R$ 24.002,24

3.3.10 – Fundo Munic. Salário Educação ..... R$ 10.000,00

3.3.11 – Fundo Munic. Idoso ..... R$ 6.084,00

3.3.12 – Fundo Munic. Da Cultura ..... R$ 5.500,00

99 – Reserva De Contingência ..... R$ 15.936,14

99.99 – Reserva De Contingência .....R$ 15.936,14

3 – Despesa Por Categoria Econômica .....R$ 4.992.221,08

3.1 – Despesas Correntes .....R$ 2.838.342,55

3.1.1 – Pessoal E Encargos Sociais .....R$ 1.257.302,90

3.1.2 – Outras Despesas Correntes ..... R$ 1.581.039,35

3.2 – Despesas De Capital ..... R$ 2.137.942,69

3.2.1 – Investimentos ..... R$ 2.097.942,69

3.2.2 – Amortização Da Dívida ..... R$ 40.000,00

99 – Reserva De Contingência ..... R$ 15.936,14

99.99 – Reserva De Contingência ..... R$ 15.936,14

4 – Despesas Por Programa De Trabalho De Governo .....R$ 4.992.221,08

4.001 – Ação Legislativa ..... R$ 137.500,00

4.0010 – Defesa Da Ordem Jurídica ..... R$ 13.600,00

4.0011 – Defesa Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente ..... R$ 31.000,00

4.0052 – Administração Geral ..... R$ 1.779.616,80

4.0120 – Amparo Assistência Ao Idoso ..... R$ 6.084,00

4.0121 – Atenção A Pessoa Portador De Deficiência ..... R$ 7.678,30

4.0122 – Amparo Assistencial A Criança E Adolescente ..... R$ 20.388,16

4.0125 – Assistência A Comunidades ..... R$ 120.000,00

4.0210 – Atendimento Ambulatorial, Emergencial E Hospitalar ..... R$ 22.667,22

4.0251 – Alimentação Escolar .....R$ 29.705,25

4.0401 – Educação Infantil ..... R$ 112.000,00

4.0403 – Ensino Fundamental ..... R$ 627.547,53

4.0404 – Expansão Da Oferta De Vagas No Ensino Fundamental ..... R$ 39.708,09

4.0407 – Transporte Escolar Para Ensino Fundamental ..... R$ 76.000,00

4.0473 – Difusão Cultural ..... R$ 9.800,00

4.0501 – Vias E Logradouros Urbanos ..... R$ 840.717,55

4.0504 – Serviços De Limpeza Urbana ..... R$ 93.000,00

4.0506 – Iluminação Pública ..... R$ 36.000,00

4.0507 – Parques E Jardins ..... R$ 5.500,00

4.0515 – Habitação Urbanas ..... R$ 271.704,00

4.0621 – Conservação E Preservação De Recursos Hídricos ..... R$ 38.693,20

4.0643 – Produção Agrícola ..... R$ 25.000,00

4.0650 – Produção Pecuária ..... R$ 69.500,00

4.0710 – Estradas Vicinais ..... R$ 245.452,63

4.0721 – Desporto Comunitário ..... R$ 35.000,00

4.1006 – Gestão Da Política De Desporto E Lazer ..... R$ 5.500,00

4.1201 – Manutenção E Conservação De Bens Imóveis ..... R$ 27.500,00

4.1304 – Serviço Da Dívida Interna Pactuada Com Inss ..... R$ 40.000,00

4.1310 – Contribuição Para Prog. Form Do Patr. Servidores Pasep ..... R$ 49.922,21

4.0313 – Contr. Para Instituto Previdência Social – Inss ..... R$ 159.500,00

4.0999 – Reserva De Contingência ..... R$ 15.936,14

Art. 4º - O orçamento de Seguridade Social do Município de Alto Boa Vista é de R$ 802.916,08 (oitocentos e dois mil, novecentos e dezesseis reais e oito centavos). Assim distribuídos por área:

Assistência Social ..... R$ 25.866,46

Previdência Social ..... R$ 113.300,00

Saúde ..... R$ 663.749,62

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa, observando o disposto nos artigos 42º e 43º da Lei Federal nº 4.320/64, e de conformidade com os incisos V e VI do artigo 167º da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 165/2002, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL Nº 165/2002**

Alto Boa Vista, 02 de Dezembro de 2002.

**“FIRMAR CONTRATO COM A CONCESSIONARIA DE ENERGIA ELETRICA”**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato com a concessionária de energia elétrica com a finalidade de implantar o Programa de Eficientização do Sistema de Iluminação Pública do município de Alto Boa Vista.

Art. 2º - A custo de implantação do Programa de Eficientizacao do Sistema de Iluminação Pública do município, no valor de R$ 5.676,74 (cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos), deverá ser pago pelo município em 01 (uma) parcela no valor de R$ 86,09 (oitenta e seis reais e nove centavos), mais 65 (sessenta e cinco) parcelas mensais e consecutivas, a partir da data de assinatura o contrato, no valor de R$ 86,01 (oitenta e seis reais e um centavo), cada.

Art. 3º - As despesa decorrentes da implantação Programa de Eficientização do Sistema de Iluminação Pública do município, conforme mencionadas no artigo anterior, correrão por conta da dotação orçamentária de nº 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

Art. 4º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 166/2002, DE 06 DE EZEMBRO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL Nº 166/2002**

Alto Boa Vista – MT, 06 de dezembro de 2002

**“PARCELAMENTO DE DÉBITOS COM A EMPRESA REDE CEMAT”.**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar o Débito com a empresa concessionária de Energia Elétrica REDE CEMAT, referente ao período citado abaixo:

- Iluminação Pública: janeiro a dezembro/2000.....R$ 11.925,07

- Faturas de Próprios Municipais: janeiro a dezembro/2000, .....R$ 15.804,20

- Faturas DAE – (Poços Artesianos): junho a dezembro/2000.....R$ 2.345,97

- Obra: dezembro/2000.....R$ 28.504,08

Art. 2º - O valor a ser parcelado, é de R$ 66.184,12 (sessenta e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e doze centavos), em 24 (vinte e quatro) parcelas, conforme extrato fornecido pela Rede Cemat, as quais constarão do contrato de parcelamento entre as partes.

Art. 3º - As despesas referentes ao parcelamento correrão por conta de rubrica própria.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 167/2002, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL Nº 167/2002**

Alto Boa Vista – MT, 09 de dezembro de 2002

**“DENOMINAÇÃO AO SETOR BANDEIRANTE”**

Art. 1º - Fica o Setor localizado na região Leste da cidade de Alto Boa Vista, conhecido como Setor Vila do Incra, denominado SETOR BANDEIRANTE.

Parágrafo Único – As ruas e avenidas do referido setor continuarão com a mesma denominação, de conformidade com a Lei Municipal nº 152, de 12 de novembro de 2001.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 168/2002, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL Nº 168/2002**

Alto Boa Vista – MT, 09 de dezembro de 2002

**"DENOMINAÇÃO À AVENIDA DO SETOR MÃE MARIA".**

Art. 1º - Faca a Avenida pertinente ao loteamento Mãe Maria, sentido Leste-Oeste, vertical à BR 242, que atravessa a cidade, denominada Avenida "JOSÉ UMÁRCIO CARLOS FERREIRA".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SSP MT**
**LEI MUNICIPAL Nº 169/2002, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002**

**LEI MUNICIPAL Nº 169/2002**

Alto Boa Vista - MT, aos 09 de dezembro 2002

**"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO ".**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotações orçamentárias no valor de R$ 516.000,00 (quinhentos e dezesseis mil reais).

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, fica anulada parcialmente a seguinte dotação:

03.04 - DEPTO DE EDUC.CULT.DESPORTO

03.04.12 – Educação

03.04.12.361 – Ensino Fundamental

03.04.12.361.0404 – Exp. Da Oferta de Vagas no Ensino Fundamental

03.04.12.361.0404.1044 – Construção de 06 Salas de Aulas – BETEL sede

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 20.000,00

03.04.12.361.0404 – Exp. Da Oferta de Vagas no Ensino Fundamental

03.04.12.361.0404.1045 – Construção de 05 Salas de Aulas – P.A. Mãe Maria

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 20.000,00

03.04.12.361.0404 – Exp. Da Oferta de Vagas no Ensino Fundamental

03.04.12.361.0404.1046 – Construção de 04 Salas de Aulas – Nova Suiá

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 20.000,00

03.04.27.812.0721 – Desporto Comunitário

03.04.27.812.071.1048 – Const. De 01 Quadra de Esporte Coberta

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 25.000,00

03.05 – DEP. DE OBRAS, TRANSPORTES, SERV. URBANOS

03.05.15 – Urbanismo

03.05.15.451 –Infra Estrutura Urbana

03.05.15.451.0501 – Vias e Logradouros Urbanos

03.05.15.0501.1052 – Implant. De Pavim. Asfaltica em Vias Urbanas

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 150.000,00

03.05.17 – Saneamento

03.05.17.512 – Saneamento Básico Urbano

03.05.17.512.0611 – Saneamento Básico Urbano

03.05.17.512.0611.1061 – Ampliação da Rede de Distribuição de Água Potável

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 200.000,00

03.06 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

03.06.10 – Saúde

03.06.10.301 – Atenção Básica

03.06.10.301.0125 – Assistência Comunidades,

03.06.10.301.0125.1055 – Aquisição de 02 Ambulâncias

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 40.000,00

03.07 – DEP. PROM. SOCIAL AÇÃO COMUNITÁRIA

03.07.08 – Assistência Social

03.07.08.243 – Assistência a Criança e ao Adolescente

03.07.08.243.0122.1025 – Const. De 01 Creche Municipal na Sede

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 41.000,00

Total..... R$ 516.000,00

Art. 3º - Ficam suplementados as seguintes dotações orçamentárias:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0052.2009 - Manut. Enc. C/gabinete Prefeito

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 15.000,00

3.3.90.36 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física.....R$ 2.000,00

3.3.90.39 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 3.000,00

02.01.09.271.1313.2028 – Enc. C/Prev. Social – Gab. Prefeito

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.13 – Obrigações Patronais.....R$ 6.000,00

02.03.04.122.0052.2012 – Manut. Enc. Unid. Municipal de Cadastro

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .....R$ 2.000,00

02.04.061.0010.2013 – Manut. Enc. C/Asses. Jurídica

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 5.000,00

02.05.122.0052.2014 – Manut. Enc. C/Chefia de Gabinete

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 10.000,00

03 – SECRETARIA GERAL

03.02 – DEPART. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.02.04.122.0052.2001 – Manut. Enc. C/Depto. Adm. E Finanças

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 30.000,00

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 20.000,00

3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 3.000,00

3.3.90.36 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física.....R$ 5.000,00

3.3.90.39 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 2.000,00

03.02.09.271.1313.2027 – ENC. C/PREV. SOCIAL – DEPT. ADMINISTRAÇÃO

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.13 – Obrigações Patronais.....R$ 3.000,00

03.02.28.846.1304.8002 – Amortização da Dívida com INSS

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.6.00.00 – Amortização da Dívida

4.6.90.71 – Principal de Dívida Contratual Resgatado.....R$ 20.000,00

03.02.28.846.1310.8001 – MANUT. ENC. C/PASEP ADMINISTRAÇÃO

3.3.00.00 – Despesas Correntes

3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas.....R$ 3.000,00

03.03 – DEPTO. AGRICULT. PEC. M. AMBIENTE

03.03.20.122.0052.2015 – Manut. Enc. C/Depto. Agricult. Pec. Meio Ambiente

3.3.00.00 – Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 10.000,00

03.04 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

03.04.12.361.0403.2017 – OPERC.MANUT.ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.00.00 – Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 60.000,00

3.3.90.36 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física.....R$ 3.000,00

3.3.90.39 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 5.000,00

03.04.12.361.1313.2040 – ENC.C/PREV.SOCIAL – EDUC. 00 A 06 ANOS

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.13 – Obrigações Patronais.....R$ 2.000,00

03.04.12.365.0401.2016 – MANUT. ENCARGOS C/EDUC.CRIANÇA 00 A 06 ANOS

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 10.000,00

3.3.00.00 – Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 5.000,00

03.05 – DEPTO.OBRAS, TRANSP. SERV. URBANOS

03.05.15.452.0052.2019 – MANUT.ENC.C/DEPTO URBANISMO

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 20.000,00

3.3.00.00 – Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 60.000,00

3.3.90.36 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física.....R$ 5.000,00

3.3.90.39 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 5.000,00

03.05.15.452.0504.2020 – MANUT.ENC.C/LIMPEZA PUBLICA

3.3.00.00 – Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.36 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física.....R$ 10.000,00

03.05.15.452.0506.2021 – MANUT.ENC. C/ILUMIN. PUBLICA

3.3.00.00 – Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 10.000,00

03.05.26.782.0052.2023 – MANUT. ENC.C/SETOR TRANSPORTE

3.3.00.00 – Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 20.000,00

3.3.90.36 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física.....R$ 5.000,00

03.06 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

03.06.10.122.0052.2005 – MANUT. ATIV. FUNDO MUN. SAUDE

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 20.000,00

3.3.00.00 – Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 30.000,00

3.3.90.36 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física.....R$ 5.000,00

3.3.90.39 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 5.000,00

03.06.10.271.1313.2046 – ENC.C/PREV.SOCIAL-FUNDO MUN. SAUDE

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.13 – Obrigações Patronais.....R$ 7.000,00

03.07 – DEPTO. PROM. SOCIAL AÇÃO COMUNITÁRIA

03.07.04.122.0052.2029 – MANUT. ENC.C/DEPTO. PROM. SOCIAL

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 20.000,00

3.3.00.00 – Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 10.000,00

3.3.90.36 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Física.....R$ 5.000,00

3.3.90.39 – Outros Serv. Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 5.000,00

03.08 – FUNDO ENSINO FUNDAMENTAL – FUEFUM

03.08.12.361.0403.2047 – OPER. MANUT. DO FUEFUM

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 50.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/10/2002, revogadas as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

## SSP MT
## LEI MUNICIPAL Nº 170/2002, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002

**LEI MUNICIPAL Nº 170/2002**

Alto Boa Vista, 27 de Dezembro de 2002.

**“CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PÚBLICA”**

Art. 1º – Fica instituída a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos.

Art. 2º – A contribuição incidirá sobre a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelo município no âmbito do seu território urbano.

Art. 3º - Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer titulo, de unidade imobiliária servida por iluminação pública.

Art. 4º - A base de calculo da contribuição é o resultado do rateio do custo dos serviços de iluminação das vias e logradouros públicos pelos contribuintes, em função do numero de unidades imobiliárias servidos pelo sistema de iluminação pública.

§ 1º - O valor do rateio da contribuição, apurado com base no custeio anual do serviço de iluminação das vias e logradouros públicos, observará a distinção entre contribuintes de natureza industrial, comercial, residencial, serviços públicos e poder público e será pago em 12 (doze) parcelas mensais, fixados em ata do Poder Executivo. (ver tabela Exemplo)

§ 2º - O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

a) Despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública;

b) Despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

Art. 5º - É facultada a cobrança da contribuição na fatura de consumo de energia elétrica, emitida pela empresa concessionária ou permissionária local, condicionada à celebração de contato ou convenio.

Parágrafo Único – O Poder Executivo fica autorizado a celebrar contato ou convenio com a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica local, para promover a arrecadação da contribuição de Iluminação Pública – CIP.

Art. 6º - Aplicam-se à contribuição no que couber, as normas do código tributário nacional e legislação tributária do município, inclusive aquelas relativas às infrações e penalidades.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do próximo dia 1º de Janeiro.

Art. 8º - Esta Lei será regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

**MÁRIO CÉZAR BARBOZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026**

**AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2026**

A Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT torna pública a **ANULAÇÃO INTEGRAL** do Pregão Eletrônico nº 013/2026, Processo Licitatório nº 042/2026, destinado à **contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos de clínico geral, com jornada de 40 horas semanais, para atendimento nas quatro unidades de Estratégia Saúde da Família do Município**.

A anulação **fundamenta-se na identificação de vício insanável na fase preparatória, decorrente da inadequação da solução planejada e do modelo de execução às necessidades assistenciais, conforme manifestação técnica e parecer jurídico constantes dos autos, com fundamento no art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Foi assegurada a prévia manifestação dos interessados, mediante notificação e concessão de prazo, o qual transcorreu sem apresentação de manifestações, em atendimento ao art. 71, § 3º, da referida Lei.

A medida permitirá a reestruturação do planejamento para realização de novo procedimento, adequado à necessidade pública identificada. A decisão de anulação e seus fundamentos encontram-se disponíveis na plataforma BLL Compras e nos autos do processo.

Alto Garças/MT, 10 de novembro de 2026.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR - Prefeito Municipal**

---

**LEI MUNICIPAL Nº 1.599, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O INSTITUTO DE INFRAESTRUTURA, INTELIGÊNCIA E INOVAÇÃO – i4 BRASIL, SEM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Acordo de Cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com o Instituto de Infraestrutura, Inteligência e Inovação – i4 Brasil, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 57.333.922/0001-38, para a realização de levantamentos, diagnósticos, estudos técnicos, avaliação de alternativas e proposição de soluções voltadas à eficiência energética, à redução de perdas, à modernização operacional e à melhoria dos sistemas municipais de abastecimento de água.

**Art. 2º** A cooperação observará Plano de Trabalho previamente aprovado pelo Município, com definição de atividades, etapas, prazos, produtos verificáveis, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento, respeitada a competência decisória, fiscalizatória e administrativa dos órgãos municipais.

**Art. 3º** O Acordo de Cooperação não envolverá transferência de recursos financeiros do Município à entidade parceira, nem cessão, doação, comodato ou compartilhamento de recursos patrimoniais.

**Parágrafo único.** Eventuais despesas próprias ordinárias dos órgãos municipais, caso existentes, deverão ser identificadas e submetidas previamente à análise de legalidade e disponibilidade orçamentária, sem configurar repasse ou contraprestação ao Instituto.

**Art. 4º** Os estudos e recomendações terão caráter técnico e subsidiário, não vinculando a Administração Municipal à sua implementação nem autorizando, por si sós, contratação, concessão, parceria público-privada, delegação de serviços, preferência ou exclusividade em favor do Instituto ou de terceiros.

**Art. 5º** A celebração da parceria não assegura direito automático a ressarcimento, remuneração ou indenização pelos estudos elaborados. Qualquer futura utilização em procedimentos específicos observará legislação própria e processo administrativo autônomo, quando cabível.

**Art. 6º** A assinatura do Acordo de Cooperação fica condicionada à regular instrução do processo administrativo, à comprovação da regularidade institucional, da capacidade técnica e operacional e da representação legal da entidade, à manifestação técnica dos setores municipais competentes, à aprovação definitiva do Plano de Trabalho e à adequação da minuta do instrumento, observadas as exigências da legislação aplicável e as recomendações jurídicas expedidas pela Procuradoria-Geral do Município.

**Art. 7º** A execução da parceria observará as exigências legais de publicidade, transparência, proteção de dados e prevenção de conflitos de interesses, bem como a designação dos responsáveis pelo acompanhamento na forma aplicável.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT,** 10 de novembro de 2026.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

---

**DECRETO Nº 097/2026**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

**Decreto nº 97/2026 De, 19 de Outubro de 2026**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**, Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei 1593/2026, e em consonância com a Lei 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, no montante de 32.000,00 (Trinta e dois mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

| | | |
|---|---|---|
| **06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **06.001** | **GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO** | |
| **001.12.361.0012.20111** | **MANUT.DAS POLITICAS DOS DIREITOS DA MULHER/POLITICAS DE COMBATE AS VIOLÊNCIAS - ENSINO FUNDAMENTAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **796** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 5.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **797** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 5.000,00 |
| **001.12.365.0012.20112** | **MANUT. DAS POLÍTICAS DOS DIREITOS DA MULHER/POLÍTICAS DE COMBATE AS VIOLÊNCIAS – PRÉ-ESCOLA** | |
| **Cód. Reduzido** | **798** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 5.000,00 |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **799** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 5.000,00 |
| **001.12.365.0012.20113** | **MANUT. DAS POLÍTICAS DOS DIREITOS DA MULHER/POLÍTICAS DE COMBATE AS VIOLÊNCIAS – CRECHE** | |
| **Cód. Reduzido** | **800** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 5.000,00 |
| **Cód. Reduzido** | **801** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 5.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **30.000,00** |
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **08.006** | **FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO** | |
| **006.08.241.0090.20129** | **MANUT. FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI** | |
| **Cód. Reduzido** | **802** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 500,00 |
| **Cód. Reduzido** | **804** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.661.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 500,00 |
| **Cód. Reduzido** | **803** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 500,00 |
| **Cód. Reduzido** | **805** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.661.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 500,00 |
| | **SUBTOTAL** | **2.000,00** |
| | **TOTAL** | **32.000,00** |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

Art. 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior, será coberto com a redução total e/ou parcial das dotações orçamentárias mencionadas abaixo, conforme preceitua o Art. 43, inciso III da lei federal 4.320/1964:

| | | |
|---|---|---|
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, FINANCAS E PLANEJAMENTO** | |
| **04.002** | **ENCARGOS GERAIS** | |
| **002.28.843.0003.90003** | **PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP** | |
| **Cód. Reduzido** | **45** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 31.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **31.000,00** |
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **08.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **002.08.244.0090.20092** | **GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS** | |
| **Cód. Reduzido** | **487** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.661.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **1.000,00** |
| | **TOTAL** | **32.000,00** |

Art. 3º - Ficam atualizados os Anexos da lei do PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes, mantendo suas compatibilidades.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DE ALTO GARÇAS - MT.

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

CEZALPINO MENDES TEIXEIR AJUNIOR
Prefeito Interino do Município de Alto Garças-MT

Registrado nesta Secretaria e publicado por afixação
no lugar público de costume na data supra.



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA N° 520 DE, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**"Dispõe sobre a concessão de FÉRIAS REGULARES aos servidores públicos municipais e dá outras providências.".**

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso,** no uso de suas

atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município, nos termos das Leis municipais nº 292 de 02 de outubro de 1990, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alto Garças – MT, alterada pela Lei nº 886 de 13 de dezembro de 2011 e Lei nº 1.328, de 16 de agosto de 2022;

**CONSIDERANDO,** o recebimento dos requerimentos de FÉRIAS REGULARES, protocolados junto ao Departamento de Recursos Humanos;

**CONSIDERANDO,** que os servidores fazem jus às referidas férias, adquiridas nos respectivos períodos aquisitivos descritos;

**RESOLVE**: **Art.1º** Conceder FÉRIAS regulares a(os) servidor(es) abaixo especificado(s):

| MATR. | NOME | CARGO | PERÍODO AQUISITIVO | DATA | DIAS |
|---|---|---|---|---|---|
| 2728 | AGNEL ALVES DE OLIVEIRA | COVEIRO | 2023-2024 | 16/11/26 a 15/12/26 | 30 |
| 109 | CREUSA FRAGA RIBEIRO | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 2024-2025 | 16/09/26 a 25/09/26 | 10 |
| 1680 | DIANY CARLA RIBEIRO | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 2025-2026 | 05/10/26 a 09/10/26 | 05 |
| 1680 | DIANY CARLA RIBEIRO | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 2025-2026 | 19/10/26 a 29/10/26 | 11 |
| 1751 | EUDA ALVES ALÇAS | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 2023-2024 | 13/10/26 a 11/11/26 | 30 |
| 3106 | FLÁVIA RODRIGUES ARAÚJO | MÉDICO VETERINÁRIO | 2024-2025 | 13/10/26 a 23/10/26 | 11 |
| 3106 | FLÁVIA RODRIGUES ARAÚJO | MÉDICO VETERINÁRIO | 2024-2025 | 28/12/26 a 15/01/27 | 19 |
| 1890 | LAIRA RODRIGUES DE CARVALHO | ENFERMEIRO 40 HS | 2025-2026 | 13/10/26 a 27/10/26 | 15 |
| 84 | LEONICE GOMES BARBOSA | AUXILIAR ADMINSTRATIVO | 2022-2023 | 05/10/26 a 24/10/26 | 20 |
| 168 | SIDINEI OLIVEIRA DA SILVA | TÉCNICO AGRÍCOLA | 2025-2026 | 03/11/26 a 02/12/26 | 30 |
| 2945 | SONIA BORGES BRITO | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | 2024-2025 | 14/12/26 a 12/01/27 | 30 |

**Parágrafo Único -** Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.** Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 10 de novembro de 2026.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR**

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

**DECRETO Nº 101/2026**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

**Decreto nº 101/2026 de, 26 de Outubro de 2026**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**, Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei 1513/2025, e em consonância com a Lei 4320/64.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, no montante de 201.539,47 (Duzentos e um mil e quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **02.001** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **001.04.122.0002.20001** | **MANUTENÇÃO E ENC. COM GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **771** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 2.500.0000000 | SUPERÁVIT RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 88.157,38 |
| | **SUBTOTAL** | **88.157,38** |
| | | |
| **03** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | |
| **03.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | |
| **001.04.122.0002.20002** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **776** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 2.500.0000000 | SUPERÁVIT RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 89.325,34 |
| | **SUBTOTAL** | **89.325,34** |
| | | |
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, FINANCAS E PLANEJAMENTO** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **04.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO** | |
| **001.04.123.0003.20003** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO.** | |
| **Cód. Reduzido** | **774** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 2.500.0000000 | SUPERÁVIT RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 24.056,75 |
| | **SUBTOTAL** | **24.056,75** |
| | **TOTAL** | **201.539,47** |

Art. 2º - O valor suplementado pelo artigo anterior, será coberto com recursos de Superávit Financeiro do Balanço do exercício anterior, conforme preceitua o Art. 43, inciso I da lei federal 4.320/1964:

Art. 3º - Ficam atualizados os Anexos da lei do PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes, mantendo suas compatibilidades.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DE ALTO GARÇAS - MT.

AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**
Prefeito do Município de Alto Garças-MT

Registrado nesta Secretaria e publicado por afixação
no lugar público de costume na data supra.

**DECRETO Nº 102/2026**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

**Decreto nº 102/2026 de, 26 de Outubro de 2026**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**, Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei 1513/2025, e em consonância com a Lei 4320/64.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de 1.088.194,07 (Um milhao e oitenta e oito mil e cento e noventa e quatro reais e sete centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

| | | |
|---|---|---|
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS** | |
| **05.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS** | |
| **001.04.451.0004.20006** | **MANUTENÇÃO E ENC. COM A SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **617** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.501.0000000 | OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | 100.000,00 |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS** | |
| **05.005** | **FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE** | |
| **005.26.782.0004.20109** | **MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE - FMT** | |
| **Cód. Reduzido** | **679** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.759.0000702 | AUXÍLIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS PARA COMPENSAÇÃO DE PERDAS (FETHAB DIESEL) - DECRETO ESTADUAL Nº 1 | 50.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **150.000,00** |
| **06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **06.001** | **GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO** | |
| **001.12.361.0031.20019** | **MANUTENÇÃO DO TRANPORTE ESCOLAR EF** | |
| **Cód. Reduzido** | **141** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 230.000,00 |
| **001.12.361.0040.10019** | **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES E INFORMÁTICA - ENSINO FUNDAMENTAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **144** | |
| **4490000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 50.000,00 |
| **001.12.365.0039.10027** | **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE E INFORMÁTICA - CRECHE** | |
| **Cód. Reduzido** | **198** | |
| **4490000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 10.000,00 |
| **001.12.365.0039.10028** | **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES E INFORMÁTICA - PRÉ-ESCOLA** | |
| **Cód. Reduzido** | **199** | |
| **4490000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 10.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **300.000,00** |
| **07** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | |
| **07.001** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | |
| **001.10.302.0008.20049** | **MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC** | |
| **Cód. Reduzido** | **366** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 340.976,35 |
| **001.10.302.0008.20052** | **MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **766** | |
| **3350000000** | **TRANSFERÊNCIAS A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS** | |
| 1.621.0000603 | TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS GOVERNO ESTADUAL - BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA | 297.217,72 |
| | **SUBTOTAL** | **638.194,07** |
| | **TOTAL** | **1.088.194,07** |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

Art. 2º - O valor suplementado pelo artigo anterior, será coberto por Previsão de Excesso de Arrecadação sobre o orçamento vigente, conforme preceitua o Art. 43, inciso II da lei federal 4.320/1964:

Art. 3º - Fica atualizado os Anexos da lei do PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes, mantendo suas compatibilidades.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DE ALTO GARÇAS - MT.
AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**
Prefeito Interino do Município de Alto Garças-MT

Registrado nesta Secretaria e publicado por afixação
no lugar público de costume na data supra.

**DECRETO Nº 103/2026**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

**Decreto nº 103/2026 De, 27 de Outubro de 2026**

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÕES DE QDD NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**, Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei 1514/2025, e em consonância com a Lei 4320/64.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, CRÉDITO ADICIONAL PARA ALTERAÇÃO DE QDD, no montante de 417.889,10 (Quatrocentos e dezessete mil e oitocentos e oitenta e nove reais e dez centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **02.001** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **001.04.122.0002.20001** | **MANUTENÇÃO E ENC. COM GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **4** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 935,95 |
| | **SUBTOTAL** | **935,95** |
| | | |
| **03** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | |
| **03.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | |
| **001.04.122.0002.20002** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **16** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 19.063,20 |
| | **SUBTOTAL** | **19.063,20** |
| | | |
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, FINANCAS E PLANEJAMENTO** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **04.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO** | |
| **001.04.123.0003.20003** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO.** | |
| **Cód. Reduzido** | **31** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 27.172,33 |
| **Cód. Reduzido** | **37** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 19.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **46.172,33** |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS** | |
| **05.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS** | |
| **001.04.451.0004.20006** | **MANUTENÇÃO E ENC. COM A SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **49** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 32.578,01 |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS** | |
| **05.003** | **DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO** | |
| **003.17.512.0004.20009** | **MANUT. ENC COM DEPARTAMENTO DE ÀGUA E ESGOTO** | |
| **Cód. Reduzido** | **91** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 2.433,62 |
| **003.17.512.0004.20010** | **OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA** | |
| **Cód. Reduzido** | **99** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 13.901,86 |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS** | |
| **05.004** | **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO** | |
| **004.26.451.0004.20076** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS DOM DEPARTAMENTO DE TRANSITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **109** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 2.744,33 |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS** | |
| **05.005** | **FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE** | |
| **005.26.782.0004.20109** | **MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE - FMT** | |
| **Cód. Reduzido** | **679** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.759.0000702 | AUXÍLIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS PARA COMPENSAÇÃO DE PERDAS (FETHAB DIESEL) - DECRETO ESTADUAL Nº 1 | 50.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **101.657,82** |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **06.001** | **GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO** | |
| **001.12.361.0040.20022** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL - AEE** | |
| **Cód. Reduzido** | **180** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 1.308,72 |
| **001.12.364.0042.20024** | **AUXÍLIO AOS UNIVERSITÁRIOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **807** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 39.000,00 |
| **06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **06.003** | **FUNDEB** | |
| **003.12.365.0103.20035** | **REM. PRF. MAGISTÉRIO EDUC. BÁSICA INFANTIL FUNDEB 70% - PRE-ESCOLA** | |
| **Cód. Reduzido** | **258** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.540.1070000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - 70% | 9.706,68 |
| **Cód. Reduzido** | **260** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.540.1070000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - 70% | 30.694,31 |
| **003.12.365.0103.20036** | **MAGISTÉRIO EDUC. BÁSICA INFANTIL FUNDEB 70% - CRECHE** | |
| **Cód. Reduzido** | **262** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.540.1070000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - 70% | 25.080,30 |
| **Cód. Reduzido** | **264** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.540.1070000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - 70% | 56.210,07 |
| | **SUBTOTAL** | **162.000,08** |

| | | |
|---|---|---|
| **07** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | |
| **07.001** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | |
| **001.10.122.0005.20040** | **MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **289** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - | 2.106,86 |

| | | |
|---|---|---|
| | ASPS 15% | |
| **001.10.122.0005.20042** | **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **299** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 14.266,39 |
| **001.10.301.0007.20044** | **MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF** | |
| **Cód. Reduzido** | **312** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.600.0000600 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA | 6.721,71 |
| **Cód. Reduzido** | **318** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.600.0000600 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA | 31.503,23 |
| **001.10.302.0008.20047** | **MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO - UDR** | |
| **Cód. Reduzido** | **352** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 6.721,71 |
| **001.10.302.0008.20050** | **MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **383** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 3.623,62 |
| **001.10.303.0009.20053** | **MANUTENÇÃO DA FAMÁRCIA MUNICIPAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **397** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 9.397,90 |
| | **SUBTOTAL** | **74.341,42** |
| | | |
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **08.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **002.08.122.0090.20060** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **445** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 8.418,30 |
| **002.08.243.0090.20067** | **MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE ( CASA ABRIGO)** | |
| **Cód. Reduzido** | **458** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 3.500,00 |
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **08.005** | **FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** | |
| **005.08.243.0090.20066** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR** | |
| **Cód. Reduzido** | **501** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 1.800,00 |
| | **SUBTOTAL** | **13.718,30** |
| | **TOTAL** | **417.889,10** |

Art. 2º - O valor remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

@mod_quadro_sup_cod

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DE ALTO GARÇAS - MT.

AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**
Prefeito Interino do Município de Alto Garças-MT

Registrado nesta Secretaria e publicado por afixação
no lugar público de costume na data supra.

**DECRETO Nº 104/2026**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

**Decreto nº 104/2026 de, 27 de Outubro de 2026**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**,** Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente na Lei 1513/2025, e em consonância com a Lei 4320/64.

**DECRETA**

Art. 1º **-** Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de Alto Garças**-**MT, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de 967.006,34 (Novecentos e sessenta e sete mil e seis reais e trinta e quatro centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **02.001** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **001.04.122.0002.10001** | **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES.** | |
| **Cód. Reduzido** | **1** | |
| **4490000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 29.500,00 |
| | **SUBTOTAL** | **29.500,00** |
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, FINANCAS E PLANEJAMENTO** | |
| **04.002** | **ENCARGOS GERAIS** | |
| **002.28.843.0003.90002** | **PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS/PRECATÓRIOS/RPVS/OUTROS** | |
| **Cód. Reduzido** | **44** | |
| **4690000000** | **APLICAÇÃO DIRETA** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 366.328,23 |
| | **SUBTOTAL** | **366.328,23** |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS** | |
| **05.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS** | |
| **001.04.451.0004.20006** | **MANUTENÇÃO E ENC. COM A SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **601** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.711.0000804 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA UNIÃO (LEI COMPLEMENTA 176/2020) | 99.000,00 |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS** | |
| **05.003** | **DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO** | |
| **003.17.512.0004.20009** | **MANUT. ENC COM DEPARTAMENTO DE ÀGUA E ESGOTO** | |
| **Cód. Reduzido** | **95** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 40.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **139.000,00** |
| **06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **06.001** | **GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO** | |
| **001.12.361.0031.20019** | **MANUTENÇÃO DO TRANPORTE ESCOLAR EF** | |
| **Cód. Reduzido** | **141** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 220.000,00 |
| **001.12.361.0040.20021** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **166** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 12.435,28 |
| **001.12.364.0042.20024** | **AUXÍLIO AOS UNIVERSITÁRIOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **807** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 1.000,00 |
| **001.12.365.0031.20026** | **MANUTENÇÃO DO TRANPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL** | |
| **Cód. Reduzido** | **195** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 7.000,00 |
| **06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **06.003** | **FUNDEB** | |
| **003.12.365.0103.20036** | **MAGISTÉRIO EDUC. BÁSICA INFANTIL FUNDEB 70% - CRECHE** | |
| **Cód. Reduzido** | **262** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.540.1070000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - 70% | 1.450,13 |
| | **SUBTOTAL** | **241.885,41** |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **07** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | |
| **07.001** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | |
| **001.10.301.0007.10046** | **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE P/ ANTEÇÃO BÁSICA** | |
| **Cód. Reduzido** | **311** | |
| **4490000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 14.500,00 |
| **001.10.301.0007.20045** | **MANUTENÇÃO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS** | |
| **Cód. Reduzido** | **341** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.604.0000600 | TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMETO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS D S | 19.361,13 |
| **001.10.302.0008.10175** | **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS A MATERIAL PERMANENTES P/ MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE** | |
| **Cód. Reduzido** | **349** | |
| **4490000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 29.500,00 |
| **001.10.302.0008.20049** | **MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC** | |
| **Cód. Reduzido** | **367** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 58.005,00 |
| **Cód. Reduzido** | **368** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 14.751,00 |
| **Cód. Reduzido** | **705** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 12.700,00 |
| **001.10.305.0011.20055** | **MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR** | |
| **Cód. Reduzido** | **419** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 6.710,93 |
| | **SUBTOTAL** | **155.528,06** |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **08.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **001.08.122.0090.20068** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **430** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 2.974,73 |
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **08.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **002.08.122.0090.20060** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **453** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 6.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **8.974,73** |
| **10** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO** | |
| **10.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO U** | |
| **001.18.541.0034.20073** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MEIO AMBIENTE** | |
| **Cód. Reduzido** | **657** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 9.726,74 |
| **Cód. Reduzido** | **556** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 9.569,63 |
| **Cód. Reduzido** | **557** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 6.493,54 |
| | **SUBTOTAL** | **25.789,91** |
| | **TOTAL** | **967.006,34** |

Art. 2º - O valor suplementado pelo artigo anterior, será coberto com a redução total e/ou parcial das dotações orçamentárias mencionadas abaixo, conforme preceitua o Art. 43, inciso III da lei federal 4.320/1964:

| | |
|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** |
| **02.001** | **GABINETE DO PREFEITO** |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **001.04.122.0002.20001** | **MANUTENÇÃO E ENC. COM GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **3** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 12.435,28 |
| **Cód. Reduzido** | **6** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 7.959,29 |
| | **SUBTOTAL** | **20.394,57** |
| **03** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | |
| **03.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | |
| **001.04.122.0002.20002** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **15** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 9.569,63 |
| | **SUBTOTAL** | **9.569,63** |
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, FINANCAS E PLANEJAMENTO** | |
| **04.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO** | |
| **001.04.123.0003.20003** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO.** | |
| **Cód. Reduzido** | **30** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 1.767,45 |
| **Cód. Reduzido** | **36** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 1.450,13 |
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, FINANCAS E PLANEJAMENTO** | |
| **04.002** | **ENCARGOS GERAIS** | |
| **002.28.843.0003.90001** | **AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA** | |
| **Cód. Reduzido** | **42** | |
| **4690000000** | **APLICAÇÃO DIRETA** | |
| 1.711.0000804 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA UNIÃO (LEI COMPLEMENTA 176/2020) | 99.000,00 |
| **002.28.843.0003.90002** | **PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS/PRECATÓRIOS/RPVS/OUTROS** | |
| **Cód. Reduzido** | **43** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 366.328,23 |
| **04** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, FINANCAS E PLANEJAMENTO** | |
| **04.999** | **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **999.99.999.9999.09999** | **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | |
| **Cód. Reduzido** | **46** | |
| **9999000000** | **RESERVA DE CONTINGENCIA** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 220.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **688.545,81** |
| **05** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS** | |
| **05.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS** | |
| **001.04.451.0004.20006** | **MANUTENÇÃO E ENC. COM A SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **48** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 46.493,54 |
| | **SUBTOTAL** | **46.493,54** |
| **06** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **06.001** | **GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO** | |
| **001.12.122.0002.10077** | **AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **116** | |
| **4490000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 1.000,00 |
| **001.12.361.0040.20012** | **MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA EDUCAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **153** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1001000 | DESPESA COM MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MDE 25% | 7.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **8.000,00** |
| **07** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | |
| **07.001** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** | |
| **001.10.122.0005.20040** | **MANUTENÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO** | |
| **Cód. Reduzido** | **287** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 72.756,00 |
| **001.10.122.0005.20042** | **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **298** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 6.710,93 |
| **001.10.301.0007.20044** | **MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **329** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 44.000,00 |
| **001.10.303.0009.20053** | **MANUTENÇÃO DA FAMÁRCIA MUNICIPAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **406** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.1002000 | DESPESAS COM ACOES DE SERVICOS PUBLICOS EM SAUDE - ASPS 15% | 12.700,00 |
| **001.10.305.0011.20055** | **MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR** | |
| **Cód. Reduzido** | **417** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.604.0000605 | TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMETO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS D S | 19.361,13 |
| | **SUBTOTAL** | **155.528,06** |
| **08** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **08.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **002.08.122.0090.20060** | **MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **443** | |
| **3190000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 2.974,73 |
| **002.08.243.0090.20067** | **MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE ( CASA ABRIGO)** | |
| **Cód. Reduzido** | **464** | |
| **4490000000** | **APLICAÇÕES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 6.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **8.974,73** |
| **10** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO** | |
| **10.001** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO U** | |
| **001.18.543.0034.20097** | **RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS, JUNTO AS RIBEIRAS E NASCENTES DO MUNICÍPIO.** | |
| **Cód. Reduzido** | **573** | |
| **3390000000** | **APLICACOES DIRETAS** | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | 29.500,00 |
| | **SUBTOTAL** | **29.500,00** |
| | **TOTAL** | **967.006,34** |

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT**

**GABINETE DO PREFEITO(A)**

Art. 3º - Ficam atualizados os Anexos da lei do PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes, mantendo suas compatibilidades.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO DE ALTO GARÇAS - MT.

AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

**CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR**
Prefeito Interino do Município de Alto Garças-MT



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2026**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2026**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT, CNPJ nº 03.133.097/0001-07.
**CONTRATADA:** E. M. O. DE MOURA LTDA, CNPJ nº 48.119.448/0001-55.
**OBJETO DO CONTRATO:** Prestação de serviços de mão de obra temporária para atendimento das demandas da Secretaria Muni-

cipal de Infraestrutura e Obras Públicas de Alto Garças/MT.
**OBJETO DO ADITIVO:** Prorrogação da vigência contratual pelo período de 01/12/2026 a 30/12/2026, conforme a cláusula segunda, item 2.1, do Termo Aditivo.
**DATA DA ASSINATURA:** 10 de Novembro de 2026.

**Cezalpino Mendes Teixeira Júnior**

**Prefeito Municipal**

**DECRETO Nº 096/2026**

PARECER CONTÁBIL Nº 093/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 094/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026
PROCESSO DE COMPRA Nº 1054/2026
I – RELATÓRIO
Trata-se de solicitação encaminhada pela Comissão Permanente de Licitação visando à contratação de empresa para apresentação artística da dupla Fabrício e Fernando, a ser realizada no dia 16 de agosto de 2026, neste Município, com duração de 2 (duas) horas, durante o evento Expo Garças 2026.
O valor global da contratação é de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
A despesa será executada integralmente no exercício financeiro de 2026, observadas as disposições da Lei Orçamentária Anual vigente.
É o relatório.
II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente parecer é emitido em observância às seguintes normas:
- Lei Federal nº 4.320/1964;
- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente os arts. 15, 16 e 17;
- Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 74, inciso II;
- Lei Municipal nº 1.514/2025 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2026);
- Lei Municipal nº 1.497/2025 (Plano Plurianual – PPA 2026/2029);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, a realização da despesa deve observar a adequação orçamentária e financeira, bem como a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além da declaração do ordenador da despesa, quando exigível.
III – ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA
Consta na Lei Orçamentária Anual de 2026 a seguinte classificação orçamentária destinada às ações culturais:
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo
Unidade Orçamentária: 002 – Departamento de Cultura
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0093 – Gestão de Qualidade de Vida
Ação: 20088 – Realização de Eventos Comemorativos, Festividades e Atividades Culturais
Natureza da Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos:
- 2.500.000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

Verifica-se que a despesa possui previsão na Lei Orçamentária Anual de 2026 e que existe disponibilidade financeira decorrente de superávit financeiro do exercício anterior, passível de utilização mediante abertura de crédito adicional, nos termos da legislação vigente.
a) Forma de Custeio
A despesa será custeada com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, conforme dispõe o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964, mediante crédito adicional suplementar regularmente aberto.
IV – CONCLUSÃO
A contratação por inexigibilidade de licitação para apresentação artística encontra respaldo no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrados e atendidos os requisitos legais aplicáveis.
Sob o aspecto contábil e orçamentário, verifica-se que a despesa encontra-se prevista na Lei Orçamentária Anual de 2026, possuindo cobertura orçamentária mediante abertura de crédito adicional suplementar com utilização de superávit financeiro, na fonte de recursos 2.500.000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos, observadas as disposições do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Dessa forma, esta Contabilidade manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento do processo, bem como à emissão da respectiva nota de empenho, desde que observadas as exigências legais e administrativas pertinentes.
Não há, portanto, sob o aspecto contábil e orçamentário, óbice à realização da despesa.
É o parecer técnico-contábil.
Alto Garças – MT, 23 de julho de 2026.
PARAGUASÚ GREGÓRIO JÚNIOR
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento

CLÉA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contadora – CRC/MT 008398/O-1

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

### DECRETO Nº 60 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

**Institui a Política Municipal de Alfabetização de Alto Paraguai–MT, em alinhamento à Política de Alfabetização do Território Estadual e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e estabelece diretrizes para sua implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** o disposto nos arts. 205, 206, 208 e 211 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, orientada pelos princípios da igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e pela colaboração entre os entes federados;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto às responsabilidades dos Municípios na oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

**CONSIDERANDO** a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e a necessidade de assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitadas as especificidades de cada etapa da Educação Básica;

**CONSIDERANDO** o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, observada a legislação aplicável;

**CONSIDERANDO** o Plano Municipal de Educação de Alto Paraguai, instituído pela Lei Municipal nº 422/2015, e a necessidade de articulação das políticas educacionais com os instrumentos de planejamento e orçamento do Município;

**CONSIDERANDO** a importância do regime de colaboração entre União, Estado e Município para o fortalecimento das políticas de alfabetização e a melhoria da qualidade da educação pública;

**CONSIDERANDO** as orientações do Ministério da Educação para a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das Políticas Municipais de Alfabetização, que recomendam diagnóstico da realidade educacional, participação dos profissionais da educação, definição de responsabilidades e monitoramento sistemático dos resultados;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir que todas as crianças tenham oportunidades efetivas de desenvolver as habilidades de leitura, escrita e conhecimentos matemáticos, com equidade, inclusão e respeito às diferenças;

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Alto Paraguai–MT, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, com a finalidade de assegurar o direito à alfabetização e fortalecer a aprendizagem das crianças, em alinhamento à Política de Alfabetização do Território Estadual, ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e às demais políticas educacionais aplicáveis.

§ 1º A Política Municipal de Alfabetização constitui uma ação pública permanente, orientada pelo planejamento, pela execução, pelo acompanhamento, pelo monitoramento e pela avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares.

§ 2º A Política abrangerá ações de desenvolvimento da linguagem oral, leitura, escrita e literatura na Educação Infantil, de alfabetização em Língua Portuguesa e de desenvolvimento dos conhecimentos matemáticos, com ênfase nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

§ 3º As ações de alfabetização deverão assegurar prioridade ao processo de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, sem prejuízo da continuidade das aprendizagens e da recomposição das aprendizagens dos estudantes do 3º ao 5º ano.

**Art. 2º** A Política Municipal de Alfabetização será implementada de acordo com as características da Rede Municipal de Ensino de Alto Paraguai, considerando:

I – as especificidades das unidades escolares urbanas e rurais;

II – as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes;

III – os resultados das avaliações externas e internas e dos diagnósticos pedagógicos;

IV – as condições de trabalho e as necessidades formativas dos profissionais da educação;

V – a disponibilidade de materiais pedagógicos, recursos didáticos e infraestrutura escolar;

VI – as desigualdades educacionais e as necessidades específicas dos estudantes;

VII – a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, as famílias e os parceiros institucionais.

**CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES**

**Art. 3º** São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I – a alfabetização como direito de todas as crianças;

II – a equidade e a igualdade de oportunidades educacionais;

III – a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento;

IV – o respeito à diversidade social, cultural, territorial e às especificidades dos estudantes;

V – a educação inclusiva e a valorização das diferenças;

VI – a gestão democrática, a participação e a corresponsabilidade;

VII – a valorização dos professores alfabetizadores e dos demais profissionais da educação;

VIII – a continuidade das ações e a sustentabilidade das políticas públicas educacionais;

IX – a transparência, o uso responsável dos dados e a avaliação dos resultados;

X – o regime de colaboração entre os entes federados.

**Art. 4º** São diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:

I – garantir a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, conforme os referenciais nacionais e estaduais aplicáveis;

II – fortalecer as experiências de oralidade, leitura, literatura, escrita e cultura escrita desde a Educação Infantil, respeitando as finalidades próprias dessa etapa;

III – assegurar a continuidade do processo de aprendizagem entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;

IV – promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens, especialmente do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental;

V – fortalecer a alfabetização matemática e o desenvolvimento do raciocínio lógico;

VI – promover a formação continuada dos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais profissionais envolvidos;

VII – utilizar avaliações e diagnósticos para orientar o planejamento pedagógico e as intervenções necessárias;

VIII – garantir o acompanhamento pedagógico sistemático das unidades escolares e das turmas de alfabetização;

IX – ampliar o acesso a materiais didáticos, literários e pedagógicos adequados às necessidades dos estudantes;

X – estimular a participação das famílias e o fortalecimento da relação entre escola e comunidade;

XI – desenvolver estratégias específicas para enfrentar desigualdades de aprendizagem entre escolas, turmas e grupos de estudantes;

XII – fortalecer a articulação com a Política de Alfabetização do Território Estadual, a Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização – RENALFA e os programas federais e estaduais pertinentes.

**CAPÍTULO III - DOS OBJETIVOS**

**Art. 5º** Constituem objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I – assegurar condições para que todas as crianças tenham acesso a uma alfabetização de qualidade, com prioridade até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

II – elevar progressivamente os resultados de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;

III – identificar precocemente as dificuldades de aprendizagem e organizar intervenções pedagógicas adequadas;

IV – reduzir as desigualdades educacionais entre as unidades escolares urbanas e rurais e entre os diferentes grupos de estudantes;

V – fortalecer as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores;

VI –utilizar pedagogicamente os resultados das avaliações externas, estaduais, nacionais e das avaliações realizadas pela Rede Municipal;

VII – assegurar a articulação entre planejamento, currículo, formação continuada, avaliação e acompanhamento pedagógico;

VIII – fortalecer a gestão pedagógica das unidades escolares;

IX – incentivar práticas de leitura, escrita, produção textual, literatura e resolução de problemas matemáticos;

X – promover a participação das famílias no acompanhamento da vida escolar das crianças;

XI – garantir a continuidade das ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens;

XII – estabelecer mecanismos de acompanhamento, monitoramento, avaliação e divulgação dos resultados da Política.

**Art. 6º** As metas da Política Municipal de Alfabetização serão definidas pela Secretaria Municipal de Educação a partir do diagnóstico da realidade educacional, dos resultados de aprendizagem, dos indicadores oficiais e das metas nacionais e estaduais aplicáveis.

Parágrafo único. As metas deverão conter, sempre que possível:

I – a situação inicial identificada;

II – o resultado esperado;

III – o prazo de execução;

IV – os indicadores de acompanhamento;

V – as estratégias e ações necessárias;

VI – os responsáveis pela execução e pelo acompanhamento.

**CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO**

**Art. 7º** A coordenação da Política Municipal de Alfabetização ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, por meio de sua equipe pedagógica, em articulação com as unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.

**Art. 8º** Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – coordenar, planejar e orientar a implementação da Política;

II – realizar e atualizar o diagnóstico da alfabetização na Rede Municipal;

III – elaborar plano de ação com objetivos, metas, estratégias, prazos e indicadores;

IV – orientar as unidades escolares quanto à organização do trabalho pedagógico e às práticas de alfabetização;

V – promover ações de formação continuada para os profissionais da educação;

VI – acompanhar os resultados das avaliações e apoiar as escolas na análise dos dados;

VII – articular ações de intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens;

VIII – apoiar a aquisição, a distribuição e a utilização adequada de materiais pedagógicos;

IX – promover o diálogo com as famílias e a comunidade escolar;

X – articular a Política Municipal com as iniciativas estaduais e federais de alfabetização;

XI – organizar os registros, relatórios e instrumentos necessários ao monitoramento;

XII – propor ajustes nas estratégias sempre que os resultados ou as necessidades identificadas assim exigirem.

**Art. 9º** Compete às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino:

I – incorporar as diretrizes da Política ao planejamento pedagógico e ao projeto político-pedagógico, observadas as normas da Rede;

II – realizar avaliações diagnósticas e acompanhar continuamente o desenvolvimento dos estudantes;

III – utilizar os resultados das avaliações para planejar intervenções pedagógicas;

IV – desenvolver estratégias de apoio aos estudantes com dificuldades de aprendizagem;

V – garantir o acompanhamento pedagógico das turmas de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

VI – participar das ações de formação continuada promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;

VII – registrar e encaminhar as informações necessárias ao acompanhamento da Política;

VIII – fortalecer a participação das famílias no processo de aprendizagem;

IX – promover práticas inclusivas, respeitando as necessidades e os ritmos de aprendizagem dos estudantes.

**Art. 10.** Compete aos professores e às equipes pedagógicas escolares:

I – planejar e desenvolver práticas pedagógicas intencionais, diversificadas e adequadas à etapa de ensino;

II – identificar as habilidades já desenvolvidas e aquelas que necessitam de maior atenção;

III – utilizar os resultados dos diagnósticos para reorganizar o planejamento e as estratégias de ensino;

IV – participar dos momentos de estudo, planejamento coletivo e formação continuada;

V – registrar o desenvolvimento das aprendizagens e as intervenções realizadas;

VI – colaborar com as ações de recomposição das aprendizagens e com o acompanhamento individualizado dos estudantes que necessitarem de apoio.

Art. 10 -A. Para fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização, cada unidade escolar da Rede Pública Municipal de Ensino contará com 2 (dois) articuladores da alfabetização, destinados a contribuir com o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes, nos termos da organização pedagógica estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º Os articuladores atuarão nos períodos matutino e vespertino, de modo a apoiar as ações de alfabetização, consolidação das aprendizagens e recomposição das aprendizagens, conforme as necessidades identificadas pelas avaliações diagnósticas e pelo acompanhamento pedagógico.

§ 2º Nas unidades escolares da zona urbana, o atendimento abrangerá estudantes do 1º ao 6º ano do Ensino Fundamental; nas unidades escolares da zona rural, abrangerá estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, observadas a organização das turmas e as necessidades de aprendizagem de cada estudante.

§ 3º Compete aos articuladores da alfabetização, em articulação com a gestão escolar, a coordenação pedagógica e os professores:

I – colaborar na identificação das dificuldades de aprendizagem em leitura, escrita e matemática;

II – desenvolver, em conjunto com os professores, estratégias e atividades pedagógicas de apoio, consolidação e recomposição das aprendizagens;

III – apoiar o acompanhamento dos estudantes, registrando as intervenções realizadas e os avanços observados;

IV – participar dos momentos de planejamento, orientação e formação continuada promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e pela unidade escolar;

V – contribuir para a análise dos resultados das avaliações e para a elaboração e execução de ações pedagógicas voltadas à melhoria da alfabetização e da aprendizagem.

**Art. 11.** A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir, por ato próprio, equipe de coordenação, grupo de trabalho ou instância de acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, de acordo com a estrutura administrativa do Município e sem prejuízo das atribuições já existentes.

Parágrafo único. A composição e as atribuições complementares da instância referida no caput serão definidas no respectivo ato de instituição, assegurando-se, sempre que possível, a participação de representantes da Secretaria Municipal de Educação, das equipes gestoras, dos coordenadores pedagógicos e dos professores alfabetizadores.

## CAPÍTULO V - DA FORMAÇÃO CONTINUADA E DO FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

**Art. 12.** A formação continuada constitui eixo estruturante da Política Municipal de Alfabetização e deverá considerar as necessidades identificadas no diagnóstico da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º As ações formativas devem contemplar:

I – concepções e práticas de alfabetização e letramento;

II – desenvolvimento da oralidade, leitura, escrita e produção textual;

III – literatura e cultura escrita na Educação Infantil;

IV – alfabetização matemática e desenvolvimento do raciocínio lógico;

V – avaliação diagnóstica, formativa e acompanhamento das aprendizagens;

VI – estratégias de recomposição das aprendizagens;

VII – educação inclusiva e práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos estudantes;

VIII – planejamento pedagógico, gestão da sala de aula e uso de materiais didáticos.

§ 2º As ações de formação poderão ser realizadas em articulação com a Secretaria de Estado de Educação, a Diretoria Regional de Educação competente, as instituições formadoras e os programas nacionais e estaduais pertinentes.

**Art. 13.** A Secretaria Municipal de Educação incentivará a socialização e o compartilhamento de práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas nas unidades escolares, valorizando os profissionais da educação e promovendo a melhoria contínua do ensino e da aprendizagem.

## CAPÍTULO VI - DO DIAGNÓSTICO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

**Art. 14.** A implementação da Política Municipal de Alfabetização será orientada por diagnóstico da realidade educacional, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação com base nos dados disponíveis e nas informações produzidas pelas unidades escolares.

§ 1º O diagnóstico deverá considerar, entre outros aspectos:

I – os resultados das avaliações nacionais, estaduais e municipais disponíveis;

II – os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática;

III – a frequência, a permanência e o percurso escolar dos estudantes;

IV – as especificidades das unidades escolares urbanas e rurais;

V – as condições de oferta, os recursos pedagógicos e a infraestrutura disponível;

VI – as necessidades de formação dos profissionais da educação;

VII – as estratégias pedagógicas já desenvolvidas e seus resultados.

§ 2º O diagnóstico será atualizado periodicamente, de modo a subsidiar a definição de prioridades, metas e intervenções.

**Art. 15.** O monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização serão realizados pela Secretaria Municipal de Educação, com a participação das unidades escolares, por meio de instrumentos e procedimentos compatíveis com a realidade e a capacidade institucional do Município.

§ 1º O acompanhamento deverá ocorrer de forma sistemática, considerando os resultados de aprendizagem, o cumprimento das metas, a execução das ações planejadas e as necessidades identificadas nas escolas.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação poderá organizar relatórios periódicos para registrar os avanços, as dificuldades e as medidas necessárias ao aperfeiçoamento da Política.

§ 3º Os resultados do monitoramento deverão subsidiar a revisão do planejamento pedagógico, a reorganização das intervenções e a tomada de decisões pela gestão educacional.

**Art. 16.** A avaliação da Política Municipal de Alfabetização deverá considerar:

I – o avanço dos indicadores de alfabetização e aprendizagem;

II – o alcance das metas estabelecidas;

III – a efetividade das ações de formação continuada;

IV – a implementação das estratégias pedagógicas e de recomposição das aprendizagens;

V – a redução das desigualdades educacionais;

VI – a adequação dos recursos e das condições de oferta;

VII – a necessidade de continuidade, revisão ou aperfeiçoamento das ações.

**Art. 17.** A Secretaria Municipal de Educação promoverá a transparência dos resultados da Política, observadas as normas de proteção de dados pessoais, o sigilo legalmente exigido e a divulgação responsável das informações educacionais.

Parágrafo único. Sempre que possível, os resultados gerais e as ações desenvolvidas serão apresentados às equipes escolares e à comunidade, fortalecendo a participação e a corresponsabilidade pela aprendizagem.

**CAPÍTULO VII - DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E DOS RECURSOS**

**Art. 18.** A implementação da Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração com a União e o Estado de Mato Grosso, podendo contar com a participação de instituições formadoras, organizações e parceiros que contribuam para a garantia do direito à educação.

**Art. 19.** As ações previstas neste Decreto deverão ser articuladas com o Plano Municipal de Educação, com os instrumentos de planejamento governamental e orçamentário e com os programas educacionais em execução no Município.

**Art. 20.** As despesas decorrentes da implementação da Política Municipal de Alfabetização correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas à educação, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira, as regras de aplicação dos recursos vinculados à educação e a legislação vigente.

**Parágrafo único**. O Município poderá utilizar recursos próprios e recursos provenientes de transferências, programas e parcerias legalmente constituídas, respeitadas as finalidades e as condições de utilização de cada fonte.

**CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 21.** A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares, instrumentos de acompanhamento e planos de ação necessários à execução deste Decreto.

**Art. 22.** As metas, estratégias e ações da Política Municipal de Alfabetização poderão ser revistas periodicamente, com base nos resultados do monitoramento, nas avaliações, nas mudanças normativas e nas necessidades identificadas na Rede Municipal de Ensino.

**Art. 23.** A implementação deste Decreto deverá respeitar as competências legais dos órgãos municipais e as atribuições dos profissionais da educação, sem prejuízo das normas aplicáveis à organização administrativa e pedagógica da Rede Municipal de Ensino.

**Art. 24.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT, 10 de novembro de 2026.

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA** Prefeito Municipal

**DEPTO RH**

**CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – CRF PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2024**

**CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – CRF**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2024**

**O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, regularmente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 036485320001/28, com sede na Avenida Presidente Médice, n° 470, Bairro Bela Vista, Código de Endereço Postal (CEP) n° 78.410-000, Alto Paraguai/MT, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA,** nos termos do artigos 11, inciso V, art. 13, § 1º, inciso IV, 23, § 5º, 28, incisos VI e VII, 30, inciso III, e 41 e 42 e seguintes da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de

2017, que tramitou perante o **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT**, o *Processo*

*Administrativo n.º* **003/2024** referente ao Núcleo Urbano Informal Consolidado denominado **BELA VISTA**, localizado no perímetro urbano do Município de Alto Paraguai/MT, instaurado *ex officio* por este Órgão Público competente (art. 28, inciso I e II, da Lei Federal n.º 13.465/2017) – *instauração publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XIX, Edição N° 4.406, publicado no dia 23 de janeiro de 2024, páginas 44-47*, com projeto de regularização fundiária regularmente aprovado (art. 28, inciso III), saneado o processo administrativo (art. 28, inciso IV) e com a decisão da autoridade competente, com a devida publicidade. A presente Certidão de Regularização Fundiária cumpre todos os requisitos instituídos no art. 41 da Lei Federal n. 13.465/2017.

**I - NOME DO NÚCLEO URBANO INFORMAL CONSOLIDADO REGULARIZADO:**

NÚCLEO URBANO INFORMAL BELA VISTA

**II - LOCALIZAÇÃO DO NUIC:**

O núcleo encontra-se localizado dentro do perímetro urbano na Avenida Almirante Barroso, Núcleo Urbano Informal Bela Vista, neste Município.

**III - DOS DADOS DA MATRÍCULA OU TRANSCRIÇÃO:**

Não existe Matrícula ou Transcrição do Perímetro Objeto de REURB.

**IV - DA CARACTERIZAÇÃO COMO NÚCLEO URBANO INFORMAL:**

CLANDESTINO: a informalidade do núcleo objeto de REURB, em relação à questão urbanística, é classificada como clandestino (art. 11, inciso II, da Lei Federal n.º 13.465/2017). Em outras palavras, o NUIC é clandestino quando não há qualquer projeto de loteamento, desmembramento ou parcelamento do solo urbano aprovado pelo Município competente que, no presente caso, é o Município de Alto Paraguai/MT. Considerando que não existe projeto aprovado por parte do Município de Alto Paraguai/MT inserido dentro do perímetro objeto de REURB, nos termos do artigo art. 11, inciso II, da Lei nº 13.465/17, este deve ser considerando clandestino.

AUSÊNCIA DE TITULAÇÃO DOS OCUPANTES: considerando que, conforme visto acima, o perímetro objeto de REURB não possui projeto aprovado no Município e, por tal motivo, a informalidade deste decorre da impossibilidade de titulação de seus ocupantes pelos meios ordinários, considerando não possuir, ainda, matrículas individualizadas para que sejam registrados eventuais direitos reais de propriedade. Por tal motivo, o objeto de REURB também é classificado, em relação à sua informalidade, como Núcleo Urbano Informal por ausência de titulação dos ocupantes.

**V - DO ÓRGÃO PÚBLICO PROMOTOR DA REGULARIZAÇÃO:**

Município de Alto Paraguai/MT.

**VI - MODALIDADE PREDOMINANTEMENTE E DADOS DA INSTAURAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO:**

Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), conforme decisão administrativa de instauração de processo de Regularização Fundiária Urbana, devidamente publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XIX, Edição N° 4.406, publicado no dia 23 de janeiro de 2024, páginas 44-47.

**VII - DO ESTUDO DAS DESCONFORMIDADES E DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS, URBANÍSTICA E AMBIENTAL:**

Conforme estudo preliminar em relação a situação jurídica do NUIC, trata-se de uma REURB

COMPLEXA, o perímetro objeto da REURB não possui matrícula ou transcrição em Cartório de Registro de Imóveis, que deram origem ao parcelamento de solo, tão pouco há qualquer projeto de loteamento, desmembramento ou parcelamento do solo urbano aprovado por esta municipalidade.

E em relação a situação urbanística do NUIC, o perímetro objeto da REURB possui infraestrutura essencial, no presente caso, não existem compensações urbanísticas a serem realizadas, motivo pelo qual fica dispensada a elaboração de cronograma e respectivo Termo de Compromisso (§1º do artigo 30 do Decreto n. 9.310/18).

**VIII - FORMA DE TITULAÇÃO:**

Legitimação Fundiária (*art. 15, inciso I c/c art. 23 e 24 da Lei Federal n.º 13.465/2017*).

Aos beneficiários classificados na modalidade "REURB-S", as titulações serão outorgadas, em ato único mediante o registro da CRF (arts. 11, inciso V, 23, §5° e 41, VI da Lei Federal n. 13.465/2017);

Aos beneficiários classificados na modalidade REURB-E, o registro da transferência de direitos reais, ficará sobrestado até emissão do título de legitimação fundiária urbana individualizado, que será apresentado para registro, sob responsabilidade do beneficiário, além das custas e emolumentos devidos ao Cartório Registrador competente.

**IX – DA ANUÊNCIA EXPRESSA E DAS NOTIFICAÇÕES:**

Este órgão certifica que foram devidamente notificados os titulares de domínio, confrontantes e terceiros eventualmente interessados, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.465/2017.

**X - DOS INFORMATIVOS DO PERÍMETRO DO NÚCLEO, LOTES, QUADRAS E ÁREAS PÚBLICAS**

**QUADRO GERAL:**

Área total Georreferenciada ..... 684.143,55 m²

Áreas Públicas ..... 316.463,01 m²

Vias de acesso..... 72.733,91 m²

Calçadas ..... 33.288,31 m²

Canteiros ..... 1.928,35 m²

Equipamentos Públicos ..... 208.512,44 m²

Perímetro ..... 5.377,51 metros

Números de Quadras .....

28

Números de Lotes .....

554

**DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO DO NÚCLEO:**

Uma área com 684.143,55 m², perímetro: 5.377,51 m, situada no **NÚCLEO URBANO INFORMAL BELA VISTA**, nesta cidade de Alto Paraguai/MT, e que se encontra representado pela seguinte descrição:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M01, de coordenadas N 8.396.138,5524m e E 554.482,0355m; situado no limite da Travessa 06; deste, segue confrontando com Travessa 06, com azimute 144°40'45" e distância de 65,48 m até o vértice M02, de coordenadas N

8.396.085,1271m e E 554.519,8917m; situado no limite da Rua Treze de Junho; deste, segue confrontando com Rua Treze de Junho, com azimute 234°33'02" e distância de 149,29 m até o vértice M03, de coordenadas N 8.395.998,5434m e E 554.398,2791m; situado no limite da Rua Dez de Julho; deste, segue confrontando com Rua Dez de Julho, com azimute 168°36'35" e distância de 140,24 m até o vértice M04, de coordenadas N 8.395.861,0633m e E 554.425,9757m; com azimute 173°00'03" e distância de 74,31 m até o vértice M05, de coordenadas N 8.395.787,3033m e E 554.435,0314m; com azimute 173°13'05" e distância de 113,45 m até o vértice M06, de coordenadas N 8.395.674,6455m e E 554.448,4289m; situado no limite da Rua Mazarmo de Siqueira; deste, segue confrontando com Rua Mazarmo de Siqueira, com azimute 80°26'17" e distância de 254,74 m até o vértice M07, de coordenadas N 8.395.716,9604m e E 554.699,6276m; com azimute 62°44'35" e distância de 55,29 m até o vértice M08, de coordenadas N 8.395.742,2838m e E 554.748,7815m; situado no limite da Matrícula 39.055 Prop.

Nadir Marques da Silva- Matrícula 39.056 Prop. Maria Leite da Silva- Matrícula 39.057 Prop. Antonio Lima de Oliveira; deste, segue confrontando com Matrícula 39.055 Prop. Nadir Marques da Silva- Matrícula 39.056 Prop. Maria Leite da Silva- Matrícula 39.057 Prop. Antonio Lima de Oliveira, com azimute 352°42'40" e distância de 31,44 m até o vértice M09, de coordenadas N 8.395.773,4712m e E 554.744,7925m; situado no limite da Matrícula 39.052 Prop. Losenil Ferreira da Silva- Matrícula 39.053 Prop. Elizabete de Arruda Prado- Matrícula 39.054 Prop. Lizeth Ferreira Ponde; deste, segue confrontando com Matrícula 39.052 Prop. Losenil Ferreira da Silva- Matrícula 39.053 Prop. Elizabete de Arruda Prado- Matrícula 39.054 Prop. Lizeth Ferreira Ponde, com azimute 354°09'21" e distância de 36,18 m até o vértice M10, de coordenadas N 8.395.809,4666m e E 554.741,1082m; situado no limite da Matrícula 39.049 Prop. Lindalva Rosa da Silva- Matrícula 39.050 Prop. Iraci Gonçalves da Silva- Matrícula 39.051 Prop. Eliete Conceição da Silva; deste, segue confrontando com Matrícula 39.049 Prop. Lindalva Rosa da Silva- Matrícula 39.050 Prop. Iraci Gonçalves da Silva- Matrícula 39.051 Prop. Eliete Conceição da Silva, com azimute 353°21'20" e distância de 29,81 m até o vértice M11, de coordenadas N 8.395.839,0747m e E 554.737,6591m; situado no limite da Matrícula 39.047 Prop. Maria Aparecida do Bonfim- Matrícula 39.048 Prop. Joacy Conceição da Silva- Matrícula 39.049 Prop. Lindalva Rosa da Silva; deste, segue confrontando com Matrícula 39.047 Prop. Maria Aparecida do Bonfim- Matrícula 39.048 Prop. Joacy Conceição da Silva- Matrícula 39.049 Prop. Lindalva Rosa da Silva, com azimute 353°01'08" e distância de 30,10 m até o vértice M12, de coordenadas N 8.395.868,9516m e E 554.734,0007m; situado no limite da Matrícula 39.045 Prop. Simone Silva Santiago de Araujo- Matrícula 39.046 Prop. Valdete de Barros Borges; deste, segue confrontando com Matrícula 39.045 Prop. Simone

Silva Santiago de Araujo- Matrícula 39.046 Prop. Valdete de Barros Borges, com azimute

356°49'18" e distância de 28,20 m até o vértice M13, de coordenadas N 8.395.897,1082m e E 554.732,4372m; situado no limite da Rua 09; deste, segue confrontando com Rua 09, com azimute

81°53'06" e distância de 28,10 m até o vértice M14, de coordenadas N 8.395.901,0748m e E

554.760,2558m; com azimute 81°53'07" e distância de 6,91 m até o vértice M15, de coordenadas N 8.395.902,0496m e E 554.767,0924m; situado no limite da Rua Treze de Junho; deste, segue confrontando com Rua Treze de Junho, com azimute 155°05'10" e distância de 72,85 m até o vértice M16, de coordenadas N 8.395.835,9747m e E 554.797,7828m; com azimute 69°14'00" e distância de 14,76 m até o vértice M17, de coordenadas N 8.395.841,2096m e E 554.811,5880m; com azimute 3°33'32" e distância de 4,01 m até o vértice M18, de coordenadas N 8.395.845,2159m e E 554.811,8371m; situado no limite da Núcleo Urbano Catira; deste, segue confrontando com Núcleo Urbano Catira, com azimute 54°41'09" e distância de 59,18 m até o vértice M19, de coordenadas N 8.395.879,4249m e E 554.860,1269m; com azimute 25°06'15" e

distância de 17,20 m até o vértice M20, de coordenadas N 8.395.895,0007m e E 554.867,4246m; com azimute 33°08'26" e distância de 14,83 m até o vértice M21, de coordenadas N 8.395.907,4191m e E 554.875,5325m; com azimute 8°31'42" e distância de 60,21 m até o vértice M22, de coordenadas N 8.395.966,9623m e E 554.884,4614m; com azimute 58°49'08" e distância de 72,58 m até o vértice M23, de coordenadas N 8.396.004,5412m e E 554.946,5579m; situado no limite da Rua Santa Rita; deste, segue confrontando com Rua Santa Rita, com azimute 139°32'27" e distância de 254,79 m até o vértice M24, de coordenadas N 8.395.810,6775m e E 555.111,8940m; com azimute 137°15'41" e distância de 144,03 m até o vértice M25, de coordenadas N 8.395.704,8921m e E 555.209,6421m; situado no limite da Posse de Andressa da

Silva Amaral- Posse de Maria de Jesus Leite Correia- Posse de Leocadia Eulina da Silva- Posse de

Inacio Pereira dos Santos- Posse de Amélio Lima Valadares- Posse de Airtes Pereira Foles- Posse de Deuzina Almeida dos Santos; deste, segue confrontando com Posse de Andressa da Silva Amaral- Posse de Maria de Jesus Leite Correia- Posse de Leocadia Eulina da Silva- Posse de Inacio Pereira dos Santos- Posse de Amélio Lima Valadares- Posse de Airtes Pereira Foles- Posse de Deuzina Almeida dos Santos, com azimute 241°09'19" e distância de 106,22 m até o vértice M26, de coordenadas N 8.395.653,6495m e E 555.116,6044m; situado no limite da Posse de Gerson Gonçalves de Miranda; deste, segue confrontando com Posse de Gerson Gonçalves de Miranda, com azimute 176°11'33" e distância de 70,43 m até o vértice M27, de coordenadas N 8.395.583,3709m e E 555.121,2814m; situado no limite da Avenida Almirante Barroso; deste, segue confrontando com Avenida Almirante Barroso, com azimute 88°59'54" e distância de 64,55 m até o vértice M28, de coordenadas N 8.395.584,4992m e E 555.185,8202m; situado no limite da Rua Júlio Campos; deste, segue confrontando com Rua Júlio Campos, com azimute 168°28'53" e distância de 73,71 m até o vértice M29, de coordenadas N 8.395.512,2753m e E 555.200,5388m; situado no limite da Rua Cinco; deste, segue confrontando com Rua Cinco, com azimute

260°28'02" e distância de 127,32 m até o vértice M30, de coordenadas N 8.395.491,1890m e E 555.074,9724m; com azimute 254°04'15" e distância de 116,15 m até o vértice M31, de coordenadas N 8.395.459,3105m e E 554.963,2789m; situado no limite da Rua Sete; deste, segue confrontando com Rua Sete, com azimute 168°25'30" e distância de 110,73 m até o vértice M32, de coordenadas N 8.395.350,8277m e E 554.985,4978m; situado no limite da Rua Joaquim Murtinho; deste, segue confrontando com Rua Joaquim Murtinho, com azimute 256°07'32" e distância de 108,40 m até o vértice M33, de coordenadas N 8.395.324,8343m e E 554.880,2628m; com azimute 257°56'00" e distância de 191,79 m até o vértice M34, de coordenadas N 8.395.284,7415m e E 554.692,7132m; situado no limite da Rua Castelo Branco; deste, segue confrontando com Rua Castelo Branco, com azimute 259°17'05" e distância de 322,39 m até o vértice M35, de coordenadas N 8.395.224,8001m e E 554.375,9492m; situado no limite da Rua Presidente Médici; deste, segue confrontando com Rua Presidente Médici, com azimute 349°27'36" e distância de 244,56 m até o vértice M36, de coordenadas N 8.395.465,2321m e E 554.331,2142m; com azimute 350°22'19" e distância de 100,32 m até o vértice M37, de coordenadas N 8.395.564,1362m e E 554.314,4362m; situado no limite da Avenida Almirante Barroso; deste, segue confrontando com Avenida Almirante Barroso, com azimute 259°04'38" e distância de 451,08 m até o vértice M38, de coordenadas N 8.395.478,6626m e E 553.871,5285m; situado no limite da Travessa 02; deste, segue confrontando com Travessa 02, com azimute 347°47'36" e distância de 70,54 m até o vértice M39, de coordenadas N 8.395.547,6071m e E 553.856,6136m; com azimute 352°25'01" e distância de 18,75 m até o vértice M40, de coordenadas N 8.395.566,1904m e E 553.854,1397m; com azimute 1°03'09" e distância de 23,42 m até o vértice M41, de coordenadas N 8.395.589,6049m e E 553.854,5698m; com azimute 10°39'52" e distância de 30,84 m até o vértice M42, de coordenadas N 8.395.619,9134m e E 553.860,2772m; situado no limite do Proprietário Não Identificado; deste, segue confrontando com Proprietário Não Identificado, com azimute 283°31'39" e distância de 21,18 m até o vértice M43, de coordenadas N 8.395.624,8673m e E 553.839,6861m; com azimute 15°06'19" e distância de 18,00 m até o vértice M44, de coordenadas N 8.395.642,2454m e E 553.844,3768m; com azimute 285°06'19" e distância de 17,74 m até o vértice M45, de coordenadas N 8.395.646,8681m e E 553.827,2506m; com azimute 14°53'23" e distância de 27,23 m até o vértice M46, de coordenadas N 8.395.673,1840m e E 553.834,2477m; com azimute 292°48'25" e distância de 18,20 m até o vértice M47, de coordenadas N 8.395.680,2388m e E 553.817,4706m; com azimute 30°04'28" e distância de 18,35 m até o vértice M48, de coordenadas N 8.395.696,1185m e E 553.826,6662m; com azimute 299°38'40" e distância de 69,00 m até o vértice M49, de coordenadas N 8.395.730,2470m e E 553.766,6975m; situado no limite da Posse de Gildesio Sales de Souza; deste, segue confrontando com Posse de Gildesio Sales de Souza, com azimute 20°59'11" e distância de 179,68 m até o vértice M50, de coordenadas N 8.395.898,0099m e E 553.831,0502m; situado no limite da Rua Santa Rita; deste, segue confrontando com Rua Santa Rita, com azimute 302°17'33" e distância de 72,31 m até o vértice M51, de coordenadas N 8.395.936,6411m e E 553.769,9237m; situado no limite da Travessa 08; deste, segue confrontando com Travessa 08, com azimute 43°11'56" e distância de 115,11 m até o vértice M52, de coordenadas N 8.396.020,5513m e E 553.848,7178m; com azimute 46°22'45" e distância de 95,81 m até o vértice M53, de coordenadas N 8.396.086,6476m e E 553.918,0755m; situado no limite da Rua Presidente Médici; deste, segue confrontando com Rua Presidente Médici, com azimute 135°24'29" e distância de 46,24 m até o vértice M54, de coordenadas N 8.396.053,7185m e E

553.950,5390m; com azimute 136°35'28" e distância de 54,17 m até o vértice M55, de coordenadas N 8.396.014,3633m e E 553.987,7669m; com azimute 127°29'54" e distância de 48,66 m até o vértice M56, de coordenadas N 8.395.984,7433m e E 554.026,3707m; situado no limite da Posse de Ismael Bandeira; deste, segue confrontando com Posse de Ismael Bandeira, com azimute 39°43'40" e distância de 32,76 m até o vértice M57, de coordenadas N

8.396.009,9351m e E 554.047,3060m; com azimute 137°07'34" e distância de 18,00 m até o vértice M58, de coordenadas N 8.395.996,7416m e E 554.059,5550m; com azimute 131°39'59" e distância de 15,00 m até o vértice M59, de coordenadas N 8.395.986,7697m e E 554.070,7604m; com azimute 128°05'20" e distância de 12,50 m até o vértice M60, de coordenadas N 8.395.979,0587m e E 554.080,5986m; com azimute 123°48'31" e distância de 26,36 m até o vértice M61, de coordenadas N 8.395.964,3898m e E 554.102,5037m; com azimute 54°36'35" e distância de 24,30 m até o vértice M62, de coordenadas N 8.395.978,4629m e E 554.122,3137m; com azimute 352°24'01" e distância de 21,18 m até o vértice M63, de coordenadas N 8.395.999,4567m e E 554.119,5126m; com azimute 73°15'36" e distância de 71,28 m até o vértice M64, de coordenadas N 8.396.019,9884m e E 554.187,7752m; com azimute 162°57'46" e

distância de 9,13 m até o vértice M65, de coordenadas N 8.396.011,2591m e E 554.190,4503m; situado no limite da Travessa 01; deste, segue confrontando com Travessa 01, com azimute 81°02'21" e distância de 22,22 m até o vértice M66, de coordenadas N 8.396.014,7205m e E 554.212,4019m; com azimute 81°02'21" e distância de 136,21 m até o vértice M67, de coordenadas N 8.396.035,9363m e E 554.346,9493m; situado no limite da Posse de Lindomar Soares Paulino; deste, segue confrontando com Posse de Lindomar Soares Paulino, com azimute 16°09'06" e distância de 46,69 m até o vértice M68, de coordenadas N 8.396.080,7840m e E 554.359,9377m; com azimute 114°40'54" e distância de 31,68 m até o vértice M69, de coordenadas N 8.396.067,5548m e E 554.388,7244m; com azimute 81°55'45" e distância de 14,51 m até o vértice M70, de coordenadas N 8.396.069,5921m e E

554.403,0914m; com azimute

48°51'42" e distância de 5,08 m até o vértice M71, de coordenadas N 8.396.072,9309m e E

554.406,9135m; com azimute 48°51'42" e distância de 99,75 m até o vértice M01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 57°00' WGr, fuso -21S, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

**LISTA DE LOTES POR QUADRA:**

| Quadra | Lote | Área do lote | Perímetro do lote |
|---|---|---|---|
| 01 | 01 | 3.498,89 m² | 244,66 m |
| 01 | 02 | 9.344,19 m² | 402,97 m |
| 01 | 03 | 5.443,22 m² | 342,52 m |
| 01 | 04 | 7.546,06 m² | 351,46 m |
| 01 | 05 | 6.618,62 m² | 403,10 m |
| 01 | Ginásio | 5.226,89 m² | 301,25 m |
| 01 | Casa de Apoio | 991,91 m² | 126,72 m |
| 01 | Creche Municipal | 3.348,13 m² | 248,78 m |
| 01 | Ginásio Municipal | 3.796,58 m² | 284,62 m |
| 01 | Prefeitura Municipal | 16.776,38 m² | 527,89 m |
| 02 | 01 | 3.719,00 m² | 255,87 m |
| 02 | 02A | 754,04 m² | 128,19 m |
| 02 | 02B | 676,92 m² | 121,83 m |
| 02 | 03 | 797,95 m² | 123,32 m |
| 02 | 04 | 1.668,45 m² | 170,05 m |
| 02 | 05 | 558,60 m² | 97,56 m |
| 02 | 06A | 236,43 m² | 67,44 m |
| 02 | 06B | 278,57 m² | 68,33 m |
| 02 | 07 | 210,38 m² | 62,26 m |
| 02 | 08 | 345,15 m² | 76,03 m |
| 02 | 09 | 312,80 m² | 73,35 m |
| 02 | 10 | 305,65 m² | 72,94 m |
| 02 | 11 | 331,60 m² | 75,38 m |
| 02 | 12 | 1.137,80 m² | 137,76 m |
| 02 | 13 | 741,85 m² | 117,10 m |
| 02 | 14A | 579,43 m² | 108,93 m |
| 02 | 14B | 668,82 m² | 113,47 m |
| 02 | 15 | 329,30 m² | 74,96 m |
| 02 | 16 | 404,35 m² | 82,79 m |
| 02 | 17 | 431,99 m² | 85,26 m |
| 02 | 18 | 507,70 m² | 91,11 m |
| 02 | 19 | 331,84 m² | 78,56 m |
| 02 | 20 | 199,43 m² | 59,97 m |
| 02 | 21 | 359,24 m² | 84,00 m |
| 02 | 22 | 359,26 m² | 84,00 m |
| 02 | 23 | 359,26 m² | 84,00 m |
| 02 | 23A | 359,26 m² | 84,00 m |
| 02 | 24A | 359,26 m² | 84,00 m |
| 02 | 24B | 359,26 m² | 84,00 m |
| 02 | 25 | 665,58 m² | 113,28 m |
| 02 | 26 | 513,63 m² | 90,66 m |
| 02 | 27 | 602,51 m² | 124,76 m |
| 02 | 28 | 274,59 m² | 68,89 m |
| 02 | 29 | 367,94 m² | 82,39 m |
| 02 | Área verde 02 | 21.122,41 m² | 943,89 m |
| 02A | 01A | 327,26 m² | 88,74 m |
| 02A | 01B | 494,54 m² | 89,29 m |
| 02A | 01C | 224,03 m² | 77,25 m |
| 02A | 02 | 461,87 m² | 87,70 m |
| 02A | 03 | 328,55 m² | 78,35 m |
| 02A | 04 | 421,15 m² | 85,20 m |
| 02A | 05A | 283,97 m² | 74,58 m |
| 02A | 05B | 345,13 m² | 78,31 m |
| 02A | 06 | 279,75 m² | 72,22 m |
| 02A | 07 | 291,50 m² | 72,50 m |
| 02A | 08 | 362,00 m² | 83,48 m |
| 02A | 09 | 282,30 m² | 71,73 m |
| 02A | 10 | 335,20 m² | 75,55 m |
| 02A | 11 | 794,90 m² | 113,61 m |
| 02A | 12 | 304,60 m² | 74,28 m |
| 02A | 13 | 357,00 m² | 82,99 m |
| 02A | 14 | 338,15 m² | 80,43 m |
| 02A | 15 | 281,85 m² | 75,24 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 02A | 16 | 356,70 m² | 79,77 m |
| 02A | 17 | 398,10 m² | 80,92 m |
| 02A | 18 | 368,75 m² | 80,07 m |
| 03 | 01 | 675,60 m² | 106,38 m |
| 03 | 02 | 579,55 m² | 103,96 m |
| 03 | 03 | 1.558,39 m² | 199,71 m |
| 03 | 04 | 738,45 m² | 138,01 m |
| 03 | 05 | 258,45 m² | 68,84 m |
| 03 | 06 | 837,86 m² | 144,86 m |
| 03 | 07 | 647,00 m² | 111,96 m |
| 03 | 08 | 550,00 m² | 104,79 m |
| 03 | 09 | 406,70 m² | 95,17 m |
| 03 | 10 | 1.523,45 m² | 186,70 m |
| 03 | 11 | 350,05 m² | 106,62 m |
| 03 | 12 | 936,80 m² | 132,96 m |
| 03 | 13 | 975,65 m² | 126,02 m |
| 03 | 14 | 325,50 m² | 87,62 m |
| 03 | 15 | 342,75 m² | 74,55 m |
| 03 | 16 | 374,60 m² | 78,20 m |
| 03 | 17A | 326,80 m² | 74,92 m |
| 03 | 17B | 341,25 m² | 77,22 m |
| 03 | 18 | 427,40 m² | 98,75 m |
| 03 | 19 | 1.277,50 m² | 142,64 m |
| 03 | 20 | 406,95 m² | 86,18 m |
| 03 | 21 | 430,95 m² | 90,15 m |
| 03 | 22 | 532,35 m² | 94,03 m |
| 03 | 23 | 626,90 m² | 101,27 m |
| 03 | 24 | 553,00 m² | 94,29 m |
| 03 | 25 | 579,50 m² | 96,37 m |
| 03 | Área Verde 01 | 1.813,50 m² | 284,67 m |
| 04 | 01 | 918,12 m² | 138,97 m |
| 04 | 02 | 956,84 m² | 138,77 m |
| 04 | 03 | 713,16 m² | 127,40 m |
| 04 | 04 | 751,36 m² | 128,09 m |
| 04 | 05A | 733,60 m² | 115,12 m |
| 04 | 05B | 184,81 m² | 57,46 m |
| 04 | 06 | 657,47 m² | 110,17 m |
| 04 | 07 | 177,27 m² | 54,74 m |
| 04 | 08 | 515,37 m² | 117,42 m |
| 04 | 09 | 854,46 m² | 131,70 m |
| 04 | 10 | 587,76 m² | 120,88 m |
| 04 | 11 | 578,71 m² | 120,82 m |
| 04 | 12A | 186,82 m² | 54,99 m |
| 04 | 12B | 393,64 m² | 90,58 m |
| 04 | 13 | 308,97 m² | 81,82 m |
| 04 | 14 | 178,67 m² | 55,74 m |
| 04 | 15 | 380,17 m² | 113,40 m |
| 04 | 16 | 603,65 m² | 122,95 m |
| 04 | 17 | 1.366,38 m² | 153,90 m |
| 04 | 18 | 696,85 m² | 128,04 m |
| 04 | 19A | 397,62 m² | 90,55 m |
| 04 | 19B | 199,09 m² | 57,08 m |
| 04 | 20 | 329,40 m² | 112,57 m |
| 04 | 21 | 295,92 m² | 81,14 m |
| 04 | 22 | 179,75 m² | 56,87 m |
| 04 | 23 | 462,01 m² | 91,82 m |
| 04 | 24 | 287,58 m² | 68,27 m |
| 04 | 25 | 208,27 m² | 57,74 m |
| 04 | 26 | 235,56 m² | 61,56 m |
| 04 | 27 | 260,20 m² | 64,17 m |
| 05 | 01 | 702,98 m² | 158,21 m |
| 05 | 02 | 1.086,47 m² | 174,43 m |
| 05 | 03 | 273,85 m² | 97,98 m |
| 05 | 04 | 322,79 m² | 109,99 m |
| 05 | 05 | 315,64 m² | 74,04 m |
| 05 | 06 | 517,73 m² | 151,16 m |
| 05 | 07A | 463,36 m² | 101,05 m |
| 05 | 07B | 472,68 m² | 98,59 m |
| 05 | 08 | 315,01 m² | 76,34 m |
| 05 | 09 | 634,20 m² | 113,80 m |
| 05 | 10 | 1.248,14 m² | 176,07 m |
| 05 | 11 | 669,12 m² | 118,56 m |
| 05 | 12 | 647,69 m² | 117,05 m |
| 05 | 13 | 877,67 m² | 146,15 m |
| 05 | 14 | 481,90 m² | 92,15 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 05 | 15 | 413,73 m² | 84,64 m |
| 05 | 16 | 541,87 m² | 101,67 m |
| 05 | 17 | 295,23 m² | 69,52 m |
| 05 | 18 | 241,25 m² | 78,88 m |
| 05 | 19 | 188,08 m² | 61,76 m |
| 06 | 01 | 1.403,22 m² | 147,71 m |
| 06 | 02 | 568,64 m² | 109,28 m |
| 06 | 03 | 630,73 m² | 111,61 m |
| 06 | 04 | 604,65 m² | 109,41 m |
| 06 | 05 | 630,83 m² | 109,24 m |
| 06 | 06 | 298,34 m² | 78,84 m |
| 06 | 07 | 569,51 m² | 97,07 m |
| 06 | 08 | 521,16 m² | 113,15 m |
| 06 | 09 | 878,63 m² | 131,31 m |
| 06 | 10 | 521,00 m² | 108,16 m |
| 06 | 11 | 236,25 m² | 96,69 m |
| 06 | 12 | 903,12 m² | 133,42 m |
| 06 | 13 | 685,03 m² | 122,13 m |
| 06 | 14 | 692,84 m² | 123,18 m |
| 06 | 15 | 1.462,99 m² | 153,38 m |
| 10 | 01A | 651,00 m² | 103,95 m |
| 10 | 01B | 596,00 m² | 101,08 m |
| 10 | 01C | 510,49 m² | 91,11 m |
| 10 | 01D | 422,34 m² | 88,72 m |
| 10 | 02 | 3.368,29 m² | 239,11 m |
| 10 | 03A | 1.973,96 m² | 184,33 m |
| 10 | 03B | 2.148,90 m² | 195,46 m |
| 10 | 04 | 1.246,43 m² | 142,15 m |
| 10 | 05 | 916,38 m² | 123,04 m |
| 10 | 06 | 619,54 m² | 110,46 m |
| 10 | 07 | 435,39 m² | 88,32 m |
| 10 | 08 | 365,91 m² | 83,57 m |
| 10 | 09 | 508,32 m² | 105,58 m |
| 10 | 10 | 727,74 m² | 130,55 m |
| 10 | 11 | 387,16 m² | 96,61 m |
| 10 | 12 | 988,38 m² | 126,58 m |
| 10 | 13 | 523,03 m² | 94,47 m |
| 11 | 01 | 2.854,63 m² | 279,83 m |
| 11 | Parque de Exposição | 15.163,08 m² | 482,44 m |
| 12 | 01A | 322,90 m² | 74,35 m |
| 12 | 01B | 212,64 m² | 63,25 m |
| 12 | 02 | 341,01 m² | 81,11 m |
| 12 | 03 | 1.222,75 m² | 159,07 m |
| 12 | 04 | 1.322,94 m² | 165,80 m |
| 12 | 05 | 695,59 m² | 132,09 m |
| 12 | 06 | 596,93 m² | 125,89 m |
| 12 | 07 | 1.013,79 m² | 135,43 m |
| 12 | 08 | 555,89 m² | 113,73 m |
| 12 | 09 | 592,13 m² | 111,85 m |
| 12 | 10 | 8.839,17 m² | 433,37 m |
| 12 | 11A | 477,35 m² | 92,33 m |
| 12 | 11B | 377,61 m² | 86,18 m |
| 12 | 12 | 821,57 m² | 115,74 m |
| 12 | 13A | 551,43 m² | 97,35 m |
| 12 | 13B | 367,12 m² | 84,67 m |
| 12 | 13C | 418,25 m² | 87,93 m |
| 12 | 14 | 5.301,73 m² | 362,67 m |
| 12 | 15 | 1.524,02 m² | 162,09 m |
| 12 | 16A | 427,86 m² | 117,86 m |
| 12 | 16B | 604,41 m² | 120,92 m |
| 12 | 17 | 873,41 m² | 127,84 m |
| 12 | 18 | 669,46 m² | 113,63 m |
| 12 | 19 | 774,91 m² | 115,30 m |
| 12 | 20 | 387,73 m² | 88,98 m |
| 12 | 21 | 525,89 m² | 110,04 m |
| 12 | 22 | 438,53 m² | 102,93 m |
| 12 | 23 | 713,97 m² | 115,72 m |
| 12 | Centro de Projetos de Assistência Social | 1.811,67 m² | 180,67 m |
| 13 | 01 | 436,38 m² | 93,26 m |
| 13 | 02 | 645,41 m² | 104,23 m |
| 13 | 03 | 504,32 m² | 103,64 m |
| 13 | 04A | 353,82 m² | 95,17 m |
| 13 | 04B | 723,07 m² | 130,26 m |
| 13 | 05 | 1.053,35 m² | 141,97 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 13 | 06 | 1.142,27 m² | 177,88 m |
| 13 | 07 | 683,23 m² | 108,25 m |
| 13 | 08A | 79,29 m² | 42,20 m |
| 13 | 08B | 855,19 m² | 135,80 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 13 | 09 | 673,37 m² | 124,55 m |
| 13 | 10 | 584,93 m² | 119,41 m |
| 13 | 11 | 465,42 m² | 112,69 m |
| 13 | 12 | 1.193,83 m² | 145,80 m |
| 13 | 13 | 507,55 m² | 98,22 m |
| 13 | 14 | 117,73 m² | 44,81 m |
| 14 | 01 | 549,58 m² | 94,91 m |
| 14 | 02 | 390,95 m² | 81,53 m |
| 14 | 03 | 434,66 m² | 83,82 m |
| 14 | 04 | 334,22 m² | 74,11 m |
| 14 | 05 | 445,90 m² | 86,88 m |
| 14 | 06 | 249,58 m² | 75,83 m |
| 14 | 07 | 385,33 m² | 93,98 m |
| 14 | 08 | 801,73 m² | 117,79 m |
| 14 | 09 | 621,59 m² | 109,30 m |
| 14 | 10 | 822,68 m² | 119,85 m |
| 14 | 11 | 405,53 m² | 98,62 m |
| 14 | 12 | 244,24 m² | 62,55 m |
| 14 | 13 | 351,41 m² | 77,18 m |
| 14 | 14 | 343,85 m² | 91,61 m |
| 14 | 15 | 417,96 m² | 95,06 m |
| 14 | 16 | 470,56 m² | 95,91 m |
| 14 | 17 | 309,49 m² | 83,91 m |
| 14 | 18 | 408,42 m² | 103,89 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 14 | 19 | 602,70 m² | 111,46 m |
| 14 | 20 | 558,07 m² | 107,82 m |
| 14 | 21 | 434,86 m² | 100,38 m |
| 14 | 22 | 547,18 m² | 105,58 m |
| 14 | 23 | 611,30 m² | 119,32 m |
| 14 | 24 | 750,44 m² | 127,31 m |
| 15 | 01 | 627,37 m² | 104,83 m |
| 15 | 02A | 118,87 m² | 56,65 m |
| 15 | 02B | 190,35 m² | 61,77 m |
| 15 | 03 | 356,81 m² | 80,57 m |
| 15 | 04 | 1.580,33 m² | 196,24 m |
| 15 | 05A | 771,67 m² | 175,82 m |
| 15 | 05B | 1.397,33 m² | 227,93 m |
| 15 | 06 | 1.635,43 m² | 226,98 m |
| 15 | 07 | 2.316,90 m² | 233,31 m |
| 15 | 08A | 277,06 m² | 66,93 m |
| 15 | 08B | 113,10 m² | 44,34 m |
| 15 | 08C | 190,64 m² | 55,31 m |
| 15 | 09 | 143,53 m² | 52,51 m |
| 15 | 10 | 604,17 m² | 118,95 m |
| 15 | 11 | 375,86 m² | 101,17 m |
| 15 | 12 | 302,59 m² | 95,18 m |
| 15 | 13A | 230,74 m² | 88,93 m |
| 15 | 13B | 482,45 m² | 101,73 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 15 | 14 | 551,58 m² | 104,87 m |
| 15 | 15 | 550,30 m² | 103,97 m |
| 15 | 16 | 4.421,03 m² | 285,60 m |
| 15 | 17 | 1.647,60 m² | 207,14 m |
| 15 | 18 | 1.049,46 m² | 162,92 m |
| 15 | 19A | 227,08 m² | 72,79 m |
| 15 | 19B | 749,69 m² | 131,37 m |
| 15 | 20 | 681,33 m² | 115,43 m |
| 15 | 21 | 764,82 m² | 125,22 m |
| 15 | 22 | 916,18 m² | 154,59 m |
| 15 | 23 | 314,10 m² | 71,01 m |
| 15 | 24 | 482,04 m² | 91,35 m |
| 15 | 25 | 243,23 m² | 62,59 m |
| 15 | 26 | 868,51 m² | 118,79 m |
| 15 | 27 | 1.787,71 m² | 221,42 m |
| 15 | 28 | 479,60 m² | 93,96 m |
| 15 | 29 | 455,50 m² | 91,89 m |
| 15 | 30 | 399,33 m² | 87,87 m |
| 15 | 31 | 520,79 m² | 95,60 m |
| 15 | 32 | 314,21 m² | 82,65 m |
| 15 | 33 | 374,24 m² | 91,03 m |
| 15 | 34 | 376,10 m² | 103,68 m |
| 15 | 35 | 329,27 m² | 75,43 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 15 | 36 | 450,47 m² | 89,56 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 15 | 37A | 163,59 m² | 52,12 m |
| 15 | 37B | 539,10 m² | 121,47 m |
| 15 | Pronto Atendimento Dr. Marzavão de Siqueira | 8.406,84 m² | 372,88 m |
| 15 | Vigilância Sanitária | 2.004,15 m² | 180,17 m |
| 16 | 01 | 533,77 m² | 106,79 m |
| 16 | 02 | 456,10 m² | 98,00 m |
| 16 | 03 | 578,35 m² | 104,92 m |
| 16 | 04 | 425,75 m² | 95,90 m |
| 16 | 05 | 415,35 m² | 95,24 m |
| 16 | 06 | 1.441,30 m² | 152,02 m |
| 16 | 07 | 803,90 m² | 120,17 m |
| 16 | 08 | 565,80 m² | 109,85 m |
| 16 | 09 | 690,20 m² | 108,64 m |
| 16 | 10 | 344,10 m² | 82,95 m |
| 16 | 11 | 277,60 m² | 77,95 m |
| 16 | 12 | 1.513,95 m² | 172,56 m |
| 16 | 13 | 451,85 m² | 123,67 m |
| 16 | 14 | 849,70 m² | 165,55 m |
| 16 | 15 | 916,55 m² | 150,78 m |
| 16 | 16 | 875,10 m² | 147,44 m |
| 16 | 17 | 680,00 m² | 138,66 m |
| 16 | 18 | 232,10 m² | 64,26 m |
| 16 | 19 | 3.064,50 m² | 234,47 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 16 | Parque | 87.330,23 m² | 1.342,75 m |
| 17 | 01 | 2.107,72 m² | 187,69 m |
| 17 | 02 | 1.268,95 m² | 154,35 m |
| 17 | 03 | 506,77 m² | 89,62 m |
| 17 | 04 | 1.828,08 m² | 194,78 m |
| 17 | 05 | 382,79 m² | 79,22 m |
| 17 | 06 | 344,50 m² | 75,03 m |
| 17 | 07 | 336,98 m² | 74,35 m |
| 17 | Equipamento Público | 355,87 m² | 77,74 m |
| 18 | 01 | 387,74 m² | 94,14 m |
| 18 | 02 | 739,77 m² | 115,86 m |
| 18 | 03 | 450,71 m² | 108,48 m |
| 18 | 04 | 531,82 m² | 111,56 m |
| 18 | 05 | 580,19 m² | 112,37 m |
| 18 | 06 | 861,78 m² | 124,47 m |
| 18 | 07 | 840,15 m² | 129,49 m |
| 18 | 08 | 769,04 m² | 129,32 m |
| 18 | 09 | 458,57 m² | 92,57 m |
| 18 | 10 | 386,03 m² | 85,52 m |
| 18 | 11 | 365,60 m² | 82,85 m |
| 18 | 12 | 315,13 m² | 79,09 m |
| 18 | 13 | 721,16 m² | 111,45 m |
| 18 | 14 | 954,02 m² | 127,43 m |
| 18 | 15 | 579,77 m² | 108,08 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 18 | 16 | 556,50 m² | 107,20 m |
| 18 | 17 | 656,34 m² | 110,96 m |
| 18 | 18 | 576,83 m² | 104,73 m |
| 19 | Praça | 2.166,04 m² | 186,14 m |
| 20 | 01-02 | 623,30 m² | 112,97 m |
| 20 | 03 | 169,61 m² | 52,82 m |
| 20 | 04 | 280,55 m² | 89,50 m |
| 20 | 05 | 522,99 m² | 101,72 m |
| 20 | 06 | 1.284,18 m² | 170,54 m |
| 20 | 07 | 918,06 m² | 158,26 m |
| 20 | 08 | 369,88 m² | 95,00 m |
| 20 | 09 | 428,23 m² | 98,34 m |
| 20 | 10 | 348,61 m² | 93,30 m |
| 20 | 11 | 271,54 m² | 69,44 m |
| 20 | 12 | 255,58 m² | 70,99 m |
| 20 | 13 | 651,86 m² | 112,16 m |
| 20 | 14 | 4.615,14 m² | 296,39 m |
| 20 | 15 | 3.226,38 m² | 281,90 m |
| 20 | 16 | 699,53 m² | 142,84 m |
| 20 | 17 | 911,29 m² | 162,20 m |
| 20 | 18 | 512,00 m² | 100,14 m |
| 20 | 19 | 386,72 m² | 85,07 m |
| 20 | 20 | 206,79 m² | 63,33 m |
| 20 | 21 | 309,91 m² | 73,70 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 20 | 22 | 359,33 m² | 83,25 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 20 | 23 | 475,17 m² | 102,09 m |
| 20 | 24 | 976,64 m² | 137,14 m |
| 20 | 25 | 631,52 m² | 114,16 m |
| 20 | 26 | 175,65 m² | 54,16 m |
| 20 | 27 | 510,94 m² | 111,50 m |
| 20 | 28 | 545,56 m² | 99,57 m |
| 20 | 29 | 429,86 m² | 91,02 m |
| 20 | 30 | 421,33 m² | 90,52 m |
| 20 | 31 | 449,78 m² | 89,10 m |
| 20 | 32 | 491,32 m² | 94,61 m |
| 20 | 33 | 1.156,54 m² | 165,06 m |
| 20 | 34 | 765,58 m² | 152,58 m |
| 20 | 35 | 835,82 m² | 155,60 m |
| 20 | 36 | 672,81 m² | 150,77 m |
| 20 | 37 | 772,62 m² | 152,40 m |
| 20 | 38 | 778,03 m² | 123,62 m |
| 20 | 39 | 631,18 m² | 119,67 m |
| 20 | 40 | 309,07 m² | 77,59 m |
| 20 | Escola Municipal | 393,58 m² | 82,28 m |
| 21 | 01 | 259,99 m² | 66,00 m |
| 21 | 02 | 194,99 m² | 56,00 m |
| 21 | 03 | 298,04 m² | 71,91 m |
| 21 | 04 | 566,82 m² | 133,41 m |
| 21 | 05 | 665,91 m² | 135,05 m |
| 21 | 06 | 650,34 m² | 132,46 m |
| 21 | 07 | 1.100,63 m² | 146,93 m |
| 21 | 08 | 1.184,59 m² | 147,50 m |
| 21 | 09 | 683,93 m² | 126,83 m |
| 21 | 10 | 1.089,00 m² | 145,02 m |
| 21 | 11 | 2.230,56 m² | 209,68 m |
| 21 | 12 | 374,92 m² | 83,70 m |
| 21 | 13 | 283,21 m² | 71,04 m |
| 21 | 14 | 562,47 m² | 111,41 m |
| 21 | 15 | 136,32 m² | 66,25 m |
| 21 | 16 | 242,25 m² | 73,10 m |
| 21 | 17 | 374,86 m² | 101,31 m |
| 21 | 18 | 598,74 m² | 117,14 m |
| 21 | 19 | 766,45 m² | 130,47 m |
| 21 | 20 | 716,68 m² | 131,25 m |
| 21 | 21 | 1.157,68 m² | 151,59 m |
| 21 | 22 | 987,00 m² | 151,53 m |
| 21 | 23 | 700,78 m² | 145,76 m |
| 21 | 24 | 287,48 m² | 73,54 m |
| 21 | 25 | 208,43 m² | 60,90 m |
| 21 | 26 | 341,52 m² | 74,25 m |
| 21 | 27 | 260,36 m² | 77,16 m |
| 21 | 28 | 303,43 m² | 80,93 m |
| 21 | 29 | 627,12 m² | 102,86 m |
| 21 | 30 | 419,60 m² | 89,74 m |
| 21 | 31 | 244,46 m² | 77,86 m |
| 21 | 32 | 428,74 m² | 89,13 m |
| 21 | 33 | 295,40 m² | 79,40 m |
| 21 | 34 | 849,82 m² | 121,26 m |
| 21 | 35 | 688,85 m² | 109,05 m |
| 21 | 36 | 423,86 m² | 86,13 m |
| 21 | 37 | 397,39 m² | 79,97 m |
| 22 | 01 | 2.738,91 m² | 219,06 m |
| 22 | 02 | 1.387,42 m² | 179,87 m |
| 22 | 03 | 981,66 m² | 151,75 m |
| 22 | 04 | 1.704,99 m² | 180,39 m |
| 22 | 05 | 180,05 m² | 54,15 m |
| 22 | 06 | 246,74 m² | 63,88 m |
| 22 | 07 | 447,54 m² | 89,72 m |
| 22 | 08 | 458,80 m² | 90,20 m |
| 22 | 09 | 382,06 m² | 85,11 m |
| 22 | 10 | 149,03 m² | 53,39 m |
| 22 | 11 | 227,77 m² | 61,27 m |
| 22 | 12 | 242,20 m² | 62,60 m |
| 22 | 13 | 348,99 m² | 89,80 m |
| 22 | 14 | 636,39 m² | 105,81 m |
| 22 | 15 | 442,80 m² | 93,74 m |
| 22 | 16A | 965,16 m² | 139,00 m |
| 22 | 16B | 908,12 m² | 130,28 m |
| 22 | 17 | 655,12 m² | 118,30 m |
| 22 | 18 | 512,31 m² | 93,06 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 22 | 19 | 272,92 m² | 69,00 m |
| 22 | 20 | 335,47 m² | 74,93 m |
| 22 | 21 | 411,38 m² | 82,73 m |
| 23 | 01 | 387,51 m² | 79,12 m |
| 23 | 02 | 1.106,45 m² | 140,94 m |
| 23 | 03 | 460,13 m² | 108,50 m |
| 23 | 04 | 495,57 m² | 108,71 m |
| 23 | 05 | 567,86 m² | 106,42 m |
| 23 | 06 | 477,25 m² | 93,66 m |
| 23 | 07 | 689,60 m² | 105,75 m |
| 23 | 08 | 2.795,78 m² | 212,42 m |
| 23 | 09 | 418,40 m² | 92,08 m |
| 23 | 10A | 508,85 m² | 101,11 m |
| 23 | 10B | 236,27 m² | 64,66 m |
| 23 | 10C | 491,30 m² | 114,67 m |
| 23 | 11 | 319,93 m² | 86,46 m |
| 23 | 12 | 318,84 m² | 84,97 m |
| 23 | 13A | 416,35 m² | 92,43 m |
| 23 | 13B | 434,04 m² | 92,59 m |
| 23 | 14 | 329,58 m² | 84,00 m |
| 23 | 15 | 476,29 m² | 92,49 m |
| 23 | 16 | 340,95 m² | 74,12 m |
| 23 | 17 | 312,60 m² | 71,07 m |
| 24 | 01 | 326,13 m² | 74,25 m |
| 24 | 02 | 1.125,91 m² | 140,22 m |
| 24 | 03 | 693,23 m² | 110,94 m |
| 24 | 04 | 393,76 m² | 98,02 m |
| 24 | 05 | 217,55 m² | 72,98 m |
| 24 | 06 | 452,80 m² | 102,81 m |
| 24 | 07 | 277,25 m² | 71,33 m |
| 24 | 08 | 204,39 m² | 59,43 m |
| 24 | 09 | 315,27 m² | 78,36 m |
| 24 | 10 | 339,67 m² | 77,06 m |
| 24 | 11 | 295,60 m² | 71,37 m |
| 24 | 12 | 494,05 m² | 90,03 m |
| 24 | 13 | 1.055,41 m² | 152,06 m |
| 24 | 14 | 573,27 m² | 97,32 m |
| 24 | 15 | 450,89 m² | 90,08 m |
| 24 | 16 | 452,62 m² | 91,20 m |
| 24 | 17 | 306,76 m² | 82,04 m |
| 24 | 18 | 185,22 m² | 73,79 m |
| 25 | 01 | 519,40 m² | 110,82 m |
| 25 | 02 | 397,30 m² | 81,96 m |
| 25 | 03 | 349,30 m² | 79,10 m |
| 25 | 04 | 354,32 m² | 80,23 m |
| 25 | 05 | 344,07 m² | 84,34 m |
| 25 | 06 | 1.061,91 m² | 164,12 m |
| 25 | 07 | 3.623,97 m² | 254,29 m |
| 25 | 08 | 606,81 m² | 106,69 m |
| 25 | 09 | 290,28 m² | 68,31 m |
| 25 | 10 | 320,47 m² | 71,82 m |
| 25 | 11 | 371,47 m² | 76,81 m |
| 26 | 01 | 231,67 m² | 61,64 m |
| 26 | 02 | 338,94 m² | 83,58 m |
| 26 | 03 | 451,22 m² | 91,09 m |
| 26 | 04 | 1.355,45 m² | 150,29 m |
| 26 | 05 | 525,13 m² | 106,03 m |
| 26 | 06 | 410,07 m² | 99,02 m |
| 26 | 07 | 425,12 m² | 98,46 m |
| 26 | 08 | 300,45 m² | 90,91 m |
| 26 | 09 | 474,96 m² | 99,28 m |
| 26 | 10 | 429,24 m² | 95,30 m |
| 26 | 11 | 431,25 m² | 94,45 m |
| 26 | 12 | 415,34 m² | 92,92 m |
| 26 | 13 | 421,08 m² | 92,95 m |
| 26 | 14 | 488,55 m² | 96,72 m |
| 26 | 15 | 899,75 m² | 122,72 m |
| 26 | 16 | 414,73 m² | 97,66 m |
| 26 | 17 | 470,07 m² | 102,24 m |
| 26 | 18 | 9.244,56 m² | 474,29 m |
| 26 | 19 | 1.598,72 m² | 160,77 m |
| 27 | 01A | 3.653,78 m² | 267,92 m |
| 27 | 01B | 628,16 m² | 122,10 m |
| 27 | 01C | 1.286,29 m² | 141,35 m |
| 27 | 02 | 565,43 m² | 100,48 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 27 | 03 | 251,22 m² | 78,54 m |
| 27 | 04 | 978,69 m² | 130,23 m |
| 27 | 05 | 1.240,84 m² | 159,10 m |
| 27 | 06 | 396,90 m² | 80,42 m |
| 27 | 07 | 1.390,06 m² | 183,85 m |
| 27 | 08 | 563,62 m² | 116,62 m |
| 27 | 09 | 498,62 m² | 98,68 m |
| 27 | 10 | 308,38 m² | 87,32 m |
| 27 | 11 | 243,07 m² | 63,39 m |
| 27 | 12 | 329,01 m² | 83,04 m |
| 27 | 13 | 403,85 m² | 83,04 m |
| 27 | 14 | 299,65 m² | 74,00 m |
| 27 | 15 | 529,24 m² | 93,38 m |
| 27 | 16 | 1.721,87 m² | 202,37 m |
| 27 | 17 | 299,35 m² | 89,28 m |
| 27 | 18 | 468,91 m² | 111,22 m |
| 27 | 19 | 509,41 m² | 92,84 m |
| 27 | 20 | 424,58 m² | 82,53 m |
| 27 | Escola Eufrasio do Nascimento | 1.300,93 m² | 147,97 m |
| 27 | Reservatório de Água Municipal | 334,27 m² | 73,24 m |
| 28 | 01 | 1.959,19 m² | 181,01 m |
| 28 | 02 | 645,78 m² | 110,58 m |
| 28 | 03 | 597,72 m² | 107,08 m |
| 28 | 04 | 550,18 m² | 103,56 m |
| 28 | 05 | 668,69 m² | 109,12 m |
| 28 | 06 | 559,07 m² | 102,68 m |
| 28 | 07 | 532,87 m² | 101,75 m |
| 28 | 08 | 1.299,10 m² | 170,49 m |
| 28 | 09 | 1.599,16 m² | 191,44 m |
| 28 | 10 | 613,82 m² | 113,95 m |
| 28 | 11 | 743,15 m² | 121,48 m |
| 28 | 12 | 586,53 m² | 116,50 m |
| 28 | 13 | 700,24 m² | 123,66 m |
| 28 | 14A | 864,35 m² | 118,84 m |
| 28 | 14B | 327,13 m² | 73,34 m |
| 29 | 01 | 1.317,11 m² | 149,63 m |
| 29 | 02 | 1.374,65 m² | 153,46 m |
| 29 | 03 | 1.621,63 m² | 170,89 m |
| 29 | 04 | 1.036,87 m² | 129,73 m |
| 30 | 01 | 2.361,94 m² | 197,11 m |
| 30 | 02A | 1.903,41 m² | 177,74 m |
| 30 | 02B | 1.116,69 m² | 141,33 m |
| 30 | 03 | 901,04 m² | 128,31 m |
| 30 | 04 | 2.634,42 m² | 214,05 m |

**DA INDICAÇÃO NUMÉRICA DE CADA UNIDADE IMOBILIÁRIA, DA QUALIFICAÇÃO DOS OCUPANTES E DA CLASSIFICAÇÃO DA MODALIDADE DA REURB INDIVIDUALIZADA:**

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 3.498,89 m²

PERÍMETRO: 244,66 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 9.344,19 m²

PERÍMETRO: 402,97 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 5.443,22 m²

PERÍMETRO: 342,52 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 7.546,06 m²

PERÍMETRO: 351,46 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 6.618,62 m²

PERÍMETRO: 403,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE Ginásio

ÁREA TOTAL: 5.226,89 m²

PERÍMETRO: 301,25 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE Casa de Apoio

ÁREA TOTAL: 991,91 m²

PERÍMETRO: 126,72 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE Creche Municipal

ÁREA TOTAL: 3.348,13 m²

PERÍMETRO: 248,78 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE Ginásio Municipal

ÁREA TOTAL: 3.796,58 m²

PERÍMETRO: 284,62 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 01 LOTE Prefeitura Municipal

ÁREA TOTAL: 16.776,38 m²

PERÍMETRO: 527,89 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 3.719,00 m²

PERÍMETRO: 255,87 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 02A

ÁREA TOTAL: 754,04 m²

PERÍMETRO: 128,19 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 02B

ÁREA TOTAL: 676,92 m²

PERÍMETRO: 121,83 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 797,95 m²

PERÍMETRO: 123,32 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 1.668,45 m²

PERÍMETRO: 170,05 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 558,60 m²

PERÍMETRO: 97,56 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 06A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sebastião Fernandes Pereira, Filho(a) de Maria Sizilo Pereira e José Fernandes De Oliveira, inscrito(a) sob o CPF de nº 835.553.901-04, Aposentado, Viúvo(a), residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 2, Lote 6A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 236,43 m²

PERÍMETRO: 67,44 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 06B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Aparecida Fernandes Pereira, Filho(a) de Felisberta Ana Sampaio e Sebastião Fernandes Pereira, portador(a) do RG de nº 17761697, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 028.326.211-71, Do Lar, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 2, Lote 6B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 278,57 m²

PERÍMETRO: 68,33 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 210,38 m²

PERÍMETRO: 62,26 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Deuzenito Mendes De Arruda, Filho(a) de Maria Lina De Arruda e

Joaquim Ferreira Mendes, portador(a) do RG de nº 15937402, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 006.812.781-29, Autônomo, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Noemi Paulina Da Silva Arruda, Autônoma, portador(a) do RG de nº 14784394, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 567.932.941-72, residente e domiciliado na Rua Sete, Quadra 2, Lote 8, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 345,15 m²

PERÍMETRO: 76,03 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 312,80 m²

PERÍMETRO: 73,35 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 305,65 m²

PERÍMETRO: 72,94 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 331,60 m²

PERÍMETRO: 75,38 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 1.137,80 m²

PERÍMETRO: 137,76 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Da Silva Vieira Silva, Filho(a) de Geni Da Silva Vieira e Perceliano

Fernandes Vieira, portador(a) do RG de nº 16599560, SJSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.463.181-36, Autônoma, Viúvo(a), residente e domiciliado na Rua Seis, Quadra 2, Lote 13, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 741,85 m²

PERÍMETRO: 117,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 14A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Silvio João De Deus, Filho(a) de Ana Nicolina Dos Santos e Manoel João De Deus, portador(a) do RG de nº 10959912, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 967.888.951-04, Serviços Gerais, Casado(a), convivente em Separação Obrigatória De Bens, com

Felícia Maria Da Silva De Deus, Do Lar, portador(a) do RG de nº 816723, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.481.541-81, residente e domiciliado na Rua Seis, Quadra 2, Lote 14A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 579,43 m²

PERÍMETRO: 108,93 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 14B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Firmo Oliveira Neto, Filho(a) de Matilde Marinho De Oliveira e Jonas De Souza Oliveira, inscrito(a) sob o CPF de nº 107.507.201-82, Aposentado, Casado(a), convivente em Comunhão De Bens, com Deorlete De Jesus Oliveira, Do Lar, inscrito(a) sob o CPF de nº 026.065.161-33, residente e domiciliado na Rua Seis, Quadra 2, Lote 14B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 668,82 m²

PERÍMETRO: 113,47 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maysa Fernandes Da Costa, Filho(a) de Sandra Fernandes De Souza e Vandeildo Eduardo Da Costa, portador(a) do RG de nº 22257535, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 045.320.161-00, Desempregada, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Seis, Quadra 2, Lote 15, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 329,30 m²

PERÍMETRO: 74,96 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Aparecida Dias, Filho(a) de Luiza Dias, portador(a) do RG de nº 23969156, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob

o CPF de nº 047.080.501-35, Do Lar, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Seis, Quadra 2, Lote 16, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 404,35 m²

PERÍMETRO: 82,79 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 431,99 m²

PERÍMETRO: 85,26 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 507,70 m²

PERÍMETRO: 91,11 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Manuel Barbosa Da Silva Filho, Filho(a) de Edite Pereira e Manuel Barbosa Da Silva, portador(a) do RG de nº 27856372, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 206.632.931-20, Aposentado, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua Seis, Quadra 2, Lote 19, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 331,84 m²

PERÍMETRO: 78,56 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 199,43 m²

PERÍMETRO: 59,97 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 21

ÁREA TOTAL: 359,24 m²

PERÍMETRO: 84,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 22

ÁREA TOTAL: 359,26 m²

PERÍMETRO: 84,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 23

ÁREA TOTAL: 359,26 m²

PERÍMETRO: 84,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 23A

ÁREA TOTAL: 359,26 m²

PERÍMETRO: 84,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 24A ÁREA TOTAL: 359,26 m²

PERÍMETRO: 84,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 24B

ÁREA TOTAL: 359,26 m²

PERÍMETRO: 84,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 25

ÁREA TOTAL: 665,58 m²

PERÍMETRO: 113,28 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 26

ÁREA TOTAL: 513,63 m²

PERÍMETRO: 90,66 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 27

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gaspar José Luiz, Filho(a) de Maria Da Silva Luiz e João José Luiz, portador(a) do RG de nº 469512, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 483.731.171-72, Pecuarista, Solteiro(a), residente e domiciliado na Travessa 04, Quadra 2, Lote 27, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 602,51 m²

PERÍMETRO: 124,76 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 28

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Irineu Braatz, Filho(a) de Helma Helfenstein e Cristiano Braatz, portador(a) do RG de nº 24784010, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 274.737.080-15, Aposentado, Divorciado(a), residente e domiciliado na Travessa 03, Quadra 2, Lote 28, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 274,59 m²

PERÍMETRO: 68,89 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE 29

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Valcimina De Souza Assunção Oliveira, Filho(a) de Iolina Maria De Souza Assunção e Leozino Leite De Assunção, portador(a) do RG de nº 16058666, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 932.569.301-15, Servidora Pública, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Benedito Carlos Xavier De Oliveira, Servidor Público, portador(a) do RG de nº 07415060, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 468.498.821-04, residente e domiciliado na Travessa 04, Quadra 2, Lote 29, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 367,94 m²

PERÍMETRO: 82,39 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02 LOTE Área verde 02

ÁREA TOTAL: 21.122,41 m²

PERÍMETRO: 943,89 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 01A

ÁREA TOTAL: 327,26 m²

PERÍMETRO: 88,74 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 01B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jaydomar De Araújo Gomes, Filho(a) de Norimar Lemes De Araújo e Jaydon Gomes Da Silva, portador(a) do RG de nº 10678379, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 888.642.601-10, Funcionário Público, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Joaquim Murtinho, Quadra 2A, Lote 1B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 494,54 m²

PERÍMETRO: 89,29 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 01C

ÁREA TOTAL: 224,03 m²

PERÍMETRO: 77,25 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 02

ÁREA TOTAL: 461,87 m²

PERÍMETRO: 87,70 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gisele Dos Santos Barbieri Correa, Filho(a) de Camem Dos Santos Berbieri e Moacir Barbieri, portador(a) do RG de nº 26147653, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 040.671.339-10, Nutricionista, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Lauro Josney Correa, Contador, portador(a) do RG de nº 10995005, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 693.215.071-91, residente e domiciliado na Rua Joaquim Murtinho, Quadra 2A, Lote 3, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 328,55 m²

PERÍMETRO: 78,35 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 04

ÁREA TOTAL: 421,15 m²

PERÍMETRO: 85,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 05A

ÁREA TOTAL: 283,97 m²

PERÍMETRO: 74,58 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 05B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Janete Eva Da Silva, Filho(a) de Ivone Rodrigues Da Silva, portador(a) do RG de nº 24945188, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 652.267.711-34, Autônoma, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Joaquim Murtinho, Quadra 2A, Lote 5B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 345,13 m²

PERÍMETRO: 78,31 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 06

ÁREA TOTAL: 279,75 m²

PERÍMETRO: 72,22 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Catarino De Souza Lopes, Filho(a) de Jandira Catarino De Souza e Joaquim De Souza, portador(a) do RG de nº 719197, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 990.116.031-68, Aposentada, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Narcizo

Sales Lopes, Aposentado, portador(a) do RG de nº 03662128, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 346.745.861-00, residente e domiciliado na Rua Joaquim Murtinho, Quadra 2A, Lote 7, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 291,50 m²

PERÍMETRO: 72,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 08

ÁREA TOTAL: 362,00 m²

PERÍMETRO: 83,48 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elaine Maria Da Costa Nascimento, Filho(a) de Edil Maria Da Costa Nascimento e Jurandir Elias Do Nascimento, portador(a) do RG de nº 18447708, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 017.673.851-70, Cozinheira, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Joaquim Murtinho, Quadra 2A, Lote 9, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 282,30 m²

PERÍMETRO: 71,73 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 10

ÁREA TOTAL: 335,20 m²

PERÍMETRO: 75,55 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 11

ÁREA TOTAL: 794,90 m²

PERÍMETRO: 113,61 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 12

ÁREA TOTAL: 304,60 m²

PERÍMETRO: 74,28 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 13

ÁREA TOTAL: 357,00 m²

PERÍMETRO: 82,99 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 14

ÁREA TOTAL: 338,15 m²

PERÍMETRO: 80,43 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 15

ÁREA TOTAL: 281,85 m²

PERÍMETRO: 75,24 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 16

ÁREA TOTAL: 356,70 m²

PERÍMETRO: 79,77 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Carolina May De Oliveira, Filho(a) de Neuza Grave May de Oliveira e

Luiz Paulo de Oliveira, portador(a) do RG de nº 14221969, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 008.233.451-06, Professora, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Seis, Quadra 2A, Lote 17, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 398,10 m²

PERÍMETRO: 80,92 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 02A LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gisele Dos Santos Barbieri Correa, Filho(a) de Carmem Dos Santos Barbieri e Moacir Barbieri, portador(a) do RG de nº 26147653, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 040.671.339-10, Nutricionista, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Lauro Josney Correa, Contador, portador(a) do RG de nº 10995005, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 693.215.071-91, residente e domiciliado na Rua Seis, Quadra 2A, Lote 18, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 368,75 m²

PERÍMETRO: 80,07 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 675,60 m²

PERÍMETRO: 106,38 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 579,55 m²

PERÍMETRO: 103,96 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 1.558,39 m²

PERÍMETRO: 199,71 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 738,45 m²

PERÍMETRO: 138,01 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Roney Alves Da Costa, Filho(a) de Júlia Alves Pereira Da Costa e

Honório Luiz Da Costa, portador(a) do RG de nº 14948109, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 992.257.601-59, Empresário, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Lucélia Almeida Tito Costa, Professora, portador(a) do RG de nº 18406890, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 024.744.741-29, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 3, Lote 5, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 258,45 m²

PERÍMETRO: 68,84 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ronaldo De Araújo Junior, Filho(a) de Eva Jaqueline Gomes De Araújo e Ronaldo De Araújo, portador(a) do RG de nº 14394383, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 956.139.001-91, Tabelião, Solteiro(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 3, Lote 6, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 837,86 m²

PERÍMETRO: 144,86 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 647,00 m²

PERÍMETRO: 111,96 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 550,00 m²

PERÍMETRO: 104,79 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Katiúscia Borges Da Silva Barros, Filho(a) de Marizeth Pereira Borges e

João Manoel Da Silva, portador(a) do RG de nº 20630662, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 020.973.411-60, Professora, Casado(a), convivente em Comunhão De Bens, com Marivaldo Barros De Oliveira, Policial Militar, portador(a) do RG de nº 880749, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 655.614.221-20, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 3, Lote 9, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 406,70 m²

PERÍMETRO: 95,17 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marilza Pereira Borges Rangel, Filho(a) de Catarina Pereira De Matos e Pedro Borges, portador(a) do RG de nº 03352498, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 277.417.531-34, Pastora, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Wellington Ribeiro Rangel, Aposentado, portador(a) do RG de nº 02348900, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 206.158.921-91, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 3, Lote 10, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 1.523,45 m²

PERÍMETRO: 186,70 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: José Alonso Da Silva, Filho(a) de Bebiana Elisa Da Silva e Corsino José

Da Silva, portador(a) do RG de nº 06558771, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 474.268.371-49,

Pedreiro, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Lucinethe Aparecida De

Arruda Silva, Do Lar, portador(a) do RG de nº 21760233, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 042.137.811-51, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 3, Lote 11, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 350,05 m²

PERÍMETRO: 106,62 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 936,80 m²

PERÍMETRO: 132,96 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 975,65 m²

PERÍMETRO: 126,02 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 325,50 m²

PERÍMETRO: 87,62 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 342,75 m²

PERÍMETRO: 74,55 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 374,60 m²

PERÍMETRO: 78,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 17A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Irã Auxiliadora Vasconcelos Manrique, Filho(a) de Neuza Lopes Vasconcelos e Jaime Vasconcelos, portador(a) do RG de nº 398024, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 495.586.251-91, Do Lar, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com José Luis Manrique De Oliveira, Motorista, portador(a) do RG de nº 450456, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 326.368.301-20, residente e domiciliado na Rua Cinco, Quadra 3, Lote 17A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 326,80 m²

PERÍMETRO: 74,92 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 17B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Carlos Alberto Dos Santos, Filho(a) de Josedith Marques Dos Santos e José Dos Santos, portador(a) do RG de nº 291889, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 326.385.071-72, Caminhoneiro, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua Cinco, Quadra 3, Lote 17B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 341,25 m²

PERÍMETRO: 77,22 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 427,40 m²

PERÍMETRO: 98,75 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 19

ÁREA TOTAL: 1.277,50 m²

PERÍMETRO: 142,64 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 20

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elizabeth Regis De Arruda, Filho(a) de Pedrosa Freire Régis e Evaristo

Rogaciano De Arruda, portador(a) do RG de nº 01864661, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 535.239.461-15, Aposentada, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua Cinco, Quadra 3, Lote 20, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 406,95 m²

PERÍMETRO: 86,18 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 21

ÁREA TOTAL: 430,95 m²

PERÍMETRO: 90,15 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 22

ÁREA TOTAL: 532,35 m²

PERÍMETRO: 94,03 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 23

ÁREA TOTAL: 626,90 m²

PERÍMETRO: 101,27 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 24

ÁREA TOTAL: 553,00 m²

PERÍMETRO: 94,29 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE 25

ÁREA TOTAL: 579,50 m²

PERÍMETRO: 96,37 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 03 LOTE Área Verde 01

ÁREA TOTAL: 1.813,50 m²

PERÍMETRO: 284,67 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 918,12 m²

PERÍMETRO: 138,97 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 956,84 m²

PERÍMETRO: 138,77 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vitorio José Manzano, Filho(a) de Mercilia Barizon Manzano e Izidoro

Manzano, portador(a) do RG de nº 02920417, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 206.598.90178, Autônomo, Solteiro(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 4, Lote 3, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 713,16 m²

PERÍMETRO: 127,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 751,36 m²

PERÍMETRO: 128,09 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 05A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Donata Benedita De Souza Silva, Filho(a) de Francisca Paula De Souza, portador(a) do RG de nº 14306760, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 412.116.771-68, Aposentada, Viúvo(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 4, Lote 5A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 733,60 m²

PERÍMETRO: 115,12 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 05B

ÁREA TOTAL: 184,81 m²

PERÍMETRO: 57,46 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 657,47 m²

PERÍMETRO: 110,17 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Pedro Inocencio De Aquino, Filho(a) de Maria Guilhermina De Souza e

Clarismino Inocencio De Aquino, portador(a) do RG de nº 23895713, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 190.635.802-82, Aposentado, Casado(a), convivente em Comunhão Universal De Bens, com Maria Margarete Basilio De Aquino, Aposentada, portador(a) do RG de nº 281415, SESP/RO, inscrito(a) sob o CPF de nº 079.099.502-68, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 4, Lote 7, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 177,27 m²

PERÍMETRO: 54,74 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ana Cláudia Ferreira Campos, Filho(a) de Eva Ferreira Magalhães e Hermínio Siqueira Campos, portador(a) do RG de nº 19739567, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 026.922.911-66, Comerciante, Divorciado(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 4, Lote 8, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 515,37 m²

PERÍMETRO: 117,42 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: João Batista De Sousa Ferreira, Filho(a) de Zilda De Sousa Ferreira e

Manoel Ferreira Neto, portador(a) do RG de nº 09897135, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 535.233.421-04, Serralheiro, Divorciado(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 4, Lote 9, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 854,46 m²

PERÍMETRO: 131,70 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 587,76 m²

PERÍMETRO: 120,88 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 578,71 m²

PERÍMETRO: 120,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 12A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Paulo Eduardo Candido Da Silva, Filho(a) de Elizete Da Silva Bandeira e Guaraci Silveira Da Silva, portador(a) do RG de nº 17613531, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 005.145.641-99, Coordenador De Vendas, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Avanda Morais Da Silva, Agente Penitenciária, portador(a) do RG de nº 18556280, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 017.708.151-12, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 4, Lote 12A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 186,82 m²

PERÍMETRO: 54,99 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 12B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marilza Pereira Borges Rangel, Filho(a) de Catarina Pereira De Matos e

Pedro Borges, portador(a) do RG de nº 03352498, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 277.417.531-34, Aposentada, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Wellington Ribeiro Rangel, Aposentado, portador(a) do RG de nº 02348900, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 206.158.921-91, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 4, Lote 12B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 393,64 m²

PERÍMETRO: 90,58 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 308,97 m²

PERÍMETRO: 81,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 178,67 m²

PERÍMETRO: 55,74 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 380,17 m²

PERÍMETRO: 113,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Valdete Alves De Lima, Filho(a) de Eulina Alves De Lima e Francisco Francelino De Lima, portador(a) do RG de nº 309361850, SSP/SP, inscrito(a) sob o CPF de nº 877.150.311-00, Comerciante, Divorciado(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 4, Lote 16, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 603,65 m²

PERÍMETRO: 122,95 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 1.366,38 m²

PERÍMETRO: 153,90 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 696,85 m²

PERÍMETRO: 128,04 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 19A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vital Francisco Lima, Filho(a) de Aurelina Francisca De Lima e Pedro Miguel De Lima, portador(a) do RG de nº 13337379, SSP/SP, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.908.428-48, Motorista, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Elieth Rodrigues Dos Santos Lima, Castração Suína, portador(a) do RG de nº 08635250, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 016.674.661-43, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 4, Lote 19A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 397,62 m²

PERÍMETRO: 90,55 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 19B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vital Francisco Lima, Filho(a) de Aurelina Francisca De Lima e Pedro Miguel De Lima, portador(a) do RG de nº 13337379, SSP/SP, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.908.428-48, Motorista, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Elieth Rodrigues Dos Santos Lima, Castração De Suínos, portador(a) do RG de nº 08635250, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 016.674.661-43, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 4, Lote 19B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 199,09 m²

PERÍMETRO: 57,08 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 329,40 m²

PERÍMETRO: 112,57 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 21

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Claudia Irene Alves De Lima, Filho(a) de Eulina Alves De Lima e Francisco Francelino De Lima, inscrito(a) sob o CPF de nº 593.827.591-15, Do Lar, Divorciado(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 4, Lote 21, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 295,92 m²

PERÍMETRO: 81,14 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 22

ÁREA TOTAL: 179,75 m²

PERÍMETRO: 56,87 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 23

ÁREA TOTAL: 462,01 m²

PERÍMETRO: 91,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 24

ÁREA TOTAL: 287,58 m²

PERÍMETRO: 68,27 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 25

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Deuzenito Mendes De Arruda, Filho(a) de Maria Lina De Arruda e Joaquim Ferreira Mendes, portador(a) do RG de nº 15937402, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 006.812.781-29, Autônomo, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Noemi Paulina Da Silva Arruda, Autônomo, portador(a) do RG de nº 14784394, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 567.932.941-72, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 4, Lote 25, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 208,27 m²

PERÍMETRO: 57,74 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 26

ÁREA TOTAL: 235,56 m²

PERÍMETRO: 61,56 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 04 LOTE 27

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Quenilly Rodrigues Da Silva Mafra, Filho(a) de Noemi Paulina Da Silva e Ronildo Rodrigues Da Silva, portador(a) do RG de nº 24944300, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 060.430.601-67, Autônoma, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com João Pedrosa Da Fonseca Mafra, Operador Sala De Máquinas, portador(a) do RG de nº 32860510, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 060.437.131-44, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 4, Lote 27, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 260,20 m²

PERÍMETRO: 64,17 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosa Mioto Silva, Filho(a) de Ozoria Luiza Mioto e Antonio Mioto, portador(a) do RG de nº 292083, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 945.396.181-72, Aposentada, Viúvo(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 5, Lote 1, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 702,98 m²

PERÍMETRO: 158,21 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: João Gualberto Santana Rocha, Filho(a) de Sebastiana Benedita Santana e Tiago Ribeiro Rocha, portador(a) do RG de nº 364755, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 320.446.581-00, Comerciante, Divorciado(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 5, Lote 2, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 1.086,47 m²

PERÍMETRO: 174,43 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: João Gualberto Santana Rocha, Filho(a) de Sebastiana Benedita Santana e Tiago Ribeiro Rocha, portador(a) do RG de nº 364755, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 320.446.581-00, Comerciante, Divorciado(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 5, Lote 3, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 273,85 m²

PERÍMETRO: 97,98 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 322,79 m²

PERÍMETRO: 109,99 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Andressa Carolina Manzano, Filho(a) de Marli Dos Reis Ferreira e

Vitório José Manzano, portador(a) do RG de nº 16494016, SJSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 015.047.771-66, Operadora de Caixa, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 5, Lote 5, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 315,64 m²

PERÍMETRO: 74,04 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Helena Felismina Correa, Filho(a) de Andrelina Martinha Correa e Austeclinio Felismino Correa, portador(a) do RG de nº 04470893, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 309.618.071-72, Autônoma, Solteiro(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 5, Lote 6, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 517,73 m²

PERÍMETRO: 151,16 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 07A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Gregória Da Silva Chagas, Filho(a) de Adelina Da Silva Ribeiro Da Cruz e Enézio Ribeiro Da Cruz, portador(a) do RG de nº 02737299, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 911.464.291-34, Aposentada, Viúvo(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 5, Lote 7A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 463,36 m²

PERÍMETRO: 101,05 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 07B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Gregória Da Silva Chagas, Filho(a) de Adelina Da Silva Ribeiro Da Cruz e Enézio Ribeiro Da Cruz, portador(a) do RG de nº 02737299, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 911.464.291-34, Aposentada, Viúvo(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 5, Lote 7B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 472,68 m²

PERÍMETRO: 98,59 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gilberto Da Silva Chagas, Filho(a) de Maria Gregória Da Silva Chagas e Geraldo De Freitas Chagas, portador(a) do RG de nº 15740714, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 915.479.891-49, Autônomo, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Suelen Nascimento Ingrácio Chagas, portador(a) do RG de nº 24082422, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 049.962.041-09, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 5, Lote 8, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 315,01 m²

PERÍMETRO: 76,34 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: José Adeilson Alves Guimarães, Filho(a) de Leonizia Alves Guimarães, inscrito(a) sob o CPF de nº 890.633.501-63, Servidor Público, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Edenil Lara Da Silva Guimarães, Do Lar, inscrito(a) sob o CPF de nº 013.195.091-69, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 5, Lote 9, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 634,20 m²

PERÍMETRO: 113,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 1.248,14 m²

PERÍMETRO: 176,07 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Omoacy Borges, Filho(a) de Terezinha Pinto Borges e Sebastião

Borges, portador(a) do RG de nº 01411845, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 205.408.921-49, Aposentado, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Marilheuza Nunes De Almeida Borges, portador(a) do RG de nº 06095607, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.038.301-82, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 5, Lote 11, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 669,12 m²

PERÍMETRO: 118,56 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 647,69 m²

PERÍMETRO: 117,05 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 877,67 m²

PERÍMETRO: 146,15 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lúcio Régis De Arruda, Filho(a) de Pedroza Freire Régis e Evaristo Regoceano De Arruda, portador(a) do RG de nº 02922738, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº

103.100.961-20, Aposentado, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Vanilce Leite De Queiróz Arruda, portador(a) do RG de nº 13473166, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 993.790.151-00, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 5, Lote 14, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 481,90 m²

PERÍMETRO: 92,15 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Eda Dias Dos Santos, Filho(a) de Albertina Alves Da Silva e José Dias

Dos Santos, portador(a) do RG de nº 01863347, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 206.702.57168, Aposentada, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 5, Lote 15, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 413,73 m²

PERÍMETRO: 84,64 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 541,87 m²

PERÍMETRO: 101,67 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 295,23 m²

PERÍMETRO: 69,52 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lázaro Borges Viana Filho, Filho(a) de Adolfina Viana Borges e Lázaro

Borges Viana, portador(a) do RG de nº 473628, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 458.284.74120, Comerciante, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Maria José Costa Viana, Autônoma, portador(a) do RG de nº 07366230, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 468.487.701-91, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 5, Lote 18, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 241,25 m²

PERÍMETRO: 78,88 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 05 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lázaro Borges Viana Filho, Filho(a) de Adolfina Viana Borges e Lázaro

Borges Viana, portador(a) do RG de nº 473628, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 458.284.74120, Comerciante, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Maria José Costa

Viana, Autônoma, portador(a) do RG de nº 07366230, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 468.487.701-91, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 5, Lote 19, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 188,08 m²

PERÍMETRO: 61,76 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 1.403,22 m²

PERÍMETRO: 147,71 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Bernadino De Almeida E Silva, Filho(a) de Pedroza De Almeida E Silva e

Emilio Rodrigues Da Silva, portador(a) do RG de nº 449463, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº

241.432.861-49, Aposentado, Solteiro(a) convivente em União Estável, com Valcy Luciana De

Oliveira, Agricultora, portador(a) do RG de nº 11085517, SJ/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 788.613.221-15, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 6, Lote 2, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 568,64 m²

PERÍMETRO: 109,28 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria José Dias Dos Santos, Filho(a) de Albertina Alves Santos e José Dias Dos Santos, portador(a) do RG de nº 05987393, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 411.895.661-68, Do Lar, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 6, Lote 3, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 630,73 m²

PERÍMETRO: 111,61 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Eda Dias Dos Santos, Filho(a) de Albertina Alves Da Silva e José Dias

Dos Santos, portador(a) do RG de nº 01863347, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 206.702.57168, Aposentada, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 6, Lote 4, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 604,65 m²

PERÍMETRO: 109,41 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Aparecida De Almeida Oliveira, Filho(a) de Maria Leida Izac de

Almeida e Veridiano Izac de Almeida, portador(a) do RG de nº 05716225, SSP/MT, inscrito(a) sob o

CPF de nº 411.846.701-10, Recepcionista, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Nélio Taques De Oliveira, Autônomo, portador(a) do RG de nº 468935, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 522.496.031-20, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, Quadra 6, Lote 5, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 630,83 m²

PERÍMETRO: 109,24 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 298,34 m²

PERÍMETRO: 78,84 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 569,51 m²

PERÍMETRO: 97,07 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 521,16 m²

PERÍMETRO: 113,15 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 878,63 m²

PERÍMETRO: 131,31 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 521,00 m²

PERÍMETRO: 108,16 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Tereza Macedo, Filho(a) de Maria Antonia Macedo, portador(a) do RG de nº 06644090, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 841.542.841-34, Do Lar, Solteiro(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 6, Lote 11, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 236,25 m²

PERÍMETRO: 96,69 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 903,12 m²

PERÍMETRO: 133,42 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Deuzelina Gonçalves De Lima, Filho(a) de Elvina Leite Gonçalves e

Leoncio Antonio Gonçalves, portador(a) do RG de nº 767953, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.053.951-49, Pensionista, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Francisco Almeida De Lima, Motorista, portador(a) do RG de nº 489058, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 346.710.801-68, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 6, Lote 13, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 685,03 m²

PERÍMETRO: 122,13 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Deuzelina Gonçalves De Lima, Filho(a) de Elvina Leite Gonçalves e Leoncio Antonio Gonçalves, portador(a) do RG de nº 767953, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.053.951-49, Pensionista, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Fancisco

Almeida De Lima, Motorista, portador(a) do RG de nº 489058, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 346.710.801-68, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 6, Lote 14, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 692,84 m²

PERÍMETRO: 123,18 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 06 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 1.462,99 m²

PERÍMETRO: 153,38 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 01A

ÁREA TOTAL: 651,00 m²

PERÍMETRO: 103,95 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 01B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sandra Fernandes Da Costa, Filho(a) de Ana Zeremia De Souza e Virgolino Fernandes De Souza, portador(a) do RG de nº 05056489, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 630.681.501-59, Auxíliar Comunitário De Saúde, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Vandeildo Eduardo Da Costa, Ajudante De Produção, portador(a) do RG de nº 10252894, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 780.102.091-04, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 10, Lote 1B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 596,00 m²

PERÍMETRO: 101,08 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 01C

ÁREA TOTAL: 510,49 m²

PERÍMETRO: 91,11 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 01D

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sandra Fernandes Da Costa, Filho(a) de Ana Zeremia De Souza e Virgolino Fernandes De Souza, portador(a) do RG de nº 05056489, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 630.681.501-59, Auxiliar Comunitária De Saúde, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Vandeildo Eduardo Da Costa, Ajudante De Produção, portador(a) do RG de nº 10252894, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 780.102.091-04, residente e domiciliado na Rua Raposo Tavares, Quadra 10, Lote 1D, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 422,34 m²

PERÍMETRO: 88,72 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 3.368,29 m²

PERÍMETRO: 239,11 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 03A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Nilo Malaquias De Souza Neto, Filho(a) de Raildes Souza Da Silva e Geraldo Aparecido Da Silva, portador(a) do RG de nº 20246773, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 028.137.191-10, Assistente Administrativo, Solteiro(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 10, Lote 3A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 1.973,96 m²

PERÍMETRO: 184,33 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 03B

ÁREA TOTAL: 2.148,90 m²

PERÍMETRO: 195,46 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ivail Carlos Da Silva, Filho(a) de Juliana Uga De Almeida e Sebastião Benedito Da Silva, inscrito(a) sob o CPF de nº 384.609.981-34, Pedreiro, Solteiro(a), residente e domiciliado na Travessa 02, Quadra 10, Lote 4, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 1.246,43 m²

PERÍMETRO: 142,15 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 916,38 m²

PERÍMETRO: 123,04 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 619,54 m²

PERÍMETRO: 110,46 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vanderley Silva De Oliveira, Filho(a) de Almerinda Batista De Oliveira

Silva e Vergílio Benedito Da Silva, portador(a) do RG de nº 15457117, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 003.648.561-65, Mecânico Industrial, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Viviane Santos De Oliveira, Refiladeira, portador(a) do RG de nº 22028803, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 044.269.761-97, residente e domiciliado na Travessa 02, Quadra 10, Lote 7, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 435,39 m²

PERÍMETRO: 88,32 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 365,91 m²

PERÍMETRO: 83,57 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Clarice Santos De Arruda, Filho(a) de Gregória Maria De Souza e Estevino Santos De Arruda, inscrito(a) sob o CPF de nº 004.005.571-00, Do Lar, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Raposo Tavares, Quadra 10, Lote 9, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 508,32 m²

PERÍMETRO: 105,58 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 727,74 m²

PERÍMETRO: 130,55 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 387,16 m²

PERÍMETRO: 96,61 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 988,38 m²

PERÍMETRO: 126,58 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 10 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Amaury Sales De Brito, Filho(a) de Francisca Rodrigues De Matos e Manoel Da Cruz Sales De Brito, portador(a) do RG de nº 18910246, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 023.832.511-35, Analista De TI, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Raposo Tavares, Quadra 10, Lote 13, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 523,03 m²

PERÍMETRO: 94,47 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 2.854,63 m²

PERÍMETRO: 279,83 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 11 LOTE Parque de Exposição

ÁREA TOTAL: 15.163,08 m²

PERÍMETRO: 482,44 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 01A

ÁREA TOTAL: 322,90 m²

PERÍMETRO: 74,35 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 01B

ÁREA TOTAL: 212,64 m²

PERÍMETRO: 63,25 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 341,01 m²

PERÍMETRO: 81,11 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 1.222,75 m²

PERÍMETRO: 159,07 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 1.322,94 m²

PERÍMETRO: 165,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 695,59 m²

PERÍMETRO: 132,09 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Alenir Pontes Silva, Filho(a) de Ana Souza Moraes Pontes e Elizeu De

Pontes, portador(a) do RG de nº 15649865, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 007.964.051-66,

Do Lar, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Linilto Gusmão Da Silva,

Pedreiro, portador(a) do RG de nº 13837729, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 704.924.841-04, residente e domiciliado na Rua Belo Horizonte, Quadra 12, Lote 6, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 596,93 m²

PERÍMETRO: 125,89 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Davina Sabina De Arruda, Filho(a) de Angela Francisca De Arruda e

Fortunato José De Arruda, portador(a) do RG de nº 18407501, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 649.956.151-72, Aposentada, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua Belo Horizonte, Quadra 12, Lote 7, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 1.013,79 m²

PERÍMETRO: 135,43 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 555,89 m²

PERÍMETRO: 113,73 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 592,13 m²

PERÍMETRO: 111,85 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 8.839,17 m²

PERÍMETRO: 433,37 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 11A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Telmo Batista Almeida, Filho(a) de Alvanis Batista De Oliveira e Manoel José De Almeida, portador(a) do RG de nº 06799370, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 522.476.861-68, Operador De Máquinas, Solteiro(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 12, Lote 11A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 477,35 m²

PERÍMETRO: 92,33 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 11B

ÁREA TOTAL: 377,61 m²

PERÍMETRO: 86,18 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 821,57 m²

PERÍMETRO: 115,74 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 13A

ÁREA TOTAL: 551,43 m²

PERÍMETRO: 97,35 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 13B

ÁREA TOTAL: 367,12 m²

PERÍMETRO: 84,67 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 13C

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: José Valentim Camarço Neto, Filho(a) de Maria Amanda Moreno

Camarço e Pedro Marinho Camarço, portador(a) do RG de nº 483260, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 346.786.621-20, Comerciante, Divorciado(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 12, Lote 13C, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 418,25 m²

PERÍMETRO: 87,93 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Celso Lorin, Filho(a) de Maria De Lourdes Aquino Lorin e Paulo Lorin, portador(a) do RG de nº 32128088, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 367.387.789-53, Mecânico, Divorciado(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 12, Lote 14, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 5.301,73 m²

PERÍMETRO: 362,67 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 1.524,02 m²

PERÍMETRO: 162,09 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 16A

ÁREA TOTAL: 427,86 m²

PERÍMETRO: 117,86 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 16B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosinei Mendes De Paiva Ferreira, Filho(a) de Natividade Mendes De

Paiva e Bitencourt Alves De Paiva, inscrito(a) sob o CPF de nº 990.526.601-15, Técnica em Enfermagem, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Deoclides Ferreira Mendes, Ajudante de Produção, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.051.231-49, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 12, Lote 16B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 604,41 m²

PERÍMETRO: 120,92 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Leonise De Oliveira Lima, Filho(a) de Olindina De Oliveira Lima e Leonidas Teixeira De Araujo Lima, portador(a) do RG de nº 13152904, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 893.161.261-34, Do Lar, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 12, Lote 17, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 873,41 m²

PERÍMETRO: 127,84 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 669,46 m²

PERÍMETRO: 113,63 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 19

ÁREA TOTAL: 774,91 m²

PERÍMETRO: 115,30 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 387,73 m²

PERÍMETRO: 88,98 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 21

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Thiago Mendes De Arruda, Filho(a) de Maria Lina De Arruda e Joaquim Ferreira Mendes, portador(a) do RG de nº 25412175, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº

045.337.191-47, Pedreiro, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Jovana

Carolina Da Silva Mendes, Do Lar, portador(a) do RG de nº 30956510, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 062.991.841-40, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 12, Lote 21, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 525,89 m²

PERÍMETRO: 110,04 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 22

ÁREA TOTAL: 438,53 m²

PERÍMETRO: 102,93 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE 23

ÁREA TOTAL: 713,97 m²

PERÍMETRO: 115,72 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 12 LOTE Centro de Projetos de Assistência Social

ÁREA TOTAL: 1.811,67 m²

PERÍMETRO: 180,67 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 436,38 m²

PERÍMETRO: 93,26 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Orlando Ferreira Dos Santos, Filho(a) de Estelina Ferreira Dos Santos e

Rosalvo Araujo Dos Santos, portador(a) do RG de nº 00446548, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 106.757.011-04, Aposentado, Solteiro(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 13, Lote 2, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 645,41 m²

PERÍMETRO: 104,23 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sebastião Lopes De Menezes, Filho(a) de Geny Miranda e Vital Lopes

De Menezes, portador(a) do RG de nº 292235, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 206.710.67168, Comerciante, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Roséli Barbosa Maciel Menezes, Comerciante, portador(a) do RG de nº 675812, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 209.218.101-72, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 13, Lote 3, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 504,32 m²

PERÍMETRO: 103,64 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 04A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sebastião Lopes De Menezes, Filho(a) de Geny Miranda e Vital Lopes

De Menezes, portador(a) do RG de nº 292235, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 206.710.67168, Comerciante, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Roséli Barbosa Maciel Menezes, Comerciante, portador(a) do RG de nº 675812, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 209.218.101-72, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 13, Lote 4A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 353,82 m²

PERÍMETRO: 95,17 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 04B

ÁREA TOTAL: 723,07 m²

PERÍMETRO: 130,26 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 05

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Lucineide Ferreira De Arruda, Filho(a) de Iraci Ferreira Barros e Felipe Manoel De Arruda, portador(a) do RG de nº 20180950, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.053.791-00, Do Lar, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 13, Lote 5, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 1.053,35 m²

PERÍMETRO: 141,97 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Pedro Eduardo Candido Da Silva, Filho(a) de Elizete Da Silva Bandeira e Guaraci Silveira Da Silva, portador(a) do RG de nº 19931654, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 021.963.961-25, Empresário, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Camila Rafaela Candido Camargo, Empresária, portador(a) do RG de nº 22871179, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 059.205.301-62, residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 13, Lote 6, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 1.142,27 m²

PERÍMETRO: 177,88 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Paulo Eduardo Candido Da Silva, Filho(a) de Elizete Da Silva Bandeira e

Guaraci Silveira Da Silva, portador(a) do RG de nº 17613531, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 005.145.641-99, Coordenador De Venda, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Avanda Morais Da Silva, Agente Penitenciária, portador(a) do RG de nº 18556280, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 017.708.151-12, residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 13, Lote 7, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 683,23 m²

PERÍMETRO: 108,25 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 08A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Pedro Eduardo Candido Da Silva, Filho(a) de Elizete Da Silva Bandeira e Guaraci Silveira Da Silva, portador(a) do RG de nº 19931654, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 021.963.961-25, Autônomo, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Camila Rafaela Candido Camargo, Empresário, portador(a) do RG de nº 22871179, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 059.205.301-62, residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 13, Lote 8A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 79,29 m²

PERÍMETRO: 42,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 08B

ÁREA TOTAL: 855,19 m²

PERÍMETRO: 135,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Luciana Divina Araujo De Almeida, Filho(a) de Maria Araújo De

Almeida, portador(a) do RG de nº 11786957, SJ/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 835.137.951-49, Confeiteira, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Júnior Santiago Dos

Santos, Autônomo, portador(a) do RG de nº 14732114, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 995.292.111-04, residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 13, Lote 9, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 673,37 m²

PERÍMETRO: 124,55 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Wilma Pereira De Souza, Filho(a) de Tereza Pereira De Souza e Alberto Rodrigues De Souza, portador(a) do RG de nº 740299, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 522.441.131-91, Autônoma, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 13, Lote 10, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 584,93 m²

PERÍMETRO: 119,41 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 465,42 m²

PERÍMETRO: 112,69 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 1.193,83 m²

PERÍMETRO: 145,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Marilene Dos Santos Gama, Filho(a) de Durvalina Santiago Dos Santos e Aurelino Batista Dos Santos, portador(a) do RG de nº 06667074, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 412.123.631-91, Professora, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Nilton Pereira Gama, Serviços Gerais, portador(a) do RG de nº 07834420, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 012.430.571-73, residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 13, Lote 13, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 507,55 m²

PERÍMETRO: 98,22 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 13 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Deoclides Ferreira Mendes, Filho(a) de Elezita Maria Da Cruz e Agostinho Ferreira Mendes, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.051.231-49, Faqueiro, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Rosinei Mendes De Paiva Ferreira, Técnica Em Enfermagem, inscrito(a) sob o CPF de nº 990.526.601-15, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 13, Lote 14, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 117,73 m²

PERÍMETRO: 44,81 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 549,58 m²

PERÍMETRO: 94,91 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 02

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Domingos Amorim Bezerra, Filho(a) de Maria Batista Reis e Antonio Amorim Bezerra, portador(a) do RG de nº 05086019, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 352.523.591-72, Aposentado, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 14, Lote 2, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 390,95 m²

PERÍMETRO: 81,53 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 434,66 m²

PERÍMETRO: 83,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 334,22 m²

PERÍMETRO: 74,11 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 445,90 m²

PERÍMETRO: 86,88 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 249,58 m²

PERÍMETRO: 75,83 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 385,33 m²

PERÍMETRO: 93,98 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 801,73 m²

PERÍMETRO: 117,79 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 621,59 m²

PERÍMETRO: 109,30 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Eloy Lucy De Proença, Filho(a) de Arminda Maria Dos Santos e Aprígio

Santo Luz, portador(a) do RG de nº 02919150, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.280.481-81, Aposentada, Viúvo(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 14, Lote 10, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 822,68 m²

PERÍMETRO: 119,85 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Francisca Rodrigues Silva, Filho(a) de Elvina Catarina Da Silva e Luiz Rodrigues De Sousa, portador(a) do RG de nº 876294, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 651.869.231-68, Segurança, Solteiro(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 14, Lote 11, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 405,53 m²

PERÍMETRO: 98,62 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 244,24 m²

PERÍMETRO: 62,55 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Antonio Ferreira Miranda, Filho(a) de Rosalina Moreira Da Rocha e Manoel Ferreira Miranda, portador(a) do RG de nº 02702541, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 267.745.181-68, Aposentado, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Rozenil Conceição De Proença Miranda, Professora, portador(a) do RG de nº 06986501, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 571.583.471-68, residente e domiciliado na Rua Dez De Julho, Quadra 14, Lote 13, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 351,41 m²

PERÍMETRO: 77,18 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 343,85 m²

PERÍMETRO: 91,61 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 417,96 m²

PERÍMETRO: 95,06 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Aparecida Macedo De Oliveira, Filho(a) de Tereza Macedo e Olisses

Rodrigues De Oliveira, portador(a) do RG de nº 16913892, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 016.234.671-95, Pedagoga, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua Dez De Julho, Quadra 14, Lote 16, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 470,56 m²

PERÍMETRO: 95,91 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 309,49 m²

PERÍMETRO: 83,91 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 408,42 m²

PERÍMETRO: 103,89 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 19

ÁREA TOTAL: 602,70 m²

PERÍMETRO: 111,46 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 20

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Nilva Santana De Souza, Filho(a) de Adelina Santana Da Silva e Calixto

Santana De Souza, portador(a) do RG de nº 09602453, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 622.616.651-72, Atendente, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Mazarmo De Siqueira, Quadra 14, Lote 20, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 558,07 m²

PERÍMETRO: 107,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 21

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Thais Santana De Souza, Filho(a) de Mariluce Santana De Souza, portador(a) do RG de nº 22871934, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 042.774.661-25, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Mazarmo De Siqueira, Quadra 14, Lote 21, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 434,86 m²

PERÍMETRO: 100,38 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 22

ÁREA TOTAL: 547,18 m²

PERÍMETRO: 105,58 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 23

ÁREA TOTAL: 611,30 m²

PERÍMETRO: 119,32 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 14 LOTE 24

ÁREA TOTAL: 750,44 m²

PERÍMETRO: 127,31 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 627,37 m²

PERÍMETRO: 104,83 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 02A

ÁREA TOTAL: 118,87 m²

PERÍMETRO: 56,65 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 02B

ÁREA TOTAL: 190,35 m²

PERÍMETRO: 61,77 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 356,81 m²

PERÍMETRO: 80,57 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Da Silva Araujo, Filho(a) de Rosa Lima Nunes e Timoteo Pombal

Da Silva, portador(a) do RG de nº 19662394, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 412.112.861-34, Aposentada, Viúvo(a), residente e domiciliado na Rua 13 De Agosto, Quadra 15, Lote 4, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 1.580,33 m²

PERÍMETRO: 196,24 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 05A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Alexandra Feitosa Coelho, Filho(a) de Eva Feitosa Costa e Expedito

Domingos Coelho, portador(a) do RG de nº 16708393, SJSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 010.282.981-02, Refiladeira, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua 13 De Agosto, Quadra 15, Lote 5A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 771,67 m²

PERÍMETRO: 175,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 05B

ÁREA TOTAL: 1.397,33 m²

PERÍMETRO: 227,93 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 1.635,43 m²

PERÍMETRO: 226,98 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gilberto Da Silva Chagas, Filho(a) de Maria Gregória Da Silva Chagas e

Geraldo De Freitas Chagas, portador(a) do RG de nº 15740714, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº

915.479.891-49, Autônomo, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Suelen Nascimento Ingrácio Chagas, portador(a) do RG de nº 24082422, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 049.962.041-09, residente e domiciliado na Rua 13 De Agosto, Quadra 15, Lote 7, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 2.316,90 m²

PERÍMETRO: 233,31 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 08A

ÁREA TOTAL: 277,06 m²

PERÍMETRO: 66,93 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 08B

ÁREA TOTAL: 113,10 m²

PERÍMETRO: 44,34 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 08C

ÁREA TOTAL: 190,64 m²

PERÍMETRO: 55,31 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rodorfo João Ribeiro, Filho(a) de Adelina Da Silva Ribeiro e Enézio Ribeiro Da Cruz, inscrito(a) sob o CPF de nº 241.420.851-15, Motorista, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Maria Matildes De Almeida Ribeiro, Do Lar, inscrito(a) sob o CPF de nº 346.702.201-44, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 15, Lote 9, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 143,53 m²

PERÍMETRO: 52,51 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Gregória Da Silva Chagas, Filho(a) de Adelina Da Silva Ribeiro Da Cruz e Enézio Ribeiro Da Cruz, portador(a) do RG de nº 02737299, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 911.464.291-34, Aposentada, Viúvo(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 15, Lote 10, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 604,17 m²

PERÍMETRO: 118,95 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Maria Gregória Da Silva Chagas, Filho(a) de Adelina Da Silva Ribeiro Da Cruz e Enézio Ribeiro Da Cruz, portador(a) do RG de nº 02737299, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 911.464.291-34, Aposentada, Viúvo(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 15, Lote 11, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 375,86 m²

PERÍMETRO: 101,17 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jane Da Silva Chagas Arruda, Filho(a) de Maria Gregória Da Silva

Chagas e Geraldo De Freitas Chagas, portador(a) do RG de nº 11757973, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 864.609.431-68, Professora, Viúvo(a), residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 15, Lote 12, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 302,59 m²

PERÍMETRO: 95,18 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 13A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vicente Ribeiro Da Silva, Filho(a) de Adelina Da Silva Ribeiro e Enésio Ribeiro Da Cruz, portador(a) do RG de nº 03618498, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 304.766.661-04, Pastor, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Aéssia Gusmão Da Silva, Do Lar, portador(a) do RG de nº 429456, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 651.858.621-49, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 15, Lote 13A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 230,74 m²

PERÍMETRO: 88,93 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 13B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vicente Ribeiro Da Silva, Filho(a) de Adelina Da Silva Ribeiro e Enesio Ribeiro Da Cruz, portador(a) do RG de nº 03618498, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 304.766.661-04, Pastor, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Aéssia Gusmão Da Silva, Do Lar, portador(a) do RG de nº 429456, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 651.858.621-49, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 15, Lote 13B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 482,45 m²

PERÍMETRO: 101,73 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vicente Ribeiro Da Silva, Filho(a) de Adelina Da Silva Ribeiro e Enésio Ribeiro Da Cruz, portador(a) do RG de nº 03618498, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 304.766.661-04, Pastor, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Aéssia Gusmão Da Silva, Do Lar, portador(a) do RG de nº 429456, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 651.858.621-49, residente e domiciliado na Avenida Almirante Barroso, Quadra 15, Lote 14, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 551,58 m²

PERÍMETRO: 104,87 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 550,30 m²

PERÍMETRO: 103,97 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 4.421,03 m²

PERÍMETRO: 285,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 1.647,60 m²

PERÍMETRO: 207,14 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 1.049,46 m²

PERÍMETRO: 162,92 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 19A

ÁREA TOTAL: 227,08 m²

PERÍMETRO: 72,79 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 19B

ÁREA TOTAL: 749,69 m²

PERÍMETRO: 131,37 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 681,33 m²

PERÍMETRO: 115,43 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 21

ÁREA TOTAL: 764,82 m²

PERÍMETRO: 125,22 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 22

ÁREA TOTAL: 916,18 m²

PERÍMETRO: 154,59 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 23

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Antonio Ferreira Miranda, Filho(a) de Rosalina Moreira Da Rocha e Manoel Ferreira Miranda, portador(a) do RG de nº 02702541, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 267.745.181-68, Aposentado, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Rozenil Conceição De Proença Miranda, Professora, portador(a) do RG de nº 06986501, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 571.583.471-68, residente e domiciliado na Rua Dez De Julho, Quadra 15, Lote 23, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 314,10 m²

PERÍMETRO: 71,01 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 24

ÁREA TOTAL: 482,04 m²

PERÍMETRO: 91,35 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 25

ÁREA TOTAL: 243,23 m²

PERÍMETRO: 62,59 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 26

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ivan Gomes Dias, Filho(a) de Irene Gomes Dias, portador(a) do RG de nº 01575589, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 205.408.761-00, Aposentado, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Elisangela Meira Souza Dias, Do Lar, portador(a) do RG de nº 10951270, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 785.362.351-87, residente e domiciliado na Rua Mazarmo De Siqueira, Quadra 15, Lote 26, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 868,51 m²

PERÍMETRO: 118,79 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 27

ÁREA TOTAL: 1.787,71 m²

PERÍMETRO: 221,42 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 28

ÁREA TOTAL: 479,60 m²

PERÍMETRO: 93,96 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 29

ÁREA TOTAL: 455,50 m²

PERÍMETRO: 91,89 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 30

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Creuzelina Da Silva Nascimento, Filho(a) de Eluina Da Costa Silva e

Severiano Lima Da Silva, portador(a) do RG de nº 06642195, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 411.854.201-34, Aposentada, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Balbino

Sales Do Nascimento, Pedreiro, portador(a) do RG de nº 1011319, SSP/GO, inscrito(a) sob o CPF de nº 205.421.511-20, residente e domiciliado na Rua Mazarmo De Siqueira, Quadra 15, Lote 30, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 399,33 m²

PERÍMETRO: 87,87 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 31

ÁREA TOTAL: 520,79 m²

PERÍMETRO: 95,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 32

ÁREA TOTAL: 314,21 m²

PERÍMETRO: 82,65 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 33

ÁREA TOTAL: 374,24 m²

PERÍMETRO: 91,03 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 34

ÁREA TOTAL: 376,10 m²

PERÍMETRO: 103,68 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 35

ÁREA TOTAL: 329,27 m²

PERÍMETRO: 75,43 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 36

ÁREA TOTAL: 450,47 m²

PERÍMETRO: 89,56 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 37A

ÁREA TOTAL: 163,59 m²

PERÍMETRO: 52,12 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE 37B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Leandro Araujo Do Nascimento, Filho(a) de Tatiane Araujo Oliveira e Ney Claudio Do Nascimento, portador(a) do RG de nº 30211999, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 063.110.931-54, Empresário, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Mazarmo De Siqueira, Quadra 15, Lote 37B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 539,10 m²

PERÍMETRO: 121,47 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE Pronto Atendimento Dr. Marzavão de Siqueira

ÁREA TOTAL: 8.406,84 m²

PERÍMETRO: 372,88 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 15 LOTE Vigilância Sanitária

ÁREA TOTAL: 2.004,15 m²

PERÍMETRO: 180,17 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 533,77 m²

PERÍMETRO: 106,79 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 456,10 m²

PERÍMETRO: 98,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ademar Braatz, Filho(a) de Ioni Braatz, portador(a) do RG de nº 24084050, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 884.225.850-49, Autônomo, Casado(a), convivente em Separação De Bens, com Joice Do Nascimento Braatz, Servidora Pública, portador(a) do RG de nº 08716021, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 571.748.651-00, residente e domiciliado na Rua 13 De Agosto, Quadra 16, Lote 3, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 578,35 m²

PERÍMETRO: 104,92 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 425,75 m²

PERÍMETRO: 95,90 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 415,35 m²

PERÍMETRO: 95,24 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 1.441,30 m²

PERÍMETRO: 152,02 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 803,90 m²

PERÍMETRO: 120,17 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 565,80 m²

PERÍMETRO: 109,85 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 690,20 m²

PERÍMETRO: 108,64 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 344,10 m²

PERÍMETRO: 82,95 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 277,60 m²
PERÍMETRO: 77,95 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 12
ÁREA TOTAL: 1.513,95 m²
PERÍMETRO: 172,56 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 13
ÁREA TOTAL: 451,85 m²
PERÍMETRO: 123,67 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 14
ÁREA TOTAL: 849,70 m²
PERÍMETRO: 165,55 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 15
ÁREA TOTAL: 916,55 m²
PERÍMETRO: 150,78 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 16
ÁREA TOTAL: 875,10 m²
PERÍMETRO: 147,44 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 17
ÁREA TOTAL: 680,00 m²
PERÍMETRO: 138,66 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 18
ÁREA TOTAL: 232,10 m²
PERÍMETRO: 64,26 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE 19
ÁREA TOTAL: 3.064,50 m²
PERÍMETRO: 234,47 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 16 LOTE Parque
ÁREA TOTAL: 87.330,23 m²
PERÍMETRO: 1.342,75 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 01
ÁREA TOTAL: 2.107,72 m²
PERÍMETRO: 187,69 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 02
ÁREA TOTAL: 1.268,95 m²
PERÍMETRO: 154,35 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 03
ÁREA TOTAL: 506,77 m²
PERÍMETRO: 89,62 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 04
ÁREA TOTAL: 1.828,08 m²
PERÍMETRO: 194,78 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 05
ÁREA TOTAL: 382,79 m²
PERÍMETRO: 79,22 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 06
ÁREA TOTAL: 344,50 m²
PERÍMETRO: 75,03 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 336,98 m²
PERÍMETRO: 74,35 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 17 LOTE Equipamento Público
ÁREA TOTAL: 355,87 m²
PERÍMETRO: 77,74 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 01
ÁREA TOTAL: 387,74 m²
PERÍMETRO: 94,14 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 02
ÁREA TOTAL: 739,77 m²
PERÍMETRO: 115,86 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 03
ÁREA TOTAL: 450,71 m²
PERÍMETRO: 108,48 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 04
ÁREA TOTAL: 531,82 m²
PERÍMETRO: 111,56 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 05
ÁREA TOTAL: 580,19 m²
PERÍMETRO: 112,37 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 06
ÁREA TOTAL: 861,78 m²
PERÍMETRO: 124,47 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 07
ÁREA TOTAL: 840,15 m²
PERÍMETRO: 129,49 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 08
ÁREA TOTAL: 769,04 m²
PERÍMETRO: 129,32 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 09
ÁREA TOTAL: 458,57 m²
PERÍMETRO: 92,57 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 10
ÁREA TOTAL: 386,03 m²
PERÍMETRO: 85,52 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 11
ÁREA TOTAL: 365,60 m²
PERÍMETRO: 82,85 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 12
ÁREA TOTAL: 315,13 m²
PERÍMETRO: 79,09 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 13
ÁREA TOTAL: 721,16 m²
PERÍMETRO: 111,45 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 14
ÁREA TOTAL: 954,02 m²
PERÍMETRO: 127,43 m
INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 579,77 m²

PERÍMETRO: 108,08 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 556,50 m²

PERÍMETRO: 107,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Antonia Leite Do Nascimento, Filho(a) de Ayla Santana Da Silva e

Antonio Leite Da Silva, portador(a) do RG de nº 22251707, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 535.244.461-91, Aposentada, Casado(a), convivente em Comunhão De Bens, com Acelino Inácio Do Nascimento, Aposentada, portador(a) do RG de nº 33291322, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 106.765.201-97, residente e domiciliado na Rua São João Batista, Quadra 18, Lote 17, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 656,34 m²

PERÍMETRO: 110,96 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 18 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 576,83 m²

PERÍMETRO: 104,73 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 19 LOTE Praça

ÁREA TOTAL: 2.166,04 m²

PERÍMETRO: 186,14 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 01-02

ÁREA TOTAL: 623,30 m²

PERÍMETRO: 112,97 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 169,61 m²

PERÍMETRO: 52,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 280,55 m²

PERÍMETRO: 89,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 522,99 m²

PERÍMETRO: 101,72 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 1.284,18 m²

PERÍMETRO: 170,54 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 918,06 m²

PERÍMETRO: 158,26 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 369,88 m²

PERÍMETRO: 95,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 428,23 m²

PERÍMETRO: 98,34 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 348,61 m²

PERÍMETRO: 93,30 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 11

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ênica Maria Rondon Da Silva, Filho(a) de Maria Rondon Da Silva e Enio

Agripino Da Silva, portador(a) do RG de nº 17889324, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 030.380.401-77, Do Lar, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua São João Batista, Quadra 20, Lote 11, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 271,54 m²

PERÍMETRO: 69,44 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 255,58 m²

PERÍMETRO: 70,99 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 651,86 m²

PERÍMETRO: 112,16 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 4.615,14 m²

PERÍMETRO: 296,39 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 3.226,38 m²

PERÍMETRO: 281,90 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 699,53 m²

PERÍMETRO: 142,84 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 911,29 m²

PERÍMETRO: 162,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 512,00 m²

PERÍMETRO: 100,14 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 19

ÁREA TOTAL: 386,72 m²

PERÍMETRO: 85,07 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 206,79 m²

PERÍMETRO: 63,33 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 21

ÁREA TOTAL: 309,91 m²

PERÍMETRO: 73,70 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 22

ÁREA TOTAL: 359,33 m²

PERÍMETRO: 83,25 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 23

ÁREA TOTAL: 475,17 m²

PERÍMETRO: 102,09 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 24

ÁREA TOTAL: 976,64 m²

PERÍMETRO: 137,14 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 25

ÁREA TOTAL: 631,52 m²

PERÍMETRO: 114,16 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 26

ÁREA TOTAL: 175,65 m²

PERÍMETRO: 54,16 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 27

ÁREA TOTAL: 510,94 m²

PERÍMETRO: 111,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 28

ÁREA TOTAL: 545,56 m²

PERÍMETRO: 99,57 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 29

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Cristiane De Souza Padilha, Filho(a) de Zenaide Souza Alves e Marcolino Pereira Padilha, portador(a) do RG de nº 05242070, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 495.853.391-53, Autônoma, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 20, Lote 29, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 429,86 m²

PERÍMETRO: 91,02 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 30

ÁREA TOTAL: 421,33 m²

PERÍMETRO: 90,52 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 31

ÁREA TOTAL: 449,78 m²

PERÍMETRO: 89,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 32

ÁREA TOTAL: 491,32 m²

PERÍMETRO: 94,61 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 33

ÁREA TOTAL: 1.156,54 m²

PERÍMETRO: 165,06 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 34

ÁREA TOTAL: 765,58 m²

PERÍMETRO: 152,58 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 35

ÁREA TOTAL: 835,82 m²

PERÍMETRO: 155,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 36

ÁREA TOTAL: 672,81 m²

PERÍMETRO: 150,77 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 37

ÁREA TOTAL: 772,62 m²

PERÍMETRO: 152,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 38

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Márcia Araujo Gomes, Filho(a) de Maria Noemia de Souza e João Araujo Gomes, portador(a) do RG de nº 08438129, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 567.345.221-72, Professora, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Acelino Rodrigues De Morais, Mecânico, portador(a) do RG de nº 773037, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 502.535.571-00, residente e domiciliado na Rua 13 De Maio, Quadra 20, Lote 38, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 778,03 m²

PERÍMETRO: 123,62 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 39

ÁREA TOTAL: 631,18 m²

PERÍMETRO: 119,67 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE 40

ÁREA TOTAL: 309,07 m²

PERÍMETRO: 77,59 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 20 LOTE Escola Municipal

ÁREA TOTAL: 393,58 m²

PERÍMETRO: 82,28 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Andriele Cristina Da Silva Martins De Jesus, Filho(a) de Rosineth Oliveira Da Silva e Adilson Rodrigues Martins, portador(a) do RG de nº 26002078, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 042.588.841-03, Operadora De Produção, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Valdiney Santos De Jesus, Autônomo, portador(a) do RG de nº 19545118, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 021.855.561-00, residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 21, Lote 1, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 259,99 m²

PERÍMETRO: 66,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 194,99 m²

PERÍMETRO: 56,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 298,04 m²

PERÍMETRO: 71,91 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Andriele Cristina Da Silva Martins De Jesus, Filho(a) de Rosineth Oliveira Da Silva e Adilson Rodrigues Martins, portador(a) do RG de nº 26002078, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 042.588.841-03, Operadora De Produção, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Valdiney Santos De Jesus, Auxiliar De Produção, portador(a) do RG de nº 19545118, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 021.885.561-00, residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 21, Lote 4, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 566,82 m²

PERÍMETRO: 133,41 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 665,91 m²

PERÍMETRO: 135,05 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 650,34 m²

PERÍMETRO: 132,46 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 1.100,63 m²

PERÍMETRO: 146,93 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 1.184,59 m²

PERÍMETRO: 147,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 683,93 m²

PERÍMETRO: 126,83 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 1.089,00 m²

PERÍMETRO: 145,02 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 2.230,56 m²

PERÍMETRO: 209,68 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 374,92 m²

PERÍMETRO: 83,70 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 283,21 m²

PERÍMETRO: 71,04 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 14 ÁREA TOTAL: 562,47 m²

PERÍMETRO: 111,41 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 136,32 m²

PERÍMETRO: 66,25 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 242,25 m²

PERÍMETRO: 73,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Rosicler Da Silva Moraes, Filho(a) de Valdirene Simões Da Silva e Agenor Santana De Faria, portador(a) do RG de nº 23228644, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 050.832.441-60, Do Lar, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Adair Moraes Da Silva, Auxiliar De Produção, portador(a) do RG de nº 20622244, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 028.151.131-47, residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 21, Lote 17, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 374,86 m²

PERÍMETRO: 101,31 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 598,74 m²

PERÍMETRO: 117,14 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: José Francisco Pereira, Filho(a) de Domingas Francisca Do Espírito Santo e Jovino Manoel Pereira, portador(a) do RG de nº 429440, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 486.886.141-72, Aposentado, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 21, Lote 19, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 766,45 m²

PERÍMETRO: 130,47 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 716,68 m²

PERÍMETRO: 131,25 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 21

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: José Pereira De Macedo, Filho(a) de Catarina da Sena Rondo e Justino Pereira de Macedo, portador(a) do RG de nº 583526, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 899.593.101-91, Pedreiro, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 21, Lote 21, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 1.157,68 m²

PERÍMETRO: 151,59 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 22

ÁREA TOTAL: 987,00 m²

PERÍMETRO: 151,53 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 23

ÁREA TOTAL: 700,78 m²

PERÍMETRO: 145,76 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 24

ÁREA TOTAL: 287,48 m²

PERÍMETRO: 73,54 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 25

ÁREA TOTAL: 208,43 m²

PERÍMETRO: 60,90 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 26

ÁREA TOTAL: 341,52 m²

PERÍMETRO: 74,25 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 27

ÁREA TOTAL: 260,36 m²

PERÍMETRO: 77,16 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 28

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Elio Dalsolio Paier, Filho(a) de Elvira Dalsolio e Leonardo Paier, portador(a) do RG de nº 75984677, SESP/PR, inscrito(a) sob o CPF de nº 706.837.009-87, Vaqueiro, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua 13 De Maio, Quadra 21, Lote 28, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 303,43 m²

PERÍMETRO: 80,93 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 29

ÁREA TOTAL: 627,12 m²

PERÍMETRO: 102,86 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 30

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Mária Rosália Da Silva, Filho(a) de Maximiana Rita Da Silva, portador(a) do RG de nº 17659345, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 016.371.801-60, Aposentada, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua 13 De Maio, Quadra 21, Lote 30, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 419,60 m²

PERÍMETRO: 89,74 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 31

ÁREA TOTAL: 244,46 m²

PERÍMETRO: 77,86 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 32

ÁREA TOTAL: 428,74 m²

PERÍMETRO: 89,13 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 33

ÁREA TOTAL: 295,40 m²

PERÍMETRO: 79,40 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 34

ÁREA TOTAL: 849,82 m²

PERÍMETRO: 121,26 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 35

ÁREA TOTAL: 688,85 m²

PERÍMETRO: 109,05 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 36

ÁREA TOTAL: 423,86 m²

PERÍMETRO: 86,13 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 21 LOTE 37

ÁREA TOTAL: 397,39 m²

PERÍMETRO: 79,97 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Manoel Messias Rodrigues Silva, Filho(a) de Elvina Catarina Da Silva e Luiz Rodrigues De Sousa, portador(a) do RG de nº 09884289, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 006.828.231-12, Operador De Máquinas, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua 13 De Maio, Quadra 22, Lote 1, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 2.738,91 m²

PERÍMETRO: 219,06 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 1.387,42 m²

PERÍMETRO: 179,87 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Auro Vieira De Matos, Filho(a) de Maria Benedita De Matos e José Vieira De Matos, portador(a) do RG de nº 680098, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 459.985.231-72, Pensionista, Viúvo(a), residente e domiciliado na Rua 13 De Maio, Quadra 22, Lote 3, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 981,66 m²

PERÍMETRO: 151,75 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 1.704,99 m²

PERÍMETRO: 180,39 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 180,05 m²

PERÍMETRO: 54,15 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 246,74 m²

PERÍMETRO: 63,88 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 447,54 m²

PERÍMETRO: 89,72 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 458,80 m²

PERÍMETRO: 90,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Nilzete Conceição Da Silva Cardoso, Filho(a) de Tereza Conceição da

Silva, portador(a) do RG de nº 06641938, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 458.291.791-72, Do Lar, Divorciado(a), residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 22, Lote 9, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 382,06 m²

PERÍMETRO: 85,11 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sidelis De Oliveira Pinto, Filho(a) de Anita Santiago Pinto e Narciso Oliveira Pinto, portador(a) do RG de nº 17613450, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 009.040.861-60, Diarista, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 22, Lote 10, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 149,03 m²

PERÍMETRO: 53,39 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 227,77 m²

PERÍMETRO: 61,27 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 242,20 m²

PERÍMETRO: 62,60 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 348,99 m²

PERÍMETRO: 89,80 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 636,39 m²

PERÍMETRO: 105,81 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 442,80 m²

PERÍMETRO: 93,74 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 16A

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gino Ribeiro De Oliveira, Filho(a) de Izabel Ribeiro De Oliveira e Trajano Ambrózio De Oliveira, portador(a) do RG de nº 04669991, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 809.814.531-04, Garimpeiro, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 22, Lote 16A, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 965,16 m²

PERÍMETRO: 139,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 16B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Sebastiana De Almeida Lara, Filho(a) de Catarina de Almeida Lara, portador(a) do RG de nº 332028, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 502.568.581-87, Do Lar, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 22, Lote 16B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 908,12 m²

PERÍMETRO: 130,28 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 655,12 m²

PERÍMETRO: 118,30 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 512,31 m²

PERÍMETRO: 93,06 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 19

ÁREA TOTAL: 272,92 m²

PERÍMETRO: 69,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 335,47 m²

PERÍMETRO: 74,93 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 22 LOTE 21

ÁREA TOTAL: 411,38 m²

PERÍMETRO: 82,73 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 387,51 m²

PERÍMETRO: 79,12 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 1.106,45 m²

PERÍMETRO: 140,94 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Antonia Osmarina Da Costa, Filho(a) de Celina Martinha Da Costa e Quintino Da Costa, portador(a) do RG de nº 05030757, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 346.755.071-15, Pensionista, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 23, Lote 3, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 460,13 m²

PERÍMETRO: 108,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 495,57 m²

PERÍMETRO: 108,71 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 567,86 m²

PERÍMETRO: 106,42 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 477,25 m²

PERÍMETRO: 93,66 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 689,60 m²

PERÍMETRO: 105,75 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 2.795,78 m²

PERÍMETRO: 212,42 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 418,40 m²

PERÍMETRO: 92,08 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 10A

ÁREA TOTAL: 508,85 m²

PERÍMETRO: 101,11 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 10B ÁREA TOTAL: 236,27 m²

PERÍMETRO: 64,66 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 10C

ÁREA TOTAL: 491,30 m²

PERÍMETRO: 114,67 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 319,93 m²

PERÍMETRO: 86,46 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 318,84 m²

PERÍMETRO: 84,97 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 13A

ÁREA TOTAL: 416,35 m²

PERÍMETRO: 92,43 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 13B

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ademar Braatz, Filho(a) de Ioni Braatz, portador(a) do RG de nº 24084050, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 884.225.850-49, Autônomo, Casado(a), convivente em Separação De Bens, com Joice Do Nascimento Braatz, Servidora Pública, portador(a) do RG de nº 08716021, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 571.748.651-00, residente e domiciliado na Rua 13 De Maio, Quadra 23, Lote 13B, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 434,04 m²

PERÍMETRO: 92,59 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Greiciane Oliveira De Jesus Santos, Filho(a) de Zerenice Oliveira de Jesus e Varderlei de Jesus, portador(a) do RG de nº 21855501, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 036.314.641-50, Técnica Administrativa Educacional, Divorciado(a),

residente e domiciliado na Rua 13 De Maio, Quadra 23, Lote 14, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 329,58 m²

PERÍMETRO: 84,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 476,29 m²

PERÍMETRO: 92,49 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 340,95 m²

PERÍMETRO: 74,12 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 23 LOTE 17

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Jorge Candido Da Silva, Filho(a) de Merandolina De Miranda Silva e

Antonio Candido Da Silva, portador(a) do RG de nº 10163530, SJ/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº

651.931.801-91, Autônomo, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 23, Lote 17, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 312,60 m²

PERÍMETRO: 71,07 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 01

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Alice Rosa De Araújo, Filho(a) de Regina Rosa Gonçalves e Antonio Raimundo Gonçalves, portador(a) do RG de nº 03394484, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 011.494.801-14, Aposentado, Viúvo(a), residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 24, Lote 1, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 326,13 m²

PERÍMETRO: 74,25 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 1.125,91 m²

PERÍMETRO: 140,22 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Manoel Frederico De Almeida, Filho(a) de Benedita Lourença De Almeida e Aristides Pedrozo De Almeida, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.074.361-87, Pensionista, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 24, Lote 3, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 693,23 m²

PERÍMETRO: 110,94 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Manoel Frederico De Almeida, Filho(a) de Benedita Lourença De

Almeida e Aristides Pedrozo De Almeida, inscrito(a) sob o CPF de nº 503.074.361-87, Pensionista, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 24, Lote 4, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 393,76 m²

PERÍMETRO: 98,02 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 217,55 m²

PERÍMETRO: 72,98 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 452,80 m²

PERÍMETRO: 102,81 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 277,25 m²

PERÍMETRO: 71,33 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 204,39 m²

PERÍMETRO: 59,43 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 315,27 m²

PERÍMETRO: 78,36 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 339,67 m²

PERÍMETRO: 77,06 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 295,60 m²

PERÍMETRO: 71,37 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 494,05 m²

PERÍMETRO: 90,03 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 1.055,41 m²

PERÍMETRO: 152,06 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 573,27 m²

PERÍMETRO: 97,32 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 450,89 m²

PERÍMETRO: 90,08 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 16

ÁREA TOTAL: 452,62 m²

PERÍMETRO: 91,20 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 306,76 m²

PERÍMETRO: 82,04 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 24 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Aniele Carolina Oliveira Da Silva, Filho(a) de Rosineth Oliveira Da Silva e Adonias Padilha Da Silva, portador(a) do RG de nº 26002604, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 063.023.051-01, Departamento De Recursos Humanos, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 24, Lote 18, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 185,22 m²

PERÍMETRO: 73,79 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 519,40 m²

PERÍMETRO: 110,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 397,30 m²

PERÍMETRO: 81,96 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 349,30 m²

PERÍMETRO: 79,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 354,32 m²

PERÍMETRO: 80,23 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 344,07 m²

PERÍMETRO: 84,34 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 1.061,91 m²

PERÍMETRO: 164,12 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 07

ÁREA TOTAL: 3.623,97 m²

PERÍMETRO: 254,29 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 606,81 m²

PERÍMETRO: 106,69 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 290,28 m²

PERÍMETRO: 68,31 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 320,47 m²

PERÍMETRO: 71,82 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 25 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 371,47 m²

PERÍMETRO: 76,81 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 231,67 m²

PERÍMETRO: 61,64 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 338,94 m²

PERÍMETRO: 83,58 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 03

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Emerson Farias Da Silva, Filho(a) de Tereza Farias e Idelfonso Ferreira

Da Silva, portador(a) do RG de nº 15630552, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 014.980.911-56,

Almoxarife, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Vilcléia Da Silva Farias,

Almoxarife, portador(a) do RG de nº 19725434, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 024.858.62117, residente e domiciliado na Rua Raposo Tavares, Quadra 26, Lote 3, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 451,22 m²

PERÍMETRO: 91,09 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 1.355,45 m²

PERÍMETRO: 150,29 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 525,13 m²

PERÍMETRO: 106,03 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Leonice Sabina Regis Ferreira, Filho(a) de Davina Sabina Regis e João

Ferreira Regis, portador(a) do RG de nº 17889456, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 035.207.001-31, Do Lar, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Ireno Ferreira Dos Santos, Pedreiro, portador(a) do RG de nº 08448949, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 943.104.401-34, residente e domiciliado na Rua Raposo Tavares, Quadra 26, Lote 6, Loteamento Bela Vista, no Município de

Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 410,07 m²

PERÍMETRO: 99,02 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Carlos Ferreira, Filho(a) de Maria Catarina Ferreira, portador(a) do RG de nº 08448965, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 807.345.101-87, Autônomo, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Raposo Tavares, Quadra 26, Lote 7, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 425,12 m²

PERÍMETRO: 98,46 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 300,45 m²

PERÍMETRO: 90,91 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 09

ÁREA TOTAL: 474,96 m²

PERÍMETRO: 99,28 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 10

ÁREA TOTAL: 429,24 m²

PERÍMETRO: 95,30 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 431,25 m²

PERÍMETRO: 94,45 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Mário Pinto Sobrinho, Filho(a) de Clarice Souza Pinto e Tomé Adelino

Pinto, portador(a) do RG de nº 01421115, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 205.408.841-20,

Aposentado, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Zilda Maria De Souza Sobrinho, Beneficiária de Programa Social, portador(a) do RG de nº 679950, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 031.361.331-10, residente e domiciliado na Rua Raposo Tavares, Quadra 26, Lote 12, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 415,34 m²

PERÍMETRO: 92,92 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 13

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Zilmara De Souza Silva, Filho(a) de Zilda Maria de Souza Sobrinho e

Mário Pinto Sobrinho, portador(a) do RG de nº 18327800, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 021.494.731-94, Técnica De Desenvolvimento Infantil, Casado(a), convivente em Comunhão

Parcial De Bens, com Fagner Conceição Da Silva, Desempregado, portador(a) do RG de nº 12064300, SEJSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 966.884.751-20, residente e domiciliado na Rua Raposo Tavares, Quadra 26, Lote 13, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 421,08 m²

PERÍMETRO: 92,95 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 14

ÁREA TOTAL: 488,55 m²

PERÍMETRO: 96,72 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 15

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Wandelice Maria De Souza, Filho(a) de Catarina Maria de Souza e

Audino José de Souza, portador(a) do RG de nº 623255, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 411.936.871-87, Do Lar, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 26, Lote 15, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 899,75 m²

PERÍMETRO: 122,72 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Ermínia Almeida De Souza, Filho(a) de Benedita Pereira de Almeida e Aristides Pedroso de Almeida, portador(a) do RG de nº 06800343, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 003.532.411-21, Do Lar, Viúvo(a), residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 26, Lote 16, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 414,73 m²

PERÍMETRO: 97,66 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 470,07 m²

PERÍMETRO: 102,24 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 18

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Wanderson José De Souza, Filho(a) de Wandelice Maria De Souza, portador(a) do RG de nº 21644063, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 039.536.081-18, Fiscal Tributário, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Adilaine Aparecida Lima Da Silva Souza, Técnica Administrativa da Educação, portador(a) do RG de nº 24034215, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 039.534.991-57, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 26, Lote 18, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 9.244,56 m²

PERÍMETRO: 474,29 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 26 LOTE 19

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Gildesio Sales De Souza, Filho(a) de Maria Sales De Souza e João Sales De Brito, portador(a) do RG de nº 291970, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 206.764.411-49, Aposentado, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Santa Rita, Quadra 26, Lote 19, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 1.598,72 m²

PERÍMETRO: 160,77 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 01A

ÁREA TOTAL: 3.653,78 m²

PERÍMETRO: 267,92 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 01B

ÁREA TOTAL: 628,16 m²

PERÍMETRO: 122,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 01C

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edgar Pereira De Souza, Filho(a) de Tereza Oliveira De Souza e Alberto

Rodrigues De Souza, portador(a) do RG de nº 02866919, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 106.758.761-68, Aposentado, Solteiro(a), residente e domiciliado na Travessa 09, Quadra 27, Lote 1C, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 1.286,29 m²

PERÍMETRO: 141,35 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 565,43 m²

PERÍMETRO: 100,48 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 251,22 m²

PERÍMETRO: 78,54 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 04

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Tainã Mendes De Arruda, Filho(a) de Maria Lina de Arruda e Joaquim

Ferreira Mendes, portador(a) do RG de nº 24136727, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 045.337.181-75, Operadora De Máquinas, Divorciado(a), residente e domiciliado na Travessa 09, Quadra 27, Lote 4, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 978,69 m²

PERÍMETRO: 130,23 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 1.240,84 m²

PERÍMETRO: 159,10 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 06

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Vanderley Silva De Oliveira, Filho(a) de Almerinda Batista De Oliveira Silva e Vergílio Benedito Da Silva, portador(a) do RG de nº 15457117, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 003.648.561-65, Mecânico Industrial, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Viviane Santos De Oliveira, Auxiliar De Produção, portador(a) do RG de nº 22028803, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 044.269.761-97, residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 27, Lote 6, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 396,90 m²

PERÍMETRO: 80,42 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 07

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Joaquim Ferreira Mendes, Filho(a) de Maria Ferreira Mendes e Silvino

Ferreira Da Silva, portador(a) do RG de nº 16478479, SJSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 650.314.821-68, Aposentado, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Maria Lina De Arruda Ferreira, Aposentada, portador(a) do RG de nº 07875061, SEJUSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 787.056.061-87, residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 27, Lote 7, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-E

ÁREA TOTAL: 1.390,06 m²

PERÍMETRO: 183,85 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 08

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Joaquim Ferreira Mendes, Filho(a) de Maria Ferreira Mendes e Silvino

Ferreira da Silva, portador(a) do RG de nº 16478479, SJSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº

650.314.821-68, Aposentado, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Maria Lina De Arruda Ferreira, Aposentada, portador(a) do RG de nº 07875061, SEJSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 787.056.061-87, residente e domiciliado na Rua Treze De Junho, Quadra 27, Lote 8, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 563,62 m²

PERÍMETRO: 116,62 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Francielli Da Silva Mendes, Filho(a) de Suelene Oliveira da Silva e Samuel Flávio da Silva, portador(a) do RG de nº 22171584, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 050.725.551-86, Agente Comunitário De Saúde, Casado(a), convivente em Comunhão Parcial De Bens, com Marciel Mendes De Arruda, Pedreiro, portador(a) do RG de nº 24206652, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 031.524.471-24, residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 27, Lote 9, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 498,62 m²

PERÍMETRO: 98,68 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Domingos Soares De Oliveira, Filho(a) de Calistra Miranda De Oliveira e Benedito Soares De Oliveira, portador(a) do RG de nº 664429, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 017.866.051-55, Aposentado, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 27, Lote 10, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 308,38 m²

PERÍMETRO: 87,32 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 243,07 m²

PERÍMETRO: 63,39 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 12

ÁREA TOTAL: 329,01 m²

PERÍMETRO: 83,04 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 403,85 m²

PERÍMETRO: 83,04 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 14

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Nildes Rodrigues De Oliveira, Filho(a) de Leniri Rodrigues De Almeida e Domingos Soares De Oliveira, portador(a) do RG de nº 14508702, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 894.041.651-15, Serviços Gerais, Solteiro(a), residente e domiciliado na Travessa 05, Quadra 27, Lote 14, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S ÁREA TOTAL: 299,65 m²

PERÍMETRO: 74,00 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 15

ÁREA TOTAL: 529,24 m²

PERÍMETRO: 93,38 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 16

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Umbelina Thimótea Dos Santos, Filho(a) de Angela Francisca de

Arruda e Fortunato José de Arruda, portador(a) do RG de nº 08542147, SSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 298.991.501-00, Aposentada, Viúvo(a), residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 27, Lote 16, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 1.721,87 m²

PERÍMETRO: 202,37 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 17

ÁREA TOTAL: 299,35 m²

PERÍMETRO: 89,28 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 18

ÁREA TOTAL: 468,91 m²

PERÍMETRO: 111,22 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 19

ÁREA TOTAL: 509,41 m²

PERÍMETRO: 92,84 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE 20

ÁREA TOTAL: 424,58 m²

PERÍMETRO: 82,53 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE Escola Eufrasio do Nascimento

ÁREA TOTAL: 1.300,93 m²

PERÍMETRO: 147,97 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 27 LOTE Reservatório de Água Municipal

ÁREA TOTAL: 334,27 m²

PERÍMETRO: 73,24 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 1.959,19 m²

PERÍMETRO: 181,01 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 645,78 m²

PERÍMETRO: 110,58 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 597,72 m²

PERÍMETRO: 107,08 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 550,18 m²

PERÍMETRO: 103,56 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 05

ÁREA TOTAL: 668,69 m²

PERÍMETRO: 109,12 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 06

ÁREA TOTAL: 559,07 m²

PERÍMETRO: 102,68 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 07 QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Noranice Da Silva Morais, Filho(a) de Lina Boabaid de Morais e Jonas de Campos Morais, portador(a) do RG de nº 17860555, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 326.318.041-04, Do Lar, Viúvo(a), residente e domiciliado na Rua Presidente Médici, Quadra 28, Lote 7, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 532,87 m²

PERÍMETRO: 101,75 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 08

ÁREA TOTAL: 1.299,10 m²

PERÍMETRO: 170,49 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 09

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Meuriane Neves Da Silva, Filho(a) de Maria Helena Neves de Oliveira e Gerson Bento da Silva, portador(a) do RG de nº 22132392, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº

041.975.661-23, Vendedora, Solteiro(a), residente e domiciliado na Travessa 07, Quadra 28, Lote 9, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 1.599,16 m²

PERÍMETRO: 191,44 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 10

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Edivania Sabina Régis, Filho(a) de Lenir Sabina Régis, portador(a) do RG de nº 24940593, SJSP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 045.335.331-24, Do Lar, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua S/d, Quadra 28, Lote 10, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 613,82 m²

PERÍMETRO: 113,95 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 11

ÁREA TOTAL: 743,15 m²

PERÍMETRO: 121,48 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 12

QUALIFICAÇÃO OCUPANTE: Mario Marcio Neves Dos Santos, Filho(a) de Angelina Ferreira dos

Santos e Antenor Dias das Neves, portador(a) do RG de nº 08112800, SESP/MT, inscrito(a) sob o CPF de nº 654.637.811-68, Gari, Solteiro(a), residente e domiciliado na Rua S/d, Quadra 28, Lote 12, Loteamento Bela Vista, no Município de Alto Paraguai.

MODALIDADE: REURB-S

ÁREA TOTAL: 586,53 m²

PERÍMETRO: 116,50 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 13

ÁREA TOTAL: 700,24 m²

PERÍMETRO: 123,66 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 14A

ÁREA TOTAL: 864,35 m²

PERÍMETRO: 118,84 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 28 LOTE 14B

ÁREA TOTAL: 327,13 m²

PERÍMETRO: 73,34 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 29 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 1.317,11 m²

PERÍMETRO: 149,63 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 29 LOTE 02

ÁREA TOTAL: 1.374,65 m²

PERÍMETRO: 153,46 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 29 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 1.621,63 m²

PERÍMETRO: 170,89 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 29 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 1.036,87 m²

PERÍMETRO: 129,73 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 30 LOTE 01

ÁREA TOTAL: 2.361,94 m²

PERÍMETRO: 197,11 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 30 LOTE 02A

ÁREA TOTAL: 1.903,41 m²

PERÍMETRO: 177,74 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 30 LOTE 02B

ÁREA TOTAL: 1.116,69 m²

PERÍMETRO: 141,33 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 30 LOTE 03

ÁREA TOTAL: 901,04 m²

PERÍMETRO: 128,31 m

INDICAÇÃO NUMÉRICA: QUADRA 30 LOTE 04

ÁREA TOTAL: 2.634,42 m²

PERÍMETRO: 214,05 m

A descrição do perímetro e as confrontações das unidades imobiliárias acima, estão inclusos no projeto de regularização fundiária anexo à esta Certidão de Regularização Fundiária.

**XI – LISTAGEM DOS OCUPANTES E MODALIDADE INDIVIDUAL:**

| Quadra | Lote | Nome do Beneficiário | CPF do Beneficiário | Modalidade |
|---|---|---|---|---|
| 2 | 8 | Deuzenito Mendes De Arruda | 006.812.781-29 | REURB-S |
| 2 | 13 | Maria Da Silva Vieira Silva | 010.463.181-36 | REURB-S |
| 2 | 15 | Maysa Fernandes Da Costa | 045.320.161-00 | REURB-S |
| 2 | 16 | Maria Aparecida Dias | 047.080.501-35 | REURB-S |
| 2 | 19 | Manuel Barbosa Da Silva Filho | 206.632.931-20 | REURB-S |
| 2 | 27 | Gaspar José Luiz | 483.731.171-72 | REURB-S |
| 2 | 28 | Irineu Braatz | 274.737.080-15 | REURB-S |
| 2 | 29 | Valcimina De Souza Assunção Oliveira | 932.569.301-15 | REURB-E |
| 2 | 6A | Sebastião Fernandes Pereira | 835.553.901-04 | REURB-E |
| 2 | 6B | Maria Aparecida Fernandes Pereira | 028.326.211-71 | REURB-S |
| 2 | 14A | Silvio João De Deus | 967.888.951-04 | REURB-S |
| 2 | 14B | Firmo Oliveira Neto | 107.507.201-82 | REURB-S |
| 3 | 5 | Roney Alves Da Costa | 992.257.601-59 | REURB-S |
| 3 | 6 | Ronaldo De Araújo Junior | 956.139.001-91 | REURB-S |
| 3 | 9 | Katiúscia Borges Da Silva Barros | 020.973.411-60 | REURB-S |
| 3 | 10 | Marilza Pereira Borges Rangel | 277.417.531-34 | REURB-E |
| 3 | 11 | José Alonso Da Silva | 474.268.371-49 | REURB-S |
| 3 | 20 | Elizabeth Regis De Arruda | 535.239.461-15 | REURB-S |
| 3 | 17A | Irã Auxiliadora Vasconcelos Manrique | 495.586.251-91 | REURB-S |
| 3 | 17B | Carlos Alberto Dos Santos | 326.385.071-72 | REURB-S |
| 4 | 3 | Vitorio José Manzano | 206.598.901-78 | REURB-S |
| 4 | 7 | Pedro Inocencio De Aquino | 190.635.802-82 | REURB-S |
| 4 | 8 | Ana Cláudia Ferreira Campos | 026.922.911-66 | REURB-E |
| 4 | 9 | João Batista De Sousa Ferreira | 535.233.421-04 | REURB-S |
| 4 | 16 | Valdete Alves De Lima | 877.150.311-00 | REURB-E |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 4 | 21 | Claudia Irene Alves De Lima | 593.827.591-15 | REURB-S |
| 4 | 25 | Deuzenito Mendes De Arruda | 006.812.781-29 | REURB-E |
| 4 | 27 | Quenilly Rodrigues Da Silva Mafra | 060.430.601-67 | REURB-S |
| 4 | 5A | Donata Benedita De Souza Silva | 412.116.771-68 | REURB-S |
| 4 | 12A | Paulo Eduardo Candido Da Silva | 005.145.641-99 | REURB-E |
| 4 | 12B | Marilza Pereira Borges Rangel | 277.417.531-34 | REURB-S |
| 4 | 19A | Vital Francisco Lima | 010.908.428-48 | REURB-S |
| 4 | 19B | Vital Francisco Lima | 010.908.428-48 | REURB-E |
| 5 | 1 | Rosa Mioto Silva | 945.396.181-72 | REURB-S |
| 5 | 2 | João Gualberto Santana Rocha | 320.446.581-00 | REURB-E |
| 5 | 3 | João Gualberto Santana Rocha | 320.446.581-00 | REURB-E |
| 5 | 5 | Andressa Carolina Manzano | 015.047.771-66 | REURB-S |
| 5 | 6 | Helena Felismina Correa | 309.618.071-72 | REURB-S |
| 5 | 8 | Gilberto Da Silva Chagas | 915.479.891-49 | REURB-E |
| 5 | 9 | José Adeilson Alves Guimarães | 890.633.501-63 | REURB-S |
| 5 | 11 | Omoacy Borges | 205.408.921-49 | REURB-E |
| 5 | 14 | Lúcio Régis De Arruda | 103.100.961-20 | REURB-S |
| 5 | 15 | Eda Dias Dos Santos | 206.702.571-68 | REURB-S |
| 5 | 18 | Lázaro Borges Viana Filho | 458.284.741-20 | REURB-E |
| 5 | 19 | Lázaro Borges Viana Filho | 458.284.741-20 | REURB-S |
| 5 | 7A | Maria Gregória Da Silva Chagas | 911.464.291-34 | REURB-E |
| 5 | 7B | Maria Gregória Da Silva Chagas | 911.464.291-34 | REURB-E |
| 6 | 2 | Bernadino De Almeida E Silva | 241.432.861-49 | REURB-S |
| 6 | 3 | Maria José Dias Dos Santos | 411.895.661-68 | REURB-S |
| 6 | 4 | Eda Dias Dos Santos | 206.702.571-68 | REURB-E |
| 6 | 5 | Maria Aparecida De Almeida Oliveira | 411.846.701-10 | REURB-S |
| 6 | 11 | Tereza Macedo | 841.542.841-34 | REURB-S |
| 6 | 13 | Deuzelina Gonçalves De Lima | 503.053.951-49 | REURB-S |
| 6 | 14 | Deuzelina Gonçalves De Lima | 503.053.951-49 | REURB-E |
| 10 | 4 | Ivail Carlos Da Silva | 384.609.981-34 | REURB-S |
| 10 | 7 | Vanderley Silva De Oliveira | 003.648.561-65 | REURB-E |
| 10 | 9 | Clarice Santos De Arruda | 004.005.571-00 | REURB-S |
| 10 | 13 | Amaury Sales De Brito | 023.832.511-35 | REURB-S |
| 10 | 1B | Sandra Fernandes Da Costa | 630.681.501-59 | REURB-E |
| 10 | 1D | Sandra Fernandes Da Costa | 630.681.501-59 | REURB-E |
| 10 | 3A | Nilo Malaquias De Souza Neto | 028.137.191-10 | REURB-S |
| 12 | 6 | Alenir Pontes Silva | 007.964.051-66 | REURB-S |
| 12 | 7 | Davina Sabina De Arruda | 649.956.151-72 | REURB-S |
| 12 | 14 | Celso Lorin | 367.387.789-53 | REURB-S |
| 12 | 17 | Leonise De Oliveira Lima | 893.161.261-34 | REURB-S |
| 12 | 21 | Thiago Mendes De Arruda | 045.337.191-47 | REURB-S |
| 12 | 11A | Telmo Batista Almeida | 522.476.861-68 | REURB-S |
| 12 | 13C | José Valentim Camarço Neto | 346.786.621-20 | REURB-S |
| 12 | 16B | Rosinei Mendes De Paiva Ferreira | 990.526.601-15 | REURB-E |
| 13 | 2 | Orlando Ferreira Dos Santos | 106.757.011-04 | REURB-S |
| 13 | 3 | Sebastião Lopes De Menezes | 206.710.671-68 | REURB-S |
| 13 | 5 | Lucineide Ferreira De Arruda | 503.053.791-00 | REURB-S |
| 13 | 6 | Pedro Eduardo Candido Da Silva | 021.963.961-25 | REURB-E |
| 13 | 7 | Paulo Eduardo Candido Da Silva | 005.145.641-99 | REURB-E |
| 13 | 9 | Luciana Divina Araujo De Almeida | 835.137.951-49 | REURB-S |
| 13 | 10 | Wilma Pereira De Souza | 522.441.131-91 | REURB-S |
| 13 | 13 | Marilene Dos Santos Gama | 412.123.631-91 | REURB-S |
| 13 | 14 | Deoclides Ferreira Mendes | 503.051.231-49 | REURB-S |
| 13 | 4A | Sebastião Lopes De Menezes | 206.710.671-68 | REURB-E |
| 13 | 8A | Pedro Eduardo Candido Da Silva | 021.963.961-25 | REURB-E |
| 14 | 2 | Domingos Amorim Bezerra | 352.523.591-72 | REURB-S |
| 14 | 10 | Eloy Lucy De Proença | 010.280.481-81 | REURB-E |
| 14 | 11 | Francisca Rodrigues Silva | 651.869.231-68 | REURB-S |
| 14 | 13 | Antonio Ferreira Miranda | 267.745.181-68 | REURB-E |
| 14 | 16 | Aparecida Macedo De Oliveira | 016.234.671-95 | REURB-S |
| 14 | 20 | Nilva Santana De Souza | 622.616.651-72 | REURB-S |
| 14 | 21 | Thais Santana De Souza | 042.774.661-25 | REURB-S |
| 15 | 4 | Maria Da Silva Araujo | 412.112.861-34 | REURB-S |
| 15 | 7 | Gilberto Da Silva Chagas | 915.479.891-49 | REURB-E |
| 15 | 9 | Rodorfo João Ribeiro | 241.420.851-15 | REURB-S |
| 15 | 10 | Maria Gregória Da Silva Chagas | 911.464.291-34 | REURB-S |
| 15 | 11 | Maria Gregória Da Silva Chagas | 911.464.291-34 | REURB-E |
| 15 | 12 | Jane Da Silva Chagas Arruda | 864.609.431-68 | REURB-S |
| 15 | 14 | Vicente Ribeiro Da Silva | 304.766.661-04 | REURB-E |
| 15 | 23 | Antonio Ferreira Miranda | 267.745.181-68 | REURB-E |
| 15 | 26 | Ivan Gomes Dias | 205.408.761-00 | REURB-S |
| 15 | 30 | Creuzelina Da Silva Nascimento | 411.854.201-34 | REURB-S |
| 15 | 5A | Alexandra Feitosa Coelho | 010.282.981-02 | REURB-S |
| 15 | 13A | Vicente Ribeiro Da Silva | 304.766.661-04 | REURB-E |
| 15 | 13B | Vicente Ribeiro Da Silva | 304.766.661-04 | REURB-E |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 15 | 37B | Leandro Araujo Do Nascimento | 063.110.931-54 | REURB-E |
| 16 | 3 | Ademar Braatz | 884.225.850-49 | REURB-E |
| 18 | 17 | Antonia Leite Do Nascimento | 535.244.461-91 | REURB-E |
| 20 | 11 | Ênica Maria Rondon Da Silva | 030.380.401-77 | REURB-S |
| 20 | 29 | Cristiane De Souza Padilha | 495.853.391-53 | REURB-S |
| 20 | 38 | Márcia Araujo Gomes | 567.345.221-72 | REURB-S |
| 21 | 1 | Andriele Cristina Da Silva Martins De Jesus | 042.588.841-03 | REURB-S |
| 21 | 4 | Andriele Cristina Da Silva Martins De Jesus | 042.588.841-03 | REURB-E |
| 21 | 17 | Rosicler Da Silva Moraes | 050.832.441-60 | REURB-S |
| 21 | 19 | José Francisco Pereira | 486.886.141-72 | REURB-S |
| 21 | 21 | José Pereira De Macedo | 899.593.101-91 | REURB-E |
| 21 | 28 | Elio Dalsolio Paier | 706.837.009-87 | REURB-S |
| 21 | 30 | Mária Rosália Da Silva | 016.371.801-60 | REURB-S |
| 22 | 1 | Manoel Messias Rodrigues Silva | 006.828.231-12 | REURB-S |
| 22 | 3 | Auro Vieira De Matos | 459.985.231-72 | REURB-S |
| 22 | 9 | Nilzete Conceição Da Silva Cardoso | 458.291.791-72 | REURB-E |
| 22 | 10 | Sidelis De Oliveira Pinto | 009.040.861-60 | REURB-S |
| 22 | 16A | Gino Ribeiro De Oliveira | 809.814.531-04 | REURB-S |
| 22 | 16B | Sebastiana De Almeida Lara | 502.568.581-87 | REURB-S |
| 23 | 3 | Antonia Osmarina Da Costa | 346.755.071-15 | REURB-S |
| 23 | 14 | Greiciane Oliveira De Jesus Santos | 036.314.641-50 | REURB-S |
| 23 | 17 | Jorge Candido Da Silva | 651.931.801-91 | REURB-S |
| 23 | 13B | Ademar Braatz | 884.225.850-49 | REURB-E |
| 24 | 1 | Alice Rosa De Araújo | 011.494.801-14 | REURB-S |
| 24 | 3 | Manoel Frederico De Almeida | 503.074.361-87 | REURB-E |
| 24 | 4 | Manoel Frederico De Almeida | 503.074.361-87 | REURB-S |
| 24 | 18 | Aniele Carolina Oliveira Da Silva | 063.023.051-01 | REURB-S |
| 26 | 3 | Emerson Farias Da Silva | 014.980.911-56 | REURB-S |
| 26 | 6 | Leonice Sabina Regis Ferreira | 035.207.001-31 | REURB-S |
| 26 | 7 | Carlos Ferreira | 807.345.101-87 | REURB-S |
| 26 | 12 | Mário Pinto Sobrinho | 205.408.841-20 | REURB-S |
| 26 | 13 | Zilmara De Souza Silva | 021.494.731-94 | REURB-S |
| 26 | 15 | Wandelice Maria De Souza | 411.936.871-87 | REURB-S |
| 26 | 16 | Ermínia Almeida De Souza | 003.532.411-21 | REURB-S |
| 26 | 18 | Wanderson José De Souza | 039.536.081-18 | REURB-S |
| 26 | 19 | Gildesio Sales De Souza | 206.764.411-49 | REURB-E |
| 27 | 4 | Tainã Mendes De Arruda | 045.337.181-75 | REURB-S |
| 27 | 6 | Vanderley Silva De Oliveira | 003.648.561-65 | REURB-S |
| 27 | 7 | Joaquim Ferreira Mendes | 650.314.821-68 | REURB-E |
| 27 | 8 | Joaquim Ferreira Mendes | 650.314.821-68 | REURB-S |
| 27 | 9 | Francielli Da Silva Mendes | 050.725.551-86 | REURB-S |
| 27 | 10 | Domingos Soares De Oliveira | 017.866.051-55 | REURB-S |
| 27 | 14 | Nildes Rodrigues De Oliveira | 894.041.651-15 | REURB-S |
| 27 | 16 | Umbelina Thimótea Dos Santos | 298.991.501-00 | REURB-S |
| 27 | 1C | Edgar Pereira De Souza | 106.758.761-68 | REURB-S |
| 28 | 7 | Noranice Da Silva Morais | 326.318.041-04 | REURB-S |
| 28 | 9 | Meuriane Neves Da Silva | 041.975.661-23 | REURB-S |
| 28 | 10 | Edivania Sabina Régis | 045.335.331-24 | REURB-S |
| 28 | 12 | Mario Marcio Neves Dos Santos | 654.637.811-68 | REURB-S |
| 2A | 3 | Gisele Dos Santos Barbieri Correa | 040.671.339-10 | REURB-S |
| 2A | 7 | Maria Catarino De Souza Lopes | 990.116.031-68 | REURB-S |
| 2A | 9 | Elaine Maria Da Costa Nascimento | 017.673.851-70 | REURB-S |
| 2A | 17 | Carolina May De Oliveira | 008.233.451-06 | REURB-S |
| 2A | 18 | Gisele Dos Santos Barbieri Correa | 040.671.339-10 | REURB-E |
| 2A | 1B | Jaydomar De Araújo Gomes | 888.642.601-10 | REURB-S |
| 2A | 5B | Janete Eva Da Silva | 652.267.711-34 | REURB-S |

Aos beneficiários classificados na modalidade “REURB-S”, as titulações serão outorgadas, em ato único mediante o registro da CRF (arts. 11, inciso V, 23, §5° e 41, VI da Lei Federal n. 13.465/2017);

Aos beneficiários classificados na modalidade REURB-E, o registro da transferência de direitos reais, ficará sobrestado até emissão do título de legitimação fundiária urbana individualizado, que será apresentado para registro, sob responsabilidade do beneficiário, além das custas e emolumentos devidos ao Cartório Registrador competente.

**XII – DOS LOTES EXCLUÍDOS DA LISTAGEM:**

**A) Lotes desocupados e não comercializados:**

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 2 | 2B |
| 2 | 11 |
| 2 | 22 |
| 2 | 24A |
| 2 | 24B |
| 2A | 1A |
| 2A | 1C |
| 2A | 5A |

| | |
|---|---|
| 2A | 6 |
| 2A | 10 |
| 3 | 18 |
| 3 | 19 |
| 3 | 22 |
| 4 | 24 |

| | |
|---|---|
| 6 | 1 |
| 10 | 5 |
| 12 | 2 |
| 12 | 10 |
| 12 | 12 |
| 14 | 19 |
| 15 | 8A |
| 15 | 34 |
| 15 | 35 |
| 18 | 1 |
| 18 | 2 |
| 18 | 10 |
| 18 | 14 |
| 18 | 15 |
| 18 | 16 |
| 20 | 13 |
| 20 | 15 |
| 20 | 33 |
| 20 | 40 |
| 21 | 8 |
| 21 | 13 |
| 21 | 35 |
| 22 | 5 |
| 22 | 18 |
| 23 | 11 |
| 23 | 12 |
| 24 | 14 |
| 24 | 17 |
| 25 | 2 |
| 25 | 6 |
| 26 | 10 |
| 27 | 1A |
| 27 | 5 |
| 27 | 18 |
| 28 | 2 |
| 28 | 4 |
| 29 | 1 |
| 29 | 2 |
| 30 | 1 |
| 30 | 4 |

As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela Reurb terão as suas matrículas abertas em nome do titular originário do domínio da área (art. 54 da Lei 13.465/17).

**B) Lotes ocupados, mas que o ocupante perdeu eventual direito que titularize sobre a unidade imobiliária objeto da reurb:**

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 2 | 2A |
| 2 | 3 |
| 2 | 4 |
| 2 | 5 |
| 2 | 7 |
| 2 | 9 |
| 2 | 10 |
| 2 | 12 |
| 2 | 17 |
| 2 | 18 |
| 2 | 21 |
| 2 | 23 |
| 2 | 23A |
| 2 | 25 |
| 2 | 26 |
| 2A | 2 |
| 2A | 4 |
| 2A | 8 |
| 2A | 11 |
| 2A | 12 |
| 2A | 13 |
| 2A | 14 |

| | |
|---|---|
| 2A | 15 |
| 2A | 16 |
| 3 | 4 |
| 3 | 7 |
| 3 | 8 |
| 3 | 12 |
| 3 | 13 |
| 3 | 14 |
| 3 | 15 |
| 3 | 16 |
| 3 | 21 |
| 4 | 1 |
| 4 | 2 |
| 4 | 4 |
| 4 | 5B |
| 4 | 6 |
| 4 | 10 |
| 4 | 11 |
| 4 | 13 |
| 4 | 14 |
| 4 | 15 |
| 4 | 17 |

| | |
|---|---|
| 4 | 18 |
| 4 | 20 |
| 4 | 22 |
| 4 | 23 |
| 4 | 26 |
| 5 | 4 |
| 5 | 10 |
| 5 | 12 |
| 5 | 13 |
| 5 | 16 |
| 5 | 17 |
| 6 | 6 |
| 6 | 7 |
| 6 | 8 |
| 6 | 9 |
| 6 | 10 |
| 6 | 12 |
| 6 | 15 |
| 10 | 1A |
| 10 | 1C |
| 10 | 2 |
| 10 | 3B |

| | |
|---|---|
| 10 | 6 |
| 10 | 8 |
| 10 | 10 |
| 10 | 11 |
| 10 | 12 |
| 11 | 1 |
| 12 | 1A |
| 12 | 1B |
| 12 | 3 |
| 12 | 4 |
| 12 | 5 |
| 12 | 8 |
| 12 | 9 |
| 12 | 11B |
| 12 | 13A |
| 12 | 13B |
| 12 | 15 |
| 12 | 16A |
| 12 | 18 |
| 12 | 19 |
| 12 | 20 |
| 12 | 22 |

| | |
|---|---|
| 12 | 23 |
| 13 | 1 |
| 13 | 4B |
| 13 | 8B |
| 13 | 11 |
| 13 | 12 |
| 14 | 3 |
| 14 | 4 |
| 14 | 5 |

| | |
|---|---|
| 14 | 6 |
| 14 | 7 |
| 14 | 8 |
| 14 | 9 |
| 14 | 12 |
| 14 | 14 |
| 14 | 15 |
| 14 | 17 |
| 14 | 18 |
| 14 | 22 |
| 14 | 23 |
| 14 | 24 |
| 15 | 1 |

| | |
|---|---|
| 15 | 2A |
| 15 | 5B |
| 15 | 6 |
| 15 | 8B |
| 15 | 8C |
| 15 | 15 |
| 15 | 16 |
| 15 | 17 |
| 15 | 18 |
| 15 | 19A |
| 15 | 19B |
| 15 | 20 |
| 15 | 21 |
| 15 | 22 |
| 15 | 24 |
| 15 | 25 |
| 15 | 27 |
| 15 | 28 |
| 15 | 29 |
| 15 | 31 |
| 15 | 32 |
| 15 | 33 |

| | |
|---|---|
| 15 | 36 |
| 15 | 37A |
| 16 | 2 |
| 16 | 4 |
| 16 | 7 |
| 16 | 8 |
| 16 | 9 |
| 16 | 10 |
| 16 | 11 |
| 16 | 12 |
| 16 | 13 |
| 16 | 14 |
| 16 | 15 |
| 16 | 16 |
| 16 | 17 |
| 16 | 18 |
| 16 | 19 |
| 17 | 1 |
| 17 | 2 |
| 17 | 3 |
| 17 | 4 |
| 17 | 6 |

| | |
|---|---|
| 17 | 7 |
| 18 | 3 |
| 18 | 4 |
| 18 | 5 |
| 18 | 6 |
| 18 | 7 |
| 18 | 8 |
| 18 | 9 |
| 18 | 11 |
| 18 | 12 |
| 18 | 13 |
| 18 | 18 |
| 20 | 1/02 |
| 20 | 3 |
| 20 | 4 |
| 20 | 5 |
| 20 | 6 |
| 20 | 7 |

| | |
|---|---|
| 20 | 8 |
| 20 | 9 |
| 20 | 10 |
| 20 | 12 |

| | |
|---|---|
| 20 | 14 |
| 20 | 16 |
| 20 | 17 |
| 20 | 18 |
| 20 | 19 |
| 20 | 20 |
| 20 | 21 |
| 20 | 22 |
| 20 | 23 |
| 20 | 24 |
| 20 | 25 |
| 20 | 26 |
| 20 | 27 |
| 20 | 28 |
| 20 | 30 |
| 20 | 31 |
| 20 | 32 |
| 20 | 34 |
| 20 | 35 |
| 20 | 36 |
| 20 | 37 |
| 20 | 39 |

| | |
|---|---|
| 21 | 2 |
| 21 | 3 |
| 21 | 5 |
| 21 | 6 |
| 21 | 7 |
| 21 | 9 |
| 21 | 10 |
| 21 | 11 |
| 21 | 12 |
| 21 | 14 |
| 21 | 15 |
| 21 | 16 |
| 21 | 18 |
| 21 | 20 |
| 21 | 22 |
| 21 | 23 |
| 21 | 24 |
| 21 | 25 |
| 21 | 26 |
| 21 | 27 |
| 21 | 29 |
| 21 | 31 |

| | |
|---|---|
| 21 | 32 |
| 21 | 33 |
| 21 | 34 |
| 21 | 36 |
| 21 | 37 |
| 22 | 2 |
| 22 | 4 |
| 22 | 6 |
| 22 | 7 |
| 22 | 8 |
| 22 | 11 |
| 22 | 12 |
| 22 | 13 |
| 22 | 14 |
| 22 | 15 |
| 22 | 17 |
| 22 | 19 |
| 22 | 20 |
| 22 | 21 |
| 23 | 1 |
| 23 | 2 |
| 23 | 4 |

| | |
|---|---|
| 23 | 5 |
| 23 | 6 |
| 23 | 7 |
| 23 | 8 |

| | |
|---|---|
| 23 | 9 |
| 23 | 10A |
| 23 | 10B |
| 23 | 10C |
| 23 | 13A |
| 23 | 15 |
| 23 | 16 |
| 24 | 2 |
| 24 | 5 |
| 24 | 6 |
| 24 | 7 |
| 24 | 8 |
| 24 | 9 |
| 24 | 10 |
| 24 | 11 |
| 24 | 12 |
| 24 | 13 |
| 24 | 15 |
| 24 | 16 |
| 25 | 1 |
| 25 | 3 |
| 25 | 4 |
| 25 | 5 |
| 25 | 7 |
| 25 | 8 |
| 25 | 9 |
| 25 | 10 |
| 25 | 11 |
| 26 | 1 |
| 26 | 2 |
| 26 | 4 |
| 26 | 5 |
| 26 | 8 |
| 26 | 9 |
| 26 | 11 |
| 26 | 14 |
| 26 | 17 |
| 27 | 1B |
| 27 | 2 |
| 27 | 3 |
| 27 | 11 |
| 27 | 12 |
| 27 | 13 |
| 27 | 15 |
| 27 | 17 |
| 27 | 19 |
| 27 | 20 |
| 28 | 1 |
| 28 | 3 |
| 28 | 5 |
| 28 | 6 |
| 28 | 8 |
| 28 | 11 |
| 28 | 13 |
| 28 | 14A |
| 28 | 14B |
| 29 | 3 |
| 29 | 4 |
| 30 | 2A |
| 30 | 2B |
| 30 | 3 |

A titulação dos beneficiários acima será feita em momento posterior com a expedição do título individualizado, devendo constar na matrícula individualizada "*o titular originário da matrícula na condição de proprietário anterior, inserindo, no campo relativo ao proprietário atual, que o futuro proprietário será oportunamente citado na matrícula quando do envio complementares de beneficiários, por títulos individualizados*" (art. 44, § 8º, da Lei Federal n. 13.465/2017).

**C) Lotes dentro do perímetro que tem registro, oriundos de Usucapião ou Carta de Aforamento:**

| MATRÍCULA | CARTÓRIO | NOME COMPLETO |
|---|---|---|
| 2462 | 1º OF DIAMANTINO | ESCOLA RURAL MIXTA DE BELA VISTA |
| 2468 | 1º OF DIAMANTINO | JURANDY FERREIRA DE ALMEIDA |
| 2469 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA APARECIDA F PASSARINHO |
| 2470 | 1º OF DIAMANTINO | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL |
| 2504 | 1º OF DIAMANTINO | ALVARO CARVALHO DOS SANTOS e ELIENE APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS |
| 2600 | 1º OF DIAMANTINO | ERACLIDES CAPISTRANO DE OLIVEIRA |

| | | |
|---|---|---|
| 2621 | 1º OF DIAMANTINO | ALAIR XICHUCA ALVES |
| 2622 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO CARMO DE OLIVEIRA |
| 2646 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE DOS SANTOS |
| 2681 | 1º OF DIAMANTINO | DALVA ALVES TITO |
| 2682 | 1º OF DIAMANTINO | DALVA ALVES TITO |
| 2683 | 1º OF DIAMANTINO | DALVA ALVES TITO |
| 2684 | 1º OF DIAMANTINO | JAIME SABINO SANTOS |
| 2708 | 1º OF DIAMANTINO | CATARINO HENRIQUE DE MORAES |
| 2778 | 1º OF DIAMANTINO | EUCLIDES ALVES DA GRAÇA e MARGARETH APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS ALVES |
| 2779 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO PEREIRA IRMÃO |
| 2857 | 1º OF DIAMANTINO | UISLEI DE ASSIS CORREA |
| 2858 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE BRITO |
| 2859 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO PINTO AQUINO |
| 2860 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO PINTO AQUINO |
| 2900 | 1º OF DIAMANTINO | TEREZINHA DE JESUS OLIVEIRA |

| | | |
|---|---|---|
| 2998 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO COSME DE ARAUJO |
| 3089 | 1º OF DIAMANTINO | BENEDITO RAMÃO DE ALMEIDA |
| 3090 | 1º OF DIAMANTINO | FRANCISCA FREITAS ALMEIDA |
| 3101 | 1º OF DIAMANTINO | CARLOS RODRIGUES DE ALMEIDA |
| 3102 | 1º OF DIAMANTINO | NIVIA SOARES ANDRADE |
| 3104 | 1º OF DIAMANTINO | OZIAS FIGUEIREDO DA SILVEIRA |
| 3140 | 1º OF DIAMANTINO | DELSO GONÇALVES BEZERRA |
| 3149 | 1º OF DIAMANTINO | MARINA MESQUITA DE ALMEIDA |
| 3186 | 1º OF DIAMANTINO | RUTH MESQUITA DE ALMEIDA |
| 3222 | 1º OF DIAMANTINO | SEBASTIÃO DE SOUZA GOMES |
| 3223 | 1º OF DIAMANTINO | SEBASTIÃO DE SOUZA GOMES |
| 3224 | 1º OF DIAMANTINO | SEBASTIÃO DE SOUZA GOMES |
| 3259 | 1º OF DIAMANTINO | CLEMENTINO RODRIGUES DE SOUZA |
| 3325 | 1º OF DIAMANTINO | FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA |
| 3393 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA CELESTE DOS SANTOS GOMES |
| 3394 | 1º OF DIAMANTINO | AIVAN DE SOUZA RAMOS |
| 3395 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO RODRIGUES DA SILVA E MARIA DOMINGAS DA SILVA |
| 3433 | 1º OF DIAMANTINO | OLIOS CIRO MATOS e NEUZA DE OLIVEIRA MATOS |
| 3553 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO RIBEIRO DA SILVA |
| 3554 | 1º OF DIAMANTINO | ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA |
| 3555 | 1º OF DIAMANTINO | ELZA ALVES PEREIRA |
| 3594 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA ALVES SABO MENDES |
| 3595 | 1º OF DIAMANTINO | KENJIN YOSHIDA |
| 3603 | 1º OF DIAMANTINO | GERALDA SOUZA DE SIQUEIRA |
| 3677 | 1º OF DIAMANTINO | SANHAT BITTAR |
| 3678 | 1º OF DIAMANTINO | SANHAT BITTAR |

| | | |
|---|---|---|
| 3723 | 1º OF DIAMANTINO | JULIO ANTONIO DE OLIVEIRA NETO e LOURIZE APARECIDA DE SANTANA OLIVEIRA |
| 3762 | 1º OF DIAMANTINO | OLIVAL MIRANDA SAMPAIO |
| 3836 | 1º OF DIAMANTINO | CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL |
| 3837 | 1º OF DIAMANTINO | JURACY SANTOS DE ALMEIDA |
| 3930 | 1º OF DIAMANTINO | SEBASTIÃO FERREIRA DOS SANTOS e ANTONIA ROSA GONÇALVES DOS SANTOS |
| 3948 | 1º OF DIAMANTINO | DORALICE PEREIRA DE SOUZA |
| 3949 | 1º OF DIAMANTINO | HORTENCIO JOSE DE SOUZA |
| 3956 | 1º OF DIAMANTINO | LUCIA ROMERO BARBOSA |
| 3979 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE DOMINGOS ARAUDO DE CARVALHO |
| 3980 | 1º OF DIAMANTINO | SENHORINHA DE OLIVEIRA |
| 4136 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE VIRGILIO DA SILVA |
| 4143 | 1º OF DIAMANTINO | ALVARO CARVALHO DOS SANTOS |
| 4144 | 1º OF DIAMANTINO | VALDENIZIO DE CARVALHO LOPES |
| 4151 | 1º OF DIAMANTINO | JOSÉ DOS REIS \| JUSSARA SALES REIS \| JOSIMARA REIS REGIS \| JOSÉ DOS REIS FILHO e ANAIL MARIA DA SILVA REIS |
| 4152 | 1º OF DIAMANTINO | TEREZINHA COSTA SOARES DA SILVA |
| 4210 | 1º OF DIAMANTINO | ISABELLI PIMENTEL DA SILVA |
| 4239 | 1º OF DIAMANTINO | WALDEMIR SOARES SANTOS |
| 4416 | 1º OF DIAMANTINO | IRENO LEDO DA COSTA |
| 4417 | 1º OF DIAMANTINO | DJALMA RAMOS DE BARROS |
| 4418 | 1º OF DIAMANTINO | HELENA RODRIGUES DA SILVA |
| 4426 | 1º OF DIAMANTINO | ADILES MESQUITA DE ALMEIDA |
| 4427 | 1º OF DIAMANTINO | JAIRO PEREIRA DE OLIVEIRA |
| 4516 | 1º OF DIAMANTINO | WILLIAN SIQUEIRA \| SANDRA MARIA C. SIQUEIRA \| WILTON SIQUEIRA |
| 4546 | 1º OF DIAMANTINO | TERTULIANO ALVES DE OLIVEIRA |
| 4547 | 1º OF DIAMANTINO | FRANCISCA LEITE DE OLIVEIRA |

| | | |
|---|---|---|
| 4548 | 1º OF DIAMANTINO | GERALDO DO CARMO DE OLIVEIRA |
| 4549 | 1º OF DIAMANTINO | TERTULIANO ALVES DE OLIVEIRA |
| 4550 | 1º OF DIAMANTINO | EDINA DE SOUZA LISBOA |
| 4579 | 1º OF DIAMANTINO | JOVITO SANTANA DA COSTA |
| 4643 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA OLDINETE F. DOS SANTOS |
| 4660 | 1º OF DIAMANTINO | JAYDSON GOMES DA SILVA |

| | | |
|---|---|---|
| 4661 | 1º OF DIAMANTINO | JAYDSON GOMES DA SILVA |
| 4662 | 1º OF DIAMANTINO | JAYDSON GOMES DA SILVA |
| 4668 | 1º OF DIAMANTINO | TRANSFERIDA PARA O RGI DE PORTO DOS GAÚCHOS MT |
| 4733 | 1º OF DIAMANTINO | SIEL BENTO DA SILVA |
| 4785 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO LEITE DA SILVA |
| 4831 | 1º OF DIAMANTINO | JACÓ PEREIRA DE SOUZA |
| 4833 | 1º OF DIAMANTINO | VALERIANA MARTINHA DOS SANTOS |
| 4835 | 1º OF DIAMANTINO | LEONIDAS TEIXEIRA DE ARAUJO LIMA |
| 4917 | 1º OF DIAMANTINO | CARLOS HUMBERTO MAIA RODRIGUES |
| 4950 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA HELENA DE OLIVEIRA |
| 4968 | 1º OF DIAMANTINO | TELMO B. DE ALMEIDA E MANOEL U. DE ALMEIDA |
| 4971 | 1º OF DIAMANTINO | ELIANE DA SILVA SANTOS \| CAIXA ECONOMICA FEDERAL |
| 4973 | 1º OF DIAMANTINO | VALDOMIRO DE FREITAS CHAGAS |
| 4983 | 1º OF DIAMANTINO | ANDREIA BARROS FIGUEIRO e FERNANDO DA SILVA FIGUEIRO |
| 5143 | 1º OF DIAMANTINO | ELIAS RODRIGUES DE LIMA |
| 5144 | 1º OF DIAMANTINO | ELIAS RODRIGUES DE LIMA |
| 5194 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE DOMINGOS DE ARAUJO |
| 5195 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE DOMINGOS DE ARAUJO |
| 5203 | 1º OF DIAMANTINO | PEDROLINA NEVES DE OLIVEIRA |
| 5275 | 1º OF DIAMANTINO | ROSNISE VASQUES ROMERO |
| 5280 | 1º OF DIAMANTINO | BENEDITO MAURICIO SANTANA |
| 5283 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA SANTIAGO DE OLIVEIRA |
| 5284 | 1º OF DIAMANTINO | ZELITA SILVA VASQUES |
| 5298 | 1º OF DIAMANTINO | TERTULIANO LEONCIO DE ARRUDA |
| 5380 | 1º OF DIAMANTINO | JOSEFA ANUNCIAÇÃO DE MORAES |
| 5387 | 1º OF DIAMANTINO | CATARINO HENRIQUE DE MORAES |
| 5438 | 1º OF DIAMANTINO | SILVERIO FERREIRA MENDES |
| 5442 | 1º OF DIAMANTINO | ASSOCIAÇÃO BIBLICA NOVO MUNDO |
| 5530 | 1º OF DIAMANTINO | VALDEMAR SOARES SANTOS |
| 5536 | 1º OF DIAMANTINO | LORIZON VIEIRA PONDÉ |
| 5558 | 1º OF DIAMANTINO | SILVIO RODRIGUES DA SILVA |
| 5725 | 1º OF DIAMANTINO | ROSINETTO SILVA BARRETO |
| 5730 | 1º OF DIAMANTINO | EDUARDO GOMES DA SILVA |
| 6199 | 1º OF DIAMANTINO | JOAQUIM FERREIRA MENDES |
| 6200 | 1º OF DIAMANTINO | SILVINO FERREIRA DA SILVA |
| 6212 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA MENDES DA SILVA |
| 6213 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA DOS SANTOS |
| 6270 | 1º OF DIAMANTINO | MANOEL NETO DA SILVA |
| 6290 | 1º OF DIAMANTINO | IRACEMA HIPOLITA DA SILVA ALVES |
| 6378 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE ARRUDA PINTO FILHO |
| 6396 | 1º OF DIAMANTINO | FRANCISCO JOÃO ARRAIS |
| 6409 | 1º OF DIAMANTINO | JULIO DE ARRUDA |
| 6466 | 1º OF DIAMANTINO | ADELAIDE DE ALMEIDA |
| 6514 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO MARIA PEREIRA |
| 6515 | 1º OF DIAMANTINO | RODOLFO JOÃO DA SILVA RIBEIRO |
| 6550 | 1º OF DIAMANTINO | DEOLINDO JOSE DE ARAUJO |
| 6576 | 1º OF DIAMANTINO | JUAREZ DIAS ALVES |
| 6594 | 1º OF DIAMANTINO | ARMINDA SANTOS LUZ |
| 6595 | 1º OF DIAMANTINO | GUILHERMINA MARIA DA SILVA |
| 6642 | 1º OF DIAMANTINO | FELIS DOMINGOS DE SOUZA |
| 6643 | 1º OF DIAMANTINO | VERGILIA FERREIRA MENDES |
| 6683 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIA PINA FERREIRA |
| 6685 | 1º OF DIAMANTINO | ARTHUR AVELINO FERREIRA |
| 6744 | 1º OF DIAMANTINO | WALTER MIRANDA SANTOS |
| 6758 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO RODRIGUES DA SILVA |
| 6759 | 1º OF DIAMANTINO | LEONTINA DE ALMEIDA |
| 6765 | 1º OF DIAMANTINO | WALDEBRAND DA SILVA COELHO e MARDEN MORAES AYRES \| BANCO BRADESCO S.A |
| 6766 | 1º OF DIAMANTINO | WALDEBRAND DA SILVA COELHO e MARDEN MORAES AYRES \| BANCO BRADESCO S.A |
| 6829 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO BERTOLDO DA SILVA |
| 6870 | 1º OF DIAMANTINO | BENEDITO SANTANA DA SILVA |
| 6928 | 1º OF DIAMANTINO | SILVINA PEREIRA GAMA |
| 6938 | 1º OF DIAMANTINO | ERACLIDES CAPISTRANO DE OLIVEIRA |
| 6970 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA DO CARMO OLIVEIRA |
| 7143 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA MADALENA DE FIGUEIREDO BARROS \| MARIA APARECIDA DE FIGUEIREDO BARROS |
| 7144 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO GONÇALVES DA SILVA |
| 7145 | 1º OF DIAMANTINO | LEONIDAS BARBOSA DA SILVA |
| 7288 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE SOUZA LIMA e CELINA PEREIRA DE MELO LIMA |
| 7537 | 1º OF DIAMANTINO | CARLOS RODRIGUES DE ALMEIDA |
| 7538 | 1º OF DIAMANTINO | CARLOS RODRIGUES DE ALMEIDA |
| 7645 | 1º OF DIAMANTINO | IZAURA FRANCISCA DOS SANTOS |
| 7646 | 1º OF DIAMANTINO | CARLOS SANTOS PEREIRA |
| 7647 | 1º OF DIAMANTINO | HELOISA HELENA SOARES DE SIQUEIRA e PAULO EDUARDO DE SIQUEIRA \| CAIXA ECONOMICA FEDERAL |

| | | |
|---|---|---|
| 7698 | 1º OF DIAMANTINO | JOAQUIM FERREIRA DA SILVA |
| 7799 | 1º OF DIAMANTINO | JESUS NUNES PIRES |
| 7828 | 1º OF DIAMANTINO | JUSCELINO SENA DO NASCIMENTO |
| 7990 | 1º OF DIAMANTINO | RENATO RODRIGUES DA SILVA |
| 8002 | 1º OF DIAMANTINO | MARIDES PINTO FIGUEIREDO |
| 8064 | 1º OF DIAMANTINO | ANDREIA BARROS FIGUEIRO e FERNANDO DA SILVA FIGUEIRO |
| 8066 | 1º OF DIAMANTINO | MANOEL ALVES DE SOUZA |
| 8067 | 1º OF DIAMANTINO | RADIOLAR LTDA |
| 8266 | 1º OF DIAMANTINO | ASSENATI DE LIMA MAMANI |
| 8267 | 1º OF DIAMANTINO | EDA DIAS MACHADO |
| 8361 | 1º OF DIAMANTINO | LEANDRO FERREIRA DA SILVA |
| 8362 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO BENEDITO DA SILVA |
| 8482 | 1º OF DIAMANTINO | GRACIENE ALVES TITO |
| 8527 | 1º OF DIAMANTINO | EUCLIDES ALVES DA GRAÇA |
| 8588 | 1º OF DIAMANTINO | EDILSON CUNHA DE ASSIS e EDNA ARRUDA DE SOUZA \| CAIXA ECONOMICA FEDERAL |
| 8589 | 1º OF DIAMANTINO | RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA \| CAIXA ECONOMICA FEDERAL |
| 8699 | 1º OF DIAMANTINO | ELIZIARIO DOS REIS |
| 8708 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIA PAULINA DO PRADO SILVA |
| 8796 | 1º OF DIAMANTINO | SIDELCINA SOUZA ALENCAR |
| 9159 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO FERREIRA DE MENDONÇA |
| 9235 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO FERREIRA DE MENDONÇA \| CIRO ARMANDO DA COSTA \| MARIA DE FATIMA PINTO |
| 9481 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIA RAINHA DE ARRUDA |
| 9482 | 1º OF DIAMANTINO | EUSEBIO ALVES DE ALMEIDA |
| 9483 | 1º OF DIAMANTINO | FRANCISCO NOGUEIRA DE QUEIROZ |
| 9513 | 1º OF DIAMANTINO | JOSAMAR ALVES TITO |
| 9515 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE GONÇALVES DE OLIVEIRA |
| 9551 | 1º OF DIAMANTINO | BENEDITO REIS DE FIGUEIREDO |
| 9552 | 1º OF DIAMANTINO | EUCLIDES OLIVEIRA PINTO |
| 9617 | 1º OF DIAMANTINO | GALDINO MORAIS DA SILVA |
| 10710 | 1º OF DIAMANTINO | ALAIDE ORMOND DE SOUZA |
| 10733 | 1º OF DIAMANTINO | DENICE FERREIRA DE SOUZA |
| 10890 | 1º OF DIAMANTINO | ALBERTINA ALVES DOS SANTOS |
| 10957 | 1º OF DIAMANTINO | AVELINO FERREIRA DA SILVA |
| 11076 | 1º OF DIAMANTINO | DAIDO SANTIAGO DE OLIVEIRA |
| 11706 | 1º OF DIAMANTINO | CLOTILDES MARIA NIZIA |
| 12330 | 1º OF DIAMANTINO | CANDIDO DE ARRUDA e JOVELINA DE SOUZA ARRUDA |
| 12377 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIA LEITE DO NASCIMENTO |
| 12490 | 1º OF DIAMANTINO | DOMINGOS FIGUEIREDO |
| 13218 | 1º OF DIAMANTINO | JAIME DA SILVA CAMPOS |
| 13290 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO SANTIAGO DE OLIVEIRA |
| 13389 | 1º OF DIAMANTINO | NELI DE SOUZA SANTOS |
| 13558 | 1º OF DIAMANTINO | MARTA LOPES DE OLIVEIRA |
| 13759 | 1º OF DIAMANTINO | JURAIDES MOREIRA PRATES |
| 13876 | 1º OF DIAMANTINO | GRACE BRADE TEIXEIRA |
| 13900 | 1º OF DIAMANTINO | LUCIDIO PEREIRA PADILHA |
| 13906 | 1º OF DIAMANTINO | TEREZA DE JESUS |
| 13908 | 1º OF DIAMANTINO | MANOELINA DE ALMEIDA LARA |
| 13909 | 1º OF DIAMANTINO | CATARINA DE ALMEIDA LARA |
| 13986 | 1º OF DIAMANTINO | SILVERIO FERREIRA MENDES |
| 14186 | 1º OF DIAMANTINO | CELLONI DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA-ME |
| 14420 | 1º OF DIAMANTINO | ELIZARIO DOS REIS |
| 14426 | 1º OF DIAMANTINO | ELIZARIO DOS REIS |
| 14436 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE EVALDO LOPES DE OLIVEIRA |
| 14648 | 1º OF DIAMANTINO | MARTINIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA |
| 14697 | 1º OF DIAMANTINO | IRACEMA IPOLITA DA SILVA |
| 14699 | 1º OF DIAMANTINO | TEREZA GOMES DA SILVA |
| 14802 | 1º OF DIAMANTINO | CANDIDO MENDES ESPIRITO SANTO |
| 14803 | 1º OF DIAMANTINO | LOAN CARLOS DE OLIVEIRA e LUNA RAFAELA DE OLIVEIRA SILVA |
| 15388 | 1º OF DIAMANTINO | AGOSTINHO GOMES PEREIRA |
| 15757 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO RODRIGUES CARNEIRO |
| 16049 | 1º OF DIAMANTINO | ESPOLIO DE JACOB DE SOUZA |
| 16838 | 1º OF DIAMANTINO | MANUEL BARBOSA DA SILVA FILHO |
| 17278 | 1º OF DIAMANTINO | MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI |
| 18358 | 1º OF DIAMANTINO | GERALDO LOPES ROCHA |
| 18368 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE SOUZA FIGUEIREDO e ADA GALVÃO DE FIGUEIREDO |
| 18369 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE SOUZA FIGUEIREDO e ADA GALVÃO DE FIGUEIREDO |
| 18370 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE SOUZA FIGUEIREDO e ADA GALVÃO DE FIGUEIREDO |
| 18572 | 1º OF DIAMANTINO | NARCISO PEDRO DE ARAUJO |
| 18855 | 1º OF DIAMANTINO | ANGELITA FRANCISCA DOS SANTOS |
| 19215 | 1º OF DIAMANTINO | EVANDRO PEREIRA DA SILVA |
| 19232 | 1º OF DIAMANTINO | KELLEN PATRICIA SILVA DE JESUS \| CAIXA ECONOMICA FEDERAL |
| 19731 | 1º OF DIAMANTINO | ISABELLI PIMENTEL DA SILVA |
| 19892 | 1º OF DIAMANTINO | MARCIANO BENEDITO NASCIMENTO |

| | | |
|---|---|---|
| 19972 | 1º OF DIAMANTINO | MANOEL RODRIGUES DE LIMA |
| 20224 | 1º OF DIAMANTINO | ESTER PAULINA DA SILVA |
| 20427 | 1º OF DIAMANTINO | BARTOLOMEU BENEDITO DE SOUZA |

| | | |
|---|---|---|
| 20678 | 1º OF DIAMANTINO | GERSON ARAUJO DE CARVALHO |
| 20679 | 1º OF DIAMANTINO | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT |
| 20690 | 1º OF DIAMANTINO | DONATILA VIEIRA DE BARROS |
| 20691 | 1º OF DIAMANTINO | HERMELINDA GOMES DE SOUZA |
| 20737 | 1º OF DIAMANTINO | DIONÍSIO VALENTINO DA SILVA |
| 21019 | 1º OF DIAMANTINO | LUIZA MARIA DE OLIVEIRA |
| 21177 | 1º OF DIAMANTINO | SINEIDE DOS SANTOS SOUZA |
| 21181 | 1º OF DIAMANTINO | ROSINEIDE DOS SANTOS SE SOUZA; JOSÉ MARIA PEREIRA DE SOUZA; ROSANGELA DOS SANTOS; ANTONIO DOS SANTOS (DIGO CARLOS DOS SANTOS); GERALDINO DOS SANTOS |
| 21307 | 1º OF DIAMANTINO | APOLINARIA DA COSTA SILVA |
| 21588 | 1º OF DIAMANTINO | ZORAIDES AZEVEDO DE ALMEIDA e NICOLAU RIBEIRO DE ALMEIDA |
| 21659 | 1º OF DIAMANTINO | SOLANGE TERESINHA CARVALHO PISSOLATO e VALDEMAR AIRTON PISSOLATO |
| 21721 | 1º OF DIAMANTINO | JACOB PEREIRA DE SOUZA |
| 21722 | 1º OF DIAMANTINO | BENEDITO REIS DE FIGUEIREDO |
| 22009 | 1º OF DIAMANTINO | DORA ANA PEDRINI MARCONDES |
| 22563 | 1º OF DIAMANTINO | LINDAURA BARBOSA DOS SANTOS |
| 22679 | 1º OF DIAMANTINO | RENATO MANOEL DA SILVA |
| 22791 | 1º OF DIAMANTINO | WANDERLEI LEITE ROCHA |
| 22804 | 1º OF DIAMANTINO | LAERCIO PEREIRA VUNJÃO |
| 23731 | 1º OF DIAMANTINO | MENARA KAYLY ALMEIDA CAMPOS |
| 23947 | 1º OF DIAMANTINO | ANDRE RODRIGUES DE MORAES |
| 23948 | 1º OF DIAMANTINO | EURIPEDES FERREIRA DE SOUZA e FRANCISCA CORREA DE SOUZA |
| 24162 | 1º OF DIAMANTINO | MARCELINO SOARES DE OLIVEIRA |
| 24169 | 1º OF DIAMANTINO | EDSON MARCOS DA SILVA e MARILU APARECIDA DE SOUZA BELEM E SILVA |
| 24421 | 1º OF DIAMANTINO | TEREZINHA TOMAZINE |
| 24527 | 1º OF DIAMANTINO | SUELY DE FATIMA AUGUSTO |
| 29378 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO GOMES TEIXEIRA \| MARY SHEYLA BOLONHEZE SANCHES |
| 29379 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO GOMES TEIXEIRA \| MARY SHEYLA BOLONHEZE SANCHES |
| 36278 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE LUIS DEMENEGHI e ANA ROSA FONSECA DEMENEGHI |
| 40816 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO ROCHA DA SILVA e MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA |
| 41288 | 1º OF DIAMANTINO | GERALDO CARMO OLIVEIRA e DINALVA BERNARDINA DE OLIVEIRA |
| 43378 | 1º OF DIAMANTINO | MARINA DE BRITO |
| 43380 | 1º OF DIAMANTINO | ALCINDO GUSMÃO DE LARA e IRACY PEREIRA DE SOUZA |
| 43464 | 1º OF DIAMANTINO | RAIMUNDA EDEFONSIA DO NASCIMENTO |
| 44068 | 1º OF DIAMANTINO | REGINALDO DE QUEIROZ FONTES e ALINE DE PAZOS TABOSA FONTES |
| 46557 | 1º OF DIAMANTINO | HENRIQUE VIEIRA DE QUEIROZ NETO |

**D) Hipóteses de retificação de perímetro e/ou área:**

| Quadra | Lote | Matrícula | Cartório | Proprietário(a) |
|---|---|---|---|---|
| 14 | 01 | 6380 | 1º OF DIAMANTINO | DEISINALVA CALIXTO DE SALES \| SICREDI OURO VERDE MATO GROSSO |
| 15 | 03 | 6792 | 1º OF DIAMANTINO | KENNIDY UILAM DA COSTA |

Para essas unidades não haverá transferência de direitos reais, considerando que o ocupante já é o titular de domínio da área. Todavia, essas áreas sofrerão alterações de perímetro e/ou área. Nos termos do art. 23, § 2º, quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes na matrícula ou transcrição de origem, deverão acompanhar o titular originário.

**XIII – DA DESTINAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS:**

Com o registro da CRF, serão incorporados automaticamente ao patrimônio público as vias públicas, as áreas destinadas ao uso comum do povo, os prédios públicos e os equipamentos urbanos, nos termos do art. 53 da Lei Federal 13.465/2017, na forma indicada abaixo:

Ao MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT:

| DISCRIMINAÇÃO | ÁREA (m²) |
|---|---|
| Vias de Acesso | 72.733,91 |

| | | |
|---|---|---|
| Calçadas | | 33.288,31 |
| Canteiros | | 1.928,35 |
| Quadra 1 | Lote 1 | 3.498,89 |
| Quadra 1 | Lote 2 | 9.344,19 |
| Quadra 1 | Lote 3 | 5.443,22 |
| Quadra 1 | Lote 4 | 7.546,06 |
| Quadra 1 | Lote 5 | 6.618,62 |
| Quadra 1 | CASA DE APOIO | 991,91 |
| Quadra 1 | CRECHE MUNICIPAL | 3.348,13 |
| Quadra 1 | GINÁSIO | 5.226,89 |
| Quadra 1 | GINÁSIO MUNICIPAL | 3.796,58 |
| Quadra 1 | PREFEITURA MUNICIPAL | 16.776,38 |
| Quadra 2 | Lote 1 | 3.719,00 |
| Quadra 2 | ÁREA VERDE 02 | 21.122,41 |
| Quadra 3 | ÁREA VERDE 01 | 1.813,50 |

| | | |
|---|---|---|
| Quadra 11 | PARQUE DE EXPOSIÇÃO | 15.163,08 |
| Quadra 12 | CENTRO DE PROJETOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.811,67 |
| Quadra 15 | PRONTO ATENDIMENTO DR. MARZAVÃO DE SIQUEIRA | 8.406,84 |
| Quadra 15 | VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 2.004,15 |
| Quadra 16 | PARQUE | 87.330,23 |
| Quadra 17 | EQUIPAMENTO PÚBLICO | 355,87 |
| Quadra 19 | PRAÇA | 2.166,04 |
| Quadra 20 | ESCOLA MUNICIPAL | 393,58 |
| Quadra 27 | ESCOLA EUFRASIO DO NASCIMENTO | 1.300,93 |
| Quadra 27 | RESERVATÓRIO DE ÁGUA MUNICIPAL | 334,27 |

**XIV – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO:**

O Município de **Alto Paraguai/MT**, reconhece o interesse público para fins de REURB na modalidade social (Reurb-S), as seguintes unidades imobiliárias (art. 23, §1°, III da Lei 13.465/17):

a) Listagem dos Lotes: **MISTA (COMÉRCIO E MORADIA)**, considerando que este(s) exerce(m) atividade(s) que proporciona o direito à moradia e a geração de emprego, renda, desenvolvimento econômico e integração social para o Município;

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 3 | 4 |
| 4 | 1 |
| 4 | 2 |
| 4 | 4 |
| 4 | 5A |
| 4 | 6 |
| 4 | 10 |
| 4 | 12B |
| 4 | 15 |
| 4 | 16 |
| 4 | 17 |
| 5 | 1 |
| 5 | 7A |
| 5 | 9 |
| 5 | 13 |
| 5 | 14 |
| 5 | 16 |
| 6 | 12 |
| 6 | 13 |
| 6 | 15 |
| 13 | 6 |
| 13 | 11 |
| 14 | 1 |
| 14 | 5 |
| 14 | 7 |
| 14 | 10 |
| 14 | 11 |
| 15 | 5B |
| 15 | 13B |
| 16 | 13 |
| 16 | 14 |
| 18 | 12 |
| 22 | 6 |
| 22 | 7 |
| 23 | 17 |
| 26 | 7 |
| 27 | 6 |

b) Listagem dos Lotes: **RELIGIOSA**, considerando a liberdade de crença assegurada pela Constituição Federal.

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 3 | 10 |
| 4 | 18 |
| 4 | 23 |
| 10 | 1C |
| 23 | 8 |
| 24 | 12 |

c) Listagem dos Lotes: **COMERCIAL E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, considerando que este(s) exerce(m) atividade(s) que proporciona(m) a geração de emprego, renda, desenvolvimento econômico e integração social para o Município;

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 3 | 2 |
| 3 | 5 |

| | |
|---|---|
| 3 | 6 |
| 3 | 13 |
| 4 | 3 |

| | |
|---|---|
| 4 | 8 |
| 4 | 9 |
| 4 | 12A |
| 4 | 13 |
| 4 | 19A |
| 4 | 20 |
| 4 | 25 |
| 5 | 2 |
| 5 | 3 |
| 5 | 4 |
| 5 | 10 |
| 5 | 12 |
| 5 | 18 |
| 5 | 19 |
| 6 | 7 |
| 10 | 2 |
| 10 | 3A |
| 13 | 4A |
| 14 | 4 |
| 14 | 6 |
| 14 | 8 |
| 14 | 12 |
| 15 | 9 |
| 15 | 10 |
| 15 | 13A |
| 15 | 15 |
| 15 | 16 |
| 15 | 17 |
| 15 | 19A |
| 15 | 20 |
| 16 | 10 |
| 16 | 11 |
| 16 | 12 |
| 16 | 19 |
| 17 | 1 |
| 20 | 14 |
| 21 | 10 |
| 24 | 16 |

d) Listagem dos Lotes: **EDUCACIONAL (ESCOLA)**, considerando o seu cunho educacional;

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 20 | ESCOLA MUNICIPAL |
| 27 | ESCOLA EUFRASIO DO NASCIMENTO |

**XV – DO ESTUDO AMBIENTAL E DA SITUAÇÃO DE RISCO:**

**COM NECESSIDADE DE ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL E RISCO – ÁREAS COM**

**RESTRIÇÕES AMBIENTAIS DEMARCADAS, ÁREAS NÃO ANALISADAS PELO ÓRGÃO**

**AMBIENTAL COMPETENTE:** *Em relação às medidas ambientais, ficou constatado pelo Estudo Técnico Ambiental anexo ao Projeto de Regularização Fundiária Urbana do Núcleo Urbano Informal ora objeto de REURB, que algumas unidades imobiliárias estão situadas em área que possui restrição ambiental (leia-se: áreas de preservação permanente, unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais).*

*Nos termos do art. 11, § 2º, da Lei Federal n.º 13.465/2017 c/c art. 4º, § 4º, do Decreto Federal n.º 9.310/2018, a aprovação municipal correspondente à análise ambiental, por seu órgão ambiental, poderá ser realizada em fases ou etapas, e a parte do núcleo urbano informal não afetada pelo estudo poderá ter seu projeto de regularização fundiária aprovado e levado a registro separadamente. Senão vejamos:*

*Art. 4º A aprovação municipal e distrital da Reurb de que trata o § 4º do art. 3º corresponde à aprovação urbanística do projeto de regularização fundiária, e à aprovação ambiental, se o Município tiver órgão ambiental capacitado.*

*(...)*

*§ 4º O estudo técnico ambiental será obrigatório somente para as parcelas dos núcleos urbanos informais situados nas áreas de preservação permanente, nas unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais e poderá ser feito em fases ou etapas e a parte do núcleo urbano informal não afetada pelo estudo poderá ter seu projeto de regularização fundiária aprovado e levado a registro separadamente.*

*Mais adiante, em se tratando de áreas de risco, o art. 36, § 3º, do Decreto Federal n.º 9.310/2018, traz o mesmo entendimento, senão vejamos:*

*Art. 31. (...) § 3º Os estudos técnicos previstos neste artigo aplicam-se somente às parcelas dos núcleos urbanos informais situados*

*nas áreas de risco, sendo que a parte do núcleo urbano não inserida na área de risco e não afetada pelo estudo técnico poderá ter o seu projeto de regularização fundiária aprovado e levado a registro separadamente.*

*Deste modo, até a respectiva análise e aprovação pelo Órgão Municipal Competente do Estudo Técnico Ambiental apresentado, a área indicada como restrição ambiental deverá ser desconsiderada para fins de abertura de matrículas individualizadas.*

*A(s) seguinte(s) Unidade(s) Imobiliária(s) possui(em) restrição:*

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 2 | 20 |
| 2 | ÁREA VERDE 02 |
| 3 | 1 |
| 3 | 2 |
| 3 | 3 |
| 3 | 23 |
| 3 | 24 |
| 3 | 25 |
| 3 | ÁREA VERDE 01 |
| 15 | 2B |
| 15 | 3 |
| 16 | 1 |
| 16 | 5 |
| 16 | 6 |
| 16 | PARQUE |
| 17 | 5 |

*Em relação as demais unidades imobiliárias, não existem impedimentos de risco e/ou ambiental, sendo, portanto, passível de ser regularizadas. O Município informará ao Cartório Registrador competente, após a análise do Estudo Técnico Ambiental, se as quadras e lotes destacados acima serão passíveis, ou não, de serem regularizados.*

*Assim, qualificada a CRF e não havendo exigências nem impedimentos, o oficial do cartório de registro de imóveis efetuará o seu registro na matrícula dos imóveis cujas áreas tenham sido atingidas, total ou parcialmente, conforme determina o art. 51, da Lei Federal n.º 13.465/2017.*

**XVI - PROPOSTA DE SOLUÇÕES PARA QUESTÕES AMBIENTAIS, URBANÍSTICAS E DE REASSENTAMENTO DOS OCUPANTES:**

***Não Existem Compensações Urbanísticas a Serem Realizadas no perímetro objeto de REURB:*** *No presente caso, não existem compensações urbanísticas a serem realizadas, motivo pelo qual fica dispensada a elaboração de cronograma e respectivo Termo de Compromisso, nos termos do §1º do artigo 30 do Decreto nº 9.310/18.*

**XVII - DOS RESPONSÁVEIS PELAS OBRAS E PELOS SERVIÇOS / CRONOGRAMA /**

**TERMO DE COMPROMISSO - INFRAESTRUTURA ESSENCIAL**

***Possui Infraestrutura Essencial:*** *O núcleo urbano informal consolidado ora objeto de REURB possui a infraestrutura essencial, definida no artigo 36, §1º da Lei nº 13.465/17, motivo pelo qual fica dispensada a elaboração do cronograma e respectivo Termo de Compromisso, nos termos do §1º do artigo 30 do Decreto nº 9.310/18.*

**XVIII - DAS DECLARAÇÕES FINAIS:**

Declaro que acompanha a presente CRF, os seguintes documentos:

1. Memoriais descritivos: do perímetro total, dos lotes e das áreas públicas;

2. Mapa georreferenciado do perímetro subscrito por profissional legalmente habilitado, indicando:

• As construções existentes nos lotes;

• O sistema viário do núcleo;

• Acidentes geográficos (rios, lagos etc.);

• Demais elementos caracterizadores do núcleo.

3. ART ou RRT do responsável pelo levantamento;

A presente certidão é dotada de 194 laudas e segue numerada, rubricada e grampeada ao projeto de regularização fundiária aprovado, à listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, com a indicação que a titulação será feita em momento posterior com a expedição do título individualizado, caracterizando uma única unidade documental.

Município de Alto Paraguai/MT, 07 dias do mês de outubro do ano de 2026. Eu, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, Prefeito Municipal de Alto Paraguai/MT.

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**

Prefeito Municipal de Alto Paraguai/MT

**DEPTO RH**

**DECISÃO ADMINISTRATIVA DE CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2024**

**DECISÃO ADMINISTRATIVA DE CONCLUSÃO DE PROCESSO**

**ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**URBANA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2024**

Trata-se de Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana do Núcleo Urbano

Informal Consolidado denominado **NÚCLEO URBANO INFORMAL BELA VISTA** – Processo Administrativo n.º **003/2024**, autuado, ex officio, por intermédio do Município de **ALTO PARAGUAI/MT,** com sede na Avenida Presidente Médice, n° 470, Bairro Bela Vista, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA.**

**I - NOME DO NÚCLEO URBANO INFORMAL CONSOLIDADO REGULARIZADO:**

NÚCLEO URBANO INFORMAL BELA VISTA

**II - LOCALIZAÇÃO DO NUIC:**

O núcleo encontra-se localizado dentro do perímetro urbano na Avenida Almirante Barroso, Núcleo Urbano Informal Bela Vista, neste Município.

**III - DOS DADOS DA MATRÍCULA OU TRANSCRIÇÃO:**

Não existe Matrícula ou Transcrição do Perímetro Objeto de REURB.

**IV - DA CARACTERIZAÇÃO COMO NÚCLEO URBANO INFORMAL:**

CLANDESTINO: a informalidade do núcleo objeto de REURB, em relação à questão urbanística, é classificada como clandestino (art. 11, inciso II, da Lei Federal n.º 13.465/2017). Em outras palavras, o NUIC é clandestino quando não há qualquer projeto de loteamento, desmembramento ou parcelamento do solo urbano aprovado pelo Município competente que, no presente caso, é o Município de Alto Paraguai/MT. Considerando que não existe projeto aprovado por parte do Município de Alto Paraguai/MT inserido dentro do perímetro objeto de REURB, nos termos do artigo art. 11, inciso II, da Lei nº 13.465/17, este deve ser considerando clandestino.

AUSÊNCIA DE TITULAÇÃO DOS OCUPANTES: considerando que, conforme visto acima, o perímetro objeto de REURB não possui projeto aprovado no Município e, por tal motivo, a informalidade deste decorre da impossibilidade de titulação de seus ocupantes pelos meios ordinários, considerando não possuir, ainda, matrículas individualizadas para que sejam registrados eventuais direitos reais de propriedade. Por tal motivo, o objeto de REURB também é classificado, em relação à sua informalidade, como Núcleo Urbano Informal por ausência de titulação dos ocupantes.

**V - DO ÓRGÃO PÚBLICO PROMOTOR DA REGULARIZAÇÃO:**

Município de Alto Paraguai/MT.

**VI - MODALIDADE PREDOMINANTEMENTE E DADOS DA INSTAURAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO:**

Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S), conforme decisão administrativa de instauração de processo de Regularização Fundiária Urbana, devidamente publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XIX, Edição N° 4.406, publicado no dia 23 de janeiro de 2024, páginas 44-47.

**VII - DO ESTUDO DAS DESCONFORMIDADES E DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS, URBANÍSTICA E AMBIENTAL:**

Conforme estudo preliminar em relação a situação jurídica do NUIC, trata-se de uma REURB

COMPLEXA, o perímetro objeto da REURB não possui matrícula ou transcrição em Cartório de Registro de Imóveis, que deram origem ao parcelamento de solo, tão pouco há qualquer projeto de loteamento, desmembramento ou parcelamento do solo urbano aprovado por esta municipalidade.

E em relação a situação urbanística do NUIC, o perímetro objeto da REURB possui infraestrutura essencial, no presente caso, não existem compensações urbanísticas a serem realizadas, motivo pelo qual fica dispensada a elaboração de cronograma e respectivo Termo de Compromisso (§1º do artigo 30 do Decreto n. 9.310/18).

**VIII - FORMA DE TITULAÇÃO:**

Legitimação Fundiária (*art. 15, inciso I c/c art. 23 e 24 da Lei Federal n.º 13.465/2017*).

Aos beneficiários classificados na modalidade "REURB-S", as titulações serão outorgadas, em ato único mediante o registro da CRF (arts. 11, inciso V, 23, §5° e 41, VI da Lei Federal n. 13.465/2017);

Aos beneficiários classificados na modalidade REURB-E, o registro da transferência de direitos reais, ficará sobrestado até emissão do título de legitimação fundiária urbana individualizado, que será apresentado para registro, sob responsabilidade do beneficiário, além das custas e emolumentos devidos ao Cartório Registrador competente.

**IX – DA ANUÊNCIA EXPRESSA E DAS NOTIFICAÇÕES:**

Este órgão certifica que foram devidamente notificados os titulares de domínio, confrontantes e terceiros eventualmente interessados,

nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.465/2017.

**X - DOS INFORMATIVOS DO PERÍMETRO DO NÚCLEO, LOTES, QUADRAS E ÁREAS PÚBLICAS**

**QUADRO GERAL:**

Área total Georreferenciada ..... 684.143,55 m²

Áreas Públicas ..... 316.463,01 m²

Vias de acesso..... 72.733,91 m²

Calçadas ..... 33.288,31 m²

Canteiros ..... 1.928,35 m²

Equipamentos Públicos ..... 208.512,44 m²

Perímetro ..... 5.377,51 metros

Números de Quadras .....

28

Números de Lotes .....

554

**DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO DO NÚCLEO:**

Uma área com 684.143,55 m², perímetro: 5.377,51 m, situada no **NÚCLEO URBANO INFORMAL BELA VISTA**, nesta cidade de Alto Paraguai/MT, e que se encontra representado pela seguinte descrição:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M01, de coordenadas N 8.396.138,5524m e E 554.482,0355m; situado no limite da Travessa 06; deste, segue confrontando com Travessa 06, com azimute 144°40'45" e distância de 65,48 m até o vértice M02, de coordenadas N 8.396.085,1271m e E 554.519,8917m; situado no limite da Rua Treze de Junho; deste, segue confrontando com Rua Treze de Junho, com azimute 234°33'02" e distância de 149,29 m até o vértice M03, de coordenadas N 8.395.998,5434m e E 554.398,2791m; situado no limite da Rua Dez de Julho; deste, segue confrontando com Rua Dez de Julho, com azimute 168°36'35" e distância de 140,24 m até o vértice M04, de coordenadas N 8.395.861,0633m e E 554.425,9757m; com azimute 173°00'03" e distância de 74,31 m até o vértice M05, de coordenadas N 8.395.787,3033m e E 554.435,0314m; com azimute 173°13'05" e distância de 113,45 m até o vértice M06, de coordenadas N 8.395.674,6455m e E 554.448,4289m; situado no limite da Rua Mazarmo de Siqueira; deste, segue confrontando com Rua Mazarmo de Siqueira, com azimute 80°26'17" e distância de 254,74 m até o vértice M07, de coordenadas N 8.395.716,9604m e E 554.699,6276m; com azimute 62°44'35" e distância de 55,29 m até o vértice M08, de coordenadas N 8.395.742,2838m e E 554.748,7815m; situado no limite da Matrícula 39.055 Prop.

Nadir Marques da Silva- Matrícula 39.056 Prop. Maria Leite da Silva- Matrícula 39.057 Prop. Antonio Lima de Oliveira; deste, segue confrontando com Matrícula 39.055 Prop. Nadir Marques da Silva- Matrícula 39.056 Prop. Maria Leite da Silva- Matrícula 39.057 Prop. Antonio Lima de Oliveira, com azimute 352°42'40" e distância de 31,44 m até o vértice M09, de coordenadas N 8.395.773,4712m e E 554.744,7925m; situado no limite da Matrícula 39.052 Prop. Losenil Ferreira da Silva- Matrícula 39.053 Prop. Elizabete de Arruda Prado- Matrícula 39.054 Prop. Lizeth Ferreira Ponde; deste, segue confrontando com Matrícula 39.052 Prop. Losenil Ferreira da Silva- Matrícula 39.053 Prop. Elizabete de Arruda Prado- Matrícula 39.054 Prop. Lizeth Ferreira Ponde, com azimute 354°09'21" e distância de 36,18 m até o vértice M10, de coordenadas N 8.395.809,4666m e E 554.741,1082m; situado no limite da Matrícula 39.049 Prop. Lindalva Rosa da Silva- Matrícula 39.050 Prop. Iraci Gonçalves da Silva- Matrícula 39.051 Prop. Eliete Conceição da Silva; deste, segue confrontando com Matrícula 39.049 Prop. Lindalva Rosa da Silva- Matrícula 39.050 Prop. Iraci Gonçalves da Silva- Matrícula 39.051 Prop. Eliete Conceição da Silva, com azimute 353°21'20" e distância de 29,81 m até o vértice M11, de coordenadas N 8.395.839,0747m e E 554.737,6591m; situado no limite da Matrícula 39.047 Prop. Maria Aparecida do Bonfim- Matrícula 39.048 Prop. Joacy Conceição da Silva- Matrícula 39.049 Prop. Lindalva Rosa da Silva; deste, segue confrontando com Matrícula 39.047 Prop. Maria Aparecida do Bonfim- Matrícula 39.048 Prop. Joacy Conceição da Silva- Matrícula 39.049 Prop. Lindalva Rosa da Silva, com azimute 353°01'08" e distância de 30,10 m até o vértice M12, de coordenadas N 8.395.868,9516m e E 554.734,0007m; situado no limite da Matrícula 39.045 Prop. Simone Silva Santiago de Araujo- Matrícula 39.046 Prop. Valdete de Barros Borges; deste, segue confrontando com Matrícula 39.045 Prop. Simone Silva Santiago de Araujo- Matrícula 39.046 Prop. Valdete de Barros Borges, com azimute

356°49'18" e distância de 28,20 m até o vértice M13, de coordenadas N 8.395.897,1082m e E 554.732,4372m; situado no limite da Rua 09; deste, segue confrontando com Rua 09, com azimute

81°53'06" e distância de 28,10 m até o vértice M14, de coordenadas N 8.395.901,0748m e E

554.760,2558m; com azimute 81°53'07" e distância de 6,91 m até o vértice M15, de coordenadas N 8.395.902,0496m e E 554.767,0924m; situado no limite da Rua Treze de Junho; deste, segue confrontando com Rua Treze de Junho, com azimute 155°05'10" e distância de 72,85 m até o vértice M16, de coordenadas N 8.395.835,9747m e E 554.797,7828m; com azimute 69°14'00" e distância de 14,76 m até o vértice M17, de coordenadas N 8.395.841,2096m e E 554.811,5880m; com azimute 3°33'32" e distância de 4,01 m até o vértice M18, de coordenadas N 8.395.845,2159m e E 554.811,8371m; situado no limite da Núcleo Urbano Catira; deste, segue confrontando com Núcleo Urbano Catira, com azimute 54°41'09" e distância de 59,18 m até o vértice M19, de coordenadas N 8.395.879,4249m e E 554.860,1269m; com azimute 25°06'15" e

distância de 17,20 m até o vértice M20, de coordenadas N 8.395.895,0007m e E 554.867,4246m; com azimute 33°08'26" e distância de 14,83 m até o vértice M21, de coordenadas N

8.395.907,4191m e E 554.875,5325m; com azimute 8°31'42" e distância de 60,21 m até o vértice M22, de coordenadas N 8.395.966,9623m e E 554.884,4614m; com azimute 58°49'08" e distância de 72,58 m até o vértice M23, de coordenadas N 8.396.004,5412m e E 554.946,5579m; situado no limite da Rua Santa Rita; deste, segue confrontando com Rua Santa Rita, com azimute 139°32'27" e distância de 254,79 m até o vértice M24, de coordenadas N 8.395.810,6775m e E 555.111,8940m; com azimute 137°15'41" e distância de 144,03 m até o vértice M25, de coordenadas N 8.395.704,8921m e E 555.209,6421m; situado no limite da Posse de Andressa da

Silva Amaral- Posse de Maria de Jesus Leite Correia- Posse de Leocadia Eulina da Silva- Posse de

Inacio Pereira dos Santos- Posse de Amélio Lima Valadares- Posse de Airtes Pereira Foles- Posse de Deuzina Almeida dos Santos; deste, segue confrontando com Posse de Andressa da Silva Amaral- Posse de Maria de Jesus Leite Correia- Posse de Leocadia Eulina da Silva- Posse de Inacio Pereira dos Santos- Posse de Amélio Lima Valadares- Posse de Airtes Pereira Foles- Posse de Deuzina Almeida dos Santos, com azimute 241°09'19" e distância de 106,22 m até o vértice M26, de coordenadas N 8.395.653,6495m e E 555.116,6044m; situado no limite da Posse de Gerson Gonçalves de Miranda; deste, segue confrontando com Posse de Gerson Gonçalves de Miranda, com azimute 176°11'33" e distância de 70,43 m até o vértice M27, de coordenadas N

8.395.583,3709m e E 555.121,2814m; situado no limite da Avenida Almirante Barroso; deste, segue confrontando com Avenida Almirante Barroso, com azimute 88°59'54" e distância de 64,55 m até o vértice M28, de coordenadas N 8.395.584,4992m e E 555.185,8202m; situado no limite da Rua Júlio Campos; deste, segue confrontando com Rua Júlio Campos, com azimute 168°28'53" e distância de 73,71 m até o vértice M29, de coordenadas N 8.395.512,2753m e E 555.200,5388m; situado no limite da Rua Cinco; deste, segue confrontando com Rua Cinco, com azimute 260°28'02" e distância de 127,32 m até o vértice M30, de coordenadas N 8.395.491,1890m e E 555.074,9724m; com azimute 254°04'15" e distância de 116,15 m até o vértice M31, de coordenadas N 8.395.459,3105m e E 554.963,2789m; situado no limite da Rua Sete; deste, segue confrontando com Rua Sete, com azimute 168°25'30" e distância de 110,73 m até o vértice M32, de coordenadas N 8.395.350,8277m e E 554.985,4978m; situado no limite da Rua Joaquim Murtinho; deste, segue confrontando com Rua Joaquim Murtinho, com azimute 256°07'32" e distância de 108,40 m até o vértice M33, de coordenadas N 8.395.324,8343m e E 554.880,2628m; com azimute 257°56'00" e distância de 191,79 m até o vértice M34, de coordenadas N 8.395.284,7415m e E 554.692,7132m; situado no limite da Rua Castelo Branco; deste, segue confrontando com Rua Castelo Branco, com azimute 259°17'05" e distância de 322,39 m até o vértice M35, de coordenadas N 8.395.224,8001m e E 554.375,9492m; situado no limite da Rua

Presidente Médici; deste, segue confrontando com Rua Presidente Médici, com azimute

349°27'36" e distância de 244,56 m até o vértice M36, de coordenadas N 8.395.465,2321m e E 554.331,2142m; com azimute 350°22'19" e distância de 100,32 m até o vértice M37, de coordenadas N 8.395.564,1362m e E 554.314,4362m; situado no limite da Avenida Almirante Barroso; deste, segue confrontando com Avenida Almirante Barroso, com azimute 259°04'38" e distância de 451,08 m até o vértice M38, de coordenadas N 8.395.478,6626m e E 553.871,5285m; situado no limite da Travessa 02; deste, segue confrontando com Travessa 02, com azimute 347°47'36" e distância de 70,54 m até o vértice M39, de coordenadas N 8.395.547,6071m e E 553.856,6136m; com azimute 352°25'01" e distância de 18,75 m até o vértice M40, de coordenadas N 8.395.566,1904m e E 553.854,1397m; com azimute 1°03'09" e distância de 23,42 m até o vértice M41, de coordenadas N 8.395.589,6049m e E 553.854,5698m; com azimute

10°39'52" e distância de 30,84 m até o vértice M42, de coordenadas N 8.395.619,9134m e E 553.860,2772m; situado no limite do Proprietário Não Identificado; deste, segue confrontando com Proprietário Não Identificado, com azimute 283°31'39" e distância de 21,18 m até o vértice M43, de coordenadas N 8.395.624,8673m e E 553.839,6861m; com azimute 15°06'19" e distância de 18,00 m até o vértice M44, de coordenadas N 8.395.642,2454m e E 553.844,3768m; com azimute 285°06'19" e distância de 17,74 m até o vértice M45, de coordenadas N 8.395.646,8681m e E 553.827,2506m; com azimute 14°53'23" e distância de 27,23 m até o vértice M46, de coordenadas N 8.395.673,1840m e E 553.834,2477m; com azimute 292°48'25" e distância de 18,20 m até o vértice M47, de coordenadas N 8.395.680,2388m e E 553.817,4706m; com azimute 30°04'28" e distância de 18,35 m até o vértice M48, de coordenadas N 8.395.696,1185m e E 553.826,6662m; com azimute 299°38'40" e distância de 69,00 m até o vértice M49, de coordenadas N 8.395.730,2470m e E 553.766,6975m; situado no limite da Posse de Gildesio Sales de Souza; deste, segue confrontando com Posse de Gildesio Sales de Souza, com azimute 20°59'11" e distância de 179,68 m até o vértice M50, de coordenadas N 8.395.898,0099m e E 553.831,0502m; situado no limite da Rua Santa Rita; deste, segue confrontando com Rua Santa Rita, com azimute 302°17'33" e distância de 72,31 m até o vértice M51, de coordenadas N 8.395.936,6411m e E 553.769,9237m; situado no limite da Travessa 08; deste, segue confrontando com Travessa 08, com azimute 43°11'56" e distância de 115,11 m até o vértice M52, de coordenadas N 8.396.020,5513m e E 553.848,7178m; com azimute 46°22'45" e distância de 95,81 m até o vértice M53, de coordenadas N 8.396.086,6476m e E 553.918,0755m; situado no limite da

Rua Presidente Médici; deste, segue confrontando com Rua Presidente Médici, com azimute

135°24'29" e distância de 46,24 m até o vértice M54, de coordenadas N 8.396.053,7185m e E

553.950,5390m; com azimute 136°35'28" e distância de 54,17 m até o vértice M55, de coordenadas N 8.396.014,3633m e E 553.987,7669m; com azimute 127°29'54" e distância de 48,66 m até o vértice M56, de coordenadas N 8.395.984,7433m e E 554.026,3707m; situado no limite da Posse de Ismael Bandeira; deste, segue confrontando com Posse de Ismael Bandeira, com azimute 39°43'40" e distância de 32,76 m até o vértice M57, de coordenadas N 8.396.009,9351m e E 554.047,3060m; com azimute 137°07'34" e distância de 18,00 m até o vértice M58, de coordenadas N 8.395.996,7416m e E 554.059,5550m; com azimute 131°39'59" e distância de 15,00 m até o vértice M59, de coordenadas N 8.395.986,7697m e E 554.070,7604m; com azimute 128°05'20" e distância de 12,50 m até o vértice M60, de coordenadas N 8.395.979,0587m e E 554.080,5986m; com azimute 123°48'31" e distância de 26,36 m até o vértice M61, de coordenadas N 8.395.964,3898m e E 554.102,5037m; com azimute 54°36'35"

e distância de 24,30 m até o vértice M62, de coordenadas N 8.395.978,4629m e E 554.122,3137m; com azimute 352°24'01" e distância de 21,18 m até o vértice M63, de coordenadas N 8.395.999,4567m e E 554.119,5126m; com azimute 73°15'36" e distância de 71,28 m até o vértice M64, de coordenadas N 8.396.019,9884m e E 554.187,7752m; com azimute 162°57'46" e

distância de 9,13 m até o vértice M65, de coordenadas N 8.396.011,2591m e E 554.190,4503m; situado no limite da Travessa 01; deste, segue confrontando com Travessa 01, com azimute

81°02'21" e distância de 22,22 m até o vértice M66, de coordenadas N 8.396.014,7205m e E 554.212,4019m; com azimute 81°02'21" e distância de 136,21 m até o vértice M67, de coordenadas N 8.396.035,9363m e E 554.346,9493m; situado no limite da Posse de Lindomar Soares Paulino; deste, segue confrontando com Posse de Lindomar Soares Paulino, com azimute

16°09'06" e distância de 46,69 m até o vértice M68, de coordenadas N 8.396.080,7840m e E 554.359,9377m; com azimute 114°40'54" e distância de 31,68 m até o vértice M69, de coordenadas N 8.396.067,5548m e E 554.388,7244m; com azimute 81°55'45" e distância de 14,51 m até o vértice M70, de coordenadas N 8.396.069,5921m e E 554.403,0914m; com azimute 48°51'42" e distância de 5,08 m até o vértice M71, de coordenadas N 8.396.072,9309m e E

554.406,9135m; com azimute 48°51'42" e distância de 99,75 m até o vértice M01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 57°00' WGr, fuso -21S, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

**LISTA DE LOTES POR QUADRA:**

| Quadra | Lote | Área do lote | Perímetro do lote |
|---|---|---|---|
| 01 | 01 | 3.498,89 m² | 244,66 m |
| 01 | 02 | 9.344,19 m² | 402,97 m |
| 01 | 03 | 5.443,22 m² | 342,52 m |
| 01 | 04 | 7.546,06 m² | 351,46 m |
| 01 | 05 | 6.618,62 m² | 403,10 m |
| 01 | Ginásio | 5.226,89 m² | 301,25 m |
| 01 | Casa de Apoio | 991,91 m² | 126,72 m |
| 01 | Creche Municipal | 3.348,13 m² | 248,78 m |
| 01 | Ginásio Municipal | 3.796,58 m² | 284,62 m |
| 01 | Prefeitura Municipal | 16.776,38 m² | 527,89 m |
| 02 | 01 | 3.719,00 m² | 255,87 m |
| 02 | 02A | 754,04 m² | 128,19 m |
| 02 | 02B | 676,92 m² | 121,83 m |
| 02 | 03 | 797,95 m² | 123,32 m |
| 02 | 04 | 1.668,45 m² | 170,05 m |
| 02 | 05 | 558,60 m² | 97,56 m |
| 02 | 06A | 236,43 m² | 67,44 m |
| 02 | 06B | 278,57 m² | 68,33 m |
| 02 | 07 | 210,38 m² | 62,26 m |
| 02 | 08 | 345,15 m² | 76,03 m |
| 02 | 09 | 312,80 m² | 73,35 m |
| 02 | 10 | 305,65 m² | 72,94 m |
| 02 | 11 | 331,60 m² | 75,38 m |
| 02 | 12 | 1.137,80 m² | 137,76 m |
| 02 | 13 | 741,85 m² | 117,10 m |
| 02 | 14A | 579,43 m² | 108,93 m |
| 02 | 14B | 668,82 m² | 113,47 m |
| 02 | 15 | 329,30 m² | 74,96 m |
| 02 | 16 | 404,35 m² | 82,79 m |
| 02 | 17 | 431,99 m² | 85,26 m |
| 02 | 18 | 507,70 m² | 91,11 m |
| 02 | 19 | 331,84 m² | 78,56 m |
| 02 | 20 | 199,43 m² | 59,97 m |
| 02 | 21 | 359,24 m² | 84,00 m |
| 02 | 22 | 359,26 m² | 84,00 m |
| 02 | 23 | 359,26 m² | 84,00 m |
| 02 | 23A | 359,26 m² | 84,00 m |
| 02 | 24A | 359,26 m² | 84,00 m |
| 02 | 24B | 359,26 m² | 84,00 m |
| 02 | 25 | 665,58 m² | 113,28 m |
| 02 | 26 | 513,63 m² | 90,66 m |
| 02 | 27 | 602,51 m² | 124,76 m |
| 02 | 28 | 274,59 m² | 68,89 m |
| 02 | 29 | 367,94 m² | 82,39 m |
| 02 | Área verde 02 | 21.122,41 m² | 943,89 m |
| 02A | 01A | 327,26 m² | 88,74 m |
| 02A | 01B | 494,54 m² | 89,29 m |
| 02A | 01C | 224,03 m² | 77,25 m |
| 02A | 02 | 461,87 m² | 87,70 m |
| 02A | 03 | 328,55 m² | 78,35 m |
| 02A | 04 | 421,15 m² | 85,20 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 02A | 05A | 283,97 m² | 74,58 m |
| 02A | 05B | 345,13 m² | 78,31 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 02A | 06 | 279,75 m² | 72,22 m |
| 02A | 07 | 291,50 m² | 72,50 m |
| 02A | 08 | 362,00 m² | 83,48 m |
| 02A | 09 | 282,30 m² | 71,73 m |
| 02A | 10 | 335,20 m² | 75,55 m |
| 02A | 11 | 794,90 m² | 113,61 m |
| 02A | 12 | 304,60 m² | 74,28 m |
| 02A | 13 | 357,00 m² | 82,99 m |
| 02A | 14 | 338,15 m² | 80,43 m |
| 02A | 15 | 281,85 m² | 75,24 m |
| 02A | 16 | 356,70 m² | 79,77 m |
| 02A | 17 | 398,10 m² | 80,92 m |
| 02A | 18 | 368,75 m² | 80,07 m |
| 03 | 01 | 675,60 m² | 106,38 m |
| 03 | 02 | 579,55 m² | 103,96 m |
| 03 | 03 | 1.558,39 m² | 199,71 m |
| 03 | 04 | 738,45 m² | 138,01 m |
| 03 | 05 | 258,45 m² | 68,84 m |
| 03 | 06 | 837,86 m² | 144,86 m |
| 03 | 07 | 647,00 m² | 111,96 m |
| 03 | 08 | 550,00 m² | 104,79 m |
| 03 | 09 | 406,70 m² | 95,17 m |
| 03 | 10 | 1.523,45 m² | 186,70 m |
| 03 | 11 | 350,05 m² | 106,62 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 03 | 12 | 936,80 m² | 132,96 m |
| 03 | 13 | 975,65 m² | 126,02 m |
| 03 | 14 | 325,50 m² | 87,62 m |
| 03 | 15 | 342,75 m² | 74,55 m |
| 03 | 16 | 374,60 m² | 78,20 m |
| 03 | 17A | 326,80 m² | 74,92 m |
| 03 | 17B | 341,25 m² | 77,22 m |
| 03 | 18 | 427,40 m² | 98,75 m |
| 03 | 19 | 1.277,50 m² | 142,64 m |
| 03 | 20 | 406,95 m² | 86,18 m |
| 03 | 21 | 430,95 m² | 90,15 m |
| 03 | 22 | 532,35 m² | 94,03 m |
| 03 | 23 | 626,90 m² | 101,27 m |
| 03 | 24 | 553,00 m² | 94,29 m |
| 03 | 25 | 579,50 m² | 96,37 m |
| 03 | Área Verde 01 | 1.813,50 m² | 284,67 m |
| 04 | 01 | 918,12 m² | 138,97 m |
| 04 | 02 | 956,84 m² | 138,77 m |
| 04 | 03 | 713,16 m² | 127,40 m |
| 04 | 04 | 751,36 m² | 128,09 m |
| 04 | 05A | 733,60 m² | 115,12 m |
| 04 | 05B | 184,81 m² | 57,46 m |
| 04 | 06 | 657,47 m² | 110,17 m |
| 04 | 07 | 177,27 m² | 54,74 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 04 | 08 | 515,37 m² | 117,42 m |
| 04 | 09 | 854,46 m² | 131,70 m |
| 04 | 10 | 587,76 m² | 120,88 m |
| 04 | 11 | 578,71 m² | 120,82 m |
| 04 | 12A | 186,82 m² | 54,99 m |
| 04 | 12B | 393,64 m² | 90,58 m |
| 04 | 13 | 308,97 m² | 81,82 m |
| 04 | 14 | 178,67 m² | 55,74 m |
| 04 | 15 | 380,17 m² | 113,40 m |
| 04 | 16 | 603,65 m² | 122,95 m |
| 04 | 17 | 1.366,38 m² | 153,90 m |
| 04 | 18 | 696,85 m² | 128,04 m |
| 04 | 19A | 397,62 m² | 90,55 m |
| 04 | 19B | 199,09 m² | 57,08 m |
| 04 | 20 | 329,40 m² | 112,57 m |
| 04 | 21 | 295,92 m² | 81,14 m |
| 04 | 22 | 179,75 m² | 56,87 m |
| 04 | 23 | 462,01 m² | 91,82 m |
| 04 | 24 | 287,58 m² | 68,27 m |
| 04 | 25 | 208,27 m² | 57,74 m |
| 04 | 26 | 235,56 m² | 61,56 m |
| 04 | 27 | 260,20 m² | 64,17 m |
| 05 | 01 | 702,98 m² | 158,21 m |
| 05 | 02 | 1.086,47 m² | 174,43 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 05 | 03 | 273,85 m² | 97,98 m |
| 05 | 04 | 322,79 m² | 109,99 m |
| 05 | 05 | 315,64 m² | 74,04 m |
| 05 | 06 | 517,73 m² | 151,16 m |
| 05 | 07A | 463,36 m² | 101,05 m |
| 05 | 07B | 472,68 m² | 98,59 m |
| 05 | 08 | 315,01 m² | 76,34 m |
| 05 | 09 | 634,20 m² | 113,80 m |
| 05 | 10 | 1.248,14 m² | 176,07 m |
| 05 | 11 | 669,12 m² | 118,56 m |
| 05 | 12 | 647,69 m² | 117,05 m |
| 05 | 13 | 877,67 m² | 146,15 m |
| 05 | 14 | 481,90 m² | 92,15 m |
| 05 | 15 | 413,73 m² | 84,64 m |
| 05 | 16 | 541,87 m² | 101,67 m |
| 05 | 17 | 295,23 m² | 69,52 m |
| 05 | 18 | 241,25 m² | 78,88 m |
| 05 | 19 | 188,08 m² | 61,76 m |
| 06 | 01 | 1.403,22 m² | 147,71 m |
| 06 | 02 | 568,64 m² | 109,28 m |
| 06 | 03 | 630,73 m² | 111,61 m |
| 06 | 04 | 604,65 m² | 109,41 m |
| 06 | 05 | 630,83 m² | 109,24 m |
| 06 | 06 | 298,34 m² | 78,84 m |
| 06 | 07 | 569,51 m² | 97,07 m |
| 06 | 08 | 521,16 m² | 113,15 m |
| 06 | 09 | 878,63 m² | 131,31 m |
| 06 | 10 | 521,00 m² | 108,16 m |
| 06 | 11 | 236,25 m² | 96,69 m |
| 06 | 12 | 903,12 m² | 133,42 m |
| 06 | 13 | 685,03 m² | 122,13 m |
| 06 | 14 | 692,84 m² | 123,18 m |
| 06 | 15 | 1.462,99 m² | 153,38 m |
| 10 | 01A | 651,00 m² | 103,95 m |
| 10 | 01B | 596,00 m² | 101,08 m |
| 10 | 01C | 510,49 m² | 91,11 m |
| 10 | 01D | 422,34 m² | 88,72 m |
| 10 | 02 | 3.368,29 m² | 239,11 m |
| 10 | 03A | 1.973,96 m² | 184,33 m |
| 10 | 03B | 2.148,90 m² | 195,46 m |
| 10 | 04 | 1.246,43 m² | 142,15 m |
| 10 | 05 | 916,38 m² | 123,04 m |
| 10 | 06 | 619,54 m² | 110,46 m |
| 10 | 07 | 435,39 m² | 88,32 m |
| 10 | 08 | 365,91 m² | 83,57 m |
| 10 | 09 | 508,32 m² | 105,58 m |
| 10 | 10 | 727,74 m² | 130,55 m |
| 10 | 11 | 387,16 m² | 96,61 m |
| 10 | 12 | 988,38 m² | 126,58 m |
| 10 | 13 | 523,03 m² | 94,47 m |
| 11 | 01 | 2.854,63 m² | 279,83 m |
| 11 | Parque de Exposição | 15.163,08 m² | 482,44 m |
| 12 | 01A | 322,90 m² | 74,35 m |
| 12 | 01B | 212,64 m² | 63,25 m |
| 12 | 02 | 341,01 m² | 81,11 m |
| 12 | 03 | 1.222,75 m² | 159,07 m |
| 12 | 04 | 1.322,94 m² | 165,80 m |
| 12 | 05 | 695,59 m² | 132,09 m |
| 12 | 06 | 596,93 m² | 125,89 m |
| 12 | 07 | 1.013,79 m² | 135,43 m |
| 12 | 08 | 555,89 m² | 113,73 m |
| 12 | 09 | 592,13 m² | 111,85 m |
| 12 | 10 | 8.839,17 m² | 433,37 m |
| 12 | 11A | 477,35 m² | 92,33 m |
| 12 | 11B | 377,61 m² | 86,18 m |
| 12 | 12 | 821,57 m² | 115,74 m |
| 12 | 13A | 551,43 m² | 97,35 m |
| 12 | 13B | 367,12 m² | 84,67 m |
| 12 | 13C | 418,25 m² | 87,93 m |
| 12 | 14 | 5.301,73 m² | 362,67 m |
| 12 | 15 | 1.524,02 m² | 162,09 m |
| 12 | 16A | 427,86 m² | 117,86 m |
| 12 | 16B | 604,41 m² | 120,92 m |
| 12 | 17 | 873,41 m² | 127,84 m |
| 12 | 18 | 669,46 m² | 113,63 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 12 | 19 | 774,91 m² | 115,30 m |
| 12 | 20 | 387,73 m² | 88,98 m |
| 12 | 21 | 525,89 m² | 110,04 m |
| 12 | 22 | 438,53 m² | 102,93 m |
| 12 | 23 | 713,97 m² | 115,72 m |
| 12 | Centro de Projetos de Assistência Social | 1.811,67 m² | 180,67 m |
| 13 | 01 | 436,38 m² | 93,26 m |
| 13 | 02 | 645,41 m² | 104,23 m |
| 13 | 03 | 504,32 m² | 103,64 m |
| 13 | 04A | 353,82 m² | 95,17 m |
| 13 | 04B | 723,07 m² | 130,26 m |
| 13 | 05 | 1.053,35 m² | 141,97 m |
| 13 | 06 | 1.142,27 m² | 177,88 m |
| 13 | 07 | 683,23 m² | 108,25 m |
| 13 | 08A | 79,29 m² | 42,20 m |
| 13 | 08B | 855,19 m² | 135,80 m |
| 13 | 09 | 673,37 m² | 124,55 m |
| 13 | 10 | 584,93 m² | 119,41 m |
| 13 | 11 | 465,42 m² | 112,69 m |
| 13 | 12 | 1.193,83 m² | 145,80 m |
| 13 | 13 | 507,55 m² | 98,22 m |
| 13 | 14 | 117,73 m² | 44,81 m |
| 14 | 01 | 549,58 m² | 94,91 m |
| 14 | 02 | 390,95 m² | 81,53 m |
| 14 | 03 | 434,66 m² | 83,82 m |
| 14 | 04 | 334,22 m² | 74,11 m |
| 14 | 05 | 445,90 m² | 86,88 m |
| 14 | 06 | 249,58 m² | 75,83 m |
| 14 | 07 | 385,33 m² | 93,98 m |
| 14 | 08 | 801,73 m² | 117,79 m |
| 14 | 09 | 621,59 m² | 109,30 m |
| 14 | 10 | 822,68 m² | 119,85 m |
| 14 | 11 | 405,53 m² | 98,62 m |
| 14 | 12 | 244,24 m² | 62,55 m |
| 14 | 13 | 351,41 m² | 77,18 m |
| 14 | 14 | 343,85 m² | 91,61 m |
| 14 | 15 | 417,96 m² | 95,06 m |
| 14 | 16 | 470,56 m² | 95,91 m |
| 14 | 17 | 309,49 m² | 83,91 m |
| 14 | 18 | 408,42 m² | 103,89 m |
| 14 | 19 | 602,70 m² | 111,46 m |
| 14 | 20 | 558,07 m² | 107,82 m |
| 14 | 21 | 434,86 m² | 100,38 m |
| 14 | 22 | 547,18 m² | 105,58 m |
| 14 | 23 | 611,30 m² | 119,32 m |
| 14 | 24 | 750,44 m² | 127,31 m |
| 15 | 01 | 627,37 m² | 104,83 m |
| 15 | 02A | 118,87 m² | 56,65 m |
| 15 | 02B | 190,35 m² | 61,77 m |
| 15 | 03 | 356,81 m² | 80,57 m |
| 15 | 04 | 1.580,33 m² | 196,24 m |
| 15 | 05A | 771,67 m² | 175,82 m |
| 15 | 05B | 1.397,33 m² | 227,93 m |
| 15 | 06 | 1.635,43 m² | 226,98 m |
| 15 | 07 | 2.316,90 m² | 233,31 m |
| 15 | 08A | 277,06 m² | 66,93 m |
| 15 | 08B | 113,10 m² | 44,34 m |
| 15 | 08C | 190,64 m² | 55,31 m |
| 15 | 09 | 143,53 m² | 52,51 m |
| 15 | 10 | 604,17 m² | 118,95 m |
| 15 | 11 | 375,86 m² | 101,17 m |
| 15 | 12 | 302,59 m² | 95,18 m |
| 15 | 13A | 230,74 m² | 88,93 m |
| 15 | 13B | 482,45 m² | 101,73 m |
| 15 | 14 | 551,58 m² | 104,87 m |
| 15 | 15 | 550,30 m² | 103,97 m |
| 15 | 16 | 4.421,03 m² | 285,60 m |
| 15 | 17 | 1.647,60 m² | 207,14 m |
| 15 | 18 | 1.049,46 m² | 162,92 m |
| 15 | 19A | 227,08 m² | 72,79 m |
| 15 | 19B | 749,69 m² | 131,37 m |
| 15 | 20 | 681,33 m² | 115,43 m |
| 15 | 21 | 764,82 m² | 125,22 m |
| 15 | 22 | 916,18 m² | 154,59 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 15 | 23 | 314,10 m² | 71,01 m |
| 15 | 24 | 482,04 m² | 91,35 m |
| 15 | 25 | 243,23 m² | 62,59 m |
| 15 | 26 | 868,51 m² | 118,79 m |
| 15 | 27 | 1.787,71 m² | 221,42 m |
| 15 | 28 | 479,60 m² | 93,96 m |
| 15 | 29 | 455,50 m² | 91,89 m |
| 15 | 30 | 399,33 m² | 87,87 m |
| 15 | 31 | 520,79 m² | 95,60 m |
| 15 | 32 | 314,21 m² | 82,65 m |
| 15 | 33 | 374,24 m² | 91,03 m |
| 15 | 34 | 376,10 m² | 103,68 m |
| 15 | 35 | 329,27 m² | 75,43 m |
| 15 | 36 | 450,47 m² | 89,56 m |
| 15 | 37A | 163,59 m² | 52,12 m |
| 15 | 37B | 539,10 m² | 121,47 m |
| 15 | Pronto Atendimento Dr. Marzavão de Siqueira | 8.406,84 m² | 372,88 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 15 | Vigilância Sanitária | 2.004,15 m² | 180,17 m |
| 16 | 01 | 533,77 m² | 106,79 m |
| 16 | 02 | 456,10 m² | 98,00 m |
| 16 | 03 | 578,35 m² | 104,92 m |
| 16 | 04 | 425,75 m² | 95,90 m |
| 16 | 05 | 415,35 m² | 95,24 m |
| 16 | 06 | 1.441,30 m² | 152,02 m |
| 16 | 07 | 803,90 m² | 120,17 m |
| 16 | 08 | 565,80 m² | 109,85 m |
| 16 | 09 | 690,20 m² | 108,64 m |
| 16 | 10 | 344,10 m² | 82,95 m |
| 16 | 11 | 277,60 m² | 77,95 m |
| 16 | 12 | 1.513,95 m² | 172,56 m |
| 16 | 13 | 451,85 m² | 123,67 m |
| 16 | 14 | 849,70 m² | 165,55 m |
| 16 | 15 | 916,55 m² | 150,78 m |
| 16 | 16 | 875,10 m² | 147,44 m |
| 16 | 17 | 680,00 m² | 138,66 m |
| 16 | 18 | 232,10 m² | 64,26 m |
| 16 | 19 | 3.064,50 m² | 234,47 m |
| 16 | Parque | 87.330,23 m² | 1.342,75 m |
| 17 | 01 | 2.107,72 m² | 187,69 m |
| 17 | 02 | 1.268,95 m² | 154,35 m |
| 17 | 03 | 506,77 m² | 89,62 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 17 | 04 | 1.828,08 m² | 194,78 m |
| 17 | 05 | 382,79 m² | 79,22 m |
| 17 | 06 | 344,50 m² | 75,03 m |
| 17 | 07 | 336,98 m² | 74,35 m |
| 17 | Equipamento Público | 355,87 m² | 77,74 m |
| 18 | 01 | 387,74 m² | 94,14 m |
| 18 | 02 | 739,77 m² | 115,86 m |
| 18 | 03 | 450,71 m² | 108,48 m |
| 18 | 04 | 531,82 m² | 111,56 m |
| 18 | 05 | 580,19 m² | 112,37 m |
| 18 | 06 | 861,78 m² | 124,47 m |
| 18 | 07 | 840,15 m² | 129,49 m |
| 18 | 08 | 769,04 m² | 129,32 m |
| 18 | 09 | 458,57 m² | 92,57 m |
| 18 | 10 | 386,03 m² | 85,52 m |
| 18 | 11 | 365,60 m² | 82,85 m |
| 18 | 12 | 315,13 m² | 79,09 m |
| 18 | 13 | 721,16 m² | 111,45 m |
| 18 | 14 | 954,02 m² | 127,43 m |
| 18 | 15 | 579,77 m² | 108,08 m |
| 18 | 16 | 556,50 m² | 107,20 m |
| 18 | 17 | 656,34 m² | 110,96 m |
| 18 | 18 | 576,83 m² | 104,73 m |
| 19 | Praça | 2.166,04 m² | 186,14 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 20 | 01-02 | 623,30 m² | 112,97 m |
| 20 | 03 | 169,61 m² | 52,82 m |
| 20 | 04 | 280,55 m² | 89,50 m |
| 20 | 05 | 522,99 m² | 101,72 m |
| 20 | 06 | 1.284,18 m² | 170,54 m |
| 20 | 07 | 918,06 m² | 158,26 m |
| 20 | 08 | 369,88 m² | 95,00 m |
| 20 | 09 | 428,23 m² | 98,34 m |
| 20 | 10 | 348,61 m² | 93,30 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 20 | 11 | 271,54 m² | 69,44 m |
| 20 | 12 | 255,58 m² | 70,99 m |
| 20 | 13 | 651,86 m² | 112,16 m |
| 20 | 14 | 4.615,14 m² | 296,39 m |
| 20 | 15 | 3.226,38 m² | 281,90 m |
| 20 | 16 | 699,53 m² | 142,84 m |
| 20 | 17 | 911,29 m² | 162,20 m |
| 20 | 18 | 512,00 m² | 100,14 m |
| 20 | 19 | 386,72 m² | 85,07 m |
| 20 | 20 | 206,79 m² | 63,33 m |
| 20 | 21 | 309,91 m² | 73,70 m |
| 20 | 22 | 359,33 m² | 83,25 m |
| 20 | 23 | 475,17 m² | 102,09 m |
| 20 | 24 | 976,64 m² | 137,14 m |
| 20 | 25 | 631,52 m² | 114,16 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 20 | 26 | 175,65 m² | 54,16 m |
| 20 | 27 | 510,94 m² | 111,50 m |
| 20 | 28 | 545,56 m² | 99,57 m |
| 20 | 29 | 429,86 m² | 91,02 m |
| 20 | 30 | 421,33 m² | 90,52 m |
| 20 | 31 | 449,78 m² | 89,10 m |
| 20 | 32 | 491,32 m² | 94,61 m |
| 20 | 33 | 1.156,54 m² | 165,06 m |
| 20 | 34 | 765,58 m² | 152,58 m |
| 20 | 35 | 835,82 m² | 155,60 m |
| 20 | 36 | 672,81 m² | 150,77 m |
| 20 | 37 | 772,62 m² | 152,40 m |
| 20 | 38 | 778,03 m² | 123,62 m |
| 20 | 39 | 631,18 m² | 119,67 m |
| 20 | 40 | 309,07 m² | 77,59 m |
| 20 | Escola Municipal | 393,58 m² | 82,28 m |
| 21 | 01 | 259,99 m² | 66,00 m |
| 21 | 02 | 194,99 m² | 56,00 m |
| 21 | 03 | 298,04 m² | 71,91 m |
| 21 | 04 | 566,82 m² | 133,41 m |
| 21 | 05 | 665,91 m² | 135,05 m |
| 21 | 06 | 650,34 m² | 132,46 m |
| 21 | 07 | 1.100,63 m² | 146,93 m |
| 21 | 08 | 1.184,59 m² | 147,50 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 21 | 09 | 683,93 m² | 126,83 m |
| 21 | 10 | 1.089,00 m² | 145,02 m |
| 21 | 11 | 2.230,56 m² | 209,68 m |
| 21 | 12 | 374,92 m² | 83,70 m |
| 21 | 13 | 283,21 m² | 71,04 m |
| 21 | 14 | 562,47 m² | 111,41 m |
| 21 | 15 | 136,32 m² | 66,25 m |
| 21 | 16 | 242,25 m² | 73,10 m |
| 21 | 17 | 374,86 m² | 101,31 m |
| 21 | 18 | 598,74 m² | 117,14 m |
| 21 | 19 | 766,45 m² | 130,47 m |
| 21 | 20 | 716,68 m² | 131,25 m |
| 21 | 21 | 1.157,68 m² | 151,59 m |
| 21 | 22 | 987,00 m² | 151,53 m |
| 21 | 23 | 700,78 m² | 145,76 m |
| 21 | 24 | 287,48 m² | 73,54 m |
| 21 | 25 | 208,43 m² | 60,90 m |
| 21 | 26 | 341,52 m² | 74,25 m |
| 21 | 27 | 260,36 m² | 77,16 m |
| 21 | 28 | 303,43 m² | 80,93 m |
| 21 | 29 | 627,12 m² | 102,86 m |
| 21 | 30 | 419,60 m² | 89,74 m |
| 21 | 31 | 244,46 m² | 77,86 m |
| 21 | 32 | 428,74 m² | 89,13 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 21 | 33 | 295,40 m² | 79,40 m |
| 21 | 34 | 849,82 m² | 121,26 m |
| 21 | 35 | 688,85 m² | 109,05 m |
| 21 | 36 | 423,86 m² | 86,13 m |
| 21 | 37 | 397,39 m² | 79,97 m |
| 22 | 01 | 2.738,91 m² | 219,06 m |
| 22 | 02 | 1.387,42 m² | 179,87 m |
| 22 | 03 | 981,66 m² | 151,75 m |
| 22 | 04 | 1.704,99 m² | 180,39 m |
| 22 | 05 | 180,05 m² | 54,15 m |
| 22 | 06 | 246,74 m² | 63,88 m |
| 22 | 07 | 447,54 m² | 89,72 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 22 | 08 | 458,80 m² | 90,20 m |
| 22 | 09 | 382,06 m² | 85,11 m |
| 22 | 10 | 149,03 m² | 53,39 m |
| 22 | 11 | 227,77 m² | 61,27 m |
| 22 | 12 | 242,20 m² | 62,60 m |
| 22 | 13 | 348,99 m² | 89,80 m |
| 22 | 14 | 636,39 m² | 105,81 m |
| 22 | 15 | 442,80 m² | 93,74 m |
| 22 | 16A | 965,16 m² | 139,00 m |
| 22 | 16B | 908,12 m² | 130,28 m |
| 22 | 17 | 655,12 m² | 118,30 m |
| 22 | 18 | 512,31 m² | 93,06 m |
| 22 | 19 | 272,92 m² | 69,00 m |
| 22 | 20 | 335,47 m² | 74,93 m |
| 22 | 21 | 411,38 m² | 82,73 m |
| 23 | 01 | 387,51 m² | 79,12 m |
| 23 | 02 | 1.106,45 m² | 140,94 m |
| 23 | 03 | 460,13 m² | 108,50 m |
| 23 | 04 | 495,57 m² | 108,71 m |
| 23 | 05 | 567,86 m² | 106,42 m |
| 23 | 06 | 477,25 m² | 93,66 m |
| 23 | 07 | 689,60 m² | 105,75 m |
| 23 | 08 | 2.795,78 m² | 212,42 m |
| 23 | 09 | 418,40 m² | 92,08 m |
| 23 | 10A | 508,85 m² | 101,11 m |
| 23 | 10B | 236,27 m² | 64,66 m |
| 23 | 10C | 491,30 m² | 114,67 m |
| 23 | 11 | 319,93 m² | 86,46 m |
| 23 | 12 | 318,84 m² | 84,97 m |
| 23 | 13A | 416,35 m² | 92,43 m |
| 23 | 13B | 434,04 m² | 92,59 m |
| 23 | 14 | 329,58 m² | 84,00 m |
| 23 | 15 | 476,29 m² | 92,49 m |
| 23 | 16 | 340,95 m² | 74,12 m |
| 23 | 17 | 312,60 m² | 71,07 m |
| 24 | 01 | 326,13 m² | 74,25 m |
| 24 | 02 | 1.125,91 m² | 140,22 m |
| 24 | 03 | 693,23 m² | 110,94 m |
| 24 | 04 | 393,76 m² | 98,02 m |
| 24 | 05 | 217,55 m² | 72,98 m |
| 24 | 06 | 452,80 m² | 102,81 m |
| 24 | 07 | 277,25 m² | 71,33 m |
| 24 | 08 | 204,39 m² | 59,43 m |
| 24 | 09 | 315,27 m² | 78,36 m |
| 24 | 10 | 339,67 m² | 77,06 m |
| 24 | 11 | 295,60 m² | 71,37 m |
| 24 | 12 | 494,05 m² | 90,03 m |
| 24 | 13 | 1.055,41 m² | 152,06 m |
| 24 | 14 | 573,27 m² | 97,32 m |
| 24 | 15 | 450,89 m² | 90,08 m |
| 24 | 16 | 452,62 m² | 91,20 m |
| 24 | 17 | 306,76 m² | 82,04 m |
| 24 | 18 | 185,22 m² | 73,79 m |
| 25 | 01 | 519,40 m² | 110,82 m |
| 25 | 02 | 397,30 m² | 81,96 m |
| 25 | 03 | 349,30 m² | 79,10 m |
| 25 | 04 | 354,32 m² | 80,23 m |
| 25 | 05 | 344,07 m² | 84,34 m |
| 25 | 06 | 1.061,91 m² | 164,12 m |
| 25 | 07 | 3.623,97 m² | 254,29 m |
| 25 | 08 | 606,81 m² | 106,69 m |
| 25 | 09 | 290,28 m² | 68,31 m |
| 25 | 10 | 320,47 m² | 71,82 m |
| 25 | 11 | 371,47 m² | 76,81 m |
| 26 | 01 | 231,67 m² | 61,64 m |
| 26 | 02 | 338,94 m² | 83,58 m |
| 26 | 03 | 451,22 m² | 91,09 m |
| 26 | 04 | 1.355,45 m² | 150,29 m |
| 26 | 05 | 525,13 m² | 106,03 m |
| 26 | 06 | 410,07 m² | 99,02 m |
| 26 | 07 | 425,12 m² | 98,46 m |
| 26 | 08 | 300,45 m² | 90,91 m |
| 26 | 09 | 474,96 m² | 99,28 m |
| 26 | 10 | 429,24 m² | 95,30 m |
| 26 | 11 | 431,25 m² | 94,45 m |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 26 | 12 | 415,34 m² | 92,92 m |
| 26 | 13 | 421,08 m² | 92,95 m |
| 26 | 14 | 488,55 m² | 96,72 m |
| 26 | 15 | 899,75 m² | 122,72 m |
| 26 | 16 | 414,73 m² | 97,66 m |
| 26 | 17 | 470,07 m² | 102,24 m |
| 26 | 18 | 9.244,56 m² | 474,29 m |
| 26 | 19 | 1.598,72 m² | 160,77 m |
| 27 | 01A | 3.653,78 m² | 267,92 m |
| 27 | 01B | 628,16 m² | 122,10 m |
| 27 | 01C | 1.286,29 m² | 141,35 m |
| 27 | 02 | 565,43 m² | 100,48 m |
| 27 | 03 | 251,22 m² | 78,54 m |
| 27 | 04 | 978,69 m² | 130,23 m |
| 27 | 05 | 1.240,84 m² | 159,10 m |
| 27 | 06 | 396,90 m² | 80,42 m |
| 27 | 07 | 1.390,06 m² | 183,85 m |
| 27 | 08 | 563,62 m² | 116,62 m |
| 27 | 09 | 498,62 m² | 98,68 m |
| 27 | 10 | 308,38 m² | 87,32 m |
| 27 | 11 | 243,07 m² | 63,39 m |
| 27 | 12 | 329,01 m² | 83,04 m |
| 27 | 13 | 403,85 m² | 83,04 m |
| 27 | 14 | 299,65 m² | 74,00 m |
| 27 | 15 | 529,24 m² | 93,38 m |
| 27 | 16 | 1.721,87 m² | 202,37 m |
| 27 | 17 | 299,35 m² | 89,28 m |
| 27 | 18 | 468,91 m² | 111,22 m |
| 27 | 19 | 509,41 m² | 92,84 m |
| 27 | 20 | 424,58 m² | 82,53 m |
| 27 | Escola Eufrasio do Nascimento | 1.300,93 m² | 147,97 m |
| 27 | Reservatório de Água | 334,27 m² | 73,24 m |
| | Municipal | | |
| 28 | 01 | 1.959,19 m² | 181,01 m |
| 28 | 02 | 645,78 m² | 110,58 m |
| 28 | 03 | 597,72 m² | 107,08 m |
| 28 | 04 | 550,18 m² | 103,56 m |
| 28 | 05 | 668,69 m² | 109,12 m |
| 28 | 06 | 559,07 m² | 102,68 m |
| 28 | 07 | 532,87 m² | 101,75 m |
| 28 | 08 | 1.299,10 m² | 170,49 m |
| 28 | 09 | 1.599,16 m² | 191,44 m |
| 28 | 10 | 613,82 m² | 113,95 m |
| 28 | 11 | 743,15 m² | 121,48 m |
| 28 | 12 | 586,53 m² | 116,50 m |
| 28 | 13 | 700,24 m² | 123,66 m |
| 28 | 14A | 864,35 m² | 118,84 m |
| 28 | 14B | 327,13 m² | 73,34 m |
| 29 | 01 | 1.317,11 m² | 149,63 m |
| 29 | 02 | 1.374,65 m² | 153,46 m |
| 29 | 03 | 1.621,63 m² | 170,89 m |
| 29 | 04 | 1.036,87 m² | 129,73 m |
| 30 | 01 | 2.361,94 m² | 197,11 m |
| 30 | 02A | 1.903,41 m² | 177,74 m |
| 30 | 02B | 1.116,69 m² | 141,33 m |
| 30 | 03 | 901,04 m² | 128,31 m |
| 30 | 04 | 2.634,42 m² | 214,05 m |

**XI – LISTAGEM DOS OCUPANTES E MODALIDADE INDIVIDUAL:**

| Quadra | Lote | Área do lote | Perímetro do lote | Nome do Beneficiário | CPF do Beneficiário | Modalidade |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 | 06A | 236,43 m² | 67,44 m | Sebastião Fernandes Pereira | xxx.553.901-xx | REURB-E |
| 02 | 06B | 278,57 m² | 68,33 m | Maria Aparecida Fernandes Pereira | xxx.326.211-xx | REURB-S |
| 02 | 08 | 345,15 m² | 76,03 m | Deuzenito Mendes De Arruda | xxx.812.781-xx | REURB-S |
| 02 | 13 | 741,85 m² | 117,10 m | Maria Da Silva Vieira Silva | xxx.463.181-xx | REURB-S |
| 02 | 14A | 579,43 m² | 108,93 m | Silvio João De Deus | xxx.888.951-xx | REURB-S |
| 02 | 14B | 668,82 m² | 113,47 m | Firmo Oliveira Neto | xxx.507.201-xx | REURB-S |
| 02 | 15 | 329,30 m² | 74,96 m | Maysa Fernandes Da Costa | xxx.320.161-xx | REURB-S |
| 02 | 16 | 404,35 m² | 82,79 m | Maria Aparecida Dias | xxx.080.501-xx | REURB-S |
| 02 | 19 | 331,84 m² | 78,56 m | Manuel Barbosa Da Silva Filho | xxx.632.931-xx | REURB-S |
| 02 | 27 | 602,51 m² | 124,76 m | Gaspar José Luiz | xxx.731.171-xx | REURB-S |
| 02 | 28 | 274,59 m² | 68,89 m | Irineu Braatz | xxx.737.080-xx | REURB-S |
| 02 | 29 | 367,94 m² | 82,39 m | Valcimina De Souza Assunção Oliveira | xxx.569.301-xx | REURB-E |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 02A | 01B | 494,54 m² | 89,29 m | Jaydomar De Araújo Gomes | xxx.642.601-xx | REURB-S |
| 02A | 03 | 328,55 m² | 78,35 m | Gisele Dos Santos Barbieri Correa | xxx.671.339-xx | REURB-S |
| 02A | 05B | 345,13 m² | 78,31 m | Janete Eva Da Silva | xxx.267.711-xx | REURB-S |
| 02A | 07 | 291,50 m² | 72,50 m | Maria Catarino De Souza Lopes | xxx.116.031-xx | REURB-S |
| 02A | 09 | 282,30 m² | 71,73 m | Elaine Maria Da Costa Nascimento | xxx.673.851-xx | REURB-S |
| 02A | 17 | 398,10 m² | 80,92 m | Carolina May De Oliveira | xxx.233.451-xx | REURB-S |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 02A | 18 | 368,75 m² | 80,07 m | Gisele Dos Santos Barbieri Correa | xxx.671.339-xx | REURB-E |
| 03 | 05 | 258,45 m² | 68,84 m | Roney Alves Da Costa | xxx.257.601-xx | REURB-S |
| 03 | 06 | 837,86 m² | 144,86 m | Ronaldo De Araújo Junior | xxx.139.001-xx | REURB-S |
| 03 | 09 | 406,70 m² | 95,17 m | Katiúscia Borges Da Silva Barros | xxx.973.411-xx | REURB-S |
| 03 | 10 | 1.523,45 m² | 186,70 m | Marilza Pereira Borges Rangel | xxx.417.531-xx | REURB-E |
| 03 | 11 | 350,05 m² | 106,62 m | José Alonso Da Silva | xxx.268.371-xx | REURB-S |
| 03 | 17A | 326,80 m² | 74,92 m | Irã Auxiliadora Vasconcelos Manrique | xxx.586.251-xx | REURB-S |
| 03 | 17B | 341,25 m² | 77,22 m | Carlos Alberto Dos Santos | xxx.385.071-xx | REURB-S |
| 03 | 20 | 406,95 m² | 86,18 m | Elizabeth Regis De Arruda | xxx.239.461-xx | REURB-S |
| 04 | 03 | 713,16 m² | 127,40 m | Vitorio José Manzano | xxx.598.901-xx | REURB-S |
| 04 | 05A | 733,60 m² | 115,12 m | Donata Benedita De Souza Silva | xxx.116.771-xx | REURB-S |
| 04 | 07 | 177,27 m² | 54,74 m | Pedro Inocencio De Aquino | xxx.635.802-xx | REURB-S |
| 04 | 08 | 515,37 m² | 117,42 m | Ana Cláudia Ferreira Campos | xxx.922.911-xx | REURB-E |
| 04 | 09 | 854,46 m² | 131,70 m | João Batista De Sousa Ferreira | xxx.233.421-xx | REURB-S |
| 04 | 12A | 186,82 m² | 54,99 m | Paulo Eduardo Candido Da Silva | xxx.145.641-xx | REURB-E |
| 04 | 12B | 393,64 m² | 90,58 m | Marilza Pereira Borges Rangel | xxx.417.531-xx | REURB-S |
| 04 | 16 | 603,65 m² | 122,95 m | Valdete Alves De Lima | xxx.150.311-xx | REURB-E |
| 04 | 19A | 397,62 m² | 90,55 m | Vital Francisco Lima | xxx.908.428-xx | REURB-S |
| 04 | 19B | 199,09 m² | 57,08 m | Vital Francisco Lima | xxx.908.428-xx | REURB-E |
| 04 | 21 | 295,92 m² | 81,14 m | Claudia Irene Alves De Lima | xxx.827.591-xx | REURB-S |
| 04 | 25 | 208,27 m² | 57,74 m | Deuzenito Mendes De Arruda | xxx.812.781-xx | REURB-E |
| 04 | 27 | 260,20 m² | 64,17 m | Quenilly Rodrigues Da Silva | xxx.430.601-xx | REURB-S |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Mafra | | |
| 05 | 01 | 702,98 m² | 158,21 m | Rosa Mioto Silva | xxx.396.181-xx | REURB-S |
| 05 | 02 | 1.086,47 m² | 174,43 m | João Gualberto Santana Rocha | xxx.446.581-xx | REURB-E |
| 05 | 03 | 273,85 m² | 97,98 m | João Gualberto Santana Rocha | xxx.446.581-xx | REURB-E |
| 05 | 05 | 315,64 m² | 74,04 m | Andressa Carolina Manzano | xxx.047.771-xx | REURB-S |
| 05 | 06 | 517,73 m² | 151,16 m | Helena Felismina Correa | xxx.618.071-xx | REURB-S |
| 05 | 07A | 463,36 m² | 101,05 m | Maria Gregória Da Silva Chagas | xxx.464.291-xx | REURB-E |
| 05 | 07B | 472,68 m² | 98,59 m | Maria Gregória Da Silva Chagas | xxx.464.291-xx | REURB-E |
| 05 | 08 | 315,01 m² | 76,34 m | Gilberto Da Silva Chagas | xxx.479.891-xx | REURB-E |
| 05 | 09 | 634,20 m² | 113,80 m | José Adeilson Alves Guimarães | xxx.633.501-xx | REURB-S |
| 05 | 11 | 669,12 m² | 118,56 m | Omoacy Borges | xxx.408.921-xx | REURB-E |
| 05 | 14 | 481,90 m² | 92,15 m | Lúcio Régis De Arruda | xxx.100.961-xx | REURB-S |
| 05 | 15 | 413,73 m² | 84,64 m | Eda Dias Dos Santos | xxx.702.571-xx | REURB-S |
| 05 | 18 | 241,25 m² | 78,88 m | Lázaro Borges Viana Filho | xxx.284.741-xx | REURB-E |
| 05 | 19 | 188,08 m² | 61,76 m | Lázaro Borges Viana Filho | xxx.284.741-xx | REURB-S |
| 06 | 02 | 568,64 m² | 109,28 m | Bernadino De Almeida E Silva | xxx.432.861-xx | REURB-S |
| 06 | 03 | 630,73 m² | 111,61 m | Maria José Dias Dos Santos | xxx.895.661-xx | REURB-S |
| 06 | 04 | 604,65 m² | 109,41 m | Eda Dias Dos Santos | xxx.702.571-xx | REURB-E |
| 06 | 05 | 630,83 m² | 109,24 m | Maria Aparecida De Almeida Oliveira | xxx.846.701-xx | REURB-S |
| 06 | 11 | 236,25 m² | 96,69 m | Tereza Macedo | xxx.542.841-xx | REURB-S |
| 06 | 13 | 685,03 m² | 122,13 m | Deuzelina Gonçalves De Lima | xxx.053.951-xx | REURB-S |
| 06 | 14 | 692,84 m² | 123,18 m | Deuzelina Gonçalves De Lima | xxx.053.951-xx | REURB-E |
| 10 | 01B | 596,00 m² | 101,08 m | Sandra Fernandes Da Costa | xxx.681.501-xx | REURB-E |
| 10 | 01D | 422,34 m² | 88,72 m | Sandra Fernandes Da Costa | xxx.681.501-xx | REURB-E |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | 03A | 1.973,96 m² | 184,33 m | Nilo Malaquias De Souza Neto | xxx.137.191-xx | REURB-S |
| 10 | 04 | 1.246,43 m² | 142,15 m | Ivail Carlos Da Silva | xxx.609.981-xx | REURB-S |
| 10 | 07 | 435,39 m² | 88,32 m | Vanderley Silva De Oliveira | xxx.648.561-xx | REURB-E |
| 10 | 09 | 508,32 m² | 105,58 m | Clarice Santos De Arruda | xxx.005.571-xx | REURB-S |
| 10 | 13 | 523,03 m² | 94,47 m | Amaury Sales De Brito | xxx.832.511-xx | REURB-S |
| 12 | 06 | 596,93 m² | 125,89 m | Alenir Pontes Silva | xxx.964.051-xx | REURB-S |
| 12 | 07 | 1.013,79 m² | 135,43 m | Davina Sabina De Arruda | xxx.956.151-xx | REURB-S |
| 12 | 11A | 477,35 m² | 92,33 m | Telmo Batista Almeida | xxx.476.861-xx | REURB-S |
| 12 | 13C | 418,25 m² | 87,93 m | José Valentim Camarço Neto | xxx.786.621-xx | REURB-S |
| 12 | 14 | 5.301,73 m² | 362,67 m | Celso Lorin | xxx.387.789-xx | REURB-S |
| 12 | 16B | 604,41 m² | 120,92 m | Rosinei Mendes De Paiva Ferreira | xxx.526.601-xx | REURB-E |
| 12 | 17 | 873,41 m² | 127,84 m | Leonise De Oliveira Lima | xxx.161.261-xx | REURB-S |
| 12 | 21 | 525,89 m² | 110,04 m | Thiago Mendes De Arruda | xxx.337.191-xx | REURB-S |
| 13 | 02 | 645,41 m² | 104,23 m | Orlando Ferreira Dos Santos | xxx.757.011-xx | REURB-S |
| 13 | 03 | 504,32 m² | 103,64 m | Sebastião Lopes De Menezes | xxx.710.671-xx | REURB-S |
| 13 | 04A | 353,82 m² | 95,17 m | Sebastião Lopes De Menezes | xxx.710.671-xx | REURB-E |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 13 | 05 | 1.053,35 m² | 141,97 m | Lucineide Ferreira De Arruda | xxx.053.791-xx | REURB-S |
| 13 | 06 | 1.142,27 m² | 177,88 m | Pedro Eduardo Candido Da Silva | xxx.963.961-xx | REURB-E |
| 13 | 07 | 683,23 m² | 108,25 m | Paulo Eduardo Candido Da Silva | xxx.145.641-xx | REURB-E |
| 13 | 08A | 79,29 m² | 42,20 m | Pedro Eduardo Candido Da Silva | xxx.963.961-xx | REURB-E |
| 13 | 09 | 673,37 m² | 124,55 m | Luciana Divina Araujo De Almeida | xxx.137.951-xx | REURB-S |
| 13 | 10 | 584,93 m² | 119,41 m | Wilma Pereira De Souza | xxx.441.131-xx | REURB-S |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 13 | 13 | 507,55 m² | 98,22 m | Marilene Dos Santos Gama | xxx.123.631-xx | REURB-S |
| 13 | 14 | 117,73 m² | 44,81 m | Deoclides Ferreira Mendes | xxx.051.231-xx | REURB-S |
| 14 | 02 | 390,95 m² | 81,53 m | Domingos Amorim Bezerra | xxx.523.591-xx | REURB-S |
| 14 | 10 | 822,68 m² | 119,85 m | Eloy Lucy De Proença | xxx.280.481-xx | REURB-E |
| 14 | 11 | 405,53 m² | 98,62 m | Francisca Rodrigues Silva | xxx.869.231-xx | REURB-S |
| 14 | 13 | 351,41 m² | 77,18 m | Antonio Ferreira Miranda | xxx.745.181-xx | REURB-E |
| 14 | 16 | 470,56 m² | 95,91 m | Aparecida Macedo De Oliveira | xxx.234.671-xx | REURB-S |
| 14 | 20 | 558,07 m² | 107,82 m | Nilva Santana De Souza | xxx.616.651-xx | REURB-S |
| 14 | 21 | 434,86 m² | 100,38 m | Thais Santana De Souza | xxx.774.661-xx | REURB-S |
| 15 | 04 | 1.580,33 m² | 196,24 m | Maria Da Silva Araujo | xxx.112.861-xx | REURB-S |
| 15 | 05A | 771,67 m² | 175,82 m | Alexandra Feitosa Coelho | xxx.282.981-xx | REURB-S |
| 15 | 07 | 2.316,90 m² | 233,31 m | Gilberto Da Silva Chagas | xxx.479.891-xx | REURB-E |
| 15 | 09 | 143,53 m² | 52,51 m | Rodorfo João Ribeiro | xxx.420.851-xx | REURB-S |
| 15 | 10 | 604,17 m² | 118,95 m | Maria Gregória Da Silva Chagas | xxx.464.291-xx | REURB-S |
| 15 | 11 | 375,86 m² | 101,17 m | Maria Gregória Da Silva Chagas | xxx.464.291-xx | REURB-E |
| 15 | 12 | 302,59 m² | 95,18 m | Jane Da Silva Chagas Arruda | xxx.609.431-xx | REURB-S |
| 15 | 13A | 230,74 m² | 88,93 m | Vicente Ribeiro Da Silva | xxx.766.661-xx | REURB-E |
| 15 | 13B | 482,45 m² | 101,73 m | Vicente Ribeiro Da Silva | xxx.766.661-xx | REURB-E |
| 15 | 14 | 551,58 m² | 104,87 m | Vicente Ribeiro Da Silva | xxx.766.661-xx | REURB-E |
| 15 | 23 | 314,10 m² | 71,01 m | Antonio Ferreira Miranda | xxx.745.181-xx | REURB-E |
| 15 | 26 | 868,51 m² | 118,79 m | Ivan Gomes Dias | xxx.408.761-xx | REURB-S |
| 15 | 30 | 399,33 m² | 87,87 m | Creuzelina Da Silva Nascimento | xxx.854.201-xx | REURB-S |
| 15 | 37B | 539,10 m² | 121,47 m | Leandro Araujo Do Nascimento | xxx.110.931-xx | REURB-E |
| 16 | 03 | 578,35 m² | 104,92 m | Ademar Braatz | xxx.225.850-xx | REURB-E |
| 18 | 17 | 656,34 m² | 110,96 m | Antonia Leite Do Nascimento | xxx.244.461-xx | REURB-E |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 | 11 | 271,54 m² | 69,44 m | Ênica Maria Rondon Da Silva | xxx.380.401-xx | REURB-S |
| 20 | 29 | 429,86 m² | 91,02 m | Cristiane De Souza Padilha | xxx.853.391-xx | REURB-S |
| 20 | 38 | 778,03 m² | 123,62 m | Márcia Araujo Gomes | xxx.345.221-xx | REURB-S |
| 21 | 01 | 259,99 m² | 66,00 m | Andriele Cristina Da Silva Martins De Jesus | xxx.588.841-xx | REURB-S |
| 21 | 04 | 566,82 m² | 133,41 m | Andriele Cristina Da Silva Martins De Jesus | xxx.588.841-xx | REURB-E |
| 21 | 17 | 374,86 m² | 101,31 m | Rosicler Da Silva Moraes | xxx.832.441-xx | REURB-S |
| 21 | 19 | 766,45 m² | 130,47 m | José Francisco Pereira | xxx.886.141-xx | REURB-S |
| 21 | 21 | 1.157,68 m² | 151,59 m | José Pereira De Macedo | xxx.593.101-xx | REURB-E |
| 21 | 28 | 303,43 m² | 80,93 m | Elio Dalsolio Paier | xxx.837.009-xx | REURB-S |
| 21 | 30 | 419,60 m² | 89,74 m | Mária Rosália Da Silva | xxx.371.801-xx | REURB-S |
| 22 | 01 | 2.738,91 m² | 219,06 m | Manoel Messias Rodrigues Silva | xxx.828.231-xx | REURB-S |
| 22 | 03 | 981,66 m² | 151,75 m | Auro Vieira De Matos | xxx.985.231-xx | REURB-S |
| 22 | 09 | 382,06 m² | 85,11 m | Nilzete Conceição Da Silva Cardoso | xxx.291.791-xx | REURB-E |
| 22 | 10 | 149,03 m² | 53,39 m | Sidelis De Oliveira Pinto | xxx.040.861-xx | REURB-S |
| 22 | 16A | 965,16 m² | 139,00 m | Gino Ribeiro De Oliveira | xxx.814.531-xx | REURB-S |
| 22 | 16B | 908,12 m² | 130,28 m | Sebastiana De Almeida Lara | xxx.568.581-xx | REURB-S |
| 23 | 03 | 460,13 m² | 108,50 m | Antonia Osmarina Da Costa | xxx.755.071-xx | REURB-S |
| 23 | 13B | 434,04 m² | 92,59 m | Ademar Braatz | xxx.225.850-xx | REURB-E |
| 23 | 14 | 329,58 m² | 84,00 m | Greiciane Oliveira De Jesus Santos | xxx.314.641-xx | REURB-S |
| 23 | 17 | 312,60 m² | 71,07 m | Jorge Candido Da Silva | xxx.931.801-xx | REURB-S |
| 24 | 01 | 326,13 m² | 74,25 m | Alice Rosa De Araújo | xxx.494.801-xx | REURB-S |
| 24 | 03 | 693,23 m² | 110,94 m | Manoel Frederico De Almeida | xxx.074.361-xx | REURB-E |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 24 | 04 | 393,76 m² | 98,02 m | Manoel Frederico De Almeida | xxx.074.361-xx | REURB-S |
| 24 | 18 | 185,22 m² | 73,79 m | Aniele Carolina Oliveira Da Silva | xxx.023.051-xx | REURB-S |
| 26 | 03 | 451,22 m² | 91,09 m | Emerson Farias Da Silva | xxx.980.911-xx | REURB-S |
| 26 | 06 | 410,07 m² | 99,02 m | Leonice Sabina Regis Ferreira | xxx.207.001-xx | REURB-S |
| 26 | 07 | 425,12 m² | 98,46 m | Carlos Ferreira | xxx.345.101-xx | REURB-S |
| 26 | 12 | 415,34 m² | 92,92 m | Mário Pinto Sobrinho | xxx.408.841-xx | REURB-S |
| 26 | 13 | 421,08 m² | 92,95 m | Zilmara De Souza Silva | xxx.494.731-xx | REURB-S |
| 26 | 15 | 899,75 m² | 122,72 m | Wandelice Maria De Souza | xxx.936.871-xx | REURB-S |
| 26 | 16 | 414,73 m² | 97,66 m | Ermínia Almeida De Souza | xxx.532.411-xx | REURB-S |
| 26 | 18 | 9.244,56 m² | 474,29 m | Wanderson José De Souza | xxx.536.081-xx | REURB-S |
| 26 | 19 | 1.598,72 m² | 160,77 m | Gildesio Sales De Souza | xxx.764.411-xx | REURB-E |
| 27 | 01C | 1.286,29 m² | 141,35 m | Edgar Pereira De Souza | xxx.758.761-xx | REURB-S |
| 27 | 04 | 978,69 m² | 130,23 m | Tainã Mendes De Arruda | xxx.337.181-xx | REURB-S |
| 27 | 06 | 396,90 m² | 80,42 m | Vanderley Silva De Oliveira | xxx.648.561-xx | REURB-S |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 27 | 07 | 1.390,06 m² | 183,85 m | Joaquim Ferreira Mendes | xxx.314.821-xx | REURB-E |
| 27 | 08 | 563,62 m² | 116,62 m | Joaquim Ferreira Mendes | xxx.314.821-xx | REURB-S |
| 27 | 09 | 498,62 m² | 98,68 m | Francielli Da Silva Mendes | xxx.725.551-xx | REURB-S |
| 27 | 10 | 308,38 m² | 87,32 m | Domingos Soares De Oliveira | xxx.866.051-xx | REURB-S |
| 27 | 14 | 299,65 m² | 74,00 m | Nildes Rodrigues De Oliveira | xxx.041.651-xx | REURB-S |
| 27 | 16 | 1.721,87 m² | 202,37 m | Umbelina Thimótea Dos Santos | xxx.991.501-xx | REURB-S |
| 28 | 07 | 532,87 m² | 101,75 m | Noranice Da Silva Morais | xxx.318.041-xx | REURB-S |
| 28 | 09 | 1.599,16 m² | 191,44 m | Meuriane Neves Da Silva | xxx.975.661-xx | REURB-S |
| 28 | 10 | 613,82 m² | 113,95 m | Edivania Sabina Régis | xxx.335.331-xx | REURB-S |
| 28 | 12 | 586,53 m² | 116,50 m | Mario Marcio Neves Dos Santos | xxx.637.811-xx | REURB-S |

Aos beneficiários classificados na modalidade “REURB-S”, as titulações serão outorgadas, em ato único mediante o registro da CRF (arts. 11, inciso V, 23, §5° e 41, VI da Lei Federal n. 13.465/2017);

Aos beneficiários classificados na modalidade REURB-E, o registro da transferência de direitos reais, ficará sobrestado até emissão do título de legitimação fundiária urbana individualizado, que será apresentado para registro, sob responsabilidade do beneficiário, além das custas e emolumentos devidos ao Cartório Registrador competente.

**XII – DOS LOTES EXCLUÍDOS DA LISTAGEM:**

**A) Lotes desocupados e não comercializados:**

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 2 | 2B |
| 2 | 11 |
| 2 | 22 |
| 2 | 24A |
| 2 | 24B |
| 2A | 1A |
| 2A | 1C |
| 2A | 5A |
| 2A | 6 |
| 2A | 10 |
| 3 | 18 |
| 3 | 19 |
| 3 | 22 |
| 4 | 24 |
| 6 | 1 |
| 10 | 5 |
| 12 | 2 |
| 12 | 10 |
| 12 | 12 |
| 14 | 19 |
| 15 | 8A |
| 15 | 34 |
| 15 | 35 |
| 18 | 1 |
| 18 | 2 |
| 18 | 10 |
| 18 | 14 |
| 18 | 15 |
| 18 | 16 |
| 20 | 13 |
| 20 | 15 |
| 20 | 33 |
| 20 | 40 |
| 21 | 8 |
| 21 | 13 |
| 21 | 35 |
| 22 | 5 |
| 22 | 18 |
| 23 | 11 |
| 23 | 12 |
| 24 | 14 |
| 24 | 17 |
| 25 | 2 |
| 25 | 6 |
| 26 | 10 |
| 27 | 1A |
| 27 | 5 |
| 27 | 18 |
| 28 | 2 |
| 28 | 4 |
| 29 | 1 |
| 29 | 2 |
| 30 | 1 |

| | |
|---|---|
| 30 | 4 |

As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela Reurb terão as suas matrículas abertas em nome do titular originário do domínio da área (art. 54 da Lei 13.465/17).

**B) Lotes ocupados, mas que o ocupante perdeu eventual direito que titularize sobre a unidade imobiliária objeto da reurb:**

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 2 | 2A |
| 2 | 3 |
| 2 | 4 |
| 2 | 5 |
| 2 | 7 |
| 2 | 9 |
| 2 | 10 |
| 2 | 12 |
| 2 | 17 |
| 2 | 18 |
| 2 | 21 |
| 2 | 23 |
| 2 | 23A |
| 2 | 25 |
| 2 | 26 |
| 2A | 2 |
| 2A | 4 |
| 2A | 8 |
| 2A | 11 |
| 2A | 12 |
| 2A | 13 |
| 2A | 14 |
| 2A | 15 |
| 2A | 16 |
| 3 | 4 |
| 3 | 7 |
| 3 | 8 |
| 3 | 12 |
| 3 | 13 |
| 3 | 14 |
| 3 | 15 |
| 3 | 16 |
| 3 | 21 |
| 4 | 1 |
| 4 | 2 |
| 4 | 4 |
| 4 | 5B |
| 4 | 6 |
| 4 | 10 |
| 4 | 11 |
| 4 | 13 |
| 4 | 14 |
| 4 | 15 |
| 4 | 17 |
| 4 | 18 |
| 4 | 20 |
| 4 | 22 |
| 4 | 23 |
| 4 | 26 |
| 5 | 4 |
| 5 | 10 |
| 5 | 12 |
| 5 | 13 |
| 5 | 16 |
| 5 | 17 |
| 6 | 6 |
| 6 | 7 |
| 6 | 8 |
| 6 | 9 |
| 6 | 10 |
| 6 | 12 |
| 6 | 15 |
| 10 | 1A |
| 10 | 1C |
| 10 | 2 |
| 10 | 3B |

| | |
|---|---|
| 10 | 6 |
| 10 | 8 |
| 10 | 10 |
| 10 | 11 |
| 10 | 12 |
| 11 | 1 |
| 12 | 1A |
| 12 | 1B |
| 12 | 3 |
| 12 | 4 |
| 12 | 5 |
| 12 | 8 |
| 12 | 9 |
| 12 | 11B |
| 12 | 13A |
| 12 | 13B |
| 12 | 15 |
| 12 | 16A |
| 12 | 18 |
| 12 | 19 |
| 12 | 20 |

| | |
|---|---|
| 12 | 22 |
| 12 | 23 |
| 13 | 1 |
| 13 | 4B |
| 13 | 8B |
| 13 | 11 |
| 13 | 12 |
| 14 | 3 |
| 14 | 4 |
| 14 | 5 |
| 14 | 6 |
| 14 | 7 |
| 14 | 8 |
| 14 | 9 |
| 14 | 12 |
| 14 | 14 |
| 14 | 15 |
| 14 | 17 |
| 14 | 18 |
| 14 | 22 |
| 14 | 23 |
| 14 | 24 |

| | |
|---|---|
| 15 | 1 |
| 15 | 2A |
| 15 | 5B |
| 15 | 6 |
| 15 | 8B |
| 15 | 8C |
| 15 | 15 |
| 15 | 16 |
| 15 | 17 |
| 15 | 18 |
| 15 | 19A |
| 15 | 19B |
| 15 | 20 |
| 15 | 21 |
| 15 | 22 |
| 15 | 24 |
| 15 | 25 |
| 15 | 27 |
| 15 | 28 |
| 15 | 29 |
| 15 | 31 |
| 15 | 32 |

| | |
|---|---|
| 15 | 33 |
| 15 | 36 |
| 15 | 37A |
| 16 | 2 |
| 16 | 4 |
| 16 | 7 |
| 16 | 8 |
| 16 | 9 |
| 16 | 10 |
| 16 | 11 |

| | |
|---|---|
| 16 | 12 |
| 16 | 13 |
| 16 | 14 |
| 16 | 15 |
| 16 | 16 |
| 16 | 17 |
| 16 | 18 |
| 16 | 19 |
| 17 | 1 |
| 17 | 2 |
| 17 | 3 |
| 17 | 4 |

| | |
|---|---|
| 17 | 6 |
| 17 | 7 |
| 18 | 3 |
| 18 | 4 |
| 18 | 5 |
| 18 | 6 |
| 18 | 7 |
| 18 | 8 |
| 18 | 9 |
| 18 | 11 |
| 18 | 12 |
| 18 | 13 |
| 18 | 18 |
| 20 | 1/02 |
| 20 | 3 |
| 20 | 4 |
| 20 | 5 |
| 20 | 6 |
| 20 | 7 |
| 20 | 8 |
| 20 | 9 |
| 20 | 10 |

| | |
|---|---|
| 20 | 12 |
| 20 | 14 |
| 20 | 16 |
| 20 | 17 |
| 20 | 18 |
| 20 | 19 |
| 20 | 20 |
| 20 | 21 |
| 20 | 22 |
| 20 | 23 |
| 20 | 24 |
| 20 | 25 |
| 20 | 26 |
| 20 | 27 |
| 20 | 28 |
| 20 | 30 |
| 20 | 31 |
| 20 | 32 |
| 20 | 34 |
| 20 | 35 |
| 20 | 36 |
| 20 | 37 |

| | |
|---|---|
| 20 | 39 |
| 21 | 2 |
| 21 | 3 |
| 21 | 5 |
| 21 | 6 |
| 21 | 7 |
| 21 | 9 |
| 21 | 10 |
| 21 | 11 |
| 21 | 12 |
| 21 | 14 |
| 21 | 15 |
| 21 | 16 |
| 21 | 18 |
| 21 | 20 |
| 21 | 22 |
| 21 | 23 |
| 21 | 24 |
| 21 | 25 |

| | |
|---|---|
| 21 | 26 |
| 21 | 27 |
| 21 | 29 |

| | |
|---|---|
| 21 | 31 |
| 21 | 32 |
| 21 | 33 |
| 21 | 34 |
| 21 | 36 |
| 21 | 37 |
| 22 | 2 |
| 22 | 4 |
| 22 | 6 |
| 22 | 7 |
| 22 | 8 |
| 22 | 11 |
| 22 | 12 |
| 22 | 13 |
| 22 | 14 |
| 22 | 15 |
| 22 | 17 |
| 22 | 19 |
| 22 | 20 |
| 22 | 21 |
| 23 | 1 |
| 23 | 2 |

| | |
|---|---|
| 23 | 4 |
| 23 | 5 |
| 23 | 6 |
| 23 | 7 |
| 23 | 8 |
| 23 | 9 |
| 23 | 10A |
| 23 | 10B |
| 23 | 10C |
| 23 | 13A |
| 23 | 15 |
| 23 | 16 |
| 24 | 2 |
| 24 | 5 |
| 24 | 6 |
| 24 | 7 |
| 24 | 8 |
| 24 | 9 |
| 24 | 10 |
| 24 | 11 |
| 24 | 12 |
| 24 | 13 |

| | |
|---|---|
| 24 | 15 |
| 24 | 16 |
| 25 | 1 |
| 25 | 3 |
| 25 | 4 |
| 25 | 5 |
| 25 | 7 |
| 25 | 8 |
| 25 | 9 |
| 25 | 10 |
| 25 | 11 |
| 26 | 1 |
| 26 | 2 |
| 26 | 4 |
| 26 | 5 |
| 26 | 8 |
| 26 | 9 |
| 26 | 11 |
| 26 | 14 |
| 26 | 17 |
| 27 | 1B |
| 27 | 2 |
| 27 | 3 |
| 27 | 11 |
| 27 | 12 |
| 27 | 13 |
| 27 | 15 |
| 27 | 17 |

| | |
|---|---|
| 27 | 19 |
| 27 | 20 |
| 28 | 1 |
| 28 | 3 |
| 28 | 5 |
| 28 | 6 |
| 28 | 8 |
| 28 | 11 |
| 28 | 13 |
| 28 | 14A |
| 28 | 14B |
| 29 | 3 |
| 29 | 4 |
| 30 | 2A |
| 30 | 2B |
| 30 | 3 |

A titulação dos beneficiários acima será feita em momento posterior com a expedição do título individualizado, devendo constar na matrícula individualizada "*o titular originário da matrícula na condição de proprietário anterior, inserindo, no campo relativo ao proprietário atual, que o futuro proprietário será oportunamente citado na matrícula quando do envio complementares de beneficiários, por títulos individualizados*" (art. 44, § 8º, da Lei Federal n. 13.465/2017).

**C) Lotes dentro do perímetro que tem registro, oriundos de Usucapião ou Carta de Aforamento:**

| MATRÍCULA | CARTÓRIO | NOME COMPLETO |
|---|---|---|
| 2462 | 1º OF DIAMANTINO | ESCOLA RURAL MIXTA DE BELA VISTA |
| 2468 | 1º OF DIAMANTINO | JURANDY FERREIRA DE ALMEIDA |
| 2469 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA APARECIDA F PASSARINHO |
| 2470 | 1º OF DIAMANTINO | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL |
| 2504 | 1º OF DIAMANTINO | ALVARO CARVALHO DOS SANTOS e ELIENE APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS |
| 2600 | 1º OF DIAMANTINO | ERACLIDES CAPISTRANO DE OLIVEIRA |
| 2621 | 1º OF DIAMANTINO | ALAIR XICHUCA ALVES |
| 2622 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO CARMO DE OLIVEIRA |
| 2646 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE DOS SANTOS |
| 2681 | 1º OF DIAMANTINO | DALVA ALVES TITO |
| 2682 | 1º OF DIAMANTINO | DALVA ALVES TITO |
| 2683 | 1º OF DIAMANTINO | DALVA ALVES TITO |
| 2684 | 1º OF DIAMANTINO | JAIME SABINO SANTOS |
| 2708 | 1º OF DIAMANTINO | CATARINO HENRIQUE DE MORAES |
| 2778 | 1º OF DIAMANTINO | EUCLIDES ALVES DA GRAÇA e MARGARETH APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS ALVES |
| 2779 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO PEREIRA IRMÃO |
| 2857 | 1º OF DIAMANTINO | UISLEI DE ASSIS CORREA |
| 2858 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE BRITO |
| 2859 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO PINTO AQUINO |
| 2860 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO PINTO AQUINO |
| 2900 | 1º OF DIAMANTINO | TEREZINHA DE JESUS OLIVEIRA |
| 2998 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO COSME DE ARAUJO |
| 3089 | 1º OF DIAMANTINO | BENEDITO RAMÃO DE ALMEIDA |
| 3090 | 1º OF DIAMANTINO | FRANCISCA FREITAS ALMEIDA |
| 3101 | 1º OF DIAMANTINO | CARLOS RODRIGUES DE ALMEIDA |
| 3102 | 1º OF DIAMANTINO | NIVIA SOARES ANDRADE |
| 3104 | 1º OF DIAMANTINO | OZIAS FIGUEIREDO DA SILVEIRA |
| 3140 | 1º OF DIAMANTINO | DELSO GONÇALVES BEZERRA |
| 3149 | 1º OF DIAMANTINO | MARINA MESQUITA DE ALMEIDA |
| 3186 | 1º OF DIAMANTINO | RUTH MESQUITA DE ALMEIDA |
| 3222 | 1º OF DIAMANTINO | SEBASTIÃO DE SOUZA GOMES |
| 3223 | 1º OF DIAMANTINO | SEBASTIÃO DE SOUZA GOMES |
| 3224 | 1º OF DIAMANTINO | SEBASTIÃO DE SOUZA GOMES |
| 3259 | 1º OF DIAMANTINO | CLEMENTINO RODRIGUES DE SOUZA |
| 3325 | 1º OF DIAMANTINO | FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA |
| 3393 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA CELESTE DOS SANTOS GOMES |
| 3394 | 1º OF DIAMANTINO | AIVAN DE SOUZA RAMOS |
| 3395 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO RODRIGUES DA SILVA E MARIA DOMINGAS DA SILVA |
| 3433 | 1º OF DIAMANTINO | OLIOS CIRO MATOS e NEUZA DE OLIVEIRA MATOS |
| 3553 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO RIBEIRO DA SILVA |
| 3554 | 1º OF DIAMANTINO | ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA |
| 3555 | 1º OF DIAMANTINO | ELZA ALVES PEREIRA |
| 3594 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA ALVES SABO MENDES |
| 3595 | 1º OF DIAMANTINO | KENJIN YOSHIDA |
| 3603 | 1º OF DIAMANTINO | GERALDA SOUZA DE SIQUEIRA |
| 3677 | 1º OF DIAMANTINO | SANHAT BITTAR |
| 3678 | 1º OF DIAMANTINO | SANHAT BITTAR |
| 3723 | 1º OF DIAMANTINO | JULIO ANTONIO DE OLIVEIRA NETO e LOURIZE APARECIDA DE SANTANA OLIVEIRA |
| 3762 | 1º OF DIAMANTINO | OLIVAL MIRANDA SAMPAIO |

| | | |
|---|---|---|
| 3836 | 1º OF DIAMANTINO | CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL |
| 3837 | 1º OF DIAMANTINO | JURACY SANTOS DE ALMEIDA |
| 3930 | 1º OF DIAMANTINO | SEBASTIÃO FERREIRA DOS SANTOS e ANTONIA ROSA GONÇALVES DOS SANTOS |
| 3948 | 1º OF DIAMANTINO | DORALICE PEREIRA DE SOUZA |
| 3949 | 1º OF DIAMANTINO | HORTENCIO JOSE DE SOUZA |
| 3956 | 1º OF DIAMANTINO | LUCIA ROMERO BARBOSA |
| 3979 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE DOMINGOS ARAUDO DE CARVALHO |
| 3980 | 1º OF DIAMANTINO | SENHORINHA DE OLIVEIRA |
| 4136 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE VIRGILIO DA SILVA |
| 4143 | 1º OF DIAMANTINO | ALVARO CARVALHO DOS SANTOS |
| 4144 | 1º OF DIAMANTINO | VALDENIZIO DE CARVALHO LOPES |
| 4151 | 1º OF DIAMANTINO | JOSÉ DOS REIS \| JUSSARA SALES REIS \| JOSIMARA REIS REGIS \| JOSÉ DOS REIS FILHO e ANAIL MARIA DA SILVA REIS |
| 4152 | 1º OF DIAMANTINO | TEREZINHA COSTA SOARES DA SILVA |
| 4210 | 1º OF DIAMANTINO | ISABELLI PIMENTEL DA SILVA |
| 4239 | 1º OF DIAMANTINO | WALDEMIR SOARES SANTOS |
| 4416 | 1º OF DIAMANTINO | IRENO LEDO DA COSTA |
| 4417 | 1º OF DIAMANTINO | DJALMA RAMOS DE BARROS |
| 4418 | 1º OF DIAMANTINO | HELENA RODRIGUES DA SILVA |
| 4426 | 1º OF DIAMANTINO | ADILES MESQUITA DE ALMEIDA |
| 4427 | 1º OF DIAMANTINO | JAIRO PEREIRA DE OLIVEIRA |
| 4516 | 1º OF DIAMANTINO | WILLIAN SIQUEIRA \| SANDRA MARIA C. SIQUEIRA \| WILTON SIQUEIRA |
| 4546 | 1º OF DIAMANTINO | TERTULIANO ALVES DE OLIVEIRA |

| | | |
|---|---|---|
| 4547 | 1º OF DIAMANTINO | FRANCISCA LEITE DE OLIVEIRA |
| 4548 | 1º OF DIAMANTINO | GERALDO DO CARMO DE OLIVEIRA |
| 4549 | 1º OF DIAMANTINO | TERTULIANO ALVES DE OLIVEIRA |
| 4550 | 1º OF DIAMANTINO | EDINA DE SOUZA LISBOA |
| 4579 | 1º OF DIAMANTINO | JOVITO SANTANA DA COSTA |
| 4643 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA OLDINETE F. DOS SANTOS |
| 4660 | 1º OF DIAMANTINO | JAYDSON GOMES DA SILVA |
| 4661 | 1º OF DIAMANTINO | JAYDSON GOMES DA SILVA |
| 4662 | 1º OF DIAMANTINO | JAYDSON GOMES DA SILVA |
| 4668 | 1º OF DIAMANTINO | TRANSFERIDA PARA O RGI DE PORTO DOS GAÚCHOS MT |
| 4733 | 1º OF DIAMANTINO | SIEL BENTO DA SILVA |
| 4785 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO LEITE DA SILVA |
| 4831 | 1º OF DIAMANTINO | JACÓ PEREIRA DE SOUZA |
| 4833 | 1º OF DIAMANTINO | VALERIANA MARTINHA DOS SANTOS |
| 4835 | 1º OF DIAMANTINO | LEONIDAS TEIXEIRA DE ARAUJO LIMA |
| 4917 | 1º OF DIAMANTINO | CARLOS HUMBERTO MAIA RODRIGUES |
| 4950 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA HELENA DE OLIVEIRA |
| 4968 | 1º OF DIAMANTINO | TELMO B. DE ALMEIDA E MANOEL U. DE ALMEIDA |
| 4971 | 1º OF DIAMANTINO | ELIANE DA SILVA SANTOS \| CAIXA ECONOMICA FEDERAL |
| 4973 | 1º OF DIAMANTINO | VALDOMIRO DE FREITAS CHAGAS |
| 4983 | 1º OF DIAMANTINO | ANDREIA BARROS FIGUEIRO e FERNANDO DA SILVA FIGUEIRO |
| 5143 | 1º OF DIAMANTINO | ELIAS RODRIGUES DE LIMA |
| 5144 | 1º OF DIAMANTINO | ELIAS RODRIGUES DE LIMA |
| 5194 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE DOMINGOS DE ARAUJO |
| 5195 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE DOMINGOS DE ARAUJO |
| 5203 | 1º OF DIAMANTINO | PEDROLINA NEVES DE OLIVEIRA |

| | | |
|---|---|---|
| 5275 | 1º OF DIAMANTINO | ROSNISE VASQUES ROMERO |
| 5280 | 1º OF DIAMANTINO | BENEDITO MAURICIO SANTANA |
| 5283 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA SANTIAGO DE OLIVEIRA |
| 5284 | 1º OF DIAMANTINO | ZELITA SILVA VASQUES |
| 5298 | 1º OF DIAMANTINO | TERTULIANO LEONCIO DE ARRUDA |
| 5380 | 1º OF DIAMANTINO | JOSEFA ANUNCIAÇÃO DE MORAES |
| 5387 | 1º OF DIAMANTINO | CATARINO HENRIQUE DE MORAES |
| 5438 | 1º OF DIAMANTINO | SILVERIO FERREIRA MENDES |
| 5442 | 1º OF DIAMANTINO | ASSOCIAÇÃO BIBLICA NOVO MUNDO |
| 5530 | 1º OF DIAMANTINO | VALDEMAR SOARES SANTOS |
| 5536 | 1º OF DIAMANTINO | LORIZON VIEIRA PONDÉ |
| 5558 | 1º OF DIAMANTINO | SILVIO RODRIGUES DA SILVA |
| 5725 | 1º OF DIAMANTINO | ROSINETTO SILVA BARRETO |
| 5730 | 1º OF DIAMANTINO | EDUARDO GOMES DA SILVA |
| 6199 | 1º OF DIAMANTINO | JOAQUIM FERREIRA MENDES |
| 6200 | 1º OF DIAMANTINO | SILVINO FERREIRA DA SILVA |
| 6212 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA MENDES DA SILVA |
| 6213 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA DOS SANTOS |
| 6270 | 1º OF DIAMANTINO | MANOEL NETO DA SILVA |
| 6290 | 1º OF DIAMANTINO | IRACEMA HIPOLITA DA SILVA ALVES |
| 6378 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE ARRUDA PINTO FILHO |
| 6396 | 1º OF DIAMANTINO | FRANCISCO JOÃO ARRAIS |
| 6409 | 1º OF DIAMANTINO | JULIO DE ARRUDA |
| 6466 | 1º OF DIAMANTINO | ADELAIDE DE ALMEIDA |
| 6514 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO MARIA PEREIRA |
| 6515 | 1º OF DIAMANTINO | RODOLFO JOÃO DA SILVA RIBEIRO |

| | | |
|---|---|---|
| 6550 | 1º OF DIAMANTINO | DEOLINDO JOSE DE ARAUJO |
| 6576 | 1º OF DIAMANTINO | JUAREZ DIAS ALVES |
| 6594 | 1º OF DIAMANTINO | ARMINDA SANTOS LUZ |
| 6595 | 1º OF DIAMANTINO | GUILHERMINA MARIA DA SILVA |
| 6642 | 1º OF DIAMANTINO | FELIS DOMINGOS DE SOUZA |
| 6643 | 1º OF DIAMANTINO | VERGILIA FERREIRA MENDES |
| 6683 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIA PINA FERREIRA |
| 6685 | 1º OF DIAMANTINO | ARTHUR AVELINO FERREIRA |
| 6744 | 1º OF DIAMANTINO | WALTER MIRANDA SANTOS |
| 6758 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO RODRIGUES DA SILVA |
| 6759 | 1º OF DIAMANTINO | LEONTINA DE ALMEIDA |
| 6765 | 1º OF DIAMANTINO | WALDEBRAND DA SILVA COELHO e MARDEN MORAES AYRES \| BANCO BRADESCO S.A |
| 6766 | 1º OF DIAMANTINO | WALDEBRAND DA SILVA COELHO e MARDEN MORAES AYRES \| BANCO BRADESCO S.A |
| 6829 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO BERTOLDO DA SILVA |
| 6870 | 1º OF DIAMANTINO | BENEDITO SANTANA DA SILVA |
| 6928 | 1º OF DIAMANTINO | SILVINA PEREIRA GAMA |
| 6938 | 1º OF DIAMANTINO | ERACLIDES CAPISTRANO DE OLIVEIRA |
| 6970 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA DO CARMO OLIVEIRA |
| 7143 | 1º OF DIAMANTINO | MARIA MADALENA DE FIGUEIREDO BARROS \| MARIA APARECIDA DE FIGUEIREDO BARROS |
| 7144 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO GONÇALVES DA SILVA |
| 7145 | 1º OF DIAMANTINO | LEONIDAS BARBOSA DA SILVA |
| 7288 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE SOUZA LIMA e CELINA PEREIRA DE MELO LIMA |
| 7537 | 1º OF DIAMANTINO | CARLOS RODRIGUES DE ALMEIDA |
| 7538 | 1º OF DIAMANTINO | CARLOS RODRIGUES DE ALMEIDA |
| 7645 | 1º OF DIAMANTINO | IZAURA FRANCISCA DOS SANTOS |
| 7646 | 1º OF DIAMANTINO | CARLOS SANTOS PEREIRA |
| 7647 | 1º OF DIAMANTINO | HELOISA HELENA SOARES DE SIQUEIRA e PAULO EDUARDO DE SIQUEIRA \| CAIXA ECONOMICA FEDERAL |
| 7698 | 1º OF DIAMANTINO | JOAQUIM FERREIRA DA SILVA |
| 7799 | 1º OF DIAMANTINO | JESUS NUNES PIRES |
| 7828 | 1º OF DIAMANTINO | JUSCELINO SENA DO NASCIMENTO |
| 7990 | 1º OF DIAMANTINO | RENATO RODRIGUES DA SILVA |
| 8002 | 1º OF DIAMANTINO | MARIDES PINTO FIGUEIREDO |
| 8064 | 1º OF DIAMANTINO | ANDREIA BARROS FIGUEIRO e FERNANDO DA SILVA FIGUEIRO |
| 8066 | 1º OF DIAMANTINO | MANOEL ALVES DE SOUZA |
| 8067 | 1º OF DIAMANTINO | RADIOLAR LTDA |
| 8266 | 1º OF DIAMANTINO | ASSENATI DE LIMA MAMANI |
| 8267 | 1º OF DIAMANTINO | EDA DIAS MACHADO |
| 8361 | 1º OF DIAMANTINO | LEANDRO FERREIRA DA SILVA |
| 8362 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO BENEDITO DA SILVA |
| 8482 | 1º OF DIAMANTINO | GRACIENE ALVES TITO |
| 8527 | 1º OF DIAMANTINO | EUCLIDES ALVES DA GRAÇA |
| 8588 | 1º OF DIAMANTINO | EDILSON CUNHA DE ASSIS e EDNA ARRUDA DE SOUZA \| CAIXA ECONOMICA FEDERAL |
| 8589 | 1º OF DIAMANTINO | RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA \| CAIXA ECONOMICA FEDERAL |
| 8699 | 1º OF DIAMANTINO | ELIZIARIO DOS REIS |
| 8708 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIA PAULINA DO PRADO SILVA |
| 8796 | 1º OF DIAMANTINO | SIDELCINA SOUZA ALENCAR |
| 9159 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO FERREIRA DE MENDONÇA |
| 9235 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO FERREIRA DE MENDONÇA \| CIRO ARMANDO DA COSTA \| MARIA DE FATIMA PINTO |
| 9481 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIA RAINHA DE ARRUDA |
| 9482 | 1º OF DIAMANTINO | EUSEBIO ALVES DE ALMEIDA |
| 9483 | 1º OF DIAMANTINO | FRANCISCO NOGUEIRA DE QUEIROZ |
| 9513 | 1º OF DIAMANTINO | JOSAMAR ALVES TITO |
| 9515 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE GONÇALVES DE OLIVEIRA |
| 9551 | 1º OF DIAMANTINO | BENEDITO REIS DE FIGUEIREDO |
| 9552 | 1º OF DIAMANTINO | EUCLIDES OLIVEIRA PINTO |
| 9617 | 1º OF DIAMANTINO | GALDINO MORAIS DA SILVA |
| 10710 | 1º OF DIAMANTINO | ALAIDE ORMOND DE SOUZA |
| 10733 | 1º OF DIAMANTINO | DENICE FERREIRA DE SOUZA |
| 10890 | 1º OF DIAMANTINO | ALBERTINA ALVES DOS SANTOS |
| 10957 | 1º OF DIAMANTINO | AVELINO FERREIRA DA SILVA |
| 11076 | 1º OF DIAMANTINO | DAIDO SANTIAGO DE OLIVEIRA |
| 11706 | 1º OF DIAMANTINO | CLOTILDES MARIA NIZIA |
| 12330 | 1º OF DIAMANTINO | CANDIDO DE ARRUDA e JOVELINA DE SOUZA ARRUDA |
| 12377 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIA LEITE DO NASCIMENTO |
| 12490 | 1º OF DIAMANTINO | DOMINGOS FIGUEIREDO |
| 13218 | 1º OF DIAMANTINO | JAIME DA SILVA CAMPOS |
| 13290 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO SANTIAGO DE OLIVEIRA |
| 13389 | 1º OF DIAMANTINO | NELI DE SOUZA SANTOS |
| 13558 | 1º OF DIAMANTINO | MARTA LOPES DE OLIVEIRA |
| 13759 | 1º OF DIAMANTINO | JURAIDES MOREIRA PRATES |
| 13876 | 1º OF DIAMANTINO | GRACE BRADE TEIXEIRA |

| | | |
|---|---|---|
| 13900 | 1º OF DIAMANTINO | LUCIDIO PEREIRA PADILHA |
| 13906 | 1º OF DIAMANTINO | TEREZA DE JESUS |
| 13908 | 1º OF DIAMANTINO | MANOELINA DE ALMEIDA LARA |
| 13909 | 1º OF DIAMANTINO | CATARINA DE ALMEIDA LARA |
| 13986 | 1º OF DIAMANTINO | SILVERIO FERREIRA MENDES |

| | | |
|---|---|---|
| 14186 | 1º OF DIAMANTINO | CELLONI DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA-ME |
| 14420 | 1º OF DIAMANTINO | ELIZARIO DOS REIS |
| 14426 | 1º OF DIAMANTINO | ELIZARIO DOS REIS |
| 14436 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE EVALDO LOPES DE OLIVEIRA |
| 14648 | 1º OF DIAMANTINO | MARTINIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA |
| 14697 | 1º OF DIAMANTINO | IRACEMA IPOLITA DA SILVA |
| 14699 | 1º OF DIAMANTINO | TEREZA GOMES DA SILVA |
| 14802 | 1º OF DIAMANTINO | CANDIDO MENDES ESPIRITO SANTO |
| 14803 | 1º OF DIAMANTINO | LOAN CARLOS DE OLIVEIRA e LUNA RAFAELA DE OLIVEIRA SILVA |
| 15388 | 1º OF DIAMANTINO | AGOSTINHO GOMES PEREIRA |
| 15757 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO RODRIGUES CARNEIRO |
| 16049 | 1º OF DIAMANTINO | ESPOLIO DE JACOB DE SOUZA |
| 16838 | 1º OF DIAMANTINO | MANUEL BARBOSA DA SILVA FILHO |
| 17278 | 1º OF DIAMANTINO | MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI |
| 18358 | 1º OF DIAMANTINO | GERALDO LOPES ROCHA |
| 18368 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE SOUZA FIGUEIREDO e ADA GALVÃO DE FIGUEIREDO |
| 18369 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE SOUZA FIGUEIREDO e ADA GALVÃO DE FIGUEIREDO |
| 18370 | 1º OF DIAMANTINO | JOÃO DE SOUZA FIGUEIREDO e ADA GALVÃO DE FIGUEIREDO |
| 18572 | 1º OF DIAMANTINO | NARCISO PEDRO DE ARAUJO |
| 18855 | 1º OF DIAMANTINO | ANGELITA FRANCISCA DOS SANTOS |
| 19215 | 1º OF DIAMANTINO | EVANDRO PEREIRA DA SILVA |
| 19232 | 1º OF DIAMANTINO | KELLEN PATRICIA SILVA DE JESUS \| CAIXA ECONOMICA FEDERAL |
| 19731 | 1º OF DIAMANTINO | ISABELLI PIMENTEL DA SILVA |
| 19892 | 1º OF DIAMANTINO | MARCIANO BENEDITO NASCIMENTO |
| 19972 | 1º OF DIAMANTINO | MANOEL RODRIGUES DE LIMA |
| 20224 | 1º OF DIAMANTINO | ESTER PAULINA DA SILVA |

| | | |
|---|---|---|
| 20427 | 1º OF DIAMANTINO | BARTOLOMEU BENEDITO DE SOUZA |
| 20678 | 1º OF DIAMANTINO | GERSON ARAUJO DE CARVALHO |
| 20679 | 1º OF DIAMANTINO | PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT |
| 20690 | 1º OF DIAMANTINO | DONATILA VIEIRA DE BARROS |
| 20691 | 1º OF DIAMANTINO | HERMELINDA GOMES DE SOUZA |
| 20737 | 1º OF DIAMANTINO | DIONÍSIO VALENTINO DA SILVA |
| 21019 | 1º OF DIAMANTINO | LUIZA MARIA DE OLIVEIRA |
| 21177 | 1º OF DIAMANTINO | SINEIDE DOS SANTOS SOUZA |
| 21181 | 1º OF DIAMANTINO | ROSINEIDE DOS SANTOS SE SOUZA; JOSÉ MARIA PEREIRA DE SOUZA; ROSANGELA DOS SANTOS; ANTONIO DOS SANTOS (DIGO CARLOS DOS SANTOS); GERALDINO DOS SANTOS |
| 21307 | 1º OF DIAMANTINO | APOLINARIA DA COSTA SILVA |
| 21588 | 1º OF DIAMANTINO | ZORAIDES AZEVEDO DE ALMEIDA e NICOLAU RIBEIRO DE ALMEIDA |
| 21659 | 1º OF DIAMANTINO | SOLANGE TERESINHA CARVALHO PISSOLATO e VALDEMAR AIRTON PISSOLATO |
| 21721 | 1º OF DIAMANTINO | JACOB PEREIRA DE SOUZA |
| 21722 | 1º OF DIAMANTINO | BENEDITO REIS DE FIGUEIREDO |
| 22009 | 1º OF DIAMANTINO | DORA ANA PEDRINI MARCONDES |
| 22563 | 1º OF DIAMANTINO | LINDAURA BARBOSA DOS SANTOS |
| 22679 | 1º OF DIAMANTINO | RENATO MANOEL DA SILVA |
| 22791 | 1º OF DIAMANTINO | WANDERLEI LEITE ROCHA |
| 22804 | 1º OF DIAMANTINO | LAERCIO PEREIRA VUNJÃO |
| 23731 | 1º OF DIAMANTINO | MENARA KAYLY ALMEIDA CAMPOS |
| 23947 | 1º OF DIAMANTINO | ANDRE RODRIGUES DE MORAES |
| 23948 | 1º OF DIAMANTINO | EURIPEDES FERREIRA DE SOUZA e FRANCISCA CORREA DE SOUZA |
| 24162 | 1º OF DIAMANTINO | MARCELINO SOARES DE OLIVEIRA |
| 24169 | 1º OF DIAMANTINO | EDSON MARCOS DA SILVA e MARILU APARECIDA DE SOUZA BELEM E SILVA |
| 24421 | 1º OF DIAMANTINO | TEREZINHA TOMAZINE |
| 24527 | 1º OF DIAMANTINO | SUELY DE FATIMA AUGUSTO |
| 29378 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO GOMES TEIXEIRA \| MARY SHEYLA BOLONHEZE SANCHES |
| 29379 | 1º OF DIAMANTINO | PEDRO GOMES TEIXEIRA \| MARY SHEYLA BOLONHEZE SANCHES |
| 36278 | 1º OF DIAMANTINO | JOSE LUIS DEMENEGHI e ANA ROSA FONSECA DEMENEGHI |
| 40816 | 1º OF DIAMANTINO | ANTONIO ROCHA DA SILVA e MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA |
| 41288 | 1º OF DIAMANTINO | GERALDO CARMO OLIVEIRA e DINALVA BERNARDINA DE OLIVEIRA |
| 43378 | 1º OF DIAMANTINO | MARINA DE BRITO |
| 43380 | 1º OF DIAMANTINO | ALCINDO GUSMÃO DE LARA e IRACY PEREIRA DE SOUZA |
| 43464 | 1º OF DIAMANTINO | RAIMUNDA EDEFONSIA DO NASCIMENTO |
| 44068 | 1º OF DIAMANTINO | REGINALDO DE QUEIROZ FONTES e ALINE DE PAZOS TABOSA FONTES |
| 46557 | 1º OF DIAMANTINO | HENRIQUE VIEIRA DE QUEIROZ NETO |

**D) Hipóteses de retificação de perímetro e/ou área:**

| Quadra | Lote | Matrícula | Cartório | Proprietário(a) |
|---|---|---|---|---|
| 14 | 01 | 6380 | 1º OF DIAMANTINO | DEISINALVA CALIXTO DE SALES \| SICREDI OURO VERDE MATO GROSSO |
| 15 | 03 | 6792 | 1º OF DIAMANTINO | KENNIDY UILAM DA COSTA |

Para essas unidades não haverá transferência de direitos reais, considerando que o ocupante já é o titular de domínio da área. Todavia, essas áreas sofrerão alterações de perímetro e/ou área. Nos termos do art. 23, § 2º, quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes na matrícula ou transcrição de origem, deverão acompanhar o titular originário.

**XIII – DA DESTINAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS:**

Com o registro da CRF, serão incorporados automaticamente ao patrimônio público as vias públicas, as áreas destinadas ao uso comum do povo, os prédios públicos e os equipamentos urbanos, nos termos do art. 53 da Lei Federal 13.465/2017, na forma indicada abaixo:

Ao MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT:

| DISCRIMINAÇÃO | ÁREA (m²) |
|---|---|
| Vias de Acesso | 72.733,91 |

| | | |
|---|---|---|
| Calçadas | | 33.288,31 |
| Canteiros | | 1.928,35 |
| Quadra 1 | Lote 1 | 3.498,89 |
| Quadra 1 | Lote 2 | 9.344,19 |
| Quadra 1 | Lote 3 | 5.443,22 |
| Quadra 1 | Lote 4 | 7.546,06 |
| Quadra 1 | Lote 5 | 6.618,62 |
| Quadra 1 | CASA DE APOIO | 991,91 |
| Quadra 1 | CRECHE MUNICIPAL | 3.348,13 |
| Quadra 1 | GINÁSIO | 5.226,89 |
| Quadra 1 | GINÁSIO MUNICIPAL | 3.796,58 |
| Quadra 1 | PREFEITURA MUNICIPAL | 16.776,38 |
| Quadra 2 | Lote 1 | 3.719,00 |
| Quadra 2 | ÁREA VERDE 02 | 21.122,41 |
| Quadra 3 | ÁREA VERDE 01 | 1.813,50 |
| Quadra 11 | PARQUE DE EXPOSIÇÃO | 15.163,08 |
| Quadra 12 | CENTRO DE PROJETOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.811,67 |
| Quadra 15 | PRONTO ATENDIMENTO DR. MARZAVÃO DE SIQUEIRA | 8.406,84 |
| Quadra 15 | VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 2.004,15 |
| Quadra 16 | PARQUE | 87.330,23 |
| Quadra 17 | EQUIPAMENTO PÚBLICO | 355,87 |
| Quadra 19 | PRAÇA | 2.166,04 |
| Quadra 20 | ESCOLA MUNICIPAL | 393,58 |
| Quadra 27 | ESCOLA EUFRASIO DO NASCIMENTO | 1.300,93 |
| Quadra 27 | RESERVATÓRIO DE ÁGUA MUNICIPAL | 334,27 |

**XIV – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO:**

O Município de **Alto Paraguai/MT**, reconhece o interesse público para fins de REURB na modalidade social (Reurb-S), as seguintes unidades imobiliárias (art. 23, §1°, III da Lei 13.465/17):

a) Listagem dos Lotes: **MISTA (COMÉRCIO E MORADIA)**, considerando que este(s) exerce(m) atividade(s) que proporciona o direito à moradia e a geração de emprego, renda, desenvolvimento econômico e integração social para o Município;

| **Quadra** | **Lote** |
|---|---|
| 3 | 4 |
| 4 | 1 |
| 4 | 2 |
| 4 | 4 |
| 4 | 5A |
| 4 | 6 |
| 4 | 10 |
| 4 | 12B |
| 4 | 15 |
| 4 | 16 |
| 4 | 17 |
| 5 | 1 |
| 5 | 7A |
| 5 | 9 |
| 5 | 13 |
| 5 | 14 |
| 5 | 16 |
| 6 | 12 |
| 6 | 13 |
| 6 | 15 |
| 13 | 6 |
| 13 | 11 |
| 14 | 1 |
| 14 | 5 |

| | |
|---|---|
| 14 | 7 |
| 14 | 10 |
| 14 | 11 |
| 15 | 5B |
| 15 | 13B |
| 16 | 13 |
| 16 | 14 |
| 18 | 12 |
| 22 | 6 |
| 22 | 7 |
| 23 | 17 |
| 26 | 7 |
| 27 | 6 |

b) Listagem dos Lotes: **RELIGIOSA**, considerando a liberdade de crença assegurada pela Constituição Federal.

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 3 | 10 |
| 4 | 18 |
| 4 | 23 |
| 10 | 1C |
| 23 | 8 |
| 24 | 12 |

c) Listagem dos Lotes: **COMERCIAL E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, considerando que este(s) exerce(m) atividade(s) que proporciona(m) a geração de emprego, renda, desenvolvimento econômico e integração social para o Município;

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 3 | 2 |
| 3 | 5 |
| 3 | 6 |
| 3 | 13 |
| 4 | 3 |

| | |
|---|---|
| 4 | 8 |
| 4 | 9 |
| 4 | 12A |
| 4 | 13 |
| 4 | 19A |
| 4 | 20 |
| 4 | 25 |
| 5 | 2 |
| 5 | 3 |
| 5 | 4 |
| 5 | 10 |
| 5 | 12 |
| 5 | 18 |
| 5 | 19 |
| 6 | 7 |
| 10 | 2 |
| 10 | 3A |
| 13 | 4A |
| 14 | 4 |
| 14 | 6 |
| 14 | 8 |
| 14 | 12 |
| 15 | 9 |
| 15 | 10 |
| 15 | 13A |
| 15 | 15 |
| 15 | 16 |
| 15 | 17 |
| 15 | 19A |
| 15 | 20 |
| 16 | 10 |
| 16 | 11 |
| 16 | 12 |
| 16 | 19 |
| 17 | 1 |
| 20 | 14 |
| 21 | 10 |
| 24 | 16 |

d) Listagem dos Lotes: **EDUCACIONAL (ESCOLA)**, considerando o seu cunho educacional;

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 20 | ESCOLA MUNICIPAL |

| | |
|---|---|
| 27 | ESCOLA EUFRASIO DO NASCIMENTO |

**XV – DO ESTUDO AMBIENTAL E DA SITUAÇÃO DE RISCO:**

**COM NECESSIDADE DE ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL E RISCO – ÁREAS COM**

**RESTRIÇÕES AMBIENTAIS DEMARCADAS, ÁREAS NÃO ANALISADAS PELO ÓRGÃO**

**AMBIENTAL COMPETENTE:** *Em relação às medidas ambientais, ficou constatado pelo Estudo Técnico Ambiental anexo ao Projeto de Regularização Fundiária Urbana do Núcleo Urbano Informal ora objeto de REURB, que algumas unidades imobiliárias estão situadas em área que possui restrição ambiental (leia-se: áreas de preservação permanente, unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais).*

*Nos termos do art. 11, § 2º, da Lei Federal n.º 13.465/2017 c/c art. 4º, § 4º, do Decreto Federal n.º 9.310/2018, a aprovação municipal correspondente à análise ambiental, por seu órgão ambiental, poderá ser realizada em fases ou etapas, e a parte do núcleo urbano informal não afetada pelo estudo poderá ter seu projeto de regularização fundiária aprovado e levado a registro separadamente. Senão vejamos:*

*Art. 4º A aprovação municipal e distrital da Reurb de que trata o § 4º do art. 3º corresponde à aprovação urbanística do projeto de regularização fundiária, e à aprovação ambiental, se o Município tiver órgão ambiental capacitado.*

*(...)*

*§ 4º O estudo técnico ambiental será obrigatório somente para as parcelas dos núcleos urbanos informais situados nas áreas de preservação permanente, nas unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais e poderá ser feito em fases ou etapas e a parte do núcleo urbano informal não afetada pelo estudo poderá ter seu projeto de regularização fundiária aprovado e levado a registro separadamente.*

*Mais adiante, em se tratando de áreas de risco, o art. 36, § 3º, do Decreto Federal n.º 9.310/2018, traz o mesmo entendimento, senão vejamos:*

*Art. 31. (...) § 3º Os estudos técnicos previstos neste artigo aplicam-se somente às parcelas dos núcleos urbanos informais situados nas áreas de risco, sendo que a parte do núcleo urbano não inserida na área de risco e não afetada pelo estudo técnico poderá ter o seu projeto de regularização fundiária aprovado e levado a registro separadamente.*

*Deste modo, até a respectiva análise e aprovação pelo Órgão Municipal Competente do Estudo Técnico Ambiental apresentado, a área indicada como restrição ambiental deverá ser desconsiderada para fins de abertura de matrículas individualizadas.*

*A(s) seguinte(s) Unidade(s) Imobiliária(s) possui(em) restrição:*

| Quadra | Lote |
|---|---|
| 2 | 20 |
| 2 | ÁREA VERDE 02 |
| 3 | 1 |
| 3 | 2 |
| 3 | 3 |
| 3 | 23 |
| 3 | 24 |
| 3 | 25 |
| 3 | ÁREA VERDE 01 |
| 15 | 2B |
| 15 | 3 |
| 16 | 1 |
| 16 | 5 |
| 16 | 6 |
| 16 | PARQUE |
| 17 | 5 |

*Em relação as demais unidades imobiliárias, não existem impedimentos de risco e/ou ambiental, sendo, portanto, passível de ser regularizadas. O Município informará ao Cartório Registrador competente, após a análise do Estudo Técnico Ambiental, se as quadras e lotes destacados acima serão passíveis, ou não, de serem regularizados.*

*Assim, qualificada a CRF e não havendo exigências nem impedimentos, o oficial do cartório de registro de imóveis efetuará o seu registro na matrícula dos imóveis cujas áreas tenham sido atingidas, total ou parcialmente, conforme determina o art. 51, da Lei Federal n.º 13.465/2017.*

**XVI - PROPOSTA DE SOLUÇÕES PARA QUESTÕES AMBIENTAIS, URBANÍSTICAS E DE REASSENTAMENTO DOS OCUPANTES:**

***Não Existem Compensações Urbanísticas a Serem Realizadas no perímetro objeto de REURB:*** *No presente caso, não existem compensações urbanísticas a serem realizadas, motivo pelo qual fica dispensada a elaboração de cronograma e respectivo Termo de Compromisso, nos termos do §1º do artigo 30 do Decreto nº 9.310/18.*

**XVII - DOS RESPONSÁVEIS PELAS OBRAS E PELOS SERVIÇOS / CRONOGRAMA /**

**TERMO DE COMPROMISSO - INFRAESTRUTURA ESSENCIAL**

***Possui Infraestrutura Essencial:*** *O núcleo urbano informal consolidado ora objeto de REURB possui a infraestrutura essencial, definida no artigo 36, §1º da Lei nº 13.465/17, motivo pelo qual fica dispensada a elaboração do cronograma e respectivo Termo de*

*Compromisso, nos termos do §1º do artigo 30 do Decreto nº 9.310/18.*

**DA CONCLUSÃO**

Por todo o conteúdo exposto, **DECLARO** que o Processo Administrativo do objeto de REURB foi regularmente instruído, seguindo o rito do art. 28 e seguintes da Lei Federal n. 13.465/2017, e **APROVO** o projeto de regularização fundiária urbana resultando deste, bem como, **APROVO** a aplicabilidade do instrumento jurídico de legitimação fundiária aos beneficiários acima relacionados, com suas respectivas unidades imobiliárias.

Expeça-se a Certidão de Regularização Fundiária com a lista de ocupantes beneficiados

com a legitimação fundiária.

Publique-se, nos termos do art. 21, V do Decreto nº 9.310/2018 e art. 28, V da Lei nº

13.465/2017.

Município de Alto Paraguai/MT, 07 de outubro de 2026.

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**

Prefeito Municipal de Alto Paraguai/MT

---

**DEPTO RH**
**OFÍCIO Nº 066/2026 - BELA VISTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT GABINETE DO PREFEITO**

**Ofício nº 066/2026 Alto Paraguai/MT, 07 de outubro de 2026.**

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a) Registrador(a)

**PAULENES CARDOSO DA SILVA**

Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis e de Títulos e Documentos de Diamantino/MT

Rua Sebastião M. Regis, Nº 51

CEP: 78400-000, Centro, Diamantino/MT

Senhor(a) Registrador(a),

Em atendimento ao disposto no art. 42 da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017, vimos, por intermédio deste, requerer a prenotação, autuação e instauração do procedimento registral do núcleo urbano informal denominado **BELA VISTA**, localizado no Município de Alto Paraguai/MT.

**REQUER** a este(a) Douto(a) Registrador(a):

(a) que realize a abertura das matrículas com base em planta e memorial descritivo do imóvel utilizado na instrução do procedimento administrativo, ou seja, no projeto de regularização fundiária urbana aprovado pelo Município, independentemente se (a) área que não tenha registro anterior (sem matrícula) (art. 176-A, caput); (b) parte de imóvel objeto de registro anterior (art. 176A, inciso I), ou; (c) se atingir, total ou parcialmente, mais de um imóvel objeto de registro anterior (art. 176-A, inciso II), nos moldes da Lei Federal n.º 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos), que o instrumento empregado por este Órgão Instaurador para conceder direitos reais de propriedade a quem de direito foi a legitimação fundiária e este, por sua vez, possui natureza originária.

Ainda, caso exista alguma dúvida, ou que haja alguma impugnação em face de alguma parcela do núcleo urbano informal consolidado ora objeto de regularização fundiária urbana, **REQUER**, nos termos do arts. 36, § 2º, 45, § 3º da Lei Federal n.º 13.465/2017 c/c arts. 4º, § 4º 24 § 3º, 36, §3º e 44, § 4º, do Decreto Federal n.º 9.310/2018 que:

(b) seja a parcela não afetada pela dúvida ou impugnação levada a registro separadamente.

Caso se verifique que este Órgão Instaurador deixou de realizar alguma notificação prevista no art. 31, da Lei Federal n.º 13.465/2017, **REQUER**:

(c) que este(a) Douto(a) Registrador(a) emita a notificação, que seja realizada de forma simplificada, indicado os dados de identificação do núcleo urbano a ser regularizado, sem a anexação de plantas, projetos, memoriais ou outros documentos, convidando o notificado a comparecer à sede da serventia para tomar conhecimento da CRF com a advertência de que o não comparecimento e a não apresentação de impugnação, no prazo legal, importará em anuência ao registro, nos termos do art. 46, § 2º, da Lei Federal n.º 13.465/2017.

**RUA PRESIDENTE MEDICI Nº. 470, BAIRRO BELA VISTA – CEP 78.410-000 – ALTO PARAGUAI-MT – 65 3396.1563**

**E-mail: tributoap@gmail.com**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT GABINETE DO PREFEITO**

Ainda, **REQUER** que:

(d) aos beneficiários classificados na modalidade “REURB-S”, as titulações serão outorgadas, em ato único mediante o registro da CRF (arts. 11, inciso V, 23, §5° e 41, VI da Lei Federal n.

13.465/2017);

Aos beneficiários classificados na modalidade REURB-E, o registro da transferência de direitos reais, ficará sobrestado até emissão do título de legitimação fundiária urbana individualizado, que será apresentado para registro, sob responsabilidade do beneficiário, além das custas e emolumentos devidos ao Cartório Registrador competente.

(e) que está Nobre Serventia de registro de imóveis, ao abrir as matrículas individuais decorrentes do projeto de regularização fundiária, deverá, nas matrículas de unidades imobiliárias cujo ocupante não venha a ser informado na lista de beneficiários da CRF, fazer constar o titular originário da matrícula na condição de proprietário **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, regularmente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 036485320001/28, com sede na avenida Presidente Médice, n° 470, Bairro Bela Vista, Código de Endereço Postal (CEP) n° 78.410-000, Alto Paraguai/MT, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Adair José Alves Moreira, não inserindo esse mesmo proprietário como titular atual da matrícula aberta, mas apenas inserindo, no campo relativo ao propri-

etário atual, texto informando que o futuro proprietário será oportunamente citado na matrícula quando do envio de listas complementares de beneficiários, nos termos do art. 44, § 8º, da Lei Federal n.º 13.465/2017, considerando que, conforme preconiza o art. 23, § 6º, do referido diploma legal, o poder público poderá atribuir domínio adquirido por legitimação fundiária aos ocupantes que não tenham constado da listagem inicial, mediante cadastramento complementar, sem prejuízo dos direitos de quem haja constado na listagem inicial.

Por fim, **REQUER** a este(a) Douto(a) Registrador(a)que:

(f) recebida a CRF, cumpra a sua prenotação e o respectiva instauração do procedimento registral e, no prazo de 15 (quinze) dias, emita a respectiva nota de exigência ou pratique os atos tendentes ao registro, nos termos do art. 42, parágrafo único c/c 44, caput, da Lei Federal n.º 13.465/2017, sob pena das sanções previstas no art. 44 da Lei Federal n.º 11.977, de 07 de julho de 2009, observado o disposto nos §§ 3º-A e 3º-B do art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 .

Certos de sua atenção, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

**ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**

Prefeito Municipal de Alto Paraguai/MT

**RUA PRESIDENTE MEDICI Nº. 470, BAIRRO BELA VISTA – CEP 78.410-000 – ALTO PARAGUAI-MT – 65 3396.1563**

**E-mail: tributoap@gmail.com**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### DISPENSA ELETRÔNICA Nº 029/2026 - RESULTADO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITA MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: DISPENSA ELETRONICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR ANUAL PARA A SPIN 7 PASSAGEIROS, DESTINADA AO TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI/MT. Empresa vencedora valor total: R$ 1.000,00. GENTE SEGURADORA S/A – 90.180.605/0001-02 com os Itens: 1 no valor total de R$ 1.000,00.

Alto Taquari-MT, 10 de novembro de 2026

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

PREFEITA MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

### PREFEITURA/DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
### EXTRATO DO TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO: 142/2025

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

**CONTRATADO:** 62.446.758 ELIEL PEREIRA DE OLIVEIRA

**ATA DE REGISTRO**: 142/2025

**OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PODA DE ARVORES EXECUTADOS MANUALMENTE, A FIM DE PODAR AS ARVORES EXISTENTES NAS RUAS E AVENIDAS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

**RESOLVEM:**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do ATA DE REGISTRO em mais 12 meses, conforme cláusula terceira da referida ATA. Com renovação do saldo pelo mesmo valor.

---

### PREFEITURA MUNICIPAL /GABINETE DO PREFEITO/ ADMINISTRAÇÃO
### TERMO DE FOMENTO ACAPI Nº 001/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APIACÁS/MT E A ASSOCIAÇÃO CONVIVER DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE APIACÁS – ACAPI, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ-MOLDADO.

O MUNICÍPIO DE APIACÁS, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.321.850/0001-54, com sede na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal JULIO CESAR DOS SANTOS, doravante denominado MUNICÍPIO, e a ASSOCIAÇÃO CONVIVER DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE APIACÁS – ACAPI, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 15.042.087/0001-37, com sede na Avenida Jonas Pinheiro, s/nº, Setor Pioneiro, Apiacás/MT, declarada de utilidade pública municipal pela Lei Complementar nº 0213/2022, neste ato representada por seu Presidente VALDIR DAL MOLIN, brasileiro, agricultor, natural de Planalto/RS, nascido em 01/01/1963, portador do RG nº 3.926.105-7 SSP/PR e CPF nº 675.809.989-04, residente e domiciliado na Rua das Araras, nº 18, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT, CEP 78595-000, eleito e empossado para o biênio 2026/2028 conforme Ata nº 56, de 28/03/2026, doravante denominada ACAPI, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, autorizado pela Lei Municipal nº 1.728, de 27 de outubro de 2026, e regido pela Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste Termo de Fomento a transferência de recursos financeiros à ACAPI para construção de barracão pré-moldado com área de 1.200,00 m², conforme projeto, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro e Plano de Trabalho aprovados e juntados ao processo administrativo.

1.2. O Plano de Trabalho aprovado integra este instrumento, independentemente de transcrição, e vincula as partes quanto às metas, etapas, indicadores, custos, cronograma e resultados esperados.

1.3. A obra será executada no LOTE AP 25, situado no Núcleo Urbano da cidade e Comarca de Apiacás/MT, com área de 13.076,32 m² (treze mil e setenta e seis metros quadrados e trinta e dois decímetros quadrados), objeto de doação do MUNICÍPIO à ACAPI formalizada por escritura pública de 04 de dezembro de 2013, lavrada no 2º Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas de Apiacás/MT, Livro nº 005/Diversos, folhas 071 e verso, referente a imóvel destacado do Lote Público nº 25, de área originária de 16.100,00 m², conforme documentação imobiliária juntada aos autos. A matrícula imobiliária atualizada e o registro da doação em nome da ACAPI deverão ser conferidos antes do primeiro repasse, não sendo a escritura, isoladamente, prova de registro da transferência dominial.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DOS REPASSES**

2.1. O valor global da parceria é de R$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), a ser repassado pelo MUNICÍPIO em 2 (duas) parcelas de R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais) cada, nos termos do art. 2º da Lei Municipal nº 1.728/2026.

2.2. A primeira parcela será liberada após a assinatura e publicação do extrato deste instrumento, a comprovação dos requisitos legais e administrativos, a aprovação do Plano de Trabalho e o cumprimento das condições necessárias à execução da parceria, observado o cronograma de desembolso.

2.3. A segunda parcela somente poderá ser liberada após a aprovação, pelo Departamento de Convênios do MUNICÍPIO, da prestação de contas referente à aplicação dos recursos da primeira parcela, ficando vedado novo repasse enquanto houver pendência de análise, irregularidade ou necessidade de complementação documental, conforme art. 2º, § 4º, da Lei Municipal nº 1.728/2026.

2.4. Nenhum desembolso fica autorizado quando subsistir impedimento legal ou irregularidade que obste a transferência, sem prejuízo das hipóteses de retenção de parcelas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTA BANCÁRIA E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA**

3.1. A ACAPI informou a seguinte conta de sua titularidade para recebimento dos recursos, sujeita à conferência da Secretaria Municipal de Finanças e à adequação à exigência de conta específica em instituição financeira pública, prevista no art. 51 da Lei Federal nº 13.019/2014. Os repasses somente ocorrerão após a regularização e validação da conta bancária nos termos legais:

Instituição informada: Cooperativa de Crédito Sicredi

Agência informada: 0821

Conta corrente informada: 59221-8

Titular: Associação Conviver dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Apiacás – ACAPI

CNPJ / chave Pix informada: 15.042.087/0001-37

3.2. A indicação da conta Sicredi constitui registro dos dados fornecidos pela ACAPI, não representando autorização de transferência em desacordo com o art. 51 da Lei Federal nº 13.019/2014. Caso necessária, a ACAPI deverá apresentar, previamente ao desembolso, conta específica de sua titularidade em instituição financeira pública determinada pelo MUNICÍPIO. Os recursos e rendimentos financeiros deverão ser aplicados exclusivamente no objeto, com movimentação identificável e rastreável.

3.3. A ACAPI manterá registros contábeis e documentação comprobatória individualizados da parceria, vedada a utilização da conta para despesas estranhas ao objeto.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

4.1. O prazo de execução e conclusão integral das obras será de até 12 (doze) meses, contado da assinatura deste Termo de Fomento, em conformidade com o art. 2º, § 1º, da Lei Municipal nº 1.728/2026.

4.2. A vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, ressalvados os prazos de prestação de contas e as obrigações que, por sua natureza, subsistam ao encerramento.

4.3. Conforme o art. 2º, § 5º, da Lei Municipal nº 1.728/2026, o período destinado à análise da prestação de contas pelo Departamento de Convênios não será computado para fins do prazo de execução quando a continuidade da execução depender da liberação da segunda parcela. A ocorrência e a duração desse período serão formalmente registradas nos autos, com atualização do cronograma e, quando necessária, formalização de termo aditivo, observadas as normas aplicáveis.

4.4. Eventual alteração de prazo, metas ou cronograma dependerá de justificativa, manifestação técnica e instrumento formal cabível, vedada alteração do objeto essencial sem fundamento legal.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

5.1. Compete ao MUNICÍPIO: I – acompanhar e fiscalizar a execução por meio de gestor designado e dos mecanismos de monitoramento previstos em lei; II – liberar as parcelas apenas quando satisfeitas as condições legais e pactuadas; III – analisar a prestação de contas intermediária por seu Departamento de Convênios; IV – realizar visitas técnicas e, quando necessário, vistorias de engenharia, com emissão de relatórios; V – exigir saneamento de impropriedades, determinar medidas corretivas e adotar providências para proteção do erário; VI – dar publicidade aos atos e informações da parceria nos termos da legislação; VII – analisar a prestação de contas final e adotar decisão motivada pela autoridade competente.

5.2. A aprovação administrativa da prestação de contas intermediária não afasta a fiscalização posterior nem exime a ACAPI de responsabilidade por irregularidades identificadas subsequentemente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ACAPI**

6.1. Compete à ACAPI: I – executar integralmente o objeto, observados projetos, memorial, orçamento e Plano de Trabalho aprovados; II – empregar os recursos exclusivamente na finalidade pactuada; III – observar normas técnicas, urbanísticas, ambientais, de segurança do trabalho e de acessibilidade aplicáveis, obtendo licenças, alvarás e ART/RRT pertinentes; IV – contratar e pagar fornecedores sob sua responsabilidade, com observância dos princípios da economicidade, impessoalidade e transparência e das regras aplicáveis às OSCs; V – manter documentos fiscais, comprovantes de pagamento, medições, relatórios fotográficos e registros de execução; VI – permitir acesso dos órgãos de fiscalização e controle a documentos, instalações e locais de execução; VII – comunicar tempestivamente fatos que comprometam a execução, custos, prazos ou regularidade; VIII – identificar a origem pública dos recursos em divulgações relativas à parceria, observadas as regras de publicidade institucional; IX – prestar contas nas condições deste instrumento; X – restituir recursos nas hipóteses legais.

6.2. A ACAPI responderá pela gestão administrativa e financeira dos recursos e pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução, não se estabelecendo vínculo empregatício entre seus contratados e o MUNICÍPIO.

6.3. A entidade deverá manter, durante a parceria, os requisitos de habilitação e regularidade legalmente exigidos e informar qualquer alteração estatutária, de representação ou de situação do imóvel.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRIMEIRA PARCELA**

7.1. Para fins de recebimento da segunda parcela, a ACAPI deverá, dentro do prazo de execução previsto na cláusula quarta, apresentar ao Departamento de Convênios a prestação de contas da aplicação dos recursos da primeira parcela, acompanhada de documentação suficiente à verificação da execução física e financeira, nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei Municipal nº 1.728/2026.

7.2. Recebida a documentação, o Departamento de Convênios terá até 30 (trinta) dias para proceder à análise, podendo solicitar esclarecimentos, documentos complementares ou correção de inconsistências, conforme art. 2º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.728/2026.

7.3. Havendo diligência, a ACAPI deverá atender à solicitação no prazo expressamente assinalado pela Administração, com registro da pendência no processo. A liberação da segunda parcela permanecerá impedida até a aprovação expressa da prestação de contas intermediária.

7.4. A análise abrangerá a compatibilidade das despesas com o Plano de Trabalho, os comprovantes financeiros, os documentos fiscais e a execução física da etapa correspondente, inclusive medições ou atestados técnicos quando cabíveis.

7.5. A decisão de aprovação ou não aprovação será motivada e documentada no processo, sem prejuízo das competências da autoridade administrativa e dos órgãos de controle.

**CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL**

8.1. Concluída a obra, a ACAPI apresentará ao Departamento de Convênios prestação de contas final no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da conclusão, conforme art. 4º da Lei Municipal nº 1.728/2026, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014.

8.2. A prestação de contas final conterá relatório de execução do objeto, demonstração do cumprimento das metas, documentos de comprovação financeira exigíveis, extratos bancários, registros fotográficos, documentos de medição e recebimento da obra e outros elementos necessários à avaliação do resultado e da regularidade dos recursos.

8.3. A apresentação da documentação não implica aprovação automática. O MUNICÍPIO poderá determinar diligências e decidirá sobre as contas nos prazos e segundo os procedimentos previstos na legislação aplicável.

8.4. Os saldos financeiros remanescentes, inclusive rendimentos de aplicação, serão devolvidos na forma e nos prazos da Lei Federal nº 13.019/2014, salvo destinação legalmente autorizada.

**CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA**

9.1. O acompanhamento será realizado pelo gestor da parceria designado em ato próprio, com apoio do Departamento de Convênios e dos setores técnicos competentes, sem prejuízo da Comissão de Monitoramento e Avaliação e dos órgãos de controle.

9.2. A ACAPI apresentará relatórios de andamento e registros fotográficos segundo periodicidade prevista no Plano de Trabalho e sempre que requisitada, facultadas vistorias presenciais e avaliação de conformidade dos serviços executados.

9.3. A conclusão física deverá ser comprovada mediante documentação técnica pertinente, inclusive relatório de vistoria, medições finais e termo ou atestado de conclusão/recebimento quando aplicável, sem prejuízo das exigências urbanísticas e de segurança.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DESTINAÇÃO SOCIAL E PROTEÇÃO PATRIMONIAL**

10.1. A edificação construída com recursos desta parceria deverá permanecer destinada às atividades institucionais, sociais e de interesse público previstas no Plano de Trabalho, sendo vedado o desvio de finalidade.

10.2. A ACAPI deverá preservar a destinação social da edificação, manter sua conservação e informar previamente ao MUNICÍPIO qualquer intenção de alienação, cessão, oneração ou alteração relevante do uso do imóvel que possa comprometer o objeto e o interesse público.

10.3. Eventual alienação do imóvel, dissolução da entidade, interrupção definitiva das atividades ou desvio de finalidade ensejará apuração administrativa e adoção das medidas legalmente cabíveis, inclusive recomposição ou ressarcimento do erário quando demonstrado o dever de restituição, observados o contraditório e a ampla defesa.

10.4. A titularidade e as condições de utilização do imóvel, assim como eventuais obrigações patrimoniais específicas e seu prazo de duração, deverão estar comprovadas e definidas no processo e no Plano de Trabalho, sem transferência automática de propriedade ao MUNICÍPIO por força deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS IRREGULARIDADES, RESTITUIÇÃO E SANÇÕES**

11.1. A aplicação irregular dos recursos, o desvio de finalidade, a omissão de prestar contas, o descumprimento injustificado do objeto ou outras infrações sujeitarão a ACAPI às providências legais, inclusive retenção de repasses, determinação de saneamento, restituição de valores, instauração de procedimento de apuração e aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

11.2. As medidas serão precedidas do procedimento administrativo pertinente, com contraditório e ampla defesa, sem prejuízo do dever de comunicar irregularidades aos órgãos competentes.

11.3. Os valores devidos ao erário serão atualizados e acrescidos dos encargos legalmente cabíveis, conforme apuração e decisão administrativa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES, DENÚNCIA E RESCISÃO**

12.1. Alterações do instrumento observarão os requisitos e limites da Lei Federal nº 13.019/2014, mediante termo aditivo ou apostilamento quando cabível, com justificativa e aprovação administrativa.

12.2. A parceria poderá ser denunciada ou rescindida nas hipóteses legais e pactuadas, mediante comunicação formal, apuração das responsabilidades e destinação dos recursos e bens na forma da legislação aplicável.

12.3. A extinção da parceria não prejudicará a obrigação de prestar contas e de reparar eventuais danos ao erário.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE E EFICÁCIA**

13.1. A eficácia do presente Termo de Fomento fica condicionada à publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade da Administração, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2. As partes observarão os deveres de transparência relativos ao objeto, valores, execução e resultados da parceria, resguardadas as informações legalmente protegidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. As controvérsias decorrentes deste instrumento serão, sempre que possível, submetidas à tentativa prévia de solução administrativa, com participação do órgão de assessoramento jurídico do MUNICÍPIO, conforme legislação aplicável.

14.2. Não havendo solução consensual, fica eleito o foro judicial competente para o Município de Apiacás/MT, observadas as regras legais de competência.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Apiacás/MT, 05 de novembro de 2026.

_____

JULIO CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Apiacás/MT

_____

VALDIR DAL MOLIN

Presidente da ACAPI – Biênio 2026/2028 CPF nº 675.809.989-04

Testemunhas: 1. _____ CPF: _____

_____

2. _____ CPF: _____

GESTOR DA PARCERIA (ato de designação): _____

_____

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS: _____

_____

---

**PREFEITURA MUNICIPAL /GABINETE DO PREFEITO/ ADMINISTRAÇÃO**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.733 /2026 DE 10 NOVEMBRO DE 2026**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Exmo. Senhor Júlio César dos Santos, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa LOA/2026, sancionado pela Lei Municipal nº 1.624/2025, bem como, incluir na LDO/2026, aprovada pela Lei nº 1.621/2025 o valor de R$ 1.295.000,00 (Um milhão e duzentos e noventa e cinco mil reais), destinados à despesas do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores do Município de Apiacás - MT .

**Art. 2º.** O Crédito Adicional Suplementar ora autorizado, atende às prerrogativas do disposto no artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e suplementa a funcional programática a seguir:

13 – Fundo Municipal de Previdência dos Servidores - PREVIAP

001 – Fundo Municipal de Previdência dos Servidores PREVIAP

09 – Previdência Social

272 – Previdência do Regime Estatutário

0002 – Previdência do Servidor Municipal

2002 – Atividades Administrativas do PREVIAP

3190.01.00.00 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares

Fonte: 2.800.111100 – Benefícios Previdenciários – Poder Executivo – Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás – MT, 10 de novembro de 2026

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA/DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO ADITIVO - CONTRATO 074/2026**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

**CONTRATADO:** NORTAO AGRO LTDA

**CONTRATO**: 074/2026

**OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE GALPÃO DE SERVIÇOS, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE APIACÁS – MT.

**RESOLVEM:**

- Aditar a cláusula sexta do contrato 074/2026

- Prorrogação do prazo de execução em 180 dias.

---

**PREFEITURA MUNICIPAL /GABINETE DO PREFEITO/ ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 315/2026 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**Dispõe sobre o encerramento da execução orçamentária, financeira e patrimonial e sobre o levantamento do Balanço Geral do Município de Apiacás, Estado de Mato Grosso, relativo ao exercício de 2026, e dá outras providências.**

O **Senhor JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS** Prefeito do Município de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e...

**CONSIDERANDO** as normas gerais de Direito Financeiro estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

**CONSIDERANDO** as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas e a compatibilidade entre a execução orçamentária e a disponibilidade financeira do Município;

**CONSIDERANDO** a necessidade de observância das normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer prazos e procedimentos administrativos, orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis para o adequado encerramento do exercício financeiro de 2026 e elaboração do Balanço Geral do Município;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a correta prestação de contas aos órgãos de controle, especialmente ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT;

**DECRETA:**

## CAPÍTULO I

## DOS PROCEDIMENTOS PARA ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2026

### Das Compras, Contratações e Emissão de Notas de Empenho

**Art. 1º** As Secretarias Municipais e demais unidades administrativas deverão realizar levantamento e planejamento das aquisições de bens, materiais, obras e serviços indispensáveis à manutenção de suas atividades até o encerramento do exercício, observando rigorosamente:

I – a existência de dotação orçamentária;

II – a disponibilidade financeira na respectiva fonte ou destinação de recursos;

III – a efetiva necessidade da contratação;

IV – os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento; e

V – a possibilidade de execução, liquidação e pagamento da despesa dentro dos prazos estabelecidos neste Decreto.

**Art. 2º** As despesas custeadas com recursos vinculados, inclusive convênios, transferências especiais, transferências de fundo a fundo, fundos especiais e demais programas específicos, poderão ser executadas desde que observadas a legislação específica, a vigência do instrumento e a disponibilidade orçamentária e financeira da respectiva fonte de recursos.

**Art. 3º** A partir da publicação deste Decreto, as aquisições e contratações não essenciais deverão ser restringidas, sendo realizadas somente mediante justificativa formal do Secretário responsável e autorização do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 4º** As notas de empenho relativas ao exercício de 2026 deverão, preferencialmente, ser emitidas até **10 de dezembro de 2026**, ressalvadas as despesas cuja natureza ou continuidade exija execução posterior, especialmente:

I – Pessoal, encargos sociais e obrigações patronais;

II – amortização e encargos da dívida;

III – serviços públicos essenciais, inclusive energia elétrica, água, telefonia, internet, sistemas e outros de natureza continuada;

IV – Despesas indispensáveis à manutenção dos serviços de saúde, educação, assistência social, saneamento, limpeza pública e infraestrutura;

V – Despesas decorrentes de contratos continuados;

VI – Despesas custeadas com recursos vinculados, quando necessária sua execução para atendimento da finalidade específica;

VII – despesas decorrentes de procedimentos licitatórios ou contratações regularmente formalizadas e cuja execução seja necessária ao interesse público.

**§ 1º** As unidades administrativas deverão encaminhar tempestivamente ao Departamento de Contabilidade todos os documentos necessários ao empenho e à liquidação das despesas.

**§ 2º** A liquidação das despesas deverá ocorrer, sempre que possível, até **18 de dezembro de 2026**, ressalvadas aquelas cujo fato gerador ocorrer posteriormente.

## CAPÍTULO II

### DA ANULAÇÃO DOS SALDOS DE EMPENHOS

**Art. 5º** As Secretarias e unidades administrativas deverão proceder à análise de todos os empenhos emitidos e informar ao Departamento de Contabilidade, até **04 de dezembro de 2026**, aqueles que deverão ser mantidos ou anulados.

**§ 1º** Deverão ser anulados os empenhos ou respectivos saldos quando:

I – O objeto não tenha sido executado e não haja previsão de sua execução;

II – Os bens não tenham sido entregues;

III – os serviços não tenham sido prestados;

IV – a contratação tenha sido cancelada ou rescindida;

V – Houver saldo de empenho superior ao valor efetivamente executado;

VI – Não houver justificativa para sua manutenção; ou

VII – não houver disponibilidade financeira suficiente na respectiva fonte ou destinação de recursos, quando necessária para suportar a obrigação.

**§ 2º** A responsabilidade pela informação quanto à manutenção ou anulação do empenho será do Secretário Municipal ou responsável pela respectiva unidade administrativa.

**Art. 6º** Até **18 de dezembro de 2026**, o Departamento de Contabilidade deverá proceder à revisão dos saldos dos empenhos ordinários, estimativos e globais, promovendo as anulações necessárias ao correto encerramento do exercício.

**Parágrafo único**. É vedada a manutenção de empenhos com a finalidade exclusiva de utilização do saldo da dotação orçamentária, sem que exista obrigação efetivamente assumida e devidamente comprovada.

## CAPÍTULO III

## DOS PAGAMENTOS

**Art. 7º** As Secretarias deverão encaminhar ao Departamento de Contabilidade e à Tesouraria, em tempo hábil, toda a documentação necessária à liquidação e ao pagamento das despesas.

**Art. 8º** Os pagamentos das despesas regularmente liquidadas deverão ser realizados, preferencialmente, até **18 de dezembro de 2026**, observada a disponibilidade financeira da respectiva fonte ou destinação de recursos.

**Parágrafo único.** Poderão ser realizados após a data estabelecida no caput os pagamentos referentes a:

I – Pessoal e encargos sociais;

II – Décimo terceiro salário;

III – obrigações previdenciárias e tributárias;

IV – amortização e encargos da dívida;

V – Serviços públicos essenciais;

VI – Despesas cujo vencimento ou fato gerador ocorra após a data estabelecida no caput; e

VII – outras despesas cuja excepcionalidade seja devidamente justificada.

## CAPÍTULO IV

## DOS RESTOS A PAGAR E DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

**Art. 9º** As despesas legalmente empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de 2026 poderão ser inscritas em Restos a Pagar, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e demais

normas aplicáveis.

**§ 1º** Serão inscritas como **Restos a Pagar Processados** as despesas empenhadas e devidamente liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro de 2026.

**§ 2º** Poderão ser inscritas como **Restos a Pagar Não Processados** as despesas empenhadas e não liquidadas até 31 de dezembro de 2026, desde que:

I – Exista obrigação regularmente assumida;

II – Seja comprovada a necessidade de manutenção do empenho;

III – exista expectativa concreta de execução do objeto;

IV – Sejam observadas as normas aplicáveis à disponibilidade financeira e à vinculação dos recursos.

**Art. 10.** A Contabilidade e a Tesouraria deverão apurar a disponibilidade de caixa por **fonte ou destinação de recursos**, considerando as disponibilidades financeiras e as respectivas obrigações existentes.

**§ 1º** Para fins de encerramento do exercício, deverão ser consideradas, entre outras:

I – Disponibilidades bancárias e aplicações financeiras;

II – Restos a Pagar Processados;

III – Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores;

IV – Demais obrigações financeiras;

V – Valores restituíveis e consignações;

VI – Recursos vinculados e respectivas obrigações;

VII – demais compromissos que afetem a disponibilidade financeira.

**§ 2º** A inscrição e a manutenção de Restos a Pagar deverão respeitar a vinculação da respectiva fonte ou destinação de recursos.

**§ 3º** Os empenhos que não apresentarem condições para inscrição em Restos a Pagar deverão ser avaliados para cancelamento, observada a legislação aplicável e a existência ou não do fato gerador da obrigação.

## CAPÍTULO V

## DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E TRIBUTÁRIAS

**Art. 11.** O Departamento de Recursos Humanos, a Contabilidade e a Tesouraria deverão assegurar a correta contabilização e o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e, quando houver, ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, observados os respectivos prazos legais.

**Parágrafo único.** As obrigações previdenciárias cujo vencimento ocorrer no exercício seguinte deverão estar devidamente reconhecidas contabilmente no exercício de competência, quando aplicável.

**Art. 12.** A Contabilidade e a Tesouraria deverão assegurar o reconhecimento e recolhimento das retenções e obrigações tributárias decorrentes dos pagamentos efetuados pelo Município, incluindo, conforme o caso, IRRF, ISSQN, INSS, RPPS, PASEP e demais tributos e retenções legalmente exigíveis.

## CAPÍTULO VI

## DO REGISTRO E DA CONCILIAÇÃO DAS RECEITAS

**Art. 13.** Deverão ser reconhecidas e registradas no exercício financeiro de 2026 as receitas orçamentárias arrecadadas até 31 de dezembro de 2026, observados os princípios, critérios e procedimentos contábeis aplicáveis ao setor público.

**Art. 14.** O Departamento de Tesouraria deverá acompanhar diariamente, durante o período de encerramento, os ingressos financeiros nas contas bancárias municipais, promovendo sua identificação e comunicação à Contabilidade.

**Art. 15.** Todas as contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo Município deverão ser objeto de conciliação bancária referente à posição de **31 de dezembro de 2026**.

**§ 1º** A Tesouraria deverá identificar e regularizar tempestivamente:

I – Receitas pendentes de contabilização;

II – Despesas pendentes de baixa;

III – transferências entre contas;

IV – Tarifas bancárias;

V – Rendimentos de aplicações financeiras;

VI – Depósitos não identificados;

VII – cheques, ordens bancárias ou transferências pendentes;

VIII – demais divergências existentes entre os registros contábeis e bancários.

**§ 2º** As conciliações bancárias deverão ser encaminhadas à Contabilidade acompanhadas dos extratos bancários e demais documentos comprobatórios.

## CAPÍTULO VII

## DOS ADIANTAMENTOS, DIÁRIAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

**Art. 16.** Fica vedada, a partir de **11 de dezembro de 2026**, a concessão de novos adiantamentos, suprimentos de fundos ou instrumentos equivalentes, salvo quando indispensáveis ao funcionamento dos serviços públicos e mediante autorização expressa do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 17.** As prestações de contas referentes a adiantamentos pendentes deverão ser apresentadas até **18 de dezembro de 2026**, devendo os saldos não utilizados ser restituídos aos cofres municipais.

## CAPÍTULO VIII

## DO FECHAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

**Art. 18.** O Departamento de Recursos Humanos deverá encaminhar à Contabilidade, até **23 de novembro de 2026**, previsão das despesas relativas:

I – À folha de pagamento de novembro;

II – Ao décimo terceiro salário;

III – à folha de pagamento de dezembro;

IV – Às férias e demais obrigações trabalhistas de competência do exercício;

V – Aos encargos patronais correspondentes.

**Art. 19.** A folha do décimo terceiro salário deverá ser concluído e disponibilizado à Contabilidade em prazo suficiente para pagamento dentro do prazo legal.

**Art. 20.** O Departamento de Recursos Humanos deverá fornecer à Contabilidade as informações necessárias ao reconhecimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pelo regime de competência, inclusive férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos, quando aplicável.

## CAPÍTULO IX

## DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL

**Art. 21.** A Secretaria Municipal de Administração deverá constituir ou designar Comissão de Inventário para realização do levantamento físico dos bens móveis, imóveis e demais bens patrimoniais do Município, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964 e demais normas aplicáveis.

**Art. 22.** O Setor de Patrimônio deverá apresentar à Contabilidade, até **15 de janeiro de 2027**, o Inventário Patrimonial referente a 31 de dezembro de 2026, contendo, no mínimo:

I – Relação dos bens existentes;

II – Incorporações realizadas durante o exercício;

III – baixas patrimoniais;

IV – Transferências;

V – Bens inservíveis;

VI – Bens cedidos ou recebidos em cessão;

VII – depreciações e demais ajustes patrimoniais, quando aplicáveis.

**Art. 23.** Os saldos do sistema patrimonial deverão ser conciliados com os registros contábeis, devendo eventuais divergências ser identificadas, justificadas e regularizadas.

## CAPÍTULO X

## DO ALMOXARIFADO E DOS ESTOQUES

**Art. 24.** O Setor de Almoxarifado deverá realizar inventário físico dos materiais existentes em estoque em 31 de dezembro de 2026.

**§ 1º** O relatório deverá demonstrar:

I – Saldo inicial;

II – Entradas no exercício;

III – saídas ou consumo;

IV – Ajustes realizados;

V – Saldo final físico e financeiro.

**§ 2º** O relatório de estoque deverá ser encaminhado à Contabilidade até **15 de janeiro de 2027**, para conciliação com os registros contábeis.

**§ 3º** Eventuais divergências entre os controles físicos e contábeis deverão ser devidamente identificadas, justificadas e regularizadas.

## CAPÍTULO XI

## DO CONTROLE DE VEÍCULOS E FROTAS

**Art. 25.** O setor responsável pelo controle da frota deverá apresentar, até **15 de janeiro de 2027**, relatório referente ao exercício de 2026 contendo, no mínimo:

I – Relação dos veículos e máquinas;

II – Quilometragem ou horas trabalhadas;

III – consumo de combustível;

IV – Despesas de manutenção;

V – Situação de cada veículo;

VI – Demais informações necessárias ao controle patrimonial e operacional da frota.

## CAPÍTULO XII

## DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

**Art. 26.** O setor responsável pelos contratos deverá encaminhar à Contabilidade, até **15 de janeiro de 2027**, relação dos contratos e aditivos vigentes em 31 de dezembro de 2026, contendo:

I – Número do contrato;

II – Contratado;

III – objeto;

IV – Valor contratado;

V – Valor executado;

VI – Saldo a executar;

VII – prazo de vigência;

VIII – demais informações necessárias ao encerramento contábil.

**Art. 27.** O setor responsável pelos convênios e transferências deverá apresentar, no mesmo prazo, relatório dos instrumentos vigentes em 31 de dezembro de 2026, demonstrando:

I – Recursos recebidos;

II – Rendimentos financeiros;

III – despesas executadas;

IV – Saldo financeiro;

V – Valores a receber;

VI – Valores a restituir;

VII – vigência do instrumento;

VIII – situação da prestação de contas.

**Art. 28.** Os saldos financeiros de convênios, programas e instrumentos congêneres encerrados deverão ser restituídos ao órgão concedente quando exigido pela legislação ou pelo respectivo instrumento.

## CAPÍTULO XIII

## DA DÍVIDA ATIVA E DOS CRÉDITOS A RECEBER

**Art. 29.** O Departamento de Tributação deverá encaminhar à Contabilidade, até **15 de janeiro de 2027**, relatório da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária referente a 31 de dezembro de 2026, contendo, no mínimo:

I – Saldo inicial;

II – Inscrições realizadas no exercício;

III – recebimentos;

IV – Cancelamentos;

V – Prescrições;

VI – Outros ajustes;

VII – saldo final.

**Parágrafo único.** Deverão ser informados separadamente os valores relativos a cancelamentos, isenções, remissões e demais alterações que tenham impacto nos registros contábeis.

## CAPÍTULO XIV

## DA CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E DO PRAZO PARA ENTREGA DOS BALANÇOS

**Art. 30.** O **Poder Legislativo Municipal**, o **Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**, bem como as demais entidades da Administração Pública Municipal que possuam autonomia administrativa, financeira e contábil e que integrem o Balanço Consolidado do Município, deverão promover o encerramento de sua execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil referente ao exercício de 2026, observando as normas legais e contábeis aplicáveis.

**§ 1º** O **Poder Legislativo Municipal** e o **Regime Próprio de Previdência Social – RPPS** deverão concluir seus respectivos

**Balanços Gerais do exercício de 2026 e protocolá-los junto ao Poder Executivo Municipal, impreterivelmente, até o dia 22 de janeiro de 2027**, acompanhados de todos os demonstrativos, anexos, notas explicativas, conciliações e demais documentos necessários à consolidação das contas municipais.

**§ 2º** As informações encaminhadas deverão estar devidamente encerradas, conciliadas e consistentes com os registros contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais de cada entidade, de modo a permitir a correta consolidação das Demonstrações Contábeis do Município.

**§ 3º** O **Poder Legislativo Municipal** e o **Regime Próprio de Previdência Social – RPPS** deverão observar, no encerramento de suas contas, as normas estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320/1964, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP e pelas normas e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.

**§ 4º** Eventuais inconsistências, divergências ou pendências identificadas pelo Departamento de Contabilidade do Poder Executivo deverão ser comunicadas imediatamente à entidade responsável, que deverá promover as correções e encaminhar as informações retificadas em prazo compatível com o calendário de consolidação e prestação das contas municipais.

**§ 5º** O descumprimento do prazo estabelecido no § 1º deste artigo será formalmente comunicado ao responsável pela entidade e à Unidade de Controle Interno, para registro e adoção das providências cabíveis, considerando que eventual atraso poderá comprometer a consolidação do Balanço Geral do Município e o cumprimento dos prazos de prestação de contas perante o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT.

**Art. 31.** Após o recebimento das informações de todas as entidades, a Contabilidade Geral do Município deverá proceder às conciliações, conferências, ajustes e eliminações necessárias à elaboração e consolidação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP do exercício de 2026.

**Parágrafo único.** Para fins da consolidação deverão ser objeto de conferência, especialmente:

I – os saldos recíprocos entre as entidades;

II – as transferências financeiras intragovernamentais;

III – as disponibilidades financeiras;

IV – As obrigações financeiras;

V – Os bens patrimoniais e estoques;

VI – A dívida ativa e demais créditos;

VII – as provisões;

VIII – as obrigações trabalhistas e previdenciárias;

IX – Os Restos a Pagar Processados e Não Processados;

X – O superávit ou déficit financeiro por fonte ou destinação de recursos; e

XI – as demais contas que apresentem operações entre as entidades integrantes do Balanço Consolidado do Município.

## CAPÍTULO XV

## DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO E CONTROLE DAS DESPESAS

**Art. 32.** Os Secretários Municipais e responsáveis pelas unidades administrativas deverão intensificar, até o encerramento do exercício, as medidas de controle, racionalização e contenção das despesas públicas, especialmente quanto a:

I – Concessão de diárias;

II – Realização de horas extraordinárias;

III – consumo de combustíveis;

IV – Consumo de energia elétrica, água e telefonia;

V – Aquisição de materiais de consumo;

VI – Contratação de serviços não essenciais;

VII – aquisição de bens permanentes cuja aquisição possa ser postergada sem prejuízo dos serviços públicos.

**Parágrafo único.** As medidas previstas neste artigo não poderão comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais.

## CAPÍTULO XVI

## DAS INFORMAÇÕES AO TCE-MT E DEMAIS ÓRGÃOS

**Art. 33.** Os setores responsáveis deverão fornecer tempestivamente à Contabilidade todas as informações e documentos necessários ao envio das cargas, informes e prestações de contas exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT, tais como:

* Secretaria de Educação – apresentar o questionário da realização das ações de combate a violência contra a mulher e a criança, de acordo com modelo fornecido pelo TCE-MT.

* Secretaria de Administração – apresentar o anexo das empresas terceirizadas de acordo com modelo requerido pelo TCE-MT.

* Secretaria de Administração – elaborar Cadastro dos responsáveis (inclusive do contador e controlador interno), conforme Anexo I – TCE- MT.

* Secretaria de Administração - Contrato de prestação de serviços de implantação e manutenção do SIAFIC.

* Controle Interno – apresentar o relatório do 2º Semestre de 2026.

* Setor de RH – Relação dos servidores ativo do FUNDEB.

* Departamento de contabilidade - Lista de Órgãos integrantes do OFSS e respectivas Unidades Orçamentárias

* Departamento de contabilidade - Listas de Consórcios Públicos que o Ente participa (com CNPJ)

**Art. 34.** A Contabilidade deverá adotar as providências necessárias para que as informações do exercício de 2026 sejam encaminhadas ao Sistema APLIC e demais sistemas oficiais nos prazos estabelecidos pelos respectivos órgãos de controle.

**Art. 35.** Os responsáveis pelas informações deverão conferir previamente a consistência, integridade e correspondência dos dados encaminhados à Contabilidade, respondendo pela exatidão das informações prestadas.

## CAPÍTULO XVII

## DO CONTROLE INTERNO

**Art. 36.** Compete à Controladoria ou Unidade de Controle Interno acompanhar o cumprimento das disposições deste Decreto, recomendando aos órgãos e unidades administrativas as providências necessárias à regularidade do encerramento do exercício.

**Art. 37.** A Unidade de Controle Interno poderá solicitar documentos, relatórios, conciliações e esclarecimentos aos setores responsáveis, visando verificar a regularidade dos procedimentos adotados.

## CAPÍTULO XIX

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 38.** Os Secretários Municipais, ordenadores de despesas, responsáveis pelos departamentos, setores e demais unidades administrativas deverão cumprir rigorosamente os prazos e procedimentos estabelecidos neste Decreto.

**Art. 39.** O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos neste Decreto deverá ser comunicado ao Chefe do Poder Executivo e à Unidade de Controle Interno para adoção das providências cabíveis.

**Art. 40.** Os casos excepcionais ou omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade e Controladoria Interna, conforme a matéria, e submetidos ao Chefe do Poder Executivo quando necessário.

**Art. 41.** Os procedimentos estabelecidos neste Decreto deverão observar, além de suas disposições, a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e as demais normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Art. 42.** As medidas previstas neste Decreto vigorarão durante o período necessário à conclusão dos procedimentos de encerramento, elaboração, consolidação e prestação das contas referentes ao exercício financeiro de 2026.

**Art. 43.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Apiacás – MT, 10 de novembro de 2026.**

**JULIO CESAR DOS SANTOS**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº 111/2026**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.

**CONTRATADO**: **DISVECO LTDA**

**OBJETO: VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO CAMIONETE (PICK-UP) CABINE DUPLA**, TOYOTA HILUX , 4x4, **HILUX STD POWER PACK AT**

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | UND | MARCA MODELO | QUANT. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | **VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO CAMIONETE TRAÇÃO 4X2 (PICK-UP) CABINE DUPLA, CAPACIDADE MINIMA DE 05 LUGARES ( 01 MOTORISTA E 04 PASSAGEIROS), (ZERO KM, ANO/MODELO CORRESPONDENTE AO ANO DE AQUISIÇÃO, COR BRANCA, COM MOTOR 2.8 A DIESEL) COM POTENCIA MINIMA 160CVS DE POTÊNCIA, CAMBIO AUTOMÁTICO DE 06 MARCHAS, SISTEMA DE FREIOS ABS , AR CONDICIONADO, DIREÇÃO ELÉTRICA OU HIDRÁULICA, TRAVA ELÉTRICA NAS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS NAS PORTAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS, CAPACIDADE DE CARGA NO MINIMO 1000 KG, CAPACIDADE DE CAÇAMBA NO MINIMO 1000 LITROS/VOLUME. EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN, ENTREGAR COM EMPLACAMENTO NA FORMA OFICIAL EM NOME DO MUNICÍPIO, COM FRETE INCLUSO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE. GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.7 Todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. (Documentado e emplacado em nome do município).** | **UN** | TOYOTA HILUX -4x4 **HILUX STD POWER PACK AT** | **02 (DUAS)** | **259.900,00** | **519.800,00** |

Valor total R$ 519.800,00 (quinhentos e dezenove mil e oitocentos reais)

**PRAZO VIGENCIA:** 180 DIAS

---

**PREFEITURA MUNICIPAL**
**DECRETO Nº. 0316/2026**

**SÚMULA: DESIGNA FISCAL PARA O CONTRATO, Nº. 111/2026 QUE TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE VEICULO NOVO, ZERO KM TIPO CAMINHONETE 4X4.**

**JULIO CESAR DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

**D E C R E T A**

**Art. 1º -** Designar como fiscal de contrato, o Servidor Alexandre da Silva, para controle, acompanhamento e recebimento dos bens/serviços aquisição de duas unidades. **VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO CAMIONETE (PICK-UP) CABINE DUPLA**, TOYOTA HILUX, 4x4, **HILUX STD POWER PACK AT.** para atender a Secretaria Municipal de Saúde e Infraestrutura de Apiacás-MT referente ao **CONTRATO N° 111/2026 – TENDO COMO CONTRATADA A EMPRESA: DISVECO LTDA**

**Art. 2°**- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás-MT, 10 de novembro de 2026.

JULIO CESAR DOS SANTOS

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PREFEITURA/DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 051/2026**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT
**CONTRATADA:** LA DALLA PORTA JUNIOR
**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE APIACAS.
Aditivo de reequilíbrio econômico-financeiro: Fica reajustado o valor unitário do item a seguir descrito, conforme segue:

| ITEM | MATERIAL | DESCRIÇÃO DO MATERIAL | MARCA | UN.MED. | VLR. REGISTRADO | VLR.REAJUSTADO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 724021846 | AGULHA DESCARTAVEL CALIBRE 20 X 5,5 CM, COM CORPO ACO INOX BISEL TRIFACETADO, PONTA AGUCADA, PROTETOR DE ENCAIXA FIRME, EMBALAGEM ESTERIL. | MEDIX | UN | 0,09 | R$ 0,12 |
| 25 | 13011325 | ESPECULO VAGINAL TAMANHO N.3 (GRANDE) DESCARTAVEL EM PLASTICO, POLIETILENO, ATOXICO, COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO UNICO, ESTERIL, APRESENTACAO CONFORME DECRETO LEI 79094/77 COMBINADO COM O ART 31 DA LEI 8078/90, ROTULAGEM RESPEITANDO O DECRETO LEI 79094/77 ART 31 LEI 8078/90 PORT CONJ N.1 DE 23/01/96 - M.S UNIDADE, UNIDADE. | CRAL | UN | 1,67 | R$ 1,70 |

**PREFEITURA/DEPARTAMENTO LICITAÇÃO**
**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 087/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026**

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade Pregão Eletrônico 027/2026 no dia 25/11/2026 às 09:00 (nove) horas, (Horário de Brasília). PLATAFORMA ELETRONICA Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (bll.org.br). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0270/2023, Lei Federal 14.133/2021, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis, **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA GARANTIR O ACESSO CONTÍNUO, SEGURO E EFICIENTE NO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIACÁS/MT.**

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site www.apiacas.mt.gov.br/Informações pelo telefone (66) 3593-2227 e-mail licitação@apiacas.mt.gov.br.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 386/2026.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA MUNICIPAL SRTA. ELIANA ELIZIARIA DOS SANTOS DE SOUSA".**

**JULIO CESAR DOS SANTOS,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei e,

**CONSIDERANDO** o requerimento da servidora **ELIANA ELIZIARIA DOS SANTOS DE SOUSA,** com documentos comprobatórios e fundamentação plausível sobre a necessidade de assistência à sua genitora Sra. Maria de Lourdes Eliziaria dos Santos;

**CONSIDERANDO** o laudo médico do Neurologista Dr. Bruno Vilela Gomes recomendando a necessidade de acompanhamento especializado à sua genitora;

**CONSIDERANDO** o laudo médico Pericial do Dr. Misael Camargo da Silva que após avaliação clinica conclui que ha necessidade de assistência familiar frequente e continuada à genitora;

**CONSIDERANDO** o parecer favorável da Assistente Social Sra. Lucileide Santos de Oliveira Dusanoski;

**CONSIDERANDO** o parecer jurídico do Dr. Dionir Adriano Contreira que opina pelo deferimento do pedido feito pela Servidora;

**CONSIDERANDO** o ofício de nº 477/2026 do Secretario Municipal de Educação com a manifestação favorável, averbando que não haverá prejuízo à prestação dos serviços;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Reduzir a jornada de trabalho de 8 horas para 6 horas diárias da servidora municipal Sra. **ELIANA ELIZIARIA DOS SANTOS DE SOUSA** ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional, inscrita no CPF sob o nº ***.***.251-**, sem prejuízo de sua remuneração, por um período de 01 (um) ano.

**Parágrafo único:** Fica a servidora advertida que sendo constatado desvio de finalidade durante o período de redução da carga horária, imediatamente poderá haver a revogação de presente Portaria.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 09 de Novembro de 2026.

**JULIO CESAR DOS SANTOS**
-PREFEITO MUNICIPAL-

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**PUBLICAÇÃO DA LISTA DE INSCRIÇÕES RECEBIDAS - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/SME/2026**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS – MT**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**DEPARTAMENTO DE CULTURA**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/SME/2026**

**FOMENTO A DIVERSAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS**

**SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022).**

**PUBLICAÇÃO DA LISTA DE INSCRIÇÕES RECEBIDAS**

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apiacás-MT, por meio do Departamento de Cultura, torna pública a relação de inscrições recebidas referente ao Edital de Chamamento Público nº 001/SME/2026, destinado à seleção de projetos culturais para firmar Termo de Execução Cultural com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.

A presente publicação tem por finalidade dar publicidade e transparência ao processo de inscrição, apresentando os nomes dos proponentes e os respectivos títulos dos projetos inscritos.

| | | |
|---|---|---|
| Projetos sociais que beneficiem comunidades, grupos ou indivíduos em situação de vulnerabilidade ou que promovam inclusão e transformação social por meio da cultura. 5.000,00 – 05 vagas. | | |
| 01 | KATIUCIA SILVA MATOS – concorrente a cotas. | Ginga que transforma |
| 02 | DÉBORA CASTRO BATISTA DIEFENTHAELER | Mãos que criam |
| 03 | ELAINE DA SILVA | Águas do Portal da Amazonia |
| 04 | JUWARI KAIABI - concorrente a cotas. | Raízes Apiaká |
| 05 | MARIVALDA BURUM - concorrente a cotas. | Mãos Apiaká |
| Projetos voltados para área da música, como aulas de musicalização, videoclipes, formação de grupos musicais, etc. 12.000,00 – 02 vagas. | | |
| 01 | BEMAIR PORTELLA WEBER | Gravação de videoclipe |
| 02 | PATRICIA SANTOS SILVA | Gravação de videoclipe |
| Projetos de exposições de artesanatos, mostras de fotografias, apresentações musicais, mostras de danças regionais, mostras literárias, declamações de poesias, saraus, etc. 1.628,41 – 06 vagas. | | |
| 01 | ANDREIA DE MELLO LOPES CARDOSO | Traços do coração |
| 02 | JUAN SANTOS SILVA | Sons que valorizam |
| 03 | ROSINEIRE MORIMÃ - concorrente a cotas. | Raízes que contam história |
| 04 | PAULO OTÁVIO PEZENTI | Sementes do Futuro |
| 05 | FRANCISCA EVELMA COELHO FERREIRA GERMANO | Entre linhas |
| 06 | MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA - concorrente a cotas. | Mulheres de Fibras |

Apiacás/MT, 10 de novembro de 2026.

_____

**José Roberto Pereira da Silva**

**Secretário Municipal de Educação e Cultura.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS – MT SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**PORTARIA Nº 28/2026/SME**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS INSCRITOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/SME/2026 – FOMENTO A DIVERSAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE APIACÁS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Seleção e Avaliação dos projetos culturais inscritos no Edital de Chamamento Público nº 001/SME/2026 – Fomento a Diversas Manifestações Culturais, realizado com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, instituída pela Lei Federal nº 14.399/2022.

I – LUANA DE SENA DE ARAÚJO, Presidente;

II – SANDRA RIBEIRO DE OLIVEIRA, Membro;

III – IRINEU SANTANA RAUSCHKOLB, Membro.

**Art. 2º** Compete à Comissão de Seleção e Avaliação:

I – Analisar os projetos culturais inscritos, observando os critérios e requisitos estabelecidos no edital;

II – Avaliar e atribuir pontuação às propostas, conforme os critérios de avaliação previstos no instrumento convocatório;

III – Verificar a adequação das propostas às categorias e modalidades contempladas pelo edital;

IV – Elaborar pareceres e registros das avaliações realizadas, quando necessário;

V – Organizar e apresentar a classificação dos projetos, conforme a pontuação obtida e as regras estabelecidas no edital;

VI – Encaminhar os resultados da avaliação ao Departamento de Cultura para as providências administrativas cabíveis.

**Art. 3º** Os membros da Comissão deverão atuar com imparcialidade, transparência e observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º Os membros deverão declarar eventual impedimento ou suspeição quando houver situação que possa comprometer a imparcialidade da avaliação, especialmente em relação a projetos dos quais sejam proponentes, integrantes da equipe ou que envolvam cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

§ 2º Na ocorrência de impedimento, deverá ser adotada a substituição do membro, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**Art. 4º** A Comissão deverá observar integralmente as disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/SME/2026, bem como a legislação aplicável à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

**Art. 5º** A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando remuneração adicional, salvo disposição administrativa específica em contrário.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Apiacás-MT, 10 de novembro de 2026.

_____

**José Roberto Pereira da Silva**

**Secretário Municipal de Educação e Cultura.**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**PORTARIA Nº 28 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026 - SME - APIACÁS/MT**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS – MT SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**PORTARIA Nº 28/2026/SME**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS INSCRITOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/SME/2026 – FOMENTO A DIVERSAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE APIACÁS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Seleção e Avaliação dos projetos culturais inscritos no Edital de Chamamento Público nº 001/SME/2026 – Fomento a Diversas Manifestações Culturais, realizado com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, instituída pela Lei Federal nº 14.399/2022.

I – LUANA DE SENA DE ARAÚJO, Presidente;

II – SANDRA RIBEIRO DE OLIVEIRA, Membro;

III – IRINEU SANTANA RAUSCHKOLB, Membro.

**Art. 2º** Compete à Comissão de Seleção e Avaliação:

I – Analisar os projetos culturais inscritos, observando os critérios e requisitos estabelecidos no edital;

II – Avaliar e atribuir pontuação às propostas, conforme os critérios de avaliação previstos no instrumento convocatório;

III – Verificar a adequação das propostas às categorias e modalidades contempladas pelo edital;

IV – Elaborar pareceres e registros das avaliações realizadas, quando necessário;

V – Organizar e apresentar a classificação dos projetos, conforme a pontuação obtida e as regras estabelecidas no edital;

VI – Encaminhar os resultados da avaliação ao Departamento de Cultura para as providências administrativas cabíveis.

**Art. 3º** Os membros da Comissão deverão atuar com imparcialidade, transparência e observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º Os membros deverão declarar eventual impedimento ou suspeição quando houver situação que possa comprometer a imparcialidade da avaliação, especialmente em relação a projetos dos quais sejam proponentes, integrantes da equipe ou que envolvam cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

§ 2º Na ocorrência de impedimento, deverá ser adotada a substituição do membro, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**Art. 4º** A Comissão deverá observar integralmente as disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/SME/2026, bem como a legislação aplicável à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

**Art. 5º** A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando remuneração adicional, salvo disposição administrativa específica em contrário.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Apiacás-MT, 10 de novembro de 2026.

_____

**José Roberto Pereira da Silva**

**Secretário Municipal de Educação e Cultura.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPI O DE ARAGUAINHA - MT**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPI O DE ARAGUAINHA - MT

RESOLUÇÃO N° 010/CMAS/2026

Súmula: “Aprovar o Relatório do PROCAD-SUAS do 1º

Semestre de 2026, dã Secretaria Municipal de Assistência Social de Araguainha -MT”.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais, em 28 de outubro de 2026.

RESOL VE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório do PROCAD-SUAS do 1º Semestre de 2026 da secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - O Conselho apreciou o relatório onde consta a planilha das famílias unipessoais, BPC, famílias em averiguação de renda e revisão cadastral e também os gastos com o recurso do PROCAD-SUAS.

Art.3° - Aprovamos, autorizamos e regularizamos o Relatório do

PROCAD-SUAS do 1º Semestre 2026.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra - se, publica-se e cumpra-se.

Araguainha — MT 28 de outubro de 2026.

Myrelle Quintilhano Silva Mendes

Presidente do CMAS

**PORTARIA Nº 185/2026, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

DISPÕE SOBRE A RECONDUÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS
CULTURAIS DE ARAGUAINHA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhor
FRANCISCO GONÇALVES NAVES, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei
Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 933, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre a
reestruturação do Conselho Municipal de Política Cultural do Município de Araguainha-MT;
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 3º e 8º da referida Lei Municipal, que estabelecem o
mandato de 02 (dois) anos para os membros do Conselho, permitindo uma reeleição por igual
período;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 191/2023, de 28 de setembro de 2023, que nomeou
os membros integrantes do Conselho Municipal de Políticas Culturais para o biênio 2023/2025;
CONSIDERANDO a importância da continuidade dos trabalhos, da participação social e do
fortalecimento das políticas públicas culturais no Município de Araguainha-MT;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam reconduzidos os membros do Conselho Municipal de Políticas
Culturais do Município de Araguainha-MT, representantes do Poder Público e da Sociedade Civil,
para novo mandato de 02 (dois) anos, observadas as disposições da Lei Municipal nº 933/2021,
conforme a seguinte composição:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Representante da Secretaria Municipal de Administração:
• Titular: Fernanda Marques Passos de Souza;
• Suplente: Elzi Naves Marques.
Representante da Rede Municipal de Educação:
• Titular: Janaina Gelber Mesquita;
• Suplente: Joelma Souza Ribeiro David.
Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:
• Titular: Stelamares Barreto Nogueira Dutra;
• Suplente: Alexandra Silvestre de Almeida.

Representante da Rede Estadual de Ensino:
• Titular: Marcia da Silva Sobrinho Barros;
• Suplente: Leonice Maria da Cruz.
Representante do Órgão Gestor da Cultura:
• Titular: Matheus Oliveira Ribeiro.
II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Representante do Segmento de Artes Cênicas (teatro, dança e circo):
• Titular: Wesley Mendes de Souza.
Representantes do Segmento da Economia Criativa:
• Titular: Ricardo Moraes David;
• Suplente: Nelcy Auxiliadora da Cruz.
Representantes do Segmento do Artesanato:
• Titular: Divina Auxiliadora Alves;
• Suplente: Eduardo de Souza Ribeiro.
Representantes do Segmento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas:
• Titular: Mara Rubia Pereira Dutra;
• Suplente: Maria Aparecida de Souza Borges.
Representantes do Segmento da Música:
• Titular: Vander Lúcio Nunes de Jesus;
• Suplente: Mayane Rezende da Silva.
Art. 2º Os membros reconduzidos exercerão suas funções pelo período de 02 (dois) anos,
contados a partir da publicação desta Portaria, observadas as disposições legais relativas à
recondução e à renovação dos mandatos.
Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais não receberão qualquer
remuneração pelo exercício de suas funções, sendo seus serviços considerados de relevante
interesse público.

Art. 4º Permanecem inalteradas as atribuições, competências e demais disposições relativas ao
funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Culturais, previstas na Lei Municipal nº
933/2021 e em seu Regimento Interno.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em
contrário.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

FRANCISCO GONÇALVES NAVES
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2026**

O Exmo. Sr. José Orlando de Souza, Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e considerando que o processo supracitado transcorreu em completa normalidade, legalidade e em conformidade com a legislação de regência resolve **HOMOLOGAR** o presente certame, para que produza os efeitos legais.

OBJETO: **Aquisição de 05 (cinco) inscrições para o 13° Encontro de Gestores de RPPS do Estado de Mato Grosso, a ser realizado nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2026.**

Fornecedor**: ASSOCIAÇÃO DE ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS MATOGROSSENSES - APREMAT**, inscrita sob o CNPJ n.° **30.626.128/0001-26.**

Valor Total: **R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais).**

Fundamento Legal: Art. 74, III, alínea “f” § 3º – Lei Federal nº 14.133/2021.

Araputanga–MT, 10 de novembro de 2026.

**José Orlando de Souza**
*Diretor Executivo do PREVIARA*

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - TRIBUTOS**
**EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO**

**Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)**
**Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003**
**MUNICÍPIO - ARAPUTANGA - MT**

## EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, de 10 de Novembro de 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| Sujeito(s) Passivo(s) | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo / Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Termo de Constatação e Intimação (ITR)** |
| LINEY BORGES GOMES DA SILVA | ***.419.361-** | 8989/00007/2026 |
| LINEY BORGES GOMES DA SILVA | ***.419.361-** | 8989/00008/2026 |
| LINEY BORGES GOMES DA SILVA | ***.419.361-** | 8989/00009/2026 |

| Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR | |
|---|---|
| Nome: JUNIO CÉSAR PEREIRA | Matrícula: 00000482 |
| Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS / 922021 | Assinatura: |

Data de afixação: 10/11/2026

Data de desafixação: 25/11/2026

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 522/2026**

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089, 090, 091, 092 E 093/2026, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E DISPOSITIVOS AUXILIARES DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORIA DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Enilson de Araújo Rios, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em especial em seu art. 117.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089, 090, 091, 092 e 093/2026, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 089/2026, Empresa - BARÃO DE PIRACICABA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 34.301.285/0002-01.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 090/2026, Empresa - MARCELO SIMONI, inscrita sob o CNPJ nº 37.652.289/0001-33.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 091/2026, Empresa - SKY CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 55.442.589/0001-70.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 092/2026, Empresa - T & T INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 26.348.306/0001-27.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 093/2026, Empresa - VM COMÉRCIO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 47.136.740/0001-13.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar o objeto requisitado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Bruno Blesson Moreira Campos como fiscal titular e o Sr. Francisco Tibúrcio de carvalho, como fiscal suplente – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos e revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

**Enilson de Araújo Rios**

**Prefeito Municipal**

---

**ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 521/2026**

“DISPÕE SOBRE GRI DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

**RESOLVE:**

**Art. 1.º-** Dispõe sobre Gratificação de Regime Integral a servidora **AMANDA DE OLIVEIRA MANSO**, matricula nº 4043, ocupante do cargo de **Contrato Temporário** de Monitora de Creche, no valor de 33,33% (trinta e três e trinta e três por cento) do seu vencimento padrão, **para exercer uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais,** conforme o disposto no artigo 23; § 3º e § 4º a Lei Municipal nº 852/2008 – Plano de Carreira do Magistério da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT.

**Art. 2.º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 26/10/2026**,** revogando as disposições em contrário.

**Registra-se, publique-se, cumpra-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

**ENILSON DE ARAÚJO RIOS**

Prefeito Municipal

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026**

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da Agente de Contratação, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado no dia 22/09/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual **Aquisição de materiais odontológicos, instrumentais, produtos para saúde e demais insumos destinados ao abastecimento dos consultórios odontológicos das UBSs da Secretaria Municipal de Saúde de Araputanga/MT.**

Após a realização da sessão pública, análise das propostas, julgamento dos itens e verificação dos documentos de habilitação, foram declaradas vencedoras as seguintes empresas:

ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº . 30.082.076/0001-74, vencedora dos itens: 1 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 25 - 29 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 40 - 42 - 50 - 51 - 56 - 57 - 58 - 59 - 65 - 67 - 68 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 76 - 82 - 85 - 86 - 87 - 91 - 94 - 98 - 99 - 100 - 105 - 108 - 111 - 112 - 113 - 114 - 122 - 127 - 129 - 131 - 132 - 133 – 165, totalizando o valor global de R$ 18.848,69;

APGYN DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº . 47.761.551/0001-31, vencedora dos itens: 6 - 75 - 80 - 84 - 95 - 96 - 107 - 121 - 144 - 145 - 146 - 148 - 150 - 153 - 155 - 170 – 175, totalizando o valor global de R$ 42.310,75;

BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº . 06.175.908/0001-12, vencedora dos itens: 27 - 28, totalizando o valor global de R$ 346,50;

DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº . 26.240.632/0001-16, vencedora dos itens:109 - 142 , totalizando o valor global de R$ 6.700,00;

DENTAL UNIVERSO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 26.395.502/0001-52, vencedora dos itens: 49 - 79 - 135 - 143 - 176, totalizando o valor global de R$ 2.846,10;

DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA , inscrita no CNPJ sob o nº. 44.223.526/0001-06, vencedora dos itens: 41 - 81 - 83 - 89 - 103, totalizando o valor global de R$ 11.348,50;

61.198.737 EDERSON JOSE DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.198.737/0001-55, vencedora dos itens: 124 - 125 - 126, totalizando o valor global de R$ 17.530,00;

GOLDEN CLEAN PRODUTOS COMERCIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº . 15.250.965/0001-00, vencedora do item: 110, totalizando o valor global de R$ 55.500,00;

MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº . 43.352.606/0001-07, vencedora dos itens: 26 - 30 - 38 - 47 - 61 - 62 - 63 - 66 - 77 - 102 - 104 - 137 - 138 - 139 - 140 - 151 - 154, totalizando o valor global de R$ 9.449,47;

ODONTOMED T/A LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.205.945/0001-04, vencedora dos itens: - 31 – 78, totalizando o valor global de R$ 3.063,90;

ODONTOSUL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.971.211/0001-22, vencedora dos itens: 3 - 4 - 10 - 24 - 54 - 55 - 92 - 93 - 115 - 116 - 117 - 118 - 119 - 128 - 134 - 136 - 141 - 156 - 157 - 158 - 159 - 160 - 161 - 162 - 163 - 164 - 168 - 173 - 174 - 179 - 180 - 182 - 183 - 184 - 185 - 187 - 188, totalizando o valor global de R$ 7.179,11;

RIDERE COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº . 10.759.848/0001-52, vencedora dos itens: 2 - 5 - 7 - 8 - 9 - 39 - 43 - 44 - 45 - 46 - 48 - 52 - 69 - 90 - 97 - 123 - 130 - 147 - 152 - 166 - 167 - 169 - 171 - 172 – 186, totalizando o valor global de R$ 20.714,05;

Itens que resultaram FRACASSADOS foram: 53 - 60 - 88 - 106 - 149 - 177 – 178.

Itens que resultaram DESERTOS foram: 64 – 101 - 120 – 181.

Os autos do procedimento licitatório encontram-se disponíveis aos interessados para consulta, nos termos da legislação aplicável.

Araputanga-MT, 10 de novembro de 2026.

**Eduarda Pardim Lopes**

**Agente de Contratação**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

### EXTRATOS DAS ATAS Nº 07,08,09 E 010 DO ANO DE 2026

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 007/2026

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026**

**VALIDADE: 12 ( DOZE ) MESES** contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, Arenápolis – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. EDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, empresário, portador da RG: **1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53**, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, Lote 10, Quadra 30, Bairro São Mateus, na cidade de Arenápolis/MT, neste município, **RESOLVE** REGISTRAR OS PREÇOS da **EMPRESA E Z DE LIMA LTDA** , devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 00.172.569/0001-34** estabelecida à Praça da Idependencia, n. 947 E, bairro: Bairro Vila Nova , na cidade de Arenápolis, CEP: 78.420-000, representada neste ato pela sua proprietária Sra. **ELENA ZAGONEL DE LIMA**, brasileira, viúva, empresária, portadora do Cédula de Identidade – Registro Geral nº 1006781874-SSP/RS e inscrita no CPF/MT sob o nº 231.478.810-91, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal 14.133/2021 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS**

1.1. **A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E**

**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL**, conforme condições e especificações descritas abaixo no anexo I:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano **06/11/2026 até 06/11/2027** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº. 14.133/2021). Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Administração.

3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata;

3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

a)Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

b)Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Arenápolis;

c)Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d)Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.4.Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5.O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do serviço/materiais não superior a 05 (cinco) dias, após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A aquisição dos objetos será de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 140, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1.Órgão Gerenciador:**

a) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

b) Aplicar as penalidades, quando for o caso;

c) Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

d) Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

f) Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária

g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento

h) O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

a) Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

b) Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do objeto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

g) Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

h) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido neste Termo de Referência e no Edital;

i) Fica a critério de cada secretaria solicitar o quantitativo de cada item com especificações em áreas internas e externas conforme as necessidades das mesmas.

j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

k) O transporte deverá atender plenamente as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.

l)Receber o pagamento, conforme o disposto neste Termo de Referência e no Edital;

m) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

n) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante da entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços;

o) Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

p) Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

l) A Detentora da Ata deverá estar devidamente uniformizada e identificada, habilitada e capacitada para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços aqui tratados, incluso os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

m) Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do item para representá-lo na execução do contrato.

n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

o) Substituir às suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia;

p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

q) Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da aquisição do objeto, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

r)Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONCIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**CLÁUSULA SETIMA- DAS PENALIDADE**

7.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

7.1.1.pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço registrado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

7.1.2. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.3. por atraso injustificado no cumprimento de contrato e serviço/fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

7.1.4. por inexecução total ou execução irregular do contrato de serviço/fornecimento ou prestação de serviços:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço/fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.5. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 7.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão

unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas na Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.6 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 7.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

7.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

7.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

7.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.2. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.3. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.6.Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.9. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.10. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.11. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.12. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos

demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.13. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.14. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.15. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1- As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0003- 02.001.04.122.0002.2005.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0015- 03.001.04.122.0026.2011.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0034- 05.001.12.122.0031.2029.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0049- 05.002.12.361.0003.2035.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0061- 05.002.12.365.0003.2036.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0064- 05.002.12.365.0003.2043.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0091- 06.001.10.122.0006.2053.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.600.0000600

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.600.0000603

DOT. 0125- 07.001.08.122.0032.2070.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0130- 07.001.08.244.0011.2073.3390 - F 1.660.0000000

DOT. 0140- 07.002.08.243.0013.2071.3390 - F 1.501.0000000

DOT. 0146- 08.001.26.782.0002.2077.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0159- 08.002.15.452.0017.2079.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0170- 09.002.20.602.0035.2084.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0178- 11.001.27.122.0037.2088.3390 - F 1.500.0000000

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES**

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026** e a proposta da **EMPRESA E Z DE LIMA LTDA**, classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Arenápolis/MT, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas desta Ata, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado, é lavrado o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Arenápolis - MT, 06 de Novembro de 2026.

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT**

**CONTRATANTE**

**EMPRESA E Z DE LIMA LTDA**

**ELENA ZAGONEL DE LIMA**

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

**NOME: MARCELLI FRAZÃO DE JESUS NOME: PAMELLA DAYANNE M. DE A. OLIVEIRA**

**CPF: 069.287.831-92 CPF: 373.632.498-73**

**ANEXO I**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM | MARCA | UNIDADE | QTD. | VALORUNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 | JOELHOSOLDAVEL90X25MM | PLASTILI | un | 350,0000 | R$3,9300 | R$1.375,50 |
| 06 | ADAPTADORSOLDAVELCOMFLANGESEANEL VEDAÇÃO PARA CAIXADÁGUA 25MM X 3/4 | PLASTILI | un | 140,0000 | R$4,2500 | R$595,00 |
| 07 | ADESIVOPLASTICOFRASCO175GP/TUBOSE CONEXOES DE PVC | PLASTILI | un | 115,0000 | R$9,0000 | R$1.035,00 |
| 08 | ALICATEUNIVERSAL8POLEGADASOU203MM | TRAMON | un | 28,0000 | R$11,9000 | R$333,20 |
| 09 | ANCINHOCURVOLEVE14DC/CABO145CM RASTELOACO | TRAMON | un | 90,0000 | R$18,5000 | R$1.665,00 |
| 11 | ANELVEDAÇÃOPARABACIASANITÁRIA | PLASTILI | un | 60,0000 | R$5,5000 | R$330,00 |
| 12 | ARGAMASSAEXTERNOCINZAAC220KGPL | QUARTZ | SACO20KG | 460,0000 | R$5,9800 | R$2.750,80 |
| 15 | ARGAMASSAPORCELANATOEPISOEXTERNO CINZA 20KG PL | QUARTZ | SACO20KG | 480,0000 | R$59,9000 | R$28.752,00 |
| 17 | BACIASANITÁRIADELOUÇA | ONIX | un | 110,0000 | R$354,9000 | R$39.039,00 |
| 18 | BROCADEAÇORAPIDOCOMDIAMETRODE 12M PARA FERRO | TRAMON | un | 82,0000 | R$52,9000 | R$4.337,80 |
| 19 | BUCHADEREDUÇÃODEPVCSOLDAVELCOM DIAMETRO DA TUBULAÇÃO PRINICIPAL DE 50MMCOMDIAMETRODEREDUÇÃODE40MM | PLASTILI | un | 90,0000 | R$9,7500 | R$877,50 |
| 20 | BUCHASDEPAREDEDEPLASTICO,NUMERO 12, SEM PARAFUSO | WURTH | un | 850,0000 | R$0,4000 | R$340,00 |
| 21 | BUCHASPARAPAREDEDEPLASTICODEN°8 SEMFUROS | WURTH | un | 630,0000 | R$0,3800 | R$239,40 |
| 22 | CADEADOCORPODELATÃOMACICODE35MM, HASTE DEAÇO TEMPERADO E CROMADO, CHAVENIQUELADA | WURTH | un | 137,0000 | R$65,4900 | R$8.972,13 |
| 23 | CADEADO- CORPO DE LATAO MACICO, DE 50MM,HASTEDEAÇOTEMPERADO,CHAVE NIQUELADA | PADO | un | 129,0000 | R$71,9000 | R$9.275,10 |
| 24 | CADEADODE40MMEMAÇOEMCAIXA | PADO | un | 91,0000 | R$64,8000 | R$5.896,80 |
| 30 | CAIXADÁGUAEMPOLIETILENO,DE5000 LITROS COM TAMPA | FORTLEV | un | 34,0000 | R$ 4.248,0000 | R$144.432,00 |
| 31 | CURVA 90 GR CURTA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTOPREDIALFABRICAÇÃOCONFORME NBR5688/77 | PLASTILI | un | 65,0000 | R$34,8500 | R$2.265,25 |
| 35 | CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTOPREDIALFABRICAÇÃOCONFORME NBR5688/77 | PLASTILI | un | 180,0000 | R$51,8500 | R$9.333,00 |
| 36 | ESPACADORNIVELADORTRADICIONAL2.0MM BRANCO PACOTE C/50 | LOTUS | un | 230,0000 | R$46,8500 | R$10.775,50 |
| 37 | FECHADURADEAÇOINOX,TIPOALAVANCA, MACANETA RETA C/ CILINDRO E ESPELHO QUADRADO | STAM | un | 67,0000 | R$129,5000 | R$8.676,50 |
| 39 | FECHADURAEMAÇOINOXEMBUTIR COMPLETA | STAM | un | 55,0000 | R$114,7500 | R$6.311,25 |
| 40 | JOELHO90ESGOTOSNDN100MMUNIDADE | PLASTILI | un | 275,0000 | R$14,9200 | R$4.103,00 |
| 41 | JOELHO90ESGOTOSNDN50MMUNIDADE | PLASTILI | un | 190,0000 | R$8,9000 | R$1.691,00 |
| 42 | JOELHO90SOLD50MMUNIDADE | PLASTILI | un | 90,0000 | R$12,4300 | R$1.118,70 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 43 | LIXADAGUA230X280331QP100UNIDADE | WURTH | FOLHA | 730,0000 | R$3,9500 | R$2.883,50 |
| 44 | LIXADEOXIDODEALUMINIO(TIPODAGUA), PARAUSOEMPAREDE,GRÃO220EMFOLH, MEDINDO127,00 | 3M | un | 250,0000 | R$4,4500 | R$1.112,50 |
| 45 | LIXAPARAFECHAMENTOFINA | 3M | un | 150,0000 | R$4,5600 | R$684,00 |
| 53 | PISOMODERNRTPOLIDO81X81EXTRA1,97 M2/CAIXA | VIVA | MTQUADRADO | 535,0000 | R$85,8000 | R$45.903,00 |
| 54 | PISO/REVEST PAREDE RETIFICADO 40X75 R403433,00M2-EXTRABRILHANTEBRANCO | VIVA | MTQUADRADO | 600,0000 | R$84,8000 | R$50.880,00 |
| 63 | TE-PVC,NACORMARROMPARASER UTILIAZADO EM PARA INSTALAÇÕES HIDRAULICAS COM BITOLA DE 20MM | PLASTILI | un | 230,0000 | R$1,9900 | R$457,70 |
| 66 | TELHADEFIBROCIMENTO1100X5MMX2440 | IMFIBRA | un | 280,0000 | R$99,7500 | R$27.930,00 |
| 67 | TELHADEFIBROCIMENTO110X6MMX3660 | INFIBRA | un | 1210,0000 | R$133,7500 | R$161.837,50 |
| 68 | TELHAECONOFLEX0500X4MMX2440INFIBRA (TELINHA) | INFIBRA | un | 210,0000 | R$59,8000 | R$12.558,00 |
| 69 | TELHAPORTUGUESAVERMELHANATURAL | CEMISIL | un | 980,0000 | R$5,4500 | R$5.341,00 |
| 74 | TORNEIRADEPVC1/2PARALAVATORIO | PLASTILI | un | 385,0000 | R$119,4500 | R$45.988,25 |
| 77 | TUBOAGUAFRIASOLDAVELDE25MM-BARRA 6METROS | PLASTILI | VARA6METRO | 245,0000 | R$39,9000 | R$9.775,50 |
| 78 | TUBOAGUAFRIASOLDAVELDE50MM-BARRA 6METROS | PLASTILI | un | 210,0000 | R$124,7500 | R$26.197,50 |
| 79 | TUBOESGOTOPRIMARIOSNDN100MM- BARRA 6 METROS | PLASTILI | un | 320,0000 | R$131,7500 | R$42.160,00 |
| 80 | TUBOESGOTOPRIMARIOSNDN50MM-BARRA 6METROS | PLASTILI | un | 220,0000 | R$96,9000 | R$21.318,00 |
| 84 | VASSOURAOINDUSTRIALC/REFORCOC/CABO 40CM | BELMONT | un | 57,0000 | R$179,0000 | R$10.203,00 |

**TOTAL DE R$ 759.749,88(SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS).**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 008/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026**

**VALIDADE: 12 ( DOZE ) MESES** contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, Arenápolis – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. EDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, empresário, portador da RG: **1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53**, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, Lote 10, Quadra 30, Bairro São Mateus, na cidade de Arenápolis/MT, neste município, **RESOLVE** REGISTRAR OS PREÇOS da **EMPRESA GUIMARAES MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 53.664.700/0002-28** estabelecida à RUA Castelo Branco, S/N. bairro: Vila Nova, na cidade de Arenápolis, CEP: 78.420-000,

tendo como seu representante legal Sr. **RODRIGO MATHEUS GUIMARAES**, brasileiro, casado, empresário, portador do Cédula de Identidade – Registro Geral nº 3.592.711-SSP/SC e inscrita no CPF/MT sob o nº 044.425.669-50 de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal 14.133/2021 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS**

**1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E**

**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL**, conforme condições e especificações descritas abaixo no anexo I :

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano **06/11/2026 até 06/11/2027** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº. 14.133/2021). Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Administração.

3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata;

3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

a)Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

b)Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Arenápolis;

c)Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d)Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.4.Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5.O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do serviço/materiais não superior a 05 (cinco) dias, após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A aquisição dos objetos será de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 140, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1.Órgão Gerenciador:**

a) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

b) Aplicar as penalidades, quando for o caso;

c) Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

d) Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

f) Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária

g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento

h) O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

a) Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

b) Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do objeto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

g) Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

h) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido neste Termo de Referência e no Edital;

i) Fica a critério de cada secretaria solicitar o quantitativo de cada item com especificações em áreas internas e externas conforme as necessidades das mesmas.

j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

k) O transporte deverá atender plenamente as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.

l)Receber o pagamento, conforme o disposto neste Termo de Referência e no Edital;

m) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

n) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante da entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços;

o) Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

p) Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

l) A Detentora da Ata deverá estar devidamente uniformizada e identificada, habilitada e capacitada para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços aqui tratados, incluso os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

m) Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do item para representá-lo na execução do contrato.

n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

o) Substituir às suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia;

p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

q) Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da aquisição do objeto, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

r)Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONCIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**CLÁUSULA SETIMA- DAS PENALIDADE**

7.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

7.1.1.pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço registrado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

7.1.2. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.3. por atraso injustificado no cumprimento de contrato e serviço/fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

7.1.4. por inexecução total ou execução irregular do contrato de serviço/fornecimento ou prestação de serviços:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço/fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.5. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 7.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão

unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas na Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.6 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 7.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

7.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

7.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

7.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.2. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.3. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.6.Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.9. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.10. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.11. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.12. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.13. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.14. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata

de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.15. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1- As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0003- 02.001.04.122.0002.2005.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0015- 03.001.04.122.0026.2011.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0034- 05.001.12.122.0031.2029.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0049- 05.002.12.361.0003.2035.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0061- 05.002.12.365.0003.2036.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0064- 05.002.12.365.0003.2043.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0091- 06.001.10.122.0006.2053.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.600.0000600

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.600.0000603

DOT. 0125- 07.001.08.122.0032.2070.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0130- 07.001.08.244.0011.2073.3390 - F 1.660.0000000

DOT. 0140- 07.002.08.243.0013.2071.3390 - F 1.501.0000000

DOT. 0146- 08.001.26.782.0002.2077.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0159- 08.002.15.452.0017.2079.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0170- 09.002.20.602.0035.2084.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0178- 11.001.27.122.0037.2088.3390 - F 1.500.0000000

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES**

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026** e a proposta da **EMPRESA GUIMARAES MATERIAS**

**DE CONSTRUÇÃO LTDA**, classificada em 2º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Arenápolis/MT, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas desta Ata, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado, é lavrado o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Arenápolis - MT, 06 de Novembro de 2026.

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT**

**CONTRATANTE**

**EMPRESA GUIMARAES MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

**RODRIGO MATHEUS GUIMARAES**

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

**NOME: MARCELLI FRAZÃO DE JESUS NOME: PAMELLA DAYANNE M. DE A. OLIVEIRA**

**CPF: 069.287.831-92 CPF: 373.632.498-73**

**ANEXO I**

| Item | Descrição do edital | Unidade | Quantidade | Valor unitário final (R$) | Valor total final (R$) | Marca ofertada |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | ABRAÇADEIRA DE NYLON (ENFORCA GATO) 3.5X 140MM PACOTE C/100 | UND | 800 | 4,23 | 3.384,00 | Fertak |
| 3 | ABRAÇADEIRA DE NYLON (ENFORCA GATO) 4.6X 280MM PACOTE C/100 | UND | 260 | 2,82 | 733,20 | Fertak |
| 10 | ARGAMASSA QUARTZOLITE INT. CINZA AC1 SACO 20KG PL | UND | 500 | 14,50 | 7.250,00 | Quartzolite |
| 13 | ARGAMASSA PORCELANATOS E CERAMICAS INTERNO 20KG | UND | 330 | 59,80 | 19.734,00 | Quartzolite |
| 25 | CARRO DE MÃO EM FERRO, PNEU MACICO C/ CAMARA | UND | 34 | 448,50 | 15.249,00 | Metalpama |
| 26 | CHAVE COMBINADA EM ACO CROMO NIQUELADA MEDINDO 13MM | UND | 60 | 24,80 | 1.488,00 | Tramontina |
| 27 | CHAVE COMBINADA, EM ACO CROMO E NIQUELADA CROMADA, MEDINDO 17 MM | UND | 40 | 33,75 | 1.350,00 | Tramontina |
| 28 | CIMENTO USO GERAL 50KG CPII | UND | 8020 | 61,95 | 496.839,00 | LIZ |
| 33 | ENXADAO – EM FERRO COM TAMANHO DE 2,5 LIBRAS | UND | 57 | 115,70 | 6.594,90 | Tramontina |
| 46 | LUVA LATEX AZUL TAM. G PAR | PAR | 2250 | 13,80 | 31.050,00 | Kalipso |
| 50 | PARAFUSADEIRA BATERIA LITIO 20V 340W POTENCIA | UND | 11 | 1.013,90 | 11.152,90 | Tramontina |
| 51 | PARAFUSO TELHA COMP. 5/16X110 UN | UND | 560 | 1,90 | 1.064,00 | Jomarca |
| 55 | PLAFON BRANCO C/ SOQ PORC. UN | UND | 330 | 11,90 | 3.927,00 | Interneed |
| 56 | PORCA DE AÇO GALVANIZADO, DO TIPO SEXTAVADA COM ROSCA GROSSA, COM BITOLA DE 3/4 | UND | 950 | 1,99 | 1.890,50 | Jomarca |
| 60 | REJUNTE QUARTZOLITE CINZA ARTICO SACO 1KG | UND | 255 | 19,30 | 4.921,50 | Quartzolite |
| 62 | SIFAO – SANFONADO EXTENSIVO TRIPLO | UND | 85 | 54,85 | 4.662,25 | Plastilit |
| 64 | TEE EM PVC, NA COR MARROM, PARA SER CCAAIIXXAA CCAAIIXXAA UTILIZADO EM PA-RA INSTALAÇÕES HIDRAULICAS, COM BITOLA SOLDAVEL 25MM | UND | 365 | 2,94 | 1.073,10 | Plastilit |
| 70 | TIJOLO MACICO 09X19X4,0/4,5CM | UND | 7500 | 1,83 | 13.725,00 | Cemisil |
| 71 | TIJOLOS 8 FUROS NORMAL 9 X 19 X19 | UND | 8500 | 1,97 | 16.745,00 | Ceramica Beira Rio |
| 72 | TIJOLOS 8 FUROS REQUEIMADO 9 X 19 X19 | UND | 8500 | 1,99 | 16.915,00 | Ceramica Beira Rio |
| 73 | TORNEIRA METAL, ¾ PARA JARDIM | UND | 150 | 69,80 | 10.470,00 | Cristal |
| 75 | TORNEIRA EM PLASTICO, DO TIPO ROSCA PARA JARDIM ¾ POLEGADAS | UND | 290 | 8,30 | 2.407,00 | Plastilit |
| 76 | TRELIÇA – COLUNA DE FERRO COM VERGALHÃO 4,2X4,2 COM 6 METROS | UND | 185 | 66,90 | 12.376,50 | MW |
| 81 | VALVULAS DE DESCARGA EM LIGA DE COBRE | UND | 122 | 241,80 | 29.499,60 | Docol |
| 82 | VASSOURA DE FERRO TIPO LEQUE PARA JARDIM, CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 20CM, COM BASE DE MADEIRA PINTADA | UND | 80 | 149,00 | 11.920,00 | Tramontina |
| | TOTAL | | | | 726.421,45 | |

**VALOR TOTAL R$ 726.421,45 (Setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos)**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 009/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026**

**VALIDADE: 12 ( DOZE ) MESES** contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, Arenápolis – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. EDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, empresário, portador da RG: **1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53**, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, Lote 10, Quadra 30, Bairro São Mateus, na cidade de Arenápolis/MT, neste município, **RESOLVE** REGISTRAR OS PREÇOS da **EMPRESA ISAIAS ALVES DIAS-ME**, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 18.432.113/0001-21** estabelecida à Rodovia MT 343, Km01, s/n. Bairro São Mateus, na cidade de Arenápolis, CEP: 78.420-000, tendo como seu representante legal Sr. **ISAIAS ALVES DIAS**, brasileiro, casado, empresário, portador do Cédula de Identidade – Registro Geral nº 855.351-SSP/MT e inscrita no CPF/MT sob o nº 487.740.491-00, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal 14.133/2021 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS**

**1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E**

**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL**, conforme condições e especificações descritas abaixo no anexo I:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano **06/11/2026 até 06/11/2027** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº. 14.133/2021). Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Administração.

3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata;

3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

a)Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

b)Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Arenápolis;

c)Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d)Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.4.Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5.O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do serviço/materiais não superior a 05 (cinco) dias, após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A aquisição dos objetos será de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 140, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1.Órgão Gerenciador:**

a) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

b) Aplicar as penalidades, quando for o caso;

c) Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

d) Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

f) Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária

g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento

h) O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

a) Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

b) Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do objeto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

g) Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

h) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido neste Termo de Referência e no Edital;

i) Fica a critério de cada secretaria solicitar o quantitativo de cada item com especificações em áreas internas e externas conforme as necessidades das mesmas.

j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

k) O transporte deverá atender plenamente as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.

l)Receber o pagamento, conforme o disposto neste Termo de Referência e no Edital;

m) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

n) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante da entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços;

o) Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

p) Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

l) A Detentora da Ata deverá estar devidamente uniformizada e identificada, habilitada e capacitada para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços aqui tratados, incluso os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

m) Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do item para representá-lo na execução do contrato.

n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

o) Substituir às suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia;

p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

q) Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do con-

trato, até o dia trinta do mês seguinte ao da aquisição do objeto, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

r)Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONCIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**CLÁUSULA SETIMA- DAS PENALIDADE**

7.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

7.1.1.pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço registrado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

7.1.2. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.3. por atraso injustificado no cumprimento de contrato e serviço/fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

7.1.4. por inexecução total ou execução irregular do contrato de serviço/fornecimento ou prestação de serviços:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço/fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.5. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 7.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão

unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas na Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.6 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 7.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

7.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

7.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

7.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.2. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.3. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.6.Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.9. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.10. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.11. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.12. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.13. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.14. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.15. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1- As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0003- 02.001.04.122.0002.2005.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0015- 03.001.04.122.0026.2011.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0034- 05.001.12.122.0031.2029.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0049- 05.002.12.361.0003.2035.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0061- 05.002.12.365.0003.2036.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0064- 05.002.12.365.0003.2043.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0091- 06.001.10.122.0006.2053.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.600.0000600

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.600.0000603

DOT. 0125- 07.001.08.122.0032.2070.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0130- 07.001.08.244.0011.2073.3390 - F 1.660.0000000

DOT. 0140- 07.002.08.243.0013.2071.3390 - F 1.501.0000000

DOT. 0146- 08.001.26.782.0002.2077.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0159- 08.002.15.452.0017.2079.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0170- 09.002.20.602.0035.2084.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0178- 11.001.27.122.0037.2088.3390 - F 1.500.0000000

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES**

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026** e a proposta da **EMPRESA ISAIAS ALVES DIAS-ME**, classificada em 4º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Arenápolis/MT, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas desta Ata, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado, é lavrado o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Arenápolis - MT, 06 de Novembro de 2026.

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT**

**CONTRATANTE**

**EMPRESA ISAIAS ALVES DIAS-ME**

**ISAIAS ALVES DIAS**

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

**NOME: MARCELLI FRAZÃO DE JESUS NOME: PAMELLA DAYANNE M. DE A. OLIVEIRA**

**CPF: 069.287.831-92 CPF: 373.632.498-73**

**ANEXO I**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM | MARCA | UNIDADE | QTD. | VALORUNIT. | VALORTOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | ABRAÇADEIRA DE NYLON (ENFORCA GATO) 7,6X550MM C/50 | FOXLUX | UN | 730,0000 | R$ 0,9500 | R$ 693,50 |
| 02 | ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO COM BASE EMBORRACHADA NA COR BRANCA | ASTRA | UN | 141,0000 | R$ 119,0000 | R$ 16.779,00 |
| 03 | BOTA DE BORRACHA ,O PAR,RESISTENTE, NA COR BRANCA SOLADO ANTIDERRAPANTE, CANO MEDIO, IMPERMEAVEL, PALMILHA ANATOMICA, TAMANHOS DIVERSOS | CARTOM | UN | 1280,0000 | R$ 72,0000 | R$ 92.160,00 |
| 04 | CUNHANIVELADORAC/100UND | CORTAG | UN | 130,0000 | R$ 44,4000 | R$ 5.772,00 |
| 05 | PROTETORDEOUVIDOESPUMA,CONCHA | 3M | UN | 327,0000 | R$ 91,6000 | R$ 29.953,20 |
| 06 | TEE- PVC, NA COR MARROM PARA SER UTILIAZADO EM PARA INSTALAÇÕES HIDRAULICAS COM BITOLA DE 100MM | KRONA | UN | 222,0000 | R$ 236,0000 | R$ 52.392,00 |

**VALOR TOTAL: R$ 197.749,70 (CENTO E NOVENTA E SETE MIL SETECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E SETENTA CENTAVOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 010/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026**

**VALIDADE: 12 ( DOZE ) MESES** contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, Arenápolis – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. EDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, empresário, portador da RG: **1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53**, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, Lote 10, Quadra 30, Bairro São Mateus, na cidade de Arenápolis/MT, neste município, **RESOLVE** REGISTRAR OS PREÇOS da **EMPRESA ALLED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO LTDA**, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 35.518.733/0001-88,** estabelecida à Avenida Manoel José de Arruda, s/n. Bairro Shangri-la, na cidade de Cuiabá/MT, CEP: 78.070-235, tendo como seu representante legal Sr. **MÁRCIO NOBRE DE MACEDO**, brasileiro, empresário, portador do Cédula de Identidade – Registro Geral nº 1475418-5-SSP/MT e inscrita no CPF/MT sob o nº 998.568.241-68, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal 14.133/2021 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS**

**1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E**

**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL**, conforme condições e especificações descritas abaixo no anexo I:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano a contar do dia **06/11/2026 até 06/11/2027** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº. 14.133/2021). Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Administração.

3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata;

3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

a)Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

b)Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Arenápolis;

c)Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d)Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.4.Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5.O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do serviço/materiais não superior a 05 (cinco) dias, após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A aquisição dos objetos será de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 140, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1.Órgão Gerenciador:**

a) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

b) Aplicar as penalidades, quando for o caso;

c) Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

d) Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

f) Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária

g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento

h) O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

a) Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

b) Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do objeto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

g) Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

h) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido neste Termo de Referência e no Edital;

i) Fica a critério de cada secretaria solicitar o quantitativo de cada item com especificações em áreas internas e externas conforme as necessidades das mesmas.

j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

k) O transporte deverá atender plenamente as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.

l)Receber o pagamento, conforme o disposto neste Termo de Referência e no Edital;

m) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

n) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante da entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços;

o) Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

p) Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

l) A Detentora da Ata deverá estar devidamente uniformizada e identificada, habilitada e capacitada para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços aqui tratados, incluso os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

m) Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do item para representá-lo na execução do contrato.

n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

o) Substituir às suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia;

p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

q) Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da aquisição do objeto, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

r)Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONCIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**CLÁUSULA SETIMA- DAS PENALIDADE**

7.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

7.1.1.pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço registrado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

7.1.2. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.3. por atraso injustificado no cumprimento de contrato e serviço/fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

7.1.4. por inexecução total ou execução irregular do contrato de serviço/fornecimento ou prestação de serviços:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço/fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.5. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 7.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão

unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas na Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.6 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 7.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

7.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

7.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

7.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.2. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.3. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.6.Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.9. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.10. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.11. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.12. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.13. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.14. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata

de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.15. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1- As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0003- 02.001.04.122.0002.2005.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0015- 03.001.04.122.0026.2011.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0034- 05.001.12.122.0031.2029.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0049- 05.002.12.361.0003.2035.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0061- 05.002.12.365.0003.2036.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0064- 05.002.12.365.0003.2043.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0091- 06.001.10.122.0006.2053.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.600.0000600

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.600.0000603

DOT. 0125- 07.001.08.122.0032.2070.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0130- 07.001.08.244.0011.2073.3390 - F 1.660.0000000

DOT. 0140- 07.002.08.243.0013.2071.3390 - F 1.501.0000000

DOT. 0146- 08.001.26.782.0002.2077.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0159- 08.002.15.452.0017.2079.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0170- 09.002.20.602.0035.2084.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0178- 11.001.27.122.0037.2088.3390 - F 1.500.0000000

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES**

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026** e a proposta da **EMPRESA ALLED DISTRIBUIDORA**

**DE MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO LTDA**, classificada em 3º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Arenápolis/MT, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas desta Ata, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado, é lavrado o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Arenápolis - MT, 06 de Novembro de 2026.

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT**

**CONTRATANTE**

**EMPRESA ALLED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO LTDA**,

**MÁRCIO NOBRE DE MACEDO**

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

**NOME: MARCELLI FRAZÃO DE JESUS NOME: PAMELLA DAYANNE M. DE A. OLIVEIRA**

**CPF: 069.287.831-92 CPF: 373.632.498-73**

ANEXO I

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM | MARCA | UND | QTD. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | ABRAÇADEIRA DE AÇO GALVANIZADO, ROSCA SEM FIM. PARAFUSO INOX, LARGURA DA FITA 12,6 A 14MM D3 A 3 A 3 3/4 | LOTUS | UN | 600,0000 | R$ 0,9400 | R$ 564,00 |
| 32 | ENXADA EM FERRO COM TAMANHO 2,5 LIBRAS | RAMADA | UN | 69,0000 | R$ 119,4000 | R$ 8.238,60 |
| 34 | ESCOVA DE AÇO PARA SER UTILIZADA EM LIMPEZA DE LIMAS PARA SER ENTREGUE COM CABO DE MADEIRA | EDA | UN | 70,0000 | R$ 16,8400 | R$ 1.178,80 |
| 38 | FOICE ROCADEIRA COM OLHO DE 32,00MM DE DIÂMETRO | TRAMONTINA | UN | 35,0000 | R$ 79,7400 | R$ 2.790,90 |
| 47 | MANGUEIRA PARA JARDINAGEM EM PVC MEDINDO 3/4 ROLO DE 50M | ALUMASA | UN | 267,0000 | R$ 914,1000 | R$ 244.064,70 |
| 48 | MARRETA EM AÇO FORJADO, FOSCO, COM UMA FACE LISA E OUTRA ARREDONDADA, PESANDO 3,00KG, COM CABO TORNEADO QUE ATENDA AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT | TENACE | UN | 21,0000 | R$ 145,9500 | R$ 3.064,95 |
| 49 | PÁ EM AÇO TAMANHO APROX. 31,4 CM X 25 CM COM PONTA DE BICO E CABO DE MADEIRA | COLLINS | UN | 35,0000 | R$ 83,8900 | R$ 2.936,15 |
| 52 | PICARETA AGRÍCOLA COM TAMANHO PEQUENO 107 4,0 IB | RAMADA | UN | 31,0000 | R$ 137,8500 | R$ 4.273,35 |
| 58 | RASTELO EM FERRO COM TAMANHO 14 DENTES EM CABO DE MADEIRA | RAMADA | UN | 72,0000 | R$ 69,8500 | R$ 5.029,20 |
| 59 | REGISTRO DE ESFERA EM PVC SOLDÁVEL DE 32MM | MULTILIT | UN | 255,0000 | R$ 27,8000 | R$ 7.089,00 |
| 61 | SERRA CIRCULAR 7.1/4 1600W 127V | EINHEL | UN | 8,0000 | R$ 901,7500 | R$ 7.214,00 |
| 83 | VASSOURÃO INDUSTRIAL REFORÇADA C/CABO 60 CM | WORKER | UN | 85,0000 | R$ 193,4000 | R$ 16.439,00 |

**VALOR TOTAL: R$ 302.882,65 (TREZENTOS E DOIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS).**

---

**EXTRATOS DAS ATAS Nº 07,08,09 E 010 DO ANO DE 2026**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 007/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026**

**VALIDADE: 12 ( DOZE ) MESES** contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**,

com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, Arenápolis – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. EDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, empresário, portador da RG: **1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53**, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, Lote 10, Quadra 30, Bairro São Mateus, na cidade de Arenápolis/MT, neste município, **RESOLVE** REGISTRAR OS PREÇOS da **EMPRESA E Z DE LIMA LTDA** , devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 00.172.569/0001-34** estabelecida à Praça da Idependencia, n. 947 E, bairro: Bairro Vila Nova , na cidade de Arenápolis, CEP: 78.420-000, representada neste ato pela sua proprietária Sra. **ELENA ZAGONEL DE LIMA**, brasileira, viúva, empresária, portadora do Cédula de Identidade – Registro Geral nº 1006781874-SSP/RS e inscrita no CPF/MT sob o nº 231.478.810-91, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal 14.133/2021 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS**

1.1. **A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E**

**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL**, conforme condições e especificações descritas abaixo no anexo I:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano **06/11/2026 até 06/11/2027** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº. 14.133/2021). Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Administração.

3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata;

3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

a)Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

b)Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Arenápolis;

c)Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d)Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.4.Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5.O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do serviço/materiais não superior a 05 (cinco) dias, após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A aquisição dos objetos será de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 140, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1.Órgão Gerenciador:**

a) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

b) Aplicar as penalidades, quando for o caso;

c) Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

d) Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

f) Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária

g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento

h) O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

a) Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

b) Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do objeto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

g) Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

h) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido neste Termo de Referência e no Edital;

i) Fica a critério de cada secretaria solicitar o quantitativo de cada item com especificações em áreas internas e externas conforme as necessidades das mesmas.

j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

k) O transporte deverá atender plenamente as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.

l)Receber o pagamento, conforme o disposto neste Termo de Referência e no Edital;

m) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

n) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante da entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços;

o) Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

p) Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

l) A Detentora da Ata deverá estar devidamente uniformizada e identificada, habilitada e capacitada para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços aqui tratados, incluso os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

m) Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do item para representá-lo na execução do contrato.

n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

o) Substituir às suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia;

p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

q) Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da aquisição do objeto, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

r)Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONCIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**CLÁUSULA SETIMA- DAS PENALIDADE**

7.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

7.1.1.pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço registrado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

7.1.2. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.3. por atraso injustificado no cumprimento de contrato e serviço/fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

7.1.4. por inexecução total ou execução irregular do contrato de serviço/fornecimento ou prestação de serviços:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço/fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.5. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 7.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão

unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas na Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.6 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 7.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

7.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

7.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

7.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.2. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local

indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.3. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.6.Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.9. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.10. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.11. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.12. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.13. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.14. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.15. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar

competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1- As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0003- 02.001.04.122.0002.2005.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0015- 03.001.04.122.0026.2011.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0034- 05.001.12.122.0031.2029.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0049- 05.002.12.361.0003.2035.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0061- 05.002.12.365.0003.2036.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0064- 05.002.12.365.0003.2043.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0091- 06.001.10.122.0006.2053.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.600.0000600

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.600.0000603

DOT. 0125- 07.001.08.122.0032.2070.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0130- 07.001.08.244.0011.2073.3390 - F 1.660.0000000

DOT. 0140- 07.002.08.243.0013.2071.3390 - F 1.501.0000000

DOT. 0146- 08.001.26.782.0002.2077.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0159- 08.002.15.452.0017.2079.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0170- 09.002.20.602.0035.2084.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0178- 11.001.27.122.0037.2088.3390 - F 1.500.0000000

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES**

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026** e a proposta da **EMPRESA E Z DE LIMA LTDA**, classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Arenápolis/MT, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas desta Ata, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado, é lavrado o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Arenápolis - MT, 06 de Novembro de 2026.

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT**

**CONTRATANTE**

**EMPRESA E Z DE LIMA LTDA**

**ELENA ZAGONEL DE LIMA**

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

**NOME: MARCELLI FRAZÃO DE JESUS NOME: PAMELLA DAYANNE M. DE A. OLIVEIRA**

**CPF: 069.287.831-92 CPF: 373.632.498-73**

**ANEXO I**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM | MARCA | UNIDADE | QTD. | VALORUNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 05 | JOELHOSOLDAVEL90X25MM | PLASTILI | un | 350,0000 | R$3,9300 | R$1.375,50 |
| 06 | ADAPTADORSOLDAVELCOMFLANGESEANEL VEDAÇÃO PARA CAIXADÁGUA 25MM X 3/4 | PLASTILI | un | 140,0000 | R$4,2500 | R$595,00 |
| 07 | ADESIVOPLASTICOFRASCO175GP/TUBOSE CONEXOES DE PVC | PLASTILI | un | 115,0000 | R$9,0000 | R$1.035,00 |
| 08 | ALICATEUNIVERSAL8POLEGADASOU203MM | TRAMON | un | 28,0000 | R$11,9000 | R$333,20 |
| 09 | ANCINHOCURVOLEVE14DC/CABO145CM RASTELOACO | TRAMON | un | 90,0000 | R$18,5000 | R$1.665,00 |
| 11 | ANELVEDAÇÃOPARABACIASANITÁRIA | PLASTILI | un | 60,0000 | R$5,5000 | R$330,00 |
| 12 | ARGAMASSAEXTERNOCINZAAC220KGPL | QUARTZ | SACO20KG | 460,0000 | R$5,9800 | R$2.750,80 |
| 15 | ARGAMASSAPORCELANATOEPISOEXTERNO CINZA 20KG PL | QUARTZ | SACO20KG | 480,0000 | R$59,9000 | R$28.752,00 |
| 17 | BACIASANITÁRIADELOUÇA | ONIX | un | 110,0000 | R$354,9000 | R$39.039,00 |
| 18 | BROCADEAÇORAPIDOCOMDIAMETRODE 12M PARA FERRO | TRAMON | un | 82,0000 | R$52,9000 | R$4.337,80 |
| 19 | BUCHADEREDUÇÃODEPVCSOLDAVELCOM DIAMETRO DA TUBULAÇÃO PRINICIPAL DE 50MMCOMDIAMETRODEREDUÇÃODE40MM | PLASTILI | un | 90,0000 | R$9,7500 | R$877,50 |
| 20 | BUCHASDEPAREDEDEPLASTICO,NUMERO 12, SEM PARAFUSO | WURTH | un | 850,0000 | R$0,4000 | R$340,00 |
| 21 | BUCHASPARAPAREDEDEPLASTICODEN°8 SEMFUROS | WURTH | un | 630,0000 | R$0,3800 | R$239,40 |
| 22 | CADEADOCORPODELATÃOMACICODE35MM, HASTE DEAÇO TEMPERADO E CROMADO, CHAVENIQUELADA | WURTH | un | 137,0000 | R$65,4900 | R$8.972,13 |
| 23 | CADEADO- CORPO DE LATAO MACICO, DE 50MM,HASTEDEAÇOTEMPERADO,CHAVE NIQUELADA | PADO | un | 129,0000 | R$71,9000 | R$9.275,10 |
| 24 | CADEADODE40MMEMAÇOEMCAIXA | PADO | un | 91,0000 | R$64,8000 | R$5.896,80 |
| 30 | CAIXADÁGUAEMPOLIETILENO,DE5000 LITROS COM TAMPA | FORTLEV | un | 34,0000 | R$ 4.248,0000 | R$144.432,00 |
| 31 | CURVA 90 GR CURTA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTOPREDIALFABRICAÇÃOCONFORME NBR5688/77 | PLASTILI | un | 65,0000 | R$34,8500 | R$2.265,25 |
| 35 | CURVA 90 GR LONGA DE PVC RIGIDO P/ ESGOTOPREDIALFABRICAÇÃOCONFORME NBR5688/77 | PLASTILI | un | 180,0000 | R$51,8500 | R$9.333,00 |
| 36 | ESPACADORNIVELADORTRADICIONAL2.0MM BRANCO PACOTE C/50 | LOTUS | un | 230,0000 | R$46,8500 | R$10.775,50 |
| 37 | FECHADURADEAÇOINOX,TIPOALAVANCA, MACANETA RETA C/ CILINDRO E ESPELHO QUADRADO | STAM | un | 67,0000 | R$129,5000 | R$8.676,50 |
| 39 | FECHADURAEMAÇOINOXEMBUTIR COMPLETA | STAM | un | 55,0000 | R$114,7500 | R$6.311,25 |
| 40 | JOELHO90ESGOTOSNDN100MMUNIDADE | PLASTILI | un | 275,0000 | R$14,9200 | R$4.103,00 |
| 41 | JOELHO90ESGOTOSNDN50MMUNIDADE | PLASTILI | un | 190,0000 | R$8,9000 | R$1.691,00 |
| 42 | JOELHO90SOLD50MMUNIDADE | PLASTILI | un | 90,0000 | R$12,4300 | R$1.118,70 |
| 43 | LIXADAGUA230X280331QP100UNIDADE | WURTH | FOLHA | 730,0000 | R$3,9500 | R$2.883,50 |
| 44 | LIXADEOXIDODEALUMINIO(TIPODAGUA), PARAUSOEMPAREDE,GRÃO220EMFOLH, MEDINDO127,00 | 3M | un | 250,0000 | R$4,4500 | R$1.112,50 |
| 45 | LIXAPARAFECHAMENTOFINA | 3M | un | 150,0000 | R$4,5600 | R$684,00 |
| 53 | PISOMODERNRTPOLIDO81X81EXTRA1,97 M2/CAIXA | VIVA | MTQUADRADO | 535,0000 | R$85,8000 | R$45.903,00 |
| 54 | PISO/REVEST PAREDE RETIFICADO 40X75 R403433,00M2-EXTRABRILHANTEBRANCO | VIVA | MTQUADRADO | 600,0000 | R$84,8000 | R$50.880,00 |
| 63 | TE-PVC,NACORMARROMPARASER UTILIAZADO EM PARA INSTALAÇÕES HIDRAULICAS COM BITOLA DE 20MM | PLASTILI | un | 230,0000 | R$1,9900 | R$457,70 |
| 66 | TELHADEFIBROCIMENTO1100X5MMX2440 | IMFIBRA | un | 280,0000 | R$99,7500 | R$27.930,00 |
| 67 | TELHADEFIBROCIMENTO110X6MMX3660 | INFIBRA | un | 1210,0000 | R$133,7500 | R$161.837,50 |
| 68 | TELHAECONOFLEX0500X4MMX2440INFIBRA (TELINHA) | INFIBRA | un | 210,0000 | R$59,8000 | R$12.558,00 |
| 69 | TELHAPORTUGUESAVERMELHANATURAL | CEMISIL | un | 980,0000 | R$5,4500 | R$5.341,00 |
| 74 | TORNEIRADEPVC1/2PARALAVATORIO | PLASTILI | un | 385,0000 | R$119,4500 | R$45.988,25 |
| 77 | TUBOAGUAFRIASOLDAVELDE25MM-BARRA 6METROS | PLASTILI | VARA6METRO | 245,0000 | R$39,9000 | R$9.775,50 |
| 78 | TUBOAGUAFRIASOLDAVELDE50MM-BARRA 6METROS | PLASTILI | un | 210,0000 | R$124,7500 | R$26.197,50 |
| 79 | TUBOESGOTOPRIMARIOSNDN100MM- BARRA 6 METROS | PLASTILI | un | 320,0000 | R$131,7500 | R$42.160,00 |
| 80 | TUBOESGOTOPRIMARIOSNDN50MM-BARRA 6METROS | PLASTILI | un | 220,0000 | R$96,9000 | R$21.318,00 |
| 84 | VASSOURAOINDUSTRIALC/REFORCOC/CABO 40CM | BELMONT | un | 57,0000 | R$179,0000 | R$10.203,00 |

**TOTAL DE R$ 759.749,88(SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS).**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 008/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026**

**VALIDADE: 12 ( DOZE ) MESES** contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, Arenápolis – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. EDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, empresário, portador da RG: **1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53**, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, Lote 10, Quadra 30, Bairro São Mateus, na cidade de Arenápolis/MT, neste município, **RESOLVE** REGISTRAR OS PREÇOS da **EMPRESA GUIMARAES MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 53.664.700/0002-28** estabelecida à RUA

Castelo Branco, S/N. bairro: Vila Nova, na cidade de Arenápolis, CEP: 78.420-000,

tendo como seu representante legal Sr. **RODRIGO MATHEUS GUIMARAES**, brasileiro, casado, empresário, portador do Cédula de Identidade – Registro Geral nº 3.592.711-SSP/SC e inscrita no CPF/MT sob o nº 044.425.669-50 de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal 14.133/2021 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS**

**1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E**

**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL**, conforme condições e especificações descritas abaixo no anexo I :

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano **06/11/2026 até 06/11/2027** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº. 14.133/2021). Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Administração.

3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata;

3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

a)Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

b)Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Arenápolis;

c)Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d)Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.4.Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5.O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do serviço/materiais não superior a 05 (cinco) dias, após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A aquisição dos objetos será de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 140, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1.Órgão Gerenciador:**

a) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

b) Aplicar as penalidades, quando for o caso;

c) Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

d) Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

f) Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária

g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento

h) O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

a) Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

b) Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do objeto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

g) Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

h) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido neste Termo de Referência e no Edital;

i) Fica a critério de cada secretaria solicitar o quantitativo de cada item com especificações em áreas internas e externas conforme as necessidades das mesmas.

j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

k) O transporte deverá atender plenamente as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.

l)Receber o pagamento, conforme o disposto neste Termo de Referência e no Edital;

m) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

n) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante da entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços;

o) Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

p) Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

l) A Detentora da Ata deverá estar devidamente uniformizada e identificada, habilitada e capacitada para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços aqui tratados, incluso os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

m) Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do item para representá-lo na execução do contrato.

n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

o) Substituir às suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia;

p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

q) Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da aquisição do objeto, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

r)Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONCIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**CLÁUSULA SETIMA- DAS PENALIDADE**

7.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

7.1.1.pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço registrado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

7.1.2. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.3. por atraso injustificado no cumprimento de contrato e serviço/fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

7.1.4. por inexecução total ou execução irregular do contrato de serviço/fornecimento ou prestação de serviços:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço/fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.5. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 7.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão

unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas na Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.6 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 7.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

7.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

7.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

7.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.2. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.3. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.6.Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.9. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.10. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.11. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.12. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.13. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.14. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.15. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1- As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0003- 02.001.04.122.0002.2005.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0015- 03.001.04.122.0026.2011.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0034- 05.001.12.122.0031.2029.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0049- 05.002.12.361.0003.2035.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0061- 05.002.12.365.0003.2036.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0064- 05.002.12.365.0003.2043.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0091- 06.001.10.122.0006.2053.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.600.0000600

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.600.0000603

DOT. 0125- 07.001.08.122.0032.2070.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0130- 07.001.08.244.0011.2073.3390 - F 1.660.0000000

DOT. 0140- 07.002.08.243.0013.2071.3390 - F 1.501.0000000

DOT. 0146- 08.001.26.782.0002.2077.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0159- 08.002.15.452.0017.2079.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0170- 09.002.20.602.0035.2084.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0178- 11.001.27.122.0037.2088.3390 - F 1.500.0000000

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES**

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026** e a proposta da **EMPRESA GUIMARAES MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, classificada em 2º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Arenápolis/MT, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas desta Ata, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado, é lavrado o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Arenápolis - MT, 06 de Novembro de 2026.

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT**

**CONTRATANTE**

**EMPRESA GUIMARAES MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

**RODRIGO MATHEUS GUIMARAES**

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

**NOME: MARCELLI FRAZÃO DE JESUS NOME: PAMELLA DAYANNE M. DE A. OLIVEIRA**

**CPF: 069.287.831-92 CPF: 373.632.498-73**

**ANEXO I**

| Item | Descrição do edital | Unidade | Quantidade | Valor unitário final (R$) | Valor total final (R$) | Marca ofertada |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | ABRAÇADEIRA DE NYLON (ENFORCA GATO) 3.5X 140MM PACOTE C/100 | UND | 800 | 4,23 | 3.384,00 | Fertak |
| 3 | ABRAÇADEIRA DE NYLON (ENFORCA GATO) 4.6X 280MM PACOTE C/100 | UND | 260 | 2,82 | 733,20 | Fertak |
| 10 | ARGAMASSA QUARTZOLITE INT. CINZA AC1 SACO 20KG PL | UND | 500 | 14,50 | 7.250,00 | Quartzolite |
| 13 | ARGAMASSA PORCELANATOS E CERAMICAS INTERNO 20KG | UND | 330 | 59,80 | 19.734,00 | Quartzolite |
| 25 | CARRO DE MÃO EM FERRO, PNEU MACICO C/ CAMARA | UND | 34 | 448,50 | 15.249,00 | Metalpama |
| 26 | CHAVE COMBINADA EM ACO CROMO NIQUELADA MEDINDO 13MM | UND | 60 | 24,80 | 1.488,00 | Tramontina |
| 27 | CHAVE COMBINADA, EM ACO CROMO E NIQUELADA CROMADA, MEDINDO 17 MM | UND | 40 | 33,75 | 1.350,00 | Tramontina |
| 28 | CIMENTO USO GERAL 50KG CPII | UND | 8020 | 61,95 | 496.839,00 | LIZ |
| 33 | ENXADAO – EM FERRO COM TAMANHO DE 2,5 LIBRAS | UND | 57 | 115,70 | 6.594,90 | Tramontina |
| 46 | LUVA LATEX AZUL TAM. G PAR | PAR | 2250 | 13,80 | 31.050,00 | Kalipso |
| 50 | PARAFUSADEIRA BATERIA LITIO 20V 340W POTENCIA | UND | 11 | 1.013,90 | 11.152,90 | Tramontina |
| 51 | PARAFUSO TELHA COMP. 5/16X110 UN | UND | 560 | 1,90 | 1.064,00 | Jomarca |
| 55 | PLAFON BRANCO C/ SOQ PORC. UN | UND | 330 | 11,90 | 3.927,00 | Interneed |
| 56 | PORCA DE AÇO GALVANIZADO, DO TIPO SEXTAVADA COM ROSCA GROSSA, COM BITOLA DE 3/4 | UND | 950 | 1,99 | 1.890,50 | Jomarca |
| 60 | REJUNTE QUARTZOLITE CINZA ARTICO SACO 1KG | UND | 255 | 19,30 | 4.921,50 | Quartzolite |
| 62 | SIFAO – SANFONADO EXTENSIVO TRIPLO | UND | 85 | 54,85 | 4.662,25 | Plastilit |
| 64 | TEE EM PVC, NA COR MARROM, PARA SER CCAAIIXXAA CCAAIIXXAA UTILIZADO EM PARA INSTALAÇÕES HIDRAULICAS, COM BITOLA SOLDAVEL 25MM | UND | 365 | 2,94 | 1.073,10 | Plastilit |
| 70 | TIJOLO MACICO 09X19X4,0/4,5CM | UND | 7500 | 1,83 | 13.725,00 | Cemisil |
| 71 | TIJOLOS 8 FUROS NORMAL 9 X 19 X19 | UND | 8500 | 1,97 | 16.745,00 | Ceramica Beira Rio |
| 72 | TIJOLOS 8 FUROS REQUEIMADO 9 X 19 X19 | UND | 8500 | 1,99 | 16.915,00 | Ceramica Beira Rio |
| 73 | TORNEIRA METAL, ¾ PARA JARDIM | UND | 150 | 69,80 | 10.470,00 | Cristal |
| 75 | TORNEIRA EM PLASTICO, DO TIPO ROSCA PARA JARDIM ¾ POLEGADAS | UND | 290 | 8,30 | 2.407,00 | Plastilit |
| 76 | TRELIÇA – COLUNA DE FERRO COM VERGALHÃO 4,2X4,2 COM 6 METROS | UND | 185 | 66,90 | 12.376,50 | MW |
| 81 | VALVULAS DE DESCARGA EM LIGA DE COBRE | UND | 122 | 241,80 | 29.499,60 | Docol |
| 82 | VASSOURA DE FERRO TIPO LEQUE PARA JARDIM, CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE 20CM, COM BASE DE MADEIRA PINTADA | UND | 80 | 149,00 | 11.920,00 | Tramontina |
| | TOTAL | | | | 726.421,45 | |

**VALOR TOTAL R$ 726.421,45 (Setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos)**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 009/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026**

**VALIDADE: 12 ( DOZE ) MESES** contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, Arenápolis – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. EDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, empresário, portador da RG: **1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53**, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, Lote 10, Quadra 30, Bairro São Mateus, na cidade de Arenápolis/MT, neste município, **RESOLVE** REGISTRAR OS PREÇOS da **EMPRESA ISAIAS ALVES DIAS-ME**, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 18.432.113/0001-21** estabelecida à Rodovia MT 343, Km01, s/n. Bairro São Mateus, na cidade de Arenápolis, CEP: 78.420-000, tendo como seu representante legal Sr. **ISAIAS ALVES DIAS**, brasileiro, casado, empresário, portador do Cédula de Identidade – Registro Geral nº 855.351-SSP/MT e inscrita no CPF/MT sob o nº 487.740.491-00, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal 14.133/2021 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS**

**1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E**

**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL**, conforme condições e especificações descritas abaixo no anexo I:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano **06/11/2026 até 06/11/2027** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº. 14.133/2021). Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar

acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Administração.

3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata;

3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

a)Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

b)Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Arenápolis;

c)Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d)Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.4.Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5.O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do serviço/materiais não superior a 05 (cinco) dias, após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A aquisição dos objetos será de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 140, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1.Órgão Gerenciador:**

a) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

b) Aplicar as penalidades, quando for o caso;

c) Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

d) Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

f) Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária

g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento

h) O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

a) Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

b) Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do objeto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

g) Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

h) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido neste Termo de Referência e no Edital;

i) Fica a critério de cada secretaria solicitar o quantitativo de cada item com especificações em áreas internas e externas conforme as necessidades das mesmas.

j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

k) O transporte deverá atender plenamente as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.

l)Receber o pagamento, conforme o disposto neste Termo de Referência e no Edital;

m) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

n) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante da entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços;

o) Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

p) Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

l) A Detentora da Ata deverá estar devidamente uniformizada e identificada, habilitada e capacitada para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços aqui tratados, incluso os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

m) Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do item para representá-lo na execução do contrato.

n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

o) Substituir às suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia;

p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

q) Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da aquisição do objeto, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

r)Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONCIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**CLÁUSULA SETIMA- DAS PENALIDADE**

7.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

7.1.1.pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço registrado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

7.1.2. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.3. por atraso injustificado no cumprimento de contrato e serviço/fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

7.1.4. por inexecução total ou execução irregular do contrato de serviço/fornecimento ou prestação de serviços:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço/fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.5. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 7.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão

unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas na Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.6 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 7.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

7.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

7.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

7.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.2. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.3. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.6.Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.9. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.10. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de

fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.11. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.12. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.13. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.14. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.15. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1- As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0003- 02.001.04.122.0002.2005.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0015- 03.001.04.122.0026.2011.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0034- 05.001.12.122.0031.2029.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0049- 05.002.12.361.0003.2035.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0061- 05.002.12.365.0003.2036.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0064- 05.002.12.365.0003.2043.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0091- 06.001.10.122.0006.2053.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.600.0000600

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.600.0000603

DOT. 0125- 07.001.08.122.0032.2070.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0130- 07.001.08.244.0011.2073.3390 - F 1.660.0000000

DOT. 0140- 07.002.08.243.0013.2071.3390 - F 1.501.0000000

DOT. 0146- 08.001.26.782.0002.2077.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0159- 08.002.15.452.0017.2079.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0170- 09.002.20.602.0035.2084.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0178- 11.001.27.122.0037.2088.3390 - F 1.500.0000000

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES**

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026** e a proposta da **EMPRESA ISAIAS ALVES DIAS-ME**, classificada em 4º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Arenápolis/MT, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas desta Ata, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado, é lavrado o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Arenápolis - MT, 06 de Novembro de 2026.

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT**

**CONTRATANTE**

**EMPRESA ISAIAS ALVES DIAS-ME**

**ISAIAS ALVES DIAS**

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

**NOME: MARCELLI FRAZÃO DE JESUS NOME: PAMELLA DAYANNE M. DE A. OLIVEIRA**

**CPF: 069.287.831-92 CPF: 373.632.498-73**

**ANEXO I**

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM | MARCA | UNIDADE | QTD. | VALORUNIT. | VALORTOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | ABRAÇADEIRA DE NYLON (ENFORCA GATO) 7,6X550MM C/50 | FOXLUX | UN | 730,0000 | R$ 0,9500 | R$ 693,50 |
| 02 | ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO COM BASE EMBORRACHADA NA COR BRANCA | ASTRA | UN | 141,0000 | R$ 119,0000 | R$ 16.779,00 |
| 03 | BOTA DE BORRACHA ,O PAR,RESISTENTE, NA COR BRANCA SOLADO ANTIDERRAPANTE, CANO MEDIO, IMPERMEAVEL, PALMILHA ANATOMICA, TAMANHOS DIVERSOS | CARTOM | UN | 1280,0000 | R$ 72,0000 | R$ 92.160,00 |
| 04 | CUNHANIVELADORAC/100UND | CORTAG | UN | 130,0000 | R$ 44,4000 | R$ 5.772,00 |
| 05 | PROTETORDEOUVIDOESPUMA,CONCHA | 3M | UN | 327,0000 | R$ 91,6000 | R$ 29.953,20 |
| 06 | TEE- PVC, NA COR MARROM PARA SER UTILIAZADO EM PARA INSTALAÇÕES HIDRAULI-CAS COM BITOLA DE 100MM | KRONA | UN | 222,0000 | R$ 236,0000 | R$ 52.392,00 |

**VALOR TOTAL: R$ 197.749,70 (CENTO E NOVENTA E SETE MIL SETECENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E SETENTA CENTAVOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 010/2026**

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 012/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 057/2026**

**VALIDADE: 12 ( DOZE ) MESES** contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, Arenápolis – MT, inscrita no CNPJ Nº 24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. EDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, empresário, portador da RG: **1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53**, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, Lote 10, Quadra

30, Bairro São Mateus, na cidade de Arenápolis/MT, neste município, **RESOLVE** REGISTRAR OS PREÇOS da **EMPRESA ALLED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO LTDA**, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 35.518.733/0001-88,** estabelecida à Avenida Manoel José de Arruda, s/n. Bairro Shangri-la, na cidade de Cuiabá/MT, CEP: 78.070-235, tendo como seu representante legal Sr. **MÁRCIO NOBRE DE MACEDO**, brasileiro, empresário, portador do Cédula de Identidade – Registro Geral nº 1475418-5-SSP/MT e inscrita no CPF/MT sob o nº 998.568.241-68, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal 14.133/2021 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS**

**1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E**

**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL**, conforme condições e especificações descritas abaixo no anexo I:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano a contar do dia **06/11/2026 até 06/11/2027** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (art. 84 da Lei nº. 14.133/2021). Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a entrega dos materiais, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Administração.

3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, em **até 30 (trinta) dias**, após a entrega do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata;

3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

a)Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

b)Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Arenápolis;

c)Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

d)Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.4.Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.5.O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO**

4.1. O prazo de fornecimento do serviço/materiais não superior a 05 (cinco) dias, após a Contratada receber a “NAD” (Nota de Autorização de Despesa) pela Contratante;

4.2. A aquisição dos objetos será de acordo com a solicitação do setor requisitante.

4.3. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 140, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**5.1.Órgão Gerenciador:**

a) Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

b) Aplicar as penalidades, quando for o caso;

c) Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho;

d) Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente;

e) Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

f) Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não

será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária

g) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento

h) O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

a) Assinar o contrato com o órgão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação;

b) Fornecer os serviços solicitados nas quantidades e no prazo estipulado pela solicitação formal da Secretaria solicitante;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

d) Comunicar a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do objeto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

f) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

g) Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

h) Responsabilizar- se pela fiel execução do objeto no prazo estabelecido neste Termo de Referência e no Edital;

i) Fica a critério de cada secretaria solicitar o quantitativo de cada item com especificações em áreas internas e externas conforme as necessidades das mesmas.

j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

k) O transporte deverá atender plenamente as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, etc.

l)Receber o pagamento, conforme o disposto neste Termo de Referência e no Edital;

m) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão Gerenciador, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao órgão, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata de Registro de Preços;

n) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Órgão Gerenciador, no tocante da entrega dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços;

o) Comunicar imediatamente ao Órgão Gerenciador qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

p) Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

q) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

r) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

l) A Detentora da Ata deverá estar devidamente uniformizada e identificada, habilitada e capacitada para o bom e adequado desenvolvimento dos serviços aqui tratados, incluso os devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

m) Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do item para representá-lo na execução do contrato.

n) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

o) Substituir às suas expensas, toda e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu período de garantia;

p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

q) Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da aquisição do objeto, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

r)Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS CONCIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

6.3. Toda a aquisição deverá ser entregue mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através da NAD – (Nota de Autorização de Despesa).

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da NAD, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**CLÁUSULA SETIMA- DAS PENALIDADE**

7.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

7.1.1.pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) Cancelamento do preço registrado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

7.1.2. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.1.3. por atraso injustificado no cumprimento de contrato e serviço/fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

7.1.4. por inexecução total ou execução irregular do contrato de serviço/fornecimento ou prestação de serviços:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do serviço/fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2(dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.1.5. A penalidade prevista na alínea “b” do subitem 7.1.3 poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, sem prejuízo da rescisão

unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas na Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.6 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem 7.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

7.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

7.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

7.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.2. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros,

mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.3. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.6.Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.9. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.10. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.11. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.12. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.13. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.14. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.15. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação, sem que caiba direito de recurso.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

**CLÁUSULA DECIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO E EMISSAO DE NOTA DE EMPENHO**

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1- As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

DOT. 0003- 02.001.04.122.0002.2005.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0015- 03.001.04.122.0026.2011.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0034- 05.001.12.122.0031.2029.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0049- 05.002.12.361.0003.2035.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0061- 05.002.12.365.0003.2036.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0064- 05.002.12.365.0003.2043.3390 - F 1.500.1001000

DOT. 0091- 06.001.10.122.0006.2053.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0098- 06.001.10.301.0007.2056.3390 - F 1.600.0000600

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.500.1002000

DOT. 0106- 06.001.10.302.0008.2049.3390 - F 1.600.0000603

DOT. 0125- 07.001.08.122.0032.2070.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0130- 07.001.08.244.0011.2073.3390 - F 1.660.0000000

DOT. 0140- 07.002.08.243.0013.2071.3390 - F 1.501.0000000

DOT. 0146- 08.001.26.782.0002.2077.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0159- 08.002.15.452.0017.2079.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0170- 09.002.20.602.0035.2084.3390 - F 1.500.0000000

DOT. 0178- 11.001.27.122.0037.2088.3390 - F 1.500.0000000

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS COMUNICAÇÕES**

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2026** e a proposta da **EMPRESA ALLED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO LTDA**, classificada em 3º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da cidade de Arenápolis/MT, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas desta Ata, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

14.2. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado, é lavrado o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Arenápolis - MT, 06 de Novembro de 2026.

**ÉDERSON FIGUEIREDO**

**PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT**

**CONTRATANTE**

**EMPRESA ALLED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO LTDA**,

**MÁRCIO NOBRE DE MACEDO**

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

**NOME: MARCELLI FRAZÃO DE JESUS NOME: PAMELLA DAYANNE M. DE A. OLIVEIRA**

**CPF: 069.287.831-92 CPF: 373.632.498-73**

ANEXO I

| ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM | MARCA | UND | QTD. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | ABRAÇADEIRA DE AÇO GALVANIZADO, ROSCA SEM FIM. PARAFUSO INOX, LARGURA DA FITA 12,6 A 14MM D3 A 3 A 3 3/4 | LOTUS | UN | 600,0000 | R$ 0,9400 | R$ 564,00 |
| 32 | ENXADA EM FERRO COM TAMANHO 2,5 LIBRAS | RAMADA | UN | 69,0000 | R$ 119,4000 | R$ 8.238,60 |
| 34 | ESCOVA DE AÇO PARA SER UTILIZADA EM LIMPEZA DE LIMAS PARA SER ENTREGUE COM CABO DE MADEIRA | EDA | UN | 70,0000 | R$ 16,8400 | R$ 1.178,80 |
| 38 | FOICE ROCADEIRA COM OLHO DE 32,00MM DE DIÂMETRO | TRAMONTINA | UN | 35,0000 | R$ 79,7400 | R$ 2.790,90 |
| 47 | MANGUEIRA PARA JARDINAGEM EM PVC MEDINDO 3/4 ROLO DE 50M | ALUMASA | UN | 267,0000 | R$ 914,1000 | R$ 244.064,70 |
| 48 | MARRETA EM AÇO FORJADO, FOSCO, COM UMA FACE LISA E OUTRA ARREDONDADA, PESANDO 3,00KG, COM CABO TORNEADO QUE ATENDA AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT | TENACE | UN | 21,0000 | R$ 145,9500 | R$ 3.064,95 |
| 49 | PÁ EM AÇO TAMANHO APROX. 31,4 CM X 25 CM COM PONTA DE BICO E CABO DE MADEIRA | COLLINS | UN | 35,0000 | R$ 83,8900 | R$ 2.936,15 |
| 52 | PICARETA AGRÍCOLA COM TAMANHO PEQUENO 107 4,0 IB | RAMADA | UN | 31,0000 | R$ 137,8500 | R$ 4.273,35 |
| 58 | RASTELO EM FERRO COM TAMANHO 14 DENTES EM CABO DE MADEIRA | RAMADA | UN | 72,0000 | R$ 69,8500 | R$ 5.029,20 |
| 59 | REGISTRO DE ESFERA EM PVC SOLDÁVEL DE 32MM | MULTILIT | UN | 255,0000 | R$ 27,8000 | R$ 7.089,00 |
| 61 | SERRA CIRCULAR 7.1/4 1600W 127V | EINHEL | UN | 8,0000 | R$ 901,7500 | R$ 7.214,00 |
| 83 | VASSOURÃO INDUSTRIAL REFORÇADA C/CABO 60 CM | WORKER | UN | 85,0000 | R$ 193,4000 | R$ 16.439,00 |

**VALOR TOTAL: R$ 302.882,65 (TREZENTOS E DOIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS).**

---

**P O R T A R I A Nº. 0198/2026**

**P O R T A R I A Nº. 0198/2026**

“Dispõe sobre o esclarecimento das atribuições funcionais do ocupante do cargo de Coordenador no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade e da segurança jurídica que regem a Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 787/2002 , e suas alterações, dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de esclarecer a natureza das atividades efetivamente desempenhadas pelo servidor ocupante do cargo de Coordenador, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, diante de questionamentos relacionados à compatibilidade entre o exercício de suas funções públicas e a atividade profissional de advocacia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 28, inciso III e § 2º, da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que disciplina as hipóteses de incompatibilidade com o exercício da advocacia e excepciona, nos termos legais, aqueles que não detenham poder de decisão relevante sobre interesses de terceiros, a juízo do conselho competente da Ordem dos Advogados do Brasil;

CONSIDERANDO que a análise da natureza jurídica das funções públicas deve levar em conta as atribuições efetivamente exercidas, a extensão das competências administrativas e a existência ou não de poder decisório relevante, não se limitando à denominação do cargo;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar as informações funcionais pertinentes, sem prejuízo da competência dos órgãos legalmente responsáveis pela apreciação de questões relativas ao exercício da advocacia;

RESOLVE:

Art. 1º Fica consignado, para fins de esclarecimento administrativo, que o servidor LUIZ GUILHERME VELOZO RODRIGUES, ocupante do cargo de Coordenador de Fisioterapia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde de Arenápolis/MT, exerce as atividades funcionais descritas no relatório de atribuições que integra o Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Conforme as informações funcionais certificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, o exercício do cargo compreende atividades de natureza administrativa, operacional, técnica ou de apoio, desenvolvidas sob a orientação e supervisão da autoridade hierarquicamente competente.

**Parágrafo Único.** Fica consignado que o servidor não possui competência própria para proferir decisões administrativas finais sobre direitos ou interesses de terceiros, autorizar despesas, ordenar pagamentos, celebrar contratos ou praticar outros atos decisórios de competência reservada ao Secretário Municipal de Saúde ou a outra autoridade legalmente competente.

**Art. 3º** Registra-se que a legislação municipal de regência do cargo não apresenta descrição específica e individualizada de todas as suas atribuições, razão pela qual a presente Portaria tem por finalidade documentar as atividades efetivamente desempenhadas pelo servidor, sem criar ou ampliar competências incompatíveis com a legislação vigente.

Art. 4º As informações constantes desta Portaria poderão ser encaminhadas ao Conselho competente da Ordem dos Advogados do Brasil, para subsidiar a análise da situação funcional do servidor à luz do art. 28, inciso III e § 2º, da Lei Federal nº 8.906/1994.

Parágrafo Único. A presente Portaria possui natureza declaratória quanto às informações funcionais nela registradas e não substitui o juízo de competência da Ordem dos Advogados do Brasil sobre eventual incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, aos 10° dia do mês de novembro de 2026.

**EDERSON FIGUEIREDO**

PREFEITO MUNICIPAL

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO ÚNICO

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES FUNCIONAIS EFETIVAMENTE EXERCIDAS PELO OCUPANTE DO CARGO DE COORDENADOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

I – IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

Servidor: LUIZ GUILHERME VELOZO RODRIGUEZ

Cargo: Coordenador de Fisioterapia

Órgão de lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Ato de nomeação: Portaria nº 141/2025

Data da nomeação: 15/08/2025

Regime jurídico: comissionado

II – DA NATUREZA E DA FINALIDADE DO CARGO

O servidor acima identificado ocupa cargo público municipal de Coordenador de Fisioterapia, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Arenápolis/MT.

A Lei Municipal nº 787/2002, que dispõe sobre a organização do quadro de cargos e vencimentos dos servidores públicos municipais, não estabeleceu descrição individualizada e específica das atribuições do referido cargo de Coordenador.

Diante dessa circunstância, o presente documento tem por finalidade registrar e esclarecer as atividades efetivamente desempenhadas pelo servidor no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a organização administrativa do órgão, a distribuição interna de tarefas e a estrutura hierárquica à qual se encontra vinculado.

III – DAS ATIVIDADES FUNCIONAIS

No exercício de suas funções, o servidor desempenha atividades de natureza administrativa e de coordenação interna, compreendendo, conforme as demandas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde:

I – acompanhar e auxiliar na execução das atividades administrativas e operacionais relacionadas ao setor em que se encontra lotado;

II – organizar e acompanhar rotinas internas de trabalho, observadas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

III – prestar informações e encaminhar demandas administrativas à autoridade hierarquicamente superior;

IV – auxiliar na organização e no acompanhamento dos serviços e atividades desenvolvidos pelo setor;

V – promover a comunicação interna entre os servidores e os setores envolvidos na execução das atividades administrativas;

VI – acompanhar o cumprimento das orientações e determinações expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde;

VII – elaborar ou encaminhar informações, relatórios e documentos administrativos relacionados às atividades do setor, quando solicitado;

VIII – executar outras atividades correlatas, compatíveis com a natureza do cargo, mediante orientação da autoridade competente.

IV – DA SUBORDINAÇÃO HIERÁRQUICA E DOS LIMITES DE ATUAÇÃO

O servidor exerce suas atividades sob a orientação e supervisão da autoridade hierarquicamente competente da Secretaria Municipal de Saúde, estando sujeito às diretrizes administrativas estabelecidas pelo Secretário Municipal de Saúde e pelas demais autoridades competentes da Administração Municipal.

No desempenho de suas atividades, o servidor não possui competência autônoma para deliberar definitivamente sobre direitos ou interesses de terceiros, tampouco para praticar atos administrativos decisórios cuja competência seja legalmente atribuída ao Secretário Municipal de Saúde, ao Prefeito Municipal ou a outra autoridade administrativa competente.

V – DA AUSÊNCIA DE PODER DECISÓRIO RELEVANTE SOBRE INTERESSES DE TERCEIROS

Considerando a natureza das atividades efetivamente desempenhadas, declara-se que, no âmbito das atribuições funcionais do servidor, não lhe são conferidos poderes próprios para:

I – decidir definitivamente sobre concessão, reconhecimento, restrição ou supressão de direitos de terceiros;

II – autorizar, por competência própria, despesas públicas ou ordenar pagamentos;

III – celebrar contratos, convênios ou instrumentos que gerem obrigações em nome do Município;

IV – representar autonomamente o Município em atos jurídicos ou administrativos que impliquem assunção de obrigações;

V – proferir decisões administrativas finais em processos que envolvam interesses individuais ou de terceiros;

VI – exercer competência decisória independente sobre interesses de particulares perante a Administração Pública.

As atividades de acompanhamento, organização, orientação operacional e encaminhamento de demandas administrativas não se confundem, por si sós, com o exercício de poder decisório relevante sobre interesses de terceiros, permanecendo as decisões administrativas de competência das autoridades legalmente constituídas.

VI – DA FINALIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO

O presente Anexo integra a Portaria nº 0198/2026 e destina-se a documentar e esclarecer as atribuições funcionais efetivamente desempenhadas pelo servidor, para fins de instrução e eventual apreciação pela Ordem dos Advogados do Brasil, especialmente quanto à análise da hipótese prevista no art. 28, inciso III e § 2º, da Lei Federal nº 8.906/1994.

Ressalta-se que este documento possui natureza declaratória e informativa, não tendo por finalidade substituir a competência legal do Conselho competente da Ordem dos Advogados do Brasil para apreciar e decidir sobre eventual incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia.

Arenápolis/MT, 10 de novembro de 2026.

PEDRO CÉSAR PEREIRA FRANÇA

SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Arenápolis/MT

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**TERMO ADITIVO Nº. 182/2026 (RETIFICAÇÃO AO PRIMEIRO ADITIVO)**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 147/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: F FERREIRA LIMA LTDA, inscrita sob o CNPJ n.º 04.348.820/0001-20

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: 30/05/2027

LICITAÇÃO: **Concorrência Pública n° 11/2024**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESCOLA MUNICIPAL NO BAIRRO JARDIM PARANÁ, CONTENDO 16 SALAS, QUADRA COBERTA, REFEITÓRIO E PÓRTICO COM ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL DE 6.323,00 M², CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTARIA E DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O ANEXO I DO EDITAL E EM CONFORMIDADE COM O CONVENIO N°1117/2024 SEDUC/PMA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTE DE ARIPUANÃ/MT.

**FINANÇAS - ORÇAMENTO PUBLICO**
**DECRETO N°. 6.051/2026**

**SÚMULA:**

“REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO VALOR DE R$ 981.618,45 (NOVECENTOS E OITENTA E UM MIL SEISCENTOS E DEZOITO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo no Art. 1º da Lei n. 2.925/2025 de 27 de novembro de 2025 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 981.618,45 (novecentos e oitenta e um mil seiscentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos) nos termos do inciso I do Art. 41 da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos consignadas no Orçamento vigente:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **02 - GABINETE DO EXECUTIVO** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO EXECUTIVO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 10 | 02.001.04.122.0001.2002.3.3.90.14.1.709.0000000 | 25.000,00 |
| | | **Diárias - Civil**<br>**Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos** | |
| | | **Sub-Total:** | **25.000,00** |
| **Órgão:** | **04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | | |
| **Unidade:** | **001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 86 | 04.001.04.122.0001.2007.3.1.90.13.1.500.0000000 | 4.000,00 |
| | | **Obrigações Patronais**<br>**Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| | | **Sub-Total:** | **4.000,00** |
| **Órgão:** | **06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 150 | 06.001.08.122.0001.2014.3.3.90.40.1.500.0000000 | 1.115,00 |
| | | **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica**<br>**Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| | | **Sub-Total:** | **1.115,00** |
| **Órgão:** | **06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | | |
| **Unidade:** | **002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 176 | 06.002.08.122.0005.2022.3.1.90.13.1.500.0000000 | 2.180,01 |
| | | **Obrigações Patronais**<br>**Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 199 | 06.002.08.241.0003.2016.3.1.90.13.1.500.0000000 | 1.451,23 |
| | | **Obrigações Patronais**<br>**Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 210 | 06.002.08.243.0004.2015.3.1.90.13.1.500.0000000 | 4.869,91 |
| | | **Obrigações Patronais**<br>**Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 223 | 06.002.08.244.0005.2018.3.1.90.13.1.500.0000000 | 1.959,92 |
| | | **Obrigações Patronais**<br>**Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 233 | 06.002.08.244.0005.2021.3.3.90.32.1.661.0000000 | 20.470,00 |
| | | **Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita**<br>**Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social** | |
| Cód. red.: | 245 | 06.002.08.245.0005.2019.3.3.90.40.1.500.0000000 | 820,00 |
| | | **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica** | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | **Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 245 | 06.002.08.245.0005.2019.3.3.90.40.1.708.0000000 | 1.500,00 |
| | | **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica<br>Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| Cód. red.: | 252 | 06.002.08.245.0005.2020.3.1.90.13.1.500.0000000 | 3.974,01 |
| | | **Obrigações Patronais<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| | | | **Sub-Total: 37.225,08** |
| **Órgão:** | **07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | | |
| **Unidade:** | **002 - GESTAO DA EDUCACAO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 275 | 07.002.12.128.0006.2041.3.3.90.14.1.500.1001000 | 1.850,00 |
| | | **Diárias - Civil<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 284 | 07.002.12.361.0006.2025.3.3.90.30.1.709.0000000 | 100.000,00 |
| | | **Material de Consumo<br>Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos** | |
| Cód. red.: | 301 | 07.002.12.361.0006.2028.3.3.90.39.1.500.0000000 | 23.850,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 301 | 07.002.12.361.0006.2028.3.3.90.39.1.500.1001000 | 49.369,14 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 321 | 07.002.12.361.0006.2031.3.3.90.39.1.500.1001000 | 192.800,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 322 | 07.002.12.361.0006.2031.3.3.90.40.1.500.1001000 | 8.936,00 |
| | | **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 403 | 07.002.12.365.0006.2038.3.1.90.13.1.500.1001000 | 11.000,00 |
| | | **Obrigações Patronais<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 415 | 07.002.12.365.0006.2039.3.3.90.30.1.552.0000000 | 9.000,00 |
| | | **Material de Consumo<br>Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** | |
| Cód. red.: | 416 | 07.002.12.365.0006.2040.3.3.90.30.1.552.0000000 | 2.900,00 |
| | | **Material de Consumo<br>Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** | |
| | | | **Sub-Total: 399.705,14** |
| **Órgão:** | **07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | | |
| **Unidade:** | **003 - GESTAO DO FUNDEB** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 457 | 07.003.12.361.0006.2043.3.3.90.39.1.540.0000000 | 8.000,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos** | |
| Cód. red.: | 1059 | 07.003.12.361.0006.2108.3.3.90.39.1.540.0000000 | 63.000,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos** | |
| | | | **Sub-Total: 71.000,00** |
| **Órgão:** | **08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA** | | |
| **Unidade:** | **002 - DEPTO DE SERVICOS URBANOS** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 556 | 08.002.15.451.0007.2052.3.3.90.40.1.500.0000000 | 297,56 |
| | | **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| | | | **Sub-Total: 297,56** |
| **Órgão:** | **08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA** | | |
| **Unidade:** | **003 - DPTO RODOVIARIO MUNICIPAL** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 584 | 08.003.26.782.0009.2054.3.3.90.39.1.500.0000000 | 12.000,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 585 | 08.003.26.782.0009.2054.3.3.90.40.1.500.0000000 | 12.479,87 |
| | | **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| | | | **Sub-Total: 24.479,87** |
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** | | |
| **Unidade:** | **001 - GESTAO DA POLITICA DE SAUDE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 644 | 09.001.10.846.0002.9007.3.3.90.91.1.501.0000000 | 5.292,00 |
| | | **Sentenças Judiciais<br>Outros Recursos não Vinculados** | |
| | | | **Sub-Total: 5.292,00** |
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** | | |
| **Unidade:** | **002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 646 | 09.002.10.122.0011.2058.3.3.90.14.1.500.1002000 | 2.150,00 |
| | | **Diárias - Civil<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde** | |
| Cód. red.: | 647 | 09.002.10.122.0011.2058.3.3.90.30.1.500.1002000 | 1.800,00 |
| | | **Material de Consumo<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde** | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 662 | 09.002.10.301.0013.1016.4.4.90.51.1.500.1002000 | 1.725,00 |
| | | **Obras e Instalações**<br>**Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde** | |
| Cód. red.: | 730 | 09.002.10.302.0015.2066.3.3.90.14.1.500.1002000 | 5.000,00 |
| | | **Diárias - Civil**<br>**Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde** | |
| Cód. red.: | 731 | 09.002.10.302.0015.2066.3.3.90.30.1.500.1002000 | 8.400,00 |
| | | **Material de Consumo**<br>**Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde** | |
| Cód. red.: | 773 | 09.002.10.303.0017.2070.3.3.90.32.1.500.1002000 | 200.000,00 |
| | | **Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita**<br>**Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde** | |
| Cód. red.: | 793 | 09.002.10.305.0016.2072.3.1.90.13.1.500.1002000 | 1.300,00 |
| | | **Obrigações Patronais**<br>**Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde** | |
| Cód. red.: | 797 | 09.002.10.305.0016.2072.3.3.90.30.1.500.1002000 | 3.000,00 |
| | | **Material de Consumo**<br>**Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde** | |
| | | **Sub-Total:** | **223.375,00** |
| **Órgão:** | | **10 - SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO RURAL** | |
| **Unidade:** | | **001 - GESTAO DO DESENVOLVIMENTO RURAL** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 818 | 10.001.20.122.0020.2075.3.3.90.39.1.708.0000000 | 36.000,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**<br>**Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| Cód. red.: | 819 | 10.001.20.122.0020.2075.3.3.90.40.1.708.0000000 | 2.627,88 |
| | | **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica**<br>**Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| Cód. red.: | 835 | 10.001.20.608.0020.2074.3.3.90.39.1.708.0000000 | 36.000,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**<br>**Outros Recursos não Vinculados** | |
| Cód. red.: | 864 | 10.001.20.608.0020.2077.3.3.90.39.1.708.0000000 | 36.000,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**<br>**Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| Cód. red.: | 865 | 10.001.20.608.0020.2077.3.3.90.40.1.708.0000000 | 1.935,00 |
| | | **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica**<br>**Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| | | **Sub-Total:** | **112.562,88** |
| **Órgão:** | | **11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | |
| **Unidade:** | | **001 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 884 | 11.001.18.541.0021.2080.3.3.90.30.1.501.0000000 | 2.000,00 |
| | | **Material de Consumo**<br>**Outros Recursos não Vinculados** | |
| Cód. red.: | 888 | 11.001.18.541.0021.2080.3.3.90.40.1.501.0000000 | 1.565,92 |
| | | **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica**<br>**Outros Recursos não Vinculados** | |
| | | **Sub-Total:** | **3.565,92** |
| **Órgão:** | | **12 - SEC. MUN. DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER** | |
| **Unidade:** | | **002 - CULTURA** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 946 | 12.002.13.392.0025.2086.3.3.90.30.1.708.0000000 | 7.000,00 |
| | | **Material de Consumo**<br>**Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| | | **Sub-Total:** | **7.000,00** |
| **Órgão:** | | **12 - SEC. MUN. DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER** | |
| **Unidade:** | | **003 - ESPORTE E LAZER** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 972 | 12.003.27.812.0024.1017.4.4.90.51.1.708.0000000 | 67.000,00 |
| | | **Obras e Instalações**<br>**Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| | | **Sub-Total:** | **67.000,00** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **981.618,45** |

**Art. 2º** Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de anulação de dotação nos termos do Parágrafo único do Art. 1º da Lei n. 2.925/2025 e no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | | **04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | |
| **Unidade:** | | **001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 61 | 04.001.04.122.0001.1008.4.4.90.51.1.709.0000000 | 125.000,00 |
| | | **Obras e Instalações**<br>**Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos** | |
| Cód. red.: | 75 | 04.001.04.122.0001.2006.3.3.90.39.1.500.0000000 | 4.000,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**<br>**Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| | | **Sub-Total:** | **129.000,00** |
| **Órgão:** | | **06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Unidade:** | | **001 - GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 156 | 06.001.08.122.0001.2082.3.3.90.30.1.500.0000000 | 1.235,00 |
| | | **Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 161 | 06.001.08.243.0004.2017.3.1.90.11.1.500.0000000 | 1.451,23 |
| | | **Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| | | **Sub-Total:** | **2.686,23** |
| **Órgão:** | **06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | | |
| **Unidade:** | **002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 181 | 06.002.08.122.0005.2022.3.3.90.33.1.500.0000000 | 700,00 |
| | | **Passagens e Despesas com Locomoção<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 209 | 06.002.08.243.0004.2015.3.1.90.11.1.500.0000000 | 4.869,91 |
| | | **Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 214 | 06.002.08.243.0004.2015.3.3.90.36.1.708.0000000 | 1.500,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física<br>Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| Cód. red.: | 235 | 06.002.08.244.0005.2021.3.3.90.39.1.661.0000000 | 20.470,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social** | |
| Cód. red.: | 239 | 06.002.08.245.0005.2019.3.1.90.11.1.500.0000000 | 8.113,94 |
| | | **Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| | | **Sub-Total:** | **35.653,85** |
| **Órgão:** | **07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | | |
| **Unidade:** | **002 - GESTAO DA EDUCACAO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 264 | 07.002.12.122.0006.1015.3.3.90.30.1.500.1001000 | 1.814,82 |
| | | **Material de Consumo<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 266 | 07.002.12.122.0006.2097.3.3.90.30.1.500.1001000 | 2.980,32 |
| | | **Material de Consumo<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 267 | 07.002.12.122.0006.2097.3.3.90.33.1.500.1001000 | 3.636,00 |
| | | **Passagens e Despesas com Locomoção<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 268 | 07.002.12.122.0006.2097.3.3.90.39.1.500.1001000 | 2.424,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 269 | 07.002.12.122.0006.2097.4.4.90.52.1.500.1001000 | 2.000,00 |
| | | **Equipamentos e Material Permanente<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 271 | 07.002.12.128.0006.2026.3.3.90.30.1.500.1001000 | 12.000,00 |
| | | **Material de Consumo<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 273 | 07.002.12.128.0006.2026.3.3.90.39.1.500.1001000 | 10.000,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 278 | 07.002.12.128.0006.2041.3.3.90.39.1.500.1001000 | 5.000,00 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 281 | 07.002.12.361.0006.1005.3.3.90.30.1.500.1001000 | 10.000,00 |
| | | **Material de Consumo<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 283 | 07.002.12.361.0006.1006.4.4.90.52.1.500.1001000 | 5.000,00 |
| | | **Equipamentos e Material Permanente<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 284 | 07.002.12.361.0006.2025.3.3.90.30.1.552.0000000 | 11.900,00 |
| | | **Material de Consumo<br>Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** | |
| Cód. red.: | 1073 | 07.002.12.361.0006.2028.3.3.90.34.1.500.1001000 | 120.000,00 |
| | | **Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 306 | 07.002.12.361.0006.2028.3.3.91.97.1.500.1001000 | 11.000,00 |
| | | **Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 307 | 07.002.12.361.0006.2028.4.4.90.51.1.500.1001000 | 5.300,00 |
| | | **Obras e Instalações<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| Cód. red.: | 386 | 07.002.12.365.0006.2033.3.3.90.32.1.500.0000000 | 23.850,00 |
| | | **Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita<br>Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| Cód. red.: | 419 | 07.002.12.365.0006.9003.3.3.50.41.1.500.1001000 | 72.800,00 |
| | | **Contribuições<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino** | |
| | | **Sub-Total:** | **299.705,14** |
| **Órgão:** | **07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO** | | |
| **Unidade:** | **003 - GESTAO DO FUNDEB** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 460 | 07.003.12.361.0006.2043.4.4.90.52.1.540.0000000 | 8.000,00 |
| | | **Equipamentos e Material Permanente** | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | **Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos** | |
| Cód. red.: | 1057 | 07.003.12.361.0006.2108.3.3.90.30.1.540.0000000 | 50.000,00 |
| | | **Material de Consumo**<br>**Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos** | |
| Cód. red.: | 1058 | 07.003.12.361.0006.2108.3.3.90.31.1.540.0000000 | 5.000,00 |
| | | **Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras**<br>**Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos** | |
| Cód. red.: | 1060 | 07.003.12.361.0006.2108.4.4.90.52.1.540.0000000 | 8.000,00 |
| | | **Equipamentos e Material Permanente**<br>**Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos** | |
| | | **Sub-Total:** | **71.000,00** |
| **Órgão:** | | **08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA** | |
| **Unidade:** | | **002 - DEPTO DE SERVICOS URBANOS** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 555 | 08.002.15.451.0007.2052.3.3.90.39.1.500.0000000 | 24.777,43 |
| | | **Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**<br>**Recursos não Vinculados de Impostos** | |
| | | **Sub-Total:** | **24.777,43** |
| **Órgão:** | | **09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Unidade:** | | **001 - GESTAO DA POLITICA DE SAUDE** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 642 | 09.001.10.846.0002.9007.3.1.90.91.1.501.0000000 | 5.292,00 |
| | | **Sentenças Judiciais**<br>**Outros Recursos não Vinculados** | |
| | | **Sub-Total:** | **5.292,00** |
| **Órgão:** | | **09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Unidade:** | | **002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 729 | 09.002.10.302.0015.2066.3.3.71.70.1.500.1002000 | 222.075,00 |
| | | **Rateio pela Participação em Consórcio Público**<br>**Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde** | |
| Cód. red.: | 792 | 09.002.10.305.0016.2072.3.1.90.11.1.500.1002000 | 1.300,00 |
| | | **Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil**<br>**Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde** | |
| | | **Sub-Total:** | **223.375,00** |
| **Órgão:** | | **10 - SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO RURAL** | |
| **Unidade:** | | **001 - GESTAO DO DESENVOLVIMENTO RURAL** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 868 | 10.001.20.608.0020.2077.4.4.90.52.1.708.0000000 | 112.562,88 |
| | | **Equipamentos e Material Permanente**<br>**Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| | | **Sub-Total:** | **112.562,88** |
| **Órgão:** | | **11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | |
| **Unidade:** | | **001 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 900 | 11.001.18.541.0021.2081.4.4.90.52.1.501.0000000 | 3.565,92 |
| | | **Equipamentos e Material Permanente**<br>**Outros Recursos não Vinculados** | |
| | | **Sub-Total:** | **3.565,92** |
| **Órgão:** | | **12 - SEC. MUN. DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER** | |
| **Unidade:** | | **001 - GESTAO DO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER** | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 925 | 12.001.23.695.0023.1011.4.4.90.51.1.708.0000000 | 24.000,00 |
| | | **Obras e Instalações**<br>**Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| Cód. red.: | 929 | 12.001.23.695.0023.1012.4.4.90.52.1.708.0000000 | 50.000,00 |
| | | **Equipamentos e Material Permanente**<br>**Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais** | |
| | | **Sub-Total:** | **74.000,00** |
| | | **Total Parcial Reduzido:** | **981.618,45** |

**Art. 3º -** Esta Decreto Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 26 dias do mês de outubro de 2026.

**SELUIR PEIXER REGHIN**

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

**ANDREIA PEREIRA DA SILVA**

Secretária Municipal de Finanças

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
## PORTARIA Nº. 028/2026/ READAPTAÇÃO/ SEMAD

Dispõe sobre a readaptação funcional provisória da servidora **VANCLEIA RIBEIRO DA SILVA**, nos termos da Lei Complementar nº 001/1999.

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 32 a 35 da Lei Complementar nº 001/1999 – Estatuto dos Servidores Públicos do Municí-

pio de Aripuanã;

**CONSIDERANDO** o laudo/perícia da Junta Médica Oficial, que concluiu pela necessidade de readaptação da servidora, em caráter provisório, por motivo de saúde;

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Determinar o retorno da servidora abaixo relacionada ao exercício de sua atividade regular, em seu respectivo cargo de origem, a partir de 26/09/2026, **Vancleia Ribeiro da Silva**, matrículas nº 3227 e 2505, ocupante do cargo efetivo de **Professor.**

**Art. 2º** Tornar **SEM EFEITO** a **Portaria nº 004/2025**, que tratava de readaptação funcional, afastamento ou qualquer outra forma de alteração temporária das atribuições da referida servidora.

**Art. 3º** A servidora devera reassumir integralmente a atribuição inerente ao seu cargo efetivo, observada as normas administrativas vigentes.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 05 dias de outubro de 2.026.

**VERA LUCIA RODRIGUES BALIEIRO**

Secretária Municipal de Administração

---

## FINANÇAS - ORÇAMENTO PUBLICO
## DECRETO N°. 6.065/2026

**SÚMULA:**

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R$ 168.184,88 (CENTO E SESSENTA E OITO MIL CENTO E OITENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei n. 3.058/2026 de 08 de outubro de 2026 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 168.184,88 (cento e sessenta e oito mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) nos termos do inciso I do Art. 41 da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos consignadas no Orçamento vigente:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE** | | |
| **Unidade:** | **002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | | |
| **Excesso de arrecadação** | | | |
| Cód. red.: | 665 | 09.002.10.301.0013.2060.3.1.90.11.1.604.0000600 | 161.312,96 |
| | | **Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Saúde - Bloco Atenção Básica** | |
| Cód. red.: | 668 | 09.002.10.301.0013.2060.3.1.91.13.1.604.0000600 | 6.871,92 |
| | | **Obrigações Patronais<br>Saúde - Bloco Atenção Básica** | |
| | | **Sub-Total:** | **168.184,88** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **168.184,88** |

**Art. 2º** Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação vinculados a Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, em conformidade com a Lei n. 3.058/2026 de 08 de outubro de 2026 e §1º inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

**Art.3º -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 09 dias do mês de novembro de 2026.

**SELUIR PEIXER REGHIN**

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

**ANDREIA PEREIRA DA SILVA**

Secretária Municipal de Finanças

---

## FINANÇAS - ORÇAMENTO PUBLICO
## DECRETO N°. 6.067/2026

**SÚMULA:**

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO VALOR DE R$ 20.562,36 (VINTE MIL QUINHENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo no Art. 1º da Lei n. 2.925/2025 de 27 de novembro de

2025 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 20.562,36 (vinte mil quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos) nos termos do inciso I do Art. 41 da Lei Federal 4.320/64, para atendimento à **Emenda Parlamentar Individual nº 035/2026**, de autoria do Vereador Luciano Aparecido Demazzi, na seguinte função programática e respectiva dotação orçamentária:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **12 - SEC. MUN. DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER** | | |
| **Unidade:** | **003 - ESPORTE E LAZER** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 981 | 12.003.27.812.0024.2087.3.3.90.30.1.500.0000750 | 20.562,36 |
| | | **Material de Consumo**<br>**Recursos de emendas parlamentares municipais** | |
| | | **Sub-Total:** | **20.562,36** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **20.562,36** |

**Art. 2º** Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de anulação de dotação nos termos do Parágrafo único do Art. 1º da Lei n. 2.925/2025 e no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **99 - RESERVA DE CONTINGENCIA** | | |
| **Unidade:** | **999 - RESERVA DE CONTINGENCIA** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: | 1029 | 99.999.99.999.9999.2102.9.9.99.99.1.500.0000750 | 20.562,36 |
| | | **A Classificar ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS**<br>**Recursos de emendas parlamentares municipais** | |
| | | **Sub-Total:** | **20.562,36** |
| | | **Total Parcial Reduzido:** | **20.562,36** |

**Art. 3º -** Esta Decreto Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 10 dias do mês de novembro de 2026.

**SELUIR PEIXER REGHIN**

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

**ANDREIA PEREIRA DA SILVA**

Secretária Municipal de Finanças

---

**SUPERVISAO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 433/2026**

“Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA MATERNIDADE a servidora **Sra. SIMONE RIBAS DE PAULA.”**

**A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

**Resolve:**

**Art. 1º** Conceder o benefício **LICENÇA MATERNIDADE**, a servidora Sra. **SIMONE RIBAS DE PAULA,** portadora do RG n.º 190*** e do CPF n.º ***324***, residente domiciliada neste município, efetiva no cargo AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS-VII-B, matrícula **2812**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais, a partir de 05/11/2026 e término em 03/05/2027.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 05/11/2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 10/11/2026.

**VERA LUCIA RODRIGUES BALIEIRO**

Secretaria de Administração

**Certidão de Publicação**
Certifico para os devidos fins, nos termos do art. 69, III, da Lei Orgânica Municipal, que a presente Portaria foi publicada no quadro de avisos da Prefeitura em 14/01/2026.
MÔNICA ANDRADE DE OLIVEIRA
Assistente Administrativo-ASSADM
Matrícula: 8254
Portaria: 19.005/2025

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO DE RATEIO Nº 028/2026**

CONSORCIADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

CONSÓRCIO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO JURUENA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.962.660/0001-65.

VIGÊNCIA: 10/11/2026 A 30/11/2026.

VALOR: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ - MT E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO JURUENA, COBERTURA DO CUSTEIO DE DESPESAS COM CONRAPARTIDA DE CONVÊNIOS COM A SINFRA-MT.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**TERMO ADITIVO Nº. 183/2026**

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: **CEO – CENTRO ESPECIALIZADO EM OFTAMOLOGIA**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.221.551/0001-24**

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 16/11/2026 A 16/02/2027

LICITAÇÃO: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2023 - CREDENCIAMENTO N.º 06/2023**

OBJETO: CONFORME CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ - MT.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**TERMO ADITIVO Nº. 184/2026**

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: **CLINICA MEDICA ARIPUANÃ LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 10.615.291/0001-86**

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/11/2026 A 05/02/2027

LICITAÇÃO: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2023 - CREDENCIAMENTO N.º 06/2023**

OBJETO: CONFORME INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2023 PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS SOLICITADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ – MT.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**TERMO ADITIVO Nº. 185/2026**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: **MEDICANDO SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.474.357/0001-81**

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/11/2026 A 01/02/2027

LICITAÇÃO: **INEXIGIBILIDADE N° 12 CREDENCIAMENTO Nº. 02/2026**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ÂMBITO AMBULATORIAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, COM PROFISSIONAIS CAPACITADOS NO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO E DE SOBREAVISO, PARA SERVIÇOS ASSISTENCIAIS, EXAMES E PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UBS NO DISTRITO DE CONSELVAN, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DESDE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**TERMO ADITIVO Nº. 186/2026**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: **LUIZ FERNANDO GOMES WURDEL COSTA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 42.725.982/0001-29**

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/11/2026 A 31/12/2026

LICITAÇÃO: **Pregão Presencial nº. 44/2025**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICO VOLANTE ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**TERMO ADITIVO Nº. 187/2026**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: **JOÃO PAULO GONÇALVES DA SILVA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o número 22.193.219/0001-97

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/11/2026 A 31/12/2026

LICITAÇÃO: **Pregão Presencial nº. 44/2025**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MECÂNICO VOLANTE ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**TERMO ADITIVO Nº. 188/2026**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 122/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 07.797.967/0001-95**

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 05/11/2026 A 05/11/2027

LICITAÇÃO: **Inexigibilidade de Licitação nº. 34/2025**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DA FERRAMENTA "BANCO DE PREÇOS", DESTINADA A SUBSIDIAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, SETOR DE COMPRA E LICITAÇÃO, DE ARIPUANÃ-MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO RESPECTIVO EDITAL E SEUS ANEXOS.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**TERMO ADITIVO Nº. 189/2026**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: **ENERGY COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ/MF sob o número 28.823.950/0001-35**

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA: 08/11/2026 A 31/12/2026

LICITAÇÃO: **Pregão presencial 70/2022**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELÉTRICA PREDIAL, INCLUINDO INSTALAÇÕES E REPAROS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SUPERVISÃO DE CONTRATOS E PROCESSOS**
**TERMO ADITIVO Nº. 190/2026**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT.

CONTRATADO: **MARCIA MARIA SCHNEIDER-EPP, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o número 38.101.881/0001-00**

ADITIVO DE ACRÉSCIMO: **R$ 117.736,01 (cento e dezessete mil setecentos e trinta e seis reais e um centavo)**

LICITAÇÃO: **Concorrência Pública n° 05/2026**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JARI EDGAR ZAMBIASI, COM ÁREA TOTAL DE 330,26 M², COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ-MT

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº. 029/2026/ READAPTAÇÃO/ SEMAD**

Dispõe sobre a readaptação funcional provisória do(a) servidor(a) Mauricio Inacio Nunes, nos termos da Lei Complementar nº 001/1999 e do Parecer Jurídico nº 557/2025 – PGM.

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 32 a 35 da Lei Complementar nº 001/1999 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aripuanã;

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico nº 557/2025 – PGM, que estabelece que a readaptação funcional não suspende o estágio probatório nem a progressão funcional, devendo ser considerada como tempo de efetivo exercício;

**CONSIDERANDO** o laudo/perícia da Junta Médica Oficial, que concluiu pela necessidade de readaptação do(a) servidor(a), em caráter provisório, por motivo de saúde;

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Manter a readaptação funcional do/da servidor(a) **Antônio Laercio Duarte da Silva**, matrícula nº 2497, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR 3 – CLASSE C,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação*, para o exercício de atividades compatíveis com sua condição funcional, desempenhando a função de **Agente Administrativo**, sob as mesmas limitações anteriormente estabelecidas, conforme restrições médicas reconhecidas pela Junta Médica Oficial, a partir de 12 de setembro de 2026, por 180 (cento e oitenta) dias

**Art. 2º** Permanecem assegurados á/o servidor(a) todos os direitos e vantagens funcionais durante o período de readaptação, incluindo a contagem de tempo para fins de estágio probatório, progressão funcional e demais direitos previstos em lei.

**Art. 3º** O/A servidor(a) permanecerá sujeita a nova avaliação médica oficial sempre que houver nova alteração de quadro clínico, término do prazo do atestado vigente, ou controle periódico determinado pela Junta Médica Oficial, cabendo a esta a manutenção, alteração ou cessação da readaptação.

**Art. 4º** Encerrado o prazo da readaptação do servidor será submetido a nova avaliação médica oficial para deliberação quanto às hipóteses previstas nos incisos I a IV do art. 3º da Portaria nº 006/2025/Readaptação/SEMAD.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 10 dias de novembro de 2.026.

**VERA LUCIA RODRIGUES BALIEIRO**

Secretária Municipal de Administração

K.C.F.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2026**

**CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGRICULTURA FAMILIAR – PMAF DE BARÃO DE MELGAÇO/MT**

O **MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO**, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria Municipal responsável pela Agricultura, no exercício de suas atribuições legais, considerando as disposições da Lei Federal nº 11.326/2006, a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e a importância da participação social na formulação das ações

de desenvolvimento rural sustentável,

**TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO** dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, representantes das associações e cooperativas rurais, agricultores familiares, produtores rurais, pescadores artesanais, representantes das comunidades tradicionais e ribeirinhas, instituições públicas e demais interessados para participarem da **REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGRICULTURA FAMILIAR – PMAF DE BARÃO DE MELGAÇO/MT**, conforme as disposições a seguir.

**Art. 1º – DO OBJETIVO**

A reunião terá como finalidade a apresentação oficial, discussão e apreciação do Plano Municipal de Agricultura Familiar – PMAF, instrumento de planejamento destinado ao fortalecimento da agricultura familiar, à promoção da produção sustentável, à geração de renda e à melhoria das condições de vida das famílias rurais do Município de Barão de Melgaço/MT.

**Parágrafo único.** O PMAF estabelece diretrizes, objetivos, metas e ações estratégicas de médio e longo prazo, contemplando o desenvolvimento da produção rural, infraestrutura, assistência técnica, comercialização, regularização ambiental e fundiária e fortalecimento da participação social.

**Art. 2º – DA DATA, HORÁRIO E LOCAL**

A reunião será realizada conforme as seguintes informações:

**Data:** 12 de novembro de 2026.

**Horário:** 14 horas.

**Local:** Secretaria Municipal de Agricultura.

**Endereço:** Rua Ciro Siqueira, S/N.

**Município:** Barão de Melgaço – MT.

**Art. 3º – DOS PARTICIPANTES**

Ficam convocados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, observadas as normas específicas de convocação e funcionamento do colegiado.

Ficam igualmente convidados a participar:

I – Agricultores familiares e produtores rurais;

II – Representantes das associações e cooperativas rurais;

III – Representantes das comunidades tradicionais, rurais e ribeirinhas;

IV – Representantes da pesca artesanal;

V – Representantes dos órgãos municipais envolvidos na execução das políticas públicas rurais;

VI – Representantes da EMPAER-MT, SEAF-MT e demais instituições parceiras;

VII – Representantes de organizações sociais e entidades vinculadas ao desenvolvimento rural;

VIII – Demais cidadãos interessados.

**Art. 4º – DA PAUTA**

A reunião observará a seguinte pauta:

**I – Abertura oficial:** apresentação da finalidade da reunião e contextualização do processo de elaboração do PMAF.

**II – Apresentação do Plano:** exposição do diagnóstico da agricultura familiar, dos objetivos, diretrizes, eixos estratégicos, metas e ações propostas.

**III – Discussão:** manifestação dos participantes, apresentação de sugestões, esclarecimento de dúvidas e debate sobre as prioridades do desenvolvimento rural municipal.

**IV – Consolidação:** avaliação das contribuições e definição dos ajustes necessários à versão final do Plano.

**V – Apreciação e aprovação:** submissão do PMAF à deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, desde que observados a competência deliberativa, o quórum e os demais requisitos previstos em sua legislação e regimento interno.

**VI – Encaminhamentos finais:** definição das providências administrativas necessárias à conclusão do processo de institucionalização e implementação do PMAF.

**Art. 5º – DA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO**

O Plano Municipal de Agricultura Familiar será apresentado aos participantes para conhecimento, discussão e manifestação.

§ 1º Após a apresentação e discussão, o documento será submetido à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, observadas suas competências legais e regimentais.

§ 2º Havendo competência e quórum para deliberação, o Conselho poderá aprovar o Plano, aprová-lo com recomendações ou determinar a realização de ajustes para posterior apreciação.

§ 3º A deliberação deverá constar expressamente em ata, acompanhada da relação dos conselheiros presentes, do resultado da votação e, quando cabível, da respectiva resolução.

§ 4º A aprovação pelo Conselho não substitui a análise jurídica, a apreciação do Poder Legislativo ou os demais atos necessários à instituição do PMAF por lei municipal.

§ 5º Na ausência de quórum ou de qualquer requisito necessário à deliberação, a reunião poderá prosseguir com a apresentação e discussão do Plano, ficando sua aprovação sujeita à convocação de reunião deliberativa regular.

**Art. 6º – DO REGISTRO E DA PUBLICIDADE**

A Secretaria Municipal responsável pela Agricultura ficará encarregada da organização e do registro dos trabalhos, devendo providenciar:

I – Lista de presença dos participantes;

II – Ata circunstanciada da reunião;

III – Registro das sugestões e manifestações apresentadas;

IV – Documentação da deliberação do CMDRS, quando realizada;

V – Elaboração e organização da versão consolidada do Plano.

Parágrafo único. A divulgação deste Edital e a disponibilização prévia do PMAF deverão ocorrer pelos meios oficiais de comunicação do Município, buscando assegurar ampla participação das comunidades rurais e ribeirinhas.

**Art. 7º – DOS ENCAMINHAMENTOS**

Após a reunião e a deliberação do Conselho, quando realizada, a Secretaria Municipal responsável pela Agricultura deverá encaminhar à Procuradoria-Geral do Município o processo administrativo devidamente instruído, contendo o Plano consolidado e os respectivos documentos comprobatórios de sua apreciação.

Parágrafo único. Concluída a análise jurídica e observadas as exigências técnicas e orçamentárias pertinentes, o Plano poderá ser encaminhado ao Poder Legislativo Municipal, mediante Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, para sua instituição legal.

**Art. 8º – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A participação na reunião será pública e gratuita.

Os casos omissos relacionados à organização da reunião serão resolvidos pela Secretaria Municipal responsável pela Agricultura, respeitadas as competências legais e regimentais do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

**Barão de Melgaço/MT, 10 de novembro de 2026.**

**SECRETÁRIO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA AGRICULTURA**

Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço/MT

**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS**

*Assinatura quando cabível, conforme a competência para convocação prevista nas normas do Conselho.*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
### PORTARIA Nº 046/SMEC/2026

**Dispõe sobre remoção *ex officio* de servidor público e dá outras providências.**

**REGIVALDO ALVES DOS SANTOS**, Secretário Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** o Despacho Inicial, encaminhado em 02 de setembro de 2026, por meio do Ofício nº 1401/GS/SMEC/2026, à Comissão Processante de Investigação Permanente, instituída pela Portaria nº 044/2026, que determinou a instauração do processo de Sindicância Meramente Investigatória;

**CONSIDERANDO** o Relatório Final de Apuração Administrativa, o Termo de Encerramento e o Termo de Remessa, todos expedidos em 14 de outubro de 2026;

**CONSIDERANDO** o Parecer Decisório expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 29 de outubro de 2026;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Remover o servidor **AGNALDO LOPES RODRIGUES**, inscrito no CPF nº 044.XXX.XXX-97, matrícula funcional nº 8676, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL (SMEC) – 40 horas, estatutário (efetivo), para exercer suas funções no pátio de manutenção dos veículos escolares, localizado em área anexa à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Barra do Bugres/MT.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Barra do Bugres-MT, 03 de novembro de 2026.

**REGIVALDO ALVES DOS SANTOS**

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 076/2025

### GABINETE DO PREFEITO
### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00001, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

| **Sujeito(s) Passivo(s)** | | |
|---|---|---|
| **Nome Completo / Razão Social** | **CPF/CNPJ** | **Notificação de Lançamento (ITR)** |
| FABIANA PEGORER | 502.032.661-53 | 9033 /00001/2026 |
| FABIANA PEGORER | 502.032.661-53 | 9033 /00002/2026 |
| PAULINO CEZAR BULLA | 768.416.429-53 | 9033 /00005/2026 |
| PAULINO CEZAR BULLA | 768.416.429-53 | 9033 /00006/2026 |
| PAULINO CEZAR BULLA | 768.416.429-53 | 9033 /00007/2026 |
| PAULINO CEZAR BULLA | 768.416.429-53 | 9033 /00008/2026 |

| **Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR** |
|---|
| Nome: JOARES FERREIRA DE AMORIN Matrícula: 00000076<br>Cargo: DIRETOR / 312021 Assinatura: |

### FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES
### PORTARIA Nº013/2026

**“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DA CÔNJUGE SRA. JOANA REZENDE BARBOSA CAMPOS EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO SEGURADO SR. JIMY CAMPOS DE BARROS.”**

**A EXMA Prefeita do Município de Barra do Bugres,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no artigo 40, § 7º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, c/c art. 28, art. 7º inciso I, art. 30, inciso I da Lei Municipal n. 1.554/2005, com redação alterada pela Lei Municipal nº 2.424/2020 de 08 julho de 2020, que dispõe sobre a previdência social dos servidores públicos do Município de Barra do Bugres/MT;

**Resolve:**

**Art. 1º** Conceder o benefício de PENSÃO POR MORTE vitalícia, em decorrência do falecimento do Sr. **Jimy Campos de Barros**, brasileiro, portador do RG nº 22*****-2 SSP/MT e inscrito no CPF nº 314.***.***-00, servidor aposentado por tempo de contribuição, no cargo de Contínuo, Nível 15, Classe A, matrícula 079, lotado na Secretaria Municipal de Administração, devidamente registrado **ACORDÃO TCE-MT Nº 124/2017** o equivalente a 100% (cem por cento) em favor da cônjuge, Sra. **Joana Rezende Barbosa Campos**, portadora do Registro Geral - CPF nº. 345.***.***-68, cônjuge do de "cujus", conforme processo administrativo do BARRA- PREVI, nº. **2026.07.000020P**, a partir de **12/10/2026**, data do óbito, até posterior deliberação.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus legais a **12/10/2026,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres - MT, 10 de novembro de 2026.

**MÁRCIA APARECIDA DE OLIVEIRA GUERRA**

**Diretora Executiva do BARRA-PREVI**

**HOMOLOGO:**

**MARIA AZENILDA PEREIRA**

**Prefeita Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 032/2026/PMBG-MT

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, através da Pregoeira, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 5.385/2024, Decreto Federal nº 10.024/2019 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de café da manhã aos servidores da Secretaria de Infraestrutura e Serviços, Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, adstritas ao Município de Barra do Garças-MT.**

**DATA: 02/12/2026.**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA: 13h00.**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitanet.com.br

https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Pregao-eletronico/032619/

https://pncp.gov.br/app/editais/03439239000150/2026/107

Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças- MT, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min horas, no site da prefeitura, https://www.barradogarcas.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Pregao-eletronico/032619/ no www.licitanet.com.br e através do e-mail pregao@barradogarcas.mt.gov.br ; licitacao@barradogarcas.mt.gov.br

Barra do Garças-MT, 10 de novembro de 2026

**Edineia Alves Dantas**

Pregoeira

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS / SETOR DE LICITAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO
### TERMO DE AUTORIZAÇÃO INEX DE LICITAÇÃO N° 031/2026 (PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 117/2026)

Órgão: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de orientação e apoio à gestão pública municipal, de natureza predominante intelectual, abrangendo análise de dados financeiros, planejamento e acompanhamento da execução orçamentária e financeira, controle de investimentos, elaboração de projeções financeiras, apuração dos limites legais, capacitação de secretários e equipes técnicas, apoio à alimentação e ao envio de informações aos sistemas oficiais de prestação de contas, incluindo SIOPS, SIOPE e SICONFI, apoio à elaboração de peças orçamentárias e projetos de lei relacionadas ao orçamento público, análise de apontamentos e fornecimentos de subsídios técnicos destinados a fundamentar manifestações e defesas de natureza contábil pelos servidores municipais responsáveis perante os órgãos de controle, bem como suporte aos procedimentos de encerramento dos balanços públicos.

Contratado: NIVALDO ALMEIDA QUEIROZ ME

Prazo de Validade: 12 (dose) meses contados da publicação do extrato do contrato na imprensa oficial.

Valor Global: R$: 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais).

Fundamento Legal: Art. 74, Inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Justificativa: Anexa nos autos do processo de Inexigibilidade nº 031/2026.

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, através da Poder Executivo Municipal, autoriza a Inexigibilidade de Licitação comprovada o atendimento das exigências contidas no processo de Inexigibilidade.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico constante do Processo de Inexigibilidade nº. 031/2026, nos termos do Art. 74 da Lei 14.133/2021, Decreto Municipal n° 5.383/2024 e suas atualizações.

Barra do Garças – MT, em 10 de novembro de 2026.

**Adilson Gonçalves de Macedo**

Prefeito Municipal

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### 06° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 119/2024

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2023

Termo Aditivo de Prazo nº. 06 ao Contrato n°. 119/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS/PREFEITURA MUNICIPAL – ESTADO DE MATO GROSSO, e J. DE MATOS JUNIOR, devidamente já qualificadas no Contrato Originário. Que tem como objeto: Construção de Unidade Escolar e Quadra Poliesportiva "Dom José Selva", através do convênio nº 1138-2022/SEDUC.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, CNPJ nº. 03.439.239/0001-50 com sede a Rua Carajás, nº 522, Centro, representado pelo seu Sr. Adilson Gonçalves de Macedo, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, J. DE MATOS JUNIOR, regularmen-

te inscrita no CNPJ/MF sob o n° 44.529.707/0001-65, situado Rua Major Otaviano Pitaluga, Qdra 282, Lote 23, nº 282, Jardim Nova Barra, na cidade de Barra do Garças-MT, representada neste ato por Sr. (a) Joselino de Matos Junior, doravante denominada CONTRATADA, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2. Prorrogação do prazo de vigência e prazo de execução do Contrato.

1.3. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1. Fica alterada à Cláusula Quarta – Dos Prazos e do Local do Serviços/Obras: fica prorrogado o prazo de vigência até o dia 28/06/2027 e de execução até o dia 10/06/2027.

TERCEIRA- DA JUSTIFICATIVA DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1- O presente Termo Aditivo, está amparado no Art. 57, §1º, alínea II.

3.2- O presente Termo Aditivo dar-se-á em razão da solicitação de prorrogação dos prazos de vigência e de execução do Contrato nº 119/2024 por 180 (cento e oitenta) dias, considerando que o prazo de execução se encerra em 11 de dezembro de 2026 e a vigência contratual em 29 de dezembro de 2026. Com a prorrogação solicitada, o novo prazo final de execução passará a ser 10 de junho de 2027 e a vigência contratual se estenderá até 28 de junho de 2027. O presente aditivo possui natureza exclusivamente temporal, não implicando alteração do objeto ou acréscimo ao valor contratual. A obra encontra-se fisicamente concluída, conforme vistorias desta fiscalização realizadas em 12/03/2026, 15/05/2026 e 25/05/2026, e a Unidade Escolar já está em funcionamento. Restam pendentes apenas providências de natureza administrativa e financeira, que não dependem exclusivamente da atuação desta municipalidade. O 3º Termo Aditivo de Valor ao Contrato, no montante de R$ 937.341,68 (novecentos e trinta e sete mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), prevê a utilização de R$ 588.985,10 de saldo de rendimentos de aplicação financeira, R$ 297.479,39 decorrentes de desconto de licitação, R$ 636,84 de contrapartida do Município e R$ 50.240,35 de recursos da concedente. A parcela de R$ 50.240,35, de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/MT, objeto do 5º Termo Aditivo do Convênio nº 1138/2022, ainda não foi desembolsada, de modo que permanecem pendentes a medição e o pagamento do saldo do aditivo (forro – R$ 52.876,06). Além disso, os serviços de drenagem dos aparelhos de ar-condicionado (item 16.0 – R$ 5.594,63) e as respectivas instalações elétricas (item 17.0 – R$ 8.953,04) não foram executados, uma vez que a solução técnica adotada substituiu os 2 (dois) aparelhos previstos por sala de aula por 1 (um) aparelho de maior capacidade. O total de R$ 14.547,67 será objeto de glosa, com a respectiva formalização contratual e de medição final. Durante esse período, os prazos de vigência e de execução deverão permanecer vigentes, de modo a assegurar a cobertura contratual necessária à medição e ao pagamento do saldo após a liberação do recurso, à formalização da glosa, à medição final e ao recebimento definitivo do objeto. Em paralelo, o Município está solicitando à SEDUC/MT a prorrogação da vigência do Convênio nº 1138/2022 por 6 (seis) meses, até 18 de junho de 2027. A prorrogação por 180 (cento e oitenta) dias apresenta-se suficiente para o recebimento do recurso, a conclusão dos procedimentos administrativos e financeiros e o encerramento regular do contrato, sem descaracterização da finalidade originalmente pactuada. Diante do exposto, solicita-se a aprovação do aditivo de prazo de vigência e de execução do Contrato nº 119/2024 por mais 180 (cento e oitenta) dias, a fim de manter a regularidade contratual enquanto se aguarda a transferência do recurso de responsabilidade da SEDUC/MT e se concluem a glosa, a medição final e o recebimento definitivo do objeto.

3.3 -Conforme previsão do contrato supra, em sua cláusula décima sexta: 16.1: Os Termos Aditivos, caso houverem, obedecerão ao previsto no Art. 57, § 1º e Art. 65 da Lei federal nº. 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA– DO DOMICÍLIO E DO FORO

4.1 - Faz parte integrante do presente termo, o anexo único, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento.

4.2 - E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (Duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Barra do Garças-MT, 05 de novembro de 2026.

**Adilson Gonçalves de Macedo**

**Prefeito Municipal de Barra do Garças - MT**

**Contratante**

**J. DE MATOS JUNIOR**

**CNPJ Nº 44.529.707/0001-65**

**Contratada**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**01° TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO Nº 092/2025**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2025**

Termo Aditivo de Renovação nº. 01 ao Contrato n°. **092/2025** que entre si celebram o **Município de Barra do Garças/Prefeitura Municipal – Estado de Mato Grosso** e **Kerdole Imoveis Ltda,** devidamente já qualificadas no Contrato Originário. Que tem como **objeto:** Locação de imóvel para uso e funcionamento do Conselho Tutelar, situado a Rua São Benedito, nº 479, Loteamento São Benedito, Barra do Garças-MT.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações posteriores, o **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, CNPJ nº. 03.439.239/0001-50 com sede a Rua Carajás, nº 522, Centro, representado pelo seu **Prefeito Municipal Adilson Gonçalves de Macedo**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **Kerdole Imoveis Ltda,** doravante denominado **CONTRATADA** segundo as cláusulas abaixo especificadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

**1.2.** Renovação do Contrato, com término da vigência em **10/11/2027**;

**1.3.** Reajuste anual conforme o índice INPC;

**1.4.** Permanece inalteradas as demais clausulas e condições do contrato original.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

**2.1.** Fica alterada à Cláusula Sexta: fica prorrogado o prazo de vigência, do dia **10/11/2026** até o dia **10/11/2027**.

**2.2.** Fica alterada à Cláusula Terceira: A Contratante pagará a Contratada o valor mensal de **R$ 2.815,08 (dois mil oitocentos e quinze reais e oito centavos),** totalizando o valor global de **R$ 33.780,96 (trinta e três mil setecentos e oitenta reais e noventa e seis centavos)** pela locação do imóvel durante a vigência contratual.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA DO FUNDAMENTO LEGAL:**

**3.1.** O presente Termo Aditivo, está amparado no Art. 89 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 3º da Lei nº 8.245/91 e Art. 2º da Lei nº 10.192/2001.

**3.2.** O **Termo Aditivo de Renovação** dar-se-á pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos prestados pela unidade vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela gestão da Política Municipal de Assistência Social. Sua atuação visa promover e ampliar os serviços de Proteção Social Básica e Especial, em parceria com órgãos governamentais, instituições e a rede socioassistencial, priorizando o atendimento às famílias e às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Além disso, busca assegurar a execução de programas, projetos, serviços e benefícios voltados ao enfrentamento das desigualdades sociais, à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida da população.

**3.3.** Conforme previsão do contrato supra, em sua Cláusula Segunda: O presente Contrato de locação reger-se-á de acordo com os preceitos da Lei nº 8.245/91 e pela Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

| Reduzido | Dotação |
|---|---|
| 799 | 11.001.08.243.0130.2518.3390390000.15000000000 |

**CLÁUSULA QUINTA – DO DOMICILIO E DO FORO**

**5.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Barra do Garças-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Barra do Garças - MT, 10 de novembro de 2026.

**Sr. Adilson Gonçalves De Macedo**

**Prefeito de Barra do Garças – MT**

**ÓRGÃO GERENCIADOR**

**Kerdole Imoveis Ltda**

**Locador(a)**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**07° TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 399/2023**

TOMADA DE PREÇO Nº 10/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 159/2023

Termo aditivo de valor nº 07 ao Contrato n°. 399/2023 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS/PREFEITURA MUNICIPAL – ESTADO DE MATO GROSSO, e L F V GOMES ENGENHARIA LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário. Que tem como objeto: Revitalização e ampliação do Centro Social Urbano – CSU - Convênio nº 934855/2022/MDEFESA.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 1993 e alterações posteriores, o Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, CNPJ nº. 03.439.239/0001-50 com sede a Rua Carajás, nº 522, Centro, representado pelo seu Sr. Adilson Gonçalves de Macedo, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, SERRAGERAL CONSTRUCOES LTDA regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 37.554.960/0001-03, situado na Avenida Marechal Rondon, nº 1758, Quadra 17, setor Cidade Velha, na cidade de Barra do Garças – MT, CEP: 78.601-260, representada neste ato por Sr. (a) Lucas Fernando Vieira Gomes, doravante denominada CONTRATADA, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2 – Aditivo de valor ao percentual de 3,80% qualitativo ao contrato.

1.3 – Aditivo de valor ao percentual de 2,72% quantitativo ao contrato.

1.3 – Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Considerando a necessidade de ajustes e complementações fica alterada à Cláusula Terceira– Do Preço e do Regime de Execução: Fica acrescido ao valor do contrato R$ 80.953,89 (oitenta mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos) ocasionado alterações quantitativas, no importe de R$ 33.825,44, e para alterações qualitativas na quantia de R$ 47.128,45.

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DO ITEM | VALOR ACRESCIDO |
|---|---|---|
| 85008 | REVITALIZACAO E AMPLIACAO DO CENTRO SOCIAL URBANO – CSU | R$ 80.953,89 |
| VALOR TOTAL DO ADITIVO: | | R$ 80.953,89 |

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1 – O presente Termo Aditivo está amparado no art. 65, inciso I, alínea “a’’, e § 1º, da Lei nº 8.666/93.

3.2 – O Termo Aditivo dar-se-á em razão das condições verificadas durante a execução da obra, tendo a fiscalização identificado frentes de serviços que não estavam totalmente contempladas na planilha contratada e que eram necessárias para a entrega da edificação em condições adequadas de uso: o teto da edificação existente, que permanecia sem tratamento enquanto as paredes recebiam nova pintura; a setorização dos circuitos elétricos prevista na revisão do projeto elétrico; a ligação das calhas à via pública; o fechamento e rebaixamento dos muros da entrada; e a complementação das calçadas e das áreas gramadas. Todos os serviços objeto deste aditivo foram executados. A separação das parcelas segue a classificação da aba Orçamento da planilha do aditivo. A Parte I reúne os serviços classificados como acréscimos quantitativos, que já constam da planilha contratada e são precificados com o preço unitário do contrato. A Parte II reúne os serviços classificados como melhorias à obra, precificados pela SINAPI de junho de 2023 com aplicação do desconto da proposta vencedora. Na planilha, esses itens estão destacados em amarelo. O acréscimo de sete quadros de distribuição em chapa de aço galvanizado, de embutir, com barramento trifásico, totaliza R$ 3.288,46. O contrato previa uma unidade desse serviço. A revisão do projeto elétrico distribuiu os circuitos da edificação em oito quadros terminais alimentados pelo quadro geral; os quadros QD2 a QD8 atendem à iluminação, tomadas, aparelhos de ar-condicionado e iluminação de emergência dos diversos setores. A setorização limita a extensão dos circuitos, facilita a manutenção e permite desligar um setor sem interromper o funcionamento dos demais, o que é relevante em um equipamento de atendimento ao público. O aditivo contempla o fornecimento e a instalação dos quadros com barramento, já executados. A escavação manual de vala e o reaterro aplicado necessários ao assentamento da tubulação de águas pluviais somam R$ 588,57. São serviços já previstos no contrato, ampliados para a abertura de 30,00 m de vala com 0,30 m de largura e 0,50 m de profundidade e para o posterior reaterro, descontado o volume ocupado pelos tubos. O tubo de PVC DN 150 integra a parcela qualitativa. A execução de calçadas em concreto moldado in loco corresponde a R$ 15.022,17, para 274,68 m² com espessura de 6 cm (16,48 m³), executada no entorno da edificação existente, conforme indicado na Figura 4. O contrato previa 7,18 m² desse serviço. A calçada no perímetro da edificação protege a base das paredes da umidade e da erosão provocada pela água da cobertura, além de dar continuidade à circulação de pedestres entre os acessos, as rampas e o estacionamento. No novo trecho de muro junto ao portão de entrada, com 5,00 m de comprimento e 2,85 m de altura, os serviços executados no quantitativo contratado somam R$ 3.082,89: escavação de vala, lastro, impermeabilização e reaterro da viga baldrame, concretagem e formas dos três pilares, armação longitudinal e formas das vigas, chapisco e textura acrílica nas duas faces. Os demais componentes do trecho integram a parcela qualitativa. No muro da entrada, com 25,73 m de extensão e 2,85 m de altura, o emassamento e a pintura látex acrílica das duas faces (146,66 m²) totalizam R$ 4.637,37. O emassamento adota a composição própria OP 002 – CSU, já integrante do contrato, pelo preço unitário contratado. O emboço e o fundo selador desse muro integram a parcela qualitativa. O plantio de grama em placas corresponde a R$ 7.205,98, para 351,34 m². O contrato previa 776,66 m²; com o acréscimo, as áreas permeáveis livres ao redor da edificação e do estacionamento somam 1.128,00 m². A cobertura vegetal protege o solo exposto após a movimentação de terra, reduz o carreamento de sedimentos para a drenagem e completa o tratamento paisagístico da área externa. A parcela qualitativa, composta integralmente por melhorias à obra, totaliza R$ 47.128,45, equivalente a 3,80% do valor do contrato. Reúne os serviços identificados na planilha como melhorias técnicas e funcionais à obra: o tratamento do teto da edificação existente, a condução das águas pluviais das calhas até a via pública e os elementos estruturais e de revestimento dos muros da entrada. Trata-se de soluções que elevam a qualidade, a durabilidade e o desempenho da edificação. Como melhoria à obra, o emassamento com massa látex e a pintura látex acrílica do teto dos ambientes internos da edificação existente totalizam R$ 28.140,61, para 642,48 m², área obtida pela soma dos rótulos de área dos ambientes do projeto arquitetônico. A planilha contratada previa a pintura das paredes internas e externas, mas não o tratamento da laje de teto. Antes da intervenção, a laje apresentava manchas, descascamento e irregularidades do uso anterior, com pontos de paredes recebendo reparos pontuais. O emassamento regularizou a superfície e a pintura protegeu a laje, melhorou a reflexão da luz e uniformizou o acabamento das salas de atendimento, sanitários e áreas comuns, compatibilizando o teto com o padrão adotado no restante da reforma, conforme as Figuras 8 e 9. A melhoria com fornecimento e instalação de 60,00 m de tubo de PVC série R DN 150 mm, em dois trechos de 30,00 m, corresponde a R$ 5.040,60. A tubulação executada conduz a água coletada pelas calhas da cobertura até a via pública, evitando o lançamento concentrado junto às fundações e sobre as calçadas e áreas gramadas recém-executadas. A escavação e o reaterro das valas integram a parcela quantitativa. No novo trecho de muro junto ao portão de entrada, os serviços de melhoria somam R$ 5.014,19 e compreendem a concretagem dos blocos e das vigas baldrame e de respaldo, a armação dos pilares e os estribos das vigas, a alvenaria de vedação e o emboço e o fundo selador das duas faces. Esses componentes completam o sistema estrutural de três pilares com vão de 2,50 m e permitem o fechamento do trecho em continuidade ao muro existente, qualificando a segurança e o controle de acesso ao imóvel. A regularização e o preparo do muro da entrada para recebimento de selador acrílico nas duas faces do muro da entrada, em 146,66 m², totalizam R$ 8.933,05. O emboço regulariza a superfície existente e o selador uniformiza a absorção, condições necessárias para que o emassamento e a pintura previstos na parcela quantitativa tenham aderência e durabilidade. A medida padroniza o acabamento da frente do terreno,

que é a fachada de acesso do equipamento público. Os serviços de melhoria à obra foram orçados pela SINAPI/MT de junho de 2023, não desonerada, com desconto de 10,90% da proposta vencedora e BDI de 23,54%. Os acréscimos utilizam os preços unitários do contrato, que já incorporam o desconto e o BDI de 20,88% da proposta. O detalhamento dos quantitativos, preços unitários e composições permanece nas peças orçamentárias que acompanham o pedido. Os serviços mantêm vínculo físico e funcional com a reforma e ampliação do Centro Social Urbano e a finalidade de entrega do equipamento social com ambientes internos devidamente acabados, instalações elétricas setorizadas, escoamento adequado das águas pluviais, acessos e circulação externa completos e fechamento seguro do terreno, contribuindo para a durabilidade da reforma e para a efetividade do investimento público. A formalização do aditivo e o pagamento dos serviços ficam condicionados à demonstração da disponibilidade orçamentária e financeira pela Administração, à compatibilização com o plano de trabalho do convênio, à preservação dos serviços originalmente pactuados e à formalização do instrumento aditivo. A presente justificativa técnica não substitui a demonstração financeira da disponibilidade dos recursos. O valor apresentado é de R$ 80.953,89, composto por R$ 33.825,44 em alterações quantitativas e R$ 47.128,45 em alterações qualitativas, correspondentes a melhorias na obra, conforme a segregação da planilha. O cronograma físico-financeiro distribui os valores em dois períodos de 30 dias, de 11 de outubro a 10 de dezembro de 2026.

3.3 – Conforme previsão do contrato supra, em sua cláusula décima sexta, item 16.1: Os Termos Aditivos, caso houverem, obedecerão, o previsto no Art. 57, §1ºe Art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/993.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

11.003.08.244.0129.1336.4490510000.15000000000

Red.: 1153

CLÁUSULA QUINTA – DO DOMICÍLIO E DO FORO

5.1 – Faz parte integrante do presente termo, o anexo único, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento.

5.2 – E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (Duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Barra do Garças-MT, 03 de novembro de 2026

**ADILSON GONÇALVES DE MACEDO**

**Prefeito Municipal de Barra do Garças-MT**

**CONTRATANTE**

**SERRAGERAL CONSTRUCOES LTDA**

**CNPJ Nº 37.554.960/0001-03**

**CONTRATADA**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**08° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 399/2023**

TOMADA DE PREÇO Nº 010/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 159/2023

Termo Aditivo de Prazo nº. 08 ao Contrato n°. 399/2023 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS/PREFEITURA MUNICIPAL – ESTADO DE MATO GROSSO, e SERRA GERAL CONSTRUÇÕES LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário. Que tem como objeto: Revitalização e ampliação do Centro Social Urbano – CSU - Convênio nº 934855/2022/MDEFESA.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 1993 e alterações posteriores, o Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, CNPJ nº. 03.439.239/0001-50 com sede a Rua Carajás, nº 522, Centro, representado pelo seu Sr. Adilson Gonçalves de Macedo, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, SERRA GERAL CONSTRUÇÕES LTDA, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 37.554.960/0001-03, sucessora da empresa L F V GOMES ENGENHARIA LTDA, situado na Avenida Marechal Rondon, nº 1758, Quadra 17, setor Cidade Velha, na cidade de Barra do Garças – MT, CEP: 78.601-260, representada neste ato por Sr. (a) Lucas Fernando Vieira Gomes, doravante denominada CONTRATADA, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2. Prorrogação do prazo de vigência e prazo de execução do Contrato.

1.3. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1. Fica alterada à Cláusula Quarta – Dos Prazos e do Local do Serviços/Obras: fica prorrogado o prazo de vigência até o dia 04/06/2027 e de execução até o dia 04/06/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo, está amparado no Art. 57, § 1º, II, IV e XI da Lei n 8666/93.

3.2. O Termo Aditivo dar-se-á em razão da necessidade de prorrogação de 175 (cento e setenta e cinco) dias no prazo de execução e na vigência contratual, contados a partir de 11 de dezembro de 2026, passando ambos a encerrar em 04 de junho de 2027, data que coincide com o término da vigência do Convênio nº 934855/2022/MDEFESA, cuja prorrogação está sendo solicitada. A obra encontra-se fisicamente concluída, com 94,05% do valor total já medido, considerando a planilha contratual e os termos aditivos de valor. O prazo adicional não se destina à execução de serviços. Ele é necessário para a formalização do 7º Termo Aditivo de valor e para os trâmites orçamentários e financeiros que concluem o pagamento da obra, empenho, medição, liquidação e pagamento, além do recebimento definitivo e do encerramento do contrato, conforme cronograma físico-financeiro anexo. A necessidade

de prorrogação fundamenta-se nos seguintes fatores: Obra concluída e saldo a pagar: Todos os serviços da planilha contratual e do 7º Termo Aditivo foram executados. O saldo de R$ 106.054,38 corresponde a R$ 25.100,49 da planilha contratual, ainda não medidos, e a R$ 80.953,89 do 7º Termo Aditivo, que dependem da formalização do termo para serem medidos e pagos. Formalização do 7º Termo Aditivo: O 7º Termo Aditivo de valor encontra-se em formalização. A medição e o pagamento dos seus serviços só podem ocorrer após a assinatura do termo, a publicação do extrato e a emissão do empenho correspondente. Execução orçamentária no início do exercício: Na Prefeitura Municipal de Barra do Garças, os empenhos do exercício de 2027 só começam a ser emitidos em fevereiro, após a abertura do orçamento e os procedimentos de início de exercício. Nesse período, os trâmites de empenho, liquidação e pagamento são naturalmente mais demorados, pelo volume de processos acumulados na virada do ano. O prazo solicitado comporta a emissão do empenho, a medição dos serviços e a conclusão dos pagamentos, sem que o contrato se encerre antes da quitação da obra. O encerramento da obra exige a medição final, a emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo e a prestação de contas dos recursos do Convênio nº 934855/2022/MDEFESA. Esses procedimentos demandam prazo próprio, posterior aos pagamentos. Sem a dilação de prazo, o contrato se encerraria antes da conclusão dos pagamentos, o que impediria a quitação regular da obra e a prestação de contas do convênio. Diante do exposto, a aprovação deste aditivo é necessária para garantir a quitação dos serviços executados e o encerramento regular do contrato. Com as prorrogações solicitadas, os prazos finais ficam assim estabelecidos: Prazo Final de Execução: 04 de junho de 2027. Prazo Final de Vigência Contratual: 04 de junho de 2027. Esta adequação assegura a continuidade jurídica do contrato até a quitação da obra, permitindo a entrega definitiva do Centro Social Urbano – CSU, onde funcionam o CRAS e o CREAS, à comunidade.

3.3. Conforme previsão do contrato supra, em sua cláusula décima sexta, item 16.1: Os Termos Aditivos, caso houverem, obedecerão ao previsto no Art. 57, §1º e Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO DOMICÍLIO E DO FORO

4.1. Faz parte integrante do presente termo, o anexo único, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento.

4.2. E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (Duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Barra do Garças-MT, 04 de novembro de 2026.

**Adilson Gonçalves de Macedo**

**Prefeito Municipal de Barra do Garças-MT**

**CONTRATANTE**

**Serra Geral Construções Ltda**

**CNPJ nº 37.554.960/0001-03**

**CONTRATADA**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**07° TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 399/2023**

TOMADA DE PREÇO Nº 10/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 159/2023

Termo aditivo de valor nº 07 ao Contrato n°. 399/2023 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS/PREFEITURA MUNICIPAL – ESTADO DE MATO GROSSO, e SERRA GERAL CONSTRUÇÕES LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário. Que tem como objeto: Revitalização e ampliação do Centro Social Urbano – CSU - Convênio nº 934855/2022/MDEFESA.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 1993 e alterações posteriores, o Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, CNPJ nº. 03.439.239/0001-50 com sede a Rua Carajás, nº 522, Centro, representado pelo seu Sr. Adilson Gonçalves de Macedo, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa, SERRAGERAL CONSTRUCOES LTDA regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 37.554.960/0001-03, situado na Avenida Marechal Rondon, nº 1758, Quadra 17, setor Cidade Velha, na cidade de Barra do Garças – MT, CEP: 78.601-260, representada neste ato por Sr. (a) Lucas Fernando Vieira Gomes, doravante denominada CONTRATADA, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O Presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.2 – Aditivo de valor ao percentual de 3,80% qualitativo ao contrato.

1.3 – Aditivo de valor ao percentual de 2,72% quantitativo ao contrato.

1.3 – Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Considerando a necessidade de ajustes e complementações fica alterada à Cláusula Terceira– Do Preço e do Regime de Execução: Fica acrescido ao valor do contrato R$ 80.953,89 (oitenta mil novecentos e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos) ocasionado alterações quantitativas, no importe de R$ 33.825,44, e para alterações qualitativas na quantia de R$ 47.128,45.

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO DO ITEM | VALOR ACRESCIDO |
|---|---|---|
| 85008 | REVITALIZACAO E AMPLIACAO DO CENTRO SOCIAL URBANO – CSU | R$ 80.953,89 |
| VALOR TOTAL DO ADITIVO: | | R$ 80.953,89 |

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1 – O presente Termo Aditivo está amparado no art. 65, inciso I, alínea “a’’, e § 1º, da Lei nº 8.666/93.

3.2 – O Termo Aditivo dar-se-á em razão das condições verificadas durante a execução da obra, tendo a fiscalização identificado frentes de serviços que não estavam totalmente contempladas na planilha contratada e que eram necessárias para a entrega da edificação em condições adequadas de uso: o teto da edificação existente, que permanecia sem tratamento enquanto as paredes recebiam nova pintura; a setorização dos circuitos elétricos prevista na revisão do projeto elétrico; a ligação das calhas à via pública; o fechamento e rebaixamento dos muros da entrada; e a complementação das calçadas e das áreas gramadas. Todos os serviços objeto deste aditivo foram executados. A separação das parcelas segue a classificação da aba Orçamento da planilha do aditivo. A Parte I reúne os serviços classificados como acréscimos quantitativos, que já constam da planilha contratada e são precificados com o preço unitário do contrato. A Parte II reúne os serviços classificados como melhorias à obra, precificados pela SINAPI de junho de 2023 com aplicação do desconto da proposta vencedora. Na planilha, esses itens estão destacados em amarelo. O acréscimo de sete quadros de distribuição em chapa de aço galvanizado, de embutir, com barramento trifásico, totaliza R$ 3.288,46. O contrato previa uma unidade desse serviço. A revisão do projeto elétrico distribuiu os circuitos da edificação em oito quadros terminais alimentados pelo quadro geral; os quadros QD2 a QD8 atendem à iluminação, tomadas, aparelhos de ar-condicionado e iluminação de emergência dos diversos setores. A setorização limita a extensão dos circuitos, facilita a manutenção e permite desligar um setor sem interromper o funcionamento dos demais, o que é relevante em um equipamento de atendimento ao público. O aditivo contempla o fornecimento e a instalação dos quadros com barramento, já executados. A escavação manual de vala e o reaterro aplicado necessários ao assentamento da tubulação de águas pluviais somam R$ 588,57. São serviços já previstos no contrato, ampliados para a abertura de 30,00 m de vala com 0,30 m de largura e 0,50 m de profundidade e para o posterior reaterro, descontado o volume ocupado pelos tubos. O tubo de PVC DN 150 integra a parcela qualitativa. A execução de calçadas em concreto moldado in loco corresponde a R$ 15.022,17, para 274,68 m² com espessura de 6 cm (16,48 m³), executada no entorno da edificação existente, conforme indicado na Figura 4. O contrato previa 7,18 m² desse serviço. A calçada no perímetro da edificação protege a base das paredes da umidade e da erosão provocada pela água da cobertura, além de dar continuidade à circulação de pedestres entre os acessos, as rampas e o estacionamento. No novo trecho de muro junto ao portão de entrada, com 5,00 m de comprimento e 2,85 m de altura, os serviços executados no quantitativo contratado somam R$ 3.082,89: escavação de vala, lastro, impermeabilização e reaterro da viga baldrame, concretagem e formas dos três pilares, armação longitudinal e formas das vigas, chapisco e textura acrílica nas duas faces. Os demais componentes do trecho integram a parcela qualitativa. No muro da entrada, com 25,73 m de extensão e 2,85 m de altura, o emassamento e a pintura látex acrílica das duas faces (146,66 m²) totalizam R$ 4.637,37. O emassamento adota a composição própria OP 002 – CSU, já integrante do contrato, pelo preço unitário contratado. O emboço e o fundo selador desse muro integram a parcela qualitativa. O plantio de grama em placas corresponde a R$ 7.205,98, para 351,34 m². O contrato previa 776,66 m²; com o acréscimo, as áreas permeáveis livres ao redor da edificação e do estacionamento somam 1.128,00 m². A cobertura vegetal protege o solo exposto após a movimentação de terra, reduz o carreamento de sedimentos para a drenagem e completa o tratamento paisagístico da área externa. A parcela qualitativa, composta integralmente por melhorias à obra, totaliza R$ 47.128,45, equivalente a 3,80% do valor do contrato. Reúne os serviços identificados na planilha como melhorias técnicas e funcionais à obra: o tratamento do teto da edificação existente, a condução das águas pluviais das calhas até a via pública e os elementos estruturais e de revestimento dos muros da entrada. Trata-se de soluções que elevam a qualidade, a durabilidade e o desempenho da edificação. Como melhoria à obra, o emassamento com massa látex e a pintura látex acrílica do teto dos ambientes internos da edificação existente totalizam R$ 28.140,61, para 642,48 m², área obtida pela soma dos rótulos de área dos ambientes do projeto arquitetônico. A planilha contratada previa a pintura das paredes internas e externas, mas não o tratamento da laje de teto. Antes da intervenção, a laje apresentava manchas, descascamento e irregularidades do uso anterior, com pontos de paredes recebendo reparos pontuais. O emassamento regularizou a superfície e a pintura protegeu a laje, melhorou a reflexão da luz e uniformizou o acabamento das salas de atendimento, sanitários e áreas comuns, compatibilizando o teto com o padrão adotado no restante da reforma, conforme as Figuras 8 e 9. A melhoria com fornecimento e instalação de 60,00 m de tubo de PVC série R DN 150 mm, em dois trechos de 30,00 m, corresponde a R$ 5.040,60. A tubulação executada conduz a água coletada pelas calhas da cobertura até a via pública, evitando o lançamento concentrado junto às fundações e sobre as calçadas e áreas gramadas recém-executadas. A escavação e o reaterro das valas integram a parcela quantitativa. No novo trecho de muro junto ao portão de entrada, os serviços de melhoria somam R$ 5.014,19 e compreendem a concretagem dos blocos e das vigas baldrame e de respaldo, a armação dos pilares e os estribos das vigas, a alvenaria de vedação e o emboço e o fundo selador das duas faces. Esses componentes completam o sistema estrutural de três pilares com vão de 2,50 m e permitem o fechamento do trecho em continuidade ao muro existente, qualificando a segurança e o controle de acesso ao imóvel. A regularização e o preparo do muro da entrada para recebimento de selador acrílico nas duas faces do muro da entrada, em 146,66 m², totalizam R$ 8.933,05. O emboço regulariza a superfície existente e o selador uniformiza a absorção, condições necessárias para que o emassamento e a pintura previstos na parcela quantitativa tenham aderência e durabilidade. A medida padroniza o acabamento da frente do terreno, que é a fachada de acesso do equipamento público. Os serviços de melhoria à obra foram orçados pela SINAPI/MT de junho de 2023, não desonerada, com desconto de 10,90% da proposta vencedora e BDI de 23,54%. Os acréscimos utilizam os preços unitários do contrato, que já incorporam o desconto e o BDI de 20,88% da proposta. O detalhamento dos quantitativos, preços unitários e composições permanece nas peças orçamentárias que acompanham o pedido. Os serviços mantêm vínculo físico e funcional com a reforma e ampliação do Centro Social Urbano e a finalidade de entrega do equipamento social com ambientes internos devidamente acabados, instalações elétricas setorizadas, escoamento adequado das águas pluviais, acessos e circulação externa completos e fechamento seguro do terreno, contribuindo para a durabilidade da reforma e para a efetividade do investimento público. A formalização do aditivo e o pagamento dos serviços ficam condicionados à demonstração da disponibilidade orçamentária e financeira pela Administração, à compatibilização com o plano de trabalho do convênio, à preservação dos serviços originalmente pactuados e à formalização do instrumento aditivo. A presente justificativa técnica não substitui a demonstração financeira da disponibilidade dos recursos. O valor apresentado é de R$ 80.953,89, composto por R$ 33.825,44 em alterações quantitativas e R$ 47.128,45 em alterações qualitativas, correspondentes a melhorias na obra, conforme a segregação da planilha. O cronograma físico-financeiro distribui os valores em dois

períodos de 30 dias, de 11 de outubro a 10 de dezembro de 2026.

3.3 – Conforme previsão do contrato supra, em sua cláusula décima sexta, item 16.1: Os Termos Aditivos, caso houverem, obedecerão, o previsto no Art. 57, §1ºe Art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/993.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

11.003.08.244.0129.1336.4490510000.15000000000

Red.: 1153

CLÁUSULA QUINTA – DO DOMICÍLIO E DO FORO

5.1 – Faz parte integrante do presente termo, o anexo único, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento.

5.2 – E por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (Duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Barra do Garças-MT, 03 de novembro de 2026

**ADILSON GONÇALVES DE MACEDO**

**Prefeito Municipal de Barra do Garças-MT**

**CONTRATANTE**

**SERRAGERAL CONSTRUCOES LTDA**

**CNPJ Nº 37.554.960/0001-03**

**CONTRATADA**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO NORTE

### PORTARIA Nº 573, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

ALTERA A PORTARIA Nº 318, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026, PARA ATUALIZAR A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE BOA ESPERANÇA DO NORTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. CALEBE FRANCESCO FRANCIO,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 139, de 05 de agosto de 2026, especialmente em seus arts. 10 e 11,

**CONSIDERANDO** que a Portaria nº 318, de 09 de setembro de 2026, designou os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil de Boa Esperança do Norte/MT;

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualizar as representações da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação e da Secretaria Municipal de Obras, Transportes, Serviços Urbanos e Saneamento, assegurando a continuidade das atividades do Conselho;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Ficam alterados os incisos V e IX do art. 1º da Portaria nº 318, de 09 de setembro de 2026, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“V - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEMAS:

a) Titular: JOSIANE SOBRALINO TORRES;

b) Suplente: THAUANA SANTIN BORTH.

IX - Secretaria Municipal de Obras, Transportes, Serviços Urbanos e Saneamento - SEMOTS:

a) Titular: EDUARDO ROBERTO GARCIA TERCAL;

b) Suplente: FELIPE HOFFMANN ALTRAN.”

**Art. 2º** Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 318, de 09 de setembro de 2026.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Esperança do Norte, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

**CALEBE FRANCESCO FRANCIO**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

### AVISO DE DISPENSA Nº 04/2026

**COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021**

**O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT,** Inscrito no CNPJ/MF nº 04.173.952/0001-68, com sede à Rua G, s/n – Loteamento Solar Flor do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia-MT - CEP – 78.678-000, por intermédio do Departamento de Licitação, torna público aos interessados que, realizará Chamada Pública, para **“AQUISIÇÃO DE 38 BANCOS DE MADEIRA DE ITAUBA, DESTINADOS A COMPOSIÇÃO DA PRAÇA DA PREFEITURA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA”**, podendo eventuais interessados apresentar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

**DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES: DIA 16/11/2026, ATE ÀS 13:00 HRS.**

**REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:** HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF

**ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: BJALICITACAO@GMAIL.COM**

**RETIRADA DO EDITAL:** solicitação por e-mail bjalicitacao@gmail.com ou portal transparencia do município https://www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br

Outras informações poderão ser obtidas por e-mail, ou na Sala da CPL, sito a Rua G, s/n – Loteamento Solar Flor do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia-MT - CEP – 78.678-000, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min até as 17h00min de segunda a sexta feira.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 11 de Novembro de 2026.

CICERO CLENIO A. GONÇALVES

Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 133/2026

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026 - REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE BRASNORTE - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Curitiba, nº 1.080, Centro, nesta cidade, CEP 78.350-000, inscrita no CNPJ nº 01.375.138/0001-38, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, o **Sr. EDELO MARCELO FERRARI**, denominado **GERENCIADOR/ CONTRATANTE**, e a empresa **RODINEI ARFELI,** inscrita no CNPJ nº 13.981.810/0001-18, com sede na Rua Araputanga, nº 374, Bairro Nosso Lar, em Brasnorte, MT, Telefone: (66) 3592-1506 / 99602-4931, e-mail rodineiarfeli@hotmail.com, representada pelo **Sr. RODINEI ARFELI**, denominada **FORNECEDORA/CONTRATADA**, tendo em vista o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2026**, RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 021/2025 e, subsidiariamente, podendo, de modo supletivo, na execução da contratação, serem aplicados os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, em especial, as Leis nº 8.078/90 e nº 13.655/18 e demais legislações complementares para a eventual aquisição do objeto a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** Constitui objeto da presente Licitação o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recarga de cartuchos e toners de impressoras, bem como de recarga de tinta em impressoras jato de tinta, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais e demais unidades administrativas vinculadas à Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT**, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes no Edital e seus Anexos.

**1.2** Os preços, as quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

| ITEM | CÓD. SIST. | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 73231 | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 643 | R$ 65,00 | R$ 41.795,00 |
| 02 | 73232 | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 305 | R$ 55,00 | R$ 16.775,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **R$ 58.570,00** |

| ITEM | SECRETARIA MUNICIPAL | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | GABINETE DO PREFEITO | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 58 | R$ 65,00 | R$ 3.770,00 |
| 1 | ADMINISTRAÇÃO | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 69 | R$ 65,00 | R$ 4.485,00 |
| 1 | INFRAESTRUTURA | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 28 | R$ 65,00 | R$ 1.820,00 |
| 1 | EDUCAÇÃO | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 40 | R$ 65,00 | R$ 2.600,00 |
| 1 | SAÚDE | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 220 | R$ 65,00 | R$ 14.300,00 |
| 1 | AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 26 | R$ 65,00 | R$ 1.690,00 |
| 1 | FINANÇAS | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 130 | R$ 65,00 | R$ 8.450,00 |
| 1 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 44 | R$ 65,00 | R$ 2.860,00 |
| 1 | ESPORTE | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 13 | R$ 65,00 | R$ 845,00 |
| 1 | PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 10 | R$ 65,00 | R$ 650,00 |
| 1 | ASSUNTOS INDÍGENAS | SERVIÇO DE RECARGA DE TONER | UN | 5 | R$ 65,00 | R$ 325,00 |
| **1** | **TOTAL** | **SERVIÇO DE RECARGA DE TONER** | **UN** | **643** | **R$ 65,00** | **R$ 41.795,00** |

| ITEM | SECRETARIA MUNICIPAL | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | GABINETE DO PREFEITO | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 35 | R$ 55,00 | R$ 1.925,00 |
| 2 | ADMINISTRAÇÃO | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 69 | R$ 55,00 | R$ 3.795,00 |
| 2 | INFRAESTRUTURA | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 24 | R$ 55,00 | R$ 1.320,00 |
| 2 | EDUCAÇÃO | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 18 | R$ 55,00 | R$ 990,00 |
| 2 | SAÚDE | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 55 | R$ 55,00 | R$ 3.025,00 |
| 2 | AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 26 | R$ 55,00 | R$ 1.430,00 |
| 2 | FINANÇAS | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 33 | R$ 55,00 | R$ 1.815,00 |
| 2 | ASSISTÊNCIA SOCIAL | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 22 | R$ 55,00 | R$ 1.210,00 |
| 2 | ESPORTE | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 12 | R$ 55,00 | R$ 660,00 |
| 2 | PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 5 | R$ 55,00 | R$ 275,00 |
| 2 | ASSUNTOS INDÍGENAS | SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA | UN | 6 | R$ 55,00 | R$ 330,00 |
| **2** | **TOTAL** | **SERVIÇO DE REACARGA DE CARTUCHO JATO DE TINTA** | **UN** | **305** | **R$ 55,00** | **R$ 16.775,00** |

**Totalizando o valor de R$ 58.570,00 (cinquenta e oito mil, quinhentos e setenta reais).**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

**2.1** A vigência da Ata será de **1 (um) ano**, contado a partir desta dada, **iniciando em 09 de novembro de 2026 e encerrando em 09 de novembro de 2027**.

**2.1.1** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, por uma única vez.

**2.1.2** Para fins de prorrogação/renovação da Ata de Registro de Preços, deverão ser observados os seguintes requisitos cumulativamente:

I - Comprovação de que o preço registrado é vantajoso;

II - Haja previsão expressa no edital e na Ata de Registro de Preços;

III - O tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;

IV - A prorrogação da Ata de Registro de Preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.

**2.2** Os prazos desta Ata serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

**2.3** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

**2.4** A administração não poderá contratar o objeto deste instrumento quando a fornecedora tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO**

**3.1** A Administração elaborará pesquisa de mercado, mediante provocação do fiscal da Ata de Registro de Preços, a cada 180 (cento e oitenta) dias, a fim de ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

**3.2** De posse da pesquisa realizada, o fiscal deverá encaminhar seu resultado ao órgão gerenciador seja para ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta ata ou notificar a fornecedora para rever os preços registrados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado.

**3.3** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado verso os preços registrados, cabendo à administração, através do órgão gerenciador, convocar a fornecedora para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**3.4** Caso a fornecedora não aceitar a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, cabendo à administração convocar, dentro da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**3.5** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a fornecedora não puder cumprir o compromisso, é facultado à fornecedora requerer, **antes do pedido de fornecimento**, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

**3.6** A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão da fornecedora da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador, a análise e deliberação a respeito do pedido.

**3.7** Se a fornecedora não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e a fornecedora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço da fornecedora e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**3.8** Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da Ata, a Administração Pública poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pela fornecedora, caso esta esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

**3.9** Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, a fornecedora será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**3.10** Liberada a fornecedora na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador da Ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

**3.11** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**3.12** Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

**3.13** Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

**3.14** O registro da fornecedora será cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-a proibida de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**3.15** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na Ata, devidamente comprovados e justificados.

**CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1** O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Brasnorte, MT, por meio de sua Secretaria solicitante, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTOS**

**5.1** Os serviços serão executados de forma periódica ou sob demanda, conforme as necessidades apresentadas pelas Secretarias Municipais, departamentos e demais unidades administrativas vinculadas à Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, observados os quantitativos, preços e demais condições estabelecidas no instrumento de contratação.

**5.2** A execução terá início após a formalização da contratação e o recebimento da solicitação ou autorização emitida pelo setor responsável da Administração, não sendo admitida a realização de serviços sem a correspondente demanda formal, salvo procedimento previamente autorizado pela fiscalização.

**5.3** Cada solicitação deverá identificar, sempre que necessário, a unidade administrativa demandante, o tipo de serviço requerido e a quantidade de recargas, permitindo o controle dos quantitativos efetivamente utilizados e a adequada fiscalização da execução.

**5.4** A contratada deverá realizar a recarga de toners utilizados em impressoras a laser mediante emprego de insumos compatíveis com o equipamento, observando-se técnica apropriada de desmontagem, limpeza, abastecimento e montagem, quando necessária à adequada execução do serviço.

**5.5** Nas impressoras jato de tinta, inclusive aquelas dotadas de tanque de tinta, a contratada deverá realizar o abastecimento utilizando produto compatível com o sistema instalado, evitando-se a utilização de tinta inadequada ao equipamento ou procedimento que possa ocasionar obstruções, falhas ou danos.

**5.6** A contratada deverá **iniciar o atendimento** da solicitação de serviço no prazo máximo de até 04 (quatro) horas úteis após o recebimento da demanda formal emitida pela Administração, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e aceitas pela fiscalização do contrato.

**5.7** O **prazo para conclusão dos serviços** de recarga será de até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do equipamento, toner ou cartucho pela contratada nos casos de baixa complexidade técnica, e de até 03 (três) dias úteis quando houver maior grau de dificuldade ou necessidade de manutenção complementar autorizada, situação que deverá ser comunicada formalmente à fiscalização.

**5.8** Os serviços deverão ser executados com observância dos padrões técnicos estabelecidos no Termo de Referência, devendo a contratada adotar as providências necessárias para garantir resultado satisfatório e preservar a integridade dos equipamentos submetidos à recarga.

**5.9** Após a realização do serviço, o equipamento ou cartucho recarregado deverá ser submetido à verificação de funcionamento, sempre que tecnicamente possível, devendo apresentar resultado compatível com a finalidade de utilização.

**5.10** Caso seja constatada falha decorrente do serviço, a contratada deverá realizar a correção ou nova recarga sem ônus adicional para a Administração.

**5.11** O recebimento provisório ocorrerá no ato da devolução do material ou equipamento submetido ao serviço, mediante conferência quantitativa e registro da entrega. O recebimento definitivo ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, após a realização dos testes necessários e a verificação da conformidade da execução com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

**5.12** A contratada deverá garantir os serviços executados pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contado da data do recebimento definitivo, abrangendo falhas decorrentes da recarga, abastecimento inadequado, vazamentos, baixa qualidade de impressão ou qualquer outro problema relacionado diretamente ao serviço realizado, obrigando-se a realizar os reparos ou substituições necessárias sem ônus para a Administração.

**5.13** Quando necessária a retirada dos toners, cartuchos ou equipamentos para execução dos serviços, a coleta e a devolução deverão ser realizadas pela contratada, sem custos adicionais para a Administração, mediante registro de entrega e recebimento, contendo identificação do equipamento, unidade solicitante, data e quantidade entregue.

**5.14** A fiscalização acompanhará a execução, podendo solicitar informações, testes, correções, substituições ou repetição do serviço sempre que houver indício de desconformidade. A atuação da fiscalização não transfere à Administração a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

**5.15** Eventuais intercorrências que impeçam ou possam comprometer a execução deverão ser comunicadas formalmente à fiscalização, acompanhadas das respectivas justificativas e das providências propostas para solução, não sendo admitida alteração das condições contratadas sem autorização da Administração quando esta for necessária.

**5.16** A contratada deverá fornecer, às suas expensas, mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais, insumos e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços, salvo aqueles expressamente atribuídos à Administração no instrumento contratual.

**5.17** Os resíduos resultantes das atividades de recarga deverão ser recolhidos, acondicionados e destinados de forma ambientalmente

adequada, evitando-se seu descarte irregular e observando-se a legislação ambiental aplicável, em consonância com a solução definida no ETP.

**5.18** O local de execução observará a forma definida pela Administração no instrumento contratual e nas solicitações de serviço, podendo compreender as unidades administrativas municipais atendidas pela contratação, conforme a necessidade e a logística estabelecida para o objeto.

**5.19** A execução deverá ser acompanhada mediante registros das solicitações, quantidades realizadas, unidades atendidas, ocorrências e eventuais correções, permitindo à Administração manter controle sobre o consumo e sobre os saldos da contratação.

**5.20** Ao final da vigência, deverão ser apurados os serviços efetivamente executados, os quantitativos utilizados e as eventuais pendências, promovendo-se o encerramento da contratação após o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**6.1** O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos produtos efetivamente entregues, constando a quantidade e o valor, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.2** A Nota Fiscal/fatura deverá ser apresentada já com as deduções tributárias legais incidentes.

**6.3** A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

**6.4** Junto ao corpo da Nota Fiscal/fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da fornecedora, bem como, se a empresa é optante do “SIMPLES”.

**6.5** Em sendo optante do ‘SIMPLES” a fornecedora deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

**6.6** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses, devendo a fornecedora apresentar à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

**6.7** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.8** Em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, no pagamento das faturas, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, tendo como base um dos seguintes Índices Oficiais sendo eles INPC, IPCA e IGPM, referente ao mês de inadimplemento.

**6.9** A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente na Administração Pública Municipal.

**6.10** Para realização dos pagamentos, a fornecedora deverá manter as condições de habilitação previstas neste instrumento.

**6.11** Em hipótese alguma é permitida a antecipação de pagamento por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

**6.12** A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às eventuais multas e/ou indenizações devidas pela fornecedora.

**6.13** O desconto de qualquer valor no pagamento devido à fornecedora será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

**6.14** Não será admitido o pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

**6.15** As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da fornecedora.

**6.16** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a fornecedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração Pública.

**6.17** Constatando-se a situação de irregularidade da fornecedora, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**6.18** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração Pública deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da fornecedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.19** Qualquer irregularidade ou falta de apresentação de certidões o prazo do item 6.1 somente se iniciará com a devida regularização das pendências.

**CLÁUSULAS SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**7.1 Compete ao contratante** assegurar as condições necessárias para a adequada execução do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, devendo fornecer à contratada todas as informações, diretrizes e orientações técnicas indispensáveis ao desenvolvimento dos serviços, conforme a seguir:

**7.1.1** O contratante deverá fornecer à contratada as informações necessárias à adequada execução dos serviços, inclusive identificação dos equipamentos, tipos de insumos e unidades administrativas demandantes, quando essas informações forem necessárias à realização do serviço.

**7.1.2** Deverá formalizar as solicitações de serviços, indicando os quantitativos necessários e demais informações indispensáveis ao atendimento da demanda.

**7.1.3** Deverá disponibilizar acesso aos locais e equipamentos necessários à execução, quando o serviço for realizado nas dependências municipais, observadas as condições de segurança e funcionamento das unidades.

**7.1.4** Deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor ou responsável formalmente designado, verificando a conformidade do objeto com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

**7.1.5** Deverá conferir os serviços executados, inclusive quantidade, qualidade e funcionamento dos cartuchos, toners ou sistemas de tinta submetidos à recarga.

**7.1.6** Deverá comunicar formalmente à contratada eventuais falhas, irregularidades ou desconformidades identificadas durante a execução, concedendo prazo para sua correção quando cabível.

**7.1.7** Deverá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que não atendam às especificações estabelecidas, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.

**7.1.8** Deverá receber e analisar os documentos apresentados para fins de medição, liquidação e pagamento, efetuando o pagamento dos serviços regularmente executados e aceitos, observadas as condições contratuais.

**7.1.9** Deverá manter registro das solicitações, serviços executados, quantitativos utilizados, ocorrências e correções realizadas, de modo a assegurar o controle da execução e dos saldos da contratação.

**7.1.10** Deverá prestar os esclarecimentos necessários à contratada sempre que houver dúvida relacionada às condições de execução, sem prejuízo da responsabilidade técnica da empresa pela adequada realização dos serviços.

**7.1.11** Deverá assegurar o cumprimento das condições administrativas previstas no instrumento de contratação e adotar as providências necessárias ao regular processamento da despesa.

**7.1.12** Deverá comunicar à contratada as decisões e determinações relacionadas à execução contratual por meio dos canais formais estabelecidos, garantindo adequada rastreabilidade das comunicações.

**7.1.13** Deverá promover a fiscalização sem interferir indevidamente na autonomia técnica da contratada, mantendo a segregação entre as funções de solicitação, fiscalização, recebimento e processamento da despesa, quando aplicável.

**7.1.14** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus apêndices, proposta, edital e o contrato.

**7.1.15** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos a ele vinculado.

**7.1.16** Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**7.1.17** Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da contratada, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetivo serviço do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.

**7.1.18** Efetuar o pagamento à contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

**7.1.19** Aplicar à contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato conforme previstas na lei, Lei nº 14.133/2021 e neste instrumento.

**7.1.20** Encaminhar ao órgão de assessoramento jurídico ou de representação judicial competente, quando necessário, os fatos e documentos relacionados ao descumprimento de obrigações decorrentes da contratação, para análise e adoção das providências administrativas, extrajudiciais ou judiciais cabíveis, observadas as competências definidas na estrutura administrativa do órgão ou entidade contratante e a legislação aplicável.

**7.1.21** Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar os serviços dentro das especificações técnicas recomendadas.

**7.1.22** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**7.1.23** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada e que se refiram a questões levantadas.

**7.1.24** Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**7.1.25** Notificar a contratada, caso os serviços não estejam a contento.

**7.1.26** Aplicar à contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato.

**7.1.27** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**7.1.28** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**7.1.29** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

**7.2 Compete à contratada** executar o objeto com observância integral das disposições do Termo de Referência, assegurando a prestação dos serviços de forma eficiente, organizada, segura e em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis, cumprindo as obrigações a seguir dispostas:

**7.2.1** A contratada deverá executar integralmente os serviços de recarga de cartuchos, toners e tinta para impressoras jato de tinta, observando as especificações, quantitativos, condições e padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento de contratação.

**7.2.2** Deverá fornecer, por sua conta e responsabilidade, a mão de obra, equipamentos, ferramentas, materiais, insumos e demais recursos necessários à adequada execução dos serviços, salvo aqueles expressamente atribuídos ao contratante.

**7.2.3** Deverá utilizar insumos de qualidade e compatíveis com os modelos de impressoras existentes na Administração Municipal, observando as características técnicas de cada equipamento e o respectivo sistema de impressão.

**7.2.4** Deverá executar os serviços mediante metodologia tecnicamente adequada, adotando cuidados para evitar vazamentos, falhas de impressão, obstruções, contaminações ou danos aos cartuchos, toners e equipamentos.

**7.2.5** Deverá realizar avaliação prévia das condições do cartucho, toner ou sistema de tinta quando necessária, comunicando à Administração situações que possam impedir a execução adequada ou tornar tecnicamente desaconselhável a recarga.

**7.2.6** Deverá garantir que os serviços executados apresentem padrão satisfatório de impressão e funcionamento, promovendo, sem custo adicional, a correção de falhas comprovadamente decorrentes da recarga realizada.

**7.2.7** Deverá responsabilizar-se pelos danos causados aos equipamentos, cartuchos ou toners quando comprovadamente decorrentes de execução inadequada, observadas as condições de garantia estabelecidas na contratação.

**7.2.8** Deverá cumprir os prazos estabelecidos para atendimento das solicitações, comunicando imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência capaz de comprometer ou atrasar a execução.

**7.2.9** Deverá manter comunicação formal com a fiscalização e fornecer as informações e documentos necessários ao acompanhamento, medição, recebimento e controle dos serviços executados.

**7.2.10** Deverá cooperar integralmente com a fiscalização, permitindo a realização de verificações, testes e conferências relacionados aos serviços, sem criar obstáculos ao acompanhamento da execução.

**7.2.11** Deverá promover o recolhimento, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos decorrentes dos serviços, observando a legislação aplicável e as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**7.2.12** Deverá arcar com os custos operacionais, trabalhistas, tributários, previdenciários, logísticos e demais despesas necessárias à execução do objeto que sejam de sua responsabilidade.

**7.2.13** Deverá cumprir as normas legais, regulamentares, ambientais, de segurança e demais disposições aplicáveis à atividade, responsabilizando-se por eventuais consequências decorrentes de sua inobservância.

**7.2.14** Deverá apresentar os relatórios, registros, comprovantes e demais documentos relacionados à execução sempre que solicitados pela Administração, permitindo a conferência dos serviços e dos quantitativos faturados.

**7.2.15** Deverá manter, durante a execução contratual, as condições necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas e atender às determinações da fiscalização dentro dos limites legais e contratuais.

**7.2.16** Deverá corrigir, refazer ou adequar, sem ônus adicional para o contratante, os serviços que apresentarem desconformidade ou resultado inadequado decorrente de falha de execução, dentro do prazo determinado pela fiscalização.

**7.2.17** Deverá preservar o patrimônio público durante a execução dos serviços, adotando todas as cautelas necessárias para evitar danos às impressoras, móveis, instalações e demais bens das unidades administrativas.

**7.2.18** Deverá responder pelos atos de seus empregados, prepostos e demais pessoas utilizadas na execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade pelos encargos e obrigações decorrentes de sua atuação.

**7.2.19** Deverá comunicar formalmente qualquer fato superveniente que possa afetar a execução do objeto, apresentando as providências necessárias para evitar prejuízos à continuidade dos serviços públicos.

**7.2.20** Deverá cumprir as demais condições estabelecidas no instrumento de contratação, no Termo de Referência e na legislação aplicável, sempre buscando assegurar a execução eficiente, econômica, segura e ambientalmente adequada do objeto.

**7.2.21** Em cumprimento ao art. 5º do Decreto Municipal nº 111, de 13 de novembro de 2023, a partir de 1º de janeiro de 2024, os órgãos da Administração Pública Municipal Direta do Município de Brasnorte, do Estado de Mato Grosso, ao efetuarem pagamento às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) com base da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto Municipal.

**7.2.22** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

**7.2.23** Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda (IR) na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**7.2.24** Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município.

**7.2.25** Fica dispensada a retenção de PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações.

**7.2.26** A retenção do Imposto de Renda (IR) deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observando os percentuais estabelecidos no anexo I do Decreto Municipal nº 111/2023.

**7.2.27** A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, que deverá conter a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL", nos termos do art. 59, §4º, inciso I, alínea "a", da Resolução CGSN nº 140/2018.

**7.2.28** A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1** As despesas necessárias para execução do objeto desta Ata de Registro de Preços serão cobertas com recursos provenientes da dotação orçamentária de cada Órgão ou entidade participante:

**Gabinete do Prefeito**

02.001.04.122.0002.20003.33.90.39.00.00

**Secretaria Municipal de Administração**

03.001.04.122.0002.2.0005.33.90.39.00.00

**Secretaria Municipal de Infraestrutura**

04.001.04.122.0002.2.0056.3.3.90.39.00.00

04.002.15.451.0021.2.0054.3.3.90.39.00.00

04.002.15.452.0021.2.0079.3.3.90.39.00.00

04.002.26.781.0021.2.0357.3.3.90.39.00.00

**Secretaria Municipal de Educação**

05.001.12.122.0002.20331.3.3.90.39.00.00

05.001.12.122.0002.20333.3.3.90.39.00.00

05.001.12.122.0002.20334.3.3.90.39.00.00

05.001.12.128.0002.20080.3.3.90.39.00.00

05.001.12.128.0002.20080.3.3.90.39.00.00

05.002.12.361.0033.20096.3.3.90.39.00.00

**Secretaria Municipal de Saúde**

06.001.10.122.0012.20038.3.3.90.39.00.00

06.001.10.301.0062.20140.3.3.90.39.00.00

06.001.10.302.0064.20146.3.3.90.39.00.00

06.001.10.304.0065.20150.3.3.90.39.00.00

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente**

07.001.20.122.0002.20011.3.3.90.39.00.00

**Secretaria Municipal de Finanças**

08.004.17.512.0020.20052.33.90.39.00.00

08.001.04.123.0002.20008.33.90.39.00.00

**Secretaria Municipal de Assistência Social**

09.004.08.244.0013.2.0050.3.3.90.39.00.00

09.004.08.244.0013.2.0369.3.3.90.39.00.00

09.004.08.244.0013.2.0368.3.3.90.39.00.00

09.004.08.244.0013.2.0367.3.3.90.39.00.00

**Secretaria Municipal de Esportes**

10.001.04.122.0002.2.0326.3.3.90.39.00.00

10.002.27.812.0011.2.0105.3.3.90.39.00.00

**Secretaria Municipal de Planejamento, Turismo e Cultura**

11.003.13.392.0010.20033.33.90.39.00.00

**Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas**

12.001.14.423.0005.20360.3.3.90.39.00.00

**CLÁUSULA NONA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

**9.1** Fica autorizada a adesão a esta Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades das Administrações Públicas Municipais, nos termos do §3º, do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 021/2025.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA**

**10.1** A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**10.2** A Ata de Registro de Preços será acompanhada por um fiscal cujas atribuições são relativas aos aspectos administrativos contratuais da Ata, como: instruir o processo com toda a documentação relativa à execução/fornecimento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc.

**10.3** A Ata de Registro de Preços será fiscalizada por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto.

**10.4** Após a assinatura da Ata de Registro de Preços o fiscal em conjunto com o gestor elaborará o plano de fiscalização da execução do objeto que terá como referência o Edital e a presente a Ata de Registro de Preços e constará as estratégias de execução e fiscalização do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 021/2025.

**10.5** A execução do objeto contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

a) os resultados alcançados em relação a Ata de Registro de Preços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

b) o cumprimento das demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; e

c) a satisfação do público usuário, quando cabível.

**10.6** O fiscal deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a fornecedora:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**10.7** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela fornecedora, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

**10.8** O produto será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto está condizente com a fatura, com as informações na embalagem, com o previsto na Ata de Registro de Preços ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o produto está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro do prazo de validade do produto.

**10.9** O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**10.10** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias se a fornecedora for do município de Brasnorte, 05 (cinco) dias se for de outra cidade dentro do Estado Mato Grosso, e 08 (oito) dias se for cidade de outro Estado do Brasil, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**10.11** Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, conferência da autenticidade da Nota Fiscal e suas certidões negativas fiscais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**10.12** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da fornecedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto contratual.

**10.13** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.14** Os fiscais indicados para a presente Ata de Registro de Preços foram designados através da Portaria nº 477/2026:

**Gabinete do Prefeito Municipal**

Fiscal Titular: Geandra Figueiredo Welter – mat. 6071 – CPF 036.xxx.xxx-44

Fiscal Substituto: Genilson Dall Agnol – mat. 6720 – CPF 020.xxx.xxx-02

Gestora: Franciele da Silva Hermes

**Secretaria Municipal de Administração**

Fiscal Titular: Jeanne Folador dos Santos – mat. 4984 – CPF 035.xxx.xxx-44

Fiscal Substituto: Felipe Colombo Cechini – mat. 4779 – CPF 392.xxx.xxx-64

Gestora: Cecília Ribeiro Campos

**Secretaria Municipal de Infraestrutura**

Fiscal Titular: Jeferson Pereira da Silva – mat. 6352 – CPF 027.xxx.xxx-00

Fiscal Substituto: Nargiw Kenads Valentin Teodoro – mat. 5980 – CPF 017.xxx.xxx-19

Gestor: Andrew Matheus Wagner

**Secretaria Municipal de Educação**

Fiscal Titular: Cristiana Rodrigues Lima – mat. 5948 – CPF 036.xxx.xxx-66

Fiscal Substituto: Ines Pazdiora – mat. 678 – CPF 481.xxx.xxx-49

Gestor: Jonatas Ferreira de Melo

**Secretaria Municipal de Saúde**

Fiscal Titular: Andre Fellype Vieira Teodoro – mat. 5983 – CPF 038.xxx.xxx-83

Gestora: Rosilene Berns Decker

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente**

Fiscal Titular: Valdemir Giacomel – mat. 5753 – CPF 650.xxx.xxx-04

Fiscal Substituto: Rogerio Schroeder – mat. 2959 – CPF 726.xxx.xxx-00

Gestor: Iury Felipe Martins Ribeiro

**Secretaria Municipal de Finanças**

Fiscal Titular: David Eduardo Caeron Magrini – mat. 3858 – CPF 651.xxx.xxx-04

Fiscal Substituto: Thais da Cunha Ferreira Duarte – mat. 4789 – CPF 042.xxx.xxx-79

Gestor: Giovan Luis Burg

**Secretaria Municipal de Assistência Social**

Fiscal Titular: Juliano Rodrigues de Oliveira – mat. 2507 – CPF: 006.xxx.xxx-48

Fiscal Substituto: Cleide Moreira de Souza Santos – mat. 5707 – CPF 712.xxx.xxx-00

Gestora: Lorena Barros Silva

**Secretaria Municipal de Esportes**

Fiscal Titular: Neli de Fatima Cecato Saedt Saunali – mat. 3736– CPF: 042.xxx.xxx-69

Fiscal Substituto: Flavia Carla Grangeiro da Silva – mat. 6959 – CPF: 056.xxx.xxx-39

Gestor: Agmar Antônio de Carvalho

**Secretaria Municipal de Planejamento, Turismo e Cultura**

Fiscal Titular: Roberio da Cruz Souza – mat. 6120 – CPF 045.xxx.xxx-57

Fiscal Substituto: Thayna Gomes do Nascimento – mat. 6351– CPF 060.xxx.xxx-01

Gestora: Cecília Ribeiro Campos

**Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas**

Fiscal Titular: Marcelino Napiocu – mat. 6178 – CPF 975.xxx.xxx-91

Fiscal Substituto: Evanildo Rikbakta – mat. 6431 – CPF 041.xxx.xxx-12

Gestor: Nilo Ribeiro Amoã

**10.15** As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da fornecedora, devendo esta informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2** A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

a) Advertência;

b) Multa Moratória;

c) Multa Compensatória;

d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**11.2.1** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos Órgãos de controle.

**11.4** O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada.

**11.5** Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**11.6** A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

**11.6.1** de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**11.6.2** de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) Recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**11.6.3** de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**11.6.4** de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**11.6.5** de 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013¸ previsto no art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;

f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**11.7** A **multa moratória** é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

**11.7.1** 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

**11.7.2** 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

**11.7.3** 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

**11.7.4** Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**11.7.5** Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**11.8** Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

b) Dar causa à inexecução total do contrato:

b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

f.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

g) Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que a fornecedora tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:

g.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

h) Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.

h.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

**11.8.1** As penalidades descritas no caput do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços.

**11.8.2** A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa.

**11.8.3** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.

**11.9** A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**11.10** O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com a fornecedora/contratada penalizada, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.

**11.11** A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada à fornecedora/contratada estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

**11.11.1** Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**11.12** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada à fornecedora/contratada responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a.1) Pena - de três anos até quatro anos.

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

b.1) Pena - de três anos até seis anos.

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

c.1) Pena - de três anos até seis anos.

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

d.1) Pena - de três anos até cinco anos.

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

e.1) Pena - de três anos até seis anos.

**11.13** A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

**11.14** A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

**11.15** A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada à fornecedora/contratada estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

**11.15.1** Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica

**11.16** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**11.17** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão.

**11.18** A aplicação das sanções previstas no edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**11.19** A aplicação das sanções previstas nos itens acima admite a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos

da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**12.1.1** Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 021/2025 e nº 021/2025 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**12.1.2** Incumbirá à Administração Pública divulgar o presente instrumento no Portal transparência do município, assim como no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

**12.1.3** Fica eleito o foro da Comarca de Brasnorte, MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no arquivo passivo administrativo.

Brasnorte, MT, 09 de novembro de 2026.

**MUNICÍPIO DE BRASNORTE**

**PREFEITO EDELO MARCELO FERRARI**

**CNPJ Nº 01.375.138/0001-38**

**GERENCIADOR/CONTRATANTE**

**RODINEI ARFELI**

**CNPJ Nº 13.981.810/0001-18**

**FORNECEDORA/CONTRATADA**

**Testemunhas:**

Nome: CPF nº:

Nome: CPF nº:

---

**PREFEITURA DE BRASNORTE**
**PORTARIA Nº 535/2026**

**PORTARIA Nº 535/2026**

Designa servidora para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRASNORTE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, em especial os arts. 72, inciso III, e 78, inciso III, e considerando a exoneração do titular da pasta pela Portaria nº 534/2026, para assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** DESIGNAR a servidora ROSILENE BERNS DECKER, CPF nº ***.809.721-**, ocupante do cargo de Diretora de Gestão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27/10/2026 e até a nomeação de novo titular.

**Art. 2º** Durante a interinidade, a servidora exercerá as atribuições do titular da pasta, inclusive a de ordenadora de despesas, sem prejuízo da responsabilidade pelos atos que praticar.

**Art. 3º** Durante a interinidade, a servidora fará jus às vantagens e verbas indenizatórias cabíveis aos Secretários Municipais, na forma da lei.

**Art. 4º** A designação poderá ser revogada a qualquer tempo, a critério do Prefeito Municipal.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Brasnorte/MT, 26 de outubro de 2026.

**EDELO MARCELO FERRARI**

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA DE BRASNORTE**
**PORTARIA Nº 534/2026**

**PORTARIA Nº 534/2026**

Exonera, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, o Senhor Weriky Victor de Oliveira Araujo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRASNORTE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal e na lei que criou o cargo em comissão 030/2009.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** EXONERAR, a partir de 27/10/2026, WERIKY VICTOR DE OLIVEIRA ARAUJO, CPF nº ***.451.591-**, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, DAS 11, para o qual foi nomeado pela Portaria nº 023/2025, de 2 de janeiro de 2025.

**Art. 2º** O exonerado deverá, no prazo de 05 dias, entregar ao seu substituto ou ao Gabinete do Prefeito, mediante termo, os bens, documentos, processos, senhas e acessos a sistemas sob sua responsabilidade.

**Art. 3º** Nos termos dos arts. 81 e 85 da Lei Orgânica do Municí-

pio, o exonerado deverá apresentar a declaração de bens referente ao término do exercício do cargo.

**Art. 4º** Esta Portaria não prejudica a apuração de eventual responsabilidade por atos praticados durante o exercício do cargo.

**Art. 5º** As verbas decorrentes da exoneração serão apuradas e pagas na forma da lei.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Brasnorte/MT, 26 de outubro de 2026.

**EDELO MARCELO FERRARI**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA DE BRASNORTE**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026**

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003**

DIVULGA O RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026.

A Senhora **Claudia Marines Mertens Poletto**, Presidente da Comissão do Concurso Público nº 001/2026, designada pela **Portaria nº 519, de 09 de outubro de 2026**, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em cumprimento ao disposto no item **18.6** do Edital de Concurso Público nº 001/2026, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, o presente **Edital Complementar**, nos seguintes termos:

**1.** Fica divulgado o **resultado do julgamento do recurso interposto contra o indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição**, conforme apresentado a seguir:

| CÓD. RECURSO | INSC | CANDIDATO | CARGO | STATUS DO RECURSO* |
|---|---|---|---|---|
| 2536 | 52642 | GENI KELLY ARAÚJO DA SILVA | 01-Professor Classe B – 30 HS/SEM - Sede do Município | Deferido |

** A consulta à íntegra do julgamento do recurso está disponível na ÁREA RESTRITA DO CANDIDATO.*

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de Brasnorte – MT, nos sites da Prefeitura - (https://www.brasnorte.mt.gov.br) e da Instituição Organizadora – (https://institutoatame.org.br/)

Brasnorte/MT, 10 de novembro de 2026.

**Claudia Marines Mertens Poletto**

Presidente

Comissão do Concurso Público nº 001/2026

**PREFEITURA DE BRASNORTE**
**EDITAL Nº 003 – DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO PRELIMINAR DE INSCRITOS- PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2026**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2026**

**EDITAL Nº 003 – DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO PRELIMINAR DE INSCRITOS**

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2026, nomeada pela Portaria Municipal nº 510/2026, de 06 de outubro de 2026, representada pelo senhor Júlio Rodrigues de Oliveira, Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados e, para que se cumpram os efeitos legais, por meio deste Edital, torna pública a Relação Preliminar de Candidatos Inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2026, conforme Anexo I deste Edital.

Para que surtam os efeitos legais, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Brasnorte – MT, 10 de novembro de 2026.

JULIO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão

CLAUDIA MARINES MERTENS POLETTO

Secretária da Comissão

ELIZABETH CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA LOPES

Representante da Secretaria Municipal de Educação

FERNANDA NERY VARASCHIN CAERON

Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

JAISMA TAIANA PAPADIUK

Representante do Poder Legislativo

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**
**PAUTA DE JULGAMENTO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES NOVEMBRO 2026-2**

**PAUTA DE JULGAMENTO**

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de

2020, e pelo Decreto Nº. 253 de 07 de maio de 2020. Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020. Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

| DATA E HORA | LINK DE ACESSO | |
|---|---|---|
| 16/11/2026 17:30 | https://meet.google.com/jpb-jmny-xzj | |
| **PROCESSO** | **REQUERENTE** | **CONS. RELATOR/REVISOR** |
| 12.028/2026 | Jovino Ângelo de Souza | Adriane Ap. Nascimento |
| 21.990/2026 | Clotilde Marina do Amaral e Silva | Janete Ap. M. O. Amorim |
| 24.470/2026 | Brasilagro Cia Bras. De Propriedades Agrícolas | Richard Rodrigues da Silva |
| 12.987/2026 | Antônia da Guia da Silva Baptista | Edimara Antoni L. Antunes |

Cáceres-MT 04 de novembro de 2026.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA N° 156/2026**

"Dispõe sobre substituição de servidor comissionado do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP e dá outras providências".

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Cáceres-MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

**Considerando** a natureza ininterrupta da prestação dos serviços essenciais de saneamento ambiental;

**Considerando** o gozo de férias do Assessor Administrativo e Financeiro – SSAAP e a premência na continuidade de tomadas de decisões ao longo de sua ausência;

**Considerando** o que consta submetido ao Memorando nº 6.820/2026, via sistema G-Doc,

**RESOLVE:**

**Art. 1°** Designar a servidora **PÂMELLA ANDREZA CORREA MOTTA**, Coordenadora de Planejamento e Gestão Estratégica, para substituir com ônus da respectiva função, o Assessor Administrativo e Financeiro, da Autarquia de Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, **LUIS MARIO CASTRILLON MENDES ARAUJO**, que estará em gozo de férias pelo período de 13 de novembro de 2026 até o dia 22 de novembro de 2026.

**Art. 2°** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 10 de novembro de 2026.

SAMARA BRANT FERREIRA

**DIRETORA EXECUTIVA**

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**ERRATA AO ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 009/2026-SSAAP**

**ERRATA AO ATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 009/2026-SSAAP**, cujo objeto consiste na aquisição de caixas acústicas e amplificadores de som destinadas à divulgação sonora dos caminhões da coleta seletiva e da coleta de resíduos volumosos (cata-treco), em lote único, conforme condições do Termo de Referência nº 037/2026.

Haja vista constatação de erro material no número da Dispensa, faz-se a seguinte correção:

**ONDE SE LÊ:**

**ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 004/2026**

**LEIA-SE:**

**ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 009/2026**

Os demais termos e condições do Ato de Ratificação – Dispensa Nº 009/2026 permanecem inalterados.

Cáceres/MT, 10 de novembro de 2026.

SAMARA BRANT FERREIRA

Diretora Executiva

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 157/2026 – SSAAP**

**Dispõe sobre a substituição e designação de Fiscal de Ata de Registro de Preços no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** a Ata de Registro de Preços nº 16/2025-SSAAP, cujo objeto é a futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições individuais do tipo marmitex, lanches individuais e produtos alimentícios em geral para mutirões, ações integradas da coleta seletiva e domiciliar, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando nº 23137/2026, via plataforma G-Doc,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica alterada a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 16/2025-SSAAP, passando a exercer as respectivas funções os servidores abaixo relacionados:

· **Fiscal Titular:** Ludmila Freitas Ortega Arange.

· **Fiscal Suplente:** Pâmella Andreza Correia Motta.

**Art. 2º.** Compete aos servidores acima designados, acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços nº 16/2025-SSAAP, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e nas normas internas desta Autarquia.

**Art. 3º.** O Fiscal da Ata deverá registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando ou solicitando as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos constatados, bem como comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições.

**Art. 4º.** Fica Revogada a Portaria nº 84/2026-SSAAP.

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 9 de novembro de 2026.

Cáceres, 10 de novembro de 2026.

**SAMARA BRANT FERREIRA**

Diretora Executiva

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 158/2026 – SSAAP**

**Dispõe sobre a substituição e designação de Fiscais de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar o adequado acompanhamento, controle e fiscalização da execução do Contrato Administrativo nº 12/2025-SSAAP, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de Serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas (nacionais e internacionais) para atender às necessidades do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal – SSAAP, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando Nº 23137/2026, via plataforma G-Doc,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica alterada a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 12/2025-SSAAP, passando a exercer as respectivas funções os servidores abaixo relacionados:

· **Fiscal Titular:** Ângela Antunes dos Santos

· **Fiscal Suplente:** Pâmella Andreza Correia Motta.

**Art. 2º.** Compete aos servidores acima designados, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 12/2025-SSAAP, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e nas normas internas desta Autarquia.

**Art. 3º.** O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando ou solicitando as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos constatados, bem como comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições.

**Art. 4º.** Fica revogada a Portaria nº 99/2026-SSAAP.

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 9 de novembro de 2026.

Cáceres, 10 de novembro de 2026.

**SAMARA BRANT FERREIRA**

Diretora Executiva

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 159/2026 – SSAAP**

**Dispõe sobre a substituição e designação de Fiscais de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar o adequado acompanhamento, controle e fiscalização da execução do Contrato Administrativo nº 13/2025-SSAAP, cujo objeto é a Contratação de agência de propaganda, para a prestação de serviço de publicidade para o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, cujas atividades têm por objetivo: estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, intermediação, supervisão, execução de estratégias, e ações de publicidade e atividades complementares, com a finalidade de dar publicidade e divulgar informações institucionais, educativas e de utilidade pública, relacionadas ao saneamento ambiental, ao uso consciente da água e às demais iniciativas desenvolvidas pela autarquia. Além disso, a comunicação adequada contribui para o fortalecimento da imagem institucional e o engajamento comunitário nas questões ambientais e de sustentabilidade;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando Nº 23137/2026, via plataforma G-Doc,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica alterada a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 13/2025-SSAAP, passando a exercer as respectivas funções os servidores abaixo relacionados:

· **Fiscal Titular:** Pâmella Andreza Correia Motta.

· **Fiscal Suplente:** Clevailton dos Santos Brito.

**Art. 2º.** Compete aos servidores acima designados, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 13/2025-SSAAP, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e nas normas internas desta Autarquia.

**Art. 3º.** O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando ou solicitando as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos constatados, bem como comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições.

**Art. 4º.** Fica Revogada a Portaria nº 100/2026-SSAAP.

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a contar de 9 de novembro de 2026.

Cáceres, 10 de novembro de 2026.

**SAMARA BRANT FERREIRA**

Diretora Executiva

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 160/2026 – SSAAP**

**Dispõe sobre a substituição e designação de Fiscais de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** o Contrato Administrativo nº 21/2025-SSAAP, cujo objeto é a contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários de arrecadação/recolhimento de, taxas, tarifas e demais receitas de serviços de água e esgoto do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, através de DAM (Documento Arrecadação Municipal), no padrão Febraban, por intermédio de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, com prestação de contas dos valores arrecadados por meio magnético em prol de conta única, de titularidade da autarquia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando nº 23137/2026, via plataforma G-Doc,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica alterada a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 21/2025-SSAAP, passando a exercer as respectivas funções os servidores abaixo relacionados:

· **Fiscal Titular:** Maria Auxiliadora de Araújo Mahmud.

· **Fiscal Suplente:** Pâmella Andreza Correia Motta.

**Art. 2º.** Compete aos servidores acima designados, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 21/2025-SSAAP, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e nas normas internas desta Autarquia.

**Art. 3º.** O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando ou solicitando as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos constatados, bem como comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições.

**Art. 4º.** Fica revogada a Portaria nº 68/2026-SSAAP.

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 9 de novembro de 2026.

Cáceres, 10 de novembro de 2026.

**SAMARA BRANT FERREIRA**

Diretora Executiva

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 161/2026 – SSAAP**

**Dispõe sobre a substituição e designação de Fiscais de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** o Contrato Administrativo nº 22/2025-SSAAP, cujo objeto é a contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários de arrecadação/recolhimento de, taxas, tarifas e demais receitas de serviços de água e esgoto do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, através de DAM (Documento Arrecadação Municipal), no padrão Febraban, por intermédio de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, com prestação de contas dos valores arrecadados por meio magnético em prol de conta única, de titularidade da autarquia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando nº 23137/2026, via plataforma G-Doc,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica alterada a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 22/2025-SSAAP, passando a exercer as respectivas funções os servidores abaixo relacionados:

· **Fiscal Titular:** Maria Auxiliadora de Araújo Mahmud.

· **Fiscal Suplente:** Pâmella Andreza Correia Motta.

**Art. 2º.** Compete aos servidores acima designados, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 22/2025-SSAAP, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e nas normas internas desta Autarquia.

**Art. 3º.** O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando ou solicitando as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos constatados, bem como comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições.

**Art. 4º.** Fica revogada a Portaria nº 69/2026-SSAAP.

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 9 de novembro de 2026.

Cáceres, 10 de novembro de 2026.

**SAMARA BRANT FERREIRA**

Diretora Executiva

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 162/2026 – SSAAP**

**Dispõe sobre a substituição e designação de Fiscais de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** o Contrato Administrativo nº 23/2025-SSAAP, cujo objeto é a contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários de arrecadação/recolhimento de, taxas, tarifas e demais receitas de serviços de água e esgoto do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, através de DAM (Documento Arrecadação Municipal), no padrão Febraban, por intermédio de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, com prestação de contas dos valores arrecadados por meio magnético em prol de conta única, de titularidade da autarquia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando Nº 23137/2026, via plataforma G-Doc,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica alterada a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 23/2025-SSAAP, passando a exercer as respectivas funções os servidores abaixo relacionados:

· **Fiscal Titular:** Maria Auxiliadora de Araújo Mahmud.

· **Fiscal Suplente:** Pâmella Andreza Correia Motta.

**Art. 2º.** Compete aos servidores acima designados, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 23/2025-SSAAP, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e nas normas internas desta Autarquia.

**Art. 3º.** O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando ou solicitando as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos constatados, bem como comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições.

**Art. 4º.** Fica revogada a Portaria nº 70/2026-SSAAP.

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 9 de novembro de 2026.

Cáceres, 10 de novembro de 2026.

**SAMARA BRANT FERREIRA**

Diretora Executiva

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 163/2026 – SSAAP**

**Dispõe sobre a substituição e designação de Fiscais de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** o Contrato Administrativo nº 25/2025-SSAAP, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições individuais do tipo marmitex, lanches individuais e produtos alimentícios em geral para mutirões, ações integradas da coleta seletiva e domiciliar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando Nº 23137/2026, via plataforma G-Doc,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica alterada a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 25/2025-SSAAP, passando a exercer as respectivas funções os servidores abaixo relacionados:

· **Fiscal Titular:** Pâmella Andreza Correia Motta.

· **Fiscal Suplente:** Heber Souza dos Passos.

**Art. 2º.** Compete aos servidores acima designados, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 25/2025-SSAAP, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e nas normas internas desta Autarquia.

**Art. 3º.** O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando ou solicitando as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos constatados, bem como comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições.

**Art. 4º.** Fica revogada a Portaria nº 82/2026-SSAAP.

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 9 de novembro de 2026.

Cáceres, 10 de novembro de 2026.

**SAMARA BRANT FERREIRA**

Diretora Executiva

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 164/2026 – SSAAP**

**Dispõe sobre a substituição e designação de Fiscais de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** o Contrato Administrativo nº 03/2026-SSAAP, cujo objeto é a contratação de licença de uso do sistema Banco de Preços, ferramenta eletrônica especializada em pesquisa, consolidação e análise de preços praticados em contratações públicas, incluindo acesso à base de dados, funcionalidades de pesquisa e suporte técnico, para atender as necessidades do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal –SSAAP, nas condições

estabelecidas no Termo de Referência;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando nº 23137/2026/2026, via plataforma G-DOC,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica alterada a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 03/2026-SSAAP, passando a exercer as respectivas funções os servidores abaixo relacionados:

· **Fiscal Titular:** Clevailton dos Santos Brito.

· **Fiscal Suplente:** Pâmella Andreza Correia Motta.

**Art. 2º.** Compete aos servidores acima designados, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 03/2026-SSAAP, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e nas normas internas desta Autarquia.

**Art. 3º.** O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando ou solicitando as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos constatados, bem como comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições.

**Art. 4º.** Fica revogada a Portaria nº 83/2026-SSAAP.

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 9 de novembro de 2026.

Cáceres, 10 de novembro de 2026.

**SAMARA BRANT FERREIRA**

Diretora Executiva

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 165/2026 – SSAAP**

**Dispõe sobre a substituição e designação de Fiscais de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º inciso VI, da Lei Complementar Nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** o Contrato Administrativo nº 10/2026-SSAAP, cujo objeto é a contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários de arrecadação/recolhimento de, taxas, tarifas e demais receitas de serviços de água e esgoto do serviço de saneamento ambiental águas do pantanal, através de DAM (documento arrecadação municipal), no padrão Febraban, por intermédio de suas agências e/ou conveniadas em abrangência nacional, com prestação de contas dos valores arrecadados por meio magnético em prol de conta única, de titularidade da autarquia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando nº 23137/2026, via plataforma G-Doc,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica alterada a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 10/2026-SSAAP, passando a exercer as respectivas funções os servidores abaixo relacionados:

· **Fiscal Titular:** Maria Auxiliadora de Araújo Mahmud.

· **Fiscal Suplente:** Pâmella Andreza Correia Motta.

**Art. 2º.** Compete aos servidores acima designados, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 10/2026-SSAAP, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e nas normas internas desta Autarquia.

**Art. 3º.** O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando ou solicitando as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos constatados, bem como comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições.

**Art. 4º.** Fica revogada a Portaria nº 85/2026-SSAAP.

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 9 de novembro de 2026.

Cáceres, 10 de novembro de 2026.

**SAMARA BRANT FERREIRA**

Diretora Executiva

---

**AUTARQUIA AGUAS DO PANTANAL**
**PORTARIA Nº 166/2026 – SSAAP**

**Dispõe sobre a substituição e designação de Fiscais de Contrato Administrativo no SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL e dá outras providências.**

A Diretora Executiva do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º inciso VI, da Lei Complementar Nº 106, de 07/10/2015.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar o adequado acompanhamento, controle e fiscalização da execução do Contrato Administrativo nº 14/2026-SSAAP, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de avaliação médico-pericial, com emissão de laudo técnico circunstanciado, destinados ao atendimento das necessidades do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal – SSAAP, conforme especificações, quantitativos e valores definidos no Processo Administrativo Digital nº 34.225/2026 e no Ato de Ratificação da Dispensa de Licitação nº 08/2026;

**CONSIDERANDO** o que consta submetido ao Memorando nº 23137/2026, via plataforma G-Doc,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica alterada a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 14/2026-SSAAP, passando a exercer as respectivas funções os servidores abaixo relacionados:

· **Fiscal Titular:** Pâmella Andreza Correia Motta.

· **Fiscal Suplente:** Maria Auxiliadora de Araújo Mahmud.

**Art. 2º.** Compete aos servidores acima designados, acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 14/2026-SSAAP, observadas as atribuições previstas na legislação aplicável, no instrumento contratual e nas normas internas desta Autarquia.

**Art. 3º.** O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando ou solicitando as providências necessárias para a regularização de eventuais faltas ou defeitos constatados, bem como comunicar à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atribuições.

**Art. 4º.** Fica revogada a Portaria nº 102/2026-SSAAP.

**Art. 5º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 9 de novembro de 2026.

Cáceres, 10 de novembro de 2026.

**SAMARA BRANT FERREIRA**

Diretora Executiva

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA**
**RESULTADO FINAL DA ETAPA DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO - EDITAL 007/2026**

A Prefeitura Municipal de Cáceres por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SMTC, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o **RESULTADO FINAL DA FASE DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO - Edital nº 007/2026 SELEÇÃO ESPAÇO, AMBIENTES E** INICIATIVAS ARTÍSTICO-CULTURAIS **PARA RECEBER SUBSÍDIO PARA MANUTENÇÃO COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022).**

| Nº | NOME COMPLETO | GRUPOS DE VAGAS - COTAS | PONTUAÇÃO | RESULTADO PRELIMINAR |
|---|---|---|---|---|
| 1- | Associação Cultural e Artística Vitória Régia | Pessoas Negras (pretas e pardas). | 63 PONTOS | SELECIONADO |
| 2- | Amanda Barbosa de Arruda. | Pessoas Negras (pretas e pardas). | 62 PONTOS | SELECIONADO |
| 3- | Lucia Melo Garrido Sanhueza | Pessoas Negras (pretas e pardas). | 43 PONTOS | SELECIONADO |
| 4- | Taynara Duarte Ribeiro. | Ampla Concorrência | 66 PONTOS | SELECIONADO |
| 5- | Instituto Grupo Chalana | Ampla Concorrência | 52 PONTOS | SELECIONADO |
| 6- | Agnaldo Rodrigues da Silva. | Ampla Concorrência | 47 PONTOS | CLASSIFICADO |
| 7- | MultiPatys Produções Artísticas - Patricia Alves Pereira. | Ampla Concorrência | 46 PONTOS | CLASSIFICADO |
| 8- | Hiram Cristhian David Garrido Sanhueza | Ampla Concorrência | 44 PNTOS | CLASSIFICADO |
| 9- | Gaia Produção Cultural | Ampla Concorrência | 36 PONTOS | DESCLASSIFICADO |
| 10- | UNIAYA Centro Biocultural | PCD | 28 PONTOS | DESCLASSIFICADO |

Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**ALESSANDRA CASTILHO PAIVA PAULINO**
Secretária Municipal de Turismo e Cultura
Decreto nº. 238 de 24 de março de 2025

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO UNIFICADO Nº 01/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES/MT – RETIFICAÇÃO II**

O Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, através da Prefeitura Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará as seguintes **retificações**, conforme abaixo discriminado:

**I – RETIFICAR** parcialmente o **CAPÍTULO XV (DOS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO NO CARGO**), excluindo como documento obrigatório o contido no item 15.1.14.2.

Cáceres/MT, 10 de novembro de 2026.

Luciana de Souza Gattass Crepaldi

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Andressa da Silva Mendonça dos Santos

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

---

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 072/2026**

**PORTARIA Nº 072/2026**

***"DISPÕE SOBRE O RESTABELECIMENTO JUDICIAL DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DA SENHORA MARIA JOSÉ DE ALCÂNTARA FERREIRA".***

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVICÁCERES e a Prefeita do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado nos termos da Emenda à Lei Orgânica nº 38, de 21 de dezembro de 2020, Art. 89-D e Art. 89-E, em obediência às disposições da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, em seus parágrafos 1º a 6º do art. 23 e parágrafos 1º e 2º, do art. 26, c/c Art. 12, inciso "I", Art. 23, inciso "IV", alínea "g", item "6", Art. 59, inciso "I", alínea "a" da Lei Complementar nº 143 de 12 de julho de 2019, bem como o teor do processo administrativo eletrônico – PRJUD 26733/2026, de 26/10/2026 e Processo Judicial nº 1008983-96.2025.8.11.0006, da 4º Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cáceres – Mato Grosso.

**Resolve:**

**Art. 1º** Restabelecer, *sub judice*, com fundamento na sentença

judicial proferida nos autos do Processo nº 1008983-96.2025.8.11.0006 da 4º Vara, o benefício de Pensão por Morte, em caráter vitalício, com proventos proporcionais equivalentes a 60% (sessenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, conforme ELO nº 38/2020, em obediência às disposições da EC nº 103/2019, em favor de **Maria José de Alcântara Ferreira**, brasileira, viúva, inscrita no CPF nº 241.***.***-91, em decorrência do falecimento de seu cônjuge, **Luiz Ferreira das Neves**, ocorrido em 27 de junho de 2021, inscrito no CPF nº 156.***.***-53, matrícula funcional nº 9708-1, servidor efetivo no cargo de Guarda, Nível "3", Classe "D", lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, conforme documentação constante do Processo Administrativo Previdenciário nº 028/2021, do PREVICÁCERES.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo o pagamento e seus efeitos desde 27 de junho de 2021,** revogados as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres – MT, 10 de novembro de 2026.

**VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA**

Diretor Executivo

**HOMOLOGO:**

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Prefeita Municipal de Cáceres - MT

---

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES**
**PORTARIA Nº 073/2026**

**PORTARIA Nº 073/2026**

**"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM FAVOR DA SERVIDORA ELIANE DE OLIVEIRA CARDOZO"**

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVICÁCERES e a Prefeita do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado nos termos do art. 89-B, inciso I, da Emenda à Lei Orgânica nº 38, de 21 de dezembro de 2020, em obediência às disposições do caput e §§ 1º a 3º e § 6º, inciso I do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; art. 166, incisos I, II, III, IV e V, §§ 1º a 3º e art. 170, inciso I, alínea "a" da Lei Complementar nº 181, de 03 de maio de 2022, bem como o teor do Processo nº 041 de 14/10/2026, sob protocolo eletrônico nº 27.013/2026 do PREVICÁCERES.

Resolve,

**Art. 1º** Conceder o benefício de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição em favor da servidora Eliane de Oliveira Cardozo, inscrita no CPF nº 570.***.***-15, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, classe "I", nível "4", matriculada sob o nº 4875, lotada na Secretaria Municipal de Educação, contando com o tempo de contribuição correspondente a 11.302 dias, ou seja, 30 (trinta) anos, 11 (onze) meses e 22 (vinte e dois) dias, devidamente prestados e averbados junto à Prefeitura Municipal de Cáceres, fazendo jus aos proventos integrais, conforme consta no processo do PREVICÁCERES nº 041/2026.

**Art. 2º** Os proventos serão calculados com base na totalidade da remuneração de contribuição da servidora no cargo efetivo em que foi concedida a aposentadoria, e reajustados pelo critério da paridade, conforme previsto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

**Art. 3º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário, **com início do pagamento do benefício em 11 de novembro de 2026.**

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 10 de novembro de 2026.

**VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA**

Diretor Executivo

**HOMOLOGO:**

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Prefeita Municipal de Cáceres – MT

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 686 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026**

"Dispõe sobre a nomeação de diretor escolar da rede municipal de ensino de Cáceres-MT e dá outras providências".

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO O QUE CONSTA NO PROCESSO SUBMETIDO AO MEMORANDO GDOC SOB Nº 20.242, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026;**

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Nomear a senhora **LUCIANA APARECIDA LUCENO,** diretora da EM Vitória Régia, para responder cumulativamente, sem ônus, ao cargo em Comissão de Diretora Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Professora Emilia Darci de Souza Cuyabano, a partir do dia **09 de novembro de 2026**.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de novembro de 2026.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

**LUCIANA DE SOUZA GATTASS CREPALDI**

Secretária Municipal de Educação

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO Nº 687 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e:

**CONSIDERANDO** o que consta no processo submetido ao Memorando sob nº 22.514, de 05 de novembro de 2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica declarada a inutilização da numeração do Decreto nº

683, de 05 de novembro de 2026, tendo em vista que o referido ato não foi utilizado para qualquer fim ou vinculado a qualquer pessoa, não acarretando, portanto, prejuízo à administração municipal.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de novembro de 2026.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**

Prefeita Municipal de Cáceres

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA Nº 775 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026**

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

**CONSIDERANDO** o art. 67 da Lei 8.666/1993 e a Lei nº 14.133/2021, que estabelece que a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** o disposto nos Decretos Municipal nº 644/2023 e 156/2024;

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 22.364, de 04 de novembro de 2026;

**RESOLVE**:

**Art.1º** *Designar os servidores ora indicados, lotados* na Secretaria Municipal de Saúde, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

**GESTOR DO CONTRATO:**

Alexandre Ortiz Cruz

**FISCAIS DO CONTRATO:**

**Titular:** Ricardo Vanini

**Suplente:** Moises Pereira da Silva

| Nº Contrato | Contratado | Objeto | Vigência |
|---|---|---|---|
| 159/ 2026-PGM | OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA. | O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de plotagem em veículos, instalação de películas de controle solar (insulfilm) e plotagem colorida de portas e janelas, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no edital e na Ata de Registro de Preços. | 05.11.26 A 04.11.27 |

**§ 1º** Os servidores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

**§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.**

**Art.2º** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de novembro de 2026.

**CLAUDIO HENRIQUE DONATONI**

Secretário Municipal de Saúde

---

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**
**2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AO TERMO DE COMODATO Nº. 002/2024-PGM**

**COMODATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**COMODANTE: MAXIMUS SERVIÇOS INTELIGENTES LTDA.**

**EXTRATO DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS**

**DO OBJETO:** A cessão do Direito de uso do licenciamento do SISTEMA constitui o bem objeto do presente comodato, e o SISTEMA tem por objetivo possibilitar o monitoramento das empresas contribuintes sediadas em Cáceres, para fins de auditoria tributária, administrado pelo COMODATÁRIO.

**DA ASSINATURA:** 24 de outubro de 2026.

**DA VIGÊNCIA:** Pelo período de 12 (doze) meses

**DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**As partes** e em observância à legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**RESOLVEM:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Aditar o PRAZO** do **TERMO DE COMODATO Nº 002/2024-PGM,** para mais 12 (doze) meses**, a contar do dia 24/10/2026 a 24/10/2027.**

**CLÁUSULA SEGUNDA -** Permanecem íntegras e ratificadas as demais cláusulas anteriormente pactuadas no TERMO DE COMODATO nº 002/2024-PGM, naquilo que não contrariam o presente termo aditivo.

Cáceres-MT, 24 de outubro de 2026.

**EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2026-PGM**

ASSESSORIA TECNICA I

**Extrato do 1° Termo Aditivo de Prazo de vigência e execução ao Contrato Administrativo n.º 081/2026-PGM**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Contratada: FORT CONSTRUTORA LTDA

Objeto: Aditar o prazo de vigência contratual e execução da obra para mais 120 (cento e vinte) dias do Contrato Administrativo n.º 081/2026-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e a empresa FORT CONSTRUTORA LTDA.

Cáceres – MT, 10 de novembro de 2026.

**Andressa da Silva Mendonça dos Santos**

**Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

**CONTABILIDADE**

**CERTIDÃO CONTABIL - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA, VISANDO À PROPOSITURA E ACOMPANHAMENTO, ATÉ ÚLTIMA INSTÂNCIA OU FINAL DECISÃO, DE DEMANDA JUDICIAL, NO INTUITO DE REAV**

**CERTIDÃO CONTABIL**

Declaramos, para os devidos fins de direito e prova junto ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Matogrosso – TCE-MT ou a qualquer outro órgão de fiscalização interna ou externa, que existe no Orçamento Geral do Município, dotações orçamentárias com saldo disponível, para cobertura e contabilização provenientes do processo de **INEXIGIBILIDADE nº 17/2026**, para a seguinte finalidade;

| **OBJETO** | |
|---|---|
| **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA, VISANDO À PROPOSITURA E ACOMPANHAMENTO, ATÉ ÚLTIMA INSTÂNCIA OU FINAL DECISÃO, DE DEMANDA JUDICIAL, NO INTUITO DE REAVER AS DIFERENÇAS EXISTENTES EM RAZÃO DA DESATUALIZAÇÃO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO SUS, DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALARES PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.** | |
| **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2026** | **SALDO A SER UTILIZADO** |
| **03- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** | |
| FUNCIONAL PROGRAMÁTICA EXERCÍCIO 2026<br>03.001.04.122.0001.1006. 3.3.90 1.500.0000000 – RED. 34 | **R$ 1.043.348,01** |
| **TOTAL** | **R$ 1.043.348,01** |

**EM CASOS DE ALTERAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMATICA ENTRE O EXERCÍCIO CORRENTE E SUBSEQUENTE, FAZ NECESSÁRIO O APOSTILAMENTO DE NOVA DOTAÇÃO.**

*Contabilidade. Resultado orçamentário deficitário. Contingenciamento de despesas e da movimentação financeira. A fim de se evitar que o resultado orçamentário se apresente deficitário ao final do exercício financeiro, é imprescindível que o chefe do Poder Executivo, nos termos da LRF, segundo o princípio da gestão fiscal responsável (§ 1º do art. 1º), promova o acompanhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (art. 53, inciso III), comparando as receitas realizadas com as previstas para o período, adotando, se necessário, em caso de aquelas apresentarem baixa efetividade, especialmente as de transferências correntes, o contingenciamento das despesas e da movimentação financeira (art. 9º, caput). (CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL. Relator: MOISES MACIEL. Parecer 5/2020 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 17/02/2020. Publicado no DOC/TCE-MT em . Processo 166758/2018). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2020, nº 64, jan/fev/mar/2020).*

Ainda, conforme jurisprudência do TCE-MT cita o ACÓRDÃO Nº: 2394/2015 - TRIBUNAL PLENO “O contador não responde por fracionamento de despesas e pela consequente não realização de processo licitatório, uma vez que não se trata de fato afeto às atribuições inerentes ao seu cargo, mesmo que tenha promovido à contabilização de despesas que, uma vez somadas, exigiriam, em tese, a prévia realização de licitação”.

*A realização de consulta para verificação da existência de saldo orçamentário, com objetivo de subsidiar a realização de processos licitatórios, não se enquadra nas atividades privativas de profissionais com registro no Conselho Regional de Contabilidade (Resolução CFC 560/1983, art. 3°), podendo ser implementada por outro servidor devidamente autorizado, inclusive mediante consulta a sistemas informatizados de finanças e contabilidade pública. (CONSULTAS. Relator: GUILHERME ANTONIO MALUF. Resolução De Consulta 6/2023 - PLENÁRIO. Julgado em 11/04/2023. Publicado no DOC/TCE-MT em . Processo 131628/2022).*

*Planejamento. Orçamento. Despesa sem autorização legislativa. Aprimoramento do sistema de administração financeira. Chefe do Executivo. Unidades orçamentárias. 1) A realização de despesas sem autorização legislativa orçamentária interfere nos aspectos patrimonial, orçamentário e financeiro das contas anuais do ente federado, o que demanda do chefe do Poder Executivo o aprimoramento do sistema de administração financeira, não só por meio dos procedimentos, orientações e normas voltadas ao controle financeiro da Administração, como pela promoção de permanente capacitação dos servidores, lotados nas unidades orçamentárias, e diretamente responsáveis pela gestão dos recursos públicos. 2) Ainda que não seja possível ao chefe do Poder Executivo fiscalizar, de forma concomitante, a legalidade das despesas assumidas em cada uma das unidades orçamentárias, de modo a evitar a ocorrência da realização de despesas sem autorização legislativa e prévio empenho, possui o dever, a partir da ciência dos atos irregulares, de promover as medidas necessárias à apuração de eventuais responsabilidades. (CONTAS ANUAIS DE GOVERNO ESTADUAL. Relator: DOMINGOS NETO. Parecer 55/2021 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 27/04/2021. Publicado no DOC/TCE-MT em . Processo 243370/2019). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2021, nº 72, abr/2021).*

As conclusões aqui dispostas ficam vinculadas as informações apresentadas no processo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que porventura possam ocorrer durante o tramite do certame até a devida contratação.

**Nos termos do que dispõe o inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar 101/00 LRF, declaro que as despesas acima mencionadas possuem adequação orçamentaria quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026 conforme dispõe o Art. 5º da Lei 1.504/2025 que regulamentam o remanejamento de até 30% do total do Orçamento, para suplementar dotações, com déficit orçamentário, em razão de alocação dos recursos necessários para sua realização.**

Sendo o que temos para o momento,

Campinápolis - MT, 10 de novembro de 2026.

**DOUGLAS VENICIO ANTUNES NONNEMACHER**

**CONTADOR CRC/GO – 19107/O-2 T-MT**

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2026**

O Sr. JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, **RATIFICOU**, conforme disposto no art. 74, inc. III da Lei 14.133/21, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2026** a favor da empresa **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita no CNPJ n° 35.542.612/0001-90, A proposta prevê remuneração correspondente a 20% dos valores efetivamente recuperados, equivalente a R$ 0,20 para cada R$ 1,00 ingressado nos cofres municipais. objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA, VISANDO À PROPOSITURA E ACOMPANHAMENTO, ATÉ ÚLTIMA INSTÂNCIA OU FINAL DECISÃO, DE DEMANDA JUDICIAL, NO INTUITO DE REAVER AS DIFERENÇAS EXISTENTES EM RAZÃO DA DESATUALIZAÇÃO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO SUS, DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALARES PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.** Tal contratação justifica-se em virtude de o serviço prestado pela referida empresa se enquadrar no art. 74, inciso III, § 3° da lei 14.133/21, mais especificamente enquadrado em serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedado a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

Campinápolis – MT, 10 de novembro de 2026. JEOVAN FARIA-**Prefeito Municipal**

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.573 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**“Institui o Programa de Recuperação Fiscal para pagamento de Tributos Municipais denominados “REFIS 2026”, e dá outras providências.”.**

**JEOVAN FARIA**, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal para pagamento de Tributos Municipais denominados “REFIS 2026”, com a finalidade de fornecer o adimplemento de créditos tributários, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas relativos a tributos municipal, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os saldos de créditos que tenham sido objeto de parcela anterior, não cumprido integralmente.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta Lei, serão contemplados exclusivamente os tributos nela mencionados, na forma e percentuais estabelecidos;

a) IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

b) ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.

c) Taxa de Licença de Localização e/ou Funcionamento de Estabelecimento (taxa de alvará).

d) ISSQN lançados por SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA.

e) Multas referentes às penalidades e infrações previstas na Lei Complementar nº 046/2013 e alterações posteriores.

**Art. 2º.** Serão concedidos descontos nos seguintes casos:

I. Para pagamento à vista até o dia 11 (onze) de dezembro de 2026: redução de 100% (cem por cento) das multas moratórias e juros de mora;

II. Para pagamento em 03 (três) parcelas mensais: redução de 50% (cinquenta por cento) das multas moratórias e juros mora, sendo o vencimento da 1ª (primeira) parcela para até o dia 11 (onze) de dezembro de 2026;

III. Para pagamento em seis (seis) parcelas mensais: redução de 20% (vinte por cento) das multas moratórias e juros mora, sendo o vencimento da 1ª (primeira) parcela para até o dia 11 (onze) de dezembro de 2026;

IV. Para pagamento em 11 (onze) parcelas mensais não haverá descontos de multas moratórias e juros de mora, sendo o vencimento da 1ª (primeira) parcela para até o dia 11 (onze) de dezembro de 2026;

**Parágrafo único.** Os débitos com a Fazenda Pública Municipal que não forem adimplidos e/ou pagas às parcelas nos prazos e forma dispostos no “Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2026”, instituído por esta Lei, serão inscritos na Dívida Ativa e Protestados em Cartório.

**Art. 3º.** Em relação às multas decorrentes do Poder de Polícia exercido pela Fiscalização de Obras e Posturas referentes a não limpeza de terreno, irregularidades no passeio público (calçadas) ou ainda emitido pela Vigilância Sanitária, serão concedidos, para pagamentos à vista, um desconto de 90% (noventa por cento), com vencimento para até o dia 11 (onze) de dezembro de 2026.

**Art. 4º.** A adesão ao programa poderá ser proposta pelo interessado até o dia 11 (onze) de dezembro de 2026, implicando em renúncia a qualquer outra forma de parcelamento anterior ajustada.

**Parágrafo único.** A adesão ao Programa instituído por esta Lei implica, por parte do contribuinte, prévia confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, bem como renún-

cia e/ou desistência de quaisquer meios de defesa e/ou impugnações judiciais e administrativas, caracterização, ainda, novação de dívida.

**Art. 5º.** Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta Lei, no intuito de gerar direito aos benefícios da mesma.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, em 10 de novembro de 2026.

**JEOVAN FARIA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 113/2026**

**Processo Administrativo Nº 1.718/2026**

**Recebimento das propostas: a partir do dia 11 novembro de 2026, às 08:00 horas.**

**(horário de Brasília - DF)**

**Do encerramento das propostas: dia 25 de novembro de 2026, às 08:00 horas.**

**(horário de Brasília - DF)**

**Data de abertura das propostas: dia 25 de novembro de 2026, às 09:00 horas.**

**(horário de Brasília - DF)**

**Início da sessão de disputa de preços: dia 25 de novembro de 2026, às 09:05 horas.**

**(horário de Brasília - DF).**

**OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, visando assegurar o fornecimento regular de alimentos para o preparo da merenda escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino de Campo Novo do Parecis/MT.**

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: https://bllcompras.com/ Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3380-0500 ramal 305, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**Campo Novo do Parecis-MT**, 10 de novembro de 2026**.**

**Leandro Nery Varaschin**

**Agente de Contratação**

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**LEI N° 2.891, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**Declara de utilidade pública a Associação de Futebol da Melhor Idade - AFMI.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1°** Fica declarada de Utilidade Pública da Associação de Futebol da Melhor Idade - AFMI, com sede nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n° 59.184.261/0001-51.

**Art. 2°** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 9 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTÔNIO PIAIA**

Prefeito Municipal

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

Secretária Municipal de Administração

Autoria: Ver. Deilson Lopes Beiral

**RECURSOS HUMANOS**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2024**

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2024**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2026**

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado 004/2024.

**CONSIDERANDO:**

- Memorando n° 25.567/2026 da Secretaria Municipal de Educação, encaminhado via 1Doc;
- a necessidade administrativa.

**C O N V O C A**

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** *a contar do primeiro dia útil posterior* a data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 7h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado 004/2024.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

**Cargo: AGENTE EDUCACIONAL INFANTIL – AREA URBANA**

| | CANDIDATO |
|---|---|
| 150° | EMANUELLI JUSTEN LEÃO |
| 151º | ILONI EGGERS KLEINERT |

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis - MT, 09 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTONIO PIAIA**
**Prefeito Municipal**

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

| | |
|---|---|
| ***Documento*** | **CHECK LIST ADMISSIONAL (SELETIVOS)** |
| ***Área Responsável*** | Coordenadoria de Recursos Humanos |

| Cópia | Documentação |
|---|---|
| 01 | Identidade (RG); |
| 01 | CPF; |
| 01 | Titulo de Eleitor; |
| 01 | Numero do PIS/PASEP; |
| 01 | Certidão de Reservista ou Alistamento Militar; |
| 01 | Comprovante de Residência; |
| 01 | Histórico Escolar e Diploma(fotocópia autenticada em cartório); |
| 01 | Certidão de casamento e CPF do Cônjuge; |
| 01 | Certidão de nascimento (se for solteiro); |
| 01 | Carteira de Habilitação (na admissão de motoristas); |
| | **Se tiver filhos** |
| 01 | Certidão de Nascimento e CPF dos filhos (até 21 anos); |
| 01 | Cartão de vacina da Criança (se for menor de 05 anos de idade); |
| 01 | Comprovante de frequência escolar dos filhos (para crianças a partir de 05 anos); |
| | **Outros** |
| 01 | Registro no Conselho Regional (na admissão de profissionais habilitados); |
| 01 | Comprovante de quitação c/ o Conselho Regional da área (na admissão de profissionais habilitados); |
| 01 | Certidão Negativa de 1º e 2º grau c/ as respectivas autenticações; (extraídas no sitewww.tjmt.jus.br) |
| 01 | Certidão Negativa de Débitos junto ao Município; (extraída no site da Prefeitura ou no Depto. de Tributação caso não resida em Campo Novo do Parecis); |
| 01 | Certidão de Quitação Eleitoral;(extraída no Cartório Eleitoral ou no site www.tre-mt.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral); |
| 01 | Certidão de Antecedentes Criminais e sua autenticação;(extraída no sitewww.pf.gov.br) |
| 01 | Declaração Anual de Imposto de Renda ou cópia da documentação dos bens que possuir no nome; |
| - | Se Estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no País; |
| - | Conta no Banco Bradesco (Salário ou Corrente); |
| 01 | Foto 3x4 (recente); |

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

***ANEXO I***

**DECLARAÇÃO DE NÃO-ACUMULAÇÃO OU ACUMULAÇÃO LEGAL DE EMPREGO PÚBLICO**

Eu, _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob. o nº _____, residente e domiciliado(a) nesta cidade, aprovado no Processo Seletivo nº 004/2024, para o cargo _____, DECLARO, sob as penas da Lei,que:

( ) **NÃO ocupo** qualquer cargo, emprego, função ou presto serviço em órgão da Administração Direta ou Indireta do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, ou que dos mesmos esteja afastado por qualquer motivo de licença remunerada, não exercendo qualquer atividade que caracterize acúmulo ilegal na forma da lei.

( ) **OCUPO** o ☐cargo ☐emprego ☐função de _____, na Administração ☐Direta ☐Indireta do Poder Público ☐Federal ☐Estadual ☐Municipal, com carga horária mensal de ☐20h ☐30h ☐40h, na forma prevista no art. 37, inciso XVI, alínea _____ da Constituição Federal[1] e, portanto, possuo horário compatível para ministrar, totalizando _____ horas semanais, conforme o Edital do Concurso Público 002/2019.

Ciente de que, em face do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal, a comprovação desta compatibilidade é pressuposto necessário para a nomeação e manutenção no cargo, e que a falta de veracidade das informações poderá resultar na exoneração do mesmo, assino a presente como expressão da verdade.

Campo Novo do Parecis/MT, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura

[1] Art. 37. (...)
XVI – é vedadda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:
a) a de dois cargos de professor;
b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

***ANEXO II***

**DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA OU AUSÊNCIA DE PENALIDADES DISCIPLINARES NO EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO OU FUNÇÃO PÚBLICA**

1. **IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

| | |
|---|---|
| Nome: | Documento de Identidade: |
| Cargo: | Concurso/Processo Seletivo nº: 004/2024 |

( ) DECLARO, para todos os efeitos legais, **não haver sofrido**, no exercício de cargo público ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de advertência, multa, suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, distrital ou municipal.

( ) DECLARO, para todos os efeitos legais, **que já respondi a processo administrativo** e fui penalizado no exercício de cargo público ou de qualquer função pública, conforme discriminado a seguir:

| |
|---|
| Órgão: |
| Infração Disciplinar: |
| Penalidade aplicada: |

( ) DECLARO, para todos os efeitos legais, **que ainda respondo** o processo administrativo, conforme discriminado a seguir:

| |
|---|
| Órgão: |
| Infração Disciplinar: |
| Penalidade prevista: |

**DECLARO**, ainda, ter ciência de que a falta de veracidade das informações oras prestadas poderá resultar na exoneração do cargo, sem prejuízo da responsabilidade penal pela prática do delito de falsidade ideológica, previsto no Código Penal Brasileiro.

Campo Novo do Parecis/MT, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

***ANEXO III***

**DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES**

| | | |
|---|---|---|
| **Nome:** | | **Estado Civil:** |
| **Filiação:** | | |
| **Endereço:** | | |
| **Bairro:** | **Telefone:** | |
| **Lotação:** | | |
| **Data Nascimento:** | **CPF:** | |
| **RG:** | **Órgão Expedidor:** | **Matrícula:** |

**Dependentes:**
Nome Filho: Data Nascimento:
Nome Filho: Data Nascimento:

**Fontes de Renda:**

**FORMA DE ADMISSÃO:**
☐ Servidor Efetivo
☐ Servidor Efetivo com Cargo e/ou Função Gratificada
☐ Servidor Comissionado
☐ Servidor Contratado

**LEGISLAÇÃO**

Lei Municipal n.º 1130/06 – Estatuto dos Servidores Públicos – Art. 26 § 1º.
Instrução Normativa Municipal n.º 19/2009.
Instrução Normativa Municipal n.º 21/2009.
Lei Federal n° 8.429, de 02/06/1992, art. 13.

§ 1° A Declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no país ou no exterior e quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.
§ 2° A Declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
§ 3° Será punido com pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis o agente público que se recusar a prestar Declaração de Bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
§ 4° O declarante a seu critério, poderá entregar cópia da Declaração Anual de Bens, apresentada a Delegacia da Receita Federal na conformidade da Legislação do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

exigência contida no caput e no § 2° deste artigo.

**TABELA DE CÓDIGOS DA DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS *(No País e/ou exterior)***

| *CÓD* | *BENS/DIREITOS* | *CÓD.* | *BENS/DIREITOS* |
|---|---|---|---|
| *01* | *Prédio Residencial* | *46* | *Ouro, Ativo Financeiro.* |
| *02* | *Prédio Comercial* | *47* | *Mercados Futuros, de opções e a Termo.* |
| *03* | *Galpão* | *49* | *Outras Aplicações e Investimentos.* |
| *11* | *Apartamento* | *51* | *Crédito decorrente de Empréstimos.* |
| *12* | *Casa* | *52* | *Crédito decorrente de Alienação.* |
| *13* | *Terreno* | *53* | *Planos PAIT e Cardeneta Pecúlio.* |
| *14* | *Terra Nua* | *54* | *Poupança p/ Constr. ou Aq. de Bem Imóvel.* |
| *15* | *Sala ou Conjunto* | *59* | *Outros Créditos e Poupança Vinculados.* |
| *16* | *Construção* | *61* | *Depósito Bancário em C/C no País.* |
| *17* | *Benfeitorias* | *62* | *Depósito Bancário em C/C no Exterior.* |
| *18* | *Loja* | *63* | *Dinheiro em espécie – Moeda Nacional.* |
| *19* | *Outros Bens Imóveis* | *64* | *Dinheiro em espécie – Moeda Estrangeira.* |
| *21* | *Veículo automor terrestre:* | *69* | *Outros Depósitos à vista e Numerário.* |
| *22* | *automóvel, moto, etc.* | *71* | *Fundo de Investimento Financeiro – FIF* |
| *23* | *Aeronave* | *72* | *Fundo de Aplic. Em Quotas de Fund.Invest.* |
| *24* | *Embarcação* | *73* | *Fundo de Capitalização* |
| *25* | *Bem relacionado c/ o exerc. da* | *74* | *Fundo de Ações, Incl.Cart.Livre e Fund de* |
| *26* | *ativ. Autônoma* | *79* | *Inv.Ext.* |
| *29* | *Jóias, Quadros, Objetos de Arte,* | *91* | *Outros fundos* |
| *31* | *de Coleção, etc* | *92* | *Licença e Concessão Especial* |
| *32* | *Linha Telefônica* | *93* | *Título de Clube e Assemelhado* |
| *39* | *Outros Bens Móveis* | *94* | *Direito de Autor, de Inventor e Patente.* |
| *41* | *Ações (Inclusive as prov. De linha* | *95* | *Direito de Lavra e Assemelhado.* |
| *45* | *Telefônica)* | *99* | *Consórcio não contemplado* |
| | *Quotas ou Quinhões de Capital* | | *Outros Bens e Direitos-Outras informações* |
| | *Outras participações Societárias* | | |
| | *Cardeneta de Poupança* | | |
| | *Aplicação de Renda Fixa (CDB, RDB e outros)* | | |

| *Código* | *Discriminação do Bem ou Direito* | *Valor Venal Atualizado* |
|---|---|---|
| | | |

***TABELA DE DÍVIDAS E ÔNUS REAIS (No País e/ou exterior)***

| CÓD. | DIVIDAS EÔNUS REAIS | CÓD | DIVIDAS E ÔNUS REAIS |
|---|---|---|---|
| *11* | Estabelecimento Bancário Comercial | *17* | Pessoas Físicas |
| *12* | Sociedade de Crédito, financiamento | *18* | Empréstimo Contraído no Exterior |
| *16* | e Invest. | *19* | Outras Dívidas e ônus Reais |
| | Outras pessoas Jurídicas | | |

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

| *CÓDIGO* | DISCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS OU ÔNUS REAIS | VALOR |
|---|---|---|
| | | |
| | | |

**DECLARAÇÃO DE BENS**

Eu, _____, brasileiro (a), portador (a) do RG _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro, para fins de cumprimento das determinações contidas no artigo 26, § 1º, da Lei Municipal n° 1130/06, combinado com o artigo 13 e seus parágrafos da Lei n° 8.429/1992, e para o fim específico de atendimento aos requisitos do serviço público da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT, que estou ciente a respeito do mencionado na TABELA DE CÓDIGOS DA DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS e TABELA DE DÍVIDAS E ÔNUS REAIS. Declaro, ademais, que tenho ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Por ser verdade, firmo o presente

Campo Novo do Parecis/MT, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura

**Obs: As declarações, anexadas neste edital de convocação, deverão ser devidamente preenchidas e assinadas**

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**REPUBLICAÇÃO DA LEI Nº 2.880, VEICULADA NA PÁGINA 6 DA EDIÇÃO EXTRAOFICIAL DO JORNAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, DE 29 DE OUTUBRO DE 2026 (ANO XXI, Nº 5105), PARA FINS DE CORRE**

**REPUBLICAÇÃO da Lei nº 2.880**, veiculada na página 6 da edição extraoficial do Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, de 29 de outubro de 2026 (Ano XXI, nº 5105), para fins de correção da data de sua promulgação.

**LEI N° 2.880, DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

**Altera a Lei n° 2.633, de 7 de março de 2025, que cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, para instituir o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1°** A ementa da Lei n° 2.633, de 7 de março de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário."** (NR)

**Art. 2°** A Lei 2.633, de 7 de março de 2025, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos 10-A, 10-B, 10-C, 10-D, 10-E, 10-F e 10-G:

**"Art. 10-A** Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - FMDRSS, que será gerido e administrado na forma desta Lei.

**Art. 10-B** O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário tem por objetivo a captação e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento rural sustentável do Município.

Parágrafo único As ações de que trata o *caput* deste artigo referem-se prioritariamente aos programas, projetos e atividades de fomento desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Agricultura Familiar.

**Art. 10-C** O FMDRSS terá natureza de fundo público contábil vinculado à administração direta municipal, gerido pelo(a) Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

Parágrafo único O FMDRSS tem por finalidade a criação de condições financeiras e gerência dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços relativos ao desenvolvimento rural sustentável, visando ao aumento de renda, à segurança alimentar do agricultor familiar e o desenvolvimento da economia local.

**Art. 10-D** Compete ao(à) gestor(a) titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente a administração do Fundo para, sob orientação e deliberações dos representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS, definir as prioridades da aplicação dos recursos, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município.

**Art. 10-E** Constituirão recursos do FMDRSS:

I - dotações consignadas anualmente no orçamento municipal, bem como créditos suplementares a ele destinados;

II - recursos financeiros provenientes do Governo Federal, Estadual e de órgãos públicos ou privados, recebidos diretamente ou por meio de convênios e de emendas parlamentares;

III - doações de pessoas físicas e jurídicas, auxílios, contribuições e transferências de entidades nacionais e internacionais, tanto governamentais quanto não governamentais;

IV - rendimentos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, conforme a legislação vigente;

V - taxas resultantes de contrapartidas de serviços prestados aos agricultores familiares, associações e cooperativas de produtores rurais, beneficiados pelas políticas públicas do município;

VI - outros recursos de qualquer origem, concedidos ou transferidos, conforme estabelecido em Lei.

§ 1° As receitas elencadas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta específica a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial do Município, sob a denominação Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - FMDRSS.

§ 2° Os saldos financeiros do FMDRSS verificados ao final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

**Art. 10-F** Os recursos do FMDRSS serão aplicados na execução de projetos, programas e atividades que visem:

I - aquisição de materiais permanentes, veículos, máquinas, implementos, equipamentos e materiais de consumo, insumos agrícolas, peças, combustíveis, lubrificantes, entre outros, bem como pagamento de despesas com contratação de serviços de terceiros para manutenção preventiva e corretiva destes materiais destinados ao fomento da agricultura familiar e indígena;

II - contratação de serviços de terceiros para execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e indígenas;

III - despesas relacionadas a valores e contrapartidas estabelecidas em termos, convênios, emendas parlamentares, contratos com órgãos públicos ou privados, cujo objetivo seja o desenvolvimento sustentável dos produtores rurais e indígenas;

IV - construção, reforma e ampliação de espaços públicos destinados ao fomento da produção, do processamento e da comercialização de produtos da agricultura familiar e indígena do Município;

V - financiar planos, programas, projetos e ações governamentais e não governamentais destinadas:

a) ao desenvolvimento de pesquisas de interesse agropecuário, projetos de melhoramento genético de animais e vegetais;

b) ao treinamento e a capacitação de recursos humanos para assistência técnica;

c) a execução de projetos de assistência técnica e inovações tecnológicas, destinados a potencializar a agricultura familiar;

d) a outras atividades relacionadas ao fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar e indígena, da pecuária leiteira e dos empreendedores da agroindústria de origem animal do Município.

§ 1° Os bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do FMDRSS serão incorporados ao patrimônio do Município, sob administração da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

§ 2° Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos do FMDRSS.

**Art. 10-G** As disposições relativas ao Fundo Municipal de De-

senvolvimento Rural Sustentável e Solidário, após deliberação e aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, poderão ser regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único O FMDRSS terá vigência por prazo indeterminado. “ (NR)

**Art. 3°** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 28 de outubro de 2026.

**EDILSON ANTÔNIO PIAIA**

Prefeito Municipal

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

Secretária Municipal de Administração

Autoria: Poder Executivo

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 1308, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026.**

***Republicado para correção***

EXONERA A PEDIDO, O SENHOR **SATILIO DA SILVA NEVES** DO CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DE APOIO DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DE OBRAS** VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO:**

· o Memorando via 1Doc nº 25.844/2026, proveniente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente datado em 09 de novembro de 2026;

· a necessidade administrativa.

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a partir de 10 de novembro de 2026,** o senhor **SATILIO DA SILVA NEVES,** matrícula 6435, portador do CPF sob nº 024.***.*** - 69, do cargo em comissão de **CHEFE DE APOIO DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO DE OBRAS.**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis - MT, 09 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTONIO PIAIA**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

**Secretária Municipal de Administração**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 1317, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

NOMEAR A SENHORA, **JAQUELINE CRUZ DE OLIVEIRA** NO CARGO EM COMISSÃO DE **DIRETOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA** VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO:**

· o Memorando via 1Doc nº 25.974/2026, proveniente da Secretaria Municipal de Administração, datado em 10 de novembro de 2026;

· a necessidade administrativa.

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR, a partir de 16 de novembro de 2026,** a senhora **JAQUELINE CRUZ DE OLIVEIRA** portadora do CPF sob nº 351.***.*** - 35, para o cargo em comissão de **DIRETOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO SISTÊMICA**.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis - MT, 10 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTONIO PIAIA**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

**Secretária Municipal de Administração**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 1313, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

EXONERA, O SENHOR **FRANCISCO MARCILIO DA SILVA** DO CARGO EM COMISSÃO DE **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - ASSISTENCIA SOCIAL** VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO:**

· o Memorando via 1Doc nº 25.594/2026, proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social datado em 05 de novembro de 2026;

· a necessidade administrativa.

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR, a partir de 17 de novembro de 2026,** o senhor **FRANCISCO MARCILIO DA SILVA,** matrícula 7194, portador do CPF sob nº 000.***.*** - 25, do cargo em comissão de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - ASSISTENCIA SOCIAL.**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis - MT, 10 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTONIO PIAIA**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

**Secretária Municipal de Administração**

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 1314, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

NOMEAR O SENHOR, **FRANCISCO MARCILIO DA SILVA** NO CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DE APOIO ADMINISTRATIVO – ASSISTENCIA SOCIAL** VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO:**

· o Memorando via 1Doc nº 25.594/2026, proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social, datado em 05 de novembro de 2026;

· a necessidade administrativa.

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR, a partir de 18 de novembro de 2026,** o senhor **DANIEL FRANCISCO MARCILIO DA SILVA** portador do CPF sob nº 000.***.*** - 25, para o cargo em comissão de **CHEFE DE APOIO ADMINISTRATIVO – ASSISTENCIA SOCIAL**.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis - MT, 10 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTONIO PIAIA**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

**Secretária Municipal de Administração**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 1315, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

EXONERA, A SENHORA **GESSIKA MACEDO DA CRUZ** DO CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DE APOIO ADMINISTRATIVO - ASSISTÊNCIA SOCIAL** VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO:**

· o Memorando via 1Doc nº 25.598/2026, proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social datado em 05 de novembro de 2026;

· a necessidade administrativa.

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR, a partir de 17 de novembro de 2026,** a senhora **GESSIKA MACEDO DA CRUZ,** matrícula 6401, portadora do CPF sob nº 030.***.*** - 56, do cargo em comissão de **CHEFE DE APOIO ADMINISTRATIVO - ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis - MT, 10 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTONIO PIAIA**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

**Secretária Municipal de Administração**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 1318, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL **MARIA ALICE DA SILVA.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO:**

· o art. 124, da Lei Municipal 1.130 de 11 de julho de 2006;

· o requerimento da servidora;

· o memorando via 1Doc nº 26.018/2026 expedido pela Secretaria Municipal de Esportes.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade** a servidora municipal **Maria Alice da Silva**, matrícula nº 2486, efetiva no cargo de **Operário Braçal**, lotado na Secretaria Municipal de Esportes;

**Art. 2º** A licença será concedida pelo período de **01 (um) mês**, com **início em 16/11/2026 e término em 16/12/2026,** referente ao período aquisitivo 25/05/2020 à 24/05/2025. Ficando um saldo de 2 meses do referido período para usufruir em momento oportuno.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 10 dias de novembro de 2026.

**EDILSON ANTONIO PIAIA**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

**Secretária Municipal de Administração**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 1316, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

NOMEAR A SENHORA, **GESSIKA MACEDO DA CRUZ** NO CARGO EM COMISSÃO DE **CHEFE DIV. DE APOIO ADMINISTRATIVO** VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

**CONSIDERANDO:**

· o Memorando via 1Doc nº 25.958/2026, proveniente da Secretaria Municipal de Administração, datado em 10 de novembro de 2026;

· a necessidade administrativa.

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR, a partir de 17 de novembro de 2026,** a senhora **GESSIKA MACEDO DA CRUZ** portadora do CPF sob nº 030.***.*** - 56, para o cargo em comissão de **CHEFE DIV. DE APOIO ADMINISTRATIVO**.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis - MT, 10 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTONIO PIAIA**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

**Secretária Municipal de Administração**

**RECURSOS HUMANOS**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026**

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/2026**

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado 002/2026.

**CONSIDERANDO:**

- O despacho 10 do memorando nº 24.292/2026, datado de 10 de novembro de 2026, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.
- a necessidade administrativa.

**C O N V O C A**

O candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** *a contar do primeiro dia útil posterior* a data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 7h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado 002/2026.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

**Cargo: FISIOTERAPEUTA – ÁREA URBANA**

| | **CANDIDATO** |
|---|---|
| **02°** | **JULIANA CARDIAS GOMES** |

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis - MT, 10 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTONIO PIAIA**
**Prefeito Municipal**

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

| | |
|---|---|
| ***Documento*** | **CHECK LIST ADMISSIONAL (SELETIVOS)** |
| ***Área Responsável*** | Coordenadoria de Recursos Humanos |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | | **Matricula** | |
| **Função** | | **Inicio de Atividades** | |
| **E-mail** | | **Telefone** | |

| Conformidade | Cópia | Documentação |
|---|---|---|
| | 01 | Identidade (RG); |
| | 01 | CPF; |
| | 01 | Titulo de Eleitor; |
| | 01 | Numero do PIS/PASEP; |
| | 01 | Certidão de Reservista ou Alistamento Militar; |
| | 01 | Comprovante de Residência; |
| | 01 | Histórico Escolar e Diploma(fotocópia autenticada em cartório); |
| | 01 | Certidão de casamento e CPF do Cônjuge; |
| | 01 | Certidão de nascimento (se for solteiro); |
| | 01 | Carteira de Habilitação (na admissão de motoristas); |
| | | **Se tiver filhos** |
| | 01 | Certidão de Nascimento e CPF dos filhos (até 21 anos); |
| | 01 | Cartão de vacina da Criança (se for menor de 05 anos de idade); |
| | 01 | Comprovante de frequência escolar dos filhos (para crianças a partir de 05 anos); |
| | | **Outros** |
| | 01 | Registro no Conselho Regional (na admissão de profissionais habilitados); |
| | 01 | Comprovante de quitação c/ o Conselho Regional da área (na admissão de profissionais habilitados); |
| | 01 | Certidão Negativa de 1º e 2º grau c/ as respectivas autenticações; (extraídas no site www.tjmt.jus.br) |
| | 01 | Certidão Negativa de Débitos junto ao Município; (extraída no site da Prefeitura ou no Depto. de Tributação caso não resida em Campo Novo do Parecis); |
| | 01 | Certidão de Quitação Eleitoral; (extraída no Cartório Eleitoral ou no site www.tre-mt.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral); |
| | 01 | Certidão de Antecedentes Criminais e sua autenticação;(extraída no site www.pf.gov.br) |
| | 01 | Declaração Anual de Imposto de Renda ou cópia da documentação dos bens que possuir no nome; |
| | - | Se Estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no País; |
| | - | Conta no Banco Bradesco (Salário ou Corrente); |
| | 01 | Foto 3x4 (recente); |
| | | |
| | | **Para profissionais da área da saúde, incluir:** |
| | - | Exame de sangue: anti HBS – Anticorpos Antígeno da HEP B; |
| | - | Hemograma completo/ Plaquetas |
| | - | Hepatite C – HCV; VDRL. |

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

***ANEXO I***

**DECLARAÇÃO DE NÃO-ACUMULAÇÃO OU ACUMULAÇÃO LEGAL DE EMPREGO PÚBLICO**

Eu, _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob. o nº _____, residente e domiciliado(a) nesta cidade, aprovado no Processo Seletivo nº 002/2026, para o cargo _____, DECLARO, sob as penas da Lei,que:

(  ) **NÃO ocupo** qualquer cargo, emprego, função ou presto serviço em órgão da Administração Direta ou Indireta do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, ou que dos mesmos esteja afastado por qualquer motivo de licença remunerada, não exercendo qualquer atividade que caracterize acúmulo ilegal na forma da lei.

(  ) **OCUPO** o ☐cargo ☐emprego ☐função de _____, na Administração ☐Direta ☐Indireta do Poder Público ☐Federal ☐Estadual ☐Municipal, com carga horária mensal de ☐20h ☐30h ☐40h, na forma prevista no art. 37, inciso XVI, alínea _____ da Constituição Federal[1] e, portanto, possuo horário compatível para ministrar, totalizando _____ horas semanais, conforme o Edital do Concurso Público 002/2019.

Ciente de que, em face do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal, a comprovação desta compatibilidade é pressuposto necessário para a nomeação e manutenção no cargo, e que a falta de veracidade das informações poderá resultar na exoneração do mesmo, assino a presente como expressão da verdade.

Campo Novo do Parecis/MT, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura

[1] Art. 37. (...)
XVI – é vedadda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:
a) a de dois cargos de professor;
b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

***ANEXO II***

**DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA OU AUSÊNCIA DE PENALIDADES DISCIPLINARES NO EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO OU FUNÇÃO PÚBLICA**

1. **IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

| | |
|---|---|
| Nome: | Documento de Identidade: |
| Cargo: | Concurso/Processo Seletivo nº: 002/2026 |

( ) DECLARO, para todos os efeitos legais, **não haver sofrido**, no exercício de cargo público ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de advertência, multa, suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, distrital ou municipal.

( ) DECLARO, para todos os efeitos legais, **que já respondi a processo administrativo** e fui penalizado no exercício de cargo público ou de qualquer função pública, conforme discriminado a seguir:

| |
|---|
| Órgão: |
| Infração Disciplinar: |
| Penalidade aplicada: |

( ) DECLARO, para todos os efeitos legais, **que ainda respondo** o processo administrativo, conforme discriminado a seguir:

| |
|---|
| Órgão: |
| Infração Disciplinar: |
| Penalidade prevista: |

**DECLARO**, ainda, ter ciência de que a falta de veracidade das informações oras prestadas poderá resultar na exoneração do cargo, sem prejuízo da responsabilidade penal pela prática do delito de falsidade ideológica, previsto no Código Penal Brasileiro.

Campo Novo do Parecis/MT, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

***ANEXO III***

**DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES**

| | | |
|---|---|---|
| **Nome:** | | **Estado Civil:** |
| **Filiação:** | | |
| **Endereço:** | | |
| **Bairro:** | **Telefone:** | |
| **Lotação:** | | |
| **Data Nascimento:** | **CPF:** | |
| **RG:** | **Órgão Expedidor:** | **Matrícula:** |

**Dependentes:**
Nome Filho: Data Nascimento:
Nome Filho: Data Nascimento:

**Fontes de Renda:**

**FORMA DE ADMISSÃO:**
☐ Servidor Efetivo
☐ Servidor Efetivo com Cargo e/ou Função Gratificada
☐ Servidor Comissionado
☐ Servidor Contratado

**LEGISLAÇÃO**

Lei Municipal n.º 1130/06 – Estatuto dos Servidores Públicos – Art. 26 § 1º.
Instrução Normativa Municipal n.º 19/2009.
Instrução Normativa Municipal n.º 21/2009.
Lei Federal n° 8.429, de 02/06/1992, art. 13.

§ 1° A Declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no país ou no exterior e quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.
§ 2° A Declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
§ 3° Será punido com pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis o agente público que se recusar a prestar Declaração de Bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.
§ 4° O declarante a seu critério, poderá entregar cópia da Declaração Anual de Bens, apresentada a Delegacia da Receita Federal na conformidade da Legislação do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no caput e no § 2° deste artigo.

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**TABELA DE CÓDIGOS DA DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS *(No País e/ou exterior)***

| *CÓD* | *BENS/DIREITOS* | *CÓD.* | *BENS/DIREITOS* |
|---|---|---|---|
| *01* | *Prédio Residencial* | *46* | *Ouro, Ativo Financeiro.* |
| *02* | *Prédio Comercial* | *47* | *Mercados Futuros, de opções e a Termo.* |
| *03* | *Galpão* | *49* | *Outras Aplicações e Investimentos.* |
| *11* | *Apartamento* | *51* | *Crédito decorrente de Empréstimos.* |
| *12* | *Casa* | *52* | *Crédito decorrente de Alienação.* |
| *13* | *Terreno* | *53* | *Planos PAIT e Cardeneta Pecúlio.* |
| *14* | *Terra Nua* | *54* | *Poupança p/ Constr. ou Aq. de Bem Imóvel.* |
| *15* | *Sala ou Conjunto* | *59* | *Outros Créditos e Poupança Vinculados.* |
| *16* | *Construção* | *61* | *Depósito Bancário em C/C no País.* |
| *17* | *Benfeitorias* | *62* | *Depósito Bancário em C/C no Exterior.* |
| *18* | *Loja* | *63* | *Dinheiro em espécie – Moeda Nacional.* |
| *19* | *Outros Bens Imóveis* | *64* | *Dinheiro em espécie – Moeda Estrangeira.* |
| *21* | *Veículo automor terrestre:* | *69* | *Outros Depósitos à vista e Numerário.* |
| *22* | *automóvel, moto, etc.* | *71* | *Fundo de Investimento Financeiro – FIF* |
| *23* | *Aeronave* | *72* | *Fundo de Aplic. Em Quotas de Fund.Invest.* |
| *24* | *Embarcação* | *73* | *Fundo de Capitalização* |
| *25* | *Bem relacionado c/ o exerc. da* | *74* | *Fundo de Ações, Incl.Cart.Livre e Fund de* |
| *26* | *ativ. Autônoma* | *79* | *Inv.Ext.* |
| *29* | *Jóias, Quadros, Objetos de Arte,* | *91* | *Outros fundos* |
| *31* | *de Coleção, etc* | *92* | *Licença e Concessão Especial* |
| *32* | *Linha Telefônica* | *93* | *Título de Clube e Assemelhado* |
| *39* | *Outros Bens Móveis* | *94* | *Direito de Autor, de Inventor e Patente.* |
| *41* | *Ações (Inclusive as prov. De linha* | *95* | *Direito de Lavra e Assemelhado.* |
| *45* | *Telefônica)* | *99* | *Consórcio não contemplado* |
| | *Quotas ou Quinhões de Capital* | | *Outros Bens e Direitos-Outras informações* |
| | *Outras participações Societárias* | | |
| | *Cardeneta de Poupança* | | |
| | *Aplicação de Renda Fixa (CDB, RDB e outros)* | | |

| *Código* | *Discriminação do Bem ou Direito* | *Valor Venal Atualizado* |
|---|---|---|
| | | |

***TABELA DE DÍVIDAS E ÔNUS REAIS (No País e/ou exterior)***

| CÓD. | DIVIDAS EÔNUS REAIS | CÓD | DIVIDAS E ÔNUS REAIS |
|---|---|---|---|
| *11* | Estabelecimento Bancário Comercial | *17* | Pessoas Físicas |
| *12* | Sociedade de Crédito, financiamento | *18* | Empréstimo Contraído no Exterior |
| *16* | e Invest. | *19* | Outras Dívidas e ônus Reais |
| | Outras pessoas Jurídicas | | |

| *CÓDIGO* | DISCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS OU ÔNUS REAIS | VALOR |
|---|---|---|
| | | |
| | | |

Governo Municipal
CAMPO NOVO DO PARECIS

Av. Mato Grosso, 66NE, Centro
Campo Novo do Parecis, MT
CEP 78360-000 • 65 3382-5100
CNPJ: 24.772.287/0001-36
www.camponovodoparecis.mt.gov.br

**DECLARAÇÃO DE BENS**

Eu, _____, brasileiro (a), portador (a) do RG _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro, para fins de cumprimento das determinações contidas no artigo 26, § 1º, da Lei Municipal n° 1130/06, combinado com o artigo 13 e seus parágrafos da Lei n° 8.429/1992, e para o fim específico de atendimento aos requisitos do serviço público da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT, que estou ciente a respeito do mencionado na TABELA DE CÓDIGOS DA DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS e TABELA DE DÍVIDAS E ÔNUS REAIS. Declaro, ademais, que tenho ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Por ser verdade, firmo o presente

Campo Novo do Parecis/MT, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura

**Obs: As declarações, anexadas neste edital de convocação, deverão ser devidamente preenchidas e assinadas**

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**PORTARIA N° 1.319, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**Institui Comissão para acompanhamento do Processo Seletivo Público n° 001/2026 destinado ao provimento de cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE) para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando a solicitação proveniente da Secretaria Municipal de Saúde, formalizada por meio do Memorando 1Doc n° 25.684/2026, e nos termos da Lei Municipal n° 1.931, de 29 de maio de 2018,

**RESOLVE**:

**Art. 1°** Instituir a Comissão Organizadora responsável por coordenar, acompanhar e fiscalizar o Processo Seletivo Público n° 001/2026 destinado ao provimento de cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE), para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, a qual será composta pelos seguintes servidores:

I - Presidente: **Marcos da Cunha Rufino**, matrícula funcional n° 582;

II - Secretária: **Thamara Dalzotto Leite Martins**, matrícula funcional n° 2376;

III - Membro: **Cristiane Galli Cardoso**, matrícula funcional n° 3537;

IV - Membro: **Gildevan Cabral de** Araújo, matrícula funcional n° 2643;

V - Membro: **Givaldo Acioli Macedo**, matrícula funcional n° 2834.

**Art. 2°** Compete à Comissão Organizadora:

I - acompanhar e supervisionar a realização das etapas do Processo Seletivo Público, zelando pela observância da legislação aplicável e das disposições estabelecidas no respectivo edital;

II - acompanhar os procedimentos de elaboração, publicação e divulgação do edital e de suas eventuais retificações;

III - acompanhar a execução dos procedimentos de inscrição, seleção, classificação e divulgação dos resultados;

IV - acompanhar a aplicação das provas e a realização das demais etapas previstas no edital, quando houver;

V - acompanhar a análise e o julgamento dos recursos administrativos apresentados pelos candidatos, observadas as competências da banca examinadora ou da entidade responsável pela execução do certame;

VI - adotar as providências administrativas necessárias ao adequado andamento do processo seletivo, dentro de suas atribuições;

VII - zelar pela transparência, publicidade, isonomia e regularidade dos procedimentos; e

VIII - encaminhar à autoridade competente eventuais ocorrências ou irregularidades identificadas durante a realização do certame.

**Art. 3°** Os trabalhos realizados pelos membros da referida Comissão são considerados de relevante interesse público, não gerando direito à percepção de gratificação ou qualquer vantagem pecuniária adicional.

**Art. 4°** A Comissão iniciará seus trabalhos a partir da publicação desta Portaria e permanecerá em atividade até a conclusão dos procedimentos relativos ao Processo Seletivo Público n° 001/2026, devendo apresentar relatório conclusivo à autoridade competente após a homologação do resultado final.

**Art. 5°** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis, 10 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTÔNIO PIAIA**
Prefeito Municipal

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**
Secretária Municipal de Administração

---

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**DECRETO N° 242, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2026**

**Abre no Orçamento vigente crédito adicional suplementar e dá outras providências.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e conforme autorização contida na Lei 2.887, de 5 de novembro de 2026.

**DECRETA:**

**Art. 1°** Fica aberto no corrente exercício crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 7.750.000,00 (sete milhões, setecentos e cinquenta mil reais), nos termos dos artigos 41, I, e 42 da Lei Federal n° 4.320, de 1964, nas seguintes classificações orçamentárias:

**I - 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA:**

a) 07.002 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO:

**Dotação:** 002.15.451.0006.20033

**Projeto/Atividade:** GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

b) 07.003 DEPARTAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO:

**Dotação 1:** 003.15.451.0006.10019

**Projeto/Atividade:** CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE CALÇADAS, MEIO-FIOS E SARJETAS

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 100.000,00 (cem mil reais)

**Dotação 2:** 003.15.451.0006.10021

**Projeto/Atividade:** PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE VIAS URBANAS

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)

c) 07.007 FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE - FMT:

**Dotação 1:** 007.26.782.0006.10027

**Projeto/Atividade:** PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE ESTRADAS VICINAIS

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais)

**Dotação 2:** 007.26.782.0006.10028

**Projeto/Atividade:** CONSTRUÇÃO DE PONTES E BUEIROS

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

**TOTAL R$ 7.750.000,00**

**Art. 2°** Os recursos necessários à execução do crédito suplementar referido no art. 1° deste Decreto decorrerão de excesso de arrecadação, consoante com o art. 43, § 1°, II, da Lei Federal n° 4.320, de 1964.

**Art. 3°** As alterações constantes deste decreto passam a integrar a Lei Municipal n° 2.691, de 15 de agosto de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual PPA para o período de 2026 a 2029, a Lei Municipal n° 2.708, de 7 de outubro 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e a Lei Municipal n° 2.745, de 29 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2026.

**Art. 4°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 6 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTÔNIO PIAIA**

Prefeito Municipal

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

Secretária Municipal de Administração

---

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**DECRETO N° 243, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2026**

**Abre no Orçamento vigente crédito adicional suplementar e dá outras providências.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e conforme autorização contida na Lei 2.885, de 5 de novembro de 2026,

**DECRETA:**

**Art. 1°** Fica aberto no corrente exercício crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais), nos termos dos artigos 41, I, e 42 da Lei Federal n° 4.320, de 1964, nas seguintes classificações orçamentárias:

**I - 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

a) 11.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

**Dotação:** 001.08.122.0002.20093

**Projeto/Atividade:** GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 100.000,00 (cem mil reais)

b) 11.003 CIDADANIA:

**Dotação:** 003.08.245.0017.20097

**Projeto/Atividade:** GESTÃO E APOIO DAS AÇÕES E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DA CIDADANIA

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

c) 11.004 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS:

**Dotação 1:** 004.08.245.0016.20105

**Projeto/Atividade:** GESTÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

**Dotação 2:** 004.08.245.0016.20106

**Projeto/Atividade:** GESTÃO DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 100.000,00 (cem mil reais)

d) 11.008 FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À POLÍTICA DO IDOSO - FUMAPI:

**Dotação:** 008.08.241.0016.20116

**Projeto/Atividade:** GESTÃO DAS AÇÕES DA MELHOR IDADE COM DIGNIDADE

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

**TOTAL R$ 570.000,00**

**Art. 2°** Os recursos necessários à execução do crédito especial referido no art. 1° decorrerão de anulação da seguinte dotação orçamentária, consoante com o art. 43, § 1°, III, da Lei Federal n° 4.320 de 1964:

**I - 11 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

11.009 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS

**Dotação:** 009.08.482.0018.10070

**Projeto/Atividade:** CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

**Elemento de Despesa:** 4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais)

**TOTAL R$ 570.000,00**

**Art. 3°** As alterações constantes deste decreto passam a integrar a Lei Municipal n° 2.691, de 15 de agosto de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual PPA para o período de 2026 a 2029, a Lei Municipal n° 2.708, de 7 de outubro 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e a Lei Municipal n° 2.745, de 29 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2026.

**Art. 4°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 6 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTNIO PIAIA**

Prefeito Municipal

**PRISCILLA GIMENES SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

**Secretária Municipal de Administração**

---

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**DECRETO N° 244, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2026**

**Abre no Orçamento vigente crédito adicional suplementar e dá outras providências.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e conforme autorização contida na Lei n° 2.886,, de 5 de novembro de 2026,

**DECRETA:**

**Art. 1°** Fica aberto no corrente exercício crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.110.000,00 (dois milhões e cento e dez mil reais), nos termos dos artigos 41, I, e 42 da Lei Federal n° 4.320, de 1964, nas seguintes classificações orçamentárias:

**I - 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

a) 09.002 FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:

**Dotação 1:** 002.12.361.0010.20058

**Projeto/Atividade:** MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.1001000.000 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - Exercício

**Valor:** R$ 1.231.067,60 (um milhão, duzentos e trinta e um mil e sessenta e sete reais e sessenta centavos)

**Dotação 2:** 002.12.365.0010.20059

**Projeto/Atividade:** MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.1001000.000 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - Exercício

**Valor:** R$ 378.394,90 (trezentos e setenta e oito mil e trezentos e noventa e quatro reais e noventa centavos)

**Dotação 3:** 002.12.365.0010.20060

**Projeto/Atividade:** MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHES

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.1001000.000 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - Exercício

**Valor:** R$ 500.537,50 (quinhentos mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

**TOTAL R$ 2.110.000,00**

**Art. 2°** Os recursos necessários à execução do crédito suplementar referido no art. 1° deste Decreto decorrerão de excesso de arrecadação de recursos de fonte livre, consoante com o art. 43, § 1°, II, da Lei Federal n° 4.320, de 1964.

**Art. 3°** As alterações constantes deste decreto passam a integrar a Lei Municipal n° 2.691, de 15 de agosto de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual PPA, para o período de 2026 a 2029, a Lei Municipal n° 2.708, de 7 de outubro 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e a Lei Municipal n° 2.745, de 29 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2026.

**Art. 4°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 6 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTÔNIO PIAIA**

Prefeito Municipal

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

Secretária Municipal de Administração

---

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO**
**DECRETO N° 245, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2026**

**Abre no Orçamento vigente crédito adicional suplementar e dá outras providências.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e conforme autorização contida na Lei n° 2.888, de 5 de novembro de 2026,

**DECRETA:**

**Art. 1°** Fica aberto no corrente exercício crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais), nos termos dos artigos 41, I, e 42 da Lei Federal n° 4.320, de 1964, nas seguintes classificações orçamentárias:

**I - 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE:**

a) 08.004 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE:

**Dotação 1:** 004.15.452.0007.20048

**Projeto/Atividade:** MANUTENÇÃO DO PAISAGISMO E PRAÇAS MUNICIPAIS

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais)

**Dotação 2:** 004.15.452.0009.20049

**Projeto/Atividade:** GESTÃO E MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 1.260.000,00 (um milhão e duzentos e sessenta mil reais)

**Dotação 3:** 004.15.452.0009.20049

**Projeto/Atividade:** GESTÃO E MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 2.500.0000000.000 Recursos Ordinários - Exercício Anterior

**Valor:** R$ 90.000,00 (noventa mil reais)

**Dotação 4:** 004.18.542.0009.20052

**Projeto/Atividade:** GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ECOPONTO MUNICIPAL

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000.000 Recursos Não Vinculados de Impostos - Exercício

**Valor:** R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

**TOTAL R$ 1.950.000,00**

**Art. 2° Os recursos necessários à execução do crédito suplementar referido no art. 1°, I, dotações 1, 2 e 4, no valor de R$ 1.860.000,00 (um milhão, oitocentos e sessenta mil reais) decorrerão de excesso de arrecadação, consoante com o art. 43, § 1°, II, da Lei Federal n° 4.320, de 1964.**

**Art. 3° Os recursos necessários à execução do crédito suplementar referido no art. 1°, I, dotação 3, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) decorrerão de anulação da seguinte dotação orçamentária, consoante com o art. 43, § 1°, III, da Lei Federal n° 4.320, de 1964:**

**I - 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA:**

05.001 GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

**Dotação:** 001.13.122.0002.20020

**Projeto/Atividade:** GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas

**Fonte de Recurso:** 2.500.0000000.000 Recursos Ordinários - Exercício Anterior

**Valor:** R$ 90.000,00 (noventa mil reais)

**TOTAL R$ 90.000,00**

**Art. 4°** As alterações constantes deste decreto passam a integrar a Lei Municipal n° 2.691, de 15 de agosto de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual PPA, para o período de 2026 a 2029, a Lei Municipal n° 2.708, de 7 de outubro 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 e a Lei Municipal n° 2.745 de 29 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2026.

**Art. 5°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 6 de novembro de 2026.

**EDILSON ANTÔNIO PIAIA**

Prefeito Municipal

**PRISCILLA GIMENEZ SIQUEIRA GONÇALVES OLSSON**

Secretária Municipal de Administração

---

## SECRETARIAS MUNICIPAIS
## REGULAMENTO SEMEL Nº 014/2026 – 3º TORNEIO PARECIS SOCIETY 2026

## REGULAMENTO SEMEL Nº 014/2026 – 3º TORNEIO PARECIS SOCIETY 2026

### 1. DA COMPETIÇÃO

**1.1.** O 3º Torneio Parecis de Futebol 7 Society será realizado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Campo Novo do Parecis (SEMEL/CNP) nos dias 28 e 29 de novembro de 2026.

**1.2.** O Torneio será realizado nos Campos Society dos bairros Olenka e Jardim das Palmeiras (Praça da Bíblia), conforme cronograma a ser divulgado pela SEMEL/CNP.

**1.3.** As regras do jogo serão regidas por esse regulamento e pela CBF7.

### 2. DAS INSCRIÇÕES

**2.1.** As inscrições das equipes serão realizadas no período de 11 de novembro de 2026, até as 17h do dia 25 de novembro de 2026, por meio da plataforma Placarsoft através do link: https://camponovodoparecis.portal.placarsoft.com.br/

**2.1.1. As inscrições serão limitadas a 32 (trinta e duas) equipes masculinas e 08 (oito) equipes femininas.**

**2.2.** Para efetivar a inscrição, cada equipe masculina deverá entregar 02 (duas) cestas básicas no valor mínimo de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e para as equipes femininas deverá entregar 01 (uma) cesta básica no valor mínimo de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

**2.3.** São condições obrigatórias para a inscrição:

I – Preencher integralmente a ficha de inscrição até a data limite;

II – Estar devidamente inscrito na equipe de acordo com os dados fornecidos;

III – Entregar as cestas básicas na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer em horário comercial de funcionamento.

**2.4.** A inscrição da equipe somente será confirmada após a entrega das cestas básicas;

**2.5.** Não serão aceitas alterações na composição da equipe após o encerramento das inscrições.

### 3. DOS PARTICIPANTES E DA CATEGORIA

**3.1.** Cada equipe poderá inscrever até 15 (quinze) atletas aptos a jogar, 01 (um) treinador e 01 (um) auxiliar técnico.

**3.2.** As equipes e atletas participantes serão considerados conhecedores da legislação desportiva vigente e deste Regulamento.

**3.3.** É vedada a participação de um atleta em mais de uma equipe, inclusive na condição de treinador, se tiver inscrito em mais de uma equipe valerá apenas a inscrição na equipe em que jogar primeiro.

**3.4.** Poderão participar atletas com idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos até a data da inscrição, sendo que a inclusão de atleta menor de idade é de inteira responsabilidade da equipe.

**3.4.1.** Atletas entre 16 e 18 anos incompletos deverão apresentar autorização dos pais ou responsáveis, registrada em cartório ou assinada digitalmente.

**3.4.2.** Não serão aceitos documentos entregues no dia do Torneio. Serão aceitos a entrega os documentos devidamente assinados e registrados na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer em horário comercial de funcionamento.

**3.5.** As categorias serão livres, masculino e feminino, com idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos.

**3.6.** A responsabilidade pela saúde, aptidão física e condições de jogo dos atletas é exclusiva das equipes e dos próprios atletas

**3.6.1.** A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer fica isenta de responsabilidade sobre ocorrências envolvendo os participantes.

**3.7.** A equipe participante está obrigada a acatar e se submeter integralmente ao sistema de disputa aprovado no Congresso Técnico, desistindo e renunciando expressamente a qualquer ação ou medida judicial que vise alterar o formato da competição ou sua classificação geral.

**3.8.** A equipe participante responderá integralmente pelos prejuízos financeiros que causar a seus adversários, ao Torneio ou a quaisquer responsáveis pela organização e promoção da competição.

**3.9.** O atleta que possuir pendências disciplinares perante SEMEL

só poderá jogar a partida após a sua regularização.

**3.9.1. Em caso de participação irregular de um atleta em uma partida específica (ex: atleta não inscrito, suspenso ou com pendência disciplinar), a equipe será automaticamente eliminada do torneio e declarada perdedora pelo placar de 1x0 para a equipe adversária.**

**4. DA PREMIAÇÃO**

**4.1.** Além de troféu, os atletas receberão uma premiação em valores, conforme a classificação abaixo:

**I - Categoria Livre Masculino:**

1º Lugar: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

2º Lugar: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

3° lugar: R$ 2.000,00 (dois mil reais)

**II - Categoria Livre Feminino:**

1º Lugar: R$ 3.000,00 (três mil reais)

2º Lugar: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

3° lugar: R$ 500,00 (quinhentos reais)

**4.2.** A dotação orçamentária usada para pagamento das premiações será a seguinte:

06 – Secretaria Municipal de Esportes e lazer 002 – Desporto Comunitário

27.812.0005.20029 – Gestão e Apoio a Eventos Esportivos e Lazer Fonte – 15000000750

**4.3. Do valor da premiação será deduzido (descontado) o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, em conformidade com a tabela vigente à época da incidência tributária.**

**4.4.** As premiações em valores serão pagas em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos necessários e a publicação dos resultados em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, através dos dados bancários indicados na ficha de inscrição da equipe.

**4.5.** Para fins de pagamento da premiação, a conta bancária informada deverá, obrigatoriamente, ser conta corrente, de titularidade do representante legal da equipe ou por pessoa por ele autorizada.

**5. TEMPO DE JOGO, DISPUTA E W.O.**

**5.1.** As partidas do torneio obedecerão aos seguintes tempos de jogo:

I – Nos jogos eliminatórios, a duração será de 1 (um) tempo de 20 (vinte) minutos corridos;

II – Nos jogos de repescagem, a duração será de 1 (um) tempo de 15 (quinze) minutos corridos.

**5.2.** Em caso de empate entre duas equipes, o vencedor será definido por meio de cobranças de penalidades, observados os seguintes critérios:

I – Cada equipe realizará 3 (três) cobranças iniciais de forma alternada;

II – Persistindo o empate, as cobranças continuarão de forma alternada até que se determine o vencedor.

**5.3.** A equipe que der causa à ocorrência de WXO será automaticamente eliminada do torneio, sem direito a recurso.

**6. PENALIDADES**

**6.1.** O atleta punido com cartão vermelho estará automaticamente suspenso por uma partida do torneio, podendo retornar à competição após o cumprimento da partida suspensa.

**6.1.1.** A equipe que sofrer penalidade com cartão vermelho permanecerá com atleta a menos até o término da partida.

**6.2.** O cartão amarelo não acarretará tempo de suspensão, não sendo necessário o afastamento do atleta por 2 (dois) minutos.

**6.3.** Em caso de briga com agressões entre duas equipes, estando dentro de campo ou fora dele, ambas as equipes serão imediatamente desclassificadas do torneio.

**6.3.1** Em caso de briga entre dois jogadores de equipes diferentes ou da mesma equipe, estes jogadores serão eliminados do torneio.

**6.4.** Agressões à arbitragem, ao mesário ou a membros da comissão organizadora resultarão na exclusão imediata do infrator do torneio, com encaminhamento à Comissão Disciplinar para julgamento.

**6.4.1.** Em caso de agressão ou briga o infrator será eliminado de todos os eventos e competições realizados e apoiados pela SEMEL/CNP, inclusive os que estão em andamento.

**6.4.2.** Em caso de insultos verbais, ameaças ou agressão física, contra a comissão organizadora, árbitros, torcedores de equipes participantes do torneio, sendo este participante inscrito ou não inscrito no torneio, será levado a comissão disciplinar e tomadas as medidas cabíveis, podendo ser eliminado do torneio e de todos os eventos realizados ou apoiados pela SEMEL.

**7. DOS UNIFORMES**

**7.1.** As equipes deverão se apresentar para as partidas com uniforme completo e padronizado, composto por:

I – Camiseta;

II – Short;

III – Meião;

IV – Caneleira.

**7.2.** Todos os atletas da equipe devem utilizar camisetas da mesma cor e modelo, sendo permitidas variações apenas nos números.

**7.2.1**. O goleiro deverá jogar com uniforme de cor diferente dos demais atletas da equipe e do adversário.

**7.3.** É obrigatório que cada atleta utilize numeração visível e não repetida na camiseta, permitindo adequada identificação pela arbitragem e pela organização.

**7.4.** A equipe que não apresentar uniforme adequado poderá ser impedida de participar da partida, a critério da arbitragem e da organização.

**7.5.** Em casos de semelhança de cores entre os uniformes das equipes adversárias, caberá ao árbitro determinar qual equipe deverá realizar a troca, priorizando-se a equipe que possuir uniforme alternativo.

**8. DOS RECURSOS**

**8.1.** Os recursos deverão ser protocolados junto à Organização do Torneio no prazo máximo de 10 (dez) minutos após o término da partida objeto da contestação.

**8.1.1.** O recurso somente será recebido pela Comissão Disciplinar mediante a entrega, juntamente com o protesto e seus documentos pertinentes, de 05 (cinco) kgs de ração canina.

**9. CONGRESSO TÉCNICO E SORTEIO DOS CONFRONTOS**

**9.1.** O Congresso técnico e sorteio dos confrontos será realizado no dia 26 de novembro de 2026 às 19h no Ginásio João Laurindo, Centro.

**9.2.** Em todas as fases do torneio serão realizados sorteios para a definição dos confrontos.

**10. DISPOSIÇÕES GERAIS FINAIS**

**10.1.** Os casos omissos do presente Regulamento serão solucionados pela organização de acordo com as técnicas apropriadas de interpretação jurídica, buscando soluções que se harmonize com o sistema legal adotado.

Campo Novo do Parecis – MT, 06 de novembro de 2026.

**JHONATTÃ LUIZ ROMANO**

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Portaria nº 003/2025

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 206/2026

ESPÉCIE: Aquisição

OBJETO: Contratação direta por meio de dispensa de licitação, processada pelo rito comum, objetivando à aquisição de 01 (uma) carroceria de madeira, tipo carga aberta, ano/modelo 2026, com fornecimento e instalação no caminhão IVECO TECTOR 11-190, pertencente ao Município de Campos de Júlio – MT, com dimensões de 6,20 m de comprimento, 2,30 m de largura e 0,45 m de altura, acessórios de segurança e amarração de carga, iluminação lateral em LED, para-choque e caixa de ferramentas.

VALOR GLOBAL: R$30.000,00 (trinta mil reais)

DOTAÇÃO: **Órgão:** 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

**Unidade:** 02 - Departamento de Reflorestamento e Meio Ambiente

**Centro de Custo:** 610 – Departamento de Reflorestamento e Meio Ambiente

**Ficha:** 903/2026 - Desdobro: 4.4.90.52.48.00.00

VIGÊNCIA**:** 1 (um) mês

VINCULAÇÃO: Processo Licitatório nº 125/2026, Dispensa de Licitação nº 024/2026.

PARTES: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT / CONTRATANTE, e ALLIANCE CARROCERIAS LTDA. CNPJ nº 45.559.670/0001-80./ CONTRATADA.

---

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2026

ESPÉCIE: Serviço

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia Clínica, compreendendo o gerenciamento global de ativos, a execução de manutenções preventivas, manutenções corretivas (com fornecimento de peças), calibrações, ensaios de segurança elétrica e testes de desempenho em equipamentos médico-hospitalares, odonto e laboratoriais (EMH), a fim de atender às necessidades operacionais e regulatórias do Hospital Municipal e das Unidades de Atenção Básica de Saúde do Município.

VALOR GLOBAL: **R$47.445,90 (quarenta e sete mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos)**

DOTAÇÃO:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 1 – Fundo Municipal de Saúde

Centro de Custo: 232 – Hospital Municipal Leocyr Lazaretti

Projeto/Atividade: 2038 - Gerenciamento do Hospital Municipal Leocyr Lazaretti.

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.17.00.00.00

Ficha: 386

Valor: R$ 23.722,96

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 1 – Fundo Municipal de Saúde

Centro de Custo: 744 – Atenção Primária

Elemento da Despesa: 3.3.90.39.17.00.00.00

Ficha: 328

Valor: R$ 23.722,94

VIGÊNCIA**:** 2 (dois) meses

VINCULAÇÃO: Processo Licitatório nº 124/2026, Dispensa de Licitação nº 023/2026.

PARTES: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT / CONTRATANTE, e AIRMED MEDICAL LTDA, CNPJ nº 47.217.118/0001-30 / CONTRATADA.

---

### EXTRATO DO 22º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 68/2023

DA ESPÉCIE: Compra e venda

DO OBJETO: Fornecimento de combustíveis automotores (Óleo Diesel S10).

VALOR ANTERIOR: **R$ 7,59** (Sete Reais e Cinquenta e Nove Centavos)

VALOR ATUALIZADO: **R$ 6,91** (Seis Reais e Noventa e Um Centavos)

PARTES: MUNÍCIPIO DE CAMPOS DE JÚLIO/ CONTRATANTE, e a empresa MT COMERCIO DE COMBUSTIVÉIS LTDA/CNPJ: 04.275.611/0002-84/ CONTRATADA.

*Jefam Juno Chuilki Arruda*

*Fiscal de Contratos / Port. 416/25*

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT.

---

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 074/2026

**ESPÉCIE:** Prestação de Serviços

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em Serviços de Consultoria, Planejamento e Gestão Turística para o desenvolvimento endógeno sustentável para atender as necessidades do Departamento Municipal de Turismo do Município de Campos de Júlio – MT.

**ADITAMENTO:** Prorrogação de Prazo de Vigência.

**DO PRAZO**: A nova vigência contratual será de **17/12/2026 à 16/12/2027**

**VINCULAÇÃO**: Processo de Compra nº 0164/2026 e Solicitações 0164/2026.

**PARTES: PARTES:** Município de Campos de Júlio – MT, CNPJ 01.614.516/0001-99 – Irineu Marcos Parmeggiani – Prefeito - Contratante, e Empresa E7 Consultoria, Planejamento e Gestão Tu-

rística por João Eduardo AS Costa Moreira Brito - CNPJ sob o nº 14.975.925/0001-62 / Contratada.

*Josiane Ribeiro da Silva - Fiscal de Contratos*

*Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT.*

---

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 211/2024**

**DA ESPÉCIE:** Prestação de serviços.

**DO OBJETO CONTRATUAL:** Prestação de serviços de limpeza, tratamento e manutenção preventiva e corretiva da piscina localizada no Centro de Convivência dos Idosos, anexo à Secretaria Municipal de Assistência Social.

**DO ADITAMENTO:** Prorrogação de prazo de Vigência para mais 12 meses

Da Vigência Prorrogada: de 05/12/2026 a 04/12/2027.

**VINCULAÇÃO:** Processo Licitatório nº 132/2024, Dispensa de Licitação nº 25/2024.

**PARTES:** Município de Campos de Júlio – MT, CNPJ 01.614.516/0001-99 – Irineu Marcos Parmeggiani – Prefeito - Contratante, e a João Batista de Oliveira, CNPJ nº 57.276.962/0001-95/ Contratada.

*Josiane Ribeiro da Silva - Fiscal de Contratos*

*Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT.*

---

**RESOLUÇÃO Nº. 001/2026 - CMDM**

*Dispõe sobre a aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM para o exercício de 2027.*

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM DE CAMPOS DE JÚLIO/MT**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 256, de 13 de junho de 2005, e suas alterações promovidas pelas Leis Municipais nº 727, de 24 de novembro de 2015, e nº 2.167, de 17 de dezembro de 2024;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer o calendário anual de reuniões ordinárias do CMDM para o exercício de 2027, visando à organização e ao planejamento das atividades do Conselho;

**CONSIDERANDO** que o calendário de reuniões ordinárias para o exercício de 2027 foi apresentado, discutido e aprovado em plenária, durante a reunião realizada em 03 de novembro de 2026, conforme registrado na Ata nº 006/2026.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de Campos de Júlio/MT para o exercício de 2027, conforme cronograma constante no Anexo Único desta Resolução.

**Art. 2º** As reuniões ordinárias serão realizadas trimestralmente, na primeira quarta-feira dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, às 8h, nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

**Art. 3º** O calendário aprovado será divulgado aos membros do CMDM e disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio/MT, 10 de novembro de 2026.

**STEFANY DE ALENCAR COUTINHO DA SILVA**

**Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**

**CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CMDM – 2027**

**Local:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

**Horário:** 8h

**Periodicidade:** Trimestral – primeira quarta-feira do mês.

| | |
|---|---|
| • **03/02/2027** | • **Fevereiro** |
| • **05/05/2027** | • **Maio** |
| • **04/08/2027** | • **Agosto** |
| • **03/11/2027** | • **Novembro** |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

### SMADRH - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº 955, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2026

**PORTARIA Nº 955, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, CONFORME DESPACHO DE INSTAURAÇÃO N.º 022/2026, EM DESFAVOR DE ALIMEX LMA LTDA.**

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Municipal N.º 097, de 18 de novembro de 2024,

Considerando o Despacho de Instauração N.º 022/2026 e os fatos descritos no Ofício N.º 23/2026 da Secretaria Municipal de Educação, relacionados à Ata de Registro de Preços N.º 103/2026, decorrente do Pregão Eletrônico N.º 022/2026 e Processo Licitatório N.º 866/2026,

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º** - Instaurar Processo Administrativo Sancionador para apurar os fatos noticiados e a eventual responsabilidade administrativa da empresa **ALIMEX LMA LTDA**, CNPJ N.º 55.602.279/0001-75, no âmbito da **Ata de Registro de Preços N.º 103/2026**, Pregão Eletrônico N.º 022/2026 e Processo Licitatório N.º 866/2026, especialmente quanto a atrasos e entregas incompletas nas NADs N.º 11335/2026, 12430/2026, 12294/2026 e 11929/2026, bem como quanto à possível pendência relacionada à NAD N.º 12749/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja correspondência com a requisição indicada no Ofício N.º 23/2026 e cujo efetivo descumprimento deverão ser esclarecidos no curso da instrução.

**ARTIGO 2º -** Determinar que a instrução seja conduzida pela Comissão de Processo Administrativo Sancionador nomeada pela Portaria N.º 315, de 27 de março de 2026, composta pelos seguintes membros titulares e suplente:

§ JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO, matrícula 8955.1, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Serviços Administrativos;

§ MARIA DE LOURDES DA SILVA, matrícula 6858.1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo;

§ SONIA CARDOSO TOFOLETTE, matrícula 7286.1, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Segurança do Trabalho;

§ ADENILSON DA CONCEICAO SOUSA, matrícula 8907.1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional, membro suplente, para atuar em caso de ausência, impedimento, suspeição ou afastamento de quaisquer dos membros titulares.

**ARTIGO 3º -** O Processo Administrativo Sancionador deverá ser concluído no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de publicação desta Portaria, nos termos do Decreto Municipal N.º 097/2024.

**ARTIGO 4º -** O processo será autuado sob o número 022/2026.

**ARTIGO 5º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, aos 9 dias do mês de novembro de 2026.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

### SMADRH - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
### DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR N.º 023/2026

**DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO**

**ADMINISTRATIVO SANCIONADOR N.º 023/2026**

Interessado(a): **KLC COMERCIO E SOLUCOES LTDA, CNPJ N.º 42.412.303/0001-61**

**DOS FATOS**

Foi encaminhado pelo Departamento de Tecnologia da Informação, por meio do Ofício N.º DTI 287/2026, de 5 de novembro de 2026, expediente solicitando a instauração de Processo Administrativo Sancionador em desfavor da empresa **KLC COMERCIO E SOLUCOES LTDA**, em razão de possíveis irregularidades no fornecimento de equipamentos de informática decorrentes da **Ata de Registro de Preços N.º 324/2025, Pregão Eletrônico N.º 058/2025 e Processo Licitatório N.º 2342/2025**.

Segundo o expediente, a empresa não teria fornecido, nos prazos exigíveis, os itens de armazenamento SSD solicitados nas NADs N.º 386/2026, de 28 de janeiro de 2026, e 3709/2026, de 27 de março de 2026, ambas referentes à aquisição de uma unidade de SSD 960 GB ou 1 TB SATA III, no valor unitário de R$ 399,00. As NADs totalizam R$ 798,00 e atendem, respectivamente, às Secretarias Municipais de Planejamento e de Obras, Viação e Serviços Públicos.

Constam dos anexos notificações preliminares de 14 de abril, 29 de setembro, 8 de outubro e 19 de outubro de 2026, acompanhadas de registros de encaminhamento eletrônico, pelas quais a fiscalização informou as pendências, solicitou providências e advertiu sobre a possibilidade de apuração administrativa. O Ofício relata a ausência de entrega até seu encaminhamento, circunstância que deverá ser confirmada durante a instrução.

A empresa apresentou manifestações em 16 de abril e em 1º, 11 e 20 de outubro de 2026, nas quais alegou elevação extraordinária dos preços dos SSDs e inviabilidade econômica do fornecimento pelos valores registrados. Afirmou, ainda, ter formulado pedido de desistência do item em 16 de abril de 2026 e reiterou a necessidade de apreciação formal pela Administração, juntando referências de mercado e cotações em suas comunicações.

A Ata de Registro de Preços N.º 324/2025 prevê, no item 4.3, alínea “a”, prazo geral de 10 (dez) dias úteis a contar da emissão da NAD, enquanto o item 14.1, alínea “n”, estabelece atendimento em até 15 (quinze) dias contados do recebimento. A Ata também disciplina o reequilíbrio e a revisão de preços no item 17, o cancelamento do registro nos itens 19 e 21 e as sanções administrativas no item 20.

A documentação encaminhada apresenta indícios de inadimplemento aptos a justificar apuração formal, mas não permite concluir, nesta fase, sobre as datas efetivas de recebimento das requisições, eventual regularização, a situação administrativa do pedido formulado pela fornecedora ou a procedência das justificativas econômico-financeiras. A instauração não constitui declaração antecipada de responsabilidade ou aplicação de penalidade.

**DA ANÁLISE**

Trata-se de juízo de admissibilidade para apuração de possível descumprimento de obrigações assumidas pela empresa KLC COMERCIO E SOLUCOES LTDA no âmbito da Ata de Registro de Preços N.º 324/2025, a partir dos fatos e dos documentos encaminhados pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

A Comissão deverá identificar, para cada NAD, as datas de emissão e de efetivo recebimento pela empresa, o termo inicial do prazo aplicável, eventuais prorrogações, as notas fiscais e os comprovantes de entrega ou sua ausência. Deverá esclarecer a aparente divergência entre os prazos dos itens 4.3, “a”, e 14.1, “n”, da Ata, à luz do edital, do termo de referência e das condições de cada fornecimento.

Também deverão ser examinados o requerimento de desistência alegadamente apresentado em 16 de abril de 2026, sua tramitação e eventual decisão do órgão gerenciador, assim como os elementos relativos à elevação dos custos, à previsibilidade do evento, ao nexo causal e à possibilidade de revisão ou cancelamento do registro, conforme os itens 17, 19 e 21 da Ata. As manifestações já apresentadas pela fornecedora deverão integrar a análise, sem prejuízo da defesa a ser oportunizada neste processo.

Cabe, ainda, esclarecer a divergência entre a marca ADATA, registrada para o lote 44 da Ata, e a marca Kingston indicada nas NADs anexadas, bem como verificar se o Processo N.º 2342/2025, identificado na Ata, e o Processo de Compra N.º 2423/2025, indicado nas NADs, correspondem a procedimentos distintos ou se há erro material nos registros. Tais diferenças documentais não são, por si sós, imputações de infração à fornecedora, mas precisam ser saneadas para delimitar corretamente a obrigação exigida.

Em tese, o atraso sem motivo justificado e o eventual não fornecimento dos itens podem corresponder às hipóteses dos incisos VII e I do art. 155 da Lei Federal N.º 14.133/2021, sem prejuízo de reavaliação da tipificação, inclusive quanto ao inciso III, caso se demonstre inexecução total de obrigação determinada. A justificativa apresentada pela empresa deverá ser apreciada antes de qualquer conclusão sobre a infração e sua gravidade.

Diante dos elementos apresentados, mostra-se necessária a instauração do Processo Administrativo Sancionador, com observância do contraditório, da ampla defesa, da adequada delimitação dos fatos e do devido processo legal.

**DA DECISÃO**

Diante do exposto, **RESOLVO**:

Instaurar o **Processo Administrativo Sancionador N.º 023/2026** para apurar as supostas irregularidades atribuídas à empresa **KLC COMERCIO E SOLUCOES LTDA, CNPJ N.º 42.412.303/0001-61**, relacionadas à **Ata de Registro de Preços N.º 324/2025**, Pregão Eletrônico N.º 058/2025 e Processo Licitatório N.º 2342/2025, especialmente quanto ao possível atraso e à ausência de fornecimento dos itens das NADs N.º 386/2026 e 3709/2026, consideradas as manifestações da empresa sobre elevação dos custos e alegado pedido de desistência do item, cujo conteúdo, processamento e efeitos deverão ser apurados, com fundamento nos arts. 20, 21 e 22 do Decreto Municipal N.º 097/2024 e nos arts. 155 e seguintes da Lei Federal N.º 14.133/2021.

Determinar que a instrução seja conduzida pela Comissão de Processo Administrativo Sancionador nomeada pela Portaria N.º 315, de 27 de março de 2026, composta pelos seguintes membros titulares e suplente:

§ JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO, matrícula 8955.1, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Serviços Administrativos;

§ MARIA DE LOURDES DA SILVA, matrícula 6858.1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo;

§ SONIA CARDOSO TOFOLETTE, matrícula 7286.1, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Segurança do Trabalho;

§ ADENILSON DA CONCEICAO SOUSA, matrícula 8907.1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional, membro suplente, para atuar em caso de ausência, impedimento, suspeição ou afastamento de quaisquer dos membros titulares.

Fixar o prazo de até 90 (noventa) dias, contado da publicação da Portaria de Instauração, para conclusão do Processo Administrativo Sancionador, nos termos do Decreto Municipal N.º 097/2024.

Autuar o Processo Administrativo Sancionador sob o número 023/2026.

Publicar este despacho e intimar a empresa KLC COMERCIO E SOLUCOES LTDA para apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação, sob pena de revelia.

Campo Verde-MT, 9 de novembro de 2026.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

---

**SMADRH - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**
**DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR N.º 022/2026**

**DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO**

**ADMINISTRATIVO SANCIONADOR N.º 022/2026**

Interessado(a): **ALIMEX LMA LTDA, CNPJ N.º 55.602.279/0001-75**

**DOS FATOS**

Foi encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do Ofício N.º 23/2026 - Equipe Técnica de Alimentação e Nutrição Escolar, de 9 de outubro de 2026, expediente solicitando a instauração de Processo Administrativo Sancionador em desfavor da empresa **ALIMEX LMA LTDA**, em razão de possíveis irregularidades no fornecimento de gêneros alimentícios decorrente da **Ata de Registro de Preços N.º 103/2026, Pregão Eletrônico N.º 022/2026 e Processo Licitatório N.º 866/2026**.

O expediente relata atrasos e entregas incompletas de alimentos destinados à rede municipal de ensino, apontando pendências nas NADs N.º 11335/2026 e 12430/2026 (mussarela), 12294/2026 (iogurte) e 11929/2026 (farinha de mandioca). Também menciona uma requisição da Assistência Social como NAD N.º 12479, embora o documento anexado corresponda à NAD N.º 12749/2026, divergência a ser esclarecida na instrução.

Constam dos anexos registros de encaminhamento de pedidos, comunicações eletrônicas e notificações administrativas, entre elas a Notificação N.º 11/2026, de 14 de julho de 2026, e a Notificação N.º 20/2026, de 7 de outubro de 2026, pelas quais a fiscalização comunicou atrasos e solicitou a regularização dos fornecimentos.

Na Notificação N.º 20/2026, a fiscalização informou que os quantitativos recebidos das NADs N.º 11929/2026, 12430/2026, 11335/2026 e 12294/2026 seriam inferiores aos solicitados, mesmo após tentativas de contato. Os documentos apresentados registram as providências adotadas, sem permitir, por si sós, concluir sobre a situação de todas as entregas na presente data.

Segundo a Secretaria de Educação, as ocorrências teriam afetado o planejamento do cardápio e a produção da alimentação escolar, com possível comprometimento da regularidade do atendimento aos estudantes. A extensão dos prejuízos alegados deverá ser apurada no curso do procedimento.

A Ata de Registro de Preços N.º 103/2026 prevê obrigações de

fornecimento conforme as requisições e os cronogramas de entrega, especialmente em seus itens 9.1.22, 9.1.25 e 9.1.32, além de sanções administrativas no item 15. O conjunto documental apresenta indícios suficientes para a abertura de apuração formal, sem antecipação de responsabilidade ou de penalidade.

**DA ANÁLISE**

Trata-se de solicitação de instauração de Processo Administrativo Sancionador para apurar possível descumprimento das obrigações assumidas pela empresa ALIMEX LMA LTDA no âmbito da Ata de Registro de Preços N.º 103/2026.

O Ofício N.º 23/2026 apresenta narrativa dos fatos, identificação da fornecedora, requisições, comunicações e notificações expedidas pela fiscalização. Esses elementos são suficientes ao juízo de admissibilidade da apuração, sem constituírem prova definitiva da materialidade, da gravidade ou da responsabilidade administrativa da empresa.

Compete à Comissão verificar, para cada NAD, os quantitativos requisitados, efetivamente recebidos e ainda pendentes, as datas exigíveis, os comprovantes de entrega e recebimento, as justificativas eventualmente apresentadas e a existência de regularização posterior. Deverá esclarecer, ainda, a divergência entre o número 12479 indicado no ofício e a NAD N.º 12749/2026 anexada, além da participação da Secretaria de Assistência Social na ocorrência relatada.

A instrução deverá confrontar os prazos indicados nos pedidos e comunicações com aqueles previstos na Ata e nos documentos da contratação, assegurando à fornecedora pleno conhecimento da imputação e oportunidade de defesa. A referência a entregas incompletas requer, ainda, a distinção entre atraso, inexecução parcial e eventual inexecução total de obrigações individualizadas.

Em tese, as condutas noticiadas podem corresponder às hipóteses dos incisos I e VII do Art. 155 da Lei Federal N.º 14.133/2021, sem prejuízo de exame de outras hipóteses legais, inclusive os incisos II ou III, se os respectivos pressupostos forem demonstrados na instrução. Não se antecipa conclusão quanto à ocorrência de infração ou à sanção cabível.

Diante desses elementos, mostra-se necessária a instauração do Processo Administrativo Sancionador, com observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

**DA DECISÃO**

Diante do exposto, **RESOLVO**:

Instaurar o **Processo Administrativo Sancionador N.º 022/2026** para apurar as supostas irregularidades atribuídas à empresa **ALIMEX LMA LTDA**, CNPJ N.º 55.602.279/0001-75, relacionadas à **Ata de Registro de Preços N.º 103/2026**, Pregão Eletrônico N.º 022/2026 e Processo Licitatório N.º 866/2026, especialmente quanto a atrasos e entregas incompletas nas NADs N.º 11335/2026, 12430/2026, 12294/2026 e 11929/2026, bem como quanto à possível pendência relacionada à NAD N.º 12749/2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja correspondência com a requisição indicada no Ofício N.º 23/2026 e cujo efetivo descumprimento deverão ser esclarecidos no curso da instrução, com fundamento nos Arts. 20, 21 e 22 do Decreto Municipal N.º 097/2024 e nos Arts. 155 e seguintes da Lei Federal N.º 14.133/2021.

Determinar que a instrução seja conduzida pela Comissão de Processo Administrativo Sancionador nomeada pela Portaria N.º 315, de 27 de março de 2026, composta pelos seguintes membros titulares e suplente:

§ JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO, matrícula 8955.1, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Serviços Administrativos;

§ MARIA DE LOURDES DA SILVA, matrícula 6858.1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo;

§ SONIA CARDOSO TOFOLETTE, matrícula 7286.1, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Segurança do Trabalho;

§ ADENILSON DA CONCEICAO SOUSA, matrícula 8907.1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional, membro suplente, para atuar em caso de ausência, impedimento, suspeição ou afastamento de quaisquer dos membros titulares.

Fixar o prazo de até 90 (noventa) dias, contado da publicação da Portaria de Instauração, para conclusão do Processo Administrativo Sancionador, nos termos do Decreto Municipal N.º 097/2024.

Autuar o Processo Administrativo Sancionador sob o número 022/2026.

Publicar este despacho e intimar a empresa ALIMEX LMA LTDA para apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação, sob pena de revelia.

Campo Verde-MT, 9 de novembro de 2026.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

---

**SMADRH - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 962, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2026**

**PORTARIA Nº 962, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, CONFORME DESPACHO DE INSTAURAÇÃO N.º 023/2026, EM DESFAVOR DE KLC COMERCIO E SOLUCOES LTDA.**

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Municipal N.º 097, de 18 de novembro de 2024,

Considerando o Despacho de Instauração N.º 023/2026 e os fatos descritos no Ofício N.º DTI 287/2026, de 5 de novembro de 2026, do Departamento de Tecnologia da Informação, relacionados à Ata de Registro de Preços N.º 324/2025, decorrente do Pregão Eletrônico N.º 058/2025 e Processo Licitatório N.º 2342/2025,

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º** - Instaurar Processo Administrativo Sancionador para apurar os fatos noticiados e a eventual responsabilidade administrativa da empresa **KLC COMERCIO E SOLUCOES LTDA**, CNPJ N.º 42.412.303/0001-61, no âmbito da **Ata de Registro de Preços N.º 324/2025**, Pregão Eletrônico N.º 058/2025 e Processo Licitatório N.º 2342/2025, especialmente quanto ao possível atraso e à ausência de fornecimento dos SSDs requisitados nas NADs N.º 386/2026 e 3709/2026, observadas as manifestações da fornecedora sobre os preços de mercado e o alegado pedido de desistência do item, a serem examinados no curso da instrução.

**ARTIGO 2º -** Determinar que a instrução seja conduzida pela Comissão de Processo Administrativo Sancionador nomeada pela Portaria N.º 315, de 27 de março de 2026, composta pelos seguintes membros titulares e suplente:

§ JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO, matrícula 8955.1, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Serviços Administrativos;

§ MARIA DE LOURDES DA SILVA, matrícula 6858.1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo;

§ SONIA CARDOSO TOFOLETTE, matrícula 7286.1, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Segurança do Trabalho;

§ ADENILSON DA CONCEICAO SOUSA, matrícula 8907.1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional, membro suplente, para atuar em caso de ausência, impedimento, suspeição ou afastamento de quaisquer dos membros titulares.

**ARTIGO 3º -** O Processo Administrativo Sancionador deverá ser concluído no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de publicação desta Portaria, nos termos do Decreto Municipal N.º 097/2024.

**ARTIGO 4º -** O processo será autuado sob o número 023/2026.

**ARTIGO 5º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, aos 9 dias do mês de novembro de 2026.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

---

**SMADRH - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**
**DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR N.º 024/2026**

**DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO**

**ADMINISTRATIVO SANCIONADOR N.º 024/2026**

Interessado(a): **VIVAX COLLOR IMPRESSÃO GRAFICA LTDA, CNPJ N.º 30.635.573/0001-52**

**DOS FATOS**

Foi encaminhado pela fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Parecer Técnico do Fiscal de 9 de novembro de 2026, expediente submetendo à apreciação da Administração possíveis irregularidades no fornecimento de crachás personalizados pela empresa **VIVAX COLLOR IMPRESSÃO GRAFICA LTDA**, no âmbito da **Ata de Registro de Preços N.º 252/2026, decorrente do Pregão Eletrônico N.º 047/2026 e Processo Licitatório N.º 1686/2026**.

Segundo o parecer, as inconformidades referem-se ao item 42 da Ata, relativo a crachás personalizados de 8,6 cm x 5,5 cm, em PVC, com cordão e jacaré. Os documentos anexos indicam requisições nas NADs N.º 11840/2026 (4 unidades), 13341/2026 (8 unidades) e 13452/2026 (6 unidades), totalizando 18 crachás, ao preço unitário de R$ 12,98. A NAD N.º 13452/2026 também contempla carimbos, não abrangidos pela irregularidade relatada.

A fiscalização relata que os crachás entregues apresentariam película adesiva ou decalque aplicada sobre a superfície de PVC, método que, segundo seu entendimento técnico, não atenderia às especificações contratadas, além de apresentar sinais de descolamento e levantamento da película, comprometendo o acabamento e a durabilidade. Consta notificação datada de 29 de outubro de 2026, encaminhada por e-mail em 30 de outubro de 2026, acompanhada de registros fotográficos e comunicações eletrônicas, solicitando esclarecimentos e providências corretivas.

Em manifestação de 5 de novembro de 2026, a empresa reconheceu a utilização de método de personalização por material adesivo, mas sustentou haver interpretação equivocada das especificações. Alegou que a impressão diretamente em PVC exigiria processo produtivo mais oneroso, incompatível com o preço registrado, e requereu o cancelamento consensual do registro apenas para o item 42, sem aplicação de sanções, preservando os demais itens da Ata.

O Parecer Técnico do Fiscal considerou insuficiente a justificativa da fornecedora para afastar a inconformidade constatada, apontou ausência de comprovação da regularização do objeto e submeteu a questão à autoridade competente para apuração de eventual responsabilidade administrativa e apreciação do pedido de cancelamento do item.

A Ata prevê a execução conforme as especificações técnicas e a correção de falhas às expensas da contratada, bem como disciplina revisão de preços, cancelamento de registro e sanções administrativas. Nesta fase, os elementos apresentados justificam a apuração, mas não permitem conclusão definitiva sobre a extensão das inconformidades, a possibilidade de saneamento, a justificativa econômica ou os efeitos do pedido de cancelamento. A instauração não representa antecipação de responsabilidade ou de penalidade.

**DA ANÁLISE**

Trata-se de juízo de admissibilidade acerca de possível execução em desacordo com as especificações do item 42 da Ata de Registro de Preços N.º 252/2026. Há elementos documentais que recomendam apuração formal, nos termos dos arts. 18 a 22 do Decreto Municipal N.º 097/2024, resguardando-se o contraditório e a ampla defesa da fornecedora.

A Comissão deverá examinar a especificação técnica do item, o edital e o termo de referência, as artes aprovadas, os materiais efetivamente entregues, os registros fotográficos e os documentos de recebimento, para verificar a natureza e a extensão das inconformidades, a quantidade de unidades atingidas e eventual correção ou substituição. Deverá, ainda, confrontar as justificativas da empresa com as características técnicas exigidas e as obrigações assumidas.

Deverão ser verificadas as datas de entrega e de ciência das notificações, os prazos concedidos para regularização e a sequência das manifestações, considerando que a notificação preliminar estabeleceu prazo de 24 horas e o art. 18, § 1º, do Decreto Municipal N.º 097/2024 prevê 2 (dois) dias úteis. Também deverá ser apurada a tramitação do pedido de cancelamento do registro do item 42, com eventual decisão do órgão gerenciador, sem confundir essa providência com o julgamento da responsabilidade pelos fornecimentos já realizados.

Cumpre, ainda, esclarecer a identificação das notas fiscais mencionadas no Parecer Técnico e na notificação, especialmente a referência ao N.º 11480/2026, enquanto os documentos juntados incluem a NAD N.º 11840/2026, bem como individualizar os fornecimentos relacionados às NADs N.º 13341/2026 e 13452/2026. Os carimbos constantes desta última não integram, por ora, o objeto da apuração.

Em tese, o fornecimento de produtos em desacordo com as especificações pode configurar inexecução parcial, na forma do art. 155, inciso I, da Lei Federal N.º 14.133/2021. Eventual retardamento injustificado da regularização poderá ser examinado à luz do inciso VII do mesmo artigo, caso demonstrado. A tipificação definitiva e a eventual sanção dependerão da instrução, do exame das justificativas e da gravidade concretamente apurada.

Diante do conjunto apresentado, mostra-se pertinente a instauração do Processo Administrativo Sancionador para esclarecimento dos fatos, sem prejulgamento da conduta, assegurados o devido

processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

**DA DECISÃO**

Diante do exposto, **RESOLVO**:

Instaurar o **Processo Administrativo Sancionador N.º 024/2026** para apurar possíveis irregularidades atribuídas à empresa **VIVAX COLLOR IMPRESSÃO GRAFICA LTDA**, CNPJ N.º 30.635.573/0001-52, relativas ao fornecimento de crachás do item 42 da **Ata de Registro de Preços N.º 252/2026**, Pregão Eletrônico N.º 047/2026 e Processo Licitatório N.º 1686/2026, especialmente quanto à alegada desconformidade técnica e às condições de eventual correção, consideradas as manifestações da empresa e seu pedido de cancelamento do registro do item, com fundamento nos arts. 20, 21 e 22 do Decreto Municipal N.º 097/2024 e nos arts. 155 e seguintes da Lei Federal N.º 14.133/2021.

Determinar que a instrução seja conduzida pela Comissão de Processo Administrativo Sancionador nomeada pela Portaria N.º 315, de 27 de março de 2026, composta pelos seguintes membros titulares e suplente:

§ JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO, matrícula 8955.1, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Serviços Administrativos;

§ MARIA DE LOURDES DA SILVA, matrícula 6858.1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo;

§ SONIA CARDOSO TOFOLETTE, matrícula 7286.1, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Segurança do Trabalho;

§ ADENILSON DA CONCEICAO SOUSA, matrícula 8907.1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional, membro suplente, para atuar em caso de ausência, impedimento, suspeição ou afastamento de quaisquer dos membros titulares.

Fixar o prazo de até 90 (noventa) dias, contado da publicação da Portaria de Instauração, para conclusão do Processo Administrativo Sancionador, nos termos do Decreto Municipal N.º 097/2024.

Autuar o Processo Administrativo Sancionador sob o número 024/2026.

Publicar este despacho e intimar a empresa VIVAX COLLOR IMPRESSÃO GRAFICA LTDA para apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação, sob pena de revelia.

Campo Verde-MT, 9 de novembro de 2026.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

---

**SMADRH - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 963, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2026**

**PORTARIA Nº 963, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, CONFORME DESPACHO DE INSTAURAÇÃO N.º 024/2026, EM DESFAVOR DE VIVAX COLLOR IMPRESSÃO GRAFICA LTDA.**

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Municipal N.º 097, de 18 de novembro de 2024,

Considerando o Despacho de Instauração N.º 024/2026 e os fatos descritos no Parecer Técnico do Fiscal, de 9 de novembro de 2026, da Secretaria Municipal de Saúde, relacionados ao item 42 da Ata de Registro de Preços N.º 252/2026, decorrente do Pregão Eletrônico N.º 047/2026 e Processo Licitatório N.º 1686/2026,

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º** - Instaurar Processo Administrativo Sancionador para apurar os fatos noticiados e a eventual responsabilidade administrativa da empresa **VIVAX COLLOR IMPRESSÃO GRAFICA LTDA**, CNPJ N.º 30.635.573/0001-52, no âmbito da **Ata de Registro de Preços N.º 252/2026**, Pregão Eletrônico N.º 047/2026 e Processo Licitatório N.º 1686/2026, especialmente quanto a possíveis desconformidades técnicas no fornecimento de crachás personalizados do item 42, relacionadas às NADs N.º 11840/2026, 13341/2026 e 13452/2026, observadas a manifestação da empresa e seu pedido de cancelamento do registro do referido item, a serem examinados durante a instrução.

**ARTIGO 2º -** Determinar que a instrução seja conduzida pela Comissão de Processo Administrativo Sancionador nomeada pela Portaria N.º 315, de 27 de março de 2026, composta pelos seguintes membros titulares e suplente:

§ JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO, matrícula 8955.1, ocupante do cargo comissionado de Gerente de Serviços Administrativos;

§ MARIA DE LOURDES DA SILVA, matrícula 6858.1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo;

§ SONIA CARDOSO TOFOLETTE, matrícula 7286.1, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Segurança do Trabalho;

§ ADENILSON DA CONCEICAO SOUSA, matrícula 8907.1, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo Educacional, membro suplente, para atuar em caso de ausência, impedimento, suspeição ou afastamento de quaisquer dos membros titulares.

**ARTIGO 3º -** O Processo Administrativo Sancionador deverá ser concluído no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de publicação desta Portaria, nos termos do Decreto Municipal N.º 097/2024.

**ARTIGO 4º -** O processo será autuado sob o número 024/2026.

**ARTIGO 5º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, aos 9 dias do mês de novembro de 2026.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

---

**SMADRH - ALMOXARIFADO CENTRAL**
**NOTIFICAÇAO 001 MOSAICO DIST E ATACADOS**

Campo Verde - MT, 10 de Novembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Campo Verde.

Praça dos Três Poderes, nº 03, Campo Real – II.

Campo Verde – MT.

Notificação nº 001/2026

Assunto: **NOTIFICAÇÃO**

Licitante/ Contratado: **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI**

CNPJ nº: **26.148.070/0001-85**

Endereço: **RUACOMANDANTECOSTA(LOTPRQAMBAR), CEP 78.125-499**

Cidade/ Estado: **VARZEA GRANDE (MT)**

Prezado (a) Senhor (a)

Por meio desta notificação, **a Prefeitura Municipal de Campo Verde**, em cumprimento ao disposto nos **Artigos 17 e 18 do Decreto nº 097/2024**, comunica a Vossa Senhoria a necessidade de regularizar as seguintes irregularidades encontradas nos termos da Ata de Registro de Preços n.º **263/2026**, oriunda do Processo Licitatório n.º **1486/2026**, Pregão Eletrônico n.º **46/2026 – SRP**.

Estamos relacionando na tabela abaixo, as Nads com atraso na entrega. Estamos precisando com urgências dos itens.

| NAD | DATA ENVIADA | DATA DE ENTREGA |
|---|---|---|
| 12639/26 | 08/10/2026 | 19/10/2026 |
| 13219/26 | 27/10/2026 | 05/11/2026 |
| 13222/26 | 27/10/2026 | 05/11/2026 |

Em razão das irregularidades acima descritas, solicitamos que Vossa Senhoria apresente, no prazo de **2 (dois) dias úteis** a contar do recebimento desta notificação, justificativa detalhada sobre os fatos, acompanhada documentos comprobatórios que a fundamentem.

A justificativa deve ser enviada, apresentada **protocolada** na sede da Prefeitura Municipal de campo Verde, sito à Praça dos Três Poderes nº 03, campo Real II, Campo Verde/MT, no horário de atendimento, sendo das 07:00 as 11:00 e das 13:00 às 17:00 ou por **e-mail**: almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br; almoxarifado@campoverde.mt.gov.br

Caso Vossa Senhoria não apresente justificativa ou a mesma não seja considerada satisfatória, a Prefeitura Municipal de Campo Verde poderá tomar as medidas cabíveis, incluindo a instauração de Processo Administrativo Sancionador, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em lei.

**Dorisneide Luiz de Souza**

**Fiscal**

---

**SMADRH - ALMOXARIFADO CENTRAL**
**NOTIFICAÇAO 002 NOVA VERT SOLUÇÕES**

Campo Verde - MT, 10 de Novembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Campo Verde.

Praça dos Três Poderes, nº 03, Campo Real – II.

Campo Verde – MT.

Notificação nº 002/2026

Assunto: **NOTIFICAÇÃO**

Licitante/ Contratado: **NOVA VERT SOLUÇOES LTDA**

CNPJ nº: **63.737.540/0001-72**

Endereço: **AVENIDA MATO GROSSO** - **MAPIM CEP 78. 155-404**

Cidade/ Estado: **VARZEA GRANDE (MT)**

Prezado (a) Senhor (a)

Por meio desta notificação, **a Prefeitura Municipal de Campo Verde**, em cumprimento ao disposto nos **Artigos 17 e 18 do Decreto nº 097/2024**, comunica a Vossa Senhoria a necessidade de regularizar as seguintes irregularidades encontradas nos termos da Ata de Registro de Preços n.º **263/2026**, oriunda do Processo Licitatório n.º **1486/2026**, Pregão Eletrônico n.º **46/2026 – SRP**.

Estamos relacionando na tabela abaixo, as Nads com atraso na entrega. Estamos precisando com urgências dos itens.

| NAD | DATA ENVIADA | DATA DE ENTREGA |
|---|---|---|
| 12852/26 | 27/10/2026 | 05/11/2026 |
| 12997/26 | 27/10/2026 | 05/11/2026 |
| 13432/26 | 27/10/2026 | 05/11/2026 |
| 13433/26 | 27/10/2026 | 05/11/2026 |

Em razão das irregularidades acima descritas, solicitamos que Vossa Senhoria apresente, no prazo de **2 (dois) dias úteis** a contar do recebimento desta notificação, justificativa detalhada sobre os fatos, acompanhada documentos comprobatórios que a fundamentem.

A justificativa deve ser enviada, apresentada **protocolada** na sede da Prefeitura Municipal de campo Verde, sito à Praça dos Três Poderes nº 03, campo Real II, Campo Verde/MT, no horário de atendimento, sendo das 07:00 as 11:00 e das 13:00 às 17:00 ou por **e-mail**: almoxnotifica@campoverde.mt.gov.br; almoxarifado@campoverde.mt.gov.br

Caso Vossa Senhoria não apresente justificativa ou a mesma não seja considerada satisfatória, a Prefeitura Municipal de Campo Verde poderá tomar as medidas cabíveis, incluindo a instauração de Processo Administrativo Sancionador, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em lei.

**Dorisneide Luiz de Souza**

**Fiscal**

---

**SMPLA - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**
**DEMONSTRATIVO DE RECEITAS - MÊS DE OUTUBRO DE 2026**

Em obediência aos Artigos 2º da Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Art. 38, inciso XII, da Resolução n° 026/2013/FNDE, comunicamos aos conselhos municipais, partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, que foi repassado Recurso Federal e Estadual a este Município no mês de Outubro de 2026 para implementação dos programas abaixo relacionados:

| Programa | Conta Bancária | Valor liberado | Data |
|---|---|---|---|
| Convênio N.º 0358-2026 – SINFRA - Revitalização das Avenidas Brasil e Mato Grosso | 60608-1 | R$ 500.000,00 | 07/10/2026 |
| Convênio N.º 0696-2021 – SEDUC - Demolição e Reconstrução da Escola Estadual Jupiara - localizada no município de Campo Verde - MT | 48153-X | R$ 245.451,93 | 14/10/2026 |
| Convênio N.º 0115-2026 – SETASC - Construção da Unidade SER Família Criança no Município de Campo Verde/MT | 60609-X | R$ 8.345.000,00 | 26/10/2026 |

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

**Prefeito Municipal**

---

**SMFIN - CONVÊNIOS E CONTRATOS**
**PORTARIA Nº 951/2026, 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**NOMEIA A SERVIDORA DIELLY CAROLINA FIDELES NOGUEIRA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 134/2026, DESTA MUNICIPALIDADE, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE CAMPO VERDE – MT - (RAFAEL FABRI DOS SANTOS-ME – CNPJ: 26.223.833/0001-05), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**R E S O L V E:**

**ARTIGO. 1º** - Nomear o servidor **DIELLY CAROLINA FIDELES NOGUEIRA**, matrícula nº **9239**, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, fiscal do **CONTRATO n° 134/2026,** firmado com a empresa **RAFAEL FABRI DOS SANTOS-ME** (Objeto: contratação de empresa de locação de veículos operacionais, para atender demanda da Secretaria de Administração de Campo Verde – MT), que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas nesta Portaria, conforme **Instrução Normativa SC n° 001/2015**, devendo ainda:

**a)** Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 117 da Lei n° 14.133/2021;

**b)** Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sansão contratual;

**c)** Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

**d)** Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

**e)** Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

**f)** Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

**g)** Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recebido, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n° 14.133/2021, recusando, de logo, objetos que não correspondem ao contratado;

**h)** Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

**i)** Analisar, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando ao Setor de Contratos juntamente com o relatório mensal de acompanhamento do contrato.

**j)** Exigir juntamente com as notas fiscais, os comprovantes de regularidade da contratada, sendo, no mínimo: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários; Certificado de Regularidade do FGTS;

Certidão Conjunta Negativa de Débitos da União; Certidão Negativa de Débitos Estadual – ICMS IPVA; Certidão Negativa de Débitos Municipal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**k)** Em se tratando de prestação de serviço terceirizado, deverá exigir além dos itens acima:

k.1) Comprovante de pagamento da remuneração e das contribuições sociais - FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e Previdência Social, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados.

k.2) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).

k.3) Cópia dos holerites assinados; juntamente com os documentos que comprovem a jornada de trabalho de seus empregados, bem como espelho de substituições e rescisões;

k.4) Demonstrativo da folha de pagamento, contendo nome dos funcionários e valor dos vencimentos e número da conta corrente, e mês de referência;

**l)** Encaminhar tempestivamente a documentação ao Setor de Contratos para pagamento;

**m)** Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

**n)** Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para a possível instauração de processo punitivo contratual.

**o)** Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empresados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

**ARTIGO 2º** - Na ausência do servidor supra designado, fica nomeado como suplente o servidor **DANIESSA STEPHANY PEREIRA TEIXEIRA,** matrícula nº **8254**, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRACÃO.

**ARTIGO 3º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 05 dias do mês de novembro de 2026.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**DIELLY CAROLINA FIDELES NOGUEIRA**

FISCAL DO CONTRATO

**DANIESSA STEPHANY PEREIRA TEIXEIRA**

SUPLENTE

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

---

**SMFIN - CONVÊNIOS E CONTRATOS**
**PORTARIA Nº 949/2026, 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**NOMEIA O SERVIDOR LUIZ SOUSA SILVA FILHO PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 131/2026, DESTA MUNICIPALIDADE, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CAMPO VERDE – MT - (RAFAEL FABRI DOS SANTOS-ME – CNPJ: 26.223.833/0001-05), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**R E S O L V E:**

**ARTIGO. 1º** - Nomear o servidor **LUIZ SOUSA SILVA FILHO**, matrícula nº **9549**, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, fiscal do **CONTRATO n° 131/2026,** firmado com a empresa **RAFAEL FABRI DOS SANTOS-ME** (Objeto: contratação de empresa de locação de veículos operacionais, para atender demanda da Secretaria de Administração de Campo Verde – MT), que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas nesta Portaria, conforme **Instrução Normativa SC n° 001/2015**, devendo ainda:

**a)** Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 117 da Lei n° 14.133/2021;

**b)** Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sansão contratual;

**c)** Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

**d)** Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

**e)** Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

**f)** Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

**g)** Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recebido, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n° 14.133/2021, recusando, de logo, objetos que não correspondem ao contratado;

**h)** Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

**i)** Analisar, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando ao Setor de Contratos juntamente com o relatório mensal de acompanhamento do contrato.

**j)** Exigir juntamente com as notas fiscais, os comprovantes de regularidade da contratada, sendo, no mínimo: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários; Certificado de Regularidade do FGTS;

Certidão Conjunta Negativa de Débitos da União; Certidão Negativa de Débitos Estadual – ICMS IPVA; Certidão Negativa de Débitos Municipal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**k)** Em se tratando de prestação de serviço terceirizado, deverá exigir além dos itens acima:

k.1) Comprovante de pagamento da remuneração e das contribuições sociais - FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e Previdência Social, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados.

k.2) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).

k.3) Cópia dos holerites assinados; juntamente com os documentos que comprovem a jornada de trabalho de seus empregados, bem como espelho de substituições e rescisões;

k.4) Demonstrativo da folha de pagamento, contendo nome dos funcionários e valor dos vencimentos e número da conta corrente, e mês de referência;

**l)** Encaminhar tempestivamente a documentação ao Setor de Contratos para pagamento;

**m)** Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

**n)** Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para a possível instauração de processo punitivo contratual.

**o)** Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empresados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

**ARTIGO 2º** - Na ausência do servidor supra designado, fica nomeado como suplente o servidor **PAULO CESAR BRAZ JUNIOR,** matrícula nº **9046**, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRACÃO.

**ARTIGO 3º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 05 dias do mês de novembro de 2026.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**LUIZ SOUSA SILVA FILHO**

FISCAL DO CONTRATO

**PAULO CESAR BRAZ JUNIOR** SUPLENTE

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

---

**SMFIN - CONVÊNIOS E CONTRATOS**
**PORTARIA Nº 954/2026, 06 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**NOMEIA O SERVIDOR JUCÉLIO MARCOS DE OLIVEIRA PARA SER RESPONSÁVEL PELO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO N° 133/2026, DESTA MUNICIPALIDADE, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CAMPO VERDE – MT - (RAFAEL FABRI DOS SANTOS-ME – CNPJ: 26.223.833/0001-05), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**R E S O L V E:**

**ARTIGO. 1º** - Nomear o servidor **JUCÉLIO MARCOS DE OLIVEIRA**, matrícula nº **6891**, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, fiscal do **CONTRATO n° 133/2026,** firmado com a empresa **RAFAEL FABRI DOS SANTOS-ME** (Objeto: contratação de empresa de locação de veículos operacionais, para atender demanda da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Campo Verde – MT), que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas nesta Portaria, conforme **Instrução Normativa SC n° 001/2015**, devendo ainda:

**a)** Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 117 da Lei n° 14.133/2021;

**b)** Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sansão contratual;

**c)** Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

**d)** Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

**e)** Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

**f)** Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

**g)** Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recebido, assinado pelas partes, de acordo com o art. 140 da Lei n° 14.133/2021, recusando, de logo, objetos que não correspondem ao contratado;

**h)** Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

**i)** Analisar, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando ao Setor de Contratos juntamente com o relatório mensal de acompanhamento do contrato.

**j)** Exigir juntamente com as notas fiscais, os comprovantes de regularidade da contratada, sendo, no mínimo: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários; Certificado de Regularidade do FGTS; Certidão Conjunta Negativa de Débitos da União; Certidão Negativa de Débitos Estadual – ICMS IPVA; Certidão Negativa de Débitos Municipal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**k)** Em se tratando de prestação de serviço terceirizado, deverá exigir além dos itens acima:

k.1) Comprovante de pagamento da remuneração e das contribuições sociais - FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e Previdência Social, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados.

k.2) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).

k.3) Cópia dos holerites assinados; juntamente com os documentos que comprovem a jornada de trabalho de seus empregados, bem como espelho de substituições e rescisões;

k.4) Demonstrativo da folha de pagamento, contendo nome dos funcionários e valor dos vencimentos e número da conta corrente, e mês de referência;

**l)** Encaminhar tempestivamente a documentação ao Setor de Contratos para pagamento;

**m)** Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

**n)** Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para a possível instauração de processo punitivo contratual.

**o)** Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empresados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

**ARTIGO 2º** - Na ausência do servidor supra designado, fica nomeado como suplente a servidora **BENEDITO MOREIRA DOS SANTOS,** matrícula nº **4334**, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

**ARTIGO 3º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 06 dias do mês de novembro de 2026.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**JUCÉLIO MARCOS DE OLIVEIRA**

FISCAL DO CONTRATO

**BENEDITO MOREIRA DOS SANTOS**

SUPLENTE

**CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES**

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

## SMADRH - RECURSOS HUMANOS
## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 092 - CONCURSO PÚBLICO, EDITAL N.º 001/2023

### CONCURSO PÚBLICO, EDITAL N.º 001/2023

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 092

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Concurso Público Edital N.º 001/2023, homologado em 18 de Janeiro de 2024, RESOLVE:

**CONVOCAR** o(s) candidato(s) relacionado(s) no item 5 deste Edital, aprovado(s) no Concurso Público Edital N.º 001/2023, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 003, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, para a devida efetivação da Posse em conformidade com os itens abaixo, e **cumprindo obrigatoriamente todas as etapas do Processo Admissional: Apresentação de documentos Gerais e Específicos, Exame Médico Pericial e Processo de Integração**:

**1.** O(s) candidato(s) convocado(s) deve(m) apresentar(em) os documentos Gerais e Específicos exigido(s) para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e Anexo 1 deste Edital;

**1.1.** Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o(s) candidato(s) que não comprovar(em) os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 15.6 a 15.8 do Edital de Abertura;

**2.** O(s) candidato(s) convocado(s) deve(m) apresentar(em) os resultados dos exames Gerais e Específicos exigido(s) no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) 2023 para exercício no cargo convocado, conforme Edital de Abertura e Anexo 2 deste Edital, e agendar(em) o Exame Médico Pericial para avaliação de Aptidão de Saúde Física e Mental, na forma do item 3.4 e 15.5 do Edital de Abertura;

**2.1.** Na avaliação de Aptidão de Saúde Física e Mental, sendo o(s) candidato(s) convocado(s) considerado(s) inapto(s) para exercer a função, não será(ão) o(s) mesmo(s) empossado(s), perdendo automaticamente a vaga, conforme dispõe o item 3.4 do Edital de Abertura.

**3.** Agendar(em), no ato da apresentação dos documentos exigidos neste Edital, a data na qual irá(ão) participar(em) do Processo de Integração, parte do Plano de Desenvolvimento Individual desta Prefeitura Municipal, que visa apresentar as Legislações Gerais e Básicas de Recursos Humanos, e Normas de Saúde e Segurança no Trabalho.

**4.** Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o(s) candidato(s) que não se apresentar(em) no prazo disposto neste Edital para tomar posse, ou não cumprir todas as etapas do Processo Admissional, conforme dispõe o item 15.6 a 15.8 do Edital de Abertura;

**5.** O(s) candidato(s) que não puder(em) tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá optar, mediante solicitação escrita e por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item

15.9 do Edital de Abertura;

**6.** Candidatos Convocados:

**102 - MOTORISTA**

| Inscrição | Nome | Data de Nasc. | Nota Final | Classificação |
|---|---|---|---|---|
| 298014890 | ELI MARCOS RIBEIRO DE ALMEIDA | 14/06/1984 | 35,0 | 22 |
| 298005095 | VALDOMIRO DE SOUZA LEÃO JUNIOR | 26/04/1983 | 35,0 | 23 |

**205 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

| Inscrição | Nome | Data de Nasc. | Nota Final | Classificação |
|---|---|---|---|---|
| 298009552 | ESTHER SARAIVA CARVALHO DE SOUZA | 31/05/1995 | 34,0 | 82 |

**209 - FISCAL**

| Inscrição | Nome | Data de Nasc. | Nota Final | Classificação |
|---|---|---|---|---|
| 298011845 | FRANCILEI DA SILVA MONGE | 02/02/1980 | 35,5 | 29 |

**210 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS MUNICIPAIS DA ZONA URBANA**

| Inscrição | Nome | Data de Nasc. | Nota Final | Classificação |
|---|---|---|---|---|
| 298003799 | ARLETE FASSICOLO | 16/07/1987 | 40,5 | 3 |

Campo Verde/MT, 11 de Novembro de 2026.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

PREFEITO MUNICIPAL

---

**SMADRH - RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 089 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2025**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2025**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 089**

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, homologado em 06 de Maio de 2025, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, para avaliação de Aptidão de Saúde Física e Mental na forma do item 17.1.3 do Edital de Abertura.

c) Agendar no ato da apresentação dos documentos exigidos neste Edital, a data na qual irá(ão) participar(em) do Processo de Integração, parte do Plano de Desenvolvimento Individual desta Prefeitura Municipal, que visa apresentar as Legislações Gerais e Básicas de Recursos Humanos, e Normas de Saúde e Segurança no Trabalho.

II - A (s) contratação(ões) do(s) candidato(s) convocado(s) abaixo terá(ão) prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado (s) por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 17.3 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 17.4 do Edital de Abertura.

Cargo: **AUXILIAR ADMINISTRATIVO - ZONA URBANA**

| Inscrição | Nome | Data de Nasc. | Nota Final | Colocação |
|---|---|---|---|---|
| 0000919 | GABRIEL AMORIM ROZA | 01/12/2006 | 55,00 | 76 |

Cargo: **ENGENHEIRO CIVIL**

| Inscrição | Nome | Data de Nasc. | Nota Final | Colocação |
|---|---|---|---|---|
| 0001773 | ANA PAULA ALVES SILVA | 06/08/1997 | 65,00 | 8 |

Cargo: **FARMACÊUTICO**

| Inscrição | Nome | Data de Nasc. | Nota Final | Colocação |
|---|---|---|---|---|
| 0000932 | MARIA EDUARDA LIMA FREIRIA | 27/08/1999 | 48,00 | 5 |

Campo Verde/MT, 11 de Novembro de 2026.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**

PREFEITO MUNICIPAL

---

**SMFIN - CONVÊNIOS E CONTRATOS**
**SMFIN - CONVÊNIOS E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2026**

**Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**

**Contratado: RAFAEL FABRI DOS SANTOS-ME**

**Objeto: locação de VEÍCULOS OPERACIONAIS, para atender demanda da Secretaria Obras e Viação.**

**Valor: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).**

**Vigência do Contrato: 10/11/2026 a 09/11/2027**

**Data de Assinatura: 09 de novembro de 2026.**

---

**SMFIN - CONVÊNIOS E CONTRATOS**
**SMFIN - CONVÊNIOS E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2026**

**Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**

**Contratado: FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO.**

**Objeto: Contratação, por dispensa de licitação fundamentada no art. 75, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), com interveniência de fundação de apoio, para execução de Encomenda Tecnológica destinada ao desenvolvimento, implantação e transferência de solução tecnológica voltada à modernização da gestão territorial, cadastral e tributária do Município de Campo Verde/MT**

**Valor: R$ R$ 2.791.464,00 (dois milhões, setecentos e noventa e um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).**

**Vigência do Contrato: 10/11/2026 a 09/11/2027**

**Data de Assinatura: 09 de novembro de 2026.**

---

**SMFIN - CONVÊNIOS E CONTRATOS**
**SMFIN - CONVÊNIOS E CONTRATOS EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2026**

**Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**

**Contratado: RENOVA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E ASFALTICO LTDA.**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE, para atender as necessidades do município.**

**Valor: R$ R$ 125.975,78 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos).**

**Vigência do Contrato: 10/11/2026 a 09/05/2027**

**Data de Assinatura: 09 de novembro de 2026.**

---

**SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
**PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO - TERMO DE ADESÃO 088/2026**

**PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO REFERENTE AO TERMO DE ADESÃO Nº. 088/2026, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE E CENTRO DE DIAGNÓSTICO SANTA ROSA LTDA.**

Fica alterada a dotação orçamentária referente ao objeto do contrato no valor de R$ 37.625,00 (Trinta e sete mil, seiscentos e vinte e cinco reais), da dotação : 10.002.10.302.0034.20109.33.90.39.00.00 - - Red. 927 para a dotação 10.002.10.302.0034.20116.339039.00.00 - Red.: 1491 – Recurso Estadual (Programa Fila Zero;

---

**SMASHAB - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**
**RESOLUÇÃO Nº 050/2026/CMDCA**

**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA CARTA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O PROJETO "INCLUIR PARA TRANSFORMAR: EDUCAÇÃO, AUTONOMIA E FORTALECIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA", DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO VERDE-APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE CAMPO VERDE/MT**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** as atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA na formulação, deliberação e acompanhamento das políticas públicas destinadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente;

**CONSIDERANDO** a relevância das ações desenvolvidas por meio do Projeto **"Incluir para Transformar: Educação, Autonomia e Fortalecimento das Pessoas com Deficiência"**, executado pela **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Verde - APAE** voltadas à promoção dos direitos e ao atendimento de crianças e adolescentes com deficiência;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião realizada em **10 de novembro de 2026**;

**RESOLVE:**

Art. 1º - **Aprovar a liberação de Carta de Captação para o projeto "Incluir para Transformar: Educação, Autonomia e Fortalecimento das Pessoas com Deficiência"**, visando à continuidade das ações desenvolvidas em benefício de crianças e adolescentes com deficiência do Município de Campo Verde/MT.

**Art. 2º -** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Campo Verde – MT, 10 de novembro de 2026.**

**WESLLEY FERNANDO FRERES**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Campo Verde – MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

### GABINETE DO PREFEITO
### RESOLUÇÃO Nº 22/2025 – CMS

**RESOLUÇÃO Nº 22/2025 – CMS**

**Dispõe sobre a aprovação do Relatório Detalhado do 3º Quadrimestre de 2024 da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.**

O Conselho Municipal de Saúde de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 8.142/1990 e pela Lei Complementar nº 141/2012,

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

**CONSIDERANDO** a apresentação do Relatório Detalhado do 3º Quadrimestre de 2024 pela Secretaria Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a análise e apreciação das ações e serviços de saúde desenvolvidos no período;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada no dia 07/04/2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Relatório Detalhado do 3º Quadrimestre de 2024 da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canabrava do Norte – MT, 07 de abril de 2026.

_____

Juniel Alves Correia

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### GABINETE DO PREFEITO
### RESOLUÇÃO Nº 24/2025 – CMS

**RESOLUÇÃO Nº 24/2025 – CMS**

**Dispõe sobre a aprovação do Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.**

O Conselho Municipal de Saúde de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 8.142/1990 e a Lei Complementar nº 141/2012;

**CONSIDERANDO** a apresentação do Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre de 2025 pela Secretaria Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a análise das ações e serviços de saúde desenvolvidos, dos resultados alcançados e da aplicação dos recursos públicos no período;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada no dia 07/04/2025;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canabrava do Norte – MT, 07 de abril de 2026.

_____

Juniel Alves Correia

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### GABINETE DO PREFEITO
### RESOLUÇÃO Nº 23/2025 – CMS

**RESOLUÇÃO Nº 23/2025 – CMS**

**Dispõe sobre a aprovação do Relatório Detalhado do 1º Quadrimestre de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.**

O Conselho Municipal de Saúde de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 8.142/1990 e a Lei Complementar nº 141/2012;

**CONSIDERANDO** a apresentação do Relatório Detalhado do 1º Quadrimestre de 2025 pela Secretaria Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a análise das ações, serviços, indicadores e aplicação dos recursos destinados à saúde no período;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada no dia 07/04/2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Relatório Detalhado do 1º Quadrimestre de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canabrava do Norte – MT, 07 de abril de 2026.

_____

Juniel Alves Correia

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### GABINETE DO PREFEITO
### RESOLUÇÃO Nº 25/2026 – CMS

**RESOLUÇÃO Nº 25/2026 – CMS**

**Dispõe sobre a aprovação do Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.**

O Conselho Municipal de Saúde de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 8.142/1990 e a Lei Complementar nº 141/2012;

**CONSIDERANDO** a apresentação do Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre de 2025 pela Secretaria Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a análise das ações e serviços de saúde desenvolvidos, dos resultados alcançados e da aplicação dos recursos públicos no período;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada no dia 07/04/2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canabrava do Norte – MT, 07 de abril de 2026.

_____

Juniel Alves Correia

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**RESOLUÇÃO Nº 26/2026 – CMS**

**RESOLUÇÃO Nº 26/2026 – CMS**

**Dispõe sobre a aprovação do Relatório Detalhado do 3º Quadrimestre de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.**

O Conselho Municipal de Saúde de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 8.142/1990 e a Lei Complementar nº 141/2012;

**CONSIDERANDO** a apresentação do Relatório Detalhado do 3º Quadrimestre de 2025 pela Secretaria Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a análise das ações e serviços de saúde desenvolvidos, dos resultados alcançados e da aplicação dos recursos públicos no período;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada no dia 07/04/2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Relatório Detalhado do 3º Quadrimestre de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canabrava do Norte – MT, 07 de abril de 2026.

_____

Juniel Alves Correia

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**RESOLUÇÃO Nº 27/2026 – CMS**

**RESOLUÇÃO Nº 27/2026 – CMS**

**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO 3º RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR (RDQA), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2025, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANABRAVA DO NORTE – MT.**

O Conselho Municipal de Saúde de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012, que estabelece a obrigatoriedade da apresentação dos relatórios detalhados referentes ao quadrimestre anterior;

**CONSIDERANDO** a importância do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) como instrumento de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços públicos de saúde;

**CONSIDERANDO** a apresentação do 3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior, referente ao período de setembro a dezembro de 2025, pela Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT;

**CONSIDERANDO** a análise e apreciação do relatório pelo Conselho Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em reunião realizada no dia 07 de abril de 2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o 3º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), referente ao exercício de 2025, correspondente ao período de setembro a dezembro de 2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Canabrava do Norte – MT.

**Art. 2º** A presente aprovação refere-se às ações e serviços de saúde desenvolvidos, aos resultados alcançados e à aplicação dos recursos públicos destinados à saúde, conforme informações apresentadas no referido relatório.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canabrava do Norte – MT, 07 de abril de 2026.

_____

Juniel Alves Correia

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**RESOLUÇÃO Nº 28/2026 – CMS**

**RESOLUÇÃO Nº 28/2026 – CMS**

**Dispõe sobre a aprovação da Proposta nº 140117983000125007/2025, para compra de materiais permanentes, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANABRAVA DO NORTE – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a deliberação dos conselheiros em reunião extraordinária realizada em 10 de novembro de 2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar, por unanimidade dos conselheiros presentes, a Proposta nº 140117983000125007/2025.

**Art. 2º** A proposta contempla a aquisição de materiais permanentes ficando previsto do saldo remanescente, acrescido dos rendimentos financeiros da emenda, no valor de R$ 51.207,08 (cinquenta e um mil, duzentos e sete reais e oito centavos), destinado à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender às necessidades dos serviços de saúde, incluindo:

· Ar-condicionado;

· Máquina de lavar roupas;

· Bebedouro elétrico;

· Armários;

· Balança;

· Escada hospitalar;

· Notebook;

· Esfigmomanômetro de mesa.

**Art. 3º** Os recursos deverão ser aplicados conforme as normas

vigentes e as finalidades previstas na proposta aprovada.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Canabrava do Norte – MT, 10 de novembro de 2026.

_____

Juniel Alves Correia

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**RESOLUÇÃO Nº 29/2026 – CMS**

**RESOLUÇÃO Nº 29/2026 – CMS**

**Dispõe sobre a aprovação de emenda parlamentar destinada ao custeio dos serviços de saúde, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).**

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANABRAVA DO NORTE – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a deliberação dos conselheiros em reunião extraordinária realizada em 10 de novembro de 2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar, por unanimidade dos conselheiros presentes, a destinação de emenda parlamentar no valor total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinada ao custeio dos serviços de saúde do município.

**Art. 2º** Os recursos serão destinados ao custeio das despesas necessárias à manutenção e ao funcionamento dos serviços de saúde, contemplando:

I – Contratação de serviços de gestão administrativa para gerenciamento de frota;

II – Aquisição de peças para manutenção dos veículos;

III – Abastecimento de veículos;

IV – Aquisição de medicamentos e insumos;

V – Aquisição de materiais de expediente e de limpeza;

VI – Serviços de manutenção e instalações em geral.

**Art. 3º** A aplicação dos recursos deverá observar as normas legais e regulamentares vigentes, respeitando a finalidade da emenda parlamentar e as necessidades dos serviços públicos de saúde.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Canabrava do Norte – MT, 10 de novembro de 2026.

_____

Juniel Alves Correia

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**RESOLUÇÃO Nº 30/2026 – CMS**

**RESOLUÇÃO Nº 30/2026 – CMS**

**Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Contingência das Arboviroses para o período de 2027 a 2028 e dá outras providências.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANABRAVA DO NORTE – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a legislação vigente, e considerando a deliberação dos conselheiros em reunião extraordinária realizada em 10 de novembro de 2026;

**CONSIDERANDO** a importância do planejamento e da organização dos serviços de saúde para a prevenção, vigilância e controle das arboviroses;

**CONSIDERANDO** a necessidade de fortalecer as ações de enfrentamento ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da Dengue, Zika e Chikungunya;

**CONSIDERANDO** a importância da integração entre a Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Atenção Primária à Saúde e demais setores municipais para o desenvolvimento de ações de prevenção e controle;

**CONSIDERANDO** a necessidade de preparar os serviços de saúde para identificação, atendimento, notificação e acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados de arboviroses;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar, por unanimidade dos conselheiros presentes, o **Plano Municipal de Contingência das Arboviroses para o período de 2027 a 2028**, que estabelece estratégias e ações de prevenção, vigilância, controle e enfrentamento das arboviroses no âmbito municipal.

**Art. 2º** O Plano Municipal de Contingência tem como finalidade fortalecer as ações de vigilância epidemiológica e ambiental, controle vetorial, mobilização social, educação em saúde e organização da assistência à população.

**Art. 3º** Fica estabelecido que os setores envolvidos deverão desenvolver as ações previstas no Plano, respeitando suas respectivas atribuições e responsabilidades, promovendo a integração dos serviços e o acompanhamento das estratégias pactuadas.

**Art. 4º** Compete à Secretaria Municipal de Saúde, por meio dos setores responsáveis, acompanhar a execução, o monitoramento e a avaliação das ações estabelecidas no Plano Municipal de Contingência das Arboviroses.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Canabrava do Norte – MT, 10 de novembro de 2026.

_____

Juniel Alves Correia

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

---

**LICITAÇÃO / ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO - CONCURSO DE PROJETOS N 01/2026 - CONTRATAÇÃO DE OSCIP**

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT, através do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **11/12/2026 ÀS 08h30min**, a licitação na modalidade **CONCURSO DE PROJETO Nº 01/2026**, do tipo “Menor Preço Global", cujo objeto é Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da lei federal n° 9.790/99, para celebrar **TERMO DE PARCERIA** para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de projetos voltados as áreas da Assistência Social, Saúde, Educação, Trânsito, Administração, Agricultura e Infraestrutura, seguindo as diretrizes estabelecidas na lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, Lei Estadual n° 11.082, de janeiro de 2020 e suas alterações posteriores, cujos envelopes de documentação e pro-

posta serão abertos pela comissão especial de julgamento no dia 11 de dezembro de 2026, às 08:30 na sala de licitações situada na Avenida Áurea Tavares de Amorim, nº 636, Vila São João, Canabrava do Norte - MT. O edital completo está à disposição dos interessados no setor de licitação, e no site: www.canabravadonorte.mt.gov. br. maiores informações, através do e-mail: licitacao@canabravadonorte.org.

Canabrava do Norte/MT, 10 de novembro de 2026.

Samayra da Silva Ferro

Agente de contratação - Nº Portaria 027/2025

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

### PORTARIA Nº 711/2026

**Portaria nº 711/2026**

De 09 de novembro de 2026

**Cria Comissão de Organização, Elaboração, Aplicação e Correção de Provas do Teste Seletivo Simplificado n° 002/2026 e dá outras providencias.**

**Vilson Biguelini**, prefeito municipal de Canarana – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,e:

Considerando a necessidade da realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidor temporário;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Fica Criada Comissão de Organização de Análise de prova de Títulos e Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2026.

**Art. 2º-** A nomeação para compor a Comissão, fica assim constituída:

- **Presidente:** Rosmeri Bernadete Anschau – Mat:8947;
- **Secretária:** Marilde da Silva Ramos- Mat: 8924**;**
- **Membro:** Walter Custódio da Silva- Mat: 5526;

**Parágrafo Único:** A comissão terá responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal e o respectivo Edital do Processo Seletivo Simplificado.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 09 de novembro de 2026.

**Vilson Biguelini**

Prefeito Municipal

### PORTARIA 707/2026

**Portaria 707/2026**

De 03 de novembro de 2026.

**Designa servidor para coordenar o encaminhamento das demandas administrativas do Aeroporto Municipal de Canarana-MT.**

**Vilson Biguelini,** Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legal que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar **Marcio Leandro Pereira Faria**, ocupante do cargo em comissão de Coordenador do Setor de Planejamento da Agricultura, para coordenar o encaminhamento das demandas administrativas do Aeroporto Municipal de Canarana-MT, acompanhar os respectivos prazos e representar administrativamente o Município, em assuntos relativos ao Aeroporto, perante órgãos e entidades públicas e privadas, observadas as atribuições legais do cargo de origem.

**Art. 2º** A presente designação não implica, por si só, alteração do cargo de origem ou concessão de vantagem remuneratória, devendo ser observadas as disposições da legislação municipal vigente.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 03 de novembro de 2026.

Vilson Biguelini

**Prefeito Municipal**

### 4º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 148/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, empresário, matricula 8923-1 denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONTRACTT SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 48.188.587/0001-30, com sede à Rua 35 – PL nº 33 – Vila Nova – Agua Boa - MT, denominada **CONTRATADA** neste ato representada pela empresária Sra. **KELLY SANTOS PEREIRA**, portadora do CPF nº ***.953.341-**, e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na CREDENCIAMENTO de empresas que tenham interesse na prestação de serviços de arbitragem, para atuação na área de Esportes do município de Canarana-MT,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira - Do Objeto, conforme quantidades mencionadas abaixo:

| ITEM | QUANT LIC | QUANT ADIT | UNID | ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO | UNIT R$ | TOTAL R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 100 | 25 | UNID | **SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO** - CONTENDO: 01(UM) ÁRBITRO E 02 (DOIS) BANDEIRINHAS E 01 (UM) ANOTADOR, CADA JOGO COM 02 (DOIS) TEMPOS DE 45(QUARENTA E CINCO) MINUTOS MAIS ACRÉSCIMOS. | R$ 841,54 | R$ 21.038,50 |
| 2 | 100 | 25 | UNID | **SERVICO DE ARBITRAGEM DE FUTEBOL SOCIETY VETERANOS** - CONTENDO: 02(UM) **ÁRBITRO E** 01 (UM) MESÁRIO. CADA JOGO COM 02 (DOIS) TEMPOS DE 25 (VINTE E CINCO) MINUTOS. | R$ 293,75 | R$ 7.343,75 |
| 3 | 50 | 12 | UNID | **SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL VETERANOS -**CONTENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS 01 (UM) ME- | R$ | R$ |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | SÁRIO. CADA JOGO COM 02 (DOIS) TEMPOS DE 20(VINTE) MINUTOS. | 293,42 | 3.521,04 |
| 4 | 100 | 25 | UNID | **SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTSAL ABERTO** - CONTENDO: 02(DOIS) ÁRBITROS 01 (UM) MESÁRIO. CADA JOGO COM 02 (DOIS) TEMPOS DE 20 (VINTE) MINUTOS. | R$ 297,92 | R$ 7.448,00 |
| 5 | 100 | 25 | UNID | **SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE VÔLEI** - CONTENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS 01(UM) MESÁRIO. | R$ 282,17 | R$ 7.054,25 |
| 6 | 10 | 2 | UNID | **COPA ARAGUAIA FUTEBOL DE CAMPO -** CONTENDO: 01(UM) ÁRBITRO E 02 (DOIS) BANDEIRINHAS E 01 (UM) ANOTADOR, CADA JOGO COM 02 (DOIS) TEMPOS DE 45 (QUARENTA E CINCO) MINUTOS MAIS ACRÉSCIMOS. | R$ 975,00 | R$ 1.950,00 |
| 7 | 100 | 25 | UNID | **SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE FUTEVÔLEI** - CONTENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS 01 (UM) MESÁRIO. | R$ 280,67 | R$ 7.016,75 |
| 8 | 100 | 25 | UNID | **SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE HANDEBOL** -CONTENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS 01 (UM) MESÁRIO. | R$ 292,58 | R$ 7.314,50 |
| 9 | 100 | 25 | UNID | **SERVIÇO DE ARBITRAGEM DE BASQUETE** - CONTENDO: 02 (DOIS) ÁRBITROS 01 (UM) MESÁRIO. | R$ 305,83 | R$ 7.645,75 |

**CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES**

**2.1.** Fica **acrescido um percentual no montante de 25% (vinte e cinco por cento)** dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, perfazendo o valor total de **R$ 70.332,54 (Setenta mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos)**, que passa a fazer parte integrante do processo.

**2.2.** Com o acréscimo constante o item 2.1, o valor total do item **4.1 DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**, do contrato originário passará a ser de **R$ 354.199,54 (Trezentos e cinquenta e quatro mil cento e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos).**

**CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL**

**3.1 -** A justificativa da prorrogação encontra-se em anexo, passando a ser parte integrante do contrato.

**3.2 -** O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

**3.3.** Permanecem inalteradas, como também ratificadas, todas as demais cláusulas e condições estipuladas no **contrato nº 148/2023 e respectivos termos aditivos**.

**3.4.** Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 22 de Setembro de 2026.

| | |
|---|---|
| **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA**<br>**VILSON BIGUELINI** - Prefeito Municipal<br>CONTRATANTE | **CONTRACTT SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**<br>KELLY SANTOS PEREIRA<br>CONTRATADA |
| **FABIANO REZENDE CORREA**<br>FISCAL DO CONTRATO | |

TESTEMUNHAS:
01:_____ 02: _____
Nome> Nome>
CPF CPF

---

**DECRETO Nº 3901 /2026**

**Decreto nº 3901 /2026**

**De 27 de outubro de 2026**

Aprova Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Finanças: nº 001/SCO/2026, versão 001, dispõe sobre o registro da execução orçamentária e extra orçamentária, geração e consolidação dos demonstrativos contábeis no âmbito do município de canarana – mt.

.

Vilson Biguelini, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º-** Fica aprovada a Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Finanças: no 001/SCO/2026, versão 001, que dispõe sobre o registro da execução orçamentária e extra orçamentária, geração e consolidação dos demonstrativos contábeis no âmbito do município de canarana – mt, em anexo.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação no local de costume.

**Art.3º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de outubro de 2026.

**Vilson Biguelini**

**Prefeito Municipal**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 009 SEC/2026 versão 001

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCO Nº 001/2026

DISPÕE SOBRE O REGISTRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EXTRA ORÇAMENTÁRIA, GERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CANARANA – MT.

**CAPÍTULO I**

**FINALIDADE**

**Art. 1°** Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar normas procedimentais para emissão, liquidação, anulação e cancelamento de notas de empenho, e inscrição de valores em Restos a Pagar. Orientar procedimentos contábeis em situações especificas da execução orçamentaria e extra-orçamentária. Especificar os procedimentos para elaboração e encaminhamento das prestações de contas anuais ao TCE/MT.

**CAPÍTULO II**

**DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 2º** Abrange a Secretaria de Finanças, a Contadoria, a Tesouraria, o Departamento de Cadastro e Tributação e todas as Unidades Setoriais do Poder Executivo do Município de Canarana - MT (abrangendo a administração direta e indireta e o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Canarana – Prevican), quando no exercício de atividades relacionadas a esta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O Poder Legislativo adaptará ao seu âmbito de atuação as rotinas e procedimentos ora estabelecidos.

**CAPÍTULO III**

**DA BASE LEGAL**

**Art. 3°** Fundamenta-se na Constituição Federal de 1988; na Constituição Estadual, artigo 52; na Lei complementar n. 101/2000; Lei Complementar nº 131/2009, Lei nº 4.320/1964; Lei n° 14.133/2021; Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público - CFC, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – STN, Lei 8.159/1991, Resolução 14/2001 do Conselho Nacional de Arquivos Públicos juntamente com o Decreto nº 2294/2013, que regulamenta o Sistema de Controle Interno Municipal e na Lei Municipal nº 822/2007, com as alterações da Lei nº 872/2009, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Canarana-M

**CAPÍTULO IV**

**DOS CONCEITOS**

**Art. 4°** Para fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - Contabilidade Pública: ramo da Contabilidade Geral que tem como finalidade o controle e disponibilização de informações relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, suas Autarquias e Fundações.

II – Receita orçamentaria: é a entrada de recursos financeiros que o Estado arrecada para financiar os gastos públicos e a prestação de serviços à sociedade, pertence ao Estado. Em regra, está prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) e depende de autorização legislativa para ser aplicada.

III – Receita Extra-orçamentária: são recursos financeiros de carácter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário, não se sujeitam a autorização legislativa e não integram a LOA;

IV – Despesa orçamentária: são dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados a sociedade, são as discriminadas e fixadas na Lei Orçamentária Anual – LOA, estando, por conseguinte, previamente autorizadas pelo Legislativo.

V – Despesa extra-orçamentária: são os pagamentos realizados pela Administração Pública e que não dependem de autorização legislativa. Tais pagamentos correspondem à restituição ou entrega de valores recebidos como cauções, depósitos, consignações e outros.

VI – Arrecadação da Receita: é a entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro;

VII – Recolhimento da Receita: é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o Princípio da Unidade de Caixa, representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada Ente;

VIII – Destinação de Recurso: é o processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, desde a previsão da receita até a efetiva utilização dos recursos;

IX- Divisão de Tesouraria: o recolhimento de todas as receitas será centralizado em um caixa único, sendo vedada a criação de caixas especiais;

X – Empenho: o ato administrativo emanado pela autoridade competente, que cria para o Poder Público a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, compreendendo a autorização e a formalização;

XI – Nota de empenho: documento que materializa o empenho;

XII – Empenho Ordinário: É o tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

XIII – Empenho Estimativo: É o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais

como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, aquisição de combustíveis e lubrificantes, entre outros.

XIV – Empenho Global: É o tipo de empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.

XV – Anulação de Empenho: É o procedimento usado para cancelar empenhos ou partes deles efetuados erroneamente ou a maior, revertendo o crédito orçamentário à dotação originária do empenho.

XVI – Liquidação: verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

XVII – Nota de Liquidação: É um documento impresso que formaliza a liquidação.

XVIII – Anulação de Liquidação: É o procedimento usado para cancelar liquidações ou partes delas efetuadas erroneamente.

XIX – Pagamento: O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

XX – Ordem de Pagamento: É um documento impresso, que autoriza o pagamento da despesa.

XXI – Anulação de Pagamento: É o procedimento usado para cancelar pagamento ou partes deles efetuados erroneamente.

XXII – Despesas de caráter continuado: Considera-se despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

XXIII – Créditos adicionais: as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento e são classificados em suplementares, especiais e extraordinários.

## CAPÍTULO V

## DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 5º** São atribuições dos Responsáveis pelo Sistema de Contabilidade:

I – Promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada;

II – Exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das Instruções Normativas a que o Sistema de Contabilidade esteja sujeito;

III – Promover discussões técnicas com as Unidades Seccionais e com a Controladoria Geral do Município, visando constante aprimoramento das Instruções Normativas;

IV – Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores relacionados ao Sistema de Contabilidade.

VI – Propor a expansão e o aprimoramento dos sistemas de processamento eletrônico de dados, para que permitam realizar e verificar a contabilização dos atos e fatos da execução da despesa, com finalidade de promover as informações gerenciais necessárias para a tomada de decisões;

VII – Elaborar check-list estratégicos para garantir a correta execução da despesa orçamentária.

**Art. 6º** Das Unidades Executoras ligadas a Contadoria Municipal:

I - atender às solicitações do Responsável pelo Sistema de Contabilidade, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização das Instruções Normativas;

II - alertar o Chefe da Contadoria Municipal sobre as alterações que se fizerem necessárias nos procedimentos de trabalho;

III - realizar as atividades colocadas sob sua responsabilidade na presente Instrução Normativa;

IV - cumprir fielmente as determinações desta Instrução Normativa.

**Art. 7º** Da Coordenadoria de Controle Interno Municipal:

I – Orientar os servidores envolvidos nos procedimentos para o registro da execução orçamentária e extra-orçamentária da despesa, juntamente com a Secretaria Municipal de Finanças;

II – Elaborar check-list de controle;

III – Avaliar o cumprimento das determinações desta Instrução Normativa.

## CAPÍTULO VI

## DOS PROCEDIMENTOS

### SEÇÃO I

### Da Despesa Pública

**Art. 8º** Não serão realizadas despesas sem empenho prévio e sem o competente registro contábil no momento do fato gerador.

**Art. 9º** A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência.

**Art. 10**. A classificação orçamentária da despesa obedecerá aos artigos 10 e 11 da Lei 4.320/64 e as Portarias SOF/STN 42/1999, 163/2001, 448/2002 e alterações posteriores.

Parágrafo único. A estrutura de programação da despesa será composta por 28 dígitos, com a finalidade de evidenciar onde e como o orçamento será utilizado, acrescido de mais 10 dígitos para identificação da fonte do recurso que custeará a despesa:

A) 00 – Órgão Orçamentário

B) 000 – Unidade Orçamentária

C) 00 – Função

D) 000 – Subfunção

E) 0000 – Programa

F) 0000 – Atividade, Projeto ou Operação Especial

G) 000000 – Natureza da Despesa

H) 0000 – Subelemento da despesa

I) 0000000000 – Fonte do Recurso

**Art. 11.** As despesas com obras, serviços e aquisição de bens serão obrigatoriamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) previstas nos Arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 12.** A contratação de obras, bens e serviços depende de prévia previsão orçamentária e disponibilidade financeira que assegurem o pagamento dessas obrigações, a serem realizadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, em estrita observância ao Art. 18, da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 13** Os Processos de Despesa, de que tratam os artigos 11 e 12, deverão seguir os Procedimentos e Normas estipulados na Instrução Normativa SCL que dispõe sobre aquisição de bens e serviços mediante licitação, inclusive dispensa e inexigibilidade.

**Art. 14** Após a conclusão do processo licitatório e após a lavratura e assinatura do contrato, deverá ser efetuado o empenho, de forma a garantir a necessária reserva orçamentária para fazer face ao total da despesa que está sendo contratada, dentro do exercício financeiro em curso, bem como a disponibilidade financeira para efetuar os pagamentos.

## SEÇÃO II

## Da Solicitação de Empenho da Despesa

Art. 15 A Solicitação de Compras de determinada despesa será emitida pela Secretaria Ordenadora da despesa, anexada de outros documentos que demonstrem a regularidade, autorização, clareza, finalidade, interesse público, a transparência do gasto público.

§1º O solicitante deverá descrever de forma clara e objetiva a justificativa da compra do bem, material e/ou serviço, sendo vedada a descrição genérica.

§2º A Solicitação de Compras deverá ser precedida da verificação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, sendo as mesmas exigidas no processo licitatório, ou de inexigibilidade, ou de dispensa.

§3º Nos casos de ausência de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, o Ordenador de Despesa ou Prefeito Municipal, deliberará acerca das justificativas do interesse público na aquisição. Caso delibere, deverá exarar sua autorização da contratação.

§4º As Solicitações de compras deverão estar devidamente assinadas pelo Ordenador de Despesa, por meio físico ou digital padrão ICP-Brasil**.**

Art. 16 O Solicitante de cada Secretaria Ordenadora de despesa deverá observar as seguintes situações quando da emissão da Solicitação de Compras:

I – Classificar a despesa conforme orçamento;

II – Verificar se há disponibilidade orçamentária e financeira para realização da despesa; e

III – Verificar se o processo licitatório e instrumentos contratuais estão vigentes;

IV – Verificar se há saldo contratual para o empenhamento da despesa.

Parágrafo Único. Na classificação da natureza de despesa será observada as definições constantes do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP/STN.

Art. 17 Após a emissão da Solicitação de Compras, a secretaria ordenadora de despesa encaminhará para o Departamento de Compras do município, que irá efetuar a conferência e o lançamento no sistema (software) do sistema de compras disponibilizado pelo município, e emitirá a Solicitação de Fornecimento.

## SEÇÃO III

## Da Emissão da Nota de Empenho da Despesa

**Art. 18** A contabilidade analisará a solicitação de fornecimento juntamente com os documentos anexados enviados pelo setor de compras/licitação, e estando o processo regular, procederá o empenhamento da despesa emitindo a correspondente Nota de Empenho, abatendo o valor dos créditos orçamentários disponíveis.

**Art. 19** O empenho será processado mediante emissão de documento denominado Nota de Empenho, que deverá conter as seguintes informações:

I – Número e data do empenho;

II – Valor Empenhado, em algarismos e por extenso;

III - Identificação do credor, onde deverá constar seu nome, endereço e CPF/CNPJ, dados bancários;

IV – Descrição da dotação orçamentária e fonte de recurso;

V – Saldo Orçamentário;

VI – Histórico/Descrição da despesa de forma clara e objetiva sobre a utilização;

VII – Classificação do empenho: global, estimativo ou ordinário;

VIII – Tipo de compra: informal ou por licitação;

IX – Número do processo licitatório, quando for o caso;

X – Número do instrumento de contrato, quando for o caso;

XI – Número do convênio, quando for o caso;

XII - Número da obra Aplic/Geo-obras, quando for o caso; e

XIII – Identificação e Assinatura do ordenador de despesa.

**Art. 20** Os empenhos poderão ser cancelados integralmente ou em parte, por meio da “anulação de empenho”.

§ 1º A secretaria ordenadora de despesa solicitará a anulação do empenho, informando o motivo do cancelamento.

§ 2º Os créditos orçamentários serão revertidos à dotação originária do empenho e os itens da compra ao saldo do processo licitatório.

**SEÇÃO IV**

**Da Liquidação da Despesa**

**Art. 21** Nos termos da lei nº 4.320/64, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Parágrafo Único. A Contadoria Municipal liquidará no sistema contábil-orçamentário apenas aqueles processos de despesas que estejam acompanhados de documentos que possibilitem constatar sem margem de dúvida a correta execução do serviço ou entrega do material objeto da despesa.

**Art. 22** Antes de autorizar a compra de materiais ou a realização de serviços, cada Secretaria deverá observar:

I - Cota financeira disponível para o período em que se pretende liquidar a despesa; e

II. Se o processo licitatório e instrumentos contratuais estão vigentes.

**Art. 23** Após a entrega do material ou prestação do serviço, o Fiscal do Contrato ou servidor/comissão designado fará a conferência, observando as regras estabelecidas no instrumento contratual (contrato, ata, termo de referência), colocando o ateste no documento de cobrança ou outro documento que vier a substituir.

§ 1º São documentos considerados de cobrança:

I - nota fiscal;

II. recibo;

III. fatura;

IV. duplicata;

V. guia de recolhimento de tributos; e

VI. folha de pagamento

§ 2º O ateste nos documentos de cobrança ou outro documento que vir a substituir deverá ser realizado fisicamente ou por meio eletrônico padrão ICP – Brasil, inclusive com data de atesto, nome, cargo e função, nº da matrícula.

§3º São documentos de regularidade fiscal e deverão ser anexados em todos os processos de liquidação:

I - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;

II - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Estaduais;

III - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

V - Certidão Negativa de Débitos do domicílio do prestador;

VI - Comprovação de enquadramento no Simples Nacional, quando for o caso; e

VII - quaisquer outras certidões, conforme contrato.

Art. 24 Quando a liquidação de empenho se referir a Despesas com Demanda Judicial será anexada cópia da sentença expedida pelo órgão competente e guia de deposito judicial.

Art. 25 Nas liquidações de despesas com uniformes será anexada ao processo relação detalhada dos beneficiários (nome, CPF, cargo, data), assinada pelo responsável pela autorização da despesa e atestada pelo Fiscal do Contrato.

§1º Quando se tratar da entrega de uniformes escolares, não será exigida a relação de beneficiários, tendo em vista o volume de informações, entretanto, deverá ser formalizado pelas escolar e atestados pelo fiscal do contrato e Ordenador de Despesa, relação da quantidade de uniformes entregues.

Art. 26 Em despesas com cursos, palestras, doação ou distribuição gratuita de bens, materiais, passagens, medicamentos ou serviços, deverá constar relação de itens distribuídos, a justificativa do interesse público e a relação das pessoas beneficiárias.

Art. 27 Em despesas com confecção de folders, panfletos, cartilhas ou publicações desta natureza, obrigatoriamente deverão constar um exemplar do material impresso na ocasião da liquidação da despesa.

Art. 28 Nas despesas com passagens e hospedagens será anexada relação detalhada dos beneficiários (nome, CPF, bilhete, telefone), justificativa da despesa, assinada pelo responsável pela autorização e atestada pela Fiscal do Contrato.

Art. 29 As liquidações de despesas com eventos/reuniões/conferências, tais como: locação de tendas, arranjos de flores, decoração, Coffee Break ou Buffet, deverá conter:

I - Folders da programação/realização do evento;

II - Fotos do evento, tendas, arranjos de flores, decoração;

III - Lista de presença dos participantes do evento, quando for o caso;

IV - Período da realização.

Art. 30 Nos casos de obras e serviços de engenharia, será obrigatório constar no processo de liquidação o termo de constatação e planilha de medição da obra assinada por engenheiro do quadro de servidores municipais; relatório fotográfico da obra; cópias da guia mensal de recolhimento de FGTS e de INSS e relatório do e-social (ou outro que vier a substituir) relativo ao último mês do período de execução da medição; assinaturas do secretário e do fiscal do contrato na nota fiscal; e a comprovação do registro no sistema Geo Obras ou outro que vier a substituí-lo.

Parágrafo Único. Nos casos obrigados pela legislação previdenciária ou por disposição contratual ou pelo edital da licitação, o Relatório do e-Social e a guia de INSS devem estar vinculados ao número do CNO (Cadastro Nacional de Obra), ou outro tipo de cadastro que vier a substituí-lo.

Art. 31 Quando se tratar de bens móveis e imóveis será informado o comprovante de registro no sistema de patrimônio.

Art. 32 Quando se tratar de materiais (produto) NFe Danfe será informado o comprovante de registro no sistema de almoxarifado.

Art. 33 Quando a despesa não conter descrição clara e que comprove o atendimento ao interesse público, a Contadoria Municipal poderá exigir documentação complementar ou devolver à Secretaria de origem para as providências cabíveis.

Art. 34 A Contadoria Municipal procederá a verificação dos documentos da liquidação e, constatada a integridade, a regularidade, a correspondência, a clareza e a consistência, procederá a retenção de tributos e emissão de guias de recolhimento conforme legislação cabível, e processará a liquidação no sistema contábil-orçamentário.

Art. 35 Para fins de otimização dos trabalhos de liquidação da despesa, a Contadoria Municipal elaborará e manterá atualizado o checklist (listas de verificação) de documentos e requisitos a serem verificados no ato do registro da liquidação no sistema contábil-orçamentário. As listas compõem os anexos da presente instrução normativa como parte integrante da mesma.

Art. 36 No processo de liquidação da despesa, em caso de não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, caberá ao ordenador da despesa deliberar sobre a situação e tomar as medidas cabíveis. É de responsabilidade do ordenador da despesa juntar ao processo de liquidação da despesa a autorização de pagamento sem comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, com a informação das providências tomadas, bem como, de informar a situação ao Departamento de Compras.

§1º A Contadoria Municipal, ao verificar ausência de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor e a ausência da autorização de pagamento emitida pelo ordenador da despesa, sem prejuízo de outros apontamentos, dará prosseguimento ao processo de liquidação e pagamento daquela despesa, evitando o risco da administração pública incorrer em enriquecimento sem causa, e ainda, informará sobre a situação ao ordenador daquela despesa e ao Departamento de Compras para que tomem as providências cabíveis.

§2º O ordenador de despesa deverá notificar o fornecedor para que comprove sua regularização, observando os prazos contratuais. Na ausência de prazos contratuais, o prazo será de 15 (quinze) dias ininterruptos contados da notificação.

§3º Em caso de não regularização, o ordenador de despesa poderá instaurar a rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais ou discricionários cabíveis.

§4º O Departamento de Compras informará às secretarias interessadas sobre a situação quanto a regularidade do fornecedor. Para novas solicitações de empenhos e enquanto persistir a ausência de regularidade, exigirá deliberação formal de cada ordenador de despesa através de despacho ou memorando anexo ao processo.

Art. 37 São elementos obrigatórios da Nota de Liquidação da despesa:

I - Número e data da liquidação;

II - Data para pagamento;

III - Numero, data e tipo do empenho;

IV - Tipo da compra;

V - Número do processo licitatório, do contrato e do convênio, quando for o caso;

VI - Descrição da dotação orçamentária;

VII - Dados do credor (identificação, CNPJ/CPF, dados bancários);

VIII - Descrição da despesa;

IX - Valor da liquidação e saldo a liquidar;

X - Dados do documento fiscal (número, data, valor);

XI - Matrícula do responsável pelo atesto e do responsável pela emissão da liquidação; e

XII - Conta bancária do órgão que será utilizada para pagamento, quando for recurso vinculado.

Art. 38 A anulação da liquidação da despesa somente será aceita nos casos de erro de lançamento, por meio da “anulação de liquidação”, contendo o motivo do erro.

**SEÇÃO V**

**Do Pagamento da Despesa**

Art. 39 A tesouraria deverá verificar se o processo foi liquidado, analisar a fonte de recurso para o pagamento, a existência de recursos financeiros disponíveis.

§1º A tesouraria fará a programação financeira para pagamento do referido processo, obedecendo a ordem cronológica para os pagamentos conforme disposto no artigo 141 da Lei 14.133/2021.

Art. 40 No momento do pagamento a tesouraria deverá emitir uma Ordem de Pagamento, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Número da Ordem de Pagamento;

II - Número da Nota de Empenho;

III - Número da Nota de Liquidação;

IV - Identificação do credor (CNPJ/CPF, endereço, dados bancários);

V - Valor pago anteriormente, quando for o caso;

VI - Valor da Ordem de Pagamento;

VII - Saldo a pagar do empenho, quando for o caso;

VIII - Descrição sucinta do objeto a ser pago;

IX - Data do pagamento;

X - Tipo do pagamento (OBN, transferência, debito em conta, compensação)

XI - Banco, conta e fonte dos recursos utilizados para o pagamento;

XII - Banco e número da conta do destinatário, quando for o caso;

XIII - Justificativa para o pagamento fora da ordem cronológica, quando for o caso, em estrita observância ao §1º do artigo 141 da Lei 14.133/2021; e

XIV - Identificação e assinatura do ordenador de despesas.

Art. 41 No momento do pagamento será realizada a retenção dos tributos, conforme legislação vigente.

Art. 42 Os pagamentos de despesas relativas a fornecedores, prestadores de serviços e servidores serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, disponibilizados pelo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), permitindo a identificação da destinação e do respectivo credor.

§1º Os pagamentos por meio eletrônico deverão ser integrados aos estágios da despesa orçamentária, quais sejam: empenho, liquidação e pagamento.

§2º Os comprovantes das operações financeiras realizadas por meio do Sistema de Pagamentos Brasileiro deverão ser acostados aos respectivos processos de despesa.

Art. 43 Os pagamentos de despesas relativas a serviços de concessionárias (energia elétrica, água e esgoto), retenções de tributos e demais consignações, serão realizados por meio de fatura.

**SEÇÃO VI**

**Da Despesa Extraorçamentária**

**Art. 44** As despesas não pagas durante o exercício serão inscritas em restos a pagar, separando os liquidados dos não liquidados.

§ 1º É vedado o cancelamento de restos a pagar processados, exceto em casos excepcionais, devidamente justificados e autorizados pelo Ordenador.

§ 2º O cancelamento de restos a pagar não processados deverá ser devidamente justificado e aprovado por decreto do poder executivo ou por portaria no caso das autarquias, sendo de responsabilidade do setor de contabilidade a baixa dos valores.

§ 3º A liquidação de restos a pagar não processados deverá obedecer aos procedimentos enumerados no Seção IV “Da Liquidação da Despesa” desta Instrução Normativa.

§ 4º O pagamento de restos a pagar deverá obedecer aos procedimentos enumerados na Seção V “Do Pagamento da Despesa” desta Instrução Normativa.

**Art. 45** Para os valores retidos a título de impostos, contribuições e consignações será emitida uma Ordem de Pagamento extraorça-

menário em nome do destinatário do recurso.

§ 1º Os valores deverão ser repassados pela tesouraria, a quem de direito e no prazo legal.

§ 2º Os registros contábeis relativos às retenções obedecerão às normas de contabilidade estabelecidas na IPC 11, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art. 46** A devolução da caução será registrada como despesa extraorçamentária.

§ 1º A liberação da caução referente a contrato de obras ficará condicionado a apresentação do Termo de Recebimento Definitivo da Obra, da apresentação da CND da obra e da Declaração do fiscal do contrato, de que foram atendidas todas as cláusulas do contrato.

§ 2º A liberação das cauções referentes a contratos de prestação serviços ou fornecimento de bens/material será condicionada a apresentação de declaração do fiscal do contrato de que foram atendidas todas as cláusulas do contrato.

**Art. 47** Os pagamentos de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) não necessitam de autorização orçamentária para que sejam efetuados, sendo registrados como despesa extraorçamentária.

**SEÇÃO VII**

**Da Transparência e do Controle**

**Art. 48** Durante a execução do orçamento deverá ser obedecido o cronograma mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os órgãos do Poder Executivo Municipal obedecerão aos prazos estabelecidos no decreto de programação financeira, para empenho da despesa, liquidação e prestação de contas de adiantamentos.

**Art. 49** Até o último dia do mês subsequente ao do encerramento de cada bimestre, serão avaliadas as metas bimestrais de desembolso em relação à meta prevista no decreto de execução orçamentária, comparando com a receita arrecadada.

Parágrafo único. Caso o comportamento da receita não comportar o cumprimento das metas de equilíbrio fiscal, a Administração promoverá a limitação de empenhos e movimentação financeira, obedecendo aos critérios estabelecidos na LDO.

**Art. 50** As informações relativas à execução orçamentária e extra-orçamentária da despesa deverão ser registradas tempestivamente no sistema de informática, observando o layout do Sistema APLIC – Auditoria Pública Informatizada de Contas e enviadas ao TCE no prazo estabelecido pela Resolução Normativa nº 03/2020-TCE/MT.

**Art. 51** Atendendo ao disposto no art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº101/2000, o setor de contabilidade disponibilizará, em tempo real, no Portal da Transparência, informações detalhadas todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa.

Parágrafo único. As informações disponibilizadas deverão conter, no mínimo, os seguintes dados:

I - Número do empenho do bem fornecido ou ao serviço prestado;

II - Identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento; e

III - Quando for o caso, a identificação do procedimento licitatório realizado.

**SEÇÃO VIII**

**DO ARQUIVAMENTO**

**Art. 52** O processo de pagamento de despesa será arquivado em ordem cronológica e será composto pelos seguintes documentos:

I - Nota de empenho;

II - Comprovantes da despesa;

III - Nota de Liquidação;

IV. Ordem de Pagamento; e

V - Comprovante de pagamento.

**Art. 53** A contabilidade manterá arquivados os documentos referentes a execução da despesa, permanente, conforme a Lei nº 1.743/2023.

§1º O arquivamento dos processos e documentos comprobatórios de despesas observará as diretrizes de guarda, preservação, segurança da informação e transparência, podendo ser realizado em meio físico ou eletrônico.

§2º Em consonância com a evolução tecnológica, as diretrizes de digitalização da administração pública e as políticas de governo digital, a autuação, a tramitação e o arquivamento dos processos de despesa serão realizados, prioritariamente, em formato eletrônico, por meio de sistema oficial de gestão documental de que dispõe o órgão.

**Seção IX**

**Das Alterações Contratuais**

**Art. 54** As alterações contratuais a seguir indicadas implicarão, necessariamente, na modificação do respectivo empenho, podendo ocorrer a anulação total ou parcial do mesmo ou, ainda, a emissão de empenho complementar, para adequação à nova situação:

I – Rescisão;

II – Modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão de quantitativos;

III – Revisão;

IV – Reajuste;

V – Prorrogação.

**Art. 55** Nos casos de extinção contratual fundamentada nos Arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser procedida a anulação imediata do saldo de empenho residual, para que o recurso, antes reservado a esta despesa, retorne à dotação orçamentária de origem e seja disponibilizado para outros gastos.

Parágrafo único. A anulação total do valor do empenho de que trata este artigo, será formalizada através da emissão de Nota de Anulação de Empenho própria, emitida através do Sistema Informatizado.

**Art. 56** A modificação do valor contratual em razão de acréscimo ou supressão de quantitativos do objeto poderá ocorrer quando:

I – Houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - O acréscimo de quantitativos for conveniente, em face do preço vantajoso;

III – A supressão de quantitativos for conveniente, em face da não economicidade do preço ou para diminuição de gastos públicos.

Parágrafo único. As alterações contratuais de que trata este artigo são permitidas somente para despesas empenhadas nas modalidades global ou por estimativa, sendo realizadas com base na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Globais, consignada no respectivo contrato, a qual será alterada para a adequação à nova necessidade e cálculo do novo valor contratual decorrente da alteração.

**Art. 57** As supressões e/ou acréscimos do valor inicial do contrato serão permitidas nas seguintes hipóteses:

I – O caso de obras, serviços ou compras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), para acréscimos e supressões contratuais;

II – No caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para acréscimos contratuais.

Parágrafo único. Havendo acordo entre as partes, as supressões contratuais acima de 25% poderão ser processadas, do contrário, ficarão limitadas a este percentual.

**Art. 58** As supressões contratuais de que tratam os artigos 54 e 55 desta Instrução Normativa serão efetuados mediante anulação, no exato valor da despesa que se deseja cancelar, cujo procedimento resultará na emissão, através do sistema, da Nota de Anulação de Empenho consignando o exato valor cancelado, correspondente à supressão levada a efeito.

Parágrafo único. Os valores anulados, na forma deste artigo, serão revertidos, automaticamente, através do sistema informatizado, para a dotação por onde correu a despesa, ficando novamente disponível para fazer frente a outros gastos.

**Art. 59** Os acréscimos contratuais, para serem processados, deverão possuir adequada reserva orçamentária e disponibilidade financeira, sendo obrigatória esta verificação antes da autorização para aditar o contrato.

Parágrafo único. Os acréscimos de que trata este artigo serão efetuados através de prévio empenho do valor correspondente à despesa gerada pelo aditamento.

**Art. 60** As alterações contratuais decorrentes de acréscimos e supressões irão sempre caracterizar o aumento ou diminuição dos quantitativos contratados, mantendo inalterados os preços unitários originalmente pactuados através de contrato entre as partes.

Parágrafo único. A mudança nos quantitativos ensejará a alteração do valor contratual, que será apurado através da aplicação dos quantitativos na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários e Globais respectiva e efetuado o cálculo com base nos valores unitários inicialmente acordados.

**Art. 61** A revisão do preço contratual da alteração para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá observar as condições do Art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei nº 14.133/2021.

**Art. 62** A equação econômico-financeira do contrato é configurada na relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento.

Parágrafo único. O desequilíbrio econômico-financeiro caracteriza-se pela comprovação de alterações anormais dos custos contratuais, impossíveis de serem assimilados pela margem de lucro do contrato, podendo ser decorrente:

I – A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis;

II – E força maior, caso fortuito ou determinação estatal que onera substancialmente a execução do contrato.

**Art. 63** A revisão do preço contratual será feita mediante:

I – Comprovação, pelo contratado, de que o contrato firmado com a Administração sofreu alterações nos custos impossíveis de serem suportadas;

II – Análise, pela Administração, da solicitação de recomposição do equilíbrio, acatando ou não o pedido do contratado;

III – Aplicação dos novos custos unitários na Planilha de Custos do contrato, para apuração do novo valor contratual, caso o pedido de recomposição do equilíbrio seja aceito pela Administração.

**Art. 64** A análise de que trata o inciso II do art. 63 deverá levar em conta o percentual de majoração do preço contratual almejado pelo contratado e as causas que levaram ao pedido, cabendo ao Município:

I – Autorizar a majoração do preço contratual;

II – Indeferir o pedido, justificadamente; ou

III – Negociar os percentuais com o contratado, quando procedente o pedido, mas os valores estiverem acima do mercado.

**Art. 65** O reajuste do preço de que trata o inciso IV do art. 54, visa à atualização anual do valor contratual, mediante índices expressamente previstos no edital.

**Art. 66** Os reajustes contratuais serão efetuados mediante realização de empenho do valor correspondente à despesa gerada, devendo ser observada a existência de reserva orçamentária e disponibilidade financeira para fazer face à despesa.

**Art. 67** A prorrogação contratual de que trata o inciso V do art. 54, visa ampliar o prazo de execução da despesa, inicialmente previsto para o ajuste, podendo ser objeto da referida prorrogação:

I – Os projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual;

II – A prestação de serviços a serem executados de forma contínua, podendo ocorrer por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses;

III – Aluguel de equipamentos e a utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

§ 1º As prorrogações contratuais somente poderão ser celebradas se o contrato, cujo prazo se deseja estender, estiver dentro do seu período de vigência.

§ 2º A prorrogação irá ensejar a realização de empenho do valor correspondente à despesa gerada, a ser efetuado antes do término de vigência do contrato, devendo sempre ser observada a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira correspondente.

§ 3º Consideram-se serviços de execução contínua aqueles de necessidade permanente da Administração, cuja paralisação afeta a normal prestação de serviços públicos essenciais ou ocasiona prejuízos à Administração.

**Art. 68** A constatação de preços e condições mais vantajosas para a administração, a que se justifique a prorrogação contratual, será efetuada através de:

I – Pesquisa de mercado que comprove que o(s) preço(s) ofertado(s) pelo contratado são compatíveis com os preços praticados no mercado;

II – Análise das condições de pagamento estabelecidas entre o contratado e a Administração, devendo ser comparada com as condições oferecidas pelo mercado;

III – Análise das condições de prestação do serviço, devendo ser feita pesquisa junto aos usuários para avaliar a qualidade dos serviços prestados e a viabilidade de sua prorrogação.

## Seção X

## Dos Créditos Adicionais

**Art. 69** São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

§ 1º Os créditos adicionais classificam-se em:

I – Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II – Especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III – Extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

§ 2º Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

§ 3º A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 4º Consideram-se recursos, para o fim do parágrafo anterior, desde que não comprometidos:

I – O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – Os provenientes de excesso de arrecadação;

III – Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

IV – O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 5º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 6º Entende-se por excesso de arrecadação, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 7º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

§ 8º Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

§ 9º Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

§ 10 O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

**SEÇÃO XI**

**Das Demonstrações Contábeis**

**Art. 70** Ao final de cada exercício, a gestão patrimonial e os resultados gerais serão demonstrados através das seguintes demonstrações contábeis, em conformidade com o MCASP e a Lei 4.320/1964:

I – Balanço Orçamentário;

II – Balanço Financeiro;

III – Balanço Patrimonial;

IV – Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

V – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

VI – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

§ 1º A DFC evidenciará as modificações no caixa e equivalentes de caixa, segregadas por fluxos operacionais, de investimento e de financiamento.

§ 2º A DMPL demonstrará a evolução do patrimônio líquido, destacando os resultados acumulados e as reservas.

**SEÇÃO XII**

**Da Consolidação das Demonstrações Contábeis**

**Art. 71** Para efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis, cada órgão da Administração Direta e Indireta, e o Poder Legislativo deverão elaborar, respectivamente, as Demonstrações Contábeis e encaminhar em meio eletrônico a Contadoria Municipal do Poder Executivo para fins de consolidação.

§ 1º O Poder Legislativo e órgãos da Administração Direta e Indireta deverão encaminhar a Contadoria Municipal do Poder Executivo até 31 de janeiro de cada ano, suas Demonstrações Contábeis individualizadas.

§ 2º O Contador responsável do Poder Executivo deverá consolidar as Demonstrações Contábeis recebidas do Poder Legislativo e dos órgãos da Administração Direta e Indireta, e encaminhar a prestação de contas aos órgãos em que o município esteja obrigado a fazer.

**SEÇÃO XIII**

**Do RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária)**

**Art. 72** O RREO deverá ser elaborado bimestralmente contendo os seguintes demonstrativos: Balanço Orçamentário, Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção, Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Resultado Nominal, Resultado Primário, Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital, Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde.

§ 1º O Poder Legislativo e a Administração Indireta deverão encaminhar a Contadoria Municipal até o dia 15 do mês posterior ao encerramento do bimestre, as informações da movimentação para serem consolidadas.

§ 2º O RREO deverá ser publicado nos meios de comunicação até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.

§ 3º A Contadoria Municipal enviará ao Tribunal de Contas do Estado até o 5º (quinto) dia após o prazo legal de publicação, as informações consolidadas do RREO.

§ 4º A Contadoria Municipal deverá manter cópia das publicações do RREO em arquivo permanente.

**SEÇÃO XIV**

**Do RGF (Relatório de Gestão Fiscal)**

**Art. 73** No Poder Executivo o RGF deverá ser elaborado quadrimestralmente contendo os seguintes demonstrativos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Demonstrativo das Operações de Crédito, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Demonstrativo dos Restos a Pagar.

§ 1º Ao elaborar o RGF o Poder Executivo procederá à incorporação do movimento financeiro da Administração Indireta.

§ 2º A Administração Indireta deverá encaminhar a Contadoria Municipal até o dia 15 do mês posterior ao encerramento do quadrimestre, as informações da movimentação para serem incorporadas.

§ 3º No Poder Legislativo o RGF deverá ser elaborado quadrimestralmente contendo os seguintes demonstrativos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Demonstrativo dos Restos a Pagar.

§ 4º O RGF deverá ser publicado nos meios de comunicação até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre.

§ 5º A Contabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo enviarão ao Tribunal de Contas do Estado até o 5º (quinto) dia após o prazo legal de publicação, as informações do RGF.

§ 6º A Contadoria Municipal deverá manter cópia das publicações do RGF em arquivo permanente.

**SEÇÃO XV**

**Da Consolidação dos Demonstrativos – Prestação de Contas**

**Art. 74** A Contadoria Municipal, no intuito de preparar com excelência os dados necessários para as prestações de contas, em especial aquelas relacionadas ao APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas), somente deverá aceitar processos de despesas para empenhamento após avaliar as condições mínimas exigidas nos processos, sendo:

I – As despesas oriundas de processos licitatórios somente serão empenhadas mediante documentação completa do Processo Licitatório, bem como, o devido cadastro e lançamento da Licitação no Sistema Informatizado;

II – As despesas oriundas de contratos somente serão empenhadas mediante documentação completa do referido contrato, bem como, o cadastro e lançamento do referido contrato no Sistema Informatizado;

III – Quando a despesa for relacionada a Obras, a mesma somente será empenhada mediante documentação completa da referida Obra, inclusive com o cadastro e lançamento da mesma no Sistema Informatizado;

IV – As despesas vinculadas a convênios, sejam convênios recebidos ou cedidos, somente serão empenhadas se o processo estiver acompanhado da documentação do respectivo convênio, bem como, o cadastro e lançamento do mesmo no Sistema Informatizado;

V – As despesas para custeio de Diárias somente serão empenhadas mediante documentação que comprove o Processo da respectiva Diária, devidamente deferido, bem como, o cadastro e lançamento do processo de diária no Sistema de Informação;

**Art. 75** Os responsáveis pelo empenhamento da despesa, de posse de todas as informações necessárias para a realização do mesmo deverá realizá-lo diretamente no Sistema Informatizado, atentando-se para as seguintes vinculações:

I – Quando tratar-se de empenho oriundo de Licitações: os dados da referida licitação deverão ser vinculados ao empenho;

II – Quando tratar-se de empenho oriundo de Contratos: os dados do referido contrato deverão ser vinculados ao empenho;

III – Quando se tratar de empenho oriundo de Obras, em especial aqueles no elemento de despesa 44.90.51 (Obras e Instalações) e 44.90.30 (Obras Direta): os dados da respectiva Obra deverão ser vinculados ao cadastro do empenho;

IV – Quando se tratar de despesas oriundas de Convênios: os dados do respectivo convênio deverão ser vinculados ao cadastro do empenho;

V – Quando se trata de despesas para custeio de Diárias: os dados do Processo de Diária deverão ser vinculados ao cadastro do empenho;

VI – Quando se trata de despesas para resgate de Dívida Fundada e/ou Parcelamentos: o setor deverá certificar-se que a respectiva Dívida encontra-se devidamente cadastrada no Sistema Informatizado, bem como, se o código do credor utilizado no cadastro do empenho é o mesmo utilizado no cadastro da dívida / parcelamento;

Parágrafo único. Os responsáveis por empenho da despesa devem estar sempre atualizados quanto as exigências contidas no layout do APLIC, bem como providenciar o preenchimento de todas as informações obrigatórias e gerenciais do departamento.

**SEÇÃO XVI**

**Dos Prazos da Prestação de Contas**

**Art. 76** O Poder Executivo, incluindo a Administração Indireta e o Poder Legislativo, deverão encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso suas respectivas Prestações de Contas Anuais, nos prazos previstos na legislação vigente, sendo:

I – O Poder Executivo, as Contas Anuais de Gestão e Governo, conforme o parágrafo único do art. 29 da Lei Complementar nº 269/2007 em:

a) 15 de abril do ano subsequente, ou;

b) 14 de abril do ano subsequente, quando o ano for bissexto.

II – Do Poder Legislativo, as Contas Anuais de Gestão também deverão ser encaminhadas nos mesmos prazos citados no parágrafo anterior.

§ 1º O Poder Executivo deverá também encaminhar a Prestação de Contas Anual para os seguintes órgãos:

I – Para o Poder Executivo da União: Encaminhar dados via SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), observando os prazos legais para o envio da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e da Declaração de Contas Anuais (DCA).

II - Para o Poder Executivo do Estado - encaminhar à Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, até 15 de abril do ano subsequente, uma cópia do Balanço Geral do exercício.

III – Poder Executivo deverá encaminhar ao Poder Legislativo, até 15 de abril do ano subsequente, uma cópia do Balanço Geral do exercício.

**CAPÍTULO VII**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 77** As alterações contratuais decorrentes de acréscimo ou supressão de quantitativos, revisão do preço contratual, reajuste ou prorrogação somente poderão ser empenhadas após aprovação prévia da Assessoria Jurídica do Município e do Departamento de Compras e Licitações, da Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 78** Todos os processos de aquisição de bens ou de contratação de serviços que sofrerem alteração contratual no decorrer da execução da despesa, deverão, ser encaminhados ao Departamento de Compras e Licitações pelas Secretarias Municipais, devidamente instruídos.

**Art. 79** É vedado o cancelamento de saldo de empenhos destinados à cobertura de despesas, pendentes ou não de implemento de condição, para as quais já tenham materializadas as obrigações de despesas contraídas pelo Poder Público.

**Art. 80** Qualquer omissão ou dúvida gerada por esta Instrução Normativa deverá ser dirimida junto à Coordenadoria de Controle Interno.

**Art. 81** Os termos contidos nesta Instrução Normativa não eximem a observância das demais normas competentes.

**Art. 82** Em todas as fases do Processo deverão ser cumpridos os prazos para envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, via Sistema APLIC, de acordo com a competência de cada setor envolvido.

**Art. 83** Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Canarana, Estado de Mato Grosso, 15 de setembro de 2026.

Anexo I

Checklist de Liquidações

**NOTA DE MATERIAL**

**1.0 NOTA FISCAL**

1.1 Documento fiscal original, legível, sem rasuras e rasgos, DANFE autorizada;

1.2 CNPJ/CPF do contratado deve ser o mesmo da nota de empenho;

1.3 CNPJ do município de Canarana: 15.023.922/0001-91;

1.4 Descrição clara dos materiais recebidos, inclusive com quantidade, unidade de medida, valor unitário e total;

1.5 Conferir se as informações presentes na nota fiscal são compatíveis com a despesa empenhada;

1.6 Atesto do fiscal da ata ou do contrato em todas as páginas da nota fiscal, por meio físico ou eletrônico disponível padrão ICP-Brasil, que os materiais foram recebidos, inclusive com data de atesto, nome, função e nº matrícula;

1.7 Nome, identificação e assinatura do ordenador da despesa em todas as páginas da nota fiscal, por meio físico ou eletrônico disponível padrão ICP-Brasil;

1.8 Encaminhar a Nota fiscal para registro do Almoxarifado Central, quando se tratar de aquisição de material de consumo recebido pela Secretaria requisitante, exceto: **“aquisição de combustíveis”**;

1.9 Recebimento, conferência e registro do Almoxarifado Central quando o recebimento do material for realizado pelo almoxarifado;

1.10 Recebimento, conferência e registro do Patrimônio quando se tratar de aquisição de materiais permanentes, inclusive com o recebimento da Comissão de recebimento de bens permanentes nos casos em que couber;

**2.0 DOCUMENTOS ANEXOS À NOTA FISCAL**

2.1 Certidões negativas de débitos, no prazo de validade, sendo os mesmos tipos de certidões exigidas para habilitação na licitação, inexigibilidade, dispensa licitação ou compra direta. Normalmente são:

-Certidão Negativa de débitos Municipais (Cidade domicílio do Fornecedor/Prestador);

-Certidão Negativa de débitos perante a Secretaria de Fazenda do Estado/ PGE (Domicílio do Fornecedor/Prestador);

-Certidão Negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

-Certidão Negativa de débitos Trabalhista;

**-**Certidão de regularidade do FGTS;

2.2 Comprovação de registro no sistema no Sistema Geo-obras e assinatura do responsável, quando se tratar de despesas desta natureza;

2.3 Despesas com Coffe Break anexar relatório fotográfico devidamente assinado pelo fiscal da ata ou contrato;

2.4 Despesas com aquisição de combustível, anexar relatório de abastecimento realizado e comprovante de abastecimento com assinatura do motorista. Na situação de abastecimento de contanier ou caminhão melosa, anexar o relatório de distribuição quando estiver finalizado;

**CARTA DE CORREÇÃO**

**1. O QUE PODE SER ALTERADO POR CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA?**

1.1 CFOP (Código Fiscal de Operação e Prestação), desde que não mude a natureza dos impostos.;

1.2 CST(Código de Situação Tributária), desde que não haja alteração de valores;

1.3 Descrição da Mercadoria, peso, volume, acondicionamento do item, desde que não interfira na quantidade faturada do produto;

1.4 Data de Saída, desde que seja no mesmo período de apuração do ICMS;

1.5 Dados do Transportador, endereço do destinatário (desde que não altere por completo);

1.6 Razão Social do Destinatário, desde que não altere por completo;

1.7 Inserir ou alterar dados adicionais, como por exemplo: transportadora, nome do vendedor, número do pedido.

**2. O QUE NÃO PODE SER ALTERADO POR CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA?**

**2.1** Valores fiscais que determinam o valor do imposto, tais como: base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação;

2.2 Correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário;

2.3 Descrição da mercadoria que altere as alíquotas de impostos;

2.4 Destaque de Impostos ou quaisquer outros dados que alterem o Cálculo ou a Operação do Imposto;

2.5 Para casos em que não é possível emitir uma carta de correção, necessário o cancelamento da nota fiscal e emissão de nova nota fiscal com as as informações e dados corretos.

**NOTA DE SERVIÇOS**

**1.0 NOTA FISCAL**

1.1 Documento fiscal original, legível, sem de rasuras e rasgos;

1.2 CNPJ/CPF do contratado deve ser o mesmo da nota de empenho;

1.3 CNPJ do município de Canarana: 15.023.922/0001-91;

1.4 Descrição clara do serviço executado, inclusive com quantidade, unidade de medida, valor unitário e total;

1.5 Conferir se as informações presentes na nota fiscal são compatíveis com a despesa empenhada. Exemplo: em casos que couber informações referentes ao local e dia do evento ou prestação do serviço, placas de veículos, quantidade de horas, dias (em caso de diárias), valor unitário, valor total, em caso de revisão qual o km da revisão (Revisão de 10.000 km), dentre outros;

1.6 Atesto do fiscal da ata ou do contrato em todas as páginas da nota fiscal, por meio físico ou eletrônico disponível padrão ICP-Brasil, que os serviços foram executados, inclusive com data de atesto, nome, função e nº matrícula;

1.7 Assinatura do ordenador da despesa, por meio eletrônico disponível padrão ICP-Brasil, em todas as páginas da nota fiscal;

1.8 Identificação do local e período da prestação dos serviços ou mês de competência, nos casos em que couber;

1.9 No caso de convênio, obrigatório conter o número do convênio na nota fiscal.

**- RPS NÃO É DOCUMENTO FISCAL!!!**

**2.0 IMPRESSOS:**

2.1 Despesas com prestação de serviços referente a confecção de carimbos, pastas, panfletos, cartilhas, banner e afins, anexar exemplar confeccionado ao processo. (banner: anexar a arte aprovada);

2.2 Despesas com publicações de atos oficiais do poder executivo municipal em jornal impresso, anexar exemplar do jornal com a publicação objeto da cobrança.

**3.0 CURSOS/ PALESTRAS:**

3.1 Despesas com cursos, palestras, doação de benefícios a pessoas carentes, doação de medicamentos, entre outras despesas correlatas, anexar relação com descrição dos benefícios e das pessoas contempladas;

3.2 Cópias dos certificados quando os servidores participam de cursos de capacitação.

**4.0 SERVIÇOS DE LIMPEZA:**

**4.1** Nota fiscal com a descrição clara dos serviços executados, o período, a quantidade de postos de trabalho, valor unitário e total e o local da prestação dos serviços;

4.2 Termo de Constatação dos serviços executados assinado pelo fiscal e Ordenador da despesa;

4.3 Planilha de acompanhamento do serviço prestado e atesto da qualidade dos produtos utilizados devidamente atestada pelo fiscal do contrato;

4.4 Comprovação de pagamento dos funcionários referente ao período da prestação dos serviços;

4.5 O último Relatório do E-social exigível a do período da execução dos serviços contendo os funcionários devidamente registrados e a Guia de recolhimento do FGTS e respectivo comprovante de recolhimento;

4.6 Recibo de entrega da Declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários – DCTFWeb e respectivo DARF previdenciário e comprovante de recolhimento, sendo o último exigível ao período da prestação dos serviços.

**5 - TRANSPORTE ESCOLAR:**

5.1 Nota fiscal com a descrição clara dos serviços executados, os dias da prestação dos serviços; (Exemplo: Transporte escolar 01,02,03,04 (...) de Março de 2026, local em que a linha foi feita: “São Caetano”, “Bela Vista”, totalizando 25 dias), Quantidade de quilômetros percorridos, valor unitário e valor total dos serviços;

5.2 Termo de constatação dos serviços executados assinado pelo fiscal e Ordenador da despesa;

5.3 Comprovação de pagamento dos funcionários referente ao período da prestação dos serviços;

5.4 O último Relatório do E-Social exigível a do período da execução dos serviços contendo os funcionários devidamente registrados e a Guia de recolhimento do FGTS e respectivo comprovante de recolhimento;Recibo de entrega da Declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários – DCTFWeb e respectivo DARF previdenciário e comprovante de recolhimento, sendo o último exigível ao período da prestação dos serviços;

5.5 Número do contrato ou aditivo;

5.6 Local da prestação dos serviços (linha contratada para transporte de alunos e escola de destino).

**6.0 VIGILÂNCIA ARMADA:**

6.1 Nota fiscal com a descrição clara dos serviços executados, o período da prestação, a quantidade de postos de trabalho, valor unitário e total e o local da prestação dos serviços;

6.2 Termo de Constatação dos serviços executados assinado pelo fiscal e Ordenador da despesa;

6.3 Planilha de acompanhamento do serviço prestado devidamente assinada pelo fiscal do contrato;

6.4 Avaliação de Desempenho devidamente assinada;

6.5 O último Relatório do E-Social exigível a do período da execução dos serviços contendo os funcionários devidamente registrados e a Guia de recolhimento do FGTS e respectivo comprovante de recolhimento desta competência;

6.6 Recibo de entrega da Declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários – DCTFWeb e respectivo DARF previdenciário e comprovante de recolhimento, sendo o último exigível ao período da prestação dos serviços.

**7.0 MONITORAMENTO ELETRÔNICO:**

**7.1** Nota fiscal com a descrição clara dos serviços executados, o período e o local da prestação dos serviços.

7.2 Termo de Constatação dos serviços executados assinado pelo fiscal e Ordenador da despesa.

**8.0 LOCAÇÃO:**

8.1 Nota fiscal com a descrição clara dos serviços executados, o período da prestação, a quantidade, valor unitário e total e o local da prestação dos serviços;

8.2 Termo de Constatação dos serviços executados assinado pelo fiscal e Ordenador da despesa;

8.3 Despesas com locação de tendas, banheiros químicos, som, caminhão palco e congêneres, anexar relatório fotográfico assinado pelo fiscal referente a despesa;

8.4 Observar se o item licitado for por diárias, conter na Nota Fiscal a unidade de medida, quantidade de diárias, valor unitário, valor total.

**9.0 LABORATÓRIO/ TRANSPORTE DE PACIENTES/ SERVIÇOS MÉDICOS:**

9.1 Nota fiscal com a descrição clara dos serviços executados, a quantidade, valor unitário e total;

9.2 Termo de Constatação dos serviços executados assinado pelo fiscal e Ordenador da despesa;

9.3 Despesas com transportes de pacientes, serviços médicos hospitalares, exames laboratoriais, exames e consultas especializados, emissão e interpretação de laudos – (anexar documentos conforme estabelecidos no edital de licitação e o termo de contrato);

9.4 Os Relatórios referente aos serviços executados devem estar assinados pelo fiscal do contrato.

**10.0 ARBITRAGEM E CRONOMETRAGEM:**

10.1 Nota fiscal com a descrição clara dos serviços executados, a quantidade, valor unitário e total, período da prestação e nome do evento esportivo;

10.2 Despesas com serviços de arbitragem de competições municipais, anexar cópias das súmulas de registro dos eventos esportivos;

10.3 Cronometragem eletrônica anexar relatório fotográfico e relatório de serviços prestados.

**11.0 PASSAGENS:**

11.1 Aérea:

- Nota Fiscal;

- Fatura;

- Despesas com passagem área anexar o E-ticket;

11.2 Doação:

- Fatura

- Anexar cópia do parecer Social- Assistência Social;

- Anexar cópia dos documentos do beneficiário.

**12.0 RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR:**

12.1 Nota fiscal com a descrição clara dos serviços executados, a quantidade, valor unitário e total e o Período da prestação;

12.2 Identificação dos veículos na nota fiscal ou em relação anexa devidamente assinada pelo fiscal.

**MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS/MÁQUINAS/EQUIPAMENTO**

**1. NOTA FISCAL DE PEÇAS (DANFE)**

1.1 Documento fiscal original, legível, sem rasuras e rasgos, devendo esta ser anexada ao processo de pagamento;

1.2 CNPJ do município de Canarana 15.023.922/0001-91;

1.3 Descrição clara dos produtos, inclusive com quantidade, unidade, valor unitário e total;

1.4 Identificação do veículo/máquina/equipamento (PLACA);

1.5 Informações referentes à despesa devem ser condizentes com o empenho, fatura e relatório de manutenção (Exemplo: Nota de Empenho dotação 33.90.30.39.05 – Material para manutenção de veículos (elétrica), e na nota fiscal vem “pastilha de freio”);

1.6 Em caso de substituição de nota, a anterior deve ser cancelada pelo fornecedor e o cancelamento anexado ao processo (PARA EVITAR COBRANÇA INDEVIDA E PAGAMENTO EM DUPLICIDADE).

1.7 Todos os documentos devem estar atestados pelo ordenador de despesa e fiscal do contrato ou fiscal de ATA, por meio físico ou eletrônico disponível padrão ICP-Brasil.

**2. NOTAS FISCAIS DE SERVIÇO – NFS-E (EMITIDA PELA OFICINA)**

2.1 Documento fiscal de prestação de serviços original, legível, sem rasuras e rasgos, devendo esta ser anexada ao processo de pagamento;

2.2 Descrição clara dos serviços de forma que possibilite identificar o serviço executado, inclusive com quantidade, unidade de medida, valor unitário e total, (Exemplos: “Troca de pastilha de freio, Quantidade: 2H, Valor Unitário: R$70,00, valor total: R$140,00”, “troca do amortecedor dianteiro L/D, Quantidade: xxH, Valor Unitário: R$xx, valor total: R$xx”, “troca do amortecedor dianteiro L/E, Quantidade: xxH, Valor Unitário: R$xx, valor total: R$xx”, “troca de óleo e filtros do motor, Quantidade: xxH, Valor Unitário: R$xx, Valor Total: R$xx”, “Revisão de 10.000 km, Quantidade: xxH, Valor Unitário: R$xx, Valor Total: R$xx”

2.3 Identificação do veículo/máquina/equipamento (placa);

**2.4 RECIBO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS (RPS) NÃO SUBSTITUI A NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;**

2.5 Constar como destinatário o Município de Canarana, CNPJ: 15.023.922/0001-91;

2.6 Informações referentes à despesa devem ser condizentes com o empenho. Exemplo: Nota de Empenho: “Aquisição de serviços para manutenção de freio dos veículos desta secretaria”, na Nota Fiscal: “Troca de Amortecedor”.

2.7 Em caso de substituição de nota, a anterior deve ser cancelada pelo fornecedor e o cancelamento anexado ao processo; (PARA EVITAR COBRANÇA INDEVIDA E PAGAMENTO EM DUPLICIDADE).

**CONSTRUÇÃO CIVIL – MEDIÇÃO DE OBRAS**

**1.0 NOTA FISCAL ORIGINAL**

1.1 Descrição clara dos serviços, EXEMPLO: “1º medição da obra de ampliação de salas na escola José Maria, nº do geo-obras, nº da CNO, nº do contrato, nº do convênio (se houver)”;

1.2 Número da medição;

1.3 Número do contrato ou termo aditivo;

1.4 Número da CNO (Cadastro Nacional da Obra);

1.5 Atesto do fiscal do contrato, por meio eletrônico disponível, inclusive com nome, função ou nº matrícula;

1.6 Atesto do ordenador de despesa, por meio físico ou eletrônico disponível padrão ICP-Brasil;

1.7 Cópia do Parecer Fiscal, quando ocorrer dedução do ISSQN, ou conforme as orientações do Código Tributário Municipal;

1.8 Nos casos que couber dedução da base de cálculo do INSS, necessário que os valores de materiais ou equipamentos estejam discriminados na nota fiscal, de acordo com a IN RFB 2110/2022.

**2.0 TERMO DE CONSTATAÇÃO ORIGINAL (DADOS OBRIGATÓRIOS)**

2.1 Autorização expressa para pagamento;

2.2 Número da medição;

2.3 Valor da Medição;

2.4 Menção da planilha de medição anexa (sem necessidade de numeração)

2.5 Nome e nº de registro no CREA do fiscal da obra;

2.6 Nome da Secretaria;

2.7 Descrição clara do objeto do contrato;

2.8 Nº Contrato e termo de aditivo daquela medição;

2.9 Número da nota de empenho que deverá ser liquidada e paga;

2.10 Vigência atual do Contrato (última alteração) em formato DD/MM/AAAA a DD/MM/AAAA;

2.11 Razão social do Contratado;

2.12 CNPJ do Contratado;

2.13 Data do Termo de Constatação;

2.14 Nome, função e matrícula do fiscal do contrato;

2.15 Nome do Secretário ordenador de despesas;

2.16 O documento deve estar assinado pelo fiscal do contrato e ordenador de despesa, por meio físico ou eletrônico disponível padrão ICP-Brasil.

**3.0 PLANILHA DE MEDIÇÃO ORIGINAL (DADOS OBRIGATÓRIOS)**

3.1 Número da medição (1ª, 2ª, 3ª...);

3.2 Data da Medição;

3.3 Identificação da obra (objeto, nome, local);

3.4 Nº de contrato;

3.5 Valores da Medição;

3.6 Identificação e assinatura do engenheiro fiscal da obra;

3.7 Comprovação de lançamento no Geo-obras através de identificação e ateste do responsável, podendo ser substituído por comprovante assinado.

**4.0 OUTROS DOCUMENTOS**

4.1 Termo provisório de recebimento da obra (no caso de medição final ou única);

4.2 O último Relatório do E-Social exigível ao período de execução da Obra. Necessário constar os funcionários devidamente registrados na **CNO da OBRA;**

4.3 Guia de recolhimento do FGTS e respectivo comprovante de recolhimento referente ao período retromencionado no item 4.2;

4.4 Recibo de entrega da Declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários – DCTFWeb e respectivo DARF previdenciário e comprovante de recolhimento, sendo o último exigível a do período da prestação dos serviços;

4.5 Certidões negativas de débitos, dentro do prazo de validade, sendo as mesmas espécies exigidas para habilitação na licitação;

4.6 Relatório fotográfico assinado pelo fiscal do contrato;

4.7 No caso de convênio, obrigatório conter o número na nota fiscal;

4.8 A documentação deve ser remetida ao Dep. Contabilidade por protocolo ao Setor “Liquidação de Notas Fiscais”, por meio físico ou eletrônico disponível.

**OBSERVAÇÃO:**

Após as fases contratação e autorização de início dos serviços, a sequência lógica dos fatos é a abaixo representada, sendo que, documentos com datas inconsistentes serão devolvidos para esclarecimentos ou correções.

1. Execução
2. Medição (planilha)
3. Autorização de emissão de Nota Fiscal
4. Emissão de Nota Fiscal
5. Parecer fiscal ISSQN (quando deduzir materiais), ou conforme as orientações do Código Tributário Municipal sobre o tema.
6. Constatação (termo e atestos)
7. Registro do GEO-Obras
8. Encaminhamento a Contadoria, Setor “Liquidação de Notas Fiscais, por meio físico ou eletrônico disponível.

| **TERMO DE CONSTATAÇÃO Nº xxx/2026** |
|---|

**CONSTATAMOS e AUTORIZAMOS** o pagamento da **xx** (nº da medição) **MEDIÇÃO DE SERVIÇOS**, no valor de **R$xx(valor) (*Descrever por extenso o valor do serviço*)**, conforme dados abaixo descritos e planilha de medição anexa, atestada e conferida pelo responsável técnico fiscal da obra, engenheiro civil (*nome do engenheiro fiscal e seu respectivo CREA*).

| | |
|---|---|
| SECRETARIA RESPONSÁVEL | |
| OBJETO DO CONTRATO | |
| Nº DO CONTRATO | |
| Nº TERMO ADITIVO | |
| NÚMERO DO EMPENHO | |
| VIGÊNCIA DO CONTRATO (dd/mm/aaaa a dd/mm/aaaa) | |
| CONTRATADO (razão social) | |
| CNPJ DO CONTRATADO | |
| FISCAL DO CONTRATO (nome e matrícula) | |

Canarana – MT, xx de xxx de 20xx.

**FULADO DE TAL**

Fiscal de Contrato

**SICRANO DE TAL**

**Secretario Municipal de XXX**

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

- Em caso de substituição de nota, a anterior deve ser cancelada pelo fornecedor e o cancelamento anexado ao processo; (PARA EVITAR COBRANÇA E PAGAMENTO EM DUPLICIDADE).

- Sempre verificar e atender ao que estabelece o edital da licitação e termo de contrato, nas instruções normativas municipais, nos termos de convênio com o Estado e União e em legislação específica.

- Despesas com manutenções prediais, eventos festivos, culturais e institucionais anexar relatório fotográfico referente a despesa devidamente assinado pelo fiscal.

- Certidões negativas de débitos, no prazo de validade, sendo os mesmos tipos de certidões exigidas para habilitação na licitação, inexigibilidade, dispensa de licitação ou compra direta.

- Anexar ao processo de pagamento a nota de empenho devidamente assinada pelo Ordenador da despesa e Contador.

- Carta de correção necessário assinatura do fiscal da ata ou contrato.

- Todos documentos devem estar legíveis e sem rasuras.

- As notas fiscais devem ser protocoladas por meio físico ou eletrônico disponível, no cadastro do respectivo Fornecedor e os documentos que compõe o processo de pagamento devem estar em formato PDF.

Anexo 2

Respostas: S = Sim; N = Não; N/A = Não se aplica

Resposta desejada = S (Sim) em todos os quesitos

| I – Exame da formalização dos processos de despesas | | S | N | N/A |
|---|---|---|---|---|
| 1 | A liquidação contém a origem e o objeto do que se deve pagar? | | | |
| 2 | A liquidação contém a importância exata a pagar? | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 3 | A liquidação contém a identificação de quem se deve pagar? | | | |
| 4 | A liquidação contém código do veículo/maquinário, quando se tratar de despesas com licenciamento, seguro obrigatório e multas de trânsito? | | | |
| 5 | Na liquidação com despesas com cursos, palestras, doação ou distribuição gratuita de bens, materiais, passagens, medicamentos ou serviços, consta a relação de itens distribuídos, a justificativa do interesse público, a relação das pessoas beneficiárias e o certificado quando os servidores participam de cursos de capacitação? | | | |
| 6 | A liquidação contém conta bancária do órgão que será utilizada para pagamento da despesa, quando for recurso vinculado? | | | |
| 7 | A liquidação contém a matricula do responsável pelo atesto? | | | |
| 8 | A liquidação contém indicação dos impostos/valores a serem retidos no pagamento das despesas? | | | |
| 9 | O processo licitatório e instrumentos contratuais estão vigentes? | | | |
| 10 | A Nota de Empenho foi emitida em data anterior ou igual ao início da realização da despesa? | | | |
| 11 | A despesa foi classificada na natureza de despesa adequada ao objeto contratado? | | | |
| 12 | Os documentos comprobatórios da realização da despesa se classificam como: nota fiscal; recibo; fatura; duplicata; guia de recolhimento de tributos; folha de pagamento? | | | |
| 13 | A data do documento de despesas está posterior à emissão da Nota de Empenho? | | | |
| 14 | Foi juntado ao processo para liquidação das despesas relativas a fornecedores, prestadores de serviços e das empresas subcontratadas, as seguintes certidões: I. Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais;<br>II. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Estaduais;<br>III. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);<br>IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);<br>V. Certidão Negativa de Débitos com o Município, do domicílio do prestador;<br>VI. Comprovação de enquadramento no Simples Nacional, quando for o caso;<br>VII. quaisquer outras certidões, conforme contrato. | | | |
| 15 | Na liquidação de despesas com Demanda Judicial, foi anexada cópia da ação expedida pelo órgão competente ou guia de deposito judicial quando se tratar de precatórios? | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 16 | Na Liquidação de despesas com uniformes, foi anexada ao processo relação detalhada dos beneficiários (nome, CPF, cargo, data), assinada pelo responsável pela autorização da despesa e atestada pelo Fiscal do Contrato? | | | |
| 17 | Na liquidação de despesas com material/serviços para distribuição gratuita para pessoas carentes, foi anexada ao processo relação detalhada dos beneficiários e/ou controle de estoque, assinada pelo responsável pela autorização da despesa e atesto do fiscal? | | | |
| 18 | Na liquidação de despesas com premiações, foi informado o motivo da premiação (evento, campeonato, etc) data da realização, categorias premiadas e fotos do evento? | | | |
| 19 | Na liquidação de despesas com distribuição de materiais em campanhas educativas, promocionais e de divulgação, foi informada a campanha realizada, data da realização, fotos do material? | | | |
| 20 | Na liquidação de despesas com assistência médica foi anexada ao processo relação detalhada dos pacientes atendidos, assinada pelo responsável pela autorização de despesa?<br>I. Nome, CPF, endereço e telefone do paciente;<br>II. Data do atendimento;<br>III. Procedimento realizado; e<br>IV. Valor. | | | |
| 21 | Despesas com passagens e hospedagens foi anexada relação detalhada dos beneficiários (nome, CPF, bilhete, telefone), justificativa da despesa, assinada pelo responsável por sua autorização? | | | |
| 22 | Despesas com eventos/reuniões/conferências, tais como: locação de tendas, arranjos de flores, decoração, Coffee Break ou Buffet, contém:<br>I – Folders da programação/realização do evento;<br>II – Fotos do evento, tendas, arranjos de flores, decoração;<br>III – Lista de presença dos participantes do evento, quando for o caso;<br>IV – Período da realização. | | | |
| 23 | Na liquidação de serviços de limpeza, a nota fiscal contém a descrição, o período, a quantidade de postos, valor unitário, o local da prestação e a planilha de acompanhamento juntamente com o termo de constatação assinado pelo fiscal e o ordenador da despesa? | | | |
| 24 | A empresa apresentou todos os relatórios do eSocial, guias de FGTS e DCTFWeb do período, junto com os comprovantes bancários de pagamento dos tributos e dos salários dos funcionários? | | | |
| 25 | Na liquidação da despesa com transporte escolar, a nota fiscal consta a descrição clara dos serviços, os dias, a quantidade de km percorridos, o valor unitário e total juntamente com o termo de constatação e comprovante de pagamento dos funcionários relacionados? | | | |
| 26 | A empresa apresentou os anexos do relatório do e-social do período de execução, a guia de recolhimento do FGTS com o comprovante, o recibo de entrega da DCTFWeb com a DARF e o comprovante de recolhimento com o local da prestação de serviços juntamente com o número do contrato ou termo aditivo do funcionário devidamente registrado? | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 27 | Na liquidação de despesas com vigilância armada, a nota fiscal consta a descrição clara dos serviços, o período, a quantidade de postos, valor unitário e local e o local em conjunto com o termo de constatação assinado e a planilha de acompanhamento com a avaliação de desempenho assinada? | | | |
| 28 | A empresa anexou os últimos Relatórios do eSocial e da DCTFWeb exigíveis do período de prestação dos serviços e foram apresentados acompanhados de suas respectivas guias de recolhimento (FGTS e DARF Previdenciário) e de seus devidos comprovantes de pagamento quitados no funcionário registrado? | | | |
| 29 | Na liquidação de despesas com monitoramento eletrônico a nota fiscal apresentou a descrição clara dos serviços, o período, o local e o termo de constatação devidamente assinados pelo fiscal e ordenador da despesa? | | | |
| 30 | Na liquidação de despesas na locação a Nota Fiscal apresentada descreve claramente os serviços (período, quantidade, valores e local), corresponde ao formato e está acompanhada tanto do Termo de Constatação assinado quanto do Relatório Fotográfico das locações (tendas, banheiros, som, palco, etc.) devidamente assinado pelo fiscal? | | | |
| 31 | A Nota Fiscal de serviços de saúde ou transporte descreve claramente a descrição do serviço, a quantidade, o valor unitário e total e está validada pelo Termo de Constatação assinado pelo fiscal e ordenador, e vem acompanhada dos relatórios de execução e demais documentos exigidos no edital/contrato, todos devidamente assinados pelo fiscal? | | | |
| 32 | A Nota Fiscal de arbitragem e cronometragem detalha claramente o evento (serviço, quantidade, valores e período) e está acompanhada das cópias das súmulas das competições municipais e dos relatórios fotográfico e de serviços prestados da cronometragem eletrônica? | | | |
| 33 | A Nota Fiscal de peças (DANFE) é original, legível, sem rasuras, apresenta o CNPJ correto de Canarana e, caso seja uma nota de substituição, veio acompanhada do comprovante de cancelamento da nota anterior? | | | |
| 34 | A descrição das peças (quantidade, unidade, valores) e a identificação do veículo (placa) estão claras, são 100% compatíveis com a dotação do empenho/relatório, e todos os documentos receberam o atesto do fiscal e do ordenador? | | | |
| 35 | A NFS-e apresentada é o documento original e legível (não sendo aceito RPS), traz o CNPJ correto de Canarana, identifica a placa do veículo, detalha claramente os serviços prestados (com quantidades, horas e valores) de forma totalmente condizente com o empenho e, em caso de substituição, vem acompanhada do respectivo cancelamento da nota anterior? | | | |
| 36 | Na liquidação de despesas com projetos de arquitetura/engenharia, foram anexados ao processo Cópia do projeto e ART/RRT – Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA/CAU? | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 37 | A liquidação nos casos de obras e serviços de engenharia, contém no processo:<br>I - O termo de constatação e planilha de medição da obra assinada por engenheiro do quadro de servidores municipais;<br>II - Relatório fotográfico da obra;<br>III - Cópias da guia mensal de recolhimento de FGTS e de INSS e relatório do e-social (ou outro que vier a substituir) relativo ao último mês do período de execução da medição;<br>IV - Assinaturas do secretário e do fiscal do contrato na nota fiscal; e<br>V - A comprovação do registro no sistema Geo Obras ou outro que vier a substituí-lo. | | | |
| 38 | Quando se trata de bens móveis e imóveis, há em anexo o comprovante de registro no sistema de patrimônio? | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 39 | Todos os documentos foram conferidos e atestados pelo Fiscal do Contrato ou da ATA? | | | |
| 40 | No caso de ausência de documentos e/ou certidões de regularidade, foi juntado ao processo a cópia da Autorização emitida pelo Ordenador de Despesa? | | | |

ANEXO 3

CHECKLIST DE CONFORMIDADE – PAGAMENTOS

Respostas: S = Sim; N = Não; N/A = Não se aplica

Resposta desejada = S (Sim) em todos os quesitos

| I – Exame da formalização dos processos de despesas | | S | N | N/A |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Consta o documento fiscal (nota fiscal, fatura, cupom fiscal, etc.)? | | | |
| 2 | Há atesto na nota fiscal de entrega do serviço ou produto assinado pelo fiscal de contrato? | | | |
| 3 | Consta a Nota de Empenho contendo a assinatura do ordenador da despesa? | | | |
| 4 | O favorecido (credor) da (s) Nota (s) de Empenho (s) é o emitente do (s) documento (s) comprobatório (s)? | | | |
| 5 | Foi juntado ao processo para liquidação das despesas relativas a fornecedores e prestadores de serviços, as certidões de regularidade fiscal? | | | |
| 6 | Para empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL, consta comprovante de opção? | | | |
| 7 | Nos processos de pagamentos de precatórios constam as guias de deposito judicial, GPS e DARF? | | | |
| 8 | Foram realizadas todas as retenções de tributos (IRRF, INSS e ISSQN) e demais consignações, quando cabíveis? | | | |
| 9 | A conta para pagamento está em nome do credor? | | | |
| 10 | A Ordem cronológica para os pagamentos, por fonte de recursos, foi respeitada? | | | |
| 11 | Foi respeitada a fonte de recurso estabelecida no empenho? | | | |
| 12 | Qual tipo de pagamento foi realizado? | | | |
| 13 | A Ordem de Pagamento contem assinatura da autoridade competente, determinando que a despesa seja paga? (Lei 4.320/64) | | | |
| 14 | Foram baixados os arquivos de retorno do banco? | | | |

## DECRETO MUNICIPAL Nº3902/2026

Decreto Municipal nº3902/2026

De 04 de novembro de 2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.969, de 29 de outubro de 2025, que institui o Concurso de Decoração Natalina no Município de Canarana – MT, estabelece as premiações para o exercício de 2026 e dá outras providências.

VILSON BIGUELINI, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.969, de 29 de outubro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a realização do Concurso de Decoração Natalina no Município de Canarana – MT, instituído pela Lei Municipal nº 1.969, de 29 de outubro de 2025, estabelecendo as condições de participação, avaliação e premiação para a edição de 2026.

Art. 2º O Concurso de Decoração Natalina tem por finalidade incentivar a população a decorar a parte externa de suas residências e estabelecimentos comerciais, visando ao embelezamento da cidade durante as festividades de Natal e Ano Novo, tendo como objetivos:

I – Tornar Canarana mais bela, iluminada e acolhedora durante as festividades natalinas, fomentando o turismo e incentivando o comércio local;

II – Valorizar o espírito natalino, mantendo a tradição de fraternidade, respeito e amor ao próximo;

III – Impulsionar as vendas do comércio e estimular o movimento econômico no Município;

IV – Envolver a população e os comerciantes em uma competição saudável, estimulando a criatividade e o embelezamento das ruas;

V – Reviver as tradições natalinas e promover a união comunitária.

Art. 3º O Concurso de Decoração Natalina será realizado em três categorias:

I – Residencial: destinada aos imóveis residenciais localizados no Município de Canarana – MT;

II – Comercial: destinada aos estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, bares, restaurantes, hotéis, pousadas e demais empreendimentos estabelecidos no Município.

III- Comercial Grande Porte: destinada aos estabelecimentos comerciais, empresas prestadoras de serviços, bares, restaurantes, hotéis, pousadas, instituições bancárias, cooperativas de crédito, igrejas, instituições religiosas e demais empreendimentos ou entidades que possuam 10 (dez) ou mais funcionários, observadas as disposições deste Regulamento.

Art. 4º As inscrições, avaliações e premiações do Concurso de Decoração Natalina de 2026 obedecerão ao seguinte calendário:

I – De 11 de novembro a 04 de dezembro de 2026: período de inscrições;

II – De 05 a 17 de dezembro de 2026: período de avaliação das decorações;

III – Dia 18 de dezembro de 2026: divulgação oficial dos resultados;

IV – Dia 18 de dezembro de 2026: realização da cerimônia de premiação, em local público a ser definido pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. As datas previstas neste artigo poderão ser alteradas mediante decreto do Poder Executivo Municipal, quando necessário, observada a devida publicidade.

Art. 5º Poderá participar do Concurso de Decoração Natalina qualquer cidadão ou empresa estabelecida no Município de Canarana – MT, desde que possua imóvel enquadrado em uma das categorias previstas neste Decreto.

Parágrafo único. Cada participante poderá concorrer com apenas uma inscrição por categoria.

Art. 6º As inscrições serão gratuitas e realizadas mediante preenchimento de ficha disponibilizada pela Secretaria Municipal responsável pela organização do concurso.

I – No ato da inscrição, o participante deverá apresentar documento de identificação, quando pessoa física, ou comprovante de

inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, quando pessoa jurídica;

II – Será obrigatória a apresentação de fotografias e/ou vídeos da decoração no ato da inscrição;

III – A inscrição implicará a aceitação das disposições deste Decreto e das demais normas regulamentares aplicáveis ao concurso.

Art. 7º Serão concedidas premiações aos três primeiros colocados de cada categoria do Concurso de Decoração Natalina, mediante a entrega dos seguintes bens:

I – CATEGORIA RESIDENCIAL:

a) Primeiro Lugar: 01 (uma) Smart TV de 70 (setenta) polegadas;

b) Segundo Lugar: 01 (um) aparelho de ar-condicionado;

c) Terceiro Lugar: 01 (uma) geladeira elétrica.

II – CATEGORIA COMERCIAL:

a) Primeiro Lugar: 01 (uma) Smart TV de 70 (setenta) polegadas;

b) Segundo Lugar: 01 (um) aparelho de ar-condicionado;

c) Terceiro Lugar: 01 (uma) geladeira elétrica.

III- CATEGORIA COMERCIAL- GRANDE PORTE (destinada aos estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, bares, restaurantes, hotéis, pousadas e demais empreendimentos que possuam 10 (dez) ou mais funcionários).

a) Primeiro Lugar: 01 (uma) Smart TV de 70 (setenta) polegadas;

b) Segundo Lugar: 01 (um) aparelho de ar-condicionado;

c) Terceiro Lugar: 01 (uma) geladeira elétrica.

§ 1º As premiações serão concedidas exclusivamente mediante a entrega dos bens especificados neste artigo, não sendo admitida sua conversão em valores pecuniários.

§ 2º Os bens destinados à premiação poderão ser adquiridos pelo Município, observadas as disposições legais aplicáveis às contratações públicas e à execução orçamentária, ou obtidos mediante parcerias com o comércio local e doações, nos termos da Lei Municipal nº 1.969/2025.

§ 3º A relação dos prêmios, suas especificações técnicas e eventuais patrocinadores será divulgada oficialmente antes do início das inscrições.

§ 4º A entrega dos prêmios será formalizada mediante termo de recebimento assinado pelos respectivos vencedores, para fins de registro e controle administrativo.

Art. 8º A avaliação do Concurso de Decoração Natalina será realizada por Comissão Julgadora composta por 05 (cinco) membros por categoria, designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, observada a representação dos segmentos estabelecidos no artigo 8º da Lei Municipal nº 1.969, de 29 de outubro de 2025, sendo:

I-03 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turístico, preferencialmente com conhecimento técnico ou experiência nas áreas de decoração, artes visuais, arquitetura, paisagismo, iluminação, design ou atividades correlatas;

II – 01 (um) representante convidado de entidade sem fins lucrativos estabelecida no Município;

III – 01 (um) representante convidado da Associação Comercial ou entidade equivalente.

§ 1º Os representantes mencionados nos incisos II e III poderão ser convidados pelo Poder Executivo Municipal, mediante indicação ou anuência das respectivas entidades.

§ 2º A designação nominal dos integrantes da Comissão Julgadora será formalizada por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º A avaliação das decorações será realizada pela Comissão Julgadora, mediante atribuição de notas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos para cada um dos seguintes critérios:

I – Harmonia;

II – Iluminação;

III – Criatividade;

IV – Elementos típicos natalinos;

V – Composição geral.

§ 1º A classificação dos participantes será estabelecida com base na pontuação total obtida, observados os critérios definidos neste artigo.

§ 2º Em caso de empate, será considerada, sucessivamente, a maior pontuação nos critérios de criatividade, harmonia, iluminação, elementos típicos natalinos e composição geral.

§ 3º Persistindo o empate, a Comissão Julgadora realizará deliberação fundamentada para definição da classificação, mediante registro em ata.

Art. 10. Os participantes, ao realizarem suas inscrições, autorizam a utilização de imagens de suas decorações pelo Município de Canarana – MT, exclusivamente para fins de divulgação institucional do concurso e de suas atividades relacionadas.

Art. 11. As decorações participantes do concurso deverão permanecer instaladas até o dia 6 de janeiro de 2027.

Art. 12. A responsabilidade pelo acompanhamento, organização, fiscalização e execução do Concurso de Decoração Natalina será da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turístico, competindo-lhe adotar as providências administrativas necessárias à realização do evento.

Art. 13. As situações não previstas neste Decreto serão analisadas pela Secretaria Municipal responsável pela organização do concurso, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.969/2025 e demais normas aplicáveis.

Art. 14. Fica revogado o Decreto Municipal nº 3.803, de 24 de novembro de 2025.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Canarana–MT, 04 de novembro de 2026.

Vilson Biguelini

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

**RECURSOS HUMANOS**
**DECRETO Nº 218/2026.**

**SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO,** Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

**DECRETA:**

Artigo 1º - **EXONERAR,** a partir de 12 de novembro de 2026, a Senhora **ELAINE BATISTA COSTA DE SOUZA** do cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, lotada na Secretaria

Municipal de Educação.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT**

**Em, 10 de Novembro de 2026.**

**FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

**TRIBUTOS**
**PORTARIA N.º 190/2026.**

PORTARIA N.º 190/2026.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **setembro/2026**, o servidor Srº BIANKA GABRIELLY ALT HORN, que exerce o cargo de Assistente de Enfermagem lotada na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 01 a 30 de outubro de 2026.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 01 de outubro de 2026 a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 02 de outubro de 2026.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

**Prefeito Municipal**

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA N.º 191/2026.**

PORTARIA N.º 191/2026.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º -. Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **julho/2025**, a Srª. **IZILDA FATIMA CAVALHEIRO**, que exerce o cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 01 de outubro de 2026 , revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 02 de outubro de 2026.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA N.º 192/2026.**

PORTARIA N.º 192/2026.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **junho/2024** a servidora Srª **MARIA HELENA MARTINS GOVEIA**, que exerce o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 01 de outubro de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de outubro de 2026.

R EGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE**.**

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

**Prefeito Municipal**

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA N.º 193/2026.**

PORTARIA N.º 193/2026.

Jakson de Oliveira Rios Junior, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art. 1º -. Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder, 90 (noventa) dias de Licença Premio remunerada quinquênio **2018/2023**, a servidora Srª. **APARECIDA JOSE DA CONCEIÇÃO**, que exerce o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data retroativa do dia 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de outubro de 2026.

***REGISTRE-SE;***

***PUBLIQUE-SE;***

***CUMPRA-SE.***

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

Prefeito Municipal

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA N.º 194/2026.**

PORTARIA N.º 194/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.

68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **junho/2025** a servidora Srª **MARIA DE LOURDES BATISTA**, que exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal de Agricultura no período de 01 a 30 de outubro de 2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 01 de agosto de 2026 , revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 02 de outubro de 2026.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JÚNIOR**

Prefeito Municipal

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA N.º 195/2026.**

PORTARIA N.º 195/2026.

Jakson de Oliveira Rios Junior, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art.º 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **fevereiro/2026**, ao servidor Sr. **DELCIO MARCOS RODRIGUES**, que exercer o cargo de **PEDREIRO**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 01 a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

**Jakson de Oliveira Rios Junior**

**Prefeito Municipal**

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA N.º 196/2026.**

PORTARIA N.º 196/2026.

Jakson de Oliveira Rios Junior, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art. 1º -. Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder, 30 (trinta) dias de férias a servidora Srª. **RUTH RODRIGUES DOS SANTOS**, que exerce o cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data retroativa do dia 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de outubro de 2026.

***REGISTRE-SE;***

***PUBLIQUE-SE;***

***CUMPRA-SE.***

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

Prefeito Municipal

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA N. º 197/2026.**

PORTARIA N. º 197/2026.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **outubro/2025**, a servidora Srª IVANILDE ALVES FERREIRA, que exercer o cargo de Diretor de Administração lotada na Secretaria Municipal de Saúde a contar de 01 a 30 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 02 de outubro de 2026.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

Prefeito Municipal

---

**TRIBUTOS**
**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2026**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2026

**Texto**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 81/2026**

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL 30/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Castanheira

FORNECEDOR REGISTRADO: **J. S. A. REPRESENTACOES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 45.339.297/0001-52**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES E SUPRIMENTOS NUTRICIONAIS (FÓRMULAS INFANTIS) – ITENS FRUSTRADOS, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT.

**VALOR: R$ 98.217,25 (Noventa e oito mil, duzentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).**

**VIGÊNCIA:** 04.11.2026 a 04.11.2027

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 04/11/2026

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Poder Executivo - Castanheira-MT

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA N.º 198/2026.**

PORTARIA N.º 198/2026.

Conceder licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Licença Maternidade a partir de 23 de setembro de 2026 período de 120 (cento e vinte dias ) a servidora TAYNARA DUARTE DED LAIA , que exerce o cargo de Administrador de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme atestado Médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 23 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 02 de outubro de 2026.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA Nº 202/2026.**

**PORTARIA Nº 202/2026.**

Nomeia a Servidora que menciona para o cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE AGRICULTUTA** e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a senhora **KAROLINA FLORES DA SILVA**, para exercer o cargo de Diretor de Departamento de Agricultura, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura a partir de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Castanheira/MT, 09 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

_____

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

Prefeito Municipal

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA Nº 203/2026.**

**PORTARIA Nº 203/2026.**

Nomeia o Servidor que menciona para o cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR DE DEPARTAMENTO DE OFICINA** e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o senhor GUATAVO HENRIQUE CARDOZO RODRIGUES, para exercer o cargo de **ASSESSOR DE DEPARTAMENTO DE OFICINA**, lotado na Secretaria Municipal de Obras a partir de 09 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de outubro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Castanheira/MT, 09 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

_____

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

Prefeito Municipal

---

**TRIBUTOS**
**PORTARIA N.º 204/2026.**

PORTARIA N.º 204/2026.

Jakson de Oliveira Rios Junior, Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - Elevar de Nível conforme tabela abaixo os servidores relacionados, conforme os artigos 22,23 e 24 da lei Municipal 502/2005, a contar de 01 de outubro de 2026.

| Nome | Da Classe | Do Nível | Para Classe | Para Nível |
|---|---|---|---|---|
| LUCINEIA DA SILVA | A | 11 | A | 12 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 01 de outubro de 2026 , revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 09 de outubro de 2026.

EGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

**TRIBUTOS**
**PORTARIA Nº 205/2026**

PORTARIA Nº 205/2026

Dispõe sobre a reenquadramento da servidora que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Castanheira/MT, CONSIDERANDO, a aprovação da Servidora Adriana Marcia dos Santos no Concurso Público, objeto do Edital de Concurso Público nº 01/2024, homologado pelo Decreto nº 54, de 18 de outubro de 2024 e sua respectiva posse no cargo de Técnico em Enfermagem ocorrida em 09 de outubro de 2026:

RESOLVE:

**Art. 1º** - Enquadrar a Servidora Adriana Marcia dos Santos, na Classe B, Nível 11, do cargo de Técnico em Enfermagem, do Grupo Ocupacional “Serviços hospitalares 40 horas” do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Castanheira/MT.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Castanheira/MT, 09 de outubro de 2026.**

**JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR**

Prefeito Municipal

**LICITAÇÃO**
**CHAMAMENTO PÚBLICO 09/2026 - CREDENCIAMENTO**

Inexigibilidade nº 15/2026

Processo Administrativo nº 83/2026

CREDENCIADOS

O Município de Castanheira/MT, torna público os credenciados no Chamamento Público nº 09/2026 – “Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, reparação, recuperação, diagnóstico, assistência técnica e demais serviços especializados destinados à manutenção da frota de veículos, máquinas, tratores, implementos e equipamentos do Município de Castanheira/MT”.

| Empresas credenciadas | CNPJ/CPF |
|---|---|
| 36.793.967 GABRIEL DE ALMEIDA RODRIGUES | 36.793.967/0001-15 |
| 50.545.836 KAIO VINICIUS VIEIRA RIOS | 50.545.836/0001-40 |
| JONES VANDERLEI MACHADO 04043942133 | 47.189.053/0001-66 |
| 36.351.114 ANDERSON DA SILVA SANTOS | 36.351.114/0001-23 |

Castanheira – MT, 10 de novembro de 2026.

**ALINE DE OLIVEIRA**

**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

**PROCURADORIA MUNICIPAL**
**LEI Nº 2.176 DE 10 NOVEMBRO DE 2026**

**LEI Nº 2.176 DE 10 NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE O DIREITO DE ACESSO GRATUITO DE CRIANÇAS DE COLO, A RESERVA DE COTAS DE GRATUIDADE E A CONCESSÃO DE MEIA-ENTRADA PARA IDOSOS, CRIANÇAS MENORES DE 12 ANOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU AUTISMO, ESTUDANTES, DOADORES DE SANGUE E PROFESSORES EM ESTÁDIOS, GINÁSIOS E ESTABELECIMENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**OSMAR FRONER DE MELLO**, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta as diretrizes para a concessão de gratuidades, cotas de ingressos e meia-entrada destinados a crianças de colo, menores de 12 (doze) anos, idosos, pessoas com deficiência, pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), estudantes, doadores de sangue e professores em eventos esportivos realizados no Município de Chapada dos Guimarães.

**Art. 2º** Fica assegurada a isenção total de pagamento de ingresso (gratuidade) para crianças de até 2 (dois) anos de idade incompletos em todos os estádios, ginásios, arenas e praças esportivas localizados no Município.

***Parágrafo único.*** A isenção prevista no *caput* é condicionada a que a criança não ocupe assento individual, devendo permanecer no colo de seus pais ou responsáveL legal, bem como mediante a apresentação de documento oficial de identificação ou certidão de nascimento.

**Art. 3º** Fica estabelecida a reserva e a distribuição de cotas de ingressos em estádios, ginásios e arenas esportivas públicas ou privadas do Município, garantindo o acesso aos seguintes públicos:

**I –** 10% (dez por cento) da capacidade total de ingressos disponibilizados para venda ao público geral destinados à gratuidade/

isenção para idosos (pessoas com idade igual ou superior a 60 anos);

**II –** 10% (dez por cento) da capacidade total destinada ao atendimento de Menores de 12 (doze) anos acompanhados de pai, mãe ou responsável legal;

**III –** 10% (dez por cento) da capacidade total destinada a Pessoas com Deficiência e Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

**Art. 4º** O benefício outorgado às pessoas com deficiência e autistas estende-se a 1 (um) acompanhante quando comprovada a necessidade de auxílio, aplicando-se o desconto de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do ingresso cobrado ao público em geral.

**Art. 5º** Fica assegurado o pagamento de meia-entrada (desconto de 50% do valor do ingresso cobrado ao público geral) em todos os eventos esportivos do Município para:

**I** – Estudantes da educação infantil, ensino fundamental, médio, técnico, superior e pós-graduação;

**II** – Doadores de sangue regulares;

**III** – Professores da rede pública e privada de ensino.

**§ 1º** A concessão do direito à meia-entrada a que se refere o caput deste artigo é limitada a 40% (quarenta por cento) do total de ingressos disponibilizados para venda ao público geral em cada evento esportivo.

**§ 2º** O limite percentual previsto no § 1º não se confunde nem se abate das cotas de isenção e gratuidade fixadas no Art. 3º desta Lei.

**Art. 6º** A comprovação do direito aos benefícios previstos nesta Lei dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos na aquisição e no acesso ao evento esportivo:

**I** – Para idosos e crianças: Documento oficial de identidade com foto ou Certidão de Nascimento;

**II** – Para pessoas com deficiência ou autismo: Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), cartão do BPC, laudo médico ou documento equivalente emitido por órgão oficial;

**III** – Para estudantes: Carteira de Identificação Estudantil (CIE) ou documento de comprovação de matrícula válido acompanhado de documento oficial com foto;

**IV** – Para doadores de sangue: Carteira ou documento oficial emitido por hemocentro ou banco de sangue credenciado, comprovando a condição de doador regular;

**V** – Para professores: Carteira funcional, holerite recente acompanhado de documento oficial de identidade ou comprovante de vínculo empregatício com instituição de ensino.

**Art. 7º** Os organizadores dos eventos e administradores das praças e estabelecimentos esportivos deverão:

**I** – Disponibilizar os ingressos beneficiados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização do evento;

**II** – Informar de forma clara, visível e ostensiva nas bilheterias físicas e sites de vendas eletrônicas o quantitativo de ingressos disponíveis por categoria e o momento em que a cota for esgotada.

**Art. 8º** O descumprimento das disposições contidas nesta Lei sujeitará os infratores às seguintes sanções, sem prejuízo de outras penalidades administrativas e civis:

**I** – Advertência por escrito na primeira infração;

**II** – Aplicação de multa em caso de reincidência;

**III** – Suspensão temporária do alvará de funcionamento ou autorização para a realização do evento.

**Art. 9º** Cabe aos órgãos de fiscalização do Município de Chapada dos Guimarães e ao PROCON municipal zelar pelo cumprimento desta Lei.

**Art. 10.** O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber para a sua perfeita execução.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 10 de novembro de 2026.

**OSMAR FRONER DE MELLO**

Prefeito Municipal

## PROCURADORIA MUNICIPAL
## LEI Nº 2.177 DE 10 NOVEMBRO DE 2026

### LEI Nº 2.177 DE 10 NOVEMBRO DE 2026

***DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO PODER EXECUTIVO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**OSMAR FRONER DE MELLO**, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam criados na estrutura administrativa do Poder Executivo, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Chapada dos Guimarães, os seguintes cargos comissionados:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

| CARGO | QUANTIDADE | VENCIMENTO (CC) | VERBA INDENIZATÓRIA |
|---|---|---|---|
| Responsável Técnico de Fisioterapia | 01 | R$ 3.500,00 | R$ 3.500,00 |
| Responsável Técnico de Farmácia | 01 | R$ 3.267,55 | R$ 3.267,55 |
| Superintendente da Regulação | 01 | R$ 3.267,55 | R$ 3.267,55 |

**Parágrafo único.** As atribuições gerais, requisitos de provimento e a escolaridade/registro profissional de cada um dos cargos criados por esta Lei serão definidos por meio de Decreto Municipal.

**Art. 2º** A Verba Indenizatória instituída por esta Lei possui caráter indenizatório para o ressarcimento das despesas inerentes ao exercício das funções técnicas e de coordenação do cargo, aplicando-se, no que couber, o regramento previsto na legislação municipal

correlata.

**Art. 3º** Aplicam-se aos cargos criados por meio desta Lei, no que couber, as disposições das Leis Municipais nº 2.141/2026, nº 2.143/2026 e respectivas alterações.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 10 de novembro de 2026.

**OSMAR FRONER DE MELLO**

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PERÍCIA MÉDICA**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, em cumprimento ao disposto no art. 82 da Lei nº 2143/2026, CONVOCA os servidores abaixo relacionados a comparecerem no CEM, Centro de Especialidade Médica localizado na Rua E, Bairro Santa Cruz - Chapada dos Guimarães/MT, munidos de seus documentos pessoais, atestados, relatórios, laudos médicos ORIGINAIS e exames médicos complementares ORIGINAIS RECENTES, para perícia médica a ser realizada no dia 17 de Novembro 2026, ás 08:00 horas, por ordem de chegada.

O não comparecimento do servidor a inspeção, será computado como falta ao trabalho e suspensão do pagamento da remuneração, até que se realize a perícia médica.

Nº SERVIDORES.

1. ALAIR PEREIRA DA SILVA
2. CLAUDIA BORGES CARLONI
3. LUCINEIDE LOURENÇO DE OLIVEIRA

Chapada dos Guimarães -MT 10 de novembro de 2026

MARIANA LARA DE SIQUEIRA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Além dos atendimentos de perícia médica, também será realizada a adequação dos laudos que apresentem dificuldades de leitura, garantindo que as informações estejam legíveis, claras e devidamente organizadas.

A medida busca facilitar a compreensão dos documentos e a análise pelos setores responsáveis, contribuindo para mais segurança e agilidade nos encaminhamentos administrativos, com a preservação do conteúdo técnico e das informações médicas registradas.

**SAAE**
**CREDENCIAMENTO Nº 004/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2026**

**CREDENCIAMENTO Nº 004/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2026**

**CONTRATANTE:** SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAE-CG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 04.408.208/0001-03, com sede na Rua dos Aricás, s/n, Bairro Santa Cruz, Chapada dos Guimarães-MT.

**CONTRATADA:** ESPETINHO DO PEIXOTO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 69.902.821/0001-10.

**OBJETO:** Credenciamento de pessoa jurídica para o fornecimento e distribuição de refeições prontas, tipo marmitex, acondicionadas em embalagens hermeticamente fechadas, com peso mínimo de 800g, destinadas aos servidores do Setor Operacional e Plantonistas do SAAE-CG, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 004/2026 e seus anexos.

**VALOR UNITÁRIO:** R$ 24,90 (vinte e quatro reais e noventa centavos) por unidade.

**QUANTIDADE ESTIMADA:** 630 (seiscentas e trinta) unidades mensais.

**VALOR TOTAL ESTIMADO:** R$ 188.244,00 (cento e oitenta e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais), para o período de 12 (doze) meses.

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Edital de Credenciamento nº 004/2026 e demais normas aplicáveis.

**DATA DA ASSINATURA:** 10 de novembro de 2026.

Chapada dos Guimarães-MT, 10 de novembro de 2026.

**GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA COSTA** Diretor-Geral do SAAE-CG

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

**SECRETARIA DOS CONSELHOS**
**RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA - MT**

**RESOLUÇÃO Nº 021/2026**

**O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS** do Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso, reunidos em reunião ordinária, no dia

09 de novembro de 2026, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**Resolve:**

**Art. 1º APROVAR o Plano Municipal de Contingência das Arboviroses 2027-2028** no Município de Cláudia/MT.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CMS, Cláudia-MT em 09 de novembro de 2026.

Robson Cunha dos Santos

Presidente do CMS

Registra-se e Publica-se
Cláudia MT -----/------/-------
Secretária do CMS

---

**SECRETARIA DOS CONSELHOS**
**RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA - MT**

**RESOLUÇÃO Nº 022/2026**

**O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS** do Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso, reunidos em reunião ordinária, no dia 09 de novembro de 2026, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**Resolve:**

**Art. 1º APROVAR o 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA de maio a agosto de 2026** no Município de Cláudia/MT.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CMS, Cláudia-MT em 09 de novembro de 2026.

Robson Cunha dos Santos

Presidente do CMS

Registra-se e Publica-se
Cláudia MT -----/------/-------
Secretária do CMS

---

**CONTABILIDADE**
**TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 00012-2026**

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

**DECRETO Nº 12/2026**
**DE QUINTA-FEIRA, 1 DE OUTUBRO DE 2026**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ALTERAÇÃO DE FONTE DE NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CLAUDIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1146/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLAUDIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSO, até o montante de R$ 1.317.137,72 (UM MILHAO E TREZENTOS E DEZESSETE MIL E CENTO E TRINTA E SETE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **04** | **SEC. FINANÇAS** | |
| **04.001** | **GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **50** | |
| 001.04.123.0002.2007 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA SEC. DE FINANCAS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 12.400,00 |
| | **SUBTOTAL** | **12.400,00** |
| **05** | **SEC. EDUCAÇÃO** | |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **595** | |
| 002.12.122.0002.2024 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICI | |
| 1.540.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 50.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **596** | |
| 002.12.122.0002.2024 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICI | |
| 1.540.1070000 | IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 34.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **77** | |
| 002.12.306.0006.2020 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL | |
| 1.552.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIME | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 50.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **79** | |
| 002.12.306.0006.2021 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENS.INF. - PRE-ESCOLAS | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| 1.552.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIME | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 7.900,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **80** | |
| 002.12.306.0006.2021 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENS.INF. - PRE-ESCOLAS | |
| 1.550.0000000 | TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.100,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **83** | |
| 002.12.306.0006.2022 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENS.INF. - CRECHES | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.200,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **84** | |
| 002.12.306.0006.2022 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENS.INF. - CRECHES | |
| 1.552.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIME | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 14.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **107** | |
| 002.12.361.0006.2009 | GESTÃO, MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA DO TRANSPORTE | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 167.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **130** | |
| 002.12.361.0006.2106 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO NO CAMPO ENS. FUN | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.494,74 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **139** | |
| 002.12.365.0006.2011 | GESTÃO PEDAGÓGICA E OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL – R | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 74.498,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **635** | |
| 002.12.365.0006.2013 | MANUTENÇÃO DE CRECHES COM RECURSOS DO FUNDEB 70% | |
| 1.540.1072000 | IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 106.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **599** | |
| 002.12.365.0006.2105 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO NO CAMPO ENS. INFA | |
| 1.540.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 200,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **602** | |
| 002.12.367.0006.2063 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO ESPECIAL | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| 1.540.1070000 | IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 18.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **540.392,74** |
| **06** | **SEC. SAÚDE** | |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **684** | |
| 002.10.301.0018.1021 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAGEM DE UNIDADES | |
| 1.621.3210000 | TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ES | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **605** | |
| 002.10.301.0018.2027 | MANUT. DE ATIV. DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-PSF | |
| 1.600.3110000 | TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 70.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **616** | |
| 002.10.301.0018.2027 | MANUT. DE ATIV. DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-PSF | |
| 1.600.3110000 | TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 178.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **588** | |
| 002.10.301.0018.2072 | 2072 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.600.0000600 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 35.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **209** | |
| 002.10.301.0018.2072 | 2072 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 4.4.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 1.584,98 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **218** | |
| 002.10.302.0019.2028 | MANUT. DE ATIVIDADES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 89.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **223** | |
| 002.10.302.0019.2074 | 2074 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 34.580,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **228** | |
| 002.10.303.0021.2029 | MANUT. DE ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA | |
| 1.600.0000602 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 6.280,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **232** | |
| 002.10.303.0021.2073 | MAN. ATIV. CONT. RATEIO INSUMOS FARMACEUTICOS | |
| 1.600.0000602 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 23.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **440.444,98** |
| **07** | **SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **425** | |
| 002.08.244.0023.2091 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | |
| 1.661.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 15.000,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **500** | |
| 002.08.245.0008.2042 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E SERVI | |
| 1.660.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 9.000,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **501** | |
| 002.08.245.0008.2042 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E SERVI | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 9.200,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **504** | |
| 002.08.245.0008.2042 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E SERVI | |
| 1.660.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 20.000,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **521** | |
| 002.08.245.0009.2046 | PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: SERVIÇOS E AÇÕES ESPECIALIZADAS | |
| 1.660.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **524** | |
| 002.08.245.0009.2046 | PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: SERVIÇOS E AÇÕES ESPECIALIZADAS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 6.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **64.200,00** |
| **08** | **SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** | |
| **08.001** | **GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **412** | |
| 001.04.122.0002.2052 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBR | |
| 1.709.0000000 | TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRI | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 1.000,00 |
| **08.002** | **DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **326** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| 002.15.452.0005.2054 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA LIMPEZA PUBLICA | |
| 1.501.0000000 | OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 8.500,00 |
| **08.003** | **FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES** | |
| **Cód. Reduzido** | **657** | |
| 003.26.782.0024.1056 | PAVIM. AGROESTRADA | |
| 1.711.0000804 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA UNIÃO (LEI COMPLEMENTAR 176/2020) | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 120.000,00 |
| **08.003** | **FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES** | |
| **Cód. Reduzido** | **670** | |
| 003.26.782.0024.1056 | PAVIM. AGROESTRADA | |
| 1.709.0000000 | TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRI | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 130.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **259.500,00** |
| **10** | **SEC. MEIO AMBIENTE** | |
| **10.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | |
| **Cód. Reduzido** | **371** | |
| 002.18.541.0004.2057 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEI | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 200,00 |
| | **SUBTOTAL** | **200,00** |
| | **TOTAL** | **1.317.137,72** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **04** | **SEC. FINANÇAS** | |
| **04.001** | **GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **52** | |
| 001.04.123.0002.2007 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA SEC. DE FINANCAS | |
| 1.501.0000000 | OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 12.400,00 |
| | **SUBTOTAL** | **12.400,00** |
| **05** | **SEC. EDUCAÇÃO** | |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **71** | |
| 002.12.122.0002.2024 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICI | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 84.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **545** | |
| 002.12.306.0006.2020 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 50.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **79** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| 002.12.306.0006.2021 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENS.INF. - PRE-ESCOLAS | |
| 1.552.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIME | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.400,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **544** | |
| 002.12.306.0006.2021 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENS.INF. - PRE-ESCOLAS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 9.600,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **82** | |
| 002.12.306.0006.2022 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENS.INF. - CRECHES | |
| 1.550.0000000 | TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 1.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **84** | |
| 002.12.306.0006.2022 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENS.INF. - CRECHES | |
| 1.552.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIME | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.300,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **546** | |
| 002.12.306.0006.2022 | AQUISICAO MERENDA ESCOLAR - ENS.INF. - CRECHES | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 17.900,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **106** | |
| 002.12.361.0006.2009 | GESTÃO, MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA DO TRANSPORTE | |
| 1.553.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 2.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **108** | |
| 002.12.361.0006.2009 | GESTÃO, MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA DO TRANSPORTE | |
| 1.540.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 48.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **109** | |
| 002.12.361.0006.2009 | GESTÃO, MANUTENÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA DO TRANSPORTE | |
| 1.599.0000000 | OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 117.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **129** | |
| 002.12.361.0006.2106 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO NO CAMPO ENS. FUN | |
| 1.550.0000000 | TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 74,74 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **601** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| 002.12.361.0006.2106 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO NO CAMPO ENS. FUN | |
| 1.540.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.420,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **140** | |
| 002.12.365.0006.2011 | GESTÃO PEDAGÓGICA E OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL – R | |
| 1.569.0000000 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 32.900,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **141** | |
| 002.12.365.0006.2011 | GESTÃO PEDAGÓGICA E OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL – R | |
| 1.543.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO VAAR | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 14.970,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **142** | |
| 002.12.365.0006.2011 | GESTÃO PEDAGÓGICA E OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL – R | |
| 1.550.0000000 | TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 26.628,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **146** | |
| 002.12.365.0006.2013 | MANUTENÇÃO DE CRECHES COM RECURSOS DO FUNDEB 70% | |
| 1.540.1070000 | IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 106.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **163** | |
| 002.12.365.0006.2105 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO NO CAMPO ENS. INFA | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 200,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **166** | |
| 002.12.367.0006.2063 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO ESPECIAL | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 18.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **540.392,74** |
| **06** | **SEC. SAÚDE** | |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **190** | |
| 002.10.301.0018.1021 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E EQUIPAGEM DE UNIDADES | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **193** | |
| 002.10.301.0018.2027 | MANUT. DE ATIV. DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-PSF | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 56.000,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
GABINETE DO PREFEITO(A)

| | | |
|---|---|---|
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **194** | |
| 002.10.301.0018.2027 | MANUT. DE ATIV. DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-PSF | |
| 1.600.0000600 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 14.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **197** | |
| 002.10.301.0018.2027 | MANUT. DE ATIV. DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-PSF | |
| 1.621.0000600 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 70.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **200** | |
| 002.10.301.0018.2027 | MANUT. DE ATIV. DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-PSF | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 108.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **208** | |
| 002.10.301.0018.2072 | 2072 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 35.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **558** | |
| 002.10.301.0018.2072 | 2072 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.601.0000600 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA PRIMÁRIA | |
| 4.4.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 596,82 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **654** | |
| 002.10.301.0018.2072 | 2072 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.621.3210000 | TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ES | |
| 4.4.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 988,16 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **217** | |
| 002.10.302.0019.2028 | MANUT. DE ATIVIDADES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
| 1.600.0000603 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 8.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **219** | |
| 002.10.302.0019.2028 | MANUT. DE ATIVIDADES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
| 1.605.0000000 | ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO DESTINADA À COMPLEMENTAÇÃO AO PAGAMENTO DOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 69.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **576** | |
| 002.10.302.0019.2028 | MANUT. DE ATIVIDADES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
| 1.621.3210000 | TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ES | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 12.000,00 |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **224** | |
| 002.10.302.0019.2074 | 2074 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.621.0000603 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 630,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **464** | |
| 002.10.302.0019.2074 | 2074 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.621.3210000 | TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ES | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 21.100,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **465** | |
| 002.10.302.0019.2074 | 2074 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.600.3110000 | TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 7.850,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **650** | |
| 002.10.302.0019.2074 | 2074 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.600.0000603 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 5.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **230** | |
| 002.10.303.0021.2029 | MANUT. DE ATIVIDADES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 6.280,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **233** | |
| 002.10.303.0021.2073 | MAN. ATIV. CONT. RATEIO INSUMOS FARMACEUTICOS | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 23.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **440.444,98** |
| **07** | **SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **290** | |
| 002.08.244.0023.2091 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 15.000,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **501** | |
| 002.08.245.0008.2042 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E SERVI | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 9.000,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **665** | |
| 002.08.245.0008.2042 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E SERVI | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| 1.661.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 9.200,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **505** | |
| 002.08.245.0008.2042 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E SERVI | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 20.000,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **520** | |
| 002.08.245.0009.2046 | PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: SERVIÇOS E AÇÕES ESPECIALIZADAS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **525** | |
| 002.08.245.0009.2046 | PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: SERVIÇOS E AÇÕES ESPECIALIZADAS | |
| 1.660.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 6.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **64.200,00** |
| **08** | **SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** | |
| **08.001** | **GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **308** | |
| 001.04.122.0002.2052 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBR | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 1.000,00 |
| **08.002** | **DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **325** | |
| 002.15.452.0005.2054 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA LIMPEZA PUBLICA | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 8.500,00 |
| **08.003** | **FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES** | |
| **Cód. Reduzido** | **336** | |
| 003.26.782.0024.1056 | PAVIM. AGROESTRADA | |
| 1.701.0000000 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 130.000,00 |
| **08.003** | **FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES** | |
| **Cód. Reduzido** | **337** | |
| 003.26.782.0024.1056 | PAVIM. AGROESTRADA | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 120.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **259.500,00** |
| **10** | **SEC. MEIO AMBIENTE** | |
| **10.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | |
| **Cód. Reduzido** | **372** | |
| 002.18.541.0004.2057 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEI | |
| 1.501.0000000 | OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 200,00 |
| | **SUBTOTAL** | **200,00** |
| | **TOTAL** | **1.317.137,72** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO(A) CLAUDIA - MT.**
**AO HUM DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.**

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

**CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº 1310-2026 - CREDITO SUPLEMENTAR - LEI MUN. NO. 1146_2025**

## ESTADO DE MATO GROSSO
## PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
## GABINETE DO PREFEITO(A)

**DECRETO Nº 1310/2026**
**DE QUINTA-FEIRA, 1 DE OUTUBRO DE 2026**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CLAUDIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1146/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLAUDIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.851.444,00 (UM MILHAO E OITOCENTOS E CINQUENTA E UM MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **02.003** | **PROCURADORIA JURIDICA** | |
| **Cód. Reduzido** | **19** | |
| 003.04.122.0002.2100 | MANUT. DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JURIDICA | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.91.00.00.00 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO | 20.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **20.000,00** |
| **03** | **SEC. ADMINISTRAÇÃO** | |
| **03.001** | **GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **25** | |
| 001.04.122.0002.2005 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA SEC. ADMINISTRACAO | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 170.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **170.000,00** |
| **04** | **SEC. FINANÇAS** | |
| **04.001** | **GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **46** | |
| 001.04.123.0002.2007 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA SEC. DE FINANCAS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 190.000,00 |
| **04.001** | **GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **59** | |
| 001.28.846.0003.0000 | OPERAÇÕES ESPECIAL | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4.6.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 16.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **206.000,00** |
| **05** | **SEC. EDUCAÇÃO** | |
| **05.001** | **GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO** | |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **Cód. Reduzido** | **69** | |
| 001.12.364.0006.1014 | FOMENTO À EDUC. TÉCNICA E SUPERIOR EM PARCERIA COM INSTIT | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 14.000,00 |
| **05.001** | **GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **70** | |
| 001.12.367.0006.2103 | APOIO INSTITUCIONAL A APMS E ENTIDADES EDUCACIONAIS ENS. | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.3.50.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRA | 57.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **113** | |
| 002.12.361.0006.2010 | GESTÃO PEDAGÓGICA E OPERACIONAL DO ENSINO FUNDAMENTAL | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 560.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **639** | |
| 002.12.361.0006.2017 | CUSTEIO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB 3 | |
| 1.540.1071000 | IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL (ETI) NA EDUCAÇÃO BÁ | |
| 3.1.91.00.00.00 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO | 9.200,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **130** | |
| 002.12.361.0006.2106 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO NO CAMPO ENS. FUN | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 4.100,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **601** | |
| 002.12.361.0006.2106 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO NO CAMPO ENS. FUN | |
| 1.540.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 3.700,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **139** | |
| 002.12.365.0006.2011 | GESTÃO PEDAGÓGICA E OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL – R | |
| 1.500.1001000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 80.000,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **149** | |
| 002.12.365.0006.2014 | CUSTEIO DA PRÉ-ESCOLA COM RECURSOS DO FUNDEB 30% | |
| 1.540.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.91.00.00.00 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO | 3.564,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **603** | |
| 002.12.367.0006.2063 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO ESPECIAL | |
| 1.540.1070000 | IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI | |
| 3.1.91.00.00.00 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO | 26.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **757.564,00** |

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
GABINETE DO PREFEITO(A)

| | | |
|---|---|---|
| **06** | **SEC. SAÚDE** | |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **185** | |
| 002.10.122.0017.2067 | MANUTENÇÃO CENTRO DE REGULAÇÃO | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 1.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **209** | |
| 002.10.301.0018.2072 | 2072 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 4.4.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 4.250,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **223** | |
| 002.10.302.0019.2074 | 2074 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 16.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **21.250,00** |
| **07** | **SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **683** | |
| 002.08.245.0008.2042 | PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E SERVI | |
| 2.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.50.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRA | 16.000,00 |
| **07.003** | **FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE** | |
| **Cód. Reduzido** | **298** | |
| 003.08.243.0009.2108 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DA CASA LAR | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 150.000,00 |
| **07.003** | **FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE** | |
| **Cód. Reduzido** | **299** | |
| 003.08.243.0009.2108 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DA CASA LAR | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 700,00 |
| | **SUBTOTAL** | **166.700,00** |
| **08** | **SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** | |
| **08.002** | **DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **325** | |
| 002.15.452.0005.2054 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA LIMPEZA PUBLICA | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 160.000,00 |
| **08.002** | **DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **326** | |
| 002.15.452.0005.2054 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA LIMPEZA PUBLICA | |
| 1.501.0000000 | OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
GABINETE DO PREFEITO(A)

| | | |
|---|---|---|
| **08.002** | **DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **333** | |
| 002.15.452.0005.2110 | MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E SERVIÇOS URBANOS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.91.00.00.00 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO | 11.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **181.000,00** |
| **10** | **SEC. MEIO AMBIENTE** | |
| **10.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | |
| **Cód. Reduzido** | **627** | |
| 002.18.541.0004.1057 | EQUIPAR/ESTR. BRIGADA MISTA DE COMBATE AO INCENDIO | |
| 1.700.0000000 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 268.600,00 |
| | **SUBTOTAL** | **268.600,00** |
| **11** | **SEC. ESPORTE E LAZER** | |
| **11.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER** | |
| **Cód. Reduzido** | **378** | |
| 002.27.812.0007.2058 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPO | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 40.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **40.000,00** |
| **12** | **SEC. PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAMENTO** | |
| **12.001** | **GABINETE DO SECRETARIO - PLANEJAMENTO, GESTÃO E ORÇAMEN** | |
| **Cód. Reduzido** | **385** | |
| 001.04.121.0002.2097 | MANUT. SEC. MUN. DE PLANEJ, ORÇAMENTO E GESTÃO | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.91.00.00.00 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO | 10.100,00 |
| | **SUBTOTAL** | **10.100,00** |
| **13** | **SEC. CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE** | |
| **13.001** | **GABINETE DO SECRETARIO - CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **390** | |
| 001.04.122.0014.2095 | MANUT. SEC. MUN. DE CULT. TURISMO E JUVENTUDE | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.91.00.00.00 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO | 10.230,00 |
| | **SUBTOTAL** | **10.230,00** |
| | **TOTAL** | **1.851.444,00** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **02** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **02.001** | **GABINETE DO PREFEITO** | |
| **Cód. Reduzido** | **10** | |
| 001.04.122.0002.2002 | MANUTENCAO DE ATIV. GABINETE DO PREFEITO | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 20.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **20.000,00** |

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
GABINETE DO PREFEITO(A)

| | | |
|---|---|---|
| **03** | **SEC. ADMINISTRAÇÃO** | |
| **03.001** | **GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **27** | |
| 001.04.122.0002.2005 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA SEC. ADMINISTRACAO | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 80.000,00 |
| **03.001** | **GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **36** | |
| 001.04.122.0002.2112 | GESTÃO DE PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 30.000,00 |
| **03.001** | **GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **42** | |
| 001.04.122.0002.2114 | GESTÃO DOCUMENTAL E DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINIS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 30.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **140.000,00** |
| **04** | **SEC. FINANÇAS** | |
| **04.001** | **GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **50** | |
| 001.04.123.0002.2007 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA SEC. DE FINANCAS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 1.300,00 |
| **04.001** | **GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **52** | |
| 001.04.123.0002.2007 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA SEC. DE FINANCAS | |
| 1.501.0000000 | OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 |
| **04.001** | **GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS** | |
| **Cód. Reduzido** | **65** | |
| 001.28.846.0003.2008 | ENCARGOS DA DIVIDA PUBLICA | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.2.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 199.700,00 |
| | **SUBTOTAL** | **206.000,00** |
| **05** | **SEC. EDUCAÇÃO** | |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **88** | |
| 002.12.361.0006.1010 | CONSTR./AMPL./REF./EQUIP. UNID.ENSINO FUNDAMENTAL | |
| 1.571.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 998.300,00 |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **115** | |
| 002.12.361.0006.2010 | GESTÃO PEDAGÓGICA E OPERACIONAL DO ENSINO FUNDAMENTAL | |
| 1.550.0000000 | TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 95.650,00 |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **126** | |
| 002.12.361.0006.2106 | MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA EDUCACAO NO CAMPO ENS. FUN | |
| 1.540.1070000 | IDENTIFICAÇÃO DO PERCENTUAL APLICADO NO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFI | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 6.944,00 |
| | **SUBTOTAL** | **1.100.894,00** |
| **06** | **SEC. SAÚDE** | |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **186** | |
| 002.10.122.0017.2067 | MANUTENÇÃO CENTRO DE REGULAÇÃO | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 1.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **200** | |
| 002.10.301.0018.2027 | MANUT. DE ATIV. DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA-PSF | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 16.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **211** | |
| 002.10.301.0018.2116 | IMPLEMENTAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PROGRAMA SAÚDE NA ES | |
| 1.500.1002000 | IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 4.250,00 |
| | **SUBTOTAL** | **21.250,00** |
| **07** | **SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **619** | |
| 002.08.244.0009.1132 | CONSTRUÇÃO DO CREAS | |
| 2.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 16.000,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **533** | |
| 002.08.245.0009.2046 | PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL: SERVIÇOS E AÇÕES ESPECIALIZADAS | |
| 1.700.0000000 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 100.000,00 |
| **07.003** | **FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE** | |
| **Cód. Reduzido** | **297** | |
| 003.08.243.0009.2108 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADE DA CASA LAR | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 700,00 |
| **07.004** | **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO** | |
| **Cód. Reduzido** | **305** | |
| 004.08.241.0025.2050 | FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO: APOIO A PROGRAMAS E SERVIÇOS | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 50.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **166.700,00** |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

| | | |
|---|---|---|
| **08** | **SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** | |
| **08.001** | **GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **310** | |
| 001.04.122.0002.2052 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBR | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 11.000,00 |
| **08.002** | **DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **335** | |
| 002.15.452.0005.2110 | MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E SERVIÇOS URBANOS | |
| 1.501.0000000 | OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 |
| **08.003** | **FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES** | |
| **Cód. Reduzido** | **344** | |
| 003.26.782.0024.2055 | MANUTENCAO DE ESTRADAS VICINAIS | |
| 1.711.0000804 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA UNIÃO (LEI COMPLEMENTAR 176/2020) | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 160.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **181.000,00** |
| **10** | **SEC. MEIO AMBIENTE** | |
| **10.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | |
| **Cód. Reduzido** | **360** | |
| 002.18.541.0004.1049 | PROGRAMAS DE CONSERVACAO E PRESERVACAO AMBIENTAL | |
| 1.501.0000000 | OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 15.600,00 |
| | **SUBTOTAL** | **15.600,00** |
| | **TOTAL** | **1.851.444,00** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO(A) CLAUDIA - MT.**
**AO HUM DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.**

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

**CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº 1311-2026 - CREDITO SUPERAVIT - LEI MUN. NO. 1146_2025**

# ESTADO DE MATO GROSSO
# PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
# GABINETE DO PREFEITO(A)

**DECRETO Nº 1311/2026**
**DE QUINTA-FEIRA, 1 DE OUTUBRO DE 2026**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CLAUDIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1146/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLAUDIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 645.600,94 (SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **05** | **SEC. EDUCAÇÃO** | |
| **05.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | |
| **Cód. Reduzido** | **539** | |
| 002.12.361.0006.1010 | CONSTR./AMPL./REF./EQUIP. UNID.ENSINO FUNDAMENTAL | |
| 2.571.0000000 | TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 500.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **500.000,00** |
| **08** | **SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** | |
| **08.002** | **DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** | |
| **Cód. Reduzido** | **615** | |
| 002.15.451.0005.1042 | INFRAESTRUTURA URBANA DE PASSEIOS PÚBLICOS, PISTAS DE CAM | |
| 2.501.0000000 | OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS | |
| 4.4.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 145.600,94 |
| | **SUBTOTAL** | **145.600,94** |
| | **TOTAL** | **645.600,94** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | |
|---|---|
| **TOTAL** | **0,00** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO(A) CLAUDIA - MT.**
**AO HUM DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
GABINETE DO PREFEITO(A)

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

**CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº 1314-2026 - CREDITO ESPECIAL- LEI MUN. NO. 1209_2026**

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

**DECRETO Nº 1314/2026**
**DE TERÇA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 2026**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CLAUDIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1209/2026, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLAUDIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **07** | **SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **681** | |
| 002.08.122.0002.2123 | GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.1.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 5.000,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **682** | |
| 002.08.122.0002.2123 | GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA | |
| 1.660.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS | |
| 3.1.91.00.00.00 | APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃO | 2.500,00 |
| **07.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **680** | |
| 002.08.122.0002.2123 | GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA | |
| 1.660.0000000 | TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 2.500,00 |
| | **SUBTOTAL** | **10.000,00** |
| | **TOTAL** | **10.000,00** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **07** | **SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL** | |
| **07.001** | **GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL** | |
| **Cód. Reduzido** | **253** | |
| 001.08.122.0002.2045 | MANUT. DE ATIVIDADES DA SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL | |
| 1.500.0000000 | RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 10.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **10.000,00** |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**GABINETE DO PREFEITO(A)**

**TOTAL** **10.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO(A) CLAUDIA - MT.**
**AOS TREZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.**

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no lugar público de costume na data supra.

**CONTABILIDADE**
**DECRETO Nº 1317-2026 - CREDITO EXCESSO - LEI MUN. NO. 1146_2025**

# ESTADO DE MATO GROSSO
# PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
# GABINETE DO PREFEITO(A)

**DECRETO Nº 1317/2026**
**DE TERÇA-FEIRA, 27 DE OUTUBRO DE 2026**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

, Prefeito(a) Municipal de CLAUDIA, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1146/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLAUDIA - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.940.000,00 (UM MILHAO E NOVECENTOS E QUARENTA MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

| | | |
|---|---|---|
| **06** | **SEC. SAÚDE** | |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **217** | |
| 002.10.302.0019.2028 | MANUT. DE ATIVIDADES DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
| 1.600.0000603 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 540.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **221** | |
| 002.10.302.0019.2035 | MANUT. DE ATIVIDADES DA UDR - CENTRAL DE REABILIT. | |
| 1.621.0000603 | SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA | |
| 3.3.90.00.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | 900.000,00 |
| **06.002** | **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | |
| **Cód. Reduzido** | **465** | |
| 002.10.302.0019.2074 | 2074 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CONTRATO DE RATEIO NA AT | |
| 1.600.3110000 | TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE | |
| 3.3.71.00.00.00 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTR | 500.000,00 |
| | **SUBTOTAL** | **1.940.000,00** |
| | **TOTAL** | **1.940.000,00** |

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

| | |
|---|---|
| **TOTAL** | **0,00** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

**GABINETE DO PREFEITO(A) CLAUDIA - MT.**
**AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
GABINETE DO PREFEITO(A)

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.



**LICITAÇÃO**
**TERMO DE FOMENTO Nº 007/2026**

**TERMO DE FOMENTO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA E O ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS ANJOS DE QUATRO PATAS.**

**O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Gaspar Dutra, s/nº,

inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARCOS FERNANDO FELDHAUS**, inscrito no CPF/MF nº 032.***.***-56, denominada **CONCEDENTE,** e a **ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS ANJOS DE QUATRO PATAS DE CLÁUDIA-MT** inscrita no CNPJ sob n.º 50.414.260/00001-81, com sede à Avenida Juscelino Kubitschek, S/N, Cláudia – MT, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. **WITHINEY VENZO DOS SANTOS**, inscrita no CPF sob o n.º 055***.***-94, denominado de **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Termo de fomento, em conformidade com a Lei nº 1.140/2025, Lei nº 1.145/2025, Lei federal 13.019/2014 e pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Fomento tem por objeto garantir a manutenção das atividades de proteção animal desenvolvidas pela CONVENENTE, por meio do custeio de alimentação, atendimentos veterinários, medicamentos, materiais de consumo, serviços de apoio à limpeza e demais despesas diretamente vinculadas à manutenção do abrigo e ao cuidado dos animais em situação de abandono, maus-tratos e vulnerabilidade, conforme o Plano de Trabalho aprovado, que integra este instrumento para todos os fins.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência e execução do presente Termo de Fomento será de 12 (doze) meses, com início em **29 de setembro de 2026** e término em **29 de setembro de 2027**, conforme o Plano de Trabalho aprovado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO**

Para as despesas decorrentes do presente Termo serão utilizados os recursos previstos no Plano de Trabalho aprovado, conforme a seguinte classificação e plano de aplicação:

**PROGRAMA:** 0020 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

**AÇÃO:** 2032 – MANUT. DE ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**FONTE DE RECURSO:** 1.500.100200

**MATERIAIS DE CONSUMO:** R$ 38.254,56

**SERVIÇOS DE TERCEIROS:** R$ 58.471,00

**VALOR TOTAL: R$ 96.725,56**

A aplicação dos recursos deverá observar integralmente as despesas, quantidades, valores e metas constantes do Plano de Trabalho aprovado.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO REPASSE**

**4.1** O valor total dos recursos financeiros objeto deste Termo é de **R$ 96.725,56**, a ser repassado em **12 (doze) parcelas**, conforme o cronograma de pagamentos do Plano de Trabalho, sendo **11 (onze) parcelas de R$ 8.060,46** (oito mil e sessenta reais e quarenta e seis centavos) e **a última parcela no valor de R$ 8.060,50** (oito mil e sessenta reais e cinquenta centavos), a serem depositadas na conta específica da organização nos períodos previstos no cronograma de desembolso.

**4.2** O repasse de cada parcela subsequente ficará condicionado à apresentação da prestação de contas da parcela anterior, nos termos da Cláusula Sétima deste Termo.

**CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

**5.1** A execução do objeto deste Termo de Fomento dar-se-á conforme o Plano de Trabalho previamente aprovado pela Concedente, no qual estão estabelecidas as metas, etapas e cronograma, em conformidade com o disposto no art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**5.2** Caberá à Administração Pública, por meio do gestor técnico designado, o acompanhamento, controle e fiscalização da execução do objeto pactuado, bem como a análise da prestação de contas, com base nas metas e resultados definidos no Plano de Trabalho, conforme previsão do art. 35, inciso V, alínea *g*, da Lei nº 13.019/2014. Compete a esse gestor técnico:

**a)** Acompanhar a execução física e financeira das ações pactuadas;

**b)** Realizar visitas técnicas in loco, sempre que necessário;

**c)** Requisitar relatórios parciais ou complementares, documentos comprobatórios e esclarecimentos da Convenente;

**d)** Emitir pareceres e relatórios de acompanhamento da execução e prestação de contas;

**e)** Analisar as prestações de contas parciais e finais apresentadas;

**f)** Aprovar, aprovar parcialmente ou recusar a prestação de contas, devidamente fundamentado, conforme análise da execução e da regularidade dos documentos apresentados.

**5.3** A Organização se compromete a colaborar com o processo de fiscalização, garantindo o livre acesso da Concedente e do gestor técnico às suas instalações, documentos e registros, inclusive contábeis e bancários, sempre que solicitado, com vistas à verificação da adequada aplicação dos recursos públicos.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

**6.1** O presente Termo de Fomento poderá ser alterado, a qualquer tempo, mediante celebração de Termo Aditivo, desde que haja justificativa formal das partes envolvidas e concordância mútua, observando-se o disposto nos artigos 55 a 57 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**6.2** A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação formal da organização da sociedade civil, apresentada à Administração Pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do termo final inicialmente previsto.

**6.3** As alterações previstas no caput poderão incluir, entre outras:

**a)** Prorrogação de prazo de vigência, desde que devidamente justificada e autorizada pela Administração Pública;

**b)** Modificação do valor repassado, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira e não haja alteração do objeto da parceria;

**c)** Ajustes no plano de trabalho, inclusive em metas e cronograma de execução, mediante termo aditivo ou apostila, conforme o caso.

**d)** Inclusão ou exclusão de despesas previstas no plano de trabalho, desde que devidamente justificadas, autorizadas pela Administração Pública e compatíveis com o objeto da parceria e com a dotação orçamentária disponível.

**6.4** Qualquer alteração no Plano de Trabalho deverá ser formalizada mediante Termo Aditivo, independentemente de sua natureza. O Superintendente de Captação de Recursos e Parcerias, ou o responsável pela unidade gestora, poderá analisar e autorizar as alterações solicitadas pela OSC.

**Parágrafo único.** As alterações que acarretem alteração do valor do repasse — seja para mais ou para menos — dependerão de autorização expressa do Prefeito Municipal ou do Secretário da pasta competente, devendo o Termo Aditivo ser assinado pela autoridade que conceder a autorização.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**7.1** A Convenente deverá prestar contas da execução física e financeira dos recursos recebidos, observando:

I – **Prestação de contas mensal**, mediante inclusão das informações e documentos comprobatórios no sistema eletrônico oficial (https://convenios.forgov.com.br/pmclaudia), durante toda a vigência do termo;

II – **Prestação de contas anual**, ao final de cada exercício, contendo o Relatório de Execução do Objeto e o Relatório Financeiro consolidados, a serem encaminhados à Concedente no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do ano civil;

III – **Prestação de contas final**, deverá ser apresentada em até 30 (trinta) dias após o termo final de vigência, contendo a descrição dos benefícios gerados, o grau de atingimento das metas pactuadas, os resultados alcançados e as dificuldades enfrentadas durante a execução**.**

**7.2** A prestação de contas deverá ser instruída com os seguintes documentos mínimos:

**a)** Ofício dirigido ao Prefeito Municipal encaminhando formalmente a prestação de contas;

**b)** Balancete Financeiro detalhado;

**c)** Extrato bancário da conta específica, acompanhado de conciliação bancária, se houver;

**d)** Demonstrativo de Pagamentos Efetuados, contendo beneficiário, data, valor, forma de pagamento e finalidade;

**e)** Documentos comprobatórios de despesas (notas fiscais, recibos, faturas, contratos, comprovantes bancários etc.);

**f)** Relatório de Execução Financeira, vinculando cada despesa ao objeto pactuado;

**g)** Relatório de Execução do Objeto, apresentando atividades realizadas, metas cumpridas, indicadores e resultados alcançados.

**7.3** O repasse das parcelas subsequentes dependerá da apresentação e aprovação da prestação de contas da parcela anterior, conforme segue:

**I –** A primeira parcela será repassada após a assinatura do termo;

**II –** Para recebimento da segunda parcela e das demais, a Convenente deverá comprovar a utilização de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos anteriormente recebidos;

**III –** Caso a execução financeira seja inferior a 50%, a liberação da nova parcela somente ocorrerá mediante solicitação formal de desembolso, acompanhada de justificativa detalhada, devendo o pedido ser analisado e aprovado pelo Superintendente de Captação de Recursos e Parcerias e pelo Secretário Municipal da pasta responsável;

**IV –** A ausência de alimentação mensal do sistema eletrônico ou o não atendimento das diligências dentro do prazo ensejará suspensão dos repasses, até regularização.

**7.4** Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive das aplicações financeiras, deverão ser devolvidos ao Município no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014. Da mesma forma, despesas impróprias (juros, multas, tarifas bancárias, tributos, taxas etc.) deverão ser integralmente ressarcidas, conforme art. 45 da Lei nº 13.019/2014.

**7.5** Todos os documentos apresentados na prestação de contas anual, mensal e final deverão ser assinados pelos ordenadores de despesa da entidade, permanecendo a OSC responsável pelo arquivamento dos documentos por 10 anos, observando responsabilidade civil, administrativa e penal em caso de irregularidades.

**7.6** A prestação de contas anual e final será apresentada em meio físico à Concedente, facultado seu envio em cópia ao Poder Legislativo para fins de acompanhamento e transparência. A Concedente poderá realizar diligências, visitas técnicas, solicitações de esclarecimentos e exigir documentos complementares.

**CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

**8.1** O presente TERMO poderá ser:

**I)** Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

**II)** Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

**a)** utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

**b)** inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

**c)** constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

**d)** verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

**8.2** Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Instrumento, a ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS ANJOS DE QUATRO PATAS, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, deverá recolher a restituição à CONTA DO MUNICÍPIO conforme orientação da Superintendência de Captação de Recursos e Parcerias:

**I)** O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do Instrumento;

**II)** O valor total transferido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

**a)** quando não for executado o objeto da avença;

**b)** quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final;

**c)** quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO DE FOMENTO;

**d)** quando o valor correspondente às despesas for comprovado com documentos inidôneos ou impugnado, os valores deverão ser ressarcidos aos cofres públicos e atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

**9.1** Fica eleito o foro da Comarca de Cláudia – MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo.

Por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de fomento em duas vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Cláudia/MT, 29 de setembro de 2026.

**MARCOS FERNANDO FELDHAUS**

Prefeito Municipal

_____

_____

**WITHINEY VENZO DOS SANTOS**

Associação Anjos de Quatro Patas

**Testemunhas:**

_____

_____

**LUCAS GABRIEL S. GERMIGNANI**

**ALINE ERIG DA SILVA**

CPF: 410.***.***-10

CPF: 012.***.***-09

---

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE FOMENTO N° 008/2026**

**CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2026/SEMAS**

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ROTARY CLUB DE CLÁUDIA/MT, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "LEVANDO CONFORTO".**

**O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Gaspar Dutra, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARCOS FERNANDO FELDHAUS**, inscrito no CPF/MF nº 032.***.***-56, denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,** e o **ROTARY CLUB DE CLÁUDIA/MT** inscrita no CNPJ sob n.º 03.143.448/00001-52, com sede à Rua Castelo Branco, S/N, Cláudia – MT, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. **ELISANGELA FIGUEIRA**, inscrita no CPF sob o n.º 158***.***-50, denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC**, resolvem celebrar o presente Termo de fomento, em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 001/2026 - SEMAS, Lei Federal 13.019/2014 resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente Termo de Fomento tem por objeto o fortalecimento e ampliação do Projeto "Levando Conforto" no Município de Cláudia/MT, mediante execução das ações previstas no Projeto "LEVANDO CONFORTO", em conformidade com as especificações, metas, etapas, indicadores, despesas e cronograma estabelecidos no Plano de Trabalho aprovado, que integra o presente instrumento para todos os fins.

**1.2.** O objeto deverá ser executado em estrita conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, sendo vedada a utilização dos recursos para finalidade diversa daquela expressamente pactuada.

**1.3.** O Plano de Trabalho aprovado integra o presente Termo de Fomento, na condição de Anexo I, independentemente de transcrição, constituindo parte integrante e indissociável deste instrumento para todos os fins de direito.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO CHAMAMENTO PÚBLICO**

**2.1.** A presente parceria decorre do Edital de Chamamento Público nº 001/2026/SEMAS, por meio do qual a Organização da Sociedade Civil - OSC apresentou proposta, posteriormente selecionada e aprovada pela Administração Pública, observando os critérios e procedimentos estabelecidos no referido edital.

**2.2.** Integram e vinculam a presente parceria, no que couber:

**I -** o Edital de Chamamento Público e seus anexos;

**II -** a proposta apresentada pela Organização da Sociedade Civil - OSC e selecionada na fase competitiva;

**III -** o Plano de Trabalho aprovado na fase de celebração da parceria;

**IV -** as diligências, manifestações técnicas e documentos que integram o processo administrativo correspondente;

**V -** a Lei nº 13.019/2014 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à parceria.

**2.3.** Em caso de divergência entre a proposta originalmente selecionada e o Plano de Trabalho aprovado na fase de celebração da parceria, prevalecerá o Plano de Trabalho aprovado, desde que as adequações nele promovidas não impliquem alteração da concepção, do objeto ou da finalidade da proposta selecionada, nem desvirtuamento dos critérios que fundamentaram sua seleção.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

**3.1.** O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será compreendido entre 15 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2026.

**3.2**. A execução do objeto deverá ocorrer no período de vigência deste Termo de Fomento, em conformidade com as etapas, metas, prazos e demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado.

**3.3**. A vigência deste Termo de Fomento poderá ser prorrogada mediante termo aditivo, desde que a prorrogação seja devidamente justificada e solicitada pela Organização da Sociedade Civil – OSC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto, para a análise e manifestação da Administração Pública, observando o disposto na legislação aplicável.

**3.4**. A Administração Pública prorrogará, de ofício, a vigência deste Termo de Fomento quando der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, pelo período exato correspondente ao atraso, de modo a assegurar o cumprimento integral do objeto, observada a legislação aplicável.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1**. O valor total da parceria é de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) a ser repassado pela Administração Pública à Organização da Sociedade Civil – OSC, em conformidade com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

**4.2.** As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento ocorrerão à conta da seguinte programação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subfunção: 245 – SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Programa: 0008 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2042 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS

Natureza da Despesa: 4.4.50.00.00.00

Fonte de Recursos: 1.500.0000

Dotação: 2042 – Proteção Social Básica: Manutenção de Programas e Serviços, do Fundo Municipal de Assistência Social

**4.3.** Os recursos financeiros repassados pela Administração Pública deverão ser aplicados exclusivamente na execução do objeto da parceria e nas despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho, observadas as disposições da legislação aplicável e deste instrumento.

**4.4.** Não será exigida contrapartida financeira da Organização da Sociedade Civil - OSC, salvo se expressamente prevista no Edital e no Plano de Trabalho, hipótese em que deverá ser devidamente identificada, justificada e economicamente mensurada.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA**

**5.1.** Os recursos financeiros destinados à execução da parceria serão repassados pela Administração Pública à OSC em parcela única, no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), conforme o cronograma de desembolso aprovado e constante do Plano de Trabalho.

**5.2**. Os recursos da parceria deverão ser depositados e movimentados em conta bancária específica, aberta em nome da OSC e destinada exclusivamente à execução da parceria, em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública ou prevista no Edital. A conta deverá ser isenta de tarifas bancárias.

**5.3**. A OSC deverá manter os recursos da parceria separados de quaisquer outros recursos próprios ou de terceiros, assegurando a adequada identificação e rastreabilidade das receitas e despesas realizadas no âmbito desta parceria.

**5.4.** Os rendimentos auferidos em razão de aplicações financeiras dos recursos da parceria, deverão ser obrigatoriamente aplicados na execução do objeto da parceria e estarão sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos originalmente repassados.

**5.5.** A liberação dos recursos observará o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e será realizada em parcela única, podendo o repasse ser suspenso ou retido nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/2014, no Edital, no Plano de Trabalho e neste instrumento, especialmente quando verificadas irregularidades na execução da parceria.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**6.1.** Efetuar o repasse dos recursos financeiros à OSC na forma, no valor e no prazo estabelecidos neste Termo de Fomento e no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, observando a disponibilidade orçamentária e financeira.

**6.2.** Acompanhar, monitorar e avaliar a execução da parceria, visando verificar o cumprimento do objeto, das metas e dos resultados previstos do Plano de Trabalho.

**6.3.** Designar formalmente o Gestor da Parceria.

**6.4.** Designar ou indicar formalmente os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, quando cabível, observadas as disposições da Lei n° 13.019/2014.

**6.5.** Orientar e prestar esclarecimentos à OSC quanto aos procedimentos necessários à adequada execução da parceria e à prestação de contas, preservando a autonomia administrativa e gerencial.

**6.6.** Analisar os relatórios, documentos e demais informações apresentadas pela OSC, especialmente aqueles relacionados à execução do objeto e ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

**6.7.** Realizar sempre que necessário, visitas técnicas, diligências e demais procedimentos de acompanhamento e fiscalização destinados à verificação da execução da parceria e do cumprimento do objeto pactuado.

**6.8.** Analisar a prestação de contas apresentada pela OSC, por meio dos agentes públicos ou unidades administrativas competentes, observados prazos, procedimento e condições estabelecidos na legislação pertinente.

**6.9.** Adotar as providências administrativas cabíveis diante da identificação de irregularidades, falhas na execução, descumprimento das obrigações pactuadas ou demais situações que possam comprometer a execução do objeto da parceria.

**6.10.** Publicar o extrato deste Termo de Fomento no meio oficial de publicidade, na forma e prazos previstos na legislação aplicável.

**6.11.** Manter e disponibilizar, nos meios oficiais de transparência, as informações relativas à parceria, incluindo aqueles referentes à celebração, execução, monitoramento e prestação de contas, observadas as disposições da legislação de acesso à informação, proteção de dados e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

**7.1**. Executar integralmente o objeto da parceria, em conformidade com o presente Termo de Fomento, o Plano de Trabalho aprovado e legislação aplicável**.**

**7.2.** Aplicar os recursos financeiros recebidos exclusivamente na execução do objeto da parceria e nas despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho.

**7.3.** Cumprir as metas, etapas, atividades, indicadores e prazos estabelecidos no Plano de Trabalho, adotando medidas necessárias para assegurar o alcance dos resultados pactuados.

**7.4.** Manter e movimentar os recursos financeiros da parceria exclusivamente na conta bancária específica destinada à execução do objeto da parceria.

**7.5.** Manter escrituração contábil regular e registros individualizados das receitas, despesas e demais movimentações financeiras relacionadas à parceria, de modo a assegurar a adequada identificação e rastreabilidade dos recursos.

**7.6.** Emitir ou exigir documentos fiscais e demais documentos idôneos e suficientes para comprovação das despesas realizadas com recursos da parceria.

**7.7.** Efetuar os pagamentos relacionados à execução da parceria, mediante transferência eletrônica, com identificação do beneficiário final e depósito na conta bancária de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses excepcionais admitidas pela legislação.

**7.8.** Manter arquivados e disponíveis os documentos originais relacionados à parceria, dentro do prazo legal.

**7.9.** Apresentar a prestação de contas da execução da parceria e dos resultados alcançados, nos prazos, condições e formas estabelecidos neste instrumento e no Plano de Trabalho.

**7.10.** Comunicar imediatamente à Administração Pública a ocorrência de qualquer fato superveniente, dificuldade ou situação que possa comprometer, atrasar ou impedir a execução do objeto da parceria, indicando, quando cabível, as medidas adotadas para a solução.

**7.11.** Manter, durante a vigência da parceria, as condições e requisitos exigidos para sua celebração.

**7.12.** Permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, dos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas com-

petente aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução do objeto da parceria.

**7.13.** Restituir à Administração Pública os recursos financeiros recebidos, inclusive os respectivos rendimentos de aplicações financeiras, nas hipóteses previstas neste instrumento e na legislação.

**7.14.** Responsabilizar-se integralmente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

**7.15.** Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto da parceria, não se estabelecendo vínculo trabalhista, previdenciário ou de qualquer outra natureza entre a Administração Pública e os empregados, dirigentes, prestadores de serviços ou fornecedores da OSC.

**7.16.** Divulgar a parceria e a participação da Administração Pública, quando exigido pela legislação, observadas as regras de transparência e publicidade, sendo vedada a utilização da parceria para promoção pessoal de agentes públicos ou dirigentes da OSC.

**CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

**8.1** As despesas decorrentes da execução da parceria deverão ser realizadas em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, o Edital de Chamamento Público, este Termo de Fomento e a legislação aplicável.

**8.2.** Somente poderão ser custeadas com os recursos da parceria as despesas que:

**I -** estejam diretamente vinculadas à execução do objeto da parceria;

**II -** estejam previstas no Plano de Trabalho ou sejam nele admitidas, observadas as disposições legais;

**III -** sejam realizadas durante o período de vigência da parceria, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;

**IV -** estejam devidamente comprovadas por documentos fiscais, recibos ou outros documentos idôneos admitidos pela legislação, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamentos, quando exigíveis.

**8.3**. É vedada a utilização dos recursos financeiros da parceria para finalidade diversa daquela estabelecida no objeto deste Termo de Fomento e no Plano de Trabalho.

**8.4.** A realização das despesas deverá observar os princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos.

**8.5**. A responsabilidade pela seleção, contratação e pagamentos de fornecedores e prestadores de serviço será exclusiva da OSC, não se estabelecendo qualquer vínculo contratual, trabalhista ou de outra natureza entre esses terceiros e a Administração Pública em razão da execução da parceria.

**CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

**9.1** A execução da parceria será acompanhada e monitorada pela Administração Pública durante toda a vigência do Termo de Fomento, com base nas metas, etapas, atividades, indicadores e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, visando verificar o cumprimento do objeto e o alcance dos resultados pactuados.

**9.2.** O Gestor da Parceria será o servidor Lucas Gabriel Sokolovski Germignani a quem competirá exercer as atribuições previstas na Lei nº 13.019/2014.

**9.3.** O acompanhamento e monitoramento da execução da parceria poderão compreender, entre outros procedimentos compatíveis com a natureza e as características do objeto:

**I -** análise de relatórios de execução e demais informações pela OSC;

**II -** realização de visitas técnicas ao local de execução do objeto;

**III -** realização e análise de registros fotográficos e demais evidências da execução;

**IV -** conferência de documentos e informações relacionados à execução do objeto;

**V -** verificação do cumprimento de metas, etapas, atividades, indicadores e resultados previstos do Plano de Trabalho;

**VI -** verificação da movimentação dos recursos financeiros na conta bancária específica da parceria, quando necessário ao acompanhamento da execução;

**VII -** realização de diligências para esclarecimentos de fatos ou obtenção de informações complementares;

**VIII -** adoção de outros procedimentos de acompanhamento e monitoramento que se mostrem adequados à natureza e às características do objeto da parceria.

**IX - elaboração de relatório técnico de monitoramento e avaliação pela Administração Pública, a ser submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, na forma do art. 59 da Lei nº 13.019/2014;**

**9.4**. A OSC deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração Pública e disponibilizar os documentos, informações e demais elementos necessários ao adequado acompanhamento e monitoramento da execução da parceria.

**9.5.** A análise da prestação de contas observará as competências estabelecidas na Lei nº 13.019/2014, competindo ao gestor da parceria emitir o parecer técnico de análise da prestação de contas, sem prejuízo das atribuições dos demais agentes e unidades administrativas competentes.

**9.6**. Quando houver estrutura administrativa própria para essa finalidade, a análise da prestação de contas será realizada pelo servidor ou unidade administrativa formalmente designada, competindo à autoridade administrativa competente a respectiva decisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS PERMANENTES E REMANESCENTES**

**10.1**. Os bens e equipamentos permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria deverão ser utilizados exclusivamente para a execução do objeto pactuado, observadas as finalidades previstas no Plano de Trabalho.

**10.2**. A OSC deverá manter registro e controle dos bens permanentes adquiridos com recursos da parceria, responsabilizando-se por sua guarda, conservação e utilização adequada durante a vigência da parceria e enquanto perdurar a obrigação de vinculação ao objeto.

**10.3**. Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceira serão gravados com cláusula de inalienabilidade e, na hipótese de extinção da Organização da Sociedade Civil – OSC, terão a propriedade transferida à Administração Pública, nos termos do art. 35, § 5º, da Lei nº 13.019/2014.

**10.4**. Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, terão sua destinação definida de acordo com disposto na Lei nº 13.019/2014, no regulamento aplicável e neste Termo de Fomento, considerando-se a natureza

do bem e a continuidade das atividades de interesse público relacionadas ao objeto da parceria.

**10.5**. Ao término da parceria, a titularidade dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria será da Organização da Sociedade Civil – OSC, observadas a destinação prevista neste Termo de Fomento a Lei nº 13.019/2014 e a regulamentação aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

**11.1.** O presente Termo de Fomento e o respectivo Plano de Trabalho poderão ser alterados mediante solicitação devidamente fundamentada e justificada, desde que a alteração seja compatível com o objeto da parceria e observada a legislação aplicável.

**11.2.** As alterações deste Termo de Fomento serão formalizadas por Termo Aditivo ou Apostilamento, conforme a natureza da modificação e as disposições legais aplicáveis.

**11.3**. Não será admitida alteração que implique modificação substancial, descaracterização ou desvirtuamento do objeto, da finalidade ou dos resultados originalmente pactuados.

**11.4**. Poderão ser realizados ajustes de metas, etapas, atividades, indicadores, cronogramas de execução e desembolso e, quando legalmente admitido, dos valores da parceria, desde que devidamente justificados, tecnicamente fundamentados, previamente aprovados pela Administração Pública e compatíveis com o objeto e a finalidade da parceria.

**11.5**. Alterações que impliquem aumento do valor global da parceria dependerão de disponibilidade orçamentária e financeira, manifestação técnica quanto à necessidade da alteração e autorização da autoridade competente, observados seus limites e requisitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**12.1**. A OSC deverá prestar contas da execução da parceria, demonstrando o cumprimento do objeto, das metas e das etapas previstas no Plano de Trabalho, bem como o alcance dos resultados pactuados.

**12.2.** A prestação de contas será apresentada por meio do sistema eletrônico oficial da Administração Pública (https://convenios.forgov.com.br/pmclaudia), observadas as disposições da Lei nº 13.019/2014, regulamentação aplicável, do Edital e orientações administrativas.

**12.3.** A prestação de contas final deverá ser apresentada pela OSC no prazo estabelecido pela lei n° 13.019/2014, pela regulamentação aplicável e pelas orientações da Administração Pública até (90) noventa dias a partir do término da vigência da parceria.

**12.4.** A prestação de contas deverá conter, conforme natureza e as características do objeto e na forma exigida pelo Edital e pela Administração Pública, os documentos e informações necessários à comprovação da execução da parceria, incluindo quando cabível:

**I -** relatório de Execução do Objeto;

**II -** demonstração do cumprimento das metas, etapas, atividades previstas no Plano de Trabalho;

**III -** documentos, registros e demais evidências capazes de demonstrar os resultados alcançados;

**IV -** extratos da conta bancária específica da parceria;

**V -** documentos fiscais, comprovantes de pagamento e demais documentos relativos às despesas realizadas, quando necessários à verificação da execução financeira ou solicitados pela Administração Pública;

**VI -** relação dos bens permanentes ou remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, quando houver;

**VII -** demais documentos e informações exigidos pela legislação, aplicável pelo Edital, pelo Plano de Trabalho ou solicitados pela Administração Pública.

**12.5.** A análise da prestação de contas observará prioritariamente o cumprimento do objeto, das metas, das etapas e das atividades previstas no Plano de Trabalho, bem como o alcance dos resultados pactuados, sem prejuízo da análise financeira e documental, quando cabível.

**12.6.** Verificada irregularidade, inconsistência ou omissão na prestação de contas, a OSC será notificada para apresentar esclarecimentos, documentos ou justificativas, ou para promover o respectivo saneamento, no prazo estabelecido pela Administração Pública, assegurando o contraditório e a ampla defesa quando exigidos pela legislação.

**12.7.** A prestação de contas será apreciada pela autoridade competente e poderá ser considerada:

**I -** regular, quando expressar de forma clara, objetiva, o cumprimento do objeto e o alcance das metas e dos resultados pactuados;

**II -** regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou outra falta de natureza formal, que não resulte em dano ao erário e não comprometa o cumprimento do objeto da parceria;

**III -** irregular, quando constatadas situações que caracterizem descumprimento relevante do objeto, das metas ou dos resultados, dano ao erário, ausência injustificada de prestação de contas ou outras hipóteses previstas na legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS**

**13.1**. A OSC deverá restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes dos recursos recebidos, inclusive rendimentos de aplicações financeiras, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

**13.2**. Também estarão sujeitos à restituição ou ressarcimento ao erário, conforme o caso e observados os valores:

**I -** utilizados em finalidade diversa daquela estabelecida no objeto da parceria e no Plano de Trabalho;

**II -** referentes às despesas não comprovadas ou cuja realização seja considerada irregular, quando não houver o respectivo saneamento ou quando configurado dano ao erário;

**III -** relacionados a metas, etapas ou atividades não executadas, quando a situação ensejar restituição ou ressarcimento na forma da legislação;

**IV -** decorrentes de outras situações que, devidamente apuradas, ensejem restituição de recurso ou ressarcimento ao erário.

**13.3.** Os valores a serem restituídos ou ressarcidos serão utilizados na forma estabelecida pela legislação, sem prejuízo das demais consequências administrativas, civis e legais cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PARALISAÇÃO E DA ASSUNÇÃO DO OBJETO**

**14.1**. Na hipótese de paralisação, interrupção ou risco de descontinuidade da execução da parceria, a Administração Pública poderá adotar as medidas necessárias à preservação do interesse público e à continuidade do objeto pactuado, inclusive assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, quando

cabível, mediante ato devidamente fundamentado, observando a legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

**15.1**. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com este Termo de Fomento ou com as disposições da legislação aplicável, poderão ser aplicadas à Organização da Sociedade Civil - OSC, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções previstas no art. 73 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outras medidas administrativas, civis ou penais cabíveis:

**I -** advertência;

**II -** suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a Administração Pública, pelo prazo legal;

**III -** declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas do governo.

**15.2.** A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula será realizada pela autoridade competente, mediante processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

**15.3.** A aplicação das sanções não afasta eventual obrigação de restituição de recursos, ressarcimento ao erário, reparação de danos ou outras responsabilidades previstas em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO**

**16.1.** O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado pelos partícipes a qualquer tempo, mediante comunicação formal à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**16.2**. O presente Termo poderá ser rescindido ou extinto pela Administração Pública ou pela OSC, conforme o caso, mediante procedimento administrativo próprio, quando necessário, nas seguintes hipóteses:

**I -** descumprimento injustificado das cláusulas pactuadas ou do Plano de Trabalho;

**II -** utilização dos recursos financeiros em desacordo com o objeto ou com as finalidades estabelecidas no Plano de Trabalho;

**III -** descumprimento injustificado das metas, etapas, atividades ou resultados pactuados quando comprometida a execução do objeto da parceria;

**IV -** constatação de falsidade, fraude ou irregularidade relevante na documentação ou execução do objeto da parceria;

**V -** ocorrência de fatos supervenientes que inviabilizem ou impeçam a continuidade da execução do objeto da parceria;

**VI -** paralisação injustificada ou abandono da execução do objeto;

**VII -** demais hipóteses previstas na legislação.

**16.3**. A rescisão não prejudicará a apuração das responsabilidades nem a obrigação de prestar contas e restituir recursos eventualmente devidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO LIVRE ACESSO E DO CONTROLE**

**17.1.** A OSC assegurará o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas competente aos processos, documentos, registros e informações relacionados à execução da parceria, bem como aos locais de execução do objeto, quando necessário ao exercício das atividades de acompanhamento, monitoramento, fiscalização e controle.

**17.2**. O acesso compreenderá também, quando necessário, os registros contábeis, fiscais, bancários, administrativos e demais documentos e informações relacionados à execução da parceria, necessários ao exercício das funções de monitoramento e controle.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA**

**18.1.** A Administração Pública providenciará a publicação do extrato deste Termo de Fomento no meio oficial de publicidade, na forma e no prazo estabelecidos na legislação.

**18.2.** O presente Termo somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública, nos termos do art. 38 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo da observância dos demais requisitos legais necessários à sua celebração e execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA E DO FORO**

**19.1.** Eventuais controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste Termo de Fomento deverão ser submetidas, previamente à tentativa de solução administrativa, quando necessário com a participação do órgão de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública Municipal.

**19.2**. Não sendo possível a solução administrativa da controvérsia, fica eleito o Foro da Comarca de Cláudia/MT, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste instrumento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** A celebração deste Termo não gera vínculo trabalhista entre a Administração Pública e empregados, dirigentes, prestadores de serviços ou terceiros contratados pela OSC.

**20.2.** A OSC responderá integralmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de dolo ou culpa na execução da parceria, observada a legislação aplicável.

**20.3**. A eventual tolerância de qualquer dos partícipes quanto ao descumprimento de obrigação não implicará renúncia de direito ou alteração das condições pactuadas.

**20.4**. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 13.019/2014, o Edital de Chamamento Público, o Plano de Trabalho aprovado, a regulamentação aplicável e os princípios que regem a Administração Pública.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Fomento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Cláudia/MT, 29 de setembro de 2026.

_____

**MARCOS FERNANDO FELDHAUS**

Prefeito Municipal

_____

**ELISANGELA FIGUEIRA**

Rotary Club de Cláudia-MT

**Testemunhas:**

**Lucas Gabriel S. Germignani**

CPF: 410.***.***-10

**Aline Erig da Silva**

CPF: 012.***.***-09

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE FOMENTO N° 009/2026**

**CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2026/SEMAS**

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL LIONS CLUB DE CLÁUDIA/MT, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "PROMOÇÃO DA SAÚDE VISUAL".**

**O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Gaspar Dutra, s/nº, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARCOS FERNANDO FELDHAUS**, inscrito no CPF/MF nº 032.***.***-56, denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,** e o **LIONS CLUBE DE CLAUDIA/MT** inscrita no CNPJ sob n.º 04.035.262/0001-42, com sede à Avenida Gaspar Dutra, nº 84, Cláudia – MT, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. **ROSILAINE MARIA VIEIRA PINTO**, inscrita no CPF sob o n.º 006***.***-02, denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL- OSC**, resolvem celebrar o presente Termo de fomento, em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 001/2026 - SEMAS, Lei Federal 13.019/2014 resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente Termo de Fomento tem por objeto o fortalecimento e ampliação do Projeto "Promoção da Saúde Visual" no Município de Cláudia/MT, mediante execução das ações previstas no PROMOÇÃO DA SAÚDE VISUAL", em conformidade com as especificações, metas, etapas, indicadores, despesas e cronograma estabelecidos no Plano de Trabalho aprovado, que integra o presente instrumento para todos os fins.

**1.2.** O objeto deverá ser executado em estrita conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, sendo vedada a utilização dos recursos para finalidade diversa daquela expressamente pactuada.

**1.3.** O Plano de Trabalho aprovado integra o presente Termo de Fomento, na condição de Anexo I, independentemente de transcrição, constituindo parte integrante e indissociável deste instrumento para todos os fins de direito.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO CHAMAMENTO PÚBLICO**

**2.1.** A presente parceria decorre do Edital de Chamamento Público nº 001/2026/SEMAS, por meio do qual a Organização da Sociedade Civil - OSC apresentou proposta, posteriormente selecionada e aprovada pela Administração Pública, observando os critérios e procedimentos estabelecidos no referido edital.

**2.2.** Integram e vinculam a presente parceria, no que couber:

**I -** o Edital de Chamamento Público e seus anexos;

**II -** a proposta apresentada pela Organização da Sociedade Civil - OSC e selecionada na fase competitiva;

**III -** o Plano de Trabalho aprovado na fase de celebração da parceria;

**IV -** as diligências, manifestações técnicas e documentos que integram o processo administrativo correspondente;

**V -** a Lei nº 13.019/2014 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à parceria.

**2.3.** Em caso de divergência entre a proposta originalmente selecionada e o Plano de Trabalho aprovado na fase de celebração da parceria, prevalecerá o Plano de Trabalho aprovado, desde que as adequações nele promovidas não impliquem alteração da concepção, do objeto ou da finalidade da proposta selecionada, nem desvirtuamento dos critérios que fundamentaram sua seleção.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

**3.1.** O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será compreendido entre 21 de outubro de 2026 e 31 de dezembro de 2026.

**3.2**. A execução do objeto deverá ocorrer no período de vigência deste Termo de Fomento, em conformidade com as etapas, metas, prazos e demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado.

**3.3**. A vigência deste Termo de Fomento poderá ser prorrogada mediante termo aditivo, desde que a prorrogação seja devidamente justificada e solicitada pela Organização da Sociedade Civil – OSC, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto, para a análise e manifestação da Administração Pública, observando o disposto na legislação aplicável.

**3.4**. A Administração Pública prorrogará, de ofício, a vigência deste Termo de Fomento quando der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, pelo período exato correspondente ao atraso, de modo a assegurar o cumprimento integral do objeto, observada a legislação aplicável.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1**. O valor total da parceria é de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) a ser repassado pela Administração Pública à Organização da Sociedade Civil – OSC, em conformidade com o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

**4.2.** As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento ocorrerão à conta da seguinte programação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subfunção: 245 – SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Programa: 0008 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2042 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS

Natureza da Despesa: 3.3.50.00.00.00

Fonte de Recursos: 1.500.0000

Dotação: 578

**4.3.** Os recursos financeiros repassados pela Administração Pública deverão ser aplicados exclusivamente na execução do objeto da parceria e nas despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho, observadas as disposições da legislação aplicável e deste instrumento.

**4.4.** Não será exigida contrapartida financeira da Organização da Sociedade Civil - OSC, salvo se expressamente prevista no Edital e no Plano de Trabalho, hipótese em que deverá ser devidamente identificada, justificada e economicamente mensurada.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA**

**5.1.** Os recursos financeiros destinados à execução da parceria serão repassados pela Administração Pública à OSC em parcela única, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), conforme o cronograma de desembolso aprovado e constante do Plano de

Trabalho.

**5.2**. Os recursos da parceria deverão ser depositados e movimentados em conta bancária específica, aberta em nome da OSC e destinada exclusivamente à execução da parceria, em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública ou prevista no Edital. A conta deverá ser isenta de tarifas bancárias.

**5.3**. A OSC deverá manter os recursos da parceria separados de quaisquer outros recursos próprios ou de terceiros, assegurando a adequada identificação e rastreabilidade das receitas e despesas realizadas no âmbito desta parceria.

**5.4.** Os rendimentos auferidos em razão de aplicações financeiras dos recursos da parceria, deverão ser obrigatoriamente aplicados na execução do objeto da parceria e estarão sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos originalmente repassados.

**5.5.** A liberação dos recursos observará o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e será realizada em parcela única, podendo o repasse ser suspenso ou retido nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/2014, no Edital, no Plano de Trabalho e neste instrumento, especialmente quando verificadas irregularidades na execução da parceria.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**6.1.** Efetuar o repasse dos recursos financeiros à OSC na forma, no valor e no prazo estabelecidos neste Termo de Fomento e no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, observando a disponibilidade orçamentária e financeira.

**6.2.** Acompanhar, monitorar e avaliar a execução da parceria, visando verificar o cumprimento do objeto, das metas e dos resultados previstos do Plano de Trabalho.

**6.3.** Designar formalmente o Gestor da Parceria.

**6.4.** Designar ou indicar formalmente os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, quando cabível, observadas as disposições da Lei n° 13.019/2014.

**6.5.** Orientar e prestar esclarecimentos à OSC quanto aos procedimentos necessários à adequada execução da parceria e à prestação de contas, preservando a autonomia administrativa e gerencial.

**6.6.** Analisar os relatórios, documentos e demais informações apresentadas pela OSC, especialmente aqueles relacionados à execução do objeto e ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

**6.7.** Realizar sempre que necessário, visitas técnicas, diligências e demais procedimentos de acompanhamento e fiscalização destinados à verificação da execução da parceria e do cumprimento do objeto pactuado.

**6.8.** Analisar a prestação de contas apresentada pela OSC, por meio dos agentes públicos ou unidades administrativas competentes, observados prazos, procedimento e condições estabelecidos na legislação pertinente.

**6.9.** Adotar as providências administrativas cabíveis diante da identificação de irregularidades, falhas na execução, descumprimento das obrigações pactuadas ou demais situações que possam comprometer a execução do objeto da parceria.

**6.10.** Publicar o extrato deste Termo de Fomento no meio oficial de publicidade, na forma e prazos previstos na legislação aplicável.

**6.11.** Manter e disponibilizar, nos meios oficiais de transparência, as informações relativas à parceria, incluindo aqueles referentes à celebração, execução, monitoramento e prestação de contas, observadas as disposições da legislação de acesso à informação, proteção de dados e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

**7.1**. Executar integralmente o objeto da parceria, em conformidade com o presente Termo de Fomento, o Plano de Trabalho aprovado e legislação aplicável**.**

**7.2.** Aplicar os recursos financeiros recebidos exclusivamente na execução do objeto da parceria e nas despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho.

**7.3.** Cumprir as metas, etapas, atividades, indicadores e prazos estabelecidos no Plano de Trabalho, adotando medidas necessárias para assegurar o alcance dos resultados pactuados.

**7.4.** Manter e movimentar os recursos financeiros da parceria exclusivamente na conta bancária específica destinada à execução do objeto da parceria.

**7.5.** Manter escrituração contábil regular e registros individualizados das receitas, despesas e demais movimentações financeiras relacionadas à parceria, de modo a assegurar a adequada identificação e rastreabilidade dos recursos.

**7.6.** Emitir ou exigir documentos fiscais e demais documentos idôneos e suficientes para comprovação das despesas realizadas com recursos da parceria.

**7.7.** Efetuar os pagamentos relacionados à execução da parceria, mediante transferência eletrônica, com identificação do beneficiário final e depósito na conta bancária de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses excepcionais admitidas pela legislação.

**7.8.** Manter arquivados e disponíveis os documentos originais relacionados à parceria, dentro do prazo legal.

**7.9.** Apresentar a prestação de contas da execução da parceria e dos resultados alcançados, nos prazos, condições e formas estabelecidos neste instrumento e no Plano de Trabalho.

**7.10.** Comunicar imediatamente à Administração Pública a ocorrência de qualquer fato superveniente, dificuldade ou situação que possa comprometer, atrasar ou impedir a execução do objeto da parceria, indicando, quando cabível, as medidas adotadas para a solução.

**7.11.** Manter, durante a vigência da parceria, as condições e requisitos exigidos para sua celebração.

**7.12.** Permitir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, dos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas competente aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução do objeto da parceria.

**7.13.** Restituir à Administração Pública os recursos financeiros recebidos, inclusive os respectivos rendimentos de aplicações financeiras, nas hipóteses previstas neste instrumento e na legislação.

**7.14.** Responsabilizar-se integralmente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

**7.15.** Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto da parceria, não se estabelecendo vínculo trabalhista, previdenciário ou de qualquer outra natureza entre a Administração Pública e os empregados, dirigentes, prestadores de serviços ou fornecedores da OSC.

**7.16.** Divulgar a parceria e a participação da Administração Pú-

blica, quando exigido pela legislação, observadas as regras de transparência e publicidade, sendo vedada a utilização da parceria para promoção pessoal de agentes públicos ou dirigentes da OSC.

**CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

**8.1** As despesas decorrentes da execução da parceria deverão ser realizadas em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, o Edital de Chamamento Público, este Termo de Fomento e a legislação aplicável.

**8.2.** Somente poderão ser custeadas com os recursos da parceria as despesas que:

**I -** estejam diretamente vinculadas à execução do objeto da parceria;

**II -** estejam previstas no Plano de Trabalho ou sejam nele admitidas, observadas as disposições legais;

**III -** sejam realizadas durante o período de vigência da parceria, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas;

**IV -** estejam devidamente comprovadas por documentos fiscais, recibos ou outros documentos idôneos admitidos pela legislação, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamentos, quando exigíveis.

**8.3**. É vedada a utilização dos recursos financeiros da parceria para finalidade diversa daquela estabelecida no objeto deste Termo de Fomento e no Plano de Trabalho.

**8.4.** A realização das despesas deverá observar os princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como a adequada aplicação dos recursos públicos.

**8.5**. A responsabilidade pela seleção, contratação e pagamentos de fornecedores e prestadores de serviço será exclusiva da OSC, não se estabelecendo qualquer vínculo contratual, trabalhista ou de outra natureza entre esses terceiros e a Administração Pública em razão da execução da parceria.

**CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

**9.1** A execução da parceria será acompanhada e monitorada pela Administração Pública durante toda a vigência do Termo de Fomento, com base nas metas, etapas, atividades, indicadores e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, visando verificar o cumprimento do objeto e o alcance dos resultados pactuados.

**9.2.** O Gestor da Parceria será o servidor Lucas Gabriel Sokolovski Germignani a quem competirá exercer as atribuições previstas na Lei nº 13.019/2014.

**9.3.** O acompanhamento e monitoramento da execução da parceria poderão compreender, entre outros procedimentos compatíveis com a natureza e as características do objeto:

**I -** análise de relatórios de execução e demais informações pela OSC;

**II -** realização de visitas técnicas ao local de execução do objeto;

**III -** realização e análise de registros fotográficos e demais evidências da execução;

**IV -** conferência de documentos e informações relacionados à execução do objeto;

**V -** verificação do cumprimento de metas, etapas, atividades, indicadores e resultados previstos do Plano de Trabalho;

**VI -** verificação da movimentação dos recursos financeiros na conta bancária específica da parceria, quando necessário ao acompanhamento da execução;

**VII -** realização de diligências para esclarecimentos de fatos ou obtenção de informações complementares;

**VIII -** adoção de outros procedimentos de acompanhamento e monitoramento que se mostrem adequados à natureza e às características do objeto da parceria.

**IX - elaboração de relatório técnico de monitoramento e avaliação pela Administração Pública, a ser submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, na forma do art. 59 da Lei nº 13.019/2014;**

**9.4**. A OSC deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração Pública e disponibilizar os documentos, informações e demais elementos necessários ao adequado acompanhamento e monitoramento da execução da parceria.

**9.5.** A análise da prestação de contas observará as competências estabelecidas na Lei nº 13.019/2014, competindo ao gestor da parceria emitir o parecer técnico de análise da prestação de contas, sem prejuízo das atribuições dos demais agentes e unidades administrativas competentes.

**9.6**. Quando houver estrutura administrativa própria para essa finalidade, a análise da prestação de contas será realizada pelo servidor ou unidade administrativa formalmente designada, competindo à autoridade administrativa competente a respectiva decisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS PERMANENTES E REMANESCENTES**

**10.1**. Os bens e equipamentos permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria deverão ser utilizados exclusivamente para a execução do objeto pactuado, observadas as finalidades previstas no Plano de Trabalho.

**10.2**. A OSC deverá manter registro e controle dos bens permanentes adquiridos com recursos da parceria, responsabilizando-se por sua guarda, conservação e utilização adequada durante a vigência da parceria e enquanto perdurar a obrigação de vinculação ao objeto.

**10.3**. Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceira serão gravados com cláusula de inalienabilidade e, na hipótese de extinção da Organização da Sociedade Civil – OSC, terão a propriedade transferida à Administração Pública, nos termos do art. 35, § 5º, da Lei nº 13.019/2014.

**10.4**. Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, terão sua destinação definida de acordo com disposto na Lei nº 13.019/2014, no regulamento aplicável e neste Termo de Fomento, considerando-se a natureza do bem e a continuidade das atividades de interesse público relacionadas ao objeto da parceria.

**10.5**. Ao término da parceria, a titularidade dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria será da Organização da Sociedade Civil – OSC, observadas a destinação prevista neste Termo de Fomento a Lei nº 13.019/2014 e a regulamentação aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

**11.1.** O presente Termo de Fomento e o respectivo Plano de Trabalho poderão ser alterados mediante solicitação devidamente fundamentada e justificada, desde que a alteração seja compatível com o objeto da parceria e observada a legislação aplicável.

**11.2.** As alterações deste Termo de Fomento serão formalizadas por Termo Aditivo ou Apostilamento, conforme a natureza da modificação e as disposições legais aplicáveis.

**11.3**. Não será admitida alteração que implique modificação substancial, descaracterização ou desvirtuamento do objeto, da finalidade ou dos resultados originalmente pactuados.

**11.4**. Poderão ser realizados ajustes de metas, etapas, atividades, indicadores, cronogramas de execução e desembolso e, quando legalmente admitido, dos valores da parceria, desde que devidamente justificados, tecnicamente fundamentados, previamente aprovados pela Administração Pública e compatíveis com o objeto e a finalidade da parceria.

**11.5**. Alterações que impliquem aumento do valor global da parceria dependerão de disponibilidade orçamentária e financeira, manifestação técnica quanto à necessidade da alteração e autorização da autoridade competente, observados seus limites e requisitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**12.1**. A OSC deverá prestar contas da execução da parceria, demonstrando o cumprimento do objeto, das metas e das etapas previstas no Plano de Trabalho, bem como o alcance dos resultados pactuados.

**12.2.** A prestação de contas será apresentada por meio do sistema eletrônico oficial da Administração Pública (https://convenios.forgov.com.br/pmclaudia), observadas as disposições da Lei nº 13.019/2014, regulamentação aplicável, do Edital e orientações administrativas.

**12.3.** A prestação de contas final deverá ser apresentada pela OSC no prazo estabelecido pela lei n° 13.019/2014, pela regulamentação aplicável e pelas orientações da Administração Pública até (90) noventa dias a partir do término da vigência da parceria.

**12.4.** A prestação de contas deverá conter, conforme natureza e as características do objeto e na forma exigida pelo Edital e pela Administração Pública, os documentos e informações necessários à comprovação da execução da parceria, incluindo quando cabível:

**I -** relatório de Execução do Objeto;

**II -** demonstração do cumprimento das metas, etapas, atividades previstas no Plano de Trabalho;

**III -** documentos, registros e demais evidências capazes de demonstrar os resultados alcançados;

**IV -** extratos da conta bancária específica da parceria;

**V -** documentos fiscais, comprovantes de pagamento e demais documentos relativos às despesas realizadas, quando necessários à verificação da execução financeira ou solicitados pela Administração Pública;

**VI -** relação dos bens permanentes ou remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, quando houver;

**VII -** demais documentos e informações exigidos pela legislação, aplicável pelo Edital, pelo Plano de Trabalho ou solicitados pela Administração Pública.

**12.5.** A análise da prestação de contas observará prioritariamente o cumprimento do objeto, das metas, das etapas e das atividades previstas no Plano de Trabalho, bem como o alcance dos resultados pactuados, sem prejuízo da análise financeira e documental, quando cabível.

**12.6.** Verificada irregularidade, inconsistência ou omissão na prestação de contas, a OSC será notificada para apresentar esclarecimentos, documentos ou justificativas, ou para promover o respectivo saneamento, no prazo estabelecido pela Administração Pública, assegurando o contraditório e a ampla defesa quando exigidos pela legislação.

**12.7.** A prestação de contas será apreciada pela autoridade competente e poderá ser considerada:

**I -** regular, quando expressar de forma clara, objetiva, o cumprimento do objeto e o alcance das metas e dos resultados pactuados;

**II -** regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou outra falta de natureza formal, que não resulte em dano ao erário e não comprometa o cumprimento do objeto da parceria;

**III -** irregular, quando constatadas situações que caracterizem descumprimento relevante do objeto, das metas ou dos resultados, dano ao erário, ausência injustificada de prestação de contas ou outras hipóteses previstas na legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS**

**13.1**. A OSC deverá restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes dos recursos recebidos, inclusive rendimentos de aplicações financeiras, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

**13.2**. Também estarão sujeitos à restituição ou ressarcimento ao erário, conforme o caso e observados os valores:

**I -** utilizados em finalidade diversa daquela estabelecida no objeto da parceria e no Plano de Trabalho;

**II -** referentes às despesas não comprovadas ou cuja realização seja considerada irregular, quando não houver o respectivo saneamento ou quando configurado dano ao erário;

**III -** relacionados a metas, etapas ou atividades não executadas, quando a situação ensejar restituição ou ressarcimento na forma da legislação;

**IV -** decorrentes de outras situações que, devidamente apuradas, ensejem restituição de recurso ou ressarcimento ao erário.

**13.3.** Os valores a serem restituídos ou ressarcidos serão utilizados na forma estabelecida pela legislação, sem prejuízo das demais consequências administrativas, civis e legais cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PARALISAÇÃO E DA ASSUNÇÃO DO OBJETO**

**14.1**. Na hipótese de paralisação, interrupção ou risco de descontinuidade da execução da parceria, a Administração Pública poderá adotar as medidas necessárias à preservação do interesse público e à continuidade do objeto pactuado, inclusive assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, quando cabível, mediante ato devidamente fundamentado, observando a legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

**15.1**. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, com este Termo de Fomento ou com as disposições da legislação aplicável, poderão ser aplicadas à Organização da Sociedade Civil - OSC, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as sanções previstas no art. 73 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outras medidas administrativas, civis ou penais cabíveis:

**I -** advertência;

**II -** suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a Administração Pública, pelo prazo legal;

**III -** declaração de inidoneidade para participar de chamamento

público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas do governo.

**15.2.** A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula será realizada pela autoridade competente, mediante processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

**15.3.** A aplicação das sanções não afasta eventual obrigação de restituição de recursos, ressarcimento ao erário, reparação de danos ou outras responsabilidades previstas em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E EXTINÇÃO**

**16.1.** O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado pelos partícipes a qualquer tempo, mediante comunicação formal à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**16.2**. O presente Termo poderá ser rescindido ou extinto pela Administração Pública ou pela OSC, conforme o caso, mediante procedimento administrativo próprio, quando necessário, nas seguintes hipóteses:

**I -** descumprimento injustificado das cláusulas pactuadas ou do Plano de Trabalho;

**II -** utilização dos recursos financeiros em desacordo com o objeto ou com as finalidades estabelecidas no Plano de Trabalho;

**III -** descumprimento injustificado das metas, etapas, atividades ou resultados pactuados quando comprometida a execução do objeto da parceria;

**IV -** constatação de falsidade, fraude ou irregularidade relevante na documentação ou execução do objeto da parceria;

**V -** ocorrência de fatos supervenientes que inviabilizem ou impeçam a continuidade da execução do objeto da parceria;

**VI -** paralisação injustificada ou abandono da execução do objeto;

**VII -** demais hipóteses previstas na legislação.

**16.3**. A rescisão não prejudicará a apuração das responsabilidades nem a obrigação de prestar contas e restituir recursos eventualmente devidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO LIVRE ACESSO E DO CONTROLE**

**17.1.** A OSC assegurará o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas competente aos processos, documentos, registros e informações relacionados à execução da parceria, bem como aos locais de execução do objeto, quando necessário ao exercício das atividades de acompanhamento, monitoramento, fiscalização e controle.

**17.2**. O acesso compreenderá também, quando necessário, os registros contábeis, fiscais, bancários, administrativos e demais documentos e informações relacionados à execução da parceria, necessários ao exercício das funções de monitoramento e controle.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE E DA EFICÁCIA**

**18.1.** A Administração Pública providenciará a publicação do extrato deste Termo de Fomento no meio oficial de publicidade, na forma e no prazo estabelecidos na legislação.

**18.2.** O presente Termo somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública, nos termos do art. 38 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo da observância dos demais requisitos legais necessários à sua celebração e execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA E DO FORO**

**19.1.** Eventuais controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste Termo de Fomento deverão ser submetidas, previamente à tentativa de solução administrativa, quando necessário com a participação do órgão de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública Municipal.

**19.2**. Não sendo possível a solução administrativa da controvérsia, fica eleito o Foro da Comarca de Cláudia/MT, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste instrumento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** A celebração deste Termo não gera vínculo trabalhista entre a Administração Pública e empregados, dirigentes, prestadores de serviços ou terceiros contratados pela OSC.

**20.2.** A OSC responderá integralmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de dolo ou culpa na execução da parceria, observada a legislação aplicável.

**20.3**. A eventual tolerância de qualquer dos partícipes quanto ao descumprimento de obrigação não implicará renúncia de direito ou alteração das condições pactuadas.

**20.4**. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 13.019/2014, o Edital de Chamamento Público, o Plano de Trabalho aprovado, a regulamentação aplicável e os princípios que regem a Administração Pública.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Fomento para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Cláudia/MT, 22 de outubro de 2026.

_____

**MARCOS FERNANDO FELDHAUS**

Prefeito Municipal

_____

**ROSILAINE MARIA VIEIRA PINTO**

Lions Club de Cláudia-MT

**Testemunhas:**

**Lucas Gabriel S. Germignani**

CPF: 410.***.***-10

**Aline Erig da Silva**

CPF: 012.***.***-09

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 042/2026**

A LICITAÇÃO IRA OCORRER ATRAVÉS DO SITE: www.bllcompras.com

A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que está realizada a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 042/2026 para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CESSÃO TEMPORÁRIA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE EM AMBIENTE WEB, DESTINADO À PESQUISA, ANÁLISE E FORMAÇÃO DE CESTAS DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, MEDI-

ANTE LICENÇA INSTITUCIONAL SEM LIMITAÇÃO DE USUÁRIOS CADASTRADOS OU ACESSOS SIMULTÂNEOS, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, SEGURANÇA, BACKUP, RECUPERAÇÃO E EXPORTAÇÃO DOS DADOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT. Os interessados deverão apresentar propostas e documentações exigidas até o dia 17 de novembro de 2026, às 08:00 horas (horário de Brasília), sendo que a sessão se iniciará dia 17 de novembro de 2026, às 08:05 horas (horário de Brasília). O Aviso de Contratação Direta, estará disponível no site www.claudia.mt.gov.br e no portal de licitações da Bolsa de Licitações e Leilão e Portal Nacional de Contratações Públicas. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia-MT, 10 de novembro de 2026.

**SHIRLEY YOTZCHETZ**

**Agente de Contratação**

**MARCOS FERNANDO FELDHAUS**

**Prefeito Municipal**

---

**LICITAÇÃO**

**TERMO DE RETIFICAÇÃO EDITAL – DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 042/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2026**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, através da Agente

de Contratação, vem, por meio deste, RETIFICAR os termos do Edital da Dispensa Eletrônica nº 042/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CESSÃO TEMPORÁRIA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE EM AMBIENTE WEB, DESTINADO À PESQUISA, ANÁLISE E FORMAÇÃO DE CESTAS DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, MEDIANTE LICENÇA INSTITUCIONAL SEM LIMITAÇÃO DE USUÁRIOS CADASTRADOS OU ACESSOS SIMULTÂNEOS, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, SEGURANÇA, BACKUP, RECUPERAÇÃO E EXPORTAÇÃO DOS DADOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT, nos termos abaixo:

1. Ficam alteradas as redações contidas nos TÓPICO 2 INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:, do Edital de Dispensa Eletrônica n° 042/2026, conforme mencionado a seguir:

ONDE SE LÊ:

2 -INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

2.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

LEIA-SE

2 -INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

2.8. Durante o prazo estabelecido para o recebimento das propostas, os fornecedores poderão, por meio da plataforma eletrônica BLL, retirar, substituir ou modificar as propostas anteriormente cadastradas, desde que o procedimento permaneça na fase de “Recepção de proposta”, observadas as funcionalidades e os procedimentos operacionais disponibilizados pelo sistema;

2.8.1. Encerrado o prazo de recebimento das propostas e realizada a transição do procedimento para a fase de “Aguardando disputa”, ficará vedada a retirada, substituição ou modificação das propostas pelos fornecedores, ressalvadas as hipóteses expressamente admitidas pela legislação aplicável e pelas regras do procedimento;

2. Considerando que a retificação altera as condições de participação no certame, fica prorrogada a data de abertura da dispensa eletronica para o dia 17 de novembro de 2026, às 08h00min (horário de Brasília), A LICITAÇÃO IRA OCORRER ATRAVÉS DO SITE: www.bllcompras.com

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Cláudia – MT, 10 de novembro de 2026.

**SHIRLEY YOTZCHETZ**

**Agente de Contratação**

---

## CONTRATOS
## DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO DA SAÚDE - 01/2026

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA**
**Secretaria de Administração – Gestão de Contratos**
CNPJ: 01.310.499/0001-04 – email: gestaocontratos@claudia.mt.gov.br
Av. Gaspar, s/nº - centro cívico - CEP: 78.540-000 – Fone/WhatsApp: (66) 3546-3100 – Cláudia/MT

**DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA - MT E O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM**

**O MUNICÍPIO DE CLAUDIA/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, com sede em Cláudia, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARCOS FERNANDO FELDHAUS,** brasileiro, agricultor, agente político, portador da Carteira de Identidade RG nº 12420000 SSP/MT, e CPF nº 032.253.511-56, residente e domiciliado em Cláudia/MT, denominado de **CONSORCIADO,** e, do outro lado, o **CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n. 23.019.551/0001-00, com sede na Avenida Blumenau, nº 500, Bairro Amazônia, Cidade de Sorriso-MT, neste ato representado pelo seu Presidente, **MIGUEL VAZ RIBEIRO,** brasileiro, casado, cumprindo atualmente o mandato de Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde-MT, e Presidente do Conselho Diretor, portador da Cédula de Identidade nº 1*1***9, SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 546.***.3**-87, residente e domiciliado à Rua Santo Ângelo, Nº 189 - E, Bairro Pioneiro, na cidade de Lucas do Rio Verde/MT, denominado de **CONSORCIANTE, RESOLVEM aditar** o Contrato de Rateio nº 001/2026, mediante os termos das cláusulas que se seguem:

**1.1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO**

**a)** Fica alterado o Parágrafo Décimo Primeiro da Cláusula Segunda do Contrato de Rateio – "Do Valor" – para o fim de aditar a importância de R$ 3.006,72 (três mil e seis reais e setenta e dois centavos), valor destinado a aquisição de medicamentos, materiais médicos e odontológicos, oriundo de recursos federal, assim disposto:

| Função | Subfunção | Próprios (1.500.1002) | Transferências Estado - (1.621.3210000) | Transferências União - (1.600.3110000) |
|---|---|---|---|---|
| 10 - Saúde | 301 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial | - | - | **+ 3.006,72** |

**1.2.** Os valores deste remanejamento serão creditados conforme Ato Normativo de Transferência, na seguinte conta: Conta Corrente nº 49.562-X, Agência 1917-8, Banco do Brasil, em nome do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires.

**1.3.** O remanejamento correrá por conta da seguinte dotação orçamentária, com a respectiva anulação e suplementação:

(588) 06.002.10.301.0018.2072.3371000000.16000000600 – (+ R$ 3.006,72);

**1.4**. O valor global do contrato, após este aditamento, passará de R$ 4.639.920,84 (**quatro milhões, seiscentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos**), para o montante de R$ 4.642.927,56 (**quatro milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos**).

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
Secretaria de Administração – Gestão de Contratos
CNPJ: 01.310.499/0001-04 – email: gestaocontratos@claudia.mt.gov.br
Av. Gaspar, s/nº - centro cívico - CEP: 78.540-000 – Fone/WhatsApp: (66) 3546-3100 – Cláudia/MT

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**
**2.1.** Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas contratuais constantes do Contrato de Rateio Originário nº 001/2026.

E, por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Cláudia – MT, 10 de novembro de 2026.

**PREFEITURA MUN. DE CLÁUDIA/MT**
**MARCOS FERNANDO FELDHAUS**
**Prefeito Municipal**

**CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES**
**MIGUEL VAZ RIBEIRO**
**Presidente**

**TESTEMUNHAS:**

Nome: Rodrigo Coelho Menegassi
***.425.561-**

Nome: Ana Paula da Silva
703. ***.***-64

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0000038/2026 PROCESSO ADM: Nº 0000119/2026**

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COMPREENDENDO 01 (UM) DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO – DEA, 01 (UMA) MESA GINECOLÓGICA E 02 (DUAS) MESAS AUXILIARES, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Empresas vencedoras valor total: R$ 8.659,99 (oito mil e seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos): MEDI-

CAL IMPORT LTDA (67680402000155) com o lote: 1 no valor total de R$ 4.749,99 (quatro mil e setecentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos). SINOMEDICA COM. PROD. MEDICO HOSPITALARES LTDA (10317320000123) com o lote: 3 no valor total de R$ 2.270,00 (dois mil e duzentos e setenta reais). SYS MEDICAL LTDA (21614942000130) com o lote: 2 no valor total de R$ 1.640,00 (um mil e seiscentos e quarenta reais).

CLÁUDIA - MT, 10 de novembro de 2026

**SHIRLEY YOTZCHETZ**

**CONDUTOR DE PROCESSOS**

---

**LICITAÇÃO**
**PORTARIA N° 189/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**PORTARIA N° 189/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**DATA: Claudia/MT 03 de novembro de 2026**

**SÚMULA:** Nomeia a servidor(a) DIEGO MARCELO SILVA ALMEIDA, excepcionalmente, como Fiscal de Contrato/Ata.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 117 da lei 14.133/2021 c/c com o art. 21 inc. III e art. 26 do Decreto Municipal n° 951 de 01/01/2024 expedido pelo Prefeito Municipal de Cláudia/MT.

**RESOLVE:**

Art.1°. Nomear o servidor(a) DIEGO MARCELO SILVA ALMEIDA, inscrito CPF n° ***.638.881-**com matrícula funcional municipal n° 3605, para o cargo/função excepcionalmente para atividade de “FISCAL DE CONTRATO/ATA – ADMINISTRATIVO”.

Art.2° DO CONTRATO/ATA

| Número Ata/Contrato | CONTRATADO/ATA | OBJETO/SERVIÇO | MODALIDADE DE LICITAÇÃO |
|---|---|---|---|
| **ATA 11/2025** | GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS LTDA | REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CLÁUDIA – MT | **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 50/2024** |

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4°. Esta portaria é excepcionalmente válida até dia 03/12/2026 (três de dezembro de dois mil e vinte e seis) pelo motivo de “FISCAL DE CONTRATO/ATA – ADMINISTRATIVO e SUPLENTE servidores/colaboradores estarem em período de gozo de férias regulamentares neste período.

Art. 5°. A partir da data do dia 03/12/2026 (três de dezembro de dois mil e vinte e seis), voltará a vigorar a **PORTARIA N° 073/2026/GEST.CONTR./SEMAD, da data de 14 de maio de 2026 (quatorze de maio de dois mil e vinte e seis)**, que nomeia o servidor(a) EVERSON CESER KONZEN, como Fiscal de Contrato/Ata, e como suplente, servidor(a) LEONARDO LONGHI FACHINELLO e dá outras providências.

**Tania Borges Araújo**

Gestora de Contratos

---

**LICITAÇÃO**
**PORTARIA N° 190/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**PORTARIA N° 190/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**DATA: Claudia/MT 04 de novembro de 2026**

**SÚMULA:** Nomeia a servidor(a) CLAUDINEI MABA, como Fiscal de Contrato/Ata, e como suplente, servidor(a) GABRIEL DALPASQUALE e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 117 da lei 14.133/2021 c/c com o art. 21 inc. III e art. 26 do Decreto Municipal n° 951 de 01/01/2024 expedido pelo Prefeito Municipal de Cláudia/MT.

**RESOLVE:**

Art.1° Nomear o servidor(a) CLAUDINEI MABA inscrito CPF n° **980.079**com matrícula funcional municipal n° 3515, para o cargo/função e atividade de “FISCAL DE CONTRATO/ATA– ADMINISTRATIVO”.

Art.2° Nomear a servidor(a) GABRIEL DALPASQUALE inscrito CPF n° ** 352.491 ** com matrícula funcional municipal n° 3431, para o cargo/função e atividade de “SUPLENTE” de “fiscal de CONTRATO/ATA – ADMINISTRATIVO”.

Art.3° DO CONTRATO/ATA

| Número Ata/Contrato | CONTRATADO/ATA | OBJETO/SERVIÇO | MODALIDADE DE LICITAÇÃO |
|---|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| CONTRATO 108/2026 | VIVA TECNOLOGIA LTDA | AQUISIÇÃO DE 01 (UM) GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO (DVR) MHDX 1116, DESTINADO À SUBSTITUIÇÃO DO EQUIPAMENTO INOPERANTE E AO RESTABELECIMENTO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DA CRECHE MUNICIPAL TIA IVONI, UNIDADE PERTENCENTE À REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CLÁUDIA – MT | de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 036/2026 |

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 5° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias

Tania Borges Araújo

Gestora de Contratos

Prefeitura de Claudia/MT

---

**LICITAÇÃO**
**PORTARIA N° 191/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**PORTARIA N° 191/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**DATA: Claudia/MT 04 de novembro de 2026**

**SÚMULA:** Nomeia o servidor(a) DANTIELI FERNANDA DA SILVA, como Fiscal de Contrato/Ata, e como suplente, servidor(a) DIEGO MARCELO SILVA ALMEIDA e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 117 da lei 14.133/2021 c/c com o art. 21 inc. III e art. 26 do Decreto Municipal n° 951 de 01/01/2024 expedido pelo Prefeito Municipal de Cláudia/MT.

**RESOLVE:**

Art.1° Nomear o servidor(a) DANTIELI FERNANDA DA SILVA inscrito CPF n° ** 892.211**com matrícula funcional municipal n° 3312, para o cargo/função e atividade de “FISCAL DE CONTRATO/ATA– ADMINISTRATIVO”.

Art.2° Nomear o servidor(a) DIEGO MARCELO SILVA ALMEIDA inscrito CPF n° ** 638.881 **, com matrícula funcional municipal n° 3605, para o cargo/função e atividade de “SUPLENTE” de “fiscal de CONTRATO/ATA – ADMINISTRATIVO”.

Art.3° DO CONTRATO/ATA

| Número Ata/Contrato | CONTRATADO/ATA | OBJETO/SERVIÇO | MODALIDADE DE LICITAÇÃO |
|---|---|---|---|
| CONTRATO 109/2026 | ACADEMIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO WEB HUMANO E SOCIAL LTDA | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE INSCRIÇÕES NO CURSO PRESENCIAL “GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM FOCO NOS IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA”, COM CARGA HORÁRIA DE 16 HORAS, NOS DIAS 9 E 10 DE NOVEMBRO DE 2026, EM CUIABÁ/MT, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CLÁUDIA/MT | INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2026 |

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 5° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Tania Borges Araújo

Gestora de Contratos

Prefeitura de Claudia/MT

---

**LICITAÇÃO**
**PORTARIA N° 192/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**PORTARIA N° 192/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**DATA: Claudia/MT, 04 de novembro de 2026**

**SÚMULA:** Nomeia a servidor(a) EDSON DOMINGOS CATARINO, como Fiscal de Contrato/Ata/Credenciamento, e como suplente, servidor(a) SELMA MARTINS DA SILVA e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 117 da lei 14.133/2021 c/c com o art. 21 inc. III e art. 26 do Decreto Municipal n° 951 de 01/01/2024 expedido pelo Prefeito Municipal de Cláudia/MT.

**RESOLVE:**

Art.1° Nomear o servidor(a) EDSON DOMINGOS CATARINO inscrito CPF n° ** 227.121**com matrícula funcional municipal n° 3329, para o cargo/função e atividade de “FISCAL DE CONTRATO/ATA/CREDENCIAMENTO – ADMINISTRATIVO”.

Art.2° Nomear o servidor(a) SELMA MARTINS DA SILVA inscrito CPF n° ** 042.668** com matrícula funcional municipal n° 3331, para o cargo/função e atividade de “SUPLENTE” de “fiscal de CONTRATO/ATA/ CREDENCIAMENTO – ADMINISTRATIVO”.

Art.3° DO CONTRATO/ATA/ CREDENCIAMENTO.

| Número Ata/Contrato | CONTRATADO/ ATA | OBJETO/SERVIÇO | MODALIDADE DE LICITAÇÃO |
|---|---|---|---|
| ATA 80/2026 | OXIGENIO DOIS IRMAOS LTDA | REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL, MEDIANTE RECARGA DE CILINDROS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BEM COMO PARA O FORNECIMENTO DE KITS PARA OXIGENOTERAPIA E VÁLVULAS REGULADORAS COM FLUXÔMETRO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, AMBULÂNCIAS E DEMAIS SERVIÇOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA – MT | Pregão Eletrônico nº 044/2026 |
| ATA 81/2026 | BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA | REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL, MEDIANTE RECARGA DE CILINDROS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BEM COMO PARA O FORNECIMENTO DE KITS PARA OXIGENOTERAPIA E VÁLVULAS REGULADORAS COM FLUXÔMETRO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, AMBULÂNCIAS E DEMAIS SERVIÇOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLÁUDIA – MT | Pregão Eletrônico nº 044/2026 |

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 5° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Tania Borges Araújo

Gestora de Contratos

Prefeitura de Claudia/MT

---

**LICITAÇÃO**
**PORTARIA N° 193/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**PORTARIA N° 193/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**DATA: Claudia/MT 04 de novembro de 2026**

**SÚMULA:** Nomeia a servidor(a) SHEILA YOTZCHETZ, como Fiscal de Contrato/Ata, e como suplente, servidor(a) TIAGO ALEXANDRE DA SILVA e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 117 da lei 14.133/2021 c/c com o art. 21 inc. III e art. 26 do Decreto Municipal n° 951 de 01/01/2024 expedido pelo Prefeito Municipal de Cláudia/MT.

**RESOLVE:**

Art.1° Nomear o servidor(a) SHEILA YOTZCHETZ, inscrita CPF n° **.243.079-**, com matrícula funcional municipal n° 431, para o cargo/função e atividade de “FISCAL DE CONTRATO/ATA– ADMINISTRATIVO”.

Art.2° Nomear a servidor(a) TIAGO ALEXANDRE DA SILVA, inscrito CPF n° ***.380.121-**, com matrícula funcional municipal n° 2448, para o cargo/função e atividade de “SUPLENTE” de “fiscal de CONTRATO/ATA – ADMINISTRATIVO”.

Art.3° DO CONTRATO/ATA

| Número Ata/Contrato | CONTRATADO/ ATA | OBJETO/SERVIÇO | MODALIDADE DE LICITAÇÃO |
|---|---|---|---|
| CONTRATO 110/2026 | ASCIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÕES PERIÓDICAS PROGRAMADAS, COMPREENDENDO MÃO DE OBRA, PEÇAS, LUBRIFICANTES, FILTROS E DEMAIS INSUMOS PREVISTOS NOS RESPECTIVOS ORÇAMENTOS, PARA O VEÍCULO FIAT STRADA FREEDOM CD 1.3 8V FLEX, ANO/MODELO 2026, PLACA SQH-4C56, CHASSI 9BD281BKPT9955476 | DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 041/2026. |

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 5° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Tania Borges Araújo

Gestora de Contratos

Prefeitura de Claudia/MT

---

**LICITAÇÃO**
**PORTARIA N° 194/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**PORTARIA N° 194/2026/GEST.CONTR./SEMAD**

**DATA: Claudia/MT 04 de novembro de 2026**

**SÚMULA:** Nomeia a servidor(a) LEONARDO LONGHI FACHINELLO, como Fiscal de Contrato/Ata, e como suplente, servidor(a) RAPHAEL LARA FLORIANO e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, no uso de suas atribuições legais e em

conformidade com o art. 117 da lei 14.133/2021 c/c com o art. 21 inc. III e art. 26 do Decreto Municipal n° 951 de 01/01/2024 expedido pelo Prefeito Municipal de Cláudia/MT.

**RESOLVE:**

Art.1° Nomear o servidor(a) LEONARDO LONGHI FACHINELLO inscrito CPF n° ** 303.261** com matrícula funcional municipal n° 2389, para o cargo/função e atividade de "FISCAL DE CONTRATO/ATA– ADMINISTRATIVO

Art.2° Nomear a servidor(a) RAPHAEL LARA FLORIANO inscrito CPF n° ** 909.641** com matrícula funcional municipal n° 3563, para o cargo/função e atividade de "SUPLENTE" de "fiscal de CONTRATO/ATA – ADMINISTRATIVO".

Art.3° DO CONTRATO/ATA

| Número Ata/Contrato | CONTRATADO/ATA | OBJETO/SERVIÇO | MODALIDADE DE LICITAÇÃO |
|---|---|---|---|
| CONTRATO 111/2026 | J. PAULO NEPONUCENO DE OLIVEIRA LTDA-NOME FANTASIA- B.L.O. COMERCIO E SERVIÇOS | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS COM DUAS LIXEIRAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CLÁUDIA – MT | DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 037/2026 |

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 5° Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias

Tania Borges Araújo

Gestora de Contratos

Prefeitura de Claudia/MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

### PORTARIA PREVI N.º 010/2026

### PORTARIA N.º 010/2026

*"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 009/2026 que concedeu Benefício de Aposentadoria por Idade ao servidor Sr.* ***Vilmar Machado Cardoso****"*

**O Prefeito e o Secretário de Administração do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o §9º do artigo 4º da Emenda Constitucional n. 103/2019, o disposto no Art. 40º § 1º, III, CF/88 com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 12, III, "b" da Lei Municipal nº 504/2005, c/c Lei Municipal nº 006/2014 que versa sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Município de e Decreto Municipal n.º 2.822, de 15 de janeiro de 2026, que dispõe sobre a revisão geral anual;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Retificar a Portaria n° 009/2026, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade ao Sr. **VILMAR MACHADO CARDOSO**, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme o processo administrativo do PREVI-COCALINHO, n.º **2026.02.00006P**:

**Onde se lê**: "(...) bem como o teor do Processo Administrativo do **PREVI-COCALINHO nº 2026.02.00002P** (...)"

**Leia-se**: "(...) bem como o teor do Processo Administrativo do **PREVI-COCALINHO nº 2026.02.00006P** (...)"

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Cocalinho/MT, 09 de novembro de 2026.

**ROGÉRIO MOREIRA**

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

**MÁRCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**

Prefeito Municipal

### DECRETO MUNICIPAL Nº 2.946, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 2.946, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026.

"Determina o cômputo do período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021 para fins de progressão funcional e promoção de classe dos servidores públicos municipais, convoca o Conselho Permanente de Política Salarial e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fulcro nos arts. 57 a 61 da Lei Complementar Municipal nº 006, de 18 de novembro de 2014, e na Lei Complementar Municipal nº 003, de 23 de dezembro de 2011,

Considerando a sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 1002584-45.2021.8.11.0021, da 2ª Vara Cível da Comarca de Água Boa, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e transitada em julgado em 20 de julho de 2026, que determinou o cômputo do período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021 para todos os fins de desenvolvimento na carreira dos servidores públicos municipais;

Considerando o disposto no art. 60, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 006/2014, segundo o qual o Conselho Permanente de Política Salarial se reunirá, ordinariamente, nos meses de dezembro e junho;

Considerando a necessidade de análise dos requerimentos de promoção de classe pendentes e das progressões funcionais,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica determinado que o período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021 seja computado, para todos os fins de desenvolvimento na carreira, em especial para a contagem dos interstícios da progressão funcional (elevação de nível) e da promoção de classe, em favor de todos os servidores públicos municipais efetivos abrangidos pelas Leis Complementares Municipais nº 006/2014 e nº 003/2011, devendo o Departamento de Pessoal providenciar a regularização da contagem em relação aos eventuais servidores cujo período não tenha sido computado.

**Art. 2º** O Departamento de Pessoal providenciará, até o dia 4 de dezembro de 2026, o registro do cômputo de que trata o art. 1º nos assentamentos funcionais dos servidores, inclusive a regulari-

zação dos eventuais casos em que o período não tenha sido computado, e elaborará relatório, por servidor, com a data de implemento dos interstícios, que será encaminhado ao Conselho Permanente de Política Salarial.

**Art. 3º** Fica convocado o Conselho Permanente de Política Salarial, instituído pelo art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 006/2014, com a composição estabelecida pelo Decreto Municipal nº 2.476, de 11 de junho de 2024, para reunião ordinária a realizar-se no dia 7 de dezembro de 2026, às 9 horas, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Araguaia, nº 676, Centro, Cocalinho – MT.

**Art. 4º** Na reunião de que trata o art. 3º, o Conselho analisará:

I – os requerimentos de promoção de classe pendentes desde maio de 2020 e os protocolados até o dia 3 de dezembro de 2026;

II – as progressões funcionais (elevação de nível);

observados, em ambos os casos, os requisitos previstos nas Leis Complementares Municipais nº 006/2014 e nº 003/2011.

Parágrafo único. Os requerimentos protocolados após a data prevista no inciso I serão apreciados nas reuniões ordinárias seguintes.

**Art. 5º** Concluída a análise individualizada de cada servidor, serão expedidos os atos de promoção e progressão a que fizerem jus os que implementaram os requisitos legais, com a devida anotação nos registros funcionais, nos termos da decisão judicial referida neste Decreto.

**Art. 6º** A Secretaria de Administração dará ampla publicidade a este Decreto e à data da reunião, para conhecimento de todos os servidores.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E SEIS.**

**Márcio Conceição Nunes de Aguiar**

**Prefeito Municipal**

## CONTRATO Nº 056/2026

**CHAMADA PÚBLICA 001/2026**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2026**

**CONTRATO Nº 056/2026 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL E DE SUAS ORGANIZAÇÕES, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COCALINHO – MT.**

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICIPIO DE COCALINHO - MT**, com sede na Av. Araguaia, nº 676, Bairro Centro, na cidade de Cocalinho-MT, CEP: 78.680-000, FONE: 0800 264-8712, neste ato representado pelo Sr. **MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob o nº ***.711.***-18, portador da Carteira de Identidade nº ***42*** SSP/MT, representando neste ato a Prefeitura Municipal de Cocalinho – MT, inscrita no CNPJ Nº 00.965.145/0001-27, situada no endereço acima citado, e, de outro lado, a **COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES TERRA DE OURO**, inscrita no CNPJ sob n° 63.790.827/0001-66, estabelecida na Rodovia MT 414 – Fazenda Canada, S/N, KM 12 após Nova Canaã L, Zona Rural, Xavantina-MT, representada neste ato pelo sua Representante Legal, a Sra. **Jéssica Gomide Carvalho Leão**, inscrita no CPF nº***.273.***-22, chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Chamada Pública nº 001/2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 069/2026, fundamentado no art. 14 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, na Resolução CD/FNDE nº 04, de 26 de fevereiro de 2026, e demais normas aplicáveis ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, observadas, quanto à formalização e execução contratual, as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE COCALINHO – MT, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.** Conforme especificado na tabela constante do **item 1.6. do Edital de Chamada Pública.**

**CONFORME TABELA DO ITEM 1.6. DO EDITAL.**

| ITEM | CÓD | DESCRIÇÃO | UNID | QUANT | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 002.013.014 | ABOBORA CABOTIA Tamanho médio, firme, tenra, de coloração amarelo e alaranjado, com casca verde, grau de amadurecimento aproximado para consumo. | KG | 1450 | 7,50 | 10.875,00 |
| 02 | 002.013.016 | ALFACE AMERICANA pé de tamanho médio folhas de coloração verde sem partes estragadas e amareladas. | . KG | 320 | 36,75 | 11.760,00 |
| 03 | 002.013.017 | ALFACE CRESPA pé de tamanho médio folhas de coloração verde sem partes estragadas e amareladas. | KG | 320 | 36,75 | 11.760,00 |
| 04 | 002.013.023 | BANANA MACA Tamanho médio ou grande, coloração amarelada, livre de partes estragadas e apodrecidas. Consistência firme e amadurecimento próprio para consumo. | KG | 600 | 16,75 | 10.050,00 |
| 05 | 002.013.024 | BANANA NANICA Tamanho médio ou grande, coloração amarelada, livre de partes estragadas e apodrecidas. Consistência firme e amadurecimento próprio para consumo. | KG | 1300 | 12,00 | 15.600,00 |
| 06 | 002.013.025 | BANANA TERRA Tamanho médio ou grande, coloração amarelada, livre de partes estragadas e apodrecidas. Consistência firme e amadurecimento próprio para consumo. | KG | 800 | 12,50 | 10.000,00 |
| 07 | 002.013.027 | BATATA DOCE Tamanho médio, livre de partes estragadas e apodrecidas. Consistência firme e amadurecimento próprio para consumo. | KG | 800 | 7,00 | 5.600,00 |
| 08 | 002.013.028 | BETERRABA Tamanho médio, firme, tenra, de coloração vermelho vivo, com pele lisa. Grau de amadurecimento próximo consumo. | KG | 1000 | 6,70 | 6.700,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 09 | 002.013.033 | CHEIRO VERDE F Cebolinha verde de primeira qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, livres de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionada em saco plástico atóxico, transparente e resistente. | KG | 227 | 36,75 | 8.342,25 |
| 10 | 002.013.032 | CENOURA tamanho médio a grande, consistente firme, coloração alaranjado, sem partes apodrecidas, estragadas ou amolecidas. | KG | 1000 | 7,00 | 7.000,00 |
| 11 | 002.013.296 | COENTRO de primeira qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, livres de sujidades, parasitas e larvas. acondicionados em saco plástico atóxico, transparente e resistente. | KG | 30 | 36,75 | 1.102,50 |
| 12 | 002.013.034 | CHUCHU Tamanho médio a grande, consistência firme, coloração verde, sem partes apodrecidas, estragadas ou amolecidas. | KG | 500 | 8,00 | 4.000,00 |
| 13 | 002.013.106 | FARINHA DE MANDIOCA Farinha de mandioca sadia do tipo branca ou amarela, torrada, grupo seco, subgrupo fina, classe branca, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas, umidade e fragmentos estranhos. As características de qualidade e identidade do produto deverão estar de acordo Instrução Normativa 52/2011 do MAPA ou legislação substitua. Devendo atender aos requisitos gerais e específicos constantes na Resolução RDC nº 263 de 22/09/05 ANVISA. Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do fabricante, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Embalagem de polietileno atóxico, resistente podendo ser transparente de 500g a 2kg. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. | KG | 400 | 26,00 | 10.400,00 |
| 14 | 002.013.035 | COUVE FOLHAS Couve manteiga de primeira qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, livres de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionada em saco plástico atóxico, transparente e resistente. | KG | 200 | 36,75 | 7.350,00 |
| 15 | 002.013.039 | LARANJA de primeira qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, livres de sujidades, parasitas e larvas. | KG | 1400 | 8,00 | 11.200,00 |
| 16 | 002.013.464 | LIMÃO TAHITI Limão Tahiti de primeira qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, livres de sujidades, parasitas e larvas. | KG | 60 | 10,00 | 600,00 |
| 17 | 002.013.042 | MAMAO FORMOSO Tamanho médio, suculenta, adocicado, livre de partes amassadas e estragadas. Grau de amadurecimento próprio para consumo. Coloração alaranjada. | KG | 250 | 9,00 | 2.250,00 |
| 18 | 002.013.043 | MANDIOCA DESCASCADA Mandioca descascada e congelada de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, livres de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante. Acondicionada em saco plástico atóxico, transparente e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do fabricante, informações nutricionais, data de fabricação, data de validade e quantidade. | KG | 500 | 11,00 | 5.500,00 |
| 19 | 002.013.045 | MELANCIA de primeira qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, livres de sujidades, parasitas e larvas. | KG | 3000 | 6,00 | 18.000,00 |
| 20 | 002.013.046 | MELAO Melão fresco com maturação adequada ao consumo, com aspecto, cor, cheiro e sabor característico, com polpa firme e intacta, isento de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. | KG | 1000 | 16,00 | 16.000,00 |
| 21 | 002.013.050 | PEPINO - Pepino de primeira qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, livres de sujidades, parasitas e larvas | KG | 468 | 8,50 | 3.978,00 |
| 22 | 002.013.053 | PIMENTA VERDE DE CHEIRO -in natura, frescas colorações verdes e brilhante, sem partes podres | KG | 60 | 42,50 | 2.550,00 |
| 23 | 002.013.144 | SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS - POLPAS concentradas e congeladas de primeira qualidade, embalagem de 1 Kg, concentração e coloração uniforme, livres de sujidades, parasitas, larvas. Acondicionada em saco plástico atóxico, transparente e resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do fabricante, informações nutricionais, data de fabricação, data de validade e quantidade. | KG | 1500 | 40,00 | 60.000,00 |
| 24 | 002.013.038 | JILO | KG | 100 | 15,00 | 1.500,00 |
| 25 | 002.013.040 | LIMAO CHINA | KG | 250 | 9,00 | 2.250,00 |
| 26 | 002.013.054 | QUIABO LISO | KG | 60 | 10,00 | 600,00 |
| 27 | 002.013.055 | REPOLHO branco- tamanho médio, fresco folhas integras e presas, sem partes apodrecidas. | KG | 700 | 8,00 | 5.600,00 |
| 28 | 002.013.056 | REPOLHO ROXO- tamanho médio, coloração roxo e branco, fresco folhas integras e presas, sem partes apodrecidas. | KG | 500 | 8,00 | 4.000,00 |
| 29 | 002.000.160 | PEPINO JAPONÊS | KG | 100 | 7,45 | 745,00 |
| 30 | 002.013.020 | ABACAXI – tamanho médio a grande | KG | 600 | 14,00 | 8.400,00 |

**Valor total estimado da chamada pública: R$ 263.712,75 (duzentos e sessenta e três mil, setecentos e doze reais e setenta e cinco centavos).**

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.

**2.1.1.** O contrato poderá ser prorrogado por igual período caso haja interesse das partes, e seja vantajoso para a administração.

**2.2.** O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/2021.

**2.3.** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

**a)** O contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

**b)** A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Edital de Chamada Pública, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

**4.1.** Não será admitida subcontratação do objeto contratual

**CLÁUSULA QUINTA – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTOS**

**Recebimento**

**5.1.** Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**Liquidação**

**5.2.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será encaminhada para liquidação.

**5.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**5.3.1.** O prazo de validade;

**5.3.2.** A data da emissão;

**5.3.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;

**5.3.4.** O período respectivo de execução do contrato;

**5.3.5.** O valor a pagar; e

**5.3.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**5.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**5.5.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

**5.6.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**5.7.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**5.8.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**5.9.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**Prazo de pagamento**

**5.10.** O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a última entrega do mês e da finalização da liquidação da despesa.

**5.11.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** (ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - MERCADO) de correção monetária.

**Forma de pagamento**

**5.12.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**5.13.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**5.14.** Os pagamentos decorrentes deste contrato observarão as retenções tributárias e previdenciárias eventualmente incidentes sobre a comercialização da produção da agricultura familiar, conforme a legislação vigente e as orientações específicas do FNDE aplicáveis ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**6.1.** Os valores contratados inicialmente são fixos e irreajustáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão contratante promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

**6.2.** O Contratante acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles contratados.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

**7.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefei-

tura Municipal de Cocalinho, LOA 2026.

**7.2.** As despesas possuem compatibilidade com as demais Lei Orçamentárias (LDO/PPA) e serão previamente empenhadas, nos termos do art. 58 e seguintes, da Lei Federal n° 4.320/64.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1.** Supervisionar a execução do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

**a)** Notificar, por escrito e verbalmente à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

**b)** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

**c)** Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

**d)** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

**e)** Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

**f)** Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

**g)** Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos produtos/serviços a serem executados.

**h)** Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

**i)** Efetuar o pagamento devido pela perfeita execução do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

**j)** Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;

**k)** Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;

**l)** Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a Administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;

**m)** Rejeitar os produtos/serviços executados em desconformidade com o presente instrumento

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

**a)** Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

**b)** Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

**c)** Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

**d)** Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

**e)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**f)** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

**g)** Realizar a execução dos produtos/serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.

**h)** A contratada tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

**i)** O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**11.1.** O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**11.2.** O Contrato será acompanhado por um fiscal cujas atribuições são relativas aos aspectos administrativos contratuais, como: ins-

truir o processo com toda a documentação relativa à execução/fornecimento e fiscalização do Contrato, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc.

**11.3.** O Contrato será fiscalizado por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto.

**11.4.** Após a assinatura do contrato o fiscal em conjunto com o gestor elaborará o plano de fiscalização da execução do objeto que terá como referência o Edital e o presente contrato e constará as estratégias de execução e fiscalização do objeto contratual conforme estabelecido no Decreto Municipal __/202_.

**11.5.** A execução do objeto contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

**a)** os resultados alcançados em relação ao contrato, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

**b)** o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

**c)** a satisfação do público usuário, quando cabível.

**11.6.** O fiscal deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que o fornecedor:

**a)** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

**b)** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**11.7.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

**11.8.** O serviço será recebido provisoriamente em 24 (vinte quatro) horas, e para tanto deverá observar se o serviço está condizente com a fatura, com as informações na embalagem, com o previsto no contrato ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o serviço está sendo executado em perfeitas condições e dentro do prazo.

**11.9.** O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**11.10.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**11.11.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, conferência da autenticidade da Nota Fiscal e suas certidões negativas fiscais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**11.12.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto contratual.

**11.13.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.14.** O Fiscal indicado para o presente contrato será designado por portaria.

**11.15.** As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico do fornecedor, devendo este informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

**12.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**12.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

**13.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei 14.133/2021.

**13.2.** A extinção do contrato poderá ser:

**I -** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**II -** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**III -** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**13.3.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**13.4.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**13.5.** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

**13.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.5.3.** Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

**14.1.** Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município poderá sujeitar a Credenciada/Contratada às penalidades seguintes:

**a)** Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, III, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no art. 155º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

**b)** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

**14.2.** Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Credenciada/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

**14.3.** Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

**14.3.1.** A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

**14.3.2.** As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

**14.3.3.** A Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

**14.4.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei n.º 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**16.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa - MT com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para todos os efeitos legais.

COCALINHO – MT, 06 de Novembro de 2026.

| CONTRATANTE<br>MUNICÍPIO DE COCALINHO<br>MARCIO CONCEIÇÃO NUNES DE AGUIAR – PREFEITO MUNICIPAL | CONTRATADA<br>COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES TERRA DE OURO<br>Responsável<br>Jéssica Gomide Carvalho Leão |
|---|---|

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2.944, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 2.944, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2026.**

“Dispõe sobre nomeação de Servidora em cargo de Comissão e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica nomeada no cargo em comissão de **CHEFE DE SEÇÃO DE TRIBUTAÇÃO**, de livre nomeação e exoneração, a sra. **Katarine de Oliveira Andrade**, inscrita no CPF sob o nº 707.XXX.XXX-48

**Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.**

**Márcio Conceição Nunes de Aguiar**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

### SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _415/2026, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026

**“Dispõe sobre a concessão do Benefício de Salário Maternidade em favor da servidora “ROSANA DA CRUZ”.**

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 12º da Lei nº 3053/2019.

**Resolve,**

**Art. 1º** Deferir o Benefício de Salário Maternidade em favor da servidora Sra. ROSANA DA CRUZ, portadora da matricula n. 7720, contratada por prazo determinado, no cargo de COZINHEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, período do afastamento com início a partir de 03/11/2026 e término em 02/03/2027, fundamentado na Perícia Médica do Município, com prorrogação no período de 03/03/2027 a 01/05/2027.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de 03/11/2026, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 10/2025

---

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 001/SME/2026

***Altera os artigos 19 e 20*** *do processo de contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas do professor e da jornada de trabalho dos profissionais da educação efetivos da Rede Pública Municipal de Ensino de Colíder para o ano letivo de 2027 e demais providências.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição da jornada de trabalho na Rede Pública Municipal de Educação Básica, em observância à legislação.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** A Instrução Normativa n.º 001/SME/2026, de 02 de outubro de 2026, os artigos 19 e 20 passam a vigorar com as seguintes redações:

**“Art. 19.** A TERCEIRA ETAPA ocorrerá no dia 10/12/2026 no período matutino na unidade escolar, a atribuição de classes e/ou aulas e jornada/regime de trabalho para os Profissionais da Educação contratados para:

I. Técnico administrativo educacional, apoio de desenvolvimento escolar, zelador(a), cozinheiro(a) do processo seletivo 05/2025;

II. Apoio de desenvolvimento escolar do processo seletivo 01/2026.”

**“§ único.** A atribuição para os profissionais contratados que desejam continuar na unidade escolar, obedecerá a classificação obtida no processo seletivo simplificado.”

“**Art. 20.** QUARTA ETAPA: ocorrerá nos dias 20 e 21/01/2027:

I. Na unidade escolar:

a. Dia 20/01/2027, às 7h para professores do processo seletivo 03/2025.

II. Na Secretaria Municipal de Educação para os profissionais da educação contratados por meio do Processo Seletivo Simplificado que optaram em não participar da atribuição na unidade escolar e/ou não conseguiram vaga na escola onde estavam lotados:

a. Dia 20/01/2027:

i. Às 7h para o técnico administrativo educacional, zelador(a) e cozinheiro(a) (urbana e rural);

ii. Às 13h, na SME para o Apoio em Desenvolvimento Escolar (urbana e rural).

b. Dia 21/01/2027:

i. Às 7h para professores da Educação Infantil e Anos Iniciais (urbano e rural);

ii. Às 13h, na SME para o Motorista (urbana e rural).”

**Art. 2º.** Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**CUMPRA-SE,**

**COLÍDER-MT, 9 DE NOVEMBRO DE 2026.**

Adriano Marcos Camilo de Oliveira,

Secretário Municipal de Educação,

Portaria n.º 618/2025.

---

### SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº 423/2026, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

**“ Dispõe sobre o deferimento de benefício de AUXILIO DOENÇA em favor da servidora “EDILENA APARECIDA DA SILVA”.**

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 2º da Lei nº 3053/2019.

**Resolve,**

**Art. 1º** Deferir o benefício de Auxílio Doença em favor da servidora Sra. EDILENA APARECIDA DA SILVA, portadora da matricula n. 4089, efetiva, no cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início em 05/11/2026 e término em 30/11/2026.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de 05/11/2026, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 10/2025

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**
**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2026**

A Prefeitura Municipal de Colíder/MT, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. RODRIGO LUIZ BENASSI, torna público que, após a regular instrução do processo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2026, **AUTORIZOU**, com fundamento no art. 74, inciso I e § 1º, combinado com o art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação direta da empresa **OMEGA TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 17.468.557/0001-54, para prestação de serviços de fornecimento de licença de direito de uso de softwares integrados e unificados, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação e das unidades educacionais de Colíder/MT, nas áreas administrativa, estatística e pedagógica, com interação em tempo real com os sistemas do INEP/MEC e da Receita Federal, Diário Eletrônico, Gestão do Arquivo Permanente, suporte técnico, manutenção, atualização e garantia de funcionamento, pelo valor global de **R$ 324.000,00** (trezentos e vinte e quatro mil reais), observadas as condições, as quantidades, os prazos, as obrigações e as especificações estabelecidas no Termo de Referência, na proposta comercial e nos demais documentos que integram o processo administrativo.

Colíder/MT, 10 de novembro de 2026.

**RODRIGO LUIZ BENASSI**

**Prefeito Municipal**

**Publique-se**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS**
**PORTARIA–SEGEST/PIQ Nº _424/2026, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**“Dispõe sobre a concessão da Licença por motivo de doença em pessoa da família em favor da servidora “SABRINA MICHELLE DE SOUZA”.**

Viviane Halateno, Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 103º da Lei nº 2408/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos civis do Município de Colíder - MT.

**Resolve,**

**Art. 1º** Deferir a **Licença por motivo de doença em pessoa da família,** em favor da servidora Sra. SABRINA MICHELLE DE SOUZA, portadora da matricula nº 6966, efetiva, no cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal Educação, do Município de Colíder, fundamentado no relatório social da Assistente Social do Município, com início em 27/10/2026 e término em 24/12/2026.

Conforme artigo 103 no § 2º - A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada em igual prazo, mediante parecer de perícia médica, e, excedendo este prazo, sem remuneração.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de 27/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

VIVIANE HALATENO

Secretária Adjunta de Provimento e Folha de Pagamento

Portaria n°. 10/2025

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO**
**SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 019/2026.**

**PROMITENTE COMPRADORA:** Prefeitura Municipal de Colíder/MT. **PROMITENTE FORNECEDORA: IVAN DIAS LINS ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.627.008/0001-57. **INSTRUMENTO VINCULANTE:** Pregão Eletrônico n° 011/2026. **Objeto** Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, compreendendo alimentos não perecíveis, carnes, pães e hortifrutigranjeiros, destinados à composição do cardápio da merenda escolar a ser fornecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino de Colíder/MT, em atendimento às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Alteração: **DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**: Pelo presente Termo de Apostilamento, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem reequilibrar o valor unitário dos itens n° 21, 86, 90 e 129, descrito na Cláusula Quarta da Ata de registro de Preço do **Item nº** 21 – **CARNE BOVINA: FRALDINHA (BIFE, MOÍDO, CUBOS OU ISCAS)**, Kg; Valor Unitário Reequilibrado: R$ 64,11, do **Item nº** 86 – **HORTALIÇA: PIMENTÃO VERDE**, Kg; Valor Unitário Reequilibrado: R$ 13,46, do **Item n°** 90 - **HORTALIÇA: TOMATE ITALIANO,** kg**;** Unitário Reequilibrado: R$ 14,79, do **Item n°** 129 - **PÃO FRANCÊS 50g**, Kg; Valor unitário Reequilibrado: R$ 16,74. Data de Assinatura: Colider-MT, 09 de novembro de 2026.

**TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 090/2024**

A Prefeitura Municipal de Colíder/MT, torna público para conhecimento dos interessados, o Terceiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo de Aquisição de Material de Consumo nº 090/2024, oriundo do processo licitatório sob modalidade Dispensa de Licitação nº 013/2024, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL (OLEO DIESEL) PARA EXECUÇÃO PRÓPRIA DE PAVIMENTAÇÃO EM TSD NOS TRECHOS: AVENIDA BANDEIRANTES ALEIXO, AVENIDA JOÃO RICARDO FERREIRA, AVENIDA SÃO PEDRO CAMBARA, AVENIDA DR. JOSÉ ANTÔNIO PAÇO / PLANALTO, RUA TELES PIRES, PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER/MTCONVÊNIO Nº120-2024 SINFRA – Convênio nº 120/2024 (SINFRA), com objetivo de reequilibrar o valor unitário do litro do item nº 01, descrito na Cláusula Primeira do Contrato originário, em razão de variações supervenientes e extraordinárias nos preços praticados pelo distribuidor/fabricante do material, o qual passa a vigorar a partir da assinatura deste Termo, conforme segue: Item 01 - OLEO DIESEL COMUM; Valor Unitário Reequilibrado: R$ 7,97 por litro. Data de Assinatura: Colider-MT, 10 de novembro de 2026.

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS**
**DECRETO Nº 168/2026**

**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS (AS) APROVADOS (AS) NO CONCURSO PÚBLICO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR RODRIGO LUIZ BENASSI**, Prefeito do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 121, Inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 44/2023, que homologou o resultado final do Concurso Público n° 01/2022;

**DECRETA:**

**Art. 1º**- Convocar os (as) candidatos (as) relacionados (as) no **ANEXO I,** a comparecerem na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Colíder-MT, até o dia **09/12/2026**, munido dos seguintes documentos, **original e 2 (duas) cópias legíveis**:

-Certificado devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação ou a declaração de conclusão, para o cargo que se candidatou;

-Título de eleitor;

-Comprovante de quitação eleitoral;

-Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;

-Carteira de identidade (R.G.);

-Comprovante se estrangeiro na forma da Lei (naturalizado);

-Cartão do C.P. F;

-Certidão de nascimento ou casamento;

-Cartão do C.P.F. esposo (a), caso seja casado (a);

-CPF dos filhos menores de 21 anos;

-01 foto 3x4 atual e colorida;

-Carteira de trabalho;

-Cartão ou comprovante n° PIS/PASEP;

-CNIS – INSS;

-Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos;

-Certidão de inexistência de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da comarca em que o candidato residir ou for domiciliado (www.tjmt.jus.br);

-Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;

-Comprovante de residência;

-Carteira nacional de habilitação (se houver);

-Registro e Certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso;

-Declaração de bens; (modelo anexo)

-Declaração de não infringência ao inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal, e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária; (modelo anexo)

-Conta Corrente (Bradesco);

-Atestado médico de capacidade física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado médico de sanidade mental (emitidos por profissionais do SUS);

- Carteira de vacinação atualizada;

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

**Art. 2º** - Os (as) candidatos (as) convocados (as) deverão serem lotados (as) na Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 3º** - Este decreto entra em vigor na data de 10/11/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER (MT), AOS 10 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE 2026.

**RODRIGO LUIZ BENASSI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**MODELO ANEXO**

**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), maior, portador (a) do RG nº _____SSP/_____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____, celular n°_____, email_____

_____ residente e domiciliado na Rua/Av _____, n° _____, Bairro _____, na cidade de Colíder – MT, DECLARO, para os devidos fins de fato e de direito que:

1) Que ( ) possuo ( ) não possuo vínculo empregatício com outro Órgão Público, assim como declaro ter a disponibilidade de tempo para cumprimento de carga horária, sendo de 40 (quarenta) horas semanais para o cargo de _____ _ no Município de Colíder - MT.

2) Que ( ) tenho ( ) não tenho relação familiar ou de parentesco consanguíneo em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, com autoridade nomeante, bem como, detentor de mandato eletivo municipal (vereadores e vice-prefeito) ou de servidor ocupante de direção, chefia ou assessoramento do respectivo órgão ao qual estou sendo nomeado (a).

3) Estar ciente de que pela inexatidão, omissão, ou qualquer outro vício na presente declaração estarei sujeito(a) aos procedimentos e cominações legais cabíveis à espécie.

Sendo expressão da verdade, firmo a presente para todos os efeitos legais de direito.

Colíder/MT, _____ de _____ de 2026.

_____

Nome:

CPF:

**MODELO ANEXO**

**DECLARAÇÃO DE BENS**

Eu, _____, brasileiro (a), maior, portador (a) do RG nº _____SSP/_____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____, celular n°_____, email_____ _____ residente e domiciliado na Rua/Av _____, n° _____, Bairro _____, na cidade de Colíder – MT, DECLARO, para os devidos fins de fato e de direito que ( )possuo ( )não possuo bens em meu nome até a presente data.

. _____

. _____

. _____

. _____

. _____

E, por ser expressão da verdade, dato e assino.

Colíder - MT, _____de _____ de 2026.

_____

Nome:

CPF:

**ANEXO I**

| PROFESSORES (AS) - SEGUNDA CONVOCAÇÃO | | | |
|---|---|---|---|
| **CLASSIF.** | **Nº INSC** | **CANDIDATO** | **NOTA FINAL** |
| 6º | 1143751 | GESIEL GOULART DA SILVA | 88,00 |
| 7º | 1161037 | JANA RUBIA COLHADO | 86,50 |
| 33º | 1148862 | KARINE MARTINS DOS SANTOS | 77,50 |
| 51º | 1145360 | LUCIANA APARECIDA MOCELIN | 72,50 |
| 64º | 1153475 | FAGNER DA SILVA SANTOS | 70,00 |
| 76º | 1157430 | DEVANI LUZIA DA SILVA | 67,50 |
| 77º | 1162494 | VALDETE FERREIRA NEVES | 67,50 |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**RESULTADO PRELIMINAR DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO REGULAR, VAGA RESERVADA E/OU DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO PARA O EDITAL N.º 001/2026**

| | |
|---|---|
| A **Secretaria Municipal de Educação, do Município de Colíder**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo **Secretário de Educação, Sr. Adriano Marcos Camilo de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais, torna público o **Resultado Preliminar da solicitação de inscrição regular, vaga reservada e/ou do atendimento diferenciado** para o **Edital n.o 001/2026**, conforme segue adiante. | |
| 1. | Os candidatos que tiveram seu pedido deferido para ampla concorrência e pessoa com deficiência estão expressos no **Anexo I**. |
| 2. | O candidato deve consultar o resultado da solicitação de atendimentos diferenciado, jurado, nome social na **Área do candidato**. |
| 3. | Conforme Cronograma das atividades, não serão aceitas inscrições fora do prazo estabelecido. |
| 4. | O prazo estabelecido para interposição de recurso contra o **Resultado Preliminar da solicitação de de inscrição regular, vaga reservada e/ou do atendimento diferenciado** será nos dias **11 e 12 de novembro de 2026**, mediante acesso à **Área do Candidato**. |
| Colíder - MT, 10 de novembro de 2026. | |

| |
|---|
| **Adriano Marcos Camilo de Oliveira**<br>Secretário de Educação |
| **DIRETOR-PRESIDENTE**<br><br>Instituto DOM |

**ANEXO I**

| PESSOA COM DEFICIÊNCIA | | | |
|---|---|---|---|
| **INSCRIÇÃO** | **VAGA** | | |
| | *Não teve inscritos* | | |
| **AMPLA CONCORRÊNCIA** | | | |
| **INSCRIÇÃO** | **NOME** | **VAGA** | **SITUAÇÃO** |
| 1192644 | MARLENE APARECIDA FONSECA MARTINS | 101 - DIRETOR - EM FÁBIO RIBEIRO DACRUZ | DEFERIDA |
| 1192640 | ROSENY DE SOUZA AMORIM | 101 - DIRETOR - EM FÁBIO RIBEIRO DACRUZ | DEFERIDA |
| 1192653 | LAYLLA BENICIO BAEZ | 102 - DIRETOR - EM IVANIRA MOREIRA JUNGLOS | DEFERIDA |
| 1192624 | MARIA CRISTINA FAVERO | 102 - DIRETOR - EM IVANIRA MOREIRA JUNGLOS | DEFERIDA |
| 1192612 | RENATA FERNANDA DA SILVA | 104 - DIRETOR - EM BOM JESUS | DEFERIDA |
| 1192637 | JOCÉLIA PEREIRA LIMA | 105 - DIRETOR - EMEI CRIANÇA ESPERANÇA | DEFERIDA |
| 1192647 | KELLY CRISTINA PAVARIN | 106 - DIRETOR - EMEI ALISSON MATOS ROOS | DEFERIDA |
| 1192641 | MARCIA RODRIGUES | 107 - DIRETOR - EMEI GUSTAVO GUARAGNI VIVEIRA DA SILVA | DEFERIDA |
| 1192615 | DARLENE DE MATOS PEREIRA | 108 - DIRETOR - EMEI SANTA BERNADETE | DEFERIDA |
| 1192638 | JOSIANE DA COSTA SILVA CARDOSO | 108 - DIRETOR - EMEI SANTA BERNADETE | DEFERIDA |
| 1192650 | JANISLEI CRISTINA PIRES | 109 - DIRETOR - EMEI SANTA PAULINA | INDEFERIDA |
| 1192646 | TEREZA BÁRBARA DA SILVA | 110 - DIRETOR - EMEI JOSÉ DE FREITAS | DEFERIDA |
| 1192613 | FERNANDA SANTANA DE JESUS | 201 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM FÁBIO RIBEIRO DACRUZ | DEFERIDA |
| 1192651 | IRENE ALVES VIANA SILVA | 201 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM FÁBIO RIBEIRO DACRUZ | DEFERIDA |
| 1192625 | IVANA MARCIA PEDON | 201 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM FÁBIO RIBEIRO DACRUZ | DEFERIDA |
| 1192649 | ROSINEI SILVA | 201 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM FÁBIO RIBEIRO DACRUZ | DEFERIDA |
| 1192643 | SUÉLEN VANESSA MUNIZ TERÇARIOL | 201 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM FÁBIO RIBEIRO DACRUZ | DEFERIDA |
| 1192621 | CRISTIANE GOMES DA SILVA | 202 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM IVANIRA MOREIRA JUNGLOS | DEFERIDA |
| 1192626 | ROSANA DE ANDRADE MOURA DE TOLEDO | 202 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM IVANIRA MOREIRA JUNGLOS | DEFERIDA |
| 1192632 | GLEICE QUELE LUCCHETTI | 203 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM ATALAIA | DEFERIDA |
| 1192622 | PAULA LUANA BATISTA | 203 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM ATALAIA | DEFERIDA |
| 1192614 | FRANCISCA NELI DEODATO | 204 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM BOM JESUS | DEFERIDA |
| 1192636 | ANDRESSA ALVES MILHEIRO | 205 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EMEI CRIANÇA ESPERANÇA | DEFERIDA |
| 1192648 | ELAINE JULIÃO | 206 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EMEI ALISSON MATOS ROOS | DEFERIDA |
| 1192630 | ROSA VUOLLO DE ARAÚJO | 208 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EMEI SANTA BERNADETE | DEFERIDA |
| 1192635 | VANESSA FERNANDES FISCHER BOSSETTI | 208 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EMEI SANTA BERNADETE | DEFERIDA |
| 1192652 | PAULA MAYARA MIRANDA | 209 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EMEI SANTA PAULINA | DEFERIDA |
| 1192642 | RAIANE DE AZEVEDO DIAMANTE GASPAR DE OLIVEIRA | 210 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EMEI JOSÉ DE FREITAS | DEFERIDA |
| 1192645 | RAIMUNDA CLEIDE CARNEIRO DE SANT ANA | 211 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM SANTA Mª DO OURO VERDE | DEFERIDA |
| 1192633 | ANGELA MARIA DE OLIVEIRA SILVA | 212 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM SOL NASCENTE | INDEFERIDA |
| 1192634 | LUZIA BÁRBARA DA SILVA | 213 - COORDENADOR PEDAGÓGICO - EM SÃO MATEUS | DEFERIDA |
| 1192629 | ENIVALDO ALVES DE LIMA | 301 - SECRETÁRIO ESCOLAR - EM FÁBIO RIBEIRO DA CRUZ | DEFERIDA |
| 1192623 | MARIA TATIANE CAVEQUIA | 302 - SECRETÁRIO ESCOLAR - EM IVANIRA MOREIRA JUNGLOS | DEFERIDA |
| 1192611 | MARLY NEVES DE SOUZA | 303 - SECRETÁRIO ESCOLAR - EM ATALAIA | DEFERIDA |
| 1192620 | ELIANE RUBENS DE SOUZA | 304 - SECRETÁRIO ESCOLAR - EM BOM JESUS | INDEFERIDA |
| 1192639 | CLEIDE CARAVAJA MARTINS | 305 - SECRETÁRIO ESCOLAR - EMEI CRIANÇA ESPERANÇA | DEFERIDA |
| 1192631 | CARLOS ALBERTO SILVA | 306 - SECRETÁRIO ESCOLAR - EMEI SANTA BERNADETE | DEFERIDA |
| 1192628 | MARIA DO SOCORRO ALMEIDA | 307 - SECRETÁRIO ESCOLAR - EMEI SANTA PAULINA | INDEFERIDA |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES RETIFICADO E DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DE PROVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES RETIFICADO E DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DE PROVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

**I -** O Prefeito Municipal de Colniza, Estado do Mato Grosso, usando das atribuições legais, após a análise dos recursos interpostos contra a homologação das inscrições, **RETIFICA** o referido edital divulgando a relação de candidatos que tiveram a inscrição deferida, conforme ANEXO I, referente ao Processo Seletivo aberto através do Nº 001/2026.

**II – DIVULGA** os locais e horário de realização da **prova escrita objetiva** que será aplicada no dia **22 de novembro de 2026**, conforme segue:

| HORÁRIO DE INÍCIO: 13H30MIN (HORÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO) |
|---|
| **LOCAL: ESCOLA ESTADUAL TARSILA DO AMARAL,** sito à Avenida Mato Grosso, nº 446 - Centro, em Colniza – MT.<br>**Cargos:** * APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA);<br>* APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA/ZELADORA);<br>* APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS); |

| |
|---|
| * ASSISTENTE SOCIAL;<br>* COZINHEIRA;<br>* ENFERMEIRO;<br>* RECEPCIONISTA. |
| **LOCAL: ESCOLA ESTADUAL BERNARDINO GOMES DA LUZ,** sito à Avenida dos Pinhais, nº 446 - Centro, em Colniza – MT.<br>**Cargos:** * TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL;<br>* VIGILANTE. |
| **LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS,** sito à Rua Prefeita Nelci Capitani, nº 223 - Centro, em Colniza – MT.<br>**Cargos:** * MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS;<br>* PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL;<br>* PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO);<br>* PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LETRAS/INGLÊS);<br>* PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LÍNGUA PORTUGUESA/INGLÊS);<br>* PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (MATEMÁTICA);<br>* PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL;<br>* SERVIÇOS GERAIS;<br>* TÉCNICO DE ENFERMAGEM;<br>* TÉCNICO DE LABORATÓRIO;<br>* TÉCNICO DE RAIO X. |

**III – DIVULGA** ainda o local e horário de realização da **prova prática** que será aplicada no dia **22 de novembro de 2026**, conforme segue:

| **HORÁRIO DE INÍCIO: 16H00MIN (HORÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO)** |
|---|
| **LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** sito à Rua Prefeita Nelci Capitani, nº 228 - Centro, em Colniza – MT.<br>**Cargo:** * MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS. |

**IV –** Informamos aos candidatos que após o horário de início não será permitida a entrada de candidatos no local de provas.

**V –** Para realizar a prova escrita objetiva o candidato deverá apresentar um documento original conforme disposto no item 9.12. do Edital de Abertura.

COLNIZA/MT, em 09 de novembro de 2026.

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

PREFEITO MUNICIPAL

**ANEXO I**

| INSCRIÇÃO | VAGA | CANDIDATO |
|---|---|---|
| 140007 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CAROLAINE PEREIRA DA ROCHA |
| 137507 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DANIELLA ALVES DE JESUS |
| 139331 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELZILENE SANTANA DA SILVA |
| 137127 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EMILLY VITORIA NEVES CAMPANA |
| 139610 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EMILY PEREIRA DO NASCIMENTO |
| 137262 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ERICA MARIA MENDES DA SILVA |
| 138166 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GENI BATISTA DE LIMA CAMILO |
| 139661 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | IVONETE SENHORINHA DOS SANTOS |
| 137283 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JOSIANE VIEIRA FURALNI |
| 138033 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JULIANA LENKE |
| 136561 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KATIANE RODRIGUES DE MORAES PEDROSA |
| 136652 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LARISSA SILVA ALENCAR |
| 139489 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUZIMAR TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO |
| 138254 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCIA MACIEL DE PAULA |
| 137696 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA COSMIRA DE JESUS SILVA BOTELHO |
| 137669 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NATIELI DE FREITAS LIMA |
| 137673 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NEIVA FERREIRA DE ANDRADE |
| 137538 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NOELMA DE OLIVEIRA DE LIMA DA SILVA |
| 139277 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NÚBIA CRISTINA DE BARROS |
| 136759 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | PATRÍCIA FERREIRA DE OLIVEIRA |
| 137165 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | RAIANE DE SOUZA ARAUJO |
| 137093 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | RAYSSA LEANDRO FERREIRA |

| | | |
|---|---|---|
| 137501 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | RENATA ARAUJO DE ALMEIDA |
| 137195 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROSA GOMES DA SILVA |
| 138200 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROSELY APARECIDA RODRIGUES |
| 139748 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SUELI DA SILVA DE SOUZA |
| 136657 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | TALITA APARECIDA NASCIMENTO PEREIRA |
| 136538 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | TANIELE CRISTINA OLIVEIRA CHIOQUETTA |
| 138230 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIR | DIRLENE DOS SANTOS NUNES |
| 138318 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIR | ELIANA ORIZA DA SILVA |
| 137049 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIR | GLAUCIANE AMARAL DA SILVA |
| 139867 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIR | LINDA INES BARBOSA AZEVEDO |
| 137652 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA / ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | ANA PAULA PAGOTO COSTA SILVA |
| 139890 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA / ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | ANDREIA SCHULZE DA SILVA |
| 138000 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA / ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | CAMILA ALVES FERRO |
| 138281 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA / ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | CLEZIA MOREIRA WUTKOWSKY |
| 137380 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA / ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | ELIENE DE PAULA SILVA |
| 137889 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA / ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | LUCIANA NASCIMENTO MARINHO |
| 137150 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA / ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | REGINA DOS SANTOS DIAS |
| 139208 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA / ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | VALDEIR COSTA OLIVEIRA |
| 138081 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | ADRIANA NEVES DE JESUS VALENTIM |
| 137320 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | ANA LUCIA DIAS DE CARVALHO |
| 139573 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | ANA PAULA XAVIER SOARES |
| 137145 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | FABIOLLA DOS SANTOS FERREIRA |
| 138351 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | FLAVIANA PURCINO |
| 136768 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | JAINNY RODRIGUES LIMA |
| 137387 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | LESLEI DA SILVA BOSQUIVESQUE |
| 138066 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | MIRIAN ROCHA DA SILVA LIMA |
| 138887 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | SANDRA RODRIGUES DA SILVA |
| 137420 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | TAINÁRIA DO NASCIMENTO FARIA |
| 138871 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESA | PRISCILA GRAÇA |
| 138154 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ADRIELE DOS SANTOS PICOLA |
| 138844 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ANA MARIA DA PENHA ALMEIDA LIMA |
| 136598 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ELIZANDRA SILVA ARAÚJO |
| 139528 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | FRANCIELE RODRIGUES DA CRUZ |
| 137207 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | GLEICE KELEN ONORA DOS SANTOS |
| 137808 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MARIA APARECIDA DA MATA |
| 137521 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MARIA APARECIDA ESPINDOLA |
| 138274 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MERIVANIA GRINEVALD SANTOS |
| 136819 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | NILSA ARAUJO CONSTANCIA |
| 138973 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | RAQUEL RIBEIRO BISPO |
| 138557 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | SANDRA RODRIGUES VIDAL |
| 139344 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | WAGNA GOMES CICERO RODRIGUES |
| 136728 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | ANA PAULA FIGUEIREDO PINTO |
| 139919 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | DAIANE DE FREITAS LIMA |
| 137504 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | GABRIELI BALBINO DOS SANTOS |

| | | |
|---|---|---|
| 136761 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | JUCIANA TELLES VALDEVINO |
| 139720 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | JULIANA CONCEIÇÃO MENDES SILVA |
| 137297 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | LAUDICEIA ROSA DA ROCHA SILVA |
| 137130 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | LUANA ALVES SANTOS |
| 137710 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | LUCILENI DE OLIVEIRA XAVIER JORGE |
| 137998 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | MARIELE BARRETO TREVISAN |
| 137202 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | NAIARA GUEDES IANSER |
| 138362 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | NEUSIMAR FERREIRA DA SILVA |
| 136739 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | RUTH TEIXEIRA DE SOUZA ARAUJO |
| 138679 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | SIDINALVA FERNANDES ARAUJO |
| 136935 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | SILVIA DA CONCEIÇÃO BARBOSA |
| 137205 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | THAINA SANTANA DA SILVA |
| 137712 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (MERENDEIRA/ZELADORA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | THAISMARA RIBEIRO PEREIRA |
| 137612 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADAIANE CARVALHO DA SILVA |
| 136651 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANDRINE ELIANE DE MELO MOREIRA |
| 138391 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANGELICA DA SILVA SOARES |
| 137559 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CLEIDIMAR DO NASCIMENTO SA |
| 138238 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DAIANE DUTRA DE FEITAS |
| 139345 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELEM CAREM DE OLIVEIRA |
| 137766 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELENICE GOMES DA SILVA SANTOS |
| 136636 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELISANDRE DE LIMA OTO |
| 138030 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FERNANDA MOURA DA SILVA |
| 136806 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FERNANDA NUBIA CORREA BENTO |
| 138072 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FRANCISCA VILMA FERREIRA AQUINO |
| 138339 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GESSICA SOLANGE DA SILVA DE MIRANDA |
| 137128 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GILCILIANA DA SILVA PEREIRA |
| 139537 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JULIANA MATOS DE BRITO |
| 136921 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LENILDA PETER |
| 138244 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LORRAINE GOMES CAMARGO PEREIRA |
| 137985 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUCIENE DA SILVA GOMES CAMARGO |
| 136649 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUCIENE SANTANA DOS SANTOS |
| 137983 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCIA DIAS DE OLIVEIRA |
| 139237 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCIA DUTRA DE OLIVEIRA |
| 137105 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCIELI CARDOSO KLIPEL |
| 136882 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCILENE DA SILVA ALMEIDA |
| 138594 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA ANGELA PEREIRA LUKASIEVICZ |
| 137170 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA APARECIDA DE MELO MOREIRA |
| 138249 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA MARGARIDA CHEFRE |
| 137151 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA ZILMA ALVES DA SILVA |
| 137125 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARINA GOMES MARTINS |
| 138983 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MAYLLA ANDRIÉLLE ALVES |
| 136810 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NILVA FERREIRA |
| 137159 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | PAULA SILVA ARAUJO |
| 136723 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | REGIANE APARECIDA DE ARAÚJO |

| | | |
|---|---|---|
| 136701 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | REGINÉIA NUNES VIEIRA |
| 137267 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | RICHELI MARA DOS SANTOS |
| 138221 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SIMEIR ALVES DA SILVA MORAIS |
| 138812 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SUELAINE SOARES DOS SANTOS |
| 137570 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | TELMA VIDAL EUFRÁZIO |
| 139631 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | THAIS GOMES CARNAUBA E SILVA |
| 137097 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: (ZELADORA SERVIÇOS GERAIS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VANIA DE OLIVEIRA CARDOSO KLIPEL |
| 139842 | ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EDUARDA CRISTINA MOURA DOERL |
| 138267 | ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELIANE PINTO RODRIGUES OLIVEIRA |
| 136535 | ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GIOVANNA BARBOSA GONGORA |
| 137548 | ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JULIANA FERREIRA DE MORAES |
| 136710 | ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JULIANA MENEGAT DOS SANTOS |
| 137785 | ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCIANA TEODORO DE SOUZA |
| 136677 | ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARILIA JOHNS CUELLAR EVANGELISTA |
| 136525 | COZINHEIRA - SEDE – ZONA URBANA | ANA MARIA PEREIRA FERRAZ MOTA |
| 137066 | COZINHEIRA - SEDE – ZONA URBANA | CLEUDIANA MARTINS |
| 136829 | COZINHEIRA - SEDE – ZONA URBANA | EDILEUZA ALVES FERNANDES |
| 136459 | COZINHEIRA - SEDE – ZONA URBANA | ELIANE DIAS ANDRADE |
| 137157 | COZINHEIRA - SEDE – ZONA URBANA | IVANILDA RIBEIRO DE SOUZA PEREIRA |
| 137067 | COZINHEIRA - SEDE – ZONA URBANA | LEIDIANA SILVA DE PAULA |
| 139858 | COZINHEIRA - SEDE – ZONA URBANA | MARINEUSA DA SILVA ARAUJO |
| 139228 | ENFERMEIRO - DISTRITO GUARIBA | GABRIELA TEIXEIRA GOMES |
| 139411 | ENFERMEIRO - DISTRITO GUARIBA | LIDIANE SIQUEIRA DA COSTA |
| 139209 | ENFERMEIRO - DISTRITO GUARIBA | SOLAINE EVANGELISTA TORRES DE JESUS |
| 136463 | ENFERMEIRO - COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | NATHALIA SILVA SOUZA |
| 137702 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | ALINE GODOI LEITE |
| 136466 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | ALINY DA SILVA NENEVE |
| 139387 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | ANDRESSA RIZZI FERRIS |
| 138145 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | CHRISTHIANE PEREIRA LEAL |
| 137212 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | GABRIELA VIEIRA DE SOUZA CARVALHO |
| 136620 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | IRIS REGINA DE OLIVEIRA SILVEIRA |
| 136818 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | JÉSSICA CRUZ DE ALMEIDA |
| 138099 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | JHULLY LEOPOLDINO SILVA |
| 137584 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | KAROLAYNE LINS DE SOUSA |
| 137131 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | KATICIANE ROSA NASCIMENTO |
| 137980 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | LEONICE VIEIRA DOS SAN PEDRO |
| 136483 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | LUAN CHAGAS DA CRUZ |
| 137024 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | LUCIA PEREIRA PORTO ALVES |
| 137225 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | LUCIMEIRE MARTA GERKE |
| 138271 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | MARIA HELENA DA COSTA PINTO NOTHNAGIL |
| 137666 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | MICHELE EDMARA LIMA DE MOURA |
| 137210 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | PAULA JANAINA DE ALMEIDA SANTOS |
| 139613 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | PRICILA MILHOMEM DE ALMEIDA |
| 137206 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | SANDRA FERNANDES DE PAULA |
| 138649 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | SIRLEI BROISLER TEIXEIRA |
| 137171 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | SOLANGE ROMEIRO DE ALMEIDA |
| 137627 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | VAULDICI MACHADO |
| 140005 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | VIVIANE LUANA DO CARMO |
| 136613 | MOTORISTA DE VEICULO PESADO - COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | ELIEL MAGALHÃES PINTO |
| 140073 | MOTORISTA DE VEICULO PESADO - COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | REINALDO SOUSA MACHADO |
| 137588 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | ADILSON RIBEIRO DA SILVA |
| 138017 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | LUCIANA BERALDO LUCAS |
| 139346 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | MARILDO FERREIRA DE ALMEIDA |
| 137564 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | ROBERTO LOBO |
| 139965 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | ROBERTO PAIVA MOREIRA |

| | | |
|---|---|---|
| 137997 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | RODINEI DOS SANTOS FREITAS |
| 136719 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | ADIELISON SOUZA GONÇALVES |
| 139214 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | CÉLIO JOSÉ ALVES |
| 139222 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | JULIANO TEIXEIRA DE LIMA |
| 138599 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | KESSY JHONES FERREIRA AMARAL |
| 137399 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | ELISEU WELMAM |
| 139980 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | ENILSON PEREIRA FERNANDES |
| 136607 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | GIÁCOMO GUILHERME DE OLIVEIRA VALE |
| 137230 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | IRANEY FERREIRA DOS SANTOS |
| 136588 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | JEZIEL GARCIA DE OLIVEIRA |
| 137330 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | JOSE CARLOS MANDELLI |
| 136563 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | MARCOS FRANCA DOS SANTOS |
| 137083 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | NEEMIAS GONÇALVES DE AGUIAR |
| 137920 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | VALDINEI DA SILVA |
| 137601 | MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | VALDOMIRO ROSA DE SOUZA |
| 138523 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADEMILSON CARDOSO DE SÁ |
| 136521 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADILSON DA SILVEIRA |
| 139581 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CLAUDIANO DA SILVA |
| 136610 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DIEGO RIZZI LACERDA |
| 136662 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EDIVAN DE MOURA |
| 138173 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GILDEMAR RAMILO BRUNO |
| 136846 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JACKSON PETER DE OLIVEIRA |
| 139934 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LEANDRO JOSÉ DA SILVA HORN |
| 139959 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCELO DOS SANTOS TEIXEIRA |
| 137609 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCOS NUNES DOS SANTOS |
| 137848 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NIUSDETE CARDOSO DE OLIVEIRA FILHO |
| 139889 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | RODRIGO GOMES LEAL |
| 137063 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SANDRO DA SILVA PEREIRA |
| 138701 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VALDEMAR BERGER |
| 139597 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VALDENIR PEREIRA ROMEIRO |
| 137554 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VALDINEI DA SILVA GOMES |
| 137565 | MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | WELITON KLIPEL |
| 136837 | MOTORISTA VEICULO PESADO - DISTRITO GUARIBA | ADENILSO DOS SANTOS MEDEIROS |
| 139955 | MOTORISTA VEICULO PESADO - DISTRITO GUARIBA | VANDERSON INOCENCIO DO CARMO |
| 138035 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | JONAS BASTOS DA CUNHA |
| 139049 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | MARCELINO DOS SANTOS |
| 138961 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | CLÁUDIO DE BARROS GONÇALVES |
| 139469 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | DAVI DA CONCEICAO |
| 138192 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | EDESLSON LOURENÇO DIAS |
| 139798 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | EDIMILSON DA SILVA AMORIM |
| 136597 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | EDVALDO GOMES DOS SANTOS |
| 137984 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | ELIAS DAMACENO LOPES |
| 139781 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | GENILDO DA COSTA SCHOWENCK |
| 138039 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | JAIRES FERRO FILHO |
| 137322 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | JEANOS ADEMIR SALES |
| 136553 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | JEBEON NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO |
| 137218 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | JOÃO MARCIO DA COSTA |
| 137324 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | JOSÉ CARLOS DA COSTA JUNIOR |
| 137272 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | LUCAS GALTER CAMPANA |
| 140046 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | MARCELINO FERREIRA CARDOSO |
| 139949 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BAR- | MARCELO GUMIERO |

| | | |
|---|---|---|
| | TOLOMEU BUENO | |
| 138077 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | MARCOS DIVINO ARAÚJO |
| 137813 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | PEDRO SILVA MADEIRA |
| 136579 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | RONALDO BATISTA SCHOWENCK |
| 137094 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | RONIVALDO JOSE DE BRITO |
| 139727 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | VANILDO BASTISA DA SILVA |
| 138198 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | WELLINGTON JOHNNY ARAÚJO |
| 137069 | MOTORISTA VEÍCULO PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | WILLIAM SOUZA FARIAS |
| 137211 | MOTORISTA VEICULO PESADO - ZONA URBANA | CLEIDINEI FIGUEIREDO GOMES |
| 138919 | MOTORISTA VEICULO PESADO - ZONA URBANA | CLÓVIS PEREIRA DE SOUZA |
| 137108 | MOTORISTA VEICULO PESADO - ZONA URBANA | ELISABETE RIBEIRO SOARES |
| 137783 | MOTORISTA VEICULO PESADO - ZONA URBANA | FABIO BASTISTA DA SILVA FERREIRA |
| 137054 | MOTORISTA VEICULO PESADO - ZONA URBANA | GENIVALDO FAVALESSA |
| 139884 | MOTORISTA VEICULO PESADO - ZONA URBANA | IVAN NONATO |
| 138091 | MOTORISTA VEICULO PESADO - ZONA URBANA | JEFERSON SIRINO ROSA |
| 139907 | MOTORISTA VEICULO PESADO - ZONA URBANA | JOSÉ WILLIAM ANDRADE |
| 137735 | MOTORISTA VEICULO PESADO - ZONA URBANA | WILLIAM SOUZA ANDRADE |
| 137138 | MOTORISTA VEÍCULOS PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | EDSON APARECIDO BASILIO |
| 138540 | MOTORISTA VEÍCULOS PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | GILMAR DE OLIVEIRA PINHEIRO |
| 136916 | MOTORISTA VEÍCULOS PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MAURICIO DOS SANTOS |
| 137914 | MOTORISTA VEÍCULOS PESADO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | WESLLEN GOMES |
| 139638 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | IVANILDA LARA RODRIGUES |
| 138089 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | JOSIANE DE JESUS SANTOS GOMES |
| 139653 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | JOSIMAR DE OLIVEIRA ALVES |
| 137178 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | KATIA CAROLINE CANDIDO RODRIGUES |
| 139054 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | MARIA CLEIDE DE SOUZA |
| 137800 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | MARIA SOLANGE LIMA DE MOURA |
| 138308 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | MARLON DE JESUS DE SOUZA |
| 137519 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | MAURICIO JUNIOR GONÇALVES MARQUES |
| 137249 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | PAULETÍCIA DOS SANTOS SILVA |
| 138049 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | RAQUEL RESENDE DE MEIRELES TEOTONIO |
| 139305 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | TATIANA MARIA MANTHAY ALVES |
| 138260 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | JANIELI DA SILVA BARBOSA |
| 138740 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | LAÉRCIO DE OLIVEIRA |
| 136932 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | MARLI DA SILVA SOUZA |
| 137973 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | VALDICEIA DE SOUZA HOLANDA |
| 139938 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEO | LUCINEIA BORGES DE ARAUJO |
| 139704 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEO | ROSANGELA SONCINE LIGEIRO |
| 139127 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEO | SHIRLEI SOUZA GONÇALVES |
| 137795 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | EUZENI FERREIRA DA SILVA |
| 139896 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | FRANCIHELLEN CABRAL DE ANDRADE |
| 137657 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | INES CASSIA DE LIMA SILVA ARAUJO |
| 138555 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | JESSICA BOASQUIVESQUE GONÇALVES |
| 140050 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | JOSIMAR DE PAULA SILVA |
| 138270 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | MARIA APARECIDA DE SOUZA COSTA DIAS |
| 137278 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | MARIA CRISTINA RODRIGUES DE SOUZA |
| 139940 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | SILVANA SOUZA LESSA |
| 136457 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | SOLANGE SANTOS DA SILVA |

| | | |
|---|---|---|
| 137683 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | VALCILENE SOARES DE ARRUDA |
| 138880 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | VANEIDE PEREIRA DA SILVA |
| 137155 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE | MARIA DA CONCEIÇÃO PIMENTA FRANÇA |
| 137854 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ALESSANDRA CARVALHO PEREIRA |
| 137285 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | DJANIRA CORREIA ALBUQUERQUE |
| 137288 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ELINEIA DOS SANTOS NUNES |
| 137339 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | LIDIA DIAS ONOFRE |
| 137925 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MARCELA MARQUES ROCHA DE CARVALHO |
| 137270 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MARIA CRISTIANE SOUZA DA SILVA |
| 138182 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MARILZA ANGELO MAIA |
| 137336 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MARILZA DE MOURA SILVA |
| 137107 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MARINHO MORAES GONCALVES |
| 138278 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MIRIAM MARQUES ROCHA BARROS |
| 137361 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | NALZIRA PEREIRA DOS SANTOS |
| 137562 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ROSELI PEREIRA DE SOUZA |
| 137470 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ROSIMAR RODRIGUES DA SILVA |
| 137176 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | SHIRLE FERREIRA FORNAZIER |
| 137228 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | SIRLENE BARBOSA |
| 139820 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | ALEXSANDRA APARECIDA DOS SANTOS |
| 136622 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | CRISTINA DE SOUZA SANTANA FONSECA |
| 137698 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | DAMARES MARTINS DALFIOR |
| 137572 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | DIEGO SANTOS AGUIAR |
| 137095 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | FLAVIANA DE SOUSA MENDES |
| 140077 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | MÁRCIA BERGER BUTTINER |
| 137505 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | MARIA DE LOURDES DA SILVA SÁ |
| 140002 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | MARILZA VIANA ZMUDA |
| 138147 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | SUELI DA COSTA DE OLIVEIRA DE SOUZA |
| 137248 | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | UILLES JORDANIA OLIVEIRA DE SOUZA |
| 140024 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | CRISTIANA MATEUS |
| 138389 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | EDNA MARIA DUARTE DE SOUSA |
| 139114 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | MARIA HELENA GARCIA DE QUEIROZ |
| 137221 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | MARLY DE SOUZA SARAFIM RIBEIRO |
| 139561 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | WEMERSON BORGES DOS SANTOS |
| 138242 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | LEANDRO SILVA GOMES |
| 139437 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | VIVIANE PEREIRA DA SILVA |
| 136479 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | ANDRÉIA MENDES SANTOS |
| 139462 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | DIOMARA SARMENTO DA SILVA |
| 139834 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | JOCEMAR APARECIDO HERMISDOF |
| 138258 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | NILCE VEIGA DOS SANTOS GOIS |
| 136612 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | KELY FERNANDA OLIVEIRA DOS SANTOS |
| 139866 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | LINDA INES BARBOSA AZEVEDO |
| 138780 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | AIDA GOMES DA SILVA |
| 137175 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ANA PAULA LIMA CAMARGO |
| 137163 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | CLAUDIA APARECIDA DOS SANTOS |

| | | |
|---|---|---|
| 137497 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | DENEJILDA RODRIGUES DA FONSECA |
| 137173 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | EDINA FERREIRA RODRIGUES DA FONSECA |
| 138290 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | KEYLA GRINEVALD SANTOS |
| 137695 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | SIRLEI MARIANO ROBLEDILHO |
| 138032 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | VALMICIA DOS SANTOS OLIVEIRA |
| 137168 | PROFESSOR NÍVEL MÉDIO (MAGISTÉRIO) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ZILDENEUZA LOPES ESPÍNDOLA |
| 137076 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LETRA/INGLÊS) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JÉSSICA DOS SANTOS ALMEIDA |
| 139439 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LETRA/INGLÊS) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KELLY BARBOSA DE LIMA FLORIPE |
| 139168 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LETRA/INGLÊS) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LOURDES DE OLIVEIRA |
| 139924 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LETRA/INGLÊS) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA GABRIELA OLIVEIRA DA SILVA |
| 139477 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LETRA/INGLÊS) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | PATRICIA CLICERIA DE OLIVEIRA DELBONE |
| 137871 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LETRAS / INGLÊS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | JANAINE F. PICHIRILO NEIVA |
| 137671 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LETRAS/INGÊS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | VALDIRENE MACHADO DE OLIVEIRA SILVA |
| 137197 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LÍNGUA PORTUGUESA / INGLÊS) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | FABIANA CONCEICAO DE ABREU |
| 136557 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (MATEMÁTICA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JACKSON GOMES |
| 137051 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (MATEMÁTICA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MAISA ANGELO BERGAMASCHI |
| 139723 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (MATEMÁTICA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | RICARDO ALEXANDRE SANCHES ANTUNES DA SILVA |
| 137400 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADENIUZA FRANCISCO DIAS |
| 136551 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADRIANA DA SILVA SA |
| 138034 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADRIANA DORNELES DE MIRANDA OLIVEIRA |
| 137201 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADRIANA GONÇALVES DA CUNHA |
| 137280 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADRIANA NOGUEIRA VIANA TAVARES |
| 136450 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADRIANA RODRIGUES LEANDRO |
| 137428 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADRIANA SOARES DA SILVA |
| 137644 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ALYNE VIUL DA SILVA PANDOLFI |
| 138080 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANDREIA GABRIELA DE OLIVEIRA MOTA |
| 137156 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | BETHANIA ALVES QUEIROZ MIRANDA |
| 136592 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | BRUNA DE LIMA SILVA |
| 138330 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA RIBEIRO |
| 136881 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CELINA OLIVEIRA DA SILVA NASCIMENTO |
| 139651 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CLÁUDIA SABRINA RIBEIRO VIEIRA |
| 140016 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CLAUDIA TRINDADE DA ROCHA |
| 137010 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CLEIDIANE DO CARMO CASALI |
| 137642 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CLEIDIMAR ROSA CLARA |
| 137316 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CLOTILDE LEAL DA SILVA MARTINS |
| 137389 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CRISTIANE AMORIM ACOSTA |
| 137310 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CRISTINA FERNANDES FRITZ |
| 139199 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CRISTINA PEREIRA BIANCHIN |
| 137101 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DALLA VALENARY DA SILVA MELO |
| 138098 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DELZENIRA DE MOURA QUEIROZ |
| 138253 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DEYZE ZACAMAÉ DA SILVA LEMES |
| 137654 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DIRLÉIA VIEIRA GUIMARÃES |
| 137277 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EDILEUZA NEGRI |
| 137082 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EDIVALDO VIEIRA GUIMARÃES |

| | | |
|---|---|---|
| 139963 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EDNA INACIO DA ROCHA |
| 137474 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELAINE DO CARMO RICIERI |
| 139620 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELCILENE DE ARAÚJO TEIXEIRA |
| 137087 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELIANE DE MEDEIROS EUGENIO DA SILVA |
| 139398 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELIANE DE SOUZA BONFIM DA SILVA |
| 138190 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELIANE GONZAGA FERREIRA |
| 137626 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELISANE DE FATIMA MORAIS DE OLIVEIRA |
| 137461 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELISANGELA FERNANDES DA CONCEIÇÃO |
| 137303 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ESLANI PEREIRA LOPES |
| 139754 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ESTÉFANNY PEREIRA DE AZEVEDO |
| 137142 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FABIA DOS SANTOS FERREIRA |
| 139370 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FABIANA RAMILO BRUNO |
| 139859 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FAGNER TEIXEIRA SILVA |
| 137058 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FLAVIA NATIELE DOS SANTOS PEREIRA SIL |
| 137086 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FRANCIELLY BORGES MAGALHAES |
| 136440 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FRANCIELMA BEZERRA DA SILVA |
| 137298 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GEANI ROCHA DOS SANTOS |
| 138296 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GEICILANE SOARES DE MIRANDA FONSECA |
| 137160 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GEUZA ESTEVES GRAPIUNA LOPES |
| 137423 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GEVILMA ALVES DE OLIVEIRA MEUCI |
| 137254 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GISÉLI BISCHOFF FIDELIX CHEMINSKI |
| 138097 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | HUGO BERWANGER NETO |
| 137070 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | IDÁLIA FERRAZ VIANA |
| 137077 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | IVANILDA DA SILVA ROSA |
| 137279 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | IVANILZA WESTPHAL RODRIGUES |
| 137951 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JANAILSA DA SILVA BARBOSA SOUZA |
| 139744 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JAQUELINE DIAS MEDEIROS |
| 137653 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JEISIANE MIRANDA DA CRUZ DE OLIVEIRA |
| 136716 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JESIANE SOUSA SANTOS |
| 137792 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JESSICA LAURA AMORIM FIRME |
| 136905 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JOCEANE DOS SANTOS LEITE RODRIGUES |
| 138247 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JOCILENE PEREIRA FERREIRA MARTINS |
| 137942 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JOSIANE MONELLI COSTODIO DA SILVA |
| 137313 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KATIA CAMPOS CANONICO |
| 137192 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KATIA PEREIRA CELESTINO DOS SANTOS |
| 139622 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KAUANA KELY DA SILVA |
| 137072 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KAUANNY VITÓRIA FERNANDES GUILHERME |
| 136828 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LANA DEISY FERNANDES |
| 139428 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LAUDINÉIA APARECIDA DA SILVA QUEIROZ CARDOSO |
| 139926 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LEYDIANE INACIO DA ROCHA |
| 138056 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LIDIA DA ROCHA BEZERRA DOS SANTOS |
| 136473 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LINA GONÇALVES FERREIRA BARBOSA |
| 137845 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUANA DA SILVA |
| 138062 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUCIANA GERKE |

| | | |
|---|---|---|
| 139702 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUCIENE SIQUEIRA EVANGELISTA |
| 137692 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUCIMARA DESTRO BARRETO |
| 136531 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUIZA LOPES DE ALMEIDA |
| 137781 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MÁRCIA VICTORIANOS |
| 139075 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCILENE APARECIDA ALEIXO COELHO DE CAMPOS |
| 137106 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA APARECIDA EUGENIO NOVAIS |
| 136634 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS |
| 139135 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA DA PENHA MEIRA AMORIM |
| 138250 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA DE FÁTIMA DO NASCIMENTO SILVÉRIO |
| 137635 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA EREMITA RODRIGUES DE SOUZA |
| 138580 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA LUCIA ANDRADE PRIMO |
| 138883 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARLENE OLIVEIRA DE SOUZA MORAES |
| 137684 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARLUCIA DA SILVA MARINHO DOS SANTOS |
| 137409 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARQUILAINE SILVA ANDRADE GONÇALVES |
| 138357 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARTA MIRANDA DA SILVA SOUZA |
| 137075 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MICHEL DA SILVA LIVI |
| 137305 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MICHELLE FARIAS CANDIDO SANTOS |
| 137615 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MONICA BALEM JANDREY GOMES |
| 138036 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NELY DE ALMEIDA MELO DE SOUZA |
| 137061 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NEURISTER PEREIRA DE AMORIM NONATO |
| 137060 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NOELI GOMES MOREIRA DA SILVA |
| 139444 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | PAULEGAR DOS SANTOS SILVA |
| 138158 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | PEDRO JAIR SILVA |
| 140017 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | RAILZA RABELO GARCIA |
| 136910 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | REGIMÁ ALVES DOS SANTOS PORTO |
| 139977 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROGERIO ESTEVAN |
| 137144 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROSENI CORTEZ DE FREITAS |
| 139915 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROSENILDA PEREIRA ALVES |
| 137948 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROSINETE DE SOUZA OLIVEIRA |
| 137214 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROZILDA MARIANO DARASCHUK |
| 139883 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SANDREIA SANTOS DA LUZ |
| 137899 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SIMONE PEREIRA DOS SANTOS PIRES |
| 137688 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SIMONE SANTOS LEITE |
| 138487 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SINTIA FERREIRA DE MIRANDA DOS SANTOS |
| 137566 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | TÂNIA SEVERINA DE LIMA |
| 137649 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | TELMA LEMOS DE JESUS BARRETO |
| 137220 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | THAIRES MARTINS DE LIMA |
| 139876 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VALDETE RODRIGUES DA SILVA LOPES |
| 136782 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VALDINEIA BRAZ NEVES DA SILVA |
| 138280 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VALDINEIA GOMES CICERO |
| 138162 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VALDIRENE PEREIRA DE SOUZA SILVESTRE |
| 137437 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VANDRESSA EVANGELISTA GONÇALVES |
| 137085 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VANESSA DA SILVA |
| 136495 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VANESSA SICONSKI OLIVEIRA |

| | | |
|---|---|---|
| 136641 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VANESSA ZAMARIAN DOS SANTOS |
| 137831 | PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VENINA FERREIRA DA CRUZ |
| 137196 | RECEPCIONISTA - DISTRITO GUARIBA | FABIANA CONCEICAO DE ABREU |
| 137034 | RECEPCIONISTA - DISTRITO GUARIBA | LUCIANA LIMA DE CARVALHO |
| 136448 | RECEPCIONISTA - DISTRITO GUARIBA | MICHELE PAULA COSTA DA SILVA |
| 137296 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | AMANDA SANTOS DA COSTA |
| 137274 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | ANA PAULA LIMA BAUER RUDES |
| 137317 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | DEBORA CRISTINE MENDONÇA SALVATI |
| 138930 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | DIANNA TERESINA DOS SANTOS COSTA |
| 137493 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | ELIANE BARBOSA GOMES |
| 137194 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | EMANUELLY DILL PIRES |
| 140023 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | FABIULA OLIVEIRA SILVA |
| 136744 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | FERNANDA CRISTINI MAZIERI |
| 138416 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | GEOVANA FERREIRA LEMES |
| 138463 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | GISLAINE CAVALCANTE |
| 139520 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | GIZELLE EUGÊNIO NOVAIS |
| 138656 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | JAQUELINY BORGES MORAIS |
| 138203 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | JEFERSON CALIXTO DE AGUIAR |
| 139961 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | JULLYA QUELLY FERREIRA DE JESUS LOPES |
| 137260 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | LEIDIJANE MACIEL DE PAULA AMARAL |
| 140068 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | LESLY PAULO ZEFERINO |
| 136766 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | LUCIANE DANTAS ALVES |
| 136478 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | MARIA EDUARDA FERNANDES DE OLIVEIRA |
| 139992 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | RAIANE RAFAELA LEOPOLDINO DA SILVA |
| 139812 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | SILVANIR DOS SANTOS LEOPOLDINO |
| 138285 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | SIMONE MUTZ NOIBAU |
| 138240 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | VALDINEIA RODRIGUES DA SILVA |
| 137877 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | VALERIA COSTA RODRIGUES |
| 137759 | RECEPCIONISTA - ZONA URBANA | WESLEY HENRIQUE NEVES DA SILVA |
| 139721 | SERVIÇOS GERAIS - SEDE – ZONA URBANA | CLAUDIO MORAIS MORENO JUNIOR |
| 137136 | SERVIÇOS GERAIS - SEDE – ZONA URBANA | DAIRE DE LIMA FERNANDES SAMPAIO |
| 139971 | SERVIÇOS GERAIS - SEDE – ZONA URBANA | LAUDICEIA DA SILVA RIBEIRO |
| 137909 | SERVIÇOS GERAIS - SEDE – ZONA URBANA | MEIRE JOZE SOARES DOS SANTOS |
| 137840 | SERVIÇOS GERAIS - SEDE – ZONA URBANA | NAIANE SILVA DE SOUZA |
| 137089 | SERVIÇOS GERAIS - SEDE – ZONA URBANA | SILVANA DOS SANTOS LEOPOLDINO |
| 136812 | SERVIÇOS GERAIS - SEDE – ZONA URBANA | SILVANA GEORG |
| 138014 | SERVIÇOS GERAIS - SEDE – ZONA URBANA | SILVANIA MONELLI COSTODIO |
| 137033 | SERVIÇOS GERAIS - DISTRITO GUARIBA | LUCIANA LIMA DE CARVALHO |
| 136472 | SERVIÇOS GERAIS - COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | TELMA AMORIM DOS SANTOS |
| 137269 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ALESSANDRA VIEIRO |
| 139718 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ALICE RODRIGUES XAVIER |
| 137411 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANDREIA CRISTINA DA SILVA GOMES |
| 138016 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANDRIELLY CORATTO SAAR |
| 139314 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CAMILLY MENDES DA CRUZ |
| 138159 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CATIA HELEN ANDRADE DE ABREU |
| 137402 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CLAUDIANE OLIVEIRA DE SOUZA |
| 137628 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EDITE HELENA DA SILVA MENDES |
| 136732 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EDIVANI DIAS DA SILVA SOARES |
| 139136 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FABÍULA PEREIRA DA SILVA |
| 137088 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GILDA GOMES DA ROCHA |
| 139623 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GRAZIELI ZMUDA |
| 137015 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | HELENA APARECIDA DE SOUZA |
| 139920 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | HELOISA PAULESKI ALMEIDA PEGO |

| | | |
|---|---|---|
| 140072 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ISABELLY ALVES DE SOUZA |
| 136533 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JOCIMARA KETLIM DA SILVA |
| 137726 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JOSICLEIDE MARTINS TEODORO |
| 139499 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KAUANE TEIXEIRA DE SOUZA |
| 137624 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KELLY SABRINA DIONISIO PINTO |
| 138313 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KISCILLA MILENA COSTA DIAS |
| 139782 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LETÍCIA CARVALHO DOS SANTOS |
| 139683 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LILIA KELRY LOPES VIDAL |
| 137126 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MAIZA DORRIGUETTI MARQUES |
| 139487 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCILEIA DE SOUZA MARTINS |
| 137633 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIANA RODRIGUES GAMA |
| 136675 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARILIA JOHNS CUELLAR EVANGELISTA |
| 139486 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARILZA GOMES MARTINS |
| 139391 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MIKAELA ANDREY BONFIM |
| 137575 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MIKAELLY NUBYA FERNANDES CAMPANA |
| 139837 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NATALIA DE SOUZA CORDEIRO MOTTA |
| 137289 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | RAISSA DORRIGUETTI MARQUES |
| 139726 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROSENILDA ROSA LOPES VIDAL |
| 137623 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SARA GOMES DO AMORIM DE SOUZA |
| 139319 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SILVIA LUIZA DE SOUZA FRACASSO |
| 139856 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | TAINARA COSTA DA SILVA |
| 136600 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | TATIANE RIBEIRO BARBOSA |
| 139991 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | TELMA MARIA DA FONSECA |
| 136462 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | WELMA INACIO DA SILVA |
| 137634 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | WUARA DOS SANTOS |
| 139504 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | YAN VICTOR ALVES DE ALMEIDA |
| 138015 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | YNGRIDY LORRAINE NASCIMENTO PEREIRA |
| 139333 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | ELAINE ZITLOW |
| 139645 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO ANA MARIA MACHADO | LEILIANE ALMEIDA SILVA VITÓRIA |
| 136644 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | ELISÂNGELA ARAÚJO DE OLIVEIRA ZANELLA |
| 139933 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | EMILI CAMILA RODRIGUES DOS SANTOS |
| 139374 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | GLEICIELE DA SILVA OLIVEIRA |
| 139562 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | MATILDIANE ALMEIDA DE OLIVEIRA |
| 139803 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO MANOEL BANDEIRA | MONICA MAISA OLIVEIRA DE JESUS |
| 138745 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | BRUNA ANDRESSA BARROSO |
| 138153 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | DÉBORA RODRIGUES SOARES |
| 139156 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | JANAINA RAIALLA RIBEIRO DA SILVA |
| 138019 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | JOSIANE FELIPE SOARES BASTOS |
| 139401 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | LARISSA FURTADO RIBEIRO |
| 138375 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | LÁZARA MARQUES DE SOUZA NUNES |
| 137699 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | LUCIANA DA SILVA ASSIS |
| 137542 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | LUZIA RODRIGUES DOS SANTOS SOARES |
| 136583 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | NAIANE MARQUES DA ROCHA |
| 139684 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | SIDIANE SANTOS SOUZA |

| | | |
|---|---|---|
| 139699 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL - ESCOLA POLO RIBEIRINHA IRMÃ LEONILDA PIOVESAN - ROOSEVELT | TAIRYANE SONCINE VIANA LIGEIRO |
| 139690 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | ELIANE SANTOS BATISTA |
| 137154 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | ELMA PEREIRA LOPES |
| 139881 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | GEILIANE GNOATTO MOREIRA |
| 137245 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | JOYCE IASMIM DE SOUZA SANTOS |
| 136773 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | KARYZE KUHL CHAVES |
| 139266 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | LUZIANNE GOMES DA SILVA |
| 137715 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | MARIA CLEIDIANE GONÇALVES |
| 139844 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | MICHELE KARINE SILVA DE OLIVEIRA |
| 139794 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | NAUANE LUCAS SANTANA |
| 140041 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | NÚBIA NARA DE JESUS AGUIS |
| 139543 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | ROSELI RAMLOW DA PAIXÃO |
| 139077 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | TAINARA FERREIRA LOPES |
| 139854 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ZONA RURAL- ESCOLA POLO BARTOLOMEU BUENO | THAIS MARA ALVES DA SILVA |
| 136664 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | GEICI NATIELE DOS SANTOS RISSI |
| 137276 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | LUCIANA APARECIDA IZE |
| 137597 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | REGIANE CARDOSO LIMA |
| 137686 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA JOÃO ALVES DOS SANTOS – COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | RENATA SOARES DOS SANTOS |
| 139750 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ADELANDIA DE JESUS DE OLIVEIRA DOS REIS |
| 137802 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ADRISLAINE DOS SANTOS PICOLA |
| 137116 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ALINE DE ARAÚJO SANTOS |
| 137174 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ANA PAULA LIMA CAMARGO |
| 138104 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | CARLA GEELITA LOPES |
| 137096 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | DAHYANE PEREIRA DE OLIVEIRA |
| 138697 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | EDIANE LOPES TEIXEIRA |
| 137137 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | EDILENE BIANQUI DA SILVA |
| 139430 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | ERIVAN DOS ANJOS CARDOSO |
| 136784 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | FABIANA DE SOUZA FARIAS |
| 137132 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | FRANCIELE DE LIMA NERIS |
| 138293 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | FRANCIELE VIDAL LIVRAMENTO |
| 139937 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | JESSICA TEIXEIRA DO CARMO SILVA |
| 139308 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | JULIANA CARVALHO DA SILVA |
| 139703 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | KESIA RAIANE TAVARES BRUMATTI |
| 139073 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | LAURA STEFANY CURTY |
| 138157 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | LETICIA POLIANA RIBEIRO AZEVEDO |
| 137469 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | LUCIENE CASSOLI DE OLIVEIRA |
| 137062 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MARIA DA PENHA FRANCK DA SILVA |
| 136676 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | MARILIA JOHNS CUELLAR EVANGELISTA |
| 136642 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLA VALMIR NEUMANN – DISTRITO GUARIBA | SIRLENE BARBOSA |
| 137901 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADELICE CANDIDO RODRIGUES |
| 136453 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ADRIANA RODRIGUES LEANDRO |
| 137417 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | AGATHA ANDRADE DA SILVA |
| 139833 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ALINE CAMILA FERREIRA |
| 139719 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ALINE KAROLINE SARAIVA |

| | | |
|---|---|---|
| 137466 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANA CAROLINA SOUZA MORAES |
| 136849 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANA JÚLIA GABRIELI DE SOUSA MARQUES |
| 137765 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANA LUIZA DE SOUZA PAREDES |
| 138037 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANDRESSA LENKE CANDIDO |
| 137663 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANDRESSA NEITZEL GOMES |
| 138265 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ANDREZA COSTA DE ALMEIDA |
| 137243 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | BRUNA MICHALSKI DA SILVA |
| 137366 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CÁLITA VAZ DA SILVA |
| 139249 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CAMILA TAYNARA RIBEIRO |
| 138005 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | CAROLINA SILVA DE SOUZA |
| 137291 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DAIANE DA SILVA FAUSTINO |
| 137462 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DAIANE RODRIGUES DOS SANTOS |
| 136855 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DENISE FERREIRA MORAES |
| 136687 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DENISE GRISINE SILVA QUINTO ALVES |
| 139496 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DENISE MENDONÇA SALVATI |
| 137149 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DENISE RODRIGUES DA SILVA |
| 136780 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DHENIFER FERREIRA PEREIRA |
| 137256 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | DINAMARA ALVES FIGUEIRA BARROS |
| 137161 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EDIVANIA LOPES DE SOUZA DOS REIS |
| 138856 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | EIDE CRISTINA EDGAR DA SILVA FERREIRA |
| 136632 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ELISANDRE DE LIMA OTO |
| 137363 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ERICA DA SILVA |
| 137188 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ERICA DA SILVA SOUZA |
| 137730 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ERICA GOMES FERREIRA |
| 138266 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ERLANE CASSIANE DOS SANTOS |
| 139447 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | FLAVIA MICHALSKI DA SILVA |
| 136851 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GABRIELLY FERREIRA |
| 137100 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | GEISLA GRINEVALD DOS SANTOS |
| 138472 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | IRANETE OLIVEIRA ALMEIDA |
| 139797 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ISABELLY ALVES DE SOUZA |
| 138546 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | IVONE DE SOUZA TEIXEIRA |
| 138914 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | IZAETE PEREIRA DA CRUZ |
| 137426 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JECIVANIA DA SILVA CHAGAS |
| 137591 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JOICE KELLY RODRIGUES LOPES |
| 138100 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JOYCE DANI ANDRA KNUPP |
| 137972 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JOZIANE RIBEIRO DE MELO |
| 137957 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JULIANA DE FREITAS GONÇALVES |
| 137167 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | JUSCICLEIA BATISTA CASSIANO SOARES |
| 137227 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KARLA FABIANA ZANELLA DE SOUZA |
| 136505 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KAROLAINE NEITZEL DA SILVA |
| 137246 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KATI RODRIGUES DE MO CORDEI |
| 140014 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | KEITIANE BORGES MATOS RODRIGUES |
| 137068 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LAIANE OLIVEIRA DA LUZ |
| 136449 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LAÍS RODRIGUES DE S. BROISLER |

| | | |
|---|---|---|
| 137123 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LAUANE PEDROSA FONSECA SALLES |
| 138730 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LAURA CRISTINA DA CONCEIÇÃO FERNANDES |
| 140058 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LILLIAN VIANA DE OLIVEIRA |
| 136567 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LORRAINE MIQUELE DA SILVA ARAÚJO |
| 136460 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUCI MEIRI MARQUES DA SILVA RIBEIRO |
| 139966 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUCIENE SIQUEIRA EVANGELISTA |
| 137186 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | LUCINEIA RODRIGUES PINHEIRO |
| 137714 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MAELI DE OLIVEIRA SANTOS |
| 138707 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARÇA NINMER BUSS MUND |
| 139113 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCIA RUDES |
| 137833 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARCOS GONÇALVES DE ABREU |
| 138026 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA DO CARMO ARAUJO |
| 138224 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA EDUARDA PEREIRA DE OLIVEIRA |
| 140059 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA LUIZA SANTOS DE OLIVEIRA |
| 137295 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIA VITORIA DE LIMA MEDEIROS |
| 139242 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MARIANI OLIVEIRA NASCIMENTO |
| 138950 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MAXLANE MENDES COSTA DA SILVA |
| 137625 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MIRIÃ ESTEFANI DA SILVA |
| 137721 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MIRIAN OLIVEIRA SANTOS |
| 137135 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | MÔNICA MANDELLI |
| 136711 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NATALIA RUDES MARTINS |
| 139929 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | NICOLI LIGIA VALDIVINO |
| 139086 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | PATRÍCIA FERREIRA DE OLIVEIRA |
| 139755 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | PATRICIA LOPES DOS SANTOS |
| 137719 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | PRISCILA RAMOS LIMA |
| 138232 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | PRISCILA SOUZA LACERDA |
| 137143 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | QUEILA KEFLER MOREIRA |
| 139921 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | REGINA CARDOSO DE SA |
| 138074 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | RENATA MARTINS DOS SANTOS |
| 139546 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROSICLÉIA JARDIM SILVA |
| 139527 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROSILENE GOMES LEAL |
| 136476 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | ROSIMÉRY KILL DOS SANTOS NUNES |
| 137081 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SIMONE DA SILVA PEREIRA |
| 140070 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SIRLEYA LUDTKE GABRECHT |
| 138288 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SUSANA GEREMIAS DIAS |
| 139640 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | TANIA CRISTINA DA SILVA |
| 137344 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | TATIANE ROSSI ALVES |
| 139984 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | THAISLANE VIEIRA FLORENCIO DOS SANTOS |
| 138268 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | THAYS OLIVEIRA GIRARDI |
| 136862 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VALDIELI EZEQUIEL MESSIAS |
| 137119 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VANESSA RODRIGUES DE SOUZA |
| 138462 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VANUZA SILVA DUTRA |
| 139660 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | VITORIA MARIANE FERNANDES DA SILVA |
| 137540 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | JAINE ALVES DA SILVA |

| | | |
|---|---|---|
| 136803 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | JESSIKA XAVIER JORGE OLIVEIRA |
| 139989 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | LAUDICEIA ZAMACAE RODRIGUES |
| 136554 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | TAIS DOS SANTOS SANTANA |
| 138067 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | THAYRES ALVES SOLEIRA |
| 139079 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ZONA RURAL – ESCOLA POLO TANCREDO NEVES | VANGLLETE DAS MARCES ARAUJO |
| 137720 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | AGNA ALMEIDA ADORNO |
| 137103 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | AMANDA NAIARA RIBEIRO DE SOUZA |
| 139535 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | ANA MARIA FERNANDES |
| 137133 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | ANAIARA VADISLAVA COSTA BIELAK |
| 136458 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | DAIANE DE SOUZA LEITE |
| 137231 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | ELIANE DA SILVA VIEIRA |
| 138306 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | ESLANE MENDES ROSA DA SILVA |
| 137216 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | EUZA CRISTINA DE OLIVEIRA |
| 138636 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | JEANE SOUZA DE OLIVEIRA DOMINGOS |
| 137219 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | JESSICA EUG NOVAIS |
| 139202 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | JOSEANE F. MIRANDA |
| 139724 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | JUCILENE ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA |
| 137203 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | JULIANA SARTORI DALCIN |
| 137441 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | LORENNA NADHIEGY FERNANDES GAMA |
| 136778 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | MAISA COLOMBO PEREIRA |
| 137273 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | MARCIANO RUDES |
| 139067 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | MARCILENE APARECIDA ALEIXO COELHO DE CAMPOS |
| 137208 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | MAVI RESENDE FIRMINO |
| 137232 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | ODALIA CHAGAS DE OLIVEIRA |
| 136689 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | RAIANY FLORES DOS SANTOS CERUUTI |
| 136593 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | ROSANA MARIA BENTO |
| 137753 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | VERA LUCIA DA SILVA PEREIRA |
| 137187 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | YASKARA BARBOSA DA SILVA LIMA |
| 137253 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM SEDE – ZONA URBANA | ZELIANE DIAS PEREIRA BOROVIEC |
| 136456 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM - DISTRITO GUARIBA | ADRIANA DA SILVA PRÀ |
| 136834 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM - DISTRITO GUARIBA | CARINA OLIVEIRA MIGUEL |
| 137481 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM - DISTRITO GUARIBA | EDIANA FRANCISCO DA COSTA MELO |
| 137257 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM - DISTRITO GUARIBA | LOHAINE CRISPIM APOLINARIO |
| 139329 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM - COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | GEZOEL DE SOUZA QUEIROZ |
| 138966 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM - COMUNIDADE DE TRÊS FRONTEIRAS | VANDERLEIA DOS SANTOS SOUZA |
| 137169 | TÉCNICO DE LABORATÓRIO SEDE – ZONA URBANA | ELIZANDRA SILVA RODRIGUES |
| 137181 | TÉCNICO DE LABORATÓRIO SEDE – ZONA URBANA | KARLA RENATA DE CARVALHO TORRES |
| 137773 | TÉCNICO DE LABORATÓRIO SEDE – ZONA URBANA | KETELEN CRIS MAIA DE ARAU |
| 137744 | TÉCNICO DE LABORATÓRIO SEDE – ZONA URBANA | LUANA DE OLIVEIRA |
| 139806 | TÉCNICO DE LABORATÓRIO SEDE – ZONA URBANA | RAFAELA CARVALHO RUFINO VIEIRA DE SOUZA |
| 137369 | TÉCNICO DE RAIO X SEDE – ZONA URBANA | DANELI GUZLINSKI BARRO |
| 136669 | TÉCNICO DE RAIO X SEDE – ZONA URBANA | LEONARDO BRUNO HOFSTATTER |
| 137117 | TÉCNICO DE RAIO X SEDE – ZONA URBANA | MILENE VIEIRA DA SILVA |
| 139887 | TÉCNICO DE RAIO X SEDE – ZONA URBANA | SANDREIA SANTOS DA LUZ |
| 137919 | TÉCNICO DE RAIO X SEDE – ZONA URBANA | WELERSON SOUSA SANTOS |
| 139935 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | ADILSON ANDERSON DA SILVA MACEDO |
| 137992 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | ANALIA APARECIDA NEVES DE OLIVEIRA DIAS |
| 136917 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | APARECIDA RODRIGUES DA SILVA |
| 137329 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | CARLOS ALEXANDRE BENTO |
| 137268 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | ELIZEU MONTEIRO |
| 138241 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | EZEQUIAS OLIVEIRA SILVA |
| 137390 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | GABRYEL RERISSON DA SILVA LEAL |
| 139449 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | IZAIAS JOSE MELOS DE SOUZA |
| 139790 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | JOSÉ ROBERTO AFONSO |
| 138018 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | KAUAN DA SILVA CAVALCANTE MELLO |
| 138842 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | LUCAS BUENO DE CAMPOS |
| 137395 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | MARIA DO CARMO SILVA SOUZA |
| 138118 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | MATEUS PONTES DE SOUZA |

| | | |
|---|---|---|
| 136930 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | SELSON MORAES DE OLIVEIRA |
| 140029 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | THOMAZ FELIPE BAPTISTA ROSE |
| 136765 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | VALDINEI DA SILVA |
| 140012 | VIGILANTE SEDE – ZONA URBANA | WELISSON ROCHA DO NASCIMENTO |
| 138102 | VIGILANTE - DISTRITO GUARIBA | CHARLES SANABRIA DE SOUZA |
| 137608 | VIGILANTE - DISTRITO GUARIBA | ELVISON MACEDO MOURA |
| 136933 | VIGILANTE - DISTRITO GUARIBA | JHEYMISON DA SILVA SOUZA |
| 137078 | VIGILANTE - DISTRITO GUARIBA | JOAO NOGUEIRA SIEBRE |
| 138078 | VIGILANTE - DISTRITO GUARIBA | MARCOS DO NASCIMENTO FILGUEIRAS |

*** PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PCD:**

| INSCRIÇÃO | VAGA | CANDIDATO |
|---|---|---|
| 137093 | APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | RAYSSA LEANDRO FERREIRA |
| 136466 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | ALINY DA SILVA NENEVE |
| 137980 | ENFERMEIRO - ZONA URBANA | LEONICE VIEIRA DOS SAN PEDRO |
| 139319 | TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ATENDIMENTO DE ALUNOS ESPECIAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDE – ZONA URBANA | SILVIA LUIZA DE SOUZA FRACASSO |

---

## RECURSOS HUMANOS
## PORTARIA Nº 623/ADM/2026

### PORTARIA Nº 623/ADM/2026, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,** Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

**CONSIDERANDO;** a lei nº 14.434, de 04 de agosto de 2022 que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

**CONSIDERANDO:** a Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023 que estabelece os critérios e procedimentos para o repasse da assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras; e Portaria GM/MS nº 12.207/2026;

**CONSIDERANDO:** o Comunicado Interno nº 250/SMS/2026 de 01 de outubro de 2026 que solicita a publicação das informações referente ao repasse do complemento do piso da enfermagem;

**RESOLVE:**

**Art. 1°** - Tornar Público o repasse da assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento do piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras.

**Art. 2°** - O repasse é referente a setembro do ano de 2026, conforme relação abaixo.

| CPF PROFISSIONAL | NOME PROFISSIONAL | QTDE MÊS | COMPLEMENTO MENSAL UNIÃO |
|---|---|---|---|
| XXX710771XX | ANDREIA LIMA DE SOUZA | 1 | 267,64 |
| XXX945531XX | MARCELA TAMANDARÉ FIRME | 1 | 267,64 |
| XXX396422XX | MARCIA CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA | 1 | 267,64 |
| XXX927091XX | STEFANNY DA SILVA BONETTO | 1 | 267,64 |
| XXX668801XX | ESLANE MENDES ROSA DA SILVA | 1 | 267,64 |
| XXX721301XX | YASKARA BARBOSA DA SILVA LIMA | 1 | 267,64 |
| XXX908951XX | ROSANA MARIA BENTO | 1 | 267,64 |
| XXX668241XX | MARCIANO RUDES | 1 | 267,64 |
| XXX674071XX | JESSICA EUGENIO NOVAIS | 1 | 267,64 |
| XXX612581XX | LEIDE DAYANE RESENDE FIRMINO | 1 | 267,64 |
| XXX882402XX | ADRIANA DA SILVA PRA | 1 | 267,64 |
| XXX108462XX | SELMA DA SILVA ROCHA DO NASCIMENTO | 1 | 267,64 |
| XXX583542XX | CARINA OLIVEIRA MIGUEL | 1 | 267,64 |
| XXX718501XX | MAISA COLOMBO PEREIRA | 1 | 267,64 |
| XXX819092XX | MARCIA ROSA DOS SANTOS | 1 | 267,64 |
| XXX533411XX | RAYANE LOURENÇO EUGENIO | 1 | 267,64 |
| XXX929841XX | DAIANE DE SOUZA LEITE | 1 | 267,64 |
| XXX063501XX | ANAIARA VADISLAVA COSTA BIELAK | 1 | 267,64 |
| XXX588891XX | ANATALIA SILVA ARAUJO | 1 | 267,64 |
| XXX039762XX | ELIANE DA SILVA VIEIRA | 1 | 267,64 |
| XXX795982XX | EUZA CRISTINA DE OLIVEIRA | 1 | 267,64 |
| XXX854472XX | VERA LUCIA DA SILVA PEREIRA | 1 | 267,64 |
| XXX399782XX | JULIANA SARTORI DALCIN | 1 | 267,64 |
| XXX737791XX | RAIANY FLORES DOS SANTOS CERUTI | 1 | 267,64 |
| XXX118181XX | LOHAINE CRISPIM APOLINARIO | 1 | 267,64 |
| XXX921871XX | KETELYN ELAINE TEIXEIRA FORTES | 1 | 267,64 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| XXX657591XX | STEFHANIE PEREIRA DE SOUZA | 1 | 267,64 |
| XXX548282XX | ANA MARIA FERNANDES | 1 | 267,64 |
| XXX779642XX | AGNA ALMEIDA ADORNO | 1 | 267,64 |
| XXX179161-67 | ZEILIANE DIAS PEREIRA | 1 | 267,64 |

**Art. 3°** - os servidores abaixo relacionados por não estarem ativos no período informado, foram pagos através de empenho pelo setor de contabilidade.

| CPF PROFISSIONAL | NOME PROFISSIONAL | QTDE MÊS | COMPLEMENTO MENSAL UNIÃO |
|---|---|---|---|
| XXX722240XX | JOCELI CAMARA DE ARAUJO SILVINO | 1 | 273,87 |
| XXX429222XX | AMANDA NAIARA RIBEIRO DE SOUZA | 1 | 273,87 |

**Art. 4°** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de novembro de 2026.

**Certidão de Publicação**
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 10 de novembro de 2026.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

**ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES**

**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

**PORTARIA Nº. 002/GP/2021**

---

**CAMARA MUNICIPAL**
**PORTARIA N° 52, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em atendimento às exigências legais pertinentes;

**CONSIDERANDO** que a Lei Municipal nº 1.218, de 28 de janeiro de 2025, em seu art. 2º, § 3º, inciso I, dispõe que a não apresentação do relatório de atividade mensal, em razão de fortuito ou força maior, devidamente justificada, deve ser analisada pela Mesa Diretora, para fins de aceitação da justificativa, através de Portaria;

**CONSIDERANDO** a justificativa formal apresentada pelo Vereador Valter de Lima Jesus, por meio do OFÍCIO Nº 29/GAB. V. L. J./2026, no qual justifica a impossibilidade de apresentação tempestiva do Relatório de Atividade Mensal da Verba Indenizatória referente ao mês de outubro de 2026.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Fica reconhecida e acatada, pela Mesa Diretora, a justificativa apresentada pelo Vereador Valter de Lima Jesus quanto à não apresentação tempestiva do Relatório de Atividade Mensal da Verba Indenizatória referente ao mês de outubro de 2026, em razão de motivo de força maior devidamente justificado.

**Art. 2° -** Ficam os setores competentes da Câmara Municipal de Colniza autorizados a adotar as providências administrativas necessárias ao processamento e pagamento da Verba Indenizatória referente ao mês de outubro de 2026, desde que atendidas as demais exigências legais e regulamentares aplicáveis.

**Art. 3° -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Colniza/MT, em 10 de novembro de 2026.

**OSEIA PEREIRA GUEDES**

**PRESIDENTE**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação nos locais de costume, átrio da Câmara e Recinto do Paço Municipal.

Colniza-MT, 10 de novembro de 2026.

Oseia Pereira Guedes
Presidente

---

**CAMARA MUNICIPAL**
**RESOLUÇÃO Nº 005/2026 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**EMENTA:** "INSTITUI O CALENDÁRIO ANUAL DE SESSÕES DO EXERCÍCIO DE 2027, DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ".

**A MESA DIRETORA** faz saber que a Câmara Municipal de Colniza/MT aprovou e, eu, **OSEIA PEREIRA GUEDES**, Presidente da Câmara Municipal, no uso de minhas atribuições garantidas em Lei, promulgo a seguinte Resolução:

**Art. 1º -** Fica estabelecido o Calendário Anual das Sessões Ordinárias e Solenes para o Exercício de 2027 da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º -** As reuniões Ordinárias e Solenes da Câmara Municipal de Colniza ocorrerão de acordo com o anexo único desta resolução.

**Art. 3º-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publica-se; e, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

**OSEIA PEREIRA GUEDES**

**Presidente**

**ANEXO ÚNICO**

**CALENDÁRIO ANUAL DAS SESSÕES LEGISLATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2027 (Base Legal – Regimento Interno – Câmara Municipal de Colniza/MT)**

| MES | DATA | ORDEM CRONOLÓGICA | ESPECIFICAÇÃO DA SESSÃO | HORÁRIO |
|---|---|---|---|---|
| JANEIRO | De 20.12.2026 à 20.01.2027 – RECESSO PARLAMENTAR | | | |
| | 26.01.2027 | 1ª Sessão | Solene | 07h30m |
| | 26.01.2027 | 1ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| FEVEREIRO | 02.02.2027 | 2ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 23.02.2027 | 3ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| MARÇO | 09.03.2027 | 4ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 23.03.2027 | 5ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| ABRIL | 06.04.2027 | 6ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 20.04.2027 | 7ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| MAIO | 04.05.2027 | 8ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 18.05.2027 | 9ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| JUNHO | 01.06.2027 | 10ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 22.06.2027 | 11ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 22.06.2027 | 2ª Sessão | Solene | 10h00m |
| JULHO | De 1º a 31.07.2027 RECESSO PARLAMENTAR | | | |
| AGOSTO | 03.08.2027 | 3ª Sessão | Solene | 07h30m |
| AGOSTO | 03.08.2027 | 12ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 31.08.2027 | 13ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| SETEMBRO | 14.09.2027 | 14ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 28.09.2027 | 15ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| OUTUBRO | 05.10.2027 | 16ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 26.10.2027 | 17ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| NOVEMBRO | 09.11.2027 | 18ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 23.11.2027 | 19ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| DEZEMBRO | 07.12.2027 | 20ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 14.12.2027 | 21ª Sessão | Ordinária | 08h00m |
| | 14.12.2027 | 4ª Sessão | Solene | 10h00m |

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

**OSEIA PEREIRA GUEDES**

**Presidente**

---

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**LEI Nº 1.397, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**SÚMULA: "ALTERA A REDAÇÃO DA LEI N. 971, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2022, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica alterado o artigo 7º da Lei n. 971 de 08 de fevereiro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 7º** Fica autorizado a criação de tabelas por meio desta lei, a ser regulamentado através de decreto, a regulamentação de novas tabelas para os servidores que estavam com salários congelados por meio do Decreto nº 069/GP/2018 de 19 de abril de 2018 e por meio do Decreto nº 153/GP/2020 de 19 de outubro de 2020 foram descongelados, porém não se enquadram nas tabelas atuais.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de novembro de 2026.

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

Prefeito Municipal

---

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**LEI Nº 1.398, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz

saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica alterado o artigo 7º da Lei n. 971 de 08 de fevereiro de 2022, que passa a vigorar **Art. 1º** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de até R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), à seguinte rubrica orçamentária:

**DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR**

| SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | CATEGORIA | VALOR | FONTE |
|---|---|---|---|
| 08.001.20.606.0015.1031 – AQUIS. DE VEÍCULOS E EQUIP. PARA AGRICULTURA | 4.4.90.00 | 25.000,00 | 1.701 |

**Art. 2º** - Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação de rendimentos, convênio 2015-2025 SEAF, nos termos do Art. 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 3º** - O valor autorizado nesta Lei será suplementado através de decreto emitido pelo Poder Executivo.

**Art. 4º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de novembro de 2026.

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

Prefeito Municipal

---

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**LEI Nº 1.399, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**SÚMULA: "ALTERA A REDAÇÃO DA LEI N. 1.252, DE 06 DE AGOSTO DE 2025, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica alterado o artigo 1º e 3º da Lei n. 1.252 de 06 de agosto de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a manter a subvenção social mediante **Termo de Fomento** com a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR DE ESPERANÇA – ABLE**, com CNPJ nº 23.679.597/0001-48, situada na Rua José Bonifácio, s/n, Bairro Jardim Imperial, Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, destinado a custear as suas despesas mensais.

**Art. 3º** O instrumento de **Termo de Fomento** citado no Art. 1º desta Lei será por prazo determinado, com duração de até 1 (um) ano, admitida a sua prorrogação anual mediante Termo Aditivo

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de novembro de 2026.

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

Prefeito Municipal

---

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**LEI Nº 1.400, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**SÚMULA: "Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 1.286/2025, que institui o Plano Plurianual – PPA, e da Lei Municipal nº 1.362/2026, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO, para fins de compatibilização com a Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2027, e dá outras providências"**

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Ficam autorizadas as alterações e adequações necessárias nos anexos da Lei Municipal nº 1.286/2025, que institui o Plano Plurianual – PPA, relativamente ao exercício financeiro de 2027, com a finalidade de assegurar sua compatibilidade com os programas, ações, projetos, atividades, operações especiais, objetivos, metas físicas e financeiras e demais disposições constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2027.

Parágrafo único. As adequações previstas no caput poderão compreender a inclusão, exclusão, alteração ou atualização de programas, ações, projetos, atividades, operações especiais, objetivos, metas, indicadores, produtos, unidades de medida e respectivas estimativas financeiras, observando-se o que dispuser a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2027.

**Art. 2º** Ficam autorizadas as alterações e adequações necessárias nos anexos da Lei Municipal nº 1.362/2026, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027, de forma a assegurar sua compatibilidade com os programas, ações, prioridades, metas e valores estabelecidos na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2027.

**Art. 3º** Os anexos, demonstrativos, programas, ações, metas físicas e financeiras e demais instrumentos de planejamento vinculados ao PPA e à LDO deverão ser considerados atualizados e compatibilizados com as disposições constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2027, observada a legislação aplicável.

**Art. 4º** As alterações de que trata esta Lei têm por finalidade assegurar a compatibilidade entre o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, em observância ao sistema de planejamento e orçamento previsto no art. 165 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo autorizado a promover, nos sistemas de planejamento, orçamento e contabilidade do Município, as adequações necessárias à execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações previstos para o exercício financeiro de 2027, em conformidade com o disposto na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 6º** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais disposições da Lei Municipal nº 1.286/2025 e da Lei Municipal nº 1.362/2026 que não forem incompatíveis com as disposições da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2027.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de novembro de 2026.

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**LEI Nº 1.401, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**SÚMULA: "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE COLNIZA – MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Artigo 1º** - Esta lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Colniza - MT, para o Exercício Financeiro de 2025 em **R$ 178.830.000,00 (cento e setenta e oito milhões oitocentos e trinta mil reais),** compreendendo:

I. - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

II. - O Orçamento da Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta e Indireta.

Parágrafo único. O orçamento do Fundo de Previdência do Servidor Municipal, órgão vinculado a Administração Direta do Município de Colniza, e integrante do Orçamento da Seguridade Social, foi fixado em **R$ 12.730.000,00 (doze milhões, setecentos e trinta mil reais).**

**CAPÍTULO II**

**DA PREVISÃO DA RECEITA**

**Artigo 2º** - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Colniza – MT para o exercício de 2024, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima à Receita Bruta em **R$ 197.060.000,00 (cento e noventa e sete milhões e sessenta mil reais),** realizadas as deduções para formação do FUNDEB e Deduções Tributárias no valor de **R$ 18.230.000,00, (dezoito milhões, duzentos e trinta mil reais),** totalizando uma Receita Liquida de R$ 178.830.000,00 (cento e setenta e oito milhões oitocentos e trinta mil reais), para Administração Direta discriminada conforme quadros a seguir:

| ESPECIFICAÇÃO | FISCAL | SEGURIDADE SOCIAL | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 147.039.800,00 | 37.290.200,00 | 184.330.000,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 0,00 | 12.730.000,00 | 12.730.000,00 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE | -18.230.000,00 | 0,00 | -18.230.000,00 |
| **TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | **128.809.800,00** | **50.020.200,00** | **178.830.000,00** |
| **TOTAL GERAL** | **128.809.800,00** | **50.020.200,00** | **178.830.000,00** |

| ESPECIFICAÇÃO | FISCAL | SEGURIDADE SOCIAL | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | | | |
| **RECEITAS CORRENTES** | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 21.706.300,00 | 0 | 21.706.300,00 |
| Contribuições | 1.800.000,00 | 0,00 | 1.800.000,00 |
| Receita de Patrimonial | 2.066.700,00 | 0,00 | 2.066.700,00 |
| Receita de Serviços | 220.000,00 | 0,00 | 220.000,00 |
| Transferências Correntes | 120.946.800,00 | 37.290.200,00 | 158.237.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 300.000,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| **Total das Receitas Correntes** | **147.039.800,00** | **37.290.200,00** | **184.330.000,00** |
| **RECEITA DE CAPITAL** | | | |
| Transferências de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Total das Receitas de Capital** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS** | | | |
| Receitas de Contribuições | 0,00 | 12.730.000,00 | 12.730.000,00 |
| **Total Receitas Intra-Orçamentárias** | **0,00** | 12.730.000,00 | 12.730.000,00 |
| **DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE** | | | |
| Deduções de Transferências Correntes | -18.230.000,00 | 0,00 | -18.230.000,00 |
| **Total Deduções da Receita Corrente** | -18.230.000,00 | **0,00** | -16.237.200,00 |
| **TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | **128.809.800,00** | **50.020.200,00** | **178.830.000,00** |
| **TOTAL GERAL** | **128.809.800,00** | **50.020.200,00** | **178.830.000,00** |

**CAPÍTULO III**

**DA FIXAÇÃO DA DESPESA**

**Artigo 3º -** A despesa do Município é fixada na forma dos anexos desta Lei em R$ 178.830.000,00 (cento e setenta e oito milhões oitocentos e trinta mil reais), para Administração Direta e será realizada segundo a discriminação dos quadros de trabalho e natureza de despesas que estão assim desdobrados:

**I. - Por Categoria Econômica:**

| ESPECIFICAÇÃO | | SEGURIDADE SOCIAL | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | | | |
| **DESPESAS CORRENTES** | **116.947.100,00** | **40.795.500,00** | **157.742.600,00** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 59.282.200,00 | 17.866.800,00 | 77.149.000,00 |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.500.000,00 | 0,00 | 1.500.000,00 |
| Outras Despesas Correntes | 56.164.900,00 | 22.928.700,00 | 79.093.600,00 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **10.474.400,00** | **1.370.300,00** | **11.944.700,00** |
| Investimentos | 8.974.400,00 | 1.370.300,00 | 10.344.700,00 |
| Amortização da Dívida | 1.500.000,00 | 0,00 | 1.500.000,00 |
| **RESERVA RPPS** | **0,00** | **7.354.400,00** | **7.354.400,00** |
| RESERVA RPPS | 0,00 | 7.354.400,00 | 7.354.400,00 |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | **1.788.300,00** | **0,00** | **1.788.300,00** |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 1.788.300,00 | 0,00 | 1.788.300,00 |
| **Total da Administração Direta** | **129.209.800,00** | **49.520.200,00** | **178.830.000,00** |
| **TOTAL GERAL** | **129.209.800,00** | **49.520.200,00** | **178.830.000,00** |

**II. – Por Órgãos de Governo:**

| ESPECIFICAÇÃO | FISCAL | SEGURIDADE SOCIAL | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | | | |
| Câmara Municipal | 7.573.000,00 | 0,00 | 7.573.000,00 |
| Gabinete do Prefeito | 6.300.000,00 | 0,00 | 6.300.000,00 |
| Secretaria Mun. de Planejamento | 1.900.000,00 | 0,00 | 1.900.000,00 |
| Secretaria Mun. de Administração | 5.100.000,00 | 0,00 | 5.100.000,00 |
| Secretaria Mun. de Finanças | 8.300.000,00 | 0,00 | 8.300.000,00 |
| Secretaria Mun. de Educação, Cultura, Desporto e lazer | 59.191.000,00 | 0,00 | 59.191.000,00 |
| Secretaria Mun. de Saúde | 0,00 | 32.490.200,00 | 32.490.200,00 |
| Secretaria Mun. de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social | 0,00 | 4.800.000,00 | 4.800.000,00 |
| Secretaria Mun. de Desenvolvimento Rural | 2.600.000,00 | 0,00 | 2.600.000,00 |
| Secretaria Mun. de Meio Ambiente e Turismo | 700.000,00 | 0,00 | 700.000,00 |
| Secretaria Mun. de Infra-estrutura | 35.845.800,00 | 0,00 | 35.845.800,00 |
| Fundo Municipal de Previdência Social | 0,00 | 12.730.000,00 | 12.730.000,00 |
| Secretaria Mun. De Esportes e Lazer | 1.300.000,00 | 0,00 | 1.300.000,00 |
| **Total da Administração Direta** | **128.809.800,00** | **50.020.200,00** | **178.830.000,00** |
| **TOTAL GERAL** | **128.809.800,00** | **50.020.200,00** | **178.830.000,00** |

**III. – Por Funções:**

| ESPECIFICAÇÃO | FISCAL | SEGURIDADE SOCIAL | TOTAL |
|---|---|---|---|
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | | | |
| 01. Legislativa | 7.573.000,00 | 0,00 | 6.291.700,00 |
| 04. Administração | 15.023.400,00 | 0,00 | 12.533.300,00 |
| 08. Assistência Social | 0,00 | 4.800.000,00 | 4.300.000,00 |
| 09. Previdência Municipal | 0,00 | 5.375.600,00 | 3.492.000,00 |
| 10. Saúde | 0,00 | 32.490.200,00 | 33.849.961,00 |
| 12. Educação | 58.765.000,00 | 0,00 | 52.080.064,11 |
| 13. Cultura | 426.000,00 | 0,00 | 568.000,00 |
| 14. Direitos da Cidadania | 100,00 | | 200,00 |
| 15. Urbanismo | 21.774.700,00 | 0,00 | 19.828.103,49 |
| 16. Habitação | 100,00 | | 200,00 |
| 17. Saneamento | 1.890.100,00 | 0,00 | 1.878.690,51 |
| 18. Gestão Ambiental | 649.800,00 | 0,00 | 276.100,00 |
| 20. Agricultura | 2.600.000,00 | 0,00 | 1.800.000,00 |
| 23. Comercio e Serviços | 50.200,00 | 0,00 | 53.900,00 |
| 25. Energia | 200,00 | 0,00 | 300,00 |
| 26. Transporte | 12.180.600,00 | 0,00 | 13.627.708,89 |
| 27. Desporto e Lazer | 1.300.000,00 | 0,00 | 1.300.000,00 |
| 28. Encargos Especiais | 4.788.300,00 | 0,00 | 2.860.100,00 |
| 99. Reserva de Contingência | 1.7880.300,00 | 7.354.400,00 | 7.939.672,00 |
| **Total da Administração Direta** | **128.809.800,00** | **50.020.200,00** | **178.830.000,00** |
| **TOTAL GERAL** | **128.809.800,00** | **50.020.200,00** | **178.830.000,00** |

**Artigo. 4º** - O Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta ficam assim distribuídos:

| DESCRICAO | TOTAL |
|---|---|
| **Orçamento Fiscal** | **128.809.800,00** |
| **Orçamento da Seguridade Social** | **48.021.633,00** |
| Saúde | 32.490.200,00 |
| Assistência Social | 4.800.000,00 |
| Previdência Social | 12.730.000,00 |
| **ORÇAMENTO TOTAL** | **178.830.000,00** |

## CAPÍTULO IV

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Artigo 5.º -** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em obediência ao que dispõe o Art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, observando-se as seguintes condições:

**I -** até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada no Art. 3º desta lei, para os casos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

**II -** até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial, para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro;

**III -** conforme art. 6º da Portaria interministerial nº 163/2001 e Resolução de Consulta nº 15/2010 do TCE-MT, a discriminação da despesa quanto a sua natureza, far-se-á, no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

**IV** – Fica autorizado alterações orçamentárias entre fontes de destinações (fontes de Recursos) de despesas da mesma dotação e ou projeto atividade não afetando o limite previsto no *caput* deste artigo;

**V -** Não onerarão o limite previsto Inciso "I", os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal e encargos, inativos e pensionistas, bem como, de amortização e encargos da dívida.

**Artigo 6.º -** O Poder Executivo fica autorizado Contratar Operações de Crédito até o limite fixado pela legislação pertinente.

**Artigo 7.º -** Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2.027.

**Artigo 8.º -** Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.027, revogadas a disposições em contrário.

Registre-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de novembro de 2026.

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

Prefeito Municipal

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO DA LEI 1.401-2027**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 1

Orçamento Programa - Exercício de 2027

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

| Código | Especificação | F.R. | Desdobramento | SubCategoria Fonte | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 1000.00.0.0 | RECEITAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 190.781.500,00 |
| 1100.00.0.0 | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0.000.000 | | 21.706.300,00 | |
| 1110.00.0.0 | IMPOSTOS | 0.000.000 | | 17.536.300,00 | |
| 1112.00.0.0 | IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO | 0.000.000 | 4.640.000,00 | | |
| 1112.50.0.0 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA | 0.000.000 | 2.400.000,00 | | |
| 1112.50.0.1 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - P | 1.1.500 | 1.050.000,00 | | |
| 1112.50.0.1 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - P | 2.1.500 | 450.000,00 | | |
| 1112.50.0.1 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - P | 3.1.500 | 280.000,00 | | |
| 1112.50.0.2 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 1.1.500 | 15.950,00 | | |
| 1112.50.0.2 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 2.1.500 | 7.150,00 | | |
| 1112.50.0.2 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 3.1.500 | 4.400,00 | | |
| 1112.50.0.3 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - D | 1.1.500 | 224.500,00 | | |
| 1112.50.0.3 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - D | 2.1.500 | 104.000,00 | | |
| 1112.50.0.3 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - D | 3.1.500 | 64.000,00 | | |
| 1112.50.0.4 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 1.1.500 | 116.000,00 | | |
| 1112.50.0.4 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 2.1.500 | 52.000,00 | | |
| 1112.50.0.4 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 3.1.500 | 32.000,00 | | |
| 1112.53.0.0 | IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E D | 0.000.000 | 2.240.000,00 | | |
| 1112.53.0.1 | IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE | 1.1.500 | 1.318.150,00 | | |
| 1112.53.0.1 | IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE | 2.1.500 | 563.450,00 | | |
| 1112.53.0.1 | IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE | 3.1.500 | 358.400,00 | | |
| 1113.00.0.0 | IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA | 0.000.000 | 7.876.300,00 | | |
| 1113.03.0.0 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE | 0.000.000 | 7.876.300,00 | | |
| 1113.03.1.0 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO | 0.000.000 | 4.076.300,00 | | |
| 1113.03.1.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIP | 1.1.500 | 2.480.300,00 | | |
| 1113.03.1.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIP | 2.1.500 | 988.000,00 | | |
| 1113.03.1.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIP | 3.1.500 | 608.000,00 | | |
| 1113.03.4.0 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS | 0.000.000 | 3.800.000,00 | | |
| 1113.03.4.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS | 1.1.500 | 2.500.000,00 | | |
| 1113.03.4.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS | 2.1.500 | 800.000,00 | | |
| 1113.03.4.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS | 3.1.500 | 500.000,00 | | |
| 1114.00.0.0 | IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERV | 0.000.000 | 5.020.000,00 | | |
| 1114.51.0.0 | IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS | 0.000.000 | 5.020.000,00 | | |
| 1114.51.1.0 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN | 0.000.000 | 5.020.000,00 | | |
| 1114.51.1.1 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCI | 1.1.500 | 2.900.000,00 | | |
| 1114.51.1.1 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCI | 2.1.500 | 1.300.000,00 | | |
| 1114.51.1.1 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCI | 3.1.500 | 780.000,00 | | |
| 1114.51.1.2 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 1.1.500 | 11.600,00 | | |
| 1114.51.1.2 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 2.1.500 | 5.200,00 | | |
| 1114.51.1.2 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 3.1.500 | 3.200,00 | | |
| 1114.51.1.3 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA | 1.1.500 | 8.700,00 | | |
| 1114.51.1.3 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA | 2.1.500 | 3.900,00 | | |
| 1114.51.1.3 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA | 3.1.500 | 2.400,00 | | |
| 1114.51.1.4 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 1.1.500 | 2.900,00 | | |
| 1114.51.1.4 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 2.1.500 | 1.300,00 | | |
| 1114.51.1.4 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 3.1.500 | 800,00 | | |
| 1120.00.0.0 | TAXAS | 0.000.000 | | 4.170.000,00 | |
| 1121.00.0.0 | TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA | 0.000.000 | 2.270.000,00 | | |
| 1121.01.0.0 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO | 0.000.000 | 2.270.000,00 | | |
| 1121.01.0.1 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - | 1.1.500 | 1.218.000,00 | | |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 2

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

| Código | Especificação | F.R. | Desdobramento | SubCategoria Fonte | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| | PRINCIPAL | | | | |
| 1121.01.0.1 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL | 2.1.500 | 546.000,00 | | |
| 1121.01.0.1 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL | 3.1.500 | 336.000,00 | | |
| 1121.01.0.2 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS | 1.1.500 | 60.000,00 | | |
| 1121.01.0.3 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA | 1.1.500 | 80.000,00 | | |
| 1121.01.0.4 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS | 1.1.500 | 30.000,00 | | |
| 1122.00.0.0 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 0.000.000 | 1.900.000,00 | | |
| 1122.01.0.0 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL | 0.000.000 | 1.900.000,00 | | |
| 1122.01.0.1 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL | 1.1.500 | 1.400.000,00 | | |
| 1122.01.0.2 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS D | 1.1.500 | 100.000,00 | | |
| 1122.01.0.3 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA | 1.1.500 | 200.000,00 | | |
| 1122.01.0.4 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS D | 1.1.500 | 200.000,00 | | |
| 1200.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES | 0.000.000 | | 7.148.200,00 | |
| 1210.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 0.000.000 | | 5.348.200,00 | |
| 1215.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEM | 0.000.000 | 5.348.200,00 | | |
| 1215.01.0.0 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL | 0.000.000 | 5.348.200,00 | | |
| 1215.01.1.0 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO | 0.000.000 | 5.328.100,00 | | |
| 1215.01.1.1 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL | 1.1.800 | 4.000,00 | | |
| 1215.01.1.1 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL | 7.1.800 | 151.000,00 | | |
| 1215.01.1.1 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL | 7.1.800 | 5.173.000,00 | | |
| 1215.01.1.2 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS DE MOR | 7.1.800 | 100,00 | | |
| 1215.01.2.0 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO | 0.000.000 | 20.000,00 | | |
| 1215.01.2.1 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL | 7.1.800 | 20.000,00 | | |
| 1215.01.3.0 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS | 0.000.000 | 100,00 | | |
| 1215.01.3.1 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL | 7.1.800 | 100,00 | | |
| 1240.00.0.0 | CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 0.000.000 | | 1.800.000,00 | |
| 1241.00.0.0 | CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 0.000.000 | 1.800.000,00 | | |
| 1241.50.0.0 | CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 0.000.000 | 1.800.000,00 | | |
| 1241.50.0.1 | CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 9.1.751 | 1.800.000,00 | | |
| 1300.00.0.0 | RECEITA PATRIMONIAL | 0.000.000 | | 2.169.900,00 | |
| 1320.00.0.0 | VALORES MOBILIÁRIOS | 0.000.000 | | 2.169.900,00 | |
| 1321.00.0.0 | JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS | 0.000.000 | 2.169.900,00 | | |
| 1321.01.0.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS | 0.000.000 | 2.066.700,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 950.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.500 | 450.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.540 | 40.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.569 | 15.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.571 | 20.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.600 | 40.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.601 | 40.200,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.759 | 80.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 3.1.500 | 300.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 3.1.621 | 100.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 4.1.660 | 20.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 4.1.661 | 5.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 9.1.750 | 1.500,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 9.1.751 | 5.000,00 | | |
| 1321.04.0.0 | REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SO | 0.000.000 | 103.200,00 | | |
| 1321.04.0.1 | REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SO | 7.1.800 | 1.000,00 | | |
| 1321.04.0.1 | REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SO | 7.1.802 | 102.200,00 | | |
| 1600.00.0.0 | RECEITA DE SERVIÇOS | 0.000.000 | | 220.000,00 | |
| 1610.00.0.0 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS | 0.000.000 | | 200.000,00 | |
| 1611.00.0.0 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS | 0.000.000 | 200.000,00 | | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 3

Orçamento Programa - Exercício de 2027

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

| Código | Especificação | F.R. | Desdobramento | SubCategoria Fonte | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 1611.01.0.0 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS | 0.000.000 | 100.000,00 | | |
| 1611.01.0.1 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 100.000,00 | | |
| 1611.02.0.0 | INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS | 0.000.000 | 100.000,00 | | |
| 1611.02.0.1 | INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 100.000,00 | | |
| 1690.00.0.0 | OUTROS SERVIÇOS | 0.000.000 | | 20.000,00 | |
| 1699.00.0.0 | OUTROS SERVIÇOS | 0.000.000 | 20.000,00 | | |
| 1699.99.0.0 | OUTROS SERVIÇOS | 0.000.000 | 20.000,00 | | |
| 1699.99.0.1 | OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 20.000,00 | | |
| 1700.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0.000.000 | | 158.237.000,00 | |
| 1710.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | 0.000.000 | | 63.700.000,00 | |
| 1711.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNI | 0.000.000 | 48.100.000,00 | | |
| 1711.51.0.0 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM | 0.000.000 | 47.500.000,00 | | |
| 1711.51.1.0 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME | 0.000.000 | 44.000.000,00 | | |
| 1711.51.1.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME | 1.1.500 | 24.473.200,00 | | |
| 1711.51.1.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME | 2.1.500 | 10.530.000,00 | | |
| 1711.51.1.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME | 3.1.500 | 8.996.800,00 | | |
| 1711.51.2.0 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS E | 0.000.000 | 3.500.000,00 | | |
| 1711.51.2.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS E | 1.1.500 | 1.960.000,00 | | |
| 1711.51.2.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS E | 2.1.500 | 910.000,00 | | |
| 1711.51.2.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS E | 3.1.500 | 630.000,00 | | |
| 1711.52.0.0 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 0.000.000 | 600.000,00 | | |
| 1711.52.0.1 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 1.1.500 | 348.000,00 | | |
| 1711.52.0.1 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 2.1.500 | 156.000,00 | | |
| 1711.52.0.1 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 3.1.500 | 96.000,00 | | |
| 1712.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO | 0.000.000 | 2.300.000,00 | | |
| 1712.51.0.0 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECU | 0.000.000 | 1.400.000,00 | | |
| 1712.51.0.1 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECU | 1.1.500 | 812.000,00 | | |
| 1712.51.0.1 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECU | 2.1.500 | 364.000,00 | | |
| 1712.51.0.1 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECU | 3.1.500 | 224.000,00 | | |
| 1712.52.0.0 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓL | 0.000.000 | 900.000,00 | | |
| 1712.52.4.0 | COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP | 0.000.000 | 900.000,00 | | |
| 1712.52.4.1 | COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL | 1.1.500 | 522.000,00 | | |
| 1712.52.4.1 | COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL | 2.1.500 | 234.000,00 | | |
| 1712.52.4.1 | COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL | 3.1.500 | 144.000,00 | | |
| 1713.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS | 0.000.000 | 8.180.000,00 | | |
| 1713.50.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - | 0.000.000 | 7.960.000,00 | | |
| 1713.50.1.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 0.000.000 | 4.730.000,00 | | |
| 1713.50.1.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 2.1.600 | 2.730.000,00 | | |
| 1713.50.1.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 3.1.604 | 2.000.000,00 | | |
| 1713.50.2.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 0.000.000 | 2.360.000,00 | | |
| 1713.50.2.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 2.1.600 | 2.100.000,00 | | |
| 1713.50.2.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 3.1.600 | 260.000,00 | | |
| 1713.50.3.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 0.000.000 | 630.000,00 | | |
| 1713.50.3.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 3.1.600 | 630.000,00 | | |
| 1713.50.4.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 0.000.000 | 240.000,00 | | |
| 1713.50.4.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 3.1.600 | 240.000,00 | | |
| 1713.51.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - | 0.000.000 | 20.000,00 | | |
| 1713.51.1.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE | 0.000.000 | 10.000,00 | | |
| 1713.51.1.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE | 3.1.601 | 10.000,00 | | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 4

Orçamento Programa - Exercício de 2027

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

| Código | Especificação | F.R. | Desdobramento | SubCategoria Fonte | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 1713.51.2.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE | 0.000.000 | 10.000,00 | | |
| 1713.51.2.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE | 3.1.601 | 10.000,00 | | |
| 1713.99.0.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE | 0.000.000 | 200.000,00 | | |
| 1713.99.0.1 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE | 3.1.605 | 200.000,00 | | |
| 1714.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIME | 0.000.000 | 3.880.000,00 | | |
| 1714.50.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | 0.000.000 | 2.800.000,00 | | |
| 1714.50.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL | 2.1.550 | 2.800.000,00 | | |
| 1714.52.0.0 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ | 0.000.000 | 600.000,00 | | |
| 1714.52.0.1 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ | 2.1.552 | 600.000,00 | | |
| 1714.53.0.0 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO T | 0.000.000 | 480.000,00 | | |
| 1714.53.0.1 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO T | 2.1.553 | 480.000,00 | | |
| 1717.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | 0.000.000 | 240.000,00 | | |
| 1717.52.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS | 0.000.000 | 240.000,00 | | |
| 1717.52.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS | 4.1.660 | 240.000,00 | | |
| 1719.00.0.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO | 0.000.000 | 1.000.000,00 | | |
| 1719.58.0.0 | TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº | 0.000.000 | 1.000.000,00 | | |
| 1719.58.0.1 | TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº | 1.1.500 | 580.000,00 | | |
| 1719.58.0.1 | TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº | 2.1.500 | 260.000,00 | | |
| 1719.58.0.1 | TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº | 3.1.500 | 160.000,00 | | |
| 1720.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E | 0.000.000 | | 53.637.000,00 | |
| 1721.00.0.0 | PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL | 0.000.000 | 46.650.000,00 | | |
| 1721.50.0.0 | COTA-PARTE DO ICMS | 0.000.000 | 42.000.000,00 | | |
| 1721.50.0.1 | COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 23.000.000,00 | | |
| 1721.50.0.1 | COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | 2.1.500 | 11.200.000,00 | | |
| 1721.50.0.1 | COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | 3.1.500 | 7.800.000,00 | | |
| 1721.51.0.0 | COTA-PARTE DO IPVA | 0.000.000 | 4.300.000,00 | | |
| 1721.51.0.1 | COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | 1.1.500 | 2.620.000,00 | | |
| 1721.51.0.1 | COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | 2.1.500 | 1.040.000,00 | | |
| 1721.51.0.1 | COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | 3.1.500 | 640.000,00 | | |
| 1721.52.0.0 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS | 0.000.000 | 250.000,00 | | |
| 1721.52.0.1 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 145.000,00 | | |
| 1721.52.0.1 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL | 2.1.500 | 65.000,00 | | |
| 1721.52.0.1 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL | 3.1.500 | 40.000,00 | | |
| 1721.53.0.0 | COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMI | 0.000.000 | 100.000,00 | | |
| 1721.53.0.1 | COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMI | 9.1.750 | 100.000,00 | | |
| 1723.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS | 0.000.000 | 2.130.000,00 | | |
| 1723.50.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS | 0.000.000 | 2.130.000,00 | | |
| 1723.50.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - | 2.1.621 | 2.130.000,00 | | |
| 1724.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTID | 0.000.000 | 1.200.000,00 | | |
| 1724.51.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAM | 0.000.000 | 1.200.000,00 | | |
| 1724.51.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAM | 2.1.571 | 1.200.000,00 | | |
| 1729.00.0.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL | 0.000.000 | 3.657.000,00 | | |
| 1729.51.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0.000.000 | 657.000,00 | | |
| 1729.51.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - | 4.1.661 | 657.000,00 | | |
| 1729.99.0.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF | 0.000.000 | 3.000.000,00 | | |
| 1729.99.0.1 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL | 9.1.759 | 3.000.000,00 | | |
| 1750.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS | 0.000.000 | | 40.900.000,00 | |
| 1751.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL | 0.000.000 | 40.900.000,00 | | |
| 1751.50.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL | 0.000.000 | 40.900.000,00 | | |
| 1751.50.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL | 2.1.540 | 1.000.000,00 | | |
| 1751.50.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL | 2.1.540 | 38.000.000,00 | | |
| 1751.50.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE | | | | |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 5

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

| Código | Especificação | F.R. | Desdobramento | SubCategoria Fonte | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| | MANUTENÇÃO E DESENVOL | 2.1.543 | 1.900.000,00 | | |
| 1900.00.0.0 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0.000.000 | | 1.300.100,00 | |
| 1920.00.0.0 | INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS | 0.000.000 | | 300.000,00 | |
| 1922.00.0.0 | RESTITUIÇÕES | 0.000.000 | 300.000,00 | | |
| 1922.01.0.0 | RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS | 0.000.000 | 300.000,00 | | |
| 1922.01.2.0 | RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - FINANCEIRAS | 0.000.000 | 300.000,00 | | |
| 1922.01.2.1 | RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - FINANCEIRAS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 300.000,00 | | |
| 1990.00.0.0 | DEMAIS RECEITAS CORRENTES | 0.000.000 | | 1.000.100,00 | |
| 1999.00.0.0 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0.000.000 | 1.000.100,00 | | |
| 1999.03.0.0 | COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P | 0.000.000 | 1.000.100,00 | | |
| 1999.03.0.1 | COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P | 7.1.800 | 100,00 | | |
| 1999.03.0.1 | COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P | 7.1.800 | 1.000.000,00 | | |
| 9000.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DA RECEITA | 0.000.000 | | | -18.230.000,00 |
| 9500.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | 0.000.000 | | -18.230.000,00 | |
| 9510.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | 0.000.000 | -18.230.000,00 | | |
| 9510.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | 0.000.000 | | -18.230.000,00 | |
| 9510.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | 2.1.500 | -18.230.000,00 | | |
| | Total das Receitas (exceto Intra-Orçamentárias) | | | | 172.551.500,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 7000.00.0.0 | RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 0.000.000 | | | 6.278.500,00 |
| 7200.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS | 0.000.000 | | 6.278.500,00 | |
| 7210.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA OFSS | 0.000.000 | | 6.278.500,00 | |
| 7215.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE | 0.000.000 | 6.278.500,00 | | |
| 7215.02.0.0 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - IN | 0.000.000 | 6.278.500,00 | | |
| 7215.02.1.0 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 0.000.000 | 6.278.500,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 1.1.800 | 1.000,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 1.1.802 | 1.000,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 7.1.800 | 6.000,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 7.1.800 | 138.000,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 7.1.800 | 4.776.000,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 7.1.802 | 1.356.400,00 | | |
| 7215.02.1.2 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 7.1.800 | 100,00 | | |
| | Total das Receitas (Intra-Orçamentárias) | | | | 6.278.500,00 |

### TOTALIZAÇÃO DAS RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA

| | |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE | 178.830.000,00 |
| RECEITA DE CAPITAL | 0,00 |
| Total Geral das Receitas | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

MILTON DE SOUZA AMORIM:79577199100 Assinado de forma digital por MILTON DE SOUZA AMORIM:79577199100 Dados: 2026.08.28 07:35:39 -04'00'

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

# PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
## ANEXO DA LEI 1.401-2027

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02
Orçamento Programa - Exercício de 2027 Anexo 01

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS
(Inc.II, §1°, Art.2º) Página 1

| RECEITA | R$ | R$ |
|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | | |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 21.706.300,00 | |
| CONTRIBUIÇÕES | 7.148.200,00 | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 2.169.900,00 | |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 220.000,00 | |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 158.237.000,00 | |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.300.100,00 | |
| CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS | 6.278.500,00 | |
| (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | -18.230.000,00 | |
| SUB TOTAL | | 178.830.000,00 |
| TOTAL | | 178.830.000,00 |
| SUPERAVIT DO ORCAMENTO CORRENTE | | 20.593.400,00 |

| RESUMO | | |
|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | 190.781.500,00 | |
| RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 6.278.500,00 | |
| DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE | -18.230.000,00 | |
| **TOTAL DE RECEITAS** | | 178.830.000,00 |
| **TOTAL** | | 178.830.000,00 |

| DESPESA | R$ | R$ |
|---|---|---|
| DESPESAS CORRENTES | | |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 82.099.900,00 | |
| JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA | 1.500.000,00 | |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 74.636.700,00 | |
| SUB TOTAL | | 158.236.600,00 |
| SUPERAVIT DO ORCAMENTO CORRENTE | | 20.593.400,00 |
| TOTAL | | 178.830.000,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | |
| INVESTIMENTOS | 9.950.700,00 | |
| AMORTIZAçãO DA DIVIDA | 1.500.000,00 | |
| SUB TOTAL | | 11.450.700,00 |
| RESERVA DO RPPS | | 7.354.400,00 |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | | 1.788.300,00 |
| TOTAL | | 20.593.400,00 |

| RESUMO | | |
|---|---|---|
| DESPESAS CORRENTES | 158.236.600,00 | |
| DESPESAS DE CAPITAL | 11.450.700,00 | |
| RESERVA DE CONTINGêNCIA | 9.142.700,00 | |
| **TOTAL DE DESPESA** | | 178.830.000,00 |
| **TOTAL** | | 178.830.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Anexo 01

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

(Inc.II, §1º, Art.2º) Página 2

MILTON DE SOUZA AMORIM:79577199100 Assinado de forma digital por MILTON DE SOUZA AMORIM:79577199100 Dados: 2026.08.28 07:34:54 -04'00'

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO 1 DA LEI 1.401-2027**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 1

Orçamento Programa - Exercício de 2027

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

| Código | Especificação | F.R. | Desdobramento | SubCategoria Fonte | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 1000.00.0.0 | RECEITAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 190.781.500,00 |
| 1100.00.0.0 | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0.000.000 | | 21.706.300,00 | |
| 1110.00.0.0 | IMPOSTOS | 0.000.000 | | 17.536.300,00 | |
| 1112.00.0.0 | IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO | 0.000.000 | 4.640.000,00 | | |
| 1112.50.0.0 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA | 0.000.000 | 2.400.000,00 | | |
| 1112.50.0.1 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - P | 1.1.500 | 1.050.000,00 | | |
| 1112.50.0.1 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - P | 2.1.500 | 450.000,00 | | |
| 1112.50.0.1 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - P | 3.1.500 | 280.000,00 | | |
| 1112.50.0.2 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 1.1.500 | 15.950,00 | | |
| 1112.50.0.2 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 2.1.500 | 7.150,00 | | |
| 1112.50.0.2 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 3.1.500 | 4.400,00 | | |
| 1112.50.0.3 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - D | 1.1.500 | 224.500,00 | | |
| 1112.50.0.3 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - D | 2.1.500 | 104.000,00 | | |
| 1112.50.0.3 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - D | 3.1.500 | 64.000,00 | | |
| 1112.50.0.4 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 1.1.500 | 116.000,00 | | |
| 1112.50.0.4 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 2.1.500 | 52.000,00 | | |
| 1112.50.0.4 | IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - M | 3.1.500 | 32.000,00 | | |
| 1112.53.0.0 | IMPOSTOS SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E D | 0.000.000 | 2.240.000,00 | | |
| 1112.53.0.1 | IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE | 1.1.500 | 1.318.150,00 | | |
| 1112.53.0.1 | IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE | 2.1.500 | 563.450,00 | | |
| 1112.53.0.1 | IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DE | 3.1.500 | 358.400,00 | | |
| 1113.00.0.0 | IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA | 0.000.000 | 7.876.300,00 | | |
| 1113.03.0.0 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE | 0.000.000 | 7.876.300,00 | | |
| 1113.03.1.0 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO | 0.000.000 | 4.076.300,00 | | |
| 1113.03.1.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIP | 1.1.500 | 2.480.300,00 | | |
| 1113.03.1.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIP | 2.1.500 | 988.000,00 | | |
| 1113.03.1.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIP | 3.1.500 | 608.000,00 | | |
| 1113.03.4.0 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS | 0.000.000 | 3.800.000,00 | | |
| 1113.03.4.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS | 1.1.500 | 2.500.000,00 | | |
| 1113.03.4.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS | 2.1.500 | 800.000,00 | | |
| 1113.03.4.1 | IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS | 3.1.500 | 500.000,00 | | |
| 1114.00.0.0 | IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERV | 0.000.000 | 5.020.000,00 | | |
| 1114.51.0.0 | IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS | 0.000.000 | 5.020.000,00 | | |
| 1114.51.1.0 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN | 0.000.000 | 5.020.000,00 | | |
| 1114.51.1.1 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCI | 1.1.500 | 2.900.000,00 | | |
| 1114.51.1.1 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCI | 2.1.500 | 1.300.000,00 | | |
| 1114.51.1.1 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCI | 3.1.500 | 780.000,00 | | |
| 1114.51.1.2 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 1.1.500 | 11.600,00 | | |
| 1114.51.1.2 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 2.1.500 | 5.200,00 | | |
| 1114.51.1.2 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 3.1.500 | 3.200,00 | | |
| 1114.51.1.3 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA | 1.1.500 | 8.700,00 | | |
| 1114.51.1.3 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA | 2.1.500 | 3.900,00 | | |
| 1114.51.1.3 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - DÍVIDA | 3.1.500 | 2.400,00 | | |
| 1114.51.1.4 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 1.1.500 | 2.900,00 | | |
| 1114.51.1.4 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 2.1.500 | 1.300,00 | | |
| 1114.51.1.4 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS | 3.1.500 | 800,00 | | |
| 1120.00.0.0 | TAXAS | 0.000.000 | | 4.170.000,00 | |
| 1121.00.0.0 | TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA | 0.000.000 | 2.270.000,00 | | |
| 1121.01.0.0 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO | 0.000.000 | 2.270.000,00 | | |
| 1121.01.0.1 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - | 1.1.500 | 1.218.000,00 | | |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 2

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

| Código | Especificação | F.R. | Desdobramento | SubCategoria Fonte | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| | PRINCIPAL | | | | |
| 1121.01.0.1 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL | 2.1.500 | 546.000,00 | | |
| 1121.01.0.1 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL | 3.1.500 | 336.000,00 | | |
| 1121.01.0.2 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS | 1.1.500 | 60.000,00 | | |
| 1121.01.0.3 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA | 1.1.500 | 80.000,00 | | |
| 1121.01.0.4 | TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS | 1.1.500 | 30.000,00 | | |
| 1122.00.0.0 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 0.000.000 | 1.900.000,00 | | |
| 1122.01.0.0 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL | 0.000.000 | 1.900.000,00 | | |
| 1122.01.0.1 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - PRINCIPAL | 1.1.500 | 1.400.000,00 | | |
| 1122.01.0.2 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS D | 1.1.500 | 100.000,00 | | |
| 1122.01.0.3 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - DÍVIDA ATIVA | 1.1.500 | 200.000,00 | | |
| 1122.01.0.4 | TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL - MULTAS E JUROS D | 1.1.500 | 200.000,00 | | |
| 1200.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES | 0.000.000 | | 7.148.200,00 | |
| 1210.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 0.000.000 | | 5.348.200,00 | |
| 1215.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA E SISTEM | 0.000.000 | 5.348.200,00 | | |
| 1215.01.0.0 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL | 0.000.000 | 5.348.200,00 | | |
| 1215.01.1.0 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO | 0.000.000 | 5.328.100,00 | | |
| 1215.01.1.1 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL | 1.1.800 | 4.000,00 | | |
| 1215.01.1.1 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL | 7.1.800 | 151.000,00 | | |
| 1215.01.1.1 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL | 7.1.800 | 5.173.000,00 | | |
| 1215.01.1.2 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS DE MOR | 7.1.800 | 100,00 | | |
| 1215.01.2.0 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO | 0.000.000 | 20.000,00 | | |
| 1215.01.2.1 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL | 7.1.800 | 20.000,00 | | |
| 1215.01.3.0 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS | 0.000.000 | 100,00 | | |
| 1215.01.3.1 | CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL | 7.1.800 | 100,00 | | |
| 1240.00.0.0 | CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 0.000.000 | | 1.800.000,00 | |
| 1241.00.0.0 | CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 0.000.000 | 1.800.000,00 | | |
| 1241.50.0.0 | CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 0.000.000 | 1.800.000,00 | | |
| 1241.50.0.1 | CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 9.1.751 | 1.800.000,00 | | |
| 1300.00.0.0 | RECEITA PATRIMONIAL | 0.000.000 | | 2.169.900,00 | |
| 1320.00.0.0 | VALORES MOBILIÁRIOS | 0.000.000 | | 2.169.900,00 | |
| 1321.00.0.0 | JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS | 0.000.000 | 2.169.900,00 | | |
| 1321.01.0.0 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS | 0.000.000 | 2.066.700,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 950.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.500 | 450.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.540 | 40.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.569 | 15.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.571 | 20.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.600 | 40.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.601 | 40.200,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 2.1.759 | 80.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 3.1.500 | 300.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 3.1.621 | 100.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 4.1.660 | 20.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 4.1.661 | 5.000,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 9.1.750 | 1.500,00 | | |
| 1321.01.0.1 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL | 9.1.751 | 5.000,00 | | |
| 1321.04.0.0 | REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SO | 0.000.000 | 103.200,00 | | |
| 1321.04.0.1 | REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SO | 7.1.800 | 1.000,00 | | |
| 1321.04.0.1 | REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SO | 7.1.802 | 102.200,00 | | |
| 1600.00.0.0 | RECEITA DE SERVIÇOS | 0.000.000 | | 220.000,00 | |
| 1610.00.0.0 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS | 0.000.000 | | 200.000,00 | |
| 1611.00.0.0 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS | 0.000.000 | 200.000,00 | | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 3

Orçamento Programa - Exercício de 2027

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

| Código | Especificação | F.R. | Desdobramento | SubCategoria Fonte | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 1611.01.0.0 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS | 0.000.000 | 100.000,00 | | |
| 1611.01.0.1 | SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 100.000,00 | | |
| 1611.02.0.0 | INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS | 0.000.000 | 100.000,00 | | |
| 1611.02.0.1 | INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 100.000,00 | | |
| 1690.00.0.0 | OUTROS SERVIÇOS | 0.000.000 | | 20.000,00 | |
| 1699.00.0.0 | OUTROS SERVIÇOS | 0.000.000 | 20.000,00 | | |
| 1699.99.0.0 | OUTROS SERVIÇOS | 0.000.000 | 20.000,00 | | |
| 1699.99.0.1 | OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 20.000,00 | | |
| 1700.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 0.000.000 | | 158.237.000,00 | |
| 1710.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | 0.000.000 | | 63.700.000,00 | |
| 1711.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNI | 0.000.000 | 48.100.000,00 | | |
| 1711.51.0.0 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM | 0.000.000 | 47.500.000,00 | | |
| 1711.51.1.0 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME | 0.000.000 | 44.000.000,00 | | |
| 1711.51.1.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME | 1.1.500 | 24.473.200,00 | | |
| 1711.51.1.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME | 2.1.500 | 10.530.000,00 | | |
| 1711.51.1.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA ME | 3.1.500 | 8.996.800,00 | | |
| 1711.51.2.0 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS E | 0.000.000 | 3.500.000,00 | | |
| 1711.51.2.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS E | 1.1.500 | 1.960.000,00 | | |
| 1711.51.2.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS E | 2.1.500 | 910.000,00 | | |
| 1711.51.2.1 | COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS E | 3.1.500 | 630.000,00 | | |
| 1711.52.0.0 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 0.000.000 | 600.000,00 | | |
| 1711.52.0.1 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 1.1.500 | 348.000,00 | | |
| 1711.52.0.1 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 2.1.500 | 156.000,00 | | |
| 1711.52.0.1 | COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 3.1.500 | 96.000,00 | | |
| 1712.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO | 0.000.000 | 2.300.000,00 | | |
| 1712.51.0.0 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECU | 0.000.000 | 1.400.000,00 | | |
| 1712.51.0.1 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECU | 1.1.500 | 812.000,00 | | |
| 1712.51.0.1 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECU | 2.1.500 | 364.000,00 | | |
| 1712.51.0.1 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECU | 3.1.500 | 224.000,00 | | |
| 1712.52.0.0 | COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓL | 0.000.000 | 900.000,00 | | |
| 1712.52.4.0 | COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP | 0.000.000 | 900.000,00 | | |
| 1712.52.4.1 | COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL | 1.1.500 | 522.000,00 | | |
| 1712.52.4.1 | COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL | 2.1.500 | 234.000,00 | | |
| 1712.52.4.1 | COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL | 3.1.500 | 144.000,00 | | |
| 1713.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS | 0.000.000 | 8.180.000,00 | | |
| 1713.50.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - | 0.000.000 | 7.960.000,00 | | |
| 1713.50.1.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 0.000.000 | 4.730.000,00 | | |
| 1713.50.1.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 2.1.600 | 2.730.000,00 | | |
| 1713.50.1.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 3.1.604 | 2.000.000,00 | | |
| 1713.50.2.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 0.000.000 | 2.360.000,00 | | |
| 1713.50.2.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 2.1.600 | 2.100.000,00 | | |
| 1713.50.2.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 3.1.600 | 260.000,00 | | |
| 1713.50.3.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 0.000.000 | 630.000,00 | | |
| 1713.50.3.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 3.1.600 | 630.000,00 | | |
| 1713.50.4.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 0.000.000 | 240.000,00 | | |
| 1713.50.4.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES | 3.1.600 | 240.000,00 | | |
| 1713.51.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - | 0.000.000 | 20.000,00 | | |
| 1713.51.1.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE | 0.000.000 | 10.000,00 | | |
| 1713.51.1.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE | 3.1.601 | 10.000,00 | | |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 4

Orçamento Programa - Exercício de 2027

RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

| Código | Especificação | F.R. | Desdobramento | SubCategoria Fonte | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 1713.51.2.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE | 0.000.000 | 10.000,00 | | |
| 1713.51.2.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE | 3.1.601 | 10.000,00 | | |
| 1713.99.0.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE | 0.000.000 | 200.000,00 | | |
| 1713.99.0.1 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE | 3.1.605 | 200.000,00 | | |
| 1714.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIME | 0.000.000 | 3.880.000,00 | | |
| 1714.50.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | 0.000.000 | 2.800.000,00 | | |
| 1714.50.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL | 2.1.550 | 2.800.000,00 | | |
| 1714.52.0.0 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ | 0.000.000 | 600.000,00 | | |
| 1714.52.0.1 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ | 2.1.552 | 600.000,00 | | |
| 1714.53.0.0 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO T | 0.000.000 | 480.000,00 | | |
| 1714.53.0.1 | TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO T | 2.1.553 | 480.000,00 | | |
| 1717.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES | 0.000.000 | 240.000,00 | | |
| 1717.52.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS | 0.000.000 | 240.000,00 | | |
| 1717.52.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS | 4.1.660 | 240.000,00 | | |
| 1719.00.0.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO | 0.000.000 | 1.000.000,00 | | |
| 1719.58.0.0 | TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº | 0.000.000 | 1.000.000,00 | | |
| 1719.58.0.1 | TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº | 1.1.500 | 580.000,00 | | |
| 1719.58.0.1 | TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº | 2.1.500 | 260.000,00 | | |
| 1719.58.0.1 | TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº | 3.1.500 | 160.000,00 | | |
| 1720.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS E | 0.000.000 | | 53.637.000,00 | |
| 1721.00.0.0 | PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL | 0.000.000 | 46.650.000,00 | | |
| 1721.50.0.0 | COTA-PARTE DO ICMS | 0.000.000 | 42.000.000,00 | | |
| 1721.50.0.1 | COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 23.000.000,00 | | |
| 1721.50.0.1 | COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | 2.1.500 | 11.200.000,00 | | |
| 1721.50.0.1 | COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL | 3.1.500 | 7.800.000,00 | | |
| 1721.51.0.0 | COTA-PARTE DO IPVA | 0.000.000 | 4.300.000,00 | | |
| 1721.51.0.1 | COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | 1.1.500 | 2.620.000,00 | | |
| 1721.51.0.1 | COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | 2.1.500 | 1.040.000,00 | | |
| 1721.51.0.1 | COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL | 3.1.500 | 640.000,00 | | |
| 1721.52.0.0 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS | 0.000.000 | 250.000,00 | | |
| 1721.52.0.1 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 145.000,00 | | |
| 1721.52.0.1 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL | 2.1.500 | 65.000,00 | | |
| 1721.52.0.1 | COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL | 3.1.500 | 40.000,00 | | |
| 1721.53.0.0 | COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMI | 0.000.000 | 100.000,00 | | |
| 1721.53.0.1 | COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMI | 9.1.750 | 100.000,00 | | |
| 1723.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS | 0.000.000 | 2.130.000,00 | | |
| 1723.50.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS | 0.000.000 | 2.130.000,00 | | |
| 1723.50.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - | 2.1.621 | 2.130.000,00 | | |
| 1724.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DF E DE SUAS ENTID | 0.000.000 | 1.200.000,00 | | |
| 1724.51.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAM | 0.000.000 | 1.200.000,00 | | |
| 1724.51.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAM | 2.1.571 | 1.200.000,00 | | |
| 1729.00.0.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL | 0.000.000 | 3.657.000,00 | | |
| 1729.51.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0.000.000 | 657.000,00 | | |
| 1729.51.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS DESTINADAS À ASSISTÊNCIA SOCIAL - | 4.1.661 | 657.000,00 | | |
| 1729.99.0.0 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF | 0.000.000 | 3.000.000,00 | | |
| 1729.99.0.1 | OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF - PRINCIPAL | 9.1.759 | 3.000.000,00 | | |
| 1750.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS | 0.000.000 | | 40.900.000,00 | |
| 1751.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL | 0.000.000 | 40.900.000,00 | | |
| 1751.50.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL | 0.000.000 | 40.900.000,00 | | |
| 1751.50.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL | 2.1.540 | 1.000.000,00 | | |
| 1751.50.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOL | 2.1.540 | 38.000.000,00 | | |
| 1751.50.0.1 | TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE | | | | |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 5

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

| Código | Especificação | F.R. | Desdobramento | SubCategoria Fonte | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| | MANUTENÇÃO E DESENVOL | 2.1.543 | 1.900.000,00 | | |
| 1900.00.0.0 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0.000.000 | | 1.300.100,00 | |
| 1920.00.0.0 | INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS | 0.000.000 | | 300.000,00 | |
| 1922.00.0.0 | RESTITUIÇÕES | 0.000.000 | 300.000,00 | | |
| 1922.01.0.0 | RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS | 0.000.000 | 300.000,00 | | |
| 1922.01.2.0 | RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - FINANCEIRAS | 0.000.000 | 300.000,00 | | |
| 1922.01.2.1 | RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - FINANCEIRAS - PRINCIPAL | 1.1.500 | 300.000,00 | | |
| 1990.00.0.0 | DEMAIS RECEITAS CORRENTES | 0.000.000 | | 1.000.100,00 | |
| 1999.00.0.0 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0.000.000 | 1.000.100,00 | | |
| 1999.03.0.0 | COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P | 0.000.000 | 1.000.100,00 | | |
| 1999.03.0.1 | COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P | 7.1.800 | 100,00 | | |
| 1999.03.0.1 | COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES P | 7.1.800 | 1.000.000,00 | | |
| 9000.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DA RECEITA | 0.000.000 | | | -18.230.000,00 |
| 9500.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | 0.000.000 | | -18.230.000,00 | |
| 9510.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | 0.000.000 | -18.230.000,00 | | |
| 9510.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | 0.000.000 | | -18.230.000,00 | |
| 9510.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | 2.1.500 | -18.230.000,00 | | |
| | Total das Receitas (exceto Intra-Orçamentárias) | | | | 172.551.500,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 7000.00.0.0 | RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 0.000.000 | | | 6.278.500,00 |
| 7200.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS | 0.000.000 | | 6.278.500,00 | |
| 7210.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA OFSS | 0.000.000 | | 6.278.500,00 | |
| 7215.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES PRÓPRIOS DE | 0.000.000 | 6.278.500,00 | | |
| 7215.02.0.0 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - IN | 0.000.000 | 6.278.500,00 | | |
| 7215.02.1.0 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 0.000.000 | 6.278.500,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 1.1.800 | 1.000,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 1.1.802 | 1.000,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 7.1.800 | 6.000,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 7.1.800 | 138.000,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 7.1.800 | 4.776.000,00 | | |
| 7215.02.1.1 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 7.1.802 | 1.356.400,00 | | |
| 7215.02.1.2 | CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - SERVIDOR CIVIL AT | 7.1.800 | 100,00 | | |
| | Total das Receitas (Intra-Orçamentárias) | | | | 6.278.500,00 |

### TOTALIZAÇÃO DAS RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA

| | |
|---|---|
| RECEITA CORRENTE | 178.830.000,00 |
| RECEITA DE CAPITAL | 0,00 |

| | |
|---|---|
| Total Geral das Receitas | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

MILTON DE SOUZA AMORIM:79577199100
Assinado de forma digital por MILTON DE SOUZA AMORIM:79577199100
Dados: 2026.08.28 07:35:39 -04'00'

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
## ANEXO 1 DA LEI 1.401-2027

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 1

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 01 CAMARA MUNICIPAL
ORGÃO 01 CAMARA MUNICIPAL

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 7.173.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 4.466.600,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 4.276.600,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 4.276.600,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 190.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 190.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 2.706.400,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.706.400,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 2.706.400,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 400.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 400.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 400.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 200.000,00 | | | |
| 4.4.90.52 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 1.1.500 | 200.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 7.573.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 2

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 02 GABINETE DO PREFEITO
ORGÃO 02 GABINETE DO PREFEITO

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 4.261.700,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 3.609.700,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 3.377.700,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 3.377.700,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 232.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 232.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 652.000,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 652.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 652.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 250.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 250.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 250.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 250.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 4.511.700,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 3

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 02 GABINETE DO PREFEITO
ORGÃO 99 RESERVA DE CONTINGENCIA

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 9.0.00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | | | 1.788.300,00 |
| 9.9.00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | | 1.788.300,00 | |
| 9.9.99.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | 1.788.300,00 | | |
| 9.9.99.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.788.300,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 1.788.300,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 4

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 03 GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO
ORGÃO 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 1.850.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 1.240.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.150.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.150.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 90.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 90.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 610.000,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 610.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 610.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 50.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 50.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 50.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 50.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 1.900.000,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 5

## NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 04 GAB. DO SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO
ORGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 5.040.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 2.980.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.770.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 2.300.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 470.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 210.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 190.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 20.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 2.060.000,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.060.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 2.045.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 15.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 60.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 60.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 60.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 50.000,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 10.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 5.100.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 6

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 05 GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS
ORGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 6.700.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 1.920.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.750.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.750.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 170.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 170.000,00 | | | |
| 3.2.00.00 | JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA | 0.000.000 | | | 1.500.000,00 | |
| 3.2.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.500.000,00 | | |
| 3.2.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.500.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 3.280.000,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIOI | 0.000.000 | | 100,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 100,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 3.279.900,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 3.279.900,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 1.600.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 100.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 100.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 100.000,00 | | | |
| 4.6.00.00 | AMORTIZAçãO DA DíVIDA | 0.000.000 | | | 1.500.000,00 | |
| 4.6.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.500.000,00 | | |
| 4.6.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.500.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 8.300.000,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 7

## NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT.
ORGÃO 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 55.425.800,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 40.635.900,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 36.840.200,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 200.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 2.080.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 20.200,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 34.540.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 3.795.700,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 15.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 280.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 700,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 3.500.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 14.789.900,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIOI | 0.000.000 | | 701.100,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.000,00 | | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 700.100,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 14.088.800,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 180.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 910.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 5.804.800,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 679.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.543 | 1.900.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.550 | 2.300.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.552 | 600.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.553 | 480.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.569 | 15.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.571 | 1.220.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 3.765.200,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 3.765.200,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 3.765.200,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 30.000,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 2.935.100,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 300.100,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 2.1.550 | 500.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 59.191.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 8

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
ORGÃO 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 31.387.900,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 16.209.800,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 14.879.800,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 3.1.500 | 11.119.800,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 300.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 1.360.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 3.1.604 | 2.000.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 3.1.605 | 100.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 1.330.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 3.1.500 | 1.150.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 40.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 140.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 15.178.100,00 | |
| 3.3.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | 0.000.000 | | 1.471.184,00 | | |
| 3.3.71.00 | À DEFINIR | 3.1.500 | 1.200.000,00 | | | |
| 3.3.71.00 | À DEFINIR | 3.1.621 | 271.184,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 13.706.916,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 3.1.500 | 7.488.100,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 300.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 3.860.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 3.1.605 | 100.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 3.1.621 | 1.958.816,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 1.102.300,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 1.102.300,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.102.300,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 3.1.500 | 1.042.100,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 3.1.601 | 60.200,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 32.490.200,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 9

## NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 08 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA
ORGÃO 08 SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO RURAL

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 2.549.600,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 925.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 850.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 850.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 75.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 75.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 1.624.600,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIOI | 0.000.000 | | 1.000,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.623.600,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.623.600,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 50.400,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 50.400,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 50.400,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 50.400,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 2.600.000,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 10

## NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 09 GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL
ORGÃO 09 SECR MUN DE TRAB EMPREGO CID ASSIST SOCIAL

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 4.532.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 1.657.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.505.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 1.460.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 45.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 152.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 147.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 5.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 2.875.000,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIOI | 0.000.000 | | 800.000,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 800.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.075.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 1.275.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 5.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 195.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.661 | 600.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 268.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 268.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 268.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 196.000,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 10.000,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 4.1.661 | 62.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 4.800.000,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 11

## NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 10 GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA
ORGÃO 10 SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 32.057.300,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 2.630.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.390.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 2.390.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 240.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 240.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 29.427.300,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIOI | 0.000.000 | | 100,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 100,00 | | | |
| 3.3.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | 0.000.000 | | 400.100,00 | | |
| 3.3.71.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 400.100,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 29.027.100,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 24.540.600,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 9.1.750 | 101.500,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 9.1.751 | 1.305.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 9.1.759 | 3.080.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 3.788.500,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 3.788.500,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 3.788.500,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 3.288.500,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 9.1.751 | 500.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 35.845.800,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 12

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 11 GAB. DO SEC. DE MUN. DE MEIO AMB. E TURISMO, DESP E LAZER
ORGÃO 11 SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 649.700,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 420.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 400.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 400.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 20.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 20.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 229.700,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIOI | 0.000.000 | | 100,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 100,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 229.600,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 229.600,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 50.300,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 50.300,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 50.300,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 50.300,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 700.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02


### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 13 PREVI-COLNIZA
ORGÃO 13 FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE COLNIZA

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 5.369.600,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 4.950.900,00 | |
| 3.1.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | 0.000.000 | | 2.500,00 | | |
| 3.1.71.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 2.500,00 | | | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 4.947.400,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 20.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 4.835.600,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 91.800,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 1.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 1.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 418.700,00 | |
| 3.3.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | 0.000.000 | | 3.500,00 | | |
| 3.3.71.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 3.500,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 415.200,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 1.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 10.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 404.200,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 6.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 6.000,00 | |
| 4.4.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | 0.000.000 | | 1.000,00 | | |
| 4.4.71.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 1.000,00 | | | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 5.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 5.000,00 | | | |
| 9.0.00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | | | 7.354.400,00 |
| 9.9.00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | | 7.354.400,00 | |
| 9.9.99.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | 7.354.400,00 | | |
| 9.9.99.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 268.100,00 | | | |
| 9.9.99.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 6.135.700,00 | | | |
| 9.9.99.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 950.600,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 12.730.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 14

## NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO

PODER 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
ORGÃO 14 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 1.240.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 455.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 420.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 420.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, F | 0.000.000 | | 35.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 35.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 785.000,00 | |
| 3.3.50.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVO | 0.000.000 | | 70.000,00 | | |
| 3.3.50.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 70.000,00 | | | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIOI | 0.000.000 | | 1.000,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 714.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 714.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 60.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 60.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 60.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 60.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 1.300.000,00 |

| | |
|---|---|
| TOTAL GERAL | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM:79577199100
Assinado de forma digital por MILTON DE SOUZA AMORIM:79577199100
Dados: 2026.08.28 07:44:26 -04'00'

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO DA LEI 1.401-2027**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 1

Orçamento Programa - Exercício de 2027

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

PODER 01 CAMARA MUNICIPAL
ORGÃO 01 CAMARA MUNICIPAL
UNIDADE 01 CAMARA MUNICIPAL

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 7.173.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 4.466.600,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 4.276.600,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 4.276.600,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 190.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 190.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 2.706.400,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.706.400,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 2.706.400,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 400.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 400.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 400.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 200.000,00 | | | |
| 4.4.90.52 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 1.1.500 | 200.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 7.573.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 2

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 02 | GABINETE DO PREFEITO |
| ORGÃO | 02 | GABINETE DO PREFEITO |
| UNIDADE | 01 | GABINETE DO PREFEITO |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 4.261.700,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 3.609.700,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 3.377.700,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 3.377.700,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 232.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 232.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 652.000,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 652.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 652.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 250.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 250.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 250.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 250.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 4.511.700,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 3

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

PODER 02 GABINETE DO PREFEITO
ORGÃO 99 RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE 99 RESERVA DE CONTINGENCIA

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 9.0.00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | | | 1.788.300,00 |
| 9.9.00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | | 1.788.300,00 | |
| 9.9.99.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | 1.788.300,00 | | |
| 9.9.99.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.788.300,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 1.788.300,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 4

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 03 | GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO |
| ORGÃO | 03 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO |
| UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 1.850.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 1.240.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.150.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.150.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 90.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 90.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 610.000,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 610.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 610.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 50.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 50.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 50.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 50.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 1.900.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 5

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 04 | GAB. DO SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO |
| ORGÃO | 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO |
| UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 5.040.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 2.980.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.770.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 2.300.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 470.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 210.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 190.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 20.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 2.060.000,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.060.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 2.045.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 15.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 60.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 60.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 60.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 50.000,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 10.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 5.100.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 6

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

PODER 05 GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS
ORGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
UNIDADE 01 GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 6.700.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 1.920.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.750.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.750.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 170.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 170.000,00 | | | |
| 3.2.00.00 | JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA | 0.000.000 | | | 1.500.000,00 | |
| 3.2.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.500.000,00 | | |
| 3.2.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.500.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 3.280.000,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIC | 0.000.000 | | 100,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 100,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 3.279.900,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 3.279.900,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 1.600.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 100.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 100.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 100.000,00 | | | |
| 4.6.00.00 | AMORTIZAçãO DA DíVIDA | 0.000.000 | | | 1.500.000,00 | |
| 4.6.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.500.000,00 | | |
| 4.6.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.500.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 8.300.000,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 7

Orçamento Programa - Exercício de 2027

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

PODER 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT.
ORGÃO 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.
UNIDADE 01 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 1.120.200,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 530.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 480.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 480.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 50.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 50.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 590.200,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIC | 0.000.000 | | 100,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 100,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 590.100,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 590.100,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 1.264.500,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 1.264.500,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.264.500,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 1.264.500,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 2.384.700,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 8

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

PODER 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT.
ORGÃO 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.
UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 13.269.700,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 1.830.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.600.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 1.600.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 230.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 230.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 11.439.700,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIC | 0.000.000 | | 700.000,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 700.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 10.739.700,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 910.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 5.214.700,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.550 | 2.300.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.552 | 600.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.553 | 480.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.569 | 15.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.571 | 1.220.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 2.170.600,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 2.170.600,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.170.600,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 2.1.500 | 1.670.600,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 2.1.550 | 500.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 15.440.300,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 9

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. |
| ORGÃO | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. |
| UNIDADE | 03 | FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 60% |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 38.040.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 38.040.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 34.540.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 34.540.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 3.500.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 3.500.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 38.040.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 10

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

PODER 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT.
ORGÃO 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.
UNIDADE 04 FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 40%

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 2.599.900,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 20.900,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 20.200,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 20.200,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 700,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 700,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 2.579.000,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.579.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 679.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 2.1.543 | 1.900.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 300.100,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 300.100,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 300.100,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 2.1.540 | 300.100,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 2.900.000,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 11

Orçamento Programa - Exercício de 2027

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

PODER 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT.
ORGÃO 06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.
UNIDADE 05 DEPARTAMENTO MUN. DE CULTURA

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 396.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 215.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 200.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 200.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 15.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 15.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 181.000,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIC | 0.000.000 | | 1.000,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 180.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 180.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 30.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 30.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 30.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 30.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 426.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 12

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

PODER 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
ORGÃO 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO
UNIDADE 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 31.387.900,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 16.209.800,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 14.879.800,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 3.1.500 | 11.119.800,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 300.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 1.360.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 3.1.604 | 2.000.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 3.1.605 | 100.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 1.330.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 3.1.500 | 1.150.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 140.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 40.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 15.178.100,00 | |
| 3.3.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | 0.000.000 | | 1.471.184,00 | | |
| 3.3.71.00 | À DEFINIR | 3.1.500 | 1.200.000,00 | | | |
| 3.3.71.00 | À DEFINIR | 3.1.621 | 271.184,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 13.706.916,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 3.1.500 | 7.488.100,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 3.860.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 3.1.600 | 300.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 3.1.605 | 100.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 3.1.621 | 1.958.816,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 1.102.300,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 1.102.300,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.102.300,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 3.1.500 | 1.042.100,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 3.1.601 | 60.200,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 32.490.200,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 13

Orçamento Programa - Exercício de 2027

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 08 | GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA |
| ORGÃO | 08 | SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO RURAL |
| UNIDADE | 01 | GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 2.549.600,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 925.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 850.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 850.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 75.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 75.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 1.624.600,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIC | 0.000.000 | | 1.000,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.623.600,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.623.600,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 50.400,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 50.400,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 50.400,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 50.400,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 2.600.000,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 14

Orçamento Programa - Exercício de 2027

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 09 | GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL |
| ORGÃO | 09 | SECR MUN DE TRAB EMPREGO CID ASSIST SOCIAL |
| UNIDADE | 01 | GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 20.000,00 |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 20.000,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 20.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 20.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 20.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 15

Orçamento Programa - Exercício de 2027

## NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 09 | GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL |
| ORGÃO | 09 | SECR MUN DE TRAB EMPREGO CID ASSIST SOCIAL |
| UNIDADE | 02 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 4.512.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 1.657.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.505.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 1.460.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 45.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 152.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 147.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 5.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 2.855.000,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIC | 0.000.000 | | 800.000,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 800.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.055.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 1.255.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 5.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 195.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 4.1.661 | 600.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 268.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 268.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 268.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 4.1.500 | 196.000,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 5.000,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 4.1.660 | 5.000,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 4.1.661 | 62.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 4.780.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 16

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 10 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA |
| ORGÃO | 10 | SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA |
| UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 30.217.300,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 2.290.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 2.100.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 2.100.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 190.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 190.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 27.927.300,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIC | 0.000.000 | | 100,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 100,00 | | | |
| 3.3.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | 0.000.000 | | 400.100,00 | | |
| 3.3.71.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 400.100,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 27.527.100,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 23.040.600,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 9.1.750 | 101.500,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 9.1.751 | 1.305.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 9.1.759 | 3.080.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 3.738.400,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 3.738.400,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 3.738.400,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 3.238.400,00 | | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 9.1.751 | 500.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 33.955.700,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 17

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 10 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA |
| ORGÃO | 10 | SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA |
| UNIDADE | 02 | DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 1.840.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 340.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 290.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 290.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 50.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 50.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 1.500.000,00 | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 1.500.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.500.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 50.100,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 50.100,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 50.100,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 50.100,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 1.890.100,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 18

Orçamento Programa - Exercício de 2027

NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 11 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE MEIO AMB. E TURISMO, DESP E LAZER |
| ORGÃO | 11 | SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E TURISMO |
| UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 649.700,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 420.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 400.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 400.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 20.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 20.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 229.700,00 | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIC | 0.000.000 | | 100,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 100,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 229.600,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 229.600,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 50.300,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 50.300,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 50.300,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 50.300,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 700.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 19

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

PODER 13 PREVI-COLNIZA
ORGÃO 13 FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE COLNIZA
UNIDADE 01 PREVI-COLNIZA

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 5.369.600,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 4.950.900,00 | |
| 3.1.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | 0.000.000 | | 2.500,00 | | |
| 3.1.71.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 2.500,00 | | | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 4.947.400,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 4.835.600,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 20.000,00 | | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 91.800,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 1.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 1.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 418.700,00 | |
| 3.3.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | 0.000.000 | | 3.500,00 | | |
| 3.3.71.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 3.500,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 415.200,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 10.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 1.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 404.200,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 6.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 6.000,00 | |
| 4.4.71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | 0.000.000 | | 1.000,00 | | |
| 4.4.71.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 1.000,00 | | | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 5.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 5.000,00 | | | |
| 9.0.00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | | | 7.354.400,00 |
| 9.9.00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | | 7.354.400,00 | |
| 9.9.99.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0.000.000 | | 7.354.400,00 | | |
| 9.9.99.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 6.135.700,00 | | | |
| 9.9.99.00 | À DEFINIR | 7.1.800 | 268.100,00 | | | |
| 9.9.99.00 | À DEFINIR | 7.1.802 | 950.600,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 12.730.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Anexo 02
Página 20

Orçamento Programa - Exercício de 2027

### NATUREZA DA DESPESA POR ORGÃO E UNIDADE

| | | |
|---|---|---|
| PODER | 14 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER |
| ORGÃO | 14 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER |
| UNIDADE | 01 | DESPORTO E LAZER |

| Código | Especificação | F.R. | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3.0.00.00 | DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | | 1.240.000,00 |
| 3.1.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 0.000.000 | | | 455.000,00 | |
| 3.1.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 420.000,00 | | |
| 3.1.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 420.000,00 | | | |
| 3.1.91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, | 0.000.000 | | 35.000,00 | | |
| 3.1.91.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 35.000,00 | | | |
| 3.3.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 0.000.000 | | | 785.000,00 | |
| 3.3.50.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIV( | 0.000.000 | | 70.000,00 | | |
| 3.3.50.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 70.000,00 | | | |
| 3.3.70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIC | 0.000.000 | | 1.000,00 | | |
| 3.3.70.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 1.000,00 | | | |
| 3.3.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 714.000,00 | | |
| 3.3.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 714.000,00 | | | |
| 4.0.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0.000.000 | | | | 60.000,00 |
| 4.4.00.00 | INVESTIMENTOS | 0.000.000 | | | 60.000,00 | |
| 4.4.90.00 | APLICAçõES DIRETAS | 0.000.000 | | 60.000,00 | | |
| 4.4.90.00 | À DEFINIR | 1.1.500 | 60.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 1.300.000,00 |

| | |
|---|---|
| TOTAL GERAL | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO DA LEI 1.401-2027**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 1

**PROGRAMA DE TRABALHO**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**01 CAMARA MUNICIPAL**
**01 CAMARA MUNICIPAL**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Legislativa | | 400.000,00 | 7.173.000,00 | 7.573.000,00 |
| 01 031 | Ação Legislativa | | 400.000,00 | 7.173.000,00 | 7.573.000,00 |
| 01 031 0001 | PROCESSO LEGISLATIVO | | 400.000,00 | 7.173.000,00 | 7.573.000,00 |
| 01.031.0001.1001.0000 | CONST. AMPLIAC. E REFORMA PREDIO CAMARA | | 200.000,00 | | 200.000,00 |
| 01.031.0001.1002.0000 | AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS | | 200.000,00 | | 200.000,00 |
| 01.031.0001.2001.0000 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS | | | 7.171.000,00 | 7.171.000,00 |
| 01.031.0001.2002.0000 | REALIZACAO DE CONCURSOS PUBLICOS E TESTES SELETIVO | | | 2.000,00 | 2.000,00 |
| | TOTAL | 0,00 | 400.000,00 | 7.173.000,00 | 7.573.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 2

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**02 GABINETE DO PREFEITO**

**02 GABINETE DO PREFEITO**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | Administração | | 250.000,00 | 4.261.700,00 | 4.511.700,00 |
| 04 122 | Administração Geral | | 250.000,00 | 3.839.700,00 | 4.089.700,00 |
| 04 122 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 3.839.700,00 | 3.839.700,00 |
| 04.122.0002.2003.0000 | MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO | | | 2.497.700,00 | 2.497.700,00 |
| 04.122.0002.2004.0000 | MANUT. DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JURÍDICA | | | 1.270.000,00 | 1.270.000,00 |
| 04.122.0002.2005.0000 | MANUTENCAO DAS SUBPREFEITURAS | | | 60.000,00 | 60.000,00 |
| 04.122.0002.2006.0000 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA | | | 12.000,00 | 12.000,00 |
| 04 122 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | | 250.000,00 | | 250.000,00 |
| 04.122.0021.1003.0000 | AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA GP | | 250.000,00 | | 250.000,00 |
| 04 124 | Controle Interno | | | 422.000,00 | 422.000,00 |
| 04 124 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 422.000,00 | 422.000,00 |
| 04.124.0002.2007.0000 | MANUTEÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO | | | 422.000,00 | 422.000,00 |
| | TOTAL | 0,00 | 250.000,00 | 4.261.700,00 | 4.511.700,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 3

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**02 GABINETE DO PREFEITO**

**99 RESERVA DE CONTINGENCIA**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 99 | Reserva de Contingência | 1.788.300,00 | | | 1.788.300,00 |
| 99 999 | Reserva de Contingência | 1.788.300,00 | | | 1.788.300,00 |
| 99 999 9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 1.788.300,00 | | | 1.788.300,00 |
| 99.999.9999.9999.0000 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 1.788.300,00 | | | 1.788.300,00 |
| | TOTAL | 1.788.300,00 | 0,00 | 0,00 | 1.788.300,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 4

## PROGRAMA DE TRABALHO

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**03 GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO**

**03 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | Administração | | 50.000,00 | 1.850.000,00 | 1.900.000,00 |
| 04 121 | Planejamento e Orçamento | | | 1.830.000,00 | 1.830.000,00 |
| 04 121 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 1.830.000,00 | 1.830.000,00 |
| 04.121.0002.2008.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO | | | 1.830.000,00 | 1.830.000,00 |
| 04 122 | Administração Geral | | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| 04 122 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| 04.122.0021.1004.0000 | AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEPLAN | | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| 04 127 | Ordenamento Territorial | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 04 127 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 04.127.0002.2009.0000 | REGULARIZACAO E GEORREF. AREAS URBANAS E RURAIS | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| | TOTAL | 0,00 | 50.000,00 | 1.850.000,00 | 1.900.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 5

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**04 GAB. DO SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO**

**04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | Administração | | 50.000,00 | 5.050.000,00 | 5.100.000,00 |
| 04 122 | Administração Geral | | 50.000,00 | 5.000.000,00 | 5.050.000,00 |
| 04 122 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 |
| 04.122.0002.2010.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO | | | 4.465.000,00 | 4.465.000,00 |
| 04.122.0002.2012.0000 | DIVULG. PUBLIC. DE ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRACAO. | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 04.122.0002.2077.0000 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR | | | 515.000,00 | 515.000,00 |
| 04 122 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| 04.122.0021.1005.0000 | AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMAD | | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| 04 128 | Formação de Recursos Humanos | | | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 04 128 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 04.128.0002.2011.0000 | REF. ADM. PCCS, CAPAC. CONC. PUB. E PROC SELETIVOS | | | 50.000,00 | 50.000,00 |
| | TOTAL | 0,00 | 50.000,00 | 5.050.000,00 | 5.100.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06


**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**05 GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS**

**05 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | Administração | | 100.000,00 | 3.411.700,00 | 3.511.700,00 |
| 04 123 | Administração Financeira | | 100.000,00 | 3.402.100,00 | 3.502.100,00 |
| 04 123 0003 | MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E EQUILIBRIO FISCAL | | | 3.402.100,00 | 3.402.100,00 |
| 04.123.0003.2013.0000 | MANUNTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS | | | 3.402.100,00 | 3.402.100,00 |
| 04 123 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| 04.123.0021.1006.0000 | AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMUFI | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| 04 125 | Normatização e Fiscalização | | | 9.600,00 | 9.600,00 |
| 04 125 0003 | MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E EQUILIBRIO FISCAL | | | 9.600,00 | 9.600,00 |
| 04.125.0003.2016.0000 | MANUTENÇÃO FISCALIZAÇÃO VOLANTE | | | 9.600,00 | 9.600,00 |
| 28 | Encargos Especiais | 4.788.300,00 | | | 4.788.300,00 |
| 28 843 | Serviço da Dívida Interna | 3.000.000,00 | | | 3.000.000,00 |
| 28 843 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 3.000.000,00 | | | 3.000.000,00 |
| 28.843.0002.2015.0000 | JUROS E AMORTIZACAO DE DIVIDAS | 3.000.000,00 | | | 3.000.000,00 |
| 28 846 | Outros Encargos Especiais | 1.788.300,00 | | | 1.788.300,00 |
| 28 846 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 1.788.300,00 | | | 1.788.300,00 |
| 28.846.0002.2014.0000 | PROGRAMA DE FORM. PATRIMÔNIO DO SERV. PÚBLICO - PASEP | 1.788.300,00 | | | 1.788.300,00 |
| | TOTAL | 4.788.300,00 | 100.000,00 | 3.411.700,00 | 8.300.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 7

### PROGRAMA DE TRABALHO

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT.**

**06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 12 | Educação | | 3.735.300,00 | 55.029.700,00 | 58.765.000,00 |
| 12 122 | Administração Geral | | 1.264.500,00 | 1.120.200,00 | 2.384.700,00 |
| 12 122 0004 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | 1.264.500,00 | 1.070.200,00 | 2.334.700,00 |
| 12.122.0004.1009.0000 | CONST. AMPL. REF. PREDIOS SECRETARIA | | 624.500,00 | | 624.500,00 |
| 12.122.0004.1011.0000 | AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMEC | | 640.000,00 | | 640.000,00 |
| 12.122.0004.2017.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO | | | 1.030.100,00 | 1.030.100,00 |
| 12.122.0004.2018.0000 | MANUTENCAO DOS CONSELHOS DE EDUCACAO | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12.122.0004.2093.0000 | MANUTENÇÃO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | | | 10.100,00 | 10.100,00 |
| 12.122.0004.2094.0000 | MANUTEÇÃO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA | | | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 12 122 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | | | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 12.122.0007.2020.0000 | MANUT CURSOS/CAPACITACAO DE SERVIDORES DA SECRETARIA | | | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 12 306 | Alimentação e Nutrição | | | 1.510.000,00 | 1.510.000,00 |
| 12 306 0006 | PAE - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | | | 1.510.000,00 | 1.510.000,00 |
| 12.306.0006.2023.0000 | MANUT. PROG. ALIMENTACAO ESC. PNAE - FUNDAMENTAL | | | 430.000,00 | 430.000,00 |
| 12.306.0006.2024.0000 | PROGRAMA ALIMENTACAO ESCOLAR PNAE - EJA | | | 79.400,00 | 79.400,00 |
| 12.306.0006.2025.0000 | MANUT. PROG. ALIMENTAC ESC. PNAE - INFANT/CRECHE | | | 320.600,00 | 320.600,00 |
| 12.306.0006.2026.0000 | MANUT. PROG. ALIM. ESC. PNAE - INFANT/PRE-ESCOLA | | | 345.000,00 | 345.000,00 |
| 12.306.0006.2027.0000 | MANUT. PROG. ALIM. ESC. PNAE - EDUC. ESPECIAL-AEE | | | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 12.306.0006.2099.0000 | MANUT. PROG. ALIMENTAÇÃO ESC. PNAE- FUNDAMENTAL RURAL | | | 190.000,00 | 190.000,00 |
| 12.306.0006.2100.0000 | MANUT. PROGR. ALIMENTAÇÃO ESC. PNAE - INFANT/CRECHE - RURAL | | | 135.000,00 | 135.000,00 |
| 12 361 | Ensino Fundamental | | 2.470.700,00 | 38.332.300,00 | 40.803.000,00 |
| 12 361 0005 | PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL MEC/FNDE | | 500.000,00 | 2.165.000,00 | 2.665.000,00 |
| 12.361.0005.1015.0000 | AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS QSE | | 500.000,00 | | 500.000,00 |
| 12.361.0005.2021.0000 | MANUTENÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO | | | 2.150.000,00 | 2.150.000,00 |
| 12.361.0005.2022.0000 | MANUTENCAO DE PROGRAMAS FNDE/MEC | | | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 12 361 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | | 770.700,00 | 4.867.600,00 | 5.638.300,00 |
| 12.361.0007.1007.0000 | AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO | | 200.000,00 | | 200.000,00 |
| 12.361.0007.1008.0000 | CONST. AMPL. REF. PRÉDIOS ESCOLARES | | 470.400,00 | | 470.400,00 |
| 12.361.0007.1010.0000 | CONST. AMPL. REF. BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS | | 100,00 | | 100,00 |
| 12.361.0007.1012.0000 | CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS E CRECHES | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| 12.361.0007.1013.0000 | CONST. AMP. REF. DE QUADRAS, ESPACOS ESP. ESCOLAS | | 100,00 | | 100,00 |
| 12.361.0007.2028.0000 | MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE EDUC ACAO - 25% | | | 3.113.600,00 | 3.113.600,00 |
| 12.361.0007.2032.0000 | AQUISICAO DE MATERIAL DIDATICO E UNIFORMES | | | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 12.361.0007.2033.0000 | MANUT CURSOS/CAPACITACAO DE SERVIDORES DA EDUCACAO | | 100,00 | | 100,00 |
| 12.361.0007.2101.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO 25% RURAL | | | 1.254.000,00 | 1.254.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02 Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 06

Página 8

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT.**

**06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 12 361 0008 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB | | 300.000,00 | 31.299.700,00 | 31.599.700,00 |
| 12.361.0008.1016.0000 | AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS FUNDEB 30. | | 300.000,00 | | 300.000,00 |
| 12.361.0008.2034.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL | | | 20.160.000,00 | 20.160.000,00 |
| 12.361.0008.2036.0000 | MANUTENCAO DO FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL | | | 1.898.600,00 | 1.898.600,00 |
| 12.361.0008.2102.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 70% - FUNDAMENTAL RURAL | | | 8.640.000,00 | 8.640.000,00 |
| 12.361.0008.2104.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 30% - FUNDAMENTAL RURAL | | | 601.100,00 | 601.100,00 |
| 12 361 0009 | NOVOS CAMINHOS PARA O SABER | | 400.000,00 | | 400.000,00 |
| 12.361.0009.1014.0000 | AQUIS. VEÍC. EMBARC. PARA TRANSP. ESCOLAR | | 400.000,00 | | 400.000,00 |
| 12 361 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | | 500.000,00 | | 500.000,00 |
| 12.361.0021.1012.0000 | CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS E CRECHES | | 500.000,00 | | 500.000,00 |
| 12 364 | Ensino Superior | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12 364 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12.364.0007.2019.0000 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12 365 | Educação Infantil | | 100,00 | 10.840.200,00 | 10.840.300,00 |
| 12 365 0005 | PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL MEC/FNDE | | | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 12.365.0005.2021.0000 | MANUTENÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO | | | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 12 365 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | | | 1.350.000,00 | 1.350.000,00 |
| 12.365.0007.2029.0000 | MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA/CRECHE | | | 1.350.000,00 | 1.350.000,00 |
| 12 365 0008 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB | | 100,00 | 9.340.200,00 | 9.340.300,00 |
| 12.365.0008.1017.0000 | CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS FUNDEB 30% | | 100,00 | | 100,00 |
| 12.365.0008.2035.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - INFANTIL | | | 6.470.000,00 | 6.470.000,00 |
| 12.365.0008.2037.0000 | MANUTENCAO DO FUNDEB 30% - INFANTIL | | | 30.000,00 | 30.000,00 |
| 12.365.0008.2103.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 70% - INFANTIL RURAL | | | 2.770.000,00 | 2.770.000,00 |
| 12.365.0008.2105.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 30% - INFANTIL RURAL | | | 70.200,00 | 70.200,00 |
| 12 366 | Educação de Jovens e Adultos | | | 3.000,00 | 3.000,00 |
| 12 366 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | | | 3.000,00 | 3.000,00 |
| 12.366.0007.2031.0000 | MANUTENCAO DO EJA | | | 3.000,00 | 3.000,00 |
| 12 367 | Educação Especial | | | 4.000,00 | 4.000,00 |
| 12 367 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | | | 4.000,00 | 4.000,00 |
| 12.367.0007.2030.0000 | ATEND. PORTADORES NECESSIDADES - EDUCACAO ESPECIAL | | | 4.000,00 | 4.000,00 |
| 12 785 | Transporte Especiais | | | 3.200.000,00 | 3.200.000,00 |
| 12 785 0009 | NOVOS CAMINHOS PARA O SABER | | | 3.200.000,00 | 3.200.000,00 |
| 12.785.0009.2038.0000 | MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENSINO MEDIO | | | 381.027,00 | 381.027,00 |
| 12.785.0009.2040.0000 | MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENS.INFANTIL | | | 98.973,00 | 98.973,00 |
| 12.785.0009.2041.0000 | MANUT.TRANSP ESCOLAR - CONVÊNIO ESTADO | | | 1.220.000,00 | 1.220.000,00 |
| 12.785.0009.2042.0000 | MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR | | | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 |
| 13 Cultura | | | 30.000,00 | 396.000,00 | 426.000,00 |
| 13 392 | Difusão Cultural | | 30.000,00 | 396.000,00 | 426.000,00 |
| 13 392 0010 | VALORIZANDO E PROMOVENDO A CULTURA | | 30.000,00 | 396.000,00 | 426.000,00 |
| 13.392.0010.1018.0000 | AQUIS. VEICULOS E EQUIP. PARA CULTURA. | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 13.392.0010.2043.0000 | MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA | | | 275.000,00 | 275.000,00 |
| 13.392.0010.2044.0000 | REALIZACAO EVENTOS CULT. FEIRAS E EXPOSICOES DIVER | | | 121.000,00 | 121.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 9

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT.**

**06 SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER.**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| | TOTAL | 0,00 | 3.765.300,00 | 55.425.700,00 | 59.191.000,00 |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 10

## PROGRAMA DE TRABALHO

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**07 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 10 | Saúde | | 1.602.000,00 | 30.888.200,00 | 32.490.200,00 |
| 10 122 | Administração Geral | | 200.000,00 | 1.005.000,00 | 1.205.000,00 |
| 10 122 0011 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE | | 200.000,00 | 1.005.000,00 | 1.205.000,00 |
| 10.122.0011.1019.0000 | AQUISIÇÃO VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS SECRETARIA | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| 10.122.0011.1020.0000 | CONTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REF. DA SECRETARIA | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| 10.122.0011.2045.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | 945.000,00 | 945.000,00 |
| 10.122.0011.2046.0000 | MANUTENCAO DO CONSELHO DE SAUDE | | | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 10.122.0011.2050.0000 | FORTALECIMENTO DAS EQUIPES DA SMS | | | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 10 301 | Atenção Básica | | 171.000,00 | 8.052.000,00 | 8.223.000,00 |
| 10 301 0012 | ATENÇÃO BÁSICA A TODOS | | 171.000,00 | 8.052.000,00 | 8.223.000,00 |
| 10.301.0012.1021.0000 | AQUIS.EQUIP. AMBUL. E VEICULOS DIVERSOS | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| 10.301.0012.1022.0000 | CONST. AMP/REF. DE POSTOS E UNID. B. DE SAUDE. | | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| 10.301.0012.1025.0000 | AQUIS.EQUIP. DIVERSOS PARA SAUDE BUCAL. | | 20.000,00 | | 20.000,00 |
| 10.301.0012.1026.0000 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS GESTÃO SUS. | | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| 10.301.0012.2048.0000 | MANUTENCAO DE PSFs | | | 3.720.000,00 | 3.720.000,00 |
| 10.301.0012.2049.0000 | MANUTENCAO DE PROGRAMAS SAUDE BUCAL | | | 62.000,00 | 62.000,00 |
| 10.301.0012.2051.0000 | MANUTENCAO DOS PROGRAMAS AGENTES COMUN. DE SAUDE | | | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 |
| 10.301.0012.2052.0000 | MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA | | | 890.000,00 | 890.000,00 |
| 10.301.0012.2098.0000 | MANUTENÇÃO DO PSF RURAL | | | 1.380.000,00 | 1.380.000,00 |
| 10 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | 601.000,00 | 19.801.200,00 | 20.402.200,00 |
| 10 302 0013 | ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | | 601.000,00 | 19.801.200,00 | 20.402.200,00 |
| 10.302.0013.1021.0000 | AQUIS.EQUIP. AMBUL. E VEICULOS DIVERSOS | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| 10.302.0013.1023.0000 | AMPLIACAO/REF. HOSPITAL MUNICIPAL | | 300.000,00 | | 300.000,00 |
| 10.302.0013.1024.0000 | CONSTRUÇÃO, REFORMA, READEQUAÇÃO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS DA SAÚDE | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| 10.302.0013.1027.0000 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS HOSP. MUNICIPAL | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| 10.302.0013.1028.0000 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS GESTÃO MAC. | | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| 10.302.0013.2047.0000 | MANUTENÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE REGULAÇÃO | | | 863.100,00 | 863.100,00 |
| 10.302.0013.2053.0000 | MANUTENCAO DO SAMU | | | 860.000,00 | 860.000,00 |
| 10.302.0013.2056.0000 | MANUTENCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL | | | 700.000,00 | 700.000,00 |
| 10.302.0013.2057.0000 | MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL | | | 14.906.916,00 | 14.906.916,00 |
| 10.302.0013.2058.0000 | MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE | | | 1.471.184,00 | 1.471.184,00 |
| 10.302.0013.2059.0000 | MANUTENÇÃO DA CASA DE APOIO | | | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| 10 303 | Suporte Profilático e Terapêutico | | | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 10 303 0012 | ATENÇÃO BÁSICA A TODOS | | | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 10.303.0012.2055.0000 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS DIGITAL | | | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 10 305 | Vigilância Epidemiológica | | 630.000,00 | 1.960.000,00 | 2.590.000,00 |
| 10 305 0014 | VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | 630.000,00 | 1.960.000,00 | 2.590.000,00 |
| 10.305.0014.1029.0000 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS VIG. EM SAUDE. | | 80.000,00 | | 80.000,00 |
| 10.305.0014.2054.0000 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE(AMBIENTAL,EPIDEMIOLOGICA) | | | 1.540.000,00 | 1.540.000,00 |
| 10.305.0014.2060.0000 | MANUTENÇÃO DE AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS | | | 400.000,00 | 400.000,00 |
| 10.305.0014.2061.0000 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITARIA - VISA | | 550.000,00 | | 550.000,00 |
| 10.305.0014.2062.0000 | MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE | | | 20.000,00 | 20.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 11

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**07 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| | TOTAL | 0,00 | 1.602.000,00 | 30.888.200,00 | 32.490.200,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 12

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**08 GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA**

**08 SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 20 | Agricultura | | 373.900,00 | 2.226.100,00 | 2.600.000,00 |
| 20 122 | Administração Geral | | | 1.326.000,00 | 1.326.000,00 |
| 20 122 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 1.326.000,00 | 1.326.000,00 |
| 20.122.0002.2063.0001 | PRODUTORES RURAIS | | | 1.326.000,00 | 1.326.000,00 |
| 20 605 | Abastecimento | | | 800.100,00 | 800.100,00 |
| 20 605 0015 | TERRA QUE FAZ | | | 800.100,00 | 800.100,00 |
| 20.605.0015.2064.0000 | INCENT. PROJETOS AGRIC. FAMILIAR, PSICULTURA E OUT | | | 800.100,00 | 800.100,00 |
| 20 606 | Extensão Rural | | 50.100,00 | | 50.100,00 |
| 20 606 0015 | TERRA QUE FAZ | | 50.100,00 | | 50.100,00 |
| 20.606.0015.1030.0000 | CONST. AMP/REF/EQUIP. PREDIOS E FEIRA PRODUTOR. | | 100,00 | | 100,00 |
| 20.606.0015.1031.0000 | AQUIS. DE VEICULOS E EQUIP. PARA AGRICULTURA. | | 20.000,00 | | 20.000,00 |
| 20.606.0015.1034.0000 | AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS | | 30.000,00 | | 30.000,00 |
| 20 608 | Acertar Manualmente... | | 323.800,00 | 100.000,00 | 423.800,00 |
| 20 608 0015 | TERRA QUE FAZ | | 323.800,00 | 100.000,00 | 423.800,00 |
| 20.608.0015.1032.0000 | CONST. DE ACUDES E MICROBACIAS PROP .RURAIS. | | 100,00 | | 100,00 |
| 20.608.0015.1033.0000 | IMPLANT/MANUT. VIVEIRO MUNIC. E CENTROS ZOONOSES. | | 323.700,00 | | 323.700,00 |
| 20.608.0015.2065.0000 | INCENT. AGRONEG. CADEIA PRODUTIVA, BACIA LEITEIRA | | | 100.000,00 | 100.000,00 |
| | TOTAL | 0,00 | 373.900,00 | 2.226.100,00 | 2.600.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 13

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**09 GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL**

**09 SECR MUN DE TRAB EMPREGO CID ASSIST SOCIAL**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 08 | Assistência Social | | | 4.800.000,00 | 4.800.000,00 |
| 08 122 | Administração Geral | | | 2.450.000,00 | 2.450.000,00 |
| 08 122 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | 2.450.000,00 | 2.450.000,00 |
| 08.122.0016.2073.0000 | FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) | | | 35.000,00 | 35.000,00 |
| 08.122.0016.2075.0000 | PROCADSUAS | | | 30.000,00 | 30.000,00 |
| 08.122.0016.2095.0000 | BLOCO DA GESTÃO DO SUAS | | | 2.385.000,00 | 2.385.000,00 |
| 08 241 | Assistência à Pessoa Idosa | | | 149.000,00 | 149.000,00 |
| 08 241 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | 149.000,00 | 149.000,00 |
| 08.241.0016.2096.0000 | ASSISTÊNCIA A PESSOA IDOSA | | | 149.000,00 | 149.000,00 |
| 08 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | | | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 08 243 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 08.243.0016.2074.0000 | PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 08.243.0016.2097.0000 | ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE | | | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 08 244 | Assistência Comunitária | | | 259.000,00 | 259.000,00 |
| 08 244 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | 259.000,00 | 259.000,00 |
| 08.244.0016.2068.0000 | BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO | | | 84.000,00 | 84.000,00 |
| 08.244.0016.2071.0000 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | | | 155.000,00 | 155.000,00 |
| 08.244.0016.2076.0000 | MANUTENCAO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 08 245 | Serviços Socioassistenciais | | | 1.872.000,00 | 1.872.000,00 |
| 08 245 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | 1.872.000,00 | 1.872.000,00 |
| 08.245.0016.2067.0000 | BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - (IGD-SUAS) | | | 21.000,00 | 21.000,00 |
| 08.245.0016.2069.0000 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | | | 948.000,00 | 948.000,00 |
| 08.245.0016.2070.0000 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) | | | 901.000,00 | 901.000,00 |
| 08.245.0016.2072.0000 | EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | 2.000,00 | 2.000,00 |
| | TOTAL | 0,00 | 0,00 | 4.800.000,00 | 4.800.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 14

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**10 GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA**

**10 SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 14 | Direitos da Cidadania | | 100,00 | | 100,00 |
| 14 451 | Infra-Estrutura Urbana | | 100,00 | | 100,00 |
| 14 451 0017 | COLNIZA FAZ | | 100,00 | | 100,00 |
| 14.451.0017.1043.0000 | CONST/AMP/REF. NECROTERIO/CASA MORTUARIA. | | 100,00 | | 100,00 |
| 15 | Urbanismo | | 3.628.100,00 | 18.146.600,00 | 21.774.700,00 |
| 15 182 | Defesa Civil | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 15 182 0017 | COLNIZA FAZ | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 15.182.0017.2082.0000 | MANUTENCAO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 15 451 | Infra-Estrutura Urbana | | 1.083.200,00 | | 1.083.200,00 |
| 15 451 0017 | COLNIZA FAZ | | 1.083.200,00 | | 1.083.200,00 |
| 15.451.0017.1035.0000 | AQUIS. VEICULOS E MET. PERM. SEC. OBRAS | | 1.083.000,00 | | 1.083.000,00 |
| 15.451.0017.1038.0000 | CONST. MANUT/AMP PRACAS PARQUE E JARDINS | | 100,00 | | 100,00 |
| 15.451.0017.1039.0000 | CONST/MANUT/AMP. GALERIAS, GUIAS, SARJ E PASSEIOS. | | 100,00 | | 100,00 |
| 15 452 | Serviços Urbanos | | 2.544.900,00 | 18.126.600,00 | 20.671.500,00 |
| 15 452 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 18.126.600,00 | 18.126.600,00 |
| 15.452.0002.2078.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | | | 8.846.500,00 | 8.846.500,00 |
| 15.452.0002.2080.0000 | MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI | | | 9.280.100,00 | 9.280.100,00 |
| 15 452 0017 | COLNIZA FAZ | | 2.544.900,00 | | 2.544.900,00 |
| 15.452.0017.1037.0000 | DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA URBANA. | | 2.524.600,00 | | 2.524.600,00 |
| 15.452.0017.1044.0000 | CONST/CONSERV/MANUT. VIAS URBANAS/PAV. E DRENAGEM. | | 100,00 | | 100,00 |
| 15.452.0017.1045.0000 | CONST/AMPLI/MANUT. ESGOTAMENTO SANITARIO. | | 20.000,00 | | 20.000,00 |
| 15.452.0017.1046.0000 | CONST/CONSERV/MANUT. ACADEMIAS AO AR LIVRE. | | 200,00 | | 200,00 |
| 16 | Habitação | | 100,00 | | 100,00 |
| 16 482 | Habitação Urbana | | 100,00 | | 100,00 |
| 16 482 0017 | COLNIZA FAZ | | 100,00 | | 100,00 |
| 16.482.0017.1042.0000 | AQUIS. IMOVEL E CONSTRUCAO CASAS POPULARES. | | 100,00 | | 100,00 |
| 17 | Saneamento | | 50.100,00 | 1.840.000,00 | 1.890.100,00 |
| 17 512 | Saneamento Básico Urbano | | 50.100,00 | 1.840.000,00 | 1.890.100,00 |
| 17 512 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 1.840.000,00 | 1.840.000,00 |
| 17.512.0002.2084.0000 | MANUTENCAO DO DPTO DE AGUA E ESGOTO | | | 1.840.000,00 | 1.840.000,00 |
| 17 512 0017 | COLNIZA FAZ | | 50.100,00 | | 50.100,00 |
| 17.512.0017.1049.0000 | EXP/CONST/MANUT REDES DE AGUA E ESGOTO. | | 100,00 | | 100,00 |
| 17.512.0017.1050.0000 | AQUIS. VEIC/EQUIP. MATERIAIS DEPTO DE AGUA E ESGOT | | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| 25 | Energia | | 200,00 | | 200,00 |
| 25 752 | Energia Elétrica | | 200,00 | | 200,00 |
| 25 752 0017 | COLNIZA FAZ | | 200,00 | | 200,00 |
| 25.752.0017.1048.0000 | EXPANSAO/CONST. REDES ENERGIA ELETRICA. | | 200,00 | | 200,00 |
| 26 | Transporte | | 100.500,00 | 12.080.100,00 | 12.180.600,00 |
| 26 781 | Transporte Aéreo | | 100,00 | | 100,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 15

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**10 GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA**

**10 SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 26 781 0017 | COLNIZA FAZ | | 100,00 | | 100,00 |
| 26.781.0017.1040.0000 | CONST/MANUT/AMP. AEROPORTO E TERM. RODOVIARIO. | | 100,00 | | 100,00 |
| 26 782 | Transporte Rodoviário | | 100.400,00 | 12.080.100,00 | 12.180.500,00 |
| 26 782 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 100,00 | 100,00 |
| 26.782.0002.2079.0000 | MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO | | | 100,00 | 100,00 |
| 26 782 0017 | COLNIZA FAZ | | 100.400,00 | 12.080.000,00 | 12.180.400,00 |
| 26.782.0017.1036.0000 | AQUIS. CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS. | | 100.000,00 | | 100.000,00 |
| 26.782.0017.1041.0000 | PARCERIA NA MANUT. RODOVIAS BRs E MTs. | | 300,00 | | 300,00 |
| 26.782.0017.1047.0000 | CONST/ABERT/MANUT/CONS. ESTRADA/PONTES/BOEIROS/PON | | 100,00 | | 100,00 |
| 26.782.0017.2081.0000 | MANUT. ESTRADAS, PONTES E SERVICOS DIVERSOS | | | 9.000.000,00 | 9.000.000,00 |
| 26.782.0017.2083.0000 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE FMT | | | 3.080.000,00 | 3.080.000,00 |
| | TOTAL | 0,00 | 3.779.100,00 | 32.066.700,00 | 35.845.800,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 16

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**11 GAB. DO SEC. DE MUN. DE MEIO AMB. E TURISMO, DESP E LAZER**

**11 SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E TURISMO**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 18 | Gestão Ambiental | | 50.300,00 | 599.500,00 | 649.800,00 |
| 18 541 | Preservação e Conservação Ambiental | | 50.200,00 | 599.400,00 | 649.600,00 |
| 18 541 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 599.400,00 | 599.400,00 |
| 18.541.0002.2085.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE MEIO AMB. E TURISMO | | | 599.400,00 | 599.400,00 |
| 18 541 0018 | MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL | | 50.200,00 | | 50.200,00 |
| 18.541.0018.1051.0000 | AQUIS. VEIC/EQUIP. MATERIAIS PERMANENTES. | | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| 18.541.0018.1052.0000 | CRIAÇÃO DE PARQUES ECOLOG. E AREAS DE LASER. | | 200,00 | | 200,00 |
| 18 542 | Controle Ambiental | | 100,00 | | 100,00 |
| 18 542 0018 | MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL | | 100,00 | | 100,00 |
| 18.542.0018.1053.0000 | PROJETOS E OBRAS PARA SEC. MEIO AMBIENTE | | 100,00 | | 100,00 |
| 18 543 | Recuperação de Áreas Degradadas | | | 100,00 | 100,00 |
| 18 543 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | | | 100,00 | 100,00 |
| 18.543.0002.2087.0000 | MANUTENCAO E RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS | | | 100,00 | 100,00 |
| 23 | Comércio e Serviços | | 50.100,00 | 100,00 | 50.200,00 |
| 23 695 | Turismo | | 50.100,00 | 100,00 | 50.200,00 |
| 23 695 0019 | TURISMO SUSTENTÁVEL | | 50.100,00 | 100,00 | 50.200,00 |
| 23.695.0019.1054.0000 | CONST. ESPACOS, FESTIVAIS DE PESCA/DEMAIS EVENTOS | | 50.100,00 | | 50.100,00 |
| 23.695.0019.2086.0000 | MANUTENCAO E ESTRUTURACAO DO TURISMO | | | 100,00 | 100,00 |
| | TOTAL | 0,00 | 100.400,00 | 599.600,00 | 700.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 17

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**13 PREVI-COLNIZA**

**13 FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE COLNIZA**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 09 | Previdência Social | | | 5.375.600,00 | 5.375.600,00 |
| 09 272 | Previdência do Regime Estatutário | | | 5.375.600,00 | 5.375.600,00 |
| 09 272 0022 | PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS | | | 5.375.600,00 | 5.375.600,00 |
| 09.272.0022.2088.0000 | ATIVIDADE A CARGO DO GERENCIAMENTO DE RECURSO RPPS | | | 509.000,00 | 509.000,00 |
| 09.272.0022.2089.0000 | COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | | | 11.000,00 | 11.000,00 |
| 09.272.0022.2090.0000 | PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS | | | 4.855.600,00 | 4.855.600,00 |
| 99 | Reserva de Contingência | 7.354.400,00 | | | 7.354.400,00 |
| 99 999 | Reserva de Contingência | 7.354.400,00 | | | 7.354.400,00 |
| 99 999 9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 7.354.400,00 | | | 7.354.400,00 |
| 99.999.9999.9998.0000 | RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS | 7.354.400,00 | | | 7.354.400,00 |
| | TOTAL | 7.354.400,00 | 0,00 | 5.375.600,00 | 12.730.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 06
Página 18

**PROGRAMA DE TRABALHO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

**14 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**

**14 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 27 | Desporto e Lazer | | 60.000,00 | 1.240.000,00 | 1.300.000,00 |
| 27 812 | Desporto Comunitário | | 60.000,00 | 1.240.000,00 | 1.300.000,00 |
| 27 812 0020 | VALORIZANDO E PROMOVENDO O ESPORTE COM SAÚDE | | 60.000,00 | 1.240.000,00 | 1.300.000,00 |
| 27.812.0020.1055.0000 | AQUIS. VEICULOS E EQUIP. PARA DPTO DE ESPORTES. | | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| 27.812.0020.1056.0000 | CONST. MANUT. REF. ILUM. CAMPOS E QUADRAS ESPORTIV | | 10.000,00 | | 10.000,00 |
| 27.812.0020.2091.0000 | REALIZACAO CAMPEONATOS E EVENTOS ESPORTIVOS DIVERS | | | 370.000,00 | 370.000,00 |
| 27.812.0020.2092.0000 | MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER | | | 870.000,00 | 870.000,00 |
| | TOTAL | 0,00 | 60.000,00 | 1.240.000,00 | 1.300.000,00 |
| | TOTAL GERAL | 13.931.000,00 | 10.530.700,00 | 154.368.300,00 | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

# PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
## ANEXO DA LEI 1.401-2027

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 07
Página 1

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO**
**DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS**
**POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Legislativa | 0,00 | 400.000,00 | 7.173.000,00 | 7.573.000,00 |
| 01 031 | Ação Legislativa | 0,00 | 400.000,00 | 7.173.000,00 | 7.573.000,00 |
| 01 031 0001 | PROCESSO LEGISLATIVO | 0,00 | 400.000,00 | 7.173.000,00 | 7.573.000,00 |
| 01.031.0001.1001.0000 | CONST. AMPLIAC. E REFORMA PREDIO CAMARA | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 01.031.0001.1002.0000 | AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 01.031.0001.2001.0000 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS | 0,00 | 0,00 | 7.171.000,00 | 7.171.000,00 |
| 01.031.0001.2002.0000 | REALIZACAO DE CONCURSOS PUBLICOS E TESTES SELETIVO | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 2.000,00 |
| 04 | Administração | 0,00 | 450.000,00 | 14.573.400,00 | 15.023.400,00 |
| 04 121 | Planejamento e Orçamento | 0,00 | 0,00 | 1.830.000,00 | 1.830.000,00 |
| 04 121 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 1.830.000,00 | 1.830.000,00 |
| 04.121.0002.2008.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO | 0,00 | 0,00 | 1.830.000,00 | 1.830.000,00 |
| 04 122 | Administração Geral | 0,00 | 350.000,00 | 8.839.700,00 | 9.189.700,00 |
| 04 122 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 8.839.700,00 | 8.839.700,00 |
| 04.122.0002.2003.0000 | MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO | 0,00 | 0,00 | 2.497.700,00 | 2.497.700,00 |
| 04.122.0002.2004.0000 | MANUT. DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JURÍDICA | 0,00 | 0,00 | 1.270.000,00 | 1.270.000,00 |
| 04.122.0002.2005.0000 | MANUTENCAO DAS SUBPREFEITURAS | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 60.000,00 |
| 04.122.0002.2006.0000 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 | 12.000,00 |
| 04.122.0002.2010.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO | 0,00 | 0,00 | 4.465.000,00 | 4.465.000,00 |
| 04.122.0002.2012.0000 | DIVULG. PUBLIC. DE ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRACAO. | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 04.122.0002.2077.0000 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR | 0,00 | 0,00 | 515.000,00 | 515.000,00 |
| 04 122 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | 0,00 | 350.000,00 | 0,00 | 350.000,00 |
| 04.122.0021.1003.0000 | AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA GP | 0,00 | 250.000,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| 04.122.0021.1004.0000 | AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEPLAN | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 04.122.0021.1005.0000 | AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMAD | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 04 123 | Administração Financeira | 0,00 | 100.000,00 | 3.402.100,00 | 3.502.100,00 |
| 04 123 0003 | MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E EQUILIBRIO FISCAL | 0,00 | 0,00 | 3.402.100,00 | 3.402.100,00 |
| 04.123.0003.2013.0000 | MANUNTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS | 0,00 | 0,00 | 3.402.100,00 | 3.402.100,00 |
| 04 123 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 04.123.0021.1006.0000 | AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMUFI | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 04 124 | Controle Interno | 0,00 | 0,00 | 422.000,00 | 422.000,00 |
| 04 124 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 422.000,00 | 422.000,00 |
| 04.124.0002.2007.0000 | MANUTEÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO | 0,00 | 0,00 | 422.000,00 | 422.000,00 |
| 04 125 | Normatização e Fiscalização | 0,00 | 0,00 | 9.600,00 | 9.600,00 |
| 04 125 0003 | MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E EQUILIBRIO FISCAL | 0,00 | 0,00 | 9.600,00 | 9.600,00 |
| 04.125.0003.2016.0000 | MANUTENÇÃO FISCALIZAÇÃO VOLANTE | 0,00 | 0,00 | 9.600,00 | 9.600,00 |
| 04 127 | Ordenamento Territorial | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 04 127 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 04.127.0002.2009.0000 | REGULARIZACAO E GEORREF. AREAS URBANAS E RURAIS | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 04 128 | Formação de Recursos Humanos | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 04 128 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 04.128.0002.2011.0000 | REF. ADM. PCCS, CAPAC. CONC. PUB. E PROC SELETIVOS | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 08 | Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 4.800.000,00 | 4.800.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02 Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 07

Página 2

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO**
**DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS**
**POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 08 | Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 4.800.000,00 | 4.800.000,00 |
| 08 122 | Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 2.450.000,00 | 2.450.000,00 |
| 08 122 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 2.450.000,00 | 2.450.000,00 |
| 08.122.0016.2073.0000 | FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 | 35.000,00 |
| 08.122.0016.2075.0000 | PROCADSUAS | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 30.000,00 |
| 08.122.0016.2095.0000 | BLOCO DA GESTÃO DO SUAS | 0,00 | 0,00 | 2.385.000,00 | 2.385.000,00 |
| 08 241 | Assistência à Pessoa Idosa | 0,00 | 0,00 | 149.000,00 | 149.000,00 |
| 08 241 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 149.000,00 | 149.000,00 |
| 08.241.0016.2096.0000 | ASSISTÊNCIA A PESSOA IDOSA | 0,00 | 0,00 | 149.000,00 | 149.000,00 |
| 08 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 08 243 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 08.243.0016.2074.0000 | PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 08.243.0016.2097.0000 | ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 08 244 | Assistência Comunitária | 0,00 | 0,00 | 259.000,00 | 259.000,00 |
| 08 244 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 259.000,00 | 259.000,00 |
| 08.244.0016.2068.0000 | BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO | 0,00 | 0,00 | 84.000,00 | 84.000,00 |
| 08.244.0016.2071.0000 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | 0,00 | 0,00 | 155.000,00 | 155.000,00 |
| 08.244.0016.2076.0000 | MANUTENCAO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 08 245 | Serviços Socioassistenciais | 0,00 | 0,00 | 1.872.000,00 | 1.872.000,00 |
| 08 245 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 1.872.000,00 | 1.872.000,00 |
| 08.245.0016.2067.0000 | BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - (IGD-SUAS) | 0,00 | 0,00 | 21.000,00 | 21.000,00 |
| 08.245.0016.2069.0000 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 0,00 | 0,00 | 948.000,00 | 948.000,00 |
| 08.245.0016.2070.0000 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) | 0,00 | 0,00 | 901.000,00 | 901.000,00 |
| 08.245.0016.2072.0000 | EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 2.000,00 |
| 09 | Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 5.375.600,00 | 5.375.600,00 |
| 09 272 | Previdência do Regime Estatutário | 0,00 | 0,00 | 5.375.600,00 | 5.375.600,00 |
| 09 272 0022 | PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS | 0,00 | 0,00 | 5.375.600,00 | 5.375.600,00 |
| 09.272.0022.2088.0000 | ATIVIDADE A CARGO DO GERENCIAMENTO DE RECURSO RPPS | 0,00 | 0,00 | 509.000,00 | 509.000,00 |
| 09.272.0022.2089.0000 | COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 0,00 | 0,00 | 11.000,00 | 11.000,00 |
| 09.272.0022.2090.0000 | PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFICIOS | 0,00 | 0,00 | 4.855.600,00 | 4.855.600,00 |
| 10 | Saúde | 0,00 | 1.602.000,00 | 30.888.200,00 | 32.490.200,00 |
| 10 122 | Administração Geral | 0,00 | 200.000,00 | 1.005.000,00 | 1.205.000,00 |
| 10 122 0011 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE | 0,00 | 200.000,00 | 1.005.000,00 | 1.205.000,00 |
| 10.122.0011.1019.0000 | AQUISIÇÃO VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS SECRETARIA | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 10.122.0011.1020.0000 | CONTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REF. DA SECRETARIA | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 10.122.0011.2045.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 945.000,00 | 945.000,00 |
| 10.122.0011.2046.0000 | MANUTENCAO DO CONSELHO DE SAUDE | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 10.122.0011.2050.0000 | FORTALECIMENTO DAS EQUIPES DA SMS | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 10 301 | Atenção Básica | 0,00 | 171.000,00 | 8.052.000,00 | 8.223.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02 Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 07

Página 3

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO**
**DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS**
**POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 10 | Saúde | 0,00 | 1.602.000,00 | 30.888.200,00 | 32.490.200,00 |
| 10 301 | Atenção Básica | 0,00 | 171.000,00 | 8.052.000,00 | 8.223.000,00 |
| 10 301 0012 | ATENÇÃO BÁSICA A TODOS | 0,00 | 171.000,00 | 8.052.000,00 | 8.223.000,00 |
| 10.301.0012.1021.0000 | AQUIS.EQUIP. AMBUL. E VEICULOS DIVERSOS | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 10.301.0012.1022.0000 | CONST. AMP/REF. DE POSTOS E UNID. B. DE SAUDE. | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 10.301.0012.1025.0000 | AQUIS.EQUIP. DIVERSOS PARA SAUDE BUCAL. | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 10.301.0012.1026.0000 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS GESTÃO SUS. | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 10.301.0012.2048.0000 | MANUTENCAO DE PSFs | 0,00 | 0,00 | 3.720.000,00 | 3.720.000,00 |
| 10.301.0012.2049.0000 | MANUTENCAO DE PROGRAMAS SAUDE BUCAL | 0,00 | 0,00 | 62.000,00 | 62.000,00 |
| 10.301.0012.2051.0000 | MANUTENCAO DOS PROGRAMAS AGENTES COMUN. DE SAUDE | 0,00 | 0,00 | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 |
| 10.301.0012.2052.0000 | MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA | 0,00 | 0,00 | 890.000,00 | 890.000,00 |
| 10.301.0012.2098.0000 | MANUTENÇÃO DO PSF RURAL | 0,00 | 0,00 | 1.380.000,00 | 1.380.000,00 |
| 10 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 0,00 | 601.000,00 | 19.801.200,00 | 20.402.200,00 |
| 10 302 0013 | ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | 0,00 | 601.000,00 | 19.801.200,00 | 20.402.200,00 |
| 10.302.0013.1021.0000 | AQUIS.EQUIP. AMBUL. E VEICULOS DIVERSOS | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 10.302.0013.1023.0000 | AMPLIACAO/REF. HOSPITAL MUNICIPAL | 0,00 | 300.000,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| 10.302.0013.1024.0000 | CONSTRUÇÃO, REFORMA, READEQUAÇÃO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS DA SAÚDE | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 10.302.0013.1027.0000 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS HOSP. MUNICIPAL | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 10.302.0013.1028.0000 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS GESTÃO MAC. | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 10.302.0013.2047.0000 | MANUTENÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE REGULAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 863.100,00 | 863.100,00 |
| 10.302.0013.2053.0000 | MANUTENCAO DO SAMU | 0,00 | 0,00 | 860.000,00 | 860.000,00 |
| 10.302.0013.2056.0000 | MANUTENCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL | 0,00 | 0,00 | 700.000,00 | 700.000,00 |
| 10.302.0013.2057.0000 | MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL | 0,00 | 0,00 | 14.906.916,00 | 14.906.916,00 |
| 10.302.0013.2058.0000 | MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE | 0,00 | 0,00 | 1.471.184,00 | 1.471.184,00 |
| 10.302.0013.2059.0000 | MANUTENÇÃO DA CASA DE APOIO | 0,00 | 0,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| 10 303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 10 303 0012 | ATENÇÃO BÁSICA A TODOS | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 10.303.0012.2055.0000 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS DIGITAL | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 10 305 | Vigilância Epidemiológica | 0,00 | 630.000,00 | 1.960.000,00 | 2.590.000,00 |
| 10 305 0014 | VIGILÂNCIA EM SAÚDE | 0,00 | 630.000,00 | 1.960.000,00 | 2.590.000,00 |
| 10.305.0014.1029.0000 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS VIG. EM SAUDE. | 0,00 | 80.000,00 | 0,00 | 80.000,00 |
| 10.305.0014.2054.0000 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE(AMBIENTAL,EPIDEMIOLOGICA) | 0,00 | 0,00 | 1.540.000,00 | 1.540.000,00 |
| 10.305.0014.2060.0000 | MANUTENÇÃO DE AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS | 0,00 | 0,00 | 400.000,00 | 400.000,00 |
| 10.305.0014.2061.0000 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITARIA - VISA | 0,00 | 550.000,00 | 0,00 | 550.000,00 |
| 10.305.0014.2062.0000 | MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12 | Educação | 0,00 | 3.735.300,00 | 55.029.700,00 | 58.765.000,00 |
| 12 122 | Administração Geral | 0,00 | 1.264.500,00 | 1.120.200,00 | 2.384.700,00 |
| 12 122 0004 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 1.264.500,00 | 1.070.200,00 | 2.334.700,00 |
| 12.122.0004.1009.0000 | CONST. AMPL. REF. PREDIOS SECRETARIA | 0,00 | 624.500,00 | 0,00 | 624.500,00 |
| 12.122.0004.1011.0000 | AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMEC | 0,00 | 640.000,00 | 0,00 | 640.000,00 |
| 12.122.0004.2017.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO | 0,00 | 0,00 | 1.030.100,00 | 1.030.100,00 |
| 12.122.0004.2018.0000 | MANUTENCAO DOS CONSELHOS DE EDUCACAO | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12.122.0004.2093.0000 | MANUTENÇÃO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | 0,00 | 0,00 | 10.100,00 | 10.100,00 |
| 12.122.0004.2094.0000 | MANUTEÇÃO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 12 122 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 12.122.0007.2020.0000 | MANUT CURSOS/CAPACITACAO DE SERVIDORES DA SECRETARIA | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 12 306 | Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 1.510.000,00 | 1.510.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02 Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 07

Página 4

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO**
**DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS**
**POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 12 | Educação | 0,00 | 3.735.300,00 | 55.029.700,00 | 58.765.000,00 |
| 12 306 | Alimentação e Nutrição | 0,00 | 0,00 | 1.510.000,00 | 1.510.000,00 |
| 12 306 0006 | PAE - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | 0,00 | 0,00 | 1.510.000,00 | 1.510.000,00 |
| 12.306.0006.2023.0000 | MANUT. PROG. ALIMENTACAO ESC. PNAE - FUNDAMENTAL | 0,00 | 0,00 | 430.000,00 | 430.000,00 |
| 12.306.0006.2024.0000 | PROGRAMA ALIMENTACAO ESCOLAR PNAE - EJA | 0,00 | 0,00 | 79.400,00 | 79.400,00 |
| 12.306.0006.2025.0000 | MANUT. PROG. ALIMENTAC ESC. PNAE - INFANT/CRECHE | 0,00 | 0,00 | 320.600,00 | 320.600,00 |
| 12.306.0006.2026.0000 | MANUT. PROG. ALIM. ESC. PNAE - INFANT/PRE-ESCOLA | 0,00 | 0,00 | 345.000,00 | 345.000,00 |
| 12.306.0006.2027.0000 | MANUT. PROG. ALIM. ESC. PNAE - EDUC. ESPECIAL-AEE | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 12.306.0006.2099.0000 | MANUT. PROG. ALIMENTAÇÃO ESC. PNAE- FUNDAMENTAL RURAL | 0,00 | 0,00 | 190.000,00 | 190.000,00 |
| 12.306.0006.2100.0000 | MANUT. PROGR. ALIMENTAÇÃO ESC. PNAE - INFANT/CRECHE - RURAL | 0,00 | 0,00 | 135.000,00 | 135.000,00 |
| 12 361 | Ensino Fundamental | 0,00 | 2.470.700,00 | 38.332.300,00 | 40.803.000,00 |
| 12 361 0005 | PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL MEC/FNDE | 0,00 | 500.000,00 | 2.165.000,00 | 2.665.000,00 |
| 12.361.0005.1015.0000 | AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS QSE | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | 500.000,00 |
| 12.361.0005.2021.0000 | MANUTENÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 2.150.000,00 | 2.150.000,00 |
| 12.361.0005.2022.0000 | MANUTENCAO DE PROGRAMAS FNDE/MEC | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 12 361 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 0,00 | 770.700,00 | 4.867.600,00 | 5.638.300,00 |
| 12.361.0007.1007.0000 | AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 12.361.0007.1008.0000 | CONST. AMPL. REF. PRÉDIOS ESCOLARES | 0,00 | 470.400,00 | 0,00 | 470.400,00 |
| 12.361.0007.1010.0000 | CONST. AMPL. REF. BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 12.361.0007.1012.0000 | CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS E CRECHES | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 12.361.0007.1013.0000 | CONST. AMP. REF. DE QUADRAS, ESPACOS ESP. ESCOLAS | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 12.361.0007.2028.0000 | MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE EDUC ACAO - 25% | 0,00 | 0,00 | 3.113.600,00 | 3.113.600,00 |
| 12.361.0007.2032.0000 | AQUISICAO DE MATERIAL DIDATICO E UNIFORMES | 0,00 | 0,00 | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 12.361.0007.2033.0000 | MANUT CURSOS/CAPACITACAO DE SERVIDORES DA EDUCACAO | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 12.361.0007.2101.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO 25% RURAL | 0,00 | 0,00 | 1.254.000,00 | 1.254.000,00 |
| 12 361 0008 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB | 0,00 | 300.000,00 | 31.299.700,00 | 31.599.700,00 |
| 12.361.0008.1016.0000 | AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS FUNDEB 30. | 0,00 | 300.000,00 | 0,00 | 300.000,00 |
| 12.361.0008.2034.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 0,00 | 20.160.000,00 | 20.160.000,00 |
| 12.361.0008.2036.0000 | MANUTENCAO DO FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 0,00 | 1.898.600,00 | 1.898.600,00 |
| 12.361.0008.2102.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 70% - FUNDAMENTAL RURAL | 0,00 | 0,00 | 8.640.000,00 | 8.640.000,00 |
| 12.361.0008.2104.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 30% - FUNDAMENTAL RURAL | 0,00 | 0,00 | 601.100,00 | 601.100,00 |
| 12 361 0009 | NOVOS CAMINHOS PARA O SABER | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 400.000,00 |
| 12.361.0009.1014.0000 | AQUIS. VEÍC. EMBARC. PARA TRANSP. ESCOLAR | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 400.000,00 |
| 12 361 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | 500.000,00 |
| 12.361.0021.1012.0000 | CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS E CRECHES | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | 500.000,00 |
| 12 364 | Ensino Superior | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12 364 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12.364.0007.2019.0000 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12 365 | Educação Infantil | 0,00 | 100,00 | 10.840.200,00 | 10.840.300,00 |
| 12 365 0005 | PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL MEC/FNDE | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 12.365.0005.2021.0000 | MANUTENÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 12 365 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 0,00 | 0,00 | 1.350.000,00 | 1.350.000,00 |
| 12.365.0007.2029.0000 | MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA/CRECHE | 0,00 | 0,00 | 1.350.000,00 | 1.350.000,00 |
| 12 365 0008 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB | 0,00 | 100,00 | 9.340.200,00 | 9.340.300,00 |
| 12.365.0008.1017.0000 | CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS FUNDEB 30% | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 12.365.0008.2035.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - INFANTIL | 0,00 | 0,00 | 6.470.000,00 | 6.470.000,00 |
| 12.365.0008.2037.0000 | MANUTENCAO DO FUNDEB 30% - INFANTIL | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 | 30.000,00 |
| 12.365.0008.2103.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 70% - INFANTIL RURAL | 0,00 | 0,00 | 2.770.000,00 | 2.770.000,00 |
| 12.365.0008.2105.0000 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 30% - INFANTIL RURAL | 0,00 | 0,00 | 70.200,00 | 70.200,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02 Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 07

Página 5

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO**
**DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS**
**POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 12 | Educação | 0,00 | 3.735.300,00 | 55.029.700,00 | 58.765.000,00 |
| 12 365 | Educação Infantil | 0,00 | 100,00 | 10.840.200,00 | 10.840.300,00 |
| 12 366 | Educação de Jovens e Adultos | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 3.000,00 |
| 12 366 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 3.000,00 |
| 12.366.0007.2031.0000 | MANUTENCAO DO EJA | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 | 3.000,00 |
| 12 367 | Educação Especial | 0,00 | 0,00 | 4.000,00 | 4.000,00 |
| 12 367 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 0,00 | 0,00 | 4.000,00 | 4.000,00 |
| 12.367.0007.2030.0000 | ATEND. PORTADORES NECESSIDADES - EDUCACAO ESPECIAL | 0,00 | 0,00 | 4.000,00 | 4.000,00 |
| 12 785 | Transporte Especiais | 0,00 | 0,00 | 3.200.000,00 | 3.200.000,00 |
| 12 785 0009 | NOVOS CAMINHOS PARA O SABER | 0,00 | 0,00 | 3.200.000,00 | 3.200.000,00 |
| 12.785.0009.2038.0000 | MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENSINO MEDIO | 0,00 | 0,00 | 381.027,00 | 381.027,00 |
| 12.785.0009.2040.0000 | MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENS.INFANTIL | 0,00 | 0,00 | 98.973,00 | 98.973,00 |
| 12.785.0009.2041.0000 | MANUT.TRANSP ESCOLAR - CONVÊNIO ESTADO | 0,00 | 0,00 | 1.220.000,00 | 1.220.000,00 |
| 12.785.0009.2042.0000 | MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR | 0,00 | 0,00 | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 |
| 13 | Cultura | 0,00 | 30.000,00 | 396.000,00 | 426.000,00 |
| 13 392 | Difusão Cultural | 0,00 | 30.000,00 | 396.000,00 | 426.000,00 |
| 13 392 0010 | VALORIZANDO E PROMOVENDO A CULTURA | 0,00 | 30.000,00 | 396.000,00 | 426.000,00 |
| 13.392.0010.1018.0000 | AQUIS. VEICULOS E EQUIP. PARA CULTURA. | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 13.392.0010.2043.0000 | MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA | 0,00 | 0,00 | 275.000,00 | 275.000,00 |
| 13.392.0010.2044.0000 | REALIZACAO EVENTOS CULT. FEIRAS E EXPOSICOES DIVER | 0,00 | 0,00 | 121.000,00 | 121.000,00 |
| 14 | Direitos da Cidadania | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 14 451 | Infra-Estrutura Urbana | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 14 451 0017 | COLNIZA FAZ | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 14.451.0017.1043.0000 | CONST/AMP/REF. NECROTERIO/CASA MORTUARIA. | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 15 | Urbanismo | 0,00 | 3.628.100,00 | 18.146.600,00 | 21.774.700,00 |
| 15 182 | Defesa Civil | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 15 182 0017 | COLNIZA FAZ | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 15.182.0017.2082.0000 | MANUTENCAO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 15 451 | Infra-Estrutura Urbana | 0,00 | 1.083.200,00 | 0,00 | 1.083.200,00 |
| 15 451 0017 | COLNIZA FAZ | 0,00 | 1.083.200,00 | 0,00 | 1.083.200,00 |
| 15.451.0017.1035.0000 | AQUIS. VEICULOS E MET. PERM. SEC. OBRAS | 0,00 | 1.083.000,00 | 0,00 | 1.083.000,00 |
| 15.451.0017.1038.0000 | CONST. MANUT/AMP PRACAS PARQUE E JARDINS | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 15.451.0017.1039.0000 | CONST/MANUT/AMP. GALERIAS, GUIAS, SARJ E PASSEIOS. | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 15 452 | Serviços Urbanos | 0,00 | 2.544.900,00 | 18.126.600,00 | 20.671.500,00 |
| 15 452 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 18.126.600,00 | 18.126.600,00 |
| 15.452.0002.2078.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | 0,00 | 0,00 | 8.846.500,00 | 8.846.500,00 |
| 15.452.0002.2080.0000 | MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI | 0,00 | 0,00 | 9.280.100,00 | 9.280.100,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02 Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 07

Página 6

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO**
**DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS**
**POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 15 | Urbanismo | 0,00 | 3.628.100,00 | 18.146.600,00 | 21.774.700,00 |
| 15 452 | Serviços Urbanos | 0,00 | 2.544.900,00 | 18.126.600,00 | 20.671.500,00 |
| 15 452 0017 | COLNIZA FAZ | 0,00 | 2.544.900,00 | 0,00 | 2.544.900,00 |
| 15.452.0017.1037.0000 | DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA URBANA. | 0,00 | 2.524.600,00 | 0,00 | 2.524.600,00 |
| 15.452.0017.1044.0000 | CONST/CONSERV/MANUT. VIAS URBANAS/PAV. E DRENAGEM. | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 15.452.0017.1045.0000 | CONST/AMPLI/MANUT. ESGOTAMENTO SANITARIO. | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 15.452.0017.1046.0000 | CONST/CONSERV/MANUT. ACADEMIAS AO AR LIVRE. | 0,00 | 200,00 | 0,00 | 200,00 |
| 16 | Habitação | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 16 482 | Habitação Urbana | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 16 482 0017 | COLNIZA FAZ | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 16.482.0017.1042.0000 | AQUIS. IMOVEL E CONSTRUCAO CASAS POPULARES. | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 17 | Saneamento | 0,00 | 50.100,00 | 1.840.000,00 | 1.890.100,00 |
| 17 512 | Saneamento Básico Urbano | 0,00 | 50.100,00 | 1.840.000,00 | 1.890.100,00 |
| 17 512 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 1.840.000,00 | 1.840.000,00 |
| 17.512.0002.2084.0000 | MANUTENCAO DO DPTO DE AGUA E ESGOTO | 0,00 | 0,00 | 1.840.000,00 | 1.840.000,00 |
| 17 512 0017 | COLNIZA FAZ | 0,00 | 50.100,00 | 0,00 | 50.100,00 |
| 17.512.0017.1049.0000 | EXP/CONST/MANUT REDES DE AGUA E ESGOTO. | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 17.512.0017.1050.0000 | AQUIS. VEIC/EQUIP. MATERIAIS DEPTO DE AGUA E ESGOT | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 18 | Gestão Ambiental | 0,00 | 50.300,00 | 599.500,00 | 649.800,00 |
| 18 541 | Preservação e Conservação Ambiental | 0,00 | 50.200,00 | 599.400,00 | 649.600,00 |
| 18 541 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 599.400,00 | 599.400,00 |
| 18.541.0002.2085.0000 | MANUTENCAO DA SECRETARIA DE MEIO AMB. E TURISMO | 0,00 | 0,00 | 599.400,00 | 599.400,00 |
| 18 541 0018 | MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL | 0,00 | 50.200,00 | 0,00 | 50.200,00 |
| 18.541.0018.1051.0000 | AQUIS. VEIC/EQUIP. MATERIAIS PERMANENTES. | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 18.541.0018.1052.0000 | CRIAÇÃO DE PARQUES ECOLOG. E AREAS DE LASER. | 0,00 | 200,00 | 0,00 | 200,00 |
| 18 542 | Controle Ambiental | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 18 542 0018 | MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 18.542.0018.1053.0000 | PROJETOS E OBRAS PARA SEC. MEIO AMBIENTE | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 18 543 | Recuperação de Áreas Degradadas | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 100,00 |
| 18 543 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 100,00 |
| 18.543.0002.2087.0000 | MANUTENCAO E RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 100,00 |
| 20 | Agricultura | 0,00 | 373.900,00 | 2.226.100,00 | 2.600.000,00 |
| 20 122 | Administração Geral | 0,00 | 0,00 | 1.326.000,00 | 1.326.000,00 |
| 20 122 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 1.326.000,00 | 1.326.000,00 |
| 20.122.0002.2063.0001 | PRODUTORES RURAIS | 0,00 | 0,00 | 1.326.000,00 | 1.326.000,00 |
| 20 605 | Abastecimento | 0,00 | 0,00 | 800.100,00 | 800.100,00 |
| 20 605 0015 | TERRA QUE FAZ | 0,00 | 0,00 | 800.100,00 | 800.100,00 |
| 20.605.0015.2064.0000 | INCENT. PROJETOS AGRIC. FAMILIAR, PSICULTURA E OUT | 0,00 | 0,00 | 800.100,00 | 800.100,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02 Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 07

Página 7

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO**
**DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS**
**POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 20 | Agricultura | 0,00 | 373.900,00 | 2.226.100,00 | 2.600.000,00 |
| 20 606 | Extensão Rural | 0,00 | 50.100,00 | 0,00 | 50.100,00 |
| 20 606 0015 | TERRA QUE FAZ | 0,00 | 50.100,00 | 0,00 | 50.100,00 |
| 20.606.0015.1030.0000 | CONST. AMP/REF/EQUIP. PREDIOS E FEIRA PRODUTOR. | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 20.606.0015.1031.0000 | AQUIS. DE VEICULOS E EQUIP. PARA AGRICULTURA. | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 20.606.0015.1034.0000 | AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 20 608 | Acertar Manualmente... | 0,00 | 323.800,00 | 100.000,00 | 423.800,00 |
| 20 608 0015 | TERRA QUE FAZ | 0,00 | 323.800,00 | 100.000,00 | 423.800,00 |
| 20.608.0015.1032.0000 | CONST. DE ACUDES E MICROBACIAS PROP .RURAIS. | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 20.608.0015.1033.0000 | IMPLANT/MANUT. VIVEIRO MUNIC. E CENTROS ZOONOSES. | 0,00 | 323.700,00 | 0,00 | 323.700,00 |
| 20.608.0015.2065.0000 | INCENT. AGRONEG. CADEIA PRODUTIVA, BACIA LEITEIRA | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 23 | Comércio e Serviços | 0,00 | 50.100,00 | 100,00 | 50.200,00 |
| 23 695 | Turismo | 0,00 | 50.100,00 | 100,00 | 50.200,00 |
| 23 695 0019 | TURISMO SUSTENTÁVEL | 0,00 | 50.100,00 | 100,00 | 50.200,00 |
| 23.695.0019.1054.0000 | CONST. ESPACOS, FESTIVAIS DE PESCA/DEMAIS EVENTOS | 0,00 | 50.100,00 | 0,00 | 50.100,00 |
| 23.695.0019.2086.0000 | MANUTENCAO E ESTRUTURACAO DO TURISMO | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 100,00 |
| 25 | Energia | 0,00 | 200,00 | 0,00 | 200,00 |
| 25 752 | Energia Elétrica | 0,00 | 200,00 | 0,00 | 200,00 |
| 25 752 0017 | COLNIZA FAZ | 0,00 | 200,00 | 0,00 | 200,00 |
| 25.752.0017.1048.0000 | EXPANSAO/CONST. REDES ENERGIA ELETRICA. | 0,00 | 200,00 | 0,00 | 200,00 |
| 26 | Transporte | 0,00 | 100.500,00 | 12.080.100,00 | 12.180.600,00 |
| 26 781 | Transporte Aéreo | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 26 781 0017 | COLNIZA FAZ | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 26.781.0017.1040.0000 | CONST/MANUT/AMP. AEROPORTO E TERM. RODOVIARIO. | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 26 782 | Transporte Rodoviário | 0,00 | 100.400,00 | 12.080.100,00 | 12.180.500,00 |
| 26 782 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 100,00 |
| 26.782.0002.2079.0000 | MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO | 0,00 | 0,00 | 100,00 | 100,00 |
| 26 782 0017 | COLNIZA FAZ | 0,00 | 100.400,00 | 12.080.000,00 | 12.180.400,00 |
| 26.782.0017.1036.0000 | AQUIS. CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS. | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 26.782.0017.1041.0000 | PARCERIA NA MANUT. RODOVIAS BRs E MTs. | 0,00 | 300,00 | 0,00 | 300,00 |
| 26.782.0017.1047.0000 | CONST/ABERT/MANUT/CONS. ESTRADA/PONTES/BOEIROS/PON | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 100,00 |
| 26.782.0017.2081.0000 | MANUT. ESTRADAS, PONTES E SERVICOS DIVERSOS | 0,00 | 0,00 | 9.000.000,00 | 9.000.000,00 |
| 26.782.0017.2083.0000 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE FMT | 0,00 | 0,00 | 3.080.000,00 | 3.080.000,00 |
| 27 | Desporto e Lazer | 0,00 | 60.000,00 | 1.240.000,00 | 1.300.000,00 |
| 27 812 | Desporto Comunitário | 0,00 | 60.000,00 | 1.240.000,00 | 1.300.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02 Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 07

Página 8

**PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO**
**DEMONSTRATIVO DE FUNCÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS**
**POR PROJETOS, ATIVIDADES E OPERAÇÕES ESPECIAIS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Operação Especial | Projetos | Atividades | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 27 | Desporto e Lazer | 0,00 | 60.000,00 | 1.240.000,00 | 1.300.000,00 |
| 27 812 | Desporto Comunitário | 0,00 | 60.000,00 | 1.240.000,00 | 1.300.000,00 |
| 27 812 0020 | VALORIZANDO E PROMOVENDO O ESPORTE COM SAÚDE | 0,00 | 60.000,00 | 1.240.000,00 | 1.300.000,00 |
| 27.812.0020.1055.0000 | AQUIS. VEÍCULOS E EQUIP. PARA DPTO DE ESPORTES. | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 27.812.0020.1056.0000 | CONST. MANUT. REF. ILUM. CAMPOS E QUADRAS ESPORTIV | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 27.812.0020.2091.0000 | REALIZACAO CAMPEONATOS E EVENTOS ESPORTIVOS DIVERS | 0,00 | 0,00 | 370.000,00 | 370.000,00 |
| 27.812.0020.2092.0000 | MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER | 0,00 | 0,00 | 870.000,00 | 870.000,00 |
| 28 | Encargos Especiais | 4.788.300,00 | 0,00 | 0,00 | 4.788.300,00 |
| 28 843 | Serviço da Dívida Interna | 3.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000.000,00 |
| 28 843 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 3.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000.000,00 |
| 28.843.0002.2015.0000 | JUROS E AMORTIZACAO DE DIVIDAS | 3.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000.000,00 |
| 28 846 | Outros Encargos Especiais | 1.788.300,00 | 0,00 | 0,00 | 1.788.300,00 |
| 28 846 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 1.788.300,00 | 0,00 | 0,00 | 1.788.300,00 |
| 28.846.0002.2014.0000 | PROGRAMA DE FORM. PATRIMÔNIO DO SERV. PÚBLICO - PASEP | 1.788.300,00 | 0,00 | 0,00 | 1.788.300,00 |
| 99 | Reserva de Contingência | 9.142.700,00 | 0,00 | 0,00 | 9.142.700,00 |
| 99 999 | Reserva de Contingência | 9.142.700,00 | 0,00 | 0,00 | 9.142.700,00 |
| 99 999 9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 9.142.700,00 | 0,00 | 0,00 | 9.142.700,00 |
| 99.999.9999.9998.0000 | RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS | 7.354.400,00 | 0,00 | 0,00 | 7.354.400,00 |
| 99.999.9999.9999.0000 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 1.788.300,00 | 0,00 | 0,00 | 1.788.300,00 |
| | TOTAL | 13.931.000,00 | 10.530.700,00 | 154.368.300,00 | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

# PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
## ANEXO DA LEI 1.401-2027

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 08
Página 1

**DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Ordinário | Vinculado | Adm. Indireta | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Legislativa | 7.573.000,00 | | | 7.573.000,00 |
| 01 031 | Ação Legislativa | 7.573.000,00 | | | 7.573.000,00 |
| 01 031 0001 | PROCESSO LEGISLATIVO | 7.573.000,00 | | | 7.573.000,00 |
| 04 | Administração | 15.023.400,00 | | | 15.023.400,00 |
| 04 121 | Planejamento e Orçamento | 1.830.000,00 | | | 1.830.000,00 |
| 04 121 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 1.830.000,00 | | | 1.830.000,00 |
| 04 122 | Administração Geral | 9.189.700,00 | | | 9.189.700,00 |
| 04 122 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 8.839.700,00 | | | 8.839.700,00 |
| 04 122 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | 350.000,00 | | | 350.000,00 |
| 04 123 | Administração Financeira | 3.502.100,00 | | | 3.502.100,00 |
| 04 123 0003 | MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E EQUILIBRIO FISCAL | 3.402.100,00 | | | 3.402.100,00 |
| 04 123 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | 100.000,00 | | | 100.000,00 |
| 04 124 | Controle Interno | 422.000,00 | | | 422.000,00 |
| 04 124 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 422.000,00 | | | 422.000,00 |
| 04 125 | Normatização e Fiscalização | 9.600,00 | | | 9.600,00 |
| 04 125 0003 | MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E EQUILIBRIO FISCAL | 9.600,00 | | | 9.600,00 |
| 04 127 | Ordenamento Territorial | 20.000,00 | | | 20.000,00 |
| 04 127 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 20.000,00 | | | 20.000,00 |
| 04 128 | Formação de Recursos Humanos | 50.000,00 | | | 50.000,00 |
| 04 128 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 50.000,00 | | | 50.000,00 |
| 08 | Assistência Social | 3.883.000,00 | 917.000,00 | | 4.800.000,00 |
| 08 122 | Administração Geral | 2.440.000,00 | 10.000,00 | | 2.450.000,00 |
| 08 122 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2.440.000,00 | 10.000,00 | | 2.450.000,00 |
| 08 241 | Assistência à Pessoa Idosa | 149.000,00 | | | 149.000,00 |
| 08 241 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 149.000,00 | | | 149.000,00 |
| 08 243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | 70.000,00 | | | 70.000,00 |
| 08 243 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 70.000,00 | | | 70.000,00 |
| 08 244 | Assistência Comunitária | 25.000,00 | 234.000,00 | | 259.000,00 |
| 08 244 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 25.000,00 | 234.000,00 | | 259.000,00 |
| 08 245 | Serviços Socioassistenciais | 1.199.000,00 | 673.000,00 | | 1.872.000,00 |
| 08 245 0016 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.199.000,00 | 673.000,00 | | 1.872.000,00 |
| 09 | Previdência Social | | | 5.375.600,00 | 5.375.600,00 |
| 09 272 | Previdência do Regime Estatutário | | | 5.375.600,00 | 5.375.600,00 |
| 09 272 0022 | PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS | | | 5.375.600,00 | 5.375.600,00 |
| 10 | Saúde | 22.340.000,00 | 10.150.200,00 | | 32.490.200,00 |
| 10 122 | Administração Geral | 1.005.000,00 | 200.000,00 | | 1.205.000,00 |
| 10 122 0011 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE | 1.005.000,00 | 200.000,00 | | 1.205.000,00 |
| 10 301 | Atenção Básica | 2.421.000,00 | 5.802.000,00 | | 8.223.000,00 |
| 10 301 0012 | ATENÇÃO BÁSICA A TODOS | 2.421.000,00 | 5.802.000,00 | | 8.223.000,00 |
| 10 302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 16.974.000,00 | 3.428.200,00 | | 20.402.200,00 |
| 10 302 0013 | ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | 16.974.000,00 | 3.428.200,00 | | 20.402.200,00 |
| 10 303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 70.000,00 | | | 70.000,00 |
| 10 303 0012 | ATENÇÃO BÁSICA A TODOS | 70.000,00 | | | 70.000,00 |
| 10 305 | Vigilância Epidemiológica | 1.870.000,00 | 720.000,00 | | 2.590.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 08
Página 2

**DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | | | Especificação | Ordinário | Vinculado | Adm. Indireta | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | 305 | 0014 | VIGILÂNCIA EM SAÚDE | 1.870.000,00 | 720.000,00 | | 2.590.000,00 |
| 12 | | | Educação | 12.710.000,00 | 46.055.000,00 | | 58.765.000,00 |
| 12 | 122 | | Administração Geral | 2.384.700,00 | | | 2.384.700,00 |
| 12 | 122 | 0004 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 2.334.700,00 | | | 2.334.700,00 |
| 12 | 122 | 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 50.000,00 | | | 50.000,00 |
| 12 | 306 | | Alimentação e Nutrição | 910.000,00 | 600.000,00 | | 1.510.000,00 |
| 12 | 306 | 0006 | PAE - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR | 910.000,00 | 600.000,00 | | 1.510.000,00 |
| 12 | 361 | | Ensino Fundamental | 6.538.300,00 | 34.264.700,00 | | 40.803.000,00 |
| 12 | 361 | 0005 | PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL MEC/FNDE | | 2.665.000,00 | | 2.665.000,00 |
| 12 | 361 | 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 5.638.300,00 | | | 5.638.300,00 |
| 12 | 361 | 0008 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB | | 31.599.700,00 | | 31.599.700,00 |
| 12 | 361 | 0009 | NOVOS CAMINHOS PARA O SABER | 400.000,00 | | | 400.000,00 |
| 12 | 361 | 0021 | ESTRUTURANDO COLNIZA | 500.000,00 | | | 500.000,00 |
| 12 | 364 | | Ensino Superior | 20.000,00 | | | 20.000,00 |
| 12 | 364 | 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 20.000,00 | | | 20.000,00 |
| 12 | 365 | | Educação Infantil | 1.350.000,00 | 9.490.300,00 | | 10.840.300,00 |
| 12 | 365 | 0005 | PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL MEC/FNDE | | 150.000,00 | | 150.000,00 |
| 12 | 365 | 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 1.350.000,00 | | | 1.350.000,00 |
| 12 | 365 | 0008 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB | | 9.340.300,00 | | 9.340.300,00 |
| 12 | 366 | | Educação de Jovens e Adultos | 3.000,00 | | | 3.000,00 |
| 12 | 366 | 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 3.000,00 | | | 3.000,00 |
| 12 | 367 | | Educação Especial | 4.000,00 | | | 4.000,00 |
| 12 | 367 | 0007 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 4.000,00 | | | 4.000,00 |
| 12 | 785 | | Transporte Especiais | 1.500.000,00 | 1.700.000,00 | | 3.200.000,00 |
| 12 | 785 | 0009 | NOVOS CAMINHOS PARA O SABER | 1.500.000,00 | 1.700.000,00 | | 3.200.000,00 |
| 13 | | | Cultura | 426.000,00 | | | 426.000,00 |
| 13 | 392 | | Difusão Cultural | 426.000,00 | | | 426.000,00 |
| 13 | 392 | 0010 | VALORIZANDO E PROMOVENDO A CULTURA | 426.000,00 | | | 426.000,00 |
| 14 | | | Direitos da Cidadania | 100,00 | | | 100,00 |
| 14 | 451 | | Infra-Estrutura Urbana | 100,00 | | | 100,00 |
| 14 | 451 | 0017 | COLNIZA FAZ | 100,00 | | | 100,00 |
| 15 | | | Urbanismo | 19.868.200,00 | 1.906.500,00 | | 21.774.700,00 |
| 15 | 182 | | Defesa Civil | 20.000,00 | | | 20.000,00 |
| 15 | 182 | 0017 | COLNIZA FAZ | 20.000,00 | | | 20.000,00 |
| 15 | 451 | | Infra-Estrutura Urbana | 583.200,00 | 500.000,00 | | 1.083.200,00 |
| 15 | 451 | 0017 | COLNIZA FAZ | 583.200,00 | 500.000,00 | | 1.083.200,00 |
| 15 | 452 | | Serviços Urbanos | 19.265.000,00 | 1.406.500,00 | | 20.671.500,00 |
| 15 | 452 | 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 16.720.100,00 | 1.406.500,00 | | 18.126.600,00 |
| 15 | 452 | 0017 | COLNIZA FAZ | 2.544.900,00 | | | 2.544.900,00 |
| 16 | | | Habitação | 100,00 | | | 100,00 |
| 16 | 482 | | Habitação Urbana | 100,00 | | | 100,00 |
| 16 | 482 | 0017 | COLNIZA FAZ | 100,00 | | | 100,00 |
| 17 | | | Saneamento | 1.890.100,00 | | | 1.890.100,00 |
| 17 | 512 | | Saneamento Básico Urbano | 1.890.100,00 | | | 1.890.100,00 |
| 17 | 512 | 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 1.840.000,00 | | | 1.840.000,00 |
| 17 | 512 | 0017 | COLNIZA FAZ | 50.100,00 | | | 50.100,00 |
| 18 | | | Gestão Ambiental | 649.800,00 | | | 649.800,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 08

Página 3

**DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Ordinário | Vinculado | Adm. Indireta | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|
| 18 541 | Preservação e Conservação Ambiental | 649.600,00 | | | 649.600,00 |
| 18 541 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 599.400,00 | | | 599.400,00 |
| 18 541 0018 | MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL | 50.200,00 | | | 50.200,00 |
| 18 542 | Controle Ambiental | 100,00 | | | 100,00 |
| 18 542 0018 | MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL | 100,00 | | | 100,00 |
| 18 543 | Recuperação de Áreas Degradadas | 100,00 | | | 100,00 |
| 18 543 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 100,00 | | | 100,00 |
| 20 | Agricultura | 2.600.000,00 | | | 2.600.000,00 |
| 20 122 | Administração Geral | 1.326.000,00 | | | 1.326.000,00 |
| 20 122 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 1.326.000,00 | | | 1.326.000,00 |
| 20 605 | Abastecimento | 800.100,00 | | | 800.100,00 |
| 20 605 0015 | TERRA QUE FAZ | 800.100,00 | | | 800.100,00 |
| 20 606 | Extensão Rural | 50.100,00 | | | 50.100,00 |
| 20 606 0015 | TERRA QUE FAZ | 50.100,00 | | | 50.100,00 |
| 20 608 | Acertar Manualmente... | 423.800,00 | | | 423.800,00 |
| 20 608 0015 | TERRA QUE FAZ | 423.800,00 | | | 423.800,00 |
| 23 | Comércio e Serviços | 50.200,00 | | | 50.200,00 |
| 23 695 | Turismo | 50.200,00 | | | 50.200,00 |
| 23 695 0019 | TURISMO SUSTENTÁVEL | 50.200,00 | | | 50.200,00 |
| 25 | Energia | 200,00 | | | 200,00 |
| 25 752 | Energia Elétrica | 200,00 | | | 200,00 |
| 25 752 0017 | COLNIZA FAZ | 200,00 | | | 200,00 |
| 26 | Transporte | 9.100.600,00 | 3.080.000,00 | | 12.180.600,00 |
| 26 781 | Transporte Aéreo | 100,00 | | | 100,00 |
| 26 781 0017 | COLNIZA FAZ | 100,00 | | | 100,00 |
| 26 782 | Transporte Rodoviário | 9.100.500,00 | 3.080.000,00 | | 12.180.500,00 |
| 26 782 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 100,00 | | | 100,00 |
| 26 782 0017 | COLNIZA FAZ | 9.100.400,00 | 3.080.000,00 | | 12.180.400,00 |
| 27 | Desporto e Lazer | 1.300.000,00 | | | 1.300.000,00 |
| 27 812 | Desporto Comunitário | 1.300.000,00 | | | 1.300.000,00 |
| 27 812 0020 | VALORIZANDO E PROMOVENDO O ESPORTE COM SAÚDE | 1.300.000,00 | | | 1.300.000,00 |
| 28 | Encargos Especiais | 4.788.300,00 | | | 4.788.300,00 |
| 28 843 | Serviço da Dívida Interna | 3.000.000,00 | | | 3.000.000,00 |
| 28 843 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 3.000.000,00 | | | 3.000.000,00 |
| 28 846 | Outros Encargos Especiais | 1.788.300,00 | | | 1.788.300,00 |
| 28 846 0002 | GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 1.788.300,00 | | | 1.788.300,00 |
| 99 | Reserva de Contingência | 1.788.300,00 | | 7.354.400,00 | 9.142.700,00 |
| 99 999 | Reserva de Contingência | 1.788.300,00 | | 7.354.400,00 | 9.142.700,00 |
| 99 999 9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 1.788.300,00 | | 7.354.400,00 | 9.142.700,00 |
| | TOTAL | 103.991.300,00 | 62.108.700,00 | 12.730.000,00 | 178.830.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 08
Página 4

**DESPESA POR FUNÇÃO, SUBFUNÇÃO E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Código | Especificação | Ordinário | Vinculado | Adm. Indireta | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO DA LEI 1.401-2027**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 09
Página 1

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ORGÃO E FUNÇÕES DE GOVERNO**
(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Orgão: | 01 01 | CAMARA MUNICIPAL | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 01 | Legislativa | 7.573.000,00 |

| Orgão: | 02 02 | GABINETE DO PREFEITO | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 04 | Administração | 4.511.700,00 |

| Orgão: | 02 99 | RESERVA DE CONTINGENCIA | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 99 | Reserva de Contingência | 1.788.300,00 |

| Orgão: | 03 03 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 04 | Administração | 1.900.000,00 |

| Orgão: | 04 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 04 | Administração | 5.100.000,00 |

| Orgão: | 05 05 | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 04 | Administração | 3.511.700,00 |
| Função | 28 | Encargos Especiais | 4.788.300,00 |

| Orgão: | 06 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 12 | Educação | 58.765.000,00 |
| Função | 13 | Cultura | 426.000,00 |

| Orgão: | 07 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 10 | Saúde | 32.490.200,00 |

| Orgão: | 08 08 | SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO RURAL | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 20 | Agricultura | 2.600.000,00 |

| Orgão: | 09 09 | SECR MUN DE TRAB EMPREGO CID ASSIST SOCIAL | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 08 | Assistência Social | 4.800.000,00 |

| Orgão: | 10 10 | SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 14 | Direitos da Cidadania | 100,00 |
| Função | 15 | Urbanismo | 21.774.700,00 |
| Função | 16 | Habitação | 100,00 |
| Função | 17 | Saneamento | 1.890.100,00 |
| Função | 25 | Energia | 200,00 |
| Função | 26 | Transporte | 12.180.600,00 |

| Orgão: | 11 11 | SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E TURISMO | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 18 | Gestão Ambiental | 649.800,00 |
| Função | 23 | Comércio e Serviços | 50.200,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 09

Página 2

## DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ORGÃO E FUNÇÕES DE GOVERNO

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| Orgão: | 11 11 | SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E TURISMO | Valor |
|---|---|---|---|

| Orgão: | 13 13 | FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE COLNIZA | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 09 | Previdência Social | 5.375.600,00 |
| Função | 99 | Reserva de Contingência | 7.354.400,00 |

| Orgão: | 14 14 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER | Valor |
|---|---|---|---|
| Função | 27 | Desporto e Lazer | 1.300.000,00 |

| | TOTAL GERAL | 178.830.000,00 |
|---|---|---|

| RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR ORGÃO | | |
|---|---|---|
| 01 01 | CAMARA MUNICIPAL | 7.573.000,00 |
| 02 02 | GABINETE DO PREFEITO | 4.511.700,00 |
| 02 99 | RESERVA DE CONTINGENCIA | 1.788.300,00 |
| 03 03 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO | 1.900.000,00 |
| 04 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 5.100.000,00 |
| 05 05 | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 8.300.000,00 |
| 06 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. | 59.191.000,00 |
| 07 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO | 32.490.200,00 |
| 08 08 | SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO RURAL | 2.600.000,00 |
| 09 09 | SECR MUN DE TRAB EMPREGO CID ASSIST SOCIAL | 4.800.000,00 |
| 10 10 | SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA | 35.845.800,00 |
| 11 11 | SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E TURISMO | 700.000,00 |
| 13 13 | FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE COLNIZA | 12.730.000,00 |
| 14 14 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER | 1.300.000,00 |
| | TOTAL | 178.830.000,00 |

| RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR FUNÇÃO | | |
|---|---|---|
| 01 | Legislativa | 7.573.000,00 |
| 04 | Administração | 15.023.400,00 |
| 08 | Assistência Social | 4.800.000,00 |
| 09 | Previdência Social | 5.375.600,00 |
| 10 | Saúde | 32.490.200,00 |
| 12 | Educação | 58.765.000,00 |
| 13 | Cultura | 426.000,00 |
| 14 | Direitos da Cidadania | 100,00 |
| 15 | Urbanismo | 21.774.700,00 |
| 16 | Habitação | 100,00 |
| 17 | Saneamento | 1.890.100,00 |
| 18 | Gestão Ambiental | 649.800,00 |
| 20 | Agricultura | 2.600.000,00 |
| 23 | Comércio e Serviços | 50.200,00 |
| 25 | Energia | 200,00 |
| 26 | Transporte | 12.180.600,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02 Orçamento Programa - Exercício de 2027

Anexo 09

Página 3

**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR ORGÃO E FUNÇÕES DE GOVERNO**

(Inc.II, § 2º, Art.2º)

| | | |
|---|---|---|
| 27 | Desporto e Lazer | 1.300.000,00 |
| 28 | Encargos Especiais | 4.788.300,00 |
| 99 | Reserva de Contingência | 9.142.700,00 |
| | TOTAL | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO DA LEI 1.401-2027**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027
Página 1

**DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO, EM TERMOS DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**
(Inc.III, § 2º, Art.2º)

| Programana | Obras | Outros Investimentos | Outras Despesas de Capital | Despesas Correntes | Reserva de Contingência | T o t a l |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0001 PROCESSO LEGISLATIVO | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 7.173.000,00 | 0,00 | 7.573.000,00 |
| 0002 GESTÃO E MANUTENÇÃO DE COLNIZA | 0,00 | 10.000,00 | 1.500.000,00 | 36.332.200,00 | 0,00 | 37.842.200,00 |
| 0003 MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E EQUILIBRIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.411.700,00 | 0,00 | 3.411.700,00 |
| 0004 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL I | 0,00 | 1.264.500,00 | 0,00 | 1.070.200,00 | 0,00 | 2.334.700,00 |
| 0005 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL MEC/F | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | 2.315.000,00 | 0,00 | 2.815.000,00 |
| 0006 PAE - PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.510.000,00 | 0,00 | 1.510.000,00 |
| 0007 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 25% | 0,00 | 770.600,00 | 0,00 | 6.294.700,00 | 0,00 | 7.065.300,00 |
| 0008 MANUTENÇÃO DO FUNDEB | 0,00 | 300.100,00 | 0,00 | 40.639.900,00 | 0,00 | 40.940.000,00 |
| 0009 NOVOS CAMINHOS PARA O SABER | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 3.200.000,00 | 0,00 | 3.600.000,00 |
| 0010 VALORIZANDO E PROMOVENDO A CULTURA | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | 396.000,00 | 0,00 | 426.000,00 |
| 0011 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 1.005.000,00 | 0,00 | 1.205.000,00 |
| 0012 ATENÇÃO BÁSICA A TODOS | 0,00 | 171.000,00 | 0,00 | 8.122.000,00 | 0,00 | 8.293.000,00 |
| 0013 ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | 0,00 | 651.300,00 | 0,00 | 19.750.900,00 | 0,00 | 20.402.200,00 |
| 0014 VIGILÂNCIA EM SAÚDE | 0,00 | 80.000,00 | 0,00 | 2.510.000,00 | 0,00 | 2.590.000,00 |
| 0015 TERRA QUE FAZ | 0,00 | 50.400,00 | 0,00 | 1.223.600,00 | 0,00 | 1.274.000,00 |
| 0016 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA | 0,00 | 268.000,00 | 0,00 | 4.532.000,00 | 0,00 | 4.800.000,00 |
| 0017 COLNIZA FAZ | 0,00 | 3.788.500,00 | 0,00 | 12.090.600,00 | 0,00 | 15.879.100,00 |
| 0018 MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL | 0,00 | 50.200,00 | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 50.300,00 |
| 0019 TURISMO SUSTENTÁVEL | 0,00 | 100,00 | 0,00 | 50.100,00 | 0,00 | 50.200,00 |
| 0020 VALORIZANDO E PROMOVENDO O ESPORTE | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 | 1.240.000,00 | 0,00 | 1.300.000,00 |
| 0021 ESTRUTURANDO COLNIZA | 0,00 | 950.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 950.000,00 |
| 0022 PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAI | 0,00 | 6.000,00 | 0,00 | 5.369.600,00 | 0,00 | 5.375.600,00 |
| 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.142.700,00 | 9.142.700,00 |
| TOTAL | 0,00 | 9.950.700,00 | 1.500.000,00 | 158.236.600,00 | 9.142.700,00 | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO DA LEI 1.401-2027**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Quadro 10

EVOLUÇÃO DA DESPESA
(Inc. III, Art. 22)

| Codigo | Discriminação | DESPESA | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Realizada 2025 | Fixada 2026 | Prevista 2027 |
| **DESPESAS CORRENTES** | | | | |
| 3 0 | À DEFINIR | | | |
| 3 1 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 73.385.012,15 | 72.464.448,00 | 82.099.900,00 |
| 3 2 | JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA | 1.320.327,93 | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 |
| 3 3 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 93.547.994,89 | 74.065.700,00 | 74.636.700,00 |
| | Sub Total | 168.253.334,97 | 148.030.148,00 | 158.236.600,00 |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | | | | |
| 4 4 | INVESTIMENTOS | 23.402.442,49 | 9.399.500,00 | 9.950.700,00 |
| 4 6 | AMORTIZAçãO DA DíVIDA | 886.838,10 | 1.500.000,00 | 1.500.000,00 |
| | Sub Total | 24.289.280,59 | 10.899.500,00 | 11.450.700,00 |
| **RESERVA DE CONTINGêNCIA** | | | | |
| 9 9 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | 10.070.352,00 | 9.142.700,00 |
| | Sub Total | 0,00 | 10.070.352,00 | 9.142.700,00 |
| | TOTAL | 192.542.615,56 | 169.000.000,00 | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

# PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
## ANEXO DA LEI 1.401-2027

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027

EVOLUÇÃO DA RECEITA



(Inc.III, Art.22º)

| Codigo | Discriminação | Receita Arrecadada | | | Receita Prevista | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1000.00.0.0 | RECEITAS CORRENTES | | | | | |
| 1100.00.0.0 | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE ME | 14.706.576,07 | 17.867.772,12 | 20.162.902,63 | 19.139.300,00 | 21.706.300,00 |
| 1200.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES | 5.146.022,10 | 6.249.133,73 | 7.531.254,18 | 7.469.648,00 | 7.148.200,00 |
| 1300.00.0.0 | RECEITA PATRIMONIAL | 4.627.064,16 | 4.578.365,88 | 9.253.275,15 | 2.068.700,00 | 2.169.900,00 |
| 1600.00.0.0 | RECEITA DE SERVIÇOS | 134.519,85 | | 1.050,00 | 220.000,00 | 220.000,00 |
| 1700.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 127.025.928,85 | 140.381.293,32 | 148.527.313,56 | 150.144.000,00 | 158.237.000,00 |
| 1900.00.0.0 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 319.378,16 | 531.559,87 | 408.228,08 | 301.100,00 | 1.300.100,00 |
| | Sub Total | 151.959.489,19 | 169.608.124,92 | 185.884.023,60 | 179.342.748,00 | 190.781.500,00 |
| 2000.00.0.0 | RECEITAS DE CAPITAL | | | | | |
| 2100.00.0.0 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 4.000.000,00 | | 4.000.000,00 | | |
| 2200.00.0.0 | ALIENAÇÃO DE BENS | 446.550,00 | | 419.327,64 | | |
| 2400.00.0.0 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 13.190.382,24 | 8.648.618,96 | 9.476.171,56 | | |
| 2900.00.0.0 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | | | 230.124,96 | | |
| | Sub Total | 17.636.932,24 | 8.648.618,96 | 14.125.624,16 | 0,00 | 0,00 |
| 7000.00.0.0 | RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | | | | | |
| 7200.00.0.0 | CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS | 3.881.045,02 | 4.751.293,20 | 5.622.175,32 | 6.627.252,00 | 6.278.500,00 |
| 7900.00.0.0 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA OFS | | | | | |
| | Sub Total | 3.881.045,02 | 4.751.293,20 | 5.622.175,32 | 6.627.252,00 | 6.278.500,00 |
| 8000.00.0.0 | RECEITAS DE CAPITAL - INTRA OFSS | | | | | |
| | Sub Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027

EVOLUÇÃO DA RECEITA



(Inc.III, Art.22º)

| Codigo | Discriminação | Receita Arrecadada | | | Receita Prevista | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 9000.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DA RECEITA | | | | | |
| 9300.00.0.0 | (R) DESCONTOS CONCEDIDOS | | | | | |
| 9500.00.0.0 | (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | -13.864.870,56 | -15.815.787,80 | -16.127.049,97 | -16.970.000,00 | -18.230.000,00 |
| 9600.00.0.0 | (R) COMPENSAÇÕES | | | | | |
| | Sub Total | -13.864.870,56 | -15.815.787,80 | -16.127.049,97 | -16.970.000,00 | -18.230.000,00 |
| 9990.00.0.0 | RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS | | | | | |
| | Sub Total | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | TOTAL | 159.612.595,89 | 167.192.249,28 | 189.504.773,11 | 169.000.000,00 | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO DA LEI 1.401-2027**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Quadro 19
Página 1
LeiData

Orçamento Programa - Exercício de 2027

RECEITA/DESPESA POR FONTE DE RECURSO

| Fonte FRC.DET. | Descrição | PREVISÃO RECEITA | PREVISÃO DESPESA |
|---|---|---|---|
| 500 | Recursos não Vinculados de Impostos | 103.646.300,00 | 103.646.300,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 69.846.300,00 | 69.846.300,00 |
| 1001000 | Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 11.800.000,00 | 11.800.000,00 |
| 1002000 | Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 22.000.000,00 | 22.000.000,00 |
| 540 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 39.040.000,00 | 39.040.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| 1070000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissio | 38.040.000,00 | 38.040.000,00 |
| 543 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR | 1.900.000,00 | 1.900.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 1.900.000,00 | 1.900.000,00 |
| 550 | Transferência do Salário Educação | 2.800.000,00 | 2.800.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 2.800.000,00 | 2.800.000,00 |
| 552 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar | 600.000,00 | 600.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 600.000,00 | 600.000,00 |
| 553 | Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte | 480.000,00 | 480.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 480.000,00 | 480.000,00 |
| 569 | Outras Transferências de Recursos do FNDE | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 571 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educ | 1.220.000,00 | 1.220.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 1.220.000,00 | 1.220.000,00 |
| 600 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 6.000.000,00 | 6.000.000,00 |
| 601 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de | 60.200,00 | 60.200,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 60.200,00 | 60.200,00 |
| 604 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comuni | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 |
| 605 | Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais p | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 621 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 2.230.000,00 | 2.230.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 2.230.000,00 | 2.230.000,00 |
| 660 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 260.000,00 | 260.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 260.000,00 | 260.000,00 |
| 661 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 662.000,00 | 662.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 662.000,00 | 662.000,00 |
| 750 | Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 101.500,00 | 101.500,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 101.500,00 | 101.500,00 |
| 751 | Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | 1.805.000,00 | 1.805.000,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 1.805.000,00 | 1.805.000,00 |
| 759 | Recursos Vinculados a Fundos | 3.080.000,00 | 3.080.000,00 |
| 702 | Auxílio financeiro aos municípios para compensação de perdas (Fethab Diesel) - | 3.080.000,00 | 3.080.000,00 |
| 800 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 11.270.400,00 | 11.270.400,00 |
| 1111000 | Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Capitalização (Plano Pr | 10.981.300,00 | 10.981.300,00 |
| 1121000 | Benefícios Previdenciários - Poder Legislativo - Fundo em Capitalização (Plano P | 289.100,00 | 289.100,00 |
| 802 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 1.459.600,00 | 1.459.600,00 |
| 0 | Sem código de acompanhamento | 1.459.600,00 | 1.459.600,00 |
| | TOTAL | 178.830.000,00 | 178.830.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Quadro 19

Orçamento Programa - Exercício de 2027

Página 2

RECEITA/DESPESA POR FONTE DE RECURSO

LeiData

| Fonte FRC.DET. | Descrição | PREVISÃO RECEITA | PREVISÃO DESPESA |
|---|---|---|---|

LEGENDA

FRI: Fonte de Recurso Iduso
FRG: Fonte de Recurso Grupo
FRC: Fonte de Recurso Código
DET: Fonte de Recurso Detalhamento
STN: Fonte de Recurso STN
VG: Vínculo Grupo
VC: Vínculo Código

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO DA LEI 1.401-2027**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02 Orçamento Programa - Exercício de 2027
Anexo 02
Página 1

NATUREZA DA DESPESA - CONSOLIDAÇÃO GERAL

| Código | Especificação | Elemento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 30. 00.00 | DESPESAS CORRENTES | | | | 158.236.600,00 |
| 31. 00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | 82.099.900,00 | |
| 31. 71.00 | À DEFINIR | 2.500,00 | | | |
| 31. 71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | | 2.500,00 | | |
| 31. 90.00 | À DEFINIR | 75.556.700,00 | | | |
| 31. 90.00 | APLICAçõES DIRETAS | | 75.556.700,00 | | |
| 31. 91.00 | À DEFINIR | 6.540.700,00 | | | |
| 31. 91.00 | APLICAçãO DIRETA DECORRENTE DE OPERAçãO ENTRE ÓRGãOS, FUNDC | | 6.540.700,00 | | |
| 32. 00.00 | JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA | | | 1.500.000,00 | |
| 32. 90.00 | À DEFINIR | 1.500.000,00 | | | |
| 32. 90.00 | APLICAçõES DIRETAS | | 1.500.000,00 | | |
| 33. 00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | 74.636.700,00 | |
| 33. 50.00 | À DEFINIR | 70.000,00 | | | |
| 33. 50.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS | | 70.000,00 | | |
| 33. 70.00 | À DEFINIR | 1.503.400,00 | | | |
| 33. 70.00 | TRANSFERêNCIAS A INSTITUIçõES MULTIGOVERNAMENTAIS NACIONAIS | | 1.503.400,00 | | |
| 33. 71.00 | À DEFINIR | 1.874.784,00 | | | |
| 33. 71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | | 1.874.784,00 | | |
| 33. 90.00 | À DEFINIR | 71.188.516,00 | | | |
| 33. 90.00 | APLICAçõES DIRETAS | | 71.188.516,00 | | |
| 40. 00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | | | | 11.450.700,00 |
| 44. 00.00 | INVESTIMENTOS | | | 9.950.700,00 | |
| 44. 71.00 | À DEFINIR | 1.000,00 | | | |
| 44. 71.00 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de ra | | 1.000,00 | | |
| 44. 90.00 | À DEFINIR | 9.749.700,00 | | | |
| 44. 90.00 | APLICAçõES DIRETAS | | 9.949.700,00 | | |
| 44. 90.52 | EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 200.000,00 | | | |
| 46. 00.00 | AMORTIZAçãO DA DíVIDA | | | 1.500.000,00 | |
| 46. 90.00 | À DEFINIR | 1.500.000,00 | | | |
| 46. 90.00 | APLICAçõES DIRETAS | | 1.500.000,00 | | |
| 90. 00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | 9.142.700,00 |
| 99. 00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | 9.142.700,00 | |
| 99. 99.00 | À DEFINIR | 9.142.700,00 | | | |
| 99. 99.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | 9.142.700,00 | | |
| | | | TOTAL | | 178.830.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM:79577199100
Assinado de forma digital por MILTON DE SOUZA AMORIM:79577199100 Dados: 2026.08.28 07:41:42 -04'00'

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
## ANEXO DA LEI 1.401-2027

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO
04213687/0001-02
Exercício: 2027 (Art.2º - § 1º da Lei 4.320/64)

*CONSOLIDADO* 1 de 1

### DEMONSTRATIVO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DAS DESPESAS POR FUNÇÕES DO GOVERNO

| RECEITA | | | DESPESA | | |
|---|---|---|---|---|---|
| TITULOS | Saldo R$ | Saldo R$ | TITULOS | Saldo R$ | Saldo R$ |
| **RECEITAS CORRENTES** | | 190.781.500,00 | Legislativa | | 7.573.000,00 |
| **RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS** | | 6.278.500,00 | Administração | | 15.023.400,00 |
| **DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE** | | -18.230.000,00 | Assistência Social | | 4.800.000,00 |
| **RECEITAS CORRENTES** | | | Previdência Social | | 5.375.600,00 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 21.706.300,00 | | Saúde | | 32.490.200,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 7.148.200,00 | | Educação | | 58.765.000,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 2.169.900,00 | | Cultura | | 426.000,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 220.000,00 | | Direitos da Cidadania | | 100,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 158.237.000,00 | | Urbanismo | | 21.774.700,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.300.100,00 | | Habitação | | 100,00 |
| **RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORCAMENTARIAS** | | | Saneamento | | 1.890.100,00 |
| RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 6.278.500,00 | | Gestão Ambiental | | 649.800,00 |
| **DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE** | | | Agricultura | | 2.600.000,00 |
| (R) DEDUÇÕES DA RECEITA | -18.230.000,00 | | Comércio e Serviços | | 50.200,00 |
| | | | Energia | | 200,00 |
| **TOTAL** | | **178.830.000,00** | Transporte | | 12.180.600,00 |
| | | | Desporto e Lazer | | 1.300.000,00 |
| | | | Encargos Especiais | | 4.788.300,00 |
| | | | Reserva de Contingência | | 9.142.700,00 |
| | | | **TOTAL** | | **178.830.000,00** |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

**Notas Explicativas**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO DA LEI 1.401-2027**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 1

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 01 | CAMARA MUNICIPAL |
| UNIDADE | 01 | CAMARA MUNICIPAL |
| SUB UNIDADE | 01 | CAMARA MUNICIPAL |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONST. AMPLIAC. E REFORMA PREDIO CAMARA | 01.031.0001.1001.0000 | | | | | | 200.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 200.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 200.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 200.000,00 | | | |
| AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS | 01.031.0001.1002.0000 | | | | | | 200.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 200.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 200.000,00 | | |
| Equipamentos e Material Permanente | | | 4.4.90.52.00 | 200.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS | 01.031.0001.2001.0000 | | | | | | 7.171.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 7.171.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 4.466.600,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 4.276.600,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 190.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 2.704.400,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 2.704.400,00 | | | |
| REALIZACAO DE CONCURSOS PUBLICOS E TESTES SELETIVO | 01.031.0001.2002.0000 | | | | | | 2.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 2.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 2.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 2.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 7.573.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 2

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 02 | GABINETE DO PREFEITO |
| UNIDADE | 02 | GABINETE DO PREFEITO |
| SUB UNIDADE | 01 | GABINETE DO PREFEITO |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO | 04.122.0002.2003.0000 | | | | | | 2.497.700,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 2.497.700,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 1.997.700,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 1.927.700,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 70.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 500.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 500.000,00 | | | |
| MANUT. DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JURÍDICA | 04.122.0002.2004.0000 | | | | | | 1.270.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.270.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 1.210.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 1.100.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 110.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 60.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 60.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DAS SUBPREFEITURAS | 04.122.0002.2005.0000 | | | | | | 60.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 60.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 60.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 60.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA | 04.122.0002.2006.0000 | | | | | | 12.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 12.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 12.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 12.000,00 | | | |
| AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA GP | 04.122.0021.1003.0000 | | | | | | 250.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 250.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 250.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 250.000,00 | | | |
| MANUTEÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO | 04.124.0002.2007.0000 | | | | | | 422.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 422.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 402.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 350.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 52.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 4.511.700,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 3

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 02 | GABINETE DO PREFEITO |
| UNIDADE | 99 | RESERVA DE CONTINGENCIA |
| SUB UNIDADE | 99 | RESERVA DE CONTINGENCIA |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 99.999.9999.9999.0000 | | | | | | 1.788.300,00 |
| 9 RESERVA DE CONTI | | | | | | 1.788.300,00 | |
| 9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | 1.788.300,00 | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | 9.9.99.00.00 | 1.788.300,00 | | | |

| | |
|---|---|
| TOTAL | 1.788.300,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 4

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 03 | GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO |
| UNIDADE | 03 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO |
| SUB UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENCAO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO | 04.121.0002.2008.0000 | | | | | | 1.830.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.830.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 1.240.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 1.150.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 90.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 590.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 590.000,00 | | | |
| AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEPLAN | 04.122.0021.1004.0000 | | | | | | 50.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 50.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| REGULARIZACAO E GEORREF. AREAS URBANAS E RURAIS | 04.127.0002.2009.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 20.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 1.900.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 5

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 04 | GAB. DO SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO |
| UNIDADE | 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO |
| SUB UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO | 04.122.0002.2010.0000 | | | | | | 4.465.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 4.465.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 2.490.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 2.300.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 190.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.975.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.975.000,00 | | | |
| DIVULG. PUBLIC. DE ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRACAO. | 04.122.0002.2012.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 20.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR | 04.122.0002.2077.0000 | | | | | | 515.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 505.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 490.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 470.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 20.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 15.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 15.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 10.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 10.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 10.000,00 | | | |
| AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMAD | 04.122.0021.1005.0000 | | | | | | 50.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 50.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| REF. ADM. PCCS, CAPAC. CONC. PUB. E PROC SELETIVOS | 04.128.0002.2011.0000 | | | | | | 50.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 50.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 5.100.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 6

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 05 | GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS |
| UNIDADE | 05 | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS |
| SUB UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUNTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS | 04.123.0003.2013.0000 | | | | | | 3.402.100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 3.402.100,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 1.920.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 1.750.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 170.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.482.100,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | | | 3.3.70.00.00 | 100,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.482.000,00 | | | |
| AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMUFI | 04.123.0021.1006.0000 | | | | | | 100.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO FISCALIZAÇÃO VOLANTE | 04.125.0003.2016.0000 | | | | | | 9.600,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 9.600,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 9.600,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 9.600,00 | | | |
| JUROS E AMORTIZACAO DE DIVIDAS | 28.843.0002.2015.0000 | | | | | | 3.000.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.500.000,00 | |
| 2 JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA | | | | | 1.500.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.2.90.00.00 | 1.500.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 1.500.000,00 | |
| 6 AMORTIZAçãO DA DíVIDA | | | | | 1.500.000,00 | | |
| APLICAÇÃO DIRETA | | | 4.6.90.00.00 | 1.500.000,00 | | | |
| PROGRAMA DE FORM. PATRIMÔNIO DO SERV. PÚBLICO - PASEP | 28.846.0002.2014.0000 | | | | | | 1.788.300,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.788.300,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.788.300,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.788.300,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 8.300.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 7

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. |
| UNIDADE | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. |
| SUB UNIDADE | 01 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONST. AMPL. REF. PREDIOS SECRETARIA | 12.122.0004.1009.0000 | | | | | | 624.500,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 624.500,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 624.500,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 624.500,00 | | | |
| AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMEC | 12.122.0004.1011.0000 | | | | | | 640.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 640.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 640.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 640.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO | 12.122.0004.2017.0000 | | | | | | 1.030.100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.030.100,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 530.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 480.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 50.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 500.100,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | | | 3.3.70.00.00 | 100,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 500.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DOS CONSELHOS DE EDUCACAO | 12.122.0004.2018.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 20.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | 12.122.0004.2093.0000 | | | | | | 10.100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 10.100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 10.100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 10.100,00 | | | |
| MANUTEÇÃO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA | 12.122.0004.2094.0000 | | | | | | 10.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 10.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 10.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 10.000,00 | | | |
| MANUT CURSOS/CAPACITACAO DE SERVIDORES DA SECRETARIA | 12.122.0007.2020.0000 | | | | | | 50.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 50.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 2.384.700,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 8

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. |
| UNIDADE | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. |
| SUB UNIDADE | 02 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUT. PROG. ALIMENTACAO ESC. PNAE - FUNDAMENTAL | 12.306.0006.2023.0000 | | | | | | 430.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 430.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 430.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 240.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 190.000,00 | | | |
| PROGRAMA ALIMENTACAO ESCOLAR PNAE - EJA | 12.306.0006.2024.0000 | | | | | | 79.400,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 79.400,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 79.400,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 5.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 74.400,00 | | | |
| MANUT. PROG. ALIMENTAC ESC. PNAE - INFANT/CRECHE | 12.306.0006.2025.0000 | | | | | | 320.600,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 320.600,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 320.600,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 210.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 110.600,00 | | | |
| MANUT. PROG. ALIM. ESC. PNAE - INFANT/PRE-ESCOLA | 12.306.0006.2026.0000 | | | | | | 345.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 345.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 345.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 250.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 95.000,00 | | | |
| MANUT. PROG. ALIM. ESC. PNAE - EDUC. ESPECIAL-AEE | 12.306.0006.2027.0000 | | | | | | 10.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 10.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 10.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 5.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 5.000,00 | | | |
| MANUT. PROG. ALIMENTAÇÃO ESC. PNAE- FUNDAMENTAL RURAL | 12.306.0006.2099.0000 | | | | | | 190.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 190.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 190.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 110.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 80.000,00 | | | |
| MANUT. PROGR. ALIMENTAÇÃO ESC. PNAE - INFANT/CRECHE - RURAL | 12.306.0006.2100.0000 | | | | | | 135.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 135.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 135.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 90.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 45.000,00 | | | |
| AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS QSE | 12.361.0005.1015.0000 | | | | | | 500.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 500.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 500.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 500.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 12.361.0005.2021.0000 | | | | | | 2.150.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 2.150.000,00 | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 9

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. |
| UNIDADE | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. |
| SUB UNIDADE | 02 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 12.361.0005.2021.0000 | | | | | | 2.150.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 2.150.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 2.150.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 2.150.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DE PROGRAMAS FNDE/MEC | 12.361.0005.2022.0000 | | | | | | 15.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 15.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 15.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 5.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 10.000,00 | | | |
| AQUISICAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCACAO | 12.361.0007.1007.0000 | | | | | | 200.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 200.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 200.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 200.000,00 | | | |
| CONST. AMPL. REF. PRÉDIOS ESCOLARES | 12.361.0007.1008.0000 | | | | | | 470.400,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 470.400,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 470.400,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 470.400,00 | | | |
| CONST. AMPL. REF. BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS | 12.361.0007.1010.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS E CRECHES | 12.361.0007.1012.0000 | | | | | | 100.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| CONST. AMP. REF. DE QUADRAS, ESPACOS ESP. ESCOLAS | 12.361.0007.1013.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE EDUC ACAO - 25% | 12.361.0007.2028.0000 | | | | | | 3.113.600,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 3.113.600,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 1.036.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 910.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 126.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 2.077.600,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | | | 3.3.70.00.00 | 490.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.587.600,00 | | | |
| AQUISICAO DE MATERIAL DIDATICO E UNIFORMES | 12.361.0007.2032.0000 | | | | | | 500.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 500.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 500.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 500.000,00 | | | |
| MANUT CURSOS/CAPACITACAO DE SERVIDORES DA EDUCACAO | 12.361.0007.2033.0000 | | | | | | 100,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 10

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. |
| UNIDADE | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. |
| SUB UNIDADE | 02 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUT CURSOS/CAPACITACAO DE SERVIDORES DA EDUCACAO | 12.361.0007.2033.0000 | | | | | | 100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO 25% RURAL | 12.361.0007.2101.0000 | | | | | | 1.254.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.254.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 444.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 390.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 54.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 810.000,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | | | 3.3.70.00.00 | 210.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 600.000,00 | | | |
| AQUIS. VEÍC. EMBARC. PARA TRANSP. ESCOLAR | 12.361.0009.1014.0000 | | | | | | 400.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 400.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 400.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 400.000,00 | | | |
| CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS E CRECHES | 12.361.0021.1012.0000 | | | | | | 500.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 500.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 500.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 500.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | 12.364.0007.2019.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 20.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO | 12.365.0005.2021.0000 | | | | | | 150.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 150.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 150.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 150.000,00 | | | |
| MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA/CRECHE | 12.365.0007.2029.0000 | | | | | | 1.350.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.350.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 350.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 50.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.000.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.000.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DO EJA | 12.366.0007.2031.0000 | | | | | | 3.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 3.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 3.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 3.000,00 | | | |
| ATEND. PORTADORES NECESSIDADES - EDUCACAO ESPECIAL | 12.367.0007.2030.0000 | | | | | | 4.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 4.000,00 | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 11

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. |
| UNIDADE | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. |
| SUB UNIDADE | 02 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ATEND. PORTADORES NECESSIDADES - EDUCACAO ESPECIAL | 12.367.0007.2030.0000 | | | | | | 4.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 4.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 4.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 4.000,00 | | | |
| MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENSINO MEDIO | 12.785.0009.2038.0000 | | | | | | 381.027,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 381.027,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 381.027,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 381.027,00 | | | |
| MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENS.INFANTIL | 12.785.0009.2040.0000 | | | | | | 98.973,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 98.973,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 98.973,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 98.973,00 | | | |
| MANUT.TRANSP ESCOLAR - CONVÊNIO ESTADO | 12.785.0009.2041.0000 | | | | | | 1.220.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.220.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.220.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.220.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR | 12.785.0009.2042.0000 | | | | | | 1.500.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.500.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.500.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.500.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | 15.440.300,00 | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 12

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. |
| UNIDADE | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. |
| SUB UNIDADE | 03 | FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 60% |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL | 12.361.0008.2034.0000 | | | | | | 20.160.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 20.160.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 20.160.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 18.200.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 1.960.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DO FUNBE 70% - FUNDAMENTAL RURAL | 12.361.0008.2102.0000 | | | | | | 8.640.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 8.640.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 8.640.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 7.800.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 840.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - INFANTIL | 12.365.0008.2035.0000 | | | | | | 6.470.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 6.470.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 6.470.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 5.980.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 490.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DO FUNBE 70% - INFANTIL RURAL | 12.365.0008.2103.0000 | | | | | | 2.770.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 2.770.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 2.770.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 2.560.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 210.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 38.040.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 13

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. |
| UNIDADE | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. |
| SUB UNIDADE | 04 | FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 40% |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS FUNDEB 30. | 12.361.0008.1016.0000 | | | | | | 300.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 300.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 300.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DO FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL | 12.361.0008.2036.0000 | | | | | | 1.898.600,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.898.600,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 19.400,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 19.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 400,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.879.200,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 529.200,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.350.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DO FUNBE 30% - FUNDAMENTAL RURAL | 12.361.0008.2104.0000 | | | | | | 601.100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 601.100,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 1.100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 1.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 100,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 600.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 500.000,00 | | | |
| CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS FUNDEB 30% | 12.365.0008.1017.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| MANUTENCAO DO FUNDEB 30% - INFANTIL | 12.365.0008.2037.0000 | | | | | | 30.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 30.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 200,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 100,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 100,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 29.800,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 29.800,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DO FUNBE 30% - INFANTIL RURAL | 12.365.0008.2105.0000 | | | | | | 70.200,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 70.200,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 200,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 100,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 100,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 70.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 2.900.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 14

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. |
| UNIDADE | 06 | SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. |
| SUB UNIDADE | 05 | DEPARTAMENTO MUN. DE CULTURA |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AQUIS. VEICULOS E EQUIP. PARA CULTURA. | 13.392.0010.1018.0000 | | | | | | 30.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 30.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 30.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 30.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA | 13.392.0010.2043.0000 | | | | | | 275.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 275.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 215.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 200.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 15.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 60.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 60.000,00 | | | |
| REALIZACAO EVENTOS CULT. FEIRAS E EXPOSICOES DIVER | 13.392.0010.2044.0000 | | | | | | 121.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 121.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 121.000,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | | | 3.3.70.00.00 | 1.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 120.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 426.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 15

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 07 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |
| UNIDADE | 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO |
| SUB UNIDADE | 01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AQUISIÇÃO VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS SECRETARIA | 10.122.0011.1019.0000 | | | | | | 100.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| CONTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REF. DA SECRETARIA | 10.122.0011.1020.0000 | | | | | | 100.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | 10.122.0011.2045.0000 | | | | | | 945.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 945.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 445.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 45.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 500.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 400.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DO CONSELHO DE SAUDE | 10.122.0011.2046.0000 | | | | | | 10.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 10.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 10.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 10.000,00 | | | |
| FORTALECIMENTO DAS EQUIPES DA SMS | 10.122.0011.2050.0000 | | | | | | 50.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 50.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| AQUIS.EQUIP. AMBUL. E VEICULOS DIVERSOS | 10.301.0012.1021.0000 | | | | | | 100.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| CONST. AMP/REF. DE POSTOS E UNID. B. DE SAUDE. | 10.301.0012.1022.0000 | | | | | | 50.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 50.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| AQUIS.EQUIP. DIVERSOS PARA SAUDE BUCAL. | 10.301.0012.1025.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 20.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS GESTÃO SUS. | 10.301.0012.1026.0000 | | | | | | 1.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 1.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 1.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 1.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DE PSFs | 10.301.0012.2048.0000 | | | | | | 3.720.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 3.720.000,00 | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 16

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 07 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |
| UNIDADE | 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO |
| SUB UNIDADE | 01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENCAO DE PSFs | 10.301.0012.2048.0000 | | | | | | 3.720.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 3.720.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 1.440.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 500.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 800.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 60.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 80.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 2.280.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 400.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.180.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 700.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DE PROGRAMAS SAUDE BUCAL | 10.301.0012.2049.0000 | | | | | | 62.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 62.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 62.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 60.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DOS PROGRAMAS AGENTES COMUN. DE SAUDE | 10.301.0012.2051.0000 | | | | | | 2.000.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 2.000.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 2.000.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 2.000.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA | 10.301.0012.2052.0000 | | | | | | 890.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 890.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 890.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 450.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 240.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 200.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DO PSF RURAL | 10.301.0012.2098.0000 | | | | | | 1.380.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.380.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 680.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 40.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 40.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 700.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| AQUIS.EQUIP. AMBUL. E VEICULOS DIVERSOS | 10.302.0013.1021.0000 | | | | | | 100.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| AMPLIACAO/REF. HOSPITAL MUNICIPAL | 10.302.0013.1023.0000 | | | | | | 300.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 300.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 300.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| CONSTRUÇÃO, REFORMA, READEQUAÇÃO, | 10.302.0013.1024.0000 | | | | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 17

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 07 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |
| UNIDADE | 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO |
| SUB UNIDADE | 01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS DA SAÚDE | | | | | | | 100.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS HOSP. MUNICIPAL | 10.302.0013.1027.0000 | | | | | | 100.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS GESTÃO MAC. | 10.302.0013.1028.0000 | | | | | | 1.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 1.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 1.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 1.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE REGULAÇÃO | 10.302.0013.2047.0000 | | | | | | 863.100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 863.100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 863.100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 863.100,00 | | | |
| MANUTENCAO DO SAMU | 10.302.0013.2053.0000 | | | | | | 860.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 860.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 645.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 310.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 260.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 75.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 215.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 215.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL | 10.302.0013.2056.0000 | | | | | | 700.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 650.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 650.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 650.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 50.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL | 10.302.0013.2057.0000 | | | | | | 14.906.916,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 14.906.616,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 9.009.800,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 8.259.800,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 750.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 5.896.816,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 3.000.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 2.139.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 757.816,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 300,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 300,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 200,00 | | | |
| MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE | 10.302.0013.2058.0000 | | | | | | 1.471.184,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 18

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 07 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |
| UNIDADE | 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO |
| SUB UNIDADE | 01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE | 10.302.0013.2058.0000 | | | | | | 1.471.184,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.471.184,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.471.184,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | | | 3.3.71.00.00 | 1.200.000,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | | | 3.3.71.00.00 | 271.184,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DA CASA DE APOIO | 10.302.0013.2059.0000 | | | | | | 1.000.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.000.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.000.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.000.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS DIGITAL | 10.303.0012.2055.0000 | | | | | | 70.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 70.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 70.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 70.000,00 | | | |
| AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS VIG. EM SAUDE. | 10.305.0014.1029.0000 | | | | | | 80.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 80.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 80.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 60.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE(AMBIENTAL,EPIDEMIOLOGICA) | 10.305.0014.2054.0000 | | | | | | 1.540.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.540.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 1.140.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 700.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 80.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 60.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 400.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DE AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS | 10.305.0014.2060.0000 | | | | | | 400.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 400.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 350.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 50.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITARIA - VISA | 10.305.0014.2061.0000 | | | | | | 550.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 550.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 500.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 450.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 50.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE | 10.305.0014.2062.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 20.000,00 | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 19

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 07 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |
| UNIDADE | 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO |
| SUB UNIDADE | 01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE | 10.305.0014.2062.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 20.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 32.490.200,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 20

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 08 | GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA |
| UNIDADE | 08 | SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO RURAL |
| SUB UNIDADE | 01 | GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PRODUTORES RURAIS | 20.122.0002.2063.0001 | | | | | | 1.326.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.326.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 925.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 850.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 75.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 401.000,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | | | 3.3.70.00.00 | 1.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 400.000,00 | | | |
| INCENT. PROJETOS AGRIC. FAMILIAR, PSICULTURA E OUT | 20.605.0015.2064.0000 | | | | | | 800.100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 800.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 800.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 800.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| CONST. AMP/REF/EQUIP. PREDIOS E FEIRA PRODUTOR. | 20.606.0015.1030.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| AQUIS. DE VEICULOS E EQUIP. PARA AGRICULTURA. | 20.606.0015.1031.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 20.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS | 20.606.0015.1034.0000 | | | | | | 30.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 30.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 30.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 30.000,00 | | | |
| CONST. DE ACUDES E MICROBACIAS PROP .RURAIS. | 20.608.0015.1032.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| IMPLANT/MANUT. VIVEIRO MUNIC. E CENTROS ZOONOSES. | 20.608.0015.1033.0000 | | | | | | 323.700,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 323.600,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 323.600,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 323.600,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| INCENT. AGRONEG. CADEIA PRODUTIVA, BACIA LEITEIRA | 20.608.0015.2065.0000 | | | | | | 100.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 100.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 100.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100.000,00 | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 21

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 08 | GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA |
| UNIDADE | 08 | SECRETARIA MUN DE DESENVOLVIMENTO RURAL |
| SUB UNIDADE | 01 | GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TOTAL | | | | | | | 2.600.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 22

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 09 | GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL |
| UNIDADE | 09 | SECR MUN DE TRAB EMPREGO CID ASSIST SOCIAL |
| SUB UNIDADE | 01 | GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENCAO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | 08.244.0016.2076.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 20.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 20.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 23

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 09 | GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL |
| UNIDADE | 09 | SECR MUN DE TRAB EMPREGO CID ASSIST SOCIAL |
| SUB UNIDADE | 02 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) | 08.122.0016.2073.0000 | | | | | | 35.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 35.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 35.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 30.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 5.000,00 | | | |
| PROCADSUAS | 08.122.0016.2075.0000 | | | | | | 30.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 10.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 10.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 10.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 20.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| BLOCO DA GESTÃO DO SUAS | 08.122.0016.2095.0000 | | | | | | 2.385.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 2.380.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 1.430.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 1.300.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 130.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 950.000,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | | | 3.3.70.00.00 | 800.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 150.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 5.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 5.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 5.000,00 | | | |
| ASSISTÊNCIA A PESSOA IDOSA | 08.241.0016.2096.0000 | | | | | | 149.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 149.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 149.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 149.000,00 | | | |
| PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ | 08.243.0016.2074.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 20.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE | 08.243.0016.2097.0000 | | | | | | 50.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 50.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO | 08.244.0016.2068.0000 | | | | | | 84.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 80.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 45.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 5.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 30.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 30.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 4.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 4.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 4.000,00 | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 24

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 09 | GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL |
| UNIDADE | 09 | SECR MUN DE TRAB EMPREGO CID ASSIST SOCIAL |
| SUB UNIDADE | 02 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | 08.244.0016.2071.0000 | | | | | | 155.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 155.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 155.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 5.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 150.000,00 | | | |
| BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - (IGD-SUAS) | 08.245.0016.2067.0000 | | | | | | 21.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 20.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 1.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 1.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 1.000,00 | | | |
| BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 08.245.0016.2069.0000 | | | | | | 948.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 773.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 152.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 140.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 12.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 621.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 350.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 135.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 136.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 175.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 175.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 150.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 5.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) | 08.245.0016.2070.0000 | | | | | | 901.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 839.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 25.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 5.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 814.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 500.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 314.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 62.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 62.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 42.000,00 | | | |
| EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL | 08.245.0016.2072.0000 | | | | | | 2.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 1.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 1.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 1.000,00 | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 25

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 09 | GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL |
| UNIDADE | 09 | SECR MUN DE TRAB EMPREGO CID ASSIST SOCIAL |
| SUB UNIDADE | 02 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TOTAL | | | | | | | 4.780.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 26

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 10 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA |
| UNIDADE | 10 | SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA |
| SUB UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONST/AMP/REF. NECROTERIO/CASA MORTUARIA. | 14.451.0017.1043.0000 | | | | | | 100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100,00 | | | |
| MANUTENCAO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL | 15.182.0017.2082.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 10.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 10.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 10.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 10.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 10.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 10.000,00 | | | |
| AQUIS. VEICULOS E MET. PERM. SEC. OBRAS | 15.451.0017.1035.0000 | | | | | | 1.083.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 1.083.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 1.083.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 583.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 500.000,00 | | | |
| CONST. MANUT/AMP PRACAS PARQUE E JARDINS | 15.451.0017.1038.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| CONST/MANUT/AMP. GALERIAS, GUIAS, SARJ E PASSEIOS. | 15.451.0017.1039.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | 15.452.0002.2078.0000 | | | | | | 8.846.500,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 8.846.500,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 2.290.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 2.100.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 190.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 6.556.500,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | | | 3.3.71.00.00 | 400.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 6.055.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 101.500,00 | | | |
| MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI | 15.452.0002.2080.0000 | | | | | | 9.280.100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 9.280.100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 9.280.100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 7.975.100,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.305.000,00 | | | |
| DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA URBANA. | 15.452.0017.1037.0000 | | | | | | 2.524.600,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 2.524.600,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 2.524.600,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 2.524.600,00 | | | |
| CONST/CONSERV/MANUT. VIAS URBANAS/PAV. E DRENAGEM. | 15.452.0017.1044.0000 | | | | | | 100,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 27

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 10 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA |
| UNIDADE | 10 | SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA |
| SUB UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CONST/CONSERV/MANUT. VIAS URBANAS/PAV. E DRENAGEM. | 15.452.0017.1044.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| CONST/AMPLI/MANUT. ESGOTAMENTO SANITARIO. | 15.452.0017.1045.0000 | | | | | | 20.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 20.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 20.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| CONST/CONSERV/MANUT. ACADEMIAS AO AR LIVRE. | 15.452.0017.1046.0000 | | | | | | 200,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| AQUIS. IMOVEL E CONSTRUCAO CASAS POPULARES. | 16.482.0017.1042.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| EXPANSAO/CONST. REDES ENERGIA ELETRICA. | 25.752.0017.1048.0000 | | | | | | 200,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| CONST/MANUT/AMP. AEROPORTO E TERM. RODOVIARIO. | 26.781.0017.1040.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO | 26.782.0002.2079.0000 | | | | | | 100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100,00 | | | |
| AQUIS. CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS. | 26.782.0017.1036.0000 | | | | | | 100.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100.000,00 | | | |
| PARCERIA NA MANUT. RODOVIAS BRs E MTs. | 26.782.0017.1041.0000 | | | | | | 300,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 300,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 300,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | | | 3.3.70.00.00 | 100,00 | | | |
| TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | | | 3.3.71.00.00 | 100,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100,00 | | | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 28

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 10 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA |
| UNIDADE | 10 | SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA |
| SUB UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PARCERIA NA MANUT. RODOVIAS BRs E MTs. | 26.782.0017.1041.0000 | | | | | | 300,00 |
| CONST/ABERT/MANUT/CONS. ESTRADA/PONTES/BOEIROS/PON | 26.782.0017.1047.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| MANUT. ESTRADAS, PONTES E SERVICOS DIVERSOS | 26.782.0017.2081.0000 | | | | | | 9.000.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 9.000.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 9.000.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 9.000.000,00 | | | |
| MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE FMT | 26.782.0017.2083.0000 | | | | | | 3.080.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 3.080.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 3.080.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 3.080.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 33.955.700,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 29

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 10 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA |
| UNIDADE | 10 | SECRETARIA MUN DE INFRA ESTRUTURA |
| SUB UNIDADE | 02 | DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENCAO DO DPTO DE AGUA E ESGOTO | 17.512.0002.2084.0000 | | | | | | 1.840.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 1.840.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 340.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 290.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 50.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 1.500.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.500.000,00 | | | |
| EXP/CONST/MANUT REDES DE AGUA E ESGOTO. | 17.512.0017.1049.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| AQUIS. VEIC/EQUIP. MATERIAIS DEPTO DE AGUA E ESGOT | 17.512.0017.1050.0000 | | | | | | 50.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 50.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 1.890.100,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 30

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 11 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE MEIO AMB. E TURISMO, DESP E LAZER |
| UNIDADE | 11 | SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E TURISMO |
| SUB UNIDADE | 01 | GAB. DO SEC. DE MUN. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MANUTENCAO DA SECRETARIA DE MEIO AMB. E TURISMO | 18.541.0002.2085.0000 | | | | | | 599.400,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 599.400,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 420.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 400.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 20.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 179.400,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | | | 3.3.70.00.00 | 100,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 179.300,00 | | | |
| AQUIS. VEIC/EQUIP. MATERIAIS PERMANENTES. | 18.541.0018.1051.0000 | | | | | | 50.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 50.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| CRIAÇÃO DE PARQUES ECOLOG. E AREAS DE LASER. | 18.541.0018.1052.0000 | | | | | | 200,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| PROJETOS E OBRAS PARA SEC. MEIO AMBIENTE | 18.542.0018.1053.0000 | | | | | | 100,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| MANUTENCAO E RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS | 18.543.0002.2087.0000 | | | | | | 100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100,00 | | | |
| CONST. ESPACOS, FESTIVAIS DE PESCA/DEMAIS EVENTOS | 23.695.0019.1054.0000 | | | | | | 50.100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 50.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 100,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 100,00 | | | |
| MANUTENCAO E ESTRUTURACAO DO TURISMO | 23.695.0019.2086.0000 | | | | | | 100,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 100,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 100,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 100,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 700.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 31

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 13 | PREVI-COLNIZA |
| UNIDADE | 13 | FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE COLNIZA |
| SUB UNIDADE | 01 | PREVI-COLNIZA |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ATIVIDADE A CARGO DO GERENCIAMENTO DE RECURSO RPPS | 09.272.0022.2088.0000 | | | | | | 509.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 503.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 95.300,00 | | |
| TRANSFERÊNCIA A CONSÓRCIO PÚBLICO | | | 3.1.71.00.00 | 2.500,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 91.800,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 1.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 407.700,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | | | 3.3.71.00.00 | 3.500,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 404.200,00 | | | |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 6.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 6.000,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | | | 4.4.71.00.00 | 1.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 5.000,00 | | | |
| COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | 09.272.0022.2089.0000 | | | | | | 11.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 11.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 11.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 1.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 10.000,00 | | | |
| PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFÍCIOS | 09.272.0022.2090.0000 | | | | | | 4.855.600,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 4.855.600,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 4.855.600,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 20.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 4.835.600,00 | | | |
| RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS | 99.999.9999.9998.0000 | | | | | | 7.354.400,00 |
| 9 RESERVA DE CONTI | | | | | | 7.354.400,00 | |
| 9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | | | 7.354.400,00 | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | 9.9.99.00.00 | 268.100,00 | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | 9.9.99.00.00 | 6.135.700,00 | | | |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | 9.9.99.00.00 | 950.600,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 12.730.000,00 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Página 32

**QUADRO AUXILIAR DE DETALHAMENTO DA DESPESA**

| | | |
|---|---|---|
| ORGÃO | 14 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER |
| UNIDADE | 14 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER |
| SUB UNIDADE | 01 | DESPORTO E LAZER |

| Aplicacao Programada | Proj/Ativ | Finalidade F.R. - C.A. | Categoria | Detalhada | TotalGrupo | Total Categ. | Total Func. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AQUIS. VEICULOS E EQUIP. PARA DPTO DE ESPORTES. | 27.812.0020.1055.0000 | | | | | | 50.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 50.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 50.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 50.000,00 | | | |
| CONST. MANUT. REF. ILUM. CAMPOS E QUADRAS ESPORTIV | 27.812.0020.1056.0000 | | | | | | 10.000,00 |
| 4 DESPESAS DE CAPIT | | | | | | 10.000,00 | |
| 4 INVESTIMENTOS | | | | | 10.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 4.4.90.00.00 | 10.000,00 | | | |
| REALIZACAO CAMPEONATOS E EVENTOS ESPORTIVOS DIVERS | 27.812.0020.2091.0000 | | | | | | 370.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 370.000,00 | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 370.000,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRA | | | 3.3.50.00.00 | 70.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 300.000,00 | | | |
| MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER | 27.812.0020.2092.0000 | | | | | | 870.000,00 |
| 3 DESPESAS CORREN | | | | | | 870.000,00 | |
| 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | | | | 455.000,00 | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.1.90.00.00 | 420.000,00 | | | |
| APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ORGÃ | | | 3.1.91.00.00 | 35.000,00 | | | |
| 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | | | | 415.000,00 | | |
| TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | | | 3.3.70.00.00 | 1.000,00 | | | |
| APLICAÇÕES DIRETAS | | | 3.3.90.00.00 | 414.000,00 | | | |
| TOTAL | | | | | | | 1.300.000,00 |

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

## PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
## ANEXO DA LEI 1.401-2027

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02
Orçamento Programa - Exercício de 2027 Quadro 32

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS POR FONTES E DAS DESPESAS POR USOS



| FONTE | R$ |
|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | 190.781.500,00 |
| IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 21.706.300,00 |
| CONTRIBUIÇÕES | 7.148.200,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 2.169.900,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 220.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 158.237.000,00 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 1.300.100,00 |
| RECEITAS CORRENTES - INTRA OFSS | 6.278.500,00 |
| CONTRIBUIÇÕES - INTRA OFSS | 6.278.500,00 |
| (R) DEDUÇÕES DA RECEITA | -18.230.000,00 |
| (R) DEDUÇÕES DO FUNDEB | -18.230.000,00 |
| TOTAL DA RECEITA: | 178.830.000,00 |

| USO | R$ |
|---|---|
| FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 60% | 38.040.000,00 |
| GAB. DO SEC. DE MUN. DE INFRAESTRUTURA | 33.955.700,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 32.490.200,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO | 15.440.300,00 |
| PREVI-COLNIZA | 12.730.000,00 |
| GAB. DO SEC. MUN. DE FINANCAS | 8.300.000,00 |
| CAMARA MUNICIPAL | 7.573.000,00 |
| GAB. DO SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO | 5.100.000,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL | 4.780.000,00 |
| GABINETE DO PREFEITO | 4.511.700,00 |
| FUNDO DE MANUT. DA EDUC. BASICA - FUNDEB 40% | 2.900.000,00 |
| GABINETE DO SECRETARIO DE AGRICULTURA | 2.600.000,00 |
| SEC. MUN. DE EDUCACAO, CULT. DESP. E LAZER. | 2.384.700,00 |
| GAB. DO SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO | 1.900.000,00 |
| DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO | 1.890.100,00 |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 1.788.300,00 |
| DESPORTO E LAZER | 1.300.000,00 |
| GAB. DO SEC. DE MUN. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO | 700.000,00 |
| DEPARTAMENTO MUN. DE CULTURA | 426.000,00 |
| GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL | 20.000,00 |
| TOTAL DA DESPESA: | 178.830.000,00 |

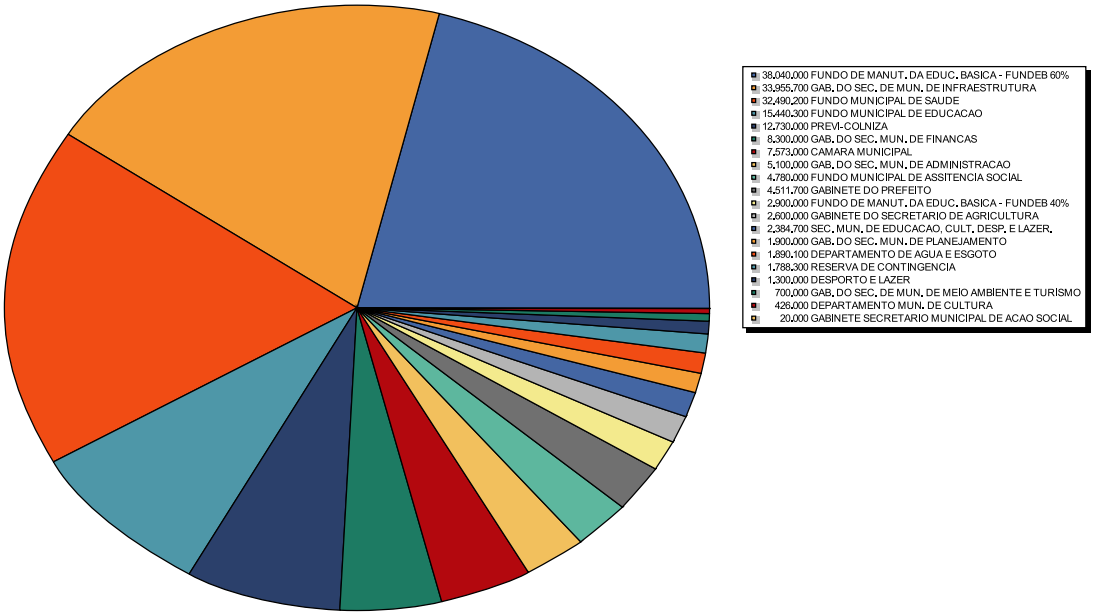
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02

Orçamento Programa - Exercício de 2027 Quadro 32

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS POR FONTES E DAS DESPESAS POR USOS

Página 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA
AVENIDA DOS PINHAIS, Nº 119- CENTRO - CNPJ:04213687/0001-02
Orçamento Programa - Exercício de 2027 Quadro 32

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS POR FONTES E DAS DESPESAS POR USOS

Página 3

MILTON DE SOUZA AMORIM
PREFEITO MUNICIPAL

ELAINE SOUZA DOS SANTOS
CONTADORA

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**
**ANEXO DA LEI 1.401-2027**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ORCAMENTO PROGRAMA - EXERCICIO DE 2027

LISTAGEM DA TABELA DE DESDOBRAMENTO DE PROJETOS/ATIVIDADES



| Codigo | Discriminacao | Tipo |
|---|---|---|
| 1001 | CONST. AMPLIAC. E REFORMA PRÉDIO CÂMARA | Projeto |
| 1002 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS | Projeto |
| 1003 | AQUISIÇÃO VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA GP | Projeto |
| 1004 | AQUISIÇÃO VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEPLAN | Projeto |
| 1005 | AQUISIÇÃO VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMAD | Projeto |
| 1006 | AQUISIÇÃO VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMUFI | Projeto |
| 1007 | AQUISIÇÃO VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO | Projeto |
| 1008 | CONST. AMPL. REF. PRÉDIOS ESCOLARES | Projeto |
| 1009 | CONST. AMPL. REF. PRÉDIOS SECRETARIA | Projeto |
| 1010 | CONST. AMPL. REF. BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS | Projeto |
| 1011 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEMEC | Projeto |
| 1012 | CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS E CRECHES | Projeto |
| 1013 | CONST. AMP. REF. DE QUADRAS, ESPACOS ESP. ESCOLAS | Projeto |
| 1014 | AQUIS. VEÍC. EMBARC. PARA TRANSP. ESCOLAR | Projeto |
| 1015 | AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS QSE | Projeto |
| 1016 | AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS FUNDEB 30. | Projeto |
| 1017 | CONST. AMP. REF. DE ESCOLAS FUNDEB 30% | Projeto |
| 1018 | AQUIS. VEÍCULOS E EQUIP. PARA CULTURA. | Projeto |
| 1019 | AQUISIÇÃO VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS SECRETARIA | Projeto |
| 1020 | CONTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REF. DA SECRETARIA | Projeto |
| 1021 | AQUIS.EQUIP. AMBUL. E VEÍCULOS DIVERSOS | Projeto |
| 1022 | CONST. AMP/REF. DE POSTOS E UNID. B. DE SAÚDE. | Projeto |
| 1023 | AMPLIACAO/REF. HOSPITAL MUNICIPAL | Projeto |
| 1024 | CONSTRUÇÃO, REFORMA, READEQUAÇÃO, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIC | Projeto |
| 1025 | AQUIS.EQUIP. DIVERSOS PARA SAÚDE BUCAL. | Projeto |
| 1026 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS GESTÃO SUS. | Projeto |
| 1027 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS HOSP. MUNICIPAL | Projeto |
| 1028 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS GESTÃO MAC. | Projeto |
| 1029 | AQUIS.EQUIP. E MAT. DIVERSOS VIG. EM SAUDE. | Projeto |
| 1030 | CONST. AMP/REF/EQUIP. PRÉDIOS E FEIRA PRODUTOR. | Projeto |
| 1031 | AQUIS. DE VEÍCULOS E EQUIP. PARA AGRICULTURA. | Projeto |
| 1032 | CONST. DE ACUDES E MICROBACIAS PROP .RURAIS. | Projeto |
| 1033 | IMPLANT/MANUT. VIVEIRO MUNIC. E CENTROS ZOONOSES. | Projeto |
| 1034 | AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS | Projeto |
| 1035 | AQUIS. VEÍCULOS E MET. PERM.  SEC. OBRAS | Projeto |
| 1036 | AQUIS. CAMINHÕES E MAQUINAS PESADAS. | Projeto |
| 1037 | DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA URBANA. | Projeto |
| 1038 | CONST. MANUT/AMP PRAÇAS PARQUE E JARDINS | Projeto |
| 1039 | CONST/MANUT/AMP. GALERIAS, GUIAS, SARJ E PASSEIOS. | Projeto |
| 1040 | CONST/MANUT/AMP. AEROPORTO E TERM. RODOVIÁRIO. | Projeto |
| 1041 | PARCERIA NA MANUT. RODOVIAS BRs E MTs. | Projeto |
| 1042 | AQUIS. IMÓVEL E CONSTRUÇÃO CASAS POPULARES. | Projeto |
| 1043 | CONST/AMP/REF. NECROTÉRIO/CASA MORTUARIA. | Projeto |
| 1044 | CONST/CONSERV/MANUT. VIAS URBANAS/PAV. E DRENAGEM. | Projeto |
| 1045 | CONST/AMPLI/MANUT. ESGOTAMENTO SANITARIO. | Projeto |
| 1046 | CONST/CONSERV/MANUT. ACADEMIAS AO AR LIVRE. | Projeto |
| 1047 | CONST/ABERT/MANUT/CONS. ESTRADA/PONTES/BOEIROS/PON | Projeto |
| 1048 | EXPANSÃO/CONST. REDES ENERGIA ELÉTRICA. | Projeto |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ORCAMENTO PROGRAMA - EXERCICIO DE 2027

LISTAGEM DA TABELA DE DESDOBRAMENTO DE PROJETOS/ATIVIDADES



| Codigo | Discriminacao | Tipo |
|---|---|---|
| 1049 | EXP/CONST/MANUT REDES DE ÁGUA E ESGOTO. | Projeto |
| 1050 | AQUIS. VEIC/EQUIP. MATERIAIS DEPTO DE ÁGUA E ESGOT | Projeto |
| 1051 | AQUIS. VEIC/EQUIP. MATERIAIS PERMANENTES. | Projeto |
| 1052 | CRIAÇÃO DE PARQUES ECOLÓG. E ÁREAS DE LASER. | Projeto |
| 1053 | PROJETOS E OBRAS PARA SEC. MEIO AMBIENTE | Projeto |
| 1054 | CONST. ESPAÇOS, FESTIVAIS DE PESCA/DEMAIS EVENTOS | Projeto |
| 1055 | AQUIS. VEÍCULOS E EQUIP. PARA DPTO DE ESPORTES. | Projeto |
| 1056 | CONST. MANUT. REF. ILUM. CAMPOS E QUADRAS ESPORTIV | Projeto |
| 2001 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS | Atividade |
| 2002 | REALIZACAO DE CONCURSOS PUBLICOS E TESTES SELETIVO | Atividade |
| 2003 | MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO | Atividade |
| 2004 | MANUT. DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JURÍDICA | Atividade |
| 2005 | MANUTENÇÃO DAS SUBPREFEITURAS | Atividade |
| 2006 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA | Atividade |
| 2007 | MANUTEÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO | Atividade |
| 2008 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO | Atividade |
| 2009 | REGULARIZAÇÃO E GEORREF. ÁREAS URBANAS E RURAIS | Atividade |
| 2010 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | Atividade |
| 2011 | REF. ADM. PCCS, CAPAC. CONC. PUB. E PROC SELETIVOS | Atividade |
| 2012 | DIVULG. PUBLIC. DE ATOS OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO. | Atividade |
| 2013 | MANUNTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS | Atividade |
| 2014 | PROGRAMA DE FORM. PATRIMÔNIO DO SERV. PÚBLICO - PASEP | Operação Especial |
| 2015 | JUROS E AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS | Operação Especial |
| 2016 | MANUTENÇÃO FISCALIZAÇÃO VOLANTE | Atividade |
| 2017 | MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO | Atividade |
| 2018 | MANUTENCAO DOS CONSELHOS DE EDUCACAO | Atividade |
| 2019 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | Atividade |
| 2020 | MANUT CURSOS/CAPACITACAO DE SERVIDORES DA SECRETARIA | Atividade |
| 2021 | MANUTENÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO | Atividade |
| 2022 | MANUTENCAO DE PROGRAMAS FNDE/MEC | Atividade |
| 2023 | MANUT. PROG. ALIMENTACAO ESC. PNAE - FUNDAMENTAL | Atividade |
| 2024 | PROGRAMA ALIMENTACAO ESCOLAR PNAE - EJA | Atividade |
| 2025 | MANUT. PROG. ALIMENTAC ESC. PNAE - INFANT/CRECHE | Atividade |
| 2026 | MANUT. PROG. ALIM. ESC. PNAE - INFANT/PRE-ESCOLA | Atividade |
| 2027 | MANUT. PROG. ALIM. ESC. PNAE - EDUC. ESPECIAL-AEE | Atividade |
| 2028 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE EDUC AÇÃO - 25% | Atividade |
| 2029 | MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRE-ESCOLA/CRECHE | Atividade |
| 2030 | ATEND. PORTADORES NECESSIDADES - EDUCACAO ESPECIAL | Atividade |
| 2031 | MANUTENCAO DO EJA | Atividade |
| 2032 | AQUISICAO DE MATERIAL DIDATICO E UNIFORMES | Atividade |
| 2033 | MANUT CURSOS/CAPACITACAO DE SERVIDORES DA EDUCACAO | Projeto |
| 2034 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL | Atividade |
| 2035 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70% - INFANTIL | Atividade |
| 2036 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL | Atividade |
| 2037 | MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30% - INFANTIL | Atividade |
| 2038 | MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENSINO MEDIO | Atividade |
| 2039 | MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - FUNDAMENTAL | Atividade |
| 2040 | MANUT DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - ENS.INFANTIL | Atividade |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ORCAMENTO PROGRAMA - EXERCICIO DE 2027

LISTAGEM DA TABELA DE DESDOBRAMENTO DE PROJETOS/ATIVIDADES



| Codigo | Discriminacao | Tipo |
|---|---|---|
| 2041 | MANUT.TRANSP ESCOLAR - CONVÊNIO ESTADO | Atividade |
| 2042 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR | Atividade |
| 2043 | MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA | Atividade |
| 2044 | REALIZACAO EVENTOS CULT. FEIRAS E EXPOSICOES DIVER | Atividade |
| 2045 | MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | Atividade |
| 2046 | MANUTENCAO DO CONSELHO DE SAUDE | Atividade |
| 2047 | MANUTENÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE REGULAÇÃO | Atividade |
| 2048 | MANUTENCAO DE PSFs | Atividade |
| 2049 | MANUTENCAO DE PROGRAMAS SAUDE BUCAL | Atividade |
| 2050 | FORTALECIMENTO DAS EQUIPES DA SMS | Atividade |
| 2051 | MANUTENCAO DOS PROGRAMAS AGENTES COMUN. DE SAUDE | Atividade |
| 2052 | MANUTENCAO DA FARMACIA BASICA | Atividade |
| 2053 | MANUTENCAO DO SAMU | Atividade |
| 2054 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE(AMBIENTAL,EPIDEMIOLOGICA) | Atividade |
| 2055 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS DIGITAL | Atividade |
| 2056 | MANUTENCAO DO LABORATORIO MUNICIPAL | Atividade |
| 2057 | MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL | Atividade |
| 2058 | MANUTENCAO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE | Atividade |
| 2059 | MANUTENÇÃO DA CASA DE APOIO | Atividade |
| 2060 | MANUTENÇÃO DE AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS | Atividade |
| 2061 | MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITARIA - VISA | Projeto |
| 2062 | MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE | Atividade |
| 2063 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL | Atividade |
| 2064 | INCENT. PROJETOS AGRIC. FAMILIAR, PSICULTURA E OUT | Atividade |
| 2065 | INCENT. AGRONEG. CADEIA PRODUTIVA, BACIA LEITEIRA | Atividade |
| 2066 | GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | Atividade |
| 2067 | BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - (IGD-SUAS) | Atividade |
| 2068 | BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO | Atividade |
| 2069 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | Atividade |
| 2070 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) | Atividade |
| 2071 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | Atividade |
| 2072 | EXECUÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL | Atividade |
| 2073 | FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) | Atividade |
| 2074 | PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ | Atividade |
| 2075 | PROCADSUAS | Atividade |
| 2076 | MANUTENCAO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | Atividade |
| 2077 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR | Atividade |
| 2078 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | Atividade |
| 2079 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO | Atividade |
| 2080 | MANUT. RUAS, AVEN. PRACAS, PARQ, JARDINS E SERV.DI | Atividade |
| 2081 | MANUT. ESTRADAS, PONTES E SERVIÇOS DIVERSOS | Atividade |
| 2082 | MANUTENCAO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL | Atividade |
| 2083 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE FMT | Atividade |
| 2084 | MANUTENÇÃO DO DPTO DE ÁGUA E ESGOTO | Atividade |
| 2085 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMB. E TURISMO | Atividade |
| 2086 | MANUTENÇÃO E ESTRUTURACAO DO TURISMO | Atividade |
| 2087 | MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS | Atividade |
| 2088 | ATIVIDADE A CARGO DO GERENCIAMENTO DE RECURSO RPPS | Atividade |

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ORCAMENTO PROGRAMA - EXERCICIO DE 2027

LISTAGEM DA TABELA DE DESDOBRAMENTO DE PROJETOS/ATIVIDADES

Página 4

| Codigo | Discriminacao | Tipo |
|---|---|---|
| 2089 | COMPENSACAO PREVIDENCIARIA | Atividade |
| 2090 | PREVIDÊNCIA SOCIAL - BENEFICIOS | Atividade |
| 2091 | REALIZACAO CAMPEONATOS E EVENTOS ESPORTIVOS DIVERS | Atividade |
| 2092 | MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER | Atividade |
| 2093 | MANUTENÇÃO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER | Atividade |
| 2094 | MANUTEÇÃO DO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA | Atividade |
| 2095 | BLOCO DA GESTÃO DO SUAS | Atividade |
| 2096 | ASSISTÊNCIA A PESSOA IDOSA | Atividade |
| 2097 | ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE | Atividade |
| 2098 | MANUTENÇÃO DO PSF RURAL | Atividade |
| 2099 | MANUT. PROG. ALIMENTAÇÃO ESC. PNAE- FUNDAMENTAL RURAL | Atividade |
| 2100 | MANUT. PROGR. ALIMENTAÇÃO ESC. PNAE - INFANT/CRECHE - RURAL | Atividade |
| 2101 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO 25% RURAL | Atividade |
| 2102 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 70% - FUNDAMENTAL RURAL | Atividade |
| 2103 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 70% - INFANTIL RURAL | Atividade |
| 2104 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 30% - FUNDAMENTAL RURAL | Atividade |
| 2105 | MANUTENÇÃO DO FUNBE 30% - INFANTIL RURAL | Atividade |
| 9998 | RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS | Reserva de Contingência |
| 9999 | Reserva de contingência | Reserva de Contingência |

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 15, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

***Súmula:*** "**ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 10 DE 25 DE MAIO DE 2021, A QUAL INSTITUI NO MUNICÍPIO DE COLNIZA-MT A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**"

**A Câmara Municipal de Colniza** aprovou e eu, **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica alterado o artigo 1º, o que passa a vigorar com a seguinte redação para incluir a isenção de cobrança das instituições religiosas:

Art. 1° Fica instituída no Município de Colniza – MT, a Contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, ficando isento de cobrança as unidades consumidoras utilizadas por templos, culto e entidades religiosas devidamente regularizadas no Município de Colniza.

**Art. 2º** — Fica alterada a tabela de valores mencionada no Parágrafo Único do artigo 2º, o qual segue em anexo, fazendo parte integrante desta lei.

**Art. 3º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se; e, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Colniza/MT, 10 de novembro de 2026.

**MILTON DE SOUZA AMORIM**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

O município de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação iniciado no dia **09/11/2026** às 08:00 horas, (horário de Brasília) na modalidade de Pregão Eletrônico, **EDITAL n° 018/2026**, tendo como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA OS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, INCLUINDO COBERTURA DE CASCO COMPREENSIVA, RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA — VEÍCULOS (RCF-V) PARA DANOS MATERIAIS E CORPORAIS A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS (APP) QUANDO APLICÁVEL, E ASSISTÊNCIA 24 HORAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, COM GUINCHO SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PELO PRAZO DE 12 MESES,** consagrou-se vencedor a seguinte empresa licitante: **GENTE SEGURADORA SA - 90.180.605/0001-02** com os Lotes: 1 no valor total de R$ 149.999,51.

Comodoro-MT, 10 de novembro de 2026.

**Vanderson da Silva Santos**

Pregoeiro

---

### LEI Nº. 2.223/2026 DE: 10.11.2026

***"Autoriza a realização de processo seletivo e a contratação de pessoal para atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências."***

**ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Comodoro aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar processo seletivo simplificado para contratação de pessoal por tempo determinado, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, destinada ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, durante a transição para o provimento efetivo mediante concurso público observado os quantitativos, as funções e as lotações previstas em lei:

**§1º.** Para atuação junto a Secretaria Municipal de Saúde, inclusive para formação de cadastro de reserva, fica autorizada a contratação temporária de profissionais para exercício das seguintes funções:

**I.** 02 (duas) vagas para Recepcionista;

**II.** 05 (cinco) vagas para Assistente Administrativo;

**III.** 07 (sete) vagas para Auxiliar de Serviços Gerais;

**IV.** 01 (uma) vaga para Técnico em Raio X;

**V.** 18 (dezoito) vagas para Técnico em Enfermagem;

**VI.** 05 (cinco) vagas para Enfermeiro;

**VII.** 01 (uma) vaga para Fisioterapeuta;

**VIII.** 01 (uma) vaga para Nutricionista;

**IX.** 04 (quatro) vagas de Odontólogo;

**X.** 01 (uma) vaga para Farmacêutico/Bioquímico;

**XI.** 01 (uma) vaga para Farmacêutico.

**Art. 2º.** As contratações terão prazo de até 1 (um) ano admitida uma única prorrogação por igual período mediante decisão motivada que demonstre a persistência da necessidade temporária e do excepcional interesse público.

**§1º.** Os contratos serão encerrados antecipadamente quando cessar a necessidade que os fundamentou, inclusive em decorrência da entrada em exercício dos servidores aprovados em concurso público nas funções correspondentes, observado o regime jurídico aplicável.

**§2º.** A prorrogação não será automática e dependerá de avaliação da necessidade do serviço, do andamento do concurso público e da disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 3º.** A remuneração dos cargos previstos obedecerão à legislação específica local.

**Art. 4º .** O provimento das vagas previstas nesta Lei deverá observar o quantitativo existente no lotacionograma municipal, a disponibilidade orçamentária e financeira, a compatibilidade com os limites legais de despesa com pessoal e as necessidades devidamente comprovadas nos autos do processo administrativo.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Saúde no que couber.

**Art. 6º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso,** aos 10 dias do mês de novembro de 2026.

**Rogério Vilela Victor de Oliveira**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

### GESTÃO DE CONTRATOS
### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2026

Licitação: Licitação Dispensável nº 27/2026

Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021

Contratante: Município de Conquista D'Oeste / MT (CNPJ: 04.219.688/0001-56) Representante da Contratante: Odair José Vargas (Prefeito Municipal)

Contratada: 52.818.979 Reginaldo Santos Ledes (CNPJ: 52.818.979/0001-03), estabelecida na Rua dos Cajueiros, nº 2205, Centro, Conquista D'Oeste/MT Representante da Contratada: Reginaldo Santos Ledes

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de baterias estacionárias e respectivos serviços para o sistema de monitoramento Vigia Mais MT .

Valor Global do Contrato: R$ 9.399,84 (nove mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) .

Vigência: De 22/10/2026 até 22/10/2027.

Data de Assinatura: 21 de outubro de 2026.

---

**GESTÃO DE CONTRATOS**
**PORTARIA N.º 343/2026**

"Designa Fiscal do Contrato Administrativo 083/2026, decorrente da Dispensa de Licitação n.º 027/2026"

ODAIR JOSÉ VARGAS, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 117, da Lei n.º 14.133/2021; e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor, LUCIANO APARECIDO DA SILVA, matrícula n.º1163, para atuar como fiscal do Contrato Administrativo 083/2026 (REGINALDO SANTOS LEDES).

Parágrafo Único - Cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BATERIAS ESTACIONARIAS E RESPECTIVOS SERVIÇOS PARA O SISTEMA DE MONITORAMENTO VIGIA MAIS MT, conforme o processo administrativo n.º 2706/2026.

Art. 2º - Ao Fiscal do contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 14.133 /2021.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo às contratações sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 4º - Essa portaria revogada pela Portaria n.º 356/2026.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Conquista D'Oeste/MT, 21 de Outubro de 2026.

ODAIR JOSÉ VARGAS

Prefeito Municipal

---

**GABINETE**
**PORTARIA Nº 361/2026**

*"Dispõe sobre a prorrogação do prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026, e dá outras providências".*

**ODAIR JOSÉ VARGAS**, Prefeito do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais, especialmente as contidas na Lei Complementar nº 123/2023 e,

Considerando o teor do Ofício nº 004/CPAD-001/2026, datado de 15 de outubro de 2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Prorrogar a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026, para até 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de outubro de 2026, nos termos do art. 225, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2023.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito, em 10 de novembro de 2026.

**ODAIR JOSÉ VARGAS**

Prefeita Municipal

---

**GESTÃO DE CONTRATOS**
**PORTARIA N.º 337/2026**

"Designa Fiscal do Contrato Administrativo 081/2026, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 030/2026"

ODAIR JOSÉ VARGAS, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 117, da Lei n.º 14.133/2021; e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor, SERGIANO AUGUSTO DA SILVA, matrícula n.º1049, para atuar como fiscal titular e o servidor PABLO HENRIQUE BASTOS FREITAS, matrícula funcional nº14200, para atuar como fiscal substituto (a) do Contrato Administrativo 081/2026 (INOVATTO VEICULOS LTDA).

Parágrafo Único - Cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, TRANSFORMADO EM AMBULANCIA, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE – MT., conforme o processo administrativo n.º 2281/2026.

Art. 2º - Ao Fiscal do contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 14.133 /2021.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo às contratações sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Conquista D'Oeste/MT, 19 de Outubro de 2026.

ODAIR JOSÉ VARGAS

Prefeito Municipal

---

**GESTÃO DE CONTRATOS**
**PORTARIA N.º 362/2026**

"Designa Fiscal do Contrato Administrativo 085/2026, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 036/2026"

ODAIR JOSÉ VARGAS, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Es-

tado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 117, da Lei n.º 14.133/2021; e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor, SERGIANO AUGUSTO DA SILVA, matrícula n.º1049, para atuar como fiscal titular e o servidor PABLO HENRIQUE BASTOS FREITAS, matrícula funcional nº14200, para atuar como fiscal substituto (a) do Contrato Administrativo 085/2026 (INOVATTO VEICULOS LTDA).

Parágrafo Único - Cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, TRANSFORMADO EM AMBULANCIA, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE – MT, conforme o processo administrativo n.º 2909/2026.

Art. 2º - Ao Fiscal do contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 14.133 /2021.

Art. 3º- Fica garantido ao Fiscal amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo às contratações sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 4º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Conquista D'Oeste/MT, 09 de novembro de 2026.

ODAIR JOSÉ VARGAS

Prefeito Municipal

**RH**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026**

**ODAIR JOSÉ VARGAS**, Prefeito do Município de Conquista D´Oeste/MT, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 673/2025, **CONVOCA** o(s) a(s) candidato (s) a(s) abaixo relacionado(s) a(s), classificados (as) no Processo Seletivo Simplificado desta Prefeitura, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2026, devidamente homologado, para apresentar os documentos descritos no subitem 15.2 do referido Edital, exigidos para o processo de contratação:

**FUNÇÃO: MOTORISTA**

| CLASSIFICAÇÃO | INSCRIÇÃO | NOME |
|---|---|---|
| 2º | 2026091000151 | RIVELINO DURAN |

1. Nos termos do subitem 15.2 do Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2026, o (s) candidato(s) a(s) acima relacionado(s) a(s) têm o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação dos documentos necessários à formalização da contratação temporária.

1.1. Perderá automaticamente o direito à contratação o candidato que não apresentar os documentos exigidos para a contratação no prazo previsto no item anterior.

2. Os candidatos convocados pelo presente ato entrarão no exercício da função após a assinatura do contrato temporário.

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 10 de novembro de 2026.

**ODAIR JOSÉ VARGAS**

Prefeito Municipal

**GESTÃO DE CONTRATOS**

**EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2025**

Contratante: Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste (Estado de Mato Grosso)

Empresa Contratada: SGC Prestadora de Serviços Ltda. (CNPJ nº 17.702.407/0001-63, com sede em Sapezal - MT)

Objeto do Contrato Original: Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços sob demanda, com fornecimento de mão de obra sem dedicação exclusiva, contemplando cargos como auxiliar de cozinha, auxiliar de serviços gerais, carpintaria, eletricista de baixa tensão, encanador, pedreiro, pintura e servente de limpeza .

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência contratual (dilação) .

Alteração de Vigência:

Onde se lê: 06/11/2026

Leia-se: 31/03/2027

Amparo Legal: Artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021 .

Data da Assinatura: 6 de novembro de 2026

**RH**

**EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 35/2026**

**OBJETO:** INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA, PARA ATUAR COMO **ASS. DES. EDUCACIONAL 30H - CONTRATADO,** JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** LEI 673-2025

**DATA DA ASSINATURA:** 05/11/2026

**VIGENCIA:** 05/11/2026

**DATA DE VENCIMENTO**: 18/12/2026

**CONTRATADO (A): SARA BORGES DE ARAÚJO ALVES**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE

**VALOR:** R$2.385,66 (MENSAIS)

Conquista D'Oeste, 10 de novembro de 2026.

Odair José Vargas

Prefeito Municipal

---

**RH**

**EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 055/2025**

**OBJETO:** INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA, PARA ATUAR COMO **MOTORISTA – 40HORAS**, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** LEI 673/2025

**DATA DA ASSINATURA:** 09/11/2026

**VIGENCIA:** 09/11/2026

**DATA DE VENCIMENTO:** 13/05/2027

**CONTRATADO (A): RONALDO ANDRADE**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE

**VALOR:** R$2.726,46 (MENSAIS)

Conquista D'Oeste, 10 de novembro de 2026.

Odair José Vargas

Prefeito Municipal

**RH**
**DECRETO 071_2026 - DECRETO_HOMOLOGACAO_CONCURSO_001_2026**

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

**DECRETO MUNICIPAL Nº 071/2026**

***"Dispõe sobre a homologação do Concurso Público nº 001/2026, e dá outras providências".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor ODAIR JOSÉ VARGAS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente,

**CONSIDERANDO** o Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2026, destinado à seleção de candidatos para provimento de cargos efetivos e formação do quadro permanente de servidores do Município de Conquista D'Oeste/MT; e

**CONSIDERANDO** a conclusão das etapas previstas no referido certame e a divulgação do Resultado Final por meio do Edital Complementar de Divulgação de Resultado Final para Homologação do Concurso Público nº 001/2026, organizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS-SELECON;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público nº 001/2026, organizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS-SELECON, destinado ao provimento de cargos efetivos do quadro permanente de servidores da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT, conforme a classificação dos candidatos constante das relações a seguir:

**CARGO - MOTORISTA**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001984 | JOAO PAULO BATISTA DA CRUZ | 44,50 | 1º | - | Aprovado |
| 880000637 | VITORIO GUERRA | 44,00 | 2º | - | Aprovado |
| 880000443 | GILMAR CABRAL DE OLIVEIRA | 43,50 | 3º | - | Aprovado |
| 880001444 | ELIABCE LINO ALBARES | 42,00 | 4º | - | Aprovado |
| 880001650 | LUCAS FRANCA DE SOUSA | 42,00 | 5º | - | Aprovado |
| 880000661 | MARCOS BENTO SILVA | 41,00 | 6º | - | Classificado |
| 880000734 | RICARDO RODRIGUES BARBOSA | 41,00 | 7º | - | Classificado |
| 880002349 | SERGIO BATISTA TOMAZ | 41,00 | 8º | - | Classificado |
| 880001424 | SIDNEY GOMES DE SOUZA | 38,70 | 9º | - | Classificado |
| 880000013 | JOEL TIAGO DA SILVA | 38,50 | 10º | - | Classificado |
| 880000742 | MARCELO VIEIRA DA SILVA | 38,00 | 11º | - | Classificado |
| 880001468 | MARCOS PEDRO SOARES | 38,00 | 12º | - | Classificado |
| 880001818 | SIDIMAR ESCORSE GONCALVES | 37,00 | 13º | - | Classificado |
| 880001193 | ADEILSON SILVA DO ESPIRITO SANTO | 36,00 | 14º | - | Classificado |
| 880000178 | EVANILDO RODRIGUES POCHE | 36,00 | 15º | - | Classificado |
| 880002084 | CLEBER DOS SANTOS RAMOS | 36,00 | 16º | - | Classificado |
| 880000082 | MIQUEIAS EDUARDO ALVES DE MORAES | 36,00 | 17º | - | Classificado |
| 880001574 | MARCIO ALVES DOS ANJOS | 35,50 | 18º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001870 | ELTON KOSLOSKI CAMARGO DE OLIVEIRA | 35,50 | 19º | - | Classificado |
| 880002237 | GLEICI DAIELI DOS SANTOS OLIVEIRA | 35,50 | 20º | - | Classificado |
| 880002260 | AGUINALDO MANOEL COSTA | 35,00 | 21º | - | Classificado |
| 880001163 | HILDEVANI CELES TRINDADE | 34,70 | 22º | - | Classificado |
| 880001809 | MAYCON DHIONI ALVES DA SILVA | 34,00 | 23º | - | Classificado |
| 880000729 | DIOGO WIL RAMOS | 34,00 | 24º | - | Classificado |
| 880001259 | RAEL CORREIA LIMA | 34,00 | 25º | - | Classificado |
| 880001982 | DOUGLAS ALVES DE JESUS | 33,50 | 26º | - | Classificado |
| 880001208 | EDILSON LOURENCO DE SOUZA | 33,20 | 27º | - | Classificado |
| 880000819 | ARISVALDO MARQUES DE SOUZA | 33,00 | 28º | - | Classificado |

**CARGO- OPERADOR DE MÁQUINAS**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001533 | EDVAN SAMPAIO ROCHA | 47,00 | 1º | - | Aprovado |
| 880000282 | LUIZ MAGNUN ALVES CARDOSO | 39,00 | 2º | - | Classificado |
| 880001476 | TIAGO BATHE FAGUNDES | 38,00 | 3º | - | Classificado |
| 880002062 | BRUNO PEREIRA BATISTA | 38,00 | 4º | - | Classificado |
| 880001492 | RICARDO GODOY DA SILVA | 37,00 | 5º | - | Classificado |
| 880002075 | RAFAEL ROBERTO DA SILVA | 36,00 | 6º | - | Classificado |
| 880000001 | WESLEY CATRIEL ALVES CARDOSO | 35,50 | 7º | - | Classificado |

**CARGO - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880000390 | GEISSI ELLEM TEIXEIRA PETRUNILIO SALLES | 76,50 | 1º | - | Aprovado |
| 880000879 | THIAGO HENRIQUE COSTA CASTRO | 76,50 | 2º | - | Aprovado |
| 880000034 | TAILER FERNANDES DE OLIVEIRA | 74,00 | 3º | - | Classificado |
| 880001366 | EDER PEREIRA BARRETO | 73,50 | 4º | - | Classificado |
| 880001269 | MAIZY GABRIELLE MACHADO GALVAO | 71,50 | 5º | - | Classificado |
| 880001757 | ABNER DE ASSUNCAO ANGELICO SOUZA | 71,50 | 6º | - | Classificado |
| 880000594 | WANDERLEI FERNANDES DO PRADO | 70,50 | 7º | - | Classificado |
| 880000832 | RODRIGO STEFANELLO MEQUIAS | 66,00 | 8º | - | Classificado |
| 880001966 | EMILLYANE CRISTINE SILVA ADORNO | 65,50 | 9º | - | Classificado |
| 880000222 | JEFERSON BARROS FELICIANO | 65,00 | 10º | - | Classificado |
| 880001181 | HENRIQUE ZORZI | 63,00 | 11º | 1º — PN | Classificado |
| 880002105 | JOAO VICTOR SIANI SANTOS | 61,00 | 12º | - | Classificado |
| 880002142 | PRISCILA SIANI DE CARVALHO | 61,00 | 13º | - | Classificado |
| 880001207 | MARIA LUIZA SILVA SANTOS | 60,50 | 14º | - | Classificado |
| 880001534 | NICOLAS SOUZA FRONZA | 60,50 | 15º | - | Classificado |
| 880001260 | LAUANY SOARES DA SILVA | 60,00 | 16º | - | Classificado |
| 880000860 | ELISANGELA APARECIDA MORAES RODRIGUES | 59,50 | 17º | - | Classificado |
| 880000363 | NEIDIANE ALMEIDA ARRUDA | 59,50 | 18º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001201 | JOELMA BACKES | 59,00 | 19º | - | Classificado |
| 880001454 | LUIS FERNANDO BORGES RODRIGUES | 58,00 | 20º | - | Classificado |
| 880000238 | JOANA FERREIRA CARNEIRO | 57,50 | 21º | - | Classificado |
| 880001277 | JOAO LUCAS BORGUES ALMEIDA | 57,50 | 22º | - | Classificado |
| 880000864 | FRANCIELYN SUELYN SANTOS LOPES | 57,50 | 23º | - | Classificado |
| 880001071 | RAQUELLY APARECIDA DOS SANTOS NEVES | 57,00 | 24º | - | Classificado |
| 880000033 | ALINE DE OLIVEIRA DE CAMPOS | 57,00 | 25º | - | Classificado |
| 880001397 | RAFAEL SANTOS CRUZ | 57,00 | 26º | - | Classificado |
| 880002060 | THARCIANE PASLANDIM SOUZA | 56,00 | 27º | - | Classificado |
| 880000959 | TALLYS THIAGO GUIMARAES ANDRADE | 56,00 | 28º | - | Classificado |
| 880000721 | RENATA EVELLYN SILVA DOS REIS | 56,00 | 29º | - | Classificado |
| 880002058 | GABRIELI DE MORAES OLIVEIRA | 54,50 | 30º | - | Classificado |
| 880001549 | MARIA MACHADO DE MORAES | 54,00 | 31º | - | Classificado |
| 880000478 | TAINARA SILVA FIGUEIREDO | 54,00 | 32º | - | Classificado |
| 880000722 | JOAO GABRIEL ALVES DA SILVA | 53,00 | 33º | - | Classificado |
| 880000973 | LORENILDO GEREMIAS DE CARVALHO | 52,50 | 34º | - | Classificado |
| 880000149 | LAURA FLÁVIA MOREIRA CAETANO | 52,50 | 35º | - | Classificado |
| 880001998 | LUCIANO APARECIDO DA SILVA | 52,50 | 36º | - | Classificado |
| 880001834 | SILVANA SOARES RIBEIRO | 52,00 | 37º | - | Classificado |
| 880000190 | ULISSES SOARES DIAS DANTAS | 52,00 | 38º | - | Classificado |
| 880001086 | CARLOS DANIEL PEREIRA BATISTA | 51,50 | 39º | - | Classificado |
| 880001460 | VITORIA DE SOUZA PASLANDIM | 51,50 | 40º | - | Classificado |
| 880001568 | NATAN ALVES SOUZA | 50,50 | 41º | 1º — PcD | Classificado |
| 880000359 | ALINE DA SILVA BRITO | 50,50 | 42º | - | Classificado |
| 880002337 | AMANDA RODRIGUES LEITE | 50,00 | 43º | - | Classificado |
| 880002230 | LETICIA CAROLINE DOS SANTOS REZENDE | 49,50 | 44º | - | Classificado |
| 880002072 | DHEIMILLY ANDRADE BALBINO DIAS | 49,00 | 45º | - | Classificado |
| 880001724 | DEIVID SILVA RODRIGUES | 49,00 | 46º | - | Classificado |
| 880001328 | VANDERLUCIA MARCELINO MIRANDA | 48,50 | 47º | - | Classificado |
| 880001987 | JOSILENE SOUZA SANTOS SILVA | 48,50 | 48º | - | Classificado |
| 880000998 | NOEL LIMA DE SOUZA JUNIOR | 48,00 | 49º | - | Classificado |
| 880001112 | LETICIA BELAZI | 48,00 | 50º | - | Classificado |
| 880001422 | DERQUIANE COELHO SANTANA | 47,50 | 51º | - | Classificado |
| 880000684 | ANA LUCIA GAMA DA SILVA OLIVEIRA | 47,50 | 52º | - | Classificado |
| 880001440 | GABRIELA PINCERATO DUTRA | 47,00 | 53º | 2º — PcD | Classificado |
| 880001338 | ANDRESSA LEITE SOARES | 47,00 | 54º | - | Classificado |
| 880000274 | LUCAS HENRIQUE BRUSSOLO DA SILVA | 46,50 | 55º | - | Classificado |
| 880001383 | CAMILA DE SOUSA MORAIS | 46,50 | 56º | - | Classificado |
| 880000933 | MARIA VALDIRENE CAMPOS | 46,00 | 57º | - | Classificado |
| 880001864 | ANDRESSA NIFOSSI DA SILVA | 46,00 | 58º | - | Classificado |
| 880000084 | VITOR HUGO FAGUNDES SALOMAO | 46,00 | 59º | - | Classificado |
| 880001859 | FRANCIELI SANTOS DA SILVA | 45,00 | 60º | - | Classificado |
| 880000040 | BRUNO BASTOS SILVA RIBEIRO | 45,00 | 61º | 3º — PcD | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880002374 | KARINA DE FREITAS MIRANDA | 44,50 | 62º | - | Classificado |
| 880001882 | EDUARDA SALES CONSTANCI | 44,50 | 63º | - | Classificado |
| 880002291 | ITALO CHARLES LEMES DE SOUSA | 43,50 | 64º | - | Classificado |
| 880001368 | JESSICA ELIANA GOMES ALVES | 43,50 | 65º | - | Classificado |
| 880001812 | SUELLY DE JESUS SARAIVA | 43,00 | 66º | - | Classificado |
| 880000264 | VITORIA SILVA BORGES | 43,00 | 67º | 4º — PcD | Classificado |
| 880002279 | EDINA APARECIDA ALVES DO NASCIMENTO SALASAR | 42,50 | 68º | - | Classificado |
| 880000956 | KAREN MARIANA VILA | 42,50 | 69º | - | Classificado |
| 880001570 | MARIA EDUARDA SILVA DOS REIS BUZATTI | 42,50 | 70º | - | Classificado |
| 880000262 | ABEL DE FREITAS ARANTES NETO | 42,00 | 71º | - | Classificado |
| 880000017 | RAISSA PACHECO RIBEIRO | 41,50 | 72º | - | Classificado |
| 880000609 | JUCELMA GOMES | 41,50 | 73º | - | Classificado |
| 880001620 | FERNANDO GABRIEL REIS CORREA | 41,50 | 74º | - | Classificado |
| 880001343 | THALYSON BATISTA DA SILVA | 41,00 | 75º | - | Classificado |
| 880001615 | PABLO HENRIQUE BASTOS FREITAS | 40,50 | 76º | - | Classificado |
| 880001893 | RAYNER VITOR DE MORAIS CRUZ | 40,50 | 77º | - | Classificado |
| 880002355 | VALDINEI MEZARI | 40,00 | 78º | - | Classificado |
| 880001516 | OSIAS VASCONCELOS BITENCOURT | 40,00 | 79º | - | Classificado |
| 880001586 | SARA CANEDO DE ALMEIDA | 40,00 | 80º | - | Classificado |

**CARGO - ASSISTENTE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (SEXO FEMININO) – 30 HORAS**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001778 | THAYLA GABRIELLE SAMPAIO PEREIRA | 66,50 | 1º | - | Aprovado |
| 880001960 | ERICA SILVA CHIKAMI ANDRADE | 66,50 | 2º | - | Aprovado |
| 880002082 | ELI EURIPEDES FREITAS DA SILVA BUZATTI | 65,00 | 3º | - | Classificado |
| 880001136 | FERNANDA APARECIDA PEREIRA | 65,00 | 4º | - | Classificado |
| 880001902 | JAQUELENE MOREIRA DE LIMA | 64,50 | 5º | - | Classificado |
| 880001122 | THAIS DIENIFER TEODORO SILVA | 64,50 | 6º | - | Classificado |
| 880000283 | THAYS BATISTA CARVALHEIRA | 64,50 | 7º | - | Classificado |
| 880000796 | DAIANI CORREIA DIAS | 64,00 | 8º | - | Classificado |
| 880001662 | ELIANE SOARES DA SILVA COSTA | 64,00 | 9º | - | Classificado |
| 880000253 | KARLYNE TAFAREL BARROS | 64,00 | 10º | - | Classificado |
| 880000314 | EMANUELLY MARTINS FERNANDES | 63,50 | 11º | - | Classificado |
| 880002324 | NAYARA CRISTINA ROSA DE SOUZA | 63,50 | 12º | - | Classificado |
| 880002390 | HELLEN FERNANDA RAMOS MENDES | 62,50 | 13º | - | Classificado |
| 880002101 | PAMELA CAMILA SAMPAIO PEREIRA | 62,50 | 14º | - | Classificado |
| 880002313 | EDILAINE APARECIDA HURTADO DE SOUZA | 61,00 | 15º | - | Classificado |
| 880001887 | KENIA HANISZ GOMES REDEMSKI | 60,50 | 16º | - | Classificado |
| 880000012 | ADRIANNA SADDIE CORREA LIMA | 60,00 | 17º | - | Classificado |
| 880002081 | AMANDA VITORIA ROCHA SILVA | 59,50 | 18º | - | Classificado |
| 880001364 | FERNANDA NUNES DA SILVA | 59,00 | 19º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001273 | GISELY SAMARA MENDES TEIXEIRA SOARES | 59,00 | 20º | - | Classificado |
| 880000480 | JESSICA PAULA RODRIGUES BOLAZ | 59,00 | 21º | - | Classificado |
| 880000856 | SIRLENE MORAES | 58,50 | 22º | - | Classificado |
| 880000756 | ZENAIDE NAKANISHI DA SILVA | 58,50 | 23º | - | Classificado |
| 880002276 | KARLA MARIANA PEREIRA MACEDO | 58,00 | 24º | - | Classificado |
| 880002103 | PATRICIA MERCADO SUPEPI | 58,00 | 25º | - | Classificado |
| 880002214 | BRUNA KELLEN DA SILVA OLIVEIRA | 58,00 | 26º | - | Classificado |
| 880000861 | MARCELENE DA SILVA BATISTA | 58,00 | 27º | - | Classificado |
| 880002089 | ROSELI SIANI BATISTA | 57,50 | 28º | - | Classificado |
| 880000871 | LUIZIANE RAAUWENDAAL MATOS | 57,50 | 29º | - | Classificado |
| 880002368 | KEZIA SOUZA BEZERRA | 57,00 | 30º | - | Classificado |
| 880001198 | NAYARA MORAES MARQUES | 57,00 | 31º | - | Classificado |
| 880000837 | ALCIELE DAS GRACAS DA SILVA | 57,00 | 32º | - | Classificado |
| 880001754 | MARISETE APARECIDA ROCHA | 56,50 | 33º | - | Classificado |
| 880001679 | ALCIONE DAS GRACAS E SILVA | 56,50 | 34º | - | Classificado |
| 880000089 | MARCILENE FERREIRA | 56,50 | 35º | - | Classificado |
| 880001248 | ANDRIELE SILVA | 56,50 | 36º | - | Classificado |
| 880001682 | VANDERLEIA FURTADO MATOS | 56,50 | 37º | - | Classificado |
| 880002068 | DEUVANA CHELIS GUIMARAES | 56,00 | 38º | - | Classificado |
| 880002193 | MAURICEIA BATISTA DE MORAES BIANCO | 56,00 | 39º | - | Classificado |
| 880001430 | VITORIA LIMA DUARTE | 56,00 | 40º | - | Classificado |
| 880001445 | GRAZIELY SOUZA RIBEIRO | 56,00 | 41º | - | Classificado |
| 880001090 | AMANDA DEUBATEI FOGACA SILVA | 56,00 | 42º | - | Classificado |
| 880000016 | MARIA RAFAELA NATIO ALMEIDA | 55,50 | 43º | - | Classificado |
| 880000400 | INGRYD RHAYONARA BALBINO DIAS MENEZES | 55,50 | 44º | - | Classificado |
| 880001319 | MARIA EDUARDA DA SILVA ALBARES | 55,00 | 45º | - | Classificado |
| 880000537 | RAIELE PIMENTEL SANTOS | 54,50 | 46º | - | Classificado |
| 880000751 | JEANE ARAUJO DE SOUSA | 54,00 | 47º | - | Classificado |
| 880002021 | GRACIELE MONTEIRO AGUIAR | 54,00 | 48º | - | Classificado |
| 880002275 | POLIANA DE MORAIS PAULA TORRES | 54,00 | 49º | - | Classificado |
| 880001489 | ELLEN CRISTINA PEREIRA SANTANA | 54,00 | 50º | - | Classificado |
| 880002171 | NIVIA CHAVE SILVA | 54,00 | 51º | - | Classificado |
| 880001540 | SONIA REGINA DE SOUZA | 53,50 | 52º | - | Classificado |
| 880001763 | MARLENE DA SILVA | 53,50 | 53º | - | Classificado |
| 880000031 | CATIANE CAETANO DA SILVA | 52,50 | 54º | - | Classificado |
| 880000085 | MICHELE RODRIGUES DO NASCIMENTO | 52,50 | 55º | - | Classificado |
| 880000899 | PATRICIA DE BARROS PEREIRA | 52,50 | 56º | - | Classificado |
| 880000124 | MILLENY FERNANDA DA SILVA TAVARES | 52,50 | 57º | - | Classificado |
| 880001230 | SUZAMARA ESCORSE GONCALVES | 52,50 | 58º | - | Classificado |
| 880001694 | RAMAIANE GABRIELY ALVES FRAGOSO | 52,00 | 59º | - | Classificado |
| 880002290 | ANGELA APARECIDA FAUSTINO SANTOS | 52,00 | 60º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001135 | TAIS PRISCILA DE CASTRO OLIVEIRA ALVES CARDOSO | 51,50 | 61º | - | Classificado |
| 880002248 | MARIANA ZORZI | 51,50 | 62º | - | Classificado |
| 880000694 | JEZABEL DA SILVA MACIEL | 51,00 | 63º | - | Classificado |
| 880000186 | NOEMIA FERRAZ DE ARAUJO PEDROSA | 51,00 | 64º | - | Classificado |
| 880000280 | MIRIAM DIAS RIBEIRO | 51,00 | 65º | - | Classificado |
| 880002219 | MARIA DA GUIA DOS SANTOS RIBEIRO | 51,00 | 66º | - | Classificado |
| 880000195 | GABRIELLY CRISTINA DOS SANTOS CHAVES | 51,00 | 67º | - | Classificado |
| 880001376 | EMILIA FERREIRA DE ALMEIDA | 50,50 | 68º | - | Classificado |
| 880001657 | DAIANNY CRISTINA MARIANO ANICETO | 50,50 | 69º | - | Classificado |
| 880001098 | LETICIA DA SILVA OLIVEIRA | 50,50 | 70º | - | Classificado |
| 880002303 | ENI FRANCISCA DOS SANTOS | 49,00 | 71º | - | Classificado |
| 880000338 | JUCILENE CANDIDA GOMES | 49,00 | 72º | 1º — PN | Aprovado |
| 880000596 | PRISCILA SOARES | 48,50 | 73º | - | Classificado |
| 880000894 | ANDREIA MATIAS CASERES SILVA | 48,50 | 74º | - | Classificado |
| 880001601 | JOELMA MORAIS DE SOUZA | 48,50 | 75º | - | Classificado |
| 880001068 | KETELLYN ANDRADE SANTOS | 48,50 | 76º | - | Classificado |
| 880002155 | PRISCILA CATARINA DOS SANTOS LEITE | 48,00 | 77º | - | Classificado |
| 880000641 | VALDIRENE MATUCARI | 48,00 | 78º | - | Classificado |
| 880000866 | ISABELA CARNEIRO SILVA | 48,00 | 79º | - | Classificado |
| 880001074 | ANDRESSA DE JESUS MONTEIRO | 48,00 | 80º | - | Classificado |
| 880000582 | PAMELA ANDREZA PEREIRA CORREIA | 48,00 | 81º | - | Classificado |
| 880001748 | CRISTIANE DA SILVA ORTEGA | 47,50 | 82º | - | Classificado |
| 880001627 | STELLA MARIS WERNER RAMOS DIAS | 47,50 | 83º | - | Classificado |
| 880000811 | NAYANE BATISTA MACEDO | 47,50 | 84º | - | Classificado |
| 880001502 | ELIENE BATISTA LAZARO | 47,00 | 85º | - | Classificado |
| 880002297 | PAMELLA APARECIDA DE MIRANDA TOMICHA | 47,00 | 86º | - | Classificado |
| 880001021 | CLEIDIANE DE OLIVEIRA SANTOS RAMOS | 47,00 | 87º | - | Classificado |
| 880001697 | CRISTIANE BATISTA DE OLIVEIRA | 47,00 | 88º | - | Classificado |
| 880000548 | SILVIA LINO DE SOUZA | 46,50 | 89º | - | Classificado |
| 880001819 | CLEIDIVANIA MACHADO PEDROSA | 46,50 | 90º | - | Classificado |
| 880002325 | ANA SOFIA CAMPOS DELUQUI | 46,50 | 91º | - | Classificado |
| 880001389 | LUCIANA VALERIO DOS SANTOS SILVA | 46,00 | 92º | - | Classificado |
| 880001711 | ELIETE DA SILVA | 45,50 | 93º | - | Classificado |
| 880001026 | CATIA MATUCARE CHAVE | 45,00 | 94º | - | Classificado |
| 880002259 | ANTONIELA MARIA FARDIM | 45,00 | 95º | - | Classificado |
| 880001164 | LETICIA PEREIRA PIRES | 45,00 | 96º | - | Classificado |
| 880001272 | MADALENA BARBOSA PRATES | 44,00 | 97º | - | Classificado |
| 880000259 | LISLIE SANTOS BROCHADO | 44,00 | 98º | - | Classificado |
| 880001550 | OZANY CORDEIRO DE MORAIS | 44,00 | 99º | - | Classificado |
| 880001521 | KEVILYM PEREIRA DA SILVA | 44,00 | 100º | - | Classificado |
| 880000156 | DAIANE RECH VARELA TORRES | 43,50 | 101º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001519 | JESSICA LOBATO NUNES | 43,50 | 102º | - | Classificado |
| 880001815 | LUCIANA DE JESUS SOUSA | 43,00 | 103º | - | Classificado |
| 880002309 | MILENE DE SOUZA SILVA | 43,00 | 104º | - | Classificado |
| 880000042 | MARIA DE FATIMA MOREIRA BARBOSA | 42,50 | 105º | - | Classificado |
| 880001957 | JESSICA ALVES DOS REIS | 42,50 | 106º | - | Classificado |
| 880000992 | JESSICA OLIVEIRA DA COSTA | 42,50 | 107º | 2º — PN | Classificado |
| 880001772 | SILVANA SOARES DA SILVA | 42,50 | 108º | - | Classificado |
| 880002322 | MARCIA ALVES DA SILVA | 41,50 | 109º | - | Classificado |
| 880001464 | MIKAELE MUNIZ DOS SANTOS | 41,50 | 110º | - | Classificado |
| 880001215 | MARLENE DA GAMA SOUZA | 41,00 | 111º | - | Classificado |
| 880001901 | LINDALVA IRENE MATUCARI DOS SANTOS | 41,00 | 112º | - | Classificado |
| 880001600 | LUCILAINE DA SILVA RODRIGUES | 41,00 | 113º | - | Classificado |
| 880002090 | WELLEN VITORIA ORLANDO DA COSTA | 41,00 | 114º | - | Classificado |
| 880000626 | SILVANIA FAGUNDES CHAVES | 40,50 | 115º | - | Classificado |
| 880000272 | BEATRIZ MORAES | 40,50 | 116º | - | Classificado |
| 880001908 | CAMILA TEODORO SILVA | 40,50 | 117º | - | Classificado |

**CARGO - TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001000 | ELINEY GOMES DE MORAIS | 49,00 | 1º | - | Aprovado |
| 880000917 | ANGELICA OLIVEIRA DA SILVA CUNHA | 42,50 | 2º | - | Classificado |

**CARGO - TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001196 | ANDERSON CARLOS SILVA GOMES | 66,50 | 1º | - | Aprovado |
| 880000258 | ANA LIZ VIOTTO STUPP | 60,50 | 2º | - | Classificado |
| 880001562 | JOSE CARLOS MONTEIRO JUNIOR | 57,00 | 3º | - | Classificado |
| 880000953 | RAFAEL HENRIQUE SANTOS DA COSTA | 47,50 | 4º | - | Classificado |

**CARGO - TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880000107 | DOUGLAS IGOR DA SILVA FERRO | 63,50 | 1º | - | Aprovado |
| 880000671 | LUCIANA TIAGO DA SILVA PADILHA | 62,50 | 2º | 1º — PN | Classificado |
| 880001421 | LENY FERREIRA SAMPAIO | 61,50 | 3º | - | Classificado |
| 880001204 | MAURICIO APARECIDO BATISTA DE SOUSA | 60,50 | 4º | - | Classificado |
| 880000656 | KELLI CRISTINA RUIZ NASCIMENTO | 59,50 | 5º | - | Classificado |
| 880000545 | HIAGO VINICIUS DE MORAES CRUZ | 55,00 | 6º | - | Classificado |
| 880000880 | DEBORAH SOUZA BEZERRA | 53,50 | 7º | - | Classificado |
| 880000231 | GISLAINE FRANCO POATSKIEVICK | 50,00 | 8º | - | Classificado |
| 880002192 | NEIDE APARECIDA DE ALMEIDA VIANA | 49,50 | 9º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001943 | MYRIAN PATRICIA GOMES | 48,50 | 10º | - | Classificado |
| 880001428 | GISLAINE EVELIN MIOTTO PENSO | 48,50 | 11º | - | Classificado |
| 880002083 | SELMA DA SILVA HOLANDA | 48,00 | 12º | - | Classificado |
| 880001369 | WAGNA DAS DORES ALVES | 47,00 | 13º | - | Classificado |
| 880000100 | ANGELICA MOREIRA BUNGENSTAB SANTOS | 46,50 | 14º | - | Classificado |
| 880000200 | LUCILENE NOVOA DE CASTRO DE PAULA | 46,50 | 15º | - | Classificado |
| 880001141 | MARIA ALCANTARA | 46,50 | 16º | - | Classificado |
| 880001605 | VALMIR ALVES DA SILVA | 46,50 | 17º | - | Classificado |
| 880001206 | NATALIA FELIX FERNANDES | 46,00 | 18º | - | Classificado |
| 880002231 | MARTA ANOTNIA VIEIRA | 44,50 | 19º | - | Classificado |
| 880000073 | ALCENIRA RODRIGUES MACHADO | 44,50 | 20º | - | Classificado |
| 880001802 | IVONEIDE DE FATIMA CESPEDES | 43,00 | 21º | - | Classificado |
| 880000795 | LUCIANE GONCALVES DA SILVA | 42,50 | 22º | - | Classificado |
| 880000039 | RIVANA KELLY ALMEIDA CHAVES | 42,50 | 23º | - | Classificado |
| 880000831 | ROSANGELA DE OLIVEIRA | 42,50 | 24º | - | Classificado |
| 880000614 | DEBORA MARIANO BERNARDO FANTONI | 41,50 | 25º | - | Classificado |
| 880001144 | VILMA DA SILVA CESARINHO | 41,50 | 26º | - | Classificado |
| 880001010 | IANETE MENEZES RODRIGUES | 40,50 | 27º | - | Classificado |
| 880001994 | CRISTIANE TRINDADE BARBOSA | 40,00 | 28º | - | Classificado |
| 880001767 | KELLEN MARQUES DA SILVA | 40,00 | 29º | - | Classificado |

**CARGO - TÉCNICO EM RADIOLOGIA**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880000603 | WILLIAM CARLOS CARDOZO MENAO | 62,00 | 1º | - | Classificado |
| 880000584 | DAIANE CRISTINA FARIA DA SILVA | 57,50 | 2º | - | Classificado |
| 880000813 | KATYA DEACY LEMES WERK | 55,50 | 3º | - | Classificado |
| 880000884 | MARCOS ROGERIO DE ALMEIDA | 51,00 | 4º | - | Classificado |
| 880000787 | IGOR MODESTO MORAIS DE OLIVEIRA | 43,50 | 5º | - | Classificado |

**CARGO - TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880000624 | THULIO SANTOS MOTA | 62,50 | 1º | 1º — PcD | Classificado |
| 880001017 | KAMILA OLIVEIRA SILVA | 61,00 | 2º | - | Classificado |
| 880001218 | JOABE MEDEIROS DE ALBUQUERQUE | 52,50 | 3º | - | Classificado |
| 880001321 | LEANDRO DOS SANTOS FREITAS | 47,00 | 4º | - | Classificado |
| 880000895 | MAURI VALDIR DEIFELD | 46,50 | 5º | - | Classificado |
| 880001309 | KELLYTON RIBEIRO DOS SANTOS | 46,00 | 6º | - | Classificado |

**CARGO - AUDITOR FISCAL**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001365 | EDER PEREIRA BARRETO | 69,00 | 1º | - | Classificado |
| 880000755 | FERNANDO PACHECO DOS SANTOS | 69,00 | 2º | - | Classificado |
| 880001238 | HESNEFERO RODRIGUES FERNANDES | 68,00 | 3º | 1º — PcD | Classificado |
| 880000388 | GEISSI ELLEM TEIXEIRA PETRUNILIO SALLES | 62,50 | 4º | - | Classificado |
| 880000627 | THAFNES LEIA MARINHO DA SILVA | 59,50 | 5º | - | Classificado |
| 880000910 | SANDER ANDRE HARTMANN | 58,50 | 6º | 2º — PcD | Classificado |
| 880000030 | TAILER FERNANDES DE OLIVEIRA | 58,50 | 7º | 1º — PN | Classificado |
| 880001735 | KENEDY CRUZ LEITE | 57,50 | 8º | - | Classificado |
| 880000905 | CAROLINE PAES DA CUNHA XAVIER | 56,50 | 9º | - | Classificado |
| 880000664 | JOSIMAR SILVA NASCIMENTO | 56,00 | 10º | 2º — PN | Classificado |
| 880000062 | SERGIO NORBERTO DA SILVA | 55,50 | 11º | - | Classificado |
| 880001993 | ANGELICA SOARES SANTOS | 55,50 | 12º | - | Classificado |
| 880000765 | MAXIMILIANO PABLO ALVES PAES | 54,50 | 13º | - | Classificado |
| 880002067 | ANDRE LUIS GUSE FRONZA | 54,50 | 14º | - | Classificado |
| 880000029 | LUIZ RICARDO CHIOATTO SOUZA MARQUES | 54,00 | 15º | - | Classificado |
| 880002152 | JEFERSON SILVA BRITO | 53,50 | 16º | - | Classificado |
| 880000563 | VIVIANE FERREIRA DA SILVA | 51,00 | 17º | - | Classificado |
| 880000744 | IRIO GONCALVES BORASCHI | 51,00 | 18º | 3º — PcD | Classificado |
| 880001598 | ALESSANDRO APARECIDO GAMA | 50,50 | 19º | - | Classificado |
| 880001001 | JORNE PARREIRA DE OLIVEIRA | 50,00 | 20º | - | Classificado |
| 880000065 | ANTONIO MAYLESON SILVA E SILVA | 50,00 | 21º | - | Classificado |
| 880000699 | GENECI RODRIGUES COELHOS | 49,50 | 22º | - | Classificado |
| 880000401 | GENIVANE SANTANA COSTA NASCIMENTO | 49,50 | 23º | - | Classificado |
| 880001417 | RONDINELI DE SOUZA CHAVES | 49,50 | 24º | 3º — PN | Classificado |
| 880001341 | GUTENBERG CHAVES CEZARIO | 48,50 | 25º | - | Classificado |
| 880001302 | CRISTIANE FERREIRA DE OLIVEIRA | 48,00 | 26º | - | Classificado |
| 880001947 | ANGRA GESIMARA DA SILVA GUIMARAES PEREIRA | 47,00 | 27º | - | Classificado |
| 880000433 | NATIELI BERTIN | 46,50 | 28º | - | Classificado |
| 880001325 | JHESSICA MARA DINIZ LIMA | 45,50 | 29º | - | Classificado |
| 880002347 | JOAO NERES LANES JUNIOR | 45,50 | 30º | - | Classificado |
| 880002085 | TIAGO FERREIRA | 45,00 | 31º | - | Classificado |
| 880002113 | AURELIO MIGUEL DE OLIVEIRA FERNANDES | 44,50 | 32º | - | Classificado |
| 880000792 | JONAS NUNES QUEIROZ | 44,00 | 33º | - | Classificado |
| 880000909 | MARIA CLARA CHIOATTO SOUZA MARQUES | 44,00 | 34º | - | Classificado |
| 880000404 | EDSON FERREIRA NASCIMENTO | 43,00 | 35º | - | Classificado |
| 880002234 | FABIANA MARCIA CRUZ PEREIRA | 43,00 | 36º | - | Classificado |
| 880000304 | FRANCIELE RODRIGUES DA CRUZ | 42,50 | 37º | - | Classificado |
| 880001407 | ARMINDO JUNIOR GOMES RIBEIRO | 40,50 | 38º | - | Classificado |

**CARGO - FARMACÊUTICO/ BIOQUÍMICO**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880002186 | SILVERIO TEIXEIRA DOS SANTOS | 72,00 | 1º | - | Aprovado |
| 880000924 | FABIANA BERRISCH FIDELIS | 65,00 | 2º | - | Classificado |
| 880002224 | VALERIA CRISTINA DANTAS DA CRUZ FERNANDES CAMILO | 64,00 | 3º | 1º — PN | Classificado |
| 880000644 | AQUILES TORRES JOCA | 63,00 | 4º | - | Classificado |
| 880002036 | ELIEZER XAVIER DE BARROS | 59,50 | 5º | 1º — PcD | Classificado |
| 880002099 | DOUGLAS DE JESUS SAUCEDO | 58,00 | 6º | - | Classificado |
| 880000752 | NELYSSA CONCEICAO DE SOUZA | 57,50 | 7º | - | Classificado |
| 880002151 | MATHEUS FELIPE CAMARGO OLIVEIRA | 57,00 | 8º | - | Classificado |
| 880001254 | PAULO FERNANDO PEREIRA | 57,00 | 9º | - | Classificado |
| 880002166 | BRUNO TIAGO PESSOA | 57,00 | 10º | - | Classificado |
| 880000285 | EVELYN SANTOS CRUZ LEAL | 55,50 | 11º | - | Classificado |
| 880001159 | KAMILLY VICTORIA MEDEIROS RAMOS | 54,50 | 12º | - | Classificado |
| 880000179 | HYORRANA ANDRADE GONÇALVES | 54,00 | 13º | - | Classificado |
| 880000263 | PEDRO HENRIQUE ORTOLAN SCHMIDT | 52,00 | 14º | - | Classificado |
| 880001575 | RAFAEL LESSI FRIAS | 51,50 | 15º | - | Classificado |
| 880000612 | EMILY DE SOUSA LIMA | 51,50 | 16º | - | Classificado |
| 880000900 | GABRIELA LANA SOARES | 51,00 | 17º | - | Classificado |
| 880002163 | EMILY TEODORO RODRIGUES | 50,00 | 18º | - | Classificado |
| 880002052 | ANDREA CRISTINA SOFIATI | 49,00 | 19º | - | Classificado |
| 880001567 | JOMARA DE SOUZA SILVA | 48,50 | 20º | - | Classificado |
| 880000449 | ELLEN FARIA PONTES | 47,00 | 21º | - | Classificado |
| 880001478 | SCHEILA ERICA GOMES FERREIRA FAGUNDES | 46,50 | 22º | - | Classificado |
| 880001749 | EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI | 46,50 | 23º | - | Classificado |
| 880001271 | DAIANA TOMAZ DE SOUZA | 45,50 | 24º | - | Classificado |
| 880002037 | JHEINE ABRANTES SILVA | 44,00 | 25º | - | Classificado |
| 880002370 | GLEISSI KELLEN PETRUNILIO | 44,00 | 26º | - | Classificado |
| 880001798 | DAYANE DOS SANTOS MORAES | 43,50 | 27º | - | Classificado |
| 880000249 | LUAN JUNIOR JOSE MOREIRA DOS SANTOS | 41,00 | 28º | - | Classificado |

**CARGO - MÉDICO VETERINÁRIO**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880002001 | GABRIEL RASEC DE TOLEDO | 74,00 | 1º | - | Aprovado |
| 880001653 | MARIA CRISTINA LAZARI VENTURA | 73,50 | 2º | - | Classificado |
| 880001363 | MATHEUS FERNANDES BARROS | 72,50 | 3º | - | Classificado |
| 880000378 | HENRIQUE JORGE VIEIRA ANTUNES JUNIOR | 72,50 | 4º | - | Classificado |
| 880000995 | MATEUS HENRIQUE DE SOUZA SILVA | 72,50 | 5º | - | Classificado |
| 880000672 | GABRIEL LUCAS ARTIAGA DA SILVA | 72,50 | 6º | - | Classificado |
| 880001355 | VICTORIA POLLYANNA FONSECA GOUDART | 71,50 | 7º | - | Classificado |
| 880001280 | TÂMARA VITÓRIA CLAUDIANO SILVA | 70,50 | 8º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001881 | VINICIUS HENRIQUE DE SOUZA SILVA | 70,50 | 9º | - | Classificado |
| 880002123 | LEONARDO GARCIA OTI | 67,50 | 10º | - | Classificado |
| 880001473 | ANA CLAUDIA RODRIGUES SILVA | 67,00 | 11º | - | Classificado |
| 880001890 | LUCAS PACHECO POLICARPO | 66,50 | 12º | - | Classificado |
| 880002106 | LUCAS CAETANO LUIZ SANTOS | 64,00 | 13º | - | Classificado |
| 880002329 | JOSE LUIZ PASSOS | 62,50 | 14º | - | Classificado |
| 880001959 | JOAO VITOR RODRIGUES LIRA | 62,50 | 15º | - | Classificado |
| 880001999 | ISADORA GRAZIELLA SOUZA PIRES DE TOLEDO | 61,00 | 16º | - | Classificado |
| 880001065 | RAYSSA LIVIA PASSO RAVAGNANI | 60,00 | 17º | - | Classificado |
| 880002311 | HYASMIM BATISTA FRANCA | 60,00 | 18º | - | Classificado |
| 880000794 | JHONY MIRANDA DA SILVA PAIVA | 59,00 | 19º | - | Classificado |
| 880000713 | TAMIRES DE SOUZA SILVA | 57,50 | 20º | - | Classificado |
| 880001061 | CLAUDIANI VENANCIO MACHADO | 56,50 | 21º | - | Classificado |
| 880000060 | GABRIEL JARDIM INACIO | 55,50 | 22º | - | Classificado |
| 880000965 | LUIS FELLYPE DE SALES SANTANA | 54,00 | 23º | - | Classificado |
| 880000037 | KAMILLY LIMA DOS SANTOS | 53,00 | 24º | - | Classificado |
| 880001793 | BRUNA EVA BARANECK | 52,50 | 25º | - | Classificado |
| 880000308 | ELKER LEAL QUEIROZ | 50,50 | 26º | - | Classificado |
| 880001826 | FLAVIO CARLOS DO NASCIMENTO | 49,50 | 27º | - | Classificado |
| 880001983 | ISADORA BANDEIRA DOS SANTOS | 49,50 | 28º | 1º — PcD | Classificado |
| 880002095 | LORRAINE SALDANHA CARNEIRO RODRIGUES | 46,50 | 29º | - | Classificado |
| 880001875 | ELEDIANE DE FREITAS FRANCO | 40,00 | 30º | - | Classificado |

**CARGO - OUVIDOR MUNICIPAL**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880000008 | THIAGO HENRIQUE COSTA CASTRO | 58,50 | 1º | - | Classificado |
| 880000174 | MAYLA CLICIA DA SILVA FARIAS | 56,00 | 2º | - | Classificado |
| 880000770 | VICTOR DA CUNHA MARQUES | 52,00 | 3º | - | Classificado |
| 880002270 | ROSILENE DUTRA PEREIRA ALVARES | 51,00 | 4º | - | Classificado |
| 880000867 | JAQUELINE DOS SANTOS CORDEIRO | 51,00 | 5º | - | Classificado |
| 880000975 | MAURO HENRIQUE OLIVEIRA RAMOS | 51,00 | 6º | - | Classificado |
| 880001746 | ALAN CARLOS SOUZA PRIMO | 50,50 | 7º | 1º — PcD | Classificado |
| 880002126 | ALINE ALVES SOUZA | 50,50 | 8º | - | Classificado |
| 880001392 | THAYNA SANTOS MARTINS | 50,50 | 9º | - | Classificado |
| 880001937 | LUCINEI COSTA DE ANDRADE | 50,00 | 10º | - | Classificado |
| 880001217 | JOABE MEDEIROS DE ALBUQUERQUE | 49,50 | 11º | - | Classificado |
| 880000625 | THULIO SANTOS MOTA | 48,50 | 12º | 2º — PcD | Classificado |
| 880002342 | ANA CAROLINA GONCALVES RAIMUNDO | 48,50 | 13º | - | Classificado |
| 880001592 | KARINA SILVA NUNES | 47,50 | 14º | - | Classificado |
| 880001187 | JOSIANE APARECIDA DA SILVA CELESTINO | 45,50 | 15º | - | Classificado |
| 880000761 | VANESSA CAROLINE HENDGES | 45,50 | 16º | - | Classificado |
| 880001655 | LUCAS COLOGNESE MATOS | 45,50 | 17º | - | Classificado |
| 880001633 | TATIANE RAMOS MOURA | 45,00 | 18º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880002191 | ISABELA DE OLIVEIRA SANTOS | 44,50 | 19º | - | Classificado |
| 880002315 | MAIKON APARECIDO CHAVE SILVA | 44,50 | 20º | - | Classificado |
| 880002250 | GABRIELI DE MORAES OLIVEIRA | 43,50 | 21º | - | Classificado |
| 880001629 | GELDER ALVES ROSA | 43,00 | 22º | - | Classificado |
| 880002257 | SANDRA FRANCO LEMES | 42,50 | 23º | - | Classificado |
| 880000890 | ANDRE FABRICIO DA SILVA | 42,00 | 24º | - | Classificado |
| 880002026 | THAYLA GABRIELLE SAMPAIO PEREIRA | 42,00 | 25º | - | Classificado |
| 880001672 | SANDRA FERREIRA JORGE SOARES | 42,00 | 26º | - | Classificado |
| 880000361 | NEIDIANE ALMEIDA ARRUDA | 42,00 | 27º | - | Classificado |
| 880002153 | RAFAELA CRISTINA SALES DE OLIVEIRA | 41,50 | 28º | - | Classificado |
| 880002010 | ELAINE NASCIMENTO WAN DELREI | 41,50 | 29º | - | Classificado |
| 880002055 | ANA CLAUDIA PINHEIRO DA ROCHA | 41,00 | 30º | - | Classificado |
| 880000010 | ANA PAULA BURALI | 40,50 | 31º | - | Classificado |
| 880001616 | HEITOR COSTA FAGUNDES | 40,00 | 32º | - | Classificado |
| 880001918 | ESTELA VARGAS ALVES LOURENCO | 40,00 | 33º | - | Classificado |
| 880001684 | LUZIANE DA SILVA BARROS | 40,00 | 34º | - | Classificado |

**CARGO - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880000616 | DANIELA DE SOUSA MORAIS | 75,00 | 1º | - | Classificado |
| 880002168 | BRENNA MARCELLA MARTINS SILVA | 74,00 | 2º | - | Classificado |
| 880001867 | MONICA VIEIRA DA SILVA | 74,00 | 3º | - | Classificado |
| 880002333 | CLEONICE SANTOS DUARTE | 73,50 | 4º | - | Classificado |
| 880000027 | KAROLYNA GABRIELE RIBEIRO SILVA FERNANDES | 72,50 | 5º | - | Classificado |
| 880002035 | CLAUDIA NASCIMENTO MOURAO | 72,00 | 6º | - | Classificado |
| 880001190 | JOSEMEIRE GOMES DA SILVA | 71,50 | 7º | - | Classificado |
| 880001876 | MARCOS RODRIGUES DE FREITAS | 71,50 | 8º | - | Classificado |
| 880000297 | HELEN CRISTINA DE MENEZES | 70,50 | 9º | - | Classificado |
| 880000825 | ALINE LOPES SIMAO | 70,50 | 10º | - | Classificado |
| 880000810 | ANDREIA MATOS DA SILVA SOUZA | 70,00 | 11º | - | Classificado |
| 880000949 | LUCIENE DA SILVA RIBEIRO E SILVA | 70,00 | 12º | 1º — PN | Classificado |
| 880001794 | ANDREIA COUTO FONSECA | 69,50 | 13º | - | Classificado |
| 880001528 | JUCILENE GOMES TIZZO | 69,50 | 14º | - | Classificado |
| 880000926 | MARCOS FERREIRA DA SILVA | 69,50 | 15º | - | Classificado |
| 880000858 | MARCELENE DA SILVA BATISTA | 69,00 | 16º | - | Classificado |
| 880002369 | FRANCIELY SOUSA DA CRUZ | 69,00 | 17º | - | Classificado |
| 880000097 | KAROLINA MARTINS DE MIRANDA | 69,00 | 18º | - | Classificado |
| 880002345 | NUBIA DE SOUZA BATISTA | 69,00 | 19º | - | Classificado |
| 880000071 | ANDRESSA SILVA BISPO | 68,50 | 20º | - | Classificado |
| 880000014 | LIDIANI PRADO | 68,50 | 21º | - | Classificado |
| 880001843 | WANDERLEIA DE FREITAS VIEIRA | 68,50 | 22º | - | Classificado |
| 880000688 | AMARILDO FERREIRA DE SOUZA | 68,50 | 23º | 2º — PN | Classificado |
| 880000918 | KEROLAIME VEIGA CASSIANO | 68,00 | 24º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880000720 | ELI EURIPEDES FREITAS DA SILVA BUZATTI | 68,00 | 25º | - | Classificado |
| 880002098 | PAMELA CAMILA SAMPAIO PEREIRA | 68,00 | 26º | - | Classificado |
| 880000878 | EDIMARANS XAVIER DOS SANTOS | 68,00 | 27º | 3º — PN | Classificado |
| 880001134 | FERNANDA APARECIDA PEREIRA | 68,00 | 28º | - | Classificado |
| 880002030 | DEBORA CRUZ DE OLIVEIRA SILVA | 67,50 | 29º | - | Classificado |
| 880001714 | RAFAELY CAROLINE DE MORAIS CRUZ | 67,50 | 30º | - | Classificado |
| 880002154 | FRANCIELLI LIMA PINHEIRO | 67,50 | 31º | - | Classificado |
| 880000911 | PAMELA KAMIRES FERNANDES VIDAL | 67,00 | 32º | - | Classificado |
| 880000019 | FLAVIANA SIMAO DE ABREU | 67,00 | 33º | 1º — PcD | Classificado |
| 880001075 | MARCIA FERREIRA GAVIN | 67,00 | 34º | - | Classificado |
| 880001939 | LUSANGELA DE MENEZES BORGES LIMA | 67,00 | 35º | - | Classificado |
| 880000505 | PRISCILA SURUBI PEREIRA | 67,00 | 36º | - | Classificado |
| 880002119 | JAIENE PEREIRA TOGO SILVA | 66,50 | 37º | - | Classificado |
| 880001545 | MARIA MACHADO DE MORAES | 66,50 | 38º | - | Classificado |
| 880001048 | CAMILA DANIEL DOS SANTOS | 66,50 | 39º | - | Classificado |
| 880001188 | ERIKA BRUNA MENDES FREITAS | 66,50 | 40º | - | Classificado |
| 880001676 | CARMELITA MENDES DE OLIVEIRA | 66,00 | 41º | - | Classificado |
| 880002209 | JANETE RODRIGUES TEODORO DOURADO | 66,00 | 42º | - | Classificado |
| 880002336 | CRISTIANO FREITAS FELISBERTO | 66,00 | 43º | - | Classificado |
| 880000767 | LAUDICEIA DE MENEZES BORGES FREITAS | 66,00 | 44º | - | Classificado |
| 880002100 | DIEFERSON SILVA BRAZ | 66,00 | 45º | - | Classificado |
| 880001722 | RAYMARI DE MORAES CRUZ | 66,00 | 46º | - | Classificado |
| 880000766 | VANETE KIISTER PLASTER | 66,00 | 47º | - | Classificado |
| 880000570 | FALUBIA FERREIRA MORAES | 66,00 | 48º | - | Classificado |
| 880000996 | VANESSA DE BRITO DA SILVA | 66,00 | 49º | - | Classificado |
| 880000329 | MARINEUZA SEVERIANO COELHO | 65,50 | 50º | - | Classificado |
| 880000004 | FERNANDA ANDRADE NOGUEIRA | 65,50 | 51º | - | Classificado |
| 880002175 | LEIDIANE COSTA SOLOMAO DA SILVA | 65,50 | 52º | 4º — PN | Classificado |
| 880000334 | ROSINEIA DEZIDERIO ROCHA | 65,50 | 53º | - | Classificado |
| 880000814 | ANGRA PAULA DE JESUS SILVA | 65,50 | 54º | - | Classificado |
| 880001132 | ASOR MUNIZ BELOTE | 65,50 | 55º | - | Classificado |
| 880001234 | POLIANE APARECIDA MAIA DE OLIVEIRA SILVA | 65,00 | 56º | - | Classificado |
| 880001015 | LUCIANA MARTOS ALENCAR | 65,00 | 57º | - | Classificado |
| 880001274 | GEAN DE ALMEIDA | 65,00 | 58º | - | Classificado |
| 880001841 | SONIA BATISTA BASTOS MARTINS | 65,00 | 59º | - | Classificado |
| 880002204 | MIRNE MARIA ROMUALDO | 65,00 | 60º | - | Classificado |
| 880001101 | PRISCILA SOARES | 65,00 | 61º | - | Classificado |
| 880001413 | CLAUDINEI GOMES MENDES | 65,00 | 62º | - | Classificado |
| 880001784 | SARA BARROS DO NASCIMENTO | 65,00 | 63º | - | Classificado |
| 880000727 | EGNALDO SOUSA PEREIRA | 65,00 | 64º | - | Classificado |
| 880001741 | ADIELSON GONCALVES DE LIMA | 64,50 | 65º | - | Classificado |
| 880000697 | ERICA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA | 64,00 | 66º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001169 | HELENA DA SILVA SOUZA | 64,00 | 67º | - | Classificado |
| 880001028 | RUTE MONTEIRO FRANCISCO | 64,00 | 68º | - | Classificado |
| 880001776 | SADAI SED OLIVEIRA DOMINGOS | 64,00 | 69º | - | Classificado |
| 880002117 | VANDERLEIA SILVA DOS SANTOS | 64,00 | 70º | - | Classificado |
| 880001743 | ADRIANA JUSTINO SILVA FARIAS | 64,00 | 71º | - | Classificado |
| 880001170 | ROZELI ROSA GERMANO | 64,00 | 72º | - | Classificado |
| 880002028 | KEITY ANNY TENORIO PAES | 64,00 | 73º | - | Classificado |
| 880001057 | NORAH JANNETH MOLDES JARRO NEVES | 64,00 | 74º | - | Classificado |
| 880000836 | TATIANE CORREIA DE FREITAS | 64,00 | 75º | - | Classificado |
| 880001848 | RENAN FERNANDES DA SILVA | 64,00 | 76º | - | Classificado |
| 880001996 | VANIA DA SILVA FREITAS OLIVEIRA | 63,50 | 77º | - | Classificado |
| 880001353 | MARIA ROSILANE DA SILVA DUARTE | 63,50 | 78º | - | Classificado |
| 880002283 | DEIDIMAR DE SOUZA BATISTA | 63,50 | 79º | - | Classificado |
| 880000151 | GLEINY ENNY RUMAO DE OLIVEIRA | 63,50 | 80º | 2º — PcD | Classificado |
| 880001175 | EMERSON ROGERIO DE MORAES OTT | 63,50 | 81º | - | Classificado |
| 880000885 | ROSANGELA MARQUES LIMA ARRAIS | 63,50 | 82º | 3º — PcD | Classificado |
| 880000498 | KEILA PRISCILA DA CRUZ CORDEIRO | 63,50 | 83º | - | Classificado |
| 880002043 | GEANYNE CARDOSO VIANA | 63,50 | 84º | - | Classificado |
| 880001133 | SHAYNA SILVA DA CONCEICAO | 63,50 | 85º | - | Classificado |
| 880001596 | EDINA CARDOSO DOS SANTOS | 63,00 | 86º | - | Classificado |
| 880001884 | GEUZILAINE ALVES | 63,00 | 87º | - | Classificado |
| 880002116 | FRANCIELY ANTONIA ORTIZ DA SILVA | 63,00 | 88º | - | Classificado |
| 880001400 | CATIANE RAMOS DA SILVA | 62,50 | 89º | - | Classificado |
| 880002212 | CESIMARA CARVALHO LOPES GARCIA | 62,50 | 90º | - | Classificado |
| 880000022 | DANIELLE SOUSA CEBALHO DE PAULA | 62,50 | 91º | - | Classificado |
| 880000700 | WERICA CRISTINA ORLANDO DA COSTA | 62,50 | 92º | - | Classificado |
| 880001879 | LEONARDO LAURENCO NUNES | 62,50 | 93º | - | Classificado |
| 880000459 | CLAUDINEIA APARECIDA JESUS CHAVES SILVA | 62,00 | 94º | - | Classificado |
| 880001229 | BIANCA OSTROWSKI DE CARVALHO | 62,00 | 95º | - | Classificado |
| 880000275 | APARECIDA BULZON | 62,00 | 96º | - | Classificado |
| 880001350 | JANAINA MARIA TEODOLFO SANTOS | 62,00 | 97º | - | Classificado |
| 880001523 | NADINE L M BRITO | 62,00 | 98º | 1º — PQ | Classificado |
| 880001813 | ELLEN DAIANE DO AMPARO | 62,00 | 99º | - | Classificado |
| 880001014 | GLAUCIA MADELEINE MARTINS FERNANDES | 62,00 | 100º | - | Classificado |
| 880002364 | MAISA VASCONCELOS BARBOSA | 62,00 | 101º | - | Classificado |
| 880000454 | FABIOLA VIEIRA DELUQUE | 62,00 | 102º | - | Classificado |
| 880000964 | ELIS MARCIA VENANCIO FERREIRA | 61,50 | 103º | - | Classificado |
| 880001733 | CLEIDE ALVES DOS SANTOS | 61,50 | 104º | - | Classificado |
| 880000758 | DAIANI CORREIA DIAS | 61,50 | 105º | - | Classificado |
| 880001150 | VALQUIRIA ARANA SILVA | 61,50 | 106º | - | Classificado |
| 880000780 | JOYCE APARECIDA DE ALMEIDA GALVAO | 61,50 | 107º | - | Classificado |
| 880001894 | LUCIANA DE LARA BORGES DE CAMPOS | 61,00 | 108º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880002343 | CRISTIANE MOREIRA SANTOS DUARTE | 61,00 | 109º | - | Classificado |
| 880002185 | CRISTINA VIOTTO | 61,00 | 110º | - | Classificado |
| 880002203 | MYLENE DE SOUZA BARBOZA | 61,00 | 111º | - | Classificado |
| 880000396 | RICARDO OLIVEIRA DA SILVA | 61,00 | 112º | - | Classificado |
| 880001759 | JOZEILE DE ASSUNCAO ANGELICO SOUZA | 61,00 | 113º | - | Classificado |
| 880001056 | KELLY APARECIDA PEDRO DA CRUZ SOUZA | 61,00 | 114º | - | Classificado |
| 880002157 | GISLAINE BARBOZA CARVALHO | 61,00 | 115º | - | Classificado |
| 880001888 | KENIA HANISZ GOMES REDEMSKI | 61,00 | 116º | - | Classificado |
| 880000785 | MICHELE MATOS MIATELLO | 61,00 | 117º | - | Classificado |
| 880000379 | RAQUEL LOPES DA SILVA | 61,00 | 118º | - | Classificado |
| 880001093 | IZABEL CRISTINA SOUZA FERREIRA | 60,50 | 119º | - | Classificado |
| 880001062 | GLAUCIMEIRE TEODORO SILVA SANTOS | 60,50 | 120º | - | Classificado |
| 880000935 | ELAINE DA SILVA MARIA | 60,50 | 121º | - | Classificado |
| 880002004 | MARIA HELENA VIEIRA | 60,50 | 122º | - | Classificado |
| 880001761 | MARIZA DA SILVA | 60,50 | 123º | - | Classificado |
| 880000685 | DYEINE LORRAYNE DIAS PAIXAO FERREIRA | 60,50 | 124º | 5º — PN | Classificado |
| 880001076 | ANDREIA ÂNGELA DE CARVALHO | 60,50 | 125º | - | Classificado |
| 880000828 | KATIANE LEOCADIO PEDRETTE | 60,50 | 126º | - | Classificado |
| 880002308 | RONALD MIQUIEL DA SILVA SENABIO | 60,50 | 127º | - | Classificado |
| 880001241 | LAUDISSEIA MEIRA DA COSTA | 60,00 | 128º | - | Classificado |
| 880001940 | MARILDA ALVES DA SILVA | 60,00 | 129º | - | Classificado |
| 880001004 | ANA CLARA CABRAL OLSON | 60,00 | 130º | - | Classificado |
| 880002102 | MIRIAN ESPINDULA PEIXINHO RIBEIRO | 60,00 | 131º | - | Classificado |
| 880002007 | VANUSA ALVES ADIERS | 60,00 | 132º | - | Classificado |
| 880001571 | JESSICA RAYANI SILVA FREITAS | 60,00 | 133º | - | Classificado |
| 880000786 | ANTONIO ROBERTO SARAIVA BORGES | 60,00 | 134º | - | Classificado |
| 880001459 | ELIANA CAETANO DE OLIVEIRA BALBINO | 59,50 | 135º | - | Classificado |
| 880002359 | FRANCIELY BARROS BORGES | 59,50 | 136º | - | Classificado |
| 880001729 | ADRIANE FERREIRA BARCELOS | 59,50 | 137º | 4º — PcD | Classificado |
| 880000723 | CRISTIANE DA SILVA ORTEGA | 59,50 | 138º | - | Classificado |
| 880000319 | MAYRA SANTOS NUNES | 59,50 | 139º | - | Classificado |
| 880001054 | JOSIANE JORGE DE OLIVEIRA TROFINO | 59,50 | 140º | - | Classificado |
| 880001642 | ODETE ROSA PAES | 59,00 | 141º | - | Classificado |
| 880000056 | CATIANE CAETANO DA SILVA | 59,00 | 142º | - | Classificado |
| 880002015 | MARIA ROSA DA SILVA | 59,00 | 143º | - | Classificado |
| 880000994 | JESSICA OLIVEIRA DA COSTA | 59,00 | 144º | 6º — PN | Classificado |
| 880001988 | ROSIANE RAMIREZ | 59,00 | 145º | - | Classificado |
| 880001239 | CRISTIANE SILVA CORDEIRO | 59,00 | 146º | - | Classificado |
| 880002300 | ADRIANO VIANA | 59,00 | 147º | - | Classificado |
| 880001236 | JULIANA APARECIDA MENDOZA | 59,00 | 148º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880000481 | JESSICA PAULA RODRIGUES BOLAZ | 59,00 | 149º | - | Classificado |
| 880001148 | MARGARETH LIMA SIQUEIRA | 59,00 | 150º | - | Classificado |
| 880002076 | FLAVIANE FRANCISCO DA SILVA | 59,00 | 151º | 2º — PQ | Classificado |
| 880000981 | CAMILA GOMES DE OLIVEIRA | 58,50 | 152º | - | Classificado |
| 880001903 | JAQUELENE MOREIRA DE LIMA | 58,50 | 153º | - | Classificado |
| 880001560 | LUANDA DE OLIVEIRA BEZERRA | 58,50 | 154º | - | Classificado |
| 880001295 | FRANCIELI LUSMA DOS SANTOS | 58,50 | 155º | - | Classificado |
| 880002044 | SIMONE PEREIRA DA SILVA BALEEIRO | 58,50 | 156º | - | Classificado |
| 880001399 | ROMILDA ALVES PEREIRA | 58,50 | 157º | - | Classificado |
| 880001152 | JESSICA DE OLIVEIRA PEREIRA | 58,50 | 158º | - | Classificado |
| 880001299 | CAMILA DANDARA ARAUJO DOS REIS | 58,00 | 159º | - | Classificado |
| 880001311 | MARIA JOSE RUFINO DE LIRA | 58,00 | 160º | - | Classificado |
| 880002271 | JOSELAINE MERCADO SUPEPI | 58,00 | 161º | - | Classificado |
| 880001102 | GABRIELI VARGAS ROCHA DA SILVA | 58,00 | 162º | - | Classificado |
| 880001905 | EVANIL SALES DE CARVALHO | 58,00 | 163º | 5º — PcD | Classificado |
| 880001298 | SANDRA OLIVEIRA DE MELO | 58,00 | 164º | - | Classificado |
| 880001479 | CLAUDINEIA GONCALVES CIRILO | 58,00 | 165º | 6º — PcD | Classificado |
| 880001327 | MICHELE DO NASCIMENTO MACHADO | 57,50 | 166º | - | Classificado |
| 880001261 | VALDINEIA LOPES DA SILVA | 57,50 | 167º | - | Classificado |
| 880002027 | ARLETE LUIZA DE SOUZA | 57,50 | 168º | - | Classificado |
| 880002288 | JORCELEY PEGO DE MACEDO | 57,50 | 169º | - | Classificado |
| 880001868 | SIRLEI ATENIS DE OLIVEIRA | 57,50 | 170º | - | Classificado |
| 880000781 | DAYANI ARAUJO SANTOS FERREIRA | 57,50 | 171º | - | Classificado |
| 880001727 | EDNA SOUZA HAYASHIDA | 57,00 | 172º | - | Classificado |
| 880001712 | NIRIANE TAFAREL SILVA | 57,00 | 173º | - | Classificado |
| 880000849 | DELMA BISPO DA SILVA | 57,00 | 174º | - | Classificado |
| 880000728 | MARCELO DANIEL DA SILVA | 57,00 | 175º | - | Classificado |
| 880002243 | ERLANIA VALVERDE DINIZ | 57,00 | 176º | - | Classificado |
| 880001737 | SUSAMAR AMPARO SEVERINO | 57,00 | 177º | - | Classificado |
| 880001924 | DIVINA CARVALHO NETO | 57,00 | 178º | - | Classificado |
| 880001263 | CINTHIA CUBITZA LACERDA | 56,50 | 179º | - | Classificado |
| 880002033 | APARECIDA CLAUDIA DE SOUZA SANTOS | 56,50 | 180º | - | Classificado |
| 880001174 | ROSIMERE CONCEIÇÃO PEREIRA | 56,50 | 181º | - | Classificado |
| 880002284 | GIRLANE CEZARIO CORREA | 56,00 | 182º | - | Classificado |
| 880001212 | NEISIMAR RODRIGUES DOS SANTOS | 56,00 | 183º | - | Classificado |
| 880000583 | ALINE HANSEN DE SOUZA | 56,00 | 184º | - | Classificado |
| 880002000 | ELIANE NASCIMENTO ALVES | 56,00 | 185º | - | Classificado |
| 880001377 | ELIENE LUCIA DIAS | 56,00 | 186º | - | Classificado |
| 880000488 | EUDINEIA BONFIM DE ALMEIDA | 56,00 | 187º | 7º — PcD | Classificado |
| 880001322 | VERA LUCIA DE PAULA MONTOANELI | 55,50 | 188º | - | Classificado |
| 880001357 | ALESSANDRA DA SILVA ARAUJO | 55,50 | 189º | - | Classificado |
| 880002069 | SIMONI ANDRADE BALBINO DIAS | 55,50 | 190º | - | Classificado |
| 880000302 | MARIA DE FATIMA SURUBI ASSUNÇÃO | 55,50 | 191º | - | Classificado |
| 880000816 | PATRICIA RINALDI | 55,50 | 192º | - | Classificado |
| 880001177 | CRISTIANA NICOMEDIO DA SILVA | 55,50 | 193º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880000589 | JOSIANE DOS SANTOS DA CUNHA GONCALVES | 55,50 | 194º | - | Classificado |
| 880001863 | ELIANE PIRES DE OLIVEIRA KOSLOSKI | 55,50 | 195º | - | Classificado |
| 880001209 | OGLEICE LUANA GUEDES DA SILVA | 55,00 | 196º | - | Classificado |
| 880001099 | CLAUDIA OLIVEIRA DUARTE | 55,00 | 197º | - | Classificado |
| 880002392 | CLAUDELI BORGES MAIA | 55,00 | 198º | - | Classificado |
| 880001681 | GISELI COSTA DO NASCIMENTO FARIA | 55,00 | 199º | - | Classificado |
| 880001964 | MARIA FABRICIA DOS SANTOS GONCALVES | 54,50 | 200º | - | Classificado |
| 880002086 | ROSIMEIRE MOREIRA DOS SANTOS | 54,50 | 201º | - | Classificado |
| 880002378 | ZEUGISLAINE CARDOSO LANES | 54,50 | 202º | - | Classificado |
| 880002029 | ANDRIELI OLIVEIRA CHELIS | 54,00 | 203º | - | Classificado |
| 880000467 | JOSANE FRANCISCA DE LIMA | 54,00 | 204º | - | Classificado |
| 880001063 | LUZIA APARECIDA DA PAIXAO | 54,00 | 205º | - | Classificado |
| 880000228 | ELAINE GOMES DE SOUZA | 54,00 | 206º | - | Classificado |
| 880000587 | CLEIDIANE DA SILVA | 54,00 | 207º | - | Classificado |
| 880001710 | ELIETE DA SILVA | 53,50 | 208º | - | Classificado |
| 880001281 | ISABEL ALVES DA COSTA LIMA | 53,50 | 209º | - | Classificado |
| 880000087 | SILVANA PEREIRA DA SILVA CUNHA | 53,50 | 210º | - | Classificado |
| 880001652 | ERLIZANGELA NATALINA DE CARVALHO SILVA TORRES | 53,50 | 211º | - | Classificado |
| 880000479 | JOSEANE DE FATIMA DA COSTA DUARTE | 53,50 | 212º | 7º — PN | Classificado |
| 880002025 | JANAYNA MATOS DA SILVA | 53,50 | 213º | - | Classificado |
| 880002239 | THALITA FERREIRA DE ALMEIDA DE MELO | 53,00 | 214º | - | Classificado |
| 880001543 | ANA CRISTINA VILLASBOAS DO NASCIMENTO SILVA | 53,00 | 215º | - | Classificado |
| 880001503 | STEFANY FERNANDA MACEDO DE SOUZA | 53,00 | 216º | - | Classificado |
| 880001022 | CLEIDIANE DE OLIVEIRA SANTOS RAMOS | 52,50 | 217º | - | Classificado |
| 880000967 | PATRICIA RODRIGUES | 52,50 | 218º | - | Classificado |
| 880000991 | GUIOMAR DE MATO SEQUEIRA SILVA | 52,50 | 219º | - | Classificado |
| 880000647 | FABIANA SANTOS AMARAL DE SOUZA | 52,50 | 220º | - | Classificado |
| 880000251 | ANGELA IMACULADA RODRIGUES DE SOUZA | 52,00 | 221º | - | Classificado |
| 880001157 | MARIA MARCIA ROBERTO SOARES DOS SANTOS | 51,50 | 222º | - | Classificado |
| 880001804 | MARCILENE DALL ALBA ARRUDA | 51,50 | 223º | - | Classificado |
| 880002267 | SIUMARA VALERIANO SOLIS | 51,50 | 224º | - | Classificado |
| 880000403 | LUCILAINE DA SILVA RODRIGUES | 51,00 | 225º | - | Classificado |
| 880000475 | SONIA LUIZA DE PAULO PESCADA | 50,50 | 226º | 8º — PN | Classificado |
| 880002307 | MARIZA RODRIGUES SOTERO | 50,00 | 227º | - | Classificado |
| 880001262 | SUELY SOARES LAGES ROCHA | 50,00 | 228º | - | Classificado |
| 880002348 | NAYARA ALVES DE CARVALHO CAMPOS | 50,00 | 229º | - | Classificado |
| 880002042 | CRISTIANA CAMARGO DA SILVA | 49,50 | 230º | - | Classificado |
| 880000299 | SHARA HELEN SILVA CRUZ | 49,50 | 231º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880000246 | LORRAYNE MOREIRA CEBALHO | 49,50 | 232º | - | Classificado |
| 880000630 | ANA TASSIA MOREIRA TEMOTEO SANTOS | 49,00 | 233º | - | Classificado |
| 880000226 | WERIKA GOMES DE SOUZA FRANCO | 49,00 | 234º | - | Classificado |
| 880000305 | DATIANA RECH VARELA | 48,50 | 235º | - | Classificado |
| 880000674 | GABRIELLY FATIMA DOS SANTOS MENDES | 48,50 | 236º | - | Classificado |
| 880001775 | DIOLINA DA SILVA NOGUEIRA | 48,50 | 237º | 8º — PcD | Classificado |
| 880002335 | DEBORA DOS SANTOS FRANCA ETIENNE | 48,00 | 238º | - | Classificado |
| 880000254 | LILIAN JOSE TOLEDO | 48,00 | 239º | - | Classificado |
| 880002080 | MIRIAM SOUZA SILVA | 47,50 | 240º | - | Classificado |
| 880002293 | CREUZA MARTINS DE SOUZA | 47,50 | 241º | - | Classificado |
| 880001012 | ELIZANIA SILVA MACIEL | 47,00 | 242º | - | Classificado |
| 880001231 | SUZAMARA ESCORSE GONCALVES | 47,00 | 243º | - | Classificado |
| 880001367 | ROSANIA MORAES DE OLIVEIRA | 46,50 | 244º | - | Classificado |
| 880001226 | MARLI ALVES DA SILVA | 45,50 | 245º | - | Classificado |
| 880000075 | MARLENE ALVES DA SILVA | 45,50 | 246º | - | Classificado |
| 880000843 | GIDYMARA ESPINHOSA CARARIACHE PARANGABA | 45,00 | 247º | - | Classificado |
| 880002125 | ROSIANE ALEXANDRE ROSA DE MELO | 45,00 | 248º | - | Classificado |
| 880001043 | ELAINE DOS SANTOS ALMEIDA PEREIRA | 44,50 | 249º | - | Classificado |
| 880001158 | ZORAIDE FLORES DA SILVA | 43,00 | 250º | - | Classificado |
| 880001790 | LUZYCLEIA GONCALVES DUTRELO | 43,00 | 251º | - | Classificado |
| 880001097 | MAIZA SANTOS CORON DE SOUZA | 41,00 | 252º | - | Classificado |
| 880001393 | ELIETH SILVA | 40,00 | 253º | - | Classificado |

**CARGO - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001386 | GRAZIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA DA LUZ TEODORO | 70,50 | 1º | 1º — PN | Aprovado |
| 880001969 | JOAO LUCAS SOBRINHO LANES | 64,50 | 2º | - | Classificado |
| 880000101 | LINDOMAR GONCALVES SILVA | 64,00 | 3º | - | Classificado |
| 880002140 | LUCAS DANIEL BORGES RAIMUNDO | 61,00 | 4º | - | Classificado |
| 880001032 | MARCIO SOUZA DE OLIVEIRA | 60,00 | 5º | - | Classificado |
| 880001669 | WAGNER GIONGO | 60,00 | 6º | - | Classificado |
| 880001796 | LUIZA REGINA AYRICKI BOLLA | 57,50 | 7º | - | Classificado |
| 880002018 | MARIA DE FATIMA GERALDES GARCIA | 57,50 | 8º | - | Classificado |
| 880000618 | RAIANNE REGINA JESUS DOS SANTOS | 57,50 | 9º | - | Classificado |
| 880000710 | ANA PAULA ALVAREZ DOS REIS | 56,50 | 10º | - | Classificado |
| 880001786 | KATIANE SPESSOTO MARTINEZ | 56,00 | 11º | - | Classificado |
| 880001557 | DEMILSON RODRIGUES DA MOTA JUNIOR | 53,50 | 12º | - | Classificado |
| 880001719 | EDUARDO SANTANA SILVA | 52,50 | 13º | - | Classificado |
| 880001120 | RAFAEL QUEIROZ STABILE | 52,50 | 14º | - | Classificado |
| 880001458 | DANIELLY MAYRA DA SILVA ATILIO | 51,50 | 15º | - | Classificado |

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880002255 | REGIANE APARECIDA TAVARES DA SILVA NASCIMENTO | 50,50 | 16º | 2º — PN | Classificado |
| 880000303 | WEBERTON FERNANDES BORROMEU | 49,00 | 17º | - | Classificado |
| 880000119 | RODRIGO DA CRUZ MENDES | 48,50 | 18º | - | Classificado |
| 880001119 | VALDECI OLIVEIRA DANIEL | 48,50 | 19º | - | Classificado |
| 880001781 | FABIO MIRANDA FREITAS | 48,00 | 20º | - | Classificado |
| 880001072 | GILBERTO DUTRA DE ALMEIDA | 47,00 | 21º | - | Classificado |
| 880000240 | JOAO VICTOR MIRANDA SILVA | 45,50 | 22º | - | Classificado |
| 880001569 | MARCOS JOSE SILVA | 45,00 | 23º | - | Classificado |
| 880001452 | AMANDA BRITO DE MESQUITA | 45,00 | 24º | - | Classificado |
| 880000817 | PAULO ROGERIO DOMENES GERALDES | 45,00 | 25º | 3º— PN | Classificado |
| 880000348 | MAYLLA THAYNA SILVA | 45,00 | 26º | - | Classificado |
| 880001179 | ALIPIO HENRIQUE SANTOS E SANTOS | 44,00 | 27º | - | Classificado |
| 880000485 | VALDEMAR DOS SANTOS | 44,00 | 28º | - | Classificado |
| 880001228 | MAYCON ALMEIDA BARBOSA | 44,00 | 29º | - | Classificado |
| 880001946 | ROSA HELENA AFONSO DA SILVA | 43,00 | 30º | - | Classificado |
| 880000598 | ADRIELY MAELY DA SILVA DIAS | 41,00 | 31º | - | Classificado |

**CARGO - PROFESSOR DE INGLÊS**

| Nº DE INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO | NOTA FINAL | CLASSIFICAÇÃO | CLASSIFICAÇÃO COTAS | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|---|
| 880001500 | JOAO BATISTA HENRIQUE DOS SANTOS | 58,00 | 1º | - | Aprovado |
| 880000398 | RODOLFO FERREIRA LEITE | 57,50 | 2º | - | Classificado |
| 880000736 | SUELI ANTERO DOS SANTOS DA CRUZ | 57,00 | 3º | - | Classificado |
| 880000903 | GRACIELLA SABINO DE OLIVEIRA | 55,50 | 4º | - | Classificado |
| 880002351 | DANIELLE SILVA ALVES | 53,50 | 5º | - | Classificado |
| 880000462 | LAURA OLIVEIRA RIBEIRO | 50,00 | 6º | - | Classificado |
| 880000886 | ALANA DE SOUZA ALBAREZ SANTOS | 47,00 | 7º | - | Classificado |
| 880001139 | JULIA STHEFANY DE ALMEIDA CARVALHO CEBALHO | 45,50 | 8º | - | Classificado |
| 880000703 | ISAMARA ALVES BARROS | 45,00 | 9º | - | Classificado |
| 880001143 | DANIELA PIMENTA DE MELO | 41,00 | 10º | 1º — PN | Classificado |
| 880001577 | JOELSA SOUZA DE OLIVEIRA GONCALVES | 40,00 | 11º | - | Classificado |
| 880002019 | GRACIELE MONTEIRO AGUIAR | 40,00 | 12º | - | Classificado |

***Legenda da coluna "Classificação nas cotas":** PN – pessoas negras (pretas ou pardas); PcD – pessoas com deficiência e; PQ – pessoas quilombolas.

**Art. 2º** O resultado homologado compreende os candidatos identificados como "Aprovado" e "Classificado" no Resultado Final do Concurso Público nº 001/2026, conforme as modalidades previstas nas relações oficiais.

**Parágrafo único.** A indicação "Aprovado" corresponde ao enquadramento nas vagas imediatas previstas no edital, e "Classificado", à inclusão no cadastro de reserva, preservadas a classificação geral e a classificação específica em cada modalidade de cota.

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

**Art. 3º** O Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, contados da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração Municipal, nos termos do edital e da legislação vigente.

**Art. 4º** As convocações observarão a ordem de classificação, a necessidade da Administração Pública, o atendimento dos requisitos legais e editalícios e a disponibilidade orçamentária e financeira, resguardados os direitos dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas e as demais hipóteses legais de direito à nomeação.

**§ 1º** As convocações e nomeações observarão, por cargo, as regras de reserva de vagas, alternância e proporcionalidade previstas no edital e em suas retificações.

**§ 2º** Na ausência de candidatos habilitados para preencher as vagas reservadas às cotas, essas vagas serão destinadas a candidatos de outras modalidades de concorrência, conforme a ordem e as condições estabelecidas no edital.

**§ 3º** Os candidatos com deficiência, negros, indígenas e quilombolas nomeados dentro das vagas destinadas à ampla concorrência não serão computados para efeito de preenchimento das vagas reservadas às respectivas modalidades.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 10 de novembro de 2026.

**ODAIR JOSÉ VARGAS**
Prefeito Municipal

**RH**

**DECRETO 072_2026_HOMOLOGACAO_SELETIVO PÚBLICO ACS E ACE -PMCO**

GABINETE DO PREFEITO
ODAIR JOSÉ VARGAS
prefeito@conquistadoeste.mt.gov.br

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

**DECRETO MUNICIPAL Nº 072/2026**

***"Dispõe sobre a homologação do Processo Seletivo Público nº 001/2026, e dá outras providências".***

O Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste/MT, Senhor **ODAIR JOSÉ VARGAS**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade ao Edital Complementar de Divulgação de Resultado Final para Homologação do Processo Seletivo Público n° 001/2026, organizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE SELEÇÕES E CONCURSOS-SELECON, destinado à seleção de candidatos para o ingresso no quadro de servidores públicos por tempo indeterminado, para admissão nos cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate às Endemias – ACE, da Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste /MT, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Homologar o Resultado Final do Processo Seletivo Público Nº 001/2026 para os cargos abaixo relacionados, conforme a classificação dos candidatos constante da relação a seguir:

| | **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) (MICROÁREA 02 - ZONA RURAL - COMUNIDADE SARARÉ)** | | | |
|---|---|---|---|---|
| **INSCRIÇÃO** | **NOME DO CANDIDATO** | **PONTUAÇÃO** | **CLASSIF.** | **RESULTADO** |
| 890000007 | WAGNA DAS DORES ALVES | 42,00 | 1º | Classificado |
| 890000044 | FERNANDA APARECIDA PEREIRA | 34,00 | 2º | Classificado |
| | **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) (MICROÁREA 05 - ZONA RURAL - COMUNIDADE SAO JOSÉ)** | | | |
| **INSCRIÇÃO** | **NOME DO CANDIDATO** | **PONTUAÇÃO** | **CLASSIF.** | **RESULTADO** |
| 890000054 | GABRIELA CRISTINA SOARES TALVES | 39,00 | 1º | Classificado |
| 890000099 | DEUVANA CHELIS GUIMARAES | 35,00 | 2º | Classificado |
| 890000025 | MARIA EDUARDA DA SILVA ALBARES | 32,00 | 3º | Classificado |
| 890000055 | MARINETE PARABA SAQUETI ARAUJO | 30,00 | 4º | Classificado |
| | **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)** | | | |
| **INSCRIÇÃO** | **NOME DO CANDIDATO** | **PONTUAÇÃO** | **CLASSIF.** | **RESULTADO** |
| 890000103 | THALLES WYGOR LOURENCO REIS SOARES | 53,00 | 1º | Aprovado |
| 890000008 | MICHELE DA SILVA SOUZA | 38,00 | 2º | Aprovado |
| 890000097 | LORENILDO GEREMIAS DE CARVALHO | 36,00 | 3º | Classificado |
| 890000042 | LUZINETE GARCIA CABRAL | 36,00 | 4º | Classificado |
| 890000031 | ORZILMAR FERREIRA DA SILVA | 36,00 | 5º | Classificado |
| 890000005 | FERNANDA NUNES DA SILVA | 33,00 | 6º | Classificado |
| 890000036 | PRISCILA SOARES | 30,00 | 7º | Classificado |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 890000045 | SARA CANEDO DE ALMEIDA | 30,00 | 8º | Classificado |
| 890000085 | GABRIEL DA SILVA OLIVEIRA | 30,00 | 9º | Classificado |

**Art. 2º** O resultado homologado compreende os candidatos identificados como "Aprovado" e "Classificado" no Resultado Final do Concurso Público nº 001/2026, conforme as modalidades previstas nas relações oficiais.

**Parágrafo único.** A indicação "Aprovado" corresponde ao enquadramento nas vagas imediatas previstas no edital, e "Classificado", à inclusão no cadastro de reserva, preservadas a classificação geral e a classificação específica em cada modalidade de cota.

**Art. 3º** O Processo Seletivo Público terá validade de 2 (dois) anos, contados da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração Municipal, nos termos do edital e da legislação vigente.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

Gabinete do Prefeito, Conquista D'Oeste - MT, 10 de novembro de 2026.

**ODAIR JOSÉ VARGAS**
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2784/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2784/2026**

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, HOMOLOGOU, em 09 de novembro de 2026, o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2026**, referente ao Processo Administrativo nº 2784/2026, cujo objeto é o **FORNECIMENTO DE INTERNET – VIGIA**

**MT**, conforme as especificações constantes no edital e seus anexos, tendo como critério de julgamento o menor preço global, por lote.

**EMPRESA VENCEDORA:**

**STARTNET PROVEDOR E INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.881.504/0001-84, vencedora do Lote 01, pelo valor total de **R$ 61.599,96 (sessenta e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**.

O procedimento licitatório foi adjudicado e homologado em 09 de novembro de 2026, ficando autorizada a adoção das providências necessárias à contratação e à emissão da respectiva nota de empenho, observadas as disposições legais e editalícias pertinentes.

Cotriguaçu – MT, 09 de novembro de 2026.

**MOISÉS FERREIRA DE JESUS**

**Prefeito Municipal**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO 24/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO 24/2026**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 000000000047**

**Validade da ata: de 09/11/2026 até 09/11/2027**

Na presente data de **09/11/2026**, compareceram, de um lado a(o) Prefeitura Municipal De Cotriguaçu, estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº.**37465309/0001-67**, com sede administrativa localizada na **Av. 20 de Dezembro, 725**, CEP nº. **78330-000**, nesta cidade de Cotriguaçu/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). **MOISES FERREIRA DE JESUS**, inscrito no CPF sob o nº. ***.089.981-**, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** nº **24**, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) **FORNECIMENTO DE INTERNET - VIGIA MT** em conformidade com as especificações constantes no Edital.

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente da licitação acima especificada, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, subsidiariamente, bem como pelo Decreto Municipal nº: 1.600/2023 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: FORNECIMENTO DE INTERNET - VIGIA MT, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência., tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços;

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

**2.1.** O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preco Global, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Item | 13415<br>Lote | STARTNET PROVEDOR E INFORMATICA LTDA<br>CNPJ: 11.881.504/0001-84<br>AVENIDA 20 DFE DEZEMBRO, 47 SALA 2 - CENTRO, COTRIGUACU - MT, CEP: 78330-000<br>Telefone: 66 35551453<br>Descrição do Lote | | Valor Total |
| 1 | 00000001 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONECTIVIDADE À INTERNET, INCLUINDO INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, OPERAÇÃO, MONITORAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DOS PONTOS DE ACESSO DESTINADOS À TRANSMISSÃO CO | | 61.599,96 |
| | Item<br>Código | Descrição do Produto/Serviço<br>Marca | Unidade<br>Valor Unitário | Quantidade<br>Valor Total |
| | 1<br>105.001.006 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 3 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 18 MBPS, NO LOCAL: TRECHO LINHA WINTER<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 3 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 18 MBPS, NO LOCAL: Trecho Linha Winter<br>SERVICO | MÊS<br>220,08 | 12<br>2.640,96 |
| | 2<br>105.001.007 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 4 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 24 MBPS, NO LOCAL: TREVO PARQUE DE EXPOSIÇÃO<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 4 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 24 MBPS, NO LOCAL: Trevo Parque de Exposição<br>SERVICOERVICO | MÊS<br>204,93 | 12<br>2.459,16 |
| | 3<br>105.001.008 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: BALSA - ACESSO A NOVA BANDEIRANTES<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Balsa - | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | acesso a Nova Bandeirantes<br>SERVICO | | | |
| | 4<br>105.001.009 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA, TOTALIZANDO 30 MBPS PARA ATENDER A 4 CÂMERAS FIXAS E 1 CÂMERA SPEED DOME, NO LOCAL: PRAÇA JOÃO PAULO II - CENTRO<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA, TOTALIZANDO 30 MBPS PARA ATENDER A 4 CÂMERAS FIXAS E 1 CÂMERA SPEED DOME, NO LOCAL: Praça João Paulo II - Centro<br>SERVICO | MÊS<br>204,93 | 12<br>2.459,16 |
| | 5<br>105.001.010 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 3 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 18 MBPS, NO LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 3 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 18 MBPS, NO LOCAL: Prefeitura Municipal<br>SERVICO | MÊS<br>204,93 | 12<br>2.459,16 |
| | 6<br>105.001.011 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: TREVO DA BALSA<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Trevo da Balsa<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 7<br>105.001.012 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 1 CÂMERA, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 6 MBPS, NO LOCAL: PÓRTICO - SENTIDO JURUENA<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 1 CÂMERA, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 6 MBPS, NO LOCAL: Pórtico - sentido Juruena<br>SERVICO | MÊS<br>202,93 | 12<br>2.435,16 |
| | 8<br>105.001.013 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: SETOR DE CHÁCARAS, SAÍDA PELA RODOVIÁRIA<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Setor de chácaras, saída pela rodoviária<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 9<br>105.001.014 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: SETOR DE CHÁCARAS, SAÍDA PELA PJC<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Setor de chácaras, saída pela PJC<br>SERVICO | MÊS<br>202,93 | 12<br>2.435,16 |
| | 10<br>105.001.015 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: SETOR DE CHÁCARAS, SAÍDA DO MATADOURO<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Setor de chácaras, saída do matadouro<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 11<br>105.001.016 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: TREVO DO LATICÍNIO<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Trevo do Laticínio<br>SERVICO | MÊS<br>202,93 | 12<br>2.435,16 |
| | 12<br>105.001.017 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 1 CÂMERA, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 6 MBPS, NO LOCAL: RODOVIÁRIA<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 1 CÂMERA, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 6 MBPS, NO LOCAL: Rodoviária<br>SERVICO | MÊS<br>202,93 | 12<br>2.435,16 |
| | 13<br>105.001.018 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: OURO VERDE<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Ouro Verde<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 14<br>105.001.019 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 3 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 18 MBPS, NO LOCAL: LAGO MUNICIPAL<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 3 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 18 MBPS, NO LOCAL: Lago Municipal<br>SERVICO | MÊS<br>204,93 | 12<br>2.459,16 |
| | 15<br>105.001.020 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA, TOTALIZANDO 24 MBPS PARA ATENDER A 3 CÂMERAS FIXAS E 1 CÂMERA SPEED DOME, NO LOCAL: TREVO/DISTRITO DE OURO VERDE DOS PIONEIROS - AGROVILA<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA, TOTALIZANDO 24 MBPS PARA ATENDER A 3 CÂMERAS FIXAS E 1 CÂMERA SPEED DOME, NO LOCAL: Trevo/Distrito de Ouro Verde dos Pioneiros - Agrovila<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 16<br>105.001.021 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 1 CÂMERA, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 6 MBPS, NO LOCAL: ESCOLA SANTA MARIA<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 1 CÂMERA, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 6 MBPS, NO LOCAL: Escola Santa Maria<br>SERVICO | MÊS<br>202,93 | 12<br>2.435,16 |
| | 17<br>105.001.022 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 1 CÂMERA, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 6 MBPS, NO LOCAL: ESCOLA 07 DE SETEMBRO<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 1 CÂMERA, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 6 MBPS, NO LOCAL: Escola 07 de Setembro | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | SERVICO | | | |
| | 18<br>105.001.023 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 1 CÂMERA, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 6 MBPS, NO LOCAL: NOVA ESPERANÇA<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 1 CÂMERA, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 6 MBPS, NO LOCAL: Nova Esperança<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 19<br>105.001.024 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA, TOTALIZANDO 30 MBPS PARA ATENDER A 4 CÂMERAS FIXAS E 1 CÂMERA SPEED DOME, NO LOCAL: DISTRITO DE NOVA UNIÃO<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA, TOTALIZANDO 30 MBPS PARA ATENDER A 4 CÂMERAS FIXAS E 1 CÂMERA SPEED DOME, NO LOCAL: Distrito de Nova União<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 20<br>105.001.025 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: RESERVA PARA EXPANSÃO - LOCAL A DEFINIR 1<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Reserva para expansão - local a definir 1<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 21<br>105.001.026 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: RESERVA PARA EXPANSÃO - LOCAL A DEFINIR 2<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Reserva para expansão - local a definir 2<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 22<br>105.001.027 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: RESERVA PARA EXPANSÃO - LOCAL A DEFINIR 3<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Reserva para expansão - local a definir 3<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 23<br>105.001.028 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: RESERVA PARA EXPANSÃO - LOCAL A DEFINIR 4<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Reserva para expansão - local a definir 4<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | 24<br>105.001.029 | FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: RESERVA PARA EXPANSÃO - LOCAL A DEFINIR 5<br>FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET COM VELOCIDADE MÍNIMA DE UPLOAD DE 6 MBPS POR CÂMERA FIXA, ATENDENDO A 2 CÂMERAS, COM CAPACIDADE TOTAL DE UPLOAD DE NO MÍNIMO 12 MBPS, NO LOCAL: Reserva para expansão - local a definir 5<br>SERVICO | MÊS<br>219,92 | 12<br>2.639,04 |
| | | Total do Proponente | | 61.599,96 |

**2.2. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**2.2.1.** O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal De Cotriguaçu, estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 37465309/0001-67;

**2.2.2.** Além do gerenciador, não há [ou] São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

**2.3.** Não houve formação de cadastro reserva para esta ATA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**3.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações;

**3.2.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.3.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**3.4.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

**3.5.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**3.6.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**CLÁUSULA QUARTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**4.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado;

**4.2.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao lote registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

**4.3.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado;

**4.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção decontratação mais vantajosa;

**4.5.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**4.6.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso;

**4.7.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

**4.8.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do clausula oitava, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável;

**4.9.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto na clausula quinta;

**4.10.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da cláusula oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

**4.11.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

**4.12.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso;

**5.2.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro;

**5.3.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos;

**5.4.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.5.** O instrumento contratual de que trata o item 5.3. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços;

**5.6.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**5.7.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços;

**5.8.** Serão registrados na ata os preços máximos previsto e os quantitativos, previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

**5.9.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que;

**5.10.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

**5.11.** Mantiverem sua proposta original;

**5.12.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata;

**5.13.** O registro a que se refere o item 5.10. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata;

**5.14.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original;

**5.15.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.12. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses;

**5.16.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

**5.17.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8;

**5.18.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado nos diários oficiais e ficará disponibilizado durante

a vigência da ata de registro de preços;

**5.19.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;

**5.20.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração;

**5.21.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços;

**5.22.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado a cláusula quinta, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

**5.23.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.11, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá;

**5.24.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**5.25.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

**5.26.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos;

**6.1.1.** Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**6.1.2.** Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor;

**6.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

**6.3.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento;

**6.4.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

**6.5.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços;

**6.6.** O órgão ou a entidade poderá aderir o lote da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1; Dos limites para as adesões

**6.7.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes;

**6.8.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços;

**6.9.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãose entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registrode preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 6.7;

**6.10.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

**6.11.** O pedido de adesão pelo órgão não participante, instruído com todos os documentos que o acompanham, deverá, preferencialmente, ser formalizado até 10 (dez) dias antes da data de expiração da validade da Ata de Registro de Preços, sob pena de restar prejudicada a análise do processo para autorização pelo órgão gerenciador.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**7.1.** Compete ao Órgão Gestor:

**7.1.1.** A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

**7.1.2.** O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins

de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

**7.1.3.** O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos;

**7.1.4.** Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

**7.1.5.** Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários;

**7.1.6.** Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados;

**7.1.7.** Emitir a autorização de compra;

**7.1.8.** Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

**7.1.9.** Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

**7.1.10.** Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

**7.1.11.** Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

**7.1.12.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata;

**7.2.** Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

**7.2.1.** Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

**7.2.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços;

**7.2.3.** Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7.2.4.** Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

**7.2.5.** Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

**7.2.6.** Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

**7.2.7.** Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

**7.2.8.** Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações;

**7.2.9.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços;

**7.2.10.** Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor;

**8.2.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**8.3.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**8.4.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 1.600, de 2023;

**8.5.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.6.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

**8.7.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta clausula será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa;

**8.8.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação;

**8.9.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas;

**8.10.** Por razão de interesse público;

**8.11.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

**8.12.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 1.600, de 2023.

**CLÁUSULA NONA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**9.1.** A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal;

**9.2.** Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável;

**9.3.** O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra, autorização de fornecimento, nota de emprenho ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133 de 2021, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação;

**9.4.** Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento;

**9.5.** A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento;

**9.6.** As empresas licitantes vencedoras dos itens, deverão entregar as mercadorias no setor competente de cada secretaria solicitante indicada na autorização de fornecimento, devendo ser entregue separadamente conforme cada autorização de fornecimento;

**9.7.** No caso de o objeto da licitação ser prestação de serviços, as empresas licitantes vencedoras da licitação, deverão prestar os serviços de acordo com o local ou locais indicados no termo de referência;

**9.8.** O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante;

**9.9.** Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento;

**9.10.** Serão aplicadas as sanções previstas na art. 156 da lei nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento;

**9.11.** A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada lote da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado;

**9.12.** As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata;

**9.13.** A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações;

**9.14.** Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

**9.15.** Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega;

**9.16.** Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços;

**10.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**10.3.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

**10.4.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento;

**10.5.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023;

**10.6.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados;

**10.7.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens;

**10.8.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO**

**11.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência;

**11.2.** Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado;

**11.3.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**11.3.1.** o prazo de validade;

**11.3.2.** a data da emissão;

**11.3.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**11.3.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**11.3.5.** o valor a pagar;

**11.3.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

**11.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

**11.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicosoficiaisouàdocumentaçãomencionadanoart68daLeinº14133/2021;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS**

**12.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**14.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**14.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**14.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**14.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**14.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**14.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**14.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**14.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**14.1.5.** Fraudar a licitação;

**14.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**14.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**14.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**14.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**14.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

**14.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**14.2.1.** Advertência;

**14.2.2.** Multa;

**14.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**14.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**14.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**14.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**14.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**14.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**14.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

**14.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

**14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

**14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;

**14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

**14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

**14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021;

**14.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no lote 14.1.3, Caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN CGM n.º 06, de 2023;

**14.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

**14.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

**14.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

**14.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

**14.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EFICÁCIA**

**15.1.** O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**16.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Cotriguaçu para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento;

**16.2.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos;

**16.3.** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Cotriguaçu - MT, 09 de novembro de 2026

| | |
|---|---|
| STARTNET PROVEDOR E INFORMATICA LTDA<br>11.881.504/0001-84<br>FORNECEDOR | MOISES FERREIRA DE JESUS<br>PREFEITO MUNICIPAL |

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO PAMELA CREDENCIAMENTO 10 /2026**

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2026, às 07h30min, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.465.309/0001-67, com sede à Avenida 20 de Dezembro, nº 725, Centro, Cotriguaçu/MT, CEP 78.330-000, no Departamento de Licitações e Contratos, reuniu-se a Comissão de Contratação, designada pela Portaria nº 348/2026, de 17 de setembro de 2026.

A reunião teve como finalidade o recebimento, a abertura e a análise do envelope entregue ao Departamento de Licitações e Contratos, contendo a proposta e os documentos de habilitação referentes ao **CREDENCIAMENTO Nº 010/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 021/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1865/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DE CREDENCIAMENTO, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS PARA REPAROS E MANUTENÇÕES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PARA ATENDER À DEMANDA DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT.**

Foi recebido o envelope da seguinte empresa interessada:

**PAMELA FIALHO DE OLIVEIRA RODRIGUES CNPJ: 65.311.668/0001-03**

CONDIÇÃO DO ENVELOPE

O envelope foi recebido devidamente lacrado, contendo a proposta e os documentos de habilitação, sob a responsabilidade do Departamento de Licitações e Contratos.

Inicialmente, eu, Vaneide Braz Ferreira, Agente de Contratação, juntamente com a equipe de apoio, procedi à abertura do envelope, sendo os documentos apresentados submetidos à análise e conferência, para verificação do atendimento às exigências estabelecidas no edital.

Após a análise da documentação apresentada pela empresa **PAMELA FIALHO DE OLIVEIRA RODRIGUES, inscrita no CNPJ nº 65.311.668/0001-03,** constatou-se que foram atendidas as exigências documentais previstas no edital, estando a empresa HABILITADA no presente procedimento de credenciamento, conforme a documentação examinada.

Ressalta-se que, durante a análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância ou a validade jurídica dos documentos, observadas as disposições legais aplicáveis e as condições estabelecidas no edital.

A presente Ata será publicada nos meios oficiais pertinentes, conforme as disposições do edital e da legislação aplicável, assegurando-se a publicidade dos atos praticados no procedimento de credenciamento.

Nada mais havendo a tratar, eu, Vaneide Braz Ferreira, Agente de Contratação designada, lavrei a presente ata, que segue para assinatura dos responsáveis e demais membros da Comissão de Contratação.

Cotriguaçu-MT, 10 de novembro de 2026.

**Vaneide Braz Ferreira**
**Agente de Contratação**

**Ivonete Alves de Deus Gollo**
**Equipe de Apoio**

**Gesica da Cruz Vargas**
**Equipe de Apoio**

**ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO**

**Data e Hora:** 10 de novembro de 2026, às 08h00min.

**Local:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT – CNPJ nº 37.465.309/0001-67.

**Comissão Designada:** Conforme Portaria nº 348/2026, de 17 de setembro de 2026.

**Objeto:** Análise dos documentos referentes ao Credenciamento nº 010/2026 – Inexigibilidade nº 021/2026 – Processo Administrativo nº 1865/2026, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica, por meio de credenciamento, para execução de serviços temporários de reparos e manutenções dos espaços públicos, visando atender às demandas do Município de Cotriguaçu/MT.

A Agente de Contratação, **Vaneide Braz Ferreira**, juntamente com a Comissão de Contratação designada, procedeu à análise da documentação apresentada pela empresa abaixo identificada:

**PAMELA FIALHO DE OLIVEIRA RODRIGUES**

**CNPJ nº:** 65.311.668/0001-03

Após análise da documentação apresentada, verificou-se que a empresa atendeu aos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

Durante a análise, constatou-se que toda a documentação apresentada foi devidamente conferida pela Comissão, encontrando-se em conformidade com as exigências previstas no edital.

Diante do atendimento aos requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório, a Comissão **DECLARA A EMPRESA HABILITADA E CREDENCIADA**, nos termos do processo em referência.

A presente Ata de Julgamento será publicada no Diário ficial de Contas do TCE-MT e/ou no Diário Oficial da Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM), além de ser realizada a devida notificação ao representante legal da empresa habilitada, conforme as disposições aplicáveis.

Nada mais havendo a tratar, eu, **Vaneide Braz Ferreira**, Agente de Contratação designada, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos membros da Comissão de Contratação.

**Cotriguaçu/MT, 10 de novembro de 2026.**

**Vaneide Braz Ferreira**
Agente de Contratação

**Ivonete Alves de Deus Gollo**
Equipe de Apoio

**Gésica da Cruz Vargas**
Equipe de Apoio

## DEPARTAMENTO PESSOAL
## LEI Nº 1.462/2026.

**“Autoriza abertura de crédito adicional suplementar no valor de até R$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), no orçamento do Município e dá outras providências”.**

O Sr. **Moisés Ferreira de Jesus,** Prefeito Municipal do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação na Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei:

**Art. 1º** – – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de até **R$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais)**, por excesso de arrecadação.

**Art. 2º** Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, conforme Art. 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64. Conforme demonstrado pela tendencia de arrecadação por fonte de recursos abaixo:

| CÓDIGO RECEITA | RECEITA ORÇADA | ARRECADAÇÃO OUTUBRO/2026 | TENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO | EXCESSO PREVISTO | FONTE |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.7.2.1.50 COTA-PARTE DO ICMS | R$ 24.000.000,00 | R$ 23.785.799,73 | R$ 26.500.000,00 | R$ 2.500.000,00 | 1.500 |
| 1.7.5.1.50 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FUNDO DE MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO - FUNDEB | R$ 11.080.000,00 | R$ 10.136.928,99 | R$ 12.580.000,00 | R$ 1.500.000,00 | 1.540 |
| 1.7.1.4.50 TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO | R$ 750.000,00 | R$ 678.822,20 | R$ 850.000,00 | R$ 100.000,00 | 1.550 |
| 1.7.1.6.50 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | R$ 211.000,00 | R$ 233.489,74 | R$ 261.000,00 | R$ 50.000,00 | 1.660 |
| 1.7.2.9.99 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | R$ 120.000,00 | R$ 251.560,06 | R$ 270.000,00 | R$ 150.000,00 | 1.661 |
| TOTAL | | | | R$ 4.300.000,00 | |

**Art. 3º** O valor autorizado nesta Lei será suplementado através de decreto emitido pelo Poder Executivo, ao nível elemento da despesa, modalidade e fonte, nas secretarias descritas abaixo:

| SECRETARIA | VALOR | FONTE |
|---|---|---|
| GABINETE DO PREFEITO | R$ 160.000,00 | 1.500 |
| SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SMPA | R$ 200.000,00 | 1.500 |
| SECRETARIA MUN. DE FAZENDA | R$ 200.000,00 | 1.500 |
| SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO | R$ 1.140.000,00 | 1.500 |
| SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO | R$ 1.500.000,00 | 1.540 |
| SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO | R$ 100.000,00 | 1.550 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE | R$ 200.000,00 | 1.500 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | R$ 50.000,00 | 1.660 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | R$ 150.000,00 | 1.661 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | R$ 150.000,00 | 1.500 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS | R$ 130.000,00 | 1.500 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA, ASSUNT. FUND. | R$ 80.000,00 | 1.500 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLV. SUSTENTAVEL | R$ 60.000,00 | 1.500 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO | R$ 80.000,00 | 1.500 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO | R$ 100.000,00 | 1.500 |
| TOTAL | R$ 4.300.000,00 | - |

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão da despesa que trata a presente Lei nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, na Lei Orçamentária Anual - LOA e no Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2026.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

***Moisés Ferreira de Jesus***

*Prefeito Municipal*

---

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**LEI Nº 1.463/2026.**

**"ALTERA A DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1355/2025 e 1381/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Sr. **Moisés Ferreira de Jesus,** Prefeito Municipal do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação na Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei:

**Art. 1º** - Altera a redação do Inciso I do Art 16 da Lei 1355/2025, passando a vigorar com a seguintes alterações:

"I - Abrir créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 45% (quarenta e cinco por cento) do total da proposta orçamentaria para 2026, em obediência aos incisos V e VI, do art. 167, da Constituição Federal;"

**Art. 2º** Altera a redação da Alínea "a" do inciso I do artigo 6º da Lei nº 1381/2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

" Art 6º ....."

" I - ....."

"a) até o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) da despesa fixada no art. 1.º, da presente Lei, para os casos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, podendo, desde que não haja prejuízos a execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem;

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

***Moisés Ferreira de Jesus***

*Prefeito Municipal*

---

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**CONCEDE LICENÇA AMBIENTAL**

**Licença de Instalação (L.I), e Licença Prévia (L.P).**

Obra pública de **Construção, revitalização, reforma e/ou substituição de pontilhões, pontes, e demais obras de arte: MT 170, e MT 208.** Município de Cotriguaçu - MT. PARA CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO JURUENA

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE COTRIGUAÇU-MT**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria nº 554, de 08 de agosto de 2016, que dispõe que o Município de Cotriguaçu atendeu os requisitos necessários para exercer as ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental nos termos da Resolução do CONSEMA nº 85/2014 e Lei Complementar nº 140/2011, concede a presente licença

**ATIVIDADE LICENCIADA: : Licença Ambiental para Construção, revitalização, reforma e/ou substituição de pontilhões, pontes, e demais obras de arte: MT 170** – Cotriguaçu: Ponto 07 (9°51'3.07"S 58°39'20.39"O), Ponto 08 (9°47'5.86"S 58°46'59.03"O), Ponto 09 (9°44'59.83"S 58°47'31.04"O), Ponto 10 (9°41'1.81"S 58°52'46.69"O), Ponto 11 (9°39'26.54"S 58°53'43.28"O), Ponto 12 (9°37'43.43"S 58°57'56.22"O) e Ponto 14 (9°31'27.71"S 58°59'23.66"O)
**Licença Ambiental para Construção, revitalização, reforma e/ou substituição de pontilhões, pontes, e demais obras de arte: MT 208 –** Cotriguaçu: Ponto 05 (9°54'32.13"S 58°28'29.81"O) e Ponto 06 (9°54'37.31"S 58°25'56.06"O)

**JACIÉLIO DO N. EUFRÁSIO**

Resp. Técnico

Portaria 198/2018

COTRIGUAÇU-MT,10/11/2026.

---

**PORTARIA N.º 422/2026.**

Dispõe sobre a nomeação de Supervisor do Transporte Escolar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, MOISES FERREIRA DE JESUS, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

**Art. 1.º** NOMEAR, a partir de 9 de novembro de 2026, o Senhor **Geywison Kleber Ferreira Sinfronio da Silva**, registro nº 9751, residente e domiciliado no Município de Cotriguaçu-MT, para exercer as atribuições do cargo de **Supervisor** d**o Transporte Escolar**, de provimento em comissão, junto a Secretaria Municipal de Educação, com remuneração prevista na Lei Complementar Municipal n.º 104/2022.

**Art. 2.º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3.º** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 9 de novembro de 2026.

Publique-se.

Notifique-se.

Cumpra-se.

MOISES FERREIRA DE JESUS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 001/2026 PROCESSO 010/2026 – PREVI COTRI MODO DISPUTA ELETRÔNICA**

O Instituto Municipal Previdência Social dos Servidores Públicos de Cotriguaçu-MT, *Rua Guido Dremer, nº 13*, Cotriguaçu/MT, através do departamento de licitações e contratos, torna público que realizará dispensa eletrônica nº 001/2026 com critério de julgamento menor preço global, na hipótese do Inciso II do Artigo 75 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E CREDENCIADA PELO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL, RELATIVA AO PROGRAMA PRÓ-GESTÃO RPPS**. Conforme especificações descritas no edital de dispensa e seus anexos.

**Data do início do recebimento das propostas: 23 de novembro de 2026 as 07h00min (sete horas) horário de Brasília.**

**Data do encerramento de recebimento das propostas: 30 de novembro de 2026 as 07h00min (sete horas) horário de Brasília.**

**Data do início sessão: 30 de novembro de 2026 as 07h00min (sete horas) horário de Brasília, com duração de disputa de 06h00min (seis horas).**

Link: O processo será realizado exclusivamente através do portal do COMPRASBR no site https://comprasbr.com.br/ .

**Critério de Julgamento: menor preço global**

Para esclarecimentos ou dúvidas poderá ser solicitado de segunda a sexta-feira respeitando o horário de atendimento pelo e-mail previdencia@previcotri.com.br ou pelo WhatsApp (66) 9913-6492.

Cotriguaçu-MT, 10 de novembro de 2026.

Elizete Skura

Agente de Contratações do PREI COTRI

**RETIFICAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA FÍSICA Nº 009/2026**

**PROCESSO Nº 002/2026**

A diretora Geral do Instituto Municipal de Cotriguaçu–MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo agente de contratação, torna pública a presente RETIFICAÇÃO do Termo de Homologação, datado de 09 de novembro de 2026, referente à Dispensa Física, para corrigir a numeração da modalidade e do processo administrativo, conforme segue:

**ONDE SE LÊ:**

“TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA FÍSICA Nº 009/2026”

“PROCESSO Nº 002/2026”

**LEIA-SE:**

“TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA FÍSICA Nº 002/2026”

“PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026”

a) Processo Nr: 009/2026

b) Licitação Nr: 002/2026

c) Modalidade: DISPENSA FÍSICA

d) Data Homologação: 09/11/2026

Objeto da Licitação: Aquisição Porta de vidro de correr, 01 folha, com fechadura, nas medidas de 85 x 215 cm, vidro incolor de 8 mm, incluindo instalação e kit de ferragens, conforme especificação abaixo.

**FORNECEDOR: ELITE VIDRACARIA E SERRALHARIA LTDA, CNPJ: 61.298.166/0001-20**

| ITEM | QTD | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | Valor |
|---|---|---|---|---|
| 01 | | | Porta de vidro de correr, 01 folha, com fechadura, nas medidas de 85 x 215 cm, vidro incolor de 8 mm, incluindo instalação e kit de ferragens. | R$ 1.980,00 |

1. Autorizar a emissão da nota de empenho correspondente:

**VALOR TOTAL: R$ 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta reais)**

Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais disposições e informações constantes no Termo de Homologação original, inclusive o objeto, o fornecedor e o valor homologado.

**Cotriguaçu, 10 de novembro de 2026.**

**Leocádia Gomes Padilha**

**Diretora Geral do PREVI COTRI**

**Portaria 007/2021**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

### DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2025.

EMENTA: "Aprova o Plano Anual de Contratações para o exercício de 2025 e dá outras providências."

O Senhor Aldecir De Sousa Oliveira, Prefeito Municipal De Denise, Estado De Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica do município faz saber;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Anual de Contratações para o exercício de 2025 nos termos deste Decreto e seus anexos e/ou posteriores adequações.

Art. 2º O objetivo do Plano Anual de Contratações é atender os princípios da governança pública, no que tange a eficiência, eficácia e efetividade às políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, a ampliação das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o fomento às microempresas, empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual, entre outros., em consonância com o art. 12, VII, da Lei 14.133/2021.

Art. 3º Aplica-se de forma supletiva ou complementar à este Decreto a legislação federal pertinente.

Art. 4º Este Decreto terá seus efeitos retroativos desde 1º de janeiro de 2025.

Prefeitura Municipal de Denise - MT, em 10 de novembro de 2025.

ALDECIR DE SOUSA OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 108/2026. DENISE/MT, 03 DE NOVEMBRO DE 2026.

**EMENTA:** CONCEDE FÉRIAS Aos SERVIDORes PÚBLICos MUNICIPAis, conforME PROGRAMAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR **ALDECIR DE SOUSA OLIVEIRA**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público E A LEI MUNICIPAL Nº 149/94, expede a seguinte portaria,

**R/E/S/O/L/V/E:**

**Art. 1º -** CONCEDER, nos termos do Título III, Capítulo III, Art. 65, da *LEI MUNICIPAL Nº. 149/94,* de 17.03.94, FÉRIAS, conforme programação abaixo, aos funcionários lotados nas Secretarias, desta Prefeitura.

| ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS. | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CÓD. | FUNCIONÁRIO (A) | FUNÇÃO | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE ABONO PECUNIÁRIO | PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS |
| 1315 | ANTONIO DE SOUZA | SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS. | 04/01/2025 até 03/01/2026 | 03/11/2026 ATÉ 12/11/2026 | 13/11/2026 ATÉ 02/12/2026. |

| ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CÓD. | FUNCIONÁRIO (A) | FUNÇÃO | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE ABONO PECUNIÁRIO | PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS |
| 753 | GESLAN CARLOS LUIZ | AGENTE DE EXECUÇÃO E SUPERVISÃO DE CONTRATOS E LICITAÇÃO | 01/02/2025 até 31/01/2026 | 03/11/2026 ATÉ 12/11/2026 | 13/11/2026 ATÉ 02/12/2026. |

| ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL. | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| CÓD. | FUNCIONÁRIO (A) | FUNÇÃO | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE ABONO PECUNIÁRIO | PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS |
| 1422 | angelica regina de souza | SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL | 01/01/2025 até 31/12/2025 | 03/11/2026 ATÉ 12/11/2026 | 13/11/2026 ATÉ 02/12/2026. |

| ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO. | | | | |
|---|---|---|---|---|
| CÓD. | FUNCIONÁRIO (A) | FUNÇÃO | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS |
| 1155 | THAISLANE ILÁRIO DA SILVA | AUXILIAR DE SERVIÇOS GEREAIS | 03/09/2025 até 02/09/2026 | 23/11/2026 ATÉ 22/12/2026. |

**Art. 2º -** Os encargos decorrentes da aplicação do art. 53 e art. 65, § 6º, da Lei supracitada serão devidos e pagos aos servidores junto da remuneração do mês corrente.

**Art. 3º -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 03 (três) dias do mês de Novembro do ano de 2026.

**ALDECIR DE SOUSA OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE**

### PORTARIA Nº. 112/2026. DENISE/MT, 09 DE NOVEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a instituição da Comissão Gestora Municipal do PME para elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2026-2036, e dá outras providências.

ALDECIR DE SOUSA OLIVEIRA, prefeito municipal de Denise/MT no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Federal LEI Nº 15.388, DE 14 DE ABRIL DE 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE 2026/2036)

CONSIDERANDO a necessidade de planejar, avaliar e executar o novo Plano Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Gestora Municipal, com a finalidade de elaboração do documento(texto)-base, o monitoramento, diagnóstico e a avaliação do Plano Municipal de Educação (PME) pa-

ra o decênio 2026-2036.

Art. 2º Compete à Comissão Gestora Municipal:

I - Organizar as Conferências Municipais de Educação e as consultas públicas;

II - Garantir a participação democrática da sociedade na formulação do plano;

III – Sistematizar e alinhar o texto-base do novo PME e acompanhar sua tramitação na Câmara de Vereadores.

Art. 3º A Comissão Gestora será composta por representantes do poder público e da sociedade civil, a saber:

I – Secretaria Municipal de Educação (SME):

Titular: Regina Selma Costa Matias - CPF: 697.253.221-34

Suplente: Viviane Oliveira de Azevedo Gonçalves Cordeiro - CPF: 872.509.421-15

II – Conselho Municipal de Educação (CME):

Titular: Carmem Deborah Lima Fernandes - CPF: 908.511.371-72

Suplente: Vilma da Silva Chequim - CPF: 535.183.651-34

III – Fórum Municipal de Educação (FME):

Titular: Maria Gomes Soares de Oliveira - CPF: 856.661.901-30

Suplente: Anderson Mendes de Campos – CPF: 033.220.281-00

IV- Conselho Municipal do FUNDEB (CMF):

Titular: Ivete de Souza Mendes - CPF: 762.161.871-04

Suplente: Alcineri Souza Nascimento Rodrigues - CPF: 406.258.691-68.

· IV – Demais segmentos (Pais, Professores, Diretores e Sociedade Civil):

Titular: Nivea Mayer – CPF: 537.564.361-87 – CDCE Escolas Municipal

Suplente: Pedro Antônio da Silva Filho - CPF: 978.460.231-87 - Representante Pais de alunos

Titular: Maria Edwirgens Silva – CPF: 843.589.551-34 - Diretora das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino,

Suplente: Lucineia Della Justina Florentino Silva – CPF: 854.010.211-00

Titular: Ailton Moreira de Souza – CPF: 615.966.041-15 - Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino

Suplente: Aparecida Claudilene da Costa Souza –CPF: 616.541.241-68

Art. 4º O Comissão Gestora terá a finalidade de subsidiar a elaboração e monitoramento do PME com dados educacionais, análises e relatórios temáticos divididos por etapas e modalidades de ensino.

Art. 5º A participação da Comissão Gestora é considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Denise – MT, 09 de Novembro de 2026.

Aldecir de Sousa Oliveira

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 109/2026. DENISE/MT, 03 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**EMENTA:** CONCEDE PROGRESSÃO DE CLASSE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **ALDECIR DE SOUSA OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público e em conformidade com a Lei Municipal nº. 149/1994, LEI MUNICIPAL Nº. 285/99, LEI MUNICIPAL N.º 408/2004 E expede a seguinte portaria,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - PROGREDIR e corrigir, através da elevação de CLASSE, as Servidoras abaixo relacionadas, conforme o que estabelece no Título IV, Capitulo I, Seção I, Artigo 41 e Seção II, Artigo 42, da LEI MUNICIPAL Nº. 285/99 de 17 de Março de 1999, do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Município de Denise – MT, alterado pela Lei Municipal nº. 408/2004, Art. 1º e Parágrafo 2º, conforme disposto na tabela a seguir:

| MAT | FUNCIONÁRIO | ADMISSÃO | CLASSE/NÍVEL (atual) | CLASSE/NÍVEL (após progressão e promoção) |
|---|---|---|---|---|
| 1190 | Patrícia de Souza Cardoso | 08/06/2016 | B/04 | C/04 |
| 1155 | Thaislane Ilário da Silva | 03/09/2015 | B/04 | C/04 |

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 03 (três) dias do mês de Novembro do ano de 2026.

**ALDECIR DE SOUSA OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026/SRP**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.472.278/0001-64.

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 8.532,00 (Oito mil e quinhentos e trinta e dois reais).**

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

**FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL**

DIAMANTINO – MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026/SRP**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **SBORCHIA FÁBRICA DE PAPEIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.199.538/0001-20.

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 29.038,80 (Vinte e nove mil e trinta e oito reais e oitenta centavos).**

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

**FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL**

DIAMANTINO – MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026/SRP**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.229.567/0001-86.

VALOR TOTAL DA ATA: **R$ 68.778,00 (Sessenta e oito mil e setecentos e setenta e oito reais).**

VIGÊNCIA: **12 (doze) meses.**

**FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL**

DIAMANTINO – MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**SETOR RH**
**PORTARIA DRH Nº 082/2026**

**MICHELLE GRAZIELA DE OLIVEIRA NOBILE**, Secretária Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

**CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA TEREZINHA MENDES DE ARRUDA OLIVEIRA NASCIMENTO**

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Conceder afastamento para tratamento de saúde a Servidora **TEREZINHA MENDES DE ARRUDA OLIVEIRA NASCIMENTO**, matrícula 290-1, exercendo o Cargo/Função de Nutrição Escolar - Profissionalizante, Lotada na Secretaria de Educação, no período de **04 de Novembro de 2026 a 01 de Fevereiro de 2027 – 90 (noventa) Dias**.

**Art. 2º** - O(a) servidor(a) perceberá, a título de remuneração, os vencimentos correspondentes aos **15 (quinze) primeiros dias de afastamento**, compreendidos entre **04 de Novembro de 2026 a 18 de Novembro**, nos termos da legislação vigente. A partir de **19 de Novembro de 2026**, ficará sujeito à avaliação e perícia médica do **Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, para fins de concessão do benefício previdenciário, quando cabível.

**Art. 3°** - A data de retorno poderá ser alterada, mediante apresentação do resultado de perícia realizado pelo INSS ou Liberação do Médico responsável pelo procedimento.

**Art. 4º -** A presente Portaria entrará em vigor na data de hoje.

Diamantino/MT, 09 de Novembro de 2026.

**MICHELLE GRAZIELA DE OLIVEIRA NOBILE**

Secretária Municipal de Administração

Portaria nº 014/2025

**SETOR RH**
**EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO**

**CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 390/2026**

**CONTRATADO(A): RAFAELA CORREA DE LIMA**

O presente contrato tem por objeto a contratação temporária do(a) servidor(a) para exercer o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM – Contrato**, com lotação na **Secretaria Municipal de Saúde**, conforme prazo estabelecido na Cláusula Terceira. A contratação observará a carga horária prevista e as disposições legais aplicáveis ao serviço público municipal. Início da vigência do Contrato: **09 de Novembro de 2026.**

**TERMO DE COMPROMISSO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT E O INSTITUTO PRIMEIRO, PARA REPASSE DE RECURSOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS OFTALMOLÓGICOS**

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2341, Bairro Jardim Eldorado, Diamantino/MT, inscrito no CNPJ nº 03.648.540/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **FRANCISCO FERREIRA MENDES JÚNIOR**, doravante denominado **CONCEDENTE**, e o **INSTITUTO PRIMEIRO**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº 10.872.276/0001-13, responsável pela gestão do **Hospital Municipal São João Batista**, neste ato representado por **GUILHERME ATAYDE RIBEIRO**, doravante denominado **BENEFICIÁRIO**, resolvem celebrar o presente instrumento, observadas as normas aplicáveis ao Sistema Único de Saúde, as condições de utilização dos recursos estaduais e a legislação pertinente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem por objeto o repasse de recursos financeiros ao **Instituto Primeiro**, destinados ao custeio e à execução de consultas especializadas e procedimentos cirúrgicos em oftalmologia, nas instalações do Hospital Municipal São João Batista, em atendimento aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Diamantino/MT.

1.2. Os serviços compreendem os procedimentos relacionados na proposta apresentada pelo **BENEFICIÁRIO**, datada de 29 de outubro de 2026, conforme tabela:

| CÓDIGO SIGTAP | PROCEDIMENTO | QTD. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 04.05.05.021-6 | Recobrimento conjuntival | 26 | R$ 344,54 | R$ 8.950,00 |
| 04.05.05.036-4 | Cirurgia de pterígio | 26 | R$ 628,65 | R$ 16.344,00 |
| 04.05.05.037-2 | Facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável | 95 | R$ 2.314,80 | R$ 219.906,00 |
| 03.01.01.007-2 | Consulta especializada (avaliação pré e pós-cirúrgica) | 160 | R$ 30,00 | R$ 4.800,00 |
| **TOTAL DA PROPOSTA** | | | | **R$ 250.008,94** |

1.3. Os quantitativos serão definidos no plano de trabalho, conforme a demanda regulada, a indicação clínica e a disponibilidade financeira, respeitado o valor global deste instrumento.

1.4. Os procedimentos serão realizados por profissionais habilitados e especialistas, dentro das instalações do Hospital Municipal São João Batista, sem cobrança aos usuários do SUS.

1.5. A proposta do **BENEFICIÁRIO** integra este instrumento. A execução vinculada ao Programa Fila Zero observará as regras do programa e a compatibilidade com a finalidade autorizada para os recursos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO REPASSE DOS RECURSOS**

2.1. O valor global do presente instrumento é de **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, proveniente de recurso estadual destinado ao custeio da saúde, conforme proposta que integra o processo administrativo.

2.2. O Instituto Primeiro será o beneficiário do repasse, responsável pela execução do objeto, aplicação dos recursos e apresentação da prestação de contas.

2.3. Os recursos serão transferidos pelo **CONCEDENTE** ao **BENEFICIÁRIO** conforme cronograma de desembolso aprovado, mediante depósito em conta bancária específica de titularidade do Instituto Primeiro.

2.4. A liberação dependerá da disponibilidade financeira, da aprovação do plano de trabalho e da comprovação da compatibilidade do objeto com a destinação dos recursos estaduais.

2.5. Os recursos deverão ser utilizados exclusivamente nas despesas necessárias à execução do objeto, vedada sua aplicação em finalidade diversa.

2.6. É vedado o financiamento em duplicidade de procedimentos já custeados pelo contrato de gestão hospitalar, pelo Programa Fila Zero ou por outra fonte de recursos.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1. O presente instrumento terá vigência de **12 (doze) meses**, iniciando-se em 09 de Novembro de 2026 e encerrando-se em 09 de Novembro de 2027, conforme o cronograma aprovado e o prazo autorizado para utilização dos recursos.

3.2. Os atendimentos serão realizados mediante programação pactuada entre a Secretaria Municipal de Saúde e o **BENEFICIÁRIO**, observados os encaminhamentos da regulação municipal.

3.3. Eventual prorrogação dependerá de justificativa, demonstração de interesse público e formalização de termo aditivo antes do encerramento da vigência, observadas as normas aplicáveis.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, na natureza de despesa 3.3.50.85.00.00 – CONTRATO DE GESTÃO, com fonte de recursos e código reduzido a serem indicados pelo setor contábil:

Órgão/unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Programa: 0015 MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE Natureza da despesa: 3.3.50.85.00.00 – CONTRATO DE GESTÃO Fonte de recursos: 16210000603

4.2. Os empenhos e repasses observarão o exercício financeiro correspondente e as condições de aplicação dos recursos.

**CLÁUSULA QUINTA – DA JUSTIFICATIVA**

5.1. A celebração deste instrumento justifica-se pela necessidade de ampliar o acesso da população aos serviços especializados em oftalmologia e reduzir a fila de espera por consultas e procedimentos cirúrgicos.

5.2. A execução dos atendimentos no Hospital Municipal São João Batista possibilitará assistência no próprio município, facilitando o acesso dos pacientes, o acompanhamento pré e pós-operatório e a continuidade do cuidado.

5.3. A aplicação dos recursos deverá observar a demanda regulada pela Secretaria Municipal de Saúde, a indicação clínica e as metas previstas no plano de trabalho.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

6.1. Compete ao **BENEFICIÁRIO**:

a) Executar os serviços conforme o plano de trabalho e a proposta aprovada;

b) Disponibilizar profissionais habilitados, estrutura, equipamentos, materiais e insumos necessários aos procedimentos;

c) Garantir o atendimento gratuito aos pacientes encaminhados pelo SUS;

d) Assegurar acompanhamento pré e pós-operatório e atendimento às intercorrências relacionadas aos procedimentos;

e) Aplicar os recursos exclusivamente no objeto e manter registros específicos de sua movimentação;

f) Apresentar relatórios de execução e prestação de contas;

g) Permitir o acompanhamento e a fiscalização pelo **MUNICÍPIO** e pelos órgãos de controle;

h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações decorrentes da execução.

6.2. Compete ao **CONCEDENTE**:

a) Aprovar o plano de trabalho e o cronograma de desembolso;

b) Efetuar os repasses conforme as condições pactuadas;

c) Organizar o encaminhamento e a autorização dos atendimentos;

d) Designar responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização;

e) Conferir a produção apresentada e analisar a prestação de contas;

f) Adotar as providências necessárias à correção de eventuais irregularidades.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

7.1. A execução será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de responsáveis formalmente designados, com apoio do setor de Controle, Avaliação e Auditoria.

7.2. O **BENEFICIÁRIO** apresentará mensalmente relatório dos procedimentos realizados, discriminando autorizações, datas, códigos, quantitativos e valores, acompanhado dos documentos comprobatórios da aplicação dos recursos.

7.3. O plano de trabalho deverá esclarecer a forma de contabilização das consultas pré e pós-cirúrgicas, vedada cobrança em duplicidade ou de atendimento já incluído no preço de outro procedimento.

7.4. A prestação de contas final será apresentada em até 30 dias após o encerramento da vigência, ressalvado prazo específico previsto nas regras da transferência.

7.5. Os saldos não utilizados deverão ser devolvidos conforme as orientações do **CONCEDENTE** e as normas aplicáveis. Valores cuja aplicação irregular seja constatada estarão sujeitos à restituição após a devida apuração.

7.6. Os documentos contendo dados pessoais e informações clínicas dos pacientes terão acesso restrito, preservado o sigilo assistencial.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1. Integram este instrumento a proposta do Instituto Primeiro, o plano de trabalho aprovado, o cronograma de desembolso e os documentos referentes ao recurso estadual.

8.2. As alterações deverão ser formalizadas por instrumento próprio, mediante justificativa e aprovação das partes, preservada a finalidade dos recursos.

8.3. O descumprimento das obrigações poderá ensejar suspensão de repasses, extinção do instrumento e restituição de valores, mediante procedimento administrativo e observância do direito de defesa.

8.4. A extinção não afasta a obrigação de prestar contas nem a responsabilidade pela aplicação dos recursos recebidos.

8.5. Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT para dirimir controvérsias decorrentes deste instrumento.

Por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

**Diamantino/MT, 09 de Novembro de 2026.**

**FRANCISCO FERREIRA MENDES JÚNIOR** Prefeito Municipal CONCEDENTE

**GUILHERME ATAYDE RIBEIRO** Representante Legal do Instituto Primeiro CNPJ nº 10.872.276/0001-13 BENEFICIÁRIO

**TESTEMUNHAS:**

1. Nome: _____ CPF: _____

2. Nome: _____ CPF: _____

Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

---

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO REFERENTE AO CONTRATO Nº 054/2026.**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE REAGENTES E INSUMOS LABORATORIAIS, COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO AUDIMAX EVOLUTION, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO – MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE DIAMANTINO – MT E A EMPRESA MS SAUDE DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA.**

DO PRAZO: **05 (CINCO) MESES.**

CONTRATADO **MS SAUDE DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA,** inscrita no CNPJ Nº 24.595.488/0001-05.

CONTRATANTE: **FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR** – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 03 DE NOVEMBRO DE 2026.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR REFERENTE AO CONTRATO Nº 081/2025.**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.**

DO PRAZO: **12 (DOZE) MESES.**

VALOR: **R$ 393.600,00 (Trezentos e noventa e três mil e seiscentos reais).**

CONTRATADO: **RENOVA LOCADORA DE VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 57.228.032/0001-66.

CONTRATANTE: **FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR** – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 05 DE NOVEMBRO DE 2026.

---

**AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026.**

O Município de Diamantino-MT torna público o resultado do Julgamento da licitação supramencionada, julgada no dia 01 de outubro 2026, com início às 09:00, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO E SUAS SECRETARIAS**. Empresas vencedoras valor total: R$ 1.348.593,33 (um milhão e trezentos e quarenta e oito mil e quinhentos e noventa e três reais e trinta e três centavos): **BRASIL LICITACOES LTDA** inscrita no CNPJ Nº 63.514.747/0001-88 com os lotes: 1 e 19 no valor total de R$ 96.447,00 (noventa e seis mil e quatrocentos e quarenta e sete reais). **MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS EIRELI** inscrita no CNPJ Nº 20.847.096/0001-35 com os lotes: 15, 33, 42, 47, 69 e 115 no valor total de R$ 21.369,22 (vinte e um mil e trezentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos). **SBORCHIA FÁBRICA DE PAPEIS LTDA** 10.199.538/0001-20 com os lotes: 49, 50, 56, 86 e 87 no valor total de R$ 25.770,06 (vinte e cinco mil e setecentos e setenta reais e seis centavos). **VLM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** 32.864.855/0004-08 com os lotes: 3, 4, 10, 11, 17, 25, 26, 27, 34, 35, 36, 37, 39, 44, 54, 57, 59, 65, 70, 71, 72, 73, 81, 82, 88, 89, 92, 94, 95, 97, 113 e 114 no valor total de R$ 137.022,49 (cento e trinta e sete mil e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos). **MIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA** 34.678.682/0001-08 com os lotes: 13, 14, 23, 53, 75, 107 e 117 no valor total de R$ 35.861,88 (trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e oito centavos). **PLENITUDE ATACADISTA E VAREJISTA LTDA** 36.838.236/0001-49 com os lotes: 102, 103, 104, 105 e 106 no valor total de R$ 153.845,65 (cento e cinquenta e três mil e oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos). **SEVEN QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E COSMETICOS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 53.881.126/0001-89 com os lotes: 7, 22, 24, 30 e 111 no valor total de R$ 211.032,90 (duzentos e onze mil e trinta e dois reais e noventa centavos). **ALL CLEAN EMBALAGENS E PRODUTOS DE HIGIENE LTDA** 02.820.673/0001-13 com os lotes: 32, 55 e 67 no valor total de R$ 22.311,28 (vinte e dois mil e trezentos e onze reais e vinte e oito centavos). **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS LTDA** 26.148.070/0001-85 com os lotes: 2, 5, 6, 8, 9, 16, 18, 20, 21, 28, 29, 31, 40, 41, 45, 46, 48, 51, 52, 60, 61, 63, 66, 68, 76, 83, 84, 85, 90, 91, 96, 99, 100, 101, 108, 109, 110, 112, 116 e 118 no valor total de R$ 580.898,55 (quinhentos e oitenta mil e oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos**). LOTUS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA** 61.476.657/0001-14 com os lotes: 12, 38, 62, 64, 77, 78, 79, 80, 93 e 98 no valor total de R$ 49.671,85 (quarenta e nove mil e seiscentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos). **COMERCIAL LOTUS LTDA** 57.063.384/0001-09 com o lote: 43 no valor total de R$ 14.362,45 (quatorze mil e trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos).

DIAMANTINO - MT, 10 de novembro de 2026.

**Maricélia de Arruda Lino Lachman**

PREGOEIRA OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

**PREFEITURA/ADMINISTRAÇÃO**
**RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N° 031/2026**

ONDE SE LE: CONTRATO N° 031/2026

LEIA SE: CONTRATO N° 035/2026

ONDE SE LE: DATA DE ASSINATURA: 30/09/2026

LEIA SE: DATA DE ASSINATURA: 10/11/2026

DATA DE ASSINATURA: 10/11/2026

CARLOS ALBERTO DA COSTA

Prefeito Municipal

---

**CAMARA MUNICIPAL**
**PORTARIA 037 DE 2026 -FISCAL DE CONTRATO - P.ADM 011_2026 - CAPACITAÇÃO**

**Portaria N. º 037/2026**

**"NOMEAR SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 011/2026 – INEXIGIBILIDADE 003/2026".**

**LÁZARO ALVES MOREIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º -** Nomear o Servidor **JUCIMAR OLIVEIRA CAMPOS,** matrícula 005**,** como fiscal de contrato do Processo Administrativo 011/2026 – Inexigibilidade 003/2026.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Gabinete da Presidência em 10 de novembro de 2026.

**LAZARO ALVES MOREIRA**

Presidente

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 345/2026 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FERIAS A SERVIDORA MARIA APARECIDA FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ALBERTO DA COSTA,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora traba-

lhou na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no cargo de Auxiliar Administrativo no período aquisitivo de **30/10/2025 a 30/10/2026.**

**R E S O L V E**

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **MARIA APARECIDA FERREIRA,** sendo 10 (dez) dias de abono pecuniário, o que a mesma tem direito.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **04/01/2027 A 02/02/2027,** devendo a mesma retornar suas atividades em **24/01/2027.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 04 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

**MATHEUS AUGUSTO QUINTINO DE OLIVEIRA AMORIM**

**Secretário de Administração**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 346/2026 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE DOM AQUINO/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM AQUINO, Estado de Mato Grosso, **CARLOS ALBERTO DA COSTA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Municipal nº 051, de 29 de outubro de 2026, que instituiu o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização;

**CONSIDERANDO** a necessidade de coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

**CONSIDERANDO** a importância da articulação entre os diferentes segmentos da comunidade educacional para a garantia do direito à alfabetização de todas as crianças;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os membros titulares e respectivos suplentes para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização de Dom Aquino/MT, conforme os segmentos relacionados a seguir:

**I – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Titular:** WANDERLÚCIA FERREIRA DE CARVALHO – Coordenadora Pedagógica;

**Suplente:** JOENY RIBEIRO DA SILVA – Equipe Pedagógica da SME.

**II – GESTÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**

**Titular:** ZENIMAR ALVES DE OLIVEIRA FERREIRA BARBOSA – Diretora da Escola Municipal Prof. Maria José Borges;

**Suplente:** LOURDES SILVA DE CASTRO SOUZA – Diretora da UMEI Juliana Nazaré de Oliveira.

**III – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

**Titular:** CELMA DE FÁTIMA ALVES – Professora/Coordenadora da Escola Municipal Professora Maria José Borges;

**Suplente:** KARINY MIKAELLY RODRIGUES DOS SANTOS – Professora/Coordenadora da Escola Municipal Renato Dias Coutinho.

**IV – PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Titular:** FERNANDA PATRÍCIA MENDES DE ARRUDA BONFIM – Professora articuladora do CMEI Juliana Nazaré de Oliveira;

**Suplente:** LUANA BELING DOS SANTOS – Professora articuladora do CMEI Juliana Nazaré de Oliveira.

**V – PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Titular:** IVANIA DE SOUZA DOS SANTOS – Professora do 2º Ano do Ensino Fundamental I da Escola Municipal Renato Dias Coutinho;

**Suplente:** KARINY MIKAELLY RODRIGUES DOS SANTOS – Professora/Coordenadora da Escola Municipal Renato Dias Coutinho.

**VI – EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Titular:** IVONETE MENDES SÁ – Coordenadora Pedagógica;

**Suplente:** ALDENIRA PEREIRA BRANDÃO – Professora.

**VII – SOCIEDADE CIVIL**

**Titular:** LUCINEIA RIBEIRO DE SOUZA ZAMBONINI – Sociedade Civil Organizada, representante do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG);

**Suplente:** SÔNIA MARIA DA SILVA BORBA – Sociedade Civil Organizada, representante do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG).

**Art. 2º O Comitê será presidido por:**

**I – Presidente**

**II – Vice-presidente**

**III – Secretária.**

**Parágrafo único.** Caso o Decreto Municipal estabeleça que o(a) vice-presidente e o(a) secretário(a) serão escolhidos pelos membros do Comitê, as funções previstas nos incisos II e III serão definidas na primeira reunião e registradas em ata.

**Art. 3º** O mandato dos membros designados será de 02 (dois) anos, compreendendo o período de 04 de novembro de 2026 a 04 de novembro de 2028, permitida a recondução por igual período, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 051/2026.

**Art. 4º** Compete aos membros designados desempenhar as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 051/2026 e no Regimento Interno do Comitê.

**Art. 5º** A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada, e deverá ocorrer sem prejuízo das atribuições próprias dos cargos e das funções exercidas pelos membros.

**Art. 6º** Os órgãos, as instituições e os segmentos representados poderão solicitar a substituição de seus representantes mediante comunicação formal encaminhada à Secretaria Municipal de Educação.

**Parágrafo único.** A substituição será formalizada por meio de nova Portaria ou ato administrativo equivalente.

**Art. 7º** O membro que deixar de exercer a função ou de representar o órgão, a instituição ou o segmento pelo qual foi indica-

do perderá automaticamente a condição de integrante do Comitê, devendo ser providenciada sua substituição.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao funcionamento do Comitê.

**Art. 9º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 04 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

**BRUNA CRISTINA PIRES BONIFÁCIO COSTA**

Secretária Municipal de Educação

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 347/2026 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA LIANE GLÓRIA DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ALBERTO DA COSTA,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com o Art. 103 da Lei 854/2003.

**R E S O L V E :**

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença para cuidar de pessoa doente na família a servidora **LIANE GLÓRIA DA SILVA**.

ART. 2º - A licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **03/11/2026 a 02/12/2026**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 04 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada por afixação no local público de costume e publicada no jornal da AMM, conforme determina a Legislação em vigor.

**MATHEUS AUGUSTO QUINTINO DE OLIVEIRA AMORIM**

**Secretário de Administração**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 348/2026 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2026**

**AUTORIZA A SECRETARIA DE FINANÇAS CONCEDER ADIANTAMENTO A MARLEI DELMONDES RODRIGUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei.

**RESOLVE:**

ART. 1º - Autoriza a Secretaria de Finanças a conceder adiantamento a Servidor **MARLEI DELMONDES RODRIGUES**, no valor de **R$ 800,00 (Oitocentos reais).**

ART. 2º - O adiantamento será para atender despesas previstas no artigo 4º da Lei no 1158 de 17 de fevereiro de 2009.

ART. 3º - O recurso será destinado à aplicação no elemento da seguinte dotação orçamentária:

**05.002.10.302.0146.2.110.3.3.90.30.00.00**

**Valor R$ 800,00 (Oitocentos reais)**

ART. 4º - Será obrigatório o cumprimento do disposto no parágrafo único da citada Lei.

ART. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ART. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

**MATHEUS AUGUSTO QUINTINO DE OLIVEIRA AMORIM**

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 349/2026 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FERIAS A SERVIDORA ZELINA DIAS FERREIRA ALCANTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ALBERTO DA COSTA,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria Municipal de Administração, no cargo de Técnico Administrativo no período aquisitivo de **01/05/2025 a 01/05/2026.**

**R E S O L V E**

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **ZELINA DIAS FERREIRA ALCANTARA,** sendo 10 (dez) dias de abono pecuniário, o que a mesma tem direito.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **04/01/2027 A 02/02/2027,** devendo a mesma retornar suas atividades em **24/01/2027.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

**MATHEUS AUGUSTO QUINTINO DE OLIVEIRA AMORIM**

**Secretário de Administração**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 350/2026 DE 06 DE NOVEMBR DE 2026**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FERIAS A SERVIDORA MARIA APARECIDA BISPO OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ALBERTO DA COSTA,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico Administrativo no período aquisitivo de **01/04/2025 a 01/04/2026.**

**R E S O L V E**

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **MARIA APARECIDA BISPO OLIVEIRA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **23/11/2026 a 22/12/2026.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

**MATHEUS AUGUSTO QUINTINO DE OLIVEIRA AMORIM**

**Secretário de Administração**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 351/2026 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FERIAS A SERVIDORA LUCIANA DAS GRAÇAS GERALDINO GOMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ALBERTO DA COSTA,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Conselheira tutelar no período aquisitivo de **10/01/2025 a 10/01/2026.**

**R E S O L V E**

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **LUCIANA DAS GRAÇAS GERALDINO GOMES.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **16/11/2026 a 15/12/2026.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

**MATHEUS AUGUSTO QUINTINO DE OLIVEIRA AMORIM**

**Secretário de Administração**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 352/2026 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FERIAS A SERVIDORA MARIA APARECIDA BORBA DE FARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ALBERTO DA COSTA,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou Secretaria de Assistência Social, no cargo de Agente de Administração Pública no período aquisitivo de **04/09/2025 a 04/09/2026.**

**R E S O L V E**

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **MARIA APARECIDA BORBA DE FARIA.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **09/11/2026 a 08/12/2026.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 06 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

**MATHEUS AUGUSTO QUINTINO DE OLIVEIRA AMORIM**

**Secretário de Administração**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 353/2026 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR JOSENY CASTRO DE ARAUJO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ALBERTO DA COSTA,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o servidor trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde nos períodos aquisitivo de **12/04/2013 a 12/04/2018 (01 mês) e de 12/04/2018 a 12/04/2023 (01 mês).**

**R E S O L V E**

ART. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a **JOSENY CASTRO DE ARAUJO.**

ART. 2º - A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **10/11/2026 A 08/01/2027.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

**MATHEUS AUGUSTO QUINTINO DE OLIVEIRA AMORIM**

**Secretário de Administração**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 354/2026 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CLARICE GOMES OLIVEIRA COELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ALBERTO DA COSTA,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou na Secretaria Municipal de Obras, no cargo de Agente de Administração Pública no período aquisitivo de **19/08/2021 a 19/08/2026.**

**R E S O L V E**

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a **CLARICE GOMES OLIVEIRA COELHO.**

ART. 2º - A Licença concedida no art. 1º compreenderá o período de **09/11/2026 A 08/12/2026.**

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

**MATHEUS AUGUSTO QUINTINO DE OLIVEIRA COELHO**

**Secretário de Administração**

---

**GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO**
**PORTARIA Nº 355/2026 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FERIAS A SERVIDORA CLARICE GOMES OLIVEIRA COELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS ALBERTO DA COSTA,** Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a servidora trabalhou Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, no cargo de Agente de Administração Pública no período aquisitivo de **19/08/2024 a 19/08/2025.**

**R E S O L V E**

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **CLARICE GOMES OLIVEIRA COELHO.**

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **09/12/2026 a 07/01/2027.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 09 de Novembro de 2026.

**CARLOS ALBERTO DA COSTA**

**Prefeito Municipal**

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

**MATHEUS AUGUSTO QUINTINO DE OLIVEIRA AMORIM**

**Secretário de Administração**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

**PORTARIA 456 PROCESSO DE MATRICULA E REMATRICULA**

**PORTARIA N° 456, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

Dispõe sobre o período de matrícula escolar para o ano letivo de 2027 e estabelece os critérios e procedimentos ao processo de matrícula dos alunos das escolas públicas municipais de Figueirópolis d'Oeste, e dá outras providências.

**Considerando** a necessidade de organizar o processo de matrícula para o ano letivo de 2027, no modo presencial, nas Escolas Públicas Municipais e a necessidade de estabelecer o número mínimo e o número máximo de alunos por turma, conforme artigo 25 da 9.394/1996, e;

**Considerando** o Parecer CNE/CEB n° 3/2016 referente à idade das crianças para matrícula inicial na pré-escola e no Ensino fundamental de nove anos;

**Considerando** a obrigatoriedade da matrícula na Educação Infantil (pré-escola), conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil para as crianças que completam 4 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula seguindo o quanto disposto na Resolução nº 2 de 9 de outubro de 2018;

**Considerando** o artigo 5° da Resolução MEC/CNE/CEB nº 02, de 9 de outubro de 2018, que define diretrizes operacionais complementares para matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade;

**Considerando** Resolução Normativa nº 009/2023/CEE-MT, que estabelece normas para a Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino. A Lei Estadual nº 7.348/2000 que estabelece limites de alunos por sala nas escolas públicas estaduais de Mato Grosso.

A **Secretária Municipal da Educação do Município de Figueirópolis d'Oeste, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

**Artigo 1° -** Regulamentar na forma disposta nesta Portaria as normas e os procedimentos à renovação da matrícula, transferência de concluintes, matrícula da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2027.

**Parágrafo Único -** A matrícula será conforme a determinação desta Portaria.

**Artigo 2° -** Determinar o período da matrícula e rematrícula dos alunos que acontecerá no período de 16 de novembro a 04 de dezembro de 2026 nas escolas municipais.

**I -** As rematrículas poderão ser realizadas de forma presencial ou por meio de formulário on-line, durante o período estabelecido neste artigo, visando garantir maior agilidade e praticidade aos pais e responsáveis. Caberá à Unidade Escolar organizar o atendimento e definir a modalidade e o sistema a serem utilizados, podendo adotar ambas as modalidades;

**II -** As novas matrículas deverão ser realizadas presencialmente na Unidade Escolar, mediante a apresentação de toda a documentação exigida do aluno e de seus pais ou responsáveis, nos termos do artigo 5º desta Portaria.

**Artigo 3° -** A Unidade Escolar deverá zelar pela fidedignidade na coleta dos dados, registro de documentos, correção dos dados necessários no ato rematrícula e da matrícula de alunos novos, evitando duplicidade e/ou registros incompletos.

**Parágrafo Único -** A formação das classes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I devem ser organizadas de acordo com o artigo 6º desta portaria.

**Artigo 4°** - A efetivação da Matrícula Escolar levará em conta duas categorias para a demanda de alunos:

**I -** Alunos que já são da Rede Municipal com matrícula na mesma Unidade Escolar que estudaram, no ano letivo de 2026;

**II -** Alunos novos que irão ingressar na Rede Municipal.

**Artigo 5° -** No ato da matrícula os pais ou responsáveis deverão apresentar a seguinte documentação:

**I -** Original do Histórico Escolar, parecer pedagógico descritivo e declaração de transferência;

**II -** Cópia da Certidão de Nascimento ou da Cédula de identidade do aluno;

**III -** Cópia do CPF do aluno;

**IV** – Contato telefônico com WhatsApp;

**V -** Cartão de Vacina atualizado do aluno;

**VI -** Cópia do Cartão do SUS do aluno;

**VII -** Cópia do Cartão Bolsa Família (se for beneficiário);

**VIII -** Número do NIS do aluno;

**IX -** Cópia do RG e CPF dos pais ou responsável;

**X -** Comprovante de residência atualizado.

**XI -** Para os fins deste artigo, serão considerados originais os documentos físicos em papel timbrado ou emitidos pelo sistema da Unidade Escolar, desde que assinados e carimbados manualmente, bem como os arquivos digitais assinados digitalmente por meio do assinador **GOV.BR** ou mediante outros **certificados digitais.**

**Parágrafo 1° -** Os alunos que no ato da matrícula apresentarem declaração de transferência, terão prazo de 30 dias, a contar da data do atestado, para apresentar o Histórico Escolar (original) e parecer pedagógico descritivo (original) na Secretaria da Escola.

**Parágrafo 2° -** Após os 30 dias os pais deverão ser convocados para apresentar a documentação exigida.

**Artigo 6° -** A matrícula obedecerá a faixa etária de idade descrita na tabela abaixo, conforme a idade e a etapa:

| ETAPA | IDADE |
|---|---|
| Creche | 4 meses a 3 anos |
| Pré 1 | 4 anos até 31/03/2027 |
| Pré 2 | 5 anos até 31/03/2027 |
| 1º ano | 6 anos até 31/03/2027 |
| 2º ano | 7 anos até 31/03/2027 |
| 3º ano | 8 anos até 31/03/2027 |
| 4º ano | 9 anos até 31/03/2027 |
| 5º ano | 10 anos até 31/03/2027 |

**Artigo 7° -** Cabe à Unidade Escolar proceder à reorganização das turmas sob sua responsabilidade até 30 (trinta) dias após o início das aulas.

**Artigo 8º -** Estabelecer o quantitativo mínimo de alunos por turma nas Instituições de Ensino na Educação Infantil a saber:

**I -** Creche (de 1 ano): de 06 a 08 por professor;

**II -** Creche (de 2 anos): de 08 a 10 alunos por professor;

**III -** Creche (de 3 anos): de 10 a 12 por professor;

**IV -** Pré 1 (de 4 anos): de 15 a 25 por professor;

**V -** Pré 2 (de 5 anos): de 15 a 25 por professor.

**VI** - As turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental serão organizadas com até 30 (trinta) estudantes, observadas as condições de acessibilidade, inclusão, metragem da sala de aula e demais normas do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso.

**VII** - Na composição das turmas, quando houver possibilidade de redução do quantitativo de estudantes por sala em razão da disponibilidade de espaços físicos, recursos humanos ou critérios pedagógicos da rede de ensino, será dada prioridade às turmas da etapa de alfabetização (1º e 2º anos do Ensino Fundamental) e às turmas participantes de avaliações externas de larga escala, especialmente o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Avalia-MT.

**Artigo 9º -** A matrícula do estudante residente e domiciliado na zona urbana será, obrigatoriamente, realizada no período matutino. E o estudante de zona rural terá prioridade de matrícula no turno vespertino, considerando a dependência e a disponibilidade do transporte escolar.

**I -** Para a manutenção da prioridade de matrícula no turno vespertino, o aluno deverá residir na zona rural e ser usuário frequente do transporte escolar. O aluno residente e domiciliado na zona urbana do Município, ainda que sua família possua endereços nas zonas rural e urbana, deverá ser matriculado no turno matutino e incluído em lista de espera para mudança de turno, observando os critérios estipulados no artigo 10.

**Artigo 10 -** A lista de espera das Unidades Escolares Municipais para mudança de turno deverá adotar os seguintes critérios:

**I –** Alunos que apresentam ou possuem laudos médicos no ato da matrícula/rematrícula;

**II** – Ordem de cronológica de quem realizou a matrícula primeiro, considerando mês, dia, hora, minutos e segundos;

**III** – Existência de vagas, evitando a distribuição demasiadamente desproporcional entre turmas do mesmo ano entre os dois períodos, e considerando aspectos pedagógicos inerentes a educação inclusiva;

**Artigo 11 -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis d’Oeste, MT, 10 de novembro de 2026

**José Hélio Dias de Oliveira**

**Secretário Municipal de Educação**

**Portaria 11/2025**

---

**PORTARIA 454/2026 CONSELHO MUNICIPAL FUNDEB DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE.**

**PORTARIA Nº454/2026**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS d’OESTE-MT.**

O Excelentíssimo Senhor **ADEMIR FELICIO GARCIA**, Prefeito Municipal de Figueirópolis d’Oeste-MT, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear os membros abaixo relacionados para compor o **Conselho Municipal do FUNDEB do Município de Figueirópolis D’Oeste-MT**, para o mandato de 4 anos(quatro)anos, em conformidade com a Lei Municipal nº896 de 22de março de 2021.

**VIGÊNCIA: 31/12/2026 a 31/12/30**

**REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**TITULAR:**

NOME: Eduardo Trindade de Oliveira

CPF: xxx.458.981-xx

FONE: (65)98405-9329

ENDEREÇO: Sítio São João/Figueirópolis d’Oeste-MT

EMAIL: secretariaedu11@gmail.com

**SUPLENTE**

NOME: Pricila Terezinha Rup da Silva

CPF:xxx.646.531-xx

FONE: (65) 99622-1913

ENDEREÇO: Rua das Margaridas/Figueirópolisd’Oeste-MT

E-mail:ruppricila@gmail.com

**REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**TITULAR:**

NOME: Suellen Aparecida Viana Ribeiro

CPF: xxx.957.171-xx

FONE: (65) 98142-5459

ENDEREÇO: Rua Rio de Janeiro nº153, centro, Figueirópolis d’Oeste-MT

E-mail:suellenvianas07@gmail.com

**SUPLENTE**

NOME: Vanessa Grazielli Ferreira

CPF: xxx.944.611-xx

FONE: (65) 99800-5139

ENDEREÇO: Rua Brasília nº528, bairro Asa Branca/Figueirópolis d’Oeste-MT

EMAIL: vanessagrazielliferreira@gmail.com

**REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO**

**TITULAR:**

NOME: Patricia Aparecida Silva

CPF: xxx.975.821-xx

FONE: (65)98162-8130

ENDEREÇO: Rua Paraiba nº95/Figueiropolis d'Oeste-MT

EMAIL:patriciarogeriofilho@gmail.com

**SUPLENTE**

NOME: Márcia Alves Taveira Dias

CPF:xxx.928.681-xx

FONE: (65) 98412-9001

ENDEREÇO: Comunidade São João/Figueiropolis d'Oeste-MT

Email:márciataveira_@hotmail.com

**REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO**

**TITULAR:**

NOME: Ducinéia Simião Silva

CPF: xxx.628.541-xx

FONE: (65) 98471-5876

ENDEREÇO: Rua Santa Catarina s/nº centro/Figueirópolis d'Oeste-MT

Email: ducineiasimiao160@gmail.com

**SUPLENTE**

NOME: Lourdes Andréia de Oliveira

CPF: xxx.705.261-xx

FONE: (65) 98449-0803

ENDEREÇO: Sítio Aguapé/Figueirópolis d'Oeste-MT

EMAIL:andreiagelson.oliveira@gmail.com

**REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO**

**TITULAR**

NOME: Emilly Angélica Silva de Souza

CPF: xxx.528.521-xx

FONE: (65) 9621-2573

ENDEREÇO: Rua vereador Alcides Henrique dos Santos, Vila Mariana

EMAIL: emilly.souza@fdo.edu.mt.gov.br

**SUPLENTE**

NOME: Enzo José Ricardo Apolinário Neiva

CPF: xxx.782.051-xx

FONE: (65) 8444-6761

ENDEREÇO: Rua Paraiba s/nº bairro jardim Paraiso/Figueiropolis d'Oeste-MT

E-mail: enzoneiva12@gmail.com

**REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO**

**TITULAR:**

NOME: Rikelly Cristina de Souza Cabral

CPF: xxx.118.791-xx

ENDEREÇO: Rua Pernambuco centro s/nº/Figueiropolis d'Oeste-MT

FONE: (65) 99278-9780

EMAIL: rikellydesouza123@hotmail.com

**SUPLENTE**

NOME: Ana Claudia Leite de Souza

CPF: xxx.242.311-xx

FONE: (65) 99955-1252

ENDEREÇO: Rua Alagoas s/nº centro/Figueirópolis d'Oeste-MT

EMAIL: anaclaudia.isis@hotmail.com

**REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO**

**TITULAR:**

NOME: Sueli Vieira da Silva

CPF:xxx.692.511-xx

FONE: (65) 98466-1714

ENDEREÇO: Rua Bahia nº386 centro/Figueirópolis d'Oeste-MT

Email: suelibuecher@gmail.com

**SUPLENTE**

NOME: Daniana de Fatima de Godoi

CPF: xxx.115.111-xx

FONE: (65) 99236-6407

ENDEREÇO: Rua Rio de Janeiro nº162, centro, Figueiropolis d'Oeste-MT

EMAIL: danianagodoi@gmail.com

**REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**TITULAR:**

NOME: José Lucas da Silva

CPF: xxx.869.871-xx

FONE: (65)98407-1878

ENDEREÇO: Assentamento São Pedro, Comunidade São Carlos

Email:

**SUPLENTE:**

NOME: Sthefany Barros da Costa

CPF: xxx.870.201-xx

FONE: (65) 99935-7888

ENDEREÇO: Rua Santa Ines

Email: sthefanybarros120628@gmail.com

**REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR**

**TITULAR:**

NOME: Vanuza Pereira dos Santos

CPF: xxx.587.351-xx

FONE: (65) 98438-6355

ENDEREÇO: Rua Maranhão s/nº bairro Coab/Figueirópolis d'Oeste-MT

EMAIL: vanuzanaiara1983@gmail.com

**SUPLENTE**

NOME: Daniela Miranda de Jesus

CPF: xxx.250.492-xx

FONE: (65) 98463-0316

ENDEREÇO: Sítio Nossa Senhora da Guia/Figueirópolis d'Oeste-MT

EMAIL:mateusdaris@gmail.com

**REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

**TITULAR:**

NOME: Silene Batista dos Santos

CPF: xxx.522.691-xx

FONE: (65) 98453-3864

ENDEREÇO: Fazenda São Sebastião, Figueirópolis d'Oeste-MT

EMAI: silene11@live.com

**SUPLENTE**

NOME: Nilva do Carmo de Oliveira

CPF: xxx.445.751-xx

FONE: (65) 98461-9979

ENDEREÇO: Rua Espirito Santo nº108, centro/Figueirópolis d'Oeste-MT

EMAIL: nilvacamargo123@hotmail.com.br

**REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

**TITULAR:**

NOME: Celso Batista Santiago

CPF: xxx.192.651-xx

FONE: 99606-5090

ENDEREÇO: Rua Rio de Janeiro s/nº/ Figueiropolis d'Oeste-MT

EMAIL: santiagocelso586@gmail.com

**SUPLENTE:**

NOME: Ludimila Araujo Alves Novais

CPF: xxx.172.831-xx

FONE: (65) 99813-3745

ENDEREÇO: Rua Alcides Henrique dos Santos

EMAIL: Alves_ludi@hotmail.com

**Art.** 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis d'Oeste, 06 de novembro 2026

_____

**ADEMIR FELICIO GARCIA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 12/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0102/2026

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Figueiropolis D'Oeste - MT torna público para conhecimento dos interessados o resultado da licitação na Modalidade de Pregão Presencial SRP nº 12/2026, menor preço por item, cujo objeto é o Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada em serviços de confecção de Camisetas em Malha fria 67% poliéster e 33% viscose, nos tamanhos P, M, G e GG com gola redonda, com mangas curta com impressão em silk screnn frontal e nas costas das logomarcas dos projetos pré estabelecidos em cores diversas, à fim de atender as necessidades das Secretarias Municipais de Figueiropolis D'oeste - MT, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, tendo como vencedor a licitante:

**L C DE SOUZA FREITAS - EPP**

**CNPJ: 11.630.847/0001-76 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13.338.384-9**

**AV MARECHAL RONDON, Nº 92, BAIRRO: JARDIM VILAGE, NA CIDADE DE ARAPUTANGA - MT CEP: 78.260-000**

**FONE (65) 99929-0076**

**E-MAIL: graficamodeloaraputanga@hotmail.com**

**VENCEDOR DO ITEN: 01**

**VALOR TOTAL: R$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais)**

O procedimento Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de Licitações.

**FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE - MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**LEAR TEIXEIRA-AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO**

---

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 12/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0102/2026**

**OBJETO**: Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada em serviços de confecção de Camisetas em Malha fria 67% poliéster e 33% viscose, nos tamanhos P, M, G e GG com gola redonda, com mangas curta com impressão em silk screnn frontal e nas costas das logomarcas dos projetos pré estabelecidos em cores diversas, à fim de atender as necessidades das Secretarias Municipais de Figueiropolis D'oeste - MT, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

**Adjudico o Objeto acima supracitado, da licitação Pregão Presencial SRP nº 12/2026 a empresa:**

**L C DE SOUZA FREITAS - EPP**

**CNPJ: 11.630.847/0001-76 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13.338.384-9**

**AV MARECHAL RONDON, Nº 92, BAIRRO: JARDIM VILAGE, NA CIDADE DE ARAPUTANGA - MT CEP: 78.260-000**

**FONE (65) 99929-0076**

**E-MAIL: graficamodeloaraputanga@hotmail.com**

**VENCEDOR DO ITEN: 01**

**VALOR TOTAL: R$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais)**

Figueiropolis D'oeste – MT, 10 de novembro de 2026.

O procedimento Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de Licitações.

Lear Teixeira-Pregoeiro/Agente de Contratação

---

**PORTARIA N.º 11/2026**

**A Secretária Municipal de Administração do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de MT,** no uso de suas

atribuições legais e fundamentado no Art. 6º, I, II, III e IV da EC nº 41/2003, c/c Art. 81, I, II, III e IV, da Lei Municipal n.º 49/2019 que rege a Previdência Municipal de Figueirópolis D' Oeste/MT; e considerando o último reajuste concedido pela Lei Municipal Nº 1.086/2026, de 20 de janeiro de 2026; com proventos calculados com base na última remuneração e direito a paridade, bem como o teor do Processo nº 2026.04.00003P do FIGUEIROPOLIS-PREVI, resolve **Aposentar Voluntariamente, por Tempo de Contribuição** o **Sr. DIVINO FERREIRA DA COSTA**, portador do RG / CPF nº 572.257.881-91, servidor EFETIVO no cargo de **ESCRITURARIO**, classificado no PCCS na classe A, nível 35, com um jornada de trabalho de 30 horas semanais, contando com **35 anos, 10 meses e 28 dias** de tempo total de contribuição, contados até 15 de novembro de 2026, lotado na **CÂMARA MUNICIPAL** do município de FIGUEIROPOLIS D'OESTE/MT. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a data de **16 de novembro de 2026**, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis D'Oeste/MT, 10 de novembro de 2026.

**LARISSA BARROS MARQUES TAVARES**

Secretária Municipal de Administração do FIGUEIROPOLIS-PREVI

Homologo:

**ADEMIR FELICIO GARCIA**

Prefeito Municipal

---

**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Figueiropolis D'Oeste - MT torna público para conhecimento dos interessados o resultado da licitação na Modalidade de Pregão Presencial SRP nº 016/2026, menor preço por item, cujo objeto é Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de buffet para eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Figueiropolis D'oeste-MT, conforme especificações e quantitativos constantes no presente Edital, seu Termo de Referência e demais anexos, tendo como vencedor a licitante:

Empresa: B. C. MARQUES LTDA

CNPJ nº 54.910.498/0001-59 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 14.056.377-6

Endereço: Rua Virginia Azambuja nº 283 Quadra 145, Bairro: Centro

Cidade: Pontes e Lacerda – MT

CEP: 78.250-000

Telefone: (65) 3266-1446

Vencedora do Item: 01

Valor: R$ 184.200,00 (Cento e oitenta e quatro mil e duzentos reais)

Vencedora do Item: 02

Valor: R$ 157.000,00 (Cento e cinquenta e sete mil reais)

Vencedora do Item: 03

Valor: R$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais)

O procedimento Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de Licitações.

**FIGUEIROPOLIS D'OESTE – MT 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**Lear Teixeira-Agente de Contratação/Pregoeiro**

---

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2026

**OBJETO**: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de buffet para eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Figueiropolis D'oeste-MT, conforme especificações e quantitativos constantes no presente Edital, seu Termo de Referência e demais anexos.

Tendo em vista o que consta dos autos do Procedimento Administrativo nº 110/2026 do Pregão Presencial SRP n. 016/2026 e diante do resultado deste Processo, adjudicamos como vencedor a empresa:

Empresa: B. C. MARQUES LTDA

CNPJ nº 54.910.498/0001-59 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 14.056.377-6

Endereço: Rua Virginia Azambuja nº 283 Quadra 145, Bairro: Centro

Cidade: Pontes e Lacerda – MT

CEP: 78.250-000

Telefone: (65) 3266-1446

Vencedora do Item: 01

Valor: R$ 184.200,00 (Cento e oitenta e quatro mil e duzentos reais)

Vencedora do Item: 02

Valor: R$ 157.000,00 (Cento e cinquenta e sete mil reais)

Vencedora do Item: 03

Valor: R$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais)

ADJUDICAMOS o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

**FIGUEIROPOLIS D'OESTE - MT, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

Lear Teixeira-Agente de Contratação/Pregoeiro

O procedimento Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de Licitações.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE – MT.
CONTRATADA: MULTUS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.753.864/0001-42.
OBJETO: Renovação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 58/2026, cujo objeto é a aquisição de materiais de construção, compreendendo porcelanatos, revestimentos, itens para assentamento de piso, argamassas, rejuntes, telas e demais materiais.
PRAZO: Prorrogada a vigência por mais 90 (noventa) dias, de 08/11/2026 a 05/02/2027.
VALOR: Permanecem inalterados os valores e preços unitários originalmente pactuados, sem reajuste ou alteração de valores.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA: 07 de novembro de 2026.
ARI DO PRADO
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE – MT.
FORNECEDOR: V. V. DA PAIXAO, inscrita no CNPJ nº 14.405.832/0001-00.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de estruturas e equipamentos para eventos no Município de Gaúcha do Norte – MT, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 1.208.080,00 (um milhão, duzentos e oito mil e oitenta reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da Ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09 de novembro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.486/2024.
ARI DO PRADO
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

**PORTARIA Nº 087/GP/2026 DE, 02 DE FEVEREIRO DE 2026 - DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA.**

**PORTARIA Nº 087/GP/2026 DE, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.**

*Dispõe sobre a designação da servidora GISLEIA DIAS FERREIRA para atuar na estrutura administrativa e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito da implementação da Política Municipal de Alfabetização e das ações relacionadas ao Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização.*

**JOÃO FILHO MARQUES RODRIGUES, PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

**CONSIDERANDO** a necessidade de fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização;

**CONSIDERANDO** a adesão e o compromisso do Município de General Carneiro – MT com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

**CONSIDERANDO** os critérios estabelecidos para participação e avaliação do Município no Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização;

**CONSIDERANDO** a necessidade de implementação de estrutura administrativa e pedagógica específica no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com designação de servidores para apoiar a elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Alfabetização;

**RESOLVE:**

Art. 1º - **DESIGNAR** a servidora **GISLEIA DIAS FERREIRA**, Formadora de Gestores Escolares, Coordenadora Municipal do Programa Alfabetiza MT e Coordenadora do Busca Ativa Municipal, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação de General Carneiro – MT, integrando a estrutura administrativa e pedagógica responsável pelo desenvolvimento das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 2º - Compete à servidora designada:

I – auxiliar no planejamento, organização, implementação e acompanhamento das ações e estratégias da Política Municipal de Alfabetização;

II – prestar apoio técnico e pedagógico às unidades escolares da rede municipal de ensino no desenvolvimento das ações voltadas à alfabetização;

III – colaborar com a Secretaria Municipal de Educação na articulação, coordenação e acompanhamento das ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

IV – contribuir para o monitoramento dos indicadores educacionais e dos resultados de aprendizagem relacionados à alfabetização;

V – auxiliar na elaboração de relatórios, registros, documentos técnicos e demais evidências necessárias para comprovação das ações desenvolvidas pelo Município;

VI – apoiar a organização e a execução de formações, reuniões, seminários e demais ações voltadas ao fortalecimento da alfabetização;

VII – colaborar na articulação entre os setores da Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares para a implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização;

VIII – desempenhar outras atividades correlatas que contribuam para a implementação, acompanhamento e fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 3º - A presente designação tem por finalidade garantir a existência de estrutura administrativa e pedagógica específica no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, destinada à ampliação da capacidade institucional para elaboração, implementação e acompanhamento das ações da Política Municipal de Alfabetização, atendendo aos

critérios estabelecidos para o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização – 3ª Edição.

Art. 4º - A servidora designada deverá atuar em articulação com a equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, bem como com as unidades escolares da rede municipal, visando ao fortalecimento das ações e à melhoria contínua dos processos de alfabetização dos estudantes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Carneiro – MT, 02 de fevereiro de 2026.

**JOÃO FILHO MARQUES RODRIGUES**

Prefeito Municipal

**EDITAL Nº 006/2026 - DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO DAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GENERAL CARNEIRO-MT.**

*ESTADO DE MATO GROSSO*
**Secretaria Municipal de Educação-General Carneiro-MT.**
**CNPJ: 62.812.762/0001-40**

**EDITAL Nº 06/2026**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GENERAL CARNEIRO – MT**

Dispõe sobre o Processo de Escolha para o exercício da função de Coordenador Pedagógico das unidades da Rede Municipal de Ensino de General Carneiro–MT, para o biênio 2027/2028, e dá outras providências.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GENERAL CARNEIRO – MT, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.283/2025, com o art. 206, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, com a Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), com a Lei Federal nº 15.388/2026 e demais disposições da legislação municipal vigente aplicável à gestão democrática do ensino público, torna público o presente Edital, que estabelece normas, critérios e procedimentos para o processo de escolha dos Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de General Carneiro–MT.

**CAPÍTULO I**

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. DO OBJETO

**1.1.** O presente Edital regulamenta o Processo de Escolha destinado ao provimento da função de Coordenador Pedagógico das unidades da Rede Municipal de Ensino de General Carneiro–MT.

**1.2.** Será adotado o procedimento específico previsto neste Edital e na Lei Municipal nº 1.283/2025. Lei Nº 1.283/2025 de 01 de julho de 2025 - Eleição de Coordenadores Pedagógicos no âmbito municipal. - Jornal Oficial AMM-MT - Associação Mato-grossense dos Municípios

**1.3.** O processo de escolha será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e executado pela Unidade Escolar, por meio de Comissão Eleitoral Escolar composta por diretor escolar, secretário escolar, presidente do CDCE e dois professores efetivos da unidade escolar.

Rua Dr. João Ponce de Arruda, s/nº - Centro - Fone: (66) 3416-1056
E-mail: sme@generalcarneiro.mt.gov.br CEP: 78.620-000 – General Carneiro - Mato Grosso

2. DAS FUNÇÕES

**2.1.** O certame destina-se ao preenchimento da seguinte função:

I – Coordenador Pedagógico, sendo 1 (uma) vaga para cada unidade escolar, observadas a legislação municipal e a organização da Rede Municipal de Ensino.

3. DAS UNIDADES ESCOLARES

**3.1.** O processo de escolha abrangerá as seguintes unidades da Rede Municipal de Ensino:

I – Centro Educacional Municipal Júlia Moraes de Aquino;

II – Escola Municipal São João Batista;

III – Creche Municipal Mário Bruzadelle, localizada no Distrito de Paredão Grande–MT;

IV – Escola Municipal Indígena 15 de Novembro.

**3.2.** O Coordenador Pedagógico escolhido responderá pelas atribuições correspondentes à respectiva função e à unidade escolar para a qual for escolhido, incluindo as salas anexas vinculadas, conforme a organização administrativa da Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 11 de janeiro de 2027.

4. DO MANDATO

**4.1.** A função de Coordenador Pedagógico terá mandato de 2 (dois) anos, conforme a Lei Municipal nº 1.283/2025, observadas as regras legais sobre recondução. Lei Nº 1.283/2025 de 01 de julho de 2025 - Eleição de Coordenadores Pedagógicos no âmbito municipal. - Jornal Oficial AMM-MT - Associação Mato-grossense dos Municípios

5. DOS PRINCÍPIOS REGENTES

**5.1.** O processo reger-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, isonomia, gestão democrática do ensino público, valorização do mérito profissional e interesse público.

6. DA ESTRUTURAÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO

INSCRIÇÕES

6.1 Será realizado via email: sme@generalcarneiro.mt.gov.br do dia 12 ao dia 19 de novembro de 2026.

APRESENTAÇÃO

6.2 A apresentação do Plano de Trabalho aos professores da respectiva unidade escolar constitui etapa obrigatória do processo eleitoral e deverá ocorrer previamente à votação, podendo ser realizada no período de **14 a 16 de dezembro de 2026**, conforme organização e cronograma estabelecidos pela Comissão Eleitoral da respectiva unidade escolar.

DAS ELEIÇÕES

6.2 Após a apresentação dos Planos de Trabalho, será realizada a votação secreta, restrita aos professores efetivos e seletistas da unidade escolar, incluindo o Diretor Escolar e o Coordenador Escolar, conforme os arts. 11 e 12 da Lei Municipal nº 1.283/2025. Lei Nº 1.283/2025 de 01 de julho de 2025 - Eleição de Coordenadores Pedagógicos no âmbito municipal. - Jornal Oficial AMM-MT - Associação Mato-grossense dos Municípios

A Comissão Eleitoral Escolar deverá registrar em ATA os resultados da avaliação e da votação, observando os procedimentos previstos neste Edital e na legislação municipal.

DA APURAÇÃO E DA DEFINIÇÃO DO RESULTADO

6.3 Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral realizará a apuração dos votos e registrará o resultado em ata. Havendo candidato único, este deverá obter, no mínimo, 50% dos votos válidos mais 1, (maioria absoluta), para ser considerado eleito. Havendo mais de um candidato, será eleito aquele que alcançar a maioria simples dos votos válidos.

6.4 O resultado preliminar será divulgado nos meios oficiais de comunicação do Município e da unidade escolar.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.5 Em caso de empate, será considerado vencedor o candidato com a idade mais elevada e de maior tempo de efetivo exercício no magistério público municipal, nesta ordem. Permanecendo o empate, a Comissão Organizadora realizará sorteio público em ato registrado em ata.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS E PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO

7. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO NA FUNÇÃO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO

**7.1.** Para candidatar-se à função de Coordenador Pedagógico, o(a) docente deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Pertencer ao quadro efetivo de carreira da Educação Básica e estar em efetivo exercício, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei Complementar nº 50/1998;

II – Possuir formação mínima em Licenciatura Plena em Pedagogia, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis;

III – Comprovar, no mínimo, 2 (dois) anos de efetivo exercício na unidade escolar para a qual pretende concorrer.

§ 1º. Na ausência de candidato que comprove 2 (dois) anos de experiência na unidade escolar, será admitida experiência mínima de 1 (um) ano, observada a legislação municipal aplicável.

§ 2º. A jornada será de 40 (quarenta) horas semanais, em regime de dedicação exclusiva, conforme a legislação municipal, distribuídas nos turnos de funcionamento da unidade educacional.

**7.2.** O profissional candidato à função de Coordenador Pedagógico deverá demonstrar conhecimentos e competências relacionados a:

I – Processos de alfabetização e desenvolvimento das aprendizagens;

II – Implementação e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);

III – Planejamento e execução de intervenções pedagógicas com base nas matrizes de capacidades e nos resultados de aprendizagem;

IV – Acompanhamento do planejamento docente e da formação continuada;

V – Monitoramento dos indicadores educacionais e proposição de estratégias de melhoria da aprendizagem.

**7.3.** Na ausência de professor efetivo estável ou efetivo em estágio probatório apto a exercer a função de Coordenador Pedagógico, poderá ser adotado o procedimento de contratação previsto na legislação municipal, mediante parecer da Secretaria Municipal de Educação e nomeação pelo gestor municipal, respeitadas as exigências legais. Lei Nº 1.283/2025 de 01 de julho de 2025 - Eleição de Coordenadores Pedagógicos no âmbito municipal. - Jornal Oficial AMM-MT - Associação Mato-grossense dos Municípios.

**7.4.** O mandato do Coordenador Pedagógico terá duração de 2 (dois) anos, vedada a recondução por mais de dois pleitos consecutivos, nos termos da Lei Municipal nº 1.283/2025. Lei Nº 1.283/2025 de 01 de julho de 2025 - Eleição de Coordenadores Pedagógicos no âmbito municipal. - Jornal Oficial AMM-MT - Associação Mato-grossense dos Municípios

**7.5.** É vedada a designação para a função de Coordenador Pedagógico do(a) professor(a) que se encontre nas seguintes situações, conforme a legislação municipal aplicável:

I – Em licença médica vigente, quando incompatível com o exercício da função;

II – Em processo de aposentadoria, nas hipóteses previstas na legislação;

III – Com licença para qualificação profissional agendada, quando incompatível com o exercício da função;

IV – Em afastamento para licença-prêmio durante o período de exercício da função;

V – Ocupante de cargo político, quando houver incompatibilidade legal.

8. DO PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO

**8.1.** As inscrições serão efetuadas por meio eletrônico, pelo endereço de e-mail: sme@generalcarneiro.mt.gov.br, no período estabelecido no Anexo I – Cronograma Oficial.

**8.2.** No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar:

I – Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada, conforme o Anexo II;

II – Documento oficial de identidade com foto e CPF;

III – Comprovante de vínculo funcional com a Rede Municipal de Ensino;

IV – Diploma de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia e demais títulos acadêmicos exigidos para a função pretendida;

V – Plano de Trabalho, para os candidatos à função de Coordenador Pedagógico, em arquivo digital no formato PDF;

VI – Declaração de ciência e aceitação das normas deste Edital, conforme o modelo constante do Anexo III.

**8.3.** É vedada a inscrição condicional ou com documentação incompleta. Cada candidato poderá concorrer a apenas uma função e a uma unidade escolar.

**8.4.** Toda a documentação exigida para a candidatura deverá ser encaminhada em um único e-mail, podendo os documentos ser anexados individualmente ou reunidos em um único arquivo PDF.

I – É vedado o envio fracionado ou complementar de documentos em mensagens distintas. A Comissão Organizadora não realizará a junção de documentos encaminhados em e-mails diferentes.

II – Havendo mais de um envio de inscrição pelo mesmo candidato dentro do prazo regulamentar, será considerado o último e-mail recebido tempestivamente, que substituirá integralmente os envios anteriores.

III – Caso o último e-mail recebido não contenha todos os documentos obrigatórios, a inscrição poderá ser indeferida por documentação incompleta, não sendo admitido o resgate de arquivos encaminhados em e-mails anteriores.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

**9.1.** Encerrado o período de inscrições, a Comissão Organizadora analisará a documentação apresentada e publicará a relação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas.

**9.2.** Caberá recurso administrativo contra o indeferimento da inscrição no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação do resultado preliminar.

**9.3.** Após a análise dos recursos, será publicada a relação definitiva das inscrições homologadas.

ANEXO I – CRONOGRAMA OFICIAL

| **Nº** | **ETAPA** | **DATA / PERÍODO** |
|---|---|---|
| 1 | Publicação do Edital | 12/11/2026 |
| 2 | Período de inscrições e envio da documentação | 12 a 19/11/2026 |
| 3 | Análise das inscrições pela Comissão Organizadora | 23/11/2026 |
| 4 | Publicação do resultado preliminar das inscrições | 24/11/2026 |
| 5 | Prazo para interposição de recursos contra o indeferimento das inscrições | 24 e 25/11/2026 |
| 6 | Análise dos recursos | 26/11/2026 |
| 7 | Publicação da homologação definitiva das inscrições | 27/11/2026 |
| 8 | Apresentação dos Planos de Trabalho aos professores, avaliação pela Comissão Eleitoral Escolar e realização da votação secreta pelos professores, diretor e coordenador aptos da unidade escolar. | 14 a 16/12/2026 |
| 9 | Publicação do resultado final do processo de escolha | 18/12/2026 |

| | | |
|---|---|---|
| 10 | Início do exercício da função | 11/01/2027 |

ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO DE ESCOLHA – COORDENADOR PEDAGÓGICO – EDITAL Nº 06/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo: _____

CPF: _____

RG: _____ Órgão expedidor: _____

Data de nascimento: //_____

Telefone: _____

E-mail: _____

2. DADOS FUNCIONAIS

Matrícula funcional: _____

Unidade escolar de lotação: _____

Tempo de efetivo exercício na unidade escolar: _____

Formação acadêmica: _____

3. UNIDADE ESCOLAR PRETENDIDA

( ) Centro Educacional Municipal Júlia Moraes de Aquino

( ) Escola Municipal São João Batista

( ) Creche Municipal Mário Bruzadelle

( ) Escola Municipal Indígena 15 de Novembro

4. DOCUMENTOS APRESENTADOS

( ) Documento oficial de identidade e CPF;

( ) Comprovante de vínculo funcional;

( ) Diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia;

( ) Plano de Trabalho em formato PDF;

( ) Declaração de ciência e aceitação do Edital.

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente dos requisitos, critérios e procedimentos estabelecidos no Edital nº 06/2026.

General Carneiro–MT, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do candidato: _____

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E ACEITAÇÃO DO EDITAL

Eu, _____, inscrito(a) no CPF nº _____, candidato(a) à função de Coordenador Pedagógico da unidade escolar _____, declaro, sob as penas da lei, que conheço e aceito as normas do Edital nº 06/2026 e da legislação municipal aplicável à função pretendida, comprometendo-me a apresentar documentos verdadeiros e a cumprir os requisitos e as etapas correspondentes à minha candidatura.

Declaro, ainda, estar ciente de que a prestação de informações falsas ou a apresentação de documentos inverídicos poderá acarretar o indeferimento da inscrição ou a anulação da escolha, observadas as disposições legais aplicáveis.

General Carneiro–MT, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do candidato: _____

ANEXO IV – PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS PARA A ESCOLHA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

A avaliação será realizada pela Comissão Eleitoral Escolar composta por: Diretor escolar, secretário escolar, presidente do CDCE e dois professores efetivos, observando os critérios objetivos e a pontuação estabelecidos no Anexo VII.

A votação será secreta e restrita aos professores efetivos e seletistas da respectiva unidade escolar, conforme os arts. 11 e 12 da Lei Municipal nº 1.283/2025. Lei Nº 1.283/2025 de 01 de julho de 2025 - Eleição de Coordenadores Pedagógicos no âmbito municipal. - Jornal Oficial AMM-MT - Associação Mato-grossense dos Municípios.

ANEXO V – FORMULÁRIO OFICIAL DE RECURSO ADMINISTRATIVO

À Comissão Eleitoral Escolar do Processo de Escolha – Edital nº 06/2026.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO RECORRENTE

Nome completo: _____

CPF: _____ Telefone: _____

Função:

( ) Coordenador Pedagógico

Unidade escolar: _____

2. ETAPA RECORRIDA

Assinale a opção correspondente:

( ) Indeferimento de inscrição;

( ) Resultado preliminar da avaliação do Plano de Trabalho do Coordenador Pedagógico;

( ) Resultado da votação para Coordenador Pedagógico;

( ) Classificação final do processo de escolha.

3. MOTIVAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

_____

_____

_____

_____

4. PEDIDO

_____

_____

_____

General Carneiro–MT, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do recorrente: _____

ANEXO VI – ROTEIRO DO PLANO DE TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes tópicos, sem prejuízo de outros elementos compatíveis com a Lei Municipal nº 1.283/2025:

1. Diagnóstico pedagógico da unidade escolar: resultados de aprendizagem, alfabetização, frequência dos estudantes, necessidades formativas dos professores e prioridades estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico (PPP).

2. Metodologia de implementação da BNCC e do PPP: estratégias, responsabilidades e articulação com o currículo municipal e o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC/MT), contemplando:

- Acompanhamento da implantação da Política Municipal de Alfabetização;
- Acompanhamento e monitoramento da Educação em Tempo Integral;
- Acompanhamento da Educação Especial e Inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3. Cronograma de ações pedagógicas e formativas: reuniões pedagógicas, planejamento coletivo, acompanhamento das práticas em sala de aula, formação continuada e monitoramento das avaliações externas e internas, com devolutivas aos professores.

4. Indicadores de avaliação e acompanhamento: metas mensuráveis, instrumentos de acompanhamento e periodicidade de análise dos resultados.

5. Viabilidade e alinhamento curricular: coerência entre diagnóstico, ações propostas, BNCC, PPP e recursos disponíveis.

**ANEXO VII – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO**

A Comissão Eleitoral Escolar, composta por Gestor Escolar, Secretário Escolar, Presidente do CDCE e dois representantes dos professores, deverá elaborar, publicar e utilizar previamente uma ficha de avaliação com critérios objetivos, observando a composição estabelecida na Lei Municipal nº 1.283/2025.

1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

| **Critério de avaliação** | **Pontuação máxima** |
|---|---|
| Viabilidade das propostas e exequibilidade do cronograma | 40 pontos |
| Alinhamento à BNCC, ao PPP e ao currículo aplicável | 35 pontos |
| Diagnóstico pedagógico e definição de prioridades | 10 pontos |
| Indicadores, monitoramento e avaliação das ações | 10 pontos |
| Clareza, organização e coerência do Plano de Trabalho | 5 pontos |
| **TOTAL** | **100 pontos** |

**2. CRITÉRIO ELIMINATÓRIO**

Será eliminado o Plano de Trabalho que obtiver menos de 60 (sessenta) pontos em 100, conforme o art. 4º, § 1º, da Lei Municipal nº 1.283/2025. Lei Nº 1.283/2025 de 01 de julho de 2025 - Eleição de Coordenadores Pedagógicos no âmbito municipal. - Jornal Oficial AMM-MT - Associação Mato-grossense dos Municípios

**3. OBSERVAÇÕES**

A apresentação do Plano de Trabalho aos professores é etapa obrigatória.

A votação para Coordenador Pedagógico será secreta e restrita aos professores efetivos e celetistas, conforme os arts. 11 e 12 da Lei Municipal nº 1.283/2025.

A Comissão Eleitoral Escolar deverá registrar em ATA os resultados da avaliação e da votação, observando os procedimentos previstos neste Edital e na legislação municipal.

**EDITAL Nº 005-2026 - PROCESSO DE ESCOLHA PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR.**

*ESTADO DE MATO GROSSO*
**Secretaria Municipal de Educação-General Carneiro-MT.**
**CNPJ: 62.812.762/0001-40**

**PROCESSO DE ESCOLHA PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR – EDITAL Nº 005/2026**

RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GENERAL CARNEIRO – MT, por meio da Comissão Organizadora do Processo de Escolha para a função de Diretor Escolar, regido pelo Edital nº 005/2026, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS**, após análise da documentação apresentada pelos candidatos, conforme os requisitos estabelecidos no referido Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Ficam DEFERIDAS as inscrições dos seguintes candidatos:

| Nº | NOME DO CANDIDATO | UNIDADE ESCOLAR |
|---|---|---|
| 01 | Edineia Mendes Batista | Creche Municipal Mário Bruzadelle |
| 02 | Leenny Teixeira de Araújo | Centro Educacional Júlia Moraes de Aquino |
| 03 | Laura Rezende de Lima | Escola Municipal São João Batista |
| 04 | Sandra Sousa Paulino | Escola Municipal Indígena 15 de Novembro |

2. DOS RECURSOS

Conforme previsto no item 9.2 do Edital nº 005/2026, os candidatos poderão interpor recurso administrativo contra o resultado preliminar das inscrições no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos dias 10 e 11 de novembro de 2026.

Os recursos deverão ser apresentados conforme as disposições estabelecidas no edital.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Após a análise e o julgamento dos recursos eventualmente apresentados, será publicada, em 12 de novembro de 2026, a relação definitiva das inscrições homologadas, conforme o cronograma oficial.

Rua Dr. João Ponce de Arruda, s/nº - Centro - Fone: (66) 3416-1056
E-mail: sme@generalcarneiro.mt.gov.br CEP: 78.620-000 – General Carneiro - Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO
Caminhar para o progresso

*ESTADO DE MATO GROSSO*
**Secretaria Municipal de Educação-General Carneiro-MT.**
**CNPJ: 62.812.762/0001-40**

General Carneiro – MT, 10 de novembro de 2026.

CARLIA LEITE CARVALHO VIGATO:56813830163

Assinado de forma digital por CARLIA LEITE CARVALHO VIGATO:56813830163
Dados: 2026.11.10 08:35:54 -03'00'

**Carlia Leite Carvalho Vigato**
Secretária Municipal de Educação

Rua Dr. João Ponce de Arruda, s/nº - Centro - Fone: (66) 3416-1056
E-mail: sme@generalcarneiro.mt.gov.br CEP: 78.620-000 – General Carneiro - Mato Grosso

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

### PORTARIA Nº 103 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

**“Dispõe sobre o enquadramento funcional dos servidores públicos da Educação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 110/2026 que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Pública do**

**Município de Glória D'Oeste – MT".**

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 127, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e;

Considerando que o Município está promovendo o enquadramento funcional de todos os servidores, conforme determina a Lei Complementar Municipal nº 110/2026 e demais normas aplicáveis;

Considerando a conclusão da análise minuciosa dos dados funcionais e documentais do restante do quadro de pessoal, garantindo a efetividade da reestruturação da carreira;

Considerando que foram respeitados integralmente os critérios legais e isonômicos para todos os servidores ao longo das etapas realizadas, assegurando a mesma data de efeitos funcionais e financeiros;

**RESOLVE: Art. 1º –** Ficam enquadrados, a partir de 13/10/2026, os servidores relacionados no Anexo I e II desta Portaria, nos respectivos cargos e classes, conforme critérios previstos na Lei Complementar Municipal nº 110/2026, de 06 de outubro de 2026.

**Art. 2º –** O presente enquadramento produz efeitos financeiros a partir 01 de janeiro de 2026, de forma a assegurar igualdade de tratamento entre todos os professores.

**Art. 3º –** O presente enquadramento produz efeitos financeiros a partir 23 de junho de 2026, de forma a assegurar igualdade de tratamento entre todos os demais servidores públicos da educação.

**Art. 4º –** Com a publicação desta Portaria, considera-se concluído o procedimento de enquadramento funcional instituído pela Lei Complementar nº 110/2026.

**Art. 5º –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

**ANEXO I**

**Art. 1º –** O presente enquadramento produz efeitos financeiros a partir 01 de janeiro de 2026, de forma a assegurar igualdade de tratamento entre todos os professores integrantes da tabela IV do Anexo II da Lei Complementar nº 110/2026.

**ENQUADRAMENTO FUNCIONAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 935 | SILVILENE BARBOSA DE SOUZA | B-04 | B-04 |

**ANEXO II**

**Art. 2º –** O presente enquadramento produz efeitos financeiros a partir 23 de junho de 2026, de forma a assegurar igualdade de tratamento entre todos os demais servidores públicos da educação.

**ENQUADRAMENTO FUNCIONAL DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

| MATRÍCULA | NOME | CLASSE/NÍVEL (Atual) | ENQUADRAMENTO FUNCIONAL Port. Nº 076/2026 |
|---|---|---|---|
| 2896 | JAIR RODRIGUES DA SILVA | A-04 | A-04 |
| 3044 | EMILAINE NASCIMENTO VESPAZIANO | B-05 | B-05 |
| 139 | CLEONICE FRANCISCO | B-05 | B-05 |

**RELATÓRIO FINAL Nº 02/2026**

Procedimento de enquadramento funcional – Lei Complementar Municipal nº 110/2026 I – INTRODUÇÃO

O presente relatório final tem por objetivo apresentar os resultados da última etapa do procedimento de enquadramento funcional dos servidores públicos da Educação nos termos da Lei Complementar Municipal nº 110/2026 e demais atos normativos correlatos.

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O enquadramento é disciplinado pela Lei Complementar Municipal nº 110/2026, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Pública do Município de Glória D'Oeste - MT, devendo observar os critérios nela previstos, de forma isonômica e transparente.

III – JUSTIFICATIVA DO ESCALONAMENTO

Considerando o elevado número de servidores e a necessidade de análise minuciosa da vida funcional de cada um, optou-se pela execução do reenquadramento em etapas, garantindo que todos sejam contemplados com os mesmos critérios e datas de efeito.

IV – METODOLOGIA DE ANÁLISE

- Levantamento dos dados funcionais junto ao setor de Recursos Humanos;

- Conferência dos vínculos, cargos, classes e padrões;

-Aplicação das regras previstas no PCCS;

- Elaboração de lista nominal dos servidores contemplados nesta etapa.

V – RESULTADO DESTA ETAPA

Foi enquadrado nesta fase 01 (um) servidor, relacionado abaixo, com efeitos funcionais e financeiros a partir de 01 de janeiro de 2026.

| MATRÍCULA | NOME | CLASSE/NÍVEL (Atual) | ENQUADRAMENTO FUNCIONAL Port. Nº 076/2026 |
|---|---|---|---|
| 935 | SILVILENE BARBOSA DE SOUZA | B-04 | B-04 |

Foram enquadrados nesta fase 03 (três) servidores, relacionados abaixo, com efeitos funcionais e financeiros a partir de 23 de junho de 2026.

| MATRÍCULA | NOME | CLASSE/NÍVEL (Atual) | ENQUADRAMENTO FUNCIONAL Port. Nº 076/2026 |
|---|---|---|---|
| 2896 | JAIR RODRIGUES DA SILVA | A-04 | A-04 |
| 3044 | EMILAINE NASCIMENTO VESPAZIANO | B-05 | B-05 |
| 139 | CLEONICE FRANCISCO | B-05 | B-05 |

VI – CONCLUSÃO

Com a conclusão do enquadramento dos servidores constantes deste relatório e a edição da presente Portaria, declara-se encerrado o procedimento geral de enquadramento funcional dos servidores públicos municipais de Glória D'Oeste – MT, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 110/2026.

Glória D'Oeste – MT, 10 de novembro de 2026.

_____ Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

_____ Comissão

---

**PORTARIA N.º 104 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO PARA O RETORNO DE LICENÇA PRÊMIO DO SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

A Excelentíssima Senhora, **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO** Prefeita do Município de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

**R E S O L V E:**

**Artigo 1º DETERMINAR** o retorno de licença prêmio do Servidor **LUIZ CARLOS FONSECA DE ARAÚJO,** matrícula 98, portador do RG n. *0*-5 SSP/MT e do CPF nº ***.476.***-15 exercendo o cargo efetivo como Técnico Agrícola em provimento como Secretário de Agricultura, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura a partir de 10 de novembro de 2026.

**Artigo 2º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE,**

**PUBLIQUE-SE,**

**CUMPRA-SE.**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

---

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 168/2022**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2022**

**CONTRATANTE:** Município de Glória D'Oeste/MT, CNPJ nº 37.464.955/0001-00. **CONTRATADA:** FAVORITA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 44.052.064/0001-01.

**OBJETO:** Prorrogação da vigência por 03 (três) meses, sem novo reajuste dos preços.

**VIGÊNCIA PREVISTA: 26/10/2026 a 25/01/2027.**

**DATA DA ASSINATURA: 23/10/2026**

**Gheysa Maria Bonfim Borgato**

Prefeita Municipal

---

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026**

O Município de Glória D'Oeste/MT torna público que foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** o resultado do Pregão Presencial nº 05/2026 – Processo Administrativo nº 041/2026, destinado ao registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil, materiais elétricos e hidráulicos, ferramentas, equipamentos, equipamentos de proteção individual – EPIs e itens afins, em favor das seguintes empresas:

· **A L QUINTA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA. –** R$ 28.333,00

· **ALLED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. –** R$ 70.877,35

· **CONSTRUFER MÁQUINAS, CONSTRUÇÕES, FERRAMENTAS E EPI –** R$ 17.509,00

· **JM MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS LTDA. –** R$ 1.598,25

· **KP MATERIAIS ELÉTRICOS E CONSTRUÇÃO LTDA. –** R$ 14.720,05

· **M LUZ MATERIAIS ELÉTRICOS E CONSTRUÇÃO LTDA. –** R$ 3.926,05

· **MANY COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. –** R$ 27.714,37

· **SCARPAZZA CONSTRUÇÃO E ACABAMENTO LTDA. –** R$ 728.381,78

Valor total adjudicado e homologado: **R$ 893.059,85 (oitocentos e noventa e três mil, cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)**.

Glória D'Oeste/MT, 10 de novembro de 2026.

**GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**

Prefeita Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte-MT, comunica a todos os interessados que realizou a CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL POR MEIO DE SEU EMPRESÁRIO EXCLUSIVO DO SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA “ALISSON E RÔMULO”, inscrita no CNPJ nº 32.291.375/0001-44**,** com um valor total estimado de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O processo tem Fundamentos Legais no art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Guarantã do Norte – MT, 10 de Novembro de 2026. Juliana Akemi Kobayashi - Agente de Contratação.

### EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO N° 121/2026**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE – MT.

**CONTRATADA:** R A EVENTOS E SHOWS LTDA.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL POR MEIO DE SEU EMPRESÁRIO EXCLUSIVO DO SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA “ALISSON E RÔMULO”

**VALOR TOTAL:** R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

**DATA**: 10/11/2026

**FUNDAMENTAÇÃO:** Artigo 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021

**ALBERTO MÁRCIO GONÇALVES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2026

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte-MT, comunica a todos os interessados que realizou a CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL POR MEIO DE SEU EMPRESÁRIO EXCLUSIVO DO SHOW ARTÍSTICO DA BANDA “BOM D’ FARRA”, inscrita no CNPJ nº 46.241.184/0001-82**,** com um valor total estimado de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). O processo tem Fundamentos Legais no art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Guarantã do Norte – MT, 10 de Novembro de 2026. Juliana Akemi Kobayashi - Agente de Contratação.

### EXTRATO DE CONTRATO

**CONTRATO N° 122/2026**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE – MT.

**CONTRATADA:** N. DA SILVA PERIN

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL POR MEIO DE SEU EMPRESÁRIO EXCLUSIVO DO SHOW ARTÍSTICO DA BANDA “BOM D’ FARRA”**.**

**VALOR TOTAL:** R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

**DATA**: 10/11/2026

**FUNDAMENTAÇÃO:** Artigo 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021

**ALBERTO MÁRCIO GONÇALVES**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

### LICITAÇÃO
### ADESÃO DE ATA 013-2026 - AQUISIÇÃO DE UM ÔNIBUS ESCOLAR

### TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026

### PROCESSO N° 185/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA/MT**, pessoa jurídica de Direito Público, sediada no Paço Municipal, na Avenida Rotary Internacional, n.º 944, Bairro Santa Maria Bertila, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.347.127/0001-70, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. WALDECI BARGA ROSA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº. 1.820.585-8 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº. 326.117.659-87, residente e domiciliado nesta cidade de Guiratinga-MT, considerando o Parecer Jurídico favorável torna público que ADERE como **“carona”** à Ata de Registro de Preços **Nº 041/2026** do **Prefeitura Municipal de Tabaporã-MT**, oriunda do **Pregão Eletrônico n° 007/2026**, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, cujo o objeto é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, DESTINADOS A ATENDER A FROTA DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ,** em que foram registrados preços para a seguinte empresa, conforme especificações abaixo:

**EMPRESA DETENTORA DA ATA:** MARCOPOLO S.A, inscrita no CNPJ nº: **88.611.835/0018-77.**

**ENDEREÇO:** Rua Irmão Gildo Schiavo, n.110, bairro São Cristóvão, Caxias do Sul, RS

**PARA OS SEGUINTES ITENS:**

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Veículo tipo ônibus rodoviário executivo, com chassi e carroceria compatíveis (integrados ou montados), capacidade para 43 lugares, incluso 1 motorista e 1 auxiliar, motor diesel atendendo ao PROCONVE P-8 (Euro VI ou superior) com potência mínima de 210 cv e torque mínimo de 750 NM, transmissão manual de 6 marchas, PBT mínimo de 13.000 kg, freios pneumáticos com ABS, direção hidráulica, suspensão dianteira e traseira, rodas com pneus 275/80 R22.5 e tanque mínimo de 150 litros, veículo com comprimento mínimo de 11.200 mm e largura externa mínima de 2.400 mm e entre eixos com distância mínima de 5.500 mm. Deverá possuir poltronas reclináveis tipo executiva, revestidas em material lavável, com cintos retráteis, tomadas USB e portacopos, sistema de ar-condicionado de teto, rádio USB/MP3, câmera de ré com monitor, iluminação interna em LED, porta-pacotes, bagageiro traseiro e lateral, divisória de cabine com porta e dispositivo de acessibilidade conforme ABNT NBR 15320, equipamentos/acessórios exigidos pelo CONTRAN. Condições gerais: Veículo novo, zero quilômetro, ano de fabricação 2025 e modelo 2026 (quando disponível), devidamente licenciado e emplacado | UND | 1 | R$ 989.000,00 | R$ 989.000,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | em nome do Município de Tabaporã, entregue pronto para uso. | | | | |

**VALOR TOTAL: R$ 989.000,00 (novecentos e oitenta e nove mil reais).**

Guiratinga, 09 de novembro de 2026.

**WALDECI BARGA ROSA**

Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N°168/2026 - CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA LUCIANA MARIA PALHA RIBEIRO**

MUNICÍPIO DE GUIRATINGA

Gabinete do Prefeito

O Prefeito Municipal de Guiratinga e/ou a Diretora do Departamento de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Guiratinga-MT, usando de suas atribuições legais, resolve:

Considerando que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme o artigo 37 da Constituição Federal;
Considerando o princípio da publicidade envolve a divulgação de informações pela Administração Pública, esse princípio tem a finalidade de mostrar que o Poder Público deve agir com maior transparência possível, para que a população tenha conhecimento de todos os seus atos.

Considerando o Requerimento da servidora de 04/11/2026 solicitando 30 (trinta) dias de férias.

Considerando o Deferimento Favorável no Requerimento acima citado em 09/11/2026 pela Secretária de Administração.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedido 30 (trinta) dias de férias à servidora LUCIANA MARIA PALHA RIBEIRO, portadora do CPF nº 893.180.991-34, ocupante do cargo de FONOAUDIOLOGO-NASF, com matrícula funcional nº 1433, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.

Artigo 2º - A concessão de férias teve início no dia 09/11/2026 e o término será no dia 08/12/2026.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Waldeci Barga Rosa
Prefeito Municipal

**RECURSOS HUMANOS**
**RETIFICAÇÃO DE PORTARIAS DE CONCESSÃO DE FÉRIAS**

MUNICÍPIO DE GUIRATINGA

Gabinete do Prefeito

O Prefeito Municipal de Guiratinga e/ou a Diretora do Departamento de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Guiratinga-MT, usando de suas atribuições legais, resolve:

Resolve:

Retificar as Portarias nº 165/2026, nº 166/2026 e nº 167/2026 , publicadas na AMM, de 10 de novembro de 2026, nº 5112, pags. 355,356.

Onde se lê: “A concessão de férias tem início no dia 09/11/2026 e término no dia 08/11/2026''

Leia-se : ''A concessão de férias tem início no dia 09/11/2026 e término no dia 08/12/2026''.

**Waldeci Barga Rosa**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

**GABINETE DO PREFEITO**
**EXTRATO QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2026**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ/MT**

**CONTRATADA: CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES -** CNPJ nº 23.019.551/0001-00

**DO OBJETO** Alteração da Cláusula Quarta no item INSUMOS FARMACÊUTICOS (MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS) (Clausula 2ª § 7º) , visando a inclusão e exclusão de Fonte de Recursos para o empenho das despesas relativas ao Contrato de Rateio n° 001/2026

**DATA DA ASSINATURA:** 10 de novembro 2026

**EMERSON SABATINE**

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT

## DEP. DE CONTABILIDADE
## DECRETOS CONTABILIDADE

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**CNPJ 07.209.225/0001-00**
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

### DECRETO Nº 109/2026

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor EMERSON SABATINE, Prefeito Municipal de ITANHANGÁ, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 804/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**DECRETA**

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 827.528,29 (oitocentos e vinte e sete mil quinhentos e vinte e oito reais e vinte e nove centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO GABINETE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 21 | 02.001.04.122.0002.2002.3.1.90.13.1.500.0000000 Obrigações Patronais<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 12.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **12.000,00** |

**Órgão: 03 - SEC. MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 44 | 03.001.04.123.0002.2007.3.1.90.11.1.500.0000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 53.000,00 |
| Cód. red.: 45 | 03.001.04.123.0002.2007.3.1.90.13.1.500.0000000 Obrigações Patronais<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 10.300,00 |
| Cód. red.: 53 | 03.001.04.123.0002.2007.3.3.90.40.1.500.0000000 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 8.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **71.300,00** |

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 70 | 04.001.12.122.0004.2009.3.1.90.94.1.500.1001000 Indenizações e Restituições Trabalhistas<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 7.000,00 |
| Cód. red.: 72 | 04.001.12.122.0004.2009.3.3.90.30.1.500.1001000 Material de Consumo<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 37.386,18 |
| Cód. red.: 75 | 04.001.12.122.0004.2009.3.3.90.37.1.500.1001000 Locação de Mão-de-obra<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 2.725,00 |
| Cód. red.: 76 | 04.001.12.122.0004.2009.3.3.90.39.1.500.1001000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 19.812,22 |
| Cód. red.: 82 | 04.001.12.122.0004.2010.3.3.90.14.1.500.1001000 Diárias - Civil<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 4.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **71.423,40** |

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 94 | 04.002.12.306.0004.2018.3.3.90.32.1.500.0000000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 34.232,77 |
| Cód. red.: 96 | 04.002.12.306.0004.2020.3.3.90.32.1.552.0000000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita<br>Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | | 273,60 |
| Cód. red.: 111 | 04.002.12.361.0004.2014.3.3.90.39.1.550.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferência do Salário Educação | | 24.000,00 |
| Cód. red.: 115 | 04.002.12.361.0004.2015.4.4.90.52.1.500.1001000 Equipamentos e Material Permanente<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 5.000,00 |
| Cód. red.: 121 | 04.002.12.365.0003.1007.4.4.90.30.1.500.1001000 Material de Consumo<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 9.227,91 |
| Cód. red.: 128 | 04.002.12.365.0004.2013.3.3.90.39.1.500.1001000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 6.350,00 |
| | | **Sub-Total:** | **79.084,28** |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**CNPJ 07.209.225/0001-00**
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 003 - FUNDEB**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 138 | 04.003.12.361.0004.2021.3.1.90.13.1.540.1070000 Obrigações Patronais<br>Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 17.000,00 |
| Cód. red.: | 142 | 04.003.12.361.0004.2024.3.1.90.11.1.540.0000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 15.000,00 |
| Cód. red.: | 143 | 04.003.12.361.0004.2024.3.1.90.13.1.540.0000000 Obrigações Patronais<br>Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 3.000,00 |
| Cód. red.: | 154 | 04.003.12.361.0004.2079.3.1.90.04.1.540.1070000 Contratação por Tempo Determinado<br>Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 26.000,00 |
| Cód. red.: | 155 | 04.003.12.361.0004.2079.3.1.90.11.1.540.1070000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 30.152,02 |
| Cód. red.: | 166 | 04.003.12.365.0004.2023.3.1.90.13.1.540.1070000 Obrigações Patronais<br>Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 45.530,33 |
| | | **Sub-Total:** | **136.682,35** |

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 004 - DEPARTAMENTO DE CULTURA**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 192 | 04.004.13.392.0008.2025.3.1.90.11.1.500.0000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 13.000,00 |
| Cód. red.: | 197 | 04.004.13.392.0008.2025.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 |
| Cód. red.: | 202 | 04.004.13.392.0008.2025.3.3.90.39.1.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 9.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **24.000,00** |

**Órgão: 05 - SEC. MUNICIPAL DE SAUDE**
**Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 219 | 05.001.10.122.0009.2026.3.3.90.14.1.500.1002000 Diárias - Civil<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 720,00 |
| Cód. red.: | 232 | 05.001.10.122.0009.2030.3.3.90.14.1.500.1002000 Diárias - Civil<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 1.700,00 |
| Cód. red.: | 251 | 05.001.10.301.0010.2027.3.1.90.04.1.604.0000600 Contratação por Tempo Determinado<br>Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | 4.000,00 |
| Cód. red.: | 253 | 05.001.10.301.0010.2027.3.1.90.13.1.500.1002000 Obrigações Patronais<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 40.079,68 |
| Cód. red.: | 253 | 05.001.10.301.0010.2027.3.1.90.13.1.600.0000600 Obrigações Patronais<br>Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 1.590,53 |
| Cód. red.: | 272 | 05.001.10.302.0005.1018.4.4.90.52.1.755.0000000 Equipamentos e Material Permanente<br>Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta | 1.582,60 |
| Cód. red.: | 287 | 05.001.10.302.0011.2041.3.1.90.13.1.500.1002000 Obrigações Patronais<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 29.029,60 |
| Cód. red.: | 289 | 05.001.10.302.0011.2041.3.1.90.94.1.500.1002000 Indenizações e Restituições Trabalhistas<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 29.000,00 |
| Cód. red.: | 296 | 05.001.10.302.0011.2041.3.3.90.39.1.500.1002000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 54.150,08 |
| Cód. red.: | 296 | 05.001.10.302.0011.2041.3.3.90.39.1.600.0000603 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Especializada | 9.066,67 |
| Cód. red.: | 296 | 05.001.10.302.0011.2041.3.3.90.39.2.500.1002000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 426,00 |
| Cód. red.: | 314 | 05.001.10.304.0013.2042.3.3.90.39.1.600.0000605 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 6.401,57 |
| Cód. red.: | 318 | 05.001.10.305.0013.2043.3.1.90.04.1.500.1002000 Contratação por Tempo Determinado<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 2.000,00 |
| Cód. red.: | 319 | 05.001.10.305.0013.2043.3.1.90.11.1.500.1002000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 5.000,00 |
| Cód. red.: | 319 | 05.001.10.305.0013.2043.3.1.90.11.1.604.0000605 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | 5.000,00 |
| Cód. red.: | 320 | 05.001.10.305.0013.2043.3.1.90.13.1.500.1002000 Obrigações Patronais<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 1.558,15 |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**CNPJ 07.209.225/0001-00**
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 332 | 05.001.10.306.0012.2033.3.3.71.70.1.500.1002000 Rateio pela Participação em Consórcio Público<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 434,00 |
| | | **Sub-Total:** | **191.738,88** |

**Órgão: 07 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E CONTROLE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | |
|---|---|---|
| Cód. red.: 363 | 07.001.04.122.0002.2049.3.1.90.04.1.500.0000000 Contratação por Tempo Determinado<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 2.600,00 |
| Cód. red.: 369 | 07.001.04.122.0002.2049.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 2.525,65 |
| Cód. red.: 369 | 07.001.04.122.0002.2049.3.3.90.30.2.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 2.322,00 |
| | **Sub-Total:** | **7.447,65** |

**Órgão: 08 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | |
|---|---|---|
| Cód. red.: 393 | 08.001.08.122.0002.2052.3.1.90.11.1.500.0000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 35.698,97 |
| Cód. red.: 394 | 08.001.08.122.0002.2052.3.1.90.13.1.500.0000000 Obrigações Patronais<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 5.910,00 |
| Cód. red.: 396 | 08.001.08.122.0002.2052.3.1.90.94.1.500.0000000 Indenizações e Restituições Trabalhistas<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 3.688,71 |
| Cód. red.: 398 | 08.001.08.122.0002.2052.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 4.722,00 |
| Cód. red.: 401 | 08.001.08.122.0002.2052.3.3.90.37.1.500.0000000 Locação de Mão-de-obra<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 810,00 |
| | **Sub-Total:** | **50.829,68** |

**Órgão: 08 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | |
|---|---|---|
| Cód. red.: 420 | 08.002.08.122.0018.2059.4.4.90.52.1.660.0000000 Equipamentos e Material Permanente<br>Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 10.000,00 |
| Cód. red.: 435 | 08.002.08.244.0016.2077.3.3.90.30.1.660.0000000 Material de Consumo<br>Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 714,00 |
| Cód. red.: 446 | 08.002.08.245.0021.2054.3.1.90.04.1.500.0000000 Contratação por Tempo Determinado<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 12.799,95 |
| Cód. red.: 452 | 08.002.08.245.0021.2054.3.3.90.30.1.660.0000000 Material de Consumo<br>Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 4.100,00 |
| | **Sub-Total:** | **27.613,95** |

**Órgão: 08 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**
**Unidade: 003 - FUNDO MUNIC. DOS DIREITOS CRIANCA E ADOLESC. FMDCA**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | |
|---|---|---|
| Cód. red.: 466 | 08.003.08.243.0022.2060.3.3.90.14.1.500.0000000 Diárias - Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 275,00 |
| | **Sub-Total:** | **275,00** |

**Órgão: 09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE OBRAS**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | |
|---|---|---|
| Cód. red.: 487 | 09.001.04.122.0002.2063.3.1.90.11.1.500.0000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 30.000,00 |
| Cód. red.: 488 | 09.001.04.122.0002.2063.3.1.90.13.1.500.0000000 Obrigações Patronais<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 34.000,00 |
| Cód. red.: 490 | 09.001.04.122.0002.2063.3.1.90.94.1.500.0000000 Indenizações e Restituições Trabalhistas<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 |
| Cód. red.: 492 | 09.001.04.122.0002.2063.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 22.071,10 |
| Cód. red.: 492 | 09.001.04.122.0002.2063.3.3.90.30.2.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 11.214,00 |
| Cód. red.: 512 | 09.001.26.122.0002.2066.3.3.90.39.1.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 33.677,01 |
| Cód. red.: 512 | 09.001.26.122.0002.2066.3.3.90.39.1.711.0000804 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 5.430,00 |
| Cód. red.: 512 | 09.001.26.122.0002.2066.3.3.90.39.1.750.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 15.240,99 |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**CNPJ 07.209.225/0001-00**
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | **Sub-Total:** | **153.633,10** |
| **Órgão:** | **10 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES LAZER E TURISMO** | | |
| **Unidade:** | **001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 577 | 10.001.27.812.0017.2071.3.3.90.14.1.500.0000000 Diárias - Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 1.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **1.500,00** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **827.528,29** |

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **02 - GABINETE DO PREFEITO** | | |
| **Unidade:** | **001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO GABINETE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 30 | 02.001.04.122.0002.2002.4.4.90.52.1.755.0000000 Equipamentos e Material Permanente<br>Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta | | 10.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **10.000,00** |
| **Órgão:** | **04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA** | | |
| **Unidade:** | **002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 102 | 04.002.12.361.0003.1008.3.3.90.30.1.500.1001000 Material de Consumo<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 40.000,00 |
| Cód. red.: 103 | 04.002.12.361.0003.1008.3.3.90.39.1.500.1001000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 30.000,00 |
| Cód. red.: 119 | 04.002.12.365.0003.1007.3.3.90.30.1.540.0000000 Material de Consumo<br>Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | | 30.000,00 |
| Cód. red.: 120 | 04.002.12.365.0003.1007.3.3.90.39.1.500.1001000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 30.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **130.000,00** |
| **Órgão:** | **04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA** | | |
| **Unidade:** | **003 - FUNDEB** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 140 | 04.003.12.361.0004.2021.3.1.90.94.1.540.1070000 Indenizações e Restituições Trabalhistas<br>Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | | 37.000,00 |
| Cód. red.: 141 | 04.003.12.361.0004.2024.3.1.90.04.1.540.0000000 Contratação por Tempo Determinado<br>Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | | 100.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **137.000,00** |
| **Órgão:** | **04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA** | | |
| **Unidade:** | **004 - DEPARTAMENTO DE CULTURA** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 191 | 04.004.13.392.0008.2025.3.1.90.04.1.500.0000000 Contratação por Tempo Determinado<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 120.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **120.000,00** |
| **Órgão:** | **05 - SEC. MUNICIPAL DE SAUDE** | | |
| **Unidade:** | **001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 232 | 05.001.10.122.0009.2030.3.3.90.14.2.500.1002000 Diárias - Civil<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 75,00 |
| Cód. red.: 261 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.39.1.500.1002000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 50.000,00 |
| Cód. red.: 261 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.39.1.600.0000600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | | 50.000,00 |
| Cód. red.: 261 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.39.1.621.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | | 20.000,00 |
| Cód. red.: 272 | 05.001.10.302.0005.1018.4.4.90.52.2.500.1002000 Equipamentos e Material Permanente<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 351,00 |
| Cód. red.: 305 | 05.001.10.304.0013.2042.3.1.90.04.1.500.1002000 Contratação por Tempo Determinado<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 1.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **121.426,00** |
| **Órgão:** | **06 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA, INDUS. COM. E MEIO AMBIENTE** | | |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**CNPJ 07.209.225/0001-00**
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA** | | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 333 | 06.001.04.122.0002.2044.3.1.90.04.1.500.0000000 Contratação por Tempo Determinado<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 352 | 06.001.20.608.0014.2047.3.3.90.30.2.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 7.504,13 |
| | | **Sub-Total:** | **8.504,13** |
| **Órgão: 07 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | | | |
| **Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E CONTROLE** | | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 373 | 07.001.04.122.0002.2049.3.3.90.37.1.500.0000000 Locação de Mão-de-obra<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 50.000,00 |
| Cód. red.: 374 | 07.001.04.122.0002.2049.3.3.90.39.1.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 50.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **100.000,00** |
| **Órgão: 08 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO** | | | |
| **Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 432 | 08.002.08.244.0016.2075.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 1.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **1.000,00** |
| **Órgão: 09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO** | | | |
| **Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA URBANA** | | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 532 | 09.002.26.451.0003.1036.4.4.90.51.1.500.0000000 Obras e Instalações<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 193.566,29 |
| | | **Sub-Total:** | **193.566,29** |
| **Órgão: 09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO** | | | |
| **Unidade: 007 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE** | | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 564 | 09.007.26.782.0019.1045.3.3.90.39.2.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 6.031,87 |
| | | **Sub-Total:** | **6.031,87** |
| | | **Total Parcial Reduzido:** | **827.528,29** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

ITANHANGÁ - MT, 1 de outubro de 2026

EMERSON SABATINE
CPF:555.836.521-87
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

## DECRETO Nº 110/2026

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor EMERSON SABATINE, Prefeito Municipal de ITANHANGÁ, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 804/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

## DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 527.099,83 (quinhentos e vinte e sete mil noventa e nove reais e oitenta e três centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos consignadas no Orçamento vigente:

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO GABINETE**

**Superávit financeiro**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 27 | 02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.39.2.501.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Outros Recursos não Vinculados | 480,00 |
| | | **Sub-Total:** | **480,00** |

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**

**Superávit financeiro**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 72 | 04.001.12.122.0004.2009.3.3.90.30.2.500.1001000 Material de Consumo<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 383,65 |
| Cód. red.: | 82 | 04.001.12.122.0004.2010.3.3.90.14.2.500.1001000 Diárias - Civil<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 600,00 |
| | | **Sub-Total:** | **983,65** |

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**

**Superávit financeiro**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 114 | 04.002.12.361.0004.2015.3.3.90.39.2.759.0000701 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação dos recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação FETHAB Aplicação em Transporte Escolar | 2.200,14 |
| | | **Sub-Total:** | **2.200,14** |

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 004 - DEPARTAMENTO DE CULTURA**

**Superávit financeiro**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 202 | 04.004.13.392.0008.2025.3.3.90.39.2.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 10.621,21 |
| | | **Sub-Total:** | **10.621,21** |

**Órgão: 05 - SEC. MUNICIPAL DE SAUDE**
**Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Superávit financeiro**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 252 | 05.001.10.301.0010.2027.3.1.90.11.2.600.0000600 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 5.604,73 |
| Cód. red.: | 253 | 05.001.10.301.0010.2027.3.1.90.13.2.600.0000600 Obrigações Patronais<br>Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 1.090,26 |
| Cód. red.: | 257 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.30.2.600.3120000 Material de Consumo<br>Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada | 2.209,00 |
| Cód. red.: | 261 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.39.2.621.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 18.720,40 |
| Cód. red.: | 296 | 05.001.10.302.0011.2041.3.3.90.39.2.500.1002000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 393,97 |
| | | **Sub-Total:** | **28.018,36** |

**Órgão: 06 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA, INDUS. COM. E MEIO AMBIENTE**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**

**Superávit financeiro**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 338 | 06.001.04.122.0002.2044.3.3.90.14.2.500.0000000 Diárias - Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 500,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**CNPJ 07.209.225/0001-00**
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 353 | 06.001.20.608.0014.2047.3.3.90.39.2.501.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Outros Recursos não Vinculados | | 22.714,85 |
| | | **Sub-Total:** | **23.214,85** |
| **Órgão:** | **06 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA, INDUS. COM. E MEIO AMBIENTE** | | |
| **Unidade:** | **002 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** | | |
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: 360 | 06.002.18.542.0015.2048.3.3.90.39.2.501.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Outros Recursos não Vinculados | | 7.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **7.500,00** |
| **Órgão:** | **07 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO** | | |
| **Unidade:** | **001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E CONTROLE** | | |
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: 375 | 07.001.04.122.0002.2049.3.3.90.40.2.500.0000000 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 381 | 07.001.04.122.0005.1023.4.4.90.52.2.755.0000000 Equipamentos e Material Permanente<br>Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta | | 4.860,00 |
| Cód. red.: 382 | 07.001.04.131.0002.2050.3.3.90.39.2.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 1.200,00 |
| Cód. red.: 385 | 07.001.04.392.0002.1024.3.3.90.39.2.501.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Outros Recursos não Vinculados | | 98.600,00 |
| | | **Sub-Total:** | **114.660,00** |
| **Órgão:** | **08 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETARIO** | | |
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: 406 | 08.001.08.122.0005.1029.4.4.90.52.2.755.0000000 Equipamentos e Material Permanente<br>Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta | | 4.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **4.000,00** |
| **Órgão:** | **09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO** | | |
| **Unidade:** | **001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE OBRAS** | | |
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: 492 | 09.001.04.122.0002.2063.3.3.90.30.2.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 4.204,80 |
| Cód. red.: 507 | 09.001.04.122.0002.2064.4.4.90.52.2.755.0000000 Equipamentos e Material Permanente<br>Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta | | 5.490,00 |
| | | **Sub-Total:** | **9.694,80** |
| **Órgão:** | **09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO** | | |
| **Unidade:** | **002 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA URBANA** | | |
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: 526 | 09.002.25.752.0005.2067.3.3.90.39.2.751.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | | 4.827,62 |
| Cód. red.: 533 | 09.002.26.782.0019.1042.3.3.90.30.2.501.0000000 Material de Consumo<br>Outros Recursos não Vinculados | | 6.418,20 |
| | | **Sub-Total:** | **11.245,82** |
| **Órgão:** | **09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO** | | |
| **Unidade:** | **005 - DEPARTAMENTO DE ARBORIZACAO, JARDINAGEM E LIMPEZA** | | |
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: 546 | 09.005.18.452.0015.2068.3.3.90.39.2.501.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Outros Recursos não Vinculados | | 5.766,00 |
| | | **Sub-Total:** | **5.766,00** |
| **Órgão:** | **09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO** | | |
| **Unidade:** | **006 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO** | | |
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: 556 | 09.006.17.512.0020.2069.3.3.90.30.2.501.0000000 Material de Consumo<br>Outros Recursos não Vinculados | | 34.067,00 |
| Cód. red.: 562 | 09.006.17.512.0020.2069.4.4.90.52.2.501.0000000 Equipamentos e Material Permanente<br>Outros Recursos não Vinculados | | 3.200,00 |
| | | **Sub-Total:** | **37.267,00** |
| **Órgão:** | **09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO** | | |
| **Unidade:** | **007 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE** | | |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**CNPJ 07.209.225/0001-00**
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: | 566 | 09.007.26.782.0019.1045.4.4.90.39.2.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 19.000,00 |
| Cód. red.: | 567 | 09.007.26.782.0019.1045.4.4.90.51.2.500.0000000 Obras e Instalações<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 224.999,00 |
| | | **Sub-Total:** | **243.999,00** |
| **Órgão:** | **10 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES LAZER E TURISMO** | | |
| **Unidade:** | **001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO** | | |
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: | 577 | 10.001.27.812.0017.2071.3.3.90.14.2.500.0000000 Diárias - Civil<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 750,00 |
| Cód. red.: | 580 | 10.001.27.812.0017.2071.3.3.90.39.2.501.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Outros Recursos não Vinculados | 2.670,00 |
| | | **Sub-Total:** | **3.420,00** |
| **Órgão:** | **10 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES LAZER E TURISMO** | | |
| **Unidade:** | **002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES** | | |
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: | 592 | 10.002.27.812.0017.2072.3.3.90.31.2.500.0000000 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 13.029,00 |
| Cód. red.: | 593 | 10.002.27.812.0017.2072.3.3.90.39.2.501.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Outros Recursos não Vinculados | 3.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **16.029,00** |
| **Órgão:** | **10 - SEC. MUNICIPAL DE ESPORTES LAZER E TURISMO** | | |
| **Unidade:** | **003 - DEPARTAMENTO DE LAZER** | | |
| **Superávit financeiro** | | | |
| Cód. red.: | 595 | 10.003.27.812.0003.1044.3.3.90.39.2.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 8.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **8.000,00** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **527.099,83** |

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nos termos do inciso I parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

ITANHANGÁ - MT, 1 de outubro de 2026

EMERSON SABATINE
CPF:555.836.521-87
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**CNPJ 07.209.225/0001-00**
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

## DECRETO Nº 111/2026

**SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Senhor EMERSON SABATINE, Prefeito Municipal de ITANHANGÁ, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 804/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

## DECRETA

Art. 1 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 598.213,70 (quinhentos e noventa e oito mil duzentos e treze reais e setenta centavos) nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos já consignadas no Orçamento vigente:

**Órgão: 03 - SEC. MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA**

**Excesso de arrecadação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 58 | 03.001.28.846.0006.2006.3.3.90.47.1.720.0000000 Obrigações Tributárias e Contributivas<br>Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 | 1.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **1.000,00** |

**Órgão: 05 - SEC. MUNICIPAL DE SAUDE**
**Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Excesso de arrecadação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 253 | 05.001.10.301.0010.2027.3.1.90.13.1.600.0000600 Obrigações Patronais<br>Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 16.666,00 |
| Cód. red.: | 257 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.30.1.600.3110000 Material de Consumo<br>Identificação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares individuais | 15.076,90 |
| Cód. red.: | 257 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.30.1.621.3210000 Material de Consumo<br>Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais | 149.028,38 |
| Cód. red.: | 261 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.39.1.600.3110000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares individuais | 213.996,33 |
| Cód. red.: | 261 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.39.1.621.3210000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais | 98.255,59 |
| Cód. red.: | 281 | 05.001.10.302.0011.2036.3.3.71.70.1.621.3210000 Rateio pela Participação em Consórcio Público<br>Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais | 50.000,00 |
| Cód. red.: | 304 | 05.001.10.303.0012.2029.3.3.71.70.1.621.3210000 Rateio pela Participação em Consórcio Público<br>Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais | 1,00 |
| | | **Sub-Total:** | **543.024,20** |

**Órgão: 06 - SEC. MUN. DE AGRICULTURA, INDUS. COM. E MEIO AMBIENTE**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**

**Excesso de arrecadação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 353 | 06.001.20.608.0014.2047.3.3.90.39.1.720.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 | 5.178,64 |
| | | **Sub-Total:** | **5.178,64** |

**Órgão: 08 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**Excesso de arrecadação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 452 | 08.002.08.245.0021.2054.3.3.90.30.1.661.0000000 Material de Consumo<br>Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 1.670,50 |
| | | **Sub-Total:** | **1.670,50** |

**Órgão: 09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE OBRAS**

**Excesso de arrecadação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 512 | 09.001.26.122.0002.2066.3.3.90.39.1.720.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 | 47.340,36 |
| | | **Sub-Total:** | **47.340,36** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **598.213,70** |

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

Art. 2º Para dar Cobertura ao Crédito Aberto conforme descrito no artigo1º, serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação apurado na fonte de recursos (1.720.0000000 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997), referente a receita 1.7.1.2.52.4.1 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal, na fonte de recursos (1.621.3210000 - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais), referente a receita 1.7.2.3.50.0.1.15 - Recurso de Emenda Parlamentar Nº 91 Portaria 0162/GBSES/2026 T.C. 036/2026 Dep. Estadual Gilberto Cattani, na fonte de recursos (1.621.3210000 - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais), referente a receita 1.7.2.3.50.0.1.16 - Recurso de Emenda Parlamentar Nº124 Portaria 0162/GBSES/2026 T.C. 026/2026 Dep. Estadual Elizeu Nascimento, na fonte de recursos (1.621.3210000 - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais), referente a receita 1.7.2.3.50.0.1.17 - Recurso de Emenda Parlamentar Nº263 Portaria 0343/GBSES/2025 T.C. 761/2025 Dep. Estadual Janaina Riva, na fonte de recursos (1.621.3210000 - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais), referente a receita 1.7.2.3.50.0.1.19 - REPASSE EMENDA PARLAMENTAR N° 091/2026 DEP. GILBERTO CATTANI TERMO COMP.577/2026, na fonte de recursos (1.600.3110000 - Identificação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares individuais), referente a receita 1.7.1.3.50.1.1.28 - Recurso de Emenda Nº23760008 Senador Jaime Campos Destinado Para Incremento no PAP, na fonte de recursos (1.661.0000000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social), referente a receita 1.7.2.9.51.0.1.01 - FEAS-MT, na fonte de recursos (1.621.3210000 - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais), referente a receita 1.7.2.3.50.0.1.20 - REPASSE DE EMENDA PARLAMENTAR Nº037/2026 DEP. EST. DIEGO GUIMARÃES T .C. Nº 336/2026 PORTARIA N° 0162/GBSES/2026, na fonte de recursos (1.621.3210000 - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais), referente a receita 1.7.2.3.50.0.1.18 - REPASSE DE RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR N°106/101/102/98/100 DEP ESTADUAL GILBERTO CATTANI PORTARIA 0343/GBSES/2025 TERMO DE COMPROMISSO 493/2025, na fonte de recursos (1.600.0000600 - Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica), referente a receita 1.7.1.3.50.1.1.27 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS EQUIPES DE SAUDE DA FAMILIA ESF E EQUIPES DE ATENCAO PRIMARIA EAP, nos termos do art.43,§1º, Inciso II da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

ITANHANGÁ - MT, 1 de outubro de 2026

EMERSON SABATINE
CPF:555.836.521-87
Prefeito Municipal

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ: 07.209.225/0001-00
Gestão 2025/2028

# DECRETO SUPLEMENTAR N° 112/2026

**SÚMULA:** "Abre crédito adicional suplementar por anulação total ou parcial de dotação no orçamento vigente e dá outras providências".

O Excelentíssimo Senhor **EMERSON SABATINE**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Federal 4.320/1964 e Lei Municipal 804/2025.

**D E C R E T A :**

**Art. 1° -** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação total ou parcial de dotações, no valor de **R$ 295.000,00** (Duzentos e Noventa e Cinco Mil Reais) nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal n° 4.320/64, para reforço de dotações e Fontes de Recursos no Orçamento vigente da Câmara Municipal, conforme segue:

**Órgão: 01 CAMARA MUNICIPAL**
Unidade:001 - Câmara Municipal
Função: 01 – Legislativa
Subfunção: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – GESTAO DAS ACOES DO LEGISLATIVO
Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção de Atividades da Câmara Municipal.
**Natureza de Despesa:**
33.90.14.00 – Diárias Civil.....R$ 10.000,00
33.90.30.00 – Material Consumo .....R$ 15.000,00
44.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente .....R$ 270.000,00

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.....R$ 295.000,00

**Total de Suplementações.....R$ 295.000,00**

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ: 07.209.225/0001-00
Gestão 2025/2028

**Art. 2° -** Para cobertura ao Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1° serão utilizados recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotações em conformidade com o §1° inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

**Órgão: 01 CAMARA MUNICIPAL**
Unidade:001 - Câmara Municipal
Função: 01 - Legislativa
Subfunção: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – GESTAO DAS ACOES DO LEGISLATIVO
Projeto/Atividade: 2001 – Manutenção de Atividades da Câmara Municipal.
**Natureza de Despesa:**
31.90.11.00 – Venc. Vantagens Fixas – P. Civil.....R$ 100.000,00
33.90.35.00 – Serviços de Consultoria .....R$ 75.000,00
33.90.39.00 – Outros Serv. Terc. – P. Jurídica.....R$ 90.000,00
33.90.41.00 – Contribuições .....R$ 10.000,00
33.90.93.00 – Indenização e Restituições .....R$ 20.000,00

**Fonte de Recurso:** 1.500.0000000 - Recursos não Vinculados de Impostos.....R$ 295.000,00

**Total de Suplementações.....R$ 295.000,00**

**Art. 3° -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.**

Itanhangá-MT, 01 de Outubro de 2026.

**EMERSON SABATINE**
PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Afixe

**Sandra Tomasi Tosi Lopes**
*Secretária de Finanças e Planejamento*

Avenida Santa Catarina, 314 - fone/fax: (66) 3578-2500 - CEP: 78.579.000 - Itanhangá - Mato Grosso.
www.itanhanga.mt.gov.br e-mail: gabinete@itanhanga.mt.gov.br

## DEP. DE CONTABILIDADE
## TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**CNPJ 07.209.225/0001-00**
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

### TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 010/2026

**SÚMULA: "Dispõe sobre a realização de remanejamento orçamentário, através de realocação de valores entre fontes de recursos de dotação orçamentária" .**

O Senhor EMERSON SABATINE, Prefeito Municipal de ITANHANGÁ, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 804/2025, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Considerando a necessidade de realocação de recursos orçamentários, com vistas variações do recebimento dos recursos e suas destinações;

Considerando a necessidade de inclusão no orçamento em vigor, de Fonte/Detalhamento de Recurso específica, em consonância com os Comunicados APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que as realocações de saldos entre fontes de recursos não alteram os saldos das respectivas dotações orçamentárias, mas apenas alterações de valores entre as fontes a elas vinculadas;

Considerando que o Art. 2 da Lei Municipal nº 740 de 09 de dezembro de 2024, autoriza a transpor, remanejar e transferir orçamentária entre Fontes de Recursos, o qual consiste na realocação entre fontes de recursos numa mesma dotação orçamentária

Art. 1º - Fica Autorizado o efetivo remanejamento orçamentário no valor de R$ 231.403,68 (duzentos e trinta e um mil quatrocentos e três reais e sessenta e oito centavos) entre fontes de recursos da mesma dotação orçamentária nas seguintes Dotações e Fontes/Detalhamentos de Recursos:

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 95 | 04.002.12.306.0004.2019.3.3.90.32.1.552.0000000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita<br>Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | | 400,00 |
| Cód. red.: 107 | 04.002.12.361.0004.2014.3.3.90.30.1.550.0000000 Material de Consumo<br>Transferência do Salário Educação | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 111 | 04.002.12.361.0004.2014.3.3.90.39.1.500.1001000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 111 | 04.002.12.361.0004.2014.3.3.90.39.1.550.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferência do Salário Educação | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 124 | 04.002.12.365.0004.2013.3.3.90.30.1.500.1001000 Material de Consumo<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | | 3.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **24.400,00** |

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 003 - FUNDEB**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 156 | 04.003.12.361.0004.2079.3.1.90.13.1.540.1070000 Obrigações Patronais<br>Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | | 10.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **10.000,00** |

**Órgão: 05 - SEC. MUNICIPAL DE SAUDE**
**Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 252 | 05.001.10.301.0010.2027.3.1.90.11.1.600.0000600 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | | 8.176,48 |
| Cód. red.: 257 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.30.1.600.0000600 Material de Consumo<br>Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | | 6.068,58 |
| Cód. red.: 286 | 05.001.10.302.0011.2041.3.1.90.11.1.605.0000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 304 | 05.001.10.303.0012.2029.3.3.71.70.1.621.0000000 Rateio pela Participação em Consórcio Público<br>Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | | 100.125,00 |
| Cód. red.: 306 | 05.001.10.304.0013.2042.3.1.90.11.1.604.0000605 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 307 | 05.001.10.304.0013.2042.3.1.90.13.1.604.0000605 Obrigações Patronais<br>Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | | 100,00 |
| | | **Sub-Total:** | **116.470,06** |

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
CNPJ 07.209.225/0001-00
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

**Órgão: 08 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 412 | 08.002.08.122.0002.2057.3.3.90.30.1.660.0000000 Material de Consumo<br>Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 1.178,00 |
| Cód. red.: | 419 | 08.002.08.122.0018.2059.3.3.90.39.1.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 |
| Cód. red.: | 426 | 08.002.08.244.0005.1032.4.4.90.52.1.660.0000000 Equipamentos e Material Permanente<br>Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 3.499,00 |
| Cód. red.: | 439 | 08.002.08.244.0023.2056.3.3.90.39.1.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 2.800,00 |
| Cód. red.: | 452 | 08.002.08.245.0021.2054.3.3.90.30.1.660.0000000 Material de Consumo<br>Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 2.478,62 |
| Cód. red.: | 452 | 08.002.08.245.0021.2054.3.3.90.30.1.661.0000000 Material de Consumo<br>Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 3.373,29 |
| Cód. red.: | 454 | 08.002.08.245.0021.2054.3.3.90.39.1.500.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 13.234,50 |
| | | **Sub-Total:** | **28.563,41** |

**Órgão: 09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE OBRAS**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 511 | 09.001.26.122.0002.2066.3.3.90.30.1.711.0000804 Material de Consumo<br>Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 3.352,50 |
| Cód. red.: | 512 | 09.001.26.122.0002.2066.3.3.90.39.1.711.0000804 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 2.872,86 |
| Cód. red.: | 512 | 09.001.26.122.0002.2066.3.3.90.39.1.750.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 5.730,00 |
| | | **Sub-Total:** | **11.955,36** |

**Órgão: 09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO**
**Unidade: 007 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 569 | 09.007.26.782.0019.2070.3.3.90.39.1.759.0000702 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Identificação de Transferência Fundo Municipal de Transporte | 40.014,85 |
| | | **Sub-Total:** | **40.014,85** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **231.403,68** |

Art. 2º - Para efetivação através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 95 | 04.002.12.306.0004.2019.3.3.90.32.1.500.0000000 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita<br>Recursos não Vinculados de Impostos | 400,00 |
| Cód. red.: | 107 | 04.002.12.361.0004.2014.3.3.90.30.1.500.1001000 Material de Consumo<br>Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 10.000,00 |
| Cód. red.: | 111 | 04.002.12.361.0004.2014.3.3.90.39.1.540.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 11.000,00 |
| Cód. red.: | 124 | 04.002.12.365.0004.2013.3.3.90.30.1.540.0000000 Material de Consumo<br>Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 3.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **24.400,00** |

**Órgão: 04 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 003 - FUNDEB**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 156 | 04.003.12.361.0004.2079.3.1.90.13.1.543.0000000 Obrigações Patronais<br>Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR | 10.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **10.000,00** |

**Órgão: 05 - SEC. MUNICIPAL DE SAUDE**
**Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 252 | 05.001.10.301.0010.2027.3.1.90.11.1.500.1002000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 8.176,48 |

ESTADO DE MATO GROSSO
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**
**CNPJ 07.209.225/0001-00**
Av. Santa Cararina, nº 314 - Centro - CEP 78579-000 - Itanhangá/MT
(66) 3578-2500 - prefeitura@itanhanga.mt.gov.br - w w w . itanhanga.mt.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 257 | 05.001.10.301.0010.2027.3.3.90.30.1.500.1002000 Material de Consumo<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 6.068,58 |
| Cód. red.: 286 | 05.001.10.302.0011.2041.3.1.90.11.1.500.1002000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 304 | 05.001.10.303.0012.2029.3.3.71.70.1.500.1002000 Rateio pela Participação em Consórcio Público<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 100.125,00 |
| Cód. red.: 306 | 05.001.10.304.0013.2042.3.1.90.11.1.500.1002000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 307 | 05.001.10.304.0013.2042.3.1.90.13.1.500.1002000 Obrigações Patronais<br>Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | | 100,00 |
| | | **Sub-Total:** | **116.470,06** |

**Órgão: 08 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 412 | 08.002.08.122.0002.2057.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 1.178,00 |
| Cód. red.: 419 | 08.002.08.122.0018.2059.3.3.90.39.1.660.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | | 2.000,00 |
| Cód. red.: 426 | 08.002.08.244.0005.1032.4.4.90.52.1.755.0000000 Equipamentos e Material Permanente<br>Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta | | 3.499,00 |
| Cód. red.: 439 | 08.002.08.244.0023.2056.3.3.90.39.1.661.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | | 2.800,00 |
| Cód. red.: 452 | 08.002.08.245.0021.2054.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 5.851,91 |
| Cód. red.: 454 | 08.002.08.245.0021.2054.3.3.90.39.1.660.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | | 6.849,50 |
| Cód. red.: 454 | 08.002.08.245.0021.2054.3.3.90.39.1.661.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | | 6.385,00 |
| | | **Sub-Total:** | **28.563,41** |

**Órgão: 09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE OBRAS**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 511 | 09.001.26.122.0002.2066.3.3.90.30.1.500.0000000 Material de Consumo<br>Recursos não Vinculados de Impostos | | 3.352,50 |
| Cód. red.: 512 | 09.001.26.122.0002.2066.3.3.90.39.1.705.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | | 8.602,86 |
| | | **Sub-Total:** | **11.955,36** |

**Órgão: 09 - SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO**
**Unidade: 007 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 569 | 09.007.26.782.0019.2070.3.3.90.39.1.759.0000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica<br>Recursos Vinculados a Fundos | | 40.014,85 |
| | | **Sub-Total:** | **40.014,85** |
| | | **Total Parcial Reduzido:** | **231.403,68** |

Art. 3º - As realocações que se referem os artigos 1º e 2º se dará através de Alteração de Fonte entre dotações autorizado pela Lei Municipal 740/2024.

Art. 4º - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

ITANHANGÁ - MT, 1 de outubro de 2026

EMERSON SABATINE
CPF: 555.836.521-87
Prefeito - CPF: 555.836.521-87

Data: 09/11/2026 15:16:00 Página: 3 de 3
Data da emissão: 09/11/2026 15:16:00 ÁGILIBlue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: MARCILENE RODRIGUES PADILHA

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 02/2026/SMEC

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 02/2026/SMEC**

**Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o Processo de inscrição e contagem de pontos para atri-**

**buição de turma/aula para professor, bem como do regime/jornada de trabalho do Apoio Administrativo (merendeiras e auxiliar de serviços gerais), efetivos da Rede Pública Municipal de Itanhangá-MT, e dá outras providências.**

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, de Itanhangá/MT, Sra. Silvana Maria Dalmolin Wöhl, no uso de suas atribuições:

**Considerando** que o exercício da Administração da Educação Pública requer regras bem definidas com parâmetros estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Itanhangá;

**Considerando** a necessidade de garantir direitos e oportunidades iguais aos Profissionais da Educação, estabelecendo equiparação em seus distintos níveis de habilitação e qualificação;

**Considerando** a necessidade de fixar critérios para normatização na Atribuição de Classes e/ ou Aulas e Jornada de Trabalho na Rede Municipal de Ensino de Itanhangá.

**Considerando** a importância de garantir quadro permanente dos Profissionais da Educação efetivos nas Unidades Escolares e assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais na Educação Básica;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Regulamentar a Inscrição e Contagem de pontos para a atribuição de classe dos Profissionais efetivos da Educação nos estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal de Itanhangá/MT.

**Art. 2º**. Todos os profissionais lotados na Secretaria Municipal de Educação efetivos que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de Inscrição e Contagem de pontos para após participar da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais na situação funcional abaixo:

I – Em afastamento por licença;

II – Em readaptação funcional;

III – Técnico de Desenvolvimento Infantil, Monitores, Técnicos Administrativos Escolares, Atendentes de Biblioteca, Agentes Administrativos Educacionais, Guarda de patrimônio e motoristas do transporte escolar.

**Art. 3º -** A Inscrição e contagem de pontos será realizada de 23 à 30 de novembro de 2026 de forma online pelo **Ômega Sistema** e terá o acompanhamento da Comissão instaurada através da Portaria de nomeação.

**Art. 4º** - Para contagem de pontos dos profissionais será usado o BAREMA do PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários) e algumas observações abaixo:

I – No quesito “CERTIFICADOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ATÉ 800 HORAS, NOS ÚLTIMOS 03 ANOS”: será feito a somatória de horas dos certificados que forem apresentados limitando até 800h, sendo considerados somente os que foram concluídos nos últimos 03 anos (2024, 2025, 2026).

II – A declaração de cursos em parceria com a secretaria de educação, que estão sendo acompanhados pela assessoria pedagógica, tendo a participação de 75% de presenças, terão validação para o processo de contagem de pontos. Os demais cursos, é obrigatório o documento comprobatório em forma de Certidão e Certificados.

III - Não será considerado válido para a contagem de pontos, nenhum tipo de projeto que não tenha assinatura da Coordenação Pedagógica ou direção da Instituição, atestando a execução do mesmo, observando que terá validade somente os projetos realizados em 2026.

IV - É de responsabilidade de cada profissional todas informações de documentos/títulos para análises e acompanhados com o original para autenticidade dos mesmos no ato da contagem de pontos.

V – O servidor em desvio de função e ou readaptação não participará da contagem de pontos e atribuição no cargo de concurso.

**Art. 5º** - Quando na apuração final dos pontos, caso ocorra empate, serão observados os seguintes critérios para o desempate:

I – Maior Titulação;

II – Maior Tempo de concurso;

III– Maior Idade.

**Art. 6º** - A atribuição de classes e os turnos de trabalho nos estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal se darão no dia 11 de dezembro de 2026, na secretaria de Educação, sendo:13:30 horas para os Profissionais do Apoio Administrativo, e 15 horas para os Professores. A realização será conduzida pela equipe da SMEC juntamente com os membros da Comissão.

**Art. 7º** - Determina que o Processo de Inscrição e contagem de pontos antecipe o processo de atribuição de Classes e/ou Aulas e Jornada de Trabalho, sendo efetivado em 3 (três) etapas:

I – 1ª Etapa criação da portaria de nomeação de Comissão de Trabalho constituída da seguinte forma:

a) Gestor da Unidade Escolar;

b) Secretaria de Educação;

c) Conselho Municipal de Educação:

d) Representante do Sintep local:

II –2ª Etapa Processo de Inscrição:

a) De 23 à 30 de novembro, contagem de pontos online realizada pelo Ômega Sistema, para os profissionais efetivos da Educação.

b) Nos dias 01e 02 analise e relatórios do sistema Omega.

c) Nos dias 03 e 04 de dezembro conferência e validação da Comissão.

d) Dia 04 de dezembro divulgação dos resultados da pontuação.

e) Dia 07 de dezembro prazo de recursos, protocolado na secretaria de Educação.

f) Dia 09 de dezembro resultado final da pontuação.

III- 3ª Etapa: dia 11 de dezembro de 2026, atribuição de classes e funções e demais cargos.

**Art. 8°** - Determina que a Comissão de Trabalho constituída para realizar o Processo de contagem de pontos, observando os procedimentos:

I – Publicação da Portaria nomeando os membros da Comissão do processo de Inscrição e contagem de pontos;

II – Divulgar o cronograma do processo Inscrição e Contagem de pontos e atribuição de classe e/ou aulas e jornada de trabalho, conforme datas estabelecidas nesta Portaria.

III- Realizar a validação dos pontos dos Profissionais da Educação da rede municipal de Itanhangá em conformidade com a inscrição no sistema.

IV– Elaborar Atas ao término de cada etapa do processo de Inscrição e Contagem de pontos.

V – Cumprir o calendário com as datas pré estabelecidas para que o processo possa representar transparência e avanços.

**Art. 9°** - Determina os dias 01 e 02 de dezembro, para a Contagem de Pontos dos Profissionais efetivos inscritos no ÔMEGA SISTEMA, conforme com os requisitos desta Normativa;

**FICHA DE INSCRIÇÃO- PROFESSORES**

| | |
|---|---|
| **1.DADOS DO PROFESSOR** | |
| Nome do Professor: _____<br>Endereço:_____ Bairro:_____ nº: _____<br>RG: _____ CPF:_____<br>Email:_____ | |
| **2. Habilitação**: | |
| **3 Da Formação/ titulação**: | |
| Nível V - Mestrado | 10,0 (dez) pontos |
| Nível IV - Especialização Lato Senso (duas) | 7,0 (sete) pontos |
| Nível III - Especialização Lato Senso (uma) | 5,0 (cinco) pontos |
| Nível II - Graduação | 3,0 (três) pontos |
| **4. Tempo de Serviço (computar anos e meses):** | |
| Tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino de Itanhangá-MT | 2,0 (dois) pontos por ano e 0,17 (dezessete décimos) para cada mês do ano incompleto.<br>Ex.: 1 ano e 4 meses: 2 (dois) pontos +0,68=2.68 |
| **5. Qualificação profissional complementar – de 2024 à 2026, concluídos até 10/11/2026.** | |
| 5.1- Participação em palestras, seminários e cursos de formação continuada presenciais, semipresenciais e a distância, oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Itanhangá e por outros órgãos Governamentais, ou de outras Instituições em Parceria com a Secretaria Municipal de) Educação de Itanhangá-MT, realizados na área de educação, que contemplem conhecimentos didático-curriculares, políticas educacionais, gestão educacional, liderança, gestão de pessoas, legislação e administração pública, nos últimos 03 (três) anos. (limite de 800hrs) | 1,0 (um) ponto para 40h |
| 5.2- Ministrar cursos, oficinas ou palestras para profissionais da educação básica nas instituições da Rede Pública Municipal de Ensino, chancelados pela Secretaria Municipal de Educação | 1,0 (um) ponto para cada 40h |
| 5.3- Pela Execução e Orientação de Projetos Pedagógicos, voltados para a melhoria da aprendizagem do aluno, aprovado pelo coletivo de professores das áreas de conhecimento, em consonância com a matriz curricular, e ou constante do PPP, referendado pela Equipe Gestora, no ano letivo no qual ocorrer a atribuição, comprovado com declaração assinada pela coordenação pedagógica. Programa A União faz a Vida /JEPP/Mais Infância. | 3,0 (três) pontos para cada projeto |
| 5.4- Publicações e/ou Apresentação de Trabalhos em Eventos Científico, na área da Educação - nos últimos 03 (três) anos. | 1,0 (um) ponto para cada publicação |
| 5.5- Participação em Conselhos | 1,0 (um) ponto (mesmo que tenha a participação em vários Conselhos, a pontuação é única) |
| **6- Total Geral de Pontos Obtidos:** | |

**Itanhangá-MT, ___/___/_____**

**FICHA DE PONTUAÇÃO P/ ATRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS – Apoio Administrativo**

Nome do Servidor (a): _____

End:_____ Nº _____

Telefone c/wats: _____

E-mail: _____

**2. HABILITAÇÃO**:_____

**3. PONTUAÇÃO POR TITULOS E TEMPO DE SERVIÇO**

**I DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)**

| CRITÉRIOS | PONTOS | TOTAL |
|---|---|---|
| PROFUNCIONARIO | 3,0 (Três) | |
| ENSINO MEDIO | 2,0 (Dois) | |
| ENSINO FUNDAMENTAL | 1,0 (um) | |

**II DO TEMPO DE SERVIÇO**

| CRITÉRIOS | PONTOS | TOTAL |
|---|---|---|
| Para cada ano trabalhado na rede municipal do município de Itanhangá: | 1,0 (um) | |

**III DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

| CRITÉRIOS | PONTOS | TOTAL |
|---|---|---|
| Curso de Capacitação, direcionado a área Educacional, a partir de 2024 a cada 40 horas: (Limites de 600 horas) | 1,0 (um) | |
| Na participação de no mínimo 75% nas reuniões de conselhos municipais em que é membro | 1,0 (um ponto, mesmo que participe de mais de um conselho) | |
| Na participação de palestras e seminários (para cada palestra ou seminário) | 0,5 (meio) | |
| No desenvolvimento de projetos escolares devidamente aprovados pela Gestão Escolar e SMEC | 1,0 (um) | |

**Itanhangá-MT, ____/____/_____**

**TOTAL DE PONTOS:_____**

**Art. 10º** – Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Itanhangá, 03 de novembro de 2026.

**Silvana Maria Dalmolin Wöhl**

**Secretária Municipal de Educação e Cultura**

**Port. 001/2025**

---

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**
**PORTARIA SMEC Nº 03/2026**

**PORTARIA SMEC Nº 03/2026**

**Dispõe sobre a constituição da Comissão de Trabalho responsável pelo Processo de Inscrição e Contagem de Pontos, e dá outras providências.**

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os membros para compor a **Comissão de Trabalho**, responsável pela condução, coordenação e fiscalização do **Processo de Inscrição e Contagem de Pontos**, conforme a seguinte constituição:

**I – Representantes do Gestor da Unidade Escolar:**

- **Titular:** Jacir de Lara
- **Suplente:** Marilene Schewe

**II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação (SMEC):**

- **Titular:** Cleusete Aparecida Ulsenheimer
- **Suplente:** Elizabete Iser

**III – Representantes do Conselho Municipal de Educação (CME):**

- **Titular:** Márcia Regina Gerente Becker
- **Suplente:** Sebastiana da Costa Hoscher

**IV – Representantes do Sintep Local:**

- **Titular:** Rafael Vargas Nauer

**Art. 2º** Compete à Comissão de Trabalho:

- Orientar, conferir e validar a documentação inserida pelos candidatos no processo de inscrição;
- Conferir a apuração e a contagem de pontos dos inscritos de acordo com os critérios estabelecidos no Edital;
- Publicar o resultado preliminar da contagem de pontos;
- Analisar e julgar eventuais recursos interpostos relativos ao processo.

**Art. 3º** Os trabalhos desenvolvidos pelos membros desta Comissão serão considerados de relevante interesse público e não remunerados.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itanhangá - MT, 05 de novembro de 2026.

Silvana Maria Dalmolin Wöhl

Secretária Municipal de Educação e Cultura

---

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE RESULTADO – 3ª SESSÃO PÚBLICA REF. A INEXIGIBILIDADE N° 012/2026 – CREDENCIAMENTO N° 004/2026**

O Município de Itanhangá – MT, através da sua Comissão de Contratação, nomeados através da Portaria n° 302/2026, torna público aos interessados que realizou a 3ª sessão referente ao **Cre-**

**denciamento N° 004/2026**, qual tem o objeto o **"CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO MARMITEX E SELF-SERVICE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**, onde foi credenciada a seguinte empresa: **LANCHONETE E RESTAURANTE FOGO E SABOR LTDA – CNPJ: 36.048.509/0001-51,** para os itens 01 e 04 do edital de chamamento público, cumprindo integralmente os requisitos do edital.

Itanhangá – MT, 10 de novembro de 2026.

**CAMILA BRUNA MORESCO**

Agente de Contratações

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N° 316/2026**

**PORTARIA N° 316/2026**

SÚMULA: "Reconhece a renúncia ao mandato de Conselheira Tutelar, declara a vacância da função e determina providências administrativas."

O Excelentíssimo senhor EMERSON SABATINE, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO o requerimento de renúncia apresentado por Tatiane Denize Tusset em 31 de agosto de 2026 e recebido pelo órgão público em 1º de setembro de 2026;

CONSIDERANDO que a interessada requereu que o desligamento produzisse efeitos a partir de 30 de outubro de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a vacância da função e assegurar a continuidade dos serviços do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a existência de processo administrativo disciplinar destinado a apurar fatos relacionados ao exercício da função;

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a renúncia apresentada por Tatiane Denize Tusset ao mandato de Conselheira Tutelar do Município de Itanhangá.

Art. 2º Fixar a eficácia da renúncia a partir de 30 de outubro de 2026, conforme requerido pela interessada.

Art. 3º Declarar, a partir da data estabelecida no artigo anterior, a vacância da função de Conselheira Tutelar anteriormente exercida por Tatiane Denize Tusset.

Art. 4º Determinar à Secretaria Municipal responsável pela Administração, ao Departamento de Recursos Humanos, à unidade responsável pela folha de pagamento, à Contabilidade e ao Controle Interno que adotem as providências necessárias para:

I – atualizar o cadastro funcional da interessada;

II – cessar os lançamentos remuneratórios posteriores à data de eficácia da renúncia;

III – apurar e processar as verbas eventualmente devidas até a data do desligamento;

IV – promover os registros previdenciários, financeiros e funcionais cabíveis; e

V – manter, em registro reservado, a documentação relativa ao processo administrativo disciplinar.

Art. 5º Determinar a comunicação desta Portaria ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para adoção das providências relativas à convocação do suplente, observada a ordem de classificação.

Art. 6º A renúncia ora reconhecida não implica arquivamento, suspensão ou extinção do processo administrativo disciplinar instaurado para apuração de fatos relacionados ao período de exercício da função.

Parágrafo único. O processo administrativo disciplinar deverá prosseguir regularmente até sua conclusão, assegurados o contraditório, a ampla defesa e a presunção de inocência, sem antecipação de responsabilidade ou anotação de penalidade antes da decisão definitiva.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos funcionais previstos no art. 2º.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 05 de novembro de 2026.

EMERSON SABATINE

Prefeito Municipal

*Publique-se, registre-se e cumpra-se.*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA N° 569, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026**

*"Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor que menciona, pertencente ao quadro permanente do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências."*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** o requerimento formulado pela servidora junto à unidade administrativa competente do Poder Executivo Municipal, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares, bem como o deferimento da autoridade competente,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares, ao servidor abaixo relacionado:

**I – CINTIA LOURENÇO DA MATA,** servidora pública do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, admitida em 03 de Setembro de 2013, mediante aprovação em concurso público, **pelo período de 03/11/2026 a 03/11/2029.**

**Art. 2º -** Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo as providencias cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

**Art. 3° -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/11/2026, revogando-se às disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira/MT, 09 de Novembro de 2026.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**DECISÃO FINAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 012.1609/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 012.1609/2026**

***Autor:*** *Município de Itiquira/MT*

***Servidor Acusado:*** *VITOR FERREIRA TEODORO*

***Matricula Funcional:*** *2920*

***Cargo:*** *Monitor em Educação Especial*

**O Prefeito Municipal de Itiquira/MT**, no uso de suas atribuições legais, **ACOLHE INTEGRALMENTE** o Relatório Final da Comissão Processante, que concluiu, por unanimidade, pela responsabilidade administrativa do servidor **VITOR FERREIRA TEODORO**, matrícula nº 2920, pela prática da infração disciplinar de **abandono de cargo público**, e **DETERMINA A APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE DEMISSÃO**, com fundamento nos arts. 109, inciso X, 125, inciso II, 129 e 132, inciso I, da Lei Municipal nº 379/1999.

Itiquira/MT, 10 de novembro de 2026.

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

---

**COORDENADORIA DE COMPRAS**
**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE**

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE**

Processo Administrativo nº: 071/2026 Inexigibilidade nº: 029/2026

O Município de Itiquira/MT, por meio da Coordenadoria de Compras Publicas, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 74 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público que foi realizada a Inexigibilidade nº 029/2026, referente ao Processo Administrativo nº 071/2026.

**Objeto:** Contratação de empresa para Capacitação de Pessoal - Inscrições para o Seminário Nacional de Compra Públicas – SENACOP edição 2026, presencial, com carga horaria de 25 horas.

**Contratada: ATREA PREMIUM LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 43.582.426/0001-03.

**Valor total: R$ 17.925,00** (dezessete mil e novecentos e vinte e cinco reais).

**Fundamentação:** Inexigibilidade art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei Federal 14.133/21.

Itiquira/MT, 10 de novembro de 2026.

**ROSANGELA EVANGELISTA DOS SANTOS**

Coordenadora de Compras Públicas

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**INTIMAÇÃO - RELATORIO FINAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 011.1609/2026**

**Processo Administrativo Disciplinar nº 011.1609/2026**

***Autor:*** *Município de Itiquira/MT.*

***Acusada:*** *SANDRA DE OLIVEIRA AQUINO COELHO.*

*Matrícula Funcional nº 946.*

Fica a servidora acima identificada **INTIMADA** do resultado do Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria Municipal nº 467/2026, que, por **UNANIMIDADE**, concluiu pela comprovação da materialidade e da intencionalidade da infração disciplinar de **abandono de cargo público**, caracterizada pela ausência injustificada ao serviço por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, e **RECOMENDOU** à autoridade competente a aplicação da penalidade de **DEMISSÃO**, com fundamento nos arts. 109, inciso X, 125, inciso II, e 129 da Lei Municipal nº 379/1999.

Itiquira/MT, 10 de novembro de 2026.

**Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 011.1609/2026.**

Portaria Municipal nº 467/2026.

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA N° 571, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

*Exonera a servidora que menciona do cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

**R E S O L V E:**

**Art. 1°** Exonerar a Servidora abaixo relacionada, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração**, a partir do dia 09/11/2026,** conforme segue:

**I – FERNANDA RODRIGUES PACHECO LIMA**

CPF: 056. ***.***-33

**COORDENADOR DE ASSISTENCIA FAMILIAR – CAF.**

**Art. 2°** Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

**Art. 3°** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário e retroagindo os seus efeitos à 09/11/2026.

**Paço Municipal *“Rosa Pereira Campos”*, Gabinete do Prefeito,** em Itiquira/MT, 10 de Novembro de 2026.

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

---

**CAMARA MUNICIPAL**
**PORTARIA LEGISLATIVA Nº 094/2026.**

**DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**EDIOMAR GOBBI**, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2025/2026), no uso das atribuições que lhe confere a Lei,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/

2021, que estabelece que a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais especialmente designados pela Administração;

**CONSIDERANDO** a realização do Processo Administrativo nº 030/2026, por meio da Dispensa Eletrônica nº 007/2026, que culminou na celebração do **Contrato Administrativo nº 006/2026**;

**CONSIDERANDO** a obrigatoriedade de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte da Administração Pública, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** o servidor efetivo **MARCOS DIEGO TEIXEIRA CAMPOS**, matrícula funcional nº 425, ocupante do cargo de Agente de Segurança , para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, referente o Contrato Administrativo nº 006/2026, firmado com a empresa **MARCO ANTONIO MIRANDA ROCHA** (Nome Fantasia: *Comercial Itiquira*), inscrita no CNPJ sob o nº 27.406.855/0001-73.

**Parágrafo único.** A fiscalização compreenderá o acompanhamento da entrega e da conformidade dos materiais durante a vigência dos respectivos instrumentos contratuais, a partir da publicação desta Portaria.

**Art. 2º** Compete ao Fiscal da Contratação acompanhar e fiscalizar a execução das contratações, especialmente:

I – acompanhar o prazo de entrega e verificar se os materiais fornecidos correspondem rigorosamente às especificações técnicas e quantidades exigidas no Termo de Referência, nas propostas aceitas e nas Ordens de Fornecimento;

II – realizar o recebimento provisório e providenciar a conferência quantitativa e qualitativa para emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

III – rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações ou em condições inadequadas, notificando formalmente as empresas contratadas para substituição às suas expensas no prazo legal;

IV – atestar as Notas Fiscais somente após o recebimento definitivo dos materiais e encaminhá-las para fins de liquidação e pagamento;

V – acompanhar e registrar eventuais ocorrências e descumprimentos contratuais, informando imediatamente à Administração para aplicação das sanções cabíveis, quando necessário;

VI – manter organizados e juntados aos autos do processo todos os registros, comprovantes e documentos inerentes à fiscalização.

**Art. 3º** O Fiscal da Contratação deverá registrar nos autos do respectivo processo administrativo as ocorrências relacionadas à execução da contratação e solicitar à Administração, quando necessário, a adoção das providências cabíveis para a regularização de eventuais irregularidades.

**Art. 4º** O servidor designado deverá ser formalmente cientificado de sua designação e das atribuições decorrentes da função, devendo atuar em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

**Art. 5º** A designação de que trata esta Portaria não implica responsabilidade pessoal do fiscal por atos ou fatos que não estejam relacionados às suas atribuições legais e funcionais, cabendo-lhe comunicar tempestivamente à autoridade competente qualquer situação que extrapole sua competência ou que possa comprometer a adequada execução da contratação.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos quanto ao acompanhamento e à fiscalização da contratação a partir de sua vigência e durante o período remanescente dos contratos, permanecendo válida enquanto perdurar a execução da contratação, salvo revogação ou nova designação.

**Art. 7º** Esta Portaria deverá ser juntada ao respectivo processo administrativo de contratação, para fins de registro, acompanhamento e controle.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT, 10 de novembro de 2026.

---

**Ediomar Gobbi**

**Vereador/Presidente**

**Gestão 2025/2026**

---

**CAMARA MUNICIPAL**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 006/2026**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 007/2026**

**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA – ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, n.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP: 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (65) 3491-1514 ou (65) 9 9944-7513, E-mail: secretaria@itiquira.leg.mt.br, neste ato representada pelo Vereador/Presidente - **EDIOMAR GOBBI**, matrícula funcional nº 553.

**CONTRATADA: MARCO ANTONIO MIRANDA ROCHA**, Nome Fantasia: “Comercial Itiquira”, inscrita no CNPJ sob o nº 27.406.855/0001-73, Inscrição Estadual Nº 13.679.562-5, estabelecida no seguinte endereço: Av. Cuiabá, Nº 141, Bairro: Centro, CEP 78.790-000, Município Itiquira, Estado Mato Grosso Tel (66) 3491-1172 Email. comercialitiquira@hotmail.com, representada neste ato pelo Sr Marco Antonio Miranda Rocha, devidamente inscrito no CPF: sob o nº 061.***.***-80, doravante denominado(a) **CONTRATADA.**

**OBJETO:** O objeto da presente aquisição, consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDER A DEMANDA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA- MT, conforme abaixo detalhado:

| ITEM | CÓDIGO TCE MT | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNID. DE FORNECIMENTO | QTD | MARCA /MODELO | VALOR UNIT. R$ | VALOR TOTAL R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 121598-1 | Água mineral - natural sem gás, acondicionada em garrafão de polipropileno, tam- | Unidade | 15 | PURÍSSIMA | 57,90 | 868,50 |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | pa de pressão e lacre, **com vasilhame** (garrafão de 20 l.). | | | | | |
| 02 | 124611-9 | Água mineral - natural sem gás, acondicionada em garrafão de polipropileno, tampa de pressão e lacre, **sem vasilhame** (garrafão de 20 l.). | Unidade | 350 | PURÍSSIMA | 13,98 | 4.893,00 |
| 03 | 121594-9 | Água mineral - natural **sem gás**, acondicionada em garrafa pet, tampa c/ rosca e lacre (garrafa de 497 ml). | Fardo c/ 12 unidades | 250 | LEBRINHA | 20,97 | 5.242,50 |
| 04 | 121605-8 | Água mineral - natural **com gás,** acondicionada em garrafa pet, tampa c/rosca e lacre (garrafa de 500 ml). | Fardo c/ 12 unidades | 100 | RONCADOR | 29,85 | 2.985,00 |

**VALOR GLOBAL DO CONTRATO:** R$ 13.989,00 (treze mil, novecentos e oitenta e nove reais).

**VIGÊNCIA**: 12 meses, a partir da assinatura do contrato.

Itiquira-MT., 10 de novembro de 2026.

Câmara Municipal de Itiquira

**Ediomar Gobbi**

Presidente

(Gestão 2025/2026)

CONTRATANTE

---

**PROCURADORIA JURIDICA**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

"Dispõe Sobre Convocação de Candidatos Aprovados no Edital do Concurso Público 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar N.01 e N.02 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

**CONSIDERANDO** a Homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto Nº. 011/2023 de 20 de janeiro de 2023;

**CONSIDERANDO** a necessidade da Administração Pública Municipal em promover os cargos existentes no Plano de Cargos e Carreira e Salários;

**CONSIDERANDO** a ordem rigorosa de classificação do Edital do Concurso Público Nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar N.01 e N.02;

**CONSIDERANDO** o disposto que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Itiquira – MT e o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itiquira-MT;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 007 de 14 de janeiro de 2025 que dispõe sobre a prorrogação da validade do Concurso Público para provimento dos cargos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, concernente ao EDITAL DE ABERTURA Nº 069/2022- Consolidado pelo Edital Complementar nº 01 e nº 02, homologado pelo Decreto Municipal nº 11, de 20/01/2023, e dá outras providências.

**RESOLVE:**

**Art. 1° CONVOCAR** os candidatos aprovados no Concurso Público Edital nº 069/2022 consolidado pelo Edital Complementar N.01 e N.02, relacionados abaixo no Art. 3º, de acordo com a ordem de aprovação, a comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste edital, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, Itiquira, Estado de Mato Grosso, no horário de 08hs00min às 11hs00min e das 13hs00min às 17hs00min. para providências quanto à nomeação e posse, em conformidade com o que dispõe a legislação.

**§ 1º** Os candidatos deverão apresentar os documentos constantes do Anexo I;

**§ 2º** Para realização da PERÍCIA MÉDICA, em cumprimento da exigência do item 16.12 e 16.12.1, do Edital nº 069/2022, os candidatos deverão estar de posse dos resultados dos exames médicos constante do Anexo II, conforme exigências do cargo e procurar para a realização da perícia médica o Hospital Municipal *"Osnir Bortolini"* do Município de Itiquira/MT, por ordem de chegada.

*****AS DATAS PARA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA SERÃO DIVULGADAS EM EDITAL POSTERIOR, CONFORME DISPONIBILIDADE DE AGENDA DA JUNTA MÉDICA MUNICIPAL;**

**§3º Serão admitidos somente os exames médicos que tenham sido realizados após a publicação deste Edital de Convocação nº 056/2026 de 10 de novembro de 2026.**

**§ 4º SERÃO REALIZADOS 30 (TRINTA) ATENDIMENTOS POR DIA DE PERÍCIA, POR ORDEM DE CHEGADA, MEDIANTE DISTRIBUIÇÃO DE SENHAS AOS CANDIDATOS INTERESSADOS.**

**Art. 2º** O não comparecimento dos candidatos no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

**Art. 3º** Os candidatos convocados são os seguintes:

| ORDEM | CANDIDATO | CARGO | CLASSIFICAÇÃO |
|---|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| 01 | **PATRÍCIA SOARES VELASCO** | ANALISTA ADMINISTRATIVO - ITIQUIRA | 2º CANDIDATO APROVADO |
| 02 | **SANDRA DE OLIVEIRA FERRO** | ANALISTA ADMINISTRATIVO - ITIQUIRA | 3º CANDIDATO APROVADO |
| 03 | **JHONATAN BRUSTOLIN ALVES DA SILVA** | ANALISTA JURÍDICO – OURO BRANCO DO SUL | 1º CANDIDATO APROVADO |
| 04 | **LAURO CRISTIANO CARVALHO** | AUDITOR DE CONTROLES INTERNOS - ITIQUIRA | 1º CANDIDATO APROVADO |
| 05 | **ANA PAULA FERREIRA TORRES** | ODONTÓLOGO – OURO BRANCO DO SUL | 2º CANDIDATO CLASSIFICADO DO CADASTRO RESERVA |

**Art. 4º** Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo**, em Itiquira/MT, 10 de novembro de 2026.

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

**DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE**

| | |
|---|---|
| **I – Para todos os cargos** | 1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; *<br>2. CPF; *<br>3. 2 fotos 3x4 recente;<br>4. Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso na área de atuação exigida no Edital, reconhecido pelo MEC; *<br>5. Carteira de Trabalho (página de identificação do trabalhador frente e verso);<br>6. Comprovante de inscrição no PIS/PASEP; 7. Certidão de nascimento ou casamento ou averbação, se houver; *<br>8. Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição; *<br>9. Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa do Serviço Militar (se do sexo masculino); *<br>10. Comprovante de endereço atualizado;<br>11. CPF do cônjuge;<br>12. CPF do pai e da mãe;<br>13. CPF dos filhos dependentes;<br>14. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;<br>15. Carteira de vacinação para filhos menores de 14 anos;<br>16. Comprovante de Conta Corrente Banco do Brasil;<br>17. Atestado de Sanidade e Capacidade Física APTO (original) expedido pela Junta de Perícias Médicas do Município;<br>18. Exames Médicos, conforme Anexo II;<br>19. Declaração de não acúmulo de cargo - Anexo III;<br>20. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e de seus dependentes – Anexo IV;<br>21. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função – Anexo V;<br>22. Declaração Negativa (ART. 110, INCISO X, DA LEI MUNICIPAL Nº 379/99) – Anexo VI;<br>23. Apresentar Certidão Negativa de ações cíveis e criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio; e no caso de apresentação de certidão positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes, condicionada à emissão de Parecer relativo à contratação;<br>24. Certidão negativa de antecedentes criminais de 1º e 2º grau da Justiça Federal dos lugares que residiu nos últimos 05 anos; e no caso de apresentação de certidão positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes, condicionada à emissão de Parecer relativo à contratação;<br>**25. CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL COM O MUNICÍPIO DE POSSE;** |
| **II – Para os cargos com profissão regulamentada** | **1. Documentos do item I**;<br>2. Carteira de Identidade Profissional* ou Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe;<br>3. Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão;<br>4. Certidão de quitação com as demais obrigações legais do órgão fiscalizador do exercício profissional |
| **III – Para os cargos de Motorista, Motorista de Transporte Escolar, operador de motoniveladora/patrol e os que exigem porte de CNH;** | **1. Documentos constantes do item I;**<br>2. Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria conforme a exigência para o cargo;*<br>3. Certidão de Pontuação de CNH (Através de consulta do RENACH – Registro Nacional de Carteira de Habilitação, junto ao Detran) (para motorista de transporte escolar);<br>4. Certificado de curso específico de Transporte Escolar, nos termos da Regulamentação do CONTRAN (para motorista de transporte escolar). |

*** DOCUMENTOS DEVERÃO SER AUTENTICADOS EM CARTÓRIO.**

**ANEXO II**

**DOS EXAME MÉDICOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE**

| | |
|---|---|
| **I – Para todos os cargos** | 1. Hemograma completo em jejum; 2. Glicemia em jejum; 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L); 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase); 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides); 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista, com registro de especialista constante no Conselho Federal de Medicina; 7. Raio-X do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrassonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial; 8. Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para gestantes, que devem apresentar laudo de ultrassonografia gestacional recente);<br>9. Avaliação de médico ortopedista com registro de especialista constante no Conselho Federal de Medicina, quanto a saúde física de membros superiores, inferiores e coluna vertebral total (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total), inclusive para gestantes; 10. Exame de urina tipo I (E.A.S); 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com registro de especialista constante no Conselho Federal de Medicina; 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica), emitido por psicólogo com registro profissional ativo no Conselho Regional de Psicologia;<br>13. Teste ergométrico. |
| **II – Para cargos cuja função seja condução de veículos – (Motoristas e motorista de transporte escolar, Operadores de Motoniveladora/patrol).** | **1. Exames atestados no item I;**<br>2. Eletroencefalograma com avaliação neurológica;<br>3. Exame oftalmológico com acuidade visual e fundo de olho;<br>4. Audiometria total;<br>5. Exame Toxicológico. |
| **III – Para os cargos de: auxiliar de serviços gerais, cuidador social, coletor de lixo/entulho, auxiliar de conserva-** | **1. Exames atestados no item I;**<br>2. Raio X coluna Vertebral (AP e P): Cervical, Torácica e Lombo Sacral. |

| | |
|---|---|
| **ção de vias, pedreiro, servente de pedreiro, eletricista de média e baixa tensão e mecânico nível.** | |
| **IV - Para os cargos de : Professor II – Área de Educação Física • Professor II – Área de Geografia • Professor II – Área de Inglês • Professor II – Área de História • Professor II – Área de Matemática • Professor II – Área de Pedagogia • Professor II – Área de Português.** | **1. Exames atestados no item I;**<br>2. Exame otorrinolaringológico de cordas vocais;<br>3. Audiometria (com laudo fonoaudiólogo);<br>4. Exame oftalmológico com acuidade visual e fundo de olho;<br>5. EEG (Eletroencefalograma com parecer neurológico):<br>6. Laringoscopia com foto ou vídeo, bem como Laudo Médico. |
| **V – Para os cargos de Nutricionista.** | **1.Exames atestados no item I;**<br>2. Parasitológico de fezes; 3. Bacteriológico de secreção nasofaringea; 4. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia). |
| **VI – Para os cargos de Médico, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, odontólogo, fisioterapeuta, farmacêutico, psicólogo, técnico em raio x, técnico em saúde bucal, cujas funções serão desenvolvidas em unidades hospitalares ou de atendimento a pacientes.** | **1.Exames atestados no item I;**<br>2.Exame Anti-HCV;<br>3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia); |

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____ _____, e do CPF sob o n° _____, **DECLARO(A)** para fins de posse no cargo de _____ _____ do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Itiquira, QUE NÃO ESTOU em disponibilidade, em licença para tratar de interesse particular, nem OCUPO NENHUM cargo, função ou emprego público junto à Administração Pública Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiarias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, de conformidade com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal de 1988.

DECLARO (A), mais, estar ciente de que deve comunicar à Prefeitura Municipal de Itiquira qualquer alteração que venha a ocorrer em sua vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de responder processo administrativo disciplinar previsto nas Leis Municipais nº 379/1999 (Regime jurídico dos servidores públicos de Itiquira/MT) e Lei nº 827/2017 (Plano de cargo, carreiras e salários dos servidores públicos de Itiquira/MT.

DECLARO (A), ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando-se às penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARO (A), por fim, que toma ciência de toda a legislação supra referida.

Itiquira/MT, _____ de _____de 2026

_____

Assinatura

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____ _____, e do CPF sob o n° _____, **DECLARO(A)** para fins de posse no cargo de _____ _____ do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, em cumprimento às disposições legais pertinentes que:

a) [ ] Não possuo bens e valores patrimoniais.

b) [ ] Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis urbanos ou rural, veículos, máquinas, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou qualquer bens e valores patrimoniais localizados no País ou Exterior).

| DISCRIMINAÇÃO DO BEM | VALOR (R$) |
|---|---|
| | |

**OBS: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro(a) filho(a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.**

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências previstas na legislação vigente.

Itiquira/MT, _____ de _____de 2026.

_____

Declarante

## ANEXO V

## DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

Eu _____brasileiro,_____, portador do RG _____, _____-___ e CPF _____ _____, residente e domiciliado na _____, _____M__

_, aprovado no Concurso Público Municipal _____, para o cargo de _____, **DECLARO**, que possuo disponibilidade para cumprir a carga horária de _____h, exigida para o cargo para o qual estou sendo nomeado.

Configurando-se a não veracidade da declaração prestada, como crime de falsidade ideológica, previsto no art 299, do Código Civil Penal.

Por ser verdade, firmo a presente.

Itiquira/MT, _____ de _____ de 2026.

_____

Assinatura

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIETÁRIA**

**E ATIVIDADE ECONÔMICA**

*(art. 110 da Lei Municipal nº 379/1999 e Lei Municipal nº 1.443/2026)*

Eu,_____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____**;** nomeado(a) e/ou convocado(a) para o cargo de _____, junto ao Município de e Itiquira - Estado de Mato Grosso, decorrente de aprovação em **CONCURSO PÚBLICO** ou **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO,** Edital nº _____/_____, para fins de posse e investidura no serviço público, **DECLARO**, sob as penas da lei e em estrita observância ao regime disciplinar vigente, que:

***1.* Quanto à Gerência, Administração de Empresas e Comércio (art 110, inciso X):** • NÃO PARTICIPO de gerência ou administração de sociedade privada (personificada ou não personificada), e NÃO EXERÇO o comércio, possuindo vínculo societário estritamente na qualidade passova de acionista, cotista ou comanditário, sem poderes de gestão.

***2.* Quanto à Atuação como Microempreendedor Individual – MEI (art. 110, Parágrafo Único, inciso III):** *(Assinale com um X a opção correspondente a sua situação atual)*

**[ ] NÃO ATUO** e não possuo inscrição ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como Microempreendedor Individual (MEI).

**[ ] ATUO** como Microempreendedor Individual (MEI), sob o CNPJ nº_____ e **DECLARO** que: **a)** a investidura atual dar-se-á em cargo de caráter estritamente efetivo ou temporário, não correspondendo a cargo em comissão ou função de confiança; **b)** a atividade econômica privada por mim exercida observará rigorosamente a legislação sobre conflito de interesses, sendo vedada a prestação de serviços ou comércio com o Poder Público Municipal; **c)** o exercício das atividades do MEI ocorrerá fora do horário de expediente, respeitando a total compatibilidade com a minha jornada de trabalho no Município.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração, ciente de que a falsidade ideológica em documento público constitui crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, além de sujeitar-me às sanções administrativas disciplinares de demissão (se estável), exoneração de ofício ou anulação do ato de posse (art. 33, parágrafo único, I da Lei nº 379/1999).

Itiquira/MT, _____ de _____ de 20____.

_____ Assinatura do(a) Servidor(a) / Candidato(a)

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO**

**Extrato de Termo Rescisão ao Contrato: Nº 144/2025**

**Contratante:** Município de Itiquira/MT

**Contratado(a):** EDUARDO JOSE RIBEIRO DA SILVA

**Objeto:** O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato a partir do dia 22 de Setembro de 2026, a pedido do servidor.

**Cargo:** Operador de Retroescavadeira - Ouro Branco do Sul - Itiquira.

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº 572, DE 10 NOVEMBRO DE 2026**

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho, a servidora Efetiva* ***Sra. Claudia Regina Lacerda da Silva Santos****".*

O Prefeito Municipal de Itiquira do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no §9º do artigo 4º da Emenda Constitucional n. 103/2019, o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012; Art. 12, incisos I, e 13 da Lei Municipal n.º 675/2010, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itiquira/MT; Lei Municipal nº 827 de 07 de maio de 2014 que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Salários de Itiquira/MT e Decreto Municipal nº 009 de 16 de janeiro de 2026;

***Resolve:***

**Art. 1º** Conceder o benefício de **Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho**, a servidora **Sra. Claudia Regina Lacerda da Silva Santos**, brasileira, portadora do RG n.º 36****0-1 SESP/MT e inscrita no CPF nº 316.***.***-68, residente e domiciliada no Município de Itiquira-MT, servidora efetiva no cargo de Auxiliar Administração, atualmente enquadrada na Classe "C", Nível "09", lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o n.º 230, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, contando até 21/10/2026 com **27 (vinte e sete) anos, 11 (onze) meses e 21 (vinte e um) dias** de tempo de contribuição, com proventos integrais, com proventos integrais, última remuneração do cargo efetivo, com direito a paridade, conforme processo administrativo do **ITI-**

**PREV n.º 2026.03.00015P**, até posterior deliberação.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir **21/10/2026** data do laudo médico e com efeitos financeiros a partir de **01/11/2026**, revogados as disposições em contrário.

ITIQUIRA/MT, 10 de novembro de 2026.

**ANDRE LUIS CORREIA**

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

**FABIANO DALLAVALLE**

Prefeito Municipal

## PROCURADORIA JURIDICA
## PORTARIA N° 573, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

***"Corrobora a nomeação dos membros do Conselho Municipal de dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Itiquira, incluindo suplentes dos membros titulares, e da outras providências".***

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, XII combinado com a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 797, de 7 de novembro de 2013,

**CONSIDERANDO** o que dispõe a Lei Municipal Nº 1.320, de 06 de dezembro de 2024 (POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA), combinados com a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), e a Politica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

**CONSIDERANDO** a necessidade de se cumprir as exigências e formalidades legais em vigor quanto as nomeações dos membros visando compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

**CONSIDERANDO** a dinâmica administrativa e a necessidade de substituição pontual de membros anteriormente eleitos e nomeados, visando garantir a continuidade ininterrupta das atividades de deliberação e controle social das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente;

**CONSIDERANDO** que a composição paritária do CMDCA deve estar sempre atualizada para assegurar a validade jurídica de suas resoluções e a plena representatividade dos órgãos governamentais e da sociedade civil organizada.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Corroborar a nomeação dos membros e dos respectivos titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, referente ao período de 16 de novembro de 2026 a 16 de novembro de 2028, bem como, sua diretoria, consoante membros abaixo relacionados:

| **Poder Executivo – Secretaria Municipal de Assistência Social** | |
|---|---|
| **Membro Titular** | **Membro Suplente** |
| **Nome**: Bruna Luzia Borges de Oliveira | **Nome**: Luana de Andrade Casimiro Silva |
| **CPF**: 029. ***.***-90 | **CPF**: 044. ***.***-92 |
| **E-mail**: brunah.borgesoliveira@gmail.com | **E-mail**: casemiroluana145@gmail.com |
| **Poder Executivo – Secretaria Municipal de Saúde** | |
| **Membro Titular** | **Membro Suplente** |
| **Nome**: Joice de Souza Pinto Galdino | **Nome**: Fernanda Cristina Silva |
| **CPF**: 000. ***.***-08 | **CPF**: 013. ***.***-02 |
| **E-mail**: joicesgaldino@hotmail.com | **E-mail**: fcsnanda20@gmail.com |
| **Poder Executivo – Secretaria Municipal de Educação** | |
| **Membro Titular** | **Membro Suplente** |
| **Nome**: Ruan Carlos Fernandes Gomes | **Nome**: Cristina Lúcia Oliveira da Silva |
| **CPF**: 046. ***.***-37 | **CPF**: 972. ***.***-34 |
| **E-mail**: ruan14carlos@gmail.com | **E-mail**: 1tinatiel@gmail.com |
| **Poder Executivo – Secretaria Municipal de Administração** | |
| **Membro Titular** | **Membro Suplente** |
| **Nome**: Grazielli Souza Santos | **Nome**: Daniela Rodrigues de Araujo |
| **CPF**: 032. ***.***-07 | **CPF**: 048. ***.***-54 |
| **E-mail**: graziele_souza123@hotmail.com | **E-mail**: danieladraraujo@gmail.com |

| **Sociedade Civil Organizada – Igreja Católica Apostólica Romana** | |
|---|---|
| **Membro Titular** | **Membro Suplente** |
| **Nome:** Frei Francisco Gabriel | **Nome:** Maria de Lurdes Pereira Cavalcante |
| **CPF:** 125. ***.***-04 | **CPF:** 411. ***.***-30 |
| **E-mail:** Não possui | **E-mail:** não possui |
| **Sociedade Civil Organizada – Lar Espírita Seara da Luz** | |
| **Membro Titular** | **Membro Suplente** |
| **Nome:** Lidimar da Silva Afonso | **Nome:** Hérica Patrícia Castro Miranda Marques |
| **CPF:** 990. ***.***-15 | **CPF:** 963. ***.***-04 |
| **E-mail:** lidimar.silva@hotmail.com | **E-mail:** hericapcm@hotmail.com |
| **Sociedade Civil Organizada – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE** | |
| **Membro Titular** | **Membro Suplente** |
| **Nome:** Joelma Duarte Lima | **Nome:** Jane Gobbi |
| **CPF:** 791. ***.***-15 | **CPF:** 693. ***.***-49 |
| **E-mail:** joelma.duartelima@gmail.com | **E-mail:** janegobbi@bol.com.br |
| **Sociedade Civil Organizada – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MT** | |

| Membro Titular | Membro Suplente |
|---|---|
| **Nome:** Lalesca dos Santos Morais | **Nome:** Walisson Souza Oliveira |
| **CPF:** 056. ***.***-70 | **CPF:** 049. ***.***-89 |
| **E-mail:** adv.lalescamorais@gmail.com | **E-mail:** oliveiras.jus@gmail.com |

**Art. 2°** As atribuições dos membros nomeados e dos demais, são as estabelecidas na Legislação Municipal pertinente em vigor, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as reuniões e demais atividades do Conselho, cabendo a Administração Pública viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 16 de novembro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

**Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 10 de novembro de 2026.**

**PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.**

**FABIANO DALLA VALLE**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

### PORTARIA Nº307/2026, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

**PORTARIA Nº307/2026, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

**RESOLVE:**

Art. 1º- Efetuar, a partir de 09 de novembro de 2026, a **REASSUNÇÃO** do servidor sr. EDILSON PEREIRA DE CAMPOS portador do CPF Nº 055.xx.xxx-55, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbano e Rural, no cargo de auxiliar de serviços gerais, que se encontrava em gozo de licença sem remuneração conforme Portaria 208/2022 de 31 de agosto de 2022.

Em conformidade com a Lei Complementar 045, de 06 de dezembro de 2006.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru/MT, 10 de novembro de 2026.

**VALDECI JOSÉ DE SOUZA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

### SEC MUN DESENV ECONOMICO
### ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INFRAÇÃO

A **Prefeitura Municipal de Juara**, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico/Departamento de Meio Ambiente/ Divisão de Fiscalização Ambiental; **considerando** disposto no Paragrafo Único do artigo 6 e artigo 7 da Lei Municipal nº 3.274/2025, **considerando** encerramento do prazo de 30 dias estabelecido no artigo 2 da Lei Municipal nº 3.274/25; **considerando** visita nos imóveis no bairro **RESIDENCIAL PORTO SEGURO II e no JARDIM ITÁLIA** no dia **10.11.2026** no qual consta no **Relatório de Constatação** a relação dos imóveis que permanecem em desconformidade com a legislação em vigor, vem pelo presente **INFORMAR** a abertura dos **Processos Administrativos de Infração** dos proprietários aos seus respectivos imóveis:

| Processo | Proprietário | CNPJ | Codigo Imóvel | Quadra | Lote | Nº Auto Infração |
|---|---|---|---|---|---|---|
| LT nº 018/2026 | LOURDES NEVES | XXX.098.XXX-63 | 11538 | 19 | 19 | 0060 |
| LT nº 019/2026 | JOSE DOS SANTOS NETO | XXX.812.XXX-72 | 9972 | 12 | 11 | 0061 |

Conforme disposto no artigo 7 da Lei Municipal nº 3.274/25, fica estabelecido a contagem do prazo de **05 (cinco) dias uteis**, para que o proprietário ou possuidor do terreno apresente defesa, a ser protocolada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Meio Ambiente, ou por meio eletrônico disponível (meioambiente@juara.mt.gov.br) e encaminhada ao setor de fiscalização para análise.

A defesa deverá ser instruída com a comprovação da regularização da situação do lote por meio de relatório fotográfico georreferenciado, sem prejuízo da verificação, pela fiscalização no local.

Havendo a Comprovação pela fiscalização de que o lote foi limpo, roçado ou gradiado, após a aplicação do Auto de Infração, e até o julgamento final da defesa, a multa terá atenuante com redução de até 30% (trinta por cento), ficando o imóvel sujeito a novas fiscalizações durante o exercício, para comprovação das condições estabelecidas no artigo 1º da presente lei. Vencido o prazo da defesa sem a manifestação ou providências pelo proprietário, titular de domínio ou possuidor, fica o município autorizado a realizar a limpeza do terreno, diretamente ou por intermédio de empresas contratadas, conforme disposto no artigo 8 da Lei Municipal nº 3.274/25.

Juara-MT, 10 de Novembro de 2026

| | |
|---|---|
| **Antônio Jose Santana Neto**<br>Fiscal de Meio Ambiente<br>Matricula nº 1485 | **Valdecir Ramos**<br>Fiscal de Meio Ambiente<br>Matricula nº 5603 |

**DEPARTAMENTO DE LICITACAO**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 027/2026 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA LINHA BRANCA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

| |
|---|
| **Nº DA DISPENSA** 027/2026 |
| **CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE JUARA/MT** |
| **FUNDAMENTO LEGAL**: Fundamento Legal: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 |
| **JUSTIFICATIVA:** Conforme Legislação acima citada. |
| **PERÍODO DE PUBLICAÇÃO**: 11/**11/2026 ATÉ 13/11/2026** |
| **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** SIM |
| **ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES (DIA/HORAS): 16/11/2026 ÀS 15:00 (HORARIO DE BRASILIA)** |
| **LINK**: http://portaldecompraspublicas.com.br/18/ |
| **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM |

**OBJETO**: O objeto da presente dispensa é a **CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA LINHA BRANCA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CÓD AGILI | UNI. MED. | QUANT. TOTAL | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | (00037239) **BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO** - CAPACIDADE DE PARA GARRAFÃO DE 20L: COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 96 CM (ALTURA) X 27,5 CM (LARGURA) X 36,5 CM (PROFUNDIDADE) ADMITIDA VARIAÇÃO DE ATÉ 10%, EQUIPADO COM 2 TORNEIRAS, OFERECE ÁGUA FRIA E NATURAL, COM TEMPERATURA APROXIMADA ENTRE 4°C E 15°C. COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO SUPERIOR A 2,8 L/H, MANTÉM A ÁGUA EM UMA TEMPERATURA IDEAL PARA CONSUMO. VOLTAGEM DE 110/127V | 1003383 | UN | 6 | R$ 888,47 | R$ 5.330,82 |
| 2 | (298753-8) **FREEZER HORIZONTAL**, COM 2 PORTAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 LITROS, BIVOLT (127V/220V), CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, FUNÇÕES RESFRIAR, CONSERVAR E CONGELAR, EQUIPADO COM 2 CESTOS DE ARMAZENAMENTO, LUZ INDICADORA DE FUNCIONAMENTO, GABINETE EXTERNO EM AÇO GALVANIZADO, INTERNO EM ALUMÍNIO. | 1007955 | UN | 3 | R$ 3.868,32 | R$ 11.604,96 |
| 3 | (00014337) **REFRIGERADOR** DUPLEX FROST FREE COM CONTROLE DE TEMPERATURA, SUPERIORO A 380L INOX, DE 127V, CLASSE ENERGÉTICA “A” | 999780 | UN | 1 | R$ 2.780,00 | R$ 2.780,00 |

JUARA/MT, 10 de novembro de 2026.

Valdinei Holanda Moares

Prefeito Municipal

**PROCESSO Nº. 027/2026**

**DISPENSA Nº. 027/2026**

**COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021**

**Decreto Municipal nº. 2.014/23**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE JUARA/MT**, Inscrito no CNPJ Nº 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro - CEP 78.575-000, por intermédio do Setor de Licitação, torna público que, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº. 2.014/23, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

**DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: DIA 16/11/2026, ÀS 09:00 HORAS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO NO SITE HTTP://PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR/18/ NO ÍCONE ACESSO AO SISTEMA, DIGITANDO-SE O LOGIN E SENHA. REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:** http://portaldecompraspublicas.com.br/18/ **LINK DO EDITAL:** http://portaldecompraspublicas.com.br/18/ https://www.juara.mt.gov.br

**1. DO OBJETO:**

Constitui objeto desta dispensa a **CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA LINHA BRANCA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

1.1. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.1.1. – ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

1.1.2. - ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.3. – ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

1.1.4. - ANEXO IV- MINUTA DE CONTRATO

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder

Executivo Municipal de JUARA/MT, para exercício de 2026.

**3. DO VALOR ESTIMADO:**

3.1. O valor global estimado para contratação será de R$ 19.715,78 (dznove mil, setecentos e quinze reais e setenta e oito centavos).

**4. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

4.1. A participação na presente Dispensa Eletrônica será integrante do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico no site http://portaldecompraspublicas.com.br/18/ no ícone Acesso ao Sistema, digitando-se o login e senha.

4.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no MANUAL PARA CADASTRO, no link https://www.portaldecompraspublicas.com.br/adesao/fornecedor, para acesso ao sistema e operacionalização.

4.2.1 Poderão participar desta dispensa de licitação, pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta contratação e atendam às exigências deste edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

4.2.2 Não poderão participar direta ou indiretamente desta dispensa:

I - Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

II - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;

III - Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

IV – Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico;

V – Aqueles que não se enquadrem como ME, MEI ou EPP, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 incluindo as alterações da Lei Complementar 147/2014, ou que, nessa condição, estejam inclusas em alguma das excludentes nas hipóteses do parágrafo 4º da mencionada Lei Complementar;

VI - Estrangeiras que não funcionem no País;

**5. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

5.1 O fornecedor interessado, após a divulgação da contratação direta, preencherá, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica (Compra Direta) a proposta indicando a marca/modelo do produto, quando for o caso, o preço unitário e o preço total do lote, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.2 Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração.

5.3 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, e fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.4 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

5.5 A proposta eletrônica deverá ser assinada por representante da empresa, devendo constar seu CNPJ, data e os documentos referentes à sua habilitação.

5.6 A partir da data e horário de encerramento do lançamento de propostas, estabelecido neste Edital de Contratação Direta, o sistema, automaticamente, passará para a fase de DOS LANCES, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**6.1** Encerrada a fase de lançamento de proposta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**6.2** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver negociação com o fornecedor para obtenção de condições mais vantajosas.

**6.3** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

**6.4** A negociação deverá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**6.5** Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor àquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos.

**6.6** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado no procedimento da dispensa eletrônica.

**6.7** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta que " deverá ser formulada em papel timbrado ou carimbada com o CNPJ da empresa, datada e assinada por seu representante legal, juntamente com os documentos referentes à sua habilitação ", e, se necessário, de documentos complementares, no prazo de 24 horas após a solicitação.

**6.8** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.9** Será desclassificada a proposta vencedora que:

I - Contiver vícios insanáveis;

II - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

III - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.10** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço total por lote.

**6.12** Se a proposta ou lance do vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

## 7. HABILITAÇÃO:

### 7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

*7.1.1* Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou registro comercial, no caso de empresa individual.

*7.1.2* Cédula de Identidade de todos os sócios proprietários.

### 7.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

*7.2.1* Certidão negativa de falência ou concordata com sua expedição nunca superior a três meses da abertura deste processo, referente à comarca de domicilio da empresa licitante.

### 7.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

*7.3.1* A empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa tenha fornecimento de bens pertinentes e compatível com o objeto da Licitação.

### 7.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

*7.4.1* Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou prova equivalente que comprove, inequivocamente, a regularidade de situação.

*7.4.2* Certidão de regularidade para com a fazenda estadual e municipal do domicilio da empresa licitante.

*7.4.3* Certidão conjunta de regularidade da receita federal e tributos federais e dívida ativa da União e INSS.

*7.4.4* Certidão Trabalhista.

## 8. DO PAGAMENTO:

8.1 O pagamento ocorrerá dentro em até 30 (trinta) dias, após o efetivo recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 Para realização dos pagamentos, o licitante vencedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante processo de habilitação;

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1 Poderá o Município revogar o presente Edital da Dispensa Eletrônica, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

9.2 O Município deverá anular o presente Edital da Dispensa Eletrônica, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

9.3 A anulação do procedimento de Dispensa Eletrônica, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência deste, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

JUARA/MT, 10 de novembro de 2026.

Valdinei Holanda Moraes

Prefeito Municipal

**DISPENSA Nº. 027/2026**

**ANEXO I**

**DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP Nº 15/2026/SMS/PMJ**

**1. INTRODUÇÃO**

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento da contratação e apresenta os estudos necessários para identificar a solução mais adequada ao atendimento da necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de Juara – MT, em observância à legislação vigente e aos princípios que regem a Administração Pública.

1.2 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a necessidade de aquisição de equipamentos destinados a proporcionar melhores condições de armazenamento e conservação de gêneros alimentícios, bem como a disponibilização de água potável nos serviços de saúde do Município.

**2. OBJETO DO ESTUDO**

2.1 Aquisição de **freezers, geladeira e bebedouros**, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Juara – MT, contemplando a Atenção Básica e o Hospital Municipal Elidia Machietto Santillo.

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1 Considerando o **Pregão Eletrônico nº 35/2025**, realizado para registro de preços visando ao atendimento das demandas do Município, bem como as respectivas **Atas de Registro de Preços nº 041-W/2025/SECAD e nº 041-K/2025/SECAD**, esta Secretaria Municipal de Saúde vem realizando, desde o exercício de 2025, tentativas de aquisição dos equipamentos necessários ao regular desenvolvimento de suas atividades.

3.2 Entretanto, apesar das providências adotadas e da emissão de sucessivas Ordens de Fornecimento, não foi possível efetivar a entrega de parte dos itens solicitados, conforme situações descritas a seguir.

**a) Bebedouro – empresa Nova Mix LTDA.**

3.3 No exercício de 2025, foi emitida a Ordem de Fornecimento nº 6488/2025, em favor da empresa **Nova Mix LTDA.**, detentora do registro de preços, visando à aquisição de bebedouro. Contudo, a empresa não realizou a entrega do item solicitado, encerrando-se o exercício sem o atendimento da demanda.

3.4 Diante da permanência da necessidade, no exercício de 2026 foi emitida nova Ordem de Fornecimento nº 1418/2026, novamente sem que a empresa procedesse à entrega do objeto.

3.5 Em razão do reiterado descumprimento das obrigações assumidas, foi instaurado o Processo Administrativo nº 13.997/2026, no qual foi determinada a abertura de processo administrativo de penalização, bem como a rescisão unilateral da Ordem de Fornecimento e o cancelamento do registro da empresa na Ata de Registro de Preços, com determinação de imediata convocação do cadastro de reserva para suprir a necessidade urgente da Secretaria Municipal de Saúde.

3.6 Ocorre que não há empresa integrante do cadastro de reserva apta a ser convocada para o fornecimento do item, impossibilitando a continuidade da aquisição por meio da referida Ata de Registro de Preços.

**b) Freezer duas portas horizontal – empresa Franciele Eletro LTDA.**

3.7 Situação semelhante ocorreu em relação ao **freezer duas portas horizontal**, cujo fornecimento estava registrado em favor da empresa **FRANCIELE ELETRO LTDA.**, vinculada à **Ata de Registro de Preços nº 041-K/2025/SECAD, decorrente do Pregão Eletrônico nº 35/2025/SECAD**. A própria decisão administrativa de nº 033/2026, registra o descumprimento dos prazos de entrega pela empresa, inclusive em relação à Ordem de Fornecimento nº 1607/2026.

3.8 Apesar das solicitações realizadas por meio das **Ordens de Fornecimento nº 1416/2026 e nº 1607/2026**, a empresa não efetivou a entrega do item solicitado, permanecendo a demanda sem atendimento.

3.9 Em razão do descumprimento, foram adotadas as providências administrativas cabíveis, tendo sido reconhecido o inadimplemento da empresa e determinado o prosseguimento do procedimento para apuração de responsabilidade, bem como a verificação da existência de cadastro de reserva e eventual convocação de licitantes remanescentes, visando assegurar a continuidade do fornecimento.

3.10 Dessa forma, verifica-se que, tanto em relação ao **bebedouro**, quanto ao **freezer**, foram realizadas tentativas de aquisição por meio do procedimento licitatório e das respectivas Atas de Registro de Preços, inclusive mediante a emissão de diferentes Ordens de Fornecimento, sem que os objetos fossem efetivamente entregues pelas empresas responsáveis.

3.11 Assim, a necessidade de nova contratação não decorre de mera opção administrativa, mas de circunstância concreta e superveniente, caracterizada pelo reiterado descumprimento das obrigações de fornecimento, pela adoção das medidas administrativas pertinentes e pela impossibilidade de atendimento da demanda por meio das respectivas Atas de Registro de Preços.

3.12 Considerando que os equipamentos permanecem necessários ao regular funcionamento das unidades e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, mostra-se necessária a adoção de solução administrativa capaz de suprir a demanda, evitando o prolongamento do desabastecimento e eventuais prejuízos à continuidade das atividades desenvolvidas pela Administração.

3.13 Diante desse cenário, considerando as tentativas anteriormente realizadas, o insucesso na aquisição dos objetos por meio das Atas de Registro de Preços, a impossibilidade de obtenção dos itens junto às empresas originalmente registradas e, quando aplicável,

a inexistência de cadastro de reserva apto a suprir a demanda, faz-se necessária a realização de nova contratação, estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

3.14 A contratação pretendida tem por finalidade suprir as necessidades ainda pendentes da Secretaria Municipal de Saúde, assegurar a disponibilidade dos equipamentos necessários e garantir a continuidade e regularidade dos serviços públicos de saúde, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

**4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

4.1 A presente contratação não estava prevista no Plano Anual de Contratações, considerando que, à época de sua elaboração, havia Atas de Registro de Preços vigentes para atendimento da demanda.

4.2 Entretanto, as tentativas de aquisição dos equipamentos restaram frustradas em razão do descumprimento das obrigações de fornecimento pelas empresas registradas, mesmo após a emissão de sucessivas Ordens de Fornecimento e a adoção das medidas administrativas cabíveis.

4.3 Dessa forma, a necessidade de nova contratação decorre de situação superveniente, não prevista no planejamento inicial, sendo necessária para suprir a demanda ainda existente e garantir a continuidade e regularidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

**5**. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 Os equipamentos deverão ser **novos, de primeiro uso**, sem qualquer indício de utilização anterior, não sendo aceitos produtos usados, recondicionados ou remanufaturados.

5.2 Os equipamentos deverão apresentar qualidade compatível com sua finalidade, estar em perfeitas condições de funcionamento e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

5.3 Deverão ser observadas as normas técnicas, os requisitos de segurança e de eficiência energética aplicáveis, incluindo as regulamentações e certificações do **INMETRO**, quando exigíveis para o respectivo equipamento.

5.4 Os equipamentos deverão possuir características, capacidade, dimensões, voltagem e demais especificações compatíveis com aquelas definidas para cada item no Termo de Referência, não sendo admitido o fornecimento de produto com características inferiores às exigidas.

5.5 Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os componentes, acessórios, cabos, manuais e demais itens necessários ao seu adequado funcionamento, quando aplicáveis.

5.6 Os produtos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência, sem prejuízo das garantias previstas na legislação aplicável.

5.7 A contratada será responsável pela substituição, sem ônus adicional para a Administração, dos equipamentos que apresentarem defeitos, vícios de fabricação, avarias, danos decorrentes do transporte ou qualquer desconformidade com as especificações exigidas.

5.8 Quando constatada qualquer irregularidade no recebimento, a contratada deverá promover a substituição ou correção do produto dentro do prazo estabelecido pela Administração.

5.9 Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem apropriada, de forma a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, termo ou certificado de garantia e demais documentos pertinentes.

5.10 A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.11 Todas as despesas relativas ao transporte, frete, carga, descarga, seguros, tributos e demais custos necessários ao fornecimento e à entrega dos equipamentos serão de responsabilidade da contratada.

5.12 O recebimento ficará condicionado à conferência das especificações, características, condições de funcionamento e integridade dos equipamentos, podendo a Administração recusar aqueles que estiverem em desacordo com as exigências estabelecidas.

5.13 A contratada deverá assegurar, quando aplicável, assistência técnica e suporte necessários durante o período de garantia, observadas as condições estabelecidas pelo fabricante e no Termo de Referência

5.14 Os equipamentos deverão atender aos requisitos mínimos de qualidade, segurança, durabilidade e eficiência, de modo a garantir sua adequada utilização durante a vida útil esperada.

**6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

6.1 Os quantitativos foram definidos mediante consolidação das solicitações das unidades demandantes, conforme documentos anexos (DFD), considerando a inexistência ou inservibilidade dos equipamentos atualmente disponíveis. A memória de cálculo compreende de 6 bebedouros, destinados às unidades relacionadas no Anexo I, à razão de 1 unidade por local, e 2 freezers, destinados aos setores indicados no mesmo anexo, à razão de 1 unidade por setor.

6.2 Para o dimensionamento da contratação, foram consideradas as necessidades atuais dos setores e unidades, bem como a disponibilidade e as condições dos equipamentos existentes, buscando estabelecer quantitativos suficientes para o adequado atendimento da demanda, sem gerar aquisições superiores às efetivamente necessárias.

6.3 Os quantitativos, as especificações e a distribuição dos equipamentos encontram-se discriminados no item subsequente deste Estudo Técnico Preliminar.

## 7. RELAÇÃO DOS ITENS COM QUANTITATIVOS

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CÓD AGILI | UNI. MED. | QUANT. | QUANT. TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 2 | (298753-8) FREEZER HORIZONTAL, COM 2 PORTAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 LITROS, BIVOLT (127V/220V), CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, FUNÇÕES RESFRIAR, CONSERVAR E CONGELAR, EQUIPADO COM 2 CESTOS DE ARMAZENAMENTO, LUZ INDICADORA DE FUNCIONAMENTO, GABINETE EXTERNO EM AÇO GALVANIZADO, INTERNO EM ALUMÍNIO. | 1007955 | UN | ESF 1<br>HMJ 1 | 2 |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CÓD AGILI | UNI. MED. | QUANT. |
|---|---|---|---|---|
| 1 | (00037239) BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO - CAPACIDADE DE PARA GARRAFÃO DE 20L: COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 96 CM (ALTURA) X 27,5 CM (LARGURA) X 36,5 CM (PROFUNDIDADE) ADMITIDA VARIAÇÃO DE ATÉ 10%, EQUIPADO COM 2 TORNEIRAS, OFERECE ÁGUA FRIA E NATURAL, COM TEMPERATURA APROXIMADA ENTRE 4°C E 15°C. COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO SUPERIOR A 2,8 L/H, MANTÉM A ÁGUA EM UMA TEMPERATURA IDEAL PARA CONSUMO. VOLTAGEM DE 127V | 1003383 | UN | ESF 6 |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CÓD AGILI | UNI. MED. | QUANT. |
|---|---|---|---|---|
| 3 | (00014337) REFRIGERADOR DUPLEX FROST FREE COM CONTROLE DE TEMPERATURA 380L INOX, DE 127V, CLASSE ENERGÉTICA “A” | 999780 | UN | HMJ 1 |

## 8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1 Para fins de levantamento de mercado, foram consideradas soluções disponíveis para atendimento da necessidade apresentada, bem como contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

8.2 Foram realizadas consultas em fontes oficiais e sistemas de contratações públicas, incluindo o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a fim de verificar as práticas adotadas para aquisição de equipamentos com características semelhantes.

8.3 Verificou-se que os equipamentos pretendidos são bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, com diversidade de marcas, modelos e fornecedores aptos ao atendimento das especificações estabelecidas pela Administração.

8.4 Diante das alternativas identificadas, a aquisição dos equipamentos mostra-se como a solução mais adequada para atendimento da necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, considerando sua disponibilidade no mercado e a utilização pretendida.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Para fins de estimativa do valor da contratação, foi realizada pesquisa de preços em **sites e fontes de pesquisa considerados fidedignos**, com o objetivo de identificar os valores praticados no mercado para o objeto pretendido. A pesquisa possibilitou o levantamento de referências de preços, visando subsidiar a definição do valor estimado da contratação e assegurar a compatibilidade dos preços com a realidade de mercado.

## 10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

| Alternativa | Vantagem | Desvantagem | Conclusão |
|---|---|---|---|
| Aquisição | Incorporação ao patrimônio e uso continuado | Desembolso inicial | Recomendada |
| Remanejamento interno | Sem nova despesa | Ausência de equipamentos disponíveis | Inviável |
| Adesão a ata vigente | Possível celeridade | Dependência de ata compatível e vantagem comprovada | Avaliar antes da contratação |

10.1 Diante das alternativas analisadas, **a aquisição dos equipamentos mostra-se a solução mais vantajosa e adequada para a Administração**, por atender diretamente à necessidade identificada, permitir a incorporação dos bens ao patrimônio público e assegurar sua disponibilidade para uso continuado. As demais alternativas apresentam limitações que impedem ou condicionam seu aproveitamento, especialmente a ausência de equipamentos disponíveis para remanejamento e a eventual inexistência de ata compatível e vantajosa para adesão.

## 11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1 Considerando a natureza do objeto e a possibilidade de divisão da contratação sem prejuízo ao atendimento da necessidade administrativa, mostra-se adequado o **parcelamento por item**, permitindo a participação de fornecedores distintos para cada equipamento.

11.2 O parcelamento não compromete a execução do objeto, uma vez que os itens possuem utilização independente e podem ser fornecidos separadamente.

11.3 A adoção do parcelamento por item possibilita maior competitividade, amplia a participação de fornecedores e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo das especificações e condições estabelecidas para cada equipamento.

## 12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 Com a presente contratação, pretende-se assegurar o atendimento adequado das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, mediante a aquisição de equipamentos que ofereçam condições apropriadas de utilização, segurança, eficiência e durabilidade.

12.2 Busca-se obter a proposta mais vantajosa para a Administração, observando a economicidade, a competitividade, a qualidade dos equipamentos e a compatibilidade dos preços com os valores praticados no mercado.

12.3 Pretende-se, ainda, proporcionar melhores condições para o armazenamento e conservação de gêneros alimentícios e para a disponibilização de água potável nos locais contemplados, contribuindo para a adequada estruturação e funcionamento dos serviços

de saúde.

12.4 A contratação deverá promover o uso eficiente dos recursos públicos, evitando aquisições com valores superiores aos praticados no mercado e priorizando equipamentos adequados, duráveis e eficientes, em consonância com critérios de sustentabilidade aplicáveis.

**13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIA AO CONTRATO**

13.1 Não serão necessárias providências específicas ou adequações prévias por parte da Administração para a realização da contratação, considerando a natureza do objeto.

13.2 A Secretaria Municipal de Saúde deverá proceder à designação dos servidores responsáveis pela **gestão e fiscalização da contratação**, os quais deverão acompanhar o fornecimento, verificar o cumprimento das condições estabelecidas e realizar a conferência dos equipamentos no momento do recebimento.

13.3 O recebimento deverá observar as especificações e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, cabendo aos responsáveis designados comunicar eventuais irregularidades e adotar as providências administrativas cabíveis.

**14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não se aplica.

**15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

15.1 Os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação estão relacionados principalmente ao consumo de energia elétrica durante a utilização dos equipamentos, à geração de resíduos provenientes das embalagens e ao descarte dos bens ao final de sua vida útil.

15.2 Como medidas de sustentabilidade, deverão ser observados, quando aplicáveis, requisitos de eficiência energética e as regulamentações pertinentes do **INMETRO**, priorizando equipamentos que proporcionem consumo eficiente de energia e maior durabilidade.

15.3 As embalagens e demais resíduos decorrentes do fornecimento deverão receber destinação ambientalmente adequada, assim como os equipamentos ao final de sua vida útil, observadas as disposições legais aplicáveis.

15.4 Dessa forma, os possíveis impactos ambientais são considerados passíveis de mitigação mediante a adoção de boas práticas de utilização, conservação e descarte adequado dos equipamentos.

**16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

16.1 Com base nas necessidades identificadas, nos requisitos estabelecidos e nas soluções disponíveis no mercado, conclui-se que a presente contratação se mostra **tecnicamente adequada e viável**, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Juara – MT.

16.2 Desse modo, sugere-se que a contratação direta por dispensa de licitação, preferencialmente processada na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**Secretaria Solicitante:** Secretaria Municipal de Saúde

**E-mail:** compras_saude@juara.mt.gov.br

**Telefone:** (66) 9 9623-0691

**Secretária:** Juliana Gomes Razine

**Responsável pela Elaboração do ETP:**

**DISPENSA Nº. 027/2026**

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA LINHA BRANCA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

**2. FUNDAMENTAÇÃO**

2.1 A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Juara – MT, mediante a aquisição de equipamentos destinados a proporcionar condições adequadas para o armazenamento e conservação de gêneros alimentícios, bem como para a disponibilização de água potável nos serviços de saúde.

2.2 A necessidade foi identificada a partir das demandas apresentadas pela Coordenação da Atenção Básica e pelo Hospital Municipal Elidia Machietto Santillo, considerando a necessidade de disponibilização de estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades e para o atendimento das demandas existentes.

2.3 Os freezers serão destinados ao armazenamento e conservação adequada de gêneros alimentícios, sendo um deles destinado à Coordenação da Atenção Básica, especialmente para apoio às ações realizadas na área rural, e demais ao Hospital Municipal Elidia Machietto Santillo, para armazenamento dos itens provenientes da contratação vigente de gêneros alimentícios.

2.4 Os bebedouros serão destinados às Unidades de Saúde do Município, visando proporcionar condições adequadas para disponibilização de água potável nos locais de atendimento.

2.5 Registra-se que a Administração já havia adotado procedimentos anteriores para aquisição dos equipamentos, os quais não resultaram no efetivo fornecimento dos bens, conforme registro no ETP.

2.6 A contratação encontra respaldo no interesse público e na necessidade de assegurar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo para a continuidade e eficiência dos serviços públicos prestados à população.

2.7 Dessa forma, a aquisição pretendida mostra-se necessária e adequada ao atendimento da demanda administrativa, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

2.8 A presente contratação encontra-se fundamentada no Documento de Formalização da Demanda e no Estudo Técnico Preliminar, quando exigível, que integram o processo administrativo e demonstram a necessidade, a adequação da solução escolhida, os quantitativos pretendidos e a vantajosidade da contratação.

**3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

3.1 Os equipamentos objeto da presente contratação possuem natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2 A contratada deverá fornecer os equipamentos de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada no procedimento de contratação.

3.3 Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer indício de utilização anterior, não sendo aceitos produtos usados, recondicionados ou remanufaturados.

3.4 Os equipamentos deverão estar em perfeitas condições de uso e funcionamento, sem avarias, defeitos, danos ou quaisquer irregularidades, atendendo integralmente às especificações técnicas mínimas exigidas.

3.5 Deverão ser observadas as normas técnicas, os requisitos de segurança e de eficiência energética aplicáveis aos equipamentos, inclusive as regulamentações e certificações do INMETRO, quando exigíveis para o respectivo produto.

3.6 Os equipamentos deverão possuir características, capacidade, dimensões, voltagem e demais especificações compatíveis com aquelas estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo admitido o fornecimento de produto com características inferiores às exigidas.

3.7 Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os componentes, acessórios, cabos e demais itens necessários ao seu adequado funcionamento, quando aplicáveis.

3.8 Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem apropriada e protegidos durante o transporte, de forma a preservar sua integridade até o efetivo recebimento pela Administração.

3.9 Deverão acompanhar os equipamentos, quando aplicáveis, manual de instruções em língua portuguesa, certificado ou termo de garantia e demais documentos necessários à sua adequada utilização e manutenção.

3.10 Os equipamentos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, conforme condições estabelecidas pelo fabricante e pela legislação vigente.

3.11 A contratada será integralmente responsável pela qualidade e funcionamento dos equipamentos fornecidos, devendo substituir, sem ônus adicional para a Administração, aqueles que apresentarem defeitos, vícios de fabricação, avarias, danos decorrentes do transporte ou desconformidade com as especificações estabelecidas.

3.12 A Administração poderá recusar, total ou parcialmente, os equipamentos que não atendam às especificações ou condições previstas neste Termo de Referência, cabendo à contratada providenciar sua substituição dentro do prazo determinado pela Administração.

3.13 Todas as despesas relacionadas ao fornecimento dos equipamentos, incluindo transporte, frete, carga, descarga, seguros, tributos e demais custos necessários ao cumprimento do objeto, serão de responsabilidade da contratada.

3.14 O recebimento dos equipamentos ficará condicionado à conferência das especificações, características, quantidades, condições de funcionamento e integridade dos produtos pelo servidor responsável

3.15 A contratada deverá manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

**4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CÓD AGILI | UNI. MED. | QT | QUANT. TOTAL | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | (00037239) **BEBEDOURO DE COLUNA PARA GARRAFÃO** - CAPACIDADE DE PARA GARRAFÃO DE 20L: COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 96 CM (ALTURA) X 27,5 CM (LARGURA) X 36,5 CM (PROFUNDIDADE) ADMITIDA VARIAÇÃO DE ATÉ 10%, EQUIPADO COM 2 TORNEIRAS, OFERECE ÁGUA FRIA E NATURAL, COM TEMPERATURA APROXIMADA ENTRE 4°C E 15°C. COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO SUPERIOR A 2,8 L/H, MANTÉM A ÁGUA EM UMA TEMPERATURA IDEAL PARA CONSUMO. VOLTAGEM DE 110/127V | 1003383 | UN | ESF 6 | 6 | R$ 888,47 | R$ 5.330,82 |
| 2 | (298753-8) **FREEZER HORIZONTAL**, COM 2 PORTAS, CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 LITROS, BIVOLT (127V/220V), CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, FUNÇÕES RESFRIAR, CONSERVAR E CONGELAR, EQUIPADO COM 2 CESTOS DE ARMAZENAMENTO, LUZ INDICADORA DE FUNCIONAMENTO, GABINETE EXTERNO EM AÇO GALVANIZADO, INTERNO EM ALUMÍNIO. | 1007955 | UN | ESF 1<br>HMJ 1 | 2 | R$ 3.868,32 | R$ 7.736,64 |

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | CÓD AGILI | UNI. MED. | QT | QUANT. TOTAL | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | (00014337) **REFRIGERADOR** DUPLEX FROST FREE COM CONTROLE DE TEMPERATURA, SUPERIORO A 380L INOX, DE 127V, CLASSE ENERGÉTICA "A" | 999780 | UN | HMJ 1 | 1 | R$ 2.780,00 | R$ 2.780,00 |

**5. MODALIDADE E O TIPO DE CONTRATAÇÃO**

5.1 A contratação será realizada por meio de **Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 2.014, de 28 de dezembro de 2023, e demais normas aplicáveis.

5.2 A seleção da proposta será realizada mediante disputa eletrônica, adotando-se o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, desde que atendidas integralmente as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3 A contratação será realizada por item, considerando a possibilidade de fornecimento independente dos equipamentos, de modo a ampliar a competitividade e possibilitar a participação de diferentes fornecedores.

**6. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

6.1 O valor estimado para a presente contratação é de **R$ 19.715,78 (dezenove mil, setecentos e quinze reais, setenta e oito centavos)**, conforme pesquisa de preços realizada para instrução do processo.

6.2 Os valores estimados foram obtidos mediante pesquisa de preços, observadas as fontes e os parâmetros admitidos pela legislação vigente, visando estabelecer valores compatíveis com os praticados no mercado.

6.3 O detalhamento dos preços unitários, quantitativos e valores totais encontra-se demonstrado na relação dos itens constante deste Termo de Referência e no respectivo balizamento de preços que integra o processo administrativo.

6.4 Os valores estimados constituem referência para a contratação, devendo ser considerada a proposta mais vantajosa para a Administração, desde que atendidas integralmente as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**7. ENTREGA, PRAZOS E CONDIÇOES**

7.1 O fornecimento deverá ser executado fielmente pela contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada e nas demais disposições aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2 **O prazo para entrega dos bens será de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento/Empenho.

7.3 A entrega deverá ocorrer em dias úteis e durante o horário de expediente (7h às 11h e 13h às 17h), no Almoxarifado Central, situado na Avenida Rio Arinos 137 E Centro, Juara – MT CEP: 78575-000.

7.4 No ato da entrega, os equipamentos serão conferidos quanto às especificações, quantidades, integridade e condições de funcionamento.

7.5 Caso sejam constatados defeitos, avarias, divergências ou qualquer desconformidade com as especificações estabelecidas, a contratada deverá providenciar a substituição do equipamento, sem qualquer ônus adicional para o Município, no prazo estabelecido pela Administração.

7.6 Todas as despesas decorrentes do fornecimento e da entrega, incluindo transporte, frete, carga, descarga, seguros e demais custos necessários ao cumprimento do objeto, serão de responsabilidade da contratada.

7.7 O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência quantitativa e verificação inicial da integridade dos bens.

7.8 O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência da conformidade dos equipamentos com as especificações deste Termo de Referência, no prazo máximo de 5 dias úteis.

7.9 Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal ou de prazo superior ofertado pelo fabricante.

**8. PRAZO DE VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO**

8.1 A contratação decorrente deste Termo de Referência terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente.

8.2 Eventual prorrogação da vigência somente poderá ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas, mediante justificativa da Administração e observância das disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9. RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

9.1 Para a aquisição dos equipamentos descritos no presente Termo de Referência, serão utilizados recursos previstos no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde, conforme as seguintes dotações:

**Dotação 01**

**Código Reduzido: 173**

**Fonte: 1.621.0000.600**

**Conta Corrente: 19.625-8**

**Dotação 02**

**Código Reduzido: 191**

**Fonte: 2.601.0000.603**

**Conta Corrente: 23005-7**

9.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias acima indicadas, observada a disponibilidade financeira e orçamentária no exercício vigente.

**10. DAS SANÇÕES/PENALIDADES**

10.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas demais normas aplicáveis, no instrumento contratual e neste Termo de Referência.

10.2 A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos causados à Administração, as circunstâncias do caso concreto e os demais critérios previstos na legislação vigente.

10.3 Poderão ser aplicadas, conforme o caso, as penalidades legalmente previstas, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos causados à Administração.

10.4 A aplicação de qualquer sanção será precedida de regular processo administrativo, assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

10.5 As sanções aplicadas não afastam a responsabilidade da Contratada pelo cumprimento das obrigações assumidas, quando ainda possível, nem pela reparação integral dos prejuízos eventualmente causados ao Município.

**11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATATANTE**

11.1 Fornecer à Contratada todas as informações e condições necessárias ao adequado cumprimento do objeto deste Termo de Referência.

11.2 Emitir a Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, contendo as informações necessárias para a entrega dos equipamentos.

11.3 Informar à Contratada os locais, horários e demais condições para realização da entrega.

11.4 Receber, conferir e verificar os equipamentos fornecidos quanto às quantidades, especificações técnicas, integridade e condições de funcionamento.

11.5 Recusar os equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, comunicando formalmente à Contratada para que proceda à respectiva substituição.

11.6 Notificar a Contratada sobre quaisquer irregularidades constatadas durante a execução da contratação, fixando prazo para sua regularização, quando cabível.

11.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, por meio dos servidores formalmente designados pela Administração.

11.8 Efetuar o pagamento devido pela aquisição dos equipamentos, dentro do prazo e nas condições estabelecidas, após o recebimento e a devida atestação da Nota Fiscal.

11.9 Prestar os esclarecimentos solicitados pela Contratada relacionados à execução do objeto, desde que pertinentes à contratação.

11.10 Adotar as providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.,

**12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATATADA**

12.1 Cumprir integralmente as condições, especificações, prazos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

12.2 Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

12.3 Fornecer os equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

12.4 Efetuar a entrega dos equipamentos nos locais indicados pela Administração, dentro do prazo estabelecido, responsabilizando-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive transporte, frete, carga, descarga, seguros, tributos e demais custos necessários.

12.5 Entregar os equipamentos devidamente acondicionados e protegidos, de modo a evitar danos durante o transporte e até o seu efetivo recebimento pela Administração.

12.6 Fornecer, juntamente com os equipamentos, quando aplicável, manual de instruções em língua portuguesa, termo ou certificado de garantia e demais documentos necessários à sua utilização.

12.7 Responsabilizar-se pela qualidade, segurança, integridade e funcionamento dos equipamentos fornecidos.

12.8 Substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus adicional para a Administração, os equipamentos que apresentarem defeitos, vícios de fabricação, avarias, danos ou divergências em relação às especificações estabelecidas, dentro do prazo determinado pela Contratante.

12.9 Prestar os esclarecimentos solicitados pela Administração e comunicar imediatamente qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

12.10 Acatar as orientações e determinações da fiscalização e da gestão da contratação, desde que compatíveis com as disposições deste Termo de Referência e da legislação vigente.

12.11 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação.

12.12 Responsabilizar-se pela garantia dos equipamentos, observando os prazos e condições estabelecidos pelo fabricante e pela legislação aplicável.

12.13 Emitir Nota Fiscal correspondente aos equipamentos efetivamente entregues e aceitos pela Administração, contendo as informações necessárias à identificação da contratação.

12.14 Manter a regularidade fiscal e tributária exigida durante a execução da contratação, apresentando a documentação pertinente quando solicitada pela Administração.

12.15 Cumprir as demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no instrumento contratual e nas demais normas aplicáveis à contratação.

**13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

13.1 O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente, após o recebimento e a conferência dos equipamentos.

13.2 A Nota Fiscal deverá corresponder aos equipamentos efetivamente entregues e aceitos pela Administração, observando os valores e condições estabelecidos na contratação.

13.3 Caso sejam constatadas divergências, erros ou irregularidades na Nota Fiscal, esta será devolvida à Contratada para as devidas correções, ficando o prazo para pagamento suspenso até a regularização.

13.4 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, devendo ser informados os dados bancários necessários.

13.5 Para fins de pagamento, a Contratada deverá manter a regularidade fiscal e tributária exigida na contratação, apresentando a documentação pertinente quando solicitada.

13.6 Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

13.7 Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência relacionada ao cumprimento das obrigações contratuais que impeça a liquidação da despesa, sem que isso gere direito à atualização ou indenização à Contratada.

13.8 O pagamento somente será autorizado após a verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e o devido atesto pelo servidor responsável.

**14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

14.1 A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, na condição de gestor e/ou fiscal da contratação, conforme as atribuições estabelecidas pela legislação vigente.

14.2 Compete à fiscalização acompanhar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto aos prazos de entrega, especificações técnicas, quantidades, integridade e condições de funcionamento dos equipamentos.

14.3 O fiscal deverá registrar e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades constatadas durante a execução, solicitando à Contratada as providências necessárias para sua correção.

14.4 O recebimento e a atestação dos equipamentos deverão ocorrer somente após a verificação do atendimento integral às especificações e demais condições estabelecidas na contratação.

14.5 A atuação da fiscalização pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelo fornecimento adequado dos equipamentos e pelo cumprimento das obrigações assumidas.

**15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

15.1 Serão estabelecidos, na forma da legislação vigente e em razão deste Termo de Referência, no instrumento contratual ou documento equivalente:

I – As condições para aplicação de multas e demais penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas;

II – As obrigações e responsabilidades da Contratante e da Contratada;

III – As condições relativas à execução, fiscalização, recebimento e pagamento do objeto;

IV – Quando cabível, os critérios e condições para reajuste, revisão ou demais alterações admitidas pela legislação vigente;

V – As demais cláusulas necessárias à adequada formalização e execução da contratação.

15.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 2.014/2023 e nas demais normas aplicáveis.

Juara/MT, 07 de outubro de 2026.

_____

**Juliana Gomes Razine**

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 093/2026 de 02/03/2026

**DISPENSA Nº. 027/2026**

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021**

| | |
|---|---|
| RAZÃO SOCIAL: | |
| CNPJ: | |
| ENDEREÇO: | |
| TELEFONE / FAX:<br>EMAIL: | |

**Objeto: CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA LINHA BRANCA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

| ITEM | QUANT. | DESCRIÇÃO | Valor Unit | Valor Total |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |

Valor total global: R$ ( ).

| | | |
|---|---|---|
| PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA | - Não inferior a 60 dias | |
| CONDIÇÕES DE PAGAMENTO | | |
| PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: | | |

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital.

Local, de de 2026.

Assinatura do Responsável

CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

**DISPENSA Nº. 027/2026**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

**O MUNICÍPIO DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, REPRESENTADO PELA EXMº PREFEITO MUNICIPAL, O SR. VALDINEI HOLANDA MORAES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE O SEGUINTE:**

**ORDEM DE FORNECIMENTO**

**A PREFEITURA MUNCIPAL DE JUARA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.072.663/0001-99**, autoriza a empresa:**_____, CNPJ: _____, Endereço:_____, **CONTRATADA** através da **DISPENSA nº 027/2026**, celebrada entre as partes no dia 20/07/2026 a dar início a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA LINHA BRANCA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, cujo Valor é de _____, nos termos do artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

**Juara/MT, __ de _____ de 2026.**

**Valdinei Holanda Moraes**

**Prefeito Municipal**

**CONTRATANTE**

---

**SETOR DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 053/2026 TIPO: ELETRÔNICO**

‘Acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, a licitação na modalidade de Pregão, do Tipo Eletrônico, apuração pelo Menor Lance ou Oferta por lote, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR POR QUILÔMETRO RODADO, IN-**

**CLUINDO MOTORISTA, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS,** em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

A realização do Pregão será no dia **25.11.2026 às 09h00m (Horário de Brasília)**, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada na Sede da Prefeitura Municipal de Juara, localizada à Rua Niterói n.º 81N - Centro - Juara/MT, junto à Divisão de Licitação de segunda e sexta-feira, no horário das 09h00 às 12h00 (Horário de Brasília) ou pela internet nos endereços: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br. Para participação no presente certame será permitida somente representantes legais, procuradores ou prepostos com poderes específicos ou credenciados pelas empresas interessadas em participar do certame. O credenciamento deverá ser único e exclusivamente por meio do endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Juara-MT, 10 de novembro de 2026

| | |
|---|---|
| **Sirlene Hubner**<br>**Diretora do Departamento de Licitação**<br>**Portaría GP nº 614/2026** | **Valdinei Holanda Moraes**<br>**Prefeito Municipal** |

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
## EXTRATO DO CONTRATO N.º 007/2026

Contratante: Câmara Municipal de Juara situada na Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 03.476.682/0001-00, na cidade de Juara, no Estado de Mato Grosso.

Contratado: Gilmar dos Santos – MEI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.269.137/0001-00, estabelecida na Rua Joaçaba nº 1047 - S, Centro, CEP 78.575-000 – Juara/MT.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pintura predial, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos, destinados à manutenção e conservação das dependências do prédio próprio da Câmara Municipal de Juara – MT, conforme condições, quantidades e especificações técnicas contidas no Termo de Referência da Dispensa de Licitação nº 008/2026.

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 008/2026.

Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua assinatura

Data da Assinatura: 09/11/2026.

Valor Global: O valor global da presente contratação é de R$ 44.101,97 (quarenta e quatro mil, cento e um reais e noventa e sete centavos).

## DEPARTAMENTO RH
## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 134/2026 DE 10 DE OUTUBRO DE 2026 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO POR ANALISE CURRICULAR Nº016/2026/SME

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 134/2026 DE 10 DE OUTUBRO DE 2026 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO POR ANALISE CURRICULAR Nº016/2026/SME, PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL DO DIA 19/08/2026.**

Art. 1° O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo por Analise de Curricular Nº016/2026, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo por Analise Curricular n° 016/2026.

Art. 2º **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AUXILIAR DE PROFESSOR E.M. RUI BARBOSA**

| Item | Nome | Classificação |
|---|---|---|
| 01 | AMABILY CISTINA RODRIGUES | 2º |
| 02 | MAHITA MIGUEL VILELA DO SANTOS | 3º |
| 03 | PATRICIA PEREIRA GUERRA | 4º |
| 04 | KAROLINE GARCIA ALEXANDRE ZONTA | 5º |

Art. 3º Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º Esta Convocação entra em vigor na data de sua publicação.

Juara-MT, 10/11/2026

Michelle D'Mont Leite

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°002/2025 de 02/01/2025

**DEPARTAMENTO RH**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 135/2026 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº002/2025**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 135/2026 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº002/2025 CONFORME HOMOLOGAÇÃO DO DECRETO N° 2.347 DE 23 DE JANEIRO DE 2026, PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL N° 4.904 DO DIA 12/01/2026.**

Art. 1° O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo de Processo Seletivo Simplificado n°002/2025, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2025.

Art. 2º **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

**TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - TAE**

**(COD. 103) - ZONA URBANA**

| Item | Nome | Classificação |
|---|---|---|
| 01 | FABIANA DA SILVA AMORIM | 6º |
| 02 | JULIANA DANTAS | 7º |

Art. 3º Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º Esta Convocação entra em vigor na data de sua publicação.

Juara-MT, 10/11/2026.

Michelle D'Mont Leite

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°002/2025 de 02/01/2025.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026 - PMJ**

**AVISO DE PREGÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 048/2026 – PMJ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 252/2026 de 21/07/2026**

**ME/EPP E AMPLA CONCORRÊNCIA**

O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022, das Leis Complementares n.º 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal n.º 609/2023 e 610/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

**OBJETO:** O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, PEÇAS DE VESTUÁRIO, CALÇADOS, ACESSÓRIOS, BANDEIRAS E MATERIAIS CORRELATOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COM A PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, NA QUALIDADE DE ÓRGÃO PARTICIPANTE DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:** Das 14:00 horas do dia 10/11/2026 às 08:59 horas do dia 24/11/2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09:00 horas do dia 24/11/2026.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO.

**VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO:** R$ 1.110.233,87 (um milhão, cento e dez mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos).

**LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA:** https://www.bll.org.br.

**REFERÊNCIA DE HORÁRIO:** Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no sítio eletrônico oficial do Município de Juína/MT (https://www.juina.mt.gov.br/), na plataforma eletrônica BLL Compras (https://www.bll.org.br) e, para consulta presencial, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Juína, situado à Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína/MT.

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, situada na Travessa Emmanuel, n.º 33N, Centro, Juína-MT - CEP.: 78320-000, E/OU por meio do Telefone (66) 3566-8300.

**Obs.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual (vide tópico 4.3. do Termo de Referência).

Juína/MT, 10 de novembro de 2026.

**ISABELLA CRYSTINA GONÇALVES DA CUNHA**

Agente de Contratação

Portaria n.º 12.920/2026

**PROCURADORIA**
**PORTARIA N.º 13.186/2026.**

PORTARIA N.º 13.186/2026.

Designa substitutos legais aos Secretários Municipais de Juína-MT, nas circunstâncias que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores públicos municipais abaixo mencionados para que exerçam as atribuições do cargo de Secretário(a) Municipal, quando o titular estiver em viagem para fora do Município de Juína-MT, nas suas ausências, bem como nos casos de suspeição e impedimentos legais, temporários e ocasionais.

I – Designado para a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

a) Valdoir Antônio Pezzini – Secretário Municipal de Finanças e Administração – Matrícula n°. 9491;

II – Designada para a Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Marlene Rodrigues da Silva Coelho- Matrícula n°. 6449;

III – Designado para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

a) Daniella dos Santos Pimenta Sabatine– Matrícula n°. 7131;

IV – Designado para a Secretaria Municipal de Saúde:

a) Maria Jose Inácio – Matrícula n°. 5973;

V – Designado para a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo:

a) Vanessa Francisco Teixeira – Diretor do Departamento de Esportes – Matrícula n°. 9292;

VI – Designado para a Secretaria Municipal de Finanças e Administração:

a) Nataniel Tomasini – Contador Publico do Poder Executivo – Matrícula n°. 6390;

VII – Designado para a Chefia de Gabinete:

a) Aline da Silva Maia – Diretor Administrativo de Gabinete – Matrícula n°. 8983;

VIII – Designado para Secretaria Municipal de Infraestrutura:

a) Rosicleia Rodrigues dos Santos – Administradora de Infraestrutura – Matrícula n°. 45;

IX – Designado para a Secretaria Municipal de Planejamento:

a) Valdoir Antônio Pezzini – Secretário Municipal de Finanças e Administração – Matrícula n°. 9491;

X – Designado para a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio:

a) Valdoir Antônio Pezzini – Secretário Municipal de Finanças e Administração – Matrícula n°. 9491;

Art. 2.º Os servidores designados não serão remunerados pelos serviços realizados quando do exercício da designação, sendo mantida a remuneração dos cargos de origem, mas a atuação dos mesmos constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Fica expressamente revogada a Portaria Municipal n.º 12.721/2026.

Juína-MT, 10 de novembro de 2026.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

**PAULO AUGUSTO VERONESE**

**Prefeito Municipal**

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

**PROCURADORIA**
**PORTARIA Nº 13.187/2026.**

PORTARIA Nº 13.187/2026.

Institui ou reconhece a Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço do Município de Juína - CIES Municipal.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUÍNA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a necessidade de integrar a gestão municipal, os serviços de saúde, os trabalhadores do SUS, as instituições de ensino e as instâncias de controle social para planejar e desenvolver ações de educação permanente em saúde no Município de Juína, em articulação com a CIES Noroeste/MT,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída ou reconhecida a CIES Municipal de Juína, instância consultiva e propositiva de articulação, planejamento, acompanhamento e avaliação da Educação Permanente em Saúde no Município e Nomear os membros abaixo relacionados para compor o CIES municipal:

| MEMBROS | CARGO/FUNÇÃO |
|---|---|
| Titular: Camille Francine Modena<br>Suplente: Daiane Regina da SIlva | Representante do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso |
| Titular: Everlaine Marceli Wagner<br>Suplente: Rosane Sehmen | Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura |
| Titular: José Machado Junior<br>Suplente: Silvana Rocha Valiguski | Representante da Vigilância em Saúde |
| Titular: Juliane Felber<br>Suplente: Graziele Loureiro Teixeira da Silva | Representante do Conselho Municipal de Saúde |
| Titular: Marciane Aparecida Similli<br>Suplente: Daniele Cristina Ferreira da Silva | Representante da Unidade de Terapia Intensiva |

| | |
|---|---|
| Titular: Karla Eduarda Silveira dos Santos Suplente: Joyce Ribeiro L. Oliveira | Representante da Atenção Primária a Saúde |
| Titular: Maria José Inácio<br>Suplente: Vanessa Sabatine Bataier | Representante da Gestão |
| Titular: Gian Carla Zanela<br>Suplente: Vanessa de França Marques | Representante da Unidade de Pronto Atendimento 24h |

Art. 2º Compete ao CIES municipal:

I. Apoiar a formulação, implementação e avaliação do Plano de Ação Municipal de Educação Permanente em Saúde (PAMEPS), em consonância com as diretrizes locais, estaduais e nacionais;

II. Promover a integração contínua entre os serviços de saúde da rede municipal e as instituições de ensino (universidades, faculdades, escolas técnicas) que utilizam o município como cenário de práticas;

III. Mapear e diagnosticar as necessidades de formação, qualificação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde com base no perfil epidemiológico e nas demandas da assistência local;

IV. Acompanhar e monitorar as ações, projetos e estratégias de Educação Permanente em Saúde (EPS) executados no território municipal;

V. Representar legitimamente o seu segmento de origem, levando suas demandas e devolvendo as deliberações do colegiado.

Art. 3º A CIES Municipal terá composição mínima compatível com o art. 62 do Regimento Interno da CIES Noroeste/MT, com titulares e suplentes indicados pelos segmentos.

Art. 4º A CIES Municipal articular-se-á com a CIES Noroeste/MT por meio da referência municipal designada.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde prestará apoio administrativo e encaminhará à CIES Noroeste/MT o ato, a composição e o calendário no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 6º A CIES municipal reunir-se-á ordinariamente e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante aviso e organização prévia.

Art. 7º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Juína-MT, 10 de novembro de 2026.

**Jania Ferreira Dias**

**Secretária Municipal de Saúde**

**Portaria n.º 12.882/2026**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2026,**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 202/2026.**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruena/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 155/2026, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 75 Inc. VIII da Lei 14.133/2021, realiza a Dispensa de Licitação Nº 061/2026, Processo Administrativo N° 202/2026.

**Do Objeto*:*** AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE FÓRMULA ENTERAL INDUSTRIALIZADA E FRASCOS PARA ADMINISTRAÇÃO DE DIETA ENTERAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JURUENA/MT.

**Fornecedor: NUTRILIFE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**

**CNPJ : 26.574.769/0001-07**

**VALOR DO FORNECEDOR:** R$ 7.171,20 (Sete mil cento e setenta e um real e vinte centavos).

Juruena – MT, 10 de Novembro de 2026.

_____

**MANOEL GONTIJO DE CARVALHO Prefeito Municipal de Juruena**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**
**Nº061/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 202/2026**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº061/2026

RATIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, a Dispensa de Licitação nº 061/2026, Processo Administrativo n° 202/2026 AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE FÓRMULA ENTERAL INDUSTRIALIZADA E FRASCOS PARA ADMINISTRAÇÃO DE DIETA ENTERAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JURUENA/MT.

Amparado pela **Lei 14.133/2021** dispõe sobre as licitações e contrato, determino que se proceda a Contratação.

Juruena – MT, 10 de Novembro de 2026.

**Manoel Gontijo de Carvalho**

**Prefeito Municipal de Juruena**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº055/2026 DISPENSA Nº 061/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 202/2026**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº055/2026 DISPENSA Nº 061/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 202/2026**

**Do Objeto*:*** AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE FÓRMULA ENTERAL INDUSTRIALIZADA E FRASCOS PARA ADMINISTRAÇÃO DE DIETA ENTERAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE JURUENA/MT.

**Fornecedor: NUTRILIFE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**

**CNPJ : 26.574.769/0001-07**

**VALOR DO FORNECEDOR:** R$ 7.171,20 (Sete mil cento e setenta e um real e vinte centavos).

| Cód. Red. | Un. Orça. | Funcional | Elemento de Despesa |
|---|---|---|---|
| 182 | 07001 | 10.122.0017.2040 | 33.90.30 |

**REPRESENTANTES:** Pelo Contratante: Sr. Manoel Gontijo de Carvalho – Prefeito Municipal. Pelo Contratado: Sr RICARDO GUIO SEGUNDO.

Juruena – MT, 10 de Novembro de 2026.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026**

**REAVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pela Portaria nº 087/2025, TORNA PÚBLICO que realizará às **08:00 HORAS/MATO GROSSO DO DIA 26 DE NOVEMBRO 2026,** na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2026**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** tendo por objeto "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, MANUTENÇÃO CORRETIVA, RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO EM DIVERSOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JUSCIMEIRA/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ELABORADA COM BASE NO SINAP/MT" .** Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até **às 08:00 HORAS/MATO GROSSO DO DIA 26 DE NOVEMBRO 2026.** O credenciamento **deverá ser efetuado no inicio da sessão (ou abertura dos envelopes)**. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço abaixo, no horário das 07:00 às 13:00 horas, através petição do e-mail licitacao@juscimeira.mt.gov.br , ou através do site da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Portal Transparência/Licitações,.

JUSCIMEIRA/MT, 10 DE NOVEMBRO 2026.

**TATYANE DOS SANTOS GOMES ALMEIDA**

Agente de Contratações/Pregoeiro

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2026 - CONCORRENCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 002/2026**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, Juscimeira-MT através de seu Pregoeiro Oficial, nomeada pela Portaria nº 087/2025, TORNA PÚBLICO que realizará às **08:00 HORAS/MATO GROSSO DO DIA 30 DE NOVEMBRO 2026** na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **CONCORRENCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 002/2026**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por objeto **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DE 04 (QUATRO) SALAS DE AULAS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ROMILDA JOSÉ DE PAULA, LOCALIZADO NO DISTRITO DE SANTA ELVIRA, MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA/MT".** Os envelopes contendo as proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08:00 HORAS/MATO GROSSO DO DIA 30 DE NOVEMBRO 2026.** O credenciamento **deverá ser efetuado no inicio da sessão (ou abertura dos envelopes)**. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Juscimeira no endereço acima, no horário das 07:00 às 13:00 horas, através petição do e-mail licitacao@juscimeira.mt.gov nos dias úteis a partir desta data.

JUSCIMEIRA/MT., 10 DE NOVEMBRO 2026.

**TATYANE DOS SANTOS GOMES ALMEIDA**

Agente de Contratação/Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

**LEI MUNICIPAL N° 969/2026, DE 28 DE OUTUBRO DE 2026**

**LEI MUNICIPAL N° 969/2026, DE 28 DE OUTUBRO DE 2026**

**Autor:** Poder Legislativo.

Declara de Utilidade Pública Municipal a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, com sede no Município de Lambari D'Oeste / MT, e dá outras providências.

O Senhor MARCELO VIEIRA VITORAZZI, Prefeito do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n° 54.731.863/0001/68, com sede na Avenida Boa Vista, n° 66 N, Centro, CEP

78.278-000, no Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. O reconhecimento de Utilidade Pública Municipal fundamenta-se na relevância das atividades de interesse social desenvolvidas pela entidade, especialmente nas ações de assistências as famílias, promoção da solidariedade, atividades educacionais, culturais, sociais e de apoio à comunidade.

Art. 3º. A declaração de Utilidade Pública Municipal não implica concessão automática de recursos financeiros, subvenções, benefícios fiscais ou quaisquer outras vantagens, que dependerão do cumprimento dos requisitos previstos na legislação aplicável.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

**Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.**

**MARCELO VIEIRA VITORAZZI**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

### DECRETO Nº 076/2026 - "DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO PONTO FACULTATIVO EM COMEMORAÇÃO A "EMANCIPAÇÃO POLÍTICA" NO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

**DECRETO Nº 076/2026**

**10 DE NOVEMBRO 2026**

**"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO PONTO FACULTATIVO EM COMEMORAÇÃO A "EMANCIPAÇÃO POLÍTICA" NO MUNICÍPIO DE LUCIARA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**PARASSU DE SOUZA FREITAS,** Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, que se faz necessária a aplicação do Princípio da Economicidade.

CONSIDERANDO, que o dia 11 de novembro é dedicado à comemoração do Dia da Emancipação Política;

CONSIDERANDO, a conveniência administrativa de transferir o ponto facultativo para o dia 13 de novembro de 2026, sexta-feira, visando à organização e à eficiência dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de se decretar recesso administrativo por ato oficial, para que se cumpram antecipadamente as formalidades necessárias nas repartições/órgãos e entidades públicas, instituições financeiras e comércio no âmbito do município de Luciara/MT.

**DECRETA:**

**Art. 1° -** Fica transferido o ponto facultativo do Dia da Emancipação Política, originalmente previsto para o dia 11 de novembro de 2026 (quarta-feira), para o dia 13 de novembro de 2026 (sexta-feira), no âmbito das repartições públicas municipais.

**Art. 2° -** O expediente nas repartições públicas municipais será normal no dia 11 de novembro de 2026, ficando suspenso o expediente administrativo no dia 13 de novembro de 2026, ressalvados os serviços essenciais

**Art. 3° -** O presente decreto não se aplica as atividades essenciais tais como aqueles pertinentes às áreas de saúde, limpeza urbana, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários, que exercerão as suas funções conforme determinação das Secretarias Municipais pertinentes;

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A Secretaria Municipal de Educação seguirá o Calendário Escolar.

**Art. 4° -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, 10 de Novembro de 2026.

**PARASSU DE SOUZA FREITAS**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

**EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2023**

**OBJETO DO CONTRATO:** Contratação de empresa especializada para realizar os serviços de mão de obra com a construção de 50 unidades habitacionais no Residencial Renascer no município de Marcelândia/MT, nos termos do Termo de Convênio nº 2263/2022/SINFRA.

**CONTRATADA:** SARTORI ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 31/07/2027

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 22/06/2027

**DATA ASSINATURA:** 06/11/2026

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO-PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2023.**

**OBJETO DO CONTRATO:** Locação de imóvel para abrigar as instalações da Creche Municipal Primeiros Passos do Município de Marcelândia/MT.

DISPENSA Nº 021/2023

**VIGÊNCIA:** 03/11/2027

**VALOR:** R$ 165.381,36

**LOCADOR**: JOÃO DE SOUZA GUERREIRO

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA – MT

**DATA ASSINATURA:** 03/11/2026

---

### LEI MUNICIPAL Nº 1.266/2026 SÚMULA: "INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO PERMANENTE DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA A PREVENÇÃO E O ENFRENTAMENTO DO ABUSO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA

**Autoria: Poder Legislativo LEI MUNICIPAL Nº 1.266/2026**

***SÚMULA:* "INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO PERMANENTE DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA A PREVENÇÃO E O ENFRENTAMENTO DO ABUSO E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**Á CAMARA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **Celso Luiz Padovani,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Municipal de Capacitação Permanente de Profissionais da Educação para a Prevenção e o Enfrentamento do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a ser implantado em todas as instituições de ensino públicas e privadas localizadas no território do Município de Marcelândia - MT.

Parágrafo único. O Programa será implementado diretamente na rede pública municipal de ensino e, quanto às instituições privadas, serão observadas as obrigações previstas na legislação federal e nos protocolos municipais de proteção.

**Art. 2º** O programa de que trata esta Lei tem como objetivos principais:

I – Capacitar professores, gestores, coordenadores, orientadores e demais funcionários da comunidade escolar para a identificação precoce de sinais de abuso e exploração sexual;

II – Estabelecer fluxos rápidos, seguros e sigilosos de notificação aos órgãos de proteção competentes;

III – Garantir a aplicação das diretrizes de escuta protegida, evitando a revitimização da criança ou do adolescente no ambiente escolar;

IV – Promover ações pedagógicas preventivas e de conscientização direcionadas aos alunos e às suas famílias.

**Art. 3º** A capacitação dos profissionais da educação será realizada de forma permanente e periódica, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei e na legislação federal pertinente, cabendo ao Poder Executivo regulamentar sua execução no âmbito da rede municipal de ensino.

**Art. 4º** Identificados indícios, suspeita ou revelação de violência sexual contra criança ou adolescente, a instituição de ensino deverá adotar imediatamente os procedimentos de comunicação e encaminhamento previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Federal nº 13.431/2017, na Lei Federal nº 14.811/2024 e nos protocolos da rede de proteção, preservados o sigilo, a integridade e a dignidade da criança ou do adolescente.

**Art. 5º** Para consecução dos objetivos desta Lei, poderão ser desenvolvidas ações de cooperação com órgãos públicos, instituições integrantes da rede de proteção e organizações da sociedade civil, observada a legislação aplicável.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, especialmente quanto ao conteúdo mínimo das capacitações, aos procedimentos de encaminhamento e à articulação com a rede de proteção.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 10 de novembro de 2026.

**CELSO LUIZ PADOVANI**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

### PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÕES
### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2026

A Prefeitura Municipal de Matupá, por meio da Equipe de Licitações, comunica a todos os interessados que realizou o processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES À 1ª REVISÃO PREVENTIVA — REVISÃO DE 12 MESES — DOS VEÍCULOS TOYOTA HILUX PLACAS SQG4H66 E SQG1C13, COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, tendo sido contratada a empresa **RODOBENS COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **65.993.453/0026-60**, com valor total de **R$ 7.651,50**. O processo tem fundamento legal no **art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Maiores informações podem ser obtidas junto à sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Hermínio Ometto, nº 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100, das 07h00min às 13h00min. Matupá – MT, 10 de novembro de 2026. **ALEXSANDRA TOSTA BATISTA** Agente de Contratação

---

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
### EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 283/2026

**CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**

**OBJETO**: **PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO de FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA DESARMADA E BRIGADISTA PARA EVENTOS, DECORAÇÃO NATALINA E REVEILLON EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT.**

**CONTRATADA: FF SEGURANÇA LTDA**

**Valor/Global:** O valor total da contratação é de **R$92.385,00 (noventa e dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais).**

**Assinatura:** 10/11/2026.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

### RH/GESTÃO PESSOAL
### EXTRATO DE CONTRATOS - 2026

**CONTRATO Nº 089/2026** - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE E **PATRICIA GONÇALVES DE MACEDO QUEIROZ**. **Objeto:** Prestação de serviços inerentes às funções do cargo de **MONITOR DE CRECHE**. Exercerá suas funções no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura. Período de: 01/10/2026 à 18/12/2026. Valor Global R$ 6.822,24. Carga horária: 40 horas semanais. Data da Assinatura: 29/09/2026.

**EXTRATO –** PRIMEIRO TERMO ADITIVO **AO CONTRATO 183/2025** - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e a Sra. **BARBARA CLAUDIA BARRANCO**, resolvem celebrar o *Primeiro Termo* Aditivo ao Contrato Temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 183/2025, contratado(a) para o cargo de **ARQUITETO URBANISTA,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, com lotação na Secretaria de Administração e Planejamento. Data de Assinatura: 02/10/2026. Prorrogado até 19*/10/2027.*

**EXTRATO –** PRIMEIRO TERMO ADITIVO **AO CONTRATO 059/2026** - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e a Sra. **VANUSA DE OLIVEIRA SILVA**, resolvem celebrar o *Primeiro Termo* Aditivo ao Contrato Temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 059/2026, contratado(a) para o cargo de **MONITOR DE CRECHE,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, com lotação na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura. Data de Assinatura: 13/10/2026. Prorrogado até 02*/04/2027.*

**EXTRATO –** TERCEIRO TERMO ADITIVO **AO CONTRATO 044/**

**2026** - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e a Sra. **JAQUELINE DA SILVA BORGES**, resolvem celebrar o *Terceiro Termo* Aditivo ao Contrato Temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 044/2026, contratado(a) para o cargo de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, com lotação na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura. Data de Assinatura: 13/10/2026. Prorrogado até 12*/03/2027.*

**EXTRATO –** PRIMEIRO TERMO ADITIVO **AO CONTRATO 066/2026** - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e a Sra. **FRANCIELE RICARDO DE MATOS**, resolvem celebrar o *Primeiro Termo* Aditivo ao Contrato Temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 066/2026, contratado(a) para o cargo de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, com lotação na Serviço com lotação na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura. Data de Assinatura: 14/10/2026. Prorrogado até 26*/11/2026.*

**EXTRATO –** SEGUNDO TERMO ADITIVO **AO CONTRATO 074/2026** - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e a Sra. **CRISTIANE FEITOSA DA SILVA**, resolvem celebrar o *Segundo Termo* Aditivo ao Contrato Temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 074/2026, contratado(a) para o cargo de **PROFESSOR DE PEDAGOGIA,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, com lotação na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura. Data de Assinatura: 15/10/2026. Prorrogado até 18*/12/2027.*

**EXTRATO –** PRIMEIRO TERMO ADITIVO **AO CONTRATO 078/2026** - FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e a Sra. **RAIANNE RAMOS DOS SANTOS**, resolvem celebrar o *Primeiro Termo* Aditivo ao Contrato Temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 078/2026, contratado(a) para o cargo de **MONITOR DE CRECHE,** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços, com lotação na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura. Data de Assinatura: 05/11/2026. Prorrogado até 18*/12/2026.*

---

## SECRETARIA DE FAZENDA
## ACÓRDÃO

### ACÓRDÃO

**PROCESSO Nº:** 405/2026 (FlowDocs) – apenso o Processo Administrativo nº 145/2026

RECURSO ORDINÁRIO

**RECORRENTE:** Liliane dos Santos Morais

**RECORRIDA:** Fazenda Pública Municipal de Mirassol d'Oeste

**RELATOR:** Wellington Rocha Dias (art. 535, I e V, da Lei Complementar nº 193/2019)

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO. RECURSO ORDINÁRIO. FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS SANITÁRIAS. FALTA DE LIMPEZA DE LOTE URBANO. AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTA Nº 165/2025. RECURSO TEMPESTIVO (ART. 521 DO CTM). PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO AFASTADA: O PRAZO DO ART. 28 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.360/2016 NÃO FLUI DE NOTIFICAÇÃO NULA. NOTIFICAÇÃO POR EDITAL. CARÁTER SUBSIDIÁRIO E EXCEPCIONAL DA INTIMAÇÃO FICTA (ARTS. 350, § 4º, E 433, § 2º, III, DA LC Nº 193/2019). DESCUMPRIMENTO DO RITO PROCEDIMENTAL VINCULADO DO ART. 21, CAPUT E § 1º, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.360/2016: AUSÊNCIA DE PROVA DAS TENTATIVAS DE DILIGÊNCIA, DA CONSULTA À SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E DA NOTIFICAÇÃO POSTAL COM AVISO DE RECEBIMENTO PRÉVIA AO EDITAL. SUPRESSÃO DO PRAZO DE 24 HORAS PARA REGULARIZAÇÃO (ART. 24 DA LEI Nº 1.360/2016). VÍCIO INSANÁVEL. CERCEAMENTO DE DEFESA (ART. 5º, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO COLEGIADO (ACÓRDÃO DO PROCESSO Nº 316/2026). NULIDADE DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E DE TODOS OS ATOS DELE DECORRENTES, INCLUSIVE DO AIIM Nº 165/2025. CANCELAMENTO DO LANÇAMENTO RESPECTIVO. RESSALVA DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA SANITÁRIO MUNICIPAL. PREJUDICADO O EXAME DO MÉRITO RECURSAL. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO, À UNANIMIDADE.

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é Recorrente Liliane dos Santos Morais e recorrida a Fazenda Pública Municipal de Mirassol d'Oeste.

O Conselheiro Relator, Sr. Wellington Rocha Dias, submeteu a este colegiado voto escrito pelo conhecimento e provimento do Recurso Ordinário, para afastar a preliminar de intempestividade da impugnação acolhida em primeira instância e acolher a preliminar de nulidade da notificação por edital, ante o descumprimento do rito procedimental vinculado do art. 21, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 1.360/2016, em aplicação da jurisprudência firmada por esta Câmara no julgamento do Processo nº 316/2026, em sessão de 10 de setembro de 2026.

Acorda o PLENO da Câmara de Recursos Tributários do Município de Mirassol D'Oeste, à unanimidade de votos, em CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Recurso Ordinário interposto por Liliane dos Santos Morais, nos termos do voto do Conselheiro Relator, para:

a) AFASTAR a preliminar de intempestividade da impugnação acolhida na decisão de primeira instância, por não ter fluído prazo de defesa a partir de notificação nula;

b) ACOLHER a preliminar de nulidade da notificação por edital, reconhecendo vício insanável de procedimento, por inobservância do rito vinculado do art. 21, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 1.360/2016;

c) DECLARAR a nulidade absoluta do edital de notificação relativo ao Auto de Infração e Imposição de Multa nº 165/2025 e de todos os atos processuais dele decorrentes, inclusive do próprio AIIM nº 165/2025;

d) DETERMINAR o cancelamento e a baixa do lançamento da multa decorrente do AIIM nº 165/2025 (05 UFMs), bem como de todos os juros, multas e atualizações de mora a ele vinculados, no cadastro relativo ao imóvel situado na Rua Mariana Alves do Prado, nº 4.004, Jardim das Flores III, com o cancelamento de eventual inscrição em dívida ativa, protesto ou negativação deles decorrentes;

e) RESSALVAR à Administração Municipal o exercício regular e tempestivo de seu poder de polícia sanitário, mediante nova fiscalização e, se for o caso, nova autuação, desde que observado o rito legal ora reconhecido como de cumprimento obrigatório;

f) JULGAR PREJUDICADO o exame do mérito recursal, inclusive do pedido subsidiário;

g) DETERMINAR a publicação da conclusão deste acórdão, com sua ementa, no Diário Oficial do Município (art. 528 da LC nº 193/2019), e a notificação da recorrente, por via postal com Aviso de Recebimento ou pessoalmente, mediante termo de ciência, no endereço declarado nos autos;

h) DETERMINAR a remessa dos autos à Coordenadoria de Tributação, para cumprimento do item "d", identificação da inscrição imobiliária correspondente, juntada do extrato de cancelamento

e conferência da atualização do endereço de correspondência da recorrente no Cadastro Imobiliário, com ciência à Coordenadoria de Fiscalização – Seção de Postura e ao agente autuante, arquivando-se os autos após o cumprimento.

**PLENO da Câmara de Recursos Tributários do Município de Mirassol D'Oeste – MT, em 09 de novembro de 2026.**

**Haroldo Gustavo Greve**

Presidente

**Wellington Rocha Dias**

Relator

**Graciane Mendonça de Souza**

Conselheira Substituta

---

**COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**
**EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 93/2022, firmado entre o município de Mirassol d'Oeste e a empresa Gente Seguradora S/A, CNPJ nº 90.180.605/0001-02, para contratação de seguro veicular da frota municipal. Objeto: a) Prorrogação da vigência: Pelo presente instrumento, fica a vigência do contrato prorrogada por 12 (doze) meses, a contar do dia 08/11/2026 à 08/11/2027, conforme apólice; b) Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas que não conflitarem com o presente termo. Valor: para execução da nova vigência, o contratado manteve o valor, qual seja, R$1.400,00 (mil e quatrocentos reais). Data da assinatura: 05/11/2026.

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 94/2022, firmado entre o município de Mirassol d'Oeste e a empresa Gente Seguradora S/A, CNPJ nº 90.180.605/0001-02, para contratação de seguro veicular da frota municipal. Objeto: a) Prorrogação da vigência: Pelo presente instrumento, fica a vigência do contrato prorrogada por 12 (doze) meses, a contar do dia 08/11/2026 à 08/11/2027, conforme apólice; b) Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas que não conflitarem com o presente termo. Valor: para execução da nova vigência, o contratado manteve o valor, qual seja, R$1.049,00 (mil e quarenta e nove reais). Data da assinatura: 05/11/2026.

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 95/2022, firmado entre o município de Mirassol d'Oeste e a empresa Gente Seguradora S/A, CNPJ nº 90.180.605/0001-02, para contratação de seguro veicular da frota municipal. Objeto: a) Prorrogação da vigência: Pelo presente instrumento, fica a vigência do contrato prorrogada por 12 (doze) meses, a contar do dia 09/11/2026 à 09/11/2027, conforme apólice; b) Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas que não conflitarem com o presente termo. Valor: para execução da nova vigência, o contratado manteve o valor, qual seja, R$4.250,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta reais). Data da assinatura: 05/11/2026.

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 99/2022, firmado entre o município de Mirassol d'Oeste e a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, para contratação de seguro veicular da frota municipal. Objeto: a) Prorrogação da vigência: Pelo presente instrumento, fica a vigência do contrato prorrogada por 12 (doze) meses, a contar do dia 09/11/2026 à 09/11/2027, conforme apólice; b) Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas que não conflitarem com o presente termo. Valor: para execução da nova vigência, o contratado manteve o valor, qual seja, R$1.994,91 (mil novecentos e noventa e quatro reais e noventa e um centavos). Data da assinatura: 05/11/2026.

---

**COMPRAS E LICITAÇÕES**
**ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 52/2026**

**ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 52/2026.** Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA - NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.** Prazos para recebimento e julgamento das propostas: **VIDE EDITAL.** Início da sessão de disputa de preços: **24/11/2026 às 09h**. Local/Sistema eletrônico: **www.licitanet.com.br**. Obtenção do Edital pelo site: **www.mirassoldoeste.mt.gov.br**, pela plataforma **www.licitanet.com.br** e pelo **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/03755477000175/2026/105**. Informações: Telefones **(65) 3241-3090 / (65) 3241-1012 / (65) 99953-0883** ou pelo e-mail **licitacao@mirassoldoeste.mt.gov.br**. **Danilo Cezar Ochiuto – Pregoeiro. Mirassol d'Oeste/MT, 11/11/2026.**

---

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 866/2026**

**PORTARIA Nº 866 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**CONCEDE FERIAS PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS LEGAIS ATRIBUIÇÕES,**

**RESOLVE**

**ARTIGO 1º - CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS PARA O SERVIDOR JOSE CARLOS ALVES MARTINS, LOTADO NA SECRETARIA DE FAZENDA, NO CARGO DE FISCAL DE POSTURA E VIGILANCIA SANITARIA, REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 01/07/2024 A 30/06/2025, PARA GOZO A PARTIR DE 04/01/2027, CONFORME REQUERIMENTO Nº 5717/2026.**

**Artigo 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ARTIGO 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, "PAÇO MUNICIPAL MIGUEL BOTELHO DE CARVALHO" EM 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**ISAQUE BATISTA DE FARIAS**

Secretário de Administração

IBF/vl

---

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 867/2026**

**PORTARIA Nº 867 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**CONCEDE FERIAS PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS LEGAIS ATRIBUIÇÕES,**

**RESOLVE**

**Artigo 1º -** Conceder 30 (trinta) dias de **FERIAS** para o servidor **CARLOS ALBERTO PEREIRA,** lotado na Secretaria de Saúde no cargo de **MOTORISTA** referente ao período de 01/10/2023 a 30/09/2024, para gozo a partir de 27/11/2026 conforme requerimento e protocolo nº 867/2026.

**Artigo 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ARTIGO 3º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO SECRETARIO DE SAÚDE DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, "PAÇO MUNICIPAL MIGUEL BOTELHO DE CARVALHO" EM 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**CAIQUE ALVARES BEZERRA**

Secretário de Saúde

CAB/vl

---

**PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 868/2026**

**PORTARIA Nº 868 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO E GOZO DE SUAS LEGAIS ATRIBUIÇÕES,**

**RESOLVE**

**Artigo 1º -** Conceder 30 (trinta) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para o servidor **BONNIEK CALIXTO GONZAGA,** lotado na Secretaria de Saúde no cargo de **VIGIA**, referente ao período de 12/12/2016 a 11/12/2021, para gozo a partir de 26/12/2026 conforme requerimento e protocolo nº 1114/2026.

**Artigo 2º -** Conceder 30 (trinta) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para o servidor **CARLOS LEANDRO DE OLIVEIRA CARVALHO,** lotado na Secretaria de Saúde no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, referente ao período de 04/07/2017 a 03/07/2023, para gozo a partir de 07/12/2026 conforme requerimento e protocolo nº 1102/2026.

**Artigo 3º -** Conceder 20 (vinte) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para a servidora **JANIANA FABIANA DE OLIVEIRA,** lotado na Secretaria de Saúde no cargo de **BIOQUIMICA/FARMACEUTICA**, referente ao período de 01/12/2008 a 30/11/2013, para gozo a partir de 21/12/2026 conforme requerimento e protocolo nº 1104/2026.

**Artigo 4º -** Conceder 20 (vinte) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para o servidor **RODRIGO SOUZA OLIVEIRA,** lotado na Secretaria de Saúde no cargo de **BIOQUIMICO/FARMACEUTICO**, referente ao período de 02/05/2016 a 13/05/2021, para gozo a partir de 14/12/2026 conforme requerimento e protocolo nº 1103/2026.

**Artigo 5º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ARTIGO 6º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

**GABINETE DO SECRETARIO DE SAÚDE DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, "PAÇO MUNICIPAL MIGUEL BOTELHO DE CARVALHO" EM 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**CAIQUE ALVARES BEZERRA**

Secretário de Saúde

CAB/vl

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

**RESOLUÇÃO Nº 05/2026/CMDCA**

Dispõe sobre a convocação da 8ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nobres - MT e dá outras providências.

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** do Município de Nobres - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 1746/2023 em consonância com o Artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 276/2025 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, bem como suas posteriores alterações normativas que regulam a convocação do processo conferencial em âmbito nacional;

**CONSIDERANDO** a RESOLUÇÃO Nº 335/2026/CEDCA/MT e a NOTA INFORMATIVA Nº 01/2026/CEDCA/MT, emitidas pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso, as quais estabelecem as diretrizes, prazos e orientações operacionais para a realização das etapas municipais preparatórias da 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (12ª COEDCA-MT);

**CONSIDERANDO** o Documento Base da 13ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (13ª CNDCA), que institui o tema central: "*Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa"*;

**CONSIDERANDO** a necessidade de promover ampla mobilização social no município para avaliar a execução das políticas voltadas à infância e à adolescência, além de propor novas diretrizes para o aperfeiçoamento do controle social;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica oficialmente convocada a 8ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nobres - MT, a ser realizada dia 02 de dezembro de 2026, no salão do centro de Cidadania.

- Parágrafo Único. A Conferência Municipal constitui etapa preparatória obrigatória para a 12ª COEDCA-MT, a qual subsidiará as propostas da 13ª CNDCA.

**Art. 2º** A 8ª Conferência Municipal adotará o tema central nacional: **"Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa"**.

**Art. 3º** Os debates e propostas formulados durante o evento deverão orientar-se a partir dos eixos temáticos estruturados no Documento Base de Fevereiro de 2026:

- **Eixo 1:** Aprimoramento do Controle Social e fortalecimento da Participação Social;
- **Eixo 2:** Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;
- **Eixo 3:** Promoção da Convivência Familiar e Comunitária;
- **Eixo 4:** Prevenção e Enfrentamento às Violências;
- **Eixo 5:**Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador;
- **Eixo 6:** Aprimoramento da Execução das Medidas Socioeducativas.

**Art. 4º** Fica criada a Comissão Organizadora Municipal, responsável pelo planejamento, coordenação e execução da Conferência, cujos membros serão designados por ato próprio deste Conselho.

**Art. 5º** O Regulamento Interno da 8ª Conferência Municipal, dispondo sobre a organização, credenciamento, votação das propostas e eleição de delegados para a etapa estadual, será debatido e aprovado pela Plenária de abertura do evento.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da realização da Conferência correrão por conta dos recursos financeiros destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

**§1°.** O Município deverá garantir os recursos necessários para assegurar, com à dignidade e à proteção integral dos adolescentes, a participação dos delegados eleitos na Conferência Municipal para a Conferência Estadual, a inclusão plena e a efetivação de seus direitos.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nobres, MT 10 de Novembro de 2026.

Rayssa Emiliane da Silva Strey

Presidente do CMDCA

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 44/2026**

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através do Pregoeiro Sr. Benjamim da Silva Queiroz, nomeado pela portaria 50/2025, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 44/2026**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES HOSPITALARES, INCLUINDO AUTOCLAVE HOSPITALAR, BOMBA DE INFUSÃO, APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA, MESA DE EXAMES, RÉGUA DE GASES MEDICINAIS E DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA), DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL LAURA DE VICUÑA DO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT.** Inicio de Recebimento das Propostas: 11/11/2026 à partir das 17h00min. Fim de Recebimento das Propostas: 25/11/2026 até às 08h40min. **Início da Disputa**: Às 09h00min do dia 25/11/2026. **Local:** www.bnc.org.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes à especificação deverão ser solicitados via plataforma ou obtidos no horário das 07h às 17h, pelo telefone: (65) 99251-9403, deverão ser devidamente protocolados na plataforma. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no portal www.bnc.org.br, ou através do site https://transparencia.nobres.mt.gov.br/prefnobres-mt/licitacoes/licitacao

Nobres, 10 de novembro de 2026.

**Benjamim da Silva Queiroz**

Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**
**PORTARIA Nº 506/2026, DATADA DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**Concede progressão por tempo de serviço (nível) ao servidor municipal da Prefeitura de Nortelândia, e dá outras providências.**

O Senhor **MARIANO GOMES MIRANDA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder progressão por tempo de serviço (nível) ao servidor abaixo relacionado, com base no Relatório Final da Comissão Municipal, constituída pela Portaria nº 300/2026, de 21 de janeiro de 2026.

**VIGÊNCIA: 10/11/2026**

| Nº | SERVIDOR | CARGO | DE | | PARA | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | CLASSE | NÍVEL | CLASSE | NÍVEL |
| 1 | Jossimar José Fernandes | Técnico em Informática 40 h | D | 09 | D | 10 |

**Art. 3º** O presente ato administrativo tem como fundamento a Lei nº 699/2022, (Restruturação do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipal) de 28 de novembro de 2022 (vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e dois).

**Art. 4º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data em que a servidora teve direito a sua

progressão.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 10 dias do mês de novembro de 2026, 73º da Emancipação Político-Administrativa. 10.11.2026.

**MARIANO GOMES MIRANDA**

Prefeito Municipal

**JOSEANI CRISTINA T. DOS SANTOS**

Secretária Mun. de Administração e Planejamento

**DEPARTAMENTO JURÍDICO**
**PORTARIA Nº 507/2025, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

Altera a composição da Comissão Municipal instituída pela Portaria nº 246/2025, responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS do Município de Nortelândia-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, o Excelentíssimo Senhor MARIANO GOMES MIRANDA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição da Comissão Municipal responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS do Município de Nortelândia-MT;

CONSIDERANDO a necessidade de substituição de representantes para assegurar a continuidade dos trabalhos e o regular desenvolvimento das atividades da Comissão;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e V do art. 2º da Portaria nº 246/2025, de 22 de outubro de 2025, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I – Josiel Soares Martins, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente;

V – Paloma Larissa de Souza, Zootecnista.

Art. 2º Em razão da alteração promovida pelo art. 1º desta Portaria, Josiel Soares Martins passa a exercer a presidência da Comissão Municipal para elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS, nos termos do art. 2º da Portaria nº 246/2025.

Art. 3º Permanecem inalteradas e ratificadas as demais disposições da Portaria nº 246/2025, de 22 de outubro de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Aos 10 dias do mês de novembro de 2026, 73º da Emancipação Político-Administrativa. 10.11.2026.

MARIANO GOMES MIRANDA

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

**1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 119/2025**

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 119/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES OXIGÊNIO MEDICINAL COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA - ME.

DO MOTIVO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da o registro de preços para futuras e eventuais aquisições oxigênio medicinal com fornecimento de cilindro em regime de comodato, para suprir as necessidades do Hospital Municipal de Nossa Senhora do Livramento, especificados no processo administrativo n 28769/2025 Dispensa de Licitação Eletrônico 33/2025, Termo de Referência 58/2025, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saude no processo 42089/2026, por mais 12 meses a partir de 10/11/2026 até 10/11/2027, observada a vigência máxima permitida, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO OBJETO

2.1 Após a implementação do acréscimo de R$: 46.907,52 (quarenta e seis mil, novecentos e sete reais e cinquenta e dois centavos) referente ao reajuste de 4,22% previsto no presente Termo Aditivo ao contrato inicial, mantém-se as demais condições de pagamento, conforme descrito na tabela abaixo.

| Item | Descrição | Qdd | Unid | Valor Unitario (ARP 119/25) | VALOR SOLICITADO PARA REAJUSTE |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | CARGA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM CAPACIDADE DE 1 M3, COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO. | 66 | unid | R$ 141,35 | R$ 147,32 |
| 2 | OXIGENIO GASOSO - COM ELEMENTO MEDICINAL, COM ENVASADO EM CILINDRO COM 2 M3, COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO. | 44 | unid | R$ 150,92 | R$ 157,29 |
| 3 | OXIGENIO GASOSO - COM ELEMENTO MEDICINAL ENVASADO EM CILINDRO COM 10M3, COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO. | 101 | unid | R$ 287,50 | R$ 299,64 |

DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021 e Parecer Jurídico nº594/2026.

DA PUBLICAÇÃO

3.1 O presente Termo Aditivo terá o seu extrato publicado no jornal do município, AMM/MT e DOC/TCE como condição de sua eficácia, art. 94, o art. 175, art. 176 da Lei nº 14.133/2021..

DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços 119/2025 originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo..

Nossa Senhora do Livramento – MT 09 de Novembro de 2026

**GERENCIADOR:**

**THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA**

**Prefeito Municipal**

**FORNECEDOR:**

**Empresa FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA – ME**

---

**PORTARIA Nº 462/2026**

**PORTARIA Nº 462/2026**

**“Designa Fiscal de Contrato Administrativo”**

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas na Lei Orgânica do Município, e Considerando o disposto nos artigos 104, inciso III e o artigo 177 da Lei 14.133/2021 e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º -** Designar a Servidora **BENEDITA CLAUDIA DE MIRANDA**, sob matricula n° 31711 para atuar como fiscal titular de contratos administrativos.

Parágrafo Único - Cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LIMPEZA EM GERAL (AMBIENTE INTERNO E EXTERNO) DO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL ANTÔNIA DE CAMPOS MACIEL; da **Empresa 51.041.581 JOÃO BENICIO DA COSTA**, CNPJ n°: 51.041.581/0001-40, conforme o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21452/2025 e DISPENSA DE LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 003/2025 e **Contrato Administrativo n.º 030/2025**, a partir de 03/11/2026.

**Art. 2º** - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.

**Art. 3º**- Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 4º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 10 de Novembro de 2026.

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA Nº 463/2026**

**PORTARIA Nº 463/2026**

**“Designa Fiscal de Contrato Administrativo”**

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas na Lei Orgânica do Município, e Considerando o disposto nos artigos 104, inciso III e o artigo 177 da Lei 14.133/2021 e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º -** Designar a Servidora **BENEDITA CLAUDIA DE MIRANDA**, sob matricula n° 31711 para atuar como fiscal titular de contratos administrativos.

Parágrafo Único - Cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA - PARA SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE, POSTO DE 40 HORAS SEMANAIS DIURNO, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DO PARQUE MUNICIPAL MARIA JOANA DA CONCEIÇÃO; da **Empresa ALAIR VALDICIO DOS SANTOS 02035629179**, CNPJ n°: 37.702.484/0001-44, conforme o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21387/2025 e DISPENSA DE LICITAÇÃO ESPECIAL Nº 004/2025 e **Contrato Administrativo n.º 031/2025**, a partir de 03/11/2026.

**Art. 2º** - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.

**Art. 3º**- Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 4º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 10 de Novembro de 2026.

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA Nº 464/2026**

**PORTARIA Nº 464/2026**

**“Designa Fiscal de Contrato Administrativo”**

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas na Lei Orgânica do Município, e Considerando o disposto nos artigos 104, inciso III e o artigo 177 da Lei 14.133/2021 e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º -** Designar a Servidora **BENEDITA CLAUDIA DE MIRANDA**, matrícula n°31711, para atuar como fiscal titular de contrato, e o Servidor **GUSTAVO NASCIMENTO DO PRADO**, matricula n° 31167, como fiscal substituto.

Parágrafo Único - Cujo objeto é da Locação de Imóvel com área de 211 m² localizada na Avenida Coronel Botelho, s/n, Centro, Nossa Senhora do Livramento, visando atender a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, da **Empresa EIDIL CUNHA MONTEIRO DA COSTA**, CPF: 551.595.591-91, conforme INEXIGIBILIDADE Nº 013/2025, Processo Administrativo n° 25779/2025 e **Contrato Administrativo n.º 058/2025**, a partir de 03/11/2026.

**Art. 2º** - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.

**Art. 3º**- Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 4º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 10 de Novembro de 2026.

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA Nº 465/2026**

**PORTARIA Nº 465/2026**

**“Designa Fiscal de Contrato Administrativo”**

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas na Lei Orgânica do Município, e Considerando o disposto nos artigos 104, inciso III e o artigo 177 da Lei 14.133/2021 e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

**Art. 1º -** Designar o Servidor da Secretaria de de Cultura e Turismo, a Servidora **BENEDITA CLAUDIA DE MIRANDA**, matricula n° 31711, para atuar como fiscal titular de contratos.

Parágrafo Único – Cujo objeto é registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de quarteirização para conservação de veículos e maquinários, da **Empresa** CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVICO, GESTAO TECNOLOGICA LTDA**, CNPJ**: 09.179.444/0001-00, conforme **Contrato Administrativo n.º 44/2026**, a partir de 05/11/2026.

**Art. 2º** - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.

**Art. 3º**- Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Parágrafo Único – As decisões ou providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

**Art. 4º** - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 10 de Novembro de 2026.

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**

**Prefeito Municipal**

---

**1º TERMO ADITIVO DE PRAZO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 110/2025**

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 110/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE MATERIAIS IMPRESSOS, GRÁFICOS E PERSONALIZADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES E DEMANDAS DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE N. S. DO LIVRAMENTO. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: IDEALIZA COMERCIO DE IMPRESSAO DIGITAL LTDA.

OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 110/2025 objeto: o registro de preços para a eventual e eventuais contratação de empresa especializada em serviço de confecção de materiais impressos, gráficos e personalizados para atender as necessidades e demandas das unidades da Secretaria de Saúde do município de N. S. do Livramento especificados no processo administrativo n 24905/2025 Pregão Eletrônico 13/2025, Termo de Referência 026/2025, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde no processo 42246/2026, por mais 12 meses a partir de 07/11/2026 até 07/11/2027, observada a vigência máxima permitida, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021 e Parecer Jurídico nº592/2026.

DA PUBLICAÇÃO

3.1 O presente Termo Aditivo terá o seu extrato publicado no jornal do município, AMM/MT e DOC/TCE como condição de sua eficácia, art. 94, o art. 175, art. 176 da Lei nº 14.133/2021..

DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços 110/2025 originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo..

Nossa Senhora do Livramento – MT 09 de Novembro de 2026

**GERENCIADOR:**

**THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA**

**Prefeito Municipal**

**FORNECEDOR:**

**IDEALIZA COMERCIO DE IMPRESSAO DIGITAL LTDA**

---

**DECRETO Nº 155/2026 “NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR - CONSEA”.**

**DECRETO Nº 155/2026**

**“Nomeia membros para compor o Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA”.**

THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a lei nº 1143/2024.

**Resolve:**

**Art. Iº** - Ficam nomeados os membros do Conselho de Segurança Alimentar, as seguintes pessoas:

**I– Representantes Governamental:**

**(a) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência:**

**Titular:** Janilza Silva da Cruz

**Suplente**: Stephanie Bastos de Arruda

**(b) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:**

**Titular:** Helena Clara Paulino de Amorim

**Suplente:** Alice Geovanna Porfirio Orange

**c) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer:**

**Titular:** Vitória Regina dos Santos Barbosa

**Suplente**: Romagno Oliveira de Assis

**d) Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:**

**Titular:** Fernando Antônio Gavioli

**Suplente**: Thays Karoline Cardoso Cunha

**II– Representantes da Sociedade Civil**

**a) Sindicato dos Trabalhadores:**

**Titular**: Cleudes de Souza Ferreira

**Suplente**: Maria Terezinha de Fátima Muniz Campos

**b)Sindicato dos Rural:**

**Titular:** Iracema de Oliveira

**Suplente**: Natalino Márcio Viana da Costa

**b) - Entidade que realiza Doação e Alimentos:**

**Titular:** Maria Valeria de Morais Silva

**Suplente:** Maria Aparecida Almeida da Silva

**Titular:** Palmiro Léo de Campos

**Suplente:** José da Silva Marques

**c) Representante da Igreja**

**Igreja Católica**

**Titular:** Elizene Auxiliadora Martins

**Suplente**: Lucilene da Silva Brandão

**Titular:** Cleria Jaqueline da Silva

**Suplente**: William da Silva Rondon Massavi

**d)-Representante de Comunidade Tradicionais**

**Titular:** Lilina Leite de Almeida

**Suplente:** Jocineide da Silva

**Titular:** Sebastião Taques de Moraes

**Suplente:** Cleverson Igor de Arruda Santos

**Art. IIº -** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

N Srª do Livramento-MT, 10 de Novembro de 2026.

**THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**PORTARIA 344/2026**

**PORTARIA 344/2026**

“Dispõe sobre a **EXONERAÇÃO** a pedido do Sr. **ELSON PRADO ALENCAR,** e dá outras providências”.

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º- EXONERAR a pedido o Sr**. **ELSON PRADO ALENCAR** do cargo em Comissão de Assessor Especial, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a partir de **16/11/2026;**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de novembro de 2026.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 11 de Novembro de 2026.

***THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA***

**PREFEITO MUNICIPAL**

**NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**

---

**PORTARIA 345/2026**

**PORTARIA 345/2026**

“Dispõe sobre a **EXONERAÇÃO** a pedido do Sr. **FELINTO CAMPOS SILVA,** e dá outras providências”.

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º- EXONERAR a pedido o Sr**. **FELINTO CAMPOS SILVA** do cargo em Comissão de Assessor de Regularização Fundiária, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a partir de **16/11/2026;**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de novembro de 2026.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 11 de Novembro de 2026.

***THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA***

**PREFEITO MUNICIPAL**

**NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**

---

**PORTARIA 346/2026**

**PORTARIA 346/2026**

“Dispõe sobre a **EXONERAÇÃO** a pedido da Sra. **LUANA APARECIDA DA SILVA,** e dá outras providências”.

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, no uso de suas atribuições le-

gais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º- EXONERAR a pedido a Sra**. **LUANA APARECIDA DA SILVA** do cargo em Comissão de Coordenadora ATER, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a partir de **16/11/2026;**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de novembro de 2026.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 11 de Novembro de 2026.

***THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA***

**PREFEITO MUNICIPAL**

**NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**

---

**PORTARIA 347/2026**

**PORTARIA 347/2026**

"Dispõe sobre a **EXONERAÇÃO** a pedido da Sra. **CAROLINE DE CAMPOS SILVA,** e dá outras providências".

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º- EXONERAR a pedido a Sra**. **CAROLINE DE CAMPOS SILVA** do cargo em Comissão de Coordenadora de Regularização Fundiária, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a partir de **16/11/2026;**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de novembro de 2026.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 11 de Novembro de 2026.

***THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA***

**PREFEITO MUNICIPAL**

**NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**

---

**PORTARIA 348/2026**

**PORTARIA 348/2026**

"Dispõe sobre a **EXONERAÇÃO** a pedido da Sra. **ADRIANA PATRÍCIA DE BARROS,** e dá outras providências".

**Thiago Gonçalo Lunguinho de Almeida**, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º- EXONERAR a pedido a Sra**. **ADRIANA PATRÍCIA DE BARROS** do cargo em Comissão de Supervisora de Área, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a partir de **16/11/2026;**

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de novembro de 2026.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 11 de Novembro de 2026.

***THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA***

**PREFEITO MUNICIPAL**

**NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**

---

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 23/2026**

**RECURSOS HUMANOS**

***TERMO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 23/2026***

A pedido, em 11.11.2026.

**O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Dr. **THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA**, brasileiro, Município de Nossa Senhora do Livramento - MT, e do outro lado o **Sr. MARIANO BATISTA DE CAMPOS**, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual do Contrato de Temporário de Trabalho nº 23/2026, resolvendo rescindir o referido Contrato **a partir de 16.11.2026**, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Temporário de Trabalho 23/2026, celebrado em 02.02.2026;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO**: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO:** As partes elegem o foro da comarca de Várzea Grande/MT para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato.

N. S. do Livramento-MT, 11 de Novembro de 2026.

| | |
|---|---|
| **THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA**<br>Prefeito Municipal | **MARIANO BATISTA DE CAMPOS**<br>Contratado(a) |

---

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 47/2025**

**RECURSOS HUMANOS**

***TERMO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 47/2025***

A pedido, em 11.11.2026.

**O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Dr. **THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA**, brasileiro, Município de Nossa Senhora do Livramento - MT, e do outro lado o **Sr. JOEMI BENEDITO DE ALMEIDA**, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual do Contrato de Temporário de Trabalho nº 47/2025, resolvendo rescindir o referido Contrato **a partir de 16.11.2026**, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Temporário de Trabalho 47/2025, celebrado em 03.02.2025;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO**: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO:** As partes elegem o foro da comarca de Várzea Grande/MT para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato.

N. S. do Livramento-MT, 11 de Novembro de 2026.

| | |
|---|---|
| **THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA**<br>Prefeito Municipal | **JOEMI BENEDITO DE ALMEIDA**<br>Contratado(a) |

---

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 244/2026**

**RECURSOS HUMANOS**

***TERMO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 244/2026***

A pedido, em 11.11.2026.

**O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Dr. **THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA**, brasileiro, Município de Nossa Senhora do Livramento - MT, e do outro lado a **Sra. IRACEMA DE OLIVEIRA**, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual do Contrato de Temporário de Trabalho nº 244/2026, resolvendo rescindir o referido Contrato **a partir de 16.11.2026**, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Temporário de Trabalho 244/2026, celebrado em 02.03.2026;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO**: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO:** As partes elegem o foro da comarca de Várzea Grande/MT para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato.

N. S. do Livramento-MT, 11 de Novembro de 2026.

| | |
|---|---|
| **THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA**<br>Prefeito Municipal | **IRACEMA DE OLIVEIRA**<br>Contratado(a) |

---

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 299/2026**

**RECURSOS HUMANOS**

***TERMO DE RESCISÃO CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 299/2026***

A pedido, em 11.11.2026.

**O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal Dr. **THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA**, brasileiro, Município de Nossa Senhora do Livramento - MT, e do outro lado o **Sr. RONALDO AUGUSTO DE CAMPOS**, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual do Contrato de Temporário de Trabalho nº 299/2026, resolvendo rescindir o referido Contrato **a partir de 16.11.2026**, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Temporário de Trabalho 299/2026, celebrado em 02.03.2026;

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO**: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO:** As partes elegem o foro da comarca de Várzea Grande/MT para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato.

N. S. do Livramento-MT, 11 de Novembro de 2026.

| THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DE ALMEIDA<br>Prefeito Municipal | RONALDO AUGUSTO DE CAMPOS<br>Contratado(a) |
|---|---|

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

**DEPARTAMENTO DE RH**
**DECRETO 222/2026**

**DECRETO N.º 222/2026**

**JOÃO ROGERIO DE SOUZA,** Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

**DECRETA:**

**Artigo 1°-** Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a **NOMEAR**, no Cargo de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** a servidora nomeada **MARIA CENIR CADENA MEYER**, a partir da data de 05/11/2026, lotado no **GABINETE DO PREFEITO** da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

**Artigo 2°-** Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

**Artigo 3°-** Revogam se as disposições ao contrário.

Registre se Publique se Cumpra se.

Nova Bandeirantes – MT, 05 de novembro de 2026.

JOÃO ROGERIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS**
**AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DISPENSA ELETRÔNICA N° 024/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 134/2026 CONTRATAÇÃO DIRETA**

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes – CEP 78.565-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA, residente e domiciliado o Município de Nova Bandeirantes – MT, CEP 78.565-000, por intermédio do Departamento de Licitação e Contratos, torna público a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROTEÇÃO RADIOLÓGICA PARA A REALIZAÇÃO DE MONITORAMENTO MENSAL DE RADIAÇÃO IONIZANTE, COM REPOSIÇÃO MENSAL DO EQUIPAMENTO, POR MEIO DE FORNECIMENTO, CONTROLE E LEITURA DE DOSÍMETROS INDIVIDUAIS, EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE DOSES DOS TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA BANDEIRANTES/MT, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital de Contratação Direta e seus anexos.

A organização tem interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em menores valores, no prazo de 3 (três) dias úteis, improrrogáveis, a contar da publicação do presente, conforme Art. 75 § 3º da Lei 14.133/2021.

**DATA DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS:** 11/11/2026 das 09:00: horas até 17/11/2026 as 09:00 horas (Horário de Brasília).

**DATA DA SESSÃO:** 17/11/2026 as 09:00 horas (Horário de Brasília).

**LOCAL:** Os documentos e as propostas apresentadas deverão estar de acordo com as especificações do objeto, conforme Termo de Referência, deverão ser cadastradas na plataforma da BLL (www.bll.org.br).

**INFORMAÇÕES:** O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de licitações **-** das 07:00hs as 11:00hs e das 13:00hs até as 17:00hs de 2ª a 6ª feira, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950, site https://www.novabandeirantes.mt.gov.br/ ou através de solicitação pelo e-mail: licitasaude@novabandeirantes.mt.gov.br, ou na plataforma da BLL (www.bll.org.br).

Nova Bandeirantes/MT, 10 de novembro de 2026.

**Roberto Lima da Silva**
**Agente de Contratação**
**Portaria n° 162/2026**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 076/2026**

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de **Pregão Eletrônico n.º 076/2026, Processo Licitatório n° 127/2026,** tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ELEMENTOS DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA DE 2026, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESINSTALAÇÃO E RETIRADA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT E DO DISTRITO DE JAPURANÃ, SITUADO A APROXIMADAMENTE 38 KM DA SEDE MUNICIPAL, COM TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no (ANEXO I), Termo de Referência.

**SAGROU-SE** vencedora da presente licitação a empresa:

**EMPRESA: A. F. LOCACOES E COMUNICACAO VISUAL LTDA**

CNPJ N° 86.982.741/0001-30

VALOR TOTAL R$ 317.029,00 (Trezentos e dezessete mil e vinte e nove reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Nova Bandeirantes – MT, 10 de novembro de 2026.

**JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA**
**PREFEITO MUNICIPAL**

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 076/2026**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** através do Prefeito Municipal **Sr. JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 076/2026, Processo Licitatório n° 127/2026, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ELEMENTOS DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA DE 2026, INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DESINSTALAÇÃO E RETIRADA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT E DO DISTRITO DE JAPURANÃ, SITUADO A APROXIMADAMENTE 38 KM DA SEDE MUNICIPAL, COM TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no (ANEXO I), Termo de Referência.

**EMPRESA: A. F. LOCACOES E COMUNICACAO VISUAL LTDA**

CNPJ N° 86.982.741/0001-30

VALOR TOTAL R$ 317.029,00 (Trezentos e dezessete mil e vinte e nove reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 10 de novembro de 2026.

**JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 008/2026**

**O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT,** através da Agente de Contração, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento Licitatório n° 130/2026, Concorrência Pública n.º 008/2026, tendo como objeto a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MARCO AZUL, LOCALIZADA NA ESTRADA CORDILHEIRA, ASSENTAMENTO JAPURANÃ, COMUNIDADE TRÊS MÁRTIRES, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, COM ÁREA CONSTRUÍDA APROXIMADA DE 260,82 M², CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE INTEGRAM O PRESENTE PROCESSO,** e demais informações constantes neste Edital.

**SAGROU-SE** vencedora da presente licitação a empresa:

**EMPRESA: BELLEI MELO LTDA**

**CNPJ Nº.** 28.014.669/0001-51

**VALOR TOTAL** R$ 1.296.000,00 (Um milhão, duzentos e noventa e seis mil reais).

O Agente de Contratação informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

Nova Bandeirantes – MT, 10 de novembro de 2026.

**JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 008/2026**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal **Sr. JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA**, torna público para conhecimento dos interessados, que HOMOLOGA a Licitação resultante do Procedimento Licitatório n° 130/2026, na modalidade de Concorrência Pública n.º 008/2026, cujo objeto é a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MARCO AZUL, LOCALIZADA NA ESTRADA CORDILHEIRA, ASSENTAMENTO JAPURANÃ, COMUNIDADE TRÊS MÁRTIRES, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, COM ÁREA CONSTRUÍDA APROXIMADA DE 260,82 M², CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE INTEGRAM O PRESENTE PROCESSO,** e demais informações constantes neste Edital.

**EMPRESA: BELLEI MELO LTDA**

**CNPJ Nº.** 28.014.669/0001-51

**VALOR TOTAL** R$ 1.296.000,00 (Um milhão, duzentos e noventa e seis mil reais).

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 10 de novembro de 2026.

**JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT**

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes/MT, no uso de suas atribuições legais e mediante as condições estipuladas neste Edital e

demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados que estarão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO visando a seleção de candidatos para contratação e formação de cadastro reserva para atendimento aos casos de natureza emergencial, transitória, temporária e de excepcional interesse público, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal/88, **por tempo determinado**, conforme abaixo discriminado.

## CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os princípios norteadores do presente Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2026 estão fundamentados na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município de Nova Bandeirantes e suas alterações sucedâneas, bem como na Lei Municipal 1.767/26 e será executado pela IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para cadastro de reserva e preenchimento de vagas em substituição, nos casos em que se fizer necessário da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado, para todos os efeitos, terá validade de 1(um) ano a contar da data da sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Prefeitura Municipal.

1.4. Todas as etapas constantes neste Edital serão realizadas observando-se o horário oficial de Mato Grosso.

1.5. As atividades inerentes as vagas serão desenvolvidas, conforme demanda, nos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, visando atender ao restrito interesse público.

1.6. A remuneração para todas as vagas é aquela constante do quadro de vagas, além de eventuais benefícios assegurados por lei.

1.7. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – Indica os conteúdos para estudos inerentes às Provas;

b) ANEXO II – CRONOGRAMA

c) ANEXO III - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS.

d) ANEXO IV – FICHA DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1.8. Quadro de vagas:

| **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUDE** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Cargo | Escolaridade | Vagas | Reserva | C/H | Lotação | SALÁRIO |
| Agente de Serviços Públicos - Zeladora | Nível Fundamental. | 01 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – Serviços Gerais | Nível Fundamental. | 01 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – Serviços Gerais | Nível Fundamental. | - | 01 | 40 horas. | JAPURANÃ | 1.621,00 |
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | | | |
| Cargo | Escolaridade | Vagas | Reserva | C/H | Lotação | SALÁRIO |
| Agente Administrativo | Nível Médio. | 12 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Agente Administrativo | Nível Médio. | 01 | - | 40 horas. | JAPURANÃ | 1.621,00 |
| Agente Administrativo | Nível Médio | 01 | - | 40 horas. | PARAISO DO NORTE | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos - Cozinheira | Nível Fundamental. | 03 | - | 40 horas | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – lavadeira | Nível Fundamental. | 01 | - | 40 horas | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – Zeladora | Nível Fundamental. | 11 | - | 40 horas | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – Zeladora | Nível Fundamental. | 01 | - | 40 horas | JAPURANÃ | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – Zeladora | Nível Fundamental. | 01 | - | 40 horas | TRES CINCO | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – Zeladora - | Nível Fundamental. | 01 | - | 40 horas | PARAISO DO NORTE | 1.621,00 |
| Agente Operacional – Motorista de Ambulância | Nível Fundamental + CNH na Categoria “D ou superior” + curso especifico | 01 | - | 40 horas. | PARAÍSO DO NORTE | 1.621,00 |
| Agente Operacional – Motorista de Ambulância | Nível Fundamental + CNH na Categoria “D ou superior” + curso especifico | 02 | - | 40 horas. | JAPURANÃ | 1.621,00 |
| Agente Operacional – Motorista de Ambulância | Nível Fundamental + CNH na Categoria “D ou superior” + curso especifico | 03 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Auxiliar Odontológico | Nível Médio. | 01 | - | 40 horas. | JAPURANÃ – PSF II | 1.621,00 |
| Auxiliar Odontológico | Nível Médio. | 02 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Auxiliar Odontológico | Nível Médio. | 01 | - | 40 horas. | PARAISO DO NORTE | 1.621,00 |
| Biomédico | Nível Superior de Biomedicina, com registro no CRBM = Conselho Regional de Biomedicina. | 01 | - | 40 horas. | SEDE | 4.928,75 |
| Educador Físico | Licenciado ou bacharel em Educação Física + CREF | 01 | - | 40 horas. | SEDE | 4.195,38 |
| Enfermeiro | Nível superior + COREN | 02 | 02 | 40 horas | SEDE | 4.928,75 |
| Farmacêutico (a) | Nível superior + CRF | 01 | - | 40 horas | SEDE | 4.928,75 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Fisioterapeuta | Nível Superior + CREFITO | - | 01 | 40 horas. | SEDE | 4.928,75 |
| Odontólogo | Nível Superior + CRO | 01 | - | 40 horas. | PARAISO DO NORTE | 4.928,75 |
| Técnico em Enfermagem | Nível Técnico + COREN | 03 | - | 40 horas | PARAISO DO NORTE | 1.825,45 |
| Técnico em Enfermagem | Nível Técnico + COREN | 01 | - | 40 horas | JAPURANÃ | 1.825,45 |
| Técnico em Enfermagem | Nível Técnico + COREN | 09 | 03 | 40 horas | SEDE | 1.825,45 |
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** | | | | | | |
| Cargo | Escolaridade | Vagas | Reserva | C/H | Lotação | SALÁRIO |
| Agente de Serviços Públicos – Zeladora | Nível Fundamental. | 08 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – Zeladora | Nível Fundamental. | 01 | - | 40 horas. | JAPURANÃ | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – Zeladora | Nível Fundamental. | 01 | - | 40 horas. | Paraiso do Norte | 1.621,00 |
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA** | | | | | | |
| Cargo | Escolaridade | Vagas | Reserva | C/H | Lotação | SALÁRIO |
| Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura) | Nível Médio. | 02 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos (Zeladora) | Nível Fundamental. | 01 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | | | | | | |
| Cargo | Escolaridade | Vagas | Reserva | C/H | Lotação | SALÁRIO |
| Agente Administrativo | Nível Médio. | 04 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – Zeladora | Nível Fundamental. | 07 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de Serviços Públicos – Cozinheira | Nível Fundamental. | 02 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Psicólogo | Nível Superior de Psicologia, com registro no CRP = Conselho Regional de Psicologia. | 01 | - | 40 horas. | SEDE | 4.928,75 |
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E CIDADES** | | | | | | |
| Cargo | Escolaridade | Vagas | Reserva | C/H | Lotação | SALÁRIO |
| Agente de Serviços Públicos – Coveiro | Nível Fundamental. | 01 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de conservação ETA - Departamento de Saneamento | Nível Fundamental | 02 | - | 40 horas | PARAISO DO NORTE | 1.621,00 |
| Agente de conservação ETA – Departamento de Saneamento | Nível Fundamental. | 03 | - | 40 horas. | SEDE | 1.621,00 |
| Agente de conservação ETA – Departamento de Saneamento | Nível Fundamental | 01 | - | 40 horas | JAPURANÃ | 1.621,00 |
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** | | | | | | |
| Cargo | Escolaridade | Vagas | Reserva | C/H | Lotação | SALÁRIO |
| Agente Administrativo/secretaria | Nível Médio | 04 | - | 40 horas | ESCOLAS URBANAS | 1.621,00 |
| Apoio Administrativo Educacional (Nutrição/Merendeira) | Nível Fundamental Completo | 08 | - | 40 horas | ESCOLAS URBANAS | 1.621,00 |
| Apoio Administrativo Educacional (Nutrição/Merendeira) | Nível Fundamental Completo | 06 | - | 40 horas | ESCOLAS RURAIS | 1.621,00 |
| Apoio Administrativo Educacional (Vigia) | Nível Fundamental Completo | 03 | - | 40 horas | ESCOLAS URBANAS | 1.621,00 |
| Apoio Administrativo Educacional (Vigia) | Nível Fundamental Completo | - | 02 | 40 horas | ESCOLAS RURAIS | 1.621,00 |
| Apoio Administrativo Educacional (Zeladora/Limpeza) | Nível Fundamental Completo | 08 | - | 40 horas | ESCOLAS URBANAS | 1.621,00 |
| Apoio Administrativo Educacional (Zeladora/Limpeza) | Nível Fundamental Completo | 10 | - | 40 horas | ESCOLAS RURAIS | 1.621,00 |
| Motorista Transporte Escolar | Nível Médio + ser Habilitado na Categoria "D" ou superior + curso específico | 05 | - | 40 horas | ESCOLAS URBANAS | 2.744,45 |
| Motorista Transporte Escolar | Nível Médio + ser Habilitado na Categoria "D" ou superior + curso específico | 08 | - | 40 horas | ESCOLAS RURAIS | 2.744,45 |
| Técnico Administrativo Educacional (Monitor) | Nível Médio | 26 | - | 40 horas | ESCOLAS URBANAS | 1.621,00 |
| Técnico Administrativo Educacional (Monitor) | Nível Médio | 14 | - | 40 horas | ESCOLAS RURAIS | 1.621,00 |

1.9. Para preenchimento das vagas surgidas dentro do prazo de validade deste certame, será rigorosamente observada a ordem da classificação final.

1.10. O horário de trabalho e a lotação do profissional ficarão a critério da prefeitura municipal.

| **VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO** | | |
|---|---|---|
| **NÍVEL SUPERIOR - R$ 80,00** | **ENSINO MÉDIO/TÉCNICO – R$ 50,00** | **NÍVEL FUNDAMENTAL – R$ 30,00** |

## CAPÍTULO II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento prévio e na tácita e expressa aceitação das instruções e normas estabelecidas neste Edital e seus Anexos e será realizada no **período compreendido entre as 08h00min do dia 25 de novembro até às 23h59min do dia 03 de dezembro de 2026** através do site **https://portal.imperioconcursos.com.br**, **(conforme Anexo II)**.

2.2. As inscrições ficarão abertas e serão efetuadas exclusivamente pela internet, através do site **https://portal.imperioconcursos.com.br**, no período descrito conforme cronograma no ANEXO II.

2.3. Para efetuar a inscrição, o candidato deverá:

a) Acessar o site **https://portal.imperioconcursos.com.br** e clicar na área destinada ao Processo Seletivo nº. 001/2026 da Prefeitura do Município de Nova Bandeirantes /MT.

b) Em seguida clicar em "Realizar inscrição", após a aceitação, o interessado deverá primeiramente realizar o seu cadastro no site do **https://portal.imperioconcursos.com.br** e posteriormente realizar a inscrição para o cargo desejado.

c) A seguir, o interessado deverá imprimir o boleto bancário para pagamento em qualquer agência bancária ou terminal de auto atendimento. Caso necessite de 2º via do boleto bancário, o candidato deverá acessar o site **https://portal.imperioconcursos.com.br** e realizar a impressão através da Área do candidato.

d) Para confirmar o deferimento da inscrição veja o Capítulo IV deste Edital.

2.3.1. Condições para inscrição:

a) Ser Brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal, em consonância com a Lei Federal nº 13.445/2017 – Lei de Migração, e ainda, se de Nacionalidade Portuguesa, estar de acordo com os critérios contidos no Decreto Federal nº 70436/72;

b) Ser possuidor do CPF devidamente ativo e do Documento de Identidade (RG), com foto;

c) Efetuar o pagamento devido do valor da inscrição;

d) Conhecer e estar de acordo com as normas e exigências do presente edital;

e) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.4. Após o preenchimento do formulário eletrônico, o candidato deverá imprimir o boleto bancário para o pagamento do valor da inscrição. Este será o seu registro provisório de inscrição.

2.5. O pagamento do valor da inscrição (quitação do boleto bancário) deverá ser efetuado em qualquer agência bancária ou terminal de auto atendimento, até o dia do vencimento, conforme cronograma descrito no Anexo II, dentro do horário de compensação bancária, com o boleto bancário impresso.

2.5.1. NÃO será aceito pagamento por meio de depósito ou transferência entre contas ou por agendamento com data posterior ao vencimento.

2.5.2 O recolhimento do pagamento efetuado via Internet deverá ser feito até a data correspondente, respeitando-se para tanto o horário da rede bancária ou instituição financeira autorizada, considerando-se para tal o horário de Brasília, sob pena de não ser processada e recebida.

2.5.3 A inscrição somente será validada após a confirmação do recebimento do crédito pela instituição financeira competente.

2.6. A IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia conforme cronograma descrito no Anexo II. As solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas e serão indeferidas.

2.7. O candidato inscrito não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correção e a veracidade dos dados cadastrais informados no ato da inscrição, sob as penas da lei.

2.7.1. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão, bem como pelas informações prestadas no formulário de inscrição online.

2.8. A IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA. e a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes /MT não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, vírus, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.9. Não serão aceitas inscrições: por via postal, fax, condicional, provisória, fora do período da inscrição estabelecido neste edital, alteração de vaga ou devolução do valor de inscrição após o pagamento.

2.10. A efetivação da inscrição implica no conhecimento e aceitação integral de todo o estabelecido no presente Edital.

## CAPÍTULO III - DO PEDIDO DE ISENÇÃO DO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DO RESULTADO DA ANÁLISE

3.1 Ficarão isentos do recolhimento da Taxa de Inscrição:

I - estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;

II - for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 11.016/2022; e

III – for doador de sangue.

3.2. O candidato que preencher a condição estabelecida no item 3.1. poderá solicitar a isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição (PARA APENAS UM CARGO) obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) Acessar, no período de **25 e 26/11/2026** através do "link" próprio da página do Processo Seletivo Simplificado no endereço eletrônico **https://portal.imperioconcursos.com.br**.

b) Preencher eletronicamente, total e corretamente o cadastro com os dados solicitados e o requerimento eletrônico de isenção;

c) Fazer o upload do(s) documento(s) comprobatório(s) conforme item 3.1, através de link específico que estará disponível no endereço eletrônico da IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA, impreterivelmente até **as 23h59 do dia 26/11/2026**.

3.2.1. Serão aceitos os seguintes documentos para fins de concessão da Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição:

- documento comprobatório de inscrição do CadÚnico desde que seja possível a validação dos dados e declaração de próprio punho atestando falta de condição financeira, conforme Anexo IV.

- A comprovação de doadores de sangue deverá ser feita por meio de documento comprobatório padronizado (Declaração de Regularidade) de sua condição de doador regular, expedido por Banco de Sangue, público ou privado (autorizado pelo Poder Público), em que faz a doação, constando no mínimo três doações no período de doze meses, anteriores à publicação deste edital.

3.2.2. O resultado da análise da documentação para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado no dia **30 de novembro de 2026,** pelos sites https://portal.imperioconcursos.com.br e **http://www.novabandeirantes.mt.gov.br**.

3.2.3. Caso o pedido de isenção seja indeferido, o candidato poderá protocolar recurso contra o indeferimento conforme cronograma (Anexo II) no endereço eletrônico **https://portal.imperioconcursos.com.br**.

3.2.3.1. Não será permitido, no prazo de análise de recurso, o envio de documentos comprobatórios e/ou a complementação de documentos.

3.2.4. A documentação comprobatória entregue pelo candidato será analisada pela empresa que decidirá sobre a isenção do valor de inscrição, considerando o estabelecido neste capítulo.

3.2.5. A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, bem como exclusão do candidato do certame em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.2.6. Caso o candidato utilize outro meio que não o estabelecido neste Edital, terá indeferido seu pedido de isenção e sua inscrição não será efetivada.

3.2.7. O candidato que tiver seu pedido de isenção deferido terá automaticamente sua inscrição efetivada, não havendo necessidade de qualquer outro procedimento.

3.2.8. O candidato que tiver a solicitação indeferida e queira participar do certame deverá imprimir o boleto e pagar a devida taxa de inscrição, até a data-limite especificada neste Edital. É necessário atenção ao horário bancário.

3.2.9. O candidato que não proceder ao recolhimento do valor da taxa não terá sua inscrição efetivada.

3.2.10. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

a) deixar de efetuar a solicitação de isenção pela internet, dentro do prazo fixado neste edital;

b) não atender ao disposto deste Capítulo.

3.2.11. A qualquer tempo, poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato.

## CAPÍTULO IV – DO DEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO

4.1. Será divulgada lista preliminar de inscritos (LISTA GERAL e PCDs) nos sites https://portal.imperioconcursos.com.br e http://www**.novabandeirantes.mt.gov.br** conforme Cronograma (Anexo II).

4.2. O candidato terá acesso ao status de inscrição, diretamente pelo site https://portal.imperioconcursos.com.br, acessando a “Área do Candidato” com seu CPF e SENHA.

4.3. É de responsabilidade do candidato acompanhar e confirmar sua inscrição face a homologação das inscrições, conforme a data estipulada no item 4.1. Caso sua inscrição não tenha sido deferida ou processada**,** poderá interpor pedido de deferimento (regularização) da inscrição nas datas conforme Cronograma (Anexo II), através da IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA. no site https://portal.imperioconcursos.com.br acessando a “Área do Candidato”.

4.4. Serão indeferidos sumariamente os recursos protocolados fora do prazo do Cronograma (Anexo II) deste Edital.

4.5. Se mantido o indeferimento ou o não processamento, o candidato não poderá realizar as provas, sendo eliminado do Processo Seletivo, sem direito à devolução do valor da inscrição.

4.6. Os recursos julgados serão divulgados no site https://portal.imperioconcursos.com.br, acessando a “Área do Candidato”.

4.7. Considera-se indeferida a inscrição do candidato que:

4.7.1. não recolher o valor da inscrição;

4.7.2. prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição;

4.7.3. omitir dados ou preencher incorretamente a ficha de inscrição;

4.7.4. deixar campos de informação da inscrição em branco;

4.7.5. não interpor pedido de deferimento (regularização) da inscrição no prazo conforme Cronograma (Anexo II) após a publicação da lista preliminar de inscritos.

4.8. O candidato que não entrar com recurso sobre o indeferimento da inscrição e seu nome não estiver na lista oficial dos inscritos NÃO poderá realizar a prova, não assistindo direito à devolução do valor.

## CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

5.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer e concordar tacitamente com as disposições e exigências deste edital.

5.2. É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal, via fax e (ou) via correio eletrônico.

5.3. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

5.4. O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados, localizados em qualquer agência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e dos Correios, ou na Receita Federal, em tempo hábil, isto é, de forma que consiga obter o respectivo número antes do término do período de inscrição.

5.5. Terá sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que utilizar o CPF de terceiros.

5.6. Não serão aceitos pedidos de alterações do cargo ou suas opções após a efetivação da inscrição (pagamento do boleto), mesmo que o período de inscrições não tenha terminado.

5.7. As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA. do direito de excluir do certame aquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.

5.8. O candidato deverá obrigatoriamente preencher de forma completa todos os campos, especialmente referente a nome, endereço, telefone e e-mail, bem como deverá informar o CEP correspondente à sua residência. No prazo de validade do Processo Seletivo o candidato deverá manter o endereço, telefone e e-mail devidamente atualizado junto a Prefeitura Municipal.

5.9. É vedada a transferência para terceiros do valor pago da inscrição.

5.10. Haverá devolução de importância paga em caso de cancelamento do certame, pagamento em duplicidade, pagamento indevido ou outra hipótese reconhecida pela Administração após comprovação.

5.11. Às candidatas em período de amamentação, fica assegurado o direito de amamentar seus filhos de até 6 (seis) meses de idade durante a realização de provas ou de etapas avaliatórias deste Processo Seletivo. Para obter esta condição, a candidata, durante o período de inscrição, deverá solicitar a condição especial no momento do preenchimento da ficha de inscrição, em 'Condições Especiais para Prova', selecionar a opção 'Lactante' e enviar a certidão de nascimento do filho(a) através do site https://portal.imperioconcursos.com.br.

5.11.1. No dia da realização da prova, a candidata deverá levar um acompanhante com maioridade legal, que ficará em sala reservada e que será responsável pela guarda da criança. O acompanhante que ficará responsável pela criança, também deverá permanecer no local designado pela coordenação, e se submeterá a todas as normas constantes deste edital, inclusive no tocante ao uso de equipamento eletrônico e celular.

5.11.2. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova.

## CAPÍTULO VI – DA INSCRIÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1. As Pessoas com Deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal é assegurada o direito de inscrição para o cargo em Processo Seletivo Simplificado, desde que o exercício do cargo seja compatível com a deficiência de que são portadoras.

6.1.1. Em obediência ao disposto art 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7.853/89, fica reservado às PcD 5% (cinco por cento] das vagas ofertadas para cada cargo.

A] se a fração do número for inferior a 0,5 (cinco décimos], este poderá ser desprezado, não se reservando vagas para pessoas com deficiência;

b] se a fração do número for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos], este será arredondado, de modo que o numero de vagas destinadas às pessoas com deficiência seja igual ao número inteiro subsequente.

6.1.2. O candidato com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria, participará da Seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.2. Para concorrer às vagas destinadas aos candidatos com deficiência, o candidato deverá indicar obrigatoriamente no formulário de inscrição, em "Vaga Especial (Cota)" clicar no botão "Solicitar" bem como deverá anexar a documentação necessária no site https://portal.imperioconcursos.com.br, até o último dia estabelecido para a realização das inscrições, conforme Cronograma (Anexo II), os seguintes documentos:

6.2.1. Cópia digitalizada legível do Laudo Médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando o nome, a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como da provável causa da deficiência de que são portadores, além dos dados completos do médico responsável e o devido registro no conselho (CRM).

6.2.2. O pedido de condição ou prova especial deverá ser feito no momento do preenchimento do formulário de inscrição, no site https://portal.imperioconcursos.com.br, sendo que será examinado para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.2.3. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem no ato da inscrição o respectivo laudo médico, nos termos dos itens 6.2. e 6.2.1.

6.3. A cópia digitalizada legível do Laudo Médico, terá validade somente para este Processo Seletivo, e não será fornecida cópia desse laudo.

6.4. O candidato com deficiência poderá requerer, no ato de inscrição, tratamento diferenciado para os dias de aplicação de prova, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1° e 2°, do Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1999 e alterado pelo Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 2004.

6.5. O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se Pessoa com Deficiência, se aprovado e classificado no certame, terá seu nome publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral.

6.6. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital serão considerados como não PcD e não terão prova especialmente preparada, sejam quais forem os motivos alegados.

6.7. Ao ser convocado para a contratação temporária, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

6.8. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das PcD, e a segunda somente a pontuação destes últimos.

6.9. A observância do percentual de vagas reservadas dar-se-á durante todo o período de validade do Processo Seletivo e aplicar-se-á a todos os cargos oferecidos**.**

## CAPÍTULO VII – DA DIVULGAÇÃO

7.1. A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital e os demais aditivos, se houver, relativos às informações referentes às etapas deste Processo Seletivo serão publicados nos sites https://portal.imperioconcursos.com.br e http://www**.novabandeirantes.mt.gov.br.**

7.2. É de responsabilidade exclusiva de cada candidato o acompanhamento integral das etapas deste Processo Seletivo através dos meios de divulgação citados.

## CAPÍTULO VIII – DA CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS

8.1. A realização da prova objetiva está prevista conforme Cronograma (Anexo II) deste Edital, no Município de Nova Bandeirantes /MT, para todas as vagas deste Edital. Poderá, contudo, haver mudanças na data prevista, dependendo do número de inscritos e da disponibilidade de locais para a realização das provas.

8.2. Data, horário e local da realização da prova objetiva serão divulgados, exclusivamente, por Edital de Convocação, pelos seguintes meios:

8.2.1. Por meio eletrônico, nos sites oficiais:

1) Da empresa organizadora do Processo Seletivo Simplificado – https://portal.imperioconcursos.com.br

2) Da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes /MT – http://www**.novabandeirantes.mt.gov.br**.

8.2.2 Fisicamente, no mural da Prefeitura de Nova Bandeirantes /MT.

8.3. Ao candidato só será permitida a realização da prova na data, no local e horários constantes no Edital de Convocação, a ser divulgado e publicado na forma do Item 8.2.

8.4. Não haverá convocação por e-mail, via correio ou por qualquer outro meio não previsto neste Edital.

8.5. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização da prova objetiva com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos munido, OBRIGATORIAMENTE de:

8.5.1. Caneta de tinta azul ou preta indelével;

8.5.2. Documento original de Identidade (com foto e dentro do prazo de validade). Não serão aceitos protocolos de documentos e boletins de ocorrência emitidos com data superior a 30 dias da aplicação da prova objetiva.

## CAPÍTULO IX – DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

9.1. Para os cargos de **Biomédico, Educador Físico, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Odontólogo e Psicólogo** a avaliação constará de prova escrita objetiva (de caráter eliminatório) e prova de títulos. A prova escrita objetiva será composta por 25 (vinte e cinco) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

| Tipo de prova | Nº de questões | Valor de cada questão | Valor total das questões |
|---|---|---|---|
| Conhecimentos Específicos | 15 | 4,0 | 60,0 pontos |
| Conhecimentos Gerais e atualidades | 02 | 4,0 | 8,0 pontos |
| Língua Portuguesa | 08 | 4,0 | 32,0 pontos |

9.1.1. A classificação final será efetuada pela somatória dos pontos obtidos por cada candidato nas duas provas (prova escrita e prova de títulos).

9.2. A avaliação para os cargos de **Agente Administrativo, Auxiliar Odontológico, Técnico Administrativo Educacional e Técnico em Enfermagem** constará de prova escrita objetiva, de caráter eliminatório. A prova escrita objetiva será composta por 20 (vinte) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

| Tipo de prova | Nº de questões | Valor de cada questão | Valor total |
|---|---|---|---|
| Conhecimentos Específicos | 12 | 5,0 | 60,0 pontos |
| Língua Portuguesa | 06 | 5,0 | 30,0 pontos |
| Conhecimentos Gerais | 02 | 5,0 | 10,0 pontos |

9.2.1. A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

9.3. Para os cargos de **Agente Operacional – Motorista de Ambulância e Motorista Transporte Escolar** a avaliação constará de

prova escrita objetiva e prova prática, ambas de caráter eliminatório. A prova escrita objetiva será composta por 20 (vinte) questões avaliadas na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

| Tipo de prova | Nº de questões | Valor de cada questão | Valor total |
|---|---|---|---|
| Conhecimentos Gerais | 05 | 5,0 | 25,0 pontos |
| Língua Portuguesa | 10 | 5,0 | 50,0 pontos |
| Matemática | 05 | 5,0 | 25,0 pontos |

9.3.1. A classificação final será efetuada pela somatória dos pontos obtidos por cada candidato nas duas provas (prova escrita e prova prática).

9.4. Para os cargos de **Agente de Serviços Públicos, Agente de conservação ETA e Apoio Administrativo Educacional** a avaliação constará de prova escrita objetiva, de caráter eliminatório. A prova escrita objetiva será composta por 20 (vinte) questões avaliadas na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

| Tipo de prova | Nº de questões | Valor de cada questão | Valor total |
|---|---|---|---|
| Conhecimentos Gerais | 05 | 5,0 | 25,0 pontos |
| Língua Portuguesa | 10 | 5,0 | 50,0 pontos |
| Matemática | 05 | 5,0 | 25,0 pontos |

9.4.1. A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

9.5. Estarão classificados os candidatos que obtiverem no mínimo 50% dos pontos da prova escrita objetiva.

9.6. A duração das Provas objetivas será de até 02h00min (duas horas). Iniciadas as provas, nenhum candidato poderá se retirar da sala antes de completada 01 (uma) hora do início da prova objetiva.

9.6.1. Após o término do prazo previsto para a duração da prova, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar.

9.7. Será de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado. O atraso, ausência ou presença em local errôneo para participação das provas elimina o candidato do Processo Seletivo.

9.8. A Prova Objetiva será realizada em locais apropriados, na cidade de Nova Bandeirantes, **com início às 08h00min**, na data prevista e informada no Anexo II.

9.8.1. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados existentes nas escolas localizadas no Município de NOVA BANDEIRANTES, a IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA. reserva-se o direito de alterar a data e horário de realização das provas escritas objetivas.

9.8.2. Será vedada a execução das provas fora do local designado para sua realização.

9.9. O candidato somente poderá fazer uma prova por período.

9.10. O horário de início das Provas será definido dentro de cada sala de aplicação, observado o tempo de duração estabelecido para cada uma das fases.

9.11. Não será permitido o ingresso de candidatos, em hipótese alguma, no estabelecimento de realização de provas, após o fechamento dos portões.

9.12. São considerados documentos de identidade ORIGINAL:

Cédula Oficial de Identidade (RG ou RNE);

Carteira e/ou Cédula de Identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores;

Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

Certificado de Reservista;

Passaporte;

Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CREA, CRF, CRQ, etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/1997); ou APLICATIVO de um dos seguintes documentos digitais de identificação: Cédula de Identidade (RG), ou Carteira Nacional de Habilitação. Neste caso, a conferência será feita exclusivamente por meio do acesso ao documento no aplicativo do órgão emissor.

9.12.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis ou danificados.

9.12.2. Não serão aceitos protocolos nem cópias dos documentos citados, ainda que autenticados, ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos.

9.12.3. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

9.13. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. O candidato será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas.

9.13.1. A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas referentes à fisionomia ou à assinatura do portador.

9.14. Durante a aplicação das provas, O CANDIDATO NÃO PODERÁ, sob pena de eliminação, realizar qualquer espécie de consulta ou comunicar-se com outros candidatos. Também não poderá portar armas de qualquer espécie, livros, manuais, impressos, anotações e quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipods®, pen drives, mp3 ou similar, gravadores, relógios de qualquer espécie, alarmes, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens. O candidato também não poderá utilizar óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como: boné, chapéu, viseira, gorro ou similares.

9.15. Recomenda-se que o candidato, no dia da prova, NÃO LEVE nenhum dos objetos relacionados no item 9.14.

9.16. Antes de ingressar na sala de provas, o candidato deverá guardar, desligados, em embalagem fornecidos pelo aplicador, telefone celular, quaisquer outros equipamentos eletrônicos e outros objetos, sob pena de eliminação do Processo Seletivo. A embalagem deverá ser lacrada antes de ingressar na sala de provas. A embalagem deverá ser necessariamente mantida embaixo da carteira durante a realização das provas. A IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA. não se responsabiliza pela guarda, perda, extravio ou dano, durante a realização das provas, dos objetos levados pelos candidatos. Ao concluir a prova e deixar a sala, o candidato deverá manter desligado o celular até a saída do prédio.

9.17. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

9.18. Não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências do local de realização das provas, exceto no caso de amamentação, podendo ocasionar inclusive a não participação do candidato no Processo Seletivo. Após o término das provas os candidatos não poderão permanecer nas dependências do prédio.

9.19. Sem a apresentação do documento de identificação o candidato não poderá realizar sua prova mesmo que seu nome conste na relação oficial de inscritos no Processo Seletivo.

9.20. A prova objetiva será corrigida por meio de processamento eletrônico.

9.21. O candidato só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova, após 01 (uma) hora contada do seu efetivo início, podendo, desta forma levar o seu caderno de questões.

9.22. O caderno de questões não será publicado na Internet, em hipótese alguma.

9.23. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, exceto na Folha de Respostas.

9.24. Em nenhuma hipótese será considerado para correção e respectiva pontuação, o caderno de questões.

9.25. O candidato deverá assinalar as respostas das questões objetivas na folha de respostas, preenchendo os alvéolos, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. O preenchimento da folha de respostas, único documento válido para a correção da prova objetiva, será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções especificadas, contidas na capa do caderno de prova e na folha de respostas.

9.26. Não serão computadas as questões em branco ou assinaladas a lápis, as questões com duas ou mais alternativas assinaladas e as questões rasuradas. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida incorretamente pelo sistema de correção, acarretando a anulação parcial ou integral da prova daquele candidato.

9.27. Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, independente da formulação de recursos.

9.28. Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de resposta por erro do candidato.

9.28.1. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

9.29. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível.

9.30. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado.

9.31. Qualquer problema de impressão ou o recebimento do caderno de questão correspondente à função diferente do qual se candidatou, o candidato deverá solicitar a troca imediata do caderno de questões ao fiscal de sala.

9.32. Não será permitido recurso posterior contra problemas de impressão e/ou realização de prova referente ao cargo diferente do qual se candidatou caso não tenha detectado e informado o fato no dia da realização da prova.

9.33. Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.

9.34. Será automaticamente excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;

b) não apresentar o documento de identidade exigido;

c) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;

d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;

e) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada, ou estiver utilizando livros, notas, impressos não permitidos e calculadoras;

f) estiver portando, durante as provas, qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;

g) lançar mão de meios ilícitos para executar as provas, seja qual for;

h) não devolver a folha de respostas;

i) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou ser descortês com qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

j) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;

k) não permitir a coleta de sua assinatura; e

l) estiver portando armas e se recusar ao que estabelece o Edital.

9.35. No dia de realização da prova, não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

9.36. A IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA., bem como a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Processo Seletivo.

## CAPÍTULO X – DA PROVA DE TÍTULOS

10.1. Os Títulos para os cargos descritos no **item 9.1**, deverão ser anexados e enviados através do site https://portal.imperioconcursos.com.br nos dias indicados no Anexo II (cronograma). O candidato irá acessar o site, informando seu CPF e senha na Área do candidato, acessando em seguida “Histórico de Inscrições”, em Enviar Títulos, clicar no link “Prova de Títulos” e anexar sua documentação, através de documentação digitalizada legível.

10.1.1. Serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na Prova Objetiva, conforme critérios de aprovação citados nesse Edital, e o seu julgamento obedecerá aos seguintes critérios de pontuação:

| TÍTULOS | VALOR UNITÁRIO / VALOR MÁXIMO | COMPROVANTE |
|---|---|---|
| a) Doutorado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada à área do cargo pretendido. | 10,0 / 10,0 | Cópia do diploma devidamente registrado ou declaração de conclusão de curso, acompanhado da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar. |
| b) Mestrado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada à área do cargo pretendido. | 7,0 / 7,0 | |
| c) Pós-Graduação Lato Sensu (especialização) relacionada à área do cargo pretendido, com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos. | 5,0 /5,0 | Cópia do Certificado ou Certidão de conclusão do Curso, indicando o número de horas e período de realização do curso. No caso de Declaração de conclusão de curso, esta deve vir acompanhada da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar. |

10.2. Não será aceita a entrega dos títulos em data diferente daquela a ser estipulada.

10.3. A Prova de Títulos será somente classificatória e o candidato que deixar de entregar seus títulos, apenas não terá somados os pontos correspondentes a essa etapa, mas não ficará eliminado do Processo Seletivo.

10.3.1. A entrega dos documentos referentes aos títulos, não implica necessariamente que a pontuação postulada seja concedida, sendo que os documentos serão analisados pela IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA. de acordo com as normas estabelecidas neste edital, sendo atribuído, no máximo 10,0 (dez) pontos, desprezando-se os pontos que excederem a este limite.

10.3.2. Quanto ao contido nas alíneas a), b) e c) os Títulos não poderão ser contados cumulativamente.

10.4. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas, entrelinhas ou se tratarem de arquivo corrompido.

10.5. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

10.6. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

10.7. Outras informações sobre a Prova de Títulos.

a) Os títulos serão apresentados na forma de diplomas ou certificados. Somente serão considerados válidos os emitidos por estabelecimentos e instituições de ensino regularizadas perante os órgãos e entidades oficiais de ensino.

b) Os comprovantes de conclusão de Cursos deverão ser expedidos por instituição oficial ou reconhecida.

c) Os títulos e certificados acadêmicos devem estar devidamente registrados.

d) Os documentos, em língua estrangeira, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, por tradutor juramentado e revalidados por instituição brasileira.

10.8. O candidato poderá anexar um título por alínea nos termos do item 10.1.1. Caso o candidato anexar dois ou mais títulos no

mesmo tópico, será contabilizado somente um título.

**CAPÍTULO XI – DA CONVOCAÇÃO E DA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA PARA OS CARGOS DE AGENTE OPERACIONAL – MOTORISTA DE AMBULÂNCIA E MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**

11.1. **A prova prática será realizada no dia de realização da Prova Escrita Objetiva, ou seja, desta forma todos os candidatos que realizarem a prova escrita farão a Prova Prática**.

11.2. A prova prática constará em ligar o equipamento, efetuar as verificações necessárias e dirigir até local determinado e executar tarefas próprias do equipamento, de acordo com o caso apresentado pelo examinador técnico da área, com duração máxima de 6 (seis) minutos. (valor 100,0 pontos).

11.2.1. No decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

| CATEGORIA DA FALTA | PONTOS A SEREM DESCONTADOS |
|---|---|
| Faltas Graves | 7,00 |
| Faltas Médias | 5,00 |
| Faltas Leves | 3,00 |

Obs: A tipificação das faltas acima mencionadas encontra-se discriminada nos incisos II, III e IV, Artigo 19 da Resolução 789/2020-CONTRAN.

11.2.2. O candidato que durante a realização da Prova Prática cometer qualquer tipo de falta prevista no inciso I, artigo 19, da Resolução 789/2020-CONTRAN, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

11.2.3. Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar, no mínimo, a carteira de habilitação categoria **“D”** a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

11.2.4. Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

11.2.5. O candidato que não conseguir ligar e movimentar o equipamento em, no máximo, 01 (um) minuto, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

11.3. A Prova Prática terá caráter eliminatório e será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 100,0 (cem) pontos, devendo o candidato obter 50,0 (cinquenta) pontos ou mais para ser considerado aprovado.

11.4. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0,00 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

11.5. Poderá haver tratamento diferenciado, dependendo da condição alegada e devidamente comprovada mediante atestado médico, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA o qual será realizado de forma aleatória.

**CAPÍTULO XII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

12.1. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de desempate a seguinte ordem:

a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal nº. 10.741/2003, sendo que será dada a preferência ao de idade mais elevada;

b) Maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Específicos, quando houver;

c) Maior número de acertos nas questões de Língua Portuguesa, quando houver;

d) Maior número de acertos nas questões de Matemática, quando houver;

e) Maior idade;

**CAPÍTULO XIII – DOS RECURSOS**

13.1. Serão disponibilizados os seguintes itens para interposição de recurso:

a) Recurso contra o Indeferimento das Inscrições / Lista Geral e PCD;

b) recurso contra o indeferimento da isenção da taxa de inscrição;

c) Recurso contra o Gabarito Preliminar;

d) Recurso contra a Pontuação da Prova Objetiva,

e) Recurso contra a Pontuação da Prova Prática; e

f) Recurso contra a Pontuação da Prova de Títulos.

13.2. O prazo para interposição de recursos será conforme o Cronograma (ANEXO II), contados da publicação dos respectivos atos mencionados no item 13.1. tendo como termo inicial o dia seguinte ao da publicação dos referidos atos.

13.3. O candidato interessado em interpor recurso quanto a qualquer uma das fases estabelecidas no item 13.1 deverá proceder da seguinte maneira:

13.3.1. Acessar o site https://portal.imperioconcursos.com.br;

**13.3.2. Clicar sobre o PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2026 – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT.**

13.3.3. Localizar o botão “RECURSO” (somente estará visível dentro do prazo disponível para recurso);

13.3.4. Preencher corretamente os campos do formulário correspondente ao tipo de recurso.

13.4. Os recursos que forem apresentados deverão obedecer rigorosamente aos preceitos que seguem e serão dirigidos à apreciação da IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA., empresa designada para realização do Processo Seletivo.

13.4.1. O recurso deverá ter argumentação lógica e consistente, caso contrário será indeferido.

13.4.2. Recursos inconsistentes e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão indeferidos.

13.5. Não serão conhecidos os recursos que não contenham os fundamentos do pedido, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou nota, que serão indeferidos sem julgamento de mérito.

13.6. Não serão aceitos recursos que:

13.6.1. Estejam em desacordo com este edital;

13.6.2. Estejam fora do prazo estabelecido para cada etapa;

13.6.3. Não apresentem fundamentação lógica e consistente;

13.6.4. Encaminhados via postal, fax ou meio eletrônico (e-mail);

13.7. Em caso de questões que sejam anuladas, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido.

13.8. Se houver alguma alteração de gabarito, por força de impugnações, todas as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.

13.9. Os recursos julgados e homologados serão disponibilizados apenas na “Área do Candidato”, no site https://portal.imperioconcursos.com.br , devendo o candidato recorrente tomar conhecimento das decisões, não lhe sendo enviado individualmente o teor das mesmas.

13.10. Em hipótese alguma haverá vista de Provas, bem como, revisão de recursos e recurso do recurso.

13.11. A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do Cronograma (Anexo II) do Processo Seletivo.

13.12. Se do exame de recurso resultar anulação de questão ou de item de questão ou alteração de Gabarito, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido, ficando desde já estabelecido que:

13.12.1. O candidato que acertar uma questão que posteriormente venha a ser anulada permanecerá com o ponto já conquistado pelo acerto da questão;

13.12.2. O candidato que acertar uma questão e, posteriormente, esta tenha seu gabarito alterado, perderá o ponto conquistado anteriormente pelo acerto da questão, passando a valer como oficial o novo Gabarito publicado.

13.12.3. Após o julgamento dos recursos serão divulgadas as eventuais alterações ocorridas, podendo eventualmente vir a ser alterado o resultado da prova.

13.13. Após o julgamento dos recursos interpostos, será publicada lista de Classificação Final, não cabendo mais recursos.

## CAPÍTULO XIV – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

14.1. Para fins de admissão o candidato deverá apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos, bem como os documentos abaixo, sob pena de desclassificação, conforme segue:

♦ registro geral [RG];

♦ cadastro de pessoas físicas [CPF];

♦ título eleitoral e comprovante de quitação eleitoral;

♦ carteira de trabalho;

♦ pis / pasep se houver, caso não tenha * favor informar;

♦ certidão de nascimento ou casamento;

♦ histórico escolar e certificado;

♦ reservista [homens];

♦ Atestado médico admissional, indicando se o (a) candidato (a) está **fisicamente** apto (a) para o exercício das atribuições do cargo. Atestado este que deverá ser fornecido por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Medicina – CRM;

♦ declaração de não acúmulo de cargo público;

♦ declaração de bens;

♦ comprovante de residência;

♦comprovante de habilitação exigida para o cargo;

♦registro de conselho regional [no caso de profissões regulamentadas) – (comprovante de regularidade);

♦ certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

♦ carteira de vacina dos filhos menores de 07 anos;

♦ declaração escolar dos filhos maiores de 07 anos;

♦ certidão negativa de antecedentes criminais dos últimos 05 anos;

♦apresentar certidão negativa de crimes eleitorais; www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoe.s/certidao-de-quitacao-eleitoral;

♦ apresentar certidão negativa da justiça federal – subseção de mato grosso;

♦ apresentar certidão negativa da justiça estadual de mato grosso, primeira e segunda instâncias; cidadao.tjmt.jus.br/servicos/certidaonegativa/

♦ apresentar certidão negativa da justiça militar; www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa/emitir-certidao-negativa

♦ certidão negativa de antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado por meio de certidão no âmbito estadual e federal.

♦ apresentar dados bancários de conta corrente ou salarial no banco do Bradesco;

♦ número de telefone e email;

♦ CPF dos dependentes e do cônjuge;

14.2 A convocação será feita mediante publicação nos sites https://portal.imperioconcursos.com.br e http://www.**novabandeirantes.mt.gov.br**, sendo a responsabilidade do candidato de acompanhar as publicações.

14.3 O candidato convocado que não atender ao disposto na convocação ou deixar de comparecer dentro do prazo previsto, perderá automaticamente a vaga, sem qualquer alegação de direitos futuros.

**CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações dos Editais, Comunicados e demais publicações referentes a este Processo nos sites https://portal.imperioconcursos.com.br e http://www.**novabandeirantes.mt.gov.br.**

15.2. A Prefeitura Municipal de NOVA BANDEIRANTES e a IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA. se eximem das despesas com viagens, estadia, transporte ou outros custos pessoais do candidato em quaisquer das fases do Processo Seletivo.

15.3. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da contratação do candidato, acarretarão a nulidade da inscrição e desclassificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

15.4. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais retificações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado oficialmente.

15.5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente entre a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado e a IMPÉRIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA. no que se refere à realização deste Processo Seletivo.

15.6. Caberá ao Prefeito do Município de NOVA BANDEIRANTES a homologação dos resultados finais do Processo Seletivo.

15.7. O Processo Seletivo destina-se à contratação dos candidatos constantes da listagem definitiva, homologada, com a convocação individual, na medida da demanda e necessidade da Prefeitura Municipal de NOVA BANDEIRANTES e, não garante a chamada de todos os aprovados constante da Listagem Definitiva do Processo Seletivo.

15.8. A contratação decorrente do Processo Seletivo Simplificado será realizada pelo período necessário ao atendimento da situação temporária que a justificar, observado o prazo e as condições estabelecidos na legislação municipal e no respectivo instrumento contratual.

15.9. O não atendimento, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital, implicará sua eliminação do Processo Seletivo, a qualquer tempo.

15.10. Todos os exames médicos solicitados pelo município visando a contratação serão de responsabilidade do candidato, não tendo o município nenhuma responsabilidade no pagamento, se necessário, dos referido exames médicos.

15.11. O Foro da Comarca do Município de NOVA BANDEIRANTES decidirá quaisquer ações judiciais interpostas com respeito ao presente Edital. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que ficará à disposição pela Internet nos sites https://portal.imperioconcursos.com.br e http://www.**novabandeirantes.mt.gov.br.**

NOVA BANDEIRANTES /MT, 10 de novembro de 2026

**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO I – PROGRAMA DE PROVAS**

**LÍNGUA PORTUGUESA – MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR**

Leitura e interpretação de texto. Gêneros e tipos textuais. Níveis de linguagem. As funções da linguagem: Coesão e coerência. Intertextualidade. FONOLOGIA: Conceitos básicos – Classificação dos fonemas – Sílabas – Encontros Vocálicos – Encontros Consonantais – Dígrafos – Divisão silábica. ORTOGRAFIA: Conceitos básicos – O Alfabeto – Orientações ortográficas. ACENTUAÇÃO: Conceitos básicos – Acentuação tônica – Acentuação gráfica – Os acentos – Aspectos genéricos das regras de acentuação – As regras básicas – As regras especiais – Hiatos – Ditongos – Formas verbais seguidas de pronomes – Acentos diferenciais. MORFOLOGIA: Estrutura e Formação das palavras – Conceitos básicos – Processos de formação das palavras – Derivação e Composição – Prefixos – Sufixos – Tipos de Composição – Estudo dos Verbos Regulares e Irregulares – Classe de Palavras. SINTAXE: Termos Essenciais da Oração – Termos Integrantes

da Oração – Termos Acessórios da Oração – Período composto e as orações coordenadas. Orações subordinadas. – Sintaxe de Concordância – Sintaxe de Regência – Sintaxe de Colocação – Significação das palavras. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Funções e Empregos das palavras "que" e "se" – Sinais de Pontuação. PROBLEMAS GERAIS DA LÍNGUA CULTA: O uso do hífen – O uso da Crase – Interpretação e análise de Textos – Tipos de Comunicação: Descrição – Narração – Dissertação – Tipos de Discurso – Qualidades e defeitos de um texto – Coesão Textual. ESTILÍSTICA: Figuras de linguagem – Vícios de Linguagem.

**LÍNGUA PORTUGUESA – FUNDAMENTAL**

Análise e Interpretação de Textos. Alfabeto da Língua Portuguesa; Ordem Alfabética; Ordenação de Frases; Ortografia; Divisão Silábica e Classificação quanto ao número de sílabas; Frases: - Interrogativa – Exclamativa – Afirmativa – Negativa; Classes de Palavras; Comparação de palavras entre si: Sinônimos e Antônimos; Acentuação Gráfica; Sinais de Pontuação; Concordância dos Nomes (substantivos) e dos Verbos.

**MATEMÁTICA – NÍVEL MÉDIO**

Radicais: operações – simplificação, propriedade – racionalização de denominadores; Equação de 2º grau: resolução das equações completas, incompletas, problemas do 2º grau; Equação de 1º grau: resolução – problemas de 1º grau; Equações fracionárias; Relação e Função: domínio, contradomínio e imagem; Função do 1º grau – função constante; Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais; Fatoração de expressão algébrica; Expressão algébrica – operações; Expressões fracionárias – operações - simplificação; PA e PG; Sistemas Lineares; Números complexos; Função exponencial: equação e inequação exponencial; Função logarítmica; Análise combinatória; Probabilidade; Função do 2º grau; Trigonometria da 1ª volta: seno, cosseno, tangente, relação fundamental; Geometria Analítica; Geometria Espacial; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; MDC e MMC; Raiz quadrada; Sistema Monetário Nacional (Real); Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

**MATEMÁTICA – FUNDAMENTAL**

Conjuntos: linguagem básica, pertinência, inclusão, igualdade, reunião e interseção. Números naturais, inteiros, racionais e reais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Média aritmética simples. Máximo divisor comum. Mínimo múltiplo comum. Medidas: comprimento, área, volume, ângulo, tempo e massa. Regra de três simples e composta. Porcentagem, juros e descontos simples. Operações com expressões algébricas e com polinômios. Progressões aritmética e geométrica. Raciocínio lógico e sequencial. Unidades de medida (metro, centímetro, milímetro, decâmetro, decímetro, hectômetro e quilômetro).

**CONHECIMENTOS GERAIS – TODOS OS CARGOS**

Questões relacionadas à Artes, Política, Economia, Sociedade, Saúde e Nutrição, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte, Religião, História (Brasil e Mundo), Geografia (Brasil e Mundo) e ainda, eventos contemporâneos divulgados na mídia local, nacional e internacional. Aspectos Históricos e Geográficos do Estado do Mato Grosso e do Município de Nova Bandeirantes /MT.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

| | |
|---|---|
| **AGENTE ADMINISTRATIVO** | Rotina administrativa: Conhecimentos básicos de Administração Pública: princípios constitucionais da Administração Pública; princípios explícitos e implícitos; ética na Administração Pública; organização administrativa. Organização de arquivos: conceitos fundamentais da arquivologia. Gestão de documentos. Protocolo. Tipos de arquivo. Organização do trabalho na repartição pública: utilização da agenda, uso e manutenção preventiva de equipamentos, economia de suprimentos. Comunicação interpessoal e solução de conflitos. Relações pessoais no ambiente de trabalho: hierarquia. Excelência no atendimento ao cidadão; o enfoque na qualidade; o atendimento presencial e por telefone. Redação oficial: Documentos oficiais, tipos, composição e estrutura. Aspectos gerais da redação oficial. Correspondência oficial: definição, formalidade e padronização; impessoalidade, linguagem dos atos e comunicações oficiais (ofício, e-mail, mensagem), concisão e clareza, editoração de textos (Manual de Redação da Presidência da República – 3ª edição, revista, atualizada e ampliada). Conceitos básicos de operação de microcomputadores. Conceitos básicos de operação com arquivos em ambiente de rede Windows. Conhecimentos básicos e gerais de Sistema Operacional: Microsoft Windows, Microsoft Office 97- 2016 ou superior. Word, Excel, Internet e PowerPoint. Noções básicas de operação de microcomputadores e periféricos em rede local. Conhecimento de interface gráfica padrão Windows. Conceitos básicos para utilização dos softwares do pacote Microsoft Office, tais como: processador de texto, planilha eletrônica e aplicativo para apresentação e Excel. Conhecimento básico de consulta pela Internet e recebimento e envio de mensagens eletrônicas. Backup. Vírus. Lei Orgânica Municipal. |
| **AUXILIAR ODONTOLÓGICO** | Ergonomia em odontologia. Equipamentos odontológicos: conservação e manutenção. Técnicas de instrumentação em odontologia. Política Nacional de Atenção Básica: princípios gerais, características do processo de trabalho, atribuições dos profissionais. Processo saúde-doença bucal: características, aspectos epidemiológicos e prevenção dos principais agravos em saúde bucal. Princípios de Biossegurança: segurança no trabalho; prevenção e controle de incêndios; controle de infecção na prática odontológica. Ações de promoção de saúde a nível individual e coletivo (Instruções básicas de higiene bucal: escovação, uso do fio dental, controle e remoção da placa bacteriana e uso do flúor). Uso de fluoretos no Brasil. Anatomia e fisiologia da cavidade bucal. Materiais, medicamentos e instrumental odontológico (preparo, manipulação, acondicionamento, transporte e descarte). Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional. Lei Orgânica Municipal. Noções básicas sobre MS Word/2016 (superior), MS Excel/2016 (superior), internet, noções sobre utilização de dispositivo eletrônico portátil. |
| **BIOMÉDICO** | Lei Federal 8080/90 e 8142/90. Fundamentos de análises clínicas. Coleta, conservação, transporte, processamento e análise de amostras biológicas. Hematologia. Hemoterapia. Bioquímica clínica. Microbiologia. Bacteriologia e bacterioscopia. Imunologia e sorologia. Parasitologia. Análises físico-químicas e microbiológicas. Técnicas laboratoriais aplicadas ao diagnóstico. Interpretação de resultados laboratoriais e elaboração de laudos. Controle de qualidade em laboratório. Biossegurança e prevenção de riscos em ambientes laboratoriais. Higienização, desinfecção e esterilização de materiais e equipamentos. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Controle e prevenção de infecções. Noções de saúde pública e vigilância em saúde. Ética e responsabilidade profissional. Organização e funcionamento de laboratórios clínicos. Lei Orgânica Municipal. Noções básicas sobre MS Word/2016 (superior), MS Excel/2016 (superior), internet, noções sobre utilização de dispositivo eletrônico portátil. |
| **EDUCADOR FÍSICO** | Fundamentos da Educação Física escolar: dimensões históricas da Educação Física; concepções e tendências pedagógicas; finalidades, objetivos e papel da Educação Física no currículo da Educação Básica. Cultura corporal do movimento: jogos, brincadeiras, esportes, ginásticas, danças e atividades recreativas; aspectos socioculturais do esporte; esporte educacional, cooperação, competição e inclusão no contexto escolar. Crescimento e desenvolvimento motor: desenvolvimento motor na infância e adolescência; corpo, movimento e aprendizagem motora; planejamento de atividades adequadas às diferentes faixas etárias. Práticas esportivas: fundamentos, regras básicas, equipamentos e espaços de prática das modalidades esportivas, com ênfase em atletismo, basquetebol, ginástica artística, handebol, futebol e voleibol. Conhecimentos básicos aplicados à Educação Física: noções de anatomia, biomecânica e fisiologia do exercício; efeitos fisiológicos da atividade física; controle cardiovascular durante o exercício; termorregulação; relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida; prevenção de lesões e noções de primeiros socorros. Organização do trabalho pedagógico: planejamento, metodologias e avaliação na Educação Física escolar; estratégias de ensino; adaptação de atividades e inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas. Lei Orgânica Municipal. Noções básicas sobre MS Word/2016 (superior), MS Excel/2016 (superior), internet, noções sobre utilização de dispositivo eletrônico portátil. |
| **ENFERMEIRO** | Código de Ética e Legislação profissional do COFEN e COREN. Lei Federal 8080/90 e 8142/90. Administração do processo de cuidar em Enfermagem. Aspectos metodológicos da assistência de enfermagem e Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). |

| | |
|---|---|
| | Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de doenças infectocontagiosas, sexualmente transmissíveis e de doenças crônicas e degenerativas. Assistência de Enfermagem nas alterações clínicas em situações de urgência e emergência, com portadores de doenças agudas e crônicas, infecciosas. Assistência Integral à Saúde do Trabalhador. Atenção Primária em Saúde: conceitos e dimensões. Biossegurança. Prevenção e controle da população microbiana. Conhecimento de planejamento e programação local. Cuidados de Enfermagem em curativos e coberturas especiais. Diagnóstico, planejamento e prescrição das ações de enfermagem. Epidemiologia, vigilância epidemiológica e vigilância em saúde. Imunização, rede de frio, cuidados e atuação da Equipe de Enfermagem. Modelo Assistencial e Financiamento. Organização e assistência de enfermagem à mulher, a criança, adolescente, ao adulto e ao idoso na perspectiva da integralidade da assistência e abordagem de fenômenos/eventos individuais e coletivos nos ciclos vitais. Política Nacional de Saúde: Evolução Histórica. Princípios da administração de medicamentos e cuidados de enfermagem, relacionados à terapêutica medicamentosa. Processo de trabalho em saúde; o trabalho em equipe; atribuições do enfermeiro do Programa Saúde da Família e Atenção Básica. Programa de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRSS). Saúde da Família e estratégia de organização da Atenção Básica. Semiologia e semiotécnica aplica à Enfermagem. Sistema de informação em saúde. Testes imunodiagnósticos e auxiliares de diagnósticos. Aspectos metodológicos da assistência de enfermagem: Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Aspectos técnicos da assistência de enfermagem: princípios da administração de medicamentos e cuidados de enfermagem, relacionados à terapêutica medicamentosa, ao tratamento de feridas e prevenção de lesões cutâneas. Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS); A participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS} e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2016 ou superiores. MSExcel 2016 ou superiores. Correio Eletrônico. Internet. Lei Orgânica Municipal. |
| **FARMACÊUTICO** | Lei Federal 8080/90. Lei Federal 8142/90. Código de Ética profissional e Resoluções vigentes. Conceitos em farmacocinética, bioequivalência e biodisponibilidade. Farmacodinâmica: Interação medicamentosa, mecanismo de ação das drogas e relação entre concentração da droga e efeito. Diluições; Extração, Formas farmacêuticas: Líquidas (Soluções, xaropes, colírios etc.). Formas farmacêuticas sólidas (pós, cápsulas, pílulas, grânulos, bolos, pastilhas, granulados, comprimidos, drágeas), Semissólidos (pomadas, cremes, loções) e fatores que influenciam na estabilidade destas formas farmacêuticas. Farmacologia da dor e da inflamação. Farmacologia do sistema respiratório. Farmacologia do sistema digestivo. Farmacologia do sistema nervoso central, periférico e autônomo. Farmacologia do sistema cardiovascular. Farmacologia dos processos infecciosos/ antimicrobianos / antiparasitários. Farmacotécnica e formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semissólidas. Legislação Farmacêutica. Política de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica no SUS: Medicamentos disponibilizados, programas aos quais se destinam – Saúde Mental, Excepcionais, Hipertensão e Diabetes, Estratégicos, AIDS. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME e suas atualizações. Vigilância Sanitária. Legislação Sanitária. Noções sobre Atenção Farmacêutica. Código de ética da profissão farmacêutica. Boas práticas de dispensação de medicamentos. Medicamentos genéricos. Medicamentos sujeitos a controle especial. Atenção primária a saúde e a farmácia básica. Farmácia Hospitalar: Conceitos, objetivos, estrutura física e organizacional da farmácia hospitalar. Gerenciamento de medicamentos e de produtos farmacêuticos de uso hospitalar. Seleção de medicamentos. Sistema de distribuição e estoque de medicamentos. Comissão de Farmácia e Terapêutica. Papel da Farmácia no Controle das Infecções Hospitalares. Farmacovigilância hospitalar. Farmacoepidemiologia. Farmacoeconomia. Terapia antineoplásica (quimioterapia). Nutrição Parenteral. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Farmacologia Clínica: Boas Práticas de Manipulação em Farmácia. Estabilidade de medicamentos e determinação do prazo de validade. Cálculos relacionados ao preparo de formas farmacêuticas. Lei Orgânica Municipal. Noções básicas sobre MS Word/2016 (superior), MS Excel/2016 (superior), internet, noções sobre utilização de dispositivo eletrônico portátil. |
| **FISIOTERAPEUTA** | Lei Federal 8080/90 e 8142/90. Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Cinesiologia; Cinesioterapia; Biomecânica; Neurofisiologia; Métodos de Avaliação Clínica Funcional; Fisioterapia Preventiva e do Trabalho; Fisioterapia em Pneumologia; Fisioterapia em Neurologia; Fisioterapia em Gerontologia; Fisioterapia em Reumatologia; Fisioterapia em Ortopedia e Traumatologia; Fisioterapia em Cardiologia; Fisioterapia em Pediatria e Neonatologia; Fisioterapia Desportiva. Noções básicas sobre MS Word/2016 (superior), MS Excel/2016 (superior), internet, noções sobre utilização de dispositivo eletrônico portátil. Lei Orgânica Municipal |
| **ODONTÓLOGO** | Lei Federal 8080/90 e 8142/90. Dentística: semiologia, diagnóstico e tratamento das doenças do complexo dentinorradicular; proteção do complexo dentino-pulpar; materiais restauradores; técnicas de restauração. Radiologia: técnica radiológica; interpretação radiográfica; anatomia radiográfica. Cariologia: etiologia, prevenção e tratamento da cárie dental. Periodontia: anatomia do periodonto; tecidos periodontais; prevenção, semiologia, diagnóstico clínico; exames complementares aplicados ao diagnóstico das doenças periodontais; e tratamentos em periodontia; cirurgia periodontal; periodontia médica; epidemiologia. Endodontia: alterações pulpares e periapicais: semiologia, diagnóstico e tratamento; tratamentos conservadores da polpa; traumatismo alvéolo- dentário. Urgências em Odontologia: trauma dental; hemorragia; pericoronarite, abscessos dento-alveolares; pulpite; alveolite. Estomatologia: semiologia, semiotécnica, diagnóstico, tratamento e prevenção das afecções de tecidos moles e duros; lesões cancerizáveis; semiologia, semiotécnica, diagnóstico, prevenção e tratamento de neoplasias malignas e benignas da cabeça e pescoço; patologia oral; Cariologia: etiopatogenia, diagnóstico, tratamento e prevenção. Prótese: diagnóstico, planejamento e tratamento. Cirurgia: princípios cirúrgicos, planejamento e técnicas cirúrgicas e complicações. Anestesiologia: técnicas anestésicas intra-bucais; anatomia aplicada a anestesiologia; farmacologia dos anestésicos locais; acidentes e complicações em anestesia odontológica. Prevenção: Fluorterapia; toxologia do flúor; Fluorose: diagnóstico e tratamento. Farmacologia odontológica: Farmacologia e Terapêutica Medicamentosa. Odontopediatria: Práticas Preventivas em Odontopediatria; Dentística voltada para a odontopediatria: semiologia, diagnóstico e tratamento; proteção do complexo dentinopulpar; materiais restauradores; técnica de restauração atraumática; Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais; Atendimento de pacientes com doenças sistêmicas crônicas; Atendimento de pacientes com coagulopatias hereditárias; Atendimento de pacientes grávidas; Ética Odontológica; Código de Ética Odontológica; Bioética; Saúde Bucal Coletiva e Níveis de Prevenção; Biossegurança. Lei Orgânica Municipal. Noções básicas sobre MS Word/2016 (superior), MS Excel/2016 (superior), internet, noções sobre utilização de dispositivo eletrônico portátil. |
| **PSICÓLOGO** | Lei Federal 8080/90 e 8142/90. Políticas Públicas da Saúde Mental no Brasil (implantação e legislações). História da Psicologia (área de atuação, teorias, técnicas e métodos psicológicos de intervenções). Psicodiagnóstico com suas principais aplicações (entrevista, avaliação, interpretação, aplicação, diagnóstico e testes psicológicos). Aspectos gerais da Psicopatologia (conceituação, sintomas, alterações e doenças de natureza psíquicas, neurose, perversões e síndromes). Código de Ética do Psicólogo (resoluções, legislação, decretos e prática profissional). Psicologia Hospitalar/Saúde (atuação do psicólogo nas perspectivas multidisciplinar e interdisciplinar). Psicologia do Desenvolvimento e de Aprendizagem, Psicanálise (principais autores e suas contribuições teóricas). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2016 ou superiores. MSExcel 2016 ou superiores. Correio Eletrônico. Internet. Lei Orgânica Municipal. |
| **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL** | Educação e Sociedade; infância e Cultura; Planejamento na prática educativa; Currículo escolar; Desenvolvimento infantil; Perspectivas educacionais através do lúdico; Organização do tempo e espaço físico na escola; Características sócio efetivas, motoras e cognitivas; O esporte, a criança e o adolescente. Objetivos e funções da educação infantil. Aspectos do desenvolvimento da criança (físico, social, cognitivo e afetivo). Cuidados físicos com a criança. O ambiente físico/afetivo da creche/escola. A relação Auxiliar de desenvolvimento Infantil/criança. Jogos Infantis. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei nº 9.394/96). BNCC. Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2016 ou superiores. MSExcel 2016 ou superiores. Correio Eletrônico. Internet. Lei Orgânica Municipal. Lei nº 10.436/2002 – Libras e Decreto 5.626/2005. Lei nº 12.764/2012. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão e Decretos nº 12.686/2025 e 12.773/2025. Portaria MEC nº 421/2026 e suas alterações |
| **TÉCNICO DE ENFERMAGEM** | Lei Federal 8080/90 e 8142/90. Fundamentos básicos de enfermagem – Execução de ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro; ações educativas aos usuários dos serviços de saúde; ações de educação continuada, atendimento de enfermagem nos diversos programas de saúde para grupos populacionais específicos hipertensos, diabéticos, da criança, da mulher, do adolescente, do idoso, gestante, obesidade; Aleitamento materno; Doenças de notificação compulsória; Doenças infecciosas e parasitárias; Doenças transmissíveis; Vigilância epidemiológica; Vigilância Sanitária; Atendimento de emergência – Diretrizes atualizadas de parada cardiorrespiratória vigentes da American Heart Association; Imunizações – Técnicas e Cuidados de Enfermagem; Procedimentos: Curativos (Potencial de contaminação, Técnicas de curativos); Princípios da administração de medicamentos (terapêutica medicamentosa, noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração e cuidados na aplicação, venoclise); Preparação e acompanhamento do cliente na realização de exame diagnóstico; Sinais vitais e medidas antropométricas; Controle Hídrico e Diurese; Técnica de higiene, conforto e segurança do cliente; Prevenção de úlceras de pressão; Coleta de material para exames laboratoriais; Posições para exames; Desinfecção e preparo da unidade do paciente; Anotações de enfermagem; Princípios éticos e legais da profissão. Conhecimentos sobre o Sistema Único de Saúde – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; Biossegurança nas ações em saúde NR 32 – Preparo e Esterilização de Material RDC 15; Controle de abastecimento e estoque de materiais e medicamentos. Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2016 ou superiores. MSExcel 2016 ou superiores. Correio Eletrônico. Internet. Lei Orgânica Municipal. |

## ANEXO II – CRONOGRAMA PROCESSO SELETIVO

| DATA | EVENTOS |
|---|---|

| | |
|---|---|
| 10/11/2026 | Divulgação do Edital de Abertura do Processo Seletivo |
| 11 e 12/11/2026 | Período para impugnação do edital |
| 17/11/2026 | Resposta (impugnação) – se necessário |
| 25/11 a 03/12/2026 | Período de Inscrições e data de envio dos títulos |
| 25 e 26/11/2026 | Período da solicitar Isenção da Taxa de Inscrição |
| 30/11/2026 | Resultado dos pedidos de solicitação de isenção da taxa de inscrição |
| 01 e 02/12/2026 | Recurso – indeferimento da isenção da taxa de inscrição |
| 03/12/2026 | Resultado – recursos (isenção da taxa de inscrição) |
| 03/12/2026 | Último dia para envio dos documentos para Pessoas com Deficiência |
| 04/12/2026 | Último dia para efetuar o Pagamento do Boleto Bancário |
| 09/12/2026 | Divulgação da homologação das inscrições |
| 10 e 11/12/2026 | Período para interposição de recursos das inscrições |
| 15/12/2026 | Resultado – Recurso Homologação (se necessário) e divulgação dos locais de prova e divulgação da data, horário e local de realização da Prova Prática |
| **20/12/2026** | **Aplicação da Prova Escrita Objetiva e a Prova Pratica** |
| 21/12/2026 | Divulgação do Gabarito Preliminar |
| 22 e 23/12/2026 | Período para interposição de recursos do Gabarito Preliminar |
| 05/01/2027 | Divulgação do resultado preliminar |
| 06 e 07/01/2027 | Recurso Resultado Preliminar (prova escrita, títulos e prova prática) |
| **08/01/2027** | **Resultado – Recurso Resultado Preliminar e Divulgação do Resultado Final** |

- Este cronograma tem caráter orientador, podendo ter suas datas alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Prefeitura Municipal de NOVA BANDEIRANTES em acordo com a Império Assessoria e Concursos Ltda.

- Todos os Atos inerentes ao prosseguimento do Processo Seletivo serão objeto de publicação por Editais no site https://portal.imperio-concursos.com.br e **http://www.novabandeirantes.mt.gov.br**. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o cronograma, os comunicados e os editais referentes ao andamento deste Processo Seletivo, divulgados nos meios acima mencionados.

## ANEXO III – ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

**Agente de Serviços Públicos**: categoria funcional com as atribuições de auxiliar de mecânico, auxiliar de serviços gerais, contínuo, cozinheiro (a), merendeira, servente, atendente de lavagem e lubrificação, trabalhos braçais, segurança das instalações e bens existentes em prédios, áreas públicas e outros locais de responsabilidade da Prefeitura; proteger pessoas e patrimônio, limpeza e coleta pública de lixo; e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho e outras tarefas determinadas pelo superior imediato, compatíveis, complementares e afins com o cargo

**Agente Operacional**: categoria funcional com as atribuições de dirigir segundo as normas do Código Brasileiro de Trânsito, automóveis, caminhonetes, caminhões e demais veículos de transporte de passageiros e cargas e máquinas pesas, dentro ou fora do Município, de operar máquinas - tratores - e outras tarefas determinadas pelo superior imediato, compatíveis, complementares e afins com o cargo;

**Agente Administrativo**: é a categoria funcional com as atribuições de executar serviços nas áreas de secretariado, telefonia, recepção, digitação, protocolo, registro, arquivos, classificação e expedição de correspondência; executar tarefas internas e externas de correspondência, copiadoras; controlar entrada e saída de materiais de consumo; e outras tarefas determinadas pelo superior imediato, compatíveis, complementares e afins com o cargo;

**Agente de Conservação**: categorial funcional com as atribuições de executar atividades de borracharia, carpintaria, encanador, funilaria, lubrificação, pintura, pedreiro, eletricidade, mecânica de veículos leves, operação de antena, mestre de obras, solda e outras tarefas determinadas pelo superior imediato, compatíveis, complementares e afins com o cargo;

**Apoio Administrativo Educacional**:

a) nutrição escolar - atividades relativas à preparação, conservação, armazenamento e distribuição da alimentação escolar;

b) manutenção da infraestrutura, funções de vigilância, segurança, limpeza e manutenção da infraestrutura escolar.

Motorista de Transporte Escolar, lotado da Secretaria Municipal de Educação:

**Auxiliar Odontológico**: proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; sob supervisão do cirurgião dentista ou do THD, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidenciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental; preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda, etc.) necessários para o trabalho; instrumentalizar o cirurgião dentista ou THD durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos); cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; agendar o paciente e orientá-lo quanto ao retorno e à preservação do tratamento; acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal; executar outras atribuições correlatas à função.

**Biomédico**: compete ao Biomédico programar, orientar, executar, supervisionar e responder tecnicamente pelo desempenho das atividades laboratoriais, realização de controle de qualidade de insumos de natureza biológica, física, química e outros, elaborando pareceres técnicos, laudos e atestados de acordo com as normas; organizar o processo produtivo, distribuindo tarefas à equipe auxiliar, orientando a correta utilização e manipulação de materiais, instrumentos e equipamentos, de acordo com normas de higiene e segurança para garantir a qualidade do serviço; participar no desenvolvimento de ações de investigação epidemiológica, organizando e orientando na coleta, acondicionamento e envio de amostras para análise laboratorial; realizar estudos de pesquisas microbiológicas, imunológicas, químicas, físico-químicas relativas a quaisquer substâncias ou produto que interesse a saúde pública; participar da previsão, provisão e controle de materiais e equipamentos opinando tecnicamente na aquisição dos mesmos; participar de equipes multidisciplinares no planejamento, elaboração e controle de programas de saúde pública; realizar treinamento na área de atuação,

quando solicitado; executar, propor outras atividades que contribuam para a eficiência de seu trabalho.

**Educador Físico**: Descrição Analítica: I. Desenvolver atividades físicas e práticas junto à comunidade; II. Veicular informações que visem à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado; III. Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais; IV. Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas; V. Corporais, nutrição e saúde juntamente com as Equipes NASF, sob a forma de coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente; VI. Articular ações, de forma integrada às Equipes NASF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública; VII. Contribuir para a ampliação da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência; VIII. Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as Equipes do NASF; IX. Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento de atividades físicas/práticas corporais; X. Supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas Equipes PSF na comunidade; XI. Articular parcerias com outros setores da área junto com as Equipes NASF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais; XII. Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população; XIII. Fazer a manutenção e conservação de todos os equipamentos e bens públicos que estiverem sob o domínio de sua área de atuação, bem como, zelar pela economicidade de material e o bom atendimento público; XIV. Manter-se atualizado, participando de cursos, treinamentos e aperfeiçoamentos profissionais; XV. Executar os serviços que lhe competirem e desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos que forem atribuídos; XVI. Cumprir e fazer cumprir as normas do setor; XVII. Executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo, particularidades do Município ou designações superiores; XVIII. Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade; XIX. Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

**Enfermeiro:** atribui-se ao Enfermeiro realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão; planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a Unidade de Saúde; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo da vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; no nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na Unidade de Saúde e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades correspondentes às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à saúde - NOAS 2001; aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc; supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde, de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções; executar outras atribuições correlatas à função.

**Farmacêutico Generalista:** Descrição Sumária: Realizar análises clínicas, toxicológicas, fisioquímicas, biológicas, microbiológicas, moleculares e bromatológicas; Realizar pesquisa sobre estruturas macro e microbiológicas, sobre efeitos de medicamentos e outras substâncias em órgãos, tecidos e funções vitais dos seres humanos e dos animais.

**Fisioterapeuta:** Descrição Sumária: Executar métodos e técnicas fisioterápicas, com a finalidade de recuperar desenvolver e conservar a capacidade física do paciente após diagnostico; Desenvolver atividades de habilitação e reabilitação junto com equipe multiprofissional nas diversas áreas assistências; Emitir e se responsabilizar pelos laudos; Assessorar e prestar suporte técnico de gestão em saúde, regular os processos assistenciais (organizar a demanda e oferta de serviço) no âmbito do sistema único de saúde do município, integrando-o com outros níveis do sistema; Atender clientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia. Realizar diagnósticos; Orientar clientes, familiares, cuidadores e responsáveis e adotar medidas de precaução padrão de biossegurança. Descrição Detalhada: Atender clientes e analisarmos aspectos sensório-motores, percepto-cognitivos e sócio-culturais; Traçar plano e preparar ambiente terapêutico, indicar conduta terapêutica, prescrever e adaptar atividades; Avaliar funções percepto-cognitivas, neuro-psicomotor, neuro-músculo-esqueléticas, sensibilidade, condições dolorosas, motricidade geral (postura, marcha, equilíbrio), habilidades motoras, alterações posturais, manuais, órteses, próteses e adaptações, cardio-pulmonares e urológicas; Estimular o desenvolvimento neuro-psicomotor (dnpm) normal e cognição; Reeducar postura dos clientes e prescrever órteses, próteses e adaptações e acompanhar a evolução terapêutica; Proceder à reabilitação das funções perceto-cognitivas, e sensório-motoras, neuromúsculo-esqueléticas e locomotoras; Aplicar procedimentos de habilitação pós-cirurgico, de oncologia, de UTI, de dermatofuncional de cárdio-pulmonar, de urologia, de reeducação pré e pós-parto, de fisioterapia respiratória e motora, Ensinar técnicas de autonomia e independência em atividades de vida diária (AVD), de autonomia e independência em atividades de vida prática (AVP) de autonomia e independência em atividades de vida de trabalho (AVT), de autonomia e independência em atividades de vida de lazer (AVL); Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas; discussão de casos; reuniões administrativas; visitas domiciliares etc.; Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino; Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Elaborar relatórios, laudos técnicos e registrar dados em sua área de especialidade; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Executar tarefas pertinentes à área de atuação com as devidas normas legais para o exercício da profissão.

**Motorista de Transporte Escolar** : - transportar alunos da e para a escola e eventos especiais; - aderir a um cronograma atribuído;

- chegar aos pontos de apanhamento e entrega dentro do prazo; - garantir a segurança de todos os passageiros do ônibus; - concluir registros de manutenção e relatórios de incidentes; - manter um alto padrão de limpeza dentro do ônibus; - conduzir inspeções diárias do veículo antes da operação; - reconhecer e informar qualquer manutenção necessária no ônibus; - Obedecer todas as Leis de Trânsi-

to; - Disciplinar as crianças quando necessário, para manter um ambiente seguro e saudável; - Auxiliar os alunos na subida e descida do ônibus quando necessário.

**Odontólogo:** compete ao Odontólogo realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita; realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 e na Norma Operacional Básica da Assistência à saúde (NOAS); realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita; encaminhar e orientar os usuários que apresentarem problemas mais complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento; realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados; emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência; executar as ações de assistência integral, aliando a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupos específicos, de acordo com planejamento local; coordenar ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção em saúde bucal; programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas; executar outras atribuições correlatas à função.

**Psicólogo:** Descrição Sumária: Relacionar o comportamento, com as situações, condições e outras condutas dos indivíduos para atendimento ou orientação individual e grupal, tanto na Psicologia Clínica, escolar, organizacional e comunitária. Descrição Detalhada: Desenvolver programas de ajustamento psicossocial no contexto organizacional; Traçar perfil psicológico; Desenvolver métodos e técnicas de psicologia organizacional; Coordenar e orientar os trabalhos de levantamento de dados científicos relativos ao comportamento humano e ao mecanismo psíquico; Colaborar com médicos, assistentes sociais e outros profissionais, na ajuda aos inadaptados; Realizar entrevistas complementares; Propor soluções convenientes para os problemas de desajuste escolar, profissional e social; Colaborar no planejamento de programas de educação, inclusive a sanitária e na avaliação de seus resultados; Atender a portadores de deficiência mental e sensorial ou portadores de desajuste familiar ou escolar, encaminhando-os à escolas ou classes especiais; Emitir pareceres sobre matéria de sua especialidade; Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares; Desenvolver, aplicar e manter atualizados programas nas áreas de treinamento, recrutamento e seleção de pessoal e de avaliação de desempenho; Executar outras atividades compatíveis com as especificadas e com sua especialidade, que venham a ser solicitadas por seus superiores; Realizar, atendimentos clínicos individuais e coletivos; Coordenar, participar e /ou organizar grupos de educação para a saúde; Auxiliar na implantação do cartão Nacional de Saúde; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

**I - Técnico Administrativo Educacional:**

Monitor (a): as atividades de planejar jogos e entretenimentos, atividades musicais, rítmicas e outras a serem desenvolvidas pelas crianças, selecionando ou preparando textos adequados, consultando obras específicas ou trocando idéias com orientadores educacionais, para obter um roteiro que facilite as atividades educativas e o relacionamento educador-educando; Coordena as atividades do curso, desenvolvendo nos alunos o gosto pelo desenho, pintura, modelagem, conversação, canto e dança, através da prática destas atividades, para ajudar as crianças a compreenderem melhor o ambiente que as rodeia, estimular-lhes as inclinações e aptidões e promover sua evolução harmoniosa; Infunde e cuida nas crianças hábitos de limpeza, obediência, tolerância e outros atributos morais e sociais, empregando recursos audiovisuais ou outros meios, a fim de contribuir para a educação das mesmas; organizar e promover trabalhos complementares de caráter cívico, cultural ou recreativo.

**Técnico em Enfermagem**: é competência do profissional Técnico em Enfermagem prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos clientes, sob supervisão do enfermeiro, assim como colaborar nas atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas na Instituição; auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção hospitalar. Preparar clientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos. Colher e ou auxiliar o cliente na coleta de material para exames de laboratório, segundo orientação. realizar exames de eletrodiagnósticos e registrar os eletrocardiogramas efetuados, segundo instruções médicas ou de enfermagem. Orientar e auxiliar clientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação, utilização de medicamentos e cuidados específicos em tratamento de saúde; verificar os sinais vitais e as condições gerais dos clientes, segundo prescrição médica e de enfermagem; preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica, sob supervisão do Enfermeiro; cumprir prescrições de assistência médica 0. Realizar a movimentação e o transporte de clientes de maneira segura; auxiliar nos atendimentos de urgência e emergência; realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico; efetuar o controle diário do material utilizado, bem como requisitar, conforme as normas da Instituição, o material necessário à prestação da assistência à saúde do cliente; propor a aquisição de novos instrumentos para reposição daqueles que estão avariados ou desgastados; realizar atividades na promoção de campanhas governamentais; auxiliar na preparação do corpo após o óbito; Participar de programa de treinamento, quando convocado; e executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

## ANEXO IV

## REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

| |
|---|
| Nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, solicito a isenção do pagamento da taxa de inscrição. |

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

| | | | |
|---|---|---|---|
| NOME: | | | |
| NÚMERO DO CADÚNICO | | | |
| CARGO PRETENDIDO: | | | |
| ENDEREÇO: | | | |
| BAIRRO: | | CEP: | |
| CIDADE/UF: | | TELEFONE: | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| CPF: | | RG: | |
| CTPS / SÉRIE | | DATA EXPEDIÇÃO: | |
| E-mail: | | | |
| NÚMERO DO NIS | | | |

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição no Processo Seletivo Simplificado que:
( ) estou inscrito no CadÚnico
( ) sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 11.016/2022 .
( ) sou doador de sangue
Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentos apresentados é de inteira responsabilidade minha, podendo a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do certame, podendo adotar as medidas cabíveis contra a minha pessoa.
Nova Bandeirantes/MT, ____ de _____ de 2026.

Assinatura Candidato

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
## RETIFICAÇÃO DO CONTRATO N° 081/2026 CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 005/2026

Retifica-se a publicação **do Contrato n° 081/2026,** publicado em 13 de outubro de 2026, ANO XXI | N° 5093, páginas 585 a 593, por motivos de correção no contrato, devido a um erro de digitação, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

**4. REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) 4.1. O regime de execução é o de empreitada por preço global (art. 46, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

Leia-se:

**4. REGIME DE EXECUÇÃO (art. 92, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) 4.1. O regime de execução é de Contratação Integrada (art. 46, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

Nova Bandeirantes/MT, 10 de novembro de 2026.

_____

**Aline Groff Pit**

**Pregoeira Oficial**

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
## ORDEM DE SERVIÇO

**TERMO DE CONTRATO n°086/2026**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 023/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026**

OBJETO:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO À ADMISSÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA BANDEIRANTES/MT, CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 1.767/2026, COMPREENDENDO TODAS AS ETAPAS DO CERTAME: ELABORAÇÃO DO EDITAL, RECEBIMENTO DAS INSCRIÇÕES, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS, PROVA PRÁTICA E ANÁLISE DE TÍTULOS, JULGAMENTO DE RECURSOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, DE ACORDO COM OS CARGOS E VAGAS CONSTANTES DO ANEXO I DA REFERIDA LEI,** nas condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Aviso de Contratação Direta , referente à Dispensa de Licitação nº 023/2026.

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT,** através do **Prefeito Municipal Sr. João Rogerio de Souza,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 023/2026**, determina à empresa **IMPERIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA,** inscrita no CNPJ Nº. **51.317.560/0001-05**, estabelecida à Tv. Guilherme de Almeida, n° 36, sala 1301, Bairro Zona 01, Maringá/PR, CEP: 87.013-922, Telefone: (44) 3249-1413, E-mail: contabillobato@uol.com.br, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada pela Sra. **LUANA GABRIELA CARVALHO,** portadora de Carteira de Identidade nº 153xxxx16 SSP/PR e CPF nº 130.xxx.xxx-00, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, a executar os serviços discriminados no Termo de Referência da **Dispensa de Licitação nº. 023/2026**, em conformidade com as especificações e obrigações constantes do Termo de Contrato nº 086/2026.

Os serviços deverão ter **início imediato, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço**, observados os seguintes prazos:

a) entrega da minuta do edital do Processo Seletivo Simplificado à Administração em até **20 (vinte) dias corridos**;

b) conclusão integral do certame, com divulgação do resultado final, em até **60 (sessenta) dias**.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo(a) fiscal designado(a) pela Administração por meio da **Portaria n° 361/2026**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a quem a CONTRATADA deverá se reportar durante toda a execução.

Nova Bandeirantes – MT, 10 de novembro de 2026.

_____

**JOÃO ROGERIO DE SOUZA**

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

Recebi a presente Ordem de Serviço em ____/____/2026.

_____

**IMPERIO ASSESSORIA E CONCURSOS LTDA**

CNPJ Nº 51.317.560/0001-05

CONTRATADA

## CONVENIOS
## EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 002/2026

**PARTÍCIPES:** MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, CNPJ nº 33.683.822/0001-73 (CEDENTE), e CENTRO DE ENSINO SÃO MANOEL LTDA, CNPJ nº 13.170.460/0001-00 (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

**OBJETO:** Mútua colaboração técnica para concessão de Estágio Supervisionado e realização de Visitas Técnicas e Aulas Práticas aos alunos regularmente matriculados no Curso Técnico em Enfermagem da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, no Hospital Municipal e nas demais unidades de saúde do Município indicadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme cronograma por ela estabelecido.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 11.788/2008 e Lei Federal nº 9.394/1996.

**VALOR:** Sem repasse de recursos financeiros e sem ônus para o Município.

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, de 10/11/2026 a 10/11/2027, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

**DATA DA ASSINATURA:** 10/11/2026.

**SIGNATÁRIOS:** João Rogério de Souza, Prefeito Municipal, pelo CEDENTE; Maria Luiza dos Santos Camargo, Diretora Geral, pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

Nova Bandeirantes-MT, 10 de novembro de 2026.

**JOÃO ROGÉRIO DE SOUZA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº.047/2026.

CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA**

**CNPJ N°20.936.958/0001-04**

**OBJETO:** O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA A LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE XMLs DO APLIC/TCE-MT, COM A DEVIDA IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA LEGAL E ATENDIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR GLOBAL: **R$ 60.900,00 (Sessenta Mil, Novecentos Reais).**

ASSINATURA**: 09 de Novembro de 2026.**

VIGENCIA: **09 de Novembro de 2026 á 09 de Novembro de 2027.**

FUNDAMENTO: **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

Prefeito Municipal: **JOSÉ ANTONIO DOMINGOS CARDOSO**

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.013/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

FORNECEDORA REGISTRADA**: FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA**

**CNPJ N°20.936.958/0001-04**

OBJETO**:** A presente Ata tem por objeto o registro de preços futura a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PARA A LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE XMLs DO APLIC/TCE-MT, COM A DEVIDA IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA LEGAL E ATENDIMENTO TÉCNICO ESPECIALIZADO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT,** especificado no item(ns) do Termo de Referência, anexo que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

VALOR GLOBAL: **R$ 60.900,00 (Sessenta Mil, Novecentos Reais).**

VIGÊNCIA: **09 de novembro de 2026 a 09 de novembro de 2027.**

ASSINATURA: **09 de novembro de 2026.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021.**

PREFEITO MUNICIPAL: **JOSÉ ANTONIO DOMINGOS CARDOSO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

### SETOR DE CONVENIOS
### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

**2°Termo Aditivo ao Contrato Nº. 006/2026/SMA/PMNG.**

**Processo Nº.002/2026**

**Contratada:** EDUARDO DA SILVA FERNANDES LTDA

**CNPJ n.º** 22.303.601/0001-06

**Aditamento:** O presente Termo Aditivo trata da adequação do Projeto de Engenharia inicialmente licitado, ficando constatada a necessidade de execução de novos serviços e supressão de outros, a fim de garantir a economicidade, qualidade e durabilidade da obra objeto do contrato de origem, seguindo em anexo, Parecer Técnico de Engenharia, Planilha Orçamentária e demais documentos atinentes a citada adequação.

Diante da supracitada ampliação e supressão de serviços, fica acrescido ao contrato de origem o valor de R$ 257.646,08 (duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oito centavos).

**Justificativa:** No decorrer da execução da obra foram surgindo elementos que acabaram por evidenciar a necessidade de execução de novos serviços e a supressões de outros, conforme segue abaixo, objetivando a qualidade, durabilidade e segurança da UBS (Unidade Básica de Saúde) de Nova Guarita – MT:

1. IMPERMEABILIZAÇÃO DA VIGA BALDRAME DO MURO:

Será executada a impermeabilização da viga baldrame do muro, serviço não contemplado originalmente no projeto, com a finalidade de impedir a ascensão de umidade por capilaridade e reduzir a ocorrência de infiltrações provenientes do solo.

A execução desse serviço visa proteger os elementos construtivos contra a ação da umidade, contribuindo para a preservação das condições de conservação do muro, evitando manifestações patológicas, como deterioração do revestimento, desprendimento da pintura e degradação dos materiais, além de proporcionar maior durabilidade à estrutura.

2. EXECUÇÃO DE PEITORIS EM GRANITO NAS JANELAS:

Será executada a instalação de peitoris em granito nas janelas da edificação, com a finalidade de proporcionar adequado escoamento das águas pluviais incidentes sobre as esquadrias.

A ausência desse elemento pode favorecer o acúmulo e a infiltração de água nas interfaces entre as esquadrias e a alvenaria. Dessa forma, a inclusão dos peitoris, com acabamento e caimento adequados, bem como a execução de pingadeira quando aplicável, contribuirá para evitar infiltrações, manchas e deterioração dos revestimentos, proporcionando melhor acabamento e maior durabilidade à edificação.

3. IMPERMEABILIZAÇÃO DO PISO EM GRANILITE:

Será executada a aplicação de resina de proteção sobre o piso interno em granilite, serviço necessário para melhorar as condições de acabamento, proteção e conservação do revestimento.

A aplicação da resina proporciona proteção superficial, reduz a absorção de líquidos e facilita os procedimentos de limpeza e manutenção, contribuindo para a preservação das características estéticas e funcionais do piso, especialmente considerando a utilização da edificação para atendimento de serviços de saúde, que exige condições adequadas de higiene e conservação.

4. EXECUÇÃO DE CALÇADA EXTERNA:

Será executada a calçada externa na face da edificação voltada para a Avenida dos Migrantes, no trecho localizado na esquina com a Travessa Moacir Krammer, uma vez que o projeto original contempla a execução de passeio somente ao longo da Travessa Moacir Krammer.

A inclusão desse trecho de calçada visa proporcionar a adequada circulação de pedestres no entorno da edificação, garantindo melhores condições de acessibilidade, segurança e integração da UBS com as vias públicas adjacentes.

O serviço contempla, ainda, a execução de piso tátil de alerta e/ou direcional, conforme a necessidade de orientação e sinalização dos percursos acessíveis, observando os critérios técnicos aplicáveis de acessibilidade, especialmente a ABNT NBR 9050 e a ABNT NBR 16537.

5. ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMASSAMENTO E PINTURA:

Foram identificadas necessidades de adequação das especificações dos serviços de acabamento, especialmente quanto aos materiais e ao número de demãos previstos originalmente na planilha orçamentária.

Dessa forma, propõe-se a substituição dos serviços de emassamento e pintura originalmente especificados com apenas uma demão e/ou acabamento em tinta PVA por serviços de emassamento e pintura com tinta acrílica, contemplando duas demãos de acabamento, conforme especificações e quantitativos apresentados na planilha orçamentária revisada.

A adequação visa proporcionar melhor cobertura, uniformidade visual, resistência e durabilidade ao acabamento das superfícies, considerando as características de utilização da edificação e a necessidade de facilitar sua conservação e manutenção ao longo do tempo.

Na pintura foram alterados os serviços referentes à emassamento e pintura previstos em 01 demão e/ou PVA, para emassamento e pintura acrílica 02 demãos, de forma a garantir maior durabilidade e qualidade à edificação.

6. EXECUÇÃO DE RUFOS TIPO CAPA/CHAPIM:

Será executada a instalação de rufos tipo capa/chapim em toda a extensão da platibanda e do muro, serviço não contemplado adequadamente no projeto original.

A instalação desses elementos tem por finalidade proteger as superfícies superiores das alvenarias contra a incidência direta das águas pluviais, evitando a infiltração de água, o surgimento de manchas, a deterioração dos revestimentos e o desgaste prematuro da pintura.

A execução dos rufos contribuirá para o adequado escoamento das águas pluviais e para a preservação dos elementos construtivos, proporcionando maior estanqueidade e durabilidade à edificação.

7. TERRAPLANAGEM DO PÁTIO:

Foi identificada a necessidade de dimensionamento e execução dos serviços de terraplanagem do pátio externo, não contemplados originalmente no projeto, considerando as condições topográficas do terreno e as necessidades de adequação dos níveis do entorno da edificação.

Os serviços compreendem a movimentação de terra, cortes, aterros, regularização do terreno e execução de taludes, conforme os quantitativos e as cotas definidos no memorial de cálculo e nos elementos técnicos complementares.

A execução desses serviços é necessária para proporcionar condições adequadas de implantação e integração da edificação ao terreno, permitindo a conformação dos níveis externos, o adequado direcionamento das águas pluviais e melhores condições de circulação e utilização dos espaços externos.

Diante do exposto, fica explícita a necessidade de realização do presente termo aditivo, respeitando os limites estabelecidos pela legislação correspondente.

**Data:** 10/11/2026.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

### PROCURADORIA JURÍDICA
### RESOLUÇÃO Nº 011/2026- CMDCA

**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA MINISTRAR A PALESTRA MAGNA E ABORDAR OS EIXOS TEMÁTICOS DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA LACERDA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA/MT, POR INTERMÉDIO DE SUA PRESIDENTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, TORNA PÚBLICO QUE O PLENÁRIO DESTE CONSELHO, EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2026, CONFORME ATA Nº 089/2026,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar, a contratação de palestrante especializado para ministrar a Palestra Magna e abordar os 6 (seis) eixos temáticos durante a realização da 5ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Lacerda – MT, a ser realizada no dia 24 de novembro de 2026, no Lions Club.

**Art. 2º** A contratação do referido profissional terá o valor total de **R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos)**, devendo a despesa ser custeada com recursos provenientes do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA). Abordará a Resolução CONANDA nº 137/2010, art. 15, admite o financiamento de ações complementares ou inovadoras de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

**Art. 3º.** A 5° Conferência terá como **TEMA CENTRAL: "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA e a Democracia Participativa." e os Eixos;**

**1. Aprimoramento do Controle Social e fortalecimento da Participação Social;**

**2. Fortalecimento dos Conselhos Tutelares;**

**3. Promoção da convivência familiar e comunitária;**

**4. Prevenção e enfrentamento às violências;**

**5. Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção de adolescente no trabalho;**

**6. Aprimoramento da execução das medidas socioeducativas.**

**Art. 4º** Esta Resolução 011/2026 - CMDCA entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Lacerda – **MT, 27 de outubro de** 2026.

**SUELLY APARECIDA GALVÃO ALEIXO** Presidente do CMDCA

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**RESOLUÇÃO Nº 010/2026- CMDCA**

**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DO SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE NOVA LACERDA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA/MT,** por intermédio de sua Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que o Plenário deste Conselho, em Reunião Extraordinária realizada no **dia 27 de outubro de 2026, conforme Ata nº 089/2026,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar, a **COMISSÃO INTERSETORIAL DO SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**, vinculada administrativamente à Secretaria Municipal responsável pela política de Assistência Social.

**Art. 2º** A Comissão Intersetorial terá como finalidade promover a articulação entre os órgãos, serviços e instituições municipais envolvidos na política de atendimento socioeducativo, contribuindo para a execução, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

**Art. 3º** A Comissão Intersetorial será composta por representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e instituições:

**· SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;**

**· SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;**

**· SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;**

**· CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA;**

**· CONSELHO TUTELAR;**

**Art. 4º** Cada órgão ou instituição indicará 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente para compor a Comissão Intersetorial.

§ 1º Os representantes serão formalmente designados por ato do Poder Executivo Municipal.

§ 2º A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público e não será remunerada, sendo vedada a percepção de gratificação específica em razão dessa participação.

**Art. 5º Compete à Comissão Intersetorial;** de Atendimento Socioeducativo;

I – Acompanhar a implementação do Sistema Municipal

II – Contribuir para a elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo;

III – Promover a articulação entre as políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Trabalho e demais políticas públicas necessárias ao atendimento dos adolescentes;

IV – Contribuir para o fortalecimento da rede municipal de atendimento e proteção dos direitos dos adolescentes;

V – Identificar dificuldades e desafios relacionados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

VI – Propor soluções, estratégias e encaminhamentos aos órgãos competentes;

VII – Acompanhar as ações previstas no Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo;

VIII – Contribuir para o aprimoramento do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo;

IX – Fortalecer a articulação entre os serviços municipais e regionais envolvidos no atendimento socioeducativo;

X – Promover reuniões intersetoriais para discussão, planejamento e avaliação das ações da política socioeducativa;

XI – Contribuir para a elaboração de diagnósticos, levantamentos e estudos relacionados aos adolescentes atendidos pelo Sistema Municipal;

XII – Propor ações de capacitação e formação continuada aos profissionais envolvidos no atendimento socioeducativo;

XIII – Acompanhar indicadores, metas e resultados da política municipal de atendimento socioeducativo;

XIV – Contribuir para a prevenção da reincidência infracional e para a garantia dos direitos dos adolescentes;

XV – Articular ações que favoreçam a escolarização, a saúde, a convivência familiar e comunitária, o acesso à cultura, ao esporte, à profissionalização e à construção do projeto de vida dos adolescentes;

XVI – Contribuir para a integração das ações previstas no Plano Municipal Decenal com os demais instrumentos de planejamento das políticas públicas municipais.

**Art. 6º** A Comissão Intersetorial não substituirá a equipe técnica responsável pelo atendimento individual dos adolescentes e não exercerá atribuições próprias dos profissionais do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Conselho Tutelar ou do CMDCA.

Parágrafo único. As discussões e deliberações da Comissão deverão respeitar as competências legais de cada órgão e instituição, bem como o sigilo das informações pessoais e familiares dos adolescentes atendidos.

**Art. 7º** A execução direta das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços à Comunidade – PSC permanecerá sob responsabilidade do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme a organização administrativa municipal, a legislação vigente e a atuação de sua equipe técnica.

**Art. 8º** A Comissão poderá constituir grupos de trabalho temporários para tratar de assuntos específicos relacionados ao Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, estabelecendo objetivos e prazos para a realização das atividades.

**Art. 9º** A Comissão reunir-se-á ordinariamente a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º As reuniões serão convocadas pela Coordenação da Comissão.

§ 2º As reuniões e os encaminhamentos realizados deverão ser registrados em ata.

§ 3º Poderão ser convidados para participar das reuniões, sem direito a voto, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, de entidades da sociedade civil, de instituições de ensino e de outros órgãos ou profissionais cuja participação seja pertinente aos assuntos em discussão.

**Art. 10.** A Comissão escolherá, entre seus integrantes, um(a) Coordenador(a) e um(a) Secretário(a), mediante deliberação de seus membros.

Parágrafo único. Compete à Coordenação organizar e conduzir as reuniões, promover a articulação entre os integrantes e acompanhar os encaminhamentos definidos pela Comissão.

**Art. 11.** A Secretaria Municipal responsável pela política de Assistência Social prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Comissão, incluindo a organização das reuniões, o registro das atas e o acompanhamento dos encaminhamentos, observada a disponibilidade administrativa do Município.

**Art. 12.** A Comissão manterá articulação permanente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, respeitando suas competências legais enquanto órgão deliberativo e de controle da política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

**Art. 13.** A Comissão deverá observar o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo de Nova Lacerda – MT, o Projeto Político-Pedagógico – PPP, o Regimento Interno do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo e os demais instrumentos de planejamento e organização do Sistema Municipal, respeitada a legislação vigente.

**Art. 14.** Os membros da Comissão deverão preservar o sigilo das informações pessoais e familiares às quais tenham acesso em razão de suas atividades, observando a legislação aplicável, especialmente as normas de proteção integral e de garantia dos direitos dos adolescentes.

**Art. 15.** A Comissão apresentará, anualmente, relatório de suas atividades, contendo as ações desenvolvidas, os encaminhamentos realizados, as dificuldades identificadas e as recomendações para o aperfeiçoamento da política municipal de atendimento socioeducativo.

Parágrafo único. O relatório poderá ser encaminhado à Secretaria Municipal responsável pela política de Assistência Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para conhecimento e providências pertinentes, respeitadas as competências de cada órgão.

**Art. 16º** Esta Resolução 010/2026 - CMDCA entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Lacerda – MT, 27 de outubro de 2026.

**SUELLY APARECIDA GALVÃO ALEIXO** Presidente do CMDCA

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**RESOLUÇÃO Nº 009/2026- CMDCA**

**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO E SOBRE O REGISTRO DO PROGRAMA NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE NOVA LACERDA–MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conforme a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Federal nº 12.594/2012 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e a legislação municipal pertinente;

CONSIDERANDO a competência do CMDCA para deliberar e exercer o controle das políticas públicas destinadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.046/2025, que aprovou o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto de Nova Lacerda–MT, para o período de 2025 a 2035;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar e regulamentar os procedimentos de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

CONSIDERANDO a apresentação e a análise dos documentos de organização e funcionamento do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA, registrada na Ata nº 089/2026, realizada em 27 de outubro de 2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar, no âmbito das competências do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, os seguintes instrumentos do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto de Nova Lacerda–MT:

**I – Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto;**

**II – Regimento Interno do Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto;**

**III – instrumentos e orientações para elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA);**

**IV – Diretrizes e fluxos de atendimento, encaminhamento e articulação da rede intersetorial;**

**V – Diretrizes para acompanhamento e execução das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);**

**VI – Diretrizes para articulação e identificação das instituições aptas a receber adolescentes para cumprimento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).**

**Art. 2º** Fica aprovado, para fins de registro no CMDCA, o Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto de Nova Lacerda–MT, destinado ao atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), condicionado ao cumprimento das exigências legais, técnicas e administrativas aplicáveis.

**Art. 3º** Fica atribuído ao Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto o seguinte número de registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:

**REGISTRO Nº 01/2026 – CMDCA/NOVA LACERDA–MT.**

Parágrafo único. O número de registro deverá ser lançado no livro, cadastro ou sistema próprio do CMDCA, com a identificação do Programa, do órgão responsável e da data da deliberação, mantendo-se arquivada a documentação correspondente.

**Art. 4º** O registro e a aprovação de que trata esta Resolução não dispensam a adoção das providências administrativas necessárias à definição da unidade responsável pela execução do serviço, à disponibilização de equipe técnica habilitada e à garantia das condições adequadas de atendimento, conforme a legislação vigente.

**Art. 5º** A execução do Programa deverá ocorrer de forma articulada com as políticas municipais de Assistência Social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura e demais integrantes da rede de proteção e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 6º** Compete ao órgão municipal responsável pela execução do Programa:

I – Implementar os instrumentos aprovados nesta Resolução;

II – Assegurar a elaboração e o acompanhamento dos Planos Individuais de Atendimento (PIA), nos termos legais;

III – Organizar os fluxos de atendimento e encaminhamento dos adolescentes e de suas famílias;

IV – Articular instituições para a execução da medida de Prestação de Serviços à Comunidade, observadas as exigências legais;

V – Promover a capacitação dos profissionais envolvidos e a articulação com a rede de proteção;

VI – Encaminhar ao CMDCA informações e relatórios sobre o funcionamento do Programa, para fins de acompanhamento e controle social.

**Art. 7º** Os documentos aprovados deverão permanecer arquivados junto ao CMDCA, integrando o processo administrativo de registro do Programa.

**Art. 8º** Esta Resolução 009/2026 - CMDCA entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Lacerda – MT, 27 de outubro de 2026.

**SUELLY APARECIDA GALVÃO ALEIXO** Presidente do CMDCA

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**
**PORTARIA Nº 24/2026**

**ALTERA O ART. 2º DA PORTARIA Nº 21/2025, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, Excelentíssimo Senhor Joventino Amadeu Dalabenetta, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 2º da Portaria nº 21/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 2º** Fica nomeado, a partir desta data, **VITOR GUILHERME SOUZA LIMA**, inscrito no CPF nº 064.260.541-60, para exercer a função de Fiscal Suplente de Contratos da Câmara Municipal de Nova Lacerda/MT."

**Art. 2º** Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais disposições da Portaria nº 21/2025 que não conflitarem com a presente alteração.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Câmara Municipal de Nova Lacerda-MT, 10 de novembro de 2026.

_____

**JOVENTINO AMADEU DALABENETTA**

Presidente

---

**ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS**
**EDITAL Nº 01/2026 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

**EDITAL Nº 01/2026**

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

**DISPÕE SOBRE O PROCESSO SELETIVO PARA SELEÇÃO DE DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE NOVA LACERDA-MT.**

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Nova Lacerda-MT, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES referentes ao Edital nº 01/2026, destinado à seleção de Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme relação abaixo:

**1. RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS**

| Nº | Unidade Escolar | Candidato(a) |
|---|---|---|
| 01 | Escola Municipal Getúlio Vargas | Katiane Martinez Spessoto |
| 02 | Escolas Municipais Rurais: Vale do Guaporé, Wentalusu e Terrantesu | Rosilda Freitas Feitosa |
| 03 | Escola Municipal 15 de Setembro | Adriano Viana |
| 04 | Centro de Educação Infantil Glória Maria Lopes de Carvalho | Lucimeire Ferreira Oliveira Moura |

**2. UNIDADE ESCOLAR SEM INSCRIÇÃO**

Registra-se que, para a Escola Municipal Jair Aparecido dos Santos, não houve candidatos inscritos no período estabelecido pelo Edital nº 01/2026.

**3. DISPOSIÇÕES FINAIS**

A presente homologação tem por finalidade dar publicidade à relação de inscrições recebidas para o Processo Seletivo de Diretores das Unidades Escolares do Município de Nova Lacerda-MT.

Os candidatos relacionados deverão observar as demais disposições, prazos e etapas estabelecidos no Edital nº 01/2026.

Nova Lacerda-MT, 10 de novembro de 2026.

_____ **Elen Patrícia Souza Rocha**

Secretária Municipal de Educação e Cultura

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO**

Edital nº 01/2026

| | |
|---|---|
| _____ **José Januário Junior** | |

| | |
|---|---|
| Presidente da Comissão | |
| **Laiz Luciele**<br>Membro da Comissão | **Maria Simoni**<br>Membro da Comissão |

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**CONTRATO Nº 102/2026**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA/MT.**

**CONTRATADA: ALCIENE MONTOANELLI ESTRATÉGIA TÉCNICA EM GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL LTDA.**

**Contratação de empresa especializada em prestação de assessoria de SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA OTIMIZAR PROCESSOS INTERNOS, APOIAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS, A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS E PRESTAÇÕES DE CONTAS E A EXECUÇÃO DAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** decorrente da Ata de Registro de Preços nº 024/2025.

| Item | Quant. | Valor mensal | Valor total |
|---|---|---|---|
| **01 - serviço de assessoria na área administrativa do tipo prestação de serviços de gerenciamento técnico, administrativo e financeiro** | 12 | R$ 9.125,69 | **R$ 109.508,28** |

**Valor anual: R$ 109.508,28 (cento e nove mil quinhentos e oito reais e vinte)**

**Vigencia: 06/11/2026 a 06/11/2027.**

Nova Lacerda/MT, 06 de novembro de 2026

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº 483/2026**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 102/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no Art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

**RESOLVE:**

**1 –** Designar o servidor **MARILENE AMANCIO DAMACENO,** brasileira, servidora pública, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-38, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato Nº **102/2026** exercendo atribuições dentre as quais:

- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 -** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 06 de outubro de 2026.

**AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO**

Prefeito Municipal

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 18/2026**

**AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 18/2026**

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 18/2026.

**ABERTURA:** 24 de novembro de 2026 ás 08:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:40 ás 08:00 horas;

OBJETO: Registro de preço para aquisição de materiais de Expedientes para atender as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda - MT.

**LOCAL**: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 10 de novembro de 2026.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**CONTRATO Nº 103/2026**

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA**

**CONTRATADA: CATIANE CARDOSO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

**Constitui objeto a prestação de SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA EM DIREITO AMBIENTAL, DESTINADOS A OFERECER SUPORTE JURÍDICO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO DE NOVA LACERDA/MT NO EXERCÍCIO DE SUAS COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, REGULATÓRIAS, FISCALIZATÓRIAS E DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, VISANDO À LEGALIDADE, À EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E À SEGURANÇA JURÍDICA DOS ATOS PRATICADOS.**

O contrato decorre da Inexigibilidade de Licitação nº 035/2026, Processo Administrativo nº 112/2026, com fundamento no art. 74, caput e inciso III, alíneas “b” e “c”.

O valor global do contrato é de **R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**, correspondente a 12 (doze) meses de serviços, no **valor mensal de R$ 10.000,00 (dez mil reais).**

A vigência inicial será de 12 (doze) meses, de **10/11/2026 a 10/**

**11/2027.**

**Nova Lacerda/MT, 10 de novembro de 2026.**

---

**PROCURADORIA JURÍDICA**
**PORTARIA Nº 484/2026**

**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 103/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no Art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

**RESOLVE:**

**1 –** Designar o servidor **DIPIETRA ARANTES DE OLIVEIRA,** brasileira, servidora pública no cargo de Diretora Técnica de Meio Ambiente inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-48, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato Nº 103/2026 exercendo atribuições dentre as quais:

- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**2** – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

**3 -** Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

**AIRTON JUSTINO DO NASCIMENTO**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000017/2026**

**Processo Adm: Nº 0000064/2026**

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (OLEO DIESEL COMUM), PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL NA CIDADE DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Empresas vencedoras valor total: R$ 2.373.000,00 (dois milhões e trezentos e setenta e três mil reais): **R.M. DE SOUZA** (11212448000195) com o lote: 1 no valor total de R$ 2.373.000,00 (dois milhões e trezentos e setenta e três mil reais).

NOVA MARILÂNDIA - MT, 10 de novembro de 2026

**KALINE ROCHA DA CRUZ**

CONDUTOR DE PROCESSOS

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**CONVOCAÇÃO DE CLASSIFICADA NO EDITAL Nº 002/2025 – DO PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE NOVA MARILÂNDIA – MT**

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVA MARILÂNDIA/MT, no uso da atribuição que lhe é conferido pela Lei Municipal Nº 664/2013, e a partir da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), TORNA PÚBLICO, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO MEMBRO CONSELHO TUTELAR:

CONSIDERANDO a desistência e renúncia das senhoras Andrea Alves de Lima e Vanessa Pires Moura ao cargo de conselheira tutelar datado do dia 10/11/2026;

**CONVOCA:**

**I -** Fica convocada a Sra. Ana Paula Figueiredo de Oliveira, portadora da Cédula de Identidade sob o Registro Geral - CPF nº 02x.xxx.xxx-06, para atuar no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município de Nova Marilândia - MT como titular do cargo, objetivando o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e atendimento aos direitos e interesses das crianças e adolescentes neste Município de Nova Marilândia –MT para comparecer junto a esse conselho no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação desse edital para o a fim de apresentar os documentos necessários e exigidos para a posse e nomeação de Conselheira Tutelar, observando-se o disposto neste ato instrumental convocatório, sob as penas da lei.

**II -** Fica convocada a Sra. Suely Candido Pereira, portadora da Cédula de Identidade sob o Registro Geral - CPF nº 07x.xxx.xxx-50, para atuar no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente deste Município de Nova Marilândia - MT como titular do cargo, objetivando o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e atendimento aos direitos e interesses das crianças e adolescentes neste Município de Nova Marilândia –MT para comparecer junto a esse conselho no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação desse edital para o a fim de apresentar os documentos necessários e exigidos para a posse e nomeação de Conselheira Tutelar, observando-se o disposto neste ato instrumental convocatório, sob as penas da lei.

**III -** A seguir a RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (original e cópia), a serem apresentados, necessários ao cadastramento de pessoal e obrigatório para a posse: Carteira de Identidade (RG) e CPF; Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado (a), cópia CPF do cônjuge); Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (pág. foto e verso); Cartão/número do PIS/PASEP; Certificado/diploma comprovando a escolaridade; Comprovante de endereço completo e atualizado; Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores (informar se é dependente de Imposto de Renda); Atestado de Capacidade Física expedido pelo médico do município; Atestado de Sanidade Mental expedido pela psicóloga do município; Autodeclaração étnico-racial; Autodeclaração de Bens e valores; Autodeclaração de que não exerce nenhum outro cargo público; Certidão de NADA CONSTA de Crimes Eleitorais; Certidão de Quitação Eleitoral; Certidão de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal do município de Nova Marilândia; Dados bancários de conta corrente do contratado para portabilidade; Dados de e-mail e contato telefônico.

**IV -** O não comparecimento dentro do prazo implicará na desistência de sua classificação ao cargo de conselheira tutelar conforme edital de n.º 002/2025 da eleição do conselho tutelar;

Registre-se, Publique-se E Cumpra-se.

Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, aos 10 (dez) dias do mês de novembro de 2026.

_____

Andréia Nunes Veloso

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Ado-

lescente de Nova Marilândia

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**EXTRATO ENCERRAMENTO CONTRATO DE PESSOAL Nº 038/2024**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia – MT.

**CONTRATADO**: **CRISTIANE BARBOSA**

**OBJETIVO**: O presente termo tem por objeto a rescisão consensual do contrato administrativo por excepcional interesse público por conveniência da parte contratada e contratante, celebrado em **01/04/2024.** Justifica-se o presente por não haver mais interesse do contratante e contratado em manterem a relação contratual.

**DATA ENCERRAMENTO:** 10/11/2026.

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 306/2026**

**EMENTA:** CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA – MT, CONFORME DESCRITO (A) ABAIXO.

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 725/2016 DE 14/03/2016;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** – Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal conforme descrito abaixo, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade com a Lei municipal Nº 725/2016, de 14 de março de 2016.

| NOME DO SERVIDOR (A) | LOTAÇÃO | CARGO | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|
| MARCOS AUGUSTO ZOROMARA | SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE | OPERADOR DE MÁQUINA – TRATOR PNEU | 11/11/2026 à 10/12/2026 RETORNO DIA 11/12/2026 (30 DIAS) |

**Art. 2º** – Conceder 20 (vinte) dias de férias e converter 10 (dez) dias em pecúnia ao Servidor Público Municipal conforme descrito abaixo, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade com a Lei municipal Nº 725/2016, de 14 de março de 2016.

| NOME DO SERVIDOR (A) | LOTAÇÃO | CARGO | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|
| HILDETE RODRIGUES RAMALHO | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | TECNICO EM ENFERMAGEM | 11/11/2026 à 30/11/2026 RETORNO DIA 01/12/2026 (20 DIAS) |

**Art. 3º** – Conceder 10 (dez) dias de férias e converter 10 (dez) dias em pecúnia ao Servidor Público Municipal conforme descrito abaixo, atendendo a requerimento de FÉRIAS que têm direito, em conformidade com a Lei municipal Nº 725/2016, de 14 de março de 2016.

| NOME DO SERVIDOR (A) | LOTAÇÃO | CARGO | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|
| JHON KLEITON NATAL GONÇALVES | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO | SECRETÁRIO MUNICIPAL | 12/11/2026 à 21/11/2026 RETORNO DIA 22/11/2026 (10 DIAS) |

**Parágrafo único** – Ao término do período concedido neste ato o (a) servidor (a) retornará às atividades concernentes ao seu cargo junto à sua Secretaria, neste município de Nova Marilândia – MT.

**Art. 4º** – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Paço Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis – 10/11/2026.

**JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO**
Prefeito de Nova Marilândia – MT

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**ATA N° 012/2026 CMDCA - NM – MT**

**ATA Nº 012/2026**

Ao décimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte seis – 10/11/2026, reuniram-se na sala dos conselhos situada na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia-MT, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. A membro deste conselho senhora Vanessa Taques da Silva, agradeceu a presença de todos, em seguida fizemos um agradecimento a Deus, com a oração do Pai Nosso. Em seguida passamos a palavra para a Presidente do conselho senhora Andréia Nunes Veloso, e

em seguida informou que após Convocação de Classificada no Edital nº 002/2025 do Processo de Escolha para Membros do Conselho Tutelar publicado em vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e seis 27/10/2026, a convocada srª Andrea Alves de Lima, apresentou declaração de desistência e renúncia ao cargo aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis 09/11/2026, a Srª Vanessa Pires Moura apresentou declaração de desistência e renúncia ao cargo aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis 10/11/2026. Na oportunidade, ficam convocadas as próximas suplentes, a srª Ana Paula Figueiredo de Oliveira, inscrita no RG-CPF nº 02x.xxx.xxx-06, e a srª Suely Candido Pereira inscrita no RG-CPF nº 07x.xxx.xxx-50, através da publicação da convocação de classificada no edital nº 002/2025 – do processo de escolha para membros do conselho tutelar de Nova Marilândia – MT.

Nada mais havendo a se tratar a reunião se dará por encerrada, a Senhora Vanessa Taques da Silva fez o seu agradecimento a todos e ela lavrou a presente ata que após lida e aprovada segue assinada por mim e todos os presentes.

| Dados de Aprovação da Ata Nº 06-2026 | | | |
|---|---|---|---|
| Conselheiro (a) | Seguimento | Aprovo Sim ou Não | Rubrica |
| Andréia Nunes Veloso | Sec. Assistência social (Presidente) | SIM | |
| Vanessa Taques da Silva | Sec. Assistência social (Supl.) | SIM | |
| Crestiano Soares de Arruda | Sec. Infraestrutura (Tit.) | SIM | |
| Gracione Alírio Gonçalves | SCFV (Supl.) | SIM | |

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

### LICITAÇÃO
### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 424/2025 ADESÃO 006//2026

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT.**

**VALOR DO ADITIVO: O aditivo possui valor total de R$ 24.908,00 (vinte e quatro mil e novecentos e oito reais)**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT - CNPJ Nº 37.464.831/0001-24

**CONTRATADO: OLMI INFORMATICA LTDA,** CNPJ: **00.789.321/0001-17**

**FISCAL**: **DIENE DE SOUZA SILVA CAMPOS**

**FISCAL SUPLENTE: YGOR FERNANDO DA COSTA KOLOGI**

---

### PROCURADORIA JURÍDICA
### DECRETO N°.024 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

**“Revoga o Decreto Municipal nº 017, de 07 de junho de 2022, que dispõe sobre a instituição do parcelamento da tarifa de água do Município de Nova Maringá-MT, e dá outras providências.”**

**ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**, Prefeita Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualização e adequação dos procedimentos administrativos relativos à cobrança das tarifas de água no âmbito municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de revisão das disposições regulamentares estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 017, de 07 de junho de 2022;

**CONSIDERANDO** o interesse público na organização e uniformização dos procedimentos administrativos relacionados à arrecadação das receitas municipais;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica expressamente revogado, em sua integralidade, o Decreto Municipal nº 017, de 07 de junho de 2022, que dispõe sobre a instituição do parcelamento da tarifa de água do Município de Nova Maringá-MT.

**Art. 2º** Os parcelamentos formalizados anteriormente à publicação deste Decreto permanecerão válidos, devendo ser cumpridos integralmente nas condições originalmente pactuadas, até a respectiva quitação, observada a legislação aplicável.

**Art. 3º** Ficam revogadas todas as disposições regulamentares em contrário.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Maringá-MT, 10 de novembro de 2026.

**ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE**

Prefeita Municipal

---

### LICITAÇÃO
### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 025/2026. REGISTRO DE PREÇOS.

O Município de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria n.º 233/2026/GAPRE, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 025/2026 - REGISTRO DE PREÇOS – MENOR PREÇO POR ITEM.**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA MARINGÁ/MT,** conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital.

***DO RECEBIMENTO**: Inicia dia **12/11/2026 AS 15hs00min.**

***DO ENCERRAMENTO DE RECEBIMENTO**: **26/11/2026 AS 09hs00min.**

***ABERTURA DAS PROPOSTAS**: **26/11/2026 AS 09hs30min.**

***INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**: **26/11/2026 AS 10hs00min.**

**OBS: HORARIO OFICIAL DE BRASÍLIA.**

Endereço eletrônico: Este pregão será regido pela plataforma da BLL (**www.bll.org.br**) e pela Lei Federal 14.133/2021, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

**INFORMAÇÕES:** O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT no site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia, plataforma da BLL https://bll.org.br/. Informações pelo telefone (66) 98157-0021 ou através de solicitação pelo e-mail: licitacao@novamaringa.mt.gov.br.

Nova Maringá – MT, 10 de novembro de 2026.

**EMILY R. BUCHS**

Pregoeira/Port. 233/2026

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 053/2026**

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através do Agente de Contratação e Equipe de apoio, designada pela portaria 232/2026torna publico o aviso da Dispensa de Licitação N°053/2026, para dar amplo conhecimento aos futuros interessados em participar do presente processo. Assim se cumpre o disposto no art. 75 paragrafo terceiro da Lei 14.133/2021, tendo como Objeto: **AQUISIÇÃO DE MARCADORES PARA QUADRO BRANCO E REFIS DE TINTA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA MARINGÁ – MT,** a empresa **DAF SOLUÇÃO EM MAQUINAS LTDA** com **CNPJ 26.128.419/0001-17,** que até o momento apresentou a menor proposta. O processo referente à licitação acima, encontra- se a disposição dos interessados na sala da licitação da Prefeitura, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, neste Município de Nova Maringá, de segunda a sexta no horário de atendimento ao público e no site https://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia/

Nova Maringá - MT, 10 de novembro de 2026.

**DEIBSON CLEI DE CAMPOS**

Agente de Contratação

---

**LICITAÇÃO**
**ERRATA DO EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 001/2025**

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT torna pública a presente ERRATA referente ao Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 173/2025.

**ONDE SE LÊ:** Fica prorrogado por mais 04 (quatro) meses o Contrato nº 173/2025, com início em 10 de novembro de 2026 e término em 09 de março de 2027.

**LEIA-SE:** Fica prorrogado por mais 02 (dois) meses o Contrato nº 173/2025, com início em 10 de novembro de 2026 e término em 09 de janeiro de 2027.

Permanecem inalteradas as demais informações constantes no extrato original.

---

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 024/2026**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD NA AGROESTRADA BOA SORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA – MT, ATENDENDO AO CONVENIO 0656-2026.**

Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada pela Pregoeira e Comissão de Apoio, resolvo **ADJUDICAR** a EMPRESA VENCEDORA: **CONSTRUMAIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o **54.968.146/0001-54**. ITENS: 02 e 03. **VALOR TOTAL R$ 112.187,64** (cento e doze mil e cento e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

**ITEM DESERTO:** 01.

**ITENS FRACASSADOS:** 04, 05, 06 e 07.

Nova Maringá-MT, 10 de novembro de 2026.

**ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE -** Prefeita Municipal

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO 024/2026.**

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela Portaria n. º 234/2026/GAPRE, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO ELETRONICO 024/2026** menor preço por Item, cujo Objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD NA AGROESTRADA BOA SORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA – MT, ATENDENDO AO CONVENIO 0656-2026**, a ser regido pela Lei federal nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores.

EMPRESA VENCEDORA: **CONSTRUMAIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o **54.968.146/0001-54**. ITENS: 02 e 03. **VALOR TOTAL R$ 112.187,64** (cento e doze mil e cento e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

**ITEM DESERTO:** 01.

**ITENS FRACASSADOS:** 04, 05, 06 e 07.

Nova Maringá-MT, 10 de novembro de 2026.

**ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA -** Pregoeira/Port. 234/2026

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2026- PREGÃO ELETRONICO 024/2026-SRP**

**ÓRGÃO GERENCIADO**: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

FORNECEDOR**: CONSTRUMAIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA** - CNPJ: **54.968.146/0001-54**

VIGÊNCIA: 10/11/2026 A 10/11/2027

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD NA AGROESTRADA BOA SORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA – MT, ATENDENDO AO CONVENIO 0656-2026.** ITENS: 02 e 03. **VALOR TOTAL R$ 112.187,64** (cento e doze mil e cento e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

FISCAL DE ATA: **GESSICA R. LEITE VENANCIO GONCALVES**

FISCAL DE ATA SUPLENTE: **YGOR F. DA COSTA KOLOGI**

---

**LICITAÇÃO**
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 024/2026.**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD NA AGROESTRADA BOA SORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA – MT, ATENDENDO AO CONVENIO 0656-2026.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante

do resultado apresentado pela Pregoeira e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 14.133/21, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 005/2024 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

EMPRESA VENCEDORA: **CONSTRUMAIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o **54.968.146/0001-54**. ITENS: 02 e 03. **VALOR TOTAL R$ 112.187,64** (cento e doze mil e cento e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

**ITEM DESERTO:** 01.

**ITENS FRACASSADOS:** 04, 05, 06 e 07.

Nova Maringá-MT, 10 de novembro de 2026.

**ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE -** Prefeita Municipal

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE RENOVAÇAO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2025 - PREGÃO ELETRONICO 026/2025**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.**

**OBJETIVO DO ADITIVO:** Fica alterada à Cláusula Segunda – Da Validade da Ata: Renovando os itens registrados e o prazo de vigência do dia **12/11/2026 ao 11/11/2027**.

**ÓRGÃO GERENCIADO**: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

**EMPRESA: AUTO POSTO TIBIRISSA NOVA MARINGA LTDA** , CNPJ: **09.675.468/0001-50**

LOTE: 01 - **VALOR TOTAI R$ 212.700,00 (DUZENTOS E DOZE MIL E SETECENTOS REAIS)**

**FISCAL DE ATA: CRISTIANE MARIA DE JESUS**

**SUPLENTE: DEIBSON CLEI DE CAMPOS**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DE RENOVAÇAO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2025 - PREGÃO ELETRONICO 026/2025**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.**

**OBJETIVO DO ADITIVO:** Fica alterada à Cláusula Segunda – Da Validade da Ata: Renovando os itens registrados e o prazo de vigência do dia **12/11/2026 ao 11/11/2027**.

**ÓRGÃO GERENCIADO**: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

**EMPRESA: KIRST COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA** , CNPJ: **00.445.400/0001-00**

LOTE: 02 - **VALOR TOTAI R$ 165.100,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL E CEM REAIS)**

**FISCAL DE ATA: CRISTIANE MARIA DE JESUS**

**SUPLENTE: DEIBSON CLEI DE CAMPOS**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

**PORTARIA N.º 221, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**SÚMULA:** Nomeia fiscais Administrativos para o Contrato nº 043/2026;

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS** Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em seu art. 117, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativo para do Contrato nº 043/2026 celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e a empresa **DC PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA CNPJ: 07.339.326/0001-97.**

**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11141/2026**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS DECORATIVAS E CENOGRÁFICAS, INCLUINDO LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E REVITALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS UTILIZADOS NOS EVENTOS OFICIAIS NATALINOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.**

**FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

**FISCAL:** ANGELA SCHEDLER CITADIN CHICOTE

**CARGO:** ASSESSORA DE PLANEJAMENTO

**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO

**MATRICULA:** 3150

**SUPLENTE:** JOEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS

**CARGO:** GERENTE DE DEPARTAMENTO

**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**MATRICULA:** 3089

**Art. 2º -** A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde / MT, 10 de novembro de 2026.

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

**TERMO DE COMPROMISSO**

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal para o Contrato nº 043/2026 referente ao Processo Administrativo nº 11141/2026, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde / MT, 10 de novembro de 2026.

ANGELA SCHEDLER CITADIN CHICOTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

**LICITACAO**
**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº. 32/2026**

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRONICO Nº. 32/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 8578/2026

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA, SOBRE RODAS, NOVA DE FÁBRICA, ZERO HORA, CABINE COM CERTIFICAÇÃO ROPS E FOPS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 993588/2026, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.**

A Pregoeira Oficial do Município de Nova Monte Verde-MT, nomeada através da Portaria nº. 150/2025 de 04 de agosto de 2025, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº. 32/2026 sagra-se vencedora do Certame Licitatório realizado no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br no dia 25 de setembro de 2026, às 08:00 horas a seguinte:

***EMPRESA:***

Ø **RACINE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **28.265.622/0004-03**, no valor de **R$ 422.600,00** (quatrocentos e vinte e dois mil e seiscentos reais).

Compromissos estes assumidos para os serviços a serem fornecidos, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 10 de novembro de 2026.

***POLIANA ALVES DEON***

Agente de Contratação

Portaria nº. 150/2025

*Publique-se.*

**LEI MUNICIPAL Nº 1.388, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**CNPJ: 37.465.556/0001-63.**

LEI MUNICIPAL Nº 1.388, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

# LOA 2027

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE - MT

*Av. Mato Grosso, nº51, Centro, Paço Municipal*
*CEP:78.593-000  Fone: (66) 3597-2800 / Fax: (66) 3597-2811*
*Email: prefeitura@novamonteverde.mt.gov.br*
*www.novamonteverde.mt.gov.br*

**MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**CNPJ: 37.465.556/0001-63.**

**LEI Nº 1.388, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município para o exercício financeiro de 2027.

A Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, por seus representantes, aprova e o Prefeito do Município, conforme disposto na Lei Orgânica Municipal, conjugado com o disposto nos artigos 165 e 166 da Constituição Federal, sanciona a seguinte Lei;

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Seção Única**

**Do Valor Global do Orçamento para 2027**

Art. 1º Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2027, no montante de R$ **106.575.000,00** (Cento e seis Milhões, quinhentos e setenta e cinco reais) e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165 § 5˚ da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

**I -** Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta;

**II -** Orçamento da Seguridade Social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos responsáveis pela saúde, previdência e assistência social.

§ 1º Os valores constantes desta Lei e de seus anexos estão expressos em reais e a preços de junho de 2026.

§ 2º A execução desta Lei observará as metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) para o período de 2026-2029 e sua revisão para 2027, bem como as diretrizes contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício

de 2027, em consonância com as normas de finanças públicas estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.

**Seção I**

**Da Estimativa da Receita**

Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R$ **106.575.000,00** (Cento e seis Milhões, quinhentos e setenta e cinco reais), assim destinada:

**I -** Orçamento Fiscal R$ 89.397.000,00;

**II -** Orçamento da Seguridade Social R$ 17.178.000,00, onde:

§ 1º As projeções de receitas foram elaboradas com base em metodologias e memórias de cálculo constantes no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027.

§ 2º Em caso de frustração da receita estimada, o Poder Executivo deverá adotar medidas de contingenciamento de despesas, nos termos e limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, priorizando a manutenção dos serviços essenciais.

Art. 3º As receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, que decorrerão da arrecadação de tributos, contribuições, de outras receitas correntes, de capital, e de transferências constitucionais e legais previstas na legislação vigente e discriminadas em anexos que integram esta Lei, são estimadas com o seguinte desdobramento:

| | |
|---|---|
| I - RECEITAS CORRENTES..... | R$ **91.865.000,00** |
| a) Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria..... | R$ 10.329.569,00 |

| | | |
|---|---|---|
| b) Receita de Contribuições..... | R$ | 3.349.615,00 |
| c) Receita Patrimonial..... | R$ | 797.000,00 |
| d) Receita Industrial..... | R$ | 0,00 |
| e) Receita de Serviços..... | R$ | 0,00 |
| f) Transferências Correntes..... | R$ | 87.520.570,00 |
| g) Outras Receitas Correntes..... | R$ | 571.000,00 |
| h) (-) Deduções Legais de Receitas..... | R$ | 10.702.754,00 |
| i) Total das Receitas Correntes..... | R$ | **91.865.000,00** |
| II - RECEITAS DE CAPITAL..... | R$ | 10.436.000,00 |
| a) Operações de Crédito..... | R$ | |
| b) Alienação de Bens..... | R$ | |
| c) Transferências de Capital..... | R$ | 10.436.000,00 |
| III - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS..... | R$ | 4.274.000,00 |
| a) Receitas Correntes Intraorçamentárias..... | R$ | 4.274.000,00 |
| b) Receitas de Capital Intraorçamentárias..... | R$ | |
| IV - RECEITA TOTAL..... | R$ | **106.575.000,00** |

§ 1º As receitas estimadas no orçamento e discriminadas de forma consolidada neste artigo, estão detalhadas no Anexo 02, pela natureza, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º As fontes/destinação de recursos estão indicadas nos anexos desta Lei.

**Seção II**

**Da Fixação da Despesa**

Art. 4º A Despesa total é fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em R$ **106.575.000,00** e desdobrada, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em:

I - Orçamento Fiscal R$ **70.708.596,00**;

a) R$ **3.810.000,00** compreende despesas do Poder Legislativo;
b) R$ **66.898.596** corresponde às despesas do Poder Executivo.

II - Orçamento da Seguridade Social R$ **35.866.404,00**, com o seguinte detalhamento:

a) R$ 24.435.335,00 compreende despesas com saúde;
b) R$ 4.899.069,00 são despesas com assistência social;
c) R$ 6.532.000,00 corresponde às despesas do Regime Próprio de Previdência Social.

Parágrafo único. Do montante das despesas fixadas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do caput deste artigo R$ **2.802.000** serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal, consoante art. 195, § 2º da Constituição Federal.

**Seção III**

**Da Distribuição da Despesa por Função, Órgãos e Categorias Econômicas.**

Art. 5º A despesa total fixada por funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais dos Poderes e Órgãos, está detalhada nos Anexos 06 a 09, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica, individualizada por órgão, no Anexo 02 e consolidadas no Resumo da Natureza da Despesa no Anexo 01, conforme discriminação abaixo:

| | |
|---|---|
| I - DESPESAS CORRENTES..... | R$ **84.444.340,00** |
| a) Pessoal e Encargos Sociais..... | R$ 39.234.800,00 |
| b) Juros e Encargos de Dívida..... | R$ 372.000,00 |
| c) Outras Despesas Correntes..... | R$ 44.837.540,00 |
| II - DESPESAS DE CAPITAL..... | R$ **19.280.660,00** |
| a) Investimentos..... | R$ 18.764.660,00 |

b) Inversões Financeiras..... R$
c) Amortização de Dívida..... R$ 516.000,00

III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA..... R$ **2.850.000,00**

IV - TOTAL DA DESPESA..... R$ **106.575.000,00**

**Seção IV**

**Dos Anexos de Compatibilidade e de Compensação**

Art. 7º Para atender a Lei de Diretrizes Orçamentárias, também integra a presente Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Compatibilidade da Programação com as Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Demonstrativo de estimativa da Compensação da Renúncia de Receita decorrente de anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, estabelecido pelo § 6º do art. 165 da Constituição da República.

CAPÍTULO III

DAS AUTORIZAÇÕES E CRÉDITOS ADICIONAIS

**Seção Única**

**Dos Créditos Adicionais Suplementares e Autorizações**

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2027, mediante decreto:

I - a abrir créditos adicionais suplementares utilizando como recurso a anulação parcial ou total de dotação, até o limite correspondente a 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na presente Lei, nos termos do § 8º do art. 165 da Constituição da República e dos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para atender insuficiência de dotações estabelecidas nesta Lei e em créditos adicionais;

II - a abrir créditos adicionais suplementares utilizando recursos de superávit financeiro, até o limite do valor do superávit apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

III - a abrir créditos adicionais suplementares, com recursos de excesso de arrecadação, até o limite do valor do excesso apurado, individualizado por fontes de recursos, observada a vinculação de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

IV - a reabrir os créditos especiais e extraordinários abertos no último quadrimestre do exercício financeiro de 2026, cujos saldos não tenham sido utilizados, incorporando-os ao orçamento de 2027, nos termos do art. 167, § 2º, da Constituição da República.

§ 1º As inclusões e alterações de fontes de recursos e modalidades de aplicação, que não gerem acréscimo no valor das ações orçamentárias inicialmente contempladas nesta Lei e seus créditos adicionais, serão feitas mediante decreto.

§ 2º Havendo mudanças na codificação das fontes/destinação de recursos determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso e/ou pela Secretaria do Tesouro Nacional, deverão ser atualizados, por decreto, nos anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2027.

§ 3º Fica autorizada a abertura de crédito adicional para utilização do saldo da conta do Fundeb do exercício anterior, para atendimento ao art. 25, § 3º da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 9. Não será onerado o limite autorizado no art. 8, quando o crédito se destinar:

I - atender insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de dotações de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II – atender ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

III - atender a despesas financeiras com recursos vinculados a operações de crédito e convênios.

CAPÍTULO IV

DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Seção Única**

**Da Autorização para Realizar Operações de Crédito**

Art. 10. O Poder Executivo fica autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para investimentos, modernização administrativa e tributária, consoante disposições do § 8º do art. 165 da Constituição da República e do inciso II do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000, de Resoluções do Senado Federal e disposições da legislação pertinente.

§ 1º A Lei específica que autorizar a operação de crédito poderá reestimar a receita de capital de operações de crédito, prevista no orçamento.

§ 2º Na autorização estabelecida no caput deste artigo, inclui-se Operação de Crédito por Antecipação de Receita – ARO, cumpridas as exigências estabelecidas no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Seção Única**

**Das Disposições Gerais**

Art. 11. A utilização de dotações com recursos vinculados às transferências voluntárias, por meio de convênios e contratos de repasse, ou custeadas por operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos respectivos.

Art. 12. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, adotará parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar a realização de despesas à efetiva arrecadação das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.

Art. 13. Poderão ser designadas como unidades gestoras de créditos orçamentários, por ato do Chefe do Executivo, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações consignadas às unidades orçamentárias, conforme disposições do parágrafo único do art. 14 e do art. 66 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 14. Os compromissos assumidos pelas unidades orçamentárias e fundos, deverão se limitar aos recursos orçamentários disponibilizados, priorizando à aplicação em despesas obrigatórias de natureza continuada.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos vigoram a partir de 1º de janeiro de 2027.

Nova Monte Verde, 10 de novembro de 2026.

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**
Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

### EXERCICIO 2027

### Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

R$ 1,00

| Receita | Valor da receita | Valor dedução | Total | Despesa | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas correntes** | | | **91.865.000,00** | Administração | 7.601.130,00 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 10.329.569,00 | 131.000,00 | 10.198.569,00 | Agricultura | 2.486.000,00 |
| Contribuições | 3.349.615,00 | | 3.349.615,00 | Assistência social | 4.899.069,00 |
| Receita Patrimonial | 797.000,00 | | 797.000,00 | Comércio e serviços | 25.000,00 |
| Transferências Correntes | 87.520.570,00 | 10.571.754,00 | 76.948.816,00 | Cultura | 2.044.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 571.000,00 | | 571.000,00 | Desporto e lazer | 1.149.000,00 |
| **Receitas de capital** | | | **10.436.000,00** | Educação | 27.903.665,00 |
| Transferências de Capital | 10.436.000,00 | | 10.436.000,00 | Encargos especiais | 927.000,00 |
| **Receitas correntes intraorçamentárias** | | | **4.274.000,00** | Essencial a justiça | 578.000,00 |
| Contribuições - Intra OFSS | 4.274.000,00 | | 4.274.000,00 | Gestão ambiental | 155.000,00 |
| | | | | Habitação | 20.000,00 |
| | | | | Legislativa | 3.810.000,00 |
| | | | | Organização agrária | 12.000,00 |
| | | | | Previdência social | 3.730.000,00 |
| | | | | Reserva de contingência ou reserva legal do rpps | 2.850.000,00 |
| | | | | Saneamento | 665.000,00 |
| | | | | Saúde | 24.435.335,00 |
| | | | | Segurança pública | 37.000,00 |
| | | | | Trabalho | 682.520,00 |
| | | | | Transporte | 7.646.150,00 |
| | | | | Urbanismo | 14.919.131,00 |
| | **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS:** | | **0,00** | **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** | **0,00** |
| | **PREV. TRANSF. PATRONAIS RECEBIDAS:** | | **0,00** | **PREV. TRANSF. PATRONAIS CONCEDIDAS:** | **0,00** |
| | **TOTAL:** | | **106.575.000,00** | **TOTAL:** | **106.575.000,00** |
| | **TOTAL GERAL:** | | **106.575.000,00** | **TOTAL GERAL:** | **106.575.000,00** |

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO**

**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador CRC 012883/O2

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO
Secretário de Administração

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 1 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo II à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

| Receita | Valor da receita | Valor dedução | Total | Despesa | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas correntes** | | | **91.865.000,00** | **Despesas correntes** | **84.444.340,00** |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 10.329.569,00 | 131.000,00 | 10.198.569,00 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | 39.234.800,00 |
| Contribuições | 3.349.615,00 | | 3.349.615,00 | Juros e Encargos da Dívida | 372.000,00 |
| Receita Patrimonial | 797.000,00 | | 797.000,00 | Outras Despesas Correntes | 44.837.540,00 |
| Transferências Correntes | 87.520.570,00 | 10.571.754,00 | 76.948.816,00 | **Despesas de capital** | **19.280.660,00** |
| Outras Receitas Correntes | 571.000,00 | | 571.000,00 | Amortização da Dívida | 516.000,00 |
| **Receitas de capital** | | | **10.436.000,00** | Investimentos | 18.764.660,00 |
| Transferências de Capital | 10.436.000,00 | | 10.436.000,00 | **Reserva de Contingência** | **2.850.000,00** |
| **Receitas correntes intraorçamentárias** | | | **4.274.000,00** | Reserva de contingência | 2.850.000,00 |
| Contribuições - Intra OFSS | 4.274.000,00 | | 4.274.000,00 | | |

**RESUMO - COM TRANSFERÊNCIAS**

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS:** | **0,00** | **RECEITAS CORRENTES:** | **91.865.000,00** | **DESPESAS CORRENTES:** | **84.444.340,00** |
| **PREV. TRANSF. PATRONAIS RECEBIDAS:** | **0,00** | **RECEITAS DE CAPITAL:** | **10.436.000,00** | **DESPESAS DE CAPITAL:** | **19.280.660,00** |
| **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** | **0,00** | **RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS:** | **4.274.000,00** | **RESERVA DE CONTINGÊNCIA:** | **2.850.000,00** |
| **PREV. TRANSF. PATRONAIS CONCEDIDAS:** | **0,00** | **RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS:** | **0,00** | **RESERVA DO RPPS:** | **0,00** |
| | | **TOTAL:** | **106.575.000,00** | **TOTAL:** | **106.575.000,00** |
| | | **TOTAL GERAL:** | **106.575.000,00** | | |

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador CRC 012883/O2

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 1 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO
Secretário de Administração

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo **III** à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

| Código | Especificação | Desdobramento | Fonte | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Receitas Correntes | | | 91.865.000,00 |
| 1.1 | Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | 10.198.569,00 | |
| 1.1.1 | Impostos | | | |
| 1.1.1.2 | Impostos sobre o Patrimônio | | | |
| 1.1.1.2.50 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana | | | |
| 1.1.1.2.50.0 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana | | | |
| 1.1.1.2.50.0.1 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal | 760.000,00 | | |
| 1.1.1.2.50.0.1 | Dedução: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal | -100.000,00 | | |
| 1.1.1.2.50.0.2 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora | 1.069,00 | | |
| 1.1.1.2.50.0.3 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa | 200.000,00 | | |
| 1.1.1.2.50.0.4 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 38.000,00 | | |
| 1.1.1.2.50.0.4 | Dedução: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | -2.000,00 | | |
| 1.1.1.2.53 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis | | | |
| 1.1.1.2.53.0 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis | | | |
| 1.1.1.2.53.0.1 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal | 2.400.000,00 | | |
| 1.1.1.2.53.0.2 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros de Mora | 5.000,00 | | |
| 1.1.1.2.53.0.3 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa | 1.000,00 | | |
| 1.1.1.2.53.0.4 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 1.000,00 | | |
| 1.1.1.3 | Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza | | | |
| 1.1.1.3.03 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte | | | |
| 1.1.1.3.03.1 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho | | | |
| 1.1.1.3.03.1.1 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal | 1.200.000,00 | | |
| 1.1.1.3.03.4 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos | | | |
| 1.1.1.3.03.4.1 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal | 1.523.500,00 | | |
| 1.1.1.4 | Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços | | | |
| 1.1.1.4.51 | Impostos sobre Serviços | | | |
| 1.1.1.4.51.1 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza | | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo **III** à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1.1.1.4.51.1.1 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal | 2.799.000,00 | |
| 1.1.1.4.51.1.1 | Dedução: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal | -1.000,00 | |
| 1.1.1.4.51.1.2 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora | 15.000,00 | |
| 1.1.1.4.51.1.3 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa | 10.000,00 | |
| 1.1.1.4.51.1.4 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 25.000,00 | |
| 1.1.1.4.51.1.4 | Dedução: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | -5.000,00 | |
| 1.1.2 | Taxas | | |
| 1.1.2.1 | Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | | |
| 1.1.2.1.01 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização | | |
| 1.1.2.1.01.0 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização | | |
| 1.1.2.1.01.0.1 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal | 596.000,00 | |
| 1.1.2.1.01.0.1 | Dedução: Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal | -1.000,00 | |
| 1.1.2.1.01.0.2 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora | 6.000,00 | |
| 1.1.2.1.01.0.3 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa | 30.000,00 | |
| 1.1.2.1.01.0.4 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 9.000,00 | |
| 1.1.2.1.01.0.4 | Dedução: Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | -1.000,00 | |
| 1.1.2.2 | Taxas pela Prestação de Serviços | | |
| 1.1.2.2.01 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral | | |
| 1.1.2.2.01.0 | Taxas pela Prestação de Serviços | | |
| 1.1.2.2.01.0.1 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal | 480.000,00 | |
| 1.1.2.2.01.0.1 | Dedução: Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal | -20.000,00 | |
| 1.1.2.2.01.0.2 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora | 15.000,00 | |
| 1.1.2.2.01.0.3 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa | 60.000,00 | |
| 1.1.2.2.01.0.4 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 24.000,00 | |
| 1.1.2.2.01.0.4 | Dedução: Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | -1.000,00 | |
| 1.2 | Contribuições | | 3.349.615,00 |
| 1.2.1 | Contribuições Sociais | | |
| 1.2.1.5 | Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social | | |
| 1.2.1.5.01 | Contribuição do Servidor Civil | | |
| 1.2.1.5.01.1 | Contribuição do Servidor Civil Ativo | | |
| 1.2.1.5.01.1.1 | Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal | 1.730.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo III à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1.2.1.5.01.2 | Contribuição do Servidor Civil Inativo | | |
| 1.2.1.5.01.2.1 | Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal | 5.000,00 | |
| 1.2.4 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | | |
| 1.2.4.1 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | | |
| 1.2.4.1.50 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | | |
| 1.2.4.1.50.0 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | | |
| 1.2.4.1.50.0.1 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal | 1.614.615,00 | |
| 1.3 | Receita Patrimonial | | 797.000,00 |
| 1.3.2 | Valores Mobiliários | | |
| 1.3.2.1 | Juros e Correções Monetárias | | |
| 1.3.2.1.04 | Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS | | |
| 1.3.2.1.04.0 | Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS | | |
| 1.3.2.1.04.0.1 | Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal | 40.000,00 | |
| 1.3.2.1.05 | Juros de Títulos de Renda | | |
| 1.3.2.1.05.0 | Juros de Títulos de Renda | | |
| 1.3.2.1.05.0.1 | Juros de Títulos de Renda - Principal | | |
| 1.3.2.1.05.0.1.01 | RENDIMENTOS DA FONTE 15000000000 | 301.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.02 | RENDIMENTOS FONTE 17110000804 - LEI 176-2020 | 3.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.03 | RENDIMENTOS FONTE 17500000000-CIDE | 1.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.04 | RENDIMENTOS FONTE 17510000000-ILUMINACAO PUBLICA | 100.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.06 | RENDIMENTOS FONTE 17080000000-CFEM | 1.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.08 | RENDIMENTOS FONTE 15001001000 - EDUCAÇÃO | 15.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.11 | RENDIMENTOS FONTE 15760000000 - EDUCAÇÃO | 8.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.12 | RENDIMENTOS FONTE 15401070000 - EDUCAÇÃO | 60.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.13 | RENDIMENTOS FONTE 15500000000 - EDUCAÇÃO | 11.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.14 | RENDIMENTOS FONTE 15690000000 - EDUCAÇÃO | 10.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.15 | RENDIMENTOS FONTE 15520000000 PNAE - EDUCAÇÃO | 2.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.16 | RENDIMENTOS FONTE 15001002000 - SAÚDE | 8.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.17 | RENDIMENTOS FONTE 16600000000 -TRANSFERENCIAS DO FNAS | 3.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.18 | RENDIMENTOS FONTE 1661000000 - TRANSFERENCIAS DO FEAS | 1.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.20 | RENDIMENTOS FONTE 16690000000 - DEMAIS PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL | 1.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo III à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1.3.2.1.05.0.1.21 | RENDIMENTOS FONTE 16210000000 - SAÚDE | 16.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.23 | RENDIMENTOS FONTE 16320000000 - SAÚDE | 5.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.25 | RENDIMENTOS FONTE 16000000600 - SAÚDE | 100.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.28 | RENDIMENTOS FONTE 1605000000 - SAÚDE | 1.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.31 | RENDIMENTOS FONTE 16213210000 - SAÚDE | 5.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.32 | RENDIMENTOS FONTE 17590000702 - FMT | 25.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.36 | RENDIMENTOS FONTE 1701000000 - CONVENIOS ESTADUAIS | 55.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.37 | RENDIMENTOS FONTE 17000000000 - CONVENIOS FEDERAIS | 20.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.39 | RENDIMENTO DA FONTE 1571.0000000 | 5.000,00 | |
| 1.7 | Transferências Correntes | | 76.948.816,00 |
| 1.7.1 | Transferências da União e de suas Entidades | | |
| 1.7.1.1 | Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União | | |
| 1.7.1.1.51 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM | | |
| 1.7.1.1.51.1 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal | | |
| 1.7.1.1.51.1.1 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal | 14.284.440,00 | |
| 1.7.1.1.51.1.1 | Dedução: Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal | -3.571.110,00 | |
| 1.7.1.1.51.2 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias | | |
| 1.7.1.1.51.2.1 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal | 1.900.000,00 | |
| 1.7.1.1.52 | Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural | | |
| 1.7.1.1.52.0 | Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural | | |
| 1.7.1.1.52.0.1 | Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal | 3.517.840,00 | |
| 1.7.1.1.52.0.1 | Dedução: Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal | -879.460,00 | |
| 1.7.1.2 | Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | | |
| 1.7.1.2.51 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM | | |
| 1.7.1.2.51.0 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM | | |
| 1.7.1.2.51.0.1 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal | 100.000,00 | |
| 1.7.1.2.52 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo | | |
| 1.7.1.2.52.4 | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP | | |
| 1.7.1.2.52.4.1 | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal | 360.000,00 | |
| 1.7.1.3 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | | |
| 1.7.1.3.50 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo III à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

| | | |
|---|---|---|
| 1.7.1.3.50.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária | |
| 1.7.1.3.50.1.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal | |
| 1.7.1.3.50.1.1.99 | SUS Bloco de Manutenção – Atenção Primária | 5.956.000,00 |
| 1.7.1.3.50.2 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada | |
| 1.7.1.3.50.2.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal | |
| 1.7.1.3.50.2.1.99 | SUS Bloco de Manutenção – Atenção Especializada | 450.000,00 |
| 1.7.1.3.50.3 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde | |
| 1.7.1.3.50.3.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal | |
| 1.7.1.3.50.3.1.99 | Bloco de Manutenção – Vigilância em Saúde | 282.000,00 |
| 1.7.1.3.50.4 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica | |
| 1.7.1.3.50.4.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal | |
| 1.7.1.3.50.4.1.99 | 1.7.1.3.50.4.1.99 SUS Bloco de Manutenção – Assistência Farmacêutica | 120.000,00 |
| 1.7.1.3.50.5 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS | |
| 1.7.1.3.50.5.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal | |
| 1.7.1.3.50.5.1.01 | ASSISTENCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR PAG. DO PISO SALARIAL PROFISSIONAIS ENFERMAGEM | 238.000,00 |
| 1.7.1.4 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE | |
| 1.7.1.4.50 | Transferências do Salário-Educação | |
| 1.7.1.4.50.0 | Transferências do Salário-Educação | |
| 1.7.1.4.50.0.1 | Transferências do Salário-Educação - Principal | 1.300.000,00 |
| 1.7.1.4.51 | Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE | |
| 1.7.1.4.51.0 | Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE | |
| 1.7.1.4.51.0.1 | Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal | 1.000,00 |
| 1.7.1.4.52 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | |
| 1.7.1.4.52.0 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | |
| 1.7.1.4.52.0.1 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal | 352.000,00 |
| 1.7.1.4.53 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo **III** à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

| | | |
|---|---|---|
| 1.7.1.4.53.0 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE | |
| 1.7.1.4.53.0.1 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal | 150.000,00 |
| 1.7.1.4.99 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE | |
| 1.7.1.4.99.0 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE | |
| 1.7.1.4.99.0.1 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal | 110.000,00 |
| 1.7.1.5 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | |
| 1.7.1.5.50 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT | |
| 1.7.1.5.50.0 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT | |
| 1.7.1.5.50.0.1 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT - Principal | 120.000,00 |
| 1.7.1.5.52 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR | |
| 1.7.1.5.52.0 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR | |
| 1.7.1.5.52.0.1 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR - Principal | 1.200.000,00 |
| 1.7.1.6 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | |
| 1.7.1.6.50 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | |
| 1.7.1.6.50.0 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | |
| 1.7.1.6.50.0.1 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal | |
| 1.7.1.6.50.0.1.99 | Transferências de Recursos do FNAS | 240.000,00 |
| 1.7.1.9 | Outras Transferências de Recursos da União | |
| 1.7.1.9.58 | Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020 | |
| 1.7.1.9.58.0 | Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020 | |
| 1.7.1.9.58.0.1 | Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020 - Principal | 600.000,00 |
| 1.7.1.9.60 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 | |
| 1.7.1.9.60.0 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 | |
| 1.7.1.9.60.0.1 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Principal | 70.000,00 |
| 1.7.1.9.99 | Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades | |
| 1.7.1.9.99.0 | Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades | |
| 1.7.1.9.99.0.1 | Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal | 20.000,00 |
| 1.7.2 | Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | |
| 1.7.2.1 | Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal | |
| 1.7.2.1.50 | Cota-Parte do ICMS | |
| 1.7.2.1.50.0 | Cota-Parte do ICMS | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo III à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

| | | |
|---|---|---|
| 1.7.2.1.50.0.1 | Dedução: Cota-Parte do ICMS - Principal | -5.318.200,00 |
| 1.7.2.1.50.0.1 | Cota-Parte do ICMS - Principal | 21.272.800,00 |
| 1.7.2.1.51 | Cota-Parte do IPVA | |
| 1.7.2.1.51.0 | Cota-Parte do IPVA | |
| 1.7.2.1.51.0.1 | Cota-Parte do IPVA - Principal | 3.091.936,00 |
| 1.7.2.1.51.0.1 | Dedução: Cota-Parte do IPVA - Principal | -772.984,00 |
| 1.7.2.1.52 | Cota-Parte do IPI - Municípios | |
| 1.7.2.1.52.0 | Cota-Parte do IPI - Municípios | |
| 1.7.2.1.52.0.1 | Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal | 120.000,00 |
| 1.7.2.1.52.0.1 | Dedução: Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal | -30.000,00 |
| 1.7.2.1.53 | Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | |
| 1.7.2.1.53.0 | Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | |
| 1.7.2.1.53.0.1 | Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal | 35.000,00 |
| 1.7.2.2 | Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | |
| 1.7.2.2.52 | Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo | |
| 1.7.2.2.52.0 | Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo | |
| 1.7.2.2.52.0.1 | Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal | 17.000,00 |
| 1.7.2.2.53 | Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras | |
| 1.7.2.2.53.0 | Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras | |
| 1.7.2.2.53.0.1 | Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras - Principal | 850.000,00 |
| 1.7.2.3 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | |
| 1.7.2.3.50 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | |
| 1.7.2.3.50.0 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | |
| 1.7.2.3.50.0.1 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal | |
| 1.7.2.3.50.0.1.99 | SUS ESTADO - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde | 2.910.000,00 |
| 1.7.2.9 | Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal | |
| 1.7.2.9.51 | Transferências de Estados destinadas à Assistência Social | |
| 1.7.2.9.51.0 | Transferências de Estados destinadas à Assistência Social | |
| 1.7.2.9.51.0.1 | Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal | |
| 1.7.2.9.51.0.1.99 | Outras Transferências de ESTADOS destinadas à Assistência Social | 190.000,00 |
| 1.7.2.9.52 | Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo **III** à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

| | | | |
|---|---|---|---|
| 1.7.2.9.52.0 | Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação | | |
| 1.7.2.9.52.0.1 | Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal | 805.000,00 | |
| 1.7.2.9.53 | Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 | | |
| 1.7.2.9.53.0 | Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 | | |
| 1.7.2.9.53.0.1 | Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 - Principal | 250.000,00 | |
| 1.7.2.9.99 | Outras Transferências dos Estados e DF | | |
| 1.7.2.9.99.0 | Outras Transferências dos Estados e DF | | |
| 1.7.2.9.99.0.1 | Outras Transferências dos Estados e DF - Principal | | |
| 1.7.2.9.99.0.1.01 | Receita - TFRM e CERM - Transferências do Estado | 7.000,00 | |
| 1.7.5 | Transferências de Outras Instituições Públicas | | |
| 1.7.5.1 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | | |
| 1.7.5.1.50 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | | |
| 1.7.5.1.50.0 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | | |
| 1.7.5.1.50.0.1 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal | 16.016.800,00 | |
| 1.7.9 | Demais Transferências Correntes | | |
| 1.7.9.1 | Transferências de Pessoas Físicas | | |
| 1.7.9.1.99 | Outras Transferências de Pessoas Físicas | | |
| 1.7.9.1.99.0 | Outras Transferências de Pessoas Físicas | | |
| 1.7.9.1.99.0.1 | Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal | 12.000,00 | |
| 1.9 | Outras Receitas Correntes | | 571.000,00 |
| 1.9.1 | Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | | |
| 1.9.1.1 | Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | | |
| 1.9.1.1.01 | Multas Previstas em Legislação Específica | | |
| 1.9.1.1.01.0 | Multas Previstas em Legislação Específica | | |
| 1.9.1.1.01.0.1 | Multas Previstas em Legislação Específica - Principal | 5.000,00 | |
| 1.9.1.1.01.0.2 | Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora | 1.000,00 | |
| 1.9.1.1.01.0.3 | Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa | 1.000,00 | |
| 1.9.1.1.01.0.4 | Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 1.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo **III** à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

| | | |
|---|---|---|
| 1.9.1.1.06 | Multas por Danos Ambientais | |
| 1.9.1.1.06.1 | Multas Administrativas por Danos Ambientais | |
| 1.9.1.1.06.1.1 | Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal | 1.000,00 |
| 1.9.1.1.08 | Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais | |
| 1.9.1.1.08.0 | Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais | |
| 1.9.1.1.08.0.1 | Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal | 50.000,00 |
| 1.9.2 | Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | |
| 1.9.2.1 | Indenizações | |
| 1.9.2.1.99 | Outras Indenizações | |
| 1.9.2.1.99.0 | Outras Indenizações | |
| 1.9.2.1.99.0.1 | Outras Indenizações - Principal | 10.000,00 |
| 1.9.2.1.99.0.2 | Outras Indenizações - Multas e Juros de Mora | 1.000,00 |
| 1.9.2.1.99.0.3 | Outras Indenizações - Dívida Ativa | 1.000,00 |
| 1.9.2.1.99.0.4 | Outras Indenizações - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 1.000,00 |
| 1.9.2.2 | Restituições | |
| 1.9.2.2.01 | Restituição de Convênios | |
| 1.9.2.2.01.1 | Restituição de Convênios - Primárias | |
| 1.9.2.2.01.1.1 | Restituição de Convênios - Primárias - Principal | 2.000,00 |
| 1.9.2.2.99 | Outras Restituições | |
| 1.9.2.2.99.0 | Outras Restituições | |
| 1.9.2.2.99.0.1 | Outras Restituições - Principal | 10.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0.2 | Outras Restituições - Multas e Juros de Mora | 1.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0.3 | Outras Restituições - Dívida Ativa | 1.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0.4 | Outras Restituições - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 1.000,00 |
| 1.9.9 | Demais Receitas Correntes | |
| 1.9.9.9 | Outras Receitas Correntes | |
| 1.9.9.9.03 | Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social | |
| 1.9.9.9.03.0 | Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social | |
| 1.9.9.9.03.0.1 | Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Principal | 483.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Adendo III à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 | | | | R$ 1,00 |
|---|---|---|---|---|
| 1.9.9.9.99 | Outras Receitas | | | |
| 1.9.9.9.99.2 | Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias | | | |
| 1.9.9.9.99.2.1 | Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal | | | |
| 1.9.9.9.99.2.1.01 | RECEBIMENTOS DIVERSOS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA - LOTE 14134 | 1.000,00 | | |
| 2 | Receitas de Capital | | | 10.436.000,00 |
| 2.4 | Transferências de Capital | | 10.436.000,00 | |
| 2.4.1 | Transferências da União e de suas Entidades | | | |
| 2.4.1.4 | Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | | | |
| 2.4.1.4.54 | Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | | | |
| 2.4.1.4.54.0 | Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | | | |
| 2.4.1.4.54.0.1 | Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal | 500.000,00 | | |
| 2.4.1.4.99 | Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | | | |
| 2.4.1.4.99.0 | Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | | | |
| 2.4.1.4.99.0.1 | Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - Principal | 3.000.000,00 | | |
| 2.4.2 | Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | | | |
| 2.4.2.2 | Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | | | |
| 2.4.2.2.50 | Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS | | | |
| 2.4.2.2.50.0 | Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS | | | |
| 2.4.2.2.50.0.1 | Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal | | | |
| 2.4.2.2.50.0.1.01 | HOSPITAL MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO | 1.855.000,00 | | |
| 2.4.2.2.51 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação | | | |
| 2.4.2.2.51.0 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação | | | |
| 2.4.2.2.51.0.1 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal | 500.000,00 | | |
| 2.4.2.2.54 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | | | |
| 2.4.2.2.54.0 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | | | |
| 2.4.2.2.54.0.1 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal | 2.926.000,00 | | |
| 2.4.2.2.99 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | | | |
| 2.4.2.2.99.0 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | | | |
| 2.4.2.2.99.0.1 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades - Principal | 1.655.000,00 | | |
| 7 | Receitas Correntes - Intra OFSS | | | 4.274.000,00 |
| 7.2 | Contribuições - Intra OFSS | | 4.274.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Adendo III à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 | | | R$ 1,00 |
| 7.2.1 | Contribuições Sociais - Intra OFSS | | |
| 7.2.1.5 | Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Intra OFSS | | |
| 7.2.1.5.02 | Contribuição Patronal - Servidor Civil - Intra OFSS | | |
| 7.2.1.5.02.1 | Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Intra OFSS | | |
| 7.2.1.5.02.1.1 | Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Intra OFSS | 4.274.000,00 | |

| | |
|---|---|
| **TOTAL:** | **106.575.000,00** |
| **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS:** | **0,00** |
| **PREV. TRANSF. PATRONAIS RECEBIDAS:** | **0,00** |
| **TOTAL GERAL:** | **106.575.000,00** |

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERÍSSIMO
Contador CRC 012883/O2

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO
Secretário de Administração

Data: 11/10/2026 20:41:07 Página: 11 de 11

Data da emissão: 11/10/2026 20:41:07 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Adendo III à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 | | | | | R$ 1,00 |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 84.444.340,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 39.234.800,00 | |
| 3.1.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 6.000,00 | | | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 34.954.800,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 4.274.000,00 | | | |
| 3.2 | Juros e Encargos da Dívida | | | 372.000,00 | |
| 3.2.90 | Aplicações Diretas | 372.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 44.837.540,00 | |
| 3.3.42 | Execução Orçamentária Delegada a Municípios | 125.000,00 | | | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 653.000,00 | | | |
| 3.3.70 | Transferências a Instituições Multigovernamentais | 204.000,00 | | | |
| 3.3.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 615.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 43.240.540,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 19.280.660,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 18.764.660,00 | |
| 4.4.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 5.000,00 | | | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 18.759.660,00 | | | |
| 4.6 | Amortização da Dívida | | | 516.000,00 | |
| 4.6.90 | Aplicações Diretas | 516.000,00 | | | |
| 9 | Reserva de Contingência | | | | 2.850.000,00 |
| 9.9 | Reserva de contingência | | | 2.850.000,00 | |
| 9.9.99 | A Definir ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS | 2.850.000,00 | | | |
| **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** | **0,00** | **PREV. TRANSF. PATRONAIS CONCEDIDAS:** | **0,00** | **TOTAL GERAL:** | **106.575.000,00** |

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

Data: 11/10/2026 22:40:16 Página: 1 de 2

Data da emissão: 11/10/2026 22:40:16 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador CRC 012883/O2

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO
Secretário de Administração

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo III à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

**Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 2.920.500,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 2.002.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 1.815.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 187.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 918.500,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 918.500,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 889.500,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 889.500,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 889.500,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **3.810.000,00** |

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 1.050.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 950.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 900.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 50.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 100.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 100.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 160.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 160.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 160.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **1.210.000,00** |

**Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 5.095.430,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 2.080.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 1.850.000,00 | | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 230.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 3.015.430,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 1.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 3.014.430,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 134.700,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 134.700,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 134.700,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **5.230.130,00** |

**Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 2.259.520,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 847.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 762.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 85.000,00 | | | |
| 3.2 | Juros e Encargos da Dívida | | | 372.000,00 | |
| 3.2.90 | Aplicações Diretas | 372.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 1.040.520,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 55.000,00 | | | |
| 3.3.70 | Transferências a Instituições Multigovernamentais | 204.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 781.520,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 526.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 10.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 10.000,00 | | | |
| 4.6 | Amortização da Dívida | | | 516.000,00 | |
| 4.6.90 | Aplicações Diretas | 516.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **2.785.520,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 27.094.800,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 16.067.800,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 14.060.800,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 2.007.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 11.027.000,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 495.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 10.532.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 4.126.865,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 4.126.865,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 4.126.865,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **31.221.665,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 2.366.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 766.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 656.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 110.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 1.600.000,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 41.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 1.559.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 309.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 309.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 309.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **2.675.000,00** |

**Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 21.854.740,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 8.923.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.1.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 3.000,00 | | | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 7.745.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 1.175.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 12.931.740,00 | |
| 3.3.42 | Execução Orçamentária Delegada a Municípios | 125.000,00 | | | |
| 3.3.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 552.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 12.254.740,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 2.580.595,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 2.580.595,00 | |
| 4.4.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 2.000,00 | | | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 2.578.595,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **24.435.335,00** |

**Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 12.916.281,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 2.104.000,00 | |
| 3.1.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 2.000,00 | | | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 1.847.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 255.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 10.812.281,00 | |
| 3.3.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 60.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 10.752.281,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 10.214.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 10.214.000,00 | |
| 4.4.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 2.000,00 | | | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 10.212.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **23.130.281,00** |

**Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 4.615.069,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 1.511.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 1.386.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 125.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 3.104.069,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 61.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 3.043.069,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 304.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 304.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 304.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **4.919.069,00** |

**Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 3.694.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 3.421.000,00 | |
| 3.1.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 1.000,00 | | | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 3.405.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 15.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 273.000,00 | |
| 3.3.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 3.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 270.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 36.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 36.000,00 | |
| 4.4.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 1.000,00 | | | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 35.000,00 | | | |
| 9 | Reserva de Contingência | | | | 2.802.000,00 |
| 9.9 | Reserva de contingência | | | 2.802.000,00 | |
| 9.9.99 | A Definir ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS | 2.802.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **6.532.000,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 11 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 578.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 563.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 528.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 35.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 15.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 15.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **578.000,00** |

**Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 9 | Reserva de Contingência | | | | 48.000,00 |
| 9.9 | Reserva de contingência | | | 48.000,00 | |
| 9.9.99 | A Definir ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS | 48.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **48.000,00** |

**PREV. TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** 0,00 **PREV. TRANSF. PATRONAIS CONCEDIDAS:** 0,00 **TOTAL GERAL:** **106.575.000,00**

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador CRC 012883/O2

Data: 11/10/2026 22:43:10 Página: 6 de 7
Data da emissão: 11/10/2026 22:43:10 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO
Secretário de Administração

Data: 11/10/2026 22:43:10 Página: 7 de 7

Data da emissão: 11/10/2026 22:43:10 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Adendo III à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985 — R$ 1,00

**Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

**Unidade: 001 - CÂMARA MUNICIPAL**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 2.920.500,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 2.002.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 1.815.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 187.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 918.500,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 918.500,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 889.500,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 889.500,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 889.500,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **3.810.000,00** |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **3.810.000,00** |

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**

**Unidade: 001 - GABINETE DO PREFEITO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 1.050.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 950.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 900.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 50.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 100.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 100.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 160.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 160.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 160.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **1.210.000,00** |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **1.210.000,00** |

**Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 5.095.430,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 2.080.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 1.850.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 230.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 3.015.430,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 1.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 3.014.430,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 134.700,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 134.700,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 134.700,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **5.230.130,00** |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **5.230.130,00** |

**Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECETARIA DE FINANÇAS**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 2.259.520,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 847.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 762.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 85.000,00 | | | |
| 3.2 | Juros e Encargos da Dívida | | | 372.000,00 | |
| 3.2.90 | Aplicações Diretas | 372.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 1.040.520,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 55.000,00 | | | |
| 3.3.70 | Transferências a Instituições Multigovernamentais | 204.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 781.520,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 526.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 10.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 10.000,00 | | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECETARIA DE FINANÇAS**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 4.6 | Amortização da Dívida | | | 516.000,00 | |
| 4.6.90 | Aplicações Diretas | 516.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **2.785.520,00** |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **2.785.520,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 4.054.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 827.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 756.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 71.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 3.227.000,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 490.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 2.737.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 1.773.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 1.773.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 1.773.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **5.827.000,00** |

**Unidade: 002 - FUNDEB 70%**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 13.236.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 13.218.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 11.468.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 1.750.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 18.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 18.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **13.236.000,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

**Unidade: 003 - FUNDEB 30%**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 2.694.800,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 1.577.800,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 1.438.800,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 139.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 1.117.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 1.117.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 1.510.865,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 1.510.865,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 1.510.865,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **4.205.665,00** |

**Unidade: 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 4.218.000,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 4.218.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 4.218.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 417.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 417.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 417.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **4.635.000,00** |

**Unidade: 005 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 2.001.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 150.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 148.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 2.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 1.851.000,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 5.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 1.846.000,00 | | | |

Data: 11/10/2026 22:53:58 Página: 4 de 14

Data da emissão: 11/10/2026 22:53:58 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

**Unidade: 005 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 4 | Despesas de capital | | | | 43.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 43.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 43.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **2.044.000,00** |

**Unidade: 006 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 831.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 295.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 250.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 45.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 536.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 536.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 318.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 318.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 318.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **1.149.000,00** |

**Unidade: 007 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 60.000,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 60.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 60.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 65.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 65.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 65.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **125.000,00** |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **31.221.665,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 1.775.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 635.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 550.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 85.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 1.140.000,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 20.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 1.120.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 165.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 165.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 165.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **1.940.000,00** |

**Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 175.000,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 175.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 175.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 125.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 125.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 125.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **300.000,00** |

**Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 248.000,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 248.000,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 18.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 230.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 10.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 10.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 10.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **258.000,00** |

Data: 11/10/2026 22:53:58 Página: 6 de 14

Data da emissão: 11/10/2026 22:53:58 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

**Unidade: 004 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 151.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 125.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 100.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 25.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 26.000,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 3.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 23.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 4.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 4.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 4.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **155.000,00** |

**Unidade: 006 - DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 17.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 6.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 6.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 11.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 11.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 5.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 5.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 5.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **22.000,00** |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **2.675.000,00** |

**Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 6.000,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 6.000,00 | |

Data: 11/10/2026 22:53:58 Página: 7 de 14

Data da emissão: 11/10/2026 22:53:58 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 6.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 20.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 20.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 20.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **26.000,00** |

**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 21.848.740,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 8.923.000,00 | |
| 3.1.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 3.000,00 | | | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 7.745.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 1.175.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 12.925.740,00 | |
| 3.3.42 | Execução Orçamentária Delegada a Municípios | 125.000,00 | | | |
| 3.3.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 552.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 12.248.740,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 2.560.595,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 2.560.595,00 | |
| 4.4.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 2.000,00 | | | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 2.558.595,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **24.409.335,00** |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **24.435.335,00** |

**Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 5.288.150,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 1.844.000,00 | |
| 3.1.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 2.000,00 | | | |

Data: 11/10/2026 22:53:58 Página: 8 de 14

Data da emissão: 11/10/2026 22:53:58 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 1.597.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 245.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 3.444.150,00 | |
| 3.3.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 60.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 3.384.150,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 107.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 107.000,00 | |
| 4.4.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 2.000,00 | | | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 105.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **5.395.150,00** |

**Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E TRANSPORTES**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 196.000,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 196.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 196.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 1.215.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 1.215.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 1.215.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **1.411.000,00** |

**Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 5.977.131,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 5.977.131,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 5.977.131,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 8.832.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 8.832.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 8.832.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **14.809.131,00** |

**Unidade: 004 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO**

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 625.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 260.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 250.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 10.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 365.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 365.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 40.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 40.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 40.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **665.000,00** |

**Unidade: 005 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 830.000,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 830.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 830.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 20.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 20.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 20.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **850.000,00** |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **23.130.281,00** |

**Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 2.439.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 933.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 863.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 70.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 1.506.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA**

**Unidade: 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 1.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 1.505.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 60.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 60.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 60.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **2.499.000,00** |

**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 1.742.069,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 358.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 303.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 55.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 1.384.069,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 58.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 1.326.069,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 138.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 138.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 138.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **1.880.069,00** |

**Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 354.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 220.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 220.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 134.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 134.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 15.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 15.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA**

**Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 15.000,00 | | | |
| | | | | TOTAL UNIDADE: | 369.000,00 |

**Unidade: 005 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 30.000,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 30.000,00 | |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 2.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 28.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 91.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 91.000,00 | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 91.000,00 | | | |
| | | | | TOTAL UNIDADE: | 121.000,00 |

**Unidade: 006 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 50.000,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 50.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 50.000,00 | | | |
| | | | | TOTAL UNIDADE: | 50.000,00 |
| | | | | TOTAL ÓRGÃO: | 4.919.069,00 |

**Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER**

**Unidade: 001 - GABINETE DO FUNDO DE PREVIDENCIA PREVVER**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 3.694.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 3.421.000,00 | |
| 3.1.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 1.000,00 | | | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 3.405.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 15.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 273.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER**

**Unidade: 001 - GABINETE DO FUNDO DE PREVIDENCIA PREVVER**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.3.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 3.000,00 | | | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 270.000,00 | | | |
| 4 | Despesas de capital | | | | 36.000,00 |
| 4.4 | Investimentos | | | 36.000,00 | |
| 4.4.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 1.000,00 | | | |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 35.000,00 | | | |
| 9 | Reserva de Contingência | | | | 2.802.000,00 |
| 9.9 | Reserva de contingência | | | 2.802.000,00 | |
| 9.9.99 | A Definir ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS | 2.802.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **6.532.000,00** |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **6.532.000,00** |

**Órgão: 11 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Unidade: 001 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | Despesas correntes | | | | 578.000,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | | | 563.000,00 | |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 528.000,00 | | | |
| 3.1.91 | Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social | 35.000,00 | | | |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | | | 15.000,00 | |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 15.000,00 | | | |
| | | | | **TOTAL UNIDADE:** | **578.000,00** |
| | | | | **TOTAL ÓRGÃO:** | **578.000,00** |

**Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

**Unidade: 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 9 | Reserva de Contingência | | | | 48.000,00 |
| 9.9 | Reserva de contingência | | | 48.000,00 | |

Data: 11/10/2026 22:53:58 Página: 13 de 14

Data da emissão: 11/10/2026 22:53:58 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DE DESPESA POR ÓRGÃO E UNIDADE**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA**
**Unidade: 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

| Código | Especificação | Desdobramento | Modalidade | Grupo | Categoria Econômica |
|---|---|---|---|---|---|
| 9.9.99 | A Definir ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS | 48.000,00 | | | |
| | | | | TOTAL UNIDADE: | 48.000,00 |
| | | | | TOTAL ÓRGÃO: | 48.000,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| PREV. TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS: | 0,00 | PREV. TRANSF. PATRONAIS CONCEDIDAS: | 0,00 | TOTAL GERAL: | 106.575.000,00 |

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador CRC 012883/O2

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO
Secretário de Administração

Data: 11/10/2026 22:53:58 Página: 14 de 14

Data da emissão: 11/10/2026 22:53:58 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

**Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Legislativa | 708.000,00 | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.810.000,00 |
| 01.031 | Ação legislativa | 708.000,00 | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.810.000,00 |
| 01.031.0001 | AÇÃO DO LEGISLATIVO | 0,00 | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.102.000,00 |
| 01.031.0001.2001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO | 0,00 | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.102.000,00 |
| 01.031.0002 | INFRAESTRUTURA FÍSICA DO LEGISLATIVO | 708.000,00 | 0,00 | 0,00 | 708.000,00 |
| 01.031.0002.1001 | AMPLIAR, REFORMAR E READEQUAR PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL | 708.000,00 | 0,00 | 0,00 | 708.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **708.000,00** | **3.102.000,00** | **0,00** | **3.810.000,00** |

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | Administração | 170.000,00 | 1.040.000,00 | 0,00 | 1.210.000,00 |
| 04.122 | Administração geral | 170.000,00 | 840.000,00 | 0,00 | 1.010.000,00 |
| 04.122.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 0,00 | 840.000,00 | 0,00 | 840.000,00 |
| 04.122.0003.2002 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO | 0,00 | 840.000,00 | 0,00 | 840.000,00 |
| 04.122.0008 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 04.122.0008.1002 | CONSTRUIR, REFORMAR, READEQUAR E EQUIPAR O PAÇO MUNICIPAL | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 04.122.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 04.122.0053.1003 | Veiculos, Equipamentos e Mat. Permanentes/GAPRE | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 04.124 | Controle interno | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 04.124.0006 | AUDITORIA E CONTROLE | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 04.124.0006.2004 | MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **170.000,00** | **1.040.000,00** | **0,00** | **1.210.000,00** |

**Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | Administração | 100.000,00 | 5.115.130,00 | 0,00 | 5.215.130,00 |
| 04.122 | Administração geral | 100.000,00 | 4.805.130,00 | 0,00 | 4.905.130,00 |
| 04.122.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 0,00 | 4.805.130,00 | 0,00 | 4.805.130,00 |
| 04.122.0003.2006 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | 0,00 | 4.805.130,00 | 0,00 | 4.805.130,00 |
| 04.122.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 04.122.0053.1021 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 04.126 | Tecnologia da informação | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 220.000,00 |
| 04.126.0054 | GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 220.000,00 |
| 04.126.0054.2102 | SIAFIC - IMPLANTAR, ESTRUTURAR E MANTER | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 220.000,00 |
| 04.128 | Formação de recursos humanos | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| 04.128.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 04.128.0003.2101 | CONCURSO E OU PROCESSOS SELETIVOS PÚBLICOS | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 04.128.0010 | CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 04.128.0010.2084 | CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 04.131 | Comunicação social | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 04.131.0009 | GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 04.131.0009.2007 | DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 06 | Segurança pública | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 06.181 | Policiamento | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 06.181.0056 | PROGRAMA VIGIA MAIS MT | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 06.181.0056.1065 | EXECUÇÃO DO PROGRAMA VIGIA MAIS MT | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **115.000,00** | **5.115.130,00** | **0,00** | **5.230.130,00** |

**Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 04 | Administração | 10.000,00 | 1.166.000,00 | 0,00 | 1.176.000,00 |
| 04.122 | Administração geral | 0,00 | 259.000,00 | 0,00 | 259.000,00 |
| 04.122.0013 | PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS | 0,00 | 259.000,00 | 0,00 | 259.000,00 |
| 04.122.0013.2010 | CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS | 0,00 | 259.000,00 | 0,00 | 259.000,00 |
| 04.123 | Administração financeira | 10.000,00 | 907.000,00 | 0,00 | 917.000,00 |
| 04.123.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 0,00 | 907.000,00 | 0,00 | 907.000,00 |
| 04.123.0003.2008 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 0,00 | 907.000,00 | 0,00 | 907.000,00 |
| 04.123.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 04.123.0053.1022 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FINANÇAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 11 | Trabalho | 0,00 | 0,00 | 682.520,00 | 682.520,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 11.331 | Proteção e benefícios ao trabalhador | 0,00 | 0,00 | 682.520,00 | 682.520,00 |
| 11.331.0014 | PASEP | 0,00 | 0,00 | 682.520,00 | 682.520,00 |
| 11.331.0014.2011 | CONTRIBUIÇÕES AO PASEP | 0,00 | 0,00 | 682.520,00 | 682.520,00 |
| 28 | Encargos especiais | 0,00 | 0,00 | 927.000,00 | 927.000,00 |
| 28.843 | Serviço da dívida interna | 0,00 | 0,00 | 927.000,00 | 927.000,00 |
| 28.843.0015 | PROGRAMA SERVIÇO DA DÍVIDA FUNDADA | 0,00 | 0,00 | 927.000,00 | 927.000,00 |
| 28.843.0015.2012 | SERVIÇOS DA DÍVIDA FUNDADA, SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS | 0,00 | 0,00 | 927.000,00 | 927.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **10.000,00** | **1.166.000,00** | **1.609.520,00** | **2.785.520,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 12 | Educação | 4.644.865,00 | 23.258.800,00 | 0,00 | 27.903.665,00 |
| 12.122 | Administração geral | 0,00 | 3.287.000,00 | 0,00 | 3.287.000,00 |
| 12.122.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 3.287.000,00 | 0,00 | 3.287.000,00 |
| 12.122.0017.2014 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 3.287.000,00 | 0,00 | 3.287.000,00 |
| 12.125 | Normatização e fiscalização | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 12.125.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 12.125.0016.2013 | MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 12.306 | Alimentação e nutrição | 0,00 | 1.150.000,00 | 0,00 | 1.150.000,00 |
| 12.306.0018 | MERENDA ESCOLA - SABOR E SABER | 0,00 | 1.150.000,00 | 0,00 | 1.150.000,00 |
| 12.306.0018.2021 | MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - RECURSOS PRÓPRIOS | 0,00 | 796.000,00 | 0,00 | 796.000,00 |
| 12.306.0018.2032 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - FUNDAMENTAL | 0,00 | 255.350,00 | 0,00 | 255.350,00 |
| 12.306.0018.2033 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - CRECHE | 0,00 | 48.825,00 | 0,00 | 48.825,00 |
| 12.306.0018.2034 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 49.825,00 | 0,00 | 49.825,00 |
| 12.361 | Ensino fundamental | 3.032.365,00 | 13.912.000,00 | 0,00 | 16.944.365,00 |
| 12.361.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 1.254.000,00 | 0,00 | 1.254.000,00 |
| 12.361.0017.2026 | CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 98.000,00 | 0,00 | 98.000,00 |
| 12.361.0017.2035 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.030.000,00 | 0,00 | 1.030.000,00 |
| 12.361.0017.2038 | Manutencao do PDDE - FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 12.361.0017.2107 | PAIPOC-PROJETO DE APOIO E INCENTIVO A PARTICIPAÇÃO EM OLIMPIADAS DE | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | CONHECIMENTO | | | | |
| 12.361.0017.2121 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL -ETI | 0,00 | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 12.361.0019 | TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER | 250.000,00 | 1.767.000,00 | 0,00 | 2.017.000,00 |
| 12.361.0019.1027 | VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 12.361.0019.1028 | Constrir, Reformar e Manter Garagem/Abrigo | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 12.361.0019.2028 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.627.000,00 | 0,00 | 1.627.000,00 |
| 12.361.0019.2030 | MANUTENÇÃO DO PNATE - ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 12.361.0020 | GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER | 1.027.365,00 | 10.891.000,00 | 0,00 | 11.918.365,00 |
| 12.361.0020.1058 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 1.027.365,00 | 0,00 | 0,00 | 1.027.365,00 |
| 12.361.0020.2019 | FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 8.690.000,00 | 0,00 | 8.690.000,00 |
| 12.361.0020.2023 | FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.775.000,00 | 0,00 | 1.775.000,00 |
| 12.361.0020.2132 | FUNDEB ETI 70% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 386.000,00 | 0,00 | 386.000,00 |
| 12.361.0020.2135 | FUNDEB ETI 30% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 40.000,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 12.361.0027 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | 1.755.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.755.000,00 |
| 12.361.0027.1004 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E EQUIPAR ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 1.755.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.755.000,00 |
| 12.364 | Ensino superior | 0,00 | 320.000,00 | 0,00 | 320.000,00 |
| 12.364.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 320.000,00 | 0,00 | 320.000,00 |
| 12.364.0017.2017 | APOIO AO ENSINO SUPERIOR E ESCOLAS TÉCNICAS | 0,00 | 320.000,00 | 0,00 | 320.000,00 |
| 12.365 | Educação infantil | 1.612.500,00 | 4.399.800,00 | 0,00 | 6.012.300,00 |
| 12.365.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 104.000,00 | 0,00 | 104.000,00 |
| 12.365.0017.2027 | CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 14.000,00 | 0,00 | 14.000,00 |
| 12.365.0017.2036 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - CRECHE | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| 12.365.0017.2037 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 12.365.0019 | TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER | 0,00 | 110.000,00 | 0,00 | 110.000,00 |
| 12.365.0019.2029 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 12.365.0019.2031 | MANUTENÇÃO DO PNATE - EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 12.365.0020 | GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER | 1.337.500,00 | 4.185.800,00 | 0,00 | 5.523.300,00 |
| 12.365.0020.1059 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 885.500,00 | 0,00 | 0,00 | 885.500,00 |
| 12.365.0020.2020 | FUNDEB 70% - INFANTIL CRECHE | 0,00 | 3.231.000,00 | 0,00 | 3.231.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 12.365.0020.2022 | FUNDEB 70% - INFANTIL PRE-ESCOLAR | 0,00 | 701.000,00 | 0,00 | 701.000,00 |
| 12.365.0020.2024 | FUNDEB 30% - INFANTIL - CRECHE | 452.000,00 | 0,00 | 0,00 | 452.000,00 |
| 12.365.0020.2025 | FUNDEB 30% - INFANTIL - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 12.365.0020.2133 | FUNDEB ETI 70% - INFANTIL CRECHE | 0,00 | 173.000,00 | 0,00 | 173.000,00 |
| 12.365.0020.2134 | FUNDEB ETI 70% - INFANTIL PRE-ESCOLAR | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 12.365.0020.2136 | FUNDEB ETI 30% - INFANTIL - CRECHE | 0,00 | 7.000,00 | 0,00 | 7.000,00 |
| 12.365.0020.2137 | FUNDEB ETI 30% - INFANTIL - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 5.800,00 | 0,00 | 5.800,00 |
| 12.365.0027 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | 275.000,00 | 0,00 | 0,00 | 275.000,00 |
| 12.365.0027.1005 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E EQUIPAR ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 275.000,00 | 0,00 | 0,00 | 275.000,00 |
| 12.367 | Educação especial | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 170.000,00 |
| 12.367.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 170.000,00 |
| 12.367.0017.2016 | CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO ESPECIAL – APAE | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 170.000,00 |
| 13 | Cultura | 35.000,00 | 2.009.000,00 | 0,00 | 2.044.000,00 |
| 13.392 | Difusão cultural | 35.000,00 | 2.009.000,00 | 0,00 | 2.044.000,00 |
| 13.392.0024 | FESTAS TRADICIONAIS E FOLCLÓRICAS – RAÍZES E RITMOS | 0,00 | 1.405.000,00 | 0,00 | 1.405.000,00 |
| 13.392.0024.2041 | APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, TRADICIONAIS E FOLCLÓRICOS | 0,00 | 1.405.000,00 | 0,00 | 1.405.000,00 |
| 13.392.0025 | PROGRAMA LIVRO ABERTO - RENOVAR E LER | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 13.392.0025.1026 | IMPLANTAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ACERVOS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 13.392.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 13.392.0053.1025 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - CULTURA | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 13.392.0055 | MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL | 0,00 | 604.000,00 | 0,00 | 604.000,00 |
| 13.392.0055.2042 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA | 0,00 | 501.000,00 | 0,00 | 501.000,00 |
| 13.392.0055.2103 | REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BANDA E FANFARRA MUNICIPAL | 0,00 | 33.000,00 | 0,00 | 33.000,00 |
| 13.392.0055.2119 | DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO PNAB DE FOMENTO A CULTURA | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| 15 | Urbanismo | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 15.451 | Infra-estrutura urbana | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 15.451.0026 | DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - DESCUBRA NOSSA TERRA | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 15.451.0026.1029 | PROJETO DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LAGO | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 23 | Comércio e serviços | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 23.695 | Turismo | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 23.695.0026 | DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - DESCUBRA NOSSA TERRA | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 23.695.0026.1033 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - TURISMO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 23.695.0026.1034 | APOIO, REVITALIZAÇÃO E INCREMENTO AO TURISMO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 27 | Desporto e lazer | 396.000,00 | 753.000,00 | 0,00 | 1.149.000,00 |
| 27.812 | Desporto comunitário | 280.000,00 | 753.000,00 | 0,00 | 1.033.000,00 |
| 27.812.0023 | CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE | 280.000,00 | 753.000,00 | 0,00 | 1.033.000,00 |
| 27.812.0023.1030 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ESPORTE E LAZER | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 27.812.0023.1032 | CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR LOCAIS DE PRATICA DE ESPORTES | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| 27.812.0023.2044 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER | 0,00 | 753.000,00 | 0,00 | 753.000,00 |
| 27.813 | Lazer | 116.000,00 | 0,00 | 0,00 | 116.000,00 |
| 27.813.0023 | CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE | 116.000,00 | 0,00 | 0,00 | 116.000,00 |
| 27.813.0023.1031 | CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR ESPAÇOS DE LAZER | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 |
| 27.813.0023.1063 | IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE COM PARQUES INFANTIS | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **5.200.865,00** | **26.020.800,00** | **0,00** | **31.221.665,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 06 | Segurança pública | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 06.182 | Defesa civil | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 06.182.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 06.182.0030.2051 | AÇÕES DE APOIO À DEFESA CIVIL | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 18 | Gestão ambiental | 10.000,00 | 145.000,00 | 0,00 | 155.000,00 |
| 18.125 | Normatização e fiscalização | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 18.125.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 18.125.0016.2049 | MANUTENÇÃO E APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 18.541 | Preservação e conservação ambiental | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 18.541.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 18.541.0030.2050 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 18.543 | Recuperação de áreas degradadas | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 18.543.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 18.543.0030.1011 | RECUPERAÇÃO DE CÓRREGOS, ÁREAS DEGRADADAS E REFLORESTAMENTO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 20 | Agricultura | 375.000,00 | 2.111.000,00 | 0,00 | 2.486.000,00 |
| 20.605 | Abastecimento | 115.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 215.000,00 |
| 20.605.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 115.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 215.000,00 |
| 20.605.0028.1009 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 20.605.0028.1036 | APOIO E REVITALIZAÇÃO DA PISCICULTURA | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 20.605.0028.2009 | PAAM - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 20.606 | Extensão rural | 0,00 | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 20.606.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 0,00 | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 20.606.0028.2048 | APOIO À REALIZAÇÃO DE FEIRAS AGRÍCOLAS E ENCONTROS TÉCNICOS | 0,00 | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 20.608 | Promoção da produção agropecuária | 260.000,00 | 1.998.000,00 | 0,00 | 2.258.000,00 |
| 20.608.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 260.000,00 | 1.998.000,00 | 0,00 | 2.258.000,00 |
| 20.608.0028.1010 | CONSTRUIR, AMPLIAR E MANTER O VIVEIRO DE MUDAS MUNICIPAL | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 20.608.0028.1035 | EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 20.608.0028.1037 | PROGRAMA DE APOIO E MELHORIA DA PRODUÇÃO DA BACIA LEITEIRA | 210.000,00 | 0,00 | 0,00 | 210.000,00 |
| 20.608.0028.2046 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | 0,00 | 1.940.000,00 | 0,00 | 1.940.000,00 |
| 20.608.0028.2047 | APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES | 0,00 | 8.000,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| 21 | Organização agrária | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 21.631 | Reforma agrária | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 21.631.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 21.631.0028.1038 | APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **397.000,00** | **2.278.000,00** | **0,00** | **2.675.000,00** |

**Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 10 | Saúde | 2.405.595,00 | 22.029.740,00 | 0,00 | 24.435.335,00 |
| 10.122 | Administração geral | 26.000,00 | 4.863.000,00 | 0,00 | 4.889.000,00 |
| 10.122.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 26.000,00 | 4.863.000,00 | 0,00 | 4.889.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 10.122.0031.1012 | CONSTRUIR, REFORMAR E READEQUAR SECRETARIA DE SAÚDE | 26.000,00 | 0,00 | 0,00 | 26.000,00 |
| 10.122.0031.2053 | MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 4.863.000,00 | 0,00 | 4.863.000,00 |
| 10.125 | Normatização e fiscalização | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 | 18.000,00 |
| 10.125.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 | 18.000,00 |
| 10.125.0031.2052 | APOIAR E MANTER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 | 18.000,00 |
| 10.126 | Tecnologia da informação | 0,00 | 44.000,00 | 0,00 | 44.000,00 |
| 10.126.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 44.000,00 | 0,00 | 44.000,00 |
| 10.126.0032.2120 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS DIGITAL | 0,00 | 44.000,00 | 0,00 | 44.000,00 |
| 10.128 | Formação de recursos humanos | 0,00 | 86.740,00 | 0,00 | 86.740,00 |
| 10.128.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 86.740,00 | 0,00 | 86.740,00 |
| 10.128.0031.2054 | EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE | 0,00 | 86.740,00 | 0,00 | 86.740,00 |
| 10.301 | Atenção básica | 299.595,00 | 6.179.000,00 | 0,00 | 6.478.595,00 |
| 10.301.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 299.595,00 | 6.179.000,00 | 0,00 | 6.478.595,00 |
| 10.301.0032.1045 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E READEQUAR UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | 289.595,00 | 0,00 | 0,00 | 289.595,00 |
| 10.301.0032.1050 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ACADEMIAS DE SAÚDE | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 10.301.0032.2055 | BLOCO DE CUSTEIO DA ATENÇÃO BÁSICA OU PRIMÁRIA EM SAÚDE | 0,00 | 4.569.000,00 | 0,00 | 4.569.000,00 |
| 10.301.0032.2056 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS | 0,00 | 1.610.000,00 | 0,00 | 1.610.000,00 |
| 10.302 | Assistência hospitalar e ambulatorial | 2.055.000,00 | 9.967.000,00 | 0,00 | 12.022.000,00 |
| 10.302.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 2.000.000,00 | 1.285.000,00 | 0,00 | 3.285.000,00 |
| 10.302.0031.1062 | CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL PRONTO ATENDIMENTO | 1.900.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.900.000,00 |
| 10.302.0031.1067 | UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO – UDR-NMV. | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 10.302.0031.2058 | CONTRIBUIÇÕES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 557.000,00 | 0,00 | 557.000,00 |
| 10.302.0031.2104 | PROGRAMA DE CIRURGIAS ELETIVAS | 0,00 | 125.000,00 | 0,00 | 125.000,00 |
| 10.302.0031.2105 | CUSTEIO E MANUTENÇÃO DO HOSPITAL E PRONTO ATENDIMENTO | 0,00 | 354.000,00 | 0,00 | 354.000,00 |
| 10.302.0031.2106 | CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO | 0,00 | 249.000,00 | 0,00 | 249.000,00 |
| 10.302.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 55.000,00 | 8.682.000,00 | 0,00 | 8.737.000,00 |
| 10.302.0032.1046 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E READEQUAR UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA DE SAÚDE | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 10.302.0032.2057 | BLOCO DE CUSTEIO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR | 0,00 | 8.682.000,00 | 0,00 | 8.682.000,00 |
| 10.303 | Suporte profilático e terapêutico | 25.000,00 | 160.000,00 | 0,00 | 185.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 10.303.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 40.000,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 10.303.0031.2117 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - REMUNE | 0,00 | 40.000,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 10.303.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 25.000,00 | 120.000,00 | 0,00 | 145.000,00 |
| 10.303.0032.1042 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 10.303.0032.2061 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA RENAME ANEXO I A IV | 0,00 | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 10.304 | Vigilância sanitária | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 10.304.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 10.304.0032.2131 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 10.305 | Vigilância epidemiológica | 0,00 | 687.000,00 | 0,00 | 687.000,00 |
| 10.305.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 687.000,00 | 0,00 | 687.000,00 |
| 10.305.0032.2059 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS-ACE | 0,00 | 497.000,00 | 0,00 | 497.000,00 |
| 10.305.0032.2060 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA | 0,00 | 190.000,00 | 0,00 | 190.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **2.405.595,00** | **22.029.740,00** | **0,00** | **24.435.335,00** |

**Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 15 | Urbanismo | 11.402.000,00 | 3.417.131,00 | 0,00 | 14.819.131,00 |
| 15.451 | Infra-estrutura urbana | 11.402.000,00 | 0,00 | 0,00 | 11.402.000,00 |
| 15.451.0008 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 15.451.0008.1013 | CONSTRUIR, REFORMAR E READEQUAR PRÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS. | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 15.451.0038 | MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO | 11.392.000,00 | 0,00 | 0,00 | 11.392.000,00 |
| 15.451.0038.1016 | PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES | 8.922.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.922.000,00 |
| 15.451.0038.1053 | PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS | 2.223.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.223.000,00 |
| 15.451.0038.1066 | PAVIMENTAÇÃO EM TSD, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIO PÚBLICO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 15.451.0038.1069 | IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE | 197.000,00 | 0,00 | 0,00 | 197.000,00 |
| 15.452 | Serviços urbanos | 0,00 | 3.417.131,00 | 0,00 | 3.417.131,00 |
| 15.452.0038 | MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO | 0,00 | 1.438.216,00 | 0,00 | 1.438.216,00 |
| 15.452.0038.2065 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS | 0,00 | 1.438.216,00 | 0,00 | 1.438.216,00 |
| 15.452.0039 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE – CAMINHOS ILUMINADOS | 0,00 | 1.978.915,00 | 0,00 | 1.978.915,00 |
| 15.452.0039.2066 | MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 0,00 | 1.978.915,00 | 0,00 | 1.978.915,00 |
| 17 | Saneamento | 40.000,00 | 625.000,00 | 0,00 | 665.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 17.512 | Saneamento básico urbano | 40.000,00 | 625.000,00 | 0,00 | 665.000,00 |
| 17.512.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17.512.0030.1055 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17.512.0040 | ADUÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA – FONTE DE VIDA | 20.000,00 | 625.000,00 | 0,00 | 645.000,00 |
| 17.512.0040.1017 | CONSTRUIR, AMPLIAR E EQUIPAR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17.512.0040.2067 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE | 0,00 | 625.000,00 | 0,00 | 625.000,00 |
| 26 | Transporte | 1.461.000,00 | 6.185.150,00 | 0,00 | 7.646.150,00 |
| 26.122 | Administração geral | 0,00 | 5.221.150,00 | 0,00 | 5.221.150,00 |
| 26.122.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 0,00 | 5.221.150,00 | 0,00 | 5.221.150,00 |
| 26.122.0003.2062 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | 0,00 | 5.221.150,00 | 0,00 | 5.221.150,00 |
| 26.782 | Transporte rodoviário | 1.461.000,00 | 964.000,00 | 0,00 | 2.425.000,00 |
| 26.782.0004 | POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 64.000,00 |
| 26.782.0004.2064 | CONTRIBUIÇÕES AO CIDVAT | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 64.000,00 |
| 26.782.0037 | SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA – CAMINHO SEGURO | 1.361.000,00 | 900.000,00 | 0,00 | 2.261.000,00 |
| 26.782.0037.1054 | CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PONTES E BUEIROS E ADUELAS | 1.361.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.361.000,00 |
| 26.782.0037.2063 | ABERTURA, REABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 26.782.0037.2130 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES-FMT | 0,00 | 850.000,00 | 0,00 | 850.000,00 |
| 26.782.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 26.782.0053.1014 | MAQUINÁRIOS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **12.903.000,00** | **10.227.281,00** | **0,00** | **23.130.281,00** |

**Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 08 | Assistência social | 56.000,00 | 4.843.069,00 | 0,00 | 4.899.069,00 |
| 08.122 | Administração geral | 0,00 | 2.470.000,00 | 0,00 | 2.470.000,00 |
| 08.122.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 0,00 | 26.000,00 | 0,00 | 26.000,00 |
| 08.122.0016.2122 | FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 26.000,00 | 0,00 | 26.000,00 |
| 08.122.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.122.0043.2129 | PROCAD-SUAS | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
CNPJ – 37.465.556/0001-63

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 08.122.0055 | MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL | 0,00 | 2.434.000,00 | 0,00 | 2.434.000,00 |
| 08.122.0055.2070 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA | 0,00 | 2.434.000,00 | 0,00 | 2.434.000,00 |
| 08.241 | Assistência à Pessoa Idosa | 21.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 121.000,00 |
| 08.241.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 08.241.0043.1068 | CONSTRUÇÃO DO CENTRO CONVIVÊNCIA | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 08.241.0055 | MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL | 21.000,00 | 0,00 | 0,00 | 21.000,00 |
| 08.241.0055.2111 | MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI | 21.000,00 | 0,00 | 0,00 | 21.000,00 |
| 08.242 | Assistência à Pessoa com Deficiência | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.242.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.242.0043.2109 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.243 | Assistência à criança e ao adolescente | 0,00 | 375.000,00 | 0,00 | 375.000,00 |
| 08.243.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 0,00 | 284.000,00 | 0,00 | 284.000,00 |
| 08.243.0016.2110 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR | 0,00 | 284.000,00 | 0,00 | 284.000,00 |
| 08.243.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 91.000,00 | 0,00 | 91.000,00 |
| 08.243.0043.2083 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA | 0,00 | 85.000,00 | 0,00 | 85.000,00 |
| 08.243.0043.2085 | MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR | 0,00 | 6.000,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 08.244 | Assistência comunitária | 35.000,00 | 607.000,00 | 0,00 | 642.000,00 |
| 08.244.0008 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 08.244.0008.1018 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 08.244.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 607.000,00 | 0,00 | 607.000,00 |
| 08.244.0043.2112 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 08.244.0043.2124 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | 0,00 | 423.000,00 | 0,00 | 423.000,00 |
| 08.244.0043.2126 | BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO | 0,00 | 134.000,00 | 0,00 | 134.000,00 |
| 08.244.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 08.244.0053.1057 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 08.245 | Serviços Socioassistenciais | 0,00 | 1.281.069,00 | 0,00 | 1.281.069,00 |
| 08.245.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 1.281.069,00 | 0,00 | 1.281.069,00 |
| 08.245.0043.2123 | BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS | 0,00 | 76.069,00 | 0,00 | 76.069,00 |
| 08.245.0043.2127 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 0,00 | 894.000,00 | 0,00 | 894.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 08.245.0043.2128 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) | 0,00 | 311.000,00 | 0,00 | 311.000,00 |
| 16 | Habitação | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 16.482 | Habitação urbana | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 16.482.0048 | HABITAÇÃO COM CIDADANIA – CONSTRUÍNDO O FUTURO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 16.482.0048.1064 | CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **76.000,00** | **4.843.069,00** | **0,00** | **4.919.069,00** |

**Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 09 | Previdência social | 0,00 | 3.730.000,00 | 0,00 | 3.730.000,00 |
| 09.272 | Previdência do regime estatutário | 0,00 | 3.730.000,00 | 0,00 | 3.730.000,00 |
| 09.272.0051 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS DO PREVVER – FUTURO SEGURO | 0,00 | 3.730.000,00 | 0,00 | 3.730.000,00 |
| 09.272.0051.2086 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E BENEFÍCIOS DO PREVVER | 0,00 | 3.730.000,00 | 0,00 | 3.730.000,00 |
| 99 | Reserva de contingência ou reserva legal do rpps | 0,00 | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |
| 99.997 | Reserva do RPPS | 0,00 | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |
| 99.997.0051 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS DO PREVVER – FUTURO SEGURO | 0,00 | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |
| 99.997.0051.9998 | RESERVA LEGAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) | 0,00 | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **0,00** | **3.730.000,00** | **2.802.000,00** | **6.532.000,00** |

**Órgão: 11 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 03 | Essencial a justiça | 0,00 | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 03.091 | Defesa da ordem jurídica | 0,00 | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 03.091.0005 | DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 0,00 | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 03.091.0005.2005 | MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA | 0,00 | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **0,00** | **578.000,00** | **0,00** | **578.000,00** |

**Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 99 | Reserva de contingência ou reserva legal do rpps | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 | 48.000,00 |
| 99.999 | Reserva de contingência | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 | 48.000,00 |
| 99.999.9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 | 48.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 6 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO DESPESAS POR ÓRGÃO**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

**Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 99.999.9999.9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 | 48.000,00 |
| | **TOTAL ÓRGÃO:** | **0,00** | **0,00** | **48.000,00** | **48.000,00** |
| | | | | **TOTAL GERAL:** | **106.575.000,00** |

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador CRC 012883/O2

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO
Secretário de Administração

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Legislativa | 708.000,00 | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.810.000,00 |
| 01.031 | Ação legislativa | 708.000,00 | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.810.000,00 |
| 01.031.0001 | AÇÃO DO LEGISLATIVO | 0,00 | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.102.000,00 |
| 01.031.0001.2001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO | 0,00 | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.102.000,00 |
| 01.031.0002 | INFRAESTRUTURA FÍSICA DO LEGISLATIVO | 708.000,00 | 0,00 | 0,00 | 708.000,00 |
| 01.031.0002.1001 | AMPLIAR, REFORMAR E READEQUAR PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL | 708.000,00 | 0,00 | 0,00 | 708.000,00 |
| 03 | Essencial a justiça | 0,00 | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 03.091 | Defesa da ordem jurídica | 0,00 | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 03.091.0005 | DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 0,00 | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 03.091.0005.2005 | MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA | 0,00 | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 04 | Administração | 280.000,00 | 7.321.130,00 | 0,00 | 7.601.130,00 |
| 04.122 | Administração geral | 270.000,00 | 5.904.130,00 | 0,00 | 6.174.130,00 |
| 04.122.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 0,00 | 5.645.130,00 | 0,00 | 5.645.130,00 |
| 04.122.0003.2002 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO | 0,00 | 840.000,00 | 0,00 | 840.000,00 |
| 04.122.0003.2006 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | 0,00 | 4.805.130,00 | 0,00 | 4.805.130,00 |
| 04.122.0008 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 04.122.0008.1002 | CONSTRUIR, REFORMAR, READEQUAR E EQUIPAR O PAÇO MUNICIPAL | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 04.122.0013 | PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS | 0,00 | 259.000,00 | 0,00 | 259.000,00 |
| 04.122.0013.2010 | CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS | 0,00 | 259.000,00 | 0,00 | 259.000,00 |
| 04.122.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| 04.122.0053.1003 | Veiculos, Equipamentos e Mat. Permanentes/GAPRE | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 04.122.0053.1021 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 04.123 | Administração financeira | 10.000,00 | 907.000,00 | 0,00 | 917.000,00 |
| 04.123.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 0,00 | 907.000,00 | 0,00 | 907.000,00 |
| 04.123.0003.2008 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 0,00 | 907.000,00 | 0,00 | 907.000,00 |
| 04.123.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 04.123.0053.1022 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FINANÇAS | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 04.124 | Controle interno | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 04.124.0006 | AUDITORIA E CONTROLE | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 04.124.0006.2004 | MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 04.126 | Tecnologia da informação | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 220.000,00 |
| 04.126.0054 | GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 220.000,00 |
| 04.126.0054.2102 | SIAFIC - IMPLANTAR, ESTRUTURAR E MANTER | 0,00 | 220.000,00 | 0,00 | 220.000,00 |
| 04.128 | Formação de recursos humanos | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| 04.128.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 04.128.0003.2101 | CONCURSO E OU PROCESSOS SELETIVOS PÚBLICOS | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 04.128.0010 | CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 04.128.0010.2084 | CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 04.131 | Comunicação social | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 04.131.0009 | GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 04.131.0009.2007 | DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 06 | Segurança pública | 15.000,00 | 22.000,00 | 0,00 | 37.000,00 |
| 06.181 | Policiamento | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 06.181.0056 | PROGRAMA VIGIA MAIS MT | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 06.181.0056.1065 | EXECUÇÃO DO PROGRAMA VIGIA MAIS MT | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 06.182 | Defesa civil | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 06.182.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 06.182.0030.2051 | AÇÕES DE APOIO À DEFESA CIVIL | 0,00 | 22.000,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 08 | Assistência social | 56.000,00 | 4.843.069,00 | 0,00 | 4.899.069,00 |
| 08.122 | Administração geral | 0,00 | 2.470.000,00 | 0,00 | 2.470.000,00 |
| 08.122.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 0,00 | 26.000,00 | 0,00 | 26.000,00 |
| 08.122.0016.2122 | FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 0,00 | 26.000,00 | 0,00 | 26.000,00 |
| 08.122.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.122.0043.2129 | PROCAD-SUAS | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.122.0055 | MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL | 0,00 | 2.434.000,00 | 0,00 | 2.434.000,00 |
| 08.122.0055.2070 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA | 0,00 | 2.434.000,00 | 0,00 | 2.434.000,00 |
| 08.241 | Assistência à Pessoa Idosa | 21.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 121.000,00 |
| 08.241.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 08.241.0043.1068 | CONSTRUÇÃO DO CENTRO CONVIVÊNCIA | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 08.241.0055 | MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL | 21.000,00 | 0,00 | 0,00 | 21.000,00 |
| 08.241.0055.2111 | MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI | 21.000,00 | 0,00 | 0,00 | 21.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 08.242 | Assistência à Pessoa com Deficiência | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.242.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.242.0043.2109 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.243 | Assistência à criança e ao adolescente | 0,00 | 375.000,00 | 0,00 | 375.000,00 |
| 08.243.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 0,00 | 284.000,00 | 0,00 | 284.000,00 |
| 08.243.0016.2110 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR | 0,00 | 284.000,00 | 0,00 | 284.000,00 |
| 08.243.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 91.000,00 | 0,00 | 91.000,00 |
| 08.243.0043.2083 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA | 0,00 | 85.000,00 | 0,00 | 85.000,00 |
| 08.243.0043.2085 | MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR | 0,00 | 6.000,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 08.244 | Assistência comunitária | 35.000,00 | 607.000,00 | 0,00 | 642.000,00 |
| 08.244.0008 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 08.244.0008.1018 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 08.244.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 607.000,00 | 0,00 | 607.000,00 |
| 08.244.0043.2112 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 08.244.0043.2124 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | 0,00 | 423.000,00 | 0,00 | 423.000,00 |
| 08.244.0043.2126 | BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO | 0,00 | 134.000,00 | 0,00 | 134.000,00 |
| 08.244.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 08.244.0053.1057 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 08.245 | Serviços Socioassistenciais | 0,00 | 1.281.069,00 | 0,00 | 1.281.069,00 |
| 08.245.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 0,00 | 1.281.069,00 | 0,00 | 1.281.069,00 |
| 08.245.0043.2123 | BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS | 0,00 | 76.069,00 | 0,00 | 76.069,00 |
| 08.245.0043.2127 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 0,00 | 894.000,00 | 0,00 | 894.000,00 |
| 08.245.0043.2128 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) | 0,00 | 311.000,00 | 0,00 | 311.000,00 |
| 09 | Previdência social | 0,00 | 3.730.000,00 | 0,00 | 3.730.000,00 |
| 09.272 | Previdência do regime estatutário | 0,00 | 3.730.000,00 | 0,00 | 3.730.000,00 |
| 09.272.0051 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS DO PREVVER – FUTURO SEGURO | 0,00 | 3.730.000,00 | 0,00 | 3.730.000,00 |
| 09.272.0051.2086 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E BENEFÍCIOS DO PREVVER | 0,00 | 3.730.000,00 | 0,00 | 3.730.000,00 |
| 10 | Saúde | 2.405.595,00 | 22.029.740,00 | 0,00 | 24.435.335,00 |
| 10.122 | Administração geral | 26.000,00 | 4.863.000,00 | 0,00 | 4.889.000,00 |
| 10.122.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 26.000,00 | 4.863.000,00 | 0,00 | 4.889.000,00 |
| 10.122.0031.1012 | CONSTRUIR, REFORMAR E READEQUAR SECRETARIA DE SAÚDE | 26.000,00 | 0,00 | 0,00 | 26.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 10.122.0031.2053 | MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 4.863.000,00 | 0,00 | 4.863.000,00 |
| 10.125 | Normatização e fiscalização | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 | 18.000,00 |
| 10.125.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 | 18.000,00 |
| 10.125.0031.2052 | APOIAR E MANTER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS | 0,00 | 18.000,00 | 0,00 | 18.000,00 |
| 10.126 | Tecnologia da informação | 0,00 | 44.000,00 | 0,00 | 44.000,00 |
| 10.126.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 44.000,00 | 0,00 | 44.000,00 |
| 10.126.0032.2120 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS DIGITAL | 0,00 | 44.000,00 | 0,00 | 44.000,00 |
| 10.128 | Formação de recursos humanos | 0,00 | 86.740,00 | 0,00 | 86.740,00 |
| 10.128.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 86.740,00 | 0,00 | 86.740,00 |
| 10.128.0031.2054 | EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE | 0,00 | 86.740,00 | 0,00 | 86.740,00 |
| 10.301 | Atenção básica | 299.595,00 | 6.179.000,00 | 0,00 | 6.478.595,00 |
| 10.301.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 299.595,00 | 6.179.000,00 | 0,00 | 6.478.595,00 |
| 10.301.0032.1045 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E READEQUAR UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | 289.595,00 | 0,00 | 0,00 | 289.595,00 |
| 10.301.0032.1050 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ACADEMIAS DE SAÚDE | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 10.301.0032.2055 | BLOCO DE CUSTEIO DA ATENÇÃO BÁSICA OU PRIMÁRIA EM SAÚDE | 0,00 | 4.569.000,00 | 0,00 | 4.569.000,00 |
| 10.301.0032.2056 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS | 0,00 | 1.610.000,00 | 0,00 | 1.610.000,00 |
| 10.302 | Assistência hospitalar e ambulatorial | 2.055.000,00 | 9.967.000,00 | 0,00 | 12.022.000,00 |
| 10.302.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 2.000.000,00 | 1.285.000,00 | 0,00 | 3.285.000,00 |
| 10.302.0031.1062 | CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL PRONTO ATENDIMENTO | 1.900.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.900.000,00 |
| 10.302.0031.1067 | UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO – UDR-NMV. | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 10.302.0031.2058 | CONTRIBUIÇÕES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 557.000,00 | 0,00 | 557.000,00 |
| 10.302.0031.2104 | PROGRAMA DE CIRURGIAS ELETIVAS | 0,00 | 125.000,00 | 0,00 | 125.000,00 |
| 10.302.0031.2105 | CUSTEIO E MANUTENÇÃO DO HOSPITAL E PRONTO ATENDIMENTO | 0,00 | 354.000,00 | 0,00 | 354.000,00 |
| 10.302.0031.2106 | CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO | 0,00 | 249.000,00 | 0,00 | 249.000,00 |
| 10.302.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 55.000,00 | 8.682.000,00 | 0,00 | 8.737.000,00 |
| 10.302.0032.1046 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E READEQUAR UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA DE SAÚDE | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 10.302.0032.2057 | BLOCO DE CUSTEIO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR | 0,00 | 8.682.000,00 | 0,00 | 8.682.000,00 |
| 10.303 | Suporte profilático e terapêutico | 25.000,00 | 160.000,00 | 0,00 | 185.000,00 |
| 10.303.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 40.000,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 10.303.0031.2117 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - REMUNE | 0,00 | 40.000,00 | 0,00 | 40.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 10.303.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 25.000,00 | 120.000,00 | 0,00 | 145.000,00 |
| 10.303.0032.1042 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 10.303.0032.2061 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA RENAME ANEXO I A IV | 0,00 | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 10.304 | Vigilância sanitária | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 10.304.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 10.304.0032.2131 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 10.305 | Vigilância epidemiológica | 0,00 | 687.000,00 | 0,00 | 687.000,00 |
| 10.305.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 687.000,00 | 0,00 | 687.000,00 |
| 10.305.0032.2059 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS-ACE | 0,00 | 497.000,00 | 0,00 | 497.000,00 |
| 10.305.0032.2060 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA | 0,00 | 190.000,00 | 0,00 | 190.000,00 |
| 11 | Trabalho | 0,00 | 0,00 | 682.520,00 | 682.520,00 |
| 11.331 | Proteção e benefícios ao trabalhador | 0,00 | 0,00 | 682.520,00 | 682.520,00 |
| 11.331.0014 | PASEP | 0,00 | 0,00 | 682.520,00 | 682.520,00 |
| 11.331.0014.2011 | CONTRIBUIÇÕES AO PASEP | 0,00 | 0,00 | 682.520,00 | 682.520,00 |
| 12 | Educação | 4.644.865,00 | 23.258.800,00 | 0,00 | 27.903.665,00 |
| 12.122 | Administração geral | 0,00 | 3.287.000,00 | 0,00 | 3.287.000,00 |
| 12.122.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 3.287.000,00 | 0,00 | 3.287.000,00 |
| 12.122.0017.2014 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 3.287.000,00 | 0,00 | 3.287.000,00 |
| 12.125 | Normatização e fiscalização | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 12.125.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 12.125.0016.2013 | MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 12.306 | Alimentação e nutrição | 0,00 | 1.150.000,00 | 0,00 | 1.150.000,00 |
| 12.306.0018 | MERENDA ESCOLA - SABOR E SABER | 0,00 | 1.150.000,00 | 0,00 | 1.150.000,00 |
| 12.306.0018.2021 | MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - RECURSOS PRÓPRIOS | 0,00 | 796.000,00 | 0,00 | 796.000,00 |
| 12.306.0018.2032 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - FUNDAMENTAL | 0,00 | 255.350,00 | 0,00 | 255.350,00 |
| 12.306.0018.2033 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - CRECHE | 0,00 | 48.825,00 | 0,00 | 48.825,00 |
| 12.306.0018.2034 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 49.825,00 | 0,00 | 49.825,00 |
| 12.361 | Ensino fundamental | 3.032.365,00 | 13.912.000,00 | 0,00 | 16.944.365,00 |
| 12.361.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 1.254.000,00 | 0,00 | 1.254.000,00 |
| 12.361.0017.2026 | CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 98.000,00 | 0,00 | 98.000,00 |
| 12.361.0017.2035 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.030.000,00 | 0,00 | 1.030.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 12.361.0017.2038 | Manutencao do PDDE - FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 12.361.0017.2107 | PAIPOC-PROJETO DE APOIO E INCENTIVO A PARTICIPAÇÃO EM OLIMPIADAS DE CONHECIMENTO | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 12.361.0017.2121 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL -ETI | 0,00 | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 12.361.0019 | TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER | 250.000,00 | 1.767.000,00 | 0,00 | 2.017.000,00 |
| 12.361.0019.1027 | VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 12.361.0019.1028 | Constrir, Reformar e Manter Garagem/Abrigo | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 12.361.0019.2028 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.627.000,00 | 0,00 | 1.627.000,00 |
| 12.361.0019.2030 | MANUTENÇÃO DO PNATE - ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 12.361.0020 | GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER | 1.027.365,00 | 10.891.000,00 | 0,00 | 11.918.365,00 |
| 12.361.0020.1058 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 1.027.365,00 | 0,00 | 0,00 | 1.027.365,00 |
| 12.361.0020.2019 | FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 8.690.000,00 | 0,00 | 8.690.000,00 |
| 12.361.0020.2023 | FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.775.000,00 | 0,00 | 1.775.000,00 |
| 12.361.0020.2132 | FUNDEB ETI 70% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 386.000,00 | 0,00 | 386.000,00 |
| 12.361.0020.2135 | FUNDEB ETI 30% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 40.000,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 12.361.0027 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | 1.755.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.755.000,00 |
| 12.361.0027.1004 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E EQUIPAR ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 1.755.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.755.000,00 |
| 12.364 | Ensino superior | 0,00 | 320.000,00 | 0,00 | 320.000,00 |
| 12.364.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 320.000,00 | 0,00 | 320.000,00 |
| 12.364.0017.2017 | APOIO AO ENSINO SUPERIOR E ESCOLAS TÉCNICAS | 0,00 | 320.000,00 | 0,00 | 320.000,00 |
| 12.365 | Educação infantil | 1.612.500,00 | 4.399.800,00 | 0,00 | 6.012.300,00 |
| 12.365.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 104.000,00 | 0,00 | 104.000,00 |
| 12.365.0017.2027 | CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 14.000,00 | 0,00 | 14.000,00 |
| 12.365.0017.2036 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - CRECHE | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| 12.365.0017.2037 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 12.365.0019 | TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER | 0,00 | 110.000,00 | 0,00 | 110.000,00 |
| 12.365.0019.2029 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 12.365.0019.2031 | MANUTENÇÃO DO PNATE - EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 12.365.0020 | GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER | 1.337.500,00 | 4.185.800,00 | 0,00 | 5.523.300,00 |
| 12.365.0020.1059 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 885.500,00 | 0,00 | 0,00 | 885.500,00 |
| 12.365.0020.2020 | FUNDEB 70% - INFANTIL CRECHE | 0,00 | 3.231.000,00 | 0,00 | 3.231.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 12.365.0020.2022 | FUNDEB 70% - INFANTIL PRE-ESCOLAR | 0,00 | 701.000,00 | 0,00 | 701.000,00 |
| 12.365.0020.2024 | FUNDEB 30% - INFANTIL - CRECHE | 452.000,00 | 0,00 | 0,00 | 452.000,00 |
| 12.365.0020.2025 | FUNDEB 30% - INFANTIL - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 12.365.0020.2133 | FUNDEB ETI 70% - INFANTIL CRECHE | 0,00 | 173.000,00 | 0,00 | 173.000,00 |
| 12.365.0020.2134 | FUNDEB ETI 70% - INFANTIL PRE-ESCOLAR | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 12.365.0020.2136 | FUNDEB ETI 30% - INFANTIL - CRECHE | 0,00 | 7.000,00 | 0,00 | 7.000,00 |
| 12.365.0020.2137 | FUNDEB ETI 30% - INFANTIL - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 5.800,00 | 0,00 | 5.800,00 |
| 12.365.0027 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | 275.000,00 | 0,00 | 0,00 | 275.000,00 |
| 12.365.0027.1005 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E EQUIPAR ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 275.000,00 | 0,00 | 0,00 | 275.000,00 |
| 12.367 | Educação especial | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 170.000,00 |
| 12.367.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 170.000,00 |
| 12.367.0017.2016 | CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO ESPECIAL – APAE | 0,00 | 170.000,00 | 0,00 | 170.000,00 |
| 13 | Cultura | 35.000,00 | 2.009.000,00 | 0,00 | 2.044.000,00 |
| 13.392 | Difusão cultural | 35.000,00 | 2.009.000,00 | 0,00 | 2.044.000,00 |
| 13.392.0024 | FESTAS TRADICIONAIS E FOLCLÓRICAS – RAÍZES E RITMOS | 0,00 | 1.405.000,00 | 0,00 | 1.405.000,00 |
| 13.392.0024.2041 | APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, TRADICIONAIS E FOLCLÓRICOS | 0,00 | 1.405.000,00 | 0,00 | 1.405.000,00 |
| 13.392.0025 | PROGRAMA LIVRO ABERTO - RENOVAR E LER | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 13.392.0025.1026 | IMPLANTAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ACERVOS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 13.392.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 13.392.0053.1025 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - CULTURA | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 13.392.0055 | MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL | 0,00 | 604.000,00 | 0,00 | 604.000,00 |
| 13.392.0055.2042 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA | 0,00 | 501.000,00 | 0,00 | 501.000,00 |
| 13.392.0055.2103 | REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BANDA E FANFARRA MUNICIPAL | 0,00 | 33.000,00 | 0,00 | 33.000,00 |
| 13.392.0055.2119 | DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO PNAB DE FOMENTO A CULTURA | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| 15 | Urbanismo | 11.502.000,00 | 3.417.131,00 | 0,00 | 14.919.131,00 |
| 15.451 | Infra-estrutura urbana | 11.502.000,00 | 0,00 | 0,00 | 11.502.000,00 |
| 15.451.0008 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 15.451.0008.1013 | CONSTRUIR, REFORMAR E READEQUAR PRÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS. | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 15.451.0026 | DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - DESCUBRA NOSSA TERRA | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 15.451.0026.1029 | PROJETO DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LAGO | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 15.451.0038 | MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO | 11.392.000,00 | 0,00 | 0,00 | 11.392.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 15.451.0038.1016 | PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES | 8.922.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.922.000,00 |
| 15.451.0038.1053 | PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS | 2.223.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.223.000,00 |
| 15.451.0038.1066 | PAVIMENTAÇÃO EM TSD, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIO PÚBLICO | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 15.451.0038.1069 | IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE | 197.000,00 | 0,00 | 0,00 | 197.000,00 |
| 15.452 | Serviços urbanos | 0,00 | 3.417.131,00 | 0,00 | 3.417.131,00 |
| 15.452.0038 | MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO | 0,00 | 1.438.216,00 | 0,00 | 1.438.216,00 |
| 15.452.0038.2065 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS | 0,00 | 1.438.216,00 | 0,00 | 1.438.216,00 |
| 15.452.0039 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE – CAMINHOS ILUMINADOS | 0,00 | 1.978.915,00 | 0,00 | 1.978.915,00 |
| 15.452.0039.2066 | MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 0,00 | 1.978.915,00 | 0,00 | 1.978.915,00 |
| 16 | Habitação | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 16.482 | Habitação urbana | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 16.482.0048 | HABITAÇÃO COM CIDADANIA – CONSTRUÍNDO O FUTURO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 16.482.0048.1064 | CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17 | Saneamento | 40.000,00 | 625.000,00 | 0,00 | 665.000,00 |
| 17.512 | Saneamento básico urbano | 40.000,00 | 625.000,00 | 0,00 | 665.000,00 |
| 17.512.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17.512.0030.1055 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17.512.0040 | ADUÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA – FONTE DE VIDA | 20.000,00 | 625.000,00 | 0,00 | 645.000,00 |
| 17.512.0040.1017 | CONSTRUIR, AMPLIAR E EQUIPAR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17.512.0040.2067 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE | 0,00 | 625.000,00 | 0,00 | 625.000,00 |
| 18 | Gestão ambiental | 10.000,00 | 145.000,00 | 0,00 | 155.000,00 |
| 18.125 | Normatização e fiscalização | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 18.125.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 18.125.0016.2049 | MANUTENÇÃO E APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 18.541 | Preservação e conservação ambiental | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 18.541.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 18.541.0030.2050 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 18.543 | Recuperação de áreas degradadas | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 18.543.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 18.543.0030.1011 | RECUPERAÇÃO DE CÓRREGOS, ÁREAS DEGRADADAS E REFLORESTAMENTO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 20 | Agricultura | 375.000,00 | 2.111.000,00 | 0,00 | 2.486.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 20.605 | Abastecimento | 115.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 215.000,00 |
| 20.605.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 115.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 215.000,00 |
| 20.605.0028.1009 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 20.605.0028.1036 | APOIO E REVITALIZAÇÃO DA PISCICULTURA | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 20.605.0028.2009 | PAAM - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 20.606 | Extensão rural | 0,00 | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 20.606.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 0,00 | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 20.606.0028.2048 | APOIO À REALIZAÇÃO DE FEIRAS AGRÍCOLAS E ENCONTROS TÉCNICOS | 0,00 | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 20.608 | Promoção da produção agropecuária | 260.000,00 | 1.998.000,00 | 0,00 | 2.258.000,00 |
| 20.608.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 260.000,00 | 1.998.000,00 | 0,00 | 2.258.000,00 |
| 20.608.0028.1010 | CONSTRUIR, AMPLIAR E MANTER O VIVEIRO DE MUDAS MUNICIPAL | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 20.608.0028.1035 | EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 20.608.0028.1037 | PROGRAMA DE APOIO E MELHORIA DA PRODUÇÃO DA BACIA LEITEIRA | 210.000,00 | 0,00 | 0,00 | 210.000,00 |
| 20.608.0028.2046 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | 0,00 | 1.940.000,00 | 0,00 | 1.940.000,00 |
| 20.608.0028.2047 | APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES | 0,00 | 8.000,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| 21 | Organização agrária | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 21.631 | Reforma agrária | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 21.631.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 21.631.0028.1038 | APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 23 | Comércio e serviços | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 23.695 | Turismo | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 23.695.0026 | DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - DESCUBRA NOSSA TERRA | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 23.695.0026.1033 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - TURISMO | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 23.695.0026.1034 | APOIO, REVITALIZAÇÃO E INCREMENTO AO TURISMO | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 26 | Transporte | 1.461.000,00 | 6.185.150,00 | 0,00 | 7.646.150,00 |
| 26.122 | Administração geral | 0,00 | 5.221.150,00 | 0,00 | 5.221.150,00 |
| 26.122.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 0,00 | 5.221.150,00 | 0,00 | 5.221.150,00 |
| 26.122.0003.2062 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | 0,00 | 5.221.150,00 | 0,00 | 5.221.150,00 |
| 26.782 | Transporte rodoviário | 1.461.000,00 | 964.000,00 | 0,00 | 2.425.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 26.782.0004 | POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 64.000,00 |
| 26.782.0004.2064 | CONTRIBUIÇÕES AO CIDVAT | 0,00 | 64.000,00 | 0,00 | 64.000,00 |
| 26.782.0037 | SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA – CAMINHO SEGURO | 1.361.000,00 | 900.000,00 | 0,00 | 2.261.000,00 |
| 26.782.0037.1054 | CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PONTES E BUEIROS E ADUELAS | 1.361.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.361.000,00 |
| 26.782.0037.2063 | ABERTURA, REABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 26.782.0037.2130 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES-FMT | 0,00 | 850.000,00 | 0,00 | 850.000,00 |
| 26.782.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 26.782.0053.1014 | MAQUINÁRIOS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 27 | Desporto e lazer | 396.000,00 | 753.000,00 | 0,00 | 1.149.000,00 |
| 27.812 | Desporto comunitário | 280.000,00 | 753.000,00 | 0,00 | 1.033.000,00 |
| 27.812.0023 | CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE | 280.000,00 | 753.000,00 | 0,00 | 1.033.000,00 |
| 27.812.0023.1030 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ESPORTE E LAZER | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 27.812.0023.1032 | CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR LOCAIS DE PRATICA DE ESPORTES | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| 27.812.0023.2044 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER | 0,00 | 753.000,00 | 0,00 | 753.000,00 |
| 27.813 | Lazer | 116.000,00 | 0,00 | 0,00 | 116.000,00 |
| 27.813.0023 | CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE | 116.000,00 | 0,00 | 0,00 | 116.000,00 |
| 27.813.0023.1031 | CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR ESPAÇOS DE LAZER | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 |
| 27.813.0023.1063 | IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE COM PARQUES INFANTIS | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 28 | Encargos especiais | 0,00 | 0,00 | 927.000,00 | 927.000,00 |
| 28.843 | Serviço da dívida interna | 0,00 | 0,00 | 927.000,00 | 927.000,00 |
| 28.843.0015 | PROGRAMA SERVIÇO DA DÍVIDA FUNDADA | 0,00 | 0,00 | 927.000,00 | 927.000,00 |
| 28.843.0015.2012 | SERVIÇOS DA DÍVIDA FUNDADA, SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS | 0,00 | 0,00 | 927.000,00 | 927.000,00 |
| 99 | Reserva de contingência ou reserva legal do rpps | 0,00 | 0,00 | 2.850.000,00 | 2.850.000,00 |
| 99.997 | Reserva do RPPS | 0,00 | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |
| 99.997.0051 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS DO PREVVER – FUTURO SEGURO | 0,00 | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |
| 99.997.0051.9998 | RESERVA LEGAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) | 0,00 | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |
| 99.999 | Reserva de contingência | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 | 48.000,00 |
| 99.999.9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 | 48.000,00 |
| 99.999.9999.9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 | 48.000,00 |
| | **TOTAL:** | **21.985.460,00** | **80.130.020,00** | **4.459.520,00** | **106.575.000,00** |
| | **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** | **0,00** | **PREV. TRANSF. PATRONAIS CONCEDIDAS:** | | **0,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 7 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Projetos | Atividades | Especiais | Total |
|---|---|---|---|---|---|

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Legislativa | 3.810.000,00 | 0,00 | 3.810.000,00 |
| 01.031 | Ação legislativa | 3.810.000,00 | 0,00 | 3.810.000,00 |
| 01.031.0001 | AÇÃO DO LEGISLATIVO | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.102.000,00 |
| 01.031.0001.2001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.102.000,00 |
| 01.031.0001.2001.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.102.000,00 | 0,00 | 3.102.000,00 |
| 01.031.0002 | INFRAESTRUTURA FÍSICA DO LEGISLATIVO | 708.000,00 | 0,00 | 708.000,00 |
| 01.031.0002.1001 | AMPLIAR, REFORMAR E READEQUAR PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL | 708.000,00 | 0,00 | 708.000,00 |
| 01.031.0002.1001.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 708.000,00 | 0,00 | 708.000,00 |
| 03 | Essencial a justiça | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 03.091 | Defesa da ordem jurídica | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 03.091.0005 | DEFESA DA ORDEM JURÍDICA | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 03.091.0005.2005 | MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 03.091.0005.2005.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 578.000,00 | 0,00 | 578.000,00 |
| 04 | Administração | 7.481.130,00 | 120.000,00 | 7.601.130,00 |
| 04.122 | Administração geral | 6.099.130,00 | 75.000,00 | 6.174.130,00 |
| 04.122.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 5.595.130,00 | 50.000,00 | 5.645.130,00 |
| 04.122.0003.2002 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO | 840.000,00 | 0,00 | 840.000,00 |
| 04.122.0003.2002.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 830.000,00 | 0,00 | 830.000,00 |
| 04.122.0003.2002.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 04.122.0003.2006 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | 4.755.130,00 | 50.000,00 | 4.805.130,00 |
| 04.122.0003.2006.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 4.395.700,00 | 0,00 | 4.395.700,00 |
| 04.122.0003.2006.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 309.430,00 | 0,00 | 309.430,00 |
| 04.122.0003.2006.1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 04.122.0003.2006.1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 04.122.0008 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 04.122.0008.1002 | CONSTRUIR, REFORMAR, READEQUAR E EQUIPAR O PAÇO MUNICIPAL | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 04.122.0008.1002.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 04.122.0013 | PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS | 259.000,00 | 0,00 | 259.000,00 |
| 04.122.0013.2010 | CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS | 259.000,00 | 0,00 | 259.000,00 |
| 04.122.0013.2010.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 259.000,00 | 0,00 | 259.000,00 |
| 04.122.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 125.000,00 | 25.000,00 | 150.000,00 |
| 04.122.0053.1003 | Veiculos, Equipamentos e Mat. Permanentes/GAPRE | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 04.122.0053.1003.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 04.122.0053.1021 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | 75.000,00 | 25.000,00 | 100.000,00 |
| 04.122.0053.1021.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 04.122.0053.1021.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 04.122.0053.1021.1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 04.123 | Administração financeira | 917.000,00 | 0,00 | 917.000,00 |
| 04.123.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 907.000,00 | 0,00 | 907.000,00 |
| 04.123.0003.2008 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 907.000,00 | 0,00 | 907.000,00 |
| 04.123.0003.2008.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 907.000,00 | 0,00 | 907.000,00 |
| 04.123.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 04.123.0053.1022 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FINANÇAS | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 04.123.0053.1022.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 04.124 | Controle interno | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 04.124.0006 | AUDITORIA E CONTROLE | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 04.124.0006.2004 | MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 04.124.0006.2004.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 04.126 | Tecnologia da informação | 200.000,00 | 20.000,00 | 220.000,00 |
| 04.126.0054 | GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA | 200.000,00 | 20.000,00 | 220.000,00 |
| 04.126.0054.2102 | SIAFIC - IMPLANTAR, ESTRUTURAR E MANTER | 200.000,00 | 20.000,00 | 220.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 04.126.0054.2102.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 200.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 04.126.0054.2102.1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 04.128 | Formação de recursos humanos | 35.000,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| 04.128.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 04.128.0003.2101 | CONCURSO E OU PROCESSOS SELETIVOS PÚBLICOS | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 04.128.0003.2101.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 04.128.0010 | CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 04.128.0010.2084 | CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 04.128.0010.2084.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 04.131 | Comunicação social | 30.000,00 | 25.000,00 | 55.000,00 |
| 04.131.0009 | GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA | 30.000,00 | 25.000,00 | 55.000,00 |
| 04.131.0009.2007 | DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL | 30.000,00 | 25.000,00 | 55.000,00 |
| 04.131.0009.2007.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 04.131.0009.2007.1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 04.131.0009.2007.1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 06 | Segurança pública | 37.000,00 | 0,00 | 37.000,00 |
| 06.181 | Policiamento | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 06.181.0056 | PROGRAMA VIGIA MAIS MT | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 06.181.0056.1065 | EXECUÇÃO DO PROGRAMA VIGIA MAIS MT | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 06.181.0056.1065.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 06.182 | Defesa civil | 22.000,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 06.182.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 22.000,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 06.182.0030.2051 | AÇÕES DE APOIO À DEFESA CIVIL | 22.000,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 06.182.0030.2051.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 06.182.0030.2051.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 08 | Assistência social | 4.432.069,00 | 467.000,00 | 4.899.069,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 08.122 | Administração geral | 2.456.000,00 | 14.000,00 | 2.470.000,00 |
| 08.122.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 18.000,00 | 8.000,00 | 26.000,00 |
| 08.122.0016.2122 | FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 18.000,00 | 8.000,00 | 26.000,00 |
| 08.122.0016.2122.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 18.000,00 | 0,00 | 18.000,00 |
| 08.122.0016.2122.1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 8.000,00 | 8.000,00 |
| 08.122.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 4.000,00 | 6.000,00 | 10.000,00 |
| 08.122.0043.2129 | PROCAD-SUAS | 4.000,00 | 6.000,00 | 10.000,00 |
| 08.122.0043.2129.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 4.000,00 | 0,00 | 4.000,00 |
| 08.122.0043.2129.1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 6.000,00 | 6.000,00 |
| 08.122.0055 | MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL | 2.434.000,00 | 0,00 | 2.434.000,00 |
| 08.122.0055.2070 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA | 2.434.000,00 | 0,00 | 2.434.000,00 |
| 08.122.0055.2070.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.434.000,00 | 0,00 | 2.434.000,00 |
| 08.241 | Assistência à Pessoa Idosa | 121.000,00 | 0,00 | 121.000,00 |
| 08.241.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 08.241.0043.1068 | CONSTRUÇÃO DO CENTRO CONVIVÊNCIA | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 08.241.0043.1068.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 08.241.0055 | MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL | 21.000,00 | 0,00 | 21.000,00 |
| 08.241.0055.2111 | MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI | 21.000,00 | 0,00 | 21.000,00 |
| 08.241.0055.2111.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 21.000,00 | 0,00 | 21.000,00 |
| 08.242 | Assistência à Pessoa com Deficiência | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.242.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.242.0043.2109 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.242.0043.2109.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 08.243 | Assistência à criança e ao adolescente | 342.000,00 | 33.000,00 | 375.000,00 |
| 08.243.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 284.000,00 | 0,00 | 284.000,00 |
| 08.243.0016.2110 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR | 284.000,00 | 0,00 | 284.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 08.243.0016.2110.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 284.000,00 | 0,00 | 284.000,00 |
| 08.243.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 58.000,00 | 33.000,00 | 91.000,00 |
| 08.243.0043.2083 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA | 52.000,00 | 33.000,00 | 85.000,00 |
| 08.243.0043.2083.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 52.000,00 | 0,00 | 52.000,00 |
| 08.243.0043.2083.1.669.0000000 | Outros Recursos Vinculados à Assistência Social | 0,00 | 33.000,00 | 33.000,00 |
| 08.243.0043.2085 | MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR | 6.000,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 08.243.0043.2085.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 6.000,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 08.244 | Assistência comunitária | 529.000,00 | 113.000,00 | 642.000,00 |
| 08.244.0008 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 08.244.0008.1018 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 08.244.0008.1018.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 08.244.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 494.000,00 | 113.000,00 | 607.000,00 |
| 08.244.0043.2112 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 08.244.0043.2112.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 08.244.0043.2124 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | 336.000,00 | 87.000,00 | 423.000,00 |
| 08.244.0043.2124.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 336.000,00 | 0,00 | 336.000,00 |
| 08.244.0043.2124.1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 0,00 | 87.000,00 | 87.000,00 |
| 08.244.0043.2126 | BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO | 108.000,00 | 26.000,00 | 134.000,00 |
| 08.244.0043.2126.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 108.000,00 | 0,00 | 108.000,00 |
| 08.244.0043.2126.1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 26.000,00 | 26.000,00 |
| 08.244.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 08.244.0053.1057 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 08.244.0053.1057.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 08.245 | Serviços Socioassistenciais | 974.069,00 | 307.000,00 | 1.281.069,00 |
| 08.245.0043 | DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO | 974.069,00 | 307.000,00 | 1.281.069,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 08.245.0043.2123 | BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS | 59.069,00 | 17.000,00 | 76.069,00 |
| 08.245.0043.2123.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 59.069,00 | 0,00 | 59.069,00 |
| 08.245.0043.2123.1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 17.000,00 | 17.000,00 |
| 08.245.0043.2127 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | 651.000,00 | 243.000,00 | 894.000,00 |
| 08.245.0043.2127.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 651.000,00 | 0,00 | 651.000,00 |
| 08.245.0043.2127.1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 171.000,00 | 171.000,00 |
| 08.245.0043.2127.1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 0,00 | 72.000,00 | 72.000,00 |
| 08.245.0043.2128 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) | 264.000,00 | 47.000,00 | 311.000,00 |
| 08.245.0043.2128.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 264.000,00 | 0,00 | 264.000,00 |
| 08.245.0043.2128.1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 08.245.0043.2128.1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 0,00 | 32.000,00 | 32.000,00 |
| 09 | Previdência social | 0,00 | 3.730.000,00 | 3.730.000,00 |
| 09.272 | Previdência do regime estatutário | 0,00 | 3.730.000,00 | 3.730.000,00 |
| 09.272.0051 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS DO PREVVER – FUTURO SEGURO | 0,00 | 3.730.000,00 | 3.730.000,00 |
| 09.272.0051.2086 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E BENEFÍCIOS DO PREVVER | 0,00 | 3.730.000,00 | 3.730.000,00 |
| 09.272.0051.2086.1.800.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 0,00 | 1.565.000,00 | 1.565.000,00 |
| 09.272.0051.2086.1.800.1111000 | Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 0,00 | 1.655.000,00 | 1.655.000,00 |
| 09.272.0051.2086.1.800.1121000 | Benefícios Previdenciários - Poder Legislativo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 0,00 | 75.000,00 | 75.000,00 |
| 09.272.0051.2086.1.802.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 0,00 | 435.000,00 | 435.000,00 |
| 10 | Saúde | 0,00 | 24.435.335,00 | 24.435.335,00 |
| 10.122 | Administração geral | 0,00 | 4.889.000,00 | 4.889.000,00 |
| 10.122.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 4.889.000,00 | 4.889.000,00 |
| 10.122.0031.1012 | CONSTRUIR, REFORMAR E READEQUAR SECRETARIA DE SAÚDE | 0,00 | 26.000,00 | 26.000,00 |
| 10.122.0031.1012.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 26.000,00 | 26.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 10.122.0031.2053 | MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 4.863.000,00 | 4.863.000,00 |
| 10.122.0031.2053.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 2.650.000,00 | 2.650.000,00 |
| 10.122.0031.2053.1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 1.466.000,00 | 1.466.000,00 |
| 10.122.0031.2053.1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 747.000,00 | 747.000,00 |
| 10.125 | Normatização e fiscalização | 0,00 | 18.000,00 | 18.000,00 |
| 10.125.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 18.000,00 | 18.000,00 |
| 10.125.0031.2052 | APOIAR E MANTER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS | 0,00 | 18.000,00 | 18.000,00 |
| 10.125.0031.2052.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 18.000,00 | 18.000,00 |
| 10.126 | Tecnologia da informação | 0,00 | 44.000,00 | 44.000,00 |
| 10.126.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 44.000,00 | 44.000,00 |
| 10.126.0032.2120 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS DIGITAL | 0,00 | 44.000,00 | 44.000,00 |
| 10.126.0032.2120.1.600.0000601 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Gestão do SUS | 0,00 | 44.000,00 | 44.000,00 |
| 10.128 | Formação de recursos humanos | 0,00 | 86.740,00 | 86.740,00 |
| 10.128.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 86.740,00 | 86.740,00 |
| 10.128.0031.2054 | EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE | 0,00 | 86.740,00 | 86.740,00 |
| 10.128.0031.2054.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 86.740,00 | 86.740,00 |
| 10.301 | Atenção básica | 0,00 | 6.478.595,00 | 6.478.595,00 |
| 10.301.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 6.478.595,00 | 6.478.595,00 |
| 10.301.0032.1045 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E READEQUAR UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | 0,00 | 289.595,00 | 289.595,00 |
| 10.301.0032.1045.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 289.595,00 | 289.595,00 |
| 10.301.0032.1050 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ACADEMIAS DE SAÚDE | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 10.301.0032.1050.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 10.301.0032.2055 | BLOCO DE CUSTEIO DA ATENÇÃO BÁSICA OU PRIMÁRIA EM SAÚDE | 0,00 | 4.569.000,00 | 4.569.000,00 |
| 10.301.0032.2055.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 1.371.000,00 | 1.371.000,00 |
| 10.301.0032.2055.1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 1.705.000,00 | 1.705.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 10.301.0032.2055.1.600.3110000 | IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares individuais | 0,00 | 580.000,00 | 580.000,00 |
| 10.301.0032.2055.1.600.3120000 | IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares de bancada | 0,00 | 600.000,00 | 600.000,00 |
| 10.301.0032.2055.1.605.0000000 | Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem | 0,00 | 125.000,00 | 125.000,00 |
| 10.301.0032.2055.1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 188.000,00 | 188.000,00 |
| 10.301.0032.2056 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS | 0,00 | 1.610.000,00 | 1.610.000,00 |
| 10.301.0032.2056.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 535.000,00 | 535.000,00 |
| 10.301.0032.2056.1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 147.000,00 | 147.000,00 |
| 10.301.0032.2056.1.604.0000000 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | 0,00 | 653.000,00 | 653.000,00 |
| 10.301.0032.2056.1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 275.000,00 | 275.000,00 |
| 10.302 | Assistência hospitalar e ambulatorial | 0,00 | 12.022.000,00 | 12.022.000,00 |
| 10.302.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 3.285.000,00 | 3.285.000,00 |
| 10.302.0031.1062 | CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL PRONTO ATENDIMENTO | 0,00 | 1.900.000,00 | 1.900.000,00 |
| 10.302.0031.1062.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 10.302.0031.1062.1.632.0000000 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde | 0,00 | 1.850.000,00 | 1.850.000,00 |
| 10.302.0031.1067 | UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO – UDR-NMV. | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 10.302.0031.1067.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 10.302.0031.2058 | CONTRIBUIÇÕES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE | 0,00 | 557.000,00 | 557.000,00 |
| 10.302.0031.2058.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 507.000,00 | 507.000,00 |
| 10.302.0031.2058.1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 10.302.0031.2104 | PROGRAMA DE CIRURGIAS ELETIVAS | 0,00 | 125.000,00 | 125.000,00 |
| 10.302.0031.2104.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 75.000,00 | 75.000,00 |
| 10.302.0031.2104.1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 10.302.0031.2105 | CUSTEIO E MANUTENÇÃO DO HOSPITAL E PRONTO ATENDIMENTO | 0,00 | 354.000,00 | 354.000,00 |
| 10.302.0031.2105.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 354.000,00 | 354.000,00 |
| 10.302.0031.2106 | CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO | 0,00 | 249.000,00 | 249.000,00 |
| 10.302.0031.2106.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 249.000,00 | 249.000,00 |
| 10.302.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 8.737.000,00 | 8.737.000,00 |
| 10.302.0032.1046 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E READEQUAR UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA DE SAÚDE | 0,00 | 55.000,00 | 55.000,00 |
| 10.302.0032.1046.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 55.000,00 | 55.000,00 |
| 10.302.0032.2057 | BLOCO DE CUSTEIO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR | 0,00 | 8.682.000,00 | 8.682.000,00 |
| 10.302.0032.2057.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 5.772.000,00 | 5.772.000,00 |
| 10.302.0032.2057.1.600.0000603 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Especializada | 0,00 | 450.000,00 | 450.000,00 |
| 10.302.0032.2057.1.600.3110000 | IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares individuais | 0,00 | 820.000,00 | 820.000,00 |
| 10.302.0032.2057.1.605.0000000 | Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem | 0,00 | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 10.302.0032.2057.1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 560.000,00 | 560.000,00 |
| 10.302.0032.2057.1.621.3210000 | Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais | 0,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| 10.302.0032.2057.1.632.0000000 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 10.303 | Suporte profilático e terapêutico | 0,00 | 185.000,00 | 185.000,00 |
| 10.303.0031 | GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS | 0,00 | 40.000,00 | 40.000,00 |
| 10.303.0031.2117 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - REMUNE | 0,00 | 40.000,00 | 40.000,00 |
| 10.303.0031.2117.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 40.000,00 | 40.000,00 |
| 10.303.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 145.000,00 | 145.000,00 |
| 10.303.0032.1042 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 10.303.0032.1042.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 10.303.0032.2061 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA RENAME ANEXO I A IV | 0,00 | 120.000,00 | 120.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 10.303.0032.2061.1.600.0000602 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Assistência Farmacêutica | 0,00 | 120.000,00 | 120.000,00 |
| 10.304 | Vigilância sanitária | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 10.304.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 10.304.0032.2131 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 10.304.0032.2131.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 10.304.0032.2131.1.600.0000605 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 10.305 | Vigilância epidemiológica | 0,00 | 687.000,00 | 687.000,00 |
| 10.305.0032 | BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO | 0,00 | 687.000,00 | 687.000,00 |
| 10.305.0032.2059 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS-ACE | 0,00 | 497.000,00 | 497.000,00 |
| 10.305.0032.2059.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 221.000,00 | 221.000,00 |
| 10.305.0032.2059.1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 85.000,00 | 85.000,00 |
| 10.305.0032.2059.1.600.0000605 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 0,00 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 10.305.0032.2059.1.604.0000000 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | 0,00 | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 10.305.0032.2059.1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 26.000,00 | 26.000,00 |
| 10.305.0032.2060 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA | 0,00 | 190.000,00 | 190.000,00 |
| 10.305.0032.2060.1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 0,00 | 48.000,00 | 48.000,00 |
| 10.305.0032.2060.1.600.0000605 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 0,00 | 107.000,00 | 107.000,00 |
| 10.305.0032.2060.1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 35.000,00 | 35.000,00 |
| 11 | Trabalho | 655.570,00 | 26.950,00 | 682.520,00 |
| 11.331 | Proteção e benefícios ao trabalhador | 655.570,00 | 26.950,00 | 682.520,00 |
| 11.331.0014 | PASEP | 655.570,00 | 26.950,00 | 682.520,00 |
| 11.331.0014.2011 | CONTRIBUIÇÕES AO PASEP | 655.570,00 | 26.950,00 | 682.520,00 |
| 11.331.0014.2011.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 648.000,00 | 0,00 | 648.000,00 |
| 11.331.0014.2011.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 7.570,00 | 0,00 | 7.570,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 11.331.0014.2011.1.704.0000000 | Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 2.850,00 | 2.850,00 |
| 11.331.0014.2011.1.708.0000000 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 0,00 | 1.010,00 | 1.010,00 |
| 11.331.0014.2011.1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 6.030,00 | 6.030,00 |
| 11.331.0014.2011.1.750.0000000 | Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 0,00 | 360,00 | 360,00 |
| 11.331.0014.2011.1.751.0000000 | Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | 0,00 | 16.700,00 | 16.700,00 |
| 12 | Educação | 0,00 | 27.903.665,00 | 27.903.665,00 |
| 12.122 | Administração geral | 0,00 | 3.287.000,00 | 3.287.000,00 |
| 12.122.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 3.287.000,00 | 3.287.000,00 |
| 12.122.0017.2014 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 3.287.000,00 | 3.287.000,00 |
| 12.122.0017.2014.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 3.287.000,00 | 3.287.000,00 |
| 12.125 | Normatização e fiscalização | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12.125.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12.125.0016.2013 | MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12.125.0016.2013.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12.306 | Alimentação e nutrição | 0,00 | 1.150.000,00 | 1.150.000,00 |
| 12.306.0018 | MERENDA ESCOLA - SABOR E SABER | 0,00 | 1.150.000,00 | 1.150.000,00 |
| 12.306.0018.2021 | MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - RECURSOS PRÓPRIOS | 0,00 | 796.000,00 | 796.000,00 |
| 12.306.0018.2021.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 796.000,00 | 796.000,00 |
| 12.306.0018.2032 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - FUNDAMENTAL | 0,00 | 255.350,00 | 255.350,00 |
| 12.306.0018.2032.1.552.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 0,00 | 255.350,00 | 255.350,00 |
| 12.306.0018.2033 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - CRECHE | 0,00 | 48.825,00 | 48.825,00 |
| 12.306.0018.2033.1.552.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 0,00 | 48.825,00 | 48.825,00 |
| 12.306.0018.2034 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 49.825,00 | 49.825,00 |
| 12.306.0018.2034.1.552.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 0,00 | 49.825,00 | 49.825,00 |
| 12.361 | Ensino fundamental | 0,00 | 16.944.365,00 | 16.944.365,00 |
| 12.361.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 1.254.000,00 | 1.254.000,00 |
| 12.361.0017.2026 | CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 98.000,00 | 98.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 12.361.0017.2026.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 98.000,00 | 98.000,00 |
| 12.361.0017.2035 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.030.000,00 | 1.030.000,00 |
| 12.361.0017.2035.1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 1.030.000,00 | 1.030.000,00 |
| 12.361.0017.2038 | Manutencao do PDDE - FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 12.361.0017.2038.1.551.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 12.361.0017.2107 | PAIPOC-PROJETO DE APOIO E INCENTIVO A PARTICIPAÇÃO EM OLIMPIADAS DE CONHECIMENTO | 0,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| 12.361.0017.2107.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| 12.361.0017.2121 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL -ETI | 0,00 | 120.000,00 | 120.000,00 |
| 12.361.0017.2121.1.569.0000000 | Outras Transferências de Recursos do FNDE | 0,00 | 120.000,00 | 120.000,00 |
| 12.361.0019 | TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER | 0,00 | 2.017.000,00 | 2.017.000,00 |
| 12.361.0019.1027 | VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR | 0,00 | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 12.361.0019.1027.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 12.361.0019.1028 | Constrir, Reformar e Manter Garagem/Abrigo | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 12.361.0019.1028.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 12.361.0019.2028 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.627.000,00 | 1.627.000,00 |
| 12.361.0019.2028.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 864.000,00 | 864.000,00 |
| 12.361.0019.2028.1.576.0000000 | Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação | 0,00 | 763.000,00 | 763.000,00 |
| 12.361.0019.2030 | MANUTENÇÃO DO PNATE - ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 140.000,00 | 140.000,00 |
| 12.361.0019.2030.1.553.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) | 0,00 | 140.000,00 | 140.000,00 |
| 12.361.0020 | GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER | 0,00 | 11.918.365,00 | 11.918.365,00 |
| 12.361.0020.1058 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.027.365,00 | 1.027.365,00 |
| 12.361.0020.1058.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 144.865,00 | 144.865,00 |
| 12.361.0020.1058.1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 867.000,00 | 867.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 12.361.0020.1058.1.542.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT | 0,00 | 15.500,00 | 15.500,00 |
| 12.361.0020.2019 | FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 8.690.000,00 | 8.690.000,00 |
| 12.361.0020.2019.1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 8.690.000,00 | 8.690.000,00 |
| 12.361.0020.2023 | FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.775.000,00 | 1.775.000,00 |
| 12.361.0020.2023.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 370.000,00 | 370.000,00 |
| 12.361.0020.2023.1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 1.005.000,00 | 1.005.000,00 |
| 12.361.0020.2023.1.543.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR | 0,00 | 400.000,00 | 400.000,00 |
| 12.361.0020.2132 | FUNDEB ETI 70% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 386.000,00 | 386.000,00 |
| 12.361.0020.2132.1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 386.000,00 | 386.000,00 |
| 12.361.0020.2135 | FUNDEB ETI 30% - FUNDAMENTAL | 0,00 | 40.000,00 | 40.000,00 |
| 12.361.0020.2135.1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 40.000,00 | 40.000,00 |
| 12.361.0027 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | 0,00 | 1.755.000,00 | 1.755.000,00 |
| 12.361.0027.1004 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E EQUIPAR ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL | 0,00 | 1.755.000,00 | 1.755.000,00 |
| 12.361.0027.1004.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 559.000,00 | 559.000,00 |
| 12.361.0027.1004.1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 12.361.0027.1004.1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 191.000,00 | 191.000,00 |
| 12.361.0027.1004.1.571.0000000 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação | 0,00 | 505.000,00 | 505.000,00 |
| 12.364 | Ensino superior | 0,00 | 320.000,00 | 320.000,00 |
| 12.364.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 320.000,00 | 320.000,00 |
| 12.364.0017.2017 | APOIO AO ENSINO SUPERIOR E ESCOLAS TÉCNICAS | 0,00 | 320.000,00 | 320.000,00 |
| 12.364.0017.2017.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 320.000,00 | 320.000,00 |
| 12.365 | Educação infantil | 0,00 | 6.012.300,00 | 6.012.300,00 |
| 12.365.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 104.000,00 | 104.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 12.365.0017.2027 | CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 14.000,00 | 14.000,00 |
| 12.365.0017.2027.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 14.000,00 | 14.000,00 |
| 12.365.0017.2036 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - CRECHE | 0,00 | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 12.365.0017.2036.1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 12.365.0017.2037 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12.365.0017.2037.1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 12.365.0019 | TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER | 0,00 | 110.000,00 | 110.000,00 |
| 12.365.0019.2029 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 12.365.0019.2029.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 12.365.0019.2029.1.576.0000000 | Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 12.365.0019.2031 | MANUTENÇÃO DO PNATE - EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 12.365.0019.2031.1.553.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) | 0,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 12.365.0020 | GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER | 0,00 | 5.523.300,00 | 5.523.300,00 |
| 12.365.0020.1059 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 885.500,00 | 885.500,00 |
| 12.365.0020.1059.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 30.000,00 | 30.000,00 |
| 12.365.0020.1059.1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 35.000,00 | 35.000,00 |
| 12.365.0020.1059.1.542.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT | 0,00 | 20.500,00 | 20.500,00 |
| 12.365.0020.1059.1.543.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR | 0,00 | 800.000,00 | 800.000,00 |
| 12.365.0020.2020 | FUNDEB 70% - INFANTIL CRECHE | 0,00 | 3.231.000,00 | 3.231.000,00 |
| 12.365.0020.2020.1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 3.147.000,00 | 3.147.000,00 |
| 12.365.0020.2020.1.542.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 84.000,00 | 84.000,00 |
| 12.365.0020.2022 | FUNDEB 70% - INFANTIL PRE-ESCOLAR | 0,00 | 701.000,00 | 701.000,00 |
| 12.365.0020.2022.1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 701.000,00 | 701.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 12.365.0020.2024 | FUNDEB 30% - INFANTIL - CRECHE | 0,00 | 452.000,00 | 452.000,00 |
| 12.365.0020.2024.1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 452.000,00 | 452.000,00 |
| 12.365.0020.2025 | FUNDEB 30% - INFANTIL - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 13.000,00 | 13.000,00 |
| 12.365.0020.2025.1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 13.000,00 | 13.000,00 |
| 12.365.0020.2133 | FUNDEB ETI 70% - INFANTIL CRECHE | 0,00 | 173.000,00 | 173.000,00 |
| 12.365.0020.2133.1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 173.000,00 | 173.000,00 |
| 12.365.0020.2134 | FUNDEB ETI 70% - INFANTIL PRE-ESCOLAR | 0,00 | 55.000,00 | 55.000,00 |
| 12.365.0020.2134.1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 55.000,00 | 55.000,00 |
| 12.365.0020.2136 | FUNDEB ETI 30% - INFANTIL - CRECHE | 0,00 | 7.000,00 | 7.000,00 |
| 12.365.0020.2136.1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 7.000,00 | 7.000,00 |
| 12.365.0020.2137 | FUNDEB ETI 30% - INFANTIL - PRE-ESCOLAR | 0,00 | 5.800,00 | 5.800,00 |
| 12.365.0020.2137.1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 5.800,00 | 5.800,00 |
| 12.365.0027 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | 0,00 | 275.000,00 | 275.000,00 |
| 12.365.0027.1005 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E EQUIPAR ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | 0,00 | 275.000,00 | 275.000,00 |
| 12.365.0027.1005.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 275.000,00 | 275.000,00 |
| 12.367 | Educação especial | 0,00 | 170.000,00 | 170.000,00 |
| 12.367.0017 | EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA | 0,00 | 170.000,00 | 170.000,00 |
| 12.367.0017.2016 | CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO ESPECIAL – APAE | 0,00 | 170.000,00 | 170.000,00 |
| 12.367.0017.2016.1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 0,00 | 170.000,00 | 170.000,00 |
| 13 | Cultura | 1.374.000,00 | 670.000,00 | 2.044.000,00 |
| 13.392 | Difusão cultural | 1.374.000,00 | 670.000,00 | 2.044.000,00 |
| 13.392.0024 | FESTAS TRADICIONAIS E FOLCLÓRICAS – RAÍZES E RITMOS | 805.000,00 | 600.000,00 | 1.405.000,00 |
| 13.392.0024.2041 | APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, TRADICIONAIS E FOLCLÓRICOS | 805.000,00 | 600.000,00 | 1.405.000,00 |
| 13.392.0024.2041.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 805.000,00 | 0,00 | 805.000,00 |
| 13.392.0024.2041.1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 0,00 | 600.000,00 | 600.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 13.392.0025 | PROGRAMA LIVRO ABERTO - RENOVAR E LER | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 13.392.0025.1026 | IMPLANTAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ACERVOS | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 13.392.0025.1026.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 13.392.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 13.392.0053.1025 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - CULTURA | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 13.392.0053.1025.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 13.392.0055 | MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL | 534.000,00 | 70.000,00 | 604.000,00 |
| 13.392.0055.2042 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA | 501.000,00 | 0,00 | 501.000,00 |
| 13.392.0055.2042.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 500.000,00 | 0,00 | 500.000,00 |
| 13.392.0055.2042.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 13.392.0055.2103 | REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BANDA E FANFARRA MUNICIPAL | 33.000,00 | 0,00 | 33.000,00 |
| 13.392.0055.2103.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 33.000,00 | 0,00 | 33.000,00 |
| 13.392.0055.2119 | DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO PNAB DE FOMENTO A CULTURA | 0,00 | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 13.392.0055.2119.1.719.0000000 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 | 0,00 | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 15 | Urbanismo | 6.715.216,00 | 8.203.915,00 | 14.919.131,00 |
| 15.451 | Infra-estrutura urbana | 4.996.000,00 | 6.506.000,00 | 11.502.000,00 |
| 15.451.0008 | INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 15.451.0008.1013 | CONSTRUIR, REFORMAR E READEQUAR PRÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS. | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 15.451.0008.1013.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 15.451.0026 | DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - DESCUBRA NOSSA TERRA | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 15.451.0026.1029 | PROJETO DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LAGO | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 15.451.0026.1029.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 15.451.0038 | MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO | 4.886.000,00 | 6.506.000,00 | 11.392.000,00 |
| 15.451.0038.1016 | PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES | 4.446.000,00 | 4.476.000,00 | 8.922.000,00 |
| 15.451.0038.1016.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 4.446.000,00 | 0,00 | 4.446.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 15.451.0038.1016.1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 0,00 | 2.870.000,00 | 2.870.000,00 |
| 15.451.0038.1016.1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 0,00 | 1.606.000,00 | 1.606.000,00 |
| 15.451.0038.1053 | PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS | 243.000,00 | 1.980.000,00 | 2.223.000,00 |
| 15.451.0038.1053.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 15.451.0038.1053.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 223.000,00 | 0,00 | 223.000,00 |
| 15.451.0038.1053.1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 0,00 | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 15.451.0038.1053.1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 0,00 | 1.430.000,00 | 1.430.000,00 |
| 15.451.0038.1053.1.708.0000000 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 15.451.0038.1053.1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 15.451.0038.1066 | PAVIMENTAÇÃO EM TSD, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIO PÚBLICO | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 15.451.0038.1066.1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 15.451.0038.1069 | IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE | 197.000,00 | 0,00 | 197.000,00 |
| 15.451.0038.1069.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 197.000,00 | 0,00 | 197.000,00 |
| 15.452 | Serviços urbanos | 1.719.216,00 | 1.697.915,00 | 3.417.131,00 |
| 15.452.0038 | MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO | 1.438.216,00 | 0,00 | 1.438.216,00 |
| 15.452.0038.2065 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS | 1.438.216,00 | 0,00 | 1.438.216,00 |
| 15.452.0038.2065.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.438.216,00 | 0,00 | 1.438.216,00 |
| 15.452.0039 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE – CAMINHOS ILUMINADOS | 281.000,00 | 1.697.915,00 | 1.978.915,00 |
| 15.452.0039.2066 | MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 281.000,00 | 1.697.915,00 | 1.978.915,00 |
| 15.452.0039.2066.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 281.000,00 | 0,00 | 281.000,00 |
| 15.452.0039.2066.1.751.0000000 | Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | 0,00 | 1.697.915,00 | 1.697.915,00 |
| 16 | Habitação | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 16.482 | Habitação urbana | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 16.482.0048 | HABITAÇÃO COM CIDADANIA – CONSTRUÍNDO O FUTURO | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 16.482.0048.1064 | CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 16.482.0048.1064.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17 | Saneamento | 665.000,00 | 0,00 | 665.000,00 |
| 17.512 | Saneamento básico urbano | 665.000,00 | 0,00 | 665.000,00 |
| 17.512.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17.512.0030.1055 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17.512.0030.1055.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17.512.0040 | ADUÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA – FONTE DE VIDA | 645.000,00 | 0,00 | 645.000,00 |
| 17.512.0040.1017 | CONSTRUIR, AMPLIAR E EQUIPAR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 17.512.0040.1017.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 17.512.0040.1017.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 17.512.0040.2067 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE | 625.000,00 | 0,00 | 625.000,00 |
| 17.512.0040.2067.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 560.000,00 | 0,00 | 560.000,00 |
| 17.512.0040.2067.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 65.000,00 | 0,00 | 65.000,00 |
| 18 | Gestão ambiental | 155.000,00 | 0,00 | 155.000,00 |
| 18.125 | Normatização e fiscalização | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 18.125.0016 | PRÓ-CONSELHOS | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 18.125.0016.2049 | MANUTENÇÃO E APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 18.125.0016.2049.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 18.541 | Preservação e conservação ambiental | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 18.541.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 18.541.0030.2050 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 18.541.0030.2050.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 18.543 | Recuperação de áreas degradadas | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 18.543.0030 | INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 18.543.0030.1011 | RECUPERAÇÃO DE CÓRREGOS, ÁREAS DEGRADADAS E REFLORESTAMENTO | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 18.543.0030.1011.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 20 | Agricultura | 2.338.400,00 | 147.600,00 | 2.486.000,00 |
| 20.605 | Abastecimento | 215.000,00 | 0,00 | 215.000,00 |
| 20.605.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 215.000,00 | 0,00 | 215.000,00 |
| 20.605.0028.1009 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 20.605.0028.1009.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 20.605.0028.1036 | APOIO E REVITALIZAÇÃO DA PISCICULTURA | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 20.605.0028.1036.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 20.605.0028.2009 | PAAM - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAIS | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 20.605.0028.2009.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 20.606 | Extensão rural | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 20.606.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 20.606.0028.2048 | APOIO À REALIZAÇÃO DE FEIRAS AGRÍCOLAS E ENCONTROS TÉCNICOS | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 20.606.0028.2048.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 20.608 | Promoção da produção agropecuária | 2.110.400,00 | 147.600,00 | 2.258.000,00 |
| 20.608.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 2.110.400,00 | 147.600,00 | 2.258.000,00 |
| 20.608.0028.1010 | CONSTRUIR, AMPLIAR E MANTER O VIVEIRO DE MUDAS MUNICIPAL | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 20.608.0028.1010.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 20.608.0028.1035 | EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 20.608.0028.1035.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 20.608.0028.1037 | PROGRAMA DE APOIO E MELHORIA DA PRODUÇÃO DA BACIA LEITEIRA | 210.000,00 | 0,00 | 210.000,00 |
| 20.608.0028.1037.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 210.000,00 | 0,00 | 210.000,00 |
| 20.608.0028.2046 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | 1.792.400,00 | 147.600,00 | 1.940.000,00 |
| 20.608.0028.2046.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.627.400,00 | 0,00 | 1.627.400,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 20.608.0028.2046.1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos | 165.000,00 | 0,00 | 165.000,00 |
| 20.608.0028.2046.1.708.0000000 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 0,00 | 39.990,00 | 39.990,00 |
| 20.608.0028.2046.1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 102.970,00 | 102.970,00 |
| 20.608.0028.2046.1.750.0000000 | Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 0,00 | 4.640,00 | 4.640,00 |
| 20.608.0028.2047 | APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES | 8.000,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| 20.608.0028.2047.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 8.000,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| 21 | Organização agrária | 12.000,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 21.631 | Reforma agrária | 12.000,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 21.631.0028 | DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS | 12.000,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 21.631.0028.1038 | APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | 12.000,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 21.631.0028.1038.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 12.000,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 23 | Comércio e serviços | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 23.695 | Turismo | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 23.695.0026 | DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - DESCUBRA NOSSA TERRA | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 23.695.0026.1033 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - TURISMO | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 23.695.0026.1033.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 23.695.0026.1034 | APOIO, REVITALIZAÇÃO E INCREMENTO AO TURISMO | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 23.695.0026.1034.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 26 | Transporte | 5.812.000,00 | 1.834.150,00 | 7.646.150,00 |
| 26.122 | Administração geral | 4.487.000,00 | 734.150,00 | 5.221.150,00 |
| 26.122.0003 | GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS | 4.487.000,00 | 734.150,00 | 5.221.150,00 |
| 26.122.0003.2062 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | 4.487.000,00 | 734.150,00 | 5.221.150,00 |
| 26.122.0003.2062.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 4.135.000,00 | 0,00 | 4.135.000,00 |
| 26.122.0003.2062.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 297.000,00 | 0,00 | 297.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 26.122.0003.2062.1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 26.122.0003.2062.1.704.0000000 | Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 374.150,00 | 374.150,00 |
| 26.122.0003.2062.1.708.0000000 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 0,00 | 35.000,00 | 35.000,00 |
| 26.122.0003.2062.1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 294.000,00 | 294.000,00 |
| 26.122.0003.2062.1.750.0000000 | Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 0,00 | 31.000,00 | 31.000,00 |
| 26.122.0003.2062.1.759.0000702 | Auxílio financeiro aos municípios para compensação de perdas (Fethab Diesel) - Decreto Estadual nº 1354/2025 | 25.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 26.782 | Transporte rodoviário | 1.325.000,00 | 1.100.000,00 | 2.425.000,00 |
| 26.782.0004 | POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS | 64.000,00 | 0,00 | 64.000,00 |
| 26.782.0004.2064 | CONTRIBUIÇÕES AO CIDVAT | 64.000,00 | 0,00 | 64.000,00 |
| 26.782.0004.2064.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 64.000,00 | 0,00 | 64.000,00 |
| 26.782.0037 | SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA – CAMINHO SEGURO | 1.161.000,00 | 1.100.000,00 | 2.261.000,00 |
| 26.782.0037.1054 | CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PONTES E BUEIROS E ADUELAS | 261.000,00 | 1.100.000,00 | 1.361.000,00 |
| 26.782.0037.1054.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 251.000,00 | 0,00 | 251.000,00 |
| 26.782.0037.1054.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 26.782.0037.1054.1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 0,00 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 26.782.0037.1054.1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 0,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| 26.782.0037.2063 | ABERTURA, REABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 26.782.0037.2063.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 26.782.0037.2130 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES-FMT | 850.000,00 | 0,00 | 850.000,00 |
| 26.782.0037.2130.1.759.0000702 | Auxílio financeiro aos municípios para compensação de perdas (Fethab Diesel) - Decreto Estadual nº 1354/2025 | 850.000,00 | 0,00 | 850.000,00 |
| 26.782.0053 | MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 26.782.0053.1014 | MAQUINÁRIOS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**
**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 26.782.0053.1014.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 27 | Desporto e lazer | 1.094.000,00 | 55.000,00 | 1.149.000,00 |
| 27.812 | Desporto comunitário | 978.000,00 | 55.000,00 | 1.033.000,00 |
| 27.812.0023 | CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE | 978.000,00 | 55.000,00 | 1.033.000,00 |
| 27.812.0023.1030 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ESPORTE E LAZER | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 27.812.0023.1030.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 27.812.0023.1032 | CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR LOCAIS DE PRATICA DE ESPORTES | 250.000,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| 27.812.0023.1032.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 250.000,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| 27.812.0023.2044 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER | 698.000,00 | 55.000,00 | 753.000,00 |
| 27.812.0023.2044.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 698.000,00 | 0,00 | 698.000,00 |
| 27.812.0023.2044.1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 55.000,00 | 55.000,00 |
| 27.813 | Lazer | 116.000,00 | 0,00 | 116.000,00 |
| 27.813.0023 | CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE | 116.000,00 | 0,00 | 116.000,00 |
| 27.813.0023.1031 | CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR ESPAÇOS DE LAZER | 16.000,00 | 0,00 | 16.000,00 |
| 27.813.0023.1031.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 16.000,00 | 0,00 | 16.000,00 |
| 27.813.0023.1063 | IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE COM PARQUES INFANTIS | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 27.813.0023.1063.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 28 | Encargos especiais | 927.000,00 | 0,00 | 927.000,00 |
| 28.843 | Serviço da dívida interna | 927.000,00 | 0,00 | 927.000,00 |
| 28.843.0015 | PROGRAMA SERVIÇO DA DÍVIDA FUNDADA | 927.000,00 | 0,00 | 927.000,00 |
| 28.843.0015.2012 | SERVIÇOS DA DÍVIDA FUNDADA, SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS | 927.000,00 | 0,00 | 927.000,00 |
| 28.843.0015.2012.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 789.000,00 | 0,00 | 789.000,00 |
| 28.843.0015.2012.1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 138.000,00 | 0,00 | 138.000,00 |
| 99 | Reserva de contingência ou reserva legal do rpps | 48.000,00 | 2.802.000,00 | 2.850.000,00 |
| 99.997 | Reserva do RPPS | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |
| 99.997.0051 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS DO PREVVER – FUTURO SEGURO | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 8 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO COM OS RECURSOS**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

| Código | Descrição | Ordinário | Vinculado | Total |
|---|---|---|---|---|
| 99.997.0051.9998 | RESERVA LEGAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |
| 99.997.0051.9998.1.800.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 0,00 | 2.802.000,00 | 2.802.000,00 |
| 99.999 | Reserva de contingência | 48.000,00 | 0,00 | 48.000,00 |
| 99.999.9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 48.000,00 | 0,00 | 48.000,00 |
| 99.999.9999.9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 48.000,00 | 0,00 | 48.000,00 |
| 99.999.9999.9999.1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 48.000,00 | 0,00 | 48.000,00 |
| | **TOTAL:** | **36.179.385,00** | **70.395.615,00** | **106.575.000,00** |
| | | **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** | | **0,00** |
| | | **PREV. TRANSF. PATRONAIS CONCEDIDAS:** | | **0,00** |
| | | | **TOTAL GERAL:** | **106.575.000,00** |

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador CRC 012883/O2

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO
Secretário de Administração

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 9 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| | Funções | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão/Unidade** | **Legislativa** | **Essencial a justiça** | **Administração** | **Segurança pública** | **Assistência social** |
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | 3.810.000,00 | | | | |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO | | | 1.210.000,00 | | |
| 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | | 5.215.130,00 | 15.000,00 | |
| 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | | 1.176.000,00 | | |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE | | | | | |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO | | | | 22.000,00 | |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | | | | | |
| 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA | | | | | 4.899.069,00 |
| 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER | | | | | |
| 11 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | 578.000,00 | | | |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | |
| **Total** | **3.810.000,00** | **578.000,00** | **7.601.130,00** | **37.000,00** | **4.899.069,00** |

Data: 11/10/2026 23:00:31 Página: 1 de 6

Data da emissão: 11/10/2026 23:00:31 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 9 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| | Funções | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão/Unidade** | **Previdência social** | **Saúde** | **Trabalho** | **Educação** | **Cultura** |
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | | | | | |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO | | | | | |
| 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | | | | |
| 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | | 682.520,00 | | |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE | | | | 27.903.665,00 | 2.044.000,00 |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO | | | | | |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | 24.435.335,00 | | | |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | | | | | |
| 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA | | | | | |
| 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER | 3.730.000,00 | | | | |
| 11 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | | | | |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | |
| **Total** | **3.730.000,00** | **24.435.335,00** | **682.520,00** | **27.903.665,00** | **2.044.000,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 9 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| | Funções | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão/Unidade** | **Urbanismo** | **Habitação** | **Saneamento** | **Gestão ambiental** | **Agricultura** |
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | | | | | |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO | | | | | |
| 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | | | | |
| 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | | | | |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE | 100.000,00 | | | | |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO | | | | 155.000,00 | 2.486.000,00 |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | 14.819.131,00 | | 665.000,00 | | |
| 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA | | 20.000,00 | | | |
| 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER | | | | | |
| 11 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | | | | |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | |
| **Total** | **14.919.131,00** | **20.000,00** | **665.000,00** | **155.000,00** | **2.486.000,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 9 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| | Funções | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Órgão/Unidade** | **Organização agrária** | **Comércio e serviços** | **Transporte** | **Desporto e lazer** | **Encargos especiais** |
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | | | | | |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO | | | | | |
| 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | | | | |
| 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | | | | 927.000,00 |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE | | 25.000,00 | | 1.149.000,00 | |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO | 12.000,00 | | | | |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | | | 7.646.150,00 | | |
| 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA | | | | | |
| 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER | | | | | |
| 11 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | | | | |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | |
| **Total** | **12.000,00** | **25.000,00** | **7.646.150,00** | **1.149.000,00** | **927.000,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 9 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| | Funções | |
|---|---|---|
| **Órgão/Unidade** | **Reserva de contingência ou reserva legal do rpps** | **Total** |
| 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | | **3.810.000,00** |
| 02 - GABINETE DO PREFEITO | | **1.210.000,00** |
| 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | **5.230.130,00** |
| 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | **2.785.520,00** |
| 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE | | **31.221.665,00** |
| 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO | | **2.675.000,00** |
| 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | **24.435.335,00** |
| 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | | **23.130.281,00** |
| 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA | | **4.919.069,00** |
| 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER | 2.802.000,00 | **6.532.000,00** |
| 11 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | **578.000,00** |
| 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA | 48.000,00 | **48.000,00** |
| **Total** | **2.850.000,00** | **106.575.000,00** |

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador CRC 012883/O2

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**ANEXO 9 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**
**DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES**
**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO
Secretário de Administração

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES

**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código | Especificação | Obras | Aquisição | Prestação de Serviço |
|---|---|---|---|---|
| 01.031.0001.2001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO | | | 3.102.000,00 |
| 01.031.0002.1001 | AMPLIAR, REFORMAR E READEQUAR PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL | 708.000,00 | | |
| 03.091.0005.2005 | MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA | | | 578.000,00 |
| 04.122.0003.2002 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO | | | 840.000,00 |
| 04.122.0003.2006 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | | 4.805.130,00 |
| 04.122.0008.1002 | CONSTRUIR, REFORMAR, READEQUAR E EQUIPAR O PAÇO MUNICIPAL | | | 120.000,00 |
| 04.122.0013.2010 | CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS | | | 259.000,00 |
| 04.122.0053.1003 | Veiculos, Equipamentos e Mat. Permanentes/GAPRE | | 50.000,00 | |
| 04.122.0053.1021 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO | | 100.000,00 | |
| 04.123.0003.2008 | MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | | 907.000,00 |
| 04.123.0053.1022 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FINANÇAS | | 10.000,00 | |
| 04.124.0006.2004 | MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA | | | 200.000,00 |
| 04.126.0054.2102 | SIAFIC - IMPLANTAR, ESTRUTURAR E MANTER | | | 220.000,00 |
| 04.128.0003.2101 | CONCURSO E OU PROCESSOS SELETIVOS PÚBLICOS | | | 15.000,00 |
| 04.128.0010.2084 | CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS | | | 20.000,00 |
| 04.131.0009.2007 | DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL | | | 55.000,00 |
| 06.181.0056.1065 | EXECUÇÃO DO PROGRAMA VIGIA MAIS MT | | | 15.000,00 |
| 06.182.0030.2051 | AÇÕES DE APOIO À DEFESA CIVIL | | | 22.000,00 |
| 08.122.0016.2122 | FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | 26.000,00 |
| 08.122.0043.2129 | PROCAD-SUAS | | | 10.000,00 |
| 08.122.0055.2070 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA | | | 2.434.000,00 |
| 08.241.0043.1068 | CONSTRUÇÃO DO CENTRO CONVIVÊNCIA | 100.000,00 | | |
| 08.241.0055.2111 | MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI | | | 21.000,00 |
| 08.242.0043.2109 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA | | | 10.000,00 |
| 08.243.0016.2110 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR | | | 284.000,00 |
| 08.243.0043.2083 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA | | | 85.000,00 |
| 08.243.0043.2085 | MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR | | | 6.000,00 |
| 08.244.0008.1018 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 15.000,00 | | |
| 08.244.0043.2112 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER | | | 50.000,00 |
| 08.244.0043.2124 | GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | | | 423.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES**

**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código | Especificação | Obras | Aquisição | Prestação de Serviço |
|---|---|---|---|---|
| 08.244.0043.2126 | BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO | | | 134.000,00 |
| 08.244.0053.1057 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | 20.000,00 | |
| 08.245.0043.2123 | BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS | | | 76.069,00 |
| 08.245.0043.2127 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA | | | 894.000,00 |
| 08.245.0043.2128 | BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC) | | | 311.000,00 |
| 09.272.0051.2086 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E BENEFÍCIOS DO PREVVER | | | 3.730.000,00 |
| 10.122.0031.1012 | CONSTRUIR, REFORMAR E READEQUAR SECRETARIA DE SAÚDE | 26.000,00 | | |
| 10.122.0031.2053 | MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | 4.863.000,00 |
| 10.125.0031.2052 | APOIAR E MANTER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS | | | 18.000,00 |
| 10.126.0032.2120 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS DIGITAL | | | 44.000,00 |
| 10.128.0031.2054 | EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE | | | 86.740,00 |
| 10.301.0032.1045 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E READEQUAR UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE | 289.595,00 | | |
| 10.301.0032.1050 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ACADEMIAS DE SAÚDE | | | 10.000,00 |
| 10.301.0032.2055 | BLOCO DE CUSTEIO DA ATENÇÃO BÁSICA OU PRIMÁRIA EM SAÚDE | | | 4.569.000,00 |
| 10.301.0032.2056 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS | | | 1.610.000,00 |
| 10.302.0031.1062 | CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL PRONTO ATENDIMENTO | 1.900.000,00 | | |
| 10.302.0031.1067 | UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO – UDR-NMV. | 100.000,00 | | |
| 10.302.0031.2058 | CONTRIBUIÇÕES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE | | | 557.000,00 |
| 10.302.0031.2104 | PROGRAMA DE CIRURGIAS ELETIVAS | | | 125.000,00 |
| 10.302.0031.2105 | CUSTEIO E MANUTENÇÃO DO HOSPITAL E PRONTO ATENDIMENTO | | | 354.000,00 |
| 10.302.0031.2106 | CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO | | | 249.000,00 |
| 10.302.0032.1046 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E READEQUAR UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA DE SAÚDE | 55.000,00 | | |
| 10.302.0032.2057 | BLOCO DE CUSTEIO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR | | | 8.682.000,00 |
| 10.303.0031.2117 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - REMUNE | | | 40.000,00 |
| 10.303.0032.1042 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL | 25.000,00 | | |
| 10.303.0032.2061 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA RENAME ANEXO I A IV | | | 120.000,00 |
| 10.304.0032.2131 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | | | 25.000,00 |
| 10.305.0032.2059 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS-ACE | | | 497.000,00 |
| 10.305.0032.2060 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA | | | 190.000,00 |
| 11.331.0014.2011 | CONTRIBUIÇÕES AO PASEP | | | 682.520,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES**

**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código | Especificação | Obras | Aquisição | Prestação de Serviço |
|---|---|---|---|---|
| 12.122.0017.2014 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | 3.287.000,00 |
| 12.125.0016.2013 | MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO | | | 20.000,00 |
| 12.306.0018.2021 | MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - RECURSOS PRÓPRIOS | | | 796.000,00 |
| 12.306.0018.2032 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - FUNDAMENTAL | | | 255.350,00 |
| 12.306.0018.2033 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - CRECHE | | | 48.825,00 |
| 12.306.0018.2034 | MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - PRE-ESCOLAR | | | 49.825,00 |
| 12.361.0017.2026 | CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL | | | 98.000,00 |
| 12.361.0017.2035 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL | | | 1.030.000,00 |
| 12.361.0017.2038 | Manutencao do PDDE - FUNDAMENTAL | | | 1.000,00 |
| 12.361.0017.2107 | PAIPOC-PROJETO DE APOIO E INCENTIVO A PARTICIPAÇÃO EM OLIMPIADAS DE CONHECIMENTO | | | 5.000,00 |
| 12.361.0017.2121 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL -ETI | | | 120.000,00 |
| 12.361.0019.1027 | VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR | | 200.000,00 | |
| 12.361.0019.1028 | Constrir, Reformar e Manter Garagem/Abrigo | 50.000,00 | | |
| 12.361.0019.2028 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL | | | 1.627.000,00 |
| 12.361.0019.2030 | MANUTENÇÃO DO PNATE - ENSINO FUNDAMENTAL | | | 140.000,00 |
| 12.361.0020.1058 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL | | | 1.027.365,00 |
| 12.361.0020.2019 | FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL | | | 8.690.000,00 |
| 12.361.0020.2023 | FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL | | | 1.775.000,00 |
| 12.361.0020.2132 | FUNDEB ETI 70% - FUNDAMENTAL | | | 386.000,00 |
| 12.361.0020.2135 | FUNDEB ETI 30% - FUNDAMENTAL | | | 40.000,00 |
| 12.361.0027.1004 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E EQUIPAR ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL | | | 1.755.000,00 |
| 12.364.0017.2017 | APOIO AO ENSINO SUPERIOR E ESCOLAS TÉCNICAS | | | 320.000,00 |
| 12.365.0017.2027 | CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | | | 14.000,00 |
| 12.365.0017.2036 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - CRECHE | | | 70.000,00 |
| 12.365.0017.2037 | MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - PRE-ESCOLAR | | | 20.000,00 |
| 12.365.0019.2029 | MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL | | | 100.000,00 |
| 12.365.0019.2031 | MANUTENÇÃO DO PNATE - EDUCAÇÃO INFANTIL | | | 10.000,00 |
| 12.365.0020.1059 | CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | | | 885.500,00 |
| 12.365.0020.2020 | FUNDEB 70% - INFANTIL CRECHE | | | 3.231.000,00 |
| 12.365.0020.2022 | FUNDEB 70% - INFANTIL PRE-ESCOLAR | | | 701.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES**

**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código | Especificação | Obras | Aquisição | Prestação de Serviço |
|---|---|---|---|---|
| 12.365.0020.2024 | FUNDEB 30% - INFANTIL - CRECHE | | | 452.000,00 |
| 12.365.0020.2025 | FUNDEB 30% - INFANTIL - PRE-ESCOLAR | | | 13.000,00 |
| 12.365.0020.2133 | FUNDEB ETI 70% - INFANTIL CRECHE | | | 173.000,00 |
| 12.365.0020.2134 | FUNDEB ETI 70% - INFANTIL PRE-ESCOLAR | | | 55.000,00 |
| 12.365.0020.2136 | FUNDEB ETI 30% - INFANTIL - CRECHE | | | 7.000,00 |
| 12.365.0020.2137 | FUNDEB ETI 30% - INFANTIL - PRE-ESCOLAR | | | 5.800,00 |
| 12.365.0027.1005 | CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E EQUIPAR ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL | | | 275.000,00 |
| 12.367.0017.2016 | CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO ESPECIAL – APAE | | | 170.000,00 |
| 13.392.0024.2041 | APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, TRADICIONAIS E FOLCLÓRICOS | | | 1.405.000,00 |
| 13.392.0025.1026 | IMPLANTAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ACERVOS | | | 20.000,00 |
| 13.392.0053.1025 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - CULTURA | | 15.000,00 | |
| 13.392.0055.2042 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA | | | 501.000,00 |
| 13.392.0055.2103 | REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BANDA E FANFARRA MUNICIPAL | | | 33.000,00 |
| 13.392.0055.2119 | DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO PNAB DE FOMENTO A CULTURA | | | 70.000,00 |
| 15.451.0008.1013 | CONSTRUIR, REFORMAR E READEQUAR PRÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS. | 10.000,00 | | |
| 15.451.0026.1029 | PROJETO DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LAGO | | | 100.000,00 |
| 15.451.0038.1016 | PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES | 8.922.000,00 | | |
| 15.451.0038.1053 | PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS | | | 2.223.000,00 |
| 15.451.0038.1066 | PAVIMENTAÇÃO EM TSD, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIO PÚBLICO | 50.000,00 | | |
| 15.451.0038.1069 | IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE | 197.000,00 | | |
| 15.452.0038.2065 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS | | | 1.438.216,00 |
| 15.452.0039.2066 | MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | | 1.978.915,00 |
| 16.482.0048.1064 | CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS | 20.000,00 | | |
| 17.512.0030.1055 | IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO | 20.000,00 | | |
| 17.512.0040.1017 | CONSTRUIR, AMPLIAR E EQUIPAR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA | 20.000,00 | | |
| 17.512.0040.2067 | MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE | | | 625.000,00 |
| 18.125.0016.2049 | MANUTENÇÃO E APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | | | 5.000,00 |
| 18.541.0030.2050 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | | | 140.000,00 |
| 18.543.0030.1011 | RECUPERAÇÃO DE CÓRREGOS, ÁREAS DEGRADADAS E REFLORESTAMENTO | | | 10.000,00 |
| 20.605.0028.1009 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL | 100.000,00 | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES

**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código | Especificação | Obras | Aquisição | Prestação de Serviço |
|---|---|---|---|---|
| 20.605.0028.1036 | APOIO E REVITALIZAÇÃO DA PISCICULTURA | | | 15.000,00 |
| 20.605.0028.2009 | PAAM - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAIS | | | 100.000,00 |
| 20.606.0028.2048 | APOIO À REALIZAÇÃO DE FEIRAS AGRÍCOLAS E ENCONTROS TÉCNICOS | | | 13.000,00 |
| 20.608.0028.1010 | CONSTRUIR, AMPLIAR E MANTER O VIVEIRO DE MUDAS MUNICIPAL | 50.000,00 | | |
| 20.608.0028.1035 | EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS | | 50.000,00 | |
| 20.608.0028.1037 | PROGRAMA DE APOIO E MELHORIA DA PRODUÇÃO DA BACIA LEITEIRA | | | 210.000,00 |
| 20.608.0028.2046 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA | | | 1.940.000,00 |
| 20.608.0028.2047 | APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES | | | 8.000,00 |
| 21.631.0028.1038 | APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | | | 12.000,00 |
| 23.695.0026.1033 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - TURISMO | | 10.000,00 | |
| 23.695.0026.1034 | APOIO, REVITALIZAÇÃO E INCREMENTO AO TURISMO | | | 15.000,00 |
| 26.122.0003.2062 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | | | 5.221.150,00 |
| 26.782.0004.2064 | CONTRIBUIÇÕES AO CIDVAT | | | 64.000,00 |
| 26.782.0037.1054 | CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PONTES E BUEIROS E ADUELAS | | | 1.361.000,00 |
| 26.782.0037.2063 | ABERTURA, REABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS | | | 50.000,00 |
| 26.782.0037.2130 | MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES-FMT | | | 850.000,00 |
| 26.782.0053.1014 | MAQUINÁRIOS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | | 100.000,00 | |
| 27.812.0023.1030 | VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ESPORTE E LAZER | | 30.000,00 | |
| 27.812.0023.1032 | CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR LOCAIS DE PRATICA DE ESPORTES | | | 250.000,00 |
| 27.812.0023.2044 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER | | | 753.000,00 |
| 27.813.0023.1031 | CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR ESPAÇOS DE LAZER | | | 16.000,00 |
| 27.813.0023.1063 | IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE COM PARQUES INFANTIS | 100.000,00 | | |
| 28.843.0015.2012 | SERVIÇOS DA DÍVIDA FUNDADA, SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS | | | 927.000,00 |
| 99.997.0051.9998 | RESERVA LEGAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) | | | 2.802.000,00 |
| 99.999.9999.9999 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | | | 48.000,00 |
| | **TOTAL GERAL:** | **12.757.595,00** | **585.000,00** | **93.232.405,00** |
| | | **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS:** | | **0,00** |
| | | **PREV. TRANSF. PATRONAIS RECEBIDAS:** | | **0,00** |
| | | | **TOTAL GERAL:** | **106.575.000,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO GOVERNO EM TERMOS DE REALIZAÇÕES**

**EXERCICIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código | Especificação | Obras | Aquisição | Prestação de Serviço |
|---|---|---|---|---|

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

Data: 11/10/2026 12:08:33 Página: 6 de 6

Data da emissão: 11/10/2026 12:08:33 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**QUADRO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Projeto de Lei**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código Local | ESPECIFICAÇÃO | Despesas Correntes | Despesas de Capital | Total |
|---|---|---|---|---|
| 01 | CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES | | | |
| 01.001 | CÂMARA MUNICIPAL | 2.920.500,00 | 889.500,00 | 3.810.000,00 |
| 02 | GABINETE DO PREFEITO | | | |
| 02.001 | GABINETE DO PREFEITO | 1.050.000,00 | 160.000,00 | 1.210.000,00 |
| 03 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | | | |
| 03.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO | 5.095.430,00 | 134.700,00 | 5.230.130,00 |
| 04 | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | | | |
| 04.001 | GABINETE DA SECETARIA DE FINANÇAS | 2.259.520,00 | 526.000,00 | 2.785.520,00 |
| 05 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE | | | |
| 05.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | 4.054.000,00 | 1.773.000,00 | 5.827.000,00 |
| 05.002 | FUNDEB 70% | 13.236.000,00 | | 13.236.000,00 |
| 05.003 | FUNDEB 30% | 2.694.800,00 | 1.510.865,00 | 4.205.665,00 |
| 05.004 | DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL | 4.218.000,00 | 417.000,00 | 4.635.000,00 |
| 05.005 | FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA | 2.001.000,00 | 43.000,00 | 2.044.000,00 |
| 05.006 | DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER | 831.000,00 | 318.000,00 | 1.149.000,00 |
| 05.007 | FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO | 60.000,00 | 65.000,00 | 125.000,00 |
| 06 | SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO | | | |
| 06.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO | 1.775.000,00 | 165.000,00 | 1.940.000,00 |
| 06.002 | DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA | 175.000,00 | 125.000,00 | 300.000,00 |
| 06.003 | DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL | 248.000,00 | 10.000,00 | 258.000,00 |
| 06.004 | FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE | 151.000,00 | 4.000,00 | 155.000,00 |
| 06.006 | DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL | 17.000,00 | 5.000,00 | 22.000,00 |
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | | |
| 07.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE | 6.000,00 | 20.000,00 | 26.000,00 |
| 07.002 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 21.848.740,00 | 2.560.595,00 | 24.409.335,00 |
| 08 | SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | | | |
| 08.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS | 5.288.150,00 | 107.000,00 | 5.395.150,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**QUADRO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Projeto de Lei**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código Local | ESPECIFICAÇÃO | Despesas Correntes | Despesas de Capital | Total |
|---|---|---|---|---|
| 08.002 | DEPARTAMENTO DE OBRAS E TRANSPORTES | 196.000,00 | 1.215.000,00 | 1.411.000,00 |
| 08.003 | DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS | 5.977.131,00 | 8.832.000,00 | 14.809.131,00 |
| 08.004 | DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO | 625.000,00 | 40.000,00 | 665.000,00 |
| 08.005 | FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES | 830.000,00 | 20.000,00 | 850.000,00 |
| 09 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA | | | |
| 09.001 | GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2.439.000,00 | 60.000,00 | 2.499.000,00 |
| 09.002 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1.742.069,00 | 138.000,00 | 1.880.069,00 |
| 09.003 | FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 354.000,00 | 15.000,00 | 369.000,00 |
| 09.005 | FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO | 30.000,00 | 91.000,00 | 121.000,00 |
| 09.006 | FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER | 50.000,00 | | 50.000,00 |
| 10 | FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER | | | |
| 10.001 | GABINETE DO FUNDO DE PREVIDENCIA PREVVER | 3.694.000,00 | 36.000,00 | 3.730.000,00 |
| 11 | PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | | | |
| 11.001 | PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | 578.000,00 | | 578.000,00 |
| 99 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | |
| 99.999 | RESERVA DE CONTINGENCIA | | | |
| | **TOTAL:** | **84.444.340,00** | **19.280.660,00** | **103.725.000,00** |
| | | | | **2.850.000,00** |
| | | | **RESERVA DE CONTINGÊNCIA:** | **0,00** |
| | | | **RESERVA DO RPPS:** | **0,00** |
| | | | **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** | **0,00** |
| | | | **PREV. TRANSF. PATRONAIS CONCEDIDAS:** | |
| | | | **TOTAL GERAL:** | **106.575.000,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**QUADRO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO**
**EXERCICIO 2027**

**Projeto de Lei**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

R$ 1,00

| Código Local | ESPECIFICAÇÃO | Despesas Correntes | Despesas de Capital | Total |
|---|---|---|---|---|

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

EDEMILSON MARINO DOS S
Ordenador da Despes

GILSON LUIZ VERISSI
Contador CRC 012883/

LUCIANO ROGERIO CORI
Secretário de Administra

Data: 11/10/2026 12:11:35 Página: 3 de 3

Data da emissão: 11/10/2026 12:11:35 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
**Unidade:** 001 - CÂMARA MUNICIPAL
**Função:** 01 - Legislativa
**SubFunção:** 031 - Ação legislativa
**Programa:** 0001 - AÇÃO DO LEGISLATIVO
**Ação:** 2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO

**Caracterização da ação:** ALOCAR DOTAÇÕES PARA CUSTEAR OBJETOS DE GASTO, TAIS COMO: SUSÍDIOS, PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO, MATERIAS E SERVIÇOS, SUBVENÇÕES SOCIAIS, CONTRIBUIÇÕES, AUXÍLIOS E OUTROS AQUE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SE SERVE PARA A CONSECUÇÃO DE SEUS FINS, VISANDO MELHORAR A EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 1.815.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.815.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.815.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 187.000,00 | 0,00 | 0,00 | 187.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 187.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 880.000,00 | 0,00 | 0,00 | 880.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 880.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 3.102.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.102.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:00 Página: 1 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:00 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
**Unidade:** 001 - CÂMARA MUNICIPAL
**Função:** 01 - Legislativa
**SubFunção:** 031 - Ação legislativa
**Programa:** 0002 - INFRAESTRUTURA FÍSICA DO LEGISLATIVO
**Ação:** 1001 - AMPLIAR, REFORMAR E READEQUAR PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

**Caracterização da ação:** ALOCAR DOTAÇÕES PARA CUSTEAR DESPESAS PARA MELHORAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA, PROMOVER O BEM-ESTAR DOS SERVIDORES E VEREADORES, ALÉM DE PROPORCIONAR UM AMBIENTE MAIS ACESSÍVEL E ADEQUADO PARA OS CIDADÃOS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 38.500,00 | 0,00 | 0,00 | 38.500,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 38.500,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 669.500,00 | 0,00 | 0,00 | 669.500,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 669.500,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 708.000,00 | 0,00 | 0,00 | 708.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:00 Página: 2 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:00 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 02 - GABINETE DO PREFEITO
**Unidade:** 001 - GABINETE DO PREFEITO
**Função:** 04 - Administração
**SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS
**Ação:** 2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO

**Caracterização da ação:** ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E EFICIENTE DO GABINETE DO PREFEITO, GARANTINDO A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, POLÍTICAS E DE REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL, PROPORCIONANDO SUPORTE DIRETO À GESTÃO MUNICIPAL, O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA POPULAÇÃO E A ARTICULAÇÃO COM OS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, VISANDO À EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA NA CONDUÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS. BUSCA GARANTIR QUE O GABINETE DO PREFEITO CUMPRA SEU PAPEL DE COORDENAÇÃO E LIDERANÇA NA GESTÃO MUNICIPAL, OFERECENDO A ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O BOM ANDAMENTO DAS DECISÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 750.000,00 | 0,00 | 0,00 | 750.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 750.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 160.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 840.000,00 | 0,00 | 0,00 | 840.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 02 - GABINETE DO PREFEITO
**Unidade:** 001 - GABINETE DO PREFEITO
**Função:** 04 - Administração
**SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0008 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO
**Ação:** 1002 - CONSTRUIR, REFORMAR, READEQUAR E EQUIPAR O PAÇO MUNICIPAL

**Caracterização da ação:** GARANTIR A MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PAÇO MUNICIPAL, COM O OBJETIVO DE PROPORCIONAR UM AMBIENTE FUNCIONAL, ACESSÍVEL E SEGURO PARA O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, MELHORANDO A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO E OFERECENDO CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRABALHO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS. VISA PROMOVER A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA PÚBLICA, FACILITANDO A GESTÃO PÚBLICA E APRIMORANDO A QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO CIDADÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 110.000,00 | 0,00 | 0,00 | 110.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 110.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 120.000,00 | 0,00 | 0,00 | 120.000,00 |

**Órgão:** 02 - GABINETE DO PREFEITO
**Unidade:** 001 - GABINETE DO PREFEITO
**Função:** 04 - Administração
**SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0053 - MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS
**Ação:** 1003 - Veiculos, Equipamentos e Mat. Permanentes/GAPRE

**Caracterização da ação:** Veiculos, Equipamentos e Materiais Permanentes/Gabinete

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 02 - GABINETE DO PREFEITO
**Unidade:** 001 - GABINETE DO PREFEITO
**Função:** 04 - Administração
**SubFunção:** 124 - Controle interno
**Programa:** 0006 - AUDITORIA E CONTROLE
**Ação:** 2004 - MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE E A EFETIVIDADE DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO, MONITORANDO E AVALIANDO A EXECUÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, FINANCEIROS E CONTÁBEIS, COM O OBJETIVO DE ASSEGURAR A TRANSPARÊNCIA, A CONFORMIDADE COM AS NORMATIVAS LEGAIS E O USO EFICIENTE DOS RECURSOS PÚBLICOS, PROMOVENDO A MELHORIA DA GOVERNANÇA E A PREVENÇÃO DE IRREGULARIDADES. VISA ASSEGURAR QUE A CONTROLADORIA INTERNA DESEMPENHE SEU PAPEL DE FISCALIZAÇÃO, PROPORCIONANDO UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE, RESPONSÁVEL E EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS E REGULATÓRIAS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
**Função:** 04 - Administração **SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS **Ação:** 2006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

**Caracterização da ação:** ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E EFICIENTE DA SECRETARIA, PROMOVENDO A GESTÃO EFICAZ DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIO, ALÉM DE COORDENAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, GARANTINDO O CUMPRIMENTO DAS METAS DE DESENVOLVIMENTO E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA. VISA GARANTIR QUE A SECRETARIA DESEMPENHE SEU PAPEL FUNDAMENTAL NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PROPORCIONANDO SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES QUE PROMOVAM O CRESCIMENTO E A ORGANIZAÇÃO DA CIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 1.850.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.850.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.850.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 230.000,00 | 0,00 | 0,00 | 230.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 230.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 2.664.430,00 | 50.000,00 | 0,00 | 10.707.720,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.305.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 309.430,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 9.700,00 | 0,00 | 0,00 | 9.700,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 9.700,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 4.755.130,00 | 50.000,00 | 0,00 | 4.805.130,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
**Função:** 04 - Administração **SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0053 - MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS **Ação:** 1021 - VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**Caracterização da ação:** MODERNIZAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA OPERACIONAL DOS ENTES MUNICIPAIS, GARANTINDO MELHORES CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS À COMUNIDADE. PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA OTIMIZAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 75.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 75.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |

**Órgão:** 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
**Função:** 04 - Administração **SubFunção:** 126 - Tecnologia da informação
**Programa:** 0054 - GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CORPORATIVA **Ação:** 2102 - SIAFIC - IMPLANTAR, ESTRUTURAR E MANTER

**Caracterização da ação:** VISA ASSEGURAR QUE O SISTEMA CONTINUE A OFERECER SUPORTE EFICIENTE PARA O GERENCIAMENTO DOS PROCESSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO, OTIMIZANDO A GESTÃO PÚBLICA E GARANTINDO A TRANSPARÊNCIA E O CONTROLE SOCIAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 200.000,00 | 20.000,00 | 0,00 | 220.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
**Função:** 04 - Administração **SubFunção:** 128 - Formação de recursos humanos
**Programa:** 0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS **Ação:** 2101 - CONCURSO E OU PROCESSOS SELETIVOS PÚBLICOS

**Caracterização da ação:** VISA GARANTIR QUE A SELEÇÃO DE NOVOS SERVIDORES PÚBLICOS SEJA REALIZADA DE FORMA JUSTA, TRANSPARENTE E EFICIENTE, PROMOVENDO A QUALIDADE E A ADEQUAÇÃO DA EQUIPE ADMINISTRATIVA NAS DIVERSAS ÁREAS DO MUNICÍPIO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | Total: | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |

**Órgão:** 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
**Função:** 04 - Administração **SubFunção:** 128 - Formação de recursos humanos
**Programa:** 0010 - CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS **Ação:** 2084 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS

**Caracterização da ação:** BUSCA GARANTIR QUE OS SERVIDORES ESTEJAM BEM PREPARADOS PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES DE FORMA EFICAZ, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA E A ENTREGA DE SERVIÇOS DE QUALIDADE PARA A COMUNIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | Total: | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
**Função:** 04 - Administração **SubFunção:** 131 - Comunicação social
**Programa:** 0009 - GESTÃO TRANSPARENTE, ÉTICA E COLABORATIVA **Ação:** 2007 - DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

**Caracterização da ação:** GARANTIR A TRANSPARÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA, POR MEIO DA DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, COMO DECRETOS, PORTARIAS, LEIS, RESOLUÇÕES E OUTROS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS, ASSEGURANDO QUE A POPULAÇÃO TENHA CONHECIMENTO DAS DECISÕES E AÇÕES DO GOVERNO MUNICIPAL, PROMOVENDO A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E O CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E LEGALIDADE. VISA ASSEGURAR QUE TODOS OS ATOS ADMINISTRATIVOS SEJAM CORRETAMENTE DIVULGADOS, RESPEITANDO OS PRAZOS LEGAIS E PROPORCIONANDO À SOCIEDADE O DIREITO À INFORMAÇÃO SOBRE A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 30.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 115.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 30.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |

**Órgão:** 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
**Função:** 06 - Segurança pública **SubFunção:** 181 - Policiamento
**Programa:** 0056 - PROGRAMA VIGIA MAIS MT **Ação:** 1065 - EXECUÇÃO DO PROGRAMA VIGIA MAIS MT

**Caracterização da ação:** FORTALECER A SEGURANÇA PÚBLICA: AMPLIANDO A COBERTURA DE VIDEOMONITORAMENTO EM ÁREAS URBANAS E RURAIS, COM FOCO NA PREVENÇÃO DE DELITOS E APOIO ÀS AÇÕES DAS FORÇAS POLICIAIS. INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO: FACILITANDO O ACESSO E A CAPTAÇÃO DE IMAGENS DE VIGILÂNCIA POR MEIO DE UMA PLATAFORMA OPERACIONAL INTEGRADA, PERMITINDO UMA ANÁLISE MAIS EFICAZ DAS INFORMAÇÕES. COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS E PRIVADOS: ESTABELECENDO PARCERIAS COM PREFEITURAS, EMPRESAS E ASSOCIAÇÕES PARA A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, PROMOVENDO UM ESFORÇO CONJUNTO EM PROL DA SEGURANÇA. O VIGIA MAIS MT REPRESENTA UM AVANÇO SIGNIFICATIVO NA UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA, PROMOVENDO UMA ABORDAGEM COLABORATIVA E EFICIENTE NO COMBATE À CRIMINALIDADE NO ESTADO DE MATO GROSSO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:00 Página: 9 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:00 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECETARIA DE FINANÇAS
**Função:** 04 - Administração **SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0013 - PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS **Ação:** 2010 - CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS

**Caracterização da ação:** GARANTIR O REPASSE ADEQUADO DE RECURSOS E APOIO A ENTIDADES, ASSOCIAÇÕES E PARCERIAS, COM O OBJETIVO DE FORTALECER INICIATIVAS QUE PROMOVAM O BEM-ESTAR SOCIAL, O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIVERSAS ÁREAS, ASSEGURANDO A TRANSPARÊNCIA, A LEGALIDADE E A EFETIVIDADE DOS RECURSOS APLICADOS. VISA PROMOVER A COLABORAÇÃO ENTRE O PODER PÚBLICO E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, POTENCIALIZANDO O IMPACTO POSITIVO DAS AÇÕES REALIZADAS EM CONJUNTO, VISANDO O BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO E O FORTALECIMENTO DA REDE DE APOIO SOCIAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.70** | **Transferências a Instituições Multigovernamentais** | 204.000,00 | 0,00 | 0,00 | 204.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 204.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 259.000,00 | 0,00 | 0,00 | 259.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECETARIA DE FINANÇAS
**Função:** 04 - Administração **SubFunção:** 123 - Administração financeira
**Programa:** 0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS **Ação:** 2008 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**Caracterização da ação:** GARANTIR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E EFICIENTE DA SECRETARIA, PROMOVENDO A GESTÃO ADEQUADA DOS RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO, A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, A ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA, O CONTROLE DE DESPESAS, E A ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS FISCAIS, ASSEGURANDO O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, A TRANSPARÊNCIA E A EFETIVIDADE NA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS. VISA ASSEGURAR QUE A SECRETARIA DESEMPENHE SEU PAPEL CRUCIAL NA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL, CONTRIBUINDO PARA A BOA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS, O CUMPRIMENTO DAS NORMAS FISCAIS E A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS OFERECIDOS À POPULAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 762.000,00 | 0,00 | 0,00 | 762.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 762.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | 85.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 907.000,00 | 0,00 | 0,00 | 907.000,00 |

**Órgão:** 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECETARIA DE FINANÇAS
**Função:** 04 - Administração **SubFunção:** 123 - Administração financeira
**Programa:** 0053 - MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS **Ação:** 1022 - VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FINANÇAS

**Caracterização da ação:** MODERNIZAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA OPERACIONAL DOS ENTES MUNICIPAIS, GARANTINDO MELHORES CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS À COMUNIDADE. PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA OTIMIZAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECETARIA DE FINANÇAS
**Função:** 11 - Trabalho
**SubFunção:** 331 - Proteção e benefícios ao trabalhador
**Programa:** 0014 - PASEP
**Ação:** 2011 - CONTRIBUIÇÕES AO PASEP

**Caracterização da ação:** GARANTIR QUE O MUNICÍPIO REALIZE DEPÓSITOS MENSAIS COM O INTUITO DE PROMOVER A FORMAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO PARA O SERVIDOR. CONTRIBUIÇÕES AO PASEP TEM COMO OBJETIVO ASSEGURAR QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS RECEBAM OS DEPÓSITOS DEVIDOS, PROMOVENDO A FORMAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO INDIVIDUAL QUE CONTRIBUA PARA SUA SEGURANÇA FINANCEIRA NO FUTURO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 655.570,00 | 9.890,00 | 17.060,00 | 4.718.300,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 648.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 7.570,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.704.0000000 | Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 2.850,00 | 0,00 | |
| 1.708.0000000 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 0,00 | 1.010,00 | 0,00 | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 6.030,00 | 0,00 | |
| 1.750.0000000 | Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 0,00 | 0,00 | 360,00 | |
| 1.751.0000000 | Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | 0,00 | 0,00 | 16.700,00 | |
| | **Total:** | 655.570,00 | 9.890,00 | 17.060,00 | 682.520,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECETARIA DE FINANÇAS
**Função:** 28 - Encargos especiais **SubFunção:** 843 - Serviço da dívida interna
**Programa:** 0015 - PROGRAMA SERVIÇO DA DÍVIDA FUNDADA **Ação:** 2012 - SERVIÇOS DA DÍVIDA FUNDADA, SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS

**Caracterização da ação:** GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO RELACIONADAS A EMPRÉSTIMOS E ACORDOS JUDICIAIS. ISSO ENVOLVE ADMINISTRAR PAGAMENTOS, NEGOCIAR TERMOS E GARANTIR A REGULARIDADE DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FINANCEIRAS ESTABELECIDAS POR SENTENÇAS JUDICIAIS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.2.90** | **Aplicações Diretas** | 372.000,00 | 0,00 | 0,00 | 744.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 72.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 39.000,00 | 0,00 | 0,00 | 39.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 39.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.6.90** | **Aplicações Diretas** | 516.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.032.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 450.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 66.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 927.000,00 | 0,00 | 0,00 | 927.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Caracterização da ação:** ASSEGURAR O BOM FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA SECRETARIA, GARANTINDO A IMPLEMENTAÇÃO EFICAZ DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS. A AÇÃO VISA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DAS RESPONSABILIDADES DA SECRETARIA, COMO A GESTÃO DE RECURSOS, A COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS E A EXECUÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A MELHORIA DO ENSINO E DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR, MANTENDO A QUALIDADE E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 756.000,00 | 0,00 | 0,00 | 756.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 756.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 71.000,00 | 0,00 | 0,00 | 71.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 71.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 2.415.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.415.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 2.415.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 3.287.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.287.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 125 - Normatização e fiscalização
**Programa:** 0016 - PRÓ-CONSELHOS **Ação:** 2013 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

**Caracterização da ação:** GARANTIR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E EFICAZ DESSES ÓRGÃOS, RESPONSÁVEIS POR PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO, A AÇÃO VISA ASSEGURAR QUE OS CONSELHOS TENHAM OS RECURSOS E A ESTRUTURA NECESSÁRIOS PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES, COMO A FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS, A AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO E A PROMOÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA EDUCACIONAL MUNICIPAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 17.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0027 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO **Ação:** 1004 - CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E EQUIPAR ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** PROPORCIONAR MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL, ASSEGURANDO AMBIENTES ADEQUADOS E SEGUROS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. A AÇÃO VISA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES, PROMOVENDO A QUALIDADE DO ENSINO E O BEM-ESTAR DE ALUNOS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 255.000,00 | 0,00 | 0,00 | 255.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 255.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 304.000,00 | 1.196.000,00 | 0,00 | 2.412.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 304.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | |
| 1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 191.000,00 | 0,00 | |
| 1.571.0000000 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação | 0,00 | 505.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 559.000,00 | 1.196.000,00 | 0,00 | 1.755.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:00 Página: 15 de 102

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 364 - Ensino superior
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2017 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR E ESCOLAS TÉCNICAS

**Caracterização da ação:** PROMOVER O FORTALECIMENTO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E DAS ESCOLAS TÉCNICAS NO MUNICÍPIO, GARANTINDO ACESSO EQUITATIVO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E ECONÔMICO DA COMUNIDADE LOCAL. VISA APOIAR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICAS PARA MELHORAR A FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES, PROPORCIONANDO OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM QUE ATENDAM ÀS DEMANDAS LOCAIS POR MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 320.000,00 | 0,00 | 0,00 | 320.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 320.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 320.000,00 | 0,00 | 0,00 | 320.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0027 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO **Ação:** 1005 - CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E EQUIPAR ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Caracterização da ação:** PROPORCIONAR MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL, ASSEGURANDO AMBIENTES ADEQUADOS E SEGUROS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. A AÇÃO VISA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES, PROMOVENDO A QUALIDADE DO ENSINO E O BEM-ESTAR DE ALUNOS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS ESSENCIAIS PARA O FUNCIONAMENTO E APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS. A AÇÃO VISA FORNECER ÀS UNIDADES ESCOLARES OS BENS NECESSÁRIOS, COMO MOBILIÁRIO, TECNOLOGIAS E MATERIAIS DIDÁTICOS, PARA APOIAR A APRENDIZAGEM E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO, PROMOVENDO UM AMBIENTE MAIS ADEQUADO E FUNCIONAL PARA ALUNOS E EDUCADORES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 225.000,00 | 0,00 | 0,00 | 225.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 225.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 275.000,00 | 0,00 | 0,00 | 275.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 367 - Educação especial
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2016 - CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO ESPECIAL – APAE

**Caracterização da ação:** APOIAR FINANCEIRAMENTE AS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE), VISANDO GARANTIR A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO EDUCACIONAL. A AÇÃO VISA ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, COMO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO, TERAPIAS E ATIVIDADES DE APOIO, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E PARA A PLENA INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DOS ALUNOS ATENDIDOS PELA APAE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 170.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 170.000,00 | 0,00 | 0,00 | 170.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 002 - FUNDEB 70%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2019 - FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** VISA GARANTIR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS, PRIORIZANDO O PAGAMENTO DE SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ASSEGURANDO A APLICAÇÃO CORRETA DOS 70% DO FUNDEB PARA ESSAS FINALIDADES, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 7.688.000,00 | 0,00 | 7.688.000,00 |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 7.688.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 1.000.000,00 | 0,00 | 1.000.000,00 |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 1.000.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 8.690.000,00 | 0,00 | 8.690.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 002 - FUNDEB 70%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2132 - FUNDEB ETI 70% - FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** VISA GARANTIR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS, PRIORIZANDO O PAGAMENTO DE SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ASSEGURANDO A APLICAÇÃO CORRETA DOS 70% DO FUNDEB PARA ESSAS FINALIDADES, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 330.000,00 | 0,00 | 330.000,00 |
| 1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 330.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 6.000,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 6.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 386.000,00 | 0,00 | 386.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 002 - FUNDEB 70%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2020 - FUNDEB 70% - INFANTIL CRECHE

**Caracterização da ação:** VISA GARANTIR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS, PRIORIZANDO O PAGAMENTO DE SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ASSEGURANDO A APLICAÇÃO CORRETA DOS 70% DO FUNDEB PARA ESSAS FINALIDADES, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 2.660.000,00 | 0,00 | 2.660.000,00 |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 2.586.000,00 | 0,00 | |
| 1.542.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 74.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 570.000,00 | 0,00 | 570.000,00 |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 560.000,00 | 0,00 | |
| 1.542.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 3.231.000,00 | 0,00 | 3.231.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:00 Página: 19 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:00 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 002 - FUNDEB 70%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2022 - FUNDEB 70% - INFANTIL PRE-ESCOLAR

**Caracterização da ação:** VISA GARANTIR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS, PRIORIZANDO O PAGAMENTO DE SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ASSEGURANDO A APLICAÇÃO CORRETA DOS 70% DO FUNDEB PARA ESSAS FINALIDADES, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 600.000,00 | 0,00 | 600.000,00 |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 600.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 701.000,00 | 0,00 | 701.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 002 - FUNDEB 70%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2133 - FUNDEB ETI 70% - INFANTIL CRECHE

**Caracterização da ação:** VISA GARANTIR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS, PRIORIZANDO O PAGAMENTO DE SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ASSEGURANDO A APLICAÇÃO CORRETA DOS 70% DO FUNDEB PARA ESSAS FINALIDADES, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| 1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 173.000,00 | 0,00 | 173.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:00 Página: 21 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:00 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 002 - FUNDEB 70%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2134 - FUNDEB ETI 70% - INFANTIL PRE-ESCOLAR

**Caracterização da ação:** VISA GARANTIR A CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS, PRIORIZANDO O PAGAMENTO DE SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, ASSEGURANDO A APLICAÇÃO CORRETA DOS 70% DO FUNDEB PARA ESSAS FINALIDADES, CONFORME ESTABELECIDO NA LEI DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 40.000,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 40.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 003 - FUNDEB 30%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 1058 - CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** PROPORCIONAR MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL, ASSEGURANDO AMBIENTES ADEQUADOS E SEGUROS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. A AÇÃO VISA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES, PROMOVENDO A QUALIDADE DO ENSINO E O BEM-ESTAR DE ALUNOS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 317.000,00 | 0,00 | 417.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 317.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 94.865,00 | 565.500,00 | 0,00 | 850.095,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 94.865,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 550.000,00 | 0,00 | |
| 1.542.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT | 0,00 | 15.500,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 144.865,00 | 882.500,00 | 0,00 | 1.027.365,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 003 - FUNDEB 30%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2023 - FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** . A AÇÃO VISA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DOS 30% DO FUNDEB EM ÁREAS COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, INFRAESTRUTURA ESCOLAR, TRANSPORTE ESCOLAR, CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OUTRAS NECESSIDADES QUE VISEM A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO, SEMPRE RESPEITANDO AS DIRETRIZES E OBJETIVOS DO FUNDO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 370.000,00 | 630.000,00 | 0,00 | 1.370.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 370.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 630.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 75.000,00 | 0,00 | 75.000,00 |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 75.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 700.000,00 | 0,00 | 700.000,00 |
| 1.543.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 300.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 370.000,00 | 1.405.000,00 | 0,00 | 1.775.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 003 - FUNDEB 30%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2135 - FUNDEB ETI 30% - FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DOS 30% DO FUNDEB EM ÁREAS COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, INFRAESTRUTURA ESCOLAR, TRANSPORTE ESCOLAR, CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OUTRAS NECESSIDADES QUE VISEM A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO, SEMPRE RESPEITANDO AS DIRETRIZES E OBJETIVOS DO FUNDO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 40.000,00 | 0,00 | 40.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 003 - FUNDEB 30%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 1059 - CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Caracterização da ação:** PROPORCIONAR MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL, ASSEGURANDO AMBIENTES ADEQUADOS E SEGUROS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO. A AÇÃO VISA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES, PROMOVENDO A QUALIDADE DO ENSINO E O BEM-ESTAR DE ALUNOS E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS ESSENCIAIS PARA O FUNCIONAMENTO E APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS. A AÇÃO VISA FORNECER ÀS UNIDADES ESCOLARES OS BENS NECESSÁRIOS, COMO MOBILIÁRIO, TECNOLOGIAS E MATERIAIS DIDÁTICOS, PARA APOIAR A APRENDIZAGEM E MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO, PROMOVENDO UM AMBIENTE MAIS ADEQUADO E FUNCIONAL PARA ALUNOS E EDUCADORES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | |
| 1.542.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 830.500,00 | 0,00 | 910.500,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | |
| 1.542.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT | 0,00 | 15.500,00 | 0,00 | |
| 1.543.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR | 0,00 | 800.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 30.000,00 | 855.500,00 | 0,00 | 885.500,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 003 - FUNDEB 30%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2024 - FUNDEB 30% - INFANTIL - CRECHE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DOS 30% DO FUNDEB EM ÁREAS COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, INFRAESTRUTURA ESCOLAR, TRANSPORTE ESCOLAR, CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OUTRAS NECESSIDADES QUE VISEM A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO, SEMPRE RESPEITANDO AS DIRETRIZES E OBJETIVOS DO FUNDO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | 400.000,00 |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 400.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 452.000,00 | 0,00 | 452.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 003 - FUNDEB 30%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2025 - FUNDEB 30% - INFANTIL - PRE-ESCOLAR

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DOS 30% DO FUNDEB EM ÁREAS COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, INFRAESTRUTURA ESCOLAR, TRANSPORTE ESCOLAR, CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OUTRAS NECESSIDADES QUE VISEM A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO, SEMPRE RESPEITANDO AS DIRETRIZES E OBJETIVOS DO FUNDO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 13.000,00 | 0,00 | 13.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:00 Página: 28 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:00 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 003 - FUNDEB 30%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2136 - FUNDEB ETI 30% - INFANTIL - CRECHE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DOS 30% DO FUNDEB EM ÁREAS COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, INFRAESTRUTURA ESCOLAR, TRANSPORTE ESCOLAR, CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OUTRAS NECESSIDADES QUE VISEM A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO, SEMPRE RESPEITANDO AS DIRETRIZES E OBJETIVOS DO FUNDO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 7.000,00 | 0,00 | 7.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 003 - FUNDEB 30%
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0020 - GESTÃO DE RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DO SABER **Ação:** 2137 - FUNDEB ETI 30% - INFANTIL - PRE-ESCOLAR

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DOS 30% DO FUNDEB EM ÁREAS COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, INFRAESTRUTURA ESCOLAR, TRANSPORTE ESCOLAR, CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E OUTRAS NECESSIDADES QUE VISEM A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO, SEMPRE RESPEITANDO AS DIRETRIZES E OBJETIVOS DO FUNDO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 3.800,00 | 0,00 | 3.800,00 |
| 1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 3.800,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 5.800,00 | 0,00 | 5.800,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 306 - Alimentação e nutrição
**Programa:** 0018 - MERENDA ESCOLA - SABOR E SABER **Ação:** 2021 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - RECURSOS PRÓPRIOS

**Caracterização da ação:** GARANTIR A OFERTA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ADEQUADA, NUTRITIVA E DE QUALIDADE PARA OS ESTUDANTES, CONTRIBUINDO PARA O BEM-ESTAR E O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL. A AÇÃO VISA ASSEGURAR QUE AS ESCOLAS TENHAM OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA MANTER O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR REGULAR, DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR, PROMOVENDO A INCLUSÃO DE TODOS OS ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM SEM QUE A ALIMENTAÇÃO SEJA UM OBSTÁCULO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 796.000,00 | 0,00 | 0,00 | 796.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 796.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 796.000,00 | 0,00 | 0,00 | 796.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 306 - Alimentação e nutrição
**Programa:** 0018 - MERENDA ESCOLA - SABOR E SABER **Ação:** 2032 - MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR QUE AS ESCOLAS TENHAM OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA MANTER O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR REGULAR, DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR, PROMOVENDO A INCLUSÃO DE TODOS OS ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM SEM QUE A ALIMENTAÇÃO SEJA UM OBSTÁCULO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| 3.3.90 | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 255.350,00 | 0,00 | 255.350,00 |
| 1.552.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 0,00 | 255.350,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 255.350,00 | 0,00 | 255.350,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 306 - Alimentação e nutrição
**Programa:** 0018 - MERENDA ESCOLA - SABOR E SABER **Ação:** 2033 - MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - CRECHE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR QUE AS ESCOLAS TENHAM OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA MANTER O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR REGULAR, DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR, PROMOVENDO A INCLUSÃO DE TODOS OS ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM SEM QUE A ALIMENTAÇÃO SEJA UM OBSTÁCULO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| 3.3.90 | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 48.825,00 | 0,00 | 48.825,00 |
| 1.552.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 0,00 | 48.825,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 48.825,00 | 0,00 | 48.825,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 306 - Alimentação e nutrição
**Programa:** 0018 - MERENDA ESCOLA - SABOR E SABER **Ação:** 2034 - MANUTENÇÃO DA MERENDA - PNAE - PRE-ESCOLAR

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR QUE AS ESCOLAS TENHAM OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA MANTER O FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR REGULAR, DE ACORDO COM AS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR, PROMOVENDO A INCLUSÃO DE TODOS OS ALUNOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM SEM QUE A ALIMENTAÇÃO SEJA UM OBSTÁCULO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 49.825,00 | 0,00 | 49.825,00 |
| 1.552.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 0,00 | 49.825,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 49.825,00 | 0,00 | 49.825,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2026 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** A AÇÃO BUSCA OFERECER PROGRAMAS DE FORMAÇÃO, TREINAMENTOS E CURSOS ESPECIALIZADOS QUE AMPLIEM AS COMPETÊNCIAS PEDAGÓGICAS E METODOLÓGICAS DOS PROFISSIONAIS, CAPACITANDO-OS PARA LIDAR COM OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO MODERNA E GARANTIR QUE POSSAM OFERECER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA PARA OS ALUNOS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 98.000,00 | 0,00 | 0,00 | 98.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 98.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 98.000,00 | 0,00 | 0,00 | 98.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2035 - MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** VISA GARANTIR QUE OS RECURSOS SEJAM APLICADOS DE FORMA TRANSPARENTE E EFICIENTE, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA E PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS ENTRE AS DIFERENTES REGIÕES DO PAÍS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 858.000,00 | 0,00 | 858.000,00 |
| 1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 858.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 172.000,00 | 0,00 | 172.000,00 |
| 1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 172.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 1.030.000,00 | 0,00 | 1.030.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2038 - Manutencao do PDDE - FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** Manutencao do PDDE - FUNDAMENTAL

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.551.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 1.000,00 | 0,00 | 1.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2107 - PAIPOC-PROJETO DE APOIO E INCENTIVO A PARTICIPAÇÃO EM OLIMPIADAS DE CONHECIMENTO

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA OFERECER SUPORTE FINANCEIRO, LOGÍSTICO E PEDAGÓGICO AOS ALUNOS, INCENTIVANDO A PREPARAÇÃO E O ENGAJAMENTO NAS OLIMPÍADAS, COM O OBJETIVO DE VALORIZAR O APRENDIZADO, A CRIATIVIDADE E A BUSCA PELA SUPERAÇÃO DE DESAFIOS ACADÊMICOS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2121 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL -ETI

**Caracterização da ação:** INTEGRAL VISA GARANTIR A EXPANSÃO E A SUSTENTABILIDADE DA EDUCAÇÃO INTEGRAL, PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS ESTUDANTES E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 115.000,00 | 0,00 | 115.000,00 |
| 1.569.0000000 | Outras Transferências de Recursos do FNDE | 0,00 | 115.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.569.0000000 | Outras Transferências de Recursos do FNDE | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0019 - TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER **Ação:** 1027 - VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA PROPORCIONAR MEIOS ADEQUADOS PARA O TRANSPORTE DE ESTUDANTES, ASSEGURANDO QUE TODOS TENHAM IGUALDADE DE ACESSO À EDUCAÇÃO, COM TRANSPORTE DE QUALIDADE E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0019 - TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER **Ação:** 1028 - Constrir, Reformar e Manter Garagem/Abrigo

**Caracterização da ação:** Construir barracão de estrutura metálica para que os ônibus escolares possam ficar guardados em local adequado evitando assim ficar no relento sol e chuva;

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0019 - TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER **Ação:** 2028 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADEQUADA DA FROTA DE VEÍCULOS ESCOLARES, GARANTINDO QUE OS ALUNOS POSSAM SER TRANSPORTADOS COM SEGURANÇA, PONTUALIDADE E CONFORTO, PERMITINDO O ACESSO IGUALITÁRIO À EDUCAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| 3.3.90 | **Aplicações Diretas** | 864.000,00 | 763.000,00 | 0,00 | 2.491.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 864.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.576.0000000 | Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação | 0,00 | 763.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 864.000,00 | 763.000,00 | 0,00 | 1.627.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 361 - Ensino fundamental
**Programa:** 0019 - TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER **Ação:** 2030 - MANUTENÇÃO DO PNATE - ENSINO FUNDAMENTAL

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA GARANTIR O REPASSE ADEQUADO DE RECURSOS E A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, PROPORCIONANDO AOS ALUNOS CONDIÇÕES SEGURAS E ADEQUADAS PARA O DESLOCAMENTO ATÉ AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| 3.3.90 | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |
| 1.553.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 140.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2027 - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Caracterização da ação:** A AÇÃO BUSCA OFERECER PROGRAMAS DE FORMAÇÃO, TREINAMENTOS E CURSOS ESPECIALIZADOS QUE AMPLIEM AS COMPETÊNCIAS PEDAGÓGICAS E METODOLÓGICAS DOS PROFISSIONAIS, CAPACITANDO-OS PARA LIDAR COM OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO MODERNA E GARANTIR QUE POSSAM OFERECER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA PARA OS ALUNOS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 14.000,00 | 0,00 | 0,00 | 14.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 14.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 14.000,00 | 0,00 | 0,00 | 14.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2036 - MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - CRECHE

**Caracterização da ação:** VISA GARANTIR QUE OS RECURSOS SEJAM APLICADOS DE FORMA TRANSPARENTE E EFICIENTE, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA E PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS ENTRE AS DIFERENTES REGIÕES DO PAÍS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0017 - EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA **Ação:** 2037 - MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - PRE-ESCOLAR

**Caracterização da ação:** VISA GARANTIR QUE OS RECURSOS SEJAM APLICADOS DE FORMA TRANSPARENTE E EFICIENTE, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA E PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS ENTRE AS DIFERENTES REGIÕES DO PAÍS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0019 - TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER **Ação:** 2029 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADEQUADA DA FROTA DE VEÍCULOS ESCOLARES, GARANTINDO QUE OS ALUNOS POSSAM SER TRANSPORTADOS COM SEGURANÇA, PONTUALIDADE E CONFORTO, PERMITINDO O ACESSO IGUALITÁRIO À EDUCAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 150.000,00 |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.576.0000000 | Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 50.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 100.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL
**Função:** 12 - Educação **SubFunção:** 365 - Educação infantil
**Programa:** 0019 - TRANSPORTE ESCOLAR - CAMINHO DO SABER **Ação:** 2031 - MANUTENÇÃO DO PNATE - EDUCAÇÃO INFANTIL

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA GARANTIR O REPASSE ADEQUADO DE RECURSOS E A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, PROPORCIONANDO AOS ALUNOS CONDIÇÕES SEGURAS E ADEQUADAS PARA O DESLOCAMENTO ATÉ AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.553.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 005 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
**Função:** 13 - Cultura **SubFunção:** 392 - Difusão cultural
**Programa:** 0024 - FESTAS TRADICIONAIS E FOLCLÓRICAS – RAÍZES E RITMOS **Ação:** 2041 - APOIO E PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS, TRADICIONAIS E FOLCLÓRICOS

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA INCENTIVAR A REALIZAÇÃO DE EVENTOS QUE CELEBREM AS TRADIÇÕES, O FOLCLORE E AS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS DA REGIÃO, ALÉM DE FOMENTAR O TURISMO CULTURAL, GERAR EMPREGOS E FORTALECER O SENTIDO DE PERTENCIMENTO DA POPULAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 800.000,00 | 600.000,00 | 0,00 | 2.200.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 800.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 0,00 | 600.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 805.000,00 | 600.000,00 | 0,00 | 1.405.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 005 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
**Função:** 13 - Cultura **SubFunção:** 392 - Difusão cultural
**Programa:** 0025 - PROGRAMA LIVRO ABERTO - RENOVAR E LER **Ação:** 1026 - IMPLANTAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE BIBLIOTECAS E ACERVOS

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA MODERNIZAR, EXPANDIR E ORGANIZAR AS BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS, GARANTINDO A ATUALIZAÇÃO DOS ACERVOS E A MELHORIA DOS ESPAÇOS, DE FORMA A INCENTIVAR A EDUCAÇÃO E O APRENDIZADO CONTÍNUO DA COMUNIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 005 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
**Função:** 13 - Cultura **SubFunção:** 392 - Difusão cultural
**Programa:** 0053 - MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS **Ação:** 1025 - VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - CULTURA

**Caracterização da ação:** MODERNIZAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA OPERACIONAL DOS ENTES MUNICIPAIS, GARANTINDO MELHORES CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS À COMUNIDADE. PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA OTIMIZAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES..

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 005 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
**Função:** 13 - Cultura **SubFunção:** 392 - Difusão cultural
**Programa:** 0055 - MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL **Ação:** 2042 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

**Caracterização da ação:** . A AÇÃO VISA ASSEGURAR A GESTÃO ADEQUADA DOS PROJETOS E INICIATIVAS CULTURAIS, PROPORCIONANDO À COMUNIDADE OPORTUNIDADES DE ENVOLVIMENTO E ENRIQUECIMENTO CULTURAL, ALÉM DE FORTALECER A IDENTIDADE E AS TRADIÇÕES LOCAIS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 148.000,00 | 0,00 | 0,00 | 148.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 148.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 346.000,00 | 0,00 | 0,00 | 692.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 345.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 501.000,00 | 0,00 | 0,00 | 501.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 005 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
**Função:** 13 - Cultura **SubFunção:** 392 - Difusão cultural
**Programa:** 0055 - MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL **Ação:** 2103 - REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BANDA E FANFARRA MUNICIPAL

**Caracterização da ação:** . A AÇÃO VISA GARANTIR A FORMAÇÃO DE MÚSICOS, A MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS E A ORGANIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES, INCENTIVANDO A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E VALORIZANDO A MÚSICA COMO ELEMENTO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E EDUCACIONAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| 3.3.90 | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 4.4.90 | **Aplicações Diretas** | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 33.000,00 | 0,00 | 0,00 | 33.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 005 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
**Função:** 13 - Cultura **SubFunção:** 392 - Difusão cultural
**Programa:** 0055 - MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL **Ação:** 2119 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO PNAB DE FOMENTO A CULTURA

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA IMPLEMENTAR PROJETOS E PROGRAMAS QUE INCENTIVEM A PRODUÇÃO E VALORIZAÇÃO CULTURAL LOCAL, APOIANDO ARTISTAS E GRUPOS CULTURAIS, ALÉM DE AMPLIAR O ACESSO DA POPULAÇÃO A ATIVIDADES CULTURAIS QUE CONTRIBUAM PARA O ENRIQUECIMENTO CULTURAL, SOCIAL E EDUCACIONAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| 3.3.90 | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| 1.719.0000000 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | 70.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 006 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
**Função:** 27 - Desporto e lazer **SubFunção:** 812 - Desporto comunitário
**Programa:** 0023 - CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE **Ação:** 1030 - VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - ESPORTE E LAZER

**Caracterização da ação:** MODERNIZAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA OPERACIONAL DOS ENTES MUNICIPAIS, GARANTINDO MELHORES CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS À COMUNIDADE. PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA OTIMIZAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 30.000,00 | 0,00 | 0,00 | 30.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 006 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
**Função:** 27 - Desporto e lazer **SubFunção:** 812 - Desporto comunitário
**Programa:** 0023 - CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE **Ação:** 1032 - CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR LOCAIS DE PRATICA DE ESPORTES

**Caracterização da ação:** INCLUEM PROMOVER A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA, PROPORCIONAR ESPAÇOS ADEQUADOS E SEGUROS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS, ESTIMULAR A INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO ESPORTE, E GARANTIR A MANUTENÇÃO CONSTANTE DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PARA O USO CONTÍNUO DA COMUNIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | 180.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 180.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 006 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
**Função:** 27 - Desporto e lazer **SubFunção:** 812 - Desporto comunitário
**Programa:** 0023 - CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE **Ação:** 2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA GARANTIR A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS, BEM COMO O APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PROGRAMAS E ATIVIDADES FÍSICAS QUE BENEFICIEM A COMUNIDADE, INCENTIVANDO A PRÁTICA DE ESPORTES E O ACESSO A OPÇÕES DE LAZER PARA TODOS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 390.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 830.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 390.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 13.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 31.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 698.000,00 | 55.000,00 | 0,00 | 753.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 44 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 006 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
**Função:** 27 - Desporto e lazer **SubFunção:** 813 - Lazer
**Programa:** 0023 - CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE **Ação:** 1031 - CONSTRUIR, AMPLIAR, MANTER E EQUIPAR ESPAÇOS DE LAZER

**Caracterização da ação:** PROPORCIONAR À COMUNIDADE ÁREAS ADEQUADAS PARA ATIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS, PROMOVENDO O BEM-ESTAR E A CONVIVÊNCIA SOCIAL. A AÇÃO VISA MELHORAR E EXPANDIR AS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES, CRIANDO AMBIENTES SEGUROS E ACESSÍVEIS PARA O LAZER E A PRÁTICA DE ESPORTES, ALÉM DE GARANTIR A MANUTENÇÃO CONTÍNUA DESSES ESPAÇOS PARA A SUA UTILIZAÇÃO DE FORMA EFICIENTE E SUSTENTÁVEL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 16.000,00 | 0,00 | 0,00 | 16.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **Unidade:** 006 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
**Função:** 27 - Desporto e lazer **SubFunção:** 813 - Lazer
**Programa:** 0023 - CIDADE DO DESPORTO E LAZER - MOVA-SE CIDADE **Ação:** 1063 - IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE COM PARQUES INFANTIS

**Caracterização da ação:** VISA PROMOVER A SAÚDE E O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE, OFERECENDO ESPAÇOS PÚBLICOS PARA ATIVIDADES FÍSICAS E RECREATIVAS. OS OBJETIVOS PRINCIPAIS INCLUEM INCENTIVAR A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS, PROPORCIONAR LAZER E INTEGRAÇÃO SOCIAL, ESPECIALMENTE ENTRE CRIANÇAS E FAMÍLIAS, ALÉM DE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE PÚBLICA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 80.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
**Unidade:** 007 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
**Função:** 15 - Urbanismo
**SubFunção:** 451 - Infra-estrutura urbana
**Programa:** 0026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - DESCUBRA NOSSA TERRA
**Ação:** 1029 - PROJETO DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LAGO

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA IMPLANTAR UM LAGO COM INFRAESTRUTURA ADEQUADA E, POSTERIORMENTE, GARANTIR SUA MANUTENÇÃO, VISANDO A CONSERVAÇÃO DA ÁGUA, O AUMENTO DA BIODIVERSIDADE LOCAL E A PROMOÇÃO DE LAZER E BEM-ESTAR PARA A COMUNIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
**Unidade:** 007 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
**Função:** 23 - Comércio e serviços
**SubFunção:** 695 - Turismo
**Programa:** 0026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - DESCUBRA NOSSA TERRA
**Ação:** 1033 - VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - TURISMO

**Caracterização da ação:** MODERNIZAR E AMPLIAR A INFRAESTRUTURA OPERACIONAL DOS ENTES MUNICIPAIS, GARANTINDO MELHORES CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS À COMUNIDADE. PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA OTIMIZAR O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
**Unidade:** 007 - FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
**Função:** 23 - Comércio e serviços
**SubFunção:** 695 - Turismo
**Programa:** 0026 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - DESCUBRA NOSSA TERRA
**Ação:** 1034 - APOIO, REVITALIZAÇÃO E INCREMENTO AO TURISMO

**Caracterização da ação:** FORTALECER O SETOR TURÍSTICO LOCAL, PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURAL DA REGIÃO. A AÇÃO VISA REVITALIZAR PONTOS TURÍSTICOS, APRIMORAR A INFRAESTRUTURA E APOIAR INICIATIVAS QUE ATRAIAM VISITANTES, GERANDO OPORTUNIDADES DE EMPREGO E RENDA, ALÉM DE VALORIZAR O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, TORNANDO O MUNICÍPIO MAIS ATRATIVO E SUSTENTÁVEL PARA O TURISMO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Função:** 20 - Agricultura
**SubFunção:** 608 - Promoção da produção agropecuária
**Programa:** 0028 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS
**Ação:** 2046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

**Caracterização da ação:** ESSA AÇÃO VISA GARANTIR A CONTINUIDADE E EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO AOS PRODUTORES RURAIS, PROMOVENDO A GERAÇÃO DE RENDA E FORTALECENDO A ECONOMIA LOCAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 550.000,00 | 0,00 | 0,00 | 550.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 550.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | 85.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 977.400,00 | 137.960,00 | 4.640,00 | 5.048.160,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 962.400,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.708.0000000 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 0,00 | 39.990,00 | 0,00 | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 97.970,00 | 0,00 | |
| 1.750.0000000 | Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 0,00 | 0,00 | 4.640,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 160.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 485.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos | 150.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 1.792.400,00 | 142.960,00 | 4.640,00 | 1.940.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 48 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
**Função:** 20 - Agricultura
**SubFunção:** 605 - Abastecimento
**Programa:** 0028 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS
**Ação:** 1009 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL

**Caracterização da ação:** AÇÃO VISA MELHORAR A INFRAESTRUTURA DAS FEIRAS, GARANTINDO CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO PARA OS FEIRANTES E UMA EXPERIÊNCIA SATISFATÓRIA PARA OS CONSUMIDORES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
**Função:** 20 - Agricultura
**SubFunção:** 605 - Abastecimento
**Programa:** 0028 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS
**Ação:** 2009 - PAAM - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAIS

**Caracterização da ação:** PAAM - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MUNICIPAIS, ONDE A PRODUÇÃO EXCEDENTE SAZONAL POSSA SER ABSORVIDA PELO MUNICÍPIO E REDIRECIONADA PARA OS MAIS DIVERSOS FINS. SEJA IN NAUTRA DIRETAMENTE PARA AS ESCOLAS OU ENCAMINHADA PARA AS ASSOCIAÇÕES RURAIS REALIZAREM SEU BENEFICIAMENTO ANTES DE RETORNAREM AO DESTINO FINAL (ESCOLAS, ASSISTÊNCIA OU CASA DO PRPDUTOR).

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
**Função:** 20 - Agricultura
**SubFunção:** 608 - Promoção da produção agropecuária
**Programa:** 0028 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS
**Ação:** 1010 - CONSTRUIR, AMPLIAR E MANTER O VIVEIRO DE MUDAS MUNICIPAL

**Caracterização da ação:** APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTÁVEL: FORNECER MUDAS DE PLANTAS FRUTÍFERAS E HORTALIÇAS PARA PEQUENOS PRODUTORES, INCENTIVANDO PRÁTICAS AGRÍCOLAS SUSTENTÁVEIS E A SEGURANÇA ALIMENTAR.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
**Função:** 20 - Agricultura
**SubFunção:** 608 - Promoção da produção agropecuária
**Programa:** 0028 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS
**Ação:** 1035 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

**Caracterização da ação:** FORTALECER A INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA: ADQUIRIR IMPLEMENTOS COMO TRATORES, ARADOS, GRADE ARADORA, SUBSOLADORES E COLHEDORAS PARA OTIMIZAR O PREPARO DO SOLO, O PLANTIO E A COLHEITA, AUMENTANDO A PRODUTIVIDADE E A EFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
**Função:** 20 - Agricultura
**SubFunção:** 605 - Abastecimento
**Programa:** 0028 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS
**Ação:** 1036 - APOIO E REVITALIZAÇÃO DA PISCICULTURA

**Caracterização da ação:** VISA FORTALECER A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE PEIXES, ESPECIALMENTE ENTRE PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES, PROMOVENDO SEGURANÇA ALIMENTAR, GERAÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
**Função:** 20 - Agricultura
**SubFunção:** 606 - Extensão rural
**Programa:** 0028 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS
**Ação:** 2048 - APOIO À REALIZAÇÃO DE FEIRAS AGRÍCOLAS E ENCONTROS TÉCNICOS

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA OFERECER SUPORTE LOGÍSTICO E FINANCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DESSES EVENTOS, INCENTIVANDO A CAPACITAÇÃO TÉCNICA, O NETWORKING ENTRE PRODUTORES E A EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LOCAIS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
**Função:** 20 - Agricultura
**SubFunção:** 608 - Promoção da produção agropecuária
**Programa:** 0028 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS
**Ação:** 1037 - PROGRAMA DE APOIO E MELHORIA DA PRODUÇÃO DA BACIA LEITEIRA

**Caracterização da ação:** FORTALECER A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE, ESPECIALMENTE ENTRE PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES, POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PROMOVAM A SUSTENTABILIDADE, A QUALIDADE DO PRODUTO E A INCLUSÃO SOCIAL NO MEIO RURAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 210.000,00 | 0,00 | 0,00 | 210.000,00 |

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
**Função:** 20 - Agricultura
**SubFunção:** 608 - Promoção da produção agropecuária
**Programa:** 0028 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS
**Ação:** 2047 - APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA MELHORAR A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS ASSOCIAÇÕES, FACILITANDO O ACESSO A FINANCIAMENTO, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS, ALÉM DE FOMENTAR A COMERCIALIZAÇÃO CONJUNTA DE PRODUTOS E O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS PARA OS ASSOCIADOS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 8.000,00 | 0,00 | 0,00 | 8.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
**Função:** 21 - Organização agrária
**SubFunção:** 631 - Reforma agrária
**Programa:** 0028 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGÓCIOS - AGROMAIS
**Ação:** 1038 - APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

**Caracterização da ação:** VISA PROPORCIONAR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A LEGALIZAÇÃO DE IMÓVEIS OU TERRENOS EM ÁREAS OCUPADAS DE FORMA IRREGULAR, GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA PARA OS OCUPANTES E PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO DESSAS ÁREAS AO PLANEJAMENTO URBANO OU RURAL FORMAL. O APOIO PODE SER PRESTADO POR DIFERENTES ESFERAS DE GOVERNO, EMPRESAS PRIVADAS OU ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 12.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 004 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
**Função:** 18 - Gestão ambiental
**SubFunção:** 125 - Normatização e fiscalização
**Programa:** 0016 - PRÓ-CONSELHOS
**Ação:** 2049 - MANUTENÇÃO E APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA APOIAR A GESTÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, INCENTIVANDO A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE NO MUNICÍPIO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 004 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
**Função:** 18 - Gestão ambiental
**SubFunção:** 541 - Preservação e conservação ambiental
**Programa:** 0030 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
**Ação:** 2050 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

**Caracterização da ação:** . A AÇÃO VISA GARANTIR A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À SUSTENTABILIDADE, MONITORAMENTO AMBIENTAL, FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS, CONTROLE DA POLUIÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 140.000,00 | 0,00 | 0,00 | 140.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 004 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
**Função:** 18 - Gestão ambiental
**SubFunção:** 543 - Recuperação de áreas degradadas
**Programa:** 0030 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
**Ação:** 1011 - RECUPERAÇÃO DE CÓRREGOS, ÁREAS DEGRADADAS E REFLORESTAMENTO

**Caracterização da ação:** RESTAURAR E PRESERVAR OS RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTAIS, PROMOVENDO O REFLORESTAMENTO E A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, VISANDO À SUSTENTABILIDADE E À MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICUTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
**Unidade:** 006 - DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL
**Função:** 06 - Segurança pública
**SubFunção:** 182 - Defesa civil
**Programa:** 0030 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
**Ação:** 2051 - AÇÕES DE APOIO À DEFESA CIVIL

**Caracterização da ação:** VISAM CAPACITAR E EQUIPAR A DEFESA CIVIL PARA ATUAR DE FORMA EFICIENTE, TANTO NA FASE DE PREVENÇÃO QUANTO DE RESPOSTA A SITUAÇÕES DE RISCO, COMO ENCHENTES, DESLIZAMENTOS, INCÊNDIOS, ENTRE OUTROS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 12.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 11.000,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 22.000,00 | 0,00 | 0,00 | 22.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 56 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 1012 - CONSTRUIR, REFORMAR E READEQUAR SECRETARIA DE SAÚDE

**Caracterização da ação:** MELHORAR A INFRAESTRUTURA E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SETOR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VISANDO OTIMIZAR A GESTÃO DOS SERVIÇOS E GARANTIR UM ATENDIMENTO MAIS EFICIENTE À POPULAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 26.000,00 | 0,00 | 0,00 | 26.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 2053 - MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA GARANTIR A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, O BOM FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO, A DISTRIBUIÇÃO ADEQUADA DE RECURSOS E O MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 550.000,00 | 0,00 | 0,00 | 550.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 550.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | 80.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 80.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 2.000.000,00 | 2.213.000,00 | 0,00 | 8.213.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 2.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 1.466.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 747.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 2.650.000,00 | 2.213.000,00 | 0,00 | 4.863.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 125 - Normatização e fiscalização
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 2052 - APOIAR E MANTER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

**Caracterização da ação:** GARANTIR O FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E EFICAZ DO CONSELHO, ASSEGURANDO A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA FORMULAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE. A AÇÃO VISA FORTALECER A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA DE SAÚDE, PROMOVENDO A TRANSPARÊNCIA, A QUALIDADE DOS SERVIÇOS E A DEFESA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE).

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 18.000,00 | 0,00 | 0,00 | 18.000,00 |

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 126 - Tecnologia da informação
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO
**Ação:** 2120 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS DIGITAL

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA FACILITAR O ACESSO À INFORMAÇÃO E AOS SERVIÇOS DE SAÚDE, MELHORAR A COMUNICAÇÃO ENTRE OS USUÁRIOS E OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, E OTIMIZAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, COMO AGENDAMENTO DE CONSULTAS E EXAMES, POR MEIO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 34.000,00 | 0,00 | 34.000,00 |
| 1.600.0000601 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Gestão do SUS | 0,00 | 34.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.600.0000601 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Gestão do SUS | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 44.000,00 | 0,00 | 44.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 128 - Formação de recursos humanos
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 2054 - EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

**Caracterização da ação:** . A AÇÃO BUSCA CAPACITAR OS TRABALHADORES DA SAÚDE POR MEIO DE TREINAMENTOS, CURSOS E ATIVIDADES EDUCATIVAS, GARANTINDO QUE ESTEJAM SEMPRE PREPARADOS PARA LIDAR COM AS NOVAS DEMANDAS, TECNOLOGIAS E PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 86.740,00 | 0,00 | 0,00 | 86.740,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 86.740,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 86.740,00 | 0,00 | 0,00 | 86.740,00 |

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 301 - Atenção básica
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO
**Ação:** 1045 - CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E READEQUAR UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA PROPORCIONAR AMBIENTES ADEQUADOS E MODERNOS, FORTALECENDO O ATENDIMENTO PRIMÁRIO E PROMOVENDO A SAÚDE E O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 284.595,00 | 0,00 | 0,00 | 284.595,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 284.595,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 289.595,00 | 0,00 | 0,00 | 289.595,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde **SubFunção:** 301 - Atenção básica
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO **Ação:** 1050 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ACADEMIAS DE SAÚDE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA INCENTIVAR O CUIDADO COM A SAÚDE FÍSICA E MENTAL, MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA E O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde **SubFunção:** 301 - Atenção básica
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO **Ação:** 2055 - BLOCO DE CUSTEIO DA ATENÇÃO BÁSICA OU PRIMÁRIA EM SAÚDE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA FORNECER RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DE EQUIPES DE SAÚDE, INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE E FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, VISANDO PROMOVER O ACESSO UNIVERSAL E CONTÍNUO AOS CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 962.000,00 | 1.414.000,00 | 0,00 | 5.262.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 962.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 1.200.000,00 | 0,00 | |
| 1.605.0000000 | Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 114.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 154.000,00 | 249.000,00 | 0,00 | 865.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 154.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | |
| 1.605.0000000 | Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 24.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 200.000,00 | 1.530.000,00 | 0,00 | 2.530.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 300.000,00 | 0,00 | |
| 1.600.3110000 | IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares individuais | 0,00 | 580.000,00 | 0,00 | |
| 1.600.3120000 | IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares de bancada | 0,00 | 600.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 55.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 115.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 1.371.000,00 | 3.198.000,00 | 0,00 | 4.569.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 62 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 301 - Atenção básica
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO
**Ação:** 2056 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-ACS

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR RECURSOS PARA A FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AGENTES, ALÉM DE PROPORCIONAR A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA QUE POSSAM DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES COM EFICIÊNCIA, APROXIMANDO OS SERVIÇOS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO E PROMOVENDO O ACESSO À SAÚDE BÁSICA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 415.000,00 | 896.000,00 | 0,00 | 2.556.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 415.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | |
| 1.604.0000000 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | 0,00 | 526.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 270.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 115.000,00 | 169.000,00 | 0,00 | 514.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 115.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 42.000,00 | 0,00 | |
| 1.604.0000000 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | 0,00 | 127.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 535.000,00 | 1.075.000,00 | 0,00 | 1.610.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 63 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 1062 - CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL PRONTO ATENDIMENTO

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA MELHORAR A INFRAESTRUTURA DE SAÚDE, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE ADEQUADO PARA TRATAMENTOS URGENTES E EMERGENCIAIS, PROMOVENDO A SAÚDE E O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 1.850.000,00 | 0,00 | 1.950.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.632.0000000 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde | 0,00 | 1.850.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 50.000,00 | 1.850.000,00 | 0,00 | 1.900.000,00 |

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 1067 - UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO – UDR-NMV.

**Caracterização da ação:** Construção do centro de reabilitação para melhorias na prestação de serviços de fisioterapia, aumento da qualidade de vida dos pacientes, a redução do tempo de recuperação e a promoção de um ambiente favorável à reabilitação física. Priorizar um ambiente que proporcione conforto aos pacientes durante o tratamento, com boa iluminação natural e ventilação adequada, além de garantir a segurança dos pacientes e profissionais de saúde.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 90.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 2058 - CONTRIBUIÇÕES AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA FORTALECER A ESTRUTURA DO CONSÓRCIO, PERMITINDO A OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS, A INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E A AMPLIAÇÃO DO ACESSO DA POPULAÇÃO A ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS E TRATAMENTOS DE SAÚDE, PROMOVENDO A EFICIÊNCIA E A REDUÇÃO DE CUSTOS NO SISTEMA DE SAÚDE REGIONAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.71** | **Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.71** | **Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio** | 502.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 1.054.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 502.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.71** | **Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio** | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 507.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 557.000,00 |

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 2104 - PROGRAMA DE CIRURGIAS ELETIVAS

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA GARANTIR A REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS PLANEJADAS, COM FOCO NA SAÚDE PREVENTIVA E NA EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE SAÚDE, PROMOVENDO A RECUPERAÇÃO DE CONDIÇÕES DE SAÚDE QUE NECESSITAM DE INTERVENÇÃO CIRÚRGICA PROGRAMADA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.42** | **Execução Orçamentária Delegada a Municípios** | 75.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 200.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 75.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 125.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 2105 - CUSTEIO E MANUTENÇÃO DO HOSPITAL E PRONTO ATENDIMENTO

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL, INCLUINDO SALÁRIOS DE PROFISSIONAIS, MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA, FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, GARANTINDO O ATENDIMENTO RÁPIDO E EFICAZ AOS PACIENTES EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 1.500.1002000 | Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 1.500.1002000 | Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 1.500.1002000 | Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 54.000,00 | 0,00 | 0,00 | 54.000,00 |
| 1.500.1002000 | Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 54.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 354.000,00 | 0,00 | 0,00 | 354.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 2106 - CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO

**Caracterização da ação:** A CENTRAL VISA REGULAR E PRIORIZAR A DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS PARA CONSULTAS, EXAMES E INTERNAÇÕES, ASSEGURANDO QUE OS PACIENTES SEJAM ATENDIDOS DE ACORDO COM SUAS NECESSIDADES E CONFORME OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELA POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA. ALÉM DISSO, BUSCA PROMOVER A INTEGRAÇÃO ENTRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE E FACILITAR O ACESSO DA POPULAÇÃO A TRATAMENTOS ADEQUADOS E DENTRO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 249.000,00 | 0,00 | 0,00 | 249.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 249.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 249.000,00 | 0,00 | 0,00 | 249.000,00 |

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO
**Ação:** 1046 - CONSTRUIR, REFORMAR, AMPLIAR E READEQUAR UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA DE SAÚDE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA OFERECER AMBIENTES ADEQUADOS PARA TRATAMENTOS ESPECIALIZADOS, PROMOVENDO A EFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO E O BEM-ESTAR DOS PACIENTES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 302 - Assistência hospitalar e ambulatorial
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO
**Ação:** 2057 - BLOCO DE CUSTEIO DA ATENÇÃO MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE QUE OFERECEM ESSES SERVIÇOS, PROMOVENDO A CONTINUIDADE DO CUIDADO AO PACIENTE E A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE DE QUALIDADE, ESPECIALMENTE PARA PROCEDIMENTOS QUE EXIGEM MAIOR COMPLEXIDADE E INFRAESTRUTURA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 2.656.000,00 | 225.000,00 | 0,00 | 13.505.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 2.656.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000603 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Especializada | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | |
| 1.600.3110000 | IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares individuais | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | |
| 1.605.0000000 | Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 202.000,00 | 25.000,00 | 0,00 | 833.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 202.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000603 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Especializada | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| 1.605.0000000 | Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 2.882.000,00 | 2.660.000,00 | 0,00 | 19.952.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 2.882.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000603 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Especializada | 0,00 | 340.000,00 | 0,00 | |
| 1.600.3110000 | IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares individuais | 0,00 | 805.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 505.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.3210000 | Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais | 0,00 | 1.000.000,00 | 0,00 | |
| 1.632.0000000 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 32.000,00 | 0,00 | 0,00 | 32.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 32.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 5.772.000,00 | 2.910.000,00 | 0,00 | 8.682.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 68 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 303 - Suporte profilático e terapêutico
**Programa:** 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE - CUIDAR DE VIDAS
**Ação:** 2117 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL - REMUNE

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA ASSEGURAR QUE OS PACIENTES RECEBAM OS MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO DE SUAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E O CONTROLE DE DOENÇAS NO ÂMBITO MUNICIPAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | Total: | 40.000,00 | 0,00 | 0,00 | 40.000,00 |

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 303 - Suporte profilático e terapêutico
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO
**Ação:** 1042 - CONSTRUIR, REFORMAR E EQUIPAR A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL

**Caracterização da ação:** MELHORAR A INFRAESTRUTURA E A CAPACIDADE OPERACIONAL DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA MUNICIPAL, POR MEIO DA CONSTRUÇÃO, REFORMA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ASSEGURANDO UM SERVIÇO MAIS EFICIENTE E ACESSÍVEL PARA A POPULAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | Total: | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde **SubFunção:** 303 - Suporte profilático e terapêutico
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO **Ação:** 2061 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA RENAME ANEXO I A IV

**Caracterização da ação:** GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO A MEDICAMENTOS E INSUMOS ESSENCIAIS PARA O TRATAMENTO DE DOENÇAS E AGRAVOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). A RENAME É UM INSTRUMENTO ORIENTADOR UTILIZADO PARA SELECIONAR, PADRONIZAR E DISPONIBILIZAR MEDICAMENTOS EFICAZES, SEGUROS E COM CUSTO-EFETIVIDADE ADEQUADA, PROMOVENDO O USO RACIONAL E A INTEGRALIDADE NO CUIDADO À SAÚDE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |
| 1.600.0000602 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Assistência Farmacêutica | 0,00 | 120.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 120.000,00 | 0,00 | 120.000,00 |

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde **SubFunção:** 304 - Vigilância sanitária
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO **Ação:** 2131 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**Caracterização da ação:** MELHORAR A INFRAESTRUTURA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, INCLUINDO EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES. CAPACITAR E TREINAR OS PROFISSIONAIS PARA ATUALIZAÇÕES TÉCNICAS E NORMATIVAS. CONTROLAR ZOONOSES E DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS, COM AÇÕES PREVENTIVAS E DE CONTROLE. FISCALIZAR ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS DE SAÚDE, GARANTINDO O CUMPRIMENTO DAS NORMAS SANITÁRIAS. PROMOVER CAMPANHAS EDUCATIVAS PARA CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO SOBRE PRÁTICAS SAUDÁVEIS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000605 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000605 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 15.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 25.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE **Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde **SubFunção:** 305 - Vigilância epidemiológica
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO **Ação:** 2059 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS-ACE

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE DO TRABALHO DOS AGENTES NA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS ENDÊMICAS, COMO DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA E MALÁRIA. A AÇÃO VISA ASSEGURAR RECURSOS PARA A CAPACITAÇÃO, REMUNERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AOS AGENTES, PROMOVENDO A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONTROLE DE FOCOS DE TRANSMISSÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE NAS COMUNIDADES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 178.000,00 | 220.000,00 | 0,00 | 932.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 178.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 70.000,00 | 0,00 | |
| 1.604.0000000 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | 0,00 | 130.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 23.000,00 | 33.000,00 | 0,00 | 125.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 23.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| 1.604.0000000 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 23.000,00 | 0,00 | 103.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000605 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 0,00 | 15.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 221.000,00 | 276.000,00 | 0,00 | 497.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 71 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
**Função:** 10 - Saúde
**SubFunção:** 305 - Vigilância epidemiológica
**Programa:** 0032 - BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS – SUS EM AÇÃO
**Ação:** 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

**Caracterização da ação:** GARANTIR O MONITORAMENTO CONTÍNUO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO, COM O INTUITO DE DETECTAR, PREVENIR E CONTROLAR SURTOS DE DOENÇAS. A AÇÃO VISA ASSEGURAR RECURSOS PARA A COLETA, ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DE DADOS SOBRE A SAÚDE PÚBLICA, ALÉM DE PROMOVER AÇÕES DE PREVENÇÃO, ORIENTAÇÃO E RESPOSTA RÁPIDA A SITUAÇÕES DE RISCO À SAÚDE COLETIVA, FORTALECENDO O SISTEMA DE SAÚDE E PROTEGENDO A POPULAÇÃO CONTRA DOENÇAS EPIDÊMICAS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 13.000,00 | 116.000,00 | 0,00 | 155.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000605 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 0,00 | 91.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 15.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000605 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 16.000,00 | 0,00 | 31.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.600.0000605 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 0,00 | 11.000,00 | 0,00 | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 48.000,00 | 142.000,00 | 0,00 | 190.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Função:** 15 - Urbanismo
**SubFunção:** 451 - Infra-estrutura urbana
**Programa:** 0008 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO
**Ação:** 1013 - CONSTRUIR, REFORMAR E READEQUAR PRÉDIO DA SECRETARIA DE OBRAS.

**Caracterização da ação:** MELHORAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA DO PRÉDIO, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE ADEQUADO PARA AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS. GARANTIR ACESSIBILIDADE PARA TODOS OS SERVIDORES E CIDADÃOS, ATENDENDO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA. AUMENTAR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL DA SECRETARIA, COM A READEQUAÇÃO DE ESPAÇOS PARA OTIMIZAR OS FLUXOS DE TRABALHO. PROPORCIONAR CONFORTO E SEGURANÇA AOS FUNCIONÁRIOS, CRIANDO UM AMBIENTE DE TRABALHO SEGURO E ADEQUADO PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES. ATENDER ÀS DEMANDAS DE CRESCIMENTO DA SECRETARIA, GARANTINDO ESPAÇO SUFICIENTE PARA FUTURAS EXPANSÕES E NECESSIDADES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Função:** 26 - Transporte
**SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0003 - GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS
**Ação:** 2062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

**Caracterização da ação:** GARANTIR A OPERACIONALIDADE CONTÍNUA E SEGURA DAS INFRAESTRUTURAS URBANAS, INCLUINDO VIAS PÚBLICAS, OBRAS DE MELHORIAS E ADEQUAÇÕES PARA PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA DOS MUNÍCIPES E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE. UTILIZAR DE FORMA EFICAZ OS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA ASSEGURAR A EXECUÇÃO ADEQUADA DAS OBRAS E SERVIÇOS, ALINHADOS COM AS DIRETRIZES MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO. PRIORIZAR A REALIZAÇÃO DE OBRAS CONFORME AS DEMANDAS IDENTIFICADAS PELA POPULAÇÃO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES LOCAIS DE FORMA ÁGIL E EFICIENTE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 1.597.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.597.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.597.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 245.000,00 | 0,00 | 0,00 | 490.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 230.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 2.620.000,00 | 703.150,00 | 56.000,00 | 22.111.150,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.308.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 297.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.704.0000000 | Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | 0,00 | 374.150,00 | 0,00 | |
| 1.708.0000000 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 0,00 | 35.000,00 | 0,00 | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 294.000,00 | 0,00 | |
| 1.750.0000000 | Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 0,00 | 0,00 | 31.000,00 | |
| 1.759.0000702 | Auxílio financeiro aos municípios para compensação de perdas (Fethab Diesel) - Decreto Estadual nº 1354/2025 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 | |
| | **Total:** | 4.462.000,00 | 703.150,00 | 56.000,00 | 5.221.150,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Função:** 26 - Transporte **SubFunção:** 782 - Transporte rodoviário
**Programa:** 0004 - POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS **Ação:** 2064 - CONTRIBUIÇÕES AO CIDVAT

**Caracterização da ação:** FORTALECER A COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL. A AÇÃO VISA APOIAR FINANCEIRAMENTE O CONSÓRCIO, FACILITANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS CONJUNTOS NAS ÁREAS DE INFRAESTRUTURA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E OUTROS SETORES ESTRATÉGICOS, VISANDO O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NAS REGIÕES ENVOLVIDAS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.71** | **Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio** | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.71** | **Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio** | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.71** | **Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio** | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 64.000,00 | 0,00 | 0,00 | 64.000,00 |

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS **Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Função:** 26 - Transporte **SubFunção:** 782 - Transporte rodoviário
**Programa:** 0053 - MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS **Ação:** 1014 - MAQUINÁRIOS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

**Caracterização da ação:** MELHORAR A CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO URBANA, A AÇÃO VISA EQUIPAR A SECRETARIA COM VEÍCULOS E MÁQUINAS ADEQUADOS PARA REALIZAR OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, LIMPEZA URBANA, MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E OUTRAS AÇÕES ESSENCIAIS, GARANTINDO MAIOR EFICIÊNCIA E AGILIDADE NOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS **Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E TRANSPORTES
**Função:** 26 - Transporte **SubFunção:** 782 - Transporte rodoviário
**Programa:** 0037 - SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA – CAMINHO SEGURO **Ação:** 1054 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PONTES E BUEIROS E ADUELAS

**Caracterização da ação:** GARANTIR A SEGURANÇA E A MOBILIDADE DAS VIAS PÚBLICAS, PROPORCIONANDO INFRAESTRUTURA ADEQUADA PARA O TRÁFEGO DE VEÍCULOS E PEDESTRES. PREVENIR ACIDENTES E DANOS ESTRUTURAIS, REALIZANDO REFORMAS E MANUTENÇÕES PREVENTIVAS NAS PONTES, BUEIROS E ADUELAS EXISTENTES. MELHORAR O ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, EVITANDO ALAGAMENTOS E DANOS ÀS VIAS PÚBLICAS, ESPECIALMENTE EM ÁREAS DE RISCO. PROMOVER A ACESSIBILIDADE E A CONECTIVIDADE ENTRE DIFERENTES REGIÕES DO MUNICÍPIO, FACILITANDO O TRANSPORTE E A LOGÍSTICA. ATENDER ÀS DEMANDAS DE CRESCIMENTO URBANO E RURAL, ADEQUANDO A INFRAESTRUTURA PARA SUPORTAR O AUMENTO DO TRÁFEGO E AS MUDANÇAS NAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 151.000,00 | 0,00 | 0,00 | 151.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 151.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 110.000,00 | 1.100.000,00 | 0,00 | 1.540.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 | |
| 1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 0,00 | 1.000.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 261.000,00 | 1.100.000,00 | 0,00 | 1.361.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E TRANSPORTES
**Função:** 26 - Transporte
**SubFunção:** 782 - Transporte rodoviário
**Programa:** 0037 - SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA – CAMINHO SEGURO
**Ação:** 2063 - ABERTURA, REABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CRIAÇÃO DE NOVOS ACESSOS E MELHORIAS NO TRANSPORTE ENTRE DIFERENTES LOCALIDADES, PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO REGIONAL E FACILITANDO O ESCOAMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS. RECUPERAR E RESTABELECER A TRAFEGABILIDADE DE VIAS DANIFICADAS OU INUTILIZADAS, ASSEGURANDO A CONECTIVIDADE E A MOBILIDADE NAS ÁREAS AFETADAS. REALIZAR A MANUTENÇÃO CONTÍNUA DAS ESTRADAS, INCLUINDO O PATROLAMENTO, O CASCALHAMENTO E A SINALIZAÇÃO, PARA GARANTIR A SEGURANÇA E A EFICIÊNCIA DO TRÁFEGO. MELHORAR O ACESSO À INFRAESTRUTURA ESSENCIAL, COMO MERCADOS, ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE E ÁREAS DE LAZER, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DAS REGIÕES ATENDIDAS. GARANTIR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE TRAFEGABILIDADE, MINIMIZANDO OS RISCOS DE ACIDENTES E PROMOVENDO A SEGURANÇA DOS MOTORISTAS E PEDESTRES. VISAM MELHORAR A INFRAESTRUTURA VIÁRIA E, CONSEQUENTEMENTE, OTIMIZAR O TRANSPORTE E A QUALIDADE DE VIDA NAS COMUNIDADES ATENDIDAS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | 45.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 45.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
**Função:** 15 - Urbanismo
**SubFunção:** 451 - Infra-estrutura urbana
**Programa:** 0038 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO
**Ação:** 1016 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES

**Caracterização da ação:** MELHORAR A INFRAESTRUTURA URBANA, PROPORCIONANDO RUAS E AVENIDAS MAIS SEGURAS, ACESSÍVEIS E DURÁVEIS. A AÇÃO VISA FACILITAR O TRÁFEGO, REDUZIR CUSTOS DE MANUTENÇÃO E PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, COM A REALIZAÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES, COMO DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE CALÇADAS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 3.146.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.146.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.146.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 1.300.000,00 | 4.476.000,00 | 0,00 | 8.376.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.300.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 0,00 | 2.870.000,00 | 0,00 | |
| 1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 0,00 | 1.606.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 4.446.000,00 | 4.476.000,00 | 0,00 | 8.922.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
**Função:** 15 - Urbanismo
**SubFunção:** 451 - Infra-estrutura urbana
**Programa:** 0038 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO
**Ação:** 1053 - PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

**Caracterização da ação:** PROMOVER A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA URBANA POR MEIO DA REVITALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS, PROPORCIONANDO ESPAÇOS PÚBLICOS MAIS ACESSÍVEIS, AGRADÁVEIS E SUSTENTÁVEIS PARA A COMUNIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 223.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 719.000,00 |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 223.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.708.0000000 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 0,00 | 25.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 1.930.000,00 | 0,00 | 1.990.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 0,00 | 500.000,00 | 0,00 | |
| 1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 0,00 | 1.430.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 243.000,00 | 1.980.000,00 | 0,00 | 2.223.000,00 |

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
**Função:** 15 - Urbanismo
**SubFunção:** 451 - Infra-estrutura urbana
**Programa:** 0038 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO
**Ação:** 1066 - PAVIMENTAÇÃO EM TSD, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO E PASSEIO PÚBLICO

**Caracterização da ação:** MELHORAR A INFRAESTRUTURA URBANA, GARANTINDO VIAS MAIS SEGURAS, ACESSÍVEIS E DURÁVEIS. A AÇÃO VISA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO COM TSD, INSTALAR SISTEMAS DE DRENAGEM PARA EVITAR ALAGAMENTOS, REALIZAR A SINALIZAÇÃO VIÁRIA ADEQUADA E CONSTRUIR OU RECUPERAR PASSEIOS PÚBLICOS, PROMOVENDO A MOBILIDADE, A SEGURANÇA E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 79 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
**Função:** 15 - Urbanismo
**SubFunção:** 451 - Infra-estrutura urbana
**Programa:** 0038 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO
**Ação:** 1069 - IMPLANTAÇÃO DO PORTAL DE ENTRADA DA CIDADE

**Caracterização da ação:** CRIAR UM PONTO DE ACOLHIMENTO E IDENTIDADE VISUAL PARA OS VISITANTES E MORADORES, PROMOVENDO A VALORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO. ALÉM DE MELHORAR A ESTÉTICA URBANA, O PORTAL VISA REFORÇAR A IMAGEM DA CIDADE, FORTALECER O TURISMO LOCAL E PROPORCIONAR UM MARCO SIMBÓLICO DE BOAS-VINDAS, CONTRIBUINDO PARA A INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | 25.000,00 |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 25.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 172.000,00 | 0,00 | 0,00 | 172.000,00 |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 172.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 197.000,00 | 0,00 | 0,00 | 197.000,00 |

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
**Função:** 15 - Urbanismo
**SubFunção:** 452 - Serviços urbanos
**Programa:** 0038 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA – REVITALIZA URBANO
**Ação:** 2065 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

**Caracterização da ação:** GARANTIR O BOM FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA A CIDADE, COMO LIMPEZA PÚBLICA, CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS, CONTROLE DE RESÍDUOS E MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS. A AÇÃO VISA ASSEGURAR A CONTINUIDADE DESSES SERVIÇOS, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE URBANO MAIS ORGANIZADO, SEGURO E SAUDÁVEL PARA A POPULAÇÃO, ALÉM DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NAS ÁREAS URBANAS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 1.368.216,00 | 0,00 | 0,00 | 1.368.216,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.368.216,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 1.438.216,00 | 0,00 | 0,00 | 1.438.216,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS **Unidade:** 003 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
**Função:** 15 - Urbanismo **SubFunção:** 452 - Serviços urbanos
**Programa:** 0039 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE – CAMINHOS ILUMINADOS **Ação:** 2066 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

**Caracterização da ação:** A AÇÃO VISA EXPANDIR A REDE DE ILUMINAÇÃO EM ÁREAS CARENTES, SUBSTITUIR EQUIPAMENTOS ANTIGOS E REALIZAR A MANUTENÇÃO CONTÍNUA, CONTRIBUINDO PARA A PREVENÇÃO DE ACIDENTES, O AUMENTO DA SEGURANÇA E A MELHORIA DO BEM-ESTAR URBANO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 0,00 | 1.164.915,00 | 1.164.915,00 |
| 1.751.0000000 | Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | 0,00 | 0,00 | 1.164.915,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 281.000,00 | 0,00 | 533.000,00 | 1.628.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 281.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.751.0000000 | Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | 0,00 | 0,00 | 533.000,00 | |
| | **Total:** | 281.000,00 | 0,00 | 1.697.915,00 | 1.978.915,00 |

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS **Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO
**Função:** 17 - Saneamento **SubFunção:** 512 - Saneamento básico urbano
**Programa:** 0030 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL **Ação:** 1055 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

**Caracterização da ação:** GARANTIR A COLETA E O TRATAMENTO ADEQUADO DOS RESÍDUOS SANITÁRIOS, PROMOVENDO A SAÚDE PÚBLICA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. A AÇÃO VISA EXPANDIR A REDE DE ESGOTO, MELHORAR A INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO E ASSEGURAR A MANUTENÇÃO CONTÍNUA DO SISTEMA, REDUZINDO RISCOS DE CONTAMINAÇÃO E MELHORANDO A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO
**Função:** 17 - Saneamento
**SubFunção:** 512 - Saneamento básico urbano
**Programa:** 0040 - ADUÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA – FONTE DE VIDA
**Ação:** 1017 - CONSTRUIR, AMPLIAR E EQUIPAR A REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA

**Caracterização da ação:** GARANTIR O ACESSO CONTÍNUO E SEGURO À ÁGUA POTÁVEL PARA A POPULAÇÃO. A AÇÃO VISA EXPANDIR E MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, MELHORANDO A QUALIDADE DO SERVIÇO, AMPLIANDO A COBERTURA E OTIMIZANDO A DISTRIBUIÇÃO, COM O OBJETIVO DE ATENDER À DEMANDA CRESCENTE E PROMOVER A SAÚDE PÚBLICA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 004 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO
**Função:** 17 - Saneamento
**SubFunção:** 512 - Saneamento básico urbano
**Programa:** 0040 - ADUÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA – FONTE DE VIDA
**Ação:** 2067 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PARA A POPULAÇÃO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | 250.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 350.000,00 | 0,00 | 0,00 | 700.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 300.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 625.000,00 | 0,00 | 0,00 | 625.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
**Unidade:** 005 - FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES
**Função:** 26 - Transporte
**SubFunção:** 782 - Transporte rodoviário
**Programa:** 0037 - SEGURANÇA E FLUIDEZ VIÁRIA – CAMINHO SEGURO
**Ação:** 2130 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTES-FMT

**Caracterização da ação:** CUSTEAR DESPESAS COM: I MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS; II - OBRAS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS, INCLUINDO PONTES E BUEIROS; III - MANUTENÇÃO OU CONSTRUÇÃO DE BUEIROS E PONTES DE ATÉ DOZE METROS NAS RODOVIAS ESTADUAIS NÃO PAVIMENTADAS; IV - AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA ATENDER EXCLUSIVAMENTE AS OBRAS E SERVIÇOS RELACIONADOS NOS INCISOS I A III.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 0,00 | 830.000,00 | 830.000,00 |
| 1.759.0000702 | Auxílio financeiro aos municípios para compensação de perdas (Fethab Diesel) - Decreto Estadual nº 1354/2025 | 0,00 | 0,00 | 830.000,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 1.759.0000702 | Auxílio financeiro aos municípios para compensação de perdas (Fethab Diesel) - Decreto Estadual nº 1354/2025 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 | |
| | **Total:** | 0,00 | 0,00 | 850.000,00 | 850.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 84 de 102
Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0055 - MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL
**Ação:** 2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE E EFETIVIDADE DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, APOIO AO TRABALHO E PROMOÇÃO DA CIDADANIA, COM FOCO NA INCLUSÃO SOCIAL, MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES DE EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. VISA ASSEGURAR QUE A SECRETARIA CONTINUE A DESEMPENHAR SEU PAPEL FUNDAMENTAL NO APOIO SOCIAL, NO ACESSO A SERVIÇOS ESSENCIAIS E NO FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO E À CIDADANIA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 863.000,00 | 0,00 | 0,00 | 863.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 863.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | 70.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 70.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 1.480.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.480.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.480.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 2.434.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.434.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 2109 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

**Caracterização da ação:** ASSEGURAR A CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS E PROGRAMAS DE APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, PROMOVENDO A INCLUSÃO SOCIAL, O ACESSO A DIREITOS E SERVIÇOS ESSENCIAIS, E OFERECENDO SUPORTE PSICOLÓGICO, EDUCACIONAL, PROFISSIONAL E SOCIAL, VISANDO A AUTONOMIA E A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DESSA POPULAÇÃO. BUSCA GARANTIR QUE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA RECEBAM O APOIO NECESSÁRIO PARA SUA INTEGRAÇÃO PLENA NA SOCIEDADE, SUPERANDO BARREIRAS E GARANTINDO OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 244 - Assistência comunitária
**Programa:** 0008 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E MODERNIZAÇÃO
**Ação:** 1018 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Caracterização da ação:** PROPORCIONAR UM ESPAÇO ADEQUADO E ACESSÍVEL PARA O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, GARANTINDO CONFORTO, SEGURANÇA E FUNCIONALIDADE PARA OS SERVIÇOS PRESTADOS. MELHORAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, PERMITINDO UM ATENDIMENTO MAIS EFICIENTE E INTEGRADO, COM ESPAÇOS ESPECIALIZADOS PARA CADA TIPO DE SERVIÇO, COMO ACOLHIMENTO, ORIENTAÇÃO E ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL. AUMENTAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS, COM A AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO, POSSIBILITANDO A INCLUSÃO DE NOVOS SERVIÇOS E A AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES EXISTENTES. GARANTIR A ACESSIBILIDADE E CONFORTO PARA TODOS, INCLUINDO ADAPTAÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA, CONFORME AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE. PROVER UM AMBIENTE SEGURO E ACOLHEDOR PARA O PÚBLICO ATENDIDO, FACILITANDO A INTEGRAÇÃO E O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS POR MEIO DE UM ESPAÇO ADEQUADO PARA ATIVIDADES SOCIAIS E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 244 - Assistência comunitária
**Programa:** 0053 - MODERNIZACAO, EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS
**Ação:** 1057 - VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Caracterização da ação:** MELHORAR A INFRAESTRUTURA E A LOGÍSTICA DA SECRETARIA, PROPORCIONANDO VEÍCULOS ADEQUADOS PARA O TRANSPORTE DE EQUIPE E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. GARANTIR A EFICIÊNCIA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS, POR MEIO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES QUE SUPORTEM AS ATIVIDADES DE ATENDIMENTO, ACOLHIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. AUMENTAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA, GARANTINDO QUE OS PROFISSIONAIS POSSAM ATUAR DE FORMA MAIS ÁGIL E EFICAZ, ESPECIALMENTE EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO OU EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. PROVER RECURSOS ADEQUADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS, PERMITINDO O MELHOR DESEMPENHO DAS AÇÕES VOLTADAS À INCLUSÃO E PROTEÇÃO SOCIAL. ASSEGURAR A CONTINUIDADE DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, GARANTINDO QUE A SECRETARIA TENHA OS RECURSOS MATERIAIS E LOGÍSTICOS NECESSÁRIOS PARA OPERAR DE MANEIRA CONTÍNUA E EFICAZ.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 16 - Habitação
**SubFunção:** 482 - Habitação urbana
**Programa:** 0048 - HABITAÇÃO COM CIDADANIA – CONSTRUÍNDO O FUTURO
**Ação:** 1064 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

**Caracterização da ação:** PROPORCIONAR MORADIA DIGNA E ACESSÍVEL À POPULAÇÃO, POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, VISANDO REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL, MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO SUSTENTÁVEL. ENGLOBA O FORNECIMENTO DE MORADIA DE QUALIDADE, A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES HABITACIONAIS DA POPULAÇÃO, PRIORIZANDO AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | 20.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 87 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0016 - PRÓ-CONSELHOS
**Ação:** 2122 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Caracterização da ação:** FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PROCESSO DE FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR MEIO DA CAPACITAÇÃO E APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, GARANTINDO MAIOR TRANSPARÊNCIA, LEGITIMIDADE E EFETIVIDADE NAS DECISÕES E AÇÕES VOLTADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, VISA ASSEGURAR QUE O CONTROLE SOCIAL SEJA UMA FERRAMENTA EFICAZ PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS JUSTAS E REPRESENTATIVAS, COM A PARTICIPAÇÃO ATIVA DA COMUNIDADE NA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 5.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 3.000,00 | 3.000,00 | 0,00 | 9.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 18.000,00 | 8.000,00 | 0,00 | 26.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 122 - Administração geral
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 2129 - PROCAD-SUAS

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE DA CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS), PROPORCIONANDO ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO CONTÍNUO PARA MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. APRIMORAR A GESTÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES TÉCNICAS E OPERACIONAIS DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO ATENDIMENTO SOCIAL. FORTALECER A REDE DE ATENDIMENTO E O TRABALHO EM EQUIPE DENTRO DO SUAS, GARANTINDO QUE OS TRABALHADORES ESTEJAM PREPARADOS PARA LIDAR COM AS DIFERENTES DEMANDAS SOCIAIS E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. FOMENTAR A TROCA DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ENTRE OS PROFISSIONAIS DO SUAS, PROMOVENDO A TROCA DE BOAS PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS EFICAZES NO ATENDIMENTO E NA GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO EFICIENTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ASSEGURANDO QUE OS PROFISSIONAIS DO SUAS POSSUAM AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES VOLTADOS À INCLUSÃO E PROTEÇÃO SOCIAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 2.000,00 | 4.000,00 | 0,00 | 8.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 4.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 2.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 4.000,00 | 6.000,00 | 0,00 | 10.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 243 - Assistência à criança e ao adolescente
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 2085 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE E A QUALIDADE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE SEGURO, ACOLHEDOR E TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, COM O OBJETIVO DE GARANTIR SEUS DIREITOS, PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL E A REINTEGRAÇÃO FAMILIAR, QUANDO POSSÍVEL, OU ENCAMINHAMENTO PARA ADOÇÃO, CONFORME A NECESSIDADE DE CADA CASO. BUSCA ASSEGURAR QUE O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR ATENDA ÀS NECESSIDADES DOS MENORES, OFERECENDO UM CUIDADO TEMPORÁRIO ADEQUADO ATÉ QUE A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SEJA RESOLVIDA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 |

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 244 - Assistência comunitária
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 2124 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE E A EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, ASSEGURANDO A OFERTA DE ASSISTÊNCIA TEMPORÁRIA A INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL, COMO APOIO EM CASOS DE CALAMIDADE, MORTE, NATALIDADE, E OUTRAS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES IMEDIATAS DA POPULAÇÃO E PROMOVER A PROTEÇÃO SOCIAL DE FORMA EFICAZ E OPORTUNA. BUSCA ASSEGURAR QUE OS BENEFÍCIOS EVENTUAIS SEJAM GERIDOS DE FORMA TRANSPARENTE E EFICAZ, ATENDENDO ÀS DEMANDAS EMERGENCIAIS E PROMOVENDO A ESTABILIDADE SOCIAL DOS CIDADÃOS EM MOMENTOS DE NECESSIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 336.000,00 | 87.000,00 | 0,00 | 759.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 336.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 0,00 | 87.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 336.000,00 | 87.000,00 | 0,00 | 423.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 244 - Assistência comunitária
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 2126 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

**Caracterização da ação:** GARANTIR A EFICÁCIA NA GESTÃO E NO ACOMPANHAMENTO DOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO, ASSEGURANDO QUE OS RECURSOS SEJAM CORRETAMENTE DIRECIONADOS ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, GARANTINDO QUE AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TENHAM ACESSO AOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS SOCIAIS NECESSÁRIOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA. ATUALIZAR E MANTER O CADASTRO ÚNICO SEMPRE ATUALIZADO, FACILITANDO O ACESSO A PROGRAMAS E BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. DESENVOLVER AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA AS FAMÍLIAS CADASTRADAS, ESCLARECENDO SOBRE DIREITOS E DEVERES, E INCENTIVANDO O USO ADEQUADO DOS BENEFÍCIOS. MONITORAR E AVALIAR CONTINUAMENTE A EFICÁCIA DO PROGRAMA, GARANTINDO QUE AS METAS E OBJETIVOS SEJAM ALCANÇADOS, E QUE OS BENEFICIÁRIOS RECEBAM O SUPORTE NECESSÁRIO PARA SUPERAR A VULNERABILIDADE SOCIAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 68.000,00 | 3.000,00 | 0,00 | 139.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 68.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 20.000,00 | 13.000,00 | 0,00 | 53.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 13.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 10.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 108.000,00 | 26.000,00 | 0,00 | 134.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 245 - Serviços Socioassistenciais
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 2123 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE E A EFETIVIDADE DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NO MUNICÍPIO, POR MEIO DO MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DO ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA (IGD-SUAS), ASSEGURANDO A ALOCAÇÃO EFICIENTE DE RECURSOS, O FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, E A MELHORIA DA QUALIDADE DA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISA ASSEGURAR A BOA GESTÃO DOS RECURSOS E A IMPLEMENTAÇÃO ADEQUADA DAS POLÍTICAS SOCIAIS, COM FOCO NA DESCENTRALIZAÇÃO E NO FORTALECIMENTO DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 11.069,00 | 14.000,00 | 0,00 | 36.138,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 11.069,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 14.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 3.000,00 | 3.000,00 | 0,00 | 9.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 59.069,00 | 17.000,00 | 0,00 | 76.069,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 245 - Serviços Socioassistenciais
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 2127 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

**Caracterização da ação:** GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, VOLTADAS À PROMOÇÃO DA CIDADANIA, AO FORTALECIMENTO DAS REDES DE APOIO FAMILIAR E COMUNITÁRIA, E AO ACESSO A SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, COM O OBJETIVO DE PREVENIR E ENFRENTAR SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PROMOVENDO A INCLUSÃO E O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS. VISA GARANTIR QUE OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO EM RISCO, PROPORCIONANDO SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL EFICIENTE E ACESSÍVEL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 140.000,00 | 6.000,00 | 0,00 | 426.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 140.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 4.000,00 | 0,00 | |
| 1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 481.000,00 | 200.000,00 | 0,00 | 1.643.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 481.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 150.000,00 | 0,00 | |
| 1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 0,00 | 50.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 15.000,00 | 37.000,00 | 0,00 | 82.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 17.000,00 | 0,00 | |
| 1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 0,00 | 20.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 651.000,00 | 243.000,00 | 0,00 | 894.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 245 - Serviços Socioassistenciais
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 2128 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE E A AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E DE MÉDIA COMPLEXIDADE, OFERECENDO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÕES DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL, COMO AQUELES QUE VIVENCIAM VIOLÊNCIA, ABUSO OU ABANDONO, COM FOCO NA REABILITAÇÃO, REINTEGRAÇÃO E NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E SOCIAIS, ASSEGURANDO O ACESSO A SERVIÇOS ADEQUADOS PARA A PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO. VISA ASSEGURAR QUE AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E DE MÉDIA COMPLEXIDADE ATENDAM AS NECESSIDADES DE INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÕES MAIS GRAVES DE RISCO, PROMOVENDO A REABILITAÇÃO E O SUPORTE CONTÍNUO PARA SUPERAR AS ADVERSIDADES ENFRENTADAS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 44.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 90.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 44.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | 10.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 10.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 105.000,00 | 40.000,00 | 0,00 | 355.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 105.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 10.000,00 | 0,00 | |
| 1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 0,00 | 30.000,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 155.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 0,00 | 3.000,00 | 0,00 | |
| 1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 264.000,00 | 47.000,00 | 0,00 | 311.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 243 - Assistência à criança e ao adolescente
**Programa:** 0016 - PRÓ-CONSELHOS
**Ação:** 2110 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE E A EFETIVIDADE DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR, ASSEGURANDO A PROTEÇÃO INTEGRAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, POR MEIO DA FISCALIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO E INTERVENÇÃO NAS SITUAÇÕES DE RISCO OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS, PROMOVENDO A ATUAÇÃO EM REDE COM OUTRAS ENTIDADES E ÓRGÃOS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO E A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. VISA ASSEGURAR QUE O CONSELHO TUTELAR DESEMPENHE SEU PAPEL DE FORMA EFICIENTE E EFICAZ, ZELANDO PELA SEGURANÇA E BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | 220.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 220.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 59.000,00 | 0,00 | 0,00 | 59.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 59.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 284.000,00 | 0,00 | 0,00 | 284.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 003 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 243 - Assistência à criança e ao adolescente
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 2083 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE DO FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS À PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ASSEGURANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE CONTRIBUAM PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCACIONAL E FAMILIAR DESSA POPULAÇÃO, COM FOCO NA PREVENÇÃO E NO ENFRENTAMENTO DE SITUAÇÕES DE RISCO E VULNERABILIDADE. VISA ASSEGURAR O USO EFICAZ DOS RECURSOS DO FUNDO PARA O APOIO A AÇÕES QUE PROMOVAM O BEM-ESTAR E A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 47.000,00 | 0,00 | 28.000,00 | 150.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 47.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.669.0000000 | Outros Recursos Vinculados à Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 28.000,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 5.000,00 | 0,00 | 5.000,00 | 20.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.669.0000000 | Outros Recursos Vinculados à Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 5.000,00 | |
| | **Total:** | 52.000,00 | 0,00 | 33.000,00 | 85.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 005 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 241 - Assistência à Pessoa Idosa
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 1068 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO CONVIVÊNCIA

**Caracterização da ação:** CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA ESTRUTURADO PARA GARANTIR QUE O ESPAÇO SEJA UM LOCAL ADEQUADO E ACESSÍVEL, PROMOVENDO O BEM-ESTAR SOCIAL E O FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE, DESTINADO A ATENDER IDOSOS, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES GESTANTES, PROMOVENDO ATIVIDADES E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS INCLUSIVOS E DE ALTA QUALIDADE.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | 85.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 85.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 005 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 241 - Assistência à Pessoa Idosa
**Programa:** 0055 - MULTICULTURALIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL
**Ação:** 2111 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE DO FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS À PROMOÇÃO DOS DIREITOS E AO BEM-ESTAR DA PESSOA IDOSA, ASSEGURANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE FAVOREÇAM SUA INCLUSÃO SOCIAL, ACESSO À SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E À PROTEÇÃO CONTRA ABUSOS, VISANDO MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA E A DIGNIDADE DA PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO. BUSCA ASSEGURAR O USO EFICIENTE DOS RECURSOS DO FUNDO PARA APOIAR INICIATIVAS QUE PROMOVAM A AUTONOMIA E O RESPEITO AOS DIREITOS DOS IDOSOS.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.50** | **Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos** | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 13.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 21.000,00 | 0,00 | 0,00 | 21.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
**Unidade:** 006 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
**Função:** 08 - Assistência social
**SubFunção:** 244 - Assistência comunitária
**Programa:** 0043 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E INCLUSÃO
**Ação:** 2112 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

**Caracterização da ação:** GARANTIR O FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES, COM ÊNFASE EM AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA, EMPODERAMENTO FEMININO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO. FOMENTAR A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS QUE VISEM À PROTEÇÃO, APOIO E ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, INCLUINDO SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO, ORIENTAÇÃO E APOIO PSICOSSOCIAL, APOIAR INICIATIVAS DE CAPACITAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DAS MULHERES, BUSCANDO AUMENTAR SUA PARTICIPAÇÃO ATIVA NO MERCADO DE TRABALHO, NA POLÍTICA E EM OUTROS ESPAÇOS DE DECISÃO. FORTALECER A REDE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E GARANTIR O APOIO NECESSÁRIO POR MEIO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, COMO DELEGACIAS, ABRIGOS E CENTROS DE ATENDIMENTO. PROMOVER A CONSCIENTIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES E A IGUALDADE DE GÊNERO, INCENTIVANDO UMA CULTURA DE RESPEITO E DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E À VIOLÊNCIA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 50.000,00 | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 |

Data: 09/11/2026 10:07:01 Página: 99 de 102

Data da emissão: 09/11/2026 10:07:01 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ** – 37.465.556/0001-63

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER
**Unidade:** 001 - GABINETE DO FUNDO DE PREVIDENCIA PREVVER
**Função:** 09 - Previdência social
**SubFunção:** 272 - Previdência do regime estatutário
**Programa:** 0051 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS DO PREVVER – FUTURO SEGURO
**Ação:** 2086 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E BENEFÍCIOS DO PREVVER

**Caracterização da ação:** INCLUEM GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO FUNDO, ASSEGURAR O PAGAMENTO REGULAR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, MONITORAR E AJUSTAR AS CONTRIBUIÇÕES E INVESTIMENTOS PARA ALCANÇAR UM EQUILÍBRIO FINANCEIRO, E REALIZAR A GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS CONFORME AS NORMATIVAS LEGAIS VIGENTES.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.71** | **Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.802.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 3.405.000,00 | 0,00 | 0,00 | 13.620.000,00 |
| 1.800.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 1.545.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.800.1111000 | Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 1.655.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.800.1121000 | Benefícios Previdenciários - Poder Legislativo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 75.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.802.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 130.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.802.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.71** | **Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio** | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000,00 |
| 1.802.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 3.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 270.000,00 | 0,00 | 0,00 | 540.000,00 |
| 1.800.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 20.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 1.802.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 250.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.71** | **Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio** | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 |
| 1.802.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 1.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **4.4.90** | **Aplicações Diretas** | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| 1.802.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 3.730.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.730.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 10 - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES - PREVVER **Unidade:** 001 - GABINETE DO FUNDO DE PREVIDENCIA PREVVER
**Função:** 99 - Reserva de contingência ou reserva legal do rpps **SubFunção:** 997 - Reserva do RPPS
**Programa:** 0051 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS DO PREVVER – FUTURO SEGURO **Ação:** 9998 - RESERVA LEGAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

**Caracterização da ação:** RESERVA LEGAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **9.9.99** | **A Definir ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS** | 2.802.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.802.000,00 |
| 1.800.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 2.802.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 2.802.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.802.000,00 |

**Órgão:** 11 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO **Unidade:** 001 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
**Função:** 03 - Essencial a justiça **SubFunção:** 091 - Defesa da ordem jurídica
**Programa:** 0005 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA **Ação:** 2005 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

**Caracterização da ação:** GARANTIR A CONTINUIDADE E A EFETIVIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA, OFERECENDO SUPORTE TÉCNICO E CONSULTIVO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ZELANDO PELA CONFORMIDADE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, REPRESENTANDO O MUNICÍPIO EM QUESTÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, E PROMOVENDO A PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E O CORRETO CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS. BUSCA ASSEGURAR QUE A PROCURADORIA E A ASSESSORIA JURÍDICA DESEMPENHEM SEU PAPEL FUNDAMENTAL NO APOIO À GESTÃO PÚBLICA, CONTRIBUINDO PARA A LEGALIDADE, SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **3.1.90** | **Aplicações Diretas** | 528.000,00 | 0,00 | 0,00 | 528.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 528.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.1.91** | **Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | 35.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 35.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **3.3.90** | **Aplicações Diretas** | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | 15.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 15.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 578.000,00 | 0,00 | 0,00 | 578.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2027

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Modelo LOA - Projeto de lei

**Órgão:** 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA
**Unidade:** 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA
**Função:** 99 - Reserva de contingência ou reserva legal do rpps
**SubFunção:** 999 - Reserva de contingência
**Programa:** 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
**Ação:** 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Caracterização da ação:** GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDER A SITUAÇÕES IMPREVISTAS OU EMERGENCIAIS, QUE NÃO FORAM PREVISTAS NO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO INICIAL, DE FORMA A ASSEGURAR A CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS MUNICIPAIS SEM COMPROMETER O EQUILÍBRIO FISCAL, A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO ENTE PÚBLICO. VISA ASSEGURAR QUE O MUNICÍPIO TENHA RECURSOS SUFICIENTES PARA LIDAR COM IMPREVISTOS, CRISES OU EVENTOS INESPERADOS, MANTENDO A ESTABILIDADE FISCAL E PERMITINDO RESPOSTAS RÁPIDAS A SITUAÇÕES DE URGÊNCIA.

| Código | Especificação | Recursos | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Próprios | Transferências | Outros | Total |
| **9.9.99** | **A Definir ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS** | 48.000,00 | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 48.000,00 | 0,00 | 0,00 | |
| | **Total:** | 48.000,00 | 0,00 | 0,00 | 48.000,00 |

**Total Geral:** **106.575.000,00**

NOVA MONTE VERDE - MT, 9 de novembro de 2026

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador CRC 012883/O2

LUCIANO ROGERIO CORDEIRO
Secretário de Administração

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## EQUILÍBRIO DAS FONTES
## LOA - 2027 - Projeto de lei

Equilibrado | Sem Receita ou Despesa | Desequilibrado

R$1,00

2027

| Fontes | Total da receita | Total da despesa | Diferença | |
|---|---|---|---|---|
| 1.500.0000000 - Recursos não Vinculados de Impostos | 33.739.385,00 | 33.739.385,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.500.1001000 - IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino | 7.252.865,00 | 7.252.865,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.500.1002000 - IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde | 12.497.335,00 | 12.497.335,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.501.0000000 - Outros Recursos não Vinculados | 1.315.000,00 | 1.315.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.502.0000000 - Recursos não vinculados da compensação de impostos | 250.000,00 | 250.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.540.0000000 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos | 2.872.000,00 | 2.872.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.540.1070000 - IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 12.538.000,00 | 12.538.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.540.1071000 - Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica | 52.800,00 | 52.800,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.540.1072000 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício e na criação de matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica. | 614.000,00 | 614.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.542.0000000 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT | 36.000,00 | 36.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.542.1070000 - IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício | 84.000,00 | 84.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.543.0000000 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR | 1.200.000,00 | 1.200.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.550.0000000 - Transferência do Salário Educação | 1.311.000,00 | 1.311.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.551.0000000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) | 1.000,00 | 1.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.552.0000000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 354.000,00 | 354.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.553.0000000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) | 150.000,00 | 150.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.569.0000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE | 120.000,00 | 120.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.571.0000000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação | 505.000,00 | 505.000,00 | 0,00 | ✓ |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## EQUILÍBRIO DAS FONTES
## LOA - 2027 - Projeto de lei

Equilibrado | Sem Receita ou Despesa | Desequilibrado

R$1,00

2027

| Fontes | Total da receita | Total da despesa | Diferença |
|---|---|---|---|
| 1.576.0000000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação | 813.000,00 | 813.000,00 | 0,00 |
| 1.600.0000600 - Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica | 3.403.000,00 | 3.403.000,00 | 0,00 |
| 1.600.0000601 - Serviços Públicos de Saúde - Bloco Gestão do SUS | 44.000,00 | 44.000,00 | 0,00 |
| 1.600.0000602 - Serviços Públicos de Saúde - Bloco Assistência Farmacêutica | 120.000,00 | 120.000,00 | 0,00 |
| 1.600.0000603 - Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Especializada | 450.000,00 | 450.000,00 | 0,00 |
| 1.600.0000605 - Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde | 132.000,00 | 132.000,00 | 0,00 |
| 1.600.3110000 - IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares individuais | 1.400.000,00 | 1.400.000,00 | 0,00 |
| 1.600.3120000 - IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares de bancada | 600.000,00 | 600.000,00 | 0,00 |
| 1.604.0000000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias | 803.000,00 | 803.000,00 | 0,00 |
| 1.605.0000000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem | 195.000,00 | 195.000,00 | 0,00 |
| 1.621.0000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 1.931.000,00 | 1.931.000,00 | 0,00 |
| 1.621.3210000 - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 0,00 |
| 1.632.0000000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde | 1.860.000,00 | 1.860.000,00 | 0,00 |
| 1.660.0000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 243.000,00 | 243.000,00 | 0,00 |
| 1.661.0000000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 191.000,00 | 191.000,00 | 0,00 |
| 1.669.0000000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social | 33.000,00 | 33.000,00 | 0,00 |
| 1.700.0000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 3.520.000,00 | 3.520.000,00 | 0,00 |
| 1.701.0000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 4.636.000,00 | 4.636.000,00 | 0,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## EQUILÍBRIO DAS FONTES
## LOA - 2027 - Projeto de lei

Equilibrado | Sem Receita ou Despesa | Desequilibrado

R$1,00

2027

| Fontes | Total da receita | Total da despesa | Diferença | |
|---|---|---|---|---|
| 1.704.0000000 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | 377.000,00 | 377.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.708.0000000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 101.000,00 | 101.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.711.0000804 - Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) | 603.000,00 | 603.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.719.0000000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 | 70.000,00 | 70.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.750.0000000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 36.000,00 | 36.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.751.0000000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | 1.714.615,00 | 1.714.615,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.759.0000702 - Auxílio financeiro aos municípios para compensação de perdas (Fethab Diesel) - Decreto Estadual nº 1354/2025 | 875.000,00 | 875.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.800.0000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 4.367.000,00 | 4.367.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.800.1111000 - Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 1.655.000,00 | 1.655.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.800.1121000 - Benefícios Previdenciários - Poder Legislativo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 75.000,00 | 75.000,00 | 0,00 | ✓ |
| 1.802.0000000 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 435.000,00 | 435.000,00 | 0,00 | ✓ |

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Receitas Correntes | | 102.567.754,00 | 10.702.754,00 | 91.865.000,00 | |
| 1.1 | Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | | 10.329.569,00 | 131.000,00 | 10.198.569,00 | |
| 1.1.1 | Impostos | | 9.086.569,00 | 108.000,00 | 8.978.569,00 | |
| 1.1.1.2 | Impostos sobre o Patrimônio | | 3.508.069,00 | 102.000,00 | 3.406.069,00 | |
| 1.1.1.2.50 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana | | 1.101.069,00 | 102.000,00 | 999.069,00 | |
| 1.1.1.2.50.0 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana | | 1.101.069,00 | 102.000,00 | 999.069,00 | |
| 1.1.1.2.50.0.1 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal | | 860.000,00 | 100.000,00 | 760.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 516.000,00 | 20.000,00 | 496.000,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 215.000,00 | 50.000,00 | 165.000,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 129.000,00 | 30.000,00 | 99.000,00 | |
| 1.1.1.2.50.0.2 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora | | 1.069,00 | | 1.069,00 | |
| | Fontes: | 1.500.1002000 | 150,00 | | 150,00 | |
| | | 1.500.0000000 | 669,00 | | 669,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 250,00 | | 250,00 | |
| 1.1.1.2.50.0.3 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa | | 200.000,00 | | 200.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 152.000,00 | | 152.000,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 30.000,00 | | 30.000,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 18.000,00 | | 18.000,00 | |
| 1.1.1.2.50.0.4 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | | 40.000,00 | 2.000,00 | 38.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.1002000 | 6.000,00 | 300,00 | 5.700,00 | |
| | | 1.500.0000000 | 24.000,00 | 1.200,00 | 22.800,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 10.000,00 | 500,00 | 9.500,00 | |
| 1.1.1.2.53 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis | | 2.407.000,00 | | 2.407.000,00 | |
| 1.1.1.2.53.0 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis | | 2.407.000,00 | | 2.407.000,00 | |
| 1.1.1.2.53.0.1 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal | | 2.400.000,00 | | 2.400.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 2.000.000,00 | | 2.000.000,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 250.000,00 | | 250.000,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 150.000,00 | | 150.000,00 | |
| 1.1.1.2.53.0.2 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros de Mora | | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 3.000,00 | | 3.000,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 1.250,00 | | 1.250,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 750,00 | | 750,00 | |

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 1 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.1.1.2.53.0.3 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa | | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 600,00 | | 600,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 250,00 | | 250,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 150,00 | | 150,00 | |
| 1.1.1.2.53.0.4 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.1002000 | 150,00 | | 150,00 | |
| | | 1.500.0000000 | 600,00 | | 600,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 250,00 | | 250,00 | |
| 1.1.1.3 | Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza | | 2.723.500,00 | | 2.723.500,00 | |
| 1.1.1.3.03 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte | | 2.723.500,00 | | 2.723.500,00 | |
| 1.1.1.3.03.1 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho | | 1.200.000,00 | | 1.200.000,00 | |
| 1.1.1.3.03.1.1 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal | | 1.200.000,00 | | 1.200.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 868.663,00 | | 868.663,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 221.225,00 | | 221.225,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 110.112,00 | | 110.112,00 | |
| 1.1.1.3.03.4 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos | | 1.523.500,00 | | 1.523.500,00 | |
| 1.1.1.3.03.4.1 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal | | 1.523.500,00 | | 1.523.500,00 | |
| | Fontes: | 1.500.1001000 | 175.000,00 | | 175.000,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 105.000,00 | | 105.000,00 | |
| | | 1.500.0000000 | 1.243.500,00 | | 1.243.500,00 | |
| 1.1.1.4 | Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços | | 2.855.000,00 | 6.000,00 | 2.849.000,00 | |
| 1.1.1.4.51 | Impostos sobre Serviços | | 2.855.000,00 | 6.000,00 | 2.849.000,00 | |
| 1.1.1.4.51.1 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza | | 2.855.000,00 | 6.000,00 | 2.849.000,00 | |
| 1.1.1.4.51.1.1 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal | | 2.800.000,00 | 1.000,00 | 2.799.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 1.680.000,00 | 600,00 | 1.679.400,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 700.000,00 | 250,00 | 699.750,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 420.000,00 | 150,00 | 419.850,00 | |
| 1.1.1.4.51.1.2 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora | | 15.000,00 | | 15.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 9.000,00 | | 9.000,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 3.750,00 | | 3.750,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 2.250,00 | | 2.250,00 | |
| 1.1.1.4.51.1.3 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa | | 10.000,00 | | 10.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.1002000 | 1.500,00 | | 1.500,00 | |
| | | 1.500.0000000 | 6.000,00 | | 6.000,00 | |

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 2 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1.500.1001000 | 2.500,00 | | 2.500,00 | |
| 1.1.1.4.51.1.4 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 30.000,00 | 5.000,00 | 25.000,00 | |
| | Fontes: 1.500.0000000 | 18.000,00 | 3.000,00 | 15.000,00 | |
| | 1.500.1001000 | 7.500,00 | 1.250,00 | 6.250,00 | |
| | 1.500.1002000 | 4.500,00 | 750,00 | 3.750,00 | |
| 1.1.2 | Taxas | 1.243.000,00 | 23.000,00 | 1.220.000,00 | |
| 1.1.2.1 | Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | 643.000,00 | 2.000,00 | 641.000,00 | |
| 1.1.2.1.01 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização | 643.000,00 | 2.000,00 | 641.000,00 | |
| 1.1.2.1.01.0 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização | 643.000,00 | 2.000,00 | 641.000,00 | |
| 1.1.2.1.01.0.1 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal | 597.000,00 | 1.000,00 | 596.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 597.000,00 | 1.000,00 | 596.000,00 | |
| 1.1.2.1.01.0.2 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora | 6.000,00 | | 6.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 6.000,00 | | 6.000,00 | |
| 1.1.2.1.01.0.3 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa | 30.000,00 | | 30.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 30.000,00 | | 30.000,00 | |
| 1.1.2.1.01.0.4 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 10.000,00 | 1.000,00 | 9.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 10.000,00 | 1.000,00 | 9.000,00 | |
| 1.1.2.2 | Taxas pela Prestação de Serviços | 600.000,00 | 21.000,00 | 579.000,00 | |
| 1.1.2.2.01 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral | 600.000,00 | 21.000,00 | 579.000,00 | |
| 1.1.2.2.01.0 | Taxas pela Prestação de Serviços | 600.000,00 | 21.000,00 | 579.000,00 | |
| 1.1.2.2.01.0.1 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal | 500.000,00 | 20.000,00 | 480.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 500.000,00 | 20.000,00 | 480.000,00 | |
| 1.1.2.2.01.0.2 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora | 15.000,00 | | 15.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 15.000,00 | | 15.000,00 | |
| 1.1.2.2.01.0.3 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa | 60.000,00 | | 60.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 60.000,00 | | 60.000,00 | |
| 1.1.2.2.01.0.4 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 25.000,00 | 1.000,00 | 24.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 25.000,00 | 1.000,00 | 24.000,00 | |
| 1.2 | Contribuições | 3.349.615,00 | | 3.349.615,00 | |
| 1.2.1 | Contribuições Sociais | 1.735.000,00 | | 1.735.000,00 | |
| 1.2.1.5 | Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social | 1.735.000,00 | | 1.735.000,00 | |
| 1.2.1.5.01 | Contribuição do Servidor Civil | 1.735.000,00 | | 1.735.000,00 | |
| 1.2.1.5.01.1 | Contribuição do Servidor Civil Ativo | 1.730.000,00 | | 1.730.000,00 | |
| 1.2.1.5.01.1.1 | Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal | 1.730.000,00 | | 1.730.000,00 | |

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 3 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|
| | Fontes: 1.800.1111000 | 1.655.000,00 | | 1.655.000,00 | |
| | 1.800.1121000 | 75.000,00 | | 75.000,00 | |
| 1.2.1.5.01.2 | Contribuição do Servidor Civil Inativo | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| 1.2.1.5.01.2.1 | Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| | Fontes: 1.800.0000000 | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| 1.2.4 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 1.614.615,00 | | 1.614.615,00 | |
| 1.2.4.1 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 1.614.615,00 | | 1.614.615,00 | |
| 1.2.4.1.50 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 1.614.615,00 | | 1.614.615,00 | |
| 1.2.4.1.50.0 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 1.614.615,00 | | 1.614.615,00 | |
| 1.2.4.1.50.0.1 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal | 1.614.615,00 | | 1.614.615,00 | |
| | Fontes: 1.751.0000000 | 1.614.615,00 | | 1.614.615,00 | |
| 1.3 | Receita Patrimonial | 797.000,00 | | 797.000,00 | |
| 1.3.2 | Valores Mobiliários | 797.000,00 | | 797.000,00 | |
| 1.3.2.1 | Juros e Correções Monetárias | 797.000,00 | | 797.000,00 | |
| 1.3.2.1.04 | Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS | 40.000,00 | | 40.000,00 | |
| 1.3.2.1.04.0 | Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS | 40.000,00 | | 40.000,00 | |
| 1.3.2.1.04.0.1 | Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal | 40.000,00 | | 40.000,00 | |
| | Fontes: 1.800.0000000 | 40.000,00 | | 40.000,00 | |
| 1.3.2.1.05 | Juros de Títulos de Renda | 757.000,00 | | 757.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0 | Juros de Títulos de Renda | 757.000,00 | | 757.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1 | Juros de Títulos de Renda - Principal | 757.000,00 | | 757.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.01 | RENDIMENTOS DA FONTE 15000000000 | 301.000,00 | | 301.000,00 | |
| | Fontes: 1.500.0000000 | 301.000,00 | | 301.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.02 | RENDIMENTOS FONTE 17110000804 - LEI 176-2020 | 3.000,00 | | 3.000,00 | |
| | Fontes: 1.711.0000804 | 3.000,00 | | 3.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.03 | RENDIMENTOS FONTE 17500000000-CIDE | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.750.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.04 | RENDIMENTOS FONTE 17510000000-ILUMINACAO PUBLICA | 100.000,00 | | 100.000,00 | |
| | Fontes: 1.751.0000000 | 100.000,00 | | 100.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.06 | RENDIMENTOS FONTE 17080000000-CFEM | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.708.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.08 | RENDIMENTOS FONTE 15001001000 - EDUCAÇÃO | 15.000,00 | | 15.000,00 | |
| | Fontes: 1.500.1001000 | 15.000,00 | | 15.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES**
**EXERCÍCIO 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.3.2.1.05.0.1.11 | RENDIMENTOS FONTE 15760000000 - EDUCAÇÃO | 8.000,00 | | 8.000,00 | |
| | Fontes: 1.576.0000000 | 8.000,00 | | 8.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.12 | RENDIMENTOS FONTE 15401070000 - EDUCAÇÃO | 60.000,00 | | 60.000,00 | |
| | Fontes: 1.540.1070000 | 60.000,00 | | 60.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.13 | RENDIMENTOS FONTE 15500000000 - EDUCAÇÃO | 11.000,00 | | 11.000,00 | |
| | Fontes: 1.550.0000000 | 11.000,00 | | 11.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.14 | RENDIMENTOS FONTE 15690000000 - EDUCAÇÃO | 10.000,00 | | 10.000,00 | |
| | Fontes: 1.569.0000000 | 10.000,00 | | 10.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.15 | RENDIMENTOS FONTE 15520000000 PNAE - EDUCAÇÃO | 2.000,00 | | 2.000,00 | |
| | Fontes: 1.552.0000000 | 2.000,00 | | 2.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.16 | RENDIMENTOS FONTE 15001002000 - SAÚDE | 8.000,00 | | 8.000,00 | |
| | Fontes: 1.500.1002000 | 8.000,00 | | 8.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.17 | RENDIMENTOS FONTE 16600000000 -TRANSFERENCIAS DO FNAS | 3.000,00 | | 3.000,00 | |
| | Fontes: 1.660.0000000 | 3.000,00 | | 3.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.18 | RENDIMENTOS FONTE 1661000000 - TRANSFERENCIAS DO FEAS | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.661.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.20 | RENDIMENTOS FONTE 16690000000 - DEMAIS PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.669.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.21 | RENDIMENTOS FONTE 16210000000 - SAÚDE | 16.000,00 | | 16.000,00 | |
| | Fontes: 1.621.0000000 | 16.000,00 | | 16.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.23 | RENDIMENTOS FONTE 16320000000 - SAÚDE | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| | Fontes: 1.632.0000000 | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.25 | RENDIMENTOS FONTE 16000000600 - SAÚDE | 100.000,00 | | 100.000,00 | |
| | Fontes: 1.600.0000600 | 100.000,00 | | 100.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.28 | RENDIMENTOS FONTE 1605000000 - SAÚDE | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.605.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.31 | RENDIMENTOS FONTE 16213210000 - SAÚDE | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| | Fontes: 1.621.3210000 | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.32 | RENDIMENTOS FONTE 17590000702 - FMT | 25.000,00 | | 25.000,00 | |
| | Fontes: 1.759.0000702 | 25.000,00 | | 25.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.36 | RENDIMENTOS FONTE 1701000000 - CONVENIOS ESTADUAIS | 55.000,00 | | 55.000,00 | |
| | Fontes: 1.701.0000000 | 55.000,00 | | 55.000,00 | |
| 1.3.2.1.05.0.1.37 | RENDIMENTOS FONTE 17000000000 - CONVENIOS FEDERAIS | 20.000,00 | | 20.000,00 | |
| | Fontes: 1.700.0000000 | 20.000,00 | | 20.000,00 | |

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 5 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.3.2.1.05.0.1.39 | RENDIMENTO DA FONTE 1571.0000000 | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| | Fontes: 1.571.0000000 | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| 1.7 | Transferências Correntes | 87.520.570,00 | 10.571.754,00 | 76.948.816,00 | |
| 1.7.1 | Transferências da União e de suas Entidades | 35.821.850,00 | 4.450.570,00 | 31.371.280,00 | |
| 1.7.1.1 | Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União | 24.152.850,00 | 4.450.570,00 | 19.702.280,00 | |
| 1.7.1.1.51 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM | 19.755.550,00 | 3.571.110,00 | 16.184.440,00 | |
| 1.7.1.1.51.1 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal | 17.855.550,00 | 3.571.110,00 | 14.284.440,00 | |
| 1.7.1.1.51.1.1 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal | 17.855.550,00 | | 14.284.440,00 | |
| | Fontes: 1.500.1001000 | 3.260.675,00 | | 3.260.675,00 | |
| | 1.500.1002000 | 6.586.328,00 | | 6.586.328,00 | |
| | 1.500.0000000 | 8.008.547,00 | 3.571.110,00 | 4.437.437,00 | |
| 1.7.1.1.51.2 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias | 1.900.000,00 | | 1.900.000,00 | |
| 1.7.1.1.51.2.1 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal | 1.900.000,00 | | 1.900.000,00 | |
| | Fontes: 1.500.0000000 | 1.150.000,00 | | 1.150.000,00 | |
| | 1.500.1001000 | 750.000,00 | | 750.000,00 | |
| 1.7.1.1.52 | Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural | 4.397.300,00 | 879.460,00 | 3.517.840,00 | |
| 1.7.1.1.52.0 | Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural | 4.397.300,00 | 879.460,00 | 3.517.840,00 | |
| 1.7.1.1.52.0.1 | Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal | 4.397.300,00 | | 3.517.840,00 | |
| | Fontes: 1.500.0000000 | 2.638.380,00 | | 2.638.380,00 | |
| | 1.500.1001000 | 1.099.325,00 | 879.460,00 | 219.865,00 | |
| | 1.500.1002000 | 659.595,00 | | 659.595,00 | |
| 1.7.1.2 | Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | 460.000,00 | | 460.000,00 | |
| 1.7.1.2.51 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM | 100.000,00 | | 100.000,00 | |
| 1.7.1.2.51.0 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM | 100.000,00 | | 100.000,00 | |
| 1.7.1.2.51.0.1 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal | 100.000,00 | | 100.000,00 | |
| | Fontes: 1.708.0000000 | 100.000,00 | | 100.000,00 | |
| 1.7.1.2.52 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo | 360.000,00 | | 360.000,00 | |
| 1.7.1.2.52.4 | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP | 360.000,00 | | 360.000,00 | |
| 1.7.1.2.52.4.1 | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal | 360.000,00 | | 360.000,00 | |
| | Fontes: 1.704.0000000 | 360.000,00 | | 360.000,00 | |
| 1.7.1.3 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | 7.046.000,00 | | 7.046.000,00 | |

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 6 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.7.1.3.50 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde | | 7.046.000,00 | | 7.046.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária | | 5.956.000,00 | | 5.956.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.1.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal | | 5.956.000,00 | | 5.956.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.1.1.99 | SUS Bloco de Manutenção – Atenção Primária | | 5.956.000,00 | | 5.956.000,00 | |
| | Fontes: | 1.604.0000000 | 653.000,00 | | 653.000,00 | |
| | | 1.600.3110000 | 1.400.000,00 | | 1.400.000,00 | |
| | | 1.600.0000600 | 3.303.000,00 | | 3.303.000,00 | |
| | | 1.600.3120000 | 600.000,00 | | 600.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.2 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada | | 450.000,00 | | 450.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.2.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal | | 450.000,00 | | 450.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.2.1.99 | SUS Bloco de Manutenção – Atenção Especializada | | 450.000,00 | | 450.000,00 | |
| | Fontes: | 1.600.0000603 | 450.000,00 | | 450.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.3 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde | | 282.000,00 | | 282.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.3.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal | | 282.000,00 | | 282.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.3.1.99 | Bloco de Manutenção – Vigilância em Saúde | | 282.000,00 | | 282.000,00 | |
| | Fontes: | 1.600.0000605 | 132.000,00 | | 132.000,00 | |
| | | 1.604.0000000 | 150.000,00 | | 150.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.4 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica | | 120.000,00 | | 120.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.4.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal | | 120.000,00 | | 120.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.4.1.99 | 1.7.1.3.50.4.1.99 SUS Bloco de Manutenção – Assistência Farmacêutica | | 120.000,00 | | 120.000,00 | |
| | Fontes: | 1.600.0000602 | 120.000,00 | | 120.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.5 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS | | 238.000,00 | | 238.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.5.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal | | 238.000,00 | | 238.000,00 | |
| 1.7.1.3.50.5.1.01 | ASSISTENCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR PAG. DO PISO SALARIAL PROFISSIONAIS ENFERMAGEM | | 238.000,00 | | 238.000,00 | |
| | Fontes: | 1.600.0000601 | 44.000,00 | | 44.000,00 | |
| | | 1.605.0000000 | 194.000,00 | | 194.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.7.1.4 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE | 1.913.000,00 | | 1.913.000,00 | |
| 1.7.1.4.50 | Transferências do Salário-Educação | 1.300.000,00 | | 1.300.000,00 | |
| 1.7.1.4.50.0 | Transferências do Salário-Educação | 1.300.000,00 | | 1.300.000,00 | |
| 1.7.1.4.50.0.1 | Transferências do Salário-Educação - Principal | 1.300.000,00 | | 1.300.000,00 | |
| | Fontes: 1.550.0000000 | 1.300.000,00 | | 1.300.000,00 | |
| 1.7.1.4.51 | Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.7.1.4.51.0 | Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.7.1.4.51.0.1 | Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.551.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.7.1.4.52 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | 352.000,00 | | 352.000,00 | |
| 1.7.1.4.52.0 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | 352.000,00 | | 352.000,00 | |
| 1.7.1.4.52.0.1 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal | 352.000,00 | | 352.000,00 | |
| | Fontes: 1.552.0000000 | 352.000,00 | | 352.000,00 | |
| 1.7.1.4.53 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE | 150.000,00 | | 150.000,00 | |
| 1.7.1.4.53.0 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE | 150.000,00 | | 150.000,00 | |
| 1.7.1.4.53.0.1 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal | 150.000,00 | | 150.000,00 | |
| | Fontes: 1.553.0000000 | 150.000,00 | | 150.000,00 | |
| 1.7.1.4.99 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE | 110.000,00 | | 110.000,00 | |
| 1.7.1.4.99.0 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE | 110.000,00 | | 110.000,00 | |
| 1.7.1.4.99.0.1 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal | 110.000,00 | | 110.000,00 | |
| | Fontes: 1.569.0000000 | 110.000,00 | | 110.000,00 | |
| 1.7.1.5 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | 1.320.000,00 | | 1.320.000,00 | |
| 1.7.1.5.50 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT | 120.000,00 | | 120.000,00 | |
| 1.7.1.5.50.0 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT | 120.000,00 | | 120.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.7.1.5.50.0.1 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT - Principal | 120.000,00 | | 120.000,00 | |
| | Fontes: 1.542.0000000 | 36.000,00 | | 36.000,00 | |
| | 1.542.1070000 | 84.000,00 | | 84.000,00 | |
| 1.7.1.5.52 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR | 1.200.000,00 | | 1.200.000,00 | |
| 1.7.1.5.52.0 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR | 1.200.000,00 | | 1.200.000,00 | |
| 1.7.1.5.52.0.1 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR - Principal | 1.200.000,00 | | 1.200.000,00 | |
| | Fontes: 1.543.0000000 | 1.200.000,00 | | 1.200.000,00 | |
| 1.7.1.6 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 240.000,00 | | 240.000,00 | |
| 1.7.1.6.50 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 240.000,00 | | 240.000,00 | |
| 1.7.1.6.50.0 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 240.000,00 | | 240.000,00 | |
| 1.7.1.6.50.0.1 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal | 240.000,00 | | 240.000,00 | |
| 1.7.1.6.50.0.1.99 | Transferências de Recursos do FNAS | 240.000,00 | | 240.000,00 | |
| | Fontes: 1.660.0000000 | 240.000,00 | | 240.000,00 | |
| 1.7.1.9 | Outras Transferências de Recursos da União | 690.000,00 | | 690.000,00 | |
| 1.7.1.9.58 | Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020 | 600.000,00 | | 600.000,00 | |
| 1.7.1.9.58.0 | Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020 | 600.000,00 | | 600.000,00 | |
| 1.7.1.9.58.0.1 | Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020 - Principal | 600.000,00 | | 600.000,00 | |
| | Fontes: 1.711.0000804 | 600.000,00 | | 600.000,00 | |
| 1.7.1.9.60 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 | 70.000,00 | | 70.000,00 | |
| 1.7.1.9.60.0 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 | 70.000,00 | | 70.000,00 | |
| 1.7.1.9.60.0.1 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Principal | 70.000,00 | | 70.000,00 | |
| | Fontes: 1.719.0000000 | 70.000,00 | | 70.000,00 | |
| 1.7.1.9.99 | Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades | 20.000,00 | | 20.000,00 | |
| 1.7.1.9.99.0 | Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades | 20.000,00 | | 20.000,00 | |
| 1.7.1.9.99.0.1 | Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal | 20.000,00 | | 20.000,00 | |
| | Fontes: 1.669.0000000 | 20.000,00 | | 20.000,00 | |
| 1.7.2 | Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 35.669.920,00 | 6.121.184,00 | 29.548.736,00 | |
| 1.7.2.1 | Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal | 30.640.920,00 | 6.121.184,00 | 24.519.736,00 | |
| 1.7.2.1.50 | Cota-Parte do ICMS | 26.591.000,00 | 5.318.200,00 | 21.272.800,00 | |

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 9 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.7.2.1.50.0 | Cota-Parte do ICMS | | 26.591.000,00 | 5.318.200,00 | 21.272.800,00 | |
| 1.7.2.1.50.0.1 | Cota-Parte do ICMS - Principal | | 26.591.000,00 | | 21.272.800,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 16.354.600,00 | | 16.354.600,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 6.397.750,00 | 5.318.200,00 | 1.079.550,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 3.838.650,00 | | 3.838.650,00 | |
| 1.7.2.1.51 | Cota-Parte do IPVA | | 3.864.920,00 | 772.984,00 | 3.091.936,00 | |
| 1.7.2.1.51.0 | Cota-Parte do IPVA | | 3.864.920,00 | 772.984,00 | 3.091.936,00 | |
| 1.7.2.1.51.0.1 | Cota-Parte do IPVA - Principal | | 3.864.920,00 | | 3.091.936,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 2.270.736,00 | | 2.270.736,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 1.128.284,00 | 772.984,00 | 355.300,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 465.900,00 | | 465.900,00 | |
| 1.7.2.1.52 | Cota-Parte do IPI - Municípios | | 150.000,00 | 30.000,00 | 120.000,00 | |
| 1.7.2.1.52.0 | Cota-Parte do IPI - Municípios | | 150.000,00 | 30.000,00 | 120.000,00 | |
| 1.7.2.1.52.0.1 | Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal | | 150.000,00 | | 120.000,00 | |
| | Fontes: | 1.500.0000000 | 90.000,00 | | 90.000,00 | |
| | | 1.500.1001000 | 37.500,00 | 30.000,00 | 7.500,00 | |
| | | 1.500.1002000 | 22.500,00 | | 22.500,00 | |
| 1.7.2.1.53 | Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | | 35.000,00 | | 35.000,00 | |
| 1.7.2.1.53.0 | Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | | 35.000,00 | | 35.000,00 | |
| 1.7.2.1.53.0.1 | Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal | | 35.000,00 | | 35.000,00 | |
| | Fontes: | 1.750.0000000 | 35.000,00 | | 35.000,00 | |
| 1.7.2.2 | Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | | 867.000,00 | | 867.000,00 | |
| 1.7.2.2.52 | Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo | | 17.000,00 | | 17.000,00 | |
| 1.7.2.2.52.0 | Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo | | 17.000,00 | | 17.000,00 | |
| 1.7.2.2.52.0.1 | Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal | | 17.000,00 | | 17.000,00 | |
| | Fontes: | 1.704.0000000 | 17.000,00 | | 17.000,00 | |
| 1.7.2.2.53 | Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras | | 850.000,00 | | 850.000,00 | |
| 1.7.2.2.53.0 | Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras | | 850.000,00 | | 850.000,00 | |
| 1.7.2.2.53.0.1 | Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras - Principal | | 850.000,00 | | 850.000,00 | |
| | Fontes: | 1.759.0000702 | 850.000,00 | | 850.000,00 | |
| 1.7.2.3 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | | 2.910.000,00 | | 2.910.000,00 | |
| 1.7.2.3.50 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | | 2.910.000,00 | | 2.910.000,00 | |
| 1.7.2.3.50.0 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | | 2.910.000,00 | | 2.910.000,00 | |
| 1.7.2.3.50.0.1 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal | | 2.910.000,00 | | 2.910.000,00 | |

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 10 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.7.2.3.50.0.1.99 | SUS ESTADO - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde | 2.910.000,00 | | 2.910.000,00 | |
| | Fontes: 1.621.0000000 | 1.915.000,00 | | 1.915.000,00 | |
| | 1.621.3210000 | 995.000,00 | | 995.000,00 | |
| 1.7.2.9 | Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal | 1.252.000,00 | | 1.252.000,00 | |
| 1.7.2.9.51 | Transferências de Estados destinadas à Assistência Social | 190.000,00 | | 190.000,00 | |
| 1.7.2.9.51.0 | Transferências de Estados destinadas à Assistência Social | 190.000,00 | | 190.000,00 | |
| 1.7.2.9.51.0.1 | Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal | 190.000,00 | | 190.000,00 | |
| 1.7.2.9.51.0.1.99 | Outras Transferências de ESTADOS destinadas à Assistência Social | 190.000,00 | | 190.000,00 | |
| | Fontes: 1.661.0000000 | 190.000,00 | | 190.000,00 | |
| 1.7.2.9.52 | Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação | 805.000,00 | | 805.000,00 | |
| 1.7.2.9.52.0 | Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação | 805.000,00 | | 805.000,00 | |
| 1.7.2.9.52.0.1 | Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal | 805.000,00 | | 805.000,00 | |
| | Fontes: 1.576.0000000 | 805.000,00 | | 805.000,00 | |
| 1.7.2.9.53 | Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 | 250.000,00 | | 250.000,00 | |
| 1.7.2.9.53.0 | Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 | 250.000,00 | | 250.000,00 | |
| 1.7.2.9.53.0.1 | Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 - Principal | 250.000,00 | | 250.000,00 | |
| | Fontes: 1.502.0000000 | 250.000,00 | | 250.000,00 | |
| 1.7.2.9.99 | Outras Transferências dos Estados e DF | 7.000,00 | | 7.000,00 | |
| 1.7.2.9.99.0 | Outras Transferências dos Estados e DF | 7.000,00 | | 7.000,00 | |
| 1.7.2.9.99.0.1 | Outras Transferências dos Estados e DF - Principal | 7.000,00 | | 7.000,00 | |
| 1.7.2.9.99.0.1.01 | Receita - TFRM e CERM - Transferências do Estado | 7.000,00 | | 7.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 7.000,00 | | 7.000,00 | |
| 1.7.5 | Transferências de Outras Instituições Públicas | 16.016.800,00 | | 16.016.800,00 | |
| 1.7.5.1 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | 16.016.800,00 | | 16.016.800,00 | |
| 1.7.5.1.50 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | 16.016.800,00 | | 16.016.800,00 | |
| 1.7.5.1.50.0 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | 16.016.800,00 | | 16.016.800,00 | |
| 1.7.5.1.50.0.1 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal | 16.016.800,00 | | 16.016.800,00 | |
| | Fontes: 1.540.0000000 | 2.872.000,00 | | 2.872.000,00 | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1.540.1070000 | 12.478.000,00 | | 12.478.000,00 | |
| | | 1.540.1071000 | 52.800,00 | | 52.800,00 | |
| | | 1.540.1072000 | 614.000,00 | | 614.000,00 | |
| 1.7.9 | Demais Transferências Correntes | | 12.000,00 | | 12.000,00 | |
| 1.7.9.1 | Transferências de Pessoas Físicas | | 12.000,00 | | 12.000,00 | |
| 1.7.9.1.99 | Outras Transferências de Pessoas Físicas | | 12.000,00 | | 12.000,00 | |
| 1.7.9.1.99.0 | Outras Transferências de Pessoas Físicas | | 12.000,00 | | 12.000,00 | |
| 1.7.9.1.99.0.1 | Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal | | 12.000,00 | | 12.000,00 | |
| | Fontes: | 1.669.0000000 | 12.000,00 | | 12.000,00 | |
| 1.9 | Outras Receitas Correntes | | 571.000,00 | | 571.000,00 | |
| 1.9.1 | Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | | 59.000,00 | | 59.000,00 | |
| 1.9.1.1 | Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | | 59.000,00 | | 59.000,00 | |
| 1.9.1.1.01 | Multas Previstas em Legislação Específica | | 8.000,00 | | 8.000,00 | |
| 1.9.1.1.01.0 | Multas Previstas em Legislação Específica | | 8.000,00 | | 8.000,00 | |
| 1.9.1.1.01.0.1 | Multas Previstas em Legislação Específica - Principal | | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| | Fontes: | 1.501.0000000 | 5.000,00 | | 5.000,00 | |
| 1.9.1.1.01.0.2 | Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora | | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: | 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.1.1.01.0.3 | Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa | | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: | 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.1.1.01.0.4 | Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: | 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.1.1.06 | Multas por Danos Ambientais | | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.1.1.06.1 | Multas Administrativas por Danos Ambientais | | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.1.1.06.1.1 | Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal | | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: | 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.1.1.08 | Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais | | 50.000,00 | | 50.000,00 | |
| 1.9.1.1.08.0 | Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais | | 50.000,00 | | 50.000,00 | |
| 1.9.1.1.08.0.1 | Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal | | 50.000,00 | | 50.000,00 | |
| | Fontes: | 1.501.0000000 | 50.000,00 | | 50.000,00 | |
| 1.9.2 | Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | | 28.000,00 | | 28.000,00 | |
| 1.9.2.1 | Indenizações | | 13.000,00 | | 13.000,00 | |
| 1.9.2.1.99 | Outras Indenizações | | 13.000,00 | | 13.000,00 | |
| 1.9.2.1.99.0 | Outras Indenizações | | 13.000,00 | | 13.000,00 | |

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 12 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.9.2.1.99.0.1 | Outras Indenizações - Principal | 10.000,00 | | 10.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 10.000,00 | | 10.000,00 | |
| 1.9.2.1.99.0.2 | Outras Indenizações - Multas e Juros de Mora | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.2.1.99.0.3 | Outras Indenizações - Dívida Ativa | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.2.1.99.0.4 | Outras Indenizações - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.2.2 | Restituições | 15.000,00 | | 15.000,00 | |
| 1.9.2.2.01 | Restituição de Convênios | 2.000,00 | | 2.000,00 | |
| 1.9.2.2.01.1 | Restituição de Convênios - Primárias | 2.000,00 | | 2.000,00 | |
| 1.9.2.2.01.1.1 | Restituição de Convênios - Primárias - Principal | 2.000,00 | | 2.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 2.000,00 | | 2.000,00 | |
| 1.9.2.2.99 | Outras Restituições | 13.000,00 | | 13.000,00 | |
| 1.9.2.2.99.0 | Outras Restituições | 13.000,00 | | 13.000,00 | |
| 1.9.2.2.99.0.1 | Outras Restituições - Principal | 10.000,00 | | 10.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 10.000,00 | | 10.000,00 | |
| 1.9.2.2.99.0.2 | Outras Restituições - Multas e Juros de Mora | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.2.2.99.0.3 | Outras Restituições - Dívida Ativa | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.2.2.99.0.4 | Outras Restituições - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.9 | Demais Receitas Correntes | 484.000,00 | | 484.000,00 | |
| 1.9.9.9 | Outras Receitas Correntes | 484.000,00 | | 484.000,00 | |
| 1.9.9.9.03 | Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social | 483.000,00 | | 483.000,00 | |
| 1.9.9.9.03.0 | Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social | 483.000,00 | | 483.000,00 | |
| 1.9.9.9.03.0.1 | Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Principal | 483.000,00 | | 483.000,00 | |
| | Fontes: 1.800.0000000 | 483.000,00 | | 483.000,00 | |
| 1.9.9.9.99 | Outras Receitas | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.9.9.99.2 | Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 1.9.9.9.99.2.1 | Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal | 1.000,00 | | 1.000,00 | |

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 13 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.9.9.9.99.2.1.01 | RECEBIMENTOS DIVERSOS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA - LOTE 14134 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| | Fontes: 1.501.0000000 | 1.000,00 | | 1.000,00 | |
| 2 | Receitas de Capital | 10.436.000,00 | | 10.436.000,00 | |
| 2.4 | Transferências de Capital | 10.436.000,00 | | 10.436.000,00 | |
| 2.4.1 | Transferências da União e de suas Entidades | 3.500.000,00 | | 3.500.000,00 | |
| 2.4.1.4 | Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | 3.500.000,00 | | 3.500.000,00 | |
| 2.4.1.4.54 | Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | 500.000,00 | | 500.000,00 | |
| 2.4.1.4.54.0 | Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | 500.000,00 | | 500.000,00 | |
| 2.4.1.4.54.0.1 | Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal | 500.000,00 | | 500.000,00 | |
| | Fontes: 1.700.0000000 | 500.000,00 | | 500.000,00 | |
| 2.4.1.4.99 | Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | 3.000.000,00 | | 3.000.000,00 | |
| 2.4.1.4.99.0 | Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | 3.000.000,00 | | 3.000.000,00 | |
| 2.4.1.4.99.0.1 | Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - Principal | 3.000.000,00 | | 3.000.000,00 | |
| | Fontes: 1.700.0000000 | 3.000.000,00 | | 3.000.000,00 | |
| 2.4.2 | Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 6.936.000,00 | | 6.936.000,00 | |
| 2.4.2.2 | Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | 6.936.000,00 | | 6.936.000,00 | |
| 2.4.2.2.50 | Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS | 1.855.000,00 | | 1.855.000,00 | |
| 2.4.2.2.50.0 | Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS | 1.855.000,00 | | 1.855.000,00 | |
| 2.4.2.2.50.0.1 | Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal | 1.855.000,00 | | 1.855.000,00 | |
| 2.4.2.2.50.0.1.01 | HOSPITAL MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO | 1.855.000,00 | | 1.855.000,00 | |
| | Fontes: 1.632.0000000 | 1.855.000,00 | | 1.855.000,00 | |
| 2.4.2.2.51 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação | 500.000,00 | | 500.000,00 | |
| 2.4.2.2.51.0 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação | 500.000,00 | | 500.000,00 | |
| 2.4.2.2.51.0.1 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal | 500.000,00 | | 500.000,00 | |
| | Fontes: 1.571.0000000 | 500.000,00 | | 500.000,00 | |
| 2.4.2.2.54 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | 2.926.000,00 | | 2.926.000,00 | |
| 2.4.2.2.54.0 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | 2.926.000,00 | | 2.926.000,00 | |
| 2.4.2.2.54.0.1 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal | 2.926.000,00 | | 2.926.000,00 | |

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 14 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## QUADRO DISCRIMINATIVO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVAS LEGISLAÇÕES
## EXERCÍCIO 2027

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

1,00

| Código Completo | Descrição Receita | Valor | Valor dedução | Total | Legislação |
|---|---|---|---|---|---|
| | Fontes: 1.701.0000000 | 2.926.000,00 | | 2.926.000,00 | |
| 2.4.2.2.99 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | 1.655.000,00 | | 1.655.000,00 | |
| 2.4.2.2.99.0 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | 1.655.000,00 | | 1.655.000,00 | |
| 2.4.2.2.99.0.1 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades - Principal | 1.655.000,00 | | 1.655.000,00 | |
| | Fontes: 1.701.0000000 | 1.655.000,00 | | 1.655.000,00 | |
| 7 | Receitas Correntes - Intra OFSS | 4.274.000,00 | | 4.274.000,00 | |
| 7.2 | Contribuições - Intra OFSS | 4.274.000,00 | | 4.274.000,00 | |
| 7.2.1 | Contribuições Sociais - Intra OFSS | 4.274.000,00 | | 4.274.000,00 | |
| 7.2.1.5 | Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Intra OFSS | 4.274.000,00 | | 4.274.000,00 | |
| 7.2.1.5.02 | Contribuição Patronal - Servidor Civil - Intra OFSS | 4.274.000,00 | | 4.274.000,00 | |
| 7.2.1.5.02.1 | Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Intra OFSS | 4.274.000,00 | | 4.274.000,00 | |
| 7.2.1.5.02.1.1 | Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Intra OFSS | 4.274.000,00 | | 4.274.000,00 | |
| | Fontes: 1.800.0000000 | 3.839.000,00 | | 3.839.000,00 | |
| | 1.802.0000000 | 435.000,00 | | 435.000,00 | |
| | **TOTAL:** | **117.277.754,00** | **10.702.754,00** | **106.575.000,00** | |

**PREV. TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS:** 0,00 **PREV. TRANSF. PATRONAIS RECEBIDAS:** 0,00

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

GILSON LUIZ VERISSIMO
Contador CRC 012883/O2

Data: 11/10/2026 12:12:38 Página: 15 de 15

Data da emissão: 11/10/2026 12:12:38 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: EDUARDO PEREIRA DA SILVA

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1 | Receitas Correntes | 52.351.799,04 | 60.683.157,74 | 68.821.699,84 | 76.439.000,00 | 91.865.000,00 |
| 1.1 | Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 7.856.748,39 | 6.067.258,89 | 8.320.161,78 | 8.397.000,00 | 10.198.569,00 |
| 1.1.1 | Impostos | 6.960.394,81 | 5.142.245,93 | 7.228.183,03 | 7.275.000,00 | 8.978.569,00 |
| 1.1.1.2 | Impostos sobre o Patrimônio | 2.673.022,29 | 1.630.627,29 | 3.309.205,28 | 2.826.000,00 | 3.406.069,00 |
| 1.1.1.2.50 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana | 770.967,42 | 738.931,25 | 946.818,38 | 819.000,00 | 999.069,00 |
| 1.1.1.2.50.0 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana | 770.967,42 | 738.931,25 | 946.818,38 | 819.000,00 | 999.069,00 |
| 1.1.1.2.50.0.1 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal | 603.882,18 | 618.517,45 | 719.266,75 | 660.000,00 | 760.000,00 |
| 1.1.1.2.50.0.2 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora | | | | 1.000,00 | 1.069,00 |
| 1.1.1.2.50.0.3 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa | 132.502,69 | 88.292,31 | 175.395,68 | 120.000,00 | 200.000,00 |
| 1.1.1.2.50.0.4 | Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 34.582,55 | 32.121,49 | 52.155,95 | 38.000,00 | 38.000,00 |
| 1.1.1.2.53 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis | 1.902.054,87 | 891.696,04 | 2.362.386,90 | 2.007.000,00 | 2.407.000,00 |
| 1.1.1.2.53.0 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis | 1.902.054,87 | 891.696,04 | 2.362.386,90 | 2.007.000,00 | 2.407.000,00 |
| 1.1.1.2.53.0.1 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal | 1.901.573,27 | 867.136,94 | 2.361.109,51 | 2.000.000,00 | 2.400.000,00 |
| 1.1.1.2.53.0.2 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros de Mora | 481,60 | 24.559,10 | 541,07 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| 1.1.1.2.53.0.3 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa | | | 736,32 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.1.1.2.53.0.4 | Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.1.1.3 | Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza | 1.022.054,97 | 874.503,16 | 1.177.692,80 | 1.600.000,00 | 2.723.500,00 |
| 1.1.1.3.03 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte | 1.022.054,97 | 874.503,16 | 1.177.692,80 | 1.600.000,00 | 2.723.500,00 |
| 1.1.1.3.03.1 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho | 761.881,28 | 691.825,78 | 1.177.692,80 | 800.000,00 | 1.200.000,00 |
| 1.1.1.3.03.1.1 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal | 761.874,75 | 691.825,78 | 1.177.692,80 | 800.000,00 | 1.200.000,00 |
| 1.1.1.3.03.1.2 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Multas e Juros de Mora | 6,53 | | | | |
| 1.1.1.3.03.4 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos | 260.173,69 | 182.677,38 | | 800.000,00 | 1.523.500,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.1.1.3.03.4.1 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal | 260.173,69 | 182.677,38 | | 800.000,00 | 1.523.500,00 |
| 1.1.1.4 | Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços | 3.265.317,55 | 2.637.115,48 | 2.741.284,95 | 2.849.000,00 | 2.849.000,00 |
| 1.1.1.4.51 | Impostos sobre Serviços | 3.265.317,55 | 2.637.115,48 | 2.741.284,95 | 2.849.000,00 | 2.849.000,00 |
| 1.1.1.4.51.1 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza | 3.265.317,55 | 2.637.115,48 | 2.741.284,95 | 2.849.000,00 | 2.849.000,00 |
| 1.1.1.4.51.1.1 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal | 2.949.179,26 | 2.594.648,13 | 2.686.959,89 | 2.799.000,00 | 2.799.000,00 |
| 1.1.1.4.51.1.2 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora | 10,52 | 19.701,57 | 34.295,69 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 1.1.1.4.51.1.3 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa | 69.318,29 | | | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 1.1.1.4.51.1.4 | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 246.809,48 | 22.765,78 | 20.029,37 | 25.000,00 | 25.000,00 |
| 1.1.2 | Taxas | 896.353,58 | 925.012,96 | 1.091.978,75 | 1.122.000,00 | 1.220.000,00 |
| 1.1.2.1 | Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia | 368.163,22 | 386.324,60 | 472.116,04 | 543.000,00 | 641.000,00 |
| 1.1.2.1.01 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização | 368.163,22 | 386.324,60 | 472.116,04 | 543.000,00 | 641.000,00 |
| 1.1.2.1.01.0 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização | 368.163,22 | 386.324,60 | 472.116,04 | 543.000,00 | 641.000,00 |
| 1.1.2.1.01.0.1 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal | 345.837,04 | 354.584,89 | 431.285,94 | 499.000,00 | 596.000,00 |
| 1.1.2.1.01.0.2 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora | 239,96 | 4.859,45 | 6.192,40 | 5.000,00 | 6.000,00 |
| 1.1.2.1.01.0.3 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa | 15.679,11 | 19.323,05 | 27.517,47 | 30.000,00 | 30.000,00 |
| 1.1.2.1.01.0.4 | Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 6.407,11 | 7.557,21 | 7.120,23 | 9.000,00 | 9.000,00 |
| 1.1.2.2 | Taxas pela Prestação de Serviços | 528.190,36 | 538.688,36 | 619.862,71 | 579.000,00 | 579.000,00 |
| 1.1.2.2.01 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral | 528.190,36 | 538.688,36 | 619.862,71 | 579.000,00 | 579.000,00 |
| 1.1.2.2.01.0 | Taxas pela Prestação de Serviços | 528.190,36 | 538.688,36 | 619.862,71 | 579.000,00 | 579.000,00 |
| 1.1.2.2.01.0.1 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal | 417.433,03 | 446.219,49 | 472.386,80 | 480.000,00 | 480.000,00 |
| 1.1.2.2.01.0.2 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora | 14.858,59 | 13.113,09 | 17.389,31 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 1.1.2.2.01.0.3 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa | 75.122,15 | 56.616,53 | 102.325,91 | 60.000,00 | 60.000,00 |
| 1.1.2.2.01.0.4 | Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | 20.776,59 | 22.739,25 | 27.760,69 | 24.000,00 | 24.000,00 |
| 1.2 | Contribuições | 1.358.674,80 | 1.477.017,09 | 1.479.974,12 | 1.570.000,00 | 3.349.615,00 |
| 1.2.1 | Contribuições Sociais | | | | | 1.735.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.2.1.5 | Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social | | | | | 1.735.000,00 |
| 1.2.1.5.01 | Contribuição do Servidor Civil | | | | | 1.735.000,00 |
| 1.2.1.5.01.1 | Contribuição do Servidor Civil Ativo | | | | | 1.730.000,00 |
| 1.2.1.5.01.1.1 | Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal | | | | | 1.730.000,00 |
| 1.2.1.5.01.2 | Contribuição do Servidor Civil Inativo | | | | | 5.000,00 |
| 1.2.1.5.01.2.1 | Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal | | | | | 5.000,00 |
| 1.2.4 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 1.358.674,80 | 1.477.017,09 | 1.479.974,12 | 1.570.000,00 | 1.614.615,00 |
| 1.2.4.1 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 1.358.674,80 | 1.477.017,09 | 1.479.974,12 | 1.570.000,00 | 1.614.615,00 |
| 1.2.4.1.50 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 1.358.674,80 | 1.477.017,09 | 1.479.974,12 | 1.570.000,00 | 1.614.615,00 |
| 1.2.4.1.50.0 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | 1.358.674,80 | 1.477.017,09 | 1.479.974,12 | 1.570.000,00 | 1.614.615,00 |
| 1.2.4.1.50.0.1 | Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal | 1.358.674,80 | 1.477.017,09 | 1.479.974,12 | 1.570.000,00 | 1.614.615,00 |
| 1.3 | Receita Patrimonial | | | | 757.000,00 | 797.000,00 |
| 1.3.2 | Valores Mobiliários | | | | 757.000,00 | 797.000,00 |
| 1.3.2.1 | Juros e Correções Monetárias | | | | 757.000,00 | 797.000,00 |
| 1.3.2.1.04 | Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS | | | | | 40.000,00 |
| 1.3.2.1.04.0 | Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS | | | | | 40.000,00 |
| 1.3.2.1.04.0.1 | Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal | | | | | 40.000,00 |
| 1.3.2.1.05 | Juros de Títulos de Renda | | | | 757.000,00 | 757.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0 | Juros de Títulos de Renda | | | | 757.000,00 | 757.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1 | Juros de Títulos de Renda - Principal | | | | 757.000,00 | 757.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.01 | RENDIMENTOS DA FONTE 15000000000 | | | | | 301.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.02 | RENDIMENTOS FONTE 17110000804 - LEI 176-2020 | | | | | 3.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.03 | RENDIMENTOS FONTE 17500000000-CIDE | | | | | 1.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.04 | RENDIMENTOS FONTE 17510000000-ILUMINACAO PUBLICA | | | | | 100.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.06 | RENDIMENTOS FONTE 17080000000-CFEM | | | | | 1.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.3.2.1.05.0.1.08 | RENDIMENTOS FONTE 15001001000 - EDUCAÇÃO | | | | | 15.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.11 | RENDIMENTOS FONTE 15760000000 - EDUCAÇÃO | | | | | 8.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.12 | RENDIMENTOS FONTE 15401070000 - EDUCAÇÃO | | | | | 60.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.13 | RENDIMENTOS FONTE 15500000000 - EDUCAÇÃO | | | | | 11.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.14 | RENDIMENTOS FONTE 15690000000 - EDUCAÇÃO | | | | | 10.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.15 | RENDIMENTOS FONTE 15520000000 PNAE - EDUCAÇÃO | | | | | 2.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.16 | RENDIMENTOS FONTE 15001002000 - SAÚDE | | | | | 8.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.17 | RENDIMENTOS FONTE 16600000000 -TRANSFERENCIAS DO FNAS | | | | | 3.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.18 | RENDIMENTOS FONTE 1661000000 - TRANSFERENCIAS DO FEAS | | | | | 1.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.20 | RENDIMENTOS FONTE 16690000000 - DEMAIS PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL | | | | | 1.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.21 | RENDIMENTOS FONTE 16210000000 - SAÚDE | | | | | 16.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.23 | RENDIMENTOS FONTE 16320000000 - SAÚDE | | | | | 5.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.25 | RENDIMENTOS FONTE 16000000600 - SAÚDE | | | | | 100.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.28 | RENDIMENTOS FONTE 1605000000 - SAÚDE | | | | | 1.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.31 | RENDIMENTOS FONTE 16213210000 - SAÚDE | | | | | 5.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.32 | RENDIMENTOS FONTE 17590000702 - FMT | | | | | 25.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.36 | RENDIMENTOS FONTE 1701000000 - CONVENIOS ESTADUAIS | | | | | 55.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.37 | RENDIMENTOS FONTE 17000000000 - CONVENIOS FEDERAIS | | | | | 20.000,00 |
| 1.3.2.1.05.0.1.39 | RENDIMENTO DA FONTE 1571.0000000 | | | | | 5.000,00 |
| 1.7 | Transferências Correntes | 43.083.423,69 | 53.080.604,46 | 58.870.116,34 | 65.627.000,00 | 76.948.816,00 |
| 1.7.1 | Transferências da União e de suas Entidades | 18.886.180,32 | 20.581.800,49 | 22.541.645,07 | 26.425.000,00 | 31.371.280,00 |
| 1.7.1.1 | Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União | 12.721.170,17 | 14.312.974,65 | 15.682.420,11 | 16.300.000,00 | 19.702.280,00 |
| 1.7.1.1.51 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM | 10.108.087,43 | 11.631.967,95 | 12.805.598,46 | 13.500.000,00 | 16.184.440,00 |
| 1.7.1.1.51.1 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal | 9.009.625,40 | 10.302.492,18 | 11.095.720,95 | 12.000.000,00 | 14.284.440,00 |
| 1.7.1.1.51.1.1 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal | 9.009.625,40 | 10.302.492,18 | 11.095.720,95 | 12.000.000,00 | 14.284.440,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.7.1.1.51.2 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias | 1.098.462,03 | 1.329.475,77 | 1.709.877,51 | 1.500.000,00 | 1.900.000,00 |
| 1.7.1.1.51.2.1 | Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal | 1.098.462,03 | 1.329.475,77 | 1.709.877,51 | 1.500.000,00 | 1.900.000,00 |
| 1.7.1.1.52 | Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural | 2.613.082,74 | 2.681.006,70 | 2.876.821,65 | 2.800.000,00 | 3.517.840,00 |
| 1.7.1.1.52.0 | Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural | 2.613.082,74 | 2.681.006,70 | 2.876.821,65 | 2.800.000,00 | 3.517.840,00 |
| 1.7.1.1.52.0.1 | Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal | 2.613.082,74 | 2.681.006,70 | 2.876.821,65 | 2.800.000,00 | 3.517.840,00 |
| 1.7.1.2 | Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | 240.561,96 | 348.479,95 | 354.133,57 | 370.000,00 | 460.000,00 |
| 1.7.1.2.51 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM | 739,03 | 93.068,21 | 87.609,05 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 1.7.1.2.51.0 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM | 739,03 | 93.068,21 | 87.609,05 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 1.7.1.2.51.0.1 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal | 739,03 | 93.068,21 | 87.609,05 | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 1.7.1.2.52 | Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo | 239.822,93 | 255.411,74 | 266.524,52 | 270.000,00 | 360.000,00 |
| 1.7.1.2.52.4 | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP | 239.822,93 | 255.411,74 | 266.524,52 | 270.000,00 | 360.000,00 |
| 1.7.1.2.52.4.1 | Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal | 239.822,93 | 255.411,74 | 266.524,52 | 270.000,00 | 360.000,00 |
| 1.7.1.3 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | 4.459.040,17 | 2.863.088,10 | 2.828.497,03 | 5.543.000,00 | 7.046.000,00 |
| 1.7.1.3.50 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde | 4.459.040,17 | 2.863.088,10 | 2.828.497,03 | 5.543.000,00 | 7.046.000,00 |
| 1.7.1.3.50.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária | 3.765.741,72 | 2.217.351,07 | 2.264.046,41 | 4.523.000,00 | 5.956.000,00 |
| 1.7.1.3.50.1.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal | 3.765.741,72 | 2.217.351,07 | 2.264.046,41 | 4.523.000,00 | 5.956.000,00 |
| 1.7.1.3.50.1.1.01 | AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | | 590.216,00 | 667.920,00 | | |
| 1.7.1.3.50.1.1.02 | EQUIPES DE SAUDE DA FAMILIA/ESF E EQUIPES DE ATENCAO PRIMARIA/EAP | | 334.569,03 | | | |
| 1.7.1.3.50.1.1.03 | INCENTIVO COMPENSATORIO DE TRANSICAO | | 38.700,00 | | | |
| 1.7.1.3.50.1.1.04 | EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI | | 29.000,00 | | | |
| 1.7.1.3.50.1.1.05 | ATENCAO A SAUDE BUCAL | | 27.600,00 | | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.7.1.3.50.1.1.08 | EMENDA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DA ATENÇÃO PRIMARIA - EMENDA N° 40470011/2026 - NELSON BARBUDO | | 449.567,12 | 459.206,07 | | |
| 1.7.1.3.50.1.1.09 | EMENDA DE BANCADA - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE | | 222.790,92 | 329.200,84 | | |
| 1.7.1.3.50.1.1.10 | IMPLEMENTAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE | | 524.908,00 | 807.719,50 | | |
| 1.7.1.3.50.1.1.99 | SUS Bloco de Manutenção – Atenção Primária | | | | | 5.956.000,00 |
| 1.7.1.3.50.2 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada | 462.082,16 | 244.082,16 | 245.312,43 | 450.000,00 | 450.000,00 |
| 1.7.1.3.50.2.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal | 462.082,16 | 244.082,16 | 245.312,43 | 450.000,00 | 450.000,00 |
| 1.7.1.3.50.2.1.01 | ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC | | 244.082,16 | 245.312,43 | | |
| 1.7.1.3.50.2.1.99 | SUS Bloco de Manutenção – Atenção Especializada | | | | | 450.000,00 |
| 1.7.1.3.50.3 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde | 176.607,17 | 127.151,87 | 85.322,18 | 252.000,00 | 282.000,00 |
| 1.7.1.3.50.3.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal | 176.607,17 | 127.151,87 | 85.322,18 | 252.000,00 | 282.000,00 |
| 1.7.1.3.50.3.1.01 | INCENTIVO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS PARA A VIGILANCIA EM SAUDE - DESPESAS DIVERSAS | | 12.000,00 | 11.000,00 | | |
| 1.7.1.3.50.3.1.02 | INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS EXECUÇÃO AÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA | | 115.151,87 | 74.322,18 | | |
| 1.7.1.3.50.3.1.99 | Bloco de Manutenção – Vigilância em Saúde | | | | | 282.000,00 |
| 1.7.1.3.50.4 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica | 54.609,12 | 130.540,88 | 77.077,20 | 80.000,00 | 120.000,00 |
| 1.7.1.3.50.4.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal | 54.609,12 | 130.540,88 | 77.077,20 | 80.000,00 | 120.000,00 |
| 1.7.1.3.50.4.1.01 | QUALIF. DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA - QUALIFAR-SUS | | 77.448,24 | 71.077,20 | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.7.1.3.50.4.1.02 | PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS NA ATENCAO PRIMARIA EM SAUDE | | 53.092,64 | 6.000,00 | | |
| 1.7.1.3.50.4.1.99 | 1.7.1.3.50.4.1.99 SUS Bloco de Manutenção – Assistência Farmacêutica | | | | | 120.000,00 |
| 1.7.1.3.50.5 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS | | 143.962,12 | 156.738,81 | 238.000,00 | 238.000,00 |
| 1.7.1.3.50.5.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal | | 143.962,12 | 156.738,81 | 238.000,00 | 238.000,00 |
| 1.7.1.3.50.5.1.01 | ASSISTENCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR PAG. DO PISO SALARIAL PROFISSIONAIS ENFERMAGEM | | 143.962,12 | 156.738,81 | | 238.000,00 |
| 1.7.1.4 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE | 685.712,35 | 1.049.795,98 | 1.208.233,84 | 1.302.000,00 | 1.913.000,00 |
| 1.7.1.4.50 | Transferências do Salário-Educação | 405.289,44 | 734.418,76 | 876.497,85 | 800.000,00 | 1.300.000,00 |
| 1.7.1.4.50.0 | Transferências do Salário-Educação | 405.289,44 | 734.418,76 | 876.497,85 | 800.000,00 | 1.300.000,00 |
| 1.7.1.4.50.0.1 | Transferências do Salário-Educação - Principal | 405.289,44 | 734.418,76 | 876.497,85 | 800.000,00 | 1.300.000,00 |
| 1.7.1.4.51 | Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE | 900,00 | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.7.1.4.51.0 | Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE | 900,00 | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.7.1.4.51.0.1 | Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal | 900,00 | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.7.1.4.52 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | 179.956,60 | 220.516,00 | 230.298,00 | 241.000,00 | 352.000,00 |
| 1.7.1.4.52.0 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | 179.956,60 | 220.516,00 | 230.298,00 | 241.000,00 | 352.000,00 |
| 1.7.1.4.52.0.1 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal | 179.956,60 | 220.516,00 | 230.298,00 | 241.000,00 | 352.000,00 |
| 1.7.1.4.53 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE | 99.566,31 | 94.861,22 | 101.437,99 | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 1.7.1.4.53.0 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE | 99.566,31 | 94.861,22 | 101.437,99 | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 1.7.1.4.53.0.1 | Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal | 99.566,31 | 94.861,22 | 101.437,99 | 150.000,00 | 150.000,00 |
| 1.7.1.4.99 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE | | | | 110.000,00 | 110.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.7.1.4.99.0 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE | | | | 110.000,00 | 110.000,00 |
| 1.7.1.4.99.0.1 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal | | | | 110.000,00 | 110.000,00 |
| 1.7.1.5 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | 133.382,19 | 1.161.770,12 | 1.675.965,26 | 2.000.000,00 | 1.320.000,00 |
| 1.7.1.5.50 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT | 133.382,19 | 1.161.770,12 | 806.150,31 | 1.200.000,00 | 120.000,00 |
| 1.7.1.5.50.0 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT | 133.382,19 | 1.161.770,12 | 806.150,31 | 1.200.000,00 | 120.000,00 |
| 1.7.1.5.50.0.1 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT - Principal | 133.382,19 | 1.161.770,12 | 806.150,31 | 1.200.000,00 | 120.000,00 |
| 1.7.1.5.52 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR | | | 710.770,50 | 800.000,00 | 1.200.000,00 |
| 1.7.1.5.52.0 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR | | | 710.770,50 | 800.000,00 | 1.200.000,00 |
| 1.7.1.5.52.0.1 | Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR - Principal | | | 710.770,50 | 800.000,00 | 1.200.000,00 |
| 1.7.1.5.53 | Transferências de Recursos do Fundeb destinados à criação de matrículas em ETI | | | 159.044,45 | | |
| 1.7.1.5.53.0 | Transferências de Recursos do Fundeb destinados à criação de matrículas em ETI | | | 159.044,45 | | |
| 1.7.1.5.53.0.1 | Transferências de Recursos do Fundeb destinados à criação de matrículas em ETI - Principal | | | 159.044,45 | | |
| 1.7.1.6 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 255.386,48 | 207.681,16 | 224.409,58 | 220.000,00 | 240.000,00 |
| 1.7.1.6.50 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 255.386,48 | 207.681,16 | 224.409,58 | 220.000,00 | 240.000,00 |
| 1.7.1.6.50.0 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 255.386,48 | 207.681,16 | 224.409,58 | 220.000,00 | 240.000,00 |
| 1.7.1.6.50.0.1 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal | 255.386,48 | 207.681,16 | 224.409,58 | 220.000,00 | 240.000,00 |
| 1.7.1.6.50.0.1.99 | Transferências de Recursos do FNAS | | | | | 240.000,00 |
| 1.7.1.9 | Outras Transferências de Recursos da União | 390.927,00 | 638.010,53 | 567.985,68 | 690.000,00 | 690.000,00 |
| 1.7.1.9.58 | Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020 | 390.927,00 | 569.319,72 | 567.985,68 | 600.000,00 | 600.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.7.1.9.58.0 | Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020 | 390.927,00 | 569.319,72 | 567.985,68 | 600.000,00 | 600.000,00 |
| 1.7.1.9.58.0.1 | Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020 - Principal | 390.927,00 | 569.319,72 | 567.985,68 | 600.000,00 | 600.000,00 |
| 1.7.1.9.60 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 | | 68.690,81 | | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 1.7.1.9.60.0 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 | | 68.690,81 | | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 1.7.1.9.60.0.1 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Principal | | 68.690,81 | | 70.000,00 | 70.000,00 |
| 1.7.1.9.99 | Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades | | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 1.7.1.9.99.0 | Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades | | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 1.7.1.9.99.0.1 | Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal | | | | 20.000,00 | 20.000,00 |
| 1.7.2 | Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 14.867.301,72 | 20.111.531,80 | 21.847.683,31 | 24.190.000,00 | 29.548.736,00 |
| 1.7.2.1 | Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal | 11.902.800,07 | 16.392.325,79 | 21.007.051,53 | 20.075.000,00 | 24.519.736,00 |
| 1.7.2.1.50 | Cota-Parte do ICMS | 10.502.684,92 | 14.847.771,70 | 19.129.495,53 | 18.400.000,00 | 21.272.800,00 |
| 1.7.2.1.50.0 | Cota-Parte do ICMS | 10.502.684,92 | 14.847.771,70 | 19.129.495,53 | 18.400.000,00 | 21.272.800,00 |
| 1.7.2.1.50.0.1 | Cota-Parte do ICMS - Principal | 10.502.684,92 | 14.847.771,70 | 19.129.495,53 | 18.400.000,00 | 21.272.800,00 |
| 1.7.2.1.51 | Cota-Parte do IPVA | 1.343.180,23 | 1.390.286,07 | 1.721.220,82 | 1.520.000,00 | 3.091.936,00 |
| 1.7.2.1.51.0 | Cota-Parte do IPVA | 1.343.180,23 | 1.390.286,07 | 1.721.220,82 | 1.520.000,00 | 3.091.936,00 |
| 1.7.2.1.51.0.1 | Cota-Parte do IPVA - Principal | 1.343.180,23 | 1.390.286,07 | 1.721.220,82 | 1.520.000,00 | 3.091.936,00 |
| 1.7.2.1.52 | Cota-Parte do IPI - Municípios | 52.835,91 | 124.921,53 | 128.598,75 | 120.000,00 | 120.000,00 |
| 1.7.2.1.52.0 | Cota-Parte do IPI - Municípios | 52.835,91 | 124.921,53 | 128.598,75 | 120.000,00 | 120.000,00 |
| 1.7.2.1.52.0.1 | Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal | 52.835,91 | 124.921,53 | 128.598,75 | 120.000,00 | 120.000,00 |
| 1.7.2.1.53 | Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | 4.099,01 | 29.346,49 | 27.736,43 | 35.000,00 | 35.000,00 |
| 1.7.2.1.53.0 | Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico | 4.099,01 | 29.346,49 | 27.736,43 | 35.000,00 | 35.000,00 |
| 1.7.2.1.53.0.1 | Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal | 4.099,01 | 29.346,49 | 27.736,43 | 35.000,00 | 35.000,00 |
| 1.7.2.2 | Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais | 10.735,11 | 14.853,47 | 15.615,86 | 865.000,00 | 867.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.7.2.2.52 | Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo | 10.735,11 | 14.853,47 | 15.615,86 | 15.000,00 | 17.000,00 |
| 1.7.2.2.52.0 | Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo | 10.735,11 | 14.853,47 | 15.615,86 | 15.000,00 | 17.000,00 |
| 1.7.2.2.52.0.1 | Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal | 10.735,11 | 14.853,47 | 15.615,86 | 15.000,00 | 17.000,00 |
| 1.7.2.2.53 | Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras | | | | 850.000,00 | 850.000,00 |
| 1.7.2.2.53.0 | Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras | | | | 850.000,00 | 850.000,00 |
| 1.7.2.2.53.0.1 | Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras - Principal | | | | 850.000,00 | 850.000,00 |
| 1.7.2.3 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | 347.196,79 | 2.072.353,68 | 356.844,89 | 2.110.000,00 | 2.910.000,00 |
| 1.7.2.3.50 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | 347.196,79 | 2.072.353,68 | 356.844,89 | 2.110.000,00 | 2.910.000,00 |
| 1.7.2.3.50.0 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | 347.196,79 | 2.072.353,68 | 356.844,89 | 2.110.000,00 | 2.910.000,00 |
| 1.7.2.3.50.0.1 | Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal | 347.196,79 | 2.072.353,68 | 356.844,89 | 2.110.000,00 | 2.910.000,00 |
| 1.7.2.3.50.0.1.01 | PAICI | | 229.768,00 | 250.656,00 | | |
| 1.7.2.3.50.0.1.02 | REGIONALIZAÇÃO | | 50.479,00 | 55.068,00 | | |
| 1.7.2.3.50.0.1.03 | ASSISTENCIA FARMACEUTICA - DIABETES MELLITUS | | 16.500,00 | 18.000,00 | | |
| 1.7.2.3.50.0.1.04 | COFINANCIAMENTO DA ATENCAO PRIMARIA A SAUDE | | 25.606,68 | 33.120,89 | | |
| 1.7.2.3.50.0.1.06 | IMPLEMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS OFERTAS DE SERVIÇO DE SAÚDE DIGITAL | | 150.000,00 | | | |
| 1.7.2.3.50.0.1.07 | Emenda Parlamentar nº 263/2025 DEP. Janaina Riva, Incremento de custeio na saúde | | 300.000,00 | | | |
| 1.7.2.3.50.0.1.08 | SES-PRO-2026/20655 - Cofinanciamento Estadual de CUSTEIO | | 1.000.000,00 | | | |
| 1.7.2.3.50.0.1.09 | EMENDA PARLAMENTAR Nº 158/2026 DEP.JÚLIO CAMPOS, REPASSE FINANCEIRO PARA CUSTEIO NA SAÚDE | | 300.000,00 | | | |
| 1.7.2.3.50.0.1.99 | SUS ESTADO - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde | | | | | 2.910.000,00 |
| 1.7.2.4 | Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | 600.000,00 | | | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.7.2.4.99 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | 600.000,00 | | | | |
| 1.7.2.4.99.0 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | 600.000,00 | | | | |
| 1.7.2.4.99.0.1 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades - Principal | 600.000,00 | | | | |
| 1.7.2.4.99.0.1.01 | SECEL N° 1298-2026 Evento cultural de 35 anos de Nova Monte Verde/MT | 600.000,00 | | | | |
| 1.7.2.9 | Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal | 2.006.569,75 | 1.631.998,86 | 468.171,03 | 1.140.000,00 | 1.252.000,00 |
| 1.7.2.9.51 | Transferências de Estados destinadas à Assistência Social | 64.826,03 | 64.280,09 | 89.051,20 | 78.000,00 | 190.000,00 |
| 1.7.2.9.51.0 | Transferências de Estados destinadas à Assistência Social | 64.826,03 | 64.280,09 | 89.051,20 | 78.000,00 | 190.000,00 |
| 1.7.2.9.51.0.1 | Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal | 64.826,03 | 64.280,09 | 89.051,20 | 78.000,00 | 190.000,00 |
| 1.7.2.9.51.0.1.99 | Outras Transferências de ESTADOS destinadas à Assistência Social | | | | | 190.000,00 |
| 1.7.2.9.52 | Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação | | | | 805.000,00 | 805.000,00 |
| 1.7.2.9.52.0 | Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação | | | | 805.000,00 | 805.000,00 |
| 1.7.2.9.52.0.1 | Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal | | | | 805.000,00 | 805.000,00 |
| 1.7.2.9.53 | Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 | 404.960,22 | | 195.222,25 | 250.000,00 | 250.000,00 |
| 1.7.2.9.53.0 | Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 | 404.960,22 | | 195.222,25 | 250.000,00 | 250.000,00 |
| 1.7.2.9.53.0.1 | Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 - Principal | 404.960,22 | | 195.222,25 | 250.000,00 | 250.000,00 |
| 1.7.2.9.99 | Outras Transferências dos Estados e DF | 1.536.783,50 | 1.567.718,77 | 183.897,58 | 7.000,00 | 7.000,00 |
| 1.7.2.9.99.0 | Outras Transferências dos Estados e DF | 1.536.783,50 | 1.567.718,77 | 183.897,58 | 7.000,00 | 7.000,00 |
| 1.7.2.9.99.0.1 | Outras Transferências dos Estados e DF - Principal | 1.536.783,50 | 1.567.718,77 | 183.897,58 | 7.000,00 | 7.000,00 |
| 1.7.2.9.99.0.1.01 | Receita - TFRM e CERM - Transferências do Estado | | 1.567.718,77 | 183.897,58 | 7.000,00 | 7.000,00 |
| 1.7.5 | Transferências de Outras Instituições Públicas | 9.329.941,65 | 12.387.272,17 | 14.480.787,96 | 15.000.000,00 | 16.016.800,00 |
| 1.7.5.1 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | 9.329.941,65 | 12.387.272,17 | 14.480.787,96 | 15.000.000,00 | 16.016.800,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.7.5.1.50 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | 9.329.941,65 | 12.387.272,17 | 14.480.787,96 | 15.000.000,00 | 16.016.800,00 |
| 1.7.5.1.50.0 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB | 9.329.941,65 | 12.387.272,17 | 14.480.787,96 | 15.000.000,00 | 16.016.800,00 |
| 1.7.5.1.50.0.1 | Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal | 9.329.941,65 | 12.387.272,17 | 14.480.787,96 | 15.000.000,00 | 16.016.800,00 |
| 1.7.9 | Demais Transferências Correntes | | | | 12.000,00 | 12.000,00 |
| 1.7.9.1 | Transferências de Pessoas Físicas | | | | 12.000,00 | 12.000,00 |
| 1.7.9.1.99 | Outras Transferências de Pessoas Físicas | | | | 12.000,00 | 12.000,00 |
| 1.7.9.1.99.0 | Outras Transferências de Pessoas Físicas | | | | 12.000,00 | 12.000,00 |
| 1.7.9.1.99.0.1 | Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal | | | | 12.000,00 | 12.000,00 |
| 1.9 | Outras Receitas Correntes | 52.952,16 | 58.277,30 | 151.447,60 | 88.000,00 | 571.000,00 |
| 1.9.1 | Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 35.721,99 | 56.677,30 | 94.203,11 | 59.000,00 | 59.000,00 |
| 1.9.1.1 | Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | 35.721,99 | 56.677,30 | 94.203,11 | 59.000,00 | 59.000,00 |
| 1.9.1.1.01 | Multas Previstas em Legislação Específica | 13.124,87 | 7.380,00 | 4.129,67 | 8.000,00 | 8.000,00 |
| 1.9.1.1.01.0 | Multas Previstas em Legislação Específica | 13.124,87 | 7.380,00 | 4.129,67 | 8.000,00 | 8.000,00 |
| 1.9.1.1.01.0.1 | Multas Previstas em Legislação Específica - Principal | 691,16 | 345,84 | 133,92 | 5.000,00 | 5.000,00 |
| 1.9.1.1.01.0.2 | Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora | 12.433,71 | 6.933,06 | 3.995,70 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.1.1.01.0.3 | Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa | | 80,92 | 0,04 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.1.1.01.0.4 | Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | | 20,18 | 0,01 | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.1.1.06 | Multas por Danos Ambientais | | 2.402,00 | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.1.1.06.1 | Multas Administrativas por Danos Ambientais | | 2.402,00 | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.1.1.06.1.1 | Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal | | 2.402,00 | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.1.1.08 | Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais | 22.597,12 | 46.895,30 | 90.073,44 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 1.9.1.1.08.0 | Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais | 22.597,12 | 46.895,30 | 90.073,44 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 1.9.1.1.08.0.1 | Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal | 22.597,12 | 46.895,30 | 90.073,44 | 50.000,00 | 50.000,00 |
| 1.9.2 | Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | 16.461,58 | 1.600,00 | 57.244,49 | 28.000,00 | 28.000,00 |
| 1.9.2.1 | Indenizações | 10.364,48 | | | 13.000,00 | 13.000,00 |
| 1.9.2.1.99 | Outras Indenizações | 10.364,48 | | | 13.000,00 | 13.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.9.2.1.99.0 | Outras Indenizações | 10.364,48 | | | 13.000,00 | 13.000,00 |
| 1.9.2.1.99.0.1 | Outras Indenizações - Principal | 10.364,48 | | | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 1.9.2.1.99.0.2 | Outras Indenizações - Multas e Juros de Mora | | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.2.1.99.0.3 | Outras Indenizações - Dívida Ativa | | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.2.1.99.0.4 | Outras Indenizações - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.2.2 | Restituições | 6.097,10 | 1.600,00 | | 15.000,00 | 15.000,00 |
| 1.9.2.2.01 | Restituição de Convênios | | | | 2.000,00 | 2.000,00 |
| 1.9.2.2.01.1 | Restituição de Convênios - Primárias | | | | 2.000,00 | 2.000,00 |
| 1.9.2.2.01.1.1 | Restituição de Convênios - Primárias - Principal | | | | 2.000,00 | 2.000,00 |
| 1.9.2.2.99 | Outras Restituições | 6.097,10 | 1.600,00 | | 13.000,00 | 13.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0 | Outras Restituições | 6.097,10 | 1.600,00 | | 13.000,00 | 13.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0.1 | Outras Restituições - Principal | 6.097,10 | 1.600,00 | | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0.2 | Outras Restituições - Multas e Juros de Mora | | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0.3 | Outras Restituições - Dívida Ativa | | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.2.2.99.0.4 | Outras Restituições - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa | | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.2.3 | Ressarcimentos | | | 57.244,49 | | |
| 1.9.2.3.02 | Ressarcimento de Custos | | | 57.244,49 | | |
| 1.9.2.3.02.0 | Ressarcimento de Custos | | | 57.244,49 | | |
| 1.9.2.3.02.0.1 | Ressarcimento de Custos - Principal | | | 57.244,49 | | |
| 1.9.9 | Demais Receitas Correntes | 768,59 | | | 1.000,00 | 484.000,00 |
| 1.9.9.9 | Outras Receitas Correntes | 768,59 | | | 1.000,00 | 484.000,00 |
| 1.9.9.9.03 | Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social | | | | | 483.000,00 |
| 1.9.9.9.03.0 | Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social | | | | | 483.000,00 |
| 1.9.9.9.03.0.1 | Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Principal | | | | | 483.000,00 |
| 1.9.9.9.99 | Outras Receitas | 768,59 | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.9.9.99.2 | Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias | 768,59 | | | 1.000,00 | 1.000,00 |

Data: 09/11/2026 09:05:57 Página: 13 de 16

Data da emissão: 09/11/2026 09:05:57 ÁGILIBlue Orçamento - Ágili Software Brasil Emitido por: MILTON DOS SANTOS

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 1.9.9.9.99.2.1 | Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal | 768,59 | | | 1.000,00 | 1.000,00 |
| 1.9.9.9.99.2.1.01 | RECEBIMENTOS DIVERSOS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA - LOTE 14134 | | | | | 1.000,00 |
| 2 | Receitas de Capital | 1.100.000,00 | 1.500.044,00 | 1.500.000,00 | 10.426.000,00 | 10.436.000,00 |
| 2.4 | Transferências de Capital | 1.100.000,00 | 1.500.044,00 | 1.500.000,00 | 10.426.000,00 | 10.436.000,00 |
| 2.4.1 | Transferências da União e de suas Entidades | 500.000,00 | 1.500.044,00 | | 3.500.000,00 | 3.500.000,00 |
| 2.4.1.4 | Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | | | | 3.500.000,00 | 3.500.000,00 |
| 2.4.1.4.54 | Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | | | | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 2.4.1.4.54.0 | Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | | | | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 2.4.1.4.54.0.1 | Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal | | | | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 2.4.1.4.99 | Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | | | | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 |
| 2.4.1.4.99.0 | Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades | | | | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 |
| 2.4.1.4.99.0.1 | Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - Principal | | | | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 |
| 2.4.1.9 | Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades | 500.000,00 | 1.500.044,00 | | | |
| 2.4.1.9.51 | Transferência Especial da União | 500.000,00 | 1.500.044,00 | | | |
| 2.4.1.9.51.0 | Transferência Especial da União | 500.000,00 | 1.500.044,00 | | | |
| 2.4.1.9.51.0.1 | Transferência Especial da União - Principal | 500.000,00 | 1.500.044,00 | | | |
| 2.4.1.9.51.0.1.01 | Emenda Parlamentar: 202641530010-JOSÉ MEDEIROS - AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA | 500.000,00 | 1.500.044,00 | | | |
| 2.4.2 | Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | 600.000,00 | | 1.500.000,00 | 6.926.000,00 | 6.936.000,00 |
| 2.4.2.2 | Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | 600.000,00 | | 1.500.000,00 | 6.926.000,00 | 6.936.000,00 |
| 2.4.2.2.50 | Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS | 600.000,00 | | 1.500.000,00 | 1.845.000,00 | 1.855.000,00 |
| 2.4.2.2.50.0 | Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS | 600.000,00 | | 1.500.000,00 | 1.845.000,00 | 1.855.000,00 |
| 2.4.2.2.50.0.1 | Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal | 600.000,00 | | 1.500.000,00 | 1.845.000,00 | 1.855.000,00 |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 2.4.2.2.50.0.1.01 | HOSPITAL MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO | 600.000,00 | | 1.500.000,00 | | 1.855.000,00 |
| 2.4.2.2.51 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação | | | | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 2.4.2.2.51.0 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação | | | | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 2.4.2.2.51.0.1 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal | | | | 500.000,00 | 500.000,00 |
| 2.4.2.2.54 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | | | | 2.926.000,00 | 2.926.000,00 |
| 2.4.2.2.54.0 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte | | | | 2.926.000,00 | 2.926.000,00 |
| 2.4.2.2.54.0.1 | Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal | | | | 2.926.000,00 | 2.926.000,00 |
| 2.4.2.2.99 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | | | | 1.655.000,00 | 1.655.000,00 |
| 2.4.2.2.99.0 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades | | | | 1.655.000,00 | 1.655.000,00 |
| 2.4.2.2.99.0.1 | Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades - Principal | | | | 1.655.000,00 | 1.655.000,00 |
| 7 | Receitas Correntes - Intra OFSS | | | | | 4.274.000,00 |
| 7.2 | Contribuições - Intra OFSS | | | | | 4.274.000,00 |
| 7.2.1 | Contribuições Sociais - Intra OFSS | | | | | 4.274.000,00 |
| 7.2.1.5 | Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Intra OFSS | | | | | 4.274.000,00 |
| 7.2.1.5.02 | Contribuição Patronal - Servidor Civil - Intra OFSS | | | | | 4.274.000,00 |
| 7.2.1.5.02.1 | Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Intra OFSS | | | | | 4.274.000,00 |
| 7.2.1.5.02.1.1 | Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Intra OFSS | | | | | 4.274.000,00 |
| | **TOTAL DAS RECEITAS** | **53.451.799,04** | **62.183.201,74** | **70.321.699,84** | **86.865.000,00** | **106.575.000,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA

**EXERCÍCIO DE 2027**

**Inciso III - Art. 22 - LEI Nº 4.320/64**

| CÓDIGO LOCAL | ESPECIFICAÇÃO | REALIZADA | | | ORÇADA | PREVISTA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 3 | Despesas correntes | 48.173.359,02 | 58.754.426,44 | 63.232.252,32 | 65.873.000,00 | 84.444.340,00 |
| 3.1 | Despesas com Pessoal e Encargos Sociais | 23.124.355,88 | 24.643.184,97 | 25.284.639,46 | 32.336.000,00 | 39.234.800,00 |
| 3.1.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | 5.000,00 | 6.000,00 |
| 3.1.90 | Aplicações Diretas | 20.526.384,28 | 21.837.852,52 | 22.264.244,48 | 28.174.000,00 | 34.954.800,00 |
| 3.1.91 | Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da | 2.597.971,60 | 2.805.332,45 | 3.020.394,98 | 4.157.000,00 | 4.274.000,00 |
| 3.2 | Juros e Encargos da Dívida | 104.061,52 | 488.851,10 | 479.490,01 | 350.000,00 | 372.000,00 |
| 3.2.90 | Aplicações Diretas | 104.061,52 | 488.851,10 | 479.490,01 | 350.000,00 | 372.000,00 |
| 3.3 | Outras Despesas Correntes | 24.944.941,62 | 33.622.390,37 | 37.468.122,85 | 33.187.000,00 | 44.837.540,00 |
| 3.3.42 | Execução Orçamentária Delegada a Municípios | 275.000,00 | 125.000,00 | 394.464,76 | 125.000,00 | 125.000,00 |
| 3.3.50 | Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos | 111.477,12 | 165.503,78 | 815.067,36 | 653.000,00 | 653.000,00 |
| 3.3.70 | Transferências a Instituições Multigovernamentais | 139.614,80 | 100.429,00 | 164.426,24 | 150.000,00 | 204.000,00 |
| 3.3.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | 565.068,00 | 449.503,00 | 454.092,00 | 560.000,00 | 615.000,00 |
| 3.3.90 | Aplicações Diretas | 23.853.781,70 | 32.781.954,59 | 35.640.072,49 | 31.699.000,00 | 43.240.540,00 |
| 4 | Despesas de capital | 15.502.475,02 | 20.466.833,12 | 24.051.046,32 | 18.034.000,00 | 19.280.660,00 |
| 4.4 | Investimentos | 15.294.346,30 | 20.044.429,66 | 23.676.046,32 | 17.484.000,00 | 18.764.660,00 |
| 4.4.71 | Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio | | | | 4.000,00 | 5.000,00 |
| 4.4.90 | Aplicações Diretas | 15.294.346,30 | 20.044.429,66 | 23.676.046,32 | 17.480.000,00 | 18.759.660,00 |
| 4.6 | Amortização da Dívida | 208.128,72 | 422.403,46 | 375.000,00 | 550.000,00 | 516.000,00 |
| 4.6.90 | Aplicações Diretas | 208.128,72 | 422.403,46 | 375.000,00 | 550.000,00 | 516.000,00 |
| 9 | Reserva de Contingência | | | | 48.000,00 | 2.850.000,00 |
| 9.9 | Reserva de contingência | | | | 48.000,00 | 2.850.000,00 |
| 9.9.99 | A Definir ou Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS | | | | 48.000,00 | 2.850.000,00 |
| | **TOTAL DAS DESPESAS** | **63.675.834,04** | **79.221.259,56** | **87.283.298,64** | **83.955.000,00** | **106.575.000,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| **1** | **Receitas Correntes** | | | **91.865.000,00** |
| **1.1** | **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** | | **10.198.569,00** | |
| **1.1.1** | **Impostos** | | **8.978.569,00** | |
| **1.1.1.2** | **Impostos sobre o Patrimônio** | | **3.406.069,00** | |
| **1.1.1.2.50** | **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana** | | **999.069,00** | |
| **1.1.1.2.50.0** | **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana** | | **999.069,00** | |
| **1.1.1.2.50.0.1** | **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal - Desconto concedido** | **760.000,00** | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Desconto concedido | -30.000,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 129.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Desconto concedido | -50.000,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Desconto concedido | -20.000,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 516.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 215.000,00 | | |
| **1.1.1.2.50.0.2** | **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora** | **1.069,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 669,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 250,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 150,00 | | |
| **1.1.1.2.50.0.3** | **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa** | **200.000,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 152.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 30.000,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 18.000,00 | | |
| **1.1.1.2.50.0.4** | **Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - Desconto concedido** | **38.000,00** | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Desconto concedido | -300,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 6.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Desconto concedido | -500,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Desconto concedido | -1.200,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 24.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 10.000,00 | | |
| **1.1.1.2.53** | **Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis** | | **2.407.000,00** | |
| **1.1.1.2.53.0** | **Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis** | | **2.407.000,00** | |
| **1.1.1.2.53.0.1** | **Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal** | **2.400.000,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 2.000.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 250.000,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 150.000,00 | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| **1.1.1.2.53.0.2** | **Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros de Mora** | **5.000,00** | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 1.250,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 3.000,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 750,00 | | |
| **1.1.1.2.53.0.3** | **Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa** | **1.000,00** | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 150,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 600,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 250,00 | | |
| **1.1.1.2.53.0.4** | **Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa** | **1.000,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 600,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 250,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 150,00 | | |
| **1.1.1.3** | **Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza** | | **2.723.500,00** | |
| **1.1.1.3.03** | **Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte** | | **2.723.500,00** | |
| **1.1.1.3.03.1** | **Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho** | | **1.200.000,00** | |
| **1.1.1.3.03.1.1** | **Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal** | **1.200.000,00** | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 221.225,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 868.663,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 110.112,00 | | |
| **1.1.1.3.03.4** | **Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos** | | **1.523.500,00** | |
| **1.1.1.3.03.4.1** | **Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal** | **1.523.500,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 1.243.500,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 175.000,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 105.000,00 | | |
| **1.1.1.4** | **Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e Serviços** | | **2.849.000,00** | |
| **1.1.1.4.51** | **Impostos sobre Serviços** | | **2.849.000,00** | |
| **1.1.1.4.51.1** | **Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza** | | **2.849.000,00** | |
| **1.1.1.4.51.1.1** | **Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal - Desconto concedido** | **2.799.000,00** | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Desconto concedido | -150,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 420.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Desconto concedido | -250,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Desconto concedido | -600,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 1.680.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 700.000,00 | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| **1.1.1.4.51.1.2** | **Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora** | **15.000,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 9.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 3.750,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 2.250,00 | | |
| **1.1.1.4.51.1.3** | **Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa** | **10.000,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 6.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 2.500,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 1.500,00 | | |
| **1.1.1.4.51.1.4** | **Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - Desconto concedido** | **25.000,00** | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Desconto concedido | -750,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 4.500,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Desconto concedido | -1.250,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Desconto concedido | -3.000,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 18.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 7.500,00 | | |
| **1.1.2** | **Taxas** | | **1.220.000,00** | |
| **1.1.2.1** | **Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia** | | **641.000,00** | |
| **1.1.2.1.01** | **Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização** | | **641.000,00** | |
| **1.1.2.1.01.0** | **Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização** | | **641.000,00** | |
| **1.1.2.1.01.0.1** | **Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal** | **596.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 597.000,00 | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Desconto concedido | -1.000,00 | | |
| **1.1.2.1.01.0.2** | **Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora** | **6.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 6.000,00 | | |
| **1.1.2.1.01.0.3** | **Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa** | **30.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 30.000,00 | | |
| **1.1.2.1.01.0.4** | **Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - Desconto concedido** | **9.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Desconto concedido | -1.000,00 | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 10.000,00 | | |
| **1.1.2.2** | **Taxas pela Prestação de Serviços** | | **579.000,00** | |
| **1.1.2.2.01** | **Taxas pela Prestação de Serviços em Geral** | | **579.000,00** | |
| **1.1.2.2.01.0** | **Taxas pela Prestação de Serviços** | | **579.000,00** | |
| **1.1.2.2.01.0.1** | **Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal** | **480.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 500.000,00 | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Desconto concedido | -20.000,00 | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| **1.1.2.2.01.0.2** | **Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora** | **15.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 15.000,00 | | |
| **1.1.2.2.01.0.3** | **Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa** | **60.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 60.000,00 | | |
| **1.1.2.2.01.0.4** | **Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa - Desconto concedido** | **24.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Desconto concedido | -1.000,00 | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 25.000,00 | | |
| **1.2** | **Contribuições** | | **3.349.615,00** | |
| **1.2.1** | **Contribuições Sociais** | | **1.735.000,00** | |
| **1.2.1.5** | **Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social** | | **1.735.000,00** | |
| **1.2.1.5.01** | **Contribuição do Servidor Civil** | | **1.735.000,00** | |
| **1.2.1.5.01.1** | **Contribuição do Servidor Civil Ativo** | | **1.730.000,00** | |
| **1.2.1.5.01.1.1** | **Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal** | **1.730.000,00** | | |
| 1.800.1111000 | Benefícios Previdenciários - Poder Executivo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Receita | 1.655.000,00 | | |
| 1.800.1121000 | Benefícios Previdenciários - Poder Legislativo - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Receita | 75.000,00 | | |
| **1.2.1.5.01.2** | **Contribuição do Servidor Civil Inativo** | | **5.000,00** | |
| **1.2.1.5.01.2.1** | **Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal** | **5.000,00** | | |
| 1.800.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Receita | 5.000,00 | | |
| **1.2.4** | **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública** | | **1.614.615,00** | |
| **1.2.4.1** | **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública** | | **1.614.615,00** | |
| **1.2.4.1.50** | **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública** | | **1.614.615,00** | |
| **1.2.4.1.50.0** | **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública** | | **1.614.615,00** | |
| **1.2.4.1.50.0.1** | **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal** | **1.614.615,00** | | |
| 1.751.0000000 | Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Receita | 1.614.615,00 | | |
| **1.3** | **Receita Patrimonial** | | **797.000,00** | |
| **1.3.2** | **Valores Mobiliários** | | **797.000,00** | |
| **1.3.2.1** | **Juros e Correções Monetárias** | | **797.000,00** | |
| **1.3.2.1.04** | **Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS** | | **40.000,00** | |
| **1.3.2.1.04.0** | **Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS** | | **40.000,00** | |
| **1.3.2.1.04.0.1** | **Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal** | **40.000,00** | | |
| 1.800.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Receita | 40.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05** | **Juros de Títulos de Renda** | | **757.000,00** | |
| **1.3.2.1.05.0** | **Juros de Títulos de Renda** | | **757.000,00** | |
| **1.3.2.1.05.0.1** | **Juros de Títulos de Renda - Principal** | | **757.000,00** | |
| **1.3.2.1.05.0.1.01** | **RENDIMENTOS DA FONTE 15000000000** | **301.000,00** | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 301.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.02** | **RENDIMENTOS FONTE 17110000804 - LEI 176-2020** | **3.000,00** | | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) - Receita | 3.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.03** | **RENDIMENTOS FONTE 17500000000-CIDE** | **1.000,00** | | |
| 1.750.0000000 | Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.04** | **RENDIMENTOS FONTE 17510000000-ILUMINACAO PUBLICA** | **100.000,00** | | |
| 1.751.0000000 | Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP - Receita | 100.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.06** | **RENDIMENTOS FONTE 17080000000-CFEM** | **1.000,00** | | |
| 1.708.0000000 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.08** | **RENDIMENTOS FONTE 15001001000 - EDUCAÇÃO** | **15.000,00** | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 15.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.11** | **RENDIMENTOS FONTE 15760000000 - EDUCAÇÃO** | **8.000,00** | | |
| 1.576.0000000 | Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação - Receita | 8.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.12** | **RENDIMENTOS FONTE 15401070000 - EDUCAÇÃO** | **60.000,00** | | |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo | 60.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.13** | **RENDIMENTOS FONTE 15500000000 - EDUCAÇÃO** | **11.000,00** | | |
| 1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação - Receita | 11.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.14** | **RENDIMENTOS FONTE 15690000000 - EDUCAÇÃO** | **10.000,00** | | |
| 1.569.0000000 | Outras Transferências de Recursos do FNDE - Receita | 10.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.15** | **RENDIMENTOS FONTE 15520000000 PNAE - EDUCAÇÃO** | **2.000,00** | | |
| 1.552.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Receita | 2.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.16** | **RENDIMENTOS FONTE 15001002000 - SAÚDE** | **8.000,00** | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 8.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.17** | **RENDIMENTOS FONTE 16600000000 -TRANSFERENCIAS DO FNAS** | **3.000,00** | | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Receita | 3.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.18** | **RENDIMENTOS FONTE 1661000000 - TRANSFERENCIAS DO FEAS** | **1.000,00** | | |
| 1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.20** | **RENDIMENTOS FONTE 16690000000 - DEMAIS PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL** | **1.000,00** | | |
| 1.669.0000000 | Outros Recursos Vinculados à Assistência Social - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.21** | **RENDIMENTOS FONTE 16210000000 - SAÚDE** | **16.000,00** | | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual - Receita | 16.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.23** | **RENDIMENTOS FONTE 16320000000 - SAÚDE** | **5.000,00** | | |
| 1.632.0000000 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Receita | 5.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.25** | **RENDIMENTOS FONTE 16000000600 - SAÚDE** | **100.000,00** | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica - Receita | 100.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.28** | **RENDIMENTOS FONTE 1605000000 - SAÚDE** | **1.000,00** | | |
| 1.605.0000000 | Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da | 1.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.31** | **RENDIMENTOS FONTE 16213210000 - SAÚDE** | **5.000,00** | | |
| 1.621.3210000 | Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais - Receita | 5.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.32** | **RENDIMENTOS FONTE 17590000702 - FMT** | **25.000,00** | | |
| 1.759.0000702 | Auxílio financeiro aos municípios para compensação de perdas (Fethab Diesel) - Decreto Estadual nº 1354/2025 - | 25.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.36** | **RENDIMENTOS FONTE 1701000000 - CONVENIOS ESTADUAIS** | **55.000,00** | | |
| 1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados - Receita | 55.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.37** | **RENDIMENTOS FONTE 17000000000 - CONVENIOS FEDERAIS** | **20.000,00** | | |
| 1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Receita | 20.000,00 | | |
| **1.3.2.1.05.0.1.39** | **RENDIMENTO DA FONTE 1571.0000000** | **5.000,00** | | |
| 1.571.0000000 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Receita | 5.000,00 | | |
| **1.7** | **Transferências Correntes** | | **76.948.816,00** | |
| **1.7.1** | **Transferências da União e de suas Entidades** | | **31.371.280,00** | |
| **1.7.1.1** | **Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União** | | **19.702.280,00** | |
| **1.7.1.1.51** | **Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM** | | **16.184.440,00** | |
| **1.7.1.1.51.1** | **Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal** | | **14.284.440,00** | |
| **1.7.1.1.51.1.1** | **Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal** | **14.284.440,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 8.008.547,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Dedução da receita para FUNDEB | -3.571.110,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 3.260.675,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 6.586.328,00 | | |
| **1.7.1.1.51.2** | **Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias** | | **1.900.000,00** | |
| **1.7.1.1.51.2.1** | **Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias - Principal** | **1.900.000,00** | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 750.000,00 | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 1.150.000,00 | | |
| **1.7.1.1.52** | **Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural** | | **3.517.840,00** | |
| **1.7.1.1.52.0** | **Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural** | | **3.517.840,00** | |
| **1.7.1.1.52.0.1** | **Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal** | **3.517.840,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 2.638.380,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 1.099.325,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Dedução da receita para FUNDEB | -879.460,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 659.595,00 | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| **1.7.1.2** | **Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais** | | **460.000,00** | |
| **1.7.1.2.51** | **Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM** | | **100.000,00** | |
| **1.7.1.2.51.0** | **Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM** | | **100.000,00** | |
| **1.7.1.2.51.0.1** | **Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM - Principal** | **100.000,00** | | |
| 1.708.0000000 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais - Receita | 100.000,00 | | |
| **1.7.1.2.52** | **Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo** | | **360.000,00** | |
| **1.7.1.2.52.4** | **Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP** | | **360.000,00** | |
| **1.7.1.2.52.4.1** | **Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal** | **360.000,00** | | |
| 1.704.0000000 | Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais - Receita | 360.000,00 | | |
| **1.7.1.3** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS** | | **7.046.000,00** | |
| **1.7.1.3.50** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde** | | **7.046.000,00** | |
| **1.7.1.3.50.1** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária** | | **5.956.000,00** | |
| **1.7.1.3.50.1.1** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Principal** | | **5.956.000,00** | |
| **1.7.1.3.50.1.1.99** | **SUS Bloco de Manutenção – Atenção Primária** | **5.956.000,00** | | |
| 1.600.3120000 | IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares de bancada - Receita | 600.000,00 | | |
| 1.604.0000000 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos | 653.000,00 | | |
| 1.600.0000600 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Básica - Receita | 3.303.000,00 | | |
| 1.600.3110000 | IdentIFicação das Transferências da União decorrentes de emedas parlamentares individuais - Receita | 1.400.000,00 | | |
| **1.7.1.3.50.2** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada** | | **450.000,00** | |
| **1.7.1.3.50.2.1** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada - Principal** | | **450.000,00** | |
| **1.7.1.3.50.2.1.99** | **SUS Bloco de Manutenção – Atenção Especializada** | **450.000,00** | | |
| 1.600.0000603 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Especializada - Receita | 450.000,00 | | |
| **1.7.1.3.50.3** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde** | | **282.000,00** | |
| **1.7.1.3.50.3.1** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - Principal** | | **282.000,00** | |
| **1.7.1.3.50.3.1.99** | **Bloco de Manutenção – Vigilância em Saúde** | **282.000,00** | | |
| 1.600.0000605 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Vigilância em Saúde - Receita | 132.000,00 | | |
| 1.604.0000000 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos | 150.000,00 | | |
| **1.7.1.3.50.4** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica** | | **120.000,00** | |
| **1.7.1.3.50.4.1** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica - Principal** | | **120.000,00** | |
| **1.7.1.3.50.4.1.99** | **1.7.1.3.50.4.1.99 SUS Bloco de Manutenção – Assistência Farmacêutica** | **120.000,00** | | |
| 1.600.0000602 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Assistência Farmacêutica - Receita | 120.000,00 | | |
| **1.7.1.3.50.5** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS** | | **238.000,00** | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| **1.7.1.3.50.5.1** | **Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS - Principal** | | **238.000,00** | |
| **1.7.1.3.50.5.1.01** | **ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR PAG. DO PISO SALARIAL PROFISSIONAIS ENFERMAGEM** | **238.000,00** | | |
| 1.600.0000601 | Serviços Públicos de Saúde - Bloco Gestão do SUS - Receita | 44.000,00 | | |
| 1.605.0000000 | Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da | 194.000,00 | | |
| **1.7.1.4** | **Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE** | | **1.913.000,00** | |
| **1.7.1.4.50** | **Transferências do Salário-Educação** | | **1.300.000,00** | |
| **1.7.1.4.50.0** | **Transferências do Salário-Educação** | | **1.300.000,00** | |
| **1.7.1.4.50.0.1** | **Transferências do Salário-Educação - Principal** | **1.300.000,00** | | |
| 1.550.0000000 | Transferência do Salário Educação - Receita | 1.300.000,00 | | |
| **1.7.1.4.51** | **Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE** | | **1.000,00** | |
| **1.7.1.4.51.0** | **Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE** | | **1.000,00** | |
| **1.7.1.4.51.0.1** | **Transferências Diretas do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE - Principal** | **1.000,00** | | |
| 1.551.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.7.1.4.52** | **Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE** | | **352.000,00** | |
| **1.7.1.4.52.0** | **Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE** | | **352.000,00** | |
| **1.7.1.4.52.0.1** | **Transferências Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal** | **352.000,00** | | |
| 1.552.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Receita | 352.000,00 | | |
| **1.7.1.4.53** | **Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE** | | **150.000,00** | |
| **1.7.1.4.53.0** | **Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE** | | **150.000,00** | |
| **1.7.1.4.53.0.1** | **Transferências Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE - Principal** | **150.000,00** | | |
| 1.553.0000000 | Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) - | 150.000,00 | | |
| **1.7.1.4.99** | **Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE** | | **110.000,00** | |
| **1.7.1.4.99.0** | **Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE** | | **110.000,00** | |
| **1.7.1.4.99.0.1** | **Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE - Principal** | **110.000,00** | | |
| 1.569.0000000 | Outras Transferências de Recursos do FNDE - Receita | 110.000,00 | | |
| **1.7.1.5** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB** | | **1.320.000,00** | |
| **1.7.1.5.50** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT** | | **120.000,00** | |
| **1.7.1.5.50.0** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT** | | **120.000,00** | |
| **1.7.1.5.50.0.1** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAT - Principal** | **120.000,00** | | |
| 1.542.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo | 84.000,00 | | |
| 1.542.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT - Receita | 36.000,00 | | |
| **1.7.1.5.52** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR** | | **1.200.000,00** | |
| **1.7.1.5.52.0** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR** | | **1.200.000,00** | |
| **1.7.1.5.52.0.1** | **Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR - Principal** | **1.200.000,00** | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| 1.543.0000000 | Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR - Receita | 1.200.000,00 | | |
| **1.7.1.6** | **Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS** | | **240.000,00** | |
| **1.7.1.6.50** | **Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS** | | **240.000,00** | |
| **1.7.1.6.50.0** | **Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS** | | **240.000,00** | |
| **1.7.1.6.50.0.1** | **Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal** | | **240.000,00** | |
| **1.7.1.6.50.0.1.99** | **Transferências de Recursos do FNAS** | **240.000,00** | | |
| 1.660.0000000 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Receita | 240.000,00 | | |
| **1.7.1.9** | **Outras Transferências de Recursos da União** | | **690.000,00** | |
| **1.7.1.9.58** | **Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020** | | **600.000,00** | |
| **1.7.1.9.58.0** | **Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020** | | **600.000,00** | |
| **1.7.1.9.58.0.1** | **Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar Nº 176/2020 - Principal** | **600.000,00** | | |
| 1.711.0000804 | Transferência de recursos da União (Lei Complementar 176/2020) - Receita | 600.000,00 | | |
| **1.7.1.9.60** | **Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022** | | **70.000,00** | |
| **1.7.1.9.60.0** | **Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022** | | **70.000,00** | |
| **1.7.1.9.60.0.1** | **Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Principal** | **70.000,00** | | |
| 1.719.0000000 | Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Receita | 70.000,00 | | |
| **1.7.1.9.99** | **Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades** | | **20.000,00** | |
| **1.7.1.9.99.0** | **Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades** | | **20.000,00** | |
| **1.7.1.9.99.0.1** | **Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal** | **20.000,00** | | |
| 1.669.0000000 | Outros Recursos Vinculados à Assistência Social - Receita | 20.000,00 | | |
| **1.7.2** | **Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades** | | **29.548.736,00** | |
| **1.7.2.1** | **Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal** | | **24.519.736,00** | |
| **1.7.2.1.50** | **Cota-Parte do ICMS** | | **21.272.800,00** | |
| **1.7.2.1.50.0** | **Cota-Parte do ICMS** | | **21.272.800,00** | |
| **1.7.2.1.50.0.1** | **Cota-Parte do ICMS - Principal** | **21.272.800,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 16.354.600,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 6.397.750,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Dedução da receita para FUNDEB | -5.318.200,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 3.838.650,00 | | |
| **1.7.2.1.51** | **Cota-Parte do IPVA** | | **3.091.936,00** | |
| **1.7.2.1.51.0** | **Cota-Parte do IPVA** | | **3.091.936,00** | |
| **1.7.2.1.51.0.1** | **Cota-Parte do IPVA - Principal** | **3.091.936,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 2.270.736,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 1.128.284,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Dedução da receita para FUNDEB | -772.984,00 | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 465.900,00 | | |
| **1.7.2.1.52** | **Cota-Parte do IPI - Municípios** | | **120.000,00** | |
| **1.7.2.1.52.0** | **Cota-Parte do IPI - Municípios** | | **120.000,00** | |
| **1.7.2.1.52.0.1** | **Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal** | **120.000,00** | | |
| 1.500.0000000 | Recursos não Vinculados de Impostos - Receita | 90.000,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Receita | 37.500,00 | | |
| 1.500.1001000 | IdentIFicação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - Dedução da receita para FUNDEB | -30.000,00 | | |
| 1.500.1002000 | IdentIFicação das despesas com ações e serviços públicos de saúde - Receita | 22.500,00 | | |
| **1.7.2.1.53** | **Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico** | | **35.000,00** | |
| **1.7.2.1.53.0** | **Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico** | | **35.000,00** | |
| **1.7.2.1.53.0.1** | **Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal** | **35.000,00** | | |
| 1.750.0000000 | Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Receita | 35.000,00 | | |
| **1.7.2.2** | **Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais** | | **867.000,00** | |
| **1.7.2.2.52** | **Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo** | | **17.000,00** | |
| **1.7.2.2.52.0** | **Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo** | | **17.000,00** | |
| **1.7.2.2.52.0.1** | **Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal** | **17.000,00** | | |
| 1.704.0000000 | Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais - Receita | 17.000,00 | | |
| **1.7.2.2.53** | **Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras** | | **850.000,00** | |
| **1.7.2.2.53.0** | **Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras** | | **850.000,00** | |
| **1.7.2.2.53.0.1** | **Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras - Principal** | **850.000,00** | | |
| 1.759.0000702 | Auxílio financeiro aos municípios para compensação de perdas (Fethab Diesel) - Decreto Estadual nº 1354/2025 - | 850.000,00 | | |
| **1.7.2.3** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS** | | **2.910.000,00** | |
| **1.7.2.3.50** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS** | | **2.910.000,00** | |
| **1.7.2.3.50.0** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS** | | **2.910.000,00** | |
| **1.7.2.3.50.0.1** | **Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal** | | **2.910.000,00** | |
| **1.7.2.3.50.0.1.99** | **SUS ESTADO - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde** | **2.910.000,00** | | |
| 1.621.0000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual - Receita | 1.915.000,00 | | |
| 1.621.3210000 | Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais - Receita | 995.000,00 | | |
| **1.7.2.9** | **Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal** | | **1.252.000,00** | |
| **1.7.2.9.51** | **Transferências de Estados destinadas à Assistência Social** | | **190.000,00** | |
| **1.7.2.9.51.0** | **Transferências de Estados destinadas à Assistência Social** | | **190.000,00** | |
| **1.7.2.9.51.0.1** | **Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal** | | **190.000,00** | |
| **1.7.2.9.51.0.1.99** | **Outras Transferências de ESTADOS destinadas à Assistência Social** | **190.000,00** | | |
| 1.661.0000000 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social - Receita | 190.000,00 | | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| **1.7.2.9.52** | **Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação** | | **805.000,00** | |
| **1.7.2.9.52.0** | **Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação** | | **805.000,00** | |
| **1.7.2.9.52.0.1** | **Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação - Principal** | **805.000,00** | | |
| 1.576.0000000 | Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação - Receita | 805.000,00 | | |
| **1.7.2.9.53** | **Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022** | | **250.000,00** | |
| **1.7.2.9.53.0** | **Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022** | | **250.000,00** | |
| **1.7.2.9.53.0.1** | **Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 - Principal** | **250.000,00** | | |
| 1.502.0000000 | Recursos não vinculados da compensação de impostos - Receita | 250.000,00 | | |
| **1.7.2.9.99** | **Outras Transferências dos Estados e DF** | | **7.000,00** | |
| **1.7.2.9.99.0** | **Outras Transferências dos Estados e DF** | | **7.000,00** | |
| **1.7.2.9.99.0.1** | **Outras Transferências dos Estados e DF - Principal** | | **7.000,00** | |
| **1.7.2.9.99.0.1.01** | **Receita - TFRM e CERM - Transferências do Estado** | **7.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 7.000,00 | | |
| **1.7.5** | **Transferências de Outras Instituições Públicas** | | **16.016.800,00** | |
| **1.7.5.1** | **Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB** | | **16.016.800,00** | |
| **1.7.5.1.50** | **Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB** | | **16.016.800,00** | |
| **1.7.5.1.50.0** | **Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB** | | **16.016.800,00** | |
| **1.7.5.1.50.0.1** | **Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal** | **16.016.800,00** | | |
| 1.540.0000000 | Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos - Receita | 2.872.000,00 | | |
| 1.540.1070000 | IdentIFicação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo | 12.478.000,00 | | |
| 1.540.1071000 | Identificação do percentual matrículas em tempo integral (ETI) na educação básica - Receita | 52.800,00 | | |
| 1.540.1072000 | Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo | 614.000,00 | | |
| **1.7.9** | **Demais Transferências Correntes** | | **12.000,00** | |
| **1.7.9.1** | **Transferências de Pessoas Físicas** | | **12.000,00** | |
| **1.7.9.1.99** | **Outras Transferências de Pessoas Físicas** | | **12.000,00** | |
| **1.7.9.1.99.0** | **Outras Transferências de Pessoas Físicas** | | **12.000,00** | |
| **1.7.9.1.99.0.1** | **Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal** | **12.000,00** | | |
| 1.669.0000000 | Outros Recursos Vinculados à Assistência Social - Receita | 12.000,00 | | |
| **1.9** | **Outras Receitas Correntes** | | **571.000,00** | |
| **1.9.1** | **Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais** | | **59.000,00** | |
| **1.9.1.1** | **Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais** | | **59.000,00** | |
| **1.9.1.1.01** | **Multas Previstas em Legislação Específica** | | **8.000,00** | |
| **1.9.1.1.01.0** | **Multas Previstas em Legislação Específica** | | **8.000,00** | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| **1.9.1.1.01.0.1** | **Multas Previstas em Legislação Específica - Principal** | **5.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 5.000,00 | | |
| **1.9.1.1.01.0.2** | **Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.9.1.1.01.0.3** | **Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.9.1.1.01.0.4** | **Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.9.1.1.06** | **Multas por Danos Ambientais** | | **1.000,00** | |
| **1.9.1.1.06.1** | **Multas Administrativas por Danos Ambientais** | | **1.000,00** | |
| **1.9.1.1.06.1.1** | **Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.9.1.1.08** | **Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais** | | **50.000,00** | |
| **1.9.1.1.08.0** | **Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais** | | **50.000,00** | |
| **1.9.1.1.08.0.1** | **Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal** | **50.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 50.000,00 | | |
| **1.9.2** | **Indenizações, Restituições e Ressarcimentos** | | **28.000,00** | |
| **1.9.2.1** | **Indenizações** | | **13.000,00** | |
| **1.9.2.1.99** | **Outras Indenizações** | | **13.000,00** | |
| **1.9.2.1.99.0** | **Outras Indenizações** | | **13.000,00** | |
| **1.9.2.1.99.0.1** | **Outras Indenizações - Principal** | **10.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 10.000,00 | | |
| **1.9.2.1.99.0.2** | **Outras Indenizações - Multas e Juros de Mora** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.9.2.1.99.0.3** | **Outras Indenizações - Dívida Ativa** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.9.2.1.99.0.4** | **Outras Indenizações - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.9.2.2** | **Restituições** | | **15.000,00** | |
| **1.9.2.2.01** | **Restituição de Convênios** | | **2.000,00** | |
| **1.9.2.2.01.1** | **Restituição de Convênios - Primárias** | | **2.000,00** | |
| **1.9.2.2.01.1.1** | **Restituição de Convênios - Primárias - Principal** | **2.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 2.000,00 | | |
| **1.9.2.2.99** | **Outras Restituições** | | **13.000,00** | |
| **1.9.2.2.99.0** | **Outras Restituições** | | **13.000,00** | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

## RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| **1.9.2.2.99.0.1** | **Outras Restituições - Principal** | **10.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 10.000,00 | | |
| **1.9.2.2.99.0.2** | **Outras Restituições - Multas e Juros de Mora** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.9.2.2.99.0.3** | **Outras Restituições - Dívida Ativa** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.9.2.2.99.0.4** | **Outras Restituições - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **1.9.9** | **Demais Receitas Correntes** | | **484.000,00** | |
| **1.9.9.9** | **Outras Receitas Correntes** | | **484.000,00** | |
| **1.9.9.9.03** | **Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social** | | **483.000,00** | |
| **1.9.9.9.03.0** | **Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social** | | **483.000,00** | |
| **1.9.9.9.03.0.1** | **Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Principal** | **483.000,00** | | |
| 1.800.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Receita | 483.000,00 | | |
| **1.9.9.9.99** | **Outras Receitas** | | **1.000,00** | |
| **1.9.9.9.99.2** | **Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias** | | **1.000,00** | |
| **1.9.9.9.99.2.1** | **Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB - Primárias - Principal** | | **1.000,00** | |
| **1.9.9.9.99.2.1.01** | **RECEBIMENTOS DIVERSOS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA - LOTE 14134** | **1.000,00** | | |
| 1.501.0000000 | Outros Recursos não Vinculados - Receita | 1.000,00 | | |
| **2** | **Receitas de Capital** | | | **10.436.000,00** |
| **2.4** | **Transferências de Capital** | | **10.436.000,00** | |
| **2.4.1** | **Transferências da União e de suas Entidades** | | **3.500.000,00** | |
| **2.4.1.4** | **Transferências de Convênios da União e de suas Entidades** | | **3.500.000,00** | |
| **2.4.1.4.54** | **Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte** | | **500.000,00** | |
| **2.4.1.4.54.0** | **Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte** | | **500.000,00** | |
| **2.4.1.4.54.0.1** | **Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal** | **500.000,00** | | |
| 1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Receita | 500.000,00 | | |
| **2.4.1.4.99** | **Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades** | | **3.000.000,00** | |
| **2.4.1.4.99.0** | **Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades** | | **3.000.000,00** | |
| **2.4.1.4.99.0.1** | **Outras Transferências de Convênios da União e de suas Entidades - Principal** | **3.000.000,00** | | |
| 1.700.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Receita | 3.000.000,00 | | |
| **2.4.2** | **Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades** | | **6.936.000,00** | |
| **2.4.2.2** | **Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades** | | **6.936.000,00** | |
| **2.4.2.2.50** | **Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS** | | **1.855.000,00** | |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|
| **2.4.2.2.50.0** | **Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS** | | **1.855.000,00** | |
| **2.4.2.2.50.0.1** | **Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal** | | **1.855.000,00** | |
| **2.4.2.2.50.0.1.01** | **HOSPITAL MUNICIPAL DE PRONTO ATENDIMENTO** | **1.855.000,00** | | |
| 1.632.0000000 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde - Receita | 1.855.000,00 | | |
| **2.4.2.2.51** | **Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação** | | **500.000,00** | |
| **2.4.2.2.51.0** | **Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação** | | **500.000,00** | |
| **2.4.2.2.51.0.1** | **Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Educação - Principal** | **500.000,00** | | |
| 1.571.0000000 | Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação - Receita | 500.000,00 | | |
| **2.4.2.2.54** | **Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte** | | **2.926.000,00** | |
| **2.4.2.2.54.0** | **Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte** | | **2.926.000,00** | |
| **2.4.2.2.54.0.1** | **Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte - Principal** | **2.926.000,00** | | |
| 1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados - Receita | 2.926.000,00 | | |
| **2.4.2.2.99** | **Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades** | | **1.655.000,00** | |
| **2.4.2.2.99.0** | **Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades** | | **1.655.000,00** | |
| **2.4.2.2.99.0.1** | **Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de suas Entidades - Principal** | **1.655.000,00** | | |
| 1.701.0000000 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados - Receita | 1.655.000,00 | | |
| **7** | **Receitas Correntes - Intra OFSS** | | | **4.274.000,00** |
| **7.2** | **Contribuições - Intra OFSS** | | **4.274.000,00** | |
| **7.2.1** | **Contribuições Sociais - Intra OFSS** | | **4.274.000,00** | |
| **7.2.1.5** | **Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social - Intra OFSS** | | **4.274.000,00** | |
| **7.2.1.5.02** | **Contribuição Patronal - Servidor Civil - Intra OFSS** | | **4.274.000,00** | |
| **7.2.1.5.02.1** | **Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Intra OFSS** | | **4.274.000,00** | |
| **7.2.1.5.02.1.1** | **Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Intra OFSS** | **4.274.000,00** | | |
| 1.800.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) - Receita | 3.839.000,00 | | |
| 1.802.0000000 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - Receita | 435.000,00 | | |
| | | | **TOTAL 2027:** | **106.575.000,00** |
| | | | **PREV. TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS:** | **0,00** |
| | | | **PREV. TRANSF. PATRONAIS RECEBIDAS:** | **0,00** |
| | | | **TOTAL GERAL:** | **106.575.000,00** |

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

Avenida Mato Grosso, 51 – Centro - Fone: (66) 3597-2800
**CNPJ – 37.465.556/0001-63**

**RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA**
**Peça: LOA - Nível: Projeto de Lei - Exercício: 2027**

**Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.**

Exercício: 2027

| Código | Especificação | Desdobramento | Origem | Categoria |
|---|---|---|---|---|

NOVA MONTE VERDE - MT, 11 de outubro de 2026

**MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**CNPJ: 37.465.556/0001-63.**

| RECEITA BASE PARA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | |
|---|---|
| **DESCRIÇÃO** | **VALOR** |
| **RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (I)** | **8.978.569,00** |
| 11250-IPTU-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA | 999.069,00 |
| 11253-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS | 2.407.000,00 |
| 11130-IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE | 2.723.500,00 |
| 11140-IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA | 2.849.000,00 |
| **RECEITAS RESULTANTES DE TRANSFERENCIAS (II)** | **53.985.786,00** |
| 171151-FPM | 19.755.550,00 |
| 171152-ITR | 4.397.300,00 |
| 171155-IOF S/OURO | 0,00 |
| 172150-ICMS - Cota Parte | 26.591.000,00 |
| 172151-IPVA | 3.091.936,00 |
| 172152-IPI Exportação | 150.000,00 |
| **TOTAL DA RECEITA BASE - MDE (III) = (I+II)** | **62.964.355,00** |
| **VALOR MÍNIMO PARA APLICAÇÃO NA MDE (25% DE III)** | **15.741.088,75** |
| | |
| **DESPESAS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO** | |
| | |
| **DESCRIÇÃO** | **VALOR** |
| Total da despesa MDE empenhada no exercício. Fontes de Recursos 00 e 01 na Função 12, exceto elementos 01, 03, 91 e 97 (A) | 7.252.865,00 |
| Restos a Pagar Não Processados de MDE, inscritos no exercício correntes sem suficiente disponibilidade financeira. Fontes 00 e 01 (B) | 0,00 |
| Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções. ( C ) | 0,00 |
| **Despesas Bruta da MDE (D) = (A-B+C)** | **7.252.865,00** |
| Receitas Recebidas do FUNDEB mais respectivos rendimentos fnanceiros (E) | 17.396.800,00 |
| Recursos Destinados ao FUNDEB (DEDUÇÕES) (F) | 10.571.754,00 |
| **Resultado Líquido das Transferencias do FUNDEB (G) = (E-F)** | **6.825.046,00** |
| Despesas empenhadas com recusos do FUNDEB mais os respectivos rendimentos financeiros (H) | 17.396.800,00 |
| Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar MDE inscritos com disponibilidades de recursos vinculados à Educação, Fonte 00 e 01 na Funação 12. Exceto elementos de despesa 01, 03, 91 e 97 (I) | 0,00 |
| Outras Despesas que não se enquadram na MDE. (J) | 0,00 |
| **Total dos recursos aplicados na MDE (K) = (D-G+H-I-J)** | **17.824.619,00** |
| **Receita Base da MDE (L) = (III)** | **62.964.355,00** |
| **Percentual Aplicado na MDE (M) = )K/L)%** | **28,31%** |
| **Percentual Mínimo de Aplicação em MDE (N)** | **25,00%** |
| **Percentual aplicado a maior ou a menor no exercício (O) = (M-N)** | **3,31%** |
| **Situação (P)** | **REGULAR** |

*Av. Mato Grosso, nº51, Centro, Paço Municipal*
*CEP:78.593-000  Fone: (66) 3597-2800 / Fax: (66) 3597-2811*
*Email: prefeitura@novamonteverde.mt.gov.br*
*www.novamonteverde.mt.gov.br*

**MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE**
**ESTADO DE MATO GROSSO**
**CNPJ: 37.465.556/0001-63.**

| DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS NA SAÚDE NO EXERCÍCIO DE 2027 - NOVA MONTE VERDE - MT. | |
|---|---|
| **RECEITA BASE PARA VERIFICAÇÃO DA APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAUDE - ASPS** | |
| **DESCRIÇÃO** | **VALOR** |
| **RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (I)** | **8.978.569,00** |
| 11250-IPTU-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA | 999.069,00 |
| 11253-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS | 2.407.000,00 |
| 11130-IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE | 2.723.500,00 |
| 11140-IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA | 2.849.000,00 |
| **RECEITAS RESULTANTES DE TRANSFERENCIAS (II)** | **52.085.786,00** |
| 171151-FPM | 17.855.550,00 |
| 171152-ITR | 4.397.300,00 |
| 172150-ICMS - Cota Parte | 26.591.000,00 |
| 172151-IPVA | 3.091.936,00 |
| 172152-IPI Exportação | 150.000,00 |
| **TOTAL DA RECEITA BASE - ASPS (III) = (I+II)** | **61.064.355,00** |
| **VALOR MÍNIMO PARA APLICAÇÃO NA ASPS (15% DE III)** | **9.159.653,25** |
| | |
| **CÁLCULO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE** | |
| | |
| **DESCRIÇÃO** | **VALOR** |
| Total da despesa empenhada na Função 10 - Saúde. Fontes de Recursos 00 e 02 (A) | 12.497.335,00 |
| Despesas Empenhadas no exercício ref. Às amortizações e aos respectivos encargos financeiros decorrentes de operações de créditos contratadas exclusivamente para financiamento de ASPS, Naturezas de despesas 2 e 6 da Função 28 nas Fontes de Recursos 00 e 02. (B) | 0,00 |
| Despesas Empenhadas no exercícios ref. Ao Saneamento Básico, observadas as condicionantes descritas nos incisos VI e VII da LC 141/012, executadas na Função 7 nas Fontes de Recursos 00 e 02. ( C ) | 0,00 |
| Restos a Pagar Processados e Não Processados da Saúde inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira. Fontes 00 e 02 (D) | 0,00 |
| Outras Despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS, mas classificadas em outras funções e/ou Fontes de Recursos. ( E ) | 0,00 |
| **Despesa Bruta com ASPS (F) = (A+B+C-D+E)** | **12.497.335,00** |
| Despesas empenhadas na Função 10. Fonte 00 e 02. Nos Elementos de Despesas 01, 03, 91 e 97 (G) | 0,00 |
| Despesas Empenhadas na função 10, com Detalhamento de Fontes 070000, 071000, 075000, 076000, 077000, 078000, 080000, 081000 e 082000. Fonte Destinação de Recursos 00 e 02. (H) | 0,00 |
| Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar das ASPS inscritos, com disponibilidades de recursos vinculados à Saúde. Função 10 e Fonte 00 e 02. Nos elementos de despesa diferentes 01, 03, 91 e 97 (I) | 0,00 |
| Despesas Empenhadas de amortizações e encargos financeiros decorrentes de operações de créditos, e/ou de Saneamento Básico classificadas indevidamente na Função 10 Fontes de Recursos 00 e 02. (J) | 0,00 |
| Outras Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS. (K) | 0,00 |
| **Total dos recursos aplicados nas ASPS (L) = (F-G-H-I-J-K)** | **12.497.335,00** |
| **Receita Base das ASPS (N) = (III)** | **61.064.355,00** |
| **Percentual Aplicado nas ASPS (N) = (L/M)%** | **20,47%** |
| **Percentual Mínimo de Aplicação nas ASPS (O)** | **15,00%** |
| **Percentual aplicado a maior ou a menor no exercício (P) = (N-O)** | **5,47%** |
| **Situação (Q)** | **REGULAR** |

**Nota:** De acordo com a Emenda Constitucional nº 55/2007, o repasse da Cota Extraordinária não integra a base de cálculo do mínimo para aplicação em Saúde.

*Av. Mato Grosso, nº51, Centro, Paço Municipal*
*CEP:78.593-000 Fone: (66) 3597-2800 / Fax: (66) 3597-2811*
*Email: prefeitura@novamonteverde.mt.gov.br*
*www.novamonteverde.mt.gov.br*

**LICITACAO**
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8578/2026**

**“O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS ADVINDOS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 8578/2026”**

**PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 32/2026**

**VIGÊNCIA: 12 MESES,** contados a partir da data de sua publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Monte Verde/MT E Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de MT e dá outras providências”

**ÓRGÃO GERENCIADOR:** MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT

Pelo presente instrumento, O **Município de Nova Monte Verde/MT**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Sr. **EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da C.I. RG n.º 1467013-5 SESP/MT e CPF/MF nº. 330.412.338-51, residente e domiciliado na Rua José Joaquim Vieira Nº. 101 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, em face da classificação da proposta apresentada no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2026**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **RACINE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **28.265.622/0004-03**, localizada na Av. Julio Domingos de Campos (Lot. D. Industrial), nº. 4922, no Bairro Mapim, na cidade de Várzea Grande/MT, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes no edital e seus anexos, além de obediência ao disposto na Lei nº. 14.133/21, Decreto Municipal nº. 042/2023 (Reconhece o Sítio Eletrônico do Município de Nova Monte Verde/MT e o Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de MT, como veículos oficiais de publicações dos Atos dos Processos Licitatórios Municipais), e demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA, SOBRE RODAS, NOVA DE FÁBRICA, ZERO HORA, CABINE COM CERTIFICAÇÃO ROPS E FOPS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 993588/2026, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT**, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de preços;

**1.1.1.** Este instrumento não obriga o Município de Nova Monte Verde/MT a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições;

**1.2.** O Objeto, preço, quantidade, fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

**1.3.** Fornecedor:

**RACINE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA**

**CNPJ: 28.265.622/0004-03**

| Seq. | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Marca | Valor Unit. | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 330849 | RETROESCAVADEIRA -RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS NOVA DE FABRICA ZERO HORA CABINE COM CERTIFICACAO ROPS E FOPS FECHADA COM AR CONDICIONADO MOTOR DE NO MINIMO 04 CILINDROS TURBOALIMENTADO POTENCIA LIQUIDA MINIMA DE 92 HP TRAÇÃO 4X4 CLASSIFICACAO DE BAIXA EMISSAO DE POLUENTES QUE ATENDA A REGULAMENTACAO DA CERTIFICACAO PROCONVE MAR-1 MINIMO TIER 3 TRANSMISSAO TIPO POWER SHUTTLE COM NO MINIMO 04 MARCHAS A FRENTE E 04 A RE VELOCIDADE MAXIMA A FRENTE MINIMO DE 38KM H CACAMBA DIANTEIRA DE CAPACIDADE MINIMA DE 100 M3 COROADA CACAMBA DO RETRO COM CAPACIDADE MINIMA DE 026 M3 COROADA FORCA DE ESCAVACAO DA CACAMBA DO RETRO DE NO MINIMO 503KN COM PROFUNDIDADE DE ESCAVACAO DO RETRO MINIMA DE 470 METROS COM OU SEM BRACO EXTENSIVO CHASSI INTEIRICO EM PECA UNICA TANQUE DE COMBUSTIVEL COM NO MINIMO 160 LITROS DE CAPACIDADE PNEUS DIANTEIROS DE NO MINIMO 125 80 X 18 COM 10 LONAS PNEUS TRASEIROS DE NO MINIMO 195 X 24 COM 10 LONAS SISTEMA ELETRICO DE 12V COM ALTERNADOR DE NO MINIMO 120A FREIOS DE SERVICO MULTIDISCO BANHADO A OLEO FREIO DE ESTACIONAMENTO A DISCO NA SAIDA DA TRANSMISSAO COM ACIONAMENTO ELETRICO SISTEMA DE BLOQUEIO DO DIFERENCIAL TRASEIRO PESO OPERACIONAL DE NO MINIMO 6570KG EQUIPADA COM SISTEMA DE MONITORAMENTO DO POSICIONAMENTO GEOGRAFICO E TELEMETRIA DAS FUNCOES VITAIS DO EQUIPAMENTO COM TRANSMISSAO DE DADOS VIA SATELITE (EQUIPAMENTO TRANSMITE AS INFORMAGOES MESMO EM AREA SEM COBERTURA DE CELULAR) SENDO QUE TAIS INFORMACOES DEVEM ESTAR DISPONIVEIS VIA INTERNET NO PORTAL DO FABRICANTE OU DO CONCESSIONARIO DA RETROESCAVADEIRA POR UM PERIODO MINIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA SEM LIMITE DE HORAS COM ASSISTENCIA TECNICA NO ESTADO DE MATO GROSSO COMPROVADA POR CNPJ E HOMOLOGADA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO | und | 1 | CASE 575SV | R$ 422.600,00 | R$ 422.600,00 |

**2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO**

**2.1.** As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da(s) Secretaria(s) Municipal solicitante(s) e serão efetuadas nos termos da dotação(ões) orçamentária(s) a serem apresentadas pela secretaria solicitante e ratificadas pelo setor de contabilidade para o Departamento de Licitação, que faz parte integrante do presente termo;

**2.2.** As despesas serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do orçamento vigente;

**2.3.** O(s) Programa(s) de Trabalho e Elemento(s) de Despesa(s) constará(ao) nas respectivas Notas de Empenho ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital;

**OBRAS**

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

001 – Gabinete da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

26 – Transporte

782 – Transporte Rodoviário

0053 – Modernização, Expansão da Frota e Equipamentos

1 014 – Maquinários e Caminhões para a Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

**213 – 4.4.90 – Aplicações Diretas**

**3. DA VIGÊNCIA**

**3.1.** A Ata de Registro de Preços terá sua vigência por 12 (doze) meses tendo validade e eficácia legal após a publicação no sítio eletrônico do Município de Nova Monte Verde/MT, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade, com fulcro no Art. 84 da Lei nº. 14.133/2021.

**3.2.** Ocorrendo a prorrogação de vigência da Ata de Registro de Preços, consideram-se renovados os quantitativos originais dos serviços que compõem o seu objeto, independente da existência de eventual saldo remanescente do quantitativo original.

**4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1.** Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo via e-mail ao Departamento de Compras deste Município, sob pena de multa de 2% (dois por centro) ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida;

**4.2.** Entregar os itens conforme estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

**4.3.** Atrasos superiores a 03 (três) dias estarão sujeitos à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Empenho do respectivo pedido;

**4.4.** A CONTRATADA deverá fornecer os serviços e/ou material com qualidade e em boas condições;

**4.5.** Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os itens entregues em desacordo com as especificações do edital e seus anexos e das respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

**4.6.** Prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores deste Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

**4.7.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

**4.8.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos itens objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

**4.9.** Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Nova Monte Verde/MT e de acordo com as especificações do edital e anexos, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

**4.10.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**4.11.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercida por este Município;

**4.12.** Indenizar terceiros e/ou o próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

**4.13.** Fornecer os produtos e serviços, conforme estipulado neste edital e Termo de Referência, de acordo com a proposta apresentada;

**4.14.** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a regularidade habilitatória do certame, em especial a fiscal;

**4.15.** Apresentar a nota fiscal, mediante a entrega dos itens, no prazo estabelecido neste instrumento e Edital, contado do recebimento da solicitação de fornecimento, com as seguintes certidões de regularidade fiscal:

1 - Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

2 - Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante, para fins de participação em licitações públicas;

3 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

4 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

5 - Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

**4.16.** Se a Adjudicatária vencedora não cumprir o prazo estabelecido neste edital ou recusar-se em fornecer os itens solicitados pelo

contratante, sem justificativa formalmente aceita pelo Senhor Prefeito Municipal de Nova Monte Verde/MT, Ordenador de Despesas do Órgão, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades deste instrumento.

**4.17.** Todas as despesas que incidirem sobre os produtos tais como: transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras despesas que diretamente ou indiretamente incidirem nos produtos, correrá por conta da CONTRATADA;

**4.18.** A CONTRATADA deverá realizar a entrega do caminhão de acordo com as solicitações feitas pelas Secretarias adquirentes, imediatamente após a solicitação do setor competente e nos termos abaixo descrito:

**4.19.** Os produtos deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade pela Contratante, mediante a Autorização de Fornecimento emitida pela Municipalidade, as quais serão encaminhadas via e-mail diretamente pela Contratante solicitante para a empresa fornecedora.

**4.19.1.** As autorizações de fornecimento deverão ser enviadas ou encaminhadas por cada órgão participante diretamente ao fornecedor.

**4.19.2.** Fica consignado a entrega total da referida autorização de fornecimento para fins de pagamento, sendo que não será autorizada entrega menor ou maior de qualquer pedido, independentemente da quantidade solicitada, obrigando-se a vencedora a entregar o produto diretamente ao Município de Nova Monte Verde/MT, sendo vedado o recebimento de qualquer produto diversos daquele especificado na Autorização compreendendo marcar, modelo, dosagem, peso, quantidade, ou qualquer outro.

**4.20.** A empresa contratada deverá fornecer garantia formal para o objeto, contra qualquer irregularidade de fabricação e vício de utilização, inclusive com sua substituição quando necessário, sem ônus para a contratante, cabendo-lhe a responsabilidade de solicitar a substituição, quando verificar qualquer defeito de fabricação.

**DO PRAZO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO e OUTROS:**

**5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.1.** O Município de Nova Monte Verde/MT se obriga, nos termos previstos deste Edital a:

**5.1.1.** Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

**5.1.2.** Receber os itens adjudicados no certame, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Edital;

**5.1.3.** Promover o recebimento dos itens mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões de regularidade fiscal;

**5.2.** Recusar ou devolver o objeto de contratação nas seguintes hipóteses:

**5.2.1**. Se forem entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste edital;

**5.3.** Dar recebimento provisório dos itens adjudicados, o que não implica sua aceitação definitiva;

**5.4.** Dar recebimento definitivo pelo Setor Competente, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens, nos termos deste Edital e seus anexos e da proposta adjudicatária firmada;

**5.5.** Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos itens, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente deste Município de Nova Monte Verde/MT;

**5.6.** Fornecer à empresa vencedora todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

**5.7.** Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital e Ata de Registro de Preços homologada;

**5.8.** Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos itens;

**5.9.** Se abster de realizar qualquer pagamento à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

**5.10.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**6. DO PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento corresponderá aos itens efetivamente entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente na ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira das referidas Secretarias solicitantes, e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável;

**6.1.1.** Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no edital.

**6.2.** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

**6.2.1.** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

**6.3.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

**6.4.** O PAGAMENTO SERÁ LIBERADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL E DESDE QUE ACOMPANHADAS DAS CERTIDÕES ABAIXO RELACIONADAS:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site http://www.tst.jus.br/certidao;

e) Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

**6.5.** A impressão das certidões é de responsabilidade da CONTRATADA/ADJUDICATARIA.

**6.6.** Os pagamentos serão creditados em favor da CONTRATADA/ADJUDICATARIA por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

**6.7.** Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos legislação fiscais pertinente e vigente;

**6.8.** A CONTRATADA/ADJUDICATARIA deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame, e conseqüentemente, lançado na ata de registro de preço;

**6.9.** O prazo para pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

**6.10.** A nota fiscal deve se fazer acompanhar, quando indispensável a comprovação do serviço, relatório de acompanhamento para pagamento e deverá estar devidamente atestado pelo Servidor designado para acompanhamento dos trabalhos e pelo fiscal do Contrato;

**6.10.1.** O relatório deverá conter riquezas de detalhes, com fotos, descrição do serviço com indicação do quantitativo do serviço realizado, quando for o caso;

**6.11.** Não haverá pagamento parcial da nota.

**7. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no Art. 124 da Lei nº. 14.133/2021.

**7.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**7.2.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**7.2.3.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**7.3.** Quando o preço de mercado se torna superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**7.3.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**7.3.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**7.3.2.1.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**8. DO REAJUSTE DE PREÇO**

**8.1.** Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços:

**8.1.1.** Os valores poderão ser reajustados sempre em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços e do Contrato tal como pactuado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços e do Contrato.

**8.2.** Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

**8.3.** Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado;

**8.4.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação;

**8.5.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços;

**8.6.** Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo MUNICÍPIO, o proponente registrado será convocado, para a devida alteração do valor registrado em Ata, o qual será publicado em Imprensa Oficial.

**8.7.** Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quais-

quer outros ônus semelhantes.

**8.8.** A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do Art. 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

**9. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** O ADJUDICATÁRIO terá o seu registro de preço cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam sanadas até o prazo estipulado em notificação expressa pelo órgão competente, salvo se:

**9.1.1.** Comprovar a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de insumos, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos itens que compõem o custo das aquisições dos itens;

**9.1.2.** Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da entrega dos itens, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

**9.2.** Por iniciativa do Município de Nova Monte Verde/MT, o registro será cancelado quando o proponente:

**9.2.1.** Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**9.2.2.** Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

**9.2.3.** Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**9.2.4.** Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, a Ordem de entrega/requisição decorrente da Ata de Registro de Preços;

**9.4.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas do Art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

**9.5.** O Município de Nova Monte Verde/MT poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

**10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº. 14.133, de 2021 );

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº. 14.133, de 2021);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato ou Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**d) Multa:**

**1-** moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

**2-** O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº. 14.133 de 2021.

**3-** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

**10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**10.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**14.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº. 14.133, de 2021)

**14.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**14.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº. 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**10.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**10.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº. 14.133, de 2021).

**10.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº. 14.133/21.

**10.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº. 26, de 13 de abril de 2022.

**11 - DO CADASTRO DE RESERVA**

**11.1.** Em caso de rescisão/cancelamento da ata de registro de preços/contrato será chamada a próxima classificada respeitando sempre a ordem de classificação.

**11.2.** As empresas convocadas no sistema de cadastro reserva, terá que apresentar sua documentação de habilitação conforme as disposições do Edital. Em caso de empresa não encaminhar os documentos de habilitação, poderá sofrer as sanções culminadas no Edital

**12 - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

**12.1** O presente instrumento firmado será regido em obediência ao instrumento convocatório, através do edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026** e seus anexos, além de obediência aos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e Decreto Municipal nº 42/2023, demais normas vigentes que regem a contratação pela Administração Pública.

**13. DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1.** Nos termos do Art. 117 Lei nº. 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do caminhão, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**13.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021.

**13.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos preços,

indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**13.4.** Para este instrumento será designado fiscal por portaria específica colacionada nos autos.

**14. DA ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO**

**14.1** A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem, em conformidade com o Art. 86 da Lei nº. 14.133/2021.

**14.2.** As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes;

**14.2.1** A adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem, conforme as condições estabelecidas no § 5º do 86 da Lei nº. 14.133/2021.

**14.2.2.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

**14.2.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

**14.3.** O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador;

**14.4.** Após a autorização do gerenciador, o órgão não participante devera efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

**14.4.1.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

**14.5.** O Município de Nova Monte Verde/MT, através do Departamento de Licitação será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

**14.6.** As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador deste Município, qual seja Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde/MT, com endereço digital no e-mail licitacao@novamonteverde.mt.gov.br ou no endereço situada na Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

**15. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**15.1**. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**I.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo/apostilamento à presente ata de Registro de Preços;

**II.** Vinculam-se a este Contrato ou Ata de Registro de Preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o instrumento convocatório, seus anexos e as propostas das classificadas.

**III.** É vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira;

**15.2.** Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto, por se tratar de fornecimento de bem.

**16. DO FORO**

**16.1.** As partes contratantes elegem o foro da Comarca Nova Monte Verde/MT para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de preços, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**16.2.** E por estarem de acordo o Município de Nova Monte Verde/MT registra os preços e condições acima disposta, firmando o presente instrumento para que produza seus efeitos legais, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 91 da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Monte Verde/MT, 10 de novembro de 2026.

*MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT*

*EDEMILSON MARINO DOS SANTOS*

*PREFEITO MUNICIPAL*

*RACINE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA*

*CNPJ: 28.265.622/0004-03*

*CONTRATADA*

**LICITACAO**
**CONTRATO Nº. 43/2026**

**CONTRATO Nº. 43/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11141/2026**

**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/2026**

O **MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº. 51, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº. 37.465.556/0001-63, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, CPF/MF nº. 330.412.338-51, residente e domiciliado na rua José Joaquim Vieira, nº. 101, Centro, nesta cidade de Nova Monte Verde/MT, nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, doravante denominado de **CONTRATANTE**, celebra em decorrência do Processo de **ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2026** com a Empresa **DC PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº. **07.339.326/0001-97**, localizada na Rua Colonizador Enio Pipino II, nº. 3164, Bairro de Chácaras Sinop, na cidade de Sinop/MT doravante denominado de **CONTRATADA,** sujeitando-se as partes às normas constantes Lei nº14.133 de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75, de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PROCESSO**

**1 -** O presente Contrato é oriundo do Processo Licitatório Adesão a Ata de Registro de Preços nº. **383/2025**, Pregão Eletrônico nº. **45/2025** do **MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT.**

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO**

**2 -** O objeto do presente contrato consiste no **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS DECORATIVAS E CENOGRÁFICAS, INCLUINDO LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E REVITALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS UTILIZADOS NOS EVENTOS OFICIAIS NATALINOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT,** conforme descrito abaixo:

| Seq. | Código | Descrição | Unidade | Quant. | Valor Unit. | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 331044 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANJO MUSICAL LUMINOSO | un. | 1 | R$ 16.000,00 | R$ 16.000,00 |
| 2 | 331045 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ÁRVORE 3D NATALINA | un. | 1 | R$ 22.000,00 | R$ 22.000,00 |
| 3 | 331046 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ÁRVORE LUMINOSA NATALINA | un. | 1 | R$ 41.000,00 | R$ 41.000,00 |
| 4 | 331047 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE DECORAÇÃO CÊNICA E ORNAMENTAL | un. | 400 | R$ 635,80 | R$ 254.320,00 |
| 5 | 331048 | SERVIÇO DE LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ILUMINAÇÃO PARA ÁRVORE EXISTENTE NA PRAÇA. | un. | 20 | R$ 1.408,00 | R$ 28.160,00 |
| | | | | | **Total** | **R$ 361.480,00** |

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO FORNECIMENTO**

**3 –** O Serviço deverá ser entregue conforme a descrição do quadro acima, atendendo todas as condições estabelecidas conforme Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº. **45/2025**, Ata de Registro de Preços nº **383/2025**, do Município de **Alta Floresta/MT**, na data e local determinado pela secretaria solicitante.

**CLÁUSULA QUARTA: DA ENTREGA DO SERVIÇO**

**4 –** Os serviços deverão ser entregues conforme solicitação pela Secretaria solicitante, a realização do serviço será agendada com 05 (cinco) dias de antecedência do início do evento, devendo a contratada ser responsável pela instalação e desinstalação.

**4.1** - No ato da entrega a fornecedora deverá apresentar contato telefônico e endereço de e-mail para que os servidores do município possam solicitar esclarecimentos caso se façam necessário.

**4.2** - Se no ato da entrega, for constatado que o material locado for inferior, conforme as descrições constantes no presente termo de referência, os mesmos serão devolvidos para troca, ficando a empresa fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos para o recolhimento e nova entrega.

**4.3** - A CONTRATADA será responsável pela locação, montagem, desmontagem e a manutenção preventiva e corretiva dos enfeites locados.

**CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR**

**5 -** O valor total bruto da aquisição deste contrato é de **R$ 361.480,00 (trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais)**, que serão pagos pela Secretaria Solicitante conforme valores do quadro acima.

**CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**6 -** O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, após a entrega dos produtos/serviços, através de depósito na conta corrente, agência e banco indicado pela CONTRATADA no setor de Finanças, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada por Fiscal de Contrato indicado pela Secretaria Solicitante, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com a legislação vigente.

**6-1** A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal a descrição do produto/serviço, de acordo com o especificado no contrato.

**6-2** Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação da Nota Fiscal.

**6-3** Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

**6-4** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA.

**6-5** Todos os impostos, taxas e contribuições que incidam sobre o presente contrato serão de responsabilidade da parte contribuinte assim definida na legislação especifica.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA GARANTIA**

**7 -** A Contratada deverá entregar os serviços dentro do prazo estipulado pela Secretaria Solicitante.

**7.1** - Em caso de defeitos, a Contratada deverá imediatamente realizar o reparo ou a substituição dos produtos locados.

**CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA**

**8 -** O presente Contrato terá vigência a partir da data de assinatura, estendendo-se por **90 (noventa) dias**, podendo ser rescindido ou aditado caso necessário, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9 -** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das dotações orçamentárias que seguem:

**ADMINISTRAÇÃO**

03 – Secretaria de Planejamento e Administração

001 – Gabinete da Secretaria de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

0003 – Gestão Administrativa para Resultados

2 006 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Planejamento

**13 – 3.3.90 – Aplicações Diretas**

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.** A CONTRATADA deve cumprir com todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas: manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representa-lo na execução do contrato.

**10.1.** Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações deste contrato, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

**10.2.** Manter durante toda a execução do contrato as licenças, estadual e federal em plena validade, cumprindo as determinações legais aplicáveis ao ramo de atuação e apresentar, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, ficais e comerciais, bem como as Certidões Negativas de Débito expedida pelos órgãos municipais, estaduais, federais e de classe, sob pena de suspensão do pagamento a que tem direito, salvo nos casos de as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constante do cadastro estiverem dentro do prazo de validade;

**10.3.** Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, bem como dar ciência imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade.

**10.4**. Comunicar ao fiscal do contrato, imediatamente ao fato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**10.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

**10.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou imperfeições resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**10.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como, por todo e qualquer dano causado à Administração Municipal ou à terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução pelo Contratante, que ficara autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

**10.8.** Conduzir a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que se for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**10.9.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para analise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**10.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menores de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz;

**10.11.** Arcar com o nos decorrente de eventual equivoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos

custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementa-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação;

**10.12.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**10.13.** PROVER TODOS OS MEIOS NECESSÁRIOS À GARANTIA DA PLENA OPERACIONALIDADE DO FORNECIMENTO, INCLUSIVE CONSIDERADOS OS CASOS DE GREVE OU PARALISAÇÃO DE QUALQUER NATUREZA;

**10.14.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, EPIs, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnológica deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**10.15.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros, bem como, proceder com a devida correção, a fim de executar os trabalhos em perfeita consonância com o descrito neste contrato e com a legislação vigente;

**10.16.** Entregar os produtos acompanhados com Nota Fiscal;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.** A CONTRATANTE se obriga a:

**11.1** Comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução dos serviços;

**11.2** Fiscalizar a execução dos serviços prestados pela CONTRATADA;

**11.3** Efetuar os pagamentos nos prazos fixados neste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO**

**12.** A fiscalização da execução dos serviços contratados estará a cargo da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, através de Fiscal de Contrato indicado pela Secretaria Solicitante, a qual compete atestar os produtos/serviços recebidos, devendo demonstrar se os produtos atendem aos requisitos de qualidade, condições, prazos e normas legais.

**12.1.** Caso os produtos/serviço recebidos não atendam aos requisitos de qualidade, condições, prazos e normas legais o Fiscal de Contrato deverá demonstrar em relatório próprio que será encaminhado à Procuradoria Jurídica para as medidas cabíveis conforme a Lei Federal n.º 14.133/2021.

**12.2.** Qualquer pessoa é parte legítima para denunciar a contratação, na forma escrita, ou oral desde que seja levada a termo escrito por servidor público.

**12.3** As denúncias deverão ser apuradas através de processo administrativo, devidamente autuado, numerado e especificado, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** (art. 92, XIV)

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

**13.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**13.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**13.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**13.1.4**. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**13.1.5.** Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**13.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**13.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**13.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**13.1.9.** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**13.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**13.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

**13.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**13.2.1.** Advertência: quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

**13.2.2.** Impedimento de licitar e contratar: quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 1313.1.5, 13.1.6 e 13.1.7 desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

**13.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.8, 13.1.9, 13.1.10, 13.1.11 e 13.1.12 desta cláusula, bem como as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6 e 13.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

**13.2.4.** Multa moratória: de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias de atraso, observado o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

**13.2.5.** Multa moratória: de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite máximo de 2% (dois por cento), pelo descumprimento do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia contratual, quando exigida;

**13.2.6.** Multa compensatória: de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, conforme a gravidade da infração, a natureza e as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos causados à Administração, aplicável às infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

**13.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, nos termos do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.

**13.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

**13.6.** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme estabelece o art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**13.7.** A aplicação da multa será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultando-se ao interessado apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

**13.8**. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º)

**13.9**. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.10**. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.11**. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

**13.11.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**13.11.2**. As peculiaridades do caso concreto;

**13.11.3**. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**13.11.4.** Os danos que dela provierem para o contratante;

**13.11.5**. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.12**. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

**13.13**. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**13.14.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**13.15.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**14.1**. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**14.2**. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos

motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.3.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.4.** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.5**. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.6.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.7**. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.8**. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.9**. Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ORIGEM**

**15.1.** O presente instrumento contratual advém da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 383/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 45/2025 DO MUNICIPIO DE ALTA FLORESTA/MT**, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 14.133 de 2021, e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXECUÇÃO DO CONTRATO NOS CASOS OMISSOS**

**16.1**. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**17.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.2**. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3**. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**17.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇO**

**18.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, §7º, da Lei nº. 14.133/21.

**18.1.1.** Os preços contratuais permanecerão válidos por um período de um ano, a ser contado na forma do § 1º do Art. 3º da Lei nº. 10.192/2001, depois de transcorrido tal prazo, poderão sofrer REAJUSTE, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

**18.2.** Para fins de REAJUSTE de preços, não serão admitidos nenhum encargo financeiro, tais como juros, despesas bancárias e quaisquer outros ônus semelhantes.

**18.3.** A revisão de preços poderá ser feita a qualquer tempo, desde que ocorram fatos supervenientes ou de difícil previsão, devidamente demonstrados e que tenham ocorridos após apresentação da proposta, com objetivo de restabelecer equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, desde que devidamente comprovados, mediante apuração por procedimento administrativo específico instaurado pela Administração, nos termos do 124 da Lei nº. 14.133 e dispostos neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – DA FACULTATIVIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**19.1**. Considerando que a presente contratação decorre de adesão à **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 383/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2025 DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT**, esclarecem as partes que o Sistema de Registro de Preços não obriga a Administração Pública a contratar a totalidade dos itens registrados, tampouco os quantitativos máximos estimados.

**19.2**. A contratação dos itens registrados dar-se-á de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, observada a conveniência e oportunidade administrativas, bem como a disponibilidade orçamentária.

**19.3**. Os quantitativos indicados neste instrumento constituem mera estimativa, não gerando ao CONTRATADO direito subjetivo à contratação integral, nem à indenização por eventual não contratação total.

**19.4**. A Administração poderá deixar de contratar quaisquer dos itens registrados, no todo ou em parte, sem que disso decorra qualquer obrigação de natureza indenizatória, ressalvadas as contratações já formalizadas por meio de instrumento próprio.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

**20.1**. Incumbirá à contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO DOMICÍLIO E FORO**

**21.1**. As partes elegem como domicílio legal o foro da Comarca de Nova Monte Verde/MT, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

**21.2.** E por estarem devidamente acordadas, declaram as partes contratantes, aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas

deste Instrumento Contratual.

Nova Monte Verde/MT, 10 de novembro de 2026.

**MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT**

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**

**PREFEITO**

**DC PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ n.º 07.339.326/0001-97**

**CONTRATADA**

---

**DECRETO Nº 107, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**SÚMULA**: EXONERA A PEDIDO A SRA. **DRIELLE LAMONICA BARBOSA**, DO CARGO DE **CHEFE DE DIVISÃO,** DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS,** Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Exonera a pedido a Sra. **DRIELLE LAMONICA BARBOSA**, do cargo de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º -** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde – MT, 10 de novembro de 2026.

**EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

### RETIFICA ANEXOS DAS CONTAS DE GOVERNO - EXERCÍCIO 2025

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

**Balanço Orçamentário**

Exercício de 2025 - Valores em R$

**RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

| Receitas orçamentárias | Previsão inicial (a) | Previsão atualizada (b) | Receitas realizadas (c) | Saldo (d) = (c - b) | N.E. |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas Correntes (I)** | **48.287.002,28** | **55.931.953,82** | **61.081.795,51** | **5.149.841,69** | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 7.021.500,00 | 7.021.500,00 | 3.907.255,60 | -3.114.244,40 | |
| Receita de Contribuições | 1.997.787,55 | 1.997.787,55 | 5.127.424,28 | 3.129.636,73 | |
| Receita Patrimonial | 1.181.105,73 | 1.181.105,73 | 3.506.341,15 | 2.325.235,42 | |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Receita de Serviços | 107.500,00 | 107.500,00 | 37.387,47 | -70.112,53 | |
| Transferências Correntes | 37.938.109,00 | 45.583.060,54 | 48.123.716,30 | 2.540.655,76 | |
| Outras Receitas Correntes | 41.000,00 | 41.000,00 | 379.670,71 | 338.670,71 | |
| **Receitas de Capital (II)** | **0,00** | **250.000,00** | **250.000,00** | **0,00** | |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências de Capital | 0,00 | 250.000,00 | 250.000,00 | 0,00 | |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)** | **48.287.002,28** | **56.181.953,82** | **61.331.795,51** | **5.149.841,69** | **4** |
| **Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)** | **48.287.002,28** | **56.181.953,82** | **61.331.795,51** | **5.149.841,69** | |
| Déficit (VI) | | | 0,00 | | **4** |
| **TOTAL (VII) = (V + VI)** | **48.287.002,28** | **56.181.953,82** | **61.331.795,51** | **5.149.841,69** | |
| **Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)** | | **936.200,00** | **936.200,00** | | **4** |

Emitido em 09/11/2026, 20:58:12

Página 1 de 5

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Orçamentário

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Receitas orçamentárias | Previsão inicial (a) | Previsão atualizada (b) | Receitas realizadas (c) | Saldo (d) = (c - b) | N.E. |
|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores | | 0,00 | 0,00 | | |
| Superávit Financeiro | | 936.200,00 | 936.200,00 | | |
| Reabertura de Créditos Adicionais | | 0,00 | 0,00 | | |

### DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

| Despesas orçamentárias | Dotação inicial (e) | Dotação atualizada (f) | Despesas empenhadas (g) | Despesas liquidadas (h) | Despesas pagas (i) | Saldo da dotação (j) = (f - g) | N.E. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Despesas Correntes (VIII)** | **44.596.967,07** | **53.342.031,72** | **52.105.691,81** | **51.143.002,99** | **48.735.739,14** | **1.236.339,91** | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 19.932.620,48 | 28.219.304,21 | 27.756.642,92 | 27.756.187,73 | 27.098.957,52 | 462.661,29 | |
| Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Despesas Correntes | 24.664.346,59 | 25.122.727,51 | 24.349.048,89 | 23.386.815,26 | 21.636.781,62 | 773.678,62 | |
| **Despesas de Capital (IX)** | **2.653.226,21** | **2.966.122,10** | **2.757.078,05** | **2.639.624,66** | **2.638.509,96** | **209.044,05** | |
| Investimentos | 2.473.226,21 | 2.750.522,10 | 2.542.654,03 | 2.425.200,64 | 2.424.173,51 | 207.868,07 | |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Amortização da Dívida | 180.000,00 | 215.600,00 | 214.424,02 | 214.424,02 | 214.336,45 | 1.175,98 | |
| **Reserva de Contingência (X)** | **1.026.809,00** | **800.000,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **800.000,00** | |
| **SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)** | **48.277.002,28** | **57.108.153,82** | **54.862.769,86** | **53.782.627,65** | **51.374.249,10** | **2.245.383,96** | **4** |
| **Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)** | **48.277.002,28** | **57.108.153,82** | **54.862.769,86** | **53.782.627,65** | **51.374.249,10** | **2.245.383,96** | |
| Superávit (XIV) | | | 6.469.025,65 | | | | 4 |
| **TOTAL (XV) = (XIII + XIV)** | **48.277.002,28** | **57.108.153,82** | **61.331.795,51** | **53.782.627,65** | **51.374.249,10** | **2.245.383,96** | |
| Reserva do RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Orçamentário

Exercício de 2025 - Valores em R$

### QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| Execução de restos a pagar não processados | Inscritos em exerc. anteriores (a) | Inscritos em 31/12 do exerc. anterior (b) | Liquidados (c) | Pagos (d) | Cancelados (e) | Saldo a pagar (f) = (a + b - d - e) | N.E. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Despesas Correntes** | **0,00** | **16.671,92** | **16.671,92** | **916,96** | **0,00** | **15.754,96** | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Despesas Correntes | 0,00 | 16.671,92 | 16.671,92 | 916,96 | 0,00 | 15.754,96 | |
| **Despesas de Capital** | **0,00** | **1.308.810,38** | **1.185.487,61** | **989.805,82** | **0,00** | **319.004,56** | |
| Investimentos | 0,00 | 1.308.810,38 | 1.185.487,61 | 989.805,82 | 0,00 | 319.004,56 | |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Inscritos em exercícios anteriores sem natureza identificada nos lançamentos | 227.567,94 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 227.567,94 | |
| **TOTAL** | **227.567,94** | **1.325.482,30** | **1.202.159,53** | **990.722,78** | **0,00** | **562.327,46** | **5** |

### QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

| Execução de restos a pagar processados | Inscritos em exerc. anteriores (a) | Inscritos em 31/12 do exerc. anterior (b) | Pagos (c) | Cancelados (d) | Saldo a pagar (e) = (a + b - c - d) | N.E. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Despesas Correntes** | **12.685,18** | **2.026.525,79** | **1.300.066,30** | **0,00** | **739.144,67** | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 0,00 | 1.404.850,17 | 1.021.477,88 | 0,00 | 383.372,29 | |
| Juros e Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Despesas Correntes | 12.685,18 | 621.675,62 | 278.588,42 | 0,00 | 355.772,38 | |
| **Despesas de Capital** | **96,62** | **3.639.623,78** | **1.098.016,85** | **0,00** | **2.541.703,55** | |
| Investimentos | 96,62 | 439.553,28 | 437.381,12 | 0,00 | 2.268,78 | |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 3.200.070,50 | 660.635,73 | 0,00 | 2.539.434,77 | |
| Inscritos em exercícios anteriores sem natureza identificada nos lançamentos | 3.276,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.276,31 | |
| **TOTAL** | **16.058,11** | **5.666.149,57** | **2.398.083,15** | **0,00** | **3.284.124,53** | **5** |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Orçamentário

Exercício de 2025 - Valores em R$

**NOTAS EXPLICATIVAS - NOTA 4 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O orçamento refere-se ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, aprovado pela Lei Orçamentária Anual, e foi executado sob o regime misto da Lei nº 4.320/1964 (receita pela arrecadação e despesa pelo empenho). A receita é apresentada líquida das deduções (FUNDEB, restituições e renúncias).

A receita realizada atingiu 109,2% da previsão atualizada e a despesa empenhada 96,1% da dotação atualizada, resultando em superávit orçamentário de R$ 6.469.025,65.

A dotação inicial foi alterada por créditos adicionais, conforme a tabela abaixo. Parte dos créditos teve como fonte recursos de exercícios anteriores (superávit financeiro R$ 936.200,00): essas despesas foram executadas sem a receita correspondente no exercício, o que reduz o resultado orçamentário apurado.

Receitas intraorçamentárias de R$ 2.777.419,30 e despesas intraorçamentárias de R$ 2.790.029,49, eliminadas na consolidação (operações entre órgãos e entidades do próprio Município, principalmente contribuição patronal ao RPPS).

**Alterações orçamentárias**

| Descrição | Valor |
|---|---|
| Dotação inicial | 48.277.002,28 |
| (+) Créditos suplementares | 24.473.951,08 |
| (+) Créditos especiais | 3.775.567,74 |
| (-) Anulações de dotação | -19.418.367,28 |
| **Dotação atualizada** | **57.108.153,82** |
| Despesa empenhada | 54.862.769,86 |
| Despesa liquidada | 53.782.627,65 |
| Despesa paga | 51.374.249,10 |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 17 (Anexo 14 - Balanço Patrimonial) - superávit financeiro que lastreia créditos adicionais; Nota 19 (Anexo 18 - DFC) - conciliação do resultado orçamentário com a geração de caixa; Nota 5 (Anexo 17 - Dívida Flutuante) - restos a pagar.

**NOTA 5 - RESTOS A PAGAR**

No encerramento do exercício foram inscritos R$ 1.080.142,21 em restos a pagar não processados (despesa empenhada e não liquidada) e R$ 2.408.378,55 em processados (liquidada e não paga).

A execução dos restos a pagar de exercícios anteriores está nos quadros anexos ao Balanço Orçamentário; o resumo é:

**Execução dos restos a pagar de exercícios anteriores**

| Descrição | Não processados | Processados |
|---|---|---|
| Saldo inscrito | 1.553.050,24 | 5.682.207,68 |
| Liquidados | 1.202.159,53 | |
| Pagos | 990.722,78 | 2.398.083,15 |
| Cancelados | 0,00 | 0,00 |
| **Saldo a pagar** | **562.327,46** | **3.284.124,53** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 14 (Anexo 17 - Dívida Flutuante) - saldo da dívida flutuante; Nota 6 (Anexo 13 - Balanço Financeiro) - inscrição e pagamento de restos a pagar.

**NOTA 17 - ATIVO E PASSIVO FINANCEIROS E SUPERÁVIT FINANCEIRO**

Pela Lei nº 4.320/1964 (art. 105), o ativo financeiro de R$ 36.651.095,81 menos o passivo financeiro de R$ 9.326.949,62 resulta em superávit financeiro de R$ 27.324.146,19, base para a abertura de créditos adicionais no exercício seguinte (art. 43, § 1º, I). A distribuição por fonte/destinação de recursos está no quadro anexo ao Balanço Patrimonial.

11 fonte(s) de recursos apresentam déficit financeiro, conforme o quadro anexo ao Balanço Patrimonial.

Ver também: Nota 4 (Anexo 12 - Balanço Orçamentário) - créditos adicionais por superávit; Nota 14 (Anexo 17 - Dívida Flutuante) - passivo financeiro.

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Orçamentário

Exercício de 2025 - Valores em R$

**NOTA 19 - FLUXOS DE CAIXA**

A DFC é elaborada pelo método direto. Caixa e equivalentes não incluem as aplicações financeiras de curto prazo, cuja variação é demonstrada na conciliação abaixo.

**Conciliação do resultado orçamentário com a geração líquida de caixa**

| Descrição | Valor |
|---|---|
| Resultado orçamentário (Nota do Balanço Orçamentário) | 6.469.025,65 |
| (+/-) Transferências financeiras líquidas | 26.452,81 |
| (+/-) Recebimentos - pagamentos extraorçamentários (inclui restos a pagar inscritos e pagos) | 849.059,35 |
| (-) Variação das aplicações financeiras (não são equivalentes de caixa) | -8.184.129,67 |
| **= Variação de caixa e equivalentes** | **-839.591,86** |
| **Geração líquida de caixa (DFC): operacional R$ 1.798.828,99; investimento R$ -2.424.084,40; financiamento R$ -214.336,45** | **-839.591,86** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 7 (Anexo 14 - Balanço Patrimonial) - caixa e equivalentes; Nota 4 (Anexo 12 - Balanço Orçamentário) - resultado orçamentário.

**CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO**

- O resultado orçamentário é apurado pela execução: receitas realizadas (coluna c) contra despesas empenhadas (coluna g) - não pela dotação.
- Saldos de exercícios anteriores = recursos arrecadados em exercícios anteriores + superávit financeiro + reabertura de créditos adicionais.
- Quadros anexos de restos a pagar não processados e processados: inscrição, liquidação, pagamento, cancelamento e saldo a pagar.

**REFERÊNCIAS CRUZADAS**

- Anexos 10 e 11: previsão × arrecadação e dotação × execução que alimentam estas colunas.
- Anexo 13 - Balanço Financeiro: inscrição e pagamento de restos a pagar; transferências financeiras.
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial: superávit financeiro (8.2.1.1.1) usado como fonte e as disponibilidades.
- Anexo 17 - Dívida Flutuante: saldo dos restos a pagar inscritos, baixados e a pagar.
- Conferências de consistência: amarração dos totais com os demais anexos.

Responsável pela entidade

Contador(a) - CRC

Emitido em 09/11/2026, 20:58:12

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Financeiro

Exercício de 2025 - Valores em R$

**INGRESSOS**

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|
| **Receita Orçamentária (I)** | **61.331.795,51** | **59.454.800,25** | |
| **Recursos Não Vinculados** | **38.452.739,90** | **36.618.681,94** | |
| 500 - Recursos não Vinculados de Impostos | 38.140.789,71 | 36.618.681,94 | |
| 501 - Outros Recursos não Vinculados | 311.950,19 | 0,00 | |
| **Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)** | **14.951.595,30** | **17.630.737,39** | |
| Recursos Vinculados à Educação | 8.562.318,70 | 7.723.611,65 | |
| 540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 7.554.634,82 | 6.161.660,36 | |
| 550 - Transferência do Salário-Educação | 433.768,63 | 356.042,27 | |
| 551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PDDE | 722,63 | 5.906,22 | |
| 552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PNAE | 33.484,71 | 106.585,65 | |
| 553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PNATE | 34.205,56 | 379.985,96 | |
| 569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE | 153.420,54 | 600.358,84 | |
| 575 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação | 109,92 | 0,00 | |
| 576 - Transferências de Recursos dos Estados para Programas de Educação | 351.971,89 | 113.072,35 | |
| Recursos Vinculados à Saúde | 3.162.310,59 | 3.204.347,99 | |
| 600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção | 1.423.637,56 | 2.251.261,65 | |
| 601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação | 280.689,00 | 4.576,03 | |
| 604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias | 976.520,77 | 0,00 | |
| 605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais da enfermagem | 0,00 | 4.132,98 | |
| 621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 481.463,26 | 944.377,33 | |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | 338.911,50 | 345.632,53 | |
| 660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 301.355,38 | 320.000,53 | |
| 661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 37.556,12 | 25.632,00 | |
| Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS) | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Vinculações Decorrentes de Transferências | 2.243.051,99 | 3.132.297,09 | |
| 700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 5.896,51 | 1.186.678,54 | |
| 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 57.446,87 | 1.835.985,67 | |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Financeiro

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|
| 704 - Fonte não catalogada | 0,00 | 93.559,22 | |
| 708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 160.698,06 | 0,00 | |
| 710 - Transferência Especial dos Estados | 1.100.000,00 | 186,64 | |
| 711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas | 586.941,80 | 0,00 | |
| 715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 | 323,97 | 0,00 | |
| 716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura | 13,94 | 15.887,02 | |
| 719 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - Lei nº 14.399/2022 | 47.283,56 | 0,00 | |
| 720 - Transferências da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei nº 9.478/1997 | 284.447,28 | 0,00 | |
| Demais Vinculações Legais | 645.002,52 | 3.224.848,13 | |
| 750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 22.668,21 | 0,00 | |
| 753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos | 234.015,02 | 0,00 | |
| 754 - Recursos de Operações de Crédito | 1.532,49 | 3.224.848,13 | |
| 759 - Recursos Vinculados a Fundos | 386.786,80 | 0,00 | |
| Outras Vinculações | 0,00 | 0,00 | |
| **Recursos Vinculados ao RPPS** | **7.927.460,31** | **5.205.380,92** | |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 7.402.103,63 | 4.755.307,53 | |
| 800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 7.402.103,63 | 4.755.307,53 | |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 525.356,68 | 450.073,39 | |
| 802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 525.356,68 | 450.073,39 | |
| **Transferências Financeiras Recebidas (II)** | **26.452,81** | **0,00** | |
| Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária | 26.452,81 | 0,00 | |
| Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS | 0,00 | 0,00 | |
| **Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)** | **0,00** | **0,00** | |
| Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras | 0,00 | 0,00 | |
| Desbloqueios de Valores em Caixa | 0,00 | 0,00 | |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Financeiro

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|
| **Recebimentos Extraorçamentários (IV)** | **15.046.834,29** | **13.956.181,81** | **6** |
| Inscrição de Restos a Pagar Não Processados | 1.080.142,21 | 1.325.482,30 | **5** |
| Inscrição de Restos a Pagar Processados | 2.408.378,55 | 5.666.149,57 | **5** |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 7.615.874,43 | 5.383.950,64 | |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 3.942.439,10 | 1.580.599,30 | |
| Créditos e valores a curto prazo (1.1.3.5 / 1.1.3.8) | 15.998,42 | 121.496,63 | |
| Remuneração/valorização de aplicações financeiras (não orçamentária) | 3.926.440,68 | 1.459.102,67 | |
| **Saldo do Exercício Anterior (V)** | **29.290.765,16** | **24.160.268,55** | **7** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS) | 5.538.164,54 | 4.048.150,32 | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS | 462.122,49 | 254.775,00 | |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 0,00 | 0,00 | |
| Aplicações em Segmento de Renda Fixa | 20.745.076,60 | 17.194.728,37 | |
| Aplicações em Segmento de Renda Variável e Outros | 2.545.401,53 | 2.662.614,86 | |
| **TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)** | **105.695.847,77** | **97.571.250,61** | |

**DISPÊNDIOS**

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|
| **Despesa Orçamentária (VII)** | **54.862.769,86** | **57.366.582,75** | |
| **Recursos Não Vinculados** | **41.091.773,21** | **38.460.873,71** | |
| 500 - Recursos não Vinculados de Impostos | 41.030.291,24 | 38.460.873,71 | |
| 501 - Outros Recursos não Vinculados | 61.481,97 | 0,00 | |
| **Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)** | **12.729.062,65** | **17.786.919,84** | |
| Recursos Destinados à Educação | 8.138.500,37 | 8.521.490,54 | |
| 540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | 7.279.811,72 | 7.212.280,36 | |
| 550 - Transferência do Salário-Educação | 407.671,39 | 167.187,04 | |
| 551 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PDDE | 0,00 | 23.833,66 | |
| 552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PNAE | 44.035,90 | 0,00 | |
| 553 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PNATE | 295.939,36 | 669.189,48 | |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Financeiro

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|
| 569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE | 0,00 | 37.000,00 | |
| 575 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação | 34.950,00 | 412.000,00 | |
| 576 - Transferências de Recursos dos Estados para Programas de Educação | 76.092,00 | 0,00 | |
| Recursos Destinados à Saúde | 2.566.089,79 | 3.639.710,73 | |
| 600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção | 1.580.151,99 | 2.614.622,37 | |
| 604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias | 629.712,31 | 0,00 | |
| 621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 356.225,49 | 1.025.088,36 | |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | 110.537,84 | 210.614,49 | |
| 660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 98.997,84 | 149.005,29 | |
| 661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 11.540,00 | 61.609,20 | |
| Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS) | 0,00 | 0,00 | |
| Demais Vinculações Decorrentes de Transferências | 1.280.233,76 | 2.215.033,59 | |
| 700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | 0,00 | 544.856,39 | |
| 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 0,00 | 1.670.177,20 | |
| 710 - Transferência Especial dos Estados | 907.610,78 | 0,00 | |
| 711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas | 199.737,24 | 0,00 | |
| 719 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - Lei nº 14.399/2022 | 48.210,00 | 0,00 | |
| 720 - Transferências da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei nº 9.478/1997 | 124.675,74 | 0,00 | |
| Demais Vinculações Legais | 633.700,89 | 3.200.070,49 | |
| 750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | 23.802,77 | 0,00 | |
| 753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos | 38.788,40 | 0,00 | |
| 754 - Recursos de Operações de Crédito | 0,00 | 3.200.070,49 | |
| 759 - Recursos Vinculados a Fundos | 571.109,72 | 0,00 | |
| Outras Vinculações | 0,00 | 0,00 | |
| **Recursos Vinculados ao RPPS** | **1.041.934,00** | **1.118.789,20** | |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 912.605,13 | 967.107,54 | |
| 800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 912.605,13 | 967.107,54 | |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) | 0,00 | 0,00 | |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Financeiro

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|
| Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 129.328,87 | 151.681,66 | |
| 802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 129.328,87 | 151.681,66 | |
| **Transferências Financeiras Concedidas (VIII)** | **0,00** | **0,00** | |
| Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS | 0,00 | 0,00 | |
| **Outras Movimentações Financeiras Concedidas (IX)** | **0,00** | **0,00** | |
| Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras | 0,00 | 0,00 | |
| Bloqueios de Valores em Caixa | 0,00 | 0,00 | |
| **Pagamentos Extraorçamentários (X)** | **14.197.774,94** | **10.913.902,70** | **6** |
| Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados | 990.722,78 | 257.089,11 | **5** |
| Pagamentos de Restos a Pagar Processados | 2.398.083,15 | 1.411.028,41 | **5** |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 7.068.891,51 | 7.055.749,99 | |
| Outros Pagamentos Extraorçamentários | 3.740.077,50 | 2.190.035,19 | |
| Créditos e valores a curto prazo (1.1.3.5 / 1.1.3.8) | 16.897,50 | 120.456,43 | |
| Redução a valor recuperável de investimentos | 3.077.898,15 | 1.901.001,06 | |
| Movimentação de caixa sem contrapartida orçamentária ou financeira (ver nota) | 645.281,85 | 168.577,70 | |
| **Saldo para o Exercício Seguinte (XI)** | **36.635.302,97** | **29.290.765,16** | **7** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS) | 5.144.118,86 | 5.538.164,54 | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS | 16.576,31 | 462.122,49 | |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 0,00 | 0,00 | |
| Aplicações em Segmento de Renda Fixa | 28.227.599,35 | 20.745.076,60 | |
| Aplicações em Segmento de Renda Variável e Outros | 3.247.008,45 | 2.545.401,53 | |
| **TOTAL (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)** | **105.695.847,77** | **97.571.250,61** | |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Financeiro

Exercício de 2025 - Valores em R$

### QUADRO ANEXO - RECEITA ORÇAMENTÁRIA E DEDUÇÕES POR FONTE/DESTINAÇÃO DE RECURSOS

| Especificação | Receita orçamentária (a) | Deduções (b) | Saldo (c) = (a - b) | Receita (d) - ant. | Deduções (e) - ant. | Saldo (f) - ant. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Recursos Não Vinculados | 46.424.056,85 | 7.971.316,95 | 38.452.739,90 | 43.042.200,32 | 6.423.518,38 | 36.618.681,94 |
| **Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)** | **14.951.595,30** | **0,00** | **14.951.595,30** | **17.630.737,39** | **0,00** | **17.630.737,39** |
| Recursos Vinculados à Educação | 8.562.318,70 | 0,00 | 8.562.318,70 | 7.723.611,65 | 0,00 | 7.723.611,65 |
| Recursos Vinculados à Saúde | 3.162.310,59 | 0,00 | 3.162.310,59 | 3.204.347,99 | 0,00 | 3.204.347,99 |
| Recursos Vinculados à Assistência Social | 338.911,50 | 0,00 | 338.911,50 | 345.632,53 | 0,00 | 345.632,53 |
| Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Vinculações Decorrentes de Transferências | 2.243.051,99 | 0,00 | 2.243.051,99 | 3.132.297,09 | 0,00 | 3.132.297,09 |
| Demais Vinculações Legais | 645.002,52 | 0,00 | 645.002,52 | 3.224.848,13 | 0,00 | 3.224.848,13 |
| Outras Vinculações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Recursos Vinculados ao RPPS** | **7.927.460,31** | **0,00** | **7.927.460,31** | **5.205.380,92** | **0,00** | **5.205.380,92** |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 7.402.103,63 | 0,00 | 7.402.103,63 | 4.755.307,53 | 0,00 | 4.755.307,53 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 525.356,68 | 0,00 | 525.356,68 | 450.073,39 | 0,00 | 450.073,39 |
| **TOTAL** | **69.303.112,46** | **7.971.316,95** | **61.331.795,51** | **65.878.318,63** | **6.423.518,38** | **59.454.800,25** |

**NOTAS EXPLICATIVAS - NOTA 5 - RESTOS A PAGAR**

No encerramento do exercício foram inscritos R$ 1.080.142,21 em restos a pagar não processados (despesa empenhada e não liquidada) e R$ 2.408.378,55 em processados (liquidada e não paga).
A execução dos restos a pagar de exercícios anteriores está nos quadros anexos ao Balanço Orçamentário; o resumo é:

**Execução dos restos a pagar de exercícios anteriores**

| Descrição | Não processados | Processados |
|---|---|---|
| Saldo inscrito | 1.553.050,24 | 5.682.207,68 |
| Liquidados | 1.202.159,53 | |
| Pagos | 990.722,78 | 2.398.083,15 |
| Cancelados | 0,00 | 0,00 |
| **Saldo a pagar** | **562.327,46** | **3.284.124,53** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 14 (Anexo 17 - Dívida Flutuante) - saldo da dívida flutuante; Nota 6 (Anexo 13 - Balanço Financeiro) - inscrição e pagamento de restos a pagar.

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Financeiro

Exercício de 2025 - Valores em R$

**NOTA 6 - BALANÇO FINANCEIRO**

Os valores retidos na fonte (INSS, IRRF, ISS e consignações) e ainda não recolhidos permanecem registrados em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados até o efetivo repasse ao credor.
A receita orçamentária é apresentada líquida de deduções de R$ 7.971.316,95, detalhadas por fonte/destinação de recursos no quadro anexo ao Balanço Financeiro.
Em recebimentos e pagamentos extraorçamentários constam a remuneração/valorização das aplicações financeiras (R$ 3.926.440,68) e a desvalorização de investimentos (R$ 3.077.898,15), registradas diretamente nas aplicações sem transitar pela receita orçamentária.
Ver também: Nota 7 (Anexo 14 - Balanço Patrimonial) - composição do saldo em espécie; Nota 5 (Anexo 12 - Balanço Orçamentário) - inscrição de restos a pagar.

**NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Caixa e equivalentes compreendem os saldos em conta-corrente e as aplicações de liquidez imediata; as aplicações financeiras de curto prazo estão em Investimentos e Aplicações Temporárias. Os dois grupos compõem o saldo em espécie do Balanço Financeiro.
Do total, R$ 31.491.184,11 pertencem ao RPPS (caixa R$ 16.576,31 e aplicações R$ 31.474.607,80) e só podem ser utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários e da taxa de administração, não estando disponíveis para as demais despesas do Município.
Os demais recursos vinculados (educação, saúde, convênios) também têm uso restrito à sua finalidade, conforme o controle por fonte/destinação de recursos.
Conciliação com a DFC: caixa e equivalentes inicial de R$ 6.000.287,03 + geração líquida de caixa de R$ -839.591,86 = caixa e equivalentes final de R$ 5.160.695,17, igual ao saldo do Balanço Patrimonial.

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa (exceto RPPS) | 5.144.118,86 | 5.538.164,54 |
| Caixa e equivalentes de caixa - RPPS | 16.576,31 | 462.122,49 |
| Aplicações em renda fixa | 28.227.599,35 | 20.745.076,60 |
| Aplicações em renda variável e outros | 3.247.008,45 | 2.545.401,53 |
| **Saldo em espécie** | **36.635.302,97** | **29.290.765,16** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 19 (Anexo 18 - DFC) - fluxos de caixa; Nota 17 (Anexo 14 - Balanço Patrimonial) - disponibilidade por fonte de recursos.

**CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO**

- Ingressos e dispêndios em quatro blocos: receita/despesa orçamentária, transferências financeiras, outras movimentações financeiras e recebimentos/pagamentos extraorçamentários.
- Saldo do exercício anterior = saldo para o exercício seguinte do ano anterior; sem o encerramento anterior importado, é obtido por diferença (assinalado com *).
- Saldo em espécie = caixa e equivalentes (exceto conta única do RPPS) + depósitos restituíveis + aplicações de curto prazo (1.1.4).
- Quadro anexo: receita orçamentária, deduções e saldo por fonte/destinação de recursos.

**REFERÊNCIAS CRUZADAS**

- Anexo 12 - Balanço Orçamentário: receita realizada, despesa empenhada e inscrição de restos a pagar.
- Anexo 17 - Dívida Flutuante: inscrição, baixa e saldo dos restos a pagar e depósitos.
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial: saldos de caixa, aplicações e depósitos que compõem o saldo em espécie.
- Anexo 18 - DFC: variação de caixa e equivalentes.
- Anexo 15 - DVP: transferências financeiras e variações não orçamentárias.

Responsável pela entidade

Contador(a) - CRC

Emitido em 09/11/2026, 20:58:31

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Patrimonial

Exercício de 2025 - Valores em R$

### QUADRO PRINCIPAL - ATIVO

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|
| **Ativo Circulante** | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 5.160.695,17 | 6.000.287,03 | 7 |
| Créditos a Curto Prazo | -72.965,48 | 565.950,50 | 8 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 363.456,93 | 370.376,03 | 8 |
| Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo | 31.474.607,80 | 23.290.478,13 | 7 |
| Estoques | 10.000,00 | 618.882,74 | 9 |
| Ativo Não Circulante Mantido para Venda | 0,00 | 0,00 | |
| VPD Pagas Antecipadamente | 30.040,11 | 5.367,47 | |
| **Total do Ativo Circulante** | **36.965.834,53** | **30.851.341,90** | |
| **Ativo Não Circulante** | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 8.283.466,03 | 6.792.693,39 | 8 |
| Investimentos | 3.210.169,67 | 3.210.169,67 | |
| Imobilizado | 22.957.528,14 | 16.722.419,85 | 10 |
| Intangível | 0,00 | 0,00 | |
| Diferido | 0,00 | 0,00 | |
| **Total do Ativo Não Circulante** | **34.451.163,84** | **26.725.282,91** | |
| **TOTAL DO ATIVO** | **71.416.998,37** | **57.576.624,81** | |

### QUADRO PRINCIPAL - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|
| **Passivo Circulante** | | | |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo | 2.927.927,15 | 5.204.588,87 | 11 |
| Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo | 3.200.070,50 | 3.200.070,50 | 13 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 1.683.802,71 | 1.241.190,52 | 12 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 123.497,55 | 18.696,51 | |
| Obrigações de Repartições a Outros Entes | 0,00 | 0,00 | |
| Provisões a Curto Prazo | 0,00 | 0,00 | 15 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 2.214.502,31 | 1.501.473,23 | 14 |
| **Total do Passivo Circulante** | **10.149.800,22** | **11.166.019,63** | |
| **Passivo Não Circulante** | | | |
| Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo | 15.000,00 | 15.000,00 | 11 |
| Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo | 0,00 | 0,00 | 13 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo | 0,00 | 0,00 | 12 |
| Obrigações Fiscais a Longo Prazo | 0,00 | 0,00 | |
| Provisões a Longo Prazo | 39.887.560,41 | 39.887.560,41 | 15 |
| Demais Obrigações a Longo Prazo | 0,00 | 0,00 | 14 |
| Resultado Diferido | 0,00 | 0,00 | |
| **Total do Passivo Não Circulante** | **39.902.560,41** | **39.902.560,41** | |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Patrimônio Social e Capital Social | 0,00 | 0,00 | 16 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | 0,00 | 0,00 | |
| Reservas de Capital | 0,00 | 0,00 | |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | 0,00 | 0,00 | |
| Reservas de Lucros | 0,00 | 0,00 | |

Emitido em 09/11/2026, 20:58:44

Página 1 de 6

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Patrimonial

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|
| Demais Reservas | 450.160,50 | 450.160,50 | 16 |
| Resultados Acumulados | 20.914.477,25 | 6.057.884,27 | 16 |
| (-) Ações / Cotas em Tesouraria | 0,00 | 0,00 | |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **21.364.637,75** | **6.508.044,77** | 16 |
| **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **71.416.998,38** | **57.576.624,81** | |

### QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (LEI Nº 4.320/64)

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|
| **ATIVO (I)** | | | |
| Ativo Financeiro | 36.651.095,81 | 29.305.658,92 | 17 |
| Ativo Permanente | 34.765.902,56 | 28.270.965,89 | |
| **Total do Ativo** | **71.416.998,37** | **57.576.624,81** | |
| **PASSIVO (II)** | | | |
| Passivo Financeiro | 9.326.949,62 | 8.676.544,18 | 17 |
| Passivo Permanente | 42.156.443,93 | 43.945.086,10 | |
| **Total do Passivo** | **51.483.393,55** | **52.621.630,28** | |
| **Saldo Patrimonial (I - II)** | **19.933.604,82** | **4.954.994,53** | |

### QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (LEI Nº 4.320/64)

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| **ATOS POTENCIAIS ATIVOS** | | |
| Garantias e Contragarantias Recebidas | 0,00 | 0,00 |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | 349.620,44 | 8.317.393,94 |
| Direitos Contratuais | 19.940,30 | 19.940,30 |
| Outros Atos Potenciais Ativos | 0,00 | 0,00 |
| **Total dos Atos Potenciais Ativos** | **369.560,74** | **8.337.334,24** |
| **ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** | | |
| Garantias e Contragarantias Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | 3.223.823,53 | 3.212.816,53 |
| Obrigações Contratuais | 297.380.774,13 | 288.274.148,74 |
| Outros Atos Potenciais Passivos | 0,00 | 0,00 |
| **Total dos Atos Potenciais Passivos** | **300.604.597,66** | **291.486.965,27** |

### QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320/64)

| Código | Fontes de recursos | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|---|
| 1.500 | Recursos não Vinculados de Impostos | -5.958.093,20 | -3.213.063,46 | |
| 1.501 | Outros Recursos não Vinculados | 250.468,22 | 0,00 | |
| 1.502 | Recursos não Vinculados da Compensação de Impostos | -20.938,36 | 0,00 | |
| 1.540 | Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos | -19.463,78 | -429.079,52 | |
| 1.544 | Recursos de Precatórios do FUNDEF | -57.971,18 | -57.971,18 | |
| 1.550 | Transferência do Salário-Educação | 24.372,25 | -1.800,08 | |
| 1.551 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PDDE | 722,63 | 2.009,47 | |
| 1.552 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PNAE | 96.103,53 | 106.654,72 | |
| 1.553 | Transferências de Recursos do FNDE referentes ao PNATE | -274.461,11 | -14.414,00 | |
| 1.569 | Outras Transferências de Recursos do FNDE | 428.935,67 | 301.905,44 | |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Patrimonial

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Código | Fontes de recursos | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|---|
| 1.575 | Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação | -446.840,08 | -412.000,00 | |
| 1.576 | Transferências de Recursos dos Estados para Programas de Educação | 278.816,98 | 3.197,96 | |
| 1.600 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção | -321.026,63 | -148.490,87 | |
| 1.601 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação | 280.987,31 | 298,31 | |
| 1.604 | Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias | 310.376,46 | 0,00 | |
| 1.605 | Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais da enfermagem | 4.132,98 | 4.132,98 | |
| 1.621 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 458.208,89 | 622.087,34 | |
| 1.660 | Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 228.114,33 | 53.384,21 | |
| 1.661 | Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social | 35.507,30 | 8.135,66 | |
| 1.700 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União | -459.245,51 | 12.739,46 | |
| 1.701 | Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados | 42.448,46 | -14.998,41 | |
| 1.708 | Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais | 160.698,06 | 0,00 | |
| 1.710 | Transferência Especial dos Estados | 192.389,22 | 4.843,37 | |
| 1.711 | Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas | 384.680,27 | 0,00 | |
| 1.715 | Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 | 323,97 | 0,00 | |
| 1.716 | Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura | 13,94 | 677,87 | |
| 1.719 | Transferências Destinadas ao Setor Cultural - Lei nº 14.399/2022 | -926,44 | 0,00 | |
| 1.720 | Transferências da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei nº 9.478/1997 | 159.558,89 | 0,00 | |
| 1.750 | Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE | -1.104,03 | 13,35 | |
| 1.751 | Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP | 0,66 | 0,66 | |
| 1.753 | Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos | 195.226,62 | 0,00 | |
| 1.754 | Recursos de Operações de Crédito | 1.532,49 | 0,00 | |
| 1.759 | Recursos Vinculados a Fundos | -184.322,92 | 0,00 | |
| 1.800 | Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) | 31.486.571,90 | 23.752.503,06 | |
| 2.500 | Recursos não Vinculados de Impostos (exercícios anteriores) | 48.348,40 | 48.348,40 | |
| | **Total por fontes de recursos - Superávit/Déficit Financeiro (8.2.1.1.1)** | **27.324.146,19** | **20.629.114,74** | **17** |

**NOTAS EXPLICATIVAS - NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Caixa e equivalentes compreendem os saldos em conta-corrente e as aplicações de liquidez imediata; as aplicações financeiras de curto prazo estão em Investimentos e Aplicações Temporárias. Os dois grupos compõem o saldo em espécie do Balanço Financeiro.

Do total, R$ 31.491.184,11 pertencem ao RPPS (caixa R$ 16.576,31 e aplicações R$ 31.474.607,80) e só podem ser utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários e da taxa de administração, não estando disponíveis para as demais despesas do Município.

Os demais recursos vinculados (educação, saúde, convênios) também têm uso restrito à sua finalidade, conforme o controle por fonte/destinação de recursos.

Conciliação com a DFC: caixa e equivalentes inicial de R$ 6.000.287,03 + geração líquida de caixa de R$ -839.591,86 = caixa e equivalentes final de R$ 5.160.695,17, igual ao saldo do Balanço Patrimonial.

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa (exceto RPPS) | 5.144.118,86 | 5.538.164,54 |
| Caixa e equivalentes de caixa - RPPS | 16.576,31 | 462.122,49 |
| Aplicações em renda fixa | 28.227.599,35 | 20.745.076,60 |
| Aplicações em renda variável e outros | 3.247.008,45 | 2.545.401,53 |
| **Saldo em espécie** | **36.635.302,97** | **29.290.765,16** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 19 (Anexo 18 - DFC) - fluxos de caixa; Nota 17 (Anexo 14 - Balanço Patrimonial) - disponibilidade por fonte de recursos.

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Patrimonial

Exercício de 2025 - Valores em R$

**NOTA 8 - CRÉDITOS A CURTO E A LONGO PRAZO**

Os créditos são registrados pelo valor original, ajustado pelas perdas estimadas de recebimento quando aplicável.
O ajuste para perdas de créditos a curto prazo (R$ -88.571,44) reduz os créditos ao valor estimado de realização.
Os créditos a longo prazo somam R$ 8.283.466,03.

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Créditos Tributários a Receber | 15.605,96 | 15.605,96 |
| Dívida Ativa Tributária | 0,00 | 637.636,61 |
| Dívida Ativa Não Tributária | 0,00 | 116.812,39 |
| (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo | -88.571,44 | -204.104,46 |
| Adiantamentos Concedidos | 21.431,46 | 20.031,46 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 326.232,63 | 335.450,81 |
| Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo | 15.792,84 | 14.893,76 |
| Créditos a Longo Prazo | 8.283.466,03 | 6.792.693,39 |
| **Total dos créditos** | **8.573.957,48** | **7.729.019,92** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 18 (Anexo 15 - DVP) - ajustes para perdas e reversões.

**NOTA 9 - ESTOQUES**

Os estoques são controlados pelos almoxarifados e integrados à contabilidade; as saídas são avaliadas pelo custo médio ponderado (art. 106, III, da Lei nº 4.320/1964).
O saldo variou de R$ 618.882,74 para R$ 10.000,00.

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Almoxarifado | 10.000,00 | 618.882,74 |
| **Total dos estoques** | **10.000,00** | **618.882,74** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

**NOTA 10 - IMOBILIZADO**

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A política de depreciação está na nota de políticas contábeis.
No exercício foram reconhecidos R$ 18.899,27 de depreciação, amortização e exaustão (VPD).
Foram incorporados R$ 4.214.017,09 de bens sem execução orçamentária (doações, inventário ou regularização patrimonial), reconhecidos como VPA de ganhos com incorporação de ativos.

**Composição**

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| **Bens móveis** | | |
| (+) Valor bruto contábil | 20.358.304,67 | 15.398.412,90 |
| (-) Depreciação acumulada | -6.793.031,47 | -6.776.196,90 |
| **Bens imóveis** | | |
| (+) Valor bruto contábil | 11.225.908,30 | 9.933.751,01 |
| (-) Depreciação acumulada | -1.833.653,36 | -1.833.547,16 |
| **Total do imobilizado** | **22.957.528,14** | **16.722.419,85** |

**Bens móveis**

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 5.785.902,67 | 5.785.902,67 |
| Bens de Informática | 571.072,30 | 417.576,31 |
| Móveis e Utensílios | 1.410.853,51 | 1.329.708,06 |
| Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação | 101.797,32 | 101.797,32 |
| Veículos | 7.159.335,88 | 7.079.335,88 |
| Peças e Conjuntos de Reposição | 9.900,00 | 9.900,00 |
| Bens Móveis em Andamento | 1.890,00 | 1.890,00 |
| Demais Bens Móveis | 5.317.552,99 | 672.302,66 |
| **Total dos bens móveis (bruto)** | **20.358.304,67** | **15.398.412,90** |

**Bens imóveis**

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Bens de Uso Especial | 1.053.793,81 | 361.832,60 |
| Bens Imóveis em Andamento | 560.682,87 | 560.682,87 |
| Instalações | 4.464.807,93 | 4.464.807,93 |
| Benfeitorias em Propriedade de Terceiros | 3.937.814,39 | 3.435.685,30 |
| Conta 1.2.3.2.1.07 | 260.880,26 | 260.880,26 |
| Demais Bens Imóveis | 947.929,04 | 849.862,05 |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Patrimonial

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| **Total dos bens imóveis (bruto)** | **11.225.908,30** | **9.933.751,01** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 3 (Notas explicativas) - depreciação; Nota 18 (Anexo 15 - DVP) - depreciação e incorporações.

**NOTA 11 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS**

Compreendem salários, benefícios e encargos sociais apropriados por competência e ainda não pagos, inclusive parcelamentos de encargos previdenciários.

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Pessoal a Pagar | 2.766.319,45 | 5.117.112,74 |
| Encargos Sociais a Pagar - curto prazo | 161.607,70 | 87.476,13 |
| Encargos Sociais a Pagar - longo prazo | 15.000,00 | 15.000,00 |
| **Total** | **2.942.927,15** | **5.219.588,87** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

**NOTA 12 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR**

Saldo de obrigações com fornecedores de bens e serviços liquidados e não pagos: R$ 1.683.802,71 a curto prazo.

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais | 1.683.802,71 | 1.241.190,52 |
| **Total** | **1.683.802,71** | **1.241.190,52** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

**NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (DÍVIDA FUNDADA)**

A dívida fundada passou de R$ 3.200.070,50 para R$ 3.200.070,50, sendo R$ 3.200.070,50 a curto prazo e R$ 0,00 a longo prazo..

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Financiamentos a Curto Prazo - Interno | 3.200.070,50 | 3.200.070,50 |
| **Total da dívida fundada** | **3.200.070,50** | **3.200.070,50** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 19 (Anexo 18 - DFC) - amortização no fluxo de financiamento.

**NOTA 14 - DEMAIS OBRIGAÇÕES E DÍVIDA FLUTUANTE**

A dívida flutuante (art. 92 da Lei nº 4.320/1964) totaliza R$ 8.462.027,63: restos a pagar de R$ 7.334.972,75 e depósitos restituíveis e valores vinculados (retenções e cauções) de R$ 1.127.054,88.

O passivo financeiro do Balanço Patrimonial (R$ 9.326.949,62) inclui ainda R$ 864.921,99 de outras obrigações de natureza financeira não evidenciadas no Anexo 17.

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Valores Restituíveis | 1.127.054,88 | 580.071,96 |
| Outras Obrigações a Curto Prazo | 1.087.447,43 | 921.401,27 |
| **Total das demais obrigações** | **2.214.502,31** | **1.501.473,23** |

**Movimentação da dívida flutuante**

| Descrição | Saldo anterior | Inscrição | Baixa | Saldo final |
|---|---|---|---|---|
| Restos a pagar | 7.235.257,92 | 3.699.957,51 | 3.600.242,68 | 7.334.972,75 |
| Depósitos restituíveis e valores vinculados | 580.071,96 | 7.615.874,43 | 7.068.891,51 | 1.127.054,88 |
| **Total** | **7.815.329,88** | **11.315.831,94** | **10.669.134,19** | **8.462.027,63** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 5 (Anexo 12 - Balanço Orçamentário) - execução dos restos a pagar; Nota 17 (Anexo 14 - Balanço Patrimonial) - passivo financeiro.

**NOTA 15 - PROVISÕES**

A provisão matemática previdenciária (R$ 39.887.560,41) representa o valor presente dos benefícios futuros do RPPS, líquido das contribuições futuras, apurado em avaliação atuarial.

As demais provisões estão segregadas na tabela por natureza; os critérios de reconhecimento constam da nota de políticas contábeis.

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo | 39.887.560,41 | 39.887.560,41 |
| **Total das provisões** | **39.887.560,41** | **39.887.560,41** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 18 (Anexo 15 - DVP) - constituição e reversão de provisões.

**NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido passou de R$ 6.508.044,77 para R$ 21.364.637,75 pelo resultado patrimonial do exercício (R$ 15.471.908,68) e por ajustes de exercícios anteriores (R$ -615.315,70).

Os ajustes de exercícios anteriores foram registrados diretamente em resultados acumulados, sem transitar pela DVP (MCASP, Parte II).

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Balanço Patrimonial

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Demais Reservas | 450.160,50 | 450.160,50 |
| Resultados Acumulados | 20.914.477,25 | 6.057.884,27 |
| **Total do patrimônio líquido** | **21.364.637,75** | **6.508.044,77** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 18 (Anexo 15 - DVP) - resultado patrimonial.

**NOTA 17 - ATIVO E PASSIVO FINANCEIROS E SUPERÁVIT FINANCEIRO**

Pela Lei nº 4.320/1964 (art. 105), o ativo financeiro de R$ 36.651.095,81 menos o passivo financeiro de R$ 9.326.949,62 resulta em superávit financeiro de R$ 27.324.146,19, base para a abertura de créditos adicionais no exercício seguinte (art. 43, § 1º, I). A distribuição por fonte/destinação de recursos está no quadro anexo ao Balanço Patrimonial.

11 fonte(s) de recursos apresentam déficit financeiro, conforme o quadro anexo ao Balanço Patrimonial.

Ver também: Nota 4 (Anexo 12 - Balanço Orçamentário) - créditos adicionais por superávit; Nota 14 (Anexo 17 - Dívida Flutuante) - passivo financeiro.

**NOTA 20 - OPERAÇÕES INTRA-OFSS ELIMINADAS NA CONSOLIDAÇÃO**

Foram eliminados R$ 1.774.603,39 de saldos recíprocos de ativo e passivo e R$ 5.616.116,05 de variações patrimoniais recíprocas (VPA e VPD), referentes a transferências financeiras, repasses ao Poder Legislativo e contribuições ao RPPS.

Permanecem nas demonstrações VPA intra de R$ 639.487,17 e VPD intra de R$ 419.950,53 sem registro correspondente na outra entidade, detalhadas por natureza no relatório de conferências.

Ver também: Nota 18 (Anexo 15 - DVP) - resultado consolidado.

**CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO**

- Saldos finais = saldo antes do encerramento + lançamentos de encerramento; nas contas 3, 4, 5.2 e 6.2 prevalece o lançamento.
- Consolidado: elimina-se apenas a parcela recíproca das contas intra-OFSS (ativo × passivo e VPD × VPA); a diferença sem contrapartida permanece nos saldos - não há ajuste no Patrimônio Líquido.
- Quadros anexos: ativos e passivos financeiros e permanentes, contas de compensação e superávit/déficit financeiro por fonte.
- Ajustes de exercícios anteriores (2.3.7.1.1.03) são encerrados no grupo 237 e não transitam pela DVP; a conciliação está no quadro da conferência 14.9.

**REFERÊNCIAS CRUZADAS**

- Anexo 15 - DVP: resultado do exercício e as variações que alteram o PL.
- Anexo 13 - Balanço Financeiro: saldo em espécie e superávit financeiro.
- Anexo 17 - Dívida Flutuante: passivo financeiro - restos a pagar e depósitos restituíveis.
- Anexo 16 - Dívida Fundada: empréstimos e financiamentos do passivo não circulante.
- Anexo 18 - DFC: variação de caixa e equivalentes.
- Conferências de consistência: conciliação da variação do PL (14.9), superávit financeiro (14.11) e encerramento da DDR.

Responsável pela entidade

Contador(a) - CRC

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício de 2025 - Valores em R$

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| Especificação | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|---|
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | | | |
| **Ingressos** | | **110.307.528,16** | **72.250.807,80** | |
| Receita Tributária | | 3.907.255,60 | 6.669.787,33 | |
| Receita de Contribuições | | 5.127.424,28 | 5.340.435,56 | |
| Receita Patrimonial | | 3.506.341,15 | 1.783.339,70 | |
| Receita Agropecuária | | 0,00 | 0,00 | |
| Receita Industrial | | 0,00 | 0,00 | |
| Receita de Serviços | | 37.387,47 | 520.854,89 | |
| Remuneração das Disponibilidades | | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Receitas Derivadas e Originárias | | 379.670,71 | 3.337.465,79 | |
| Transferências Recebidas | | 48.373.716,30 | 41.802.916,98 | |
| Outros Ingressos Operacionais | | 48.975.732,65 | 12.796.007,55 | |
| Ingressos extraorçamentários | | 11.558.313,53 | 6.964.549,94 | |
| Transferências financeiras recebidas | | 26.452,81 | 0,00 | |
| Resgates de investimentos e aplicações temporárias | | 37.390.966,31 | 5.831.457,61 | |
| **Desembolsos** | | **108.508.699,17** | **63.818.829,02** | |
| Pessoal e Demais Despesas | | 48.511.143,28 | 42.422.366,76 | |
| Juros e Encargos da Dívida | | 0,00 | 0,00 | |
| Transferências Concedidas | | 3.613.490,90 | 2.886.084,57 | |
| Outros Desembolsos Operacionais | | 56.384.064,99 | 18.510.377,69 | |
| Dispêndios extraorçamentários | | 10.808.969,01 | 9.245.785,18 | |
| Transferências financeiras concedidas | | 0,00 | 0,00 | |
| Aplicações em investimentos temporários | | 45.575.095,98 | 9.264.592,51 | |
| **Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)** | | **1.798.828,99** | **8.431.978,78** | |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | | | | |
| **Ingressos** | | **0,00** | **0,00** | |
| Alienação de Bens | | 0,00 | 0,00 | |
| Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | | 0,00 | 0,00 | |
| Outros Ingressos de Investimentos | | 0,00 | 0,00 | |
| **Desembolsos** | | **2.424.084,40** | **6.497.947,32** | |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | | 2.424.084,40 | 6.497.097,32 | |
| Concessão de Empréstimos e Financiamentos | | 0,00 | 0,00 | |
| Outros Desembolsos de Investimentos | | 0,00 | 850,00 | |
| **Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)** | | **-2.424.084,40** | **-6.497.947,32** | |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | | | | |
| **Ingressos** | | **0,00** | **0,00** | |
| Operações de Crédito | | 0,00 | 0,00 | |
| Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes | | 0,00 | 0,00 | |
| Outros Ingressos de Financiamentos | | 0,00 | 0,00 | |
| **Desembolsos** | | **214.336,45** | **236.669,75** | |
| Amortização / Refinanciamento da Dívida | | 214.336,45 | 236.669,75 | |
| Outros Desembolsos de Financiamentos | | 0,00 | 0,00 | |
| **Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)** | | **-214.336,45** | **-236.669,75** | |

Emitido em 09/11/2026, 20:59:12

Página 1 de 4

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Especificação | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|---|
| **GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)** | | **-839.591,86** | **1.697.361,71** | **19** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial | | 6.000.287,03 | 4.302.925,32 | **7** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Final | | 5.160.695,17 | 6.000.287,03 | **7** |

### QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| **TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS** | | |
| **Intergovernamentais** | **40.925.486,29** | **35.654.376,76** |
| da União | 18.115.003,14 | 17.229.936,83 |
| de Estados e Distrito Federal | 22.560.483,15 | 18.424.439,93 |
| de Municípios | 250.000,00 | 0,00 |
| Intragovernamentais | 0,00 | 0,00 |
| Outras transferências recebidas | 7.448.230,01 | 6.148.540,22 |
| **Total das Transferências Recebidas** | **48.373.716,30** | **41.802.916,98** |
| **TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS** | | |
| **Intergovernamentais** | **753.363,08** | **728.046,90** |
| a União | 0,00 | 0,00 |
| a Estados e Distrito Federal | 0,00 | 0,00 |
| a Municípios | 0,00 | 0,00 |
| a Consórcios Públicos | 753.363,08 | 728.046,90 |
| Intragovernamentais | 2.515.371,93 | 2.158.037,67 |
| Outras transferências concedidas | 344.755,89 | 0,00 |
| **Total das Transferências Concedidas** | **3.613.490,90** | **2.886.084,57** |

### QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Legislativa | 2.479.350,04 | 1.872.307,49 |
| Judiciária | 25.257,31 | 183.671,79 |
| Essencial à Justiça | 0,00 | 0,00 |
| Administração | 8.284.935,84 | 8.774.115,94 |
| Defesa Nacional | 0,00 | 0,00 |
| Segurança Pública | 0,00 | 0,00 |
| Relações Exteriores | 0,00 | 0,00 |
| Assistência Social | 2.076.767,35 | 2.006.930,66 |
| Previdência Social | 912.605,13 | 967.107,54 |
| Saúde | 10.610.770,89 | 8.330.553,84 |
| Trabalho | 0,00 | 0,00 |
| Educação | 12.971.200,39 | 10.018.226,45 |
| Cultura | 153.341,93 | 158.841,42 |
| Direitos da Cidadania | 35.000,00 | 0,00 |
| Urbanismo | 2.136.888,09 | 2.423.099,99 |
| Habitação | 5.280,75 | 0,00 |
| Saneamento | 59.026,79 | 0,00 |
| Gestão Ambiental | 151.682,24 | 294.186,92 |
| Ciência e Tecnologia | 0,00 | 0,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Agricultura | 1.140.722,78 | 1.288.306,03 |
| Organização Agrária | 0,00 | 0,00 |
| Indústria | 0,00 | 0,00 |
| Comércio e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Comunicações | 0,00 | 0,00 |
| Energia | 0,00 | 0,00 |
| Transporte | 3.046.959,02 | 3.439.645,36 |
| Desporto e Lazer | 1.032.548,80 | 997.255,81 |
| Encargos Especiais | 0,00 | 0,00 |
| Restos a pagar pagos (função não identificada no saldo das contas) | 3.388.805,93 | 1.668.117,52 |
| **Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função** | **48.511.143,28** | **42.422.366,76** |

### QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Juros e Correção Monetária da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Correção Monetária da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 |
| Outros Encargos da Dívida | 0,00 | 0,00 |
| **Total dos Juros e Encargos da Dívida** | **0,00** | **0,00** |

**NOTAS EXPLICATIVAS - NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Caixa e equivalentes compreendem os saldos em conta-corrente e as aplicações de liquidez imediata; as aplicações financeiras de curto prazo estão em Investimentos e Aplicações Temporárias. Os dois grupos compõem o saldo em espécie do Balanço Financeiro.

Do total, R$ 31.491.184,11 pertencem ao RPPS (caixa R$ 16.576,31 e aplicações R$ 31.474.607,80) e só podem ser utilizados para o pagamento de benefícios previdenciários e da taxa de administração, não estando disponíveis para as demais despesas do Município.

Os demais recursos vinculados (educação, saúde, convênios) também têm uso restrito à sua finalidade, conforme o controle por fonte/destinação de recursos.

Conciliação com a DFC: caixa e equivalentes inicial de R$ 6.000.287,03 + geração líquida de caixa de R$ -839.591,86 = caixa e equivalentes final de R$ 5.160.695,17, igual ao saldo do Balanço Patrimonial.

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa (exceto RPPS) | 5.144.118,86 | 5.538.164,54 |
| Caixa e equivalentes de caixa - RPPS | 16.576,31 | 462.122,49 |
| Aplicações em renda fixa | 28.227.599,35 | 20.745.076,60 |
| Aplicações em renda variável e outros | 3.247.008,45 | 2.545.401,53 |
| **Saldo em espécie** | **36.635.302,97** | **29.290.765,16** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 19 (Anexo 18 - DFC) - fluxos de caixa; Nota 17 (Anexo 14 - Balanço Patrimonial) - disponibilidade por fonte de recursos.

**NOTA 19 - FLUXOS DE CAIXA**

A DFC é elaborada pelo método direto. Caixa e equivalentes não incluem as aplicações financeiras de curto prazo, cuja variação é demonstrada na conciliação abaixo.

**Conciliação do resultado orçamentário com a geração líquida de caixa**

| Descrição | Valor |
|---|---|
| Resultado orçamentário (Nota do Balanço Orçamentário) | 6.469.025,65 |
| (+/-) Transferências financeiras líquidas | 26.452,81 |
| (+/-) Recebimentos - pagamentos extraorçamentários (inclui restos a pagar inscritos e pagos) | 849.059,35 |
| (-) Variação das aplicações financeiras (não são equivalentes de caixa) | -8.184.129,67 |
| **= Variação de caixa e equivalentes** | **-839.591,86** |
| **Geração líquida de caixa (DFC): operacional R$ 1.798.828,99; investimento R$ -2.424.084,40; financiamento R$ -214.336,45** | **-839.591,86** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 7 (Anexo 14 - Balanço Patrimonial) - caixa e equivalentes; Nota 4 (Anexo 12 - Balanço Orçamentário) - resultado orçamentário.

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício de 2025 - Valores em R$

**CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO**

- Fluxos operacional, de investimento e de financiamento pelo método direto (receita realizada e despesa paga, inclusive restos a pagar pagos).
- Geração líquida de caixa deve coincidir com a variação de caixa e equivalentes (IPC 08, item 15).
- Restos a pagar pagos não trazem natureza/função no saldo das contas e são apresentados em pessoal e demais despesas.

**REFERÊNCIAS CRUZADAS**

- Anexo 13 - Balanço Financeiro: ingressos e dispêndios que originam os fluxos.
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial: saldo de caixa e equivalentes inicial e final.
- Anexo 12 - Balanço Orçamentário: receita realizada, despesa empenhada e paga.
- Anexo 15 - DVP: variações patrimoniais sem efeito de caixa (valorizações, provisões e depreciação).

Responsável pela entidade

Contador(a) - CRC

Emitido em 09/11/2026, 20:59:12

Página 4 de 4

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

# Demonstração das Variações Patrimoniais

Exercício de 2025 - Valores em R$

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

| Especificação | Nota | Exercício Atual | Exercício Anterior | N.E. |
|---|---|---|---|---|
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | | | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | I | 4.822.217,55 | 6.711.042,61 | |
| Contribuições | II | 2.116.859,93 | 2.922.455,73 | |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | III | 109.652,04 | 690.239,42 | |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | IV | 7.806.192,28 | 3.392.409,96 | |
| Transferências e Delegações Recebidas | V | 56.686.606,18 | 55.923.296,71 | |
| Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos | VI | 4.214.017,09 | 391.829,88 | |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | VII | 3.194.910,49 | 3.342.758,71 | |
| **Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)** | | **78.950.455,56** | **73.374.033,02** | **18** |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | | | | |
| Pessoal e Encargos | VIII | 25.559.008,46 | 25.263.669,06 | |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | IX | 912.605,13 | 906.048,34 | |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | X | 20.971.044,93 | 20.328.232,39 | |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | XI | 106.106,40 | 583.245,13 | |
| Transferências e Delegações Concedidas | XII | 9.007.267,60 | 6.659.031,14 | |
| Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos | XIII | 5.661.242,75 | 2.098.001,25 | |
| Tributárias | XIV | 759.447,46 | 371.884,27 | |
| Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados | XV | 0,00 | 0,00 | |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | XVI | 501.824,15 | 25.435.607,03 | |
| **Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)** | | **63.478.546,88** | **81.645.718,61** | **18** |
| **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)** | | **15.471.908,68** | **-8.271.685,59** | **18** |

## NOTA I - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Impostos | 4.365.740,20 | 6.692.316,57 |
| Taxas | 323.938,47 | 18.726,04 |
| Contribuições de Melhoria | 132.538,88 | 0,00 |
| **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** | **4.822.217,55** | **6.711.042,61** |

## NOTA II - CONTRIBUIÇÕES

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Contribuições Sociais | 2.116.859,93 | 1.709.860,03 |
| Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico | 0,00 | 1.082.929,89 |
| Contribuição de Iluminação Pública | 0,00 | 129.665,81 |
| Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais | 0,00 | 0,00 |
| **Contribuições** | **2.116.859,93** | **2.922.455,73** |

## NOTA III - EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Vendas de Mercadorias | 0,00 | 0,00 |
| Vendas de Produtos | 0,00 | 0,00 |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | 109.652,04 | 690.239,42 |
| **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** | **109.652,04** | **690.239,42** |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Demonstração das Variações Patrimoniais

Exercício de 2025 - Valores em R$

### NOTA IV - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos de Mora | 373.410,45 | 130.789,31 |
| Variações Monetárias e Cambiais | 0,00 | 0,00 |
| Descontos Financeiros Obtidos | 0,00 | 0,00 |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 7.432.781,83 | 3.242.442,37 |
| Aportes do Banco Central | 0,00 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras | 0,00 | 19.178,28 |
| **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** | **7.806.192,28** | **3.392.409,96** |

### NOTA V - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Transferências Intra Governamentais | 478.567,25 | 7.696.861,35 |
| Transferências Inter Governamentais | 56.208.038,93 | 48.226.435,36 |
| Transferências das Instituições Privadas | 0,00 | 0,00 |
| Transferências das Instituições Multigovernamentais | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Consórcios Públicos | 0,00 | 0,00 |
| Transferências do Exterior | 0,00 | 0,00 |
| Execução Orçamentária Delegada de Entes | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Pessoas Físicas | 0,00 | 0,00 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | 0,00 | 0,00 |
| **Transferências e Delegações Recebidas** | **56.686.606,18** | **55.923.296,71** |

### NOTA VI - VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Reavaliação de Ativos | 0,00 | 0,00 |
| Ganhos com Alienação | 0,00 | 0,00 |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | 4.214.017,09 | 177.030,40 |
| Desincorporação de Passivos | 0,00 | 214.799,48 |
| Reversão de Redução ao Valor Recuperável | 0,00 | 0,00 |
| **Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos** | **4.214.017,09** | **391.829,88** |

### NOTA VII - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| VPA a Classificar | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Positivo de Participações | 0,00 | 0,00 |
| Operações da Autoridade Monetária | 0,00 | 0,00 |
| Subvenções Econômicas | 0,00 | 0,00 |
| Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | 115.533,02 | 0,00 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 3.079.377,47 | 3.342.758,71 |
| **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** | **3.194.910,49** | **3.342.758,71** |

### NOTA VIII - PESSOAL E ENCARGOS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Remuneração a Pessoal | 24.632.200,76 | 24.533.262,94 |
| Encargos Patronais | 926.807,70 | 729.970,66 |
| Benefícios a Pessoal | 0,00 | 0,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Demonstração das Variações Patrimoniais

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 0,00 | 435,46 |
| **Pessoal e Encargos** | **25.559.008,46** | **25.263.669,06** |

### NOTA IX - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Aposentadorias e Reformas | 783.810,31 | 774.655,52 |
| Pensões | 128.794,82 | 124.892,82 |
| Benefícios de Prestação Continuada | 0,00 | 0,00 |
| Benefícios Eventuais | 0,00 | 3.000,00 |
| Políticas Públicas de Transferência de Renda | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 0,00 | 3.500,00 |
| **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** | **912.605,13** | **906.048,34** |

### NOTA X - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Uso de Material de Consumo | 6.204.714,78 | 5.100.049,47 |
| Serviços | 14.747.430,88 | 12.317.463,90 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 18.899,27 | 2.910.719,02 |
| **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** | **20.971.044,93** | **20.328.232,39** |

### NOTA XI - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | 0,00 | 0,00 |
| Juros e Encargos de Mora | 14.697,57 | 577.455,05 |
| Variações Monetárias e Cambiais | 6.110,59 | 0,00 |
| Descontos Financeiros Concedidos | 0,00 | 0,00 |
| Aporte ao Banco Central | 0,00 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras | 85.298,24 | 5.790,08 |
| **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** | **106.106,40** | **583.245,13** |

### NOTA XII - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Transferências Intra Governamentais | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Inter Governamentais | 8.184.544,18 | 6.423.518,38 |
| Transferências a Instituições Privadas | 138.000,00 | 0,00 |
| Transferências a Instituições Multigovernamentais | 0,00 | 0,00 |
| Transferências a Consórcios Públicos | 684.723,42 | 1.428,00 |
| Transferências ao Exterior | 0,00 | 0,00 |
| Execução Orçamentária Delegada a Entes | 0,00 | 234.084,76 |
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | 0,00 | 0,00 |
| **Transferências e Delegações Concedidas** | **9.007.267,60** | **6.659.031,14** |

### NOTA XIII - DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas | 3.445.519,67 | 1.901.001,06 |
| Perdas com Alienação | 0,00 | 0,00 |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Demonstração das Variações Patrimoniais

Exercício de 2025 - Valores em R$

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Perdas Involuntárias | 29.619,85 | 148.545,25 |
| Incorporação de Passivos | 0,00 | 0,00 |
| Desincorporação de Ativos | 2.186.103,23 | 48.454,94 |
| **Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos** | **5.661.242,75** | **2.098.001,25** |

### NOTA XIV - TRIBUTÁRIAS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 13.778,66 | 49.188,01 |
| Contribuições | 745.668,80 | 322.696,26 |
| **Tributárias** | **759.447,46** | **371.884,27** |

### NOTA XVI - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|---|
| Premiações | 34.220,00 | 76.731,28 |
| Resultado Negativo de Participações | 0,00 | 0,00 |
| Operações da Autoridade Monetária | 0,00 | 0,00 |
| Incentivos | 171.747,77 | 320.477,55 |
| Subvenções Econômicas | 0,00 | 0,00 |
| Participações e Contribuições | 0,00 | 0,00 |
| Constituição de Provisões | 0,00 | 21.601.419,45 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 295.856,38 | 3.436.978,75 |
| **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** | **501.824,15** | **25.435.607,03** |

**NOTAS EXPLICATIVAS - NOTA 18 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

O resultado patrimonial de R$ 15.471.908,68 (VPA R$ 78.950.455,56 - VPD R$ 63.478.546,88) difere do resultado orçamentário (R$ 6.469.025,65) porque inclui variações sem execução orçamentária - depreciação, provisões, incorporações e desincorporações de ativos e passivos - e exclui a despesa de capital, que não reduz o patrimônio.
Reavaliação, redução ao valor recuperável e ajustes para perdas: R$ 3.445.519,67.
Desincorporação (baixa) de ativos: R$ 2.186.103,23.
Constituição de provisões: R$ 0,00; reversão de provisões: R$ 115.533,02.

**Variações patrimoniais aumentativas**

| Natureza | Valor | % do total |
|---|---|---|
| **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** | **4.822.217,55** | **6,1%** |
| Impostos | 4.365.740,20 | 5,5% |
| Taxas | 323.938,47 | 0,4% |
| **Contribuições** | **2.116.859,93** | **2,7%** |
| Contribuições Sociais | 2.116.859,93 | 2,7% |
| **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** | **109.652,04** | **0,1%** |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | 109.652,04 | 0,1% |
| **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** | **7.806.192,28** | **9,9%** |
| Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 7.432.781,83 | 9,4% |
| **Transferências e Delegações Recebidas** | **56.686.606,18** | **71,8%** |
| Transferências Intergovernamentais | 56.208.038,93 | 71,2% |
| **Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos** | **4.214.017,09** | **5,3%** |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | 4.214.017,09 | 5,3% |
| **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** | **3.194.910,49** | **4,0%** |
| Diversas VPA | 3.079.377,47 | 3,9% |

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Demonstração das Variações Patrimoniais

Exercício de 2025 - Valores em R$

**Variações patrimoniais diminutivas**

| Natureza | Valor | % do total |
|---|---|---|
| **Pessoal e Encargos** | **25.559.008,46** | **40,3%** |
| Remuneração a Pessoal | 24.632.200,76 | 38,8% |
| **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** | **912.605,13** | **1,4%** |
| Aposentadorias e Reformas | 783.810,31 | 1,2% |
| Pensões | 128.794,82 | 0,2% |
| **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** | **20.971.044,93** | **33,0%** |
| Uso de Material de Consumo | 6.204.714,78 | 9,8% |
| Serviços | 14.747.430,88 | 23,2% |
| **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** | **106.106,40** | **0,2%** |
| Juros e Encargos de Mora | 14.697,57 | 0,0% |
| Variações Monetárias e Cambiais | 6.110,59 | 0,0% |
| Outras VPD Financeiras | 85.298,24 | 0,1% |
| **Transferências e Delegações Concedidas** | **9.007.267,60** | **14,2%** |
| Transferências Intergovernamentais | 8.184.544,18 | 12,9% |
| Transferências a Consórcios Públicos | 684.723,42 | 1,1% |
| **Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos** | **5.661.242,75** | **8,9%** |
| Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas | 3.445.519,67 | 5,4% |
| Desincorporação de Ativos | 2.186.103,23 | 3,4% |
| **Tributárias** | **759.447,46** | **1,2%** |
| Contribuições | 745.668,80 | 1,2% |
| **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** | **501.824,15** | **0,8%** |
| Premiações | 34.220,00 | 0,1% |
| Subvenções Econômicas | 171.747,77 | 0,3% |
| Diversas VPD | 295.856,38 | 0,5% |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 16 (DMPL) - incorporação do resultado ao PL; Nota 10 (Anexo 14 - Balanço Patrimonial) - depreciação e incorporações; Nota 20 (Conferências) - parcela intra-OFSS.

**NOTA 20 - OPERAÇÕES INTRA-OFSS ELIMINADAS NA CONSOLIDAÇÃO**

Foram eliminados R$ 1.774.603,39 de saldos recíprocos de ativo e passivo e R$ 5.616.116,05 de variações patrimoniais recíprocas (VPA e VPD), referentes a transferências financeiras, repasses ao Poder Legislativo e contribuições ao RPPS.
Permanecem nas demonstrações VPA intra de R$ 639.487,17 e VPD intra de R$ 419.950,53 sem registro correspondente na outra entidade, detalhadas por natureza no relatório de conferências.
Ver também: Nota 18 (Anexo 15 - DVP) - resultado consolidado.

**CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO**

- VPA e VPD pelo 2º nível do PCASP, com quadros anexos por subgrupo.
- As contas de apuração 3.9.9.9 / 4.9.9.9 ficam fora da eliminação: não são operações entre entidades.
- No consolidado elimina-se só a parcela recíproca das operações intra-OFSS; a diferença não recíproca permanece no resultado - por isso o resultado consolidado é a soma dos resultados das entidades e fecha com a variação do PL.

**REFERÊNCIAS CRUZADAS**

- Anexo 14 - Balanço Patrimonial: variação do PL e resultado acumulado.
- Anexo 12 - Balanço Orçamentário: origem orçamentária das variações.
- Anexo 13 - Balanço Financeiro: transferências financeiras e movimentações extraorçamentárias.
- Conferências de consistência: reciprocidade intra-OFSS por natureza e convergência do PL (14.9).

Responsável pela entidade

Contador(a) - CRC

Emitido em 09/11/2026, 20:58:55

Página 5 de 5

ESTADO DE MATO GROSSO

**MUNICÍPIO DE NOVA NAZARE**

**CONSOLIDADO - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE · FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE NOVA NAZARE · PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício de 2025 - Valores em R$

### MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| Especificação | Patrimônio / Capital Social | Reservas e Ajustes | Resultados Acumulados | Ações em Tesouraria | Total | N.E. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo inicial do exercício** | **0,00** | **450.160,50** | **6.057.884,27** | **0,00** | **6.508.044,77** | |
| Ajustes de exercícios anteriores (2.3.7.1.1.03 encerrada em Resultados Acumulados) | 0,00 | 0,00 | -615.315,70 | 0,00 | -615.315,70 | **16** |
| Resultado do exercício | 0,00 | 0,00 | 15.471.908,68 | 0,00 | 15.471.908,68 | |
| **Saldo final do exercício** | **0,00** | **450.160,50** | **20.914.477,25** | **0,00** | **21.364.637,75** | **16** |

### NOTAS EXPLICATIVAS - NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido passou de R$ 6.508.044,77 para R$ 21.364.637,75 pelo resultado patrimonial do exercício (R$ 15.471.908,68) e por ajustes de exercícios anteriores (R$ -615.315,70).
Os ajustes de exercícios anteriores foram registrados diretamente em resultados acumulados, sem transitar pela DVP (MCASP, Parte II).

| Descrição | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Demais Reservas | 450.160,50 | 450.160,50 |
| Resultados Acumulados | 20.914.477,25 | 6.057.884,27 |
| **Total do patrimônio líquido** | **21.364.637,75** | **6.508.044,77** |

*Fonte: Sistema Contábil.*

Ver também: Nota 18 (Anexo 15 - DVP) - resultado patrimonial.

### CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO

- Mutação de cada componente do PL: saldo inicial, ajustes de exercícios anteriores, resultado do exercício e saldo final.
- Sem o exercício anterior importado, o saldo inicial é apresentado já com os ajustes e o resultado (saldo final - resultado).

### REFERÊNCIAS CRUZADAS

- Anexo 14 - Balanço Patrimonial: saldos do PL abertos por componente.
- Anexo 15 - DVP: resultado do exercício incorporado ao PL.
- Conferências de consistência: conciliação da variação do PL (14.9).

Responsável pela entidade

Contador(a) - CRC

Emitido em 09/11/2026, 20:59:20

Página 1 de 1

# DECRETO 4805



**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**
C.N.P.J.: 04.202.280/0001-71
Município: NOVA NAZARÉ

**DECRETO Nº 4805/2026, de 9 de Novembro de 2026.**

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA NAZARÉ e autorização contida na Lei Municipal nº 840/2025, de 16 de Dezembro de 2025.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 91.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.002 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
04.002.4.694.0.0001-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$7.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.000,00

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.003 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAE
07.003.17.512.2.2045-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$40.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 40.000,00

03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.122.2.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$44.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 44.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
07.001.10.302.11.2039-3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS R$1.000,00
1.500.1002000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
07.001.10.301.11.2035-3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS R$5.000,00
1.604.0000000.000000 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes 5.000,00

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.001 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
04.001.4.121.2.2011-3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS R$1.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.4.392.2.1006-3.3.50.41.03.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES (EXCETO CONSÓRCIOS PÚBLICOS) R$3.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.000,00

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA
05.003.13.122.9.2027-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$2.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
07.001.10.128.4.1024-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$1.000,00
1.500.1002000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

02.000 - EXECUTIVO MUNICIPAL
02.002 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
02.002.4.124.2.2004-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL R$5.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.000,00

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: Cjulio10. Emissão: 10/11/2026, às 10:23:44. Protocolo: debc901a-ca90-4eef-a55d-68bcab884b00

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**
C.N.P.J.: 04.202.280/0001-71
Município: NOVA NAZARÉ

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.002 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

| | | |
|---|---|---|
| 04.002.4.123.2.2010-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL | | R$1.000,00 |
| 1.500.0000000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.000,00 |

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.003 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

| | | |
|---|---|---|
| 04.003.4.129.2.2012-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS - CIVIL | | R$2.000,00 |
| 1.500.0000000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 |

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

| | | |
|---|---|---|
| 05.003.13.122.9.2027-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO | | R$3.000,00 |
| 1.500.0000000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 |
| 05.003.13.392.9.1015-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO | | R$2.500,00 |
| 1.500.0000000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.500,00 |

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

| | | |
|---|---|---|
| 05.003.13.128.4.1012-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO | | R$2.000,00 |
| 1.500.0000000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 |

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

| | | |
|---|---|---|
| 07.001.10.302.11.2038-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | | R$3.000,00 |
| 1.500.1002000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 |

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

| | | |
|---|---|---|
| 05.003.13.128.4.1012-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | | R$2.000,00 |
| 1.500.0000000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 |

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

| | | |
|---|---|---|
| 07.001.10.128.4.1024-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | | R$5.000,00 |
| 1.500.1002000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 5.000,00 |
| 07.001.10.301.11.2035-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | | R$3.000,00 |
| 1.621.0000000.000000 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual | 3.000,00 |
| 07.001.10.302.11.2037-3.3.90.33.00.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | | R$3.000,00 |
| 1.500.1002000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 |

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

| | | |
|---|---|---|
| 05.003.13.392.9.1013-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | R$3.000,00 |
| 1.500.0000000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 |

03.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

| | | |
|---|---|---|
| 03.001.4.122.2.2008-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | R$2.000,00 |
| 1.500.0000000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 2.000,00 |
| 03.001.4.128.4.1004-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | R$1.000,00 |
| 1.500.0000000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 1.000,00 |

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.003 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

| | | |
|---|---|---|
| 04.003.4.129.2.2012-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | | R$3.000,00 |
| 1.500.0000000.000000 | Recursos não Vinculados de Impostos | 3.000,00 |

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**
C.N.P.J.: 04.202.280/0001-71
Município: NOVA NAZARÉ

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA
05.003.13.128.4.1012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$2.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
07.001.10.301.11.2042-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$2.000,00
1.600.0000000.000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - 2.000,00

02.000 - EXECUTIVO MUNICIPAL
02.002 - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
02.002.4.124.2.2004-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$2.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

02.000 - EXECUTIVO MUNICIPAL
02.003 - PROCURADORIA MUNICIPAL
02.003.3.92.2.2005-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$1.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.001 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
04.001.4.121.2.2011-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$2.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.002 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
04.002.4.123.2.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$3.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.000,00

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.003 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
04.003.4.129.2.2012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$2.500,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.500,00

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.002 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
04.002.4.694.0.0001-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$3.000,00
1.600.0000000.000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - 3.000,00

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
07.001.10.303.11.2031-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$3.000,00
1.600.0000000.000000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - 3.000,00

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA
05.003.13.122.9.2027-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E R$2.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.001 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
04.001.4.121.2.2011-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E R$1.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
07.001.10.302.11.2038-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$3.000,00
1.500.1002000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.000,00

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE**
C.N.P.J.: 04.202.280/0001-71
Município: NOVA NAZARÉ

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
07.001.10.122.11.2034-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$1.000,00
1.500.1002000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00
07.001.10.301.11.2035-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$3.500,00
1.500.1002000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.500,00

04.000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
04.002 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
04.002.4.123.2.2010-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$3.000,00
1.500.0000000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.000,00

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 - DEPARTAMENTO DE ENSINO
05.001.12.361.5.2026-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$1.000,00
1.551.0000000.000000 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola 1.000,00

07.000 - SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
07.001.10.303.11.2031-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$2.500,00
1.500.1002000.000000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.500,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 9 de Novembro de 2026.**

REGINALDO MARTINS DEL COLLE
***.***.936-**
PREFEITO

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: Cjulio10. Emissão: 10/11/2026, às 10:23:44. Protocolo: debc901a-ca90-4eef-a55d-68bcab884b00

**RESULTADO CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO N º 003/2026**

**PROCESSO Nº 051/2026**

O Municipio de Nova Nazaré /MT, por intermédio do Agente de contratação, tornou-se publico a todos interessados no **Credenciamento de empresa** com sede em **Nova Nazaré/MT para o fornecimento de pão francês (por kg) para atendimento das Secretarias Municipais**, para atender as necessidades do Município de Nova Nazaré-MT**,** sendo credenciada a empresa **ADELICION ALVES MARTINS com CNPJ Nº 10.601.552/0001-09**. Abre-se prazo de recurso nos termos do art. 165, inciso

I, alínea c da Lei Federal 14.133/2021.

Nova Nazaré/MT, 10/11/2026

**NUBIA MATILDES DE CARVALHO**

Agente de contratação

---

**DECRETO 4806**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA**

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE PRORROGAÇÃO DE SESSÃO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 071/2025/DL/PMNO**

**PREGÃO ELETRONICO Nº. 024/2025/DL/PMNO**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO- MENOR PREÇO POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA-** ABERTO E FECHADO

**INTERVALO MÍNIMO DE LANCE**-R$ 0,10 (dez) centavos

**DATA:** 24/11/2026

**HORA-**09:00 horas –horário de Brasília

**MOTIVO –** NOVA DATA

**PREGOEIRO -** Port. Municipal nº 117/2025

**PLATAFORMA ELETRÔNICA PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME-**BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – **BLL**

**UNIDADE GESTORA-** 1114420- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

**EDITAL DISPONIVEL EM:** https://bll.org.br/ https://www.novaolimpia.mt.gov.br/Atos-Oficiais/Licitacoes/

**INFORMAÇOES:** 65-3332-1130/ licitacao@novaolimpia.mt.gov.br- suporte ao fornecedor BLL-(41) 3097-4600- contato.bll.org.br (41) 3149-9300)

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO MUNICIPAL Nº 076 DE 29 DE OUTUBRO DE 2026.**

**DECRETO MUNICIPAL Nº 076 DE 29 DE OUTUBRO DE 2026.**

INSTITUI O RECONHECIMENTO HONORÍFICO “PROFESSOR DESTAQUE DO ANO” NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA OLÍMPIA/MT, ESTABELECE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO POR DESEMPENHO TÉCNICO-PEDAGÓGICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**ARI CANDIDO BATISTA**, PREFEITO DE MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ARTIGO 72 INCISO IV DA LEI ORGANICA DO MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT.

**CONSIDERANDO** a valorização dos profissionais da educação e a garantia de qualidade do ensino previstas no art. 175, incisos V e VI, da Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO** os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da Administração Pública;

DECRETA:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito das ações de valorização docente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, o reconhecimento anual e exclusivamente honorífico “Professor Destaque do Ano”, destinado a professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Nova Olímpia/MT, mediante seleção por desempenho técnico-pedaggico, conforme este Decreto e seu Anexo Único.

Art. 2º Serão reconhecidos os professores com maior pontuação em cada uma das seguintes categorias, conforme a etapa, a modalidade, o projeto ou a área de atuação:

I – Berçário I;

II – Berçário II;

III – Maternal I;

IV – Maternal II;

V – Educação Especial – Educação de Jovens e Adultos (EJA);

VI – Educação Especial – Educação Infantil;

VII – Educação Especial – 1º ano;

VIII – Educação Especial – 2º ano;

IX – Projeto Muxirum;

X – Pré I;

XI – Pré II;

XII – Ensino Fundamental – 1º ano;

XIII – Ensino Fundamental – 2º ano;

XIV – Ensino Fundamental – 3º ano;

XV – Ensino Fundamental – 4º ano;

XVI – Ensino Fundamental – 5º ano;

XVII – Educação Física;

XVIII – Sala de Leitura;

XIX – Escola do Campo;

XX – Laboratório de Informática;

XXI – Sala de Recursos Multifuncionais;

XXII – Sala de Articulação.

§ 1º Cada professor poderá concorrer em uma única categoria, com trabalho desenvolvido no ano de referência, individualmente identificado, ainda que integrado a projeto coletivo.

§ 2º A abertura de cada categoria dependerá da existência de atuação correspondente na rede, sendo vedada a comparação direta de resultados entre etapas, modalidades, projetos ou áreas de atuação distintas.

Art. 3º Poderão inscrever-se professores efetivos e temporários com, no mínimo, seis meses de exercício de docência na rede no ano de referência, contínuos ou não, mediante portfólio e comprovação do vínculo e da atuação.

Parágrafo único. Afastamentos legalmente protegidos não constituirão demérito ou desconto de pontuação, cabendo ao edital disciplinar a comprovação do período efetivamente avaliado, sem discriminação.

**Art. 4º A escolha será realizada exclusivamente por desempenho técnico-pedagógico, entendido como a qualidade do planejamento e da intervenção docente, o acompanhamento sistemático da aprendizagem e a contribuição demonstrável ao desenvolvimento dos estudantes, comprovados por evidências verificáveis ,.**

§ 1º Serão considerados os conhecimentos iniciais dos estudantes, as condições de ensino, as características da turma e os apoios disponíveis, vedada a utilização isolada de notas, taxas de

aprovação ou resultados de avaliações externas.

§ 2º Na Educação Infantil, a análise observará interações, brincadeiras e registros do desenvolvimento, sem provas classificatórias; no AEE, considerará acessibilidade, participação, autonomia e articulação com a sala comum.

**DA AVALIAÇÃO E DO RESULTADO**

Art. 5º A SEMEC publicará documentação de regramento, com cronograma, documentos, orientações do portfólio, indicadores, forma de avaliação, categorias abertas e meios de divulgação dos resultados, sem alterar os pesos do Anexo Único.

Art. 6º A comissão avaliadora será designada por portaria e composta por cinco membros com experiência educacional, gestores SEMEC: gestores da rede, um indicado pelo Conselho Municipal de Educação e um profissional externo com formação em educação.

§ 1º Os membros assinarão declaração de imparcialidade e confidencialidade; não poderão avaliar candidatura própria, de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, nem caso em que haja interesse pessoal, vínculo de chefia direta, amizade íntima ou inimizade notória, devendo ser substituídos.

Art. 7º A avaliação totalizará cem pontos, conforme Anexo Único, exigido o mínimo de setenta pontos para concessão do reconhecimento. Toda nota deverá ser justificada em ficha, com indicação das evidências analisadas.

§ 1º A comissão poderá solicitar esclarecimentos sobre documentos apresentados no prazo, assegurada a mesma oportunidade a candidatos em situação equivalente, sem admitir novos trabalhos após o encerramento das inscrições.

§ 2º Em caso de empate, prevalecerá a maior nota, sucessivamente, em acompanhamento da aprendizagem, planejamento e inclusão. Persistindo o empate, haverá reconhecimento conjunto dos candidatos empatados.

Art. 8º O reconhecimento consistirá em certificados, troféu e divulgação institucional das práticas selecionadas. Os registros protegerão os dados pessoais dos estudantes, vedada a exposição de nomes, imagens ou informações sensíveis sem fundamento legal adequado.

Art. 10. A distinção é exclusivamente honorífica e não gera gratificação, bonificação, premiação financeira, progressão, estabilidade ou qualquer vantagem funcional. Sua execução utilizará a estrutura administrativa e os recursos já disponíveis da SEMEC, sem criação de cargos, funções ou novas obrigações financeiras, observada a legislação aplicável.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia – MT, 29 de outubro de 2026.

**ARI CÂNDIDO BATISTA**

**Prefeito Municipal**

Registrado e publicado nesta Secretaria, na data supra.

**WEBER VIEIRA MARTINS**

**Secretário Municipal de Administração**

---

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2026**

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS**

A Prefeitura de Nova Olímpia, através da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 250 de 20 de Outubro de 2026, nos termos da legislação vigente e das exigências do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2026, torna **PÚBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS**, dos candidatos inscritos conforme segue:

**PROFESSOR PEDAGOGIA - ZONA URBANA – CADASTRO RESERVA**

| Nº de Insc. | NOME | CPF | CARGO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|
| 001 | Lorraine Silva da Cruz | 053.xxx.xxx-80 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 002 | Luana Karina dos Santos | 051. xxx.xxx -63 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 003 | Viviane da Silva Carvalho | 061. xxx.xxx -63 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 004 | Alinielle de Lima | 060. xxx.xxx -85 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 005 | Maria Aparecida Nogueira dos Santos | 514. xxx.xxx -04 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 006 | Mauria Souza Araujo | 013. xxx.xxx -80 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 007 | Lunara Cristina dos Santos | 050. xxx.xxx -93 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 008 | Leonilda Gonçalves Ferreira | 514. xxx.xxx -34 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 009 | Maria das Dores de Oliveira | 452. xxx.xxx -68 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 010 | Raquel Lopes da Silva | 619. xxx.xxx -53 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 011 | Flaiahan dos Santos | 050. xxx.xxx -24 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 012 | Rosimar Pereira da Silva | 020. xxx.xxx -88 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 013 | Célia Maria de Souza Araújo | 694. xxx.xxx -30 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 014 | Kelly Cleomaria de Queiroz | 047. xxx.xxx -93 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 015 | Maria de Fátima dos Santos Silva | 104. xxx.xxx -08 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 016 | Janaina dos Santos de Alcantara | 111. xxx.xxx -40 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 017 | Bruna Lais Soares Trovão | 049. xxx.xxx -20 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 018 | Cleonice Roberto de Melo | 002. xxx.xxx -78 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 019 | Gleiciane Oliveira Santana | 011. xxx.xxx -88 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 020 | Ana Paula da Silva | 939. xxx.xxx -72 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 021 | Leonice Andrade Silva | 845. xxx.xxx -20 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 022 | Giuliane Lina Ferreira | 048. xxx.xxx -10 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 023 | Juliana Reis Fonseca | 049. xxx.xxx -39 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 024 | Josane Francisca de Lima | 037. xxx.xxx -03 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 025 | Lucimar Alves Pereira | 714. xxx.xxx -15 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 026 | Fatima Maria da Silva Pinheiro | 572. xxx.xxx -68 | Professor Pedagogia | Deferida |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 027 | Amanda Garvão de Melo | 039. xxx.xxx -03 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 028 | Luciana Sirleide do Nascimento | 020. xxx.xxx -00 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 029 | Taciana Quirino da Silva | 012. xxx.xxx -31 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 030 | Angelina Feitosa Fanaia de Almeida | 514. xxx.xxx -49 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 031 | Adriane Carine Gomes da Silva | 701. xxx.xxx -22 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 032 | Leonice Campos Souza | 015. xxx.xxx -05 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 033 | Aparecida de Arruda | 009. xxx.xxx -22 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 034 | Elizabete Lourenço de Cristo | 052. xxx.xxx -75 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 035 | Edenilda dos Santos | 013. xxx.xxx -43 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 036 | Mikaelly Silva de Almeida | 061. xxx.xxx -02 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 037 | Cleonice Alves dos Santos | 008. xxx.xxx -79 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 038 | Rosineide Domingos de Alencar | 972. xxx.xxx -20 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 039 | Maria Sidineide Alves da Silva Rocha | 836. xxx.xxx -04 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 040 | Maria das Dores Romão Sobrinho | 488. xxx.xxx -87 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 041 | Desiree Sales Gallego | 957. xxx.xxx -34 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 042 | Bruna Gonçalves Ramos da Silva | 060. xxx.xxx -00 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 043 | Bianca Viera Gomes Santana | 061. xxx.xxx -85 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 044 | Adriana dos Santos Almeida Oliveira | 016. xxx.xxx -99 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 045 | Rosana Alves(PNE) | 011. xxx.xxx -19 | Professor Pedagogia | Indeferida |
| 046 | Valdilene de Almeida Ribeiro | 023. xxx.xxx -37 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 047 | Sandra Maria Lira | 432. xxx.xxx -00 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 048 | Cidicleide de Lima Santos | 054. xxx.xxx -05 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 049 | Leiliane dos Santos Favalessa | 039. xxx.xxx -47 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 050 | Ana Paula da Silva | 021. xxx.xxx -88 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 051 | Maiara Coelho Pires da Costa | 043. xxx.xxx -23 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 052 | Maria Antônia Nascimento de Santana | 062. xxx.xxx -08 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 053 | Rosinete Lemes do Moraes do Nascimento | 923. xxx.xxx -04 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 054 | Cleidiane Rodrigues dos Santos | 017. xxx.xxx -75 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 055 | Gabrielly Martins de Almeida | 064. xxx.xxx -32 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 056 | Cleide Gonçalves | 000. xxx.xxx -51 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 057 | Elisangela Moreira Nery | 275. xxx.xxx -50 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 058 | Joanize Cristina Corrêa | 362. xxx.xxx -91 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 059 | Leni Aparecida Jorge dos Santos | 102. xxx.xxx -56 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 060 | Samy Regina Santos de Campos Batista | 021. xxx.xxx -88 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 061 | Sandra Giovana Santana | 615. xxx.xxx -00 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 062 | Érika Ferraz Teixeira de Paula | 704. xxx.xxx -53 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 063 | Raimunda Adorno Moreira | 259. xxx.xxx -20 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 064 | Eliane Vieira de Souza Oliveira | 805. xxx.xxx -04 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 065 | Luciana da Silva Souza | 704. xxx.xxx -87 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 066 | Luciene de Souza Silva | 011. xxx.xxx -44 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 067 | Selma Bartolomeu da Cunha | 902. xxx.xxx -97 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 068 | Eucilene de Souza Pereira | 044. xxx.xxx -74 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 069 | Jucimara Matos Leite Santos | 037. xxx.xxx -14 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 070 | Fernanda Gregório da Silva | 027. xxx.xxx -16 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 071 | Jaciane Silva dos Santos | 094. xxx.xxx -78 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 072 | Luzia Rossie Alves Rocha | 568. xxx.xxx -34 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 073 | Maria Aparecida Relíquias Julião | 344. xxx.xxx -04 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 074 | Odilene Maria Fernandes | 924. xxx.xxx -59 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 075 | Daniela Francisco dos Santos | 037. xxx.xxx -99 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 076 | Daiany de Souza | 004. xxx.xxx -22 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 077 | Edinéia Maria da Cunha | 760. xxx.xxx -15 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 078 | Tereza Cristina de Souza | 615. xxx.xxx -15 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 079 | Aliny de Souza Santos | 004. xxx.xxx -20 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 080 | Alcilene da Costa Gonçalves | 016. xxx.xxx -33 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 081 | Jucinete Meloni de Souza | 887. xxx.xxx -68 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 082 | Beatriz Cunha Rodrigues dos Santos | 059. xxx.xxx -61 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 083 | Luci Cleide dos Santos Dionizio | 724. xxx.xxx -53 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 084 | Ana Carla da Silva Santos | 031. xxx.xxx -40 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 085 | Iolanda Silva Oliveira | 006. xxx.xxx -42 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 086 | Ana Claudia Oliveira da Silva (PNE) | 064. xxx.xxx -37 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 087 | Miriam Souza Silva | 985. xxx.xxx -72 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 088 | Francisca Emilia Oliveira Soares | 009. xxx.xxx -12 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 089 | Sabrina Andrade de Lima Félix | 028. xxx.xxx -59 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 090 | Maria Vania da Silva Nunes | 066. xxx.xxx -02 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 091 | Adnair de Souza Ferreira | 615. xxx.xxx -91 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 092 | Aline dos Santos Nogueira | 723. xxx.xxx -00 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 093 | Maria Lúcia dos Santos | 699. xxx.xxx -87 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 094 | Benedita Matias da Silva | 023. xxx.xxx -13 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 095 | Heloisa Quessada Justino de Almeida | 695. xxx.xxx -00 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 096 | Renata Maria da Silva | 039. xxx.xxx -10 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 097 | Neiva Carvalho Costa | 006. xxx.xxx -73 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 098 | Senivam Silva de Araújo Gomes | 070. xxx.xxx -30 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 099 | Edineide Carneiro Melo | 048. xxx.xxx -30 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 100 | Natália Larissa Gallego | 036. xxx.xxx -38 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 101 | Angelica de Freitas Delfino | 063. xxx.xxx -67 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 102 | Rosangela Silva Maranhão | 024. xxx.xxx -79 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 103 | Eliane dos Santos Silva | 035. xxx.xxx -12 | Professor Pedagogia | Deferida |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 104 | Sandra Severiano | 050. xxx.xxx -44 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 105 | Lisa Danielle de Sousa Carvalho | 010. xxx.xxx -10 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 106 | Alessandra Ribeiro | 004. xxx.xxx -37 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 107 | Aline Kelhulyn Bueno dos Santos de Almeida | 032. xxx.xxx -04 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 108 | Simone Pereira de Araújo | 925. xxx.xxx -91 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 109 | Célia Regina de Melo | 535. xxx.xxx -91 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 110 | Viviane da Costa Santos | 019. xxx.xxx -45 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 111 | Marivania dos Santos Brito | 020. xxx.xxx -37 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 112 | Leidiana Nonata Pereira | 019. xxx.xxx -57 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 113 | Maria Carneiro de Olinda | 784. xxx.xxx -49 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 114 | Elizangela Cirilo Pereira | 992. xxx.xxx -82 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 115 | Vanessa Luzia dos Santos Queiroz | 054. xxx.xxx -51 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 116 | Michele Mariza de Almeida | 043. xxx.xxx -82 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 117 | Adriana Ferreira da Silva Moraes | 697. xxx.xxx -53 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 118 | Kedma Soares de Souza | 065. xxx.xxx -62 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 119 | Bruna Kawany Alves Soares Araújo | 068. xxx.xxx -58 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 120 | Driele Novaes da Silva Rodrigues | 052. xxx.xxx -20 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 121 | Maria de Fátima Faria Pinheiro dos Santos | 460. xxx.xxx -72 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 122 | Vanusa Pereira Marschner | 937. xxx.xxx -72 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 123 | Eleni Cleide Silva | 010. xxx.xxx -66 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 124 | Marlene Márcia Goelzer | 000. xxx.xxx -45 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 125 | Francisco das Chagas Pereira de Souza | 000. xxx.xxx -86 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 126 | Rosilda Antonio dos Santos | 055. xxx.xxx- 08 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 127 | Mariana Andressa da Silva | 048. xxx.xxx -30 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 128 | Demilza Aparecida Blanco Gonsales Medeiros | 059. xxx.xxx -89 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 129 | Maria Lucília da Silva Ferreira | 926. xxx.xxx -72 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 130 | Mikaele Christan Torres Coelho | 038. xxx.xxx -81 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 131 | Sara Gabriele Alves Monteiro | 025. xxx.xxx -39 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 132 | Vanil Romão de Sene | 994. xxx.xxx -20 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 133 | Josicléia Lopes dos Santos | 705. xxx.xxx -49 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 134 | Lidiane Silva de Araújo | 019. xxx.xxx -66 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 135 | Jocenir Jancem da Silva (PNE) | 002. xxx.xxx -22 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 136 | Francidalva de Souza Silva Feitosa | 923. xxx.xxx -15 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 137 | Tainara Irmer | 050. xxx.xxx -43 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 138 | Cibele Pereira da Silva Belizário | 049. xxx.xxx -21 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 139 | Michelly Leite Fernandes | 959. xxx.xxx -15 | Professor Pedagogia | Indeferida |
| 140 | Lorana da Silva Ermita (PNE) | 021. xxx.xxx -10 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 141 | Cacilene Almeida Silva | 784. xxx.xxx -53 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 142 | July Andry Rodrigues de Alencar Santos | 063. xxx.xxx -40 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 143 | Rhaiza Lima Monteiro | 050. xxx.xxx -69 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 144 | Silvania Maria Silva Lima dos Santos | 011. xxx.xxx -13 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 145 | Marilda Rodrigues Simplício | 825. xxx.xxx -68 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 146 | Célia Regina Campos Barros | 020. xxx.xxx -13 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 147 | Jakciliana Pereira Salvador Bizerra | 035. xxx.xxx -80 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 148 | Vera Maria Peixoto de Souza | 383. xxx.xxx -87 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 149 | Aline de Oliveira | 138. xxx.xxx -27 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 150 | Nery Sorreição Oliveira Silva | 012. xxx.xxx -23 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 151 | Neide da Silva Vital de Barros | 432. xxx.xxx -91 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 152 | Rebeca Dias Borborema | 061. xxx.xxx -23 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 153 | Mízia Maria de Souza Silva | 026. xxx.xxx -13 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 154 | Jéssica Rocha da Silva | 746. xxx.xxx -15 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 155 | Suéllem Souza de Santana | 027. xxx.xxx -46 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 156 | Maria Dorli Moreira de Lima Bertoldo | 593. xxx.xxx -44 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 157 | Camila Beatriz de Lima Silva | 066. xxx.xxx -22 | Professor Pedagogia | Indeferida |
| 158 | Cristiane Menezes Alves | 061. xxx.xxx -22 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 159 | Mércia Geraldo Pereira | 055. xxx.xxx -90 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 160 | Míriam Borges Guimarães Ferreira | 053. xxx.xxx -38 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 161 | Laine Marques dos Santos Almeida Bertão | 837. xxx.xxx -68 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 162 | Antonia Aparecida da Silva Feitosa | 593. xxx.xxx -00 | Professor Pedagogia | Deferida |

**PROFESSOR PEDAGOGIA - ZONA RURAL – CADASTRO RESERVA**

| Nº de Insc. | NOME | CPF | CARGO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|
| 001 | Dyessica Bruna Carvalho | 028. xxx.xxx -09 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 002 | Aucileide Rodrigues dos Santos Benício | 922. xxx.xxx -20 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 003 | Zenilda Ribeiro Barbosa de Souza | 002. xxx.xxx -27 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 004 | Solange de Fátima de Oliveira | 026. xxx.xxx -09 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 005 | Renata Ferreira Bueno Moreira | 018. xxx.xxx -45 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 006 | Ozenide da Silva Moreira | 015. xxx.xxx -19 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 007 | Tatiana de Souza Silva | 040. xxx.xxx -21 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 008 | Luzinete Hortêncio de Barros Matias | 488. xxx.xxx -91 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 009 | Ivonete da Costa de Lima | 032. xxx.xxx -02 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 010 | Maria Rita da Silva Serrano | 129. xxx.xxx -90 | Professor Pedagogia | Deferida |
| 011 | Jhenifer Soares Silva | 049. xxx.xxx -28 | Professor Pedagogia | Deferida |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CADASTRO RESERVA**

| Nº de Insc. | NOME | CPF | CARGO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 001 | Fabiana Bernardo dos Santos | 013. xxx.xxx -42 | Professor Educação Física | Deferida |
| 002 | Edvan Gomes dos Santos | 048. xxx.xxx -24 | Professor Educação Física | Deferida |
| 003 | Yago Rodrigues da Silva | 049. xxx.xxx -35 | Professor Educação Física | Indeferida |
| 004 | Elenildo dos Santos Lopes | 040. xxx.xxx -35 | Professor Educação Física | Deferida |
| 005 | José Vinícius Araujo da Silva | 049. xxx.xxx -67 | Professor Educação Física | Deferida |
| 006 | Hevellyn Alves da Silva | 026. xxx.xxx -94 | Professor Educação Física | Deferida |
| 007 | Marcus Vinícius Alves Queiroz | 039. xxx.xxx -88 | Professor Educação Física | Deferida |
| 008 | Anny Beatriz Vierira Correia | 061. xxx.xxx -40 | Professor Educação Física | Deferida |
| 009 | Caroline Moreira Alves | 035. xxx.xxx -90 | Professor Educação Física | Deferida |
| 010 | Laís Ketina Gomes da Silva | 055. xxx.xxx -38 | Professor Educação Física | Deferida |
| 011 | Silvana Bezerra dos Santos | 514. xxx.xxx -49 | Professor Educação Física | Deferida |
| 012 | Euvanio Rezende Borges | 042. xxx.xxx -38 | Professor Educação Física | Deferida |

**PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - CADASTRO RESERVA**

| Nº de Insc. | NOME | CPF | CARGO | RESULTADO |
|---|---|---|---|---|
| 001 | Ermelindo Aparecido Simão Coelho | 606. xxx.xxx -68 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 002 | Vanessa Silva Souza de Oliveira | 049. xxx.xxx -82 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 003 | Yasmin Aparecida Sobrinho Nunes | 065. xxx.xxx -48 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 004 | Andreyna Lira Rodrigues da Silva | 069. xxx.xxx -65 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 005 | Giovana Gomes Ruiz Dias | 074. xxx.xxx -19 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 006 | Miriam Ventura de Lima Laurentino | 077. xxx.xxx -36 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 007 | Dalyson Antonio Ferreira de Oliveira | 047. xxx.xxx -44 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 008 | Keli Barbosa Raimundo | 010. xxx.xxx -79 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 009 | Jessica Torres Müller | 039. xxx.xxx -50 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 010 | Maria Lucineide Guimarães | 005. xxx.xxx -81 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 011 | Miriã da Silva Campos | 066. xxx.xxx -17 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 012 | Nayane Isis Lima da Silva | 061. xxx.xxx -92 | Professor Língua Inglesa | Deferida |
| 013 | Janaina Trajano da Silva | 014. xxx.xxx -29 | Professor Língua Inglesa | Deferida |

Nova Olímpia, 10 de novembro de 2026.

Comissão do processo Seletivo Simplificado nº 003/2026.

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 272 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL"**

**ARI CANDIDO BATISTA**, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

**R E S O L V E:**

Art. 1º Exonerar, por motivo de Aposentadoria, o (a) servidor (a) **DEMÉTRIO LOPES RODRIGUES NETO,** inscrito (a) no CPF sob nº 347.***.***-00, ocupante do cargo efetivo de **MÉDICO** , matrícula nº 00026 lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde **(SMS)**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 10 de novembro de 2026.

**ARI CANDIDO BATISTA**

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Registrado Nesta Secretaria e Afixado no lugar de costume

Weber Vieira Martins

Secretário Municipal de Administração

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

**CÂMARA MUNICIPAL**
**RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que, considerando o resultado da Dispensa Eletrônica, os documentos constantes dos autos e a regularidade dos atos praticados, **RATIFICA e HOMOLOGA** o Processo Administrativo nº 10/2026, referente à Dispensa Eletrônica nº 07/2026, destinada à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de acesso à internet, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Nova Santa Helena/MT.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de internet, com velocidade mínima de 800 Mbps, disponibilização de 01 (um) endereço IP público fixo, equipamentos e soluções de conectividade e segurança de rede, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

**CONTRATADA:** BRASIL TECPAR SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ sob nº 07.756.651/0001-55.

**VALOR GLOBAL:** R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

A contratação fundamenta-se no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme enquadramento adotado no processo, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

Nova Santa Helena/MT, 10 de novembro de 2026.

_____

**RAUL BATISTELLO Presidente da Câmara Municipal de Nova Santa Helena/MT**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.244/2.026.**

**SÚMULA: "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N. 1.036/2022, DE 07 DE JUNHO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Excelentíssimo Senhor **PAULINHO BORTOLINI**, Prefeito do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

**Art. 1º** Fica alterado o § 3º do art. 89 da Lei Municipal nº 1.036, de 7 de junho de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 89 (...)**

**§ 3º As férias poderão ser parceladas em até 3 (três) etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, respeitado o intervalo mínimo de 60 (sessenta) dias entre o término de uma etapa e o início da seguinte, resguardado o interesse da Administração." (NR)**

**Art. 2º** Fica alterado o § 1º do art. 90 da Lei Municipal nº 1.036, de 7 de junho de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 90 (...)**

**§ 1º Ao servidor que não tenha optado pelo parcelamento das férias ou que tenha optado pelo parcelamento em, no máximo, 2 (duas) etapas, na forma do § 3º do art. 89, é facultado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, vedada a conversão quando o gozo das férias for parcelado em 3 (três) etapas." (NR)**

**Art. 3º** Fica alterado o § 1º do art. 113 da Lei Municipal nº 1.036, de 7 de junho de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 113. (...)**

**§ 1º A licença poderá ser interrompida a pedido do servidor, a qualquer tempo após o cumprimento de período mínimo de 1 (um) ano, contado da data de início de sua fruição." (NR)**

**Art.** 4º Ficam alterados o caput e os §§ 1º e 2º do art. 126 da Lei Municipal nº 1.036, de 7 de junho de 2022, ficando o referido artigo acrescido do inciso V e dos §§ 3º a 8º, com a seguinte redação:

**"Art. 126. Os servidores públicos da Administração Pública Municipal poderão ser cedidos a órgãos ou entidades públicos da administração direta ou indireta nas hipóteses previstas nos incisos deste artigo, a critério da autoridade competente, mediante decisão motivada de conveniência e oportunidade, comprovado o interesse público e com ônus integral para o órgão ou a entidade cessionária, observadas as condições previstas neste artigo:**

**(...)**

**V - para exercício em órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, inclusive de outros Poderes, a critério da Administração Municipal, mediante decisão motivada que demonstre o interesse público e a conveniência e oportunidade da medida, com ônus integral para o cessionário, na forma deste artigo.**

**§ 1º Nas hipóteses de cessão previstas neste artigo, o ônus integral da remuneração e dos encargos patronais legalmente incidentes será do órgão ou da entidade cessionária, incluídas as vantagens e demais parcelas legalmente devidas ao servidor durante a cessão.**

**§ 2º A cessão será formalizada por termo de cedência e ato da autoridade competente, devidamente publicado, pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de início do exercício no órgão ou na entidade cessionária, expressamente indicada no instrumento.**

**§ 3º A autorização da cessão constitui ato discricionário da autoridade competente, sujeito à avaliação de conveniência e oportunidade e à demonstração motivada de interesse público, não constituindo direito subjetivo do servidor. Sua formalização dependerá da anuência expressa do servidor e da aceitação, pelo cessionário, das obrigações previstas neste artigo, observadas as hipóteses dos incisos do caput.**

**§ 4º Quando o pagamento ao servidor for mantido na folha do Município, o cessionário deverá efetuar o repasse dos valores devidos, a título de reembolso, em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da cobrança mensal acompanhada de demonstrativo das despesas, mediante recolhimento à conta indicada pelo Município.**

**§ 5º O termo de cedência disciplinará o envio dos demonstrativos, a comprovação de seu recebimento, o controle de frequência, as obrigações previdenciárias e a prestação de informações necessárias à gestão funcional do servidor.**

**§ 6º O servidor cedido não poderá retornar ao exercício de suas atribuições no órgão de origem, a seu pedido, antes do término do prazo previsto no § 2º, nem interromper unilateralmente a cessão.**

**§ 7º A vedação prevista no § 6º não impede o encerramento antecipado da cessão por determinação legal ou judicial, por inadimplemento do cessionário ou por decisão motivada da autoridade cedente fundada em necessidade superveniente do serviço público, assegurada a comunicação ao servidor e ao cessionário.**

**§ 8º O descumprimento do prazo de reembolso sujeitará o cessionário à cobrança dos valores devidos e poderá ensejar o encerramento antecipado da cessão, mediante decisão motivada, sem prejuízo do pagamento da remuneração devida ao servidor pelo Município enquanto mantido em sua folha." (NR)**

**Art. 5º** Fica acrescido o art. 126-A à Lei Municipal nº 1.036, de 7 de junho de 2022, com a seguinte redação:

**"Art. 126-A. Fica autorizada a contratação de pessoal por tempo determinado para a substituição de servidor efetivo cedido na forma do art. 126, desde que o ônus integral da remuneração e dos encargos do servidor cedido seja assumido pelo órgão ou pela entidade cessionária e demonstrada, em processo administrativo próprio, a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e do art. 219 desta Lei.**

**§ 1º A contratação dependerá de autorização motivada da autoridade competente, com identificação do servidor cedido, das atribuições a serem atendidas e dos prejuízos concretos à continuidade do serviço, além da demonstração de que a necessidade não pode ser suprida mediante remanejamento de pessoal disponível, vedada a utilização da cessão para justificar artificialmente contratação temporária.**

**§ 2º Será admitida, no máximo, 1 (uma) contratação temporária por servidor cedido, exclusivamente para o de-**

**sempenho das atribuições correspondentes às de seu cargo de origem, observados os requisitos de escolaridade, habilitação profissional e jornada de trabalho previstos na legislação municipal.**

**§ 3º A seleção será realizada por processo seletivo simplificado, admitido o aproveitamento de candidatos classificados em certame vigente compatível com a função, respeitados o edital e a ordem de classificação, observadas as disposições da Lei Municipal nº 409/2010 e suas alterações.**

**§ 4º O contrato terá prazo determinado, limitado ao período restante da cessão e, em qualquer caso, a 1 (um) ano, extinguindo-se com o término da cessão ou com o retorno antecipado do titular, observado o pagamento dos direitos legalmente devidos, vedada a prorrogação automática.**

**§ 5º Aplicam-se à contratação o regime jurídico, os direitos, os deveres e os critérios remuneratórios previstos na Lei Municipal nº 409/2010 e suas alterações, observada, para as atividades correspondentes às de cargo público, a remuneração legalmente fixada para a contratação temporária, sem incorporação de vantagens pessoais do servidor cedido.**

**§ 6º A contratação dependerá de prévia comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira e do atendimento às exigências e aos limites de despesa com pessoal previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, quando aplicáveis, não decorrendo do custeio do servidor cedido pelo cessionário dispensa dessas verificações.**

**§ 7º A substituição de que trata este artigo não constitui vacância nem provimento do cargo efetivo do servidor cedido e não confere ao contratado direito à efetivação."**

**Art. 6º** O período mínimo previsto no § 1º do art. 113 aplica-se às licenças iniciadas após a entrada em vigor desta Lei; as licenças anteriormente iniciadas permanecem regidas, quanto à interrupção a pedido do servidor, pela legislação vigente na data de sua concessão.

**Art. 7º** As novas condições previstas no art. 126 aplicam-se às cessões formalizadas após a entrada em vigor desta Lei, preservadas as condições dos instrumentos anteriormente celebrados até o término de sua vigência.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso 10 de novembro de 2026.

_____

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**CUMPRA-SE**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA N.º 397/2026**

**DATA:** 10 de novembro de 2026

**SÚMULA:** NOMEIA GESTORA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, PARA FINS DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT AO SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SINAPIR.

**PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO**, **NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,** E TENDO EM VISTA AO DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL N° 939/2020, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL (CMPIR).

**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto Federal nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, que regulamenta o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR;

**CONSIDERANDO** as orientações recebidas do Ministério da Igualdade Racial quanto à necessidade de nomeação formal de gestor municipal responsável pela Política de Promoção da Igualdade Racial, como parte dos requisitos para adesão ao SINAPIR;

**CONSIDERANDO** a necessidade de designar representante do Município de Nova Santa Helena – MT para atuar como Gestora da Política de Promoção da Igualdade Racial, assegurando a articulação e o desenvolvimento das ações locais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear a Sra. FRANCISCA KAROLINE COSTA SOUSA, ocupante da função de Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, para exercer a função de Gestora Municipal de Promoção da Igualdade Racial, vinculada à Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT, para fins de adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR.

**Art. 2º** A Gestora nomeada terá a atribuição de coordenar, acompanhar e representar o Município de Nova Santa Helena – MT junto ao Ministério da Igualdade Racial e demais órgãos federais, estaduais e municipais, no âmbito das políticas de promoção da igualdade racial, cabendo-lhe a articulação necessária ao processo de adesão, execução e monitoramento das ações pertinentes.

**Art. 3º** A presente nomeação não afasta a servidora do exercício de suas funções originárias, sendo as atribuições de Gestora Municipal de Promoção da Igualdade Racial exercidas cumulativamente, sem geração de quaisquer efeitos financeiros adicionais.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso

10 de novembro 2026.

**PAULINHO BORTOLINI**

Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**CUMPRA-SE.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

**RECURSOS HUMANOS**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2026 EDITAL DE ABERTURA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2026**

**EDITAL DE ABERTURA**

A Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo do Município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e:

Considerando o permissivo previsto na Lei Complementar nº 061/2013 – Estatuto de Servidor Público do Município de Nova Ubiratã – Art. 180 e seguintes;

Considerando o previsto no art. 95 da Lei Complementar nº 086/2016, que refere-se a contratação temporária de profissionais da educação;

Considerando a Lei Municipal nº 656/2014 que trata do Regime Jurídico – Administrativo para a Contratação Temporária por Tempo de determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando a Lei Municipal nº 1192/2025 que trata da contratação temporária de Brigadista.

Considerando a Lei Municipal nº 622/2013 que trata do programa municipal de contratação de menor aprendiz.

CONSIDERANDO a demanda de diversas secretarias para contratação de pessoal;

CONSIDERANDO a necessidade de se implantar a referida seleção, primando pelos princípios da administração pública da publicidade, transparência e a formalidade que a seleção impõe.

Considerando o permissivo previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária do exercício de 2026.

**RESOLVE:**

**TORNAR PÚBLICO,** que encontra - se aberto Processo Seletivo Simplificado para as vagas descritas abaixo e conforme as condições impostas pelo seguinte Edital:

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão composta por cinco servidores, designados através da Portaria nº. 496/2026.

1.2. O Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2026 e os demais atos e decisões inerentes ao Processo Seletivo Simplificado serão publicados por meio de afixação no Mural da Prefeitura, no site: www.novaubirata.mt.gov.br e Jornal Oficial para publicações do Município de Nova Ubiratã - Site: www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

1.3. É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do Processo Seletivo Simplificado.

1.4. O Processo Seletivo Simplificado disciplinado por este edital destina-se à contratação de cargos vagos para:

**A** - Substituição de Ausências e outros afastamentos legais nas diversas unidades e secretarias; **B** – Atender regência de classes e cumprimento do calendário escolar de aula disponíveis para o ano letivo de 2026; **C –** Contratação de Cargos de Professores da Educação Básica, Técnicos Administrativos Educacionais e Equipe de Apoio Educacional para Secretaria de Educação; **D –** Dar continuidade a atividade estatal não podendo a população ser prejudicada por falta de pessoal para atender o serviço público Municipal.

1.5. Serão contratados professores e outros cargos na medida da necessidade e de acordo com a disponibilidade orçamentária da Administração Pública Municipal.

1.6. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento dos cargos vagos, dos que virem a vagar ou forem criados, em razão das situações previstas no Item 1.4, no prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, nas vagas previstas no ANEXO I.

1.7. O processo seletivo simplificado nº. 002/2026 atenderá os prazos dispostos no Cronograma Estimado previsto no Anexo III, sendo que qualquer alteração ocorrida nos prazos será divulgada através de Edital de Retificação e/ou Edital Complementar.

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições serão realizadas de maneira presencial, nos dias **16 de Novembro de 2026 a 30 de Novembro de 2026** das **07:00h às 11:00 e das 13:00 às 17:00** dos dias acima mencionados:

a) No Espaço Científico Educacional Profª Margarete Traversin Massocco, situada na Rua Pedro Duarte nº 191 - Centro / Nova Ubiratã - Mato Grosso.

2.2. Poderão inscrever-se os interessados que preencham os seguintes requisitos:

a) Na nomeação ter idade igual ou superior a 18 anos;

b) Ter a escolaridade compatível com o cargo pretendido.

2.3. Não haverá cobrança de taxa de inscrição para este Processo Seletivo Simplificado 002/2026 portanto as inscrições serão gratuitas.

2.4. Ao realizar a inscrição o candidato receberá o protocolo.

**3. DAS INSCRIÇÕES PARA PNE**

3.1. No momento da inscrição os candidatos Portadores de Necessidades Especiais deverão informar que são PNE e preencher o quadro previsto no Anexo IV e anexar:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID.

b) Solicitação de prova especial, mediante requerimento, se necessário.

3.2. A não solicitação de prova especial eximirá a comissão de qualquer providência.

3.3. Aos candidatos Portadores de Necessidades Especiais será aplicada a Lei Complementar nº 114/2002, do Estado de Mato Grosso, que assim dispõe:

**Art. 21** - Fica assegurado à pessoa portadora de necessidades especiais o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo ou emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de 10% (dez por cento) em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

**4. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO**

4.1. Compete ao candidato:

a) Acompanhar todas as publicações feitas no Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios através do site www.diariomunicipal.com.br/amm-mt bem como, no Mural do Paço Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Educação, e no site da Prefeitura Municipal www.novaubirata.mt.gov.br.

b) Conferir, nas listas a serem divulgadas, os seguintes dados pessoais: nome, função para qual se inscreveu e local da realização da prova. Caso haja inexatidão nas informações, o candidato deverá entrar em contato, através de oficio com a Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado no prazo estipulado para interposição de recurso, conforme Anexo III.

c) O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

**5. DAS PROVAS**

5.1. O Processo Seletivo Simplificado, objeto deste Edital consistirá na realização de prova objetiva, para todos os cargos.

5.2. Somente para o cargo de Brigadista, haverá a realização de Teste de Aptidão Física **(TAF)** e o Teste de Habilidades na Utilização de Ferramentas Agrícolas **(THUFA)**, conforme disposto no Anexo VIII, que será realizada no dia **13 de Dezembro de 2026,** com início às **09:00 e término para apresentação no local da prova às 11:45**, quando será passada a lista de presença, não serão admitidos candidatos após esse horário. O local será divulgado através de edital complementar.

**Parágrafo único:** o candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 30 minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, de documento de identificação oficial com foto.

5.3. As provas escritas realizar-se-ão no dia **13 de dezembro de 2026** das **08h** às **11h** nas dependências da **Escola Municipal Tancredo Neves na Av. Tancredo Neves, n° 1701, Nova Ubiratã – MT.**

5.4. A duração das provas serão de até "3" (três) horas e o candidato deverá comparecer ao local da prova, com antecedência mínima de 30 minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente, de documento de identificação oficial com foto e caneta esferográfica azul ou preta.

**Parágrafo único:** em caso de apresentação de documento pessoal na modalidade virtual, conforme **ANEXO VII**, tal documento deve ser passível de confirmação nos sites oficiais, de modo que não atendendo a finalidade, tal documento será desconsiderado e o candidato deverá apresentar novo documento antes do início da prova.

5.5. Ao chegar no local de realização das provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

5.6. Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

5.7. Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados.

5.8. A ausência do candidato implicará em sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

5.09. Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 60 (sessenta) minutos do seu início.

5.10. Para a realização do **TAF** e do **THUFA**, o candidato impreterivelmente no dia da realização dos mesmos, deverá apresentar o Atestado Médico comprovando que se encontra “APTO a realizar atividades físicas” compatíveis com os riscos da atividade de brigadista temporário, com data não anterior a 30 dias da realização dos testes.

5.11. O Teste de Aptidão Física – TAF consistirá na execução de uma caminhada ou corrida, e terá o objetivo de avaliar as resistências muscular, aeróbica e ainda a capacidade cardiorrespiratória dos candidatos.

5.12. A distância percorrida deverá ser de 2.400 (dois mil e quatrocentos) metros. O avaliador cronometrará o teste e anotará o tempo de chegada de cada candidato na ficha de avaliação individual.

5.13. O tempo máximo para conclusão do teste será de 30 (trinta) minutos, para candidatos do sexo masculino, e 36 (trinta e seis)

minutos para candidatas do sexo feminino.

5.14. O candidato que não completar o percurso no tempo máximo exigido será desclassificado automaticamente.

5.15. O Teste de Habilidade no Uso de Ferramentas Agrícolas – THUFA terá o objetivo de avaliar a resistência muscular e habilidade no manuseio de ferramentas agrícolas.

5.16. O candidato receberá os equipamentos e materiais da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, como enxadas, rastelos, limas chatas, dentre outras ferramentas agrícolas manuais, necessárias para efetuarem os testes.

5.17. O candidato deverá carpir e rastelar uma área de 03 (três) por 05 (cinco) metros, em um prazo de no máximo 25 (vinte e cinco) minutos. A área deverá ficar totalmente limpa de vegetação, completamente em solo mineral.

5.18. O candidato que não carpir por completo a área demarcada no tempo máximo estabelecido será desclassificado automaticamente.

6.0. O Candidato que tiver o interesse em levar sua prova, deverá permanecer na sala em silêncio, até o decorrer de 90 (noventa) minutos do seu início.

6.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, bonés, relógios digitais, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se ao Fiscal da sala do Processo Seletivo designado e identificado com crachá, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer outros critérios para resguardar a execução individual e correta das provas.

6.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança. Esta sendo acompanhada por um fiscal designado.

6.3. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala, a fim de assinar o lacre do envelope das folhas de respostas juntamente com os dois fiscais da sala, sendo liberados quando todos(as) tiverem concluído.

6.4. O presente Processo Seletivo Simplificado terá 02 etapas, sendo:

I Primeira Etapa: composta por prova objetiva, que será avaliada de “0” a “10”.

II Segunda Etapa: composta por prova prática, somente para o cargo de Brigadista.

6.5. A nota final será a nota obtida na prova objetiva.

6.6. A nota final para os cargos citados no item 6.4, será a somatória da nota da prova objetiva com a nota da prova prática, dividida por 03 (três) para o Brigadista.

**7. DA PONTUAÇÃO DAS PROVAS:**

7.1. Cada questão objetiva aplicada terá e valerá peso de 0,50 pontos, sendo que ao todo serão aplicadas 20 questões, totalizando 10 pontos no máximo.

| TIPO DE PROVA | NÚMERO DE QUESTÕES | TOTAL DE PONTOS |
|---|---|---|
| Prova objetiva:<br>*Língua Portuguesa | 06 | 0,50 |
| *Matemática | 06 | 0,50 |
| *Conhecimentos Gerais e Específicos | 08 | 0,50 |

| **TAF para o Candidato do sexo Masculino** | |
|---|---|
| **Tempo de percurso** | **Pontuação** |
| Acima de 30 minutos | Desclassificado |
| Entre 28'01 e 30 minutos | 05 (cinco) pontos |
| Entre 26'01 e 28 minutos | 06 (seis) pontos |
| Entre 24'01 e 26 minutos | 07 (sete) pontos |
| Entre 22'01 e 24 minutos | 08 (oito) pontos |
| Entre 20'01 e 22 minutos | 09 (nove) pontos |
| Abaixo de 20 minutos | 10 (dez) pontos |

| **TAF para o Candidato do sexo Feminino** | |
|---|---|
| **Tempo de percurso** | **Pontuação** |
| Acima de 36 minutos | Desclassificado |
| Entre 34'01 e 36 minutos | 05 (cinco) pontos |
| Entre 32'01 e 34 minutos | 06 (seis) pontos |
| Entre 30'01 e 32 minutos | 07 (sete) pontos |
| Entre 28'01 e 30 minutos | 08 (oito) pontos |
| Entre 26'01 e 28 minutos | 09 (nove) pontos |
| Abaixo de 26 minutos | 10 (dez) pontos |

| **Tempo de capina** | **Pontuação** |
|---|---|
| Acima de 25 minutos | 00 (zero) pontos |
| Entre 20'01 e 25 minutos | 02 (dois) pontos |
| Entre 15'01 e 20 minutos | 04 (quatro) pontos |
| Entre 10'01 e 15 minutos | 06 (seis) pontos |
| Entre 05'01 e 10 minutos | 08 (oito) pontos |
| Abaixo de 05 minutos | 10 (dez) pontos |

7.2. A Prova Prática levará em consideração e compreenderá as atividades que se destinam e totalizando 10 pontos no máximo.

7.3. Os pontos correspondentes às questões por ventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente da formulação de recursos.

7.4. Não serão computadas, tornando-se nulas as questões não respondidas, que contenham rasuras, que tenham sido respondidas a lápis, ou que contenham mais de uma alternativa assinalada.

7.5. Após o término das provas os candidatos não poderão permanecer nas dependências do prédio.

7.6. Os candidatos ao cargo de Brigadista, 13/12/2026, deverão dirigir-se para Avenida Brasil, esquina com a Rua Uruguai, Nº 421, Frente a Secretaria Municipal de Saúde, no Bairro Soya, para a realização da prova prática até as 11:45.

7.8. Os conteúdos programáticos estão dispostos no ANEXO II.

**8. DA CLASSIFICAÇÃO**

8.1. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente de notas.

8.2. Ocorrendo empate quanto ao total de pontos obtidos, os critérios de desempate para os cargos serão e seguirão a seguinte ordem:

a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais e Específicos;

b) Maior número de acertos na prova de Português;

c) Maior número de acertos na prova de Matemática;

d) Maior Idade.

**9. DA REPROVAÇÃO**

9.1. Será considerado reprovado:

9.1.1 O candidato a cargo de nível superior que: não alcançar 5,0 (cinco pontos) do total de pontos das provas.

9.1.2 O candidato a cargo de nível médio que: não alcançar 5,0 (cinco pontos) do total de pontos das provas.

9.1.3 O candidato a cargo de nível fundamental e alfabetizado que: não alcançar 5,0 (cinco ponto) do total de pontos das provas.

**10. DO RESULTADO**

10.1. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado será afixado nos locais de publicação especificados no item 4.1, “a”.

**11. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

11.1. Do resultado das Inscrições Provisórias caberá recurso escrito para a Comissão de Elaboração e Aplicação deste Teste Seletivo Simplificado, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir da data de sua publicação.

11.2. Do resultado provisório da Prova objetiva caberá recurso escrito para a Comissão de Elaboração e Aplicação deste Teste Seletivo Simplificado, no prazo de 01 (um) dia útil, contados a partir da data de sua publicação.

11.3. Os recursos deverão ser feitos pelo candidato, conforme modelo de Recurso constante no Anexo VI por escrito e protocolados na **Espaço Científico Educacional Profª Margarete Traversin Massocco**, mencionada no item 2.1 “a”, direcionado a Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, cujo funcionamento ocorre da seguinte forma:

a) **Espaço Científico Educacional Profª Margarete Traversin Massocco** horário de funcionamento da segunda-feira à sexta-feira das 07:00h ás 11:00;

**Parágrafo único:** Não serão consideradas recursos interpostos de maneira verbal ou por e-mail, sendo obrigatório para fins de conhecimento do recurso este ser formalizado de maneira formal, por escrito, no molde do Anexo VI.

11.4. O parecer emitido pela Comissão Elaboração e Aplicação do teste seletivo, referente ao recurso interposto, deverá ser publicado em prazo de até 05 (cinco) dias úteis do recebimento do pedido do candidato.

11.5. Não serão aceitos os recursos interpostos fora do prazo aqui estabelecido, sendo considerada para tanto, a data em que foi protocolado.

11.6. Não serão aceitos os recursos interpostos que não estiverem fundamentados e sem os dados necessários à identificação do candidato.

**12. DO PRAZO DE VALIDADE.**

12.1. O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade até 15/12/2027.

**13. DO REGIME JURÍDICO**

13.1. Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão contratados pelo Regime Jurídico Administrativo Contratual.

**14. DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**

14.1. Os candidatos aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado serão segurados do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em conformidade com o que dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

**15. DO PROVIMENTO DOS CARGOS PÚBLICOS**

15.1. O provimento das vagas ocorrerá a partir da homologação do presente teste seletivo.

15.2. Os candidatos aprovados serão contratados obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, à medida que as vagas surgirem.

15.3. A contratação de que trata o presente Processo Seletivo Simplificado será de caráter temporário, com prazo determinado estabelecido no momento do contrato conforme necessidade da secretaria, podendo ser rescindido a qualquer tempo por ambas às partes.

15.4. A aprovação do candidato no cargo para o qual se habilitou, não garante a contratação imediata, tendo em vista que sua convocação está condicionada à necessidade da Administração Municipal e das respectivas Secretarias vinculadas.

15.5. No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderá haver convocação para contratação pelo tempo remanescente, os candidatos classificados sendo observada a ordem classificatória.

15.6. Os candidatos aprovados e convocados terão 07 (sete) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 07h00min às 13h00min, munidos com a seguinte documentação para efetivar sua contratação:

a) 01 foto 3x4 recente.

**b) Cópias:**

I. CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de reservista para o sexo masculino.

II. Certidão de Nascimento ou Casamento.

III. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

IV. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (certificado ou declaração de conclusão, devidamente contendo o carimbo e assinatura da instituição).

V. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos.

VI. Carteira de Trabalho e PIS/PASEP.

VII. Cartão de conta corrente no Banco Brasil;

VIII. Certidão de quitação eleitoral.

IX. Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.

X. Comprovante de Residência em nome do Candidato.

XI. Carteira Nacional de Habilitação, para o cargo solicitado.

XII. Carteira do Registro de inscrição no Conselho Regional para o cargo solicitado.

**c) Originais:**

I. Declaração de bens contendo também: número de telefone, e-mail do candidato.

II. Declaração de não acúmulo de cargo público.

III. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho.

Parágrafo único: O candidato que não realizar o exame médico (ASO) na data e local informada pelo Departamento de Recursos Humanos, será considerado como desistente tácito do cargo.

15.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, bem como o número do telefone.

15.8. O não atendimento dentro do prazo estipulado na convocação ou a manifestação por escrito de desistência implicará a exclusão definitiva do candidato deste Teste Seletivo, sem qualquer alegação de direitos futuros.

15.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

Nova Ubiratã- MT, 10 de Novembro de 2026.

***Edegar José Bernardi***

***Prefeito Municipal***

***Handerson Pires Costa***

***Presidente da Comissão de Elaboração do Teste Seletivo***

**ANEXO I - DAS VAGAS**

| COD. DO CARGO | FUNÇÃO | VG | C.H. | REMUNERAÇÃO | REQUISITOS | LOCAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | ASSISTENTE SOCIAL - NIVEL I | 1 | 30 | R$ 5.969,61 | Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe | Sede |
| **2** | PSICOLOGO - NIVEL I | 1 | 40 | R$ 6.562,12 | Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe | Sede |
| **3** | ADE LIMPEZA NIVEL | 5 | 40 | R$ 1.963,16 | Ensino Fundamental completo | Sede |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | FUNDAMENTAL | | | | | |
| **4** | ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 2.641,89 | Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E, Curso de Condutores de Veículos de Transporte Escolar | Sede |
| **5** | ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL | 2 | 40 | R$ 2.070,83 | Ensino Fundamental completo | Sede |
| **6** | ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 1.949,76 | Ensino Fundamental completo | Sede |
| **7** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | 3 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia | Sede |
| **8** | TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO | 1 | 40 | R$ 2.799,60 | Ensino Médio Completo | Sede |
| **9** | TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC | 15 | 20 | R$ 1.621,00 | Ensino Médio Completo e formação profissional específica com carga horária de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas, concluída nos últimos 3 (três) anos. | Sede |
| **10** | TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC | 2 | 40 | R$ 2.066,02 | Ensino Médio Completo e formação profissional específica com carga horária de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas, concluída nos últimos 3 (três) anos. | Sede |
| **11** | ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 1.963,16 | Ensino Fundamental completo | Distrito Entre Rios |
| **12** | ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 2.641,89 | Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E, Curso de Condutores de Veículos de Transporte Escolar | Distrito Entre Rios |
| **13** | ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 2.070,83 | Ensino Fundamental completo | Distrito Entre Rios |
| **14** | ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 1.949,76 | Ensino Fundamental completo | Distrito Entre Rios |
| **15** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | 2 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia | Distrito Entre Rios |
| **16** | TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC | 3 | 20 | R$ 1.621,00 | Ensino Médio Completo e formação profissional específica com carga horária de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas, concluída nos últimos 3 (três) anos. | Distrito Entre Rios |
| **17** | ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL | 1 | 40 | R$ 1.963,16 | Ensino Fundamental completo | Distrito Novo Mato Grosso |
| **18** | ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 2.070,83 | Ensino Fundamental completo | Distrito Novo Mato Grosso |
| **19** | ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 1.949,76 | Ensino Fundamental completo | Distrito Novo Mato Grosso |
| **20** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | 1 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia | Distrito Novo Mato Grosso |
| **21** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | 1 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Letras | Distrito Novo Mato Grosso |
| **22** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | 1 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Matemática | Distrito Novo Mato Grosso |
| **23** | TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO | 1 | 40 | R$ 2.799,60 | Ensino Médio Completo | Distrito Novo Mato Grosso |
| **24** | TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC | 1 | 20 | R$ 1.621,00 | Ensino Médio Completo e formação profissional específica com carga horária de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas, concluída nos últimos 3 (três) anos. | Distrito Novo Mato Grosso |
| **25** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | 1 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia | Escola Municipal Lorindo Pedro Basso |
| **26** | TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC | CR | 20 | R$ 1.621,00 | Ensino Médio Completo e formação profissional específica com carga horária de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas, concluída nos últimos 3 (três) anos. | Escola Municipal Lorindo Pedro Basso |
| **27** | ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL | 1 | 40 | R$ 2.070,83 | Ensino Fundamental completo | Escola Municipal Lorindo Pedro Basso |
| **28** | ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL | 1 | 40 | R$ 1.963,16 | Ensino Fundamental completo | Distrito Santo Antônio do Rio Bonito |
| **29** | ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 2.070,83 | Ensino Fundamental completo | Distrito Santo Antônio do Rio Bonito |
| **30** | ADE VIGIA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 1.949,76 | Ensino Fundamental completo | Distrito Santo Antônio do Rio Bonito |
| **31** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | 2 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia | Distrito Santo Antônio do Rio Bonito |
| **32** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | CR | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Letras ou Ingês | Distrito Santo Antônio do Rio Bonito |
| **33** | TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO | 1 | 40 | R$ 2.799,60 | Ensino Médio Completo | Distrito Santo Antônio do Rio Bonito |
| **34** | TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC | CR | 20 | R$ 1.621,00 | Ensino Médio Completo e formação profissional específica com carga horária de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas, concluída nos últimos 3 (três) anos. | Distrito Santo Antônio do Rio Bonito |
| **35** | ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL | 1 | 40 | R$ 1.963,16 | Ensino Fundamental completo | Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro |
| **36** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | 2 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia | Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro |
| **37** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | 1 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Letras | Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro |
| **38** | PROFESSOR II - 30 NI- | 1 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Matemática | Distrito Santa Terezi- |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | VEL LICENCIATURA PLENA | | | | | nha do Rio Ferro |
| **39** | TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC | CR | 20 | R$ 1.621,00 | Ensino Médio Completo e formação profissional específica com carga horária de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas, concluída nos últimos 3 (três) anos. | Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro |
| **40** | ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 2.070,83 | Ensino Fundamental completo | Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro |
| **41** | ADE MOTORISTA NIVEL ENSINO FUNDAMENTAL | CR | 40 | R$ 2.641,89 | Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E, Curso de Condutores de Veículos de Transporte Escolar | Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro |
| **42** | PROFESSOR I - 30 HR NIVEL MEDIO MAGISTERIO | CR | 30 | R$ 3.976,85 | Ensino Médio completo, com formação em Magistério | Escola Municipal Indígena Tupará |
| **43** | PROFESSOR II - 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA | 1 | 30 | R$ 5.567,71 | Ensino Superior Licenciatura Plena em Pedagogia | Escola Municipal Indígena Tupará |
| **44** | ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL | 1 | 40 | R$ 1.963,16 | Ensino Fundamental completo | Escola Municipal Indígena Tupará |
| **45** | ADE NUTRICAO NIVEL FUNDAMENTAL | 1 | 40 | R$ 2.070,83 | Ensino Fundamental completo | Escola Municipal Indígena Tupará |
| **46** | ASSISTENTE SOCIAL | CR | 30 | R$ 5.502,42 | Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe | Sede |
| **47** | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | 1 | 40 | R$ 1.743,43 | Ensino Fundamental Completo | Sede |
| **48** | AUXILIAR DE CONSULTORIO ODONTOLOGICO | 1 | 40 | R$ 1.743,43 | Ensino Fundamental Completo | Sede |
| **49** | AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS | 1 | 40 | R$ 1.816,34 | Alfabetizado | Sede |
| **50** | AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS | CR | 40 | R$ 1.816,34 | Alfabetizado | Distrito Santo Antônio do Rio Bonito |
| **51** | AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS | CR | 40 | R$ 1.816,34 | Alfabetizado | Distrito Novo Mato Grosso |
| **52** | AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS | CR | 40 | R$ 1.816,34 | Alfabetizado | Distrito Entre Rios |
| **53** | AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS | CR | 40 | R$ 1.816,34 | Alfabetizado | Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro |
| **54** | BRIGADISTA | CR | 40 | R$ 2.244,64 | Ensino Fundamental completo | Sede, com possível regime de plantão de 12/36. |
| **55** | COZINHEIRO | CR | 40 | R$ 1.915,95 | Alfabetizado | Sede |
| **56** | EDUCADOR FISICO | CR | 40 | R$ 4.990,05 | Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe | Sede |
| **57** | ENCANADOR | CR | 40 | R$ 1.915,95 | Alfabetizado | Sede |
| **58** | ENCANADOR | CR | 40 | R$ 1.915,95 | Alfabetizado | Distrito Novo Mato Grosso |
| **59** | ENCANADOR | CR | 40 | R$ 1.915,95 | Alfabetizado | Distrito Santo Antônio do Rio Bonito |
| **60** | ENFERMEIRO | 1 | 40 | R$ 6.048,55 | Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe | Sede |
| **61** | ENFERMEIRO | CR | 40 | R$ 6.048,55 | Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe | Distrito Entre Rios |
| **62** | FISCAL DE MEIO AMBIENTE | CR | 40 | R$ 4.300,00 | Ensino Médio Completo | Sede |
| **63** | FISCAL DE OBRAS E POSTURAS | CR | 40 | R$ 4.966,55 | Ensino Médio Completo | Sede |
| **64** | MENOR APRENDIZ | CR | 20 | R$ 810,50 | Alfabetizado e frequentando a escola, cursando Ensino Superior ou fazendo Curso Técnico ou Profissionalizante. | Sede |
| **65** | MOTORISTA | CR | 40 | R$ 2.433,01 | Alfabetizado, Carteira Nacional de Habilitação Categoria E | Sede |
| **66** | MOTORISTA | CR | 40 | R$ 2.433,01 | Alfabetizado, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E | Sede |
| **67** | MOTORISTA | CR | 40 | R$ 2.433,01 | Alfabetizado, Carteira Nacional de Habilitação Categoria D ou E | Distrito Entre Rios |
| **68** | PEDREIRO | CR | 40 | R$ 2.709,37 | Alfabetizado | Sede |
| **69** | PSICOLOGO 40HS/SEM | CR | 40 | R$ 6.048,55 | Ensino Superior Completo com Registro no Conselho de Classe | Sede |
| **70** | TÉCNICO AGRÍCOLA | CR | 40 | R$ 2.709,37 | Ensino Médio Completo | Sede |
| **71** | TECNICO EM ENFERMAGEM | 1 | 40 | R$ 2.709,37 | Formação Técnica com Registro no Conselho de Classe | Sede |
| **72** | TECNICO EM ENFERMAGEM | CR | 40 | R$ 2.709,37 | Formação Técnica com Registro no Conselho de Classe | Distrito Santa Terezinha do Rio Ferro |
| **73** | TECNICO EM ENFERMAGEM | CR | 40 | R$ 2.709,37 | Formação Técnica com Registro no Conselho de Classe | Distrito Entre Rios |
| **74** | VIGIA | 1 | 40 | R$ 1.915,95 | Alfabetizado | Sede |
| **75** | VIGIA | 1 | 40 | R$ 1.915,95 | Alfabetizado | Distrito Entre Rios |
| **76** | ZELADORA | 4 | 40 | R$ 1.915,95 | Alfabetizado | Sede |
| **77** | ZELADORA | CR | 40 | R$ 1.915,95 | Alfabetizado | Distrito Entre Rios |
| **78** | ZELADORA | CR | 40 | R$ 1.915,95 | Alfabetizado | Distrito Novo Mato Grosso |

***OBS: CR= CADASTRO RESERVA**

**ANEXO II**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2026**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

PROGRAMAS DAS PROVAS ESCRITA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

***ALFABETIZADO***

**CARGO/FUNÇÃO:**

· AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

· COZINHEIRO

· ENCANADOR

· MENOR APRENDIZ

· MOTORISTA

· *PEDREIRO*

· *VIGIA*

· ZELADOR

**I - LÍNGUA PORTUGUESA:** Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos; Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados; Conhecimento da língua: a) ortografia, b) acentuação gráfica, c) pontuação, d) masculino e feminino, e) antônimo e sinônimo, f) diminutivo e aumentativo. Fonologia: Conceito /Encontros vocálicos /Dígrafos/ Divisão Silábica /Prosódia-Acentuação/ Ortografia. Morfologia: Estrutura e formação das palavras /Classes de Palavras. Sintaxe: Termos de Oração/ Período Composto/Conceito e classificação das orações/Concordância verbal e nominal/ Regência verbal e nominal/Crase/Pontuação. - Semântica: A significação das palavras no texto. Interpretação de Texto.

**II – MATEMÁTICA:** Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Adição, subtração, divisão e multiplicação de números inteiros e fracionários. Números: Sequência numérica e operações (adição / subtração / multiplicação / divisão). Grandezas e suas medidas (tempo, comprimento, massa). Unidades de medida: comprimento (metro e seus múltiplos e submúltiplos); massa (tonelada, quilograma, grama); capacidade (litro e mililitro); tempo (horas, minutos e segundos). Formas Geométricas: reconhecimento de regiões planas (quadradas, retangulares, triangulares e circulares) e seus contornos (quadrado, retângulo, triangulo e circunferência); reconhecimento de figuras espaciais (esfera, cilindro, prisma, pirâmide, cone, cubo, paralelepípedo ou bloco retangular). Frações "ordinárias" e decimais: operações (adição, multiplicação, subtração e divisão).

**III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS:** Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente. Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades compatíveis com as atividades diárias do cargo.

***ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO***

**CARGO/FUNÇÃO:**

· APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NUTRIÇÃO (MERENDEIRA);

· APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA (ZELADORA);

· APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGILÂNCIA (VIGIA);

· APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR;

· AUXILIAR ADMINISTRATIVO

· AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

· BRIGADISTA

**I - LÍNGUA PORTUGUESA:** Leitura e compreensão de textos, informações de pequenos textos; Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados; Conhecimento da língua: a) ortografia, b) acentuação gráfica, c) pontuação, d) masculino e feminino, e) antônimo e sinônimo, f) diminutivo e aumentativo. Fonologia: Conceito /Encontros vocálicos /Dígrafos/ Divisão Silábica /Prosódia-Acentuação/ Ortografia. Morfologia: Estrutura e formação das palavras /Classes de Palavras. Sintaxe: Termos de Oração/ Período Composto/Conceito e classificação das orações/Concordância verbal e nominal/ Regência verbal e nominal/Crase/Pontuação. - Semântica: A significação das palavras no texto. Interpretação de Texto.

**II – MATEMÁTICA:** Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Adição, subtração, divisão e multiplicação de números inteiros e fracionários. Números: Sequência numérica e operações (adição / subtração / multiplicação / divisão). Grandezas e suas medidas (tempo, comprimento, massa). Unidades de medida: comprimento (metro e seus múltiplos e submúltiplos); massa (tonelada, quilograma, grama); capacidade (litro e mililitro); tempo (horas, minutos e segundos). Formas Geométricas: reconhecimento de regiões planas (quadradas, retangulares, triangulares e circulares) e seus contornos (quadrado, retângulo, triangulo e circunferência); reconhecimento de figuras espaciais (esfera, cilindro, prisma, pirâmide, cone, cubo, paralelepípedo ou bloco retangular). Frações "ordinárias" e decimais: operações (adição, multiplicação, subtração e divisão).

**III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS:** Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de

informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente. Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades compatíveis com as atividades diárias do cargo.

***ENSINO MÉDIO/TÉCNICO COMPLETO***

**CARGO/FUNÇÃO:**

· TECNICO E/OU AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL;

· TÉCNICO ADM. EDUCACIONAL SECRETARIA ESCOLAR;

· PROFESSOR I NÍVEL MAGISTÉRIO

· FISCAL DE MEIO AMBIENTE

· FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

· TÉCNICO AGRÍCOLA

· TÉCNICO EM ENFERMAGEM

**I - LÍNGUA PORTUGUESA:** Leitura e interpretação de texto. FONOLOGIA: Fonema; Encontros vocálicos; Encontros consonantais; Sílaba; Ortografia; Notações Léxicas; Sinais de pontuação. Acentuação gráfica. MORFOLOGIA: Elementos Estruturais; Processos de Formação da palavra; Classes Gramaticais (Conceito, identificação, classificação, flexão e emprego das dez classes de palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição; Pronome (Emprego dos pronomes; Contração dos pronomes oblíquos); Verbo (Tempo verbal, Correlação entre os tempos verbais; Modo verbal; Conjugações verbais; Vozes do verbo; Verbo principal e Verbo auxiliar); Advérbio (Locução adverbial; Palavras e locuções denotativas). Preposição (Locução prepositiva; Relações estabelecidas pelas preposições); Interjeição (A interjeição e o contexto). SINTAXE: Frase, Oração (Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Orações reduzidas.) e Período (Período Simples. Período composto por coordenação; Período composto por subordinação; Período composto por coordenação e subordinação); Estudo complementar do período composto; Crase (Conceito e emprego). SEMÂNTICA: Sinônimos; Antônimos; Homônimos; Parônimos.

**II – MATEMÁTICA:** Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Conjunto dos números naturais (N): Operações (adição / subtração / multiplicação / divisão / potenciação / radiciação). Expressões numéricas; Teoria dos números: pares/ ímpares/ múltiplos/ divisores/ primos/ compostos/ fatoração/ divisibilidade/MMC e MDC. Conjunto dos números racionais relativos (Q): Frações ordinárias e decimais; Operações: adição/ subtração/ multiplicação / divisão / potenciação / radiciação / simplificação / ordem. Sistema de medidas e mudanças de unidade (comprimento, massa, volume, capacidade e áreas de superfícies). Conjunto dos números inteiros relativos (Z); Propriedades Comparação; Operações: adição/subtração/multiplicação/divisão/potenciação. Cálculo das áreas das figuras geométricas planas (quadrado, retângulo, paralelogramo e triangulo). Cálculo do volume de sólidos geométricos (cubo e paralelepípedo). Função polinomial real. Função do 1º e 2º graus. Equação do 1º e 2º graus. Expressões numéricas: valor numérico, produtos notáveis, simplificação, fatoração. Inequações do 1º e 2º graus e Sistemas de equações. Matemática financeira: Razão, proporção, divisão proporcional. Regra de três simples e composta. Porcentagem e juros.

**III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS:** Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente. História e Geografia do Brasil, Mato Grosso e Nova Ubiratã, Ciências, Atualidades na Política Nacional e o Mundial, Economia, Artes, Cultura e Esportes. Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades compatíveis com as atividades diárias do cargo.

***ENSINO SUPERIOR COMPLETO***

**CARGO/FUNÇÃO:**

· PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA COM LICENCIATURA PLENA;

· PSICÓLOGO – NÍVEL I

· ASSISTENTE SOCIAL - NIVEL I

· ASSISTENTE SOCIAL

· EDUCADOR FÍSICO

· ENFERMEIRO

· PSICÓLOGO

**I - LÍNGUA PORTUGUESA:** Leitura e interpretação de texto. FONOLOGIA: Fonema; Encontros vocálicos; Encontros consonantais; Sílaba; Ortografia; Notações Léxicas; Sinais de pontuação. Acentuação gráfica. Morfologia: Elementos Estruturais; Processos de Formação da palavra; Classes Gramaticais (Conceito, identificação, classificação, flexão e emprego das dez classes de palavras: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição; Pronome (Emprego dos pronomes; Contração dos pronomes oblíquos); Verbo (Tempo verbal, Correlação entre os tempos verbais; Modo verbal; Conjugações verbais; Vozes do verbo; Verbo principal e Verbo auxiliar); Advérbio (Locução adverbial; Palavras e locuções denotativas). Preposição (Locução prepositiva; Relações estabelecidas pelas preposições); Interjeição (A interjeição e o contexto). Sintaxe: Frase, Oração (Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Orações reduzidas.) e Período (Período Simples. Período composto por coordenação; Período composto por subordinação; Período composto por coordenação e subordinação); Estudo complementar do período composto; Crase (Conceito e emprego). Semântica: Sinônimos; Antônimos; Homônimos; Parônimos.

**II – MATEMÁTICA:** Avaliação da habilidade do candidato em entender a estrutura lógica de relações entre pessoas, lugares, coisas ou eventos, deduzir novas informações e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. As questões da prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas; lógica de argumentação; diagramas lógicos; aritmética; álgebra e geometria básica.

**III - CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS:** Esta prova será baseada em conhecimentos gerais sobre os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e científicos, entre outros, da realidade brasileira e do mundo contemporâneo, buscando avaliar o nível de informação e contextualização do candidato com o seu tempo. Os conteúdos serão aqueles encontrados em revistas, jornais, imprensa escrita e televisiva, assim como em diversos meios de difusão de conhecimentos. Perfil Sócio Econômico do Município de Nova Ubiratã e leis municipais. História do Município de Nova Ubiratã e do Estado de Mato Grosso: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Municipal. Estudos Sociais: Símbolos Nacionais e Municipais; Vultos Nacionais, estadistas, poetas, escritores e romancistas; Deveres morais e cívicos; Datas comemorativas do Município; Domínio de tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades e avanços tecnológicos; Vida e meio ambiente. História e Geografia do Brasil, Mato Grosso e Nova Ubiratã, Ciências, Atualidades na Política Nacional e o Mundial, Economia, Artes, Cultura e Esportes. Filosofia da Educação: Concepções liberais e progressistas da educação: contribuições e limites; Pedagogia tradicional, construtivista e tecnicista. Sociologia da Educação: a democratização da escola; educação e sociedade. Psicologia da Educação: Teoria do desenvolvimento humano, suas distintas concepções; História da Educação: da primeira república ao advento da nova república; O pensamento pedagógico brasileiro. Currículo e Avaliação. Política e Organização da Educação Básica Estrutura: Organização da educação brasileira; Legislação educacional (LDB nº 9394/96); Políticas educacionais; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); Descentralização: avaliação, currículo, legislação; Plano Nacional de Educação. Lei nº 9.394/96/LDB: antecedentes históricos da LDB. Matérias e Assuntos específicos ao desenvolvimento de atividades técnicas compatíveis com as atividades diárias do cargo.

## ANEXO III

## CRONOGRAMA ESTIMADO

## PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026

| ***ESPECIFICAÇÃO*** | ***DATAS E PERÍODOS*** |
|---|---|
| Publicação do edital | ***10/11/2026*** |
| Período de inscrições | ***16/11/2026 a 30/11/2026*** |
| Publicação do edital de inscrições deferidas e indeferidas | ***03/12/2026*** |
| Interposição de recursos | ***04/12/2026*** |
| Publicação do resultado de interposição de recursos e Publicação do edital de homologação das inscrições | ***08/12/2026*** |
| **Realização das provas** | ***13/12/2026*** |
| **Realização das práticas (TAF/THUFA)** | ***13/12/2026*** |
| Divulgação do gabarito | ***14/12/2026*** |
| Publicação do edital provisório, contendo Classificação dos candidatos | ***21/12/2026*** |
| Interposição de recursos referente ao edital Provisório referente a prova escrita e classificação. | ***22/12/2026*** |
| Publicação do resultado da avaliação dos recursos | ***22/12/2026*** |
| Publicação do edital contendo o resultado definitivo as provas | ***23/12/2026*** |
| Publicação e homologação do Processo Seletivo Simplificado | ***23/12/2026*** |

*As publicações serão feitas no diário oficial da AMM, da Prefeitura Municipal e por afixação no Paço Municipal.

## ANEXO IV

## REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Data de Nascimento: _____/_____/_____ Telefone: _____

Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

Cargo Pretendido: _____

Local/Distrito:_____

Número do Cargo Pretendido:_____

E-mail do(a) Candidato(a):_____

**Quadro a ser preenchido exclusivamente para candidato PNE:**
PNE: ( ) SIM ( ) NÃO Tipo: _____
Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não, em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário).
[ ] NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL
[ ] NECESSITA DE PROVA ESPECIAL/ TIPO DE PROVA: _____
(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

Campo a ser preenchido pela Comissão do Teste Seletivo de Nova Ubiratã / MT
Número da Inscrição: _____
Recebido por: _____Data: ____/_____/_____

Declaro que tomei conhecimento do Edital do Processo Seletivo Simplificado **002/2026** e que as declarações acima são verdadeiras.

_____

Assinatura do Candidato

**ANEXO V**

**PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO**

**PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO**
**Teste Seletivo Simplificado nº. 002/2026**

Candidato (a): _____
Inscrição Nº: _____Local:_____
RG: _____ CPF: _____
Cargo pretendido:_____
Escolaridade: _____
Assinatura do candidato:_____
Responsável pela conferência:_____

**PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO**
**Teste Seletivo Simplificado nº. 002/2026**

Candidato (a): _____
Inscrição Nº: _____Local:_____
RG: _____ CPF: _____
Cargo pretendido:_____
Escolaridade: _____
Assinatura do candidato:_____
Responsável pela conferência:_____

**ANEXO VI**

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Á Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado nº. 002/2026**

**Nova Ubiratã/MT.**

Nome do Candidato: _____

Número da Inscrição: _____ Concorrido a: _____

Marque abaixo o tipo de recurso:

1. ( ) Erro na grafia do nome ou endereço.
2. ( ) Gabarito Oficial: questão(ões) nº _____.
3. ( ) Erro ou omissões nos cadernos de provas de múltipla escolha.
4. ( ) Resultado das provas de múltipla escolha.
5. ( ) Erro ou omissão na classificação final.
6. ( ) Outros.

*Letras de Forma, Digitar ou datilografar a justificativa do recurso, de forma objetiva, com embasamento.*

Nova Ubiratã, MT/_____ de _____ de 2026.

_____

**Assinatura do candidato**

**Outros:**_____
_____
_____
_____
_____

_____

**ANEXO VII**

**MODELO DE DOCUMENTO DIGITAL**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO TAF/THUFA**

**DECLARAÇÃO DE APTIDÃO FÍSICA PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA (TAF) E TESTE DE HABILIDADES NA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS AGRÍCOLAS (THUFA)**

Eu, _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade (RG) nº _____ ____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____,residente e domiciliado(a) à _____ _____ _____ DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da lei, que me sinto apto(a) física e mentalmente para realizar o Teste de Aptidão Física **(TAF)** e o teste de habilidades na utilização de ferramentas agrícolas **(THUFA)**, referente ao Processo Seletivo Simplificado 002/2026, ciente das exigências e dos esforços físicos demandados pelas provas.

Nova Ubiratã-MT, _____/_____/_____

_____

Nome: CPF:

---

**PORTARIA Nº. 504/2026 - DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO ÀO SERVIDOR LUIS PHILLIP DE MELO FREIRE**

**PORTARIA Nº. 504/2026**

**DATA: 06 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDOR**

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** o servidor municipal Sr. **LUIS PHILLIP DE MELO FREIRE,** portador do CPF nº *********, matrícula nº ******, a exercer a função de Agente de Fiscalização Ambiental e lotar os servidores citados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

**Art. 2°** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**

**Prefeito Municipal**

Certifico que esta portaria foi registrada e publicada por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 06/11/2026
**RONALDO MARSURA VERNI**
**Secretário Municipal de Administração**
**Decreto n° 010/2026**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

RONALDO MARSURA VERNI

**Secretário Municipal de Administração**

---

**LEI ORDINÁRIA Nº 1302/2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM O CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINAS FILHOS DO SERTÃO**

**LEI ORDINÁRIA Nº 1302/2026**

**DATA: 09 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM O CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINAS FILHOS DO SERTÃO – CULTURA VIVA NO CENTRO-OESTE, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO CULTURAL NOITE NORDESTINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria, mediante Termo de Fomento, com a organização da sociedade civil denominada **CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINAS FILHOS DO SERTÃO – CULTURA VIVA NO CENTRO-OESTE (CTN)**, inscrita no CNPJ sob o nº 63.916.505/0001-10, com sede na Rua José Setter, nº 130, Centro, Nova Ubiratã/MT, representada por sua presidente, Sra. Maria Ednalda Nascimento do Carmo, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante transferência de recursos financeiros, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Art. 2º** A parceria terá por objeto o apoio financeiro à realização do evento cultural denominado Noite Nordestina, previsto para 21 de novembro de 2026, destinado à valorização, preservação e divulgação da cultura nordestina, ao incentivo às manifestações artísticas e à integração comunitária, conforme o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Municipal.

**§ 1º** O valor total autorizado será de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), a ser transferido em parcela única, conforme o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

**§ 2º** Os recursos destinam-se ao custeio das despesas necessárias à execução do evento, compreendendo exclusivamente os itens, valores e atividades discriminados no Plano de Trabalho aprovado.

**§ 3º** Os recursos deverão ser aplicados exclusivamente na execução do objeto da parceria, vedada sua utilização em finalidade diversa daquela estabelecida no Termo de Fomento e no Plano de Trabalho aprovado.

**Art. 3º** A entidade beneficiária deverá prestar contas dos recursos recebidos, demonstrando sua regular aplicação, a execução do objeto e o cumprimento das metas previstas no Plano de Trabalho, observadas a Lei Federal nº 13.019/2014, a Instrução Normativa Municipal nº 006/2009, no que for compatível com a legislação federal, e as condições estabelecidas no Termo de Fomento.

**§ 1º** A entidade apresentará relatório de acompanhamento e os documentos comprobatórios da aplicação dos recursos em até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento do repasse, na forma do Termo de Fomento e da regulamentação aplicável.

**§ 2º** Sem prejuízo do acompanhamento previsto no § 1º, a prestação de contas final será apresentada em até 90 (noventa) dias contados do término da vigência da parceria, admitida prorrogação por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e autorização da Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

**§ 3º** Os documentos originais que integram a prestação de contas deverão ser mantidos pela entidade pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação das contas, assegurado o livre acesso aos agentes da Administração Municipal e aos órgãos de controle interno e externo.

**§ 4º** Na conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de rendimentos de aplicações financeiras, deverão ser restituídos ao Município no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento do exercício de 2026, observada a seguinte classificação:

*ÓRGÃO: 11* - SEC. INDUSTRIA, COMERCIO, TURISMO E CULTURA

*UNIDADE:* 004 – FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA

*FUNÇÃO:* 13 – Cultura

*SUBFUNÇÃO:* 392 – Difusão cultural

*PROGRAMA:* 0034 – EMENDAS IMPOSITIVAS

*PROJETO/ATIVIDADE:* 2527 – LOURDES GORETI PSB - EI Nº 005

*NATUREZA DA DESPESA: 3.3.50.41 – CONTRIBUIÇÕES*

*REDUZIDO: 863*

*FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 – Recursos não Vinculados de Impostos*

**Art. 5º** A execução do objeto da parceria compreenderá o período estabelecido no Plano de Trabalho aprovado, observada a realização do evento em 21 de novembro de 2026, condicionada à prévia formalização do Termo de Fomento e à publicação de seu extrato.

**Parágrafo único**. Eventual alteração do cronograma ou prorrogação dependerá de justificativa, aprovação da Administração Municipal e formalização na forma legal, observados a disponibilidade orçamentária e o limite financeiro autorizado nesta Lei.

**Art. 6º** Caberá ao Poder Executivo Municipal, por intermédio dos setores competentes e dos agentes designados, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução da parceria, avaliar o cumprimento das metas e analisar a prestação de contas.

**Parágrafo único.** A liberação dos recursos observará o cronograma de desembolso e as condições estabelecidas no Termo de Fomento, admitida sua retenção nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

**Art. 7º** A celebração da parceria observará o disposto no art. 16 da Lei Federal nº 13.019/2014, podendo ocorrer mediante inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, inciso II, da mesma Lei, em razão da identificação expressa da entidade beneficiária nesta autorização legislativa.

**Parágrafo único.** A inexigibilidade dependerá de justificativa do administrador público e do cumprimento das exigências de publicidade previstas no art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, sem prejuízo dos demais requisitos legais para a celebração da parceria e da observância do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 8º** Integra esta Lei o Anexo Único, contendo a minuta do Termo de Fomento, cujo preenchimento e adequações formais deverão observar o Plano de Trabalho aprovado e os requisitos legais, preservados o objeto e o limite financeiro autorizados.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**

**Prefeito Municipal**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE**

RONALDO MARSURA VERNI

**Secretário Municipal de Administração**

**ANEXO ÚNICO**

**MINUTA DE TERMO DE FOMENTO Nº ___/2026**

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT E O CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINAS FILHOS DO SERTÃO – CULTURA VIVA NO CENTRO-OESTE.**

O MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.521/0001-00, com sede na Rua Pará, nº 1850, Jardim Santa Helena, Nova Ubiratã/MT, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDEGAR JOSÉ BERNARDI, doravante denominado MUNICÍPIO, e o CENTRO DE TRADIÇÕES NORDESTINAS FILHOS DO SERTÃO – CULTURA VIVA NO CENTRO-OESTE (CTN), organização da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 63.916.505/0001-10, com sede na Rua José Setter, nº 130, Centro, Nova Ubiratã/MT, representada por sua presidente, Sra. MARIA EDNALDA NASCIMENTO DO CARMO, inscrita no CPF sob o nº 007.020.913-83, doravante denominada OSC, celebram o presen-

te Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, na Lei Municipal nº _____/2026 e na regulamentação municipal aplicável, mediante as cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PLANO DE TRABALHO**

1.1. Constitui objeto deste Termo o apoio financeiro à realização do evento cultural Noite Nordestina, previsto para 21 de novembro de 2026, no Município de Nova Ubiratã/MT, com a finalidade de valorizar e preservar a cultura nordestina, promover a integração comunitária e incentivar manifestações artísticas e culturais.

1.2. O Plano de Trabalho aprovado integra este instrumento, independentemente de transcrição, compreendendo as metas, os indicadores, o plano de aplicação dos recursos e o cronograma de desembolso.

1.3. O cumprimento do objeto será aferido mediante comprovação da realização do evento, das atividades culturais previstas, dos resultados e das despesas vinculadas à parceria, por meio de relatórios, registros fotográficos e demais documentos pertinentes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO DESEMBOLSO**

2.1. O valor total da parceria é de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), a ser transferido em parcela única no exercício de 2026, antes da execução das despesas correspondentes e após a eficácia deste instrumento, conforme o Plano de Trabalho aprovado.

2.2. A aplicação dos recursos observará os itens e valores individualizados no Plano de Trabalho aprovado, vedada a realização de despesas estranhas ao objeto.

2.3. Não será exigida contrapartida financeira da OSC. A transferência observará a disponibilidade orçamentária e financeira e as condições legais, sendo vedado o repasse antes da eficácia deste instrumento.

2.4. O repasse poderá ser retido até o saneamento das impropriedades nas hipóteses do art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014, mediante comunicação fundamentada à OSC e oportunidade de regularização.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. As despesas correrão à conta do orçamento de 2026, na seguinte classificação:

*ÓRGÃO: 10 - SEC. ADMINISTRACAO*

*UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETARIO*

*FUNÇÃO: 04 – ADMINISTRAÇÃO*

*SUBFUNÇÃO: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL*

*PROGRAMA: 0002 – APOIO À GESTÃO GOVERNAMENTAL*

*PROJETO/ATIVIDADE: 1001 – APOIO A ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS*

*NATUREZA DA DESPESA: 3.3.50.41 – CONTRIBUIÇÕES*

*REDUZIDO: 638*

*FONTE DE RECURSO: 1.501.0000000 – Outros Recursos não Vinculados*

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

4.1. A vigência terá início na data da publicação do extrato deste instrumento no meio oficial de publicidade da Administração Pública e se encerrará em 31 de dezembro de 2026, sem prejuízo dos prazos de prestação de contas e de outras obrigações posteriores à vigência.

4.2. A execução financeira somente poderá ocorrer após a eficácia do instrumento e observará o cronograma aprovado, não se admitindo custeio retroativo de despesas anteriores à vigência.

4.3. Eventual prorrogação solicitada pela OSC dependerá de proposta formalizada e justificada, aprovação do MUNICÍPIO e termo aditivo, nos termos do art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014. O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso.

**CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

5.1. Os recursos serão depositados e movimentados em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em instituição financeira pública determinada pelo MUNICÍPIO: banco _ _____, agência _____, conta _____, de titularidade da OSC.

5.2. Enquanto não utilizados, os recursos serão aplicados na forma da legislação vigente. Os rendimentos serão destinados ao objeto, submetidos às mesmas condições de prestação de contas.

5.3. Os pagamentos serão realizados por transferência eletrônica com identificação do beneficiário final e crédito em sua conta bancária, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

5.4. É vedada a utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto, bem como para despesas não autorizadas pelo Plano de Trabalho. Os documentos fiscais e recibos deverão ser emitidos em nome da OSC, identificando sua vinculação à parceria.

5.5. A aquisição de bens permanentes ou a execução de obras dependerá de previsão expressa no Plano de Trabalho e de atendimento às exigências legais específicas, não se presumindo autorizada por este instrumento.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

6.1. Compete ao MUNICÍPIO: transferir os recursos conforme o cronograma e as condições legais; designar gestor e comissão de monitoramento e avaliação; acompanhar a execução e realizar visitas quando necessárias; emitir os relatórios e pareceres legalmente exigidos; analisar a prestação de contas; notificar a OSC para sanar irregularidades; e adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

6.2. O MUNICÍPIO promoverá a transparência da parceria na forma legal e fornecerá à OSC orientações e normas aplicáveis à execução e à prestação de contas.

6.3. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da OSC, o MUNICÍPIO poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, para evitar sua descontinuidade, observados o art. 62 da Lei Federal nº 13.019/2014 e as condições legais.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC**

7.1. Compete à OSC executar o objeto e cumprir as metas do Plano de Trabalho; aplicar os recursos exclusivamente nas despesas autorizadas; manter a regularidade e os requisitos legais durante a parceria; realizar o evento e as atividades culturais previstas; apresentar relatórios e prestar contas; restituir valores quando devidos; e comunicar fatos que possam comprometer a execução.

7.2. A OSC será responsável exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive quanto às despesas de custeio, investimento e pessoal, bem como pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução, sem responsabilida-

de solidária ou subsidiária da Administração Pública por inadimplência da OSC, nos termos do art. 42, incisos XIX e XX, da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.3. A OSC permitirá livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas competente aos processos, documentos, informações e locais de execução da parceria.

7.4. A OSC manterá os documentos originais da prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente à apresentação das contas, e cumprirá as obrigações de transparência previstas no art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014, resguardados os dados pessoais protegidos pela legislação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO**

8.1. A gestão será exercida pelo servidor _____, designado pelo ato nº _____, e o monitoramento e a avaliação pela comissão instituída pelo ato nº _____, sem prejuízo das atribuições do Setor de Convênios e Prestação de Contas e dos órgãos de controle.

8.2. A fiscalização compreenderá a verificação das metas, dos resultados e da vinculação das despesas ao objeto, mediante análise documental, relatórios e visitas, quando necessárias. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão competente, na forma legal.

8.3. A fiscalização não afasta a responsabilidade da OSC pela execução e pela regular aplicação dos recursos.

**CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

9.1. Para acompanhamento da execução, a OSC apresentará, até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento da parcela, relatório das atividades e despesas correspondentes, acompanhado de extratos da conta específica e das aplicações, conciliação bancária, comprovantes das despesas e dos pagamentos, sem prejuízo de outros elementos necessários à fiscalização.

9.2. A prestação de contas final será apresentada em até 90 (noventa) dias contados do término da vigência, observada a possibilidade de prorrogação legalmente admitida, e conterá relatório de execução do objeto, com demonstração das metas e dos resultados e elementos comprobatórios. O relatório de execução financeira será exigido nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

9.3. A prestação de contas observará os arts. 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a regulamentação municipal compatível, inclusive a Instrução Normativa nº 006/2009, no que couber e não contrariar a legislação federal.

9.4. A análise municipal considerará o cumprimento do objeto, das metas e dos resultados, assegurando à OSC oportunidade de sanar omissões e irregularidades nos prazos legais, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS**

10.1. Na conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive rendimentos de aplicações, serão devolvidos ao MUNICÍPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014, sob pena de instauração de tomada de contas especial.

10.2. Os valores aplicados irregularmente ou cujo dever de restituição seja apurado serão devolvidos com atualização e encargos legalmente cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

11.1. As alterações dependerão de justificativa e aprovação do MUNICÍPIO e serão formalizadas por termo aditivo ou apostila, conforme a hipótese legal, vedada a alteração do objeto.

11.2. Qualquer alteração deverá observar a Lei Municipal autorizadora, o limite financeiro aprovado e a disponibilidade orçamentária, não sendo admitida ampliação automática do valor por prorrogação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E SANÇÕES**

12.1. Os partícipes poderão denunciar o instrumento a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, dando publicidade à intenção, permanecendo responsáveis pelas obrigações e pelos recursos relativos ao período de execução.

12.2. O instrumento poderá ser rescindido por descumprimento de suas cláusulas ou da legislação aplicável, especialmente desvio de finalidade, omissão no dever de prestar contas ou irregularidade na aplicação dos recursos, mediante procedimento motivado, com contraditório e ampla defesa.

12.3. A execução em desacordo com o Plano de Trabalho e com a legislação poderá ensejar as sanções previstas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014, observadas as competências e as garantias processuais, sem prejuízo da restituição e das demais responsabilidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE E DA FORMALIZAÇÃO**

13.1. Compete ao MUNICÍPIO publicar o extrato deste instrumento no meio oficial e divulgar as informações legalmente exigidas em seu sítio eletrônico.

13.2. A formalização pressupõe aprovação do Plano de Trabalho, demonstração de disponibilidade orçamentária, pareceres técnico e jurídico, comprovação dos requisitos da OSC, ausência de impedimentos e conclusão do procedimento de inexigibilidade de chamamento público, com justificativa e publicidade, nos termos dos arts. 31, inciso II, e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nova Ubiratã/MT para dirimir controvérsias decorrentes deste instrumento, com prévia tentativa de solução administrativa e participação do órgão de assessoramento jurídico do MUNICÍPIO, conforme o art. 42, inciso XVII, da Lei Federal nº 13.019/2014.

E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, ou eletronicamente, juntamente com as testemunhas.

Nova Ubiratã/MT, ___ de _____ de 2026.

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI Prefeito Municipal**

**MARIA EDNALDA NASCIMENTO DO CARMO Presidente do CTN**

**TESTEMUNHAS:**

1. Nome: _____ CPF: _____

2. Nome: _____ CPF: _____

---

**LEI ORDINÁRIA Nº 1303/2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM O ASSOCIAÇÃO ELITE CLUBE DE TIRO DE NOVA UBIRATÃ-MT**

**LEI ORDINÁRIA Nº 1303/2026**

**DATA: 09 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM O ASSOCIAÇÃO ELITE CLUBE DE TIRO DE NOVA UBIRATÃ-MT, PARA O DESENVOLVIMENTO DO TIRO ESPORTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria, mediante Termo de Fomento, com a organização da sociedade civil denominada **ASSOCIAÇÃO ELITE CLUBE DE TIRO DE NOVA UBIRATÃ-MT**, inscrita no CNPJ sob o nº 45.986.137/0001-03, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1.099, de 29 de junho de 2023, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante transferência de recursos financeiros, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Art. 2º** A parceria terá por objeto o apoio ao desenvolvimento do tiro esportivo, mediante aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais ao projeto e adequações nas instalações existentes estritamente necessárias à instalação desses bens, conforme o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Municipal.

**§ 1º** O valor total autorizado será de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a ser transferido conforme o cronograma de desembolso aprovado.

**§ 2º** As adequações dependerão de aprovação técnica e orçamentária, comprovação da regularidade do imóvel e do direito de uso pela entidade e apresentação das licenças e autorizações exigíveis.

**§ 3º** Os recursos deverão ser aplicados exclusivamente na execução do objeto da parceria, vedada sua utilização em finalidade diversa daquela estabelecida no Termo de Fomento e no Plano de Trabalho aprovado.

**§ 4º** A associação oferecerá, como contrapartida em bens e serviços:

**I** – realizar palestras gratuitas à comunidade sobre guarda responsável de armas, prevenção de acidentes domésticos e proteção de crianças, sem manuseio de armamento;

**II** – disponibilizar gratuitamente espaço adequado e separado da área de prática de tiro para reuniões comunitárias, cursos e capacitações promovidos pelo Município, mediante agendamento;

**III** – reservar vagas com isenção integral da taxa de inscrição em campeonatos de tiro esportivo organizados pela associação, mediante critérios públicos e objetivos e observados os requisitos legais e regulamentares de participação.

**§ 5º** Os quantitativos das contrapartidas previstas no § 4º deste artigo serão definidos e formalizados na celebração do Termo de Fomento.

**§ 6º** O Plano de Trabalho estabelecerá os quantitativos, os prazos e os meios de comprovação das entregas. O Termo de Fomento identificará sua expressão monetária, vedado o custeio da contrapartida com o repasse municipal.

**Art. 3º** A entidade beneficiária deverá prestar contas dos recursos recebidos, demonstrando sua regular aplicação, a execução do objeto e o cumprimento das metas previstas no Plano de Trabalho, observadas a Lei Federal nº 13.019/2014, a Instrução Normativa Municipal nº 006/2009, no que for compatível com a legislação federal, e as condições estabelecidas no Termo de Fomento.

**§ 1º** A entidade apresentará relatório de acompanhamento e os documentos comprobatórios da aplicação dos recursos em até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento do repasse, na forma do Termo de Fomento e da regulamentação aplicável.

**§ 2º** Sem prejuízo do acompanhamento previsto no § 1º, a prestação de contas final será apresentada em até 90 (noventa) dias contados do término da vigência da parceria, admitida prorrogação por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e autorização da Administração Municipal, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

**§ 3º** Os documentos originais que integram a prestação de contas deverão ser mantidos pela entidade pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação das contas, assegurado o livre acesso aos agentes da Administração Municipal e aos órgãos de controle interno e externo.

**§ 4º** Na conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de rendimentos de aplicações financeiras, deverão ser restituídos ao Município no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento do exercício de 2026, observada a seguinte classificação:

***ÓRGÃO: 14 - SEC. ESPORTE E LAZER***

***UNIDADE: 001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER***

***FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER***

***SUBFUNÇÃO: 812– DESPORTO COMUNITÁRIO***

***PROGRAMA: 0007 – NOVA UBIRATA MAIS ESPORTE E LAZER***

***PROJETO/ATIVIDADE: 1024 – APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE***

***NATUREZA DA DESPESA: 3.3.50.41 – CONTRIBUIÇÕES***

***REDUZIDO: 767***

***FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 – Recursos não Vinculados de Impostos***

**Art. 5º** A execução do objeto observará o prazo e o cronograma do Plano de Trabalho aprovado, condicionada à formalização do Termo de Fomento e à publicação de seu extrato.

**Parágrafo único**. Eventual alteração do cronograma ou prorrogação dependerá de justificativa, aprovação da Administração Municipal e formalização na forma legal, observados a disponibilidade orçamentária e o limite financeiro autorizado nesta Lei.

**Art. 6º** Caberá ao Poder Executivo Municipal, por intermédio dos setores competentes e dos agentes designados, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução da parceria, avaliar o cumprimento das metas e analisar a prestação de contas.

**Parágrafo único.** A liberação dos recursos observará o cronograma de desembolso e as condições estabelecidas no Termo de Fomento, admitida sua retenção nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

**Art. 7º** A celebração da parceria observará o disposto no art. 17 da Lei Federal nº 13.019/2014, podendo ocorrer mediante inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, inciso II, da mesma Lei, em razão da identificação expressa da entidade beneficiária nesta autorização legislativa.

**Parágrafo único.** A inexigibilidade dependerá de justificativa do

administrador público e do cumprimento das exigências de publicidade previstas no art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, sem prejuízo dos demais requisitos legais para a celebração da parceria e da observância do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 8º** Integra esta Lei o Anexo Único, contendo a minuta do Termo de Fomento, cujo preenchimento e adequações formais deverão observar o Plano de Trabalho aprovado e os requisitos legais, preservados o objeto e o limite financeiro autorizados.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**

**Prefeito Municipal**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE**

RONALDO MARSURA VERNI

**Secretário Municipal de Administração**

**ANEXO ÚNICO**

**MINUTA DE TERMO DE FOMENTO Nº ___/2026**

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT E O ASSOCIAÇÃO ELITE CLUBE DE TIRO DE NOVA UBIRATÃ-MT.**

O **MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.521/0001-00, com sede na Rua Pará, nº 1850, Jardim Santa Helena, Nova Ubiratã/MT, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDEGAR JOSÉ BERNARDI**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a **ASSOCIAÇÃO ELITE CLUBE DE TIRO DE NOVA UBIRATÃ-MT**, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 45.986.137/0001-03, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1.099, de 29 de junho de 2023, com endereço informado no Plano de Trabalho na Rodovia MT-242, km 112, zona rural, Distrito de Santo Antônio do Rio Bonito, Nova Ubiratã/MT, CEP 78.888-000, neste ato representada por seu presidente, Sr. **MARTINHO STRIEDER**, doravante denominada **OSC**, celebram o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, na Lei Municipal nº ___/2026 e na regulamentação municipal aplicável, mediante as cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PLANO DE TRABALHO**

1.1. Constitui objeto deste Termo o apoio ao desenvolvimento do tiro esportivo, mediante aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais ao projeto e adequações nas instalações existentes estritamente necessárias à instalação desses bens, no Município de Nova Ubiratã/MT.

1.2. O Plano de Trabalho aprovado integra este instrumento, independentemente de transcrição, compreendendo as metas, os indicadores, o plano de aplicação dos recursos e o cronograma de desembolso.

1.3. O cumprimento do objeto será aferido pela verificação dos bens adquiridos e instalados, das adequações executadas e dos resultados previstos no Plano de Trabalho, mediante relatórios, registros fotográficos e demais documentos pertinentes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO DESEMBOLSO**

2.1. O valor total da parceria é de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), a ser transferido conforme o cronograma de desembolso aprovado, após a publicação do extrato deste instrumento.

2.2. A aplicação dos recursos observará os itens e valores individualizados no Plano de Trabalho aprovado, vedada a realização de despesas estranhas ao objeto.

2.3. A contrapartida da OSC será prestada em bens e serviços, com recursos próprios, conforme a cláusula sétima. A transferência observará a disponibilidade orçamentária e financeira e as condições legais.

2.4. O repasse poderá ser retido até o saneamento das impropriedades nas hipóteses do art. 48 da Lei Federal nº 13.019/2014, mediante comunicação fundamentada à OSC e oportunidade de regularização.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. As despesas correrão à conta do orçamento de 2026, na seguinte classificação:

***ÓRGÃO: 14 - SEC. ESPORTE E LAZER***

***UNIDADE: 001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER***

***FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER***

***SUBFUNÇÃO: 812– DESPORTO COMUNITÁRIO***

***PROGRAMA: 0007 – NOVA UBIRATA MAIS ESPORTE E LAZER***

***PROJETO/ATIVIDADE: 1024 – APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE***

***NATUREZA DA DESPESA: 3.3.50.41 – CONTRIBUIÇÕES***

***REDUZIDO: 767***

***FONTE DE RECURSO: 1.500.0000000 – Recursos não Vinculados de Impostos***

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

4.1. A vigência terá início na data da publicação do extrato deste instrumento no meio oficial e se encerrará em [DATA DE TÉRMINO], conforme o Plano de Trabalho aprovado, sem prejuízo das obrigações posteriores à vigência.

4.2. A execução financeira somente poderá ocorrer após a eficácia do instrumento e observará o cronograma aprovado, não se admitindo custeio retroativo de despesas anteriores à vigência.

4.3. Eventual prorrogação solicitada pela OSC dependerá de proposta formalizada e justificada, aprovação do MUNICÍPIO e termo aditivo, nos termos do art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014. O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso.

**CLÁUSULA QUINTA – DA CONTA BANCÁRIA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

5.1. Os recursos serão depositados e movimentados em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em instituição financeira pública determinada pelo MUNICÍPIO: banco _ _____, agência _____, conta _____, de titularidade da OSC.

5.2. Enquanto não utilizados, os recursos serão aplicados na forma da legislação vigente. Os rendimentos serão destinados ao objeto, submetidos às mesmas condições de prestação de contas.

5.3. Os pagamentos serão realizados por transferência eletrônica com identificação do beneficiário final e crédito em sua conta bancária, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

5.4. É vedada a utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto, bem como para despesas não autorizadas pelo Plano de

Trabalho. Os documentos fiscais e recibos deverão ser emitidos em nome da OSC, identificando sua vinculação à parceria.

5.5. A aquisição de bens permanentes e as adequações necessárias à sua instalação dependerão de previsão no Plano de Trabalho e do atendimento ao art. 2º da Lei Municipal autorizadora. O Plano de Trabalho identificará os bens e o prazo de vinculação das adequações à finalidade pública. Os bens remanescentes permanecerão com a OSC ao término regular, vinculados à finalidade da parceria, salvo destinação diversa formalizada nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

6.1. Compete ao MUNICÍPIO: transferir os recursos conforme o cronograma e as condições legais; designar gestor e comissão de monitoramento e avaliação; acompanhar a execução e realizar visitas quando necessárias; emitir os relatórios e pareceres legalmente exigidos; analisar a prestação de contas; notificar a OSC para sanar irregularidades; e adotar as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

6.2. O MUNICÍPIO promoverá a transparência da parceria na forma legal e fornecerá à OSC orientações e normas aplicáveis à execução e à prestação de contas.

6.3. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da OSC, o MUNICÍPIO poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, para evitar sua descontinuidade, observados o art. 62 da Lei Federal nº 13.019/2014 e as condições legais.

**SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA OSC**

7.1. Compete à OSC executar o objeto e cumprir as metas do Plano de Trabalho; aplicar os recursos exclusivamente nas despesas autorizadas; manter a regularidade e os requisitos legais durante a parceria; executar as atividades esportivas e entregar as contrapartidas pactuadas; apresentar relatórios e prestar contas; restituir valores quando devidos; e comunicar fatos que possam comprometer a execução.

7.2. A OSC será responsável exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive quanto às despesas de custeio, investimento e pessoal, bem como pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução, sem responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública por inadimplência da OSC, nos termos do art. 42, incisos XIX e XX, da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.3. A OSC permitirá livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas competente aos processos, documentos, informações e locais de execução da parceria.

7.4. A OSC manterá os documentos originais da prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente à apresentação das contas, e cumprirá as obrigações de transparência previstas no art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014, resguardados os dados pessoais protegidos pela legislação.

7.5. A OSC executará, às suas expensas, as seguintes contrapartidas:

**I** – realizar no mínimo [XXX] palestras gratuitas à comunidade, com duração mínima de [XXX] horas cada, sobre guarda responsável de armas, prevenção de acidentes domésticos e proteção de crianças, sem manuseio de armamento;

**II** – disponibilizar gratuitamente espaço adequado e separado da área de prática de tiro, pelo período total de no mínimo [XXX] horas, para reuniões comunitárias, cursos e capacitações promovidos pelo Município, mediante agendamento;

**III** – reservar no mínimo [XXX] vagas com isenção integral da taxa de inscrição por campeonato de tiro esportivo organizado pela associação, mediante critérios públicos e objetivos e observados os requisitos legais e regulamentares de participação.

7.6. Os quantitativos das contrapartidas previstas na cláusula 7.5 serão definidos e formalizados por ocasião da celebração deste Termo de Fomento, em conformidade com o Plano de Trabalho previamente aprovado pela Administração Municipal, que estabelecerá os respectivos prazos e o cronograma de execução. A comprovação será realizada mediante registros das palestras, agendas de utilização do espaço e relatórios de inscrições isentas, sem prejuízo de outros documentos exigidos pela Administração Municipal.

7.7. As contrapartidas previstas na cláusula 7.5 deverão ser executadas pela OSC ao longo do exercício de 2027, observados os quantitativos, os prazos e o cronograma estabelecidos no Plano de Trabalho aprovado pela Administração Municipal.

**CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO**

8.1. A gestão será exercida pelo servidor _____, designado pelo ato nº _____, e o monitoramento e a avaliação pela comissão instituída pelo ato nº _____, sem prejuízo das atribuições do Setor de Convênios e Prestação de Contas e dos órgãos de controle.

8.2. A fiscalização compreenderá a verificação das metas, dos resultados e da vinculação das despesas ao objeto, mediante análise documental, relatórios e visitas, quando necessárias. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão competente, na forma legal.

8.3. A fiscalização não afasta a responsabilidade da OSC pela execução e pela regular aplicação dos recursos.

**CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

9.1. Para acompanhamento da execução, a OSC apresentará, até 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento de cada parcela, relatório das atividades e despesas correspondentes, acompanhado de extratos da conta específica e das aplicações, conciliação bancária, comprovantes das despesas e dos pagamentos, sem prejuízo de outros elementos necessários à fiscalização.

9.2. A prestação de contas final será apresentada em até 90 (noventa) dias contados do término da vigência, observada a possibilidade de prorrogação legalmente admitida, e conterá relatório de execução do objeto, com demonstração das metas e dos resultados e elementos comprobatórios. O relatório de execução financeira será exigido nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

9.3. A prestação de contas observará os arts. 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a regulamentação municipal compatível, inclusive a Instrução Normativa nº 006/2009, no que couber e não contrariar a legislação federal.

9.4. A análise municipal considerará o cumprimento do objeto, das metas e dos resultados, assegurando à OSC oportunidade de sanar omissões e irregularidades nos prazos legais, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS**

10.1. Na conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive rendimentos de aplicações, serão devolvidos ao MUNICÍPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014, sob pena de instauração de tomada de contas es-

pecial.

10.2. Os valores aplicados irregularmente ou cujo dever de restituição seja apurado serão devolvidos com atualização e encargos legalmente cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

11.1. As alterações dependerão de justificativa e aprovação do MUNICÍPIO e serão formalizadas por termo aditivo ou apostila, conforme a hipótese legal, vedada a alteração do objeto.

11.2. Qualquer alteração deverá observar a Lei Municipal autorizadora, o limite financeiro aprovado e a disponibilidade orçamentária, não sendo admitida ampliação automática do valor por prorrogação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA, RESCISÃO E SANÇÕES**

12.1. Os partícipes poderão denunciar o instrumento a qualquer tempo, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, dando publicidade à intenção, permanecendo responsáveis pelas obrigações e pelos recursos relativos ao período de execução.

12.2. O instrumento poderá ser rescindido por descumprimento de suas cláusulas ou da legislação aplicável, especialmente desvio de finalidade, omissão no dever de prestar contas ou irregularidade na aplicação dos recursos, mediante procedimento motivado, com contraditório e ampla defesa.

12.3. A execução em desacordo com o Plano de Trabalho e com a legislação poderá ensejar as sanções previstas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014, observadas as competências e as garantias processuais, sem prejuízo da restituição e das demais responsabilidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE E DA FORMALIZAÇÃO**

13.1. Compete ao MUNICÍPIO publicar o extrato deste instrumento no meio oficial e divulgar as informações legalmente exigidas em seu sítio eletrônico.

13.2. A formalização pressupõe aprovação do Plano de Trabalho, demonstração de disponibilidade orçamentária, pareceres técnico e jurídico, comprovação dos requisitos da OSC, ausência de impedimentos e conclusão do procedimento de inexigibilidade de chamamento público, com justificativa e publicidade, nos termos dos arts. 31, inciso II, e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Nova Ubiratã/MT para dirimir controvérsias decorrentes deste instrumento, com prévia tentativa de solução administrativa e participação do órgão de assessoramento jurídico do MUNICÍPIO, conforme o art. 42, inciso XVII, da Lei Federal nº 13.019/2014.

E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, ou eletronicamente, juntamente com as testemunhas.

Nova Ubiratã/MT, ___ de _____ de 2026.

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI Prefeito Municipal**

**MARTINHO STRIEDER Representante legal da OSC**

**TESTEMUNHAS:**

1. Nome: _____ CPF: _____

2. Nome: _____ CPF: _____

**LEI COMPLEMENTAR Nº 222/2026 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2006, PARA CRIAR O CARGO DE AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL,**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 222/2026**

**DATA: 09 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**SÚMULA: ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2006, PARA CRIAR O CARGO DE AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, ESTABELECE REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA O CARGO DE AGENTE DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Fica criado, no Anexo IV – Quadro do Grupo Funcional dos Cargos Técnico de Nível Superior – TNS, da Lei Complementar nº 12, de 08 de fevereiro de 2006 e alterações, o cargo efetivo abaixo especificado:

| SÍMBOLO | VENCIMENTO BASE | CARGO | HRS/SEM | VAGAS |
|---|---|---|---|---|
| TNS | R$ 6.177,70. | Auditor Fiscal Tributário Municipal | 40 | 01 |

**§ 1º.** O cargo de Auditor Fiscal Tributário Municipal integra a carreira específica da Administração Tributária do Município de Nova Ubiratã, para os fins do art. 37, inciso XXII, da Constituição Federal.

**§ 2º.** O provimento do cargo de que trata o *caput* dar-se-á exclusivamente mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observados os requisitos previstos nesta Lei Complementar.

**Art. 2º.** A carreira do cargo criado pelo art. 1º fica estabelecida na forma do Anexo I desta Lei Complementar e passa a integrar o Anexo XII da Lei Complementar nº 12, de 08 de fevereiro de 2006.

**Art. 3º.** As atribuições e os requisitos para provimento do cargo criado pelo art. 1º passam a integrar o Anexo XIV da Lei Complementar nº 12, de 08 de fevereiro de 2006.

**Art. 4º.** Compete ao Auditor Fiscal Tributário Municipal, na condição de autoridade fiscal integrante da Administração Tributária Municipal, o exercício das atividades de fiscalização, lançamento e constituição do crédito tributário relativas aos tributos de competência

municipal, bem como das atribuições conferidas às autoridades fiscais municipais no âmbito do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, observadas a Constituição Federal, a legislação complementar nacional, o regulamento único do IBS e as normas expedidas pelo Comitê Gestor do IBS.

**Parágrafo único.** O Auditor Fiscal Tributário Municipal poderá atuar nos procedimentos de fiscalização compartilhada do IBS, inclusive nas hipóteses em que a Administração Tributária Municipal figure como titular, cotitular ou participante, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos pela legislação nacional e pelo Comitê Gestor do IBS.

**Art. 5º.** Fica declarado em extinção o cargo de Agente de Fiscalização, integrante do Anexo V da Lei Complementar nº 12, de 08 de fevereiro de 2006, passando a integrar o Anexo IX da referida Lei Complementar.

**§ 1º.** As vagas desocupadas na data da publicação desta Lei Complementar ficam extintas, permanecendo no Anexo IX exclusivamente aquelas ocupadas, que serão automaticamente extintas quando ocorrer a respectiva vacância.

**§ 2º.** Fica vedado novo provimento no cargo de Agente de Fiscalização, inclusive mediante concurso público.

**Art. 6º.** Aos atuais ocupantes do cargo de Agente de Fiscalização ficam preservados o cargo de origem, a remuneração, as vantagens, as progressões funcionais e os demais direitos previstos na Lei Complementar nº 12/2006 e na legislação municipal aplicável, até a respectiva vacância.

**Art. 7º.** A criação do cargo de Auditor Fiscal Tributário Municipal não implica transformação, transposição, ascensão, aproveitamento ou reenquadramento dos atuais ocupantes do cargo de Agente de Fiscalização, cujo ingresso na nova carreira dependerá de prévia aprovação em concurso público e do atendimento dos requisitos estabelecidos para o cargo.

**Art. 8º.** Os atuais ocupantes do cargo de Agente de Fiscalização permanecerão no exercício das atribuições previstas no Anexo XIV da Lei Complementar nº 12, de 08 de fevereiro de 2006, e na legislação municipal aplicável, até a respectiva vacância.

**Parágrafo único.** Após o provimento do cargo de Auditor Fiscal Tributário Municipal, os Agentes de Fiscalização continuarão a exercer as atribuições previstas no caput deste artigo.

**Art. 9º.** O Poder Executivo poderá regulamentar, por Decreto, os procedimentos necessários à execução desta Lei Complementar e à atuação integrada da Administração Tributária Municipal no âmbito do IBS, respeitadas as atribuições legalmente estabelecidas para os cargos.

**Art. 10.** As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 11.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 12.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 09 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**EDEGAR JOSÉ BERNARDI**

**Prefeito Municipal**

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE**

RONALDO MARSURA VERNI

**Secretário Municipal de Administração**

## ANEXO XII

**QUADRO DE CARREIRA DOS NÍVEIS DE REFERÊNCIA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

**Cargo: Auditor Fiscal Tributário Municipal**

| Nível de | Grau | PADRÃO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Referência | | A | B | C | D | E | F | G |
| 1 | I – | R$ | R$ | R$ | R$ | R$ | R$ | R$ |
| 1 | II – | 6.177,70 | 6.820,68 | 7.530,58 | 8.314,37 | 9.179,74 | 10.135,17 | 11.190,05 |
| 1 | III – | 6.301,25 | 6.957,09 | 7.681,19 | 8.480,66 | 9.363,33 | 10.337,88 | 11.413,85 |
| 1 | IV – | 6.427,28 | 7.096,24 | 7.834,82 | 8.650,27 | 9.550,60 | 10.544,63 | 11.642,13 |
| 1 | V – | 6.555,82 | 7.238,16 | 7.991,51 | 8.823,28 | 9.741,61 | 10.755,53 | 11.874,97 |

## ANEXO XIV

**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

**CARGO: AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**

**Grupo Funcional:** TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

**Provimento:** EFETIVO

**Vencimento Padrão:** R$ 6.177,70

**Requisitos para Provimento:**

a) **Idade:** mínima de 21 anos;

b) **Instrução:** diploma de curso superior completo, reconhecido pelo Ministério da Educação, nas áreas de Direito, Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Gestão Pública.

**Condições de Trabalho:**

a) **Geral:** carga horária semanal de 40 horas;

b) **Especial:** sujeito a trabalho interno e externo, realização de diligências e fiscalizações, atendimento ao público, utilização de sistemas informatizados e acesso a informações protegidas por sigilo fiscal, observadas as responsabilidades legais decorrentes.

**Atribuições:**

**a) Descrição Sintética:** Exercer, na condição de autoridade fiscal integrante da carreira específica da Administração Tributária Municipal, as atividades de auditoria e fiscalização tributária, constituição do crédito tributário, controle e administração dos tributos de competência municipal, bem como as competências atribuídas às autoridades fiscais dos Municípios pela Constituição Federal e pela legislação complementar nacional.

**b) Descrição Analítica:** Constituir, mediante lançamento, o crédito tributário; fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias; realizar auditorias, diligências e procedimentos fiscais; examinar livros, documentos, arquivos, declarações, cadastros, sistemas e informações fiscais, contábeis, econômicas e financeiras dos sujeitos passivos; revisar e promover, quando cabível, lançamentos tributários; lavrar notificações, intimações, termos, autos de infração e demais documentos inerentes à atividade fiscal; instruir processos e procedimentos administrativos tributários; desenvolver atividades de pesquisa, análise, controle e inteligência fiscal; realizar o cruzamento, tratamento e análise de dados e informações de interesse tributário; prestar orientação quanto à aplicação da legislação tributária; participar do planejamento, coordenação e execução das ações fiscais; atuar de forma integrada com as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos demais Municípios, nos termos da legislação aplicável; exercer as competências atribuídas às autoridades fiscais municipais relativamente ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS; participar dos procedimentos de fiscalização e das demais atividades integradas ou compartilhadas relativas ao IBS, observadas a legislação complementar nacional e as normas expedidas pelo Comitê Gestor do IBS; exercer funções de direção, chefia, coordenação e assessoramento técnico no âmbito da Administração Tributária, quando legalmente designado; observar o sigilo fiscal das informações obtidas em razão do exercício do cargo; e executar outras atividades de natureza tributária compatíveis com as atribuições, responsabilidades e grau de complexidade do cargo.

**ANEXO IX**

**QUADRO DO GRUPO FUNCIONAL**

**DOS CARGOS EM EXTINÇÃO**

| SÍMBOLO | VENCIMENTO BASE | CARGO | HRS/SEM | VAGAS |
|---|---|---|---|---|
| SNM | R$ 6.177,70 | Agente de Fiscalização | 40 | XX |

---

**PREVIDENCIA MUNICIPAL**
**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2026**

INEXIGIBILIDADE Nº:001/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL EM ASSESSORIA E CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA, CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E ADMINISTRATIVA APLICADA AO RPPS.

EMPRESA: AG CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA

CNPJ: 05.011.768/0001-84

VALOR: R$ 48.000,00

DATA: 09/11/2026

BASE LEGAL: ART. 74, INCISO III, ALÍNEA "C" DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

---

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2026 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DE CANDIDATOS A SELEÇÃO AO CARGO DE DIREÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2026 – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DE CANDIDATOS A SELEÇÃO AO CARGO DE DIREÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO PARA O BIÊNIO 2027/2028.**

O Excelentíssimo Prefeito do Município de Nova Ubiratã - MT, Sr. **Edegar José Bernardi**, através da Comissão de Seleção nomeada pela Portaria nº. **328/2026**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto Municipal nº 080/2022, 065/2024 e Lei Federal 14.133/2020 e considerando o cargo de diretor prevista na Lei Complementar nº. 086/16, **TORNA PÚBLICO a** homologação das inscrições dos candidatos a seleção ao cargo de DIRETOR **DE UNIDADE ESCOLAR, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ-MT**, para o Biênio 2027/2028.

**Art. 1º.** Os candidatos inscritos para seleção ao Cargo de direção, de acordo com o Decreto Municipal 080/2022, e 065/2024 foram os seguintes:

1. Cristiane Lazarin Feijó Teodoro- CEMEI Dois Pinheiro

2. Leandro A. Pereira dos Santos- Escola Municipal Tancredo Neves

3. Marcos Machado Américo- Escola Municipal 13 de Maio

4. Rosana Aparecida Celeri da Silva- CEMEI Pequeno Anjo

5. Roselene de Azevedo Coelho Bernini- Escola Municipal Getúlio Vargas

Parágrafo Único: Todas os inscritos acima tiveram suas **inscrições deferidas.**

**Art. 2º.** As demais unidades escolares com mais de cinquenta alunos de acordo com o PCCR Lei nº 086/2016, não apresentaram candidatos.

**Art. 3º** Ficam todos os inscritos acima, **convocados** para realização da Prova escrita, no dia 14 de novembro as 8:00 horas, na Escola Municipal Tancredo Neves, devendo os mesmos estarem no local, com quinze minutos de antecedência munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, e de documentos pessoais.

**Art. 4º-** Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem 50% ou mais de acertos na Prova objetiva.

**Art. 5º.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção e Procuradoria Jurídica do Município de Nova Ubiratã-MT.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ-MT, AOS 10 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2026.**

**Edegar José Bernardi**

***Prefeito Municipal***

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1544/2026**

**PORTARIA N.º 1544/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Leonardo Nunes Manoel,** Assistente Administrativo, matrícula funcional 812, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/10/2023 a 14/10/2024.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1545/2026**

**PORTARIA N.º 1545/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Josiane Emília da Silva,** Assistente Social, matrícula funcional 4612, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 12/1/2023 a 11/1/2024.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1546/2026**

**PORTARIA N.º 1546/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Kariny Nara Medeiros da Silva,** Assistente Administrativo, matrícula funcional 4106, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 2/6/2025 a 1/6/2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1547/2026**

**PORTARIA N.º 1547/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Ana Maria Rodrigues Duarte,** Assistente Administrativo, matrícula funcional 4543, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 20/8/2024 a 19/8/2025.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1548/2026**

**PORTARIA N.º 1548/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Shirley Vitorino dos Santos Silva,** Atendente, matrícula funcional 1391, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/4/2025 a 2/4/2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1549/2026**

**PORTARIA N.º 1549/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Marcio Garcia da Silva,** Assistente Administrativo, matrícula funcional 797, lotado(a) junto a Contabilidade Geral, referente ao período aquisitivo de 5/4/2025 a 4/4/2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1550/2026**

**PORTARIA N.º 1550/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Leila Pereira da Costa Matos,** Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional 748, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao

período aquisitivo de 8/4/2025 a 7/4/2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1551/2026**

**PORTARIA N.º 1551/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Fabrícia Pinto Galindo,** Psicóloga, matrícula funcional 3692, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 3/7/2025 a 2/7/2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1552/2026**

**PORTARIA N.º 1552/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Lisiane Berghahn,** Professor, matrícula funcional 4310, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 17/7/2025 a 16/7/2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1553/2026**

**PORTARIA N.º 1553/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Liliane Nobre Ximenes,** Técnico Administrativo Educacional - Profissionalizado, matrícula funcional 4021, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 23/7/2025 a 22/7/2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1554/2026**

**PORTARIA N.º 1554/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de***

***Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 15 (quinze) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Rosa Maria Pereira de Araújo,** Agente Comunitário de Saúde - ACS, matrícula funcional 1974, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 5/9/2025 a 4/9/2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1555/2026**

**PORTARIA N.º 1555/2026**

*Dispõe sobre a conversão de licença prêmio por assiduidade de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 30 (trinta) dias de licença prêmio por assinduidade em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Ivani Auxiliadora Vieira,** Assistente Social, matrícula funcional 3684, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 3/7/2017 a 2/7/2022.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1556/2026**

**PORTARIA N.º 1556/2026**

*Dispõe sobre a exoneração, a pedido, de **Amanda Parreira Conceição**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.335, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

**Art. 1º** A pedido, exonerar ***Amanda Parreira Conceição***, inscrita no CPF sob o n.º xxx.xxx.691-09, do cargo de **Gerente Responsável Técnico de Assistência Farmacêutica e Análise Clínica**, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 133/2025.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor a partir de 30/11/2026.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de novembro de 2026.

**João Machado Neto –** João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 7.507, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**DECRETO N.º 7.507, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2026.**

***DIVULGA OS DIAS DE FERIADOS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

O **Prefeito Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de acordo com demais legislações que trata da matéria; e,

Considerando que através da **Portaria MGI nº 11.460, de 29 de dezembro de 2025**, o **Governo Federal** "*divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2026, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional*" estabeleceu como **feriado nacional** os dias **15 de novembro** (Proclamação da República) e **20 de novembro** (Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra);

Considerando que o **Governo do Estado de Mato Grosso decretou feriado nos dias 15 de novembro** (Proclamação da República) e **20 de novembro** (Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra);

Considerando que a Lei nº 1071, de 28 de junho de 2024 "*dispõe sobre **feriado municipal** no **dia 27 de novembro, Dia de Nossa Senhora das Graças – Padroeira de Nova Xavantina – MT***";

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público e da economicidade; **Decreta**:

**Art. 1º** Divulgar os dias de **feriados** no **mês de novembro de 2026**, no âmbito da Administração Pública Municipal:

I – **15 de novembro**, Proclamação da Republica (**feriado nacional**);

II – **20 de novembro**, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (**feriado nacional**);

III – **27 de novembro**, **Dia de Nossa Senhora das Graças – Padroeira de Nova Xavantina (feriado municipal).**

*Parágrafo único.* Excluem-se dos feriados de que trata o *caput* deste artigo, os serviços considerados essenciais nos seguintes

órgãos/setores:

I - o Hospital Municipal Dr. *Daércio de Oliveira Morais* e os órgãos a ele vinculados;

II – os serviços inerentes à limpeza urbana;

III – a Central de Monitoramento;

IV – os escalonamentos de trabalho de acordo com a demanda de cada Secretaria.

**Art. 2º** Ficará sob a responsabilidade de cada Secretário(a), Chefe de Direção, Gerente e Chefe de Divisão a divulgação e afixação de comunicado informando os horários de expediente e funcionamento de cada setor, bem como oficiar previamente a Gerência de Gestão de Pessoas os escalonamentos de trabalho de cada órgão.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina-MT, 9 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1522/2026**

**PORTARIA N.º 1522/2026**

*Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

**Art. 1º** De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 6/11/2026, pelo médico Álvaro Rizzardi, **deferir licença médica** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Jaqueline Bernardes dos Santos**, Apoio Administrativo Educacional – Manutenção da Infraestrutura, matrícula funcional 4344, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 2/11/2026 a 29/11/2026

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de novembro de 2026.

**João Machado Neto –** João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**SECRETARIA DE GABINETE**
**LEI ORDINÁRIA N.º 3.103, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**LEI ORDINÁRIA N.º 3.103, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

*Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente e dá outras providências.*

O **Prefeito Municipal de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional **especial** no orçamento do ano de 2.026 no valor de **R$ 100.000,00** (cem mil reais) destinados à Secretaria Municipal de Cidade, nos termos do art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964 de 17 de março de 1.964.

**Art. 2°** O crédito aberto na forma do artigo anterior terá a seguinte classificação orçamentária:

12 — Secretaria Municipal de Cidade

12.001 — Cidade

4 — Administração

4.122 — Administração Geral

4.122.13 — Desenvolvimento das Atividades da Secretaria Municipal de Cidade

4.122.13.2.026 — Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais da Secretaria de Cidade

3.3.50.43.00.00.00 — Subvenções Sociais.....**R$ 100.000,00**

1.708.0000000.000000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais.....
.....**R$ 100.000,00**

**Art. 3º** A abertura do crédito autorizada pelo artigo 1º será compensada por excesso de arrecadação disponível na seguinte fonte de recurso orçamentário:

1.708.0000000.000000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais.....
.....**R$ 100.000,00**

**Art. 4º** Fica atualizado o "Quadro de Detalhamento da Despesa" anexo da Lei nº 3.024 de 23 de dezembro de 2025 que dispõe sobre o Orçamento para o exercício 2026.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 10 de novembro de 2026.

**João Machado Neto -** João Bang

Prefeito Municipal

---

## SECRETARIA DE GABINETE
## DECRETO N.º 7.515, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.



**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA**
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

**Decreto Nº 7515, de 10 de novembro de 2026.**

Abertura de crédito adicional especial, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 3103/2026, de 10 de Novembro de 2026.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 100.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE
12.001 - CIDADE
12.001.4.122.13.2026-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS R$100.000,00
1.708.0000000.000000 Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais 100.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$100.000,00
1.708.0000000.000000 Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais 100.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 10 de novembro de 2026.**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**DECRETO N.º 7.516, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

DECRETO N.º 7.516, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

*DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE SELEÇÃO DE DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº 2.337/2021 e na Lei Federal nº 14.113/

2020, torna públicos os procedimentos para provimento das funções de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino e demais legislações correlatas; D E C R E T A:

Art. 1º Os critérios dos profissionais para integrar a equipe gestora das Unidades Escolares da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino do município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, far-se-á mediante etapas na forma estabelecida neste decreto e nos demais instrumentos normativos que dela derivarem.

I - O processo de seleção para Diretor(a), fica organizado em 03 (três) etapas, sendo:

a) Primeira etapa: análise do perfil do(a) candidato(a), de acordo com os critérios de inscrição estabelecidos neste Decreto e detalhados no edital de seleção;

b) Segunda etapa: prova, conforme os critérios e conteúdo definidos no edital de seleção;

c) Terceira etapa: entrevista e avaliação do Plano de Gestão dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na etapa anterior, com média mínima 6,0 (seis).

*Parágrafo único*. As etapas para a seleção de gestor acontecerão na sede do município de Nova Xavantina, e a terceira etapa será online. A seleção de diretor será feita para a rede municipal de ensino com a seleção (atribuição) do gestor será conforme designação da comissão de seleção.

Art. 2º Poderá concorrer às etapas o candidato ou candidata que seja profissional da educação ativo(a) e efetivo do quadro do magistério permanente da Secretaria Municipal de Educação, que atenda os seguintes requisitos:

I - Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as obrigações militares;

II - Não registrar antecedentes criminais e estar em pleno gozo dos direitos políticos;

III - Não ter sofrido penalidade por força de procedimento administrativo disciplinar, cível ou criminal nos últimos quatro anos e/ou ter sido afastado (a) pela Secretaria Municipal de Educação, da função exercida;

IV - No caso de já ter sido diretor escolar, não estar inadimplente com a prestação de contas dos recursos financeiros no sistema do FNDE, ou outro programa de transferência de recursos;

V - Possuir diploma de nível superior em licenciatura plena, com experiência mínima de 03 anos em atividades docente;

VI - O candidato ao cargo de diretor escolar não deve estar atuando em cargos políticos ou sindical;

VII – Não estar ou ter estado em desvio de função/readaptação ou afastamento por qualquer motivo nos últimos 06 (seis) meses antecedentes ao edital, excluído os casos de licença-gestante, saúde com laudo;

IX – Não estar com processo de aposentadoria em andamento.

Art. 3º O processo de seleção de gestores acontecerá a cada 02 (dois) anos, e os efeitos da posse dos candidatos aprovados a partir de 03 de janeiro do ano imediatamente subsequente ao da seleção.

Art. 4º O mandato dos gestores será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido uma única vez por igual período mediante novo processo seletivo e avaliação de desempenho favorável.

Art. 5º Será considerado diretor(a) escolar o candidato que obtiver a maior pontuação do total dos pontos no decorrer do processo seletivo conforme regras do edital.

*Parágrafo único.* Em caso de vacância do cargo e não havendo classificados para o cargo de Diretor, assumirá um profissional de nível superior com formação na área de educação indicado pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, até novo processo seletivo no prazo de 90 dias.

Art. 6º A Comissão Organizadora do Processo de Seleção de Diretor será formada pelos seguintes membros que deverão ser nomeados através de portaria pelo Poder Executivo Municipal:

a- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

b- 01 (um) representante do CACS FUNDEB;

c- 01 (um) representante dos Professores da Rede Pública Municipal.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação expedira edital e portaria normatizadora para que de forma suplementar realize a execução da seleção para diretores escolares de acordo com este Decreto.

*Parágrafo único.* Todos os atos expedidos pela Secretaria Municipal de Educação com finalidade da realização desta seleção deverão cumprir com os princípios administrativos, inclusive, da legalidade e publicidade.

Art. 8º Fica estabelecido após a posse dos respectivos diretores escolares a realização de avaliação anual de desempenho e do aplicação do plano de gestão de cada gestor, mediante critérios estabelecidos por comissão constituída pela secretaria municipal de educação.

*Parágrafo único.* A continuidade no cargo de gestor de unidade escolar será condicionada ao alcance dos objetivos estabelecidos nos termos do caput deste artigo.

Art. 9º As despesas necessárias à execução deste Decreto ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas normas anteriores as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina/MT, 10 de novembro de 2026

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

**RETIFICACAO DO EDITAL - CONCURSO PUBLICO 001/2026**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**
**ESTADO DE MATO GROSSO**

PASSAPORTE PDH
Seleção & Desenvolvimento Humano, Assessoria & Consultoria

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001/2026**

**CONCURSO PÚBLICO**
**NOVA XAVANTINA-MT**

O Sr. **JOÃO MACHADO NETO**, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA-MT, por meio da **COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2026**, nomeada pela Portaria nº 1228/2025, publicada no dia 22 de setembro de 2025, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os dispositivos constantes no artigo 37, incisos I, II e VIII, da Constituição Federal; na Lei Municipal nº 2.337, de 21 de dezembro de 2021, que Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica; na Lei Municipal nº 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Civis do Município e dá outras providências; na Lei Municipal nº 2.470, de 14 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreira e Subsídio da Administração Direta do Poder Executivo de Nova Xavantina e dá outras providências; e demais legislação pertinente à matéria, torna público o presente Edital, destinado a selecionar candidatos para provimento de formação de cadastro de reserva do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina-MT, conforme as condições estabelecidas neste Edital, realizado pela empresa Passaporte PDH.

1.0 Altera o Anexo I ao Edital 001/2026 que dispõe sobre selecionar candidatos para provimento de formação de cadastro de reserva do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina-MT, realizado pela empresa Passaporte PDH, passa a vigorar a seguinte redação:

**ANEXO I**
**CRONOGRAMA DOS TRABALHOS**

| Descrição | Data Prevista |
|---|---|
| Resultado preliminar da prova objetiva | 26/08/2026 |
| Prazo para recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva | 31/08 e 01/09/2026 |
| Decisão quanto aos recursos interpostos contra Resultado Preliminar da prova objetiva | 04/09/2026 |
| Resultado preliminar da prova subjetiva | 04/09/2026 |
| Prazo para recurso contra o resultado preliminar da prova subjetiva | 08/09 e 09/09/2026 |
| Decisão quanto aos recursos interpostos contra Resultado Preliminar da prova subjetiva | 17/09/2026 |
| Convocação para o Teste de Aptidão Física, prova de Excel, prova prática de direção veicular | 21/09/2026 |
| Data da Aplicação do Teste de Aptidão Física, prova de Excel, prova prática de direção veicular | 27/09/2026 |
| Divulgação do resultado preliminar do Teste de Aptidão Física, prova de Excel e prova prática de direção veicular | 06/10/2026 |
| Recurso contra o resultado preliminar do Teste de Aptidão Física, prova de Excel e prova prática de direção veicular | 07/10 e 08/10/2026 |
| Decisão quanto aos recursos interpostos contra Resultado Preliminar do Teste de Aptidão Física, prova de Excel e prova prática de direção veicular | 15/10/2026 |
| Convocação para envio de títulos | 16/10/2026 |
| Período para envio de títulos | 19/10 e 20/10/2026 |

Av Professor Fernando São Paulo 76 / Ponto Central / Feira de Santana / BA / 44075-045/
Telefone: (75) 9 9836-7484 E-mail: pdhconcursos@gmail.com

| | |
|---|---|
| Divulgação do Resultado Preliminar do envio de títulos e do Certame | 03/11/2026 |
| Recurso contra Divulgação do Resultado Preliminar do envio de títulos e do Certame | 04/11 e 05/11/2026 |
| Retificação do Resultado Parcial Final – **Apenas para os cargos que houveram modificações** | 09/11/2026 |
| Recurso da Retificação do Resultado Parcial Final **(Recurso apenas para os candidatos relacionados na retificação)** | 11/11 e 12/11/2026 |
| Resultado final do Certame e Homologação do Concurso Público 001/2026 **(Resposta de todos os recursos apresentados do dia 04/11, 05/11, 11/11 e 12/11.** | 16/11/2026 |

**PASSAPORTE PDH**

## SECRETARIA DE GABINETE
## DECRETO N.º 7.517, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.



**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA**
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

**Decreto Nº 7517, de 10 de novembro de 2026.**

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de NOVA XAVANTINA e autorização contida na Lei Municipal nº 3024/2025, de 22 de Dezembro de 2025.

**D E C R E T A:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 3.221.411,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO ÚNICO DE SAÚDE
07.001.10.301.16.2031-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO — R$7.000,00
1.632.0000000.000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS — 7.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO ÚNICO DE SAÚDE
07.001.10.302.17.2032-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO — R$100.000,00
1.632.0000000.000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS — 100.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - FUNDO ÚNICO DE EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE — R$90.000,00
1.500.1001000.000000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO — 90.000,00

06.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
06.001 - ESPORTES E LAZER
06.001.27.812.10.2021-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA — R$8.000,00
1.703.0000000.000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades — 8.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002.8.122.31.2044-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E — R$3.911,00
1.661.0000000.000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — 3.911,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - GESTÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA
04.001.4.123.5.2008-3.3.90.41.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES — R$80.000,00
1.500.0000000.000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS — 80.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO ÚNICO DE SAÚDE
07.001.10.302.17.2032-3.3.90.41.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES — R$30.000,00
1.500.1002000.000000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE — 30.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - FUNDO ÚNICO DE EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.1007-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES — R$9.500,00
1.500.1001000.000000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO — 9.500,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO ÚNICO DE SAÚDE
07.001.10.301.16.2031-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$393.000,00
1.632.0000000.000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS — 393.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO ÚNICO DE SAÚDE
07.001.10.302.17.2032-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$2.500.000,00
1.632.0000000.000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS — 2.500.000,00

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA**
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

**Art. 2º -** Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE
12.001 - CIDADE
12.001.4.122.13.2026-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO — R$80.000,00
1.500.0000000.000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS — 80.000,00

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE
12.001 - CIDADE
12.001.4.122.13.2026-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO — R$8.000,00
1.703.0000000.000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades — 8.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO ÚNICO DE SAÚDE
07.001.10.301.16.2031-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO — R$30.000,00
1.500.1002000.000000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇÕS PÚBLICOS DE SAÚDE — 30.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - FUNDO ÚNICO DE EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.34.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE — R$9.500,00
1.500.1001000.000000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO — 9.500,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
05.001 - FUNDO ÚNICO DE EDUCAÇÃO
05.001.12.361.6.2012-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA — R$90.000,00
1.500.1001000.000000 IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO — 90.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO ÚNICO DE SAÚDE
07.001.10.302.17.1010-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES — R$7.000,00
1.632.0000000.000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS — 7.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO ÚNICO DE SAÚDE
07.001.10.302.17.1010-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES — R$393.000,00
1.632.0000000.000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS — 393.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO ÚNICO DE SAÚDE
07.001.10.302.17.1010-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES — R$100.000,00
1.632.0000000.000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS — 100.000,00

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - FUNDO ÚNICO DE SAÚDE
07.001.10.302.17.1010-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES — R$2.500.000,00
1.632.0000000.000000 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS — 2.500.000,00

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002.8.122.31.2044-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE — R$3.911,00
1.661.0000000.000000 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL — 3.911,00

**ESTADO DE MATO GROSSO**
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVA XAVANTINA**
C.N.P.J.: 15.024.045/0001-73
Município: NOVA XAVANTINA

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO, 10 de novembro de 2026.**

**SECRETARIA DE GABINETE**
**PORTARIA N.º 1557/2026**

**PORTARIA N.º 1557/2026**

*Dispõe sobre a conversão de férias de servidor(a) público(a) municipal em abono pecuniário, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2022 – que *dispõe*

*sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – n.º 56/2026*** e a ***Estimativa do Impacto Orçamentário/Financeiro para Gasto com Pessoal – n.º 56/2026***; **resolve:**

**Art. 1º** Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Mariane Gonçalves Ayres Pinto,** Enfermeira, matrícula funcional 3185, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 4/1/2025 a 3/1/2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de novembro de 2026.

**João Machado Neto** – João Bang

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2022**

O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT**, pessoa jurídica de direito público interno,com sede na Rua José Rosalino da Silva, 2, centro, CEP 78.690-000 inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.024.045/0001-73, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e a empresa **IMOBILIÁRIA FORTVALE EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.000.263/0001-97, doravante denominada **LOCADORA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2022, decorrente do Processo Licitatório – Dispensa de Licitação nº 016/2022, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA**

**1.1.** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Original nº 068/2022, fundamentado no art. 62, § 3º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993, combinado com as disposições da Lei Federal nº 8.245/1991.

**1.2.** A vigência contratual fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, com início em 11 de novembro de 2026 e término em 11 de novembro de 2027.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO REAJUSTE**

**2.1.** Em decorrência da variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado no período de 12 (doze) meses, correspondente a setembro de 2026, aplica-se o percentual de reajuste de **4,58% (quatro inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento)** sobre o valor do aluguel vigente.

**2.2.** Em razão do reajuste previsto no item anterior, o valor mensal do aluguel, anteriormente fixado em R$ 1.320,86 (um mil, trezentos e vinte reais e oitenta e seis centavos), passa a ser de **R$ 1.381,36 (um mil, trezentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos)**, a partir de 11 de novembro de 2026.

**2.3.** O presente reajuste e a prorrogação da vigência encontram respaldo na Manifestação Jurídica nº 099/2026 e no Ofício nº 436/2026/SME, que integram o processo administrativo correspondente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES**

**3.1.** Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original nº 068/2022 e em seus respectivos termos aditivos, que não tenham sido expressamente alteradas ou modificadas pelo presente instrumento.

**JOÃO MACHADO NETO**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**
**DECRETO Nº 80/2026**

Regulamenta o processo administrativo de responsabilização e os critérios de aplicação e dosimetria das sanções decorrentes das infrações previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal direta de Novo Horizonte do Norte/MT, e revoga o Decreto nº 011, de 18 de janeiro de 2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 45, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nos arts. 155 a 163 e 166 a 168 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal direta de Novo Horizonte do Norte/MT, a apuração das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a aplicação das sanções administrativas e os critérios de dosimetria previstos no art. 156 da mesma Lei.

Parágrafo único. Este Decreto aplica-se às licitações, contratações diretas, atas de registro de preços, contratos e instrumentos equivalentes.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – Acusado: licitante, fornecedor registrado, adjudicatário ou contratado submetido a processo administrativo de responsabilização;

II – Fase de licitação: período compreendido entre a divulgação do edital ou aviso de contratação direta e a assinatura do contrato, ata ou instrumento equivalente;

III – Fase de execução: período compreendido entre a assinatura do instrumento e o cumprimento integral das obrigações;

IV – Contrato compartilhado: contrato ou ata cujo objeto atenda a mais de uma Secretaria Municipal;

V – Valor-base: base de cálculo da multa, definida no art. 12;

VI – Escore: resultado da matriz de critérios prevista no art. 13, expresso entre zero e um;

VII – Decisão definitiva: decisão administrativa contra a qual não caiba recurso ou pedido de reconsideração;

VIII – Memória de cálculo: registro das etapas da dosimetria, conforme o Anexo III; e

IX – Secretário julgador: autoridade competente para instaurar, julgar o processo e aplicar as sanções.

Art. 3º Aplica-se subsidiariamente a este Decreto, enquanto não editada legislação municipal específica de processo administrativo, a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, observados os arts.

20 a 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Art. 4º O agente público que tomar conhecimento de fato que possa caracterizar infração deverá comunicá-lo imediatamente ao agente de contratação ou ao gestor do contrato.

§ 1º O agente de contratação ou o gestor do contrato elaborará o relatório circunstanciado previsto no art. 26.

§ 2º A apuração será promovida sempre que houver indícios suficientes de infração administrativa.

§ 3º A aplicação de sanção não exclui o dever de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 5º Constituem infrações administrativas:

I – Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – Dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Dar causa à inexecução total do contrato;

IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – Não manter a proposta, salvo por fato superveniente devidamente justificado;

VI – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;

VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa;

IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – Praticar atos ilícitos com o objetivo de frustrar os objetivos da licitação; e

XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Considera-se grave dano, para os fins do inciso II, a ocorrência de qualquer das seguintes situações:

I – Prejuízo financeiro superior a 5% do valor-base;

II – Paralisação, ainda que parcial, de serviço público; ou

III – Risco à saúde ou à segurança de usuários, servidores ou terceiros.

§ 2º Considera-se retardamento injustificado o atraso que comprometa etapa subsequente da licitação ou da execução contratual, ou o atraso superior a 30 dias sem motivo justificado.

Art. 6º Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – Advertência, exclusivamente na hipótese do inciso I do art. 5º, quando não se justificar sanção mais grave;

II – Multa, entre 0,5% e 30% do valor-base;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal direta de Novo Horizonte do Norte/MT, pelo prazo máximo de 3 anos; e

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 e máximo de 6 anos.

§ 1º O impedimento poderá ser aplicado nas infrações previstas nos incisos II a VII do art. 5º.

§ 2º A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada nas infrações previstas nos incisos VIII a XII do art. 5º e, mediante fundamentação específica quanto à maior gravidade, nas hipóteses dos incisos II a VII.

§ 3º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade, desde que haja fundamentação específica e dosimetria própria.

Art. 7º O atraso injustificado sujeitará o contratado à multa de mora prevista no edital ou no contrato.

§ 1º Não havendo previsão no edital ou no contrato, não será criada multa de mora por este Decreto, sem prejuízo da apuração da infração administrativa cabível.

§ 2º A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória quando a obrigação se tornar inútil ou impossível, mediante decisão fundamentada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º O valor pago a título de multa de mora será deduzido da multa compensatória aplicada pelo mesmo fato.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º Compete instaurar e julgar o processo administrativo de responsabilização:

I – Ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento, nas infrações ocorridas na fase de licitação, nos contratos compartilhados e nos fatos conexos entre licitação e execução; e

II – Ao Secretário Municipal da pasta contratante, nas infrações ocorridas exclusivamente na execução de contrato ou ata de sua Secretaria.

§ 1º A declaração de inidoneidade será aplicada exclusivamente pelo Secretário competente, vedada a delegação, após análise jurídica da Procuradoria-Geral do Município.

§ 2º Os conflitos de competência serão resolvidos pelo Prefeito.

Art. 9º Compete ao Prefeito julgar os recursos contra as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 10. Compete:

I – Ao agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, registrar ocorrências da fase de licitação e elaborar o relatório circunstanciado;

II – Ao fiscal do contrato, registrar ocorrências da execução e comunicar o gestor;

III – Ao gestor do contrato, elaborar o relatório circunstanciado da execução;

IV – À Comissão Permanente de Processo Administrativo de Responsabilização – CPPAR, conduzir e instruir o processo, apreciar provas, elaborar a dosimetria e apresentar relatório final;

V – À Procuradoria-Geral do Município, emitir os pareceres previstos neste Decreto;

VI – À Secretaria Municipal de Finanças e Orçamentos, promover a cobrança administrativa e a inscrição da multa em dívida ativa; e

VII – À Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, manter o cadastro municipal de sanções e providenciar os registros legais.

CAPÍTULO IV

DA DOSIMETRIA

Art. 11. A dosimetria observará as seguintes etapas:

I – Enquadramento da conduta;

II – Definição da sanção cabível;

III – Cálculo do escore e da pena-base;

IV – Aplicação das circunstâncias agravantes e atenuantes; e

V – Aplicação dos limites legais e arredondamento.

Art. 12. O valor-base da multa corresponderá:

I – Na licitação, ao valor estimado do item ou lote afetado;

II – Na ata de registro de preços, ao valor total registrado em favor do acusado; ou

III – Na execução contratual, ao valor global atualizado do contrato, incluídos os aditivos.

Art. 13. O escore será calculado pela fórmula:

S = (3C1 + 3C2 + 2C3 + 2C4) ÷ 50.

§ 1º Os critérios serão avaliados mediante notas de zero a cinco, conforme o Anexo II.

§ 2º Cada nota deverá indicar a prova e a folha dos autos que a fundamentam.

§ 3º O mesmo fato não poderá ser considerado em mais de um critério.

Art. 14. A pena-base será calculada pela fórmula:

Pena-base = mínimo da faixa + S × (máximo da faixa – mínimo da faixa).

Parágrafo único. O escore será utilizado separadamente para a sanção principal e para a multa cumulativa.

Art. 15. Na infração prevista no inciso I do art. 5º, será aplicada advertência quando, cumulativamente:

I – O escore for inferior a 0,30;

II – A nota do critério C2 for zero; e

III – Não incidir circunstância agravante.

Parágrafo único. Ausente qualquer desses requisitos, poderá ser aplicada multa.

Art. 16. São circunstâncias agravantes:

I – Reincidência: acréscimo de 1/6;

II – Reincidência específica: acréscimo de 1/3, não cumulável com o inciso I;

III – Conluio: acréscimo de 1/6;

IV – Apresentação de documento ou declaração falsa durante o processo: acréscimo de 1/6;

V – Persistência no descumprimento após notificação: acréscimo de 1/6; e

VI – Recusa injustificada em atender diligências da CPPAR: acréscimo de 1/6.

§ 1º Considera-se reincidência a prática de nova infração nos cinco anos seguintes à decisão definitiva que tenha aplicado sanção por infração em licitação ou contrato.

§ 2º A reincidência específica exige correspondência entre a nova infração e a anteriormente sancionada.

§ 3º Não será considerada a sanção objeto de reabilitação.

Art. 17. São circunstâncias atenuantes:

I – Reparação integral do dano ou cumprimento da obrigação antes da instauração: redução de 1/3;

II – Reparação integral do dano ou cumprimento da obrigação antes do julgamento: redução de 1/6, não cumulável com o inciso I;

III – Comunicação espontânea da falha antes de sua detecção: redução de 1/6;

IV – Confissão ou colaboração efetiva: redução de 1/6; e

V – Programa de integridade efetivo, implantado antes do fato: redução de 1/6.

Art. 18. A pena final será calculada pela fórmula:

Pena final = pena-base × (1 + soma das agravantes – soma das atenuantes).

§ 1º A soma das agravantes e das atenuantes ficará limitada, individualmente, a 1/2.

§ 2º Agravantes e atenuantes poderão compensar-se, mediante fundamentação.

§ 3º Não será considerada circunstância que constitua elemento da infração ou que já tenha sido utilizada na matriz de critérios.

Art. 19. A pena final observará os seguintes limites:

I – Multa: de 0,5% a 30% do valor-base;

II – Impedimento: de 1 a 36 meses; e

III – Inidoneidade: de 36 a 72 meses.

Parágrafo único. Os prazos serão expressos em meses inteiros, arredondando-se para cima a fração igual ou superior a 0,5.

Art. 20. Nas infrações previstas nos incisos II a VII do art. 5º, a declaração de inidoneidade somente poderá ser aplicada quando a gravidade concreta dos fatos justificar sanção superior ao impedimento de licitar e contratar.

§ 1º A decisão deverá demonstrar, individualmente:

I – Os danos causados;

II – As consequências práticas da conduta;

III – As circunstâncias agravantes eventualmente existentes;

IV – A insuficiência do impedimento; e

V – A necessidade, adequação e proporcionalidade da declaração de inidoneidade.

§ 2º A aplicação da declaração de inidoneidade dependerá de parecer prévio da Procuradoria-Geral do Município.

§ 3º É vedada a conversão automática do impedimento em declaração de inidoneidade.

Art. 21. Cada infração autônoma será objeto de dosimetria própria.

Parágrafo único. É vedada a soma automática de sanções ou a aplicação de penalidade sem demonstração de sua necessidade e proporcionalidade.

Art. 22. A memória de cálculo integrará obrigatoriamente o relatório final e a decisão.

CAPÍTULO V

DA CPPAR

Art. 23. Os processos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Processo Administrativo de Responsabilização – CPPAR, composta por três membros titulares e dois suplentes, todos servidores estáveis do quadro permanente do Município.

§ 1º Os membros serão designados por portaria do Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

§ 2º A portaria indicará o presidente da Comissão e terá vigência de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º As decisões da Comissão serão tomadas por maioria.

Art. 24. Não poderá atuar na CPPAR o membro que:

I – Tenha atuado como agente de contratação, pregoeiro, fiscal ou gestor no caso apurado;

II – Possua interesse direto ou indireto na matéria;

III – Seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de sócio ou administrador do acusado; ou

IV – Seja amigo íntimo ou inimigo notório do acusado.

Art. 25. Compete à CPPAR:

I – Notificar o acusado;

II – Apreciar os requerimentos de prova;

III – Requisitar documentos e informações;

IV – Solicitar apoio técnico;

V – Elaborar a memória de cálculo; e

VI – Apresentar relatório final conclusivo.

CAPÍTULO VI

DO PROCEDIMENTO

Art. 26. O agente de contratação ou o gestor do contrato elaborará relatório circunstanciado no prazo de cinco dias úteis, contendo:

I – Identificação do acusado;

II – Dados do processo, edital, contrato ou ata;

III – descrição dos fatos e respectivas datas;

IV – Cláusulas descumpridas e enquadramento preliminar;

V – Provas reunidas;

VI – Estimativa do dano;

VII – valores pendentes e garantias; e

VIII – Histórico de sanções.

Art. 27. Recebido o relatório, o Secretário julgador, no prazo de cinco dias úteis:

I – Arquivará o expediente;

II – Determinará diligências complementares; ou

III – Instaurará o processo por portaria e encaminhará os autos à CPPAR.

Art. 28. A portaria de instauração indicará:

I – O acusado;

II – Os fatos;

III – O enquadramento preliminar;

IV – As sanções cabíveis; e

V – Eventual inclusão de sócios, administradores ou sucessores, quando houver indícios de abuso da personalidade jurídica.

Art. 29. Nos processos relativos à execução contratual, a CPPAR comunicará a instauração ao emitente da garantia contratual, quando houver.

Art. 30. Os prazos serão contados em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Art. 31. A notificação indicará:

I – O acusado;

II – O procedimento relacionado;

III – Os fatos e dispositivos violados;

IV – As sanções cabíveis;

V – As provas já identificadas;

VI – O prazo para defesa;

VII – O local ou meio de acesso aos autos;

VIII – O meio de protocolo; e

IX – A necessidade de indicação de endereço eletrônico para futuras intimações.

Art. 32. A notificação será realizada, preferencialmente:

I – Por correio eletrônico com confirmação de recebimento;

II – Por correspondência com aviso de recebimento;

III – Por entrega pessoal; ou

IV – Por publicação oficial, quando frustrados os meios anteriores.

§ 1º Não havendo confirmação em três dias úteis, será utilizado o meio subsequente.

§ 2º Na notificação por publicação, será designado defensor dativo.

Art. 33. A ausência de defesa não implicará reconhecimento dos fatos.

CAPÍTULO VII

DOS RITOS

Art. 34. Será adotado rito simplificado para a infração do inciso I do art. 5º e para a apuração de multa de mora, quando cabível.

§ 1º O acusado terá 15 dias úteis para apresentar defesa.

§ 2º Havendo produção de prova nova, será concedido

prazo de cinco dias úteis para alegações finais.

Art. 35. Será adotado rito comum quando houver possibilidade de aplicação de impedimento ou declaração de inidoneidade.

§ 1º O acusado terá 15 dias úteis para apresentar defesa e especificar provas.

§ 2º Havendo produção de novas provas, será concedido prazo de 15 dias úteis para alegações finais.

Art. 36. Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Art. 37. Encerrada a instrução, a CPPAR elaborará relatório final, contendo:

I – Síntese dos fatos;

II – Provas analisadas;

III – Argumentos da defesa;

IV – Enquadramento jurídico;

V – Conclusão pela responsabilidade ou absolvição;

VI – Sanção proposta e memória de cálculo; e

VII – Providências complementares cabíveis.

Art. 38. A Procuradoria-Geral do Município emitirá parecer:

I – Obrigatoriamente, no rito comum;

II – Na desconsideração da personalidade jurídica;

III – Na reabilitação; e

IV – Antes da aplicação da declaração de inidoneidade.

Art. 39. O Secretário julgador decidirá no prazo de dez dias úteis.

§ 1º A decisão indicará o acusado, os fatos, o dispositivo violado, a sanção, a dosimetria, o valor da multa e a forma de pagamento.

§ 2º A decisão poderá adotar os fundamentos do relatório ou do parecer, desde que indique expressamente essa vinculação.

§ 3º Havendo divergência quanto à dosimetria, deverá ser elaborada nova memória de cálculo.

Art. 40. O acusado será intimado da decisão.

Parágrafo único. Após o encerramento da instância administrativa, o extrato da decisão será publicado no órgão oficial do Município.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS

Art. 41. Da aplicação de advertência, multa ou impedimento caberá recurso no prazo de 15 dias úteis.

§ 1º O recurso será dirigido ao Secretário julgador, que poderá reconsiderar a decisão em cinco dias úteis.

§ 2º Não havendo reconsideração, o recurso será encaminhado ao Prefeito.

Art. 42. O Prefeito decidirá o recurso no prazo de 20 dias úteis.

Art. 43. Da declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, dirigido à autoridade que aplicou a sanção.

Art. 44. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo.

CAPÍTULO IX

DA DESCONSIDERAÇÃO E DA LEI Nº 12.846/2013

Art. 45. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso de direito, para facilitar ou ocultar a prática de infração ou para provocar confusão patrimonial.

§ 1º A medida dependerá de contraditório, ampla defesa e análise jurídica prévia.

§ 2º Os efeitos da sanção poderão alcançar administradores, sócios com poderes de administração, sucessores e empresas coligadas ou controladas, nos limites da lei.

Art. 46. Quando o fato também configurar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846, de 2013, a apuração e o julgamento serão realizados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito e a autoridade competente definidos nessa Lei.

CAPÍTULO X

DOS REGISTROS, COBRANÇA E REABILITAÇÃO

Art. 47. Após a decisão definitiva, a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento providenciará, no prazo de 15 dias úteis, os registros cabíveis no CEIS, no CNEP e no cadastro municipal de sanções.

Art. 48. A existência de sanção anterior poderá ser considerada como antecedente ou circunstância agravante na dosimetria de nova penalidade, desde que preenchidos os requisitos deste Decreto.

Parágrafo único. É vedada a soma automática do prazo de nova sanção com o período remanescente de penalidade anterior.

Art. 49. A reabilitação dependerá cumulativamente de:

I – Reparação integral do dano;

II – Pagamento da multa;

III – transcurso de um ano, no caso de impedimento, ou três anos, no caso de inidoneidade;

IV – Cumprimento das condições fixadas na decisão; e

V – Parecer conclusivo da Procuradoria-Geral do Município.

Parágrafo único. Nas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 5º, será exigida também a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

Art. 50. A multa definitiva será:

I – Descontada dos pagamentos devidos;

II – Descontada da garantia, se necessário;

III – ecolhida pelo sancionado no prazo de 30 dias; ou

IV – Inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente.

Art. 51. A prescrição ocorrerá em cinco anos, contados da ciência da infração pela Administração, interrompendo-se com a instauração do processo e suspendendo-se nas hipóteses legais.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52. Os modelos de relatório circunstanciado, portaria de instauração, notificação, memória de cálculo e decisão serão aprovados por portaria do Secretário Municipal de Administração e Planejamento no prazo de 30 dias.

Art. 53. Os processos em curso observarão, quanto aos atos já praticados, a legislação vigente à época, aplicando-se os critérios deste Decreto quando mais favoráveis ao acusado e juridicamente compatíveis.

Art. 54. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento, ouvida a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 55. Este Decreto entra em vigor 30 dias após a data de sua publicação.

Art. 56. Fica revogado o Decreto nº 011, de 18 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 05 de novembro de 2026.

**Agenor Evangelista da Silva Júnior**

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2026**

“DISPÕE SOBRE: A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE MT, CONFORME ESTABELECE O EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°001/2016, INFORMA O LOCAL E HORARIOS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Homologar as inscrições dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Simplificado 001/2026, efetuadas de 19 de outubro à 06 de novembro de 2026, das 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h de segunda a sexta feira, de acordo com o Edital nº 001/2026, publicado em 16 de outubro de 2026.

**Art. 2º -** Para o presente certame não foram indeferidas inscrições de candidatos inscritos.

**Art. 3º** - No decorrer das inscrições não houve anulação, por erro de preenchimentos nas fichas de inscrições.

Ficando habilitados a realizar o Processo Seletivo Simplificado 001/2026 todos os 465 (quatrocentos e Sessenta e Cinco), candidatos inscritos conforme lista abaixo.

**Art. 4º** - O local das provas será distribuído nas Escolas Municipal Ulisses Guimaraes, localizada na Avenida Kara Jose, Esquina com a Rua Augusto de Souza nº 395 Centro, Escola Estadual Cívico Militar Rosmay Kara José, localizada na Rua Iguaçu n° 562, e Centro Catequético Católico Sagrada Família localizado rua Castro Alves, s/n , na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT conforme discriminação abaixo:

**Art. 5°** - Fica alterado o Horário de aplicação das provas sendo nível fundamental e nível Médio e Técnico período Matutino (Manhã), das 8:00 h às 12:00 e Nível superior 14:00 as 18:00 horas período vespertino (Tarde). **Da data do dia 13 de dezembro de 2026. Horário local.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE – MT**

**RELAÇÃO DE INSCRITOS – PROCESSO SELETIVO 001/2026**

**CARGO 00037 – ASSISTENTE SOCIAL/ Local da prova: ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES / horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 280 | ALZIRENE APARECIDA MARTINS |
| 208 | CARLA PINTO DE AMORIM SOUSA |
| 312 | EDIANA DO NASCIMENTO MARTINS NEVES |
| 279 | NOELI CASSIA GUIMARAES |
| 144 | POLIANA CLARA ANGELICA OLIVEIRA FREISE |

**CARGO 00041 – ENGENHEIRO AGRONOMO/ Local da prova: ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 242 | ADRIELE KAROLINA NERIS DA SILVA |
| 450 | ALAFER BARBOSA DA SILVA PAGNUSSATT |
| 425 | ANA PAULA MELOTO CANDIDO |
| 454 | BRENO APARECIDO ALVES DA SILVA |
| 126 | GUSTAVO HENRIQUE DE BRITO |
| 301 | LUIS RICARDO DE SOUSA REZER |
| 008 | PAULO JURACI RIBEIRO DE ASSIS |
| 443 | PRISCILA DA SILVA SALMAZO FRAGA |
| 265 | SERGIO LUIS MARANGONI |
| 256 | STHEFANIE GLAICE RUPOLO DOS SANTOS |

**CARGO 00046 – TECNICO AGRIGOLA/ ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 245 | WHENDER FERNANDO DOS SANTOS |

**CARGO 00048 – TECNICO DE RAIO X/ ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 413 | ARTHUR EMILIO DE MELO NEVES |
| 268 | BRUNA BELARMINO GOMES |
| 166 | ELZA DIONISIA MORIMA |
| 207 | FRANCINY NAIARA SOARES ROCHA |
| 307 | LETICIA LISBOA RODRIGUES |
| 308 | LILIAN SILVA ROCHA |
| 305 | ROSILENE BRUMATI |
| 113 | VANESSA CRISTINA PARAPINA |

**CARGO 00056 – MOTORISTA II/ ESCOLA ESTADUAL CÍVICO MILITAR ROSMAY KARA JOSÉ. horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 73 | ALBERTO SAMPAIO DE LACERDA |
| 35 | ALDAIR DOS SANTOS BEZERRA |
| 97 | BRAZ RIBEIRO DA SILVA |
| 95 | BRUNO APARECIDO RODRIGUES |
| 272 | DELCI DIAS PEREIRA |
| 49 | DIEGO OLIVEIRA DA SILVA |
| 388 | DIRCEU GOMES DA SILVA |
| 014 | DONIZETE CREPALDI PONTES |
| 161 | ERICA ANDRADE BORGES |

| | |
|---|---|
| 380 | ERMIDES BRAUN |
| 227 | GUSTAVO CANDIDO NEVES |
| 93 | JOAO MARCOS DE OLIVEIRA SOUSA |
| 41 | JOAQUIM GOMES DA SILVA JUNIOR |
| 39 | JOEL DA SILVA |
| 203 | KLEBER EDUARDO MIRANDA BOBBO |
| 236 | LEANDRO XIQUETO PEREIRA |
| 297 | LEOSMAR SANTANA DE OLIVEIRA |
| 47 | LUIZ RICARDO MACHADO FAGUNDES |
| 003 | MANOEL ADRIANO LINS FILHO |
| 162 | RENAN ROCHA SANTIAGO |
| 130 | VALDECI GONCALVES E SILVA |
| 123 | VALDIR FERNANDES COUTO |
| 296 | WEVERSON OLIVEIRA FRAGA |

**CARGO 00058 – OPERADOR DE MOTONIVELADORA/ ESCOLA ESTADUAL CÍVICO MILITAR ROSMAY KARA JOSÉ. horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 017 | BRUNO HENRIQUE VIEIRA |
| 100 | THIAGO SOARES DA SILVA |

**CARGO 00059 – OPERADRO DE RETRO ESCAVADEIRA/ ESCOLA ESTADUAL CÍVICO MILITAR ROSMAY KARA JOSÉ. horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 394 | MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS FILHO |
| 264 | VAGNER GOIVINHO DOS SANTOS |

**CARGO 00060 – OPERADOR DE PÁ CARREAGADEIRA/ ESCOLA ESTADUAL CÍVICO MILITAR ROSMAY KARA JOSÉ. horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 395 | ADRIANO KORB SCHMITZ |
| 417 | ALEXANDRO DE SA |
| 104 | DANCLEY ROCHA MARTINS DA SILVA |
| 446 | SULIVAN GOMES DA SILVA |

**CARGO 00066 – FISCAL DE TRIBUTOS/ ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 225 | DANIELI GUIMARAES PIMENTA |
| 311 | ELIDIANE KARINE TREVISAN |
| 210 | EMANUELLY DOS REIS SILVA |
| 156 | KAUA DAVID LUSTRI |
| 320 | LEANDRO PEREIRA DE SOUZA |
| 415 | LUCAS RAFAEL SANTANA BARROS |
| 452 | MARIA RAYANE FERREIRA BRIZOLLA |
| 444 | SANDY CRISTINA MATOS DA SILVA |

**CARGO 00071 – OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS/ ESCOLA ESTADUAL CÍVICO MILITAR ROSMAY KARA JOSÉ. horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 157 | ELIAS FERREIRA DA SILVA |
| 398 | GILMAR FERNANDES SILVA |
| 328 | GUSTAVO RIBEIRO DA SILVA |
| 406 | JEFERSON DE SOUZA DA SILVA |
| 400 | JOSE ROBERTO DA SILVA |

**CARGO 00073 – TECNICO DE ENFERMAGEM/ ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 029 | ADRIANA DA SILVA MARQUES DE SOUZA |
| 375 | ADRIELLY KELLEY PINHEIRO PRADO DE ALMEIDA |
| 267 | AMANDA LEMBECK ARAUJO |
| 015 | ANGELA CRISTINA DA SILVA |
| 83 | BLEIFI DE ARAUJO CARVALHO |
| 273 | BRUNA LISBOA DOS SANTOS DA HORA MARTINS |
| 427 | CARLA MARIANA FERREIRA IGNACIO |
| 133 | CINTIA FAUSTO DE OLIVEIRA |
| 79 | CLARICE CARVALHO DE ASSIS |
| 365 | CLAUDINEIA ALVES DA GAMA |
| 026 | DANIELE FERREIRA DOS SANTOS |
| 319 | DEVAIR DE OLIVEIRA |
| 62 | ELIANA ANDRADE MOREIRA |
| 241 | ELINEIDE ALVES NUNES |

| | |
|---|---|
| 88 | FERNANDA MINERVINO DE FARIAS |
| 167 | GEOVANA EDUARDA SANTANA DOMINGUES |
| 56 | IZABEL CASSIMIRO JUVENCIO DA SILVA |
| 169 | JACKELINE EDUARDA DOMINHAKI |
| 108 | JORDANA BRUNA SILVA FARIA |
| 439 | JULIANA FERREIRA SILVA AMORIM |
| 238 | KAYKE EDUARDO DA SILVA MARQUES DE SOUZA |
| 89 | KEILA DA SILVA BELTRAME |
| 71 | KELY CRISTINA BORBA |
| 428 | LEONARDO MARTINS FARIA |
| 232 | LUCIANE KORB |
| 430 | LUCIENE ALVES FERREIRA |
| 134 | LUDMILA ALVES GOMES DA SILVA |
| 257 | MARCIANE GOVEIA |
| 344 | MAYARA LIMA SCHMITT |
| 197 | MAYSA DE LIMA ARCANJO |
| 196 | NAIARA LUIZA DO NASCIMENTO ESTEVO |
| 004 | PATRICIA OLIVEIRA RODRIGUES |
| 80 | SONIA BORGES |
| 023 | TALIA APARECIDA RODRIGUES |
| 48 | THAIS FERNANDA MARINOTTI MOREIRA |
| 337 | VALERIA DE SOUSA ANDRADE |
| 306 | VANESSA APARECIDA GREIN DA SILVA |
| 429 | VANESSA REGINA SANTOS |

**CARGO 00076 – AGENTE ADMINISTRATIVO/ ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 435 | ALEXANDER JUNIOR DA SILVA VIEIRA |
| 147 | ALEXANDRE CASSEMIRO CASTAO |
| 002 | ALLYSON RYAN DA SILVA SOUZA |
| 360 | ANA FLAVIA DA SILVA DOS SANTOS |
| 249 | BRUNO MIGUEL FERNANDES SILVA |
| 189 | CLAUDIO SILVEIRA |
| 75 | DEIVID KAUAN ALVES DE VALEM RESENDE |
| 190 | EDILAINE PEREIRA RODRIGUES |
| 115 | EDUARDO DE SOUZA DAMACENO |
| 103 | EDUARDO HENRIQUE GUIMARAES |
| 194 | ELIANE DOS REIS MARIA |
| 118 | GABRIELLY CUPAIOLI BARBOSA |
| 193 | GEISIANE DA SILVA MARTINS |
| 94 | GUILHERME APARECIDO ALVES DOS SANTOS |
| 001 | HUDSON WILLIAN RODRIGUES |
| 381 | IGOR CAIRES ULIANA |
| 389 | IURY FERNANDES ALVES |
| 266 | JOAO FRANCISCO HERMENEGILDO |
| 205 | JOAQUIM ALENCAR DE ASSUNCAO |
| 240 | KARINE MARCELINO DA SILVA |
| 109 | KHAWAN ALVES DOS SANTOS RAMOS |
| 362 | LEANDRO SOUZA DE CARVALHO |
| 457 | LEIRIELLI GOMES DA SILVA |
| 333 | LUAN PEREIRA FELIX |
| 323 | LUCIANA MARIA DOS SANTOS |
| 173 | LUCIANE RAIMUNDA SOUZA DA ROSA |
| 465 | LUIZA HELAINE RIBEIRO ALVES |
| 310 | MARCIANA DA SILVA MAGALHAES |
| 216 | MARINA PEREIRA MONTEIRO FINCO |
| 009 | MATHEUS VINICIUS DA SILVA BORGES |
| 292 | MATHEUS VINICIUS RODRIGUES DE OLIVEIRA |
| 016 | MIRIAN CARTAGENA AGUIAR |
| 120 | NADIANE SILVA CORREIA SOUSA |
| 152 | RAFAELA SANTOS ARAUJO |
| 180 | RENAN IGACHIRA MORAIS |
| 006 | ROBERTA RODRIGUES RUFATTO |
| 52 | ROBERTO JUNIOR RODRIGUES CALLEGARI |
| 339 | ROSIMEIRE IGACHIRA DE MORAIS |
| 421 | SIMEIA LONDI |
| 419 | TATIANE GOMES DE OLIVEIRA AMATE |
| 390 | TATIANE SANTOS OLIVEIRA |
| 459 | THAIS DA SILVA FERREIRA GRIPP |
| 293 | UANDERSON DA CUNHA VELOSO |
| 50 | VANESSA DA SILVA PEREZ |
| 119 | VANESSA FERNANDES RIBEIRO |
| 178 | VITORIA DE MATTOS PRATA |
| 54 | VITORIA EDUARDA CAVICHIOLI BOTELHO |
| 154 | WELEN REGINA PEREIRA DE LIMA |
| 86 | WILSON JUNIOR MARTINEZ VARGAS |

**CARGO 00079 – SERVICOS GERAIS/ ESCOLA ESTADUAL CÍVICO MILITAR ROSMAY KARA JOSÉ. horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 235 | CLEBERSON HIAGO DA SILVA COUTINHO |
| 423 | FRANCISCO VANIRIO ALVES DA SILVA |
| 385 | JONATAS RODRIGUES DOS SANTOS |
| 030 | MARCELO SANTIAGO DE SOUZA |
| 330 | MARIANO PADOVAN |
| 433 | MATEUS MARIANO DE PAULA |

**CARGO 00082 – RECEPCIONISTA/ ESCOLA ESTADUAL CÍVICO MILITAR ROSMAY KARA JOSÉ. horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 384 | ANDREIA DA COSTA SILVA |
| 262 | ANDREIA MARA SOARES BORGES |
| 318 | DANIELE MENEZES COSTA SOUZA |
| 018 | ELIZANGELA FERREIRA FORLEM PONTES |
| 116 | EMANUELE FRANCELINO DE JESUS |
| 211 | IZABELY SOUZA DA SILVA |
| 274 | IZAMARA ANDRADE BARBOSA |
| 463 | JESSICLEIDE AZEVEDO LIRA RODRIGUES |
| 159 | JOAO VITOR SANTANA DOMINGUES |
| 027 | JOSEFA ALVES DINIZ |
| 37 | LETICIA VITORIA KAFER |
| 229 | MARIA HELOYSA HERMENEGILDO |
| 314 | MARIA NATALIA DA SILVA |
| 359 | ODAIR JUNIOR ALVES DA SILVA |
| 317 | VANESSA REZER |
| 326 | VILANIS MILENE DA SILVA |

**CARGO 00084 – VIGILANTE/ ESCOLA ESTADUAL CÍVICO MILITAR ROSMAY KARA JOSÉ. horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 259 | ADIMAR SOUZA PENA |
| 201 | GABRIEL MALAQUIAS DE SOUZA |
| 286 | HENTHONY RIBEIRO DA SILVA |
| 426 | HILSON JOSE HERMENEGILDO |
| 346 | JHUAN CONCEICAO DOMINGOS SCHMITT |
| 012 | JOAO CARLOS DE ALMEIDA |
| 34 | JOSE MELO DA SILVA FILHO |
| 322 | JOSE NILSON ALVES DA SILVA |
| 177 | LUIZ HENRIQUE DOS REIS MELLO |
| 220 | MANOEL DOMINGOS DE GOIS |
| 338 | NELSON ALVES DA SILVA |
| 399 | RAILSON RODRIGUES DA SILVA |

**CARGO 00089 – ZELADORA/ CENTRO CATEQUÉTICO CATÓLICO SAGRADA FAMÍLIA horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 72 | ADRIANA BORGES |
| 137 | ANA RAQUEL DE LIMA FISCHER |
| 231 | ANDREIA DA SILVA MODESTA |
| 345 | ANGRA DA CONCEICAO |
| 140 | CARMEM LUCIA ROBERTO DA SILVA |
| 43 | CLEUSA SALES PEREIRA |
| 383 | DAYANNE SILVA DOS SANTOS PADOVAN |
| 165 | EDNEIA ESPERIDIAO DA SILVA |
| 460 | ELIANE APARECIDA DOS REIS DE OLIVEIRA |
| 222 | IARA FERNANDA DE CARVALHO |
| 424 | IVONE FEITOZA HERMENEGILDO |
| 254 | KATIA MARA NASCIMENTO DE SOUZA |
| 64 | MARCIA DE JESUS DOS SANTOS DA SILVA |
| 403 | MARIA DOS ANJOS DE LIMA ELIAS DE OLIVEIRA |
| 128 | MARIA ERIKA NAYARA DA SILVA |
| 442 | PATRICIA GONCALVES CARDOSO |
| 125 | PATRICIA OLIVEIRA VIEIRA ALVAREZ |
| 170 | RAELY MARIA DA SILVA |
| 102 | VICTORIA EDUARDA DOS SANTOS PEREIRA |

**CARGO 00092 – PROFESSOR / Local da prova: ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 287 | ADELIA ANANIAS REZENDE |
| 110 | ADORI MACHADO DE BITTENCOURT |
| 422 | ADRIANA FELIX DE SOUZA |

| | |
|---|---|
| 143 | ADRIANE HEMSING |
| 69 | AMANDA APARECIDA DOS SANTOS |
| 174 | ANDRESSA FRANCIELE DE SOUZA LIMA |
| 336 | ANDREY BATISTA DA SILVA |
| 68 | ANI KAROLINE LIMA DA SILVA |
| 031 | ANIELLI CATIA CALAURO |
| 67 | ANNY CAROLINE BELLEZE |
| 204 | BRUNA CELESTINA PEREIRA DE ALENCAR |
| 405 | BRUNA DE OLIVEIRA |
| 410 | BRUNA LETICIA ANTUNES MOREIRA |
| 224 | CAMILA VOLPATO YAMADA |
| 379 | CAMILLE ROCHA BOBRIK |
| 218 | CAROLINA SANTOS DE SOUZA |
| 81 | CAROLINE FERNANDA DE SOUZA |
| 022 | CASSIA FERNANDA ULIANA FERREIRA |
| 386 | CELIA PEREIRA DO VALLE |
| 290 | CLAUDIO DOS SANTOS NUNES |
| 200 | CLEIDINEIA FERREIRA LOPES DA SOUZA |
| 261 | DAIANE ROSALINA BRIZOLLA |
| 153 | DANIEL ALVES DE SOUZA |
| 87 | DARIELI HELENA SILVA DE ANDRADE |
| 111 | DEISIANE CRIVILIN CHAVES |
| 60 | DENISE DOS SANTOS LIMA |
| 348 | EDILAINE ALVES MIGUEL |
| 373 | EDUARDO DA SILVA |
| 78 | ELEN DAIANE SORATI NAKAMURA |
| 148 | ELENICE DA SILVA XAVIER |
| 136 | ELIANE BORGES DA COSTA SANTOS |
| 74 | EMILY DUARTE RAMOS |
| 138 | ENIO DOS SANTOS |
| 117 | ESTEFANI CARVALHO ALBERICO |
| 96 | EVELYN CRISTINA DOS SANTOS GUIMARAES |
| 221 | FELIPE PAIM GARCIA |
| 369 | FERNANDA TALITA DE SOUZA PAVONI |
| 131 | FRANCIELE APARECIDA LEONEL |
| 299 | GABRIELA EDUARDA LIMA SILVA |
| 285 | GESILAETE SANTIAGO CASTRO TENORIO |
| 335 | GIOVANA DA SILVA REIS |
| 195 | GISELE LAURINDO SALVIANO |
| 82 | IVANETE XAVIER DE MORAIS |
| 175 | JAINE APARECIDA RIBEIRO DA SILVA |
| 334 | JANETE APARECIDA DOS SANTOS |
| 155 | JEFERSON CANDIDO DE OLIVEIRA SANTOS |
| 354 | JESSICA APARECIDA MANO |
| 202 | JOCILEI HART PAOLIELLO |
| 199 | JOSE ROBERTO PEREIRA DA SILVA |
| 332 | JOSE VITOR NOGUEIRA HENRIQUE |
| 91 | KARIELLE PONTES DA SILVA |
| 206 | KARLA RAFAELA BALASSONE DOS SANTOS |
| 214 | KAROLINE CHRISTINE DAVID DA SILVA |
| 233 | KAROLLAINE RENATA RODRIGUES DE OLIVEIRA |
| 300 | KATIA LETICIA CAVALCANTE DA SILVA |
| 33 | KATIA REGINA CASTAO DA SILVEIRA |
| 276 | KATYA RODRIGUES DOS SANTOS |
| 101 | KEPLIA PRISCILA DA SILVA |
| 122 | LEILA CRISTINA DA SILVA |
| 146 | LETICIA DE OLIVEIRA CIRILO |
| 90 | LIDIANE DA SILVA RODRIGUES |
| 414 | LOIDENICE MARIA GONCALVES RIBEIRO |
| 57 | LUANA RIBEIRO DA SILVA |
| 449 | LUCILENE MOREIRA DA SILVA |
| 151 | LUCINEIA DA GAMA |
| 42 | LUCINEIA DOS SANTOS |
| 66 | LUZIA SANTANA BARROS |
| 331 | MARCIA APARECIDA PEREIRA |
| 105 | MARCIELI VENANCIO PINHEIRO |
| 378 | MARIA ROSELI OTTO DO NASCIMENTO |
| 340 | MARINA TEIXEIRA |
| 404 | MARISA APARECIDA DE SOUZA |
| 350 | MARLI DA SILVA SOUZA |
| 247 | MICHELI BOTELHO SANTANA |
| 440 | NATALINA APARECIDA DA SILVA REIS |
| 70 | NATIELI RODRIGUES DOS SANTOS |
| 363 | NEODIR SOARES DE JESUS |
| 453 | NIVALDO LUCIO DOS SANTOS |
| 315 | OSVANILDO DA SILVA COSTA |
| 141 | PAMELA HELOISA CAMPOS MEDEIROS |

| | |
|---|---|
| 198 | RACHEL VITALE FIORILLO GAMA |
| 51 | RAQUEL KREBS |
| 187 | RAYNE GOTARDO DA SILVA |
| 283 | RENATA ARAUJO DOS SANTOS |
| 121 | RENATA BERTOSSO MATTOS |
| 149 | ROSANA DE BITTENCOUT MARTINS |
| 464 | ROSELI DA SILVA PARANHA |
| 212 | ROSEMEIRE DE SOUZA BENTO SILVA |
| 77 | ROSILDA ARAUJO DE FREITAS |
| 355 | SANDRA TEREZINHA DE ABREU |
| 45 | SILVIA CRISTINA OUTRAMARIO PEIXOTO |
| 226 | SILVIA LUCAS GUIMARAES PIMENTA |
| 021 | SOLIANA MARCHETTI VIEIRA |
| 129 | STEFANI DAVID SIMAO |
| 76 | SWELEN CRISTINA DE FREITAS |
| 416 | TALITA GLEIS PACHECO |
| 371 | THAIS BRAZ DE SOUZA |
| 228 | VALDINEIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA |
| 184 | VALDIRENE DE OLIVEIRA |
| 244 | VALERIA GREIN |
| 114 | VANIA APARECIDA CARDENA DA SILVA |
| 432 | VANUSA MACHRY |
| 135 | VIVIANE DA SILVA BRITO BARROS |

**CARGO 00094 – APOIO ADM. EDUCACIONAL/ CENTRO CATEQUÉTICO CATÓLICO SAGRADA FAMÍLIA horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 179 | GLEISSIELI VIEIRA BISPO |
| 230 | IRENILDA HERMENEGILDO |
| 329 | IVONE RAIMUNDI DO AMARAL |
| 65 | LEILA CRISTINA MORAIS |
| 250 | MAGNA BIROQUI DA SILVA |
| 36 | NATIELI LUIZA ALVES |
| 255 | NEIDE BORGES DOS SANTOS |
| 455 | PATRICIA DA SILVA FRANCO DA ROCHA |
| 40 | SANDRA DA SILVA GONCALVES SATHLER |

**CARGO 00099 – FARMACEUTICO BIOQUIMICO/ Local da prova: ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 85 | ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA |

**CARGO 00100 – ORIENTADOR SOCIAL/ ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 19 | ALANA OLIVEIRA DE MARAES |
| 53 | DEBORA BATISTA DA COSTA |
| 192 | DIONATHAN DA SILVA RIBEIRO |
| 55 | ELIA ALVES MIGUEL |
| 163 | ELIANE CALISTO DOS SANTOS |
| 382 | JAQUELINE FERREIRA DE SOUZA |
| 412 | JULIANA OGENIA DE MELO OLIVEIRA |
| 217 | MADALENA RIBEIRO DA SILVA RAZINE |
| 24 | MARIA APARECIDA DA SILVA |
| 237 | PATRICIA LOPES DE ALMEIDA XIQUITO |
| 418 | ROSA SANTANA DA SILVA |
| 98 | SILVIA APARECIDA DE SOUZA |
| 461 | SILVIA FERREIRA LOPES |

**CARGO 00121 – FISIOTERAPEUTA/ Local da prova: ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 352 | BEATRIZ AMARAL NEVES |
| 223 | BIANCA DE ALENCAR OLIVEIRA |
| 358 | CRISCINE ELIZA ROSSI MENDONCA |
| 341 | DANIELA DA SILVA LIMA |
| 112 | DANIELE FERNANDA NORONHA DA SILVA |
| 182 | DENISE DE CARVALHO VIEIRA |
| 270 | EMILLY ASSUNÇAO DA SILVA |
| 269 | GRACIELI FERNANDA DE CASTRO |
| 357 | JHENIFER MARRONI DE OLIVEIRA FRANCA |
| 392 | LUDMILA BARALDI LEAL |
| 356 | MIKAELA DE PAULA CELESTRINO |
| 185 | RAFAELA FREITAS DA SILVA |

| | |
|---|---|
| 164 | THAINARA TAISY DE SOUZA |
| 186 | THAIS EDUARDA VIOLADA |
| 353 | VICTOR EMANUEL SCHMIDT DA SILVA |

**CARGO 00125 – NUTRICIONISTA/ Local da prova: ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 451 | DANIELA CARDOSO AGUIAR |
| 343 | KARLA VIVIAN ORTIZ |
| 150 | LORRAINE KETLIN DA GAMA BONFIM |
| 209 | MATHEUS LEANDRO PROENCA VIEIRA |
| 253 | PAMELA PALOMA IASMIM PEREIRA MEIRELES |
| 258 | TAIARA CRISTINA FENNER MATIAS |

**CARGO 00155 – ESPECIALISTA DE SAUDE – ENFERMEIRO/ ESCOLA ESTADUAL CÍVICO MILITAR ROSMAY KARA JOSÉ. horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 401 | ANA GRAZIELLA SANTANA GOMES |
| 145 | ANDRESSA DE SOUZA DICK |
| 248 | ANTONIO AUGUSTO F DA SILVA |
| 99 | BIANCA SULZBACHER DA SILVA |
| 028 | BRUNO RESENDE QUEIROZ BARBOSA |
| 263 | CAMILA CABRAL DOS SANTOS |
| 188 | DAIANA TALARIDI DO NASCIMENTO |
| 243 | DANIELA MARQUES DOS SANTOS |
| 327 | ELAINE BARRETO DE OLIVEIRA |
| 63 | FRANCISCA SANTOS FALCAO |
| 407 | IVONE LOPES BRAUN |
| 387 | JENIFFER HELOISA MARTINELLI SYPERRECK FULBER |
| 278 | JENNISLAINE MENDONCA DE SOUZA |
| 351 | JHENNIFER MARA LEITE ROSSI GONÇALVES |
| 246 | LARISSA PAMELA SASTRE |
| 142 | LUCIANE INES GROTH |
| 294 | MAINARA SILVA DOS SANTOS RAMOS |
| 277 | MARCIA DOS SANTOS GONCALVES |
| 361 | MARIA EDUARDA ALVES RONDON ZANOVELLO |
| 313 | PAULA KATIELI YAMAK BORTOLAS |
| 367 | REGIANE CRISTINA DOS SANTOS |
| 260 | ROMILDA DE OLIVEIRA GONCALVES |
| 309 | ROSANA CAROL MORAIS |
| 84 | SILVANA CARDOSO DE MELO |
| 61 | THAYRATA MIELLE DE OLIVEIRA BUENO |
| 38 | YORRANNA DE SOUZA LACERDA |

**CARGO 00162 – PSICOLOGO/ Local da prova: ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 411 | ALESSANDRO MENDONCA DE OLIVEIRA |
| 402 | ALINE LISBOA MARTINS |
| 441 | ALYNNE DEBESA SANTANA SIMPLICIO |
| 376 | AMANDA DE SOUZA FULBER |
| 271 | AMANDA ELLEN DOS SANTOS RICETO |
| 393 | ANA LETICIA MARQUES POLTRONIERI |
| 374 | CATARINA BARBOSA REGO |
| 289 | DIENIA PEREIRA DE OLIVEIRA |
| 284 | ELIZANGELA FERREIRA DOS SANTOS |
| 281 | JESSICA APARECIDA CAZELLA |
| 11 | KAUANY MARCELLA PONZIO BRAGA SILVA |
| 172 | MILENE CRISTINA PIMENTEL PEREIRA |
| 282 | THAIS VITORIA GOUVEIA VOLPATO |

**CARGO 00206 – MEDICO VETERINARIO/ ESCOLA ESTADUAL CÍVICO MILITAR ROSMAY KARA JOSÉ. horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 234 | CARLOS HENRIQUE ALENCAR OLIVEIRA |
| 434 | GUSTAVO SIMPLICIO DIAS |
| 321 | THAIS DOS REIS |

**CARGO 00211 – TERAPEUTA OCUPACIONAL/ Local da prova: ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 215 | ANA PAULA RESENDE DOS SANTOS |
| 325 | DANIELE LEMES BERTOLOZO |

**CARGO 00213 – BIOMEDICO/ Local da prova: ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 007 | ALINE RUBIA PINHEIRO DE ASSIS |
| 438 | GEORGE BARROS AMORIM |
| 456 | KELLY LEANDRO CORDEIRO |
| 181 | MARCIONE DA SILVA COSTA |
| 132 | RAIMUNDO EDIGRE DE AQUINO |
| 458 | THAIS DOS SANTOS |

**CARGO 00215 – AGENTE DE PATIO/ ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 377 | ADRIANA BORGES PEREIRA |
| 171 | ANDERSON JOSE DOS SANTOS |
| 139 | ANGELA MARIA LUIZA DA COSTA SOUZA |
| 447 | ANIE KARINE PONTES DA SILVA |
| 391 | ANIELI ALVES DA SILVA |
| 303 | CATIA NEVES DA SILVA CUNHA |
| 420 | CLAUDEMIR AMATE |
| 127 | CLEIDIMARA APARECIDA DE SOUZA QUELI |
| 408 | DANIELI DA SILVA LADEIA |
| 437 | EVELYN FERNANDES OLIVEIRA |
| 291 | FABIANA ROSA DE SOUZA |
| 368 | FELIPE JUNIOR HINSCHINCK |
| 372 | GEOVANA MARTINS DE SOUZA |
| 302 | GEOVANA VITORIA BORGES BRANDALIZE |
| 349 | GILBERTO PROVENSI |
| 44 | GIOVANA GANDARA DA SILVA RIBEIRO |
| 298 | JADSON CORDEIRO DOS SANTOS |
| 462 | JAQUELINE JUSTINO |
| 160 | JOAO VITOR DA SILVA ALVES |
| 288 | KAMYLLE BEATRIZ ANDRADE FARIAS |
| 370 | KATIANE CRISTINA PIRES DA SILVA |
| 364 | LUCAS SOARES MOREIRA DA SILVA |
| 347 | LUCIMAR ANDRADE DE SOUZA |
| 124 | MARCIA BARACHO DA SILVA |
| 58 | MARCOS MENDES DOS SANTOS |
| 316 | MARCOS SOARES EVANGELISTA |
| 219 | MARGARIDA APARECIDA DE GOIS |
| 396 | MARIA CICERA DA SILVA NUNES |
| 397 | MARIA ISABEL DOS SANTOS OLIVEIRA |
| 239 | MARISA DE JESUS LIMA |
| 158 | MATHEUS AKAI KASSIMURA |
| 342 | MILLENA ALINE DOS SANTOS ULIANA |
| 20 | PEDRO EMANUEL GONCALVES COIMBRA |
| 107 | RODRIGO FISCHER |
| 304 | ROMARIO FARIAS GARANHANI |
| 436 | ROSICLEIA LIMA DE JESUS |
| 251 | SUELLEN KAMYLA RAMOS |
| 168 | THAIS ANA DOS REIS SCARIOT |
| 275 | VERA LUCIA DOMINHAKI |
| 252 | VITORIA KAROLINA FERNANDES NEVES |
| 431 | WANESSA DE CASTRO MESSIAS |
| 191 | WEMILLY VITORIA RODRIGUES KORB |
| 213 | ZAINE SOUZA DA SILVA |

**CARGO 00216 – TECNICO DE INFORMATICA/ ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 08:00 às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 324 | MARCOS PASCOSKI LUCIO |
| 005 | PATRICK MORIE DE ALMEIDA |

**CARGO 00217 – PROFESSOR DE LINGUA INGLESA/ Local da prova: ESCOLA MUNICIPAL ULISSES GUIMARÃES/ horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 445 | ANGELICA GUIMARAES PIMENTA |
| 59 | IVANILDA FLOR DA SILVA |
| 46 | MILLENA SOUZA FELIX |

**CARGO 00218 – PSICOLOGO EM ESPECIALIZACAO EM ABA/ ESCOLA ESTADUAL ROSMAY KARA JOSÉ. / horário das 14:00 às 18:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 106 | JAQUELINE APARECIDA CORREA FISCHER |

**CARGO 00219 – ZELADORA CAMARA MUNICIPAL/ CENTRO CATEQUÉTICO CATÓLICO SAGRADA FAMÍLIA horário das 08:00**

**às 12:00 horas**

| INSCRIÇÃO | NOME DO CANDIDATO |
|---|---|
| 465 | ADRIANA DE OLIVEIRA LIMA |
| 366 | ALESSANDRA APARECIDA CORDEIRO |
| 295 | ALINE CRISTINA CALLEGARI |
| 32 | ANELIZA PERETTI DE OLIVEIRA |
| 010 | ERICA RENATA DA SILVA |
| 409 | GESINA PAZ DE LIRA |
| 025 | JOICE EMANUELA DA SILVA |
| 448 | LAURIANNY SOARES DE SOUZA |
| 92 | MARA ALINE RODRIGUES ROCHA |
| 183 | MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA |
| 176 | ROSEMEIRE CAVALCANTE SANTANA |

**Art. 5º** - A Relação dos Candidatos Inscritos está publicada no anexo 01 deste edital complementar juntamente com a homologação das inscrições.

**Art. 6º** - O presente Edital Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Comissão Examinadora de Novo Horizonte do Norte - MT, 10 de novembro de 2026.

**Evanderson de Souza Santos**

Presidente da Comissão Processo Seletivo 001/2026

---

## CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE
## CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT

### RESOLUÇÃO Nº 020/2026

**Ementa:** Altera o Regimento Interno da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT para padronizar a composição, o registro de candidaturas, a eleição, a recondução e a posse da Mesa Diretora.

A Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, aprova a seguinte Resolução:

**Art. 1º** O art. 10 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 10**. A Mesa da Câmara Municipal será composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, eleitos para mandato de dois anos.

**§ 1º** A eleição será realizada por votação aberta, nominal e pública, ressalvadas as hipóteses de votação diversa previstas na Constituição ou na Lei Orgânica.

**§ 2º** A eleição da Mesa deverá observar, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares, sem prejuízo da liberdade de composição das chapas e da escolha pelo Plenário.

**§ 3º** A eleição será realizada exclusivamente mediante chapas completas, vedada a candidatura individual ou avulsa para cargo específico enquanto houver chapa regularmente inscrita, ressalvada a substituição regularmente admitida antes do início da sessão."

**Art. 2º** O art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 11**. É permitida uma única recondução sucessiva ao mesmo cargo da Mesa, sendo vedada a terceira investidura consecutiva no mesmo cargo.

**§ 1º** A vedação limita-se ao mesmo cargo e não impede que membro da Mesa anterior concorra, na eleição subsequente, a cargo diverso.

**§ 2º** A regra aplica-se indistintamente a todos os vereadores e não poderá ser afastada por decisão da Presidência, ato administrativo ou interpretação casuística."

**Art. 3º** O art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 12**. A eleição da Mesa somente será instalada com a presença da maioria absoluta dos vereadores, correspondente, na atual composição de nove membros, à presença mínima de cinco vereadores.

**§ 1º** Em primeiro escrutínio, será eleita a chapa completa que obtiver a maioria absoluta dos votos dos vereadores presentes.

**§ 2º** Não alcançada a maioria prevista no § 1º, haverá segundo escrutínio entre as duas chapas mais votadas.

**§ 3º** No segundo escrutínio será eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos válidos, excluídos os votos em branco e nulos.

**§ 4º** Persistindo o empate, será considerada eleita a chapa cujo candidato à Presidência seja o mais idoso."

**Art. 4º** O art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 13**. As chapas completas deverão ser protocoladas na Secretaria da Câmara até cinco dias úteis antes da sessão designada para a eleição.

**§ 1º** A chapa deverá indicar, obrigatoriamente, os candidatos aos quatro cargos da Mesa, com nome completo, assinatura e declaração expressa de concordância de cada candidato. Não será admitida chapa incompleta ou candidatura avulsa para cargo isolado.

**§ 2º** O vereador que integrar uma chapa não poderá integrar outra na mesma eleição, salvo desistência formal apresentada dentro do prazo regimental e substituição admitida pela Mesa.

**§ 3º** A desistência deverá ser formalizada por escrito, não podendo ser utilizada para permitir candidatura simultânea a mais de um cargo.

**§ 4º** Se, até trinta minutos antes do início da sessão, não houver chapa completa regularmente registrada, será admitido o registro de uma ou mais chapas completas antes da abertura dos trabalhos, desde que respeitadas as demais exigências deste Regimento.

**§ 5º** Não havendo qualquer candidatura após a reabertura prevista no § 4º, a sessão será suspensa e o Presidente convocará sessões diárias, em horário previamente publicado, até que seja possível realizar a eleição.

**§ 6º** A ausência de candidatos não autoriza a Presidência a indicar ou nomear vereador para cargo da Mesa.”

**Art. 5º** O art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 14**. A eleição da Mesa para o segundo biênio será realizada em período não anterior a 1º de outubro do ano que anteceder o início do respectivo mandato, preferencialmente na última sessão ordinária do segundo período legislativo.

**Parágrafo único.** Os eleitos tomarão posse em 1º de janeiro do ano de início do mandato, mediante termo próprio.”

**Art. 6º** O art. 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 15.** Na eleição da Mesa poderão concorrer todos os vereadores em exercício, observadas as condições de elegibilidade previstas na Lei Orgânica e neste Regimento.

**§ 1º** O membro da Mesa anterior poderá concorrer ao mesmo cargo na eleição subsequente, uma única vez, desde que não tenha atingido o limite de reconduções sucessivas previsto no art. 11.

**§ 2º** O membro da Mesa anterior também poderá concorrer a cargo diverso na eleição subsequente, não se aplicando, nessa hipótese, a vedação referente à recondução ao mesmo cargo.

**§ 3º** A candidatura ao mesmo cargo ou a cargo diverso deverá constar de chapa completa regularmente registrada, observado o prazo e o procedimento previstos neste Regimento.”

**Art. 7º** O art. 17 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 17.** A eleição será realizada mediante votação das chapas completas regularmente registradas, sendo eleita a chapa que obtiver o maior número de votos válidos, observado o quórum previsto neste Regimento.

**§ 1º** A votação por chapa não afasta a necessidade de conferência individual da elegibilidade de cada candidato.

**§ 2º** Em caso de empate, será realizado novo escrutínio entre as chapas empatadas.

**§ 3º** Em caso de vacância, impedimento ou desistência antes da posse, será realizada nova eleição apenas para o cargo correspondente, observadas as regras deste Capítulo.”

**Art. 8º** O inciso II do art. 67 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 67**. (...)

**II** – concorrer aos cargos da Mesa, inclusive ao mesmo cargo que ocupa, uma única vez na eleição subsequente, ou a cargo diverso, observadas as limitações previstas nos arts. 11 e 15 deste Regimento e na Lei Orgânica;

(...).”

**Art. 9º** Ficam revogadas as disposições regimentais incompatíveis com esta Resolução, especialmente as que permitam recondução ilimitada, prevejam Tesoureiro como cargo da Mesa ou autorizem a indicação automática de vereador diante da ausência de candidatos.

**Art. 10.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 10 de novembro de 2026.**

**JOSÉ LUIZ DE SOUZA SANTOS**

**Presidente da Câmara**

**ADMINISTRAÇÃO**
**CONVOCAÇAO DE EMPRESAS COM EMPENHOS ESCRITO EM RESTOS A PAGAR**

*ESTADO DO MATO GROSSO*
*PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT*
*Gestão Municipal 2025/2028*
**Secretaria Municipal de Administração**

**EDITAL Nº 053/2026**

**DISPOE SOBRE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**
**EXCELENTÍSSIMO SENHOR, CASCIANO MARTINS REIS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E**

**CONSIDERANDO** a observação das normas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis vigentes;

**CONVOCA:**

Ficam convocados para comparecimento junto a Secretaria Municipal de Finanças os fornecedores abaixo citados para comprovação da execução dos serviços/obras e outras despesas Processamento ou Não dos Restos a Pagar Não Processados abaixo citados, inscritos em exercício anterior. **Os fornecedores têm até o dia 19 de novembro de 2026** para comparecimento, sendo que, após tal prazo, os Restos a Pagar Não processados ficam automaticamente CANCELADOS:

| Data | Empenho/Ano | Valor | Credor |
|---|---|---|---|
| 25/07/2025 | 5279/2025 | 1.584,00 | ANDRE ANTONIO SABINO |
| 01/08/2025 | 5610/2025 | 1.152,00 | ANDRE ANTONIO SABINO |
| 30/06/2025 | 4718/2025 | 179,00 | LICITE SAUDE COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| 12/08/2025 | 5823/2025 | 5.024,96 | BATISTA REFRIGERAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA |
| 24/11/2025 | 5822/2025 | 5.002,50 | BATISTA REFRIGERAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA |
| 24/11/2025 | 8507/2025 | 259,72 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 12/11/2025 | 8176/2025 | 146,00 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 10/06/2025 | 4114/2025 | 3.600,00 | ADRIANO DOS REIS LTDA |
| 21/05/2025 | 3448/2025 | 11.754,00 | ADRIANO DOS REIS LTDA |
| 26/06/2025 | 4403/2025 | 150,00 | CIRURGICA OESTE LTDA |
| 13/11/2025 | 8282/2025 | 7,96 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 24/11/2025 | 8509/2025 | 494,09 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 24/11/2025 | 8510/2025 | 1.840,00 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 13/11/2025 | 8283/2025 | 122,67 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 14/11/2025 | 8323/2025 | 2.760,00 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 14/11/2025 | 8322/2025 | 36,65 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 14/11/2025 | 8319/2025 | 1.850,00 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 14/11/2025 | 8317/2025 | 2.000,00 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 14/11/2025 | 8318/2025 | 12,54 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 05/06/2025 | 4014/2025 | 389,20 | VICENTE VALVULAS E PEÇAS EIRELI |
| 25/11/2025 | 8519/2025 | 18.101,43 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 29/08/2025 | 6195/2025 | 506,99 | SIRLENE SANTOS ZANE LTDA |
| 02/07/2025 | 4782/2025 | 207,60 | JARDEL SARTORI CONSTRUTORA E ACABAMENTOS MAT CONT LTDA |
| 10/11/2025 | 8096/2025 | 1080,55 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |

Rua Nunes Freire, Nº 12 – Alto da Bela Vista – Fone : (66) 3539-6003
CEP:78.528-000 - Novo Mundo -MT

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 0684c179-0851-4770-888e-8d371f8b5ecc, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO – MT
Gestão Municipal 2025/2028
Secretaria Municipal de Administração

| | | | |
|---|---|---|---|
| 29/08/2025 | 6127/2025 | 2.375,00 | LENDARIO COM E IMPORTACAO DE MATS ELETRICOS LTDA |
| 02/10/2025 | 7312/2025 | 865,00 | REJANE COM DE PRODUTOS PEDAGOGICOS LTDA |
| 24/11/2025 | 8494/2025 | 443,45 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 14/11/2025 | 8321/2025 | 2.000,00 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 24/11/2025 | 8503/2025 | 3.000,00 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 16/07/2025 | 5090/2025 | 228,00 | SIRLENE SANTOS ZANE LTDA |
| 14/07/2025 | 5020/2025 | 438,00 | CIRURGICA OESTE LTDA |
| 14/07/2025 | 5016/2025 | 1.893,58 | APROMEDICA COM DE MEDICAMENTOS E PROD HOSPITALARES |
| 06/01/2025 | 102/2025 | 3.312,75 | HENREVIX COM DE MEDICAMENTOS E MAT HOSPITALARES LTDA |
| 24/11/2025 | 8505/2025 | 1.000,00 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 24/11/2025 | 8504/2025 | 83,21 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 20/08/2025 | 5946/2025 | 81,00 | P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA |
| 22/09/2025 | 6914/2025 | 989,50 | JM MAT DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTA LTDA |
| 17/09/2025 | 6829/2025 | 828,00 | JM MAT DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTA LTDA |
| 17/09/2025 | 6830/2025 | 264,00 | JM MAT DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTA LTDA |
| 17/09/2025 | 6831/2025 | 115,00 | JM MAT DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTA LTDA |
| 17/09/2025 | 6832/2025 | 6.202,26 | JARDEL SARTORI CONSTRUTORA E ACABAMENTOS MAT CONT LTDA |
| 12/08/2025 | 5820/2025 | 1.417,73 | JARDEL SARTORI CONSTRUTORA E ACABAMENTOS MAT CONT LTDA |
| 21/05/2025 | 3445/2025 | 349,80 | INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA |
| 10/11/2025 | 8097/2025 | 2.715,87 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 08/12/2025 | 9258/2025 | 1.311,00 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 17/10/2025 | 7538/2025 | 60,00 | P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS TODA |
| 29/05/2025 | 3659/2025 | 914,58 | APROMEDICA COM DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES |
| 05/11/2025 | 8008/2025 | 813,58 | MEDSERV-MT IMORTACAO E EXPORTACAO COM E SERV HOSPITALARES |
| 02/10/2025 | 7319/2025 | 2.438,38 | MEDSERV-MT IMORTACAO E EXPORTACAO COM E SERV HOSPITALARES |
| 07/03/2025 | 1510/2025 | 129,38 | HABX COM & PREST DE SERV EM EQUIP DE HOSPITAIS |
| 07/02/2025 | 613/2025 | 1.078,18 | MEDSERV-MT IMORTACAO E EXPORTACAO COM E SERV HOSPITALARES |
| 25/07/2025 | 5275/2025 | 4.144,00 | ANDRE ANTONIO SABINO |
| 19/03/2025 | 1803/2025 | 4.037,66 | A 2XR COMERCIAL LTDA |
| 17/11/2025 | 8427/2025 | 95,04 | A 2XR COMERCIAL LTDA |
| 16/06/2025 | 4207/2025 | 1.150,24 | JUARES LIMA DOS SANTOS |
| 17/10/2025 | 7543/2025 | 1.554,00 | CIRURGICA OESTE LTDA |
| 28/10/2025 | 7730/2025 | 1.940,00 | PROMAX DIST DE PRODUTOS MED E HIGIENE LTDA |
| 28/10/2025 | 7725/2025 | 1.315,80 | A 2XR COMERCIAL LTDA |
| 28/10/2025 | 7724/2025 | 47,52 | A 2XR COMERCIAL LTDA |
| 14/07/2025 | 5024/2025 | 462,00 | HENRIVIX COM DE MED E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA |
| 14/07/2025 | 5019/2025 | 273,00 | CIRURGICA OESTE LTDA |
| 27/05/2025 | 3569/2025 | 2.247,00 | LIFE CENTER COM DISTDE MEDICAMENTOS LTDA |
| 17/11/2025 | 8429/2025 | 63,67 | CENTRO AMERICA COMERCIO SERVIÇO GESTÃO TEC. LTDA |
| 26/06/2025 | 4452/2025 | 13.916,00 | MEDICAMENTOS DE AZ LTDA |
| 07/11/2025 | 8088/2025 | 51,30 | P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA |

**Prefeitura Municipal de Novo Mundo, em 09 de novembro de 2026.**

Casciano Martins Reis
Prefeito Municipal

Rua Nunes Freire, Nº 12 – Alto da Bela Vista – Fone : (66) 3539-6003
CEP:78.528-000 - Novo Mundo -MT

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 0684c179-0851-4770-888e-8d371f8b5ecc, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

## Assinaturas

CASCIANO MARTINS REIS (XXX.681.391-XX)

Título: Prefeito

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletronica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 0684c179-0851-4770-888e-8d371f8b5ecc, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**PROCURADORIA**
**DECRETO Nº 101/2026. DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

***"DECLARA PONTO FACULTATIVO NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2026 NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 019/2026, de 02 de junho de 2026, que dispõe sobre os feriados e pontos facultativos

no âmbito da Administração Pública Municipal de Novo Mundo/MT no exercício de 2026;

**CONSIDERANDO** que o dia 17 de novembro de 2026 (terça-feira) é feriado municipal, em comemoração ao aniversário do Município de Novo Mundo/MT;

**CONSIDERANDO** a conveniência administrativa de concentrar a interrupção das atividades administrativas, sem prejuízo da continuidade dos serviços públicos essenciais à população;

**CONSIDERANDO** os princípios da eficiência e da razoabilidade na organização dos serviços públicos;

**D E C R E T A:**

**Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo no dia 16 de novembro de 2026 (segunda-feira),** nas repartições públicas dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta do município de Novo Mundo/MT.

**Art. 2º** Excetuam-se do disposto no art. 1º os serviços públicos considerados essenciais, cujas atividades não admitam interrupção, especialmente os de saúde, coleta de lixo e limpeza pública, segurança e vigilância patrimonial, assistência social em regime de plantão e demais atividades que, por sua natureza, exijam funcionamento contínuo.

**Parágrafo único.** Caberá aos Secretários Municipais e aos dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal organizar escalas de trabalho e adotar as medidas necessárias para assegurar o regular funcionamento dos serviços de que trata o caput deste artigo.

**Art. 3º** O ponto facultativo de que trata este Decreto não prejudica a realização de atos, prazos e compromissos previamente agendados cuja execução não possa ser adiada, competindo ao respectivo Secretário Municipal adotar as providências cabíveis.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se, as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**CUMPRA-SE**

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 10 de novembro de 2026.

**CASCIANO MARTINS REIS**

Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2026 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026-SRP

Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Processo nº. 78/2026

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE ULTRASSONOGRAFIA DIAGNÓSTICA, NOVOS E DE PRIMEIRO USO, DESTINADOS ÀS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO MUNDO – MT.**

Prazo: 12 (doze) meses, a partir desta data.

| | | |
|---|---|---|
| **EMPRESA:** CIRURGICA IBIPORA LTDA | | |
| **CNPJ N°:** 23.178.900/0001-29 | **I.E. N°:** 90775776-50 | |
| **ENDEREÇO:** R GUARA | **N°:** 144 | **BAIRRO:** PQ. INDUSTRIAL III |
| **CIDADE:** IBIPORA | **CEP:** 86.200-000 | |
| **TELEFONE:** (43) 3258-2900 | **E-MAIL:** CIRURGICAIBIPORA@GMAIL.COM | |
| **REPRESENTANTE LEGAL:** RAFAEL RUIZ NOGARI | | |

| Código | Descrição do item | Marca | Unidade | Qtd. | Valor unit. | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 35019 | APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA DIAGNÓSTICA PORTÁTIL, NOVO E DE PRIMEIRO USO, COM PLATAFORMA TOTALMENTE DIGITAL, FORMATO NOTEBOOK OU EQUIVALENTE, ALÇA OU SOLUÇÃO PRÓPRIA PARA TRANSPORTE E ACOMPANHADO DE CARRINHO COMPATÍVEL, DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXAMES MULTIPROPÓSITO. DEVERÁ POSSUIR PROCESSAMENTO DE IMAGENS EM TEMPO REAL, SISTEMA OPERACIONAL COMPATÍVEL, INTERFACE EM PORTUGUÊS OU OPERAÇÃO INTUITIVA POR ÍCONES, TECLADO OU PAINEL DE CONTROLE INTEGRADO, MONITOR COLORIDO LCD OU LED DE ALTA RESOLUÇÃO, COM DIAGONAL MÍNIMA DE 15 POLEGADAS E RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1.920 X 1.080 PIXELS, BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 60 MINUTOS EM USO CLÍNICO E FONTE/CARREGADOR BIVOLT AUTOMÁTICO DE 100 A 240 V, 50/60 HZ. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL | Fundamental - M50 | un | 2 | R$ 88.600,00 | R$ 177.200,00 |
| | | | | | **Valor Total: R$ 177.200,00** | |

Novo Mundo, 10 de novembro de 2026.

CASCIANO MARTINS REIS

**Prefeito Municipal**

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2026 CONCURSO DE PROJETOS Nº 01/2026

A Comissão Julgadora do Concurso de Projetos da Prefeitura Municipal de Novo Mundo – MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 356/2026, do dia 28 de setembro de 2026, torna público aos interessados que realizará **CELEBRAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVO MUNDO/MT E ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP), NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 9.790/1999, VISANDO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PROGRAMA DE TRABALHO APROVADO, COM DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS, METAS, RESULTADOS ESPERADOS, RESPONSABILIDADES DAS PAR-**

**TES, INDICADORES DE DESEMPENHO E MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS, OBSERVADA A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E AS NORMAS ESPECÍFICAS DE CADA POLÍTICA PÚBLICA.**

**Abertura dia 14/12/2026 as 09:00 hs (horário local)**

A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07h às 11h, no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br

Novo Mundo, MT, 10 de novembro de 2026.

Casciano Martins Reis

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**RESOLUÇÃO Nº 003/2026/CMDPI**

**RESOLUÇÃO Nº 003/2026/CMDPI**

DISPÕE SOBRE OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI, cumprindo o da Lei Nº 539/2021 de 29 de outubro de 2021, no uso de suas competências:

Art.1° De acordo com a reunião realizada no dia 10 do mês de novembro do ano de 2026, conforme registrado na Ata nº 005/2026, deliberou-se a eleição da Mesa Diretora para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Presidente: Clélia Luiza da Silva Felizardo

Vice-Presidente: Kelvis Muniz Ferreira

Secretária: Maria Aparecida Ferreira de Oliveira

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Mundo-MT, 10 de novembro de 2026.

Clélia Luiza da Silva Felizardo

Presidente do CMDPI

---

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 27/2026 CHAMAMENTO PÚBLICO**

A Comissão Julgadora designada pela portaria 356/2026 de 28 de setembro , torna público aos interessados que realizará licitação para a **TERMO DE COLABORAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE VÍNCULO NOVO MUNDO/MT E ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC), INCLUSIVE NA CONDIÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP), QUANDO APLICÁVEL, PARA A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO RELACIONADAS ÀS ÁREAS DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, OBRAS E AGRICULTURA, CONFORME PLANO DE TRABALHO APROVADO, CONTEMPLANDO AÇÕES, METAS, RESULTADOS ESPERADOS, RESPONSABILIDADES DAS PARTES, INDICADORES DE DESEMPENHO E MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.**

Recebimento das Habilitação e Plano de Trabalho:

A Partir do dia 14/12/2026 as 14:00 hs (horário local)

A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07h às 11h, no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br

Novo Mundo, MT, 10 de novembro de 2026.

Casciano Martins Reis

Prefeito Municipal

---

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
**EDITAL 034/2026 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO POR CONTAGEM DE PONTOS 001/2025 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**EDITAL 034/2026 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO POR CONTAGEM DE PONTOS 001/2025**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

**O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e

**Considerando** o Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2025 realizado no dia 07 de dezembro de 2025, que dispondo sobre o Resultado Final e Decreto de Homologação n.º 002/2026 de 05 de janeiro de 2026.

**CONVOCA:**

O candidato aprovado abaixo descrito, para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Novo Mundo/MT no dia 11 de novembro de 2026 munida da documentação de que trata o item 8.1 do respectivo Edital, para os procedimentos de contratação:

APOIO ADMINISTRATIVO- VIGIA

| NOME | ORDEM | RESULTADO |
|---|---|---|
| VALTECIR MARTINS CUNHA | 5º | APROVADO |

Gabinete da Secretária, aos 10 de novembro de 2026.

Joelma Feitosa de Sousa

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Portaria 007/2025

**ADMINISTRAÇÃO**
**LEI N°743/2026 ABERTURA DE CREDITO EDUCAÇAO**

***PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT***

CNPJ: 01.614.517/0001-33

# Lei Nº 743/2026

DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

**"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente, destinado à execução do Programa Municipal de Incentivo à Formação e ao Fortalecimento da Alfabetização, e dá outras providências."**

**O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir **Crédito Adicional Especial**, no orçamento vigente, nos termos do art. 41, II DA Lei 4.320/64, no valor de até **R$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais),** destinado ao atendimento das despesas decorrentes da execução do **Programa Municipal de Incentivo à Formação e ao Fortalecimento da Alfabetização**, especialmente para concessão de bolsa de incentivo aos professores participantes do programa, mediante a criação da seguinte dotação orçamentária:

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
**05.001 – Gabinete do Secretário de Educação**
**05.001.12 – Educação**
**05.001.12.361 – Ensino Fundamental**
**05.001.12.361.0003 – Educação de Qualidade**
**05.001.12.361.0003.2.159 – Programa Municipal de Incentivo à Formação e ao Fortalecimento da Alfabetização**
**3.3.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas ..... R$ 28.800,00**
**TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ..... R$ 28.800,00**

**Art. 2º** O crédito adicional especial de que trata o art. 1º desta Lei destina-se ao custeio das bolsas de incentivo concedidas aos professores participantes do Programa Municipal de Incentivo à Formação e ao Fortalecimento da Alfabetização, conforme critérios, condições e compromissos estabelecidos no instrumento legal e na regulamentação do programa.

**Parágrafo único.** Para o exercício de 2026, o valor estimado da despesa considera até **18 (dezoito) professores participantes**, com bolsa individual de **R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais**, durante o período de até **4 (quatro) meses**, compreendido entre agosto e novembro de 2026.

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 83567c84-3b23-4a82-9121-8647a7b0a11e, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**Art. 3º** Para cobertura do crédito adicional especial autorizado por esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de superavit orçamentário do exercício anterior à fonte 2.500.1001 – Recursos Livres, apurado em Balanço Patrimonial, no valor de até R$ 28.800,00 (Vinte e Oito Mil e Oitocentos Reais), nos termos do art 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64.

**Art. 4º** Fica autorizada a inclusão da **Ação 2.159 – Programa Municipal de Incentivo à Formação e ao Fortalecimento da Alfabetização** na Lei Municipal que dispõe sobre o **Plano Plurianual – PPA 2026-2029, Lei nº 706, de 22 de outubro de 2025**, e na **Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, Lei nº 713, de 03 de dezembro de 2025**, promovendo-se os ajustes necessários nos respectivos anexos.

**Art. 5º** Para atendimento das exigências relativas à criação da despesa e à sua repercussão orçamentária e financeira, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro pertinentes acompanharão o presente Projeto de Lei, quando legalmente exigíveis.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adequações, alterações e ajustes necessários nos instrumentos de planejamento e orçamento do Município para compatibilização da execução da presente Lei.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo – MT, aos 28 de setembro de 2026.

Casciano Martins Reis
**Prefeito Municipal**

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 83567c84-3b23-4a82-9121-8647a7b0a11e, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

## Assinaturas

**CASCIANO MARTINS REIS (XXX.681.391-XX)**

Título: Prefeito

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 83567c84-3b23-4a82-9121-8647a7b0a11e, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**ADMINISTRAÇÃO**
**LEI N°744/2026 NOVO MUNDO MT**

***PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT***

CNPJ: 01.614.517/0001-33

# Lei Nº 744/2026

DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

**"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar para atender dotações prevista na lei orçamentária anual de Novo Mundo/MT e dá outras providências."**

**O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, por decreto, no exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no orçamento municipal aprovado pela Lei nº 722/2025, que aprovou a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, destinado ao reforço de dotações orçamentárias, voltadas principalmente a despesas com pessoal e encargos e à aquisição de ônibus escolar, no valor de até R$ 10.162.876,34 (dez milhões, cento e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e trinta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

**02 - GABINETE DO PREFEITO**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2003 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ CHEFIA DE GABINETE | 02.001.122.0002.2003 | 3.1.90.11 | 2 | 1.500.0000000 | 246.609,00 |
| 2003 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ CHEFIA DE GABINETE | 02.001.122.0002.2003 | 3.1.90.13 | 3 | 1.500.0000000 | 9.170,00 |
| 2003 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ CHEFIA DE GABINETE | 02.001.122.0002.2003 | 3.1.91.13 | 5 | 1.500.0000000 | 18.300,00 |
| 2010 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO | 02.002.131.0008.2010 | 3.1.90.11 | 22 | 1.500.0000000 | 30.180,00 |
| 2115 - MANUTENÇÃO DA COORD. DA DEFESA CIVIL | 02.004.182.0002.2115 | 3.1.90.11 | 29 | 1.500.0000000 | 24.260,00 |
| 2008 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ASSESSORIA JURÍDICA | 02.005.092.0024.2008 | 3.1.90.13 | 35 | 1.500.0000000 | 21.240,00 |
| 2009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ UNID. CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA | 02.006.125.0002.2009 | 3.1.90.11 | 45 | 1.500.0000000 | 38.500,00 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2009 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ UNID. CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA | 02.006.125.0002.2009 | 3.1.91.13 | 46 | 1.500.0000000 | 8.600,00 |

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2015 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO | 03.001.122.0002.2015 | 3.1.90.11 | 55 | 1.500.0000000 | 559.400,00 |
| 2015 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO | 03.001.122.0002.2015 | 3.1.90.13 | 56 | 1.500.0000000 | 43.150,00 |
| 2015 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO | 03.001.122.0002.2015 | 3.1.90.96 | 58 | 1.500.0000000 | 24.500,00 |
| 2015 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO | 03.001.122.0002.2015 | 3.1.91.13 | 59 | 1.500.0000000 | 58.560,00 |
| 2126 - MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNISTO | 03.006.122.0002.2126 | 3.1.90.13 | 72 | 1.500.0000000 | 200,00 |
| 2127 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CONVENIADOS | 03.007.122.0002.2127 | 3.1.90.11 | 74 | 1.500.0000000 | 26.400,00 |
| 2127 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CONVENIADOS | 03.007.122.0002.2127 | 3.1.90.13 | 75 | 1.500.0000000 | 1.700,00 |
| 2127 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CONVENIADOS | 03.007.122.0002.2127 | 3.1.91.13 | 76 | 1.500.0000000 | 5.600,00 |

**04 - SECRETARIA DE FINANCAS**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2018 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SECRETÁRIA DE FINANÇAS | 04.001.122.0002.2018 | 3.1.90.11 | 84 | 1.500.0000000 | 59.700,00 |
| 2018 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SECRETÁRIA DE FINANÇAS | 04.001.122.0002.2018 | 3.1.90.13 | 85 | 1.500.0000000 | 1.830,00 |
| 2018 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SECRETÁRIA DE FINANÇAS | 04.001.122.0002.2018 | 3.1.91.13 | 86 | 1.500.0000000 | 3.860,00 |
| 2122 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE | 04.002.123.0002.2122 | 3.1.90.11 | 102 | 1.500.0000000 | 49.200,00 |
| 2122 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE | 04.002.123.0002.2122 | 3.1.90.13 | 103 | 1.500.0000000 | 8.700,00 |
| 2122 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE | 04.002.123.0002.2122 | 3.1.91.13 | 104 | 1.500.0000000 | 100,00 |
| 2122 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE | 04.002.123.0002.2122 | 3.3.90.40 | 109 | 1.500.0000000 | 50.000,00 |

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

**05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2026 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO | 05.001.361.0003.2026 | 3.1.90.11 | 144 | 1.500.1001000 | 261.600,00 |
| 2026 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO | 05.001.361.0003.2026 | 3.1.90.13 | 145 | 1.500.1001000 | 24.479,02 |
| 2026 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO | 05.001.361.0003.2026 | 3.1.91.13 | 148 | 1.500.1001000 | 19.300,00 |
| 2032 - MANUTENÇÃO APOIO EDUCACIONAL RECURSOS PRÓPRIOS | 05.002.361.0003.2032 | 3.1.90.11 | 168 | 1.500.1001000 | 644.600,00 |
| 2032 - MANUTENÇÃO APOIO EDUCACIONAL RECURSOS PRÓPRIOS | 05.002.361.0003.2032 | 3.1.91.13 | 170 | 1.500.1001000 | 15.000,00 |
| 1016 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E ÔNIBUS ESCOLARES | 05.003.361.0006.1016 | 4.4.90.52 | 182 | 1.500.1001000 | 1.000.100,00 |
| 2033 - MANUTENÇÃO APOIO EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 30% | 05.005.365.0026.2033 | 3.1.90.11 | 188 | 1.540.0000000 | 33.600,00 |
| 2033 - MANUTENÇÃO APOIO EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 30% | 05.005.365.0026.2033 | 3.1.90.13 | 189 | 1.540.0000000 | 5.777,07 |
| 2031 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 70% | 05.006.361.0026.2031 | 3.1.90.11 | 195 | 1.540.1070000 | 1.385.136,04 |
| 2031 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 70% | 05.006.361.0026.2031 | 3.1.90.13 | 196 | 1.540.1070000 | 206.200,00 |
| 2031 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 70% | 05.006.361.0026.2031 | 3.1.91.13 | 197 | 1.540.1070000 | 136.240,30 |
| 2090 - MANUT. E ENCARGOS EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE FUNDE | 05.006.365.0026.2090 | 3.1.90.13 | 207 | 1.540.1070000 | 12.455,98 |
| 2091 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70% | 05.006.365.0026.2091 | 3.1.90.11 | 210 | 1.540.1070000 | 814.400,00 |
| 2091 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70% | 05.006.365.0026.2091 | 3.1.90.13 | 211 | 1.540.1070000 | 87.397,18 |
| 2080 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 05.007.812.0007.2080 | 3.1.90.11 | 220 | 1.500.0000000 | 38.200,00 |
| 2080 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 05.007.812.0007.2080 | 3.1.90.13 | 221 | 1.500.0000000 | 8.900,00 |
| 2080 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 05.007.812.0007.2080 | 3.1.91.13 | 222 | 1.500.0000000 | 6.600,00 |
| 2030 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ EVENTOS E ATIVIDADES CULTURAIS | 05.008.392.0007.2030 | 3.1.90.11 | 254 | 1.500.0000000 | 25.200,00 |
| 2030 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ EVENTOS E ATIVIDADES CULTURAIS | 05.008.392.0007.2030 | 3.1.90.13 | 255 | 1.500.0000000 | 4.500,00 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

**06 - SECRETARIA DE SAUDE**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2107 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRET. DE SAÚDE | 06.001.122.0021.2107 | 3.1.90.13 | 276 | 1.500.1002000 | 33.800,00 |
| 2040 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 06.002.301.0016.2040 | 3.1.90.13 | 308 | 1.500.1002000 | 2.900,00 |
| 2041 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PSF | 06.002.301.0016.2041 | 3.1.90.11 | 320 | 1.500.1002000 + 1.600.0000000 + 1.605.0000000 | 1.841.100,00 |
| 2041 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PSF | 06.002.301.0016.2041 | 3.1.90.13 | 321 | 1.500.1002000 + 1.600.0000000 | 89.800,00 |
| 2041 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PSF | 06.002.301.0016.2041 | 3.1.91.13 | 322 | 1.600.0000000 | 148.500,00 |
| 2042 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ACS/PASCAR | 06.002.301.0016.2042 | 3.1.90.11 | 332 | 1.604.0000000 + 1.621.0000000 | 580.900,00 |
| 2042 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ACS/PASCAR | 06.002.301.0016.2042 | 3.1.90.13 | 333 | 1.604.0000000 + 1.621.0000000 | 87.943,27 |
| 2044 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PRONTO ATENDIMENTO | 06.003.302.0017.2044 | 3.1.90.11 | 350 | 1.500.1002000 + 1.600.0000000 + 1.605.0000000 | 173.000,00 |
| 2044 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PRONTO ATENDIMENTO | 06.003.302.0017.2044 | 3.1.90.13 | 351 | 1.500.1002000 + 1.600.0000000 | 11.269,55 |
| 2047 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 06.005.304.0019.2047 | 3.1.90.11 | 368 | 1.600.0000000 + 1.500.1002000 | 118.200,00 |
| 2047 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 06.005.304.0019.2047 | 3.1.90.13 | 369 | 1.500.1002000 | 15.918,93 |
| 2047 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 06.005.304.0019.2047 | 3.1.91.13 | 370 | 1.600.0000000 | 6.700,00 |

**07 - SECRETARIA DE ACAO SOCIAL**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2056 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ CONSELHO TUTELAR | 07.001.243.0011.2056 | 3.1.90.11 | 379 | 1.500.0000000 | 28.400,00 |
| 2056 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ CONSELHO TUTELAR | 07.001.243.0011.2056 | 3.1.90.13 | 380 | 1.500.0000000 | 6.200,00 |
| 2055 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO(A) SEC. AÇÃO SOCIAL | 07.001.244.0011.2055 | 3.1.90.11 | 393 | 1.500.0000000 | 94.000,00 |
| 2055 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO(A) SEC. AÇÃO SOCIAL | 07.001.244.0011.2055 | 3.1.90.13 | 394 | 1.500.0000000 | 15.100,00 |
| 2058 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL | 07.002.244.0011.2058 | 3.1.90.11 | 411 | 1.500.0000000 | 245.800,00 |
| 2058 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL | 07.002.244.0011.2058 | 3.1.90.13 | 412 | 1.500.0000000 | 24.450,00 |
| 2093 - SERVICOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS | 07.002.244.0014.2093 | 3.1.90.11 | 428 | 1.500.0000000 | 57.600,00 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2093 - SERVICOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS | 07.002.244.0014.2093 | 3.1.90.13 | 429 | 1.500.0000000 | 6.900,00 |
| 2093 - SERVICOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS | 07.002.244.0014.2093 | 3.1.91.13 | 430 | 1.500.0000000 | 7.550,00 |

**08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MA, TUR DES. EC**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2065 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 08.001.122.0004.2065 | 3.1.90.13 | 474 | 1.500.0000000 | 30.900,00 |
| 2065 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 08.001.122.0004.2065 | 3.1.91.13 | 475 | 1.500.0000000 | 13.900,00 |

**09 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2075 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 09.001.782.0012.2075 | 3.1.90.11 | 586 | 1.500.0000000 | 277.300,00 |
| 2117 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ENGENHARIA | 09.003.572.0002.2117 | 3.1.90.11 | 604 | 1.500.0000000 | 75.500,00 |
| 2117 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ENGENHARIA | 09.003.572.0002.2117 | 3.1.90.13 | 605 | 1.500.0000000 | 12.600,00 |
| 2140 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO DAE | 09.005.512.0010.2140 | 3.1.90.11 | 617 | 1.500.0000000 | 137.200,00 |

**Art. 2º** Para a cobertura do crédito adicional suplementar autorizado no art. 1º desta Lei, fica autorizada a anulação de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de até R$ 10.162.876,34 (dez milhões, cento e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e trinta e quatro centavos), conforme as dotações e os valores a seguir discriminados:

**02 - GABINETE DO PREFEITO**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2003 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ CHEFIA DE GABINETE | 02.001.122.0002.2003 | 3.1.90.91 | 4 | 1.500.0000000 | 1.071,87 |
| 2010 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO | 02.002.131.0008.2010 | 3.1.90.04 | 21 | 1.500.0000000 | 4.000,00 |
| 2010 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO | 02.002.131.0008.2010 | 3.1.90.13 | 23 | 1.500.0000000 | 1.196,91 |
| 2008 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ASSESSORIA JURÍDICA | 02.005.092.0024.2008 | 3.1.90.11 | 34 | 1.500.0000000 | 10.900,00 |
| 2008 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ASSESSORIA JURÍDICA | 02.005.092.0024.2008 | 3.1.90.91 | 36 | 1.500.0000000 | 907,13 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2015 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO | 03.001.122.0002.2015 | 3.1.90.04 | 54 | 1.500.0000000 | 160.000,00 |
| 2015 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO | 03.001.122.0002.2015 | 3.1.90.92 | 57 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2015 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO | 03.001.122.0002.2015 | 3.1.91.92 | 60 | 1.500.0000000 | 2.000,00 |
| 2126 - MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNISTO | 03.006.122.0002.2126 | 3.1.90.11 | 71 | 1.500.0000000 | 121.700,00 |
| 2126 - MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNISTO | 03.006.122.0002.2126 | 3.1.91.13 | 73 | 1.500.0000000 | 49.200,00 |

**04 - SECRETARIA DE FINANCAS**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 9999 - RESERVA DE CONTIGENCIA | 04.001.122.0002.2018 | 9.9.99.99 | 100 | 1.500.0000000 | 100.000,00 |
| 2018 - MANUT. E ENCARGOS C/ GAB. DO SECRETÁRIA DE FINANÇAS | 04.001.122.0002.2018 | 3.1.90.04 | 83 | 1.500.0000000 | 42.000,00 |
| 2122 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE | 04.002.123.0002.2122 | 3.1.90.04 | 101 | 1.500.0000000 | 30.000,00 |
| 2123 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO | 04.003.129.0002.2123 | 3.1.90.04 | 111 | 1.500.0000000 | 37.000,00 |
| 2123 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO | 04.003.129.0002.2123 | 3.1.90.11 | 112 | 1.500.0000000 | 9.400,00 |
| 2123 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO | 04.003.129.0002.2123 | 3.1.90.13 | 113 | 1.500.0000000 | 6.220,00 |
| 2123 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO | 04.003.129.0002.2123 | 3.1.91.13 | 114 | 1.500.0000000 | 5.100,00 |

**05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2022 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO | 05.001.125.0003.2022 | 3.1.90.11 | 125 | 1.500.1001000 | 1.000,00 |
| 2022 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO | 05.001.125.0003.2022 | 3.1.90.13 | 126 | 1.500.1001000 | 1.000,00 |
| 1015 - CONSTRUÇÃO/REFORMA DE (CRECHES E PRÉ-ESCOLAS) | 05.001.361.0003.1015 | 4.4.90.51 | 140 | 1.571.0000000 | 600.000,00 |
| 1128 - CONSTR. DE ESCOLA URB C/12 SALAS DE AULA | 05.001.361.0003.1128 | 4.4.90.51 | 141 | 1.550.0000000 | 50.000,00 |
| 1128 - CONSTR. DE ESCOLA URB C/12 SALAS DE AULA | 05.001.361.0003.1128 | 4.4.90.51 | 141 | 1.500.1001000 | 300.000,00 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1128 - CONSTR. DE ESCOLA URB C/12 SALAS DE AULA | 05.001.361.0003.1128 | 4.4.90.51 | 141 | 1.571.0000000 | 130.766,93 |
| 1128 - CONSTR. DE ESCOLA URB C/12 SALAS DE AULA | 05.001.361.0003.1128 | 4.4.90.51 | 141 | 1.569.0000000 | 150.000,00 |
| 2026 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO | 05.001.361.0003.2026 | 3.1.90.04 | 143 | 1.500.1001000 | 5.311,34 |
| 2026 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO | 05.001.361.0003.2026 | 3.1.90.96 | 147 | 1.500.1001000 | 2.370,00 |
| 2032 - MANUTENÇÃO APOIO EDUCACIONAL RECURSOS PRÓPRIOS | 05.002.361.0003.2032 | 3.1.90.04 | 167 | 1.500.1001000 | 7.249,00 |
| 2032 - MANUTENÇÃO APOIO EDUCACIONAL RECURSOS PRÓPRIOS | 05.002.361.0003.2032 | 3.1.90.13 | 169 | 1.500.1001000 | 295.500,00 |
| 2033 - MANUTENÇÃO APOIO EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 30% | 05.005.365.0026.2033 | 3.1.91.13 | 190 | 1.540.0000000 | 6.000,00 |
| 2031 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 70% | 05.006.361.0026.2031 | 3.1.90.04 | 194 | 1.540.1070000 | 561.858,98 |
| 2031 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB 70% | 05.006.361.0026.2031 | 3.1.91.13 | 197 | 1.540.1070000 | 341.809,73 |
| 2150 - MANUTENCAO DE RECURSOS DO VAAT | 05.006.361.0026.2150 | 3.1.90.11 | 199 | 1.542.0000000 | 500.000,00 |
| 2150 - MANUTENCAO DE RECURSOS DO VAAT | 05.006.361.0026.2150 | 3.1.90.13 | 200 | 1.542.0000000 | 40.000,00 |
| 2090 - MANUT. E ENCARGOS EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE FUNDE | 05.006.365.0026.2090 | 3.1.90.04 | 205 | 1.540.1070000 | 290.000,00 |
| 2090 - MANUT. E ENCARGOS EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE FUNDE | 05.006.365.0026.2090 | 3.1.90.11 | 206 | 1.540.1070000 | 161.800,00 |
| 2090 - MANUT. E ENCARGOS EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE FUNDE | 05.006.365.0026.2090 | 3.1.91.13 | 208 | 1.540.1070000 | 229.861,36 |
| 2091 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70% | 05.006.365.0026.2091 | 3.1.90.04 | 209 | 1.540.1070000 | 500.000,00 |
| 2091 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70% | 05.006.365.0026.2091 | 3.1.91.13 | 212 | 1.540.1070000 | 62.931,59 |
| 2102 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVA AMADORA | 05.007.812.0007.2102 | 3.1.90.11 | 232 | 1.500.0000000 | 66.500,00 |
| 2112 - PROMOÇÃO DOS CAMPEONATOS DESPORTIVOS | 05.007.812.0007.2112 | 3.1.90.04 | 241 | 1.500.0000000 | 6.000,00 |
| 2112 - PROMOÇÃO DOS CAMPEONATOS DESPORTIVOS | 05.007.812.0007.2112 | 3.1.90.11 | 242 | 1.500.0000000 | 5.000,00 |
| 2112 - PROMOÇÃO DOS CAMPEONATOS DESPORTIVOS | 05.007.812.0007.2112 | 3.1.90.13 | 243 | 1.500.0000000 | 10.000,00 |
| 2030 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ EVENTOS E ATIVIDADES CULTURAIS | 05.008.392.0007.2030 | 3.1.90.04 | 253 | 1.500.0000000 | 5.000,00 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2030 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ EVENTOS E ATIVIDADES CULTURAIS | 05.008.392.0007.2030 | 3.3.90.30 | 256 | 1.500.0000000 | 100.000,00 |
| 2030 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ EVENTOS E ATIVIDADES CULTURAIS | 05.008.392.0007.2030 | 3.3.90.36 | 258 | 1.500.0000000 | 20.000,00 |
| 1014 - REFORMA/AMPLIA CAO DO PRÉDIO DA SEC. MUN. EDUCAÇÃO | 05.001.122.0003.1014 | 3.3.90.39 | 123 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2022 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO | 05.001.125.0003.2022 | 3.3.90.14 | 127 | 1.500.1001000 | 1.000,00 |
| 2022 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO | 05.001.125.0003.2022 | 3.3.90.30 | 128 | 1.500.1001000 | 1.000,00 |
| 2022 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO | 05.001.125.0003.2022 | 3.3.90.33 | 129 | 1.500.1001000 | 1.000,00 |
| 2022 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO | 05.001.125.0003.2022 | 3.3.90.93 | 132 | 1.500.1001000 | 1.000,00 |
| 2136 - CAPACITACAO DE SERVIDORES DA EDUCACAO | 05.001.128.0003.2136 | 3.3.90.93 | 136 | 1.500.1001000 | 1.000,00 |
| 2109 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS: CINEMA; LEITURA | 05.008.392.0007.2109 | 3.3.90.32 | 262 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2151 - BENEFICIOS EMERGENCIAIS CULTURAIS - ALDIR BLANC | 05.008.392.0007.2151 | 3.3.90.93 | 267 | 1.719.0000000 | 1.000,00 |

**06 - SECRETARIA DE SAUDE**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2107 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRET. DE SAÚDE | 06.001.122.0021.2107 | 3.1.90.04 | 274 | 1.500.1002000 | 340.000,00 |
| 2107 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRET. DE SAÚDE | 06.001.122.0021.2107 | 3.1.90.11 | 275 | 1.500.1002000 | 300,00 |
| 2107 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DA SECRET. DE SAÚDE | 06.001.122.0021.2107 | 3.1.91.13 | 277 | 1.500.1002000 | 106.700,00 |
| 2040 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 06.002.301.0016.2040 | 3.1.90.04 | 306 | 1.500.1002000 | 140.500,00 |
| 2040 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 06.002.301.0016.2040 | 3.1.90.11 | 307 | 1.500.1002000 | 23.100,00 |
| 2040 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 06.002.301.0016.2040 | 3.1.91.13 | 309 | 1.500.1002000 | 60.000,00 |
| 2041 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PSF | 06.002.301.0016.2041 | 3.1.90.04 | 319 | 1.500.1002000 + 1.600.0000000 + 1.621.0000000 | 619.500,00 |
| 2041 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PSF | 06.002.301.0016.2041 | 3.1.91.13 | 322 | 1.621.0000000 + 1.500.1002000 | 36.600,00 |
| 1030 - CONSTRUCAO E REFORMA DE PSF | 06.002.301.0016.1030 | 4.4.90.52 | 305 | 1.621.0000000 + 1.500.1002000 | 140.000,00 |
| 2042 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ACS/PASCAR | 06.002.301.0016.2042 | 3.1.90.11 | 332 | 1.500.1002000 | 395.000,00 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2042 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ACS/PASCAR | 06.002.301.0016.2042 | 3.1.91.13 | 334 | 1.500.1002000 + 1.604.0000000 + 1.621.0000000 | 49.000,00 |
| 2042 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ACS/PASCAR | 600230100162043 | 3.3.90.30 | 340 | 1.500.1002000 + 1.600.0000000 + 1.621.0000000 | 25.000,00 |
| 2042 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ACS/PASCAR | 600230100162043 | 3.3.90.39 | 341 | 1.600.00000 | 30.000,00 |
| 2044 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PRONTO ATENDIMENTO | 06.003.302.0017.2044 | 3.1.90.04 | 349 | 1.600.0000000 + 1.621.0000000 | 150.000,00 |
| 2044 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PRONTO ATENDIMENTO | 06.003.302.0017.2044 | 3.1.90.13 | 351 | 1.621.0000000 | 2.000,00 |
| 2044 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ PRONTO ATENDIMENTO | 06.003.302.0017.2044 | 3.1.91.13 | 352 | 1.500.1002000 + 1.600.0000000 + 1.621.0000000 | 8.200,00 |
| 2047 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 06.005.304.0019.2047 | 3.1.90.11 | 368 | 1.604.0000000 | 30.000,00 |
| 2047 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 06.005.304.0019.2047 | 3.1.90.13 | 369 | 1.604.0000000 | 5.000,00 |
| 2047 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 06.005.304.0019.2047 | 3.1.91.13 | 370 | 1.500.1002000 + 1.604.0000000 | 3.500,00 |
| 2048 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTA | 06.005.305.0019.2048 | 3.1.90.11 | 375 | 1.500.1002000 + 1.604.0000000 | 80.000,00 |
| 2048 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTA | 06.005.305.0019.2048 | 3.1.90.13 | 376 | 1.500.1002000 + 1.604.0000000 | 8.000,00 |
| 2048 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTA | 06.005.305.0019.2048 | 3.1.91.13 | 377 | 1.500.1002000 + 1.604.0000000 | 8.000,00 |
| 1031 - INSTALAÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE | 06.001.244.0011.1031 | 3.3.90.39 | 297 | 1.601.0000000 | 1.000,00 |
| 1031 - INSTALAÇÃO DE ACADEMIA DE SAÚDE | 06.001.244.0011.1031 | 4.4.90.52 | 299 | 1.500.1002000 | 1.000,00 |
| 2042 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ ACS/PASCAR | 06.002.301.0016.2042 | 3.3.90.39 | 339 | 1.621.0000000; 1.604.0000000 | 2.000,00 |
| 2134 - TRATAMENTO DE PACIENTES FORA DO DOMICILIO | 06.003.302.0017.2134 | 3.3.90.33 | 362 | 1.500.1002000 | 1.000,00 |
| 2047 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA | 06.005.304.0019.2047 | 3.3.90.36 | 372 | 1.604.0000000 | 1.000,00 |

**07 - SECRETARIA DE ACAO SOCIAL**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2056 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ CONSELHO TUTELAR | 07.001.243.0011.2056 | 3.1.91.13 | 381 | 1.500.0000000 | 3.100,00 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2055 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO(A) SEC. AÇÃO SOCIAL | 07.001.244.0011.2055 | 3.1.91.13 | 395 | 1.500.0000000 | 4.000,00 |
| 2156 - APRIMORAMENTO DA GESTAO DO CADASTRO UNICO - PROCAD | 07.002.122.0028.2156 | 3.1.90.11 | 635 | 1.500.0000000 | 10.000,00 |
| 2156 - APRIMORAMENTO DA GESTAO DO CADASTRO UNICO - PROCAD | 07.002.122.0028.2156 | 3.1.90.13 | 636 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2156 - APRIMORAMENTO DA GESTAO DO CADASTRO UNICO - PROCAD | 07.002.122.0028.2156 | 3.1.91.13 | 637 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2156 - APRIMORAMENTO DA GESTAO DO CADASTRO UNICO - PROCAD | 07.002.122.0028.2156 | 3.3.90.36 | 639 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2156 - APRIMORAMENTO DA GESTAO DO CADASTRO UNICO - PROCAD | 07.002.122.0028.2156 | 3.3.90.39 | 640 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2156 - APRIMORAMENTO DA GESTAO DO CADASTRO UNICO - PROCAD | 07.002.122.0028.2156 | 3.3.90.33 | 641 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2156 - APRIMORAMENTO DA GESTAO DO CADASTRO UNICO - PROCAD | 07.002.122.0028.2156 | 3.3.90.93 | 642 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2156 - APRIMORAMENTO DA GESTAO DO CADASTRO UNICO - PROCAD | 07.002.122.0028.2156 | 4.4.90.52 | 643 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2058 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL | 07.002.244.0011.2058 | 3.1.90.11 | 411 | 1.660.0000000 | 61.000,00 |
| 2058 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL | 07.002.244.0011.2058 | 3.1.90.13 | 412 | 1.660.0000000 | 2.000,00 |
| 2058 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL | 07.002.244.0011.2058 | 3.1.91.13 | 413 | 1.660.0000000 + 1.500.0000000 | 18.950,00 |
| 2093 - SERVICOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS | 07.002.244.0014.2093 | 3.1.90.04 | 427 | 1.661.0000000 | 10.200,00 |
| 2093 - SERVICOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS | 07.002.244.0014.2093 | 3.1.90.11 | 428 | 1.661.0000000 | 6.971,50 |
| 2093 - SERVICOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS | 07.002.244.0014.2093 | 3.1.90.13 | 429 | 1.660.0000000 + 1.661.0000000 | 2.000,00 |
| 2097 - APRIMOR. DA GESTAO CADASTRO UNICO E BOLSA FAMILIA | 07.002.244.0028.2097 | 3.1.90.04 | 440 | 1.660.0000000 + 1.661.0000000 | 1.000,00 |
| 2097 - APRIMOR. DA GESTAO CADASTRO UNICO E BOLSA FAMILIA | 07.002.244.0028.2097 | 3.1.90.11 | 441 | 1.660.0000000 + 1.661.0000000 | 1.000,00 |
| 2097 - APRIMOR. DA GESTAO CADASTRO UNICO E BOLSA FAMILIA | 07.002.244.0028.2097 | 3.1.90.13 | 442 | 1.660.0000000 + 1.661.0000000 | 1.000,00 |
| 2155 - EXTRUTURACAO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL | 07.002.245.0011.2155 | 3.1.90.11 | 626 | 1.500.0000000 | 27.500,00 |
| 2155 - EXTRUTURACAO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL | 07.002.245.0011.2155 | 3.1.90.13 | 627 | 1.500.0000000 | 2.000,00 |
| 2155 - EXTRUTURACAO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL | 07.002.245.0011.2155 | 3.1.91.13 | 628 | 1.500.0000000 | 2.000,00 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2155 - EXTRUTURACAO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL | 07.002.245.0011.2155 | 3.3.90.30 | 630 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2155 - EXTRUTURACAO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL | 07.002.245.0011.2155 | 3.3.90.36 | 631 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2155 - EXTRUTURACAO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL | 07.002.245.0011.2155 | 3.3.90.39 | 632 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2155 - EXTRUTURACAO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL | 07.002.245.0011.2155 | 3.3.90.93 | 634 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 1130 - AMPLIACAO E REF.DA SECRET. DA ASSISTENCIA SOCIAL | 07.002.244.0011.1130 | 4.4.90.51 | 406 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 1171 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO E EVENTOS | 07.002.244.0011.1171 | 4.4.90.51 | 408 | 1.700.0000000 | 50.000,00 |
| 2093 - SERVICOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS | 07.002.244.0014.2093 | 3.3.90.36 | 436 | 1.661.0000000 | 1.000,00 |
| 2097 - APRIMOR. DA GESTAO CADASTRO UNICO E BOLSA FAMILIA | 07.002.244.0028.2097 | 3.3.90.14 | 444 | 1.660.0000000; 1.661.0000000 | 2.000,00 |
| 2097 - APRIMOR. DA GESTAO CADASTRO UNICO E BOLSA FAMILIA | 07.002.244.0028.2097 | 4.4.90.52 | 449 | 1.661.0000000 | 1.000,00 |
| 2157 - IMPLEMENTACAO DA REDE DE ACOES VOLTADAS A TRANSVERSALIDA DE | 07.001.244.0011.2157 | 3.3.90.36 | 646 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2157 - IMPLEMENTACAO DA REDE DE ACOES VOLTADAS A TRANSVERSALIDA DE | 07.001.244.0011.2157 | 3.3.90.39 | 647 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2157 - IMPLEMENTACAO DA REDE DE ACOES VOLTADAS A TRANSVERSALIDA DE | 07.001.244.0011.2157 | 3.3.90.33 | 648 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2157 - IMPLEMENTACAO DA REDE DE ACOES VOLTADAS A TRANSVERSALIDA DE | 07.001.244.0011.2157 | 3.3.90.93 | 649 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2157 - IMPLEMENTACAO DA REDE DE ACOES VOLTADAS A TRANSVERSALIDA DE | 07.001.244.0011.2157 | 4.4.90.52 | 650 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |

**08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MA, TUR DES. EC**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2065 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 08.001.122.0004.2065 | 3.1.90.11 | 473 | 1.500.0000000 | 143.300,00 |
| 2067 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ VIVEIRO MUNICIPAL | 08.002.606.0004.2067 | 3.1.90.11 | 490 | 1.500.0000000 | 76.000,00 |
| 2067 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ VIVEIRO MUNICIPAL | 08.002.606.0004.2067 | 3.1.90.13 | 491 | 1.500.0000000 | 4.000,00 |
| 2085 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ A AGRICULTURA FAMILIAR | 08.004.601.0015.2085 | 3.1.90.11 | 498 | 1.500.0000000 | 19.000,00 |
| 2085 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ A AGRICULTURA FAMILIAR | 08.004.601.0015.2085 | 3.1.90.13 | 499 | 1.500.0000000 | 10.000,00 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2110 - MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE | 08.005.542.0005.2110 | 3.1.90.11 | 515 | 1.500.0000000 | 9.500,00 |
| 2110 - MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE | 08.005.542.0005.2110 | 3.1.90.13 | 516 | 1.500.0000000 | 4.000,00 |
| 2088 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ DEPARTAMENTO DO TURISMO | 08.006.695.0005.2088 | 3.1.90.13 | 530 | 1.500.0000000 | 10.000,00 |
| 2088 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ DEPARTAMENTO DO TURISMO | 08.006.695.0005.2088 | 3.1.91.13 | 531 | 1.500.0000000 | 4.000,00 |
| 2086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPTO DE REGUL. FUNDIARIA | 08.007.127.0004.2086 | 3.1.90.11 | 546 | 1.500.0000000 | 38.000,00 |
| 2086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPTO DE REGUL. FUNDIARIA | 08.007.127.0004.2086 | 3.1.90.13 | 547 | 1.500.0000000 | 10.000,00 |
| 2086 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO DEPTO DE REGUL. FUNDIARIA | 08.007.127.0004.2086 | 3.1.91.13 | 548 | 1.500.0000000 | 10.000,00 |
| 2085 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ A AGRICULTURA FAMILIAR | 08.004.601.0015.2085 | 3.3.90.36 | 502 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 1080 - CONSTRUÇÃO CENTRO ATENDIMENTO AO TURISTA - CAT | 08.006.695.0005.1080 | 4.4.90.51 | 528 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 1087 - AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA | 08.002.606.0004.1087 | 4.4.90.52 | 488 | 1.700.0000000 | 240.000,00 |
| 2088 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ DEPARTAMENTO DO TURISMO | 08.006.695.0005.2088 | 3.3.90.30 | 533 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2088 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ DEPARTAMENTO DO TURISMO | 08.006.695.0005.2088 | 3.3.90.31 | 534 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2088 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ DEPARTAMENTO DO TURISMO | 08.006.695.0005.2088 | 3.3.90.32 | 535 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2088 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ DEPARTAMENTO DO TURISMO | 08.006.695.0005.2088 | 3.3.90.36 | 537 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2088 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ DEPARTAMENTO DO TURISMO | 08.006.695.0005.2088 | 3.3.90.39 | 538 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 1048 - CONSTRUÇÃO DE FEIRA LIVRE | 08.002.605.0004.1048 | 4.4.90.51 | 485 | 1.500.0000000 | 10.000,00 |
| 2067 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ VIVEIRO MUNICIPAL | 08.002.606.0004.2067 | 3.3.90.30 | 492 | 1.500.0000000 | 2.000,00 |
| 2067 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ VIVEIRO MUNICIPAL | 08.002.606.0004.2067 | 3.3.90.36 | 493 | 1.500.0000000 | 2.000,00 |
| 1085 - AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DO LAGO MUNICIPAL | 08.005.451.0005.1085 | 3.3.90.39 | 511 | 1.500.0000000 | 20.000,00 |
| 2110 - MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE | 08.005.542.0005.2110 | 3.3.90.32 | 519 | 1.500.0000000 | 2.000,00 |
| 1045 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS | 08.005.543.0005.1045 | 3.3.90.35 | 524 | 1.500.0000000 | 5.000,00 |

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**09 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS**

| Ação | Dotação | Natureza | Red. | Fonte(s) de recurso | Valor (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 2131 - MANUTENÇÃO DA COLETA E RESIDUOS E LIMPEZA URBANA | 09.001.452.0010.2131 | 3.1.90.11 | 575 | 1.500.0000000 | 242.200,00 |
| 2131 - MANUTENÇÃO DA COLETA E RESIDUOS E LIMPEZA URBANA | 09.001.452.0010.2131 | 3.1.90.13 | 576 | 1.500.0000000 | 35.900,00 |
| 2131 - MANUTENÇÃO DA COLETA E RESIDUOS E LIMPEZA URBANA | 09.001.452.0010.2131 | 3.1.91.13 | 577 | 1.500.0000000 | 40.000,00 |
| 2075 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 09.001.782.0012.2075 | 3.1.90.04 | 585 | 1.500.0000000 | 52.200,00 |
| 2075 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 09.001.782.0012.2075 | 3.1.90.13 | 587 | 1.500.0000000 | 44.100,00 |
| 2075 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 09.001.782.0012.2075 | 3.1.91.13 | 588 | 1.500.0000000 | 315.300,00 |
| 2075 - MANUTENÇÃO E ENC. C/ GABINETE DO SECRETÁRIO | 09.001.782.0012.2075 | 3.3.90.14 | 589 | 1.500.0000000 | 1.000,00 |
| 2140 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO DAE | 09.005.512.0010.2140 | 3.1.90.04 | 616 | 1.500.0000000 | 200.000,00 |
| 2140 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO DAE | 09.005.512.0010.2140 | 3.1.90.13 | 618 | 1.500.0000000 | 300,00 |
| 2140 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO DAE | 09.005.512.0010.2140 | 3.1.91.13 | 619 | 1.500.0000000 | 300,00 |
| 1056 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, CALÇADAS E MEIO FIO E MICROPAVIMENTA ÇÃO | 09.001.451.0009.1056 | 3.3.90.39 | 563 | 1.500.0000000 | 50.000,00 |
| 1057 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS | 09.001.451.0009.1057 | 3.3.90.30 | 565 | 1.500.0000000 | 10.000,00 |
| 1101 - REVITALIZACAO TRAVESSSIA URBANA MT 419 | 09.001.451.0025.1101 | 3.3.90.39 | 570 | 1.500.0000000 | 50.000,00 |
| 1101 - REVITALIZACAO TRAVESSSIA URBANA MT 419 | 09.001.451.0025.1101 | 4.4.90.39 | 571 | 1.500.0000000 | 50.000,00 |
| 2131 - MANUTENÇÃO DA COLETA E RESIDUOS E LIMPEZA URBANA | 09.001.452.0010.2131 | 3.3.90.30 | 578 | 1.500.0000000 | 100.000,00 |
| 1062 - EXPANSÃO REDE ELÉTRICA/ILUMIN AÇÃO PÚBLICA | 09.001.752.0009.1062 | 4.4.90.52 | 583 | 1.701.0000000 | 16.000,00 |
| 1065 - AQUISIÇÃO VEÍCULOS E EQUIP. RODOVIÁRIOS | 09.001.782.0012.1065 | 4.4.90.52 | 584 | 1.500.0000000 | 300.000,00 |
| 2117 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ENGENHARIA | 09.003.572.0002.2117 | 3.3.90.34 | 606 | 1.500.0000000 | 150.000,00 |
| 1064 - CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS | 09.002.782.0012.1064 | 4.4.90.51 | 601 | 1.500.0000000 | 350.000,00 |

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT**

CNPJ: 01.614.517/0001-33

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo – MT, aos 21 de outubro de 2026.

Casciano Martins Reis
**Prefeito Municipal**

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, Novo Mundo/MT
Fone (66) 3539-6065 CEP 78.528-000

## Assinaturas

**CASCIANO MARTINS REIS (XXX.681.391-XX)**

Título: Prefeito

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 40e231f7-4e50-4f92-b476-d1b7105a3b5c, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

## ADMINISTRAÇÃO
## DECRETO N°82/2026

# Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT

Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

### DECRETO Nº 82/2026

**Súmula: Abre Crédito suplementar**

**NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Poder Executivo Municipal de NOVO MUNDO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 726/2026, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 41,I da lei 4.320/64 no valor de até R$ 2.507.967,70 (dois milhões quinhentos e sete mil novecentos e sessenta e sete reais e setenta centavos) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**
**Unidade: 001 - CHEFIA DE GABINETE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 10 | 02.001.04.122.0002.2003.3.3.90.39.1.500.0000000 | 7.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **7.000,00** |

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**
**Unidade: 002 - ASSESSORIA DE COMUNICACAO MUNICIPAL**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 20 | 02.002.04.122.0008.2005.3.3.90.39.1.500.0000000 | 35.000,00 |
| Cód. red.: | 23 | 02.002.24.131.0008.2010.3.1.90.13.1.500.0000000 | 600,00 |
| Cód. red.: | 26 | 02.002.24.131.0008.2010.3.3.90.39.1.500.0000000 | 15.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **50.600,00** |

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**
**Unidade: 005 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 36 | 02.005.03.092.0024.2008.3.1.90.91.1.500.0000000 | 715,00 |
| | | **Sub-Total:** | **715,00** |

**Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRACAO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 51 | 03.001.04.122.0002.1007.4.4.90.52.1.500.0000000 | 5.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **5.000,00** |

**Órgão: 04 - SECRETARIA DE FINANCAS**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO FINANCAS**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 90 | 04.001.04.122.0002.2018.3.3.90.35.1.500.0000000 | 30.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **30.000,00** |

**Órgão: 04 - SECRETARIA DE FINANCAS**
**Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 117 | 04.003.04.129.0002.2123.3.3.90.39.1.500.0000000 | 25.000,00 |
| Cód. red.: | 119 | 04.003.04.129.0002.2123.3.3.90.93.1.500.0000000 | 15.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **40.000,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 149 | 05.001.12.361.0003.2026.3.3.90.14.1.500.1001000 | 21.000,00 |
| Cód. red.: | 150 | 05.001.12.361.0003.2026.3.3.90.30.1.500.1001000 | 61.500,00 |
| Cód. red.: | 152 | 05.001.12.361.0003.2026.3.3.90.33.1.500.1001000 | 2.000,00 |
| Cód. red.: | 153 | 05.001.12.361.0003.2026.3.3.90.36.1.500.1001000 | 2.632,00 |
| Cód. red.: | 154 | 05.001.12.361.0003.2026.3.3.90.39.1.500.1001000 | 56.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **143.132,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL**



Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 6996d8d4-005b-467b-b0f3-f8866c634550, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 6996d8d4-005b-467b-b0f3-f8866c634550, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 168 | 05.002.12.361.0003.2032.3.1.90.11.1.500.1001000 | | 335.400,00 |
| Cód. red.: 169 | 05.002.12.361.0003.2032.3.1.90.13.1.500.1001000 | | 25.000,00 |
| Cód. red.: 170 | 05.002.12.361.0003.2032.3.1.91.13.1.500.1001000 | | 161.100,00 |
| Cód. red.: 172 | 05.002.12.361.0003.2032.3.3.90.30.1.500.1001000 | | 19.260,00 |
| | | **Sub-Total:** | **540.760,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 003 - DIVISAO DE TRANSPORTE ESCOLAR**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 184 | 05.003.12.361.0006.2023.3.3.90.33.1.500.1001000 | | 175.000,00 |
| Cód. red.: 184 | 05.003.12.361.0006.2023.3.3.90.33.1.550.0000000 | | 55.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **230.000,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 007 - DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 223 | 05.007.27.812.0007.2080.3.3.90.14.1.500.0000000 | | 30.000,00 |
| Cód. red.: 227 | 05.007.27.812.0007.2080.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **35.000,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 008 - DEPARTAMENTO DE CULTURA**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 259 | 05.008.13.392.0007.2030.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **5.000,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 279 | 06.001.10.122.0021.2107.3.3.90.30.1.500.1002000 | | 16.000,00 |
| Cód. red.: 280 | 06.001.10.122.0021.2107.3.3.90.33.1.500.1002000 | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 281 | 06.001.10.122.0021.2107.3.3.90.39.1.500.1002000 | | 11.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **28.000,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 310 | 06.002.10.301.0016.2040.3.3.90.14.1.500.1002000 | | 30.000,00 |
| Cód. red.: 311 | 06.002.10.301.0016.2040.3.3.90.30.1.500.1002000 | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 312 | 06.002.10.301.0016.2040.3.3.90.33.1.500.1002000 | | 1.560,70 |
| Cód. red.: 315 | 06.002.10.301.0016.2040.3.3.90.39.1.500.1002000 | | 53.000,00 |
| Cód. red.: 315 | 06.002.10.301.0016.2040.3.3.90.39.1.621.0000000 | | 30.000,00 |
| Cód. red.: 318 | 06.002.10.301.0016.2040.4.4.90.52.1.500.1002000 | | 2.000,00 |
| Cód. red.: 341 | 06.002.10.301.0016.2043.3.3.90.39.1.500.1002000 | | 5.000,00 |
| Cód. red.: 342 | 06.002.10.301.0016.2043.4.4.90.52.1.500.1002000 | | 36.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **167.560,70** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MEDIA E ALTA COMPLEXIDA**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 348 | 06.003.10.302.0017.1032.4.4.90.52.1.500.1002000 | | 135.730,00 |
| Cód. red.: 348 | 06.003.10.302.0017.1032.4.4.90.52.1.621.3210000 | | 14.170,00 |
| Cód. red.: 356 | 06.003.10.302.0017.2044.3.3.90.39.1.500.1002000 | | 87.000,00 |
| Cód. red.: 356 | 06.003.10.302.0017.2044.3.3.90.39.1.621.3210000 | | 140.000,00 |
| Cód. red.: 357 | 06.003.10.302.0017.2044.4.4.90.52.1.500.1002000 | | 2.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **378.900,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 371 | 06.005.10.304.0019.2047.3.3.90.30.1.500.1002000 | | 22.000,00 |

**Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT**
Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | **Sub-Total:** | **22.000,00** |
| **Órgão:** | **07 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO(A) SECRETARIO(A) DE ASSIST. SOCIAL** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 390 | 07.001.08.244.0011.1097.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 300,00 |
| Cód. red.: 397 | 07.001.08.244.0011.2055.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 15.000,00 |
| Cód. red.: 401 | 07.001.08.244.0011.2055.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 1.500,00 |
| Cód. red.: 402 | 07.001.08.244.0011.2055.3.3.90.93.1.500.0000000 | | 1.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **17.800,00** |
| **Órgão:** | **07 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | | |
| **Unidade:** | **002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 420 | 07.002.08.244.0011.2058.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 460 | 07.002.08.422.0011.2095.3.3.90.39.1.661.0000000 | | 27.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **37.500,00** |
| **Órgão:** | **08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MA, TUR DES. EC** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETARIO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 477 | 08.001.20.122.0004.2065.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 15.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **15.000,00** |
| **Órgão:** | **08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MA, TUR DES. EC** | | |
| **Unidade:** | **002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 481 | 08.002.20.544.0004.2066.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 6.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **6.000,00** |
| **Órgão:** | **08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MA, TUR DES. EC** | | |
| **Unidade:** | **007 - DEPARTAMENTO REGULARIZACAO FUNDIARIA** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 554 | 08.007.21.127.0004.2086.4.4.90.52.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **5.000,00** |
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETARIO DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLI** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 590 | 09.001.26.782.0012.2075.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 426.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **426.000,00** |
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS** | | |
| **Unidade:** | **002 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E SERVICOS RURAIS** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 596 | 09.002.26.782.0012.1063.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 140.000,00 |
| Cód. red.: 598 | 09.002.26.782.0012.1063.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 20.000,00 |
| Cód. red.: 602 | 09.002.26.782.0012.2128.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 87.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **247.000,00** |
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS** | | |
| **Unidade:** | **005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DAE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 620 | 09.005.17.512.0010.2140.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 70.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **70.000,00** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **2.507.967,70** |

Art. 2º - Para atender ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulação do orçamento vigente, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, conforme autorizado pelo artigo 1º, I da Lei 3.488/2023.

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **02 - GABINETE DO PREFEITO** | | |
| **Unidade:** | **001 - CHEFIA DE GABINETE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 1 | 02.001.04.122.0002.1004.4.4.90.52.1.500.0000000 | | 35.720,00 |



Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 6996d8d4-005b-467b-b0f3-f8866c634550, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT**
Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | **Sub-Total:** | **35.720,00** |
| **Órgão:** | **03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRACAO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 69 | 03.001.04.122.0002.2015.3.3.90.92.1.500.0000000 | | 7.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **7.500,00** |
| **Órgão:** | **04 - SECRETARIA DE FINANCAS** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETARIO FINANCAS** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 92 | 04.001.04.122.0002.2018.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 96 | 04.001.04.123.0002.1011.3.2.90.21.1.500.0000000 | | 25.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **35.000,00** |
| **Órgão:** | **04 - SECRETARIA DE FINANCAS** | | |
| **Unidade:** | **002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 108 | 04.002.04.123.0002.2122.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 110 | 04.002.04.123.0002.2122.4.4.90.52.1.500.0000000 | | 15.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **25.000,00** |
| **Órgão:** | **04 - SECRETARIA DE FINANCAS** | | |
| **Unidade:** | **003 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 120 | 04.003.04.129.0002.2123.4.4.90.52.1.500.0000000 | | 15.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **15.000,00** |
| **Órgão:** | **05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 140 | 05.001.12.361.0003.1015.4.4.90.51.1.571.0000000 | | 174.392,00 |
| Cód. red.: 141 | 05.001.12.361.0003.1128.4.4.90.51.1.500.1001000 | | 82.500,00 |
| Cód. red.: 141 | 05.001.12.361.0003.1128.4.4.90.51.1.550.0000000 | | 50.000,00 |
| Cód. red.: 141 | 05.001.12.361.0003.1128.4.4.90.51.1.569.0000000 | | 161.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **467.892,00** |
| **Órgão:** | **05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA** | | |
| **Unidade:** | **007 - DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 235 | 05.007.27.812.0007.2102.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 50.000,00 |
| Cód. red.: 240 | 05.007.27.812.0007.2102.4.4.90.52.1.500.0000000 | | 93.690,00 |
| Cód. red.: 245 | 05.007.27.812.0007.2112.3.3.90.31.1.500.0000000 | | 30.450,00 |
| | | **Sub-Total:** | **174.140,00** |
| **Órgão:** | **06 - SECRETARIA DE SAUDE** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETÁRIO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 278 | 06.001.10.122.0021.2107.3.3.90.14.1.500.1002000 | | 6.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **6.000,00** |
| **Órgão:** | **06 - SECRETARIA DE SAUDE** | | |
| **Unidade:** | **002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 303 | 06.002.10.301.0016.1025.4.4.90.52.1.601.0000000 | | 50.000,00 |
| Cód. red.: 303 | 06.002.10.301.0016.1025.4.4.90.52.1.621.0000000 | | 50.000,00 |
| Cód. red.: 304 | 06.002.10.301.0016.1030.4.4.90.51.1.601.0000000 | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 304 | 06.002.10.301.0016.1030.4.4.90.51.1.621.0000000 | | 5.000,00 |
| Cód. red.: 305 | 06.002.10.301.0016.1030.4.4.90.52.1.500.1002000 | | 90.000,00 |
| Cód. red.: 305 | 06.002.10.301.0016.1030.4.4.90.52.1.601.0000000 | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 305 | 06.002.10.301.0016.1030.4.4.90.52.1.621.0000000 | | 19.575,00 |
| Cód. red.: 328 | 06.002.10.301.0016.2041.3.3.90.39.1.500.1002000 | | 16.000,00 |
| Cód. red.: 337 | 06.002.10.301.0016.2042.3.3.90.33.1.500.1002000 | | 1.560,70 |



Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 6996d8d4-005b-467b-b0f3-f8866c634550, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

# Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT

Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | **Sub-Total:** | **252.135,70** |
| **Órgão:** | **06 - SECRETARIA DE SAUDE** | | |
| **Unidade:** | **004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ASSISTENCIA FARMACEUTIC** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 367 | 06.004.10.303.0018.2046.3.3.90.32.1.500.1002000 | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 367 | 06.004.10.303.0018.2046.3.3.90.32.1.600.0000000 | | 37.925,00 |
| | | **Sub-Total:** | **47.925,00** |
| **Órgão:** | **06 - SECRETARIA DE SAUDE** | | |
| **Unidade:** | **005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 373 | 06.005.10.304.0019.2047.3.3.90.39.1.500.1002000 | | 8.000,00 |
| Cód. red.: 373 | 06.005.10.304.0019.2047.3.3.90.39.1.604.0000000 | | 2.000,00 |
| Cód. red.: 378 | 06.005.10.305.0019.2048.3.3.90.30.1.500.1002000 | | 6.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **16.000,00** |
| **Órgão:** | **07 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO(A) SECRETARIO(A) DE ASSIST. SOCIAL** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 389 | 07.001.08.244.0011.1038.4.4.90.52.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| Cód. red.: 404 | 07.001.08.422.0011.2143.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 7.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **12.500,00** |
| **Órgão:** | **07 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | | |
| **Unidade:** | **004 - DIVISAO DE HABITACAO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 468 | 07.004.08.482.0027.1061.4.4.90.51.1.500.0000000 | | 20.000,00 |
| Cód. red.: 468 | 07.004.08.482.0027.1061.4.4.90.51.1.700.0000000 | | 22.800,00 |
| | | **Sub-Total:** | **42.800,00** |
| **Órgão:** | **08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MA, TUR DES, EC** | | |
| **Unidade:** | **002 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 482 | 08.002.20.544.0004.2066.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 27.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **27.000,00** |
| **Órgão:** | **08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MA, TUR DES, EC** | | |
| **Unidade:** | **007 - DEPARTAMENTO REGULARIZACAO FUNDIARIA** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 553 | 08.007.21.127.0004.2086.3.3.90.93.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **5.000,00** |
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETARIO DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLI** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 570 | 09.001.15.451.0025.1101.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 50.000,00 |
| Cód. red.: 575 | 09.001.15.452.0010.2131.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 9.000,00 |
| Cód. red.: 584 | 09.001.26.782.0012.1065.4.4.90.52.1.500.0000000 | | 168.000,00 |
| Cód. red.: 584 | 09.001.26.782.0012.1065.4.4.90.52.1.700.0000000 | | 20.000,00 |
| Cód. red.: 584 | 09.001.26.782.0012.1065.4.4.90.52.1.711.0000804 | | 191.955,00 |
| Cód. red.: 592 | 09.001.26.782.0012.2075.3.3.90.34.1.500.0000000 | | 30.000,00 |
| Cód. red.: 594 | 09.001.26.782.0012.2075.3.3.90.38.1.500.0000000 | | 10.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **478.955,00** |
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS** | | |
| **Unidade:** | **002 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E SERVICOS RURAIS** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 601 | 09.002.26.782.0012.1064.4.4.90.51.1.500.0000000 | | 634.230,00 |
| | | **Sub-Total:** | **634.230,00** |
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS** | | |
| **Unidade:** | **005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DAE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |



Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 6996d8d4-005b-467b-b0f3-f8866c634550, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

# Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT

Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 615 | 09.005.17.512.0010.1125.4.4.90.52.1.700.0000000 | | 50.000,00 |
| Cód. red.: 621 | 09.005.17.512.0010.2140.3.3.90.36.1.500.0000000 | | 20.000,00 |
| Cód. red.: 622 | 09.005.17.512.0010.2140.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 155.170,00 |
| | | **Sub-Total:** | **225.170,00** |
| | | **Total Parcial Reduzido:** | **2.507.967,70** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NOVO MUNDO - MT, 1 de outubro de 2026

Casciano Martins Reis
Prefeito Municipal

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 6996d8d4-005b-467b-b0f3-f8866c634550, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

## Assinaturas

**CASCIANO MARTINS REIS (XXX.681.391-XX)**

Título: Prefeito

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletronica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 6996d8d4-005b-467b-b0f3-f8866c634550, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N°83/2026**

# Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT

Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

## DECRETO Nº 83/2026

**Súmula: Abre Crédito suplementar**

**NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Poder Executivo Municipal de NOVO MUNDO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 726/2026, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial nos termos do Art. 41,II da lei 4.320/64 no valor de até R$330.188,00 (trezentos e trinta mil cento e oitenta e oito reais para atender as seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Superávit financeiro**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 311 | 06.002.10.301.0016.2040.3.3.90.30.2.500.1002000 | 10.000,00 |
| Cód. red.: | 324 | 06.002.10.301.0016.2041.3.3.90.30.2.600.0000000 | 28.188,00 |
| Cód. red.: | 328 | 06.002.10.301.0016.2041.3.3.90.39.2.621.3210000 | 132.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **170.188,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MEDIA E ALTA COMPLEXIDA**

**Superávit financeiro**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 348 | 06.003.10.302.0017.1032.4.4.90.52.2.621.3210000 | 160.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **160.000,00** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **330.188,00** |

Art. 2º - Para atender ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro, nos termos do art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, conforme autorizado pelo artigo 1º, III da Lei 3.488/2023.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NOVO MUNDO - MT, 1 de outubro de 2026

Data: 10/11/2026 16:14:30 Página: 1 de 1

Data da emissão: 10/11/2026 16:14:30 ÁGILIBlue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: GIZELLE BELLATTO

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 09354497-2be5-4e25-b168-73385c546bf2, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

## Assinaturas

**CASCIANO MARTINS REIS (XXX.681.391-XX)**

Título: Prefeito

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código 0935a497-2be5-4e25-b168-73385c546bf2, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N°84/2026**

# Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT

Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

## DECRETO Nº 84/2026

**Súmula: Abre Crédito especial**

**NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Poder Executivo Municipal de NOVO MUNDO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 743/2026, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 41,I da lei 4.320/64 no valor de até R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO**

**Superávit financeiro**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 655 | 05.001.12.361.0003.2159.3.3.90.48.2.500.1001000 | | 28.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **28.000,00** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **28.000,00** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NOVO MUNDO - MT, 29 de setembro de 2026

Casciano Martins Reis
Prefeito Municipal

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código f03d348c-6793-4dc1-997d-05c91232191f, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

## Assinaturas

**CASCIANO MARTINS REIS (XXX.681.391-XX)**

Título: Prefeito

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código f03d348c-6793-4dc1-997d-05c91232191f, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**ADMINISTRAÇÃO**
**DECRETO N°85/2026**

# Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT

Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

## DECRETO Nº 085/2026

**Súmula: Abre Crédito suplementar**
**NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

O Poder Executivo Municipal de NOVO MUNDO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 744/2026, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 41,I da lei 4.320/64 no valor de até R$ 1.818.700,00 (um milhão oitocentos e dezoito mil setecentos reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**
**Unidade: 001 - CHEFIA DE GABINETE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 2 | 02.001.04.122.0002.2003.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 90.000,00 |
| Cód. red.: 3 | 02.001.04.122.0002.2003.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 8.000,00 |
| Cód. red.: 5 | 02.001.04.122.0002.2003.3.1.91.13.1.500.0000000 | | 4.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **102.500,00** |

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**
**Unidade: 004 - COORDENAÇÃO MUNCIPAL DE PROTECAO E DEFESA CIVIL**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 29 | 02.004.04.182.0002.2115.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **5.000,00** |

**Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO**
**Unidade: 005 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 35 | 02.005.03.092.0024.2008.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 1.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **1.500,00** |

**Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRACAO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 55 | 03.001.04.122.0002.2015.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 121.000,00 |
| Cód. red.: 56 | 03.001.04.122.0002.2015.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 3.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **124.000,00** |

**Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**
**Unidade: 007 - UNIDADE DE SERVICOS CONVENIADOS**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 76 | 03.007.04.122.0002.2127.3.1.91.13.1.500.0000000 | | 1.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **1.000,00** |

**Órgão: 04 - SECRETARIA DE FINANCAS**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO FINANCAS**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 84 | 04.001.04.122.0002.2018.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 27.000,00 |
| Cód. red.: 85 | 04.001.04.122.0002.2018.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 1.500,00 |
| Cód. red.: 86 | 04.001.04.122.0002.2018.3.1.91.13.1.500.0000000 | | 2.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **30.500,00** |

**Órgão: 04 - SECRETARIA DE FINANCAS**
**Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 103 | 04.002.04.123.0002.2122.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 1.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **1.500,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 144 | 05.001.12.361.0003.2026.3.1.90.11.1.500.1001000 | | 47.000,00 |

Data: 10/11/2026 16:17:59 Página: 1 de 4

Data da emissão: 10/11/2026 16:17:59 ÁGILIBlue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: GIZELLE BELLATTO

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código a0dc618d-ead4-45ba-a343-16594c8ba17e, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

**Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT**
Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 145 | 05.001.12.361.0003.2026.3.1.90.13.1.500.1001000 | | 5.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **52.000,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACIONAL**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 168 | 05.002.12.361.0003.2032.3.1.90.11.1.500.1001000 | | 644.600,00 |
| Cód. red.: 170 | 05.002.12.361.0003.2032.3.1.91.13.1.500.1001000 | | 15.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **659.600,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 006 - EDUCACAO BASICA - FUNDEB 70**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 195 | 05.006.12.361.0026.2031.3.1.90.11.1.540.1070000 | | 10.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **10.000,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 007 - DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 221 | 05.007.27.812.0007.2080.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 1.500,00 |
| Cód. red.: 222 | 05.007.27.812.0007.2080.3.1.91.13.1.500.0000000 | | 1.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **3.000,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 008 - DEPARTAMENTO DE CULTURA**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 254 | 05.008.13.392.0007.2030.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| Cód. red.: 255 | 05.008.13.392.0007.2030.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 1.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **6.500,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 276 | 06.001.10.122.0021.2107.3.1.90.13.1.500.1002000 | | 6.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **6.000,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 320 | 06.002.10.301.0016.2041.3.1.90.11.1.500.1002000 | | 420.000,00 |
| Cód. red.: 320 | 06.002.10.301.0016.2041.3.1.90.11.1.605.0000000 | | 12.000,00 |
| Cód. red.: 321 | 06.002.10.301.0016.2041.3.1.90.13.1.500.1002000 | | 22.000,00 |
| Cód. red.: 332 | 06.002.10.301.0016.2042.3.1.90.11.1.604.0000000 | | 70.000,00 |
| Cód. red.: 332 | 06.002.10.301.0016.2042.3.1.90.11.1.621.0000000 | | 32.000,00 |
| Cód. red.: 333 | 06.002.10.301.0016.2042.3.1.90.13.1.604.0000000 | | 10.000,00 |
| Cód. red.: 333 | 06.002.10.301.0016.2042.3.1.90.13.1.621.0000000 | | 5.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **571.000,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 003 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MEDIA E ALTA COMPLEXIDA**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 350 | 06.003.10.302.0017.2044.3.1.90.11.1.500.1002000 | | 35.000,00 |
| Cód. red.: 350 | 06.003.10.302.0017.2044.3.1.90.11.1.605.0000000 | | 6.000,00 |
| Cód. red.: 351 | 06.003.10.302.0017.2044.3.1.90.13.1.500.1002000 | | 3.600,00 |
| | | **Sub-Total:** | **44.600,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VIGILANCIA EM SAUDE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 368 | 06.005.10.304.0019.2047.3.1.90.11.1.500.1002000 | | 20.000,00 |
| Cód. red.: 368 | 06.005.10.304.0019.2047.3.1.90.11.1.600.0000000 | | 13.000,00 |
| Cód. red.: 369 | 06.005.10.304.0019.2047.3.1.90.13.1.500.1002000 | | 3.500,00 |
| Cód. red.: 370 | 06.005.10.304.0019.2047.3.1.91.13.1.600.0000000 | | 3.700,00 |

Data: 10/11/2026 16:17:59 Página: 2 de 4

Data da emissão: 10/11/2026 16:17:59 ÁGILIBlue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: GIZELLE BELLATTO

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código a0dc618d-ead4-45ba-a343-16594c8ba17e, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

# Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT

Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | **Sub-Total:** | **40.200,00** |
| **Órgão:** | **07 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO(A) SECRETARIO(A) DE ASSIST. SOCIAL** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 380 | 07.001.08.243.0011.2056.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 500,00 |
| Cód. red.: 393 | 07.001.08.244.0011.2055.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 17.000,00 |
| Cód. red.: 394 | 07.001.08.244.0011.2055.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 2.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **19.500,00** |
| **Órgão:** | **07 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** | | |
| **Unidade:** | **002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 411 | 07.002.08.244.0011.2058.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 42.000,00 |
| Cód. red.: 412 | 07.002.08.244.0011.2058.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| Cód. red.: 428 | 07.002.08.244.0014.2093.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 23.000,00 |
| Cód. red.: 429 | 07.002.08.244.0014.2093.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 1.800,00 |
| Cód. red.: 430 | 07.002.08.244.0014.2093.3.1.91.13.1.500.0000000 | | 2.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **74.300,00** |
| **Órgão:** | **08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MA, TUR DES. EC** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETARIO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 474 | 08.001.20.122.0004.2065.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **5.000,00** |
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS** | | |
| **Unidade:** | **003 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 604 | 09.003.04.572.0002.2117.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 22.000,00 |
| Cód. red.: 605 | 09.003.04.572.0002.2117.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 4.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **26.000,00** |
| **Órgão:** | **09 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS** | | |
| **Unidade:** | **005 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DAE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 617 | 09.005.17.512.0010.2140.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 35.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **35.000,00** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **1.818.700,00** |

Art. 2º - Para atender ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulação do orçamento vigente, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, conforme autorizado pelo artigo 1º, I da Lei 3.488/2023.

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Órgão:** | **02 - GABINETE DO PREFEITO** | | |
| **Unidade:** | **001 - CHEFIA DE GABINETE** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 4 | 02.001.04.122.0002.2003.3.1.90.91.1.500.0000000 | | 1.071,87 |
| | | **Sub-Total:** | **1.071,87** |
| **Órgão:** | **02 - GABINETE DO PREFEITO** | | |
| **Unidade:** | **002 - ASSESSORIA DE COMUNICACAO MUNICIPAL** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 21 | 02.002.24.131.0008.2010.3.1.90.04.1.500.0000000 | | 4.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **4.000,00** |
| **Órgão:** | **02 - GABINETE DO PREFEITO** | | |
| **Unidade:** | **005 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |
| Cód. red.: 34 | 02.005.03.092.0024.2008.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 10.900,00 |
| | | **Sub-Total:** | **10.900,00** |
| **Órgão:** | **03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO** | | |
| **Unidade:** | **001 - GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRACAO** | | |
| **Anulação parcial ou total de dotação** | | | |



Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código a0dc618d-ead4-45ba-a343-16594c8ba17e, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

# Prefeitura Municipal de Novo Mundo - MT

Rua Nunes Freire, nº 12 – Alto da Bela Vista
CEP 78528-000
**CNPJ – 01.614.517/0001-33**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 54 | 03.001.04.122.0002.2015.3.1.90.04.1.500.0000000 | | 160.000,00 |
| Cód. red.: | 57 | 03.001.04.122.0002.2015.3.1.90.92.1.500.0000000 | | 1.000,00 |
| Cód. red.: | 60 | 03.001.04.122.0002.2015.3.1.91.92.1.500.0000000 | | 2.000,00 |
| | | | **Sub-Total:** | **163.000,00** |

**Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**
**Unidade: 006 - AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 71 | 03.006.04.122.0002.2126.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 103.128,13 |
| | | | **Sub-Total:** | **103.128,13** |

**Órgão: 04 - SECRETARIA DE FINANCAS**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO FINANCAS**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 100 | 04.001.99.999.9999.9999.9.9.99.99.1.500.0000000 | | 100.000,00 |
| | | | **Sub-Total:** | **100.000,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 125 | 05.001.12.125.0003.2022.3.1.90.11.1.500.1001000 | | 741,02 |
| | | | **Sub-Total:** | **741,02** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 006 - EDUCACAO BASICA - FUNDEB 70**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 194 | 05.006.12.361.0026.2031.3.1.90.04.1.540.1070000 | | 435.858,98 |
| Cód. red.: | 205 | 05.006.12.365.0026.2090.3.1.90.04.1.540.1070000 | | 290.000,00 |
| Cód. red.: | 208 | 05.006.12.365.0026.2090.3.1.91.13.1.540.1070000 | | 229.000,00 |
| Cód. red.: | 209 | 05.006.12.365.0026.2091.3.1.90.04.1.540.1070000 | | 380.000,00 |
| | | | **Sub-Total:** | **1.334.858,98** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 277 | 06.001.10.122.0021.2107.3.1.91.13.1.500.1002000 | | 101.000,00 |
| | | | **Sub-Total:** | **101.000,00** |
| | | | **Total Parcial Reduzido:** | **1.818.700,00** |

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NOVO MUNDO - MT, 22 de outubro de 2026

Casciano Martins Reis
Prefeito Municipal

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código a0dc618d-ead4-45ba-a343-16594c8ba17e, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

# Assinaturas

**CASCIANO MARTINS REIS (XXX.681.391-XX)**

Título: Prefeito

Assinatura: Eletrônica

Este documento foi assinado eletrônica e/ou digitalmente em conformidade com a MP 2.200-2/2001. Acesse https://agiliblue.agilicloud.com.br/portal/prefnovomundo-mt#/assinatura e informe o código a0dc618d-ead4-45ba-a343-16594c8ba17e, ou leia o QrCode ao lado para validar as assinaturas.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

**PORTARIA N° 329/2026 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026 DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA MUNICIPAL PARA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE**

**PORTARIA N° 329/2026**

**DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA MUNICIPAL PARA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME, DECÊNIO 2026-2036, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **Prefeito Municipal Cleomenes Junior Dias Costa** do Município de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO** a Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a legislação estadual e federal de regência sobre a matéria e as diretrizes de monitoramento e avaliação dos planos de educação;

**CONSIDERANDO** a Portaria MEC n.º 41, de 25 de janeiro de 2021, que institui a Plataforma +PNE e dispõe sobre as ações de monitoramento e avaliação dos Planos de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; e

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal n.º 338, de 03 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação anterior e dá outras providências;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituída a Comissão Gestora Municipal responsável pela coordenação, condução e acompanhamento do processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação – PME, referente ao decênio 2026-2036, no âmbito do Município de Novo Santo Antônio - MT.

**Art. 2º** A Comissão Gestora Municipal será composta pelos seguintes representantes, sob a coordenação institucional da Secretaria Municipal de Educação:

**a) Geraldo Floriano de Freitas Filho (Secretário Municipal de Educação);**

**b) Juraci Soares da Silva;**

**c) Clayton Gonçalves Oliva;**

**d) Adriana Grandini Hunnicutt;**

**e) Sonia Maria Paz da Silva;**

**f) Maria Nilda Ribeiro da Cruz;**

**g) Andréia Pereira Lacerda.**

***Parágrafo único.*** Outros órgãos, entidades, conselhos municipais, instituições públicas ou privadas, bem como organizações da sociedade civil, poderão ser convidados a participar das reuniões e atividades da Comissão, com direito a voto, quando a matéria exigir contribuição técnica ou institucional específica.

**Art. 3º** A Comissão Gestora Municipal será presidida e coordenada institucionalmente pelo servidor Clayton Gonçalves Oliva, titular da Secretaria Municipal de Educação, competindo-lhe supervisionar, orientar e acompanhar os trabalhos, convocar reuniões, validar encaminhamentos administrativos e representar a Comissão perante os órgãos municipais e demais instituições.

§ 1º Compete ao representante titular da Secretaria Municipal de Educação ou ao membro por ela designado auxiliar na coordenação técnica e operacional dos trabalhos, organizar pautas, acompanhar prazos, levantar dados educacionais, articular informações junto às unidades escolares e prestar suporte à elaboração do diagnóstico, das metas e das estratégias do PME.

§ 2º A Comissão poderá designar, dentre seus membros, um relator e um secretário, incumbidos, respectivamente, da sistematização das propostas e da elaboração de relatórios e atas.

§ 3º As deliberações e os encaminhamentos da Comissão deverão ser registrados em ata ou documento equivalente, com posterior encaminhamento à Coordenação Institucional para ciência, validação e providências cabíveis.

**Art. 4º** Compete à Comissão Gestora Municipal:

**I** - Realizar o diagnóstico da educação no âmbito municipal;

II - Coordenar e conduzir o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação - PME (2026-2036);

III - assegurar o alinhamento do PME ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação vigentes;

IV - Promover a participação ativa da comunidade educacional, conselhos municipais, profissionais da educação, famílias, estudantes e demais atores sociais envolvidos;

V - Organizar reuniões, oficinas, consultas públicas, audiências públicas ou outros mecanismos de escuta social, quando necessários;

VI - Sistematizar propostas, metas, estratégias, indicadores e ações destinadas à composição do Plano Municipal de Educação; e

VII - elaborar o relatório final dos trabalhos e encaminhar a minuta do Plano Municipal de Educação ao Chefe do Poder Executivo Municipal para as providências administrativas e legislativas cabíveis.

**Art. 5º** As deliberações da Comissão serão registradas em ata e, sempre que necessário, formalizadas por relatórios, pareceres técnicos, memórias de reunião ou documentos equivalentes.

**Art. 6º** A participação dos membros na Comissão Gestora Municipal será considerada serviço público relevante, não remunerado.

**Art. 7º** A Comissão Gestora Municipal deverá observar, no desenvolvimento dos trabalhos, os princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência, da participação democrática, da transparência, do planejamento e do interesse público.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Educação prestará todo o apoio técnico e administrativo necessário ao pleno funcionamento da Comissão.

**Art. 9º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Novo Santo Antônio/MT, em 09 de novembro de 2026.

**CLEOMENES JÚNIOR DIAS COSTA**

**Prefeito Municipal**

---

**RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 41/2026**

**ONDE SE LÊ**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

**7.2.** O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais: Cotações e SINAPI do mês dezembro do ano de 2023.

**LE- SE**

8. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

**8.7.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

**8.8.** O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais: Cotações e SINAPI do mês julho do ano de 2025.

Novo Santo Antônio – MT, 10 de novembro de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT**

**CNPJ nº 04.199.966/0001-50**

**CLEOMENES JUNIOR DIAS COSTA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇAO Nº 006/2026 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DO PROCAD-SUAS/2026.**

**RESOLUÇAO Nº 006/2026**

*Dispõe sobre a aprovação do projeto do PROCAD-SUAS/2026.*

O conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de nº 013/2001, resolve torna público:

**Art.1º - Aprovar, o Relatório do 1° semestre de execução do Projeto Executivo do PROCAD SUAS – 2026, Município de Novo Santo Antônio – MT.**

**Art.2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.**

**Art-3º- Revogam-se as disposições contrárias.**

Novo Santo Antônio – MT, em 27 de Outubro de 2026.

Naiohanny Aparecida Araújo Garcia

Presidente do CMAS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026 PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MARIA DOLORES T. JORDÃO, VISANDO GARANTIR A MANUTENÇÃO DA LIMPEZA, HIGIENE, ORGANIZAÇÃO E ADEQUADO FUNCIONAMENTO DAS DEPENDÊNCIAS HOSPITALARES, PROPORCIONANDO CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA PACIENTES, ACOMPANHANTES E SERVIDORES.**

Pelo presente instrumento de Registro de Preços **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, reuniram-se na sala de LICITAÇÃO, situada à RUA CACHOEIRA DA FUMAÇA, nº 77, BAIRRO JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM/MT, CEP: 78625-000, Fone: (66) 34479-1158, o Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIA ZAMPA**, portador da Cédula de Identidade nº ***436**/SSP-MT e do CPF nº ****438.261***, representando neste ato a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim –MT inscrita no CNPJ 03.238.581/0001-92 situada no endereço acima citado, e a empresa **RFL COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E DESCARTAVEIS LTDA**, cadastrada no CNPJ nº 08.807.585/0001-68 e Inscrição estadual nº 13.337.749-0, situada na Rua Sete de Setembro nº 103, Bairro Vila Birigui, CEP: 78705-010, cidade de Rondonópolis, estado de Mato Grosso, neste ato representada por seu representante legal o Sr. **RODRIGO MEIRELES SILVA SOUZA**, Brasileira, empresário, portador do RG nº 11.519.204 SSP/MG e inscrito no CPF sob nº 050.156.586-80, residente e domiciliado na cidade de Rondonópolis, estado de Mato Grosso, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021 , Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006 e as exigências estabelecidas no edital e anexos e em face do resultado obtido no Processo nº 95/2026 - Pregão Presencial para registro de preços nº 17/2026, resolvem registrar os preços constantes na presente Ata, objetivando futuro fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MARIA DOLORES T. JORDÃO, VISANDO GARANTIR A MANUTENÇÃO DA LIMPEZA, HIGIENE, ORGANIZAÇÃO E ADEQUADO FUNCIONAMENTO DAS DEPENDÊNCIAS HOSPITALARES, PROPORCIONANDO CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA PACIENTES, ACOMPANHANTES E SERVIDORES,** conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão nº 17/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.2.** Dos preços, especificações e quantitativos:

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| ITEM | CÓD | DESCRIÇÃO | MARCA | QUANT | UNID | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **LOTE 01: PRODUTOS DESTINADOS À LAVAGEM DE ROUPAS HOSPITALARES E INDUSTRIAIS** | | | | | | | |
| 01 | 48359 | **ACIDULANTE E NEUTRALIZANTE** PARARESIDUOS ALCALINOS PARA ROUPAS HOSPITALARES E INDUSTRIAIS. (JET SOUR). BB 30 LTS. | NIPPON | UND | 6,00 | R$ 691,68 | R$ 4.150,08 |
| 02 | 48356 | **ALCALINIZANTE** - PARA ETAPAS DE UMECTAÇÃO E PRÉ- LAVAGEM DE ROUPAS HOSPITALARES E INDUSTRIAIS - (NIPPO-TEX 500). BB 35 KG. | NIPPON | UND | 6,00 | R$ 657,60 | R$ 3.945,60 |
| 03 | 48358 | **ALVEJANTE OXIGENADO** - PARA DESINFEÇÃO DE ROUPAS HOSPITALARES NOS | NIPPON | UND | 6,00 | R$ | R$ |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | PROCESSOS DE LAVAGEM E INDUSTRIAIS. (LEUCOTEX) BB 30 LTS. | | | | 1.094,19 | 6.565,14 |
| 04 | 48360 | **AMACIANTE DE ROUPAS** - DE USO PROFISSIONAL PARA ROUPAS HOSPITALARES E INDUSTRIAIS. BB 30 LTS. (NI -SOFT DM). | NIPPON | GALAO30LTS | 8,00 | R$ 414,85 | R$ 3.318,80 |
| 05 | 48355 | **DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO** - PARA LAVAGEM DE ROUPAS HOSPITALARES E INDUSTRIAIS. BB 30 LTS. (JET TEX 3000). | NIPPON | UND | 6,00 | R$ 1.003,39 | R$ 6.020,34 |
| **LOTE 02: PRODUTOS DESTINADOS À LIMPEZA, DESINFECÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, VINCULADOS A SISTEMAS DOSADORES** | | | | | | | |
| 06 | 48369 | **DESINFETANTE E LIMPADOR** - COMPOSTO POR QUARTENÁRIO E PEROXIDO DE HIDROGÊNIO. INDICADO PARA DESINFECÇÃO E LIMPEZA DE AMBIENTES: (PISOS, PAREDES, MOBILIÁRIOS, ARTIGOS, ETC). (NIOXI 628) GL 5 LTS. | NIPPON | UND | 16,00 | R$ 356,92 | R$ 5.710,72 |
| 07 | 48364 | **DESINFETANTE PERFUMADO SUPER CONCENTRADO** - PARA BANHEIROS, PISOS, VESTUÁRIOS, ÁREAS ADMINISTRATIVAS, ETC. 20 LTS. (NIPPOSAN GF-40 TRADIÇÃO). | NIPPON | UND | 21,00 | R$ 502,27 | R$ 10.547,67 |
| 08 | 48606 | **DETERGENTE ALCALINO** - CLORADO CONCENTRADO, PARA LAVAGEM DE BANCADAS, PISOS, PAREDES, EQUIPAMENTOS, TÁBUAS DE CORTE, CÂMARAS FRIAS, BANHEIROS, VESTUÁRIOS, ETC. 35 LTS. (NIPPO-LAT 3000). | NIPPON | UND | 10,00 | R$ 973,33 | R$ 9.733,30 |
| 09 | 48363 | **DETERGENTE ALCALINO** - CLORADO CONCENTRADO, PARA LAVAGEM DE BANCADAS, PISOS, PAREDES, EQUIPAMENTOS, TÁBUAS DE CORTE, CÂMARAS FRIAS, BANHEIROS, VESTUÁRIOS, ETC. 35 LTS. (NIPPO-LAT 5000). | NIPPON | UND | 6,00 | R$ 988,04 | R$ 5.928,24 |
| 10 | 48373 | **DETERGENTE ENZIMATICO** - INDICADO PARA QUEBRAR E DISSOLVER RESÍDUOS ORGÂNICOS (COMO SANGUE, SALIVA, TECIDOS E GORDURAS). INDISPENSÁVEL NA PRÉ-LIMPEZA DE INSTRUMENTOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E CIRÚRGICOS ANTES DA ESTERILIZAÇÃO, GARANTINDO UMA LIMPEZA PROFUNDA SEM DANIFICAR OU CORROER OS MATERIAIS. GL 5 LTS. | CICLOFARMA | UND | 6,00 | R$ 163,00 | R$ 978,00 |
| 11 | 48361 | **DETERGENTE NEUTRO CONCENTRADO** - DE USO GERAL, PARA LAVAGEM DE EQUIPAMENTOS, LOUÇAS, MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE FORMA MANUAL, PISOS TRATADOS, VIDROS, MÓVEIS, ETC. 30 LTS. (NEUTERGEN DN GEL). | NIPPON | UND | 4,00 | R$ 1.038,60 | R$ 4.154,40 |
| 12 | 48365 | **LIMPADOR DE USO GERAL CONCENTRADO** - PARA AZULEJOS, VITRIFICADOS, CERÂMICAS, DIVISÓRIAS, ESMALTADOS, PORTAS, ETC. 20 LTS. (PRODIGY TRADIÇÃO). | NIPPON | UND | 13,00 | R$ 765,20 | R$ 9.947,60 |
| **LOTE 03 - PRODUTOS DESTINADOS À LIMPEZA COMUM** | | | | | | | |
| 13 | 48390 | **ALCOOL EM GEL** - ANTISSÉPTICO 70%. 5 LITROS. | ELITE | UND | 30,00 | R$ 104,00 | R$ 3.120,00 |
| 14 | 48604 | **ESPONJA DUPLA FACE** - ESPUMA DE POLIURETANO AMARELA ACOPLADA A UMA MANTA DE FIBRA SINTÉTICA VERDE COM MINERAL ABRASIVO. | BETTANIN | UND | 50,00 | R$ 0,90 | R$ 45,00 |
| 15 | 48605 | **ESPONJA DUPLA FACE ROSA/AMARELA** - LIMPEZA SUAVE E MANUSEIO ERGONÔMICO | BETTANIN | UND | 50,00 | R$ 1,55 | R$ 77,50 |
| 16 | 48611 | **FIBRA LIMPEZA PESADA** - FIBRA PARA LIMPEZA PESADA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 102 MM X 260 MM, COR VERDE ESCURO, COMPOSIÇÃO EM MANTA NÃO TECIDA DE FIBRAS SINTÉTICAS COM ELEMENTOS ABRASIVOS, ALTA DURABILIDADE, INDICADA PARA REMOÇÃO DE SUJEIRAS DIFÍCEIS EM SUPERFÍCIES NÃO DELICADAS. | BETTANIN | UND | 200,00 | R$ 2,50 | R$ 500,00 |
| 17 | 48612 | **FIBRA SLIM LIMPEZA LEVE BRANCA** - MEDINDO APROXIMADAMENTE 225 MM X 101 MM, COR BRANCA, COMPOSIÇÃO EM MANTA NÃO TECIDA DE FIBRAS SINTÉTICAS SEM ELEMENTOS ABRASIVOS, INDICADA PARA SUPERFÍCIES DELICADAS COMO VIDROS, ACRÍLICOS, INOX E PORCELANATOS, SEM RISCAR. | BETTANIN | UND | 50,00 | R$ 1,90 | R$ 95,00 |
| 18 | 9792 | **LUVA DE LATEX AMARELA**: p/ limpeza p/m/g, pacote com um par de luvas. | NOBRE | RR | 50,00 | R$ 4,04 | R$ 202,00 |
| 19 | 48616 | **LUVA LATEX LARANJA** - P/ LIMPEZA P PACOTE COM UM PAR DE LUVAS. | NOBRE | RR | 40,00 | R$ 6,29 | R$ 251,60 |
| 20 | 48617 | **LUVA LATEX VERDE** - P/ LIMPEZA G PACOTE COM UM PAR DE LUVAS. | NOBRE | RR | 50,00 | R$ 6,54 | R$ 327,00 |
| 21 | 48375 | **PAPEL HIGIENICO ROLÃO** - PAPEL HIGIENICO ROLO 300 MTS, 100% CELULOSE DE ALTA GRAMATURA PLUS. 8X300MTS. | ELITE | PC 8 UN | 90,00 | R$ 120,00 | R$ 10.800,00 |
| 22 | 48374 | **PAPEL TOALHA INTERFOLHADO PLUS** - TOALHA DE PAPEL 100% CELULOSE, INTERFOLHADO, ESPECÍFICO PARA ÁREAS DE PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS E ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – ELITE PROFESSIONAL. CAIXA COM 8.400 FOLHAS. | ELITE | UND | 90,00 | R$ 351,66 | R$ 31.649,40 |
| 23 | 48376 | **SABONETE LIQUIDO** - CLASSIC DE ERVA DOCE - 5 LITROS. | ELITE | UND | 90,00 | R$ 48,77 | R$ 4.389,30 |
| 24 | 48607 | **SACO DE LIXO INFEC 200LTS** - MEDINDO 90 X 105CM, PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (INFECTANTE) PACOTE COM 100 UNIDADES. | REPORPACK | UND | 20,00 | R$ 115,77 | R$ 2.315,40 |
| 25 | 48608 | **SACO DE LIXO INFEC 20LTS** - SACO PARA LIXO HOSPITALAR, CAPACIDADE 20 LITROS, MEDINDO 40 X 50 CM, PACOTE COM 100 UNIDADES. | REPORPACK | UND | 20,00 | R$ 24,52 | R$ 490,40 |
| 26 | 48610 | **SACO LIXO INFECT. 100LTS REFORÇADO** - SACO PARA LIXO HOSPITALAR, CAPACIDADE 100 LITROS, MEDINDO 70 X 80 CM, COR BRANCA LEITOSA, PARA RESÍDUOS INFECTANTES, TIPO REFORÇADO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA OU BAIXA DENSIDADE, COM SOLDA DE FUNDO CONTÍNUA E HOMOGÊNEA, IMPRESSO COM SÍMBOLO DE RISCO BIOLÓGICO, PACOTE COM 100 UNIDADES. | REPORPACK | UND | 20,00 | R$ 70,00 | R$ 1.400,00 |
| 27 | 48618 | **SACO LIXO PRETO 100LTS REFORÇADO** - CAPACIDADE 100 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 75 X 85 CM, COR PRETA, TIPO REFORÇADO, FABRICADO EM POLIETILENO, COM SOLDA DE FUNDO CONTÍNUA E HOMOGÊNEA, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE, PACOTE COM 100 UNIDADES. | DUDEL | PC 100 UN | 50,00 | R$ 60,00 | R$ 3.000,00 |
| 28 | 48381 | **SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR** - 200 LITROS. PACOTE COM 100 UNIDADES. | REPORPACK | UND | 20,00 | R$ 80,00 | R$ 1.600,00 |
| 29 | 48382 | **SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR** - 60 LITROS. PACOTE COM 100 UNIDADES. | REPORPACK | UND | 50,00 | R$ 29,00 | R$ 1.450,00 |
| 30 | 48609 | **SACO PARA LIXO PRETO 20LTS** - SACO PARA LIXO, CAPACIDADE 20 LITROS, MEDINDO 40 X 50 CM, COR PRETA, TIPO COMUM, FABRICADO EM POLIETILENO, COM SOLDA DE FUNDO CONTÍNUA E HOMOGÊNEA, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE, PACOTE COM 100 UNIDADES. | DUDEL | UND | 50,00 | R$ 15,72 | R$ 786,00 |
| | | | | | **VALOR TOTAL** | | **R$ 133.498,49** |

## DA VIGÊNCIA DA ARP

**3.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**3.1.1.** No caso de prorrogação de vigência da Ata de Registro de Preços, atendidas as condições previstas no Art. 84 da lei 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas (Art. 30, parágrafo segundo do decreto Municipal nº 026/2025).

**3.2.** O contrato que decorrer de ata de registro de preços possuirá vigência de acordo com as disposições nela contidas e em observância aos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante disposto na minuta anexa ao correspondente edital.

**3.3.** O contrato que decorrer de ata de registro de preços, poderá ser de forma continuada em conformidade com o Decreto Municipal nº 16/2026, de 12 de fevereiro de 2026.

Novo São Joaquim-MT, em 11, de novembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LEONARDO FARIA ZAMPA - Prefeito Municipal

RFL COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E DESCARTAVEIS LTDA - CONTRATADA

Rodrigo Meireles Silva Souza - Responsável

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 369/2026**

**PORTARIA Nº 369/2026**

**10 DE NOVEMBRO DE 2026**

"Dispõe sobre a Nomeação do Secretário Municipal de Meio Ambiente, ao cargo de livre nomeação e exoneração, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando a Lei Orgânica do Município; considerando o disposto no artigo 6º da Lei Municipal 454/2007 de 01 fevereiro de 2007,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Nomear **Robson Rodrigues Mendonça,** portador do RG: 19****57 SSP/MT e do CPF: 030.***.***80, para o cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e meio ambiente, da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos para o dia 09 de novembro de 2026.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, 10 de novembro de 2026

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**
**ATA Nº011/2026 - REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**

**ATA Nº011/2026 - REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**

Aos trinta (30) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 13h, nas dependências do Auditório do CRAS, localizado na Av. Oscar Zaidem de Menezes nº1445, Bairro Centro, Novo São Joaquim/MT, reuniram-se em Assembleia Ordinária o(a)s conselheiro(a)s municipais representantes governamentais e representantes da sociedade civil, a saber: HERICA APARECIDA CRUVINEL ROQUE, MÔNICA DAMASSENA MARÇAL MARIANO, MIRACI PIRES DE MORAES e ZENAIDE CASTRO DE OLIVEIRA. Presente na reunião a Coordenadora da Equipe de Referência do CRAS a Sr.ª GERCILENE SOUSA MARTINS SANTOS. A abertura dos trabalhos foi feita pela Presidente do Conselho Sra. Herica Aparecida Cruvinel Roque, que deu inicio a reunião cumprimentando os conselheiros e anunciando a(s) pauta(s) de ordem do dia: **1) – Resolução de Benefícios Eventuais;** fez breve explanação agradeceu a presença de todos e passou a palavra para a Coordenadora da Equipe de Referência do CRAS a Sr.ª GERCILENE SOUSA MARTINS SANTOS, que após os cumprimentos fez explanação sobre o modelo de resolução padrão fornecida pelo estado, fala que alguns itens necessita ser alterados para adaptar-se ao município. Ato contínuo fez a leitura da minuta de resolução explicando passo a passo sobre os benefícios eventuais e a forma de pagamento de como deve ser feita. Reforça que o município já vem prestando benefícios eventuais aos necessitados, e que a forma do pagamento a ser feito será discriminada na referida resolução conforme determinado pelo modelo padrão do estado. Após leitura e análise os conselheiros manifestaram pelo parecer favorável, colocado em votação os mesmos disseram que estão de acordo e aprovaram por unanimidade. A presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a fala. Sem mais para o momento, a Secretária Executiva colocou a palavra à disposição dos conselheiros, não havendo manifestação agradeceu a todos. Nada mais havendo para ser tratado, deu por encerrada a reunião. Eu, Sara Jose Martins-Secretária Executiva lavrei a ata, que será lida, aprovada e segue assinada por mim e por todos os presentes.

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 370/2026**

**PORTARIA Nº 370/2026**

**10 DE NOVEMBRO DE 2026**

"Dispõe sobre a Nomeação do responsável pelo envio das informações para o sistema GEO-OBRAS/TCE-MT, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leonardo Faria Zampa**, usando de suas atribuições legais, considerando a Lei Orgânica do Município;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Nomear **Andeburgo Franklin da Silva,** portador do RG 53***20 SSP/MT e CPF: 532.***.***-20, funcionário efetivo para o cargo de Alimentador do Sistema Aplic, responsável pelo envio das informações para o sistema GEO-OBRAS/TCE-MT.

**Art. 2º** - Fica criada a seguinte rotina de Controle Interno de acompanhamento diário de todos os procedimentos relacionados a alimentação do Sistema GEO-OBRAS/TCE-MT:

- Inclusão de projeto básico ou termo de referência

- Inclusão das fases de licitação (abertura e homologação)

- Inclusão de Contratos e toda a documentação necessária

- Inclusão de Obras diretas e indiretas e toda a documentação relacionada.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Novo São Joaquim-MT, 10 de novembro de 2026

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**
**LEI Nº 1071/2026**

**LEI Nº 1071/2026**

**10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**(PROJETO DE LEI Nº. 38/2026)**

**"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL DE REMANEJAMENTO DISPOSTO NO ART. 6º DA LEI MUNICIPAL 1024/2025 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA DO EXERCICIO DE 2026 DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM – MT, e dá outras providências".**

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **LEONARDO FARIA ZAMPA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona o seguinte.

**Artigo 1º -** Por força desta Lei, fica alterado o Artigo 6º da Lei Municipal nº 1.024, de 12 de dezembro de 2025 – Lei Orçamentária Anual 2026, que passa a ter a seguinte redação:

**...**

**Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 43, § 1º, III da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais suplementares por anulação até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei; ...**

**Artigo 2º -** Os demais artigos da Lei Municipal 1.024/2025 permanecerão inalterados.

**Artigo 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim - MT, 10 de novembro de 2026.

**LEONARDO FARIA ZAMPA**

PREFEITO MUNICIPAL

---

**LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**RESULTADO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2026 - PROCESSO Nº 95/2026

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, torna público resultado do Pregão Presencial nº 17/2026, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E CONSUMO DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MARIA DOLORES T. JORDÃO, VISANDO GARANTIR A MANUTENÇÃO DA LIMPEZA, HIGIENE, ORGANIZAÇÃO E ADEQUADO FUNCIONAMENTO DAS DEPENDÊNCIAS HOSPITALARES, PROPORCIONANDO CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA PACIENTES, ACOMPANHANTES E SERVIDORES, sagrando vencedora a empresa abaixo descrita:

| EMPRESA | CNPJ | QUANT/ ITENS | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|
| RFL COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E DESCARTAVEIS LTDA | 08.807.585/0001-68 | 30,00 | R$ 133.500,00 |

Os autos do Processo Licitatório encontram-se à disposição na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT.

Novo São Joaquim-MT, 09 de novembro de 2026.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Decreto nº 50/2024

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 016/2026**

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 04/2026**

**EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 016/2026**

**10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim-MT, Senhor Leonardo Farias Zampa, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando a Publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 04/2026, no dia 10 de setembro de 2026, no mural da Prefeitura Municipal, no site: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano XXI, edição nº. 5071, páginas 411/413;

Considerando a Homologação do Processo Seletivo Simplificado 04/2026, através do Decreto Municipal nº. 66/2026 de 10 de setembro de 2026, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ano XXI, edição nº. 5072, páginas 502/504, dia 11 de setembro de 2026.

**Convoca:**

**Art. 1º -** Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 04/2026 da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, para os cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, situado na Rua Cachoeira da Fumaça, nº 77, Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim-MT, no período de **11/11/2026 a 25/11/2026,** no horário de 07hs00min as 11hs00min e das 13hs00min às 17hs00min.

| NOME | FUNÇÃO |
|---|---|
| LAINE AP. BARBOSA DE OLIVEIRA | TÉCNICO EM ENFERMAGEM |
| SILVANI SANTOS OLIVEIRA | TÉCNICO EM ENFERMAGEM |
| OSMARINA APARECIDA DE SOUZA | AGENTE SERVIÇOS GERAIS AG3 |
| PATRICIA DA SILVA ALVES | AGENTE SERVIÇOS GERAIS AG3 |
| SIMONI MAR SANTOS OLIVEIRA | AGENTE SERVIÇOS GERAIS AG3 |
| NARINEUZA DOS SANTOS BORGES | AGENTE SERVIÇOS GERAIS AG3 |

**Art. 2º -** Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias:
01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superiora 18 (dezoito) anos;
02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);
03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;
04 - Certidão de Nascimento dos filhos/ Frequência escolar de menores de filhos acima de 04 anos);
05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
07 - Cartão do PIS/PASEP
08 – Certidão de Quitação Eleitoral (QUITE) (**internet**);
09 - Título de Eleitor;
10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (**internet)** da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
12 - Atestado de Saúde Física e Mental - ASO (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;
13 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;
14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);
17 - Declaração contendo endereço residencial;
18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
19 - Declaração de Bens;
20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;
21 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação (se CTPS DIGITAL trazer cópia dos DADOS CADASTRAIS)
22 – Conta Corrente Banco do Brasil
23 – Carteira Nacional de Habilitação CNH categoria “D” (Motorista)
**Art. 3º -** Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo Simplificado 004/2026 da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT.
**Art. 4º -** Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.
**Art. 5º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.
Novo São Joaquim-MT, 10 de novembro de 2026.
**LEONARDO FARIA ZAMPA**
**Pref. Municipal**

---

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS - 03/2025**

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS - 03/2025**

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 160/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT.

**CONTRATADO(A): MARIA IMACULADA RODRIGUES PEREIRA**.

**OBJETO:** Prorrogação da vigência do Contrato Temporário nº 160/2025, mantendo o(a) contratado(a) no exercício do cargo de **Monitora de Creche**.

**ALTERAÇÃO:** Prorrogação do prazo contratual, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

**NOVA VIGÊNCIA:** Fica prorrogada a vigência do Contrato Temporário nº 160/2025, em caráter excepcional e transitório, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais de educação, até que ocorra a posse e o efetivo exercício dos candidatos aprovados no concurso público em andamento, destinados ao preenchimento dos respectivos cargos.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Municipal nº 964/2024.

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT.

**CONTRATADO(A): MARCIMONE PEREIRA DA SILVA**.

**OBJETO:** Prorrogação da vigência do Contrato Temporário nº 159/2025, mantendo o(a) contratado(a) no exercício do cargo de **Monitora de Creche**.

**ALTERAÇÃO:** Prorrogação do prazo contratual, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

**NOVA VIGÊNCIA:** Fica prorrogada a vigência do Contrato Temporário nº 159/2025, em caráter excepcional e transitório, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais de educação, até que ocorra a posse e o efetivo exercício dos candidatos aprovados no concurso público em andamento, destinados ao preenchimento dos respectivos cargos.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Municipal nº 964/2024.

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT.

**CONTRATADO(A): JORDANA BEATRIZ DOS SANTOS RODRIGUES**.

**OBJETO:** Prorrogação da vigência do Contrato Temporário nº 149/2025, mantendo o(a) contratado(a) no exercício do cargo de Monitora de Creche.

**ALTERAÇÃO:** Prorrogação do prazo contratual, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

**NOVA VIGÊNCIA:** Fica prorrogada a vigência do Contrato Temporário nº 149/2025, em caráter excepcional e transitório, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais de educação, até que ocorra a posse e o efetivo exercí-

cio dos candidatos aprovados no concurso público em andamento, destinados ao preenchimento dos respectivos cargos.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Municipal nº 964/2024.

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT.

**CONTRATADO(A): PATRÍCIA UCHAKI DA SILVA**.

**OBJETO:** Prorrogação da vigência do Contrato Temporário nº 152/2025, mantendo o(a) contratado(a) no exercício do cargo de Professora de Pedagogia.

**ALTERAÇÃO:** Prorrogação do prazo contratual, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

**NOVA VIGÊNCIA:** Fica prorrogada a vigência do Contrato Temporário nº 152/2025, em caráter excepcional e transitório, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais de educação, até que ocorra a posse e o efetivo exercício dos candidatos aprovados no concurso público em andamento, destinados ao preenchimento dos respectivos cargos.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Municipal nº 964/2024.

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT.

**CONTRATADO(A): SIMONI MAR SANTOS OLIVEIRA**.

**OBJETO:** Prorrogação da vigência do Contrato Temporário nº 153/2025, mantendo o(a) contratado(a) no exercício do cargo de Monitora de Creche.

**ALTERAÇÃO:** Prorrogação do prazo contratual, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

**NOVA VIGÊNCIA:** Fica prorrogada a vigência do Contrato Temporário nº 153/2025, em caráter excepcional e transitório, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais de educação, até que ocorra a posse e o efetivo exercício dos candidatos aprovados no concurso público em andamento, destinados ao preenchimento dos respectivos cargos.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Municipal nº 964/2024.

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 154/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT.

**CONTRATADO(A): DAMÁSIO BRITO**.

**OBJETO:** Prorrogação da vigência do Contrato Temporário nº 154/2025, mantendo o(a) contratado(a) no exercício do cargo de Motorista.

**ALTERAÇÃO:** Prorrogação do prazo contratual, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

**NOVA VIGÊNCIA:** Fica prorrogada a vigência do Contrato Temporário nº 154/2025, em caráter excepcional e transitório, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais de educação, até que ocorra a posse e o efetivo exercício dos candidatos aprovados no concurso público em andamento, destinados ao preenchimento dos respectivos cargos.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Municipal nº 964/2024.

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2025**

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT.

**CONTRATADO(A): RAQUEL PEREIRA LIMA OLIVEIRA**.

**OBJETO:** Prorrogação da vigência do Contrato Temporário nº 155/2025, mantendo o(a) contratado(a) no exercício do cargo de Monitora de Creche.

**ALTERAÇÃO:** Prorrogação do prazo contratual, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

**NOVA VIGÊNCIA:** Fica prorrogada a vigência do Contrato Temporário nº 155/2025, em caráter excepcional e transitório, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais de educação, até que ocorra a posse e o efetivo exercício dos candidatos aprovados no concurso público em andamento, destinados ao preenchimento dos respectivos cargos.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Municipal nº 964/2024.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

**PARANATINGAPREV**
**PORTARIA N.º 13/2026**

**PORTARIA N.º 13/2026**

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente Para o Trabalho ao servidor Sr.* ***Arlindo de Almeida Silva."***

**A Diretora Executiva do PARANATINGA-PREV – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso**, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no §9º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 103/2019, disposto no artigo 40, § 1º, I da CF/88 com redação da EC nº 41/2003 c/c artigo 12, inciso I, "a" e art. 13 e 14 da Lei Municipal n.º 181, de 21 de junho 2006, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Paranatinga/MT, Lei nº 533/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais da Secretaria de Educação do Município de Paranatinga-MT e Lei nº 3176/2026 que dispõe sobre o reajuste anual dado aos servidores do Município de Paranatinga/MT e tendo em vista o que consta no **Processo Judicial nº 1001191-45.2023.8.11.0044**, junto a 2ª Vara de Paranatinga/MT**, resolve conceder Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho,** com proventos integrais ao tempo de contribuição, calculados pela média aritmética ao Sr. **ARLINDO DE ALMEIDA SILVA**, brasileiro, portador do RG nº 04****8-2 SESP/MT e do CPF nº 383.***.***-20, servidor efetivo no cargo de Professor, com carga horária de 30 horas semanais, Classe "C", Nível "03", lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devidamente matriculado sob o nº 5456, contando, até 19/09/2024, com **8 (oito) Anos, 8 (oito) Meses e 04 (quatro) Dias de tempo de contribuição.**

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir de 20 de setembro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paranatinga/MT, 10 de novembro de 2026.

**MÁRCIA PEREIRA DE LIMA SHUENQUENER**

Diretora Executiva do PARANATINGAPREV

**Homologo:**

**ANTÔNIO MARCOS TOMAZINI**

**PREFEITO MUNICIPAL**

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 01 DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 34/2026**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA - MT CNPJ nº. 15.023.971/0001-24.

CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO CNPJ nº. 03.534.450/0001-52.

**01. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

**1.1.** Contratação de instituição brasileira sem fins lucrativos para a prestação de serviços especializados de consultoria, capacitação e assessoria técnica, no âmbito do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso (SEBRAE MT) por Dispensa de Licitação (art. 75, XV), para a implementação do Programa Cidade Empreendedora, com ênfase no aprimoramento das compras públicas no Município de Paranatinga/MT e no fortalecimento do ambiente empreendedor, compreendendo: (i) realização de curso de elaboração de termo de referência; (ii) consultoria para construção ou revisão do Plano Anual de Compras; (iii) consultoria para o Plano de Desenvolvimento de Fornecedores em Compras Governamentais; e (iv) consultoria para implementação do credenciamento de fornecedores, em atendimento ao Gabinete do Prefeito.

**02. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E VINCULAÇÃO:**

**2.1.** O prazo de vigência deste Instrumento será de 04 (quatro) meses, a partir da data do dia **28 de outubro de 2026** até o dia **28 de fevereiro de 2027.** Vincula-se este termo ao Processo de Dispensa de Licitação nº. 07/2026, Processo Administrativo nº. 30/2026.

**03. CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA:**

**3.1.** Aparecida Marcia Tomazini - Secretária Municipal Chefe de Gabinete - Portaria nº. 01/2025 - Justifica-se a Renovação Contratual, para garantir a continuidade dos serviços do SEBRAE/MT no Programa Cidade Empreendedora, visando o aprimoramento das compras públicas e o fortalecimento do ambiente empreendedor de Paranatinga/MT.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga - MT, em 28 de outubro de 2026.

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 22 DE VALOR AO CONTRATO Nº. 33/2024.**

Processo de Chamamento Público nº 01/2024.

Concurso de Projeto - Processo Administrativo nº 14/2024.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT CNPJ nº. 15.023.971/0001-24.

Contratada: INSTITUTO DE SAÚDE SANTA ROSA CNPJ nº. 08.706.573/0001-47.

**01. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

**1.1.** Prorrogação da contratação de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social na área da Saúde (OSS) para prestação de serviços de gerenciamento técnico e administrativo na área de atuação de HOSPITAL GERAL com Perfil de Média Complexidade ao Sistema Único de Saúde-SUS no âmbito do Hospital Municipal Irmã Teodora, conforme este Edital e seus Anexos de acordo com as especificações, quantitativos, regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde e demais obrigações, pelas regras que regem o Sistema Único de Saúde – SUS, em conformidade com o art. 199 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Federal nº 14.133/2021 e nº 8.080/1990, Decreto Estadual nº 7.508/2011, Portarias de Consolidação n° 1 e n° 2, de 28 de setembro de 2017, e ainda pelos princípios norteadores da Administração Pública, em consonância com as disposições deste instrumento, em atendimento a Secretaria de Saúde do Município de Paranatinga/MT.

**1.1.1.** Em razão do presente Aditivo ao Contrato de Gestão, o contrato de gestão nº. 33/2024 terá seu prazo prorrogado a Organização Social de Saúde CONTRATADA executará a operacionalização da gestão técnica e administrativa, bem como os serviços de saúde no âmbito do **HOSPITAL MUNICIPAL IRMÃ TEODORA**, conforme especificações, quantidades e condições descritas, incluindo a regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde e demais obrigações constantes no Termo de Referência, bem como com as condições previstas neste Contrato de Gestão.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.2.1.** O Termo de Referência e seus Anexos, Estudo Técnico Preliminar;

**1.2.2.** O Edital da Licitação;

**1.2.3.** O Projeto de trabalho do contratado;

**1.2.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**1.3.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**02. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E VINCULAÇÃO:**

**2.1.** A vigência deste Termo Aditivo vai até o dia **04 de janeiro de 2027.** Vincula-se este termo ao Processo de Chamamento Público nº 01/2024 - Concurso de Projeto - Processo Administrativo nº 14/2024.

**03. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:**

**3.1.** Considerando a mudança de valores no contrato de gestão solicitar a retificação do ofício anteriormente enviado e que passe a constar o que segue: **TERMO ADITIVO DE VALOR REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO Nº. 33/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PARANATINGA, E O INSTITUTO DE SAÚDE SANTA ROSA, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DE HOSPITAL GERAL COM PERFIL DE MÉDIA COMPLEXIDADE AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS NO ÂMBITO DO HOSPITAL MUNICIPAL IRMÃ TEODORA DE PARANATINGA-MT. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024.**

**3.2.** Considerando a Portaria de cedencia **N° 372 DE 03 AGOSTO DE 2026**, deve-se aplicar o desconto de **R$ 52.355,31 (cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos),** referente aos servidores cedidos.

**3.3.** Considerando, o termo aditivo de valor nº 10 que trata sobre os descontos laboratoriais, deve ser aplicado o desconto referente aos **exames realizados no mês de SETEMBRO de 2026** no valor de **R$ 15.012,26 (quinze mil e doze reais e vinte e seis centavos).**

**3.4.** Deverá ainda, ser descontado da parcela variável o valor de **R$ 18.418,13 (dezoito mil quatrocentos e dezoito reais e treze centavos)** referente ao não alcance de 100 pontos nas

metas qualitativas, perfazendo o respectivo desconto referente as contas do mês de **julho de 2026**.

**3.5.** Assim, se dará o desconto na parcela fixa de **R$ 67.367,57 (sessenta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)** no mês de OUTUBRO de 2026.

**3.6.** Segue o texto para melhor esclarecimento:

**3.7.** A execução do objeto do Contrato de Gestão, a **CONTRATANTE** transferirá à **CONTRATADA**, o valor global bruto de **R$ 4.200.479,67 (quatro milhões, duzentos mil, quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos)**, parcelas mensais de **R$ 1.400.159,89 (um milhão, quatrocentos mil, cento e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos)**.

**3.8.** Do montante mencionado, será deduzido o valor de **R$ 52.355,31 (cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos)**, referente a folha de pagamento dos servidores públicos cedidos à **CONTRATADA.** Deduzirá ainda o valor **$ 15.012,26 (quinze mil e doze reais e vinte e seis centavos)** dos exames laboratoriais realizado em favor do instituto no mês de **SETEMBRO DE 2026**.

**3.9.** Será descontado ainda o valor de **R$ 18.418,13 (dezoito mil quatrocentos e dezoito reais e treze centavos) referente a parcela variável, correspondente ao desconto das metas qualitativas.**

**3.10.** Portanto, o valor líquido mensal a ser repassado pela **CONTRATANTE** para a **CONTRATADA** será de **R$ 1.314.374,19 (um milhão, trezentos e quatorze mil, trezentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos)**, destinados à manutenção das despesas objeto do Contrato de Gestão:

**a) PARCELA FIXA:** O valor de **R$ 872.339,00 (oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais)**, será transferido no **MÊS DE OUTUBRO** como Parcela Fixa para manutenção das despesas administrativas do Hospital Municipal Irmã Teodora (despesas com contratação de pessoal e serviços contratados).

**b) PARCELA VARIÁVEL:** O valor de **R$ 442.035,19 (quatrocentos e quarenta e dois mil, trinta e cinco reais e dezenove centavos)** será repassado mensalmente conforme faixa de desempenho referente ao cumprimento de metas **QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS**. O pagamento será condicionado à comprovação de prestação de serviços (volume de produção estimada/realizada).

**Por fim, solicitamos que o presente termo tenha como vigência a data de 01/10/2026.**

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga - MT, em 28 de outubro de 2026.

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 23 AO CONTRATO Nº. 33/2024**

Processo de Chamamento Público nº 01/2024.

Concurso de Projeto - Processo Administrativo nº 14/2024.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT CNPJ 15.023.971/0001-24.

Contratada: INSTITUTO DE SAÚDE SANTA ROSA CNPJ 08.706.573/0001-47.

**01. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

**1.1.** Contratação de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social na área da Saúde (OSS) para prestação de serviços de gerenciamento técnico e administrativo na área de atuação de HOSPITAL GERAL com Perfil de Média Complexidade ao Sistema Único de Saúde-SUS no âmbito do Hospital Municipal Irmã Teodora, conforme este Edital e seus Anexos de acordo com as especificações, quantitativos, regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde e demais obrigações, pelas regras que regem o Sistema Único de Saúde - SUS, em conformidade com o art. 199 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Federal nº 14.133/2021 e nº 8.080/1990, Decreto Estadual nº 7.508/2011, Portarias de Consolidação n° 1 e n° 2, de 28 de setembro de 2017, e ainda pelos princípios norteadores da Administração Pública, em consonância com as disposições deste instrumento, em atendimento a Secretaria de Saúde do Município de Paranatinga/MT.

**02. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DA CEDÊNCIA DE SERVIDORES:**

**2.1.** Ao tempo em que presto meus cumprimentos, no uso de minhas atribuições legais, venho, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, considerando a mudança de valores no contrato de gestão solicitar a retificação do ofício anteriormente enviado e que passe a constar o que segue:

**TERMO DE APOSTILAMENTO REFERENTE AO CONTRATO DE GESTÃO Nº. 33/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PARANATINGA, E O INSTITUTO DE SAÚDE SANTA ROSA, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DE HOSPITAL GERAL COM PERFIL DE MÉDIA COMPLEXIDADE AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS NO ÂMBITO DO HOSPITAL MUNICIPAL IRMÃ TEODORA DE PARANATINGA-MT. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024.**

O presente termo visa o apostilamento e aditivo decorrente aos funcionários:

Ficam alteradas cláusulas referentes ao **edital de Chamamento Público nº 01/2024**, através da alteração de cedência de servidores contidos na Portaria de cedencia atualizada de nº **PORTARIA N° 372 DE 03 AGOSTO DE 2026**, conforme discriminado abaixo:

**ONDE SE LÊ:**

~~**PASSA-SE A LER:**~~

~~**11. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**~~

~~**11.10**~~

~~A SMS realizará cedência de 11 (onze) servidores à instituição CONTRATADA, para tanto haverá dedução do valor BRUTO mensal de **R$ 50.740,31 (cinquenta mil, setecentos e quarenta reais e trinta e um centavos)** referente às despesas com a folha de pagamento e contribuições.~~

~~**ANEXO I - F DO TERMO DE REFERÊNCIA**~~

~~**LISTA DE SERVIDORES PÚBLICOS A SEREM CEDIDOS**~~

| Nome Completo | cargo/função | Situação | Salário Base | Salário OSS |
|---|---|---|---|---|
| Diozeni Maria Lima | TEC. ENFERMAGEM | EFETIVO | R$ 2.896,08 | R$ 3.325,00 |
| Diozimeire Aparecida Lima | TEC. ENFERMAGEM | EFETIVO | R$ 2.626,83 | R$ 3.325,00 |
| Euda Maria de Oliveira | TEC. ENFERMAGEM | EFETIVO | R$ 367,76 | R$ 443,33 |
| Gilson Cesar de Menezes | ENFERMEIRO | EFETIVO | R$ 6.134,67 | R$ 3.800,00 |
| Ivania Maria de Oliveira | TEC. ENFERMAGEM | EFETIVO | R$ 2.758,17 | R$ 3.325,00 |
| Daniela Vaca Quirino Silva | ENFERMEIRO | EFETIVO | R$ 7.668,34 | R$ 4.750,00 |
| Jonilson de Campos | TEC. EM RAIO X | EFETIVO | R$ 3.040,88 | R$ 3.696,00 |
| Marilda Teixeira da Silva | TEC. EM RAIO X | EFETIVO | R$ 3.040,88 | R$ 3.696,00 |
| Aparecida David de Oliveira | VIGIA | EFETIVO | R$ 1.609,00 | R$ 1.621,00 |
| Amélia Aparecida de Souza | AG. SERV. GERAIS | EFETIVO | R$ 1.459,42 | R$ 1.621,00 |
| Wagner Ataides da Silva | MÉDICO CIRUGIÃO GERAL | EFETIVO | R$ 21.137,98 | R$ 21.137,98 |
| Total | | | R$ 52.740,01 | R$ 50.740,31 |

**PASSA-SE A LER:**

**11. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.10**

A SMS realizará cedência de 11 (onze) servidores à instituição CONTRATADA, para tanto haverá dedução do valor BRUTO mensal de **R$ 52.355,31 (cinquenta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos)** referente às despesas com a folha de pagamento e contribuições.

**ANEXO I - F DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**LISTA DE SERVIDORES PÚBLICOS A SEREM CEDIDOS**

| Nome Completo | cargo/função | Situação | Salário Base | Salário OSS |
|---|---|---|---|---|
| Diozeni Maria Lima | TEC. ENFERMAGEM | EFETIVO | R$ 2.896,08 | R$ 3.325,00 |
| Diozimeire Aparecida Lima | TEC. ENFERMAGEM | EFETIVO | R$ 875,61 | R$ 1.108,33 |
| Euda Maria de Oliveira | TEC. ENFERMAGEM | EFETIVO | R$ 2.758,17 | R$ 3.325,00 |
| Gilson Cesar de Menezes | ENFERMEIRO | EFETIVO | R$ 7.668,34 | R$ 4.750,00 |
| Ivania Maria de Oliveira | TEC. ENFERMAGEM | EFETIVO | R$ 2.758,17 | R$ 3.325,00 |
| Daniela Vaca Quirino Silva | ENFERMEIRO | EFETIVO | R$ 7.668,34 | R$ 4.750,00 |
| Jonilson de Campos | TEC. EM RAIO X | EFETIVO | R$ 3.040,88 | R$ 3.696,00 |
| Marilda Teixeira da Silva | TEC. EM RAIO X | EFETIVO | R$ 3.040,88 | R$ 3.696,00 |
| Aparecida David de Oliveira | VIGIA | EFETIVO | R$ 1.609,00 | R$ 1.621,00 |
| Amélia Aparecida de Souza | AG. SERV. GERAIS | EFETIVO | R$ 1.459,42 | R$ 1.621,00 |
| Wagner Ataides da Silva | MÉDICO CIRUGIÃO GERAL | EFETIVO | R$ 21.137,98 | R$ 21.137,98 |
| Total | | | R$ 54.912,87 | R$ 52.355,31 |

A mudança de valor se faz com base na solicitação de férias deferidas aos servidores e atestados médicos, na forma que segue:

**Diozimeire Aparecida Lima - reembolso de 10 dias de férias.**

**Por fim, solicitamos que o presente termo tenha como vigência a data de 01/10/2026.**

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga - MT, em 28 de outubro de 2026.

---

**OUVIDORIA MUNICIPAL**
**LEI Nº 3359/2026**

**LEI Nº 3359/2026**

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE PARANATINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI**:

**Art. 1º** Fica declarada de **utilidade pública municipal** a **Associação Protetora dos Animais de Paranatinga**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 46.183.218/0001-20, devidamente registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

**Art. 2º** A declaração de que trata esta Lei confere à entidade a prerrogativa de firmar parcerias com a Administração Pública Municipal, inclusive termos de fomento, termos de colaboração e acordos de cooperação, na forma disciplinada pela legislação federal que rege o regime jurídico das parcerias com o terceiro setor, com o objetivo de desenvolver **ações voltadas à proteção, saúde e bem-estar animal**, bem como à melhoria da qualidade ambiental e de vida no Município de Paranatinga.

Parágrafo único. A formalização de parcerias e a transferência de recursos financeiros dependerão de dotação orçamentária prévia, de chamamento público ou de sua expressa e motivada dispensa legal, bem como da comprovação do cumprimento de todos os

requisitos de regularidade fiscal e estatutária exigidos pela legislação de regência.

**Art. 3º** Os recursos públicos eventualmente transferidos à entidade ficarão sujeitos à obrigatória **prestação de contas**, fiscalização contábil, financeira e operacional pelo **Poder Legislativo Municipal**, com o auxílio do **Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**, e controle interno pelo Poder Executivo Municipal.

**Art. 4º** A entidade perderá a condição de utilidade pública se:

a) deixar de cumprir suas finalidades estatutárias voltadas à proteção dos animais;

b) praticar qualquer ato de destinação irregular de recursos públicos;

c) tiver suas contas relativas a parcerias públicas rejeitadas pela Administração Pública ou pelo Tribunal de Contas;

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

**ANTÔNIO MARCOS THOMAZINI**

**Prefeito Municipal**

---

**OUVIDORIA MUNICIPAL**
**LEI Nº 3360/2026**

LEI Nº 3360/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de 6% (seis por cento) da despesa fixada, destinado a cobertura da despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V e VI, da Constituição Federal e Artigo 41, inciso I, e Artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

ANTÔNIO MARCOS THOMAZINI

Prefeito Municipal

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 28/2026**

Processo Administrativo nº. 94/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico

Número/Ano: 28/2026 Data de abertura: 18/09/2026

Data adjudicação: 10/11/2026 Data homologação: 10/11/2026

Tipo de avaliação: Por item Critério de avaliação: Menor preço

Modo de disputa: Proposta - Lance Condição de pagamento: A prazo

Credenciamento: Não Chamamento: Não Registro de preço: Sim

Objeto da licitação: Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na **prestação de serviços mecânicos, compreendendo manutenção mecânica preventiva e corretiva em máquinas pesadas (Linha Amarela)**, com realização de manutenção e reparos mecatrônicos e serviços relacionados, para atendimento das Secretarias Municipais de Transporte e de Obras e Serviços Urbanos do Município de Paranatinga-MT, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no ETP e no Termo de Referência.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 71, inciso IV da Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s) Vencedor(as) abaixo listada(s) e autoriza a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Licitante: J J DIESEL TRANSPORTES LTDA. CNPJ nº. 58.050.795/0001-22. Total do vencedor: R$ 1.725.000,00.

Paranatinga - MT, em 10 de novembro de 2026.

Antônio Marcos Thomazini

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

**1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº115/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025, PROCESSO Nº 31/2025, CELEBRADO POR INTERMÉDIO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA J.**

Pelo presente instrumento, as partes contratantes já identificadas no contrato original, de um lado o **MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – Estado de Mato Grosso**, por intermédio da Prefeitura Municipal, na condição de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Lazer, Sr. **VANDERLEI ROBERTO SARTORI**, brasileiro, casado, inscrito no RG sob o n° 3746190 SSP/SC e no CPF 027.428.799-43, residente e domiciliado na Avenida Márcia Cristina Carvalho Mendonça s/nº, Qdra 06, Lote 7 – Bairro Chico Simão – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, e de outro lado, como **CONTRATADA** a empresa:

| | |
|---|---|
| **EMPRESA:** | **J. M. PRIMO** |
| **CNPJ:** | **09.022.870/0002-17** |
| **ENDEREÇO:** | **Rua Arnaldo Estevão de Figueiredo nº 267, Bairro: Centro, Cidade de Rondonópolis/MT, CEP: 78.700-150.** |
| **REPRESENTANTE:** | **NOME: JOSE MARCIO PRIMO<br>CPF: 841.XXX.961-53<br>IDENTIDADE: 12XXX868 – SSP/MT** |
| **CONTATO:** | **Telefone: (66) 9996-6029 - Whatsapp: (66) 99958-7099<br>E-mail: marciobocaoriginal@gmail.com** |

Em observância ao art. 84, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 115/2025, de comum acordo, celebrar o presente **Termo Aditivo** à Ata de Registro de Preços, o fazendo nos termos a seguir descritos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, para futura e eventual aquisição de equipamentos e material esportivo, para atender a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Pedra Preta MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.

| Item | 204786<br>Código | J. M. PRIMO<br>CNPJ: 09.022.870/0002-17<br>ARNALDO ESTEVAO DE FIGUEIREDO, 267 - CENTRO, RONDONOPOLIS - MT, CEP: 78700-150<br>Telefone: 6634214461<br>Descrição do Produto/Serviço | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 004.016.382 | ANTENA - OFICIAIS DE VOLEIBOL, VARA FLEXIVEL COM 1,80 DE COMPRIMENTO E 10 MM DE DIAMETRO, FEITA DE FIBRA DE VIDRO MACICO, INTERCALADAS NAS CORES VERMELHO E BRANCO. COM FIXADOR PARA INSTALAÇÃO. Marca: SCALIBU | PAR | 30 | 102,00 | 3.060,00 |
| 7 | 004.016.324 | BOLA DE BASQUETEBOL - TAMANHO MASCULINO 74-78 CM DE DIÂMETRO; 560-660 GRAMAS; TECNOLOGIA AIRBILITY E/OU 6D, MATRIZADA E CONFECCIONADA EM MICROFIBRA DE PU; 8 GOMOS; MIOLO DE SILICONE QUE PROTEGE A BOLA PROTEÇÃO CONTRARRUPTURAS, SUBSTITUIÇÃO RÁPIDA E FÁCIL, NÃO PRECISA SER LUBRIFICADO PARA FAZER A TROCA; APROVADA PELAS NORMAS DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA) E COM SELO CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL (CBB) OU DA NBB (NOVO BASQUETE BRASIL). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS PENALTY, WILSON. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO EM ATÉ 15(QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 50 | 169,00 | 8.450,00 |
| 8 | 004.016.320 | BOLA DE BASQUETEBOL MIRIM: BOLA OFICIAL, 69 -71 CM 470-500 RAMAS, MATRIZADA E CONFECCIONADA EM MICROFIBRA DE PU, 8 GOMOS, CÂMARA EM BASE DE BORRACHA BUTÍLICA E/OU 6D, ACABAMENTO MATRIZADA MICROFIBRA, MIOLO DE SILICONE QUE PROTEGE A BOLA PROTEÇÃO CONTRARRUPTURAS, SUBSTITUIÇÃO RÁPIDA E FÁCIL, NÃO PRECISA SER LUBRIFICADO PARA FAZER A TROCA; APROVADA PELAS NORMAS DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA) E COM SELO CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL (CBB) OU DA NBB (NOVO BASQUETE BRASIL). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS PENALTY, WILSON. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 40 | 169,00 | 6.760,00 |
| 24 | 004.016.356 | BOLA DE VÔLEI DE PRAIA: CIRCUNFERÊNCIA 65-67 CM, PESO 260-280 GRAMAS, 18 GOMOS, COSTURADA À MÃO, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO REMOVÍVEL. DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS PENALTY, MIKASA. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 100 | 142,00 | 14.200,00 |
| 41 | 004.016.180 | CRONOMETRO DIGITAL COM RELÓGIO E ALARME, DIMENSÕES APROXIMADAS (A:8,1CM / L: 6,4CM / P: 2,3CM), TELA GRANDE EM LCD COM MOSTRADOR DE 2 LINHAS, TEMPORIZADOR DA CONTAGEM DUPLO, CAPACIDADE DE CONTROLE DO TEMPO (23HORAS, 59MINUTOS E 59,99 SEGUNDOS), RESOLUÇÃO DE 1/100 SEGUNDOS PARA 30 MINUTOS, CONTAGEM REGRESSIVA COM FAIXA DE TRABALHO DE 10 HORAS, COM AJUSTE DE DATA, DIA DA SEMANA E HORA; FORMATO DE HORA 12 OU 24; AJUSTE DE ALARME COM SINAL SONORO; COM CORDÃO PARA TRANSPORTE; ALIMENTAÇÃO BATERIA LR 44. Marca: POKER | UND | 15 | 75,00 | 1.125,00 |
| 48 | 004.016.317 | KIMONO PARA JIU JITSU COM FAIXA BRANCA: CONFECCIONADO EM TECIDO TRANÇADO RESISTENTE E LEVE, (430 G/M), COM SAIA, CALÇA, CONFECCIONADA EM SARJA (430 G/M), COM REFORÇO EXTRA NOS JOELHOS, FAIXA COM TARJA PRETA. TAMANHOS VARIADOS. CORES: DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA, PODENDO SER: AZUL OU BRANCO. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: HAGANAH | UND | 250 | 298,00 | 74.500,00 |
| 64 | 004.016.346 | REDE PARA FUTSAL, EM POLIETILENO (NYLON), MALHA 12X12, FIO DE 6MM, MATERIAL 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV, MEDINDO (3,20 X 2,10 X 1,00 X 0,40) M. Marca: PANGUÃ | PAR | 20 | 196,00 | 3.920,00 |
| | | **Total do Proponente** | | | | **R$ 112.015,00** |

**Valor Homologado**: **R$ 112.015,00 (cento e doze mil e quinze reais)**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

2.1 O presente termo aditivo tem por objetivo alteração do prazo de vigência do contrato, acrescendo mais **12 (doze) meses**, iniciando no dia **11/11/2026**, estendendo-se o prazo de vigência até o dia **11/11/2027.**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

3.1. A eficácia deste Termo Aditivo está vinculada à publicação do seu inteiro teor no Portal de Transparência e Site da Prefeitura Municipal, sendo esta de responsabilidade do Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

4.1. Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que faz parte integrante e inseparável da Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO, em 03 (três) vias de igual teor e forma e para que surtam os efeitos jurídicos e legais, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Pedra Preta MT, 06 de novembro de 2026.

| | |
|---|---|
| **VANDERLEI ROBERTO SARTORI**<br>**Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Lazer**<br>**(Portaria nº 626/2024)**<br>**CONTRATANTE** | **J. M. PRIMO**<br>**CNPJ/CPF: 09.022.870/0002-17**<br>**JOSE MARCIO PRIMO**<br>**CPF: 841.XXX.961-53**<br>**CONTRATADA** |

**1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº119/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025, PROCESSO Nº 31/2025, CELEBRADO POR INTERMÉDIO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA TRE**

Pelo presente instrumento, as partes contratantes já identificadas no contrato original, de um lado o **MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – Estado de Mato Grosso**, por intermédio da Prefeitura Municipal, na condição de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Lazer, Sr. **VANDERLEI ROBERTO SARTORI**, brasileiro, casado, inscrito no RG sob o n° 3746190 SSP/SC e no CPF 027.428.799-43, residente e domiciliado na Avenida Márcia Cristina Carvalho Mendonça s/nº, Qdra 06, Lote 7 – Bairro Chico Simão – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, e de outro lado, como **CONTRATADA** a empresa:

| | |
|---|---|
| **EMPRESA:** | **TREVENZA SOLUCOES LTDA** |
| **CNPJ:** | **58.613.526/0001-27** |
| **ENDEREÇO:** | **AVENIDA SETE DE SETEMBRO, Nº 2775, BAIRRO: REBOUÇAS, CIDADE DE CURITIBA/PR, CEP: 80.230-010.** |
| **REPRESENTANTE:** | **NOME: PAULA BUSATO CARDOSO<br>CPF: 038.XXX.259-20<br>IDENTIDADE: 71XXX280 SESP/PR** |
| **CONTATO:** | **Telefone: (41) 9958-2032 - Whatsapp: (41) 99582-0321<br>E-mail: trevenzasolucoes@gmail.com** |

Em observância ao art. 84, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 119/2025, de comum acordo, celebrar o presente **Termo Aditivo** à Ata de Registro de Preços, o fazendo nos termos a seguir descritos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, para futura e eventual aquisição de equipamentos e material esportivo, para atender a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Pedra Preta MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.

| Item | 205030 Código | TREVENZA SOLUCOES LTDA<br>CNPJ: 58.613.526/0001-27<br>SETE DE SETEMBRO, 2775 - REBOUÇAS, CURITIBA - PR, CEP: 80230-010<br>Telefone: 4195820321<br>Descrição do Produto/Serviço | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 004.016.316 | BANDEIRA PARA ÁRBITRO AUXILIAR DE FUTEBOL INFORMAÇÕES TÉCNICAS: BANDEIRA PARA ÁRBITROS 4 GOMOS OFFICIAL. BANDEIRA NAS CORES LARANJA E AMARELO. BASTÃO EM ALUMÍNIO PINTADO - PANO EM TACTEL MANETE ADERENTE E MACIO, GIRO 360 GRAUS NO BASTÃO.DIMENSÕES: ALTURA: 0,58 CM, LARGURA 0,44 CM PESO: 0,440 GRAMAS. CONTÉM: 1 PAR.- BOLSA PARA TRANSPORTE. Marca: Velden | PAR | 8 | 55,67 | 445,36 |
| 4 | 004.016.312 | BANDEIRA PARA ÁRBITRO PARA COMPETIÇÕES DE ATLETISMO E VOLEIBOL ESPECIFICAÇÕES: CABO DE ALUMÍNIO 55CM BANDEIRA, TECIDO SINTÉTICO 35CM X 25CM COR AMARELA. Marca: Pista e Campo | UND | 10 | 37,99 | 379,90 |
| 5 | 004.016.313 | BANDEIRA PARA ÁRBITRO PARA COMPETIÇÕES DE ATLETISMO E VOLEIBOL ESPECIFICAÇÕES: CABO DE ALUMÍNIO 55CM BANDEIRA, TECIDO SINTÉTICO 35CM X 25CM COR BRANCA. Marca: Pista e Campo | UND | 10 | 37,99 | 379,90 |
| 38 | 004.016.378 | CONE - SINALIZAÇÃO ESPORTIVO INJETADO EM PVC ALTURA DE 24CM – CORES VARIADAS. Marca: Velden | UND | 320 | 4,04 | 1.292,80 |
| 39 | 004.016.171 | CONE - SINALIZAÇÃO ESPORTIVO INJETADO EM PVC ALTURA DE 30CM – CORES VARIADAS. Marca: Velden | UND | 460 | 9,24 | 4.250,40 |
| 54 | 004.016.322 | MEDIDOR TOTALIZADOR DE DISTÂNCIA COM RODA (POSSUINDO PUNHO EMBORRACHADO COM ALÇA TRANSPARENTE, SISTEMA DE FREIO (ACIONAMENTO POS GATILHO), CONTADOR ANÁLOGO DE 5 DÍGITOS, GATILHO NO PUNHO E BOTÃO PARA ZERAR O CONTADOR, CABO DOBRÁVEL EM 2 NÍVEIS E BOLSA PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE). Marca: Vonder | UND | 4 | 652,99 | 2.611,96 |
| 73 | 004.016.357 | SACO PARA GUARDAR BOLAS - CONFECCIONADA EM NYLON FECHADO, COM NO MINIMO 30% DA AREA TOTAL EM TELA REFORCADA DE NYLON, ALCA COMPLEMENTAR COM CORDAO PARA REGULAGEM DE ABERTURA, CAPACIDADE APROXIMADA PARA 10 BOLAS TAMANHO OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO E OU VOLEIBOL, DIMENSOES APROXIMADAS: ALTURA 65 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 20 CM. Marca: Velden | UND | 24 | 75,02 | 1.800,48 |
| | | **Total do Proponente** | | | | **R$ 11.160,80** |

**Valor Homologado: R$ 11.160,80 (onze mil cento e sessenta reais e oitenta centavos)**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

2.1 O presente termo aditivo tem por objetivo alteração do prazo de vigência do contrato, acrescendo mais **12 (doze) meses**, iniciando no dia **11/11/2026**, estendendo-se o prazo de vigência até o dia **11/11/2027.**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

3.1. A eficácia deste Termo Aditivo está vinculada à publicação do seu inteiro teor no Portal de Transparência e Site da Prefeitura Municipal, sendo esta de responsabilidade do Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

4.1. Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que faz parte integrante e inseparável da Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO, em 03 (três) vias de igual teor e forma e para que surtam os efeitos jurídicos e legais, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Pedra Preta MT, 06 de novembro de 2026.

| | |
|---|---|
| **VANDERLEI ROBERTO SARTORI** | **TREVENZA SOLUCOES LTDA** |

| | |
|---|---|
| **Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (Portaria nº 626/2024) CONTRATANTE** | **CNPJ/CPF: 58.613.526/0001-27 PAULA BUSATO CARDOSO CPF: 038.XXX.259-20 CONTRATADA** |

**1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº114/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025, PROCESSO Nº 31/2025, CELEBRADO POR INTERMÉDIO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA ARA**

Pelo presente instrumento, as partes contratantes já identificadas no contrato original, de um lado o **MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – Estado de Mato Grosso**, por intermédio da Prefeitura Municipal, na condição de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Lazer, Sr. **VANDERLEI ROBERTO SARTORI**, brasileiro, casado, inscrito no RG sob o n° 3746190 SSP/SC e no CPF 027.428.799-43, residente e domiciliado na Avenida Márcia Cristina Carvalho Mendonça s/nº, Qdra 06, Lote 7 – Bairro Chico Simão – Pedra Preta – MT, CEP 78795-000, e de outro lado, como **CONTRATADA** a empresa:

| | |
|---|---|
| **EMPRESA:** | **ARAUJO E OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA** |
| **CNPJ:** | **40.626.136/0001-26** |
| **ENDEREÇO:** | **Rua Pedro Ferrer, nº 997, Bairro: Centro, Cidade de Rondonópolis/MT, CEP: 78.700-370.** |
| **REPRESENTANTE:** | **NOME: VIRGINIO DE OLIVEIRA ARAUJO<br>CPF: 690.XXX.071-91<br>IDENTIDADE: 15XXX386, SSP - MT** |
| **CONTATO:** | **Telefone: (66) 3421-5953 - Whatsapp: (66) 99721-7937<br>E-mail: compras@papelariaperpetuosocorro.com.br** |

Em observância ao art. 84, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 114/2025, de comum acordo, celebrar o presente **Termo Aditivo** à Ata de Registro de Preços, o fazendo nos termos a seguir descritos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** Esta Ata possui o objetivo de registrar preços dos itens abaixo relacionados, para futura e eventual aquisição de equipamentos e material esportivo, para atender a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Pedra Preta MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço.

| Item | 134724 Código | ARAUJO E OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA<br>CNPJ: 40.626.136/0001-26<br>Comercial: Rua Pedro Ferrer, 997 - FUNDOS DO ATACADÃO - CENTRO, RONDONOPOLIS - MT, CEP: 78700370<br>Descrição do Produto/Serviço | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 | 004.016.318 | BOLA DE BASQUETE FEMININA: BOLA OFICIAL, 72-74 CM 510-570 GRAMAS, MATRIZADA E CONFECCIONADA EM MICROFIBRA DE PU, 8 GOMOS, CÂMARA EM BASE DE BORRACHA BUTÍLICA E/OU 6D, ACABAMENTO MATRIZADA MICROFIBRA, MIOLO DE SILICONE QUE PROTEGE A BOLA PROTEÇÃO CONTRARRUPTURAS, SUBSTITUIÇÃO RÁPIDA E FÁCIL, NÃO PRECISA SER LUBRIFICADO PARA FAZER A TROCA; APROVADA PELAS NORMAS DA FEDERAÇÃO INTERNACIONALDE BASQUETE (FIBA) E COM SELO CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL (CBB) OU DA NBB (NOVO BASQUETE BRASIL). BOLA DE BASQUETEBOL MIRIM: BOLA OFICIAL, 69-71 CM 470-500 GRAMAS, MATRIZADA E CONFECCIONADA EM MICROFIBRA DE PU, 8 GOMOS, CÂMARA EM BASE DE BORRACHA BUTÍLICA E/OU 6D, ACABAMENTO MATRIZADA MICROFIBRA, MIOLO DE SILICONE QUE PROTEGE A BOLA PROTEÇÃO CONTRARRUPTURAS, SUBSTITUIÇÃO RÁPIDA E FÁCIL, NÃO PRECISA SER LUBRIFICADO PARA FAZER A TROCA; APROVADA PELAS NORMAS DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE BASQUETE (FIBA) E COM SELO CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL (CBB) OU DA NBB (NOVO BASQUETE BRASIL). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMI Marca: PENALTY | UND | 50 | 468,10 | 23.405,00 |
| 9 | 004.016.326 | BOLA DE BEACH SOCCER: TAMANHO 68-70 CM, PESO 410-440 CM, 8 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU PRO LAMINADO, TECNOLOGIA TERMOTEC (QUE GARANTE 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA), CÂMARA 6D, DUPLA COLAGEM, MIOLO CÁPSULA SIS. DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS PENALTY PRO, TOPPER E ADIDAS. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 50 | 199,00 | 9.950,00 |
| 13 | 004.016.332 | BOLA DE FUTEBOL: TAMANHO 68- 70 CM, PESO 410-450 G, 12 GOMOS, CAMARA BUTIL E/OU 6D, TIPO DUPLA COLAGEM, MATERIAL PU (POLIURETANO), MIOLO CAPSULA SIS REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. APROVADA PELAS NORMAS DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL (FIFA). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS PENALTY, TOPPER E ADIDAS. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO EM ATÉ 15(QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 100 | 250,00 | 25.000,00 |
| 16 | 004.016.341 | BOLA DE FUTSAL 1000: OFICIAL, CIRCUNFERÊNCIA 62-64 CM, 410-430 GRAMAS; 11 GOMOS; CÂMARA 6D; TERMOTEC; PU; DUPLA COLAGEM; MIOLO CAPSULA SIS REMOVÍVEL E LUBRIFICADO QUE CONTÉM UM BICO ALONGADO QUE ENVOLVE A AGULHA E RETÉM O AR; COM 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA; SEM COSTURAS. BOLA APROVADA E COM SELO DE QUALIDADE DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL (FIFA) OU CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL (CBFS). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS PENALTY, TOPPER E ADIDAS. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 150 | 399,00 | 59.850,00 |
| 17 | 004.016.343 | BOLA DE FUTSAL 200: OFICIAL, 55-58 CM, 350-380 GRAMAS; 08 GOMOS; CÂMARA 6D; TERMOTEC; PU; MIOLO CAPSULA SIS DUPLA COLAGEM; REMOVÍVEL E LUBRIFICADO; COM 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA; SEM COSTURAS. APROVADA PELAS NORMAS DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL (FIFA). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS PENALTY, TOPPER E ADIDAS. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO EM ATÉ 15(QUINZE)DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 100 | 265,00 | 26.500,00 |
| 18 | 004.016.211 | BOLA DE FUTSAL 500: OFICIAL, CIRCUNFERÊNCIA 62-64 CM, 410-430 GRAMAS; 11 GOMOS; CÂMARA 6D; TERMOTEC; PU; DUPLA COLAGEM; MIOLO CAPSULA SIS REMOVÍVEL E LUBRIFICADO QUE CONTÉM UM BICO ALONGADO QUE ENVOLVE A AGULHA E RETÉM O AR; COM 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA; SEM COSTURAS. BOLA APROVADA E COM SELO DE QUALIDADE DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL (FIFA) OU CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL (CBFS). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS PENALTY, TOPPER E ADIDAS. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 100 | 315,45 | 31.545,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 | 004.016.229 | BOLA DE HANDEBOL H1: TAMANHO 50-52 CM, PESO 290-330 G, 30 GOMOS, MATERIAL 80% PU, 8% NEOPRENE, 2% LÁTEX, 10% TECIDO, CÂMARA DE LÁTEX, REVESTIMENTO LAMINADO, ADEQUADO PARA USO DE RESINA. APROVADO PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL(IHF) COM CHANCELA DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS KEMPA, TOPPER E PENALTY. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 20 | 399,00 | 7.980,00 |
| 21 | 004.016.348 | BOLA DE HANDEBOL H2: TAMANHO 54-56 CM, PESO 325-375 G, 30 GOMOS, MATERIAL 80% PU, 8% NEOPRENE, 2% LÁTEX, 10% TECIDO, CÂMARA DE LÁTEX, REVESTIMENTO LAMINADO, ADEQUADO PARA USO DE RESINA. APROVADO PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF) COM CHANCELA DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS KEMPA, TOPPER E PENALTY. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 25 | 179,00 | 4.475,00 |
| 22 | 004.016.118 | BOLA DE HANDEBOL H3: TAMANHO 58-60 CM, PESO 425-475 G, 30 GOMOS, MATERIAL 80% PU, 8% NEOPRENE, 2% LÁTEX, 10% TECIDO, CÂMARA DE LÁTEX, REVESTIMENTO LAMINADO, ADEQUADO PARA USO DE RESINA. APROVADO PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE HANDEBOL (IHF) COM CHANCELA DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL (CBHB). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS KEMPA, TOPPER E PENALTY. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 25 | 199,00 | 4.975,00 |
| 23 | 004.016.076 | BOLA DE VÔLEI DE PRAIA: CIRCUNFERÊNCIA 65-67 CM, PESO 260-280 GRAMAS, 10 GOMOS, CONFECCIONADA EM COURO SINTÉTICO COM TECNOLOGIA SUPER COMPOSITE COVER, COSTURA DE ALTA PRECISÃO, TECNOLOGIA TWINSTLOCK. APROVADO E CHANCELADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB) COM SELO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL (CBV) / VÔLEI BRASIL. DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS MIKASA – VLS300, PENALTY. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 80 | 169,00 | 13.520,00 |
| 26 | 004.016.361 | BOLA DE VOLEIBOL: OFICIAL MATERIAL TERMOTEC, MICROFIBRA, CIRCUNFERÊNCIA: 65- 67 CM, PESO: 260 - 280G, DUPLA COLAGEM, 18 GOMOS, CÂMARA 6D, FORRO TERMOFIXO, DUPLA COLAGEM, MIOLO: MIOLO CAPSULA SIS REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. APROVADA E COM SELO IVS - TESTED BY FIVB DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB). DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS PENALTY 8.0 PRO IX E MIKASA – V200W. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 100 | 465,00 | 46.500,00 |
| 27 | 004.016.362 | BOLA DE VOLEIBOL: OFICIAL, CONFECCIONADA EM MICROFIBRA, CATEGORIA PROFISSIONAL, PESO 260-280 G, TAMANHO 65-67 CM, MIOLO REMOVÍVEL, CÂMARA BUTIL, MATERIAL POLIURETANO / MICROFIBRA ORIGINAL, 18 GOMOS, MATRIZADA (SEM COSTURA). APROVADO E CHANCELADA PELA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE VOLEIBOL (FIVB) COM SELO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL (CBV) / VÔLEI BRASIL. DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS MIKASA – V200W, PENALTY 8.0 PRO IX. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 100 | 576,81 | 57.681,00 |
| 28 | 004.016.364 | BOLA DE VOLEIBOL: TAMANHO 60-63 CM (MIRIM), 18 GOMOS, PESO 240-270 G, CÂMARA 6D, DUPLA COLAGEM ATRAVÉS DE SISTEMA DE FUSÃO, COMPOSIÇÃO EM PU, MIOLO CAPSULA SIS REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS MARCAS MIKASA – V200W, PENALTY 8.0 PRO IX. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PENALTY | UND | 100 | 240,00 | 24.000,00 |
| 30 | 004.016.370 | BOLA PARA HIDROGINÁSTICA: TAMANHO 10, DIÂMETRO 12 CM, MATERIAL BORRACHA INFLÁVEL IMPERMEÁVEL, MATRIZADA, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, CORES VARIADAS. COM SELO INMETRO. DE QUALIDADE EQUIVALENTE, SIMILAR OU SUPERIOR ÀS MARCAS FLOTY, MAGUSSI. OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA DO PRIMEIRO CLASSIFICADO, EM ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS. Marca: PANGUE | UND | 160 | 61,22 | 9.795,20 |
| 33 | 004.016.172 | BOMBA PARA ENCHER BOLAS: BOMBA DE DUPLA AÇÃO QUE INFLA NOS DOIS SENTIDOS, COM 01 MANGUEIRA E 02 AGULHAS/BICOS ROSQUEÁVEIS E REMOVÍVEIS. Marca: VMP | UND | 100 | 18,98 | 1.898,00 |
| 37 | 004.016.377 | CONE - BORRACHA 75CM NA COR LARANJA E BRANCO 2 FAIXAS DE10CM, BASE MEDINDO 40CM NÃO REFLETIVAS. Marca: PANGUE | UND | 600 | 44,90 | 26.940,00 |
| 40 | 004.016.379 | CORDA TIPO NAVAL, EM NYLON, PARA USO ESPORTIVO, COMPRIMENTO 10M, DIÂMETRO 40MM, COM MANOPLAS PARA MAIOR CONFORTO, COM CAPA PROTETORA CONTRATA ATRITO EM LONA, PESO APROXIMADO POR METRO 750G. Marca: CASA DA CORDA | UND | 15 | 199,00 | 2.985,00 |
| 42 | 004.016.333 | EMBORRACHADO - EM EVA, TIPO TATAME,MEDINDO 100,00X100,00CM,EM PLACAS ENCAIXAVEIS, COM ESPESSURA DE 40,00MM,CORES DIVERSAS. Marca: EVA MAX | UND | 550 | 88,02 | 48.411,00 |
| 47 | 004.016.321 | JOGO DE XADREZ - KIT 32 PECAS DE XADREZ CHUMBADAS EM MADEIRA MACICA, PECAS CHUMBADAS, FELTRO EMBAIXO PARA NAO RISCAR O TABULEIRO, MEDIDAS APROXIMADAS DE CADA PECA: PEAO - 5,5 CM, TORRE - 6 CM, CAVALO - 7 CM, BISPO - 8 CM, RAINHA - 8,5 CM, REI - 10 CM. BASE DE CADA PECA: POR VOLTA DE 3 A 3,5 CM. Marca: XALINGO | JOGO | 100 | 83,98 | 8.398,00 |
| 52 | 004.016.311 | KIT DE FITAS PARA MARCACAO DE QUADRA DE VOLEI - DEMARCATORIAS PARA BEACH SOCCER, CONFECCIONADA EM POLIETILENO TRANCADO, CONTENDO: 2 PECAS COM 28 METROS DE COMPRIMENTO POR 5 CM DE LARGURA CADA, 2 PECAS COM 37 METROS DE COMPRIMENTO POR 5 CM DE LARGURA CADA, ESTACAS (EM ACO GALVANIZADO) E ILHOS PARA FIXACAO. Marca: PANGUE | KIT | 5 | 167,98 | 839,90 |
| 65 | 004.016.347 | REDE PARA FUTSAL, EM POLIPROPILENO (SEDA), MALHA 12X12, FIO DE 6MM, MATERIAL 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV, MEDINDO (3,20 X 2,10 X 1,00 X 0,40) M. (MODELO TRADICIONAL) Marca: PANGUE | PAR | 80 | 295,78 | 23.662,40 |
| 66 | 004.016.349 | REDE PARA FUTSAL, EM POLIPROPILENO (SEDA), MALHA 12X12, FIO DE 6MM, MATERIAL 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV, MEDINDO (3,20 X 2,10 X 1,00) M. (MODELO EUROPEU). Marca: PANGUE | PAR | 40 | 345,99 | 13.839,60 |
| 68 | 004.016.351 | REDE PARA GOL DE FUTEBOL DE CAMPO (FIO DE SEDA Nº8) MODELO EUROPEU, MALHAS DE NO MÁXIMO 12 CM TIPO COLMÉIA, COM AS SEGUINTES DIMENSÕES: ALTURA:2,50M, LARGURA:7,50M PROFUNDIDADE: 2,00M. Marca: PANGUE | PAR | 30 | 746,00 | 22.380,00 |
| 69 | 004.016.352 | REDE PARA GOL DE FUTEBOL SETE (FIO DE NYLON Nº6), MALHA 12CM, MATERIAL 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV, MEDINDO (6,00 X 2,30 X 1,00 X 0,50) M. MODELO TRADICIONAL. Marca: PANGUE | PAR | 20 | 460,00 | 9.200,00 |
| 70 | 004.016.353 | REDE PARA GOL DE FUTEBOL SETE (FIO DE SEDA Nº6), MALHA 12CM, MATERIAL 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV, MEDINDO (6,00 X 2,30 X 1,00 X 0,50) M. MODELO TRADICIONAL. Marca: PANGUE | PAR | 20 | 441,00 | 8.820,00 |
| 71 | 004.016.354 | REDE PARA GOL DE FUTEBOL SETE (FIO DE SEDA Nº6), MALHA 12CM, MATERIAL 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO UV, MEDINDO (6,00 X 2,30 X 1,00 X 1,00) M. MODELO EUROPEU. Marca: PANGUE | PAR | 10 | 556,99 | 5.569,90 |
| 72 | 004.016.355 | RELÓGIO DIGITAL DE XADREZ CARACTERÍSTICAS: MATERIAL PLÁSTICO; ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AA; FUNÇÃO BONUS, DELAY, BRONSTEIN; 36 OPÇÕES PRÉ- PROGRAMADAS PARA UMA RÁPIDA E FÁCIL UTILIZAÇÃO; ALERTA DE SOM, QUANDO ESGOTAR O TEMPO DE UM DOS LADOS; LCD RECURSO DE CORREÇÃO DE CONTRASTE; INDICAÇÃO DE BATERIA FRACA; MANUAL DE USUÁRIO. Marca: JHERING | UND | 20 | 227,00 | 4.540,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 79 | 004.016.372 | TROFÉU COM ALTURA MÍNIMA DE 130 CM, BASE OCTOGONAL MÍNIMA DE 26,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA A ALTO VÁCUO NA COR DOURADA, SOBRE ESTA BASE UM COMPONENTE EM FORMATO DE PIRÂMIDE FABRICADA EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO NA COR DOURADA. SOBRE ESTA PIRÂMIDE UMA ESTATUETA DE DEUSA DA VITÓRIA. SOBRE ESTA BASE TEMOS QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR CONES E PIRÂMIDES FABRICADOS EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO NA COR Marca: VITORIA | UND | 20 | 819,00 | 16.380,00 |
| 80 | 004.016.371 | TROFÉU COM ALTURA MÍNIMA DE 150 CM, BASE OCTOGONAL MÍNIMA DE 26,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA A ALTO VÁCUO NA COR DOURADA, SOBRE ESTA BASE UM COMPONENTE EM FORMATO DE PIRÂMIDE FABRICADA EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO NA COR DOURADA. SOBRE ESTA PIRÂMIDE UMA ESTATUETA DE DEUSA DA VITÓRIA. SOBRE ESTA BASE TEMOS QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR CONES E PIRÂMIDES FABRICADOS EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO NA COR Marca: VITORIA | UND | 20 | 879,99 | 17.599,80 |
| 81 | 004.016.369 | TROFÉU COM ALTURA MÍNIMA DE 170 CM, BASE OCTOGONAL MÍNIMA DE 26,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA A ALTO VÁCUO NA COR DOURADA, SOBRE ESTA BASE UM COMPONENTE EM FORMATO DE PIRÂMIDE FABRICADA EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO NA COR DOURADA. SOBRE ESTA PIRÂMIDE UMA ESTATUETA DE DEUSA DA VITÓRIA. SOBRE ESTA BASE TEMOS QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR CONES E PIRÂMIDES FABRICADOS EM POLÍMERO METALIZADO A ALTO VÁCUO NA COR Marca: VITORIA | UND | 20 | 750,00 | 15.000,00 |
| | | **Total do Proponente** | | | | **R$ 571.639,80** |

**Valor Homologado: R$ 571.639,80(quinhentos e setenta e um mil seiscentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

2.1 O presente termo aditivo tem por objetivo alteração do prazo de vigência do contrato, acrescendo mais **12 (doze) meses**, iniciando no dia **11/11/2026**, estendendo-se o prazo de vigência até o dia **11/11/2027.**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

3.1. A eficácia deste Termo Aditivo está vinculada à publicação do seu inteiro teor no Portal de Transparência e Site da Prefeitura Municipal, sendo esta de responsabilidade do Contratante.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

4.1. Ficam ratificadas e convalidadas, em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente Termo Aditivo, que faz parte integrante e inseparável da Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente TERMO ADITIVO, em 03 (três) vias de igual teor e forma e para que surtam os efeitos jurídicos e legais, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Pedra Preta MT, 06 de novembro de 2026.

| | |
|---|---|
| **VANDERLEI ROBERTO SARTORI**<br>**Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Lazer**<br>**(Portaria nº 626/2024)**<br>**CONTRATANTE** | **ARAUJO E OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA**<br>**CNPJ/CPF: 40.626.136/0001-26**<br>**VIRGINIO DE OLIVEIRA ARAUJO**<br>**CPF: 690.XXX.071-91**<br>**CONTRATADA** |

---

## 7º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 0111/2021

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.

**CONTRATADO: WELLINGTON PAIVA DAMASCENA & CIA LTDA – ME CNPJ: 18.497.478/0001-34**

**MODALIDADE: Pregão Presencial 038/2021** **DATA:** 06/11/2026

**DO OBJETO:**

| Item | Descrição | Unid | Marca | Quant. | Valor Unit. | Valor. Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | I. IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM CIRCUITO DE ACESSO, SÍNCRONO, DEDICADO À INTERNET, NA VELOCIDADE DE 500 MBPS FULL COM 02 (DOIS) IPS FIXO.<br>II. 250 MBPS PARA DISPONIBILIDADE DE TRAFEGO DE DADOS (ENTRE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO) | MÊS | PEDRANET | 12 | R$ 38.054,20 | R$ 456.650,40 |

**ALTERAÇÃO:**
1.1 Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo do contrato nº 111/2021, previsto na Cláusula Décima da Vigência, será de 12 (doze) meses, iniciando em 30/11/2026 estendendo-se até o dia 30/11/2027.

**DA JUSTIFICATIVAS:**
A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o presente termo aditivo levando em consideração a importância de garantir a continuidade da Prestação de serviços, conforme Termo de Autorização e justificativa apresentada por meio do Ofício nº 216/2026/SGCA, ao qual solicita.

---

## 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2025

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.

**CONTRATADO: LUCAS ADRIANO DOS SANTOS SILVA, INSCRITA NO CPF. SOB Nº 051.XXX.341-16**

**MODALIDADE:** Credenciamento nº 02/2025 **DATA:** 05/11/2026

**DO OBJETO:** 1.1. O objeto do presente instrumento é Contratação de Professor/Instrutor Pessoa Física com formação acadêmica, habilitados no CREF e Instrutores com qualificação técnica para atender os projetos esportivos de ambos os sexos: futebol campo, futsal, vôlei, basquete, judô, capoeira, karatê, futevôlei e natação, que visa atender crianças e adolescentes entre 07 à 17 anos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

| ITEM | QTD | UND | DESCRIÇÃO | MÉDIA VLR UNIT. | MÉDIA VLR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 70 | HRA | SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO DO TIPO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – MODALIDADE BASQUETEBOL | 37,10 | 2.597,00 |
| **TOTAL GERAL** | | | | | **R$ 2.597,00** |

**Valor total: R$ 2.597,00 (dois mil quinhentos e noventa e sete reais).**
**ALTERAÇÃO:**
**2.1.** O presente termo aditivo tem por objetivo **Prorrogação da Vigência por mais 12 (doze) meses**, iniciando em **25/11/2026** estendendo-se até o dia **25/11/2027.**

**DA JUSTIFICATIVAS:**
3.1 - A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover a considerando a justificativa apresentada por meio do Ofício nº 200/2026/SMCEL, ao qual solicita o aditivo do contrato nº 66/2025.

---

### 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2026

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
**CONTRATADO: BARRACON CONSTRUTORA LTDA - CNPJ Nº 07.129.333/0001-64**
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA 06/2026.** **DATA:** 09/11/2026

**DO OBJETO:** Constitui o objeto do presente contrato, Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação asfáltica em vias urbanas do Município de Pedra Preta/MT, incluindo os serviços necessários à completa execução das obras, tais como serviços preliminares, terraplanagem, regularização de subleito, execução de base e sub-base, imprimação, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária na Rua Amazônas - cohab e demais serviços complementares, no Município de Pedra Preta MT.
**ALTERAÇÃO:**
O presente termo aditivo tem por objetivo a Prorrogação de Prazo do contrato nº 27/2026, por mais 90 (noventa) dias, passando a data final da execução para 26/01/2027 e data final da vigência para 07/02/2027, nas mesmas condições e preços constantes do contrato principal.

**DA JUSTIFICATIVAS:**
- A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo de prazo, a prorrogação em caráter excepcional conforme a Lei 14.133, de 2021, por se tratar de serviço contínuo e excepcional para as ações do exercício de 2026, de acordo com a justificativa, por meio do Ofício nº 136/2026/SMVO da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

---

### 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2026

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.
**CONTRATADO: BARRACON CONSTRUTORA LTDA - CNPJ Nº 07.129.333/0001-64**
**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA 06/2026.** **DATA:** 09/11/2026

**DO OBJETO:** Constitui o objeto do presente contrato, Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação asfáltica em vias urbanas do Município de Pedra Preta/MT, incluindo os serviços necessários à completa execução das obras, tais como serviços preliminares, terraplanagem, regularização de subleito, execução de base e sub-base, imprimação, pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária no Loteamento Bela Vista e demais serviços complementares, no Município de Pedra Preta MT.
**ALTERAÇÃO:**
O presente termo aditivo tem por objetivo a Prorrogação de Prazo do contrato nº 28/2026, por mais 90 (noventa) dias, passando a data final da execução para 26/01/2027 e data final da vigência para 07/02/2027, nas mesmas condições e preços constantes do contrato principal.

**DA JUSTIFICATIVAS:**
- A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover o aditivo de prazo, a prorrogação em caráter excepcional conforme a Lei 14.133, de 2021, por se tratar de serviço contínuo e excepcional para as ações do exercício de 2026, de acordo com a justificativa, por meio do Ofício nº 137/2026/SMVO da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

### ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

### ADESÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026

**O MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, Estado de Mato Grosso, faz saber que aderiu a Ata de Registro de Preços nº 007/2025, proveniente da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2025, cujo objeto é a **"ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2025, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025, DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUI GRANDE – CIDASG, VISANDO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E VEICULOS TRANSFORMADOS PARA AMBULANCIA ZERO QUILÔMETRO DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT",** proposta e contrato firmado com a empresa **BELABRU COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** - CNPJ **03.353.258/0001-60**, no valor total de **R$ 1.709.300,00 (Um milhão e setecentos e nove mil e trezentos reais).**

Peixoto de Azevedo-MT, 09 de novembro de 2026.

**NILMAR NUNES DE MIRANDA**

PREFEITO MUNICIPAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

### SETOR DE LICITAÇÕES
### AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

**A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 22/2026, de 09/01/2026, torna público para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DO TIPO PAPEL A4 , EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POCONÉ/MT são:**

**Vencedores:**

| Licitante | CNPJ/CPF |
|---|---|
| SOMA COMERCIO E SERVICOS EIRELI | 26.877.656/0001-80 |

| | |
|---|---|
| POCONÉ, 10 de Novembro de 2026 | |
| **Erasmo Paulo de Lima**<br>**Agente de Contratação** | |

**PREFEITURA**
**PORTARIA Nº 010 /SME/2026**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

O Secretário Municipal de Educação,no uso de suas atribuições legais e considerando os critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º Revogar** a Portaria nº 008, da Secretaria Municipal de Educação (SME), publicada no Diário Oficial em 29 de outubro de 2026, que dispõe sobre contagem de pontos e atribuições dos profissionais da Educação do Município de Poconé.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Poconé 09 de novembro de 2026

**JEAN SILVA**

Secretário Municipal de Educação

**PREFEITURA**
**PORTARIA Nº 304/2026**

O SENHOR JONAS EDUARDO DE QUEIROZ MORAES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º-** CONCEDER "Férias" aos funcionários abaixo relacionados com seus períodos aquisitivos, período de férias e lotações.

| MAT | NOME | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO FÉRIAS | SECRETARIA |
|---|---|---|---|---|
| xxxx | ADRIANA SANTANA DE OLIVEIRA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 02/04/2025 A 02/04/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | ANA SOFIA CUNHA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | ARLINDO DE PAULA SILVA FILHO – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 14/05/2025 A 14/05/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMISO |
| xxxxxx | AGUINETE MARCELA DE OLIVEIRA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxx | BENEDITA DA SILVA RONDON SALES – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 28/03/2025 A 28/03/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMCET |
| xxx | BENEDITA GLÓRIA DA COSTA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 28/03/2025 A 28/03/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMCET |
| xxxxxx | BRUNA MARCIA BATISTA DO ESPÍRITO SANTO – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 21/10/2025 A 21/10/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | CLAYTON JESUS DE OLIVEIRA SALES – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 03/11/2025 A 03/11/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | CLEUZA RODRIGUES DA PAULA BARROS – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | CRISTIANE DA SILVA MARTINS – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 17/04/2023 A 17/04/2024 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | DAIANE CRISTINA DA SILVA ARRUDA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | ELIANA APARECIDA SILVA PRADO – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 02/04/025 A 02/04/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | ELIANE CONCEIÇÃO DE ARRUDA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/10/2025 A 01/10/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | EGIDIO MARTINS DE ALMEIDA JUNIOR – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 17/05/2023 A 17/05/2024 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMED |
| xxxx | EDINALDO FERNANDO PEREIRA DA SILVA- CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/02/2024 A 01/02/2025 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMISO |
| xxxxxx | FABRICIA CONCEIÇÃO RAMOS DE ANDRADE – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | GISELE SOARES DA SILVA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | JANETE DE JESUS MORAES – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 02/04/2025 A 02/04/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | JAILSON BENEDITO DOS SANTOS – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 14/05/2024 A 14/05/2025 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMISO |
| xxxxxx | JONAS DA SILVA MAGALHÃES – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 11/09/2025 A 11/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | JOILSON DE ALMEIDA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | JOSE PAULO VENTURA GOMES – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMISO |
| xxxxxx | JOSUEL GOMES DOS SANTOS SILVA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | JUCILENE LUCIA DA COSTA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | JULIANE PEDROSA CINTRA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | KETLLY CRISTINA DUARTE – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2026 a 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | LAURA LUCIA DA SILVA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 02/04/2024 A 02/04/2025 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | LUCIA ALVES NEVES – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 02/04/2023 A 02/04/2024 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | MARIA JOSÉ FERREIRA GOMES – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 02/04/2025 A 02/04/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | MARIA LUCIA DE PAULA ARRUDA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 02/04/2025 A 02/04/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | MARIETE ALVES DA SILVA – CPF xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2024 A 01/09/2025 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | MIGUEL JOSE DE CAMPOS E SILVA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMARI |
| xxx | NATÁLIA DIAS DE ARRUDA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 05/10/2024 A 05/10/2025 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | NICOLE MARIA DE ARRUDA E SILVA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/10/2025 a 01/10/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxx | OLENE MARTINHA DE SOUZA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 02/04/2025 A 02/04/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | ROSE INES DE ALMEIDA LOBO – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | RONDON LEMES DE OLIVEIRA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxxxx | VITORIA GONÇALINA SILVA CAMPOS – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2025 A 01/09/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | ZITA DOCARMO DA SILVA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 02/04/2025 A 02/04/2026 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |

**ARTIGO 2º**- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos de acordo com a vigência especificada no período de férias e revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.**

Poconé/MT, 05 de novembro de 2026.

**JONAS EDUARDO DE QUEIROZ MORAES**

**Prefeito Municipal de Poconé**

---

**PREFEITURA**
**PORTARIA Nº 305/2026**

O SENHOR JONAS EDUARDO DE QUEIROZ MORAES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º**- CONCEDER "Licença Prêmio" aos funcionários abaixo relacionados com sua vigência conforme especificado.

| MAT | NOME | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO GOZO | SECRETARIA |
|---|---|---|---|---|
| xxx | JOSÉ ANTÔNIO CÂNDIDO FILHO – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 28/03/2009 A 28/03/2014 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMISO |
| Xxx | JOSÉ GONÇALO ALVES RIBEIRO – CPF: xxx.xxx.xxx-xx | 01/04/2015 A 01/04/2020 | 01/11/2026 A 29/01/2027 | SEMISO |
| xxxx | MARINA DE FÁTIMA FERREIRA – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2015 A 01/09/2020 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |
| xxxx | MARIZA LEONARDA DO CARMO – CPF: xxx.xxx.xxx.xx | 01/09/2020 A 01/09/2025 | 01/11/2026 A 30/11/2026 | SEMSASG |

**ARTIGO 2º -** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos de acordo com a vigência especificada no período de licença e revogam-se as disposições em contrário.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.**

**POCONÉ/MT, 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**JONAS EDUARDO DE QUEIROZ MORAES**

**Prefeito Municipal de Poconé**

---

**PREFEITURA**
**PORTARIA Nº 307/2026**

**ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2026, INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 303/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O SENHOR JONAS EDUARDO DE QUEIROZ MORAES, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**CONSIDERANDO** o pedido de renúncia apresentado pelo servidor Ademir da Silva Modesto, por meio do Ofício nº 01/2026, de 10 de novembro de 2026;

**R E S O L V E:**

**ARTIGO 1º-** Fica dispensado, a pedido, o servidor ADEMIR DA SILVA MODESTO da função de Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 2026, para a qual foi designado por meio da Portaria nº 303/2026.

**ARTIGO 2º-** A composição da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 2026, prevista no art. 1º da Portaria nº 303/2026, passa a vigorar com a seguinte composição:

**Presidente: IVANA MARIA DA CUNHA**

**Membro: ANAYRA CRISTI DE ALMEIDA SALES**

**Membro: JUCILENE TEREZINHA DIAS DE CAMPOS**

**ARTIGO 3º -** Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 303/2026.

**ARTIGO 4º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Poconé/MT, 10 de novembro de 2026.

**JONAS EDUARDO DE QUEIROZ MORAES**

**Prefeito Municipal de Poconé**

**PROVA ESCRITA - GABARITO PRELIMINAR**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
CNPJ 33.000.670/0001-67

**PROVA ESCRITA - GABARITO PRELIMINAR**

2° etapa do processo seletivo de diretor de unidade escolar unidade escolar no âmbito da secretaria de municipal de educação de Pontal do Araguaia de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho para os anos letivos de 2027 e 2028.

| RESULTADO PRELIMINAR DA 2° ETAPA | | |
|---|---|---|
| **Questão** | **Área** | **Alternativa Correta** |
| **01** | Gestão Democrática | **B** |
| **02** | Legislação Educacional (LDB nº 9.394/96) | **A** |
| **03** | Projeto Político-Pedagógico (PPP) | **C** |
| **04** | Avaliação da Aprendizagem | **B** |
| **05** | Indicadores Educacionais | **A** |
| **06** | Educação Inclusiva | **C** |
| **07** | Frequência Escolar | **B** |
| **08** | Conselho Deliberativo Escolar | **A** |
| **09** | Planejamento Escolar | **C** |
| **10** | Recursos Públicos | **D** |
| **11** | Patrimônio Público | **B** |
| **12** | Ética na Gestão Pública | **C** |
| **13** | Proteção dos Estudantes | **A** |
| **14** | Liderança Escolar | **D** |
| **15** | Jornada de Trabalho | **B** |
| **16** | Relação Escola-Família | **C** |
| **17** | Metas de Alfabetização | **A** |
| **18** | Mérito e Desempenho | **D** |
| **CRITÉRIOS DE CORREÇÃO AVALIAÇÃO DISCURSIVA** | | |
| **19** | Diagnóstico da aprendizagem e análise de indicadores. | 0,2 |
| | Planejamento de intervenções pedagógicas e formação da equipe. | 0,2 |
| | Ações para melhorar frequência e participação das famílias. | 0,2 |
| | Definição de metas, responsáveis e prazos. | 0,2 |
| | Monitoramento dos resultados e replanejamento. | 0,2 |

(66) 3401-7450 / (66) 3401-8541 E-mail: prefeitura@pontaldoaraguaia.mt.gov.br
Rua Finlândia s/nº - Bairro Maria Joaquina – CEP: 78.698-000

| CRITÉRIOS DE CORREÇÃO AVALIAÇÃO DISCURSIVA | | |
|---|---|---|
| **20** | Conhecimento e respeito às normas e aos procedimentos administrativos. | 0,2 |
| | Escuta ativa, diálogo e mediação de conflitos. | 0,2 |
| | Clareza na comunicação e transparência das decisões. | 0,2 |
| | Participação da equipe, respeitadas as competências de cada instância. | 0,2 |
| | Acompanhamento dos encaminhamentos e compromisso com a qualidade do serviço público. | 0,2 |

Admite-se resposta alternativa quando coerente, legalmente adequada e fundamentada. A comissão deve registrar a pontuação atribuída a cada critério.

PONTAL DO ARAGUAIA, 10 DE NOVEMBRO DE 2026

(66) 3401-7450 / (66) 3401-8541 E-mail: prefeitura@pontaldoaraguaia.mt.gov.br
Rua Finlândia s/nº - Bairro Maria Joaquina – CEP: 78.698-000

**EDITAL N° 006/2026**

**EDITAL N° 006/2026**

*Resultado preliminar da 2° etapa do Processo Seletivo de Diretor de unidade escolar no âmbito da Secretaria de Municipal de Educação de Pontal do Araguaia de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho.*

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia – MT, no uso de suas atribuições legais, conforme o Decreto Municipal Nº. 3021/2026 de 11 de setembro de 2026 e comissão instituída pela Portaria nº007/2026/SME de 11 de setembro de 2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Publicar o resultado preliminar da 2ª etapa do Processo Seletivo para o cargo de Diretor(a) de Unidade Escolar da Rede Municipal de Ensino de Pontal do Araguaia-MT, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, conforme os critérios técnicos de mérito e desempenho estabelecidos neste Edital.

**DIRETOR(A) ESCOLAR: EMEI "ISAÍAS PEREIRA DOS SANTOS"**

| N° INSCRIÇÃO | CANDIDATO(A) | Prova objetiva | Prova discursiva | Total |
|---|---|---|---|---|
| 002 | Roseli Soares de Sá | 8,0 | 1,2 | 9,2 |

**DIRETOR(A) ESCOLAR: ESCOLA MUNICIPAL "SÃO JORGE"**

| N° INSCRIÇÃO | CANDIDATO(A) | Prova objetiva | Prova discursiva | Total |
|---|---|---|---|---|
| 001 | Rozani Batista de Oliveira | 8,0 | 1,2 | 9,2 |

Pontal do Araguaia-MT, 10 de Novembro de 2026.

**LUCIANO NAPOLIS COSTA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**
**PORTARIA Nº 114/2026**

**PORTARIA Nº 114/2026**

**Institui a Estrutura Administrativa e Pedagógica de Coordenação, Implementação e Acompanhamento das Ações da Política de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Ponte Branca–MT e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE BRANCA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023;

**CONSIDERANDO** a necessidade de fortalecer a organização administrativa e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para a implementação das ações voltadas à alfabetização das crianças da rede municipal de ensino;

**CONSIDERANDO** a importância do planejamento, da articulação, do acompanhamento e do monitoramento das ações de alfabetização e recomposição das aprendizagens;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar uma estrutura institucional que contribua para a efetivação da Política de Alfabetização no território municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Ponte Branca–MT, a Estrutura Administrativa e Pedagógica de Coordenação, Implementação e Acompanhamento das Ações da Política de Alfabetização Municipal.

**Art. 2º** A estrutura será composta pelos seguintes segmentos:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – Coordenação Municipal de Alfabetização;

III – Coordenação Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;

IV – Gestores e Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares;

V – Professores e demais profissionais envolvidos diretamente nas ações de alfabetização.

**Art. 3º** São atribuições da estrutura instituída:

I – Planejar, coordenar e acompanhar as ações da Política de Alfabetização no município;

II – Articular as ações municipais às diretrizes estaduais e nacionais de alfabetização;

III – Orientar e acompanhar as unidades escolares na implementação das estratégias pedagógicas;

IV – Monitorar os indicadores de aprendizagem e os resultados das avaliações internas e externas;

V – Promover estratégias de intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens;

VI – Articular e acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais da educação;

VII – Acompanhar o desenvolvimento das ações e programas relacionados à alfabetização;

VIII – Elaborar registros, relatórios e instrumentos de monitoramento das ações desenvolvidas.

**Art. 4º** Os profissionais integrantes da estrutura exercerão suas atribuições conforme os cargos, funções e jornadas de trabalho estabelecidos pela administração municipal, observadas as competências de cada função.

**Art. 5º** A composição nominal dos profissionais envolvidos, suas respectivas funções, regime de trabalho e tempo destinado às atividades relacionadas à alfabetização constarão de relatório técnico complementar, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 6º** A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação geral, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela estrutura instituída nesta Portaria.

**Art. 7º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Branca–MT, 03 de novembro de 2026.

Clayton Parreira da Silva

Prefeitura Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**
**PORTARIA Nº 109/2026, DE 27 DE OUTUBRO DE 2026.**

**PORTARIA Nº 109/2026, DE 27 DE OUTUBRO DE 2026.**

**"DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR**

**PARA O PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA DESTINADO À ESCOLHA DE DIRETOR ESCOLAR PARA O BIÊNIO 2027/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE BRANCA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a transparência, a participação da comunidade escolar e a regularidade do processo de consulta pública para escolha de Diretor Escolar das unidades municipais de ensino, referente ao biênio 2027/2028;

CONSIDERANDO o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação para a realização do processo de consulta pública;

CONSIDERANDO a indicação dos representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar para composição da Comissão de Seleção da Unidade Escolar;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica constituída e nomeada a Comissão de Seleção da Unidade Escolar (CSUE), responsável pelo acompanhamento e condução das etapas do processo de consulta pública para escolha de Diretor Escolar, referente ao biênio 2027/2028, no âmbito da Escola Municipal Padre Humberto Angeloni e da Escola Pingo de Gente, situadas no Município de Ponte Branca/MT.

**Art. 2º** A Comissão de Seleção da Unidade Escolar será composta pelos seguintes membros, observadas as respectivas funções e representações:

I – PRESIDENTE:

Nivaldo Mariano Canedo – Representante da Secretaria Municipal de Educação.

II – SECRETÁRIO:

Adão Pereira de Oliveira – Representante da Unidade de Ensino Fundamental.

III – MEMBROS TITULARES:

a) Dalvina Cândida de Rezende – Educação Infantil;

b) Ivani Procópio Bento Ribeiro – Ensino Fundamental;

c) Josefa Liliana Lima Dantas – Conselho Municipal de Educação (CME);

d) Lueni Severino Pereira Mendes – Trabalhadores da Educação;

e) Denise Aielle da Silva – Servidores Públicos.

IV – MEMBROS SUPLENTES:

a) Marilza Gomes de Lima Carvalho – Educação Infantil;

b) Rose Goulart de Oliveira – Ensino Fundamental;

c) Vanuza Nogueira da Silva – Conselho Municipal de Educação (CME);

d) Clayton Alves Figueredo – Trabalhadores da Educação;

e) Silma José da Cruz – Servidores Públicos.

**Art. 3º** Compete à Comissão de Seleção da Unidade Escolar, observadas as disposições do edital e da regulamentação municipal aplicável:

I – organizar, coordenar e acompanhar as etapas do processo de consulta pública no âmbito das unidades escolares;

II – receber, conferir e encaminhar as inscrições e a documentação dos candidatos, conforme os procedimentos e prazos estabelecidos no edital;

III – acompanhar o cumprimento do cronograma oficial do processo de seleção;

IV – assegurar a publicidade dos atos, a transparência dos procedimentos e a igualdade de tratamento entre os candidatos;

V – organizar e acompanhar a apresentação dos planos de ação dos candidatos à comunidade escolar;

VI – coordenar os procedimentos relativos à consulta pública, garantindo a regularidade da votação e da apuração dos votos;

VII – registrar em atas as ocorrências e deliberações pertinentes ao processo;

VIII – encaminhar os resultados e demais documentos à Comissão de Seleção Central (CSC), nos prazos estabelecidos;

IX – exercer outras atribuições previstas no edital e na regulamentação municipal pertinente.

Art. 4º Os membros da Comissão deverão atuar com imparcialidade, transparência e observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo vedada qualquer conduta que comprometa a lisura do processo.

Art. 5º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando o pagamento de remuneração adicional ou gratificação específica pelo exercício das atribuições previstas nesta Portaria.

Art. 6º A Comissão exercerá suas atribuições até a conclusão dos trabalhos relativos ao processo de consulta pública para escolha de Diretor Escolar do biênio 2027/2028, incluindo o encaminhamento dos resultados e da documentação pertinente à instância competente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 27 de outubro de 2026.

**CLAYTON PARREIRA DA SILVA**

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**
**CERTIDÃO DE AUSÊNCIA DE INSCRIÇÕES**

**CERTIDÃO DE AUSÊNCIA DE INSCRIÇÕES**

**EDITAL Nº 001/2026 SELEÇÃO DE DIRETORES ESCOLARES – BIÊNIO 2027/2028**

NIVALDO MARIANO CANEDO, Presidente da Comissão de Seleção da Unidade Escolar (CSUE), nomeado pela Portaria nº 109/2026, de 27 de outubro de 2026, no âmbito da Escola Municipal Padre Humberto Angeloni e da Escola Pingo de Gente, do Município de Ponte Branca/MT, CERTIFICA, para fins de publicidade e registro administrativo, que não houve inscrições de candidatos no processo de seleção de diretores escolares para o biênio 2027/2028, regido pelo Edital nº 001/2026, publicado em 26 de outubro de 2026.

A ausência de inscrições refere-se às duas unidades escolares acima identificadas, considerando o período ordinário de 26 a 30 de outubro de 2026 e o prazo complementar previsto no art. 9º, inciso I, alínea "g", do edital, até 4 de novembro de 2026.

Em razão da inexistência de candidatos inscritos, não há candidaturas a serem analisadas ou homologadas, nem candidatos aptos a prosseguir às etapas subsequentes do referido processo seletivo.

Expede-se a presente certidão para publicação, juntada aos autos

e encaminhamento à Secretaria Municipal de Educação, para ciência e adoção das providências cabíveis, observada a hipótese prevista no art. 29 do Edital nº 001/2026.

Ponte Branca/MT, 10 de novembro de 2026.

**NIVALDO MARIANO CANEDO**

Presidente da Comissão de Seleção da Unidade Escolar

Portaria nº 109/2026

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**
**PORTARIA Nº 115/2026**

**PORTARIA Nº 115/2026**

**Nomeia os membros do Conselho Municipal de Cultura de Ponte Branca/MT, formaliza sua direção e dá outras providências.**

**CLAYTON PARREIRA DA SILVA,** Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 936, de 03 de setembro de 2025,

CONSIDERANDO a reunião realizada em 10 de novembro de 2026, convocada pelo Edital nº 001/2026, e as indicações e escolhas registradas em ata para composição do Conselho Municipal de Cultura e de sua direção;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros titulares e respectivos suplentes para compor o Conselho Municipal de Cultura de Ponte Branca/MT, observadas as representações previstas no art. 6º da Lei Municipal nº 936/2025:

**I – Secretaria Municipal de Educação:**

a) Titular: Rosângela Gonçalves de Sousa Nascimento; b) Suplente: Fabio Nicodemos Domingues Moura.

**II – Secretaria Municipal de Cultura:**

a) Titular: Reginaldo Lauro Alves Figueiredo; b) Suplente: Marcus Vinicius Parreira Amaral.

**III – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:**

a) Titular: Wilton Prado Ribeiro; b) Suplente: Ismael Dutra Ribeiro.

**IV – Artesãos do Município:**

a) Titular: Selma Martins de Oliveira Silva; b) Suplente: Simone Bento de Resende.

**V – Secretaria Municipal de Administração:**

a) Titular: Adriano Domingos Carvalho; b) Suplente: Carlos Eduardo Parreira Nogueira.

**VI – Trabalhadores Culturais do Município:**

a) Titular: Elma Parreira de Jesus; b) Suplente: Aldery Sivirino dos Santos.

Parágrafo único. Fica observada a condição de membros natos dos Secretários Municipais de Educação e de Cultura, conforme o parágrafo único do art. 6º da Lei Municipal nº 936/2025.

Art. 2º Fica formalizada a direção do Conselho, conforme registrado na ata da reunião de 10 de novembro de 2026:

I – Presidente: Reginaldo Lauro Alves Figueiredo; II – Vice-Presidente: Adriano Domingos Carvalho; III – Secretária: Rosângela Gonçalves de Sousa Nascimento.

Parágrafo único. A Secretária foi indicada e designada pelo Presidente do Conselho, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 936/2025.

Art. 3º O mandato dos conselheiros será de dois anos, contado da publicação desta Portaria, permitida uma recondução, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 936/2025.

Art. 4º O exercício da função de conselheiro não será remunerado, nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 936/2025.

Art. 5º O Conselho observará as competências e as regras de funcionamento previstas na Lei Municipal nº 936/2025 e providenciará a elaboração de seu Regimento Interno.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 017/2025, de 22 de maio de 2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca/MT, em 10 de novembro de 2026.

**CLAYTON PARREIRA DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA**
**ATA DA REUNIÃO**

**ATA DA REUNIÃO PARA COMPOSIÇÃO E ELEIÇÃO DA DIREÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA**

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na sede da Prefeitura Municipal de Ponte Branca, situada na Avenida Coronel Belmiro Nogueira da Silva, nº 300, Centro, Ponte Branca/MT, reuniram-se os participantes abaixo identificados, em atendimento ao Edital de Convocação nº 001/2026, para composição do Conselho Municipal de Cultura e escolha de sua direção, nos termos da Lei Municipal nº 936, de 03 de setembro de 2025.

Estiveram presentes o Prefeito Municipal, Clayton Parreira da Silva; Sebastião Gustavo Primo Parreira; Reginaldo Lauro Alves Figueiredo; Fabio Nicodemos Domingues Moura; Emilia Rodrigues de Freitas; Carlos Eduardo Parreira Nogueira; Marcus Vinicius Parreira Amaral; Marcia Monteiro da Silva; Lazaro Alves Vilas Novas; Nei Ronan da Silva; Elma Parreira de Jesus; Aldery Sivirino dos Santos; Marcio Matos Gama; Daniel Batista Moreira; Rosângela Gonçalves de Sousa Nascimento; Wilton Prado Ribeiro; Adriano Domingos Carvalho; Selma Martins de Oliveira Silva; Simone Bento de Resende; Ismael Dutra Ribeiro; Josefa Liliana Lima Dantas.

Passando à pauta, foram tratadas as competências e as regras de funcionamento do Conselho e apresentada a composição a ser formalizada em nova portaria, com a identificação dos titulares e respectivos suplentes por órgão ou segmento, em conformidade com a legislação municipal:

**1. Secretaria Municipal de Educação: titular, Rosângela Gonçalves de Sousa Nascimento; suplente, Fabio Nicodemos Domingues Moura.**

**2. Secretaria Municipal de Cultura: titular, Reginaldo Lauro Alves Figueiredo; suplente, Marcus Vinicius Parreira Amaral.**

**3. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: titular, Wilton Prado Ribeiro; suplente, Ismael Dutra Ribeiro.**

**4. Artesãos do Município: titular, Selma Martins de Oliveira Silva; suplente, Simone Bento de Resende.**

**5. Secretaria Municipal de Administração: titular, Adriano Domingos Carvalho; suplente, Carlos Eduardo Parreira Nogueira.**

**6. Trabalhadores Culturais do Município: titular, Elma Parreira de Jesus; suplente, Aldery Sivirino dos Santos.**

Na sequência, foram escolhidos Reginaldo Lauro Alves Figueiredo para Presidente e Adriano Domingos Carvalho para Vice-Presidente do Conselho. O Presidente escolhido, Reginaldo Lauro Alves Figueiredo, indicou e designou Rosângela Gonçalves de Sousa Nascimento para exercer a função de Secretária do Conselho, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 936/2025.

Ficou encaminhada ao Poder Executivo a edição de nova portaria para formalizar a nomeação dos membros titulares e suplentes, com suas respectivas representações, em conformidade com a Lei Municipal nº 936/2025, observada a condição de membros natos dos Secretários Municipais de Cultura e de Educação. Registrou-se que o mandato dos conselheiros será de dois anos, permitida uma recondução, e que o exercício da função não será remunerado. Também foi tratado o encaminhamento da elaboração do Regimento Interno e do início das atividades do colegiado.

Nada mais havendo a tratar, às 10h05 foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que será assinada pelos participantes, após sua leitura e aprovação.

Ponte Branca/MT, 10 de novembro de 2026.

**ASSINATURAS DOS PARTICIPANTES**

Clayton Parreira da Silva _____

Sebastião Gustavo Primo Parreira _____

Reginaldo Lauro Alves Figueiredo _____

Fabio Nicodemos Domingues Moura _____

Emilia Rodrigues de Freitas _____

Carlos Eduardo Parreira Nogueira _____

Marcus Vinicius Parreira Amaral _____

Marcia Monteiro da Silva _____

Lazaro Alves Vilas Novas _____

Nei Ronan da Silva _____

Elma Parreira de Jesus _____

Aldery Sivirino dos Santos _____

Marcio Matos Gama _____

Daniel Batista Moreira _____

Rosângela Gonçalves de Sousa Nascimento _____

Wilton Prado Ribeiro _____

Adriano Domingos Carvalho _____

Selma Martins de Oliveira Silva _____

Simone Bento de Resende _____

Ismael Dutra Ribeiro _____

Josefa Liliana Lima Dantas _____

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
## DECRETO Nº 87, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 87, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026
“Nomeia diretoria do Conselho
Municipal de Alimentação Escolar
CAE de Ponte Branca-MT”.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. Clayton Parreira da Silva, no uso de suas atribuições legais e, em consonância com o disposto no artigo 46, item IV da Lei Orgânica do Município e,
Considerando o disposto Resolução FNDE nº 26 de 17 junho de 2013,
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Resolução n°06 de 08 de maio de 2020 e
Lei Municipal nº 415/2010 de 17 de agosto de 2010.
DECRETA:
Art. 1º - Nomear-se a diretoria do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) de Ponte Branca-MT:
PRESIDENTE: LEILA DOMINGUES FERREIRA
CPF: 329.329.521-53
VICE- PRESIDENTE: AGLIMAR CARVALHO DE MORAIS
CPF: 693.814.291-20
REPRESENTATES DO PODER EXECUTVO MUNICIPAL
TITULAR:
Nome completo: ELIANE DE OLIVEIRA SILVA
CPF: 01501532103
SUPLENTE:
Nome completo: DENISE AIELLE DA SILVA
CPF: 00767599110
REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E DISCENTES
TITULAR
Nome completo: Adão Pereira de Oliveira
CPF: 35291478187
SUPLENTE
Keila Martins de Freitas e Zurita Pohlman Suplente

CPF: 00154766186
TITULAR
Aglimar Carvalho de Morais
CPF: 693.814.291-20
SUPLENTE
Nome : José Carlos da Costa Xavier
REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS
TITULAR
Nome completo: Adrielle Freitas Fagundes
CPF: 06133582103
SUPLENTE
Nome completo: Estéfanny Cindy Domingos de Oliveira
CPF: 02748090101
TITULAR
Thaiza Cristina Maria da Costa Ferreira
CPF: 04552290150
SUPENTE
Solange Dias Domingos
CPF: 03149468108
REPRESENTANTES DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS
TITULAR
Nome completo: Leila Domingues Ferreira
CPF: 329.329.521-53
SUPLENTE
Nome: Zilda Borges da Silva
CPF: 442.102.211.04
TITULAR
Lucimara Lenharo Longo
CPF:766229409-91
SUPLENTE
Nome: Cinthia Jessika Domingos de Oliveira
CPF: 01416942114
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, aos nove dias do mês de novembro de 2026.
CLAYTON PARREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

---

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 17/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 62/2026

Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

O Sr. Clayton Parreira da Silva, Prefeito Municipal no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO, AUDJUDICO E HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2026, nos termos descritos abaixo:

AQUISIÇÃO DE 01 (UM) MOTOR NOVO PARA SUBSTITUIÇÃO DO MOTOR DANIFICADO DE VEÍCULO PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA/MT, VISANDO RESTABELECER SUAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO, conforme especificações do Termo de Referência, parte integrante e inseparável deste processo, em favor da empresa AGUILERA AUTOPEÇAS LTDA devidamente inscrita no CNPJ sob nº 37.525.771/0013-04, com valor total de R$ 15.351,00 (quinze mil, trezentos e cinquenta e um reais).

A homologação da presente Dispensa de Licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Agente de Contratação e Equipe de Apoio que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei. A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados. Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.

Ponte Branca, 10 de novembro de 2026.

_____

Clayton Parreira da Silva

Prefeito Municipal

---

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 18/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 63/2026

Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

O Sr. Clayton Parreira da Silva, Prefeito Municipal no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO, AUDJUDICO E HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 18/2026, nos termos descritos abaixo:

AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA IMPLANTAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS VIAS DE ACESSO E ENTORNO DAS 50 (CINQUENTA) UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA SER FAMÍLIA, NO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA/MT, conforme especificações do Termo de Referência, parte integrante e inseparável deste processo, em favor da empresa 3M COMÉRCIO DE MATERIAS ELETRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA. devidamente inscrita no CNPJ sob nº 04.347.124/0001-07, com valor total de R$ 15.180,00 (Quinze mil cento e oitenta reais).

A homologação da presente Dispensa de Licitação é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Agente de Contratação e Equipe de Apoio que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei. A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados. Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.

Ponte Branca, 10 de novembro de 2026.

Clayton Parreira da Silva

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

**AVISO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026**

**OBJETO:** Aquisição de materiais elétricos para atendimento do evento "Um Sonho de Natal" no município de Porto Alegre do Norte - MT.

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, o Sr. Carlos Roberto Tomazetto, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como no Decreto Municipal nº 1.545/2023, e considerando a regularidade de todo o procedimento administrativo, resolve:

**ADJUDICAR** o objeto do certame e **HOMOLOGAR** o procedimento de Dispensa de Licitação nº 057/2026, conforme especificado abaixo:

**Empresa Beneficiária:** OUROLUZ MATERIAIS ELETRICOS E ILUMINACAO LTDA

**CNPJ: CNPJ: 45.845.571/0001-65**

**Valor Global Homologado:** VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ 59.350,00 (CINQUENTA NOVE MIL TREZENTOS CINQUENTA REAIS).

Determina-se a publicação deste ato no Diário Oficial, em estrita observância ao art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Porto Alegre do Norte - MT, 10 de novembro de 2026.

Carlos Roberto Tomazetto

Prefeito Municipal

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### AVISO DE ANULAÇÃO RESULTADO, HOMOLOGAÇÃO E REVOGAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026

**VISO DE ANULAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO E REVOGAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2026**

**OBJETO:** Aquisição de materiais elétricos para atendimento do evento "Um Sonho de Natal" no município de Porto Alegre do Norte - MT.

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte - MT, Sr. Carlos Roberto Tomazetto, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso II, combinado com o art. 59, inciso II, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados a **ANULAÇÃO DO ATO DE HOMOLOGAÇÃO E REVOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO** anteriormente concedida à empresa **SUL NORTE NEGÓCIOS LTDA** (CNPJ: 67.628.765/0001-41). A decisão decorre da desclassificação técnica da empresa por descumprimento das especificações exigidas no Termo de Referência, conforme apurado pela fiscalização. Fica determinado o prosseguimento do feito com a imediata convocação das demais empresas participantes, respeitando a ordem de classificação. Os autos encontram-se franqueados aos interessados junto ao Setor de Contratações.

Porto Alegre do Norte - MT, 10 de novembro de 2026.

**Carlos Roberto Tomazetto**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

### PORTARIA Nº 614/2026 DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**PORTARIA Nº 614/2026**

De 05 de novembro de 2026

**“Dispõe sobre a designação de Fiscal do Contrato Administrativo nº 135/2026, da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências”.**

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, segundo o qual a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** o Contrato Administrativo nº 135/2026, de 05 de novembro de 2026, oriundo do Processo Licitatório nº 069/

2026 – Dispensa de Licitação nº 027/2026, cuja Cláusula 48 indica a servidora Gina Jonasson Mousquer Capelin, nomeada pela Portaria nº 595/2026, de 19 de outubro de 2026, como fiscal de contratos;

**CONSIDERANDO** a solicitação formalizada pela Gestora de Contratos por meio da C.I. nº 305/2026/SPTI-PG, de 05 de novembro de 2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar a servidora **GINA JONASSON MOUSQUER CAPELIN** para exercer a função de Fiscal Titular do Contrato Administrativo nº 135/2026, oriundo do Processo Licitatório nº 069/2026 – Dispensa de Licitação nº 027/2026, celebrado em 05 de novembro de 2026 entre o Município de Porto dos Gaúchos/MT e a empresa **57.907.767 KARINE ELLEN DE MELO RODRIGUES**, inscrita no CNPJ sob o nº 57.907.767/0001-16, no valor total estimado de R$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais) e vigência de 12 (doze) meses, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento, confecção e instalação de móveis planejados, confeccionados sob medida, destinados à estruturação do novo espaço físico da Equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde – e-Multi, da Secretaria Municipal de Saúde de Porto dos Gaúchos/MT.

**Art. 2º** Compete à fiscal ora designada acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados e informando a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 05 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**

**Prefeito Municipal**

## PORTARIA Nº 615/2026 DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2026, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**PORTARIA Nº 615/2026**

De 05 de novembro de 2026

**"Dispõe sobre a designação de Fiscal do Contrato Administrativo nº 134/2026, da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências".**

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, segundo o qual a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados;

**CONSIDERANDO** o Contrato Administrativo nº 134/2026, de 05 de novembro de 2026, oriundo do Processo Licitatório nº 064/2026 – Concorrência Pública nº 004/2026, que indica a servidora Francisca Ferreira de Oliveira, nomeada pela Portaria nº 609/2026, de 03 de novembro de 2026, como Fiscal do Contrato;

**CONSIDERANDO** a solicitação formalizada pela Gestora de Contratos por meio da C.I. nº 307/2026/SPTI-PG, de 05 de novembro de 2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar a servidora **FRANCISCA FERREIRA DE OLIVEIRA** para exercer a função de Fiscal Titular do Contrato Administrativo nº 134/2026, oriundo do Processo Licitatório nº 064/2026 – Concorrência Pública nº 004/2026, celebrado em 05 de novembro de 2026 entre o Município de Porto dos Gaúchos/MT e a empresa **GLOBAL ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.435.386/0001-76, no valor global de R$ 9.168.443,26 (nove milhões, cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e seis centavos) e duração de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para construção do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, no Município de Porto dos Gaúchos/MT.

**Art. 2º** Compete à fiscal ora designada acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados e informando a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 05 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**

**Prefeito Municipal**

## PORTARIA Nº. 617/2026 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOSIAS ALMEIDA CAMPINAS

**PORTARIA Nº. 617/2026**

**DE: 03 DE NOVEMBRO DE 2026**

*"Concede Férias ao servidor **Josias Almeida Campinas** e dá outras providencias".*

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT,** no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder a partir de 01/11/2026, 30 (trinta) dias consecutivos de **Férias** ao servidor **Josias Almeida Campinas** nomeado no cargo de Fiscal Sanitário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde referente ao período aquisitivo de 01/08/2025 a 31/07/2026.

**Art. 2º** - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 03 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**

**Prefeito Municipal**

**PORTARIA Nº. 618/2026 NOMEIA CLEBER BORGES DOS SANTOS CLASSIFICADO EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO**

**PORTARIA Nº. 618/2026**

**DE: 03 DE NOVEMBRO DE 2026**

*"Nomeia **Cleber Borges dos Santos** classificado em Concurso Público nº 001/2025 para provimento de cargo efetivo e dá outras providências".*

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT,** no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Inciso I do Art. 13 e no Art. 14 da Lei 018/1991;

**Considerando** a homologação do Concurso Público, objeto do Edital de Concurso Público nº 001/2025;

RESOLVE:

**Art. 1º -** Nomear **Cleber Borges dos Santos** inscrito no CPF nº 027.***.***-82, classificado na **12ª colocação** no Concurso Público nº 001/2025, por ter atendido as exigências do Edital de Convocação nº 14/2026 para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor, com jornada de 30 horas semanais lotada na Escola Municipal "Cívico Militar Gustavo Adolfo Wilke", na Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 2º** O nomeado deverá assinar o Termo de Posse e entrar em efetivo exercício do cargo no prazo determinado no Edital de Convocação, o não comparecimento será entendido como desistência do candidato.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 03 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA Nº. 619/2026 NOMEIA GREYCI DOS SANTOS CORDEIRO MIRANDA CLASSIFICADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO**

**PORTARIA Nº. 619/2026**

**DE: 03 DE NOVEMBRO DE 2026**

*"Nomeia **Greyci dos Santos Cordeiro Miranda** classificada em Concurso Público nº 001/2025 para provimento de cargo efetivo e dá outras providências".*

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT,** no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Inciso I do Art. 13 e no Art. 14 da Lei 018/1991;

**Considerando** a homologação do Concurso Público, objeto do Edital de Concurso Público nº 001/2025;

RESOLVE:

**Art. 1º -** Nomear **Greyci dos Santos Cordeiro Miranda** inscrita no CPF nº 018.***.***-67, classificada na **9ª colocação** no Concurso Público nº 001/2025, por ter atendido as exigências do Edital de Convocação nº 13/2026 para exercer o cargo de provimento efetivo de **Zeladora** com jornada de 40 horas semanais lotada na Prefeitura Municipal.

**Art. 2º** O nomeado deverá assinar o Termo de Posse e entrar em efetivo exercício do cargo no prazo determinado no Edital de Convocação, o não comparecimento será entendido como desistência do candidato.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 03 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA Nº. 620/2026 NOMEIA THIAGO DA SILVA CRUZ APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO**

**PORTARIA Nº. 620/2026**

**DE: 03 DE NOVEMBRO DE 2026**

*"Nomeia **Thiago da Silva Cruz** aprovado em Concurso Público nº 001/2025 para provimento de cargo efetivo e dá outras providências".*

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT,** no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Inciso I do Art. 13 e no Art. 14 da Lei 018/1991;

**Considerando** a homologação do Concurso Público, objeto do Edital de Concurso Público nº 001/2025;

RESOLVE:

**Art. 1º -** Nomear **Thiago da Silva Cruz** inscrito no CPF nº 060.***.***-01, aprovado na **6ª colocação** no Concurso Público nº 001/2025, por ter atendido as exigências do Edital de Convocação nº 13/2026 para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista – CNH C - com jornada de 40 horas semanais lotado na Secretaria de Infraestrutura.

**Art. 2º** O nomeado deverá assinar o Termo de Posse e entrar em efetivo exercício do cargo no prazo determinado no Edital de Convocação, o não comparecimento será entendido como desistência do candidato.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 03 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE ABREU**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

**GABINETE**
**DECRETO Nº 34/2026, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

Regulamenta os procedimentos de transição, fiscalização, atualização cadastral e as regras para a manutenção ou cancelamento da isenção do IPTU, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 132/2022, com as alterações da Lei Complementar nº 159/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 4º e 440 da Lei Complementar nº 132/2022 (Código Tributário Municipal) e na Lei Complementar nº 159/2026:

Considerando a Lei Complementar nº 159, de 10 de setembro de 2026, que modificou os critérios, procedimentos de concessão e a fiscalização da isenção do IPTU.

Considerando a necessidade de regulamentar os procedimentos de transição, fiscalização, atualização cadastral e as regras para

a manutenção ou cancelamento da isenção do IPTU.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos da regra de transição, a fiscalização in loco e a atualização cadastral para fins de manutenção ou cancelamento da isenção do IPTU.

Art. 2º Para fins de consolidação da listagem oficial inicial de beneficiários de caráter contínuo a ser publicada no início do exercício de 2027, a Fazenda Municipal efetuará o cruzamento de dados e a revisão dos cadastros imobiliários dos contribuintes isentos em 2025 e 2026.

Art. 3º O contribuinte que tenha tido o pedido de isenção deferido no exercício de 2025, mas que tenha adquirido outro imóvel no decorrer do exercício de 2025, não se enquadra na regra de isenção automática para o exercício de 2026 e nem integrará a listagem contínua de 2027.

Art. 4º Em caso de falecimento do beneficiário titular da isenção, o benefício será mantido em favor do cônjuge, companheiro(a), filho(a) ou dependente legal que permanecer residindo no imóvel, desde que preencha as condições legais exigidas para a concessão do benefício.

§ 1º Constatado pelo Fisco Municipal que o morador de que trata o caput preenche os requisitos de renda e imóvel único, a isenção será mantida, realizando-se apenas a atualização do cadastro imobiliário, não havendo o cancelamento do benefício e nem o lançamento retroativo do imposto referente ao período após o óbito.

§ 2º Não comprovado o preenchimento dos requisitos legais pelo morador do imóvel, a isenção será cancelada retroativamente à data do óbito, procedendo-se ao lançamento do imposto e acréscimos legais, nos termos do § 2º do art. 29 da Lei Complementar nº 132/2022.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Esperidião – MT, 10 de novembro de 2026.

ODIRLEI QUEIROZ FARIA

Prefeito Municipal

## GABINETE
## DECRETO N.º 35/2026, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

Regulamenta as regras e a metodologia do sorteio da campanha "IPTU PREMIADO 2026", nos termos do art. 4º da Lei Municipal n.º 992, de 08 de abril de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 4º da Lei Municipal nº 992, de 08 de abril de 2026;

CONSIDERANDO a autorização concedida pela Lei Municipal nº 992/2026 para a realização do Programa "IPTU Premiado" como instrumento de incentivo à arrecadação;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer regras claras, impessoais, objetivas e transparentes para a identificação dos imóveis aptos, atribuição dos números da sorte e apuração dos contemplados;

DECRETA:

Art. 1º Participarão da Campanha "IPTU PREMIADO 2026" os imóveis urbanos devidamente inscritos no Cadastro Imobiliário do Município de Porto Esperidião/MT, cujos contribuintes estejam adimplentes com suas obrigações tributárias municipais.

Art. 2º Não participarão da campanha os imóveis beneficiados por imunidade ou isenção total do IPTU, bem como os imóveis de propriedade das autoridades e membros vedados pelo Parágrafo Único do art. 2º da Lei Municipal nº 992/2026.

Art. 3º A verificação da adimplência tributária do imóvel observará o histórico de lançamentos e baixas junto à Fazenda Pública Municipal.

§ 1º A data de corte para verificação da quitação dos tributos e consolidação da adimplência será o dia 11 de dezembro de 2026.

§ 2º Para fins de participação na campanha IPTU Premiado 2026, a adimplência do imóvel será verificada estritamente em relação aos exercícios de 2021 a 2026, não constituindo impedimento à participação a presença de registros tributários referentes a exercícios anteriores a 2021.

Art. 4º Os números da sorte para concorrer aos prêmios serão gerados de forma sistêmica e atribuídos aos imóveis considerados aptos, ordenados numericamente pela sequência da inscrição no Cadastro Imobiliário Municipal.

Art. 5º A distribuição dos números da sorte seguirá a ordem sequencial contínua do primeiro ao último cadastro imobiliário apto, reiniciando-se a contagem a partir do primeiro cadastro até atingir o limite de repetições definido no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. A quantidade de vezes que a sequência do Cadastro Imobiliário se repetirá na distribuição dos números da sorte corresponderá ao número inteiro obtido da divisão de 9.999 pelo número total de cadastros imobiliários aptos, nos moldes das probabilidades do universo amostral da Loteria Federal:

Art. 6º A divulgação das etapas da campanha e da relação de participantes observará o seguinte cronograma oficial:

I – Dia 1º de dezembro de 2026: Publicação no Diário Oficial dos Municípios (AMM/MT) e no site institucional da Prefeitura Municipal:

a) Da Lista Preliminar de Participantes Aptos, organizada estritamente pela sequência do Cadastro Imobiliário, sem a atribuição prévia dos números do sorteio;

b) Da Lista Oficial de Prêmios e Itens a serem sorteados na campanha.

II – De 1º de dezembro a 11 de dezembro de 2026: Prazo de 10 (dez) dias para que qualquer contribuinte formalize, por escrito perante

a Secretaria de Fazenda, impugnação ou pedido de regularização cadastral/financeira;

III – Dia 11 de dezembro de 2026: Data de corte final para processamento de quitações e baixas financeiras referentes à lista preliminar;

IV – Dia 15 de dezembro de 2026: Publicação da Lista Definitiva de Participantes, contendo a vinculação conclusiva entre a Inscrição Imobiliária e os respectivos Números da Sorte atribuídos.

Art. 7º A apuração dos contemplados na Campanha "IPTU PREMIADO 2026" será realizada com base nos resultados do concurso da Loteria Federal do dia 16 de dezembro de 2026.

Art. 8º A apuração dos contemplados para os 20 (vinte) prêmios da campanha observará as combinações dos algarismos dos bilhetes sorteados no concurso da Loteria Federal do dia 16 de dezembro de 2026.

1º Sequência: 4 primeiros dígitos do 1º Prêmio da Loteria Federal;

2º Sequência: 4 primeiros dígitos do 2º Prêmio da Loteria Federal;

3º Sequência: 4 primeiros dígitos do 3º Prêmio da Loteria Federal;

4º Sequência: 4 primeiros dígitos do 4º Prêmio da Loteria Federal;

5º Sequência: 4 primeiros dígitos do 5º Prêmio da Loteria Federal;

6º Sequência: 4 últimos dígitos do 1º Prêmio da Loteria Federal;

7º Sequência: 4 últimos dígitos do 2º Prêmio da Loteria Federal;

8º Sequência: 4 últimos dígitos do 3º Prêmio da Loteria Federal;

9º Sequência: 4 últimos dígitos do 4º Prêmio da Loteria Federal;

10º Sequência: 4 últimos dígitos do 5º Prêmio da Loteria Federal;

11º Sequência: primeira coluna do 1º ao 4º Prêmio da Loteria Federal;

12º Sequência: segunda coluna do 1º ao 4º Prêmio da Loteria Federal;

13º Sequência: terceira coluna do 1º ao 4º Prêmio da Loteria Federal;

14º Sequência: quarta coluna do 1º ao 4º Prêmio da Loteria Federal;

15º Sequência: quinta coluna do 1º ao 4º Prêmio da Loteria Federal;

16º Sequência: primeira coluna do 2º ao 5º Prêmio da Loteria Federal;

17º Sequência: segunda coluna do 2º ao 5º Prêmio da Loteria Federal;

18º Sequência: terceira coluna do 2º ao 5º Prêmio da Loteria Federal;

19º Sequência: quarta coluna do 2º ao 5º Prêmio da Loteria Federal;

20º Sequência: quinta coluna do 2º ao 5º Prêmio da Loteria Federal.

Exemplo:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1º Sorteio | A | B | C | D | E |
| 2º Sorteio | F | G | H | I | J |
| 3º Sorteio | K | L | M | N | O |
| 4º Sorteio | P | Q | R | S | T |
| 5º Sorteio | U | V | W | X | Y |
| 1º Sequência: A B C D<br>2º Sequência: F G H I<br>[...]<br>6º Sequência: B C D E<br>[...]<br>11º Sequência: A F K P<br>[...]<br>16º Sequência: F K P U | | | | | |

§ 1º A leitura e formação das colunas referidas nos incisos I e II deste artigo observará o alinhamento vertical dos dígitos dos bilhetes sorteados nos prêmios indicados, da esquerda para a direita.

§ 2º Considera-se número não atribuído (nulo) a combinação sorteada que não guarde correspondência com nenhum Número da Sorte constante na Lista Definitiva de Participantes previamente publicada.

§ 3º Ocorrendo a extração de número não atribuído para qualquer dos prêmios da Sequência Principal, a combinação correspondente será desconsiderada, passando-se a apuração do referido prêmio para a sequência seguinte, persistindo a não atribuição, sucessivamente para as demais sequências.

§ 4º Caso a aplicação de todas as sequências de um mesmo sorteio resulte em número não atribuído para determinado prêmio, a apuração do prêmio remanescente será realizada no concurso imediatamente subsequente da Loteria Federal, aplicando-se a mesma ordem de extração e sequências estabelecidas neste artigo, excluindo-se sequências já contempladas.

Art. 9. A homologação e a Lista Oficial dos Ganhadores serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios (AMM/MT), e anúncio público realizado por meio das redes oficiais da prefeitura e site oficial.

Art. 10. As omissões ou dúvidas decorrentes da aplicação deste Decreto serão decididas pela Comissão Coordenadora da Campanha

"IPTU PREMIADO 2026", garantido o direito de recurso administrativo ao Prefeito Municipal.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião - MT, 10 de novembro de 2026.

ODIRLEI QUEIROZ FARIA

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

**SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO/ASSESSORA PEDAGOGICA**
**PORTARIA N° 006/2026/SEMEPE, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026. INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DE BOAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS**

**PORTARIA N° 006/2026/SEMEPE, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

Institui o Programa Municipal de Reconhecimento de Boas Práticas Educacionais no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Porto Estrela – MT, e dá outras providências.

**SILVAIR DA SILVA ALMEIDA,** Secretário Municipal de Educação de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

**Considerando** a Política Municipal de Alfabetização, instituída pelo **Decreto Municipal nº** 067/2026, de 27 de agosto de 2026;

**Considerando** a importância de **reconhecer, incentivar e dar visibilidade às boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares, profissionais da educação e estudantes**, contribuindo para o fortalecimento da qualidade da educação pública municipal;

**Considerando o** a importância do trabalho coletivo desenvolvido por gestores, coordenadores pedagógicos, professores, demais profissionais da educação e estudantes para o fortalecimento das aprendizagens e dos resultados educacionais;

**Considerando** as especificidades da **Educação Infantil**, primeira etapa da Educação Básica, e a importância do reconhecimento das práticas que promovam o desenvolvimento integral das crianças, respeitando seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento;

**Considerando** a participação do Município no **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA**, no **Programa Alfabetiza MT** e em outras ações desenvolvidas em regime de colaboração;

**Considerando** a importância do reconhecimento institucional das **boas práticas** voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Porto Estrela – MT, o **Programa Municipal de Reconhecimento de Boas Práticas Educacionais**, com a finalidade de reconhecer, incentivar e dar visibilidade às ações, experiências e práticas que contribuam para o desenvolvimento, a aprendizagem e a melhoria da qualidade da educação municipal.

**Art. 2º** O Programa Municipal de Reconhecimento de Boas Práticas Educacionais tem como objetivos:

I – Reconhecer as boas práticas desenvolvidas no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

II – Reconhecer o trabalho e a contribuição das unidades escolares, gestores, coordenadores pedagógicos, professores, demais profissionais da educação e estudantes;

III – Incentivar o desenvolvimento, a continuidade e a socialização de práticas que contribuam para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes;

IV – Fortalecer as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil, respeitando as especificidades dessa etapa;

V – Fortalecer a alfabetização e a recomposição e consolidação das aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

VI – Incentivar o protagonismo, a participação e o desenvolvimento dos estudantes;

VII – Promover a socialização e a divulgação de experiências educacionais exitosas;

VIII – Fortalecer o trabalho coletivo e a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC e as unidades escolares;

IX – Reconhecer iniciativas que contribuam para o avanço das aprendizagens, dos indicadores e dos resultados educacionais da Rede Municipal de Ensino.

**Art. 3º** Poderão ser contemplados pelas ações de reconhecimento:

I – Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;

II – Gestores Escolares;

III – Coordenadores Pedagógicos;

IV – Professores;

V – Demais profissionais da educação que tenham participação nas ações ou práticas reconhecidas;

VI – Estudantes, individual ou coletivamente;

VII – Equipes ou grupos responsáveis pelo desenvolvimento de ações, projetos, experiências ou práticas educacionais de destaque.

**Art. 4º** As ações de reconhecimento poderão considerar práticas, projetos, experiências, iniciativas e resultados relacionados, entre outros, a:

I – Práticas pedagógicas e experiências voltadas ao desenvolvimento e às aprendizagens na Educação Infantil;

II – Alfabetização, leitura, escrita e aprendizagem matemática;

III – Recomposição e consolidação das aprendizagens;

IV – Melhoria dos resultados educacionais;

V – Acompanhamento e avaliação das aprendizagens;

VI – Incentivo à leitura, literatura e formação de leitores;

VII – Práticas pedagógicas inovadoras e experiências exitosas;

VIII – Inclusão, equidade e garantia dos direitos de aprendizagem;

IX – Participação e protagonismo dos estudantes;

X – Participação das famílias e fortalecimento da relação entre escola e comunidade;

XI – Gestão escolar e liderança pedagógica;

XII – Desenvolvimento de projetos e ações que contribuam para a qualidade da educação municipal.

**Art. 5º** No âmbito da **Educação Infantil**, o Programa contemplará o reconhecimento de boas práticas desenvolvidas pelas unidades escolares, gestores, coordenadores pedagógicos, professores e demais profissionais envolvidos, considerando as especificidades dessa etapa da Educação Básica e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

**§ 1º** Poderão ser consideradas, entre outras, práticas relacionadas às interações e brincadeiras, oralidade, literatura, leitura, cultura escrita, experiências artísticas, inclusão, participação das famílias, organização dos espaços e tempos, desenvolvimento integral das crianças e demais experiências pedagógicas próprias da Educação Infantil.

**§ 2º** O reconhecimento das boas práticas na Educação Infantil respeitará as especificidades próprias da etapa, não estando condicionado a resultados de alfabetização formal ou ao desempenho em avaliações externas.

**Art. 6º** No âmbito dos **Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, o Programa contemplará o reconhecimento institucional das boas práticas desenvolvidas por **unidades escolares, gestores e/ou docentes**, especialmente aquelas voltadas à **alfabetização e à recomposição das aprendizagens**.

**§ 1º** Para o reconhecimento poderão ser considerados as ações desenvolvidas, os indicadores educacionais, os resultados de aprendizagem, a evolução dos estudantes, os registros pedagógicos e demais evidências relacionadas à prática desenvolvida.

**§ 2º** Serão valorizadas as iniciativas que contribuam para a garantia do direito à alfabetização, o fortalecimento da leitura, escrita e aprendizagem matemática, a recomposição das aprendizagens e a melhoria contínua dos resultados educacionais.

**Art. 7º** A identificação das boas práticas, experiências e iniciativas passíveis de reconhecimento poderá considerar, conforme a natureza de cada ação:

I – Resultados de avaliações internas e externas;

II – Indicadores educacionais;

III – Evolução das aprendizagens dos estudantes;

IV – Registros, relatórios e acompanhamento pedagógico;

V – Projetos, portfólios, produções e experiências desenvolvidas;

VI – Participação em ações, projetos, programas e formações;

VII – Práticas de gestão, acompanhamento e mobilização da comunidade escolar;

VIII – Participação das famílias e dos estudantes;

IX – Demais registros e evidências considerados pertinentes à iniciativa.

**Art. 8º** As formas de reconhecimento serão definidas de acordo com a natureza, os objetivos e as características de cada iniciativa, observados o planejamento da Administração Municipal, a disponibilidade administrativa e orçamentária e a legislação aplicável.

**§ 1º** O reconhecimento poderá ocorrer por diferentes modalidades e instrumentos de valorização, incentivo ou reconhecimento institucional, **não ficando limitado a uma única forma.**

**§ 2º** A Administração Municipal poderá estabelecer, para cada iniciativa, o público contemplado, os critérios, os procedimentos e a modalidade de reconhecimento a ser adotada.

**§ 3º** Quando a modalidade de reconhecimento envolver despesa pública, concessão de prêmio, benefício de natureza econômica ou outra forma que dependa de autorização específica, deverão ser observados os requisitos legais, administrativos e orçamentários aplicáveis.

**§ 4º** A instituição do Programa não gera, por si só, direito automático a prêmio, benefício, gratificação, vantagem pecuniária ou funcional de qualquer natureza.

**Art. 9º** Os critérios, indicadores, período de referência, público contemplado, cronograma, procedimentos, formas de reconhecimento e demais condições específicas poderão ser estabelecidos para cada iniciativa por meio de **planejamento, regulamento, edital, ato específico ou instrumento equivalente**, conforme a necessidade.

**Art. 10** As boas práticas, experiências e iniciativas reconhecidas poderão ser divulgadas e socializadas em **seminários, encontros, formações, eventos educacionais, publicações, canais institucionais ou outros espaços** considerados adequados pela Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 11** As ações de reconhecimento poderão ocorrer ao longo do ano letivo ou em períodos específicos, de acordo com o planejamento da Rede Municipal de Ensino e com as características de cada iniciativa.

**Art. 12 A** Secretaria Municipal de Educação poderá estabelecer orientações complementares necessárias à execução do Programa, respeitadas as disposições desta Portaria e a legislação vigente.

**Art. 13** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela - MT, 10 de novembro de 2026.

**SILVAIR DA SILVA ALMEIDA**

Secretário Municipal de educação

Portaria 005/2026

## PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

### RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº 979, DE 09 NOVEMBRO DE 2026.

**PORTARIA Nº 979, DE 09 NOVEMBRO DE 2026.**

Dispõe sobre a designação de Fiscal de Contrato para acompanhamento de contratação realizada por Dispensa de Licitação, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea “f” da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

**Art. 1º** Designar a servidora **Laís Grasiela Pereira de Fonseca**, matrícula nº **5932**, representante da **Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer**, para atuar como **Fiscal de Contrato**, da contratação referente ao seguinte objeto: **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de iluminação e decoração natalina no Município de Poxoréu-MT**, na Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

**Art. 2º** Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar, fiscalizar e registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratado, adotando as medidas necessárias para o fiel cumprimento do contrato, conforme disposto na legislação vigente.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º -** Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 09 novembro de 2026.

**LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA**

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

**CELESTINA ALVES DE SOUZA NETA CAMPOS**

Secretária De Administração

**PORTARIANº17/2026**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**PORTARIA Nº 17/2026** **Poxoréu - MT, 01 de outubro de 2026**

Institui o Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização, destinado aos professores regentes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Poxoréu–MT, estabelece critérios de concessão, acompanhamento, avaliação e permanência, e dá outras providências.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POXORÉU**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,

**CONSIDERANDO** a Constituição Federal de 1988, especialmente os artigos 205, 206 e 211, que tratam do direito à educação, da valorização dos profissionais da educação e do regime de colaboração entre os entes federativos;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto à garantia da qualidade da educação e à valorização e formação continuada dos profissionais do magistério;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, e o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que dispõem sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, visando assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

**CONSIDERANDO** a Lei Estadual nº 11.485, de 28 de julho de 2021, que institui o Programa Alfabetiza MT, e o Decreto Estadual nº 1.065, de 10 de agosto de 2021, que o regulamenta, estabelecendo estratégias de cooperação técnica e financeira entre o Estado de Mato Grosso e os municípios para a melhoria dos resultados da alfabetização;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 2.577, de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Poxoréu–MT;

**CONSIDERANDO** a necessidade de fortalecer a formação continuada, o aperfeiçoamento profissional e a qualificação das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores alfabetizadores;

**CONSIDERANDO** a importância de implementar mecanismos de incentivo, valorização e reconhecimento do compromisso dos professores com a alfabetização das crianças;

**CONSIDERANDO** a necessidade de melhorar os indicadores educacionais, elevar os níveis de aprendizagem e ampliar o percentual de estudantes alfabetizados na idade adequada;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Poxoréu–MT, o Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização, destinado aos professores regentes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino.

§ 1º - O Programa constitui estratégia de incentivo ao desenvolvimento profissional docente e à melhoria dos resultados educacionais, em consonância com a Política Municipal de Alfabetização, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Programa Alfabetiza MT.

§ 2º - A concessão financeira das bolsas observará a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e os critérios estabelecidos nesta Portaria.

§ 3º - O Programa terá acompanhamento sistemático pela Secretaria Municipal de Educação, mediante indicadores de formação, assiduidade, desempenho pedagógico e evolução da aprendizagem dos estudantes.

Art. 2º - São objetivos do Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização:

I – estimular o aperfeiçoamento profissional dos professores alfabetizadores, por meio de processos de formação continuada, capacitação, atualização e aprofundamento dos conhecimentos pedagógicos;

II – incentivar a participação efetiva dos docentes nas formações continuadas promovidas pelo Programa Alfabetiza MT e pela Secretaria Municipal de Educação;

III – fortalecer o compromisso dos professores com a aprendizagem, o desenvolvimento e a alfabetização das crianças;

IV – promover a melhoria dos resultados das avaliações diagnósticas, formativas e externas aplicadas aos estudantes do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

V – ampliar progressivamente o percentual de crianças alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

VI – estimular o planejamento pedagógico fundamentado em evidências, com utilização dos resultados das avaliações para orientar intervenções e recomposição das aprendizagens;

VII – incentivar a assiduidade docente e a continuidade das ações pedagógicas desenvolvidas nas turmas de alfabetização;

VIII – reconhecer o comprometimento e o esforço dos professores na implementação de práticas pedagógicas que promovam avanços na aprendizagem;

IX – contribuir para a redução das desigualdades educacionais, assegurando oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes;

X – fortalecer a Política Municipal de Alfabetização, em articulação com as políticas estaduais e nacionais de alfabetização.

**Art. 3º** - Poderão participar do Programa os professores pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino que estejam formalmente designados para a regência de turmas de 1º ou 2º ano do Ensino Fundamental, observadas as condições previstas na legislação municipal e normas da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - A concessão da bolsa será individual, vinculada ao professor beneficiário e condicionada ao efetivo exercício da regência em turma contemplada pelo Programa.

§ 2º Cada professor poderá receber apenas uma bolsa por competência mensal, independentemente do número de turmas ou vínculos mantidos na Rede Municipal de Ensino.

Art. 4º - São critérios para a concessão da bolsa:
I – estar em efetivo exercício da regência de turma do 1º ou 2º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal;
II – aderir formalmente ao Programa, mediante assinatura de Termo de Compromisso;
III – participar das atividades de formação continuada ofertadas pelo Programa Alfabetiza MT e pela Secretaria Municipal de Educação;
IV – assumir o compromisso de acompanhar sistematicamente a aprendizagem dos estudantes sob sua responsabilidade;
V – realizar e acompanhar as avaliações diagnósticas, formativas e demais instrumentos avaliativos definidos pela Secretaria Municipal de Educação;
VI – desenvolver planejamento pedagógico articulado aos resultados das avaliações e às necessidades de aprendizagem identificadas;
VII – manter atualizados os registros escolares, pedagógicos e avaliativos exigidos pela Rede Municipal;
VIII – comprometer-se com as metas e diretrizes da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 5º - A concessão da bolsa dependerá de homologação pela Secretaria Municipal de Educação, mediante comprovação dos requisitos previstos nesta Portaria.
Parágrafo único. A relação dos professores contemplados será formalizada por ato administrativo específico, observados os limites financeiros e quantitativos estabelecidos no Anexo Único.

Art. 6º - A permanência do professor no Programa e a continuidade do recebimento da bolsa ficarão condicionadas ao cumprimento dos seguintes critérios:
I – Participação na formação continuada
a) participar de, no mínimo, 80% da carga horária das formações obrigatórias ofertadas no período de acompanhamento, admitida reposição formalmente autorizada;
b) participar das formações promovidas pelo Programa Alfabetiza MT, dos encontros pedagógicos e das demais atividades formativas obrigatórias organizadas pela Secretaria Municipal de Educação;
c) demonstrar a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas formações no planejamento e nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula.

II – Assiduidade e compromisso profissional
a) manter regularidade na frequência e no cumprimento das atividades docentes;
b) não apresentar faltas injustificadas ao trabalho durante o período de referência para concessão da bolsa;

c) observar o cumprimento da jornada de trabalho e das responsabilidades pedagógicas estabelecidas pela Rede Municipal de Ensino.

III – Participação nas avaliações educacionais

a) aplicar e acompanhar as avaliações diagnósticas, formativas e externas previstas no calendário da Rede Municipal, respeitadas as competências de aplicação e as condições de participação dos estudantes;

b) assegurar o registro adequado dos resultados de aprendizagem;

c) participar das reuniões de análise dos resultados e de planejamento das intervenções pedagógicas;

d) utilizar os resultados avaliativos para identificar dificuldades e estabelecer estratégias de melhoria da aprendizagem.

IV – Evolução da aprendizagem dos estudantes

a) acompanhar a evolução individual e coletiva dos estudantes nas habilidades de leitura, escrita, matemática e demais competências relacionadas à alfabetização;

b) demonstrar, por meio de registros e avaliações, o desenvolvimento das aprendizagens em relação ao diagnóstico inicial da turma;

c) implementar estratégias de intervenção pedagógica para estudantes com dificuldades de aprendizagem;

d) contribuir para a elevação progressiva dos níveis de alfabetização da turma, considerando as metas e os referenciais de aprendizagem estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - As ausências legalmente justificadas não serão consideradas faltas injustificadas para os fins do inciso II, observadas as regras de efetivo exercício e de elegibilidade previstas na legislação aplicável.

§ 2º - Na análise da evolução da aprendizagem, deverão ser consideradas as condições iniciais da turma, a frequência dos estudantes, as necessidades educacionais específicas, as condições de oferta do ensino e outros fatores que interfiram no processo de aprendizagem.

§ 3º - A ausência de crescimento em determinado indicador não implicará, isoladamente, o cancelamento da bolsa, devendo ser analisado o conjunto das evidências pedagógicas e das ações de intervenção desenvolvidas pelo professor.

Art. 7º - O acompanhamento dos professores beneficiários será realizado pela equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as equipes gestoras das unidades escolares.

Art. 8º - A avaliação do cumprimento dos critérios do Programa ocorrerá de forma contínua, com consolidação bimestral dos resultados pedagógicos e verificação mensal dos requisitos necessários ao pagamento da bolsa.

§ 1º - O acompanhamento considerará, no mínimo:

I – os registros de participação nas formações continuadas;

II – os registros de frequência e assiduidade docente;
III – a realização das avaliações previstas no calendário pedagógico;
IV – os resultados das avaliações diagnósticas e formativas;
V – a evolução dos níveis de aprendizagem dos estudantes;
VI – a execução dos planejamentos e das intervenções pedagógicas propostas;
VII - apresetação de relatório do professor bolsista, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - Para aferição da evolução da aprendizagem, poderão ser utilizados os instrumentos e indicadores de avaliação do Programa Alfabetiza MT, os instrumentos próprios da Rede Municipal e os resultados de avaliações externas oficialmente reconhecidas.
§ 3º - A análise do desempenho deverá considerar o diagnóstico inicial dos estudantes e a evolução registrada ao longo do período, evitando a utilização exclusiva de resultados absolutos ou a comparação descontextualizada entre turmas e unidades escolares.

Art. 9º - Os professores beneficiários deverão apresentar ou manter disponíveis, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação, os registros de acompanhamento das aprendizagens, os instrumentos avaliativos utilizados e as evidências das intervenções pedagógicas desenvolvidas.
Parágrafo único - O monitoramento deverá priorizar os instrumentos e registros já utilizados pela Rede Municipal, evitando duplicidade de exigências administrativas e sobrecarga documental dos professores.

Art. 10 - A concessão da bolsa poderá ser suspensa ou cancelada, mediante decisão administrativa fundamentada, nas seguintes situações:
I – desligamento do professor da regência de turma contemplada pelo Programa;
II – não cumprimento injustificado da frequência mínima exigida nas atividades formativas obrigatórias;
III – registro de 20% de faltas injustificadas ao trabalho durante o período de referência;
IV – recusa injustificada em participar das avaliações educacionais previstas ou descumprimento das responsabilidades diretamente atribuídas ao professor;
V – ausência injustificada de registros de acompanhamento da aprendizagem ou de execução das intervenções pedagógicas previstas;
VI – descumprimento reiterado dos compromissos assumidos no Termo de Compromisso;
VII – apresentação de informações ou documentos falsos;
VIII – perda de qualquer requisito legal de elegibilidade.

§ 1º - Identificada irregularidade passível de correção, o professor será notificado para apresentar justificativa e, quando cabível, cumprir plano de adequação pedagógica no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - A suspensão ou o cancelamento dependerá de procedimento que assegure ao interessado ciência dos motivos, possibilidade de manifestação e decisão fundamentada.

§ 3º - O professor poderá apresentar recurso administrativo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da ciência da decisão, dirigido à autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º - A suspensão do pagamento não exclui a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de assegurar apoio técnico-pedagógico ao professor para superação das dificuldades identificadas.

Art. 11 - Nos casos de afastamento, licença, substituição docente ou alteração da unidade de exercício, o direito à bolsa será analisado conforme a efetiva permanência nos requisitos do Programa e as disposições da legislação municipal.

Parágrafo único - É vedado o pagamento em duplicidade da mesma bolsa ao mesmo beneficiário na mesma competência mensal.

Art. 12 - Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – coordenar e supervisionar a execução do Programa;

II – estabelecer orientações pedagógicas para o acompanhamento dos beneficiários;

III – promover, em articulação com o Programa Alfabetiza MT, ações de formação e capacitação profissional;

IV – definir os instrumentos de monitoramento e de avaliação;

V – acompanhar os resultados educacionais das turmas contempladas;

VI – verificar o cumprimento dos critérios de concessão e permanência;

VII – homologar a relação de beneficiários;

VIII – encaminhar ao setor competente as informações necessárias ao processamento dos pagamentos;

IX – elaborar relatório anual de acompanhamento, contendo os resultados alcançados e a avaliação da efetividade do Programa.

Art. 13 - Compete às equipes gestoras das unidades escolares:

I – acompanhar a frequência e a participação dos docentes nas atividades do Programa;

II – registrar e informar à Secretaria Municipal de Educação as situações que possam comprometer os requisitos de permanência;

III – apoiar a realização das avaliações e o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes;

IV – promover reuniões pedagógicas destinadas à análise dos resultados;

V – acompanhar a implementação dos planos de intervenção pedagógica;

VI – colaborar com a organização das evidências e dos registros necessários ao monitoramento do Programa.

Art. 14 - O valor mensal da bolsa, o período de concessão, o quantitativo máximo de bolsas e os limites financeiros do Programa constam exclusivamente do Anexo Único desta Portaria.

§ 1º - O pagamento será realizado mensalmente, mediante confirmação do cumprimento dos requisitos exigidos e homologação pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - A concessão e o pagamento dependerão de disponibilidade orçamentária e financeira, regularidade administrativa e observância das normas de responsabilidade fiscal.

§ 3º - O pagamento da bolsa não será incorporado ao salário ou à remuneração do servidor para quaisquer efeitos legais, não integrará a base de cálculo de outras vantagens pecuniárias e não estará sujeito a descontos previdenciários ou à retenção de Imposto de Renda.

§ 4º - O recebimento da bolsa não gera direito à continuidade do benefício após o encerramento do período de concessão ou a perda dos requisitos legais.

Art. 15 - As despesas decorrentes da execução do Programa correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, observadas a legislação orçamentária e financeira vigente e as exigências da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 16 - A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir orientações complementares necessárias à execução desta Portaria, desde que não alterem os critérios essenciais de concessão ou criem obrigações financeiras sem a correspondente autorização legal.

Art. 17 - O Programa será objeto de avaliação periódica, com a finalidade de verificar sua contribuição para o aperfeiçoamento dos professores, o desenvolvimento das práticas pedagógicas, a evolução da aprendizagem e a melhoria dos indicadores de alfabetização da Rede Municipal.

Art. 18 - Os casos omissos serão analisados e decididos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 19 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando o início dos efeitos financeiros condicionado ao cumprimento dos requisitos legais e orçamentários pertinentes, vedados pagamentos retroativos sem autorização legal.

Poxoréu–MT, 01 de outubro de 2026.

LUCIANI APARECIDA DE ALMEIDA ASSIS
Secretária Municipal de Educação

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**ANEXO ÚNICO**

**QUADRO DE CONCESSÃO DAS BOLSAS DE INCENTIVO À ALFABETIZAÇÃO**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**
Programa Municipal de Bolsa de Incentivo à Alfabetização.

**2. PÚBLICO BENEFICIÁRIO**
Professores regentes de turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Poxoréu–MT, observada a legislação autorizativa.

**3. VALORES, QUANTITATIVOS E PERÍODO DE CONCESSÃO**

| Descrição | Especificação |
|---|---|
| Modalidade | Bolsa de Incentivo à Alfabetização |
| Valor mensal por bolsa | R$ 600,00 |
| Período de concessão | 10 meses |
| Quantidade máxima de bolsas | 30 bolsas |
| Valor total por bolsa no período | R$ 6.000,00 |
| Investimento mensal máximo | R$ 600,00 × 30 = 18.000,00 |
| Investimento total máximo | R$ 6.000,00 × 30 = 180.000,00 |
| Ano letivo de referência | 2026 |
| Unidade gestora | Secretaria Municipal de Educação |

**4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA**
As bolsas serão concedidas em até 10 (dez) competências mensais, conforme calendário letivo de execução aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, condicionado à manutenção dos requisitos estabelecidos na Portaria e à disponibilidade orçamentária e financeira.

Poxoréu–MT, 01 de outubro de 2026.

LUCIANI APARECIDA DE ALMEIDA ASSIS
Secretária Municipal de Educação

# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026– SME– POXORÉU/MT

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026 – SME – Poxoréu/MT**

Dispõe sobre critérios e procedimentos para composição de turmas, calendário escolar, composição do quadro efetivo e contratado das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, processo de contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas dos Docentes da Educação Infantil e Fundamental e do regime/jornada do Apoio Educacional I e II, Agente Educacional e Técnico Educacional I, pertencentes ao quadro efetivo e contratado dos Profissionais da Educação nas unidades escolares e SME para o ano letivo de 2027, bem como regulamenta o processo dos docentes e profissionais em Readaptação de Função e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e a Lei Complementar Estadual nº 49/1998;
Considerando a Lei nº 2251/2021 – Reestruturação do Plano Municipal de Educação de Poxoréu/MT;
Considerando a Lei nº 1512/2012 – Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação e funções de gestão da Educação Básica do Município de Poxoréu/MT;
Considerando a Lei nº 1955/2019 - Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu/MT;
Considerando a Lei nº 1953/2019 - Plano de Cargo, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação e funções de gestão da Educação Básica do Município de Poxoréu/MT;
Considerando a Lei Municipal nº 2.314/2022 – Gestão Democrática;
Considerando a Lei Municipal nº 2.577/2026 – Política Municipal de Alfabetização;
Considerando o Decreto nº 050/2017 - Regulamenta a entrega de atestado médico para fins de justificativa e abono de falta ao serviço;
Considerando a Resolução Normativa nº 009/2023/CEE-MT que estabelece normas para a Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providencias;
Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos profissionais de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;
Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos e contratados nas unidades escolares municipais assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;
Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino dos efetivos e contratados;
Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição do Apoio Educacional I e II, Técnico Educacional I, Agente Educacional, demais servidores contratados regime/jornada de trabalho nas unidades escolares para funcionários efetivos;
Considerando a necessidade de definir critérios que visem à composição de turmas das Escolas Municipais e a organização de seus respectivos quadros de pessoal;
Considerando a Resolução Normativa nº 001/2012-CEE/MT que fixa norma para oferta da Educação Especial na Educação Básica do sistema estadual de ensino de Mato Grosso.
Considerando o incentivo à prática pedagógica de estagiários através de programas de estágio que serão pactuados com entidades que oferecem curso de formação em ensino médio e/ou técnico, em pedagogia, normal superior e Licenciatura Plena.

RESOLVE:

## SEÇÃO I
## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor e regime/jornada

de trabalho do Apoio Educacional I e II, Agente Educacional, Técnico Educacional I e Professores Contratados, das unidades escolares da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino e das demais repartições ligadas à Secretaria Municipal de Educação para o ano de 2027.

Art. 2º - Todos os professores, inclusive contratados, Apoio Educacional I e II, Técnico Educacional I e Agente Educacional que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino deverão participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais nas situações funcionais abaixo:
I - Em afastamento por licença para tratamento de interesse particular (quando em vigência);
II - Cedidos sem ônus para o órgão de origem, que ainda estiver em vigência no período de atribuição;
III - O servidor em exercício de mandato eletivo que se desincompatibilizou das suas funções;
IV - Servidor em exercício de mandato classista;
V - Servidor em vacância;
VI - Servidor em Licença para Acompanhamento de Cônjuge.

§ 1º - Após término do afastamento, o profissional deverá comparecer à Secretaria Municipal de Educação para ser atribuído na unidade escolar onde é lotado no cargo/função que estiver sendo ocupado por um interino/contratado.

§2º- Caberá à Secretaria Municipal de Educação convocar o servidor para regularização da vida funcional e, caso este não atenda à convocação, a Secretaria Municipal de Educação deverá informar à Secretaria de Administração para as providências pertinentes.

Art.3º - Após análise e aprovação desta Instrução Normativa pelos representantes das unidades escolares e sindicato dos trabalhadores municipais, os gestores deverão realizar ciclos de estudos da mesma, em suas respectivas unidades escolares, com os profissionais da educação e CDCE-Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e compor a comissão de inscrição e atribuição de classes e/ou aulas, para conduzir os trabalhos de inscrição dos professores e demais profissionais.

Art. 4º – O professor que solicitou remoção, de acordo com o art. 48 da Lei 1512/2012 e com o art. 44 da Lei 1953/2019, deverá participar do processo de atribuição da jornada de trabalho na escola que pleiteia a remoção no dia previsto na Instrução Normativa nº 02/2026.

§ 1º - O funcionário que estiver interesse em remoção, deverá apresentar o requerimento na SME até o dia 27 de novembro de 2026.

Art. 5º – O professor efetivo poderá ser contratado para aulas livres, educação integral, projetos educacionais ou atendimento a programa educacional da SME no percentual de até 30% de sua

jornada de trabalho.

Art. 6º - Os contratos em substituição serão formalizados pelo prazo do impedimento legal do titular.

**SEÇÃO II**
**DA CONSTITUIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE INSCRIÇÃO**

Art. 7º - Para a realização do processo de criação da comissão de inscrição e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, bem como, do processo de atribuição dos não docentes, serão constituídas comissões que conduzirão o processo em etapas distintas, a saber:

**1ª ETAPA**

§ 1º - Comissão de inscrição e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, para professor, inclusive contratado, Apoio Educacional I e II, Técnico Educacional I, sendo composta de:

1 – Diretor da escola;

2 – 01 (um) profissional da educação básica escolhido pela unidade escolar;

3 – 01 (um) membro do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar segmento pais.

**2ª ETAPA**

§ 2º - Comissão do processo de inscrição e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho para os professores, inclusive contratado, bem como do Apoio Educacional I e II, Técnico educacional I e Agente Educacional efetivos remanescentes das unidades, sendo composta de:

I - 02 Coordenadores Pedagógicos da SME;

II - Secretária das Escolas Rurais e Indígenas.

Art. 8º – A comissão deverá elaborar e divulgar Edital de Convocação dos professores, inclusive contratado, Apoio Educacional I e II, Técnico Educacional I e Agente Educacional, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa, contendo todas as informações necessárias ao processo de inscrição e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho do professor e processo de atribuição dos não docentes, a saber:

a – Período de inscrição e contagem de pontos dos servidores da educação efetivos na unidade em que se inscreveram e que estão lotados.

b – Cronograma de atribuição, com datas, horários e local afixando-o em local de fácil visualização, conforme critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa:

I – Afixar, para divulgação, em local de fácil visualização, a relação nominal dos Professores por ordem

decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, constante do quadro demonstrativo, com um mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência à atribuição.

II – Elaborar atas ao término de cada etapa do processo de atribuição da jornada de trabalho, conforme Instrução Normativa, discriminando as aulas atribuídas, professores remanescentes, aulas e funções não atribuídas, eventuais recursos interpostos, com assinatura da Comissão de trabalho, ou seja, de todos os membros do grupo e todos os participantes.

**SEÇÃO III**
**DAS INSCRIÇÕES, CONTAGEM DE PONTOS E ATRIBUIÇÕES**

Art. 9º - Para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, será considerada a carga horária do professor definida nas Leis Nº. 1512/2012 e Nº. 1953/2019, conforme quadro abaixo e a carga horária anual da matriz curricular de opção da escola, homologado pela gestão escolar/SME.

| Regime/Jornada | Sala de Aula | Hora Atividade |
|---|---|---|
| 40 horas* | 28 horas | 12 horas |
| 30 horas | 20 horas | 10 horas |
| 20 horas | 14 horas | 06 horas |

I - Serão atribuídas classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho para as seguintes turmas e nível de Ensino:

Educação Infantil:

- Berçário: Professores e Monitores;
- Maternal: Professores e Monitores;
- Pré-I: Professores;
- Pré-II: Professores.

Ensino Fundamental:
- 1º ao 5º Ano: Professores.

II - O regime de trabalho de 40 horas será para turmas de tempo integral, sendo que o professor terá uma carga horária de 30 horas de concurso ou contrato, acrescidas de 10 horas excedentes.

III – Cabe à Equipe Gestora definirem a forma de operacionalização das horas-atividades, respeitando o artigo 43 da Lei 1512/2012 e o artigo 39 da Lei 1953/2019.

§1º - Entende-se por horas-atividades aquelas destinadas à preparação e avaliação do trabalho pedagógico, à formação em trabalho, à colaboração com a administração da escola e SME, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola.

§ 2º - As horas-atividades deverão ser cumpridas, integralmente, no âmbito da unidade escolar, no contra-turno do trabalho em sala de aula, nos horários de 7h às 11h e 12:30h e 16:30h, de acordo com o turno de funcionamento da unidade escolar e de atendimento ao aluno, conforme Projeto Político Pedagógico da Unidade escolar, com acompanhamento da equipe pedagógica.

§ 3º - Para o cumprimento da jornada de trabalho semanal das horas-atividades deverão observar- se as seguintes orientações:
a) atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Escolar;

b) participação no Projeto Sala do Educador, formações do ALFABETIZA MT, Aprende Brasil, IntraAct e/ou Programa ProLEEI e demais atividades de capacitação previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e da SME e ao aperfeiçoamento profissional;

c) preparação e avaliação do trabalho didático, incluindo o Diário Escolar (frequência, relatórios, avaliações e planejamento;

d) preparar e aplicar com o auxílio da Coordenação Pedagógica da Unidade Escolar testes avaliativos internos e externos da SME;

e) acompanhar e monitorar os resultados avaliativos internos e externos da sua turma, escola e município;

f) atividades propostas pela Unidade Escolar e SME, tais como: reuniões pedagógicas, conselho de classes, visitas entre escolas para troca de informações junto a equipe multifuncional, assembleias, articulação com a comunidade e outros.

II - À Equipe Gestora, como mediadora do cumprimento das horas-atividades, caberá:
a) assegurar o registro do processo de participação (presença em atividades internas e externas) através da utilização do Relógio de Ponto Digital (com Biometria) ou, havendo problemas com o Ponto Digital, através de ficha conforme modelo abaixo:

| Dia/ Mês | Nome Servidor | Sit. Func. | CH/Atividade | Horário | | Assinatura | Obs. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Entr. | Saída | | |
| | | | | | | | |

b) encaminhar os casos de não cumprimento da hora-atividade à SME para que a mesma encaminhe a SAD e as faltas sejam descontadas em folha de pagamento;

c) monitorar e fazer cumprir os registros dos planejamentos e do diário online (frequência, relatórios, avaliações e planejamento);

d) organizar o cronograma de hora-atividade dos professores, distribuindo por turma durante a semana, principalmente sobre o tempo destinado a planejamento e estudos, para evitar a concentração de professores em único dia da semana e possibilitar a equipe pedagógica da SME o acompanhamento das atividades, reuniões e aplicação de capacitações, ficando como recomendação: segundas-feiras berçário e maternal, 1º e 2º anos, terças-feiras pré I e pré II, 3º e 4º anos e quartas-feiras 5º anos.

e) os gestores deverão acompanhar a frequência dos alunos na aula de reforço escolar, tomando providências quanto às faltas, caso necessário e de acordo com o artigo 43 da lei 1512/12 e o artigo 39 da lei 1953/2019, há necessidade de documentos comprobatórios da efetividade das horas (3 horas) destinadas ao reforço escolar com alunos que necessitam de atendimento diferenciado para melhorar sua aprendizagem.

III - Monitor de Creche – 30 horas a carga horária será de acordo com a necessidade da escola, podendo ser 06 horas ininterruptas ou fracionada em 03 horas matutino e 03 horas vespertino, de acordo com o planejamento feito pela unidade escolar.

Art. 10 – Para a realização do processo de atribuição e regime/jornada de trabalho do Apoio Educacional I e II, Técnico Educacional I e Agente Educacional, será considerado a carga horária definida na Lei Nº. 1512/2012, Lei Nº. 1955/2019 e na Lei Nº. 1953/2019, conforme quadro abaixo e a carga horária anual homologada pela gestão escolar /SME.

| Regime / Jornada | Distribuição |
|---|---|
| 30h | 06 horas ininterruptas |
| 30h | 06 horas fracionadas (03h no período matutino e 03h no período vespertino) |
| 40h | 04 horas por período mat/vesp |

Parágrafo único – O Agente Educacional (motorista) será atribuído de acordo com as rotas escolares pré- estabelecidas pela coordenação de transporte para o ano de 2027, no dia 10/12/2026, sendo que o mesmo deverá cumprir outras demandas da SME, caso seja necessário.

Art. 11 - A atribuição dos servidores efetivos e professores contratados será na unidade em que estes se inscreveram.

Art. 12 - A atribuição de classes e/ou aulas feitas por um professor efetivo que esteja em cargo comissionado, não poderá ser atribuído por outro professor efetivo.

Art. 13 - Os professores efetivos interessados em concorrerem à vaga de professor articulador atribuirá

diretamente na sala de articulação, dando início às atividades no começo do ano letivo.

§ 1º - Os professores efetivos interessados em concorrerem à vaga de articulador deverão apresentar perfil para desenvolver as atividades inerentes ao apoio pedagógico, tendo atitudes de propor novas estratégias de ensino/aprendizagem em consonância com o professor regente, desempenhando suas funções conforme Portaria SME nº 01/2026.

§ 2º - Os professores efetivos interessados em concorrerem à vaga de articulador deverão apresentar seu plano de ação até o dia 27 de novembro de 2026 na SME, conforme Portaria SME nº 01/2026.

§ 3º - Os professores efetivos inscritos para Professor Articulador deverá defender seu plano no dia 03 de dezembro de 2026 na SME, conforme Portaria SME nº 01/2026.

§ 4º - Na Escola Municipal Epaminondas Correia de Oliveira, o professor que atribuir a sala de recurso, atenderá também a sala de articulação.

§ 5º - Nas unidades do Ensino Fundamental e Educação Infantil onde há alunos com deficiência e que apresentam necessidade constante de auxílio nas atividades de higiene, locomoção e alimentação no cotidiano escolar, será disponibilizado um cuidador por período, conforme Parecer da Equipe Multiprofissional da SME.

§ 7º - O gestor escolar que entender que há necessidade da disponibilização de cuidador para auxiliar nas atividades em sala de aula deverá apresentar documento de solicitação (com laudo ou parecer da Equipe Multiprofissional da SME) à SME, para posterior avaliação e orientação sobre o atendimento que a escola deverá oferecer.

§ 7º - O Professor articulador poderá ser usado como professor de turma regular, em situações específicas de ausência de profissionais, em período que não caracterize substituição permanente de professor ausente da turma.

Art. 14 - Os profissionais do Apoio Educacional I e II, Técnico Educacional I e Agente Educacional realizarão o processo de inscrição regime/jornada de trabalho no local onde foram atribuídos no ano anterior (unidade escolar ou SME), podendo pedir remoção caso haja vaga.

§ 1º - O funcionário que estiver interesse em remoção, deverá apresentar o requerimento na SME até o dia 27 de novembro de 2026.

Art. 15 - O profissional da educação efetivo e/ou contratado que deixar de participar das etapas do

processo de inscrição e atribuição da jornada de trabalho, constantes desta Instrução Normativa, será lotado pela SME onde houver vagas.

Parágrafo Único - Excetua-se desta medida aquele que for representado por um procurador legalmente documentado.

Art. 16 – A ordem de atribuição de turmas e/ou aulas dos professores será: 1º - professor efetivo, 2º - professor contratato pedagogo e 3º - professor contratado leigo.

Paragrafo Único - Os professores contratados atribuirão turmas e/ou aulas nas unidades escolares que estão atuando, salvo os que ficarem remanescente que será na SME.

Art. 17 - A realização da atribuição da jornada de trabalho dar-se-á em observância à adequação da formação dos professores às respectivas etapas e modalidades e/ou especificidades da Educação Básica, a saber:

a) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Indígena – a formação do professor para atuar nas escolas Municipais, nos anos iniciais, por ordem de prioridade, será habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena e/ou Curso Normal Superior, e nas escolas onde estes profissionais não forem suficientes, outros profissionais de áreas afins poderão atuar, em caráter excepcional.

b) 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental: habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena e/ou Curso Normal Superior e também deverá comprovar participação de no mínimo 80% em formações/capacitações de programas como o Albabetiza MT e IntraAct e experiência de no mínimo 01 ano em alfabetização.

Art. 18 - Os contratos de aulas adicionais e contratos temporários de aulas livres ou em substituição serão cancelados no decorrer do ano, nas seguintes situações:
I – A pedido;
II – Quando do retorno do professor afastado que estiver em condições de assumir a função do cargo efetivo;
III - Quando o servidor apresentar no bimestre 10% (dez por cento) ou mais de faltas injustificadas;
IV - Descumprir as atribuições legais do cargo de professor;
V- Práticas educativas que contrarie os princípios balizadores do Projeto Político Pedagógico da escola;
VI - Na existência de subemprego;
VII - No caso de junção de turmas.

Art. 19 - Os contratos de Apoio Educacional I, Técnico Educacional I e Agente Educacional em

substituição serão cancelados no decorrer do ano, nas seguintes situações:
I – A pedido de assumir a função do cargo efetivo;
II - Quando o servidor apresentar no bimestre 10% (dez por cento) ou mais de faltas injustificadas;
III - Descumprir as atribuições legais do cargo que está exercendo;
IV - Práticas educativas que contrarie os princípios balizadores do Projeto Político Pedagógico da escola;
V - Na existência de subemprego;
VI – Quando do retorno do servidor afastado.

Art. 20 - Fica sob a responsabilidade do diretor do estabelecimento ou seu substituto legal a verificação e a comunicação, primeiramente à SME, da ocorrência das situações constantes dos itens II a IV.

Art. 21 - A carga horária do professor efetivo deverá ser atribuída em uma única escola.

Art. 22 - No caso em que o professor se sentir prejudicado, quando do processo de atribuição da jornada de trabalho de aulas livres, caberá recurso à Comissão de trabalho constituída conforme consta no artigo 8º, desde que o mesmo tenha participado de uma das etapas previstas nesta Instrução.

Parágrafo único – O recurso referido no “Caput” deste artigo não terá efeito suspensivo do processo, devendo ser interposto até 48 horas após cada sessão, tendo a autoridade igual caso para a emissão de Parecer definitivo sobre a questão.

Art. 23 - Cabe à SME informar às unidades escolares os nomes dos profissionais da educação que assumirão aulas livres e/ou em substituição, o ano e ciclo, a etapa da Educação Infantil, bem como a função que os não docentes irão assumir.

Art. 24 – Cabe à SME o acompanhamento e organização do quadro de professores contratados, inclusive remanejamente de uma unidade educacional para outra, de acordo com a Lei 1512/2012 e Lei 1953/2019.

Art. 25 - Todos os professores e monitores, após a atribuição da jornada de trabalho referente às aulas atribuídas, na semana do planejamento, construirão o plano de trabalho anual incluindo, objetivamente, as metodologias, as ações e as formas de avaliações, de acordo com a Lei nº. 1512/2012 e Lei nº. 1953/2019.

Art. 26 - Cabe à SME fazer cumprir o calendário escolar, bem como as orientações existentes nesta Instrução Normativa, a fim de não comprometer a legalidade do processo de atribuição da jornada de

trabalho.

Art. 27 - Compete à SME orientar e acompanhar o processo de execução de atribuição da jornada de trabalho das unidades escolares, dentre outras atividades descritas nesta Instrução, tornando-se corresponsável pelas falhas, omissões e irregularidades que venham obstaculizar o processo de atribuição da jornada de trabalho.

Art. 28 - Encerrado o processo de atribuição da jornada de trabalho, compete à SME avaliar a execução de todo o processo.

**SEÇAO IV**
**ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES/TURMAS**

Art. 29 - A organização das turmas na Educação Infantil levará em conta a proposta pedagógica, recomendando-se, no geral, a seguinte relação MÍNIMA relação profissional/criança, com base no art. 17 da Resolução nº 009/2023 CEE MT:

a) crianças de 06 meses a 1 ano ( berçario 1) – para cada 6 estudantes: 1 profissional;
b) crianças a partir de 1 ano (berçario 2) - para 8 estudantes: 1 profissional;
c) crianças de 2 anos (maternal 1) – para cada 10 estudantes: 1 profissional;
d) crianças 3 anos (maternal 2) - para cada 12 crianças: 1 profissional;
e) crianças de 4 e 5 anos ( pré 1 e 2) - 25 estudantes: 1 profissional.

§ 1º - A disposição de profissionais nas turmas na Educação Integral:

I - CMEI José Altamiro Paim:

a) Berçário I = 1 professor 40 horas e 6 monitores (3 matutino e 3 vespertino) cada turma, período integral;
b) Berçário II = 1 professor 40 horas e 6 monitores (3 matutino e 3 vespertino) cada turma, período integral;
c) Maternal I = 1 professor 40 horas e 4 monitores (2 matutino e 2 vespertino) cada turma, período integral;
d) Maternal II = 1 professor 40 horas e 2 monitores (1 matutino e 1 vespertino) cada turma, período integral;
e) Pré I e II = 1 professor 40 horas e 1 monitor (1 vespertino), cada turma, período integral.

II - CMEI Profª Terezinha Gregório Ferreira:

f) Berçário I = 1 professor 40 horas e 6 monitores (3 matutino e 3 vespertino) cada turma, período integral;
g) Berçário II = 1 professor 40 horas e 6 monitores (3 matutino e 3 vespertino) cada turma, período integral;

h) Maternal I = 1 professor 40 horas e 4 monitores (2 matutino e 2 vespertino) cada turma, período integral;
i) Maternal II = 1 professor 40 horas e 2 monitores (1 matutino e 1 vespertino) cada turma, período integral;
j) Pré I e II = 1 professor 40 horas e 1 monitor (1 vespertino), cada turma, período integral.

III - CMEI José Dias Coutinho:
a) Maternal I e II = 1 professor 30 horas e 1 monitor cada turma, por período;
b) Pré I e II = 1 professor 30 horas por turma, por período.

IV - EM Epaminondas Correia de Oliveira:
a) Maternal I e II = 1 professor 30 horas e 1 monitor cada turma, por período;
b) Pré I e II = 1 professor 30 horas por turma, por período.

IV - EM Profª Leila Aparecida de Oliveira:
a) 1 professor 30 horas por turma, por período.

§ 2º - Caso o número mínimo de alunos não seja alcançado, todos os alunos deverão ser remanejados para outras turmas, podendo ocorrer, inclusive, entre unidades, desde que pertençam à mesma localidade (distrito/cidade) onde reside o educando.

Art. 30 - A organização das turmas no Ensino Fundamental dar-se-á conforme as seguintes orientações:

I - As unidades escolares deverão constituir as turmas do ensino fundamental (1º e 2º Ciclos) respeitando o número máximo de alunos por turma.
a) 1º Ano = 25 alunos;
b) 2º Ano = 25 alunos;
c) 3º Ano = 30 alunos;
d) 4º Ano = 30 alunos;
e) 5º Ano = 30 alunos.

II - Para constituição de turmas as unidades escolares obedecerão a quantidade mínima de alunos para abrir uma turma:
a) 1º Ano = 15 alunos;
b) 2º Ano = 15 alunos;
c) 3º Ano = 20 alunos;
d) 4º Ano = 20 alunos;

e) 5º Ano = 20 alunos.

II – A unidade que estiver com número de alunos inferior ao estabelecido por turma procederá da seguinte forma:
a) A Equipe Gestora realizará remanejamento dos alunos dentro da própria unidade escolar, fechando as turmas com número reduzido de alunos.

b) Após isso, caso haja número excessivo de alunos nas turmas receptoras, a Equipe Gestora deverá, imediatamente, comunicar à SME, encaminhando os alunos a outra unidade escolar.

III - Caso em duas unidades escolares tenha turmas do mesmo ano e ambas com número inferior ao mínimo, a turma com menor número de alunos terá os mesmos remanejados.

IV - Em caso de impossibilidade de remanejamento dos alunos excedentes por falta de vaga em outra unidade escolar, a Equipe Gestora deverá organizar a quantidade de alunos por turmas a fim de equilibrá-las, submetendo a medida à apreciação e homologação da SME.

V – A Coordenação Pedagógica da SME poderá a qualquer tempo e zelando pelo disposto acima, intervir no processo, propondo alterações na constituição das turmas, homologando ou vetando os atos que lhes forem submetidos à apreciação pelas Equipes Gestoras.

VI - A Coordenação Pedagógica passará nas unidades escolares antes do dia da atribuição para verificação da formação de turmas.

VII - A organização das turmas deverá ter critérios bem claros, como o nível de aprendizagem dos alunos, mediante diagnóstico do ano anterior, idade, de maneira a evitar distorções e desequilíbrio nas turmas.

§ 1º – As matrículas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental obedecerão ao corte etário estabelecido pelo Conselho Estadual de Educação, através da Resolução nº 009/2023 CEE/MT ou seja, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março do ano em que se realiza a matrícula. É vedada, portanto, a realização de matrículas fora desta norma.

A) 1º Ano - 01/04/2020 até 31/03/2021;
B) Pré II - 01/04/2021 até 31/03/2022;
C) Pré I - 01/04/2022 até 31/03/2023;
D) Maternal II - 01/04/2023 até 31/03/2024;
E) Maternal I - 01/04/2024 até 31/03/2025;

F) Berçário II - 01/04/2025 até 31/03/2026;
G) Berçário I - 01/04/2026 até 31/10/2026 ou 6 (seis) meses completos.

**SEÇÃO V**
**DAS FÉRIAS, RECESSO, LICENÇA-PRÊMIO E ATESTADO MÉDICO**

Art. 31 - O professor e os demais profissionais da Educação Básica em efetivo exercício do cargo usufruirão de férias anuais:
a) 45 (quarenta e cinco) dias para o professor em exercício na Unidade Escolar, sendo:
15 (quinze) dias no término do 1º semestre previsto no calendário escolar vigente: 05/07/2027 a 19/07/2027.
30 (trinta) dias no encerramento do ano letivo previsto no calendário escolar vigente: 21/12/2026 a 19/01/2027.

b) 30 (trinta) dias para os demais Profissionais de Educação Básica (Apoio Educacional I e II, Técnico Educacional I e Agente Educacional), com exceção dos Monitores, sendo:
20 dias no período: 05/01/2027 a 24/01/2027.
10 dias no período: 05/07/2027 a 14/07/2027.

§ 1º - Os profissionais que estão no cargo de diretor e secretário escolar gozarão de férias no decorrer do ano letivo, em período alternado.

§ 2º - Os professores em exercício fora da unidade escolar gozarão de 30 (trinta) dias de férias anuais.

Art. 32 – Após o término do processo de atribuição todos os servidores da SME em desvio de função por questões médicas, deverão apresentar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis todos os documentos que comprovem a necessidade do desvio. São eles:

I - Laudo descritivo da patologia, emitido por médico especialista.
II – Documento com especificação do período necessário em desvio, explicitando data de início e término.
III - Relatório descritivo das atividades que não podem ser desempenhadas em razão da patologia.

Art. 33 – O não cumprimento do que reza o artigo anterior, implicará no imediato retorno às funções de origem.
Parágrafo único - O não retorno às funções de origem acarretará a suspensão do pagamento da remuneração do servidor até ulterior deliberação.

Art. 34 – O profissional em desvio de função deverá ser readaptado a outras funções que, possivelmente, gerariam contratação de outros funcionários na unidade onde é lotado, levando em conta o relatório médico apresentado.

§ 1º - No caso de impossibilidade de readaptação na unidade em que o servidor é lotado, o mesmo deverá atribuir outra função em qualquer unidade vinculada à SME.

§ 2º - Em caso de impossibilidade de readaptação do servidor a outra função, o mesmo será encaminhado à SAD para demais providências.

Art. 35 - O pagamento de 1/3 de férias do Docente, Apoio Educacional I e II, Técnico Educacional I e Agente Educacional será automático por ocasião do usufruto das férias, sendo que dos professores será sobre o período de 45 dias.

Parágrafo único – O Agente Educacional deverá usufruir de férias no período de recesso escolar ou em tempo de férias coletivas nas unidades.

Art. 36 - Quando o diretor for usufruir de suas férias, deverá informar à SME através de memorando o nome do coordenador pedagógico que responderá pela unidade durante sua ausência, o mesmo deverá ocorrer em caso de licença médica.

Parágrafo único - O coordenador pedagógico indicado pelo diretor não fará jus a acréscimo da gratificação.

Art. 37 - O usufruto de licença-prêmio obedecerá às seguintes condições:

I - O número de Profissionais da Educação Básica em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da SME.

§ 1º - Para deferimento e possibilitar o controle das concessões de licença, a SME deverá proceder anualmente à escala dos Profissionais de Educação Básica, garantindo os recursos orçamentários e financeiros necessários ao pagamento.

§ 2º - A escala e requerimento de licença-prêmio e férias dos Profissionais de Educação Básica deverá ser enviada pelo Gestor Escolar à SME até o dia 27 de novembro de 2026, devidamente assinado.

Art. 38 - O professor que apresentar atestado médico ou ter suas faltas justificadas não o exime da reposição de aulas para o cumprimento da carga horária do aluno, em observância ao Calendário

Escolar (carga horária mínima de 200 dias letivos) previsto na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96.

§ 1º - Para efeito do exposto no caput deste artigo, não será computado falta na vida funcional do servidor e fará jus à pontuação de assiduidade conforme estabelecido na ficha de contagem de pontos.

§ 2º - O documento médico que atestar o comparecimento ou determinar o afastamento temporário de servidor público municipal deverá ser protocolado na SME no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data de sua expedição, sendo absolutamente vedada a utilização ou aceite de documentos médicos com data retroativa, conforme prevê o Artigo 1º, § 4º do Decreto 050/2017.

§ 3º - Não será contratado em substituição nenhum servidor por período inferior a 30 (trinta) dias.

§ 4º - O monitor de creche que participar das formações ministradas pela SME ou pela unidade escolar, com frequência mínima de 80%, bem como não apresentar faltas injustificadas no ano em exercício poderá usufruir dos 15 (quinze) dias de recesso escolar dos alunos no meio do ano.

**SEÇÃO VI**
**DO CRONOGRAMA**

Art. 39 - Programação do calendário escolar e demais ações envolvendo a rede municipal de ensino:

| Data | Ação | Local |
|---|---|---|
| 09 de novembro de 2026, às 13h | Leitura e análise pelos gestores das unidades escolares, CME, ASSEMP e SME | SME |
| 10 de novembro de 2026, às 17h (Sala do Educador) | Leitura e socialização da Instrução Normativa 02/2026 pelos profissionais da educação, composição da comissão que conduzirá os trabalhos de inscrição e atribuição. | Escolas |
| 11 de novembro de 2026 | Publicação do edital, divulgando o período das inscrições e atribuições. | Escolas |
| 16 a 19 de novembro de 2026 | Inscrições de professores efetivos, contratados e pessoal não-docente efetivo. | Escolas |
| 10 a 19 de novembro de 2026 (On Line) | Pré matrícula para novos alunos das turmas de entrada (Berçário, Maternal e 1º e 4º Ano). | Escolas |
| 07 de dezembro de 2026, às 17h (Sala do Educador) | A atribuição dos professores efetivos e contratados e servidores efetivos não docentes | Escolas |
| 07 de dezembro de 2026, às 14h | Atribuição dos Motoristas | Coordenadoria de transportes |
| 08 de dezembro de 2026, às 15h | Atribuição dos professores efetivos remanescentes | SME |
| 05/01/2027 a 15/01/2027, das | Confirmação das matrículas (Educação Infantil e Ensino Fundamental) | Escolas |

| | | |
|---|---|---|
| 7h às 11h, das 13h às 17h | | |
| 20/01/2027 à 29/01/2027 | Semana Pedagógica para professores e monitores efetivos e contratados | SME/Escolas |
| 01 de fevereiro de 2027 | Início do ano letivo | Escolas |

**SEÇÃO VII**
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 40 - A Coordenação Pedagógica do CME Rosa Maria Cursino deverá até o final do ano letivo de 2026 apresentar a relação de estudantes do 6º ao 9º ano que serão dispensados das atividades de atendimento no referido centro em 2027, que já são atendidos nas salas de AEE das Escolas Estaduais.

Art. 41 - Para as formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação ou por meio de regime de colaboração, os gestores, os professores e demais servidores abrangidos na formação deverão aplicar e comprovar a aplicação, por meio de relatórios de evidencias, no mínimo 70% do conteúdo programático desenvolvido.

Art. 42 - Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho para os professores, bem como do Apoio Educacional I e II, Técnico educacional I e Agente Educacional e em caso de impossibilidade de solução deverão ser encaminhados a SME.

Art. 43 - A SME no uso de suas atribuições, a qualquer momento e sem prévio aviso poderá verificar junto às unidades escolares o fiel cumprimento da normativa.

Art. 44 - Aplica-se esta Instrução Normativa a todas as Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino e demais repartições vinculadas.

Art. 45 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até o término do ano letivo de 2027, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Poxoréu-MT, 04 de Novembro de 2026.

Prof.ª Luciani Aparecida de Almeida Assis
Secretária Municipal de Educação

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO I
FICHA DE PONTUAÇÃO P/ A ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS DOS PROFESSORES EFETIVO/CONTRATADOS

| 1- Dados pessoais |
|---|
| Nome do Servidor (a): Data Nasc: / / |
| End.: nº: |
| Bairro: Cidade: CEP: |
| Tel. Res.: Cel.: Outro tel. p/ contato: e-mail: |
| RG: Exp: UF: Data Exp.: / / CPF: |

Escola em que pleiteia vaga:
Habilitação: Concurso e/ou Enquadramento:
Outras Habilitações: a) _____

| **I- Situação Funcional** | **II- Jornada Semanal de Trabalho** |
|---|---|
| ( )Efetivo<br>( )Contratado | ( )Regime de trabalho integral de 40 (quarenta) horas<br>( )Regime de trabalho integral de 30 (trinta) horas<br>( )Regime de trabalho integral de 20 (vinte) horas |

3 - Critérios de Pontuação: Maior titulação

DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO/PERFORMANCE (Considerar a maior titulação)

| Item III | Critérios | Sub-critérios | Indicadores | Pontuação adquirida |
|---|---|---|---|---|
| | Pós Graduação | Mestrado na área da educação | 35 (trinta e cinco) pontos | |
| | | Especialização na área da educação | 30 (trinta) pontos | |
| | | Mestrado em outra área | 20 (vinte) pontos | |
| | | Especialização em outra área | 15 (quinze) pontos | |
| | Licenciatura | Licenciatura Plena | 10 (dez) pontos | |
| | | Licenciatura curta | 5,0 (cinco) pontos | |
| | | Bacharel/Tecnólogo | 5,0 (cinco) pontos | |
| | Ensino Médio | Magistério | 3,0 (três) pontos | |

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Habilitação não profissionalizante | 1,0 (um) ponto | |
| Item IV | Tempo de serviço | | Cada ano de serviço prestado na Rede Municipal, com declaração emitida pela unidade escolar | 0,25 (vinte e cinco décimos) para cada ano | |
| Item V | Participação atuante em Conselhos Municipais de Poxoréu e CDCE das escolas municipais. Com comprovação de participação nas reuniões de no mínimo 80%. | | Todos os conselhos municipais de Poxoréu e CDCE das escolas municipais. | 1,0 ponto para cada conselho e cdce (máximo de 2,0 pontos). | |
| Item VI | Participação na Prova Nacional Docente (últimos dois anos) | | | 3,0 (três) pontos | |
| Item VII | Critérios | Sub-critérios | | Indicadores | Pontuação adquirida |
| | Formação Continuada | Curso de Formação Continuada, em grupos de estudos, via projeto Sala do Educador, ANO VIGENTE, certificado/ declaração pela SME | 90% a 100% de frequência | 5,0 (cinco) pontos | |
| | | | 80% a 89% de frequência | 4,0 (quatro) pontos | |
| | | | 70% a 79% de frequência | 3,0 (três) pontos | |
| | | Cursos de Formação Continuada realizados na área da Educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com certificados oferecidos por instituições conveniadas com SME, DRE, SEDUC e/ou MEC, com limite máximo de 5,0 (cinco) pontos. Certificados dos últimos três anos. | 90% a 100% de frequência | 5,0 (cinco) pontos | |
| | | | 80% a 89% de frequência | 4,0 (quatro) pontos | |
| | | | 70% a 79% de frequência | 3,0 (três) pontos | |
| | | | | | |
| Item VIII | Desempenho escolar dos alunos | Evolução acima de 50% na média geral de desempenho, medida pela Avaliação CNCA e da Educação Infantil, entre o | | 5,0 (cinco) pontos | |

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Ciclo I ou Entrada e Ciclo III ou Saída, dos alunos da turma que ministrou aulas em 2026<br><br>Evolução menor de 50% na média geral de desempenho, medida pela Avaliação CNCA e da Educação Infantil, entre o Ciclo I ou Entrada e Ciclo III ou Saída, dos alunos da turma que ministrou aulas em 2026 | | 2,0 (dois) pontos | |

**Total de Pontos:** _____

| | Critérios de Desempate: | |
|---|---|---|
| A | 1º - Melhor Desempenho Escolar dos Alunos | Obs: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais. |
| B | 2º - Maior titulação | |
| C | 3º - Tempo de serviço prestado na rede municipal | |

Assinatura do Candidato

Poxoréu-MT-, ____ de _____de _____

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO II
FICHA DE PONTUAÇÃO P/ A ATRIBUIÇÃO DO REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO APOIO EDUCACIONAL I E II, AGENTE EDUCACIONAL E TÉCNICO EDUCACIONAL I – EFETIVOS

| 1- Dados pessoais |
|---|
| Nome do Servidor (a): Data Nasc: / / |
| End.: nº: |
| Bairro: Cidade: CEP: |
| Tel. Res.: Cel.: Outro tel. p/ contato: e-mail: |
| RG: Exp: UF: Data Exp.: / / CPF: |

Habilitação: Concurso e/ou Enquadramento: Possui outro vínculo empregatício? ( ) sim; ( ) não Caso possua outro vínculo informe a carga horário e o turno:
Está se inscrevendo para ocupar o cargo/função:----------

| **2.I.Situação Funcional** | **II. Jornada Semanal de Trabalho** |
|---|---|
| ( ) Efetivo | ( )Regime de trabalho Integral de 30h (trinta) horas<br>( )Regime de trabalho integral de 40h (quarenta) horas |

3_Critérios de Pontuação: Maior titulação

DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)

| Item III | Critérios | Sub-critérios | Indicadores | Pontuação adquirida |
|---|---|---|---|---|
| | Pós Graduação | Mestrado na área da educação | 35 (trinta e cinco) pontos | |
| | | Especialização na área da educação | 30(trinta) pontos | |
| | | Mestrado em outra área | 20(vinte) pontos | |
| | | Especialização em outra área | 15(quinze) pontos | |
| | Licenciatura | Licenciatura Plena | 10 (dez) pontos | |
| | | Licenciatura curta | 5,0(cinco) pontos | |
| | | Bacharel/Tecnólogo | 5,0(cinco) pontos | |
| | Ensino Médio | Profissionalizante: Arara Azul/Profuncionário | 4,0(quatro) pontos | |
| | Ensino Médio | Profissionalizante/não profissionalizante | 3,0 (três) pontos | |
| Item IV | Tempo de Serviço | Cada ano de serviço prestado na Rede Municipal, com declaração emitida pela unidade escolar | 0,25 (vinte e cinco décimos) para cada ano | |

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |
| Item V | Participação atuante em Conselhos Municipais de Poxoréu e CDCE das escolas municipais. Com comprovação de participação nas reuniões de no minimo 80%. | Todos os conselhos municipais de Poxoréu e CDCE das escolas municipais. | 1,0 ponto para cada conselho e cdce (máximo de 2,0 pontos). | |
| Item VI | Critérios | Sub-critérios | Indicadores | Pontuação adquirida |
| | Formação Continuada | Cursos de Formação Continuada realizados que contemplem a sua área de atuação, com certificados oferecidos por instituições conveniadas com a SEEL, DRE, SEDUC e/ou | 0,50 pontos por cada 40 horas(máximo 5,0 pontos) | |
| | | MEC, com limite máximo de 5,0(cincos) pontos. Certificados dos últimos três anos. | | |
| | | | | |
| Total de Pontos: | | | | |

| | | |
|---|---|---|
| VII | Critérios de Desempate: | Obs: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais. |
| a- | 1º - Maior titulação | |
| b-<br>c- | 2º - maior tempo de serviço na rede municipal | |
| | 3º - Maior Idade | |

Assinatura do Candidato

Poxoréu-MT-, ____ de _____de _____

## EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05/2026 ELEIÇÃO DE DIRETOR(A) ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

**EDITAL Nº 02/2026/SME/POXORÉU**
**EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05/2026**
**ELEIÇÃO DE DIRETOR (A) ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES**

A COMISSÃO DE SELEÇÃO CENTRAL - CSC, instituída pelo Edital nº 02/2026/SME/Poxoréu e composta pelo Edital Complementar nº 03/2026, torna público o presente Edital Complementar de Seleção para Diretores das Unidades Escolares do Município de Poxoréu-MT, conforme segue:

**Art. 1º** - Receber e dar por conhecido o Recurso Administrativo formulado por Josimar Rodrigues de Oliveira, apresentado devido ao indeferimento de sua candidatura pela CSUE - Comissão de Seleção da Unidade Escolar da Escola Municipal Cel Júlio Müller.

**Art. 2º** - Deferir o registro de candidatura de Josimar Rodrigues de Oliveira, nos termos do inciso III, do art. 4º, do Edital nº 02/2026/SME/Poxoréu, conforme Parecer Administrativo nº 02/2026, da CSC - Comissão de Seleção Central.

**Art. 3º** - Homologar os registros de candidaturas, conforme segue:

| Item | Unidade Escolar | Nome do(a) Candidato(a) | Situação |
|---|---|---|---|
| 01 | CMEI José Altamiro Paim | Juscinalva Sousa Oliveira | Homologada |
| 02 | CMEI José Dias Coutinho | Maria Benedita de Souza Barcelos | Homologada |
| 03 | CMEI Terezinha Gregório Ferreira | Beatriz Rodrigues da Silva<br>Celina Evelyn Soares Paes | Homologada<br>Homologada |
| 04 | EM Epaminondas Correia de Oliveira | Kelen Lopes Carlota | Homologada |
| 05 | EM Cel. Júlio Müller | Edineia Venâncio da Silva<br>Josimar Rodrigues de Oliveira | Homologada<br>Homologada |
| 06 | EM Profª Guiomar Maria da Silva | Cristiane Dias dos Reis Oliveira Souza<br>Roseni Luisa da Silva | Homologada<br>Homologada |
| 07 | EM Profª Leila Aparecida de Oliveira | Maria Aparecida Moreira Ribeiro | Homologada |

Poxoréu-MT, 10 de novembro de 2026.

Agnaldo Francisco da Luz
Presidente da Comissão de Seleção Central

Edinaldo Pereira de Souza
Secretário da Comissão

Durcilene Brandão Lopes Zorzi
Membro da Comissão

Vera Lúcia Pereira Amâncio
Membro da Comissão

Eunice Almeida Rodrigues
Membro da Comissão

SECRETARIA MUNICIPAL DE POXORÉU
Rua Mato Grosso, Nº 403, Centro, CEP 78.8000-000

Secretaria de Educação

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

(Ausente)
Julio Cesar Pereira Chagas
Membro da Comissão

Deuzinete Dias Soares
Membro da Comissão



**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 981, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**PORTARIA Nº 981, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

Dispõe sobre a designação de fiscal de contrato na modalidade de inexigibilidade, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea “f” da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

**Art. 1º -** Designar a servidora **Denise Battisti Xavier**, matrícula

nº **2565**, Servidora contratada, lotada na **Secretaria de Educação**, para atuar como **Fiscal do Contrato** referente ao processo de **Inexigibilidade de Licitação**, Nº do Processo de Licitação: 0158/2026, nº da Modalidade de Licitação: 033/2026, que tem como objeto a **Contratação do Sistema de Ensino Aprende Brasil, destinado ao atendimento das necessidades pedagógicas da Rede Municipal de Ensino, contemplando materiais didáticos e demais soluções educacionais previstas na proposta.**

**Art. 2º -** Compete à fiscal designada acompanhar, fiscalizar e verificar a execução do contrato, zelando pelo fiel cumprimento das condições estabelecidas no processo administrativo e na legislação vigente.

**Art. 3º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º -** Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 novembro de 2026.

**LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA**

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

**CELESTINA ALVES DE SOUZA NETA CAMPOS**

Secretária De Administração

---

**RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA Nº 980, DE 10 NOVEMBRO DE 2026.**

**PORTARIA Nº 980, DE 10 NOVEMBRO DE 2026.**

Dispõe sobre a designação de Fiscal de Contrato para acompanhamento de contratação realizada por Dispensa de Licitação, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea “f” da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

R E S O L V E:

**Art. 1º** Designar a servidora **Francielle Layne Araújo Batista Amâncio**, matrícula nº **3633**, representante da **Secretaria de Assistência Social**, para atuar como **Fiscal de Contrato**, da contratação referente ao seguinte objeto: **contratação de empresa para passeios turístico de final de ano para atender o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo com idosos da sede e distritos**, na Modalidade: **Dispensa de Licitação.**

**Art. 2º** Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar, fiscalizar e registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratado, adotando as medidas necessárias para o fiel cumprimento do contrato, conforme disposto na legislação vigente.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º -** Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu-MT, 10 novembro de 2026.

**LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA**

Prefeito de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

**CELESTINA ALVES DE SOUZA NETA CAMPOS**

Secretária De Administração

---

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026**

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS — ATA Nº 175/2026 — PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026**

(Processo Licitatório nº 132/2026).

Órgão Gerenciador: Município de Poxoréu - MT (CNPJ nº 03.408.911/0001-40), representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luciano Hudson Sol da Costa.

Detentora da Ata: KR Construtora Ltda (CNPJ nº 36.573.565/0001-05), representada por Kelyton Brandao Flores e Ronan Teixeira de Abreu.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de piso em granilite/marmorite no Terminal Rodoviário Municipal de Poxoréu - MT, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra especializada, para atender à Secretaria Municipal de Administração.

Valor total R$ 104.100,00. Valor Total Homologado: R$ 104.100,00 (cento e quatro mil e cem reais).

Fundamentação Legal: Lei nº 14.133/2021 e decretos municipais Regulamentadores.

Poxoréu/MT, 10 de novembro de 2026

**Luciano Hudson Sol da Costa**

**Prefeito Municipal**

---

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026**

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026**

(Processo Licitatório nº 132/2026).

A prefeitura Municipal de Poxoréu-MT por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luciano Hudson Sol da Costa, torna público que Adjudicou e Homologou o Pregão Eletrônico 060/2026, tendo como objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de piso em granilite/marmorite no Terminal Rodoviário Municipal de Poxoréu - MT, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra especializada, para atender à Secretaria Municipal de Administração.

Valor total R$ 104.100,00. Valor Total Homologado: R$ 104.100,00 (cento e quatro mil e cem reais).

Empresa Vencedora: KR CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.573.565/0001-05

Poxoréu/MT, 10 de novembro de 2026

**Luciano Hudson Sol da Costa**

**Prefeito Municipal**

---

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026**

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão de Contratação de Licitação, referente ao processo Pregão Eletrônico

Nº 062/2026, Processo Licitatório Nº 134/2026**,** o qual possui como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA E INTERLIGAÇÃO LAN-TO-LAN ENTRE AS PRAÇAS DO MUNICÍPIO VIA VLAN, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT**, com o resultado em favor da empresa: **WELLINGTON PAIVA DAMASCENA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 18.497.478/0001-34, no valor global de: R$ 301.999,86 (trezentos e um mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos).

E autorizando a Coordenadoria Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

Poxoréu, 10 de novembro de 2026.

**LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

CONTRATADA: WELLINGTON PAIVA DAMASCENA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.497.478/0001-34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 174/2026

VALOR GLOBAL: R$ 301.999,86 (trezentos e um mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA E INTERLIGAÇÃO LAN-TO-LAN ENTRE AS PRAÇAS DO MUNICÍPIO VIA VLAN, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT

DATA DA ASSINATURA: 10 de novembro de 2026

VALIDADE: 12 DE MESES.

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA

PREFEITO DE POXORÉU

---

**EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026**

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU**

CONTRATADA: WELLINGTON PAIVA DAMASCENA LTDA, inscrita no CNPJ: 18.497.478/0001-34

N° Contrato: 302/2026

Valor Global: R$ 301.999,86 (trezentos e um mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA E INTERLIGAÇÃO LAN-TO-LAN ENTRE AS PRAÇAS DO MUNICÍPIO VIA VLAN, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT

DATA DA ASSINATURA: 10 de novembro 2026

LUCIANO HUDSON SOL DA COSTA

PREFEITO DE POXORÉU

## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1020/2026 DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.**

EXONERA COORDENADOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1° - Exonerar a partir de 19 de outubro de 2026, a Servidora ARIADNA FREITAS ROCHA CONCEIÇÃO, inscrita no CPF sob o nº 030.***.***-88, no cargo de Coordenador de Segurança do Trabalho, enquadrando-a no anexo I, Cargos de Provimento em Comissão – livre nomeação e exoneração da Lei Complementar n° 097/2017, de 05 de Junho de 2017.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação Orçamentária Específica.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, 19 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1031/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 05(cinco) de outubro de 2026 a 19 (dezenove) de outubro de 2026, ao servidor ABNER FERNANDO SOUSA DE OLIVEIRA, nomeado pelo Decreto n° 1.944/2019 de 14 de Maio de 2019, como Agente de Manutenção da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2024-2025 e 2025/2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 05 (cinco) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1032/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 15(quinze) de outubro de 2026 a 24(vinte e quatro) de outubro de 2026, a servido-

ra ADRIANA DA SILVA MARIANO MOREIRA, nomeada pelo Decreto n° 2.662/2024 de 15 de Março de 2024, como Professora de Pedagogia da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao ano de 2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 15 (quinze) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1033/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 02(dois) de outubro de 2026 a 16(dezesseis) de outubro de 2026, a Servidora ANIELLY CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA, nos termos da Lei Municipal nº. 410 de 29 de dezembro de 2006, como Agente Comunitário de Saúde Rural da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2025-2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 02 (dois) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1034/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 26(vinte e seis) de outubro de 2026 a 24(vinte e quatro) de novembro de 2026, a servidora ANTONIA JESSICA SILVA DA COSTA, nomeada pelo Decreto n° 2.748/2024, de 18 de Junho de 2024, como agente de nutrição da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 26 (vinte e seis) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1035/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 25(vinte e cinco) de outubro de 2026 a 29(vinte e nove) de outubro de 2026, ao Servidor ANTONIO TOFFANELLI, nomeado pelo decreto nº 1.451/2015 de 12 de Junho de 2018 na função de Pedreiro da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período de 2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 25 (vinte e cinco) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1036/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 26(vinte e seis) de outubro de 2026 a 24(vinte e quatro) de novembro de 2026, ao Servidor ANTONIO TOFFANELLI, nomeado pelo decreto nº 1.451/2015 de 12 de Junho de 2018 na função de Pedreiro da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período de 2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/

ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 26 (vinte e seis) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1037/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 19(dezenove) de outubro de 2026 a 02(dois) de novembro de 2026, a servidora CLEUNICE STULP KOLLING, nomeada pelo Decreto n° 1.407/2015, de 30 de Abril de 2015, como Agente de Limpeza Escolar da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período de 2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 19 (dezenove) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1038/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 26(vinte e seis) de outubro de 2026 a 09(nove) de novembro de 2026, ao servidor ELINHO RODRIGUES LEITE, nomeado pelo Decreto n°1.467/2015, de 09 de Julho de 2015, como Vigia da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2022.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 26 (vinte e seis) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1039/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 13(treze) de outubro de 2026 a 27(vinte e sete) de outubro de 2026, a servidora ERICA ALMEIDA DA SILVA, nomeada pelo Decreto n°3.003/2025, de 06 de outubro de 2025, como Agente de Combate a Endemias da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2025-2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 13(treze) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1040/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 05(cinco) de outubro de 2026 a 19(dezenove) de outubro de 2026, a servidora FERNANDA CAROLINE GUOLLO VOLF, nomeada pelo Decreto n°1.406/2015, de 29 de Abril de 2015, como Arquiteta – 40 horas da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 05(cinco) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1041/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 01(um) de outubro de 2026 a 10(dez) de outubro de 2026, a servidora INARA REGE LOPES BOSSI, nomeada pelo Decreto 2.833/2024 de 02 de outubro de 2025, como Enfermeira da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2025/2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 01(um) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1042/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 05(cinco) de outubro de 2026 a 14(quatorze) de outubro de 2026 e sendo mais 10(dez) dias em pecúnia, ao servidor JOSE NILTON FERREIRA DA ROCHA, nomeado pelo Decreto n° 1.424/2015, de 13 de Maio de 2015, como Motorista (Categoria D) da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 05(cinco) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1043/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 14(quatorze) de outubro de 2026 a 23(vinte e três) de outubro de 2026 e sendo mais 10(dez) dias em pecúnia, a servidora KAMILLA VICENTE DO NASCIMENTO, nomeada pelo Decreto n° 1.407/2015, de 30 de Abril de 2015, como Técnica Administrativa da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2024-2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 14(quatorze) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1044/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 13(treze) de outubro de 2026 a 27(vinte e sete) de outubro de 2026, a servidora KARLA DUTRA COSTA, nomeado pelo Decreto n° 2.747/2024, de 18 de Junho de 2024, como Enfermeira 40h – SEDE do Município de Querência-MT, referente ao ano de 2025-2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 13(treze) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1045/2026 DE 28 DE OUTUBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 19(dezenove) de outubro de 2026 a 23(vinte e três) de outubro de 2026, a servidora LARISSA CLARA BARROS, nomeada pelo Decreto n°1.418/2016, de 18 de Maio de 2016, como Enfermeira – 40 horas da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2025/2026

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 19(dezenove) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1049/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

EXONERA ASSISTENTE COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO PRIMARIA

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonera a partir de 31 de outubro de 2026, a Sra. GABRIELI WENTZ, inscrita no CPF sob n° ***.608.***-00, como Assistente Coord. Atenção Primária do Município de Querência-MT.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação Orçamentária específica.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 30(trinta) de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, 05 de novembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1050/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

EXONERA GERENTE DE ALMOXARIFADO

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonera a partir de 04 de novembro de 2026, o Sr. ORLANDO SEBALD, inscrito no CPF sob n° ***.310.***-06, como Gerente de Almoxarifado do Município de Querência-MT.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação Orçamentária específica.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 04(quatro) de novembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, 05 de novembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1051/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

EXONERA ADMINISTRADOR HOSPITALAR

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonera a partir de 30 de outubro de 2026, a Sra. FLAVIA RUWER, portadora da Cédula de Identidade n° 604*****92 SSP/RS e inscrita no CPF sob n° ***.992.180-**, como Administrador Hospitalar do Município de Querência-MT.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação Orçamentária específica.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 30(trinta) de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, 05 de novembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1052/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

NOMEIA SECRETARIA ADJUNTA

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomeia a partir de 1° de novembro de 2026, a Sra. FLAVIA RUWER, portadora da Cédula de Identidade n° 604*****92 SSP/RS e inscrita no CPF sob n° ***.992.180-**, como Secretaria Adjunta do Município de Querência-MT.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação Orçamentária específica.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 1° de novembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, 05 de novembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1053/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

NOMEIA COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO BASICA

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomeia a partir de 03 de novembro de 2026, a Sra. GABRIELI WENTZ, inscrita no CPF sob n° ***.608.***-00, como Coord. Atenção Básica do Município de Querência-MT.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação Orçamentária específica.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 03(três) de novembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, 05 de novembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1054/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 20(vinte) de outubro de 2026 a 03(três) de novembro de 2026, o servidor LEANDRO MARIN RODRIGUES, nomeada pelo Decreto n° 2696/2024, de 05 de Abril de 2024, como Técnico de enfermagem – 40 horas da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2025/2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 20(vinte) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1055/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 19(dezenove) de outubro de 2026 a 17(dezessete) de novembro de 2026, a Servidora LUCIANA MORAIS DE ARAUJO, Conselheira Tutelar em cargo eletivo da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao ano de 2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 19(dezenove) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1057/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 05(cinco) de outubro de 2026 a 19(dezenove) de outubro de 2026 e sendo mais 10(dez) dias em pecúnia, ao servidor LUIZ FERNANDES DA SILVA nomeado pelo Decreto n°2.750/2024, de 01 de Julho de 2024, como Técnico de Enfermagem da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 05(cinco) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1058/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 19(dezenove) de outubro de 2026 a 23(vinte e três) de outubro de 2026, a servidora MARCIA RODRIGUES ALMEIDA LOPES BARBOSA nomeada pelo Decreto n°2.698/2024, de 16 de abril de 2024, como Professora de Pedagogia da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 19(dezenove) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1059/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 29(vinte e nove) de outubro de 2026 a 27(vinte e sete) de novembro de 2026, a servidora NATHALIA THAIS CAMPOS SANTANA nomeada pelo Portaria n°400/2025, de 01 de abril de 2025, como Gerente Adj de Compras da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 29(vinte e nove) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1060/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 13(treze) de outubro de 2026 a 30(trinta) de outubro de 2026, ao servidor RAFAEL LOPES REZENDE, nomeado pelo Decreto nº 2.676/2024 De 02 De Maio De 2024, como Médico Clinico Geral da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 13(treze) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1061/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 05(cinco) de outubro de 2026 a 24(vinte e quatro) de outubro de 2026 e sendo mais 10 (dez) dias em pecúnia, ao Servidor REGIANDRO JERONIMO GONÇALVES, nomeado pelo Decreto nº 1.416/2015 de 08 de Maio de 2015, como Motorista (categoria D) da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2024/2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 05(cinco) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1062/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**GILMAR REINOLDO WENTZ**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

**R E S O L V E :**

**Art. 1°** - Conceder Férias Individuais a partir de 11(onze) de outubro de 2026 a 15(quinze) de outubro de 2026 e sendo mais 10 (dez) dias em pecúnia, ao servidor **ROBERT MARTINS DA COSTA,** nomeado pelo Decreto n° 992/2011 de 10 de Fevereiro de 2011, como Vigia Escolar-PA. Brasil Novo, da Prefeitura Municipal de Querência-MT, referente ao ano de 2025.

**Art. 2°-** As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

**Art. 3º**. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 11(onze) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

**Gilmar Reinoldo Wentz**

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1063/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 01(um) de outubro de 2026 a 15(quinze) de outubro de 2026, a Servidora ROSANGELA DIAS CAVALCANTE OLIVEIRA, nomeada pelo Decreto nº 2.804/2024 de 02 de Agosto de 2024, como Técnico em Enfermagem da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao período aquisitivo de 2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 01(um) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1064/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 15 (quinze) de outubro de 2026 a 29(vinte e nove) de outubro de 2026, a servidora ROSIELI CORREA RIBARSKI, nomeada pelo Decreto n.º 1.875/2019, de 18 de Fevereiro de 2019, como Psicólogo - 30H, da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2024.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 15(quinze) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1066/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 13 (treze) de outubro de 2026 a 22(vinte e dois) de outubro de 2026, a servidora ROSIELI CORREA RIBARSKI, nomeada pelo Decreto n.º 1.875/2019, de 18 de Fevereiro de 2019, como Psicólogo - 30H, da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2024.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 13(treze) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1067/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 03 (três) de outubro de 2026 a 07(sete) de outubro de 2026, a servidora SUZANA SENA MACHADO, nomeada pela Portaria n° 793/2023 de 24 de julho de 2023, como Agente Comunitário de Saúde da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao período de 2025/2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 03(três) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1068/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder Férias Individuais a partir de 14 (quatorze) de outubro de 2026 a 23(vinte e três) de outubro de 2026, a servidora SUZANA SENA MACHADO, nomeada pela Portaria n° 793/2023 de 24 de julho de 2023, como Agente Comunitário de Saúde da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao período de 2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 14(quatorze) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE NOVEMBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1069/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede 30 (trinta) dias de Licença-Prêmio, em gozo por assiduidade, de 01 (um) de outubro a 30 (trinta) de outubro de 2026, a Servidora MARISTELA PERTILE, nomeada pelo Decreto n. 989/2011 de 02 de Fevereiro de 2011, como Técnica de Enfermagem da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao ano de 2021-2026.

Art. 2°- Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogada as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir de 01(um) de outubro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 05 (CINCO) DE OUTUBRO DE 2026.**

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1070/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário – Maternidade a servidora “GABRIELA FERNANDES MALTA”.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, servidora GABRIELA FERNANDES MALTA, efetiva no cargo de Engenheira Civil 30h, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com vencimentos integrais, a partir de 01 (um) de outubro de 2026 e término em 28(vinte e oito) de Janeiro de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 01 (um) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1071/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário – Maternidade a servidora “LARISSA FERNANDES DUARTE GONTIJO”.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, servidora LARISSA FERNANDES DUARTE GONTIJO, contratada no cargo de Técnico Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com vencimentos integrais, a partir de 13 (treze) de

outubro de 2026 e término em 09(nove) de fevereiro de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 13 (treze) de setembro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1072/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário – Maternidade a servidora "SIMONY ALVES DA SILVA".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, servidora SIMONY ALVES DA SILVA, contratada no cargo de Professora de Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 16 (dezesseis) de outubro de 2026 e término em 12(doze) de fevereiro de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 16 (dezesseis) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1073/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário – Maternidade a servidora "THAYS ALVES RODRIGUES MENEZES".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, servidora THAYS ALVES RODRIGUES MENEZES, contratada no cargo de Professora de Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 20 (vinte) de outubro de 2026 e término em 16(dezesseis) de fevereiro de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 20 (vinte) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1074/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença ao servidor JORGE LUIS SOTT DA COSTA".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder a prorrogação do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor JORGE LUIS SOTT DA COSTA, efetivo no cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com vencimentos integrais a partir de 02 (dois) de outubro 2026 a 22 (vinte e dois) de março de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 02 (dois) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1075/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora ANA PAULA PEREIRA GOMES".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora ANA PAULA PEREIRA GOMES, efetiva no cargo de Agente de Limpeza Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 02 (dois) de outubro 2026 a 14 (quatorze)de outubro 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 02 (dois) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1076/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora EVA MACHADO CRUZ SILVA".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora EVA MACHADO CRUZ SILVA, efetiva no cargo de Agente de Comunitária de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais a partir de 03 (três) de outubro 2026 a 31 (trinta e um) de maio de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 03 (três) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1077/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora MÁRCIA MARIA GARCIA AMARAL".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora MÁRCIA MARIA GARCIA AMARAL, efetiva no cargo de Professor de Pedagogia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 05(cinco) de outubro 2026 a 30 (trinta) de março de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 05 (cinco) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1078/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora EDMA BASTOS DE SOUSA".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora EDMA BASTOS DE SOUSA, efetiva no cargo de Professor de Pedagogia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 06(seis) de outubro 2026 a 05 (cinco) de janeiro de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 06 (seis) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1079/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora SAMILLA RIBEIRO SOUZA".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora SAMILLA RIBEIRO SOUZA, efetiva no cargo de Professor de Pedagogia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 07(sete) de outubro 2026 a 04 (quatro) de janeiro de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 07 (sete) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1080/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença ao servidor DELVANE GUEDES PEREIRA".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor DELVANE GUEDES PEREIRA, efetivo no cargo de Professor de Pedagogia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 10(dez) de outubro 2026 a 13 (treze) de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 10 (dez) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1081/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença ao servidor JOÃO GUERRA".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor JOÃO GUERRA, efetivo no cargo de Agente de Serviços Gerais I, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, com vencimentos integrais a partir de 11(onze) de outubro 2026 a 09 (nove) de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 11 (onze) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1082/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença ao servidor ANA LUIZA SCHEIDT TORRES".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor ANA LUIZA SCHEIDT TORRES, efetivo no cargo de Agente Administrativo lotada na Secretaria Municipal de Administração, com vencimentos integrais a partir de 12(doze) de outubro 2026 a 07 (sete) de Janeiro de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 12 (doze) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1083/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

“Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença ao servidor CROTILDE MARIA BOTTIN”.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora CROTILDE MARIA BOTTIN, efetivo no cargo de Agente de Manutenção Escolar lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 13(treze) de outubro 2026 a 03 (três) de abril de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 13 (treze) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1084/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

“Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença ao servidor KELLEN MARINA KLEIN ROSSATO”.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora KELLEN MARINA KLEIN ROSSATO, efetiva no cargo de Professora de Pedagogia lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 14 (quatorze) de outubro 2026 a 15 (quinze) de janeiro de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 14 (quatorze) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1085/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

“Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença ao servidor GRASIELA ALVES DE SOUZA”.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora GRASIELA ALVES DE SOUZA, efetiva no cargo de Professora de Pedagogia lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 14 (quatorze) de outubro 2026 a 12 (doze) de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 14 (quatorze) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1086/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

“Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora JAINE WEBER”.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora JAINE WEBER, efetiva no cargo de Professora de Pedagogia lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 15 (quinze) de outubro 2026 a 23 (vinte e três) de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 15 (quinze) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1087/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

“Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora CHARLENE KOTTWITTZ”.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora CHARLENE KOTTWITTZ, efetiva no cargo de Professora de Pedagogia lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 20 (vinte) de outubro 2026 a 17 (dezessete)

de janeiro de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 20 (vinte) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1088/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora SIMONE CRISTINA PIRES CAMARGO".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora SIMONE CRISTINA PIRES CAMARGO, efetiva no cargo de Enfermeira lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais a partir de 21 (vinte e um) de outubro 2026 a 19 (dezenove) de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 21 (vinte e um) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1089/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora JOYCE ELINE BARBOSA DA SILVA ARRUDA".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora JOYCE ELINE BARBOSA DA SILVA ARRUDA, efetiva no cargo de Agente de Limpeza Escolar lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 23 (vinte três) de outubro 2026 a 10 (dez) de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 23 (vinte três) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1090/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora ELIZANE CONCEIÇÃO FRANCA".

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora ELIZANE CONCEIÇÃO FRANCA, efetiva no cargo de Agente de Nutrição Escolar lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 24 (vinte e quatro) de outubro 2026 a 11(onze) de abril de 2027.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 24 (vinte e quatro) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1091/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora CELIJANE ALENCAR PEREIRA"

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora CELIJANE ALENCAR PEREIRA, efetiva no cargo de Professora de Pedagogia lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 28 (vinte e oito) de outubro 2026 a 26(vinte e seis) de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 28 (vinte e oito) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1092/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**"**Dispõe sobre a concessão de Auxílio - Doença a servidora NEUSA ALVES DA SILVA"

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais.

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora NEUSA ALVES DA SILVA, efetiva no cargo de Professora de Pedagogia lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais a partir de 31 (trinta e um) de outubro 2026 a 29(vinte e nove) de novembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 31 (trinta e um) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1093/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DOENTE DA FAMÍLIA.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Fica concedida a partir de 19 (dezenove) de Outubro de 2026 a 17 (dezessete) de novembro de 2026, a Licença para Acompanhar Pessoa Doente da Família, a Servidora ANA CAROLINA MAZEI SILVA, nomeada pelo Decreto n° 1.457/2015, de 25 de Junho de 2015, como Química da Prefeitura Municipal de Querência – MT

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário retroagindo seus efeitos a partir de 19 (dezenove) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1094/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede 02 (dois) meses de Licença-Prêmio, Em espécie por assiduidade nas competências de outubro e novembro de 2026, a servidora, ADRIANA CRISTINA DAVIEZ, nomeada pelo Decreto n° 1.418/2015, de 12 de Maio de 2015, como Técnica de Enfermagem da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2020/2025.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir de 01(um) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**
**PORTARIA N° 1095/2026 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2026.**

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 084/2015, de 29 de Maio de 2015, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede 03 (três) meses de Licença-Prêmio, Em espécie por assiduidade nas competências de outubro e novembro de 2026, ao servidor THIAGO DA SILVA BRITO, nomeado pelo Decreto nº. 1.048/2011 de 02 de Agosto de 2011, no cargo de Técnico Administrativo da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao período aquisitivo de 2021/2026.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária Específica.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a partir de 01(um) de outubro de 2026.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 05 de novembro de 2026.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 48/2026**

O **MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 37.465.002/0001-66, com sede na Avenida Cuiabá, nº 335, Quadra 01, Lote 09, Setor C, CEP 78.643-000, neste ato representado por **GILMAR REINOLDO WENTZ**, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a empresa **51.773.300 GILBERTO ALEXANDRE** inscrita no CNPJ sob nº 51.773.300/0001-44, com sede na R 03, Nº 400, Quadra 03 Lote 17, Bairro Parque das Torres, Querência - MT, neste ato representada por **GILBERTO ALEXANDRE,** inscrito no CPF nº ***.940.659-**, doravante denominada **CREDENCIADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE CREDENCIAMENTO**, vinculado ao Processo Administrativo nº 97/2026 e ao Credenciamento nº 12/2026, com fundamento nos arts. 6º, inciso XLIII, 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal de nº 2.607/2023, no Edital, no Termo de Referência e nas cláusulas seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O presente contrato tem por objeto credenciar pessoas jurídicas para prestação de serviços de apoio à manutenção, conservação, reparação e adequação de pequena complexidade em edificações, instalações e espaços públicos do Município de Querência–MT, compreendendo serviços de pedreiro, servente de pedreiro, carpinteiro, serralheiro, pintor e serviços gerais em manutenção predial.

**1.2.** O fornecimento do objeto deste Contrato, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos

documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

**1.2.1.** Edital de Credenciamento Nº 12/2026 e seus anexos;

**1.2.3**. Termo de Referência;

**1.3**. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DO DESCREDENCIAMENTO**

**10.1.** Os contratos de Credenciamento produzirão efeitos a partir da data de sua assinatura e terão vigência de 12(doze) meses.

Querência/MT, 09 de novembro de 2026.

ANEXO A – ITENS PARA OS QUAIS A EMPRESA ESTÁ CREDENCIADA

| ITEM | CÓDIGO COPLAN | DESCRIÇÃO | Data de inclusão |
|---|---|---|---|
| 3 | 81248 | SERVIÇOS GERAIS EM OBRAS | 23/10/2026 |

**GILMAR REINOLDO WENTZ**

**PREFEITURA MUNICPAL DE QUERÊNCIA/MT**

---

**EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 47/2026**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 47/2026**

**O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 37.465.002/0001-66, com sede na Avenida Cuiabá, nº 335, Quadra 01, Lote 09, Setor C, CEP 78.643-000, neste ato representado pelo prefeito municipal Sr. **GILMAR REINOLDO WENTZ**, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a empresa **VENTURI TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 41.515.937/0001-87, com sede em R C181, nº 845, QUADRA451 LOTE 03, Bairro BRO Jardim America, Goiânia – GO, CEP: 74.275-200, neste ato representada por **LUCIANA PEREIRA PENA PIEROBON**, inscrita no CPF nº ***.089.201-**, doravante denominada **CREDENCIADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, vinculado ao Processo Administrativo nº 109/2026 e ao Credenciamento nº 017/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO**

2.1. Constitui objeto deste Termo o credenciamento da CREDENCIADA para o fornecimento, sob demanda, dos serviços correspondentes aos itens para os quais tenha sido habilitada, dentre:

I - passagens terrestres intermunicipais e interestaduais, em território nacional;

II - passagens aéreas nacionais, em classe econômica; e

III - transporte nacional de envelopes, documentos, encomendas e cargas.

2.2. As condições detalhadas de execução encontram-se estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, que integram este instrumento independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS PARA OS QUAIS A CREDENCIADA ESTÁ HABILITADA**

3.1. A CREDENCIADA encontra-se habilitada para participar das demandas relativas aos itens assinalados:

| Item | Código Coplan | Descrição do serviço | Valor estimado | Credenciar |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 84013 | Fornecimento de passagens terrestres intermunicipais e interestaduais, em território nacional, incluindo taxa de embarque. | R$ 1.600.000,00 | (X) sim ( ) não |
| 2 | 84014 | Fornecimento de passagens aéreas nacionais, em classe econômica, incluindo cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, solicitação de reembolso e taxa de embarque. | R$ 40.000,00 | ( ) sim (X) não |
| 3 | 84015 | Prestação de serviços de transporte nacional de envelopes, documentos, encomendas e cargas, incluindo recebimento ou coleta, transporte, acompanhamento e comprovação da entrega. | R$ 50.000,00 | (X) sim ( ) não |

3.2. Os valores indicados possuem finalidade exclusiva de planejamento e controle e não constituem preços fixos, garantia de consumo, reserva individual de saldo, exclusividade ou faturamento mínimo.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

9.1. O presente Termo vigorará a partir de sua assinatura até o encerramento da vigência do Chamamento Público ao qual se vincula, ressalvada eventual prorrogação formal.

Querência/MT, 09 de novembro de 2026.

**GILMAR REINOLDO WENTZ**

**MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA/MT CREDENCIANTE**

---

**EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 45/2026**

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 45/2026**

**CREDENCIAMENTO Nº 08/2026**

**PROCESSOº Nº 57/2026**

**CREDENCIANTE: MUNICIPIO DE QUERÊNCIA/MT**

**CREDENCIADO: 64.388.661 LAUDICEIA GONSALVES LIMA**

**VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Cuiabá, nº 335, Bairro Setor C, Querência– MT, CEP 78.643-000, inscrito no CNPJ nº 37.465.002/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **GILMAR REINOLDO WENTZ,** brasileiro, casado, portador do RG n° **.271.543.8* SSPPC/RS, inscrito no CPF sob n° ***.706.300-**, residente e domiciliado na Rua B Sete, nº 567, Setor B, Querência - MT, doravante denominada "MUNICÍPIO", e, do outro lado, a empresa **64.388.661 LAUDICEIA GONSALVES LIMA** inscrita no CNPJ sob o nº 64.388.661/0001-19, com sede na R A, S/N, QUADRA 25; LOTE 06, Bairro Coutinho União, Querência - MT, doravante designada CONTRATADA/CREDENCIADA, neste ato representada pela Senhora **LAUDICEIA GONSALVES LIMA,** brasileira, empresária, inscrita no CPF nº ***.386.891-**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021, Decreto Municipal nº 081/2023 e de acordo com o que consta no Procedimento de CREDENCIAMENTO Nº 08/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, SOB DEMANDA, COMPREENDENDO REFEIÇÕES DO TIPO MARMITEX (ALMOÇO E JANTA) E REFEIÇÕES NA MODALIDADE SELF-SERVICE (BUFFET LIVRE POR PESSOA), DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE QUERÊNCIA – MT**,

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

5.1. O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua formalização, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições inicialmente pactuadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Querência– MT, 04 de novembro 2026.

**GILMAR REINOLDO WENTZ**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 46/2026**

**O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 37.465.002/0001-66, com sede na Avenida Cuiabá, nº 335, Quadra 01, Lote 09, Setor C, CEP 78.643-000, neste ato representado pelo prefeito municipal Sr. **GILMAR REINOLDO WENTZ**, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a empresa **CONFORT TICKET LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.108.101/0001-37, com sede em R B, nº 00, QUADRAAREA LOTE 02, Bairro Chacaras Maria Dilce, Goiânia – GO, CEP: 74.583-174, neste ato representada por **ABADIO PEREIRA CARDOSO NETO**, inscrito no CPF nº ***.262.871-**, doravante denominada **CREDENCIADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, vinculado ao Processo Administrativo nº 109/2026 e ao Credenciamento nº 017/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO**

2.1. Constitui objeto deste Termo o credenciamento da CREDENCIADA para o fornecimento, sob demanda, dos serviços correspondentes aos itens para os quais tenha sido habilitada, dentre:

I - passagens terrestres intermunicipais e interestaduais, em território nacional;

II - passagens aéreas nacionais, em classe econômica; e

III - transporte nacional de envelopes, documentos, encomendas e cargas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS PARA OS QUAIS A CREDENCIADA ESTÁ HABILITADA**

3.1. A CREDENCIADA encontra-se habilitada para participar das demandas relativas aos itens assinalados:

| Item | Código Coplan | Descrição do serviço | Credenciar |
|---|---|---|---|
| 1 | 84013 | Fornecimento de passagens terrestres intermunicipais e interestaduais, em território nacional, incluindo taxa de embarque. | (X) sim ( ) não |
| 2 | 84014 | Fornecimento de passagens aéreas nacionais, em classe econômica, incluindo cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento, solicitação de reembolso e taxa de embarque. | ( ) sim ( ) não |
| 3 | 84015 | Prestação de serviços de transporte nacional de envelopes, documentos, encomendas e cargas, incluindo recebimento ou coleta, transporte, acompanhamento e comprovação da entrega. | ( ) sim ( ) não |

3.2. Os valores indicados possuem finalidade exclusiva de planejamento e controle e não constituem preços fixos, garantia de consumo, reserva individual de saldo, exclusividade ou faturamento mínimo.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

9.1. O presente Termo vigorará a partir de sua assinatura até o encerramento da vigência do Chamamento Público ao qual se vincula, ressalvada eventual prorrogação formal.

9.2. A CREDENCIADA deverá manter, durante toda a vigência, as condições exigidas para sua habilitação.

9.3. O ingresso posterior da CREDENCIADA não lhe assegura período individual de 12 (doze) meses, ficando sua vigência limitada ao prazo remanescente do Chamamento Público, salvo prorrogação formal.

Querência/MT, 05 de novembro de 2026.

**GILMAR REINOLDO WENTZ**

**MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA/MT CREDENCIANTE**

**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO**

**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 37/2025 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA E O SR. MARCIO GUERRA**

O **MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA**, com sede na Avenida Cuiabá, nº 335, na cidade de Querência - Mato Grosso, CEP: 86.960-000, inscrito no CNPJ sob o nº 37.465.002/0001-66., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **GILMAR REINOLDO WENTZ** nomeado pelo Termo de Posse de gestão 2025/2028, de 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Contas do Mato Grosso em 08 de janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 17947, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e o Sr. **MARCIO GUERRA**, inscrito no CPF sob o nº ***.394.501-**, residente e domiciliado na Rua A 14 (Lucas Gorgen), nº. 66, Quadra 17, Lote 16, Setor A, CEP: 78.643-000, neste Município de Querência – MT, CEP: 78.643-000, doravante designado LOCADOR, tendo em vista o que consta no Processo nº 61/2025 e em observância às disposições da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem formalizar a extinção do Contrato Administrativo nº 37/2025, observadas as condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente termo formaliza a rescisão do contrato de locação do imóvel comercial de 128 m², situado na Rua Lucas Gorgen, nº 82, Quadra 17, Lote 17, Setor A, Querência – MT, matrícula nº 7.965 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Querência – MT, objeto do Contrato Administrativo nº 37/2025.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO E DO FUNDAMENTO**

2.1. A extinção decorre de razões de interesse público apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde no Ofício nº 0947/2026, de 02 de outubro de 2026

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DATA DE ENCERRAMENTO**

3.1. Fica estabelecido o dia 31 de outubro de 2026 como data de encerramento da locação e dos efeitos financeiros ordinários vinculados à ocupação do imóvel, ressalvadas obrigações anteriores, valores apurados e eventuais responsabilidades que subsistam à devolução.

**GILMAR REINOLDO WENTZ**

Prefeito municipal

---

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 122/2025.

**PREGÃO ELETRÔNICO:** Nº 37/2025.

**ÓRGÃO GERENCIADOR:** Município de Querência–MT, CNPJ nº 37.465.002/0001-66.

**FORNECEDOR:** KLG ESPECIALISTA EM LIMPEZA LTDA, CNPJ nº 37.266.890/0001-98.

**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 135/2025, destinada à futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha para atender às Secretarias do Município de Querência–MT.

**VALOR GLOBAL REGISTRADO ORIGINAL:** R$ 385.604,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quatro reais).

**VIGÊNCIA PRORROGADA:** De 04 de novembro de 2026 a 04 de novembro de 2027.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**DATA DA ASSINATURA:** 04 de novembro de 2026.

Permanecem inalterados os preços unitários registrados, os quantitativos e as demais condições originalmente pactuadas.

Querência – MT, 10 de novembro de 2026

**GILMAR REINOLDO WENTZ**

Prefeito Municipal

---

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 122/2025.

**PREGÃO ELETRÔNICO:** Nº 37/2025.

**ÓRGÃO GERENCIADOR:** Município de Querência–MT, CNPJ nº 37.465.002/0001-66.

**FORNECEDOR:** COQUEIROS SUPERMERCADO QUERÊNCIA LTDA, CNPJ nº 92.971.597/0001-30.

**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 136/2025, destinada à futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha para atender às Secretarias do Município de Querência–MT.

**VALOR GLOBAL REGISTRADO ORIGINAL:** R$ 632.962,30 (seiscentos e trinta e dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta centavos).

**VIGÊNCIA PRORROGADA:** De 04 de novembro de 2026 a 04 de novembro de 2027.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**DATA DA ASSINATURA:** 04 de novembro de 2026.

Permanecem inalterados os preços unitários registrados, os quantitativos e as demais condições originalmente pactuadas.

Querência – MT, 10 de novembro de 2026

**GILMAR REINOLDO WENTZ**

Prefeito Municipal

---

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº 122/2025.

**PREGÃO ELETRÔNICO:** Nº 37/2025.

**ÓRGÃO GERENCIADOR:** Município de Querência–MT, CNPJ nº 37.465.002/0001-66.

**FORNECEDOR:** ROUTE DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 54.424.278/0001-15.

**OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 138/2025, destinada à futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha para atender às Secretarias do Município de Querência–MT.

**VALOR GLOBAL REGISTRADO ORIGINAL:** R$ 180.400,00 (cen-

to e oitenta mil e quatrocentos reais).

**VIGÊNCIA PRORROGADA:** De 04 de novembro de 2026 a 04 de novembro de 2027.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**DATA DA ASSINATURA:** 04 de novembro de 2026.

Permanecem inalterados os preços unitários registrados, os quantitativos e as demais condições originalmente pactuadas.

Querência – MT, 10 de novembro de 2026

**GILMAR REINOLDO WENTZ**

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026**

**MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA/MT**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O **MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA**, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital de **Chamamento Público para Seleção de Famílias referente ao Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), modalidade Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) – Sub 50**, destinado à seleção de beneficiários para a provisão de 50 (cinquenta) unidades habitacionais.

O presente chamamento público fundamenta-se nas seguintes legislações:

- Constituição Federal de 1988;

- Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023 (Institui o Programa Minha Casa, Minha Vida);

- Portaria MCID nº 1.416, de 6 de novembro de 2023 (Dispõe sobre as diretrizes para habilitação e seleção de beneficiários);

- Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025 (Estabelece normas para o Trabalho Social);

- Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

- Portaria MCID nº 1.424, de 9 de dezembro de 2025 - Altera a Portaria MCID nº 1.416, de 6 de novembro de 2023, que regulamenta a linha de atendimento voltada à provisão subsidiada de unidades habitacionais em área urbanas, com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, integrante do Minha Casa, Minha Vida, em municípios com população até cinquenta mil habitantes - MCMV FNHIS Sub 50;

- PORTARIA MCID Nº 333, DE 30 DE MARÇO DE 2026 Dispõe sobre a atualização anual dos limites de renda bruta familiar admitidos para famílias atendidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, nos termos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 e da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023;

- Lei Municipal nº 530/2009, que institui o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) no Município de Querência; e

- Resolução 001/2026 CGFGHIS – Regulamenta os critérios de priorização da seleção de famílias para o Programa Minha Casa Minha Vida Sub-50 e dá outras providências.

**1. DO OBJETO**

1.1. **O presente Edital tem por objeto a seleção de 50 (cinquenta) famílias interessadas em participar do Programa Minha Casa, Minha Vida, em municípios com população até cinquenta mil habitantes - MCMV FNHIS Sub 50.**

1.2. As famílias interessadas concorrerão ao recebimento das unidades habitacionais construídas com os recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, em municípios com população até cinquenta mil habitantes - MCMV FNHIS Sub 50, para moradia própria do titular e dos membros de sua família, sendo selecionadas aquelas que tenham atendido aos requisitos de participação e estejam dentro dos critérios de priorização.

1.3. Serão selecionadas 50 (cinquenta) famílias beneficiárias e 30 (trinta) para lista reserva.

**2. DA DISTRIBUIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DISPONÍVEIS**

2.1. Na distribuição de unidades habitacionais, observar-se-á o seguinte:

a) 46 unidades habitacionais para demanda geral;

b) 02 unidades para atender à pessoa idosa conforme disposto no inciso I, do art. 38, da Lei nº 10.741, 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;

c) 02 unidades para atender à pessoa com deficiência, conforme disposto no inciso I do art. 32 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

**3. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Estarão aptas a participarem do processo seletivo às famílias que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos na data de publicação deste Edital:

3.1.1. Ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado nos termos da legislação civil;

3.1.2. Possuir cadastro ativo e atualizado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com data de atualização não superior a 24 (vinte e quatro) meses;

3.1.3. Possuir renda mensal bruta que se enquadre na Faixa Urbano 1, correspondente a até R$3.200,00 (três mil e duzentos reais);

3.1.4. Não se enquadrar em nenhuma das hipóteses de vedação previstos no art. 9º da Lei nº 14.620/2023;

3.1.5. Residir no Município de Querência nos últimos 5 (cinco) anos ininterruptos, contados da data deste edital;

3.1.6. Não possuir restrições cadastrais que impeçam a contratação.

**4. DOS CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO**

4.1. Com vistas a definir e caracterizar o universo de atendimento, será priorizado a família:

I- que tenha a mulher como responsável pela unidade familiar;

II - da qual faça parte:

a) pessoa com deficiência, conforme o disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, inclusive as portadoras de Transtorno do Espectro Autista, conforme Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012;

b) pessoa idosas, conforme o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

c) criança ou adolescente, conforme o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; e

d) pessoa com câncer ou doença rara crônica e degenerativa;

e) em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

f) em situação de emergência ou calamidade formalmente reconhecida por portaria da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

g) em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais;

h) que tenha mulher vítima de violência doméstica e familiar, conforme o disposto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006;

i) residente em área de risco;

j) com menor renda per capita; e

k) integrante de comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas.

**5. DAS INSCRIÇÕES**

5.1. Para quem ainda não estiver inscrito no SIHABMT poderá inscrever-se no período de 11 de novembro a 11 de dezembro de 2026, na Secretaria de Assistência Social, situado na Rua B-10, nº 35, Setor B, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, no Setor de Habitação.

5.2. Só poderão se inscrever no Edital de Seleção do município aqueles que possuírem os seguintes documentos:

I - Identidade e CPF do candidato, do cônjuge ou companheiro (a) e dos dependentes;

II - Comprovante de endereço;

III –Folha resumo do Cadastro Único.

**6. DA LISTA PRÉVIA DE SELECIONADOS**

6.1. A lista prévia de selecionados será publicada no dia 11/01/2027.

6.2. Na lista prévia constarão os nomes das pessoas selecionadas para a etapa de apresentação de documentação que atendam aos requisitos de participação e aos critérios de priorização estipulados neste edital.

6.3. A Lista Prévia conterá 80 (oitenta) nomes, porém, serão selecionadas inicialmente 50 (cinquenta) candidatos para fase de apresentação de documentação, ficando 30 (trinta) como lista de reserva.

6.4. A lista prévia de selecionados para apresentação de documentos não gera direito a constar na lista final de beneficiários, apenas servirá para convocação para a fase seguinte de comprovação do atendimento aos requisitos de participação e aos critérios de priorização.

**7. DA DOCUMENTAÇÃO DE COMPROVAÇÃO**

7.1. A análise da documentação apresentada pelos candidatos selecionados será realizada pela Equipe Técnica da Assistência Social, e dar-se-á segundo o grau de necessidade socioeconômica, e a influência dos critérios de priorização, considerando-se para todos eles a situação existente na data da inscrição.

7.2. O recebimento da documentação de comprovação dos selecionados na lista prévia ocorrerá entre os dias 12 de janeiro de 2027 a 01 de fevereiro de 2027 (exceto aos sábados, domingos e feriados).

7.3. A entrega da documentação para análise será feita na Assistência Social, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30. Poderá haver distribuição de senhas se houver necessidade, e conforme a ordem de chegada. Aqueles que não conseguirem retirar a senha, poderão retornar no horário de expediente seguinte.

7.4. **Não serão aceitas documentações incompletas, devendo o interessado retornar posteriormente com a documentação completa, e para tanto, participar de igual modo da distribuição das senhas para concluir a entrega da documentação, até o prazo final de apresentação da documentação.**

7.5. A entrega da documentação deverá ser realizada preferencialmente pelo próprio interessado. Em caso de casal, qualquer dos cônjuges poderá apresentar a documentação. Em caso da impossibilidade do próprio interessado, por motivo de doença comprovada através de atestado, poderá ser apresentado por parente com procuração, podendo ser procuração particular.

7.6. Para comprovação de atendimento aos requisitos de participação e aos critérios de priorização, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

7.6.1. Cópia CPF e RG com foto (legível) do interessado;

7.6.2. Cópia do CPF e RG com foto (legível) do Cônjuge, se casado ou em união estável;

7.6.3. Cópia do Comprovante de Estado Civil, legível; (**Solteiro** – Certidão de Nascimento/ **Casado** – Certidão de Casamento/ **Viúvo** – Certidão de Óbito + Certidão de Casamento/ **União Estável** – Declaração de União Estável com firma reconhecida em Cartório – modelo Anexo I);

7.6.4. Cópia de Certidão de Nascimento dos Filhos, quando for o caso;

7.6.5. Comprovante de residência no município de Querência-MT nos últimos **05 anos de forma ininterrupta**; (Declaração da Secretaria Municipal de Saúde; Declaração da Secretaria Municipal de Assistência Social; Histórico Escolar dos filhos, emitido pelas Escolas de Querência/MT;). O documento de comprovação do tempo de moradia obrigatoriamente deverá constar dia, mês e ano. Caso apresente somente o mês e ano, será considerado o último dia do mês e o ano.

7.6.6. Cópia legível de Título de Eleitor;

7.6.7. Comprovante de inexistência de imóveis na titularidade do beneficiário e de integrantes do núcleo familiar, expedida pelo Setor de Tributos de Querência/MT.

7.6.8. Comprovante de inscrição do Cadastro Único atualizada com inscrição no município de Querência;

7.6.9. Relatório do CNIS (obtido através do aplicativo ou site “meu INSS”);

7.6.10. Laudo ou atestado médico com CID, caso haja alguém na família com deficiência;

7.6.11. Cópia de contrato de aluguel ou declaração do proprietário do imóvel alugado;

7.6.12. Declaração afirmando serem verdadeiras as informações e documentações apresentadas (modelo Anexo II);

7.6.13. Autodeclaração de mulher responsável pela unidade familiar, se for o caso ( modelo Anexo III);

7.6.14. Comprovação de renda da família selecionada, sendo aceito os seguintes documentos:

**I - Nos casos dos trabalhadores ASSALARIADOS:**

**a)** 03 (três) últimos contracheques;

**b)** Carteira De Trabalho - CTPS (páginas da foto, qualificação civil e de todos os contratos de trabalho e PIS);

**c)** Declaração do imposto de renda (caso tenha declarado);

**d)** Extrato bancário dos últimos 03 (três) meses de todas as contas dos membros da família selecionada que tenham renda de trabalho.

**II - Nos casos de PRESTADORES DE SERVIÇOS:**

**a)** Contrato de Prestação de Serviços registrado no Cartório de Títulos e Documentos com reconhecimento de firma das assinaturas e 04(quatro) comprovantes de depósito em conta;

**b)** Declaração do Imposto de Renda (caso tenha declarado);

**c)** Extrato bancário dos últimos 3 (três) meses, de todas as contas dos membros da família selecionada que tenham renda de trabalho.

**III - Nos casos de AUTÔNOMOS COM RENDA INFORMAL:**

**a)** Extratos bancários dos últimos 03 (três) meses de todas as contas que o usuário possui, seja de banco físico ou virtual;

**b)** Três últimas faturas em nome do titular (com comprovante de pagamento), podendo ser contas de água, luz, telefone, boleto de seguro pessoal, plano de saúde, consórcio ou previdência privada, assinatura de jornal e revista, internet ou comprovante de TV a cabo ou cartão de crédito.

**IV - Nos casos de APOSENTADOS OU PENSIONISTAS:**

a) Os últimos 03 (três) contracheques e/ou extratos do benefício;

b) Declaração do Imposto de Renda (caso tenha declarado),

c) Extrato bancário últimos 03 (três) meses.

7.6.15. Para comprovação da reserva legal de cotas será necessário a apresentação dos seguintes documentos:

a) Pessoa com deficiência: Laudo ou atestado Médico contendo a Classificação Internacional da Doença;

b) Idosos: RG, CNH ou qualquer documento de identificação civil do titular, constando data de nascimento;

c) Mulheres Vítimas de Violência: Para comprovação desta condição deverão ser apresentados os seguintes documentos

I – comprovante de que possuam medida protetiva em andamento;

II – comprovante de que possuam pedido encaminhado, por meio de parecer técnico, pelas equipes dos serviços municipais de aten-

dimento socioassistencial ou, alternativamente, medida protetiva de urgência;

7.7. Poderão ser exigidos outros documentos para fins de comprovação e/ou viabilidade do benefício, sendo que o município poderá valer-se também, caso entenda necessário, de visita domiciliar para comprovação das informações e documentação apresentadas.

7.8. Os candidatos que necessitarem solicitar certidões de nascimento ou casamento em outras Comarcas/Estados deverão atentar-se ao prazo de expedição dos cartórios que geralmente são 5 (cinco) dias úteis, devendo solicitá-los logo ao início do prazo.

7.9. A falta de apresentação da toda a documentação (no que couber) no período indicado, impedirá que o candidato possa participar das demais etapas.

7.10. A renda mensal familiar bruta será verificada no momento da seleção dos beneficiários. Para fins do cálculo do valor de renda mensal bruta familiar não serão considerados os benefícios temporários de natureza indenizatória, assistencial ou previdenciária, como auxílio-doença, auxílio-acidente, seguro-desemprego, seguro-desemprego durante o período de defeso da atividade pesqueira, Benefício de Prestação Continuada - BPC, benefício do Programa Bolsa Família ou outros que vierem a substituí-los.

8. **DAS VISITAS TÉCNICAS**

8.1. Os candidatos que apresentarem a documentação de comprovação conforme solicitado no edital, estarão aptos para participarem da próxima fase de visitas técnicas.

8.2. As visitas técnicas serão realizadas por Assistentes Sociais do quadro de servidores do Município.

8.3. As visitas ocorrerão após finalizado o período de apresentação dos documentos de comprovação, em período a ser confirmado pela Secretaria de Assistência Social posteriormente.

8.1. Nas visitas técnicas as Assistentes Sociais constatarão as condições declaradas pelo candidato e demais informações pertinentes ao seu relatório.

8.2. Ao final das visitas os técnicos produzirão relatórios que confirmarão ou não as condições declaradas pelos candidatos.

8.3. Para fins de informação no relatório técnico consideram-se:

a) **Família em coabitação:** A existência de dois núcleos familiares (casal com ou sem filhos) que residem em um mesmo domicílio (de forma temporária), por não possuírem condições de arcar com despesas de aluguel, não se considerando como tal os casos de filhos solteiros que residem com os pais;

b) **Dependentes:** Filhos, netos, sobrinhos, tutelados ou curatelados, menores de 18 (dezoito) anos (desde que sob a guarda legal do candidato, devidamente comprovada);

c) **Pessoa Idosa:** Compreende-se por pessoa idosa, o candidato que comprovar na data da inscrição, idade igual ou superior a 60 anos **ou** possuir no grupo familiar pessoa que atenda a tal critério;

d) **Pessoa com deficiência:** Compreende-se por pessoa com deficiência o candidato ou pessoa de sua família, que com comprovar na data deste edital, laudo ou atestado médico que descreva o impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

9. **DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E LISTA DEFINITIVA**

9.1. A classificação final dos candidatos será conhecida na Lista Definitiva, após análise de toda a documentação do candidato, do relatório de visita técnica, da aprovação pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e da aprovação na consulta ao sistema SIGDH/Caixa.

9.2. A Lista Definitiva conterá os 50 (cinquenta) candidatos classificados conforme os critérios de priorização, incluindo-se nesta lista os casos de cotas de idosos e deficientes, os quais serão os beneficiários das 50 (cinquenta) casas do programa MCMV-Sub-50.

9.3. A Lista de Cadastro Reserva conterá 30 (trinta) nomes que ficarão como reserva nos casos em que for deliberado a substituição de beneficiário.

**10. DOS CONTRATOS**

10.1. Será firmado Termo de Doação com Encargos entre a Caixa Econômica Federal e a família beneficiária.

**11. CRONOGRAMA DAS ETAPAS**

11.1. O presente Edital seguirá o cronograma a seguir:

| Eventos | Prazos/Datas |
|---|---|
| Publicação do Edital | 10/11/2026 |
| Período de inscrições e/ou atualizações no SiHab-MT. | 11/11/2026 a 11/12/2026 |
| Publicação da Lista Prévia | 11/01/2027 |
| Período para entrega da documentação | 12/01/2027 à 01/02/2027 |
| Período de análise das documentações | À confirmar |
| Período de visitas técnicas | À confirmar |
| Publicação da Lista Definitiva das Famílias Beneficiárias e Cadastro Reserva. | À confirmar |

Querência-MT, 10 de novembro de 2026.

**JANICE LUIZA HEEMANN WENTZ**

Secretária Municipal de Assistência Social

**GILMAR REINOLDO WENTZ**

Prefeito Municipal de Querência /MT

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA Nº 426, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

**DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e;

**CONSIDERANDO** que o Relatório Final da Sindicância Administrativa nº 009/2026, instaurada por meio da Portaria nº 395, de 18 de setembro de 2026, concluiu pela existência do fato noticiado e pela identificação de sua autoria, conforme apurado nos respectivos autos, recomendando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para a devida instrução, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**CONSIDERANDO** que a Sindicância nº 009/2026 apontou, em tese, como dispositivos infringidos o art. 35, incisos I, II e XI, e o art. 57, inciso XIV, da Lei Municipal nº 756, de 29 de março de 2023, e o art. 264, incisos I, VI, VII e XI, da Lei Complementar Municipal nº 60, de 26 de outubro de 2010;

**CONSIDERANDO** o disposto nos arts. 296, 297, 303 e 308 da Lei Complementar Municipal nº 60, de 26 de outubro de 2010, que disciplinam a sindicância, o processo administrativo disciplinar e a competência da autoridade instauradora;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, nos termos do art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o interesse público na apuração célere e regular dos fatos e a conveniência administrativa da designação de comissão específica para a condução do feito;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar em face da Conselheira Tutelar envolvida nos fatos apurados na Sindicância Administrativa nº 009/2026, cuja identificação consta dos respectivos autos, para apuração das condutas descritas no Relatório Final, nos termos dos arts. 296, 297, 303 e 308 da Lei Complementar Municipal nº 60, de 26 de outubro de 2010.

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes servidores para compor a Comissão Processante encarregada da condução do Processo Administrativo Disciplinar de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - Presidente: Jonas Nascimento Veda - matrícula nº 17397;

II - Membro: Maraiza Borges de Oliveira da Cruz - matrícula nº 17265;

III - Secretária: Jane Faria Vanzzella - matrícula nº 241.

Parágrafo único. A Comissão Processante será presidida pelo servidor indicado no inciso I, a quem incumbe dirigir os trabalhos, determinar as diligências necessárias, zelar pela observância dos prazos legais e assegurar às partes o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Art. 3º A Comissão Processante deverá observar, no que couber, o disposto nos arts. 296 a 308 e demais dispositivos pertinentes da Lei Complementar Municipal nº 60, de 26 de outubro de 2010, bem como as normas específicas que disciplinam a função de Conselheiro Tutelar, especialmente a Lei Municipal nº 756, de 29 de março de 2023.

Art. 4º A Comissão Processante deverá verificar, previamente ao início dos trabalhos, a inexistência de qualquer das vedações legais à atuação de seus membros, notadamente as hipóteses de impedimento e suspeição, declarando tal circunstância por termo nos autos.

Art. 5º O prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar é de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Portaria, admitida a prorrogação por igual período nas hipóteses legalmente autorizadas e mediante autorização expressa da autoridade instauradora.

Art. 6º Fica assegurado à investigada o direito à ampla defesa e ao contraditório, inclusive mediante constituição de advogado, bem como o acesso integral aos autos, observadas as ressalvas legais.

Art. 7º Os trabalhos da Comissão serão realizados nas dependências da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal/MT ou em outro local previamente designado pela Presidência, mediante comunicação aos interessados.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 10 de novembro de 2026.

**JONAS CAMPOS VIEIRA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

### DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
### PORTARIA RH N° 337/2026 NOVEMBRO DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO GOZO DE FÉRIAS DA SERVIDORA UGLENIA VIEIRA BARROS BUENO

**PORTARIA RH N° 337/2026**

“DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO GOZO DE FÉRIAS DA SERVIDORA **UGLENIA VIEIRA BARROS BUENO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

**ELZA DIVINA BORGES GOMES**, Prefeita do Município de Ribeirão Cascalheira - MT, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1°.** Cancela o gozo das férias concedida a Servidora Publica Municipal **UGLENIA VIEIRA BARROS BUENO,** matrícula n°9891 cargo Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, no período de 03/11/2026 a 17/11/2026, (15) dias, referente ao período aquisitivo 04/09/2024 a 03/09/2025, conforme portaria nº 313/2026.

Registre-se, Publique – se e Cumpra-se.

Ribeirão Cascalheira - MT, 06 de novembro de 2026.

***Elza Divina Borges Gomes***

*Prefeita Municipal*

***Rubenilda Souza Aguiar***

*Diretora Dept°. de Recursos Humanos*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**PORTARIA RH N° 338/2026 NOVEMBRO DISPÕE SOBRE O GOZO DE FÈRIAS PARA A SERVIDORA MARLY SEVERINO DOS SANTOS**

**PORTARIA RH N° 338/2026**

"DISPÕE SOBRE O GOZO DE FÈRIAS PARA A SERVIDORA **MARLY SEVERINO DOS SANTOS** DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

**ELZA DIVINA BORGES GOMES**, Prefeita do Município de Ribeirão Cascalheira - MT, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

**ARTIGO 1º-** Conceder férias a servidora MARLY SEVERINO DOS SANTOS**,** cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, referente ao período aquisitivo:

· 01/07/2025 a 30/06/2025, compreendendo os (30) dias de gozo de 10/12/2026 à 09/01/2027.

**ARTIGO 2° -** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique – se e Cumpra-se.

Ribeirão Cascalheira - MT, 09 de novembro de 2026.

***Elza Divina Borges Gomes***

*Prefeita Municipal*

***Rubenilda Souza Aguiar***

*Diretora Dept°. de Recursos Humanos*

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**
**RH EXTRATO DE ADEMISSÃO EDIVALDO PEREIRA DE BRITO**

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO **422/2026**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT

CONTRATADO: **EDIVALDO PEREIRA DE BRITO**

CARGO: FISCAL DE MEIO AMBIENTE

SALARIO INICIAL: 2.760,25

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

DATA INICIAL DO CONTRATO: 01/11/2026

DATA FINAL DO CONTRATO: 31/12/2026

**EDITAL COMPLEMENTAR 01/2026 AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026**

**EDITAL COMPLEMENTAR 01/2026 AO**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026**

**SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)**

O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, torna pública, para conhecimento dos interessados, a alteração do cronograma do CHAMAMENTO PÚBLICO destinado à seleção de projetos culturais conforme as categorias dispostas no edital.

RESOLVE:

1. **RETIFICAÇÃO** integral **do subitem 2.4 do item 2 - INFORMAÇÕES GERAIS** no edital, onde retifica as etapas/fases do Cronograma do Chamamento Público, conforme segue:

**2.4 Prazo de inscrição**

DO dia 01/10/2026 até as 23h59 do dia 19/10/2026.

Cronograma *(sujeito a alteração, mediante publicação prévia nos mesmos meios oficiais de divulgação deste edital)*:

| FASE | PERÍODO |
|---|---|
| Inscrições | 01/10 a 19/10 |
| Divulgação do resultado preliminar da etapa de seleção | 22/10 |
| Prazo para interposição de recurso – etapa de seleção | 23/10 a 26/10 |
| Prazo para apresentação de contrarrazões – etapa de seleção | 26/10 |
| Divulgação do resultado final da etapa de seleção | 27/10 |
| Habilitação dos proponentes contemplados (entrega da documentação prevista no item 10) | 03/11 a 13/11 |
| Divulgação do resultado preliminar da etapa de habilitação | 16/11 |
| Prazo para interposição de recurso – etapa de habilitação | 17/11 a 19/11 |
| Divulgação do resultado final da etapa de habilitação | 23/11 |
| Assinatura do Termo de Execução Cultural | 24/11 a 30/11 |

2. Este Edital Complementar entra em vigor a contar do dia 05 de Novembro de 2026.

3. As demais disposições constantes no Edital de Chamamento Público N.º 001/2026 e seus Anexos permanecem inalteradas.

Ribeirão Cascalheira/MT, 05 de Novembro de 2026.

**Silas Batista da Silva**

Secretário Municipal de Cultura, Desporto e Lazer

Portaria nº 024/2026

**PORTARIA N°154/2026 DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**PORTARIA N°154/2026**

**DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**"EXONERA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**ELZA DIVINA BORGES GOMES,** Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Exonerar a Senhora **KATIA ELIZA VITRIO,** brasileira, residente e domiciliada neste município de Ribeirão Cascalheira-MT, do cargo de **FISCAL DE CONTRATO,** deste município de Ribeirão Cascalheira - MT.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revogando a Portaria n° 57/2026 e as demais disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**ELZA DIVINA BORGES GOMES**

*Prefeita Municipal*

---

**PORTARIA N°155/2026 DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**PORTARIA N°155/2026**

**DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**"EXONERA DIRETOR DE COMPRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**ELZA DIVINA BORGES GOMES,** Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Exonerar o Senhor **ADEMIR OSVALDO WILLIG,** brasileiro, residente e domiciliado neste município de Ribeirão Cascalheira-MT, do cargo de **DIRETOR DE COMPRAS,** deste município de Ribeirão Cascalheira - MT.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revogando a Portaria n° 005/2025 e as demais disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**ELZA DIVINA BORGES GOMES**

*Prefeita Municipal*

---

**PORTARIA N°156/2026 DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**PORTARIA N°156/2026**

**DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**"NOMEIA DIRETORA DE COMPRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**ELZA DIVINA BORGES GOMES,** Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Nomear a Senhora **KATIA ELIZA VITRIO,** brasileira, residente e domiciliada neste município de Ribeirão Cascalheira - MT, para o cargo de **DIRETORA DE COMPRAS,** deste municipio de Ribeirão Cascalheira – MT

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**ELZA DIVINA BORGES GOMES**

*Prefeita Municipal*

---

**PORTARIA N°157/2026 DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**PORTARIA N°157/2026**

**DATA: 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**"NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**ELZA DIVINA BORGES GOMES,** Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º -** Nomear o Senhor **ADEMIR OSVALDO WILLIG,** brasileiro, residente e domiciliado neste município de Ribeirão Cascalheira – MT, para o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA,** deste município de Ribeirão Cascalheira – MT.

**Art. 2º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

**REGISTRE-SE**

**PUBLIQUE-SE**

**E CUMPRA-SE**

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**ELZA DIVINA BORGES GOMES**

*Prefeita Municipal*

---

**GABINETE**
**LEI N. 1264 /2026**

**DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**INSTITUI DIRETRIZES PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL E DE PREVENÇÃO AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** aprova e o Prefeito Municipal sanciona a

seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam instituídas diretrizes para a Política Municipal de Promoção da Saúde Mental e de Prevenção ao Sofrimento Psíquico, com o objetivo de promover o bem-estar, prevenir agravos e ampliar o acesso da população às ações de cuidado em saúde mental.

**Parágrafo único.** A Política será desenvolvida de forma articulada com as políticas públicas já existentes, especialmente as ações do Sistema Único de Saúde, observadas a disponibilidade orçamentária e a capacidade administrativa do Município.

**Art. 2º** São objetivos da Política Municipal de Saúde Mental:

I — promover ações de prevenção, informação e educação em saúde mental;

II — ampliar a divulgação dos serviços públicos disponíveis para atendimento psicológico, psiquiátrico e psicossocial;

III — estimular a identificação precoce de situações de sofrimento psíquico e risco à vida;

IV — fortalecer o acolhimento e o encaminhamento responsável das pessoas aos serviços da rede de saúde;

V — promover ações de prevenção ao suicídio e à autolesão;

VI — incentivar a atenção à saúde mental de crianças, adolescentes, idosos, gestantes, pessoas com deficiência e pessoas em situação de vulnerabilidade;

VII — apoiar ações de saúde mental nas escolas, respeitadas as competências dos profissionais da educação e da saúde;

VIII — promover a conscientização sobre os efeitos do uso abusivo de álcool e outras drogas, com orientação, prevenção e encaminhamento adequado;

IX — combater o preconceito e a discriminação contra pessoas com transtornos mentais ou em sofrimento psíquico; e

X — estimular a integração entre saúde, assistência social, educação, esporte, cultura, trabalho e demais políticas relacionadas à qualidade de vida.

**Art. 3º** São diretrizes da Política Municipal de Saúde Mental:

I — atendimento humanizado, respeitoso, sigiloso e livre de discriminação;

II — prioridade às ações de prevenção, acolhimento e cuidado no território;

III — respeito à dignidade, à autonomia e aos direitos das pessoas atendidas;

IV — encaminhamento adequado e acompanhamento dos casos, conforme a necessidade de cada pessoa;

V — articulação entre a atenção básica, os serviços especializados e os demais pontos da rede de saúde;

VI — participação das famílias e da comunidade, quando adequada e autorizada pela pessoa atendida;

VII — adoção de medidas para reduzir as desigualdades de acesso entre a população urbana e rural; e

VIII — preservação do sigilo das informações pessoais e dos dados de saúde.

**Art. 4º** No desenvolvimento da Política, o Poder Público poderá promover, conforme planejamento e disponibilidade administrativa e orçamentária:

I — campanhas educativas sobre saúde mental, prevenção ao suicídio e valorização da vida;

II — palestras, rodas de conversa, oficinas e atividades comunitárias;

III — divulgação dos serviços, horários, locais e formas de acesso à rede pública;

IV — ações de orientação para familiares, cuidadores, professores e agentes comunitários;

V — capacitação continuada dos profissionais da rede municipal para acolhimento e identificação de situações de risco;

VI — ações descentralizadas ou itinerantes para atendimento e orientação nas comunidades rurais e localidades distantes;

VII — campanhas de combate ao bullying, à violência, ao preconceito e à discriminação;

VIII — ações de prevenção relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas; e

IX — parcerias com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades da sociedade civil e organizações privadas, observada a legislação aplicável.

**Art. 5º** As ações de prevenção ao suicídio e à autolesão poderão incluir:

I — divulgação de informações sobre sinais de alerta e formas de busca de ajuda;

II — orientação da população sobre os canais de atendimento e emergência disponíveis;

III — encaminhamento prioritário das pessoas identificadas em situação de risco;

IV — apoio e orientação aos familiares e responsáveis; e

V — acompanhamento dos casos pela rede de saúde, conforme avaliação dos profissionais competentes.

**Art. 6º** A Política poderá contemplar ações específicas para profissionais da educação, saúde, assistência social, segurança pública e demais agentes que tenham contato direto com pessoas em situação de sofrimento psíquico, respeitadas as atribuições de cada categoria.

**Art. 7º** O Poder Executivo poderá realizar levantamento periódico das principais necessidades de saúde mental da população, utilizando dados disponíveis nos serviços públicos e preservando o sigilo das informações pessoais.

**Art. 8º** A implementação das diretrizes desta Lei será realizada de forma progressiva, conforme as prioridades definidas pelo Poder Executivo, o planejamento municipal de saúde, os instrumentos orçamentários e a disponibilidade de recursos.

**Parágrafo único.** Esta Lei não cria cargos, órgãos, funções, gratificações ou obrigações de contratação de pessoal, nem determina alteração da estrutura administrativa do Poder Executivo.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observadas a legislação financeira e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

**Art. 10.** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

Ribeirão Cascalheira-MT, em 09 de Novembro de 2026.

**Elza Divina Borges Gomes**

Prefeita Municipal

**GABINETE**
**LEI N. 1263 /2026**

**DE 09 DE NOVEMBRO DE 2026.**

"Institui diretrizes para a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Município de Ribeirão Cascalheira e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Vereadores de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, aprova e a Prefeita Municipal Elza Divina Borges Gomes sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam instituídas diretrizes para a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com a finalidade de promover ações de prevenção, educação, atendimento, acompanhamento e proteção à saúde das mulheres no Município de Ribeirão Cascalheira.

*Parágrafo único.* A Política será desenvolvida de forma articulada com as políticas públicas de saúde existentes e observará as normas do Sistema Único de Saúde, a disponibilidade orçamentária e a capacidade administrativa do Município.

**Art. 2º** - São objetivos da Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher:

*I* — ampliar o acesso das mulheres às ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento em saúde;

*II* — incentivar o atendimento humanizado, acolhedor, qualificado e livre de discriminação;

*III* — fortalecer as ações de prevenção e diagnóstico precoce dos cânceres de mama e do colo do útero;

*IV* — promover o acompanhamento da gestação, do parto, do puerpério e da saúde do recém-nascido, em articulação com a rede de saúde;

*V* — estimular ações de planejamento familiar, saúde sexual e saúde reprodutiva, respeitadas a autonomia, a dignidade e as escolhas da mulher;

*VI* — promover ações de prevenção e acompanhamento da saúde mental das mulheres;

*VII* — garantir atenção às mulheres em situação de violência, com acolhimento, orientação e encaminhamento à rede de proteção;

*VIII* — ampliar ações de saúde para mulheres que vivem na zona rural, em comunidades distantes ou em situação de vulnerabilidade social;

*IX* — incentivar ações de prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis; e

*X* — promover campanhas de educação em saúde e de divulgação dos serviços disponíveis no Município.

**Art. 3º** - Constituem diretrizes da Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da Mulher:

*I* — atendimento integral, humanizado, regionalizado e acessível;

*II* — priorização da prevenção e do diagnóstico precoce;

*III* — respeito à privacidade, à confidencialidade, à autonomia e à dignidade das usuárias;

*IV* — busca ativa e acompanhamento das mulheres que apresentem exames alterados ou estejam em tratamento;

*V* — articulação entre a atenção básica, os serviços especializados e os demais pontos da rede de saúde;

*VI* — integração com as políticas de assistência social, educação, direitos humanos e enfrentamento da violência; e

*VII* — adoção de medidas que reduzam as desigualdades de acesso aos serviços de saúde.

**Art. 4º** - No desenvolvimento da Política, o Poder Público poderá promover, conforme planejamento e disponibilidade administrativa e orçamentária:

*I* — campanhas periódicas de prevenção e orientação sobre saúde da mulher;

*II* — ações de busca ativa para exames preventivos e acompanhamento de resultados;

*III* — atividades educativas em unidades de saúde, escolas, comunidades rurais e espaços públicos;

*IV* — capacitação continuada dos profissionais da rede municipal para atendimento humanizado;

*V* — ações itinerantes ou descentralizadas para atendimento e orientação na zona rural;

*VI* — divulgação dos locais, horários e formas de acesso aos serviços de saúde da mulher; e

*VII* — celebração de parcerias com órgãos públicos, entidades da sociedade civil, instituições de ensino e organizações privadas, observada a legislação aplicável.

**Art. 5º** - O atendimento à mulher em situação de violência deverá priorizar o acolhimento, o respeito à sua decisão, a preservação de sua privacidade e o encaminhamento responsável aos órgãos e serviços competentes.

*Parágrafo único.* A Política não substitui as atribuições dos serviços de segurança pública, assistência social, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública ou demais órgãos da rede de proteção.

**Art. 6º** - O Poder Executivo poderá realizar levantamento periódico das principais necessidades de saúde das mulheres do Município, utilizando dados disponíveis na rede pública, resguardado o sigilo das informações pessoais.

**Art. 7º** - A implementação das diretrizes desta Lei será realizada de forma progressiva, conforme as prioridades definidas pelo Poder Executivo, o planejamento municipal de saúde, os instrumentos orçamentários e a disponibilidade de recursos.

*Parágrafo único.* Esta Lei não cria cargos, órgãos, funções, gratificações ou obrigações de contratação de pessoal, nem determina alteração da estrutura administrativa do Poder Executivo.

**Art. 8º -** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, observadas a legislação financeira e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

**Art. 9º -** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

**Art. 10º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

Ribeirão Cascalheira-MT, em 09 de Novembro de 2026.

**Elza Divina Borges Gomes**

Prefeita Municipal

---

**SETOR DE LICITAÇÕES**
**AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA ELETRÔNICA N. 12/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N. 73/2026**

O Município de Ribeirão Cascalheira MT, por intermédio da Agente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessa-

dos, que realizará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Execução da Ampliação da Escola Dona Antonieta Melges Camargo, nos moldes da Lei 14.133/2021, artigo 6º, inciso XXXVIII, conforme projeto, memorial descritivo, edital e seus anexos.

**Tipo:** Menor Preço Global.

**SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA**: dia **25/11/2026**, às **10:00min** (horário de Brasília- DF) **na forma eletrônica LICITANET no site https:licitanet.com.br/.**

O edital e demais atos pertencentes ao certame poderão ser obtidos através do site oficial da Prefeitura http://ribeiraocascalheira.mt.gov.br/ no e-mail licitação@ribeiraocalheira.mt.gov.br ou no Departamento de Licitações, situado à Avenida Padre João Bosco, n. 2067 – Ribeirão Cascalheira - MT, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 13h00min, pelo Telefone: (66) 9.9649-9163.

Ribeirão Cascalheira – MT, 10 de novembro de 2026.

_____

**Uglenia Vieira Barros Bueno**

**Agente de Contratação**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

### DECRETO Nº 071/2026, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026

**DECRETO Nº 071/2026, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

***"DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE COMPRAS EXPRESSAS (SICX) NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, HIPÓTESE DE CREDENCIAMENTO POR MEIO DE COMÉRCIO ELETRÔNICO DE QUE TRATA O ART. 79, IV, DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, OBSERVADO O SISTEMA INSTITUÍDO PELO ART. 174, § 3º, VII, DA MESMA LEI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."***

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO – Estado de Mato Grosso, **Senhor Danilo Coelho Domingos,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no inciso VII do § 3º do art. 174 e no inciso VII do § 1º do art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Objeto e Âmbito de Aplicação**

**Art. 1º** Este Decreto dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Compras Expressas (Sicx), previsto no inciso VII do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamenta o disposto no inciso IV do art. 79 da referida Lei no âmbito da Administração Pública Municipal.

**§ 1º** As disposições deste Decreto compreendem:

I – os princípios, definições, diretrizes e parâmetros mínimos aplicáveis à adoção da sistemática de comércio eletrônico por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para a contratação de bens e serviços comuns padronizados;

II – a disciplina específica do Sicx no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional.

**§ 2º** Nos termos do § 2º do art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021, o Sicx poderá ser disponibilizado para empresas públicas, para sociedades de economia mista e suas subsidiárias e para entidades privadas sem fins lucrativos.

**Das Definições**

**Art. 2º** Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:

I - Sistema de Compras Expressas (Sicx): conjunto de elementos interdependentes destinados ao desenvolvimento e à sustentação das contratações públicas por meio da sistemática de comércio eletrônico de que trata o inciso IV do art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021, constituindo funcionalidade integrante da infraestrutura de contratações públicas digitais do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 174 da referida Lei;

II - edital de credenciamento: instrumento convocatório por meio do qual a Administração Pública estabelece as regras, condições e requisitos para que interessados possam se habilitar e integrar um cadastro de credenciados aptos a futuras contratações;

III - seleção de oferta: indicação eletrônica, pelo usuário comprador por meio da plataforma que operacionaliza o Sicx, da aquisição de bem ou serviço;

IV - seleção de oferta singular: seleção de um único item;

V - seleção de oferta múltipla: seleção de dois ou mais itens;

VI - seleção de oferta imediata: seleção da melhor proposta para o item no exato momento da indicação;

VII - seleção de oferta diferida: seleção da melhor proposta para o item em data e hora estipulada pelo usuário comprador, período no qual os fornecedores do item do catálogo serão notificados e poderão realizar ajuste das suas propostas;

VIII - órgão central: órgão responsável por editar as normas complementares concernentes ao Sicx, disponibilizar as plataformas para sua operacionalização, elaborar os editais de credenciamento e realizar o alinhamento das contratações concernentes ao Sicx ao planejamento estratégico do Município e às leis orçamentárias, podendo se tratar de Secretaria, Departamento ou Setor responsável pela coordenação das compras no âmbito do Município, sem prejuízo da possibilidade de utilização do Sicx por outros órgãos, sejam a ela vinculados ou não vinculados hierarquicamente;

IX - órgão credenciante: órgão ou entidade delegatária da competência de elaboração dos editais de credenciamento para o Sicx, com a definição dos respectivos objetos e universos de fornecedores;

X - comprador: órgãos e entidades que recebam atribuição para realizar ordem de compra e formalizar contratações no âmbito do Sicx;

XI - fornecedor: pessoa física ou jurídica interessada em fornecer bens ou serviços comuns padronizados para a Administração Pública;

XII - credenciante: órgão responsável pela realização do credenciamento de fornecedores;

XIII - credenciado: fornecedor que preenche os requisitos necessários para executar o objeto quando convocado;

XIV - bens e serviços comuns padronizados: bens e serviços cujas características, padrões de qualidade, condições de fornecimento ou execução e critérios de desempenho possam ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado e disponibilizados em plataformas de comércio eletrônico em larga escala;

XV - documento de formalização da demanda (DFD): documento elaborado pelo comprador por meio da plataforma que operacionaliza o Sicx destinado a:

a) justificar a necessidade administrativa;

b) realizar, de acordo com a complexidade da contratação, a indicação simplificada da solução pretendida ou, se avaliado como necessário, elaborar de modo individualizado Termo de Referência (TR), Edital, Estudo Técnico Preliminar (ETP) ou outros documentos da fase preparatória;

c) delimitar o quantitativo estimado;

d) delimitar as condições essenciais de fornecimento ou execução do objeto;

XVI - usuário comprador: servidor designado para pesquisar itens no catálogo eletrônico, montar listas de compras e encaminhar carrinhos para aprovação;

XVII - usuário autoridade: agente público delegatário do ordenador de despesas, designado para aprovar ordens de compra encaminhadas, verificar a regularidade da contratação e concluir o processo de contratação;

XVIII - plataforma pública de comércio eletrônico: ambiente virtual baseado em software administrado por pessoa jurídica de direito público interno, nos termos do art. 41 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XIX – plataforma privada de comércio eletrônico: ambiente virtual baseado em software administrado por pessoa jurídica de direito privado, nos termos do art. 44 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dos artigos 3º e 4º da Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Empresas Estatais);

XX – operadora: pessoa jurídica que administra a plataforma de comércio eletrônico.

## CAPÍTULO II

## COMPETÊNCIAS E DESIGNAÇÕES

**Art. 3º** Compete ao órgão central a coordenação geral do uso das plataformas para funcionamento do Sicx no âmbito do Município, incluindo:

I – a designação dos agentes públicos com perfis de acesso à plataforma;

II – a supervisão do cumprimento deste Decreto pelos demais órgãos;

III – a interlocução com os operadores das plataformas para questões operacionais, técnicas e contratuais; e

IV – a elaboração de relatórios periódicos de uso.

**Art. 4º** Cada Secretaria ou unidade administrativa compradora designará, entre seus servidores, pelo menos um usuário comprador e um usuário autoridade.

**Parágrafo único.** A designação dos usuários será formalizada por ato normativo infralegal, comunicando a operadora para habilitação dos respectivos acessos, ou por meio de designação de usuário master, mediante login e senha, na plataforma.

**Art. 5º** O Município designará, nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, gestor e fiscal dos contratos com as plataformas, responsáveis, entre outras atribuições, por:

I – monitorar os indicadores de nível de serviço da plataforma;

II – receber e analisar os relatórios periódicos fornecidos pela operadora;

III – registrar ocorrências e notificar a operadora em caso de descumprimentos; e

IV – atestar a regularidade da execução contratual para fins de controle interno e externo.

## CAPÍTULO III

## PLATAFORMAS DE COMÉRCIO ELETRÔNICO

### Disposições Gerais Sobre as Plataformas

**Art. 6º** As contratações de que trata este Decreto poderão ser realizadas por:

I – plataformas públicas de comércio eletrônico; e

II – plataformas privadas de comércio eletrônico.

**Art. 7º** O cadastramento em plataforma de comércio eletrônico, para fins de sua utilização na qualidade de comprador, deverá ser precedido de:

I – em caso de plataforma pública, negócio jurídico específico formalizado por Termo de Contrato, Acordo de Cooperação Técnica, Termo de Adesão ou instrumentos congêneres;

II – em caso de plataforma privada, negócio jurídico específico formalizado por Termo de Contrato, sendo vedada a utilização de Termo de Adesão ou instrumentos congêneres que importem manifestação unilateral de vontade.

**§ 1º** Os instrumentos de formalização de negócio jurídico de que tratam este artigo, qualquer que seja a sua forma, deverão ser assinados pelo Chefe do Poder Executivo ou por pessoa que possua representação legal mediante ato de delegação formal.

**§ 2º** A validade jurídica dos instrumentos de formalização de negócio jurídico de que trata este artigo requer:

I - assinatura física com firma reconhecida por autenticidade; ou

II - assinatura eletrônica, nos termos do art. 4º da Lei n. 14.063, de 23 de setembro de 2020.

**Art. 8º** O cadastramento em plataforma de comércio eletrônico, para fins de sua utilização na qualidade de entidade ou órgão comprador, é condicionado às seguintes avaliações:

I - avaliação jurídica sobre o cumprimento da formalização de negócio jurídico conforme disposto no art. 7º deste Decreto;

II - avaliação técnica sobre a observância, pela plataforma, dos requisitos de que trata o art. 11 deste Decreto;

III - avaliação econômica sobre a vantajosidade da plataforma, conforme artigos 14, 15 e 16 deste Decreto.

**Parágrafo único.** As avaliações de que trata este artigo serão realizadas por meio de Estudo Técnico Preliminar que caracterize o interesse público envolvido na solução adotada em comparação com alternativas disponíveis, sendo permitida a utilização *ad referendum* de ETP realizado por outras pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública direta ou indireta, ou de entidades sem fins lucrativos, caso em que deverá ser ratificado por autoridade competente da entidade ou órgão comprador, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.

**Art. 9º** O poder público poderá cadastrar-se, na qualidade de comprador, em mais de uma plataforma de comércio eletrônico, bem como pesquisar ofertas livremente em quaisquer das plataformas em que estiver cadastrado, sendo vedadas práticas que restrinjam, direta ou indiretamente, o exercício dessa prerrogativa.

**Art. 10.** As plataformas de comércio eletrônico são caracterizadas, para fins jurídicos, como meio de contratação, não substituindo as competências dos agentes designados para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei n. 14.133, de 2021, como agente de contratação, gestor e fiscal do contrato, nem eximindo os agentes públicos de suas responsabilidades legais nas fases de contratação, execução e controle.

**Princípios e Requisitos Mínimos das Plataformas**

**Art. 11.** As plataformas de comércio eletrônico, públicas ou privadas, deverão observar os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, concretizados pelos seguintes requisitos mínimos e obrigatórios:

I – legalidade, com a conformidade às normas da legislação aplicável, em especial com a Lei nº 14.133, de 2021, e com o presente Decreto;

II – impessoalidade e igualdade, com a vedação de:

a) qualquer forma de identificação dos fornecedores durante a realização de uma seleção de oferta ou de contato entre compradores e fornecedores antes da homologação da contratação;

b) participação da operadora como fornecedora dos bens ou serviços nela ofertados;

III – moralidade e probidade administrativa, com a manutenção de Programa de Integridade pela operadora, nos termos do § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021;

IV – publicidade e transparência, com:

a) manutenção da integração e observância da publicidade dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), aplicando-se, no que couber, as condições e os requisitos estabelecidos nos regulamentos de que tratam o art. 87 e o § 1º do art. 175 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) mecanismos de denúncia e comunicação de indícios de ilícitos ou desconformidades;

V – eficiência e interesse público, aferidos na forma do art. 8º deste Decreto;

VI – segregação de funções, não podendo o agente responsável pela seleção da oferta a ser contratada ser o mesmo que autoriza a realização da compra;

VII – segurança jurídica, com as garantias de:

a) controles de acesso, autenticação e autorização compatíveis com o perfil do usuário;

b) registros e trilhas de auditoria das operações realizadas no sistema, com rastreabilidade das contratações por meios tecnológicos que assegurem integridade e não repúdio dos registros;

c) monitoramento automatizado de transações, comportamentos atípicos ou padrões indicativos de irregularidade;

d) proteção de dados pessoais, com obediência à Lei n. 13.709, de 2018, e designação de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais;

e) pagamento com o recebimento definitivo;

VIII – competitividade, sendo assegurados:

a) o acesso permanente de fornecedores ao credenciamento por meio de Registro Cadastral Unificado ou edital permanente, sem cláusulas restritivas à participação;

b) a atualização contínua do cadastro de fornecedores;

c) a atualização contínua do catálogo eletrônico de padronização de compras para bens e serviços comuns;

d) adoção de filtros e critérios de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação aplicável;

IX – razoabilidade e proporcionalidade, com a adoção de modelos de custeio vantajosos tanto para o comprador quanto para o fornecedor, com preservação do equilíbrio econômico-financeiro na relação entre comprador, fornecedor e operadora;

X – desenvolvimento nacional sustentável, com a adoção ou desenvolvimento de soluções logísticas eficientes que gerem benefícios sistêmicos à população e ao meio ambiente.

**§ 1º** A integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), os padrões de interoperabilidade e as diretrizes do Sicx deverão ser implementados em articulação institucional com o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (CGRNCP), de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, observadas as disposições do Decreto Federal nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

**§ 2º** As disposições previstas neste artigo terão caráter preventivo e corretivo, e poderão ser utilizadas para subsidiar medidas acauteladoras, processos administrativos e ações de aprimoramento do Sicx.

**Art. 12.** As plataformas de comércio eletrônico, públicas ou privadas, observarão preferencialmente as seguintes diretrizes:

I – certificações e conformidade: obtenção de certificações técnicas ou apresentação de relatórios de conformidade emitidos por entidade independente, atestando os níveis de segurança, disponibilidade e desempenho da plataforma;

II – interoperabilidade: integração com sistemas de pagamento, nota fiscal eletrônica e cadastros de fornecedores;

III – continuidade e contingência: manutenção de plano de continuidade do serviço e de plano de contingência operacional;

IV – auditorias: permissão para realização de auditorias periódicas de segurança, integridade e desempenho;

V – avaliação de fornecedores: adoção de mecanismos de avaliação de desempenho e reputação dos fornecedores, com base em indicadores objetivos e verificáveis;

VI – sanções: auxílio ao ente público com o fornecimento de dados necessários para a parametrização das sanções aplicáveis, em conformidade com a legislação vigente;

VII – compras compartilhadas: incentivo à realização de compras compartilhadas entre entes públicos, com vistas à obtenção de economia de escala e à racionalização de recursos.

**Formas de Custeio das Plataformas**

**Art. 13.** O custeio das plataformas poderá ocorrer das seguintes formas:

I – custeio direto: quando os recursos destinados ao funcionamento da plataforma forem provenientes do orçamento público ou o onerarem diretamente por meio de financiamentos públicos ou privados;

II – custeio indireto: quando os recursos destinados ao funcionamento da plataforma forem provenientes dos fornecedores, mediante cobrança de comissões por transação, taxas de assinatura ou outras formas de cobrança;

III – custeio híbrido: quando o financiamento da plataforma combinar custeio direto e indireto.

**Art. 14.** A avaliação econômica de vantajosidade de que trata o art. 8º, relativamente às plataformas de custeio direto, deverá:

I – analisar o alcance da plataforma e ponderar as vantagens e desvantagens de sua adoção em comparação com as soluções para contratação de bens e serviços comuns padronizados já utilizadas pelo órgão central; e

II – na hipótese de plataforma própria, comparar os investimentos necessários à sua criação, uso e manutenção com os impactos projetados ao orçamento decorrentes da eventual utilização de plataforma operada por terceiro.

**Art. 15.** A avaliação econômica de vantajosidade de que trata o art. 8º, relativamente às plataformas de custeio indireto, deverá:

I – analisar o alcance da plataforma e ponderar as vantagens e desvantagens de sua adoção em comparação com as soluções já utilizadas pelo órgão central; e

II – analisar os impactos indiretos da utilização da plataforma ao orçamento público, sendo vedada a utilização de plataformas cujas cobranças impostas a licitantes ou fornecedores sejam excessivas.

**§ 1º** Para os fins deste Decreto, consideram-se excessivas as formas de cobrança que:

I – frustrem a competitividade ou a isonomia na contratação;

II – extrapolem:

a) os custos relativos a armazenamento de dados, tráfego, suporte técnico, segurança digital e customizações; e

b) remuneração da operadora e encargos operacionais a ela associados.

**§ 2º** A remuneração de que trata a alínea "b" do § 1º deverá obedecer aos parâmetros objetivos e vedações estabelecidos neste artigo, sempre ser preservado o equilíbrio econômico-financeiro na relação entre comprador, fornecedor e operadora, além de observado o inciso I do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.

**§ 3º** No caso de comissão por transação, é vedada a cobrança:

I – cujo percentual supere o das comissões de transação habitualmente praticadas no comércio eletrônico privado, conforme pesquisa a ser realizada pelo órgão central; e

II – cujo valor, em moeda corrente, independentemente do percentual adotado, seja superior a 10% (dez por cento) do valor previsto para a dispensa de licitação no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, adotado como parâmetro objetivo de economicidade para efeitos deste Decreto.

**§ 4º** Enquanto não realizada a pesquisa de que trata o inciso I do § 3º, considera-se como limite o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da transação.

**§ 5º** É vedada a utilização do limite de que trata o inciso II do § 3º por unidade ou lote de contratação, devendo ele ser considerado:

I - por oferta de compra singular, no caso de compra de item único;

II - por oferta de compra múltipla, no caso de compra de mais de um item;

III - por ente comprador, no caso de compras coletivas ou em consórcio.

**§ 6º** Sem prejuízo do disposto nos §§ 3º, 4º e 5º, é permitida a cobrança de comissão de transação mínima, em moeda corrente, para compras de valor ínfimo, assim consideradas aquelas de valor igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do valor de pequenas compras previsto no § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, contanto que esta comissão não seja superior a 0,5% (cinco décimos por cento) deste valor.

**§ 7º** No caso de taxa de assinatura cobrada exclusivamente para participação em processos licitatórios, é vedada a cobrança cujo valor, em moeda corrente, seja superior a 1% (um por cento) do valor previsto para a dispensa de licitação no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, adotado como parâmetro objetivo para efeitos deste Decreto.

**§ 8º** O limite referido no § 7º para a taxa de assinatura é considerado para cobrança em periodicidade mensal, devendo ser calculado proporcionalmente em caso de adoção de outras periodicidades.

**§ 9º** No caso de outras formas de cobrança, são vedadas todas aquelas que violem os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, incluídos os requisitos mínimos e obrigatórios de sua concretização previstos no art. 11 deste Decreto, ou que superem os valores habitualmente praticados no comércio eletrônico privado para cobranças equivalentes, conforme pesquisa a ser realizada pelo órgão central.

**§ 10.** Em condições equivalentes, a comissão de transação deve ser adotada preferencialmente à taxa de assinatura ou outras formas de cobrança, com vistas ao aumento da competitividade, à maior participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas e à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**Art. 16.** A avaliação econômica de vantajosidade de que trata o art. 8º, relativamente às plataformas de custeio híbrido, deverá observar, cumulativamente, o disposto nos arts. 14 e 15 deste Decreto.

## CAPÍTULO IV

## SISTEMA DE COMPRAS EXPRESSAS

**Art. 17.** A participação no Sicx no âmbito do Município presume:

I - conhecimento sobre as regras deste Decreto;

II - entendimento de que a plataforma que operar o Sicx deve ser compreendida como ferramenta tecnológica de auxílio, não substituindo as atividades administrativas da Administração Pública na contratação de bens e serviços.

### Seção I

### Condições de Admissão e Permanência dos Fornecedores

**Art. 18.** O acesso pelos fornecedores ao Sicx ficará permanentemente aberto, sendo o credenciamento condição para participação nas oportunidades de negócio, não gerando direito subjetivo à contratação.

**Art. 19.** O interessado em fornecer bens ou prestar serviços à Administração Pública por meio do Sicx deverá requerer o seu credenciamento eletronicamente na plataforma, sendo o credenciamento condicionado a:

I – cadastro na plataforma, com aceitação dos Termos e Condições de Uso, incluindo autorização do interessado para utilização de seus dados e recebimento de notificações;

II – apresentação dos documentos de habilitação previstos na Lei n. 14.133, de 2021, realizada mediante integração com o Registro Cadastral Unificado ou mediante outras formas de carregamento de arquivos;

III - a indicação dos bens e serviços fornecidos;

IV - a localidade ou localidades de atendimento.

**§ 1º** O fornecedor poderá cadastrar ofertas para os objetos de sua linha de fornecimento, indicando, para cada localidade atendida, valores, prazos de entrega e condições de pagamento, conforme critérios, especificações técnicas e condições estabelecidas no edital e nos parâmetros do Sicx.

**§ 2º** O cadastro das ofertas poderá se dar por meio de integração com plataformas em que o fornecedor credenciado já ofereça seus bens ou serviços.

**§ 3º** O fornecedor poderá cadastrar ofertas escalonadas conforme a quantidade de itens demandada para cada objeto para um mes-

mo local de entrega.

**Art. 20.** A efetivação do credenciamento dependerá de verificação e habilitação, pela autoridade competente de cada comprador, dos documentos de habilitação e das demais exigências previstas em edital, de acordo com a natureza e as especificidades do objeto da contratação, sendo vedado ao comprador estabelecer requisitos de habilitação adicionais na ordem de compra.

**Parágrafo único.** Salvo disposição em contrário na estrutura de cargos do Município, o órgão central atuará como órgão credenciante, podendo delegar a competência para outros órgãos, conforme objeto de contratação.

**Seção II**

**Inclusão de Bens e Serviços e Formação e Alteração de Preços**

**Inclusão de Bens e Serviços**

**Art. 21.** A incorporação de objetos ao Sicx observará a padronização definida pelo órgão central em catálogo eletrônico de atualização contínua, com vistas a:

I – viabilizar a integração com diferentes plataformas de contratação;

II – permitir estimativas de preços; e

III – assegurar a comparabilidade entre objetos semelhantes.

**§ 1º** Para fins do disposto neste artigo, a Administração Pública poderá:

I - adotar para a seleção e a execução de suas contratações catálogo eletrônico de padronização de itens elaborados por outros compradores e disponíveis na plataforma, sendo admitida a adesão integral ou parcial, mediante seleção específica dos itens de interesse;

II - requisitar a inclusão de novos itens no catálogo eletrônico, desde que demonstrada a necessidade pública e atendidos os requisitos técnicos de:

a) especificação precisa do bem ou serviço comum;

b) justificativa da vantagem econômica ou administrativa;

c) compatibilidade com os padrões de sustentabilidade e inovação tecnológica vigentes.

**§ 2º** A plataforma poderá disponibilizar mecanismos de inteligência artificial e recursos visuais, como ilustrações e fotografias, para auxiliar o comprador na elaboração ou adesão a catálogo eletrônico, bem como na fundamentação de atos que exijam motivação.

**Art. 22.** Compete ao comprador selecionar os objetos e características que melhor atendam às suas necessidades, considerando os seguintes aspectos:

I – atributos dos produtos;

II – atributos dos fornecedores;

III – requisitos de sustentabilidade;

IV – condições e locais de entrega;

V – rótulos e certificações;

VI – faixas de preços;

VII – desempenho; e

VIII - marca.

**§ 1º** A indicação de marca observará as hipóteses do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021.

**§ 2º** Quando a marca for indicada apenas como referência (art. 41, I), é direito do fornecedor comprovar a qualidade do produto nos termos do art. 42 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Formação e Alteração dos Preços**

**Art. 23.** A formação dos preços no Sicx atrela-se às ofertas disponibilizadas pelos fornecedores.

**Art. 24.** A alteração dos preços pode ser realizada pelos fornecedores, salvo em relação às ofertas já selecionadas.

**§ 1º** As informações de preço disponibilizadas pelos fornecedores serão atualizadas diretamente na plataforma.

**§ 2º** A plataforma de Sicx poderá disponibilizar estimativa de preços praticados fora de seu âmbito, caso em que utilizará, dentre outros:

I - os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

II - mecanismos de busca automatizada de preços no mercado privado.

**§ 3º** Para fins de acesso à pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, de que tratam o art. 23, § 1º, V, e o art. 174, § 2º, VI, da Lei nº 14.133, de 2021, o Sicx poderá integrar-se aos sistemas da Secretaria de Fazenda do Estado e da Receita Federal do Brasil.

**Art. 25.** Os custos relativos ao frete deverão ser incorporados ao preço dos produtos oferecidos para efeito de julgamento das ofertas.

**Seção III**

**Prazos, Métodos para Entrega e Recebimento dos Bens e Serviços**

**Prazos e Métodos para Entrega**

**Art. 26.** Os prazos de entrega dos bens e serviços serão:

I – informados pelo fornecedor no momento da inclusão da oferta no catálogo;

II – compatíveis com a complexidade do objeto e as condições de mercado; e

III – contados a partir da emissão da ordem de fornecimento ou nota de empenho.

**Parágrafo único.** O prazo máximo de entrega para cada categoria de bem ou serviço será estabelecido pelo comprador, e o seu descumprimento sujeitará o fornecedor às sanções previstas neste Decreto.

**Art. 27.** A entrega dos bens observará o endereço e o horário de funcionamento do órgão contratante, as condições adequadas de acondicionamento e transporte e a documentação fiscal correspondente.

**Art. 28.** O fornecedor poderá registrar a entrega no Sicx inclusive por meio de transportadores ou operadores logísticos.

**Recebimento dos Bens e Serviços**

**Art. 29.** O recebimento dos bens e serviços será realizado:

I – provisoriamente, para verificação da conformidade com a especificação e a quantidade contratadas, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o registro da entrega;

II – definitivamente, após verificação da qualidade e da quantidade, em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório, salvo disposição em contrário no edital, respeitado o limite máximo de 30 (trinta) dias.

**§ 1º** O recebimento definitivo será registrado no sistema pelo gestor do contrato e constitui condição para a liberação do pagamento ao fornecedor.

**§ 2º** A recusa no recebimento deverá ser fundamentada e registrada no sistema.

**§ 3º** A ausência de manifestação nos prazos previstos implicará presunção de recebimento tácito.

**Art. 30.** Os bens e serviços recebidos em desacordo com as especificações contratadas serão rejeitados, total ou parcialmente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**§ 1º** O recebimento parcial ou a recusa do recebimento deverão ser justificados, com detalhamento do problema identificado.

**§ 2º** Recusas imotivadas ou inconsistentes poderão impactar a reputação do órgão comprador.

**Art. 31.** Na hipótese de entrega em desconformidade, com defeito ou divergência em relação ao contratado, ou outro motivo justificado, o fornecedor será responsável pela logística reversa.

**§ 1º** A responsabilidade pela coleta do bem em desconformidade será do fornecedor, inclusive nos casos de devolução parcial do pedido.

**§ 2º** A responsabilidade pela coleta de que trata o §1º não impede que o Sicx providencie alternativas visando a ampliar acesso ao sistema, especialmente para os pequenos e médios fornecedores.

**§ 3º** Mediante acordo, o fornecedor poderá desonerar-se da coleta do bem, que ficará com o comprador para uso, destinação ou descarte, sem a liberação do pagamento ao fornecedor.

**Seção IV**

**Regras de Instrução Processual e de Uso das Plataformas**

**Edital e Fluxo de Contratação**

**Art. 32.** O edital de credenciamento para as contratações realizadas por meio do Sicx conterá os elementos essenciais previstos na regulamentação aplicável e definirá os limites de utilização do sistema, conforme respectivas linhas de fornecimento, bem como os critérios e condições da contratação.

**Parágrafo único.** O edital poderá ter vigência indeterminada e ser acrescido de anexos, que incorporarão novos bens e serviços ao Sicx sob o mesmo regramento, admitida a adesão integral ou parcial a edital de outros compradores, mediante seleção específica dos itens de interesse.

**Art. 33.** A contratação via Sicx observará o seguinte fluxo:

I - elaboração ou adoção de catálogo eletrônico;

II - publicação de edital de credenciamento;

III - credenciamento de fornecedores, o que poderá ocorrer após o julgamento automático pelo sistema no caso de o fornecedor com a melhor oferta ainda estar com o credenciamento pendente de análise;

IV - pesquisa de disponibilidade do item;

V - seleção da oferta pelo usuário comprador, a qual poderá ser imediata ou diferida, com julgamento automático pelo sistema, conforme art. 36 deste Decreto;

VI - envio da oferta selecionada para o usuário autoridade;

VII- verificação, pelo usuário autoridade, da:

a) regularidade do fornecedor;

b) adequação do preço; e

c) vantajosidade da contratação;

VIII - aprovação da oferta selecionada, com finalização da compra;

IX - envio automático, pela plataforma:

a) do processo administrativo para publicação no PNCP, o qual poderá ocorrer automaticamente com o registro de saída da plataforma, quando não realizado manualmente;

b) da ordem de fornecimento ao fornecedor; e

X - confirmação da entrega do bem ou serviço via plataforma, como condição para liberação do pagamento ao fornecedor.

**§ 1º** O procedimento de que trata este artigo poderá ser realizado para seleção de oferta singular ou múltipla.

**§ 2º** Caso o usuário autoridade não aprove a oferta selecionada, deverá, conforme o caso e nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades, revogar o processo de contratação por motivo de conveniência e oportunidade ou proceder à sua anulação, se presente ilegalidade insanável.

**§ 3º** O processo administrativo de que trata o inciso IX, alínea "a", poderá, a critério do comprador, ser publicado no PNCP sob a modalidade de credenciamento ou de inexigibilidade, neste caso com a geração de autos eletrônicos separados para cada contratação.

**§ 4º** A confirmação de entrega prevista no inciso X deverá ser realizada até o prazo do recebimento definitivo.

**§ 5º** Para auxílio na realização do fluxo de contratação de que trata este artigo, as plataformas de comércio eletrônico poderão disponibilizar:

a) integrações com a fase preparatória da contratação;

b) opções de campos de tela para confecção ou para carregamento de arquivos externos que sejam necessários à contratação, incluindo a possibilidade de inserção de DFD, TRR ou ETP nos casos em que a Administração Pública Municipal entender, excepcionalmente, necessários;

c) mecanismos de inteligência artificial para auxiliar na contratação, na fundamentação de atos que o exijam bem como na revisão do processo.

**Exibição das Ofertas**

**Art. 34.** A plataforma deverá exibir cada item do catálogo em uma janela única, com ilustração e preço, na qual deverão estar reunidas todas as propostas para o respectivo item dos diferentes fornecedores, os quais não poderão estar identificados, sendo vedada a criação de janelas diferentes para o mesmo item de catálogo ou qualquer outra forma que possa identificar o fornecedor, incluindo a exibição de diferentes preços.

**§ 1º** Na janela única de exibição do item, o padrão adotado para o preço exibido será o da média de preço da oferta.

**§ 2º** Apenas em casos nos quais a impessoalidade não seja afetada, será admitido padrão diferente para a exibição do preço, como o menor preço da oferta, sendo vedada, em qualquer caso, a visualização de diferentes preços para cada fornecedor.

**Ranqueamento das Ofertas**

**Art. 35.** A plataforma procederá ao ranqueamento das ofertas habilitadas para o comprador, com base no objeto e nas características selecionadas, critérios de ordenação das ofertas e indicadores de reputação.

**§ 1º** O ranqueamento de que trata este artigo será realizado de forma automatizada, objetiva e auditável, observados os critérios definidos no edital e na parametrização do sistema.

**§ 2º** Todas as ofertas aptas ao fornecimento do objeto com as características indicadas pelo comprador serão listadas no ranqueamento.

**§ 3º** Não será considerado apto para fornecer no âmbito do Sicx o fornecedor que, no momento da seleção da oferta, apresente impedimento registrado no sistema de registro cadastral unificado de que trata o art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021, ou que esteja sujeito a sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade.

**§ 4º** Os critérios, pesos e metodologias aplicáveis ao ranqueamento serão dinâmicos e ajustáveis pelo órgão central, com o objetivo de:

I - buscar o encontro das melhores ofertas para cada demanda; e

II – promover a isonomia e a governança das transações realizadas.

**§ 5º** Os critérios automatizados de ranqueamento deverão observar transparência, rastreabilidade, auditabilidade e tratamento isonômico dos fornecedores.

**§ 6º** Em caso de empate, o Sicx aplicará os critérios de desempate previstos no art. 60, incisos II a IV e § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**§ 7º** Mantido o empate, será realizado sorteio para ordenação das ofertas.

**Seleção da Oferta**

**Art. 36.** A seleção da oferta mais bem ranqueada independe de justificativa.

**§ 1º** A seleção de oferta que esteja ranqueada abaixo da primeira dependerá de justificativa.

**§ 2º** A justificativa de que trata o § 1º poderá lastrear-se, entre outros motivos, em:

I - legislação aplicável ao órgão comprador;

II - o produto ou serviço não obedecerem às características contidas na requisição de compra;

III - o produto ou o serviço apresentar preços inexequíveis ou acima do preço máximo definido para a contratação;

IV - experiência pretérita negativa com o mesmo fornecedor ou com o mesmo produto formalmente registradas em mecanismos objetivos de avaliação de desempenho.

**Uso das Plataformas**

**Art. 37.** A constatação de condutas que violem a integridade do Sicx poderá ensejar, conforme a gravidade e a natureza da infração:

I – adoção de medidas preventivas ou acauteladoras, inclusive a inativação temporária do credenciamento do fornecedor;

II – instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade;

III – aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021; e

IV – comunicação aos órgãos competentes, quando cabível.

**Art. 38.** A inativação temporária do credenciamento é a providência acauteladora que paralisa temporariamente as atividades do fornecedor no Sicx para assegurar a higidez das futuras oportunidades de negócios.

**Art. 39.** A inativação temporária poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - caso o fornecedor não mantenha suas informações de cadastro atualizadas ou não aceite as atualizações dos termos e condições;

II - caso o fornecedor não responda às tentativas de contato em relação a uma oferta cadastrada; e

III - caso haja indícios de materialidade e autoria de que o fornecedor tenha cometido alguma das seguintes infrações administrativas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) apresentar declaração ou documentação falsa na oferta ou na execução do contrato;

d) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento, prestar declaração falsa em sua oferta ou na execução do contrato;

f) fraudar sua oferta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Sicx; e

i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

IV - caso o fornecedor já tenha sido condenado por qualquer infração administrativa prevista no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, e haja indícios de materialidade e autoria de que o fornecedor tenha cometido alguma das seguintes infrações administrativas:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) não manter a oferta, salvo em decorrência de fato superveniente justificável; ou

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

**§ 1º** A inativação temporária prevista no inciso I perdurará até que o fornecedor atualize suas informações de cadastro.

**§ 2º** A inativação temporária prevista no inciso II perdurará até que o fornecedor requeira sua reativação.

**§ 3º** A inativação temporária prevista nos incisos III e IV perdurará até que se encerre o processo administrativo sancionador, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias e desde que este processo seja iniciado no prazo de 10 (dez) dias após a inativação.

**§ 4º** Na hipótese dos incisos III e IV, caso o fornecedor venha a ser sancionado com a penalidade de impedimento de licitar e contratar ou com a penalidade de declaração de inidoneidade, o período de inativação temporária será computado na totalização do cumprimento da penalidade.

**Art. 40.** A inativação temporária ocorrerá da seguinte forma:

I - será automática e realizada via sistema, no caso do inciso I do art. 39; ou

II - será comunicada ao fornecedor nas hipóteses dos incisos II, III e IV do art. 39, com a indicação da ocorrência da hipótese incidente.

**§ 1º** Na hipótese do inciso II do caput, o fornecedor será notificado por meio da plataforma sobre a intenção de inativação temporária e poderá apresentar manifestação no prazo estabelecido.

**§ 2º** Realizada a notificação prevista no §1º:

I - caso o órgão administrador ou comprador acate a manifesta-

ção do fornecedor, a inativação temporária não será efetivada; ou

II - caso o fornecedor não se manifeste ou caso a manifestação não seja acatada, a inativação temporária será efetivada.

**§ 3º** Nos casos de risco iminente, ou quando a ciência prévia do fornecedor puder frustrar a medida, o órgão administrador ou comprador poderá efetivar a inativação temporária sem a prévia manifestação do fornecedor.

**§ 4º** Na hipótese do § 3º, o fornecedor poderá manifestar-se após ser notificado da inativação temporária e, caso suas razões sejam acatadas, a inativação temporária será cancelada.

**Art. 41.** O fornecedor poderá solicitar o seu descredenciamento no Sicx a qualquer tempo, não servindo a mera solicitação para se desincumbir do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

**Seção V**

**Condições de Pagamento**

**Art. 42.** O pagamento ao fornecedor será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do bem ou serviço contratado.

**Art. 43.** O pagamento deverá ser processado com utilização de conta *escrow* ou mecanismo equivalente de segregação em instituição financeira indicada pela operadora, devendo ser liberado apenas após o recebimento definitivo do bem ou serviço contratado, sendo vedada qualquer transferência de valores do comprador à operadora.

**Art. 44.** Na hipótese de cobrança de comissão por transação, os valores devidos à operadora serão descontados por meio de *split* de pagamento, concomitantemente ao pagamento ao fornecedor, sem que isso configure transferência de valores do comprador à operadora para os fins do art. 43.

**Art. 45.** As retenções tributárias devidas serão realizadas de acordo com a legislação vigente, com base nas informações constantes da nota fiscal eletrônica emitida pelo fornecedor.

**Parágrafo único.** Sempre que tecnicamente possível, o comprador e o fornecedor deverão ser previamente informados sobre os valores estimados das retenções tributárias incidentes sobre cada transação.

**Seção VI**

**Sanções Aplicáveis**

**Art. 46.** O credenciado ou fornecedor que cometer infrações no âmbito do Sicx ficará sujeito às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo único.** O regime sancionatório previsto nesta Seção não se aplica às negociações e aos contratos celebrados sob regime de direito privado.

**Art. 47.** Constituem infrações puníveis no âmbito do Sicx:

I – fornecer bem ou prestar serviço em desacordo com as especificações contratadas;

II – atrasar injustificadamente a entrega ou a prestação do serviço;

III – não substituir bem rejeitado no prazo estabelecido;

IV – fraudar a execução do contrato;

V – comportar-se de modo inidôneo;

VI – declarar informações falsas; e

VII – descumprir obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais.

**Art. 48.** As sanções aplicáveis são:

I – advertência, por escrito;

II – multa:

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, por inexecução parcial;

b) de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato, por inexecução total;

c) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor do contrato, por atraso injustificado na entrega;

III – impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

**§ 1º** As sanções dos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**§ 2º** A aplicação de qualquer sanção será precedida de notificação ao fornecedor, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para defesa prévia, e de decisão fundamentada.

**§ 3º** Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, à autoridade superior àquela que proferiu a decisão, nos termos do art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

**§ 4º** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, nos termos do art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Art. 49.** A dosimetria das sanções observará:

I – a natureza e a gravidade da infração;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos resultantes da infração; e

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo infrator.

**Art. 50.** As sanções aplicadas no Sicx serão registradas no PNCP e no sistema de registro cadastral unificado, nos termos do art. 87 da Lei n. 14.133/2021.

**Seção VII**

**Outras Disposições**

**Planejamento dos Compradores Públicos**

**Art. 51.** O comprador público poderá realizar planejamento abrangente, indicando os objetos que serão preferencialmente contratados pelo Sicx, até determinado limite.

**§ 1º** O planejamento abrangente de que trata este artigo deverá assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico do comprador público e às leis orçamentárias, nos termos do parágrafo único do art. 11 da Lei 14.133, de 2021.

**§ 2º** O planejamento abrangente de que trata este artigo permite a vinculação prévia dos recursos à contratação por meio do Sicx, com a pré-autorização das compras nele planejadas até o limite dos recursos previamente vinculados.

**Art. 52.** A operacionalização do Sicx observará lógica de simplificação procedimental proporcional ao risco, à complexidade e ao valor da contratação.

**§ 1º** As contratações realizadas por meio do Sicx ficam dispen-

sadas da elaboração individualizada de Termo de Referência e de instrumento convocatório específico para cada contratação.

**§ 2º** O Estudo Técnico Preliminar (ETP) somente será exigido em caráter excepcional, quando a natureza da demanda, a complexidade da solução ou o valor da contratação demandarem a avaliação de alternativas disponíveis no mercado ou a apresentação de justificativas técnicas adicionais que não possam ser satisfatoriamente contempladas no fluxo de que trata o art. 33 deste Decreto.

**§ 3º** Quando exigido, o ETP poderá limitar-se aos elementos estritamente necessários à indicação e ao dimensionamento da solução a ser contratada, observadas as diretrizes de simplificação procedimental definidas pelo órgão central.

**Reserva de Recursos Financeiros ao Fornecedor**

**Art. 53.** As contratações realizadas por meio do Sicx observarão os limites orçamentários e a disponibilidade financeira dos órgãos contratantes.

**Art. 54.** O fluxo financeiro das contratações realizadas no Sicx será estruturado de modo a garantir a vinculação prévia dos recursos à contratação, com retenção do valor correspondente até o recebimento definitivo do objeto.

**Parágrafo único.** O valor retido de que trata o caput será tratado conforme legislação orçamentária, descontados os custos operacionais.

**Reputação dos Fornecedores**

**Art. 55.** O Sicx utilizará mecanismos de reputação de fornecedores e de bens ou serviços como instrumentos auxiliares para o ranqueamento das ofertas e para o aprimoramento da qualidade das contratações realizadas em seu âmbito.

Parágrafo único. Os mecanismos de reputação possuem caráter exclusivamente classificatório e informativo, não se equiparando nem se confundindo com sanções administrativas.

**Art. 56.** Os critérios, métricas e metodologias de cálculo da reputação serão parametrizados pelo órgão central de forma auditável, com possibilidade de revisão periódica.

**Art. 57.** Será assegurado ao fornecedor:

I - acesso às informações que compõem sua reputação e a reputação de bens ou serviços que forneçam; e

II - a possibilidade de contestação ou solicitação de revisão dessas informações, nos termos definidos pelo órgão central.

**Art. 58.** O órgão central avaliará, periodicamente, a reputação dos compradores no âmbito da Administração Pública Municipal, prevendo critérios relativos, entre outros, a:

I – prazos de pagamento;

II – recusas de recebimento; e

III – comportamento na plataforma.

**CAPÍTULO V**

**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 59.** Na hipótese de não haver integração com o registro cadastral unificado, caberá aos fornecedores, como condição de credenciamento, manter seus dados cadastrais atualizados nas plataformas que pretendam utilizar.

**Art. 60.** Enquanto não disponibilizada a pesquisa de preços de que trata o § 2º do art. 24 deste Decreto, para fins de verificação da adequação e compatibilidade dos valores da contratação, o comprador deverá considerar ofertas disponíveis para bens ou serviços equivalentes em ambiente externo ao Sicx, observada a similaridade das condições padronizadas de fornecimento ou execução, preferencialmente em ambientes de comércio eletrônico, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

**Parágrafo único.** A verificação da adequação dos preços deverá considerar, sempre que possível, indicadores institucionais ou meios equivalentes aptos a mensurar os custos administrativos e transacionais decorrentes da realização de procedimento de contratação sem a utilização do Sicx.

**Art. 61.** Enquanto não disponibilizada a reserva financeira na conclusão da compra de que trata o art. 54, o pagamento será feito segundo o rito ordinário da execução da despesa pública, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento, conforme o art. 79, § 1º, VII, alínea “e”, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Art. 62.** As plataformas que operem o Sicx deverão disponibilizar capacitações para sua utilização, observadas as seguintes condições:

I – para os agentes públicos dos entes compradores, a capacitação é obrigatória, constituindo requisito prévio para a habilitação dos respectivos perfis de acesso à plataforma; e

II – para os representantes dos fornecedores, a capacitação é recomendável, sem caráter compulsório.

Parágrafo único. As capacitações de que trata este artigo poderão ser ofertadas em formato presencial, semipresencial ou a distância, devendo seu conteúdo abranger, no mínimo, as funcionalidades operacionais da plataforma e as normas aplicáveis às contratações públicas realizadas por seu intermédio.

**Art. 63.** A operadora deverá disponibilizar manual operacional de sua plataforma contendo instruções detalhadas sobre o cadastramento de fornecedores, a inclusão de bens e serviços, a realização de contratações, os procedimentos de recebimento e a aplicação de sanções.

**Art. 64.** Observadas as regras deste Decreto, em especial as avaliações do art. 8º, a Administração poderá contratar e utilizar diferentes plataformas de comércio eletrônico para a realização das contratações de que trata este Decreto.

**Art. 65.** Compete ao Município, no exercício da autonomia que lhe é assegurada pelos artigos 1º e 18 da Constituição Federal, escolher, de forma motivada, a plataforma ou as plataformas de comércio eletrônico que utilizará para as contratações de que trata este Decreto, observadas as avaliações de vantajosidade do art. 8º.

**§ 1º** Será considerada nula qualquer disposição ou cláusula, em ato normativo, edital, contrato ou instrumento congênere, que imponha exclusividade para operar em uma plataforma de comércio eletrônico, pública ou privada, ou que restrinja, direta ou indiretamente, a faculdade de o Município se cadastrar em outras plataformas.

**§ 2º** A disposição ou cláusula que contrarie o disposto no § 1º é nula de pleno direito, não produzindo efeitos perante o Município, sem prejuízo das medidas cabíveis perante os órgãos competentes.

**Art. 66.** O descumprimento das disposições deste Decreto por servidores municipais implicará responsabilização administrativa nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e da Lei n. 14.133, de 2021.

**Parágrafo único.** Será considerada falta grave, para fins de instauração de processo administrativo disciplinar e apuração de penalidade, a autorização ou realização de contratação de platafor-

ma:

I - sem a observância das regras previstas nos artigos 7º e 8º deste Decreto;

II - que não atenda aos princípios e os requisitos mínimos de sua concretização previstos no art. 11 deste Decreto.

**Art. 67.** As regras deste Decreto aplicam-se, no que couber, às demais hipóteses de credenciamento previstas nos incisos I, II e III do art. 79 da Lei n. 14.133, de 2021, podendo a operadora realizar contratações a elas relativas na plataforma.

**Art. 68.** O Sicx, no âmbito do Município, observará, no que couber, as diretrizes e objetivos da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (ENCP), bem como os princípios da política de inovação, considerando suas dimensões nacional, regional e local.

**Art. 69.** Na ausência de regras específicas neste Decreto, aplicar-se-ão subsidiariamente, nesta ordem:

I – as orientações normativas, instruções e atos equivalentes editados pelo órgão central do Município para disciplinar o uso do Sicx no âmbito da Administração Pública Municipal;

II – o Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, o Decreto nº 13.106, de 24 de agosto de 2026, e os demais atos normativos infralegais editados pelo Poder Executivo federal sobre a matéria, nos termos do art. 187 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicados no que couber e desde que compatíveis com a autonomia municipal assegurada pelos arts. 1º e 18 da Constituição Federal; e

III – os princípios gerais do direito administrativo e as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, aplicáveis por analogia.

**Parágrafo único.** As orientações normativas de que trata o inciso I serão publicadas pelo órgão central com observância dos princípios da publicidade e da motivação, sendo comunicadas à operadora para fins de adequação operacional da plataforma.

**Art. 70.** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT, **10 de novembro de 2026.**

**Danilo Coelho Domingos**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

### SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA RESOLUÇÃO CME/RONDOLÂNDIA Nº 001, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**RESOLUÇÃO CME/RONDOLÂNDIA Nº 001, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**Fixa normas para o registro da avaliação da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Rondolândia – MT e dá outras providências.**

A **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RONDOLÂNDIA – MT**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Municipal nº 426, de 11 de julho de 2018, e pelo Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação,

**CONSIDERANDO** o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente os arts. 11, 24 e 31;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;

**CONSIDERANDO** a Resolução Normativa nº 004/2019-CEE/MT, que fixa normas para a Educação Básica na modalidade Educação Escolar Indígena no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso, no que couber;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer procedimentos simples e uniformes para o registro da avaliação da aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Rondolândia;

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Resolução estabelece normas para o registro da avaliação da aprendizagem nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Rondolândia – MT, considerando as especificidades das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

**Art. 2º** A avaliação da aprendizagem deverá ser contínua, cumulativa, diagnóstica e formativa, considerando o desenvolvimento e as aprendizagens dos estudantes e servindo de referência para o planejamento das ações pedagógicas.

**Art. 3º** Os procedimentos de avaliação deverão observar a legislação educacional vigente, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar.

**CAPÍTULO II**

**DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Art. 4º** No Ensino Fundamental, o registro da avaliação da aprendizagem será realizado por meio de notas, em escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com registro **bimestral**.

**§ 1º** A avaliação deverá considerar o conjunto das aprendizagens desenvolvidas pelo estudante durante o período letivo, não se restringindo a um único instrumento avaliativo.

**§ 2º** O estudante que apresentar dificuldades de aprendizagem deverá receber acompanhamento e recuperação contínua durante o processo educativo.

**Art. 5º** Os critérios de aprovação, retenção, recuperação, frequência, classificação, reclassificação e demais procedimentos da vida escolar observarão a legislação educacional vigente, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar.

**CAPÍTULO III**

**DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Art. 6º** Na Educação Infantil, a avaliação será realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento e das aprendizagens das crianças, sem objetivo de promoção ou retenção.

**Parágrafo único.** Os registros deverão ser realizados e emitidos **semestralmente,** servindo ao acompanhamento do desenvolvimento da criança, à comunicação com as famílias e ao planejamento das ações pedagógicas.

**CAPÍTULO IV**

**DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA**

**Art. 7º** Na Educação Escolar Indígena, a avaliação deverá respeitar as especificidades culturais, linguísticas e pedagógicas de cada povo e comunidade, bem como seus processos próprios de ensino e aprendizagem.

**Art. 8º** O registro da avaliação na Educação Escolar Indígena será realizado **semestralmente**, por meio dos seguintes conceitos:

**I – A – APRENDEU:** quando o estudante demonstrar as aprendizagens previstas para o período;

**II – ED – ESTÁ APRENDENDO:** quando o estudante estiver desenvolvendo as aprendizagens previstas;

**III – PA – PRECISA DE APOIO:** quando o estudante necessitar de acompanhamento e apoio pedagógico para avançar em suas aprendizagens.

**§ 1º** A atribuição dos conceitos deverá considerar o percurso de aprendizagem do estudante e as diferentes formas de demonstração das aprendizagens, de acordo com a realidade da comunidade.

**§ 2º** O conceito **PA – PRECISA DE APOIO** deverá orientar a adoção de ações pedagógicas de acompanhamento e apoio ao estudante.

**Art. 9º** Os procedimentos de avaliação das escolas indígenas deverão estar previstos no Projeto Político-Pedagógico e observar as normas específicas da Educação Escolar Indígena.

**CAPÍTULO V**

**DOS REGISTROS E DA ESCRITURAÇÃO ESCOLAR**

**Art. 10.** Os resultados da avaliação deverão ser registrados nos instrumentos oficiais de escrituração escolar adotados pela Rede Municipal de Ensino.

**Art. 11.** Compete à Secretaria Municipal de Educação:

**I –** Orientar as unidades escolares quanto à aplicação desta Resolução;

**II –** Adequar os instrumentos de registro escolar aos procedimentos estabelecidos nesta Resolução;

**III –** Orientar os profissionais da educação quanto aos procedimentos de avaliação e registro.

**CAPÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12.** As unidades escolares deverão observar, em seus Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares, as disposições desta Resolução e da legislação educacional vigente.

**Art. 13.** Os casos omissos serão apreciados pelo Conselho Municipal de Educação de Rondolândia, no âmbito de suas competências legais.

**Art. 14.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho Municipal de Educação de Rondolândia – MT, 10 de novembro de 2026.

**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CME – RONDOLÂNDIA/MT**

CAMILA VITÓRIO ROCHA RIBEIRO DE SOUZA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

**PROCURADORIA MUNICIPAL**
**PORTARIA Nº 006/2026/SME**

**PORTARIA Nº 006/2026/SME**

de 10 de novembro de 2026

*Institui o Comitê Municipal de Governança da Política de Alfabetização de Rosário Oeste – MT, estabelece sua composição, competências e funcionamento, e dá outras providências.*

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação municipal,

***CONSIDERANDO*** *o disposto no art. 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;*

***CONSIDERANDO*** *a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente quanto à organização dos sistemas de ensino, ao regime de colaboração e à garantia do direito à aprendizagem;*

***CONSIDERANDO*** *a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e as diretrizes nacionais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;*

***CONSIDERANDO*** *a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas;*

***CONSIDERANDO*** *o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e estabeleceu, entre seus eixos estruturantes, a governança e gestão da política de alfabetização, a formação dos profissionais da educação, a melhoria da infraestrutura e dos insumos pedagógicos, os sistemas de avaliação e o reconhecimento e compartilhamento de boas práticas;*

***CONSIDERANDO*** *que o referido Compromisso reconhece o protagonismo dos Municípios na oferta da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental e nos processos de alfabetização;*

***CONSIDERANDO*** *a necessidade de fortalecer, no âmbito do Município de Rosário Oeste, a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares, equipes gestoras, coordenações pedagógicas, professores, famílias, Conselho Municipal de Educação e demais instituições parceiras;*

***CONSIDERANDO*** *a necessidade de utilizar dados de avaliações diagnósticas, formativas e somativas, bem como indicadores de frequência, aprendizagem, alfabetização e fluência leitora, para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões pedagógicas;*

***CONSIDERANDO*** *as especificidades do território de Rosário Oeste, especialmente a existência de escolas urbanas, escolas do campo, turmas multisseriadas, comunidades rurais e diferentes condições de acesso e permanência dos estudantes;*

***CONSIDERANDO*** *a necessidade de garantir uma política municipal de alfabetização articulada, contínua, equitativa e baseada no acompanhamento sistemático das aprendizagens;*

**RESOLVE:**

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E DA FINALIDADE

**Art. 1º.** Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Rosário Oeste – MT, o Comitê Municipal de Governança da Política de Alfabetização – CMGPA, como instância permanente de articulação, planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

**Art. 2º.** O Comitê Municipal de Governança da Política de Alfabetização terá como finalidade fortalecer a implementação da Política Municipal de Alfabetização, assegurando a articulação entre gestão educacional, gestão escolar, formação continuada, práticas pedagógicas, avaliação, monitoramento das aprendizagens e participação da comunidade escolar.

**Art. 3º.** A atuação do Comitê observará os princípios de:

I – garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem;

II – equidade educacional;

III – regime de colaboração;

IV – gestão democrática e participação social;

V – valorização dos profissionais da educação;

VI – respeito às especificidades territoriais e educacionais do Município;

VII – utilização de evidências e dados educacionais para a tomada de decisões;

VIII – articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

IX – acompanhamento contínuo das aprendizagens;

X – respeito às especificidades da Educação do Campo e das turmas multisseriadas;

XI – inclusão e garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

## CAPÍTULO II

## DA COMPOSIÇÃO

**Art. 4º.** O Comitê Municipal de Governança da Política de Alfabetização será composto por representantes titulares e respectivos suplentes, indicados pelos segmentos e órgãos correspondentes:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, que exercerá a Presidência;

II – 01 (um) representante da equipe técnica/pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;

III – 01 (um) representante da coordenação da Educação Infantil;

IV – 01 (um) representante da coordenação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

V – 01 (um) Articulador Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada/Renalfa;

VI – 01 (um) representante dos gestores das unidades escolares;

VII – 01 (um) representante dos coordenadores pedagógicos;

VIII – 02 (dois) representantes dos professores alfabetizadores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

IX – 01 (um) representante da Educação Infantil;

X – 01 (um) representante das escolas do campo, preferencialmente com experiência em turmas multisseriadas;

XI – 01 (um) representante da Educação Especial/AEE;

XII – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;

XIII – 01 (um) representante do setor responsável pelo acompanhamento e/ou avaliação educacional da Secretaria Municipal de Educação;

XIV – 01 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Educação para acompanhamento dos programas e projetos relacionados à alfabetização;

XV – outros representantes de órgãos, instituições ou segmentos que possam contribuir para a implementação da Política Municipal de Alfabetização, quando convidados.

**§ 1º.** Os membros titulares e suplentes serão designados por ato da Secretaria Municipal de Educação.

**§ 2º.** A composição do Comitê poderá ser atualizada sempre que houver alteração na organização da Secretaria Municipal de Educação ou necessidade de adequação da Política Municipal de Alfabetização.

**§ 3º.** A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

**§ 4º**. Poderão participar das reuniões, na condição de convidados, profissionais da educação, representantes de instituições de ensino superior, especialistas, pesquisadores, representantes de programas e projetos educacionais e demais parceiros, sem direito a voto.

## CAPÍTULO III

## DAS COMPETÊNCIAS

**Art. 5º.** Compete ao Comitê Municipal de Governança da Política de Alfabetização:

I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;

II – propor diretrizes, estratégias e ações para o fortalecimento da alfabetização no Município;

III – acompanhar as metas e ações estabelecidas no planejamento municipal da alfabetização;

IV – analisar periodicamente os indicadores de aprendizagem da rede municipal;

V – acompanhar resultados de avaliações diagnósticas, formativas, somativas e externas;

VI – acompanhar indicadores relacionados à alfabetização, leitura, escrita, fluência leitora e matemática;

VII – propor intervenções pedagógicas a partir dos dados de aprendizagem identificados;

VIII – acompanhar ações de recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentarem defasagens;

IX – promover a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, especialmente no desenvolvimento das competências relacionadas à oralidade, consciência fonológica, leitura, escrita e matemática;

X – acompanhar e propor ações de formação continuada para professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares;

XI – fortalecer o papel da coordenação pedagógica no acompanhamento das aprendizagens e no apoio ao trabalho docente;

XII – acompanhar a implementação das ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e da Renalfa no território municipal;

XIII – articular as ações municipais com programas estaduais e federais de alfabetização, especialmente aqueles desenvolvidos em regime de colaboração;

XIV – acompanhar a disponibilidade e utilização de materiais pedagógicos destinados à alfabetização;

XV – propor ações de apoio às escolas do campo e às turmas multisseriadas, considerando suas especificidades;

XVI – acompanhar ações destinadas aos estudantes público da Educação Especial, assegurando acessibilidade e participação nas propostas de alfabetização;

XVII – promover a articulação com as famílias e a comunidade para fortalecer o processo de alfabetização;

XVIII – identificar experiências pedagógicas exitosas desenvolvidas pelas escolas e promover seu compartilhamento;

XIX – acompanhar a execução do Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;

XX – elaborar registros e relatórios periódicos sobre o acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização;

XXI – propor ajustes e replanejamentos sempre que os resultados identificados demonstrarem necessidade de intervenção;

XXII – subsidiar a Secretaria Municipal de Educação na tomada de decisões relacionadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens.

## CAPÍTULO IV

## DO MONITORAMENTO DA POLÍTICA

**Art. 6º.** O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização deverá considerar, entre outros, os seguintes aspectos:

I – resultados das avaliações de aprendizagem;

II – níveis e hipóteses de escrita;

III – desenvolvimento da leitura e da fluência leitora;

IV – compreensão leitora;

V – conhecimentos matemáticos relacionados à alfabetização;

VI – frequência e participação dos estudantes;

VII – distorção idade-ano, quando existente;

VIII – indicadores de aprovação, reprovação e abandono;

IX – participação dos professores nas formações continuadas;

X – acompanhamento realizado pelas equipes gestoras e coordenações pedagógicas;

XI – execução das intervenções pedagógicas planejadas;

XII – resultados das avaliações externas estaduais e nacionais;

XIII – diferenças de aprendizagem entre escolas, territórios, etapas e grupos de estudantes.

Parágrafo único. Os dados deverão ser utilizados para fins pedagógicos e de planejamento, evitando-se a utilização isolada dos resultados para classificação ou responsabilização individual de estudantes ou profissionais.

## CAPÍTULO V

## DO FUNCIONAMENTO

**Art. 7º**. O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de sua Presidência.

**Art. 8º**. As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou por meio de videoconferência.

**Art. 9º**. As reuniões serão registradas em ata, contendo, no mínimo:

I – data e local ou modalidade da reunião;

II – participantes;

III – pauta;

IV – dados e informações analisados;

V – encaminhamentos definidos;

VI – responsáveis pelas ações;

VII – prazos para execução e acompanhamento.

**Art. 10.** O Comitê poderá constituir grupos de trabalho temporários ou permanentes para tratar de temas específicos relacionados à alfabetização, tais como:

I – avaliação e monitoramento;

II – formação continuada;

III – Educação Infantil;

IV – Anos Iniciais;

V – leitura e fluência leitora;

VI – escrita e alfabetização matemática;

VII – Educação do Campo e turmas multisseriadas;

VIII – Educação Especial e inclusão;

IX – participação das famílias;

X – materiais e recursos pedagógicos.

## CAPÍTULO VI

## DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 11.** Compete à Presidência do Comitê:

I – convocar e presidir as reuniões;

II – definir as pautas, ouvindo os demais membros;

III – coordenar os trabalhos do Comitê;

IV – encaminhar as deliberações e recomendações à Secretaria Municipal de Educação;

V – acompanhar a execução das ações definidas pelo Comitê.

**Art. 12.** Compete aos membros do Comitê:

I – participar das reuniões;

II – analisar dados e documentos apresentados;

III – contribuir para o planejamento e acompanhamento das ações;

IV – apresentar informações de seus respectivos segmentos;

V – colaborar na elaboração de propostas e estratégias;

VI – acompanhar os encaminhamentos definidos pelo Comitê.

## CAPÍTULO VII

## DA ARTICULAÇÃO COM A REDE MUNICIPAL

**Art. 13.** O Comitê deverá promover articulação permanente com as unidades escolares, assegurando que os resultados das avaliações e dos diagnósticos de aprendizagem sejam utilizados no planejamento pedagógico e na definição de intervenções.

**Art. 14.** As equipes gestoras e coordenações pedagógicas das unidades escolares deverão subsidiar o Comitê, quando solicitadas, com informações relativas:

I – aos resultados de aprendizagem;

II – às necessidades de intervenção;

III – às ações de recomposição;

IV – à frequência dos estudantes;

V – às necessidades formativas dos professores;

VI – às estratégias pedagógicas desenvolvidas.

**Art. 15.** A Política Municipal de Alfabetização deverá observar um ciclo permanente de:

Diagnóstico → Planejamento → Formação → Implementação → Avaliação → Análise dos resultados → Intervenção → Monitoramento → Replanejamento.

## CAPÍTULO VIII

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 16.** O Comitê Municipal de Governança da Política de Alfabetização deverá atuar de forma articulada com o Plano Municipal de Educação, a Política Municipal de Alfabetização, os instrumentos de planejamento da Secretaria Municipal de Educação e as políticas estaduais e nacionais de alfabetização.

**Art. 17.** As ações do Comitê deverão considerar as especificidades territoriais e educacionais do Município de Rosário Oeste, especialmente as características das escolas do campo, das turmas multisseriadas, das comunidades rurais e das diferentes condições de acesso e permanência dos estudantes.

**Art. 18.** O Comitê poderá elaborar seu Regimento Interno, estabelecendo normas complementares de organização e funcionamento.

**Art. 19.** Os casos omissos serão analisados pela Presidência do Comitê, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente.

**Art. 20.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste/MT, 10 de Novembro de 2026.

**FERNANDO CESAR CRUZ** Secretario Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT

---

**PROCURADORIA MUNICIPAL**
**PORTARIA 416 - 2026**

**PORTARIA Nº 416/2026**

de 10 de Novembro de 2026

*Dispõe sobre a instituição e nomeação da Comissão Gestora Municipal responsável pela coordenação do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Rosário Oeste/MT para o decênio 2026/2036, e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

***CONSIDERANDO*** *o disposto nos artigos 205, 206, 211 e 214 da Constituição Federal de 1988;*

***CONSIDERANDO*** *a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;*

***CONSIDERANDO*** *a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE;*

***CONSIDERANDO*** *a necessidade de avaliação do Plano Municipal de Educação cuja vigência encerrou-se em 2025, bem como da elaboração do novo Plano Municipal de Educação para o decênio 2026–2036;*

***CONSIDERANDO*** *a importância da gestão democrática, da participação social e da colaboração entre o Poder Público e a sociedade civil na formulação das políticas públicas educacionais;*

***CONSIDERANDO*** *a atuação do Fórum Permanente de Educação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação como instância de participação, acompanhamento e mobilização social;*

***CONSIDERANDO*** *as orientações do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Articulação Intersetorial com os Sistemas de Ensino – SASE, referentes à elaboração dos Planos Decenais de Educação;*

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica instituída e nomeada a Comissão Gestora Municipal, responsável por planejar, coordenar, organizar, acompanhar e sistematizar todas as etapas de elaboração do Plano Municipal de Educação de Rosário Oeste – MT, para o decênio 2026/2036.

**Art. 2º**. A Comissão Gestora será composta por representantes dos seguintes órgãos e instituições:

**I – Secretaria Municipal de Educação – SEMED**

**Titular:** Eunice Seniz de Souza Zark

**Suplente:** Douglas Botelho da Silva

**II – Conselho Municipal de Educação – CME**

**Titular:** José Fernandes

**Suplente:** Zilda Augusta Braga

**III – Fórum Permanente de Educação e Monitoramento do PME**

**Titular:** Eliane Félix de França

**Suplente:** Eduardo Luiz Trindade

**IV – Poder Legislativo Municipal**

**Titular:** Selma Anzil da Silva

**Suplente:** Gilmar R. de Souza

**V – Representantes dos Sindicatos**

**Titular:** José Augusto Marques

**Suplente:** Marjori Loide B. Petrenko

**Parágrafo único.** Poderão ser convidados representantes de instituições públicas, privadas, organizações da sociedade civil e especialistas para colaborar tecnicamente com os trabalhos da Comissão.

**Art. 3º.** Compete à Comissão Gestora:

**I –** coordenar o processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação;

**II –** elaborar o cronograma e o plano de trabalho;

**III –** promover a articulação entre o Poder Público, o Fórum Permanente de Educação e a sociedade civil;

**IV –** coordenar a realização do diagnóstico educacional do Município;

**V –** organizar consultas públicas, audiências e demais espaços de participação popular;

**VI –** acompanhar e orientar os Grupos de Trabalho Temáticos;

**VII –** consolidar o Documento-Base do Plano Municipal de Educação;

**VIII –** encaminhar a proposta final ao Chefe do Poder Executivo para posterior envio ao Poder Legislativo.

**Art. 4º.** A Comissão Gestora terá a seguinte estrutura organizacional:

**I –** Presidência;

**II –** Vice-Presidência;

**III –** Relatoria Geral;

**IV –** Equipe de Apoio Técnico;

**V –** Grupos de Trabalho Temáticos.

**Art. 5º**. A Presidência da Comissão Gestora será exercida por:

**Presidente:** Eunice Seniz de Souza Zark

**Vice-Presidente:** Eduardo Luiz Trindade

**Parágrafo único.** Compete à Presidência coordenar os trabalhos da Comissão, convocar e presidir reuniões, deliberar sobre a pauta e representar institucionalmente a Comissão Gestora.

**Art. 6º.** A Relatoria Geral ficará sob responsabilidade de:

**Relator(a) Geral: Roberto Carlos Camargo**

**§ 1º** Compete à Relatoria Geral:

I – elaborar atas, relatórios técnicos e registros das reuniões;

II – organizar toda a documentação produzida pela Comissão;

III – acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos Grupos Temáticos;

IV – consolidar o Documento-Base do Plano Municipal de Educação.

§ 2º A Relatoria Geral poderá contar com apoio técnico da Secretaria Municipal de Educação para organização documental e administrativa.

**Art. 7º.** Fica instituída a Equipe de Apoio Técnico, responsável por subsidiar os trabalhos da Comissão Gestora mediante estudos, levantamentos de dados, análises técnicas, elaboração de diagnósticos e apoio à construção do Documento-Base do Plano Municipal de Educação.

**Art. 8º.** A Equipe de Apoio Técnico será organizada nos seguintes Grupos de Trabalho Temáticos:

**I –** Educação Infantil – Deisilene Eva de Arruda

**II –** Ensino Fundamental I – Jucilene Santana Hahan

**III –** Ensino Fundamental II -Iraci Santos

**V –** Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – Kenis Aparecida da Silva Cardoso

**VI –** Educação do Campo - Maria Aparecida Toledo

**VII –** Educação de Jovens e Adultos – Fabiana da Silva Pinto

**IX –** Valorização dos Profissionais da Educação – José Fernandes da Costa

**X –** Gestão Educacional e Gestão Democrática – Fernando Cesar Cruz

**XI –** Financiamento da Educação - Fernando Cesar Cruz

**XII –** Infraestrutura Escolar - Fernando Cesar Cruz

**XIII –** Educação Digital e Inovação Tecnológica - Douglas Botelho da Silva

**XIV –** Programas, Projetos e Avaliação Educacional – Roberto Carlos Camargo

**XV –** Transporte Escolar – Douglas Botelho da Silva

**XVI –** Alimentação Escolar – Joanita Mendes

**Art. 9º.** Cada Grupo de Trabalho elegerá, entre seus membros, um Coordenador e um Relator.

§ 1º Compete ao Coordenador organizar os trabalhos do grupo.

§ 2º Compete ao Relator elaborar atas, relatórios e consolidar as propostas produzidas pelo Grupo de Trabalho.

**Art. 10**. A Comissão Gestora reunir-se-á ordinariamente conforme cronograma aprovado e, extraordinariamente, sempre que convocada por sua Presidência.

**Art. 11**. As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão Gestora, da Equipe de Apoio Técnico e dos Grupos de Trabalho constituem serviço público relevante, não sendo remuneradas.

**Art. 12.** A Secretaria Municipal de Educação prestará todo o apoio administrativo de acompanhamento técnico fiscalizador e logístico necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.

**Art. 13.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, observada a legislação vigente.

**Art. 14**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 10 de Novembro de 2026.

**MARIANO BALABAN**

Prefeito Municipal

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**SUSPENSÃO DO CERTAME PARA RETIFICAÇÃO DE EDITAL**
**P.E 008-2026**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FARMÁCIA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

**ASSUNTO: SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME PARA RETIFICAÇÃO DE EDITAL**

Trata-se de pregão eletrônico para registro de preços visando à aquisição de medicamentos para a Farmácia Municipal de Rosário Oeste/MT.
Antes da abertura da sessão de lances, constatou-se erro substancial e material na formação do balizamento de preços junto ao sistema corporativo interno, o qual resultou no emprego indevido de quatro casas decimais, em vez de duas, inadequadas para este certame, nos valores unitários de referência obtidos junto a fornecedores e em consultas ao sítio oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT).
Essa inconsistência distorce o valor estimado da contratação e prejudica a formulação das propostas e o julgamento objetivo, em desacordo com o art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Em exercício da autotutela administrativa, impõe-se a correção preventiva.

1. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME, RETIFICAÇÃO E REABERTURA DO PRAZO DE PROPOSTAS
A retificação decorre de erro substancial e material na formação do balizamento de preços junto ao sistema corporativo interno, que resultou no cômputo de casas decimais inadequadas para este certame. Essa adequação altera os preços de referência e repercute diretamente na elaboração das propostas comerciais pelos licitantes.
Desse modo, suspende-se a sessão pública para retificação do balizamento e republicação do edital, assegurando-se a devolução integral dos prazos legais para recebimento de propostas, conforme o art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

2. DETERMINAÇÕES OPERACIONAIS, PUBLICIDADE E ENCERRAMENTO
Diante do exposto, determina-se:
A suspensão formal e imediata do certame licitatório, com o cancelamento da sessão pública designada;
O envio dos autos ao setor responsável para retificação do balizamento de preços, ajustando os valores unitários ao padrão de duas casas decimais com base nas cotações e consultas ao TCE/MT;
A republicação do edital retificado nos canais oficiais, com a reabertura e devolução integral do prazo para apresentação de propostas;
A ampla divulgação do aviso de suspensão no sistema eletrônico da licitação para ciência de todos os interessados.

Rosário Oeste-MT, 10 de novembro de 2026.

CLAUDINEI NORBERTO SILVA
Pregoeiro Oficial – Portaria nº 002/2026

---

**LICITAÇÃO E CONTRATOS**
**AVISO DE RESULTADO**

DISPENSA Nº 019/2026

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, através da Pregoeiro Sr. Claudinei Norberto Silva, no-

meado pela portaria 002/2026, torna público o resultado dos julgamentos da fase, de análise de propostas de preço, documento de habilitação e recurso DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE PASSEIO E ATIVIDADES DE LAZER COM OS IDOSOS ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ROSÁRIO OESTE - MT, A SER REALIZADO NO DIA 14/11/2026, COM FOCO NA PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO COMUNITÁRIOS** ,após as análises, sagrou-se vencedora a empresa: VILA ACQUA PARK LTDA, inscrita no CNPJ. CNPJ: 14.673.329/0001-28, com valor global de R$ 29.750,00 (vinte e nove mil e setecentos e cinquenta reais).

Rosário Oeste/MT, 10 de novembro de 2026.

**Claudinei Norberto da Silva**

Agente de Contratação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 025/2026

Espécie: Dispensa de Licitação; Objeto: Contratação temporária de Nutricionista para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. A contratação se fará pelo período de 180 (cento e oitenta) dias. Fundamento Legal: Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/2021, e suas posteriores alterações, e Artigo 2º Parágrafo Único, Inciso III do Decreto Municipal nº 66/2023; Processo: nº 025/2026; Cobertura Orçamentária: 04.003.10.301.0020.2013.3.3.90.00.3.1.500.67; Valor: R$ 33.705,18 (trinta e três mil e setecentos e cinco reais e dezoito centavos); Contratada: LIVIA SOUZA UCHINSKI CPF: 061.185.731-66 CRN 27426/P; Autorização: em 06/11/2026, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA; Ratificação: em 10/11/2026, por MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA.

FÁBIO DE SOUZA RAMOS

Presidente/Suplente Comissão de Contratação

Portaria n. 001/2026

Matrícula nº 10935

---

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, por meio do Agente de Contratação, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 025/2025, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de pães e salgados, destinados ao atendimento das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde e do Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve, com participação exclusiva de ME e EPP sediadas no Município de Salto do Céu-MT, nos termos da Lei Municipal nº 753/2023 e da Lei Complementar nº 123/2006.

Sagrou-se vencedora a empresa M H FANI COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.521.938/0001-08, pelo valor total de R$ 351.955,00 (trezentos e cinquenta e um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).

Os valores unitários constam do Relatório Final do Sistema Licitanet e serão registrados na respectiva Ata de Registro de Preços.

Salto do Céu-MT, 10 de novembro de 2026.

FÁBIO DE SOUZA RAMOS Agente de Contratação/Suplente Portaria nº 082/2025 – Matrícula nº 10935

---

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DO AVISO DE ADESÃO Nº 011/2026

A Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT torna pública a adesão à Ata de Registro de Preços nº 021/2025, oriunda do Pregão Presencial nº 030/2025, Processo nº 000081/2025, da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT, tendo como empresa beneficiária L BRUM DA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.947.845/0001-42.

A adesão contempla os itens 01, 03, 06, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 27, 28, 29, 30 e 31, destinados à contratação de serviços de locação, montagem, instalação elétrica, manutenção e retirada de elementos de decoração natalina, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Salto do Céu-MT, 10 de novembro de 2026.

FÁBIO DE SOUZA RAMOS Comissão de Contratação Portaria nº 001/2026 Matrícula nº 10935

---

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
### EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2026

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 027/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 027/2026, da Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, para contratação dos serviços previstos no item 01 da referida ata, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde (DAE) de Salto do Céu-MT.

CONTRATADA: RAFAEL DIAS ALMANDES – CNPJ nº 36.379.276/0001-70.

VALOR: R$ 385.263,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e sessenta e três reais).

VIGÊNCIA: 06/11/2026 a 06/11/2027.

FÁBIO DE SOUZA RAMOS Presidente da Comissão de Contratação Portaria nº 001/2026 – Matrícula nº 10935

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

### DECRETO 64/26

**DECRETO Nº 64, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026 - LEI N.1050**

*Abre no orçamento vigente crédito Adicional Suplementar e da outras providências*

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, PABLO LIBERAL BORTOLAS, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional Especial na importância de R$86.780,00 distribuídos as seguintes dotações:

**Suplementação ( + )** **86.780,00**

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

103 12.782.0005.2030.0000 EDUCAÇÃO: RESPONSABILIDADE DE TODOS 25.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 1 1 500

02 04 03 DIVISÃO DE CULTURA

128 13.392.0006.2047.0000 FORTALECIMENTO DA CULTURA 9.300,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 1 1 500

02 06 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

255 10.302.0014.2084.0000 ATENDIMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 5.100,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 1 1 500

268 10.304.0016.2087.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 12.600,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 1 1 500

269 10.304.0016.2087.0000 VIGILÂNCIA EM SAÚDE 2.400,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 1 1 500

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

314 04.122.0024.2127.0000 GESTÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA 32.100,00
3.1.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 1 1 500

315 04.122.0024.2127.0000 GESTÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA 280,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R.: 1 1 500

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

70 12.361.0005.2032.0000 EDUCAÇÃO: RESPONSABILIDADE DE TODOS -5.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 1 1 500

85 12.365.0005.2027.0000 EDUCAÇÃO: RESPONSABILIDADE DE TODOS -20.000,00
3.3.90.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS F.R. Grupo: 1 1 500

02 04 03 DIVISÃO DE CULTURA

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 124 | 13.392.0006.2045.0000 | FORTALECIMENTO DA CULTURA | | -9.300,00 | |
| | | 3.3.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R. Grupo: | 1 | 1 500 |
| 02 | 06 01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS | | | | |
| | 199 | 10.122.0012.2068.0000 | GESTÃO DO SUS | | -1.815,00 | |
| | | 3.3.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R. Grupo: | 1 | 1 500 |
| | 206 | 10.301.0013.2071.0000 | ATENÇÃO PRIMARIA A SAÚDE- APS | | -12.600,00 | |
| | | 3.1.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R. Grupo: | 1 | 1 500 |
| | 272 | 10.304.0016.2089.0000 | VIGILÂNCIA EM SAÚDE | | -5.685,00 | |
| | | 3.3.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R. Grupo: | 1 | 1 500 |
| 02 | 08 01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | | | | |
| | 318 | 15.451.0021.1036.0000 | INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PARA TODOS | | -32.100,00 | |
| | | 4.4.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R. Grupo: | 1 | 1 500 |
| | 335 | 15.452.0021.2121.0000 | INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PARA TODOS | | -280,00 | |
| | | 4.4.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R. Grupo: | 1 | 1 500 |

**-86.780,00**

Artigo 3o.- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 16 de Outubro de 2026.

PABLO LIBERAL BORTOLAS
PREFEITO MUNICIPAL

# DECRETO 65/2026

## DECRETO Nº 65, DE 16 DE OUTUBRO DE 2026 - LEI N.1050

*Abre no orçamento vigente crédito Adicional Suplementar e da outras providências*

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, PABLO LIBERAL BORTOLAS, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$373.710,00 distribuídos as seguintes dotações:

**Suplementação ( + )** **373.710,00**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 02 03 01 | SEC. MUNICIPAL DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS | | | |
| 398 | 04.123.0003.2010.0000 | ADMINISTRAÇÃO PARA TODOS | | 66.000,00 |
| | 3.3.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R.: 1 2 500 | |
| 02 05 01 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | |
| 393 | 08.245.0008.2055.0000 | PROTEÇÃO SOCIAL PELO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNC | | 60.000,00 |
| | 3.3.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R.: 1 2 500 | |
| 02 08 01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | | | |
| 451 | 15.452.0021.2119.0000 | INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PARA TODOS | | 99.000,00 |
| | 3.3.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R.: 1 2 500 | |
| 455 | 15.452.0021.2118.0000 | INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PARA TODOS | | 40.000,00 |
| | 3.3.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R.: 1 2 500 | |
| 435 | 04.122.0024.2127.0000 | GESTÃO E MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA | | 107.710,00 |
| | 3.3.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R.: 1 2 500 | |
| 02 09 01 | ESPORTE E LAZER | | | |
| 452 | 27.812.0023.2122.0000 | SANTA CARMEM EM MOVIMENTO "O ESPORTE QUE TRAN | | 1.000,00 |
| | 3.3.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R.: 1 2 500 | |

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de SUPERÁVIT FINANCEIRO, conforme artigo 43 §1º inciso I da Lei Federal 4320/64, e autorizado conforme artigo 14º da lei 1039/2025 tendo como limite o valor do Superavit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício 2025 respeitando rigorosamente suas vinculações.

**Superávit Financeiro:** **373.710,00**

| Fontes de Recurso | |
|---|---|
| 2 500 | 373.710,00 |

Artigo 3o.- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 16 de Outubro de 2026.

PABLO LIBERAL BORTOLAS
PREFEITO MUNICIPAL

# DECRETO 68/2026

**DECRETO Nº 68, DE 28 DE OUTUBRO DE 2026 - LEI N.1095**

*Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências*

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, PABLO LIBERAL BORTOLAS, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito Adicional Suplementar na importância de R$723.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

**Suplementação ( + )** **723.000,00**

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

| | | | |
|---|---|---|---|
| 440 | 12.361.0005.1007.0000 | EDUCAÇÃO: RESPONSABILIDADE DE TODOS | 723.000,00 |
| | 4.4.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R.: 1 1 571 |

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

| | | | |
|---|---|---|---|
| 75 | 12.361.0005.2038.0000 | EDUCAÇÃO: RESPONSABILIDADE DE TODOS | -723.000,00 |
| | 4.4.90.00.00 | APLICAÇÕES DIRETAS | F.R. Grupo: 1 1 571 |

**-723.000,00**

Artigo 3o.- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 28 de Outubro de 2026.

PABLO LIBERAL BORTOLAS
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 66/2026 - CANCELAMENTO DE RESTOS

**DECRETO Nº 66/2026**

**Dispõe sobre o cancelamento de RESTOS A PAGAR não processados, dando outras providências.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município, e;

**CONSIDERANDO** que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;

**CONSIDERANDO** que resto a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento, pelo produto não ter sido entregue e/ou serviços não ter sido prestado;

**CONSIDERANDO** que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

**CONSIDERANDO** a necessidade de o Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de DECRETO o cancelamento de restos a pagar conforme exposto anteriormente;

**DECRETA**

**Art. 1° -** Fica cancelada a despesa empenhada não processada e inscrita em restos a pagar, conforme segue:

| | |
|---|---|
| ANO/Nº EMPENHO | 2025/6809 |
| CREDOR | ROSSETO SERVIÇOS E SEGURANÇA DO |

| | |
|---|---|
| | TRABALHO LTDA |
| VALOR EMPENHADO | R$ 15.700,00 |
| **VALOR A CANCELAR** | **R$ 1.500,00** |
| MOTIVO | Despesa não efetuada, serviço não realizado, vencimento do contrato |

| | |
|---|---|
| ANO/Nº EMPENHO | 2025/7861 |
| CREDOR | FIRENZE PNEUSLTDA |
| VALOR EMPENHADO | R$ 3.504,00 |
| **VALOR A CANCELAR** | **R$ 3.504,00** |
| MOTIVO | Despesa não efetuada, conforme solicitação de cancelamento. |

| | |
|---|---|
| ANO/Nº EMPENHO | 2025/7869 |
| CREDOR | FIRENZE PNEUSLTDA |
| VALOR EMPENHADO | R$ 740,00 |
| **VALOR A CANCELAR** | **R$ 740,00** |
| MOTIVO | Despesa não efetuada, conforme solicitação de cancelamento. |

| | |
|---|---|
| ANO/Nº EMPENHO | 2025/7854 |
| CREDOR | FIRENZE PNEUSLTDA |
| VALOR EMPENHADO | R$ 272.432,00 |
| **VALOR A CANCELAR** | **R$ 23.984,00** |
| MOTIVO | Despesa não efetuada, conforme solicitação de cancelamento. |

2

**Art. 2° -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Carmem, Estado de Mato Grosso, 16 de Outubro de 2026.

**PABLO LIBERAL BORTOLAS**
Prefeito Municipal

3

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2026 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2025**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2026 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2025**

Pelo presente fica convocada a candidata classificada no Processo Seletivo Simplificado 004/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT, referente o Edital nº 004/2025, de 06 de junho de 2025, para devida contratação.

NO ATO DA CONTRATAÇÃO APRESENTAR:

a) Documentos Originais e Cópia RG – CPF – Título de Eleitor – Certidão de Nascimento dos filhos – Certidão de Casamento, se casado

(a), e CPF do esposo (a), CPF do pai e da mãe.

b) Apresentar Carteira de Trabalho e Carteira de Habilitação (CNH) exigido para o cargo.

c) Declaração de Bens.

d) Declaração de não acumulo ilegal de cargo, emprego ou função pública.

e) Declaração que reponde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar.

f) Conta no Banco Bradesco.

g) Comprovante de escolaridade original e cópia e Registro no Conselho de Classe exigido para o cargo.

h) Prova de estar quite com as obrigações militares, no caso de ser sexo masculino.

i) Prova de estar quite com as obrigações eleitorais.

j) e-mail, nº de telefone, endereço.

k) Exame admissional (realizado pela Prefeitura)

A Candidata convocada terá que comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste Edital, para efetuar a entrega dos documentos, e após o exame admissional a contratação será feita em dois dias úteis.

| RECEPCIONISTA | |
|---|---|
| Ordem | Nome do Inscrito |
| 6º | GELCI SALETE ATOATTI GABRIEL |

Publica-se, Registra-se, Cumpra-se

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM**

**ESTADO DE MATO GROSSO,**

**EM 11 DE NOVEMBRO DE 2026**

**PABLO LIBERAL BORTOLAS**

**Prefeito Municipal**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2026 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2026 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026**

Pelo presente ficam convocados os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado 003/2026 da Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT, referente o Edital nº 003/2026, de 03 de junho de 2026, para devida contratação.

NO ATO DA CONTRATAÇÃO APRESENTAR:

a) Documentos Originais e Cópia RG – CPF – Título de Eleitor – Certidão de Nascimento dos filhos – Certidão de Casamento, se casado (a), e CPF do esposo (a).

b) Apresentar Carteira de Trabalho e Carteira de Habilitação (CNH) exigido para o cargo.

c) Declaração de Bens.

d) Declaração de não acumulo ilegal de cargo, emprego ou função pública.

e) Declaração que reponde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar.

f) Conta no Banco Bradesco (realizada pela Prefeitura)

g) Comprovante de escolaridade original e cópia e Registro no Conselho de Classe exigido para o cargo.

h) Prova de estar quite com as obrigações militares, no caso de ser sexo masculino.

i) Prova de estar quite com as obrigações eleitorais.

j) e-mail, nº de telefone, endereço.

k) Exame admissional (realizado pela Prefeitura)

Os Candidatos convocados terão que comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste Edital, para efetuar a entrega dos documentos, e após o exame admissional a contratação será feita em dois dias úteis.

| AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANÍSTICA | |
|---|---|
| Ordem | Nome do Inscrito |
| 2º | VIVIAN DE AQUINO DA SILVA |
| 3º | MARIA ENES RABELO ALVES |

| MOTORISTA DE VEÍCULO DE TRANSPORTE CARGAS E PASSAGEIROS | |
|---|---|
| Ordem | Nome do Inscrito |
| 12º | LAERCIO BORGES DE GODOY |

Publica-se, registra-se, cumpra-se

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM**

**ESTADO DE MATO GROSSO,**

**EM 11 DE NOVEMBRO DE 2026**

**PABLO LIBERAL BORTOLAS**

**Prefeito Municipal**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2026 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2026**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2026 REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2026**

Pelo presente ficam convocados os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado 004/2026 da Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT, referente o Edital nº 004/2026, de 16 de agosto de 2026, para devida contratação.

NO ATO DA CONTRATAÇÃO APRESENTAR:

a) Documentos Originais e Cópia RG – CPF – Título de Eleitor – Certidão de Nascimento dos filhos – Certidão de Casamento, se casado (a), e CPF do esposo (a).

b) Apresentar Carteira de Trabalho e Carteira de Habilitação (CNH) exigido para o cargo.

c) Declaração de Bens.

d) Declaração de não acumulo ilegal de cargo, emprego ou função pública.

e) Declaração que reponde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar.

f) Conta no Banco Bradesco (realizada pela Prefeitura)

g) Comprovante de escolaridade original e cópia e Registro no Conselho de Classe exigido para o cargo.

h) Prova de estar quite com as obrigações militares, no caso de ser sexo masculino.

i) Prova de estar quite com as obrigações eleitorais.

j) e-mail, nº de telefone, endereço.

k) Exame admissional (realizado pela Prefeitura)

Os Candidatos convocados terão que comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste Edital, para efetuar a entrega dos documentos, e após o exame admissional a contratação será feita em dois dias úteis.

| **AGENTE DE APOIO NUTRICIONAL** | |
|---|---|
| Ordem | Nome do Inscrito |
| 1° | CLESIANE LIMA DE OLIVEIRA |
| 2º | GABRIELLA ULMANN DE MACEDO |

| **AGENTE DE MANUTENÇÃO URBANÍSTICA** | |
|---|---|
| Ordem | Nome do Inscrito |
| 1° | GILDNILSON SILVA E SILVA |

| **AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS** | |
|---|---|
| Ordem | Nome do Inscrito |
| 1° | MARIELE RENATA AUGUSTIN WRONSKI |
| 2º | FELIPE SILVA BRITO |

Publica-se, registra-se, cumpra-se

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM**

**ESTADO DE MATO GROSSO,**

**EM 11 DE NOVEMBRO DE 2026**

**PABLO LIBERAL BORTOLAS**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

**AVISO DE RESULTADO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 006/2026**

**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT**

Processo Licitatório 052/2026

O MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU, por meio da Pregoeira abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, Concorrência n° 006/2026, na forma Eletrônica, tipo: Menor Preço Global. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA NO LOTEAMENTO DESTINADO ÀS 50 (CINQUENTA) UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA SER FAMÍLIA HABITAÇÃO, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD), DRENAGEM PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS, CONSTRUÇÃO DE GUIAS DE**

**MEIO-FIO E SARJETAS, IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS COM ACESSIBILIDADE UNIVERSAL, ALÉM DOS SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS,** teve como Resultado Final **FRACASSADA,** as empresas não cumpriram com as exigências do edital. Informações ainda que na integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação e portal https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/. Santa Cruz do Xingu – MT, 10 de novembro de 2026.

**RAYANE RODRIGUES NASCIMENTO**

**Agente de Contratação**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

**GABINETE DO PREFEITO**
**RETIFICAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, torna pública a presente retificação referente à numeração do Decreto Municipal publicado em 09 de Novembro 2026.

Onde se lê: **DECRETO Nº 099/2026**

***"DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS, PRAZOS E RESPONSABILIDADES PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

Leia-se: **DECRETO Nº 100/2026**

***"DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS, PRAZOS E RESPONSABILIDADES PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

Permanecem inalteradas as demais disposições do referido Decreto.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**VOLMIR BASSANI**

Prefeito Municipal

---

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2026**

**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT;

CONTRATADA: EDSON FURQUIM, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 17.908.249/0001-00, a sociedade tem a sua sede na Rua João Pedro de Oliveira, n° 144 – Bairro Cidade Alta – Cuiabá - MT.

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE ANÁLISES E CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.**

**FUNDAMENTO LEGAL: (FUNDAMENTADA ARTIGO 75, INCISO VIII, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)**

**VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais).**

**VIGÊNCIA:** 10/11/2026 ATÉ 10/02/2027

Santa Rita do Trivelato - MT, 10 de novembro de 2026.

**VOLMIR BASSANI**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA Nº004/2026/SME**

**PORTARIA Nº004/2026/SME**

**Regulamenta os requisitos e os procedimentos de seleção para designação às funções de Diretor de Unidade Educacional e Coordenador Pedagógico de Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino, para o biênio 2027/2028.**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 86/2018, e considerando o art. 37 e o art. 206, inciso VI, da Constituição Federal, o art. 14 da Lei Federal nº 9.394/1996 e o art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113/2020,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os requisitos para designação às funções de gestão escolar e de assegurar seleção baseada em critérios técnicos de mérito e desempenho;

CONSIDERANDO o Processo de Seleção de que trata o Edital nº 001/2026/SME, destinado à habilitação de profissionais para o exercício das funções de direção e coordenação pedagógica no biênio 2027–2028;

**RESOLVE:**

Art. 1º Regulamentar, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, os requisitos e os procedimentos de seleção para habilitação de profissionais às funções de Diretor de Unidade Educacional e Coordenador Pedagógico de Unidade Educacional, para o biênio 2027/2028.

Parágrafo único. A seleção observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, gestão democrática e vinculação às regras previamente publicadas.

Art. 2º O exercício das funções de que trata esta Portaria é privativo de servidor de carreira efetivo lotado na educação, observadas a Lei Complementar Municipal nº 86/2018, a legislação aplicável e as exigências válidas do edital de seleção.

§ 1º Para as funções de direção e coordenação pedagógica, serão exigidos vínculo efetivo como professor da Rede Municipal de Ensino, efetivo exercício nessa Rede no ano de 2026, licenciatura plena, experiência mínima de 3 (três) anos de docência na Educação Básica e especialização em nível de pós-graduação na área da Educação Básica, além do atendimento aos demais critérios técnicos previstos no Edital nº 001/2026/SME.

§ 2º A comprovação dos requisitos observará os documentos e os meios admitidos pelo edital, assegurado ao interessado o direito de contestar as informações que fundamentem eventual indeferimento.

Art. 3º A habilitação dependerá da avaliação de critérios técnicos de mérito e desempenho, mediante procedimentos objetivos, verificáveis e divulgados aos interessados.

§ 1º A avaliação de mérito compreenderá a verificação da formação acadêmica, da experiência profissional, da situação funcional e da regularidade na prestação de contas sob responsabilidade do

candidato, quando aplicável, observados os limites da legislação e os requisitos e critérios expressamente previstos no edital.

§ 2º A avaliação de desempenho compreenderá participação em capacitação de gestão escolar, realização de prova objetiva e discursiva e apresentação de plano de trabalho para a função pretendida.

§ 3º Os documentos exigidos, os conteúdos, as matrizes de correção, as condições de habilitação e os prazos de cada etapa deverão constar do edital e de seus anexos.

Art. 4º A capacitação em gestão escolar será ofertada pela Secretaria Municipal de Educação, exigida frequência mínima de 80% (oitenta por cento) da carga horária prevista no edital.

Parágrafo único. A inscrição na capacitação não substitui a inscrição no processo seletivo nem dispensa a comprovação dos requisitos para habilitação.

Art. 5º A prova compreenderá parte objetiva e parte discursiva, ambas com nota de 0 (zero) a 10 (dez), sendo a nota final calculada pela média aritmética das duas partes.

§ 1º Será considerado habilitado nessa avaliação o candidato que alcançar nota final igual ou superior a 7 (sete), correspondente a 70% (setenta por cento) de aproveitamento.

§ 2º A prova discursiva observará matriz de correção previamente publicada, assegurado ao candidato acesso à prova corrigida e ao respectivo espelho de avaliação no prazo recursal.

Art. 6º O plano de trabalho terá caráter eliminatório e será avaliado quanto à apresentação dos itens exigidos, à coerência entre diagnóstico e ações, à compatibilidade das metas com as atribuições da função e à viabilidade de execução, conforme roteiro e critérios publicados no edital.

Parágrafo único. É vedada a utilização de critérios de avaliação que não tenham sido previamente divulgados.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação organizará e executará a seleção por intermédio da Comissão Municipal de Acompanhamento instituída por ato específico.

§ 1º Compete à Comissão receber e analisar documentos, verificar requisitos, acompanhar as avaliações, divulgar resultados, julgar os recursos de sua competência e encaminhar a relação de habilitados à autoridade competente.

§ 2º Os membros da Comissão e os responsáveis pelas avaliações deverão observar as hipóteses legais de impedimento e suspeição, com substituição de quem não possa atuar de forma imparcial.

Art. 8º As inscrições serão gratuitas, com ampla divulgação do edital, dos requisitos, das etapas e do cronograma nos meios oficiais do Município.

Art. 9º Será assegurado recurso administrativo contra os atos de indeferimento, avaliação e resultado, no prazo de 2 (dois) dias úteis da publicação do ato, observado o procedimento do edital e a legislação municipal.

Parágrafo único. As decisões serão fundamentadas, assegurados o acesso aos elementos necessários à defesa e as instâncias recursais legalmente cabíveis.

Art. 10. Serão habilitados os candidatos que atenderem cumulativamente aos requisitos de participação e aos critérios técnicos de mérito e desempenho, após o julgamento dos recursos.

§ 1º A relação final será publicada em ordem alfabética, por função, observadas as opções dos candidatos, e submetida à homologação do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A habilitação não gera direito subjetivo à designação e permanecerá válida durante o biênio 2027–2028, conforme as regras do processo seletivo.

Art. 11. A designação para as funções compete ao Chefe do Poder Executivo e deverá recair sobre profissional habilitado, consideradas as necessidades das unidades educacionais e as opções apresentadas na seleção, ressalvada a hipótese prevista no § 3º deste artigo.

§ 1º A designação será formalizada por ato próprio, publicado oficialmente, observados os requisitos legais de exercício, a jornada e a gratificação correspondentes.

§ 2º A designação ocorrida após o início do biênio compreenderá o período remanescente, sem gerar estabilidade na função.

§ 3º Na inexistência de candidato habilitado disponível para designação em determinada unidade escolar ou em número insuficiente para atender às necessidades da Rede Municipal de Ensino, o Chefe do Poder Executivo poderá designar professor efetivo que atenda aos requisitos da função, ainda que não tenha participado ou sido habilitado no Processo de Seleção, conforme disposição do edital.

§ 4º O ato de designação de que trata o § 3º será motivado quanto à inexistência de candidato habilitado disponível para atender à necessidade da unidade escolar e será comunicado ao Conselho Municipal de Educação, nos termos do item do edital.

Art. 12. O edital detalhará a execução desta Portaria, respeitados os requisitos legais, a igualdade de condições e a publicidade dos critérios de seleção.

Parágrafo único. Alterações que afetem a participação ou a avaliação dos candidatos dependerão de publicação oficial e de adequação dos prazos necessários ao exercício dos respectivos direitos.

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação manterá registro da regulamentação, do edital, dos resultados, das decisões recursais e dos atos de designação, para fins de transparência, controle e comprovação perante os órgãos competentes.

Art. 14. Ficam convalidados os atos praticados no âmbito do Processo de Seleção regido pelo Edital nº 001/2026/SME anteriormente à publicação desta Portaria, quanto à ausência da regulamentação ora estabelecida, preservados os seus efeitos, desde que compatíveis com as disposições desta Portaria, do referido Edital e da legislação aplicável.

Parágrafo único. A convalidação limita-se aos vícios sanáveis, desde que não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, e não abrange eventuais ilegalidades relativas aos requisitos de participação, aos critérios de avaliação ou às garantias dos candidatos.

Art. 15. Os casos omissos relativos a esta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas a legislação vigente e as competências da Comissão Municipal de Acompanhamento e do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação do Edital nº 001/2026/SME serão resolvidos pela Comissão Municipal de Acompanhamento, mediante decisões fundamentadas e publicadas nos meios oficiais de divulgação do Município, nos termos do edital.

§ 2º Na resolução dos casos omissos e das dúvidas de aplicação, é vedada a criação de requisitos, critérios ou vedações não previstos expressamente no edital, não suprindo essa exigência a mera publicação da decisão.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Rita do Trivelato–MT, 09 de novembro de 2026

**SAULO BONFIM DE OLIVEIRA**

**Secretário Municipal de Educação**

**Portaria nº 11/2025**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

### LICITAÇÃO E COMPRAS
### TERMO DE ADJUDICAÇAÕ E HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO Nº 08/2026

TERMO DE ADJUDICAÇAÕ E HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO Nº 08/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 044/2026

**OBJETO**: Adesão de Registro de Preços nº 08/2026 - Pregão Eletrônico Consorcio CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS-AVH- através da Emenda Parlamentar, com proposta Nº 11860994000125003, visando à aquisição de veículo automotor do tipo van, com acessibilidade, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Terezinha- MT.

FAVORECIDO: LIZARD SERVIÇOSLTDA, CNPJ: 30.536.715/0001-24.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021.

J**USTIFICATIVA**: Anexa aos autos do processo licitatório de Adesão nº 083/2026.

Adjudicação e Homologação a Adesão de Licitação nº 08/2026 em consonância com a justificativa apresentada pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio e Parecer Jurídico no Processo de Licitação nº 044/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21 e suas regulamentações.

Santa Terezinha - MT, 09 de novembro de 2026

**THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**

Prefeito Municipal

---

### LICITAÇÃO E COMPRAS
### TERMO DE ADJUDICAÇAÕ E HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO Nº 013/2026

TERMO DE ADJUDICAÇAÕ E HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO Nº 013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO 083/2026

**OBJETO**: Adesão Ata de Registro de Preço n° 060/2025, oriunda do Pregão Eletrônico n°018/2025, Do município de Poconé-MT**-ATRAVÉS DE RECURSOS PROVENIENTES DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 052/2026, CELEBRADO ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZINHA/MT,** para aquisição de **Motocicletas, especialmente para apoio ao deslocamento dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e às atividades externas da atenção primária à saúde.**

FAVORECIDO: MÔNACO MOTOCENTER MATO GROSSO LTDA

CNPJ nº : 13.956.589/0001-00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021.

J**USTIFICATIVA**: Anexa aos autos do processo licitatório de Adesão nº 083/2026.

Adjudicação e Homologação a Adesão de Licitação nº 013/2026 em consonância com a justificativa apresentada pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio e Parecer Jurídico no Processo de Licitação nº 083/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21 e suas regulamentações.

Santa Terezinha - MT, 09 de novembro de 2026

**THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**

Prefeito Municipal

---

### LICITAÇÃO E COMPRAS
### EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2026

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2026**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

**CNPJ Nº**: 15.031.669/0001-18

Contratada: MÔNACO MOTOCENTER MATO GROSSO LTDA

CNPJ: 13.956.589/0001-00

**Objeto:** Adesão Ata de Registro de Preço n° 060/2025, oriunda do Pregão Eletrônico n°018/2025, do município de Poconé-MT**-ATRAVÉS DE RECURSOS PROVENIENTES DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 052/2026, CELEBRADO ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TEREZINHA/MT,** para aquisição de 17 (dezessete) **Motocicletas, especialmente para apoio ao deslocamento dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e às atividades externas da atenção primária à saúde.**

VIGÊNCIAVIGÊNCIA: 10/11/2026 a 10/11/2027

**Valor Total:** R$ 215.900,00 (duzentos e quinze mil e novecentos reais)

Santa Terezinha – MT, 10 de novembro de 2026.

**THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**

Prefeito Municipal-Contratante.

---

### LICITAÇÃO E COMPRAS
### EXTRATO DO CONTRATO Nº 90/2026

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 90/2026**

**CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

**CNPJ Nº**: 15.031.669/0001-18

Contratada: LIZARD SERVIÇOSLTDA

CNPJ: 30.536.715/0001-24.

**Objeto:** Adesão de Registro de Preços nº 08/2026 - Pregão Eletrônico Consorcio CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS-AVH- através da Emenda Parlamentar, com proposta Nº 11860994000125003, visando à aquisição de veículo automotor do tipo van, com acessibilidade, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Terezinha- MT.

VIGÊNCIAVIGÊNCIA: 10/11/2026 a 10/11/2027

**Valor Total:** R$ 387.500,00 (trezentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais)

Santa Terezinha – MT, 10 de novembro de 2026.

**THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**

Prefeito Municipal-Contratante.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

**JURÍDICO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 004/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2025**

**OBJETO:** Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para Prestação de Serviço na Área da Saúde.

**VALOR TOTAL**: R$ 592.486,91 (quinhentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 05/11/2026 a 04/05/2027.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT, CNPJ Nº 04.217.362/0001-90.

**CONTRATADA:** LETICIA DEOLA VIEIRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ N° 58.407.468/0001-85.

**FORO:** PRIMAVERA DO LESTE/MT.

**DATA:** 05/11/2026.

---

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 - RESULTADO FINAL**

| PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 |
|---|
| EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026 |

Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Profissional **Médico Especialista em Medicina de Família e Comunidade** com formação de uma vaga e mais cadastro de reserva, para atuação na Secretária Municipal de Saúde.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, tendo em vista o que consta do art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 1.048/2025 e demais leis municipais vigentes, torna pública, para conhecimento de todos os interessados, que realizará Processo Seletivo Simplificado de Análise de títulos, tempo de serviço na área de atuação P.S.F e Especialidades, destinado ao provimento e formação de uma vaga e mais Cadastro de Reserva para os cargos de Médico Especialista em Medicina de Família e Comunidade. O presente Processo Seletivo Simplificado será regido de acordo com a Legislação Municipal pertinente a este Processo Seletivo Simplificado, com as presentes instruções e os anexos que compõem o presente Edital para todos os efeitos, a saber:

I. Divulgar o resultado Final.

Santo Antônio do Leste – MT, 10 de novembro de 2026.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

**Orlando Alves de Souza**

Secretário M0unicipal de Administração e Planejamento

**Ana Paula Alves Capitanio** Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

**Vanessa Barbosa Ferreira** Secretária da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

**Maria Luísa Pereira Canedo** Membro da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

**Vitória Barbosa Oliveira Silva** Suplente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

| | RESULTADO FINAL | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Médico Especialista em Medicina de Família e Comunidade - Santo Antônio Do Leste | | | | | | |
| INSCRIÇÃO | NOME DE IDENTIFICAÇÃO | TÍTULOS | T.E | | NOTA FINAL | POSIÇÃO L. VAGA | RESULTADO |
| 001 | LUIS CARLOS PILLAI VACA | 05 | 03 | | 08,00 | 1º | Classificado |

---

**JURÍDICO**
**EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 004/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2025**

**OBJETO:** Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para Prestação de Serviço na Área da Saúde.

**VALOR TOTAL**: R$ 592.486,91 (quinhentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 05/11/2026 a 04/05/2027.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE - MT, CNPJ Nº 04.217.362/0001-90.

**CONTRATADA:** CLINICA MÉDICA LESTE CLIN LTDA , CNPJ N° 17.561.039/0001-80.

**FORO:** PRIMAVERA DO LESTE/MT.

**DATA:** 05/11/2026.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

**LICITAÇÃO**
**EXTRATO DO CONTRATO N° 105/2026**

CONTRATO Nº 105/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 071/2026
DISPENSA Nº 010/2026

Pelo presente instrumento de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Administrativa na Avenida Araguaia nº 248, Centro, São Félix do Araguaia - MT, CEP 78.670-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Drº ACÁCIO ALVES

DOUZA, brasileiro, casado, advogado, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado à empresa: EMPRESA: 23.946.695/0001-02 Razão social: PRIMICIA UNIFORMES LTDA Endereço: AV MARECHAL RONDON 607 QUADRA19/ SETOR MARECHAL ROND / GOIANIA / GO / 74560-35, e-mail:. VALOR GLOBAL: R$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais), resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e ainda de conformidade com a documentação constante no Processo nº 071/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Este contrato tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 1.000 (MIL) CAMISETAS PERSONALIZADAS, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. SERÃO UTILIZADAS EM CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, EVENTOS, OFICINAS, PROJETOS SOCIAIS, AÇÕES COMUNITÁRIAS, MUTIRÕES, PALESTRAS, CAPACITAÇÕES, PROGRAMAS E DEMAIS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA, PROPORCIONANDO A IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES, SERVIDORES, COLABORADORES E EQUIPES ENVOLVIDAS NAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO
O valor global fixado para o presente contrato é de: R$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais), que serão pagos de acordo com proposta apresentada;
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS
A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.
A vigência do presente contrato é até 09/05/2027, podendo ser aditado ou suprimido nos termos legais.

São Félix do Araguaia – MT em 10 de Novembro de 2026

ACÁCIO ALVES SOUZA
Prefeito Municipal
PMSFA/MT

---

**ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO - PREGOEIRO DANILSON PEREIRA BRITO**
**EXTRATO DE REVOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026 CONCORRÊNCIA Nº 008/2026**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DUAS QUADRAS POLIESPORTIVAS EM UNIDADES ESCOLARES DISTINTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, ORGANIZADAS EM 02 (DOIS) LOTES/ITENS AUTÔNOMOS, CONFORME OS PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E CUSTOS UNITÁRIOS, EDITAIS E DEMAIS ANEXOS.

**AUTORIDADE COMPETENTE:** Acácio Alves Souza – Prefeito Municipal.

**DECISÃO:** A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT torna público que o certame em epígrafe foi **REVOGADO**, com fundamento no **Art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

**MOTIVAÇÃO:** A Administração, no exercício de sua autonomia administrativa e em observância ao princípio da eficiência, verificou a conveniência e oportunidade de revogar o presente certame, com o objetivo de proceder à reavaliação do planejamento da contratação e às eventuais correções necessárias, de modo a evitar transtornos futuros tanto para a Administração quanto para a futura empresa contratada.

São Félix do Araguaia – MT, 10 de novembro de 2026.

**ACÁCIO ALVES SOUZA** Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026 ADESÃO Nº 003/2026**

O MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO-MT, TORNA PUBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE **ADERIU** A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **014/2026, ORIUNDA DO**, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº **015/2025, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT. Objeto; AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO.**

**O MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO- RESOLVE AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO PREGÃO** COMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA. CNPJ; 32.400.083/0001-00, com sede à Rua PAPA JOÃO XXIII nº 828- PRIMEIRO ANDAR Bairro POCAO CUIABA/CEP 78.015615., **R$159.275,55(Cento e Cinquenta Nove Mil, Duzentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)**

**São Jose do Povo-MT, 10 de novembro de 26.**

**IVANILDO VILELA DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**EXTRATO DE CONTRATO**

**CONTRATO DE COMPRA N°046/2026**

**PROCESSO Nº045/2026 ADESÃO N°04/2026**

**CONTRATO (A)** – A empresa **ROTOCYCLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.914.897/0001-80.

**OBJETO** – O presente contrato tem por objeto a aquisição, com fornecimento e instalação, de 01 (um) playground infantil, modelo Parque Infantil nº 15 V2, marca Aquarela Parques, conforme especificações técnicas, características, materiais, dimensões, componentes, certificações e demais condições constantes da Ata de Registro de Preços nº 034/2026, do Pregão Eletrônico nº 017/2026, do respectivo Termo de Referência e da proposta aceita, documentos que integram este instrumento independentemente de transcrição.

**VALOR TOTAL-** O valor global deste contrato é de **R$ 50.316,83 (cinquenta mil, trezentos e dezesseis reais e oitenta e três centavos)**, correspondente a 01 (uma) unidade do item contratado, ao preço unitário de R$ 50.316,83.

**DA VIGÊNCIA-** O presente contrato terá vigência de **12 (doze)**

**meses**, com início dia **11 de novembro de 2026** a **11 de novembro de 2027**, observados os limites e as condições da Ata de Registro de Preços nº 034/2026 e da legislação aplicável.

---

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO ADESÃO Nº 003/2026**
**PROCESSO Nº 044/2026**

A Prefeitura Municipal de São Jose do Povo/MT, por intermédio de sua comissão de contratação, torna público que o ordenador de despesas, senhor Prefeito Municipal IVANILDO VILELA DA SILVA, HOMOLOGOU a adesão nº 003/2026, cujo objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO, ata de registro de preços nº** 0014/**2026 do município de Chapada dos Guimarães/MT** Que teve como ganhador a seguinte empresa do ramo: COMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA. CNPJ; 32.400.083/0001-00, com sede à Rua PAPA JOÃO XXIII nº 828- PRIMEIRO ANDAR Bairro POCAO CUIABA/CEP 78.015-615: HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA, no valor total de **R$159.275,55(Cento e Cinquenta Nove Mil, Duzentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) São Jose do Povo-MT, 10 de novembro de 26.**

**IVANILDO VILELA DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

**DEPARTAMENTO PESSOAL - SEC ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 651/2026/SECAD, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

**“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.’’**

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** o Comunicado Interno n.º 233/2026/PMSJRC/SECAD, que solicita a nomeação da servidora efetiva Sra. **CARLA DA COSTA MARQUES** no cargo comissionado de Encarregado de Departamento.

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR** a servidora pública municipal Sra. **CARLA DA COSTA MARQUES**, matrícula n.º 2797, no cargo de provimento em comissão de **ENCARREGADO DE DEPARTAMENTO**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro – MT, a partir de **03 de novembro de 2026.**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.** Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 10 de novembro de 2026.

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 063/2026

---

**DEPARTAMENTO PESSOAL - SEC ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 652/2026/SECAD, DE 10 DE OUTUBRO DE 2026.**

**“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** o Oficio Nº 179/2026/PGM no qual solicita a nomeação da Sra. **MARIA LUIZA MOREIRA PEREIRA**;

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR** a senhora **MARIA LUIZA MOREIRA PEREIRA,** para ocupar o cargo de provimento em comissão de **ASSISTENTE DE PROCURADORIA**, lotada no Gabinete do Executivo Municipal de São José do Rio Claro - MT, a partir de 10 de novembro de 2026.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de novembro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 10 de novembro de 2026.

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria Nº 063/2026

---

**DEPARTAMENTO PESSOAL - SEC ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 655/2026/SECAD, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**‘‘DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARSELE FALEIROS DO NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.’’**

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições aplicáveis;

**CONSIDERANDO** o requerimento administrativo formulado pela servidora pública municipal **MARSELE FALEIROS DO NASCIMENTO**, por meio do qual solicita redução de sua jornada de trabalho para assistência familiar;

**CONSIDERANDO** o Laudo Médico Pericial emitido pela Junta Médica Oficial do Município em 14 de outubro de 2026;

**CONSIDERANDO** o disposto nos arts. 121, 122, parágrafo único, e 206 da Lei Municipal nº 1.639/2026, que disciplinam a concessão de horário especial e o reconhecimento da condição de dependente;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 98, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.112/1990, cuja aplicabilidade aos servidores públicos estaduais e municipais foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 1.097 da Repercussão Geral;

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico nº 265/2026, emitido pela Procuradoria-Geral do Município, nos autos do Processo Administrativo PGM nº 0105/2026 (PA-RH nº 021/2026);

**CONSIDERANDO**, por fim, a Decisão Administrativa que acolheu

o referido parecer jurídico e deferiu a concessão do horário especial à servidora;

**RESOLVE:**

**Art. 1º CONCEDER** à servidora pública municipal **MARSELE FALEIROS DO NASCIMENTO**, matrícula funcional nº **734**, ocupante do cargo de **MONITOR (A) I**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho**, passando de 40 (quarenta) para **20 (vinte) horas semanais**, para fins de assistência a familiar, conforme disposto no Processo Administrativo (RH) n.º 021/2026.

**Art. 2º** A redução da jornada de trabalho será concedida pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação desta Portaria, enquanto persistirem as condições médicas e assistenciais que fundamentaram sua concessão.

**Art. 3º** A distribuição das horas semanais de trabalho será definida pela chefia imediata da servidora, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de forma compatível com a necessidade de assistência diária ao familiar e com a organização das atividades da unidade escolar.

**Art. 4º** Ao término do período estabelecido no art. 2º, a manutenção do benefício dependerá de nova avaliação pela Junta Médica Oficial do Município, destinada a verificar a persistência das condições que justificaram a concessão, observada a legislação aplicável.

**Art. 6º** A servidora deverá comunicar imediatamente ao Departamento Pessoal qualquer alteração relevante nas condições assistenciais do familiar que possa justificar a revisão ou cessação do benefício, especialmente contratação de cuidador formal, internação, institucionalização, inclusão em serviço de atenção domiciliar ou óbito.

**Art. 9º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 10 de novembro de 2026.

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 063/2026

---

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 657/2026/SECAD, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.’’**

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** a PORTARIA PREVIMUNI Nº 027/2026, que dispõe sobre Aposentadoria por Tempo de Contribuição em favor de **CÍCERO GOMES DE OLIVEIRA**;

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR** o servidor público municipal, Sr. **CÍCERO GOMES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1119, do cargo de provimento de **OPERADOR DE MÁQUINAS**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José do Rio Claro – MT, a partir de **03 de novembro de 2026**, por motivo de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição.**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir do dia 03 de novembro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 10 de novembro de 2026.

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 063/2026

---

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 656/2026/SECAD, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA SERVIDORA RAMONA LAIS FERNANDES, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA,** Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** o artigo nº 191 da Lei nº 1.639, de 25 de março de 2026, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

**CONSIDERANDO** os artigos nº 41 e 102 da Lei Complementar nº 963, de 27 de junho de 2013, que dispõe do Regime Próprio dos Servidores Municipais.

**CONSIDERANDO** o Processo Administrativo de Averbação de Tempo de Contribuição nº 007/2026;

**CONSIDERANDO** a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS sob protocolo nº 18021010100050264, lavrada em 06 de outubro de 2026;

**CONSIDERANDO** que os períodos de contribuição reconhecidos já se encontram devidamente individualizados no Relatório de Averbação constante dos autos do Processo Administrativo nº 007/2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º AVERBAR** o tempo de contribuição, conforme Processo de Averbação de Tempo de Contribuição nº 007/2026, em favor da servidora **RAMONA LAIS FERNANDES**, matrícula nº 2410, ocupante do cargo de provimento efetivo de **COZINHEIRA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Art. 2°** O tempo de contribuição averbado totaliza 3.900 (três mil e novecentos) dias, correspondentes a 10 (dez) anos, 8 (oito) meses e 10 (dez) dias, sendo computado apenas para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, salvo disposição legal em contrário, nos termos do art. 191 da Lei Municipal nº 1.639/2026, sem concessão automática de vantagens funcionais.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 10 de novembro de 2026.

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 063/2026

---

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 654/2026/SECAD, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA SERVIDORA ERENITA PEREIRA DA SILVA, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA,** Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** o artigo nº 191 da Lei nº 1.639, de 25 de março de 2026, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

**CONSIDERANDO** os artigos nº 41 e 102 da Lei Complementar nº 963, de 27 de junho de 2013, que dispõe do Regime Próprio dos Servidores Municipais.

**CONSIDERANDO** o Processo Administrativo de Averbação de Tempo de Contribuição nº 004/2026;

**CONSIDERANDO** a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS sob protocolo nº 10001030100105265, lavrada em 05 de agosto de 2026;

**CONSIDERANDO** que os períodos de contribuição reconhecidos já se encontram devidamente individualizados no Relatório de Averbação constante dos autos do Processo Administrativo nº 004/2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º AVERBAR** o tempo de contribuição, conforme Processo de Averbação de Tempo de Contribuição nº 004/2026, em favor da servidora **ERENITA PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 818, ocupante do cargo de provimento efetivo de **SERVIDOR BRAÇAL**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Coordenação Geral.

**Art. 2°** O tempo de contribuição averbado totaliza 421 (quatrocentos e vinte e um) dias, correspondentes a 1 (um) ano, 1 (um) mês e 26 (vinte e seis) dias, sendo computado apenas para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, salvo disposição legal em contrário, nos termos do art. 191 da Lei Municipal nº 1.639/2026, sem reconhecimento de efeitos funcionais ou remuneratórios.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, 10 de novembro de 2026.

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 063/2026

---

**DEPARTAMENTO PESSOAL**
**PORTARIA MUNICIPAL Nº 653/2026/SECAD, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA DALVA LOPES, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**, Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**CONSIDERANDO** o artigo nº 191 da Lei nº 1.639, de 25 de março de 2026, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

**CONSIDERANDO** os artigos nº 41 e 102 da Lei Complementar nº 963, de 27 de junho de 2013, que dispõe do Regime Próprio dos Servidores Municipais;

**CONSIDERANDO** o Processo Administrativo de Averbação de Tempo de Contribuição nº 002/2026;

**CONSIDERANDO** a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS sob protocolo nº 28001010100318232, lavrada em 14 de dezembro de 2023;

**CONSIDERANDO** que os períodos de contribuição reconhecidos já se encontram devidamente individualizados no Relatório de Retificação constante dos autos do Processo Administrativo nº 002/2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º AVERBAR** o tempo de contribuição, conforme Processo de Averbação de Tempo de Contribuição nº 002/2026, em favor da servidora **DALVA LOPES**, matrícula nº 1860, ocupante do cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

**Art. 2°** O tempo de contribuição averbado totaliza 4.822 (quatro mil, oitocentos e vinte e dois) dias, correspondentes a 13 (treze) anos, 2 (dois) meses e 17 (dezessete) dias.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria N. º 393/2026/SECAD, de 16 de julho de 2026.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, 10 de novembro de 2026.

**SANDRA FRANCO CASAVECHIA**

Secretária Municipal de Administração e Coordenação Geral

Portaria nº 063/2026

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE SUSPENÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto o **“Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Oxigênio Medicinal Gasoso (recargas em cilindros para atendimento das Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento, Ambulâncias e Pacientes em Tratamento Domiciliar do Município**

**de São Pedro da Cipa-MT",** nos termos da Lei 14.133/21, será ***SUSPENSA***, devido instabilidade na plataforma de compras do município de SÃO PEDRO DA CIPA através do site http:// intranet.saopedrodacipa.mt.gov.br:8079/comprasedital/**.** Assim que o sana a referida instabilidade o mesmo será republicado. Os interessados, para maiores informações, poderão obter através do site www.saopedrodacipa.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, Nº 335, das 13:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 99621-9826. São Pedro da Cipa, 10 de Novembro de 2026. ***MARCOS VINICÍOS DE J ABRAHÃO -*** Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

### HOMOLOGAÇÃO RETIFICADA CHAMADA PÚBLICA Nº 018/2026 – CREDENCIAMENTO (PROJEGOV)

O Município de Sapezal, por intermédio da Presidente da Comissão de Contratação a Sra. Vitória Caiane Oliveira Ribeiro, designada pela portaria de nº 731/2026, do dia 10 de agosto de 2026, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 74, inciso IV, Art. 78, inciso I c/c Art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, torna público aos interessados que PROJEGOV PROJETOS DE OBRAS PUBLICAS LTDA (ME), inscrita no CNPJ sob o nº 36.674.626/0001-20, foi credenciada no processo referente à Chamada Pública nº 018/2026.

Cujo objeto é o Credenciamento De Pessoa Física E/Ou Jurídica, Para Prestação De Serviços De Elaboração De Projetos, Estudos E Serviços De Engenharia Para Atender A Demanda Das Secretarias Do Município De Sapezal/MT, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência - Anexo I.

EMPRESA CREDENCIADA: PROJEGOV PROJETOS DE OBRAS PUBLICAS LTDA (ME).

CNPJ: 36.674.626/0001-20

LOTES: 01, 02, 03, 04, 05 e 06.

VALOR TOTAL: O valor total estimado da Licitação para custeio no prazo de vigência do credenciamento R$ 3.039.477,37 (Três Milhões e Trinta e Nove Mil e Quatrocentos e Setenta e Sete Reais e Trinta e Sete Centavos).

Sapezal-MT, 09 de novembro de 2026.

**Vitória Caiane Oliveira Ribeiro**

**Presidente da Comissão de Contratação**

**Claudio Jose Scariote**

**Prefeito Municipal**

---

### JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL Nº 108/2026 PREGÃO ELETRÔNICO C/SRP

Procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO C/SRP N° 108/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM (24 HORAS), TIPO "CASA DE APOIO", localizada em Cuiabá-MT, para acolhimento de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Sapezal/MT para tratamentos especializados naquele município, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

O Município de Sapezal, por intermédio da Presidente da Comissão de Contratação a Sra. Vitoria Caiane Oliveira Ribeiro, designada através de Portaria de nº 731/2026 de 10 de agosto de 2026 no uso das suas atribuições torna público o resultado da análise e julgamento da Impugnação ao edital, impetrada por FUTURA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.808.153/0001-71, a qual foi julgada totalmente "IMPROCEDENTE".

As demais informações referentes a presente impugnação, bem como a íntegra do Processo Licitatório, encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Sapezal - MT, site a Av. Antônio André Maggi, nº 1.400 – Centro – Sapezal – MT ou no site da Prefeitura de Sapezal: www.sapezal.mt.gov.br.

**Vitoria Caiane Oliveira Ribeiro**

**Presidente da Comissão de Contratação**

---

### LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO EDITAL Nº 001/2026

O Município de Sapezal, por intermédio da Leiloeira Administrativa a Sra. Vitória Caiane Oliveira Ribeiro, designada pela Portaria nº 952/2026 do dia 27 de outubro de 2026, no uso das suas atribuições Torna Público que realizará licitação na modalidade de LEILÃO ELETRÔNICO, do tipo MAIOR LANCE POR LOTE, cujo objeto do presente processo é o LEILÃO ELETRÔNICO para ALIENAÇÃO ONEROSA DE IMÓVEIS PÚBLICOS INTEGRANTES DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL PARQUE DO EMPREENDEDOR DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS, SOB OS ENCARGOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

Data de Abertura da Sessão de Lances: 03 de dezembro de 2026.

Horário de Início da Disputa: 09h:00 min (Horário de Brasília - DF)

Horário de Encerramento da Disputa: 12h:00 min (Horário de Brasília - DF).

Realização: LICITANET (www.licitanet.com.br).

O Edital completo estará disponível no site da Prefeitura de Sapezal www.sapezal.mt.gov.br e na plataforma Licitanet.

**Vitória Caiane Oliveira Ribeiro**

**Leiloeira Administrativa**

**Claudio Jose Scariote**

**Prefeito Municipal**

---

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 297/2026

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: INOVAMED HOSPITALAR LTDA - CNPJ nº 12.889.035/0001-02.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 110.629,3830 (Cento e Dez Mil e Seiscentos e Vinte e Nove Reais e Trinta e Oito Centavos)

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027.

---

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 298/2026

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: C.A. HOSPITALAR LTDA - CNPJ nº 26.457.348/

0001-04.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 69.294,3094 (Sessenta e Nove Mil, Duzentos e Noventa e Quatro Reais e Trinta e Um Centavos).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027.

---

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 299/2026**

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - CNPJ nº 76.386.283/0001-13.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 17.594,8000 (Dezessete Mil, Quinhentos e Noventa e Quatro Reais e Oitenta Centavos).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027.

---

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 300/2026**

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ nº 67.729.178/0004-91.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 45.955,2130 (Quarenta e Cinco Mil, Novecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Vinte e Um Centavos).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027.

---

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 301/2026**

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 67.729.178/0004-91.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 125.832,0000 (Cento e Vinte e Cinco Mil, Oitocentos e Trinta e Dois Reais).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027.

---

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 302/2026**

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: CALLMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ nº 09.135.378/0001-77.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 54.008,0000 (Cinquenta e Quatro Mil e Oito Reais).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027.

---

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 303/2026**

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 17.472.278/0001-64.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 4.703,0000 (Quatro Mil, Setecentos e Três Reais).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027.

---

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 304/2026**

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: GET MED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 41.836.567/0001-80.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 20.585,8000 (Vinte Mil, Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais e Oitenta Centavos).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027.

---

**1º TERMO DE CANCELAMENTO PARCIAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2026 PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 048/2026**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SAPEZAL e GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.472.278/0001-64, devidamente qualificados na ARP em epígrafe, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico

c/ SRP nº 048/2026, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei nº 14.133/2021 e atualizações posteriores, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Cancelamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto cancelar o registro de preço dos seguintes itens, com fulcro no art. 29, I e II do Decreto Municipal nº 052/2023:

| ITEM | CÓD. MATERIAL | UND. | DESCRIÇÃO | MARCA | VALOR UNITÁRIO |
|---|---|---|---|---|---|
| 81 | 162986 | UN | SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA 1ML (ESCALA DE 2 EM 2 UNIDADES), COM AGULHA FIXA DE 12,7MM X 0,33MM DE DIAMETRO, SEM ESPAÇO MORTO, ESTÉRIL. | DESCARPACK | R$ 0,41 |

CLÁUSULA SEGUNDA- DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente termo tem como fundamento o pedido de cancelamento do item 81 da Ata de Registro de Preço nº 208/2026, formulado pela empresa, que solicitou a desistência do item devido à dificuldade para aquisição de novos lotes junto a diferentes fabricantes. Diante disso, a secretaria solicitante acolheu o pedido para possibilitar a aquisição por outros meios. Ante os motivos expostos e da solicitação formal de desistência do item por parte da empresa contratada, devidamente documentada, justifica-se o cancelamento dos referidos itens da presente Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento originário não alteradas por este termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. Para dar eficácia a este Instrumento, o Município de Sapezal providenciará a sua publicação resumida no Diário Oficial do Município.

Sapezal – MT, 09 de novembro de 2026.

**CLAUDIO JOSÉ SCARIOTE**

**Prefeito Municipal de Sapezal – MT Gerenciador**

**GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

**Fornecedora**

---

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 305/2026

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 81.706.251/0001-98.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 84.228,8700 (Oitenta e Quatro Mil, Duzentos e Vinte e Oito Reais e Oitenta e Sete Centavos).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027

---

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 306/2026

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 02.520.829/0001-40.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 82.391,6000 (Oitenta e Dois Mil, Trezentos e Noventa e Um Reais e Sessenta Centavos).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027

---

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 307/2026

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: NOVA MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 41.365.113/0001-78.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 16.483,2000 (Dezesseis Mil, Quatrocentos e Oitenta e Três Reais e Vinte Centavos).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027

---

### 1º TERMO DE CANCELAMENTO PARCIAL ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2026 PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 030/2026

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SAPEZAL e VITALMED COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇAO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita

no CNPJ: 42.441.595/0001-60, devidamente qualificados na ARP em epígrafe, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico c/ SRP nº 030/2026, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei nº 14.133/2021 e atualizações posteriores, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Cancelamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto cancelar o registro de preço dos seguintes itens, com fulcro no art. 29, I e II do Decreto Municipal nº 052/2023:

| ITEM | CÓD. MATERIAL | UND. | DESCRIÇÃO | MARCA | VALOR UNITÁRIO |
|---|---|---|---|---|---|
| 74 | 169479 | CX | LANSOPRAZOL + CLARITROMICINA + AMOXICILINA TRI-HIDRATADA 30MG+500MG+500MG COM 7 CARTELAS + 28 CAPSULAS DURAS. | TEUTO | R$ 42,4999 |

CLÁUSULA SEGUNDA- DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente termo tem como fundamento o pedido de cancelamento do item 74 da Ata de Registro de Preço nº 132/2026, formulado pela empresa licitante, tendo solicitado a liberação de compromisso em caso de indeferimento ao pedido de realinhamento de valores. Diante disso, a secretaria solicitante acolheu o pedido para evitar futura inexecução contratual. Ante os motivos expostos e da solicitação formal de desistência amigável do item por parte da empresa contratada, devidamente documentada, justifica-se o cancelamento do referido item da presente Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento originário não alteradas por este termo.

CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. Para dar eficácia a este Instrumento, o Município de Sapezal providenciará a sua publicação resumida no Diário Oficial do Município.

Sapezal – MT, 09 de novembro de 2026.

**CLAUDIO JOSÉ SCARIOTE**

**Prefeito Municipal de Sapezal – MT Gerenciador**

**VITALMED COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇAO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**

**Fornecedora**

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 308/2026

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 19.391.064/0001-99.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 1.200,0000 (Mil e Duzentos Reais).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 309/2026

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 34.772.843/0001-28.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 16.800,0000 (Dezesseis Mil e Oitocentos Reais).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 310/2026

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: MHL MEDICAL LTDA - CNPJ nº 66.392.375/0001-52.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 76.690,0000 (Setenta e Seis Mil, Seiscentos e Noventa Reais).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 311/2026

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SAPEZAL - CNPJ nº 01.614.225/0001-09.

FORNECEDOR: AMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ nº 64.117.995/0001-58.

MODALIDA: PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026.

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT.

VALOR: R$ 3.897,0000 (Três Mil, Oitocentos e Noventa e Sete Reais).

VIGÊNCIA DA ARP: Iniciando-se em 10 de novembro de 2026 e findando em 10 de novembro de 2027

**PORTARIA Nº 972/2026**

***DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**CONSIDERANDO**, que cabe ao Município, nos termos do disposto nos artigos 104, inciso III e 117 da Lei nº 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração,

**CONSIDERANDO**, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade,

**CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE**, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear fiscais relacionados as **ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N° 297/2026, 298/2026, 299/2026, 300/2026, 301/2026, 302/2026, 333/2026, 304/2026, 305/2026, 306/2026, 307/2026, 308/2026, 309/2026, 310/2026 e 311/2026,** referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO C/ SRP Nº 090/2026**, para acompanhar e fiscalizar a execução na forma e condições abaixo relacionadas:

| | |
|---|---|
| **ATA Nº:** | **297/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | INOVAMED HOSPITALAR LTDA |
| **CNPJ:** | 12.889.035/0001-02 |
| **ATA Nº:** | **298/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | C.A. HOSPITALAR LTDA |
| **CNPJ:** | 26.457.348/0001-04 |
| **ATA Nº:** | **299/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA |
| **CNPJ:** | 76.386.283/0001-13 |
| **ATA Nº:** | **300/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA |
| **CNPJ:** | 67.729.178/0004-91 |
| **ATA Nº:** | **301/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | MAEVE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| **CNPJ:** | 09.034.672/0001-92 |
| **ATA Nº:** | **302/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | CALLMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA |
| **CNPJ:** | 09.135.378/0001-77 |
| **ATA Nº:** | **303/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| **CNPJ:** | 17.472.278/0001-64 |
| **ATA Nº:** | **304/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | GET MED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| **CNPJ:** | 41.836.567/0001-80 |
| **ATA Nº:** | **305/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| **CNPJ:** | 81.706.251/0001-98 |
| **ATA Nº:** | **306/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA |
| **CNPJ:** | 02.520.829/0001-40 |
| **ATA Nº:** | **307/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | NOVA MEDICAMENTOS LTDA |
| **CNPJ:** | 41.365.113/0001-78 |
| **ATA Nº:** | **308/2026** |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. |
| **EMPRESA:** | LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA |

| | | |
|---|---|---|
| **CNPJ:** | 19.391.064/0001-99 | |
| **ATA Nº:** | **309/2026** | |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. | |
| **EMPRESA:** | NOVA OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA | |
| **CNPJ:** | 34.772.843/0001-28 | |
| **ATA Nº:** | **310/2026** | |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. | |
| **EMPRESA:** | MHL MEDICAL LTDA | |
| **CNPJ:** | 66.392.375/0001-52 | |
| **ATA Nº:** | **311/2026** | |
| **OBJETO:** | **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS III PARA ABASTECIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL,** pertencente à Secretaria Municipal de Saúde do município de Sapezal/MT. | |
| **EMPRESA:** | AMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA | |
| **CNPJ:** | 64.117.995/0001-58 | |
| **SECRETARIA DE SAÚDE – GESTOR DA ARP** | **FISCAL TITULAR** | |
| | **SERVIDOR:** | CLÁUDIA MARTINS MÁGIO DE ARAÚJO |
| | **CARGO:** | BIOQUÍMICO |
| | **MATRÍCULA:** | 3245 |
| | **FISCAL SUPLENTE** | |
| | **SERVIDOR:** | LETICIA DA ROCHA BECKHAUSER |
| | **CARGO:** | CHEFE DA FARMACIA MUNICIPAL |
| | **MATRÍCULA:** | 6477 |

**Art. 2º** São atribuições dos fiscais:

**I.** prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato e da Ata de Registro de Preços com informações pertinentes às suas competências;

**II.** anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e das Atas de Registro de Preços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**III.** emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

**IV.** informar ao Gestor do Contrato e da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**V.** comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato e da Ata de Registro de Preços quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato e das atas de registro de preços nas datas estabelecidas;

**VI.** fiscalizar a execução do contrato e da Ata de Registro de Preços para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

**VII.** comunicar ao Gestor do Contrato e da Ata de Registro de Preços, em tempo hábil, o término do contrato e da ata de registro de preço sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

**VIII.** participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de Gestão do Contrato e Ata de Registro de Preços, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 21 do Decreto nº 045/2023;

**IX.** auxiliar o Gestor do Contrato e da Ata de Registro de Preços com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 21 do Decreto nº 045/2023;

**X.** prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato e Ata de Registro de Preços, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e ata de registro de preço e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

**XI.** verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

**XII.** examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, informar ao Gestor do Contrato e Ata de Registro de Preço;

**XIII.** atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao Gestor do Contrato e Ata de Registro de Preços para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**XIV.** realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato referido no art. 23 do Decreto nº 045/2023, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento e atendimento das exigências de caráter administrativo e contratual.

**Art. 3º** Demais disposições e atribuições podem ser verificadas no Decreto Municipal nº 045/2023.

**Art. 4º** O serviço de fiscal de Ata é considerado de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, cujo efeito retroage a data da assinatura da(s) referida(s) ata de registro de preços, condicionada sua validade à publicação na imprensa oficial do município, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2026.

**CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE**

**Prefeito Municipal de Sapezal – MT**

## ABERTURA DE EDITAL Nº 119/2026 PREGÃO ELETRÔNICO C/SRP

O Município de Sapezal por intermédio de sua Agente de Contratação, Sra. Vitória Caiane Oliveira Ribeiro, nomeada pela Portaria de nº 732/2026 de 10 de agosto de 2026, no uso das suas atribuições Torna Público que realizará sessão pública Na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS-SRP Nº 119/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, modo de disputa ABERTO para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS II (adulto e juvenil), para atender às necessidades das secretarias do município de Sapezal/MT, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

Data de Abertura da Sessão de Lances: 24 de novembro de 2026.

Horário: 09h:00 min (Horário de Brasília - DF).

Realização: LICITANET (www.licitanet.com.br).

O Edital completo estará disponível no site da Prefeitura de Sapezal www.sapezal.mt.gov.br e na plataforma Licitanet.

**Vitória Caiane Oliveira Ribeiro**

**Agente de Contratação**

## ADENDO I LEILÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 001/2026

O presente Adendo tem por finalidade complementar o Edital do Leilão Eletrônico nº 01/2026, mediante a inclusão da Cláusula 15 – DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL, disciplinando os procedimentos para apresentação e resposta aos pedidos de impugnação e de esclarecimento, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Fica incluída no Edital a Cláusula 15, com a seguinte redação:

15. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

15.1. As pessoas jurídicas adquirentes de imóveis integrantes do Loteamento Industrial Parque do Empreendedor que tiverem interesse em usufruir dos incentivos fiscais previstos na Lei Municipal nº 1.132/2014, que instituiu o Programa de Desenvolvimento Econômico Industrial de Sapezal – PRODES-INDÚSTRIA, deverão observar o disposto no art. 11, § 1º, da referida legislação, mediante apresentação de Carta-Consulta e Projeto de Viabilidade Econômico-Financeira à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para análise pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Sapezal – CONDES e pela Assessoria Jurídica do Município.

15.1.1. As impugnações ao Edital e os pedidos de esclarecimentos deverão ser apresentados exclusivamente por meio da plataforma eletrônica LICITANET, não sendo conhecidos ou considerados, para fins de processamento e resposta formal, aqueles encaminhados por outros meios, tais como correio eletrônico (e-mail), aplicativos de mensagens instantâneas (WhatsApp), correspondência física ou quaisquer outros canais distintos do expressamente previsto neste Edital.

15.2. A aquisição de imóvel no Loteamento Industrial Parque do Empreendedor não assegura, por si só, a concessão automática dos incentivos fiscais previstos na Lei Municipal nº 1.132/2014, ficando sua eventual concessão condicionada à apresentação da documentação exigida, ao atendimento dos requisitos legais e à aprovação pelos órgãos municipais competentes, observadas as disposições da legislação aplicável.

15.3. O Foro da Comarca de Sapezal - MT é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

1.3. O presente Adendo ao edital está em conformidade com Art. 55 da Lei 14.133/2021.

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

1.4. Não sendo informações que interferem diretamente na proposta a ser apresentada pelos licitantes vez que constituem base para apresentação dos documentos de habilitação a serem apresentados em momento posterior à fase de apresentação de propostas. Destacamos que será mantida a data da sessão conforme previsto em edital às 09:00 horas (horário de Brasília) do dia 03 de dezembro de 2026, para realização do certame.

1.5. Mantém-se inalterada as demais cláusulas e disposições do Edital convocatório da Pregão Eletrônico nº 058/2026.

Sapezal/MT, 10 de novembro de 2026.

**Vitória Caiane Oliveira Ribeiro**

**Agente de Contratação**

## ATO DE ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO 058/2024 QUE ESTABELECE TERMOS DE REFERÊNCIA E REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SAPEZAL/DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, OBSERVANDO SEU ARTIGO 52º § 6º, E ARTIGO 9º E SEU PARÁGRAFO ÚNICO, MOTIVADOS PELA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO, PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO POR DESINTERESSE DOS REQUERENTES, APÓS OS PRAZOS DETERMINADOS PARA ATENDIMENTO DE PENDÊNCIAS, E ATIVIDADES NÃO PASSÍVEIS DE LICENCIAMENTO NO ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CONSEMA VIGENTE 74/2025, VEM TORNAR PÚBLICO O ARQUIVAMENTO DOS PROCESSOS DE ACORDO COM AS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS ABAIXO.

Luma Loana Barbosa Ferreira

Diretora do Departamento de Meio Ambiente

Sapezal-MT, 10 de novembro de 2026

| PROTOCOLO N° | CNPJ/ CPF | RAZÃO SOCIAL/INTERESSADO | ATIVIDADE (RESOLUÇÃO CONSEMA) | JUSTIFICATIVA DO ARQUIVAMENTO |
|---|---|---|---|---|
| 0561/2017 e 0933/2020 | 02.827.159/0001-00 | CENTRO DE TRADICOES GAUCHA | Autorização de utilização sonora para casa de festas e eventos | Autorização ambiental de utilização sonora vencida na data de 17/06/2024. Não ocorreu renovação. |
| 0940/2020 | 30.592.089/0001-93 | JR ARMAZENS LTDA | Comercio atacadista de adubos, fertilizantes e corretivos do solo (exceto defensivos agrícolas) | Licença de Operação vencida na data de 11/02/2024. Não ocorreu a renovação. |
| 01095/2022 | 09.281.330/0002-58 | RECICLATE COMERCIO MATERIAIS RECICLAVEIS LTDA | Comercio atacadista de materiais recicláveis e sucatas metálicas | Licença de Operação vencida na data de 11/07/2026. Alteração de endereço do empreendimento com novo processo já protocolado e emitido licença. |
| 01120/2022 | 22.228.437/0002-09 | GERSON LAFAIETE DA SILVA EIRELI - ME | Armazenamento temporário de resíduos não perigosos – Classe II | Processo indeferido de acordo com o Decreto Municipal 058/2024 parágrafo 3° do Artigo 14, após quatro análises sem atendimento das solicitações. |
| 01133/2023 | 11.378.077/0001-16 | AGROFORT DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGROPECUARIOS LTDA | Armazéns gerais para depósito de produtos não perigosos/ Armazéns gerais (emissão de warrants) de sementes | Ofício de pendências datado de 12/11/2024 não atendido. Atividade não passível de licenciamento no órgão ambiental municipal de acordo com a Resolução CONSEMA 74/2025. |
| 01136/2023 | 19.749.762/0001-13 | MARCOS RODRIGO FORTES CERQUEIRA LTDA | Serviços de Limpeza, coleta e transporte de resíduos por veículos “limpa fossa” | Licença de Operação vencida na data de 05/09/2026. Alteração de endereço do empreendimento com novo processo já protocolado e emitido licença. |
| 01199/2024 | 39.916.142/0001-39 | UHE JURUENA S.A. | Ampliação de subestação-se Parecis conexão UHE Juruena | Processo indeferido, passível de licenciamento no órgão ambiental estadual pois extrapola os limites do município de acordo com a Resolução CONSEMA 41/2021 vigente na época do indeferimento. |
| 078/2024 Processo Digital 1Doc | 54.706.814/0001-75 | LAVO JR MELO LTDA | Lavanderias | Ofício de pendências datado de 24/01/2025 e 30/03/2026 não atendido. |

**CANCELAMENTO DE LICENÇA PRÉVIA, DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO E ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

A Prefeitura Municipal de Sapezal-MT, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.614.225/0001-09, torna público o cancelamento da Licença Prévia n.º 00560/2021, Licença de Instalação n.º 0561/2021 e Licença de Operação n.º 069/2025, válida até 04/06/2028, e ao ato de arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental Físico n.º 001050/2021 protocolado na data de 15/10/2021, e processo digital 023/2025 (1Doc) de Renovação da Licença de Operação protocolado na data de 14/04/2025 da atividade de Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria, pela empresa Supermercado Real Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.958.736/0001-90. O cancelamento das licenças e arquivamento dos processos físico e digital é motivada pela alteração de endereço do empreendimento, da Avenida Curimba, n.º 1.160SW, Loteamento Cidezal I, para Avenida Curimba, n.º 2009SW, Loteamento Jardim Ype em Sapezal/MT, com novo processo de Licenciamento Ambiental n.º 038/2026 requerendo Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação já emitidas.

**PORTARIA Nº 973/2026**

**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO TIPO TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO (TSD) E CAPA SELANTE DA RODOVIA MUNICIPAL SZL-07, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CLÁUDIO JOSÉ SCARIOTE**, Prefeito Municipal de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Tornar público a Aprovação do Projeto de Pavimentação asfáltica do tipo tratamento superficial duplo (TSD) e capa selante da rodovia municipal SZL-07, concebido pelo engenheiro civil Eduardo Melo Fernandes, diretor do departamento de engenharia e arquitetura, CREA 15262D-RO, RNP n° 2318551570, ART n° 1220260159031 e n° 1220250203786, a partir da rodovia federal BR-364, zona rural, no município de Sapezal/MT, extensão de 35,10 km.

**Profissional Responsável pela Aprovação:**

Eng. Civil: Paulo Henrique Baldson Da Silva

CREA RNP n° 232.053.358-3

**Art. 2°** Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em sentido contrário.

Sapezal-MT, 10 de novembro de 2026.

**CLAUDIO JOSÉ SCARIOTE**

**Prefeito Municipal de Sapezal – MT**

**EDUARDO MELO FERNANDES**

**CREA 15262 D/RO**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

**PORTARIA Nº 314/2026**

**PORTARIA Nº 314/2026**

**“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CARGO DE AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O **Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, ELSON FARIAS DE SOUSA**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** Exonerar, a pedido, o Senhor **ALEANDRO DA SILVA COSTA**, inscrito no CPF sob o nº XXX.181.451-XX, do cargo efetivo de **Agente de Saúde Ambiental**, matrícula nº 91X, do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada – MT, a partir de 10 de novembro de 2026.

**Art. 2.º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

**CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.**

Serra Nova Dourada – MT, 10 de novembro de 2026.

**ELSON FARIAS DE SOUSA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA SEMAD Nº 444, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**PORTARIA SEMAD Nº 444, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

Dispõe sobre novo prazo do Processo de Sindicância Preliminar nº 003/2026, e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, Daniel Henrique de Melo Santos, no uso de suas atribuições, e

Considerando o disposto no § 9º do Art. 170 da Lei Complementar Municipal nº 140/2011;

Considerando o recebimento do Ofício nº 002/2026/SIND003/2026.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder novo prazo por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos da comissão sindicante designada na Portaria SEMAD nº 360, de 09 de outubro de 2026, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 5093, em 13 de outubro de 2026, em face das razões apresentadas pelo Presidente da comissão constantes no ofício nº 002/2026/SIND003/2026.

**Art. 2º** Manter a designação dos atuais membros da comissão.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado digitalmente

**Daniel Henrique de Melo Santos**

Secretário Municipal de Administração

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

---

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### PORTARIA SEMAD Nº 445, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

**PORTARIA SEMAD Nº 445, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

Dispõe sobre novo prazo do Processo de Sindicância Preliminar nº 004/2026, e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, Daniel Henrique de Melo Santos, no uso de suas atribuições, e

Considerando o disposto no § 9º do Art. 170 da Lei Complementar Municipal nº 140/2011;

Considerando o recebimento do Ofício nº 003/2026/SIND004/2026.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Conceder novo prazo por mais 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos da comissão sindicante designada na Portaria SEMAD nº 361, de 09 de outubro de 2026, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 5093, em 13 de outubro de 2026, em face das razões apresentadas pelo Presidente da comissão constantes no ofício nº 003/2026/SIND004/2026.

**Art. 2º** Manter a designação dos atuais membros da comissão.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado digitalmente

**Daniel Henrique de Melo Santos**

Secretário Municipal de Administração

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

---

### PORTARIA Nº 2.203, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a transmissão do cargo de Prefeito Municipal ao Vice-Prefeito do Município de Sorriso-MT pelo prazo que determina.

O Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Fica transmitido, por motivo de afastamento temporário, o exercício do cargo de Prefeito Municipal de Sorriso-MT ao senhor Acacio Ambrosini, Vice-Prefeito, no período compreendido entre 11 a 17 de novembro de 2026.

**Art. 2º** Integra esta Portaria, para todos os fins administrativos e legais, o Termo de Transmissão de Posse, lavrado em 10 de novembro de 2026, às 7h, no Gabinete do Prefeito, com a presença de secretários, servidores e convidados, documento que acompanha este ato como Anexo Único.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

**ALEI FERNANDES**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se. Publique-se.

**DANIEL HENRIQUE DE MELO SANTOS**

*Secretário Municipal de Administração*

**ANEXO ÚNICO**

**TERMO DE TRANSMISSÃO DE POSSE DO PREFEITO MUNICIPAL AO VICE-PREFEITO**

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis, às sete horas, reuniram-se no gabinete do Prefeito, secretários, servidores e convidados, para a transmissão do cargo do Prefeito Municipal Alei Fernandes ao vice-prefeito Acacio Ambrosini que ficará em exercício no período de 11.11.2026 a 17.11.2026. Desta forma, oficializa-se o ato de transmissão de cargo de Prefeito Municipal ao Vice-Prefeito. Nada mais a constar, foi lavrada a presente ata por mim, Luana Graziele Trindade Zander Müller, e segue assinada por todos os presentes.

---

### PORTARIA Nº 2.204, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

Designa fiscais do Contrato nº 169/2026, revoga a Portaria nº 1.981, de 29 de setembro de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como fiscais do **Contrato nº 169/2026**, oriundo da **Adesão de Ata nº 011/2026**, que tem como objeto a Adesão à ARP nº 003/2026, PE nº 002/2026 – CIDESASUL, para contratação de empresa especializada para execução de serviços de levantamento de estradas vicinais com terraplanagem e construção de galerias pluviais para passagens de córregos, no Assentamento Jonas Pinhei-

ro, zona rural do Município de Sorriso/MT, no âmbito da Secretaria Municipal da Cidade:

**Titular:** Jean Carlos Dallagnol Nogueira – Matrícula nº 15.487;

**Substituto:** Cassiane Pellizzaro Claus – Matrícula nº 19.461.

**Art. 2º** Fica revogada a Portaria nº 1.981, de 29 de setembro de 2026.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

*Assinado digitalmente*

**ALEI FERNANDES**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se. Publique-se.

*Assinado digitalmente*

**DANIEL HENRIQUE DE MELO SANTOS**

Secretário Municipal de Administração

---

## PORTARIA Nº 2.205, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

Concede compensação de jornada (folga) à servidora que menciona, pelo saldo do Banco de Horas na forma da legislação vigente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** o requerimento da servidora adiante identificada;

**CONSIDERANDO** o art. 63 da Lei nº 140/2011, de 26 de agosto de 2011 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sorriso, o qual dispõe sobre o Regime de Compensação de Horas do servidor no âmbito do Município;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 1.565/2026 que dispõe sobre o registro e controle da frequência dos servidores públicos do Município de Sorriso e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a autorização para compensação de horas extraordinárias, assinada pelo Secretário e pelo chefe imediato da pasta de lotação da servidora.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder folga compensatória, em razão do saldo do banco de horas excedentes à jornada de trabalho prestada ao município, à servidora descrita abaixo:

| MAT. | SERVIDOR | COMPENSAÇÃO DO BANCO DE HORAS | PERÍODO DE REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS | DATAS DA COMPENSAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 6415 | PÂMELA CRISTINA RONCON HASSE | 8 HORAS | 23/05/2026 | 10/11/2026 E 11/11/2026 |

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro de 2026.

*Assinado digitalmente*

**ALEI FERNANDES**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se. Publique-se.

*Assinado digitalmente*

**DANIEL HENRIQUE DE MELO SANTOS**

Secretário Municipal de Administração

---

## PORTARIA Nº 2.206, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

Concede usufruto de licença-prêmio à servidora efetiva mencionada, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe a Lei Complementar nº 140, de 26 de agosto de 2011.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder o usufruto da licença-prêmio à servidora efetiva nominada a seguir, de acordo com o estabelecido no art. 122 da Lei Complementar nº 140/2011:

| MAT. | SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO USUFRUÍDO |
|---|---|---|---|
| 6172 | VERA LUCIA TAVARES DOS SANTOS | 01.02.2021 A 01.02.2026 | 10.11.2026 A 09.12.2026 |

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro 2026.

*Assinado digitalmente*

**ALEI FERNANDES**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se. Publique-se.

*Assinado digitalmente*

**DANIEL HENRIQUE DE MELO SANTOS**

Secretário Municipal de Administração

---

**PORTARIA Nº 2.207, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026.**

Concede usufruto de licença-prêmio à servidora efetiva mencionada, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo o que dispõe a Lei Complementar nº 140, de 26 de agosto de 2011.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder o usufruto da licença-prêmio à servidora efetiva nominada a seguir, de acordo com o estabelecido no art. 122 da Lei Complementar nº 140/2011:

| MAT. | SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | PERÍODO USUFRUÍDO |
|---|---|---|---|
| 420 | ELISANDRA GARLET | 03.02.2019 A 02.02.2024 | 10.11.2026 A 09.12.2026 |

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 10 de novembro 2026.

*Assinado digitalmente*

**ALEI FERNANDES**

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se. Publique-se.

*Assinado digitalmente*

**DANIEL HENRIQUE DE MELO SANTOS**

Secretário Municipal de Administração

---

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026**

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando:

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RODOVIÁRIO, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE ÔNIBUS RODOVIÁRIOS, COM MOTORISTAS E MONITORES, PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, INCLUINDO TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME ROTAS, QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

**Realização:** por meio da Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas: https://www.licitanet.com.br/

**Início do recebimento das propostas: às 14h00min (horário de Brasília) do dia 12/11/2026.**

**Encerramento do recebimento das propostas: às 10h00min (horário de Brasília) do dia 01/12/2026.**

**Data e horário da sessão pública: 01/12/2026, às 10h00min (horário de Brasília).**

**Critério de julgamento:** MENOR PREÇO POR ITEM.

O Edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou através dos sites oficiais: www.sorriso.mt.gov.br e https://www.licitanet.com.br/. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Pregoeiro Oficial, na Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente, das 07h00min às 13h00min (horário oficial de Sorriso), pelo telefone/WhatsApp (66) 3545-4700 ou pelo e-mail licitacao@sorriso.mt.gov.br.

**MIRALDO GOMES DE SOUZA Pregoeiro Oficial Prefeitura Municipal de Sorriso/MT**

---

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**
**AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO - 49/2026**

O MUNICIPIO DE SORRISO TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO - 49/2026 TENDO COMO OBJETO 'REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, PLACAS DE SINALIZAÇÃO E ACESSÓRIOS, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SORRISO – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.' CONFORME A SEGUIR, empresas vencedoras **R E B PRIME SOLUCOES INTEGRADAS LTDA CNPJ/CPF Nº 68.560.197/0001-57 VALOR TOTAL R$ 98.516,00 AMAZONIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO LTDA CNPJ/CPF Nº 04.250.094/0001-08 VALOR TOTAL**

**R$ 546.949,34 SORRISO EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E COMBATE A INCENDIO LTDA CNPJ/CPF Nº 19.781.971/0001-44 VALOR TOTAL R$ 419.729,80 VALOR TOTAL GERAL R$ 1.065.195,14. ACACIO AMBROSINI – PREFEITO MUNICIPAL.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

### GESTÃO DE CONTRATOS
### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2025.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT.

**CONTRATADA:** PRMED LTDA.

**OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo nº 084/2025, por mais 62 (sessenta e dois) dias, compreendendo o período de 05/11/2026 a 05/01/2027.

**VIGÊNCIA:** Fica renovada a vigência do contrato até 05/01/2027.

**DATA DA ASSINATURA:** 05/11/2026.

---

### LICITAÇÃO
### RESULTADO DE LICITAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**

A Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, por meio de sua superintendente de licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** cujo o objeto consiste no **FORNECIMENTO PARCELADO E SOB DEMANDA DE MESAS E CADEIRAS PLÁSTICAS PARA ATENDER ÁS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICIPÍO DE TABAPORÃ/MT**, ante o critério de julgamento, do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 26.148.070/0001-85, sagrou-se vencedora no valor total de R$ 26.690,00 (vinte e seis mil e seiscentos e noventa reais)

Tabaporã/MT, em 10 de novembro de 2026.

**LILIAN GONÇALVES DE OLIVEIRA**

Superintendente de Licitação

Portaria 038/2026

---

### LICITAÇÃO
### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 199/2026

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT, devidamente inscrita no CNPJ: 37.464.997/0001-40

**ADJUDICATÁRIA:** MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ: 26.148.070/0001-85.

**VALOR GLOBAL:** R$ 26.690,00 (vinte e seis mil, seiscentos e noventa reais).

**OBJETO:** FORNECIMENTO PARCELADO E SOB DEMANDA DE MESAS E CADEIRAS PLÁSTICAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ/MT.

Data da vigência: 11 de novembro

---

### GABINETE
### EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2024

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TABAPORÃ - PREVIPORÃ**, devidamente inscrito no CNPJ n.º 14.994.961/0001-73

Contratada: CONSÓRCIO GESTOR RPPS, consórcio de empresas devidamente inscrito no CNPJ n.º 28.073.206/0001-60

Objeto: Execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social

Modalidade de Licitação: Adesão a Ata de Registro de Preço n.º 041/2024 - CONSPREV

Vigência: O presente termo vigerá a partir de 03 de novembro de 2026 até 02 de novembro de 2027.

Valor Global: **R$ 210.360,72** (duzentos e dez mil, trezentos e sessenta reais e setenta e dois

centavos)

Data de Assinatura: 03 de novembro de 2026

Gestora: Hanna Paula Ludke

Foro: Tabaporã-MT

---

### PORTARIA Nº. 499, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2026

*"Dispõe sobre Exoneração por Termino de Contrato, e dá outras providências."*

O Sr. Carlos Eduardo Borchardt, Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. Declarar o término de Contrato o Senhor **Tiago Rodrigo Diniz Bonfim,** na data de 10 de novembro de 2026, servidor contratado**,** com matrícula no RH nº. 2181 no cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras desta Prefeitura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 10 de novembro de 2026.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 11 de novembro de 2026.

Registre-se, afixe-se e Cumpra-se

**Carlos Eduardo Borchardt**

Prefeito Municipal

---

### PORTARIA Nº. 498, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2026

*"Dispõe sobre Exoneração por Termino de Contrato, e dá outras providências."*

O Sr. Carlos Eduardo Borchardt, Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º**. Declarar o término de Contrato o Senhor **Adriano Ma-**

**rangoni Dos Santos,** na data de 10 de novembro de 2026, servidor contratado**,** com matrícula no RH nº. 2180 no cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura.

**Art. 2º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 10 de novembro de 2026.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 11 de novembro de 2026.

Registre-se, afixe-se e Cumpra-se

**Carlos Eduardo Borchardt**

Prefeito Municipal

---

**LICITAÇÃO**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT, através de sua pregoeira, torna público que realizará, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026, por meio de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cujo o objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(s) ESPECIALIZADA (s) PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES DA REMUME, VISANDO GARANTIR A CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS**. As especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos disponíveis nos endereços: https://bllcompras.com/ e https://www.tabapora.mt.gov.br/home. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **30 de novembro**, às 09h00 - Horário de Brasília (DF). REALIZAÇÃO: Por meio do site https://bllcompras.com/. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@tabapora.mt.gov.br**.**

Tabaporã/MT, em 10 de novembro de 2026.

**EDILAINE APARECIDA PUTON DA FONSECA**

*Pregoeira*

---

**PORTARIA Nº. 497, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2026**

*"Dispõe sobre a concessão de LICENÇA PRÊMIO, e dá outras providências."*

O Sr. Carlos Eduardo Borchardt, Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

**Art. 1º.** Conceder Licença Prêmio ao servidor lotado na ***Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras***, conforme especificado abaixo:

| Matr. | Servidor | Período Aquisitivo | Dias | Período de Gozo | Dias a Gozar |
|---|---|---|---|---|---|
| 1274 | Claus Nobrega Rantin | 01/11/2023 à 07/08/2025 | 32 | 03/12/2026 à 03/01/2027 | 00 |

**Art. 2º.** Conceder Licença Prêmio ao servidor lotado na ***Secretaria Municipal de Administração***, conforme especificado abaixo:

| Matr. | Servidor | Período Aquisitivo | Dias | Período de Gozo | Dias a Gozar |
|---|---|---|---|---|---|
| 92 | Marcelo Eduardo Cavalieri | 04/01/2021 à 07/08/2025 | 30 | 21/12/2026 à 19/01/2027 | 53 |

**Art. 3º.** Conceder Licença Prêmio aos servidores lotados na ***Secretaria Municipal de Saúde***, conforme especificado abaixo:

| Matr. | Servidor | Período Aquisitivo | Dias | Período de Gozo | Dias a Gozar |
|---|---|---|---|---|---|
| 790 | Vania Cassia Magayevski | 19/01/2021 à 07/08/2025 | 22 | 03/02/2027 à 24/02/2027 | 30 |
| 01 | Adelcio Chico Fernandes | 06/02/2022 À 07/08/2025 | 30 | 31/01/2027 à 01/03/2027 | 33 |
| 1403 | Flavio Aparecido Dias | 18/06/2022 à 07/08/2025 | 10 | 06/01/2027 à 15/01/2027 | 16 |
| 1385 | Ana Paula Araujo Garcia | 02/05/2017 à 01/05/2022 | 15 | 21/12/2026 à 04/01/2027 | 75 |
| 2340 | Marilene Ferreira da Silva | 03/06/2024 a 07/08/2025 | 10 | 21/12/2026 à 30/12/2026 | 11 |
| 1140 | Léia Cassia Galetti Ferreira | 08/08/2016 à 07/08/2021 | 30 | 15/12/2026 à 13/01/2027 | 15 |
| 130 | Rosilene Fontes Dutra | 28/06/2021 à 07/08/2025 | 28 | 01/12/2026 à 28/12/2026 | 00 |

**Art. 4º.** O servidor fica com os dias de Licença Prêmio indicado na coluna ***"Dias a Gozar"*** para fruição em data futura.

**Art. 5º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 11 de novembro de 2026.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

**Carlos Eduardo Borchardt**

Prefeito Municipal

---

**PORTARIA Nº 496, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2026**

*"Dispõe sobre a concessão de FÉRIAS, e dá outras providências."*

**O Sr. Carlos Eduardo Borchardt**, Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

**CONSIDERANDO** a legislação municipal vigente que disciplina o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Tabaporã;

**CONSIDERANDO** que os servidores abaixo relacionados preencheram os requisitos legais, completando o interstício do período aquisitivo exigido por lei;

**CONSIDERANDO** o planejamento das Secretarias Municipais e o deferimento das chefias imediatas quanto ao período de gozo, conciliando o interesse do servidor com a conveniência administrativa;

**RESOLVE**:

**Art. 1º –** Conceder férias aos servidores lotados na **Secretaria Municipal de Saúde**, conforme especificado:

| Matr. | NOME DO SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | DIAS | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Adelcio Chico Fernandes | 12/06/2024 à 11/06/2025 | 30 | 01/12/2026 à 30/12/2026 |
| 01 | Adelcio Chico Fernandes | 12/06/2025 à 11/06/2026 | 30 | 31/12/2026 à 29/01/2027 |
| 2274 | Isa Edna Rodrigues de Oliveira | 17/07/2025 à 16/07/2026 | 30 | 01/12/2026 à 30/12/2026 |
| 2349 | Mirian Léia Cellarius Rodrigues dos Santos | 04/06/2025 à 03/06/2026 | 30 | 07/12/2026 à 05/01/2027 |
| 1403 | Flavio Aparecido Dias | 18/05/2025 à 17/05/2026 | 30 | 07/12/2026 à 05/01/2027 |
| 2515 | Marcello Vinicius Amaral do Nascimento | 02/06/2025 à 01/06/2026 | 30 | 07/12/2026 à 05/01/2027 |
| 2272 | Roseane Sepcsik de Oliveira | 17/074/2025 à 16/074/2026 | 30 | 10/12/2026 à 08/01/2027 |
| 790 | Vania Cassia Magayevski | 04/09/2025 à 03/09/2026 | 30 | 04/01/2027 à 02/02/2027 |
| 2273 | Poliana dos Santos Silva | 17/07/2025 à 16/07/2026 | 30 | 04/01/2027 à 02/02/2027 |
| 2340 | Marilene Ferreira da Silva | 03/06/2025 à 02/06/2026 | 30 | 04/01/2027 à 02/02/2027 |

**Art. 2º –** Conceder férias as servidoras lotadas na **Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento**, conforme especificado:

| Matr. | NOME DO SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | DIAS | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|---|
| 2486 | Marcia Regina Baesso Brixner | 20/01/2025 à 19/01/2026 | 25 | 15/12/2026 à 08/01/2027 |
| 2389 | Helayne Henrique de Alencar | 04/06/2024 à 03/06/2025 | 30 | 23/11/2026 à 22/12/2026 |

**Art. 3º –** Conceder férias ao servidor lotado na **Secretaria Municipal de Administração**, conforme especificado:

| Matr. | NOME DO SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | DIAS | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|---|
| 831 | José Airton de Matos | 12/08/2025 à 11/08/2026 | 30 | 10/12/2026 à 08/01/2027 |

**Art. 4º** – Conceder férias a servidora lotada na **Controladoria Geral**, conforme especificado:

| Matr. | NOME DO SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | DIAS | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|---|
| 1145 | Luciana Alanis Clemente de Laet | 25/11/2024 à 24/11/2025 | 30 | 10/12/2026 à 08/01/2027 |

**Art. 5º** – Conceder férias aos servidores lotados na Secretaria Municipal de **Cidadania e Assistência Social**, conforme especificado:

| Matr. | NOME DO SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | DIAS | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|---|
| 1691 | Cicero Carlos de Freitas | 03/07/2025 à 02/07/2026 | 30 | 03/12/2026 à 01/01/2027 |
| 2387 | Daiane dos Santos Silva | 04/06/2025 à 03/06/2026 | 30 | 11/12/2026 à 09/01/2027 |
| 1070 | Marta Gottardi de Oliveira | 21/02/2024 à 20/02/2025 | 30 | 10/12/2026 à 08/01/2027 |
| 947 | Rosimeiri Dias Garcia Oliveira | 04/01/2025 à 03/01/2026 | 30 | 10/12/2026 à 08/01/2027 |

**Art. 6º** – Conceder férias ao servidor lotado na Secretaria Municipal de **Esporte, Lazer e Cultura**, conforme especificado:

| Matr. | NOME DO SERVIDOR | PERÍODO AQUISITIVO | DIAS | PERÍODO DE GOZO |
|---|---|---|---|---|
| 105 | Marcelo da Silva Nascimento | 08/05/2024 à 07/05/2025 | 30 | 19/12/2026 à 17/01/2027 |

**Art. 7º. -** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º. -** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 11 de novembro de 2026.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

**Carlos Eduardo Borchardt**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PESSOAL REALIZADO EM NOVEMBRO DE 2026, DOS Nº 841/2026 A 854/2026, PELO ORDENADOR DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PESSOAL REALIZADO EM NOVEMBRO DE 2026, DOS Nº 841/2026 A 854/2026, PELO ORDENADOR DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO.**

**TERMO ADITIVO Nº 841/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 006/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal

**VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ERMESON BORDIN MATOS, Registro Funcional nº 115129**, residente e domiciliado no Distrito São Jorge, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 006/2026, no cargo **1288 – MOTORISTA – ZONA RURAL – DISTRITO DE SÃO JORGE,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 006/2026 de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ERMESON BORDIN MATOS.**

**TERMO ADITIVO Nº 842/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 023/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **JOSÉ CARLOS DA SILVA, Registro Funcional nº 115099**, residente e domiciliado na Rua 70-A, Bairro: San Diego, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 023/2026, no cargo **0794 – MOTORISTA – INDÍGENA,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 023/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendi-

zagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; JOSÉ CARLOS DA SILVA.**

**TERMO ADITIVO Nº 843/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 146/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **CRISTIANO SABUGARIO FABRICIO, Registro Funcional nº 115238**, residente e domiciliado na Gleba Triângulo, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 146/2026, no cargo **1287 – MOTORISTA – ZONA RURAL – GLEBA TRIÂNGULO,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 146/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; JOSÉ CARLOS DA SILVA.**

**TERMO ADITIVO Nº 844/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 418/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **JONAS SOUZA CORREA, Registro Funcional nº 115795**, residente e domiciliado na Gleba Triângulo, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 418/2026, no cargo **1287 – MOTORISTA – ZONA RURAL – GLEBA TRIÂNGULO,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 18/06/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 418/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,**conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; JONAS SOUZA CORREA.**

**TERMO ADITIVO Nº 845/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 021/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **LALDECI FERREIRA DO NASCIMENTO, Registro Funcional nº 115097**, residente e domiciliado na Gleba Triângulo, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 021/2026, no cargo **1287 – MOTORISTA – ZONA RURAL – GLEBA TRIÂNGULO,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 021/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, confor-

me o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; LALDECI FERREIRA DO NASCIMENTO.**

**TERMO ADITIVO Nº 846/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 007/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ELIANE PEREIRA DE SOUZA, Registro Funcional nº 115130**, residente e domiciliado na Rua 56, S/N, Bairro: Jardim Monte Líbano, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 007/2026, no cargo **1297 – MOTORISTA – ZONA RURAL – ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 007/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o

presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ELIANE PEREIRA DE SOUZA.**

**TERMO ADITIVO Nº 847/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 297/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ODAIR JOSE TAVARES DE SOUZA, Registro Funcional nº 115500**, residente e domiciliado no Assentamento Antonio Conselheiro, Agrovila 33, Lote 685, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 297/2026, no cargo **1297 – MOTORISTA – ZONA RURAL – ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 19/03/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 297/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ODAIR JOSE TAVARES DE SOUZA.**

**TERMO ADITIVO Nº 848/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 517/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **EDILAN FERNANDES DE OLIVEIRA ALMEIDA, Registro Funcional nº 115992**, residente e domiciliado na Travessa 11, Bairro: Buritis 1, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 517/2026, no cargo **0573 – MOTORISTA – ZONA RURAL,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 11/09/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 517/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; EDILAN FERNANDES DE OLIVEIRA ALMEIDA.**

**TERMO ADITIVO Nº 849/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 465/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **GABRIEL ROBERTO DE SOUZA, Registro Funcional nº 115931**, residente e domiciliado no Assentamento Vale do Sol II, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 465/2026, no cargo **0573 – MOTORISTA – ZONA RURAL,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 14/08/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 465/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150**

**- GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; EDILAN FERNANDES DE OLIVEIRA ALMEIDA.**

**TERMO ADITIVO Nº 850/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 509/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **LINDEBERGUI BATISTA BANDEIRA, Registro Funcional nº 115985**, residente e domiciliado na Rua 28, Nº 457-N, Bairro: Centro, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 509/2026, no cargo **0573 – MOTORISTA – ZONA RURAL,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 08/09/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 509/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; LINDEBERGUI BATISTA BANDEIRA.**

**TERMO ADITIVO Nº 851/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 022/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **RONALDO DE MIRANDA, Registro Funcional nº**

**115098**, residente e domiciliado na Rua C, Bairro: Jardim Presidente, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 022/2026, no cargo **0573 – MOTORISTA – ZONA RURAL,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 022/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; RONALDO DE MIRANDA.**

**TERMO ADITIVO Nº 852/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 466/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ROZENI MARTINS DE OLIVEIRA, Registro Funcional nº 115932**, residente e domiciliado na Rua 05, Nº 1435-E, Bairro: Jardim Goiás, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 466/2026, no cargo **0573 – MOTORISTA – ZONA RURAL,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 14/08/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 466/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em conso-

nância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ROZENI MARTINS DE OLIVEIRA.**

**TERMO ADITIVO Nº 853/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 147/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ANTONIO CARLOS RODRIGUES, Registro Funcional nº 115239**, residente e domiciliado na Rua 36, Nº 710-N, Bairro: Vila Horizonte, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 147/2026, no cargo **1296 – MOTORISTA – ZONA RURAL – DISTRITO DO PROGRESSO,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 147/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ROZENI MARTINS DE OLIVEIRA.**

**TERMO ADITIVO Nº 854/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 132/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ELIAS JOSE DOS SANTOS NETO, Registro Funcional nº 115224**, residente e domiciliado na Avenida Ismael José do Nascimento, Nº 1222-N, Bairro: Jardim Europa, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 132/2026, no cargo **1296 – MOTORISTA – ZONA RURAL – DISTRITO DO PROGRESSO,** com jornada de trabalho de 40 horas semanais, firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 132/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.04.12.361.0028.22150.3.1.90.04.00 Ação: 22150 - GESTÃO DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 Ficha: 0254 Obrigações Patronais: Ficha 0256 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS Código Fonte Destinação: 2.1.500.1001.000.020.000 22807 - MANUT FROTA TRANSP ESCOLAR E DEMAIS VEIC-CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ROZENI MARTINS DE OLIVEIRA.**

**Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.**

**Tangará da Serra, 09 de novembro de 2026.**

**Marcelo dos Santos Ferro**

**Secretário Municipal de Administração**

**Mirelli Neves de Caldas Marli Mott Boligon Vieira**

**Chefe de Pessoal Agente Administrativo II**

---

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PESSOAL REALIZADO EM NOVEMBRO DE 2026, DOS Nº 855/2026 A 886/2026, PELO ORDENADOR DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE PESSOAL**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PESSOAL REALIZADO EM NOVEMBRO DE 2026, DOS Nº 855/2026 A 886/2026, PELO ORDENADOR DE DESPESAS DAS RESPECTIVAS SECRETARIAS ABAIXO.**

**TERMO ADITIVO Nº 855/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 518/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **FILINTO AXONAXOKAI, Registro Funcional nº 116008**, residente e domiciliado na Aldeia Juininha, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente

CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 518/2026, no cargo **1529 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE – EXTENSÃO ALDEIA ÁGUA SUJA,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) e Revogar as 13 horas aula excedentes, **a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 15/09/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 518/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; FILINTO AXONAXOKAI.**

**TERMO ADITIVO Nº 856/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 150/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **CECILIA ROSA CALIXTO, Registro Funcional nº 115242**, residente e domiciliado na Rua Sucupira, Quadra 17, Lote 10, Bairro: Jardim dos Ipês, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 150/2026, no cargo **1170 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO OSSO,** com carga horária de 40 horas aula semanais (Sendo 27 horas aula em sala e 13 horas aula atividades) e Revogar as17 horas aula excedentes, **a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 150/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos

serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; CECILIA ROSA CALIXTO.**

**TERMO ADITIVO Nº 857/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 216/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **CECILIO KEZOKEMAI, Registro Funcional nº 115344**, residente e domiciliado na Aldeia Nova Esperança, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 216/2026, no cargo **1170 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO OSSO,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 11/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 216/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; CECILIO KEZOKEMAI.**

**TERMO ADITIVO Nº 858/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 396/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **DUZANIL ZEMAZOKAI, Registro Funcional nº 115705**, residente e domiciliado na Aldeia Nova Esperança, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 396/2026, no cargo **1170 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO OSSO,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 19/05/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 396/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; DUZANIL ZEMAZOKAI.**

**TERMO ADITIVO Nº 859/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 115/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ISMAEL EZOMAE, Registro Funcional nº 115207**, residente e domiciliado na Aldeia Cabeceira do Buriti, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 115/2026, no cargo **1170 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO OSSO,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 115/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ISMAEL EZOMAE.**

**TERMO ADITIVO Nº 860/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 231/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **PEDRO KEZOWE, Registro Funcional nº 115368**, residente e domiciliado na Aldeia Arara Azul, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 231/2026, no cargo **1170 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO OSSO,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 17/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 231/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250**

**- GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; PEDRO KEZOWE.**

**TERMO ADITIVO Nº 861/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 218/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **SILVIO NAZOKENAZOKAI, Registro Funcional nº 115346**, residente e domiciliado na Aldeia Oreke, Território Indígena Pareci, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 218/2026, no cargo **1170 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO OSSO,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 11/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 218/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; SILVIO NAZOKENAZOKAI.**

**TERMO ADITIVO Nº 862/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 172/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal

**VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **WELLINGTON KEZOWE, Registro Funcional nº 115264**, residente e domiciliado na Aldeia Nova Esperança, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 172/2026, no cargo **1170 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO OSSO,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 05/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 172/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; WELLINGTON KEZOWE.**

**TERMO ADITIVO Nº 863/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 123/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ANGELO KEZOMAE, Registro Funcional nº 115215**, residente e domiciliado na Aldeia Kolidiki, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 123/2026, no cargo **1209 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 123/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à de-

manda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ANGELO KEZOMAE.**

**TERMO ADITIVO Nº 864/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 117/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **GELSON ZEZOKIWE, Registro Funcional nº 115209**, residente e domiciliado na Aldeia Kolidiki, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 117/2026, no cargo **1209 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 117/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor

e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; GELSON ZEZOKIWE.**

**TERMO ADITIVO Nº 865/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 122/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **JOSIEL EZONAZOKAI, Registro Funcional nº 115214**, residente e domiciliado na Aldeia Estivadinho, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 122/2026, no cargo **1209 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 122/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; JOSIEL EZONAZOKAI.**

**TERMO ADITIVO Nº 866/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 116/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **LEANDRO NENEZOKAE, Registro Funcional nº 115208**, residente e domiciliado na Aldeia Estivadinho, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 116/2026, no cargo **1209 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/

2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 116/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; LEANDRO NENEZOKAE.**

**TERMO ADITIVO Nº 867/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 118/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **LINO ZOKENAZOKAE, Registro Funcional nº 115210**, residente e domiciliado na Aldeia Kolidiki, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 118/2026, no cargo **1209 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE,** com carga horária de 40 horas aula semanais (Sendo 27 horas aula em sala e 13 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 118/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do pre-

sente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; LINO ZOKENAZOKAE.**

**TERMO ADITIVO Nº 868/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 120/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **REGINALDO NAIZAKE, Registro Funcional nº 115212**, residente e domiciliado na Aldeia Estivadinho, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 120/2026, no cargo **1209 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 120/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; REGINALDO NAIZAKE.**

**TERMO ADITIVO Nº 869/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 119/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO,

estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ROSINEIDE NEZOKENAZOKERO, Registro Funcional nº 115211**, residente e domiciliado na Aldeia Kolidiki, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 119/2026, no cargo **1209 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 119/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ROSINEIDE NEZOKENAZOKERO.**

**TERMO ADITIVO Nº 870/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 121/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **SUELI ANEZOKAERO, Registro Funcional nº 115213**, residente e domiciliado na Aldeia Estivadinho, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 121/2026, no cargo **1209 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI CABECEIRA DO SACRE,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 121/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, confor-

me o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; SUELI ANEZOKAERO.**

**TERMO ADITIVO Nº 871/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 245/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ADRIANA NEGAROTE, Registro Funcional nº 115386**, residente e domiciliado na Aldeia Cachoeirinha, Estrada Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 245/2026, no cargo **1168 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI FORMOSO,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 17/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 245/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o

presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ADRIANA NEGAROTE.**

**TERMO ADITIVO Nº 872/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 152/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **JOSCELIO ONIZOKAECE, Registro Funcional nº 115244**, residente e domiciliado na Aldeia Formoso, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 152/2026, no cargo **1168 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI FORMOSO,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 152/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; JOSCELIO ONIZOKAECE.**

**TERMO ADITIVO Nº 873/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 151/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **JURANDIR ZEZOKIWARE, Registro Funcional nº 115243**, residente e domiciliado na Aldeia Cachoeirinha, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 151/2026, no cargo **1168 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI FORMOSO,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 151/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; JURANDIR ZEZOKIWARE.**

**TERMO ADITIVO Nº 874/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 207/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **WISLAINE ANEZOKEMAEROCE, Registro Funcional nº 115339**, residente e domiciliado na Rua 30 de Julho, Bairro: Vila Portuguesa, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 207/2026, no cargo **1168 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI FORMOSO,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 10/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 207/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Do-**

**tação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; WISLAINE ANEZOKEMAEROCE.**

**TERMO ADITIVO Nº 875/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 127/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ABRAO ARREZOKEMAESE, Registro Funcional nº 115219**, residente e domiciliado na Aldeia Katyalarekwa, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 127/2026, no cargo **1169 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI ZOZOITERÔ,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 127/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ABRAO ARREZOKEMAESE.**

**TERMO ADITIVO Nº 876/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 224/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715**

e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ALESSANDRA ZEZEZOKENAZOKERO, Registro Funcional nº 115353**, residente e domiciliado na Aldeia Indígena Rio Verde, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 224/2026, no cargo **1169 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI ZOZOITERÔ,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 13/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 224/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ALESSANDRA ZEZEZOKENAZOKERO.**

**TERMO ADITIVO Nº 877/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 211/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **CLEONICE OKENAZOKERO, Registro Funcional nº 115317**, residente e domiciliado na Aldeia Kotitiko, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 211/2026, no cargo **1169 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI ZOZOITERÔ,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) **e Revogar as 27 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 11/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 211/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Edu-

cação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; CLEONICE OKENAZOKERO.**

**TERMO ADITIVO Nº 878/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 128/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **EDICLEIA PARESI, Registro Funcional nº 115220**, residente e domiciliado na Aldeia Kalyalarekwa, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 128/2026, no cargo **1169 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI ZOZOITERÔ,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula destinadas a hora atividade), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 128/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o

presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; EDICLEIA PARESI.**

**TERMO ADITIVO Nº 879/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 129/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ELISMARA CRISTINA NAZOKEMAI, Registro Funcional nº 115221**, residente e domiciliado na Aldeia Rio Verde, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 129/2026, no cargo **1169 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI ZOZOITERÔ,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula destinadas a hora atividade), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 129/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ELISMARA CRISTINA NAZOKEMAI.**

**TERMO ADITIVO Nº 880/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 126/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **NEUDSON ONAZOKAE, Registro Funcional nº 115218**, residente e domiciliado na Rua Gumercindo Antonietti Marques, Nº 1874-S, Bairro: Jardim Shangrilá, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 126/2026, no cargo **1169 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI**

**ZOZOITERÔ,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula destinadas a hora atividade), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 126/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; NEUDSON ONAZOKAE.**

**TERMO ADITIVO Nº 881/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 125/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **NEUDVANIA ONAEZOKENAZOKAEROSE, Registro Funcional nº 115217**, residente e domiciliado na Aldeia Rio Verde, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 125/2026, no cargo **1169 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI ZOZOITERÔ,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula destinadas a hora atividade), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 125/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estu-

dantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; NEUDVANIA ONAEZOKENAZOKAEROSE.**

**TERMO ADITIVO Nº 882/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 124/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **TEREZA CRISTINA KEZONAZOKERO, Registro Funcional nº 115216**, residente e domiciliado na Aldeia Rio Verde, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 124/2026, no cargo **1169 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI ZOZOITERÔ,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula destinadas a hora atividade), firmado no dia 02/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 124/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; TEREZA CRISTINA KEZONAZOKERO.**

**TERMO ADITIVO Nº 883/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 225/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ALINEIA ZOZOMAZORE DUARTE, Registro Funcional nº 115354**, residente e domiciliado na Avenida Guanabara, Bairro: Altos da Serra, na cidade de Cuiabá – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 225/2026, no cargo **1370 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI KONAHETE,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula destinadas a hora atividade) **e Revogar as 27 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 17/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 225/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; ALINEIA ZOZOMAZORE DUARTE.**

**TERMO ADITIVO Nº 884/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 233/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **CLEIDIANE PEREIRA KOREMAKERO, Registro Funcional nº 115397**, residente e domiciliado na Aldeia Pakwera, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 233/2026, aditivado pelo termo aditivo nº 658/2026, no cargo **1370 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI KONAHETE,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula destinadas a hora atividade) **e Revogar as 27 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 17/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato**

**nº 233/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; CLEIDIANE PEREIRA KOREMAKERO.**

**TERMO ADITIVO Nº 885/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 504/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **JANESSA ZOKENAERO, Registro Funcional nº 115982**, residente e domiciliado na Aldeia Batiza, S/N, Terra Indígena Paresi, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 504/2026, no cargo **1370 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI KONAHETE,** com carga horária de 40 horas aula semanais (Sendo 27 horas aula em sala e 13 horas aula destinadas a hora atividade) **e Revogar as 16 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 08/09/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 504/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250**

**- GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; JANESSA ZOKENAERO.**

**TERMO ADITIVO Nº 886/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 472/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **VALDISON ZEMAZOKAE, Registro Funcional nº 115939**, residente e domiciliado na Aldeia Rio Verde, S/N, Terra Indígena Paresi, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 472/2026, no cargo **1370 – PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDÍGENA – EMI KONAHETE,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula destinadas a hora atividade) **e Revogar as 27 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 19/08/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 472/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22250.3.1.90.04.00 Ação: 22250 - GESTÃO DAS AÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 – Ficha: 0335 Obrigações Patronais: Ficha 0338 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Códionte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 - 22602 - FUNDEB - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA CONTRATO,** conforme o Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**Signatários: VANDER ALBERTO MASSON; MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA; VALDISON ZEMAZOKAE.**

**Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e**

**disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.**

**Tangará da Serra, 09 de novembro de 2026.**

**Marcelo dos Santos Ferro**

**Secretário Municipal de Administração**

**Mirelli Neves de Caldas Marli Mott Boligon Vieira**

**Chefe de Pessoal Agente Administrativo II**

**TERMO ADITIVO Nº 887/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 445/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 887/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 445/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ADRIANO BERNARDO DOS SANTOS, Registro Funcional nº 115911**, residente e domiciliado na Rua dos Marfins, Bairro: Jardim dos Ipês, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 445/2026, no cargo **0651 – PROFESSOR CIÊNCIAS NATURAIS – ZONA URBANA E RURAL,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 12/08/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 445/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**ADRIANO BERNARDO DOS SANTOS**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 888/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 232/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 888/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 232/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA

MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ISABELLE KETHELYN PEREIRA ROMAO, Registro Funcional nº 115369**, residente e domiciliado na Rua 21, Nº 515-S, Bairro: Jardim Rio Preto, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 232/2026, no cargo **0651 – PROFESSOR CIÊNCIAS NATURAIS – ZONA URBANA E RURAL,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) **e Revogar as 11 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026,** firmado no dia 17/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 232/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas em atenção ao Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**ISABELLE KETHELYN PEREIRA ROMAO**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 889/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 443/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 889/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 443/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ANA PAULA BATISTA, Registro Funcional nº 115910**, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, Distrito de São Jorge, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal

de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 443/2026, aditivado pelo termo aditivo nº 694/2026, no cargo **0653 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA RURAL,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) **e Revogar as 24 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 07/08/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 443/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1072.000.020.070 Ficha: 2158 Obrigações Patronais: Ficha 2159 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1072.000.020.070 22832 - FUNDEB-ENSINO FUNDAMENTAL CONTRAT ETI 70%,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**ANA PAULA BATISTA**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 890/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 160/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 890/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 160/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **EUVANIO REZENDE BORGES, Registro Funcional nº 115252**, residente e domiciliado na Rua 17-A, Bairro: Jardim Tarumã, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 160/2026, aditivado pelo termo aditivo nº 281/2026, no cargo **0653 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA RURAL,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) **e Revogar as 07 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 05/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 160/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, po-**

**dendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**EUVANIO REZENDE BORGES**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

**TERMO ADITIVO Nº 891/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 380/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 891/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 380/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **LAIS KETINA GOMES DA SILVA, Registro Funcional nº 115686**, residente e domiciliado no Assentamento Gleba Jatobá, Nº 955, no município de Barra do Bugres – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 3802026, no cargo **0653 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA RURAL,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 06/05/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 380/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para

crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**LAIS KETINA GOMES DA SILVA**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 892/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 448/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 892/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 448/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **ROZILENE ALVES DE SOUZA, Registro Funcional nº 115914**, residente e domiciliado na Fazenda São Marcelo, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 448/2026, no cargo **0653 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA RURAL,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) **e Revogar as 07 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 21/08/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 448/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações**

**Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**ROZILENE ALVES DE SOUZA**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 893/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 363/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 893/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 363/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **GILBERTO DUTRA DE ALMEIDA, Registro Funcional nº115667**, residente e domiciliado na Rua 15-A, Bairro: Buritis II, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 363/2026, aditivado pelos termos aditivos nº 375/2026 e 696/2026, no cargo **0654 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) **e Revogar as 02 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 04/05/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 363/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE**

**BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**GILBERTO DUTRA DE ALMEIDA**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 894/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 219/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 894/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 219/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **INACIO CAVALINI SOARES DA SILVA, Registro Funcional nº 115347**, residente e domiciliado na Estrada do Mutum, KM 1, Bairro: Jardim Tarumã, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 219/2026, aditivado pelo termo aditivo nº 247/2026, no cargo **0654 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) **e Revogar as 08 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 11/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 219/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**INACIO CAVALINI SOARES DA SILVA**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 895/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 522/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 895/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 522/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **JARINA DE MATOS, Registro Funcional nº 116006**, residente e domiciliado na Rua Raimundo Dias dos Santos, Nº 1916-W, Bairro: Jardim Santa Lúcia, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 522/2026, no cargo **0654 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades), firmado no dia 16/09/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 522/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**JARINA DE MATOS**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 896/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 203/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 896/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 203/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de

Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **MARCELO AUGUSTO DE ALMEIDA REIS, Registro Funcional nº 115333**, residente e domiciliado na Rua 33, Nº 1371-E, Bairro: Jardim Goiás, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 203/2026, aditivado pelos termos aditivos nº 291/2026 e 636/2026, no cargo **0654 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) **e Revogar as 02 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 10/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 203/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**MARCELO AUGUSTO DE ALMEIDA REIS**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 897/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 253/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 897/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 253/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **NAYANE DA SILVA MARIANO, Registro Funcional nº 115425**, residente e domiciliado na Rua 180-A, Nº 1029-N, Bairro: Parque Tarumã, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 253/2026, aditivado pelo termo aditivo nº 248/2026, no cargo **0654 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) **e Revogar as 04 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 02/03/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 253/2026, de 17 de dezembro de 2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**NAYANE DA SILVA MARIANO**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 898/2026 – REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 191/2026, PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 898/2026 – Referente ao Contrato de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 191/2026, Prorrogação de Vigência.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO**

**CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO**

**QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 002116,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **RODRIGO CHAVES SOARES, Registro Funcional nº 115284**, residente e domiciliado na Rua das Margaridas, Bairro: Parque da Mata, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 191/2026, aditivado pelos termos aditivos nº 290/2026, 374/2026 e 695/2026, no cargo **0654 – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA,** com carga horária de 30 horas aula semanais (Sendo 20 horas aula em sala e 10 horas aula atividades) **e Revogar as 02 horas aula excedentes, a partir de 18/12/2026**, firmado no dia 06/02/2026, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do Contrato nº 191/2026, de 17 de dezembro de**

**2026 até 16 de dezembro de 2027, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – O presente Termo Aditivo das alterações propostas, conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação, As alterações propostas têm como objetivo atender à demanda de profissionais para o ano letivo de 2027 (Calendário Escolar 2027), assegurando a continuidade das ações e atividades essenciais para os educandos, conforme o interesse público. Essas mudanças são justificadas pela necessidade permanente dos serviços de manutenção, vigilância, limpeza e higienização dos Centros Municipais de Educação (CME), bem como pelo atendimento adequado aos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, visam cumprir as legislações específicas que estabelecem a obrigatoriedade do atendimento educacional para crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem, garantindo um ensino de qualidade. Tais medidas estão em consonância com a Lei Ordinária nº 5452, de 27 de abril de 2021, que reconhece os serviços e atividades educacionais escolares e correlatos como essenciais no município, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o bem-estar educacional dos estudantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue: **Dotação: 02.07.12.361.0028.22230.3.1.90.04.00 Ação: 22230 - GESTÃO DAS AÇÕES P/ FUNCION. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB Elemento: 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 Ficha: 0313 Obrigações Patronais: Ficha 0317 - Elemento 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - Código Fonte Destinação: 2.1.540.1070.000.020.070 22773 - FUNDEB GESTÃO AÇÕES FUNC E DES ENS FUND CONTRATO,** conforme Memorando nº 34.779/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais e aditivadas.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM EXERCÍCIO**

**Portaria nº 1244 de 20 de julho de 2026**

**RODRIGO CHAVES SOARES**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo**

**Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**TERMO ADITIVO Nº 899/2026 – REFERENTE AO CONTRATO PESSOAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 373/2025.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 899/2026 – Referente ao Contrato Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 373/2025.**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA – ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Saúde **ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Registro Funcional nº 116081,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **HIASMIN MARQUES CARDOSO, Registro Funcional nº 115000**, residente e domiciliado na Rua Almerindo Xavier Cotrin (44), Nº 183-E, Bairro: Jardim Floriza, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 373/2025, aditivado pelos termos aditivos nº 152/2026 e 483/2026, no cargo **1087 – ENFERMEIRO – LEI 4579/2016,** com jornada de trabalho de 12X36 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, firmado no dia 13/11/2025, referente ao Processo Seletivo nº 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

1. – **Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de 12/11/2026 a 11/11/2027**, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no Contrato acima referido, conforme Despacho 1 do Memorando nº 35.383/2026 da Secretaria Municipal de Saúde.
2. – O contratante em contra-prestação aos serviços executados pelo contratado pagará a importância mensal de **R$ 6.430,86 (Seis mil quatrocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos) pelo cumprimento da jornada de trabalho de 12X36 horas semanais e adicional de insalubridade de 30% (trinta por cento) do vencimento base para Grau Médio, conforme Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP, homologado via**

**Decreto nº 325 de 22 de Junho de 2026,** conforme Despacho 1 do Memorando nº 35.383/2026 da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – **O presente Termo Aditivo de prorrogação justifica-se, devido à necessidade de manter a continuidade dos serviços realizados no UPA até convocação de concurso público**, **conforme Despacho 1 do Memorando nº 35.383/2026 da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue: **01. Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 02. Poder Executivo 03. Secretaria Municipal de Saúde 02. Fundo Municipal de Saúde 10. Saúde 302. Assistência Hospitalar e Ambulatorial 0015. Atenção de Média e Alta Complexidade 23050 – Gestão da UPA – Unidade de Pronto Atendimento – Ficha: 1858 – 3.1.90.04.00 3.2.500.1002.000.030.000 - Contratação por Tempo Determinado – Ficha: 1859 – 3.1.90.13.00 3.2.500.1002.000.030.000 - Obrigações Patronais - Unidade de Orçamentária: 33568 – Gestão da UPA - Contratado – Fonte: 33568 – Gestão Atenção Média e Alta Complexidade – Contratado – Fonte: 1.2.500, Local de Trabalho: UPA, conforme Despacho 1 do Memorando nº 35.383/2026 da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON ANGELA XAVIER BELIZÁRIO**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**HIASMIN MARQUES CARDOSO**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Gabriel Martins Salvador de Carvalho Romulo Cezar Ribeiro da Silva**

**Registro Funcional: 115808 Registro Funcional: 101649**

---

## TERMO ADITIVO Nº 900/2026 – REFERENTE AO CONTRATO PESSOAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 372/2025.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**TERMO ADITIVO Nº 900/2026 – Referente ao Contrato Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 372/2025.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE FAZEM AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA - ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº 03.788.239/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Saúde **ANGELA XAVIER BELIZÁRIO, Registro Funcional nº 116081,** doravante designado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado **JAQUELINE PERASSOLO, Registro Funcional nº 114999**, residente e domiciliado na Estrada do Mutum, KM5, Zona Rural, no município de Tangará da Serra – MT, doravante designado simplesmente CONTRATADO(A), ajustam e contratam de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente Termo Aditivo refere-se ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 372/2025, aditivado pelos termos aditivos nº 151/2026 e 447/2026, no cargo **797 – MÉDICO CLÍNICO GERAL Lei 4334/2014,** na Secretaria Municipal de Saúde, com plantão de 12 horas semanais, firmado no dia 10/11/2025, referente ao Processo Seletivo nº 001/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

2.1 **- Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de 09/11/2026 a 08/11/2027**, podendo ser rescindido conforme cláusula prevista no referido Contrato, conforme Despacho 1 do Memorando nº 35.383/2026 da Secretaria Municipal de Saúde.

2.2 – O contratante em contra-prestação aos serviços executados pelo contratado pagará o vencimento mensal **por plantões de 12 horas realizados de segunda a sexta-feira o valor de R$ 1.596,50 (Um mil quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) e trabalhados durante sábados, domingos e feriados o valor de R$ 1.921,23 (Um mil novecentos e vinte e um reais e vinte e três centavos), adicional de insalubridade de 30% (trinta por cento) para Grau Médio, conforme Laudo de Insalubridade e Periculosidade – LIP, homologado via Decreto nº 325 de 22 de Junho de 2026 e adicional noturno conforme Art. 191 da LCM 006/1994,** conforme Despacho 1 do Memorando nº 35.383/2026 da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:

3.1 – **O presente Termo Aditivo de prorrogação justifica-se, devido à necessidade de manter a continuidade dos serviços realizados na UPA até convocação de concurso público**, **conforme Despacho 1 do Memorando nº 35.383/2026 da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – **Para cumprimento das despesas com a celebração do presente Termo fica onerada a seguinte dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue: 001. Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 02. Poder Executivo 03. Secretaria Municipal de Saúde 02. Fundo Municipal de Saúde 10. Saúde 302. Assistência Hospitalar e Ambulatorial 0015. Atenção de Média e Alta Complexidade 23050 – Gestão da UPA – Unidade de Pronto Atendimento – Ficha: 1858 – 3.1.90.04.00 3.2.500.1002.000.030.000 - Contratação por Tempo Determinado – Ficha: 1859 – 3.1.90.13.00 3.2.500.1002.000.030.000 - Obrigações Patronais - Unidade de Orçamentária: 33568 – Gestão da UPA - Contratado –**

**Fonte: 33568 – Gestão Atenção Média e Alta Complexidade – Contratado – Fonte: 1.2.500, Local de Trabalho: UPA, Despacho 1 do Memorando nº 35.383/2026 da Secretaria de Saúde.**

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – Permanecem inalteradas as demais disposições contratuais.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Instrumento Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nominadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

Tangará da Serra – M**T, 09 de novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON ANGELA XAVIER BELIZÁRIO**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**JAQUELINE PERASSOLO**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Gabriel Martins Salvador de Carvalho Lucileia Oliveira Rodrigues**

**Registro Funcional: 115808 Registro Funcional: 113938**

---

**DISTRATO N.º 232/2026.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA**

**Av. Brasil, 2351-N, Jardim Europa CEP: 78300-901 Tangara da Serra**

**Fone: (65) 3311-4800 ou 3311-4801**

**DISTRATO N.º 232/2026.**

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº 520/2026.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERMO DE DISTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI, AS PARTES ABAIXO QUALIFICADAS.**

Ao décimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte seis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA – ESTADO DE MATO GROSSO, estabelecida a Avenida Brasil, 2351-N, Jardim Europa, inscrita no CGC nº. 03.788.239/0001-66, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **VANDER ALBERTO MASSON, Registro Funcional nº 113715** e pela Secretária Municipal de Educação em Exercício **MARIA DE FÁTIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA, Registro Funcional nº 2116,** doravante designado simplesmente **CONTRATANTE** e do outro lado**,** a **Sra. JUCELENE FIDENCIO, registro funcional nº 116004,** doravante designado simplesmente **CONTRATADO** fica justo e contratado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**:

1.1 – **Rescindir a partir de 06/11/2026 o Contrato de nº 520/2026 de 16/09/2026,** conforme previsto na cláusula 8ª Item *"II – A pedido do contratado, por escrito ..."*, o presente serve para rescindir o Contrato Pessoal de Prestação de Serviço Por Tempo Determinado **nº 520/2026** firmado em **16/09/2026,** no cargo **0790 – AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS – SEMEC – ZONA URBANA, do Processo Seletivo nº 001/2026, conforme Protocolo Servidor nº 13.634/2026, onde informa seu último dia trabalhado em 05/11/2026.**

E assim, por estarem de acordo e rescindidos, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

**Tangará da Serra – MT, 10 de Novembro de 2026.**

**VANDER ALBERTO MASSON MARIA DE FATIMA ALVES DE BRITO OLIVEIRA**

**PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (em exercício)**

**PORTARIA N. 1244/2026**

**JUCELENE FIDENCIO**

**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**Katifania Giordani Lopes Monica Debo Registro Funcional: 103629 Registro Funcional: 103294**

---

**SAMAE**
**AVISO DE ABERTURA - CONCORRÊNCIA Nº 006/2026/ SAMAE**

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **CONCORRÊNCIA Nº. 006/2026/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO COMPOSTO POR 1 (UMA) ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO (EEE PARQUE FIGUEIRA), REDE COLETORA E REDE PRESSURIZADA, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT.** A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 17 de dezembro de 2026**. A **VISITA TÉCNICA** poderá ser agendada previamente, e realizada das **08h00min do dia 12 de novembro de 2026 às 16h00min do dia 16 de dezembro de 2026**. O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo, as Plantas, Planilhas Orçamentárias e Memorial Descritivo e demais documentos, poderão ser retirados gratuitamente no site: www.samaetga.com.br/ ou na Plataforma Licitanet – www.licitanet.com.br/. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 10 de Novembro de 2026.

**EDINEIA G. DE SOUZA VIEIRA**

**MEMBRO DE APOIO - LICITAÇÃO**

---

**SAMAE/ASSESSOR JURÍDICO**
**CONTRATO N. 26/2026/SAMAE**

**CONTRATO N. 26/2026/SAMAE**

| | |
|---|---|
| **TIPO** | Contrato n. 26/SAMAE/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1030/2026/SAMAE |

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE** | **SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, representado pelo Diretor Geral **MARCOS SCOLARI.** |
| **CONTRATADA** | **LISBOA NEGOCIOS E LICITACOES LTDA, inscrita no CNPJ: 59.600.977/0001-92, situada na Rua Barão De Jaceguai, nº 509 - Sala 134 (Andar 13) – Centro – Mogi das Cruzes, SP – CEP 08710-165, representada pelo Sr. DIOGO BARROS DE ARAÚJO** |
| **OBJETO FUNDAMENTO E VALOR** | O presente contrato tem por objeto: **AQUISIÇÃO DE 4 (QUATRO) LICENÇAS DO SOFTWARE AUTODESK AUTOCAD LT, VERSÃO MAIS RECENTE - COMMERCIAL NEW SINGLE-USER ELD, LICENÇA DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, INCLUINDO ATUALIZAÇÕES E SUPORTE TÉCNICO PARA OS SETORES DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT.**<br>Com supedâneo na Lei 14.133/2021.<br>R$ 27.373,50 (vinte e sete mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta centavos). |
| **PRAZO** | **Tangará da Serra - MT, 10 de novembro de 2026 até o dia 10 de novembro de 2027.** |

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
## AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 080/2026

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 080/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11.127/2026 – d***o tipo* ***MENOR PREÇO GLOBAL – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA DIGITAL DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SISTEMATIZADO EM AMBIENTE 100% WEB, COM HOSPEDAGEM DE DADOS EM DATA CENTER (NUVEM), COMPREENDENDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA,*** *conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Será a* **Realização: 25 de novembro de 2026, às 09h00, horário oficial de Brasília. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 110, de 31 de Março de 2024, Decreto nº 043 de 01 de Março de 2022, Lei Complementar n°123/2006** *e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.* **Endereço Eletrônico:** através da **plataforma – LICITANET –www.licitanet.com.br. Observação: O Edital e seus anexos estarão disponíveis para acesso dos interessados, no link** https://acessoainformacao.tangaradaserra.mt.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_frl, **Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-8684. Tangará da Serra-MT, 10.11.2026. Franciane Oliveira P. Macedo – Pregoeiro – Portaria nº1.716 de 02/10/2026.**

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
## AVISO DE RESULTADO – CREDENCIAMENTO Nº 005/2025

**AVISO DE RESULTADO – CREDENCIAMENTO Nº 005/2025 – CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA A REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, MUSICAIS, TEATRAIS, GRUPOS E/OU CIAS. DE DANÇAS, ESPETÁCULOS, INTERVENÇÕES, LITERATURA, ESQUETES, WORKSHOPS, PALESTRAS E EXPOSIÇÕES ARTÍSTICAS,** no município de Tangará da Serra-MT. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, através da Agente de Contratação nomeada pela Portaria nº 1716/2026 de 02.10.2026 e da equipe técnica especial da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Portaria Interna nº 13/2025, torna público o resultado e homologação do certame acima referido. Credenciada: **JOÃO DOS SANTOS JUNIOR, INSCRITA NO CPF Nº113.740.184-22,** o qual também poderá ser acessado, através do link: https://acessoainformacao.tangaradaserra.mt.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_frl.Tangará da Serra-MT, 10.11.2026. Lenice Batista dos Santos **- Agente de Contratação.**

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
## AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 068/2026

**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 068/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 9.203/2026 – MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES PARA ATENDER A DEMANDA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONTEMPLANDO A ODONTOLOGIA, FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, ADMITIDA A SUA PRORROGAÇÃO CASO DEMONSTRADA A VANTAJOSIDADE DOS PREÇOS REGISTRADOS, NOS TERMOS DO ART. 84 DA LEI N.º14.133/2021,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, torna público para conhecimento dos interessados que o certame citado, estava SUSPENSO "SINE DIE". A nova data de abertura do presente certame, foi REDESIGNADA a Realização no dia 23 de NOVEMBRO de 2026, às 09h00 - horário de Brasília. Fundamento legal: Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 110, de 31 de Março de 2024, Decreto nº 043 de 01 de Março de 2022, Lei Complementar n°123/2006, Endereço Eletrônico:** através da **plataforma – LICITANET – www.licitanet.com.br. Observação: O Edital e seus anexos está disponível para acesso dos interessados, no link** https://acessoainformacao.tangaradaserra.mt.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_frl **Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-8684. Tangará da Serra-MT, 10.11.2026. Franciane Oliveira Pereira Macedo – Pregoeira – portaria nº1.716/2026 de 02/10/2026.**

## AVISO DE RESULTADO/ENCERRAMENTO - DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE VALOR Nº 1028/2026/SAMAE.

**RATIFICO**, o Procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1028/2026/SAMAE**, cujo teor e objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA EM RESERVATÓRIO DE ÁGUA (CAIXA D'ÁGUA) CILÍNDRICO, CONFECCIONADO EM CHAPAS DE AÇO, LOCALIZADO NO DISTRITO DE SÃO JOAQUIM DO BOCHE, INCLUINDO A SUBSTITUIÇÃO DE CHAPAS DANIFICADAS E A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA – MT,** pelo valor global de **R$ 14.990,00 (quatorze mil, novecentos e noventa reais),** para o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará Da Serra - MT. Signatário do Procedimento: **68.985.284 ADRIANA DOS REIS RIBEIRO**, inscrita no **CNPJ: 68.985.284/0001-56.** Conforme consta dos pareceres da

Comissão Permanente de Licitação, para que produza os desejados efeitos legais.

Tangará da Serra - MT, 10 de novembro de 2.026.

**VAGNER NEVES DE SOUZA**

**MEMBRO CPL - SAMAE**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

**CONTRATOS**
**PUBLICAÇÃO AVISO IN 026/2026**

**EDITAL DE RESULTADO**

**INEXIGIBILIDADE 026/2026**

**CREDENCIAMENTO Nº. 011/2026.**

**PRIMEIRA SESSÃO**

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADO PELA PORTARIA Nº. 40/2024 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO.

**PROCESSO:** 127/2026

**MODALIDADE:** CREDENCIAMENTO Nº 011/2026

**OBJETO:** CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO, DECORAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PEÇAS ARTESANAIS DESTINADAS À DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

**EMPRESAS VENCEDORAS**:

STUDIO E PERSONALIZAÇÃO LTDA

CNPJ: 03.726.948/0001-17

TERRA NOVA DO NORTE – MT., 10 DE NOVEMBRO DE 2026.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

PREGOEIRO/OFICIAL

**EDITAL Nº 001/2026**

**DISPOE SOBRE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E PROCESSADOS INSCRITOS NOS EXERCÍCIOS DE 2022 À 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PASCOAL ALBERTON, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E**

**CONSIDERANDO** a observação das normas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis vigentes;

**CONVOCA:**

Ficam convocados para comparecimento junto a Secretaria Municipal de Fazenda os fornecedores abaixo citados para comprovação da execução dos serviços/obras dos Restos a Pagar Processados e não Processados abaixo citados, inscritos nos exercícios de 2022 à 2025. Os fornecedores têm até o dia 26 de novembro do ano de 2026 para comparecimento, sendo que, após tal prazo, os Restos a Pagar, ficam automaticamente CANCELADOS:

| EMPENHO/ ANO | DATA | CREDOR | VALOR R$ |
|---|---|---|---|
| 2228/2022 | 22/04/ 2022 | **CONSTRUTORA LUMICENTER LTDA** | 14.688,24 |
| 7547/2022 | 7547/2022 | **CONSTRUTORA LUMICENTER LTDA** | 2.370,58 |
| 4466/2023 | 19/07/ 2023 | **CPS - CONSTRUCOES, PAVIMENTACOES, SANEAMENTO E SERVICOS LTDA** | 2.280,31 |
| 7528/2023 | 07/12/ 2023 | **ABG EMPREENDIMENTOS LTDA** | 545,30 |
| 16/2024 | 02/01/ 2024 | **PAVAN & REINA LTDA** | 638,29 |
| 17/2024 | 02/01/ 2024 | **PAVAN & REINA LTDA** | 270,23 |
| 21/2024 | 02/01/ 2024 | **PAVAN & REINA LTDA** | 42,48 |
| 27/2024 | 02/01/ 2024 | **PAVAN & REINA LTDA** | 936,14 |
| 37/2024 | 02/01/ 2024 | **PAVAN & REINA LTDA** | 1.258,15 |
| 250/2024 | 15/01/ 2024 | **A. S. VIEIRA - CONSTRUTORA VIEIRA PRADO LTDA** | 356,18 |
| 434/2024 | 24/01/ 2024 | **MADALENA FATIMA GODOI** | 140,15 |
| 957/2024 | 09/02/ 2024 | **VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA** | 250,07 |
| 1895/2024 | 25/03/ 2024 | **MARILDA FREITAS LIMA MANFRIN** | 100,00 |
| 3336/2024 | 21/05/ 2024 | **R DOS SANTOS MARTINS LTDA** | 104,19 |
| 3542/2024 | 29/05/ 2024 | **C.A. HOSPITALAR LTDA** | 5.218,99 |
| 3768/2024 | 06/06/ 2024 | **CARLOS NEI PASTORIO** | 250,81 |
| 4089/2024 | 24/06/ 2024 | **RUDDY RIMER HOCUVERE GUAYAO** | 600,00 |
| 4835/2024 | 19/07/ 2024 | **MONTENEGRO BUSINESS PARTICIPACOES LTDA** | 2.000,00 |
| 5350/2024 | 06/08/ 2024 | **MONTENEGRO BUSINESS PARTICIPACOES LTDA** | 77.116,94 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 5506/2024 | 13/08/2024 | **PAVAN & REINA LTDA** | 1.000,00 |
| 6873/2024 | 14/10/2024 | **R C MACCARI** | 1.035,68 |
| 6878/2024 | 14/10/2024 | **CONSTRUTORA LUMICENTER LTDA** | 76.271,75 |
| 7519/2024 | 07/11/2024 | **VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA** | 379,20 |
| 7660/2024 | 14/11/2024 | **KELI SANDRA PEREIRA PAIS LTDA** | 2.952,07 |
| 7945/2024 | 28/11/2024 | **RAFAELA ESTERR PERUZZO GADANI** | 5.657,17 |
| 8022/2024 | 29/11/2024 | **VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA** | 1.879,72 |
| 96/2025 | 02/01/2025 | **TIM S A** | 10,96 |
| 112/2025 | 02/01/2025 | **PAVAN & REINA LTDA** | 117,14 |
| 170/2025 | 06/01/2025 | **ENERGISA MATO GROSSO** | 10,36 |
| 171/2025 | 06/01/2025 | **ENERGISA MATO GROSSO** | 1.437,50 |
| 197/2025 | 06/01/2025 | **ENERGISA MATO GROSSO** | 453,90 |
| 199/2025 | 06/01/2025 | **ENERGISA MATO GROSSO** | 123,49 |
| 204/2025 | 06/01/2025 | **ENERGISA MATO GROSSO** | 2.077,03 |
| 410/2025 | 15/01/2025 | **ITANORTE TRANSPORTES SPE LTDA** | 29.743,14 |
| 524/2025 | 20/01/2025 | **PVSF OFTAL LTDA** | 3.693,16 |
| 543/2025 | 21/01/2025 | **MOLINA GAS LTDA** | 40,00 |
| 555/2025 | 21/01/2025 | **MOLINA GAS LTDA** | 141,66 |
| 569/2025 | 21/01/2025 | **ITANORTE TRANSPORTES SPE LTDA** | 22,71 |
| 619/2025 | 22/01/2025 | **COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO NORTE MATO-GROSSENSE E OESTE PARA-ENSE** | 651,90 |
| 620/2025 | 22/01/2025 | **CAIXA ECONOMICA FEDERAL** | 222,60 |
| 621/2025 | 22/01/2025 | **OOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO NORTE MATO-GROSSENSE E OESTE PARA-ENS** | 933,45 |
| 625/2025 | 22/01/2025 | **BANCO DO BRASIL SA** | 2.681,05 |
| 729/2025 | 24/01/2025 | **LORENI PEREIRA PAIS PEDROSO** | 150,00 |
| 882/2025 | 31/01/2025 | **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DO VALE DO PEIXOTO** | 2.733,62 |
| 1027/2025 | 07/02/2025 | **HIPERDENTAL COM. E REPR. DE PROD. ODONTO.E MED.** | 0,10 |
| 1163/2025 | 12/02/2025 | **TIAGO FREITAS DOS REIS** | 3.699,10 |
| 1671/2025 | 10/03/2025 | **MARCIA CRISTIANE ARAUJO** | 1.408,00 |
| 1849/2025 | 18/03/2025 | **ITANORTE TRANSPORTES SPE LTDA** | 49.270,25 |
| 1894/2025 | 21/03/2025 | **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DO VALE DO PEIXOTO** | 10.164,10 |
| 2127/2025 | 31/03/2025 | **ASSOC MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS** | 13.184,92 |
| 2194/2025 | 31/03/2025 | **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL** | 881,31 |
| 2275/2025 | 02/04/2025 | **SOLO ENGENHARIA E HIDROSSEMEADURA LTDA** | 452.036,67 |
| 2410/2025 | 14/04/2025 | **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO** | 16.905,04 |
| 2594/2025 | 28/04/2025 | **BANCO DO BRASIL SA** | 1.638,80 |
| 2866/2025 | 05/05/2025 | **V. FERRI - PRODUCOES ARTISTICAS EPP** | 77.045,00 |
| 3083/2025 | 15/05/2025 | **GENICE VIERO** | 690,00 |
| 3171/2025 | 20/05/2025 | **CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVICO, GESTAO TECNOLOGICA LTDA** | 223,34 |
| 3179/2025 | 20/05/2025 | **CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVICO, GESTAO TECNOLOGICA LTDA** | 0,01 |
| 3516/2025 | 02/06/2025 | **MILENE DE ARAUJO DIAS** | 150,00 |
| 3699/2025 | 09/06/2025 | **PAVAN & REINA LTDA** | 0,25 |
| 3700/2025 | 09/06/2025 | **PAVAN & REINA LTDA** | 30,10 |
| 3717/2025 | 09/06/2025 | **PAVAN & REINA LTDA** | 1,12 |
| 3785/2025 | 12/06/2025 | **SANEAMENTO BRASIL LTDA** | 7.305,12 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 4146/2025 | 30/06/2025 | **MOLINA GAS LTDA** | 2.980,00 |
| 4945/2025 | 31/07/2025 | **BANCO DO BRASIL SA** | 2.437,94 |
| 5252/2025 | 12/08/2025 | **KELI SANDRA PEREIRA PAIS LTDA** | 145,50 |
| 5574/2025 | 28/08/2025 | **FACILITA GESTAO PUBLICA BRASI** | 10.472,00 |
| 5701/2025 | 01/09/2025 | **LILIANE LINO DA SILVA** | 371,77 |
| 5970/2025 | 15/09/2025 | **HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA** | 127,50 |
| 5973/2025 | 15/09/2025 | **INOVAMED COM. MEDICAMENTOS LTDA** | 892,33 |
| 5976/2025 | 15/09/2025 | **MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** | 45,90 |
| 5977/2025 | 15/09/2025 | **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** | 5,58 |
| 6075/2025 | 17/09/2025 | **MOLINA GAS LTDA** | 0,36 |
| 6118/2025 | 18/09/2025 | **ENERGISA MATO GROSSO** | 10.410,39 |
| 6359/2025 | 30/09/2025 | **SOLUCOES ELETRICAS, CLIMATIZACAO E ENERGIA SOLAR LTDA** | 4.700,00 |
| 6423/2025 | 30/09/2025 | **PROSPER COMERCIO LTDA** | 0,01 |
| 6536/2025 | 01/10/2025 | **NET VIP SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA** | 300,00 |
| 6739/2025 | 10/10/2025 | **PAVAN & REINA LTDA** | 696,03 |
| 6802/2025 | 15/10/2025 | **E. K. SERVICOS MEDICOS E PERICIA LTDA** | 350,00 |
| 6810/2025 | 16/10/2025 | **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA** | 38,80 |
| 6814/2025 | 16/10/2025 | **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI-ME** | 800,00 |
| 6816/2025 | 16/10/2025 | **INOVAMED COM. MEDICAMENTOS LTDA** | 870,75 |
| 6817/2025 | 16/10/2025 | **LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** | 576,50 |
| 6866/2025 | 20/10/2025 | **FLORENÇA MAGAZINE LTDA** | 424,94 |
| 6868/2025 | 20/10/2025 | **FLORENÇA MAGAZINE LTDA** | 2.156,96 |
| 6869/2025 | 20/10/2025 | **FLORENÇA MAGAZINE LTDA** | 655,86 |
| 6870/2025 | 20/10/2025 | **FLORENÇA MAGAZINE LTDA** | 644,70 |
| 6981/2025 | 23/10/2025 | **RUDDY RIMER HOCUVERE GUAYAO** | 2.400,00 |
| 7034/2025 | 27/10/2025 | **MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE** | 2.774,23 |
| 7039/2025 | 27/10/2025 | **MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE** | 65,00 |
| 7276/2025 | 03/11/2025 | **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI-ME** | 199,78 |
| 7357/2025 | 04/11/2025 | **PAVAN & REINA LTDA** | 47.115,23 |
| 7358/2025 | 05/11/2025 | **INOVAMED COM. MEDICAMENTOS LTDA** | 348,90 |
| 7508/2025 | 12/11/2025 | **EDITE RAMOS** | 2.814,02 |
| 7541/2025 | 13/11/2025 | **C.A. HOSPITALAR LTDA** | 4,20 |
| 7543/2025 | 13/11/2025 | **C.A. HOSPITALAR LTDA** | 17,84 |
| 7547/2025 | 14/11/2025 | **MOLINA GAS LTDA** | 149,00 |
| 7557/2025 | 14/11/2025 | **MATHIC DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE LIMPEZA** | 219,60 |
| 7582/2025 | 14/11/2025 | **ENERGISA MATO GROSSO** | 1.928,25 |
| 7667/2025 | 14/11/2025 | **DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** | 176,90 |
| 7672/2025 | 14/11/2025 | **INOVAMED COM. MEDICAMENTOS LTDA** | 1.309,95 |
| 7726/2025 | 17/11/2025 | **INOVAMED COM. MEDICAMENTOS LTDA** | 540,80 |
| 7813/2025 | 24/11/2025 | **ITANORTE TRANSPORTES SPE LTDA** | 1.537,78 |
| 7882/2025 | 27/11/2025 | **INOVAMED COM. MEDICAMENTOS LTDA** | 174,45 |
| 7894/2025 | 28/11/2025 | **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA** | 44,64 |
| 7908/2025 | 28/11/2025 | **CLEUSA MARIA MARINS** | 2.100,00 |
| 7983/2025 | 01/12/2025 | **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA** | 65,96 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 7984/2025 | 01/12/2025 | **C.A. HOSPITALAR LTDA** | 73,70 |
| 8016/2025 | 01/12/2025 | **NET VIP SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA** | 2.220,00 |
| 8035/2025 | 02/12/2025 | **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** | 1.334,58 |
| 8126/2025 | 05/12/2025 | **KELI SANDRA PEREIRA PAIS LTDA** | 1.535,70 |
| 8134/2025 | 08/12/2025 | **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA** | 102,30 |
| 8371/2025 | 12/12/2025 | **ENERGISA MATO GROSSO** | 64,35 |
| 8470/2025 | 19/12/2025 | **EUCRIDES MARCELINO DE CARVALHO** | 571,77 |
| 8540/2025 | 23/12/2025 | **BANCO DO BRASIL** | 426,16 |
| 8544/2025 | 29/12/2025 | **KELI SANDRA PEREIRA PAIS LTD** | 2.091,74 |
| 8673/2025 | 30/12/2025 | **A. V. CONSTRUTORA LTDA** | 51.574,74 |
| 8674/2025 | 30/12/2025 | **A. V. CONSTRUTORA LTDA** | 39,26 |

**Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, 10 de Novembro de 2026.**

**Pascoal Alberton**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

### 1- ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS

1- Aos 09 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 14:00, na sala da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, participaram da reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de forma presencial a presidente do CMDRS Sra. LIDIANE SOUZA E SILVA, Sr. PAULO FERNANDO LOPES DOS SANTOS 1ª secretário executivo do CMDRS e os seguintes membros do Conselho Pleno: Sr. REGINALDO APARECIDO SANTOS BATISTA (Entidade COOPERATIVA SICREDI); Sr. FLÁVIO OLIVEIRA SILVA (Entidade CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE); Sra. ADRIANA PEREIRA OLIVEIRA (Entidade COLÔNIA DE PESCADORES); Sr. JOÃO HERMES RIBEIRO (Entidade INDEA); Sra. ROSILDA RODRIGUES DOS SANTOS (Entidade PODER LEGISLATIVO); e o Sr. RINALDO ANTÔNIO MONTEIRO (Entidade EMPAER). A presidente do CEDRS, Sra. LIDIANE SOUZA E SILVA cumprimentou a todos, desejou boas-vindas e em seguida apresentou a ordem sequencial da reunião: **I – Conferência de "Quórum"**; **II – Abertura da reunião; III - Aprovação do Plano Municipal de Agricultura Familiar. IV - Assuntos de ordem geral; V – Encerramento.** Houve quórum na 1ª convocação. **II – Abertura da reunião.** A presidente do CMDRS, Sra. LIDIANE SOUZA E SILVA, declarou aberta 3ª reunião ordinária do CMDRS do ano de 2026. Dando prosseguimento a reunião deu início apresentação do item de pauta **III – APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AGRICULTURA FAMILIAR - PMAF**. A Presidente Sra. Lidiane Souza e Silva, explanou a necessidade das reuniões periódicas deste conselho e informou aos membros a necessidade da aprovação do Plano Municipal de agricultura Familiar – PMAF, que foi confeccionado junto a comunidade em reunião na Câmara Municipal no dia 06 de novembro de 2026, sendo elaborado de forma, que todos os presentes contribuíram em diferentes níveis, ao final da reunião, a minuta com o plano, foi aprovado por unanimidade na reunião do dia 06 de novembro de 2026.

Tendo em vista, a forma colaborativa e participativa da reunião, após a apresentação da minuta, foi aberta aos membros para discursão, não havendo desacordo, todos concordaram com o documento apresentado. Não tendo nada mais a ser tratado, a Presidente agradeceu a presença de todos e finalizou a reunião. A ata foi lavrada e assinada pela 1ª Secretário Executivo do CMDRS, Sr. Paulo Fernando Lopes dos Santos e pela presidente do CMDRS, Sra. Lidiane Souza e Silva

LIDIANE SOUZA E SILVA

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

PAULO FERNANDO LOPES DOS SANTOS

1ª Secretário Executivo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

REGINALDO APARECIDO SANTOS BATISTA _____

FLÁVIO OLIVEIRA SILVA _____

ADRIANA PEREIRA OLIVEIRA _____

JOÃO HERMES RIBEIRO _____

RINALDO ANTÔNIO MONTEIRO _____

ROSILDA R DOS SANTOS _____

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

### EXTRATO DO CONTRATO 0603/2026

**EXTRATO DO CONTRATO 0603/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2026**

**INEXIGIBILIDADE 019/2026**

**CREDENCIAMENTO Nº 010/2026**

**OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OFTALMOLÓGICOS DOS ITENS INDICADOS NO QUADRO ABAIXO, DENTRE OS PREVISTOS NO CREDENCIAMENTO Nº 010/2026, COM PAGAMENTO POR PROCEDIMENTO EFETIVAMENTE REALIZADO, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA.**

**VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 407.500,00 (QUATROCENTOS E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)**

**FUNDAMENTO LEGAL:** art. 75, II, da Lei 14.133/2021.

**VIGÊNCIA:** Início em 10/11/2026 e termo 10/11/2027.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**144** 3.3.90.39.00 APLICAÇÕES DIRETAS 3 .1 .500 .1002010.0420.876,53

**145** 3.3.90.39.00 APLICAÇÕES DIRETAS 3 .1 .600 .0 1.289.798,12

**146** 3.3.90.39.00 APLICAÇÕES DIRETAS 3 .1 .621 .0 127.954,75

**CONTRATANTE:** MUNÍCIPIO DE TORIXORÉU-MT

**PREFEITO:** THIAGO TIMO OLIVEIRA

**CONTRATADA: A. P. SALAMONI LTDA**, inscrita no CNPJ sob Nº **22.082.318/0001-00.**

---

**EXTRATO DO CONTRATO 0602/2026**

**EXTRATO DO CONTRATO 0602/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2026**

**CREDENCIAMENTO 005/2026**

**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTOS DIVERSOS, DE NATUREZA TÉCNICA, PROFISSIONAL, ESPECIALIZADA, OPERACIONAL, ASSISTENCIAL E COMPLEMENTAR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TORIXORÉU – MT.**

**VALOR GLOBAL CONTRATADO: R$ 230.000,000 (DUZENTOS E TRINTA MIL REAIS)**

**FUNDAMENTO LEGAL:** art. 75, II, da Lei 14.133/2021.

**VIGÊNCIA:** Início em 05/08/2026 e termo 31/12/2026.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**211** 3.3.90.39.00 APLICAÇÕES DIRETAS 3 .1 .500 .1002010.0000.000,00

**212** 3.3.90.39.00 APLICAÇÕES DIRETAS 3 .1 .600 .0 1.045.000,00

**213** 3.3.90.39.00 APLICAÇÕES DIRETAS 3 .1 .621 .0 1.000.000,00

**CONTRATANTE:** MUNÍCIPIO DE TORIXORÉU-MT

**PREFEITO:** THIAGO TIMO OLIVEIRA

**CONTRATADA: LEG SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **62.644.971/0001-21.**

---

**DECRETO Nº 084, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2026.**

*Regulamenta os procedimentos administrativos para adesão, consolidação, pagamento e cancelamento do Programa de Recuperação Fiscal — REFIS 2026, instituído pela Lei Municipal nº 1.382, de 20 de outubro de 2026, em consonância com a Lei Complementar Municipal nº 39, de 1º de dezembro de 2022.*

O **Prefeito Municipal de Torixoréu-MT,** Senhor **Thiago Timo Oliveira,** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto no art. 13 da Lei Municipal nº 1.382, de 20 de outubro de 2026, bem como no art. 100, § 2º, e no art. 457 da Lei Complementar Municipal nº 39, de 1º de dezembro de 2022 (Código Tributário Municipal),

**DECRETA:**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta os procedimentos operacionais e administrativos necessários à execução do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2026, instituído pela Lei Municipal nº 1.382/2026, destinado a promover a regularização de créditos tributários municipais relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2025.

**Art. 2º** A gestão, processamento e homologação dos requerimentos do REFIS 2026 competem ao Setor de Tributos da Secretaria Municipal de Finanças e, no caso de créditos já inscritos em dívida ativa e/ou ajuizados, atuar-se-á conjuntamente com a Procuradoria Geral do Município (art. 8º da Lei nº 1.382/2026 e art. 457 da LC nº 39/2022).

**CAPÍTULO II — DO REQUERIMENTO E DA FORMALIZAÇÃO DA ADESÃO**

**Art. 3º** A opção pelo REFIS 2026 poderá ser formalizada até 31 de dezembro de 2026, mediante requerimento físico ou digital firmado pelo sujeito passivo ou procurador legalmente constituído perante o Setor de Tributos da Prefeitura Municipal (art. 8º, caput e § 1º, da Lei nº 1.382/2026).

§ 1º O pedido deverá ser instruído obrigatoriamente com:

1. Requerimento padrão fornecido pela Administração Tributária devidamente preenchido e assinado;

2. Cópia do documento de identificação oficial com foto e CPF do sujeito passivo ou representante legal, acompanhado do respectivo ato constitutivo atualizado (contrato social ou estatuto), se pessoa jurídica;

3. Instrumento de procuração com poderes específicos, na hipótese de representação por terceiro;

4. Discriminação pormenorizada dos débitos a serem consolidados e a modalidade de pagamento escolhida;

5. Cópia de comprovante de renúncia e/ou desistência de ações judiciais, impugnações ou defesas administrativas que versem sobre os créditos indicados (art. 8º, § 3º, da Lei nº 1.382/2026; art. 457, § 3º, II, da LC nº 39/2022).

§ 2º Para fins de citação e intimação futuras relativas ao acordo, o contribuinte deverá confirmar ou atualizar obrigatoriamente o seu domicílio e correio eletrônico para notificações no Domicílio Tributário Eletrônico – DTE (art. 72, art. 350 e art. 433 da LC nº 39/2022).

**CAPÍTULO III — DA CONSOLIDAÇÃO E BENEFÍCIOS**

**Art. 4º** O débito tributário elegível será consolidado na data do protocolo do pedido, segregando-se (art. 5º da Lei nº 1.382/2026):

I – o valor principal do tributo;

II – a atualização monetária com base na variação do INPC/IBGE (art. 53, § 2º, e art. 458 da LC nº 39/2022);

III – a multa moratória ou de ofício;

IV – os juros de mora legais (1% ao mês ou fração);

V – as custas processuais e os honorários advocatícios, nos casos de execuções ajuizadas (art. 11 da Lei nº 1.382/2026 e art. 457 da LC nº 39/2022).

**Parágrafo único.** É expressamente vedada a incidência de qualquer percentual de anistia ou remissão sobre o valor principal do tributo e respectiva atualização monetária (art. 4º, § 1º, da Lei nº 1.382/2026).

**Art. 5º** Sobre os juros moratórios e multas apurados até a data da consolidação, incidirão os seguintes descontos, conforme a opção de pagamento (art. 4º da Lei nº 1.382/2026):

I – Pagamento à vista: remissão de 100% (cem por cento) dos juros moratórios e redução de 100% (cem por cento) da multa de

mora;

II – Parcelamento em até 3 (três) prestações mensais: remissão de 90% (noventa por cento) dos juros moratórios e redução de 90% (noventa por cento) da multa de mora;

III – Parcelamento em até 4 (quatro) prestações mensais: remissão de 80% (oitenta por cento) dos juros moratórios e redução de 80% (oitenta por cento) da multa de mora.

**CAPÍTULO IV — DO PAGAMENTO E EFETIVAÇÃO DO PARCELAMENTO**

**Art. 6º** A efetivação do parcelamento fica condicionada ao pagamento da primeira parcela (ou cota única) até a data de vencimento impressa no Documento de Arrecadação Municipal – DAM (art. 6º, § 2º, da Lei nº 1.382/2026; art. 457, § 3º, da LC nº 39/2022).

§ 1º O não pagamento da primeira parcela na data avençada implicará o cancelamento automático do termo de adesão, sem prejuízo da continuidade dos atos ordinários de cobrança.

§ 2º O valor mínimo de cada cota mensal não poderá ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais), nos termos do art. 4º, § 6º, da Lei nº 1.382/2026.

§ 3º As parcelas mensais vencerão sucessivamente a cada 30 (trinta) dias contados do vencimento da primeira cota.

§ 4º Sobre as parcelas vincendas não incidirá duplicidade de juros ou correção em desacordo com as regras fixadas no art. 457 da LC nº 39/2022 e art. 6º, § 1º, da Lei nº 1.382/2026.

**Art. 7º** O pagamento da primeira parcela suspende a exigibilidade do crédito tributário (art. 151, VI, do CTN c/c art. 9º da Lei nº 1.382/2026 e art. 360, VI, da LC nº 39/2022), autorizando a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, desde que não existam outros débitos impeditivos (art. 206 do CTN e art. 460 da LC nº 39/2022).

**CAPÍTULO V — DA EXCLUSÃO DO PROGRAMA**

**Art. 8º** O contribuinte será excluído do REFIS 2026 diante da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (art. 10 da Lei nº 1.382/2026):

I – inadimplemento de 3 (três) parcelas consecutivas ou 4 (quatro) alternadas, no período de 12 (doze) meses (art. 457, § 4º, I, da LC nº 39/2022);

II – descumprimento das condições estipuladas no termo de acordo firmado;

III – comprovação de dolo, fraude ou apresentação de documentação inidônea;

IV – decretação de falência da pessoa jurídica devedora (art. 457, § 4º, II, da LC nº 39/2022).

**Art. 9º** Configurada a hipótese de exclusão, o sujeito passivo será notificado preferencialmente via DTE ou correio eletrônico, ou supletivamente por via postal/editalícia, para regularizar as pendências no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias (art. 10, § 1º, da Lei nº 1.382/2026; arts. 72 e 434 da LC nº 39/2022).

**Parágrafo único.** Transcorrido o prazo sem a regularização do débito:

1. Operar-se-á a imediata rescisão do acordo e vencimento antecipado do saldo devedor;

2. Serão restabelecidos integralmente os juros e multas dispensados na proporção do saldo inadimplido (art. 10, § 2º, da Lei nº 1.382/2026 e art. 457, § 5º, da LC nº 39/2022);

3. Serão deduzidos os valores originariamente amortizados (vedada a cobrança em duplicidade);

4. O saldo devedor será remetido de imediato para inscrição na Dívida Ativa ou prosseguimento da execução judicial (art. 435, parágrafo único, e art. 457, § 5º, da LC nº 39/2022).

**CAPÍTULO VI — DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 10.** A adesão aos benefícios da Lei Municipal nº 1.382/2026 importa em confissão irretratável e irrevogável dos créditos consolidados (art. 8º, § 2º, da Lei nº 1.382/2026 e art. 457, § 3º, I, da LC nº 39/2022).

**Art. 11.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Torixoréu-MT, Estado de Mato Grosso, aos 03 dias do mês de novembro de 2.026.

Thiago Timo Oliveira

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL MT / DEPARTAMENTO DE CONVENIOS
### DECRETO Nº 1678/2026

**Prefeitura Municipal de União do Sul-MT**
Avenida Curitiba, nº 94 – Centro
CEP 78543-000
**CNPJ – 01.614.538/0001-59**

**DECRETO Nº 1678/2026, 1 de outubro de 2026**

**Súmula: Abre Crédito suplementar no Orçamento Municipal de 2026, no valor que menciona e dá outras providências.**

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, Prefeito Municipal de UNIÃO DO SUL, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal 957/2025, e em consonância com a Lei Federal 4.320/64;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto, no Orçamento Geral do Município, do exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.875.040,00 (um milhão oitocentos e setenta e cinco mil quarenta reais) nos termos do art. 41, inciso I, da Lei Federal 4.320/64, para reforço das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes:

**Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 15 | 03.001.04.122.0001.2002.3.3.90.40.1.500.0000000 | 12.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **12.000,00** |

**Órgão: 04 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 31 | 04.001.04.122.0001.2008.3.3.90.14.1.500.0000000 | 4.000,00 |
| Cód. red.: | 32 | 04.001.04.122.0001.2008.3.3.90.30.1.500.0000000 | 2.500,00 |
| Cód. red.: | 34 | 04.001.04.122.0001.2008.3.3.90.39.1.500.0000000 | 10.700,00 |
| Cód. red.: | 35 | 04.001.04.122.0001.2008.3.3.90.40.1.500.0000000 | 13.000,00 |
| Cód. red.: | 41 | 04.001.04.123.0001.2005.3.3.90.30.1.500.0000000 | 2.800,00 |
| Cód. red.: | 43 | 04.001.04.123.0001.2005.3.3.90.39.1.500.0000000 | 500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **33.500,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACONAL**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 54 | 05.001.12.122.0004.2011.3.3.90.14.1.500.1001000 | 2.400,00 |
| Cód. red.: | 56 | 05.001.12.122.0004.2027.3.1.90.11.1.500.1001000 | 77.000,00 |
| Cód. red.: | 57 | 05.001.12.122.0004.2027.3.1.90.13.1.500.1001000 | 14.000,00 |
| Cód. red.: | 61 | 05.001.12.122.0004.2027.3.3.90.30.1.500.1001000 | 71.000,00 |
| Cód. red.: | 63 | 05.001.12.122.0004.2027.3.3.90.39.1.500.1001000 | 18.400,00 |
| Cód. red.: | 68 | 05.001.12.306.0005.2014.3.3.90.30.1.552.0000000 | 8.500,00 |
| Cód. red.: | 69 | 05.001.12.306.0005.2015.3.3.90.30.1.552.0000000 | 7.700,00 |
| Cód. red.: | 70 | 05.001.12.306.0006.2022.3.3.90.30.1.500.1001000 | 29.300,00 |
| Cód. red.: | 78 | 05.001.12.361.0006.2023.3.3.90.30.1.571.0000000 | 45.340,00 |
| Cód. red.: | 81 | 05.001.12.361.0006.2024.3.3.90.39.1.500.1001000 | 23.400,00 |
| | | **Sub-Total:** | **297.040,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 002 - FDO DE DESENV. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 104 | 05.002.12.361.0006.2020.3.1.90.11.1.500.1001000 | 83.000,00 |
| Cód. red.: | 104 | 05.002.12.361.0006.2020.3.1.90.11.1.540.1070000 | 262.000,00 |
| Cód. red.: | 105 | 05.002.12.361.0006.2020.3.1.90.13.1.500.1001000 | 5.000,00 |
| Cód. red.: | 105 | 05.002.12.361.0006.2020.3.1.90.13.1.540.1070000 | 96.000,00 |
| Cód. red.: | 396 | 05.002.12.361.0032.2088.3.1.90.11.1.500.1001000 | 9.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **455.000,00** |

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 003 - DEPARTAMENTO DE CULTURA**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 140 | 05.003.13.122.0008.2032.3.3.90.30.1.500.0000000 | 7.000,00 |
| Cód. red.: | 141 | 05.003.13.122.0008.2032.3.3.90.39.1.500.0000000 | 10.700,00 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 154 | 05.003.13.392.0008.1031.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| Cód. red.: 158 | 05.003.13.392.0008.1051.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| Cód. red.: 166 | 05.003.13.392.0008.2061.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 15.000,00 |
| Cód. red.: 167 | 05.003.13.392.0008.2061.3.1.90.13.1.500.0000000 | | 5.500,00 |
| | | **Sub-Total:** | **48.200,00** |

**Órgão: 06 - SECRETARIA DE SAUDE**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 183 | 06.002.10.122.0009.2033.3.3.90.14.1.500.1002000 | | 2.000,00 |
| Cód. red.: 190 | 06.002.10.122.0009.2036.3.1.90.11.1.500.1002000 | | 56.000,00 |
| Cód. red.: 198 | 06.002.10.122.0009.2036.3.3.90.39.1.500.1002000 | | 11.000,00 |
| Cód. red.: 203 | 06.002.10.301.0010.2037.3.1.90.11.1.500.1002000 | | 83.000,00 |
| Cód. red.: 205 | 06.002.10.301.0010.2037.3.1.90.94.1.600.0000600 | | 3.000,00 |
| Cód. red.: 208 | 06.002.10.301.0010.2037.3.3.90.30.1.500.1002000 | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 208 | 06.002.10.301.0010.2037.3.3.90.30.1.621.0000000 | | 13.000,00 |
| Cód. red.: 210 | 06.002.10.301.0010.2037.3.3.90.39.1.500.1002000 | | 15.500,00 |
| Cód. red.: 210 | 06.002.10.301.0010.2037.3.3.90.39.1.600.0000600 | | 15.700,00 |
| Cód. red.: 211 | 06.002.10.301.0010.2038.3.1.90.11.1.600.0000600 | | 4.000,00 |
| Cód. red.: 216 | 06.002.10.301.0010.2038.3.3.90.39.1.600.0000600 | | 8.000,00 |
| Cód. red.: 217 | 06.002.10.301.0010.2039.3.1.90.11.1.600.0000600 | | 66.000,00 |
| Cód. red.: 228 | 06.002.10.302.0011.2041.3.3.90.39.1.500.1002000 | | 2.000,00 |
| Cód. red.: 229 | 06.002.10.302.0011.2041.3.3.90.40.1.500.1002000 | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 232 | 06.002.10.302.0011.2043.3.1.90.11.1.500.1002000 | | 129.000,00 |
| Cód. red.: 237 | 06.002.10.302.0011.2043.3.3.90.30.1.500.1002000 | | 13.700,00 |
| Cód. red.: 238 | 06.002.10.302.0011.2043.3.3.90.39.1.500.1002000 | | 1.200,00 |
| Cód. red.: 239 | 06.002.10.302.0011.2075.3.3.71.70.1.621.0000000 | | 9.000,00 |
| Cód. red.: 241 | 06.002.10.303.0012.2044.3.1.90.11.1.500.1002000 | | 6.000,00 |
| Cód. red.: 245 | 06.002.10.304.0013.2045.3.1.90.11.1.500.1002000 | | 24.000,00 |
| Cód. red.: 245 | 06.002.10.304.0013.2045.3.1.90.11.1.600.0000605 | | 19.000,00 |
| Cód. red.: 254 | 06.002.10.305.0026.2071.3.3.90.30.1.600.0000605 | | 200,00 |
| | | **Sub-Total:** | **483.300,00** |

**Órgão: 07 - SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 256 | 07.001.08.122.0016.2049.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 3.000,00 |
| Cód. red.: 257 | 07.001.08.122.0016.2049.3.3.90.14.1.500.0000000 | | 4.000,00 |
| Cód. red.: 258 | 07.001.08.122.0016.2049.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 5.000,00 |
| Cód. red.: 260 | 07.001.08.122.0016.2049.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 4.200,00 |
| | | **Sub-Total:** | **16.200,00** |

**Órgão: 07 - SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA**
**Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 266 | 07.002.08.122.0016.1059.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 13.000,00 |
| Cód. red.: 268 | 07.002.08.122.0016.1059.3.3.90.36.1.500.0000000 | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 282 | 07.002.08.241.0015.2048.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 500,00 |
| Cód. red.: 284 | 07.002.08.243.0014.1045.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 19.800,00 |
| Cód. red.: 292 | 07.002.08.244.0016.2084.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 9.300,00 |
| | | **Sub-Total:** | **43.600,00** |

**Órgão: 08 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO, URBANISMO E SANEAMENT**
**Unidade: 001 - DIVISAO DE URBANISMO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 310 | 08.001.15.451.0001.2055.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 1.200,00 |
| | | **Sub-Total:** | **1.200,00** |

**Órgão: 08 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO, URBANISMO E SANEAMENT**
**Unidade: 002 - DIVISAO DE TRANSPORTE**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 330 | 08.002.26.782.0020.2057.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 100.000,00 |

**Prefeitura Municipal de União do Sul-MT**
Avenida Curitiba, nº 94 – Centro
CEP 78543-000
**CNPJ – 01.614.538/0001-59**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 330 | 08.002.26.782.0020.2057.3.3.90.30.1.759.0000702 | | 180.000,00 |
| Cód. red.: 331 | 08.002.26.782.0020.2057.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 100.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **380.000,00** |

**Órgão: 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 339 | 09.001.20.122.0001.2062.3.1.90.11.1.500.0000000 | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 342 | 09.001.20.122.0001.2062.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 52.000,00 |
| Cód. red.: 344 | 09.001.20.122.0001.2062.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 24.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **77.000,00** |

**Órgão: 10 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 372 | 10.001.27.812.0024.2066.3.3.90.14.1.500.0000000 | | 1.000,00 |
| Cód. red.: 373 | 10.001.27.812.0024.2066.3.3.90.30.1.500.0000000 | | 11.000,00 |
| Cód. red.: 375 | 10.001.27.812.0024.2066.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 14.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **26.000,00** |

**Órgão: 12 - GABINETE DO PREFEITO**
**Unidade: 001 - GABINETE DO PREFEITO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 378 | 12.001.02.062.0025.2069.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 2.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **2.000,00** |
| | | **Total Parcial Suplementado:** | **1.875.040,00** |

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior, serão utilizados os recursos aqueles mencionados no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei federal nº 4.320/64, oriundos de anulação parcial ou total de dotações, na forma abaixo:

**Órgão: 05 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA**
**Unidade: 001 - DEPARTAMENTO DE APOIO EDUCACONAL**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 69 | 05.001.12.306.0005.2015.3.3.90.30.1.500.1001000 | | 10.000,00 |
| | | **Sub-Total:** | **10.000,00** |

**Órgão: 07 - SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA**
**Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Cód. red.: 263 | 07.001.16.482.0016.1061.4.4.90.51.1.500.0000000 | | 44.429,92 |
| | | **Sub-Total:** | **44.429,92** |

**Órgão: 08 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO, URBANISMO E SANEAMENT**
**Unidade: 001 - DIVISAO DE URBANISMO**

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | |
|---|---|---|
| Cód. red.: 307 | 08.001.15.451.0001.2055.3.1.90.94.1.500.0000000 | 10.000,00 |
| Cód. red.: 311 | 08.001.15.451.0001.2055.3.3.90.93.1.500.0000000 | 10.000,00 |
| Cód. red.: 312 | 08.001.15.451.0020.1073.3.3.90.30.1.500.0000000 | 10.000,00 |
| Cód. red.: 313 | 08.001.15.451.0021.1077.4.4.90.52.1.500.0000000 | 8.000,00 |
| Cód. red.: 313 | 08.001.15.451.0021.1077.4.4.90.52.1.700.0000000 | 5.000,00 |
| Cód. red.: 313 | 08.001.15.451.0021.1077.4.4.90.52.1.701.0000000 | 5.000,00 |
| Cód. red.: 314 | 08.001.15.451.0021.1078.4.4.90.51.1.500.0000000 | 40.000,00 |
| Cód. red.: 314 | 08.001.15.451.0021.1078.4.4.90.51.1.700.0000000 | 5.000,00 |
| Cód. red.: 314 | 08.001.15.451.0021.1078.4.4.90.51.1.701.0000000 | 5.000,00 |
| Cód. red.: 317 | 08.001.15.452.0021.2059.3.3.90.39.1.500.0000000 | 47.398,10 |
| Cód. red.: 318 | 08.001.15.452.0021.2059.3.3.90.40.1.500.0000000 | 5.000,00 |
| Cód. red.: 319 | 08.001.25.752.0021.1079.4.4.90.51.1.500.0000000 | 8.000,00 |
| Cód. red.: 319 | 08.001.25.752.0021.1079.4.4.90.51.1.700.0000000 | 1.000,00 |
| Cód. red.: 319 | 08.001.25.752.0021.1079.4.4.90.51.1.701.0000000 | 500,00 |
| Cód. red.: 319 | 08.001.25.752.0021.1079.4.4.90.51.1.751.0000000 | 500,00 |
| Cód. red.: 320 | 08.001.25.752.0021.2060.3.3.90.30.1.500.0000000 | 10.000,00 |

**Prefeitura Municipal de União do Sul-MT**
Avenida Curitiba, nº 94 – Centro
CEP 78543-000
**CNPJ – 01.614.538/0001-59**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 320 | 08.001.25.752.0021.2060.3.3.90.30.1.751.0000000 | | 10.000,00 |
| Cód. red.: | 321 | 08.001.25.752.0021.2060.3.3.90.39.1.500.0000000 | | 120.000,00 |
| | | | **Sub-Total:** | **300.398,10** |

**Órgão:** 08 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO, URBANISMO E SANEAMENT
**Unidade:** 002 - DIVISAO DE TRANSPORTE

**Anulação parcial ou total de dotação**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Cód. red.: | 322 | 08.002.26.782.0001.1067.4.4.90.52.1.500.0000000 | | 50.000,00 |
| Cód. red.: | 323 | 08.002.26.782.0020.1069.4.4.90.51.1.500.0000000 | | 900.000,00 |
| Cód. red.: | 323 | 08.002.26.782.0020.1069.4.4.90.51.1.700.0000000 | | 570.211,98 |
| | | | **Sub-Total:** | **1.520.211,98** |
| | | | **Total Parcial Reduzido:** | **1.875.040,00** |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, UNIÃO DO SUL - MT, 1 de outubro de 2026

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH
Prefeito

Data: 10/11/2026 09:08:17 Página: 4 de 4
Data da emissão: 10/11/2026 09:08:17 ÁGILIBlue Contabilidade - Ágili Software Brasil Emitido por: VANDERLEI TELLES

**PORTARIA Nº 337/2026**

**PORTARIA Nº 337/2026**

Data: 04/11/2026

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde e encaminhamento da servidora efetiva que menciona ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para requerimento do benefício de auxílio-doença, e dá outras providências.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH** Prefeito municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

e com fulcro no art. 163, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**CONSIDERANDO** que a servidora abaixo identificada apresentou atestado médico com incapacidade para o exercício de suas funções laborais;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 164 da Lei Complementar nº 029/2019, a licença para tratamento de saúde será concedida de acordo com o prazo determinado pela legislação previdenciária, devendo o servidor ser encaminhado à perícia do órgão previdenciário ao qual estiver vinculado;

**CONSIDERANDO** que o Município de União do Sul não possui Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, permanecendo os servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, nos termos do art. 261 da referida Lei Complementar;

R E S O L V E:

**Art. 1º.** Fica concedida licença para tratamento de saúde, com remuneração integral, a servidora Sra. **MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA SANTIAGO**, ocupante do cargo efetivo de Zeladora, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do CPF n° ***.890.462-**, pelo período de 02 de novembro de 2026 a 28 de fevereiro de 2027, com encaminhamento obrigatório ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para realização de perícia médica e requerimento do benefício de auxílio-doença, nos termos dos arts. 163 e 164 da Lei Complementar municipal nº 029/2019.

**Art. 2º.** Caso o benefício de auxílio-doença seja **concedido** pelo INSS, a servidora permanecerá afastada de suas funções pelo período determinado pela autarquia previdenciária, sem prejuízo de sua remuneração nos primeiros 15 (quinze) dias, conforme legislação aplicável.

**Art. 3º.** Findo o prazo da licença ou ao término do benefício previdenciário, a servidora será submetida a nova inspeção médica, que concluirá pelo retorno ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria por invalidez, conforme dispõe o § 2º do art. 164 da Lei Complementar nº 029/2019.

**Art. 4º.** Caso o benefício de auxílio-doença seja **indeferido** pelo INSS, a servidora deverá retornar imediatamente ao exercício de suas funções, ficando o período de afastamento condicionado exclusivamente à decisão do órgão previdenciário, não sendo o prazo do atestado médico suficiente, por si só, para a manutenção do afastamento além do período inicial de 15 (quinze) dias custeado pelo Município.

**Art. 5º.** Durante o período de licença para tratamento de saúde, é vedado a servidora exercer qualquer atividade remunerada ou que possa interferir em sua recuperação, nos termos do § 7º do art. 164 da Lei Complementar nº 029/2019, sob pena de cassação imediata da licença e aplicação das sanções disciplinares cabíveis.

**Art. 6º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 novembro de 2026.

**Art. 7º.** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 04 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA Nº 338/2026**

**PORTARIA Nº 338/2026**

Data: 04/11/2026

Institui Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais/Servidores vinculados à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, e dá outras providências.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e embasado no disposto no art. 21, da Lei Municipal nº 722, de 25 de setembro de 2019 (Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais do Quadro Geral- PCCR), combinado com o disposto nos arts. 30, 31, 32, 33 e 34, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

**Art. 1º.** Por força desta Portaria fica instituída a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DOS PROFISSIONAIS/SERVIDORES DO ESPORTE E LAZER, vinculados à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município de União do Sul – MT.

**§ 1º.** Os trabalhos da Comissão Especial de Avaliação ora instituída abrangerá todos os servidores de carreira (profissionais da Secretaria de Esporte e Lazer), inclusive os que se encontram temporariamente designados a cargo em comissão ou função de confiança no Setor de Esporte e Lazer, vinculados à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, independentemente de sua lotação.

**§ 2º.** As avaliações individuais de desempenho dos profissionais do esporte e lazer aplicam-se tanto para efeito de avaliação de estágio probatório, quanto para efeito de progressão de nível de caráter continuado.

**Art. 2º.** A **Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais/Servidores do Esporte e Lazer** a que se refere o artigo 1º desta Portaria fica assim composta:

1 – IVANOR STIELER - Secretário Municipal de Esporte e Lazer;

2 – JOELMA VIANA DE SOUZA – Diretora do Departamento de Recursos Humanos;

3 – ODELISE LURDES ALBERTON – Professora de Educação Física.

**Art. 3º.** Compete à Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais/Servidores do Esporte e Lazer:

**I** – Proceder às avaliações no período de 11 de novembro a 20 de dezembro de 2026, prorrogável se necessário;

**II** – avaliar os profissionais/servidores do Esporte com base nos critérios e quesitos estabelecidos na Ficha de Avaliação em vigor;

**III** – analisar e decidir sobre eventuais recursos interpostos por profissionais/servidores do Esporte quanto à apuração de seu desempenho.

**IV** – avaliar os profissionais/servidores do Esporte e Lazer quanto ao ano de 2026.

**Art. 4º.** O profissional/servidor do Esporte e Lazer que se sentir discordante quanto à decisão da Comissão de Avaliação, terá prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de divulgação do resultado da avaliação de desempenho, para apresentar recurso perante a Comissão.

**Parágrafo Único.** A Comissão terá prazo de 03 (três) dias para analisar e decidir sobre o recurso.

**Art. 5º.** O recurso deverá ser apresentado mediante requerimento devidamente fundamentado, constando justificativas e razões

que embasem o recurso, sendo liminarmente indeferido o recurso que não traga argumentos e/ou provas consistentes, ou se baseie em razões subjetivas.

**Art. 6º**. A Comissão, após efetuar a avaliação de desempenho dos servidores do Esporte e Lazer sob sua atribuição, e depois de analisar e decidir sobre eventuais recursos, emitirá um relatório final sobre seus trabalhos, que será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Recursos Humanos para as providências administrativas afins.

**Art. 7º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º.** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 04 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA Nº 339/2026**

**PORTARIA Nº 339/2026**

Data: 04/11/2026

Institui Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Servidores de Obras, vinculados à Secretaria Municipal de Obras Viação, Urbanismo e Saneamento, e dá outras providências.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e embasado no disposto no art. 21, da Lei Municipal nº 722, de 25 de setembro de 2019 (Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais do Quadro Geral- PCCR), combinado com o disposto nos arts. 30, 31, 32, 33 e 34, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

**Art. 1º.** Por força desta Portaria fica instituída a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DOS SERVIDORES DE OBRAS, vinculados à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento do Município de União do Sul – MT.

**§ 1º.** Os trabalhos da Comissão Especial de Avaliação ora instituída abrangerá todos os servidores de carreira (profissionais da Secretaria de Obras), inclusive os que se encontram temporariamente designados a cargo em comissão ou função de confiança no Setor Obras, vinculados à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento, independentemente de sua lotação.

**§ 2º.** As avaliações individuais de desempenho dos profissionais de obras aplicam-se tanto para efeito de avaliação de estágio probatório, quanto para efeito de progressão de nível de caráter continuado.

**Art. 2º.** A **Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais de Obras** a que se refere o artigo 1º desta Portaria fica assim composta:

1 – MARCO HENRIQUE RODRIGUES - Secretário Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento;

2 – JOELMA VIANA DE SOUZA – Diretora do Departamento de Recursos Humanos (RH);

3 – ELVISTO ANTONIO SPANHOLI – Motorista;

4 – LEONARDO VITORINO DE CARLI – Diretor do Departamento de Oficina, Gerência e Manutenção da Frota Municipal.

**Art. 3º.** Compete à Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais de Obras:

**I** – Proceder às avaliações no período de 11 de novembro a 20 de dezembro de 2026, prorrogável se necessário;

**II** – avaliar os Servidores de Obras com base nos critérios e quesitos estabelecidos na Ficha de Avaliação em vigor;

**III** – analisar e decidir sobre eventuais recursos interpostos por Servidores de Obras quanto à apuração de seu desempenho.

**IIII** – avaliar os Servidores de Obras quanto ao ano de 2026.

**Art. 4º.** O Servidor de Obras que se sentir discordante quanto à decisão da Comissão de Avaliação, terá prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de divulgação do resultado da avaliação de desempenho, para apresentar recurso perante a Comissão.

**Parágrafo Único.** A Comissão terá prazo de 03 (três) dias para analisar e decidir sobre o recurso.

**Art. 5º.** O recurso deverá ser apresentado mediante requerimento devidamente fundamentado, constando justificativas e razões que embasem o recurso, sendo liminarmente indeferido o recurso que não traga argumentos e/ou provas consistentes, ou se baseie em razões subjetivas.

**Art. 6º**. A Comissão, após efetuar a avaliação de desempenho dos servidores de Obras sob sua atribuição, e depois de analisar e decidir sobre eventuais recursos, emitirá um relatório final sobre seus trabalhos, que será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Recursos Humanos para as providências administrativas afins.

**Art. 7º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º.** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 04 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA Nº 340/2026**

**PORTARIA Nº 340/2026**

Data: 04/11/2026

Institui Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais da Assistência Social, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania, e dá outras providências.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH** , Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e embasado no disposto no art. 21, da Lei Municipal nº 722, de 25 de setembro de 2019 (Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais do Quadro Geral- PCCR), combinado com o disposto nos arts. 30, 31, 32, 33 e 34, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

**Art. 1º.** Por força desta Portaria, fica instituída a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DOS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, vinculados à Secretaria de Assistência Social Trabalho e Cidadania do Município de União do Sul – MT.

**§ 1º.** Os trabalhos da Comissão Especial de Avaliação ora instituí-

da, abrangerá todos os servidores de carreira (profissionais e servidores da Assistência Social), inclusive os que se encontram temporariamente designados a cargo em comissão ou função de confiança na área da assistência social, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Cidadania, independentemente de sua lotação.

**§ 2º.** As avaliações individuais de desempenho dos profissionais da assistência social aplicam-se tanto para efeito de avaliação de estágio probatório, quanto para efeito de progressão de nível de caráter continuado.

**Art. 2º.** A **Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais da Assistência Social** a que se refere o artigo 1º desta Portaria fica assim composta:

1 – SUELI TEREZINHA TITON DE MARCH - Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania;

2 – CLEIDIANA APARECIDA PEREIRA – Secretaria Adjunto;

3 – ADRIANA NEVES BRAUN – Assistente Social;

4 – PATRICIA RANDO DO NASCIMENTO – Facilitador de Oficinas;

5 – JOELMA VIANA DE SOUZA – Diretora do Depto. de Recursos Humanos.

**Art. 3º.** Compete à Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais/Servidores da Assistência Social:

**I** – Proceder às avaliações no período de 07 de novembro a 10 de dezembro de 2026, prorrogável se necessário;

**II** – avaliar os Profissionais/servidores da Assistência Social com base nos critérios e quesitos estabelecidos na Ficha de Avaliação em vigor;

**III** – analisar e decidir sobre eventuais recursos interpostos por Profissionais/servidores da Assistência Social quanto à apuração de seu desempenho.

**Art. 4º.** O profissional/servidor da assistência social que se sentir discordante quanto à decisão da Comissão de Avaliação, terá prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de divulgação do resultado da avaliação de desempenho, para apresentar recurso perante a Comissão.

**Parágrafo Único** – A Comissão terá prazo de 03 (três) dias para analisar e decidir sobre o recurso.

**Art. 5º.** O recurso deverá ser apresentado mediante requerimento devidamente fundamentado, constando justificativas e razões que embasem o recurso, sendo liminarmente indeferido o recurso que não traga argumentos e/ou provas consistentes, ou se baseie em razões subjetivas.

**Art. 6º.** A Comissão, após efetuar a avaliação de desempenho dos profissionais da assistência social sob sua atribuição, e depois de analisar e decidir sobre eventuais recursos, emitirá um relatório final sobre seus trabalhos, que será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Recursos Humanos, para as providências administrativas afins.

**Art. 7º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º.** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 04 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**

**Prefeito Municipal**

---

**PORTARIA Nº 341/2026**

**PORTARIA Nº 341/2026**

Data: 04/11/2026

Institui Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais da Saúde, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e embasado no disposto no art. 20 e §§, da Lei Municipal nº 724, de 25 de setembro de 2019 (Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Saúde), combinado com o disposto nos arts. 30, 31, 32, 33 e 34, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

**Art. 1º.** Por força desta Portaria, fica instituída a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE vinculados à Secretaria Municipal de Saúde do Município de União do Sul – MT.

**§ 1º.** Os trabalhos da Comissão Especial de Avaliação ora instituída, abrangerá todos os servidores (profissionais de saúde) de carreira, inclusive os que se encontram temporariamente designados a cargo em comissão ou função de confiança na área da saúde, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, independentemente de sua lotação.

**§ 2º.** As avaliações individuais de desempenho dos profissionais da saúde aplicam-se tanto para efeito de avaliação de estágio probatório, quanto para efeito de progressão de nível de caráter continuado.

**Art. 2º.** A **Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais da Saúde** a que se refere o artigo 1º desta Portaria fica assim composta:

1 – GRAZIELE FRANCO DA COSTA – Coordenadora da Unidade Descentralizada de Reabilitação;

2 – VALDILEIA DE OLIVEIRA ANACLETO BATISTA – Enfermeira, Coordenadora da Unidade do PSF II;

3 – DABILLA DE OLIVEIRA PRATES– Enfermeira, Coordenadora da Unidade do PSF-I;

4 – RAIANE SUELEN ZANQUI – Coordenadora do Setor de Regulação;

5 – MARIANE JULIANI MARCOS SCHIMIDT– Enfermeira - Coordenadora da Unidade de Urgência e Emergência;

6 – LUCINEIRE ABREU DA CONCEIÇÃO – Coordenadora da Vigilância em Saúde;

7 - DOWGLAS RIBEIRO SCARPIM - Coordenador de frotas da Saúde

8 – TALITA STELLA – Secretária Municipal de Saúde;

9 – LEZIANE ZANARDI – Psicóloga;

10 – JOELMA VIANA DE SOUZA – Diretora do Depto. de Recursos Humanos (RH).

**Art. 3º.** Compete à Comissão Especial de Avaliação de Desempenho Individual dos Profissionais da Saúde:

**I** – Proceder às avaliações no período de 04 de novembro a 20 de dezembro de 2026, prorrogável se necessário;

**II** – avaliar os Profissionais da Saúde com base nos critérios e quesitos estabelecidos na Ficha de Avaliação em vigor;

**III** – analisar e decidir sobre eventuais recursos interpostos por Profissionais da Saúde quanto à apuração de seu desempenho.

**Art. 4º.** O profissional de saúde que se sentir discordante quanto à decisão da Comissão de Avaliação, terá prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de divulgação do resultado da avaliação de desempenho, para apresentar recurso perante a Comissão.

**Parágrafo Único.** A Comissão terá prazo de 03 (três) dias para analisar e decidir sobre o recurso.

**Art. 5º.** O recurso deverá ser apresentado mediante requerimento devidamente fundamentado, constando justificativas e razões que embasem o recurso, sendo liminarmente indeferido o recurso que não traga argumentos e/ou provas consistentes, ou se baseie em razões subjetivas.

**Art. 6º.** A Comissão, após efetuar a avaliação de desempenho dos profissionais da saúde sob sua atribuição, e depois de analisar e decidir sobre eventuais recursos, emitirá um relatório final sobre seus trabalhos, que será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Recursos Humanos para as providências administrativas afins.

**Art. 7º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º.** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 04 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**

**Prefeito Municipal**

---

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
## ATO DE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 17/2026

Designa servidor “fiscal de contrato”, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato abaixo descrito, firmado pelo Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno em vigor;

Considerando que o servidor **Mateus Eduardo Zanqui**, Diretor de Departamento, foi exonerado, existe a necessidade de designação de novo fiscal para dar continuidade às análises dos seguintes contratos sob sua responsabilidade;

R E S O L V E:

**Art. 1º.** Designar a servidora municipal **Laura Fernanda Paul**, inscrita no CPF sob o nº 089.892.941-50, Professora Graduada, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercer, a partir desta data, a função de **Fiscal de Contrato** em substituição, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contratos abaixo discriminados:

| Nº CONTRATO | OBJETO | CONTRATANTE | CONTRATADA | VIGÊNCIA |
|---|---|---|---|---|
| 96/2025 | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA – INSPEÇÃO PREDIAL E AVALIAÇÃO ESTRUTURAL, EXECUÇÃO DE ENSAIOS DESTRUTIVOS E NÃO DESTRUTIVOS, ANÁLISE TRECNICA DE PROJETOS E EMISSÃO DE LAUDO CONCLUSIVO COM ARTE, NA OBRA ESTADUAL PARALISADA DA ESCOLA ESTADUAL IVALDINO FRÂNCIO NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT | MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - MT | LOTUS ENGENHARIA E CONSULTORIA – LTDA | 20.02.2026 |
| 37/2026 | AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO, MONTAGEM E ADEQUAÇÃO COMPLETA DE SALAS SENSORIAIS DESTINADAS AO ATENDIMENTO DE ALUNOS NEURODIVERGENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UNIÃO DO SUL, CONTEMPLANDO MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, MAT3RIAIS PEDAGÓGICOS, RECURSOS SENSORIAIS ESPECIALIZADOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO ADEQUADO DOS AMBIENTES IMPLANTADOS NA ESCOLA MUNICIPAL MATILDE ALTENHOFEM E NA CRECHE MUNICIPAL SANTO ANJO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFER~ENCIA. | MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT | JDN JUNIOR – LTDA | 16.01.2027 |

**Art. 2º.** A servidora ora designada, caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionados com a execução do contrato, deverá determinar diretamente à Contratada a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.

**Art. 3º.** A servidora ora designada não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.

**Art. 4º.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 10 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**

**Prefeito Municipal**

---

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
## ATO DE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO Nº 18/2026

Designa servidor “fiscal de contrato”, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato abaixo descrito, firmado pelo Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, Sr. VANDERLEI ANTONIO DE MARCH, no uso de suas atribuições legais e observando as normativas de controle interno em vigor;

Considerando que a servidora **Renata Leite**, Chefe de Departamento, foi exonerado, existe a necessidade de designação de novo fiscal para dar continuidade às análises dos seguintes contratos sob sua responsabilidade;

R E S O L V E:

**Art. 1º.** Designar a servidora municipal **Laura Fernanda Paul**, inscrita no CPF sob o nº 089.892.941-50, Professora Graduada, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercer, a partir desta data, a função de **Fiscal de Contrato** em substituição, para proceder ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contratos abaixo discriminados:

| Nº CONTRATO | OBJETO | CONTRATANTE | CONTRATADA | VIGÊNCIA |
|---|---|---|---|---|
| 25/2026 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA D EENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS SLAS DE AULA DO BLOCO C, NA ESCOLA MUNICIPAL MATILDE ALTENHOFEM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ELABORADOS PELA EQUIPE DE ENGENHARIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, PROMOVENDO A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS. | MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL – MT | MS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – LTDA | 19.11.2026 |

**Art. 2º.** A servidora ora designada, caso tome conhecimento da ocorrência de falhas ou defeitos relacionados com a execução do contrato, deverá determinar diretamente à Contratada a adoção das providências saneadoras, ou, se necessário, comunicar os fatos à autoridade superior para as providências cabíveis.

**Art. 3º.** A servidora ora designada não terá nenhuma remuneração extra pelos serviços ora atribuídos, sendo considerado serviço público relevante.

**Art. 4º.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 10 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**

**Prefeito Municipal**

---

**SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**
**AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 031/2026.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT torna Pública a Contratação por Inexigibilidade de Licitação, da empresa abaixo relacionada, nos seguintes termos:

OBJETO: Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, para a prestação de serviços de capacitação, consistente na realização de treinamento presencial em manejo de feridas, com carga horária de 08 horas, destinado aos profissionais vinculados à rede municipal de saúde do Município de União do Sul - MT, contemplando atividades teóricas e práticas, a ser realizado no dia 12 de dezembro de 2026, em conformidade com o Termo de Referência.

CONTRATADA: 52.275.751 EDILEIA DE JESUS SOUSA BARROS.

CNPJ: 52.275.751/0001-14

ENDEREÇO: Rua F-1, nº 08, Bairro Bela Vista, Cidade de Cuiabá – MT.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

Fiscalização: Leziane Zanardi.

FUNDAMENTO: Art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei Federal nº. 14.133/2021.

JUSTIFICATIVA: Termo de Referência nº 005/2026 - fls. 2

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Autorizo a Contratação por Inexigibilidade de Licitação nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “f” da Lei Federal nº. 14.133/2021.

União do Sul - MT, 10 de novembro de 2026.

**VANDERLEI ANTONIO DE MARCH**

**Prefeito Municipal**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
**LEI COMPLEMENTAR Nº 813/2026**

“Dispõe sobre o reenquadramento, no cargo de provimento efetivo de Condutor de Ambulância, criado pela Lei Complementar nº 407, de 29 de dezembro de 2014, dos servidores ocupantes do cargo de Motorista de Veículo Especial que exercem a condução de ambulâncias na Secretaria Municipal de Saúde, mediante opção e transformação dos respectivos cargos, e dá outras providências.”

**LEANDRO AZEVEDO DA CUNHA**, Prefeito Municipal de vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei, faz saber que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele sanciona a seguinte **Lei Complementar**:

**Art. 1º** Os servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículo Especial, de que trata a Lei Complementar nº 009/2007, que preencham os requisitos do art. 3º desta Lei Complementar poderão optar pelo reenquadramento no cargo de provimento efetivo de Condutor de Ambulância, criado pela Lei Complementar nº 407, de 29 de dezembro de 2014.

**§ 1º** A opção será manifestada por escrito, perante o órgão de gestão de pessoal do Poder Executivo, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contado da publicação desta Lei Complementar.

**§ 2º** Os cargos de Motorista de Veículo Especial ocupados pelos servidores reenquadrados ficam transformados em cargos de Condutor de Ambulância, acrescendo-se ao quantitativo do cargo de Condutor de Ambulância e deduzindo-se do quantitativo do cargo de Motorista de Veículo Especial, constantes do Anexo II (Lotacionograma) da Lei Complementar nº 009/2007.

**§ 3º** O número de cargos transformados não excederá 3 (três); havendo mais optantes habilitados, terá preferência o de maior tempo de efetivo exercício na condução de ambulâncias.

**§ 4º** O reenquadramento será formalizado por ato do Chefe do Poder Executivo, após a comprovação dos requisitos do art. 3º, e produzirá efeitos a partir da data de sua publicação, vedado o pagamento de diferenças remuneratórias relativas a período anteri-

or.

**§ 5º** O servidor que não exercer a opção, que não comprovar os requisitos no prazo do § 1º do art. 3º ou que exceder o limite do § 3º deste artigo permanecerá no cargo de Motorista de Veículo Especial.

**§ 6º** O disposto neste artigo aplica-se uma única vez e não dispensa o concurso público para o provimento dos demais cargos de Condutor de Ambulância, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 407, de 29 de dezembro de 2014.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei Complementar, considera-se condutor de ambulância o profissional definido no parágrafo único do art. 1º da Lei federal nº 15.250, de 3 de novembro de 2025.

**Art. 3º** São requisitos para o reenquadramento:

**I** – ser ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículo Especial, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e no exercício da condução de ambulâncias na data da publicação desta Lei Complementar;

**II** – contar, na mesma data, com no mínimo 1 (um) ano de efetivo exercício na condução de ambulâncias, comprovado por certidão da Secretaria Municipal de Saúde;

**III** – preencher os requisitos de ingresso no cargo de Condutor de Ambulância previstos nos incisos I a V do art. 4º da Lei Complementar nº 407, de 29 de dezembro de 2014, admitida a comprovação do curso de que trata o inciso IV na forma da regulamentação vigente do Conselho Nacional de Trânsito;

**IV** – atender aos requisitos do art. 3º da Lei federal nº 15.250, de 3 de novembro de 2025;

**V** – possuir Carteira Nacional de Habilitação com a anotação de que exerce atividade remunerada.

**§ 1º** Os requisitos dos incisos III a V serão comprovados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da opção.

**§ 2º** Para o servidor afastado por motivo de doença, férias ou outro afastamento considerado de efetivo exercício, o prazo do § 1º será contado da data em que reassumir suas funções.

**Art. 4º** O servidor reenquadrado:

**I** – perceberá o vencimento atribuído ao cargo de Condutor de Ambulância pela legislação municipal, na referência correspondente à sua situação funcional, assegurada a irredutibilidade do vencimento;

**II** – terá computado, para fins de progressão funcional, o tempo de efetivo exercício prestado no cargo de origem;

**III** – exercerá as atribuições do cargo de Condutor de Ambulância previstas no Anexo Único da Lei Complementar nº 407, de 29 de dezembro de 2014, observado o art. 2º da Lei federal nº 15.250, de 3 de novembro de 2025;

**IV** – será considerado profissional de saúde exclusivamente para os fins do art. 4º da Lei federal nº 15.250, de 3 de novembro de 2025.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Secretaria Municipal de Saúde na Lei Orçamentária Anual, no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Vale de São Domingos/MT, em 10 de novembro de 2026.

**LEANDRO AZEVEDO DA CUNHA**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

### CONVOCAÇÃO

Considerando o disposto na Lei municipal nº 4.422/2018 e na Resolução nº 02/2023, convocamos os Conselheiros Municipais de Cultura para realização da reunião extraordinária, conforme informações abaixo:

Data: **12/11/2026** quinta-feira Horário: **14:00 hs** - presencial Local: Orla da Alameda

**Pauta:**

· Devolução do parecer da Procuradoria do Município, da minuta de Lei de Alteração do Conselho Municipal de Cultura;

· Leitura de Minuta da Lei de Mudança de Desvinculação da Banda Municipal Maestro Manoel Teixeira de Oliveira da Secretaria Municipal de Administração para Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Várzea Grande, 09 de novembro de 2026.

Atenciosamente

**Mayhara Patricia Silva Correa**

Presidente

Conselho Municipal de Cultura de Várzea Grande

---

### ATO Nº 923/2026

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**EXONERAR, a pedido, Pedro Henrique dos Santos Silva,** no cargo em comissão de Assistente Técnico – DNS 07, na Secretaria Municipal de Governo, com efeito, a partir de 04 de novembro de 2026.

**Registra-se, publica-se, cumpra-se.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 10 de novembro de 2026.

***FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO***

***PREFEITA MUNICIPAL***

---

### ATO Nº 926/2026

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**NOMEAR Marcilene de Brito,** no cargo em comissão de Assessor Técnico - DNS 06, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com efeito, a partir de 03 de novembro de 2026.

**Registra-se, publica-se, cumpra-se.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 10 de novembro de 2026.

***FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO***

***PREFEITA MUNICIPAL***

---

**ATO Nº 928/2026**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**NOMEAR Célia dos Santos Pereira Leite,** no cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 07, na Secretaria Municipal de Viação e Obras, com efeito, a partir de 03 de novembro de 2026.

**Registra-se, publica-se, cumpra-se.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande/MT, 10 de novembro de 2026.

***FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO***

***PREFEITA MUNICIPAL***

---

**ATO Nº. 924/2026**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO,** Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**NOMEAR Samuel Glória Ferreira,** no cargo em Comissão de Assistente Técnico - DNS 07 na Secretaria Municipal de Governo, com efeito, a partir de 04 de novembro de 2026.

**Registrado, publicado, cumpra-se.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

***PREFEITA MUNICIPAL***

---

**ATO Nº. 925/2026**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO,** Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**NOMEAR Monica Monique Ribeiro,** no cargo em Comissão de Assistente Técnico - DNS 07 na Secretaria Municipal de Governo, com efeito, a partir de 05 de novembro de 2026.

**Registrado, publicado, cumpra-se.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

***PREFEITA MUNICIPAL***

---

**ATO Nº. 927/2026**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO,** Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**Tornar sem efeito o Ato n° 888/2026 que nomeou Daniela Gonçalves de Souza Ferneda,** no cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 07, na Secretaria Municipal de Viação e Obras.

**Registrado, publicado, cumpra-se.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

***PREFEITA MUNICIPAL***

---

**PORTARIA Nº. 1137/2026**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO,** Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**DESIGNAR, o** servidor **Samuel Glória Ferreira, Assistente Técnico** - DNS 07, para exercer suas atribuições, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, com efeito a partir de 04 de novembro de 2026.

**Registrado, publicado, cumpra-se.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

***PREFEITA MUNICIPAL***

---

**PORTARIA Nº. 1138/2026**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO,** Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**DESIGNAR, a** servidora **Monica Monique Ribeiro Martins, Assistente Técnico** - DNS 07, para exercer suas atribuições, na Secretaria Municipal de Administração, com efeito a partir de 05 de novembro de 2026.

**Registrado, publicado, cumpra-se.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

***PREFEITA MUNICIPAL***

---

**PORTARIA Nº. 1139/2026**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO,** Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribui-

ções legais e conforme disposto no artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**DESIGNAR, a** servidora **Célia dos Santos Pereira Leite,** Assistente Técnico – UEL - DNS 07, para exercer suas atribuições, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de novembro de 2026.

**Registrado, publicado, cumpra-se.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

***PREFEITA MUNICIPAL***

---

**PORTARIA Nº. 1140/2026**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO,** Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

**R E S O L V E:**

**DESIGNAR, o** servidor **Davi Alves Gonçalves,** Gerente de Apoio – DNS 06, para exercer suas atribuições, na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 10 de novembro de 2026.

**Registrado, publicado, cumpra-se.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

***PREFEITA MUNICIPAL***

---

**LEI N.º 5.602/2026**

Institui o Selo Empresa com Propósito, no âmbito da Câmara Municipal de Várzea Grande, destinado ao reconhecimento de empresas, instituições e empreendedores socialmente comprometidos com ações de inclusão, solidariedade e desenvolvimento humano e dá outras providências

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Várzea Grande, o Selo Empresa com Propósito, destinado a reconhecer e valorizar empresas, instituições e empreendedores que desenvolvam ações de relevante impacto social no município de Várzea Grande.

**Art. 2º** O Selo Empresa com Propósito será concedido anualmente pela Câmara Municipal de Várzea Grande às empresas, instituições e empreendedores que demonstrarem atuação efetiva em iniciativas voltadas à promoção da dignidade humana, inclusão social, solidariedade e geração de oportunidades.

Parágrafo único. Para fins de concessão do Selo, poderão ser considerados, entre outros, os seguintes critérios:

I – desenvolvimento de programas gratuitos de capacitação profissional;

II – contratação, inclusão ou incentivo à empregabilidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social;

III – apoio a projetos sociais, comunitários, educacionais, culturais ou assistenciais;

IV – realização de campanhas solidárias e ações humanitárias;

V – promoção de práticas de responsabilidade social, sustentabilidade e cidadania empresarial;

VI – parceria com organizações da sociedade civil, entidades filantrópicas ou projetos sociais desenvolvidos no município.

**Art. 3º** A concessão do Selo observará critérios objetivos de avaliação, conforme Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal, a qual também irá regulamentar os procedimentos de inscrição, análise, seleção e certificação dos participantes.

**Art. 4º** As empresas, instituições e empreendedores reconhecidos poderão utilizar o Selo Empresa com Propósito em materiais institucionais, publicitários e de divulgação durante o período de validade da certificação.

**Art. 5º** A Câmara Municipal poderá realizar sessão solene, ato público ou outra forma de reconhecimento institucional para a entrega do Selo, observada a disponibilidade administrativa e orçamentária.

**Art. 6º** O reconhecimento previsto nesta Lei possui caráter exclusivamente honorífico e não implica concessão de benefício fiscal, financeiro, tributário ou vantagem administrativa perante qualquer órgão da Administração Pública Municipal.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal, suplementadas se necessário.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande-MT, 20 de outubro de 2026.

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

Prefeita Municipal

Autoria: Ver. Alecsand Moreira da Silva

---

**PAUTA DE JULGAMENTO DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS – 19/11/2026.**

A Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, com base no art. 37, § 2º, da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018 faz saber que a 83ª Sessão Ordinária do Conselho de Recursos Fiscais de Várzea Grande será realizada dia 19/11/2026, às 09h00min, na Secretaria de Gestão Fazendária, sala de reunião, com a seguinte pauta:

**1 – Processo CMRF/VG nº 168 – BANCO VOTORANTIN S.A.** (Processos: 00012417/25, 00012423/25, 00012431/25 e 00012435/2025, ) X Fisco Municipal – ISSQN– Conselheiro Relator: Drº RAUL COELHO CURVO – Representante do Poder Legislativo Municipal;

Nos termos da PORTARIA Nº 03/CMRF/2020:

a) o pedido de sustentação oral deverá ser encaminhado por meio do correio eletrônico **conselho.fiscal@varzeagrande2.mt.gov.br** em até 2 (dois) dias úteis antes do início da sessão de julgamento, especificando o número do processo, data do julgamento, o requerente e o número do seu telefone;

b) o envio de memorial poderá ser realizado por meio do correio eletrônico **conselho.fiscal@varzeagrande2.mt.gov.br** em até

2 (dois) dias úteis antes do início da sessão de julgamento, especificando o número do processo, data do julgamento e o requerente.

Várzea Grande, 10 de novembro de 2026.

***ADRIANA SCHLITTER***

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

---

**PORTARIA Nº 1134/2026**

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei Complementar nº 4.294/2017, que "dispõem sobre a Carreira dos Agentes de Apoio aos Serviços Internos e Externos da Prefeitura Municipal de Várzea Grande e dá outras providências":

**RESOLVE:**

Enquadrar a servidora da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, que possui carreira regida pela Lei Complementar supracitada, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

**NÍVEL ELEMENTAR**

**PROCESSO JUDICIAL N° 1014313-52.2026.8.11.0002**

| NOME | CARGO DE ORIGEM | CARGO / PERFIL | DATA ADM | C/ H. | CLAS/ NÍVEL |
|---|---|---|---|---|---|
| **ROSALVO RODRIGUES DOS SANTOS** | ELETRICISTA | AGENTE DE APOIO AOS SERVIÇOS INTERNOS - PERFIL - ELETRICISTA | 04.05.2022 | 40H | **B-02** |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de **01.11.2026.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **09 de novembro de 2026.**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

Prefeita Municipal

---

**PORTARIA Nº 1136/2026**

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei Complementar nº Lei 3.507/2010 alterada pela Lei Complementar n°.4.293/2017 e n°. 4.864/2021, que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências":

**RESOLVE:**

Enquadrar o(a) servidor(a) da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

**NÍVEL MÉDIO**

**PROCESSO JUDICIAL N° 1016800-92.2026.8.11.0002**

| NOME | CARGO DE ORIGEM | CARGO / PERFIL | DATA ADM | C/ H. | CLAS/ NÍVEL |
|---|---|---|---|---|---|
| **ADÃO JOSÉ DA SILVA** | AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO | AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS - PERFIL - AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO | 02.03.2020 | 40H | **B-03** |

**NÍVEL ELEMENTAR**

**PROCESSO JUDICIAL N° 1016874-49.2026.8.11.0002**

| NOME | CARGO DE ORIGEM | CARGO / PERFIL | DATA ADM | C/ H. | CLAS/ NÍVEL |
|---|---|---|---|---|---|
| **ADELINA EVANGELISTA DE ALMEIDA** | AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO | AGENTE DE APOIO DOS SERVIÇOS DO SUS - PERFIL - AGENTE DE SEGURANÇA E MANUTENÇÃO | 08.07.2004 | 40H | **C-08** |

**NÍVEL MÉDIO**

**PROCESSO JUDICIAL N° 1016792-18.2026.8.11.0002**

| NOME | CARGO DE ORIGEM | CARGO / PERFIL | DATA ADM | C/ H. | CLAS/ NÍVEL |
|---|---|---|---|---|---|
| **GENILSON ROBERTO DA GUIA** | TÉCNICO DE ENFERMAGEM | AGENTE TÉCNICO DO SUS - PERFIL - TÉCNICO DE ENFERMAGEM | 21.08.2013 | 40H | **B-06** |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de **01.11.2026.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **09 de novembro de 2026.**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 1135/2026**

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei Complementar nº Lei 3.507/2010 alterada pela Lei Complementar n°.4.293/2017 e 4.864/2021, que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências" e em cumprimento ao Processo nº 1016751-51.2026.8.11.0002 (Judicial) e 99.391/2026 (Adm).

**RESOLVE:**

Enquadrar o(a) servidor(a) da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

**NÍVEL SUPERIOR**

**PROCESSO JUDICIAL N° 1016751-51.2026.8.11.0002**

| NOME | CARGO DE ORIGEM | CARGO / PERFIL | DATA ADM | C/H. | CLAS/ NÍVEL |
|---|---|---|---|---|---|
| **GRACY KELLEN ALBUQUERQUE GUIMARÃES** | ENFERMEIRO | PROF. NÍVEL SUPERIOR DO SUS - PERFIL - ENFERMEIRO | 21.08.2013 | 40H | **D-05** |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de **01.11.2026.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **09 de novembro de 2026.**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

Prefeita Municipal

---

**PORTARIA Nº 1133/2026**

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta da Lei Complementar nº Lei 3.959/2013, alterada pela Lei Complementar n° 4.049/2014 e n°. 4.293/2017, que "dispõem sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Saúde Médicos e Odontólogos e dá outras providências":

**RESOLVE:**

Enquadrar o(a) servidor(a) da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, respectivamente, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

**NÍVEL SUPERIOR**

**PROCESSO DE APOSENTADORIA N° 2026.04.36182P**

| NOME | CARGO DE ORIGEM | CARGO / PERFIL | DATA ADM | C/H. | CLAS/ NÍVEL |
|---|---|---|---|---|---|
| **SALVINO TEODORO RIBEIRO** | MÉDICO | PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS - PERFIL - MÉDICO | 30.06.2004 | 20H | **C-08** |

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de **01.11.2026.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, **09 de novembro de 2026.**

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

Prefeita Municipal

---

**ERRATA À PORTARIA Nº 1129/GAB/SAD/2026**

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT torna pública a presente ERRATA à Portaria nº 1129/GAB/SAD/2026, referente à regularização funcional da servidora ANTONIETA AUGUSTA DA COSTA SILVA, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, para corrigir erros materiais constantes no referido ato, conforme segue:

**1. ONDE SE LÊ:**

"A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO e a Secretária Municipal de Administração, JAQUELINE FAVETTI, no uso de suas atribuições legais,"

**LEIA-SE:**

"A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO e o Secretário Municipal de Administração, SILVIO APARECIDO FIDELIS, no uso de suas atribuições legais,"

.

**2. ONDE SE LÊ:**

"Paço Municipal 'Couto Magalhães', Várzea Grande/MT, 23 de setembro de 2026.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal 'Couto Magalhães', em Várzea Grande – MT, 06 de novembro de 2026."

**LEIA-SE:**

"Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal 'Couto Magalhães', em Várzea Grande – MT, 06 de novembro de 2026."

Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 1129/GAB/SAD/2026.

Várzea Grande – MT, 10 de novembro de 2026.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO

Prefeita Municipal

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 019/CMRF/2026**

*Dispõe sobre a ordem de convocação de Conselheiro Suplente.*

A Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a existência de impedimento legal, bem como o previsto no artigo 7°, IV, do Decreto 85/2018 e Decreto n. 40/2026, resolve:

**Art. 1º** Convocar a **Conselheira Suplente, Drª KARLA CLAUDINO MARQUES – Matrícula nº 173.907**, – suplente do Conselheiro **DANIEL DA SILVA MARTINS NETO**, para participar da **83ª Sessão Ordinária** do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, a ser realizada no dia **19 de novembro de 2026**, às **09h00**, na sala de reuniões da **Secretaria Municipal de Gestão Fazendária**, com a finalidade específica de realizar o julgamento do seguinte processo:

**1 – Processo CMRF/VG nº 168 – BANCO VOTORANTIN S.A.** (Processos: 00012417/25, 00012423/25, 00012431/25 e 00012435/2025, ) X Fisco Municipal – ISSQN– Conselheiro Relator: Drº RAUL COELHO CURVO – Representante do Poder Legislativo Municipal;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 10 de novembro de 2026.

***Adriana Schlitter***

*Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais*

**PORTARIA Nº 020/CMRF/2026**

*Dispõe sobre a ordem de convocação de Conselheiro Suplente.*

A Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a existência de impedimento legal, bem como o previsto no artigo 7°, IV, do Decreto 85/2018 e Decreto n. 40/2026, resolve:

**Art. 1º** Convocar a **Conselheira Suplente, Drª MARIA MADALENA CERQUEIRA DE SOUZA** – suplente da Conselheira **Drª GÉSSICA THAIS DE SOUZA RICCI**, para participar da **83ª Sessão Ordinária** do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, a ser realizada no dia **19 de novembro de 2026**, às **09h00**, na sala de reuniões da **Secretaria Municipal de Gestão Fazendária**, com a finalidade específica de realizar o julgamento do seguinte processo:

**1 – Processo CMRF/VG nº 168 – BANCO VOTORANTIN S.A.** (Processos: 00012417/25, 00012423/25, 00012431/25 e 00012435/2025, ) X Fisco Municipal – ISSQN– Conselheiro Relator: Drº RAUL COELHO CURVO – Representante do Poder Legislativo Municipal;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 10 de novembro de 2026.

***Adriana Schlitter***

*Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais*

**DECRETO Nº 108 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

Dispõe sobre a substituição de membros representantes do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico de Várzea Grande/MT e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO as indicações encaminhadas por ofício para a substituição de membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Várzea Grande – CMSB;

DECRETA:

**Art. 1º** Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Várzea Grande – CMSB:

I – Fabiano Fontora Machado, em substituição a Elinara de Mello

II – João Paulo Lana Pasinato, em substituição a Ana Laura Rezende da Costa;

III –Thais Michelly de Moraes Lima, em substituição a Egiane Maria de Araujo.

**Art. 2º** Os membros nomeados por este Decreto exercerão suas funções pelo período remanescente dos mandatos dos respectivos membros substituídos.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, em Várzea Grande - MT, 10 de novembro de 2026.

**FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO**

Prefeita Municipal

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE**

**AVISO DE SUSPENSÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2026**

O **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG**, por meio de seu Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** que a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 017/2026, anteriormente designada para o dia **18 de novembro de 2026, às 10h00min**, fica **SUSPENSA**.

A suspensão decorre do acolhimento parcial de impugnação apresentada, na qual a Administração reconheceu a necessidade de reavaliar e aperfeiçoar o instrumento convocatório, especialmente no que se refere à estrutura do objeto, ao critério de julgamento e à descrição detalhada dos quantitativos estimados.

Dentre os pontos que motivaram a revisão, destaca-se a necessidade de individualização dos serviços relativos aos exames ocupacionais constantes do item 2, que atualmente agrupam a elaboração do PCMSO, a realização de exames (admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho, mudança de função e complementares) e a emissão de ASO, sem a devida discriminação das quantidades estimadas por modalidade, o que pode comprometer a formulação isonômica das propostas.

Também serão reavaliados a estrutura de parcelamento do objeto para ampliar a competitividade, a descrição dos quantitativos do acompanhamento psicológico (item 9), a justificativa para a vedação de consórcios, as exigências de habilitação técnica e a corre-

ção da divergência aritmética entre a soma dos itens da planilha e o valor global estimado.

Informamos que a nova data para a realização da sessão pública será oportunamente divulgada no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico oficial do DAE/VG (www.daevg.com.br) e na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL (www.bll.org.br), observando-se o prazo legal para a apresentação das propostas, conforme art. 55, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Várzea Grande/MT, 10 de novembro de 2026.

EZEQUIEL OLIVEIRA SANTOS TORRES

**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**MATRÍCULA Nº 2541**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

**ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO**
**RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DOS ATOS DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 027/2026**

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto no ART. 74, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores; RATIFICO E HOMOLOGO os atos da Inexigibilidade de Licitação N. 027/2026.

**OBJETO**: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA M.S DIAGNÓSTICA LTDA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE REAGENTES DESTINADOS AOS EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS DA MARCA ROCHE, INCLUINDO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA.

**CONTRATADO:** M.S DIAGNOSTICA LTDA – CNPJ: 00.970.175/0003-93

**VALOR TOTAL:** R$ 265.047,80 (duzentos e sessenta e cinco mil, quarenta e sete reais e oitenta centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 10 de novembro de 2026.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**

**PREFEITO**

**SETOR DE CONTRATOS**
**PORTARIA Nº 1321/2026**

Designa fiscais de Ata de Registro de Preços.

**O PREFEITO MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e as disposições do Decreto Municipal nº 008/2025, que dispõe sobre a atuação dos gestores e fiscais de ARP.

**RESOLVE:**

Art. 1º **Dispensa**r, a partir desta data, as servidoras abaixo relacionadas das funções de acompanhamento e fiscalização de obra/serviços constantes da **Ata de Registro de Preços n. 65/2025**, firmado entre o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade e a empresa **AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA,** CNPJ: 24.538.995/0001-07**,** que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES, para atender a Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Saúde.

I – Fiscal Titular: Kelly Alves de Carvalho, matricula n. 4500;

II – Fiscal Suplente: Gracieli Durão, matricula n. 1102;

Art. 2º **Designar,** a partir desta data, os servidores abaixo relacionados para exercerem a fiscalização e acompanhamento da **Ata de Registro de Preços n. 65/2025**, firmado entre o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade e a empresa **AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO LTDA,** CNPJ: 24.538.995/0001-07**,** que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES, para atender a Secretaria Municipal de Educação, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

I – Fiscal Titular: Kelly Alves de Carvalho, matricula n. 4500;

II – Fiscal Suplente: Nicolas Jonatan Oliveira de Almeida, matricula n. 5774;

Art. 3º O fiscal substituto atuará como fiscal do contrato nas ausências e eventuais impedimentos do titular;

Art. 4º O fiscal deverá tomar conhecimento do contrato e do processo licitatório ou de contratação direta originária;

Art. 5º O fiscal deverá exercer a fiscalização nos moldes do processo de contratação e do decreto nº 008/2025 e suas alterações, ou outro que vier a substituí-lo;

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

**JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**EDITAL Nº 07-2026 - COMPOSIÇÃO DO CACS-FUNDEB 2027/2030.**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026/SME
PROCESSO DE ESCOLAHA E INDICAÇÃO DE
MEMBROS PARA O CONSELHO DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO
FUNDEB (CACS-FUNDEB) – QUADRIÊNIO 2027–2030.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, no uso de suas atribuições legais, e considerando as orientações do FNDE/MEC; do Ministério Público do Estado de Mato Grosso contidas no Ofício Circular nº 56/2026 – CAO Educação, torna público o presente Chamamento Público para a composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (CACS-Fundeb) para o quadriênio 2027 a 2030.

1 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este certame rege-se em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, pelas disposições da Lei Federal nº 14.113/2020 (em especial o art. 34), da Portaria FNDE nº 808/2022, Lei Municipal n. 1.490/2021, e demais normas vigentes aplicáveis à matéria.

2 - DA VIGÊNCIA DO MANDATO

O mandato dos membros (titulares e suplentes) a serem indicados e eleitos abrangerá o quadriênio de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2030, em conformidade com o art. 34, § 9º, da Lei Federal nº 14.113/2020.

3 - DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

O CACS-Fundeb do Município será composto pelos seguintes segmentos representativos:

I - Pais de alunos da educação básica pública (2 titulares e 2 suplentes);
II - Estudantes da educação básica pública (2 titulares e 2 suplentes);
III - Poder Executivo Municipal (2 titulares e 2 suplentes);
IV - Professores da educação básica pública (1 titular e 1 suplente);
V - Diretores das escolas básicas públicas (1 titular e 1 suplente);
VI - Servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas (1 titular e 1 suplente);
VII - Conselho Municipal de Educação (1 titular e 1 suplente);
VIII - Conselho Tutelar (1 titular e 1 suplente);
IX - Escolas do Campo (1 titular e 1 suplente);
X - Escolas Quilombolas (1 titular e 1 suplente).

4 - DAS VEDAÇÕES E IMPEDIMENTOS LEGAIS

4.1. Vedação de Recondução: É expressamente vedada a recondução de conselheiros (titulares ou suplentes) para o mandato imediatamente subsequente, por qualquer forma de investidura ou segmento (art. 34, § 9º, da Lei nº 14.113/2020 e Portaria FNDE nº 808/2022).

4.2. Impedimentos Legais Absolutos: Conforme o art. 34, § 5º, da Lei nº 14.113/2020, ficam impedidos de integrar o Conselho:

a) O Chefe do Poder Executivo (Prefeito), o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais;
b) Vereadores e integrantes do Poder Legislativo local;
c) Tesoureiros, contadores ou funcionários responsáveis pela contabilidade ou finanças da Administração Direta ou Indireta;
d) Prestadores de serviços ou fornecedores que atuem junto ao Fundo;
e) Ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança no âmbito do Poder Executivo;
f) Funcionários terceirizados que prestem serviços à Secretaria de Educação ou ao Fundo;
g) Estudantes não emancipados;
h) Cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau, das pessoas indicadas nas alíneas anteriores.

4.3. Direção do Conselho: A Presidência e a Vice-Presidência do CACS-Fundeb serão eleitas por seus pares na reunião de posse, sendo vedada a ocupação de tais cargos por representantes do Poder Executivo (art. 34, § 6º).

5 - DO PRAZO E DA FORMA DE INDICAÇÃO/INSCRIÇÃO

5.1. Os segmentos acima nominados deverão realizar as suas respectivas assembleias de

escolha ou reuniões autônomas de indicação e protocolar os nomes dos representantes (titular e suplente) junto à Secretaria Municipal de Educação no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste edital.
5.2. O envio formal dos documentos e das atas de eleição dos segmentos deverá ocorrer impreterivelmente até o dia limite estipulado (26 de novembro de 2026), para viabilizar o tempestivo cadastramento no sistema SisCACS.
5.3. As indicações deverão vir acompanhadas de:
a) Ata da assembleia ou reunião de escolha do segmento, devidamente assinada;
b) Documentos pessoais dos indicados (RG, CPF e comprovante de residência);
c) Declaração assinada pelo indicado atestando a inexistência de impedimentos legais previstos no art. 34, § 5º, da Lei nº 14.113/2020.
6 - DISPOSIÇÕES FINAIS
As indicações homologadas serão encaminhadas para fins de nomeação oficial por ato do Poder Executivo e posterior cadastramento obrigatório no sistema SisCACS do Governo Federal.
Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, 10 de novembro de 2026.

GEISIELI RAFAELA DA SILVA
Secretária Municipal de Educação
Portaria 531/2023

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 004/2025**

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 004/2025**

O presente aditivo tem por objeto, acrescer percentual de 3,773% no valor global do contrato original, em razão do aumento no quantitativo, objetivando a inclusão de 01 (uma) nova linha de telefonia móvel para atender a Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Compras), a alteração contratual citado no cabeçalho, que passará a integrar o plano corporativo/individual já contratado.

**DEMAIS CLÁUSULAS**: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

**DATA**: Vila Rica, 10 de novembro de 2026.

ASSINANTES / JOÃO SALOMÃO PIMENTA **-** Prefeitura - Contratante.

**TIM (S/A)** UMBERTO NAPOLITANO CPF: 719.***.***-04 - contratada

**TIM (S/A)** MONIQUE IBRAHIM MARTINS LEAO CPF: 080.***.***-04 – contratada

---

**PREFEITURA/LICITAÇÃO**
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 067/2026 MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 001/2026**

O Prefeito Municipal Srº JOÃO SALOMÃO PIMENTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em especial a Lei 14.133/2021, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitações nomeados pela respectivas portarias 105/2023 e 297/2026, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado da Concorrência Eletrônica 001/2026, cujo objeto e a contratação integrada de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos e execução da obra de construção de 20 (vinte) Unidades Habitacionais, Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub-50, Conforme Termo de Compromisso Nº 996126/2025/ MCIDADES/CAIXA.

Considerando o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade concorrência 001/2026.

Considerando que foram observadas as disposições da Lei 14.133/2021 e da regulamentável aplicável.

Considerando o julgamento das propostas, a habilitação do licitante vencedor e quando cabível, o encerramento da fase recursal;

Resolve:

Art. 1º ADJUDICAR o objeto da licitação em favor da empresa abaixo identificada:

- EMPRESA: **H R CONSTRUÇÕES LTDA (07.429.819/0001-18)**
- VALOR TOTAL ADJUDICADO: **R$ 2.627.999,92**

Art. 2º A adjudicação é realizada nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da posterior homologação pela autoridade competente, quando aplicável.

Art. 3º Encaminhem-se os autos para as providências cabíveis, inclusive homologação, divulgação dos atos e, se for o caso, formalização do contrato ou instrumento equivalente.

Vila Rica, 14 de outubro de 2026.

JOÃO SALOMÃO PIMENTA

PREFEITO MUNICIPAL

---

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N.º 496, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2026**

**Designa os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) e estabelece suas competências, responsabi-**

**lidades e demais disposições, nos termos da Lei nº 14.133/2021.**

**JOÃO SALOMÃO PIMENTA**, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

**CONSIDERANDO** as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que tratam da obrigatoriedade da fase de planejamento das contratações, incluindo a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), Termo de Referência (TR) e demais documentos necessários;

**CONSIDERANDO** a necessidade de instituir formalmente a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), com vistas a assegurar a eficiência, eficácia, efetividade, segurança jurídica e conformidade legal dos processos de contratação pública;

**CONSIDERANDO** o caráter multidisciplinar indispensável à EPC, de modo a integrar visão técnica, administrativa, orçamentária e jurídica, garantindo decisões fundamentadas e alinhadas às boas práticas de governança;

**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de assegurar imparcialidade, prevenção de conflitos de interesse, transparência e respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

**RESOLVE**:

**CAPÍTULO I - DESIGNAÇÃO E COMPOSIÇÃO**

**Art. 1º** Ficam designados os integrantes das áreas requisitantes, na forma do inciso II, abaixo relacionados, para compor a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), com a finalidade de identificar, planejar e propor a solução mais adequada para a **aquisição de materiais e asfálticos e agregados para a pavimentação da comunidade Paraíso do Rio Preto** em conformidade com o Documento de Formalização de Demandas (DFD) que instruem a Solicitação de Compra nº **1146/2026**, bem como com os demais documentos correlatos que se fizerem necessários ao adequado planejamento da contratação.

**I - COORDENADOR DA EPC**

**Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas**

**a)** Roberto Rodrigues de Souza

**b)** Coordenador

**c)** Matrícula nº 242

**Compete ao Coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação:**

**1.** Coordenar e organizar os trabalhos da equipe, promovendo a adequada condução das atividades necessárias à instrução do processo de planejamento da contratação;

**2.** Promover o alinhamento entre os setores e unidades administrativas envolvidos, de modo a assegurar a integração das informações necessárias à elaboração dos documentos de planejamento;

**3.** Definir, em conjunto com os integrantes da equipe, a distribuição das atividades relacionadas à elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Termo de Referência (TR) e de outros documentos pertinentes;

**4.** Acompanhar o andamento das atividades e adotar providências para o cumprimento dos prazos estabelecidos;

**5.** Consolidar e organizar, para fins de instrução processual, as contribuições elaboradas pelos integrantes da equipe;

**6.** Convocar reuniões, lavrar e assinar as respectivas atas;

**7.** Promover o encaminhamento formal do processo ao setor ou departamento competente para continuidade da tramitação.

**§ 1º** A função de coordenação possui caráter organizacional, procedimental e de articulação institucional, não se confundindo com a elaboração técnica dos documentos produzidos pela equipe.

**§ 2º** O conteúdo técnico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Termo de Referência (TR) e dos demais documentos elaborados no âmbito da EPC é de responsabilidade dos respectivos integrantes que contribuírem para sua elaboração, conforme suas áreas de competência, de forma compartilhada.

**II - INTEGRANTE DA ÁREA REQUISITANTE**

**Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas**

**a)** Cauane Dovalibe

**b)** Integrante

**c)** Matrícula nº 5574

**Atribuições:** Elaborar o ETP, o TR, bem como fornece todas as informações necessárias para o adequado planejamento da contratação.

**III - INTEGRANTE TÉCNICO**

**Departamento de Engenharia**

**a)** Rafael dos Santos Cordeiro

**b)** Integrante Técnico

**c)** CREA nº 241629546-2

**Atribuições:** Especificações Técnicas e apresentar justificativas.

**CAPÍTULO II - DO CONFLITO DE INTERESSE**

**Art. 2º** Cada membro deverá apresentar, previamente à designação, Declaração de Ausência de Conflito de Interesse, afirmando que:

**I** - Não possui interesse direto ou indireto na contratação;

**II** - Não mantém relação familiar até o terceiro grau com potenciais fornecedores;

**III** - Não mantém vínculos profissionais, societários ou comerciais com possíveis interessados;

**IV** - Não recebeu presentes, vantagens ou promessas de fornecedores;

**V** - Compromete-se a comunicar qualquer situação superveniente.

**Parágrafo único**. As declarações integrarão o processo administrativo e deverão acompanhar o DFD.

**CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES DA EPC**

**Art. 3º** Compete à EPC, em atuação conjunta e colaborativa, elaborar os documentos da etapa preparatória e assegurar a rastreabilidade e a adequada documentação do processo, compreendendo:

**§ 1º** A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Termo de Referência (TR), da Especificação Técnica e dos demais documentos previstos neste artigo é de responsabilidade da EPC, não recaindo sobre o(a) Coordenador(a) responsabilidade pelo seu conteúdo técnico.

**§ 2º** Ao(À) Coordenador(a) caberá, especificamente, organizar os trabalhos, consolidar as contribuições dos integrantes e assinar apenas as atas das reuniões e o encaminhamento do processo ao Departamento de Compras e/ou Departamento de Licitações e Contratos.

**I. Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, incluindo, mas não se limitando a:

**1.** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

**2.** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

**3.** Requisitos da contratação;

**4.** Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

**5.** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

**6.** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

**7.** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

**8.** Justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

**9.** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

**10.** Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

**11.** Contratações correlatas e/ou interdependentes;

**12.** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

**13.** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

**II. Termo de Referência (TR)**, contendo:

**1.** Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

**2.** Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

**3.** Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

**4.** Requisitos da contratação;

**5.** Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

**6.** Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

**7.** Critérios de medição e de pagamento;

**8.** Forma e critérios de seleção do fornecedor;

**9.** Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

**10.** Adequação orçamentária.

**III. Rastreabilidade e Documentação**

**a)** Registrar decisões, análises, fontes de pesquisa, fundamentações e justificativas, garantindo a rastreabilidade de autoria, datas e deliberações.

**CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 4º** São deveres dos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação:

**I - Probidade e Legalidade:**

**a)** Atuar com probidade, transparência e em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

**b)** Cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e legislação correlata;

**c)** Respeitar o patrimônio público e os recursos destinados à contratação.

**II - Responsabilidade pelos Atos:**

**a)** Responder individualmente pelos atos que praticarem isoladamente;

**b)** Responder solidariamente pelas decisões tomadas conjuntamente pela EPC, ressalvados:

1. Atos praticados por outro membro da equipe, sem ciência ou consentimento do respondente;
2. Atos praticados por ordem ou deliberação inequívoca de autoridade superior hierárquica;
3. Situações em que o respondente se opôs formalmente à decisão, consignando sua discordância em documento oficial.

**c)** A responsabilidade será apurada conforme o Código Penal, a Lei de Improbidade Administrativa e a legislação de pessoal.

**§ 1º** A função de coordenação da EPC não implica responsabilidade exclusiva pelo conteúdo do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Termo de Referência (TR) ou de outros documentos elaborados pela equipe, os quais são de autoria e responsabilidade conjunta de todos os seus integrantes, nos termos deste artigo.

**§ 2º** O(a) Coordenador(a) assinará as atas das reuniões e o encaminhamento do processo ao Departamento de Compras e/ou Departamento de Licitações e Contratos, sem prejuízo das assinaturas dos demais integrantes nos documentos técnicos que considerarem necessários.

**III - Sigilo e Proteção de Informações:**

**a)** Manter sigilo das informações classificadas como sigilosas, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11, particularmente:

**1.** Informações de defesa nacional ou segurança pública;

**2.** Dados pessoais de potenciais fornecedores ainda sob avaliação;

**3.** Estratégias comerciais ou tecnológicas ainda não divulgadas.

**b)** Permitir acesso apenas a pessoas formalmente autorizadas;

**c)** Preservar a confidencialidade mesmo após o término da designação.

**Parágrafo único do inciso III**. Informações que não sejam legalmente sigilosas serão consideradas públicas e deverão ser divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Município, conforme Lei de Acesso à Informação.

**IV - Detecção e Comunicação de Irregularidades:**

**a)** Comunicar imediatamente à autoridade superior (Prefeito, Secretário ou Controladoria Interna) qualquer:

**1.** Óbice legal ou administrativo identificado;

**2.** Conflito de interesse superveniente;

**3.** Irregularidade ou conduta irregular de outro membro da equipe;

**4.** Indício de corrupção, fraude ou nepotismo;

**5.** Vício processual ou material não remediável.

**b)** A comunicação deve ser feita formalmente, por escrito, preferencialmente em até 24 horas da identificação.

**V - Participação Diligente:**

**a)** Participar de todas as reuniões e atividades da EPC, salvo justificativa aceita pela autoridade designante; **b)** Cumprir os prazos estabelecidos para entrega de análises, pareceres e documentação;

**c)** Manter-se disponível para esclarecimentos durante a execução da contratação, se necessário.

**VI - Isenção e Imparcialidade:**

**a)** Não favorecer, direta ou indiretamente, potencial fornecedor ou interessado na contratação;

**b)** Manter distância profissional e evitar relacionamentos que comprometam a isenção;

**c)** Reportar qualquer pressão ou tentativa de influência indevida.

**CAPÍTULO V - PRAZO, VIGÊNCIA E ENCERRAMENTO**

**Art. 5º** A designação estabelecida nesta Portaria produzirá efeitos a partir de sua publicação e perdurará até o encaminhamento ao Departamento de Compras e/ou Departamento de Licitações e Contratos.

**Art. 6º** O calendário operacional observará:

| Etapa | Prazo (dias úteis) |
|---|---|
| Reunião Inaugural | Até 5 dias da publicação da Portaria |
| Entrega do ETP | Até 30 dias |
| Entrega do TR/Especificação | Até 30 dias |
| Depart. de Compras e/ou Depart. de Licitações e Contratos | Até 5 dias |

**Parágrafo único.** Atrasos deverão ser justificados em até 48 horas, com nova previsão de entrega.

**CAPÍTULO VI - REUNIÕES, DOCUMENTAÇÃO E RASTREABILIDADE**

**Art. 7º** A EPC deverá realizar reunião inaugural dentro de 5 (cinco) dias úteis da publicação desta Portaria, mantendo registros, deliberações e decisões, juntando toda documentação no processo administrativo, com rastreabilidade clara de autoria, datas e deliberações.

**Parágrafo único.** As reuniões poderão ser realizadas de forma presencial, remota ou híbrida. Quando remota, deverá ser juntada lista de presença disponibilizada na plataforma utilizada, bem como relatórios e demais documentos produzidos.

**CAPÍTULO VII - PUBLICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA**

**Art. 8º** Esta Portaria será:

**I** - Publicada no Diário Oficial do Município;

**II** - Comunicada formalmente aos integrantes da EPC mediante e-mail com confirmação de recebimento, no mesmo dia da publicação.

**Parágrafo único.** A publicação da Portaria e a comunicação aos integrantes da EPC serão juntados ao processo administrativo respectivo.

**CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º** A EPC tem caráter temporário, extinguindo-se automaticamente na forma do art. 5º.

**Art. 10** Divergências internas serão decididas pelo Prefeito em até 5 (cinco) dias úteis, ouvida, quando necessário, a Procuradoria Jurídica.

**Art. 11** Substituições de membros deverão ser justificadas e aprovadas pelo Prefeito.

**Art. 12** O descumprimento das atribuições poderá ensejar responsabilidade administrativa, civil e penal.

**Art. 13** Casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito, ouvida a Procuradoria Jurídica.

**Art. 14** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15** Revogam-se as disposições em contrário.

Vila Rica/MT, 10 de novembro de 2026.

**João Salomão Pimenta**

Prefeito Municipal

Gestão 2025-2028

**INFORMAÇÕES DA ASSINATURA DIGITAL**

ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121

Digitally signed by ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121
DN: cn=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, email=, c=BR
Date: 2026-11-10T22:26:41+0000